REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

VOLUME II

ANO LXVIII – SUP. "B" AO Nº 212 – QUINTA, 19, SEXTA, 20, SÁBADO, 21, E TERÇA, 24 DE DEZEMBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (64,67)

.....

Líder do PMDB - 21
Eunício Oliveira (64,67)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles (69)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1
Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1
Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 13

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,63)
Eduardo Amorim (17,47,48,80)
Blairo Maggi (19,51)
Eduardo Lopes (37,45,65,98,109)

.....

Líder do PTB - 7
Gim (56,58,59)

Líder do PR - 4
Alfredo Nascimento (41,63)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48,80)

Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,45,65,98,109)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,70,91)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,66,100)
Rodrigo Rollemberg (68,99)
Inácio Arruda (89,93)

.....

Líder do PT - 12
Wellington Dias (24,70,91)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,103)
Anibal Diniz (25,102)
Paulo Paim (94)
Eduardo Suplicy (101)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49,55,66,100)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4
Rodrigo Rollemberg (68,99)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,81)

Líder do PCdoB - 2
Inácio Arruda (89,93)

Vice-Líder do PCdoB
Vanessa Grazziotin (1,90)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (18,78)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,81)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (97,112)
Cyro Miranda (31,95)

.....

Líder do PSDB - 11
Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (72)
Alvaro Dias (75)
Paulo Bauer (5,35,73,77)

Líder do DEM - 3
José Agripino (2,10,14,44,46,79)

Vice-Líder do DEM
Wilder Morais (97,112)

SDD - 1

Líder
Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Antônio Helder Medeiros Rebouças
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2013..... 8

Ata da 71ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2013..... 33

Ata da 72ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de novembro de 2013..... 61

Ata da 73ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de novembro de 2013..... 77

Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2013..... 87

Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2013..... 111

Ata da 76ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de dezembro de 2013..... 114

Ata da 77ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2013..... 146

Ata da 78ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2013..... 152

Ata da 79ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2013..... 164

Ata da 80ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2013..... 182

Ata da 81ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de dezembro de 2013 (Realizada em conjunto com a 78ª Reunião da CCJ) **(Publicada no item 1.1.3)**

Ata da 82ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2013..... 212

Ata da 83ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de dezembro de 2013 (Realizada em conjunto com a 46ª Reunião da CMA) **(Publicada no item 1.1.5)**

Ata da 84ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de dezembro de 2013..... 216

Ata da 85ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2013..... 237

1.1.1.1 – Subcomissão Permanente – Assuntos Municipais – CAEAM

Ata da 1ª Reunião, realizada em 9 de julho de 2013..... 246

Ata da 2ª Reunião, realizada em 1 de outubro de 2013..... 256

Ata da 3ª Reunião, realizada em 15 de outubro de 2013 262

1.1.1.2 – Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira – CAEECON

Ata da 1ª Reunião, realizada em 25 de junho de 2013..... 268

Ata da 2ª Reunião, realizada em 21 de agosto de 2013..... 270

Ata da 3ª Reunião, realizada em 26 de agosto de 2013..... 272

Ata da 4ª Reunião, realizada em 7 de outubro de 2013..... 299

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2013 319

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2013..... 333

Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2013..... 347

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2013..... 372

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2013..... 390

Ata da 59ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de novembro de 2013 (Realizada em conjunto com a 63ª reunião da CE) **(Publicada no item 1.1.4)**

Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2013..... 400

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 427

Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 435

Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2013..... 439

Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2013 456
Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2013..... 461
Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2013..... 467

1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 58ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de outubro de 2013 476
Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2013 516
Ata da 60ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de outubro de 2013 529
Ata da 61ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de outubro de 2013 567
Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 2013 606
Ata da 63ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de outubro de 2013 630
Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2013 662
Ata da 65ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de novembro de 2013..... 671
Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2013..... 697
Ata da 67ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de novembro de 2013..... 704
Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2013..... 739
Ata da 69ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de novembro de 2013..... 756
Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2013..... 773
Ata da 71ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 787
Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 826
Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2013..... 829
Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2013..... 853
Ata da 75 ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de dezembro de 2013..... 862
Ata da 76ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2013..... 922
Ata da 77ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2013..... 940
Ata da 78 ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de dezembro de 2013..... 957
Ata da 79 ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2013..... 968
Ata da 80ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de dezembro de 2013 (Realizada em conjunto com a 46ª reunião da CMA) **(Publicada no item 1.1.5)**
Ata da 81ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2013..... 993
Ata da 82ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de dezembro de 2013..... 1002

VOLUME II

1.1.3.1 – Subcomissão Permanente de Segurança Pública – CCJSSP

Ata da 3ª Reunião realizada em 10 de maio de 2012..... 1046

1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2013 1063
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 2013 1076
Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de outubro de 2013 1110
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2013 1151
Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2013 1194
Ata da 55ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de outubro de 2013 1204
Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2013 1226
Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 2013 1258
Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2013 1284
Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2013..... 1309
Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2013..... 1353
Ata da 61ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2013..... 1378
Ata da 62ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de novembro de 2013..... 1388
Ata da 63ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de novembro de 2013..... 1416
Ata da 64ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de novembro de 2013..... 1435
Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 1445
Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 1450
Ata da 67ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 1455
Ata da 68ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de dezembro de 2013..... 1457

1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2013 1460
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2013 1483

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2013 1508
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2013 1509
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2013 1538
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013 1553
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2013..... 1559
Ata da 46ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de dezembro de 2013..... 1573

1.1.5.1 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM

Ata da 3ª Reunião, realizada em 13 de agosto de 2013..... 1582

1.1.5.1 – Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos– CMARS

Ata da 1ª Reunião, realizada em 1 de outubro de 2013..... 1598

1.1.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de outubro de 2013 1602
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2013 1626
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de outubro de 2013 1657
Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2013 1695
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2013 1722
Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2013 1762
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2013 1787
Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de novembro 2013 1812
Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2013..... 1844
Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de novembro de 2013..... 1872
Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2013 1896
Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2013..... 1927
Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2013..... 1929
Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2013..... 1948
Ata da 63ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de novembro de 2013 (Realizada em conjunto com a 63ª Reunião da CE) **(Publicada no item 1.1.4)**
Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2013..... 1980
Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2013..... 1996
Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2013..... 2015

1.1.6.1 – Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM

Ata da 1ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2013..... 2018
Ata da 2ª Reunião, realizada em 8 de maio de 2013..... 2030

1.1.6.2 – Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso – CDHPECAJI

Ata da 1ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2013..... 2048

1.1.6.3 – Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça – CDHMVJ

Ata da 1ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2013..... 2060

VOLUME III

Ata da 2ª Reunião, realizada em 26 de agosto de 2013..... 2078
Ata da 3ª Reunião, realizada em 24 de setembro de 2013 2104
Ata da 4ª Reunião, realizada em 6 de novembro de 2013 2122
Ata da 5ª Reunião, realizada em 26 de novembro de 2013..... 2138
Ata da 6ª Reunião, realizada em 17 de dezembro de 2013..... 2151

1.1.6.4 – Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo – CDHTRAF

Ata da 1ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2013..... 2169

1.1.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2013..... 2181
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2013..... 2204
Ata da 54ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de novembro de 2013..... 2227
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2013..... 2243

1.1.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de outubro de 2013 2261
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2013 2265

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2013 2313
Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2013 2320
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2013 2360
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2013 2363
Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2013 2393
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2013..... 2396
Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2013..... 2414
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2013..... 2445
Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2013..... 2448
Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2013..... 2477
Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2013..... 2480
Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2013..... 2508
Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2013..... 2511
Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2013..... 2528
Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 2530
Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 2567
Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2013..... 2572
Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2013..... 2601
Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2013..... 2609
Ata da 67ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2013..... 2631
Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2013..... 2646
Ata da 69ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2013..... 2685
Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2013..... 2686

1.1.8.1 – Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID

Ata da 1ª Reunião, realizada em 5 de novembro de 2013 2700

1.1.8.2 – Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca – CIPOSECA

Ata da 1ª Reunião, realizada em 2 de outubro de 2013..... 2709
Ata da 2ª Reunião, realizada em 10 de outubro de 2013 2712
Ata da 3ª Reunião, realizada em 31 de outubro de 2013 2721

1.1.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 26ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de outubro de 2013 (Realizada em conjunto com a 55ª reunião da CE) **(Publicada no item 1.1.4)**
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2013 2728
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2013..... 2732
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2013..... 2745
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 2777
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 2783
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2013..... 2810
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2013 2831
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2013..... 2867

1.1.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2013 2870
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2013 2900
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 2013 2917
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2013 2920
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7de novembro de 2013..... 2944
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2013..... 2960
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de novembro de 2013..... 2977
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2013..... 2984
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 3025
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2013..... 3029
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2013..... 3041
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2013..... 3059

1.1.11 – Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2013 3076

Ata da 38ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de outubro de 2013 (Realizada em conjunto com a 55ª reunião da CE) **(Publicada no item 1.1.4)**

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2013..... 3102

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2013..... 3110

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2013..... 3127

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 3155

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27de novembro de 2013..... 3169

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2013..... 3173

1.1.12 – Comissão Senado do Futuro – CSF

Ata da 4ª Reunião, realizada em 16 de outubro de 2013 3199

Ata da 5ª Reunião, realizada em 19 de novembro de 2013..... 3220

3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 08:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às oito horas e vinte e sete minutos do dia dez de maio de dois mil e doze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador Pedro Taques, com a presença dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e Ricardo Ferraço reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, Eduardo Braga e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Pedro Taques) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, de 2004 Não Terminativo Acrescenta parágrafo único ao artigo 123 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para definir que se aplicam as penas previstas no artigo 121 do mesmo Código ao co-autor ou partícipe do crime de infanticídio. Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relator: Senador Pedro Taques. Relatório: Pelo sobrestamento do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: Aprovado o Parecer pela apresentação de requerimento de sobrestamento do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, de 2004 Não Terminativo Dá nova redação ao § 2º do art. 110 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 – Código Penal. (A prescrição não pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou queixa). Autoria: Senador Pedro Simon. Relator: Senador Pedro Taques. Relatório: Pelo sobrestamento do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: Aprovado o Parecer pela apresentação de requerimento de sobrestamento do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 555, de 2011 Não Terminativo Altera o Código Penal e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para punir a prática de atos preparatórios tendentes à execução de homicídio e de crimes hediondos. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relator: Senador Pedro Taques. Relatório: Pelo sobrestamento do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: Aprovado o Parecer pela apresentação de requerimento de sobrestamento do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2009 Não Terminativo Altera a Lei de Execução Penal, para prever, no caso de falta grave cometida pelo condenado, a interrupção do período aquisitivo do livramento condicional. Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relator: Senador Pedro Taques. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, de 2011 Não Terminativo Altera a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para estabelecer a identificação criminal mediante material genético e dá outras providências. Autoria: Senador Humberto Costa. Relator: Senador Pedro Taques. Relatório: Pelo arquivamento do Projeto, em face de sua prejudicialidade. Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Projeto. EXTRAPAUTA: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 656, de 2011 Não Terminativo Dá nova redação ao artigo 213 e acrescenta o artigo 213-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relator: Senador Armando Monteiro. Relatório: Pelo sobrestamento do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: Aprovado o Parecer pela apresentação de requerimento de sobrestamento do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 2, DE 2012-SSPJ-CCJ Requer audiência pública com a presença de autoridades federais para discutir a Operação Sentinela, parte do Plano Estratégico de Fronteiras, iniciativa promovida pelo Governo Federal e envolvendo ações dos Ministérios da Justiça e Defesa, com apoio das Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Força Nacional de Segurança Pública, bem como diversos governos estaduais. Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 3, DE 2012-SSPJ-CCJ "Requer a realização de audiência pública para tratar do problema do aumento do número de homicídios no país" com a presença dos seguintes convidados: Taís Schilling Ferraz, Juíza Federal, Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público, Coordenadora do Grupo de Persecução Penal da Estratégia Nacional de Segurança Pública (Enasp); Juarez Estevam Xavier Tavares, Subprocurador-Geral da República, Professor Titular de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pós-doutor pela Universidade de Frankfurt am Main; Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, Procurador Regional da República, Relator do Projeto do Novo Código Penal na Comissão de Especialistas do Senado, Doutor e Mestre em Direito Constitucio-

nal (PUC/SP); Antônio Ferreira Pinto, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Autoria: Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira. Resultado: Aprovado. 3) REQUERIMENTO Nº 4, DE 2012-SSPJ-CCJ "Requer a realização de audiência pública para desenvolver estudo com intento de criar proposição legislativa para disciplinar, nos termos do § 7º, do art. 144 da Constituição Federal, a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública visando a sua eficiência", com a presença dos seguintes convidados: Cláudio Chaves Beato, Coordenador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG); Coronel José Vicente Filho, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, titular da Cadeira Pão de Açúcar de Pesquisa em Segurança Pública do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial; Luiz Eduardo Soares, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, Coordenador do Curso de Especialização em Segurança Pública da Universidade Estácio de Sá, ex-Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; Leandro Piquet Carneiro, Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, Coordenador do Programa de Pesquisa em Segurança e Criminalidade do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas (NUPPs), membro do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da USP; deputado estadual Rodney Rocha Miranda (DEM-ES), Delegado da Polícia Federal, ex-Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Espírito Santo, ex-Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco e ex-Secretário Municipal de Defesa Comunitária de Caruaru (PE). Autoria: Senadores Pedro Taques, Armando Monteiro e Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião às nove horas e dezoito minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Pedro Taques,** Presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão de Segurança Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram.(Pausa)

Aprovada.

A presente reunião, Srs. Senadores, destina-se à apreciação dos itens de número 1 a 5, que já se encontram na pauta, sem prejuízo daqueles outros que V. Exª entenderem por bem trazer extrapauta. Antes de iniciar os trabalhos, gostaria de agradecer a presença do Senador Aloysio, do Senador Armando Monteiro e do Senador Ricardo Ferraço.

Muito obrigado. Esta reunião foi marcada no final da madrugada quase, às oito horas da manhã, em razão da necessidade da presença de muitos aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito que trata do caso Cachoeira, além de outros compromissos já firmados por cada um dos senhores. Quero agradecer a compreensão pela oportunidade de anteciparmos das 10 da manhã para as 8 horas da manhã e quero justificar a demora na marcação desta reunião. Depois de um longo e tenebroso inverno conseguimos marcar esta reunião da Subcomissão em razão de acontecimentos que são conhecidos de todos aqui e não cabe debatermos neste instante. Desta feita, sem maiores delongas, antes de iniciarmos a pauta, deixo a palavra em aberto para saber se algum dos Senadores gostaria de fazer alguma manifestação inicial. Peço a S. Exª o Senador Aloysio Nunes, como Vice-Presidente desta Comissão, se poderia nos dar a honra da presidência, substituindo-me aqui, para que eu possa relatar os projetos a mim distribuídos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Com a palavra o Senador Pedro Taques para apresentar o seu parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que acrescenta parágrafo único ao art. 123 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para definir que se aplicam as penas previstas no art. 121 do mesmo Código ao coautor ou partícipe do crime de infanticídio. Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, cada um dos Senadores membros desta Subcomissão recebeu – parece-me – de seis a oito projetos que tratam, por óbvio, da questão da segurança pública. E dentre esses projetos me foram remetidos oito, dos quais quase a metade é de projetos de alteração do Código Penal. Todos sabemos que existe uma Comissão Especial de Juristas, inclusive nós já ouvimos essa Comissão Especial de Juristas, que está a repensar o novo Código Penal para que nós possamos fazer a adequação desse Código com a realidade temporal em que vivemos. Dessa feita, esses

projetos de alteração do Código Penal, nós estamos dando a eles o destino de sobrestamento, conforme determina o Regimento Interno desta Casa. Aqui nós poderíamos, se assim V. Exª entender, discutir o prejuízo disso para os autores, porque, quanto ao projeto do novo Código Penal, em conversa com o Ministro Dipp, que preside a Comissão Especial, ele já deu conta ao Senado da República de que a Comissão apresentará o anteprojeto no dia 25 de junho agora Anteprojeto, no dia 25 de junho, agora, de 2012. Portanto, vejo despiciendo, como não razoável que nós continuemos, aqui na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e, mais especificamente, nesta Subcomissão de Segurança, relatando projetos de alteração do Código Penal. Vejo que o prejuízo não existiria para os autores desses projetos que se encontram em andamento aqui, se nós determinamos o sobrestamento e eles sejam juntados, entranhados nesse anteprojeto que aqui virá no dia 25. Por isso, passo a relatar os projetos que me foram distribuídos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Exª me permite um aparte muito breve? Nós tivemos uma experiência pretérita em uma subcomissão e precisamos tomar o cuidado – penso eu e submeto, naturalmente, esse juízo ao conjunto dos Senadores -, porque qualquer decisão da Subcomissão será, depois, submetida à Comissão de Constituição e Justiça. Seria de bom tom que conseguíssemos com o nosso Presidente Eunício que o mesmo Senador ou algum desses Senadores que acompanharam esses projetos aqui fossem relator desse projeto na Comissão de Constituição e Justiça, porque lá ele pode ser redistribuído para outro Senador que não participou do debate. Assim, todo o esforço feito na Subcomissão poderá ir para as calendas. Então, o sentido é apenas o de tentarmos um entendimento com o Senador Eunício Oliveira, que é sempre muito aberto, para que possamos, quem sabe, dar velocidade não apenas aqui, mas também no próprio âmbito da CCJ, porque tudo que aqui for decidido terá de ser deliberado pela Comissão. Apenas no sentido de dar celeridade aos trabalhos da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, como Presidente da Subcomissão, já iniciei essas tratativas com o Presidente da CCJ, o Senador Eunício, nesse sentido, porque, do contrário, incorreríamos no mesmo erro da Subcomissão Administrativa, quando um relator da Comissão debateu e, na CCJ, isso foi modificado.

Como Presidente da Subcomissão de Segurança tive essa preocupação e já a expressei ao Presidente da CCJ, o Senador Eunício.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Senador Pedro Taques, continuando o tema, se V. Exª me permite, para compreender bem a démarche que V. Exª está propondo. Ao propor o sobrestamento dessa matéria, nós estaríamos, de qualquer forma, apresentando um parecer sobre a proposição examinada pela Subcomissão e, desse modo, a autoria ficaria, de alguma forma, consignada.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Considero que isso seja importante, porque os projetos que apresentamos aqui, muitos deles são resultado de muita reflexão, muito estudo, de trabalho de assessorias, de consulta a pessoas de fora do Congresso, da sociedade. Acho que não seria correto que esse trabalho se dissolva no anonimato de um trabalho de uma subcomissão. Seria importante que fosse reconhecida a autoria dos projetos que forem aproveitados pela Subcomissão na elaboração do trabalho que apresentará ao Presidente Sarney.

Lembro-me do que ocorreu na Comissão que foi criada para estudar as matérias relacionadas à reforma política. Essas matérias foram examinadas por uma comissão presidida pelo Senador Dornelles, depois, enviadas ao Presidente Sarney para que desse início à tramitação formal, o envio da matéria à Comissão de Constituição e Justiça. Quando os projetos de lei ou projetos de emenda constitucional chegaram à Comissão de Constituição e Justiça, chegaram todos com a sua autoria descaracterizada, digamos assim. O autor de todos eles foi o Senador Sarney, o que só enobrece a proposição, mas, de qualquer maneira, eu que trabalhei muito sobre matéria de direito autoral, quando era Deputado Federal e, de alguma maneira, senti-me incomodado com aquilo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concordo inteiramente com V. Exª. Nós poderíamos, além desse debate, por ocasião do debate de cada um dos projetos na CCJ, dos projetos aqui debatidos que tratem de alteração do Código Penal

Do Senador Ferraço, solicitar ao Senador Eunício que seja mantida a mesma autoria e lá expor aos autores que isso será encaminhado a Comissão Especial de Juristas, porque a Comissão Especial de Juristas, nós precisamos ter essa conversa então, além da conversa com o Senador Eunício, com o Presidente do Senado para que a autoria do projeto do Novo Código Penal não seja autoria singular, mas seja uma autoria plural e penso que seja mais democrático.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) –Vamos prosseguir.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

I RELATÓRIO O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 113, de 2004, encontrava-se arquivado em razão do encerramento da Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, em 22 de dezembro de 2010. Posteriormente, o PLS voltou a tramitar em decorrência da aprovação do Requerimento nº 296, de 2011, que teve por primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres. Desta feita, a proposição vem a esta Subcomissão para exame, nos termos do art. 89, XII, do Regimento Interno do Senado Federal. O projeto propõe que o co-autor ou partícipe do crime de infanticídio deixe de ser punido pela pena reduzida prevista no próprio tipo penal do infanticídio – art. 123 do Código Penal (CP) – e passe a responder por homicídio – art. 121 do CP. Para tanto, insere um parágrafo único no mencionado art. 123 do CP, com a seguinte redação: "Quem prestar auxílio ou de qualquer modo concorrer para a conduta da puerperal, ou executar o crime a seu pedido, incidirá nas penas previstas no caput ou parágrafos do art. 121, na medida de sua culpabilidade." Pois bem, a Comissão especial de Juristas está tratando um tipo penal nesse sentido, uma cópia desse tipo penal.

Desta feita, Sr. Presidente, sem maiores delongas, ressaltando a importância do projeto apresentado pelo Senador Demóstenes, voto no seguinte sentido: III – VOTO

Pelo exposto, opino pelo sobrestamento, nos termos do art. 335 do Regimento Interno, do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2011. É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Vamos passar a deliberação. Os Srs. Senadores que concordam com a proposta do Senador Pedro Taques permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado. O item 2, projeto também não terminativo, que dá nova redação ao § 2º do art. 110 do Decreto 2848 de 1940 do Código Penal. Que trata da prescrição. Isso quer dizer, a prescrição não pode ter por ponto inicial data anterior ao recebimento da denúncia ou queixa. Autor: Senador Pedro Simon.

O Relator é o Senador Pedro Taques, a quem concedo a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigada, Sr Presidente.

Trata se do Projeto 199 de 2004. trava-se arquivado em razão do encerramento da sessão legislativa ordinária da 53ª Legislatura, em 22 de dezembro de 2010. Posteriormente, o PLS voltou a tramitar em decorrência da aprovação do Requerimento nº 323, de 2011, que teve por primeiro signatário o Senador Pedro Simon.

Desta feita, a proposição vem a esta Subcomissão para exame, nos termos do art. 89, XII, do Regimento Interno do Senado Federal. O projeto pretende extinguir a prescrição retroativa da ação penal, estabelecida pelo § 2° do art. 110 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal – CP). Para tanto, propõe seja modificado o texto desse dispositivo, nos seguintes termos: "A prescrição não pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou queixa."

Na justificação da proposta, o autor argumenta que a prescrição retroativa é privilégio injustificável para os delinqüentes e concorre para a impunidade que se verifica no País, pois torna ineficaz a aplicação da pena privativa de liberdade.

Nos mesmos termos relatados no item 1 da Pauta, a Comissão Especial de Juristas está tratando deste tema da extinção ou não da prescrição retroativa.

Desde logo quero manifestar a minha concordância com o mérito do projeto. Mas não é o caso aqui de nós debatermos o mérito, porque entendo que a prescrição retroativa, conforme disse aqui o Senador Pedro Simon, ao meu juízo, a seja um dos instrumentos de impunidade que existe no Brasil. A Comissão Especial de Juristas, ao apresentar o anteprojeto está tratando da alteração do art. 110. Assim, passo ao voto, Sr. Presidente:

Pelo exposto, opino pelo sobrestamento, nos termos do art. 335 do Regimento Interno desta Casa, do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2011. Pelo sobrestamento deste projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno desta Casa. É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Lembrando que este projeto de lei tramita no Senado desde 2004, matéria de alta indagação, controvertida a doutrina. Eu coloco a matéria em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Aprovado o requerimento de sobrestamento e a matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça. Item 3. Projeto de lei que também altera o Código Penal e a Lei 8.072, de 25 julho de 1990, para punir a prática de atos preparatórios tendentes à execução de homicídio e de crimes hediondos. Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relator: Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Vem a esta Subcomissão, para exame, nos termos do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 555, de 2011. O

PLS altera o art. 14 do Código Penal para possibilitar a punição do planejamento do crime, mediante previsão legal expressa.

Para tanto, define o crime planejado como o que, embora não tenha sua execução se iniciado, os atos preparatórios tenham sido praticados com o propósito inequívoco e potencial eficácia para a sua breve consumação. A punição para o planejamento seria a correspondente à do crime consumado, reduzida de dois terços. A tentativa, hoje punida com redução de um a dois terços em relação à pena da modalidade consumada, teria sua diminuição fixada entre um terço e metade da pena. Além disso, acresce o § 6º ao art. 121 do CP para estabelecer a punição a título de planejamento do homicídio simples e do homicídio qualificado. Noutro giro, insere o § 5º no art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prescrever a punição a título de planejamento para os crimes hediondos, a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo. Sr. Presidente, o cidadão que está a nos acompanhar pela TV Senado, pela Rádio Senado, é interessante que possamos expor que as alterações pontuais de uma legislação como o Código Penal não se afiguram como o melhor caminho, porque isso quebra o sistema de um Código. O Código é possível que ele tenha como Código Penal microssistemas: crimes contra a liberdade sexual, crimes contra a vida, crimes contra o patrimônio. Isso são microssistemas. Agora, as alterações pontuais, o que denomina de legislação de emergência, ou inflação legislativa, isto ao meu juízo não se afigura o melhor caminho. Este projeto do Senador Ciro Nogueira é muito importante. É importante para que possamos trazer tipos penais diferenciados que aqui no Brasil ainda não existem. Por exemplo, conspiração para a prática de crime, que é um crime previsto na legislação italiana e na legislação americana. Vou trazer um exemplo para os senhores: digamos que um Estado da federação esteja com uma autorização judicial fazendo uma interceptação telefônica de uma quadrilha que está a praticar tráfico de entorpecente. No momento da comunicação entre dois membros dessa organização criminosa, eles dizem o seguinte: "olha, eu acabei de comprar uma arma, registrei essa arma, estou pensando em matar o juiz x". Em tese, ele não comete nenhum crime. Não houve nenhum ato preparatório. A aquisição da arma foi lícita. Não se pune intenção, desde que o Ulpiano, em Roma, dizia o seguinte: pensar não paga tributo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Do jeito que as coisas vão no Brasil, daqui a pouco vai pagar também, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu concordo inteiramente com V. Exª. pensar, o sonhar também. A alteração do art. 14 muda a lógica do sistema penal nacional e passa-se a criminalizar condutas que tenham algo de concreto por óbvio porque o pensar não vai pagar tributo, espero que continue assim, não seja crime. Mas ele exterioriza tributo, espero que continue assim e não seja crime. Mas ele exterioriza atos nesse sentido. O mérito do projeto é muito bom, mas a comissão está pensando no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Apenas para entender melhor o exemplo que V. Exª dá. Quer dizer, quando alguém comunica a um compassa que está associado a ele em vários delitos, a intenção nesse caso de, mediante aquisição dessa arma, matar um juiz, ele de alguma forma está convidando o outro a participar da trama. É isso?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não. Ele não está convidando o outro para participar. Discordo de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Não, só quero entender onde o pensar tem consequência penal.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ok.

Aqui ele não está a pensar apenas. Ele manifestou atos exteriores, exteriorizou o seu pensar na aquisição da arma.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Entendi.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Agora, para que o receptor da conversa, o membro da organização b pudesse ter participação ele precisaria aquiescer com aquela conduta. É a teoria monística, que está sendo debatida no art. 29 do Código Penal. Isso está sendo debatido neste novo tipo, que recebe a denominação de conspiração para a prática de crimes. Então, em razão do debate feito pela Comissão Especial e ressaltando a importância, o mérito – quero parabenizar o Senador Ciro –, e isso será debatido ainda na Constituição e Justiça, opino pelo sobrestamento, nos termos do art. 335 do Regimento Interno desta Casa, Sr. Presidente. É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir.

Em votação. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de sobrestamento da matéria, oferecido como conclusão do parecer, que vai agora à Comissão de Constituição e Justiça.

Próximo item trata da Lei de Execução Penal. É o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2009, de autoria do Senador Demóstenes Torres. Pretende alterar a Lei de Execução Penal para prever, no caso de falta grave

cometida pelo condenado, a interrupção do período aquisitivo do livramento condicional. O Senador Pedro Taques é o relator e tem a palavra para apresentar o seu relatório.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem a esta comissão, nos termos do art. 89 do Regimento da Casa, o Projeto de Lei do Senado nº 51, de autoria do Senador Demóstenes. A proposição pretende alterar a redação do art. 131 da Lei de Execução Penal, para estabelecer o dispositivo com o seguinte teor, Sr. Presidente e Srs. Senadores: Parágrafo Único – Em caso de falta grave cometida pelo condenado, a contagem do prazo de cumprimento da pena para efeito do livramento condicional será interrompida. Na justificação da proposta, Srs. Senadores, argumenta o autor: as penalidades pelo cometimento da falta grave são muitas como forma de inibir futuras práticas ilícitas e orientar a individualização da pena. O condenado perde, por exemplo, todos os dias remitidos obtidos com o trabalho no sistema penitenciário. Regride do regime prisional na execução de sua pena e pode perder o direito a eventual indulto concedido por decreto presidencial.

Porém, a lei não prevê expressamente nenhum gravame quanto à obtenção do livramento condicional, na hipótese de cometimento de falta grave. Em outras palavras, o condenado pode incidir em uma daquelas condutas ilícitas previstas no art. 50 da Lei de Execução Penal e, mesmo assim, alcançar o referido benefício em curto espaço de tempo, conquistando a liberdade, embora tenha demonstrado a sua não readaptação ao convívio social. Diante da apontada lacuna, uma vez verificada a prática de falta grave, a jurisprudência tem admitido acertadamente a interrupção da contagem do prazo de cumprimento da pena para efeito do livramento condicional, reiniciando-se um novo período aquisitivo. Entendo que o mérito do projeto é muito bom, Sr. Presidente. Concordo com o mérito do projeto. É de bom tom afirmar que a Comissão Especial de Juristas, que trata do Código Penal, na parte geral, no art. 83, fala de livramento condicional, mas aqui a alteração é da Lei de Execução Penal. Por isso, não tem o mesmo destino dos projetos anteriormente relatados. Passo ao voto, Sr. Presidente.

Anteriormente relatados. Passo ao voto, Sr. Presidente. Diante, existe dissídio jurisprudencial, mas majoritariamente caminha no sentido, também, de interrupção do tempo. Por essas razões, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 51.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o relatório. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado. Aprovado o relatório favorável ao Projeto e agora a matéria vai á Comissão de Constituição e Justiça da Casa. O Senador Humberto Costa é autor do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2011. Não terminativo, que altera a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para estabelecer a identificação criminal mediante material genético e dá outras providências. Relator Senador Pedro taques tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem a esta Subcomissão para exame nos termos do art. 89, o Projeto de Lei do Senado nº 321, de autoria do Senador Humberto Costa. Em síntese, o Projeto pretende alterar o art. 5º da Lei 12.037, de 2009, para estabelecer a possibilidade de identificação criminal a incluir a coleta de material para obtenção de DNA, se houver a aquiescência do indiciado. Feita a coleta, sobrevindo à condenação, o material genético será armazenado em banco de dados próprio, senão será descartado. O referido banco de dados integrará a rede Infoseg, a cargo da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça. E traz no Projeto uma bela justificativa para a necessidade desse Projeto. Eu passo à análise, Sr. Presidente. A matéria trata de direito processual penal alterando o chamado Código de Processo Penal. Não há vícios de juridicidade ou constitucionalidade. Sr. Presidente, ressaltando mais uma vez o mérito desse Projeto, quero cumprimentar o Senador Humberto Costa por ele, no entanto a identificação do material genético e o armazenamento dos dados respectivos já foi objeto do PLS 93, também de 2011, aprovado no Senado e remetido à Câmara dos Deputados em 4 de outubro de 2011. O Projeto da lavra do Senador Ciro. A proposição aprovada restou ementada, da seguinte forma: altera a Lei nº 12.037, de 2009, para prever a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal e dá outras providências. O seu texto modifica o mesmo art. 5º, aqui tratado. Ademais, o Projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados, já foi aprovado na Câmara dos Deputados, na semana passada.

Pelo exposto, somos pelo arquivamento deste Projeto nº 321, de 2011, ressaltando mais uma vez a importância desse Projeto e parabenizando o Senador Humberto Costa pela sua apresentação. É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discus-

são. Em votação o relatório. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado. Aprovado o relatório que conclui pelo arquivamento do Projeto e a matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça da Casa. O Senador Pedro Taques pretende incluir extrapauta o Projeto de Lei do Senado nº 656, de 2011. Não terminativo, que dá nova redação ao art. 213, e acrescenta o art. 213, a, ao Decreto de Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal. Os Srs. Senadores concordam com a inclusão da matéria extrapauta? Feito isso, "a minha carruagem se transforma em abóbora" novamente, e passo a palavra ao Presidente titular do posto.

Muito obrigado, Senador Aloysio. Passo a palavra a S. Exª, o Senador Armando Monteiro, para relatar o projeto.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, companheiros, o projeto em tela, que é da Senadora Marta Suplicy, pretende promover o desmembramento do tipo penal estupro e a decorrente restituição do tipo penal atentado violento ao pudor, alterando, dessa forma, o texto da Lei nº 12.015, de 7 de agosto, que aglutinou essas duas tipificações. A justificativa da proposta é que, contrariamente ao almejado, a aglutinação produziu um efeito inverso ao pretendido. Ou seja, um aumento da impunidade. Independentemente do mérito da proposição, entendo que esse projeto deva ser apreciado junto com a proposta em fase de elaboração pela Comissão Especial de Juristas, até mesmo como um imperativo, porque essa revisão do Código, a meu ver, deve ter uma organicidade, uma coerência, quer dizer do próprio anteprojeto, o que desaconselha, vamos dizer assim, a aprovação de projetos de forma isolada.

Portanto, o nosso parecer também é pelo sobrestamento.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Armando. Coloco em discussão a matéria. (Pausa.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É apenas para lembrar um episódio, já distante no tempo, que ocorreu na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, quando uma proposta que veio a redundar...não sei se exatamente essa, mas o objetivo era o mesmo: a aglutinação dos dois tipos penais em um único.

O então Deputado Federal Ibrahim Abi-Ackel, que era relator quase permanente das matérias que tratavam de direito penal, previu que haveria realmente esse efeito perverso dessa aglutinação proposta, na época, e foi objeto da fúria desencadeada por muitos setores do movimento feminista. Mas a sua previsão infelizmente parece que se confirmou.

Eu queria fazer apenas esse registro histórico, em homenagem à clarividência do ex-Deputado e grande advogado até hoje, jurista Ibrahim Abi-Ackel.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Sim. Obrigado, Senador Aloysio.

A título de informação, a Comissão Especial de Juristas pensou nisso e está dividindo em estupro anal, estupro vaginal, estupro oral. Essas denominações, os nomes causarão grandes debates nesta Casa. Mas é exatamente como disse o Senador Armando: isso faz parte dos debates na Comissão Especial.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Desculpe. Pois não, Sr. Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vamos encerrar a reunião?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Como?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vamos encerrar a reunião?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Não. Estamos discutindo esse projeto e temos de votá-lo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão deste projeto.

Passo à votação.

Os Senadores que concordam com o projeto queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de sobrestamento da matéria, oferecido como conclusão do parecer.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não havendo mais projetos a serem debatidos, passo à fase dos requerimentos.

Srs. Senadores, passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, há poucos meses, o Governo Federal lançou, e esse lançamento resultou numa grande expectativa de uma ação estratégica pensada, planejada, com definição de investimentos em inteligência, para um plano de controle de nossas fronteiras.

Esse plano ficou conhecido popularmente como "Sentinela", um plano muito bem organizado, muito bem estruturado, que teve até então a participação, inclusive, do nosso sempre querido Ministro Nelson Jobim, Ministro da Defesa.

As drogas, o seu consumo e tráfico, estão no centro da criminalidade e da escalada da violência em nosso País. Essas drogas não são produzidas em nosso País, e grande parte delas são industrializadas a partir de insumos produzidos aqui, em nosso País.

São industrializadas a partir de insumos que são produzidos aqui em nosso País. Portanto há um intercâmbio, um fluxo permanente, entre o nosso País e países da América do Sul, possivelmente até países da América Latina, mas mais concentrado aqui na América do Sul.

E eu saudei, à época, com muito entusiasmo, o lançamento e a iniciativa desse programa. Pois bem, passados alguns meses me parece absolutamente adequado que nós possamos convidar as principais autoridades do Poder Executivo, do Governo Federal, para fazermos nesta subcomissão uma avaliação relacionada ao desdobramento deste programa por sua importância estratégica para o nosso País.

É o requerimento que verbalizo a V. Exª. É o requerimento para o qual peço apoio aos Senadores que compõem esta Subcomissão, que tem a tarefa de fazer um debate e propostas relacionadas a um tema tão caro à família brasileira, que é a segurança pública.

O SR. PRESIDENTE ( ) – Eu concordo com V. Exª, Senador Ricardo Ferraço.

No ano passado, como relator da Subcomissão Externa de Acompanhamento do chamado PAC da Segurança, o Presidente desta Subcomissão ...

Bom dia, Senador Pimentel. Seja bem vindo à nossa subcomissão.

O Presidente desta Subcomissão foi, porque ela já se extinguiu, o Senador Eduardo Braga, e fizemos o acompanhamento disso. O desembolso esses valores! É muito importante o requerimento de V. Exª. Eu peço que ele seja formalizado, nos termos regimentais, mas por economia processual, por economia no processo legislativo, eu coloco em debate o requerimento do Senador Ricardo Ferraço.

Não havendo mais quem queira debater, coloco em votação o requerimento do Senador Ricardo Ferraço.

Aqueles Senadores que concordarem com o requerimento queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de V. Exª.

Senhores, eu tenho, na pauta aqui, mais dois requerimentos que passo à leitura. São, os dois, requerimentos da minha lavra.

O primeiro deles. Requeiro, nos termos do artigo 93, do Regimento Interno, a realização de audiência pública nesta Subcomissão para tratar do problema da violência e do alarmante e crescente número de homicídios no País, buscando conhecer o trabalho e a experiência dos agentes que atuam na investigação e ação penal dos crimes de homicídio.

Pretendemos reconhecer os entraves legislativos que podem ser sanados de forma a colaborar com a resposta eficiente do Estado a esse grave problema.

Recentemente, o mapa da violência no Brasil, de 2012, traz dados estarrecedores. A taxa média de homicídios em nosso País é de 26 homicídios por cem mil habitantes. E, somente na primeira década do novo milênio, foram praticados 538.324 homicídios.

Apenas nos anos de 2004 a 2007, no Brasil, País sem disputas territoriais, sem movimentos emancipatórios, sem guerras civis, sem enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos, morreram mais pessoas 192.804 vítimas de homicídios do que nos dois maiores conflitos armados no mundo. Houve também aumento vertiginoso dos homicídios cometidos contra as mulheres.

Esse grave mal nacional demanda a superação de uma série de desafios: elucidação dos casos, papel da polícia, legislação penal, se é adequada ou não, articulação integrada dos sistemas de segurança pública, compreensão das razões sociológicas da criminalidade, dentre outras medidas necessárias para a concretização de políticas públicas que possam, efetivamente, diminuir esse problema para padrões civilizados.

Nesse contexto, considerando os objetivos desta Subcomissão, é preciso debater com especialistas que unam formação teórica e atividade prática, e eu gostaria de ressaltar isso, "e atividade prática", para que nós possamos fugir um pouco das discussões filosóficas — e atividades práticas, no enfrentamento do problema para que, tendo horizonte da realidade brasileira, sejam colhidos subsídios úteis para a apresentação de propostas legislativas e a articulação de políticas públicas que tragam resultados efetivos.

Assim, considerando que os indicados no requerimento, e faço alusão a eles daqui a pouco, todos reúnem essas qualidades.

Eu indico, sem prejuízo de que S. Exªs possam trazer outros nomes, as seguintes autoridades: Taís Ferraz, ela é Juíza Federal, conselheira do Conselho Nacional do Ministério Publico, Coordenadora do Grupo de Persecução Penal

O Conselho Nacional do Ministério Público, coordenadora do grupo de persecução penal da estratégia nacional de segurança pública – ENASP.

A Drª Thais que preside esse grupo que é forma pelo Conselho Nacional de MP, Conselho Nacional de Justiça e Ministério da Justiça estabelecer uma meta, esta meta os inquéritos de homicídios aberto até 2007, que estavam paralisados, naquele momento em que foi traçada está estratégia importava em 146 mil inquéritos de homicídios sobrestados paralisados. E esta meta o prazo a elaboração de denúncias, arquivamentos desses inquéritos se encerrou no mês de abril.

Então, seria interessante que ele aqui viesse para que nós pudéssemos ouvir o trabalho desta estratégia nacional de segurança pública.

O Dr. Juarez Estevão Xavier Tavares, que é Subprocurador-Geral da República, Professor de Direito Penal, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e Pós-doutor pela Universidade de Frankfourt, na Alemanha, que vai trazer ao meu juízo a questão doutrinária.

O Dr. Luiz Carlos dos Santos Gonçalves que é Relator do Código Penal da Comissão Especial de Juristas para que possamos fazer enfrentamento, se a prática, a doutrina e a legislação que está sendo pensada possa surtir os resultados que nós todos queremos.

Este é o requerimento sem prejuízo a de que outros nomes possam ser indicados.

Passo à discussão do requerimento.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira, por gentileza.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco. PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu acho muito oportuno esse requerimento de V. Exª, a realização de audiência pública que pretende punir reflexão teórica, operação do direito e a prática no combate à criminalidade que eu chamei de homicídio.

E eu queria sugerir o convite ao Secretário da Segurança do Estado de São Paulo, o Dr. Antônio Ferreira Pinto, que, já há seis anos ou um pouco mais, é o Secretário da Segurança do meu Estado.

Dr. Antônio Ferreira Pinto é Procurador de Justiça do Estado, foi Secretário de Assuntos Penitenciários e naquele momento difícil em que houve a rebelião comandada pelo PCC e é o atual Secretario da Segurança Pública, já desde aquela época do Governo ???.

O Estado de São Paulo vem colocando em prática uma política de segurança que tocante aos homicídios tem apresentado um excelente resultado, no sentido de uma redução bastante acentuada que em dez anos a taxa de homicídio foi reduzida em mais da metade, e hoje é a metade da taxa de homicídio média no País.

Então, eu sugiro o convite ao Dr. Ferreira Pinta para que ele possa expor aqui na nossa Comissão o que está sendo feito em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. PDT – MT) – Muito obrigado Senador Aloyio Ferreira Nunes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco. PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. PDT – MT) –Passo a palavra ao nobre Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco. PMDB – ES) – Além de concordar com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, porque o caso de São Paulo é um caso muito exitoso, exitoso com dados concretos, com resultados efetivos na diminuição dos homicídios, tornou-se, na prática, uma grande referência para o País o trabalho conduzido pelo Dr. Ferreira Pinto. Mas eu gostaria de tomar a liberdade para também incluir nesta lista o Dr. Rodney Miranda.

O Dr. Rodney Miranda é Delegado da Polícia Federal foi Secretário de Estado da Segurança no Estado de Pernambuco, foi Secretário de Estado de Segurança, no Estado do Espírito Santo, homem que tem além de um conhecimento doutrinário e teórico muito bom, muito consistente, tem também uma visão muito prática, porque operou no dia a dia com todos esses temas.

Então, eu submeto à apreciação dos pares desta Comissão o nome do Dr. Rodney Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

O SR. – Sr. Presidente, eu quero também ...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. PDT – MT) – Senador ...

O SR. – ...uma vez dizer que louvo a iniciativa do requerimento de V. Exª, eu gostaria de sugerir já ditando o requerimento a presença do requerimento do Senador Leandro Piquet Carneiro, que tem se destacado estudioso desses temas, inclusive coordenou uma pesquisa sobre vitimização em São Paulo, portanto, é alguém que tem realmente, indiscutivelmente, uma contribuição a dar a esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. PDT – MT) – Eu acato, eu entendo que todos os nomes sugeridos são excelentes. Eu conheço o trabalho dos três aqui citados naquele evento famoso em São Paulo, penso no dia 15 dos três aqui citados naquele evento famoso em São Paulo, penso, no dia 15 de maio de 2006, e eu me encontrava no exercício das minhas funções, como Procurador da República, em São Paulo, e conheço a situação do Dr. Leandro Piquet e Dr. Rodinei. Eu fui Procurador da República junto com ele, Rodinei, no caso Sudam. Ele foi um dos grandes delegados de polícia desse caso e, posteriormente, na Força Especial de

Segurança, no Espírito Santo, na época da chamada Scuderie Le Cocq. São nomes excelentes.

Eu tenho apenas uma dúvida e vou externá-la. Tenho outro requerimento aqui que trata da segurança pública como um todo, não especificamente homicídio. Eu vou fazer a leitura e aí nós debateremos, se assim os senhores assim entenderem, esses três nomes, e em qual das audiências públicas.

Passo a fazer a leitura do segundo requerimento, sem prejuízo de que possamos votar cada um deles em separado. Mas, aí, eu penso que um deles poderia encaixar essas autoridades aqui citadas.

Esse segundo requerimento, nesta audiência pública, tem o objetivo de colher...

Deu conta o Senado da República que vai apresantar a Comissão apresentará o anteprojeto no dia 25 de junho agora de 2012, portanto, eu vejo como dispiciendo, como não razoável que nós continuemos aqui na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, particulamente nesta Comissão de Segurança relatando projeto de alteração do Código Penal. O prejuízo vejo que não existiria para os autores desses projetos que já se encontram em andamento aqui se nós a determinarmos o sobrestamento e eles sejam juntados entranhados nesse anteprojeto que aqui virá no dia 25.

Por isso, eu passo a relatar os projetos que foram distribuídos.

V. Exª me permite um aparte? Serei muito breve. Nós tivemos uma experiência pretérita em uma sucomissão e precisamos tomar o cuidado, acho eu, e submeto naturalmente esse juízo ao conjunto dos Senadores, porque qualquer decisão da subcomissão é submetida à comissão de Constituição e Justiça. Seria de bom tom que talvez conseguíssemos com o nosso Presidente Eun[icio que o mesmo Senador ou algum desses Senadores que acompanharam esses projetos aqui fossem relatores desse projeto na Comissão de Constituição e Justiça porque lá ele pode ser redistribuído para um outro Senador que não participou do debate. E aí todos o esforço feito na subcomissão pode ir para as calendas. Então, é o sentido é apenas de tentarmos um entendimento com o Senador Eunício Oliveira, que é sempre muito aberto, para que nós pudéssemos que msabe dar velocidade não apenas aqui mas também no próprio âmbito da CCJ porque tudo aquilo que for decidido terá que ser deliberado pela comissão apenas no sentido de celeridade dos trabalhos da subcomissão.

Senador Pedro Taques.

Sim.,como Presidente da Subcomissão, eu já iniciei essas tratativas com o Presidente da CCJ, o Senador Eunício nesse sentido, porque senão nós incorreríamos no mesmo erro da sucomissão administrativa em que houve um relator na Comissão que debateu e aqui e lá na CCJ isso foi modificado. Essa a preocupação como Presidente da Subcomissão de Segurança eu tive já expressei a preocupação ao Presidente da CCJ, ao Senador Eunício.

Senador Pedro Taques, continuando no tema, se V. Exª me permite, para compreender bem a démarche que V. Exª esetá propondo aqui, ao propor o sobretamento desta matéria, nós estaríamos de qualquer forma apresentando um parecer sobre a proposição examinada pela Subcomissão.

Sim.

E, desse modo a autoria ficaria de alguma forma consiganda.

Sim.

Considero que isso é importante, porque muitos projetos que apresentamos aqui são resultado de muita reflexão, de muito estudo de trabalho de assessorias, de consulta a pessoas de fora, enfim, do congresso, da sociedade e acho que não seria correto que esses trabalho se dissolvesse no anonimato de um trabalho de uma subcomissão que seria importante que fosse reconhecida a autoria daqueles projetos que fossem aproveitados pela subcomissão na elaboração do trablaho que apresentaraá ao Senador, ao Presidente Sarney, porque eu me lembro da Comissão do que ocorreu na Comissão que foi criada para estudar as matérias que relacionadas á reforma política. Essas matérias foram examinadas por uma comissão presidida pelo Senador Dornelles, depois enviadas ao Presidente Sarney para que desse início á tramitação formal, com o envio das matérias à Comissão de Constituição e Justiça. Quando os projetos de lei, os projetos de emenda constitucional chegaram à Comissão de Justiça, chegaram já com a sua autoria descaracterizada. O autor de todos eles foi o Senador Sarney, o que só enobrece a proposição. De qualquer maneira, eu que trabalhei muito sobre matéria de direito autoral quando era Deputado Federal de alguma maneira me senti incomodado com aquilo.

Concordo inteiramente com V. Exª. Nós poderíamos, além desse debate por ocasião do debate de cada um dos projetos... Além desse debate, por ocasião do debates de cada um desses projetos lá na CCJ os projetos aqui debatidos que tratam da alteração do Código Penal acatar a sugestão do Senador Ferraço, solicitar ao Senador Eunício que seja mantida a relatoria e lá expor aos autores que isso será encaminhado à Comissão Especial de Juristas porque essa Comissão Especial de Juristas nós precisamos ter essa conversa então além da conversa com o Senador Eunicio, com o Presidente do Senado para que a autoria do projeto

do novo Código Penal não seja autoria singular, mas que seja plural. E penso que seja mais democrático.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Vamos prosseguir então.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 113, de 2004, encontrava-se arquivado em razão do encerramento da Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, em 22 de dezembro de 2010. Posteriormente, o PLS voltou a tramitar em decorrência da aprovação do Requerimento nº 296, de 2011, que teve por primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres.

Desta feita, a proposição vem a esta Subcomissão para exame, nos termos do art. 89, XII, do Regimento Interno do Senado Federal. O projeto propõe que o co-autor ou partícipe do crime de infanticídio deixe de ser punido pela pena reduzida prevista no próprio tipo penal do infanticídio – art. 123 do Código Penal (CP) – e passe a responder por homicídio – art. 121 do CP. Para tanto, insere um parágrafo único no mencionado art. 123 do CP, com a seguinte redação: "Quem prestar auxílio ou de qualquer modo concorrer para a conduta da puérpera, ou executar o crime a seu pedido, incidirá nas penas previstas no caput ou parágrafos do art. 121, na medida de sua culpabilidade."

Pois bem, a comissão especial de juristas está tratando de um tipo penal nesse sentido; uma cópia desse tipo penal.

Dessa feita, Sr. Presidente, sem maiores delongas, ressaltando a importância do projeto apresentado pelo senador Demóstenes, voto no seguinte sentido: Pelo exposto, opino pelo sobrestamento, nos termos do art. 335 do Regimento Interno, do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2011.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Vamos passar à deliberação.

Os srs. Senadores que concordam com a proposta do Senador Pedro Taques queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

O Item 2 é projeto também não terminativo que dá nova redação ao parágrafo segundo do artigo 110 do decreto-lei 2.848, de 1940, Código Penal, que trata da prescrição. A prescrição não pode ter por termo inicial data anterior ao recebimento da denúncia ou queixa. O autor é o Senador Pedro Simon e o Senador Pedro Taques é o Relator da matéria, a quem concedo a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 199, de 2004, encontrava-se arquivado em razão do encerramento da Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, em 22 de dezembro de 2010. Posteriormente, o PLS voltou a tramitar em decorrência da aprovação do Requerimento nº 323, de 2011, que teve por primeiro signatário o Senador Pedro Simon.

Desta feita, a proposição vem a esta Subcomissão para exame, nos termos do art. 89, XII, do Regimento Interno do Senado Federal. O projeto pretende extinguir a prescrição retroativa da ação penal, estabelecida pelo § 2° do art. 110 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal – CP). Para tanto, propõe seja modificado o texto desse dispositivo, nos seguintes termos: "A prescrição não pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou queixa."

Na justificação da proposta, o autor argumenta que a prescrição retroativa é privilégio injustificável para os delinqüentes e concorre para a impunidade que se verifica no País, pois torna ineficaz a aplicação da pena privativa de liberdade.

Nos mesmos termos relatados no Item 1 da pauta, Sr. Presidente, a comissão especial de juristas está tratando deste tema da extinção ou não da prescrição retroativa.

Desde logo quero manifestar minha concordância do mérito do projeto, embora não seja o caso aqui de debatermos o mérito, porque entendo que a prescrição retroativa, conforme disse aqui o senador Pedro Simon, a meu juízo, seja um dos instrumentos de impunidade no Brasil. A comissão especial de juristas ao apresentar o anteprojeto está tratando da alteração do artigo 110. assim, passo ao voto, Sr. Presidente.

tratando da alteração do art. 110.

Assim, passo ao voto.

Pelo exposto, opino pelo sobrestamento desse projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno desta Casa..

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloyso Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Lembro que esse projeto de lei tramita no Senado desde 2004. É matéria de alta indagação, controvertida, a doutrina...

Coloco a matéria em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento de sobrestamento, a matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Item 3.

Projeto de Lei do Senado nº 555/2011, que também altera o Código Penal e a Lei 8.072, de 25 de

julho de 1990, para punir a prática de atos preparatórios tendentes a execução de homicídios e de crimes hediondos.

O autor é o Senador Ciro Nogueira e o relator é o Senador Pedro Taques.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques para proferir o relatório.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vem a esta Comissão, para exame, nos termos do art. 89 do nosso Regimento, o Projeto de Lei do Senado nº 555, de 2011.

O projeto altera o art. 14 do Código Penal para possibilitar a punição do planejamento do crime mediante previsão legal expressa. Para tanto, define o crime planejado como o que, embora não tenha sua execução se iniciado, os atos preparatórios tenham sido praticados com o propósito inequívoco e potencial eficácia para sua breve consumação.

A punição para o planejamento seria corresponde à do crime consumado, reduzida de dois terços. A tentativa, hoje punida com redução de um a dois terços em relação á pena da modalidade consumada, teria sua diminuição fixada ente um terço e metade da pena.

Além disso, acresce o § 6º ao art. 121 do Código Penal para estabelecer a punição, a título de planejamento, do homicídio simples e do homicídio qualificado. Noutro giro, insere o § 5º no art. 2º da Lei 8.072, de 1990, para prescrever a punição, a título de planejamento, para os crimes hediondos: a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes, drogas, armas e terrorismo.

Sr. Presidente, ao cidadão que está a nos acompanhar pela TV Senado, pela Rádio Senado, é interessante que nós possamos expor-lhe que as alterações pontuais de uma legislação como o Código Penal não se afiguram como o melhor caminho, porque isso quebra o sistema de um código. É possível que o código tenha, como o Código Penal, microssistemas – crimes contra a liberdade sexual, crimes contra a vida, crimes contra o patrimônio. Isso são microssistemas. Agora, as alterações pontuais, o que se denomina de legislação de emergência ou inflação legislativa, isso, a meu juízo não se afigura o melhor caminho.

Esse projeto do Senador Ciro Nogueira é muito importante. Ele é importante para que possamos trazer tipos penais diferenciados que ainda não existem no Brasil. Por exemplo, conspiração para a prática de crime, que é um crime previsto na legislação italiana e na legislação americana.

Vou trazer um exemplo para os senhores. Digamos que determinado Estado da Federação esteja, com autorização judicial, fazendo uma interceptação telefônica de uma quadrilha que está a praticar tráfico de entorpecentes.

No momento de comunicação entre dois membros dessa organização criminosa eles dizem o seguinte: “Olha, eu acabei de comprar uma arma, registrei essa arma. Estou pensado em matar o juiz X”.

Em tese, ele não comete nenhum crime. Não houve nenhum ato preparatório, porque a aquisição da arma foi lícita. Não se pune intenção, desde que Ulpiano em Roma, dizia o seguinte: “Pensar não paga tributo”.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira) – Do jeito que as cosas vão no Brasil, daqui a pouco vai pagar também, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está certo. Eu concordo inteiramente com V. Exª. O pensar e o sonhar também. ..

A alteração do art. 14 muda a lógica do sistema penal nacional e passa se a criminalizar condutas que tenham algo de concreto por óbvio

a criminalizar condutas que tenham algo de concreto, por óbvio, porque o pensar não vai pagar tributo – espero que continue assim e não seja crime –, mas ele exterioriza atos neste sentido.

O mérito do projeto é muito bom, mas a Comissão está pensando no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Apenas para entender melhor o exemplo que V. Exª dá. Quando alguém comunica a um comparsa que está associado a ele em vários delitos a intenção, nesse caso, de, mediante a aquisição dessa arma, matar um juiz, ele, de alguma forma, está convidando o outro a participar da trama. É isso?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, ele não está convidando o outro a participar. Eu discordo de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Não, eu só quero entender...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ah, sim!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – ... onde o pensar tem consequência penal.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ok.

Aqui, ele não está a pensar apenas; ele manifestou atos exteriores, exteriorizou seu pensar na aquisição da arma.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Ah, entendi.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Agora, nós, para que esse, o receptor da conversa, o membro da organização criminosa “b” pudesse ter participação, ele precisaria aquiescer com aquela conduta. É a teoria monística, que está sendo debatida no art.

29 do Código Penal. Isso está sendo debatido nesse novo tipo que recebe a denominação de conspiração para a prática de crimes.

Então, em razão do debate feito pela Comissão Especial, ressaltando a importância, o mérito – quero parabenizar o Senador Ciro, mas isso será debatido na Comissão de Constituição e Justiça –, opino pelo sobrestamento, nos termos do art. 335 do Regimento Interno desta Casa, Sr. Presidente.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

Coloco a matéria em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de sobrestamento da matéria, oferecido como conclusão do parecer, que vai agora à Comissão de Constituição e Justiça.

Bem, o próximo item trata da Lei de Execução Penal. É o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2009, de autoria do Senador Demóstenes Torres. Pretende alterar a Lei de Execução Penal para prever, no caso de falta grave cometida pelo condenado, a interrupção do período aquisitivo do livramento condicional.

O Senador Pedro Taques é o Relator e tem a palavra para apresentar o seu relatório.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem a esta Comissão, nos termos do art. 89 do Regimento da Casa, o Projeto de Lei do Senado nº 51, de autoria do Senador Demóstenes.

A proposição pretende alterar a redação do art. 131 da Lei de Execução Penal para estabelecer um dispositivo com o seguinte teor, Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Parágrafo único. Em caso de falta grave cometida pelo condenado, a contagem do prazo de cumprimento da pena para efeito do livramento condicional será interrompida.

Na justificação da proposta, Srs. Senadores, argumenta o autor:

As penalidades pelo cometimento da falta grave são muitas como forma de inibir futuras práticas ilícitas e orientar a individualização da pena. O condenado perde, por exemplo, todos os dias remidos obtidos com o trabalho no sistema penitenciário, regride do regime prisional na execução de sua pena e pode perder o direito a eventual indulto concedido por decreto presidencial.

Porém, a lei não prevê expressamente nenhum gravame quanto à obtenção do livramento condicional na hipótese de cometimento de falta grave. Em outras palavras, o condenado pode incidir em uma daquelas condutas ilícitas previstas no art. 50 da Lei de Execução Penal e, mesmo assim, alcançar o referido benefício em curto espaço de tempo, conquistando a liberdade, embora tenha demonstrado a sua não readaptação ao convívio social.

Diante da apontada lacuna, uma vez verificada a prática de falta grave, a jurisprudência tem admitido, acertadamente, a interrupção da contagem do prazo de cumprimento da pena para efeito do livramento condicional, reiniciando-se um novo período aquisitivo.

Entendo que o mérito do Projeto é muito bom, Sr. Presidente, concordo com o mérito do Projeto, é de bom tom afirmar que a Comissão Especial de Juristas que trata do Código Penal, o Código Penal, na Parte Geral, no art. 83, fala do livramento condicional, mas aqui a alteração é da Lei de Execução Penal. Por isso, não tem o mesmo

Aqui a alteração é da Lei de Execução Penal, por isso não tem o mesmo destino dos projetos anteriormente relatados.

Eu passo ao voto, Sr. Presidente.

Diante... Existe dissídio jurisprudencial, mas, majoritariamente, caminha no sentido também de interrupção do tempo.

Por essas razões, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 51.

É o relatório, Sr.Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação do relatório.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório favorável ao projeto e agora a matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

O Senador Humberto Costa é Autor do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2011, não terminativo, que altera a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para estabelecer a identificação criminal mediante material genético e dá outras providências.

Relator: Senador Pedro Taques, que tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem a esta Subcomissão, para exame, nos termos do art. 89, o Projeto de Lei do Senado nº 321, de autoria de S. Exª, o Senador Humberto Costa.

Em síntese, o Projeto pretende alterar o art. 5º da Lei nº 12.037, de 2009, para estabelecer a possi-

bilidade de identificação criminal a incluir a coleta de material para obtenção de DNA, se houver aquiescência do indiciado.

Feita a coleta, sobrevindo a condenação, o material genético será armazenado em banco de dados próprio, se não, será descartado. Referido banco de dados integrará a Rede Infoseg, a cargo da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

Traz no projeto uma bela justificativa para a necessidade desse projeto.

Passo à análise, Sr. Presidente.

A matéria trata de Direito Processual Penal, alterando o chamado Código de Processo Penal.

Não há vícios de juridicidade ou constitucionalidade.

No entanto, Sr. Presidente – ressaltando mais uma vez o mérito deste projeto, quero cumprimentar o Senador Humberto Costa por ele – a identificação de material genético e o armazenamento dos dados respectivos já foi objeto do PLS 93, também de 2011, aprovado no Senado e remetido à Câmara dos Deputados em 4 de outubro de 2011, o projeto da lavra do Senador Ciro.

A proposição aprovada restou ementada da seguinte forma: "Altera a Lei 12.037, de 2009, para prever a coleta de perfil genético como forma de identificação Criminal, e dá outras providências".

O seu texto modifica o mesmo art. 5º aqui tratado. Ademais, o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados na semana passada.

Pelo exposto, somos pelo arquivamento deste Projeto 321, de 2011, ressaltando mais uma vez a importância desse projeto e parabenizando o Senador Humberto Costa por sua apresentação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Está em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o relatório que conclui pelo arquivamento do projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

O Senador Pedro Taques pretende incluir extrapauta o Projeto de Lei do Senado 656, de 2011, não terminativo, que dá nova redação ao artigo 213 e acrescenta o artigo 213-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Os Senadores concordam com a inclusão da matéria extrapauta? (Pausa.)

Feito isso, a minha carruagem se transforma em abóbora novamente e eu passo a palavra ao Presidente titular do posto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Armando Monteiro, para relatar o projeto.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, companheiros, o projeto em tela da Senadora Marta Suplicy pretende promover o desmembramento do tipo penal "estupro" e a decorrente restituição do tipo penal "atentado violento ao poder", alterando, dessa forma, o texto da Lei 12.015, de 7 de agosto, que aglutinou essas duas tipificações.

A justificativa da proposta é que, contrariamente ao almejado, a aglutinação produziu um efeito inverso ao pretendido, ou seja, um aumento da impunidade.

Independentemente do mérito da proposição, eu entendo que esse projeto deva ser apreciado junto com a proposta em fase de elaboração pela Comissão Especial de Juristas, até mesmo como um imperativo de que essa revisão do Código, a meu ver, tenha uma organicidade, uma coerência com o próprio anteprojeto, o que desaconselha, vamos dizer, a aprovação de projetos de forma isolada.

Portanto, o nosso parecer também é pelo sobrestamento.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Armando.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas para lembrar um episódio já distante no tempo que ocorreu na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, quando uma proposta veio a redundar – não sei se é exatamente esta, mas o objetivo era o mesmo – na aglutinação dos dois tipos penais em um único.

O então Deputado Federal Ibrahim Abi-Ackel, que era relator quase permanente das matérias que tratavam de Direito Penal, previu que haveria realmente esse efeito perverso dessa aglutinação proposta na época. Isso foi objeto da fúria desencadeada por muitos setores do movimento feminista, mas a sua previsão, infelizmente, parece que se confirmou.

Eu queria apenas fazer esse registro histórico em homenagem à clarividência do ex-Deputado, grande advogado até hoje e jurista, Ibrahim Abi-Ackel.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Senador Aloysio.

A título de informação, a Comissão Especial de Juristas pensou nisso e está dividindo em estupro anal, estupro vaginal e estupro oral. Essas denominações, os nomes jurídicos, penso eu, causarão grandes debates nesta Casa, mas, exatamente como disse o Senador Armando, isso faz parte dos debates da Comissão Especial.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Pois não, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vamos encerrar a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Como?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vamos encerrar a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Não, não. Nós estamos discutindo o projeto e temos que votá-lo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão deste projeto.

Passo à votação.

Os Senadores que concordam com o projeto queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de sobrestamento da matéria oferecido como conclusão do parecer.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não havendo mais projetos a serem debatidos, passo à fase dos requerimentos.

Srs. Senadores, passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, há alguns meses, o Governo Federal lançou... Esse lançamento resultou numa grande expectativa de uma ação estratégica pensada, planejada, com definição de investimentos em inteligência para um plano de controle de nossas fronteiras. Esse plano ficou conhecido popularmente como Sentinela, um plano muito bem organizado, muito bem estruturado, que contou, até então, com a participação inclusive do nosso sempre querido Ministro Nelson Jobim, Ministro da Defesa.

As drogas, o consumo das drogas, o tráfico de drogas está no centro da criminalidade e da escalada da violência em nosso País. Essas drogas não são produzidas em nosso País e grande parte dessa... Não são produzidas em nosso País. E grande parte dessas drogas são industrializadas a partir de insumos que são produzidos aqui no nosso País. Portanto, há um intercâmbio, um fluxo permanente entre o nosso País e países da América do Sul – possivelmente até países da América Latina, mas mais concentrado aqui na América do Sul. E eu saudei, à época, com muito entusiasmo o lançamento e a iniciativa desse programa.

Pois bem. Passados alguns meses, me parece absolutamente adequado que nós possamos convidar as principais autoridades do Poder Executivo, do Governo Federal para fazermos, nesta Subcomissão, uma avaliação relacionada ao desdobramento desse programa por sua importância estratégica para o nosso País.

É o requerimento que verbalizo a S.Exª e para o qual peço o apoio dos Senadores que compõem esta Subcomissão, que têm a tarefa de fazer um debate e propostas relacionadas a um tema tão caro à família brasileira que é a segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Eu concordo com V. Exª, Senador Ricardo Ferraço. Ano passado, como Relator da Subcomissão Externa de Acompanhamento do chamado PAC da Segurança, o Presidente desta Subcomissão – bom-dia, Senador Pimentel, seja bem-vindo à nossa Subcomissão! – que já se extinguiu, foi o Senador Eduardo Braga e fizemos o acompanhamento disso, o desembolso desses valores.

É muito importante o requerimento de V. Exª. Eu peço que ele seja formalizado nos termos regimentais, mas, por economia processual, economia no processo legislativo, eu coloco em debate o requerimento do Senador Ricardo Ferraço. (Pausa.)

Não havendo quem queira debater, coloco em votação o requerimento do Senador Ricardo Ferraço.

Aqueles Senadores que concordarem com o requerimento queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de V. Exª.

Senhores, eu tenho na pauta mais dois requerimentos e passo à leitura. Os dois são da minha lavra.

Primeiro: Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno, a realização de audiência pública nesta Subcomissão para tratar do problema da violência e do alarmante e crescente número de homicídios no País.

Buscando conhecer o trabalho e a experiência dos agentes que atuam na investigação e ação penal dos crimes de homicídio, pretendemos reconhecer os entraves legislativos que podem ser sanados de forma a colaborar com a resposta eficiente do Estado a esse grave problema.

Recentemente o Mapa da Violência no Brasil de 2012 traz dados estarrecedores. A taxa média de homicídios em nosso País é de 26 homicídios por 100

mil habitantes. E somente na primeira década do novo milênio foram praticados 538.324 homicídios. Apenas nos anos de 2004 a 2007, no Brasil, País sem disputas territoriais, sem movimentos emancipatórios, sem guerras civis, sem enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos, morreram mais pessoas – 192.804 – vítimas de homicídios que nos dois maiores conflitos armados no mundo.

Houve também aumento vertiginoso dos homicídios cometidos contra as mulheres. Esse grave mal nacional demanda a superação de uma série de desafios: elucidação dos casos, papel da polícia, legislação penal, se é adequada ou não, articulação integrada dos sistemas de segurança pública, compreensão das razões sociológicas da criminalidade, dentre outras medidas necessárias para a concretização de políticas públicas que possam efetivamente diminuir esse problema para padrões civilizados.

Nesse contexto, considerando os objetivos desta Subcomissão, é preciso debater com especialistas que unam formação teórica e atividade prática – eu gostaria de ressaltar isto: atividade prática para que nós possamos fugir um pouco das discussões filosóficas – repito: atividade prática no enfrentamento do problema para que, tendo horizonte da realidade brasileira, sejam colhidos subsídios úteis para apresentação de propostas legislativas e articulação de políticas públicas que tragam resultados efetivos.

Assim, considerando que os indicados no requerimento a que farei alusão daqui a pouco, todos reúnem essas qualidades, eu indico, sem prejuízo de que S.Exªs possam trazer outros nomes, as seguintes autoridades: Taís Ferraz, Juíza Federal

Taís Ferraz, juíza federal, conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público, coordenadora do grupo de persecução penal da Estratégia Nacional de Segurança Pública (Enasp). A Drª Taís, que preside esse grupo, que é formado pelo Conselho Nacional do MP, Conselho Nacional de Justiça e Ministério da Justiça, estabeleceu uma meta: os inquéritos de homicídios abertos até 2007, que estavam paralisados naquele momento em que foi traçada essa estratégia, importavam em 146 mil inquéritos de homicídios sobrestados paralisados e esta meta, o prazo para elaboração de denúncias e arquivamentos desses inquéritos se encerrou no mês de abril. Então, seria interessante que ela aqui viesse para que pudéssemos ouvir o trabalho dessa Estratégia Nacional de Segurança Pública.

O Dr. Juarez Estevam Xavier Tavares, que é Subprocurador-Geral da República, Prof. de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pós-Doutor pela Universidade de Frankfurt, na Alemanha, vai trazer, a meu juízo, a questão doutrinária; o Dr. Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, que é Relator do Código Penal, da Comissão Especial de Juristas, para que possamos fazer o enfrentamento se a prática, a doutrina e a legislação que está sendo pensada possa surtir os resultados que nós todos queremos.

Esse é o primeiro requerimento, sem prejuízo de que outros nomes possam ser indicados.

Passo à discussão do requerimento.

Senador Aloysio, por gentileza.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) Sr. Presidente, acho muito oportuno esse requerimento de V. Exª para realização dessa audiência pública que pretende unir reflexão teórica, operação do direito e a prática no combate à criminalidade, especialmente homicídio.

Queria sugerir o convite ao Secretário de Segurança do Estado de São Paulo Dr. Antonio Ferreira Pinto, que já há 6 anos ou pouco mais é o Secretário de Segurança do meu Estado.

Dr. Antonio Ferreira Pinto é Procurador de Justiça do Estado, foi Secretário de Assuntos Penitenciários naquele momento difícil em que houve a rebelião comandada pelo PCC e é o atual Secretário de Segurança Pública, desde o Governo Claudio Leme.

O Estado de São Paulo vem colocando em prática uma política de segurança que, no tocante aos domicílios, tem apresentado excelente resultado no sentido de uma redução bastante acentuada, em 10 anos a taxa de homicídios foi reduzida à metade e hoje ela é a metade da taxa de homicídios média no País.

Então, sugiro o convite ao Dr. Ferreira Pinto para que possa expor aqui à nossa Comissão o que está sendo feito em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) Obrigado Senador Aloysio.

Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Além de concordar com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, porque o caso de São Paulo é muito exitoso com dados concretos, com resultados efetivos na diminuição dos homicídios e tornou-se, na prática, uma grande referência para o País o trabalho conduzido pelo Dr. Ferreira Pinto.

Gostaria de tomar a liberdade para também incluir nessa lista o Dr. Rodney Miranda, que é delegado da Polícia Federal, foi Secretário de Estado de Segurança no Estado de Pernambuco, foi Secretário de Segurança de Estado de Segurança do Espírito Santo, homem que tem além do conhecimento doutrinário e teórico muito bom, muito consistente, tem também uma visão muito prática, porque operou no dia a dia com todos esses temas. Então, submeto à apreciação dos pares desta Comissão o nome do Sr. Rodney Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado Senador Ferraço.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) Sr. Presidente, quero também ao mesmo tempo em que louvo a iniciativa do requerimento de V. Exª, gostaria de sugerir, aditando o requerimento, a presença do Prof. Leandro Piquet Carneiro, que tem se destacado como estudioso desses temas, inclusive coordenou uma pesquisa sobre vitimização em São Paulo. Portanto, alguém que tem, indiscutivelmente, uma contribuição a dar a esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) Acato, entendo que todos os nomes sugeridos são excelentes, todos os nomes sugeridos são excelentes, eu conheço o trabalho dos três aqui citados. Naquele evento famoso em São Paulo – penso dia 15 de maio de 2006 – eu me encontrava no exercício das minhas funções como Procurador da República em São Paulo. Conheço a situação do Dr. Leandro Piquet e Dr. Rodney. Fui Procurador da República junto com ele, no caso Sudam. Ele foi um dos grandes delegados de polícia desse caso e, posteriormente, na força especial de segurança, no Espírito Santo na época da chamada Scuderie Le Coc. São nomes excelentes. Tenho apenas uma dúvida e vou externá-la. É que tenho outro requerimento aqui, que trata da segurança pública como um todo, não especificamente homicídio. Vou fazer a leitura, e aí debateremos, se assim os senhores entenderem, esses três nomes em qual das audiências públicas. Passo a fazer a leitura do segundo requerimento, sem prejuízo de que nós possamos votar cada um deles em separado. Mas, aí, penso que em um deles poderíamos encaixar essas autoridades aqui citadas.

Esse segundo requerimento busca...Essa audiência pública tem o objetivo de colher propostas e debater ideias para a geração de projeto legislativo visando dar cumprimento ao art. 144, § 7º, da Constituição, que prevê o disciplinamento da organização e funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. A Constituição da República necessitava, segundo alguns, por ocasião de sua promulgação, de 133 leis ordinárias e 33 leis complementares. O Professor Pinto Ferreira, um constitucionalista, tem um trabalho sobre isso...

(manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Esse art.144, § 7º, até hoje não foi regulamentado. Então, nesse debate, para regulamentação desse artigo, faço o requerimento de uma audiência pública e cito aqui algumas autoridades: o Dr. Cláudio Beato, que é coordenador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais e que tem um trabalho sobre isso; o Coronel José Vicente Filho, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública; e o Professor Doutor Luiz Eduardo Soares, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, que hoje coordena o Curso de Especialização em Segurança Pública da Universidade Estaco de Sá, do Rio de Janeiro. Esses três nomes, penso, debaterão o tema segurança pública como um todo e, na audiência, que trata do homicídio, mais especificamente.

Solicito aos Srs. Senadores que indicaram essas autoridades em que audiência pública elas estariam melhor, sem prejuízo de estarem nas duas. Coloco em debate essa sugestão.

Por favor, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu penso que o Dr. Antônio Ferreira Pinto ficaria melhor na primeira audiência sobre homicídio uma vez que o caso da redução dos homicídios em São Paulo é um caso bastante emblemático e importante de se conhecer.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Muito bem. Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – (fora do microfone) ...considerar necessário esse remanejamento ele pode ficar no outro tema, que é o tema mais amplo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Estou concordando com as teses aqui levantadas. Talvez nesse primeiro tema, o tema dos homicídios, precisemos de alguém com a visão prática, o operador do dia a dia. Parece-me que os nomes aqui estão muito mais relacionados a questões burocráticas, administrativas. Refiro-me a quem está no dia a dia convivendo, enfrentando na ponta o problema da impunidade, que é potencializada pela ausência de solução de casos que se amontoam nos Estados Federados. Então, a sugestão que apresento, mas deixo a critério de V. Exªs, é que tenhamos alguém, na primeira audiência, que possa ter a visão prática do dia a dia.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Concordo inteiramente com V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Operador do dia a dia.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – E, quem sabe, um delegado de uma delegacia especializada em homicídios, DHPP, porque o Dr. Rodney é delegado de Policia Federal, e são poucos os homicídios praticados...

(...) e são poucos os homicídios praticados contra servidores públicos federais que desafiariam a competência da Justiça Federal.

Então, em sendo aprovados os dois requerimentos, comprometo-me a buscar um delegado da Polícia Civil que trata especificamente de homicídios, de uma delegacia especializada, uma DHPP, por exemplo, que existe em várias Unidades federadas para esta audiência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Que possa falar dos problemas...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – (...) práticos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – (...) relacionados à legislação, a recursos humanos, a recursos materiais, inteligência, investimento, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Muito bom.

Eu colocarei os dois requerimentos em votação se não houver mais nenhum Senador que queira debater. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles Senadores que concordam com os requerimentos queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Consulto aos Srs. Senadores se gostariam de debater algum outro tema. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, não sem antes agradecer a presença dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas, levanta-se a reunião às horas e minutos.)

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia sete de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Rodrigo Rollemberg, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Gim, Osvaldo Sobrinho e Ana Amélia, que justifica a ausência. A Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 59/2013-CE, de autoria do Senhor Senador Cristovam Buarque, destinado a debater o programa "**Fora da Escola Não Pode: o contexto da exclusão escolar no país e os impactos do trabalho infantil**". Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Tiago Manggini, Membro do Comitê do Distrito Federal da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Senhora Isa Maria de Oliveira, Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI e Senhor Kailash Satayarthi, Criador da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil e Indicado ao Nobel da Paz no ano de 2006**. Prosseguindo, a presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Priyanka Riabhu, Global March Against Child Labour; Senhora Maria Rehder, Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Senhora Tânia Mara Dornellas, Assessora da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Senhora Joana Saraiva, Jornalista da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; Senhora Dinorá Couto, Fundadora da Biblioteca Braile Dorissa Nowill, além de pessoas com deficiência visual usuárias da Biblioteca, professores e coordenadores. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Cristovam Buarque, autor do Requerimento. Após as considerações finais dos expositores, a presidência agradece a presença de todos e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a todos!

Declaro aberta essa audiência pública que foi convocada com base no Requerimento nº 9, de 2013, de minha autoria, para debater o projeto "Fora da Es-

cola Não Pode: o contexto da exclusão escolar no País e os impactos do trabalho infantil".

Tenho muita honra de ter hoje nesta audiência mais que isso, a audiência foi realizada por causa da presença dele no Brasil. Tenho muito prazer em ter o Kailash Satyarthi, que é um batalhador dos maiores no mundo inteiro na luta contra o trabalho infantil. O Kailash criou, anos atrás, uma entidade que exatamente chama-se Marcha Global contra o Trabalho Infantil.

Nessa situação de dirigente dessa entidade, o Kailash já teve a honra, por exemplo, de ser indicado para prêmio Nobel da Paz, e espero que um dia ele receba esse prêmio, porque seu trabalho justifica. De outro lado, sofreu perseguições, inclusive um grave atentado contra a sua vida alguns anos atrás. Por isso fico muito feliz de tê-lo aqui, como Senador, como um Senador que luta tanto pela educação e contra o trabalho infantil e como amigo dele.

Na lista de meus amigos do mundo, com destaque o Kailash aparece como um dos mais importantes e um dos mais próximos que tenho, pela nossa luta em comum. É por isso que fico muito feliz de tê-lo aqui ao lado da Isa Maria de Oliveira, do Tiago Manggini, que é membro do Comitê do Distrito Federal da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. E a Isa é Secretária Infantil do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – vou passar a palavra, em primeiro lugar, ao Tiago; depois, à Isa, e, por último, ao Kailash.

Estamos preparados para a tradução que será feita depois da fala dele, de cada frase. Chama-se tradução consecutiva, disse-me agora o secretário, não é tradução simultânea. De qualquer maneira, creio que vamos ter a possibilidade de uma grande audiência, ouvindo a experiência do Kailash na luta no mundo inteiro contra o trabalho infantil.

Essa audiência está sendo transmitida pela TV Senado, pelo *Jornal do Senado*, pela Rádio Senado e pela internet, no endereço www.senado.gov.br/tvcanal2. Os que estiverem interessados poderão, durante a apresentação da audiência, fazer perguntas. E eu passo, portanto, desde já, a palavra ao Tiago Manggini, a quem agradeço muito estar aqui conosco.

O SR. TIAGO MANGGINI – Bom dia, Senador Cristovam! Bom dia a todos os presentes! Quero saudar, em nome da Mesa, em da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, os demais membros da Mesa, a companheira Isa, o Kailash, todos os presentes. Agradeço ao Cristovam pela oportunidade que está dando à campanha, por estarmos apresentando parte do trabalho da campanha. Só vou pedir licença um pouquinho, antes de iniciarmos, para prestar uma pequena homenagem à Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que completou, no último dia 5, 14 anos de existência.

A campanha envolve hoje uma rede de mais de 200 parceiros, desde níveis de articulação municipais até parceiros internacionais. E a grande importância, para que vocês entendam um pouquinho da minha fala, de onde vou falar, sou do Movimento Sem Terra, fazemos parte do comitê diretivo da campanha. O foco da nossa fala será um pouco mais em torno da educação no campo, trazendo alguns elementos.

A grande capacidade que nós do movimento vemos na campanha é justamente esta: temos parceiros como a Undime, que está no nível do gestor municipal, como todos conhecem; os trabalhadores na educação, a CNPE está presente na campanha; e movimentos sociais como o MST, que tem, muitas vezes, pautas não difusas, mas diversas, e a campanha consegue ser esse grande guarda-chuva dessa luta que a campanha tem tocado, principalmente de incisão na política pública aqui no Congresso Nacional, como o foi com estudos como o CAQi, a incidência na inclusão no Fundeb da educação infantil, de quando foi alterada a Lei de Financiamento da Educação.

Mais recentemente, houve a questão dos *royalties* e a discussão do piso e, agora, a preparação da Conferência Nacional de Educação, a que a campanha tem-se dedicado bastante. Fora isso tudo, vamos falar hoje mais especificamente desse projeto em parceria com o Unicef, que é o "Fora da Escola Não Pode". O projeto surge aqui no Brasil numa parceria da campanha com o Unicef, que faz parte de uma campanha global pelas crianças fora da escola e, como já coloquei, esse é um trabalho que é desenvolvido pela rede da campanha em parceria com o financiamento e a colaboração do Unicef.

O principal elemento – e, por isso, estamos discutindo aqui também a questão da erradicação do trabalho infantil – é justamente a questão da inclusão escolar, de buscar as crianças e identificar quais são os grupos mais vulneráveis em nosso País. Por exemplo, que é o que a campanha tem feito, alguns estudos que vamos ver também aqui, para articular os diferentes atores da sociedade civil, principalmente o Poder Público, nas suas três esferas – federal, estadual e municipal –, movimentos sociais, organizações, centrais sindicais, para debater esse tema da inclusão. Vamos ouvir muito essa expressão dos múltiplos atores, que é justamente um esforço de toda a sociedade civil para tentar superar a questão da exclusão escolar.

Como parte do projeto, a primeira grande ação, digamos assim, foi esse mapeamento que foi feito que é essa publicação que está disponível eletronicamente – não sei se há cópia aqui. Há o sumário executivo,

se alguém quiser pegar, é aquele livrinho que está ali na mesa, para conhecer um pouco mais o trabalho. A publicação está na internet também, pode ser acessada, que foi esse estudo que identifica quem são as crianças que estão fora da escola, quais os motivos e que grupos são os mais vulneráveis em nosso País.

Esse aqui foi outro trabalho que foi feito dentro dessa parceria da campanha com o Unicef, que me chama muito a atenção, porque ele é semelhante – e aí, discutimos a inclusão na escola e a exclusão escolar, quando no movimento fazemos esse debate com as nossas crianças e com a base toda do movimento. Fazemos a cada dois ou três anos uma espécie de concurso – não é um concurso –, para incentivar alguns trabalhos culturais nas escolas públicas que há nos assentamentos, em que as crianças assentadas estudam. E o último que fizemos era como transformar a escola transformando a história.

E aí, parte desse concurso tinha poesia, teatro e tudo mais. Eram os desenhos, que é um pouco também esse trabalho que está apresentado aí, não especificamente do movimento, mas que a campanha realizou também. E uma coisa que chamou bastante a nossa atenção, que estávamos organizando o concurso, era que muitas vezes vinha a escola padrão, ou vinham, por exemplo, muitas quadras de esporte desenhadas, como sendo a escola ideal no imaginário das crianças. E aí, vamos ver que justamente a realidade no campo – depois nós vamos ver alguns dados aqui – é de que a escola é precária, ela não tem acesso.

Então, o ideário da criança ainda está na infraestrutura de uma escola adequada, do que se considera adequado, de ter os espaços pedagógicos necessários para ela viver e conviver num ambiente escolar. Então, foi uma coisa bem interessante, para nós que estamos organizando, e esperávamos que viessem outras coisas. Vieram questões elementares, como a estrutura da escola.

Eu esperava, por exemplo, que viessem as crianças sentadas num círculo, iguais aos da educadora, mas não. Nós estamos num outro nível de necessidade. Por isso, também, não só isso justifica, mas a dificuldade que temos de alguns elementos estruturantes da educação no campo.

Depois, vamos passar alguns dados que demonstram isso também. Aqui é um pouco do resultado desse trabalho da compilação de dados que está naquela primeira publicação de que falamos. Inclusive, isso tem relação também com a legislação do nosso País e tudo mais.

Quanto às crianças que estão fora da escola, pegando as faixas etárias, já identificamos de modo geral quais são os grupos mais vulneráveis e que são o foco da campanha. Nas crianças de 4 a 5 anos, nós temos 1,150 milhão de crianças fora da escola e, depois, no topo inverso da pirâmide está a população de 15 a 17 anos. O que é reflexo disso? Uma questão: por exemplo, o jovem de 15 a 17 anos ou estaria no ensino médio, ou nessa idade ele já teria tido um fracasso escolar muito grande que o levaria a abandonar a escola, não por uma questão individual, mas conjuntural que esse jovem já vive.

Na questão da educação infantil, também a nossa oferta todos nós conhecemos. A maioria dos Municípios brasileiros não tem creche, não tem escolas de educação infantil. Só no DF, aqui no Distrito Federal, há um déficit de escolas de educação infantil de mais de 200 mil vagas – isso nós estamos falando da nossa Capital.

Então, temos as outras faixas etárias que não deixam de ser números preocupantes, que são a população de 6 a 10 anos e de 11 a 14 anos, que são os dados que temos também. Destaco que no campo nós vamos ver muito isto: há uma dificuldade grande de escolas de ensino médio, por exemplo, no meio rural do País. Se você pegar os índices educacionais da população em idade escolar, nós vamos ver que as crianças, os jovens, vão parar de frequentar a escola no campo, na sua grande maioria, nesse nível do ensino médio, porque a escola não está lá onde eles vivem, não esta lá onde eles estabelecem as suas relações sociais, econômicas, culturais.

Então, esse abandono da escola é justamente por nós não termos a escola lá, próxima desse público. É uma questão bem interessante para vermos. Se pegarmos outras gerações, por exemplo, quando havia o que se chama de primário, de ginásio, há 20, 30, 40 anos, a população acessava aquela educação até aqueles níveis e, depois, não acessava mais, no campo. Hoje, continua com essa lógica.

Temos aí que a maioria da oferta ainda se dá através do transporte escolar, de levar as crianças para a cidade. Muitas vezes, é a única solução que existe, mas temos que lutar para que a escola seja esse propulsor das comunidades também. Estamos discutindo.

Aqui também retrata um pouquinho a questão que estávamos colocando antes do gráfico pizza que vimos. Aí, temos a questão da disparidade das regiões, quais são as regiões do País que mais concentram as crianças e adolescentes que estão fora da escola. Vai ser justamente a Região Norte, seguida da Região Nordeste e Região Sul.

Obviamente que, em números quantitativos, se formos analisar, o Sudeste, por concentrar uma população maior, vai ter quase 50% do total também. O índice não tem que ser levado só em consideração pelo percentual que ele representa, sendo que o maior

contingente está na Região Sudeste. É também uma questão que temos que ressaltar.

Seguindo a análise que foi feita no estudo, quais desses grupos ali, das faixas etárias, os mais vulneráveis? Justamente os que moram no campo, negros, indígenas e pobres. E aí há a questão do risco da violência e exploração e crianças com deficiência.

Ainda, há uma dificuldade muito grande, apesar das transformações na nossa legislação, para a inclusão escolar de crianças com deficiência. Pegamos dados do Censo que corroboram essa lógica, que foi mapeada nesse estudo, da questão das desigualdades.

Outro dado que o estudo ajudou a levantar – e não só o MST, mas o Fórum Nacional de Educação no Campo, na campanha, temos conseguido discutir isso também – é o fechamento de escolas no meio rural, que faz parte um pouco dessa lógica que estávamos colocando. Até o ano de 2002, no Brasil, por mais que isso, às vezes, até nos chame a atenção, tínhamos mais escolas no meio rural do que na cidade, em número proporcional, em número de escolas. Tínhamos 105 mil escolas no meio rural e, no urbano, 80 mil escolas, por aí – não tenho o número anotado aqui, mas é mais ou menos essa proporção.

De 2002 até 2010/2011, um levantamento que foi feito indica que fecharam em torno de 27 mil escolas no meio rural. Ou seja, identificamos um grupo vulnerável que é o residente no campo, de forma genérica, a estar fora da escola, a estar excluído da escola. E isso proporciona, por exemplo, as questões que vão ser debatidas aqui, também, do trabalho infantil.

Não haver esse polo irradiador das comunidades rurais, que hoje ainda é a escola, dificulta muito também o desenvolvimento, mas, principalmente, o direito dessas crianças, que têm que se submeter, muitas vezes, a uma, duas, até três, quatro horas de transporte escolar, nas condições que nós conhecemos. Que estímulo vai ter essa criança de continuar frequentando a escola? Ele frequenta mais o ônibus do que a escola, muitas vezes — ele é um viajante, não um estudante.

Essa é uma questão para a qual temos chamado bastante atenção em todos os espaços de que participamos, desse processo de fechamento das escolas no campo. Não temos conseguido reverter esse processo. Ele não acompanha, por exemplo, a queda demográfica da população acompanha, por exemplo, a queda demográfica da população rural.

Na proporção que fecharam escolas, não diminuiu a população que vive no meio rural nessa proporção. Ou seja, essa vaga, essa cadeira está faltando lá mesmo nessa escola, por mais que grande parte dessas crianças está sendo atendidas pelo Poder Público pelo transporte escolar, porque ele é obrigatório. Então, essa é uma grande dificuldade, é uma questão que chamamos muita atenção.

(Soa a campainha.)

O SR. TIAGO MANGGINI – Já estamos encerrando.

Aqui, também um pouco mais dessa realidade de dados que eu estava colocando, desse contingente das crianças e adolescentes que vivem no campo, cerca de mais de 2,7 milhões crianças usam o transporte escolar. Aí está contabilizado o que chamamos de intracampo, que é sair da comunidade rural para ir para outra escola, mas, principalmente, a grande maioria sai do campo para ir para a cidade. Queremos, sim, que haja escola pública de qualidade na cidade e no campo também, porque, muitas vezes, o que acontece: há leis, por exemplo, uma forma que identificamos de evitar que feche escolas é dificultar, através de leis, que se feche uma escola.

Por exemplo, está tramitando aqui no Congresso um projeto de lei, uma medida provisória – não sei ao certo agora – que diz que tem de haver uma audiência com a comunidade rural, lá no município onde se quer fechar, que tem de ouvir o conselho tutelar. Enfim, cria uma burocracia, vamos dizer assim, para que se feche a escola. Para abrir a escola, é bem complicado; para fechar, é um ato do Poder Executivo municipal – na maioria dos casos, as escolas são municipais –, e acabamos não tendo um diálogo com a comunidade.

Só que, pensando pelo outro lado, é fácil de convencer também as comunidades de que a escola da cidade é melhor, de que o ônibus vai ser bom, vai funcionar, porque a estrada vai ser arrumada. Então, também isso não é o suficiente. Ajuda, mas é uma lei que ainda está tramitando aqui no Congresso.

E a percebemos aí como têm que ser criados esses mecanismos. Mas nós temos que criar outras formas, além da mobilização social, de ajudar a reverter esse processo do fechamento dessas escolas no campo. Outro elemento que temos que considerar aí é justamente a receita desses municípios, o financiamento dessa educação, a distribuição dos recursos no nosso País.

Muitas vezes, é óbvio que é responsabilidade, ele vai ter que cumprir, mas o prefeito lá, muitas vezes, não encontra outra solução, a não ser fechar aquela escola por conta dos recursos que ele tem disponível para gestar. Então, tem que ser discutido também aí, junto com isso, o financiamento da educação pública, a distribuição dos recursos no nosso Pacto Federativo. Aí há vários estudos para nos ajudar a entender melhor essa questão.

Aí temos outro dado desse universo dos estudantes do campo: 65% são atendidos pelo transporte, ou seja, um universo de – podemos colocar o dobro do que estão sendo atendidos – quase 6 milhões de crianças. A questão aí é que 10% levam mais de uma hora para chegar às escolas, há essa coisa do tempo. Imagina uma criança de seis anos, sete, ficar uma hora, duas horas no ônibus! – qual será sua capacidade cognitiva depois de ele ficar mais uma manhã inteira sentado em uma cadeira na escola? Não há como medirmos.

Aí são outras questões que já foram apontadas, e que o Governo tem esses dados bem claros também, dessa realidade desse grupo que estamos privilegiando aqui na nossa análise: 16% das escolas não possuem energia elétrica; 15% não têm cozinha para o preparo da merenda escolar; 14% não possuem esgoto; 11% não têm banheiro para os alunos. E esse aqui é um dos principais dados também, que é justamente o da formação dos educadores que trabalham nas escolas do campo. Praticamente metade aí, 160 mil, não tem formação superior – então, esse é outro elemento que destacamos dessa questão.

Sobre o trabalho infantil, não vou entrar muito no debate, porque acho que nós temos dois especialistas aqui na mesa também.

E agradeço aqui, novamente, ao Senador, a todos os trabalhadores aqui da Casa, da Comissão, que contribuíram para realizarmos esta audiência pública. Quem quiser mais informações, como eu disse no começo, pode entrar no *site* da Unicef, no *site* da Campanha Nacional pelo Direito à Educação ou pegar os materiais que trouxemos aqui. Temos esse *folder*, temos o sumário executivo do estudo que a campanha fez desse projeto Fora da Escola Não Pode.

Novamente, obrigado ao Senador e a todos os demais.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Tiago.

Passo a palavra à Secretaria Isa Maria de Oliveira.

A SRª ISA MARIA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas! Cumprimento, já agradecendo o Senador Cristovam, por ter requerido esta audiência num momento tão oportuno. É um grande prazer e alegria estar aqui, juntamente com o Kailash e o Tiago, que acabei de conhecer, mas já o reconheço como um parceiro muito importante nessa luta contra a exclusão escolar e contra o trabalho infantil. Não dá para separar esses dois temas.

Eu gostaria de, em primeiro lugar, dizer de onde eu falo. Falo do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que é uma estratégia da sociedade brasileira de articulação, de mobilização e de sensibilização de atores institucionais, governamentais e da sociedade civil, aí envolvendo trabalhadores, empregadores, ONGs, sistema de Justiça, organismos internacionais, na luta contra o trabalho infantil. O fórum, no próximo ano, completará 20 anos de articulação. É uma estratégia original e única no mundo, apenas o Brasil tem essa estratégia de articulação, e ele tem, ao longo da sua história, contribuído realmente com todos os compromissos e com todas as iniciativas e também pautando, formulando propostas, fazendo controle social das políticas públicas no âmbito, então, desse cenário tão perverso que é o trabalho infantil no Brasil.

Vamos observar os dados aqui trazidos pela campanha, e são dados do Censo e também da PNAD de 2008 e de 2009, e vamos trazer dados em relação ao trabalho infantil já da PNAD de 2012. O que mais nos preocupa e nos deixa profundamente indignados, é uma situação inaceitável, é que o cenário não muda, Senador. O cenário é o de que ainda temos, em 2012, pelos dados oficiais do IBGE, 3,5 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil.

O Brasil vem mantendo, e isso é muito propalado, uma curva de redução do trabalho infantil, mas o ritmo é muito lento, é um ritmo que se opõe a quem defende garantia de direitos. Quando se trata de garantia de direitos de crianças e adolescentes, pode-se esperar? A infância é um tempo muito curto, e muitas crianças que não tiveram seus direitos assegurados por estarem numa situação de trabalho infantil e de exclusão escolar não vão recuperar esses direitos. Então, esse é o primeiro ponto de reflexão.

Eu gostaria de abrir um parêntese, porque há muita controvérsia em relação ao problema do trabalho infantil. Vejo que temos um público que não conhecíamos. Fico muito feliz de poder compartilhar algumas informações, de trazer aqui propostas e pontos para esta reflexão.

Trabalho infantil é proibido pela legislação brasileira para todas as crianças e adolescentes que não completaram 16 anos. São todas as atividades remuneradas ou não, para o consumo próprio ou não, para o mercado ou não. Então, é importante ter isso bem claro.

Para essa faixa etária que trabalhamos a prioridade é o direito pleno a uma educação de qualidade, a uma educação que contribua para que essa criança ou adolescente, quando se tornar um jovem adulto, esteja preparado para pleitear um posto de trabalho digno e que lhe dê uma remuneração que lhe permita sobreviver com dignidade. Então, acho que essa é uma questão também muito importante em relação ao trabalho infantil.

Estamos trazendo uma publicação – ela está disponível, há um cata-vento na capa. É uma tomada de

posição do fórum, em um cenário em que agora vai acontecer no Brasil, a partir de amanhã, a terceira conferência global sobre trabalho infantil. Esse cata-vento é o símbolo nacional, ele foi criado no Brasil e se tornou o símbolo mundial da luta contra o trabalho infantil.

Feito este preâmbulo, eu gostaria de apresentar aqui algumas informações. Vocês que já ouviram a apresentação do Tiago, da campanha, veem como os dados são coincidentes. Então, nós temos esse universo de trabalhadores infantis.

Houve uma redução, se comparado com o ano passado, de apenas três pontos percentuais e, em termos quantitativos, de apenas 156 mil crianças e adolescentes que foram retirados do trabalho infantil. Também no trabalho infantil temos crianças de cinco a nove anos e, quando cruzamos essas informações, de quem está em situação de trabalho com a taxa de escolarização – aí estamos falando de acesso à escola –, nós não estamos tratando de um dado qualitativo, que faria uma diferença muito grande, portanto agravaria este cenário, que é permanecer na escola e concluí-la.

Nós não estamos falando isso, porque os dados oficiais nos dão as taxas de escolarização. Então, se as crianças que só estudam têm 98,2% de taxa de escolarização, entre os que estudam e trabalham, essa taxa cai para 80%. Quando se trata da trabalhadora infantil doméstica, já cai para 78%; e quando você vai para aquela faixa mais vulnerável, extrema, que é de 15 a 17 anos, cai para 70%, Senador. Então, esse é um cenário conhecido, é um cenário oficial, mas que não tem resultado, por parte do Poder Público no Brasil – quer na área educacional, quer na área da proteção social e da articulação de todas as políticas, porque o trabalho infantil precisa de uma articulação –, em adoção de medidas eficazes e eficientes para mudar esse cenário.

Nós temos, nos últimos tempos, nos contentado muito com uma situação que é discutível. O Brasil é a grande referência mundial quando apresentamos os nossos planos, quando apresentamos as nossas estratégias; mas não o é quando vamos para a execução e para o resultado. Então, é preciso mudar essa situação, porque se contentar com essa referência, que é uma referência – eu diria – teórica, de construção de planos, de elaboração e de apresentação... Nós somos ótimos para dar receitas, só que não conseguimos fazer, preparar o bolo tão bem preparado.

Eu acho que isso tem trazido muitos prejuízos, o Brasil perdeu o foco no enfrentamento ao trabalho infantil nos últimos oito anos, dez anos, não se foca mais. Estamos caminhando agora para uma nova alternativa de redesenho das ações no campo da assistência social, em que o trabalho infantil passa a ser um atendimento através dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Isso é necessário, mas é muito pouco para o enfrentamento ao trabalho infantil e para o enfrentamento a uma grave violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Essa violação, que foi aqui muito bem apontada, pode ser uma consequência. O trabalho infantil pode acontecer, porque a criança não teve acesso à escola, ou por atraso escolar, por repetência, por lhe atribuírem injustamente um fracasso escolar que não é da criança. Esse fracasso escolar é do sistema educacional, e quem tem responsabilidade são os gestores educacionais e o Poder Público, que são os adultos.

Então, essa criança vai para o trabalho infantil ou, muitas vezes, ela consegue, em algum tempo, combinar trabalho e frequência à escola. Nessa combinação, quem sempre perde é a escola, quando ela faz a opção por trabalhar e, sobretudo, quando a faixa etária é maior. Tem-se colocado hoje, de uma forma que anda nos preocupando muito – e eu gostaria de registrar isto aqui –, que, agora, Senador, o trabalho infantil é determinado pelo consumismo.

Primeiro, há um equívoco ao dizer o que é consumismo. Muitos adolescentes estão trabalhando não mais por que a sua família está passando fome. Agora, eu pergunto ao senhor o seguinte: o que é garantir direito a uma criança brasileira? É só comer? Ou ela tem direito ao lazer, à cultura, à prática do esporte? Então, ela tem o direito.

Nós vivemos numa sociedade em que nós somos diariamente motivados ou até determinados pela publicidade para consumirmos. Então, se um adolescente está num farol trabalhando, porque ele quer comprar um celular ou ele quer comprar uma roupa, isso não é consumismo, isso é direito. Nós todos temos direitos de ter os bens que o capitalismo oferece, mas essa é a nova definição de um novo perfil do trabalho infantil.

O adolescente que está trabalhando, porque ele quer ir ao cinema ou porque ele quer ir fazer um lanche, é consumismo, ou seja, para o adolescente pobre, se a família dele, através dos programas de transferência de renda, agora, consegue ter a alimentação básica, arroz e feijão, então, cobra-se dele agora que ele não tem o direito de pleitear mais nada do que isso. Isso é uma situação muito grave que vem acontecendo e que mascara a situação do trabalho infantil no Brasil. Isso é que eu acho que é mais grave.

Não importa a motivação que levou a criança e o adolescente ao trabalho, o que importa é que o Poder Público e a sociedade consentem nessa violação de direitos humanos. A responsabilidade é nossa, a responsabilidade é do adulto, a responsabilidade é do Poder Público, é da sociedade, não é do adolescente.

Ele tem de ser convencido, se ele tiver uma escola de qualidade, de que aquele é o momento em que ele deve privilegiar e escolher ir para a escola. Mas ele precisa ter uma escola que se torne para ele uma opção, um projeto de vida, uma escola que o reconheça, que o valorize.

Aí há o grave problema das crenças dos adolescentes que estão no campo, os mais excluídos da escola estão no campo. No trabalho infantil, abaixo de 14 anos, são mais de 60%, e os dados, ano a ano, só confirmam: nessa faixa etária, abaixo de 14 anos, o trabalho infantil se concentra na área rural. A grande maioria são meninos, a grande maioria são negros e pardos e são de famílias cuja renda *per capita* é baixa – esse cenário também não muda.

No Brasil, uma criança, se ela nasceu no campo, se ela é negra, se é de uma família pobre, cujos pais não têm escolaridade ou têm uma baixa escolaridade, então, está fadada a ser excluída da escola e a estar precocemente no trabalho infantil. Falando das regiões, a coisa só muda no seguinte: em termos percentuais, é a Região Sul a que apresenta o maior percentual de trabalho infantil. É importante chamarmos atenção, porque há sempre um foco neste Brasil em relação ao Norte e ao Nordeste.

Em primeiro lugar, é a Região Sul, com mais de 10%; depois, há a Região Norte, que, neste último resultado, apresentou uma redução; em terceiro, vem o Nordeste; depois, o Centro-Oeste, que foi a única região que apresentou um aumento de trabalho infantil; e, finalmente, o Sudeste. Evidentemente, nós estamos falando aqui em termos de percentuais. É claro que, em termos quantitativos, a Região Sudeste vai ter um elevado quantitativo, mas tem um percentual menor.

(Soa a campainha.)

A SRª ISA MARIA DE OLIVEIRA – Então, eu gostaria – já vi que o sinal já está dado aí – só de colocar aqui quais são os desafios que achamos importantes e que vamos apresentar à 3ª Conferência Global para o enfrentamento ao trabalho infantil. Sem dúvida alguma, vamos começar pela garantia da educação, educação de qualidade, para todas as crianças e adolescentes do campo e da cidade. Educação de qualidade é mais do que ir à escola, é permanecer na escola, é concluir o ensino, tendo nessa educação todas as oportunidades artísticas, esportivas.

Em relação a esses últimos aspectos, nós também vamos fazer um enfrentamento ao trabalho infantil artístico, que é uma violação dos direitos, e à inserção precoce, à exploração dos adolescentes no esporte. Nós estamos às vésperas da Copa do Mundo, e este é outro grande tema também que temos de enfrentar. Por outro lado, é muito grave também a falta de oportunidade ao adolescente – dos 2 milhões de adolescentes, na faixa de 16 e 17 anos, que poderiam trabalhar, nós temos apenas 437 mil com carteira assinada; e aprendizes, pasme, Senador, nessa faixa, que são mais ou menos 500 mil, temos 32 mil adolescentes neste País.

Então, é um fracasso que leva a outro fracasso. E, aí, a não aprendizagem, o não direito à aprendizagem, tem muito a ver com a não escolarização, porque os programas de aprendizagem não acolhem os adolescentes que não concluíram minimamente o ensino fundamental. Essa é uma situação que se agrava. E, no Brasil, ainda temos a questão da fiscalização do trabalho infantil. De 2004 para cá, decidiu-se que só se pode fiscalizar o trabalho infantil na formalidade, em que não temos mais concentração – o trabalho infantil ocorre na informalidade.

E também temos o monitoramento das cadeias produtivas, porque muitas coisas que nós compramos ou consumimos, na sua origem, têm trabalho infantil. E ele é oculto e desconhecido, o que é gravíssimo, porque a cadeia formal está limpa, mas ela se beneficia, para barateamento de custos, de insumos e de matéria prima, que têm incorporado o trabalho infantil. É muito importante estarmos começando a dar voz às crianças e aos adolescentes – nós temos muito a aprender com eles.

Nós sempre decidimos por eles, e a nossa expectativa é sempre frustrada, felizmente, porque precisamos aprender esta lição: precisamos ouvir e considerar. Precisamos ainda de muita mobilização e muita discussão para mudar esse marco simbólico cultural que naturaliza e que justifica. Para o filho das famílias pobres e excluídas, o trabalho é ótimo, forma caráter; em contraposição, vamos ver que, nas classes mais abastadas, os nossos filhos estão chegando ao mercado de trabalho depois do mestrado, aos 25, 26 anos – nós retardamos o trabalho.

O Brasil tem uma economia que precisamos discutir, porque essa economia precisa resultar numa sustentabilidade de garantia de direitos, principalmente às crianças e aos adolescentes. Então, temos que investir na educação, e a entrada no mercado de trabalho deve ocorrer, mas, no momento adequado, a partir dos 16 anos, e, segundo o Márcio, preferivelmente aos 20 anos. Nós estamos vivendo uma sociedade do conhecimento que exige que saibamos mais, que estejamos mais preparados.

E, para finalizar, temos o problema do orçamento. Não falta tanto orçamento; falta gestão, competência e eficiência no gasto desse orçamento. Isso é que precisa realmente mudar, essa figura aí – e o fórum tem uma proposta contundente. Há uma ausência de

coordenação política no âmbito do Governo Federal que articule as esferas estaduais, municipais e todos os setores sociais desta sociedade para se pactuar, definir prazos e metas e, de fato, botar fim ao trabalho infantil no Brasil e, assim, contribuir para o fim do trabalho infantil no mundo.

Muito obrigada, Senador, e obrigada a todos!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Secretária.

Eu quero fazer um pequeno comentário: fico contente com a ênfase com que os dois abraçam a causa da luta contra o trabalho infantil – não estão aqui apenas como funcionários, como dirigentes, mas como militantes da causa. Agarrando o que disse a Secretária Isa, no final, quero dizer que, de fato, o que falta é alguém que diga: "Eu vou deixar minha marca como presidente da República, dizendo que, no final do meu Governo, não haverá mais criança trabalhando." – isso está faltando.

Nós temos programas de diminuição; não temos um programa de erradicação. Eu lembro que, no começo do governo Lula, eu sugeri a criação de uma agência só para isso, porque hoje está em cinco lugares: o Ministério do Trabalho, que se preocupa com o legal; Ministério da Justiça, que se preocupa com outra coisa, direitos humanos; não há um... Eu me lembro de que eu chamei um xerife para enfrentar esse problema, alguém sobre o qual o Presidente da República possa colocar a responsabilidade – eu digo isso com a autoridade de quem fez isso quando era Governador.

Eu criei uma secretaria para a criança, cuja tarefa principal era eliminar o trabalho infantil, e eu posso dizer que nós conseguimos. Obviamente, alguns de dezesseis anos, talvez quinze, não conseguiram. Para isso, é preciso vontade, e eu falo para o Kailash: eu como Governador – verdade que isso aqui é uma cidade, não é um Estado grande –, consegui identificar o nome das crianças que estavam nas ruas.

Eu acompanhava essas crianças no meu computador, chamando o secretário encarregado e perguntando-lhe onde estava cada uma delas. Com a bolsa escola nós levamos para casa as crianças que estavam na rua ou trabalhando e que tinham família. Ontem o Programa Fantástico, da nossa TV Globo, mostrou que a maioria das crianças de rua tem família – é questão de trazê-las para a família.

Às vezes, não pode, porque o pai é violento, a mãe é muito raro que seja violenta. Conseguíamos um padrinho e dávamos uma bolsa para ele, com a responsabilidade de que a criança estivesse ali. Eu acho, Secretário, que realmente falta uma disposição do Brasil de dizer que nós queremos colocar na frente dos aeroportos, quando houver a Olimpíada – para a Copa não há mais tempo: Você está entrando num território livre do trabalho infantil. Se não der para as Olimpíadas, marquemos um prazo, mas tem de chegar um dia em que as pessoas estrangeiras que entrarem no Brasil vão saber que estão pisando num território livre do analfabetismo – essa vontade talvez seja o maior impedimento a vencermos essa batalha.

Dito isso, passo a palavra ao nosso querido amigo Kailash.

O SR. KAILASH SATYARTHI (*Tradução por profissional habilitado*.) – Muito obrigado.

Trinta anos atrás eu era engenheiro elétrico, então, muitas vezes, eu tentava resolver esse tipo de problema sozinho. Hoje, de manhã, quando cheguei, tive a grata surpresa de encontrar alguém que considero meu herói, meu irmão, o meu amigo, que está aqui presente e também à frente desta audiência pública, que é o Senador Cristovam Buarque, a quem eu agradeço muito! À medida que eu estava ouvindo, com muita atenção, o Tiago e a Isa, eu me dei conta de que ainda existe um problema muito grave neste País.

Eu me lembro de que, na primeira vez que vim a Brasília, quando estava preparando a Marcha Global contra o Trabalho Infantil, tive oportunidade de conhecer, naquela ocasião, o Senador Cristovam Buarque, que, na época, era o Governador do Distrito Federal. Nessa primeira ocasião em que estive aqui em Brasília e conheci o Senador Cristovam, lá pelos idos de 1997, ou seja, há 17 anos, fiquei bastante impressionado com a visão clara que ele possuía e a determinação, a resolução e os programas claros que ele tinha para lidar com essa questão. Com o Bolsa Escola, por exemplo, ele conciliou duas frentes de batalha muito importantes, que é a questão da educação e do trabalho infantil, simultaneamente.

No mundo inteiro, penso que essa talvez tenha sido a primeira tentativa bem-sucedida de um líder político que, simultaneamente, tratou destas duas questões: educação e o trabalho infantil – fiquei bastante impressionado com isso. Acho que não é exagero dizer que, se o mundo inteiro, e não só o Brasil tivesse seguido o exemplo dessa iniciativa de combate tanto ao problema da educação quanto ao do trabalho infantil – o que já foi feito aqui pelas iniciativas do Senador Cristovam há 17, 18, 20 anos –, se o mundo inteiro tivesse tomado essas mesmas iniciativas, nós já teríamos resolvido em todo o mundo essa questão. Acredito que isso já teria acontecido.

Não restam dúvidas de que nós progredimos nos últimos 15 ou 20 anos, mas uma questão que sempre ressalto é que, na maior parte do mundo, a educação e o trabalho infantil muitas vezes são duas questões que são tratadas separadamente: são dois departamentos

diferentes, são duas organizações diferentes, são duas agências diferentes. Então, são questões tratadas separadamente muitas vezes na própria sociedade civil. São atores diferentes, trabalhando de forma isolada nessas duas questões, mas eu acredito que a saída é conciliar, é trabalhar em conjunto essas duas questões, tanto da educação quanto do trabalho infantil, porque, afinal, são duas faces da mesma moeda.

Se nós verificarmos, no Brasil, a questão, se nós olharmos as estatísticas brasileiras e verificarmos a quantidade de crianças envolvidas no trabalho infantil, como foi mostrado, 3,5 milhões de crianças, e verificarmos também as estatísticas relacionadas a crianças fora da escola, 3,7 milhões, nós verificamos que é praticamente o mesmo número. Em nível mundial, houve estatísticas que foram publicadas recentemente, uma semana atrás, dez dias atrás, pela Organização Internacional do Trabalho, a OIT, que mostram que houve uma redução, nos últimos anos, do trabalho infantil no mundo, de 215 milhões, no ano de 2008, para 168 milhões pelas estatísticas mais recentes. Então, mundialmente tem havido uma redução.

Se nós verificarmos também as estatísticas relacionadas às crianças fora da escola, à evasão escolar, à exclusão escolar, podemos também correlacionar os dados entre o trabalho infantil e as crianças fora da escola. Por exemplo, pelas estatísticas mais recentes, nós vemos que 57 milhões de crianças no mundo, na faixa da escola primária, estão fora da escola. E à medida que a idade vai avançando, quando chega ao ensino médio, ao ensino secundário, esse número vai aumentando.

Então, até os 15, 16 anos, nós temos 132 milhões de crianças fora da escola. Já na faixa dos 16 aos 18 anos, chegamos muito perto de 168 milhões, que é o número de crianças e adolescentes que estão em situação de trabalho infantil. Existe uma correlação muito grande entre o número de crianças fora da escola e o número de crianças que estão em situação de trabalho infantil – as estatísticas mostram isso claramente.

Tenho lidado com essa questão do trabalho infantil nos últimos 33 anos. Então, já conheci muitas crianças nessa situação de trabalho infantil. Vemos que, mesmo nas situações em que as crianças estão indo para a escola em tempo parcial e trabalhando em tempo parcial, essa não é a solução também, essa não é a forma correta de lidar com a questão, isso não é fazer justiça a essas crianças que estão nessa situação, não é uma escolha que elas estão fazendo e essa não é a situação ideal, mesmo que seja somente o trabalho em meio período ou em tempo parcial.

Gostaria de contar uma história de uma situação que eu vivi há mais ou menos 30 anos, que fala justamente dessa correlação entre o trabalho infantil e a evasão escolar, que mostra que a educação, realmente, é uma medida preventiva para lidar com a situação do trabalho infantil. A educação é uma medida tanto preventiva quanto uma medida de combate ao trabalho infantil.

Há alguns anos, nós tivemos notícia de um grupo de pessoas que estava sofrendo trabalho escravo – era tráfico de seres humanos. Eram pessoas que estavam trabalhando na construção de tijolos e estavam, realmente, numa situação de escravidão. Se elas tentavam fugir, eram espancadas, eram maltratadas.

Nós tomamos conhecimento dessa situação e decidimos realizar uma operação secreta de resgate para libertar essas pessoas fisicamente – realizamos uma operação de resgate à meia-noite para libertar essas pessoas. Depois, trouxemos essas pessoas para os nossos escritórios e trabalhamos para reintegrá-las às suas famílias, às suas comunidades, às suas aldeias. Quando eu estava com esse grupo de pessoas que conseguimos libertar, essas pessoas que estavam em situação de escravidão, me deparei com uma menina de 14 anos mais ou menos, que estava chorando, que estava com uma febre alta.

E eu perguntei para a mãe dela o que tinha acontecido com essa menina que, apesar de ter 14, 15 anos, tinha a aparência de 17 ou mais. E a mãe dela me explicou que aquela menina, devido a todo aquele trabalho que ela realizava na construção daqueles tijolos, naquela situação de escravidão, ela adoeceu. Então ela estava muito doente.

Enquanto eles estavam trabalhando lá ela já estava doente, mas se ela parasse de trabalhar ela era espancada. Então, mesmo doente ela era obrigada a trabalhar, e ela continuava doente. Foi isso que a mãe dela me explicou, que ela tinha adoecido por conta daquele trabalho escravo e que ela continuava doente.

Então, eu estava com aquela menina de 14 anos, que estava chorando, que estava doente. Eu disse para ela e para a mãe dela que eu ia conseguir uma consulta médica num hospital para aquela menina, e a menina continuava chorando, continuava muito mal. E ela sempre dizendo “eu não quero morrer, eu não quero morrer”.

E ela estava chorando no colo da mãe dela, e a mãe dela também em um momento estava chorando. Era uma situação de tristeza mesmo e de angústia. E era visível que a mãe e ela estavam cansadas, elas estavam numa situação muito difícil, e eu sempre tentando consolar as duas.

Houve uma hora em que eu trouxe a cabeça da menina para o meu colo e tentei consolar tanto ela quanto a mãe dela, tentando tranquilizar, dizendo que o

médico estava chegando e que elas seriam atendidas. E nesse meio tempo eu também dei alguns remédios enquanto nós esperávamos a consulta, mas, enquanto aquela menina estava apoiada no meu colo, chorando, dizendo que não queria morrer, sempre repetindo "eu não quero morrer, eu não quero morrer", em determinado momento aconteceu. Ela morreu enquanto ela estava no meu colo. Nós chegamos ao hospital, mas ela já estava morta e o hospital simplesmente constatou que ela já tinha falecido.

Ainda voltando à história daquela menina que faleceu, conversei com o pai dela. A situação dramática é a de que o pai nem podia carregar a própria filha falecida, porque havia perdido uma das mãos no trabalho escravo. No trabalho com os tijolos, ele havia queimado uma das mãos e teve de amputá-la – o pai não podia, nem mesmo, carregar a filha falecida!

Conversando com o médico, ele me disse que teríamos de cuidar das formalidades em relação ao falecimento da menina, da certidão de óbito e de todas as questões burocráticas, formais. Aquele pai já estava numa situação dramática, chorando, traumatizado. Ele não podia carregar a própria filha, por não ter uma das mãos, mas também não podia cuidar daquelas questões formais, porque não sabia ler nem escrever.

Ele me disse uma coisa que nunca me esqueci: ele disse que o motivo que o levou àquela situação de escravidão, àquele trabalho escravo a que tinha sido submetido, é que ele nunca tinha aprendido a ler e a escrever. Se ele tivesse aprendido a ler e a escrever, ele nunca teria entrado naquela situação de escravidão. Contou-me que, quando começou a trabalhar naquela situação, o empregador veio com vários papéis, com um contrato de trabalho para ele assinar. Ele mencionou que não sabia ler nem escrever e que não poderia assinar, mas ele colocou lá a sua impressão digital – aquela impressão digital e aquele compromisso que assumiu com aquele empregador foi o que o deixaram escravizado durante tantos anos.

Quando a filha dele ficou doente e precisou de tratamento, ele queria sair, ele queria deixar aquela situação de escravidão, mas sempre o empregador dizia: "Mas aqui está a sua impressão digital. Você se comprometeu, você não pode sair, você tem de ficar, pelo menos, durante 20 anos. Afinal, você já ganhou 20 mil rúpias ou vai ganhar 20 mil rúpias." Na verdade, não era nada daquilo e, por causa do analfabetismo e do fato de ele não ter podido ler, escrever e conhecer as condições do contrato, havia entrado naquela situação de escravidão. Então, duas frases nunca me saíram da mente, dessa história, dessa situação, a frase daquela menina: "Eu não quero morrer, eu não quero morrer!" e a frase do pai, que me disse: "Se eu não fosse analfabeto, se soubesse ler e escrever, não teria entrado nessa situação de escravidão e não teria perdido a minha filha."

Então, educação é vida, educação significa vida, significa liberdade, significa dignidade humana. No mundo inteiro, temos 57 milhões de crianças que não estão na escola, ou seja, essas duas questões estão ligadas tanto à questão da educação infantil quanto à do trabalho infantil. Existem estudos que mostram que cada ano de estudo na educação fundamental representa entre 10% a 15% de aumento na renda, ou seja, uma vez que a criança e o adolescente chegaram à idade de trabalhar, cada ano na escola fundamental representa um aumento de 10% a 15% na renda e cada ano no ensino secundário, no ensino médio, representa um aumento de 20% a 25% na renda dessas crianças e adolescentes quando chegarem à idade adulta.

Então, a educação é uma forma essencial de ajudar no aumento da renda. Estudos após estudos sempre mostram a correlação entre educação e a renda, tanto individual quanto em relação ao PIB dos países. Então, um estudo de 50 países mostra que cada ano de estudo da população representa um crescimento no PIB de 0,37%. Outro estudo realizado entre 1970 e o ano 2000, abrangendo 120 países, mostra claramente essa correlação que evidencia que nenhum país pode chegar a um nível bom de crescimento econômico sem que pelo menos metade da população tenha um bom nível de estudo – então, a educação é um aspecto-chave também para o crescimento econômico.

O mundo, em geral, não investe bastante na educação. Fala-se da crise, diz-se que a educação mundial está em crise. Afinal, o mundo não está disposto a investir o suficiente em educação e usa várias desculpas, inclusive a crise, a recessão econômica, mas, na verdade, são desculpas.

Mundialmente, a quantia necessária para a educação das crianças seria US$18 bilhões. E, na verdade, é o que se gasta militarmente, com gastos militares. Então, na verdade, o mundo não está disposto a gastar o bastante em educação das crianças que, na verdade, é um investimento para o futuro, porque isso ajuda a melhorar a saúde, ajuda a melhorar os níveis de mortalidade infantil, ajuda a lidar com a questão do vírus HIV, da aids, ajuda a por um fim no trabalho infantil, ajuda a melhorar a vida das pessoas, ajuda a melhorar a capacitação das pessoas, as capacidades técnica das pessoas, a produtividade. Então, é uma pena que o mundo não esteja disposto a fazer esse investimento na educação, que geraria enormes dividendos para o mundo como um todo.

A outra questão é que a profissão dos professores também está em crise. Nós precisaríamos no

mundo de 18 milhões de professores para ensinar as crianças na educação básica, e nós não investimos o bastante na capacitação, no treinamento dos professores, o que é essencial para a qualidade do ensino. E nós não investimos o bastante tanto na contratação de professores quanto na capacitação, no treinamento desses profissionais, que são essenciais nessa questão.

Um terceiro aspecto que eu gostaria de ressaltar é a comercialização e a privatização da educação. Na verdade, educação é um direito humano fundamental, é algo que já foi estabelecido desde a Declaração dos Direitos Humanos, de 1949, da ONU, e já foi ratificado, confirmado em outros tratados, em outras convenções. Ou seja, isso já foi mais que demonstrado e declarado que a educação é um direito humano fundamental.

E o que nós vemos, nos últimos anos e há algum tempo, é que a educação tem-se tornado uma mercadoria, como algo que se pode comprar. Ou seja, isso cria uma diferença entre aqueles que podem adquirir essa mercadoria e aqueles que não têm condições de adquiri-la. Então, algo que deveria ser um bem público acaba se tornando uma propriedade privada.

Isso acaba gerando essa injustiça e essa privatização que têm ocorrido, o que eu considero um grande perigo, pois nós sabemos que não podem existir parcerias público-privadas nessa área. Eu tenho falado dos perigos dessa comercialização, dessa privatização, e acho que, para ter uma educação de melhor qualidade, é preciso que exista uma espécie de privatização. Na verdade, é um grande perigo essa privatização da educação, que é um direito humano fundamental, como também na área da saúde – assistimos também a uma privatização desse setor tão primordial e tão fundamental.

Então, cabe ao Estado a responsabilidade e a obrigação de proporcionar a educação, e nós temos assistido à transferência dessa responsabilidade do Estado para o setor privado. Um grande perigo que existe nisso é que nós acabamos perdendo o propósito básico da educação. O propósito da educação é justamente ajudar os alunos a alcançarem o potencial deles, criar cidadãos responsáveis, criar paz e harmonia na sociedade.

Esses seriam os valores, os propósitos primordiais da educação, mas o que nós assistimos com essa privatização da educação é que a educação acaba sendo considerada algo que vai simplesmente ser uma ferramenta para a indústria, ou seja, vai ser algo que vai permitir maior produtividade na indústria, maior lucro aos empresários, aos industriais. Esse tem sido o foco da educação nesse contexto de privatização, porque, na verdade, não se trata mais de valores básicos e primordiais da educação que eu mencionei, o grande foco é justamente o lucro, a produtividade.

Então, isso é um perigo, porque nós vamos perdendo os valores e nós estamos simplesmente focados nos resultados em termos de números, de produtividade. Os resultados em relação à matemática, cálculo, etc. são todos voltados para essa área da produtividade – é esse o interesse das indústrias, das empresas na área de educação. Então, não são os mesmos valores fundamentais que nós buscamos da educação como um todo.

E, quando nós pensamos nesses 57 milhões de crianças no mundo que estão fora da escola – bom, chegamos até o número de 132 milhões, se nós estendermos a idade até os 16 anos, 57 milhões nos níveis mais básicos e 132 milhões, chegando até ao nível do ensino médio –, temos a questão também de que muitas dessas crianças são de difícil acesso. Nós temos dificuldade de chegar até elas, de ter acesso a elas. São crianças muitas vezes excluídas, marginalizadas, crianças e adolescentes que, muitas vezes, são traficados.

Frequentemente, acabam sendo usados como soldados em conflitos armados. Muitas vezes, são crianças deficientes ou com necessidades especiais, como nós dizemos hoje – são crianças e adolescentes em áreas de conflito. Então, geralmente, são crianças e adolescentes de difícil acesso, temos dificuldade de chegar até elas, de alcançá-las, também no caso dos povos indígenas, muitas vezes.

Então, nós temos que fazer esforços locais e regionais para tentar chegar a essas crianças e adolescentes, tendo em vista garantir-lhes a educação. Há, portanto, nesta questão, dois aspectos: primeiro, dar uma educação de qualidade a essas crianças, e também fazer um esforço para resgatar essas crianças em situação de difícil acesso. E, voltando à questão do trabalho infantil, nós vemos que 60% do trabalho infantil no mundo acontecem em áreas rurais, ou seja, acontece no campo, na agricultura.

Outra questão que tem surgido, nos últimos anos, e que nós temos observado é o aumento do trabalho infantil nas áreas urbanas também. Inclusive, ouvi falar que houve um aumento no Brasil em relação ao trabalho infantil nas áreas urbanas, como aconteceu em outros países emergentes, como Índia, China, Rússia, África do Sul. Com o crescimento dessas economias, nós assistimos ao crescimento da classe média urbana, que está sempre em busca de mão de obra barata. Então, nós assistimos a essa questão de crianças e adolescentes sendo explorados em trabalho doméstico nas áreas urbanas e nós assistimos a um verdadeiro tráfico de seres humanos que são recrutados.

Pessoas saem da cidade com o intuito de recrutar crianças e adolescentes das áreas rurais, para trabalhar nas áreas urbanas como trabalhadores domésticos. É um verdadeiro tráfico de seres humanos – a maioria das vezes, meninas. E esse é um novo perigo, uma nova questão que nós não podemos ignorar.

Eu sempre defendo que nós precisamos de uma abordagem mais abrangente, uma abordagem holística para lidar com essa situação. Na minha organização, na minha entidade, que é a Marcha Global Contra o Trabalho Infantil, nós sempre trabalhamos tentando ter essa abordagem holística mais abrangente. E nós sempre falamos de um paradigma triangular envolvendo a questão do trabalho infantil, a questão do analfabetismo, da educação e a questão da pobreza.

Nós consideramos que essas três questões estão totalmente interligadas e são como três vértices de um triângulo. Então, são questões interdependentes que mantêm relações de causa e efeito: a questão do trabalho infantil, do analfabetismo e da educação, que deve ser gratuita, de qualidade e obrigatória – esse é um trabalho contínuo, que deve ser realizado. Se nós não garantirmos educação mundialmente, as pessoas e os países não vão conseguir se integrar na economia global, nesse novo cenário mundial.

Para eliminar a pobreza, nós precisamos tanto de promover a educação, como também eliminar o trabalho infantil. São questões que estão interligadas de verdade. Esses são os três níveis que nós precisamos conciliar, essas três questões.

E um exemplo do Brasil que é citado mundialmente, que é sempre elogiado, são iniciativas brasileiras que tiveram sucesso, como o Bolsa Escola e o Bolsa Família – essas são tentativas de se conciliarem essas questões. E o Brasil mostrou um caminho para isso, mostrou uma tentativa de lidar com essas três questões. Então, é um exemplo dessa convergência, dessa integração.

É claro que há alguns problemas na aplicação, mas é uma coisa extremamente positiva. São mecanismos extremamente positivos para lidar com essas questões. Necessitamos de uma abordagem semelhante em todo o mundo, para garantir um trabalho decente para as pessoas, para garantir oportunidade de emprego para os jovens, para incluir as pessoas, programas de inclusão social, e tudo isso está ligado à educação.

Na verdade, nós precisamos de estratégias mais eficazes e mais inovadoras, para tratar dessa questão da educação infantil e para alcançar as crianças, e alcançar, inclusive, aquelas crianças que nós temos dificuldade de alcançar, crianças de difícil acesso, como aquelas situações que eu mencionei mais cedo. E isso não deve ser feito somente em âmbito governamental, mas também a sociedade civil precisa ser envolvida. Vários atores da sociedade civil, sindicatos, entidades rurais, todos esses atores da sociedade civil.

E é preciso também pressionar as empresas, as indústrias, porque nós assistimos, em muitos países, ao mercado de trabalho se tornar cada vez mais informal. E, muitas vezes, nós assistimos a grandes empresas terceirizarem e, por sua vez, as terceirizadas também terceirizarem, e as terceirizadas das terceirizadas também terceirizarem. E é, nesse tipo de situação, que muitas vezes nós vamos chegando a situações de trabalho escravo, à exploração de trabalho infantil, porque não existe um controle muito grande, existe uma precarização cada vez maior.

Para lidar com essa situação, é preciso tratar da situação como um todo. Para isso, é preciso vontade política e há necessidade também de mobilização da sociedade, e não só dos políticos. Não existe vontade política se não houver mobilização da sociedade – essas questões precisam estar ligadas como um todo.

Se mesmo as entidades da sociedade civil estiverem tratando só da educação, sem dar a devida atenção à questão do trabalho infantil, o resultado não vai ser tão eficiente. E o contrário também: se a ênfase for somente no trabalho infantil, e não tanto na educação, também não vai ser eficaz. Então, é preciso haver uma convergência de todas essas questões e um trabalho conjunto, tanto das entidades governamentais quanto das entidades da sociedade civil.

Para concluir, eu gostaria de aplaudir e elogiar o trabalho que vem sendo realizado no Brasil pelo Senador Cristovam e por todos que têm trabalhado com tanto afinco nessa questão. Foi ressaltada aqui pelo Senador Cristovam a questão da Copa do Mundo, a questão das Olimpíadas, e eu fiquei muito satisfeito quando ele mencionou a visão que tem sobre que o Brasil deve ser um país livre de trabalho infantil, um território sem trabalho infantil, e que os estrangeiros que viessem ao Brasil, tanto para a Copa do Mundo como para as Olimpíadas, tivessem a consciência disso. Então, essa é uma visão muito importante para o País.

Mas uma coisa que eu gostaria de ressaltar em relação a esses grandes eventos esportivos, como Copa do Mundo e Olimpíadas, é que, em outros países em que foram realizados eventos semelhantes, infelizmente, houve aumento de trabalho infantil. Muitas vezes foram aliciados menores, meninos e meninas, para trabalharem como prostitutas, e também para trabalharem em hotéis, restaurantes. Então, houve problema de tráfico de menores, de crianças e adolescentes – essa é uma questão para a qual é preciso atenção.

É preciso ter cuidado em grandes eventos assim, e não só nessas situações que mencionei, mas também na própria fabricação de materiais para esses eventos, como no caso de uma Copa do Mundo. Por exemplo, em Olimpíadas, em que muitas vezes são recrutadas crianças e adolescentes para trabalharem na confecção de bolas, de materiais esportivos, de luvas – isso aconteceu em outras partes do mundo –, é preciso ter atenção para isso, porque é um problema que pode ocorrer, é um problema real. Este é um apelo que faço à sociedade civil como um todo e aos políticos: estejam sempre atentos, em situação de alerta mesmo!

Nós convidamos vocês a lançarem uma campanha ou liderarem uma campanha em relação a esses grandes eventos esportivos, para que tudo o que for utilizado nesses eventos seja livre de trabalho infantil, e todos os envolvidos nesse trabalho, para que não haja trabalho infantil em nada relacionado a esses eventos. Então, convido vocês a fazerem uma campanha nesse sentido – teria todo o nosso apoio, o apoio da minha organização, que é a Marcha Global Contra o Trabalho Infantil. Nós convidamos vocês a tomarem essa iniciativa, que vai ter todo o nosso apoio!

Também convidamos vocês a pressionarem todas as pessoas envolvidas nesses eventos, tanto as grandes empresas quanto os comitês olímpicos, a FIFA, para que essa questão do trabalho infantil seja levada a sério em relação a esses eventos. Eu gostaria de mencionar, mais uma vez, que vocês têm a sorte de ter aqui no Brasil alguém como o Senador Cristovam Buarque, que tem estado sempre à frente nessas questões. Sei que no mundo inteiro há políticos interessados nessa questão, genuinamente interessados, envolvidos nessa questão, tanto da educação quanto do trabalho infantil, mas, muitas vezes, falta no mundo uma plataforma mais organizada para que haja um trabalho mais coordenado e mais consistente na erradicação da pobreza, na erradicação do trabalho infantil, principalmente, e em prol da educação.

No Brasil, já existe alguém assim, já há uma plataforma assim, graças ao trabalho do Senador Cristovam e de outros políticos. Então, convido vocês a liderarem, a tomarem a frente globalmente, mundialmente, para que se crie uma plataforma mundial para lidar com essas questões, o que seria de grande ajuda. Isso ajudaria a criar uma vontade política mundial para lidar com essas questões, para erradicar esses problemas.

Isso é algo de que o mundo precisa muito, falta uma liderança em âmbito mundial para isso. Vocês já têm aqui no Brasil, já têm essa liderança. E convido vocês, então, a lançarem essa plataforma mundial e tomarem a frente – é o que conclamo vocês a fazerem!

Mais uma vez agradeço a oportunidade de estar aqui. (*Palmas*.)

Muito obrigado, obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero concluir fazendo duas coisas: primeiro, lembrando alguns pontos que o Kailash falou – a ideia de que os direitos humanos e o crescimento dependem da educação. A maior parte das coisas de direitos humanos não é ligada a crescimento; a maior parte das coisas de crescimento não é ligada a direitos humanos, mas os dois se unem quando estamos trabalhando com educação. Ele mostrou dados de como a educação facilita o crescimento econômico e, obviamente, é um direito humano.

Segundo, a ideia de que é preciso um enfoque holístico que junte trabalho infantil e educação. Não há como lutar contra o trabalho infantil sem oferecer escola. E, ao oferecer escola, estamos lutando contra o trabalho infantil automaticamente.

Finalmente, dessa primeira parte, depois tenho uma segunda, a ideia de que pobreza, trabalho infantil e analfabetismo estão ligados – absolutamente ligados! Um exemplo dramático é o que ele deu com o caso da garota que faleceu no seu colo, cujo pai reconheceu que isso acontecia, porque ele não tinha estudado.

Dito isso, quero fazer uma proposta ao Kailash: ele disse que nós precisamos de políticos, Parlamentares que se concentrem na luta contra o trabalho infantil. Eu queria propor que a Marcha Global – que é uma entidade internacional, o que não é o Senado –, ajudasse, e eu aceito fazer parte disso junto como ele, a criar uma rede mundial de Parlamentares que queiram lutar contra o trabalho infantil. Existe uma organização internacional de Parlamentares, eu não tenho tido muita participação, mas creio que, em função disso, eu me interessaria em participar.

O mundo globalizou a economia, globalizou a cultura, mas não globalizou a política. Cada Parlamentar é do seu lugar, olhando a próxima eleição e falando com os seus eleitores. Está na hora de globalizarmos também a política.

Um primeiro passo, meu caro Kailash, seria este: criar uma rede mundial de Parlamentares contra o trabalho infantil, e não só dos países onde há trabalho infantil, mas também dos países que já superaram essa situação. Fica aqui o desafio de público e, depois, podemos conversar em particular sobre o que você pode fazer, o que eu posso fazer, para criarmos essa rede mundial de Parlamentares contra o trabalho infantil. De qualquer maneira, sua presença aqui já foi marcante.

Agradeço muito, em nome de todos os que puderam assistir a essa audiência, seja aqui ao vivo, seja

através da nossa televisão. Muito obrigado, meu caro Engenheiro Eletricista Kailash. (*Palmas*.)

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia oito de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Rodrigo Rollemberg, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Osvaldo Sobrinho, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Randolfe Rodrigues, Ângela Portela, Ana Rita, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Kátia Abreu, Paulo Bauer, José Agripino, Gim e Ana Amélia, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 56/2013-CE, de autoria do Senhor Senador Alvaro Dias, destinado a realizar a Primeira Audiência Pública para "**Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, de autoria da Presidência da República, que 'Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências'**". Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor José Marcelino de Rezende Pinto, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – FINEDUCA; Senhor Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Senhor Sergei Suarez Dillon Soares, Chefe de Gabinete da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea; e Senhora Priscila Cruz, Diretora Executiva do Movimento Todos Pela Educação**. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor João Luiz Cesarino da Rosa, Diretor da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEM; Senhora Neusa Pivatto, Coordenadora-Geral dos Direitos do Idoso, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Senhora Hilda Rodrigues, Presidente do Conselho Deliberativo da **Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo** – Apampesp; Senhora Alda de Lima, Secretária do Conselho Deliberativo da Apampesp; Senhora Viviane Costa, Coordenadora de Projetos da Confederação Nacional da Agricultura – CNA; Senhor Edmilson Lamparina, Coordenador da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Senhora Ísis Tavares, Diretora-Executiva da CNTE; Senhor Odair Neves, Secretário-Executivo da CNTE; e Senhor Alexandre Magno, Secretário de Esportes do Sindicato dos Professores da Rede Estadual do Maranhão. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros a Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Alvaro Dias, autor do Requerimento, e os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Inácio Arruda e Wellington Dias. Neste momento, a presidência faz a leitura do seguinte comunicado: "Convido os Senhores Senadores para o lançamento do livro Ética e Política, de autoria do Senador da República no período de 1974 a 1982 e de 1998 a 2006, Roberto Saturnino Braga, a realizar-se no dia de hoje, às 18 horas, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". O Convite vai ao arquivo. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Senador Cyro Miranda, requer, excepcionalmente, em razão do prazo exíguo para aprovação de viagem para missão parlamentar, a inclusão extra-pauta de Requerimento, uma vez que o Regimento Interno do Senado Federal não prevê a deliberação de proposições em Audiência Pública. A inclusão extra-pauta do Requerimento é aprovada. Logo após, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 1: Requerimento nº 63, de 2013**, de autoria do Senador Cyro Miranda, de caráter não terminativo, que requer "... nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me desta Casa, no próximo dia 14 de outubro, quando participarei, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 16º edição do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, a ser realizado na Praça Júlio Prestes em São Paulo – SP". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CYRO MIRANDA**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) –Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura das atas das reuniões anteriores e respectivas aprovações.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Informo que esta audiência tem cobertura da TV Senado, Agência Senado, Jornal do Senado, Rádio Senado e ainda da internet, www.senado.gov.br/tv-canal2.

A presente reunião atende ao Requerimento de nº 56/13 desta Comissão, de autoria do Sr. Senador Alvaro Dias, para realização da audiência pública destinada a instruir o PLC 103, de 2012, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), e dá outras providências.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os nossos convidados para que tomem assento à Mesa.

Convidamos o Sr. José Marcelino de Rezende Pinto, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação; o Sr. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Rafael Osorio, Diretor de Estudos Sociais do Instituto e Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Srª Priscila Cruz, Diretora-Executiva do Movimento Todos pela Educação e amiga desta Comissão, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. E quero fazer um adendo: Sr. Serguei Suarez Dillon Soares, que é Chefe de Gabinete da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Eu vou conceder a palavra, primeiro, ao que está à nossa direita, Sr. José Marcelino de Rezende Pinto, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), para que, dentro do tempo de 20 minutos – se houver necessidade, faremos uma prorrogação –, faça as suas considerações.

Com a palavra o Dr. José Marcelino.

O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO – Bom dia, Senador Cyro; bom dia, Senador Alvaro, Cristovam, Paim.

É um prazer estar aqui, retornando a esta Casa, que está com uma missão fundamental. Eu acho que o Plano Nacional é algo por que não dá para esperar mais, mas não adianta correr se não tiver qualidade. Esse é o desafio.

Com todo o movimento que foi a Conae 2010, a gente tinha uma expectativa de já estar em outro estágio o debate, mas, por outro lado, há um espaço para a gente avançar.

Eu vou falar mais da minha área – não há como não fazê-lo –, que é financiamento, e rapidamente.

Eu acho que ontem houve essa discussão também. Penso que é fundamental debater a importância de se ampliar o direito à educação e a importância da obrigatoriedade, o que parece uma coisa violenta. Como a gente analisa a questão? Quem está fora da escola? São exatamente aqueles que mais se beneficiariam dela: as crianças de 4 e 5 anos, mas o mesmo vale para qualquer faixa etária. Entre os 20% mais ricos, só 11% das crianças de 4 a 5 anos estão fora da escola. Entre os 20% mais pobres, 36% estão fora. Isso mostra que a única forma de eu assegurar o direito no fundo é obrigar, porque, ao obrigar o cidadão, eu estou obrigando o Estado, na verdade, a ir atrás e a garantir. Então, eu acho que essa é uma primeira questão que eu queria mostrar.

Como eu disse, o debate vai ser sobre os desequilíbrios. Quando eu analiso a educação, a questão chave é que, como ela depende exatamente do sistema tributário, quando nós analisamos a receita líquida de tributos no Brasil, nós temos um claro desequilíbrio – isso é mundial, mas, é óbvio que é fundamental entender. Então, quando eu considero as transferências, de cada R$100,00 que são pagos, se consideradas as transferências constitucionais, a União fica com 56%; os Estados com 26%; e os Municípios com 18%.

Por outro lado, quando eu olho para o financiamento da educação, Estados e Municípios respondem por 80% do financiamento, e a União por 20%. E se eu for olhar para e educação básica, a União fica com um pouco mais de 10%. Assim, há um claro desequilíbrio e, com a municipalização, como nós vamos ver hoje, há uma sobrecarga exatamente sobre o nível de governo que é o mais pobre de todos, que é o Município.

Aí mostro o grande desafio das desigualdades regionais do Brasil. A gente compara a receita líquida de impostos por habitante para os diferentes Estados da Federação. Em resumo, um cidadão da Bahia, do Pará, do Maranhão recebe menos da metade dos re-

cursos por habitante do que um do Acre, do que um de Roraima e do que um de São Paulo. Portanto, esse é um desafio do Brasil; é um desafio que só se resolve por uma reforma tributária e por um desenvolvimento mais igualitário, e também é um desafio que, parece, é maior do que o do Plano Nacional de Educação. Quer dizer, como construir ou como enfrentar o dilema das desigualdades regionais no Brasil.

Esse desequilíbrio acaba se refletindo também nas notas. Por isso eu acho que uma das questões muito importantes na discussão do plano é como medir a qualidade. O que este gráfico tenta mostrar é que há uma correlação muito grande entre a nota no Pisa e a renda por unidade da Federação. Quer dizer, nem sempre um baixo Ideb significa uma escola que não está fazendo um bom trabalho. Não é que o Ideb não seja um bom indicador, mas ele é um indicador que, dissociado do socioeconômico e dissociado de outros indicadores, muitas vezes dá uma noção falsa da realidade. Então, eu acho que a gente tem que tomar um certo cuidado.

Entrando diretamente na educação, nós temos um dramático desequilíbrio na divisão de responsabilidades. Quando eu comecei, lá pelos idos de 1980, a estudar os Municípios no Brasil, eu esperava grandes redes municipais nas regiões mais ricas do Brasil, mas, na verdade, é o contrário. Onde a municipalização mais avançou no Brasil foi no Maranhão, no Pará, em Alagoas, no Ceará. A rede municipal do Brasil não é um sintoma da força dos Municípios; ela é um indicador da omissão dos Estados, o que acaba obrigando os Municípios, muitas vezes sem recursos, a assumir a rede municipal com desafios tremendos, e o Fundeb é uma tentativa de enfrentar isso.

E aí está o Fundeb. O que é que este gráfico tenta mostrar? O famoso perde e ganha do Fundeb. O Fundeb tem um mecanismo em que os Estados e Municípios colocam recursos no fundo e retiram esses recursos na proporção da matrícula. Aí o que nós estamos mostrando é o que os Estados hoje transferem de recursos próprios para os Municípios através do Fundeb. Estamos ali com R$12 bilhões – esse número eu tirei do Siope –, eu já vi estatísticas que aproximam de R$17 bilhões, que são recursos estaduais hoje repassados para os Municípios. Com o fim do Fundeb, esses recursos voltariam para os Estados, e os alunos estavam no Município.

Então, num plano, é até uma meta que eu coloco no final, nós temos que pensar o pós-Fundeb já, porque nós temos uma bomba com data para explodir. Com o fim do Fundeb, esses R$12 bilhões, ou R$20 bilhões, voltam para o Estado, e os alunos estão nos Municípios. Assim, se nós não pensarmos uma política de financiamento que vá além da provisoriedade dos fundos... E acho que este é o momento. No plano é que temos que pensar nessa transição. O ano de 2020 está longe. E a experiência mostrou que a passagem do Fundep para o Fundeb foi traumática, porque foi no apagar das luzes. Nós regulamentamos o Fundeb praticamente por medida provisória.

Aí vamos analisar um pouquinho o Fundeb como elemento redutor das desigualdades. Eu chamo a atenção para aquela comparação entre o maior e o menor valor por aluno estimado. Temos um diferencial de 1,7 vezes, quer dizer, o maior *per capita* Fundeb é quase o dobro do menor. Para mim, isso ainda é um absurdo. Quer dizer, se a gente imaginar que estamos no mesmo País, um aluno de Roraima está recebendo 70% mais do que um aluno da Bahia, do Ceará, do que todos aqueles que recebem o mínimo.

Ali, eu já sinalizo o CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial), que é um esforço da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, para dizer o seguinte: se o CAQi estivesse em vigor, o mínimo do Fundeb não seria de R$1.729,00, mas de aproximadamente o valor de São Paulo. Com isso, a gente percebe o potencial equalizador que o Fundeb teria, quer dizer, praticamente teríamos um valor só para o Brasil e poderíamos dizer que a Constituição estaria sendo cumprida.

De outro lado, mostro o papel positivo do Fundeb. Esse eslaide mostra o que seria o Brasil sem o complemento da União. A diferença que era de 1,7 vai para três vezes, ou seja, sem o complemento da União, o valor do Maranhão seria de um terço do valor de Roraima. O valor mínimo do Maranhão seria praticamente o do mínimo atual. Então, é o copo pela metade o que o Fundeb representa – aliás, não o Fundeb; a complementação da União no Fundeb. Quer dizer, de um lado, ele teve um papel significativo. Aquela linha de R$1.729,00 significa o valor dos Estados que recebem o complemento. Com isso, se equaliza, mas, mesmo equalizando, estamos quase na metade do maior valor e longe do custo qualidade. Por isso citei a metáfora do copo pela metade.

Vamos falar rapidamente do CAQi. Realmente, tínhamos esperança de que hoje estivéssemos em outro patamar, porque ele foi aprovado em 2010, através do Parecer nº 8 do Conselho Nacional da Educação, na Câmara de Educação Básica, que tinha pessoas como Cesar Callegari, Mozart Neves Ramos e a Profª Regina Vinhaes, da UnB, pessoas que trabalham na área e que, além de terem o estudo, têm a prática de assumir secretarias de educação. Infelizmente, até hoje, o CAQi não foi homologado. Então, esse é um desafio. E o que a gente tem observado na tramitação

do PNE é uma tentativa de também retirar o CAQi do compromisso de implementação.

Ali a gente reforça o complemento do CAQi, os fundamentos. A base é a própria União, a própria Constituição, que estabelece o papel da União de garantir a equalização e o padrão mínimo. Como a gente observou naquela estatística do Fundeb, nós não temos equalização. Um estudante do Maranhão, da Bahia, do Pará ainda vale quase a metade de um estudante de Roraima. Então, não chegamos à equalização e também não chegamos ao padrão mínimo de qualidade, que é a ideia do CAQi.

O CAQi trabalha com preceito definido também no pacto normativo, que é a LDB, com a ideia de que qualidade está associada a quantidade mínima de insumos. Esse é um debate rico. Dizem: "Mas o insumo não garante qualidade". De fato, mas sem ele é muito difícil. Essa é a ideia. Ele é um elemento, é uma condição necessária, embora não suficiente.

Mas o que é o insumo indispensável? Essa discussão no Brasil não existe. Ela é simples porque acho que há um consenso entre qualquer um de nós no sentido de que uma biblioteca, um laboratório, uma quadra de esportes são insumos indispensáveis e também uma relação adequada aluno/professor. Então, essa discussão de que o dinheiro não faz diferença, que às vezes surge muito fortemente na mídia, se justifica nos países ricos, que estão trabalhando em um patamar de quatro, cinco vezes o que gastamos, onde todas escolas já têm laboratório. Aqui não temos o básico do básico. Então, às vezes, fica meio bizantino a gente dizer o que é indispensável.

Bom, aí nós mostramos a distância entre o que é a proposta do CAQi. O CAQi sempre dialoga com a idéia do Fundeb, com aquilo que seria o mínimo para a qualidade. Aí nós comparamos com o mínimo do Fundeb e pegamos o Fundeb de São Paulo, que é um Fundeb, digamos, mais cheio. Então, a gente vê que o grande desafio é creche. A gente observa que o valor do Custo Aluno Qualidade para a creche é praticamente de três vezes o mínimo assegurado pelo Fundeb, sendo que a idéia do CAQi é exatamente ser esse mínimo. Mesmo comparando com São Paulo, vamos ver que é o dobro. Por isso, se o CAQi estivesse em vigor, São Paulo teria direito a complementação. Por quê? Porque oferece uma educação infantil de qualidade.

O que a gente observa também – e isso é interessante – no CAQi é que, vejam lá: o valor do ensino fundamental, anos iniciais, terceira linha, urbano, seria de R$3.060,00, relativamente próximo ao valor de São Paulo e 50% maior do que o mínimo atual. Com isso, o que estamos tentando mostrar? Que estamos muito distantes daquele mínimo.

Participei, junto com a equipe, da campanha de elaboração do custo aluno. Nós fomos bastante modestos às vezes, quer dizer, quando nós fomos ver o salário que nós utilizamos para construir o custo aluno vemos que nós fomos modestos. Mesmo assim, é um valor pelo menos 50% maior do que o do mínimo atual.

Esse eslaide é muito interessante, embora não esteja dando para ninguém ler – nem eu estou conseguindo ler muito bem. O que esse eslaide mostra? Ele tenta mostrar o seguinte: se o CAQi estivesse em vigor – lembrando que se o parecer tivesse sido homologado ele já estaria em vigor desde 2011 –, em quanto a União teria de complementar o Fundeb? Olhem que interessante: todos os Estados da Federação receberiam complementação da União, quer dizer, o Amazonas receberia R$1,5 bilhão; o Rio Grande do Sul, R$1,460 bilhão; o Paraná, R$1,4 bilhão. Até São Paulo receberia complementação. Hoje, a complementação da União nesse cenário – trabalhei com o cenário de matrícula 2011, cenário 2012 –, no Fundeb, é de 0,21% do PIB. Se o CAQi estivesse em vigor, essa complementação teria de ser de 1,05%. Se eu for pensar, não é tanto recurso assim. É dinheiro.

O que a gente quer mostrar é que hoje, muitas vezes, há uma série de políticas – e a gente até estava conversando sobre isso – para dar dinheiro para o Município construir creches. Gente, acho que não tem de dar dinheiro; tem de pôr dinheiro no fundo. Até porque o caro não é construir a creche, o caro é manter a creche em funcionamento. Então, não adianta dar dinheiro ao Município, através de transferência voluntária, para construir uma creche, porque depois ele terá de manter com aquele recurso do Fundeb, que agora praticamente não cresce mais. E nós vamos ter mais alunos no Fundeb com a obrigatoriedade. Então, estamos incluindo mais gente no Fundeb, com recursos, em termos reais, praticamente congelados, torcendo para a economia não piorar. É óbvio que, se eu estou colocando mais alunos com um montante de recursos, em termos reais, estável, o valor por aluno vai cair, não há milagre.

Aí nós temos os desafios da creche. Gosto muito de chamar a atenção para esse eslaide. Com o CAQi, praticamente podemos dizer que, no Brasil, não haveria diferenças entre os Estados da Federação. Com o esforço da União, que é significativo, ainda seria de algo como um terço, um pouco menos do que os recursos do Fundeb. Então, quer dizer, ela ainda continuaria colocando no Fundeb menos recursos do que os Estados e menos recursos do que os Municípios. Então, acho isso um elemento...

Bom, caminhando para o final, vem a pergunta: mas o CAQi é qualidade? Não. A ideia do CAQi é pa-

tamar mínimo. É um pouco parecida com a ideia do salário necessário do Dieese. Qual é a ideia do salário necessário do Dieese? Aquele básico que garante ao sujeito viver com dignidade, que não é o salário mínimo. O CAQi trabalha com essa idéia. Então, o que nós fizemos aí? No Brasil, a gente fala, no financiamento da educação, em gasto/ano. No mundo real, a gente sempre fala em mensalidade, em mês. Então o que eu fiz foi transformar os valores em mês. Então, olhem lá: o mínimo do Fundeb, em 2011, seria de R$146,00 por mês por aluno. Eu sempre faço esta pergunta sobre a mensalidade: você colocaria o seu filho em uma escola de R$146,00 por mês? A maioria da população coloca, mas não por opção; por falta de recurso.

O CAQi seria de quanto? Seria de R$236,00. Ainda é baixo o valor. É só comparar com qualquer escola privada que a gente vê que é baixo. O Fundeb de São Paulo é de R$240,00. Eu peguei a esmo algumas escolas. Ali são duas confessionais, que são escolas que têm isenção de alguns impostos: em Campinas, Salesianos, R$600,00 mês – observem que o valor é de quatro vezes o mínimo do Fundeb, mais do que o dobro –; Sagrado Coração: R$800,00; Amora, no Rio – aí nós já vamos para escolas mais de elite –, R$1,3 mil; em Granja Viana, São Paulo, escola Rio Branco, R$1,5 mil. Quer dizer, praticamente, o que se gasta em um mês para um aluno de escola de elite é o que se gasta em um ano com um aluno de escola pública do Nordeste. Há um desequilíbrio.

Por isso eu bato muito no argumento que se repete no Brasil: o problema não é falta de dinheiro. Temos problema de gestão? Temos. Temos desperdício de recurso? Temos. Mas aqueles R$146,00 que eu coloquei, do mínimo, como se o dinheiro estivesse chegando à escola, eu não estou descontando ali. O que chega é menos. O que chega a São Paulo também é menos. Por quê? Porque há aposentados. A gente não equacionou a questão dos professores aposentados. No Rio Grande do Sul, por exemplo, metade da folha de pagamento é de aposentado. O que acontece? Na verdade, eu não tenho os 25 para aplicar. Eu tenho 12, eu tenho 13. Então, isso é só para mostrar que ali nós não estamos considerando os desvios, que existem.

Eu moro em Ribeirão Preto. Vira e mexe, ao Hospital das Clínicas, chega o ônibus escolar. É impressionante. Acho que o HC de Ribeirão é a maior escola do Brasil. É óbvio que eles estão trazendo outros que não estudantes. Esse é um pequeno exemplo.

A gente sabe que nas obras o problema é grave também. Mas o que eu estou querendo mostrar é o seguinte: mesmo que cada centavo chegasse à escola, seria insuficiente. Eu acho que isso nós temos que mostrar para sair dessa falsa discussão. Porque a gente vive ouvindo: "Não, o problema não é falta de dinheiro." Bom, olhem! Acho que os dados falam por si. Vamos comparar com a mensalidade da escola em que meu filho estuda. Acho que é isso.

Bom, será que dinheiro não faz diferença? Aí, encontramos de novo o Pisa. Maior Pisa: Coreia. Menor: Brasil. Eu brinco que o Brasil entrou no Pisa para melhorar a situação do México, porque o México era sempre o mais baixo. Aí o Brasil entrou...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO – Vamos caminhando.

Ali a gente pega os gastos – é da OCDE esse material – de 6 a 15 anos. Eu acho que dá para ver ali a linha – eu sou ruim com cores – vinho ali, não é? O vinho representa o gasto. A gente observa o Brasil, o México e o Chile: US$20 mil/ano, considerando o tempo que o aluno leva dos 6 a 15 anos. Quer dizer, nos países que têm um Pisa na faixa dos 500, o que vamos ver? Que gastam pelo menos três vezes o que o Brasil gasta. Mesmo a Coreia, que, digamos assim, tem um ganho de escala, porque tem turmas com muitos alunos, o valor é de três vezes o gasto do Brasil. Eu brinco dizendo o seguinte: os únicos países que proporcionalmente gastam menos em relação ao Pisa – eu citei, ali, a Hungria, a Polônia e acho que a Estônia – são os que eram socialistas. Aí, mostra-se o outro elemento que pesa muito: a questão da igualdade. A Finlândia tem essa característica também. Tem uma escola onde todo mundo estuda. É aquilo que ocorre, às vezes, em cidade pequena. Cidade pequena vai bem no Ideb. Por quê? Porque o filho do prefeito estuda na mesma escola que os outros. Então, tem-se aquilo que a gente chama do efeito dos pares. No Brasil, infelizmente, a nossa escola é cada vez mais segmentada. Então vai ficando cada vez mais difícil para a escola pública, porque é exatamente aquela escola em que, no limite, ninguém quer estudar.

Bom, isso vai bater no salário. Quem quer ser professor no Brasil? Ali a gente compara os salários. Também há outro mito: professor não ganha mal. Então nós comparamos. Olhem lá: um professor da educação infantil está competindo com vendedor em loja. Percebem? Então, na hora da escolha, é isso. Esse é o universo. O escriturário ganha mais. O professor que atua no ensino médio está disputando com soldado da Polícia Militar, com caixa de banco, com profissões que, na verdade, nem exigem o nível superior, como se exige de um professor de nível médio.

Existe uma pesquisa feita pela Bernardete Gatti que é muito interessante. Ela entrevista alunos do ensino médio sobre atratividade. Em uma entrevista

feita com uma menina de escola particular, que acho que é sintomática, ela pergunta o seguinte: "O que aconteceria se você chegasse em casa e falasse que ia prestar vestibular para pedagogia?" Ela falou: "Ah, iam falar que eu tinha fumado. Só minha avó que ia achar normal, porque avó aceita tudo." Eu acho que é cômico e é trágico, e mostra que não adianta... Nós precisamos quebrar isso. E não é fácil. Não adianta subir 20%. Não adianta. Este é outro dilema. "Ah, o dinheiro não faz diferença." Vinte por cento não faz; nós temos de ter um salto. Onde está o economista? Onde está o jornalista? No dobro. Então, é aí que nós temos de discutir.

Aí mostro a diferença entre os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Só voltando um minutinho...

O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – ... àquele primeiro dado: professores da educação infantil...

O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO – Formados em nível normal.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em nível normal. De R$702,00 é a média?

O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO – Isso, é a média.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Esse é que vai dar educação para os nossos filhos, educação infantil?

O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO – Isso. E tem um detalhe, Senador – isso é até uma coisa que precisávamos cobrar do IBGE –: o IBGE não separa o professor de creche do professor de pré-escola. Então, ali, na verdade, eu tenho a média creche/pré-escola. Se eu desagregasse... A gente diz o seguinte: quanto menor o aluno, menor o salário. Por isso fomos parar na universidade. Mas tirem o EJA, porque o aluno grande é o mais desvalorizado. Então, esta é uma relação direta: o tamanho do aluno com o salário.

Bom, aí a gente compara com o salário mínimo do Dieese. O salário mínimo do Dieese não envolve qualificação profissional; seria o mínimo. Observem que só três Estados da Federação estariam pagando acima do salário mínimo do Dieese: Distrito Federal, Amapá e Roraima. Esses dois provavelmente porque eram Territórios. Ainda existe muito professor pago pelo Governo Federal, mas a tendência é baixar. E o Distrito Federal é um caso atípico, porque realmente é o Governo Federal, na verdade, que financia.

Vamos andando. Estamos caminhando para o fim.

Aí a pergunta que eu faço: os professores desistiram da luta? Fazia tempo queríamos resolver essa questão. Onde os professores que dão aula na escola básica, pública, matriculam seus filhos? O que nós vemos é que, no Brasil, 40% dos professores que dão aula na escola pública não matriculam seus filhos na escola onde eles dão aula. E quando eu analiso por Estado, vocês se lembram de que o maior salário e a melhor rede pública é a do Distrito Federal? Oitenta por cento dos professores do Distrito Federal matriculam os seus filhos em escolas privadas. Quer dizer, na verdade, o limitador é o salário, com algumas exceções. Esse dado, para mim, é muito dramático, porque, num certo sentido, a escola pública é a escola do filho do outro. Esse é um dilema que vai além de vários outros.

Bom, agora já estou acabando. Aí mostro aquele esforço que eu acho que já apresentei aqui uma vez, mas trago de novo, que seria fazer um PNE para valer. Então, quais são os desafios do PNE? Nós temos os desafios da quantidade e os desafios da qualidade. Só para terem uma ideia de que mesmo nesse cenário nós fomos modestos, eu considerei um valor/aluno de R$341,00/mês para os anos iniciais. Voltando a comparar com escolas privadas, vocês verão que é um valor baixo. E considerei o tempo integral em R$470. Quer dizer, eu entendo que qualidade hoje teria de ser próximo de R$500,00. Mas se eu colocasse R$500,00, nós chegaríamos fácil em 14% do PIB, em 15% do PIB. Então, ali o que nós fizemos foi meta a meta, estabelecendo metas de quantidade e de melhoria de qualidade. Quer dizer, nós não podemos estabelecer o CAQi como a meta da qualidade. O CAQi é o ponto de partida da qualidade. Então, foi isso.

Nós chegamos ao cenário de 2016. O Brasil precisaria estar com 7,7% do PIB. E, em 2020 – parece conta de mentiroso, mas deu aquilo mesmo –, com 10,01% do PIB. A campanha fez outros cálculos, mas qualquer cálculo que fizermos, quer dizer, cálculo realista, porque não dá para eu fazer, por exemplo, tempo integral com trabalho voluntário – hoje nós temos programa que é assim, e aí não dá –, precisa ter metas realmente realistas.

O último eslaide eu chamei de desafios do PNE, mas eu acho que, na verdade, são os desafios do Brasil. Primeiro, assegurar o CAQi com "i", de "inicial", como o primeiro passo para se chegar ao CAQi sem "i", ou seja, para se chegar a uma qualidade sem adjetivo.

O meu sonho hoje seria chegar ao padrão das escolas técnicas federais. Quando pensamos em qualidade, nós não precisamos inventar; nós temos. Eu acho que a rede técnica federal tem os seus problemas de seletividade, mas é boa, por isso tem cursinho para entrar. Ela é boa. Então, quer dizer, acho que é isso.

Pensar o pós-Fundeb. O que vai ser o Brasil pós-Fundeb? O Fundeb é interessante, por quê? Porque ele criou, em cada Estado, um mecanismo que junta recursos estaduais e municipais. Mas eu continuo tendo escolas municipais e escolas estaduais. Eu acho que isso é uma contradição do nosso sistema. Não tenho muita experiência internacional, mas, no mundo, geralmente, o que existe é escola pública. Isso gera distorções. A educação do campo, por exemplo, sobra para o Município. E uma educação do campo de qualidade é muito mais cara. Por quê? Porque as escolas do campo são pequenas. Como é que ela ficaria barata? Multisseriada. Mas colocam um professor dando aula para os cinco anos.

Há um mecanismo hoje, na minha leitura, entre Estados e Municípios, de um jogar o problema para o outro. Como o Município é o mais fraco, a bomba estoura nele, sob a alegação até de que o Município é mais eficiente. Eu sempre pondero, porque o Município, no Brasil, tem uma tradição que não é a mais democrática; ele tem uma tradição coronelística. Então, no Brasil, temos essa dialética entre o local e o central, que eu acho que precisa ser bem resolvida.

Cuidado com o Ideb. Eu tenho falado muito isso, porque, como eu disse, o Ideb é muito marcado pelo nível socioeconômico. Nós temos de usar outros indicadores além do IDEB, e enriquecer o Ideb. O Ideb não tem um indicador de insumos da escola. Por que não colocar no Ideb a presença da biblioteca? Com isso, você induz a política. Se o Município souber que, para melhorar o Ideb, ele vai ter de colocar biblioteca, vai ter de colocar laboratório, isso vai induzir desenvolvimento. Hoje não, porque hoje é uma nota só. Então, ele busca atalhos para melhorar a nota, ele impede aluno de nota baixa de fazer o Ideb, ele introduz programas de progressão. Não descarto o Ideb, mas ele não pode ser essa pedra filosofal que virou no Brasil – não se pode falar mal do Ideb.

Dez por cento do PIB para o ensino público. Acho que aí há essa discussão, que tem vindo do Senado, de somar tudo que é recurso que vai para o setor privado, como os 10% do PIB, para compor. Nada contra o ensino privado. Acho que o ensino privado tem o seu papel. Não é isso que nós estamos discutindo. Agora, no Brasil, essa combinação de dinheiro público no ensino privado, a nossa tradição é muito ruim, desde o salário educação, em que havia bolsa fantasma. Hoje o salário-educação é só para o ensino público. Quer dizer, não é uma posição ideológica contra o setor privado. Agora, eu acho que, ao misturar dinheiro público no setor privado, estimula-se a ineficiência do setor privado, estimulam-se as falcatruas. Dinheiro público é para a escola pública. Acho que é isso. O setor privado tem os seus elementos e até está crescendo hoje no Brasil. Isso é só para dizer que não é uma posição ideológica, mas é a única forma de viabilizar.

Garantir que o dinheiro chegue à escola. Isso é óbvio. Não basta ter o dinheiro. O dinheiro tem de chegar à escola, tem de ter visibilidade.

E há aquela discussão do Ideb na escola. Eu já participei de uma audiência sobre isso aqui. Eu defendo que haja o Ideb, mas que se coloque nele: nível socioeconômico, se naquela escola tem biblioteca, salário do professor daquela escola. Quer dizer, vamos dar transparência por inteiro. Quanto se gasta por aluno naquela escola em particular?

Mudar a cara da profissão docente. Por quê? Porque educação é salário. Oitenta por cento, oitenta e cinco por cento é salário no mundo inteiro. Por isso é difícil melhorar salário, porque, para melhorar salário, eu tenho de gastar mais. Então, é preciso mudar. Essa piada – e nem é piada, é pesquisa – de falarem: "Olha, se eu falar, vão achar que eu fumei um", nós precisamos mudar isso. Na Finlândia, os melhores é que vão ser professores.

Tratar desigualmente os desiguais. Acho que esse é um elemento central também. Hoje quem tem mais ganha mais. Temos que pensar um sistema, que é um princípio liberal, de igualdade de chance.

Por último, um tema polêmico também, mas que acho que temos de começar a enfrentar, é o limite de gastos com pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal. Embora a Lei de Responsabilidade Fiscal tenha elementos extremamente positivos, a limitação que ela estabelece para o Município de, com 51%, já receber o alerta... Quer dizer, o que é do Município? Pessoal. Então, há Município em que o prefeito fala: "Olha, eu posso melhorar a remuneração do ponto de vista financeiro, mas a Lei de Responsabilidade Fiscal me impede". O Brasil já tem maturidade. Não vamos criar uma lei da irresponsabilidade fiscal, mas simplesmente discutir esse tópico. Falar para o Município que ele só vai gastar com pessoal 51% é estar dizendo para ele ser ineficiente.

É isso.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Há os sem-terra, sem-biblioteca, sem-quadras, sem-esporte, sem-creche e os sem-som e sem-internet.

Agradeço a participação e parabenizo o José Marcelino de Rezende Pinto pela sua brilhante apresentação e conscientização. Os números não mentem, estão aí. Não adianta fazer *marketing* em cima do que não é suportável.

Quero registrar a presença nesta audiência pública do Sr. João Luiz Cesarino da Rosa, Diretor da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino; da Srª Neusa Pivatto, Coordenadora-Geral dos Direitos do Idoso, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; da Srª Hilda Rodrigues, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo; da Srª Alda de Lima, Secretária do Conselho Deliberativo da Apampesp; da Srª Viviane Costa, Coordenadora de Projetos da Confederação Nacional da Agricultura; do Sr. Edmilson Lamparina, Coordenador da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; da Srª Ísis Tavares, Diretora-Executiva da CNTE; do Sr. Odair Neves, Secretário-Executivo da CNTE; e do Sr. Alexandre Magno, Secretário de Esportes do Sindicato dos Professores da Rede Estadual do Maranhão. Sejam todos muito bem-vindos!

Com muito prazer, passo a palavra ao Sr. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, pelo tempo de 20 minutos. Se precisar, terá a prorrogação necessária.

O SR. DANIEL CARA – Bom dia a todos e a todas!

Em primeiro lugar, queria agradecer a oportunidade dada à Campanha Nacional pelo Direito à Educação de se pronunciar nesta audiência pública do Plano Nacional de Educação.

A Campanha teve uma forte incidência, isso até está registrado no relatório do Deputado Angelo Vanhoni, no PNE na Câmara dos Deputados. Aqui no Senado Federal, nós já estivemos presentes em diversas oportunidades, em audiências. Ontem mesmo – eu queria fazer um registro público e agradecer ao Senador Cristovam Buarque –, tivemos uma audiência pública com o nosso companheiro Kailash, que é da Índia, presidente de uma organização que luta contra o trabalho infantil e foi presidente da campanha global pela educação. Aquela audiência aconteceu na perspectiva do projeto Fora da Escola Não Pode!, coordenado por nós, da Campanha Nacional pelo Direitos à Educação, e pelo Unicef Brasil. E ontem foi um momento muito especial. Isso está registrado até no jornal do Senado Federal.

Queria também agradecer ao Senador Cyro Miranda e ao Senador Alvaro Dias pela oportunidade de debater o Plano Nacional de Educação mais uma vez aqui no Senado Federal.

Eu trouxe uma apresentação. E a ideia da nossa intervenção aqui hoje é demonstrar que o Plano Nacional de Educação tem sido desconstruído nas duas comissões por que ele passou no Senado Federal, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

O próximo eslaide mostra o que Constituição Federal demanda do Plano Nacional de Educação. Então, o nosso debate aqui vai estar bastante registrado naquilo que a Constituição demanda como regra, como prioridade e como determinação daquilo a que o PNE deve corresponder.

A Constituição, na reforma empreendida pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, no art. 214, diz que o PNE tem duração decenal e deve articular o Sistema Nacional de Educação. Então, o Plano Nacional de Educação tem uma demanda clara de trabalhar a questão do federalismo na matéria educativa, deve assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino, que é um elemento regulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos arts. 70 e 71 da LDB, e deve gerar ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas, o que significa que o PNE deve significar um esforço de cooperação entre União, Estados e Municípios.

Esse esforço de cooperação obrigatoriamente deve seguir as seguintes diretrizes: erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica do País e estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, como proporção do Produto Interno Bruto.

Na imprensa, muitas vezes, tem sido debatida – e alguns especialista reforçam – essa questão de que é um absurdo se vincular uma meta no Plano Nacional de Educação equivalente ao PIB. Só que a esse absurdo, que eu não considero absurdo, pelo contrário, a gente considera que é uma medida extremamente importante, poderia vir acoplada uma meta de custo aluno/ano também, que seria complementar e reforçaria a luta por mais recursos para a educação, o que o Marcelino já apresentou aqui. O aspecto fundamental que tem que ser posto é que esse é um dispositivo constitucional e que, portanto, deve ser parte inerente do Plano Nacional de Educação. Não dá para abrir mão de se garantir, no Plano Nacional de Educação, esse elemento da vinculação de uma meta de investimento em educação como proporção do Produto Interno Bruto.

Dito isso, o que a Constituição Federal determina como objetivo do Plano Nacional de Educação... Eu trouxe aqui alguns aspectos que são consenso na rede da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que vai desde os gestores da Undime (União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação), à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, à Fundação Abrinq, que, inclusive, tem representantes aqui hoje e é uma fundação de base empresarial, e chega ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Então, a campanha é uma rede bastante ampla e que consegue construir consensos, mesmo diante de toda essa pluralidade.

A nossa avaliação dos relatórios da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição e Justiça é de que, em primeiro lugar, desobriga o Poder Público de criar matrículas em educação profissional de ensino médio, no sentido de que havia uma meta ali, na Câmara dos Deputados, de que 50% das nossas matrículas seriam públicas, e hoje esse dispositivo foi substituído para matrículas gratuitas, não matrículas públicas, sempre sabendo que, nessa modalidade de educação básica, na educação profissional de nível médio, a grande qualidade da educação se dá no segmento público.

O Marcelino foi aluno de escola técnica, e eu também. Com certeza, foi a experiência educacional mais importante da nossa vida. Não tenho dúvidas da qualidade tanto da educação técnica, profissional de nível médio da rede Federal, como também das redes estaduais.

Outra desobrigação do Poder Público preocupante no relatório da Comissão de Assuntos Econômicos foi a desobrigação de criar matrículas na educação superior. Aqui também fica registrado o fato de que, na educação superior, a grande qualidade da educação ofertada no Brasil é exatamente a dos estabelecimentos públicos, especialmente dos estabelecimentos de administração federal – o Senador Cristovam, inclusive, foi reitor da Universidade de Brasília –, mas também a das universidades estaduais, especialmente dos Estados mais desenvolvidos do País, o que significa, inclusive, que deve haver cooperação entre a União e os Estados para o fortalecimento das redes e das universidades federais nos Estados que não têm a mesma capacidade de investimento.

Outra questão preocupante, além daquilo que o Marcelino colocou, é a forma como o Senado Federal tem lidado com a questão da Parceria Público-Privada em relação ao financiamento da educação. Além daquilo tudo que já tinha sido feito na Comissão de Assuntos Econômicos, foi incluída também a pré-escola como possibilidade de recebimento de recursos; é uma etapa da educação que pode receber recursos públicos na exceção que está posta no §5º do art. 5º da proposta de lei do PNE relatada pelo Senador Vital do Rêgo.

Extinção das conferências municipais e estaduais de educação precedentes à Conferência Nacional de Educação. Ontem fiz a palestra de abertura da conferência estadual de Minas Gerais. E esse aspecto está gerando extrema revolta no processo das conferências, porque o Brasil vem investindo na construção de um processo de participação e determinação de leis através das conferências. E o Plano Nacional de Educação seria uma das leis que regulariam essa forma de participação, que tem sido muito profícua e gerado bons debates, inclusive tratando de todos os temas polêmicos. Curiosamente, diferentemente daquilo que tem sido trabalhado muitas vezes aqui no Parlamento, as conferências de educação estão trazendo todas as polêmicas. A representação do Sistema S é fortíssima; a representação das APAEs é fortíssima; a representação dos estabelecimentos conveniados é fortíssima. Então, a conferência tem dado conta da pluralidade da educação nacional, mas é preciso que ela seja um processo regulado, que passe por etapas municipais e estaduais.

Outra questão que consideramos bastante grave foi a extinção do prazo para regulamentar a gestão democrática da educação nos entes federados. Também foi extinto o prazo para regulamentar o Sistema Nacional de Educação, que é essencialmente o que o PNE deve articular como seu objetivo primordial, segundo o art. 214 da Constituição Federal. O prazo que trabalhamos na Câmara dos Deputados era de dois anos após a aprovação do Plano Nacional de Educação.

Também foram retirados – e esse aspecto é gravíssimo, Senador Alvaro Dias – pré-requisitos de diagnósticos, metas e estratégias para protocolização dos PNEs, o que significa que os novos Planos Nacionais de Educação não devem vir acompanhados de uma série de elementos centrais que, inclusive, faltaram na construção do Plano Nacional de Educação em debate agora.

É sempre bom lembrar que, quando o Presidente Lula – e eu estava no dia, no Palácio do Planalto, em 15 de dezembro de 2010 – encaminha o texto do Plano Nacional de Educação ao Congresso Nacional, ele o encaminha desacompanhado de um diagnóstico. Não fosse a pressão da sociedade civil e uma Deputada da oposição, a Professora Dorinha, não teria acontecido o envio de um diagnóstico feito pelo Ministério da Educação que subsidiava inclusive a defesa feita pelo Ministério do investimento equivalente a 7% do PIB em educação, considerando só educação pública.

Então, inicialmente, quando o Ministério da Educação trabalha a questão do PNE, ele só pensa em investimento público direto, que é investimento público em educação pública, descontados gastos com aposentados. É importante frisar isso.

O raciocínio do Ministério da Educação, naquele momento, era muito diferente do que tem acontecido agora. Não dá para ter Plano Nacional de Educação sem diagnóstico. O fato de o Ministério da Educação ter mandado o diagnóstico com quatro meses de atra-

so retardou demasiadamente o debate sobre o Plano Nacional de Educação.

Quero reforçar o que o Marcelino colocou aqui: é importante ter rapidamente um Plano Nacional de Educação, mas não dá para ter qualquer um. Precisamos de um bom plano.

Outra questão que nos preocupa é a extinção do prazo para a aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional. A campanha entende essa lei de maneira diversa da forma como alguns setores a têm trabalhado. Para nós, a responsabilidade educacional deve vir acompanhada de condições de trabalho para as políticas educativas, especialmente nas escolas, para os professores. De qualquer maneira, nós consideramos importante um debate sobre a Lei de Responsabilidade Educacional regulado por um prazo.

O aspecto em que vou mais me deter é a supressão da Estratégia 20.8 do substitutivo da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), do Senado Federal, que manteve o dispositivo da Câmara dos Deputados que prevê a complementação da União ao Custo Aluno Qualidade Inicial e ao Custo Aluno Qualidade. Depois, vou mostrar o que significa isso em termos de valores.

É importante ressaltar que estamos distribuindo aqui uma nota técnica da Fineduca, cuja realização foi coordenada pelo Prof. José Marcelino, que já expôs aqui, que apresenta todos os cálculos do que significa essa supressão de Estratégia 20.8. Pedimos, inclusive, ao Senador Alvaro Dias que retome essa estratégia. Depois, vou apresentar os dados do por quê.

Bem, a minha área de formação é ciência política. É sempre importante observar, em termos de política comparada, os países que também utilizam o sistema federado, essas pesquisas que vou citar, inclusive, o Brasil faz boa parte delas, o que o federalismo gera em termos de política social. Por que eu trago essa questão? Por um aspecto fundamental da Constituição Federal brasileira: só a educação tem três dispositivos constitucionais que reforçam o sistema nacional de educação e a cooperação federativa.

A questão educativa é tão trabalhada no federalismo brasileiro que a Constituição diz, no art. 23, parágrafo único e inciso V, que leis específicas devem regular a cooperação na área educativa. Depois, no art. 211, reforça que deve ser feito um processo colaborativo entre União, Estados e Municípios, estabelece o regime de colaboração. Posteriormente, no art. 214, vai dizer que o Plano Nacional de Educação deve organizar o sistema nacional de educação.

Por que a Constituição trabalha essa questão? Porque a política educativa é uma política central para o País, pelo menos assim afirma a Constituição. O direito à educação é o primeiro direito citado na Constituição Federal, no art. 6º. A ordem não é alfabética. Quando se pegam as notas taquigráficas do debate constitucional, vê-se que o Prof. Florestan Fernandes, que, inclusive, nomeia a sala da Comissão de Assuntos Sociais aqui do Senado Federal, reforça que o direito à educação mobiliza os demais direitos e que, portanto, esse deve ser o primeiro direito social citado na Constituição, o que não significa, de forma alguma, que ele é mais importante que os demais. Simplesmente, o fato reforçado na Constituição é que é por ser um direito mobilizador.

A questão do federalismo, em termos de política social e, especialmente, em termos de política de educação, em relação ao que acontece no restante dos outros países, mostra que os Estados federados são mais eficientes no sentido de produzir gastos comparativamente mais baixos de ofertas de serviços sociais, mas, ao mesmo tempo em que eles são eficientes, eles são ineficazes. Então, oferecem, por exemplo, a matrícula, mas essa matrícula não tem qualidade para trazer aqui para o debate educacional.

Os Estados federados tendem à descoordenação, o que significa que uma decisão nacional dificilmente é respeitada pelos entes subnacionais. Sempre há um conflito entre entes subnacionais e ente nacional – no caso do Brasil, o Governo Federal.

Para resolver o problema federativo, se estabelecem padrões mínimos de qualidade para oferta dos serviços públicos. O que significam esses padrões mínimos de qualidade? Garantir que, em que pese a desigualdade inerente a qualquer federação... Se pensarmos, por exemplo, na Europa, hoje há um grande debate sobre se ela deve ou não ser uma união federativa. A Europa obrigatoriamente tem desigualdades. Então, no caso europeu, Portugal, Itália, Espanha e Grécia são muito mais desfavorecidos economicamente, têm muito mais dificuldades econômicas, do que, por exemplo, Inglaterra e Alemanha. Se pensarmos no Brasil, os Estados do Norte e Nordeste têm desigualdades bastante gritantes em relação aos Estados do Sul e Sudeste.

Assim, qual o segredo das federações? Estabelecer um padrão mínimo de qualidade; e a qualidade desse padrão mínimo é essencial. Precisa haver um padrão mínimo que, de fato, garanta os direitos sociais. Esse padrão mínimo vai diminuir o grau das desigualdades, o que significa que um cidadão em São Paulo vai ter o mesmo direito à educação que um cidadão do Amazonas. Na base de um padrão mínimo, vai haver uma escola não tão desigual entre essas duas realidades.

O que significa essa escola não tão desigual? Aqui vou reforçar o Custo Aluno Qualidade e dar um

pouco de visualização em relação ao que o Marcelino já apresentou. A escola do Custo Aluno Qualidade Inicial é essencial, porque, no fundo, acabamos pensando tanto num sistema de ensino como também numa escola que garanta um padrão mínimo de qualidade.

Segundo uma pesquisa recente da Universidade de Brasília e da Universidade Federal de Santa Catarina, só 0,6% das escolas brasileiras atendem esse padrão. Essa pesquisa precisa ser, inclusive, aprofundada. Mas é uma escola que, além de sala de aula, sala de direção e equipe, sala de equipe pedagógica, sala de professores, necessariamente tem que ter uma biblioteca – no caso dos anos iniciais do ensino fundamental, uma biblioteca com quatro mil títulos, o que significa quatro mil materiais distintos, por que passam desde a literatura infanto-juvenil até enciclopédias, dicionários, material de apoio pedagógico. Isso significa que essa escola tem de incentivar a leitura e dar meios para que os alunos possam, de fato, ler. E tem de ter um espaço para os estudantes, quadra coberta, brinquedoteca – e brinquedoteca é essencial numa escola de anos iniciais e de ensino fundamental –, laboratório de informática e três laboratórios de ciências, o que quer dizer que o incentivo às ciências e a curiosidade cientifica devem ser estimulados – e todos vocês vão concordar com isso – desde a educação básica.

Além dos insumos, que são rapidamente mostrados aqui, relativos às escolas, há também um aspecto que fundamenta o Custo Aluno Qualidade que é o estabelecimento de um número máximo de alunos por turma. Trabalhei no ensino médio noturno no ensino de São Paulo, no que era considerado o triângulo da morte, que eram Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luiz. Muitas vezes, nós deparamos, na imprensa, com analistas que dizem que o número de alunos por turma não influi na qualidade da educação. Eu posso garantir para vocês que dar aula para 55 alunos à noite em São Paulo, numa região de alta vulnerabilidade social e alta violência, é praticamente impossível, no sentido de se garantir a aprendizagem de fato desses alunos. Estabelecer o número máximo de alunos por turma é essencial para a garantia daquilo que a Pedagogia tem determinado como a sua maior fronteira de dificuldade, que é garantir uma aula tão boa que você atenda as necessidades de cada aluno de maneira específica. Essa tem sido a principal fronteira do debate pedagógico.

Além do número de alunos por turma, o Custo Aluno Qualidade trabalha com o piso como remuneração inicial e com uma política de carreira que considera diferenças, por exemplo, para aqueles que trabalham no campo, para aqueles que têm uma atribuição como coordenação pedagógica. Então, ele parte de um padrão mínimo de qualidade, em que o mínimo é mínimo mesmo, em que pese o fato de que as escolas brasileiras estão muito distantes desse mínimo, que precisa ser garantido para que a educação alcance aquilo que é o princípio fundamental da educação nacional e que está no art. 206 da Constituição Federal, inciso I: "Igualdade de condições para acesso e permanência na escola". Esse é o objetivo fundamental do Custo Aluno Qualidade.

O Custo Aluno Qualidade trabalha sobre o custo de manutenção de escolas, mas também calcula quanto custa a construção de equipamentos escolares. Cito um dado para vocês que divulgamos nas manifestações de junho. Os custos da Copa do Mundo, em que pesem ser custos de transporte, logística urbana, melhoria de aeroportos, além dos estádios, que são financiados pelo BNDES, e, portanto, partem de um fundo financiado pelo Tesouro Nacional, alcançaram um patamar de R$28 bilhões. Não estamos discutindo aqui se o dinheiro deveria vir para a educação, se é prioritário ou não, mas queríamos mostrar que, com R$25 bilhões, daria para construir escolas com o padrão do Custo Aluno Qualidade para todas as crianças de quatro anos e para os adolescentes de até dezessete anos que estão fora da escola, porque a Emenda Constitucional 59, de 2009, vai dizer que, em 2016, todos eles têm de estar dentro da escola, o que significa que o Brasil tem recursos. Não estamos discutindo se o recurso para a Copa é prioritário ou não, mas o fato é que o Brasil tem recurso e só precisa determinar se a educação é prioridade ou não.

É importante frisar que precisamos construir 9.002 estabelecimentos. Se colocássemos aqui o direito à creche, 50% das matrículas em creche, chegaríamos próximo a um patamar de 24 mil estabelecimentos. A meta da Presidenta Dilma é de 6 mil estabelecimentos de creche até 2014. É provável que tenhamos alcançado agora a ordem de 300 creches de fato em funcionamento na política do ProInfância. E por que isso acontece? Porque o prefeito aprendeu a fazer conta e sabe que construir a creche não resolve o problema dele. Ele precisa manter a creche funcionando, o que tem praticamente o mesmo valor do custo de construção da creche.

Aqui apresento para vocês a desigualdade entre aquilo que o Custo Aluno Qualidade defende para creche para o Brasil como um todo e aquilo que a Região Nordeste tem praticado como aluno/ano de creche. O Custo Aluno Qualidade, em 2009, defendia um patamar de R$6.450,70 para o aluno de creche ao passo em que, na Região Nordeste, o que estava sendo praticado, segundo uma pesquisa da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – eu

queria registrar aqui a presença da Vivian Melcop, que é Secretária-Executiva da Undime –, era R$1.876,89 o custo aluno/ano em creche. Então aqui vocês veem o tamanho da desigualdade.

Em termos federativos, essa desigualdade vai significar o quê? Para o Estado de Goiás – pegando o Estado do Presidente da Comissão – não há complementação da União via Fundeb, mas ela deveria ser da ordem R$985 milhões, Senador Cyro. É aquilo que falta para o Estado de Goiás, através do Fundeb, cumprir um padrão mínimo de qualidade segundo o CAQi. Para o Estado do Senador Alvaro Dias, a diferença é de R$2,945 bilhões. Eu apresentei esse dado na abertura da Conferência Estadual de Educação do Paraná, estava lá o Secretário de Educação, ex-Senador Flávio Arns, e ele ficou bastante assustado com essa desigualdade.

No geral do Brasil, a União deveria colocar R$46 bilhões para garantir um padrão mínimo de qualidade para a educação básica. Isso significa que hoje nós estamos bastante distantes de ter de fato uma cooperação federativa. O Prof. Jamil Cury, da Universidade Federal de Minas Gerais, tem feito um trabalho para analisar porque o sistema nacional de educação não acontece. Ele identificou três atores que impedem a ocorrência do sistema nacional de educação. Em primeiro lugar vem a União – e não estou falando deste governo, não estou falando do governo Lula, não estou falando do governo do Fernando Henrique, estou falando de todos os governos que passaram pelo País. O Governo Federal sempre descentralizou e se desresponsabilizou da matéria educativa, desde a época do Império. E a realidade é que uma hora a gente precisa corrigir esse absurdo histórico.

Para as matrículas atuais, o Governo Federal deve colocar R$46 bilhões. Isso significa deixar de governar com base em programas, como ele tem feito hoje, como citei o caso do ProInfância e eu poderia citar tantos outros casos, e passar a cumprir aquilo que a Constituição Federal diz no art. 211, que é transferir recursos para Estados e Municípios e também dar assessoria técnica a Estados e Municípios.

Então, o Plano Nacional de Educação obrigatoriamente tem que corrigir isso. E a Estratégia 20.8 do Plano Nacional de Educação obrigatoriamente tem que ser recuperada. Esses R$46 bilhões não dariam para garantir a carreira que os profissionais de educação – e aqui me remeto à delegação da Senitec que está presente – merecem, mas todos os Estados conseguiriam cumprir o piso. E conseguiriam cumprir o piso não com a proposta de acordo que os governadores querem mandar para o Parlamento, não sei se eles já mandaram, que não vai mais garantir reajuste real para o piso. Não basta a gente ter uma lei do piso, a gente tem que ter uma fórmula de reajuste do piso que de fato dê qualidade de remuneração e que estimule novos alunos das universidades a ingressarem na carreira docente.

Outro aspecto que eu queria trazer para vocês. O Marcelino apresentou este dado que é da Presidência da República sobre arrecadação líquida: a União sozinha arrecada mais do que o esforço de Estados e Municípios. Mas eu queria dizer sobre o último dado. Aí eu peço que o Senado Federal faça um requerimento de informação ao Inep, porque o Inep nunca mais divulgou esse dado. Eu tive oportunidade de cobrar do Presidente do Inep, Luiz Cláudio, a divulgação desta informação que é a participação dos entes federados no investimento em educação. O último dado é de 2009. E desde 2009 nunca mais esse dado foi apresentado na página do Inep.

O Governo Federal a cada R$1,00 investido em educação coloca R$0,20; os Estados e o Distrito Federal colocam R$0,41; e os Municípios, R$0,39. O curioso é que a União é a que mais arrecada. Essa desigualdade precisa deixar de acontecer. Essa desigualdade obrigatoriamente impede que o Brasil fique numa posição melhor nessa tabela. Essa é uma tabela baseada no último estudo da OCDE, Olhar sobre a Educação 2012, que diz – e aqui considero que é bastante inflacionado esse dado – que o Brasil investe cerca de US$1.700,00 por aluno ao ano na educação infantil, ao passo que a média da OCDE é de U$6.670,00. O Brasil é o terceiro pior colocado em 34 países. No ensino primário é o quarto pior colocado em 35 países. No ensino secundário é o terceiro pior colocado em 37 países. Em termos de remuneração dos profissionais em educação, é o pior colocado em 35 países.

A participação da União é o que de fato pode resolver essa tabela, fazer com que o Brasil fique numa posição menos vergonhosa, porque mesmo com 10% do PIB a gente não chega próximo da média da OCDE. Como o Marcelino disse, a gente teria uma necessidade, para isso, de 14% do PIB.

Então, o pedido da Campanha Nacional pelo Direito à Educação aos Senadores da Comissão de Educação, que é a comissão de mérito da matéria, é que modifiquem radicalmente o texto da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Assuntos Econômicos. Para resolver facilmente a questão, basta retomar – não que seja ideal esse texto, não que seja um texto bom – aquele texto que foi aprovado na Câmara dos Deputados, em grande parte. Aquele texto é marcadamente melhor do que o texto que foi aprovado nas duas Casas do Senado.

E o que o Senado não cometa o erro que cometeu na Lei do Petróleo. Na Lei do Petróleo, a sociedade civil esteve aqui, lutou para que o Senado vinculasse a metade do fundo social do pré-sal à educação. O Senado Federal insistiu em não vincular a metade do fundo social do pré-sal à educação, seguiu a orientação do Governo Federal, e, na Câmara dos Deputados, a gente conseguiu reverter novamente aquela aprovação. De fato, agora, até a Presidenta Dilma – e que bom que foi assim – se convenceu de que metade do fundo social do pré-sal era necessário para garantir, no mínimo, mais recursos para a educação. Sempre lembrando que o petróleo não vai chegar nem perto do que a gente precisa para os 10% do PIB.

Então, eu queria finalizar pedindo aos Senadores sensibilidade em relação à questão educativa e sensibilidade para corrigir a histórica desresponsabilização da União, do governo imperial, do governo Vargas, de todos os governos que passaram por este País, que, de fato, não se preocuparam em fazer com que o Governo Federal participasse de maneira ativa, propositiva e substantiva na matéria educativa.

Então, esse é o recado que a Campanha queria deixar aqui para o Senado Federal e para a Comissão de Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nós é que agradecemos, Dr. Daniel.

Causou-nos realmente muita espécie que, em vez de melhorarmos aqui os termos que vieram da Câmara, o Governo piorou – eu digo o Governo porque os dois Relatores modificaram: o Sr. José Pimentel fez na CAE as modificações, e o da Base o Governo, Vital do Rêgo, que deveria somente analisar a juridicidade e constitucionalidade, mexeu totalmente no mérito. Eles fizeram isso com alguma orientação, porque pioraram o texto sobremaneira. V. Sª mostrou aqui o que não deveria ser feito e que foi feito e nós ainda tivemos uma sorte. Por muito pouco, pouco mesmo, não se pede regime de urgência urgentíssima e pulam esta Comissão. Então, isso me parece que estava meio que carimbado, mas nós conseguimos trazer, analisar. Vamos analisar aqui, temos obrigação de restabelecer e melhorar o texto da Câmara.

A Meta 4, que havia sido tirada, inclusive na CAE, depois foi restabelecida em parte e ainda não nos atende.

Em relação ao que está reduzido, ao financiamento da União, que hoje está em 20%, quando se tem 57% da arrecadação, é muito simples detectar esse problema. Há 20 anos, a arrecadação representava 12%. Hoje, essa parte de contribuições representa mais de 40%, Senador Inácio Arruda. Isso para explicar que contribuições ficam com a União e os impostos são, então, repartidos e repassados. Com essa diferença de 12% para mais de 40% das contribuições, que não é mérito só deste Governo, vem de anos, vem só aumentando, diminuiu o repasse aos Estados e Municípios. Numa proporção inversa, os Municípios cresceram as suas necessidades na área da educação e na área social, porque o Brasil hoje está com 201 milhões de habitantes. Então, os Municípios cresceram e a sua arrecadação diminuiu. Com isso, se não repararmos esse problema, vamos ter um problema crônico.

Eu concedo, em seguida, a palavra – deixando por último, a pedido, e os últimos serão os primeiros, a Priscila – ao Sr. Sergei Soares, Chefe de Gabinete da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O SR. SERGEI SUAREZ DILLON SOARES – Muito obrigado, Senador Cyro. Eu gostaria, antes de tudo, de agradecer o convite. É uma honra para mim, é uma honra para o Ipea estar aqui falando com esta Comissão.

Eu gostaria de falar sobre duas coisas distintas. Primeiro vou falar um pouco sobre educação em geral. Eu sei que isso pode ser um pouco chover no molhado, mas quando a gente pede dinheiro – e eu acho que é muito importante a gente pedir dinheiro; o Daniel e o Marcelino fizeram isso muito eloquentemente –, é bom ter um argumento, dizer qual a relevância de estar pedindo dinheiro para aquilo.

Quero fazer apenas algumas considerações sobre o papel da educação no desenvolvimento. Vou começar falando do PIB, não da porcentagem do PIB destinada à educação. Eu acho que o Brasil inteiro está frustrado com o nível de avanço do nosso PIB. A gente já vem há 20 anos com gestão macroeconômica prudente, não estamos fazendo grandes estupidezes macroeconômicas aqui no Brasil.

O governo Lula, certamente, deu o aumento da demanda necessária. A demanda existe para o lado do PIB. E a gente não vê, no médio prazo, uma grande melhoria; a gente não vê, no médio prazo, a gente virando uma Coreia ou uma China. Então, de onde vem essa frustração? Em grande parte, segundo grandes macroeconomistas, devido à falta de investimentos em capital físico e capital humano. As estratégias de crescimento da Coreia ou de Taiwan ou, atualmente, da China, foram precedidas de investimentos muito grandes em educação. É claro que cada um faz do seu jeito. A Coreia faz com turmas muito grandes, que aqui não funcionariam, dado o nosso tipo de cultura, quem somos, esse tipo de coisa.

Dado o nosso atual avanço educacional, temos recuperado alguma coisa do passado. Nos anos 80,

nós éramos muito piores do que nós somos hoje e muito piores relativamente a outros países do mesmo nível socioeconômico. Mas se hoje nos comparamos – não estou dizendo com a Coreia – com o Chile, Argentina, Uruguai ou até o México, nosso desempenho educacional ainda é muito pior. Estamos mais ou menos equivalentes ao Peru hoje em dia, em termos de fluxo, de taxas de aprovação, esse tipo de coisa.

Para conseguirmos ter um crescimento econômico melhor, vamos ter que, necessariamente, ter um desempenho educacional muito melhor. Nesse sentido, é aquela coisa: educação não é só gasto; é investimento. Mas não é apenas nisso.

A gente tem um trabalho recente, lá no Ipea, que calcula o impacto da educação sobre a criminalidade e chega à conclusão de que, se você pega uma pessoa e a leva a ter, essencialmente, de zero a três anos de educação para ter a educação fundamental, a básica completa, o segundo grau completo, você tem uma queda por um fator de dez na probabilidade de que essa pessoa morra vítima de homicídio. É um fator de ideias. A probabilidade, não é que caia 10%, cai por um fator de idéias; cai a um décimo do que era antigamente.

As nossas contas indicam que parte da queda recente da criminalidade, principalmente no Sudeste, pode ser explicada, em grande medida, por aumentos educacionais nessa área. Não quero desmerecer as melhorias no policiamento, mas, em grande medida, as melhorias educacionais modestas explicam uma parte da queda da criminalidade.

Se você considera algo como mortalidade infantil por doenças infecto-contagiosas, isso é uma coisa que a gente sabe que responde bastante a saneamento básico. Você bota esgoto num lugar, e as crianças tendem a viver mais e melhor, a ficar menos doentes.

Temos também um trabalho sobre isso no Ipea e que, provavelmente, já é muito conhecido. Segundo ele, isso tem um fator de interação extremamente forte com a educação na mãe. Se você dá o esgoto e a maioria das mães é analfabeta, se a mãe daquela família é analfabeta, o aumento da expectativa de vida das crianças, a diminuição da mortalidade infantil que vem por causa desse aumento de cobertura de saneamento é relativamente pequena. Se as mães sabem ler e escrever, ou seja, se têm o mínimo de quatro anos de educação, a gente já tem um pulo, digamos, um pulo para baixo na taxa de mortalidade infantil.

Igualmente, a gente tem trabalhos mostrando que a educação está ligada à participação social, está ligada à melhor participação política. Há um exemplo forte do nível educacional geral de uma firma e a taxa de inovação dessa firma, ou seja, o grau de produtividade no qual a firma avança está ligado, em grande medida, ao nível educacional da firma como um todo, não só das pessoas que estão desenvolvendo P&D naquela firma. Se você olha uma firma que tem um departamento de P&D, obviamente, é de se esperar que, quanto mais doutores, engenheiros, não sei o quê, haja mais inovação. Mas o nível educacional das pessoas que estão na linha de produção está extremamente ligado ao grau de inovação nas firmas. No Japão ou na Coreia, grande parte da inovação acontece nas linhas de produção. São ideias dos trabalhadores que estão lá e o nível de educação maior permite que eles tenham essas ideias mais rapidamente, mais eficazmente.

Para onde você olha, a educação está ligada ao desenvolvimento, em todas as suas dimensões. Então, não é um gasto qualquer. Todo mundo quer gastar mais. Certamente, uma pessoa que não tem essa visão, quando escuta o Daniel ou o Marcelino, vai dizer: todo mundo aqui está pedindo dinheiro para todos os fins. O que estou dizendo é que educação é um fim especial, é diferente do resto e deveria ser tratada de modo diferente. Nós temos, lá no Ipea, 30 ou 40 anos de pesquisa mostrando isso.

Deixando isso como uma espécie de preâmbulo, eu gostaria de falar não tanto dos recursos, que já foram muito bem tratados, mas de outras coisas que, ao analisar o plano, a gente achou que está faltando. O plano é cheio de metas ambiciosas e há uma falta dos meios relativos a essas metas que é meio gritante. Há metas tais como chegar a 95% de taxa de conclusão na idade certa no ensino fundamental, que é uma meta de ambição muito grande. E, quando se olha os meios por trás disso, vê-se que são muito poucos.

O Daniel e o Marcelino já analisaram a falta de meios financeiros – isso está muito claro –, mas também há uma falta de meios organizacionais muito grande. A gente tem apenas uma única meta sobre gestão, que é o estabelecimento da gestão participativa, e as coisas que estão por trás dessa meta são extremamente genéricas. Em nenhuma delas você consegue, realmente, botar a mão em cima.

E, ao olhar as outras metas, o que há de metas de ações de gestão por trás são poucas e são fracas.

Isso eu gostaria de trazer um pouco para o debate. O Senador Cristovam se ausentou temporariamente, mas ele há muito tempo vem martelando que, talvez, nós tenhamos ido excessivamente no sentido da descentralização da educação e que, talvez, a gente tenha descentralizado muito e de modo equivocado. O que o Senador Cristovam propõe é uma coisa, digamos, muito radical: federalizar a educação novamente, que todos os professores sejam funcionários federais.

Eu diria que não necessariamente a gente deva ir a um nível tão extremo. Mas eu acho que a gente tem que pensar se, ao fazer a municipalização da educação e da gestão da educação extrema, que é o que a gente tem feito desde a Constituição, a gente não está jogando o problema para, muitas vezes, Municípios que não têm as condições de gestão adequadas, e não oferecendo a eles um nível de apoio e de suporte adequado para isso – nem a União e muito menos os Estados, que todo mundo sabe que estão preocupados com as suas redes e não com a educação naquele Estado, não com a educação para todo mundo que mora naquele Estado. Nisso o plano é totalmente silente novamente. A gente não tem nada no plano no sentido de dizer que é preciso muito mais apoio para os Municípios, por parte da União e por parte dos Estados, e também para os Estados, por parte da União, em termos de gestão. É gritante a falta disso no plano.

Em termos de participação popular, o Plano tem alguma coisa, mas, novamente, é pouca coisa, como o Daniel deixou claro. Muito do que tinha foi retirado.

A gente tem uma longa história mostrando que a participação popular, tudo bem, é um caminho tortuoso, é um caminho esquisito, às vezes, mas é um caminho que leva à melhoria da qualidade. Às vezes, ele não é tão imediato, porque as pessoas têm que aprender a fazer a participação. No início de qualquer processo, a coisa é devagar, mas, no plano, grande parte do que havia de participação popular foi retirada e o que ficam, basicamente, são cartas de boas intenções.

Resumindo, o plano tem metas extremamente ambiciosas, que é uma coisa boa. A gente tem que ser ambicioso, não pode pecar pela falta de ambição. Tanto no financiamento como na área de gestão e até na área de participação, o que existem de meios para atingir essas metas estão muito desconectados com as metas ambiciosas do Plano.

Era isso que eu queria dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradecemos ao Sr. Sergei Soares pela sua apresentação e pontuação nesta audiência pública.

Em seguida, passo a palavra à Srª Priscila Cruz, Diretora Executiva do movimento Todos pela Educação.

A SRª PRISCILA FONSECA DA CRUZ – Bom dia a todos e a todas. Agradeço o convite do Presidente Cyro Miranda e do Senador Alvaro Dias, a presença do Senador Inácio Arruda, Senador que também vem acompanhando; agradeço a todos aqui presentes, meus colegas de Mesa. Espero que aqui, com a minha fala final, a gente consiga ter uma Mesa bem feliz, porque as falas são muito complementares. Espero complementar mais ainda a fala dos meus colegas, o Carlos Eduardo, ex-presidente da Undime, a Vivian, da Undime, o Júlio; enfim, todos aqui presentes.

Acho que, basicamente, foi uma feliz coincidência. A gente tinha aqui muito a se complementar. Não é à toa que foram esses os convidados para esta primeira Mesa, nesta Comissão, porque justamente a gente tem que melhorar a redação que veio da Câmara. Na Câmara, o texto já ficou muito melhor do que aquele que foi enviado pelo MEC, certamente, mas acho que a gente ainda tem que ter coragem de fazer algo a mais aqui no Senado. Espero cumprir o meu propósito nesse sentido.

Eu vou falar basicamente de quatro metas aqui: a meta do financiamento, que tem essa complementação em relação a outras falas; a Meta 7, especificamente sobre matemática; a Meta 5, da alfabetização; e Meta 2, a questão do esporte. Hoje, esses são basicamente os meus objetivos aqui.

Meta de financiamento. Aqui, complementando muito a fala do Marcelino – o Sergei falou bastante sobre isso –, eu acho que a gente tem que acabar, de uma vez por todas, com este falso dilema: é gestão ou financiamento. Não existe esse dinheiro. São as duas coisas. Dinheiro sem gestão vira lama, como sempre diz o Senador Cristovam; e gestão sem dinheiro não dá resultado. Então, acho que a gente tem que acabar com esse dilema. As pessoas sempre tendem a polarizar nesse sentido, mas acho que não existem polos antagônicos. Isso a gente tem que realmente colocar aqui. Nesse sentido, concordo com o Sergei, o Plano é omisso em relação à gestão. Se a gente luta tanto por financiamento, eu acho que é simbólico colocar ali o elemento da gestão, para justamente não criar essa polarização. O que a gente está querendo são as duas cosias: o financiamento e a gestão também.

Fiquei muito feliz com o último eslaide do Marcelino, porque ele fala também de controle social. Do que a gente precisa é mais transparência. Concordo 100% com o Marcelino. Acho que a gente tem que dar mais transparência ainda para os resultados educacionais. A gestão em todas as suas dimensões – democrática, de rede, de sala de aula – faz muita diferença na hora de explicar os resultados. Quando a gente começa a ver a relação entre desempenho e investimento por aluno, descontado o socioeconômico, verifica que há uma diferença muito grande entre os desempenhos de redes aqui no Brasil. Lógico que a gente tem que chegar ao patamar da decência. O Marcelino falou isso. A gente não pode entregar para as crianças uma escola indecente, uma escola que não tem o mínimo de equipamento e de decência para os professores e para que aquelas crianças estudem.

Agora, existe, sim, algo – eu estava falando aqui, Senador Cristovam – que é a questão da gestão, porque a gente tem um falso dilema. Esse falso dilema, de certa forma, está presente no texto atual do Plano Nacional de Educação: é investimento ou gestão?

Então, a questão da governança da educação, como a gente falou aqui, de novo, essas distorções que existem, ainda, entre União, Estados e Municípios, a falta de um sistema nacional de educação, etc; um monitoramento, e um monitoramento mais presente na população – quando a gente vê essas manifestações todas, a população ainda tem dificuldade de saber exatamente o que ela quer da educação –; o controle social, um controle social mais forte, também, em relação aos resultados da educação; e o combate à corrupção. A gente precisa disso tudo para, justamente, fazer com que cada centavo valha para que todas as crianças estejam na escola aprendendo. Basicamente, é isso que a gente quer.

O Plano Nacional de Educação, na parte que trata da educação básica, fala isto, o grande resumo é isto: toda criança na escola aprendendo.

Para ter isso, não é tão fácil; então, cada centavo tem de contar. Então, não é tão simples. Acho que a gente tem de avançar nessa discussão e por isso acho que ela é tão complementar às outras falas.

De novo – acho que também aconteceu, aqui, um gancho bom do Marcelino –, além de gastar bem, a gente tem de gastar diferente. A gente tem de ter uma distribuição mais justa dos recursos, de diversas formas, adotando alguns critérios.

Primeiro, em relação à necessidade: se a gente já sabe – há quanto tempo a gente sabe, não é, Marcelino? – que o nível socioeconômico, se a família for pobre, o Município for pobre, puxa para baixo os resultados educacionais. Se a gente já sabe disso, então, ela precisa de mais, porque, justamente, como ele também falou, é essa população que mais precisa de educação de qualidade, muito mais do que os nossos filhos. Então, se eles precisam de mais educação de qualidade e eles têm mais dificuldades de avançar, eles têm de receber mais. Então, a gente tem de ter uma forma de distribuição dos recursos que seja mais justa também.

O nível socioeconômico eu já citei. Há também o compromisso de gestão e o compromisso técnico. Então, a gente estava falando, antes, na antessala da Comissão, que não é apenas a União dar mais. Ela tem de dar mais de uma forma estratégica e, também, com suplementação técnica. Eu acho que esses critérios que forçam uma distribuição mais justa dos recursos também precisam ser mais debatidos no Brasil.

Aí, fica como sugestão do Todos pela Educação a gente completar a Meta 20 com a noção, com o conceito de gestão. Então, além do início da meta, a gente ter esse imperativo, que eu acho que é um imperativo ético desta Comissão, de a gente poder, no Plano Nacional de Educação, dizer que não é gastar de qualquer jeito. Logicamente, não é essa a intenção. Mas a gente pode explicitar no texto que deve haver gestão e distribuição adequada dos recursos, de forma a combater a ineficiência e a desigualdade educacional no País.

É preciso que uma maior quantidade de recursos seja destinada aos Municípios e aos Estados de maior vulnerabilidade social e piores níveis de desempenho. Acho que a gente tem de ter a coragem de enfrentar isso no Brasil, porque a desigualdade educacional tem sido muito alta e, pior, tem aumentado. Eu acho que, se a gente não tiver a coragem de melhorar nesse campo, a gente vai, como bem disse o Sergei, ter os efeitos, os outro efeitos na nossa sociedade: efeitos sociais, de violência, econômicos, etc.

Então, fica, aqui, a sugestão de a gente também incluir a noção de gestão na Meta 20, para a gente, justamente, romper com essa ideia de que existe uma dicotomia ou que existe esse falso dilema. Eu acho que não é um falso dilema.

Agora, a Meta 7, que é, basicamente, a meta do Ideb, a meta da aprendizagem, que tem a tabela de metas do Ideb. Aqui, a gente sente falta de uma estratégia específica para a gente combater, talvez, o resultado mais crítico da qualidade do ensino, hoje, no Brasil.

A gente ainda não tem a avaliação de Ciências, não dá para a gente falar – o próprio Plano fala da criação de uma avaliação de Ciências –, mas, hoje, o que a gente sabe que o fator mais crítico da aprendizagem dos alunos brasileiros é a Matemática. Aí, enfim, nem precisa dizer o quanto isso tem de impacto na vida de cada um desses alunos e na vida do próprio País.

O que a gente tem é um resultado que é, basicamente, decrescente ao longo da trajetória escolar desses nossos alunos. Então, no final do terceiro ano do Ensino Fundamental, 33% dos alunos aprenderam o adequado em matemática. No final do quinto ano, 36%; no final do nono ano, 17%; e no final do terceiro ano, 10%. Isso aqui em matemática.

O Pisa mostra alguma coisa parecida também. A gente tem um desempenho muito pior do que os demais países. Então, a gente que enfrentar isso com, no mínimo, uma estratégia específica para a área da Matemática.

Aqui a gente tem o desempenho no final do terceiro ano do Ensino Fundamental. Isso aqui é a Prova ABC – porque a gente fez uma prova para os alunos do final no terceiro e no final do 2º ano também do En-

sino Fundamental. Aqui, no terceiro ano, a gente tem basicamente crianças de oito e nove anos, e apenas 33% delas com aprendizado adequado em Matemática, o que faz com que todas as demais não tenham seu direito à aprendizagem efetivado, porque essa criança que ficou de fora logo na largada do Ensino Fundamental muito dificilmente vai conseguir aprender nos anos seguintes.

Então, é imprescindível que a gente consiga aumentar esse número o mais rápido possível, porque, sem melhorar na largada, vai ser muito mais difícil a gente melhorar mais para frente.

E, quanto à desigualdade – e acho que aí combina muito com as falas anteriores – a gente tem uma desigualdade imensa no Brasil. Aqui, pegando só rede pública, a gente tem como o melhor resultado o de Santa Catarina, com 46%; e o pior são o de Alagoas e do Amazonas. Então, são 38 pontos percentuais que separam crianças de oito e nove anos, no Brasil, na Matemática. Então, é preciso a gente ver também que o resultado médio é muito ruim, mas a diferença é enorme. E aí há financiamento e gestão, mas também há estratégias pedagógicas, estratégias específicas para a gente combater essa baixa aprendizagem matemática no Brasil.

Nos anos iniciais no Ensino Fundamental, o que a gente tem é uma situação melhor. Acho que é o melhor resultado que a gente tem, em todas as etapas, é nos anos iniciais. A Matemática é a curva azul. A gente está muito próximo da meta. Então, a linha mais forte está acompanhando a linha da meta. Então, a gente tem conseguido avançar numa boa velocidade no 5º ano. A gente tem que manter isso. Mas isso não é o que a gente vê acontecendo nas outras etapas no Ensino Fundamental 2 e no Ensino Médio, que são duas etapas que estão em crise – e, na Matemática, essa crise é maior ainda.

Então, a gente tem 17% no Brasil, mas vejam a desigualdade que a gente tem entre as regiões: aqui a gente tem o melhor resultado em Minas Gerais, com 27% e, de novo, Alagoas e Maranhão, com 8%. Portanto, é muito distante, é muito desigual o que a gente tem na Matemática. E, na média em si, o resultado é muito baixo, aqui, nos anos finais do Ensino Fundamental, no final do nono ano.

Portanto, a gente vê aqui a curva: como a gente está aqui, a curva azul, a gente já está distante da meta. A meta está subindo, e a gente está numa tendência quase de estagnação, aqui, no nono ano.

E aqui vou passar alguns mapas que mostram como que essa realidade está no Brasil de forma mais geográfica.

Esses aqui são os resultados de 2005: quanto mais laranja, pior o resultado; quanto mais azul, melhor o resultado. Então, isso aqui é o mapa de 2005, nono ano, Matemática, 2007, 2009 e 2011. Então, vocês vejam que a gente melhorou: de 2007 para 2009, a gente teve uma melhora maior; em 2011, um pouquinho também, mas ainda muito distante – olha como o Brasil é muito mais laranja do que azul. Por isso que a gente defende que haja, sim, uma estratégia específica, pensando na Matemática, no nosso Plano Nacional de Educação.

Então, no Ensino Médio, a gente tem essa situação de 10%, com alta desigualdade, só que a desigualdade em pontos percentuais é menor, porque o resultado médio é muito baixo. Mas a gente chega a ter, na Região Norte, apenas 4,5%, 4,6% de jovens que concluem o Ensino Médio com aprendizado adequado em Matemática, o que é muito baixo, sendo que o melhor resultado é o Rio de Janeiro e o menor é o Acre, com 3%.

Então, aqui, no Ensino Médio, a gente tem o contrário. A gente tem uma curva que está caindo, no ensino da Matemática: a gente tinha, em 1997, 18% dos alunos; depois, houve uma queda bem grande aqui e, desde então, a gente tem oscilado, 11%, 12%, 10%. Agora, estamos com 10% de novo, o que é algo bastante preocupante, porque pela projeção da meta, a gente tinha que estar muito melhor. A gente tinha que estar em 20%, e estamos em 10%.

Então, fica aqui a sugestão de ter uma meta especifica para Matemática, para que, pelo menos, a gente sinalize que essa é uma disciplina em que está havendo muito mais dificuldade em avançar do que as demais. Em relação ao que o Senador Cyro comentou sobre melhorar o texto da Câmara, acho que faz falta uma estratégia específica para Matemática.

Bom, agora, a meta da alfabetização, a Meta 6. No último texto está assim: alfabetizar todas as crianças no máximo até 8 anos de idade, nos primeiros cinco anos de vigência do plano; no máximo até os 7, do sexto ao nono; e terminar o plano, em dez anos, com todas as crianças até os 6 anos de idade.

E aqui eu também queria pegar algumas falas dos meus colegas – acho que o Sergei também falou isso. O plano deve ser estimulante, ele tem que puxar, ele tem que ter metas ambiciosas, mas tem que ter metas possíveis. Por quê? É muito fácil a gente acabar distorcendo o indicador para poder cumprir a meta, que é um viés que não é tão raro de acontecer. E qual é o problema dessa meta, que é uma meta extremamente ambiciosa – a gente está falando de todas as crianças, daqui a dez anos, com seis anos, saberem ler e escrever –? É a gente baixar a nossa regra do

que é ser alfabetizado. Isso é um perigo imenso. E aí o movimento...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Hoje a meta é com oito anos, alfabetizar.

A SRª PRISCILA FONSECA DA CRUZ – Então, mas a Meta 5, agora, está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Derrubou-se a meta.

A SRª PRISCILA FONSECA DA CRUZ – Exatamente. A gente tem que ter uma meta que seja suficientemente ambiciosa, mas possível. Senão, daqui a dez anos, de novo, a gente vai ter um plano que foi cumprido 20%, 15%. E isso empobrece a nossa democracia, isso empobrece os nossos debates. O que a gente quer um plano que seja ambicioso, mas possível.

No campo da alfabetização, eu queria mostrar para vocês o resultado da Prova ABC, que é uma avaliação que agora é a base da ANA, que é a Avaliação Nacional da Alfabetização, que o MEC, que o Inep adotaram. Ela vai passar a ser implementada agora, no final deste ano, mas ela mostrou como está realmente a alfabetização nas nossas crianças por um critério de plenamente alfabetizadas, e não apenas saber ler e escrever o seu nome.

Então, o que a gente tem aqui na Prova ABC? Primeiro, o conceito de alfabetização. Não é aprender a ler. É ler para aprender. O que a gente quer no final do terceiro ano do Ensino Fundamental? Que todas as crianças tenham um nível de leitura e escrita suficiente para que elas continuem aprendendo no quarto, no quinto, no nono, no Ensino Médio. Não é qualquer alfabetização.

É importante a gente ter isso, porque, senão, a gente vai baixar essa régua para poder cumprir o plano. E a gente não pode baixar a régua da alfabetização. A alfabetização é o início de qualquer processo de aprendizagem. Uma criança que não está plenamente alfabetizada, que não lê para aprender, ela não vai conseguir aprender nos anos seguintes, e a gente não vai atingir as outras metas. Então, acho que é muito importante a gente colocar isso, senão a gente também cria uma ilusão. Fica muito bonito a gente colocar uma meta superambiciosa, mas não factível, como eu vou mostrar aqui para vocês, se a gente colocar como régua o ler para aprender, o plenamente alfabetizado e não qualquer alfabetização.

Aqui, pela Prova ABC, a gente fez uma prova para segundo ano e terceiro ano do Ensino Fundamental; a gente testou os dois anos para justamente ver a diferença dos alunos, no Brasil, no final do segundo e no final do terceiro. Pegamos a escala do Saeb, puxamos para baixo e povoou essa escala com mais habilidades para poder conseguir captar a aprendizagem dessas crianças no segundo e no terceiro anos do Ensino Fundamental.

Então, a gente criou, com a parceria do próprio Inep, do Instituto Paulo Montenegro e das Cesgranrio, essas habilidades para baixo nesse caso do Saeb. Então, é uma prova na escala do Saeb.

Então, temos aqui algumas das habilidades que foram colocadas. Não tem nada – como eu disse, não é como construir um foguete – muito sofisticado. A gente está colocando aqui uma criança plenamente alfabetizada, o que seria o ideal, ao final do terceiro ano, para continuar aprendendo nos anos seguintes.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRISCILA FONSECA DA CRUZ – É o foguete...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É a prova que lá no Ceará tem os fogos Caramuru. (*Risos.*)

A SRª PRISCILA FONSECA DA CRUZ – Então, aqui, tem as habilidades.

O que a gente tem de resultado no Brasil?

Aqui, segundo ano. No segundo ano, a gente tem, basicamente, metade crianças de sete e metade de crianças de oito; são 40% e 40% e, depois, há um pouquinho nas pontas também. Mas são basicamente crianças de sete e oito anos no segundo ano.

A gente tem mais do que 175 pontos, se pegarmos a rede total. No Brasil, há 26% com a proficiência em leitura consolidada. Então, temos aqui um pouco mais do que um quarto apenas. Essa distância é imensa até 100%, e a fala em 100%. De novo, há uma diferença enorme entre o Sudeste e o Nordeste: são 24 pontos percentuais separando o Sudeste do Nordeste na rede pública, no segundo ano.

No terceiro ano, em que temos 40% com oito anos, 40% com nove anos e os outros 20% nas pontas, para baixo de oito ou para cima de nove, nós temos um resultado ainda distante dos 50%. Na rede total, 44,5% das crianças do Brasil têm a competência leitura, novamente com uma grande diferença entre as regiões.

E para escrita – porque alfabetização é leitura escrita – nós fizemos uma prova também. Todas as crianças fizeram uma redação. Era uma redação simples, mas que mediu bem o nível da escrita das nossas crianças no final do segundo e do terceiro ano do Ensino Fundamental.

Aqui estão as competências que foram avaliadas. São competências adaptadas inclusive do próprio Enem, só que para o Fundamental. A escala é de zero a cem, e 75 pontos é o nível considerado adequado para crianças dessa etapa.

O que nós temos em porcentagem de alunos, em cada nível, com essa proficiência de escrita consolidada? Temos 14% no Brasil, no final do segundo ano, uma diferença enorme; e, no final do terceiro, 30%. Vejam que na leitura eram 44%; na escrita, temos 30% no final do terceiro, que é composto de metade de crianças de oito anos e metade de crianças de nove anos. A meta é de 100% com oito anos em dez anos. Vejam como estamos distantes.

Essa não é uma prova para avaliar se a criança sabe escrever o seu nome ou se faz uma continha de dois mais dois ou se faz um bilhetinho para a mãe. É plenamente alfabetizado. Não é extremamente exigente, mas ela é para avaliar se a criança é plenamente alfabetizada. É disso que a gente precisa. O grande perigo é a gente começar a abaixar a barra, que é algo que pode acontecer caso o Senado mantenha a redação atual da Meta 5.

Para finalizar a apresentação, na Meta 2 a gente tem diversas estratégias relativas ao ensino fundamental, mas falta uma estratégia. Esta é a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Falta uma estratégia específica em relação à prática esportiva. Pode até soar estranho que o Todos pela Educação fale sobre isso, mas a gente concluiu recentemente uma pesquisa sobre atividades extraescolares que têm um impacto enorme na aprendizagem dos alunos. E algo que aparece como de alto impacto é a prática esportiva.

No PNE, o esporte aparece como equipamento: quadra esportiva, a possibilidade de se fazer esportes, mas não aparece uma estratégia específica para a gente ter alunos que possam desenvolver habilidades importantes para a vida deles, para a vida escolar e para a vida deles.

A prática esportiva com intencionalidade pedagógica, dentro da ideia de atividade esportiva escolar, desenvolve várias habilidades e tem consequências muito importantes para os alunos.

Primeiro, há o desenvolvimento de habilidades não cognitivas que têm um alto impacto na aprendizagem desses alunos. Então, o fato é que o aluno desenvolve atenção, respeito à hierarquia, a regras, disciplina, concentração. Várias habilidades são beneficiadas pela prática esportiva escolar.

Depois, a gente tem uma possibilidade de enriquecimento da própria educação integral, que é a Meta 6. Também falta ali algo que não seja apenas educação de tempo integral, mas que seja uma educação integral. E o esporte tem muito a ver com essa proposta de educação integral.

Outro benefício importantíssimo da prática esportiva na escola é a integração da família com a comunidade e com a própria escola. O fato de termos essa atividade no *client* da escola como o espaço daquela comunidade, um espaço importante, traz a participação da família nessas atividades, o que também tem um impacto imenso nas outras metas do próprio Programa Nacional de Educação. E há questão do desenvolvimento da cultura esportiva e da própria saúde dos alunos, o que, por sua vez, tem um impacto enorme na aprendizagem dessas crianças, que é o ponto mais fundamental hoje. Não se trata de apenas universalizar o acesso, o que ainda se constitui um grande desafio, mas de universalizar a aprendizagem.

Então eu ainda sinto falta de uma estratégia específica para a atividade esportiva, que não é coisa pequena. Ela tem um impacto grande. Se não se sinaliza isso no Plano Nacional de Educação, a gente perde uma oportunidade de dar esse salto aqui.

Com isso eu encerro e agradeço a participação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado à Priscila Cruz pelos seus esclarecimentos.

Em seguida, vou passar a palavra ao signatário desse requerimento de audiência pública e relator do PNE, o Senador Alvaro Dias. Depois, temos três inscritos: o Senador Cristovam, o Senador Inácio e o Senador Wellington Dias.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quero consultar sobretudo o Senador Alvaro: se ele prefere falar logo ou se ele gostaria de nos ouvir para, na sua fala, levar em conta as nossas sugestões. Eu deixo a critério dele.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Bem, Presidente...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ou as duas coisas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Eu vou fazer breve consideração e, talvez, duas indagações. Depois, passaria aos colegas, exatamente em homenagem aos que ficaram aqui, ouvindo.

Foi muito importante o que ouvimos. Certamente consolida nossa convicção de que há uma histórica inversão de prioridades no País. Basta, para sermos didáticos, já que falamos em educação, citar os números apresentados pelo Daniel, dando conta de que estamos investindo R$28 bilhões na organização do País, a fim de receber os jogos da Copa do Mundo. Se investíssemos esse valor, poderíamos colocar na escola crianças e adolescentes de quatro a dezesse-

te anos, todos os brasileiros nessa faixa etária se nós aplicássemos 28 bilhões.

(*Manifestação fora do microfone.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – É... O Governo está investindo R$28 bilhões e, com 25 bilhões, colocaríamos essas crianças e adolescente nas escolas do País. Portanto o diagnóstico tem que ser rigorosamente pessimista.

Certamente, nisso que vimos aqui, há um diagnóstico pessimista. E não se trata de ser Governo ou Oposição, até porque nós estamos preparando um plano para o próximo governo basicamente. E a população é quem vai decidir quem será Governo e quem será Oposição nas eleições do próximo ano. Portanto aqui não há nenhum confronto entre governistas e oposicionistas. Pelo menos é o que nós imaginamos: não deva existir esse confronto. O que há aqui é um confronto entre metas ambiciosas e possibilidades. Esse confronto é real; a ambição briga com a possibilidade, e isso é real.

Eu vou apenas, Senador Cristovam – depois passaria a V. Exª –, fazer duas indagações em relação a financiamento e gestão. Ficaria nessas duas questões, adiantando que a Consultoria do Senado, que nos assessora, está presente, os nossos assessores também estão presentes, fazendo as anotações necessárias, e certamente os procurarão posteriormente para a definição de rumos, a fim de que o nosso relatório possa contribuir.

Nós temos uma tese no Senado de que "Não, não podemos alterar, senão vamos retardar. Temos que aprovar o que veio da Câmara". Nesse caso, a alteração foi para pior. Então, se nós não pudermos ficar com o que veio da Câmara, certamente apresentaremos sugestões para aprimorar o texto que veio de lá, evidentemente com o prejuízo de perdermos algum tempo. Certamente esse prejuízo se transformará em grande lucro, se conseguirmos melhorar esse Plano de Educação.

Enfim, a questão do financiamento. Nas duas comissões, na CAE e na CCJ, nós estabelecemos a polêmica: o investimento público em educação não deve se restringir ao setor público. Que deve se restringir ao setor público é o que preconiza o texto que veio da Câmara. E há alterações no Senado.

Aqui ficou claro. Nós ouvimos aqui e ficou evidenciado que o dinheiro público deve ser aplicado na escola pública. De qualquer maneira, a indagação, em um contexto em que crescem as parcerias com o setor privado em todos os campos – a implantação de programas como o ProUni, Pronatec, Ciências Sem Fronteiras, o papel de creches, escolas de atendimento educacional conveniadas com o Poder Público – é: faria sentido excluir da Meta 20 todas essas iniciativas? É uma indagação.

O setor público sozinho teria condições objetivas de absorver milhões de crianças, adolescentes e jovens que constituem o público-alvo de etapas e modalidades da educação que precisam expandir consideravelmente a sua cobertura com qualidade no atendimento: creches, educação profissional, ensino superior, educação especial?

E, finalmente, Senador Cristovam, até o momento não há sinalização de nenhuma autoridade, seja da política, seja da academia, do Governo ou da sociedade, enfim, apontando com clareza as fontes orçamentárias que poderiam viabilizar os 10% do PIB preconizados na Meta 20 para a consecução das demais metas propostas no plano.

Com o PIB na casa R$4,4 trilhões em 2012, seriam requeridos, em números de hoje, cerca de R$220 bilhões adicionais, por ano, para a educação, a fim de cumprir a Meta 20.

A destinação dos *royalties* do petróleo para o setor, consubstanciada na Lei nº 12.858, foi uma importante bandeira dos educadores, mas o próprio Governo reconheceu que os *royalties* devem gerar cerca de R$112 bilhões para a educação em dez anos.

Nesse contexto, nós perguntamos: considerando a carga tributária nacional, que já chega a quase 37% do PIB, de onde poderiam ser tirados mais recursos para incrementar o investimento público em educação e quais seriam os percentuais de incremento requeridos para cada esfera de governo: União, Estados e Municípios?

E, evidentemente, eu acoplaria a essa indagação a questão que considero também essencial, que é da gestão. O que poderíamos fazer nesse plano para fixar metas em relação à gestão, normas de gestão, dever em matéria de gestão de Municípios, Estados e União?

São essas as indagações. Depois, eu vou ouvir os colegas. Evidentemente as demais perguntas ficam para depois.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A quem o senhor dirige a pergunta?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – As perguntas são feitas no contexto geral. Cada um se dispõe a responder. Eu não sei a quem caberia responder a essas questões. Que os nossos convidados decidam quem deve responder.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Vamos democratizar. Eu vou dar dois minutos para cada um dos senhores pontuar o foco que o Senador Alvaro Dias está colocando, começando com o Sr. José Marcelino. Dois minutos, por gentileza.

O SR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO – Acho que vou centrar na questão do público/privado, que é uma discussão rica.

Onde estão os gargalos, digamos assim?

Os gargalos estão na educação infantil, porque ali as metas são fortes, e o custo é elevado. Eu entendo que o caminho é pelo público, porque a experiência do convênio em educação infantil se dá pela precarização.

O Município de São Paulo hoje está vivendo um dilema, porque o Tribunal Superior do Trabalho considerou inconstitucionais as políticas de conveniamento, porque há uma terceirização que a Constituição não admite.

Então parece que onde se busca essa saída...

Na educação superior, pelo menos a experiência internacional mostra: se eu vou para os Estados Unidos, 80% da matrícula são públicas; se eu vou para a Europa, de 80% a 90%.

É claro que há uma discussão que não é simples, mas pensar, talvez, um desenho de educação superior que não seja só a universidade de pesquisa. A experiência dos institutos federais, a experiência dos CEFETs e das FATECs, aponta um caminho que realmente mostra que uma educação superior de massa tem que ter desenhos, mas tudo aquilo que a gente vê com esse mecanismo de dinheiro público no setor privado, na minha leitura pelo menos, é que mais gera ineficiência e, depois, torna mais difícil achar o caminho.

Outra questão sobre isso que eu acho importante é que a experiência mundial mostra o seguinte – por exemplo, a experiência do Chile é muito interessante nesse aspecto: o setor privado vai fazer de tudo para escapar daquele aluno mais trabalhoso, que é o aluno que mais precisa. Então você aumenta a segregação dentro do sistema e torna mais difícil a solução.

Na Finlândia, que é sempre citada, qual é a característica? Está todo mundo junto, está todo mundo na mesma escola. Quanto mais eu segrego, mais difícil é a solução. Essa é a minha preocupação.

Quanto à questão dos recursos, o Ipea tem um estudo muito rico, que foi feito pela equipe, à época, do Jorge Abrahão, que mostra possíveis fontes.

Quanto à gestão, eu acho que são os conselhos. O Brasil criou uma estrutura de conselhos. Eu investiria neles. Hoje, hoje os conselhos hoje são pós-problema; eu acho que nós tínhamos que destinar o papel de gestor aos conselhos. A experiência internacional também aponta para isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado ao José Marcelino.

Passo a palavra para a Priscila Cruz.

A SRª PRISCILA FONSECA DA CRUZ – O próprio Professor Marcelino, o Daniel e o Sergei podem falar um pouco mais sobre de onde tirar o recurso. Eu queria falar sobre o outro lado: onde a gente tem que colocar o recurso proveniente do petróleo, esse a mais que acabou de chegar.

Se a gente desfocar a aplicação desse recurso, será muito fácil não conseguirmos atingir meta alguma do PNE. E há uma meta muito específica, que é a meta salarial dos professores. Se a gente não tiver coragem de destinar esse recurso para uma determinada meta, que é a de equiparação, uma meta dificílima de se conseguir atingir... E a gente também estava dizendo na antessala que o recurso a mais, proveniente do petróleo, não é grande coisa. Então, já que não é grande coisa, vamos focar. Se a gente não focar vai perder todo esse recurso, que vai ser diluído. Depois de um tempo, a gente vai ver que não atingiu coisa alguma.

No movimento, nós defendemos que esse recurso a mais, pelo menos esse que a gente já tem, que já foi conquistado, seja colocado no campo que, talvez, seja o mais crítico hoje, que é o do professor, por tudo o que o Marcelino colocou. Há o problema de atratividade, que é muito alta no Brasil. Enfim, a gente tem que se concentrar nisso.

E, no campo da gestão – na verdade, gestão é um conceito muito amplo, que acho que é um conceito em disputa –, eu fico com a sugestão de que nós não deveríamos, Senador Alvaro, criar um indicador ou criar uma forma de medição específica, senão não vamos conseguir concluir nunca a tramitação. Isso pode criar um adiamento para a tramitação, que não é o que queremos.

O que a gente sugere é que não haja omissão a isso no texto do Plano Nacional de Educação. O que a gente não pode é haver uma meta de investimento que não tenha ali, na sua explicitação, na sua redação, também a preocupação desta Casa e de todo o Congresso em relação a como se usar esse recurso. Que pelo menos esse imperativo ético esteja presente na meta. Então, seria gastar mais e gastar melhor. Temos que romper com essa dicotomização, que não existe. Temos que unir os dois conceitos.

Aqui no Senado, um passo muito importante seria justamente isso: a gente quer gastar mais e gastar melhor. E unir esses dois conceitos na Meta 20 seria de uma simbologia fortíssima, para justamente caminharmos de forma mais responsável, de forma mais equilibrada, menos polarizada no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Em seguida, Serguei, por gentileza.

O SR. SERGEI SUAREZ DILLON SOARES – Bom, vou falar muito rapidamente, só sobre gestão. Gestão envolve principalmente gestão de recursos humanos, porque o grosso do gasto em educação é de recursos humanos. Então, isso envolve a gente construir planos de carreira que são inteligentes, planos de carreira que deem um incentivo adequado, porque há muitos planos de carreira burros, pelos quais um professor que não se esforça é remunerado e aquele professor que se esforça muito não é adequadamente remunerado. Então, se a gente vai ter uma trajetória crescente – como eu espero que a gente tenha – de salário de professores ao longo do tempo, a gente quer comprar com isso o melhor tipo de plano de incentivo para os professores. Então, planos de carreira inteligentes e eventualmente coisas como concursos integrados. Um Município pequeno talvez não tenha condição de fazer um concurso adequado para selecionar os melhores professore, mas, talvez, ele possa fazer isso em conjunto com o Estado. Então, há uma série de ações possíveis na área de gestão de recursos humanos, e é fundamental que aprimoremos isso.

Existe, também, do outro lado, a gestão de recursos pedagógicos e de coisas. Um exemplo bom é o livro didático. Temos um sistema de gestão bom, razoável, do livro didático, que passa pelos Estados, mas que garante certa qualidade dos livros didáticos. Contudo, a gente não tem treinamento adequado nos materiais pedagógicos que são enviados.

(Soa a campainha.)

O SR. SERGEI SUAREZ DILLON SOARES – A gente não tem pacotes de materiais junto com o treinamento adequado que deveria ser, por exemplo, oferecido pelos Estados para todas as escolas da rede, sejam elas municipais, sejam elas estaduais. Então, eu diria que gestão é uma coisa muito importante, e a parte de participação popular, a parte de conselhos, tudo isso é fundamental, mas vai muito além disso. É muito entrar nos detalhes de como são governadas as escolas, e isso, em grande medida, envolve gestão de recursos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Serguei.

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Daniel.

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA – As perguntas do Senador Alvaro Dias são perguntas centrais no debate do plano. É sempre importante a gente ressaltar que o plano tem uma interdependência intrínseca às metas, o que significa que o recurso da Meta 20 tem que ser gasto nas 19 metas anteriores.

Isso é importante ressaltar, porque eu concordo com o Serguei que nós teríamos que ter algumas estratégias-meio mais dedicadas ao debate de como se daria a gestão do plano, inclusive reforçando a Meta 19, que é a meta de gestão democrática, que é muito tímida, perante toda a preocupação que o Marcelino colocou aqui de fortalecimento dos conselhos.

Então, quando a gente fala de como o plano deve gastar o recurso, ele deve gastar com as outras 19 metas, que são bastante ousadas e que, obrigatoriamente, vão exigir um dispêndio de recursos bastante alto, que, para todos os cálculos que foram feitos até o momento, dão 10% do PIB. Então, esse debate sobre o que é mais importante – gestão ou financiamento – é um debate que era de fato completamente – o Serguei aqui falou "estúpido"; eu não iria utilizar essa palavra, mas eu fico com a observação do Serguei – estúpido.

Em relação às parecerias público-privadas, a gente esteve com o Senador Wellington Dias em agosto, numa atividade da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Hoje, nós estamos presentes em 25 das 27 unidades da Federação. E o grupo do Piauí passou por aqui, no nosso encontro nacional, conversou com o Senador Wellington Dias, e ele propunha um critério de transição entre o que hoje existe de conveniamento, parcerias público-privadas e o horizonte que é o investimento público em educação pública, ou o horizonte do Sistema Nacional de Educação.

A Diretora de Educação da Finlândia esteve recentemente no Brasil, na UnB, e ela ressaltou fortemente o fato de que, na Finlândia, aquilo que não é estabelecimento público – e 97% dos estabelecimentos na Finlândia, da creche até os institutos de ensino de pós-graduação, são públicos – obedece às regras públicas, porque faz parte do sistema de educação finlandês.

Então, esse é um caminho que o PNE tem que debater. Agora, tem que debater com responsabilidade, porque da forma como está o texto hoje, nós não temos trava nenhuma, não temos critério de qualidade para o setor privado.

Saiu recentemente, hoje – de manhã eu vi no jornal televisivo –, o resultado do Sinaes, em que 30% dos estabelecimentos de ensino superior, estão aquém do padrão mínimo exigido pelo Ministério da Educação. Então, de fato, a gente tem um problema grave de regulação do setor privado.

E há um princípio, que é um princípio que, desde que década de 60, Florestan Fernandes defendeu. Recentemente, eu li um livro sobre os pensadores políticos brasileiros, do Fernando Henrique Cardoso – e é curioso que ele trata isso como uma principal experiência de militância dele –, que defendia claramente dinheiro público para a educação pública.

E esse princípio não é feito à toa, ele é feito naquela preocupação que o Marcelino coloca, de que as

camadas mais favorecidas da população conseguem pagar uma educação privada de alta qualidade, e a educação pública tem que ser educação para todos. E ela só vai ser para todos, inclusive para a elite, se ela tiver o volume de recursos adequado. O nosso desafio no Brasil é que a educação pública seja para todos, não seja só para os filhos da classe trabalhadora, e não seja só para os filhos dos empresários, daqueles que têm condições de pagar.

Por último, a questão da gestão. O Plano Nacional de Educação tem diversos mecanismos de gestão, e eles ainda são insuficientes, porque não resolvemos no Brasil um debate fundamental, que é o debate sobre a gestão democrática, que também é princípio constitucional, é um dos incisos do art. 206.

E a questão da gestão democrática não vai ser simplesmente resolvida, talvez, nesse plano.

A gente colocou, na Câmara dos Deputados – eu não sei se essa é a melhor alternativa –, um debate sobre a Lei de Responsabilidade Educacional, que, em nossa opinião, deve contemplar mecanismos de gestão democrática, deve contemplar responsabilização dos entes públicos em relação à gestão da educação, não deve partir por metas acadêmicas, da forma como tem sido debatido por alguns setores na Câmara dos Deputados, no sentido de que as metas acadêmicas escondem grandes desigualdades de nível socioeconômico.

Então, se você vai fazer mais pressão sobre o sistema de ensino, o sistema de ensino ter que incluir pessoas que nunca tiveram acesso à educação. A tendência, muitas vezes – eu estive agora em Belo Horizonte –, é diminuir o Ideb, porque Belo Horizonte começa a ter, graças a um debate da sociedade, um esforço de inclusão de alunos que estavam excluídos do processo educativo. Portanto, a tendência é que Belo Horizonte diminua o Ideb, mas por um motivo correto, que é incluir mais alunos, especialmente alunos que estão em situação de favelização, que estavam excluídos. Isso foi uma luta, inclusive, da sociedade civil de BH.

(Soa a campainha.)

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA – Então, a questão da gestão estava posta por um debate que a gente iria jogar para a Lei de Responsabilidade Educacional.

A CNTE lançou nota pública. Eles estavam ali levantando cartazes em relação à posição da CNTE no plano, em relação ao investimento público em educação pública, mas, nessa nota pública, ela defende a Lei de Responsabilidade Educacional nessa vertente.

Entre todas as possibilidade que o Ipea aponta para o investimento em educação, uma foi defendida pelo Senador Inácio Arruda. Tenho certeza de ela que é consenso na Casa, mas a gente nunca consegue avançar para que ela de fato se concretize, que é o Imposto sobre Grandes Fortunas.

O Brasil não está num nível de tributação inadequado. O problema é que ele tributa mal e tributa de forma injusta. E aí a gente pode criar mecanismos como o Imposto sobre Grandes Fortunas – regulamentar, porque já está posto na Constituição –, que podem dar contribuições importantes na área da educação. Não vai resolver os 10% do PIB, mas de pouquinho em pouquinho a gente vai montando um cesta de fontes de financiamento que seja capaz de garantir os 10% do PIB. Então, não desistam do Imposto sobre Grandes Fortunas. Eu queria deixar isso bem claro, porque é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Daniel.

Em seguida, passa a palavra ao primeiro inscrito, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiro, eu quero parabenizar pela sua insistência em trazer o assunto PNE para cá. Se não fosse essa insistência, ele já estava na Câmara, sem passar pela Comissão que deve debater o mérito. E basta uma audiência como esta para justificar que esteja aqui o PNE. Então, eu quero parabenizá-lo.

Segundo, eu quero dizer que, se eu fosse resumir tudo isso aqui, eu diria que se comprova que somos atrasados e desiguais. Nós estamos atrasados desigualmente em educação. Estamos atrasados, e desigualmente – uns piores que outros. Chega um momento que a Drª Priscila mostrou em que a brecha entre uma nota e outra é um abismo completo. É isto que temos que superar: o atraso e a desigualdade. O PNE devia começar dizendo como é que a gente vai superar o atraso médio e como é que a gente vai superar a desigualdade. Como é que a gente vai elevar todas, diminuindo a distância entre elas. Eu acho que, apesar das metas, a gente não chega a dizer como fazer isso.

Se eu fosse impulsivo – mas eu não sou impulsivo –, eu diria: "Põe de lado esse plano; faz aí um documento garantindo 10% do PIB para a educação, que é o que todo mundo está querendo. Pouca gente está ligando, como a Priscila liga, mas poucos, para as metas. A maioria acha que essas metas vão ser esquecidas, não vão ser cumpridas. Põe de lado tudo isso, faz os 10%, e vamos começar a trabalhar outro." Mas seria um desrespeito. Milhares de pessoas participaram da elaboração desse plano. E há a ideia das metas, que são coisas positivas.

Mas eu gostaria de sugerir, Senador – e depois vou ter uma pergunta para todos –, que o senhor transformasse o PNE em um plano, dizendo como fazer. Temos aí os consultores. Eu sugiro até que se crie um grupo especial de três, quatro ou cinco Senadores, para, em pouco tempo, porque não podemos esperar demais, transformá-los.

Por exemplo, um plano que não responder quanto deve ser o salário do professor, se a gente quer dar um salto, não é um plano. Um plano que não disser como a gente vai selecionar, formar outra vez, depois de selecionado, e avaliar o professor não é um plano, porque dizer o salário só não dá em quase nada.

Terceiro: o que a gente vai exigir desses professores bem remunerados e bem formados? Tem que estar no plano. É quase que um plano de carreira, que a gente possa pagar bem exigindo bem.

Quarto: com que equipamento eles vão trabalhar? O professor com um quadro negro é uma coisa do passado. A comparação que eu vou fazer é quase que literal. A aula em quadro negro é como dente sem anestesia, é como tratar dente com broca. É pior que não tratar, mas dói pra caramba, incomoda muito as crianças que nasceram com essa revolução visual.

Quinto: o regime a que a gente se propõe vai ser integral ou não vai ser integral o horário para todas as escolas?

Sexto: como levar isso a todo o Brasil? Porque fazer isso em algumas escolas já existe por aí. Eu já visitei escolas públicas municipais que têm tudo isso. Eu digo como levar para as 200 mil, se serão 200 mil ou não.

O outro é como fazer a formação – eu acho que já falei – e a seleção dos professores.

O último é como desenvolver um sistema para orientar métodos pedagógicos. Não é para impor; é simplesmente para estar pesquisando o que é melhor, o que não é melhor. Isso é que eu acho que deveria ser um plano.

Depois, soma-se isso e se vê o custo. Se o custo dá 10%, a gente põe 10%. Se der menos, como eu acredito que dá menos – pouco, mas dá –, a gente, talvez, tenha que continuar com 10%, porque se criou uma expectativa em relação a isso. Eu defendo os 10%, mas tenho medo que se aprove 10% no atual sistema educacional.

O Daniel sabe que eu costumo dizer que, se chover dinheiro no quintal das escolas públicas de hoje, vira lama na primeira chuva. Então, no sistema atual, não se vai dar o salto que a gente quer para deixarmos de ser atrasados e desigualmente atrasados.

Aí, a pergunta que eu quero fazer...

Eu só quero dizer ao Marcelino, que fez uma excelente apresentação, como sempre, que aquela pessoa que disse que fumava – eu já recebi diversas vezes, pela internet e pelo Twitter, a pergunta se eu estou fumando; e não é cigarro comum, não! – na hora que eu escrevo certas expectativas para a educação... Criamos um costume para isso. E eu nem desminto, porque não vão acreditar.

A minha pergunta, e antes de deixar para a resposta, eu vou querer mostrar um quadro aqui, uma transparência, é: é possível fazer isso sem responsabilizar a União pela educação das nossas crianças? É possível ou não é possível? Essa é a pergunta.

Agora, antes, eu queria mostrar uma coisa aqui. Eu fiz um exercício. Está aqui. É rápido, é só um quadro.

Esse aqui é o Pisa de dois mil e... Aqui, o Brasil está aqui, quase um dos últimos. Agora, vejam o que acontece se a gente olhar o Pisa das estaduais. Se todas fossem estaduais, teria caído. Depois, eu vou comparar a posição. Se todas fossem municipais, teria caído mais ainda, quase nada. Se todas fosse públicas ou particulares... Espera aí... Então, eu quero mostrar antes outra. Se todas fossem privadas, nós estaríamos aqui. Se todas fossem federais, nós estaríamos aqui.

Então, veja: o Brasil está aqui, estadual cai para aqui, municipal cai para aqui. Agora, se fosse a média das particulares, caía para aqui – não as melhores delas. E, para aqui cairia, se fossem só as 420 escolas federais. Nós estaríamos em 15º lugar. E isso a um custo atual de R$4.200, que eu creio que é o custo anual desses alunos aqui.

Então, o desafio é como fazer isso vir para aqui. Isso aqui está mostrando como: federalizando. Basta fazer todas as escolas do Brasil iguais a essa que a gente vai ter um grande salto. E, se a gente fizer alguns exercícios aqui – horário integral, novos equipamentos, professores mais bem selecionados e avaliados –, a gente viria para aqui.

Não vai ficar aqui, porque daqui a 10 anos, quando nós tivermos feito isso, esses aqui já estão lá na frente. Então, não vamos chegar a essa posição aqui, de jeito nenhum, a não ser em muito, muito tempo. Mas, de qualquer maneira, eu acho que isso aqui é um bom exercício para demonstrar que as escolas públicas federais são boas, elas nos deixam em uma boa posição.

Como fazer isso? É o desafio o Relator do PNE, se ele achar que esse é o caminho.

Mas, antes de saber se ele acha que esse é o caminho, eu deixo a pergunta aqui para vocês: há como saltar do atraso e estar à frente, sem desigualdade, sem responsabilizar a União, mantendo a atual – a Priscila falou – distorção entre Estados e Municípios?

O Marcelino falou em diversas vezes também nessa dificuldade entre Estados e Municípios. Há como fazer isso com o atual sistema, mesmo aumentando o custo aluno-qualidade, mesmo com mais recursos do Fundeb, ou outro sistema qualquer, jogados para esses quase 6 mil, 5,7 mil entes que nós temos federativos – Municípios e Estados? É possível? Ou vocês acham que não é possível, e que a gente tem que responsabilizar a União pela educação das crianças que nascerem no Brasil e dos filhos dos imigrantes também?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito bem. O ex-Ministro da Educação, com muita propriedade, colocando uma única pergunta bem abrangente.

Como nós temos um bloco de mais dois, eu vou então passar a palavra, se concordarem, para o Senador Inácio Arruda e, posteriormente, para o Senador Wellington Dias. Fechamos, assim, com as respostas dos nossos convidados.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu acho que essa missão do Alvaro Dias, embora eu considere que V. Exª está muito bem na posição – se pudesse passar um tempo maior até seria melhor para o País. Está se desenvolvendo muito bem –, tirando a brincadeira, é uma tarefa das mais importantes. Eu considero que essa matéria do PNE é a nossa mais importante. Não há nenhuma medida provisória, nenhuma emenda constitucional, nada disso se compara ao objetivo do PNE. Quer dizer, você preparar o País para os próximos dez anos, pensar o futuro.

Nos debates anteriores, na discussão, houve esse debate da federalização. Como se materializa uma federalização? É possível haver a federalização, sem, por exemplo, todos os professores serem contratados pela União. Isso é possível. Quer dizer, há caminhos que se pode oferecer a essa proposta em que o Senador Cristovam tem insistido bastante. É como se vai, aos poucos, criando esse sistema de federalização. Ou melhor, é como a União assume mais responsabilidades na educação, e na educação fundamental, no ensino fundamental, na educação básica, digamos assim, que é o nosso problema principal formar as crianças, fazê-las aprender e entender o que aprenderam, que escreveram e sabem o que escreveram, que escreveram a frase e sabem o que significa a frase, que escreveram a carta para o pai e para a mãe e sabem o que escreveram para o pai e para a mãe. Quer dizer, conseguir esse êxito, que é o principal.

Nós trabalhamos aqui com uma ideia. Por exemplo, em nosso Estado, o Ceará, que é um dos que mais precisam de meios para resolver o problema da educação, partimos de uma experiência em uma cidade, que foi a cidade de Sobral, depois a transformamos em uma experiência estadual, e hoje essa experiência está se transformando em uma experiência federal.

O que se pretendia ali? Garantir que a criança aprendeu a ler e escrever bem, que entende o que escreveu e que domina as operações. Porque o problema das operações, das chamadas quatro operações, é que elas são o princípio. Para você construir um foguete, terá que usar as quatro operações. Elas são o princípio.

Então, se você conseguir atingir a expectativa de sucesso nas séries iniciais, é muito razoável que tenha sucesso nas séries seguintes.

Nosso problema está aqui. Há uma experiência que ainda não conseguimos levar para o ensino fundamental. Estamos buscando realizar no ensino médio. Estamos saindo de 29 *campi* federais, da antiga escola técnica, que hoje é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que se espalhou pelo Estado do Ceará inteiro, nas regiões mais importantes. Cada um tem um *campus*, que é do tamanho da escola anterior, a que tínhamos unicamente em Fortaleza. Então, é uma grande conquista. E estamos avançando para 140 escolas técnicas, de ensino fundamental e técnico, ensino médio e técnico, com contrato de dedicação exclusiva, que é mais ou menos o seguinte: um professor, uma escola.

Esse é um debate que envolve os professores, porque dedicação exclusiva normalmente se confronta com a própria legislação, que diz que o professor pode ter dois contratos. Ele não pode ser impedido, mas existe a possibilidade de uma escola técnica ter professores com dedicação exclusiva. As universidades federais praticaram, até recentemente, contratos de dedicação exclusiva. Há condições de se criar esse caminho, que é um caminho de fortalecimento.

O professor, em uma única escola, conhece seus 30 alunos, sabe onde é a casa deles, sabe quem é o pai e a mãe, sabe qual é a renda – nossas comparações são difíceis, pois comparamos a renda *per capita* americana com a brasileira, e não dá. Assim, para um aluno que tem uma situação de precariedade familiar gigantesca, às vezes, o único amparo que ele tem é a escola. Se o professor tiver que correr, desesperado, para a escola do Município vizinho, não é nem do mesmo Município, e voltar à noite para a outra escola, é evidente que não terá condições de saber isso.

E isso parte para o problema do salário. O professor só tem condições de fazer isso se alcançar um salário que lhe dê dignidade. Se não, não vai fazer. Para um piso salarial está essa gritaria, gente! O piso, com uma correção mínima, um pouquinho acima da inflação. Uma gritaria para exercitar...

Claro que há experiências boas. O Senador Wellington e o outro Senador aqui presente foram go-

vernadores de Estado e podem falar bem do assunto, da experiência como governo. Mas acho que nós temos que insistir em dar garantias de fontes de financiamento, resgatar o projeto da Câmara e aperfeiçoá-lo aqui, na comissão de mérito. Porque esta a comissão central. Eu nem sei por que passou por outras, mas deveria estar aqui, exclusivamente, e já teríamos conseguido ganhar um tempo razoável. Até fizemos alguns debates sobre o plano, e bons debates, mesmo antes de a matéria chegar aqui, na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pior, Senador, é que passou pelas outras comissões, fizeram mudanças, e não fizeram uma audiência pública.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Não, nós fizemos. Na CAE, nós fizemos audiência. É claro que...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Uma audiência pública, sem balizar.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Mas nós temos aqui a nossa responsabilidade. Acho que nós devemos assumi-la. É mais difícil produzir no tempo curto que nós precisamos fazer, mas é melhor fazer a quatro mãos do que ter uma ideia mirabolante para resolver. Acho que nós podemos resgatar o da Câmara, nós podemos aperfeiçoá-lo, nós podemos tratar com zelo, com cuidado. Nós temos aqui gente muito comprometida com a educação, que acompanha desde o primeiro dia este debate, e há gente no MEC muito comprometida. Então, acho que nós temos de trabalhar nesse conjunto, mostrando as possibilidades, para a gente não inventar um plano inexequível. Não adianta botar 200, 30 ou 40 se a gente só pode fazer três ou quatro. Então, vamos estabelecer as que podemos. Nós caminhar aqui de forma tranquila e enfrentar o problema do financiamento.

O Senador Ricardo Ferraço apresentou a proposta de buscarmos os resultados dos bônus de leilões. Eu acho que está certo. Também temos de buscar o resultado dos bônus de leilões, para não transformar os resultados apenas em sustentação do superávit primário, que é a política que o Governo estabeleceu há mais de 15 anos. Vamos completar 16 anos dessa política de superávit primário, que é o problema dos juros. Nós entramos aqui em várias outras questões, mas temos esse problema crucial no Brasil. O pagamento de juros ao ano no Brasil é uma batalha terrível em que o Governo busca cumprir a meta de pagar o valor. São cifras superiores a R$250 bilhões que vão embora ao ano, batendo uma folhinha na outra – chama-se em espécie, é isso? – em espécie, vivo. Apenas é entregue, sem que esse povo produza nada.

Então, nós temos de encontrar mecanismos, o que já encontramos para outras áreas, em investimentos em infraestrutra, para abater desse superávit primário; quer dizer, tudo o que fizermos em educação, em termos de investimento, abate do superávit primário. É uma meta. Você não quer alcançar a meta de formar bem o povo? Então, nós deveremos trabalhar nos bônus, nos recursos da nova Lei de Mineração e trabalhar o imposto sobre grandes fortunas. No mundo inteiro se faz isso. A lei está pronta para ser votada na Câmara, a regulamentação. Não é vai chegar. É evidente. Não é para chegar instantaneamente aos 10%, mas cria as condições para chegar aos 10%, meu caro Relator.

O plano colocou a questão do fundo social do pré-sal, colocou a questão dos *royalties*. Então, vamos colocar a questão da mineração, vamos colocar a questão do imposto sobre grandes fortunas como meta a ser alcançada dentro do Plano Nacional de Educação.

Acho que há duas outras questões-chave. Um deles é o problema da formação artística da população. Eu estudei numa escola – só cheguei lá com oito anos de idade – em que tínhamos, obrigatoriamente, esporte e música, aula de música. Hoje, existe até a lei, mas não temos a aula de música. Lá não havia a lei, mas tínhamos aula de música; agora existe a lei, e não há a aula de música, quer dizer, o problema da formação artística. Com isso se daria um salto extraordinário. Isso garante, inclusive, meios de sobrevivência adiante. Então, acho que nós temos mecanismos para trabalhar intensamente.

(Soa a campainha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu gostaria, Sr. Relator, que nós pudéssemos trabalhar a quatro mãos o seu relatório, chamar essa turma, esse povo que está aqui nos acompanhando. A gente vai fazendo, discutindo, e o Governo vai estar aqui. Uma das mãos é a mão do Governo, porque é quem vai ter a obrigação de cumprir essas metas. Então, temos de chamá-lo, sentar e, se for preciso, entrar pela madrugada, entrar noite a dentro, passar dias, trabalhar no sábado, no domingo, junto com V. Exª para que possamos cumprir este objetivo, que é o mais importante para o nosso País: encontrar meios, recursos. Sinceramente, sem recursos, não adianta meta bonita, não adianta. Nós já temos conhecimento, já sabemos o que devemos fazer, mas precisamos ter a garantia dos recursos, senão não vamos cumprir essas metas.

Então, acho que devemos trabalhar nesse sentido. E, também na polêmica público e privado, é preciso também ter o maior zelo, o maior cuidado, porque há a emergência da necessidade – alguns programas,

como o ProUni e o Pronatec. Tudo isso é emergência, porque não se expandiu a rede suficientemente.

Nós estamos fazendo 140 escolas de formação técnica em ensino médio no Ceará, e acham que estamos ficando loucos, porque não vai ter como sustentar aquilo; é uma ousadia fazermos isso para superar o abismo em que nós estávamos. Nós estamos precisando de gente e precisamos formar gente com qualidade. Então, acho que essa ousadia nossa tem que se refletir no plano, mas, ao mesmo tempo, com o pé na realidade, como disse o Relator.

Acho que o problema é o seguinte: nós precisamos ter otimismo. Apesar do diagnóstico de que é difícil, é com uma posição otimista que conseguimos alcançar as metas programadas.

Sr. Relator e Sr. Presidente, eram essas as observações.

Eu tenho acompanhado a turma que está aqui, Priscila, Daniel, Sergei, que só encontrei agora – Sergei me desculpe –, Marcelino. Essa turma toda tem trabalhado intensamente junto com outros aqui na Comissão. Acho que podemos, sim, fazer um plano viável, retomar o da Câmara como ponto de partida e aperfeiçoá-lo aqui na nossa Comissão para não corrermos o risco, porque aí fica um vexame. Aqui no Senado, fazemos modificações que interessam a não sei quem, que chegam à Câmara. Aí, pegam o da Câmara e aprovam o da Câmara! E o que acontece quando aprovam o da Câmara? Há um ato no Palácio do Planalto, e a nossa Presidente, muito corretamente, bate palmas para os da Câmara e, nós, Senadores, ficamos aqui olhando uns para os outros: "O que é que nós fizemos?".

Então, acho que a gente tem de fazer algo para aperfeiçoar e nunca para prejudicar aquilo que a gente conseguiu com tanto esforço na Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda, e passo ao último inscrito, Senador Wellington Dias, também um ex-governador que viveu muito problema de educação, principalmente em seu Estado, onde as diferenças são muito grandes. Não é só no Ceará, não. Pegar os índices de São Paulo e comparar com os Estados de V. Exªs, a diferença é gritante.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – A gente ganha de São Paulo, Presidente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Atualmente, até que é porque sair dizendo...

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Considerando que maioria da população de São Paulo veio de lá.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Quero saudar V. Exª e parabenizar pela condução, assim como ao Senador Alvaro Dias e também a todos os nossos convidados: o Dr. Marcelino, minha querida Priscila que sei da paixão com que se dedica a esse trabalho; e também ao Ipea pelo importante trabalho, através do Sergei Suarez; e ao Daniel que é morto de apaixonado para coordenar esse plano dos direitos à educação.

Sr. Presidente, veja, eu acho que a gente não deve jogar fora tudo o que foi acumulado, nem pela Câmara e nem aqui. Acho que existem alguns pontos que a gente precisa trabalhar. Lembro-me aqui da discussão que houve nas outras comissões na Meta 4. E como é que veio a solução? No diálogo, sentando, ouvindo, no convencimento.

Qual é o lado bom desse debate aqui no Senado? A presença de pessoas que passaram por várias experiências, como ministros, como governadores, como prefeitos, pela própria Câmara.

Enfim, quero, aqui, tocar em coisas simples. Tive o privilégio de participar de um grupo que é uma parceria de universidades brasileiras com a Universidade de Harvard, e o tema é educação. O estudo que está sendo feito é exatamente sobre o que há nas dez experiências mais bem sucedidas de escola pública municipal e nas dez melhores experiências na estadual no Brasil que as outras não têm. Não há segredo. Se fosse uma coisa: "Não tem nenhum caso de sucesso", mas tem. O que tem lá que não tem nas demais?

O meu Estado é emblemático, e confesso que me emociona muito ver determinadas coisas. Há uma cidadezinha na região de Paranaíba chamada Cocal dos Alves. Essa cidade tem cinco mil habitantes, recordista novamente – deve ser divulgado nos próximos dias – em medalhas nacionais e internacionais – antes só Matemática, e agora Matemática, Física e Química. Daí, fui lá quando governador, e a escola era uma porcaria de escola: até baixa, os alunos crescendo e batiam a cabeça para entrar na escola; não tinha banheiro, enfim.

O Senador Cristovam era ministro e nos deu o prazer de fazer lá um trabalho nessa área da alfabetização e na área. Aliás, quem mais reduziu analfabetismo no Brasil nos últimos dez anos foi o Estado do Piauí: caiu de 32% para abaixo de 18% nesse período, proporcionalmente. O Ipea e o MEC têm esses números.

O que quero aqui dizer? Primeiro, vou colocar aqui um depoimento, uma percepção – não tem base cientifica, mas é da vivência – do que é importante: o que uma escola de qualidade precisa ter? Precisa de leitura. Como ter uma escola sem biblioteca?

Nós temos centenas e milhares de escolas no Brasil sem biblioteca, a maioria. Então, como imaginar? Como é que vou ter esse aluno motivado à leitura se nem na escola – não estou nem falando na casa dele... O que se trabalha é para que, também na casa do aluno – e é por isso que há tanto trabalho envolvendo a família –, haja o espaço de leitura: livros, prateleiras, etc. A gente pensa a biblioteca na escola; tem que ser pensada lá na casa da família. É preciso criar o vício da leitura.

Segundo, hoje a gente precisa dominar o mundo da informática, da internet, esse novo mundo. E há um deslumbramento muito grande da juventude. E a escola tem que estar preparada para isso. Não se tem que fazer um curso de informática depois, já no ensino médio; tem que ser desde quatro anos de idade, quem sabe já na creche, começar a lidar com isso.

Noções de empreendedorismo. Quando a gente pega os países que têm melhor qualidade na avaliação, vamos encontrar algumas coisas. Primeiro, um professor para 30 alunos. No Brasil, Estados e Municípios, a média é de um para 12. Então, tem problema. Nós estamos pagando uma quantidade de professores maior do que os lugares desenvolvidos. No meu Estado é um para 14. Se olharmos aqui Maranhão, Alagoas, que nós torcemos para que cresçam, lá é mais baixo até.

Se a relação é de um para 30, sobra dinheiro para se pagar melhor os professores que dão aula.

No meu Estado é assim: carga hora de 40 horas; sendo professor há 15 anos, já se reduz para a metade; vai reduzindo e, quanto mais o professor se aperfeiçoa, mais vai reduzindo a obrigação da carga horária.

Foram criadas algumas regras que não têm lógica, não têm sentido do ponto de vista do povo, do aluno. Das escolas pequenas, eu desafio, peguem – e aqui eu já passo para a Priscila e para o Daniel essa tarefa no Ipea – as escolas com menos de 300 alunos. Quantas nós temos bem-avaliadas e comparem com as com mais alunos. Normalmente, a escola com mais alunos é aquela que tem aquilo de que uma escola precisa. Também numa parceria com o Senador Cristovam, nós trabalhamos um modelo que ele chamava de escola ideal. Ela tem que ter um número mínimo de salas de aula, biblioteca, refeitório, etc, tudo o que uma escola deve ter.

Então, eu digo isso... Quando eu assumi como governador, nós tínhamos 2.700 escolas; apanhei como vocês nem imaginam; e reduzimos para 800. Hoje, não existe nenhuma abaixo de 500 pelo Estado. Mas os Municípios têm escolas de 7 alunos, 8 alunos, de 12 alunos. Alguém está enganando alguém. Ali não funciona. É um professor que dá aula para a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 8ª séries e o que mais chegar. E que não dá aula de coisa nenhuma. Ele não tem instrumentos ali, não tem biblioteca, quadra poliesportiva. Ali não existe professor de Matemática, de Química, de Física, de Inglês, de Espanhol. Esse aluno vai ser atrofiado. Nós estamos enganando. É que nem "morreu, mas foi no hospital". Aí, vê-se o hospital e não havia condição alguma de atender aquele paciente. "Morreu, mas foi naquela escola". Ou seja, nós estamos matando dentro da escola. Está errado!

Eu avalio que temos de ter uma escola mínima. E, quando olho aqui, eu duvido que haja escolas federais, pelo nível de qualidade que têm, abaixo de 300 alunos. Duvido que haja escolas privadas, com alguma qualidade, abaixo de 300 alunos. Porque é a questão da viabilidade, do financiamento.

E os Municípios estão chorando que estão com dificuldades neste instante de dar conta da receita porque, quanto mais existem escolas com poucos alunos, pelo modelo de financiamento, mais ele tem que botar do caixa próprio dele lá, o que também inviabiliza.

Então, se eu tenho um repasse de R$2,5 mil do Fundeb por aluno e eu tenho 1.000 alunos, eu tenho R$2,5 milhões por ano para aquela escola do Fundeb – apenas do Fundeb.

Se há uma escola com 100 alunos, não vai fazer funcionar. Como é que você vai ter as 16 disciplinas necessárias? Como é que você vai ter todas essas coisas deque uma escola precisa? Biblioteca? O caixa, o Tesouro não aguenta e o Município também não faz. Nem que quisesse, não tinha condição. Então, eu acho que o MEC tem de cuidar disso. Eu acho um crime...

Eu estive agora, nesses dias, com o Ministro. Nós estamos incentivando as escolas rurais. Qual é a meta nesse instante para liberar? Botou, sai. A quadra vinculada à escola – que eu até acho correto –, a creche, com a escola infantil; botou lá, sai. Está no PAC. E é escola rural. Você vai lá, e é uma escola com uma sala de aula, com duas. Nós estamos enganando. Aquela escola não vai ter qualidade. Se eu meter 16 professores lá, aula de informática, aula de todas as coisas que precisa, ela vai ficar um custo/aluno de, sei lá, R$20 mil. O Município não vai aguentar.

O que eu quero aqui chamar a atenção, Sr. Presidente, é que há coisas simples que fazem a diferença. O último que eu quero aqui citar. Se eu tenho um professor para 30, se eu tenho uma escola para 1.000, ou o número de alunos que for possível naquele Município, eu vou ter essa condição de ter uma escola. Eu terei uma chance de ter uma estrutura de qualidade. Eu tenho como aproveitar melhor o professor.

Eu contrato um professor aqui, vamos dizer que seja por 20 horas; ele é professor de inglês, é uma escola que tem duas turmas. Quantas horas/aula eu vou

ter mesmo desse professor para ele dar conta daquela escola? Duas aulas por semana. Ele vai dar quatro aulas por semana, quatro horas/aula por semana. Vou pagar 20 para poder ter 4. Você entendeu?

Então, – e aí eu gostei de uma fala que a Priscila fez, meu querido Alvaro Dias –, eu me pergunto: por que é 10% do PIB e não é 10,5% ou 11% ou 12, ou 9%? Se a gente não discutir primeiro "o que eu estou precisando"...

Eu estou gostando de uma coisa que a Presidenta Dilma está fazendo. Em relação á saúde, está dizendo: "Eu quero botar médico onde não tem nesse patamar. Quanto é que custa?" "Eu quero botar equipamento onde não tem. Quanto é que custa?" "Para esse negócio funcionar, qual é o custeio?" Então, eu estou sabendo. E é interessante que os valores que estão sendo descobertos não são tão altos quanto se coloca.

Em relação à educação, eu acho que é positiva a ideia do debate sobre o aumento, mas eu acho que, dentro dela, a gente tem que qualificar para quê? Do contrário, nós vamos queimar dinheiro, de novo. Eu estou dizendo aqui que, neste instante, nós estamos queimando dinheiro. Nós estamos pagando por 40 horas semanais e recebendo 4, 6, 10. Nós estamos com um professor para 10, 12, 8 alunos. Estou mostrando neste instante. Se o dinheiro nosso mesmo, eu duvido que faríamos isso. Mas o dinheiro é do povo. Eu acho que é assim que tem de ser tratado o dinheiro público.

Por último, é a forma de seleção do professor. A diferença de Cocal dos Alves é um professor apaixonado por educação. A diferença das escolas em Piripiri, que também tem as primeiras; a escola Meio Norte, lá em Teresina, um bairro de periferia, é professor apaixonado por educação; é um gestor que entende. Ele é preparado para o sistema de educação, ele conhece com profundidade todo o sistema, e ele ou ela, apaixonado por educação.

A gente tem pessoas que, no dia em que passam no concurso – o Senador Cristovam já deve ter vivido essa experiência –, tomou posse, passam 15 dias e já está pedindo transferência. Já que ir para o gabinete do Deputado, quer ir para prestar serviços não sei onde. Só não quer ir para sala de aula.

Nós precisamos ter uma forma, um modelo; esse modelo só do concurso – acho que o Daniel colocou aqui, ou seja, ele falou que a questão da forma da seleção –, eu acho que tem que ter a lei de responsabilidade da educação. Não tem como não ter.

Como é que a gente tem a lei de responsabilidade fiscal, tem a lei de responsabilidade por tanta coisa e não tem na área que é essencial à vida, que é a educação? Então, eu quero aqui colocar que são coisas simples que têm de ser feitas. Repito: não tem que inventar a roda. Aqui mesmo no Brasil, lá em Sobral, lá não sei onde, lá em Cocal dos Alves, em Piripiri, em Ueiras, em não sei onde. Em lugares aqui mesmo do Brasil, há experiências que estão dando certo. O que há lá que precisamos fazer nas outras? E é um custo que não é tão elevado quanto imaginamos.

Resumo: acho que é possível pagar melhor ao professor, e já é possível, com o dinheiro que se tem. É possível. Lá no meu Estado, eu ia às vezes aos debates com os governadores. Os governadores, quando eu era governador, entraram com uma ação no Supremo contra o piso. E eu fui a um debate com eles, enfrentar o debate; foi em São Paulo, inclusive, na época. E eu dizia que o Piauí paga o piso nacional; aliás, paga acima do piso nacional. Neste instante paga acima do piso nacional. Se o Piauí pode, quem não pode?

Agora, é preciso tratar com planejamento, é preciso ter esse cuidado. Eu acho que, lá no meu Estado, precisamos repensar o que há hoje. Estou viajando agora, nestes dias, e estou prestando a atenção nisto: há cidades que têm lá 1,2 mil alunos e ainda duas escolas do Estado. Talvez ali, se houvesse uma, ainda fosse muito mais eficiente do que a atual. E a escola de tempo integral.

Gente, é em todos os sentidos da vida: vai desde a questão da violência, da droga, até o principal, que é a educação. Não há, com a carga horária que há aqui, como concorrer aqui, não, Cristovam. Não há como, com a carga horária que há aqui, como concorrer nem com as federais, nem com os outros países. Acho que isso é a essência da essência.

Se precisarmos de 15% do PIB para poder ter escola de tempo integral, teremos de caminhar para isso. É preciso calcular quanto custa isso. E avalio que, feito da forma como estou dizendo, é o modelo. É nisso que acredito e é o que vi dar certo lá.

O senhor observou o dado lá atrás. O nosso Estado melhorou. Nós tínhamos a pior situação de educação, a pior de analfabetismo; tínhamos só 400 mil pessoas, há uma década, com ensino médio. Nós ultrapassamos 1,2 milhão com ensino médio. Eu estava vendo hoje ali – a própria jornalista me trouxe aqui – sobre Guaribas, aquela cidade-piloto do Fome Zero. Essa cidade tinha 75% da população, Alvaro Dias – 75% –, com mais de 15 anos analfabeta: tem 9% de analfabetos hoje. Isto eu aprendi com Cristovam: é saber ler uma carta. Ele tem de ler uma carta de alguém e escrever uma carta para outro ler e dizer o que entendeu. Essa era a forma de se trabalhar a alfabetização.

Então, coloco isto: o IDH lá era 0,2, passou para 0,5, e o principal foi na área da educação. A renda ainda está muito baixa lá; na expectativa, melhorou, e, na educação.

Desculpe-me ter-me alongado, mas eu não poderia deixar de fazer esse depoimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Para nós é muito importante, Senador Wellington Dias, pela sua experiência, pela vivência que teve na educação e pela melhora nos índices.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu vou fazer o seguinte: vou passar a palavra para o Senador Alvaro, que aí conclui as últimas perguntas; depois, passo a cada um dos senhores, para responder e também fazer as considerações finais.

Antes, Senador Alvaro, V. Exª tem um trabalho árduo, não foi escolhido à toa, mas, sim, pela competência, pela visão que tem também nessa área.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – E vai contar, sim, com todos os membros desta Comissão, para que o ajudem, porque é um caminhão com muita areia, mas muito mais areia do que esse caminhão suporta, porque vejamos: há problemas no infantil, 300 mil analfabetos em um ano a mais; 8,7% da população analfabeta, 3,5 milhões; temos problemas, como V. Sªs mostraram aqui, no ensino fundamental e médio, problemas seriíssimos; e há problemas seriíssimos no nível universitário. O Enade reprova quase 30% dos cursos superiores.

Quer dizer, quando não se tem alicerce, a coisa vai... É a sequência. É uma pena, é uma pena que deixamos o tempo passar e não tivemos um olhar para a educação. Mas ainda tem de ser tempo para isso, e é agora.

Até passo a V. Exª uma ideia: acho que deveria haver a criminalização àqueles que fazem desvio do dinheiro da educação, dentro da Lei de Responsabilidade. Então, Senador, a missão é árdua, mas não é impossível. E nós temos que fazer, sim, dentro do que é factível. Não podemos sonhar. Nós temos que fazer um plano que realmente, depois desses 10 anos, seja concluído na sua íntegra.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Eu vou ser sucinto. Não vou castigá-los mais. Temos que recebê-los muito bem aqui, porque são importantes para a educação no País, e devemos recebê-los tão bem que se disponham a voltar sempre quando convocados.

O Senador Inácio Arruda falou em fazer um relatório a quatro mãos. Acho quatro muito pouco. Nós temos que fazer a muitas mãos esse relatório, e temos que ser bastante objetivos. Há uma expectativa de que devemos votar a matéria já em novembro, no plenário do Senado, para retornar à Câmara com as eventuais alterações, a fim de que, ainda neste ano, se possa promulgar esse plano. Por isso, eu pediria já aos colegas que antecipassem suas emendas, que apressassem o encaminhamento das emendas, para que nós possamos ter o tempo de analisá-las, e de submetê-las inclusive aos nossos consultores, que são os especialistas no assunto e que aqui vieram no dia de hoje.

Eu vou poupá-los, não vou fazer mais nenhuma indagação. Apenas vou permitir ao Presidente que conduza o encerramento desta audiência pública, porque nós ficaremos permanentemente em contato e, certamente, teremos a elucidação de muitas dúvidas no contato pessoal.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Esta Presidência agradece a esse digníssimo Relator.

Começamos então. Ainda há uma resposta a ser dada ao Senador Cristovam e às suas considerações. Vamos começar da esquerda para a direita, com o Daniel. Com a palavra.

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA – O Senador Cristovam sempre faz questões essenciais. A gente tem conversado bastante. Eu costumo dizer para ele que ele sempre faz as perguntas centrais.

Não dá, de fato, Senador, para a gente conseguir garantir educação de qualidade sem maior participação da União. E ela vem já atrasada. Ela deveria começar a acontecer desde a época do Império, quando se descentralizou a educação para as províncias.

Então, essa sua pergunta, a própria provocação que o senhor faz em relação à federalização, é importantíssima para trazer à discussão nacional a importância de que um País federativo precisa ter participação do Governo Federal.

O Senador Wellington Dias já está saindo. Eu só queria fazer uma observação, Senador. Quando a gente fala de número de alunos por professor, normalmente a base do dado é equivocada. Ela não é o que acontece em sala de aula. É o conjunto de professores que estão concursados, que existem naquela rede de ensino.

Eu vou dar o exemplo da escola onde trabalhei. Eu trabalhei em 68 escolas na periferia de São Paulo, com um projeto que era do Governo Federal com a Secretaria de Educação, já na época do Presidente Lula. Então, era um projeto bem curioso, porque era uma Secretaria do PSDB e uma Secretaria de Direitos Humanos, na época, do Partido dos Trabalhadores, já sob a gestão Lula. Nas escolas onde eu trabalhava,

especialmente naquela a que eu dava mais atenção, que era localizada no local de maior violência, era a escola mais violenta do Estado de São Paulo, havia homicídios, tráfico de drogas. Era uma escola bem preocupante. Ali, a gente tinha um dado de que havia cinco alunos por professor, e a sala de aula em que eu trabalhava mais arduamente tinha 55 alunos para eu ministrar um trabalho de direitos humanos.

Então, é importante esse exemplo para mostrar que existe uma grande desigualdade na forma como se responde aos questionários nacionais, aos censos escolares. É preciso observar-se o que acontece em sala de aula, não em relação aos concursados. Se a gente fizer essa referência, com certeza, o Brasil tem salas de aula superlotadas. Então, eu queria trazer essa observação.

E, por último, Senador Cristovam, voltando à sua questão, o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) não vai dar conta de alcançar aquelas escolas públicas federais que o senhor defende, que eu também defendo. Todo mundo gostaria que aquele fosse o padrão. Mas ele, com certeza, vai fazer isso, mesmo contemplando o esforço municipal e estadual. Considero uma questão interessante para se pensar, mas é muito difícil federalizar da forma como o senhor tem proposto, porque já há uma tradição estabelecida. Então, o Marcelino tem uma proposta alternativa que pega um pouco da sua ideia mais aquilo que acontece nos Estados Unidos. A ideia é criar um sistema público de ensino. Depois, ele pode tratar mais dessa questão.

O Custo Aluno-Qualidade Inicial faria com que déssemos um bom avanço rumo aos países mais desenvolvidos em relação ao Pisa, sempre lembrando que o Pisa não é avaliação de qualidade, que temos de transformar como referencial e entender como perfeita. Ela é uma avaliação de qualidade.

Há um livro que saiu agora nos Estados Unidos de um jornalista e de um pesquisador chamado *Éramos nós* – um é o Friedmam, e o pesquisador é o Mandelbaum. Ele mostra que o Pisa tem de ser tratado pelos Estados Unidos como *commodity*. Os Estados Unidos têm de ir bem no Pisa, porque é interessante saber responder aquela prova, mas o central não é se focar no Pisa; o central é conseguir fazer com que os alunos nos Estados Unidos tenham capacidade de ser bons legisladores, bons professores, bons engenheiros da Nasa. O desafio é ir além daquilo que o Pisa tem demonstrado.

Eu só queria fazer essa observação, porque os testes padronizados são importantes, mas eles não são suficientes para entendermos o que é qualidade da educação. O próprio PNE tem a proposta do Sinaeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), que é uma proposta da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, da CNTE, da Undime, que foi aprovada na Conferência Nacional de Educação Básica, que aperfeiçoou o Sistema de Avaliação da Educação Básica.

Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui e reforçar que a Campanha está extremamente aberta ao diálogo para a construção do relatório da Comissão de Educação, que é a comissão mais importante do Senado sobre a matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Daniel Cara, pela sua participação.

Passo a palavra, em seguida, ao Sr. Sergei Suarez Dillon Soares.

O SR. SERGEI SUAREZ DILLON SOARES – Sobre a federalização da educação, não seria possível caminharmos ao longo de algumas dimensões sem, necessariamente, querer transformar todas as escolas em escolas federais *a la* Pedro II? Eu acho que seria um sonho ter todos os alunos estudando na Pedro II, mas isso provavelmente é pouco atingível a curto prazo. Será que não poderíamos estabelecer metas? De financiamento, já há alguma coisa, mas será que não poderíamos ir mais longe nas metas de financiamento? Será que não poderíamos estabelecer metas de gestão, principalmente, e de recursos humanos, em que a poderíamos, por exemplo, ter níveis mínimos exigidos de formação de professores ou esse tipo de coisa? Tentaríamos chegar a uma federalização da educação, não transformando tudo em Pedro II, mas buscando atingir metas mínimas estabelecidas pelo Governo Federal, através de recursos mínimos também outorgados pelo Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço também a participação de V. Sª, pelos dados aqui apresentados. Provavelmente, nós o solicitaremos para novas audiências.

Concedo a palavra à Priscila Cruz, Diretora Executiva do Movimento Todos Pela Educação.

A SRª PRISCILA CRUZ – Eu vou começar de trás para frente e vou chegar ao Cristovam por último.

Os Senadores não estão mais aqui, mas há o fato com que eu concordo 100%: educação integral, das estratégias do PNE, é a mais poderosa para atingirmos a educação de qualidade para todos, é o que separa o Brasil de outros países. Além de termos uma carga horária muito baixa, o que efetivamente aproveitamos dessa carga é menos ainda. O aluno está exposto à aprendizagem, ao ensino menos do que as quatro horas obrigatórias. Então, ainda há isso. Além de aproveitarmos melhor o tempo – e aí tem tudo a ver

com gestão –, temos de ampliar o tempo que a criança fica na escola. Concordo que é uma das estratégias mais importantes.

O Wellington comentou sobre a Casa Meio Norte. Por isso, eu acredito mesmo que fazer bem feito o feijão com arroz é que vai fazer melhorarmos a educação pública no Brasil. A Casa Meio Norte é exatamente esse exemplo. Eu fui lá visitar e não esqueço a diretora falando o seguinte para todo mundo que chegava à escola: "Esta aqui é a escola dos alunos mais inteligentes do Brasil". Então, vê-se que realmente é uma diretora altamente comprometida. Ela acreditava, com altas expectativas em relação a seus alunos. Isso faz, de fato, muita diferença.

O Senador falou que a gente está queimando dinheiro. Eu acho que a gente está queimando, sim, em muitos lugares, ou o dinheiro está virando lama, no jargão do Cristovam. Eu acho que é justamente isso que faz com que a gente tenha tanta preocupação e consiga, cada vez mais, exigir mais recursos para a educação. Então, gastar bem também faz parte da equação a que a gente deve chegar, porque o objetivo não são os meios. O objetivo é aquilo que a gente vai conquistar como resultado final para as nossas crianças e jovens, com toda criança na escola aprendendo. Para isso, é preciso haver gestão e financiamento ao mesmo tempo.

Se eu conseguir, pelo menos, deixar esse recado a esta Casa, acho que será fundamental. O texto é muito omisso em relação à necessidade, à importância da gestão; o texto, hoje, é muito omisso. Acho que dá para melhorar dentro dessa perspectiva de que o Senado deve melhorar o texto da Câmara.

Sobre escolas pequenas e grandes, a evidência mostra que não são as escolas muito pequenininhas que, de fato, aumentam o desperdício e não são eficientes. Escolas muito grandes são muito mais difíceis. Elas apresentam mais dificuldade em garantir resultados bons para os alunos. Inclusive a tendência mundial dos países que estão trabalhando em aperfeiçoar a gestão escolar é reduzir, muitas vezes compartimentando, dividindo uma escola de três mil, quatro mil alunos, em escolas menores de mil alunos, o que faz com que a direção, a coordenação pedagógica, os professores se conheçam e troquem informações.

Então, é preciso que a escola tenha um tamanho ótimo: nem uma escola muito pequenininha, nem uma escola muito grande, como a gente encontra em alguns lugares. A gente vê nas grandes cidades, nas periferias das grandes cidades escolas muito grandes, escolas com três mil, quatro mil alunos. Isso não é legal. Não há tão bons resultados nessas escolas, como a gente vê em escolas menores.

Então, acho que deve haver um certo equilíbrio, talvez aumentando as escolas muito pequenininhas, reduzindo o tamanho das escolas muito grandes. A gente tem que encontrar esse novo equilíbrio.

Enfim, no caso da relação escola-professor-aluno – o Daniel já falou sobre isso, e acho que o Marcelino também vai falar do assunto –, eu concordo com eles.

Quanto à tecnologia, o Senador Wellington também tocou nesse ponto. De fato, o texto do PNE atualmente... Eu ia trazer mais essa sugestão, mas achei que não seria possível para ser sucinta naqueles meus quatro pontos. Porém, já que foi aberta essa oportunidade, o texto desse plano para dez anos é muito omisso também em relação à tecnologia, às novas tecnologias, ao ambiente em que esse aluno vai estar totalmente imerso. De novo, a tecnologia só é abordada no PNE como infraestrutura e não como uma estratégia para a gente melhorar o ensino. Então, acho que essa é uma grande oportunidade também de o Senado melhorar e aperfeiçoar o texto da Câmara. Um plano de dez anos totalmente omisso é algo preocupante.

Enfim, em relação ao comentário do Senador Inácio Arruda, ele disse uma frase que, para mim, é muito importante: "A gente tem que ter ousadia com o pé na realidade". Um bom plano é este: um plano otimista que tensiona, mas que é possível ser atingido; do contrário, daqui a dez anos, o que vai acontecer? "Puxa vida, mas que gente irresponsável" ou "como aquela gente é ruim de fazer plano". E aí a gente acaba desacreditando todo o processo, que foi tão rico. Acho que a gente não pode perder essa oportunidade também de ter um plano ousado, mas com o pé na realidade.

Enfim, sobre a questão do Cristovam, acho justamente que há uma grande convergência hoje. A tramitação na Câmara e, agora, no Senado tem apontado cada vez mais para a omissão ou a falta de participação da União em termos financeiros e técnicos. Acho que, se a gente cumprisse o preceito constitucional, ou seja, a obrigação que está colocada à União de ser o ente que faz a suplementação e a redistribuição dos recursos tanto financeiros como técnicos, a gente já teria dado um salto imenso – só de cumprir esse artigo. E é isso que a gente não tem cumprido. A gente vê que a União acaba executando políticas que não deveriam ser da sua alçada e omitindo-se em muitas áreas.

Então, acho que, de novo, é um novo equilíbrio que a gente precisa atingir. Eu acho que a União tem que participar de forma mais intensiva no financiamento da educação e fazer esse papel. Eu acho que os princípios da federalização são justamente estes: de você ter os padrões bem definidos, o monitoramento sendo feito pela União, que é a suplementação técnica. Eu acho que isso é que tem de avançar muito mais no

País. Eu acho que os princípios que você coloca, Cristovam, são exatamente esses princípios que estão por trás da intenção da Constituição Federal, que a gente precisa aprofundar no Brasil: justamente ter a União como esse grande guarda-chuva que vai zelar pela qualidade, monitorar, avaliar, colocar os padrões. E a gestão ser mais local, porque é justamente essa gestão mais local que vai possibilitar participação social, controle social e meios mais democráticos de gestão.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Priscila Cruz.

E, encerrando, com o José Marcelino.

O SR. JOSÉ MARCELINO PINTO – Bom, tentando responder ao Senador Cristovam. Vou dar um dado simples – fiz uma continha rápida aqui. Quer dizer, mais ou menos Estados e Municípios, se a gente considera a arrecadação tributária com as transferências, há 14% do PIB. Ou seja, então 10% do PIB não dão para sair desses 14%. E a União coloca só, grosso modo, 1,2% do PIB em educação, ficando com vinte e poucos. Então, assim, acho que isso mostra...

Acho que a chave é realmente, pensando numa ideia de um sistema nacional, primeiro igualar todo mundo. Acho que o CAQi tem essa ideia interessante, porque automaticamente obriga a União a colocar todo mundo no mesmo patamar. Então, você já deu um passo significativo para pensar, por exemplo, numa carreira que pode caminhar para uma carreira única, por exemplo.

Eu acho que a chave é professor. Nisso, todo mundo concorda. Você vai discutir, e o pessoal de financiamento discorda de tudo, mas eles concordam que professor faz a diferença. É que há alguns que acham que salário não faz diferença para qualidade. Eu não consigo entender isso. Se o professor faz a diferença, como é que o salário não faz diferença na escolha do professor?

Aí, a chave da carreira. Para mim, o que marca as carreiras – é um pouco do que o Senador Wellington Dias trouxe – é que, no Brasil, como não se pagam bons salários, você cria os penduricalhos de carreira. Aí você vai inventando um punhado de penduricalhos, que é tirar o professor da sala, e não dá o salário. E também não adianta dar o salário no fim da vida. Eu brigo pelo seguinte: a carreira tem que ser curta, mas o salário inicial tem que fazer diferença.

Na hora em que a pessoa vai entrar na universidade, vai prestar o vestibular, o que ela vai olhar é isto: qual o salário inicial de um jornalista? Qual o salário inicial de um professor? É isso. Por isso, acho que a chave passa por aí.

Há outra coisa de que eu tenho muito medo também. Nós precisamos de bons professores. Acho que com isso nós concordamos. Agora, como nós nos livramos dos professores que não são bons? Eu tenho muito medo dessa política de bônus, prêmio e castigo, porque eu acho que esse tipo de política vai manter o mau professor ali dentro. Percebe? Quer dizer, e aí, se eu tenho um que vai ganhar prêmio e o outro não vai, esse que não vai ganhar vai dizer: “Bom, agora é que eu não vou trabalhar.” Por isso, eu acho que a lógica tem de ser outra.

Eu me lembrei de uma experiência em Sobral, que eu visitei, acho que na época o senhor ainda era ministro – eu estava no Inep. E eu estava exatamente conhecendo experiências. E aí o Maurício, que foi secretário lá, uma figura muito interessante, contou que eles tinham um sistema de avaliação muito interessante, porque não aplicava prova, não. O aluno ia a uma sala. Eles mostravam fichas para os alunos, e os alunos liam. Assim, viam claramente se o aluno sabia ler. Só que ele contou que começou a acontecer o seguinte: mostrava-se uma ficha, o aluno lia, só que o que ele lia não era o que estava escrito naquela ficha. Por quê? Porque ele tinha decorado. Como havia um bônus associado, os professores começaram a treinar os alunos. Então, eles não estavam alfabetizando. É claro que só isso dá um debate aqui de outra reunião. Mas eu gosto mais da ideia de a gente pensar um mecanismo...

Eu acho que, se há professores ruins, na minha visão, eles não tinham que estar na rede. Por isso, o nosso nó é que, na hora em que eu faço um concurso, a metade não entra. Quer dizer, os melhores alunos que nós temos na universidade na licenciatura, infelizmente, não vão para a licenciatura; eles preferem ser caixa de banco. Por isso, eu acho que é o salário inicial; é fazer boa seleção. A seleção tem que ter prova de didática também. Não basta saber Português, não basta saber Matemática. Ele tem que saber ensinar, como já foi no passado.

Na época da antiga escola, tinha banca, só que, para eu ter uma banca e selecionar o melhor, eu preciso ter os melhores prestando. Por isso, não adianta. Quando eu pergunto para o aluno ele fala: “Zé, por menos de R$4 mil eu não vou para essa carreira”. É esse, que é o salário médio e que não é nenhuma maravilha. Vamos reconhecer isso. Então, por isso eu acho que é a chave...

E defendo uma coisa que é meio radical, mas acho que concurso devia ser por escola. Ou seja, eu quero mudar de escola, eu faço outro concurso. Ou seja, com isso, estou obrigando esse professor a se preparar sempre.

Sobre a questão do tamanho, não dá para deixar de falar. Eu acho que, no Brasil, é complicada a

questão do tamanho. Por quê? Pelas escolas rurais. Não tem jeito de eu fazer uma escola rural com 100 alunos, com 100. Para fazer uma escola rural de 30, esse aluno vai ficar uma hora dentro do transporte.

Então, quer dizer, nós temos, sim, que pensar um desenho de uma escola pequena de qualidade, que não é essa que nós temos, obviamente. Mas nós temos de pensar esse desenho, eu acho.

Da gestão, eu queria falar um pouquinho também. Acho que a grande chave da gestão é que os principais beneficiários de uma boa escola, que seriam o aluno e o pai, eles não têm poder nenhum na nossa escola atualmente. Nós precisamos fortalecer o usuário da escola. Acho que essa é experiência diferente lá fora. Você vai aos Estados Unidos, o pai opina na hora da seleção de professores, opina através de um conselho. Quer dizer, eu acho que nós precisamos fortalecer esse lado. O nosso usuário da escola pública é muito fraco; precisamos criar mecanismos que o fortaleçam.

E, por último, dinheiro. Pegando a fala do Senador Inácio Arruda, é muito interessante a questão do estudo do Ipea. Valeria a pena recuperar o estudo que foi coordenado pelo Jorge Abrahão, que, infelizmente, não está mais no Ipea. Ele mostra que a cada 1% que se abaixa na Selic, ganha-se 0,6% do PIB de folga no Orçamento público. Ou seja – é claro que não é fácil –, o Governo conseguiu baixar a Selic, mas a educação não ganhou nada. Quer dizer, se eu conseguir baixar 8% da Selic, eu chego aos 10% do PIB sem mexer na carga tributária. É fácil? Não é fácil, mas é possível.

Essa é a mensagem que fica.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Professor José Marcelino.

Encerrando ...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) –Senador, vai ser realmente curto, porque eu tenho que estar às duas horas em ponto no plenário – senão, não falo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – E nós tínhamos que estar a uma e meia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) –Mas o Sergei fez um questionamento – e Sergei, tenho muito orgulho de dizer, foi meu aluno, não só aluno, orientando. Então, não posso deixar de responder a uma pergunta dele.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A pergunta é, a curto prazo, a longo prazo, como fazer isso?

A minha proposta, Sergei – que gostaria de debater mais com você –é de que podemos fazer a revolução por cidades, não no Brasil. E, ao longo do tempo, implantar isso nas cidades.

Agora, tem uma premissa em tudo que coloco. A premissa de que o atual sistema não pode dar o salto. Ele é incapaz de dar o salto, ele está carcomido. Nós precisamos criar um novo sistema que vai substituindo o atual. Enquanto a gente não substitui, melhora o atual; continua essa melhorazinha nas cidades onde não foi implantado.

Eu fiz questão de falar pelo seguinte: se vocês olharem, aqui, os dois primeiros países no Pisa não são países; são duas cidades – Xangai e Hong Kong. Ou seja, a gente podia começar a fazer isso – Curitiba já é grande – por cidades de porte médio. Essa seria a ideia de a gente fazer a federalização.

E, Marcelino, você deu agora a ideia mais clara do atraso na educação brasileira. Quando alguém decora antes de ler... Há 2.500 anos, o Homero era decorado, a *Ilíada* foi decorada; não havia praticamente o uso da escrita. Nós estamos 2.500 atrás, ao fazer as pessoas decorarem em vez de lerem. É triste.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Esta Comissão tem como meta o PNE, e, na verdade, acho que, se pudéssemos resumir, o que queremos trazer de volta é a educação pública de qualidade para todos. Nós não queremos cotas, nós não queremos metas para atingirmos índices. Como dizem na Medicina, nós queremos curar a febre; não queremos quebrar o termômetro.

Agora, convido para o lançamento ainda hoje do livro *Ética e Política*, de autoria do Senador Roberto Saturnino Braga, no período de 1974 a 1982, a realizar-se no dia de hoje, às 18 horas, na Biblioteca do Senado Federal.

Também convido para, amanhã, uma audiência pública importantíssima, sobre os problemas enfrentados pela Universidade Gama Filho e pelo Centro Universitário da Cidade, mantidos pela empresa Galileo Educacional. Amanhã, nesta Comissão, às 10 horas.

Por último, um requerimento para ausentar-me desta Casa no próximo dia 14, que colocarei em votação.

EXTRAPAUTA

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Nº 63, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para

ausentar-me desta Casa, no próximo dia 14 de outubro, quando participarei, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na sede da Editora Abril, da 16ª edição do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, a ser realizado na Praça Júlio Prestes em São Paulo – SP.

Coloco o requerimento em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço a presença de todos.

Muito obrigado por esta rica audiência pública.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 46 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE OUTUBRO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e três minutos do dia nove de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg, Benedito de Lira, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Osvaldo Sobrinho, Lindbergh Farias, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e João Vicente Claudino, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro, Gim e Ana Amélia, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 54/2013-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Ana Amélia, destinado a debater "**Os problemas enfrentados pela Universidade Gama Filho e pelo Centro Universitário da Cidade, mantidos pela empresa Galileo Educacional**". Como expositores, comparecem à Audiência Pública a **Senhora Letícia Portugal, Presidente do Diretório Central dos Estudantes do Centro Universitário da Cidade – UniverCidade; Senhora Julliene Salviano, Representante dos Estudantes da Universidade Gama Filho; Senhor Carlos Alberto Peregrino da Silva, Representante da Sociedade Universitária Gama Filho; Senhor Alex Porto, Presidente do Grupo Galileo Educacional e Senhora Marta Wendel Abramo, Diretora de Supervisão da Educação Superior da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação – SERES/MEC**. Prosseguindo, a presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Deputado Federal Glauber (PSB/RJ); Senhora Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ), Presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados; Senhor Deputado Federal Alessandro Molon (PT/RJ); Senhor Deputado Estadual Robson Leite (PT/RJ), Relator da CPI das Universidades Privadas da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; Senhor Roberto Roland Júnior, Advogado da Sociedade Universitária Gama Filho e Senhora Nara Teixeira de Souza, Coordenadora da Secretaria de Políticas Institucionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE. Finda a apresentação dos expositores, a presidência concede a palavra ao Senhor Deputado Estadual Robson Leite (PT/RJ), Relator da CPI das Universidades Privadas da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, para esclarecimentos adicionais sobre o tema. Logo após, a palavra é franqueada aos parlamentares presentes na Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Cristovam Buarque, um dos autores do Requerimento; os Senhores Senadores Lindbergh Farias, Inácio Arruda, Ana Rita e Cyro Miranda; e os Senhores Deputados Federais Jandira Feghali, Glauber e Alessandro Molon. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Senador Cyro Miranda, requer, excepcionalmente, em razão do prazo exíguo para aprovação de viagem para missão parlamentar, a inclusão extra-pauta de Requerimento, uma vez que o Regimento Interno do Senado Federal não prevê a deliberação de proposições em Audiência Pública. A inclusão extra-pauta do Requerimento é aprovada. Prosseguindo, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 1: Requerimento nº 64, de 2013**, de autoria do Senador Cyro Miranda, de caráter não terminativo, que requer "... nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me desta Casa, no próximo dia 18 de outubro, quando participarei da mesa de abertura na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, no III

Simpósio Internacional da Associação Brasileira de Psicopedagogia – ABPp, sob o tema 'Psicopedagogia: Caminhos para Aprender e Ensinar' a ser realizado no teatro da UNIP, Campos Paraíso-Vergueiro em São Paulo – SP. O Requerimento é aprovado. Logo após, a presidência agradece a presença de todos e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CYRO MIRANDA**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 54, de 2013, de autoria dos Srs. Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Ana Amélia para a realização de audiência pública destinada a debater os problemas enfrentados pela Universidade Gama Filho e pelo Centro Universitário da Cidade, mantidos pela empresa Galileo Educacional.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Gostaria também de agradecer e comunicar a presença do Deputado Robson Leite, Deputado Estadual que foi relator na CPI na Câmara do Rio de Janeiro, que acho terá uma contribuição muito boa para nos dar.

Senhores convidados, sejam todos bem-vindos!

Cumprimento a Srª Marta Wendel Abramo, Diretora de Supervisão da Educação Superior da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação. Letícia Portugal, seja bem-vinda, Presidente do Diretório Central dos Estudantes do Centro Universitário da Cidade (UniverCidade); Sr. Carlos Alberto Peregrino da Silva, representante da Sociedade Universitária Gama Filho e Srª Julliene Salviano, representante dos Estudantes da Universidade Gama Filho.

O representante da empresa Galileo Educacional foi convidado e não tivemos nenhuma resposta, nenhuma manifestação sobre se ele viria ou não. Portanto, cumprimos o nosso papel.

Antes, eu pediria ao Plenário, Srªs e Srs. Senadores, para lerem a solicitação de reconsideração de despacho.

Ao Sr. Presidente.

Cumprimentando-o cordialmente, comunico a V. Exª que, por deliberação unânime dos membros desta Comissão, em reunião realizada na data de hoje foi decidido o encaminhamento da solicitação a V. Exª no sentido de reconsiderar os termos do despacho de distribuição do proferido na Mensagem do Senado Federal 89, de 2013, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Fernando Azevedo e Silva para exercer o cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica à Comissão de Assuntos Econômicos.

A presente solicitação visa garantir o estrito cumprimento do Regimento Interno do Senado Federal para que a sabatina seja realizada por este Colegiado, uma vez que estão afetas à Comissão de Educação, Cultura e Esporte as prerrogativas para tratar de todos os assuntos referentes ao tema em questão.

Um exemplo inequívoco de que o tema é prerrogativa desse colegiado é de que a fiscalização da atuação da Autoridade Pública Olímpica é competência desta Comissão, que, no momento, analisa o Ofício 42, de 2013, que trata do relatório das atividades das Autoridades Públicas Olímpicas referentes ao primeiro semestre de 2013.

Agradecendo a providência que V. Exª determinar a respeito, aproveito para renovar meus protestos de mais alta estima e distinta consideração.

Submeto à apreciação de V. Sªs a votação desse requerimento.

Senador Paulo Paim, é que foi direcionado para a Comissão de Assuntos Econômicos a apreciação do nome do Sr. Fernando de Azevedo Silva para exercer o cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica. Ora, isso não tem nada a ver com aquela Comissão e tudo a ver com esta Comissão, e o relatório, que é um relatório econômico, veio para a nossa Comissão quanto talvez tivesse que ser o inverso ou também passar por aqui. Se V. Exª estiver de acordo, nós encaminharemos ao Presidente da Casa. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos começar a nossa audiência pública da nossa direita para a esquerda.

Convido, então, a Srª Letícia Portugal, Presidente do Diretório Central dos Estudantes do Centro Universitário da Cidade (UniverCidade). Com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Cyro Miranda, permita-me, antes de a Letícia e nossos convidados usarem a palavra, justificar a vocês, inclusive, que, nesta Comissão, em que os Senadores são muito presentes, eles não estão aqui porque uma delegação daqueles que assinaram o requerimento da Comissão está no exterior, e, hoje, a partir das 10h15, na Câmara, temos a homenagem aos Constituintes. Eu, inclusive, fui um Constituinte. Então, quase todos estão deslocados para lá e por isso nós talvez não tenhamos aqui o quórum de que gostaríamos pela importância do tema.

Mas, mesmo que eu tenha que ir lá, irei rapidamente, recebo a homenagem e volto aqui para ficar sob a sua Presidência e ouvir todos os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço V. Exª , que é um dos requerentes e uma das pessoas que mais se importou com esse assunto, mas entendo também que não poderá deixar de receber essa homenagem como Constituinte que foi.

A SRª LETÍCIA PORTUGAL – Srªs e Srs. Senadores aqui presentes, bom dia!

Sou Letícia Portugal, Presidente do Diretório Central dos Estudantes do Centro Universitário da Cidade (UniverCidade). Também sou acadêmica do Curso de Relações Internacionais.

Começo o meu discurso, evocando um artigo da Constituição, que, a propósito, fez 25 anos na semana que passou.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Senhores, o que irei expor aqui agora demonstra o total descumprimento e desrespeito a essa Constituição. Ao final de 2011, o grupo Galileo Educacional assumiu a mantença do Centro Universitário da Cidade com um projeto de transformar a instituição em uma das melhores e maiores do País.

Segundo palavras do Sr. Márcio André Mendes Costa, na época acionista majoritário do grupo, o objetivo era construir um grupo de universidades de alto padrão no Rio de Janeiro, capaz de atrair não só alunos do Estado, mas do País e da América Latina.

A chegada do Grupo Galileo Educacional foi inesperada e deveras obscura. Nunca houve por parte do grupo quaisquer iniciativas a fim de se fazer conhecer pela comunidade acadêmica.

A partir de sua entrada, inicia-se uma sequência de irregularidades e desumanidades contra professores, alunos e funcionários. Os pagamentos salariais não eram realizados nas datas informadas pela mantenedora e, em dezembro de 2011, professores e funcionários ainda estavam sem receber os salários de novembro e o décimo terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Letícia, peço permissão a V. Sª para fazer o convite ao Sr. Alex Porto, que é o Presidente da empresa Galileo Educacional. Não tínhamos recebido – acho que houve um extravio – a correspondência que V. Sª nos enviou, não chegou, provavelmente por greve dos Correios ou qualquer coisa assim, mas seja muito bem-vindo!

Obrigado, Letícia.

A SRª LETÍCIA PORTUGAL – Disponha.

Eu vou começar o parágrafo que eu não terminei para que o Sr. Alex Porto consiga ouvir também.

A chegada da Galileo Educacional foi inesperada e deveras obscura. Nunca houve por parte do grupo quaisquer iniciativas a fim de se fazer conhecer pela comunidade acadêmica.

A partir de sua entrada, inicia-se uma sequência de irregularidades e desumanidades contra professores, alunos e funcionários. Os pagamentos salariais não eram realizados nas datas informadas pela mantenedora e, em dezembro de 2011, professores e funcionários ainda estavam sem receber os salários de novembro e o seu décimo terceiro.

Ainda em dezembro, ocorreu uma demissão em massa do corpo docente. O Campus Bonsucesso foi fechado sem nenhum comunicado prévio, fazendo com que alunos fossem literalmente jogados para o *campus* de Gonçalves Dias no centro do Rio.

Lembro aqui a distância entre os dois pontos, Centro e Bonsucesso, fazendo com que os alunos perdessem horas e perdessem os seus trabalhos para conseguir chegar à faculdade.

O ano de 2012 iniciou-se tristemente. Cansados da situação ultrajante que estavam vivenciando, o corpo docente organizou uma paralisação de suas atividades e, no dia 14 de março, foi deflagrada a primeira greve da história da instituição, fazendo com que o período fosse marcado por diversas manifestações na sede do grupo, na Rua 7 de setembro, 66, Centro do Rio.

Aqui, senhores, há algumas matérias sobre os ocorridos na época da entrada do grupo Galileo. Aqui foram as primeiras manifestações que nós fizemos na sede do grupo, quando a gente teve a primeira greve.

Essa aqui era a situação da nossa faculdade. Vou voltar um pouquinho porque vou falar mais um pouco disso à frente.

Apesar das diversas manifestações realizadas pelo movimento estudantil da Universidade em protesto às irregularidades da mantenedora, o grupo Galileo não se pronunciava à comunidade acadêmica. Dessa forma, deliberamos em assembleia ocupar a sede do grupo até que fôssemos recebidos. Após exaustivas tentativas, somente às 23h, quando nos dispusemos a dormir no local, a reitoria, na figura do Sr. Wanderley Cantieri, decidiu atender aos apelos dos ocupantes e, às 2h30, a reunião terminou, com diversas promessas feitas por ele.

Durante a greve, o Sr. Márcio André Mendes Costa viajava por Paris, parecendo pouco interessado na grave situação em que se encontrava a universidade.

Em contrapartida, nenhuma das promessas feita por Wanderley Cantieri na reunião com os estudantes foi cumprida. O grupo perdia, assim, toda a sua credibilidade com os estudantes na instituição. Desacreditados das promessas da mantenedora, o corpo discente organizou uma nova manifestação na sede, em 17 de maio.

Durante o ato, os estudantes solicitaram uma reunião com o novo reitor, Sr. Fernando Braga. Com a recusa em nos atender, foi realizada no local uma assembleia, deliberando um acampamento em frente ao prédio sede, até que uma solução fosse apresentada.

Sabíamos da radicalidade de nossa decisão, porém estávamos lutando por um futuro, por um respeito e por uma educação de qualidade.

Embora sem aulas há mais de um mês, os alunos continuaram pagando religiosamente todas as suas mensalidades. Contraditoriamente, a situação piorou ainda mais. Professores e funcionários não recebiam. A limpeza, segurança e manutenção das unidades eram precárias ou não existiam. Frequentemente, os alunos utilizavam folhas de caderno para fazer as provas, uma vez que havia carência de material, bem como papel higiênico ou sabonete nos banheiros.

Alunos cadeirantes eram colocados em situações vexatórias, sendo carregados por colegas de turma até as salas de aula, já que os elevadores frequentemente estão quebrados na instituição.

Então, essa aqui é a situação, no ano passado, da nossa instituição.

Essa foto aqui, gente, foi um ventilador de teto que caiu na sala de aula, no meio da aula, que quase atingiu um colega de classe.

Aqui mais algumas manifestações.

Aqui foi a ocupação da reitoria, no intuito de que nos recebessem.

Esse é o nosso acampamento. Ficamos cinco dias acampados na porta da instituição até que o grupo Galileo resolvesse nos receber e dar uma resposta definitiva aos nossos problemas. Nós saímos de lá porque se a gente estivesse esperando uma resposta, estaríamos lá até hoje.

Mais uma vez, a mantenedora não se pronunciava. Cansados de ser ignorados, foi formado o Diretório Central dos Estudantes da Universidade, com o objetivo de lutar e defender os interesses de todo o corpo discente.

Aqui lembramos que o movimento estudantil sempre foi coibido na universidade, pois para ela os alunos não deveriam ter voz ou qualquer outro tipo de representação. Assim, pela primeira vez na história de nossa instituição, nós conquistamos o nosso espaço.

Essa é a foto do primeiro diretório formado, que, infelizmente, se desfez depois que algumas turmas foram fechadas na universidade.

No dia 26 de junho de 2012, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de apurar as irregularidades cometidas principalmente nas instituições de ensino mantidas pelo grupo Galileo Educacional. Tal CPI mobilizou grande parte das universidades do Rio de Janeiro, presente integralmente às audiências, ao contrário do ex-Presidente do grupo Galileo, Márcio André, que foi convocado diversas vezes a depor e não compareceu, sendo considerado foragido.

Como reflexo da má situação da universidade, o Campus Metrô Carioca foi fechado devido à ordem de despejo ocasionada pelos atrasos no pagamento dos aluguéis ao Metrô Rio. Os Campus Freguesia, Praça 11, Méier e Campo Grande também foram fechados no início deste ano, sobrevivendo hoje apenas três unidades, para onde os alunos foram transferidos compulsoriamente, sem estrutura e materiais adequados às suas atividades.

Essa aqui é a foto da unidade Metrô Carioca, fechada no meio da aula por uma ordem de despejo. Os alunos estavam fazendo prova no momento em que a Justiça esteve lá para tirar todo mundo. As provas foram canceladas e esse era o único aviso que havia lá. As aulas foram transferidas para a Universidade Gama Filho ou para outra unidade da universidade. As informações que a universidade nos passava eram assim, em papel, mal-escritas, com erros de português, inclusive.

Depois de diversas mudanças na sua Presidência, a Galileo modificou mais uma vez o seu comando. O grupo passou a ter o Rev. Dr. Adenor Gonçalves como acionista majoritário. Pastor da Igreja Batista, empresário nas áreas de comunicação, petróleo, construção civil, agronegócio e também no ramo hospitalar. Com isso, a mantenedora passou a ter um novo Presidente, Alex Porto, aqui presente, advogado e dono da Porto

Farias e Advogados Associados. Tais alternâncias no Grupo, no entanto, em nada contribuíram para uma solução efetiva dos problemas enfrentados.

O Sr. Alex Porto, inclusive, assumiu, em uma das audiências na CPI, em fevereiro deste ano, a única a que compareceu, uma dívida de R$900 milhões das duas instituições.

No entanto, no dia 1º de março de 2013, o referido senhor enviou um *e-mail* ao corpo docente desculpando-se pelos atrasos salariais e atribuindo às ações do movimento estudantil a responsabilidade pelos estorvos ocorridos em sua capacitação de recursos. O movimento estudantil estava manchando a imagem da instituição pelas manifestações que fazia.

Tal comunicado enfureceu a comunidade acadêmica, bem como evidenciou os subterfúgios utilizados pela mantenedora.

(Soa a campainha.)

A SRª LETÍCIA PORTUGAL – Dessa forma, pudemos comprovar a incompetência administrativa do grupo, além da clara falta de diligência em investir na educação superior privada.

Logo em seguida, uma segunda greve paralisou nossas atividades. Dessa vez, alunos também deram início a uma greve estudantil, objetivando o congelamento do calendário acadêmico e o pronunciamento do Ministério da Educação, com quem essa mantenedora assumiu diversos compromissos e desonrou.

Por conta dos percalços causados pela falta de compromisso do grupo Galileo, o transcorrer dos anos de 2012 e 2013 foi demasiadamente conturbado com pouco ou nenhum esclarecimento por parte da mantenedora, sem reposição das aulas perdidas, quebra de compromissos e contratos firmados.

Há muita foto de manifestação por conta das diversas que nós fizemos ao longo desses dois anos. Aqui encerra.

Senhores, vivenciamos três greves em menos de dois anos de gestão do grupo Galileo Educacional. Vemos dia a dia nossa instituição perder a sua qualidade, seus professores, seus alunos e seus funcionários. Estamos no pior momento da história da nossa instituição. Se ontem o projeto era tornar a universidade uma faculdade padrão na América Latina, hoje, com pouco mais de quatro mil alunos, esse sonho está longe de ser alcançado.

Espero que, dada a importância da situação, nada fique subjacente. Precisamos, nesse momento, de algo pragmático para que não se coloque e se comprove que a educação brasileira se encontra em derrocada. Não há, a nosso ver, outra saída senão a intervenção do Ministério da Educação.

Senhores, não contamos aqui somente com a retórica de vocês. A resposta a essa causa não pode ser outra senão favorável aos estudantes e ao Brasil. Não posso e não quero, de forma alguma, prestar condolências aos meus colegas de faculdade ou receber os pêsames de meus familiares por uma derrota.

Este, para nós, é quase o momento derradeiro de uma súplica de estudantes sedentos por conhecimento. Somos jovens e obstinados. Também temos vontade de vencer, mas, para isso, contamos com a boa vontade e sapiência de todos os senhores.

Obrigada. (*Palmas.*)

Peço desculpas por ter excedido o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não por isso. Muito obrigado, Srª Letícia Portugal.

Com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, fui muito tocado, sobretudo, pela última frase, de que não se quer retórica. Por isso é importante a gente saber o que eles querem e o que pode ser oferecido. Estamos aqui para intermediar, para encontrar uma saída. Então, era bom saber o que vocês estão querendo, não sei se agora, se é depois. Inclusive, antes dizia: queremos o MEC. Queremos o MEC para quê?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Acho que na sequência vamos ter, acho que o que eles querem é fácil, eles querem a continuidade. Na sequência, vamos ter...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas o que falta para a continuidade?

A SRª LETÍCIA PORTUGAL – Falta um posicionamento mais efetivo do MEC.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas aí é retórica, você foi contra.

A SRª LETÍCIA PORTUGAL – Sim, na verdade, a resposta que eles nos dão, que o MEC nos deu até hoje, é que o MEC não tem mecanismos para intervir efetivamente na instituição. Porém, nós acreditamos que, se o MEC tem mecanismos para conceder a mantença, ele deve conseguir...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com licença, deixe-me ordenar um pouquinho.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perdoe-me, porque vai chegar a vez do MEC. Então, eles estão colocando a situação atual, como se encontra. Acredito que, na sequência, nós vamos... Inclusive, temos aqui a presença do nobre

Deputado Robson Leite, que foi o Relator da CPI na Câmara do Rio de Janeiro. Então, vai subsidiar bastante.

Com a vênia do meu querido amigo, passo a palavra a Julliene Salviano.

A SRª JULLIENE SALVIANO – Obrigada.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, servidores e servidoras desta Casa, aqueles que acompanham pela TV e Rádio Senado, sou Julliene Salviano, acadêmica de Direito da Universidade Gama Filho.

O momento, senhores, é tão importante que a idiossincrasia deve ser a mesma em todos os presentes. Quero que a minha fala, principalmente para o MEC, soe e ressoe de forma heurística, para que possamos sair daqui com um brado uníssono de vitória para todos. Não estou aqui para atabalhoar.

Começo contando-lhes, em breves palavras, um pedacinho da história dessa instituição.

Em 1939, Luiz Felipe Maigre de Oliveira Ferreira da Gama, o augusto Ministro Luiz Gama Filho, criou o Ginásio Piedade. Já à época, o objetivo era transformar a instituição em universidade. Em 1972, a Gama Filho recebe o título de universidade e passa a ser a primeira instituição a oferecer curso superior no subúrbio carioca. Tornou-se a maior universidade de Medicina no País. Formando anualmente cerca de três mil profissionais em seus cursos de graduação, é considerada uma das mais importantes instituições de ensino superior do Rio de Janeiro e do Brasil. Atualmente, mantém somente dois *campi*: um localizado no bairro da Piedade e outro na região central da cidade, com aproximadamente 18 mil alunos, o que já é reflexo de sua decadência, pois existira também o Campus Downtown, que teve suas atividades encerradas no ano passado, além de outros *campi* que já existiram e outros que deveriam existir, como o Campus Engenhão, que nunca foi inaugurado.

Vou ler o que retirei do site dessa instituição. Constitui-se missão da Universidade Gama Filho: "Educar com excelência e produzir conhecimento, formando profissionais competentes e comprometidos com valores éticos e a construção de uma sociedade justa e democrática." Constitui-se visão da Universidade Gama Filho: "Ser uma instituição reconhecida regional, nacional e internacionalmente pela formação de profissionais competentes, em sintonia com as necessidades da sociedade, e pela produção de conhecimento."

Esses, senhores, indubitavelmente, foram os desejos do Exmo Sr. Ministro Gama Filho, e gostaríamos que assim continuasse, em sua homenagem, pois esse nome deve permanecer incólume. Isso se fez até cerca de uns dez ou quinze anos atrás. Essas palavras tiveram eco por longos anos, até que começou a lamentável decadência dessa instituição.

Não é como muitos imaginam. Esta crise pela qual passa a universidade não começou com a Galileo Educacional assumindo a mantença, começou sob a administração da Sociedade Universitária Gama Filho.

Para balizar o que vos falo, em 2010, o MEC supervisionou a instituição e instituiu a medida cautelar de redução de vagas no curso de Medicina. Ainda nessa gestão, ocorreram várias demissões e, segundo alguns funcionários, o FGTS não era depositado há cerca de dez anos, dentre outras irregularidades que caberia ao Governo fiscalizar e tomar providência.

Em contrapartida, essa decadência agravou-se quando a empresa Galileo Educacional assumiu a mantença da instituição em 2011. Suas primeiras atitudes, após assumir a instituição, foram: aumentar abusivamente a mensalidade sem aviso prévio e sem justificativa; mudar o calendário acadêmico, atrasando os alunos e diminuindo a carga horária; demissão de vários funcionários, cerca de mil profissionais; cancelamento das bolsas de estudo; suspensão das aulas práticas no curso de Medicina em quase todas as matérias; mudança de reitor, ocorrida ao menos quatro vezes em menos de três anos de gestão. O *campus* ficou sem segurança por falta de pagamento à empresa que prestava o serviço e ocorreram, dentro deste e nos arredores, diversos assaltos; a limpeza tornou-se precária por falta do pagamento dos funcionários que prestavam serviço e por não haver material disponível, isso também porque o reitor não possui autonomia sequer para comprar papel.

Continuando, senhores, no início deste ano, com os salários atrasados há quase três meses, os profissionais declararam greve. Essa greve perdurou por mais de um mês. Para nós, não houve férias, nos mobilizamos e nos reunimos em diversas assembleias para decidir o que faríamos diante de tal situação.

Com a ajuda do Cremerj e da Fenam, cerca de 70 estudantes, divididos em dois ônibus, partiram do bairro da Piedade rumo a Brasília. Foram quase 20 horas de viagem. Ao chegar ao gramado do Congresso Nacional, recebemos a notícia de que o Ministro da Educação, o Sr. Aloizio Mercadante, estaria embarcando para o Ceará, a pedido da Presidenta Dilma Rousseff, e por isso não poderia nos receber.

Após essa notícia, nos dividimos em grupo e fomos buscar apoio dos Parlamentares. À tarde, a pedido do Deputado Federal Anthony Garotinho, representantes do MEC – dentre eles, o Sr. Jorge Messias e o Sr. Pedro Leitão, que se encontra aqui presente – receberam, após certa insistência, todos os 70 estudantes, que tiveram a oportunidade de expressar o sofrimento em que vivíamos. A maior parte dos estudantes retornou no mesmo dia para o Rio de Janeiro,

porém, um grupo permaneceu para, no dia seguinte, ir à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Na semana seguinte, esse mesmo grupo retornou a Brasília, pois o Ministro estaria na Comissão de Educação da Câmara. Só conseguimos conversar com ele por alguns minutos, no corredor das Comissões, após o término da reunião, em que ele disse estar acompanhando o problema da universidade e que a solução, naquele momento, seria a saída da Galileo da mantença.

Na metade deste ano, como ato de desespero, por não obter solução, os estudantes ocuparam a reitoria por quase 80 dias. Em dado momento, o Sr. Pedro Leitão esteve, como representante do MEC, reunido na reitoria com cerca de 50 estudantes, quando ele nos apresentou a grande solução que o MEC tem para o problema: o descredenciamento da instituição.

Isso, senhoras e senhores, em um tempo em que se debate o Programa Mais Médicos, em que o Governo Federal quer trazer médicos estrangeiros, alegando que, no País, não há profissionais suficientes. Parece uma atitude paradoxal. Fechar a maior universidade de Medicina do País e os estudantes serem transferidos para outras instituições só seria uma solução temporária. Quem nos garante que essas coisas não irão ocorrer na instituição que nos receber? Pois do jeito que está a educação Brasil afora, ainda se tem o grande problema de se encontrar vagas para os estudantes de Medicina. E mais, como ficariam os professores e funcionários que trabalharam por dez, vinte, trinta anos de suas vidas nessa instituição.

Nas semanas que passaram, a Galileo resolveu pagar os salários dos professores e dos funcionários. Para nós, foi muita coincidência; antes não tinha dinheiro para nada, só promessa. Numa audiência marcada, os estudantes decidem vir novamente a Brasília e, como num passe de mágica, o dinheiro surge e eles pagam os salários. Isso, Srªs e Srs. Senadores, tem sido prática desse grupo. Será a tentativa de desmobilizar e descredibilizar o movimento?

O tempo está passando, a situação de todos naquelas universidades é periclitante. Isso me causa estranheza, pois todas as vezes que há algo marcado e um grupo mobilizado, principalmente aqui em Brasília, eles usam de subterfúgios.

Quero ressaltar que, se fosse só questão de pagamento, ainda haveria outras irregularidades, como décimo terceiro, férias, FGTS. Também não há cenário prático para os estudantes da área médica, pois há irregularidade com os convênios que impede a normalização e outros e outros e outros problemas que agravam a situação.

Esse terrorismo tem que acabar. Não podemos ficar nesse impasse. Tudo tem que se normalizar. Temos que ter a certeza de que esse tipo de situação não irá mais ocorrer, para que, de uma vez por todas, possamos estudar com tranquilidade. Ou vocês acham que alguém, no meio de toda essa confusão, conseguiu estudar e aprender alguma coisa?

Se não bastasse tudo isso, eles ainda ameaçaram de instaurar inquérito administrativo contra aqueles que estivessem no movimento da reitoria, punindo inclusive com a exclusão. O MEC se pronunciou e disse que isso não iria ocorrer, mas insistiram com esse terrorismo e instauraram o inquérito administrativo.

A Galileo já mostrou o quanto é incompetente e irresponsável. Foram 12 compromissos firmados e descumpridos por eles. Queremos que a Galileo saia da Gama Filho e da UniverCidade. Ela já provou que não tem compromisso algum com a educação deste País. Estamos aqui tratando do futuro de profissionais brasileiros.

Senador Cristovam Buarque, que já foi Ministro da Educação, para mim, é inadmissível que o órgão máximo de educação do País diga que não pode fazer nada além de descredenciar a instituição, ou melhor, as instituições, pois, como a Letícia bem colocou aqui, o Centro Universitário da Cidade encontra-se nas mesmas condições. O MEC insiste em dizer que não há legislação que o permita intervir nas universidades. Então, por favor, compete aos senhores legislar nesse sentido.

Corroborando o que a Letícia Portugal citou, o art. 6º da Constituição nos diz que são direitos sociais: educação, saúde, trabalho, moradia etc.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

.....
.....
..... VII – garantia de padrão de qualidade.

Não há esse padrão de qualidade nessas instituições.

Art. 46 da LDB:

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento.

O MEC parece só levar em consideração o descredenciamento, mas, se mesmo assim, o MEC não puder, quem poderá? Seria o Governo Federal na figura da Senhora Dilma Rousseff, Presidenta desta República? Se for, então que ela nos receba, e o Governo Federal intervenha, pois há respaldo para isso.

A dívida da universidade com o Governo Federal é altíssima. Segundo o próprio Ministério, seria em torno de R$600 milhões. Além disso, entra dinheiro público nessa instituição por meio do Fies e do ProUni. E me foi dito pelo último reitor, que fora destituído do cargo por apoiar o movimento estudantil, que o prédio principal do Campus Piedade teria sido doado ao Governo Federal pelo Ministro Gama Filho. Indaguei ao Ministério e ele refutou essa afirmação.

Senhores, a meu ver, há um cenário favorável à intervenção. Um governo e um país que não valoriza a educação em todos os níveis está fadado à falência. Talvez seja a ideia de alguns tornar ao Brasil colônia, onde devemos continuar importando de tudo.

O que está ocorrendo com a universidade reflete a situação, se não de todas, de quase todas as universidades do Brasil, e temo que isto seja um grande golpe.

Parafraseando Abraham Lincoln, pode-se enganar todos os estudantes parte do tempo; pode-se enganar parte dos estudantes todo o tempo; mas não se pode enganar todos os estudantes todo o tempo.

Venho convocar os senhores que libertem os sentimentos mais puros e mais nobres em favor desta causa e deste País. O que falta realmente para nós é entendermos e aplicarmos o seguinte axioma divino: "Amai-vos uns aos outros como eu vos amei." Somente assim construiremos um país justo e não mais justo, pois o termo mais justo, por si só, indica que ainda há injustiça.

Senhores, senhoras, amem o seu povo, amem o seu País.

(Soa a campainha.)

A SRª JULLIENE SALVIANO – Espero que o resultado desta reunião não seja um mau agouro para a educação.

Quero agradecer o espaço concedido e, em especial, agradecer ao Secretário desta Comissão, o Sr. Júlio Linhares, a Secretária Adjunta da Comissão, Adriana Nunes, e toda a sua equipe por ter abraçado a causa e por todo o empenho. Agradecer à Senadora Ana Amélia, que não se encontra aqui presente, que, como todos os presentes, está muito empenhada no apoio à causa. Também quero agradecer ao servidor da Alerj, Sr. Célio Pampuri, que foi quem abriu a primeira porta.

Para concluir, evoco um trecho da prece de Alziro Zarur, fundador da LBV: "Senhor, ampara o nosso Brasil, ilumina os nossos governantes, protege o nosso povo, abençoa a nossa família. O Brasil tomará o seu rumo, pois há um governo divino."

Deixo-vos um pensamento: governar e legislar é tornar o solo pátrio fértil, para que seu povo possa desenvolver-se.

Muito obrigada. Muito obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu que agradeço. Gostaria apenas de fazer um registro, se me permite, enaltecendo as pessoas do Senador Cristovam Buarque e Paulo Paim, que foram os primeiros requerentes e que tomaram essa primeira iniciativa, também posteriormente com a Senadora Ana Amélia. Só por uma questão de justiça, esse requerimento me chegou e, de imediato, foi feita a convocação. Chegou numa semana e, na semana seguinte, fizemos a convocação.

Quero registrar essa homenagem, essa preocupação do Senador Cristovam e do Senador Paulo Paim.

Muito obrigado.

A SRª JULLIENE SALVIANO – Eu só agradeci, em especial, à Senadora Ana Amélia, porque ela não pôde estar aqui hoje, por estar em uma missão no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Exatamente. Eu só estava complementando a sua fala.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Alberto Peregrino da Silva, representante da Sociedade Universitária Gama Filho, pelo tempo regimental de 15 minutos.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Bom dia. Primeiro quero agradecer a possibilidade de participar desse debate. Preparamos uma apresentação que acredito ser do interesse de todos, porque trará uma informação que talvez não tenha sido divulgada ou de conhecimento de todos aqui presentes.

Essa apresentação é dividida em duas etapas. Vou tentar ser muito sucinto nessa primeira, porque isso que vou apresentar chama-se o prospecto, que foi desenvolvido para a criação da debênture, onde fizemos as apresentações junto aos investidores, e essa apresentação conta a história da Gama Filho antes de o Sr. Márcio André assumi-la e, depois, no que ela se transformou. Essa será a segunda fase do eslaide.

De uma forma bem sucinta, essa debênture foi criada para poder exatamente capitalizar a Universidade Gama Filho. Originalmente, fui contratado pela SUGF em junho de 2009, quando desenvolvi um projeto financeiro para que pudesse exatamente buscar os recursos necessários ao mercado. E foi identificado, à época,

que, como ela era uma empresa filantrópica, não tinha muita capacidade de usar as ferramentas disponíveis no mercado. Então, optou-se por buscar investidores e buscar uma solução que pudesse exatamente permitir que a Gama Filho conseguisse se recapitalizar.

Desse trabalho, ele começa com a criação, mais à frente... O Sr. Márcio André Mendes Costa, muito requisitado, era, originalmente, o advogado também da SUGF e de muitas outras instituições. Então, ele procurou a SUGF e seus associados e propôs que traria investidores junto com ele. E eu passei a ser o responsável pelo desenvolvimento das debêntures. Então, conheço o assunto desde o início. Inclusive, tornei-me Diretor de Relações com Investidores na Galileo. Quer dizer, além de ser SUGF, eu também era diretor na Galileo, então, conheço o assunto na sua origem.

Essa debênture foi feita com os principais *players* do mercado. Vou tentar ser bem sucinto, mas vocês vão perceber que os agentes fiduciários, os principais, que são a Planner; o coordenador, que foi o Banco Mercantil; mandatário, Bradesco; auditoria, Ernest & Young, agência de *rating*, e estruturado pela Soma, empresa a qual represento, toda essa operação foi feita com o intuito de podermos exatamente alavancar os recursos necessários, partindo do pressuposto daquilo que a Letícia falou em seu início, exatamente com o objetivo de tornar a Gama Filho uma universidade de excelência, e partindo do pressuposto de uma governança dando ênfase a essas questões de serviços de auditorias, plano de contas, plano de metas, quer dizer, é tudo que uma empresa realmente dinâmica e com vontade de crescer teria à sua disposição.

A criação dessa debênture, sua estruturação, visava à captação de recursos para esse fim.

O histórico da Gama Filho acho que já é de conhecimento de todos, vou passar bem depressa, mas aqui, por exemplo, o panorama, à época da constituição da debênture, era o seguinte: a Gama Filho tinha 16.700 alunos, 27 mil em *lato sensu*, mais dois mil... Quer dizer, 45 mil alunos. Uma média, que é um número que nós temos de equivalentes e alunos docentes, na ordem de 21 alunos. Isso à época.

Esse histórico é muito interessante, mostra o que era a Gama Filho, vocês vão ver aqui nessa última coluna. A Gama Filho, de 2003 a 2010, apresentou uma curva de descendência, inclusive com o fechamento de Jacarepaguá, e, desde 2007, onde foi feito um processo de reestruturação, ela veio crescendo seu quantitativo de alunos. Reparem que ela vinha acumulando, a cada semestre, mais alunos. Então, o Márcio recebeu uma instituição que vinha numa fase crescente de recuperação e faltava apenas ajustar seu fluxo de caixa, porque, na parte educacional, estava muito bem, totalmente reorganizada. O Márcio recebe uma universidade com bastante consistência não somente acadêmica, como também, em nível de percepção de mercado, numa forma bem crescente.

O nosso tíquete médio, comparado ao mercado, era muito elevado. Tínhamos um tíquete proporcional; faturávamos, à época, 147 milhões, então, vocês vão poder perceber aqui, nesse quadro, o que chamamos de cenário atual e que seriam as metas, que chamamos metas conservadoras.

Esse cenário atual tinha aqui o corpo docente e o corpo administrativo representando 70% da arrecadação. Mesmo ela sendo ainda uma instituição na mão da SUGF, ela apresentava um resultado operacional de 25 milhões/ano. Esse resultado operacional só não era suficiente para quitar as dívidas que ela tinha, originárias de décadas atrás, porque a Gama Filho é uma instituição com quase 70 anos de história, viveu planos econômicos os mais diversos possíveis, situações, crises de todo tipo, e isso fez com que ela começasse a gerar acúmulos de débitos fiscais, esses débitos se converteram em empréstimos, e os empréstimos, com a bola de neve dos juros, tudo isso foi se desencadeando... Então, o que havia era um "apertamento" do seu fluxo de caixa, e essa geração de caixa não era suficiente e fazia com que houvesse salários atrasados. E a percepção que se tinha é que, se fosse feito um ajuste nessa relação de alunos de 21 para 25 – que o mercado, o próprio MEC tem nos disponibilizado no seu *site* que a média praticada pelo mercado é 36 alunos/professor –, a percepção é de que 25, ou através do aumento de alunos, ou através da revisão do quadro funcional, faria com que ela tivesse uma geração de caixa capaz de recompor a sua estrutura de custos e poder pagar seus débitos de curto prazo.

Para terem noção, as dívidas da Gama Filho, em cinco anos – vocês vão ver mais à frente –, sejam elas fiscais, trabalhistas, fornecedores e financeiras, somavam R$70 milhões, e estava sendo feita uma operação de 100 milhões. Quer dizer, automaticamente, feita a emissão da debênture, capitalizado o recurso, você poderia quitar todos esses débitos, teria cinco anos de folga de caixa e, paralelo a isso, teria o pagamento dos tributos que seriam alongados, porque fazíamos parte do Fies, à época.

Então, a Gama Filho, em termos de instalações... Para quem não conhece, esse aqui é o prédio principal, uma área de 57.000m^2. Temos 360 salas, 143 laboratórios, 5 auditórios, biblioteca com um estoque de livros que chega a 350 mil. Quer dizer, é uma instituição robusta, com muita qualidade de ensino. Há mais duas outras instalações de menor porte. Essa aqui foi desapropriada e essa aqui o proprietário também, sem

receber os aluguéis, entrou com uma ação de cobrança e acabou vendendo o prédio para outro grupo.

Estrutura de cursos.

Temos todos os cursos, em nível de colégio, graduação e pós-graduação. São 27 cursos ministrados. São vários cursos de mestrado, tecnologia, etc. Na apresentação, que vocês têm, podem ser vistos detalhes.

Aqui, um resumo do que seria a operação de debêntures. Nesse quadro, vocês vão entender muito bem qual é o modelo de negócio.

Essa apresentação é pública. Ela está no *site*. Foi entregue à CVM. Todo mundo teve sempre acesso a essa informação. Ela é transparente.

O modelo de negócio.

Investidores, através das debêntures. É criada a empresa SPE. A SPE que foi criada tem um prazo de duração equivalente ao prazo das debêntures. Era só uma empresa que atendia à legislação à época e que, então, captados os recursos, emprestava o dinheiro à Galileo, com os recebíveis de Medicina em garantia. A Galileo, então, faz os aportes de investimentos necessários na Gama Filho para que pague todos os seus passivos de curto prazo até cinco anos. Com isso, a SUGF transfere e recebe, mensalmente, a título de aluguel de marca e não concorrência, os valores mensais para que se possa pagar os débitos que seriam por financiamentos feitos ao longo do prazo do Fies, que chegariam a quase 15 anos. Então, essa era a estrutura da operação que justificou todo esse aporte de recursos.

As debêntures... E está aí toda uma série de informações detalhadas de como é feito, não vou perder tempo.

Agora, isto aqui é interessante: a destinação dos recursos. Quando você faz uma debênture, você coloca no corpo da debênture para que serve o dinheiro: pagamento de todo e qualquer empréstimo contraído pela Galileo para viabilizar a transação, pagamento para aquisição dos totais dos ativos de propriedade da SUGF, que compõe a instalação dos *campi* diversos, pagamento de possíveis indenizações decorridas de transferências da mantença, quer dizer, qualquer passivo, investimentos alocados para expansão e reforço de capital de giro da nova mantenedora. O dinheiro vem nesta ordem, como está afixado no corpo das debêntures, mas não foi necessariamente nessa ordem que ele foi utilizado depois.

Emissão das debêntures.

É uma debênture de R$100 milhões, prazo de 7 anos de pagamento, com uma taxa de juros de 8,5% ao ano.

Infraestrutura jurídica dela. Não precisamos.

Forma de remunerações.

Cessão.

No final, classificação de risco.

Recebemos riscos a mais. “A mais” equivale a um papel soberano. Imaginem uma universidade com a qualidade da Gama Filho dando como recebíveis, em garantia, o curso de Medicina. Para vocês terem noção, à época, quando desenvolvi o projeto, a Gama Filho tinha R$30 milhões de dívidas bancárias e 100% dos seus recebíveis em garantia. Com a operação de debêntures, levantamos R$100 milhões e comprometemos um terço da receita da Gama Filho, quer dizer, ainda tínhamos sobra de caixa de recebíveis para poder alavancar mais uma ou duas operações de captação.

Foi dado como garantia do fluxo de pagamento, única e exclusivamente, os recebíveis de Medicina, que era um terço da renda.

Por aqui vocês vão poder ver que fizemos um corte, em 2010 para trás, de tudo o que recebemos de dinheiro. O objetivo disso era mostrar aos investidores o nível de inadimplência extremamente baixo do curso de Medicina. Nesse caso, nesse histórico, basicamente, são pessoas que deixaram o curso, etc. Muito pouca inadimplência.

Aqui o que tínhamos para frente. Em 2010, o estoque de alunos que tínhamos era 2,5 mil em Medicina, que, até se formarem, gerariam uma receita de R$230 milhões. Em 2010, o que entraria, no mesmo prazo com que esses se formam e esses entram, geraria outros R$300 milhões. Tínhamos R$500 milhões, em seis anos, para garantir uma operação de R$100 milhões. Tinha folga, lastro de sobra para que se pudesse realmente tornar a Gama Filho aquilo que a Letícia e a Julliene muito falaram: uma instituição de ensino de primeira qualidade. Não faltava recurso, dinheiro e capacidade financeira, o que significa que seria só fazer seu trabalho, seu dever de casa.

Auditoria.

Todo esse processo foi feito com auditoria da Ernest & Young. É um projeto feito como tem que ser feito mesmo, um estudo complexo, com muita gente participando e diversos agentes de primeira linha.

Para finalizar, um resumo do que foi a receita vivida à época, mantendo o nível de crescimento já histórico mostrado lá atrás: pagamento de todos os seus encargos, despesas operacionais, o que a gente chama de aluguel da marca, que são os custos, os impostos que tinham que ser pagos ao longo dos anos. Pagando as debêntures, ainda teríamos um resultado, no primeiro ano, apertado e, nos anos subsequentes, um resultado constante. Era uma operação totalmente viável, matematicamente tranquila, porque isso aqui era a realidade da Gama Filho, e foi isso que o Sr. Márcio André recebeu nas mãos em dezembro de 2010.

Agora vou pedir que passem para o outro eslaide. *(Pausa.)*

O que fizemos aqui? Preparamos uma linha do tempo, que acredito que seja de interesse inclusive do Deputado Robson Leite e dos demais aqui presentes e responde em parte o que o Senador Cristovam Buarque indagou logo no começo. O senhor vai encontrar aqui as respostas das indagações.

Essa é a linha do tempo. Como já dito aqui, Galileo foi constituída em agosto de 2010 e assumo eu, como Diretor, DRI, Diretor de Relações com Investidores, com os Srs. Márcio André e Rodrigo Verducci, que representava a W Educacional, que é um grupo de educação aqui de Brasília, que era um acionista minoritário. O Dr. Roberto Roland, que também está presente, que é o advogado hoje da SUGF, também assume como Presidente, porque tanto ele quanto eu somos originariamente da SUGF na estruturação da operação das debêntures. Não estávamos ali necessariamente representando a SUGF, e sim dando sequência a todo um trabalho que desenvolvemos na estruturação das debêntures, para que fosse implementado aquilo que estava lá escrito.

Então, a Galileo... Em 24 de dezembro, é assinado. Depois de atendidas as debêntures, ela é emitida em 20 de dezembro, aí constituídas as garantias com recebíveis de Medicina. Em 24 de dezembro, a SUGF assina contrato com a Galileo e o Banco Mercantil faz um empréstimo ponte, antecipando os recursos da Galileo, da emissão de debêntures. Logo em seguida, sem que houvesse conhecimento dessas partes, de nenhum de nós, o Sr. Márcio André e o Sr. Rodrigo Verducci iniciam uma negociação com a Assespa, do Sr. Ronald Levinsohn. Aqui começa a derrocada, começam os problemas.

Fizemos o registro das debêntures em março, um pouco antes de a gente começar a fazer a operação que foi colocada em abril. Captamos os primeiros R$50 milhões, depois de um conjunto grande de negociações que fizemos aqui com diversos investidores. Foi, então, feita a primeira colocação de R$50 milhões, só que, desse dinheiro, e aí começou o problema, na hora em que entra no caixa, o Sr. Márcio André se compromete a emprestar R$22 milhões ao Sr. Levinsohn, para que pudesse pagar os débitos, as dívidas da Assespa, o que significa que, dos R$25 milhões daqui que foi antecipado, parte desse dinheiro que era para pagar os passivos da Gama Filho foi parar no bolso da Assespa.

Essa situação... Era um instrumento particular que foi feito à época, com a garantia de imóveis da Assespa. Ainda era só um empréstimo. Eu combatia essa operação, tanto que, em 2 de agosto, quando o Márcio já estava próximo de concluir a negociação, a que eu não tinha acesso, porque eu era o Diretor de Relações com Investidores, faço uma carta ao Márcio mostrando que não se devia, não podia, porque nada foi feito de auditoria. Era simplesmente tudo "achismo". Era o que diziam e era aquilo que tinha que ser. O Márcio vai lá e, independentemente disso, assina esse contrato de assunção, que tem uma coisa que vou chamar aqui, um destaque. Vou apenas chamar o tópico 7 desse contrato, que diz assim: "A Administração da Assespa será de maneira partilhada entre os associados retirantes e a Galileo." Ótimo, não tem nenhum problema. Então, a Assespa vai ser partilhada pela Galileo junto com a Assespa, quer dizer, enquanto não fosse resolvida, atendida uma série de requisitos definidos no contrato, porque ele tinha uma série de obrigações, a gestão seria compartilhada. Tudo bem, mas, em paralelo, ele assina um instrumento particular de compra e venda do imóvel com um instrumento de acordo de indenização. Aqui foi a origem do problema.

Depois, mais à frente, vocês vão ver com detalhes, mas essa operação é a seguinte. A Assespa, e vocês vão ver aqui na página seguinte, a situação de passivo dela, na época, quando foi feita essa operação – inclusive eram dados fornecidos pela Assespa e não foram auditados –, era a seguinte: a dívida total da Assespa era R$500 milhões. Ele chamava a dívida de remota em razão destes dois casos, discussões de ISS e de INSS patronal. Era filantrópica. Isso aqui está *sub judice*.

Mas isto aqui era uma certeza: R$215 milhões.

Aqui, desses R$215 milhões, R$84 milhões tinham que ser pagos à vista e assumir o compromisso de R$1 milhão por mês. Como R$84 milhões? Nós não tínhamos operação estruturada. De onde vinha esse dinheiro? Ninguém tinha esse dinheiro no caixa. O dinheiro era R$100 milhões, que eram da Gama Filho. De onde arrumar R$84 milhões à vista, que era a condição que estava no contrato? Mas Márcio não quis saber e deu sequência, até então a gente não sabia o motivo. Inclusive esse mesmo trabalho mostra todos os *campi*. Foi um trabalho que desenvolvi de informações fragmentadas, umas peguei em dezembro, outras em maio, vocês percebam aqui. Mas, mesmo elas sendo desencontradas, elas demonstram que todos os campos, quer dizer, o somatório, a operação era deficitária. Quer dizer, temos uma dívida de 500 milhões e uma operação deficitária.

Como você paga 500 milhões, se você não ganha dinheiro? Não há como pagar, isso é impossível. Quem vai pagar a conta? A Gama Filho, porque ela tinha saldo de caixa – não tínhamos como impedir, o Márcio André era o Controlador, tomou a decisão e deu segmento.

Então, mais à frente, logo em seguida, o Márcio André... Fazemos a colocação dos outros 50 milhões, e a SUGF, por força do contrato da debêntures, é obrigada assinar a transferência de mantença. Não se queria, mas não havia como impedir, senão daria *default* nas debêntures. Então, o que se faz? Assina-se, não há saída. O que aconteceu? O que acontece é que, no dia 29, até aqui não marquei, mas, no dia 28, nós assinamos, no dia 29, o dia seguinte, a Assespa também assina o termo de transferência de mantença. Então, temos a mantença da SUGF em 28 e, em 29, a SUGF assina, o Dr. Levinsohn assina, transferindo a mantença, fazendo valer aquele contrato lá de trás.

E, para surpresa de todo mundo – porque nós só fomos descobrir isso depois, depois explico em que momento, mas vou antecipar a informação –, o Sr. Márcio André, sozinho, está aqui o contrato, ele e o Dr. Levinsohn, e o Sr. Márcio André sem poderes para isso, porque sempre obrigava dois diretores; ele assina sozinho um termo aditivo e faz o seguinte: aquilo que, antes, era uma gestão compartilhada da Assespa inverte-se e passa a ser gestão compartilhada na Galileo, mediante nomeação pela Serpro do Sr. Wanderley Mardini Cantieri. Por isso que elas falavam com o Cantieri, porque a empresa passou a ser do Sr. Ronald Levinsohn. Significa: a Galileo, apesar de ter hoje uma Presidência – continuar tendo, na verdade –, eles são parte da decisão, eles não podem fazer sem conversar com o Sr. Ronald Levinsohn, porque ele é que passou a ser o gestor da Galileo – e vocês vão ver, mais adiante, informações que, realmente, são bastante esclarecedoras.

E veja, isso aqui foi assinado entre o Sr. Levinsohn e o Dr. Márcio André, totalmente contra o que está disposto nos estatutos. E, aqui, nessa mesma assinatura, obrigavam a gastar 2 milhões por mês em recebível – e veja só, tirando 2 milhões por mês; não havia recebível na Assespa, foram tirar da Gama Filho. E ainda tinha que quitar 30 milhões e, ainda, colocando o Cantieri como sendo gestor nomeado por eles.

E aí o que acontece? Eu saio da Diretoria, logo em seguida, dia 12; dia 13, no dia seguinte – então, veja, 28, 29, 12, 13 –, eu saio, sou tirado da Diretoria, e o Sr. Wanderley Cantieri, que é Levinsohn, assume Operações em Desenvolvimento. Significa: ele é o diretor que é para trazer aluno e para resolver a operação do *campus*, exatamente todas as reclamações que elas aqui fizeram, exatamente o Sr. Wanderley Cantieri, porque todo mundo só falava com ele, não havia mais com quem conversar.

A Srª Beatriz, que era advogada do escritório do Dr. Márcio, assume o Financeiro, e eu passo, saio daqui, vou para o Conselho, tentando, ainda, usar de força, para poder, eu e o Roberto, conseguir criar alguma forma de segurar, PR quê? Porque o Rodrigo Verducci, que iniciou a operação com o Levinsohn, lá atrás, com o Levinsohn, ele se desliga da empresa e, inclusive, vende a parte da W Educacional para a Galileo, e ele deixa de fazer de parte. Quer dizer, quem começou o negócio foi embora, e ficaram os problemas. E o Dr. Márcio André, Controlador, ficou.

E, logo após isso, 13 de dezembro, final de dezembro, todos bem sabem, aquela demissão em massa, quase 900 pessoas, iniciam-se as obras do Hospital da Barra – outra loucura do Márcio, que foi outro desastre – e fez a cisão com a Santa Casa. Quem conhece o tema sabe que isso foi um desastre – está aqui o Bigu, que é o Diretor do Sindicato dos Médicos, que trabalha na Santa Casa e sabe tudo o que os alunos de Medicina sofreram por perder toda aquela que seria a assistência, o dever de se fazer a formação.

Aí continua essa crise, entra em janeiro e fevereiro; vêm os ajustes das mensalidades, quer dizer, além das demissões, os ajustes das mensalidades; vêm em reflexos das demissões, as obras, cisão com a Santa Casa, crise institucional e falta de recursos. Significa: acabou o dinheiro das debêntures e passa-se a viver de empréstimos recorrentes do Banco Mercantil – não havia mais dinheiro, foram-se embora os 100 milhões e não se pagaram as dívidas todas da Gama Filho – muito pelo contrário, ficaram algumas.

E aí começa a greve, aquela dita greve, que foi mencionada e de que foram mostradas as fotos pela Letícia Portugal – ela mostra todas essas fotos. E aí o que é que acontece aqui? Então, funcionários, ampla greve noticiada, o Márcio está lá em Paris, ele coloca no Facebook, uma situação constrangedora. Aí o Márcio vai e se declara incapaz de dar continuidade ao negócio, não havia mais dinheiro, não havia onde arrumar dinheiro. Chama-me e eu volto como Diretor Financeiro, exatamente para buscar investidores. Inicia-se um trabalho de investidores.

Quando está chegando ao final de maio, o Cantieri, sabendo que eu estava fazendo, fala com o Levinsohn, e o Levinsohn procura o Márcio, fez um acordo cujo teor eu desconheço, mas sei que Márcio vai a Brasília e, no meio dessa crise, o MEC homologa a transferência da mantença. Ninguém entendeu nada. Não havia certidão negativa, não havia plano financeiro, greve, crise, tudo feito, o MEC vai lá e homologa a transferência da mantença.

Como pode? Está no regulamento: tem que haver a apresentação de CND, mas não havia, a Galileo não tinha CND, não pagava impostos, não pagava nada. Como fizeram essa transferência? Não sabemos.

Não satisfeito, o César vai, logo em seguida, me tira da Diretoria, tira o Dr. Roberto também da Diretoria e cria a nova Diretoria, mantendo o Cantieri, como estava no contrato. E a SUGF, então, vendo toda essa situação, inicia um conjunto de ações, para tentar, exatamente, ver, juridicamente, uma forma de impedir que aqueles imóveis e mais recursos outros fossem usados de maneira que não era aquela correta.

Agora, nessa fase, faço um relato em que comunico aos acionistas e credores qualificados à época, quando estava saindo, pouco antes de sair, faço um relato, dizendo a situação da Gama Filho: em maio de 2012, ela tinha 15 mil alunos, ela tinha essa receita mensal e tinha esse saldo operacional, 1,7 milhão por mês de saldo. E a situação da receita bruta da Cidade, que era de 5, tinha um prejuízo operacional de 3.300. Quer dizer, não havia mais como pagar essa conta, tendo, ainda, a Assespa 265 milhões de passivos eminentes, fora os 200 milhões em discussão. Além disso, ela tinha um patrimônio imobiliário de 497.

Aí que está o problema, isso aí: ela teria dinheiro para pagar, só que esse terreno o Sr. Levinsohn recebe em pagamento de sua indenização. Foi estimada uma indenização de 95 milhões, e ele recebeu, em pagamento de 95, um terreno de 350. Mas como é que 350 pagam 90? Não faz sentido: vende-se o terreno por 350, e ele recebe os 90, o normal em qualquer operação.

Todos estarrecidos. Mas não havia o que fazer, o Dr. Márcio André era Presidente, Diretor, era tudo. Ele, então, dá sequência à operação que ele tinha criado juntamente com o Dr. Levinsohn.

Agora, aí é que acho que vocês vão ter uma informação de bastante qualidade e vão até se surpreender: a crise institucional estava instalada, passivos sendo acumulados, salários sendo pagos com atraso, renovação de linhas de crédito, despejo do *campus* na Barra, a Barra da Tijuca, o centro da cidade... Quer dizer, situação de caos completo. E ele vai também... Eu saí como Diretor e, logo em seguida, saio também do Conselho de Administração, e entra o Dr. Ronald Levinsohn como Conselheiro. E o Dr. Ronald Levinsohn passa a ser o Conselheiro da Galileo.

Depois, houve movimentos de entradas e saídas de algumas pessoas, troca de cadeiras. Só que aqui não está este dado, vou ler para vocês um trecho do *e-mail,* porque vinha conversando como Dr. Ronald Levinsohn, tentando negociar com ele a separação das duas universidades, e ele me dá a seguinte resposta: "Você ofereceu a venda [eu no caso, passando a ele] em 20 de setembro..." Está aqui o documento, o Dr. Ronald Levinsohn me escreve, dizendo assim:

Você ofereceu à venda o meu terreno da Vargem Grande, sem meu conhecimento. Todo mundo sabe que ele não faz parte da negociação com o Márcio. [Quer dizer, foi-se embora, não é?] *Você também ofereceu à venda os imóveis da Assespa, em Ipanema, sem saber que esses não podem ser onerados sem meu consentimento, fazem parte de garantia de processos judiciais. Empresário que vende imóveis, para pagar dívidas, desculpe dizer, é depredador, não é empresário.*

Quer dizer, então, ele nunca teve intenção de se desfazer dos imóveis para pagar a dívida. Então, como é que pode uma universidade com prejuízo operacional pagar seus passivos, sem se desfazer do que ela tem de patrimônio? Quem paga a conta? A Gama Filho – e lá se vai embora o dinheiro da Gama Filho para o ralo.

Agora, surpreendam-se, olhem o que ele me escreve:

Há um comprador para o restante do salvado do incêndio provocado pelo Sr. Márcio André: o homem-bomba, o homem que morre pela causa, o Dr. Adenor. Boto a casa em ordem e só são necessárias duas pessoas, além do Cantieri. Daqui de Nova York, tenho condições de orientar todos. Quero guardar meu nome intacto.

Isso ele me dá por escrito.

Não satisfeito, a situação dramática, Márcio André, em 4 de dezembro – vou ser obrigado a ler um trecho dessa... Não vou perturbá-los muito com isso, mas vou ler esse trecho, porque, realmente, é interessantíssimo, é uma reunião de conselho, em que o motivo foi a ação promovida pela SUGF, o que significa: o Presidente do Conselho, na época, o Arthur Pinheiro. Porque, quando entra Ronald Levinsohn, entra o Adilson Florêncio, que era o Diretor da Postalis, então, estavam aqui debenturistas e estava aqui Ronald Levinsohn, porque eles retinham 75% das debêntures. Arthur Pinheiro e Milton Lira representavam os minoritários, e Arthur Pinheiro assume como Presidente.

Então, o Arthur convoca uma assembleia, em razão da ação promovida pela SUGF, apontando a possível conduta de conluio, com o intuito de esvaziamento do patrimônio da Assespa – como aqui está escrito. Então, vou ler alguns trechos para você entenderem:

Explica que a ação judicial movida pelos membros da família Gama Filho contra a companhia e outros levou à necessidade de convocar a presente reunião, para apontar possível conduta de conluio, com intuito de esvaziar o patrimônio. O Conselheiro Márcio André informa a todos que esteve à frente da companhia como acionista, controlador, presidente e até como reitor, e que o imóvel da Serpro em Vargem Grande é de propriedade da Assespa.

Informa que a operação levou em conta o quantitativo de ativo que a Assespa detinha e o quantitativo

de passivos, com análise pela Diretoria de relações de investidores.

Era eu, ele querendo dizer que eu tinha analisado. Tinha sim, tinha dito para ele não fazer, que era um péssimo negócio. E todos os ativos da Assespa só seriam transferidos para a Galileo, quando algumas obrigações fossem quitadas, quais sejam, passivos tributários, quitação de valores contratualmente previstos pelo Sr. Ronald Levinsohn – que era a remuneração dele, com exceção dos imóveis de Vargem Grande.

Informa que a operação tratava do intuito jurídico da confusão [expressão dele]*, pois a dívida com o Sr. Ronald Levinsohn, acima qualificado, poderia ser quitada com o patrimônio imobiliário da Assespa, logo seria uma forma de compensação.*

Quer dizer, ele tinha sido estimado por eles com um contrato que eu não conhecia de 95 milhões, vim a saber depois. E o imóvel, que, pelo balanço da Assespa, era por 200 milhões, era de 2010, foi pago. Quer dizer, você dá 200 milhões para pagar 95, e esse imóvel vale hoje 350, pela valorização imobiliária.

E, ainda, não satisfeito, o Sr. Ronald Levinsohn, no meio dessa confusão, dessa discussão, entra na assembleia, ele entra na reunião, anuncia que foi requerida a falência da companhia e que entrou com queixa-crime contra a companhia, pois não recebe haveres em valor de aluguel do imóvel da sede. Informa, ainda, o Sr. Márcio André o desejo de cancelar o negócio realizado entre a Assespa e a Galileo, apresentando, inclusive, o seu advogado para tomar as devidas providências. O Sr. Márcio André informa, no contrato de assunção de obrigações, a designação pelo Sr. Ronald Levinsohn, para que o Sr. Wanderley Cantieri acompanhe as atividades do cumprimento dos contratos – então, ele sabia de tudo.

Diante disso, o Dr. Arthur Pinheiro questiona com a seguinte pergunta... Questiona se houve estudo de viabilidade econômico-financeira para a aquisição da universidade, e o Sr. Márcio André responde, calmamente, diz assim... "Afirma que não houve estudo de viabilidade e que a junção das duas instituições, aproveitando o espaço físico, poderia levar a uma situação de ganho mútuo."

E o assunto se estende, e a Diretora Jurídica, a Drª Beatriz, ainda complementa, toma a palavra, afirmando estar preocupada com a falta de formalismo e que muitas questões regulatórias da Universidade Gama Filho não são decididas, independentemente de recursos financeiros. E explica que o maior problema da UniverCidade é a redução de vagas, por medidas liminares, no caso a UniverCidade com "c" do Dr. Ronald Levinsohn.

Aí, simplesmente, fica registrado na própria ata: "Fica registrado, neste momento, que o Sr. Wanderley Cantieri abandona a reunião."

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – O senhor me permite mais um tempo? Não vou tomar muito tempo.

Feito isso, o Presidente Arthur Pinheiro toma a palavra e sugere que a Diretoria Financeira contrate, imediatamente, um relatório da Baker Tilly, que vou mostrar a vocês mais à frente, de maneira bem resumida. E o Sr. Adilson, da Postalis, pede que seja feita uma análise jurídica da operação. Então, tudo isso é uma ata de assembleia que é pública e pode ser tirada dos autos.

E, nessa hora, o Conselho decide mandar demitir a Beatriz e o Cantieri, tirando eles das diretorias. E, nessa hora, o Márcio reage e diz assim:

Declara seu voto, afirmando que se sente enganado quanto aos motivos da reunião do Conselho de Administração. Afirma que todos os fatos discutidos nesta reunião seriam mais bem elucidados com a manutenção tanto do Cantieri, quanto da Beatriz. Afirma que a vontade de existência da diretoria foi unanimidade do acionista. [Quer dizer, dele. Então, a presença de Cantieri, na Diretoria, era sempre dele.]

Logo, o Conselho de Administração age em flagrante confronto aos acionistas. Afirma que não vê motivo para a exoneração e atuação do Conselho de Administração, em conflito claro com acionistas.

Então, só chamei esses tópicos, para vocês entenderem que são fatos que vinham acontecendo com a Galileo, nessa fase de crise elevada.

Passado isso, logo em seguida – dia 4 de outubro, ele tem essa discussão –, dia 15, o Márcio, até então como o Controlador da Galileo, faz uma assembleia de acionistas e tira todo mundo que foi contrário a ele. Exatamente tira o Adilson, tira o Milton, tira todos eles, só ficou o Arthur, porque ele usou como artifício para tirar que quem morasse fora do Rio de Janeiro não poderia ser conselheiro, e, no caso, a Beatriz morava em Niterói. Então, ele manteve, ele teve que ficar o Arthur – isso, no primeiro momento; depois, ele também tira o Arthur.

Mas tudo isso acontece num momento de crise extensa, e essa crise acaba resultando na entrada do Sr. Adenor Gonçalves dos Santos, dito pelo Levinsohn como homem-bomba. Então, o Sr. Adenor, como dito, promete aporte de recursos, mas, ao contrário do que preconiza, passa a fazer uso recorrente de empréstimos por empresas coligadas, com a garantia de recebíveis da UGF, porque a receita da Cidade

estava comprometida, não havia nem como pagar as suas próprias despesas. Então, começa a acumular passivos e assim por diante.

E aqui, no próprio dia 16, ele faz uma nova Diretoria. Tira aqueles que tinham sido indicados pelos debenturistas e coloca... É quando surge o Sr. Alex Porto, como Presidente, e os demais que fazem parte, continuando no cargo o Sr. Wanderley Cantieri, que continua até hoje. Quer dizer, isso caracteriza que aqueles contratos firmados com o Márcio lá atrás – e quem trouxe o Adenor foi o Levinsohn – continuam todos valendo. Então, não conhecemos quais são os acordos, mas isso tudo continua valendo.

A partir daqui, é feita uma nova eleição de Conselho. O Sr. Adenor assume o cargo; o Márcio André renuncia, alegando que era advogado do Banco Mercantil, então, havia um problema de envolvimento. E aqui começa a traçar salários e começa a haver rolagem de empréstimos, acordos não cumpridos que são aquelas TACs todas que não foram cumpridas; elevação do passivo. Aqui foi estruturada uma primeira operação de... a tão dita, falada operação de debêntures, que estaria sendo lançada, eles aprovam numa AGE uma operação que vão fazer de 400 milhões, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, etc.

Só que há um detalhe: esses 400 milhões, se vocês olharem pelo o que está escrito no corpo da debênture, isso vai dar uma prestação de 5,7 milhões por mês. Quem é que vai pagar essa conta? A Cidade não tem receita; esse dinheiro captado, 400 milhões, não é para pagar a dívida da SUGF, da Gama Filho, porque a Gama Filho não tem dívida; na SUGF, as dívidas que havia cabiam na conta das debêntures.

Então, a pergunta é: Para quem vai o uso desse dinheiro? Para pagar os passivos da Assespa. E quem é que vai pagar a prestação disso? A Gama Filho, porque é a única que tem receita, e vocês vão entender por quê.

Aqui, o MEC faz a medida cautelar, e essa, sim, chamou-nos muita atenção, porque acabou de causar a crise da instituição, porque a medida cautelar impede a entrada de alunos e faz com que a criação da transferência assistida crie um susto para os alunos. Porque, inclusive, o motivo de estarmos aqui exatamente é a insistência dos alunos em querer continuar na UniverCidade, quer dizer, eles têm amor pela UniverCidade, e nós também temos. Então, o que nós queríamos era salvar a UniverCidade.

E aí, então, o que fizemos? Entrada essa greve, entramos com um requerimento, fizemos um termo de compromisso, apresentando ao mercado toda a nossa intenção de retomar a mantença da Gama Filho, baseados naquilo que nos cabe de direito. E, juntamente com isso, dissemos o que pretendíamos – fizemos uma coisa unilateral e, depois, entramos com um requerimento no MEC agora, dia 13, pedindo, alegando exatamente a inconsistência da concessão da transferência da mantença.

Agora, vou chamar atenção, porque, nessa fase em que estamos, agora no dia 4 de outubro, foi feita uma reunião na Seres, com a presença do Sr. Jorge Messias; o Sr. Pedro Leitão; a Profª Cleonice; o Sr. Adalberto; e o Sr. Fabrício – a Drª Marta não esteve presente –, juntamente com Sr. Alex Porto, o Sr. Samuel, o Sr. Marco Antônio, o Sr. Álvaro, o Sr. Fernando.

Porque isso aqui é a própria ata dessa reunião e ela diz o seguinte... E aí vocês vão entender a colocação – vou apenas pegar aqui algumas pequenas passagens.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O senhor tem mais dois minutos.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Sim.

O Dr. Alex Porto diz que o Centro Universitário da Cidade tem apenas 27% de pagantes e que, no caso, o Sr. Samuel, Diretor Financeiro, diz que chegamos em novembro de 2012... Quer dizer, eles entraram sem fazer uma auditoria. Então, simplesmente, assumiram, e se adotou pagar as dívidas e os salários – aí você arrecada um terço, o tíquete médio...

Eu queria aqui falar... O Prof. Peixinho – essa sim, é importante – assumiu a UC em fevereiro, agora de 2013. E ele diz: "Do ponto de vista financeiro, a UC deveria ser fechada. Foram mais de 20 anos de gestão predatória. Talvez, a UC deva ser descredenciada."

E a Profª Magna, que é da UC, diz da associação:

O que queremos é a sobrevivência das duas IES, fica dito que a UC teria dificuldade. No entanto, a UC tem um lastro imobiliário. Como não se reverte em solvência? Se fala em extinção dessa IES. A pergunta é de quem é a culpa?

Isso, realmente, é uma verdade: de quem é a culpa? A culpa é daquele que quer ficar com aquele imóvel que iniciou todo esse processo predatório.

Vou pular o relatório da Baker Filho que mostra exatamente aquela questão imobiliária e vou para aquilo que é o ponto final, uma demonstração, só para vocês entenderem.

Isso é um relatório do MEC que fala o que é a média de alunos, a prática de mercado que temos e as práticas de mercado.

E aqui é o cenário de 2011, quando eu saí da Diretoria. Desculpem-me, o cenário é de 2013, de junho, quando tínhamos 9 mil alunos. Em junho de

2011, quando saí da Diretoria, tínhamos 16 mil alunos. Quer dizer, tivemos uma perda de 50%, de 5 mil alunos. Mantendo-se esses *tickets,* percebe-se que você tem uma arrecadação de R$10 milhões, contra um custo operacional, de pessoal de R$6 milhões, e que a Gama Filho ainda, mesmo combalida, ainda dá R$1,5 milhão de resultado.

E, se reaplicássemos, conseguíssemos voltar a ter a mesma quantidade de alunos que tínhamos em junho de 2012, aplicada a tarifa de hoje, vocês percebam que o faturamento geraria um saldo de R$7 milhões. E aquilo que era hoje demissão teria sido contratação. Quer dizer, bastava não ter perdido aluno que teríamos contratado mais 32 professores e mais 141 funcionários administrativos, mantendo a mesma relação histórica que se tinha.

Então, o projeto financeiro que estávamos querendo apresentar ao MEC era esse, só que nunca conseguimos conversar com o MEC. Desde que demos entrada no nosso requerimento, não há diálogo; não somos procurados.

E apenas deixo como registro, para finalizar, pelo tempo que já se excedeu: que a nossa percepção de que tudo que se viveu sirva de exemplo, essa situação drástica da Gama Filho, para os Srs. Legisladores, que, de alguma forma, impeçam que o recurso de uma mantenedora seja usado em outra, porque isso, sim, é que foi a causa de todo o problema. Porque, se o dinheiro da Gama Filho ficasse na Gama Filho, estava resolvido. O problema iria ser da Cidade, a Cidade tinha imóvel e resolvia a conta dela. Mas não, tiraram os imóveis, ficaram os passivos, ela tem prejuízo operacional. Quem pagou a conta? Os alunos da Gama Filho – eles entregam o seu dinheiro, querendo receber seu ensino; esse dinheiro foi embora, para pagar empréstimo, pagar um monte de coisa; e esse dinheiro não volta. Isso, sim, é que acarretou e é a origem.

Então, fiz essa apresentação, mas pulei uma parte, para ser mais breve. Lá está caracterizado, tudo está aqui documentado. Então, não falei de ilações; apenas de realidades e fatos documentados extraídos, exatamente, dos documentos e dos contratos, para que se possa, então, realmente, iniciar-se um debate e ver qual é a solução. A nossa proposta é pura e simples. Olha só, nós queremos isso aqui: o retorno da mantença para a Gama Filho, em que vamos fazer aporte de capital – temos investidores que vão nos apoiar –, para que possamos reestruturá-la toda.

E a UniverCidade? Ela busca, através da desmobilização, o pagamento de seus credores, salários, etc., e ela, com o próprio dinheiro, resolva-se. Mas pegar esse dinheiro aqui, pegar debêntures, porque essa aqui não tem capacidade de pagamento, e pura e simplesmente dizer: "Não, peguei 400 milhões, paguei tudo de dívidas daqui, liberei o terreno do Dr. Levinsohn". E aqui? Bom, aqui fica com a conta, porque aqui não há muito o que dever, aqui não há necessidade de dinheiro. Está agora, porque agora está combalida, perdeu muitos alunos, está com todo tipo de problema.

Então, espero que tenha sido bastante esclarecedor e agradeço a paciência de todos por ouvirem esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Carlos. Realmente, foi não só esclarecedor, como, em alguns aspectos, estarrecedor!

Informo que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e, ainda, pela internet: www.senado.gov.br/tvcanal2.

Quero também registrar e agradecer as presenças, em primeiro lugar, do nobre Deputado Federal Glauber Braga, do PSB do Rio de Janeiro; do Dr. Roberto Roland Junior, Advogado da Sociedade Universitária Gama Filho; Jorge Darze, Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro; Dr. José Luiz do Amaral, Diretor dos Médicos do Rio de Janeiro e Representante dos Professores da Medicina da Universidade Gama Filho; Dr. Manoel Peixinho, Reitor da UniverCidade; Dr. Rolf Hackbart, Assessor do Ministro da Educação; Virgínia Barros, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); Patrick Lima, Diretor da União Nacional dos Estudantes (UNE); e o Dr. Victor Drummond, Diretor-Geral da Interartis Brasil.

A todos o nosso muito obrigado pela presença.

Em seguida, passo a palavra à Diretora da Supervisão da Educação Superior, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, a Srª Marta Wendel Abramo.

A SRª MARTA WENDEL ABRAMO – Sr. Presidente, se me permite.

Eu estava conversando com o Presidente do Grupo Galileu se não seria interessante eu ceder a palavra em função dessa apresentação que foi feita pelo representante da Sociedade Gama Filho, porque, talvez, a fala dele em seguida a essa faça mais sentido antes da minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – E a senhora ficaria por último, então?

A SRª MARTA WENDEL ABRAMO – Acho que daria continuidade, porque complementaria essa linha do tempo e essa fala que foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito, sem nenhum problema.

A SRª MARTA WENDEL ABRAMO – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a palavra, então, Dr. Alex Porto.

O SR. ALEX KLYEMANN BEZERRA PORTO DE FARIAS – Exmo Sr. Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação, na pessoa de quem saúdo todos os membros desta douta Comissão e agradeço, penhoradamente, o convite, para esclarecer pontos fundamentais, para chegarmos à conclusão dos problemas havidos na Universidade Gama Filho e na UniverCidade. Saúdo todos os componentes da Mesa, senhores e senhoras, Srs. Deputados, Deputados Estaduais, Deputados Federais, demais autoridades presentes, senhores e senhoras.

Queria fazer apenas, inicialmente, um registro, Sr. Presidente. Assumi, na qualidade de Presidente da mantenedora Galileo, em 30 de outubro de 2010 – 2012, perdão –; inicio as minhas atividades laborativas, a partir de 5 de novembro de 2012. Logo, todo o quadro que foi colocado aqui de mazelas e dificuldades nós já o encontramos. Quando chegamos lá, já havia toda essa problemática que foi tão bem relatada pelos que me antecederam; toda essa dificuldade, esses conflitos societários já havia; já havia problemas nos cursos; e já havia um problema de forma generalizada. E já havia também em curso, no Estado do Rio de Janeiro, uma CPI para apurar questões do ensino superior no Estado do Rio de Janeiro, da qual, inclusive, eu participei e na qual prestei o meu depoimento – honrosamente, prestei o meu depoimento.

Quando chegamos, em novembro, para examinar o contexto da mantença da Galileo, chegava lá com a experiência de 26 anos de militância na advocacia empresarial. E o objetivo ali era, efetivamente, tocar um projeto de reestruturação de uma situação que, realmente, estava muito delicada, combalida; já reverberavam, na mídia, essas notórias dificuldades; já havia greves, essas questões todas. E nós chegamos no Galileo e encontramos algumas coisas emblemáticas, Sr. Presidente.

Por exemplo: aquele complexo da Gama Filho, quase 52% dele pertence à família Gama Filho. Inclusive, há necessidade de pagar-se aluguel para a família Gama Filho – se não me falha a memória, em torno de R$300 mil pagam-se para a família Gama Filho. E já havia, inclusive, uma ação em curso para cobrar esses alugueres que estavam devidos.

Havia também em curso a venda de um imóvel na Candelária que era o cenário de ensino para em torno de 3 mil alunos. Esse prédio havia sido vendido, era ocupado pela Gama Filho e temos informações – na realidade, são informações, eu não estou afirmando aqui – de que esse prédio pertencia à família Gama Filho.

A Universidade Gama Filho foi desalojada desse imóvel. Em dezembro recebi um comunicado do comprador dizendo que o imóvel tinha sido vendido – fui surpreendido – e que teríamos que entregá-lo em janeiro. Como é que vou entregar o imóvel em janeiro se vamos começar o ano letivo? Como é que eu desmobilizo e arrumo um prédio, em menos de um mês, para colocar 3.000 alunos? Não tem a menor condição! O senhor vá à Justiça, entre com uma ação de reintegração de posse, faça o que o senhor quiser, porque eu não vou sair! Não vou deixar desalojados 3.000 alunos. Nosso compromisso é com a reestruturação e com a educação. Faça o que o senhor quiser! E aí foi feito, realmente. Entrou-se com uma ação de reintegração de posse e, no âmbito da ação, fizemos um acordo para que pudesse ser cumprido o semestre, e assim tivéssemos tempo para procurar outro imóvel que pudesse alojar os alunos da Candelária. Pois bem. Encontramos um novo imóvel, que foi alugado em nome de uma das empresas do sócio controlador, pela dificuldade que a Galileo já tinha, do ponto de vista cadastral, e também a Universidade Gama Filho. Fizemos a locação do novo imóvel para, efetivamente, dar sequência à questão da regularidade acadêmica.

Chegamos à Galileo fomos surpreendidos também, porque havia uma gestão compartilhada com a família Gama Filho. Os pagamentos que a Galileo tem que fazer precisam ser anuídos pelo representante da família Gama Filho, ou seja, a Galileo é uma sociedade anônima, conta com um procurador que tem poderes para vetar pagamentos que a Galileo terá que fazer. Já chegamos lá com esse contexto, Sr. Presidente, e também com o contexto de lançamento de debêntures, com essa confusão toda. Chegamos lá e já havia tudo isso. Já havia passivo, já havia esse contexto todo. E aí nos esforçamos para identificar esse contexto todo, como foi feito, como não foi feito.

Já há na Justiça...

E aí vou me reservar o direito de não detalhar as questões que o Dr. Peregrino discorreu, porque há questões que estão sendo objeto de ação judicial. O foro competente para esse debate é a Justiça, onde vai haver perícia e, efetivamente, a apuração de tudo.

Nós, como Diretor-Executivo da Galileo Educacional, comunicamos à V. Exª que ingressamos com uma ação de prestação de conta contra todos os ex-administradores, ex-diretores e ex-conselheiros da Galileo Educacional. É até muito saudável haver essa apresentação, porque realmente não conheço o destino das coisas; passarei a conhecer quando as pessoas, instadas pela Justiça, prestarem as informações que não temos. Na Justiça, as pessoas prestarão as infor-

mações e aí, naturalmente, no âmbito judicial, teremos tomadas as medidas adequadas.

Realmente há um processo de reestruturação, a situação é muito delicada, mas temos o compromisso da recuperação. Todas as dificuldades que se colocam são dificuldades do passado, herdadas. Quando nós ingressamos na Galileo, já havia um processo de supervisão no MEC, desde 2011, para levantar as mazelas já existentes nas instituições. Então, naturalmente, o que temos feito nesse contexto de trabalho de aproximadamente 10 meses é levantar e tentar dar um encaminhamento às situações. Em hipótese alguma tentamos fazer desmobilização ou antidemocratizar as instituições. Foi nossa iniciativa o restabelecimento dos conselhos na Universidade Gama Filho, que, até então, não tinha esta vocação de reunião dos conselhos. Foi nossa iniciativa a recomposição dos conselhos; nós incentivamos os reitores a fazer a recomposição dos conselhos. Em termos de universidade, não havia representação também, e nós permitimos que houvesse a representação de alunos e a representação também de professores.

Nós não temos nenhum problema em receber críticas, desde que as críticas sejam construtivas. O que a gente tem visto, Sr. Presidente, é que há pessoas que pregam o caos; há pessoas nesse processo que não têm uma atitude contributiva com a educação. Nós temos aqui que ter convicção de que temos dificuldades e de que nós temos necessidade de nos unir para enfrentar essas dificuldades. Não há que se afastar dessa premissa de que nós temos dificuldades, e muitas, mas nós estamos no caminho da recuperação e da reconstrução; nós estamos trabalhando nesse contexto.

Eu queria fazer um registro aqui, Sr. Presidente, que eu, como pai de família, advogado, vou fazer cinquenta anos agora em dezembro, fui violentamente agredido por um grupo de alunos – esse vídeo está no Youtube –; fui violentamente agredido por alunos no centro da cidade do Rio de Janeiro. Isso me causa uma vergonha familiar intensa, porque, na realidade, eu estou lá tocando um processo de reestruturação, com toda a dignidade, fazendo todos os esforços, expondo-me e tentando equacionar os problemas.

Nós, perante o MEC, fizemos diversas reuniões para entender os problemas da instituição e dar os encaminhamentos. Então, nesse contexto, a gente vem conversando com o MEC, a gente tem conversado com os alunos; toda vez que eu sou solicitado eu recebo os alunos. Nós acabamos de receber ontem, o nosso Diretor Financeiro recebeu um grupo de alunos, abrindo as questões financeiras da Universidade Gama Filho para eles entenderem qual é o contexto.

Sobre a demissão que foi feita agora, eu queria fazer um registro: ela foi muita pesarosa para a gente, porque, é lógico, é difícil você dispensar professores, porque a gente está dispensando ativos que são fundamentais para a instituição. Certamente, no momento de recuperação, nós teremos a possibilidade de fazer recontratações, mas o momento hoje é um momento de dificuldades. E, em um momento de dificuldades, infelizmente nós tivemos que fazer dispensa de professores.

Quero registrar que essas dispensas estão sendo reexaminadas pelos conselhos para saber se alguma demissão poderá causar alguma dificuldade nos cursos. Se for causar alguma dificuldade, os conselhos apontarão as sugestões para fazer as correções; portanto, estamos envolvidos em um processo de reconstrução. Naturalmente, esse processo de reconstrução, reitero, ele precisa de ajuda. É preciso que as pessoas tenham o envolvimento da construção, porque me parece que as pessoas hoje só têm o desejo de desconstruir o processo.

Então, aqui a gente quer registrar que temos o compromisso, como Diretor-Executivo da Galileo Educacional – estou falando pela Diretoria – de empreender todos os esforços para restabelecer, reorganizar as instituições com a participação democrática da academia e com a participação também dos alunos que sempre serão bem-vindos e sempre serão ouvidos.

Queria registrar também que há, realmente, um processo de capitalização em curso. Eu não vou tecer detalhes porque eu estou em processo de sigilo, mas o processo de capitalização já foi deflagrado. A questão de se pode ou não pode ser pago ou não pago; se há fluxo ou se não há fluxo...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEX KLYEMANN BEZERRA PORTO DE FARIAS – Essa é uma questão que deve ser examinada pelas agências de rede, pelos investidores e pelos estruturados. Na realidade, essas ilações de que não é possível são ilações de quem não conhece o processo, o detalhamento do investimento e nem como ele foi pautado. Então, são apenas ilações feitas a respeito do projeto, até de forma a trazer constrangimentos a um projeto de capitalização que é tão importante para a reorganização das entidades.

Se as pessoas estivessem realmente preocupadas com reorganização, as pessoas certamente teriam uma ideia construtiva e não destrutiva, como a gente tem percebido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu é que agradeço ao Dr. Alex Porto.

Quero, primeiro, cumprimentar a Deputada Jandira Feghali, que é Presidente da Comissão de Cultura da Câmara, e agradecê-la pela presença; é um prazer tê-la aqui. E o meu amigo, colega, um grande Senador, Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, uma das comissões mais importantes deste Senado, pela sua competência em conduzir os trabalhos. Obrigado pela presença, amigo Lindbergh.

Em seguida, e por último, ouvimos a palavra do MEC, pela Srª Marta Abramo.

A SRª MARTA WENDEL ABRAMO – Muito obrigada, Presidente. Cumprimento todos os Senadores e Senadoras presentes, todos os demais; os alunos, os representantes dos alunos, dos professores; o representante do Grupo Galileo e da Sociedade Universitária Gama Filho.

Muito já foi dito sobre o contexto da crise e eu não vou repetir aqui; sobre as questões enfrentadas, acho que já foi bastante detalhado, todo mundo conhece. Minha fala pode contribuir é para explicitar e contextualizar qual foi a atuação do MEC, quais foram as ações tomadas pelo MEC ao longo dessa crise; explicar o porquê de cada decisão, de cada passo dado até o momento; quais foram as medidas tomadas, quais podem ser as próximas medidas a serem tomadas.

Apenas como um preâmbulo, a crise enfrentada tanto pela Gama Filho quanto pelo Centro Universitário da Cidade não é uma crise nova; é uma crise, inclusive, enfrentada por outras instituições de ensino privado, em parte pela mudança de cenário mesmo do ensino superior privado; pela expansão, pela abertura de novas instituições, pela competição acirrada, pela entrada de grandes grupos econômicos. Essa crise foi vivida e vem sendo vivida por várias instituições de ensino privadas.

Não é à toa que no ano passado o Governo lançou um programa de reestruturação das instituições de ensino, o Proies. Foi um programa lançado quando se detectou que 23% das instituições de ensino privadas enfrentavam uma situação econômico-financeiro grave; e o Governo se mobilizou para lançar esse programa. Esse contexto atingiu a Gama Filho e a UniverCidade, tanto que o próprio representante da Sociedade Universitária Gama Filho reconhece que as dívidas vinham de décadas e que não foram originadas pela transferência de mantença; são anteriores.

Essa crise, esses problemas de ordem tributária e trabalhista enfrentados nessas instituições de ensino refletiam, certamente, nas questões acadêmicas também. Tanto é assim que, ainda antes da transferência de mantença, já havia, no âmbito do MEC, diversas medidas de supervisão tanto em relação à Universidade Gama Filho quanto ao Centro Universitário da Cidade. Essas ações de supervisão eram, digamos, pulverizadas, não tratavam das instituições como um todo, mas eram detectadas deficiências em determinados cursos com relação à composição de corpo docente, cenários de prática. Isso já vinha sendo enfrentado. Algumas medidas até de redução de vagas, de fechamento de *campus* já tinham sido tomadas pelo MEC antes mesmo da transferência de mantença.

De fato, após a transferência de mantença, após a assunção do Grupo Galileo, essas notícias e essas denúncias chegaram ao MEC num afluxo maior, e isso mobilizou o MEC, principalmente a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, a abrir mais um processo de supervisão, desta vez de caráter institucional, com um olhar mais global sobre as instituições. E já que havia naquele momento, também, denúncias graves relacionadas à unificação das instituições, que havia sido negada pelo MEC em um pedido formulado pela Galileo. Essa unificação já havia sido solicitada e havia sido negada pelo MEC, e chegaram notícias de que essa unificação vinha ocorrendo de forma não formal, vinha ocorrendo, de fato, com a transferência compulsória de alunos, o compartilhamento de docentes, a integração de *campi.* Então isso resultou em uma preocupação muito grande, além das denúncias de demissões, de qualidade, de fragilidades na oferta da educação.

Assim, em 2011, foi aberto um processo, que é processo hoje que abriga toda a questão da crise vivida nas duas instituições, um processo que apura a gestão e administração do Grupo Galileo e o reflexo disso nas duas instituições, principalmente na questão acadêmica.

Esse processo iniciou-se em 2011, e, como em todo processo, ele tem um rito; a gente tem um decreto, o Decreto nº 5773, que regulamenta como deve ocorrer esse processo de supervisão. Ele tem várias fases. A fase inicial é uma fase que respeita o contraditório e a ampla defesa. A gente notifica a instituição, recebe resposta, pede complementação de documentação, de informações. Então, houve um momento inicial com troca de comunicação entre a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior e o Grupo Galileo, pedindo exatamente informações, detalhes, relação de alunos por instituição, por cursos; quais os cursos estavam funcionando, com quantos alunos, onde, em qual endereço, para a gente ter um diagnóstico do que estava acontecendo nas instituições.

Ao longo desse processo, houve a mudança da direção do grupo. Posso dizer que, nesse momento, a comunicação ficou mais efetiva, passaram a ser prestadas as informações que, em momentos anteriores, estavam sendo negadas ou fornecidas de forma muito

precária. Então, fomos caminhando com o processo até que houve a crise, digamos, do início do ano com a deflagração da greve que foi noticiada aqui pelas representantes dos alunos das duas instituições.

No início de 2013, enfrentamos uma crise bastante grave com greve de professores, funcionários e paralisação das aulas. Nesse contexto, os alunos, como também foi citado aqui, foram recebidos no Ministério da Educação, em uma reunião bastante grande com cerca de 70 alunos presentes, e, naquele momento, diante da complexidade, do tamanho e da profundidade da crise que estava sendo enfrentada, foram, inclusive dentro do processo de supervisão, criados alguns instrumentos, digamos, inovadores, dentro, lógico, do nosso marco normativo, que permitiam um diálogo e uma construção de soluções.

A ideia do MEC, a postura do MEC nesse contexto sempre foi a de procura, de busca de todas as formas possíveis da construção de soluções.

Na fala da representante da Universidade Gama Filho ela disse que o MEC não pode pensar só na questão do descredenciamento, que isso é a punição máxima. De fato, toda a postura do MEC ao longo desse tempo, às vezes recebendo críticas pela demora nas respostas, pela demora em uma ação mais efetiva, foi sempre na busca da construção de uma solução que não seja uma solução drástica como o descredenciamento.

Assim, neste momento foram criados dois instrumentos, digamos, inovadores, para a gente enfrentar essa situação, que foi a constituição de uma mesa paritária. Não é uma coisa comum, de praxe, nos processos de supervisão, mas foi constituída uma mesa paritária, com representação dos estudantes, dos professores, dos dirigentes das instituições e de representantes da mantenedora. Posteriormente, foram incorporados os pais de alunos nessa mesa paritária. A ideia que todas as soluções e todas as decisões fossem construídas coletivamente, para que, exatamente, não houvesse nenhuma solução drástica sem que todas as situações fossem pensadas e ponderadas em conjunto. Essa mesa paritária teve uma primeira reunião em abril, em 17 de abril.

Desculpem-me, retomando, antes disso, diante dessa crise instaurada no início do ano, o MEC tomou uma primeira decisão, que foi a imposição de uma medida cautelar de suspensão da autonomia de ambos as instituições. A Universidade Gama Filho e o Centro Universitário, ambas, uma por ser universidade e a outra como centro universitário, elas têm autonomia, e essa autonomia implica na possibilidade de abertura de novos cursos, de aumento de vagas, de fechamento de cursos, de transferência de estudantes sem a necessidade de autorização prévia do MEC. Como havia essa questão da fusão, da unificação sem a autorização do MEC, nós suspendemos essa autonomia, inclusive, também, para não haver a criação de novos cursos, ou aumento de vagas, aumento do volume de problemas. Então, essa foi uma primeira medida que o MEC decidiu tomar lá no início do ano para que o problema ficasse contido e ficasse sob monitoramento do MEC permanentemente.

Voltando à reunião da mesa paritária, eu quero destacar aqui só que nesse primeiro contato com a mantenedora, com as instituições presentes, com toda a comunidade acadêmica presente, foram estabelecidas as premissas para que esse processo da construção de soluções coletivas continuasse. E essas premissas são as premissas nas quais o MEC vem insistindo e se baseando ao longo de todo o tempo. E essas premissas são: o cumprimento dos acordos pactuados com as associações de docentes e funcionários, ou seja, o pagamento em dia dos salários, dos acordos, da forma acordada com as associações. Obviamente que o MEC não participa dessa negociação, isso é papel dos sindicatos, das associações, mas o MEC passou a exigir da mantenedora, como compromisso para a condução desse processo, como premissa, que esses compromissos fossem sempre honrados.

Outra premissa foi a autonomia dos colegiados. Como o próprio presidente aqui reconheceu, não havia nas instituições colegiados instaurados. Os colegiados estavam desmobilizados, desfeitos, assim como as associações; no Centro Universitário não havia representação dos docentes.

Então, tudo isso foi uma exigência do MEC e houve um compromisso assumido pela mantenedora de reconstituir essa autonomia dos colegiados, com a garantia da normalização do ambiente acadêmico. Ou seja, precisavam retomar as aulas; as aulas precisavam funcionar, os cursos precisavam funcionar. Os cursos precisam funcionar plenamente, os laboratórios, os cenários de prática. Isso tudo precisa estar funcionando para que a gente possa construir uma solução para o futuro.

Além disso, do ponto de vista regulatório, a gente exigiu que a mantenedora, as instituições retomassem todos os processos regulatórios que estavam interrompidos. Não havia pedidos de renovação de recredenciamento, renovação de reconhecimento de cursos. Exigimos que tudo isso fosse retomado para que a gente pudesse prosseguir.

Uma outra inovação...

(Soa a campainha.)

A SRª MARTA WENDEL ABRAMO – ...foi a constituição de uma comissão de acompanhamento permanente. Se o Presidente permitir, farei só um breve retrato aqui do que a gente enfrenta. Nós temos cerca de duas mil instituições de ensino e 30 mil cursos superiores. Eu tenho, na minha Diretoria de Supervisão, não mais do que dez técnicos dedicados a tocar esses processos de supervisão. Então, a constituição de uma comissão permanente de acompanhamento é um retrato da dedicação e da preocupação do Ministério da Educação, da Seres, em especial, com essa situação vivida pelas duas instituições de ensino.

Naquele momento, houve, enfim, o pagamento dos salários, a retomada das aulas e, por um breve momento, víamos um ambiente de certa normalidade, com a constituição dos colegiados, com a retomada das aulas, a retomada do pagamento dos salários. Naquele momento não havia como prosseguir porque não tínhamos maturidade para propor um plano de reestruturação, para avaliar um plano de reestruturação, porque a comissão de acompanhamento ainda estava trazendo subsídios para que o MEC formulasse esse plano, mas houve uma retomada, por um tempo, da normalidade do ambiente acadêmico, o que permitiu que o processo fosse prosseguindo com as visitas e os relatórios permanentes da comissão de acompanhamento.

Todavia, infelizmente, vivemos novamente no meio do ano uma nova situação de crise com novos atrasos no pagamento dos salários dos professores e funcionários, o que culminou com a ocupação da reitoria – também é uma situação na qual eu não vou me prolongar, porque todo mundo a conhece –; foi uma crise muito grave, uma crise de credibilidade muito grande porque vários acordos, várias promessas de pagamento foram descumpridas pela mantenedora, e isso foi criando uma situação bastante desconfortável para todos, inclusive na condução do processo, o que levou o MEC, novamente, a ter que tomar uma atitude bastante incisiva, que foi a suspensão dos ingressos. Por quê? Porque havia um vestibular marcado em ambas as instituições, e nós não poderíamos permitir que novos estudantes entrassem nas instituições nesse contexto de crise, pois seria uma irresponsabilidade do MEC permitir, apesar de conhecer, de ponderar, de saber que isso também teria o seu reflexo negativo na questão da sustentabilidade financeira. Mas, naquele momento, rompidas todas as premissas que havíamos colocado como fundamentais para a condução do processo, não havia como não tomarmos uma atitude como a que foi tomada, condicionando essa medida à retomada daquelas premissas: da normalidade do ambiente acadêmico, dos pagamentos e que os compromissos todos fossem honrados.

Essa crise do meio do ano se prolongou, como todos conhecem, até poucos dias atrás, quando foram pagos os salários, dois pagamentos de salários – os atrasados foram pagos no final de setembro e agora o salário do mês corrente foi pago no dia 4 de outubro. Então, hoje temos novamente recuperadas aquelas premissas instituídas lá no começo: as aulas voltaram a funcionar, a greve foi encerrada e, além disso, ao longo dessa crise, com o MEC solicitando e o Grupo Galileo comparecendo ao MEC para levar as garantias de que teria condições de aportar recursos para superação da crise e reestruturação das duas instituições. Essas garantias, como o Dr. Alex colocou aqui, foram entregues ao MEC em caráter de sigilo, porque se trata de uma operação financeira que ainda não foi lançada e que, assim, não pode ser divulgada. Mas o MEC teve acesso, isso foi analisado e foi entendido pelo MEC que essa operação teria condições de promover essa reestruturação necessária nessas instituições.

Hoje, a situação que temos é de retomada daquelas condições mínimas colocadas para avanço do processo, aliado a uma perspectiva de solução para o futuro. Diante desse quadro, a Seres entendeu que há como avançar no processo de supervisão. E qual seria, de acordo com o nosso marco normativo, o próximo passo em uma situação dessas? É a determinação de ações para saneamento das deficiências encontradas nas instituições. Como o próprio Dr. Alex colocou aqui, os problemas são inúmeros, enormes, profundos e graves, mas entendemos hoje que há possibilidade de avançar na construção dessas soluções, e há a possibilidade de inserir a imposição de medidas de saneamento.

Então, ontem foi tomada uma decisão da imposição de um Termo de Saneamento de Deficiências. Esse termo de saneamento de deficiências traz ações de curto, médio e longo prazo; ações de caráter emergencial, de caráter estruturante, ações para a retomada de uma qualidade mínima e ações ...

(Soa a campainha.)

A SRª MARTA WENDEL ABRAMO – ... para a melhoria da qualidade; ações que dizem respeito a aspectos administrativos e acadêmicos. Então, hoje a noticia que eu trago aqui é que foi firmado um Termo de Saneamento de Deficiências com ações objetivas, prazos e sanções pelo descumprimento. Eu acredito que esse era o passo que deveria ter sido dado neste momento e que o momento é oportuno, até porque estamos em via de uma captação de recursos, e esse aporte de recursos deveria estar já vinculado a essas

ações de melhoria para que não aconteça, como aconteceu no passado, a captação de recursos e a destinação para outros fins que não a melhoria da qualidade da educação das duas instituições.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Drª Marta.

Esta Presidência vai adotar o seguinte critério. Nós vamos, por liberalidade desta Comissão, conceder cinco minutos ao Deputado Estadual Robson Leite, que foi nosso convidado, porque foi o Relator da CPI, e ele poderá trazer subsídios a esta Comissão.

Em seguida, seria o Senador Cristovam Buarque, que é o autor do requerimento; depois o Senador Lindbergh e também os Deputados Federais Glauber e Jandira, pela ordem, por serem Parlamentares e envolvidos nessa área.

Com a palavra o Deputado Estadual Robson Leite.

O SR. ROBSON LEITE (PT – RJ) – Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação do Senado, quero saudar aqui também os demais Senadores, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Lindbergh Farias, o Deputado Glauber Braga, a Deputada Jandira Feghali; saudar aqui a Mesa, a Letícia, a Julliene, o Dr. Carlos Alberto, o Dr. Alex Porto, a Drª Marta Wendel.

Eu ouvi atentamente as explanações. Esse é um problema sobre o qual a gente já vem se debruçando há algum tempo. Tentarei falar dentro do tempo, farei esse esforço, apesar de o problema, evidentemente, ser bastante complexo. O que me preocupa bastante é eu ouvir atentamente as duas apresentações, a do Dr. Carlos Alberto e a do Dr. Alex Porto. Ouvi muito as palavras debêntures, fluxo de caixa, modelo de negócios, gestão de negócios e muito pouco professor, aluno, pai, educação de qualidade.

Quero pedir licença para sair um pouquinho da questão específica da Gama Filho, se V. Exª me permite, porque acho que estamos diante de um problema mais grave do que simplesmente a questão da Gama Filho.

Foram oito meses de trabalho na CPI, juntamente com o Presidente, Deputado Paulo Ramos, e encontramos um cenário que aponta para algumas questões fundamentais no que diz respeito aos paradigmas que temos com relação à educação superior no País hoje.

Ao longo dos últimos dez anos, o ensino superior, tanto público quanto privado, cresceu, e cresceu bastante. São 83, de 2002 a 2010, novas IES públicas e 658 novas, privadas. Isso em função do ProUni, do Fies, de políticas importantes do Governo nessa área da educação do ensino superior. Porém, infelizmente, o Ministério da Educação não conseguiu acompanhar esse crescimento na medida em que se expandiu o setor. O problema da Gama Filho, e posso afirmar aqui com muita segurança, é a ponta de um *iceberg*, da Gama Filho, da Universidade da Cidade. Há outras universidades, Senador Cristovam, que passam por situações iguais ou piores, que só não vieram à tona ainda talvez por força da conjuntura.

É curioso que entre os grupos financeiros que administram hoje essa universidade, em 2012 – e a gente pode citar a Galileo, a Kroton, a Anhanguera, e por aí vai – o que teve pior desempenho no Ibovespa, teve 60% de ganho em 2012, e o Ibovespa deu 8% em 2012. Por outro lado, as mantidas estão todas elas quebradas; quando não estão quebradas, não pagam salário; quando pagam, fazem apropriação indébita, tanto das obrigações trabalhistas, o que não foi diferente com a Galileo/Gama Filho, ou, muitas vezes inclusive, até mesmo impostos sindicais.

O quadro desenhado é um quadro grave, é um quadro de financeirização do ensino superior privado. O que foi aqui relatado tanto pelo Dr. Carlos Alberto quanto pelo Sr. Alex Porto é uma pequena demonstração do grave cenário que o ensino superior privado, sobre o qual gente se debruça aqui. Só no meu voto são cem páginas, fora os anexos do relatório. Ao final da minha explanação, vou fazer chegar a V. Exª uma cópia do relatório da nossa CPI. Evidentemente, colocamos aqui pontos e queria falar rapidamente sobre um deles, que é, por exemplo, o advento do ensino a distância hoje.

Garanto, inclusive no relatório, que, hoje, o ensino a distância – e não é exclusividade da Gama Filho, Senador Cristovam, pois temos outras universidades no Rio de Janeiro com a mesma prática – é uma ferramenta de precarização da mão de obra de trabalho, e quero explicar isso. A faculdade extingue uma disciplina presencial e transforma aquela disciplina em *on-line,* o professor é obrigado a celebrar um novo contrato de trabalho e passa a ser chamado de tutor – o mesmo professor, com a mesma titulação, mestre, doutor, passa a ser tutor –, recebendo a metade do trabalho e trabalhando o triplo. É fácil entender. Você junta cinco ou seis turmas em uma turma só e o professor, por uma questão de métrica que o próprio sistema, que a tecnologia da informação dá, é obrigado a fazer um atendimento quase que individualizado. É o cenário que temos hoje. Talvez isso explique um pouco os bons resultados de fluxos de caixa apresentados, tanto pelo Sr. Carlos Alberto quanto pelo Sr. Alex Porto, que essas empresas acabam tendo.

Hoje, o mecanismo de ensino a distância, e nesse ponto chamo a atenção porque talvez a gente precise – e essa Casa pode cumprir um papel muito importante, assim como a Câmara Federal – regular essa questão do ensino a distância hoje... Isso sem contar

com o problema de venda de diplomas corriqueira em diversas instituições, que flagramos e colocamos aqui no nosso relatório. Temos 79 encaminhamentos concretos para mudar a cara do ensino superior, em especial no que diz respeito à regulação. Não quero entrar aqui nos indiciados. Os indiciados estão no relatório, os seis indiciados das instituições, mas a gente percebeu que, se a gente fosse buscar só os indiciados, a gente não terminaria a CPI nunca, tamanha é a falta de compromisso com a ética, a falta de compromisso com pais, alunos e professores.

O que aconteceu com a Gama Filho, que está muito bem exemplificado aqui, está muito bem colocado. Inclusive eu e o Deputado Ramos entregamos, ontem, ao Ministério Público Estadual, e, na segunda feira, ao Ministério Público Federal o relatório, para que as providências sejam tomadas e os responsáveis devidamente punidos. Mas o relatório não se restringe a isso. Ouso dizer que essa não é nem a parte mais importante do relatório. A parte mais importante do relatório, Senador. E é bom ter aqui a Deputada Jandira Feghali e o Deputado Glauber Braga, porque a solução do problema para mim se desenha com a criação do Insaes.

O MEC alega... E indaguei isto ao MEC mais de uma vez: por que não intervenção? Como apontamos no relatório, um dos encaminhamentos é a intervenção imediata na Gama Filho. O MEC alega que, de acordo com o marco legal atual, por força de algumas Adins, não tem condições de fazer essa intervenção. Pois bem, o Insaes tem.

Trata-se do Projeto de Lei nº 4.372, já em regime de urgência, de autoria do Poder Executivo, já aprovado na Comissão de Educação da Câmara, com boas emendas apresentadas a esse projeto, só que a gente percebe que ainda não entrou na prioridade do Governo. Faço um apelo aqui ao Líder do Governo no Senado e ao Líder do Governo na Câmara para que se tenha agilidade porque, uma vez criado o Insaes, evidentemente, teremos a solução do problema encaminhado. O MEC tem responsabilidade? Tem e está aqui no relatório. Tem problemas e responsabilidades. O processo de fiscalização hoje é falho pelo procedimento e é falho por falhas de procedimento também. A gente aponta isso no relatório, mas a gente não quer apenas a ficar restrito em apontar os erros e os problemas; a gente quer apontar soluções.

A gente faz um apelo aqui a V. Exª, como Presidente da Comissão de Educação, para que abrace, evidentemente em diálogo com a Câmara Federal, uma vez que o projeto está na Câmara Federal, salvo engano, na Comissão de Trabalho na Câmara Federal, a causa e que o projeto ganhe a urgência necessária, vá ao plenário, seja aprovado e venha para esta Casa. Eu, na minha ousadia, iria dizer por que não em medida provisória, mas, se já está aqui, acredito... Temos bons Parlamentares nesta Casa empenhados há algum tempo, Deputada Jandira, Deputado Glauber Braga e outros Parlamentares aqui já citados e preocupados com essa questão.

O Projeto de Lei nº 4.372 é a solução do problema. Independentemente de para quem vai e para quem vem a Gama Filho, a Galileo, o que a gente precisa fazer é esse processo de intervenção e ter um processo de fiscalização à altura do que está se tornando hoje o ensino superior privado. Essa financeirização vai destruir o ensino superior privado no Brasil. Está transformando, Senador Cristovam, a educação superior em *commodities*. É o que a gente ouviu aqui hoje. Lamento profundamente que cheguemos a essa situação, mas a solução está dada.

Vou fazer chegar a V. Exª esse relatório. Coloco-me à inteira disposição para vir aqui, quantas vezes forem necessárias, para aprofundar essa questão. São questões importantes. Acho que tanto o Senado quanto a Câmara Federal jogam nesse momento um papel decisivo na solução desse problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço, Deputado.

Quero dizer a V. Exª que essa causa já está abraçada por esta Comissão, com os nossos Pares, inclusive contando também com a pessoa do Governo aqui, Senador Lindbergh, ligado ao Governo, e Senadora Jandira também.

O que estamos assistindo hoje aqui é um problema muito mais amplo do que a Gama Filho. A Gama Filho foi a ponta do *iceberg*. Estamos assistindo agora o mercantilismo da educação. Nada contra o lucro, muito pelo contrário, mas com parcimônia, com critério. Estamos vendo que isso abriu uma brecha, e vamos ter muitas surpresas, e surpresas desagradáveis.

Em seguida, passo a palavra ao requerente, Senador e ex-Ministro da Educação Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, Deputada Jandira, de quem é sempre um prazer estar junto, Deputado Robson e membros da Mesa, tinha anotado duas preocupações, uma bem de passagem para não deixar de falar.

Primeiramente, quando há uma greve de universitários, a gente chega a convocar audiência, mas, para a greve de educação de base, a gente não está nem aí, achando que é coisa do Prefeito. Os Prefeitos do Rio de Janeiro estão há 60 dias na rua, e a gente não trouxe esse assunto para debater aqui. Universidade

a gente traz. Isso faz parte da cultura nossa em que a universidade é mais importante do que a educação de base, do ponto de vista da preocupação política. É uma tradição nossa. Eu mesmo fiz um requerimento para essa audiência; não fiz um requerimento para a educação de base. Então, não estou jogando a culpa em ninguém. Estou apenas constatando como nos acostumamos a dizer que o que é federal é a universidade e que o que é municipal é a educação das crianças.

Segundo, o Deputado Robson pegou aqui coisas que eu iria falar.

Confesso, Dr. Carlos Alberto, que a sua bela apresentação – e fui analista financeiro um tempo na minha vida – foi muito boa. Uma coisa que me choca é que a universidade esteja caindo no nível de financeirização. E não é a Gama; são muitas que estão caindo nisso. Opera-se isso realmente. Mas, há algum tempo, quem viria aqui seria o reitor. Não seria o representante da sociedade com capacidade analítica financeira. Qual é a diferença? O reitor tem obrigação de saber de finanças, de administração, mas vem como líder acadêmico também. Então, ele tem os dois olhares: o olhar do fluxo e o olhar das pessoas que estão por trás do fluxo, professores, alunos, funcionários. Esse não é o papel de quem é gestor apenas.

Ontem discutimos um pouco aqui sobre gestão. Como estava com o tempo muito apertado, não fiz uma provocação.

A gente tem que saber que a gestão é fundamental em educação, mas uma coisa é a gestão do mestre de obras; outra é a de um maestro de uma orquestra. O professor, a escola tem que ser gerida por um maestro de orquestra, não por um mestre de obras, porque o mestre de obras diz onde quer botar o tijolo; o maestro, maestra, mas não diz como o músico está tocando. É o músico que toca. O professor é o músico; ele não põe tijolinhos. É algo muito mais complexo. E tem gente achando que gestão tem que ser do mesmo jeito: uma empresa e uma universidade. Não pode ser. Não se pode abrir mão das técnicas de administração e gestão em qualquer lugar, tanto que defendo a criação de escolas de gestores para a escola básica. Estamos criando, e não vou dizer criando, não vou radicalizar tanto, Deputado Robson, que estamos tendendo a essa finalidade, mas estamos de certa maneira nela. A gente precisa discutir isso aqui um dia.

Hoje, estamos transformando algumas universidades ou até, se possível, todas particulares em fontes de capital para gerar lucro, e não em uma entidade que mobiliza o cérebro para gerar conhecimento, tendo, se for o caso, lucro, até pode ter lucro. Prefiro que se tenha lucro gerando conhecimento a que se tenha lucro gerando automóvel, que não cabe mais nas nossas cidades. Mas o motivo principal não pode ser esse. Mas pior: creio que hoje está se buscando não o lucro pelo produto da universidade, mas pela especulação do capital das universidades.

Não consigo entender como uma universidade consegue ser vendida por R$1 bilhão ou R$2 bilhões. Não pode ser pela taxa de retorno. Primeiro, se for pela taxa de retorno, as mensalidades estão altas demais ou o salário dos professores está baixo demais. Tinha que ser uma taxa de retorno pequena. Não vou dizer que seja para não dar retorno, se não é filantrópica, mas não dá para vender por esse preço, a não ser que seja "compro por esse porque, depois, tenho três e, depois, cinco", até que um dia quebra. Não vou dizer que foi isso que aconteceu com a Gama Filho, porque confesso que ainda não consegui entender direito o que aconteceu com a Gama Filho. Ainda não consegui captar todos os meandros, apesar da bela apresentação financeira. É uma coisa que ainda para mim é um certo mistério, a não ser que alguém tenha tirado dinheiro e botado no bolso, e aí é uma questão de polícia, não é mais uma questão da Comissão de Educação. Se não houve isso, não consigo entender direito.

Creio que a gente precisava discutir, sim, o assunto da financeirização, como o Deputado Robson falou. Esse processo de... Não sou contra inclusive de o capital externo vir para a universidade. Não sou contra. Agora, não pode ser para especular, nem para explorar. Tem que ser para ajudar a produzir mais conhecimento pegando uma remuneração por isso, o que seria a rentabilidade. Precisamos discutir isso.

Quanto à Gama, tenho uma pergunta a fazer para a qual eu não encontro resposta. Perguntei, e até fui indelicado por não esperar os outros e já começar falando à Letícia. Não a interrompi. Foi depois que ela falou. O que é que vocês querem que o Senado Federal faça? O que vocês querem fazer?

A lei, Deputado, primeiro, não dá para aprovar. O tempo é demorado demais. Temos aqui uma urgência. Segundo, pelo que sei, não vi a lei, da ideia desse instituto, ele não vai dar esse poder ao MEC, o de intervir no sentido de assumir. Pelo que me lembro, a ideia inicial não permite isso, só se teve alguma emenda. Se não, não vai permitir, até porque implica gastos, o que diz respeito ao orçamento, e não temos poder para orçamento. O poder do orçamento vem do Executivo. Teria que partir do MEC, e não daqui de nós, e eles teriam que colocar recursos. Mas pode ser um caminho a analisar. Mandei pedir a lei, porque eu não a vi. Lembro-me da ideia da lei. Não vi depois.

Então, o que vocês acham que o Senado pode fazer? Eu não devia nem acrescentar, mas... Pressionar o Ministro? Mas pressionar o Ministro com base

em quê? Chamar para conversar, de certa maneira, a gente chamou, mas não é essa mesa. Negociação só funciona se a mesa for redonda. Na mesa retangular não dá. Todos na cabeceira não dá. Aliás, ao contrário, tem que ser todo mundo na cabeceira, em uma mesa redonda. Pois bem, quero saber o que a gente pode fazer, porque não é possível deixar estudantes, professores sem aulas, doentes sem médico, que seriam os clientes desses médicos e dos advogados e de tudo mais.

Sinto-me meio impotente, sem saber o que a gente pode fazer, fora convocar uma audiência. Agora, vai depender de vocês. Foi nisto que pensei quando convoquei essa audiência: perguntar, olhando no olho, com as diferentes visões, o que nós, do Senado, podemos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Cristovam.

Vou passar essa pergunta para três alas diferentes: Letícia, com dois minutos, Dr. Carlos e o MEC. Quero ouvir a resposta dessas três, porque...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Infelizmente vou ter que sair agora, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Mas é só essa daqui. Depois, é a sua.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mas é que peço muitas desculpas. Estamos em um dia especialmente atribulado no Senado Federal e houve uma cerimônia com a Presidenta Dilma, na Câmara dos Deputados. Pediria licença a V. Exª para falar imediatamente, porque vou ter que me retirar. O Reitor da Universidade Geraldo Di Biase está no meu gabinete desde às 11h30. Então, pediria a V. Exª essa liberalidade aqui para eu falar antes.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Lindbergh, o senhor tem toda a liberdade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Concedo a palavra, então, para a sua pergunta. Gostaria que V. Exª pudesse ficar só para ouvir sua resposta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vou falar, vou ter que sair, mas a assessoria vai estar aqui dentro, e volto, novamente, ao final dessa audiência, Presidente.

Primeiro, parabenizar V. Exª, Senador Cristovam, por esses requerimentos. Concordo integralmente com a fala do Senador Cristovam e com o que falou o Deputado Robson Leite.

Tivemos uma crise econômica gigantesca agora, em 2008, e a causa da crise econômica foi a desregulação do sistema financeiro. Deixaram os bancos completamente soltos. O que começou a acontecer nessa crise econômica nos Estados Unidos? Os executivos começaram a aumentar suas retiradas, seus dividendos, começaram a emprestar sem critério algum. Isso com bancos! Acho que a lição dessa crise econômica de 2008 foi de que é necessário haver regulação também no sistema financeiro. Imaginem na educação! Por isso, digo que o MEC tem muita responsabilidade com tudo o que aconteceu. Vamos ter que assumir, o MEC, o Estado brasileiro, muito responsabilidade. A maior parte dos grupos privados eram grupos de natureza familiar. Fundos entram. E falou muito bem o Senador Cyro Miranda quando afirmou que isso só é a ponta do *iceberg*. Isso está acontecendo em muitas outras universidades um processo de desnacionalização, que talvez não seja... Mas tem que ter regulação. Então, veja bem, o MEC não pode dizer agora que não tem instrumentos.

Digo que tive muita cautela nesse caso desde o começo, principalmente quando se coloca grupos privados, grupo “a”, grupo “b”. Não sou de grupo “a”, nem de grupo “b”. Há que se ter muita cautela aqui para não parecer que se está contra um grupo ou outro grupo. Não é isso! Mas, Drª Marta, chego a uma conclusão, e dita por alguém que olhou esse processo com muita cautela: eu não tenho esperança de que o Grupo Galileo consiga fazer mais nada no sentido da Gama Filho. Eu não tenho. Está falando aqui um Senador com o máximo de isenção que olhou esse processo com muita cautela desde o começo. Não acredito.

E aqui não dá para dizer que o MEC não tem instrumentos. Tem de ter instrumentos. Esse é o papel do Estado, ainda mais com a visão que temos de país. Então, acho que se tem de estudar um critério de intervenção. Eu não defendo a devolução para grupo A ou B; não é isso. Eu acho que tem que entrar numa situação como essa, porque aí estão envolvidas famílias, estudantes. O impacto disso no Rio de Janeiro é gigantesco. Por onde eu ando, Senador Cyro Miranda, sempre aparece alguém: “Olha, o meu filho estuda Medicina na Gama Filho, estuda isso...” É uma situação como essa.

Eu me nego a aceitar a tese de que não pode haver nenhum tipo de intervenção. Eu me nego a aceitar isso, como Estado. Este é um assunto que tinha que ser levado ao Ministro Mercadante, à Presidenta. Está aí uma pessoa boa nesse assunto: a Presidenta Dilma. Neste assunto? Essa é uma característica boa dela. Se contar uma história dessa toda para ela, o que aconteceu... Para ver se tomam uma medida.

Eu não sei. Eu acho que vocês estão... O Deputado Robson tem falado para mim, o Deputado Glauber, a Deputada Jandira tem me relatado os fatos. Eu não abriria mão de tentar uma saída em que o Estado, numa situação grave como esta, que pode ter repercussão em outros casos, porque há outros grupos olhando outras universidades, tem que haver uma posição do Estado em que se deve dizer o seguinte: "Olha, não dá!" E isso vai ter reflexo em outros que estão administrando.

A discussão estrutural é fundamental. Não dá para existir uma situação em que o Ministério da Educação seja um Ministério que não tenha poder regulatório mais forte com capacidade de intervir em situação como esta. Se tiver que mudar a legislação, nós temos que mudar. Mas eu acho, sinceramente, que isso tem que ser tratado como um assunto que envolva o Governo como um todo, e nós temos que achar caminhos para isso.

Eu me coloco aqui à disposição, Jandira e Robson, vocês que estão à frente, Senador Cristovam, para tentar intermediar essa relação com o Governo Federal também, para irmos a outros órgãos. Vamos à Advocacia-Geral da União, vamos aonde tivermos que ir, e eu me coloco à disposição para ajudar nesse processo.

Lamento muito, Senador Cyro Miranda, porque devo ir ao meu gabinete agora, mas retornarei ao final desta audiência pública. Estou com o pessoal do meu gabinete assistindo a toda a reunião, e eu assistirei de lá também, do gabinete, e retorno ao final desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – V. Exª tem toda razão, vou ao encontro do seu pensamento. Eu acho que o Poder que concede a autorização de funcionamento tem que ter poder de fiscalização e poder de sanção. No Banco Central, existe o Fundo Garantidor. Previamente, se sabem os bancos que estão correndo risco, e esses vão para o sinal vermelho, sofrem intervenção e, inclusive, os seus depositantes têm amparo da lei para não perder. Agora, na educação, que é muito mais sério, nós não podemos deixar isso correr dessa maneira.

Então, passo a palavra para responder, primeiro, à Letícia e depois ao Dr. Carlos e à Drª Marta.

A SRª LETÍCIA PORTUGAL – Senhores, como bem citou o Senador Lindbergh, o que nós queremos, Senador Cristovam, é que os senhores legislem a nosso favor no sentido de haver uma intervenção, já que o MEC, contraditoriamente à LDB, como lemos ali – e peço até que a Julliene, depois, leia de novo o trecho –, que diz que a única forma encontrada na nossa situação é o descredenciamento da instituição, o que a gente crê que não é favorável, porque os alunos teriam muita dificuldade para retornar alguns períodos nos seus cursos, e os professores não têm garantia nenhuma para onde vão. Inclusive, o Sr. Jorge Messias nos falou, na reunião da semana passada, que os alunos de Medicina sequer teriam para onde ir, porque são muitos alunos e não haveria onde encaixá-los. É uma dificuldade encaixar os alunos dos outros cursos, tanto o da UniverCidade quanto o da Gama Filho, seria possível, mas os de Medicina teriam uma dificuldade maior. Então, eu creio que um descredenciamento não seja a solução adequada. Ou melhor, eu tenho total certeza de que não é. O que nós queremos é uma intervenção, porque nós não acreditamos que o grupo Galileo Educacional tenha condições de manter uma UniverCidade e a Gama Filho. Ele já provou que é incompetente em sua gestão para manter o Centro Universitário da Cidade e a Universidade Gama Filho. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A Julliene quer ler o trecho mencionado?

A SRª JULLIENE SALVIANO – Sim, eu vou ler de novo.

É o art. 46 da LDB.

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

§1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento.

Como a Letícia disse, nós queremos que o MEC intervenha. E eu acho que um caminho que pode ser pensado é a federalização. E eu também peço ao Senado e à Câmara que possam legislar nesse sentido, já que o MEC disse que não existe legislação que o deixe fazer alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Julliene.

Passo a palavra ao Dr. Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Senador Cristovam Buarque, a sua pergunta é de um brilhantismo muito grande. Quero até agradecê-lo porque o senhor vai me permitir, respondendo-lhe, fazer uma visão micro e uma visão macro.

Apesar de minha área ser finanças, no caso da educação, à qual me dedico já há alguns anos, a preocupação do dinheiro era para poder financiar exatamente a qualidade do ensino, preservando o resultado

financeiro sempre, aquele que é razoável dentro das regras de mercado.

Mas quanto às suas duas indagações, primeiro, numa visão bem micro, bem simples: na Gama Filho, a operação foi de estruturação em que o dinheiro foi desviado para uma outra entidade – pense nisso como um registro. A Gama Filho tinha resultado operacional positivo, a Cidade tinha resultado operacional negativo. Grande dívida da Cidade, que não tinha como pagar; poderia pagar através de um processo de desmobilização dos seus próprios imóveis, e a decisão do controlador era não desmobilizar, passando todo esse esforço para dentro da Gama Filho. Então, a Gama Filho, além de pagar os seus próprios custos, tinha que pagar os prejuízos da Cidade. Essa é explicação micro.

Numa visão macro: vocês não precisam de intervenção, não precisam de nada disso. É muito simples a solução: basta proibir que o dinheiro de uma IES pague o prejuízo de outra, o custeio de outra. É simples.

Imagine a Gama Filho. Se existe o lucro e ele é saudável, ele pode pegar o lucro da parte da Gama Filho e investir numa outra IES, porque a distribuição de lucro já está definida na lei: você faz o que quiser com o dinheiro. Ele recebe o dinheiro dele e vai lá e investe em alguma coisa. Agora, o que não pode é pegar o operacional, porque o aluno da Gama Filho foi lá e deu o dinheiro dele. Ele entrou e ele não conhece essa relação mantida ou mantenedora; ele não entende nada disso. Ele entende que entrou na universidade e deu o dinheiro dele para receber aquilo que ele queria. E o dinheiro dele, em vez de ficar na universidade para que ele deu, foi parar na mão de outra.

Então, em vez de uma intervenção, se eu dissesse aqui aos senhores, para que, como legisladores, fizessem essa reflexão: "Está bem, o dinheiro da Gama Filho fica com a Gama Filho." Perfeito, a conta está paga, não há mais problema com relação à Gama Filho. E nós só estamos aqui falando de Gama Filho. Ninguém está falando de Cidade. Mas a operação da Galileo são duas, não é uma. Por que só a Gama Filho? Por que só a Gama Filho está aqui? Por que o Dr. Alex Porto só falou da SUGF? Ele não fala da Sespa, não? O problema é a SUGF? Ou ele é a Sespa? Porque ele tem um contrato de gestão compartilhada com a Sespa. A Gama Filho não tem, a SUGF não tem; a SUGF só tinha assinatura do cheque.

Havia um plano de contas, o Sr. Márcio André tinha que respeitar os pagamentos, como eles também têm que respeitar, e eles pegaram o dinheiro. E sabem como romperam com isso? Nós temos uma procuração para assinar cheque somente, sem participar da gestão; eles pegam esse dinheiro com empréstimos feitos através das empresas ligadas, pegam os recebíveis da Gama Filho e entregam lá. Então, não há cheque para assinar, e a gente não sabe o que se faz com o dinheiro da Gama Filho. Nós desconhecemos. Porque eles burlaram o que nós pusemos no contrato, através desse mecanismo de entregar recebíveis da Gama Filho em pagamento de empréstimos da Sespa. Porque a Gama Filho não precisava de dinheiro. Ela sempre arrecadou e continua, mesmo – coitada – agora, neste momento de penúria, arrecadando mais do que gasta.

Então, basta os senhores legisladores fazerem apenas uma coisa muito simples, que tiraria o esforço do MEC, tiraria até o risco de virar questionamentos jurídicos contra o MEC, isso virar um precatório lá na frente. É simples: o dinheiro da instituição fica na instituição. O dinheiro da outra IES fica na outra IES. Para que o reitor – exatamente aquilo que o senhor falou – seja o gestor. Então, ele arrecadou o dinheiro dele, e o dinheiro fica com ele. Agora, se é reitor... E temos dois reitores hoje, o reitor da UGF e o reitor da Cidade. Pode ser o mesmo ou não. Mas, se forem dois, o dinheiro deste aqui vai parar na mão desse aqui. Mas, nesse aqui ou vai parar no passivo? Aí entra a questão do financeiro: "Ah, virou uma questão financeira mesmo, para pagar lá atrás."

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Isso é o contrato? Isso está no contrato?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – No nosso contrato está. Tudo que eu estou falando está documentado. O contrato da SUGF parte do princípio de uma procuração pura e simples sobre cheques, porque, no contrato, há um plano de contas: paguem-se, primeiro, todas as dívidas tributárias, todas as dívidas com pagamento de fornecedores etc.

Para o senhor ter uma ideia, são três grupos, são cinco grupos de contas; bancos estão lá em terceiro lugar, no terceiro grupo, que são os grupos primários. Depois, se vocês quiserem, eu aprecio e trago o plano de contas para vocês verem que está vinculado a essa procuração de cheque. E toda vez que se fizesse um pagamento fora desse plano de contas, nós não éramos obrigados a assinar o cheque. Essa é que era a operação, diferentemente – não sei se o senhor estava presente aqui – da gestão que foi assinada entre o Sr. Márcio André e o Sr. Levinson. Está aqui o contrato que diz: "Gestão compartilhada na Galileo mediante nomeação pela Assespa do Sr. Wanderley Cantieri", que é uma pessoa cujo nome é sempre recorrente – os senhores, talvez, o tenham visto algumas vezes.

A Galileo, sim, é compartilhada. Tanto é que o Dr. Alex Porto só responde, como ele mesmo disse, pela diretoria, ele não fala pelo acionista porque o acionista é este aqui. Diferentemente de nós; nós somos apenas procuradores.

E o dinheiro? Pegaram e levaram para outra conta, pagando empréstimos, mais nada, e nós não podemos impedir isso judicialmente. Como disse o Dr. Alex Porto: "Não, estão sendo feitas ações." Ação judicial não paga salário, não paga nada e não dá nem tempo porque já quebrou antes. Imagine nós ficarmos discutindo aqui, ficarmos nessa discussão, eu cá e ele lá. A gente mete ação aqui; ele, contra nós; e acabou, já acabou o dinheiro.

Em julho e agosto, não foram pagos os salários. Foram arrecadados R$18 milhões, e eles não pagaram nem o administrativo, cuja folha é de R$1 milhão. Onde foram parar os R$18 milhões? Nós tínhamos a procuração para poder pagar, mas não vimos onde esse dinheiro foi parar. Não pediram para a gente assinar nada. "Assina aí." Não.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Isso quer dizer que o dinheiro do ProUni, Fies etc., todo esse dinheiro está indo para essa conta...

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Não, ProUni não.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ...que você não opera.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Não, não, ProUni não. Tem que ser os recebíveis. O ProUni... No caso do Galileo, ele só pode usar esses créditos...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Mas é isso, os das faculdades são todos entregues nessa conta.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Não, empréstimo. Ele pega um empréstimo num banco qualquer, dá em garantia, e nós não temos acesso, mas o Dr. Levinson sim, porque esses empréstimos não são da Gama Filho, são exatamente da Assespa. A Gama Filho é superavitária, ela não precisa de um centavo de empréstimo. Então, todos os empréstimos feitos foram para pagar contas da Assespa.

Eu acho louvável o esforço deles de captar dinheiro no mercado. Isso é lindo. Não era para nós nem estarmos vindo aqui. O problema é: quem vai pagar a conta se a Cidade tem prejuízo operacional, não arrecada nem um terço do seu custo? É a Gama Filho.

Então, Senador, o que eu podia pedir ao senhor como sugestão simples, para sair daqui, como foi dito, e procurar a Dilma, a nossa Presidenta, é apenas simples, olha só: proíba que o dinheiro de uma IES seja usada em outra. Está resolvido o problema.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Para frente. Significa que, se a IES hoje arrecada e tem sobra de dinheiro, ou seja, houve lucro, ela pega esse lucro e, se quiser investir na Cidade, que invista, para que haja autonomia.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Mas 15% são de matrículas, não é isso? E o ProUni seria que parte? Esse dinheiro vai para onde?

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Não, Fies e ProUni, tudo isso é relativo. Se você não tem o CND, que é o caso da Galileo, você não recebe dinheiro, você só pode usar para pagamento de créditos, de dívidas tributárias; você não pode usar enquanto não regularizar. Então, não existe esse dinheiro no caixa. O ProUni são as vagas de graça, você não recebe esse dinheiro, você dá.

É porque a visão de uma universidade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – O ProUni? O ProUni...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Não, ele tem as isenções de impostos. Mas uma filantrópica, por exemplo, não precisa do ProUni. Na verdade, você tem uma superposição.

O SR. ROBSON LEITE – Dr. Carlos Alberto, por favor. Sou eu, Deputado Robson Leite que está falando.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Pois não. Desculpe-me.

O SR. ROBSON LEITE – A isenção que o ProUni concede não é por benesse.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Não!

O SR. ROBSON LEITE – E é uma grande isenção financeira. Se V. Sª me permite...

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Mas veja...

O SR. ROBSON LEITE – ...não dá para dizer que não é nada.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Não. Eu vou fazer uma observação. A SUGF é filantrópica, e o ProUni para ela não tem efeito prático, porque nós já somos isentos de aspectos tributários. Então, o ProUni, apesar de também à época a SUGF ter optado pelo ProUni, ele não traz efeito prático financeiro. No caso da Galileo, que é uma S.A., o ProUni tem uma grande relevância. Por quê? Porque ela teria que pagar os impostos e ela goza do benefício de não os pagar.

Mas, veja, nós estamos aqui falando de uma instituição que foi esvaziada das suas receitas, que está sendo sugada para custear outra IES. Esse efeito tributário é apenas um componente da construção da

dívida que ela já tem hoje, porque ela não paga nem os tributos dos seus funcionários; não vamos nem falar das benesses que o ProUni traria. Estamos falando de fluxo de caixa. Salário você paga com dinheiro no caixa. Então, o que acontece? O dinheiro do caixa, que existia, foi desviado para outra instituição. É esse o aspecto. Se isso é proibido... É o caso da Estácio, que tem hoje diversas mantidas e todas elas... Se vocês analisarem individualmente, talvez algumas mantidas tenham dinheiro e outras não, mas a criação do caixa único é que foi o grande problema.

Com todo o esforço do Dr. Alex Porto, eles poderiam ter chegado a um ambiente muito melhor. Se tivessem considerado que o dinheiro da Gama Filho era da Gama Filho e que o dinheiro da Cidade era da Cidade, pensariam em como resolver o problema da Cidade. E aí ficariam com o foco só na Cidade. Fariam essa operação estruturada para a Cidade etc., e quem pagaria essa operação seria a Cidade.

Não, a Cidade não tem capacidade de pagamento e quem vai pagar essa operação que eles estão fazendo vai ser a Gama Filho; não há saída, porque dinheiro se paga com dinheiro, e a única que tem dinheiro é a Gama Filho.

Espero que eu tenha conseguido pelo menos esclarecer algumas das dúvidas, para que o senhor possa, então, levar o assunto à reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Concedo a palavra à Drª Marta.

E faço esta indagação que me fizeram: por que o art. 46 não dá essa autonomia ao MEC?

A SRª MARTA WENDEL ABRAMO – O.k., vou tentar ser breve aqui e esclarecer um pouquinho, pinçar um pouquinho as questões que foram levantadas.

Inicialmente, quero apenas fazer um esclarecimento do fato de se estar falando tanto da transferência de mantença, a questão da transferência de mantença, sem entrar no mérito do que aconteceu no negócio e quais são os instrumentos à disposição do MEC e a posição do MEC hoje, com a legislação que temos hoje, como reconhecemos o marco.

Todo o marco normativo foi construído em cima de uma outra realidade. Hoje estamos, de fato, necessitando de uma revisão desse marco, porque os instrumentos foram criados para uma realidade diferente da de hoje, que é a questão dos grandes grupos econômicos, das fusões, das aquisições, que não era a realidade quando foi construída a LDB.

Se você for ler o art. 46 da LDB – a própria Julliene leu aqui para a gente –, vai ver que fala em intervenção na instituição de ensino.

A gente tem uma figura muito peculiar na educação, que é a figura da mantida e a figura da mantenedora. As mantidas, que são a Gama Filho e o Centro Universitário da Cidade, não têm sequer personalidade jurídica, elas não têm orçamento, elas não têm CNPJ, elas não pagam salário, elas não fazem investimento, elas não...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA WENDEL ABRAMO – ...elas não levantam recursos, elas não fazem operações financeiras. Por isso essa situação de haver por trás uma associação, que pode ser beneficente ou um grande grupo econômico, que pode visar lucro; essa é a situação que a gente enfrenta hoje. E a intervenção do MEC sempre foi nas mantidas, na questão acadêmica, até podendo chegar a questões de gestão ou de administração. Mas os problemas enfrentados pela Gama Filho e pela UniverCidade não são problemas de gestão, de má gestão de recursos simplesmente. São problemas de inexistência de recursos ali para a manutenção das atividades e para investimentos necessários, porque não temos mais só problemas do cotidiano. Há necessidades de aportes de recursos. Então, isso leva à questão do tipo de intervenção que se espera do MEC e até onde o MEC pode ir. E existe uma questão por trás: quem aportará recursos para reestruturação dessas instituições? Essa é a questão crucial.

O Senador Cristovam colocou esta pergunta de forma clara: "O que se espera do MEC?". E o Senador Lindbergh colocou aqui: "Vamos achar caminhos. Quais seriam os caminhos possíveis?". Esse diálogo nós vimos mantendo ao longo deste ano inteiro, inclusive, com a Comissão de Educação da Câmara, com vários Deputados, em várias conversas. Quais são os caminhos? Quais são as possibilidades? Porque, se não forem enfrentadas as questões do recurso, do aporte de recursos, da fonte desses recursos, não adianta falar em intervenção.

O MEC pode, sim, fazer a intervenção. O que julgamos é que a intervenção não seria suficiente para a solução dos problemas. A intervenção que seria feita não resolveria os problemas estruturais dessas duas instituições de ensino. Então, por isso é que essa questão de transferência de mantença...

E aqui eu peço só para fazer um parêntese para deixar claro, porque eu não tive oportunidade, na minha fala, de comentar o que disse aqui o Dr. Carlos, que o MEC recebeu até hoje dois documentos sobre a transferência de mantença. Um foi um pedido de transferência de mantença da Sociedade Universitária Gama Filho para o grupo Galileo, assinado, firmado pela Sociedade Universitária Gama Filho, solicitando a transferência de mantença. Recentemente, recebemos um outro documento, solicitando o cancelamento

dessa transferência. Não houve nenhum outro documento. O Dr. Carlos colocou aqui que causou surpresa a transferência de mantença num momento de crise. Não houve relato dessa crise do ponto de vista dessa operação, do ponto de vista da destinação dos recursos, do ponto de vista do descumprimento de contratos, não. Houve, sim, relatos do Sindicato dos Médicos, dos professores, de problemas acadêmicos.

Outra coisa que eu quero deixar bem claro é que o MEC entende que a imposição de medidas de saneamento de deficiência, com ações concretas, prazos e sanções, e a vinculação do aporte desses recursos que serão levantados a essas ações é, sim, uma forma de intervenção. É a forma de intervenção que encontramos e que achamos que pode vir a solucionar os problemas.

E queremos deixar claro que, em qualquer alteração na mantença, retomada de mantença pela sociedade que está pleiteando ou outro grupo vir a assumir a mantença, terão que honrar os mesmos compromissos assumidos com o MEC sob pena de outras sanções. Esse termo de saneamento de deficiência valerá para o grupo Galileo ou qualquer outro grupo que venha assumir a mantença das instituições de ensino.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não, Deputado.

O SR. ROBSON LEITE – Eu serei bem rápido até porque eu acho importante a contribuição que os Deputados Federais vão dar para esta questão.

Alguns pontos aqui me angustiam. Eu queria até me dirigir à Drª Marta porque eu estou muito instigado com o que o Senador Lindbergh colocou aqui.

Eu nutro pelo Senador Cristovam um respeito e uma admiração muito grande e acho que ele pode, tem dado e deu aqui uma contribuição importantíssima neste debate. Nós estamos na Casa de leis aqui, o Senado, e nós temos um projeto de lei na Câmara Federal.

O Senador Cristovam está corretíssimo em dizer que o projeto na origem não tinha essa possibilidade, mas tem emendas que já contemplam isso. Nós estamos diante da possibilidade real de resolver isso, evidentemente, construindo esse marco legal. Nós temos responsabilidade nisso. Nós como Governo – falo e me sinto como Governo, apesar de ser Deputado Estadual, mas sou do Partido dos Trabalhadores e me sinto responsável por esse problema também – temos que dar uma solução para isso. Se o MEC tem as suas limitações, como trouxe aqui a Drª Marta – e eu tenho algumas discordâncias –, vamos criar agora, vamos discutir e debater isso. Acho que isso é importante. Nós temos elementos. Está na Câmara o projeto, está na Comissão do Trabalho da Câmara.

E só para encerrar aqui a minha fala, cito uma questão que é importante para quem vai para a Galileo e para a Gama Filho: nós temos um problema real colocado. As demissões chegaram a mil, somando todas elas. Das 600 lá atrás que originaram a crise – se não me engano foi em 2011 –, não foi paga nenhuma obrigação trabalhista até agora. Conheço pessoas que foram demitidas, técnicos administrativos, para quem a palavra é “procure seu direito na Justiça”. E descobriram, na demissão, que não havia nenhum depósito no fundo de garantia em 30 anos. Isso tem que ser dito. Trinta anos de casa sem depósito no fundo de garantia! Inclusive, algumas demissões, tanto aquelas quanto as atuais, não passaram pelo conselho de administração. Eu conheço os casos, eu vi os casos, ninguém me contou. Eu vi o espelho do fundo de garantia. Há algumas coisas aqui no relatório.

Eu quero encerrar, Senador, passando às mãos do secretário o relatório, que é dirigido a V. Exª, que eu tenho certeza que vai dar uma contribuição importantíssima a este debate.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Deputado.

Causa-me espécie saber que uma entidade que não paga o fundo de garantia consegue certidão. Como ela vai conseguir empréstimos? Qualquer mortal não consegue dar um passo sem a certidão de fundo de garantia, INSS e outras.

Deputada Jandira, com muito prazer.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Senador, cumprimento V. Exª e agradeço a liberalidade, porque nós não temos voz no Senado. Essa liberalidade faz parte da sua generosidade.

Cumprimento o Senador Cyro, o Senador Cristovam, o Senador Inácio Arruda, o Deputado Glauber, o Deputado Robson e representações das entidades, dos alunos, do MEC, das sociedades.

Senador, eu lhe digo que, não fosse a ocupação dos alunos que ficaram lá quase três meses, esse assunto talvez não tivesse chegado aonde chegou. Então, acho que temos de lançar uma homenagem, pela atitude corajosa, pacífica, ordeira, mas muito firme e contundente, aos alunos da Gama Filho, que ficaram lá numa situação absolutamente difícil naquela ocupação, mas que buscaram de forma ampla, suprapartidária, articular os atores políticos e a ajuda que hoje se estabelece, inclusive, nesta audiência pública. Então, quero deixar registrada aqui essa homenagem aos alunos pela ação.

Eu estive na ocupação algumas vezes e, acompanhando os dados, eu lhe diria, Senador, que nós podemos fazer um passeio pelo Código Penal, pela

legislação trabalhista, pelo Código Civil: é uma balbúrdia administrativa, é crime o que está acontecendo ali.

Fico muito impactada porque até agora a gente não conseguiu conversar diretamente com o Ministro Mercadante. Nós pedimos, os alunos, os professores, mas o impacto que nos causa é o seguinte – o senhor acabou de fazer uma pergunta óbvia –: como é que uma instituição com tantos crimes cometidos ao longo dos anos consegue aprovar transferência de mantença, consegue... Eu não consigo entender qual é o grau de olhar e de fiscalização que o Estado brasileiro tem. Como é que é isso? É inexplicável.

Dizer que não há plano de gestão! É claro que tem plano de gestão de recursos. Ele acaba de dizer que o dinheiro tinha de estar num lugar, mas está no outro. Se nós sabemos que o dinheiro arrecadado não foi para a finalidade educativa... Aquilo ali pode ser visto por eles como *business*; para nós é educação. Então, se o dinheiro não é aplicado na sua atividade fim, se o dinheiro é desviado para outras finalidades que não sei exatamente quais são, se é só o problema da universidade ou se tem outros fins, que também não tenho como afirmar levianamente, quer dizer, como é que isso, até aqui...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Só para corroborar, V. Exª não tinha chegado quando nos foi dito que eles receberam cem milhões da CVM, havia um critério para ser obedecido, e não foi. Foi desviado. Quer dizer, com os cem milhões, estaria sanado.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Então, eu fico me perguntando assim, independente dos instrumentos que o MEC alega não ter, eu me pergunto o seguinte: diante de tantos crimes, o que a gente faz? O Estado brasileiro não entra, não intervém? Nós já buscamos o Ministério Público, buscamos a assessoria jurídica, é um passeio pelas leis brasileiras, é um passeio de violação dessas leis.

Então, quero concordar aqui com uma atitude um pouco mais radical da nossa parte, Senador. Acho que o Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado, o Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, o Deputado Gabriel Chalita, que esteve conosco na ocupação, e nós precisamos fazer a ponte imediata, não só com o Ministro da Educação, mas com a Presidente da República, porque temos que ter uma ação. Se a ação é aprovar uma lei rapidamente, que essa prioridade seja dada. Agora, como diz o Senador Cristovam, até criar o instituto, até estabelecer os cargos, até todo mundo assumir, pode botar três anos nisso. E até lá, fazemos o quê? Esse é o problema. Qual é a ação imediata que podemos exigir do Governo, da Advocacia-Geral da União, do Ministério Público Federal, para que essa ação seja emergencialmente tratada, porque, do jeito que vai aqui, está bom: deixa o dinheiro na Gama Filho, continua demitindo e fecha a universidade, é isso? Pelo que entendi, talvez essa seja a perspectiva. E com os alunos de lá, que são 15 mil, fazemos o quê? Quantos são os alunos da UniverCidade?

A SRª LETÍCIA PORTUGAL – Se me permite, já foi um dia. Com tanta decadência, agora nós somos quatro mil.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Quatro mil. E na Gama Filho, dezoito?

A SRª LETÍCIA PORTUGAL – Eram dezoito, caiu para quinze, e agora devem ser uns nove.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Está bom, vinte mil pessoas que teriam que ser descredenciadas, com uma transferência assistida, porque sabemos que não há vagas para todo mundo. Isso também pode levar dois anos, as pessoas não se formam, perdem seu período.

Eu sou médica, é desesperador ver o que é o curso de Medicina da Gama Filho, o que já foi um dia. Hoje a aula prática é feita em PowerPoint. Nem as secretarias municipal e estadual nem os locais onde tem convênio estão conseguindo aceitar os alunos em seus hospitais por falta de pagamento, é a informação que se tem do Poder Público. Não é a mesma do Dr. Alex Porto ou de seja lá quem responda pela Galileo.

Na verdade é o seguinte: não há mais credibilidade, não há mais confiabilidade em quem hoje administra e não sei nem se temos condições de dizer se quem administrava antes teria também, porque chegou a esse ponto. Eu fico me perguntando: se era tão lucrativa, porque abriu mão? E por que agora pede para voltar? E por que essa situação criminosa vai sendo acompanhada com essa parcimônia, com essa tranquilidade que nós temos visto?

A fala da Drª Marta é de que o MEC incorporou as garantias apresentadas pela Galileo. Então, vamos levando. Eu tinha entendido, sinceramente, Drª Marta, num primeiro momento, o seguinte: já que estamos chegando ao final do ano, vamos deixar acabar o ano, para os alunos se formarem, para ter aula, para não criar uma crise maior agora, mas acabaram de demitir mais 300, 400 professores, vários do curso de Medicina.

Não sei como é que a gente chega ao final do ano, como é que a gente abre 2014, que é um ano eleitoral, difícil, complicado, com um ano legislativo atípico, que é meio ano para nós.

Então, acho que o que esta Comissão e a nossa lá da Câmara devem conseguir é imediatamente fazer a ponte com o Governo Federal e a gente ver soluções emergenciais, para além da urgência do Insaes, como

disse o Deputado Robson. Acho que temos que criar uma saída emergencial rápida para que a gente não leve à falência, ao fechamento tantas universidades no Brasil, particularmente essa, que acompanhamos mais de perto.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigada, Deputada.

Quero já subsidiar que hoje, às 15 horas, tenho uma audiência com o Ministro Mercadante e vou pedir essa audiência urgente urgentíssima. Estou fazendo uma comissão, para que a gente converse. Ele é uma pessoa sensível, uma pessoa que tem uma visão muito grande.

A outra medida seria a Presidente da República declarar urgência urgentíssima para esse Projeto 43.372. Eu já vi tramitar nas duas Casas, em 26 dias, um projeto. Então, se o Governo quiser, ainda no final deste mês ou comecinho de novembro, teremos essa lei aprovada e sancionada. Depende dela agora. Vou fazer a minha parte. Eu não tenho acesso à Presidente da República, aí eu conto com vocês.

Por gentileza, com muito prazer, passo a palavra ao Deputado Glauber, que também é representante do Rio de Janeiro, do PSDB do Rio de Janeiro.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – PSB.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Mas nós gostaríamos que fosse PSDB.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, quero cumprimentar V. Exª e demais membros da Mesa.

Vou procurar ser bastante objetivo, falando de onde a gente foi parar a partir do momento em que a educação está sendo tratada como um negócio entre muitos outros negócios que já estão aqui colocados. Objetivamente, sobre o caso do Grupo Galileo, Gama Filho e UniverCidade.

Aqui a gente teve a oportunidade de ver que, pelo que consegui compreender das palavras de Drª Marta, a intervenção, se existem elementos ou instrumentos para fazê-la, já não é mais uma questão. Ou seja, a gente partiu do pressuposto de que, até então, a gente estava numa discussão de elementos legais para que a intervenção pudesse ser feita. Na última fala de Drª Marta, eu ouvi a interpretação de que, sim, é possível ser realizada a intervenção, mas a gente tem uma questão relacionada ao aporte de recursos para que esse projeto possa ter sustentação.

Então, se a gente superou a primeira etapa e a intervenção é possível, parto para uma segunda questão: como é que a gente pode querer dos alunos, dos professores, dos profissionais, de todos aqueles que estão envolvidos nessa questão a confiança numa operação que, numa situação de crise, se quer inclusive sigilosa – sigilosa sem indicar o motivo de ser sigilosa; sigilosa sem indicar o momento em que, teoricamente, esse recurso é depositado; e sigilosa por quê? Essa é uma pergunta de natureza bastante objetiva. Num momento de crise, em que você tem uma crise ainda maior de credibilidade, fala-se que a solução para todas as questões e os problemas colocados estará numa operação sigilosa, no futuro, em aporte de recursos, não se sabe quando, não se sabe por quem, e por que sigilosa é.

Essa é uma informação que, para começo de conversa, se é que essa adoção de solução poderia ser considerada, tinha que ser explicada de forma bastante prática. Se existe uma crise de confiança, como é que você vai recuperar essa confiança dizendo que outras pessoas têm que ter uma confiança futura numa operação de natureza sigilosa? Não dá.

Então, aí, a gente não tem outra opção. Não existe confiança e crença de que isso possa se resolver a partir do Grupo Galileo. A gente espera, objetivamente, sim, já que existe essa possibilidade, já tornada pública, que seja realizada a intervenção por parte do Ministério da Educação, que é a solicitação dos alunos e de todos aqueles que estão envolvidos nesse processo. E se a questão é de natureza financeira, orçamentária, de aporte de recursos para que seja dada a manutenção, que possamos discutir, inclusive porque a gente já está no mês de outubro, até o final do ano, na votação do próprio orçamento, a partir do ano que vem, do ano de 2014. Se essa é a questão, que a gente possa trazer essa questão para dentro do próprio Parlamento para, em conjunto com o Ministério da Educação, procurar uma solução. Agora, o que não é possível é termos mais uma vez a determinação de que esperaremos por aquilo que sabemos que não vai ser alcançado.

Eu tive oportunidade, com todo o respeito, de fazer uma reunião com o Presidente Alex Porto e com outros representantes da mantenedora, onde foi apresentado para os Deputados da Comissão de Educação aquilo que teoricamente seria um plano de restruturação. Quando a gente teve oportunidade de fazer a leitura, não passava – e muito de longe – de uma carta de intenções. Mas naquela reunião, no início deste ano, foi perguntado claramente se um conjunto de compromissos, porque até então os alunos acreditavam que algo era possível de ser realizado, se algo poderia ser realizado e assumido como compromisso. E foi dito, com todas as palavras, pelo Sr. Alex Porto, para mim e para os outros Deputados que estavam lá presentes, que sim, ou seja, que aqueles compromissos que es-

tavam ali colocados iam ser assumidos e cumpridos. Não foram. Se não foram, a gente não pode imaginar que a partir de agora serão.

Então temos um instrumento, sim; dá para ser feita a intervenção. Se porventura a mantenedora se sentir prejudicada com essa intervenção e recorrer ao Judiciário, essa será outra questão. Quem tem que demonstrar agora, neste momento, que vai agir com determinação para que a gente possa ultrapassar essa questão é o Ministério da Educação.

Esta é a nossa solicitação e a nossa reivindicação: que o Ministério da Educação possa, sim, agir com firmeza e não trabalhe sobre uma operação sigilosa cujo por que nós não conhecemos nem quando nem qual é a motivação para que sigilosa seja. Não dá para confiar nisso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com toda razão.

Para terminar, o Senador Inácio Arruda. Depois começo pelo contrário, da minha esquerda para a direita, a dar a palavra para que respondam às considerações.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu acho que todas as questões já foram postas. E também estão claras as informações. Acho que há um problema entre a mantida e a mantenedora, e nós temos que desatar esse nó. Nós temos que ter a intermediação do MEC, do Ministério da Educação, não tem jeito. E temos que patrocinar essa reunião com o Ministro para ele nos auxiliar diretamente na solução de um problema que, digamos assim, o MEC pode olhar da seguinte forma: esse é um problema entre as empresas. Não é um problema do MEC. O MEC entra no currículo, o MEC entra no ProUni, o MEC entra no Fies, quer dizer, onde entra o Governo? Mas ele não iria se imiscuir na questão administrativa da gestão e do negócio que foi desenvolvido.

O problema é que não dá para a gente simplesmente dizer o seguinte: que os quase quinze mil estudantes se virem. Esse é o problema. O MEC não pode fazer isso. Acho que nós temos que nos sentar com o Ministro Mercadante, V. Exª e o Presidente da Comissão de Educação da Câmara. Nós somos...

Eu me lembro de uma situação crucial que nós vivenciamos com a empresa americana que comprou, naquele processo de privatização, a companhia de força e luz de São Paulo, que era responsável por toda a região metropolitana de São Paulo, inclusive a capital, um negócio trilionário. Nós fizemos uma convocação, eu como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, para que o presidente da companhia comparecesse. Era um americano. Era uma situação gravíssima, porque o Presidente era comunista e o presidente da companhia, um megacapitalista. Pensei: vai ser um terror! Ele chegou, ainda tremendo, receoso com as frases de que comunista aqui no Brasil comia criancinha, está certo? E viu que não são exatamente os comunistas que comem criancinha. Era exatamente o contrário; eram os que diziam que comunista comia criancinha que praticavam esse tipo de abuso com as crianças. Mas o resultado é que aquela reunião, patrocinada pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, com os prefeitos da região metropolitana de São Paulo e o presidente da companhia, levou à solução do problema. Dali nós fomos nos sentar com o Ministro. Sentamo-nos com o Governo e resolvemos o problema.

Acho que é a nossa responsabilidade.

Nós temos que olhar para quinze mil estudantes brasileiros que precisam dessa nossa intermediação direta com o presidente das empresas – não sei se é assim tratado, como presidente – e o Ministro da Educação. Nós temos que entrar para ajudar a resolver, senão vamos ficar na retórica, todo mundo na retórica. Acho que V. Exª pode fazer isso e nos chamar para conversar. Marcada a audiência, pode nos chamar, para que possamos tratar. Se for o caso, faremos uma primeira reunião com o Ministro, em seguida, convocaremos as partes, sentamo-nos à mesa e saímos com esse problema resolvido de uma forma ou de outra, porque a lei... Basta um pedido de vista, basta alguém emperrar numa das Casas e já se criou um problema de dois anos. Nós precisamos de uma solução prática. E acho que isso nós podemos alcançar juntamente com a ação de V. Exª e do Presidente da Comissão de Educação da Câmara. Nós vamos juntos. O Cristovam vai junto, eu vou junto com V. Exª, os Deputados vão juntos. Acho que podemos fazer uma boa comissão e ajudar a resolver.

Eu entendo a preocupação do MEC. O MEC fica olhando e pensando o seguinte: então vamos passar esse ônus para o Governo. É esse o olhar do MEC. Quer dizer, além da pendência judicial, da briga judicial, esse ônus vem para mim. O problema é que esse ônus já está nas mãos do MEC. Por isso eu queria apenas agregar esse fator, porque aqui nós não resolvemos. Não é possível resolver. Acho que temos que ter a intermediação, sim, de V. Exª com o Ministro para dar uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – V. Exª tem toda a razão. Resumindo, o que V. Exª quis dizer é o seguinte: eu tenho fome. Não adianta dizerem assim: passe daqui a 60 dias, porque eu vou lhe dar um prato de comida. Aí já morreu todo mundo.

Temos dois problemas emergenciais: dos alunos, Gama Filho, e fechar a comporta que está aberta para as outras universidades, porque a gente não sabe quantas já estão em estado adiantado de putrefação.

Antes de encerrar, vou conceder a palavra por um breve espaço, perdoe-me, ao Deputado Molon. É um prazer tê-lo aqui, na nossa Comissão, V. Exª que é um dos representantes do Rio de Janeiro. Por gentileza.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – Muito obrigado, Senador. Eu serei breve.

Quero pedir desculpas a V. Exª e a todos os demais presentes pela hora em que cheguei. Hoje a Câmara dos Deputados fez uma sessão solene em homenagem aos 25 anos da Constituição, com o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara. Eu fui autor do requerimento que deu origem a essa sessão, por isso não pude chegar antes. Eu quero pedir desculpas.

Esse tema tem relação com o que estamos discutindo aqui: o direito à educação, que é o que, no fundo, está em jogo. Os alunos estão pedindo socorro ao Poder Público para que esse direito deles seja garantido.

Presidente, eu fui à Galileo alguns meses atrás, na comitiva de Deputados da Comissão de Educação. Nós recebemos um compromisso oral, naquele momento, da Galileo sobre um conjunto de ações. Depois o compromisso nos foi enviado por escrito. E esses compromissos infelizmente não foram cumpridos. Isso já foi relatado para V. Exª.

Portanto não me parece que seja uma questão de dar mais tempo ao tempo. Parece que a entidade se encontra incapacitada de cumprir com o que deve e, de fato, se exige uma atuação do MEC.

Acho que esse caso provou que educação não deve ser vista como negócio. A educação é muito mais do que isso, muito mais do que um empreendimento qualquer. E a "financeirização" da educação é algo que deve merecer a nossa preocupação. Acho que houve uma grande jogada financeira que provocou esse problema tão grave e que levou os alunos a esse estado de abandono.

Presidente, eu termino dizendo o seguinte: ontem nós saímos da Câmara às duas horas da manhã mais ou menos, depois de tentar votar o Mais Médicos. A Universidade Gama Filho, em que pesem também os inúmeros cursos da Universidade, dos alunos da Universidade... Apenas para citar um exemplo, a Universidade Gama Filho tem milhares de alunos de Medicina. Seria um contrassenso que, de um lado, o nosso Governo – e digo nosso com orgulho, viu, Marta? – tomasse uma iniciativa como esta do Mais Médicos, e, por outro lado, permitisse que essas vagas de médicos ou de todas as outras carreiras desaparecessem.

Por isso, faço um apelo para que haja uma intervenção do MEC, uma intervenção rápida. E quero me colocar à disposição do MEC para ajudar a pensar essa saída, quer dizer, nós não estamos aqui para dizer o que o MEC deve fazer, mas para colaborar com isso que precisa ser feito. Parece-me que esperar mais é expor a um sofrimento insuportável os alunos, pais de alunos, professores, funcionários, que estão esse tempo todo em uma situação dramática.

Um dos professores queira falar comigo para relatar o drama e pediu que eu ligasse, porque não tinha mais dinheiro para pagar o celular e só estava recebendo ligação. Isso é inaceitável, não é, Presidente?

Por isso eu quero receber aqui do MEC uma ação enérgica, firme, e me colocar à disposição para encontrar essa saída com o Ministro que a gente tanto respeita que é o Ministro Mercadante.

Parabéns, Presidente, pela realização dessa audiência pública. V. Exª presta um grande serviço ao Rio de Janeiro, aos estudantes e à educação deste País, realizando esta audiência pública.

Peço licença a V. Exª para cumprimentar o Deputado Estadual Robson Leite, que trabalhou com esse tema lá na Assembleia Legislativa – dou-lhe as boas-vindas aqui –, e o Deputado Glauber Braga, que também é membro dessa Comissão que esteve lá Galileo, um lutador dessa causa também.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Não tem o que agradecer. É nossa obrigação estarmos atentos a esses problemas.

Eu passo a palavra, então, da esquerda para a direita, para o Dr. Alex Porto primeiro; depois, para a Drª Marta, por três minutos, se for possível.

O SR. ALEX KLYEMANN BEZERRA PORTO DE FARIAS – Sr. Presidente, muito obrigado.

Quero fazer alguns registros aqui, e são registros fundamentais.

Quero impugnar a representação do Sr. Carlos Peregrino, porque, na realidade, ele não representa a Sociedade Universitária Gama Filho. A Sociedade Universitária Gama Filho (SUGF) era a antiga mantenedora da Universidade Gama Filho. Com a transferência de mantença, a Galileo é a mantenedora da Gama Filho. Então, o Sr. Carlos Peregrino está aqui representando interesses empresariais; não está representando o interesse de reconstrução e solução dos problemas aqui aventados.

Quero registrar que nós assumimos com o Estado brasileiro, com o MEC um termo de saneamento de deficiências, deficiências essas que foram levantadas no curso de uma comissão que foi lá por diversas vezes,

levantou todos os problemas, nós fizemos um cronograma, fizemos depois um projeto de reestruturação e o MEC nos solicitou que fizéssemos adequações no projeto de recuperação.

São colocadas algumas informações imprecisas aqui. E eu queria fazer esse registro também.

Eu tenho informações aqui que são passadas pela minha diretoria financeira. De janeiro de 2013 a agosto de 2013, a Galileo, através das suas mantidas Gama Filho e UniverCidade, arrecadou R$78 milhões; a folha de pagamento de professores e funcionários administrativos, folha bruta, foi de R$97 milhões; ou seja, há um déficit aí, somente em pagamento de salários, da ordem de R$19 milhões.

Foi citado aqui que os salários estão absolutamente em dia, que existem algumas parcelas a serem pagas, mas os salários estão efetivamente em dia. Aliás, foram pagos até de forma antecipada. No dia 4, agora, foi feito o pagamento de setembro. Há algumas parcelas que foram negociadas no começo do ano, porque um fluxo foi firmado com as entidades para ser concluído. O pagamento de setembro foi feito no dia 4, quando deveria ser feito no dia 7, ou seja, houve um aporte de capital para fazer frente a esses pagamentos.

Não há, em hipótese alguma, apropriação de qualquer centavo que seja com essa operação. Não há aqui nenhuma visualização de lucro, porque as instituições estão debilitadas, estão no processo de recuperação e reestruturação. Como é que se vai falar em lucro se a gente está fazendo reestruturação? A gente não está preocupado com o lucro, não. A gente está preocupado em trazer o equilíbrio econômico e financeiro para as entidades voltarem a ter o seu contexto de excelência.

Esse é um trabalho extremamente difícil, delicado, eu já havia falado isso. Nós assumimos essa operação, no início de novembro de 2012, com todos esses problemas. Como o Deputado relatou aqui, havia impostos não pagos há mais de trinta anos. Então, essas dificuldade todas a gente está enfrentando e dando um encaminhamento à solução.

Em relação ao projeto, Deputado, na realidade, já houve o lançamento da operação. O que estou falando é que eu não posso fazer o detalhamento por conta de que me foi imposto, na qualidade de executivo, o sigilo da operação. Agora, já foi noticiado aqui que é uma operação de debêntures lastreada em recebíveis e com garantia real do sócio controlador. Essa é a operação que se vai fazer. Eu não tenho como dar mais detalhe da operação, mas é essa operação que vai ser feita.

Outra coisa, nós fizemos com o MEC um termo de saneamento de deficiência, apontando e alinhando todas as deficiências; todas, sem nenhuma exclusão. O MEC levantou tudo através das comissões, apurou e estabeleceu o prazo para darmos soluções. Inclusive, no termo de saneamento de deficiência firmado, está ali registrado o valor do aporte, ou seja, o que efetivamente vai ser feito com o recurso.

Se no passado houve uma distorção na aplicação de recursos que foram captados, R$100 milhões, o que eu desconheço, pois, quando eu assumi a Presidência, o lançamento desse recurso já tinha sido feito, o Dr. Carlos, inclusive, fazia parte da diretoria, foi diretor de relações com investidores, foi conselheiro, então, na realidade, eu não sei realmente onde foi parar esse recurso, os R$100 milhões.

O que nos fizemos, registro mais uma vez, nós o fizemos na qualidade de diretores executivos da Galileo institucional. Nós fizemos ações de prestação de conta, entramos com ação de prestação de contas para saber efetivamente onde foi investido o recurso. Nós não sabemos e queremos saber. As pessoas vão explicar. O Dr. Carlos até vai ser citado e vai ter oportunidade de falar, dar suas informações lá a respeito do contexto de quando ele era gestor.

Então, aqui a gente está, Sr. Presidente, empreendendo todos os esforços, em que pese a desconfiança de alguns Parlamentares. Mas aqui a gente está vindo de forma despretensiosa, de forma desarmada, e aqui reiterando mais uma vez o pedido de ajuda para tocar o processo de reestruturação.

Nós temos o compromisso, o sócio controlador tem um compromisso de efetivamente tocar esse processo de reestruturação. Acabou de provar isso, fazendo o aporte para a liquidação das folhas.

Outra questão que eu quero suscitar é que a Universidade Gama Filho não dispõe de patrimônio. Ela tem 42% daquele complexo da Piedade, que é um complexo depauperado, antigo, que precisa de muita obra, e isso foi constatado pela comissão do MEC, tem problema de acessibilidade, tem problema de toda a ordem. Daquele complexo, parte pertence à SUGF, antiga mantenedora da Universidade Gama Filho, e parte pertence à família Gama Filho, ao contrário da UniverCidade.

Naturalmente, a Gama Filho tinha muito mais alunos do que a UniverCidade, mas a UniverCidade tem patrimônio, patrimônio esse que está na Assespa, antiga mantenedora da UniverCidade. Então, há uma distância entre uma e outra: uma tem patrimônio imobiliário que poderá, no futuro, servir em um processo de levantamento de recurso através de securitização para fazer um investimento.

Hoje a Universidade Gama Filho tem 8.695 alunos e a UniverCidade tem 4.621 alunos. Esse é o quadro que nós temos hoje.

O que a gente fez aqui em termos de demissões. Vou corrigir o número. Nós tínhamos 1.488 professores para 13.316 alunos, ou seja, 1 professor para cada 8 alunos. Já foi falado aqui que é suportável 1 para cada 25 alunos. Nós temos lá o contexto de 1 para cada 8 alunos.

(*Manifestação fora do microfone.*)

O SR. ALEX KLYEMANN BEZERRA PORTO DE FARIAS – O contexto é formado pelo quadro total. A gente examina o quadro total. Houve demissões da ordem de 300, não são 380. Trezentas demissões foram necessárias para trazer o equilíbrio econômico e financeiro, haja vista a incompatibilidade entre receita e folha de pagamento. Isso hoje não se acomoda. Infelizmente, tivemos de fazer as demissões, demissões essas...

O SR. ROBSON LEITE – Permita-me só um aparte, Presidente, porque é uma questão que considero importante o Dr. Alex responder.

O SR. ALEX KLYEMANN BEZERRA PORTO DE FARIAS – Pois não.

O SR. ROBSON LEITE – Tudo bem. Entre 300, 380, acho que não é essa a questão que a gente vai discutir.

O SR. ALEX KLYEMANN BEZERRA PORTO DE FARIAS – É só para deixar o registro.

O SR. ROBSON LEITE – Claro, mas é importante. Entre essas 300, foram demitidos presidentes de sindicatos e associações, que têm estabilidade sindical. E isso é ilegal.

O SR. ALEX KLYEMANN BEZERRA PORTO DE FARIAS – Não, Deputado, deixe-me corrigir mais uma vez V. Exª; atualizar, não corrigir. Desculpe-me, atualizar V. Exª. Houve demissões de dirigente sindical, houve demissão de representante de associação, e tão logo...

O SR. ROBSON LEITE – Passe depois o nome...

O SR. ALEX KLYEMANN BEZERRA PORTO DE FARIAS – Só para corrigir, a gente...

(*Manifestação fora do microfone.*)

O SR. ALEX KLYEMANN BEZERRA PORTO DE FARIAS – Só um minutinho, por favor.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEX KLYEMANN BEZERRA PORTO DE FARIAS – Só um minutinho, porque estou com a palavra.

O SR. JORGE LUIZ DO AMARAL (*Fora do microfone.*) – Não minta!

O SR. ALEX KLYEMANN BEZERRA PORTO DE FARIAS – A gente recebeu a informação de que houve demissões de dirigentes de associação e de sindicato. Imediatamente, quando nós soubemos dessa informação, quando a mantenedora soube dessa informação, imediatamente fez a reversão dessas demissões. Isso foi, inclusive, objeto de conversa no MEC. Nós asseguramos isso no MEC numa reunião entre associação e sindicato. O sindicato dos professores estava representado na reunião com o MEC e a associação dos professores da Universidade Gama Filho e da UC, da UniverCidade, do Centro Universitário. Nós assumimos que, se houvesse algum tipo de demissão de dirigente, que automaticamente o presidente deliberaria de forma monocrática e seria feita reversão imediata. Então, já foi feito naquele momento.

Outra coisa: assumimos também esse compromisso com o MEC de que os conselhos iriam examinar o equilíbrio dos cursos, para não haver nenhum prejuízo. Se houve alguma demissão, poderia ser corrigida. Então, os conselhos estão debruçados sobre isso. Inclusive, trabalharam sábado e domingo, para examinar se havia alguma inadequação que, na realidade, trouxesse prejuízo aos cursos. Então, os reitores e os coordenadores estão reunidos esta semana, inclusive, para fazer esse tipo de correção e para trazer a normalidade e a tranquilidade para concluirmos o semestre letivo. Já tem inclusive o calendário...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEX KLYEMANN BEZERRA PORTO DE FARIAS – Encerra no dia 31 de janeiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado. Só peço que não haja manifestação por parte dos presentes.

Com a palavra, a Drª Marta.

A SRª MARTA WENDEL ABRAMO – Bom, eu vou ser bastante breve, porque acho que a minha intenção aqui era para contribuir, exatamente como coloquei no começo, esclarecendo quais foram os passos tomados, em quais circunstâncias e quais as justificativas para cada um desses passos.

Cada um desses passos foi muito ponderado, muito debatido, a gente teve um ambiente de deliberação coletiva. A gente sempre esteve aberto aos Parlamentares, através da Comissão de Educação da Câmara, e se colocou inteiramente à disposição da Comissão de Educação do Senado, igualmente, para deliberar, rever e repensar todos os passos dos processos e a posição do MEC até agora. Obviamente que essas decisões tomadas podem ser aprimoradas ou revistas a qualquer momento, e a contribuição de todos só vem a fazer com que a posição do MEC seja fortalecida e ganhe com esse debate.

Então, queria colocar a minha diretoria, a secretaria, o MEC, de forma integral, à disposição para qualquer ideia de construção. A intenção do Ministé-

rio da Educação é a construção de uma solução para a crise enfrentada nessas duas instituições. O MEC não tem nenhuma relação com as mantenedoras, não tem nenhuma preferência por mantenedoras, não tem nenhum compromisso com nenhuma solução que não seja a solução de continuidade da educação ofertada por essas instituições. De alguma forma, se isso eventualmente não vier a ser possível, o MEC continuará comprometido com a continuidade dos estudos desses alunos.

Então, quero reafirmar que aqui não há nenhuma posição fechada do Ministério da Educação. Todos os passos foram muito pensados, deliberados e calcados em decisões vindas ao MEC através da Comissão Permanente, através das denúncias dos alunos, através do controle social que tem sido feito permanentemente com as associações dos professores, dos pais, dos estudantes, dos Parlamentares. Tudo isso o MEC está sempre aberto a ouvir, deliberar, pensar, repensar e construir os caminhos necessários para superação dessa crise.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Drª Marta.

Nessa audiência com o Ministro Mercadante, V. Sª será peça fundamental; estará presente.

Concedo a palavra ao Dr. Carlos.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Vou fazer algumas pequenas observações que serão bastante esclarecedoras, porque me parece que o Dr. Alex Porto não percebeu bem o que foi apresentado com relação aos números e também na própria apresentação.

Primeiro, a questão do FGTS. A dívida total de FGTS da Gama Filho é de R$70 milhões. A folha, normalmente, era na faixa de R$8 milhões por mês. O FGTS é um salário por ano. Então, tem no máximo dez salários. Com multa... Na verdade, nos últimos seis, sete anos, a Gama Filho não conseguia recolher mais FGTS.

Por essa dívida que veio exatamente a decisão da SUGF de ceder a transferência da mantença, exatamente porque ela não tinha mais capacidade financeira. Por isso que foi feita a operação de debêntures, que foi cedida. Quer dizer, de maneira transparente e verdadeira, foi reconhecida sua incapacidade e buscadas as ferramentas de mercado para que ela pudesse dar seguimento e honrar seus compromissos. Daí foi constituída a operação de debêntures que pagava isso tudo, o dinheiro, já como explicado.

A segunda observação. O Dr. Alex realmente também coloca, insiste em dizer que ele entrou em novembro de 2012. E é uma grande pergunta. Ele entrou realmente em novembro de 2012, mas o Dr. Adenor também; ninguém fez auditoria, eles desceram de paraquedas, colocados pelo Dr. Levinson. Como ele disse aqui: "Há um comprador para o restante dos salvados do incêndio provocado pelo Márcio André, o homem-bomba que morre pela causa" – o Dr. Adenor. Então, o Dr. Alex Porto representa o homem-bomba. O que significa isso, não sei.

Outra coisa. O Dr. Levinson diz aqui: "Todo mundo sabe que aquele terreno de Vargem Grande não faz parte da negociação da Assespa". Significa: não existem imóveis na Assespa. Existe só um punhadinho, talvez represente metade da dívida que ela tem, além do prejuízo operacional que ela tem, que é imenso. Então, na verdade, o que ele fala eu provo em contratos, em números, em escritos. Ele não preparou, como nós nos preocupamos em preparar, uma apresentação com fatos concretos.

Outra observação que faço é sobre o aluguel. Ele falou: "O Dr. Levinson entrou na reunião" – também li isso aqui, eu me recordo de ter lido –, dizia o seguinte, em ata de reunião, porque ele era o conselheiro...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – "Anuncio que foi requerida a falência da companhia que entrou com queixa-crime contra a companhia, pois não recebe haveres e valor de aluguel de imóvel da sede" – da sede da companhia. Ah, então também recebe aluguel, e o terreno de Vargem Grande não está aí. Então, afinal de contas, que imóvel está dentro da Assespa? É uma boa pergunta, e nós não sabemos como responder.

Tirando essas questões de ordem pessoal, já que ele é um bom advogado e entrará com ações, não tem problema, a gente responde isso no fórum adequado, o que tenho que colocar aqui, que acho que é o mais importante – porque, nessa visão micro, eu acho que não cabe muita observação, inclusive vou fazer uma observação como a Drª Marta fez –, é que nós assinamos a transferência da mantença em 29/11/2011, exatamente pelo reconhecimento da incapacidade da SUGF, que não podia pagar suas contas e fazer operação de debêntures. Por obrigação, como eu disse naquela apresentação, a SUGF teve que assinar, senão dava por vencida a debênture, entraria em *default* e venceria à vista. Só que naquela época ainda existia uma situação financeira.

Passados sete meses... Os relatos dos médicos, dos professores, do que aqui esteve presente relatando atrasos, todo tipo de situação, greves – foram demonstradas aqui pela Letícia as greves –, mostram que aquelas greves ocorreram exatamente na véspera da

transferência da mantença homologada pelo MEC. E a Galileo não tinha mais CND. Em novembro, ela tinha CND. Passados sete meses... O CND vale por 90 dias. Então, estamos aqui perante a lei, vocês representam a lei, vocês fazem a lei. O MEC tem que fazer isso, fazer funcionar. Como é se passam sete meses e ele não vai lá, não pede plano de conta, não pede CND, não pede nada, e transfere e homologa a mantença?

Aí ela diz: "Ah, vocês entraram agora com recurso". E é atemporariedade? É. Vendo toda essa situação, a SUGF buscou apoio em alguns financistas que estão dispostos a, de novo, recapitalizar, como é a nossa proposta.

Então, nós entramos com o requerimento no dia 13, pedindo o seguinte: já que estão pegando dinheiro da Gama Filho para pagar a dívida da UniverCidade, nos devolva a Gama Filho, que nós a capitalizamos e a fazemos funcionar, já que não existe lei que impeça o uso do dinheiro da Gama Filho para pagar as dívidas da Assespa . Esse é o nosso requerimento.

E baseado nisso, nós pedimos a nulidade do ato porque não existia CND. E o MEC não nos responde, não nos recebe, não fala, não diz nada. É a segunda vez que nós nos vimos, não é, Drª Marta? Na primeira vez, nós fomos levados pelo Deputado Celso Jacob ao MEC para dizer apenas que nós estaríamos nos movimentando para tentar salvar a Gama Filho. E, de lá para cá, nunca tivemos oportunidade nem de mostrar o nosso plano de contas, como vamos investir, nossas garantias. Ninguém perguntou nada. Estão discutindo: "Vamos fechar a Gama Filho, vamos intervir, vamos isso", mas ninguém conversa conosco, por quê?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Conversem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Fizemos um termo de compromisso. Registramos, dizendo para as pessoas o que queremos. Ninguém conversa conosco. Não estou entendendo o porquê.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Que seja, então. A resposta "sim" ou "não" nos serve, mas nem um "não" recebemos. Então, mandem o "não", para que possamos tomar as providências.

A SRª MARTA WENDEL ABRAMO – Só para esclarecer esse ponto, o pedido está sendo feito dentro do devido processo legal. Vocês estão pedindo...

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – A revogação do ato ou nulidade.

A SRª MARTA WENDEL ABRAMO – A revogação de um ato com que vocês concordaram em um determinado momento. Essa revogação obviamente atinge o Grupo Galileo. Foi dada vista do processo ao Grupo Galileo, que se manifestou. Será dada vista à Sociedade Universidade Gama Filho para apresentar sua réplica. Isso será analisado dentro de todo o princípio do contraditório e ampla defesa, inclusive com a participação da...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Por favor, a manifestação para o pessoal da Mesa...

A SRª MARTA WENDEL ABRAMO – Não houve ainda a decisão...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – ... infelizmente, o regulamento...

A SRª MARTA WENDEL ABRAMO – Não há negativa, nem decisão a respeito.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Drª Marta, permita-me uma observação. Apenas complementando, quero dizer o seguinte: Drª Marta, ninguém conversou conosco. A resposta está dentro do prazo legal. Está tudo normal. Isso virou uma discussão de papel, isso é jurídico. Olha só, você fez o requerimento, você entregou, nós vamos devolver a resposta. Está bom. Ninguém vai conversar conosco para saber por que estamos querendo isso?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Dr. Carlos, vamos passar para o próximo capítulo, porque, aqui, nesta Comissão, não vamos resolver se ouviu ou não ouviu. Nós temos um problema aqui muito mais sério do que isso. Todo esse imbróglio sobra para os alunos, para os professores, para o reitor e seus funcionários. Essa bomba está na mão deles. Então, estamos entrando em meandros jurídicos e não nos cabe entrar no mérito dessa questão de quem tem culpa ou quem não tem.

Vamos conversar com o MEC e vamos fazer uma ação com a Presidência da República em caráter de urgência urgentíssima para que a 433 tramite em urgência urgentíssima e possamos acabar com esse imbróglio daqui para frente.

Esse aspecto me parece ser uma briga interna, e nós não podemos entrar porque não somos julgadores.

Então, por favor, que o senhor possa concluir.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Perfeito.

Vou sair exatamente desse aspecto micro para falar de forma macro, a fim de que haja, aqui na Casa dos Legisladores, a percepção do seguinte: o setor de construção sofreu uma crise não muito diferente

da que vive hoje o setor da educação. E, à época, a solução foi fazer o quê? Um patrimônio de afetação, o que significa que você tem diversos empreendimentos. Quando quebrou a Encol, quebraram todos. Agora, não. Se a empresa principal quebra, não quebram todos.

Eu diria que se deveria pensar em uma solução semelhante. Ou seja, se as IESs, apesar de não terem personalidade jurídica, fizerem, dentro da mantenedora, contabilidade separada de tal maneira ou se obrigarem que uma mantenedora não possa ter mais do que uma, isso significará que você terá a garantia de que, se uma mantenedora quebrar, não se quebrarão duas mantidas. Porque hoje a situação que se está vivendo é esta: você tem duas mantidas num caixa único, onde uma é deficitária, outra lucrativa, a lucrativa é absorvida pela deficitária e quebram-se as duas.

Então, para concluir, a nossa intenção é transmitir aos senhores Legisladores que o nosso papel, o papel que fizemos nesse esforço era tentar fazer valer essa máxima de trazer de volta à Gama Filho a sua independência para que o dinheiro da Gama seja usado pela Gama.

Se existisse uma lei que a protegesse, nós mesmos desistiríamos desse requerimento, pois não seria preciso, porque a própria Gama Filho se autossustenta, não precisa da nossa intervenção para que isso de fato se faça valer.

Queria agradecer pela oportunidade de poder expressar aqui o nosso pensamento e ficar à disposição para qualquer contato ou esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado pela suas palavras e esclarecimentos.

E agora passo a palavra a Julliene Salviano, que é quem realmente sente na pele e representa todos aqueles que também sentem na pele a falta da educação.

A SRª JULLIENE SALVIANO – Sr. Carlos Alberto, o senhor colocou aqui que os salários teriam começado a atrasar recentemente. Porém, eu devo discordar, porque passei boa parte da minha vida nesta instituição. Tenho 19 anos, estudei no colégio Gama Filho até metade da 3ª série do Ensino Fundamental e tive que trocar de colégio por conta da má qualidade em que se encontrava o ensino naquele momento.

A minha mãe, que deve estar nos assistindo neste momento, trabalhava na universidade naquele período e já sofria com atraso dos salários, inclusive foi demitida junto com 300 profissionais. Ou seja, esse problema da Gama Filho já vem de anos.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Você me permite falar?

A SRª JULLIENE SALVIANO – Permito.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – Na Gama Filho, quando foi feito o trabalho de debêntures, a situação era pior ainda do que a que você relatou. Havia três salários atrasados, quatro décimos terceiros atrasados, se eu não estiver enganado, férias, uma série de situações. Por isso foi feita a operação debêntures e por isso a SUGF disse que não tinha capacidade de mantê-la. Ela reconheceu a sua incapacidade e permitiu que a operação de debênture fosse feita para exatamente corrigir esses erros. Então, eu não disse que atrasou recentemente. Eles estavam atrasados. Por isso foi feita a operação de debêntures.

Recorda-se que os salários, em tese, seriam todos colocados à vista em pagamento. Mas o Márcio o que fez? Acabou parcelando férias, não usou o dinheiro como devia.

Então, essa observação que você fez é muito correta.

Agora, pós-Márcio, André, e não estou aqui querendo fazer ilações com relação a atuais gestores, porque eles estão sofrendo as consequências, isso tudo é sabido. Agora, como se resolve isso?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Que é má gestão nós já sabemos.

O SR. MANOEL MESSIAS PEIXINHO – É uma pena que uma fraude esteja falando enquanto uma área acadêmica, reitores, professores tenham sido esquecidos. E uma fraude...

O SR. CARLOS ALBERTO PEREGRINO DA SILVA – O senhor me permite?

O SR. MANOEL MESSIAS PEIXINHO – ...que está do seu lado... Carlos Alberto está falando...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – É que infelizmente, infelizmente, o requerimento foi feito dessa maneira, mas eu...

O SR. MANOEL MESSIAS PEIXINHO – Pois é. Aí o senhor tem uma fraude do seu lado falando. É uma fraude. Carlos Alberto, é uma fraude...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Peço ao senhor que se limite, por gentileza. Eu lhe casso a palavra. Por gentileza, aqui nós precisamos ter respeito e disciplina. E eu não posso quebrar o Regimento dessa forma. Que existe má gestão, isso é indiscutível. Quem foi o mau gestor a Justiça vai decidir. Nós queremos é que o MEC entre nessa história e resolva o problema dos alunos, dos professores e dos seus funcionários.

Com a palavra.

A SRª JULLIENE SALVIANO – Eu peço que o MEC possa agir, e não só o MEC, como também o Senado e a Câmara dos Deputados possam agir com agilidade para resolver esse problema de uma vez por todas, porque, olha, ninguém aguenta mais.

Eu já tenho gastrite de tanta tensão em cima de mim. Imaginem todos os meus colegas que ficaram oitenta dias acampados na Reitoria!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Julliene.

Passo a palavra a Letícia Portugal.

A SRª LETÍCIA PORTUGAL – Muito obrigada.

Ficou claro para mim que a intenção do Sr. Carlos Alberto não é votada para nós, alunos, professores, funcionários. Está claro para todo mundo que isso aqui é uma briga de quem vai levar o peixe, porque eu estou me sentindo assim. Eu vim aqui e me sinto ofendida em ouvir: "É simples, é só a universidade não ter o dinheiro da Gama Filho e a Gama Filho ficar com o dinheiro dela". Se fosse simples assim, não viríamos a Brasília, não mobilizaríamos o contingente que mobilizamos, todos os Senadores que mobilizamos aqui. A gente não faria, como gostam de chamar na Galileo, esse estardalhaço todo para vir aqui se tivéssemos essa opção de resolução simples que o senhor diz. Aqui, ninguém vai levar o peixe; a gente quer que o MEC assuma esse peixe.

Infelizmente, como não acreditamos mais no Grupo Galileo e também não acreditamos que a Sociedade Gama Filho vá gerir com qualidade a Gama Filho, queremos que o MEC faça uma intervenção sim. Nós precisamos disso, porque, como a Deputada Jandira bem falou, e faço das palavras dela as minhas, por que tanto amor por uma instituição? Entregar na mão de uma mantenedora como a Galileo? Não ficou clara a sua explicação quanto a isso. Não é claro para ninguém, e acho que nunca vai ficar, porque realmente é muito obscura a situação que a gente passa aqui.

Eu disse no meu discurso inicial que é muito obscura a entrada do Grupo Galileo, até porque ele não se fez conhecer pela comunidade acadêmica. E eu reforço aqui o que a Julliene falou, que precisamos de uma solução pragmática, precisamos de uma solução ágil, rápida e, se preciso for, nós falaremos com a nossa Presidenta Dilma Rousseff, sim. Vamos correr atrás dessa reunião com o MEC, com o Mercadante. Peço aqui a todos os Senadores e Deputados que se comprometeram em ajudar esta causa. Nós chegamos aqui e não vamos morrer na praia, não vamos desistir.

(Soa a campainha.)

A SRª LETÍCIA PORTUGAL – Eu peço mais um minuto.

Não vamos desistir. E vamos, sim, falar com quem de direito for, porque precisamos resolver essa situação que está insustentável.

Eu falo como aluna. Eu tenho 20 anos e cabelos brancos. Eu tenho gastrite, assim como a Julliene. Vi alunos tendo crises nervosas. Vi uma aluna que, inclusive, teve um aborto espontâneo, porque não aguentou a pressão que vivia. Nós temos professores perdendo suas casas. Em final de ano, eles nem conseguem fornecer a ceia de Natal para os seus filhos. Nós temos má qualidade. Como citei aqui no início, alunos cadeirantes são carregados no colo para assistir às aulas nos outros andares, porque os elevadores não funcionam. E isso tudo não me parece do interesse dos senhores.

O que está em jogo aqui é quanto aportou, quanto vai fazer, como é que vai ficar a situação, de quem é a culpa; porque o Sr. Carlos joga a culpa para cima da Universidade – não discordo de muitos pontos, mas de alguns, sim, e nós vamos debater isso agora. Só que, como o senhor bem falou, Carlos, isso aqui tem que ser discutido em outro fórum, não aqui. Aqui nós estamos tentando resolver o problema da educação superior não só na Universidade Gama Filho, mas no Brasil, porque isso aqui reflete, sim, na má qualidade da educação superior em nosso País.

Eu faço esse apelo a todos que estejam nos assistindo no momento para que se solidarizem com a causa, porque isso aqui é só reflexo de tudo o que está acontecendo em nosso País.

Eu queria também agradecer aos Senadores aqui presentes, em especial ao Senador Cristovam Buarque, ao Senador Paulo Paim, à Senadora Ana Amélia, que não pôde comparecer, que foram os autores do requerimento, à Deputada Jandira, ao Glauber, ao Sr. Robson Leite. Muito obrigada. Muito obrigada à Ana Rita também. Muito obrigada a todos que estão aqui presentes. Muito obrigada também a esta Comissão, que nos recebeu, que abraçou esta causa.

Espero, sim, tenho esperança, sim, de que a gente possa se formar com qualidade nessas instituições, mas sem o Grupo Galileo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) –Muito obrigado.

Passo a palavra à nossa Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu acabei não conseguindo acompanhar toda a audiência pública, porque estava acontecendo a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, e lá eu sou titular, a minha presença faz falta. Mas eu quero dizer que estou acompanhando a situação da escola, da universidade.

A nossa assessoria dialogou muito com a Letícia e com a Julliene. E eu quero aqui, neste momento, parabenizar vocês duas, porque são jovens e foram realmente lutadoras durante essas duas últimas semanas, pelo menos. Eu as vi aqui dentro do Senado, dialogando com todo mundo, com muita clareza, com

muita propriedade, com muita convicção e com muita seriedade, sobre a questão da universidade. E aqui quero manifestar minha solidariedade às estudantes, aos professores e todo o grupo de funcionários.

Confesso que não vou emitir nenhuma opinião, porque não participei do debate todo. Tenho uma avaliação, mas não é mais o momento – estamos finalizando esta audiência pública. Mas quero, Sr. Presidente, me somar e me colocar à disposição para cumprir com as tarefas que aqui foram definidas com as audiências, enfim.

Quero dizer para a Letícia e para a Julliene que podem contar conosco. A nossa assessoria, o Jonathan, que está acompanhando e que está aqui, inclusive, na audiência, continua dialogando com vocês, e vamos trabalhando juntos.

Eu só quero afirmar aqui que nós não podemos... Acho que esta situação compromete o futuro de muitos jovens; compromete o futuro. Imaginem que uma universidade não consegue dar as respostas necessárias, que é preciso fazer todo esse movimento, greve, isso e aquilo! Isso compromete a formação profissional, compromete a vida de cada um e de cada uma que de lá depende para poder fazer seus estudos. Essa situação realmente tem que ser resolvida.

Aí a gente conta com o Governo Federal para avaliar com muita atenção, para que também veja o que se pode fazer. Acho que é o momento de cada um ver o que pode fazer. Essa soma de esforços é preciso que haja. Então, acho que o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, juntamente com o Governo Federal, através do Ministério da Educação, têm que buscar uma saída.

Agora, gente, digo assim: se há pessoas que realmente não cumpriram com as suas tarefas ou se houve má-fé – não estou afirmando que houve, porque digo que não conheço a fundo a situação, mas sei que houve uma CPI lá no Estado –, isso tem que ser colocado à tona, porque não dá para enganar a população, não dá para fazer de conta, as coisas acontecerem, as pessoas serem envolvidas e ficar por isso mesmo. Então, não estou emitindo aqui nenhum juízo de valor, mas eu acho que é preciso também pensar sobre isso.

Então, quero aqui agradecer o Senador Cyro Miranda, parabenizar os Senadores autores deste requerimento, em particular o Senador Cristovam Buarque, que estava aqui, pela iniciativa. Isso é muito bom, porque gerou um debate profundo, um debate que aponta para alguns caminhos, embora a solução esteja meio difícil de visualizar. Mas caminhos serão feitos para que a gente busque a solução desse problema.

É isso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Eu quero salientar que nós recebemos esse requerimento numa quinta-feira e, na próxima terça-feira, nós marcaremos essa audiência. Só foi pedido que não fosse feita na próxima terça-feira. O MEC pediu um tempo para examinar, porque estariam colocando em dia a folha de pagamento. Tinham dito ao MEC que a folha de pagamento seria paga, e realmente parece que foi, mas também, junto com a folha, veio demissão, parece, da mesma ordem. Então, na semana seguinte, nós convocaremos, com a agilidade desta Comissão.

Nós não queremos entrar, como bem V. Exª falou, no mérito dessa questão jurídica, de quem é quem nessa história, não nos cabe. Cabe a nós trazermos ao povo brasileiro, principalmente para esses jovens que estão sofrendo, neste momento, uma educação de qualidade. Porque me parece que hoje, neste País, está se preocupando muito com a quantidade – com o número de inscritos, se todos estão na faculdade ou se não estão –, mas a qualidade foi deixada de lado. Tanto foi deixada de lado que os exames de proficiência, tanto na Ordem como também os feitos pelo Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo) têm provado que 48% dos alunos de Medicina no Estado de São Paulo são reprovados no sexto ano.

A USP perdeu, recentemente, o seu posto entre as 100 melhores universidades do mundo, e passa para quase 300º lugar. Quer dizer, isso é a prova cabível que o nosso ensino está se deteriorando. E ele não se deteriora em cima, ele vem da base. Ninguém constrói uma casa pelo telhado, e, sim, pelo alicerce. Nós não temos mais alicerce. Nós não temos remuneração de professores. Nós estamos assistindo, nas faculdades e nas escolas particulares, ao mercantilismo. Como aqui bem colocou um dos Parlamentares, educação não é uma *commodity*, tem que ser levada a sério, tem que ter um outro tratamento, completamente diferente.

Não entro no mérito de quem tem culpa, quem deixa de ter culpa. O que nós temos por obrigação é resolver essa questão o mais rápido possível.

Hoje, às três horas, estarei com o Ministro Mercadante, e prometo que saio de lá com uma audiência marcada, para a qual V. Exª também está convidada. E nós não vamos fazer duas, não. Nós não vamos perder essa oportunidade: vamos fazer uma em conjunto, certo? E o Ministério vai balizar essa saída.

A outra providência vai ser, através da lei, pedir à Presidente da República que coloque o projeto como de urgência urgentíssima, porque já há um projeto, o 433/72, em andamento. Em um mês, conseguimos fechar essa comporta, porque nós não estamos sa-

bendo quanta água está passando embaixo dessa ponte ou já passou.

Eu agradeço a presença de todos.

Aproveito para fazer um pedido por requerimento.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 64, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me desta Casa, no próximo dia 18 de outubro, quando participarei da mesa de abertura na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, no III Simpósio Internacional da Associação Brasileira de Psicopedagogia – ABPp, sob o tema "Psicopedagogia: Caminhos para Aprender e Ensinar" a ser realizado no teatro da UNIP, Campos Paraíso-Vergueiro em São Paulo – SP.

Autoria: Senador Cyro Miranda

As Srªs e os Srs. Senadores que não se opõem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço a presença de todos.

Acho que foi riquíssima esta apresentação, porque nos balizou para o futuro. Nós conseguimos pegar uma pontinha dessa meada, que é muito mais extensa do que podemos imaginar. E é nossa obrigação, sim, dos Parlamentares, do Congresso Nacional, resolver esse problema. Se isso não for resolvido, a culpa é nossa.

Muito obrigado.

Tenham um bom dia.

(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 48 minutos.)

ATA DA 53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e quinze minutos do dia quinze de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Alvaro Dias**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Inácio Arruda, Rodrigo Rollemberg, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Osvaldo Sobrinho, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Kátia Abreu e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 56/2013-CE, de autoria do Senhor Senador Alvaro Dias, destinado a realizar a Segunda Audiência Pública para "**Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, de autoria da Presidência da República, que 'Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências'**". Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor José Henrique Paim Fernandes, Secretário Executivo do Ministério da Educação – MEC; Senhora Leuzinete Pereira da Silva, Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed; Senhor Luiz Dourado, Conselheiro do Conselho Nacional de Educação – CNE e Senhora Cleuza Rodrigues Repulho, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime**. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Silas Borges Monteiro, Diretor do Instituto de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT; Senhora Maria Madalena Nobre, Representante do Comitê de Educação da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; Senhora Ana Cláudia Figueiredo, Representante do Comitê Jurídico da Federação Brasileira das Associações Síndrome de Down; Senhor Rolf Hackbart, Assessor Especial do Ministro da Educação; Senhora Christiane Aquino, Representante do Fórum Nacional de Educação Inclusiva; e Senhor Agnaldo Menezes Dantas, Representante da Federação Nacional das Escolas Particulares. Logo após, o Senhor Presidente Eventual, Senador Alvaro Dias, convida a Jovem Jéssica Mendes, estudante de Fotografia do Centro Universitário Iesb, para fazer a entrega de um documento, contendo a síntese das razões da defesa do texto original da Meta 4 do Plano Nacional de Educação, em nome da a Federação Brasileira de Associações Síndrome de Down. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros a Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Alvaro Dias, autor do Requerimento, e os Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Ana Amélia, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Inácio Arruda, Ana Rita, Osvaldo Sobrinho e Randolfe Rodrigues. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Alvaro Dias, agradece a todos pela presença

e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **ALVARO DIAS**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª reunião extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e de sua aprovação.

Os Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que estiveram de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 5.613 da Comissão para a realização da segunda audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Agradecemos a presença dos convidados.

Hoje é um dia especial. Dia 15 de outubro é Dia do Professor. O professor é o artífice da Pátria, de suas mãos hábeis ou inábeis, a grandeza ou a impotência da nacionalidade. Como diz Santo Agostinho, e essa é uma homenagem aos professores, ensinar é um ato de amor às pessoas e à verdade.

Iniciamos dessa forma esta audiência pública.

Como convidados, Leuzinete Pereira da Silva, representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); o José Henrique Paim Fernandes, o Paim que é gaúcho, mas não é parente do nosso colega Senador Paulo Paim, Secretário Executivo do Ministério da Educação; o Luiz Dourado, que é Conselheiro do Conselho Nacional de Educação; e temos ainda – não chegou, está num voo para Brasília – a Cleuza Rodrigues, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, da Undime.

Vamos iniciar, portanto, a audiência pública. Acho que eu começo da esquerda para a direita aqui, vou começar com o José Henrique Paim, o primeiro convidado a falar nesta audiência pública.

Com a palavra. V. Sª tem 20 minutos e, se houver necessidade, prorrogamos.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Obrigado, Presidente.

Eu queria cumprimentar aqui o Senador Alvaro Dias e também o Luiz Dourado, Conselheiro do Conselho Nacional de Educação, a Leuzinete da Silva, representando o Consed, e todos os Senadores. É uma satisfação estar nesta Comissão, discutindo o Plano Nacional de Educação, que traz um conjunto de metas importantes para a educação brasileira.

E eu começaria, Presidente, primeiro, dizendo o seguinte: ao longo desses anos em que tramitou aqui o Plano Nacional de Educação, nós vimos que houve um conjunto de alterações, a partir do projeto que foi encaminhado pelo Executivo e verificamos que, no conjunto das 20 metas e estratégias vinculadas ao plano, há um conjunto de consensos na maior parte das metas e um grande desafio a ser cumprido não só pelo Governo, mas, na verdade, como se trata de um plano decenal, pelo conjunto do Estado brasileiro, envolvendo não só o Governo, mas também a sociedade.

Então, o que eu diria de forma introdutória é que o Plano Nacional de Educação, em primeiro lugar, é um compromisso do País; é um desafio comum para toda a sociedade, não apenas para o Governo; é uma ação conjunta dos Municípios, dos Estados e do Governo Federal, do setor privado e das entidades da sociedade civil. Portanto, ele não é um plano apenas do Governo. Tem um horizonte de dez anos; é uma política de Estado. São metas estratégicas as que estão colocadas no plano, todas elas com um viés estruturante, importante para a educação brasileira.

Outro aspecto importante que eu gostaria de destacar em relação ao plano é esse formato inovador. Se nós compararmos o PNE que está sendo apreciado aqui no Congresso Nacional e o PNE anterior, nós vamos ver que existe um formato bastante inovador. Primeiro, porque se conseguiu enxugar essas metas do PNE em 20 metas. Em comparação, no plano anterior, tínhamos 300 metas no Plano Nacional de Educação; portanto, nós tínhamos uma dificuldade muito grande de acompanhar o cumprimento dessas metas. Assim, o primeiro aspecto é esse formato inovador, que define metas e define estratégias para o cumprimento dessas metas.

Outro ponto importante é que esse Plano Nacional de Educação trabalha, talvez pela primeira vez num plano educacional desse porte, decenal, não só metas de inclusão, de acesso à educação básica e educação superior, mas também metas de qualidade.

Ou seja, nele temos metas em relação ao Ideb para a educação básica e um conjunto de metas que envolve a qualidade na educação superior e na educação profissional também.

É importante destacar que essa questão da qualidade foi possível, o estabelecimento de metas de qualidade, justamente porque ao longo desses anos, seja neste Governo, seja em governos anteriores, estabeleceu-se um grande sistema nacional de avaliação. Portanto, nós temos hoje, Senador, um conjunto de indicadores que permite que o Estado brasileiro estabeleça essas metas até os próximos dez anos, a partir dessa apreciação que está sendo feita aqui. Então, nós temos aqui a Prova Brasil, as próprias avaliações do Pisa, de que o Brasil participa, e o Enem como indicadores que nos permitem, por exemplo, que façamos o cálculo do Ideb para os anos iniciais, anos finais do ensino fundamental e também para o ensino médio.

Mais um aspecto importante dessa característica do PNE é que nós vamos poder, a partir dele também, ter um melhor monitoramento do atingimento dessas metas, porque, com esse formato de 20 metas, qualquer pessoa da sociedade poderá acompanhar se realmente estão sendo cumpridas as metas, ou não. E isso também permite que nós tenhamos uma maior transparência, um maior controle social sobre o Plano Nacional de Educação.

Outro aspecto que eu gostaria de destacar aqui é com relação à questão do alinhamento estratégico que o PNE permite. Por quê? Porque é possível fazer isso e nós, a partir do projeto de lei que foi encaminhado ao Congresso Nacional – já fizemos isso no Ministério da Educação –, nós temos o Plano Nacional de Educação; nós temos o Plano Plurianual, que também é apreciado pelo Congresso Nacional, que é de quatro anos; temos as ações estratégicas do Ministério e temos o próprio orçamento do Ministério. Com tudo isso, é possível que a gente faça um realinhamento, de modo que as ações do PNE, tanto as metas quanto as estratégias, estejam alinhadas ao Plano Plurianual, às ações estratégicas do Ministério e ao próprio orçamento do Ministério. Então, nós vamos conseguir, a partir do PNE, ter um planejamento adequado para a educação brasileira de modo que a sociedade também possa acompanhar não só o desempenho do plano decenal, que é um plano de Estado, mas também dos planos de Governo, a partir do PPA e a partir também do próprio orçamento.

Outro ponto que eu gostaria de destacar é a questão do alinhamento federativo, porque, como já disse aqui, o Plano Nacional de Educação vai ser implementado pela União, pelos Estados e pelos Municípios. E é importante dizer que a relação, o padrão de relacionamento do MEC com esses Estados e Municípios, Senador, tem um instrumento, que é o Plano de Ações Articuladas, que muitos aqui conhecem. Este plano permite também que tenhamos esse alinhamento entre o PNE, o PPA, o orçamento do Ministério e também o Plano de Ações Articuladas, que é o apoio do Ministério. Também se deve considerar que no próprio PNE indica-se, sugere-se que cada Estado, que cada Município também elabore seu plano estadual e municipal.

Portanto, essas características permitem dizer que nós, com certeza, vamos, com o PNE, avançar muito em termos de uma cultura de planejamento e gestão e também de uma cultura de inovação, a partir desse plano e a partir de todas as ações que serão monitoradas a partir do plano e desse alinhamento que vamos fazer tanto no nível federal quanto estadual e municipal.

Bem, em relação às metas, é importante dizer o seguinte: nós temos metas que são de inclusão, que são importantes. Eu destacaria aqui as Metas 1, 2 e 3 como metas essenciais para aquilo que o País projeta em termos de inclusão educacional, em termos de acesso à educação.

Sobre a educação infantil, nós temos uma meta bastante ousada, um desafio importante para a educação brasileira, que é chegarmos a 50% de cobertura de 0 a 3. Hoje estamos com 21,2%. Nós conseguimos, na última década, dobrar esse atendimento. É um desafio importante, e o Governo vem fazendo um esforço grande para alcançar essa meta com financiamento de creches.

No caso da pré-escola, de 4 e 5 anos, o compromisso é também importante, que é universalizar, até 2016, não só em função do PNE, que vai estabelecer essa meta, mas também em função da Emenda à Constituição nº 59, que estabeleceu obrigatoriedade da educação de 4 a 17 anos. Então, para 4 e 5 anos, nós teremos de universalizar até 2016, conforme está previsto na meta do PNE e conforme está previsto na Constituição e na própria LDB. Então, é um esforço muito grande que União e Municípios vão fazer para que consigamos, então, atingir esse patamar. Nós já estamos com quase 80% de atendimento, em termos de 4 e 5 anos, na pré-escola, e há um esforço grande para que a gente possa atingir também esse objetivo.

Em relação ao ensino fundamental, aqui, nós temos uma meta, que o País, ao longo dos anos, tem já se esforçado muito para atingir. Então, eu diria que, em relação a 6 a 14 anos, a nossa situação é mais confortável. Nós estamos quase atingindo a meta, que é de universalização. E o desafio aqui vai ser exatamente a questão da taxa líquida de 95%, que nós queremos também trabalhar para atingir. Estamos com mais de

80%, mas o País tem que fazer um esforço grande para atingir.

Em relação ao ensino médio, há aqui, sim, um desafio mais importante, porque nós sabemos que, na educação brasileira, nós temos, nas duas pontas, seja na educação infantil, especialmente de 0 a 3 anos, seja no ensino médio, os maiores desafios que o País vai enfrentar daqui para frente. No caso do ensino médio, sem dúvida alguma, nós temos a meta de chegar a 85% de taxa líquida. Hoje nós estamos chegando já a 54%. Então, há um esforço grande a ser feito aí. E temos também uma taxa bruta de 84,2%. Então, o esforço para se atingir essa meta é um esforço importante.

O que se precisa trabalhar aqui em relação ao ensino médio? Fundamentalmente – e o Ministério da Educação junto com o Consed vem trabalhando nesta direção –, há uma preocupação grande de fazer a integração curricular, ou seja, trabalhar a partir da matriz do Exame Nacional do Ensino Médio é um esforço de trabalhar a educação brasileira a partir de áreas, como estão previstas no Enem.

Então, essas quatro áreas do Enem têm que se integrar de modo que, independentemente das disciplinas que são oferecidas no ensino médio, tenhamos essa integração curricular, que vai na direção de aprofundar o ensino médio e não de trabalhar somente com o conteúdo, que é um conteúdo bastante abrangente, mas pouco aprofundado. O esforço que está sendo feito aqui diz respeito ao currículo e também à formação. Essencialmente, o que precisamos fazer é com que os professores do ensino médio tenham uma formação adequada para abordar a questão do ensino médio a partir dessas áreas. Com isso, conseguiremos avançar, estruturar melhor o ensino médio, a fim de melhorar a qualidade, ao mesmo tempo com um esforço muito grande de inclusão. Certamente, essa inclusão em relação ao ensino médio passa necessariamente pela questão da profissionalização. Quer dizer, se nós não conseguirmos integrar – em seu Estado eu acho que já existe um exemplo nessa direção – a questão da educação profissional com o ensino médio, nós não vamos avançar de modo significativo em relação ao ensino médio, porque o casamento da educação profissional com o ensino médio, pelo menos para parte dos estudantes do ensino médio, vai garantir que possamos atrair mais esses jovens para o ensino médio, fazendo com que concluam o seu curso e, ao mesmo tempo, garantindo o nível de qualidade, especialmente, e de satisfação desses jovens, para chegar ao mercado de trabalho.

Esses pontos do ensino médio têm que ser trabalhados. Estão inclusive propostos como estratégia do próprio PNE.

Em relação à Meta 4, eu diria que há um ponto sensível, que diz respeito à educação especial. Ao longo de todos esses anos em que se discute o Plano Nacional de Educação aqui no Congresso Nacional, eu acredito que na Comissão de Constituição e Justiça e aqui temos toda condição de chegar a um consenso, a um acordo em torno dessa discussão.

Do ponto de vista do Ministério da Educação, a redação proposta para discussão aqui avança muito porque, primeiro, assegura o que está previsto no art. 208 da Constituição, que é a questão do atendimento educacional especializado. Garante o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede de ensino regular, mas resguarda também a função das entidades especializadas no atendimento à educação especial, especialmente no atendimento educacional especializado. A redação que aí está atende, nessa preocupação de inclusão, o que está previsto inclusive na convenção sobre pessoas com deficiência, de 2006, que, na verdade, depois foi transformada em decreto legislativo e em decreto presidencial e que, na verdade, recebe o que foi proposto nessa convenção e vai na direção da inclusão educacional.

Com relação a essa questão, houve avanços no período recente. Um decreto regulamentou o Fundeb da dupla matrícula, que garante atendimento educacional especializado tanto em escolas regulares como em escolas de atendimento especial. Dessa forma, com a dupla matrícula no Fundeb, que garante um financiamento regular, e com a redação proposta pela CCJ, que vai ser avaliada, aprimorada nesta Comissão, pelo que entendi, que retira o prazo de 2016 como limite de financiamento para essas entidades, eu acredito que nós avançamos também, de forma significativa.

Com relação ao financiamento, para deixar claro, eu diria que, com o Fundeb e com todos os programas de assistência do próprio FNDE – está aqui o Presidente do FNDE, Antônio Corrêa –, conseguimos avançar em termos de financiamento. Nos últimos anos, nos anos de 2011 e 2012, foi concedido um financiamento para entidades especializadas de cerca de R$800 milhões. Então, eu diria que nós avançamos muito em relação a essa questão do financiamento também, e acredito que há condição, sim, de a gente fazer um grande acordo a partir da Comissão de Educação de modo a atender tanto essa preocupação da educação inclusiva quanto o atendimento especializado.

Em relação à Meta 5, que é alfabetização das crianças, eu diria que nós aqui avançamos muito. Há uma redação que também estabelece que – e há um programa do Governo Federal nessa direção – nós tenhamos as crianças alfabetizando até os oito anos, nos próximos cinco anos do PNE. Nós já temos 300

mil alfabetizadores, Senador, sendo formados hoje, em toda a rede municipal e na rede estadual do País, recebendo formação em serviço a partir de uma rede de universidades – são mais de 36 universidades federais que participam dessa rede. De modo que, com relação os professores alfabetizadores, com essa orientação educacional que estão recebendo, eu diria que a gente está cumprindo um papel importante de avanço para reduzir cada vez mais essas desigualdades regionais que nós temos em termos de alfabetização na idade certa.

E há um compromisso proposto aqui no texto que também estabelece um prazo de sete anos, a partir do sexto ano do PNE, e, a partir do décimo ano, até seis anos.

Então, quando nós falamos em alfabetização na idade certa, nós estamos sempre trabalhando com até oito anos, até sete anos, até seis anos. A nossa preocupação, neste momento, é até oito anos, e temos um programa que vai nessa direção, mas é um esforço basicamente dos Municípios e Estados para que a gente possa atingir essas metas.

Em relação à Meta 6, de educação integral, acredito que é um grande desafio aqui 50% das escolas estarem com educação em tempo integral e, pelo menos, 25% dos alunos sendo atendidos. Esse é um desafio importante para o Estado brasileiro, e eu diria que algumas ações do Ministério, especialmente o Mais Educação, escola em tempo integral, tem trabalhado nessa direção. Nós já estamos com 49 mil escolas sendo hoje atendidas pelo Mais Educação, que vai nessa direção do tempo integral. Mas é um esforço gigantesco, porque isso envolve, inclusive, financiamento, custo, que tem que ser trabalhado nessa direção.

Eu vou comentar aqui a Meta 7, que é o Ideb. Há um compromisso, Senador, de atingir o que está estabelecido. Até o momento, nós temos conseguido cumprir a meta, nos anos iniciais e anos finais do fundamental e, inclusive, chegar ao nível superior, mas o desafio é importante, tem-se que estar atento – este ano é um ano de Prova Brasil –, para que nós possamos atingir essas metas, esses objetivos. Mas eu diria que aqui é o maior destaque, porque, pela primeira vez, a gente tem uma meta de qualidade estabelecida no Plano Nacional de Educação.

Depois nós temos algumas metas de inclusão, a Meta 8, a questão da educação no campo, a questão de raça, de gênero, que envolvem uma série de aspectos importantes aqui.

A questão da alfabetização de adultos. Nós temos as metas de Dacar e nós acreditamos que, se nós continuarmos nesse passo, nós vamos conseguir avançar. É importante destacar aqui, Senador, que nós fechamos a torneira da questão da alfabetização a partir dos 15 anos, mas há um desafio grande ainda, a PNAD demonstra isso, para atingir essa meta de Dacar.

Neste ano, a PNAD demonstrou uma flutuação estatística, em nossa opinião, que nós não sabemos se realmente vai se confirmar, embora tenha havido um avanço importante, se considerarmos 2009 em relação a 2011. Nós tivemos uma queda importante, de 1, ponto na questão do analfabetismo, e acreditamos que, continuando nesse ritmo, nós vamos conseguir avançar em relação a essa meta de alfabetização de adultos.

Também a questão das matrículas de educação profissional integrada com alfabetização de adultos eu acho que é uma meta importante.

Em relação à educação profissional, o desafio é muito grande, porque triplicar as matrículas de educação profissional, cursos técnicos, é um desafio gigantesco para o País. E nós queremos crer que, com a política que nós estamos estabelecendo – eu pediria só um pouquinho mais de tempo –, nós vamos avançar, porque as nossas ações são muito fortes dentro do Pronatec. É a expansão da rede pública federal, em que nós conseguimos mais do que dobrar o número de matrículas no último período; é a questão da parceria estratégica com o Sistema S – Senai, Senac, Senar, Senat – que tem feito com que nós possamos também crescer em termos de matrícula; e também a educação profissional a distância, que tem um papel importante em relação à educação profissional.

Então, eu diria que, com o Pronatec, já atingimos 4,6 milhões de matrículas e queremos chegar, até o final do ano, com 5 milhões. Desses 4,6 milhões de matrículas, 1,5 milhão são matrículas de cursos técnicos, que é um avanço importante que nós tivemos, e temos o apoio não só da rede federal, – do Senai, do Senac, do Sistema S como um todo –, mas também o apoio aqui das redes estaduais, que jogam um papel importante em relação à educação profissional.

Então, é um esforço grande que tem de ser feito. Nós já conseguimos mais do que dobrar essas matrículas no último período, nos últimos dez anos, mas nós precisamos avançar ainda mais em relação a essa meta de triplicar. Então, o esforço é gigantesco, e o Pronatec, acho, cumpre um papel importante para isso.

Em relação à Meta 12, que é a educação superior, eu diria que nós tivemos um crescimento importante do número de matrículas. Quase dobramos o número de matrículas na educação superior nos últimos dez anos, no entanto, nós precisamos avançar ainda mais, porque as metas que estão colocadas aqui para o PNE são de 50% de taxa bruta, que não é uma meta diferenciada em relação ao Plano Nacional de Educação anterior. Nós praticamente mantivemos a mesma meta

que estava estabelecida no plano anterior. Então, 50% de taxa bruta é um esforço importante, e nós já estamos com 27,1%, porque nós temos realmente, na educação superior, um conjunto de brasileiros que não conseguiu se matricular na educação superior no período anterior, e, portanto, muita gente entrando acima de 24 anos no ensino superior, a partir das políticas que o Ministério da Educação oferece. Mas o desafio é um desafio importante.

Em relação à taxa líquida, nós temos lá uma meta de 33%; nós já estamos com 18,8%; em dez anos, nós saímos de 10% para 18,8%, quase 19%. Então, eu diria que, para chegar a 33%, é um esforço grande, mas as ações, as políticas estão estabelecidas. Nós temos aqui uma expansão forte da rede federal, um acréscimo importante em termos de ingressantes; nós praticamente mais do que dobramos, quase que triplicamos o número de ingressantes nas universidades federais, nos últimos dez anos.

Há também um esforço muito grande na rede privada. Com o ProUni, por exemplo, já se atingiu mais de 1,2 milhão de bolsas nesse último período. Com o Fies, que é a nova fronteira de financiamento para expansão da educação superior, nós já estamos com mais de 1,1 milhão de contratos, e acreditamos que nós vamos avançar mais ainda em relação ao Fies, sempre com a preocupação, Senador, que é a questão da qualidade. Não adianta expandir a educação superior sem qualidade. É por isso que nós encaminhamos ao Congresso a criação do Insaes – Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior, para que nós possamos garantir qualidade e, ao mesmo tempo, garantir essa expansão.

Depois nós temos algumas metas de qualidade na educação superior em relação ao número de mestres e doutores, e acreditamos que, com a política que a Capes vem desenvolvendo na pós-graduação, nós vamos conseguir avançar. O Censo da Educação Superior já demonstra alguns avanços. Nós estamos com 63% do sistema federal com mestres e doutores.

Temos uma meta importante na pós-graduação: chegar a 60 mil mestres formados por ano e 25 mil doutores. São 47 mil que nós já temos de mestres, e 13 mil de doutores. Então, é um esforço grande que temos de fazer aqui.

Hoje nós temos um dia especial aqui, que é o Dia do Professor. Queremos saudar todos os professores, que são realmente a razão de ser da educação do País. Não vamos avançar se o professor não for valorizado, se não for bem formado.

Eu queria dizer que, com referência ao Plano Nacional de Educação, Senador, das vinte metas existentes, quatro estão relacionadas à questão do professor. Então, envolve a questão da formação inicial, conforme está previsto na LDB. Fazendo o cruzamento do Censo da Educação Superior com o Censo da Educação Básica, cerca de 270 mil professores estão fazendo formação inicial no sistema hoje, boa parte deles com o apoio do Governo Federal.

A questão da formação continuada também é uma meta importante que nós achamos que é possível cumprir.

A questão do piso. Nós achamos importante o cumprimento da meta em relação ao piso. É um esforço que vai ter que ser feito, em conjunto com Estados e Municípios. Nós já tivemos, com a implantação do piso, Senadora Ana Amélia, um crescimento importante em relação a ele, com 65% de acréscimo nesses últimos anos, desde a criação do piso.

A questão que estabelece que tem que haver plano de carreira para o magistério da educação básica também está prevista lá no nosso Plano Nacional de Educação, nos próximos dois anos.

A Meta 19, que é a questão da gestão democrática, também ganha um destaque especial, considerando especialmente a preocupação que nós devemos ter com a educação brasileira em termos de considerar que a nomeação de diretores de escola tem que levar em consideração o mérito e o desempenho desses diretores, mas, obviamente, ouvindo-se a comunidade escolar para a escolha desse diretor. Mas eu acho que o PNE avança muito na medida em que estabelece que o mérito e o desempenho e a avaliação da comunidade são importantes para a nomeação do diretor.

Por último, já encerrando aqui, Senador, eu queria só comentar um pouco em relação à Meta 20, que envolve o financiamento da educação.

Eu diria que, nos últimos anos, nós conseguimos estabelecer um novo padrão de financiamento para a educação brasileira a partir do Fundef e a partir do Fundeb.

O Fundeb foi um desdobramento do Fundef, mas, ao mesmo tempo, fez com que nós tivéssemos uma maior inclusão, porque todas as etapas da educação básica foram incluídas lá, e também uma complementação mais robusta da União, que permitiu que nós tivéssemos uma aproximação, uma equalização entre os Estados brasileiros em relação ao Fundeb.

Então, o avanço do Fundef foi muito importante para que nós tivéssemos não só esse novo mecanismo de financiamento da educação básica, mas, especialmente, pela estrutura do Fundeb, que nós tivéssemos recurso novo na educação, recurso não da fonte manutenção e desenvolvimento do ensino, porque, a partir do Fundeb, como existe uma série de limites para utilização tanto do MDE quanto do salário educa-

ção, nós fizemos com que o recurso do Tesouro, Fonte 100, como é dita, entrasse para financiar a educação básica brasileira. Isso, então, representou um recurso adicional importante na educação a partir do Fundeb.

E, depois, a Emenda Constitucional nº 59, com o fim da DRU, a Desvinculação das Receitas da União, também teve um papel importante para ingressar mais recursos em termos de financiamento para a educação brasileira, mais de R$10 bilhões.

Então, houve um conjunto de avanços nesse último período que foi importante para que a questão do financiamento melhorasse em relação à educação. Mas nós sabemos que o desafio ainda é gigantesco, porque, com esse conjunto de metas e estratégias que foram estabelecidas, é preciso mais recursos, sim, para a educação. Isso não quer dizer, também, que a gente não tenha que melhorar a gestão, porque, muitas vezes, se diz que é preciso aumentar o financiamento, mas, na verdade, é preciso melhorar a gestão. Eu acho que nós precisamos fazer as duas coisas: precisamos melhorar a gestão e precisamos aumentar o financiamento.

E a redação que está proposta na Meta 20 eu acho que é bastante interessante chegar a esta Comissão de Educação, porque ela estabelece realmente uma meta de 7% do PIB nos próximos 5 anos, a partir do quinto ano do PNE, e de 10% do PIB ao final do PNE para investimento em educação. É uma meta bastante ousada. Não é fácil, porque nós também precisamos definir fonte para isso. Mas é um avanço importante.

Ali, nessa redação que está proposta, nós temos o cumprimento do art. 212, ou seja, a manutenção e o desenvolvimento do ensino estão presentes na questão do financiamento. Nós temos o art. 203 da Constituição, que garante, por exemplo, na educação especial, as entidades especializadas; as instituições comunitárias de creche e pré-escola estão garantidas. E nós estamos garantindo também que programas de expansão, tanto na educação profissional quanto na educação superior – como ProUni, Fies –, estejam também previstos nesse artigo, no art. 5º, §5º.

Também há a questão de bolsas de estudo, do Ciência Sem Fronteiras. Como nós estamos avançando? Mais de 53 mil brasileiros estudantes já estão fazendo curso no exterior. Isso também estaria garantido nesse financiamento. As bolsas de pós-graduação no País também estariam garantidas ali. É um conjunto de ações que deve estar previsto também como financiamento público em educação, na nossa opinião. Então, se nós conseguirmos chegar a essa redação, acho que nós avançamos muito nesse sentido.

Só um comentário ainda em relação ao financiamento público. Quer dizer, 10% do PIB é uma meta ousada, como eu falei. Nós precisamos garantir fonte. Temos, agora, os *royalties* do petróleo, que são uma fonte importante, que vai ter um resultado expressivo no médio prazo.

Agora, o que eu queria comentar aqui, Senador, por último, é a questão do CAQ. Eu diria o seguinte. Eu acho que há várias discussões em torno da questão do CAQ – Custo Aluno-Qualidade. Se nós formos fazer uma leitura mais abrangente da LDB, o Custo Aluno-Qualidade está previsto lá como padrões mínimos de qualidade da educação básica. No art. 4º, inciso IX, está previsto isso. Então, fazer uma discussão do Custo Aluno-Qualidade e definir parâmetros para esse Custo Aluno-Qualidade, eu diria que é um desafio importante e é fundamental.

Mas, sem dúvida alguma, o que nós precisamos ter presente aqui – e a redação que está proposta aqui avança, dá prazo para o Ministério da Educação fazer isso – é o seguinte: nós não podemos, a par do que nós temos em termos de padrão de financiamento para educação pública com o Fundef e, agora, com o Fundeb, que trabalha a questão da complementação da União para aqueles Estados que têm um valor/aluno muito baixo... Nós conseguimos fazer nos últimos anos uma aproximação em torno dessa questão do valor/aluno entre Estados como o Maranhão e Estados do Sul e do Sudeste do Brasil. Nestes últimos, nós conseguimos fazer uma equalização, fazendo um crescimento do valor/aluno.

Então, é um instrumento importante de complementação da União. Se nós transformarmos o CAQ em outro instrumento de complementação da União, nós vamos ter um choque entre o CAQ e o Fundeb. Eu acho que esse é um aspecto importante para o qual se deve chamar atenção aqui. Nós não podemos criar outro mecanismo de financiamento para educação básica que vá entrar em choque com o Fundeb, criado por uma emenda constitucional, que tem um prazo – pelo menos até 2020 – para ser o programa que vai fazer a equalização dos recursos a partir das matrículas. Então, eu chamo atenção para esse aspecto.

Eu queria agradecer muito a oportunidade de aqui fazer essa discussão e dizer que é importante que, nesta discussão, nós tenhamos a opinião do Conselho Nacional de Educação, do Consed, da Undime. O Ministério da Educação tem um papel importante de liderança em torno dessa questão educacional, mas, sem dúvida, é preciso que todos os sistemas – o estadual, o municipal, o próprio setor privado – garantam esse esforço, para que nós possamos não só estabelecer metas, definir estratégias, mas, fundamentalmente, que nós consigamos implantar esse plano e garantir que

essas metas sejam cumpridas no futuro, para possamos avançar em termos educacionais.

A educação não é um tema fácil. É geracional. E, tendo um plano decenal, eu acho que o País avança muito. Mas, fundamentalmente, avança se houver o compromisso de todos os entes federados, do setor privado e de toda sociedade em torno desse compromisso que vai ser estabelecido aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Agradeço ao José Henrique Paim, Secretário Executivo do Ministério da Educação.

Oferecemos o tempo necessário para ouvir a palavra do Ministério, a palavra do Governo.

Vamos, primeiramente, ouvir a Leuzinete da Silva, representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). E, depois, vamos ouvir o Conselho Nacional de Educação.

Tem a palavra.

O SR. LEUZINETE PEREIRA DA SILVA – Sr. Presidente, Dr. Paim, Dr. Luiz Dourado, muito obrigada pela honra de estar aqui ao lado dos senhores e das senhoras presentes.

É uma satisfação enorme representarmos o Consed. Trago, aqui, primeiro, um abraço da professora Milene que, por razão de agenda, não pôde estar aqui. Reitero a satisfação do Consed de participar deste importante momento de discussão. Sou Leuzinete e estou representando, portanto, o Consed. Sou Secretária-Adjunta de Educação do Maranhão.

Não poderia deixar de iniciar este momento, Sr. Presidente, dizendo quão oportuno é esta audiência ser hoje, Dia do Professor, que é a figura sobremaneira importante para que esse plano factível seja realmente realizado. Sem a valorização e o reconhecimento da carreira do Magistério, inexoravelmente não há condição de que o País avance em educação. Então, vão aqui meus cumprimentos a todos os professores e professoras deste País, responsáveis pela nossa formação e certamente pela melhoria, pela sua contribuição à educação no País. Nós agradecemos e parabenizamos a todos por este momento.

Como professora que também sou, me sirvo de um pequeno apoio de apresentação. O Dr. Paim até já antecipou algumas observações que eu iria fazer com relação aos desafios que a educação apresenta, e a nossa fala vai seguir basicamente quatro aspectos: alguns desafios apresentados pelo plano nacional e da educação brasileira; algumas alterações que julgamos relevantes neste novo projeto de lei, nesta versão que está aqui; algumas dúvidas e esclarecimentos, até para gerar um debate maior com relação ao tema hoje; e algumas considerações finais.

Lendo o projeto originário nº 8.035, que foi encaminhado ao Senhor Presidente, à época, Luiz Inácio Lula da Silva, vemos que vai fazer três anos. E Fernando Haddad, à ocasião, dizia exatamente sobre a importância que esse plano teria para justamente garantir a milhões de crianças e adolescentes o direito de aprender e a chance de participar do desenvolvimento do País. Então, acho que este é o carro-chefe de estarmos aqui: garantir que as crianças aprendam e tenham condições de participar do desenvolvimento do País, até porque sem educação, parodiando Paulo Freire, não que vá resolver todos os problemas, mas sem ela é impossível o País avançar, e há ainda muitas pessoas excluídas desse processo. Então, trouxe isso só para lembrar que esse plano foi encaminhado com essa intencionalidade.

O Dr. Paim já me antecedeu com relação a alguns desafios. O atendimento à qualidade vou passar muito rápido. O atendimento à qualidade na educação pública só no que se refere a atendimento, esse é um grande desafio, temos, de 2007 a 2012, uma queda de matrícula, preocupante, na rede pública de 9,5%; por outro lado, houve um aumento de 30% na rede privada. Isso é muito preocupante. Temos que buscar as causas da queda de redução de matrículas na rede pública.

Ampliar o atendimento de creche. O Dr. Paim já me antecedeu. Esse é um grande desafio, porque a nossa taxa de cobertura é menor que 25%. O Brasil precisa fazer um esforço muito grande.

Corrigir o fluxo, já que tem muita gente com idade errada.

E eliminar as causas de tanta gente ficar retida no Ensino Fundamental e também no Ensino Médio. Aliás, a retenção no Ensino Fundamental também cria condições desfavoráveis para o avanço no Ensino Médio.

A participação da família no acompanhamento também é um desafio.

O desafio maior do Ensino Médio é a taxa líquida de matrícula para 85%, como diz a Meta 3. É desafiador sobretudo pela retenção que temos.

A organização curricular no Ensino Médio. É preciso repensar o currículo do Ensino Médio. Temos um jovem digital com uma escola muito provavelmente do século XIX e, em alguns casos, do século XX. Precisamos equalizar esse passo.

Universalização do acesso à educação básica às pessoas com deficiência. Esse, Senhores, parece-me ser um dos mais importantes desafios, que vai exigir do País, na próxima década, um esforço sobremaneira importante, porque só 17,5% da população de zero a 17 anos que têm direito à educação especial são efetivamente atendidos no País. Então, a gente tem que realmente avançar muito.

A educação integral é um outro desafio grande.

A oferta da EJA e a erradicação do analfabetismo também é um desafio muito grande. Os senhores podem observar que, dos 135 milhões de pessoas com mais de 18 anos, 101 milhões não concluíram a educação básica. Então há uma demanda reprimida considerável em que precisamos avançar.

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior é um desafio muito grande. A educação superior não pode mais permanecer neste País sendo privilégio de poucos, numa população tão grande como a do País. E, aí, ressaltem-se os avanços notadamente importantes dessa última década, Sr. Presidente, Dr. Paim, Luiz Dourado, com relação aos avanços que a educação brasileira teve em todas suas etapas e modalidades. E, em particular, na educação superior, com processo de expansão da rede federal, com a ampliação de oferta e a interiorização das universidades.

Valorização dos profissionais do Magistério. Aqui, reporto a importância desse tema. Reitero o que disse na minha fala inicial: não é possível avançar em educação sem a valorização dos profissionais da educação e sem investimento em educação pública.

Bom, aqui me permitam fazer algumas observações com relação ao texto que está aqui no Senado.

Cito ali os artigos com relação às diretrizes. Há alguns aspectos que me parece relevante realçar. Houve uma ênfase nos valores morais e éticos, lá, quando se fala das diretrizes. É importante realçar que, numa sociedade que se embrutece a cada dia, com uma violência exacerbada, é preciso levar essa discussão para as escolas.

No art. 5º, importa realçar a inclusão do Fórum Nacional de Educação – e não somente do Ministério de Educação e do Conselho Nacional – como instância responsável pelo monitoramento e avaliação da execução e cumprimento das metas. Acho que a inserção do Fórum é importante.

O Fórum é composto por integrantes da sociedade civil organizada. E, como tão bem dito aqui foi pela Mesa, pelos que me antecederam, a sociedade civil precisa de fato acompanhar esse plano. Passamos, aí, três anos discutindo o plano, e o nosso maior desafio agora é colocá-lo em prática e fazer com que essas metas se transformem em ações concretas que possam dar a mudança necessária de que o País precisa.

O plano nacional anterior foi muito tímido com relação às metas, pensou muito, dialogou bastante, inseriu muita coisa, um plano imenso. Agora que temos 20 metas apenas – como bem disse aqui Paim –, é mais fácil você monitorar, é mais fácil acompanhar e avaliar.

No que se refere ao investimento público, há que se realçar a definição de investimento público que não havia no Substitutivo da Câmara.

Ainda nas diretrizes, quando se refere aos planos de educação, foi retirada a exemplificação dos atores. Isso dá margem, obviamente, para que os planos locais dos diversos Municípios e Estados possam ter a acolhida e a participação de diversos membros da sociedade civil organizada, sem nominar, exatamente, alguns.

Agora já falando sobre as metas. Na meta 2, que trata do ensino fundamental, o Senado propõe uma oportuna inserção do estímulo à participação das famílias. Com o processo de universalização de toda educação básica e a crescente ampliação do ensino superior, não é possível Estado sozinho dar conta de tamanho desafio. Incluir todas as pessoas no País na educação básica exige um esforço hercúleo, que Estados e Municípios sozinhos não são capazes de fazê-lo. A família e a sociedade precisam, de fato, participar, como diz, inclusive, a Constituição Federal: é um direito de todos, mas é um dever do Estado e da família, com a participação da sociedade.

No que se refere à universalização do ensino médio, importa a característica que o Senado acrescentou com relação à flexibilidade da organização curricular.

Na educação especial, a inserção da Libras como primeira língua. Na educação especial, ainda, a elaboração de indicadores de qualidade educacional foi inserida na estratégia 4.13. É uma inovação também, incorporada agora pelo Senado, além de estratégias referentes ao perfil desse público da educação especial, à formação dos educadores, incluindo conteúdos específicos com relação à formação de professores, e às parcerias com as instituições comunitárias, além da participação da família.

No que se refere à alfabetização de crianças, houve aí uma alteração também significativa, já realçada aqui. A meta se torna menos ambiciosa na primeira metade de vigência, dizendo que as crianças serão alfabetizadas até os 8 anos, mas ela se torna progressivamente mais exigente até determinar, na prática, no final da década, a alfabetização no primeiro ano de ensino fundamental.

Via de regra, os senhores podem atentar isso na sociedade. Nas escolas privadas, os alunos, quando saem da educação infantil e logo entram no ensino fundamental, já lêem, já estão alfabetizados, de algum modo, e precisamos garantir que isso aconteça na rede pública. É um direito, o direito público subjetivo que toda escola consiga alfabetizar logo no primeiro ano.

Na valorização do magistério, na Meta 17, houve uma alteração também aqui do Senado no que se

refere à atribuição ao MEC para constituir o fórum de acompanhamento. E foi acrescida uma estratégia nova, que propõe a prorrogação do Fundeb, que julgamos ficaria mais bem situada na meta que trata de financiamento ou investimento em educação.

No que se refere a planos de carreira, que é a Meta 18, houve aí uma modificação. Acrescentou-se o prazo de três anos para sua implementação desse plano de carreira. E também a estratégia 18, no que se refere ao acompanhamento dos professores iniciantes, para efeitos de validação do estágio probatório, houve uma inserção positiva, no nosso olhar, ao se incluir curso de aprofundamento de estudos, que trata de conteúdos, metodologia e ensino.

Um dos grandes desafios, hoje, salvo engano, da educação pública e da educação superior é fazer uma sintonia entre a educação superior e a educação básica. Os professores precisam ser formados para, de fato, atuar numa realidade de escola que é a realidade da escola brasileira. Há, às vezes, dissonância entre o ensino superior, os conteúdos curriculares e aquilo que, de fato, a escola precisa obter.

Ainda com relação aos planos de carreira, a atribuição ao MEC para realizar a prova nacional é também uma mudança na estratégia 18.3. Aparentemente pode não parecer importante, mas a pontuação em concursos públicos para aqueles que fazem a inclusão do serviço voluntário, embora pareça irrelevante, parece-me importante, porque já vai sensibilizando os professores da educação pública com os trabalhos, com a sociedade, com toda uma gama de experiências que ele teria já com o trabalho voluntariado. Parece-me que motiva também essa participação.

A nova redação da estratégia 18 estabelece a periodicidade anual para a realização do censo dos profissionais não docentes na educação. Isso também me parece muito positivo.

A gestão democrática. É importante a meta que foi reelaborada. Fala das leis específicas em todas as instâncias, a serem feitas.

A alusão à educação básica e superior e às decisões colegiadas é um avanço também interessante.

A estratégia 19 versa sobre a prova nacional para candidatos à direção escolar. Foi acrescentado o desenvolvimento de programas para gestores, o que me parece também interessante.

E, já caminhando para o fim, mais à guisa de debate, para provocar discussão, eu trago aqui, Sr. Presidente, algumas provocações com relação a dúvidas e esclarecimentos relativamente ao texto. Dúvidas com que, particularmente, fiquei e que também certamente podem ser dúvidas de outras pessoas aqui presentes.

O art. 7º, §4º, fala das diretrizes do PNE. Todas essas que eu cito agora aos senhores e senhoras falam das diretrizes.

Eu queria aqui expor uma dúvida: por que não fazer menção à expressão "territórios étnico-educacionais"? Essa é uma dúvida que aqui exponho.

Os arts. 8º, 9º e 13 versam sobre prazos. É uma discussão e também aqui questiono: por que a retirada de prazos em alguns casos e a inserção de prazos em outros casos? Eu acho que a inserção de prazos oportuniza. Quando se trata com metas e estratégias – e temos uma década para cumprir e dar conta dessas metas –, é importante que sinalizemos com prazos. Talvez a prática legislativa, não sou da área, não seja adequada, mas me parece importante traçar prazos para que se possa melhor monitorar e acompanhar aqueles prazos.

No que se refere a essa questão dos prazos, retirar o prazo de um ano para que os entes federados elaborem os planos de educação. O que justifica a retirada desse prazo? O que justifica também a retirada do prazo de dois anos para que os entes federados disciplinem em lei a gestão democrática da educação básica? Por que a retirada desse prazo para que os sistemas possam disciplinar essa gestão democrática?

Ainda com relação a prazo, o que justifica retirar o prazo de dois anos para que o Sistema Nacional de Educação seja regulamentado em lei, se já é preconizado em lei, se é um anseio da sociedade civil organizada?

Ainda algumas dúvidas. Por que essa meta foi alterada tanto, o que, de algum modo, muda o sentido? Os 50%, anteriormente referidos ao segmento público, no que se refere à educação profissional, passaram a referir-se à gratuidade, o que pode ser também assegurado no segmento particular. É como se, de algum modo, o Estado se desobrigasse um pouco do segmento público, abrindo aí a gratuidade.

É importante, acho que falei aqui da importância de podermos fazer educação pública em parceria. Universalizar toda a educação básica neste País é um esforço imenso e que não é possível fazer sozinho. As parcerias são muito importantes e a expansão da gratuidade, mas queria esclarecimentos também aqui para o debate.

Educação profissional ainda. Na Estratégia 11.7, houve uma mudança substancial, fazendo referência apenas à gratuidade de matrículas nas escolas privadas vinculadas ao sistema sindical, deixando de mencionar as entidades sem fins lucrativos voltadas para estudantes com deficiência. E a Estratégia 11 mudou o foco; ela deu ênfase, a partir de então, à expansão da educação profissional oferecida pela iniciativa par-

ticular, inclusive por meio de financiamento estudantil. A expansão deste último era o foco anterior, que era o financiamento estudantil.

Elevar matrícula na educação superior. Houve alteração nessa meta, retirando-se a obrigatoriedade de que pelo menos 40% da expansão ocorra no segmento público. Por que houve essa mudança? Por que 40% dessa expansão devem ocorrer somente no segmento público? Reitero aquela preocupação...

(Soa a campainha.)

O SR. LEUZINETE PEREIRA DA SILVA – Permita-me mais três minutinhos, Sr. Presidente, para concluir.

Que essa expansão ocorra no segmento público. Reitero a importância de o Estado brasileiro se comprometer com a responsabilização, com a formação dos sujeitos.

A alteração na Estratégia 12. O foco passa a ser nas instituições de educação superior. Não é tão relevante. Vou passar.

Na formação de professores, houve uma modificação na meta que me parece também substancial e que altera um pouco o sentido. A política passou a ser apenas de formação, e retirou-se seu objetivo de valorização. O texto original falava em formação e valorização. E a formação inicial está também genericamente mencionada, sem referência a curso superior de licenciatura.

Com relação a planos de carreira, as licenças remuneradas para qualificação foram substituídas por incentivos para qualificação, e a especificação *stricto sensu* retirada da pós-graduação. Então isso aqui também suscita alguns esclarecimentos.

No que se refere à gestão democrática, já caminhando para o final, na Meta 19, o que justifica a retirada do apoio da União nesse quesito? E o que justifica – e aqui é uma dúvida muito mais particular – a retirada da menção aos mestres, quando fala da associação de pais? Usualmente sempre foi isso, mas aqui é uma dúvida mais de curiosidade e que não vai afetar o texto.

E o que justifica, também, a participação dos pais na avaliação de docentes? É uma dúvida que também me inquieta neste momento, porque, embora não seja também relevante para alterar substancialmente o texto, a proposta é feita num momento em que os pais participam muito fragilmente das escolas, embora isso constitua uma das estratégias para melhorar a educação.

Com relação a investimento. O que justifica o investimento público? E aqui a gente discutia também passar a ser em educação e não apenas em educação pública, como estava no texto original. O texto original falava investimento público em educação pública, e foi suprimida a expressão "pública" dando margem para a educação mais aberta.

A retirada da referência a padrões de qualidade em cada rede de ensino, quando se fala em responsabilidade educacional, também é um ponto que queria realçar. Foi retirada essa questão dos padrões de qualidade.

Considerações finais sobre esse texto. Em todas as análises feitas nessa saga, nesse caminhar ao longo de três anos, parece haver consenso sobre a necessidade de elevação do atual percentual do PIB. Isso aqui já foi dito, porém permanece não resolvida a questão da repartição das responsabilidades entre os entes federados com essa expansão. Aumentou o PIB, mas como vai ficar essa responsabilidade entre os entes no que se refere à repartição?

Não há ainda um diagnóstico expressivo sobre a capacidade de ampliação proporcional de gastos dos entes federados, que respondem por 86% com educação básica.

O Brasil está entre os 15 países que mais destinam proporcionalmente do seu PIB para educação, porém encontra-se entre os três últimos em termos de gasto médio por aluno na educação. Esse é um levantamento feito pela OCDE em 34 países em 2010. Então, se por um lado a gente investe bastante ainda em educação, estamos entre os 15, a repartição – e aqui o Paim citou bem que precisa se proporcionalizar – precisa melhor se equalizar.

As metas do PNE sinalizam na direção da justiça social. É inegável o avanço que esse plano tem e terá para mudança neste País. Oferecem um balizamento consistente para as políticas públicas. São ambiciosas; via de regra todas as metas são muito ambiciosas, exceto em casos raros, como a parcela de aluno atendida em tempo integral, que ainda está em 25%. Mas é um esforço necessário e não dá para avançar mais do que isso pelo atual contexto que temos.

As estratégias – já encerrando – não oferecem os caminhos para efetiva ampliação do PIB, e esse talvez seja o maior desafio. As metas são muito focadas, as metas são muito importantes; são poucas metas, mas as 223 estratégias, salvo engano, eu não sei se elas darão conta de efetivamente fazer com que esse plano seja exequível, seja factível e se realize. Elas não indicam procedimentos para repartição das responsabilidades financeiras entre as diversas instâncias, que é o ponto central do regime de colaboração. E, por fim, elas revelam, de algum modo, fragilidade pela ausência de detalhamento dos meios para alcançar essas metas.

A meta está lá, muito bem feita, ela consegue dar conta de toda a educação do País, mas precisa-

mos garantir que essas estratégias consigam, de fato, executar aquilo de que o País precisa.

Para finalizar, trago uma afirmação de um escritor e também político que diz que: "Não se deve confundir desejar com querer. O desejo mede os obstáculos, a vontade vence-os." Nós aqui temos desejo de que esse plano contribua bastante para mudança neste País. Esse é um desejo do Consed, do conjunto de secretários que executam essas políticas na prática, e esse é o desejo das senhoras e dos senhores e de toda a sociedade brasileira, mas, mais do que desejo, nós temos a vontade e é por isso que, certamente, vamos vencer.

Agradeço pela participação e por estar aqui.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Nós é que agradecemos à Leuzinete da Silva, representante do Consed.

Convido o Senador Cyro Miranda, Presidente desta Comissão, para assumir a presidência dos trabalhos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro, eu gostaria que V. Exª terminasse esta audiência pública, já que pegou desde o começo, está bem a par, e vou ficar aqui como seu coadjuvante. Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Obrigado, Senador, pela generosidade de V. Exª, mas seria uma satisfação vê-lo aqui presidindo. Muito obrigado pela presença.

Vamos ouvir o Luiz Dourado, que é Conselheiro do Conselho Nacional de Educação.

Com a palavra por 20 minutos, mas, se necessitar, prorrogaremos também.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO – Bom dia a todos e todas.

Inicialmente, quero cumprimentar o Senador Alvaro Dias e, na pessoa do Senador Alvaro Dias, todos os Senadores e Senadoras presentes. Quero também cumprimentar o Secretário Executivo do Ministério da Educação, José Henrique Paim, e a Leuzinete da Silva, representante da Consed.

Quero dizer que já me beneficio das duas falas que me antecederam, que trouxeram conjunto de questões, em parte das quais há uma convergência no tocante à nossa atuação.

Estou aqui atualmente representando o Presidente do Conselho Nacional de Educação, o Sr. José Fernandes de Lima, que não pôde estar presente.

Essa discussão do Plano Nacional tem sido objeto de várias intervenções no Conselho Nacional de Educação, particularmente já com apresentação de um documento em 2010, com um conjunto de pontos que o conselho considerava imprescindível para a educação nacional. E, de lá para cá, com a comissão específica do Plano Nacional de Educação, da qual faço parte – sou relator –, além de uma outra comissão bicameral sobre regime de colaboração e também uma outra bicameral sobre formação de professores. Há uma intersecção muito grande nessa ação do conselho e na motivação pela participação nesta audiência pública.

Inicialmente, eu gostaria de destacar que a reflexão sobre as políticas educacionais e seus desdobramentos na realidade brasileira implica a necessária compreensão dos complexos processos de organização e gestão, bem como a regulamentação e a regulação que os demarca, a relação e o regime de colaboração entre os entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios –, as questões relativas a acesso, qualidade, valorização profissional, financiamento e seus desdobramentos nas políticas e programas direcionados à educação nacional.

Acho que essa introdução é fundamental exatamente para que nós venhamos a sinalizar quais são os horizontes que se colocam para a política nacional no tocante à compreensão dessa política e do próprio plano como um instrumento e uma política de Estado.

Todas essas questões vêm sendo objeto de análise e proposições de diferentes matizes teórico-ideológicas, cuja convergência sinaliza para a importância da efetivação do Plano Nacional de Educação como política de Estado e a institucionalização do Sistema Nacional de Educação.

Aqui partilho também da ideia de muitos já no campo de que nós temos o sistema nacional constituído. As bases para sua constituição dizem respeito à Emenda Constitucional nº 59, a que fez referência o Secretário Paim, mas há uma necessidade de sua institucionalização. E essa é uma questão importante, para a qual vou chamar a atenção logo a seguir.

Considerando um pouco o papel do Conselho Nacional de Educação como órgão com funções deliberativas, normativas e de assessoramento ao Ministério da Educação, esse órgão compartilha o anseio do povo brasileiro pela garantia do direito à educação pública gratuita, laica e com qualidade social para todos, sem prejuízo do ensino privado e, obviamente, de sua consequente regulamentação.

Para tanto, considero imprescindível que seja assegurado no Plano Nacional de Educação o financiamento à educação pública em todos os seus níveis, etapas e modalidades. Isso tem uma incidência importante tanto no que concerne à ampliação do prazo do Fundeb quanto às questões concernentes ao Custo Aluno Qualidade.

Democratização do acesso à educação básica e superior em todas e modalidades.

E aqui, certamente, pelos companheiros que fizeram a exposição anteriormente, já é possível identificar – e vou trazer apenas um indicador – que se trata também da alteração, na Constituição, por meio da Emenda Constitucional 59, que alterou a educação obrigatória, passando de ensino fundamental para a educação de 4 aos 17 anos, e essa obrigatoriedade com a sinalização da sua universalização até 2016.

Então, vejam que aí temos um esforço grande. Os indicadores pontuam que, no caso da matrícula líquida do ensino médio, temos um pouco mais que 50%, obviamente, com assimetrias regionais. É um desafio enorme nessa perspectiva.

Eu gostaria de destacar que os desafios colocados para o Plano Nacional de Educação são de duas ordens: da articulação entre um desafio quantitativo e a sua articulação qualitativa. Não se trata de optar por uma dessas duas matizes, mas de pensá-las de modo articulado. Ou seja, precisamos praticamente duplicar o ensino médio, mas precisamos fazê-lo com qualidade.

Outro ponto que o Conselho Nacional já defendeu, inclusive, em nota pública: planos como política de Estado, como uma política de articulação dos planos nacional, estaduais, distrital e municipais. A qualidade da educação requer efetivação de políticas em sintonia com a realidade social do nosso País. Isso articulado a uma concepção – e aqui é bastante importante – de avaliação formativa, indutora do desenvolvimento institucional e de melhoria de aprendizagem.

E buscando um pouco a leitura do documento nas suas diretrizes, as diretrizes vão avançar numa perspectiva do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, mas, ao longo do texto, nós temos a questão da avaliação, por vezes reiterada, de maneira pontual, perdendo essa essência mais ampla, que me parece estar bastante presente nas diretrizes propostas no Plano Nacional de Educação.

Gestão democrática da educação implica uma concepção ampla de inclusão. Nesse sentido, é importante chamar a atenção para as políticas de inclusão que vêm sendo implementadas e para a perspectiva da garantia do ensino regular, sem prejuízo de uma complementação de serviços especializados, mas a centralidade conferida ao acesso e a uma perspectiva de inclusão que considere a relação diversidade e educação de modo articulado.

Valorização dos profissionais da educação, incluindo formação inicial e continuada, carreira, salários e condições de trabalho. Aqui, há toda uma concepção presente na Conferência Nacional de Educação, que teve como conferências precedentes várias conferências: a Conferência Nacional da Educação Básica; em 2008; a Conferência Nacional de Educação, em 2010. Ao longo de 2013, nós vivenciamos conferências municipais, regionais e estaduais, as últimas ocorrendo no final deste mês, como preparação para a Conferência Nacional de Educação em 2014.

E aí há toda uma discussão em termos de concepção. Anteriormente se falava mesmo em formação e valorização e, agora, um conceito amplo, que é o de valorização profissional, incluindo formação inicial e continuada, carreira, salários e condições de trabalho. Isso num cenário em que tivemos alguns avanços, como o que já foi aqui ressaltado, por exemplo, o piso salarial nacional, como uma perspectiva de se pensar um federalismo cooperativo, mas que garanta também condições – e é preciso avançar nessa direção – dinâmicas que tornem a carreira docente uma carreira atrativa. Essa é uma questão crucial, sobretudo se nós considerarmos esta audiência no dia em que se comemora o dia do educador, o Dia do Professor.

Bom, tendo como referência esses pressupostos, o CNE vem participando ativamente do processo de tramitação do PNE. Já o fez por ocasião da discussão com o Ministério, antes do envio do PL 8.035. Depois, na Câmara, com o envio de emendas, na articulação com o Fórum Nacional de Educação. Aqui é importante dizer que o projeto, na Câmara, recebeu quase 3 mil emendas. Houve uma participação mesmo da sociedade civil. Esta audiência pública cumpre o papel de extrema relevância.

Chamando a atenção de que a análise do PL, no Senado, sobretudo a sua aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Constituição e Justiça, traz alguns elementos. E nós entendemos que aqui, na Comissão de Educação, é momento de reflexão, numa perspectiva de avanço, de se buscar maior organicidade desse plano, obviamente considerando uma questão que o Conselho Nacional considera de extrema relevância, que é também a da celeridade. Nós já estamos aí numa tramitação de quase três anos, e o País está – abraço a Cleuza, que chegou – carecendo realmente de um plano como política de Estado, em face do conjunto dos desafios colocados.

E aí eu gostaria de começar chamando a atenção – não fiz meta por meta – para algumas questões que são emblemáticas, considerando o curto prazo da exposição. Mas, isso – certamente vou fazendo referência às metas – e não quer dizer que não tivéssemos outras questões. Mas aqui está muito interligado ao que já aprovamos como nota pública do próprio Conselho e às questões que vêm sendo objeto da nossa avaliação.

Quero concordar com a Leuzinete no tocante à necessidade do estabelecimento de metas intermediárias. Nós entendemos que a definição de prazos, por exemplo, para os planos estaduais e municipais,

é fundamental. Para o plano de carreira, no art. 8º; os planos de carreira na Meta 18; a gestão democrática, que aparece tanto na lei, no art. 9º, como vai aparecer, depois, na Meta 19; a instituição do Sistema Nacional de Educação em dois anos, como previsto anteriormente no PL, entre outros.

Quer dizer, entendemos que essa indicação é fundamental. E ainda compreendemos, Srs. Senadores, Srªs Senadoras e público presente, que tais definições não indicam inconstitucionalidade e não violam o pacto federativo. Quer dizer, a argumentação para a retirada dos prazos tem sido a inconstitucionalidade. Eu gostaria de dizer que, na verdade, entendo que essas definições não indicam inconstitucionalidade, não violam o Pacto Federativo. Ao contrário, contribuem para a maior organicidade entre os sistemas e planos decenais, bem como para a garantia de um processo de descentralização qualificada, fortalecendo a relação entre os entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Há toda uma discussão no campo educacional que é fundamental. De maneira geral, nos últimos anos, avançamos, mas ainda vivenciamos um processo de descentralização muito marcado pela desconcentração. E a lógica de uma descentralização qualificada implica uma construção articulada entre os diferentes entes federados com a coordenação da União, como preceitua a Constituição Federal.

Nesse sentido, exatamente por não compreender que há inconstitucionalidade e por achar que, ao contrário de violar o Pacto Federativo, a inclusão dessas metas intermediárias e de prazos auxilia uma construção e um novo redimensionamento do Pacto Federativo. Então, nessa linha, é necessária e seria um elemento para fortalecer a relação entre esses entes federados sem abrir mão da garantia de diretrizes gerais para a educação brasileira, por meio da coordenação da União.

Quer dizer, pensar esse Pacto Federativo nesse desenho, e o plano nacional é elemento que contribui efetivamente para isso, implica, obviamente... Um federalismo cooperativo enseja as bases para o planejamento das políticas, sua proposição, monitoramento e avaliação. E isso só é possível nessa articulação horizontal e de construção que não prescinda do papel da União no estabelecimento de diretrizes nacionais, mas que consiga, nessa costura, por meio de planos nacionais, estaduais e municipais – portanto esse conjunto de planos decenais de modo articulado –, avançar para garantir a efetivação e a organicidade das diretrizes do Plano Nacional de Educação.

Aqui é importante chamar a atenção para essas diretrizes. Nós avançamos muito.

Parte dessas diretrizes é de diretrizes constitucionais, mas o conjunto das diretrizes presentes no Plano Nacional de Educação está em sintonia com isso que estou chamando de um federalismo cooperativo, como a erradicação ou um processo de alfabetização; a universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero de orientação sexual; a melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e cidadania; promoção do princípio da gestão democrática; promoção humanística, científica e cultural; estabelecimento da meta de recursos públicos em educação, como proporção do Produto Interno Bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão com padrão de qualidade e equidade; valorização dos profissionais e promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, diversidades e sustentabilidade ambiental.

Por que faço referência a essas diretrizes? Porque penso que essas diretrizes, como foram de fato colocadas no PL, na sua origem, e aperfeiçoadas ao longo da tramitação, trazem o fulcro para as políticas educacionais como políticas de Estado e certamente os horizontes para pensarmos o conjunto das 20 metas e as suas estratégias.

Para garantir a efetivação dessas diretrizes, a maioria delas mandamento constitucional, faz-se necessária maior organicidade das políticas e, obviamente, a inclusão dos prazos, para que possa ocorrer o seu monitoramento e para avançarmos numa relação que em política educacional é muito importante, que é a relação entre a proposição das políticas e a sua materialização.

Portanto, ratifico a importância de trazermos os prazos para o conjunto das metas aqui já referenciadas como uma forma de avançarmos na década após a aprovação do PNE no sentido da sua efetivação, de caminharmos do horizonte da proposição – e a proposição seria o próprio plano – para a sua materialização; ou seja, o Estado em ação, materialização essa efetivada inclusive pelo monitoramento que é tão reiterado no Plano Nacional de Educação.

Hoje, nós dispomos de um conjunto de instrumentos, como o Inep, o próprio FNDE e a Capes, no caso da pós-graduação, que vão permitir esse aprimoramento que é tão necessário nessa relação de expansão e, portanto, de alargamento da quantidade articulada à qualidade da educação em todos os seus níveis, etapas e modalidades.

Nessa linha ainda, é fundamental destacar o art. 7º, que diz que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração,

visando ao alcance das metas e à implementação de estratégias objeto desse plano.

Esse artigo pode ser considerado, a meu ver, como mais um argumento para a legitimação do estabelecimento dos prazos, até porque compete à União a definição dessas diretrizes e a pactuação por meio de relações de colaboração e cooperação na implementação dos planos consequentes.

Ora, ao considerarmos esse artigo e os quatro parágrafos, vamos deslindando importantes bases para o federalismo cooperativo em educação. Nesse sentido, o plano nacional avança quando traz a articulação entre colaboração e coordenação recíprocas. São dispositivos constitucionais que contribuem para a dinâmica basilar desse federalismo e para a necessidade de regulamentação do regime de colaboração.

Esse é outro ponto crucial que aparece no plano nacional e que destacamos.

Tais questões... E aqui vem outro argumento, de que normalmente, além da inconstitucionalidade... porque esperamos ter colocado algumas questões para a reflexão... O outro argumento é de que o estabelecimento de prazos interferiria na autonomia de Estados e Municípios.

Ora, é importante dizer que nós temos um sistema nacional que já está constituído – precisa ser instituído – e que diretrizes nacionais são fundamentais. E se nós pensarmos nos planos decenais nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais como consequentes, faz-se necessário que essa relação entre o constituído e o constituinte se efetive, inclusive para rompermos com traços patrimoniais, por exemplo, e eventualmente um federalismo competitivo. Daí a necessidade de pensarmos essa organicidade, daí a necessidade de garantirmos prazos para que possa haver um monitoramento.

Isso, a meu ver, fortalece as ações, inclusive as ações do Estado, naquela perspectiva de um federalismo cooperativo cuja descentralização seja qualificada. E tudo isso certamente contribuirá para superar as condições objetivas que temos, marcadas por assimetrias regionais e sociais, e o necessário alargamento dos direitos sociais, incluindo a educação.

Não desconhecemos o grande avanço que tivemos nos últimos dez anos. E, particularmente na educação superior, houve uma mudança de vetor. Nós tínhamos uma educação superior praticamente estagnada. E, como fez referência o Secretário Paim, nós tivemos uma duplicação das matrículas por um binômio que foi de expansão e interiorização da educação superior no País.

Ora, todas essas questões vão-nos colocar a necessidade dessa articulação entre os planos decenais.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ DOURADO – Vou tentar ser mais objetivo.

Isso se faz necessário também, numa perspectiva de avançarmos sobretudo no que concerne à universalização da educação básica obrigatória dos quatros aos dezessete anos.

Tudo isso nos remete à instituição do Sistema Nacional de Educação e à importância da manutenção do prazo de dois anos para que ele seja instituído. Aqui, obviamente, chamo a atenção para a articulação entre o sistema nacional e subsistemas – aí não é uma decisão do Conselho Nacional de Educação; aqui sou eu falando, pensando um pouco a lógica dos sistemas –, os sistemas com subsistemas de avaliação, valorização, financiamento e gestão democrática. Isso faz todo sentido se nós pensarmos aí por um conjunto de pontos.

Com relação à qualidade e à avaliação. A discussão sobre essas questões tem-se dado no Brasil, e é importante dizer que hoje ninguém mais é contrário à avaliação, mas há um questionamento acerca do papel social e das concepções que as balizam. Nesse sentido, o Conselho Nacional defende uma concepção ampla de educação e avaliação de base formativa, que contribua para a melhoria da qualidade nos diversos níveis, etapas e nacionais. Nesse sentido, o Conselho entende que a avaliação não deve considerar que é parte de uma nota do Conselho; não deve considerar somente as medidas de resultados, mas, sim, apreender um conjunto de variáveis que interfere no âmbito das relações sociais mais amplas, envolvendo questões macroestruturais, como desigualdade de renda, desigualdade social, garantia ao direito, entre outros.

O CNE alerta para a necessidade de maior organicidade entre as diretrizes e metas, e aqui é interessante chamar a atenção: se, de um lado, o art. 11 – eu gostaria de reforçar o art. 11–, chama para a centralidade um sistema nacional de avaliação da educação básica, ao longo das metas nós temos isso pulverizado. Quer dizer, então essa sinalização do art. 11 deve ser central, e aqui eu posso, no debate, detalhar melhor com relação, sobretudo, ao que se refere à Meta 7.

Mas gostaria de fazer um destaque que tem sido reiterado por um conjunto de associações científicas. Trata-se, no caso da Meta 7, do Pisa como uma referência para a avaliação da educação nacional. Eu acho que, sem prejuízo de o Brasil participar do Pisa, e sem reconhecer a importância do Pisa, num plano nacional de educação há um conjunto de entidades do campo que entendem que essa é uma questão que fere a soberania nacional – porque hoje nós temos o Pisa, mas poderíamos ter um outro –; sem entrar no

mérito da própria questão do Pisa, mas há uma discussão acerca da Estratégia 7.11.

No caso da educação superior, nós avançamos muitíssimo com a proposição da Meta 12, que é de sairmos de um sistema de elite para um sistema de massas, quando preconizamos a elevação da taxa bruta para 50%.

E aqui eu gostaria também de reiterar a necessidade de manutenção dos percentuais de expansão das novas matrículas no setor público na ordem de 40%. E digo mais: essa medida não trata de nenhuma perspectiva contra o setor privado; ao contrário, trata-se de você dinamizar ambos, setor público e privado, mas garantindo uma expansão necessária no setor público. Um conjunto de estudos já coloca que a população, e se nós fizermos um grande incremento no ensino médio, nós teremos uma população no ensino superior que, necessariamente, só terá acesso se for para o ensino público.

Então, a manutenção – e aqui eu reitero também o que a Leuzinete já disse– desta meta, com 40% das expansões do setor público, é fundamental. E isso, a meu ver, não constrange o setor privado, ao contrário, mas cumpre um importante papel na educação brasileira ao dar continuidade à política de expansão e de interiorização da educação superior pública no País adotada nos últimos dez anos, que se articula às políticas de ações afirmativas e que vêm contribuindo para a democratização. Quer dizer, para uma duplicação com a interiorização nos diferentes rincões do País.

Finalizando – eu teria outros pontos –, com relação ao financiamento, o Conselho entende que o financiamento é condição *sine qua non* para a implementação de uma política de Estado para a educação pública; requer organicidade no tocante à definição dos percentuais, bem como o estabelecimento de metas intermediárias e de elementos para a sua efetivação.

Nesse sentido, o Conselho ratifica documentos que vem produzindo, desde 2009, da importância de meta intermediária, de 7% até o quinto ano de vigência do plano, e isso é um processo bastante importante. E, da mesma forma, a necessidade de assegurar mecanismos de planejamento de gestão, diretrizes e bases para atingir a meta de 10% do PIB para a educação até o último ano de vigência.

Outra questão fundamental refere-se ao custo aluno/qualidade e ao custo aluno inicial. Entendemos que são indispensáveis para uma educação de qualidade. Nessa direção, faz-se necessário avançar sobretudo no papel da União no tocante ao financiamento da educação e da educação básica, em particular, dentre outros, da necessária universalização.

Tal questão, a nosso ver, pode ser articulada ao Fundeb, e não em uma perspectiva que vá disputar nessa seara, mas pensando, então, essa dinâmica.

Do mesmo modo, é lícito que se indague sobre a suficiência de fontes de recursos apontadas no PNE. O Conselho Nacional de Educação propõe que se explicitem no PNE novas fontes de financiamento, além dos *royalties* do petróleo e do Fundo Social do Pré-Social.

Essas são, sem dúvida, fontes muito importantes e devem ser obviamente mantidas.

O financiamento para cumprir o seu papel na construção de um sistema nacional que garanta educação de qualidade necessita da expressa definição de fontes permanentes, fixas e estáveis.

O CNE reafirma ainda, finalizando, a necessidade de um fundo público nacional para o financiamento da educação pública, sem prejuízo do que já diz o art. 213. Mas sem a explicitação como está posta. Entende que isso é uma luta dos educadores e da sociedade.

Dessa forma, questiona o texto como aprovado na CAE e na CCJ, na medida em que entende eu ele abre prerrogativas para que recursos públicos possam ser direcionados à educação privada. Obviamente, a Constituição Federal já traz aquelas prerrogativas. O CNE reafirma, portanto, o princípio de que recursos públicos devem ser direcionados para a educação pública.

Pelo exposto, respeitando a independência, a soberania e as prerrogativas constitucionais do Congresso Nacional, o Conselho Nacional apela aos Srs. e Srªs Senadores da República para que considerem esses pontos, para que possamos avançar na aprovação do Plano Nacional de Educação como política de Estado. Para isso, celeridade é fundamental para rompermos com a situação atual de inexistência de um plano nacional para a educação brasileira.

Celeridade, 10% dos recursos para educação, federalismo cooperativo e prazos são fundamentais nesse esforço coletivo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Obrigado ao Sr. Luiz Dourado.

Registramos a honrosa presença, pela qual agradecemos, de Silas Borges Monteiro, que é Diretor do Instituto de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso; Maria Madalena Nobre, do Comitê de Educação da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; Ana Cláudia Figueiredo, do Comitê Jurídico da Federação Brasileira das Associações Síndrome de Down; Rolf, Assessor Especial do Ministro da Educação; Christiane Aquino, representante do Fórum Nacional de Educação Inclusiva.

Convido a Jovem Jéssica Mendes, quebrando o protocolo, estudante de Fotografia do Iesb, que deseja

fazer a entrega de um documento a esta Comissão, representando a Federação Brasileira de Associações Síndrome de Down. *(Palmas.) (Pausa.)*

É uma síntese das razões da defesa do texto original da Meta 4, que ela encaminha a esta Comissão e que nós vamos distribuir a todos os colegas Senadores.

Para concluir essa fase de depoimento dos nossos convidados, com a palavra a Cleuza Rodrigues Repulho, que é Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime.

O SR. CLEUZA RODRIGUES REPULHO – Em primeiro lugar, bom dia.

Eu queria agradecer ao Presidente da Comissão, Senador Alvaro Dias, pela oportunidade de os dirigentes municipais de educação poderem aqui colocar as suas questões e, principalmente, o seu posicionamento em relação ao PNE. Eu sou Secretária de Educação de São Bernardo do Campo, na região metropolitana de São Paulo.

Já está aqui a apresentação.

Vamos lá!

A Undime fez uma resumo, e, na verdade, vamos propor duas questões que, para nós, são muito importantes e falar um pouco desse contexto da trajetória do PNE e da situação em que nos encontramos.

Bom, então, foram feitas – e aqui o Luiz Dourado já colocou – diversas conferências municipais de educação. A Conae (Conferência Nacional de Educação), conferências estaduais e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, de onde a Undime, a CNTE e outras instituições fazem parte, solicitaram ao Governo Federal que enviasse o projeto de lei para o Plano Nacional de Educação.

Então, em dezembro de 2010, o Governo encaminha o PL ao Congresso Nacional. É importante que a gente fale sobre essa trajetória para dizer quanto angustiante tem sido esse processo. Ele é importante no que diz respeito às discussões, aos posicionamentos, mas nós estamos passando por outra gestão nos Municípios. Nessa gestão atualmente, 70% dos secretários municipais são novos gestores, e a maioria deles não foi gestora em outra cidade ou na mesma cidade.

Então, nós estamos falando de novos gestores que estão em processo de desenvolvimento e de aprendizagem.

Em fevereiro, a campanha apresenta, e a Undime junto, as primeiras 75 emendas; no mês de abril, foram iniciadas todas as audiências públicas; e, no mês de maio, elas atingiram um número total de 117 emendas.

Depois, nós seguimos princípios que direcionam a nossa instituição. A análise das metas estratégicas. O Brasil fez uma Conferência Nacional de Educação e precisava pautar-se em cima dessa conferência. Então, construímos coletivamente emendas, juntando dirigentes, trabalhadores em educação, famílias e outras entidades, como entidades do campo, entidades das pessoas com deficiência, para que, junto ao Congresso Nacional, pudéssemos fazer toda a pressão e encaminhamento que fosse necessário.

Quais são os objetivos dessa mobilização?

Fortalecer e corrigir as limitações do PL. Como todos nós sabemos, é importante que possamos rever posições, trazer informações novas e, a partir daí, conseguir um texto de lei que seja o melhor para as crianças, jovens e adultos que estão nas escolas.

Criar as ferramentas para a viabilização dos recursos financeiros. Eu lembro sempre, em todas as comissões e audiências públicas, que, para se criar uma despesa, e isso começa nos Municípios também, precisamos dizer a fonte. Essa é uma preocupação que faz parte do processo, mas, ao mesmo tempo, precisamos criar as condições para dar conta das metas. Se não, podemos incorrer novamente em um erro que é muito difícil de consertar, ao longo do processo de educação: criar meta, não criar condição para isso e não dar oportunidades para as crianças, jovens e adultos, e tornar as políticas educacionais mais participativas.

Isso nós temos feito, e esta audiência pública é uma prova viva – as inúmeras audiências públicas – de que é importante que as pessoas discutam educação.

Quais são as nossas críticas, em um sentido de ajudar, de complementar, e as limitações do financiamento? E, no final da apresentação, vocês vão ver qual é a situação. Os senhores vão poder visualizar a situação dos Municípios e o número de metas que temos de cumprir. A ausência de metas intermediárias... – o Luiz Dourado e o Paim devem ter colocado isso. As metas intermediárias são fundamentais.

Nós temos no Brasil hoje, em termos de número de crianças e jovens em idade escolar, um momento que não se repetirá em nenhum outro momento da nossa história. Então, por que é importante garantir educação infantil e a pós-graduação? Para que nós consigamos, com esse número de crianças e jovens, a transformação que todos nós queremos.

Depois, pactuar as responsabilidades entre os entes federados de todas as questões. Para nós, Municípios, essa é muito importante. Há Estados neste País onde o regime de colaboração funciona e funciona muito bem. Porém, há Estados neste País em que o regime de colaboração não funciona e penaliza os Municípios com despesas que seriam dos Estados, como transporte escolar, merenda, manutenção de escolas estaduais, com recursos que deveriam estar alocados para a rede municipal. E ausência de diagnósticos e projeções.

Então, diante disso, as pesquisas do IBGE, o Censo do Ministério da Educação, o Censo do Inep e todos os estudos do IPEA basearam as nossas propostas.

A Undime também organizou, junto com a campanha, um movimento que se chama PNE para Valer, para cada vez mais tornar públicas as questões e, principalmente, instrumentalizar as pessoas que querem entender o processo. Ir para a rua dizer que a educação é importante é muito mais tranquilo. Vir aqui discutir por que precisamos de recursos; como vamos trabalhar esses recursos e de que forma vamos manter uma educação pública de qualidade.

Depois, em junho de 2011, a Undime tornou público todo o banco de dados sobre as emendas – que Deputado apresentou, que tipo de emenda, quais os artigos, as metas e as estratégias.

Esse foi um ponto fundamental para as discussões que se espalharam no Brasil todo sobre a importância do novo Plano Nacional de Educação. Deixou de ser uma questão da educação e passou a ser uma discussão nacional.

Isso é muito importante! Se há uma coisa que nós aprendemos como dirigentes municipais da educação é discutir com os economistas. Na verdade, se não fazemos essa discussão, continuamos dizendo que é importante, mas não provamos o quanto é importante. Então, na medida em que hoje no País todo mundo entende de educação, assim como todo mundo entende de futebol, nós queremos que as pessoas entendam por que mais recursos para a educação pública é algo tão importante.

Depois, as emendas elaboradas pela a campanha e que a Undime apoia são 117. Todas as 18 propostas encaminhadas pela campanha foram apresentadas 165 vezes, e as 99 propostas elaboradas pela campanha foram apoiadas 710 vezes.

Quer dizer, estamos falando de coisas importantes, e o Congresso Nacional, tanto a Câmara como o Senado, entende que são importantes e que fazem parte de um processo republicano que transforma essas discussões sobre entes federativos.

Nós não sentimos diferença alguma entre sentar à mesa – e aqui é prova disso... Os municípios, assim como os Estados e o Governo Federal, têm igualdade de tempo, igualdade de oportunidade para dizer o que é importante.

Depois, organizamos vários seminários, participamos de audiências públicas e, nosso fórum extraordinário, em 2011, e agora, no nosso 14º, com a presença de mais de 1.200 secretários municipais de educação, a Undime reafirma a sua intenção e toda a sua força na questão da educação municipal.

Nós temos mais alunos que os Estados, temos mais demanda do que outros entes da Federação e menos recursos. Em agosto, toda uma discussão em relação aos 7% ou aos 10% do PIB, e, no dia 24 de abril, o Deputado Angelo Vanhoni apresenta a versão final do relatório para a Comissão de Educação.

Um ponto de destaque foi em relação à meta 5, e aqui o Luiz Dourado falou sobre a meta 5, assim como a Luzinete também falou sobre a meta 5.

Eu gostaria de deixar bem clara uma questão. Nós, da Undime – e somos responsáveis pela maior parte do alunos em processo de alfabetização –, entendemos que as escolas públicas são para todos. Sendo para todos, e como apoiamos a questão da inclusão, defendemos que a alfabetização plena seja feita até o terceiro ano do primeiro ciclo.

Uma coisa é ler, outra é escrever, interpretar e discutir a leitura. A Undime não defende... – aí é uma questão muito importante que os senhores entendam. A questão da leitura, e quando a gente dá o exemplo das escolas privadas, muitas delas escolhem alunos. Muitas escolas privadas têm, dentro das suas turmas, alunos que vêm de contextos letrados, de pais que já têm ensino médio, e pais que já têm curso superior. Quando a gente fala de escola pública, muitos alunos hoje são os primeiros nas suas famílias que têm ensino superior. Então, não podemos levar 94% das crianças que estão em escola pública a querer o mesmo tratamento ou o mesmo desempenho das crianças das escolas privadas. E aqui não é demérito das crianças das escolas públicas. Ao contrário. Eu tenho, lá na minha rede, crianças com cinco anos alfabetizadas; aos quatro anos. Mas tenho crianças que precisam até o terceiro ano do primeiro ciclo para interpretar, escrever e entender um texto.

Então, é muito importante que a gente entenda a meta 4 e faça a defesa da meta 5 para a escola pública.

A maioria das crianças neste País está nas escolas públicas. Se a gente não consegue ter essa dimensão, vamos continuar tendo uma educação que não é para todos. E, se ela não é para todos, ela não serve para o Brasil, porque há anos, há duas décadas, a gente vem defendendo que as crianças devem estar na escola.

E ainda temos no Brasil mais de três milhões de crianças fora da escola. E quem são essas crianças? As crianças negras, as crianças deficientes, as crianças que moram no campo e as crianças que passaram pela escola, e a escola não foi capaz de mantê-las e de dar-lhes condição.

Então, para nós é muito importante o entendimento do ciclo de alfabetização. Não é a leitura simples de um texto ou de um bilhete, mas a interpretação de um

problema de Matemática, a interpretação de um dado de História, para que isso faça diferença em todo o processo de aprendizagem das crianças.

Então, nós fizemos, na meta 5, uma carta aberta defendendo o texto e, principalmente, nós conversamos com o Ministério da Educação, colocamos todas as nossas posições e principalmente todas as pesquisas nacionais e internacionais que demonstram a importância de dar esse prazo para que o ciclo de alfabetização possa ser consolidado. Então, a meta 5 é alfabetizar todas as crianças no máximo até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

Depois, durante a reunião que apresentou o relatório substitutivo, oito destaques foram sugeridos, e o aumento de 7% para 10% do PIB para educação. De novo, a Undime, junto com a campanha, traz os valores e traz todos os números que o Brasil precisa trabalhar nesses próximos dez anos em relação à educação.

Depois, não defendemos na meta 4 o texto da Câmara. Defendemos o texto aprovado pela CAE, porque nós, da Undime, acreditamos na inclusão e vivenciamos a inclusão nas nossas escolas. Isso tem feito toda a diferença. Não excluímos o direito de as crianças terem atendimento especializado, e as instituições receberam para isso. Agora, é importante que se possa dar oportunidade de as crianças serem incluídas em escolas regulares, não só para o desenvolvimento delas, mas sobretudo para criação de uma geração que não tenha preconceito, que consiga lidar com a diversidade e consiga trabalhar num contexto muito mais amplo de nação.

Eu vejo a diferença nas escolas que mais incluem. As crianças são mais tolerantes, as famílias entendem todo esse processo, e as próprias crianças com deficiência têm um desenvolvimento muito melhor. É importante que a escola possa dar essa oportunidade, e outra vez destaco que a escola pública tem dado essa oportunidade. Pessoas da classe média têm ido para a escola pública com seus filhos deficientes, porque, na escola privada, nem sempre as crianças com deficiência são aceitas na matrícula.

Aqui nós colocamos o texto. Isso vai ficar aqui à disposição. Não quero ultrapassar o meu tempo, porque, para nós, é muito importante que façamos a discussão e que vocês possam levantar questões. O nosso maior desafio, como representantes dos Municípios, é a realidade do financiamento.

Dentro das modalidades, a educação infantil, especialmente a creche, é a que requer o maior investimento. As crianças entram aos seis meses de idade na creche. A relação professor-aluno é completamente diferente das outras modalidades de ensino. E o investimento...

É muito importante que a gente possa destacar as pesquisas. Crianças que são estimuladas nos primeiros três anos de vida, de forma correta, de forma profissional, têm outro desenvolvimento escolar. Então, a defesa da creche e da educação infantil vem pautada em questões muito sérias. Harvard é hoje uma das instituições que mais pesquisam sobre creches e vem fazer pesquisas no Brasil, porque em nenhum outro lugar do mundo há um sistema público de creches com tantas crianças. Em nenhum outro país do mundo há um sistema público de creche como o brasileiro. Falo porque já participei de inúmeras pesquisas e de inúmeras questões levantadas sobre o desenvolvimento infantil e, principalmente, de crianças mais vulneráveis. Isso faz toda a diferença no processo de se garantir a igualdade de direitos e de oportunidades.

Aqui, é importante que vocês verifiquem alguns pontos. Com relação à arrecadação, para cada R$100,00 arrecadados, 58% ficam com a União, 25% ficam com os Estados, e 17% ficam com os Municípios. Investimento em educação: 20% ficam com a União, 40% com os Estados e 39% com os Municípios.

Aqui dá para se ter uma ideia do esforço que nós fazemos nas nossas cidades. Quando digo que sou Secretária de São Bernardo todo mundo acha que nós somos ricos – viu, Senador? –, porque todas as montadoras estão lá. Mas a gente tem ainda problemas de crianças fora da escola, principalmente na educação infantil.

Se uma cidade como São Bernardo, que tem o quarto orçamento do Estado mais rico da Federação, não consegue dar conta da educação infantil e tem investido entre 27% e 30% do seu orçamento em educação, o que se dirá de 80% dos Municípios brasileiros, que vivem do repasse de verbas da União e dos Estados? Então, é importante que a gente possa destacar essa questão.

Isso não significa uma disputa de recursos entre Estado, Município e União, mas única e exclusivamente a constatação de quem investe mais e faz um esforço maior para garantir a educação lá na ponta. Nós estamos falando da modalidade que mais requer investimentos, que é a creche.

Por fim, é importante dizer que, em todo esse processo de tramitação, a Undime e a campanha vêm mostrando, através de cálculos, de notas públicas... Nós trouxemos aqui todas as notas públicas e os posicionamentos referentes à pesquisa do Tesouro Nacional e uma série de pesquisas que eventualmente os economistas não levam em conta, como esforço despendido. Uma das questões que eu gostaria de destacar muito, Senador, é que a gente não pode ter o Ideb como o único indicador para as questões. Não

dá para uma escola centralizada na área nobre de uma cidade competir com uma escola em local de alta vulnerabilidade, onde o esforço é muito maior para que a gente possa garantir o Ideb. Então, lá o investimento precisa ser maior, e a gente precisa, muitas vezes, fazer uma política compensatória para ter o resultado, que é a aprendizagem de todas as crianças.

Finalizando, a Undime defende a carreira para os professores, defende o piso nacional de salários e defende uma carreira que atraia novos profissionais. Nos grandes centros metropolitanos, a gente já vem vivendo a falta de profissionais nas áreas de Química, Física e Matemática. No máximo em 10 anos, não teremos professores alfabetizadores se a gente não garantir uma carreira atrativa para que os jovens possam ir para a escola e se tornarem professores.

Quero muito agradecer a oportunidade de a Undime estar aqui em um dia que para nós é especial, o Dia do Professor. Que a gente, de fato, reflita sobre a importância desse investimento nesse período.

Nós não defendemos 10% do PIB eternamente; defendemos 10% do PIB durante a implantação e o desenvolvimento do Plano Nacional de Educação.

Muito obrigada. Fico aqui à disposição. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Muito obrigado à Cleuza pela exposição.

Certamente, não está acontecendo nada mais importante no Congresso do que este evento na Comissão de Educação.

Se na administração pública é importante a visão estratégica de futuro, imaginem como, no setor educacional, torna-se importante ter visão estratégica de futuro, estabelecimento de metas, planejamento. Enfim, nós temos a convicção de que, certamente, equívocos presentes, deficiências atuais, decorrem da ausência de uma visão estratégica de futuro num passado distante.

Vou citar aqui um exemplo singelo. Eu era Governador do Paraná, em 1990. Nós desejávamos criar uma faculdade de Medicina na Universidade Estadual de Maringá. Houve uma reação fortíssima contrária da associação médica. Imaginavam que a criação de faculdades de Medicina comprometeria a qualidade dos serviços de saúde, banalizaria a profissão de médico. Criei a faculdade e perdi o meu secretário de ensino superior, que pediu demissão porque era médico e atendeu aos reclamos da sua classe.

Vejam que hoje o Brasil está importando médicos e apressando a criação de faculdades de Medicina. Portanto, é importante essa visão estratégica de futuro, o estabelecimento de metas, como se pretende agora.

Sobretudo, quero destacar que, num evento como este, nós nos despimos da condição de oposição e governo. Nós somos o Brasil pensando no futuro, porque sequer sabemos quem governará o País a partir das eleições do próximo ano. Essa proposta estabelece metas para dez anos. Portanto, não se trata, aqui, de se estabelecer esse confronto, que é saudável na democracia, mas que nesta hora é perfeitamente dispensável.

Faço indagações rápidas, até em respeito aos colegas que estão nos honrando aqui com suas presenças e que farão as suas indagações.

Há sinais de que alterações propostas nas duas comissões que nos antecederam, a CAE e a CCJ, não agradaram à sociedade de modo geral. Há questionamentos em relação a alterações que foram aprovadas nas últimas duas comissões, especialmente por ensejar a desresponsabilização da União para com o financiamento da educação e a construção do Sistema Nacional de Educação, entre algumas mudanças polêmicas que aconteceram nas duas comissões.

Então, nós perguntamos: essa visão de que os substitutivos da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição e Justiça pioraram o projeto do Plano Nacional de Educação é compartilhada pelos gestores?

Já que nós estamos aqui com representantes dos gestores da educação da União, dos Estados e dos Municípios. Em que medida e de que maneira, no MEC e no Conselho Nacional de Educação, os gestores estaduais e os gestores municipais foram ouvidos na construção dos substitutivos aprovados na CAE e na CCJ?

Para o MEC, especificamente, o financiamento parece ser o principal gargalo para a execução desse plano. As metas são ousadas, e as dificuldades são enormes.

Na Câmara dos Deputados, durante a tramitação, o Governo relutou em admitir que a previsão chegasse a 10% do Produto Interno Bruto, defendendo o patamar de 7% como investimento em educação. Venceu a bandeira dos 10%, que me parecer ter consenso aqui também no Senado.

Na visão do MEC, qual seria o percentual do PIB necessário para o atingimento das metas do plano? Os 10% são viáveis ou, na visão do Governo – que conhece melhor o potencial financeiro da União – é impossível?

Não pergunto quais são as fontes, porque discordo dessa discussão. Quando se trata de saúde, queremos encontrar uma moeda própria para bancar o serviço de saúde pública – como se saúde fosse um ET, um extraterrestre. Agora, estamos fazendo o mesmo jogo com a educação. A fonte é o Tesouro Nacional, a fonte é o Orçamento da União, a fonte é a receita pública global. Se formos dizer que, para a

educação, temos de tirar dinheiro do petróleo, vamos ver de onde temos de tirar dinheiro para o Congresso Nacional assegurar a sua manutenção. Portanto, creio que essa questão de fonte... A fonte é o contribuinte, são os recursos públicos arrecadados pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

De qualquer maneira, a indagação é esta: se nós temos condições de fixar os 10% para a educação. Quais seriam os percentuais de incrementos, de investimentos públicos em educação, requeridos em cada esfera: União, Estados e Municípios? Ou esse incremento se daria apenas na parte da União, já que Estados e Municípios estão sobrecarregados? É o que imaginamos.

E aí está a questão da gestão. Como garantir que esse aporte adicional de recursos, na magnitude requerida nesse plano, não redunde em desperdícios?

Para o MEC e o Conselho Nacional de Educação. Uma das principais críticas ao texto aprovado na CAE e na CCJ refere-se à estratégia de implementação do custo aluno/qualidade inicial e do custo aluno/qualidade, especialmente no que se refere à supressão da previsão de complementação federal para Estados e Municípios que não conseguirem atingi-los. Essa distribuição dos recursos entre os entes federativos é tremendamente injusta, desigual, desequilibrada. O sistema federativo está apresentando uma distorção gigantesca. Obviamente, os Municípios são os mais sobrecarregados.

Segundo cálculos apresentados por especialistas, a implementação com a materialização de um padrão mínimo de qualidade da educação básica corresponderia a uma complementação da União, aos Estados e Municípios, da ordem de R$46 bilhões anuais, em contraposição aos R$9,4 bilhões que têm sido complementados por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação – Fundeb. A pergunta é a seguinte: o MEC e o Conselho Nacional de Educação estão de acordo com a metodologia sugerida e com os cálculos apresentados pelos especialistas para o CAQ? Em caso afirmativo, o que impede a sua implementação, já que, no discurso do Governo, a educação é a prioridade nacional? Em caso negativo, por quê? O que significa definir o CAQ como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica, nos termos da estratégia do texto aprovado pela CCJ? Foi suprimida a previsão de complementação federal aos Estados e aos Municípios para tal? Nesse contexto, o que seria a implementação plena do CAQ no 8º ano de vigência do Plano Nacional, também aprovado pela Comissão de Justiça? De que maneira o CAQ estaria articulado ao formato de financiamento praticado no âmbito do Fundeb?

E, finalmente, eu tenho outras indagações aqui, mas vou reservar aos colegas aí.

E vou para a última aqui: A valorização do magistério é fundamental para transformar a educação básica no País. A profissão docente precisa se tornar atrativa para os jovens. A formação dos professores precisa ser adequada às necessidades de aprendizagem no século XXI, e a carreira do magistério precisa ser competitiva em comparação com outras carreiras de nível superior. Em 2008 conseguimos aprovar um piso salarial nacional para os professores, mas o valor ainda é extremamente baixo. Apesar disso, muitos Estados e Municípios têm grandes dificuldades para pagar o piso, quando não por limitação de caixa, às quais se somam os índices de reajuste anual, pela rigidez de controle de gastos com pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é necessária para o País. Nós perguntamos: a criação de uma carreira nacional do magistério da educação básica poderia ser um mecanismo eficaz para dar um salto de valorização dos professores? Seria viável e desejável avançar nessa direção no Plano Nacional de Educação? Como avançar em políticas de valorização docente que privilegiem o mérito e a aprendizagem e que possam obter apoio da categoria e da sociedade? Que outras medidas, para além daquelas ligadas à remuneração, poderiam ser fomentadas pelo Plano Nacional de Educação?

Eu fico com essas indagações e passo a palavra inicialmente para o José Henrique, já que ele foi o primeiro a expor, dando um descanso maior aos demais, e depois nós passaremos às indagações dos colegas Senadores, a menos que entendam que devam perguntar antes todos para depois ouvir as respostas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, a minha sugestão é que, como acho que não são muitos inscritos, já faríamos as perguntas. Acho que a Senadora Ângela e eu – estou inscrita. Então, também é rápido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Mozarildo também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É a proposta que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Então vamos fazer de três em três, não é? Eu fui o primeiro, a Senadora Angela Portela e depois a Senadora Ana Amélia. E, depois, ouvimos as respostas.

Senadora Angela Portela com a palavra.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Relator do PNE aqui na Comissão de Educação, quero

cumprimentar também todos os participantes desta audiência pública, que discute o Plano Nacional de Educação, um momento de extrema importância, relevância.

O Plano Nacional de Educação já tem quase três anos de atraso. A sua discussão no Congresso Nacional tem sido longa, difícil, mas tem sido também um momento em que as entidades das categorias profissionais têm participado muito ativamente, a sociedade civil organizada, os Parlamentares, Deputados e Senadores, o Poder Executivo, o Legislativo. Enfim, é um momento de extrema importância e extrema relevância para definirmos claramente as metas e estratégias para a educação do nosso País.

E foi muito bem colocada aqui, por vários participantes desta audiência pública, a importância do financiamento da educação, que está previsto na meta 20 do Plano Nacional de Educação. Informo a todos que a Presidência do Senado, o Senador Renan Calheiros, criou uma comissão especial que vai propor, discutir e apresentar soluções para o financiamento da educação em nosso País.

Então, neste momento em que se discute o PNE, a formação, a instituição dessa comissão especial é mais uma instância de debate para aquilo que é um grande desafio para que se consigam alcançar as metas e as estratégias propostas no Plano Nacional de Educação. Eu sou a Presidente dessa Comissão, o Senador Cristovam Buarque é o Relator, nós temos vários membros da Comissão de Educação que também compõem essa comissão especial, que vai debater e discutir exclusivamente o financiamento da educação pública em nosso País.

Então, sem dúvida, na educação brasileira, nas últimas décadas, houve um avanço no que diz respeito à inclusão. Os dados da Pnad divulgados há duas semanas mostram claramente isso; mostram que a taxa de escolarização das crianças de cinco a seis anos atingiu 92%. Em 2002, essa taxa era de 77%, e 92% das crianças e jovens brasileiros estão na escola.

Nós temos também aqui dados da Pnad que mostram que 98% das crianças de seis a quatorze anos frequentam a escola. São dados que mostram claramente que houve um grande avanço no que diz respeito à inclusão.

Mas nós precisamos avançar muito no que diz respeito às metas de qualidade da educação. Isso nos parece um consenso entre todos os palestrantes aqui, inclusive com o nosso Secretário Executivo do MEC, nosso querido Henrique Paim. Há um consenso da necessidade de melhorarmos a qualidade do ensino em nosso País. Isso passa pelo financiamento da educação. Isso passa também pela definição do montante de recursos que cabe à União, aos Estados e aos Municípios.

Eu queria dizer que vou focar a nossa intervenção na questão da educação infantil, que a Cleuza colocou muito bem aqui. Nós sabemos que o MEC – e a Presidenta Dilma –, tem uma meta, um objetivo de, até 2014, construir 6 mil creches. Isso vai ajudar no cumprimento da meta de, até o final do Plano Nacional de Educação, nós oferecermos 50% das vagas das crianças de zero a três anos de idade.

Agora, o que nos preocupa – e eu quero enfatizar aqui o fato de a Cleuza ter dito que o financiamento da educação infantil é fundamental ficar muito claro nesse nosso Plano Nacional, que está sendo discutido e debatido aqui – é que nós já identificamos, e eu penso que o MEC, a Undime e o Consed (Conselho Nacional de Educação) já devem ter identificado um problema concreto no momento em que as escolas e as creches estão em funcionamento. E esse problema concreto – nós detectamos em nosso Estado de Roraima e temos notícias de outros Estados também – é que, no funcionamento da creche, não se está tendo a preocupação de formar e capacitar os professores que vão atender crianças de zero a três anos.

Então há a necessidade, neste momento em que nós discutimos este Plano Nacional de Educação, de incluir estratégias para atingir essa meta, que é prever a valorização do magistério, que você colocou muito bem. E a gente tem, entre os principais desafios que você colocou aqui, do Consed, essa questão da formação do professor, da qualificação do professor, que é fundamental ficar muito clara, muito amarradinha. Não só a formação inicial, mas a formação continuada dos nossos professores.

A valorização do magistério. Nós temos quatro metas que mostram claramente a necessidade de investimento na formação e na qualificação dos nossos professores, visando melhorar a qualidade do ensino nas diversas modalidades (educação infantil, educação básica, como um todo e educação superior). Mas é preciso nós focarmos neste momento, tanto o MEC como o órgão que é indutor das políticas de formação e capacitação dos professores e da valorização do magistério, que é de fundamental importância atentar para a formação desses profissionais, porque nós identificamos em nosso Estado creches já construídas através do ProInfância, do PAC 2, em que estão sendo atendidas as crianças apenas de três a seis anos de idade. A parte que cabe às creches está desativada. E a principal alegação dos gestores municipais tem sido que nós precisamos ainda investir na formação desses profissionais que vão atuar com essas crianças de zero a três anos de idade.

Então, considerando a importância deste momento de discussão, de apresentação de propostas, de participação da sociedade civil, dos gestores públicos, dos Parlamentares na elaboração do PNE, que vai agora, de 2014 até 2023, nós devemos atentar para a importância da educação infantil em nosso País. Então, o meu foco seria isso.

Eu queria perguntar ao Henrique, do MEC, ao Consed, e principalmente à Undime, que sente na pele as dificuldades da execução da política de educação infantil, se já existe alguma proposição de vocês no sentido de superar esse sério problema, que é real e concreto, que é a formação desses profissionais que vão atuar com essas crianças.

A Cleuza colocou muito bem, e já existem estudos que mostram que a criança que tem acesso à educação infantil tem, sem dúvida alguma, um desempenho educacional muito melhor – educacional, cognitivo. A interação naquele ambiente educacional, a merenda escolar, tudo aquilo que é proporcionado à criança na educação infantil é, sem dúvida, um elemento importante para a construção da qualidade do ensino em nosso País.

Então, eram essas as minhas considerações, e eu gostaria que vocês apresentassem algumas propostas.

Gostaria também de hoje, 15 de outubro, parabenizar todos os professores e professoras brasileiros. Eu sou Senadora hoje, mas a minha formação é de professora. Dei aula na escola pública do meu Estado de Roraima e sei, agora no Senado Federal, trabalhando na elaboração de leis, de políticas públicas para a educação brasileira, o quanto significa você ter esse olhar atencioso, esse olhar que é obrigatório que nós tenhamos com a valorização dos nossos professores. Então eu queria parabenizar, como professora que sou, com muito orgulho, todos os professores e professoras brasileiros, da educação infantil ao ensino superior.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora. Parabéns também a V. Exª pelo seu dia, professora.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Alvaro. Senador Alvaro.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Pois não.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só para reafirmar a importância da última afirmação que a Senadora Angela Portela fez, no sentido de que está dizendo com conhecimento de causa, porque já esteve em sala de aula: é professora, está Senadora. E o documento da Undime traz como um dos grandes problemas enfrentados que nós, gestores educacionais, podemos afirmar que um dos principais problemas da educação é ter de ouvir os chamados especialistas como formadores de opinião, principalmente aqueles que se consideram "especialistas em educação", entre aspas, sem nunca terem pisado numa escola pública.

Então, nesse caso, o pronunciamento da Senadora Angela Portela se reveste da maior importância, porque ela está como conhecedora de causa, querendo refletir uma saída, sem querer dar aula sem nunca ter pisado numa escola pública.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Eu tomei a liberdade de imprimir e entregar aos nossos convidados as perguntas que formularia. Encaminho por escrito, e, se desejarem, poderão responder por escrito, para balizar o trabalho da nossa assessoria na preparação do nosso relatório. Será certamente de grande utilidade, para que possamos elaborar o nosso relatório. Não formulo todas as indagações, porque queremos ouvir os nossos colegas Senadores, e o tempo é exíguo.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Alvaro Dias, todos os palestrantes, na pessoa do José Henrique Paim, eu queria associar-me também às homenagens aos professores. Não é um ato corriqueiro este, porque, talvez, das profissões todas, a mais relevante seja essa, porque diferente das outras profissões, essa molda o caráter e a formação das pessoas.

Eu sou normalista, eu sou do tempo do curso normal. Eu fiz o curso normal, lecionei, fiz o estágio, e realmente vivi essa grata experiência de mudar as pessoas. Então, no interior do Rio Grande do Sul, em Lagoa Vermelha, eu pude ter a retribuição de ver o crescimento de um aluno. Para a família, a modificação de uma criança, e a família reconhecendo isso, nas suas atitudes, é extremamente gratificante. Talvez a recompensa maior, tanto quanto o salário que a gente tem, é quando temos o compromisso com aquele ofício, que eu diria, é um sacerdócio.

Então, aqui estão duas professoras, uma colega Senadora professora também. Todos nós fomos influenciados por elas. Hoje inclusive minha melhor professora de Português ainda está viva lá em Caxias do Sul, a Maria San Martin, um abraço para ela.

Todos os temas abordados aqui são relevantes. Eu só queria fazer um registro, Presidente Alvaro Dias, da exposição da Leuzinete, que eu tive a oportunidade de assistir toda, de dizer que, de fato, o desafio da educação é tão sério, que nós não podemos imaginar que só o setor público pode sozinho fazer isso. Então, eu acho essa sua colocação pelo Consed extremamente

valiosa: não ter preconceitos; o que não está certo, há de se corrigir; e o que se pode, deve ser aperfeiçoado.

E parcerias. A junção de esforços, a união de esforços para melhorar a questão do ensino.

Preocupou-me também a evasão de matrículas, em 9%, e o aumento no setor.

Então, são vários fatores aí, a gente não precisaria nem alinhavar. Mas vou me concentrar apenas numa questão, Presidente Alvaro Dias, porque, em tudo o que nós falamos aqui, há uma questão em que sou demandada – acho que todos os Senadores o são – sobre uma questão relacionada à meta 4. A Câmara dos Deputados aprovou este texto no seu *caput* da meta 4:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar em escolas ou serviços especializados públicos ou conveniados.

Isso foi o que a Câmara deliberou.

A CCJ, aqui no Senado Federal, para o mesmo tema, meta 4:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, nos termos do art. 208, III, da Constituição Federal, e do art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, com status de emenda constitucional e promulgada pelo Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009.

Parece aparentemente sutil a diferença em relação a isso.

Tenho duas posições aqui, e é esta a questão para o Dr. Henrique Paim: se podemos compatibilizar as duas, que me parecem absolutamente legítimas.

Da Apae, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:

O texto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, que teve como Relator o Senador Vital do Rêgo, do PMDB da Paraíba, apresenta avanços, mas ainda não atende as demandas das organizações não-governamentais. Depois de ser minuciosamente examinado o conteúdo, destacamos que continua impondo limitações de ordem prática à manutenção das escolas especiais. Portanto, o fórum insiste na manutenção do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, considerado o mais adequado. O texto da Câmara contempla os elementos essenciais para a garantia do direito à educação da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, com educação escolar, o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino – escolas, classes, salas de recursos multifuncionais –, evidenciando assim a existência de duas escolas: a comum e a especial. Garante igualmente a educação dos surdos em escolas e classes bilíngues e em instituições inclusivas.

A posição da Apae, que eu acabo de ler, do Presidente Mariucci.

Aqui da...

Crianças com síndrome de Down aprendem mais e melhor em escola regular de ensino. Todas as pessoas com síndrome de Down que chegaram à faculdade no Brasil estudaram em escolas comuns da rede regular de ensino. O mais amplo estudo sobre o tema, conduzido de 1987 a 1999, pelo Reino Unido, e atualizado em 2006, acompanhou o aproveitamento escolar de dois grupos de 90 crianças com síndrome de Down. O primeiro grupo em escola regular, e o segundo em escola especializada. O resultado do estudo demonstra que crianças com síndrome de Down aprendem mais e melhor em ambiente inclusivo, sobretudo em áreas essenciais à independência funcional do indivíduo, como comunicação oral e escrita e habilidades acadêmicas, incluindo leitura, escrita e aritmética.

Com base nos resultados desse estudo, e em respeito à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com equivalência da emenda constitucional, o Decreto-Lei nº 6949, de 2009, o Fórum Nacional de Educação Inclusiva e a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down defendem a educação universal para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação em escola comum da rede regular de ensino.

Nesse contexto, a Frente e a Federação defendem a redação original da meta 4 do Plano Nacional de Educação, deliberada pelo Conae em 2010 e acolhida pelo Senador Pimentel.

Eu quero saber, então, simplesmente, do Dr. Paim se é possível compatibilizarmos as duas demandas de modo a atender os dois setores. Se esse caminho for possível, penso que essa é a questão mais adequada para o País. Essa é a minha questão.

A outra questão não vou abordar, porque é muito particular; é sobre a Gama Filho, que não está em debate aqui.

Obrigada, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Fechamos o ciclo de três Senadores.

Vamos ouvir, então, as respostas, começando pelo Secretário Executivo do MEC, José Henrique Paim.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de, mais uma vez, cumprimentar os Senadores aqui presentes.

Respondendo às questões apresentadas pelo Senador Alvaro Dias, eu queria dizer o seguinte: nessa questão do financiamento da educação, como eu já me referi na minha intervenção inicial, acho que avançamos muito nos últimos anos, porque conseguimos estabelecer um padrão de financiamento para a educação básica condizente com os desafios que temos pela frente. No entanto, nós sabemos que, para atingir as metas propostas no Plano Nacional de Educação e as estratégicas que estão colocadas ali, são necessários mais recursos para a educação pública.

Acredito que o texto que está em discussão na Comissão de Educação e que veio das duas comissões não trabalha no sentido de retirar a responsabilidade da União. Acho que ele trabalha muito mais para preservar determinado padrão de financiamento que está estabelecido. Mas, ao mesmo tempo, nós sabemos – já respondendo à questão dos 10% do PIB – que é necessário que haja, sim, fontes de financiamento que viabilizem o atingimento dessas metas ao longo dos próximos dez anos.

Já foi feito um anúncio pela própria Presidenta Dilma – já foi dada a sanção – quanto à questão dos *royalties*, que é um recurso que virá em médio e longo prazos, o que vai garantir um aporte adicional. Agora, pelas contas iniciais, nós sabemos que esse recurso vai ajudar, mas que, talvez, não seja suficiente para que possamos atingir todos os objetivos que estão traçados aqui.

Concordo com o Senador Alvaro Dias, que já foi governador. Eu tive até o privilégio, quando iniciei minha carreira profissional – ele era Governador do Paraná, e eu trabalhava, na época, no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul –, de participar de algumas reuniões do Codesul, com a presença dele. E, na época, discutia-se o desenvolvimento da região. Então, foi muito importante aquele debate na época da minha formação.

Mas eu queria dizer que, embora realmente a fonte seja o Orçamento, há a questão da vinculação dos recursos. Se analisarmos o avanço em termos de padrão de financiamento da educação, veremos que foi muito importante para o País, desde a Lei Calmon até a Constituição de 1988, a vinculação de recursos para a educação. Sem vinculação de recursos para a educação, fica difícil, porque o acréscimo de recursos no Orçamento tanto da União como dos Estados e dos Municípios vai depender muito da situação econômica do País. Quando o País estiver numa situação favorável em termos econômicos, se houver vontade política, poderá até haver mais recursos para determinados projetos educacionais. Mas, se não houver essa vinculação, nós não vamos garantir no tempo a aplicação do recurso de forma adequada.

Portanto, na minha opinião, é fundamental que haja essas ações de vinculação. Nesse sentido, os *royalties* são essenciais.

Então, se nós tivermos a oportunidade de garantir uma nova fonte de financiamento, acho que vamos ter condições de garantir, sim, no futuro, a implementação dessas metas todas que estão previstas.

Eu já tinha falado aqui, na minha intervenção inicial, da preocupação do Ministério, sim, com a questão da gestão. Na minha opinião, existe contradição entre a questão da destinação de mais recursos para a educação e a melhoria da gestão. Acho que as duas coisas têm de caminhar juntas. E é um esforço conjunto da União, dos Estados e dos Municípios.

Então, nós precisamos avançar em relação a isso. Acho que esse é um ponto essencial. Há um conjunto de mecanismos. Acho que, quanto ao padrão de relacionamento do Ministério da Educação com Estados e com Municípios, nós avançamos muito nos últimos anos, a partir do Plano de Ações Articuladas. Hoje, há uma sintonia maior entre a União, os Estados e os Municípios em relação à assistência técnica e financeira.

É importante dizer que, na questão da arrecadação de recursos e do que existe de repartição entre a União, os Estados e os Municípios, historicamente, há um quadro que trabalha na direção dos recursos mais voltados para a União. No entanto, se analisarmos, do ponto de vista do financiamento, o percentual do PIB em educação, nós vamos ver que, no conceito da OCDE, quando nós falamos de investimento direto em educação, a grande maioria dos recursos, dos 5,3% do PIB, vai para os Estados e para os Municípios. Quando se contabiliza, pode-se ver que em torno de 4% do PIB estão nos Estados e nos Municípios. Por quê? Porque, nesse conceito da OCDE, estamos falando em aplicação do recurso nos Estados e nos Municípios. Então, vê-se, por essa análise do financiamento, que a maior parte do recurso é aplicada nos Estados e nos Municípios. O recurso é arrecadado pela União, mas é aplicado nos Estados e nos Municípios. Esse é um aspecto importante.

Há outro ponto do financiamento: analisando os dados referentes ao percentual do PIB aplicado na educação, vamos ver que, ao longo dos anos, nós con-

seguimos também reduzir... Havia uma relação de 11 vezes o custo-aluno da educação superior em relação ao verificado na educação básica. Hoje, essa relação está em 4,8 vezes. Então, nós estamos reduzindo essa relação sem perder a ampliação de recursos para a educação superior.

A complementação da União também é um aspecto importante. Por isso, falo sobre o Fundeb. O senhor disse aqui que seriam necessários, para a implantação do CAQ, R$46 bilhões de complementação da União. Nós sabemos que, para isso, é preciso haver uma fonte específica. Então, a nossa preocupação é a de realmente viabilizar um sistema de financiamento que garanta essa condição. E, por isso, nós achamos que o Fundeb, sobre o qual houve ampla discussão no âmbito do Congresso Nacional, envolvendo uma emenda constitucional, estabeleceu um padrão de financiamento que deve ser preservado, sem prejuízo de discutirmos a questão dos padrões mínimos, sem prejuízo de fazermos uma discussão em torno da questão do papel que o CAQ e o CAQi têm.

É importante dizer também, Senador – o senhor sabe disto, bem como todos os Senadores que acompanham aqui a Undime e o Consed –, que não podemos criar, a partir do CAQ e do CAQi, uma acomodação do sistema educacional. Por quê? Porque, na medida em que estabeleço valores mínimos de qualidade, alguns gestores podem, muitas vezes, dizer o seguinte: "Se eu não conseguir atingir o CAQ ou o CAQi, eu não vou precisar fazer um esforço em direção à qualidade, porque a minha justificativa vai ser a de que não tenho financiamento". Então, em certa medida, isso pode ser contraproducente no que diz respeito a esse esforço em termos de qualidade que o País precisa fazer.

Então, temos de ter certo cuidado com isso. Não é que eu seja contrário a discutirmos essa questão do CAQ, no sentido de se avançar em relação aos padrões mínimos, mas acho que é preciso fazer esse alerta quanto à forma como isso vai ser utilizado. Eu diria, mais uma vez, que a complementação do CAQ, na minha opinião, pode entrar, sim, em choque com a questão do nosso padrão de financiamento via Fundeb. A gente precisa ter cuidado com essa questão, porque acho que é uma questão que não envolve só a União. Na verdade, envolve o sistema educacional brasileiro, que é uma política de Estado que a gente precisa preservar.

Em relação ao piso, acho que nós temos uma clareza da importância do Piso Nacional. É a única categoria que conta com um piso estabelecido na Constituição brasileira. Nós sabemos que a questão da valorização do docente não é só relacionada à remuneração, mas é relacionada também à formação, que é um aspecto fundamental.

O Ministério da Educação tem defendido sempre que tenhamos, em relação ao piso, a preocupação de garantir um patamar razoável que seja sustentável também para os Estados e para os Municípios. Então, na medida em que fazemos crescer o valor do piso, temos de ter preocupação com a sustentabilidade, mas garantindo, ao mesmo tempo, que, ao longo do tempo, haja uma valorização real desse piso. Acho que precisamos avançar nessa direção. A meta que está estabelecida no PNE vai nessa direção. Terá de ser um ganho gradativo e sustentável, mas que garanta, ao mesmo tempo, que possamos melhorar o piso e que a carreira do magistério seja atrativa. É preciso resolver esses gargalos existentes em relação a determinadas formações específicas que hoje não são atrativas no magistério da educação básica.

Com a questão abordada pela Senadora Angela Portela eu concordo plenamente. Acho que temos de avançar, sim, em relação à questão da formação. Nós tivemos uma preocupação grande com a questão da infraestrutura, do financiamento da infraestrutura, nos últimos anos. E precisamos avançar mais, inclusive, em relação a métodos construtivos, para acelerar esse processo de construção.

Nós nos preocupamos com a questão do financiamento. Acho que o Fundeb garantiu... A Undime teve um papel crucial nisso, porque nós garantimos a questão do financiamento da educação infantil no Fundeb. Nós conseguimos também antecipar os recursos hoje das matrículas, para que os gestores municipais não esperem um ano para receber o financiamento. Esse foi um avanço importante. Mas, na questão da formação, temos de avançar mais. É óbvio que há programas na área da formação da educação infantil, mas acredito que deverá ser o nosso próximo objetivo trabalhar mais em torno da formação da educação infantil.

Acho que a questão colocada pela Senadora, sobre o foco dado à educação de crianças de 4 e 5 anos de idade, está relacionada um pouco à meta que está estabelecida no PNE e, ao mesmo tempo, à exigência constitucional de universalizar a pré-escola até 2016. Então, talvez, esse seja um elemento que possa ser corrigido mais à frente, até porque há essa perspectiva mesmo.

Em relação ao que foi dito pela Senadora Ana Amélia, minha conterrânea, nós achamos que esse texto que chegou à Comissão de Educação vai um pouco na direção, sim, de compatibilizar, porque nós acreditamos fortemente na inclusão educacional. A inclusão educacional é o caminho que nós temos – os dados demonstram isso – para fazer uma inclusão

cada vez maior das pessoas com deficiência no sistema educacional, tanto na educação básica, quanto na educação superior.

Agora, o papel que tem o Atendimento Educacional Especializado pode, sim, ser compartilhado entre o ensino regular, especialmente na escola pública, e as instituições especializadas. É possível, sim, fazer isso. Então, acredito que podemos discutir e aprofundar essa questão, para chegar a essa compatibilização, mas sempre mantendo o princípio da inclusão, que é um princípio previsto na Constituição brasileira e na própria Convenção da ONU, que já foi referida aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, dentro desse mesmo raciocínio, tomando o ponto de partida da educação infantil, levantado pela Senadora Angela Portela, quero dizer que esse professor também precisa de uma formação adequada para isso. E acumular, no caso, o ensino regular é uma sobrecarga. Se ele não estiver adequadamente preparado para isso... Não podemos pensar só no aluno, mas temos de pensar mais no desempenho da professora que vai ter de abrigar as crianças.

Então, penso que esse é um dado relevante também. Todos nós somos favoráveis à educação inclusiva no caso dos portadores da síndrome de Down, mas os outros alunos com deficiências diferente dessa têm outro comportamento e requerem do professor uma atitude adequada, para que não seja fragilizada a educação dessa criança, para que não haja a exclusão dessa criança, ao invés da inclusão, por um processo de rejeição dessa criança especial numa escola regular.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Eu posso complementar?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Pois não.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Acredito, Senadora, que a questão da formação continuada – há um esforço já nessa direção – realmente tem um papel importante, para que a gente consiga preparar a escola para receber esses estudantes com deficiência. Agora, acho que, na verdade, é um esforço muito grande que o País tem de fazer.

Se nós pensarmos do ponto de vista do Brasil, nós vamos ver que a inclusão educacional permitiu que regiões do País que não têm tradição de instituições que fazem o atendimento especializado conseguiram avançar também na inclusão de crianças com deficiência na escola regular. Essas crianças estavam fora da escola, porque não existe uma tradição, especialmente no Norte e no Nordeste do País, de atendimento especializado. Então, o que promoveu essa inclusão nos últimos anos foi justamente a existência de uma rede regular que conseguiu avançar em termos de inclusão. Então, esse é um esforço importante.

Agradeço a sua manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Deixo a critério dos demais se desejam acrescentar alguma coisa ou complementar a fala.

Pois não. Concedo a palavra ao Luiz Dourado.

O SR. LUIZ DOURADO – Inicialmente, quero destacar a importância e a riqueza das questões. Quero dizer que me comprometo a mandar por escrito as respostas e o texto que aqui apresentei. Eu gostaria de reforçar algumas questões.

Acho que a discussão em torno do financiamento é crucial e, certamente, remete à ampliação dos percentuais destinados para a educação e, ao mesmo tempo, aos processos de gestão. Acho que, quanto mais avançarmos nisso, o próprio plano se traduzirá num esforço na perspectiva do planejamento da educação brasileira. E há aquela relação para a qual chamei a atenção entre proposição e efetivação, o que implica que haja planos decenais articulados. Daí a importância de se pensar esse quadro.

Com relação às fontes, entendemos que os *royalties* significam também um avanço, mas que é necessário avançarmos para o que a nota do Conselho chama de fontes de financiamento fixas e estáveis. Acho que esse é um debate importante, sem prejuízo, obviamente, da defesa dos 10%. Aqui, entendemos que precisamos ampliar os recursos e, ao mesmo tempo, melhorar a sua utilização.

Então, as duas coisas, de fato, estão articuladas, numa lógica que aqui destaquei de federalismo cooperativo. Acho que esse é um grande desafio no campo educacional. E a própria Constituição Federal remete a uma lei complementar do regime de colaboração ou a leis complementares, e essa é uma questão fundante. O próprio Plano Nacional de Educação traz essa sinalização. Daí a importância de instituição do Sistema Nacional de Educação. A manutenção do prazo de dois anos, reitero, é exatamente uma indução para que, de fato, possa haver essa institucionalização.

Com relação à articulação, acho que o Fundeb representou um grande avanço, na medida em que saímos de um fundo focalizado, que era o Fundef, para um fundo de natureza contábil envolvendo toda a educação básica. Mas é preciso avançar nos coeficientes. E aí acho que dá para articular com essa discussão a discussão do CAQ – Custo Aluno-Qualidade. Quero dizer que o Conselho Nacional já aprovou parecer nesse sentido, que foi encaminhado ao Ministério e que está aguardando homologação. Acho que essa é uma discussão importantíssima, que se faz presente aqui, nesta seara de encontramos alternativas e dinâ-

micas certamente necessárias para avançarmos na educação nacional.

Logicamente, a perspectiva do Conselho é a de sugerir a manutenção da previsão complementar da União. Nós entendemos que esse esforço de equalização é fundamental. E a União, como foi dito pelo Secretário Paim, vem fazendo um esforço de pactuação muito amplo nessa perspectiva, melhorando, inclusive, o relacionamento entre os entes federados. Mas acho que, tendo em vista a própria dinâmica da vinculação e da subvinculação de recursos, a manutenção do texto, e não a supressão dessa previsão complementar, auxilia nessa reorquestração que é preciso estabelecer-se para a educação nacional, para a educação básica e para a educação superior. Nós estamos falando de uma duplicação da educação superior, o que é extremamente importante para sairmos, segundo os indicadores internacionais, de um sistema de elite para um sistema de massa.

Daí também a importância dos 40% na educação superior das matrículas novas no segmento público. E o próprio Plano Nacional de Educação traz por que caminho isso se efetivará. Pela articulação entre a União, com a ampliação do setor público federal, ao setor público estadual e municipal. Há uma experiência muito bem-sucedida na educação superior, que é o Reuni, que propiciou uma expansão jamais vista na história, parodiando o nosso ex-Presidente. É de grande importância, com a criação de novas universidades e a questão mesmo da interiorização.

Então, pensar em retomar os 40% da expansão das matrículas na educação superior nesse processo de crescimento, o que não inviabilizará o crescimento do setor privado, que é importante nessa dinâmica, mas certamente propiciará uma inclusão. E aí, acho que essa dinâmica da inclusão no seu sentido amplo.

No tocante à meta 4, certamente, o horizonte apontado pelo Relator Pimentel com relação a essa matéria me parece que avança na perspectiva de compatibilização e está consonante ao texto da Conferência Nacional de Educação de 2010.

Por último, certamente que pensarmos a questão da valorização dos professores implica carreira, salário, condições de trabalho, formação inicial e continuada. Essas questões precisam, de fato, se fazerem bem articuladas ao longo do próprio Plano Nacional de Educação, uma vez que estão dispostas muito mais presentemente em três ou quatro metas, mas aparecem também em outras estratégias. Eu acho que isso é central. Nesse sentido, a equiparação do salário dos professores, que é uma meta explícita, certamente trará um avanço substantivo na articulação com o piso salarial nacional. Então, são questões importantes.

Houve uma questão específica com relação à carreira nacional para os profissionais da educação básica. Eu quero dizer que – aí não é posição do Conselho, é uma posição particular – é questionável a ideia de uma carreira nacional na perspectiva – e aqui falamos – de um federalismo cooperativo. Mas isso não secundariza a importância do papel da União na coordenação e no estabelecimento de diretrizes nacionais de carreira. Esse já tem sido um encaminhamento, o Conselho tem matéria aprovada a esse respeito, e acho que diretrizes nacionais são fundamentais. Da mesma forma, diretrizes nacionais no tocante a padrão de qualidade e a Piso Salarial Nacional, que é uma diretriz nacional.

Agora, uma carreira nacional certamente se chocaria com o que estou chamando de federalismo cooperativo, de um processo de participação e de descentralização qualificada. Eu acho que são pontos muito interessantes nessa ideia de um planejamento global e de ações mais articuladas. Nesse sentido, a própria discussão da territorialidade hoje é fundamental. O Ministério da Educação vem fazendo essas discussões, pensando na dinâmica do território. Quer dizer, numa perspectiva muito mais ampla do que o olhar focalizado, mas pensando em um Município articulado com outros, pensando em novas dinâmicas. E talvez possamos aprender um pouco com a saúde, que vem implementando ações. Por exemplo, grandes consórcios no setor público. É preciso pensar nessa articulação, inclusive interna do setor público, de uma maneira mais orgânica, com perspectiva de planejamento.

Eu me disponho a responder as questões e a encaminhar para os Srs. Senadores o texto que apresentei na minha fala hoje.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Muito obrigado.

Eu registro a presença do Prof. Agnaldo Menezes Dantas, da Federação Nacional das Escolas Particulares.

A Leuzinete deseja falar?

A SRª LEUZINETE PEREIRA DA SILVA – Sr. Presidente, com relação às questões que o senhor apontou aqui, na parte escrita – certamente não dá para abordar todas –, me chama a atenção uma que diz respeito ao Consed e à Undime. Cita o regime de colaboração instituído no art. 211 da Constituição Federal, que, os senhores podem atestar, não vem funcionando muito bem. E a agenda de construção de um sistema que está incluído no art. 13 do Plano Nacional. A questão indagada é qual é o papel da União para que se avance no desenho de um sistema articulado.

Eu pedi a palavra, além de pontuar outros questionamentos feitos por esta honrosa plenária, para evidenciar um aspecto em que eu acho que o Brasil

avançou muito: a articulação com os Estados e os Municípios, que foi com o Ministério da Educação. E eu aqui queria registrar o desempenho muito marcante do nosso Secretário de Articulação do sistema – viu, Secretário Paim? –, o Prof. Binho, na articulação desse sistema. Foi uma inovação que o MEC propiciou, trazendo uma secretaria para tratar dessas questões e que, no julgar mais particular do Maranhão, tem funcionado muito bem. Além de desenhar o plano estadual, que já está em versão preliminar, em consulta pública, estamos costurando, alinhando e conversando com os Municípios, os 217 do Maranhão, no sentido de elaborar seus planos municipais. E, evidentemente, com o apoio técnico do Ministério.

Uma outra questão que se evidencia aqui, Sr. Presidente, feita pelo senhor, é como as prefeituras devem cooperar com os Estados para a oferta de ensino médio.

Os Estados têm sofrido desafios muito grandes. Só para os senhores terem uma ideia, no Maranhão – e aqui é uma questão muito específica –, na faixa etária de 15 aos 17 anos, nós temos 60% de jovens que não estão no ensino médio. Isso não quer dizer que eles não estejam estudando. Às vezes estão no ensino fundamental, retidos por ineficiência do sistema. E esse dado de distorção chega a 50% no Brasil todo.

Então, nós precisamos avançar na qualidade, acabar com essas causas de retenção, melhorar o fluxo e conseguir pegar essa demanda reprimida de jovens que estão sem escola. Isso precisa de cooperação.

E aqui eu quero realçar o que a Senadora Ana Amélia colocou. Ou se faz em regime de colaboração, de parceria, com os entes, com as instituições públicas, ou privadas, ou conveniadas, ou não se vai conseguir.

Nós temos Estados com distâncias territoriais muito particulares. O Maranhão é um caso desses. Nós temos uma população rural muito forte no Maranhão: 40%. Talvez seja o Estado com a maior demanda de população rural. E a dificuldade de distância é muito grande.

Nós temos vivido problemas sérios de deslocamento dos estudantes do ensino médio. E é curioso, pois a gente precisa entender o aluno, o estudante, como estudante cidadão do Estado, do Município, daquela cidade. Mas é curioso porque, às vezes, o prefeito diz assim: "O aluno do Estado atrapalha. A gente precisa deslocá-lo pelo transporte, um aluno do Estado." É um aluno do Estado do Maranhão, mas ele tem que ser atendido de qualquer modo. Ele é um cidadão. E nesse sentido, eu acho que o apoio das prefeituras é fundamental. A questão do transporte é absolutamente importante nesse cenário.

Não vou me ater à questão... O Prof. Luiz Dourado muito ponderou com relação à carreira nacional do magistério, que tem essa preocupação com o federalismo. Mas isso não nos impede de pensar por que um professor de uma rede pública ganha salários ou rendimentos diferentes. Por que, na rede federal pública no Brasil, o professor tem dedicação exclusiva, de 40 horas, e tem um salário assim, tem concurso específico? Por que, num Município distante, ele tem uma remuneração diversa? Por que, nos Estados, há essas distorções? Isso não no impede de pensar que o mesmo profissional que sofre todas as agruras da docência, aqui já tão bem reveladas, não precisa ter essas distorções de salário. Isso enseja que nós comecemos a pensar nesse assunto.

Com relação à questão feita pela Senadora Angela Portela, eu acho que a Prof. Cleuza, a quem eu faço uma saudação especial aqui... Eu estive em São Bernardo do Campo e vi uma creche funcionando com maestria, muito bem, mas vi também as dificuldades para se manter uma creche daquele perfil, com aquela qualidade. Além do custo que envolve toda manutenção técnica, tecnológica, e de infraestrutura, a formação de professores.

E aí foi o que a Drª Angela Portela mencionou. Se temos desafios com formação de professores naquilo que temos feito de universalização com o ensino fundamental, imagine trabalhar com as creches na educação infantil. Isso vai ensejar do Brasil um esforço muito maior com relação à interlocução entre a educação básica e a educação superior. Não há como não manter esse diálogo. Eu acho que o Ministério da Educação já tem feito esse esforço, sobretudo com essa articulação com as universidades, com o Pacto Nacional pela Alfabetização, mas ainda temos muito que avançar nessa direção.

Agradeço muito a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Muito obrigado.

Professora Cleuza.

A SRª CLEUZA RODRIGUES REPULHO – Se a gente não tomar cuidado, vira um debate entre Estados e Municípios aqui. O senhor viu, não é, Senador?

Eu queria destacar duas questões que foram apresentadas. Primeiro, quanto à sua fala, e a Undime se compromete a responder todas as questões, enviar com dados. Acho que isso é importante.

Uma questão que tem nos incomodado muito é falar sobre gestão. Quando a gente tem recursos para gerir, está bom. O problema é não ter recurso. Quando um empresário não tem recurso, ele demite. Quando a prefeitura não tem recurso, ela tem que se virar e não pode botar as crianças para fora.

E nos espanta, Senador, pois essas discussões têm sido pautadas em números. Eu achei importantíssimo o senhor ter colocado isso, porque vai dar oportunidade de a gente expor a fragilidade do financiamento diante da necessidade.

O senhor foi governador e sabe que uma das coisas mais difíceis desta vida é ser governo. Nada é tão difícil quanto ser governo, porque você tem uma posição, você tem que fazer determinadas coisas, e nem sempre se arrecada tudo que é necessário para uma cidade, para um Estado e para o País. Acho que o desafio é melhorar cada vez mais a gestão, mas, sobretudo, ter recursos para gerir.

Nós passamos agora mesmo por uma discussão homérica sobre o Mais Médicos, com salário de R$10 mil. E há governador neste País que não paga o piso. E há prefeito que não paga piso de R$1,6 mil! Mas vai pagar R$10 mil para médico. Então, vai chegar a hora em que a gente também vai ter que pagar R$10 mil porque não vai haver professor. Será que nós vamos ter que chegar a esse limite? E aqui não vai nenhum demérito ou acréscimo se é mais importante ser médico ou professor. Mas, até para ser médico, alguém precisa se dispor a alfabetizar o cidadão, senão ele não vai chegar à universidade. Então, essa preocupação é importante.

E quando a Senadora pergunta em relação à formação, nós levantamos os dados: 43,1% dos professores que estão na educação infantil não têm formação na área. Então, ela tem razão quando a gente recebe o ProInfância, e tem sido um diferencial muito importante. E o Brasil Carinhoso, adiantando recurso para que a gente possa... Do contrário, Paim, a gente não esperaria um ano; a gente esperaria dois ou três, porque são dois anos para construir, colocando dinheiro, para fazer a matrícula, e, só no ano seguinte, é que vinha o recurso. Então, essa antecipação faz toda diferença para nós, e a formação é essencial.

A Capes tem feito projetos importantes, e o próprio Ministério. Na área de inclusão, a gente tem feito até pós-graduação a distância, por intermédio da Universidade Federal do Ceará, que tem um polo importante.

Agora, queria dizer que, se as crianças são da cidade, elas moram no Estado também. Então, pagando, não há problema algum. O problema é mandar os alunos, e a gente ter que transportar, fazer matrícula, fazer merenda, tudo isso. Porque é um desafio mesmo. As crianças são de todos nós. De todos nós. Agora, não é aquela história de que onde cabem 50 cabem 60. Porque ônibus tem 50 bancos, 50 cintos de segurança e eles têm custo. Então, é importante que a gente dê o devido peso e que o regime de colaboração funcione.

No Paraná mesmo, Senador, há um regime de colaboração para transporte escolar que é uma referência. Foi muito difícil, foi muito trabalhoso, muito custoso, mas existe. Então, é possível, desde que cada um entenda a responsabilidade nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Muito obrigado à professora.

Vamos para a segunda etapa.

O Cyro Miranda, depois o Mozarildo e o Inácio Arruda.

Com a palavra, o Presidente desta Comissão, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Senador Alvaro pela condução desses trabalhos, com a sua experiência. Eu não o faria nem igual.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Bondade de V. Exª.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito até pelo contrário.

Cheguei com atraso porque vim no mesmo voo da Prof. Cleuza. E nós viemos correndo até, com medo de não chegarmos a tempo para esta audiência. E, aproveitando as suas palavras, para mim não existe coisa mais importante no Congresso do que as audiências públicas. Não adianta nós ficarmos nos gabinetes, ficarmos fechados fazendo projetos se não escutarmos a outra ponta, a realidade.

Eu sou treinado para isto, para ouvir os dois lados, principalmente o contraditório. Principalmente aquele que sente, no dia a dia, todas aquelas dificuldades. Porque o papel aceita tudo.

Então, em primeiro lugar, eu quero hoje, Dia do Professor, render a minha homenagem. Sou casado com uma normalista que virou psicóloga, mas a normalista cantada em verso e prosa, que virou a pedagoga. Eles talvez não tenham tantos motivos para comemorar, mas, como também falou a Cleuza, se existe o médico, se existe o economista, se existe o alfabetizado, é porque, antes de tudo, tem o professor, e acho que a melhor maneira para homenageá-lo é fazendo um plano nacional de educação que realmente venha traduzir o anseio de todos.

Eu não vi dicotomia em nada aqui. Acho que nós estamos alinhados. Uns pensam de modo diferente, mas todos estão voltados para o que a Constituição nos dá, que é a garantia da qualidade do ensino a todos.

O que nós queremos no íntimo? Nós queremos é fazer voltar o que nós já tivemos uma vez no País, até a década de 80. Eu, por exemplo, estudei na Escola Caetano de Campos. Você tinha que fazer um "vestibulinho" para entrar lá, porque quem fizesse o ensino público naquela época tinha assegurado o ensino

público. Hoje, nós estamos na contramão da história. Quem pode pagar está na escola pública; quem não pode está na escola privada.

E, desse conjunto que eu ouvi aqui, o que a gente sente é que o Município está sendo espremido. Antes, eu conversava com o Senador Mozarildo... É engraçado o conceito que a gente faz de Estado e de União. Como é feito com a União e os Estados? E os Municípios? Quem é que gera riqueza? Os Municípios. Não existe outra figura que não seja o Município que gere tudo isso.

Agora, no andar da carruagem, de anos e anos, nós tínhamos dois tipos de receita: o imposto e a contribuição. Há 20 anos, constatamos que contribuição representava 12%. Contribuição fica só na mão da União, e o imposto é dividido entre Estados e Municípios. Hoje, contribuição representa 42%. Mas isso não é de hoje. Isso veio vindo, não sei por quê. Não é nem que alguém tenha tido essa intenção.

Mas acontece que nós estamos diante de um fato. Se eu ouço aqui que a cidade de São Bernardo do Campo, o quarto Município do Estado de São Paulo, que é o mais rico da União, tem dificuldade, que dirá o Maranhão, o Piauí? Como nós vamos fazer com o Norte e o Nordeste, que têm uma média salarial de R$701,00 para um professor primário, para 40 horas? O que nós podemos esperar?

Nós falamos em qualidade. Eu senti que o País, de uns anos para cá, se preocupou em quebrar alguns índices de quantidade. Bom, nós temos que formar gente aí. Então, vamos abrir faculdade. Olha o resultado de uma coisa que vem da base. Eu não consigo ver um edifício ser erguido sem um alicerce. Como nós não temos alicerce – não temos tudo isso que foi dito aqui: carreira, planejamento, professores, salários, tudo que nós entendemos em conjunto –, olha onde nós estamos desaguando! A USP perdeu o 70º lugar no *ranking* das faculdades e está em 300º lugar.

Nós perdemos, agora, a qualidade do ensino superior, principalmente na Medicina. Num Estado como São Paulo, o Cremesp, que faz o exame de proficiência, constata que 48,8% dos alunos do Estado de São Paulo de Medicina são reprovados em questões básicas.

Então, nós estamos dilapidando um patrimônio que já tivemos. Isso não é culpa de agora, não é culpa... Isso já vem há muito tempo, da falta de atenção. Então, eu tenho um foco: hoje, a educação é questão de opção. Nós não temos recurso para tudo. Então, a educação é questão de opção. Isso é o MEC. O MEC precisa disso; ele vive em busca de melhorar a qualidade da educação. É preciso que a gente saia da retórica, que a gente saia desse discurso. Desde que eu me entendo por gente e que estou militando mais nessa área da educação, eu só vejo muito discurso e pouca prática. Há muita dificuldade dos entes do Governo para realizar algumas coisas, porque há uma série de problemas de leis e de coisas que não podem ser feitas e que não são permitidas, e aquilo vai travando. A consequência é uma só: o ensino está caindo. Trezentos mil analfabetos ingressaram no mercado em um ano. Já não era uma coisa boa você manter o índice. Aí, nós pioramos. Então, cabe ao Congresso Nacional, com essa turma de apoio que nós temos nas audiências públicas, fazer um plano nacional exequível.

O que eu vi, Paim, de 2001 a 2010, parecia mais uma carta de intenções. Não era um PNE. Ele era descolado da realidade. Nós estamos ousando. Vocês estão provocando essa discussão conosco, para que a gente ouse, para que a gente parta para uma modernidade. Nós precisamos ter iniciativas muito mais ousadas do que as que estamos tendo e temos de cumpri-las. Agora, nós temos que mostrar para quem pode decidir, com a última caneta... E não é o de hoje, mas o que virá, pois nós não estamos partidarizando nada aqui. Muito pelo contrário. Acho que todos estão fazendo seu esforço, mas todos têm de dizer o compromisso que têm para com a educação. Perdoem-me, mas não são 10% por um tempo, não. Quando nós investíamos na educação, nós tínhamos qualidade. Nós paramos de investir e olha o que aconteceu! Por que a escola pública não é aquela escola pública de outrora? Por que não é disputada?

Eu quero falar para a Profª Luzinete que eu estou vindo agora do Prêmio Educador Nota 10, da Abril. Um foco que foi dado, nas discussões que nós tivemos antes, foi justamente à família. A Fundação Abril está fazendo investimento na família, levando cartilhas, justamente porque não existe o envolvimento do pai e da mãe.

As classes A e B acham o seguinte: “eu paguei, o problema não é mais meu, mas da escola e do governo”. Ora, isso é um engodo. Se a família não se envolve, nós não vamos ter princípios. Mas, na classe C, como nós chamamos, a classe que tem o problema maior, hoje se consegue envolver um pouco a mãe, porque o pai fica totalmente alienado. Mas eles estão trazendo resultados para isso. Nós temos que trazer a família para dentro da escola. Não é possível largar isso somente... Porque aí sai, vai para casa, e as coisas acontecem no sentido contrário.

Eu só teria uma pergunta, para não dizer que eu não fiz pergunta. Eu acho que nós temos é uma missão, uma missão muito séria, uma missão que nós não levamos a sério até há pouco tempo. Como é que nós ficamos três anos sem Plano Nacional de Educação?

Graças ao MEC e, digo mais, graças ao José Henrique Paim, que conheci há dois ou três anos e por quem eu tenho um respeito muito grande, que, para mim, é o verdadeiro ministro, sempre, porque os ministros passam: vem um, um com foco em "estou aqui, mas quero ali"... Hoje, nós temos um ministro que eu queria que ficasse muito mais tempo, o Ministro Aloizio Mercadante, que não é do meu Partido, mas a quem rendo minhas homenagens. Eu gostaria que ele desse continuidade.

Então, o que dá sustentação para esse Ministério? O PNE, que é o Plano... Agora, eu gostaria que, junto com ele, viesse a Lei da Responsabilidade da Educação, que tramita aqui no Congresso. Quando veio a Lei de Responsabilidade Fiscal, mudou a postura dos dirigentes. Todos começaram a ter medo de não cumprir, porque há sanções. Então, nós deveríamos focar também nisso e oferecer isso junto com o Plano Nacional da Educação.

Então, só para não dizer que fiquei sem pergunta. Tenho uma vontade tremenda de colaborar, quero e vou colaborar... A minha escolha pessoal do Senador Alvaro Dias como Relator foi pela sua competência, e sei que ele está focado em fazer o possível e o melhor, não para nós, não para um partido, mas, sim, para todos nós que aqui estamos envolvidos com educação; para todos nós que sabemos que não se faz educação por decreto, mas que se faz educação com planejamento, com gestão e com dinheiro.

Eu, ontem, vi coisas que me chamaram atenção, projetos do interior do Piauí sendo premiados, um projeto lindo. Houve um projeto, que foi o campeão, que foi o educador...

Não sei se você estava lá ontem, Cleuza.

A SRª CLEUZA RODRIGUES REPULHO (*Fora do microfone*.) – Eu estava lá. Foi por isso que me atrasei.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nós nos atrasamos.

Era uma coisa simples. Uma professora resolveu levar seus alunos para a rua, para as feiras, para mostrar os cartazes. Como eram os cartazes que estavam colocados ali? "Chuchu, R$2,50". Aí ia a uma pastelaria... E aí ela teve uma ideia: "Vamos ajudar os feirantes? Agora, ajudar educando". Pegou e pôs lá que o chuchu é um alimento que tem a vitamina tal, tal e tal, que etc, etc, que o outro alimento serve para tal doença, isso, isso e aquilo. Fez uma plaquinha bonita. Mudou, inclusive, o perfil do próprio comprador.

Quer dizer, isso no interior do Piauí, onde a gente acha que dificilmente pode acontecer porque não tem recursos. E todos os que foram premiados não tinham investimentos, todos da escola pública.

Então, é possível, mas nós temos que ajudá-los, nós temos que sair... Não interessa, isso é um problema de todos, dos Estados, da União, dos Municípios. Agora, fico preocupado porque os Municípios não aguentam mais essa carga. Isso é impossível de levar.

Então, o MEC tem todo interesse que não sejam 10%, mas que sejam 20%. Se perguntarem ao Aloizio hoje, ele vai dizer que, se metade da arrecadação do PIB for para a educação, ele ficará feliz. É uma coisa lógica. Agora, nós estamos trabalhando dentro do possível.

Então, eu pergunto: o projeto do PNE, em discussão nesta Casa, tem sido criticado por especialistas por trazer metas ambiciosas sem estratégias que realmente apontem os meios para atingi-las, não só em termos de financiamento, mas também em termos de gestão. Muitas das estratégias propostas são genéricas ou consistem em verdadeiras submetas de ensino e das próprias escolas para sua execução. Algumas das estratégias da meta 7 são exemplares nesse sentido: propõem que determinado percentual de alunos atinja o aprendizado adequado para sua série sem conteúdo, sem detalhar os mecanismos requeridos para tal. Como superar essas críticas e fortalecer os aspectos de gestão do PNE?

É só porque as outras todas... A meta 4 foi detalhada. Então, para subsidiar o nosso Relator em tudo isso.

No mais, quero parabenizar todos os senhores pela rica audiência que acabo de presenciar.

Mais uma vez, meus parabéns ao meu mestre, Senador e Líder sempre, Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Cyro. Obrigado pelas palavras.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – V. Exª poderia declinar os Senadores que faltam?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Certo.

Por economia processual, vamos colocar todos agora, e depois...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Era isso que eu iria sugerir a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Tem mais o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador Inácio Arruda, a Senadora Ana Rita, o Senador Osvaldo Sobrinho e o Senador Randolfe Rodrigues.

Então, vamos ouvir todos e depois ouviremos os convidados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Era isso que eu iria sugerir a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Que façamos um bloco só.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Exato.

Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustres membros da Mesa, que explanaram com muita competência o problema da educação e, principalmente, o problema do aluno.

Felizmente, eu até digo que fico muito feliz de estar numa audiência num dia tão importante como é o Dia do Professor. Hoje, recebi no meu Face uma postagem que me deixou muito feliz. Dizia que, no Japão, o único profissional que não precisa curvar-se ao imperador, que não precisa reverenciar o imperador é o professor, porque lá eles têm consciência de que, sem professor, não tem nem imperador.

Eu sou médico de formação e fiz concurso para professor universitário da Universidade Federal de Roraima. Estou licenciado porque estou exercendo o mandato de Senador. Mas eu acho que, realmente, nós estamos caminhando para um paradoxo, para uma coisa parecida com a questão do Mais Médicos.

Eu me formei há 44 anos como médico. Naquela época, na faculdade onde me formei, em Belém, que foi a quarta a ser criada no Brasil, a faculdade fazia 50 anos. Portanto, ela já tinha formado 44 turmas, e o problema da falta de médicos ao redor de Belém existia. Então, não é de hoje que faltam médicos. Não há uma distribuição adequada.

Agora, por exemplo, quando o Governo mandou a MP do Mais Médicos, a nossa categoria – não vou nominar qual – reagiu muito mal. Os médicos brasileiros reagiram muito mal. Resultado: terminamos – vou falar no plural, mas não é o meu pensamento – por ser vencidos pela lógica. Nós já tínhamos esse diagnóstico da falta de médicos ou da má distribuição de médicos no Brasil há quatro décadas.

Pois bem. Eu já ouço, já li, na imprensa, que o Governo, através do Ministério da Educação, está preparando o Programa Mais Professores. Não sei se isso é verdade. Porém, realmente, vem aí o mesmo problema, e o Senador Cyro colocou isso. Fala-se muito que, no caso da saúde, os Municípios têm que aplicar 15%, os Estados, 12%, e a União fica livre. Agora, onde é que a União arrecada os impostos? Não é nos Municípios? Não é nos Estados? Ou arrecada de um outro ente extraterrestre? Porque, se arrecada aí, a União realmente deveria priorizar. Não vou nem puxar para a realidade – eu acho que saúde é fundamental –, senão não teremos professores dando aula e não teremos alunos indo para a escola, mas eu digo que são gêmeas saúde e educação. Quem não tem educação não sabe nem ter os cuidados primários de higiene para evitar uma doença.

Uma coisa que me preocupa muito é saber que, afora esse comentário que sempre se ouve em qualquer setor, seja na saúde, na educação, na segurança, a União não tem os recursos adequados. Então, me parece que falta muito mais planejamento. Acho que, assim como os médicos, os professores deveriam ter uma carreira de Estado. Como é que se busca um professor que acaba de se formar ou um médico que acaba de se formar e se diz: "Você vai lá para o Município de Caroebe", lá no meu Estado, na fronteira com o Pará, onde receberá o mesmo que ele receberia numa grande cidade como São Paulo ou como Rio de Janeiro? Então, realmente tem que haver uma diferença, como existe na carreira da magistratura, como existe com os promotores. Será que, nesse caso, a Justiça é mais importante do que educação, do que saúde? Não. Acho que são necessários todos.

Então, acho importante que nós tenhamos clareza nessa questão do financiamento e também da gestão, professora. A senhora falou em gestão, mas como gerir se não há recurso? Acontece que, às vezes, são poucos recursos e ainda são mal geridos e desviados para corrupção mesmo. No meu Estado, eu sou testemunha disso. Contratam firmas terceirizadas que não prestam serviço, o transporte escolar também é terceirizado e termina sendo precário, não há estradas para buscar os alunos no interiorzão dos Estados.

É preciso realmente – e eu tenho certeza de que isso vai acontecer, se não for só pelo desejo do Parlamento, mas eu sei que é o desejo também do Governo –, que nós possamos, de fato, definir, ainda neste ano, um Plano Nacional de Educação e que nós possamos, de fato, trabalhar juntos – o Parlamento e o Executivo, tanto federal, como estadual e municipal –, no sentido de acabar, como eu diria mesmo...

Citei o exemplo do Japão, mas aqui acho que é o contrário: o professor tem que se ajoelhar diante dos governantes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, muito obrigado.

Senador Inácio Arruda com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, convidados, quero primeiro cumprimentar os professores do Brasil inteiro e, inicialmente, os professores da minha primeira escola. Eu tive a satisfação de entrar numa sala de aula aos oito anos, na Escola Antonio Dias Macedo, no bairro Dias Macedo, lá em Fortaleza, Estado do Ceará, um bairro muito pobre, que não tinha escola alguma. Essa foi a primeira escola. Começou no meio da rua. As pessoas do bairro, sentindo que era preciso ter uma escola, alugaram uma casa, que foi a primeira sala de aula em que nós tivemos a oportunidade de colocar os pés.

Depois fui para a escola Jenny Gomes, que ficava dentro do quartel da Aeronáutica, onde nós concluímos o curso que hoje é o ensino fundamental. Em seguida, para o Liceu do Ceará, onde também se entrava por vestibular, e para a Escola Técnica Federal, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, onde também se entrava por vestibular. E, por último, para a Universidade Federal do Ceará, onde eu tive a oportunidade de entrar para o curso de Matemática e sair formado pelo curso de Direito. É uma grande universidade, muito importante nos dias atuais e com uma forte expansão.

Então, quero cumprimentar os professores dessas escolas e, em nome de todos eles e elas, os professores brasileiros em todas as esferas de formação e de educação.

Quero partir de um reconhecimento. Acho que talvez seja oportuno que a gente possa fazer isso: é que, nesses últimos 30, 40 anos, nós conseguimos trabalhar a ideia da universalização da educação. Essa é uma vitória, uma conquista, mesmo com as dificuldades. E é importante, porque aqui tivemos gestores diretos, governadores – é o caso do nosso Relator –, secretários de educação que aqui estão presentes também.

Então, houve uma vitória nesse campo de universalizar a educação na área do ensino fundamental, e buscar a universalização no ensino médio, o que é uma luta grande, e, depois, dar um passo seguinte no ensino médio brasileiro, que é concluir o curso de ensino médio podendo dizer que está se formando também como profissional. É um avanço que nós estamos na expectativa de alcançar.

Cito aqui também um exemplo que vem do meu Estado, que faz um esforço extraordinário. Não é esforço pequeno, não; é um esforço grande de recursos, de acreditar, para não se pensar que educação não pode ter resultados também no curto prazo, porque temos de trabalhar com a ideia da formação de 20 anos. Ninguém nunca começa, porque pensa: "se vão ser 20 anos, não há por que eu começar agora, já que não vou estar mais em governo".

Então, o esforço nosso é para demonstrar, através especialmente do Governo atual, do Governador Cid Gomes, que é possível fazer um esforço no curto prazo para alfabetizar, para colocar uma questão, a mais simples: "Eu preciso fazer com que os meus alunos aprendam a ler, a escrever e a fazer as quatro operações", porque esse é o básico para a sequência adiante. Esse é o básico para a sequência adiante. Se não conseguir isso, vai ser um aluno com dificuldades grandes em todas as outras etapas. Se conseguir isso, então, nessa primeira etapa, nas outras, terá mais facilidade.

Nós fizemos esse primeiro esforço pela educação na idade certa. E isso está dando um resultado positivo para o nosso Estado e mais rápido do que nós imaginávamos quando tomamos a iniciativa.

O segundo é a questão da formação profissional. Com a participação grande do Governo Federal, o Governo do Estado está construindo 140 escolas de formação média e profissional. Não se trata daquele ensino profissionalizante da década de 70, uma espécie de faz de conta de complementaridade que era feito nas escolas técnicas federais. Não era educação de complementaridade. Trata-se de, naquela escola, formar técnicos capazes de, terminado o curso médio, dizer: "Eu já sou profissional, eu já tenho uma profissão". Isso vai ter um impacto enorme para nós no Estado do Ceará; já está tendo um impacto enorme. E, em termos de futuro, evidentemente, vai ser algo muito importante.

Isso é emblemático, para não constatarmos que estamos numa desgraça, que nada presta e que estamos saindo de um caos miserável.

Não é verdade. Nós tivemos conquistas, nós tivemos avanços. Agora, diante da demanda reprimida, falta muito a fazer. Esse é o nosso desafio. E eu quero centrar o nosso desafio em questões também que eu considero simples.

Uma primeira é o problema efetivamente de recursos; quer dizer, não há milagre. Para fazer o que nós estamos fazendo lá no Estado do Ceará, estamos comprometendo mais o Tesouro estadual, e muito – não é pouco, não. E querendo forçar os Municípios a comprometer um Tesouro que, às vezes, nem existe, porque, se ele não arrecada nem IPTU, imaginem se vai ter compromisso de colocar mais recursos ali!

Então, acho que aqui a maior das instâncias nossas é a União, que é a que mais arrecada, tem uma carga tributária razoável no nosso País, mas acho que nós não temos de ficar nessa briga de carga tributária. Carga tributária tem de ser bem usada. Deve-se discutir

como repartir melhor essa carga tributária, de forma que nos permita mandar mais recursos.

Há uma política do Ministério da Educação na atualidade que tem permitido repasses maiores para a educação infantil, para a educação fundamental e para o ensino médio, algo em que nós tínhamos mais dificuldades antes, porque se discutia no Brasil, inclusive, que o Ministério da Educação – por isso, há uma proposta para que haja um outro ministério, o da educação básica – era o ministério da educação superior no Brasil; não cuidava da articulação com o ensino fundamental e médio do nosso País. Acho que isso tem tido um processo de correção muito importante. Sempre houve essa preocupação, mas acho que se está ampliando.

E aqui nós temos de trabalhar nessas garantias. Acho que é muito importante ampliar as garantias de recursos para a educação. Não foi pouca coisa a emenda do Calmon, que está pendurada aqui numa foto dessas. Não foi pouca coisa. Imaginem, na época, a pauleira que ele levou para vincular 18% de recursos da União para educação – deve ter apanhado para burro – e 25% dos Estados e Municípios!

Hoje nós precisamos ampliar esses recursos. Por isso temos de comprometer.

Aqui há um projeto circulando. Está em debate no Senado, projeto do Senador Ricardo Ferraço e de que sou o Relator, buscando amarrar os recursos dos leilões, sejam do pré-sal ou dos outros, porque não estão na nossa contabilidade da educação, e mais os recursos minerais, de toda a exploração de recursos minerais, para vincular para educação. Por que período? Por esses dez anos, mas, se for preciso, Senador Cyro Miranda, mais de dez, até alcançarmos o sucesso da educação no Brasil. Acho que esse é um ponto grande e importante.

E o problema da educação, do plano ou da carreira nacional de professores? Como vamos matutar sobre isso? Uma ideia que nós temos de examinar como vamos fazer: a carreira pode ser nacional e vinculada aos Municípios. Por que não pode? Eu considero que sim. E até o Ipea podia fazer um estudo sobre isso, não sei se o Ministério da Educação já tem – tem muitos estudos o Ipea, mas deveria fazer mais esse – sobre o impacto do salário, do piso de salários dos professores, especialmente no Nordeste e no Norte do Brasil e talvez até no Centro-Oeste. No caso do meu Ceará, o impacto é muito grande. Esse piso tem impacto já razoável na economia dos nossos Municípios. E isso, de qualquer sorte, é nacionalização, quer dizer, estamos nacionalizando, porque o piso é nacional, há obrigação e contestação em relação a ele por parte principalmente dos prefeitos e governadores. Então se tem aqui uma nacionalização.

Se há uma nacionalização do piso, é possível os nossos colegas... Porque quem vai tratar disso é quem está na Prefeitura, quem está no Estado e quem está na União, com a responsabilidade de Executivo. São os senhores que vão cuidar dessa questão da carreira dos professores para que seja, sobretudo, uma carreira atraente. Ela precisa ser atraente.

O problema da educação não é só amor, porque, por amor, eu posso dar uma aula gratuita. Vou à escola, se me aceitar, posso ajudar. Mas não é um problema de amor. O professor precisa se sustentar, ele tem família.

Então, essa questão da carreira dos profissionais é muito importante para nós no Brasil, como criar os mecanismos que permitam que essa carreira seja atraente, porque, em o sendo, venceremos a questão da formação do professor que tem responsabilidade com a educação infantil, porque nós acabaremos vencendo essa questão na hora da sua formação na universidade. Assim o que se forma lá na faculdade de educação vai querer ser professor da educação infantil, porque tem uma carreira que lhe permite ganhar um salário respeitável, e ele não precisará correr feito louco para três, quatro, cinco escolas, como é o caso atual. Acho que essa é uma questão muito, muito importante para nós.

Outro problema que também está dentro do debate nosso do Plano Nacional de Educação é o problema dos recursos públicos para a educação pública. Mais ou menos no mundo por aí e no mundo chamado capitalista, desenvolvido, uma base fundamental é a de um repasse dos recursos públicos para a educação pública. Como vamos garantir isso sem causar prejuízo para a emergência nossa? Porque a emergência impôs o ProUni, por exemplo, impôs o Pronatec. Como vamos fazer a garantia de que, no Plano Nacional de Educação, nós vamos mandar os recursos públicos para a educação pública sem prejuízo de programas que estão em curso e que são muito, muito importantes e caros para a população? Esse é um problema, um dilema que nós temos que resolver.

Acho que nós temos, sim, que bater na tecla de que recursos públicos são para a educação pública. Ponto. Agora, nós temos que ter uma válvula que nos permita dar essas garantias atuais que formaram... Eu me lembro de uma formatura de 500 médicos pobres e negros, feita pelo Presidente Lula, um negócio de arrepiar. Dava para chorar. Por que isso aconteceu? Por causa do ProUni, senão eles não poderiam se formar como profissionais da área de saúde.

Então, como vamos fazer isso aqui sem criar um cabo de guerra? Fica parecendo que há um cabo de

guerra tão grande que, daqui a pouco, uma coisa que tem de unir todos, vira um antagonismo entre grupos dentro do próprio Congresso Nacional e da sociedade. Acho que temos de examinar essa questão.

Por último, quero tocar no problema da educação inclusiva. Eu, pessoalmente, tenho uma relação muito direta com o assunto. Tenho um irmão que ficou tetraplégico, já chegando à universidade. Então, esse debate é permanente entre nós, e é uma realidade, companheiros Senadores e colegas que estão no próprio Executivo. Não é um tema simples, não é um tema fácil. Eu lido uns companheiros da área de autismo durante muitos anos, muitos e muitos anos. Então, temos de garantir, ao mesmo tempo, que se universalize a inclusão no setor público, sem prejuízo do que nós conquistamos.

Quem vai dizer para os cegos que vai ser fechado, por exemplo, o Benjamin Constant, porque é preciso universalizar? Jamais! A nossa escola de surdos e mudos de Fortaleza ninguém vai fechar, ninguém pode tirar um centavo de lá; pelo contrário. Mas não há contradição, gente, ao manter as unidades que também foram conquistadas – porque a sociedade não oferecia nada; o que havia era isso.

O que está acontecendo agora, na minha opinião – é assim que vejo o PNE e, se eu estiver errado, os senhores me corrijam –, é que estamos avançando para que essa formação esteja presente em todas as unidades, sem prejuízo das outras. Senão, a gente cria uma guerra tão grande em relação a um tema que tem imensa sensibilidade, porque nós lidamos com isso todos os dias.

Muitos de nós lidamos com isso dentro das nossas casas, com irmãos, com filhos, com amigos. Então, é preciso a gente ter muita sensibilidade para dizer que o Estado brasileiro tem a obrigação de fazer isso, de ampliar esse acesso e de formar muito mais gente, porque não há profissionais em quantidade, hoje, para responder por essa demanda dentro das escolas públicas; os poucos que nós temos estão nas escolas especializadas. Então, é preciso, ao mesmo tempo, manter, formar e ampliar. Acho que essas serão conquistas em perspectiva, sem prejuízo do que nós conquistamos agora. Vejo nesse sentido e fico muito satisfeito de termos sido atendidos pelo Conselho Nacional de Educação, pelos conselhos estaduais e pela Undime, que têm grande responsabilidade na base desse sistema.

Cumprimento o nosso colega Paim, o Paim da educação – porque há o Paim da reivindicação, que fica aqui conosco todos os dias, que é o Paim, nosso metalúrgico. O Paim da obrigação tem de resolver os problemas do cotidiano no MEC e tem ajudado todos nós a compreender como vamos fazer, botar em prática tudo aquilo que nós defendemos aqui, porque, se não conseguirmos o caminho para colocar em prática, também ficamos fazendo o nosso discurso, batendo na nossa tecla e não vamos materializar aquilo que almejamos, que é a educação de qualidade no Brasil e que atenda o conjunto da população.

Fico com a ideia de que é preciso muito mais recursos do que os que estamos colocando hoje na educação. De onde vamos tirar? Tesouro? E vamos atrás de mais, gente. Vamos reforçar o Tesouro, porque, senão ele não atenderá nossa demanda.

Se eu pudesse carimbava, mas não dá para colocarmos hoje 30% dos recursos dos Municípios para a educação. Vai dar uma chiadeira danada! E nem 21%, 22% dos Estados; ou 30% dos Estados, 30% dos Municípios e 25% da União. Não vai dar! Estamos vendo a briga para colocar recursos da União na área de saúde agora. É uma guerra total. Então, é preciso que, pelo menos, a gente encontre essas forças alternativas, porque acho que elas são muito importantes para todos nós.

Fico por aqui, Sr. Presidente.

Para mim também é o debate mais importante que estamos tendo.

Acho que, dos Relatores, V. Exª talvez seja aquele que vai ter o maior número de convidados dando opinião e respondendo a perguntas que V. Exª tem deixado. Então, o relatório que V. Exª vai fazer vai ajudar muito o nosso País. E ele vai ser feito – é assim que entendo que deverá ser feito – a quatro mãos, resolvendo as dificuldades que possam se apresentar e dando oportunidade para a União, Estados e Municípios possam ter um plano capaz de ser materializado nesses dez anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Temos mais três Senadores e certamente teremos a colaboração da eficiência na síntese da nossa professora e Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, quero ser breve, justamente porque tenho de ir a uma reunião que já começou. Quero também fazer aqui a minha colocação.

Primeiramente, quero parabenizar V. Exª pela iniciativa desta audiência pública, muito importante, mais um espaço de debate sobre o Plano Nacional de Educação.

Eu quero aqui fazer o destaque da importância das entidades, que, nesse processo – pelo menos no período em que pude acompanhar, do final de 2010 e, particularmente, a partir de 2011 – em que o Plano

Nacional de Educação foi discutido na Câmara e, agora, aqui, se fizeram presentes o tempo todo, oferecendo a sua contribuição, o seu conhecimento e a experiência que têm nessa área. Quero fazer o agradecimento às entidades pela grande colaboração que deram ao Congresso Nacional neste debate.

Eu, particularmente, tentei colaborar, na medida do possível, da melhor maneira. Infelizmente, a gente não consegue acompanhar todos os debates, mas tive oportunidade de participar das reuniões do Núcleo de Educação do PT na Câmara, a que as entidades também tiveram acesso e participaram, porque é um espaço aberto e amplo.

Aqui quero destacar o esforço da Deputada Fátima Bezerra, do Deputado Newton e de tantos outros que se dedicaram a esse debate na Câmara. Destaco a participação da Undime, da CNTE e também, aqui no Senado, das entidades da área de assistência social em função da Meta 4. Então, foi um processo longo. O MEC, através do Paim e de outros profissionais, também não se furtou de estar presente em diversos momentos nas audiências públicas. Aqui também esteve a representação do Conselho Nacional dos Secretários de Educação e do próprio Conselho Nacional de Educação. Sempre estiveram presentes.

Então, quero fazer esse destaque e esse agradecimento.

O Congresso Nacional consegue avançar nas reflexões, nas discussões e também no aperfeiçoamento da legislação a partir do momento em que se abre para ouvir a sociedade. Isso é muito importante na relação Congresso, Governo e sociedade. Por isso, quero agradecer muito a contribuição de vocês.

Por último, quero dizer que, se não houver, de fato, o envolvimento e um comprometimento por parte dos entes da Federação – Municípios, Estados e o Governo Federal –, as respostas que precisamos dar para a sociedade ficarão muito mais difíceis, porque cada um tem o seu papel, inclusive a sociedade. Então, essa articulação é de fundamental importância.

Quero aproveitar esta oportunidade para parabenizar todos os profissionais da área de educação pelo dia de hoje, pelo Dia do Professor. Sabemos do esforço que muitos professores do País inteiro fazem para cumprir o seu papel da melhor maneira possível. Todos os profissionais da área de educação são extremamente dedicados e, se nós não tivermos esse envolvimento, com certeza, a educação não dará as respostas.

Aqui me lembro muito rapidamente dos meus professores e das minhas professoras, particularmente as professoras, porque, nos primeiros anos de vida, na minha época, eram todas professoras. Lembro-me de todas elas, lembro-me do nome de todas elas. Fico muito feliz de poder lembrar, porque tive professoras muito boas, excelentes, comprometidas e que me ajudaram muito nos meus primeiros anos de vida.

Inclusive, na minha primeira série, no Colégio Pedro Herkenhoff, que é o colégio do meu bairro, onde moro até hoje, fiz o meu primeiro ano na escola, a primeira série. As minhas primeiras séries foram feitas ali e tenho muito orgulho de dizer isso e de me lembrar de todas elas.

Eu quero, para finalizar minha fala, Senador Alvaro Dias, comentar uma coisa que me inquietou muito a partir do momento em que o projeto veio aqui para o Senado. Quero inclusive fazer uma colocação: penso que o que foi aprovado na Câmara é muito importante que permaneça. Sabemos das dificuldades de compatibilizar, a partir das questões que o próprio Ministério nos traz, mas há muitas coisas que foram discutidas na Câmara e que foi modificada aqui no Senado e que não implica melhora, na verdade. Eu acho que a gente retrocede.

E aqui quero destacar alguns pontos que a CNTE destaca como retrocesso, com os quais tenho plena concordância. Plena concordância, e não gostaria que isso fosse mantido no texto aqui do Senado. Vamos ver se conseguimos reverter isso.

Uma das questões com que não me conformo, algo que não aceito de forma alguma, é a extinção das conferências municipais e estaduais de educação. Essas conferências precedem a Conferência Nacional de Educação. Está no texto aqui trazido pela CNTE, e não podemos retroceder num direito, que é básico, de fazer discussão com a sociedade sobre educação. Temos conferência na área da saúde, na área da cultura, na área do esporte, na área da criança e do adolescente, assistência social. Eu não estou conseguindo assimilar a extinção das conferências.

Eu gostaria de ouvir aqui a fala de quem está aqui à Mesa sobre este tema. É desta forma que a CNTE traz, no seu texto: extinção das conferências municipais, estaduais, de educação, precedentes à Conae.

Outra coisa é a extinção do prazo para regulamentar a gestão democrática de educação – parece-me que o texto aqui da CCJ também retira. A extinção do prazo para regulamentar o Sistema Nacional de Educação e também a extinção do prazo para aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional.

Infelizmente, eu não estava na CCJ no dia de aprovação dessas questões. Eu estava em outra atividade aqui do Senado. Infelizmente, não pude acompanhar essa discussão, mas isso é um grande retrocesso para nós. Então, eu colocaria esse ponto para ouvir a opinião de vocês.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada e desculpe pelo tempo, que extrapolei um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Vamos ouvir agora o Senador, Professor Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Srªs e Srs. Senadores, educadores de modo geral, aqui presentes, sou professor por vocação. Desde os 17 anos, leciono em escola rural; depois, tive oportunidade de ser delegado de educação e cultura no meu Estado, na capital e no interior; depois, secretário de educação no Estado; sou fundador de duas universidades do Estado, quando secretário de educação e vice-governador; ajudei a criar a Unemat, em Mato Grosso; depois educação a distância – fomos buscar tecnologia do Canadá – e implantou-se o primeiro núcleo no Município de Colíder, no norte de Mato Grosso e, hoje, está no Brasil e no mundo todo.

Então, desde a minha juventude, tenho dedicado a minha vida às questões de educação. Sou autor de um projeto de horas-atividade para educação, algo que propus em 1986, quando era deputado estadual ainda em Mato Grosso. Depois, houve um retrocesso: eram 20 horas para sala de aula e 20 horas para planejamento, pesquisa e toda essa atividade extraclasse. Hoje, diminuiu bem, mas de qualquer forma foi um avanço para a época.

Tivemos oportunidade de participar do processo educacional como gestor, como dirigente e como professor.

Às vezes, paro para pensar e fico olhando: será que tantas lutas que travamos valeram a pena?

Na verdade, chego a desanimar. Sou da base governista, mas posso dizer que todos que vêm aqui falam que o Governo está investindo muito em educação, que investe bastante. E, se tem investido tanto assim, por que os índices pioram? Por que, cada dia mais, cresce o analfabetismo, cresce a evasão escolar? Por que o professor reclama mais?

Hoje, o meu Estado, por exemplo, está há 70 dias com greve de professores. O que está acontecendo? Se está tão bom assim, por que as coisas estão piorando? Então, eu começo a sentir...

Quando vejo falar em Estado, Município e União, eu pergunto onde está o cidadão? Os recursos são gerados onde? Como essas coisas acontecem? O que a União produz?

Quem produz é o Município mesmo. Então, o dinheiro tem que estar lá. O aluno está lá, morando lá, com o pé no chão lá, com a escola cair na cabeça dele lá.

Na verdade, tem de haver uma inversão desse negócio todo, senão a gente desanima disso, para quem escolheu educação como profissão, como vocação, como sacerdócio. Não é bem sacerdócio, mas é vontade de querer fazer. Então, as coisas complicam.

Será que o Estado brasileiro está fazendo a sua tarefa de casa, ou quer fazer tudo ao mesmo tempo e finda não fazendo nada?

Qual é a função precípua do Estado?

Educação, segurança e saúde, e arrecadação. Nesta, nós estamos muito bem, mas, no resto, estamos um pouco mal. Acredito que o Brasil tem caminhado em relação ao que era 20, 30 anos atrás. Logicamente, há muitos esforços aí, e as coisas têm acontecido, mas será que não se pode fazer um pouquinho mais? Será que não é hora de se fazer um esforço nacional, para quebrar esse gargalo que aí está?

Aí, dizem: "Mas tudo é importante." Mas, gente, então, vamos agilizar mais as coisas. O Brasil querer fazer tudo: armazenamento, etc... Por que não delega um pouquinho para a iniciativa privada e faz o que é importante? O que não pode é delegar a educação para a instituição privada, como está hoje sendo uma mercadoria. O grande foco, os grandes olhos do pessoal, dos grandes investidores, é a educação, e formando grupos poderosos. E, cada dia mais, a educação indo mais para o ralo.

O MEC precisa normatizar, achar uma forma, e nós aqui também, para buscar alguma solução para isso.

Será que o problema não está, na verdade, no paternalismo do Estado que temos hoje e sempre tivemos, esquecendo um pouco o essencial e indo somente para as coisas que não importam? Será que estamos, então, fazendo tudo de uma forma atabalhoada, de uma forma invertida, pela qual não vamos chegar logicamente àquilo que queremos?

Acredito que é preciso pensar; é preciso começar a analisar, sem esse negócio de prioridade, que está enjoando isso de dizer que educação é prioridade. A qualquer comício que se vá, em qualquer discurso de esquina, educação é prioridade. Mas prioridade mesmo não chega. Não é prioridade coisa alguma, porque, na verdade, morre no discurso! Quando se vai mexer em qualquer medida, "Ah, mas e o dinheiro?".

Estou com um projeto aqui, também de horas-atividades, que entrará na pauta depois desta reunião, acredito. São horas-atividades para os profissionais de educação. Hoje, temos para o professor. Estou propondo aqui, e já tem inclusive parecer favorável da Senadora Lídice da Mata, mas estou achando dificuldade já, porque dizem que vai gerar gastos para os Municípios.

Será que não há outras coisas gerando mais gastos ainda e não estamos nos dando conta disso?

Então, eu acredito, meus companheiros, colegas Senadoras e Senadores, que é preciso saber o que é essencial, o que é importante, e o que não é. Se não se investir nesse processo educacional, as coisas vão ficando piores ainda. Daqui a pouco, nosso índice será ainda pior. Acredito que seja preciso pensar melhor e ver a educação com olhos diferentes.

Mas, como todo mundo já falou aqui na parte técnica da educação, já estou exagerando na minha fala, porque já passou do horário. Já é meio-dia.

Quero dizer aqui rapidamente que quero contemporizar com os meus colegas, professores do Estado de Mato Grosso, e tentar buscar a compreensão do Governador e seus agentes e secretários, para que se possa, verdadeiramente, achar uma forma de acabar com essa greve que já está dando prejuízo para a educação, para os alunos, para os professores, para todos que ali estão no contexto.

Também quero parabenizar os professores pelo seu dia hoje, pois têm muito a comemorar, mas é muito pouco ainda, porque falta muito, na verdade, para se dar a essa categoria. E dizer a todos aqueles que possam colocar uma pedrinha na construção da educação que o estarão fazendo não para o hoje, mas para o amanhã. E que é nossa obrigação, obrigação nossa mesmo.

Eu fui Constituinte nesta Casa e tive oportunidade de apresentar um projeto de LDB. Muitas coisas foram aproveitadas daquela época na lei que aí está, mas muita coisa precisa mudar e precisa avançar.

Espero que a gente possa fazer o melhor, porque o Brasil e todos nós precisamos disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Osvaldo Sobrinho.

Concedo a palavra ao último inscrito, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias, que tem uma responsabilidade enorme nesta Comissão. É o Relator do Plano Nacional de Educação. E, Senador Cyro Miranda, nesta Comissão, têm V. Exª e o Senador Alvaro Dias fundamental responsabilidade. Esta é a comissão de mérito do PNE; é o relatório desta Comissão que irá para o plenário do Senado Federal. É o fim do debate do Plano Nacional de Educação. Por isso, é de enorme responsabilidade esse debate que estamos travando.

Quero cumprimentar todos as debatedoras e debatedores desta Mesa de hoje. Eu cheguei no transcurso, não ouvi, mas recebi as considerações sobre as apresentações iniciais e acompanhei o restante do debate. Acho que tivemos uma contribuição importante, uma contribuição que vai subsidiar, e muito, o relatório do Senador Alvaro Dias. Esse debate é brindado com o Dia do Professor, e eu acho que tivemos o central debate sobre o financiamento da educação.

Eu ouvi as considerações do Prof. Luiz Dourado sobre uma questão que eu acho que é pertinente ao tema: a federalização das responsabilidades. Eu quero trazer aqui – eu acho que temos que dialogar com isto – alguns números; números, inclusive, que são contribuições da Undime para nós. Tem sido suscitado, no transcurso desse debate, o tema do financiamento da educação. Quando o Senador Osvaldo fala sobre de quem é a responsabilidade sobre isso também suscita esse debate.

Vejamos aqui. Nós temos, por parte da União, uma máquina... É de conhecimento de todos a capacidade, o tamanho da máquina arrecadatória que tem o Estado brasileiro, o Poder Público brasileiro, todos os seu entes: União, Estados e Municípios. De cada R$100,00 da capacidade de arrecadação do Poder Público, Municípios, Estados e União, o maior peso de arrecadação é da União. De cada R$100,00 arrecadados do cidadão brasileiro, R$57,00 são arrecadados pela União. Só que a devolução dessa arrecadação ao cidadão não é tida pela União, pelo menos no que tange à educação, no que se refere à educação. Embora a União arrecade R$57,00 de cada R$100,00 de cada cidadão brasileiro, a devolução não é a mesma em relação à educação. Porque, veja, de cada R$100,00 que é gasto, pelo menos em relação à educação, 80% são gastos por Estados e Municípios e 20%, pela União. Isso corresponde concretamente ao que tem de financiamento do Produto Interno Bruto em educação hoje. É a relação hoje do Produto Interno Bruto. Hoje nós temos 5% do Produto Interno Bruto em educação; 1% é da União e 4% dos Municípios. Essa conta não está batendo para os 10%. Se mantivermos essa proporção para os próximos 10%, se nós dobrarmos a capacidade da União, nós vamos dobrar para 2%. O problema é que se nós dobrarmos para os Estados e Municípios, nós vamos ter que dobrar os 4% de Estados e Municípios para 8%. Os Estados e Municípios vão alcançar dobrar para 8%? Os Municípios brasileiros vão alcançar dobrar para 8%? Parece-me que não.

Então me parece latente, óbvio, que é a União, que arrecada R$60,00 de cada R$100,00 do cidadão brasileiro, que tem que aumentar a capacidade para poder pagar essa conta. É óbvio! E é óbvio que é essa equação que nós vamos ter que fechar. Esta é uma pergunta que quero entregar aos painelistas para o

debate: como é que vai se fechar essa conta? Como é que se entrega essa conta? Como é que se federaliza a responsabilidade? Federalizar a responsabilidade é fechar essa conta. Essa conta tem que ser fechada.

Veja, repito, hoje, 5% do PIB: 1% vai para a União e 4% vão para Estados e Municípios. Não dá para a União dobrar para 2%, porque se a União dobrar para 2%, Estados e Municípios vão ter que dobrar para 8%. Estados e Municípios não conseguem dobrar para 8%. E a União não pode dobrar para 2%; a União não pode somente dobrar para nós chegarmos a 10%. Nós temos que chegar a 10%, porque, se não chegarmos a 10%, não alcançaremos uma meta que está prevista.

Uma das metas previstas é que, hoje, o salário de professores de nível superior – é a minha condição, sou professor de nível superior; caso do Prof. Osvaldo e da Profª Ana Rita, que estava aqui; é o nosso dia, nós estamos nesse grupo de alguns entre tantos outros milhões de brasileiros que celebram hoje o seu dia –, hoje, o nosso salário – essa é a nossa profissão, na função de Senador aqui estamos, ela é transitória, vai passar – corresponde a 62% das outras profissões de igual formação no Brasil. O salário de professor de nível superior no Brasil é 62% do mesmo salário das outras profissões de igual formação. Uma das metas do PNE que espero seja alcançada é que, daqui a dez anos, ou seja, daqui a mais cinco – eu ainda estarei aqui no Senado, se Deus quiser, se assim permitir, por mais três – quando eu sair do Senado e voltar para minha profissão de professor, então, daqui a dez anos, o meu salário de professor esteja igualado ao salário das outras profissões de nível superior. É uma das metas previstas no PNE.

O problema é o seguinte: quem é que vai pagar a conta, essa conta que vai igualar, daqui a dez anos, o salário de professor ao salário das outras profissões de nível superior? Para essa conta ser paga é necessário alcançarmos o investimento de 10% do Produto Interno Bruto do Brasil em educação. Para alcançarmos esta conta, chegarmos a 10% do Produto Interno Bruto em educação, é necessária a conta anterior, que acabei de destacar; é necessário chegarmos aos 10% do Produto Interno Bruto, é necessário que a União amplie. Não é possível que os Estados e Municípios cheguem de 4% a 8%, até porque os Estados e Municípios não vão chegar de 4% a 8%. Nós temos que apontar de onde vai chegar.

O outro questionamento, e aí queria ouvir o Secretário Paim sobre isto, eu tenho percebido – eu quero estar enganado, eu quero estar equivocado – uma resistência à homologação ao Custo Aluno Qualidade por parte do Ministério. Eu quero estar equivocado na percepção dessa resistência. Existe essa resistência? Se existe, qual é a questão? É um problema financeiro em relação ao Custo Aluno Qualidade? A minha preocupação é em decorrência inclusive da máxima marxista: "O homem é ele e suas circunstâncias". A minha circunstância é onde eu estou localizado geograficamente, no meio do Planeta, esquina com o Rio Amazonas. Eu estou no Amapá, no distante, no tão, tão distante Amapá; no meio da Floresta Amazônia. Então nós necessitamos do Custo Aluno Qualidade. Nós temos uma realidade distante, que necessita do Custo Aluno Qualidade para o trato diferenciado. Condições diferenciadas, tratos diferenciados, em virtude, em decorrência, das condições diferenciadas. A realidade da Amazônia e necessita disso.

Aliás, parece-me que o Custo Aluno Qualidade é o instrumento mais eficaz que o debate da educação já criou para reduzir as desigualdades, e somos um país de desigualdades de todas as ordens, inclusive na educação. Ao entender o Custo Aluno Qualidade, percebi que é um mecanismo mais eficaz que já para a correção dessas desigualdades.

Eu gostaria de ouvir do Ministério da Educação sobre a incorporação do Custo Aluno Qualidade e a defesa do Aluno Custo Qualidade na sua compreensão. Eu gostaria também, obviamente, que nosso Relator Alvaro Dias incorporasse o Custo Aluno Qualidade na concepção do Plano Nacional de Educação. Eu gostaria de entender as razões por que o Ministério não faz a defesa, se haveria algum problema financeiro, qual seria o impasse para isso.

Se existir algum outro mecanismo de correção de desigualdades, eu gostaria de saber quais são, mas me parece, pelo menos na minha concepção, que é o melhor mecanismo que existe para combater, para impedir as desigualdades que existem em um país de enormes desigualdades, de gigantescas desigualdades como o nosso.

São esses questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Obrigado, Senador Randolfe.

Vamos, então, ouvir os nossos convidados, que já poderão responder e finalizar as suas participações nesta audiência pública.

Com a palavra, José Henrique Paim, primeiramente.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Senador Alvaro Dias, primeiramente, quero agradecer o convite a esta Casa, da Comissão de Educação de Educação do Senado. É uma satisfação participar desses debates. Eu, geralmente, na função de Secretário Executivo, fico muito mais dentro do Ministério cuidando da execução e implementação das ações

e não tenho oportunidade, muitas vezes, de debater aqui no Congresso e nesta Comissão.

Quero dizer que os debates aqui foram muito frutíferos. Acho que vão contribuir muito, inclusive para o entendimento do MEC e para o próprio trabalho da Comissão, e o Ministério se coloca à disposição aqui, desde logo, para oferecer subsídios à Comissão naquilo que vai ser discutido, debatido para finalização dessa redação do PNE. Creio que a Comissão tem uma grande responsabilidade fazendo essa discussão de mérito do PNE e pode contar conosco.

As perguntas que o senhor remeteu vou respondê-las formalmente para contribuir nos debates.

Queria saudar o Senador Cyro Miranda, que fez menção à relação que nós temos em curto espaço de tempo, mas bastante profunda. O Senador foi Relator do Orçamento da área de educação, e nós discutimos muito a questão educacional e ele contribuiu muito; independentemente das posições políticas do Senador, ele sempre nos ajudou muito e teve um compromisso muito forte conosco.

Senador Cyro, eu acho que as questões que o senhor coloca são bastante pertinentes; essa preocupação com a qualidade é um tema que tem sido debatido no Brasil há bastante tempo. Como eu disse, o PNE anterior não tratava muito da questão da qualidade, não existiam metas de qualidade estabelecidas.

Então, o que nós temos, neste momento, é exatamente um avanço em relação ao PNE, porque vamos ter metas de inclusão de qualidade. As metas de qualidades são metas importantes, vão poder ser acompanhadas pela sociedade e vão permitir, a partir de um alinhamento estratégico, que a gente consiga avançar nesse compromisso, que envolve União, Estados e Municípios.

Essa questão que o senhor coloca da qualidade da escola pública é um tema há muito tempo debatido, ou seja, a escola de antigamente era uma escola de mais qualidade, mas ao mesmo tempo era uma escola que incluía menos. E que tinha, muitas vezes, o processo seletivo como para a escola. Então, muita gente ficava de fora.

Só a título de exemplo, vou lhe dar um número: com relação a matrículas no ensino médio na década de 90, nós tínhamos 3 milhões. Hoje, nós temos 8 milhões. Foram 5 milhões de estudantes brasileiros que conseguiram chegar ao ensino médio nesse período de pouco mais de 20 anos.

Eu acho que há um esforço grande de inclusão. E obviamente que isso acaba afetando a questão da qualidade e, por isso, há essa preocupação do Ministério em estabelecer metas, porque também é uma novidade. Nós temos metas de qualidade que estão refletidas aqui no PNE de Ideb, tanto para o ensino fundamental, anos iniciais e finais, como para o ensino médio, e que são uma grande novidade no Brasil. Hoje, cada sistema, seja a escola, seja o sistema municipal, seja o sistema estadual, seja a União, tem metas de qualidade a serem cumpridas. E nós, até aqui, temos conseguido atingir essas metas e, em alguns casos, especialmente em séries iniciais, até superá-las.

A partir do momento em que o Brasil tem um grande desafio pela frente, mas tem metas estabelecidas, acho que é um ganho profundo.

Em relação à questão da PNAD, eu gostaria de dizer que, na questão do analfabetismo, nós fechamos a torneira. Se formos olhar os números de 15 a 29 anos, não existe mais a produção. Nós universalizamos a questão da alfabetização nessa faixa; não estamos produzindo mais analfabetos.

Se nós pegarmos os dados da PNAD – comparando, porque, se eu falo de alfabetização de adultos, tendo a dívida educacional que o Brasil tem, eu tenho que ter uma série histórica para poder para poder comparar; não posso de um ano para outro chegar à conclusão de que tivemos uma queda. Saímos de 8,6% para 8,7%, mas isso pode ser apenas uma flutuação estatística –, os dados de 2009, quando havia 9,6%, e comparar com 8,7%, nós vamos ver que houve uma melhoria importante na questão do analfabetismo. O esforço é muito grande, porque a população analfabeta no Brasil hoje é uma população com uma idade muito avançada. Então, o desafio não é só educacional, é de saúde também.

Alguns dos Senadores aqui falaram são médicos. Se as pessoas não tiverem óculos, a partir dos 14 anos, como ela vai se alfabetizar? Há uma série de elementos. Como é que eu consigo atrair esse analfabeto para a alfabetização? São desafios importantes que o País vai ter que enfrentar. E acho que o PNE está nessa direção.

Em termos de anos de estudo, há dados do próprio Ipea demonstrando, a partir da análise da PNAD, que esse ano de 2012 foi o ano que o Brasil mais avançou em termos de anos de estudo e de escolaridade. O bônus educacional avançou muito também.

Então, acho que temos que olhar a floresta como um todo e não olhar somente uma árvore. Temos que entender o que está acontecendo no processo educacional.

Nós vamos ver que, no fundo, o que acontece é que a nossa foto, muitas vezes, não é boa, quando a olhamos isoladamente, mas o filme demonstra que o País está evoluindo. Se olharmos os relatórios internacionais, da OCDE, de organismos internacionais como o Banco Mundial, nós vamos ver que o Brasil é

um exemplo. No caso do Banco Mundial, é o país que mais cresceu em termos de investimento em educação. No caso da OCDE, é o segundo país que mais investiu em educação infantil; e é o terceiro país que mais cresceu em termos do Pisa. Agora, as posições brasileiras são originárias de uma história que temos na educação de uma dívida educacional profunda. Nós não podemos esquecer que, na década de 70, em 1975, por exemplo, o Brasil aplicava 1,4% do PIB em educação; crescia a 2,8% em média a sua população, e era um período de grande crescimento industrial e econômico. Ele não fez a lição de casa em termos educacional, diferentemente de outros países que fizeram.

Então, se a gente não enxergar isso, nós não vamos nunca entender o que está acontecendo, porque, de fato, nós temos que realmente nos focar na Meta 7, o Brasil tem um esforço muito grande a fazer, mas é um desafio geracional. Por isso que o Plano Nacional de Educação é um plano, na verdade, do Estado brasileiro. Não é apenas deste Governo; é a sociedade que vai trabalhar para atingir essas metas.

Eu diria que, de fato, não concordo que os indicadores pioraram; acho que os indicadores têm que melhorar mais. E estão avançando. Nós precisamos ter essa visão.

O Senador Mozarildo faz uma análise nessa direção também, mas eu lhe diria que, na questão do Mais Professores, nós temos uma situação crítica, especialmente nos anos finais e no ensino médio, que é a falta de professor. Química, Física, Matemática, Biologia, em várias áreas temos dificuldade de encontrar professores. Então, o que o Ministério propôs e está trazendo ao debate é o seguinte: enquanto precisamos formar mais professores, atrair jovens para fazer a formação do magistério, nós também temos que nos preocupar, como foi dito aqui pelo Senador Inácio Arruda, com a questão da urgência. Nós vamos ter que trabalhar para ter um programa – por isso que o Ministro anunciou essa questão – que consiga, num curto prazo, atender a essas necessidades de professores, mas sem deixar de trabalhar na questão estrutural, que é a formação de professores, a formação inicial de professores. Temos feito um esforço muito grande nessa direção, seja na formação de licenciatura nas universidades públicas, com ProUni, com o Fies, para ampliar essa formação, mas também nos preocuparmos com a urgência que temos pela frente.

A preocupação do Ministério é esta: tentar atender a essas necessidades. E aí nós estamos abertos, tanto a partir do Consed quanto da Undime, a proposições para que possamos avançar também nessa direção.

O Senador Inácio Arruda se referiu aos avanços que tivemos. De fato ele é privilegiado por estar num Estado que tem feito um esforço muito grande na questão da alfabetização, na educação profissional. Creio que o senhor tocou em um ponto importante: a questão dos recursos públicos em educação. Eu acho que, ao mesmo tempo em que temos que ter essa preocupação com os recursos públicos na educação pública, também precisamos considerar que o esforço vai ter que ser feito também, seja em educação especial, seja na área de creches e pré-escola, seja também na educação superior, por outros setores. A União não pode prescindir do esforço dessas instituições e não pode deixar de apoiar.

Portanto, o texto que está vindo da Comissão de Constituição e Justiça é interessante nesse sentido, porque preserva a questão das fontes, no art. 212, mas também permite que a gente avance em relação a esse apoio das ações que não são necessariamente de educação na escola pública.

A Senadora Ana Rita falou sobre a questão dos prazos. Acho que essa é uma questão técnica, que o Senado vai discutir, a Comissão de Constituição e Justiça entendeu de uma forma. Acredito que aqui vão se discutir também essas questões.

Ao Senador Osvaldo Sobrinho, reafirmo essa questão de que é um desafio geracional. Então, a gente precisa ter essa consciência histórica do que está acontecendo.

Em relação ao Senador Randolfe Rodrigues, que tocou mais na questão do financiamento, queria primeiramente agradecer a sua intervenção, que achei importante; sua preocupação com a questão do financiamento é fundamental. Acho que temos que avançar na gestão, mas, ao mesmo tempo, temos que tratar da questão do financiamento, porque os dois pontos têm que andar juntos. A sua reflexão é bastante interessante.

Em relação ao conceito de financiamento de investimento em educação em relação ao PIB, verificamos que, de fato, são 4% Estados e Municípios e 1% para União. Só que, quando se trata desse conceito de investimento direto, estamos falando em recurso aplicado, ou seja, o recurso gasto na ponta. Então, necessariamente, não é um recurso que seja do Estado, do Município. Esse recurso, na maior parte das vezes, é transferido pela União.

Vou lhe dar um exemplo: o recurso do Ministério da Educação que vai para financiar uma escola de educação infantil, uma creche, para um Município, é contabilizado como recurso do Município, porque ele é aplicado no Município. Então, a proporção da União com Estados e Municípios não é essa proporção de 1 para 4; ela é maior. Na verdade, está-se considerando aqui o conceito de aplicação do recurso. Nesse conceito, toda ação do Ministério que leva recurso para

ser executado pelo Município e pelo Estado, é contabilizado como recurso do Município e do Estado. Há essa diferença na proporção.

Em relação à Meta 17, da equiparação, acho que é um desafio grande que o País tem pela frente. Quanto a esses 62% que nós temos hoje, estamos falando do valor médio, quer dizer, não é um valor igual. A meta coloca um valor médio. Eu acho que é um desafio grande e que o piso tem um papel importante aí. Por isso, é fundamental que a gente mantenha esse crescimento da questão do valor do piso obviamente com sua estabilidade, para que os Estados e Municípios possam pagar esse piso e garantir essa valorização do magistério, da educação básica.

Em relação ao CAQ, eu diria o seguinte, não há uma resistência do Ministério da Educação. Há uma discussão hoje sendo feita, inclusive, do Conselho Nacional de Educação com a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino – o Secretário Binho está conduzindo isso – para a gente verificar exatamente os ajustes que devem ter em torno dessa questão do CAQ. É óbvio que é um conceito importante. A própria LDB já trabalha a questão, no art. 4º, inciso IX, dos padrões mínimos de qualidade. O estabelecimento desses padrões é fundamental.

A gente precisa ter cuidado, que eu coloco sempre como uma preocupação, é com a criação de outro mecanismo de complementação, de equalização de recursos entre os Estados que melhore a condição de habilitação do recurso. Então, nós não estamos falando aqui que somos contra o CAQ. Não. Nós somos a favor de que se tenha esse padrão mínimo de qualidade, e o Ministério da Educação pode contribuir para fazer esse cálculo, para definir esses indicadores. O que nós precisamos fazer é exatamente verificar até que ponto...

E acho que inclusive o CAQ pode, Senador, servir como referência para uma série de apoios técnicos e financeiros do Ministério da Educação, como o Ideb hoje é. Então, o CAQ pode servir como apoio complementar. Só que nós temos um sistema, definido constitucionalmente, de financiamento para educação que conseguiu, ao longo desses anos, estabelecer uma certa equalização.

Hoje, se o senhor pegar um Estado como o Maranhão, como o Piauí ou qualquer outro Estado do Nordeste, o senhor verá que há uma equalização hoje com outros Estados em relação ao valor/aluno. Então, essa equalização o Fundeb promoveu. Se nós criarmos outro mecanismo que não seja um dispositivo constitucional e não defina qual a fonte de financiamento, teremos talvez até uma judicialização desse processo. Então, acho que seria interessante avançar em relação a essa discussão e até verificar de que forma vamos compatibilizar. É a questão do CAQ com a questão do Fundeb. Somente esse ponto. O que nós precisamos fazer? Organizar o sistema do ponto de vista de financiamento.

Obviamente, há preocupação do Ministério com a questão da desigualdade. Agora, precisamos nos preocupar também com a organização do sistema. É somente esse ponto que há e não há nenhuma resistência à discussão do CAQ, não.

Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Desculpe o adiantado da hora, mas não há impressão de incompatibilidade entre um e outro, CAQ e Fundeb? É uma pergunta, na verdade.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Na minha opinião, nós precisamos aprofundar essa discussão. Por quê? Porque o Fundeb tem um critério claro de equalização entre os Estados. Tanto é assim que a complementação da União garante que eu aproxime o valor/aluno de um Estado mais pobre com Estados que têm uma situação melhor. Então, isso está dado e está sendo aplicado anualmente, com a complementação da União.

Na medida em que eu coloco outro mecanismo, preciso organizar isso e discutir qual será a função de cada um. É só esse ponto que estamos colocando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Bem, o Presidente da Comissão está sugerindo aqui o encerramento, porque nós temos uma reunião nesse momento sendo realizada. Mas vou conceder a palavra, rapidamente, para a conclusão, a todos os convidados, apenas para considerações finais e a despedida, com o nosso agradecimento.

Da ponta para cá, então, tem a palavra a Leuzinete.

O SR. LEUZINETE PEREIRA DA SILVA – Bom, quero agradecer pela oportunidade de estarmos aqui, louvar a iniciativa, Sr. Presidente, de promover esse diálogo com todos nós e saudar também a Mesa, a Profª Cleuza pelo trabalho esplendoroso que desenvolve na Undime, defensora do Município, que é onde realmente as pessoas vivem e fazem as coisas acontecerem. Não é isso, professora?

Agradeço ao Prof. Luiz Dourado, que nos brindou com uma explanação que nos faz aprender; e digo que realmente o Conselho nos aconselha diuturnamente. Cumpre esse papel.

Ao Sr. Secretário Executivo do MEC, Paim. E aqui quero registrar, em nome do meu Estado em particular, o que certamente é compartilhado por todos os secretários que tenham visto isso no Consed, pelo apoio irrestrito, José Paim, dado aos Estados – apoio técnico, financeiro.

Sempre que aqui viemos fomos muito bem recebidos. Agradecemos o apoio de todos.

Não vou, portanto, me ater aos questionamentos. Fiz os apontamentos aqui.

Agradeço a atenção dos senhores e das senhoras.

Por fim, quero dizer que o Consed está a inteiro dispor, Sr. Presidente, para dialogar em outros espaços e para responder aos questionamentos que forem necessários.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Muito obrigado.

Com a palavra, então, agora para finalizar, a Srª Cleuza Repulho.

A SRª CLEUZA RODRIGUES REPULHO – Eu quero agradecer e reiterar a importância do Dia do Professor, e que a gente não se esqueça disso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Para finalizar, o Prof. Luiz Dourado, Conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE).

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO – Também agradecer e destacar a oportunidade desse debate envolvendo a Cleuza Repulho, o Secretário José Paim, a Leuzinete, pelo Consed, e o Relator do Plano Nacional, Senador Alvaro Dias.

Acho que foram questões muito importantes. Tocamos em pontos que são estruturais. Algumas das questões aqui colocadas certamente remetem a uma reforma tributária, dada a sua abrangência. Acho que há um avanço nessa discussão da articulação do Fundef com a discussão do CAQ, acho que essa é uma questão importante. Semana passada estive em uma comissão que foi à Sase para discutir essa importância e ver os pontos de aproximação.

Outro ponto fundamental é a questão do federalismo cooperativo, que não é federalização. Mas acho que isso ficaria para uma discussão posterior. Uma questão importante também de pensar é a da carreira. Quais as diretrizes nacionais para a carreira e como ela vai se construir com aqueles pontos que foram aqui colocados. Acho que o recurso público para a educação pública é um ponto crucial. O Conselho Nacional de Educação tem debatido isso, e certamente, hoje, o próprio espaço constitucional já permite outras medidas. Mas acho que fortalecer esse ponto é crucial no debate, sobretudo no momento em que precisamos duplicar os esforços, por exemplo, com relação ao ensino médio.

Gostaria de fazer aqui outras discussões, mas entendo que esse debate continua.

Na condição de membro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional, eu gostaria de dizer que o conselho está à disposição para o debate. Certamente e oportunamente provocará uma discussão, uma audiência pública. E aqui ratifico a importância da celeridade, mas garantindo uma organicidade entre as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Antes de encerrar, quero agradecer também à nossa Assessoria e à Consultoria do Senado, que está nos auxiliando.

Certamente com esta audiência pública avançamos em relação ao que deveremos propor aos colegas Senadores membros desta Comissão e, posteriormente, ao Plenário do Senado Federal.

Na próxima terça-feira, continuaremos esse debate com mais uma rodada de depoimentos.

Agradeço a presença de todos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 36 minutos.)

ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2013.

Às dez horas e doze minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Inácio Arruda, Rodrigo Rollemberg, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, José Agripino, Armando Monteiro, Osvaldo Sobrinho, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria Armando Monteiro e Gim. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, inicia a deliberação da pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Professora Raquel Teixeira, que "Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia". O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE, nº 2-CE e nº

3-CE e nº 4-CE, é aprovado. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 560, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Osvaldo Sobrinho, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para garantir aos profissionais da educação das redes públicas de ensino, período reservado a estudos, planejamento, avaliação e participação na comunidade, nunca inferior a um terço de sua jornada de trabalho remunerado". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Randolfe Rodrigues, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. Logo após, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 3: Requerimento nº 65, de 2013**, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, de caráter não terminativo, que requer "... Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discussão sobre 'O papel do Coletivo Fora do Eixo e da Mídia Ninja nos cenários cultural e jornalístico brasileiros' a ser realizada preferencialmente em 03 de dezembro de 2013". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Presidência faz a leitura dos seguintes comunicados: **Comunicado 1**: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do convite, de autoria da Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Cultura, Marta Suplicy, para o lançamento do Edital de Fomento à Produção, Difusão e Distribuição de Livros em Formato Acessível e Edital de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas 2013. O evento ocorrerá no dia de hoje, às 10h, no Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre B, 12º andar – Auditório – Brasília/DF. Os Senadores que desejarem cópia do convite, poderão se dirigir a secretaria desta Comissão". O Convite vai ao arquivo. **Comunicado 2**: "Comunico a(o)s Senhores(as) Senadores(as) o recebimento de convite do Senhor Senador Rodrigo Rollemberg, para Café da Manhã, com o objetivo de debater a importância do atendimento escolar a crianças e adolescentes em escolas públicas especiais, a ser realizado no dia de 23 de outubro, quarta-feira, às 8 horas e 30 minutos, no Centro de Ensino Especial 01, SGAS 912, conjunto E, lote 42/48, Brasília-DF. O evento contará com a presença de diretores de escolas, pais e professores de toda a rede do DF. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". O Convite vai ao arquivo. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR CYRO MIRANDA, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª reunião extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Srªs Senadoras e Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram.

Aprovada.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, de 2010
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.

Autoria: Deputada Professora Raquel Teixeira.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações:

1 – Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

Quero lembrar que o primeiro autor foi o Deputado Barbosa Neto, em 1997.

Com a palavra o eminente Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Quero destacar não só a importância dessa matéria, mas também destacar que essa matéria foi objeto de audiência pública nesta Comissão de Educação, que contou com a participação dos profissionais da Psicopedagogia e dos profissionais da Psicologia. E esse relatório de que aqui farei a leitura é resultado do diálogo desses profissionais, do debate com os profissionais da Psicopedagogia, com os profissionais da Psicologia, e do consenso possível e realizável com esses profissionais.

Creio que o relatório aqui apresentado é o resultado do consenso realizado entre esses profissionais e atende a demanda para o exercício dessa importante e já real atividade da Psicopedagogia, da atividade presente na sociedade brasileira.

Vamos ao relatório.

Chega ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 31. De autoria da Deputada Professora Raquel Teixeira, a proposição pretende regulamentar o exercício da atividade de Psicopedagogia no território nacional.

O art. 1º enuncia o objeto da lei que o projeto visa instituir.

O art. 2º define quem poderá exercer a atividade: portadores de diploma de graduação em Psicopedagogia; portadores de diploma em Psicologia, Pedagogia ou Licenciatura que tenham concluído curso de especialização em Psicopedagogia, com duração mínima de seiscentas horas e 80% da carga horária dedicada à área; e portadores de diploma de curso superior que já venham exercendo, ou tenham exercido, comprovadamente, atividades profissionais de Psicopedagogia em entidade pública ou privada, até a data de publicação da lei.

O art. 3º complementa o dispositivo anterior, assegurando aos atuais ocupantes de cargos ou funções de Psicopedagogo, em órgãos ou instituições públicas, o direito de continuar no exercício de suas atividades, desde que credenciados pelos órgãos competentes.

O art. 4º detalha as atividades e atribuições da Psicopedagogia, que incluem, sem prejuízo do exercício das atividades e atribuições pelos profissionais da educação habilitados...

O art. 5º trata do dever de sigilo profissional do psicopedagogo.

O art. 6º obriga a inscrição do profissional junto ao órgão competente para o exercício da atividade de Psicopedagogia e estabelece como requisitos para inscrição: a satisfação das exigências de habilitação. .

O art. 7º, por sua vez, prevê que o psicopedagogo que exercer sua atividade em outra região fica obrigado a nela visar o seu registro.

O art. 8º trata das infrações disciplinares, quais sejam: transgredir preceito de ética profissional; exercer a profissão quando impedido ou facilitar seu exercício a outrem não inscrito ou impedido.

Finalmente, o art. 10 prevê que a lei entre em vigor na data de instituição do órgão fiscalizador da profissão de psicopedagogo.

O PLC nº 31, de 2010, não recebeu emendas e foi debatido em audiência pública requerida para instruí-lo, no dia 3 de abril de 2013, como aqui já destaquei.

Sobre a análise, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar a respeito de proposições que versem sobre normas gerais relativas à educação.

A Psicopedagogia ocupa-se dos processos de aprendizagem nos diferentes espaços institucionais. Trata-se de uma abordagem que considera o indivíduo, a família, a escola e a sociedade, de maneira integrada, promovendo intervenções voltadas para a diversidade do modo de aprender dos diferentes sujeitos, por meio de métodos e estratégias adaptados às necessidades de cada aprendiz.

No campo da educação escolar, em especial, a Psicopedagogia vem ganhando espaço, na medida em que o foco da educação deslocou-se para o aluno, a partir de uma perspectiva inclusiva que busca assegurar o direito de aprendizagem a todos os estudantes. Nesse contexto, é fundamental compreender que a aprendizagem é um processo individual, que não acontece para todos da mesma maneira e no mesmo momento. Potencializar as capacidades de cada indivíduo, superando dificuldades de aprendizagem que resultam na virtual epidemia do fracasso escolar em nossas escolas, é um dos desafios centrais da educação básica. E, por isso, ela muito pode se beneficiar do aporte conceitual e metodológico da Psicopedagogia.

A área conta, atualmente, com um universo de 150 mil a 180 mil profissionais e uma associação nacional instituída há mais de três décadas e presente nos diversos estados da Federação. Ao longo desse período, o campo científico da Psicopedagogia se consolidou no País, levando a um incremento da produção de conhecimento específico e ao desenvolvimento de um arcabouço teórico próprio. Hoje, a formação dos psicopedagogos se dá, majoritariamente, em cursos de especialização em nível de pós-graduação, mas já começam a surgir cursos de graduação dedicados a esse campo do conhecimento, bem como cursos de mestrado e até de doutorado na área.

Diante desse quadro, é bem-vinda a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia. Caracterizada como um campo de atuação interdisciplinar em Educação e Saúde, a Psicopedagogia requer que se delimitem parâmetros claros para a atuação dos profissionais, sem perder de vista as garantias do sigilo e da ética na conduta dos psicopedagogos.

Adicionalmente, a aprovação do PLC nº 31, de 2010, com o reconhecimento das atividades da Psicopedagogia no plano normativo, dará azo ao crescimento da oferta de oportunidades de formação na área, bem como poderá propiciar a extensão do atendimento psicopedagógico a um público significativamente maior, nos sistemas públicos de educação e saúde.

Hoje, poucas são as redes de ensino que contam com o suporte permanente de profissionais da Psicopedagogia, mas a importância da assistência psicopedagógica vem crescendo. Na cidade de São Paulo, por exemplo, foi recentemente sancionada lei municipal destinada a garantir o apoio psicopedagógico para os alunos da educação infantil e do ensino fundamental. Desse modo, acreditamos que a aprovação de lei federal sobre o tema dará maior impulso à popularização e à disseminação da Psicopedagogia no País.

Finalmente, fazemos um reparo à concepção, implícita no texto do projeto e explicitada no parecer emitido na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, de que a regulamentação de profissão somente é possível com a criação concomitante ou prévia de conselho profissional competente. O entendimento jurídico prevalente é de que a instituição de órgãos de fiscalização profissional constitui delegação do Estado, o que lhes conferiria o caráter de entidades públicas autárquicas. Sendo assim, a iniciativa legal para sua criação, conforme o disposto no art. 61, § 1º, II, e, da Carta, seria reservada ao Presidente da República.

O dispositivo parece incompatível com art. 2º, inciso III, do Projeto, que pretende assegurar o exercício profissional aos portadores de qualquer diploma de curso superior que já tenha exercido ou venha exercendo atividade de psicopedagogia até a data de publicação desta lei.

Ademais, esse tipo de previsão pode abrir o flanco ao questionamento da constitucionalidade da norma, caso seja interpretado como imposição ao Poder Executivo de encaminhar projeto para criação do referido órgão.

Por esse motivo, apresentamos emenda que corrige tais imperfeições e permite a imediata entrada em vigor da lei.

Com essas alterações, julgamos que o PLC nº 31, de 2010, merece a acolhida deste colegiado.

Feitas essas considerações, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2010 (Projeto de Lei nº 3.512, de 2008, na origem), com as emendas que seguem, Sr. Presidente.

Feita a leitura do relatório, Sr. Presidente, quero só concluir dizendo que, por todas essas considerações e em virtude do que já destaquei, são 180 mil profissionais da psicopedagogia em todo o País, até por prefeituras, como a de São Paulo, já terem reconhecido a necessidade e, pelo que já destaquei, do profissional psicopedagogo ser indispensável, pelo fato, óbvio, que a educação é um processo individualizado e pela indispensabilidade do profissional psicopedagogo na realização do ensino, é que considero indispensável a aprovação desta norma.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

Pela aprovação do projeto com as modificações que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Randolfe Rodrigues permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Eu quero fazer justiça a esse relatório. Embora não seja terminativo, vai ainda à CAS, é um projeto que tramita desde 1997 e, como bem disse o eminente Relator Randolfe, militam nessa área cerca de 150 mil a 180 mil profissionais. Quer dizer, na prática, essa profissão já existe.

Eu quero agradecer e parabenizar o seu relatório pela acuidade e ainda mais por não deixar invadir nenhuma outra profissão. Teve esse cuidado. Eu li minuciosamente o seu relatório. E eu o parabenizo, Senador Randolfe Rodrigues, como parabenizo todas as psicopedagogas aqui presentes, minhas amigas, e que acompanham essa luta desde 1997.

E agora encaminhamos, a partir de hoje, para a Comissão de Assuntos Sociais. E vou pedir celeridade ao Senador Moka e, inclusive, pedir esse relatório para que seja avocado à minha pessoa.

Eu convido o Senador Paulo Paim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, da mesma forma queria cumprimentar V. Exª pelo empenho com relação a essa matéria, pelo empenho em pautá-la.

Mais do que eu, V. Exª que tem tido empenho em relação a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado e obrigado pela parceria.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 560, de 2009

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para garantir aos profissionais da educação das redes públicas de ensino, período reservado a estudos, planejamento, avaliação e participação na comunidade, nunca inferior a um terço de sua jornada de trabalho remunerado.

Autoria: Senador Osvaldo Sobrinho

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações:

1 – Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

2– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 24/9/13 e 01/10/13.

A relatoria estava com a Senadora Lídice da Mata, mas como temos nesta Comissão um acordo em que, faltando três vezes, na quarta vez, seria nomeado um Senador *ad hoc*, aliás, na terceira vez. Pergunto ao Senador se concorda em ser relator *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, o nobre Senador Osvaldo Sobrinho me solicitou que eu fizesse a leitura no lugar da Senadora Lídice da Mata. Percebo que há certa controvérsia aqui na assessoria com relação ao projeto. Eu vou ler, farei a leitura do projeto. Ele vai ainda a duas comissões, se não me engano, vai para a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – CCJ, terminativo na CCJ.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – CCJ ou Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, nós temos duas chances para fazer as emendas e considerações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Relatório.

Na Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 560, de 2009, de autoria do Senador Osvaldo Sobrinho, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases – LDB), para garantir aos profissionais da educação básica pública período reservado a estudos, planejamento, avaliação e participação na comunidade, nunca inferior a um terço de sua jornada de trabalho remunerado.

Vamos agora à análise.

É fundamental para embasar a decisão de esta Comissão descrever o que se passou nos últimos quatro anos na educação brasileira no que tange à valorização de seus profissionais, depois da apresentação do PLS 560, de 2009.

Em primeiro lugar, os efeitos salutares da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), são evidentes. Os Estados e Municípios, incluindo os de finanças públicas mais frágeis, foram substancialmente beneficiados pelo aumento e distribuição equitativa de recursos para suas redes de ensino – na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, incluindo as várias modalidades. De menos de R$ 1 bilhão, a complementação da União, agora para dez Estados e seus Municípios, passou para quase R$ 11 bilhões anuais.

Aqui a análise feita homenageia o MEC e a Presidenta Dilma.

Em segundo lugar – e isso é pouco lembrado nos discursos dos parlamentares – não somente evoluiu a legislação que protege e dignifica um milhão de trabalhadores não docentes das escolas públicas, como se ampliou substancialmente sua escolaridade e se difundiu programa federal de profissionalização na maioria dos Estados brasileiros. Com efeito, os auxiliares das secretarias e bibliotecas, as merendeiras, os trabalhadores que cuidam da segurança, da infraestrutura e da manutenção das quase 200 mil escolas públicas de educação básica não são mais pessoas semianalfabetas que podiam se constituir em massa de manobra de políticos à cata de votos, diz aqui a Relatora principal, Lídice da Mata.

A partir da publicação da Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009, oriunda de projeto de autoria da inesquecível, amiga e ex-Senadora Fátima Cleide, esses trabalhadores evoluíram em seus estudos, tendo mais de cem mil deles recebido a titulação de técnicos de nível médio em suas respectivas funções de alimentação escolar, multimeios didáticos, secretaria e infraestrutura educacional. No corrente ano, em 4 de abril, foi sancionada a Lei nº 12.796, oriunda de substitutivo elaborado nesta Casa, que garantiu aos técnicos administrativos (categoria III dos profissionais da educação, segundo o art. 61 da mesma lei) a formação inicial e continuada de caráter técnico-pedagógico, nos níveis médio e superior.

Estamos, portanto, contribuindo para tirar da invisibilidade social, da subalternidade política e da marginalidade pedagógica todos esses educadores e educadoras, conferindo-lhes o direito de usar parte de sua jornada de trabalho para atividades de estudos pessoais, de planejamento conjunto nas escolas, de avaliação do projeto pedagógico e de integração com a comunidade adjacente. Em consequência, será possível construir espaços mais amplos de cidadania, de segurança, de desenvolvimento cultural.

Julgamos que esta proposição contribui para transformar as merendeiras em educadoras alimentares, os trabalhadores da conservação e limpeza das escolas em educadores ambientais, os auxiliares de secretaria e bibliotecas em agentes culturais no espaço escolar e comunitário. As horas, que talvez pareçam a alguns, “subtraídas” às atividades específicas de suas respectivas funções, nós as estamos transformando em momentos de valorização profissional, de inserção na democracia interna das escolas, de investimento

na segurança dos entornos e dos bairros que lhes são adjacentes.

Por fim, Sr. Presidente, o principal alcance deste projeto de lei, entretanto, é dar vigência definitiva à conquista fundamental de compor a jornada dos professores de uma parte de ensino – até dois terços de sua carga horária – e de outra destinada a ações que potencializam este ensino e o transformam em aprendizagem efetiva dos estudantes. Como está, na Lei nº 11.738, de 2008, esse avanço só vigora até 31 de dezembro de 2020.

Consideramos que todo professor precisa de tempo não somente para preparar suas aulas, mas, principalmente, para avaliar diariamente o ritmo de aprendizagem de seus alunos. Sem esse tempo, o indivíduo não se pode considerar professor (aquele que garante a aprendizagem), mas um expositor de matérias e conteúdos que correm o risco de não serem apropriados pelas novas gerações. Os indicadores humilhantes da educação brasileira nas avaliações internacionais ainda estão aí à nossa disposição, pedindo que encaminhemos soluções ousadas e não paliativas.

Reexaminando o texto do PLS, percebi a necessidade de duas emendas, para aperfeiçoamento e clareza na redação, que ofereço no voto a seguir.

Nosso voto – lembrando aqui a Senadora Lídice da Mata, que fez o relatório – é pela aprovação do PLS nº 560, de 2009, nos termos das seguintes emendas:

EMENDA Nº 01 – CE

Suprima-se, na ementa do PLS nº 560, de 2009, a palavra final "remunerado".

EMENDA Nº 02– CE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 560, de 2009, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a viger com a seguinte redação:

Art. 67. As redes de ensino público promoverão a valorização dos profissionais da educação básica pública a que se refere o art. 61, assegurando-lhes, inclusive, nos termos de seus planos de carreira:

.....

.....

V – período reservado a estudos, planejamento, avaliação e participação na comunidade, nunca inferior a um terço de sua jornada de trabalho, para os que estão em exercício efetivo nas unidades escolares, conforme especificado na proposta pedagógica da escola;

.....

....(NR)

Esse é o relatório, Senhor Presidente, que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Quero lembrar que essa matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. A matéria constou já nas pautas das reuniões do dia 24/9 e 1º/10.

A matéria está em discussão.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, quero dizer da minha referência ao mérito do projeto, mas, cada vez mais, nós nos preocupamos com o que isso representa, não só nos custos, e muito menos nos custos que isso possa representar na educação privada, que não é a nossa maior preocupação, mas nos custos também da área pública. À primeira vista do processo, a gente identifica que é um aumento. No momento em que você tira, por mais meritório que seja, a presença do professor na sala de aula, vamos ter um impacto, e vamos ver manchetes de escolas sem professores em sala de aula.

Então, para não fazer nem dizer que estou a favor ou contra, embora reconheça o mérito, para fazer um pouco mais de análise, eu gostaria de pedir vista. Sugiro até que seja vista coletiva, para que na próxima reunião nós possamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não, é regimental, V. Exª tem todo o direito, lembrando também que a matéria é terminativa em Assuntos Sociais.

Há alguém que queira pedir vista coletiva?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senhor Presidente, se não pedirmos vista coletiva, ele vai demorar a retornar para a pauta. Então, vista coletiva para que ele retorne para a pauta o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Isso, ele tem cinco dias, na próxima terça-feira.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Já na próxima reunião, na próxima terça-feira.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Acho que o Senador Cícero tem toda a razão. O projeto é meritório, é importante, inclusive quero parabenizar o Senador Osvaldo pela iniciativa, no entanto, precisamos avaliar com mais cuidado os impactos que isso traz. Nós sabemos o quanto os professores necessitam de um espaço de planejamento e de uma integração com a própria comunidade, principalmente os professores de escolas públicas que estão nas áreas de maior vulnerabilidade. Mais do que nunca, essa integração dos professores e dos profissionais

de educação que estão na escola com a comunidade e com as famílias dos alunos é primordial.

Então, o projeto é altamente meritório. No entanto, temos de analisar o outro lado, que é o aspecto do impacto que isso traz, já que é preciso, com certeza, ampliar o número de servidores, o número de professores. Confesso que, neste momento, eu não tenho total clareza quanto a isso. Então, acho que o pedido de vista procede, para que possa haver uma semana de análises.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mas parabenizamos aqui o autor da matéria e também o Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de cumprimentar o Senador Osvaldo Sobrinho.

Senador, ouvi um pronunciamento de V. Exª em que V. Exª disse mais ou menos o seguinte: todo mundo reclama da educação e da saúde, mas, na hora de aprovarmos projetos consistentes que busquem ampliar, principalmente, a valorização do professor... O projeto segue esse sentido, mas nós mesmos – e estou me incluindo no pedido de vista, deixo isto bem claro – ficamos com um cuidado adequado e correto.

Quero cumprimentá-lo pela iniciativa.

Acho que o pedido de vista coletivo que foi feito pelos Senadores é positivo, Senador Osvaldo Sobrinho. Li o relatório da Senadora Lídice da Mata, que, com muita convicção, defende seu ponto de vista. Eu não poderia, em nenhuma hipótese, negar-me a fazer a leitura do relatório, meu querido amigo Osvaldo Sobrinho. E sei que V. Exª é um defensor intransigente da educação. Mas o pedido de vista é positivo. Quem sabe, nesta semana, possamos fazer alguns ajustes, buscando um grande entendimento?

Cumprimento o autor do projeto, cumprimento os que pediram vista. Eu me somo ao pedido de vista coletivo, com a convicção de que, quem sabe, na semana que vem, possamos chegar a um grande entendimento e aprovar o projeto até mesmo por unanimidade.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a palavra, V. Exª.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Por questão de justiça, quero dizer que eu falei do mérito da matéria, mas não fiz justiça ao autor, o Senador Osvaldo Sobrinho.

Tenho uma preocupação. Por exemplo, tenho dois projetos que estão tramitando nesta Casa e que, para mim, são importantes, a exemplo do que foi o da saúde, o da fixação dos recursos, para o qual tive o apoio de vários Senadores.

Senador, eu, por exemplo, tenho um projeto que estabelece que, até 2023, deve haver a educação em tempo integral, com prazos a serem cumpridos, para que se contemple a preocupação financeira. Há também aquele que diz respeito ao fornecimento de *tablets* para os nossos alunos até 2022. Então, é algo que podemos aprovar e que pode efetivamente ser cumprido, fazendo-se as devidas adaptações às condições de cada Estado e de cada Município.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado.

Eu acredito que tanto o autor como os que pedem vista têm razão. Nós nos encontramos diante de duas situações: uma delas diz respeito à necessidade de que o professor se recicle, de que ele tenha tempo para se reciclar e para ganhar mais conhecimento, mas, em contrapartida, há muitos professores fora da sala de aula, e há uma dificuldade muito grande hoje de estimular essa carreira. Então, temos de encontrar um meio-termo para caminharmos.

Com a palavra o autor da matéria, o Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu agradeço, primeiramente, ao Senador Paim por ter aceitado essa missão de ser o Relator *ad hoc* e de fazer a leitura desse relatório.

Agradeço também às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que estudaram essa matéria.

Essa matéria, na verdade, é um sonho de um educador. E eu sonho. Segundo o filósofo, quando o homem perde seus sonhos e sua autoestima, ele perde o motivo de viver.

Desde 1986, quando vim aqui para a Constituinte, eu, como Deputado Estadual, já havia aprovado em Mato Grosso esse projeto da concessão da hora-atividade para os professores. E, na verdade, houve duas fases: uma delas antes e a outra depois desse projeto. Esse projeto deu condições para que os professores fizessem uma educação melhor. A nossa educação foi renovada, melhorada. É claro que há um custo, mas, para mim, tudo que se refere à educação não é custo, é investimento, é investimento de alto retorno.

Lá nós conseguimos aprovar a matéria, e foi um negócio espetacular! Vindo para cá, nós, atendendo um pedido da categoria, que me havia pedido também quando eu fui Constituinte, e fiz, inclusive, um projeto

de LDB àquela época, que foi, na verdade, debatido, conversado... Muito do meu projeto foi aproveitado no que foi aprovado e que aí está, mas faltou esta parte aqui. Hoje a hora-atividade já está na LDB. É o piso nacional.

Eu gostaria que, na verdade, todo o setor educacional se beneficiasse deste projeto. Por quê? O educador não é só o professor que ensina em sala de aula, mas todos aqueles que estão dentro desse processo, aqueles que, de uma forma ou de outra, instruem o aluno, ajudam o aluno, principalmente nas escolas periféricas, nas escolas de bairros mais pobres, onde todos têm que dar a sua parte. O Governo tem investido muito ultimamente principalmente nessa atividade meio, que não é sala de aula, mas que dá o suporte para que a educação aconteça. Para aqueles professores que eram leigos, deu curso de reciclagem, com vários projetos especiais. Esse pessoal cresceu.

Acredito que seria um estímulo este projeto aqui para que esse pessoal continuasse a trabalhar melhor, seria um suporte para que eles pudessem, não só ali na hora do expediente, mas um terço a mais, acompanhar os projetos especiais da escola, o aluno especial da escola, o aluno mais carente da escola. São processos que, na verdade, vão ficando para trás. Vamos levando como se fosse no coletivão, esquecendo-nos das peculiaridades que tem cada escola.

Portanto, este meu projeto foi embasado por um espírito de educador. Eu comecei minha vida como profissional em escola rural, lecionando em escola rural, e Deus me deu a oportunidade de chegar à universidade. Sou agora professor da Universidade de Cuiabá, inclusive dois colegas meus estão aqui. A Eliane e o Prof. Ildo Zanoni são meus colegas de doutorado e vieram visitar a Comissão hoje. São pessoas que também fazem educação aqui em Brasília, que conhecem este projeto e que, na verdade, também sonham com uma educação melhor.

Quero dizer aos Srs. Senadores que aqui é a voz de um educador, filho de um homem sem terra, que mal sabia escrever o nome e que, pelo milagre da educação, foi trazido aqui ao Senado da República do Brasil. Já me levou também ao processo da Constituinte de 88 e me deu oportunidade de ser Governador do meu Estado, mesmo que temporariamente.

Não existe outro processo de ascensão social a não ser pela educação. Não podemos ter medo hora nenhuma de investir em educação. Acha-se dinheiro para tudo neste País. Evidentemente, o orçamento da União não seria atrapalhado em nada, nem seria sacrificada a União ou a Nação, por um projeto desse que vai dar uma melhoria por dentro da educação.

Quero dizer isso ao Senador Cícero, que é um homem dotado de uma inteligência espetacular, de alto espírito social, um homem que tem trazido para cá projetos da mais alta relevância social; ao Senador Paim, que eu conheço, desde a Constituinte – todas as causas das minorias deste País, todas, dos últimos 30 anos passaram pelo crivo do Senador Paim, uma das pessoas pela qual eu tenho o maior respeito e carinho, como pelos outros Senadores também –; e à Senadora Lídice da Mata, que emitiu parecer ao meu projeto, analisando-o como mestra, como educadora, como uma pessoa que traz das raízes também o sentimento de que este País deve aos seus filhos, de que a história deve a todos nós uma educação melhor.

Eu estava vendo, na manhã de hoje, mais um sonho realizado. Eu sei que há Estados mais poderosos que são contra o meu projeto por questão de economia. Infelizmente, é isso. Ontem, nesta Comissão, todo mundo falou sobre investimento, sobre gestão de educação, mas, na verdade, quando chega um projeto que vem dar um toque ao processo, fala-se em recurso. Eu sei que se tem que analisar isso. Nós não podemos ser medíocres de achar que o dinheiro cai do céu. Não! Mas eu acredito que há algumas coisas que nós temos que analisar se realmente são gastos ou se vão ser investimentos a médio e longo prazo para o processo educacional.

Apesar de ser regimental, apesar de os Senadores estarem exercendo o seu direito de representar o seu Estado – e eu sei que existem dificuldades enormes também nesse sentido –, gostaria de pedir aos Senadores que analisem este projeto com o coração, com a alma, com o espírito de educador, com uma análise histórica, com o sentido de que a educação merece o nosso carinho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Com muito prazer, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quero, primeiro, cumprimentá-lo pela defesa do projeto, com teor, emoção, uma fala qualificada. Eu lhe confesso que, com uma defesa dessa, se dependesse de mim, eu tiraria o pedido de vista. Não sei se eu sou muito chorão, mas V. Exª fez uma defesa tão qualificada que mexeu comigo. Eu sou o Relator do projeto, vou manter o meu relatório, com certeza, na próxima semana, para o qual foi pedido vista coletiva. Mas sabe que, aqui nesta Casa, dificilmente alguém ganha voto na fala. O senhor sabe disso. Todos vêm com posições já fechadas. Confesso que, algumas vezes, eu tremo nas bases, como a gente fala. E pelo argumento do nosso querido ex-Constituinte – permita-me que eu

diga isso, porque eu estive com ele, o conheço desde lá –, eu confesso que fiquei impressionado com a posição dele. E este projeto ainda vai a outra comissão.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Vai a mais duas comissões ainda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O debate vai continuar lá e poderá haver recurso ainda, enfim. Mas, pelo menos, nós estaríamos dando um passo. E ontem foi Dia do Professor.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – É só mais uma comissão, é terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na Comissão de Assuntos Sociais, e nós todos estamos lá.

E lembrando que ontem foi o Dia do Professor.

Senador Osvaldo Sobrinho, meus cumprimentos.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Eu agradeço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dependendo da posição aqui tomada, V. Exª já é um vencedor.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Eu pediria um aparte, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Senador, eu quero lhe dizer que farei a análise deste projeto, como já falei, com o seu coração. Quer dizer, exatamente com o mesmo compromisso, com a mesma vontade de atingir esse objetivos.

Eu conheço a importância do conjunto da escola, além da importância dos professores. Mas os professores não fazem educação isoladamente.

Eu concordo com todas as suas falas. Eu só pedi para ver um pouco mais porque eu não entendo a razão de não ser terminativo nesta Comissão algo que tem tudo a ver com educação, com todo respeito às demais. E foi agora que eu soube que ia para a CAS, porque tinham me informado que ia para outras comissões. E o que ocorre? Eu acho que é na Comissão de Educação que tem que se discutir este tema tão importante.

Peço a compreensão de V. Exª, mas, com certeza, na próxima semana, analisarei e trarei para a reunião, com a sua vontade de atingir esses objetivos e com o seu coração.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Agradeço a V. Exª. Tenho certeza absoluta de que V. Exª, que sempre analisou as coisas aqui nesta Comissão e em todas as comissões a que pertence com mais razão, o fará da mesma forma com este projeto.

Na verdade, eu sei que tenho pouco tempo aqui. Eu sou suplente do Senador Jayme Campos, de quem eu fui Vice-Governador e fui também Secretário de Educação. À época, nós tivemos a oportunidade, por um convencimento – e ninguém queria –, de criar duas universidades públicas em Mato Grosso, a Unimat, que naquele tempo tinha dois mil alunos e hoje tem mais de vinte e três mil alunos, e criamos também a universidade a distância, em que ninguém acreditava. E diziam que o Estado não estava aguentando a educação fundamental, como é que pretendia e tinha a audácia de querer fazer mais uma universidade. E hoje ela está em toda a América do Sul. Em toda a América do Sul. Inclusive, estive em um congresso, representando o Senado e esta mesma Comissão, na vez passada em que estive aqui, lá na Argentina, no Senado daquele país. E lá foi uma comissão do Ministério da Educação fazendo uma propaganda da educação a distância, e passou um filme dizendo que esse processo tinha começado em Mato Grosso no ano de 1992, que era um processo que tinha sido trazido do Canadá e esse negócio todo. E eu fiquei muito orgulhoso, muito feliz, até porque eu estava lá fazendo o meu curso de doutorado e representando também o Senado da República. Aquilo me encheu de honra. Porque são coisas assim que marcam a vida da gente.

Eu quero agradecer ao Senador Paim, que tem sido um dos que mais estimulam a defender as pequenas causas, que são grandes causas para os pequenos.

Eu sei que não vou ter condições de voltar aqui, possivelmente lá para fevereiro ou março, eu deixo o mandato aqui, e eu dificilmente terei, pelo jeito que as coisas andam aqui, oportunidade de voltar a defender o meu projeto. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu me comprometo com V. Exª, em primeiro lugar, que terça-feira este projeto volta à pauta e vai ter que ser aprovado.

Eu espero que esse pedido de vista seja para eliminar problemas futuros em outras comissões. Então, que venha só com o sentido orçamentário, para corrigir qualquer posição que para o Governo possa ser temerária.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Até porque a implantação dele, se por acaso for aprovado, pode ser dividida em dois, três, quatro, cinco, seis anos.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Presidente, me permita.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – E também, indo para a Comissão de Assuntos Sociais, ao meu colega Waldemir Moka, que coloca em pauta na outra semana. Assim se ga-

rante que, antes de sair daqui, meritoriamente, V. Exª terá esse projeto aqui aprovado.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Esse Senador já teve tantos gestos para comigo que, se me permite, vou tirar o pedido de vista. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Parabéns pelo gesto. Nós temos aí uma economia processual, que nós vamos ganhar nesta semana.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ganhou no argumento, na emoção, na sensibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Vejam que é o que o Senador Paim disse: o que é uma defesa consciente, que era realmente um sonho? E esse sonho vai ser vivido e concretizado aqui no Senado por V. Exª.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não havendo pedido de vista, continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Encontra-se sobre a mesa um requerimento, para ser incluso extrapauta, do Senador Randolfe Rodrigues.

Pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores se concordam que seja incluído extrapauta. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Nº 65, de 2013
– Não Terminativo –

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Exª que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para discussão sobre "O papel do Coletivo Fora do Eixo e da Mídia Ninja nos cenários cultural e jornalístico brasileiros", a ser realizada preferencialmente em 3 de dezembro de 2013.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Só para acrescentar, esse requerimento é um requerimento de uma audiência pública para debatermos "O papel do Coletivo Fora do Eixo e da Mídia Ninja nos cenários cultural e jornalístico brasileiros".

Eu só queria acrescentar a esse requerimento que essa audiência pública fosse em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos. Já conversei com a Senadora Ana Rita, para que essa audiência pública ocorra no próximo dia 3 de dezembro, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos.

Acho que é um debate necessário sobre o caráter e sobre o que tem sido debatido sobre o Coletivo Fora do Eixo, sobre a atuação do Coletivo Fora do Eixo nacionalmente, sobre a atuação da Mídia Ninja nacionalmente, haja vista que tem sido tão criminalizada nacionalmente a atuação da Mídia Ninja e a atuação do Coletivo Fora do Eixo.

É por isso que é importante que principalmente aqueles que criminalizam venham aqui participar desse debate. Por isso, estamos convidando, para o debate, o Pablo Capilé, integrante do Coletivo Fora do Eixo; o Bruno Torturra; a Ivana Bentes, professora adjunta de pós-graduação de Comunicação da UFRJ; o Cláudio Prado, produtor cultural e teórico da contracultura e da cultura digital; o Prof. Ladislau Dowbor, professor e mestre em Economia Social; o Rodrigo Savazoni, jornalista integrante da coordenação executiva do Fórum de Cultura Digital.

Pedi a palavra só para esclarecer maiores detalhes sobre o requerimento que acabamos de aprovar e para acrescentar a esse requerimento o caráter para que ele ocorra em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos.

E não poderia terminar esta reunião da Comissão de Educação sem cumprimentar o Senador Osvaldo Sobrinho, pela aprovação desse projeto. Eu ainda não tinha visto, como disse o Senador Paulo Paim, uma defesa tão emocionada de um projeto como foi esse pelo Senador Osvaldo Sobrinho, que inclusive demoveu um pedido de vista. Ainda não tinha visto aqui um pedido de vista ser demovido como esse foi, em uma Comissão. Acho que é inédito. Ainda não tinha visto uma situação dessas.

Então, quero cumprimentar nosso querido Senador Osvaldo Sobrinho, não só pela aprovação do projeto, mas por ter demovido o Senador – situação e circunstância inédita.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Coloco em votação o requerimento, com o aditamento de que a audiência pública seja

realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, presidida pela nobre Senadora Ana Rita.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, então, para o dia 3 de dezembro.

Mais uma vez, Senador Osvaldo, vimos o que vale quando se abraça uma causa com paixão e com grande conhecimento. Tocou a todos.

Eu sou meio que como o Senador Paim: a gente, para chorar, não custa muito, não é, Senador?

Quero comunicar aos Srs. Senadores que amanhã teremos uma audiência pública cuja finalidade é a importância da realização da Work Skills no Brasil e a contribuição do Sistema S para a educação profissional. Os autores do requerimento são os Senadores Cyro Miranda, Ana Amélia, Paulo Paim e Lídice da Mata, pela CE; Senador Antonio Carlos, pela CDR; e o Senador Sérgio Petecão, pela CCT. São convidados os Srs. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Aléssio Trindade Barros, Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – MEC: Rafael Lucchesi, Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria; e Airton José Ruschel, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Faço, por último, dois comunicados.

COMUNICADO 1

Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do convite, de autoria da Exmª Srª Ministra de Estado da Cultura, Marta Suplicy, para o lançamento do Edital de Fomento à Produção, Difusão e Distribuição de Livros em Formato Acessível e Edital de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas 2013. O evento ocorrerá no dia de hoje, às 10h, no Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre B, 12º andar – Auditório – Brasília/DF.

Os Senadores que desejarem cópia do convite, poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O convite vai ao arquivo.

COMUNICADO 2

Comunico a(o)s Senhores(as) Senadores(as) o recebimento de convite do Senhor Senador Rodrigo Rollemberg, para Café da Manhã, com o objetivo de debater a importância do atendimento escolar a crianças e adolescentes em escolas públicas especiais, a ser realizado no dia de 23 de outubro, quarta-feira, às 8 horas e 30 minutos, no Centro de Ensino Especial 01, SGAS 912, conjunto E, lote 42/48, Brasília-DF. O evento contará com a presença de diretores de escolas, pais e professores de toda a rede do DF.

Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O convite vai ao arquivo.

Nada mais havendo, agradeço a paciência e a permanência de todos nesta Comissão.

Meu compromisso com o Senador Osvaldo Sobrinho está concluído.

Que tenham todos um bom dia e meus parabéns a todos da psicopedagogia. Que seja um marco quase que final para a realização de um sonho.

Obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (55ª REUNIÃO); COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (26ª REUNIÃO); E COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (38ª REUNIÃO), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 17 DE OUTUBRO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dezessete minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo**, e com a presença dos Senhores Senadores Armando Monteiro, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Osvaldo Sobrinho, Ruben Figueiró, Sérgio Petecão, Vanessa Grazziotin e Wellington Dias, reúnem-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 40/2013-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda, Ana Amélia, Paulo Paim e Lídice da Mata; nº 30/2013-CDR, de autoria do Senhor Senador Antonio Carlos Valadares e nº 33/2013-CCT, de autoria do Senhor Senador Sérgio Petecão, destinados a debater "**A importância da realização da WorldSkills no Brasil e a contribuição do sistema 'S' para a educação profissional**".

Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Senhor Garabed Kenchian, Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC; Senhor Rafael Lucchesi, Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria – CNI e Senhor Aírton José Ruschel, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI**. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Cyro Miranda. Neste momento, a presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Carlos Barreiros, Diretor de Comunicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Senhora Mônica Messenberg, Diretora de Relações Institucionais da CNI; e Senhor Antônio Carlos Silva, Chefe de Gabinete da Presidência da CNI. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros a Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cyro Miranda, Sérgio Petecão e Antônio Carlos Valadares, autores dos Requerimentos e o Senhor Senador Armando Monteiro. Finda a apresentação dos expositores, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, devolve a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, para o encerramento da presente reunião. Prosseguindo, a presidência agradece a presença de todos e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes das Comissões de Educação, Cultura e Esporte; Desenvolvimento Regional e Turismo; e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CYRO MIRANDA**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; – SENADOR **ANTÔNIO CARLOS VALADARES,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; – SENADOR **ZEZÉ PERRELLA,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em conjunto com a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e com a 26ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação a proposta de dispensa de leitura das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública conjunta, atende ao Requerimento nº 40, da Comissão de Educação, também de minha autoria e dos Senadores Ana Amélia, Paulo Paim e Lídice da Mata, assim como da autoria do nobre Senador Cyro Miranda, da Comissão de Educação; e aos Requerimentos nºs 33, da CCT, de autoria do Senador Sérgio Petecão, e 30, de nossa autoria, para realização de audiência pública destinada a debater a importância da realização do WorldSkills no Brasil e a contribuição do Sistema "S" para a educação profissional.

Encontra-se presente aqui o Dr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, que exerce um papel preponderante no desenvolvimento do nosso País, principalmente nos avanços que são conseguidos no setor industrial. Tive a oportunidade, ao lado do Senador Cyro Miranda, de encontrar-me com o Presidente Robson Braga de Andrade na Alemanha, em Leipzig, por ocasião da realização daquele encontro extraordinário do WorldSkills, realizado entre os dias 2 e 7 de julho.

WorldSkills, associação sem fins lucrativos aberta às instituições ou órgãos governamentais que têm a responsabilidade de promover educação e formação profissional em seus respectivos países, promoveu esse encontro, que teve o maior significado para o Brasil, que despontou entre as nações com o maior índice de desenvolvimento no setor de qualificação profissional.

Para tanto, temos que elogiar também a participação do Senai, por intermédio do Rafael Lucchesi, que lá também se fez presente e demonstrou a capacidade de desenvolvimento do Brasil. Desde 1983, o Brasil é representado no evento pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai. Nesse período, já acumulou 55 medalhas, concorrendo com os mais diferentes países do mundo, e 77 certificados de excelência.

Os estudantes que representam o Brasil no WorldSkills são os melhores do mundo em suas profissões. Para chegarem à disputa mundial, os alunos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) passam pelas etapas interescolares estaduais e nacional da

Olimpíada do Conhecimento. Aqui, no ano de 2015, será realizada a Olimpíada do Conhecimento, para a seleção dos melhores que deverão participar, em São Paulo, do próximo WorldSkills, que é o 43º, e o Brasil tem a honra de sediá-lo.

Depois de vivenciar, naqueles dias, na cidade de Leipzig, a competição e me aprofundar nas peculiaridades da Alemanha, posso afirmar que o modelo de formação profissional alemão traz muitos ensinamentos. No país germânico, cerca de metade dos jovens, após concluir o equivalente ao ensino fundamental no Brasil, aprende um dos 350 ofícios reconhecidos pelo Estado, por meio do sistema dual, que combina atividades na escola e na empresa. Ao longo da semana, o estudante passa três ou quatro dias como aprendiz em uma empresa; nos demais dias, um ou dois, tem aulas teóricas específicas na escola profissionalizante. O curso pode durar de dois a três anos e meio, conforme a profissão escolhida pelo jovem. A união da teoria à prática garante a alta qualificação dos artesãos e operários alemães. Essa formação é também a porta de entrada para uma carreira, indo do aperfeiçoamento profissional até a obtenção do certificado em mestre de ofício.

Uma novidade na Alemanha – eu e o Senador Cyro Miranda vimos – é a possibilidade de, por meio de cursos de especialização, qualificar-se até concluir um curso de master em uma escola superior. Na maioria dos países em desenvolvimento ou desenvolvidos, a educação profissional tem um papel relevante no combate ao desemprego e na abertura de postos de trabalho para jovens talentosos. Essa é a realidade do Brasil: dos 24 milhões de jovens brasileiros, apenas 4 milhões vão para a universidade. Por isso, precisamos avançar na inclusão de jovens no ensino profissional.

Atualmente, apenas 6,6% dos jovens brasileiros estão matriculados em cursos de educação profissional. O percentual ainda é inferior à média dos países industrializados, onde, conforme dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 35% dos jovens optam pela educação profissional. Na Alemanha e na Finlândia, cerca de 50% dos jovens já fazem cursos técnicos, e, na França, 58%.

A formação profissional é indispensável para aumentar a competitividade das empresas. Pesquisas da CNI confirmam que a escassez de mão de obra qualificada está entre os principais problemas das empresas brasileiras. Conforme a pesquisa Sondagem Industrial, a falta de trabalhador qualificado foi o quinto principal problema enfrentado pelos empresários no primeiro trimestre deste ano. De acordo com o mapa do trabalho industrial entre 2012 e 2015, a indústria brasileira vai precisar de 7,2 milhões de profissionais com formação técnica e profissionalizante e, do total, 1,1 milhão serão vagas para jovens em busca do primeiro emprego.

Em comparação com os estudos de 2008, houve um aumento de 24% na demanda por profissionais qualificados. A necessidade apontada para o período de 2008/2009 foi de 5,8 milhões. Essa pesquisa da CNI mostra que a demanda pela capacitação de 7,2 milhões de profissionais está distribuída em 177 ocupações diferentes. São profissões procuradas principalmente pela indústria de alimentos, têxtil, automotiva, de construção civil, eletrônica, entre outros setores. A necessidade vai desde formação de média qualificação, como operadores de máquinas pesadas e mecânicos de manutenção de máquinas industriais e veículos automotores, até cursos que exigem mais tempo de preparação, como técnicos de controle de produção em eletrônica.

No que diz respeito à empregabilidade dessas pessoas, outro estudo do Senai mostrou que, um ano depois de obterem o diploma, os trabalhadores de nível técnico formados na instituição conseguem aumentar sua renda em 24%. O levantamento acompanhou metade dos quase 40 mil que terminaram os cursos em 2010. Desse total, 72% conseguem trabalho no primeiro ano depois de se formarem. Esses alcançaram renda média de 2,6 salários mínimos, cerca de R$1.600,00, na época. Os que atuam em áreas relacionadas à formação são 73% dos que estão ocupados. A renda média deles é 19% maior que os ocupados em outras áreas.

A 40ª edição do WorldSkills foi realizada, como eu falei, na cidade de Leipzig, localizada no leste da Alemanha, a 150Km de Berlim. Desde os primórdios do comércio de longa distância, Leipzig se beneficiou de sua posição privilegiada, dentro da rede transeuropeia de transportes.

A localização da cidade no cruzamento de duas rotas comerciais continentais fez com que surgisse a Feira de Leipzig há mais de 800 anos. Hoje em dia, no alvorecer do século XXI, estradas, ferrovias e rotas aéreas estão sendo melhoradas para atender as necessidades futuras. Em 2015, como aqui nos referimos, será a vez da cidade de São Paulo sediar a 43ª edição do WorldSkills. Temos desafios pela frente. Em primeiro lugar, o de preparar nossos jovens para participarem da competição em todas as suas modalidades, tarefa que vem sendo levada a cabo com eficiência pelo Sistema S, principalmente pelo Senai e pelo Senac. Será uma oportunidade de mostrarmos o potencial da nossa formação profissional e dividirmos experiências que, com certeza, vão incrementar o nosso modelo educacional. Em segundo lugar, nosso desafio de que, quem sabe inspirados na experiência de Leipzig, possamos ter construída em nossas cida-

des uma infraestrutura urbana mais eficiente, notadamente uma rede de mobilidade urbana integrada que atue em prol do desenvolvimento econômico-social dos moradores da cidade e das regiões que integram os nossos centros urbanos.

Informo que a audiência que estamos a realizar tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado também e, pela internet, www.senado.gov.br.

Quero, então, agradecer ao Dr. Rafael Lucchesi e ao Dr. Garabed Kenchian; ao nosso Presidente Robson Braga Andrade, da CNI; e ao Dr. Aírton José Ruschel, representando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Em meu nome e em nome do nosso Presidente da Comissão de Educação, Senador Cyro Miranda, também agradecemos aos Senadores presentes, aos diversos assessores das instituições aqui representadas, como também aos consultores do Senado.

Iniciando a nossa audiência pública, teremos o prazer de ouvir, em primeiro lugar, o Dr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Para que tenhamos a oportunidade de ouvir todos, acredito que o prazo de 15 minutos é bastante razoável. Mas àqueles que quiserem falar mais de 15 minutos nós daremos uma tolerância de cinco minutos.

Concedo a palavra a V. Exª, Sr. Presidente Robson Braga de Andrade.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Bom dia a todos.

Eu queria começar agradecendo ao Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Senador Cyro Miranda; ao Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; à Senadora Lídice da Mata, aqui presente, ao Senador Armando Monteiro Neto, também meu Presidente na Confederação Nacional da Indústria.

Quero cumprimentar o Garabed, que é o Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão da Secretaria de Educação Profissional; o Aírton José Ruschel, que é o representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; e também aqui o Rafael Lucchesi, que é o Diretor de Educação e Tecnologia da CNI; meus companheiros da CNI aqui presentes, senhoras e senhores.

Eu gostaria, Senador Antonio Carlos Valadares, de pedir a permissão de iniciar passando um pequeno filme sobre o WorldSkills, que é rápido e acho que já é bastante significativo do nosso trabalho.

(Procede-se à exibição de filme.)

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Este é o filme que nós apresentamos lá no WorldSkills, em Leipzig, quando fomos nomeados para sediar a Olimpíada de 2015 no Brasil, o WorldSkills de 2015 no Brasil.

Em nome da indústria brasileira, eu agradeço o convite para esta audiência pública conjunta, na qual teremos a oportunidade de debater a importância da realização do WorldSkills na cidade de São Paulo em 2015 e a contribuição do Sistema “S” para a educação profissional.

O Senado Federal, pela sua composição igualitária das bancadas dos Estados e pela excelência dos nomes que aqui se encontram, constitui-se no fórum mais adequado para o debate dos grandes temas nacionais. Esta Casa sempre soube, nos momentos mais difíceis da nossa história, encontrar as melhores soluções com sabedoria e equilíbrio.

A indústria tem mantido um diálogo franco e transparente com o Congresso Nacional, mediante um relacionamento institucional intenso, seja por meio de manifestações dos seus líderes empresariais, seja por subsídios e estudos técnicos encaminhados formalmente às duas Casas Legislativas. As maiores conquistas da economia brasileira tiveram inestimável formulação e contribuição do Congresso Nacional.

Mais uma vez, apresentamo-nos para o diálogo com vistas ao avanço econômico, político e institucional brasileiro. Temos atuado, incansavelmente, na busca do aumento da competitividade da economia nacional. Nesse processo, a educação assume papel primordial, ao lado de outras importantes questões a que nos temos dedicado, como reduzir custos de produção, aumentar a produtividade, melhorar o ambiente de negócios, investir em infraestrutura, reduzir a carga tributária e dar maior estímulo à inovação.

O tema educação foi sempre apontado pela classe empresarial brasileira como o principal insumo para o crescimento e a competitividade do País. Essa concepção vai ao encontro do entendimento da CNI, que considera fundamental o aperfeiçoamento do sistema educacional brasileiro, sem o qual será mais difícil garantir bons resultados para a economia e a sociedade no futuro. Infelizmente, o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer nesse campo. Torna-se necessário e urgente ampliar a formação de profissionais em áreas críticas, como engenharias e alta tecnologia, para permitir o aumento da produtividade e da capacidade de inovação de nossos produtos, processos e serviços.

A qualificação profissional de nossos jovens ocupa um lugar fundamental nesse esforço, na medida em que permite a inserção de mais pessoas no mercado de trabalho, melhores salários e oportunidades para a população brasileira. Para que o País ocupe uma posição mais destacada no cenário mundial, é imprescindível a construção de um sistema de educação voltado às

reais necessidades do seu desenvolvimento econômico e social. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Social da Indústria (Sesi) contribuem fortemente para adequar a formação dos jovens às necessidades do mundo do trabalho.

No ensino básico, a rede de escolas do Sesi tem como foco a educação para o mundo do trabalho. Essa estratégia contribuirá para que a entidade melhore ainda mais os já excelentes resultados na Prova Brasil. Em 2012, o Sesi atingiu índices melhores que a média nacional e superou, em quase 95% de suas escolas, a meta proposta para o MEC para o ano de 2021.

O Senai é hoje o maior complexo privado de educação profissional da América Latina e um dos maiores do mundo. É reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho como modelo de educação profissional no continente. Além disso, tornou-se o principal parceiro do Governo Federal no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Pronatec.

Desde 2001, o Senai promove a Olimpíada do Conhecimento, o maior evento de educação profissional do País. O sucesso dessa iniciativa demonstra o empenho da indústria brasileira em promover a formação para o mundo do trabalho e a excelência do modelo de ensino criado e aperfeiçoado pelo Senai. Em novembro de 2012, a olimpíada foi realizada em São Paulo e reuniu 700 competidores do Senai e do Senac de todo o Brasil, selecionados em torneios estaduais duramente disputados.

Os vencedores da olimpíada se credenciaram para compor a delegação que representou o Brasil no Torneio Internacional de Formação Profissional (WorldSkills), realizado em julho deste ano em Leipzig, na Alemanha. Para esse torneio, o Brasil enviou a maior delegação da sua história, com 41 competidores, dos quais 37 eram alunos do Senai e 4 do Senac, que disputaram 37 das 46 ocupações do evento. Os competidores foram avaliados em suas habilidades técnicas, individuais e coletivas com padrões internacionais de qualidade.

Neste ano, o Brasil obteve o maior número de premiações desde 1983, quando iniciou sua participação na competição, conquistando 12 medalhas e 15 diplomas de excelência. A convite da CNI, a delegação foi acompanhada por 14 Parlamentares da Câmara e do Senado – aqui presentes o Senador Cyro Miranda e o Senador Valadares, que puderam conhecer melhor os resultados dos investimentos do Senai na formação de trabalhadores para a indústria brasileira.

A WorldSkills International, organização que promove o torneio mundial, é constituída por 61 países. Dela, ao lado do Brasil, fazem parte as nações mais industrializadas do mundo. Para citar algumas: Estados Unidos, Alemanha, Grã-Bretanha, China, Japão, França, Coreia do Sul e Rússia.

Os alunos brasileiros têm brilhado nesses concursos internacionais, confirmando a elevada competitividade dos jovens formados pelo Senai. Nos torneios internacionais de formação profissional, o País ficou duas vezes em segundo lugar e uma vez em terceiro. Nos últimos sete anos, o Brasil e o Senai se classificaram sempre entre os cinco melhores do mundo. Com esses resultados, fomos eleitos por unanimidade para sediar o WorldSkills 2015, que realizaremos em São Paulo. É o reconhecimento internacional por termos construído em nosso País, com o Senai, um dos melhores modelos de ensino profissionalizante no mundo. É também a prova da excelência dos nossos alunos, sempre ressaltada no âmbito internacional. O Brasil está muito bem posicionado no mapa do ensino profissionalizante e nos torneios que medem o conhecimento técnico dos nossos jovens.

Srªs e Srs. Senadores, queremos continuar trabalhando com os Poderes da República na adução das medidas necessárias para aumentar a competitividade da indústria brasileira, principalmente através da educação profissional. O Congresso Nacional é uma instituição de extrema importância na condução dos temas estratégicos para o País. A CNI e todas as entidades do sistema indústria – o Sesi, o Senai e o IEL – estarão sempre de portas abertas para aprofundar o diálogo franco e produtivo com esta Casa Legislativa.

Muito obrigado, Srs. Senadores, pelo convite para esta audiência pública.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço ao Presidente Robson Braga de Andrade.

Agora, transmito a presidência, com muita honra, ao Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para dar continuidade aos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. É uma pena! A condução dos trabalhos nas mãos de V. Exª é brilhante! Então, esperamos que essa audiência seja bem curta; a sua, não a nossa.

Em primeiro lugar, eu queria fazer um registro: agradecer a presença do Sr. Carlos Barreiros, Diretor de Comunicação da Confederação Nacional da Indústria; da amiga Monica Messenberg, Diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria – a quem faço um agradecimento pela nossa estada em Leipzig, pelo seu carinho e profissionalismo. Só agradecimentos. Muito obrigado pela atenção que nos dispensou naquela época; do Sr. Antonio Carlos

da Silva, Chefe de Gabinete da Presidência da Confederação Nacional da Indústria.

Parabenizo as palavras do meu amigo Robson e também agradeço a presença de um amigo muito querido, o Senador Armando Monteiro, ex-Presidente da CNI por dois mandatos, que deixou um legado do qual, até hoje, se beneficia a instituição. Obrigado, Armando.

Em seguida, passo a palavra ao Sr. Garabed Kenchian, Coordenador-Geral de Planejamento de Gestão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec).

O SR. GARABED KENCHIAN – Gostaria de cumprimentar o Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI; Aírton José, do MCTI; Rafael Lucchesi, Diretor de Educação da CNI; demais Senadores e plateia.

Inicialmente, eu gostaria de, como professor, manifestar a minha satisfação e alegria de ver os temas da educação serem discutidos de forma sistemática no Congresso, particularmente nos últimos dez anos. A educação passou a ser um tema importante e, em particular, a educação profissional. A educação profissional, a meu ver, tem a força de alavancar e dar suporte ao desenvolvimento nacional.

Como já foi dito, a educação profissional do Brasil ainda é pequena, não obstante a rede federal de educação profissional, nos últimos dez anos, ter quase que triplicado, atingindo mais de 550 unidades em mais de 550 cidades. A rede de escolas do Senai também tem ampliado a sua oferta de vagas, as demais redes estaduais do Senac ainda estão ampliando a sua oferta, mas isso ainda insuficiente.

Eu acho que o País necessita muito desta modalidade de educação: a educação profissional, que forma técnicos, engenheiros, tecnólogos, profissionais bem qualificados para dar sustentação ao desenvolvimento nacional, e o WorldSkills faz parte dessa visão da educação profissional. É um ambiente, é um momento em que os melhores alunos mostram o que aprenderam e todo o seu potencial. Tradicionalmente, o WorldSkills foi conduzido pelo Senai-Brasil de forma brilhante. Sou conselheiro do Senai-SP e visitei algumas vezes as competições nacionais e estaduais no Anhembi. É empolgante, Sr. Presidente, ver como aqueles alunos desenvolvem aquelas tarefas com uma qualidade e com uma presteza, sabedoria e inteligência bastante grandes. É muito empolgante.

Então, acho que o WorldSkills tem este papel: motivar o jovem a estudar, a ser melhor, a enfrentar desafios. Esse jovem, depois, vai motivar o outro; e o outro vai motivar o outro; e todos vão contribuir para a melhoria do sistema educativo brasileiro e da produção brasileira.

Como disse, tradicionalmente, é o Senai que conduz ou que participa do WorldSkills, mas o Ministério da Educação tem procurado aproximar-se do Senai. Tivemos algumas reuniões inclusive com o Lucchesi, e estamos juntos nessa empreitada.

No ano de 2013, estão acontecendo – algumas já aconteceram – as competições estaduais. Muitos dos institutos federais têm encaminhado alguns dos seus alunos para participar, junto com o Senai, das competições estaduais com vistas a uma preparação para 2015.

Essa foi uma das primeiras ações que fizemos. A segunda ação foi enviar uma comitiva de reitores e o diretor da Secretaria para Alemanha a fim de acompanhar o WorldSkills nacional, com vistas a que os alunos dos institutos também participem da competição nacional que acontecerá em 2014. Eventualmente, se algum dos alunos do instituto tiver a pontuação mínima necessária, participará da competição internacional em 2015. A gente vai torcer para que isso aconteça. Para quê? Para que a gente tenha um time nacional de bastante qualidade, bastante forte e, quem sabe, chegar ao topo das medalhas de ouro dessa competição.

O Senai sempre, ou melhor, a representação brasileira – a gente, às vezes, até confunde – tem sempre conseguido boas colocações nas competições internacionais. Acho que o Lucchesi vá, talvez, entrar em mais detalhes. A expectativa é de que a gente atinja o primeiro lugar em 2015. Esse é o objetivo.

Então, a mensagem maior do Ministério da Educação é que a Setec está apoiando a realização do WorldSkills e considera que hoje é uma atividade importante, uma atividade que vai motivar o jovem brasileiro a dar o melhor de si, e isso tem um efeito bastante positivo para aqueles que não participarão da olimpíada, mas que terão contato com ela.

Sr. Presidente, são essas as breves palavras. Estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Prof. Garabed – o “d” é mudo.

Nós, aqui, depois de passarmos por todos os expositores, voltaremos com algumas perguntas relacionadas inclusive ao ministério.

Com muito prazer, concedo a palavra ao Dr. Rafael Lucchesi, Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria. Quando da nossa passagem em Leipzig, quero também agradecer o que pode nos passar: a experiência brasileira, a organização e o seu conhecimento, uma das pessoas mais comprometidas. Profissionalmente, não conheço

outra pessoa, no setor da CNI, tão habilidosa que comande essa parte tecnológica em que nos estamos envolvendo cada vez mais. O Brasil tem necessidade de se preparar no ensino tecnológico. Vimos de uma formação que pressupõe que todo mundo chegue à universidade, mas esquecemos, durante muito tempo, essa formação.

Então, com satisfação, concedo a palavra a V. Srª.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Obrigado ao Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Lazer, Senador Cyro Miranda, cujas companhia e representativa presença tivemos a honra de ter no WorldSkills em Leipzig, parceiro do sistema CNI, do sistema indústria; ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Senador Antonio Carlos Valadares, que se ausentou; ao meu Presidente, Presidente da CNI, Robson Braga de Andrade; ao Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Garabed Kenchian; ao representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Aírton José Ruschel; ao Senador Armando Monteiro, ex-presidente da CNI, com quem tive a honra de trabalhar – convidou-me para trabalhar na CNI; e à Senadora Lídice da Mata, que estava aqui presente e teve de ausentar-se, minha Senadora pelo Estado da Bahia.

Vou tentar ser bem breve e me ater ao tempo, apesar do entusiasmo de falar sobre a educação profissional no Brasil. Tem uma enorme importância tratar desse tema pela correlação que temos na sociedade do conhecimento. *(Pausa.)*

Então, o Brasil está em uma posição intermediária no *ranking* internacional de competitividade. Entre 148 países, ocupamos a 56ª colocação. Estamos em uma posição intermediária dentro dos BRICS. Temos regredido em alguns pontos centrais dessa questão. Em qualidade de educação, ocupamos, no teste do PISA, a 53ª posição entre os 65 países. Temos avançado muito, Senadores e plateia, mas o ponto de partida nosso foi muito ruim. Reconhecemos que há um esforço grande da sociedade brasileira na alocação de recursos à educação, mas temos de avançar mais e, talvez, colocar pontos, como gestão do sistema educacional, como importantes.

O mapa estratégico da indústria, liderado pelo Presidente Robson, iniciado na gestão do Presidente Armando Monteiro, coloca a educação como pilar fundamental da visão que a indústria tem de desenvolvimento para o País e agendas como inovação em centralidade para a competitividade e para a sustentabilidade. A bem da verdade, a competitividade é o principal caminho para darmos sustentabilidade às conquistas de 25 anos de democracia. Nem sempre essa percepção é apreendida e percebida por vários *stakeholders*, por vários decisores da sociedade brasileira. Essa é uma questão sempre importante e coloca a CNI não como uma agenda corporativa, mas como um projeto de país. O interessante é que há plena aderência entre o que a CNI coloca e a percepção do mundo empresarial. Em pesquisas feitas pela CNI, o principal fator de competitividade elencado pelos empresários brasileiros é a educação e a inovação, que teve uma surpreendente boa colocação, em quarta posição. A educação foi colocada acima da agenda tributária de infraestrutura, o que é extremamente importante na lógica.

Com relação ao que formamos e à conexão da escola ao mundo de trabalho, precisamos ter uma clara percepção hoje. No mercado de trabalho brasileiro aberto, não só da indústria, 61% das pessoas vão trabalhar em funções comerciais e administrativas; 30% em funções de operação de produção e de manutenção – na indústria, é claro que esse número sobe –; e apenas 8%, em formações de nível superior. Precisamos perder a visão de que o nosso sistema educacional tem de ser todo voltado para uma lógica academicista. Isso não vai ajudar nem a família brasileira, nem a juventude, nem as empresas brasileiras, nem o País, se olharmos o que temos, do ponto de vista de ensino médio, na população entre 25 e 64 anos, dados de 2011.

Nos países da OCDE, que elenca os 30 países mais ricos do mundo, Presidente, temos 75% da população com pelo menos formação de ensino médio. No G20, 60%; no Brasil, ainda 43%. Temos melhorado muito, mas há ainda muito o que ser feito, e esta Casa, com uma visão estratégica, apostou na agenda de alocar os recursos da exploração na camada do pré-sal na agenda de educação e saúde no País, o que é extremamente importante. Devemos avançar na agenda de gestão, para que não haja desperdício na alocação de recursos públicos.

Também no mesmo corte populacional, a OCDE tem 32% da sua população, esses 30 países, com formação superior. No G20, 26%; no Brasil, ainda 12%. Precisamos também avançar nesse ponto. Mas, sobretudo, o Brasil precisa de um modelo de educação que favoreça o desenvolvimento; que favoreça a lógica de integração de quem está na escola, no que está aprendendo, para o que vai fazer depois na vida. Acho que essa correia de transmissão é fundamental para que pensemos a construção da cidadania relacionada ao que se aprende na escola.

Hoje, no Brasil, há um contingente de 24 milhões de jovens na escola brasileira. O Brasil tem declinado acentuadamente do ponto de vista demográfico. Só se fala, no Brasil, em auge demográfico – e isso é

verdade, até metade da próxima década. Mas há um declínio substancial da taxa de natalidade. O Brasil, ao lado da China, é o país com o maior contingente de mulheres no mercado de trabalho, o que muda a lógica da família e o crescimento populacional. Teremos cada vez menos crianças, como teremos cada vez mais recurso *per capita*/aluno na escola brasileira. E a grande discussão que temos de ter é sobre a qualidade da educação e o seu engajamento com o mundo do trabalho.

Pois bem, no Brasil, nos nove anos do ensino fundamental e no três anos do ensino médio, é como se todos os alunos fossem para a universidade. Todo o conteúdo de aprendizado é como se todos os alunos fossem para a universidade. No entanto, hoje, pouco mais de 15% dos alunos vão para a universidade. E esse número está aumentando muito; na minha geração eram só 10%. Mas 85% dos alunos hoje não têm um passaporte para o mundo do trabalho, não têm nenhuma hora de educação profissional para se engajarem no mundo do trabalho. E, usando uma frase do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a maior frustração desse jovem quando vai entrar no mercado de trabalho, quando chega no seu primeiro emprego, é chegar na empresa, e a pessoa de RH perguntar: "O que você sabe fazer"? E ele: "De tudo um pouco". Ou seja, não sabe nada. Palavras do Presidente Lula. Ou: "Tenho muito entusiasmo para aprender". Ou seja, há uma relação de exclusão no sistema educacional brasileiro que precisa ser revertida, e isso precisamos fazer, em nome da juventude, em nome do País, em nome do desenvolvimento econômico-social.

Hoje, temos 24 milhões de jovens, e pouco mais de 3,5 milhões vão para a universidade. Ou seja, menos de 4 milhões vão para a universidade. Precisamos cuidar de oportunidades e cidadania para 20 milhões de jovens no Brasil. Essa é uma agenda extremamente importante, na qual precisamos mirar aqui hoje, de forma concomitante. Da juventude de 15 a 19 anos no Brasil, só 6,6% dos jovens fazem educação profissional junto com educação regular. A média dos países mais ricos é em torno de 50%. Na Alemanha, 53%. Em vários países há um *benchmarking* muito melhor que o nosso.

O Pronatec é um grande programa, é uma agenda de Estado. Aliás, com décadas de atraso. Precisamos ampliar muito essa agenda, importante para a construção da cidadania e para a construção de um País melhor. E educação profissional não é apenas ofertada. Temos de saber onde estamos formando, para quê estamos formando, e com um *up to date* tecnológico para que a pessoa chegue à empresa sabendo operar a máquina no chão de fábrica.

É exatamente isso que o Senai faz. E, como estamos, por uma determinação do Presidente Robson, dobrando as matrículas no Sistema Senai, envolvendo todos os presidentes de federação, todo o sistema indústria, é um enorme sacrifício que estamos fazendo pela agenda de competitividade, mas também pela agenda de construção do Brasil.

Estamos saltando de dois milhões de matrículas – já éramos um dos maiores sistemas de educação profissional do mundo, Sr. Presidente – para quatro milhões de matrículas, em apenas quatro anos. E essa é uma agenda extremamente importante; precisamos saber onde.

Fizemos o mapa do emprego industrial no Brasil. De forma muito parceira, o MEC adotou isso na sua estratégia de ampliação do sistema de educação profissional e está construindo, junto com o CGE, o mapa do emprego para o trabalho no Brasil. A partir dessa nossa iniciativa, estamos colaborando fortemente com o MEC em relação a isso.

Pois bem, no mapa do emprego industrial, identificamos que precisamos treinar e capacitar 7,2 milhões de trabalhadores da indústria, dos quais 1,1 milhão são pessoas que vão ingressar na indústria pela primeira vez – vão ter o seu primeiro emprego e oportunidade para a vida. Temos isso por microrregião econômica, por Município, por agrupamento de densidade industrial. Temos isso destacado por qualquer outra forma de ocupação. As 177 ocupações...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Vamos voltar àquele...

O SR. RAFAEL LUCCHESI – À vontade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sudeste, 4...?

O SR. RAFAEL LUCCHESI – 4,13 milhões, ou seja, 4 milhões e 130 mil profissionais para a Região Sudeste; 1,5 milhão na Região Sul; 854 mil no Nordeste; 383 mil no Centro-Oeste; e, aproximadamente, 300 mil no Norte. Isso tem uma correlação mais ou menos com a distribuição da matriz industrial que, a bem da verdade, está construindo uma nova geografia econômica.

No Brasil, hoje, a indústria se expande mais rapidamente nos novos territórios, nas regiões menos densificadas industrialmente. Temos isso inclusive por profissões técnicas: quais são as mais demandadas pela indústria e onde, porque, em educação profissional, não adianta eu formar soldador em Porto Alegre se, no Estado do Presidente Armando Monteiro, Pernambuco, eles estiverem precisando de soldador. Tenho que formar no Município, porque isto é um eixo de expansão forte, a construção naval no Estado de Pernambuco. Então, isso tem de ser formado, como

está sendo formado pelo Senai, em Pernambucano, para sustentar o eixo de desenvolvimento do Estado.

Outra coisa: é importante que se desmistifique, no Brasil, que a mobilidade social está presa à noção cultural que temos, histórica nesse País de doutores e de bacharéis, ou da visão do modelo econômico do "milagre brasileiro" de que só o canudo da universidade permite um passaporte para o futuro. Em pesquisa que fizemos no Senai, das 21 ocupações mais demandadas pela indústria, o salário inicial é bem competitivo. Temos R$2 mil de salário inicial que, em 10 anos de profissão, cresce 170%, indo a R$5,6 mil. Várias formações. Temos salários que ultrapassam R$8 mil, salário médio em várias formações profissionais, em pesquisa e dados que temos.

Não vou cansá-los com isso, mas a imagem e a informação é de que a juventude pode, sim, apostar em educação profissional como um caminho de carreira para a vida. Ela é uma carreira bem remunerada, ela é uma carreira que tem desenvolvimento, e o jovem que vai ingressar mais cedo no mercado de trabalho pode, inclusive, com isso, ter uma melhor orientação vocacional para seus estudos futuros. Não é uma agenda contra a formação universitária; é uma agenda que equaciona melhor as oportunidades de emprego para a juventude, organiza melhor o mercado de trabalho no Brasil e cria vantagens competitivas para que se gerem riqueza e trabalho no País.

O Sistema S tem um papel importante para aprender profissões. Nós, da indústria, no Senai; o Senac, que é um grande parceiro nosso nas atividades comercias e de turismo; o Sest e o Senat, na área de transportes; o Senar, na área rural.

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Já estou concluindo. Temos toda a rede de institutos federais que duplicaram recentemente, já estão avançando. As escolas do Sistema S são geridas por empresários, fiscalizadas pelo Poder Público; são detentoras de longa trajetória de serviços prestados à sociedade brasileira e produzem profissionais qualificados para o setor produtivo. No nosso caso, no Senai, com índice de empregabilidade de mais de 80% e grande valorização por parte dos estudantes que têm no Senai um passaporte para a cidadania, para o ingresso no mundo do trabalho, o que é extremamente importante, e nós oferecemos cursos de formação continuada, técnicos, a distância, gratuitos ou pagos, sobretudo, pelas empresas.

Sr. Presidente, nós vamos fechar este ano com mais de 3,5 milhões de matrículas. E o Presidente Robson tem uma ação obstinada em acompanhar as nossas metas, o que é natural em qualquer empresa do setor privado, já que ele é empresário. E vamos bater a meta de 4 milhões, ano que vem, como eu falei, com 80% das pessoas empregadas, com mais de 800 escolas.

E, hoje, no Brasil, em mais de 2.700, dos 5.050 Municípios, nós temos alunos matriculados no Senai, seja porque uma escola do Senai consegue atingir um conjunto de Municípios circunvizinhos, seja porque o Senai tem um conjunto de mais de 300 unidades móveis que vão capacitar a agenda para a indústria, como também tem um amplo leque de parcerias com empresas.

Há empresas brasileiras como a WEG, que é a maior empresa de motores elétricos do mundo, que, desde a sua fundação, há mais de quatro décadas, tem uma escola do Senai lá dentro; como a Volkswagen, em São Bernardo do Campo, que, desde a sua criação, tem uma escola do Senai funcionando dentro da planta industrial.

O nosso DNA é a indústria, é o mundo do trabalho, são as necessidades objetivas das empresas, que, inclusive, gerenciam esse sistema, o que é muito saudável, porque dá uma arquitetura muito dinâmica para a capacidade de atender as necessidades da indústria com prontidão tecnológica, e isso é extremamente importante.

Estamos distribuídos em todo o Território nacional, por todas as regiões. Temos uma capilaridade Brasil, e o nosso desafio, como falei, é, em 2014, superar os 4 milhões de matrículas, o que estamos fazendo.

Entrando na questão do WorldSkills, que é consequência de todo esse trabalho – o Senai tem representado o Brasil junto com o Senac, que é um grande parceiro nessa ação de representação –, temos competido com países com sistemas educacionais muito melhores do que os nossos, com sistemas educacionais regulares e com uma indústria também mais forte do que a nossa, e temos ocupado, como o Presidente Robson colocou, as primeiras posições.

Na última edição, em Leipzig, onde o senhor esteve presente conosco, nós participamos de um número maior de ocupações: 12 ocupações, pela primeira vez. Saltamos de 25 para 37 ocupações. A meta do Presidente é que nós tenhamos o Brasil em todas as ocupações. E nós obtivemos o quinto lugar, o que foi um grande feito, dado o salto que nós tivemos, com 41 competidores, que receberam 12 medalhas e 15 certificados de excelência.

Temos alguns exemplos, como o Richard, de 18 anos, aluno em polimecânica, de São Paulo, que ganhou medalha de ouro, e o Rafael Wenderson Morais Pereira, de 20 anos, em soldagem, do Rio Grande do Norte, que teve medalha de prata. São pessoas que

certamente passam a ser vencedores no mercado de trabalho e passam a ter uma profissão e uma inserção diferenciada.

Tivemos a presença do Lula, que é um grande defensor dessa agenda. Esteve também presente, em Leipzig, no Fórum de Líderes, também com o Presidente Robson, os nossos presidentes das federações e 14 Senadores e Deputados que muito honraram a delegação brasileira nessa agenda pelo Brasil e para a juventude, o que foi extremamente importante.

Realizaremos a Olimpíada do Conhecimento, que é a olimpíada das profissões, em 2014. Vamos preparar isso em todas as 46 ocupações do WorldSkills, porque é nessa edição que nós selecionamos a delegação brasileira que vai participar, no ano seguinte, do WorldSkills. Há todo um planejamento, há todo um trabalho muito bem construído.

Estamos fortemente envolvidos com o MEC, no Senac, nessa agenda, e isso tem um por quê.

Então, temos a participação do Governo Federal e dos institutos federais, o que já foi colocado aqui, em duas ocupações demonstrativas em áreas de agricultura, já na Olimpíada de 2014. Acho que isso cria um caminho sem volta para a representação brasileira se tornar uma representação mais em rede, envolvendo o sistema educacional profissional brasileiro, o que é extremamente importante para o País.

O WorldSkills de 2015 vai ser a primeira competição desse tipo na América Latina, a segunda do Hemisfério Sul – a outra foi na Austrália – e contará com a participação de mais 1.200 jovens de mais de 70 países, o que é muito legal.

O WorldSkills vai ser realizado em São Paulo. Não vou falar sobre isso, porque já passou aqui o filme. O local das competições vai ser o Anhembi, com mais de 76 mil metros quadrados. Vai haver mais de 200 mil jovens brasileiros.

A importância do WorldSkills, o grande objetivo de se fazer a Olimpíada do Conhecimento, um WorldSkills, no Brasil, é para se passarem duas mensagens: primeira, um caminho, uma oportunidade para a juventude; segunda, nós no Brasil fazemos isso bem, e isso é importante para a competitividade da indústria brasileira.

Essa é uma agenda que nos vai honrar muito. Todos vão ver, o mundo vai ver o Brasil, em 2015, no dia 11 de agosto, com a cerimônia de abertura, e no dia 16 de agosto, com a cerimônia de encerramento para a realização do WorldSkills. E nós não poderíamos ter outro desafio do nosso Presidente, que não fosse este: "só aceito o lugar mais alto no pódio".

Nós estamos nos preparando para sermos primeiro colocado, o que não é simples. O Presidente participou até da construção dessa estratégia. Nós vamos passar por várias parcerias internacionais para construir isso, mas assumimos, aqui, de público, esse compromisso. Em 2007, éramos 20 ocupações; em 2009, 20; em 2011, 25. Saltamos, em 2013, para 37, já no caminho de chegar às 46, e todas as ocupações, em 2015, no Brasil. Tivemos um primeiro salto de 25%, em 2011; 48%, em 2013; mais 24% para 2015, numa agenda plena, de fazermos a melhor representação brasileira. E, mesmo nessa expansão, conseguir a excelência em cada uma das ocupações.

Seria muito mais simples perseguir o *top one*, apenas em algumas poucas ocupações. Vamos perseguir o *top one* em todas as ocupações, o que dá um desafio maior para nós, além de termos um momento brasileiro de projeção no cenário internacional. Pegamos isso, e acho que é uma projeção do Brasil nessa agenda de educação profissional, o que é extremamente importante para nós.

Ao lado disso, e por tudo o que falei antes, a CNI está realizando, este mês – queria convidar todos os Senadores, todas as pessoas aqui presentes para participarem –, um evento que é muito importante: "Educação para o Mundo do Trabalho". É uma agenda em que a sociedade brasileira, sobretudo os empresários que colocam a educação no centro da estratégia de construção do Brasil, numa democracia representativa que é o País, se comporta como um grupo de pressão organizado para discutir a educação e acabar com certo alheamento que existe entre a empresa e a escola.

Da mesma maneira que a família precisa participar mais da escola, a empresa, como ente constituído da sociedade, precisa dialogar mais com a escola na construção de um caminho para o País, senão, numa democracia, o que vai funcionar é o grupo de pressão direta, que muitas vezes são apenas os funcionários da escola, o que, de certa forma, não representa a totalidade de interesses da escola, centro da construção da Nação.

Então, essa é uma agenda importante para nós e para o País. Convidamos todos os Senadores e as pessoas aqui presentes para comparecerem a esse evento, que considero o início de um processo de reflexão na democracia da agenda educacional brasileira.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Parabéns, Dr. Rafael Lucchesi. Extremamente elucidante. Aqueles que não tinham a noção do que era um WorldSkills puderam sentir, assim, bem de perto, como aquilo emociona a todos.

Eu quero dizer ao senhor que senti orgulho de ser brasileiro. Estava ao meu lado um grande amigo

e irmão, Paulo Afonso, que é o 1º Secretário da CNI e ex-Presidente da Federação das Indústrias do meu Estado, de Goiás, e nos veio a lágrima nos olhos: ficamos emocionados ao ver a nossa equipe trabalhando.

É um orgulho. Nesse momento, vemos que estamos na direção certa. E, graças à CNI, nós estamos dando velocidade a essa direção.

Com muito prazer, concedo a palavra ao Dr. Aírton José Ruschel, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. AÍRTON JOSÉ RUSCHEL – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar o Senador Cyro Miranda, o Senador Armando Monteiro, os colegas de Mesa, Dr. Robson Braga de Andrade, o Dr. Garabed Kenchian, o Dr. Rafael Lucchesi e, ao saudar o jornalista do Senado, Sr. Deraldo Goulart, saúdo todos os colaboradores e assistentes parlamentares aqui presentes.

Recebi do gabinete do Ministro Raupp a função de vir dialogar com os senhores a respeito da importância da realização do WorldSkills no Brasil e a contribuição do Sistema S.

Tudo que foi apresentado até o momento tem, de alguma forma, relação com as atividades e ações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, cujas competências são: a política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação; planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades de ciência e tecnologia; a política de desenvolvimento de informática e automação; política nacional de biossegurança; a política espacial; a política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis.

De forma geral, as ações e programas desenvolvidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia são quase sempre na forma de parcerias. Eu vou tentar relatar algumas ações do ministério que vêm ao encontro do que está sendo proposto nesta Mesa.

O Ciência sem Fronteiras busca promover a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Em quatro anos, pretendem-se disponibilizar 101 mil bolsas para graduação e pós-graduação. Este programa tem se destacado pela boa receptividade que está tendo nos países que estão recebendo os jovens brasileiros, os quais têm se destacado nas universidades que estão frequentando.

Na semana passada, a Huawei, empresa chinesa, esteve nos visitando no ministério e propôs que todos os alunos do Ciência sem Fronteiras que estão na China a visitem e que lá façam cursos técnicos rápidos. Esse é um dos exemplos a serem citados.

O projeto Brasil Mais TI, em cooperação com o MEC, com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa e com a Brasscom (Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação), objetiva a formação profissional em TI (Tecnologia da Informação), objetivando conhecimento, capacitação e oportunidades. São cursos gratuitos em ensino a distância que, até o momento, já atingiram 55 mil pessoas, 104 mil cursos e 300 mil horas de treinamento. E os alunos que participaram da capacitação recebem vagas de emprego na área de TI informadas pelo Twitter.

É interessante citar que alguns dos cursos que estão desenvolvidos pelo Brasil Mais TI incluem, inclusive, o curso de Cobol, que aparentemente caracteriza um momento da tecnologia passada. No entanto, hoje há uma grande demanda ainda em função do grande patrimônio de linhas de programação de computador existentes na linguagem Cobol.

O programa Startup Brasil, em convênio com a Apex, que é a agência exportadora brasileira, objetiva acelerar empresas *startups* na área de *software* e serviços de tecnologia da informação no País e desenvolver os ecossistemas de tecnologia da informação. São disponibilizadas através do CNPq bolsas de R$200 mil por projeto. Vale dizer que essas bolsas são para pessoas que têm a sua qualidade demonstrada para desenvolver esses projetos e que, inclusive, têm o seu cadastro prévio no Currículo Lattes.

A primeira chamada que se encerrou há pouco já contratou 37 projetos dos 380 aprovados – 672 foram propostos. Essa foi uma chamada internacional, e, das propostas internacionais, que totalizaram 236, 118 foram aprovadas, e, até o momento, 9 foram contratadas.

Da chamada internacional é interessante ver que brasileiros com formação no exterior ou que estavam morando no exterior querem voltar ao Brasil, em função do bom momento que o nosso País está vivendo, e veem nessa forma de projeto apoiado pelo Governo uma oportunidade de retornar ao Brasil.

A segunda chamada está em aberto.

Por outro lado, há estudos já para chamadas específicas, no caso, desenvolvimento de *hardware* e também – por que não dizer? – poderíamos trabalhar a questão da robótica.

A respeito da Redecomep, que são as redes comunitárias de educação e pesquisa, em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, é interessante dizer que elas se interessam em implementar redes de alta velocidade de fibra ótica nas regiões metropolitanas do País, voltadas para as instituições de pesquisa e educação superior e na formação de consórcios entre as instituições participantes, de forma a assegurar sua autossustentação.

A RNP já é a responsável pela disponibilização da rede de fibra ótica no Brasil e, através da Redecomep, estrutura as redes de ciência e tecnologia até o momento desenvolvidas nas áreas metropolitanas.

Chamou-me a atenção, nos mapas que eu pesquisei, o fato de o Sistema S só se fazer presente em algumas regiões, a exemplo do Senai na rede do Rio de Janeiro. E, a exemplo da rede metropolitana de Florianópolis, o Sistema S não se faz presente. Então, é interessante estimular essa parceria do Sistema S com a Redecomep.

Um outro projeto que o ministério está desenvolvendo é o de atração de centros globais de P&D, ou seja, de pesquisa e desenvolvimento na área de tecnologia da informação.

Essa chamada está em aberto e irá disponibilizar 14 milhões, no máximo de 2 milhões por projeto. A contrapartida de cada empresa é no mesmo valor que for disponibilizado para o projeto, e, da mesma forma, o gerenciamento das propostas e sua avaliação são feitos através do CNPq, que irá disponibilizar as bolsas.

O que se propõe com isso? É que grupos nacionais ou internacionais venham fazer P&D no Brasil, que comprovem esse P&D e o nível de inovação que está sendo desenvolvido, e que objetivem o mercado internacional.

Outro edital que está em aberto é o de projetos de tecnologia que visem à inclusão e autonomia de pessoas com deficiência. Ele objetiva apoiar projetos com temas ligados a tecnologia assistiva que atendam pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, dentro das ações do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Serão 13 milhões destinados a itens de custeio, capital e bolsas do CNPq. Verifiquem que todas as propostas, de alguma forma, permeiam as atividades do Sistema S, inclusive do Senai.

Então, de forma geral, o MCTI (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação) fomenta a ciência e seu intercâmbio; a formação de cientistas; a educação formal e a educação continuada; o empreendedorismo; o *spin-off*, ou seja, geração de pequenas empresas a partir das empresas existentes e projetos específicos; os núcleos de inovação tecnológica das universidades, dos centros tecnológicos e das incubadoras; os projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação; as indústrias de referência; a organização de ecossistemas.

Por exemplo, um projeto que estamos desenvolvendo é o seguinte: se uma empresa de porte, no Brasil, necessitar de um produto antivírus ou de controle de acessos indevidos a seus sistemas informatizados, no Brasil, as empresas nacionais, que são inúmeras, não têm condições de atender essa grande empresa, a não ser por um *player* internacional. Então, o ministério está fazendo um estudo de identificar quais são essas pequenas empresas, empresas que têm porte e capacidade de atender às grandes demandas, estudar os seus ecossistemas e fazer propostas de agregação entre essas empresas, para que se tornem um *player* nacional e inclusive internacional.

Os atuais negócios estratégicos e de valor agregado necessitam muito da formação, do conhecimento, da tecnologia, a exemplo do petróleo, do gás, dos sistemas de aeronáutica e aeroespacial e da nanotecnologia, entre outros.

O MCTI também desenvolve a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que foi buscar identificar as principais atividades de feiras e eventos de ciência e tecnologia no Brasil, dando-lhes o reconhecimento e o selo da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Por outro lado, também apoia financeiramente eventos tecnológicos.

Dentro do objetivo da reunião de hoje, o WorldSkills do Brasil que vai ocorrer em São Paulo em 2015, que é o Torneio Internacional de Educação Profissional, encaixa-se perfeitamente nos objetivos do Ministério de Ciência e Tecnologia, e queremos que ele seja objeto de um projeto de apoio e parceria.

Não estive pessoalmente em Leipzig, mas acompanhei pela televisão as narrativas, mas fiquei bem impressionado com aquilo que vi...

(Soa a campainha.)

O SR. AÍRTON JOSÉ RUSCHEL – Quanto à contribuição do Sistema S para a educação profissional, em função dos eventos que estão ocorrendo de explicação à população, inclusive aos nossos governantes, a exemplo dessa atividade que está acontecendo hoje aqui, há um melhor entendimento da educação profissional, que, de uma forma geral, ainda concorre com aquilo que o Lucchesi falou, que é a obtenção de um canudo de graduação. Hoje, a própria educação profissional está tendo outro entendimento, pois, de alguma forma, ela encaminha para o emprego, que é muito necessário no dia de hoje, principalmente para os jovens.

Ela faz um trabalho de inclusão social; ou seja, o jovem que participa de um curso do Sistema S já é apresentado às empresas participantes do Sistema S. E, por outro lado, também há um reconhecimento da formação de tecnólogo que, mesmo sendo um curso de menor duração, hoje é incentivado a cursar mestrado e doutorado.

A minha formação é em tecnólogo em processamento de dados e por muito tempo tive dificuldades de me aproximar do mestrado e, posteriormente, do

doutorado que fiz em função do não entendimento da carreira de tecnólogo. Hoje, a oferta dos cursos de tecnólogo, tanto pelos institutos federais como pelo Sistema S, já está dando um outro olhar para esse tipo de titulação.

Por outro lado, precisamos parabenizar o Sistema S pela parceria com o Instituto Fraunhofer da Alemanha, que é hoje referência internacional na formação profissional. Pode-se dizer que o Instituto Fraunhofer abrange plenamente a Alemanha, com bons e ótimos resultados e, a exemplo daquilo que acontece lá, esperamos que o Sistema S também seja o supridor das necessidades de formação profissional aqui no Brasil.

Agora, aproveito para relatar uma experiência de inclusão da qual participei como idealizador do projeto em função de ser membro do conselho de pais da escola. A escola tinha necessidade de fazer um trabalho diferente e optou pela realização de um curso de robótica na Escola Municipal Beatriz de Souza Brito, em Florianópolis. É interessante dizer que desde a realização do curso e de se enxergar que era possível a realização do curso se passaram um ano e meio. Mas hoje está em andamento.

Buscou-se o Sesi como parceiro, porque ele já tinha a experiência da robótica Lego, só que tínhamos a seguinte situação: se os alunos fossem filhos dos funcionários da indústria, o curso seria gratuito. Na busca e identificação desses alunos, tivemos um aluno que era filho de um funcionário da Indústria Weg, de Jaraguá.

Então, qual foi a alternativa para se realizar o curso? Através da Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia, de Florianópolis, 18 empresas se tornaram madrinhas desses alunos. Com a viabilidade e a formação do curso e com essas 18 bolsas, o Sesi disponibilizou mais 12 gratuidades, o que formou uma turma de 30 alunos. Esse curso está sendo um sucesso não só para os alunos, mas também pela motivação que está realçando a vontade dos pais para que se interessem pela formação profissional; e os alunos já demonstraram interesse e paixão pelo que estão aprendendo no curso e querem se aprimorar na área de robótica, automação e mecatrônica.

Então, se eles não tivessem tido essa oportunidade de se aproximar desse curso, provavelmente não seriam candidatos a cursos de tecnologia na universidade. Como essa escola tem o ensino básico até o 9º ano, eles já querem fazer o Segundo Grau no Instituto Federal de Florianópolis, que disponibiliza um curso alinhado com a robótica.

A boa notícia é que, apesar do curso ser novo, os talentos já se manifestaram e eles irão participar do torneio First Lego League, que é administrado hoje pelo Sesi no Brasil. Então, é um caso que demorou a sair até que se juntassem todos os fatores, mas agora tende a render bons frutos.

Então, neste momento em que se debate ampliação da participação do Brasil em âmbito global, é importante que ações de governo se alinhem à pujante indústria nacional e ao Sistema S, buscando promoção de uma educação tecnológica melhor, para que todos tenham um trabalho qualificado e participem plenamente da nossa sociedade. O Ministério está à disposição para darmos andamento àquilo que foi tratado hoje aqui.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Aírton.

Duas coisas para pontuar. Uma que o senhor trouxe, a mim e ao Robson, uma volta ao passado quando falou em Cobol. Cobol surgiu no final da década de 60. Eu, à época, mexia com processamento de dados e trabalhava com Assembler, RPG ou Fortran, que era, na linguagem científica, praticamente linguagem de máquina. Quando veio o Cobol, deu uma animada tremenda porque a gente fazia as rotinas com o Go To e já mandava direto. Eu não sabia que Cobol ainda existia ou se foi aprimorado, mas eu nunca mais ouvi falar.

O SR. AÍRTON JOSÉ RUSCHEL – Na verdade, a estrutura do Cobol é a mesma, ele foi aprimorado e o interessante é que esses cursos são uma demanda das empresas. Com a modernização dos cursos técnicos e com as novidades da informática, houve um eixo em busca das outras linguagens, tipo Java e outras aparentemente mais modernas, mas existe todo um acervo de Cobol na indústria brasileira, principalmente na área bancária, que demanda manutenção de sistemas. Então, esse curso foi solicitado pela Brascom e está tendo sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito bom saber. É que me distanciei há anos e anos dessa área. Podemos até nos reciclar, não é, Robson?

Eu queria também dizer que sinto... No ano de 2011, fui Relator do Orçamento de Ciência, Tecnologia, Educação, Cultura e Esporte. E mesmo a gente precisando tanto de investimento nessa área de ciências da tecnologia, em pesquisa principalmente – o Brasil faz muito pouca pesquisa –, vi os cortes. Foi inclusive o Ministro na época, hoje ciência e tecnologia, na época era o Mercadante, fui procurado pelo pessoal dos senhores para que se fizesse um programa forte, mas, infelizmente, foi cortado mais da metade. Vocês receberam, do que se pretendia, 38% do Orçamento. É uma pena, porque no quadro, educação, ciência, tecnologia e cultura caminham juntos, mas quando se tem que fazer um corte, é uma das primeiras áreas que

sofrem. A gente precisava fazer um movimento muito grande para que isso não aconteça. Sem pesquisa, sem investimento na ciência e tecnologia, a gente vai andar a passos muito lentos.

Antes de fazer minhas perguntas, eu queria colocar aqui uma experiência minha.

Robson, no ano de 1966, eu fazia a FEI (Faculdade de Engenharia Industrial). Não me formei em engenharia, larguei no início do terceiro ano. Eu seria um péssimo engenheiro porque não conseguia ver o corte de uma peça, aí peguei uma dependência, no segundo ano, em MacFlux, quando fui para o terceiro ano, que vi resistência dos materiais, eu me achei incompetente e larguei.

Mas, no final do primeiro ano, Lucchesi, eu tinha um amigo, de Londrina, cujo pai era cafeicultor. Ele estudava comigo na FEI. Quando chegou ao final do ano, ele falou para mim: Cyro, vou ter que largar a faculdade, quebrei, meu pai quebrou. O café era cíclico, era um problema sério, ganhava-se muito dinheiro em dois anos. Eu falei: "Puxa, Mário, mas o que houve?" "Não tem jeito, agora estou muito preocupado. Fiz quatro anos de primário, quatro anos de ginásio, três anos era o científico, um ano de cursinho, o primeiro ano da faculdade de engenharia, e sabe o que sei? Todas as capitais das ilhas gregas, os peixes de profundidade da ilha de Fernando de Noronha. Eu tenho uma cultura inútil. Agora, o que vou ser? Vou ser um *office-boy*. Não sei o que é uma promissória, não conheço nada do sistema bancário, não sei bater à máquina".

Hoje não temos mais isso, mas o teclado é praticamente o mesmo. Aquilo, então, chamou a minha atenção. Jovem de 19 para 20 anos, eu me assustei com aquilo. O Brasil tem uma realidade totalmente oposta. Parte-se do princípio que todo mundo vai fazer uma universidade, uma faculdade e ter uma profissão acadêmica, sem contar a falta de condição em que a gente se encontra. À medida que você tem uma profissão, você consegue depois o seu outro *status*. Aquilo me encontrou na década de 60, e só no ano 2000 vim começar a dar uma atenção.

Quero aqui dizer que, graças ao Sistema S, sem demérito nenhum, muito pelo contrário, com muito mérito ao MEC, que acredita no Sistema S, porque, conversando com o Robson, a gente estava dizendo da facilidade que o Sistema S tem em aprimorar. A tecnologia avança no dia a dia, o que hoje é válido, daqui a três, quatro meses pode não ser. Então, é um sistema que trabalha com apostila, que nós trabalhávamos nos cursinhos, a atualização é fácil, não são livros, o que é muito mais difícil; a prática, você tem o equipamento e o equipamento atualizado, para que o aluno tenha a necessidade maior de exercitar no equipamento no dia a dia, o que é mais difícil para as áreas governamentais; tem-se aquilo com maior facilidade. Então, daí está deslanchando. Pegamos presidentes, principalmente o Robson, com essa visão de querer investir maciçamente. Isso me deixa muito contente, porque sou um entusiasta.

Então, quero ver se através do Plano Nacional de Educação, junto com o MEC, nós podemos fazer um investimento, um plano para a próxima década, mas bem agressivo, porque, no ensino normal, o que nós sentimos aqui no Brasil? Precisou-se dar uma satisfação à sociedade, aí nós começamos a mexer com quantidade. Quantidade de faculdades, abrindo uma em cada esquina, sem nos preocuparmos com a qualidade, no sentido inverso do que acontece com o ensino tecnológico. Ele está melhorando a sua qualidade dia a dia. Essa queda não sou eu quem digo, e não falo isso com nenhum orgulho, mas, quando você pega uma PUC que sai das cem melhores universidades do mundo e passa para 300º lugar; quando você vê que o Enad dá um resultado de 30% dos cursos reprovados; quando você vê que só 18% dos alunos que fazem direito são aprovados no exame da Ordem; quando você vê que no exame de proficiência de medicina, feito pelo Cremesp, hoje de maneira obrigatória, mas não punitiva – inclusive há um projeto nesse sentido –, que 48,5% dos alunos de medicina do Estado de São Paulo, o Estado mais rico da Federação, são reprovados em perguntas básicas: como se faz o soro caseiro? Qualquer mãe sabe fazer e um aluno do sexto ano...

Então, nós estamos na contramão da história no ensino normal; mas, no ensino tecnológico, estamos ao contrário. Aí vem a necessidade de se criar cotas. Como você não tem um sistema igualitário de ensino público, como era no passado – eu fiz a Escola Caetano de Campos –, ali era assegurada a universidade pública. Hoje quem pode pagar está na universidade pública; aquele que não pode está na particular. O inverso, oportunidade a todos nós não temos. O que se faz? Criam-se cotas. Cotas é um sistema emergencial para resolver um problema, mas não vai resolver o problema. Então, aquela velha história: está com febre? Quebra o termômetro. Não vamos chegar a lugar nenhum.

Mas faço aqui umas perguntas aos nossos, antes de passar a palavra ao Senador Armando Monteiro: Quais das áreas de formação profissional do WorldSkills em que o Brasil tem apresentado maior destaque e como os resultados têm afetado o mercado de trabalho no que tange à criação de oportunidades de trabalho? Em que habilidades a competição do Brasil, e o Senai, em particular, têm investido nos últimos anos? Quais

são as perspectivas de crescimento dos setores econômicos que empregam os respectivos profissionais? Qual a perspectiva de visibilidade para o Brasil, em termos de atração de investimento, em consequência da realização de um evento como o WorldSkills? Do ponto de vista estratégico, qual a importância da participação brasileira em sediar o evento? E, por último, qual o histórico da participação feminina na competição? Como tem sido a participação feminina brasileira? Que áreas, habilidades apresentam maior atratividade para a juventude feminina brasileira?

Eu aproveito que estamos eu e o Senador Armando Monteiro, para passar a palavra para o Senador Armando Monteiro, para que possa fazer as suas considerações e perguntas e, assim, a Mesa também nos dará as respostas e as considerações.

Com a palavra o nobre Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Gostaria de cumprimentar o Presidente desta reunião, desta audiência, o nosso companheiro Senador Cyro Miranda, a quem eu congratulo por essa iniciativa de poder fazer um justo reconhecimento a este que é um evento extraordinário que é o WorldSkills, em que o Brasil tem mantido, ao longo do tempo, uma presença importante que tem-se traduzido em grandes conquistas. Mais do que isso, esse evento internacional é uma forma importante de estimular as iniciativas que estão, hoje, voltadas para este grande desafio que é o de elevar a formação e, sobretudo, ampliar os programas de educação técnica, de educação profissional no Brasil.

Então, quero me congratular com o nosso companheiro o Senador Cyro Miranda e também com o Senador Antonio Carlos Valadares, que já saiu e que preside aqui a Comissão de Desenvolvimento Regional. Quero saudar o nosso Presidente da CNI, Companheiro Robson Braga de Andrade, cumprimentando-o pelo desempenho que a representação do Brasil, nesse grande evento internacional, pôde alcançar, por ocasião da última Olimpíada internacional e, sobretudo, por essa extraordinária conquista que o Brasil obteve de poder sediar, em 2015, mais uma edição; salvo engano, a 17ª edição em que o Brasil vai estar presente nesse evento.

Quero cumprimentar o Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão, o Sr. Garabed, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério de Educação; e cumprimentar também o Sr. Aírton José Ruschel, que representa o Ministério de Ciência e Tecnologia; e uma saudação também especial ao nosso companheiro Diretor de Educação e Tecnologia da CNI, Rafael Lucchesi.

Eu não teria propriamente perguntas a endereçar aqui aos representantes, aos companheiros que participam desta audiência, senão para, mais uma vez, destacar a nossa compreensão de que o Brasil vive hoje um desafio extraordinário que é o de elevar a produtividade do trabalho. Estamos como que, hoje, constatando um processo extremamente perigoso, especialmente para a indústria brasileira, que é um descompasso entre a evolução dos custos do trabalho e os ganhos de produtividade nas últimas décadas. Isso tem contribuído, no caso da indústria, para elevar o custo unitário do trabalho crescentemente.

E isso produz, logo, dois impactos na economia: o primeiro é, evidentemente, uma maior propensão a gerar pressões inflacionárias, porque esses aumentos de custo, quando possível, a tendência é procurar repassar para o sistema de preços esse efeito e, de outro lado, isso afeta a taxa de investimento, porque, ao reduzir, evidentemente, os lucros e os resultados das empresas, as empresas investem menos e, consequentemente, comprometem, de certa forma, a sua capacidade de se reequipar, de modernizar o seu aparato produtivo, e isso, ao final, também se reflete na produtividade.

Então, este é o desafio fundamental: elevar a produtividade do trabalho e, entre os fatores determinantes desse nível de produtividade, coloca-se a qualidade da educação, a qualidade da mão de obra, que é determinada pela qualidade da educação. Então, no Brasil, há especialmente o desafio de elevar a escolaridade da nossa mão de obra. E aí um registro que ainda temos a fazer e lamentar: um quinto, mais ou menos, da força de trabalho da indústria ainda é formado por trabalhadores que não completaram o ensino fundamental, e quase metade da força de trabalho é constituída também de trabalhadores que não têm o ensino médio concluído.

Portanto, é um imenso desafio, porque temos de atuar nesses dois vetores, elevar a escolaridade e, evidentemente, melhorar também o nosso desempenho no ensino médio, no ensino superior e, sobretudo, também na perspectiva de formar tecnólogos, para melhorar, para atender os novos perfis profissionais que estão aí colocados. também esse desafio que foi aqui mencionado que é o de atender a essa nova geografia do emprego industrial no Brasil. Esse emprego vem migrando para a novas regiões e, evidentemente, precisamos produzir a oferta ou uma maior oferta nessas regiões onde estamos registrando essa migração do emprego.

Portanto, isso coloca sobre o Sistema S – pelo seu extraordinário papel, especialmente o do Senai, com uma perspectiva de muitos desafios nos próximos

anos – melhorar o aparato tecnológico, melhorar a infraestrutura do sistema. Temos uma rede de laboratórios expressiva, fazemos à parte o sistema de serviços técnicos e tecnológicos que são tão importantes para dar suporte às empresas nos seus processos não só de certificação de produtos, de certificação de processos, na parte metrológica. Então, tudo isso o Sistema S tem feito de forma extraordinária, dada a sua versatilidade, a sua capacidade, vamos dizer, de entender as demandas do mundo do trabalho.

E aí, meu caro Senador Cyro Miranda, nós que temos aqui sempre nos alinhado na defesa dos Sistema S, quando assistimos, até com tristeza, a um debate enviesado que se realiza aqui e, quase sempre, contaminado por posições, vamos dizer, preconceituosas, verificamos o grande mérito da criação do Sistema S. E aí temos que fazer um registro histórico dessa iniciativa extraordinária de brasileiros como Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen. O que há de extraordinário nesse modelo é que concebeu-se uma espécie de um modelo de autotributação do próprio setor empresarial e, ao mesmo tempo, vinculando esses recursos a programas que tinham foco e, mais do que isso, a estruturas que são administradas e que, portanto, comandadas pela indústria – o que assegura esse foco, essa pontaria, essa extraordinária capacidade que o sistema tem de poder entender as demandas do ambiente do trabalho, o que é muito importante para essa agilidade no sentido da adaptação dos currículos, do desenvolvimento de novos cursos que são fundamentais.

Então, foi extraordinariamente engenhosa e criativa a fórmula que inspirou a criação do Sistema S e que permitiu, num país cuja a marca sempre foi a da instabilidade, a da descontinuidade dos programas, você poder ter – ao longo de décadas e, neste caso, de 60 anos – programas continuados de investimento, e de formação, e de preparação, e de capacitação, nessa área, que é tão importante.

De resto, queria dizer que temos essa extraordinária responsabilidade de poder elevar o desempenho dessas entidades, para que elas possam oferecer uma contribuição a esse esforço extraordinário que o Brasil precisa empreender. Se não elevarmos a produtividade do trabalho, sobretudo constatando que a demografia já conspira contra nós, porque vamos ter numa projeção dos próximos 20 anos, uma... Evidentemente já convivemos com certa escassez de oferta, no mundo do trabalho, e esse quadro será agravado pela redução do crescimento demográfico nos próximos anos – então, esse desafio de elevar a produtividade é fundamental.

Não tenho propriamente perguntas, mas quero dizer que tenho certeza de que o Congresso Nacional e, particularmente, o Senado, que tem estado muito atento aos desafios dessa agenda. E eu tenho certeza de que à nossa Comissão de Educação não escapa a compreensão de que temos que fazer realmente um grande esforço para que as políticas públicas e a atuação dos agentes que estão envolvidos nessa área possam produzir um resultado mais efetivo.

Veja que discutimos o Plano Nacional de Educação, que prevê um forte aumento, um forte incremento na oferta da educação técnica profissional, mas precisamos sempre lembrar que não é apenas a questão da oferta, mas é preciso sobretudo garantir que ela se compatibilize com as demandas, que vão mudando também ao longo do tempo. Portanto é preciso ajustar muito essa oferta às reais necessidades do mercado de trabalho.

Então a minha palavra final é de congratulações à iniciativa da Comissão e do meu reconhecimento ao papel que essas entidades, especialmente o nosso Sistema S e o Senai têm desempenhado ao longo do tempo com a compreensão de que nesses próximos anos teremos desafios muito importantes, que eu tenho certeza de que serão assumidos de forma muito efetiva pelo sistema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nós é que agradecemos a participação, a visão. principalmente porque V. Exª deu uma aula de mercado, da área geográfica, da tecnologia, da necessidade de avançarmos não como estamos avançando, mas como nós gostaríamos.

Eu quero também agradecer e comunicar a presença do Senador Sérgio Petecão, da Comissão de Ciência e Tecnologia, que também é um dos requerentes.

Enquanto o Senador Sérgio, que teve um compromisso no Ministério e não pôde estar presente...

Eu vou passar a palavra primeiro. Assim V. Exª se aquece um pouco, Senador. Por ordem dos que falaram, primeiro ao amigo e querido Presidente da CNI, Dr. Robson.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Presidente, Senador Cyro, obrigado mais uma vez.

Eu acho que todos os depoimentos que aqui foram colocados demonstram o trabalho que o Sistema S, especialmente o Senai e o Sesi têm feito para que a educação profissional seja um fator chave e um fator importante no sucesso das indústrias brasileiras, para melhorar a competitividade e para que o Brasil possa ter cada vez mais uma mão de obra qualificada e preparada para os novos desafios, para as novas tecnologias e para a atração dos investimentos.

A gente tem discutido muito as questões que fazem com que as empresas decidam a sua instalação numa determinada região. E, é claro, há fatores como

infraestrutura, mercado, alguns incentivos fiscais, mas hoje principalmente as empresas olham a qualidade da mão de obra, a disponibilidade da mão de obra, a segurança e a qualidade de vida dos seus trabalhadores.

O Senai tem procurado, nesses anos todos, e já vem de alguns anos, sob a Presidência do Senador Armando Monteiro, fez um grande esforço, um grande trabalho de um programa de educação para uma nova indústria. E, desde então, o Senai começou a dar um salto de qualidade na preparação e na qualidade dos seus trabalhadores, dos seus profissionais e instrutores e também dos professores e profissionais do Sesi voltados para a educação não só profissional, mas aquilo que o Senador Armando Monteiro colocou, de se preparar o trabalhador brasileiro para que ele tenha uma educação básica, uma educação que corresponderia ao ensino médio e que permita ao trabalhador da indústria assumir mais responsabilidade e assimilar uma nova tecnologia na indústria brasileira.

O senhor citou algumas perguntas, Senador. Não sei se vou me lembrar de todas, mas eu quero lhe dizer que, com relação ao WorldSkills, os alunos do Senai têm feito sucesso em quase todas as profissões.

Muitas vezes, ao pensar em educação profissional, a gente considera mais as atividades voltadas para a construção civil, para siderurgia, solda, metalurgia. E os alunos do Senai têm feito sucesso nessas áreas sim, de construção civil tanto voltada para a parte de ferro e de aço como de cimento, construção de paredes, de banheiros, hidráulica, elétrica domiciliar. Em tudo isso os alunos do Senai têm tido sucesso, mas principalmente nas novas profissões que têm despertado o interesse do jovem brasileiro, como é o caso, por exemplo, de *design*, de *web design*, como é o caso de tecnologia da informação, mecânica de avião, mecânica de aeronáutica, quer dizer, uma série... Na área de petróleo e gás, algumas profissões que têm demandado mais tecnologia e dos alunos um trabalho maior, um esforço maior, agregado tanto ao ensino profissional quanto à educação curricular, a educação básica.

E nós temos tido, talvez não no nível de que gostaríamos, mas uma participação importante de mulheres em todas essas profissões. Nós temos, é claro, mulheres participando de profissões mais do Senac, como manicure, cabeleireira, mas também temos muitas mulheres trabalhando com moda, o *design* de moda, panificação e alimentação. Em diversos setores da indústria brasileira nós temos também muitas mulheres trabalhando ainda não nível de que gostaríamos, mas num nível importante.

E nós temos procurado fazer com que essa formação e essa qualificação estejam bem distribuídas espacialmente no Brasil, e não concentradas nos grandes centros do Sul e do Sudeste. Hoje os principais investimentos – e isso vem desde a presidência do Senador Armando Monteiro – que o sistema tem feito são em escolas e em unidades de educação, principalmente no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste. Essas regiões têm demandado mais o ensino profissionalizante, até como uma maneira de atrair indústrias e investimentos.

Não sei respondi a todas as questões, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Certamente vamos deixar um pouquinho para o Dr. Lucchesi, que está na área dele. Tem uma aqui que se ele não lembrar eu relembro.

Muito obrigado, amigo, Presidente Robson.

Em seguida, passo a palavra ao Dr. Garabed.

O SR. GARABED KENCHIAN – Vou responder mais de forma genérica com relação à educação profissional, dizendo que ela se alicerça em dois pilares: o primeiro é o da contextualização ou da articulação da teoria e da prática e o segundo é o da sintonia com as demandas sociais.

O que é sintonia com demanda social? Numa escola de educação profissional do Senai ou do instituto, os cursos que serão oferecidos são aqueles demandados pela região onde a escola está implantada. Então não vai se colocar um curso de mecânica numa região que não tenha indústria. E não vai se colocar um curso de pesca marítima no Centro-Oeste do País. Então, faz-se necessária uma articulação com os setores produtivos, com os setores sociais para saber que tipo de curso que vai acontecer ali. E a outra questão é da articulação teoria prática ou da contextualização. Às vezes dizem que a educação profissional é para formar o apertador de parafuso. Mentira.

Ao se ensinar a operação em um torno, é uma máquina mecânica, não é...

Antes de falar nisso, em uma aula de matemática se ensina trigonometria, não é? Na matemática todo mundo sofre com isso. Aí há um monte de ângulos e fórmulas etc e aquilo não tem sentido nenhum na vida do cidadão que faz ensino médio e aprende trigonometria. Mas quando ele vai na educação profissional e vai estudar o torno, como é que faz uma peça ali no torno, ele vai ter que preparar a ferramenta, vai ter que colocar a ferramenta no ângulo certo e vai ter que aplicar a trigonometria.

Então, o professor ensina como faz, vai lá para a mesa e fala quais são os cálculos que são necessários para aquela operação. E depois a peça esquenta. Sai fumacinha. Ai ele descobrir que esquenta por uma série de princípios da física.

Então, na operação de torno tem física, tem matemática, tem postura do profissional diante do ambiente

de produção; então, a educação profissional permite a conjunção dos conhecimentos práticos com os conhecimentos teóricos. O cidadão formado na educação profissional não sabe só fazer, mas entende o que está fazendo; e é isso que eu acredito que é transformador na sociedade.

Então, acredito... E nas olimpíadas, se o profissional não souber o que está fazendo, não tiver fundamentação científica, não vai ter um bom desempenho. Assim como na indústria também, se ele não entender o que está fazendo, quando a máquina para, ele vai ficar parado na frente da máquina. E hoje a gente precisa de cidadãos que tomem decisões, que tenham conhecimentos suficientes para tomar decisões e inovar.

Bom, eu falei um pouco antes que os institutos chegaram a triplicar a sua presença nas cidades nos últimos dez anos; triplicou-se a oferta de cursos técnicos. Mas também têm atuado na área de tecnologia, de licenciatura e de bacharelados, mas com essa visão da educação profissional: vai atuar naquela área onde tem demanda. Então, não vão entrar com curso de engenharia onde não precisa.

Licenciatura em física e matemática é uma grande demanda na Nação brasileira. Não temos professor de física, matemática, química e biologia. Então, os institutos estão atuando nessas áreas na formação de professores de física, química, matemática e biologia para atender à demanda da sociedade.

Outra demanda social é a inovação. Os estudos estão começando a atuar, assim como o Senai, na formação de pólos de inovação para atender às demandas das empresas, que precisam de um apoio científico e tecnológico para desenvolver os seus novos produtos.

Então, o Congresso acabou de aprovar uma lei que foi sancionada, que vai dar mais liberdade para as fundações, as instituições de ensino e as indústrias trabalharem em parceria no desenvolvimento de soluções tecnológicas e de inovação.

Bom, eram essas as idéias; e dizer que a educação profissional precisa se estender para uma maior parcela da nossa população, quer seja por meio do Senai, das escolas técnicas da rede federal, dos estudos federais ou dos sistemas estaduais. O campo para a expansão da educação profissional ainda é bastante vasto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Prof. Garabed. E vamos juntos, nós aqui, o Congresso, o Senado, a nossa Comissão de Educação, fazer um esforço com o MEC e junto ao Governo para cada vez mais apoiarmos o PRONATEC.

Concedo a palavra ao amigo Rafael Lucchesi.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Muito obrigado, Senador.

Vou começar fazendo uma consideração ao que o Aírton José Ruschel falou, primeiro com relação à agenda do Sesi e à participação da First. Vamos fazer isso. Há um papel importante em discutir a educação para o mundo do trabalho, em envolver mais laboratório e ter uma ação mais forte nessa direção. E você abordou muito bem essa questão. Acho que isso é importante para a escola brasileira. O Sesi está sendo pioneiro nisso, mas é importante que haja uma relação de transbordamento, o que já estamos fazendo. Várias escolas do Sesi têm adotado escolas públicas para difusão dessa ação de robótica dentro de escolas públicas.

Com relação à consideração da RNP, nós temos uma proposta sim de fazer parte da rede, participamos em alguns Estados de forma nacional. Queremos que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação adote o mesmo critério que o MEC teve na proposição da banda larga, em que incluiu as escolas do Sesi e Senai no mesmo critério de escolas públicas voltados para a população, ou seja, sem uma relação comercial, porque vão fazer parte da rede de desenvolvimento de pesquisa.

Estamos criando, no Brasil – você bem mencionou a parceria com Instituto Fraunhofer – 25 institutos do Senai de Inovação, 63 institutos do Senai de tecnologia, que têm muito a contribuir para a agenda de desenvolvimento tecnológico nacional, com incorporação de competitividade à indústria brasileira. É uma grande agenda. O Senai já atende, hoje, a mais de 20 mil empresas por ano, isso não é trivial em termos de Brasil, e vamos ampliar muito a capacidade de atendimento a partir dessa infraestrutura que será colocada no Brasil.

Estamos colocando no âmbito do Programa Ciência Sem Fronteiras, vamos mandar um número grande de técnicos do Senai para fora do País para se capacitar; e temos um outro momento de relacionamento com o ambiente de pesquisa, com as universidades, como de resto já acontece hoje com as instituições dos países centrais. Então, estamos criando uma infraestrutura que pode estabelecer um outro ambiente de relacionamento na atividade de pesquisa.

Com relação às complexas perguntas que o nosso Senador Cyro Miranda fez aqui, eu vou responder algumas delas, mas foram perguntas muito bem elaboradas.

Primeiro, se nós formos olhar o ***WorldSkills***, nós temos técnica de construção que vai envolver toda aquela parte de construção civil, montagem; toda a parte de criatividade e arte, que tem desde joalheria, passando por montagem de vitrine, florista, tecnologia

gráfica, um conjunto de atividades; toda parte de tecnologia de informação e comunicação, Web Designer, TI, a rede etc; toda parte de engenharia e manufatura; toda parte de serviços sociais e pessoais – ai você engloba serviços estéticos, cabeleireiros, cosméticos. E também, por fim, a parte de transporte e logística. Como o Presidente falou, toda a parte de manutenção, de aeronaves etc.

Como a gente se insere nisso? Em algumas nós somos referência internacional, temos sucessivas medalhas de ouro. Então, na parte de CAD, polimecânica, soldagem, robótica, instalações elétricas, hidráulicas, automação, torno CNC, eletrônica etc. – DNA mais indústria – a gente manda muito bem. Estamos desenvolvendo... O Senac vai dar um salto no compromisso que eles estabeleceram tanto para 2014 como para 2015. O Senac vai entrar mais forte, ampliar mais isso.

Tem algumas novas ocupações com as quais a gente vai precisar ter uma relação direta. Florista, por exemplo. Vamos procurar lá as empresas de Holambra, porque certamente vão representar melhor se a gente procurar as relações disso.

Fora isso e já começando a responder, nós vamos fazer parcerias internacionais. Em cada uma dessas profissões, por exemplo, na parte de técnicas construtivas, pedreiro, marceneiro, nós não temos uma base desejável; queremos estar na posição one-top. Então, estaremos fazendo parceira com aquele instituto suíço ou alemão, como o Presidente Robson fez na Fiemg, na área de panificação, que criou um efeito irradiador de competência de panificação. O que o Senai de Minas fez em parceira uma instituição francesa criou uma enorme competência e difundiu isso no âmbito local.

Então, uma das outras ambições que nós temos ao realizar a olimpíada é criar esse efeito difusor com instituições que têm melhores práticas do que nós. Com relação a algumas delas nós estamos no topo, outras nós vamos perseguir em parceria, seja aquela instituição coreana, européia, norte-americana – e por aí vai. Vamos estar sempre perseguindo a excelência.

Além disso, a grande mensagem do WorldSkills é para a juventude, é para o sistema educacional brasileiro, colocando a educação profissional no centro disso. Somos grandes parceiros do Pronatec, da política brasileira voltada para a educação profissional. Hoje, aproximadamente metade das vagas do programa é feita pelo Senai. É algo importante para o Brasil; 80% delas são do Sistema S. Estamos com uma agenda de cidadania, uma aposta estratégica na agenda de competitividade, mas também numa política de inclusão social.

Então, para nós, é extremamente importante criar essa mensagem na decisão do indivíduo, das famílias, do jovem, em apostar na educação profissional como passaporte para a cidadania. Ele vai entrar mais cedo no mercado de trabalho e pode prosseguir seus estudos depois. Além disso, o grande desafio – está aqui o Barreiros – é a agenda de comunicação. É transformar este momento em um grande momento em que a gente consiga a pauta editorial dos veículos de comunicação. Muitas vezes temos enorme dificuldade em vender a agenda da Olimpíada das Profissões porque os veículos dizem que a população não está interessada. Acho que está sim. Precisa de uma melhor forma de como informar isso, criar no Brasil a Olimpíada das Profissões como um momento de a sociedade brasileira discutir isso. E que bom que o Congresso Nacional, que o Senado da República aposta nessa agenda. Considero isso da maior densidade e peso para que nós possamos na agenda de comunicação estabelecer essa relação.

Por fim, Senador, parcerias com empresas. Queremos fazer um grande evento e certamente termos parceria com as empresas no sentido de estruturar melhor.

Esses são alguns dos legados que poderíamos estabelecer nessa agenda, como a Finlândia fez e por isso estamos fazendo esse encontro Educação para o Mundo do Trabalho, que é desde uma agenda de pautar os meios de comunicação, criar oportunidades para a juventude, mas também refletir sobre o sistema educacional brasileiro. Há uma frase muito pertinente do Ministro Mercadante: "Destravar o currículo no ensino médio no Brasil", fazer como a Finlândia fez, em que 80% da carga horária do ensino médio são nas três principais disciplinas, no caso deles, finlandês, matemática e ciências. Por isso eles são o terceiro colocado no teste do Pisa e nós somos 53º. Temos 19 profissões, menos de 30% da carga nas disciplinas principais e temos problemas de qualidade na educação.

Então, é rever isso, criar maior flexibilidade também. No Brasil, nós temos um único sistema educacional, nenhum país tem isso, um único sistema educacional, não temos diversidade, não temos uma ação de experimentação e isso trava as possibilidades de aprendizado no sistema educacional brasileiro.

Como legado, também, Senador, a ideia é que nós possamos estabelecer uma pauta de reflexão sobre o sistema educacional brasileiro, sobre o currículo escolar, colocando a agenda da educação para o trabalho como um dos elementos, um dos componentes do sistema educacional brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Lucchesi, pelas respostas e pela explanação.

Antes de passar a palavra ao Dr. Airton, primeiro quero comunicar que o Senador Paulo Paim teve um motivo inadiável para estar no Rio Grande do Sul. É um dos requerentes e nos deseja sucesso e ratifica a importância deste evento, parabenizando o Senai e o Sistema S pela conquista.

Passo, antes então, a palavra, porque fica mais fácil devolver à Mesa, ao Senador Sérgio Petecão, também um dos requerentes, para fazer suas considerações e perguntas, porque aí a bola volta para cá e a gente encerra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Na verdade, vou procurar ser bem breve, por conta do adiantado da hora. Peço desculpas aos membros da Mesa, na pessoa do nosso Presidente Cyro Miranda, pois eu estava numa agenda com a Ministra Ideli Salvatti, tratando da situação dos soldados da borracha, lá do meu Estado.

Esse é um assunto que já vem se arrastando há muitos anos, estava toda a Bancada e eu, como coordenador da Bancada do Acre, tinha que estar presente. Mas isso não diminui em nada o respeito que eu tenho por esta nossa audiência. Fiz questão de estar aqui, chegar no final, mas estar aqui presente.

Confesso que eu não tinha a dimensão do que representava a CNI e o Sistema S. Tenho que confessar isso para vocês. Eu sabia que existia, sabia que era importante, mas, diante de uma situação existente no meu Estado, uma situação localizada no meu Estado e diante de um colega que tinha aqui no Senado e que todo dia usava a tribuna para falar de uma forma negativa do Sistema S, eu ficava ali, comigo mesmo: "Puxa vida, eu preciso ter mais informação", até para que pudesse formar minha opinião. E daí é que vem o meu agradecimento ao Presidente Robson, por ter me dado a oportunidade, juntamente com o Lucchesi, de participar daquele evento lá na Alemanha, de onde voltei encantado com o que vi, porque não foi ninguém que me disse, eu vi, eu presenciei. Daí a nossa grande responsabilidade, esse nosso requerimento era no sentido de a gente poder discutir o evento que ocorrerá no Brasil, e que nós possamos dar a mesma dimensão daquele evento de que participamos lá na Alemanha, na cidade de Leipzig.

O Lucchesi falava a respeito de nós conseguirmos pautar os meios de comunicação para que possamos dar a visibilidade que esse evento merece, e aí vem a nossa responsabilidade também, nós, o Parlamento, o Senado e, com certeza, a Câmara também, que possamos pautar esse debate e dar a nossa contribuição.

Acho que não é responsabilidade só do Sistema S. O que está em jogo é o nosso País, é a imagem do nosso País para o mundo. Não sei, Presidente Robson, se São Paulo, que tem tudo, mas, de repente, fico pensando se temos espaço em São Paulo para acomodar aquela estrutura. Não tem, Lucchesi? De imediato assim, não tem. Vamos ter... Porque aquele evento que vi lá na Alemanha foi muito grande. Estava lá o Presidente Lula, prestigiando-nos com uma palestra; estava lá a juventude brasileira, tendo a oportunidade de mostrar o seu potencial, e pude sentir isso ali conversando com alguns jovens. E hoje estou convencido de que não há outra alternativa, o nosso País não tem outra alternativa, se não for apostar, e aí, quando vi o colega fazendo crítica, acho que o Sistema S e a CNI têm é que usar mais estrutura. Se for preciso usar mais estrutura, têm que usar. É como se tivéssemos aqui uma Ferrari e nós estamos ainda andando de Fusca. É preciso apostar mais, porque não temos outra alternativa a não ser investir nesses cursos profissionalizantes.

Então, eu quero aqui apenas me colocar à disposição, como Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura, membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, juntamente com o Senador Cyro Miranda, que não tem medido esforços também para ajudar, para dar a contribuição dele, e eu, como Senador de um Estado pequeno, que é o Acre, onde não há tantas indústrias. Mas essas instituições não podem, de forma alguma, pagar o preço pelo que acontece no Acre, pagar o preço pela opinião de um colega que não concorda com um problema localizado no Estado dele. Não, a coisa é maior, o projeto é maior e agora eu estou convencido disso. Não só eu. Tenho certeza de que os participantes, todos os Parlamentares e os empresários que participaram daquele evento saíram dali convencidos de que aqui no Brasil – eu não sei se faremos do tamanho do deles lá –, nós temos que fazer um evento do tamanho do nosso País, um País continental, que está engatinhando nessa área, mas que já mostra força.

Quando eu vi lá disputando com Coreia, com Japão, com Alemanha, com Estados Unidos, eu confesso que cheguei até a me emocionar. E também em uma palestra de que participei lá com o Lucchesi, em que ele mostrava o nosso potencial e as perspectivas de futuro que nós temos. Então, eu sou daqueles que apostam nisso.

Agradeço, Presidente Robson, pelo carinho, pelo respeito que o senhor teve pela minha pessoa, por me convidar, e eu queria apenas me colocar à disposição – não tenho perguntas – para que eu também possa dar a minha contribuição, a fim de que, se Deus quiser, realizemos aqui uma grande olimpíada profissional, não é isso? E pautar, sei lá, a imprensa. Nós temos aqui a TV Senado; a nossa imprensa é a TV Senado, que

tem um alcance no País todo; a nossa Rádio Senado, que cumpre um papel importante no nosso País. Então, nós temos que usá-las. Estou convencido disso, Senador Cyro Miranda.

Eu queria aproveitar, como membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, para convidar todos os presentes, os nossos convidados, os nossos palestrantes, para um seminário que iremos realizar aqui na Comissão, o seminário Caminhos para a Inovação em 2013. É um seminário interessante que está sendo promovido e vai ser realizado no dia 24 de outubro aqui no Interlegis do Senado. Então, fiquem aqui todos convidados, mas encaminharemos o expediente para que possamos ter a presença dos senhores, que para nós é muito importante.

Obrigado, Presidente Cyro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Só dizer que aquele episódio mal encaminhado e mal entendido do Sistema S é um fato isolado de uma única pessoa que por motivos pessoais... Então, V. Exª já mostrou que ele... tanto é que ele desistiu. Eu e o Armando tivemos várias conversas com ele; é alguma coisa localizada, mas é uma voz que já se calou, estava isolada.

Passo a palavra, com muito prazer, para as suas considerações finais, ao Dr. Aírton, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. AÍRTON JOSÉ RUSCHEL – Obrigado, Senador Cyro. Aproveito para saudar o Senador Sérgio Petecão e só tenho a dizer que o momento aqui hoje foi maravilhoso para podermos discutir essas questões na sua forma mais ampla e também por ter trazido uma experiência onde jovens que não teriam de outra forma aproximação com o aprendizado profissional, ou mesmo com a robótica ou a mecatrônica, a partir desse momento podem se interessar pela atividade. Mas posso também lhe dizer que não foi fácil chegar a começar o curso, porque dependeu de vários fatores e o próprio Sesi dizia muito assim: “Ah, mas nós não temos condições de dar gratuidade a quem não é filho do nosso operário; do operário da indústria”. Então a questão fica aí: por que não dar a gratuidade ou atividades nesse sentido para quem tem interesse nelas, para quem tenha potencial nessas áreas?

Eu tive a oportunidade de, em 1990, fazer um curso de comandos pneumáticos no Senai lá de Lajeado, no Rio Grande do Sul, em uma unidade móvel. Então, uma sugestão para esses cursos, a exemplo da robótica que eu acabei de citar, é que esses cursos também possam ser montados em unidades móveis. Isso é uma coisa sensacional!

Tive também a oportunidade de ser professor do Senac em aulas de computação quando o curso se instalou lá na cidade de Lajeado, e uma outra coisa que me chamou bastante a atenção foi que, na oportunidade, havia um curso de lapidação de pedras nas escola de Gemologia, que depois foi transferida de Lajeado para Soledade. E quando eu visitei esse curso de lapidação de pedras, além dos jovens locais que estavam fazendo o curso, arquitetos do Brasil que faziam *design* de joias participavam do curso junto com os jovens. Então, é algo sensacional e, muitas vezes, não se sabe da amplitude desse potencial prático.

Uma das funções, além da educação profissional, é a instalação dos centros de excelência da inovação em torno do Senai ou do Sistema S, e a inovação tem como característica hoje a geração de produtos, de processos. E uma das preocupações do nosso Ministério, que a gente já percebeu que também é preocupação do Sistema S, é a proteção dos direitos intelectuais daquilo que é produzido. Assim, eu preciso parabenizar o Sistema S pela produção de uma série de publicações a esse respeito. Uma delas é a propriedade intelectual para o aluno do Senai; a propriedade intelectual para o professor do Senai; a propriedade intelectual para o jornalista. E agora recentemente foi lançado um livro que fala de propriedade intelectual para o juiz.

Ou seja, a propriedade intelectual é uma área que também vai gerar patentes na atual sociedade do conhecimento. Na sociedade da inovação é riqueza. O desempenho da indústria e dos países hoje é medido em termos de inovação das suas patentes, patentes de produtos, patentes de processos; e o Sistema S, através do Senai, está fazendo um trabalho muito importante nessa área, inclusive gerando o primeiro manual de instruções básicas, de conhecimentos básicos sobre propriedade intelectual para o juiz, que muitas vezes se depara diante de um processo em que tem que decidir sobre a validade ou não de uma patente, o que é algo bastante interessante.

Quanto ao evento, seria interessante que esses jovens que vierem ao Brasil, os jovens, seus instrutores, seus tutores, tenham a oportunidade de não só participar do evento, mas de participar de atividades conhecendo as próprias escolas do Sistema S ou comunidades, num trabalho de apresentação do potencial daquilo que eles desenvolvem, e desenvolver uma inclusão; uma atividade de inclusão, uma palestra, um minicurso junto a comunidades carentes, por exemplo. Isso é uma forma de eles conhecerem a realidade brasileira, porque talvez aquilo que é apresentado no Sistema S seja algo de excelência, o que, muitas vezes, é um pouquinho distante do dia a dia das nossas comunidades mais carentes. É para que eles venham

a se aproximar. Isso vai gerar rede, *networking;* isso pode gerar turismo, situações futuras – quem uma vez gostou do Brasil vai voltar para o Brasil –; e apadrinhamento de projetos específicos nessas comunidades.

Uma outra área que tem se desenvolvido também é a biônica, a utilização dos conceitos da robótica, da mecatrônica, baseado, inspirado na natureza para solução de problemas. É algo que ainda não está com a grade institucionalizada no Brasil, mas a Alemanha tem um bom exemplo a dar nessa área; e é também algo de futuro que poderia ser avaliado pelo Sistema S.

Eu agradeço a oportunidade e coloco-me à disposição para ser o interlocutor no Ministério das intenções desse grupo de debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Dr. Aírton, muito obrigado. Certamente nenhum de nós aqui vai dispensar essa oferta que nos faz de ser um elo para agilizar todo esse pensamento que aqui foi exposto.

Antes de passar a palavra para o nosso Presidente da Mesa, eu queria passar a palavra para o Dr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI, para que, em nome da Mesa, fizesse as considerações finais.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Queria aqui agradecer também a presença do Senador Sérgio Petecão. Foi um prazer, Senador, ter tido a oportunidade da convivência em Leipzig e poder discutir um pouco a questão da educação profissional no Brasil, mostrar o que estamos fazendo no Senai e também ouvir a opinião dos senhores para que a gente possa aperfeiçoar o nosso sistema. Eu acho que a gente tem feito um grande trabalho; mas sempre que temos a oportunidade de discutir o que estamos fazendo de maneira clara, transparente, isso é importante para que a gente melhore a nossa atuação e os resultados daquilo que realizamos

Então, eu agradeço ao Senador Sérgio Petecão, agradeço ao Senador Cyro Miranda, ao Senador Antonio Carlos Valadares pela presença, pela oportunidade de hoje estar apresentando aquilo que a gente faz.

Eu só gostaria, Senador Cyro, de dar algumas informações aqui ao Aírton. Nós hoje já estamos trabalhando com gratuidade também para a comunidade; não apenas para os filhos dos trabalhadores da indústria, mas para os jovens das comunidades.

Muitas vezes, como temos limites da gratuidade, que é o caso do Senai, porque estamos com mais de 66% de toda a receita do Senai aplicada em gratuidade, a gente não tem os recursos necessários para continuar.

Agora, o Pronatec nos deu uma grande oportunidade de ampliar a gratuidade. Por isso, o nosso objetivo no ano que vem é ultrapassar os quatro milhões de alunos matriculados no Senai. E no Sesi também estamos atendendo os jovens das comunidades.

E nós estamos ampliando muito o nosso número de unidades móveis. Nós adquirimos, neste ano, 81 novas unidades móveis para todos os Estados brasileiros, para o Acre, principalmente para que possamos atender as cidades e comunidades de baixa densidade populacional, onde não se justificaria ter uma escola fixa.

Então, nós adquirimos 81 unidades do Senai. E, se não me engano, 120 unidades móveis para o Sesi, para fazer treinamento, qualificação, principalmente nas áreas de tecnologia digital, de informática e também em alguns outros programas em que o Sesi tenha atuado na questão da educação.

Então, mais uma vez agradeço muito.

Muito obrigado pela participação aqui, de ter a grande oportunidade de poder falar um pouco daquilo que a gente faz. E estamos abertos a ouvir todas as recomendações, conselhos, opiniões, para que possamos inserir e melhorar mais ainda o que gente faz.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nós é que agradecemos.

Senador Valadares, vou fazer um agradecimento, mas faço questão que o senhor venha encerrar a reunião oficialmente.

V. Exª abriu, V. Exª vai encerrar, por favor.

Eu só quero aqui deixar a nossa gratidão. Agradecer a todos os componentes da mesa, ao MEC, ao MCTI pela colaboração. E o nosso profundo agradecimento à CNI, na pessoa deste gestor na Presidência da CNI, que é um ícone para nós na indústria e para todo o empresariado.

Quero agradecer profundamente a colaboração que os senhores estão dando para a educação brasileira. Vocês estão focando não só a indústria, vocês estão sendo de imensa qualidade, apresentando para todos nós, brasileiros, uma oportunidade, nós que formamos essa cadeia através do ensino tecnológico.

Nós desejamos muito êxito para o WorldSkills de 2015. Que realmente saiamos vencedores. E há esse esforço que o Lucchesi e o Presidente Robson estão fazendo para estarmos nas 46 funções que tem o WorldSkills. Lógico, naquelas em que estamos iniciando vamos ter mais dificuldades, mas, se Deus quiser, vamos conquistar um lugar que merecemos pelo esforço que o Brasil está fazendo.

Quero agradecer à Assessoria da nossa Comissão de Educação, a todos os nossos assessores na pessoa de Júlio Linhares.

E peço a Deus para que gente esteja sempre presente nesses momentos, no Congresso Nacional,

porque as audiências públicas são uma das coisas mais ricas. Nós temos aqui uma experiência e uma intenção de gabinete, mas vocês estão na frente, vocês estão no *front*, vocês têm as dificuldades do dia a dia, e a nossa obrigação é complementar isso.

Tenham a certeza de que não só o Congresso Nacional como especificamente a nossa Comissão de Cultura, Esporte e Educação estarão presentes. E juntos com o MEC e o Ministério da Tecnologia, faremos todos os esforços no sentido de, nesse orçamento, colaborarmos de maneira mais efetiva.

Eu gostaria, então, que o Senador Valadares, amigo querido e companheiro do WorldSkills viesse aqui para encerrar esta reunião. Eu não abro mão

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Ao encerrar esta audiência pública, que, tenho certeza, deu um contributo indispensável aos membros das três Comissões para o conhecimento da nossa realidade do ensino profissionalizante, da importância que ele representa para o desenvolvimento do nosso País.

O Brasil é uma Nação que, ao longo do tempo, enfrentou adversidades de todo tipo, mas conseguiu um lugar de destaque entre as nações do mundo e hoje é a sétima economia, podendo chegar à quinta ou, quem sabe, à terceira economia do mundo, pela pujança dos nossos recursos minerais, pela força e preparo do nosso empresariado, tendo à frente a Confederação Nacional da Indústria, que é tão bem dirigida pelo Dr. Robson Braga de Andrade, e também pela participação dos nossos jovens, através do Senai, na sua qualificação profissional, ombreando-se aos melhores de todo mundo.

E nós pudemos constatar isso pessoalmente na Alemanha, que falo na linguagem brasileira, em Leipzig,onde o Brasil teve o orgulho de mostrar que os nossos jovens se preparam a cada ano para eventualidade de emprego na iniciativa privada, não só através do ensino médio como também se preparam para, num amanhã, cursar a faculdade.

Eu, assim como os demais palestrantes, fiz questão de constatar que os países da Europa se dedicam com muita propriedade ao ensino profissionalizante, como meio, como instrumento indispensável para a ocupação das pessoas mais jovens. E o Brasil tem dado esse exemplo. A sua participação através do Senai, da Confederação Nacional da Indústria e também de outras instituições do Sistema S é, sem dúvida alguma, um exemplo a ser seguido na América Latina, já que o Senai é a maior escola de formação de mão de obra qualificada, de profissional na nossa América Latina.

Por isso as minhas palavras são de agradecimento em nome da nossa Comissão, a todos os integrantes dessa audiência pública, a começar pelo Dr. Robson Braga de Andrade, nosso Presidente da Confederação Nacional da Indústria – e, mais uma vez, aproveito para, em nome de todos os Parlamentares que estiveram na Alemanha, agradecer a prestimosidade, a cordialidade com que fomos recebidos naquele grande país europeu, graças ao esforço, ao empenho e, acima de tudo, a atenção e o respeito da Confederação Nacional da Indústria –, ao Dr. Aírton José, também os nossos agradecimentos ao Dr. Garabed e ao Dr. Rafael.

É o agradecimento da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional, que aqui, no Senado Federal, cumpre o papel preponderante de cuidar do combate às disparidades regionais, que são muitas ainda neste País, que não alcançou um nível de desenvolvimento em todos os segmentos sociais e econômicos. E também o agradecimento das demais Comissões que participaram deste evento, da Comissão de Ciência e Tecnologia e também da Comissão de Educação, através do nosso Cyro Miranda, que é um homem público devotado, conhecedor dos problemas educacionais do nosso País e interessadíssimo pelo ensino profissionalizante, porque ele sabe que é uma porta aberta para a ocupação dos nossos jovens e o preparo do nosso País para enfrentar os desafios do amanhã.

Encerrada a presente reunião. (*Palmas*.)

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.)

ATA DA 56ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Rodrigo Rollemberg, Ana Amélia, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Osvaldo Sobrinho, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Randolfe Rodrigues, Ângela Portela, Ana Rita, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Armando Monteiro e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura

da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 56/2013-CE, de autoria do Senhor Senador Alvaro Dias, destinado a realizar a Terceira Audiência Pública para "**Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, de autoria da Presidência da República, que 'Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências'**". Como expositores, comparecem à Audiência Pública a **Senhora Maria Alice Setubal, Presidente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Cenpec e da Fundação Tide Setubal; Senhora Professora Doutora Cristina Helena Almeida de Carvalho, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB e Senhor Claudio de Moura Castro, Especialista em Educação**. Prosseguindo, a Presidência comunica que, devido a problemas de transporte aéreo, os Senhores Expositores João Batista Araujo e Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto e José Francisco Soares, Professor Titular Aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, não puderam comparecer a presente reunião. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Luis Cláudio da Silva Rodrigues Freitas, Procurador do Banco Central do Brasil; Senhora Ilda Rodrigues, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo – APAMPESP; Senhor Erlando Alves, Representante do Instituto Marina Silva; Senhora Valéria Cabrera, Representante da MVL Comunicação; Senhora Maria Madalena Nobre, Representante da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; Senhor Ricardo Caratti, Representante da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; Senhor Josevaldo Cunha, Professor da Universidade Federal de Campina Grande e Diretor do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior; Senhor João Negrão, Professor da Universidade Federal do Paraná e Diretor do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior; e Senhores Ricardo de Azevedo Soares e Roberto Motta, Representantes do Sindicato dos Servidores da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro – SISEJUFE. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros a Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Alvaro Dias, autor do Requerimento, e os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Inácio Arruda e Cyro Miranda. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CYRO MIRANDA**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação dela.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 56, de 2013, desta Comissão, de autoria do Sr. Senador Alvaro Dias, para realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. (*Pausa*.)

Também foram convidados o Sr. José Francisco Soares, professor titular aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais, membro do Conselho Científico da Associação Brasileira de Avaliação Educacional; e o Sr. João Batista Araújo e Oliveira, presidente do Instituto Alfa e Beto. Por questões, um, de logística; o outro, por não conseguir vaga nos voos, não puderam comparecer.

Gostaria também de informar que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e ainda pela internet: www.senado.gov.br/tv/canaldois.

Em primeiro lugar, eu agradeço muitíssimo a presença dos ilustres convidados:

– D. Maria Alice Setubal, Presidente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação

Comunitária (Cenpec); e Presidente da Fundação Tide Setubal;

– Profª Drª Cristina Helena Almeida de Carvalho, professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB);

– Sr. Cláudio de Moura Castro, especialista em educação e que, todas as semanas, entra em nossas casas, através de seus artigos.

Concedo, então, à palavra à Drª Maria Alice Setubal, pelo tempo de 20 minutos, que, se houver necessidade, prorrogaremos.

A SRª MARIA ALICE SETUBAL – Bom dia a todos e a todas.

Gostaria muito de agradecer o convite para participar desta audiência. Eu acho que é uma honra poder estar aqui, discutindo, como membro da sociedade civil, sobre um tema de tanta relevância quanto o Plano Nacional de Educação.

Eu gostaria de iniciar esta fala, destacando a importância, para a área de educação, de um plano em que a gente possa estar articulando em cima de um regime de colaboração e definindo diretrizes, metas e resultados.

Acho que isso é um grande avanço para o País. Se pensarmos no primeiro Plano Nacional de Educação, acho que, nesse segundo plano, houve avanços significativos, principalmente se levando em conta que houve uma diminuição das metas e que, com isso, houve uma maior possibilidade de acompanhamento e monitoramento por parte da sociedade civil e dos diferentes grupos e instâncias de debate.

Um terceiro ponto que gostaria de ressaltar é a importância do processo democrático dessa discussão do Plano Nacional de Educação. Sem dúvida, nós ainda somos um país jovem, ainda estamos aprendendo a democracia, e, portanto, talvez esse processo democrático tenha se estendido demais. Mas, por outro lado, gostaria de ressaltar a importância de ouvir os diferentes setores da sociedade, os diferentes segmentos, a importância do processo com as conferências municipais, estaduais e a Conae, em que houve a possibilidade de a sociedade brasileira se manifestar em relação à educação.

Sem dúvida, nós, da área de educação, temos de reconhecer que hoje a educação é pauta da sociedade; hoje a educação é considerada prioridade nas políticas públicas. É um tema de discussão nos diferentes segmentos, extrapolando-se em muito a área de educação.

Então, acredito que o processo democrático e participativo da construção desse segundo Plano Nacional teve também um impacto na sociedade, porque possibilitou que esse tema realmente pudesse extravasar área de educação e ser apropriado hoje como um tema de discussão dentro da sociedade.

Para essa audiência, gostaria de destacar alguns pontos bastante específicos na tramitação do plano no Senado.

O primeiro ponto que gostaria de destacar é a supressão do parâmetro inicial para os investimentos da educação no Brasil, expresso pela CAQi, o Custo Aluno Qualidade Inicial.

Eu gostaria de enfatizar bastante esse ponto, porque o Custo Aluno Qualidade Inicial é um padrão mínimo, definido nacionalmente, de qualidade de ensino.

Foi um processo também de ampla discussão do CAQi; foi uma reivindicação trazida pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação; foi amplamente discutido ao longo dos anos, desde 2002, de 2003 a 2005. Chegou-se a um estudo realmente sério, com dados, com todos os insumos básicos mínimos, com os custos desses insumos, pensando-se desde a parte de construção, depois todas as questões das diferentes instâncias dos profissionais da educação, as diferentes modalidades de ensino, com estudos de casos em cima de escolas.

Então, acredito que foi um tema também amplamente discutido, um estudo que foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação. E acho que, mais do que tudo, o Custo Aluno Qualidade inicial traz para nós da educação o enfrentamento das desigualdades educacionais neste País. E acho que isso é fundamental.

Se nós não enfrentarmos essa questão das desigualdades, dificilmente, no País como um todo, vamos conseguir alcançar um ensino de qualidade, vamos conseguir melhorar os nossos indicadores de qualidade, porque, quando pensamos nas desigualdades educacionais, verificamos que há diversas desigualdades.

Há as desigualdades em relação ao campo e à cidade. Todos os dados mostram os piores indicadores nas zonas rurais. Há indicadores das desigualdades educacionais, pensando nas Regiões Norte e Nordeste em comparação com as Regiões Sul, Sudeste e depois, também, Centro-Oeste. Nós temos desigualdades educacionais enormes nas grandes cidades brasileiras, entre os centros dessas grandes cidades e as periferias dessas cidades.

Então, quando nós fazemos uma análise pelo Ideb – que eu acho que não deve ser o único indicador para nós avaliarmos a educação, mas colocando que é um indicador nacional e nós podemos comparar os diferentes Estados, as diferentes escolas e as regiões –, nós vamos ver nitidamente que os resultados mais fracos na educação estão localizados nos pequenos Municípios rurais, nas escolas das zonas rurais e nas periferias das grandes cidades. E esse contingente

de alunos que está localizado nessas regiões não é pequeno, não é um número residual. Gira em torno de 20% dos nossos alunos nas diferentes modalidades. Então, enfrentar essa questão, para mim, é fundamental para que a gente consiga ter realmente uma educação de qualidade no País como um todo, para que a gente consiga avançar nessa direção. Isso significa muitas coisas. Significa que não adianta só recurso.

Eu acho que essa discussão entre "o que nós precisamos: recurso ou gestão?" é um falso dilema. Nós precisamos de recursos e de gestão para gerir esses recursos. Não adianta, por exemplo, implementarmos o que eu estou aqui advogando, o Custo Aluno Qualidade Inicial, se nós não melhorarmos a gestão desses recursos. Mas, também, só melhorar a gestão não vai resolver a questão da qualidade da educação por si só. Então, para mim, isso é um falso dilema.

E enfrentar as questões das desigualdades educacionais não é apenas enfrentar a questão dos recursos e do financiamento da educação. Sem dúvida, passa por todos os componentes de o que é uma educação de qualidade – que é a formação de professores, que é definir um bom currículo, expectativa de aprendizagem. Enfim, eu acho que existe um conjunto de fatores que faz com que a gente consiga alcançar uma educação de qualidade.

Mas, sem dúvida, a questão do financiamento é fundamental, porque possibilita uma construção adequada, possibilita uma formação adequada dos professores e possibilita, portanto, que a gente consiga cobrar desses professores, consiga cobrar das escolas dadas condições, que ela possa mostrar à sociedade bons resultados em relação à educação, que ela possa se responsabilizar pelos resultados em relação à educação.

Então, eu gostaria apenas de dar alguns exemplos aqui, em termos de o que é o valor pago pelo Ideb e o que seria o valor do Custo Aluno Qualidade inicial. Os dados últimos que eu tenho ainda são de uma fonte de 2010, então eles não estão, realmente, totalmente atualizados. Mas é o dado que é possível nós conseguirmos em termos de comparação.

O Custo Aluno Qualidade inicial faz uma diferenciação entre as diferentes modalidades de ensino. Isso eu acho que também é um ganho, é um avanço muito grande. A creche exige um maior número de profissionais para um menor número de alunos, portanto ela vai ter um custo maior realmente desse custo aluno. A mesma coisa para a pré-escola. Então, nós vamos ter aqui, em relação à creche, à pré-escola e ao ensino rural, custos maiores, porque envolve realmente um maior número de profissionais. No caso do rural, o fato da dispersão das escolas faz com que esse custo seja mais elevado.

Então, enfrentar as desigualdades educacionais é enfrentar essas questões. Realmente, os anos iniciais e o ensino rural necessitam um maior aporte de recursos, dadas a dificuldade e as especificidades que essas modalidades de ensino necessitam.

Isso é pensar realmente no direito à educação em equidade. Pensar que realmente todos têm direito a uma educação de qualidade. Países como o Canadá, como a Finlândia – mas para não citar a Finlândia, a Coreia e outros países –, vamos pensar no Canadá, que é um país maior, que tem uma pluralidade muito grande, uma diversidade cultural muito grande: os melhores professores são alocados para aquelas escolas e alunos que têm maior dificuldade.

Então, o nosso esforço como país é alocar os maiores recursos para onde existem maiores dificuldades, as periferias das cidades, as zonas rurais, o ensino inicial, o que vai fazer com que as crianças que têm pobreza de referências culturais, pobreza sociocultural, mas uma precariedade e vulnerabilidade social muito maior possam ter uma educação inicial, possam ter acesso à creche, possam ter acesso à educação infantil, para que cheguem no ensino fundamental com maior preparo e maior condição de conseguir acompanhar o que é a nossa educação, a partir do primeiro ano de educação do ensino fundamental.

Eu acho que trazer para a União essa responsabilidade da equidade e de uma função redistributiva, no meu entender, é fundamental para que consigamos dar um salto na qualidade da educação no Brasil. Sem isso, vamos continuar aumentando, muitas vezes, as desigualdades entre as escolas.

Existe tendência a uma competição muito grande, há tendência à responsabilização das escolas, o que é muito bom; mas, sem dar as condições necessárias para que aquela escola possa responder por resultados, estamos aumentando as desigualdades entre as escolas e vários dados têm mostrado essa tendência.

Então, o primeiro ponto está diretamente relacionado com o financiamento e com o Custo Aluno Qualidade inicial.

Gostaria de destacar duas outras metas. A Meta 5, que, na atual redação, prevê alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os 8 anos de idade, e no primeiro ano de vigência do plano.

Bom, nós já estamos muito atrasados em relação à vigência desse plano. Mas o que eu vejo como problema... Antes estava como alfabetização em relação à série que a criança estava cursando, e, agora, ao ano.

O que é problemático quando falamos em "alfabetizar até os 8 anos" é pensar nas crianças que não

cursaram uma pré-escola, não cursaram a educação infantil, ou em crianças que estão atrasadas, o que é muito comum no Brasil, por mudança, migração e tudo isso. Então estamos falando em 8 anos e não está correspondendo essa meta de alfabetização a um currículo, às expectativas de aprendizagem.

Aqui, o que eu gostaria de enfatizar é a importância de caminharmos em relação às expectativas de aprendizagem, a importância de nós pensarmos um currículo no País. Qual é o currículo de que estamos falando? Ou pensar um currículo que tenha um núcleo comum básico e, depois, possa ser adequado às especificidades, às características das diferentes regiões do País, um País tão grande como o nosso.

Então, realmente, pensar expectativas de aprendizagem. O que mesmo nós queremos que a criança que chega ao final do primeiro ano tenha aprendido. Muito mais do que pensar em alfabetizar aos 8 anos. Pensar o que nós queremos, em termos da finalidade da educação, ao final de cada um desses anos. Essa meta pode ser ajustada, fazendo uma correlação com as expectativas de aprendizagem.

A outra meta, a alteração da Meta 20, do Senado, sobre o investimento público em educação, suprimindo o termo público. Extingue a necessidade de o Governo investir o dinheiro público em educação pública e adiciona o setor privado.

Eu acho que aqui, realmente, nós temos uma discussão que é complexa. É importante a parceria com o setor privado, mas é importante também ter uma melhor definição de quais são as áreas, ou de onde esses recursos públicos podem ser encaminhados para o setor privado. Então, eu acho que aqui é uma discussão de talvez esclarecer melhor ou especificar melhor onde esse recurso público pode, ou não, ser utilizado em termos do setor privado.

Outro ponto que eu gostaria de enfatizar mais, ainda na Meta 20, foi a retirada da meta intermediária, dos 7%, e só colocar os 10% do PIB na educação. Por quê? Porque a retirada dos 7% faz com que a meta dos 10% a ser cumprida nos dez anos faz com que não haja uma meta intermediária em que a sociedade possa acompanhar e controlar para verificar se nós estamos na direção de cumprir a meta dos 10%. Assim, esse espaço de dez anos é um espaço que quase inviabiliza esse acompanhamento e esse controle da sociedade civil. Se não inviabiliza, ele dificulta bastante. Então, também aqui é o reforço da importância de voltar à meta intermediária de 7%, principalmente pensando nessa questão do acompanhamento e do controle pela sociedade civil e pelas diferentes instâncias governamentais.

Há muitos pontos em que o plano nacional avançou, e eu destacaria a valorização do professor. Como educadora, a questão do professor é fundamental; eu sempre falo que nós não vamos ter uma educação melhor do que a qualidade dos nossos professores. Então, pensar em valorização da profissão professor; realmente levar à sério que professor não é uma vocação, mas é uma profissão. Portanto, pensar-se na implementação de planos de carreira; em uma formação inicial do professor adequada à realidade da escola; nas diferentes pós-graduações e em como nós vamos poder fazer com que esses 200 mil professores que nós não temos e estão faltando no Brasil hoje – só 200 mil a 250 mil, esse dado varia, mas, enfim, é um número bastante alto –; como nós vamos atrair profissionais para que eles possam vir para a sala de aula e assumirem principalmente as áreas das exatas, Física, Química, Ciência, Biologia, onde existe uma falta enorme de professores.

Assim, a importância do plano; da valorização do professor e de pensar-se o professor como profissão. É importante a carreira do professor; não é apenas o salário. O salário é importante, sim, mas é a carreira, ter a carreira do professor como uma profissão neste País; e ser valorizado como uma profissão e, portanto, a questão da formação inicial é fundamental.

Finalmente, eu gostaria de destacar a relevância da Meta 19, que fala da questão da gestão democrática para a educação que queremos. Por que eu gostaria de destacar isso? Como eu falei no início, acho que nós estamos aprendendo ainda o que é democracia; nós estamos aprendendo o que é participação; como participar. Acho que erramos muito, mas também estamos avançando bastante em vários desses pontos.

E para enfatizar a gestão democrática, eu gostaria de destacar três pontos que me parecem fundamentais e relevantes nesse destaque do que seria essa educação. Primeiro, uma gestão democrática internamente, dentro da escola, possibilita o espaço, a discussão entre os professores, os profissionais e os educadores todos de uma escola, a possibilidade de um planejamento e de uma formação em um espaço coletivo, que parece uma coisa óbvia, mas que nós não conseguimos alcançar nas nossas escolas ainda hoje. Nós temos poucos espaços de formação internos na escola e quase nenhum planejamento. Em algumas escolas se faz – as secretarias – um planejamento de um dia no começo do ano e isso passa ao longo dos anos.

Então, a importância de pensar uma gestão democrática é a importância de pensar os espaços coletivos internos à escola que são espaços que possibilitam a formação dos professores e um planejamento,

em que se possa articular minimamente as séries – o que foi dado de uma série para outra, de um ano para outro – e uma articulação mínima entre as diferentes disciplinas. Quer dizer, nós estamos longe de alcançar uma coisa básica que é isso que estou falando desses espaços de planejamento e formação.

O segundo ponto que acho fundamental ao pensar a gestão democrática é pensar uma escola aberta à comunidade. Eu acho que hoje em dia nós temos falando bastante da importância dos pais dentro da escola, na escola, para participar, acompanhar, exigir e pressionar pelos resultados, pela aprendizagem dos seus filhos. Então, uma escola aberta à comunidade é uma escola que vai integrar os pais nessa escola, mas é uma escola que também vai integrar os problemas, a potência daquela região onde ela está inserida da comunidade, os diferentes desafios, e vai trazer para dentro, para discutir aquelas questões internamente ao currículo da escola.

Quer dizer, trazer essa escola próxima da realidade do dia a dia é fundamental. Nós estamos perdendo os nossos jovens de ensino médio, porque eles acham que a escola está completamente desligada do mundo real. As pesquisas mostram que eles estão deixando o ensino médio não apenas por trabalho, mas o principal fator de desistência do ensino médio é o desinteresse pela escola.

Então, acho que isso é grave. Nós temos uma escola que está defasada, bastante defasada, não só pelas tecnologias, mas também pelas tecnologias e pela sua incapacidade de estar se relacionando com o mundo real.

Então, é a importância de uma gestão democrática de uma escola que esteja aberta ao diálogo, à comunidade, e onde esse conhecimento que é gerado na escola e é transmitido para os seus alunos possa também impactar na comunidade e essa comunidade também trazer novos conhecimentos para dentro da escola.

E finalmente acho que existe uma gestão democrática externamente à escola. Então, existe o interno, o entorno da comunidade e as diferentes estâncias, que são os conselhos de educação, em diferentes níveis, e conselhos do Fundeb e de outras questões que envolvem a educação.

Então, é a importância de nós fortalecermos esses conselhos, para que realmente a educação possa ser apropriada pela sociedade, mas de uma forma responsável. Quer dizer, a sociedade é responsável também pela qualidade da educação.

Assim, esses conselhos do Fundeb, não só para saber se esse dinheiro está sendo usado da forma adequada, o que é muito importante, mas para saber se aquele recurso do Fundeb está realmente trazendo resultados novos para a educação. Eu acho que essa é a função dos conselhos, tanto do Fundeb, como os conselhos de educação em nível municipal, estadual e nacional.

Quer dizer, é nós valorizarmos essa voz da sociedade como a importância desse controle social e a importância de que a educação tenha de prestar contas, de verdade, para a sociedade. Mas não é prestar contas apenas quando saiu o Ideb, quando a imprensa coloca o ranking das escolas de uma forma absolutamente inadequada, mas é prestar contas de quanto aquela Secretaria realmente está dando condições para que as escolas possam desenvolver um bom trabalho. E se, dadas as boas condições, a escola está retornando realmente para a sociedade de uma forma adequada e se responsabilizando por essa educação.

Então, não são apenas as escolas e os professores, mas somos todos nós. E aí há a questão da gestão democrática e o aprimoramento desses mecanismos me parece fundamental.

Acho que era isso que eu gostaria de falar neste primeiro momento, e, depois, estaremos nas perguntas que se fizerem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigada, Srª Maria Alice Setubal.

E acho que isso vai ser amplamente debatido, principalmente no ponto em que toca que recurso não é o fundamental, mas sim a gestão e o planejamento.

Ninguém vai mudar a qualidade do ensino no Norte onde uma professora primária ganha R$701,00 em média. Se passarmos para R$1.500,00 a qualidade vai ficar a mesma. Então, falta a gestão e o planejamento.

Gostaria também de registrar a presença do Sr. Luís Cláudio da Silva Rodrigues Freitas, Procurador do Banco Central do Brasil; da Srª Hilda Rodrigues, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo; Sr. Erlando Alves, do Instituto Marina Silva; Srª Valéria Cabrera, do Movimento Comunicação; Srª Maria Madalena Nobre, da Federação Brasileira de Associações de Síndrome de Down.

Com muito prazer, concedo a palavra à Professora Drª Cristina Helena Almeida de Carvalho, Professora da Universidade de Brasília, UnB, pelo tempo que for necessário.

A SRª CRISTINA HELENA ALMEIDA DE CARVALHO – Bom dia a todos.

Em nome do Presidente, o Senador Cyro e o requerente, Senador Alvaro Dias, cumprimento a Mesa, os meus colegas aqui, a todos os presentes.

Minha fala está relacionada essencialmente à Meta 20, embora, obviamente, a Meta 20, que é relacionada ao financiamento, tenha vinculação expressa com todas as demais metas. Não é à toa que é a última meta.

Sou professora da Faculdade de Educação, minha formação é economia. Então, talvez, vá apresentar vários dados justamente para tentar ilustrar quais são os meus argumentos.

Vamos apresentar aqui.

Qual é o objetivo, então? Na verdade, a minha fala está restrita a dois objetivos. O primeiro é analisar os marcos legais estruturais do financiamento da educação brasileira, seus dilemas e desafios relacionados ao ingresso, à permanência em educação e com qualidade. E o segundo objetivo, que é mais específico, é justamente investigar a trajetória das modificações na Meta 20, que trata especificamente do financiamento, do projeto de lei até a chegada aqui na Comissão de Educação.

Foi um desafio até proposto nesse convite; justamente confrontar os documentos desde o projeto de lei inicial ao projeto de lei da Câmara e aqueles modificados pela comissão de economia e pela comissão de assuntos jurídicos. Vou fazer essa trajetória de quase três anos de elaboração do projeto de lei do Plano Nacional de Educação.

Para começar a falar um pouquinho de financiamento, eu estou levando em consideração alguns marcos legais que vão, desde a Constituição de 1988, que é o nosso marco, a comemoração de 25 anos esse ano da promulgação da Constituição e esses artigos referentes às fontes de financiamento público e os arts. 211 a 214, que tratam especificamente da educação.

Vou falar também da mudança que foi feita em relação ao financiamento da educação, promovida pelo Fundo Social de Emergência transformado em estabilização fiscal e, depois, em Desvinculação das Receitas da União, a chamada DRU, que efetivamente reduziu os recursos para a educação entre o período de 1994 até 2009.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, especificamente os arts. 68 a 77, que tratam da educação e do financiamento da educação e do financiamento da educação. A Emenda Constitucional 14, que instituiu o Fundef, que muda as regras de financiamento, que faz uma minirreforma tributária específica para o financiamento com a constituição dos fundos. A Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000, que é uma lei complementar, que define regras estritas de gastos com pessoal na esfera da União, dos Estados e dos Municípios.

Do Plano Nacional passado tenho referência a toda a discussão que houve durante o Plano e a sua elaboração.

A Emenda Constitucional 53, que define o Fundeb e muda as regras do financiamento, sai a discussão do ensino fundamental e da focalização para inclusão da educação básica.

E, por fim, a Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que estende a obrigatoriedade da educação brasileira entre 4 anos e 17 anos, estabelece o fim gradativo da DRU e também define a existência de um percentual do PIB para educação. E o nosso projeto de lei, que será o último tema de nossa apresentação aqui.

Dados os marcos legais, vou partir do federalismo educacional brasileiro, que acho interessante destacar. O sistema federal é responsável essencialmente pela educação superior e pelo ensino técnico em sua oferta educacional, ainda assim com possibilidade de oferta de educação infantil, ensino fundamental e médio.

A participação da União é muito restrita nessas etapas da educação básica, mas ainda assim oferece poucas escolas nessa rede federal.

A rede federal também é responsável pela regulação das instituições de educação superior privadas, isso definido tanto na Constituição, mas principalmente na LDB. Isso é importante, porque define o sistema federal e inclui todas as instituições privadas nesse sistema federal. A função clara da União é regulamentar e regular esse sistema através das suas instituições federais.

Nos sistemas estaduais – são 27 sistemas estaduais –, um deles é o DF, a prioridade é o ensino fundamental e também o ensino médio na oferta educacional. Ainda assim, os Estados podem oferecer educação infantil e educação superior. A regulação deles fica restrita às instituições de educação superior municipais e escolas de ensino fundamental e médio privadas.

No caso dos sistemas municipais, que são mais de 5 mil sistemas municipais, esses sistemas são responsáveis prioritariamente pela educação infantil e pelo ensino fundamental. Há possibilidade de oferecer ensino médio ou educação superior, só que em condições especiais, quer dizer, além dos recursos já destinados constitucionalmente e desde que a educação infantil e o ensino fundamental cubram toda a demanda por vagas. Então, só ensino médio e educação superior têm que ser definidos nessas condições especiais. E os sistemas municipais também ficam responsáveis pela regulação das escolas de educação infantil privadas.

O DF funciona como Estado e Município. Então, ele atua tanto no ensino médio como no ensino fundamental e na educação infantil. Esse federalismo

educacional é importante para começar a falar de financiamento, porque ele dá as bases do financiamento. O financiamento, ou federalismo, dado pelo orçamento de cada ente federado, também está relacionado com essas atribuições e competências definidas pela LDB. Nós não podemos esquecer essas relações aqui.

Seguindo um pouquinho mais, a própria LDB define no art. 68 quais são os recursos específicos para educação. Então, nós vamos chamar a atenção essencialmente do primeiro, que são as receitas de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a receita de transferências constitucionais e outras transferências, a receita do salário educação de outras contribuições sociais, a receita de incentivos fiscais e, por último, outros recursos previstos em lei e, neste caso, essencialmente há uma mudança recente, que é a discussão do pré-sal, dos *royalties* do petróleo e do Fundo Social.

Então, com relação ao primeiro, que é a receita de impostos próprios, fiz também um quadro aqui que acho é interessante para destacar quais são os impostos. O Imposto de Importação, que é responsabilidade da União, previsto no art. 153 da Constituição; o Imposto de Exportação; o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural; o Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI; o Imposto sobre Operações Financeiras; o Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, tanto pessoa física quanto jurídica; e, por fim, o Imposto sobre Grandes Fortunas, que aguarda, desde a Constituição de 1988, a sua respectiva regulamentação em lei complementar.

Então, de fato ele não vigora, porque não há uma lei complementar que faça com que ele funcione, mas ele está previsto na Constituição de 1988.

No caso dos Estados, no art. 155, os Estados arrecadam o ICMS, o IPVA e o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), também os três previstos no art. 155 da Constituição. E, por fim, os Municípios têm a arrecadação restrita ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); ao Imposto sobre Transmissão de Bens *Inter Vivos* (ITBI); e ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

Novamente, o Distrito Federal arrecada os seis impostos, funcionando como Estado e Município ao mesmo tempo. Este é um quadro resumo da situação da receita de impostos, porque é sobre ela que incidem os recursos para educação.

Além disso, outro ponto importante é lembrar que os Estados e Municípios contam também com transferências vindas da União. As transferências constitucionais são definidas de modo a tentar reduzir as desigualdades entre os entes federados em matéria de arrecadação. Então, os Estados recebem recursos da União e, por sua vez, também repassam parte dos seus recursos próprios para os Municípios. O Distrito Federal também recebe recursos da União e os Municípios recebem tanto dos Estados como da União. Então, a ideia das transferências constitucionais que estão essencialmente vinculadas aos fundos de participação – para os quais chamo a atenção – são justamente para tentar reduzir as desigualdades de arrecadação e, com isso, diminuir as grandes desigualdades ou pelo menos mitigar as desigualdades na prestação dos serviços dos diferentes entes federados. E nesse caso específico para a educação, que é o nosso caso.

O Fundo de Participação dos Estados, que inclui o Distrito Federal, tem na sua composição uma parcela do Imposto de Renda e do IPI, 21,5% de ambos compõem o Fundo de Participação dos Estados, que tem regras claras de divisão entre cada um deles.

E o Fundo de Participação dos Municípios tem a mesma fonte originária de arrecadação da União, o Imposto de Renda e o IPI.

Então, esses dois são muito importantes, principalmente para os Municípios mais pobres, porque muitos deles no Brasil sobrevivem essencialmente com o Fundo de Participação dos Municípios. Esse é um problema sério, já que a arrecadação é insuficiente e os Municípios que têm que arcar essencialmente com educação infantil, como a professora Maria Alice chamou a atenção, que é uma etapa da educação básica que deve ser muito cara mesmo para ser de qualidade. Os Municípios têm essa responsabilidade sozinhos.

Essa dependência com recursos do Fundo de Participação dos Municípios é muito presente nos Municípios brasileiros.

Outras transferências de impostos entre os entes federados – e não vou me estender. Temos várias outras aqui naquele quadrinho de transferências para destacar: o Imposto de Renda Pessoa Física, o IOF, o IPI, o ITR, recursos da União para os Estados, Distrito Federal e Municípios, e, no caso dos Estados, o IPVA e o ICMS de Estados para Municípios. A ideia é justamente tentar reduzir essas desigualdades.

Efetivamente não se conseguiu reduzir completamente. Ainda temos muito que avançar, mas a existência desses fundos já é uma parte importante na tentativa de pelo menos minimizar essas grandes desigualdades, imaginando que a União é a que mais arrecada de todos os entes federados; em seguida, os Estados e, por fim, os Municípios.

Com relação à vinculação de recursos, eu fiz uma comparação nesse quadro entre a Constituição e a LDB. A LDB obviamente é uma lei subordinada à Constituição, ela não pode estar em desacordo à

Constituição, e ambas definem o mínimo para se gastar com educação. A União tem que gastar no mínimo 18% da sua receita de impostos; os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 25% também no mínimo, no que nós chamamos de manutenção em desenvolvimento do ensino.

E aqui destaco ensino porque a Constituição não faz nenhuma referência a ensino público, ela fala de ensino de uma forma geral.

A LDB chama a atenção para os mesmos percentuais, porém diz claramente que também é possível aplicar outros percentuais definidos pelas Constituições estaduais ou pela lei orgânica de cada Município.

Destaco também aqui, no art. 69 da LDB, que a referência não é mais ao ensino simplesmente, mas ensino público. É a diferença entre as duas, que vai aparecer novamente inclusive no debate nosso aqui no Plano Nacional de Educação.

Os recursos que ficam para a educação fazem parte do que cada um arrecada mais o que cada um recebe de receita dos outros entes federados. Então, são compostos do que se arrecada como recurso próprio mais as transferências recebidas dos demais entes federados. Esses são os recursos que compõem aqueles necessários à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Chama a atenção o art. 70, o que é a manutenção do desenvolvimento do ensino, de que forma esses recursos podem ser usados, como cada Estado, cada Município deve, através da sua Secretaria, respeitar essas questões. Esse é um ponto importante. Os recursos para educação têm que ser destinados essencialmente à remuneração e ao aperfeiçoamento de pessoal e profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações de equipamentos; uso de bens e serviços vinculados ao ensino. Levantamentos estatísticos relacionados à qualidade de expansão; realização de atividades meio. E hoje cada vez é mais frequente nas escolas as atividades meio sendo realizadas por empresas terceirizadas, essencialmente na área de limpeza. Isso é muito frequente nas escolas, então também faz parte dos recursos para manutenção do desenvolvimento do ensino. A concessão de bolsas de estudo para as escolas públicas e privadas. Amortização e custeio de operações de crédito e aquisição de material didático/escolar e manutenção dos programas de transporte escolar.

Então, esse artigo define claramente quais são os limites para o gasto com educação. São esses que devem ser obedecidos.

O art. 71, que não vou abordar aqui, trata dos elementos que não podem ser usados para gasto com educação, justamente para restringir também o caráter discricionário do gestor no recurso para o que a gente chama de manutenção do desenvolvimento do ensino também com a sigla de MDE.

Quero destacar também aqui que, na verdade, quando se tem toda a discussão do financiamento público, o financiamento público também tem um destino para a iniciativa privada. Então, ele tem o destino de financiamento direto, previsto no art. 213 da Constituição, que fala essencialmente da bolsa de estudo para o ensino fundamental e médio; quando as escolas públicas não conseguirem oferecer educação próxima da residência do educando, esse é um destino direto de recursos públicos; no pagamento de bolsas de estudo para os alunos com dificuldades financeiras. Mas também, essencialmente, financiamento público à iniciativa privada aparece de forma indireta, através da imunidade e da isenção tributárias nos estabelecimentos educacionais.

Destaco aqui o art. 150 da Constituição, que fala da imunidade dos estabelecimentos educacionais considerados não lucrativos. O estabelecimento educacional não lucrativo não tem incidência de impostos sobre a renda, sobre os serviços e sobre o patrimônio. Esse é um ponto importante porque é o financiamento indireto, já que há uma renúncia fiscal de impostos, essencialmente, que deveriam contribuir para a arrecadação e para o gasto na educação pública.

Outro ponto são as isenções fiscais, a suspensão de pagamentos de impostos e contribuições. E aqui eu destaco, essencialmente, na educação superior, os impostos e contribuições que foram isentos, as instituições que aderiram ao ProUni e a isenção da cota patronal do INSS para as instituições filantrópicas. Essas instituições não pagam essa cota patronal do INSS, reduzindo os recursos para a Previdência Social.

Quero destacar esse ponto porque, na verdade, é o direcionamento de recursos para a iniciativa privada, que faz parte definida nos arts. 150 e 213 da Constituição brasileira.

A outra fonte de recurso é o salário-educação, que tem uma alíquota de 2,5 sobre a folha de contribuições das empresas ou das instituições à Previdência Social e ele é uma fonte de recursos porque está associado, essencialmente, às funções supletivas e redistributivas da União, também definidas pela Constituição. A Profª Maria Alice também falou sobre isso. A contribuição social do salário-educação gera recursos para o FNDE, que, na sua cota federal, usa esses recursos para financiar boa parte dos seus programas, essencialmente programas como o Programa Nacional do Livro Didático, do Dinheiro Direto na Escola, um programa de 1995, bastante interessante, que descentraliza o

recurso diretamente da União para a escola; o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo); e, por fim, relacionado à educação infantil, o Proinfância, que reestrutura e adquire equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil.

Então, o FNDE tem um papel importante na função redistributiva e supletiva. Ainda é necessário avançar muito nessas funções. A atribuição da União dessas funções é essencial para a nossa discussão aqui, mas cabe destacar o papel do salário-educação nessa questão.

O que há de novo, já não tão novo, mas que muda as regras do financiamento? Na verdade, a grande mudança foi a constituição dos fundos contábeis do financiamento da educação. O Fundef vigorou de 1998 até 2006, e o Fundeb, de 2007 a 2020. Temos aí um tempo para acabar, 2020 é o último ano do Fundeb, definido no Ato das Disposições Transitórias da Constituição.

O Fundef tem uma característica específica, que é uma política bastante focalizada, já que ele especificou recursos para o ensino fundamental. O que ele fez foi subvincular parte desses impostos e transferências, 15% dos 25%, para os Estados e Municípios, desses, o mínimo de 60% para os profissionais do magistério.

Definia-se nesse novo arranjo de financiamento um custo aluno nacional/ano mínimo a ser adotado por todos os 27 fundos estaduais do Fundef, e a repercussão da política foi a municipalização forte das matrículas e a universalização do ensino fundamental. Porém, esqueceram-se dos demais níveis educacionais. O ensino fundamental, o ensino infantil, a educação de jovens e adultos acabaram perdendo recursos em prol do ensino fundamental. E a complementação da União, que tanto se esperava, como novos recursos, realmente não veio. Inclusive, usava-se parte do salário educação, que já era destinado à educação, para a complementação da União, já que a Lei do Fundef permitia esse tipo de coisa.

Com o Fundeb, a política, agora, passa ser um pouco diferente. Ela deixa de ser focalizada, porque vai atuar na educação básica como um todo, e passa a ser indutora da área de atuação.

O que estou querendo dizer com isso? Cada ente federado, para receber recursos do Fundeb, tem que atuar na sua área definida pela LDB, como eu mostrei em um dos primeiros eslaides aqui. Então, o Estado recebe, em função das matrículas, não no ensino fundamental e no ensino médio; e os Municípios recebem, em função das matrículas, na educação infantil e no ensino fundamental.

Nesse caso, a subvinculação cresce um pouco. Então, dos 25% dos recursos mínimos para a educação, Estados e Municípios, 20% deles vão ser subvinculados ao Fundeb, retirando-se daí os Municípios. Toda a arrecadação municipal não faz parte do Fundeb, a arrecadação própria dos Municípios. É Um dinheiro que fica a mais para os Municípios, para gastarem também com educação básica e outros programas prioritários.

Bom, amplia-se obviamente a cobertura, envolve a educação básica pública e também as creches conveniadas – as creches conveniadas estão também no Fundeb. Essa redistribuição definida com o custo/aluno anual para cada etapa – então, cada etapa tem uma ponderação diferenciada, para justamente ter a diferenciação em relação ao custo de cada etapa educacional.

O que há de novo também, além da redistribuição que vai acontecer dentro de cada Estado, como já acontecia no Fundef, é a importância da complementação da União. Quer dizer, a União, pela lei do Fundeb, passou a destinar R$2 milhões dos recursos próprios, R$3 milhões e R$4 milhões e meio nos três primeiros anos e, a partir desse ponto, 10% do que se arrecada do Fundo entre Estados e Municípios, justamente para complementar os recursos que faltam na definição do custo aluno/ano. A União tem esse papel, um papel importantíssimo de suprir recursos adicionais do Fundeb, principalmente para Estados – no caso, no Brasil, hoje, nove Estados brasileiros necessitam dessa complementação para suas atividades diárias na área da educação.

Eu trouxe aqui, já falando mais especificamente do projeto de lei – eu peguei o projeto de lei inicial –, chamei a atenção aqui para algumas taxas, taxa de atendimento, taxa de analfabetismo e taxa de escolaridade.

Eu peguei dados de 1998 e dados de 2009 e comparei com a Meta definida do PNE no projeto de lei que foi encaminhado ao Congresso.

Então, vou chamar atenção essencialmente para a taxa de atendimento de 0 a 3 anos. É uma meta de chegar, dez anos após a aprovação do Plano Nacional de Educação, a 50% das crianças de 0 a 3 anos, uma meta bastante ambiciosa, já que nós estamos próximos de 20%. Então, temos mais que dobrar o número de crianças nessa fase de 0 a 3 anos com acesso a creches.

De 4 a 17 anos, as três faixas etárias, a meta é chegar a 100%, justamente de acordo com a emenda de 2009, que define de 4 a 17 anos direito público subjetivo e, por isso, as crianças de 4 a 17 anos, os adolescentes até 17 anos, devem ser todos incluídos na escola.

E aqui eu chamo atenção para um dado, de 15 a 17 anos, 85% de alunos matriculados – só que aqui eles estão matriculados em qualquer nível educacio-

nal. Então, boa parte dos de 15 a 17 anos não está no ensino médio, ainda está, nesse dado aqui, inclusive, no ensino fundamental, com amplas taxas de repetência, com amplas taxas de defasagem idade-série.

Outro ponto importante é a taxa de analfabetismo, que percorre toda a nossa discussão educação presente e passada, que é a erradicação do analfabetismo, que é um elemento chave para a construção de uma Nação menos desigual. Ainda temos problemas sérios com relação à taxa de analfabetismo absoluto e funcional. A meta é chegar a zero, no caso do absoluto, é uma questão prioritária, como sempre, mas ainda muito distante de ser alcançada.

E, por fim, as três taxas de escolaridade, que são referências inclusive em termos internacionais.

A taxa líquida do ensino médio, que estamos em torno de 50% – a professora chamou a atenção que há inclusive um desinteresse muito grande dos alunos em frequentar o ensino médio, as matrículas têm caído no ensino médio – e a meta é chegar no ensino médio a taxa líquida de 85%. Então, a meta é bastante ambiciosa.

Com relação à educação superior, à taxa bruta de educação superior, a meta é justamente chegar a 50%. É uma meta, inclusive, que só foi colocada nesse plano, não existia no plano anterior. Então, a meta aqui é chegar a 50% da taxa bruta de educação superior, e nós aí não chegamos a 30%. Então, é outra meta bastante ambiciosa.

E a taxa líquida de educação superior, que é uma das mais baixas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nós estamos aí com uma taxa que não chega a 15%, e a meta do PNE é chegar a 33%, mais que dobrar a taxa líquida de educação superior.

Então, eu estou mostrando só metas quantitativas, não discuti o Ideb, não vou discutir, não é meu foco, mas é óbvio que estou levando em consideração que todas elas devem considerar não só a expansão mas também a qualidade dessa expansão.

Então, só com as metas quantitativas já dá para ter uma ideia de que o nosso desafio é muito grande e que, obviamente, envolve recursos. Não há possibilidade de falar nessa expansão e atingir essas metas quantitativas sem mais recursos para a educação, ainda que, claro, gestão e planejamento sejam essenciais para que esse dinheiro seja muito bem utilizado.

Esses dados – eu os retirei do Inep – mostram a relação do que eles chamam de investimento público total, que significa gastos com educação pública e educação privada. Então, de 2000 a 2010 houve uma grande expansão em relação ao percentual do PIB. Em 2011, o último dado do Inep divulgado, que está na página do Inep, todos podem consultar, foi de 6,1%. Houve um crescimento expressivo nos ensinos fundamental e médio dos recursos para educação; e a educação superior chega a 1% do PIB.

Outro dado já fala de investimento público direto. Para investimento público direto, o Inep considera apenas os recursos para educação pública em todos os níveis: de 6,1% vai para 5,3%. Então, entre 5,3% e 6,1%, está uma parcela destinada às instituições privadas. Aqui, essencialmente às bolsas de estudo, aos recursos vindo do ProUni, do Fies, do Pronatec, não do Pronatec para 2011, mas do Pronatec mais para a frente. Eles são essa diferença entre investimento público direto e total.

Esta é a grande discussão: como nós estamos hoje e aonde queremos chegar. Essa é a grande questão.

Só que apenas o dado do percentual do PIB me parece enganoso. Vou usar essa palavra talvez muito forte, porque, na verdade, a gente tem de investigar outras questões por trás desse dado. “Ah, que bom, chegamos a 6% do PIB”. O que significa isso? Eu acho que um dado mais interessante é olhar quanto desse valor representa por aluno/ano. Então, nessa representação por aluno/ano, nós estamos falando, em 2000, de menos de R$2 mil médio/ano no Brasil. Entre 2000 e 2011 o crescimento foi bastante expressivo. Nós não chegamos a R$5 mil médio/ano por aluno. Especificamente na educação infantil, o crescimento foi expressivo de 1.800 para 3.700; no ensino fundamental, também e no ensino médio.

Na educação superior o crescimento foi bem menor, inclusive reduziu a proporção educação superior e educação básica, que antes era de 11 passou a ser menos de 5. Então, dá para perceber, pelos dados oficiais fornecidos pelo Ministério da Educação e do Inep, que essa relação custo por aluno ou investimento por aluno, como ele chama aqui na tabela, é bastante insuficiente. Bom eu não sei. Será que é ou não insuficiente? Para isso, o que eu fiz? Na verdade, eu fui buscar os dados de uma publicação feita anualmente pela OCDE, chamada *Education at a Glance.* Justamente para fazer uma comparação arbitrária, eu escolhi alguns países, escolhi a média dos países da OCDE e a média da União Europeia para fazer comparações com o Brasil. Estes dados estão disponíveis também na *Education at a Glance*, é um relatório anual, e os dados do *Education at a Glance* de 2013 se referem ao ano de 2010, mas são os dados mais atualizados.

Por exemplo, o Brasil que eu deixei aqui ensacado, na referência da OCDE, gasta 5,6% do PIB com educação e, no caso do Brasil, o asterisco representa exclusivamente educação pública. Esse dado está um pouquinho diferente porque ele está relacionado

ao dólar PPC (Paridade do Poder de Compra), que é usado justamente para fazer as comparações com os demais países. Então, essa pequena diferença justamente pelo PPC. E aí eu fiz uma comparação com a Suíça. Obviamente são países completamente diferentes em tamanho, em complexidade de problemas, desigualdades, não há a menor dúvida disso, mas é só para comparar que os 5,6% que são para ambos, e, para ambos, apenas para as instituições públicas, o valor por aluno é muito diferente. No caso do Brasil são US$3.067, dólar em PPC ou PPP, como queiram: inglês ou português, e no caso da Suíça é próximo de 15 mil PPCs em dólar. Então, quando nós comparamos apenas o percentual do PIB, acaba sendo enganoso porque refere-se a várias questões: o PIB *per capita*, o crescimento, o tamanho do PIB. Então, todos esses elementos têm que ser considerados quando se fala em financiamento. Isso aqui é apenas para comparar os dois.

Dá para perceber que o Brasil está em penúltimo lugar na média desses países, na frente apenas do México. E bem distante de Portugal, por exemplo, que gasta mais do que o dobro do que gasta o Brasil, levando em consideração os Estados Unidos, que gastam mais de US$15 mil em paridade de poder de compra.

No caso dos Estados Unidos, não se referem só aos gastos com as instituições públicas, mas também aos gastos das pessoas com as escolas particulares e públicas.

Outro dado interessante para comparar... Aí, eu fui fazendo por níveis. E essa classificação é também da OCDE, que diferencia um pouco da nossa. A pré-primária seria equivalente à educação infantil. Então, o Brasil tem um gasto *per capita* por aluno de em torno de US$2.111 por ano, sendo que outros países, por exemplo, a partir da Suíça, gastam mais que o dobro. No caso da pré-escola e da creche, nós estamos em último lugar desses países.

Ainda chamei atenção para Chile, Argentina e México, três outros países que estão na América Latina e estão ainda na frente do Brasil em termos de gasto em pré-primário.

Na questão da escola primária, nós estamos em penúltimo lugar em relação ao México também: US$2.778. E bastante distante de todos os outros países. A média da OCDE é de quase US$8 mil por aluno.

Comparando aqui com educação secundária, em último lugar, novamente, com US$2.571, quando países como a Suíça, que foi a referência feita por mim atrás, da comparação do PIB, é a que tem o maior gasto, próximo dos US$15 mil por aluno.

No caso da educação terciária, que nós chamamos aqui de educação superior... E aqui inclui não só a graduação em si, mas também todo gasto com pesquisa, tecnologia, desenvolvimento de inovação, nós estamos um pouco mais próximos da média da OCDE, em torno de US$13 mil por aluno.

Vale destacar que esse dado aqui, até 2010, inclui também, nesses gastos para educação superior, os gastos com os hospitais universitários, com os precatórios, com os aposentados e pensionistas do serviço público relacionado aos professores e funcionários técnicos administrativos. Então, esse gasto realmente é bem mais elevado do que os demais, ainda assim abaixo da média da OCDE, mas um valor bem mais próximo, inclusive, dessa média.

E agora vou chamar atenção. Achei interessante o convite para justamente pensar um pouquinho nessa Meta 20. Então, o que eu fiz? Na verdade, busquei os textos, pois a partir do convite os textos foram fornecidos, não só o PL que eu já tinha, mas o Projeto de Lei da Câmara e os dois pareceres já feitos pela CAE e pela CCJ. Eu comparei os textos não só da meta, mas das estratégias; aqueles que considerei mais importantes, ou talvez aqueles que gerem mais debate.

Então, no caso da Meta 20, o projeto de lei inicial falava exclusivamente da meta de 7% em educação e nada dizia sobre educação pública. Era educação de uma forma geral e tinha uma meta de 7% do Produto Interno Bruto.

O Projeto de Lei da Câmara, que foi elaborado agora, ano passado, fala em educação pública. Então, a vinculação da Meta 20 é exclusivamente educação pública e define duas metas: uma meta intermediária de 7% no 5º ano e uma meta de 10% ao final do decênio; ao final do plano, do período de planejamento dos dez anos.

O documento foi alterado pelos dois pareceres. O texto é praticamente igual. Ambos falam apenas de investimento público em educação e retiram a palavra "pública". Então, aqui deixamos claro que especificamente quanto aos dois pareceres, o recurso seja destinado para educação em geral e não apenas para educação pública, incluindo, no parecer da CCJ, observado o disposto no art. 5º, no § 5º desta Lei, que fala exclusivamente dessas questões com relação à iniciativa privada.

Número de estratégias também foi bem diferente. Inicialmente, o projeto que foi encaminhado tinha seis estratégias, no projeto da Câmara eram onze estratégias e eles foram reduzidos para dez estratégias nas duas Comissões.

Eu vou destacar a 20.3, que fala essencialmente dos recursos do Fundo Social ao Desenvolvimento da Educação inicialmente. O PL da Câmara amplia e define 50% dos recursos da União do Fundo Social

do pré-sal, dos *royalties*, das participações especiais e fala de recursos não só do petróleo, mas também da produção mineral. E todos eles aplicados à manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Esse é o documento que veio da Câmara para o Senado, falando especificamente dos recursos do Fundo Social para a educação pública.

O parecer da CAE muda um pouco essa redação – aliás, muda bastante –, fala dos recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino, retira a palavra "pública", assim como o parecer da CCJ, fala do Fundo Social do pré-sal e fala também de recursos hídricos que podem ser usados para destinar recursos para a educação.

E no caso da CCJ, esses recursos hídricos também foram retirados, deixando-se exclusivamente a participação da compensação financeira do petróleo e do gás. Então, esse é um outro ponto de divergência entre os documentos, a alteração significativa no texto.

As outras duas metas, a Meta 20.5 e a Meta 20.6, falam especificamente do Custo Aluno Qualidade, que é um grande avanço ter o Custo Aluno Qualidade.

No caso, o projeto de lei da Câmara fala claramente da implantação do custo como parâmetro importante para o financiamento. Já os dois pareceres falam especificamente da definição desse custo. Então, aqui a palavra muda e a mudança é significativa, de implementação para definição do custo nesse mesmo período.

Da mesma maneira, a 20.7 fala do avanço do Custo Aluno Qualidade Inicial para o Custo Aluno Qualidade. E, nesse caso, a implementação do Custo Aluno Qualidade, com parâmetro de financiamento, está no projeto de lei da Câmara e, no caso dos dois pareceres, sai a palavra "implementação" e entra a palavra "formulação de metodologia de cálculo". Então, dá para se perceber também claramente que é uma outra perspectiva, que se fala do CAQ, da importância do CAQ, mas implementar, definir, conceituar e criar metodologias são elementos bem diferentes numa implementação de política pública. Eu acho que vale a pena destacar como diferenças.

Considerações finais aqui. Vou deixar algumas questões que chamo de impasses e desafios para a educação brasileira.

A subordinação da política educacional à política fiscal é clara, como qualquer outra política pública, essencialmente as políticas sociais. Temos para a manutenção da estabilidade econômica a definição de uma meta prévia de superávit primário, e é claro que, com isso, os recursos para educação são submetidos a esse superávit primário. O que avançamos na questão educacional foi efetivamente que a educação saiu da desvinculação das receitas da União. A partir de 2009, a DRU foi gradativamente sendo retirada dos recursos para educação. Por sua vez, sobram mais recursos públicos para educação, já que se revincula novamente os recursos da União.

Outro impasse importante relacionado, inclusive, à política fiscal também é o impasse do piso nacional salarial do magistério, que é uma questão de grande polêmica. O piso hoje é de R$1.567,00, em 2013. A discussão clara é com relação à forma de reajuste da variação do Fundeb, que é a forma de reajuste que faz com que, efetivamente, o valor seja razoavelmente aumentado, independente da inflação. Só que há limites claros no teto dos 60% da receita com pagamento de pessoal. A Lei de Responsabilidade Fiscal define esse teto, criando limites para Estados e Municípios, essencialmente para Municípios pequenos, que têm os limites no pagamento do piso e o teto nas receitas vinculadas à educação e a todas as outras áreas. Nós temos uma obrigatoriedade, em cada Estado e em cada Município, de gastar no máximo 60% da sua receita com pagamento de pessoal. Então, esse é um outro ponto que deve ser considerado.

Por fim, o grande desafio é talvez mudar a lógica dessa subordinação. Não é nada fácil. Obviamente, temos elementos claros de restrição da política fiscal, mas essa mudança de lógica parte da definição do Custo Aluno Qualidade. Quer dizer, é definir para a educação básica como referencial de financiamento o Custo Aluno Qualidade, o que é necessário para que se tenha uma educação pública básica de qualidade. É essa definição que é importante para que haja efetivamente recursos suficientes, com boa gestão, com bom planejamento, para que a gente consiga superar essas questões que a gente tem tratado já há alguns anos no Brasil.

O Fundeb, efetivamente, reduziu as desigualdades interestaduais, definindo um custo mínimo/ano nacional – hoje, esse valor é de R$2.221,73, em 2013, o que significa, em termos de valores, R$107 bilhões, segundo os dados do FNDE, e a complementação da União para os nove Estados é R$10,7 bilhões.

O que permanece, se as desigualdades intraestados foram reduzidas de fato, permanecem as grandes desigualdades interestaduais, já que as arrecadações são muito diferentes entre fundos, entre Estados. E é essa questão que permanece agora na agenda.

Chamo a atenção para o caráter provisório do Fundeb, é até 2020. A partir de 2019, já vamos ter que pensar em como ele vai ser reestruturado, se ele permanece como está ou em que ele deve ser aprimorado.

O *Education at a Glance*, documento feito pela OCDE, mostra claramente o baixo gasto por aluno na

educação básica, relativos tanto aos países da OCDE como aos países latinos americanos, então, evidencia-se, claramente, que precisamos de mais recursos para a educação e com o dever claro de estender de 4 a 17 anos as matrículas.

Segundo estudo realizado pelo Prof. Marcelino, da USP, significa colocar mais 4 milhões de crianças e adolescentes na escola, essencialmente na educação infantil, que é responsabilidade dos Municípios, e no ensino médio, que é responsabilidade dos Estados. Dois níveis educacionais que custam mais do que o ensino fundamental.

Lembrando – não vou deixar de chamar a atenção – que o IBGE mostra uma redução da população jovem nos próximos anos, ainda assim, essa redução talvez não tenha impactos tão significativos na medida ...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Prof. Cristina, a senhora tem mais um minuto, por gentileza.

A SRª CRISTINA HELENA ALMEIDA DE CARVALHO – Um minuto.

Essa não vai ser tão significativa porque ela vai ser neutralizada por todo o atraso social que nós temos ainda, educacional, essencialmente, com a educação de jovens e adultos.

Vou correr um pouquinho mais.

Estimativa do impacto financeiro. Foi um texto feito também pelo Prof. Marcelino, que inclusive destaco num anexo porque é uma tabela muito grande, fica difícil a visualização, que mostra que para atingirmos todas as metas com qualidade do PNE, significa chegar a 7%, em 2016, e 10%, em 2020.

No Congresso Nacional, a grande discussão hoje é a definição do PIB para a educação e impasse com relação aos recursos para a iniciativa privada. O ICMS está em primeiro lugar, em termos de arrecadação no Brasil, 7% do PIB, o imposto de renda com 6%.

A minha proposta aqui são recursos adicionais, pensar uma mini ou grande, macro reforma tributária; essencialmente, regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, que geraria mais recursos para a educação; a revisão da imunidade das isenções fiscais à iniciativa privada – não estou propondo acabar com todas, mas fazer uma revisão delas –; a fiscalização do ITR, do ITBI e do IPTU, geraria mais recursos; expectativas de recursos dos *royalties* do Fundo Social; acréscimos de recursos públicos só ocorrem também com crescimento econômico.

A última transparência só faz um resgate da trajetória da Meta 20, que já chamei a atenção.

Muito obrigada, desculpem-me ter passado muito do tempo, agradeço a audição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço a participação da Prof. Cristina Helena.

E, com muito prazer, em seguida, passo a palavra para o Sr. Claudio de Moura Castro, especialista em educação.

O SR. CLAUDIO DE MOURA CASTRO – Bom dia. O título mostra o meu otimismo. Então, nada mais a dizer, passamos ao resto.

A minha apresentação é bem diferente das outras duas. E começo falando de astronomia, meio século atrás, na *Royal Academy of Science*. Havia uma grande discussão sobre que tipo de telescópio botar no Observatório de Londres, e a discussão ia, ia, ia, e, de repente, alguém disse: "Espera aí, com tanta fuligem que há no ar, não dá para ver estrelas de Londres."

Então, havia um erro de essência. Não é por aí, não dá para fazer observatório em Londres, com a poluição que havia. Portanto, há um erro de essência. E o meu ponto fundamental é que houve um erro de essência na construção do PNE.

Vamos voltar a Jean-Jacques Rosseau. Ele criou dois termos que estão tão atuais quanto eram no século XVIII, *volonté de tous,* que é "o somatório do que cada um quer, advocacia em causa própria". Você pergunta a todo mundo o que gostaria, o que os alunos gostariam, o que os professores gostariam de ganhar e por aí afora. O somatório disso é *volonté de tous.*

A ideia de *volonté générale*, que é o denominador comum do interesse coletivo. É o que é bom para todos.

Com isso, temos duas receitas de plano. Um plano baseado na *volonté de tous,* em que se consultam grupos de interesse e sai um plano caótico, inviável, que vai custar mais do que o PIB. Por quê? Porque você pergunta aos professores quanto eles gostariam de ganhar, e, se somar, dá mais do que o PIB, ou seja, a mecânica está errada, como a do telescópio.

Volonté générale: pergunta-se a quem sabe, prepara-se um plano e depois começam as consultas, buscando o equilíbrio e as correções.

Nos países sérios, os planos são feitos pelas melhores cabeças, refletem cenários futuros e refletem o interesse nacional. É isso que se pede às pessoas que façam.

Depois das consultas, legitima-se, ajusta-se, etc. E há sempre uma forte preocupação com o como, com o orçamento e com a implementabilidade do que está sendo proposto.

Temos exemplos no Brasil? Temos dois exemplos bem curiosos. Em 2010, pediu-se a doze educadores brasileiros que fizessem propostas transformadoras. Cada um tinha que dar cinco prioridades, não podia escrever mais de dez páginas. Isso tudo foi reunido e

chegou-se à curiosa, talvez não tão coincidente, conclusão de que entre 80% e 90% das propostas eram, rigorosamente, as mesmas.

O Todos pela Educação criou cinco metas. Essas metas cabem todas numa página e, realmente, parecem exprimir as grandes prioridades. Não são muito diferentes das anteriores, e as metas quantitativas, geradas pelo Todos pela Educação, que foram incorporadas no Ideb.

Então, nós temos exemplos do outro método da *volonté générale* de Rousseau.

O que aconteceu pelo PNE? Ele foi definido como um grupo a ser construído por um grupo de interesse. Ora, o grupo de interesse é representado por alguém que está lá para representar aquilo que é interessante, aquilo que é bom para cada parte.

Aí terminam-se com duas mil propostas – alguma coisa assim –, um excesso de ambição, as incompatibilidades. Por acaso, eu fui a essa grande reunião aqui em Brasília, em que havia três mil pessoas, obviamente, fui vaiado – ninguém se surpreende – e, por acaso, jantei com o Ministro Fernando Haddad, que estava absolutamente horrorizado com o que viu nessa reunião.

Nem todos foram representados. Onde estavam os pais, que pagam impostos e são interessados? Onde estavam as empresas, que pagam impostos e consome o produto? Eles não estavam lá nesse grupo que gerou as propostas.

Portanto, quando nós temos um método *volonté de tous*, segundo Rousseau, o que nós temos? Basicamente é um campeonato de decibéis: quem faz mais barulho entra mais; quem está mais presente entra mais; quanto mais ativismo, maior participação no plano. Obviamente isso não mobilizou as pessoas que sabem e que são respeitadas e que, quando chegaram à discussão, já havia um negócio enorme construído.

Qual o resultado? Equipes do Legislativo fazendo um esforço gigantesco, mas não dá para jogar fora as duas mil metas. Ideias boas, ideias muito boas perdidas numa salada de irrelevâncias e de equívocos.

O que nós temos? Por exemplo, a grande crise no ensino brasileiro hoje – não existe nenhuma outra maior, o ensino médio nunca teve uma crise desse porte, – só tem um artigo: quando tudo é prioritário nada é prioritário. Então o plano não destaca prioridades.

Ensino médio. O artigo que fala da padronização dos ônibus escolares – uma proposta sonhadora, considerando que são mais de 8 mil Municípios, e como é que se vai obrigar o prefeito a escolher ônibus daquela marca e daquele tamanho – é o mesmo parágrafo de que o ensino médio está em crise, pontos extremamente importantes perdidos numa avalanche de irrelevâncias. Informatizar a escola é coisa de prefeito. Doutorado para índio afeta algumas dúzias de pessoas, no máximo, e ocupa aquele mesmo espaço, aquele mesmo artigo com os assuntos mais importantes de todos.

Então, onde é que está o destaque para as grandes crises brasileiras? Primeiro, aprende-se muito pouco. O Ideb mostra, o Pisa mostra, o Saeb já mostrou, o Enem mostra que se aprende muito pouco. Os níveis de aprendizado são lamentavelmente baixos. Há evasão no básico e, sobretudo, 50% de evasão no ensino médio. No médio, a matrícula encolhe, ao invés de aumentar. Ela tinha que dobrar e ela encolhe.

Há excesso de disciplinas. Uma diversificação em que ninguém consegue dizer coisa com coisa, mas está parada. A formação de professores tem teoria e ideologia de mais. Não se ensina nem como ensinar, e nem os professores saem sabendo o conteúdo que eles vão ensinar. Então, essas são as grandes crises, na minha percepção. E são muito parecidas com as que saíram no grupo de 12 pessoas que eu mencionei.

No técnico, nós temos uma carga horária excessiva. É o único país do mundo onde os meninos de classe mais modesta é que querem fazer uma profissionalização. Eles têm mil horas a mais do que aqueles que vão estudar medicina e engenharia.

O como implementar é confuso e, em alguns casos, impossível. Pede-se 90% de conclusão no superior. Os Estados Unidos, que são o país mais rico do mundo e um dos que gastam mais com educação superior, têm 50% de deserção no ensino superior. Como é que nós vamos conseguir 90% de conclusão?

A partir de 40 anos – e é a partir de 40 anos que estão quase todos os analfabetos absolutos –, se revela quase impossível atrair alguém para se alfabetizar. Então, a meta de se erradicar o analfabetismo absoluto é uma meta impossível. O que vai acontecer é que essas pessoas vão ficando velhas e vão desaparecendo, e aí o analfabetismo absoluto desaparece. Porém, desaparece no ritmo da demografia, que a gente não consegue mudar. Então isso, como meta, é uma bobice.

O técnico. A oferta de técnico que está crescendo não é nem no Estado, com exceção de São Paulo, que tem o Centro Paula Souza, e nem no federal, que é muito caro. Ela está crescendo no privado. Ora, se não há nenhuma política no plano de apoio ao privado, esse dobrar é impossível. Na prática, o MEC já começou a apoiar com o Pronatec, mas, no plano, não está.

Agora, o penúltimo item: orçamento, eficiência e custos. Isso não entra na discussão e, a meu ver, deveria entrar.

Temos uns problemas complicados de saber quem manda em quem. O MEC não manda nas universidades, porque elas são autônomas. Então, quase 100% dos

professores estão em tempo integral, supostamente para fazer pesquisa, e 90% das universidades federais não fazem pesquisa de forma significativa, e o MEC não pode fazer nada. Isso é só para dar um exemplo. Quer dizer, quando nós falamos de prioridades nacionais, as universidades não são obrigadas a prestar atenção a isso. Quando nós falamos de áreas estratégicas, nós temos uma universidade que é autônoma.

O MEC não manda nos Estados e não manda nos Municípios, pelo menos de forma direta, então, nós temos um problema de constitucionalidade, que é um assunto que, certamente, eu não conheço, mas não fica muito claro quem vai pagar esses 7%. E nós temos uma burocracia paralisante que impede que as coisas boas e ruins que estão no plano aconteçam. Então, há um problema sério de confusão, de quem manda em quem e de implementabilidade.

Finalmente, o que nós vemos lendo o plano? Uma coleção de propostas que podem ser irrelevantes, podem ser realistas ou podem ser muito boas, mas as boas estão perdidas no meião. No ensino básico, se o diretor é escolhido pela comunidade, empresa não é comunidade? Empresa é um ser extraterrestre? Por que a empresa não participa na escolha do diretor? Eu não estou nem discutindo se devia ser a comunidade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLAUDIO DE MOURA CASTRO – Pois é. Que sentido tem aumentar, dobrar o tempo da escola? Praticamente dobrar o custo sem aumentar o tempo nas disciplinas essenciais como Português, Matemática e Ciências Naturais, etc. Parece-me meio esquisito.

Computadores, banda larga e portais, tudo indica que têm a pior relação custo-benefício na área de educação. As pesquisas feitas mostram que os computadores não melhoram a educação, e os portais não são consultados pelos professores para montar aula. Então nós estamos colocando no plano alguma coisa a respeito da qual nós temos evidência de que não funciona.

As políticas de formação de professor são todas para o setor público. Acontece que como o setor público tem até 95% de deserção, na prática, quem está formando é o privado. E não existe nenhuma política de apoio ao setor privado, nem que convença às universidades que são autônomas a mudar os números e a qualidade dos seus cursos de formação de professores.

Propõe-se comprar ônibus. Mas e as técnicas baseadas no que se vê na Europa sempre e que faz na Colômbia, na Escuela Nueva, que permite que se tenham pequenas escolas rurais multisseriadas com resultados melhores do que as escolas convencionais.

Devemos nos lembrar que, na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá continuam existindo escolas multisseriadas e que resultados delas não são em nada piores. Então, nós vamos ter uma solução muito cara... um ônibus em uma escola pobre dobre o custo do aluno, quando podíamos estar fazendo uma escola multisseriada inteligente, com a tecnologia que existe e que já foi testada no Brasil e que está funcionando.

Ensino técnico e tecnólogo. Além da carga normal do médio, carga essa que já é excessiva, descontextualizada, sem aplicação, sem prática, sem referência do mundo aluno, nós jogamos mais mil horas para alunos que querem fazer o técnico, que são alunos mais modestos. O resultado é que o técnico que está crescendo é o pós-médio, porque é isso que dá para o menino de origem modesta fazer. Ele termina o médio como pode e entra um ano de técnico. Isso dá para fazer.

O sistema deriva autonomamente, por vida própria, para um técnico pós-médio, em que pesem as reclamações daqueles que leram o que Gramsci escreveu quando estava na cadeia. O que está acontecendo é o pós-médio. Por quê? Porque não se abriu o espaço na carga do médio para colocar essas mil horas de tal forma que ele fique equivalente em duração. O plano não faz previsões de financiar esse técnico pós-médio no privado, que é o que está crescendo.

Como se duplica a matrícula no médio sem o privado, já que é ele que está crescendo? Como se fala de formação profissional sem falar de mercado?

O melhor gasto que existe é uma formação profissional alerta ao mercado. O pior gasto que existe é uma formação profissional que desemboca em alunos que não conseguem emprego porque não existe mercado para o que eles aprenderam.

Onde está a passarela para o técnico fazer um ano e no segundo ano já ser um tecnólogo? É uma solução muito simples. Por que não se valoriza, não se permite, sobretudo no caso das escolas técnicas, que os professores das disciplinas profissionais sejam profissionais? Exigem-se diplomas que os profissionais simplesmente não têm e não podem ter. Quer dizer, um soldador precisa de 700 horas para aprender a soldar e a se tornar instrutor de solda. Não há maneira de enfiar 700 horas em nenhuma manifestação do ensino formal. Então, ou nós temos professores que não sabem o que estão ensinando, ou nós temos uma impossibilidade legal de ter professores com experiência prática. Isso é particularmente verdade nas escolas federais.

E o plano diz que se devem aumentar os estágios. Ora, os estágios são oferecidos por uma decisão da empresa. Ou criam-se condições que tornem os estágios interessantes para as empresas, ou nada vai acontecer. Ou cria-se uma legislação que pune os

estágios, que é mais ou menos o que existe, e aí os estágios são muito poucos...

No superior – para terminar –, o privado é sufocado pela burocracia e pelo autoritarismo do MEC, os currículos são obsoletos, rígidos e muito longe do mercado, a experiência profissional é penalizada. Um curso, um tecnólogo – estou falando num caso concreto – que pertence a uma universidade, se o professor desse tecnólogo for alguém que sabe o que está ensinando porque trabalha numa empresa e vai ensinar o que ele sabe, essa universidade terá sua nota no MEC prejudicada porque o professor não tem mestrado e doutorado. Então, nós temos uma legislação que penaliza quem sabe.

Recentemente, uma universidade substituiu seis professores de Engenharia, cada um com 35 anos de experiência, todos com consultorias, escritórios, etc, por seis jovens doutores. Como resultado disso, instantaneamente a nota dela no MEC aumentou. E os alunos saíram prejudicados porque esses seis doutores nunca construíram um galinheiro. Quer dizer, a imposição de mestres e doutores no sistema privado se revela em colisão com os dados.

E eu termino aqui mostrando os dados. Nós temos aqui a correlação entre o Enade, que é o que os alunos aprenderam, e a proporção de doutores. Então, vocês verão que no privado a correlação é zero. Ou seja, colocar doutor aumenta o custo e não melhora a qualidade do ensino. E, no entanto, está escrito no plano que é preciso encher os privados de doutores a um custo que torna o curso inacessível para um número muito grande de alunos.

E por aqui eu fico, com meu grande otimismo com relação ao PNE.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Claudio de Moura Castro.

Eu vou passar inicialmente a palavra ao nosso Relator e também requerente desta audiência pública, Senador Alvaro Dias, que tem a missão de melhorar dentro do possível o PNE, depois dessa aula de otimismo que nós acabamos de receber. Realmente, tem toda razão, porque algo de podre acontece no reino brasileiro. A quantidade foi priorizada, a qualidade, deixada de lado, a PUC deixa de estar entre as cem melhores universidades, o Enade reprova 30% dos cursos, o analfabetismo tem aumentado, em um ano, em 300 mil ingressos e por aí vai. A base da pirâmide está destruída, então, aonde vamos chegar? Um governo que deu tanta importância ao PNE que levou três anos para entrar em execução, quando deveria, no primeiro dia de janeiro de 2011, estar pronto, acabado, para que tivéssemos então as nossas metas.

E metas, Senador Alvaro, são metas. Depois de dez anos, se não houver a Lei de Responsabilidade da Educação caminhando junto com punição, nós vamos chegar à seguinte conclusão: bom, era para alfabetizar, aos oito anos de idade, os 100%, mas só alfabetizamos 50%; esse outro ponto, só isso. E fica por isso. Então, vamos fazer outra meta para mais dez anos. E assim caminha a humanidade.

Senador Alvaro com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Presidente, em consideração aos colegas Senadores que valorizam esta audiência pública, comparecendo, vou passar a eles a primazia de fazer as indagações inicialmente e depois eu completarei.

Mas, antes de passar a eles, eu gostaria de dizer que considero muito importante, em qualquer debate, a presença do contestador. Por isso eu digo sempre, e o colega Aloysio sabe disso, que considero um erro estratégico da oposição não ter um contestador entre os candidatos de oposição, eventualmente de oposição, para o confronto eleitoral, porque, evidentemente, os candidatos comparecem com produção cinematográfica, efeitos especiais que concorrem ao Oscar com Spielberg, mostram que estamos vivendo no paraíso e ninguém desconstrói a inverdade oficial. Por isso, eu considero fundamental a presença, neste debate do Plano Nacional da Educação, de um contestador, papel que foi feito aqui pelo Claudio de Moura Castro. Se os colegas quiserem fazer indagações preliminarmente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Fora do microfone.) – É que eu tenho que relatar uma matéria na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Pois não. Se quiser fazer alguma indagação então...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ...relatar uma matéria na sala ao lado aqui, sou relator. Depois vou procurar voltar. Só quero dizer aos nossos convidados que a gente tem muitas comissões ao mesmo tempo funcionando, é uma das desfuncionalidades do Senado, e eu estou sendo chamado para relatar um item. Eu sou relator da matéria e não posso deixar de ir; é ali ao lado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Não sei se o Senador Cristovam deseja fazer antes ou...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu espero.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Pois não.

Bem, eu creio ser fundamental não gerar falsa expectativa. Toda vez que nós aprovamos um projeto de lei no Senado Federal me preocupa estarmos gerando falsa expectativa, porque, entre a aprovação da proposta de lei e a sua execução, pode existir uma distância enorme.

Nós tivemos uma frustração em relação ao último Plano Nacional de Educação. Educadores, especialistas afirmam que não passou de uma extensa carta de intenções. Mais de 300 metas não balizaram as políticas públicas ao longo do decênio. Não tiveram monitoramento efetivo e tampouco resultaram em transformações concretas no sistema educacional. É a razão da nossa indagação.

Os nossos convidados todos partilham da percepção de que novamente se está fazendo uma carta de intenções para a educação brasileira. Quanto ao Claudio, nós já sabemos da sua posição. O título da sua exposição, "Equivocado e Inócuo", diz tudo.

Mas eu gostaria de ouvir os demais sobre expectativas em relação à implementação desse plano. Que medidas concretas precisam ser tomadas para que as metas propostas no plano se materializem nas mudanças de que o País precisa e que a sociedade requer? Uma década é o tempo suficiente para alcançarmos essas mudanças? Como assegurar o compromisso dos gestores em todas as esferas do Governo para cumprimento das metas? E, nas escolas, como transformar a realidade cotidiana do trabalho dos professores e dos alunos que são aqueles que efetivamente implementam a política educacional de base?

Especialmente ao Professor Claudio de Moura, se temos ainda alguma possibilidade de salvarmos, aqui, na Comissão de Educação, esse Plano Nacional de Educação, na sua visão. E o que poderíamos fazer para salvá-lo? Quais são os ajustes recomendados para que esse plano não seja a frustração anunciada?

Há uma reivindicação que ouço de prefeitos municipais e que gostaria de submeter. Considero essencial para o País a Lei de Responsabilidade Fiscal. Tive a primazia de ser Relator na Comissão de Constituição e Justiça à época do governo Fernando Henrique Cardoso. Sem dúvida, mudou o conceito de gestão pública e coibiu, em parte, a irresponsabilidade administrativa que levava o País a um endividamento insuportável.

Não sei o que seria do Brasil hoje sem a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas os prefeitos alegam a impossibilidade de oferecer salários condizentes aos professores em função da Lei de Responsabilidade Fiscal. O que eles reivindicam é que salário de professor não seja contabilizado para efeito de estabelecer as limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Gostaria de ouvi-los a respeito desse pleito, dessa reivindicação dos prefeitos municipais.

O financiamento do sistema educacional. Também quero submeter uma opinião pessoal. Eu não creio devamos aceitar vincular a execução desse plano a recursos oriundos do pré-sal. Em que pese o otimismo exagerado do nosso Governo, nesse caso sou o Prof. Claudio de Moura Castro. Creio que teremos enormes dificuldades para que as expectativas do Governo se confirmem em relação à exploração do pré-sal. Não podemos ficar limitados e esperançosos de que o pré-sal vá resolver todos os problemas do Brasil e especialmente os da educação e da saúde. Não podemos, a meu juízo, vincular a execução do Plano Nacional de Educação a recursos oriundos do pré-sal, e, sim, a recursos oriundos da arrecadação global da União, dos Estados e dos Municípios – recursos do Tesouro Nacional, recursos do Orçamento da União, do Orçamento dos Estados e dos Municípios, independentemente de onde venham; que venham do pré-sal, que venham dos minérios, que venham do comércio, da indústria, enfim, de onde vierem.

Portanto, gostaria de ouvir a opinião a respeito de como proceder neste plano em relação a essa questão de financiamento da educação.

Onde devem ser investidos prioritariamente os recursos adicionais que venham a ser alocados? Já ouvimos alguma coisa com relação à alocação e aplicação desses recursos, mas imagino possamos ainda aprofundar isso – formação do docente, remuneração e carreira, infraestrutura, etc, – o escalonamento de prioridades.

Como garantir que esses recursos não sejam dissipados de maneira ineficiente e ineficaz? É uma pergunta óbvia, mas se nós tivermos sugestões sobre como amarrar a aplicação desses recursos com uma gestão mais eficiente, certamente vamos pressionar o Executivo para que os recursos destinados possam ser aplicados da forma mais correta. Aliás, é o que eu imagino, em que pese também não ser muito otimista em relação à implementação desse plano nesses dez anos de forma eficiente. Mas eu creio que ele deve ser uma peça no exercício da pressão sobre o Executivo, sobre os gestores, deve ser o nosso instrumento, o instrumento da sociedade para a pressão que se deve exercer sobre o Executivo, a cobrança permanente e indispensável para as entidades, os educadores, os especialistas, as nossas associações, entidades representativas, a sociedade de modo geral, no exercício da pressão sobre os gestores para que essas metas possam ser alcançadas.

Quais seriam os parâmetros de qualidade indispensáveis para nortear a definição do financiamento da educação?

A construção do projeto de Plano Nacional é pautada pelas deliberações da Conferência Nacional da Educação em 2010, pelas políticas do Ministério da Educação, pelo processo democrático, deliberação do Congresso Nacional. Mas o Professor Claudio diz que as pessoas que deveriam ser ouvidas não foram ouvidas, pelo menos nem todas as pessoas que deveriam ser ouvidas foram ouvidas; deveriam ser ouvidas as melhores cabeças, as que poderiam oferecer uma contribuição mais competente.

O que fazer agora? Até que ponto as evidências científicas e as boas práticas nacionais e internacionais respaldam as metas e estratégias que o projeto prevê? Ou seriam elas moldadas apenas pelas perspectivas dos atores mais vocais do setor e pelas políticas em curso no MEC?

A percepção de que a melhoria da qualidade da educação básica passa pela participação mais efetiva da União nesse nível de ensino está consolidada. Quando se pleiteia a construção de um Sistema Nacional de Educação articulado entre as três esferas de governo, sobressai a importância de que o Governo Federal assuma efetivamente seu papel redistributivo e supletivo no contexto da cooperação interfederativa.

Nesse contexto, perguntamos: que formato deve ter o Sistema Nacional de Educação para que o regime de colaboração entre União, Estados e Municípios funcione de maneira efetiva? Como deve ser instituído o Sistema Nacional de Educação? Por meio de lei específica mediante a pactuação entre as instâncias federativas pela criação de incentivos fiscais e econômicos? Ou de alguma outra forma?

Para além do maior aporte de recursos, haja vista a maior participação no bolo da arrecadação, qual deve ser o papel da União nesse Sistema? Como equilibrar o respeito à autonomia dos entes federados com a garantia da qualidade e da equidade na educação brasileira?

A tramitação do Plano Nacional de Educação no Congresso vem sendo taxada por alguns setores como longa em excesso. Entretanto, sabemos da complexidade do processo legislativo, da necessidade de construir um texto legal sólido, da importância da participação da sociedade e do debate político. O plano chega à etapa final de deliberação, logo estará no plenário da Casa. Perguntamos: que outras sugestões de melhorias ou aperfeiçoamentos ainda precisam ser incorporados ao texto para que o Plano possa cumprir o seu papel? Que desafios se vislumbram no horizonte para o cumprimento das metas propostas? Algumas indagações feitas pela nossa assessoria, que tem que ser valorizada, a Consultoria do Senado especialmente, porque terá um papel preponderante na elaboração do texto final do Plano Nacional de Educação.

Eu fiz a leitura de algumas dessas indagações para ter a oportunidade de recolher a opinião dos nossos convidados.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Evidentemente, eu também vejo esse Plano como uma carta de intenções, mas ele é um instrumento poderoso para que possamos exercer esse poder de pressão sobre os gestores do sistema educacional brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Eu vou fazer da seguinte maneira: vou pedir aos nossos convidados que respondam às perguntas do Senador e, em seguida, só haverá mais duas perguntas, a do Senador Cristovam e a minha, para que nós fechemos o quadro.

Por favor, Prof. Claudio de Moura.

O SR. CLAUDIO DE MOURA CASTRO – Bom, com meu glorioso otimismo, o que eu faria? O Plano possui algumas coisas preciosas, alguns pontos preciosos. Eu não vou chamar de meta porque não quero confundir com outra coisa. São alguns pontos preciosos. O que acho que poderia ser feito e que daria para fazer? Deveríamos analisar uns cinco ou dez pontos, que são críticos. Há muita coisa que está lá e não é errada, mas uns cinco ou dez são críticos, como, por exemplo, o ensino médio, em relação ao qual o Conselho Nacional de Educação está completamente confundido, embaralhado. Não sai nada dali. Esses pontos deveriam ser muito mais explícitos, no sentido de definir quem paga a conta e como paga a conta. Então, acho que esse seria o foco. Esqueçam o resto. Não tem jeito. É preciso jogar fora o entulho. Vamos separar uns cinco ou dez e analisá-los.

Depois, nós temos o papel da União, que tem uma visão neutra, digamos assim, uma visão que pode ser melhor, mais bem informada, e temos Estados e Municípios, que às vezes se atrapalham, às vezes não têm dinheiro, etc. Então, é necessário haver algum tipo de interferência da União sobre Estados e Municípios, sem criar uma intervenção indevida. E acho que a solução está nos prêmios e nos puxões de orelha. Quer dizer, não se deve centralizar nada, mas sobretudo condicionar transferências ao bom desempenho.

Eu lembro aqui a reforma inglesa. O que a reforma inglesa fez? O governo central se retirou de tudo, menos de duas coisas: o currículo detalhado e a prova final, com a cobrança de resultados. E deixou o local se virar para conseguir os resultados que refletem o

currículo e estão contidos nas provas. Quer dizer, o Estado tem uma posição mais forte ao impor resultados e tem uma posição mais ausente na mecânica do como fazer, no caso da União. Então, acho que esta é a ideia: dizer que é isso que deve ser feito; faça do jeito que você quiser, porque depois eu vou cobrar para ver se deu certo.

E a grande arma que o governo central tem são as transferências de salário-educação, disso, daquilo. Há uma multidão de transferências que podem ser condicionadas a melhores resultados. Quer dizer, o Estado e o Município podem ser penalizados por não cumprirem algumas dessas metas pela via das transferências.

Meu palpite é esse.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Prof. Claudio.

Profª Maria Alice.

A SRª MARIA ALICE SETUBAL – Bom, todas as questões levantadas pelo Senador Alvaro Dias demonstram a complexidade do tema, que realmente é muito complexo. E há de se ter muito cuidado, porque eu concordo que nós temos que fazer com que esse Plano de fato possa ser implementado e não seja apenas um conjunto de boas intenções. E é muito grave.

Eu não vou conseguir pensar em todas as questões, mas vou tentar responder algumas delas. Vou começar pela pergunta final, Senador, quando o senhor coloca a importância da pressão sobre os gestores, isso como uma forma de que esse plano realmente seja implementado. Então, aí, acho – discordando um pouco do meu colega Cláudio – que o fato de ter sido um processo bastante participativo faz com que seja possível uma cobrança e uma pressão da sociedade em cima dos nossos gestores. Se apenas fosse um grupo de dez ou vinte pessoas que podem ser... E não estou nem discutindo a capacidade e a competência dessas pessoas, mas elas têm uma visão. Acho que poderia ter sido o melhor plano do mundo, mas acho que não necessariamente seria o melhor plano do mundo a ser implementado porque dez, quinze pessoas não pode representar a diversidade brasileira. Então, acho que nós temos uma diversidade grande, complexa, complicada, que vai realmente dos quilombolas aos indígenas, às mulheres. Acho que há uma grande diversidade, fora as diversidades regionais que nós temos que são enormes. O Amazonas é completamente diferente de São Paulo, de Brasília, enfim. Daí a complexidade, daí o Senador Alvaro Dias ter tantas questões para serem colocadas. Isso para entrar como a proposta que a relatoria irá apresentar à sociedade.

Acho que, sem dúvida, a possibilidade de que esse plano possa, realmente, ser implementado e de ser um norte para a sociedade brasileira é a capacidade que nós teremos de cobrança enquanto sociedade. Isso sozinho não vai resolver a questão. Então, coloco questões que foram levantadas pelo próprio Cláudio. Não adianta falar o que fazer sem falar como e quem vai pagar a conta. Sem dúvida, a questão do orçamento é fundamental. Nós passamos aqui nesta mesa, a maior parte do tempo, discutindo orçamento. Aí vou reforçar, não vou repetir a minha fala, mas há a importância de repensarmos, nessa nova apresentação do plano, a questão do custo aluno-qualidade inicial e depois do custo aluno-qualidade. Quer dizer, nós estamos falando – sem repetir os números – na proposta feita, no estudo já realizado, em diferentes instâncias, do custo aluno. Esse custo aluno-ano muitas vezes é o mesmo das mensalidades das escolas privadas, das melhores escolas privadas. Quer dizer, não estamos colocando um custo-aluno absolutamente absurdo. É um estudo muito próximo de uma realidade para a gente pensar em uma educação de qualidade.

Por que uma educação de qualidade e como consegui-la? Concordo, também, com o Senador Cyro Miranda com relação à importância da Lei de Responsabilidade Educacional. Esse é um outro fator forte de implementação da possibilidade de alcançarmos a execução desse plano: um orçamento adequado à Lei de Responsabilidade Educacional e a pressão da sociedade em relação aos gestores, para que eles possam cumprir as metas ou pelo menos caminhar na direção das metas. Com relação a muitas delas – também concordo com o Cláudio – não vamos conseguir. Talvez a gente tenha de ter metas, lá para atrás, para que a gente possa caminhar na direção delas.

Gostaria de colocar um ponto que acho fundamental. Temos de começar a mudar a nossa cultura política de que tudo é prioridade. É muito fácil falar que a prioridade é a educação, mas não ter nenhuma execução nos planos dos nossos gestores, em todos os níveis. Então, nós falamos: educação é prioridade, nós temos um apagão de mão de obra qualificada, nós não temos cidadãos – há uma acrítica de cidadão – que possam pensar, que possam melhorar o nosso ambiente político, que possam melhorar o ambiente das empresas, o ambiente da comunidade, mas a educação é prioridade. Falar essa frase já é suficiente. A execução disso está longe de refletir essa prioridade. Então, um dos reflexos de que a educação é prioridade e isso, realmente, ser significativo, no meu entender, é a questão do orçamento. Volto. Não é o orçamento sozinho, não é só o recurso, mas estamos falando de um recurso mínimo, básico. Estamos falando de uma proposta de custo aluno/ano que é muitas vezes menor

ou igual a um custo aluno mensal das escolas particulares privadas neste País.

Vou falar de mais dois pontos importantes, no meu entender, que é a questão do Sistema Nacional de Educação. Acho que é um supercomplexo. Quando o Cláudio coloca: quem manda? Realmente, a União não manda. Enfim, como? E a burocracia?

Esses pontos: o que é possível fazer com essa burocracia paralisante, nas palavras do Cláudio? Acho que temos alguns exemplos de alguns governadores que estão buscando fazer uma gestão melhor. Acho que a gente tem que tomar referências da possibilidade de como tornar essa burocracia paralisante uma burocracia mais eficaz e justa também.

Insisto também na questão do justo quando falei do enfrentamento das desigualdades.

O Sistema Nacional de Educação é supercomplexo. Envolve a burocracia? Alguns exemplos. Acho que temos que começar a pensar talvez como exemplos de arranjos municipais de educação que estão acontecendo em vários Municípios, em regiões especialmente do Norte e do Nordeste. Já é um passo na direção de pensar uma articulação maior. Ainda está uma articulação dentro de uma mesma instância, mas envolvendo uma articulação Estado e Municípios. Acho que temos que pensar os exemplos e ver os exemplos que estão por aí como uma referência de caminhos; não de uma meta final, mas de caminhos para discussão desse Sistema Nacional de Educação que acho que é prioritário e será tema da conferência nacional de 2014. É fundamental pensarmos nessa discussão.

Eu também concordo que os recursos do pré-sal... Eu acho que sim, é importante serem colocados. Eu não acho que eles são desprezíveis, longe disso, mas sim importantes de serem colocados. Mas não podemos contar apenas com isso, como se fosse uma mágica e um milagre. Portanto, de novo, volto na questão de repensarmos os recursos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Até porque, só uma interferência rápida, eu não sei se em 10 anos nós teremos resultados do pré-sal. O plano é para 10 anos, e não sei se em 10 anos nós teremos.

A SRª MARIA ALICE SETUBAL – Finalmente, esse plano é de 10 anos, mas já estamos no terceiro ano. O fundamental é que seja possível começarmos 2014 com esse plano, que pelo menos ele possa sinalizar os gestores para a sociedade poder cobrar por esses planos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nós fizemos um acordo porque não existia isso, ele iria ser um plano decenal de sete anos. Então nós dissemos: não, esse plano tem de valer os 10 anos a partir da sua...

Isso ficou acordado. Foi inclusive uma imposição nossa.

O Prof. Cláudio queria só fazer uma intervenção em relação ao que a professora falou.

O SR. CLAUDIO DE MOURA CASTRO – Concordo com a Maria Alice sobre a importância de legitimar o plano que quer que seja.

Agora, a minha discrepância é com o que se legitima. A ideia de que você gera um plano de baixo para cima dá confusão, como deu. Se tomarmos a reforma espanhola, ou a reforma sueca, parte-se de um plano – e tomo esses dois casos porque foram 10 anos para vender a ideia para a sociedade, em ambos os casos houve um trabalho de consulta durante 10 anos para gerar um plano que, no dia que passou, foi implementado. Exatamente porque foi digerido. A minha crítica é sobre a ideia de gerar um plano de baixo para cima, porque você mobiliza grupos de interesse, eles se somam na *volonté de tous*, de Rousseau. E aí não dá.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Professora Cristina Helena.

A SRª CRISTINA HELENA ALMEIDA DE CARVALHO – Muito obrigada pelas perguntas.

Senador, acho todas muito importantes, relevantes. Acho que são as questões essenciais da discussão.

Eu selecionei algumas questões, não sei se vou conseguir responder todas, são muitas.

Em relação ao PNE, pode ser uma carta de intenções.

Eu acredito que não. Caso as metas sejam aprovadas com as questões relativas à gestão, aos recursos novos, ela pode deixar de ser uma carta de intenções. Na verdade, o outro PNE tinha uma característica, ele sofreu nove vetos presidenciais. Entre eles, a vinculação dos recursos ou o parâmetro em relação ao PIB foi vetado. Então, boa parte da discussão sobre cartas de intenções refere-se justamente a essa meta essencial e a todas as demais que envolviam mais recursos.

Concordo também que para que essa carta de intenções se transforme em instrumento de planejamento – e é esse o objetivo efetivo –, há necessidade não só da aprovação no nível federal, mas também que os Estados e Municípios tenham seus instrumentos de planejamento. O que não aconteceu no plano anterior. Que os Estados também elaborem seus instrumentos de planejamento próprios, seus planos estaduais de educação e seus planos municipais para que deem suporte, respaldo a esse instrumento de planejamento.

Acredito que a lei de responsabilidade educacional tem um papel importante também na questão de um certo controle social. Talvez ainda precise ser mais bem elaborada no seu conteúdo. Uma década é suficiente para atingirmos todas as metas? Eu acredito que não.

Na verdade, são muitas décadas de exclusão, muitas décadas de poucas pessoas dentro das salas de aula; Resgatar, fazer esse resgate social em uma década imagino que seja impossível. Mas acho que, como a Professora falou, podemos caminhar nesse sentido, podemos avançar mais. E temos que avançar mais para reduzir nossas exclusões e nossas grandes desigualdades. Essa eu acho que é a questão importante.

No caso da Lei de Responsabilidade Fiscal, que o senhor mencionou, eu acho que ela avança na discussão efetiva até dos gestores municipais e estaduais, que tinham todo o poder, toda a discricionalidade para gastar com recursos públicos – e não tinham limites, inclusive – e fizeram grandes rombos nos orçamentos. A discussão, hoje, é da relação dessa Lei de Responsabilidade Fiscal com o piso. Como associar o piso e o teto. O piso salarial com o teto da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa talvez seja a grande questão.

A própria lei do piso, de 2008, define claramente um artigo dizendo que aquele Município ou Estado que não possa pagar o piso pode reivindicar a complementação da União para pagamento do piso, desde que ele prove essa necessidade. E aí vêm grandes dificuldades, inclusive dos próprios gestores em provar essa dificuldade. Seja porque envolve uma burocracia de documentos...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – E mesmo provando, terão dificuldades em receber.

A SRª CRISTINA HELENA ALMEIDA DE CARVALHO – Terão dificuldade em receber. Inclusive, dos dez bilhões da complementação, em torno de 1 bilhão já está sendo usado para pagamento da complementação do piso.

Essa dificuldade é grande, até porque os gestores, principalmente municipais, têm grandes dificuldades de fazer prestação de contas. Há necessidade, inclusive, de uma formação mais adequada para esses profissionais que atuam nas secretarias municipais, principalmente nos pequenos Municípios, justamente para conseguir ter acesso à complementação, que é tão importante. Não esquecendo, em nenhum momento, do papel essencial da União na condução do Plano Nacional de Educação. A União tem um papel chave para efetivamente se ampliarem os recursos. Isso envolve essencialmente o papel chave da União nessas atividades de complementação, suplementação e redistribuição.

Quanto a sua fala sobre os 5,3%, para o que eu chamei a atenção, já são gastos de forma orçamentária. Isso tudo está definido constitucionalmente. Então, eu acredito que os recursos do pré-sal podem ter um papel, mas não é preponderante. Vários estudos têm sido feitos pelos meus colegas especialistas em financiamento e talvez chegue no máximo a 1% do PIB. Os estudos são muito diversos. Até tirei da imprensa informações de que o pré-sal poderia gerar 134 bilhões até 2022. Como já ouvi 368 em 30 anos. São informações ainda muito desencontradas, há várias projeções. Depende, inclusive, de questão internacional, com relação essencialmente a como os Estados Unidos têm reagido buscando fontes alternativas ao petróleo, essencialmente na questão do xisto. Então, talvez o preço do petróleo caia também nos próximos anos, ainda que a produção seja alta. Tudo isso a gente tem que levar em consideração na discussão do pré-sal.

Acredito que, realmente, até pela minha fala, embora rápida, porque eu já estava no final, apenas o pré-sal não seja suficiente. Ele não é uma panaceia, de forma alguma. Por isso a minha proposta é de uma reforma tributária mesmo. E uma reforma tributária no sentido de um conserto social de todos, Congresso, sociedade, em prol efetivamente da educação, para que isso saia do discurso, como a Professora chamou atenção, e se coloque de verdade como prioridade.

Por isso, a sugestão, que é polêmica, bastante polêmica, da regulamentação do IGF, da fiscalização mais efetiva de alguns impostos da União e dos Municípios são questões importantes; e até mesmo a revisão das renúncias fiscais, porque elas têm impacto na redução dos recursos para a educação pública.

Uma outra questão com relação a como ter um controle sobre os recursos. Eu acho que a professora chamou a atenção para o controle social, que pode ser exercido e deve ser exercido pelos conselhos. E aí o papel dos conselhos é essencial, mas desde que esses conselhos sejam independentes dos gestores. Isso é uma outra questão importante. Não adianta nada ter um conselheiro municipal que seja próximo do prefeito, porque assim o controle social não acontece. Então, aí sim estabelecer limites para esses conselheiros, para que atuem efetivamente em prol da educação. Mas também há o papel do controle do Poder Legislativo. Ele é essencial nesse processo. Quer dizer, o papel do Tribunal de Contas da União, dos tribunais de contas do Estado. Eles têm, nos seus relatórios, chamado a atenção para várias questões aqui que precisam ser evitadas no gasto com educação.

Bom. O que a gente pode fazer nessa ideia do regime de colaboração eu acho que é a última pergunta, extremamente importante. Esse regime de colaboração precisa, essencialmente, de uma regulamentação, quer dizer, o art. 23 da Constituição brasileira não foi regulamentado até hoje, faz 25 anos. Aí, definir claramente o que se entende por regime de colaboração. Como se vai atuar. E aqui uma sugestão um pouco mais polêmica sobre a atuação não só do Estado com os seus

Municípios, mas talvez entre Estados. Por que não? Como fazer isso? Não é simples, mas pensar nesse papel de colaboração de todos os entes federados e não apenas do Estado com os seus Municípios. E aqui a regulamentação e a concretização já têm acontecido em alguns casos, que são os consórcios.

Os consórcios, por exemplo, evitam má gestão de recursos públicos, duplicação de escolas estaduais e municipais uma em frente à outra, uso de transporte escolar pela rede estadual e municipal sendo que as escolas são uma em frente à outra. O consórcio, pelo menos, evita, define claramente em que Estado atua e em que Município, em prol de uma educação conjunta entre Estado e seus Municípios.

Eu acho que, mais ou menos, é com essas questões gerais que eu posso contribuir.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Profª Cristina Helena. Realmente tem razão. Aqui, quando não se quer resolver um problema, a gente põe para regulamentação: 52% das leis que ficaram para ser regulamentadas não o foram, inclusive a maioria da Constituição de 1988.

Com a palavra o eminente o Senador Cristovam Buarque, o nosso ex-Ministro da Educação.

Senador e ex-Ministro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu trocava todos os ex por um futuro qualquer. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Se depender desta Comissão, o seu futuro está garantido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ex dá currículo, futuro dá biografia, e biografia é mais importante que currículo. E esperança.

Mas eu quero começar pedindo desculpas pelo meu atraso. Eu tive um compromisso em uma escola que demorou muito mais do que eu pensava, embora eu tenha perdido muito aqui de vocês, mas valeu a pena essa visita, estar com crianças e ver coisas boas que estão acontecendo em escola pública aqui no Distrito Federal.

Antes, também, falo um pouco sobre o pré-sal, só para dizer. Eu comparto o seu pessimismo sobre quanto vai ser, mas suponhamos que aconteça tudo como a Presidenta disse ontem, R$900 bilhões, em 35 anos; melhoremos ainda, em 30 anos. Isso dá R$600 por ano por criança, gente! Alguém acredita que vai melhorar a educação do Brasil com R$600 a mais por criança? Porque se você divide R$30 bilhões por ano, vai dar muito pouco. E a gente falando em que isso vai resolver a situação.

Agora entrando no plano. Eu quero, em primeiro lugar, dizer que esse plano precisava da coisa primeira, que era uma filosofia, o grau de ambição que nós temos. Não tem. Nós estamos trabalhando para melhorar o sistema atual, um pouquinho, mais ou menos, em vez de trabalharmos em como dar um salto na qualidade da educação brasileira. Por exemplo, a primeira meta que deveríamos ter é em que posição do Pisa nós queremos estar daqui a 20, 30 anos? Entre os dez melhores, entre os vinte melhores? Em vez de estarmos perdendo, tomando, perdendo não, tanto tempo nessa discussão, nós já deveríamos estar construindo duas coisas: primeiro, um pacto, neste País, de como gastar e onde obter os recursos, que não é de vocês, é de nós, políticos. E de vocês, quanto custa? E eu aí começo com a primeira pergunta: quanto vocês acham que custa, para dar o salto na educação brasileira, o custo de cada aluno por ano? Quanto é que vocês acham que deveria ser o valor, custo ano-aluno, para que dê um salto? Essa é uma pergunta.

Segundo: para chegar a esse número e a essa qualidade que queremos, é possível chegar lá melhorando o sistema atual, ou precisamos criar um sistema novo, que vá crescendo, enquanto o atual vai diminuindo? Escolas novas, diferentes. Ou vamos tentar por dentro, querer melhorar essas escolas? Essas já são duas perguntas.

Outro: qual é o salário que é preciso pagar a um professor para ter no magistério os melhores quadros da sociedade? Em vez de eles quererem ir ser advogados, engenheiros, funcionários públicos aqui em Brasília, em diversos órgãos, não: os melhores jovens deste País vão dizer: "Eu quero ser professor". Quanto seria? Eu tenho minhas contas. Mas eu prefiro esperar.

Segundo: como selecionar e formar esses professores? Se vamos pagar tão bem que vamos poder escolher os melhores, como é que a gente seleciona e forma os professores? Nos cursos de educação e pedagogia das faculdades? Vamos ter outros institutos separados? Como é que a gente vai dar um choque nos cursos atuais?

Outro, que é como avaliar os professores ao longo da carreira que eles vão ter. E o outro, que eu sei que é muito difícil conseguir: como é que nós vamos ser capazes de resselecionar o professor? Uma maneira bonita de dizer: como é que a gente demite quem não se mantém bom? Como é que a gente cria um sistema de estabilidade que não seja plena? É estável em relação ao prefeito, ao governador, ao presidente, mas não é estável em relação ao não desempenho das suas funções.

Outro: como deve ser cada escola para dar esse salto no futuro? Como é que é uma escola? Qual é a

escola ideal que a gente quer para os próximos anos e décadas? Quando terminar esse plano, como é que é uma escola que realmente funcione com esse professor resselecionado a cada tanto tempo, bem avaliado, bem remunerado e bem formado?

Aí uma pergunta: como levar essa escola ideal para todas as escolas do Brasil? Como fazer um sistema que tenha todas as escolas com a máxima qualidade? E aí na linha da Profª Maria Alice, eu acho muito importante, não basta ter uma média boa, é preciso que as escolas sejam todas boas, tem que quebrar a desigualdade, e aí vem uma pergunta que é, praticamente, a última: vocês acham que isso é possível fazer nas mãos e nos ombros dos prefeitos? É possível a gente ter escola boa, como as melhores do mundo, vamos supor entre as de dez ou vinte países, e ao mesmo tempo, igual no Brasil, deixando que funcione nas mãos de prefeitos, com a desigualdade que nós temos? Nós temos uma cidade no Brasil cuja renda do setor público é de R$1,60! É questão de injetar dinheiro aí? Não basta injetar dinheiro aí. É mais que isso. E aí, voltando, Claudio, à questão da Inglaterra. A Inglaterra, quando fez essa descentralização, já tinha passado décadas de uma centralização e já tinha passado pelo período da desigualdade municipal. É um país que já tem uma igualdade na renda de cada Município. A desigualdade é pequena. No Brasil, a desigualdade entre Municípios é maior do que a desigualdade entre pessoas.

E aí eu quero mostrar a vocês aqui uns gráficos. Veja bem umas contas que eu fiz aqui: eu peguei – vamos lá? Eu peguei aqui o famoso pizza. (*Pausa.*)

Sempre dá problema isso. (*Pausa.*)

Ah, acho que eu desisto. É o contrário?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O senhor está brigando com a tecnologia, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) –

Não, para iluminar aquilo ali... Não, está bom.

Esse vermelho aí é a posição do Brasil hoje entre os países. É a 55ª posição.

Aí eu peguei e fiz o seguinte: e se todas as escolas fossem estaduais no Brasil? Elas cairiam para essa primeira vermelha. Se todas fossem municipais, cairiam para a outra vermelha. Depois eu vou mostrar a queda no que eu resumo tudo. Aí eu disse: "E se todas fossem federais?" Ficariam ali. Ou seja, se fizessem todas as escolas iguais ao Pedro II, aos institutos de aplicação, às escolas técnicas e aos colégios militares, a gente ficaria em 15º lugar. Melhor do que entre as privadas, porque as melhores escolas do Brasil são privadas, mas a média das privadas está abaixo da média das federais.

Aí você vê aqui o resumo: a gente parte daquele Brasil ali, cai para as estaduais, cai mais ainda para as municipais, sobe para as estaduais e sobe, ainda mais, para as federais. Então, o desafio não seria levar essas escolas federais para todo o Brasil?

E como fazer isso?

Há duas maneiras: sair colocando escolas federais adoidadamente – e aí vai ficar uma cidade com uma; outra cidade, com duas, e, mudou o governo, acaba; ou fazer por cidades. E aqui vem um detalhe interessante: os dois primeiros PISA não são países: são cidades. São duas cidades da China. O que a China fez? Pegou duas cidades e disse: "Estas duas cidades vão estar entre as melhores do mundo". E conseguiram.

Por que a gente não começa a fazer isso por cidades? Só que, em vez de pegar duas grandes, como Hong Kong e Xangai, a gente pega pequenas, e vai dando saltos nessas. Chega nessas cidades, e o Governo Federal assume as escolas, criando um conselho para definir o currículo, para adaptar à realidade local, que é preciso, mas sabendo que a carreira do professor é a mesma, que inclusive virão de fora da cidade, como vão os funcionários do Banco do Brasil – aliás, agora, até médico a gente manda buscar fora. Então, por que a gente não leva escolas de fora, mas não do País? De fora daquela cidade. E faz a revolução por cidades?

Eu calculo que isso levaria, a um custo de R$9 mil por aluno/ano, a um salário de R$9,5 mil por mês/professor, que acho que é o que precisa para atrair bons quadros... Embora haja aqui salários muito maiores, em outras atividades, mas já daria para atrair muitos bons. Em vinte anos, se o Brasil chegasse a um crescimento do PIB de 3%, que é uma taxa histórica, nós teríamos um custo de 6,4% do PIB, R$450 bilhões por ano. O pré-sal vai dar R$30 bilhões. Não chega a 10% do que a gente precisa.

Então, eu deixo estas perguntas aqui, e fico manifestando a minha tristeza pela pouca importância que a gente dá à educação. Nós estamos há três anos – não é, Senador Cyro? – discutindo um plano em que, a meu ver, falta ambição, faltam metas realmente concretas. E falta dizer como fazer. Sobretudo isto: como fazer? Não há um plano.

E aí eu estou de acordo com o Claudio: a gente deveria ter... O grupo que elaborasse isso já está pronto. E aí colocar, Profª Maria Alice, para debater, para dar credibilidade, para dar legitimidade. Mas partindo de algo que já está aí. Os pioneiros da educação fizeram, há 70 anos, determinadas conjecturas de que não precisamos mudar muita coisa não, a não ser a modernização do processo pedagógico. O resto está ali! E a gente perdendo tempo debatendo 10% do PIB

– e eu nunca soube de onde é que saiu esse número. Eu nunca soube por que foram 10%, e não 11%, e não 9%. Nas minhas contas, bastam 6,4% para a educação de base. Claro que aí faltaria a universidade, mas a universidade deve estar custando 1,5%. Nem isso. Menos de 1%. Então, ainda sobraria um bocado de dinheiro dos 10%, que eu acho é uma meta que se criou e se desviou do verdadeiro objetivo, que é – e aí o Senador Alvaro tem razão – de onde tirar isso, um grande pacto nacional de onde tirar isso. E tem! O senhor mesmo disse: do orçamento.

Esse Governo vem emitindo bônus adoidado para dar dinheiro ao BNDES para financiar empresas que, de vez em quando, quebram. Por que a gente não emite, então, para botar na educação? Endivida-se hoje para pagar com o que vem do aumento na produtividade, graças à educação de qualidade para todos. A gente deveria estar discutindo isso no pacto.

E aí concluo, para falar sobre o pacto – lembrei-me agora –, uma vez fui à Irlanda e quis visitar o lugar, Cláudio, onde houve um pacto de políticos, líderes sindicais e empresários, em que definiram o que iriam fazer nos 30 anos seguintes. E definiram educação, ciência e tecnologia e saúde. Disseram-me que havia acontecido numa cidade. Quis ir lá, ter o sentimento ali, num castelo onde eles se reuniram, e o Embaixador disse que não dava para ir. Perguntei por quê. Respondeu-me que era muito longe. Havia um mapa na parede e eu disse: "Embaixador, olha aqui, aqui não tem nada longe. A gente vai de manhã e volta à tarde". Ele disse: "Não, você não conhece as estradas horríveis que há neste país". Aí eu parei – Embaixador Stelio Amarante – e disse: "Como é possível um país que agora tem uma grande educação, por causa de uns 30 anos, as estradas serem ruins". Ele disse: "É por isso. Botaram o dinheiro todo em educação. Agora estão fazendo as estradas". E eu garanto que, se for lá agora, vai dar tempo de ir e voltar no mesmo dia.

Houve uma opção! Essa opção é o que a gente não está discutindo aqui, Senador Cyro; discutindo um plano que, ao meu ver, é abstrato, pouco ambicioso e sem consistência de como fazer as coisas.

Daí, Senador Alvaro, acho que sua tarefa não é apenas fazer um parecer; é quase que fazer um outro, guardada a legitimidade e o respeito às bases; é quase fazer um outro PNE. Agora, como fazer esse PNE sem perder o acúmulo do apoio que foi adquirido ao longo de um tempão, de assembleias e tudo, eu não sei. Porque a gente não pode jogar fora o trabalho dessa comunidade que se mobilizou pela educação no Brasil. Não podemos. Mas não podemos deixar que ela se frustre porque o trabalho dela não vai dar em nada, porque a maneira como ficou pronto não está conseguindo servir de balizamento para fazer a revolução de que a educação precisa.

Eu deixei algumas perguntas e gostaria de ter essas perguntas, se for possível, mesmo reconhecendo que quem não estava durante a apresentação de vocês não tem direito de cobrar resposta a nada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Aproveito e passo a palavra ao Senador Inácio Arruda, para suas perguntas, e assim nós teremos...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Digamos que eu esteja na mesma situação do Senador Cristovam, por uma razão que eu não podia, de forma nenhuma, deixar de estar presente na Comissão de Assuntos Econômicos, que está funcionando exatamente aqui ao lado, e trata da questão tributária, de algo que se carimbou no Brasil, porque no Brasil a gente sempre carimba para poder depreciar, de guerra fiscal, e isso envolve o meu Estado do Ceará, também envolve o Estado do Presidente, Senador Cyro Miranda. E nós estávamos ali numa espécie de murão fincado no chão para não deixar o nosso Estado ser atropelado por uma decisão que muitas vezes diz respeito a um Estado muito mais forte economicamente que quer atropelar os demais, no caso da nossa Federação.

Mas, resolvida a questão de lá, cá estamos. Quanto ao debate, acho que primeiro o Brasil dispõe de muitas riquezas, entre as quais as riquezas minerais, e nós não devemos abrir mão de utilizar os ganhos, alguns fabulosos, com a exploração dessas riquezas na educação. Então, considero que a vinculação que nós fizemos foi uma vitória porque não havia sentimento e desejo para isso. Lembro que, quando fizemos o marco regulatório da área do pré-sal, fiz uma emenda aqui, no Senado da República, que foi apreciada no plenário. Nós incluímos essa emenda aqui, assinada por mim, pelo Senador Valadares e pela Senadora Fátima Cleide, que presidia a Comissão de Educação. Nós fizemos questão da assinatura da Senadora exatamente por essa razão e ela subscreveu essa emenda. Houve uma resistência na área econômica muito grande para vincular os recursos de *royalties* e, sobretudo, do Fundo Social do Pré-Sal para a educação. Quer dizer, o fundo social era tudo; então, a educação era uma parte daquele tudo. Então, nós resolvemos colocar 50%, ganhamos aqui no Senado, depois ganhamos na Câmara e essa matéria foi vetada pelo Presidente Lula. Depois, quando a matéria voltou a ser discutida, nós retomamos com a questão e finalmente fomos vitoriosos, mesmo com a resistência mais uma vez da área econômica.

Eu lembro que o Senado votou contra o projeto da Câmara. E nós – uns quatro gatos pingados –, eu, o Senador Cristovam, Vanessa, Lídice e mais o Senador Randolfe votamos contra a proposta do Senado para ficar com o projeto da Câmara. E quando voltou para a Câmara, o projeto foi aprovado nos termos da Câmara, dividindo o Fundo Social, o que dá um valor muito mais significativo no período de dez anos do que o inicial. Então, acho que foi uma vitória e é uma vinculação importante, é uma agregação importante de recursos destinados para a educação num prazo mais ou menos curto, porque no caso dos *royalties* já se pode dispor... Só para se ter uma ideia, a área do pré-sal já produz mais de 10% do petróleo produzido no Brasil. Então, já tem um valor significativo sendo acumulado aqui. Acho que foi uma vitória importante.

Nós temos que aumentar os recursos. Não tem como não ser dessa maneira. Por mais que a gente possa dizer que tem muitas outras questões, o PNE, para cumprir os desafios que já estão postos dentro do que estamos discutindo, que veio da Câmara, para cumprir aqueles desafios o volume de recursos do Estado hoje é insuficiente. Por isso que foram buscar um número, porque dez é um número interessante. Tem o camisa 10, tem não sei o quê, nota 10, não é assim? Então, deve ser por isso. Talvez não tenha sido uma busca estatística no valor, mas foi um debate intenso no meio da comunidade! Ou não foi?

Nós tivemos conferências, debates, discussões. O Governo admitiu 7%. Houve uma pressão grande da mobilização popular – digamos assim – nesse terreno que elevou esse número para 10% do PIB.

É evidente que 10% do PIB, em qualquer canto do mundo, é um corte alto, não é baixo um setor exclusivamente ter 10% dos recursos do País, da riqueza produzida no País. Então, é um volume razoável de recursos.

Conseguiremos, para que a gente possa resolver as demandas ainda gigantescas na área da formação, da educação, dar respostas aos desafios do Brasil? Imaginem que só nessa área da exploração de petróleo e gás nós precisamos formar uma quantidade enorme de engenheiros, de técnicos, de auxiliares.

Nós estamos construindo uma refinaria, lá no Ceará, e uma siderúrgica, simultaneamente. O que acontece? A vila do Porto do Pecém está se transformando numa vila de estrangeiros mesmo sem precisar de nenhum programa especial, porque estamos trazendo muitos engenheiros da Europa, especialmente, e alguns aqui da América Latina. Mas a maioria é de engenheiros europeus. E outra grande parte de asiáticos: coreanos, chineses, que estão desembarcando.

Esse não é o caso só do Ceará, mas de Pernambuco, do Maranhão, de São Paulo onde isso já não é mais problema, porque lá tem colônias enormes desses países todos. Então, vejo como um desafio muito grande nosso.

Acho que essa questão dos recursos ainda é um problema para nós na área da educação. Nós temos que resolver. Ao vincular, acho que vamos ajudando. O Senador Ricardo Ferraço propôs que vinculássemos também o bônus, porque esse bônus...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Exatamente. Eu sou o Relator dessa matéria e já dei o parecer favorável. Ricardo Ferraço e Senador Cristovam. Porque o bônus ficou ali... Ficaram sem olhar o bônus, só que o bônus entra imediatamente, entendeu? Então, vamos ver se conseguimos puxar esse bônus aqui para dentro da educação.

As outras áreas de exploração mineral. A gente fica olhando o petróleo porque é o que tem mais valor hoje e é muito instantâneo o resultado. Mas o Brasil é uma potência mineral. Ferro e outros minerais nobres são explorados no Brasil e merecem também uma vinculação desses recursos na área da educação.

E vejo isso como um período transitório. Quer dizer, nós vamos usar... Eu sempre vejo que 30 anos é um tempo muito pouco. Mas a vida nossa é mais ou menos curta ainda. Então 30 fica grande. Mas 30 anos é um tempo relativamente curto e nós podemos superar essa barreira da educação nesse tempo, se nós tivermos agilidade e se considerarmos a continuidade, não ter quebra de continuidade. O plano... Digamos, em uma eventualidade, se você muda de governo, quebra tudo, desmonta tudo e faz tudo de novo. Isso é um horror. Isso desmonta qualquer capacidade do País.

Vejam alguns exemplos simples, muito simples. Dentro daquele programa de Alfabetização na Idade Certa, Senador Cyro Miranda, nossas convidadas e convidados e nosso Relator, nós fizemos um bônus para a escola. A escola que alcançava a sua meta de preparação das crianças, principalmente na 1ª e 2ª séries, adotava uma outra que não tinha alcançado. Então, ela continuava recebendo bônus, adicionava um segundo bônus para que pudesse adotar a escola em mais dificuldades e puxar aquela escola. Então, é o jogo de incentivos. Como criar esse mecanismo mais amplo no Brasil?

No nosso Estado, Senador Cristovam, está dando certo! Está dando certo. Está sendo bom. As escolas ficam animadas, os dirigentes da escola se animam, os professores ficam animados, cria-se um clima favorável, um clima de disposição. Criou-se, também,

um mecanismo de bônus para os professores, não só para a escola, mas também para os professores, como se fosse uma espécie de produtividade. Também está sendo muito positivo. Está-se criando um clima muito bom. É claro que a gente não conseguiu atingir tudo, mas a parte que foi atingida está dando resultados positivos para o nosso Estado. E estamos alcançamos as nossas metas.

Quando se coloca lá nota 6, conseguimos 6. Agora a dificuldade está sendo chegar em 6,1 mas o 6 foi alcançado. É claro que aumenta o grau de dificuldade, mas esse desafio nós estamos, digamos assim, vencendo, e com determinação política muito grande, porque se não tiver determinação política, especialmente de quem governa, no caso o governador do Estado e o prefeito, não se consegue alcançar esse sucesso. Mas está sendo feita uma demonstração prática para nós de que, mesmo em um período curto de Governo – porque são quatro, no caso, o governador foi reeleito, mais quatro – então, um período curto, você pode dar um salto na formação da nossa criançada. Então acho que aqui a gente vai demonstrando que temos mecanismos.

Outro tema que o Senador Cristovam tem batido bastante, em que tem razão, e nós temos que encontrar como transformar a razão em realidade – essa razão que o Senador Cristovam levanta – é o problema da federalização. Como nós vamos fazer a federalização? Veja o problema do piso. O piso de professores – eu tenho que falar do exemplo concreto, então preciso falar do meu Estado – é uma espécie de revolução no interior do Ceará. Por quê? Porque muda a qualidade dos professores intensamente, como o funcionário do Banco do Brasil, que V. Exª citou, que era a pessoa mais importante, às vezes, do Município. O funcionário do Banco do Brasil.

Hoje esse professor está comparado, com o piso – que é o menor valor –, ao funcionário do Banco do Brasil. Ele já é uma classe média local. Está havendo uma revoluçãozinha porque tem, por sorte, em todo Município, uma boa quantidade de professores. Funcionários do Banco do Brasil são poucos, mas professores é uma quantidade muito maior. Com esse piso, muda lá embaixo. Veja o impacto. Não é uma federalização nos termos que o Senador Cristovam tem levantado, mas é uma atuação do Governo Federal a partir de uma lei federal, que determinou a criação do piso e ajustes que são contestados seguidamente pelos prefeitos e pelos próprios governadores mas tem dado um resultado positivo.

Acho que nós temos que avançar nesses termos. Talvez a federalização não venha por uma estrutura de contratos federais, mas venha por uma obrigação legal que permite que, quando você for contratado no Município e no Estado, você, obrigatoriamente, já tenha aquele piso e tais e quais vantagens. Quer dizer, acho que o professor, então, continua sendo peça chave e não vai mudar, eu imagino, nos próximos mil anos, provavelmente.

Nessas circunstâncias, o reforço dos professores é muito e muito importante. Às vezes, as pessoas perguntam: “Então, você quer aumentar o PIB para aumentar o salário dos professores?” Eu digo: “É. Exatamente.” Eu quero aumentar os recursos do PIB destinados para a educação para aumentar o salário dos professores, porque se não for, não se dará essa qualidade.

E, por último, algo que se levantou aqui na intervenção do Senador Cristovam; e nós levantamos na reunião passada por uma intervenção do Senador Wellington Dias, que também foi Governador em seu Estado, que é o problema das escolas. Escolas pequenas nos distritos, com poucos alunos? Ou ampliar essas escolas, colocá-las em distritos maiores, com mais eficiência e mais qualidade, embora se tenha que transportar os alunos para essa escola?

Essa também é outra questão que temos discutido em nosso Estado. Somos vizinhos, trabalhamos e compartilhamos muitas coisas. Esse é um desafio que também estamos examinando. Teremos de ver o resultado de montar uma escola grande em um distrito maior, vamos ver daqui a seis, oito, nove e dez anos se o resultado foi melhor ou se teremos de voltar para as escolas de distrito, porque a população quer sempre a escola o mais perto possível, evidente.

Agora, o resultado, a qualidade do professor, dos equipamentos, a área de esporte, a área de lazer, a área de artes que se deve aplicar. Tudo isso você pode fazer no pequeno distrito? Às vezes não se pode; mas se for central, pode ser dada uma qualidade razoável.

Então, são essas questões... Eu estou entusiasmado... Pelo contrário, eu entendi exatamente qual é o pessimismo do Senador Cristovam, pois acho que há mais fundo político do que qualquer outra coisa. Mas eu estou otimista, porque penso que nosso Relator poderá oferecer, primeiro, um resgate do que fizemos na Câmara, e vai aperfeiçoar algumas coisas que considero importantes aqui. O trabalho que está sendo feito, a discussão com várias categorias, com vários setores, com gente que estuda, especificamente, a questão da formação no Brasil. Isso tudo vai contribuir para que a gente possa sair daqui com um relatório bom – talvez muito bom. Esse muito bom, feito a quatro mãos, tem mais possibilidade, imagino, de sucesso, do que apenas ter uma ideia sendo tratada no Plano Nacional de Educação.

Eu não quero perguntar porque seria um absurdo. Eu estou vindo da Comissão de Assuntos Econômicos... Se fosse sobre ICMS, eu até perguntaria. Embora a reforma tributária tenha entrado, não é exatamente o problema que estamos discutindo aqui. O debate que estamos realizando é sobre a questão da importância do PNE e do aumento dos recursos. Sem aumentar recursos vai ficar do jeito que está e não terá como fazer escolas melhores, melhorar salário. Nada disso irá acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Antes de passar a palavra para cada um de nossos expositores para darem respostas e considerações finais, também vou colocar minha pergunta. Lembro que nós temos um Relator que é uma pessoa extremamente interessada pela educação, mas não é mágico. É meio difícil, da maneira como foi concebido esse plano... Há umas coisas que não dão para entender. Esse plano veio apresentado pelo Ministério já com formato e não foi discutido lá no Ministério com toda a cadeia envolvida, como falou o Prof. Cláudio. Para se conceber uma coisa, primeiro não se pode mandar uma receita pronta: por que são vinte metas e não 21, 18 ou 15? Por que, em nenhum momento, excluiu-se uma meta ou se aumentou outra? Quer dizer, parece que vem uma coisa meio engessada. Isso é um erro.

Segundo, essas metas, como é um plano decenal e as coisas têm evolução rápida, nós tínhamos de ter já uma data certa para a revisão e o acompanhamento, porque, normalmente, a coisa depois corre solta. E aí, só daqui a dez anos, nós iremos saber que os indicadores e as metas não foram cumpridas. Volto a afirmar que a Lei de Responsabilidade Educacional é importantíssima nessa história para que se tenha punidade, senão nós chegaremos àquela conclusão de que foram alfabetizados 63% dos alunos com oito anos de idade. E aí lamentaremos porque deveriam ser 100%. Vamos jogar mais dez anos.

Segundo, o pré-sal. Eu acho que todos os componentes são importantes, temos que ter a meta estabelecida dos 10% do PIB. O que se joga para que isso seja feito é outra coisa. Quanto ao pré-sal, a matriz energética está sendo mudada no mundo inteiro. Pode ser que daqui a 30 anos o petróleo não tenha essa importância, não tenha esse valor. Outra coisa, nós não temos nenhum estudo para saber qual é o custo para se extrair esse pré-sal. Eu tinha um amigo que tinha uma mina de ouro cubada em 10 toneladas. Ele ficou 18 anos sem poder pôr a mão nessa mina, porque o custo para extrair era maior do que o custo da onça do ouro durante 18 anos.

É importante jogar essas coisas para dentro? Tudo bem. Mas não vamos fazer pirotecnia com isso. O importante é sim o que o Senador Inácio falou, temos que ter os 10% pelo menos por um tempo.

O que a gente sente no fundo é que o ensino não melhorou. Todo mundo diz: “Ah, mas nós andamos e caminhamos.” Eu não acho que andamos e caminhamos quando vejo quantidade de faculdades. Eu pego a ponta final. Para mim, como você não tem alicerce, aquilo tem um reflexo na ponta final. Volto a insistir, a PUC cai das 100 melhores faculdades, o Enade reprova. Um outro dado: o exame de proficiência na Medicina feito em São Paulo pelo Cremesp, de maneira hoje obrigatória mas não punitiva, reprova 48,5% dos alunos em Medicina do Estado de São Paulo. O Estado mais rico da Federação reprovando 48% dos profissionais. A Ordem dos Advogados só consegue aprovar 18% dos estudantes de Direito. Nós estamos certos? Nós estamos oferecendo... Quer dizer, nós estamos partindo da premissa de que devemos oferecer faculdade para todo mundo, mas de uma maneira errada. Por que não voltamos ao passado, quando o ensino público dava oportunidade a todos chegarem a uma universidade ou a uma faculdade pública? Hoje, só chega à faculdade e à universidade pública, com raras exceções, aquele que pode fazer um bom cursinho, uma faculdade particular. Ou seja, quem pode pagar tem o ensino público garantido, o contrário não.

As pesquisas pelos valores agregados pela escola aos alunos ainda são incipientes no Brasil. Alguns especialistas têm se pronunciado no sentido de que não há diferença de valor agregado entre escola pública e escola privada no Brasil, especialmente quando adotam como preferência a formação e a instituição formadora de procedência do professor. Nas instituições de ambos sistemas a diferença estaria nos próprios alunos, no capital cultural e no *background* familiar.

Diante desse quadro, indago duas perguntas apenas. Tem alguma procedência esse tipo de análise? Que aspecto de funcionamento e de gestão diferenciam os estabelecimentos do sistema público e privado além das características do alunato? O setor público conta também com as ilhas de excelência de educação básica? Por que isso ocorre? E que conclusões é possível extrair da assimetria de frequência e de financiamento entre a educação básica e a educação superior no sentido em que os grupos que têm acesso à universidade beneficiada em termos de recursos são justamente dos mais privilegiados, enquanto as classes mais vulneráveis são relegadas justamente às escolas básicas em piores condições?

Começo com a Profª Maria Alice. Vamos inverter um pouco a ordem.

A SRª MARIA ALICE SETUBAL – Bom, muitas questões de novo. Mas eu gostaria de começar com um comentário, uma observação fora de tudo que foi falado aqui, para a gente relembrar as manifestações de junho. Eu acho que em junho todos nós vivenciamos as manifestações ocorridas, mas eu gostaria de apenas destacar um ponto que me parece significativo para esta discussão. No País que nós sempre falamos que é o país do futebol, vimos vários e vários cartazes, pessoas na época das grandes manifestações, no auge das manifestações, com um pedido de reivindicação da educação padrão FIFA. Quer dizer: "Copa não, queremos saúde e educação!"

Quando nós, que somos mais velhos, poderíamos pensar, há 10 anos, para não dizer cinco, que iríamos ouvir esse tipo de manifestação nas ruas? Então, acho significativo e é um avanço estarmos pensando que tivemos manifestações de um milhão de habitantes em São Paulo e no Rio de Janeiro com esse pedido de uma educação de qualidade. Isso é um avanço em termos de Brasil. É um avanço em termos da participação das pessoas, querendo – especialmente os jovens – ter mais protagonismo e uma escola que responda aos desafios do século XXI e traga, para dentro dos seus muros, os problemas e os desafios que estão acontecendo no mundo hoje. É isso o que os jovens estão demandando.

Então, quando o Senador Cristovam Buarque fala de uma revolução na educação, concordo totalmente com ele. Acho que temos de fazer essa revolução na educação. E o "como"? V. Exª fala muito que não há os "comos".

Acredito que os "comos", num País como o Brasil, não é possível determinar. Como vai ser feita uma educação numa área de reserva indígena? Como vai ser feita na cidade de São Paulo? Como vai ser feita no Município citado por V. Exª, onde o custo público é de R$1? Enfim, acho que depois de aprovado esse plano, vamos ter ainda muito a ser feito na educação neste País.

Entre os "comos" a serem feitos, gostaria de estar destacando... Quando falamos em reforçar a questão da Lei da Responsabilidade Educacional, isso é fundamental para que esse plano realmente possa ter uma existência, porque não tem sentido que o Senador Alvaro Dias recomece depois de um processo de três anos. Quer dizer, isso é impossível. Então, vamos aproveitar todo esse trabalho, toda essa mobilização, e pensar no seguinte: com relação aos "comos", há muito a ser feito. Eles vão ser resolvidos e designados nas diferentes regiões deste País.

Acho que o principal a pensar é Lei de Responsabilidade Educacional e a questão do orçamento, como o Senador Inácio Arruda falou. Não há mágica. Se não ganharmos mais recursos, não iremos conseguir mais qualidade na educação, juntamente com a gestão e a melhora da eficiência.

Agora, o acompanhamento, fundamental para que esse plano possa ter algum nível de realidade e de execução, a fim de que não se chegue ao final, como o Senador Cyro Miranda falou, cumprindo apenas 50% da meta e tendo de colocar mais 50, deve ser no sentido de voltar, em termos de orçamento, à meta intermediária dos 7%. Então, não deixar os 10% para dez anos, porque daqui a dez anos vamos dizer: "Não chegamos aos 10%, mas a gente só demorou dez anos para conseguir resolver isso!"

Mais dois outros pontos que considero fundamentais são: a discussão que coloquei, quando falei da Meta 5, que é a questão das expectativas de aprendizagem. Isso é fundamental. É uma discussão que já está acontecendo hoje, nesses dias, com algumas fundações empresariais, algumas ONGs e inclusive governos envolvidos nessa questão.

Nós já temos o Ideb, que é uma possibilidade de acompanhamento. Acho que a discussão das expectativas de aprendizagem traz um outro elemento para que a sociedade possa estar acompanhando o desenvolvimento do plano e as metas, a execução ou não, o atendimento ou não dessas metas.

De novo, reforço a importância de termos instâncias que vocalizem esse acompanhamento da sociedade de uma forma concreta. Então, conselhos que possam realmente funcionar, do Fundeb que realmente possam olhar para os resultados da aprendizagem, não apenas acompanhar – embora não seja pouco – se o dinheiro foi realmente aplicado nos moldes da lei, o que já é bastante, mas, além disso, os resultados alcançados com esse recurso da aplicação do Fundeb.

Eu gostaria de, para não, também, me alongar demais... Tem vários outros pontos, mas eu vou só reforçar dois deles que eu gostaria de colocar.

Quanto ao primeiro, quando o Senador Cristovam fala de sua proposta de federalização, eu acho que é interessante pensarmos, primeiro, que já foi discutido bastante aqui o papel da União em termos de redistribuição e de equidade. Então, é importante. Quando se fala da Federação, a importância do papel da União e desse papel da equidade.

Depois, pensarmos, olharmos por que as escolas federais têm melhores indicadores de aprendizagem, conseguem melhores resultados. Pode ser uma referência para nós pensarmos. Elas ainda são em número muito pequeno, então, pensamos: "Bom, quais são as condições que levaram essas escolas...?" Isso pode

ser uma referência importante nos "comos" de que as diferentes regiões do País poderão se apropriar.

Finalmente, eu também gostaria de ressaltar a intervenção do Senador Inácio, porque eu conheço bastante o Ceará. Gosto muito do seu Estado, conheço-o muito.

Realmente, no Cenpec, nós temos um estudo recente, de agora, de uma pesquisa sobre os resultados do Ceará e acho que o Ceará está despontando com os melhores resultados dos Estados do Nordeste e tem uma história na educação. Isso é o que eu acho importante e gostaria só de retomar.

É uma história de 20 anos em que se escolheu como prioridade a educação. Quer dizer, então a gente volta a essa revolução na educação. Foi colocado aqui: prioridade na educação, prioridade no uso do recurso público.

Então, realmente, é um Estado onde existe uma relação entre Estados e Municípios diferenciada, existe uma colaboração real, o que dá elementos importantes para a gente pensar num sistema nacional de educação.

O Estado do Ceará é um caso interessante para se analisar. Essa relação Estados – Municípios é fundamental. Eu conheço essa colaboração entre as escolas. Então, você tem, no Ceará, o Estado e o Município em um regime de colaboração já avançada em termos de outros Estados do País e a colaboração entre as escolas. Então, é um caso muito interessante para a gente pensar e analisar quais foram as condições que viabilizaram isso.

Aí, termino só falando que num País como o nosso, se nós conseguirmos implementar um plano com recursos e com controle de acompanhamento por dez anos, isso pode ser pouco, pois a gente poderia ter 40, 50, mas será um avanço muito grande. A gente não pode desperdiçar essa oportunidade. É um avanço pensar que está sendo muito mais do que um governo. É um plano com uma agenda para o País e foi o que a gente conseguiu.

Então, é isso. Eu acho que devemos ir em cima disso, porque a gente... As metas se abrem para muitos "comos", é nisso que volto. Quer dizer, elas possibilitam muitas revoluções na educação.

Eu sou otimista, Claudio. Eu tenho essa esperança e essa utopia. Eu sou otimista.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Profª Maria Alice.

Passo a palavra à Profª Cristina Helena.

A SRª CRISTINA HELENA ALMEIDA DE CARVALHO – Agradeço pelas perguntas. Eu não vou repeti-las nas respostas, concordo com a Profª Maria Alice em gênero, número e grau, em todos os pontos tocados aqui. Eu vou seguir por outras perguntas.

O Prof. Cristovam fez a pergunta: "Qual o melhor salário para competir com os demais profissionais?"

Eu acho que esse é um ponto... Inclusive, esse é um ponto que está no Plano Nacional de Educação. A aproximação salarial com os demais profissionais é um ponto chave, mas eu acho que não é o único.

Eu acho que valorizar a profissão docente é salário, sim, salário digno, condigno para o profissional que estudou e se esforçou. Para atrair esse profissional, é, realmente, essencial ter um bom salário, como têm, por exemplo, os professores da educação federal, inclusive os da educação básica, das poucas escolas faladas aqui, mas também um plano de carreira muito bem estruturado é necessário. Condições de trabalho adequadas, condições mínimas de trabalho, inclusive a própria infraestrutura da escola, são essenciais para essa valorização.

Esses elementos também fazem parte da valorização, quer dizer, vários dados recentes mostram desinteresse pela profissão, e não só desinteresse na saída das licenciaturas, a pouca atratividade das licenciaturas, mas, principalmente, quando tem algum tipo de concurso público, muitos desistem quando assumem, e eles já sabem quais são os salários.

Então, não é apenas o salário que desestimula a profissão, mas também as condições de trabalho, a segurança do professor, ter um ambiente adequado para trabalhar, ter, sim, informática nas escolas, ter acesso à internet, porque isso todas as escolas precisam, ter condições de o profissional se atualizar, efetivamente, ter uma boa formação continuada. Então, acho que tudo isso envolve a profissão docente, como profissão de verdade, e não como vocação, e não como cuidado, e não como a substituição da relação familiar.

Então, eu acho que esses são os pontos que estão na ideia da escola ideal, para a qual o senhor estava chamando a atenção. Essa ideia da escola ideal e do profissional ideal passa por algo concreto, que é a nossa Federação, nosso regime federativo. Quer dizer, eu acho que a proposta é interessante, a da federalização, mas eu acho que ela requereria, por exemplo, uma mudança drástica na Constituição.

Há 25 anos, quando foi elaborada, se pensava na descentralização, na chegada até mesmo aos Municípios, que é um modelo federativo muito peculiar brasileiro. As demais grandes nações federativas o são apenas na relação Estados e União. O nível municipal não tem autonomia como nós temos.

Essa descentralização estava no bojo da discussão do regime democrático, da retomada da democracia no País. Então, é nessa perspectiva que os Municípios assumem várias políticas sociais, inclusive a educação.

Então, a mudança na Constituição ou a mudança do plano, na sua proposta, eu acho que também, na minha perspectiva, a gente deve, na verdade, permanecer e grandes mudanças podem ser feitas, mas no interior do plano, não excluindo o plano ou elaborando um novo plano. Nessa perspectiva, a mudança seria, inclusive, da própria Constituição.

Agora, é óbvio que as instituições federais são de excelente qualidade. Os profissionais estão todos no regime jurídico único e muitos já têm mestrado. A União é a que mais arrecada, então, obviamente, paga os melhores salários e o regime jurídico único permite condições de trabalho mais adequadas, com que esse profissional consegue, efetivamente, se formar e se atualizar.

Então, era para esse ponto que eu queria chamar a atenção.

Eu vou responder aos dois Senadores, tanto para o Senador Cristovam, como para o Senador Inácio. Ambos falaram sobre os 10% do PIB, dizendo que, na verdade, os 10% foram quase um número cabalístico.

Na verdade, não é bem assim, quer dizer, há vários estudos feitos. Inclusive, a Campanha pelo Direito à Educação fez um estudo minucioso e o Prof. Marcelino contribui para com esse estudo há muito tempo, assim como o Prof. Nelson Amaral. Ambos contribuem justamente para justificar esses 10%.

Então, tem todo um estudo muito detalhado. Até o último, que está nas minhas referências da minha apresentação, que vale a pena ser observado, chama-se Estimativa de Impacto Financeiro entre 2011 e 2020.

É um texto que está disponível na internet e foi publicado na revista *Com Ciência.* Ele faz cada meta... Para atingir cada meta, faz um modelo todo minucioso, para que todas as metas sejam atingidas com qualidade. Ele mostra que, em 2016, serão necessários 7% do PIB, e, em 2020, 10% do PIB.

Então, esse número foi exaustivamente estudado, justamente para justificar essa necessidade, porque o valor, realmente, é muito elevado, como o senhor chama a atenção.

Nós estamos falando, aqui – o PIB está próximo de 4 trilhões -, de R$400 bilhões para a educação, quer dizer, é um dinheiro significativo. Aí, sim, é uma revolução na questão da priorização.

O uso de riquezas minerais, a exploração de riquezas, eu acho é interessante. Como eu falei, aqui, eu acho que o papel do pré-sal é importante. Ele não é o único, a única fonte de financiamento, mas ele é importante e foi uma conquista grande realizada na Câmara, não há a menor dúvida, concordo plenamente. Agora, como realizar isso? Como implementar isso?

Eu acho que a questão, talvez, da federalização está na questão mais importante, hoje, que é o piso nacional salarial. É uma forma de federalização, pelo menos do piso, que foi tão combatida por Estados e Municípios, que entraram no Supremo Tribunal Federal – e continuam entrando, continuam entrando -, atacando a lei do piso, justamente para a questão do equilíbrio entre autonomia do ente federado e equidade.

Então, esse é um ponto bastante delicado, mas já é uma forma de federalização, pelo menos do piso, e, efetivamente, faz uma mudança brutal nos Municípios pequenos, não só nos do seu Estado, mas como nos do Brasil inteiro, porque, efetivamente, esse piso que parece tão pouco para nós, que vivemos no Distrito Federal, muda a vida de famílias, aumenta o consumo, aumenta a produção daquela região e aumenta o PIB do Estado, em função dos PIBs municipais.

Então, eu acho que tem um impacto econômico, também, importante e faz o resgate, efetivamente, pelo menos da dignidade do profissional de educação, porque salário, como condições de trabalho, está relacionado a um poder simbólico da profissão que nós precisamos resgatar.

Essa escola ideal, que vigorava até os anos 80, era uma escola excludente. Então, eu discordo, respeitosamente, do Presidente Cyro. Essa escola ideal era para todos, o ensino médio chegava a todos, mas na verdade quase ninguém chegava lá.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Tinha vestibular.

A SRª CRISTINA HELENA ALMEIDA DE CARVALHO – É. Tinha exame de admissão para entrar, muito rigor e só 10% da população de 15 a 17 anos estavam no ensino médio. Então, tinha 90% da população excluída. Para os 10% realmente era um ensino de excelente qualidade, como é nas instituições federais.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Só que em vez de nós aumentarmos nós acabamos. Foi no sentido inverso.

A SRª CRISTINA HELENA ALMEIDA DE CARVALHO – É, mas nós temos um *trade-off* aqui: a relação entre quantidade e qualidade. Então, para fazer quantidade com pouco recurso você abre mão da qualidade. Só dá para fazer qualidade e quantidade ao mesmo tempo com mais recursos; obviamente, com boa gestão, com controle social, controle do poder legislativo, mas é essa combinação que é possível fazer.

A expansão com poucos recursos tem um efeito negativo, uma externalidade, como nós economistas gostamos de usar, que é a perda da qualidade. Então, essas ilhas de excelência que o senhor disse que foi uma tensão estão nas instituições federais – não há a menor dúvida –, instituições federais de ensino técni-

co e tecnológico, como o D. Pedro II, que é uma referência ainda bastante excludente também. As escolas de aplicação das universidades federais são ilhas de excelência como todos os dados das avaliações são usados aqui.

Outra ponta importante, que eu acho que vale a pena, também, somar aqui na discussão: a questão do acompanhamento, que o senhor chama a atenção e é extremamente importante. Quer dizer, definir claramente no PNE dois elementos que fazem parte de qualquer política pública: o monitoramento e a avaliação. Monitoramento ao longo do processo de implementação da política pública e por isso as metas intermediárias são essenciais, porque podemos corrigir o caminho, já que nós estamos falando aqui de três mandatos, pelo menos, ainda que haja reeleição. São três mandatos entre prefeitos, governadores e Governo Federal.

Ter metas intermediárias permite que nós façamos o monitoramento ao longo do processo, e, no final, obviamente, a avaliação do plano para a gente saber em que a gente precisa seguir em frente e um novo instrumento de planejamento.

Muito obrigada pela oportunidade, pela audiência, pelas perguntas. A gente já faz o enceramento, não é isso? O momento aqui é de encerramento. Muito obrigada pela oportunidade de debater com vocês esse assunto essencial para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço à Profª Drª Cristina Helena.

Com muito prazer, ouvimos nosso último convidado.

O SR. CLAUDIO DE MOURA CASTRO – Já que todo mundo colocou um negócio no plano, um artigo, eu quero propor um artiguinho no plano. Um bônus para as caboclinhas de Pernambuco e do Ceará se casarem com os engenheiros estrangeiros, porque aí aumenta o capital humano no Brasil, aumenta a nossa oferta de engenheiros. Todo mundo pôs e eu também quero pôr. (*Risos*.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Cláudio, foi anotado e vai ter resposta.

O SR. CLAUDIO DE MOURA CASTRO – Em segundo lugar, é uma delícia polemizar com Cristovam porque ele tem espírito esportivo e imaginação. Então, vamos lá. Acho que nessa história do federalismo, eu, em princípio, sou contra, mas a minha proposta intermediária é que tem que ter um CTI para aqueles Municípios que, realmente, não dão conta. Não federalizar, mas criar um CTI para o Município que realmente é pobre. CTI, como no hospital, uma UTI...

Outro ponto que encalha um pouco a ideia de federalização é que os maiores problemas da educação brasileira não estão nas cidades pequenas, estão na periferia das capitais. Então, esse é um pepino que a gente não sabe nem começar a descascar. Federalizar não é muito a resposta. Não sei qual é. Portanto, uma proposta intermediária.

O segundo ponto. Quando nós olhamos os resultados das escolas federais, estamos diante de um quadro em que genericamente 80% da variância explicada no fim de um ciclo de ensino se devem à qualidade da matéria prima que recebeu. Então, quando eu faço o truncamento da distribuição e pego a calda, eu, automaticamente, estou aumentando os resultados. Então, verdadeiramente – isso já foi mencionado – o que fazem as escolas federais é peneirar. Peneiram e obtêm resultados muito interessantes.

Eu gostaria de ver aquele seu gráfico com as escolas do Bradesco. Eu tenho a impressão de que se substituirmos o resultado das municipais pelo resultado do Bradesco, nós teremos um salto. Por que isso é importante? Porque as escolas do Bradesco são boas, têm um custo razoável e não peneiram. Elas pegam quem uma escola pública pegaria. Portanto, acho que esse dado, a meu ver, seria muito mais ilustrativo.

Agora, com o meu colega da direita, o Senador.

Fazendo um grande sumário da escola da educação brasileira. Etapa um, ensino ruim para poucos; etapa dois presente, ensino ruim para muitos. Portanto, foi um salto extraordinário. Segundo ponto, por tudo que nós sabemos – e nós sabemos muito bem – a partir de 1994 não houve nenhuma queda de qualidade que pudesse ser captada pelos números que, de resto, são muito bons. O Saeb tremelicou em torno de uma margem de erro, portanto, não houve queda, e agora já deu mais uma subidinha. Ou seja, continua tão ruim quanto antes, isso é uma proeza, conseguir manter a qualidade num período de expansão quantitativa muito grande, muito considerável, que botou o Brasil no mapa dos países que fizeram coisa boa na educação, foi uma proeza. No ensino superior nós não sabemos e não podemos saber se melhorou ou piorou, porque o Enade não é comparável de ano a ano, ele não é feito com uma mecânica, com uma técnica que permita comparação. O Enem já pode, recentemente; o Saeb sempre pôde; o Prova Brasil pode, No ensino superior não dá para comparar por razões puramente técnicas.

Então, nós não podemos saber se algum... Nós podemos um curso em particular se melhorou ou se piorou com relação aos outros, mas no todo nós não sabemos se a Administração piorou, se a Medicina piorou.

Quero reforçar a proposta da Maria Alice da necessidade de nós termos muito mais reforço na ideia de expectativa de aprendizagem, isso foi o que a re-

forma inglesa fez. Ela disse: "Deve-se saber isso, isso e isso." E foi também mencionado o acompanhamento.

Salário. Também na linha do que já foi dito, pegando apenas um pedacinho do problema, as escolas privadas recrutam os melhores professores que saem e pagam um pouquinho menos. Qual é a diferença? O ambiente. Então, quem está lidando com a rede tem que se preocupar fundamentalmente com o ambiente de trabalho, com o astral da escola, isso faz uma diferença extraordinária, isso aumenta enormemente a atratividade da escola para os professores, para não falar dos alunos, obviamente.

Com isso eu encerro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, só um registro adicional.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Bem rápido, por favor.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Bem rápido.

É que lá no Ceará há Unilab. Nessa universidade, metade das vagas praticamente são para africanos, negros. Acho que vai ajudar também a melhorar a nossa formação. Outra, nós continuamos ocupando um terço das vagas do ITA de alunos, alunos que saem do Ceará, mais ou menos o mesmo percentual na Escola de Engenharia do Exército. Estou nessa expectativa. Como a maioria da população do Ceará é uma mistura de branco com índio, agora com a presença do negro em maior quantidade chamo a atenção para a dificuldade de se ocupar as vagas do ITA por outras regiões com misturas melhores.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Bom, aqui nós chegamos a um final e o ponto sempre é comum. Todos nós, de uma maneira ou de outra, estamos querendo melhorar a educação. Esse é o ponto primordial. Nós não queremos que os programas sociais sejam eternos sem haver uma porta de entrada, nós não queremos continuar com cotas e sim melhorar a qualidade do ensino para dar oportunidade a todos. Ou seja, nós não queremos mais ver aquele cidadão feio que olha para o espelho e resolve o problema quebrando o espelho. Nós queremos as soluções de base, soluções que realmente sejam duradouras.

Tenho que agradecer muito, muitíssimo pela presença da Professora e Diretora Drª Cristina Helena, da Profª Maria Alice Setubal, do nosso amigo Claudio de Moura Castro.

Essas audiências balizam a mudança de todos os projetos. Hoje, aqui, com certeza, o debate enriqueceu e subsidiou muito o Senador Alvaro Dias, responsável pelo nosso Plano Nacional de Educação, em sua Relatoria.

Agradecemos a todos pela presença e convidamos para a próxima reunião na terça-feira, às 11 horas. Desejo que tenham um bom dia. Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 32 minutos.)

ATA DA 57ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Inácio Arruda, Rodrigo Rollemberg, Ana Amélia, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Vanessa Grazziotin, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro e Gim. Justificaram ausência os Senhores Senadores Osvaldo Sobrinho e Cristovam Buarque. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 56/2013-CE, de autoria do Senhor Senador Alvaro Dias; nº 60/2013-CE, de autoria da Senhora Senadora Ângela Portela; e nº 61/2013-CE, de autoria do Senhor Senador Inácio Arruda, destinados a realizar a Quarta Audiência Pública para "**Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, de autoria da Presidência da República, que 'Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências'**". Como expositores, comparecem à Audiência Pública **o Senhor Mauricio Fernandes Pereira, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação – FNCE; Senhora Virgínia Barros, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; Senhora Marta Vanelli, Secretária Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Senhor Ricardo Holz, Presidente do Fórum das Entidades**

Estudantis do Brasil e Senhor Rivanildo Cadete Fidelis, Presidente da Organização dos Professores Indígenas de Roraima – OPIR. Prosseguindo, a presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Luiz Carlos Ghilardi, Secretário Geral do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo; Senhora Nara Teixeira, Coordenadora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – Contee e Senhora Maria Madalena Nobre, Conselheira da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros a Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Alvaro Dias, Ângela Portela e Inácio Arruda, autores dos Requerimentos, e o Senhor Senador Cyro Miranda. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CYRO MIRANDA**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 57ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende aos Requerimentos nº 56, de 2013, da CE, de autoria do Sr. Senador Alvaro Dias; do nº 60, de 2013, de autoria da Senadora Angela Portela; e nº 61, de 2013, de autoria do Sr. Senador Inácio Arruda, para realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara, de 2012, que aprova o Plano nacional de Educação, PNE, e dá outras providências.

Foram convidados para esta audiência o Sr. Mauricio Fernandes Pereira, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE); Virgínia Barros,Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); Marta Vanelli, Secretária Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Ricardo Holz, Presidente do Fórum das Entidades Estudantis do Brasil; Rivanildo Cadete Fidelis, Presidente da Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIR).

Peço ao nosso Secretário, Júlio Linhares, que acompanhe nossos convidados. (*Pausa.*)

Cumprimento os requerentes presentes, Senadora Angela Portela e Senador Alvaro Dias, pela iniciativa. Dando prosseguimento, comunico que esta audiência tem por motivo instruir o Plano Nacional de Educação, PNE.

Convido para fazer uso da palavra, começando da minha direita, o Sr. Rivanildo Cadete Fidelis, Presidente da Organização dos Professores Indígenas de Roraima. Concedo a palavra por 15 minutos. Se necessário, prorrogaremos.

Com a palavra, Sr. Rivanildo.

O SR. RIVANILDO CADETE FIDELIS – Muito bom dia, Sr. Senador. Bom dia, Senadora Angela Portela.

Neste primeiro momento, agradeço a oportunidade e o convite que nos foi feito para trazermos algumas informações para que no PNE seja contemplada a educação escolar indígena.

Então, trazendo para nossa realidade, a educação escolar indígena, no Estado de Roraima e a nível de Brasil, precisa, Senador, implementar situações que ora são desagradáveis para nós, indígenas, devido à grande diversidade das mais diferentes etnias existentes no País, com suas devidas pluralidades étnicas, no que tange à diversidade, à diferente educação que se tem em cada etnia, em cada escola, no que diz respeito ao ensino diferenciado bilíngue de cada povo.

No decorrer, apresentarei meu discurso por escrito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Rivanildo. Depois, pelas perguntas, poderemos dar alguns esclarecimentos sobre esse problema da educação indígena.

A seguir, passo a palavra ao Sr. Ricardo Holz, Presidente do Fórum de Entidades Estudantis do Brasil.

O SR. RICARDO HOLZ – Bom dia a todos.

Quero agradecer ao Senador Cyro Miranda e aos demais Senadores da Comissão de Educação pelo convite, pela oportunidade. Normalmente só a UNE faz parte desta mesa, mas, felizmente, existe um uni-

verso de entidades estudantis no Brasil e desta oportunidade, desta feita, fomos convidados para poder espelhar, trazer um pouco do nosso pensamento, em especial sobre o PNE e o que vem acontecendo com estudantes no Brasil inteiro.

De maneira geral, a gente entende que o Plano Nacional de Educação é positivo. Nós entendemos que é importante para o País, porém boa parte das 20 metas estabelecidas aborda de forma simplória ou não aborda o uso das tecnologias na educação, realidade crescente nas escolas brasileiras.

Eu tenho oportunidade de viajar pelo Brasil inteiro, visitando escolas de ensino fundamental e ensino médio e instituições de ensino superior e uma realidade com que a gente depara conversando em especial com alunos do ensino médio é a falta de conectividade das aulas com o dia a dia desses alunos. Essa geração de hoje chega à sala de aula, senhores, completamente conectada. Eles têm iPad, eles têm Tablet, eles têm celular Smartphone, mesmo uma grande parcela dos de renda mais inferior, uma vez que os senhores devem estar cientes de que hoje no Brasil há mais de um celular por habitante. Então, essa nova geração que tem acesso a *lan house*, que tem computador, que tem computador na escola, que tem Smartphone, tem um acesso muito amplo à informação que está disponível e pensa de maneira diferente da minha geração, de maneira diferente das gerações anteriores.

O que a gente vem percebendo é uma dificuldade muito grande dos professores, dos gestores, dos políticos de maneira geral, do Ministério da Educação, das Secretarias de Educação, em entender essa nova geração, em lidar com essas novas tecnologias, de modo a melhorar a qualidade da educação no Brasil. As aulas são, de maneira geral, entediantes, desconectadas da realidade dos estudantes. Sabemos que isso tudo tem uma série de fatores, mas o descaso pelo uso da tecnologia que vemos, ao participar de audiências pelo Brasil, é gigante. E, atentando ao PNE que estamos discutindo, percebo que estamos planejando a educação brasileira para os próximos dez anos e estamos praticamente deixando de lado o uso das novas tecnologias. Estamos indo na contramão do resto do mundo.

Isso é bastante preocupante. É um fato talvez... O Ministério da Educação e talvez parte do Parlamento ainda não conseguiram entender a importância dos novos recursos tecnológicos na vida dessa nova geração que já está na sala de aula. Imaginem daqui a dez anos como será, e os senhores compreendem bem, porque boa parte dos senhores tem filhos, tem sobrinhos, tem primos e convive com essa realidade. Assusta e preocupa bastante.

Se não começarmos a nos ater à importância, ao impacto que as novas tecnologias estão tendo na vida da juventude, vamos ficar para trás. Os estudantes, os jovens, os cidadãos, de maneira geral, estão fazendo revoluções através da internet. Recentemente, todos nós ficamos bastante felizes em ver que o Brasil acordou, as pessoas estão indo para as ruas. E devemos, de certa maneira, compreender que a internet e as novas tecnologias tiveram, têm e terão um papel fundamental na transformação da mentalidade da juventude e certamente na transformação do País através da educação. Então, nós temos que dar mais destaque ao uso das novas tecnologias na educação, no ensino fundamental e no ensino médio.

Outra coisa que destaco é o fato de termos algumas metas extremamente tímidas, por exemplo, quando falamos da ampliação do desempenho no Ideb no ensino fundamental e ensino médio. A projeção para dez anos não passa de que os estudantes terminem o seu ciclo educacional sabendo cerca de 60% do conteúdo esperado que ele soubesse. Estamos planejando a educação no Brasil, Srs. Senadores, imaginando que daqui a dez anos os estudantes saiam das salas de aula sabendo no máximo – essa é a nossa projeção – 60% do conteúdo esperado. Isto é outro ponto que nos assusta, a timidez com a qual nós planejamos, nós pensamos a educação brasileira. Nós não esperamos que o aluno saia da sala de aula com 80%, 90% do conteúdo esperado, que, em tese, vai ser dado, nós esperamos que ele saia com no máximo 60% daquilo que gostaríamos que ele aprendesse; com 60% nós já estamos felizes. Isso reflete os números medíocres que a educação brasileira desempenha em todos os exames, seja no Ideb, seja no Pisa, hoje. Talvez por essa mediocridade de desempenho que temos hoje, acabemos projetando também um desempenho relativamente baixo para os nossos estudantes num futuro breve. Dez anos é um tempo bastante curto, no meu ponto de vista, porém, nós poderíamos ter um ganho significativo se houvesse, de fato, uma vontade do Estado em transformar a educação brasileira, a exemplo de outros países, que conseguiram transformar sua educação num tempo não superior a 20 anos. E aqui no Brasil a gente continua patinando.

Não sei o que vem acontecendo, mas, no último PNE, quase nada foi feito. Muita coisa bonita escrita no papel, as metas, de certa maneira, são interessantes, a forma de se atingirem essas metas, sempre nebulosa. A gente não entende direito o que vai acontecer, como vai acontecer, de que maneira isso vai acontecer, mas as coisas vão caminhando: boa parte das instituições acabam apoiando, obviamente, o projeto passa, depois cai no esquecimento, e daqui a oito ou nove anos,

vamos começar a discutir novamente sobre o que não foi feito e o que não aconteceu.

Na questão do ensino superior, assustou-me e me causou certa estranheza, talvez pelo fato de eu ser um aluno oriundo da rede privada de ensino, e num curso a distância, ou seja, já utilizando as novas tecnologias...

Eu sou um dos alunos que retrata bem a educação a distância no Brasil. O perfil do aluno de educação superior a distância é um aluno de baixa renda, da classe D, parte da classe C, que não teve oportunidade de estudar no tempo correto. Eu tenho 35 anos de idade e, com a flexibilidade de tempo e os valores de mensalidades mais reduzidos, porque estudei em escola pública minha vida inteira – sou de família humilde –, e o ensino público brasileiro não prepara os estudantes para entrarem numa universidade pública hoje.

Hoje, vivemos uma realidade no Brasil que é difícil explicar em outros países quando você participa de conferências internacionais. Por que o aluno estuda a vida inteira em escola pública e, quando termina o terceiro ano, ele é obrigado, praticamente, se ele quiser dar continuidade a seus estudos, a ir para a universidade privada? E aquele que estuda a vida inteira em escola particular, quando termina o terceiro ano do ensino médio, é automaticamente aceito numa universidade pública, praticamente, porque o *apartheid* brasileiro na educação está no processo seletivo. Então, pobre não passa no processo seletivo de universidade pública. Aquele classe média, que o papai pôde patrocinar, que fez um cursinho ainda depois da escola particular, tem as portas abertas nas universidades públicas brasileiras. Aquele que tem de estudar e trabalhar, aquele que, por uma série de motivos, não nasceu numa família abastada, esse não tem a oportunidade quase – são raras as exceções no Brasil – de entrar numa universidade pública.

Hoje, por isso, 71% dos universitários brasileiros estão nas universidades particulares. E essa grande gama são de estudantes de baixa renda.

E me causou grande estranheza quase não ver nenhum tipo de iniciativa, nenhum tipo de proposta que englobe a melhoria, ou a expansão, enfim, do ensino superior privado, de onde eu venho.

Presido uma associação nacional de estudantes de educação a distância, e esse grupo de estudantes, que já são mais de um milhão de estudantes no Brasil, estão completamente abandonados. Completamente abandonados! Houve a necessidade de se criar uma entidade que representasse os alunos de educação a distância, porque eles estavam abandonados!

Para os senhores terem uma ideia, o que mais recebemos de questionamento dos alunos de graduação a distância no Brasil é se os diplomas deles vão valer. O cara está no terceiro ano de Administração de uma faculdade e ainda não sabe se o diploma dele vai ser aceito no mercado de trabalho.

E o que causa estranheza nesse estudante? Questões como, por exemplo, o Fies, porque o Governo Federal incentiva bastante o Fies. Recentemente, a Presidente Dilma em São Paulo comemorou um milhão de contratos do Fies, e eu participei inclusive de uma audiência pública nesta Comissão de Educação, não há muito tempo, com o Ministro da Educação, que estava felicíssimo com a ampliação dos contratos do Fies. Mas, estranhamente, desde 2010, uma portaria ministerial, do Ministério da Educação, proíbe qualquer destinação de recursos do Financiamento Estudantil para alunos de educação a distância. Estranho isso, porque o perfil do aluno a distância – falei para os senhores há pouco – é o aluno de mais baixa renda. É o cidadão que não teve a oportunidade de entrar numa universidade pública – lógico, a maioria –, mas aquele que não teve a oportunidade de estudar quando tinha seus 18, 19, 20 anos. A média de idade na educação a distância é 31 anos de idade, o cidadão já tem filhos e está buscando a melhoria da qualidade de vida dele por meio do ensino superior e encontrou na educação a distância, educação com o uso de tecnologia...

Eu, particularmente, não gosto desse nome de educação a distância, porque, para mim, ela aproximou; ela trouxe a educação para mim que estava excluído do processo. Ela tirou a distância da minha pessoa para a educação. Não sou muito chegado ao nome, mas popularmente ficou conhecido como Educação a Distância. Vamos seguir assim.

A Educação a Distância, na verdade, está causando inclusão social no Brasil. Como falei, são mais de um milhão de alunos que não podem ter acesso ao Fies. Recebemos milhares de *e-mails* de alunos de Educação a Distância, questionando: "se o Ministério da Educação fala que não existe distinção entre o diploma do aluno do presencial e do aluno a distância [de fato, pela legislação brasileira, em tese, não existe a distinção] por que o próprio Ministério da Educação proíbe a destinação de recursos do Fies para Educação a Distância?"

Quando eu vi, em uma das metas, a ampliação do acesso ao ensino superior – se eu não estiver enganado, é a 1220 –, fiquei muito feliz, porque lá está levemente colocada a Educação a Distância. Quase, no PNE, não se fala em Educação a Distância, que é a forma mais real que temos no Brasil e no resto do mundo logicamente de uso da tecnologia na Educação. Hoje, a Universidade de Harvard, o MIT, enfim, todas as grandes universidades do mundo estão disponibilizando seu conteúdo gratuitamente na rede. Qualquer um dos

senhores consegue assistir a um curso, a uma aula com os melhores professores do mundo na internet, hoje, amanhã ou a qualquer hora, sem sair do Brasil. E se alguns ainda tiverem a barreira do idioma, porque no Brasil quase não se fala um outro idioma – e vemos pouco disso aqui –, existem algumas fundações que estão traduzindo...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO HOLZ – ...estão legendando os cursos em língua estrangeira para o português.

Bom, na verdade, imagino que esse sinal seja para mim, não é Senador?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Podemos prorrogar por mais cinco minutos.

O SR. RICARDO HOLZ – Talvez eu não use os cinco minutos, mas, enfim, desculpem-me porque me alonguei.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Senador Cyro, apenas para estimular o representante dos estudantes, lembro que na próxima quinta-feira, na audiência, teremos a participação especial de representantes do ensino a distância. Comunico isso exatamente preocupado com a sua preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Exatamente porque notamos que o PNE não estava contemplando como deveria ser contemplado o ensino a distância, o Senador Alvaro Dias, que é o Relator, preocupou-se com isso. Dessa forma, vamos ter na quinta-feira uma audiência pública voltada para o ensino a distância.

O SR. RICARDO HOLZ – Ótimo. Com essa fala, eu já me senti inclusive bastante atendido nas reivindicações. Peço desculpas pelo desabafo, mas convivemos com uma realidade bastante diferente daquela que é vendida nas propagandas, daquela que é vendida por alguns grupos aqui, no Brasil. O dia a dia não é fácil. O dia a dia é complexo, encontramos pessoas realmente querendo melhorar a qualidade de vida, querendo ampliar sua renda, pessoas que têm a certeza de que a transformação pessoal vem através da educação e, consequentemente, a transformação do País, mas, porém, o apoio é raro, é escasso. Por isso, Senador, agradeço bastante a oportunidade de, na próxima quinta-feira – certamente estarei aqui – acompanhar as discussões dessa que certamente não pode ficar de fora de nenhum tipo de planejamento em educação, que é a educação com tecnologia, a Educação a Distância.

Agradeço a oportunidade e fico à disposição para os questionamentos que teremos aqui futuramente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço a participação do Ricardo, que não entendemos como um desabafo. Entendemos, sim, como o sentimento de quem está na ponta e de quem recebe todas as informações.

Foi um prazer.

Concedo a palavra ao Sr. Sr. Mauricio Fernandes Pereira, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE).

O SR. MAURICIO FERNANDES PEREIRA – Bom dia. É uma alegria muito grande estar aqui hoje, na casa do povo, no Senado da República, para falar de um assunto que, a meu juízo de valor, com absoluta certeza, é o mais importante de uma nação: a educação. Ela é a única política pública que consegue transformar e interferir de maneira positiva em todas as demais políticas públicas, seja ela de saúde, de segurança pública, de desenvolvimento, todas elas.

Quero saudar o eminente Senador Cyro Miranda. Há alguns meses, antes mesmo de o PNE chegar a esta Casa, fizemos uma visita a ele, como Presidente do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, entidade que representa todos os conselhos estaduais de educação, dos 26 Estados da Federação e do Distrito Federal. Lá fizemos uma solicitação a ele para que a gente pudesse vir a esta Casa no momento oportuno para justamente dar a nossa posição como entidade dos conselhos estaduais de educação sobre o PNE.

Agradeço, Senador, imensamente, esta oportunidade.

Quero saudar também o Senador Alvaro Dias, Relator da matéria, que tem em suas mãos um grande desafio: passará por suas mãos, com absoluta certeza, o futuro desta Nação para a próxima década e para as gerações futuras.

Agradeço também à Senadora Angela Portela e ao Senador Inácio Arruda, que fizeram a proposição das indicações das entidades para estarem aqui hoje.

Da mesma forma, cumprimento o Senador Aloysio Nunes Ferreira e também a nossa conterrânea de Santa Catarina, Marta Vanelli, Secretária Secretária-Geral da CNTE, órgão que vem travando uma luta extraordinária em prol da educação, a educação de qualidade, educação pública, educação séria.

Quero cumprimentar também a Virgínia Barros, Presidente da União Nacional dos Estudantes. Quando era aluno da Universidade Federal de Santa Catarina, militei muito nos movimentos estudantis e participei daquele movimento chamado Caras Pintadas. Naquele momento eu estava aluno da Universidade Federal de Santa Catarina.

Cumprimento também o Ricardo Holz, Presidente do Fórum de entidades estudantis, que bem lembrou

nas suas preocupações a importância de não só estabelecer metas e estratégias, mas a preocupação clara com as metas de qualidade e de mudanças sociais que a educação pode fazer em termos de transformação dos jovens que estão na educação brasileira.

Cumprimento também o Rivanildo Fidélis, Presidente da organização dos professores indígenas de Roraima.

Bem, para não deixar de falar o importante, eu preparei alguns eslaides e, ao final da minha fala, vou entregar, Cyro Miranda, Senador Alvaro Dias, um ofício que, na verdade, com solicitação do nosso Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação para que sejam devidamente levados em consideração, nos debates aqui na Comissão, alguns assuntos que entendemos serem estratégicos para educação brasileira. Vou buscar fazer isso na minha fala e, ao final, farei a entrega.

Da mesma forma, está indo, ao final da minha fala, para todos os nobres Senadores desta Casa, também o ofício nominal a cada um dos Senadores, este nosso pedido.

Rapidamente, isso é um eslaide padrão, tem um pouco do que venho falando. São alguns livros, todos pela editora Atlas, em que falamos um pouco sobre dois temas que, na minha visão, são básicos para a educação brasileira: planejamento e estratégia. Isso culminou com o livro que saiu esta semana, que é um pouco das nossas reflexões sobre o que leva uma escola a ter alto desempenho.

Nesse livro editado pela Atlas eu e Diego colocamos algumas das nossas reflexões sobre como é possível transformarmos objetivamente as escolas públicas brasileiras.

Não quero fazer aqui nenhuma distinção em termos de educação, mas o meu foco é a educação pública brasileira. Inclusive, a nossa Constituição da República permite a iniciativa particular, privada, na área educacional. Não há nenhum problema. Mas eu quero destacar aqui a educação pública como agente de transformação dessa sociedade, lembrando a todos que temos, hoje, cerca de 54 milhões de alunos na educação básica. Desses 54 milhões de alunos da educação básica, cerca de apenas 7 milhões estão na iniciativa privada. Então, somos, sim, uma educação pública em nosso País. E, como educação pública, precisamos de três palavras para realmente transformamos a educação deste País: velocidade, qualidade e quantidade.

Quando ouço o Ricardo falar que a nossa meta para educação e para qualidade, numa meta que vai de 0 a 10, é 6, realmente a gente fica muito triste. Mas a gente tem que entender que o que a gente precisa é evoluir em velocidade, qualidade e quantidade. O País não pode mais esperar sendo a educação tão importante para uma nação e para o desenvolvimento dessa nação.

Neste livro, nós fizemos um estudo nas escolas públicas brasileiras que têm os maiores índices da educação brasileira. Aqui eu não vou entrar na discussão de se concordamos ou não com o Ideb, se o Ideb avalia bem, avalia mal, Enem e todos os outros indicadores da educação brasileira. Na verdade, eles estão aí postos e nós pegamos esses indicadores, essas escolas e fomos estudar o que essas escolas fazem. E chegamos a algumas conclusões. Nós terminamos o livro criando o que a gente chamou de práticas básicas para uma escola de alto desempenho – são cinco – e práticas secundárias para as escolas de alto desempenho. Quiçá pudéssemos replicar, utilizando algumas questões importantes do livro para as nossas escolas públicas. A minha humildade é de 1,62m; por sinal, diminuiu do ano passado para cá, era 1,63m. Se a média continuar assim, eu vou ficar preocupado, uma vez que a minha avó chegou aos cem anos. A ideia desse livro é justamente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É normal com a idade.

O SR. MAURICIO FERNANDES PEREIRA – É normal com a idade? Muito obrigado, Senador Aloysio. (*Risos.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu tinha 1,80m, estou com 1,78m. É normal!

O SR. MAURICIO FERNANDES PEREIRA – Então, está bem! (*Risos.*)

Obrigado, Senador Aloysio. Mas o senhor tinha um 1,80m. A partida é boa. A minha partida é 1,63m. O seu piso é muito maior. Obrigado, Senador Aloysio.

Então, eu quero dizer o seguinte: nós vivemos em uma nação que tem três recursos estratégicos e nós precisamos utilizar esses recursos de maneira harmônica com o objetivo único de levar este País a ser não só a 7ª maior economia do mundo, o que é hoje, com um PIB de US$2,2 trilhões, mas também às maiores e melhores posições no *ranking* da educação. Vou mostrar que nós não estamos fazendo, nesse sentido, o devido dever de casa.

Hoje nós temos, a meu juízo de valor, três pontos estratégicos de uma nação: a sua população, a sua área territorial, o tamanho geográfico, e a sua riqueza, o PIB. Hoje nós temos apenas quatro nações que congregam essas quatro características: uma área muito maior do que a que eu coloquei ali – 4 milhões para o Canadá e a Austrália juntos –, uma área de mais de 6 milhões de metros quadrados, uma população de

mais de 200 milhões de habitantes e um PIB maior do que US$2 trilhões. Só há quatro nações que têm essas características. Coincidentemente, dos chamados BRICS, nós temos três países listados aí: Rússia, Brasil e China. Estou incluindo a Rússia também nos BRICS.

Para vocês virem como esses países estão, olhem só o Brasil. O Brasil é o 7º maior PIB do mundo, está com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) na posição 85. Em produtividade e inovação, que levam à transformação social da nossa nação, nós estamos muito mal nos indicadores internacionais. Está aí o desempenho da nossa indústria brasileira porque não tem educação formal. Já pensou se esse contingente extraordinário de 54 milhões estivesse tendo, estivesse recebendo uma educação de alta qualidade? Nós não seríamos a nação do futuro, nós seríamos a nação do presente, já. Estamos, no Pisa, em 53. Por mais que estejamos entre as três nações que mais crescem no Pisa, junto com Luxemburgo e Chile, nossa posição é muito distante. Por isso que precisamos avançar mais ainda a nossa velocidade.

Nós temos aí China e Rússia. E por que eu coloquei esses dados? Eu coloquei esses dados para dizer que, tanto a China quanto a Rússia, nos últimos dez anos, estão aumentando, e muito, as três palavrinhas que eu falei aos nobres Senadores, aos presentes nesta audiência e aos nossos telespectadores. Eles estão aumentando, e muito, a velocidade, a qualidade e a quantidade em relação à educação. E desses, nós somos aqueles que estão perdendo nessas três dimensões.

E tem um *ranking* que realmente nos entristece e com certeza deve ser um *ranking* errado, que é o de Educação, na Unesco, na qual somos a posição 88. Nesta posição, nós perdemos – sem demérito a essas nações e com muito respeito a elas – para Argentina, Chile, Uruguai, Peru, Paraguai, Colômbia, Bolívia, só falando da América do Sul. O que será que está acontecendo? Com certeza, esse ranking da Unesco não deve estar certo.

Premissa básica da minha fala: velocidade, qualidade e quantidade. E aí eu quero chegar a um tema muito estratégico para a nossa Nação. O Brasil não pode mais esperar. E como diz a CNTE nas suas camisas que aqui estão: PNE já! Nós não podemos mais esperar, por uma razão muito simples, a Emenda 59, que mudou a redação do art. 214, fala que o PNE é o articulador do Sistema Nacional de Educação. Algo sobre o que vou falar também.

Se nós não tivermos um PNE aprovado com urgência, teremos muitas dificuldades no caminhar e no avançar da educação brasileira. Por quê? Porque a partir do PNE, nobre Senadora Angela, nós teremos, na sequência, os Planos Estaduais de Educação. Na sequência, os Planos Municipais de Educação.

Como disse o Ricardo, que tem viajado por este País inteiro – eu também tenho tido essa alegria e honra de viajar por este País inteiro e falar nesta Casa que representa o Brasil –, é uma obviedade. Mas eu não tenho muitas vezes como comparar algo a algumas coisas incomparáveis. E educação é uma delas, não é?

São situações dispersas, diferentes e diversas, por isso, nós precisamos ter, ao aprovar o Plano Nacional de Educação, a urgência na aprovação dos Planos Estaduais de Educação, para depois os Planos Municipais de Educação.

Se nós não tivermos essa garantia no Plano Nacional de Educação, do prazo para aprovação dos Planos Estaduais de Educação, com toda a minha humildade, nobre Senador Aloysio, de 1,62 metro, eu ouso dizer que vamos ter muita dificuldade; nós não teremos os nossos Planos Estaduais de Educação aprovados com a devida urgência.

Por que eles são importantes? Porque o Pará é diferente de Santa Catarina; Santa Catarina é diferente do Rio Grande do Sul, que é diferente do Paraná, do Senador Alvaro Dias; que é diferente... e assim sucessivamente. E é o Plano Nacional de Educação que dará as diretrizes nacionais de educação. Então, essa é a primeira solicitação que nós estamos aqui fazendo: a urgência da aprovação do Plano Nacional de Educação.

Outra questão tem a ver com o reforço à democracia a partir do Plano Nacional de Educação, ou com a gestão democrática da educação neste País, que é a garantia de colocarmos, em alguns dos dispositivos do Plano Nacional de Educação, a autonomia dos Conselhos de Educação: Conselho Nacional de Educação, Conselhos Estaduais de Educação e Conselhos Municipais de Educação.

O que eu falo de autonomia? Autonomia não é soberania. Autonomia significa a capacidade que esses Conselhos têm de fazer o seu papel na regulação e na legislação da Educação brasileira. Hoje os nossos Conselhos de Educação, na sua grande maioria, não têm autonomia de gestão, autonomia administrativa e principalmente autonomia financeira. Ficam à mercê, muitas vezes, do Executivo. E nós não podemos ter isso se pensarmos num País democrático como é a Nação brasileira.

A terceira questão tem a ver com os prazos de implementação. Então, há três pontos importantes. Primeiro, eu já falei, colocar no Plano novamente o prazo para aprovação dos planos estaduais e planos municipais. Segundo, colocar no Plano o prazo para criação do então falado Sistema Nacional de Educação. E o terceiro é termos uma meta clara de avaliação. Eu

chamei – vou falar no último eslaide, porque vou fazer uma conclusão – de obrigatoriedade do cumprimento do Plano Nacional de Educação.

Eu não estou com muita preocupação, efetivamente, com o Plano Nacional de Educação. Eu sei que esta Casa, brilhantemente, vai aprovar os anseios da Nação brasileira. A minha preocupação é depois da aprovação. Eu, como professor de planejamento e de estratégia, sempre digo que o plano aceita qualquer coisa, não resta dúvida. Mas nós temos que ter uma preocupação muito clara com as formas de implementação e a responsabilização da sua não implementação.

Uma outra coisa que nós estamos também sugerindo, e que já foi muito discutida nesta Casa, é a questão da educação especial: nós colocarmos a educação especial como saiu da Câmara dos Deputados, porque eu acredito que as APAEs fazem um trabalho extraordinário. Nós não podemos ter uma perda nesse trabalho maravilhoso que fazem essas entidades hoje.

Como soou aqui nossa sineta, eu coloco também como importante a questão da responsabilização, se nada for feito. Entendo que eu ficaria muito triste, como educador, de nós termos uma discussão tão maravilhosa – por mais que demorada – que está acontecendo neste Congresso Nacional sobre o Plano Nacional de Educação, se nós aprovarmos e nada constar da obrigatoriedade da sua implementação. Vai ser um Plano que – como disse o Ricardo, temos várias discussões sobre o anterior – não vai adiantar de nada. E aí, com todo o respeito aos nobres Senadores e Senadoras da República, a pergunta é: para que valeu tamanho esforço de discussão de uma política pública tão importante, se agora o Plano aprovado está? E a quem cabe o cumprimento e a responsabilização pelo seu não cumprimento?

Enquanto dimensão estratégica, o Plano na verdade vai organizar – na minha visão – a educação brasileira, a partir dessas diretrizes nacionais. Como eu disse, o Plano – na minha visão – é hierarquicamente mais importante do que os planos estaduais de educação, que vão observar a particularidade de cada Estado e, da mesma forma, de cada Município. O Plano dará as grandes diretrizes nacionais.

Portanto, e para finalizar, a problemática da educação não pertence somente ao setor educacional. É uma responsabilização de toda a sociedade brasileira. Se nós tivéssemos uma sociedade que entendesse a educação como algo extremamente importante, teríamos uma sociedade diferente. Eu tenho dito que todos sabem que a educação é importante. Nós precisamos mudar a palavra "importante", que nada mais é do que discurso, para "prioridade". E prioridade são ações, são práticas, e essas práticas é que precisam ser avaliadas. É um problema que afeta a sobrevivência da Nação, e por ele se define a opção pelo atraso ou pelo progresso da Nação. Eu tenho absoluta certeza de que a nossa opção não é pelo atraso, e sim pelo avanço e pelo desenvolvimento dessa sociedade.

Portanto, em resumo, e para finalizar, a aprovação urgente do Plano Nacional de Educação... Creio que o Senado da República, o Congresso Nacional, daria uma grande resposta a esta Nação e aos anseios recentes da rua se nós pudéssemos aprovar o Plano ainda este ano.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURICIO FERNANDES PEREIRA – Estabelecimento de prazo para Estados e Municípios implantarem o seus planos estaduais e municipais: um para os Estados, dois para os Municípios.

Autonomia e financeira e de gestão ao Conselho Nacional, aos conselhos estaduais e aos conselhos municipais. Não há democracia sem autonomia. Não há democracia sem a liberdade de ação. E não há democracia sem financiamento. A manutenção da inclusão preferencial dos alunos com deficiência no ensino regular – preferencial, e não obrigatório. A obrigatoriedade – isso mesmo – do cumprimento do Plano Nacional de Educação, com sua avaliação periódica a cada dois anos. Se isso não estiver lá, eu acredito que vai ser algo que não vai pegar, que não vai colar. E a responsabilização dos agentes da educação brasileira pelo descumprimento das diretrizes, metas e estratégias após a avaliação.

Eu também queria dizer que nós não teremos uma Nação se nós não valorizarmos duas questões importantes: a garantia do financiamento da educação a partir do dinheiro novo que aí está como *royalty* do pré-sal para a educação e a valorização dos profissionais da educação a partir de salário, que é o mínimo, e, depois, de infraestrutura em nossas escolas. Quando nós falamos do piso, nós devíamos estar falando de teto e não de piso.

Eu sei que se a gente pegar qualquer *ranking* de avaliação que fala do salário das categorias, os professores estão sempre em terceiro lugar na tabela ao contrário. Em uma nação que preserva a educação, isso necessariamente não está correto; nós temos de inverter isso.

Eu quero agradecer, Senador Cyro Miranda, e colocar-me inteiramente à disposição de todos os Senadores da República.

Aí estão meus contatos.

Muito obrigado. Foi uma alegria enorme estar aqui com vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ao Mauricio Fernandes nosso muito obrigado.

A sua preocupação também é nossa. A autonomia é necessária, mas a responsabilidade também. Portanto, esse plano vai caminhar paralelamente à Lei de Responsabilidade Educacional, senão vai acontecer o que aconteceu no passado: você faz a meta, depois de dez anos vai concluir que não cumpriu a meta, ficou longe dela e fica por isso mesmo. Então a meta tem de ter a responsabilidade educacional com todos os problemas que envolvem o não cumprimento da meta; auditar de tempo em tempo, porque você não pode esperar dez anos para saber se cumpriu ou não cumpriu e não acontecer nada. Depois de dez anos aqueles governantes, aqueles presidentes de conselhos estaduais, municipais e nacional também já estão fora e cada um tem sua responsabilidade.

Com muita prazer, concedo...

O SR. MAURICIO FERNANDES PEREIRA – Com licença, quero fazer a entrega do nosso ofício.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Concedo a palavra à Srª Marta Vanelli, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

A SRª MARTA VANELLI – Bom dia, Senador Cyro Miranda, que preside esta Comissão. Cumprimento também os demais convidados para esta audiência pública; Senador Relator Alvaro Dias; nossos colegas professores que estão aqui. Estamos há 60 dias acampados em frente ao Senado Federal – amanhã vai completar 60 dias – pela votação do nosso Plano Nacional de Educação aqui no Congresso Nacional.

Hoje são caras conhecidas, Senadores, porque estamos aqui toda semana acompanhando os trabalhos desta Comissão. Começamos na CCJ e agora estamos aqui, querendo a aprovação do Plano.

Peço à menina do apoio tecnológico que projete minhas...

Nós da CNTE elaboramos um documento. Não é um material muito didático para projetar; é um material mais didático para leitura no papel.

Nós estamos participando desse debate de Plano Nacional de Educação há cinco anos. Então, não é nada novo, que começou agora. Começou desde o processo da Conae – Conferência Nacional de Educação, que debateu propostas para o novo Plano, de que participamos ativamente. Participamos de todas as audiências em todas as Comissões do Congresso Nacional durante a tramitação do projeto de lei, três anos no debate nesta Casa.

Entendemos que atuamos ativamente na Câmara, na Comissão Especial da Câmara. Quando o projeto tramitou lá, fizemos emendas – a grande maioria foi contemplada pelo Relator – e entendemos que agora é o momento, Senador Alvaro Dias, de resgatar o projeto que foi aprovado na Câmara.

Estamos aqui propondo emendas que foram aprovadas na Câmara e na CAE foram excluídas. Nós queremos vê-las contempladas novamente no Plano Nacional de Educação.

Que emendas são essas?

A primeira é ao art. 5º da Lei, porque o plano é ter uma lei e as 20 metas. Então, no art. 5º da Lei nos surpreendeu muito a retirada da palavra "pública" no investimento dos 10% do PIB em educação. Ficamos muito surpresos com essa retirada na Comissão de Assuntos Econômicos e queremos que essa palavra retorne. Nós queremos, sim, os 10% do PIB para a educação pública. Isso precisa estar na lei e precisa estar literalmente escrito na Meta 20, porque é a educação pública que precisa ter mais investimento, que precisa ser qualificada e que ela que vai fazer a inclusão social do nosso País. Portanto, não só na educação básica, mas na educação profissional e no ensino superior, nós precisamos ter o investimento público para garantir vagas públicas para ampliar a educação do nosso País.

Então, para nós isso é um princípio de que o dinheiro público precisa ser destinado somente para instituições públicas. É um princípio, e nós esperamos que esta Comissão resgate isso daquilo que foi aprovado na Câmara dos Deputados.

No art. 6º também foi excluído quando ela fala que é preciso haver duas Conaes, duas Conferências Nacionais de Educação para avaliar o Plano Nacional de Educação. E aí as metas intermediárias são importantes para a gente poder avaliar com mais eficiência a execução desse plano.

A educação foi a última conferência que se realizou neste País. Todas as demais políticas públicas já fizeram conferências. A saúde tem histórico, quase 20 anos de conferências para determinar suas políticas, e a educação começou agora. E ela começou bem quanto ao processo de debate com a sociedade. Começou bem com conferências municipais ou conferências intermunicipais e conferências estaduais de educação como forma de processo de discussão das emendas ou para discutir uma conferência nacional de educação. E nós queremos manter esse mesmo processo.

Agora nós estamos completando a segunda Conferência Nacional em fevereiro. Já estão sendo concluídas esta semana todas as conferências estaduais e, em fevereiro, vamos ter uma conferência Nacional. Então, nós estamos na segunda Conferência Nacional com amplo processo participativo.

Não tem cabimento a gente dizer, no Plano Nacional de Educação, que não é preciso haver conferências municipais ou intermunicipais e estaduais como forma de discussão da Conferência Nacional de Educação. É um retrocesso à democracia e um retrocesso à participação social, especialmente para os envolvidos na área de educação nesse processo da discussão da conferência, se esta obrigatoriedade de discussão nas conferências municipais e estaduais não estiver contemplada no Plano Nacional de Educação.

Assim como no art. 8º. Nós entendemos que é um retrocesso se a gente não incluir – e vou concordar com a fala do Prof. Mauricio – o prazo para adequar ou elaborar os planos estaduais e municipais de educação. Se não se colocar aqui neste plano, vão ficar de novo *ad aeternum* com mil e uma desculpas para os Estados não terem seus planos estaduais de educação.

Vou pagar o exemplo, Mauricio, do nosso Estado, Santa Catarina, que até hoje não tem, nem nunca teve, um único plano estadual de educação. Ora, nós estamos no século XXI. Mesmo existindo uma lei nacional, há Estados que já têm planos estaduais aprovados há muito tempo. E Santa Catarina nunca teve um plano estadual de educação aprovado, embora nós já tenhamos feito um amplo processo de debate lá no Estado, com conferências, com processo de conferência estadual para debater e elaborar a proposta de um plano estadual de educação, mas nunca saiu do papel. Aliás, ficou no papel, mas nunca saiu da gaveta do Secretário de Educação como projeto de lei na Assembleia Legislativa. E quero registrar aqui que o Secretário de Educação era o Senador Paulo Bauer, desta Comissão também, se eu não me engano. Então, nós nunca tivemos um plano estadual de educação. Por isso que este prazo de um ano a gente considera importante.

No art. 9º se trata do prazo para regulamentar a gestão democrática no nosso País. Ela está prevista na Constituição Federal, está prevista na LDB desde 1996, e ainda temos sérios problemas em instituir uma gestão democrática dos sistemas de ensino do nosso País. Por isso que o prazo de um ano, que estava colocado no plano, para nós, é importante. Ela não é cumprida. E não estou falando aqui somente de eleição direta para diretor, porque a nossa concepção de gestão democrática do sistema de ensino é muito mais ampla do que somente eleição direta para diretor, embora eleição direta para diretor de escola precise estar contemplada também na gestão democrática. Mas nós precisamos estabelecer esse prazo para haver, de fato, uma gestão democrática regulamentada no nosso País.

No art. 12 nós queremos também estabelecer aqui o prazo para o envio do novo Plano Nacional de Educação para esta Casa. Nós não podemos deixar concluir depois de dez anos, como foi feito com este aqui, Na véspera do término da vigência do plano se manda para esta Casa um Plano Nacional de Educação. Queremos pelo menos dois anos de processo de debate aqui, nesta Casa. No primeiro semestre do 9º ano de vigência deste Plano, tem que mandar já para esta Casa o novo Plano Nacional de Educação, para termos dois anos de processo de debate. Acho que isso, para nós, é importante.

No art. 13 de novo é prazo que foi excluído na CAE; é o prazo para regulamentação do Sistema Nacional de Educação. Foi aprovado na Câmara, foi excluído na CAE, e estamos reapresentando aqui dois anos de prazo, depois de aprovado, para que venha para esta Casa um projeto de lei que institui o Sistema Nacional de Educação do nosso País, com dois anos de prazo para termos um amplo processo de debate nas duas Casas Legislativas.

Agora, vamos às metas. A Meta 5 é a do prazo de alfabetização. Queremos manter o que foi aprovado na Câmara, prazo de três anos da criança sair alfabetizada, dos seis aos oito anos. Qual é a preocupação que temos com aquilo que foi aprovado na CAE, que vai diminuindo a cada tempo? A nossa preocupação é de que a gente não respeite os tempos e a idade da educação infantil, especialmente, da pré-escola.

Entendemos que a pré-escola de quatro e cinco anos é importante como um processo lúdico, como um processo de dominar os vários letramentos, mas não é um processo de aprender a ler e a escrever, como se faz no 1º, 2º e 3º anos. Acredita-se que se conseguirmos cumprir os três anos de aprendizagem do 1º ao 3º ano, a criança consegue absorver os demais conhecimentos e adquirir uma melhor qualidade no seu próprio aprendizado...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não entendi. A meta...

A SRª MARTA VANELLI – ...e a preocupação da pré-escola.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – A meta é você fica analfabeto até o 3º ano.

A SRª MARTA VANELLI – Não, não é ficar analfabeto, Senador, é começar no 6º ano. O que não pode é a gente hoje... Do 1º ao 6º ano é uma meta de alfabetização, porque entendemos que a pré-escola não é alfabetização, embora ela domine vários símbolos da linguagem, mas ela não é um processo de alfabetização da criança. Ao estabelecer que, no 6º ano, ela já tem que saber ler e escrever, vamos transformar a pré-escola no ensino fundamental no processo de aprendizagem, e esta é a nossa preocupação. Então,

precisamos ter muito cuidado com essa meta. Queremos manter os três anos de aprendizagem como meta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Só para eu esclarecer melhor, se a senhora me permite.

A criança entra no ensino fundamental já a partir dos seis anos de idade.

A SRª MARTA VANELLI – Exatamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não é isso? No primeiro ano do ensino fundamental. A alfabetização, segundo a proposta que foi formulada pela Câmara, é alfabetizá-la até os?

A SRª MARTA VANELLI – Até os oito anos. Até os oito anos que ela esteja alfabetizada, como meta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Quer dizer, então, no 1º ano, ela tem seis anos, no 2º ano, ela tem sete...

A SRª MARTA VANELLI – Sete.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – No 3º ano, ela tem oito.

A SRª MARTA VANELLI – Exatamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Então, até a 3ª série do ensino fundamental se compreende que a criança não seja alfabetizada ainda. É isso?

Essa é a pergunta.

A SRª MARTA VANELLI – Sim, sim. Qual é o diagnóstico hoje? Há muitas crianças que chegam ao 4º, 5º, 6º ano sem estar alfabetizada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não, não quero saber o diagnóstico, quero saber meta, objetivo do País.

A SRª MARTA VANELLI – O objetivo é ela ser alfabetizada nos três primeiros anos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É manter a criança sem ser alfabetizada até o 3º ano do ensino fundamental, é isso?

A SRª MARTA VANELLI – Até o 3º ano, até o 3º ano.

Isso é o que está estabelecido na meta...

Na meta, está até o 5º, esse é que é o problema.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA VANELLI – Hein?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA VANELLI – Na meta se estabelece que vão diminuindo esses três anos de aprendizagem e, até o final, no 1º ano, ela seja alfabetiza. Ao ser alfabetizada...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Vocês não estão de acordo, acham que não é bom?

A SRª MARTA VANELLI – Não, porque queremos respeitar a pré-escola. Esse é o problema. Nossa preocupação, Senador, qual é? É transformar a pré-escola num processo de alfabetização e não respeitar a idade e o tempo dessa criança. Essa é a nossa preocupação, porque é o momento de ela dominar vários símbolos, não só a linguagem, a escrita, é o momento muito lúdico da pré-escola que ajuda muito, não é?

Na primeira infância, tanto a creche quanto a pré-escola são fundamentais para a aprendizagem da criança. Isso todas as pesquisas têm demonstrado. Agora, não queremos que a pré-escola seja transformada nos primeiros anos de alfabetização da criança. Nós temos que respeitar que ela tenha...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Entendi. Então a meta é a criança só ser alfabetizada no terceiro ano. É isso?

A SRª MARTA VANELLI – Não!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Vamos ter três anos de...

A SRª MARTA VANELLI – A partir do primeiro ano. Ele tem três anos para ser alfabetizada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Ah, em três anos.

A SRª MARTA VANELLI – Em três anos. Se ela tiver completado essa alfabetização no primeiro ano, melhor ainda. Agora, temos que respeitar a pré-escola.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Entendi.

A SRª MARTA VANELLI – Está descontado o meu tempo, não é, Presidente?

A Meta 11, só para terminar de apresentar... A Meta 11 também trata da ampliação da matrícula da educação técnica profissional e que nós discutimos muito lá na Câmara. Na ampliação 50% dessas matrículas têm que ser de responsabilidade do segmento público. E foi tirado na CAE o segmento público. Desresponsabilizou-se o segmento público da ampliação dessa matrícula do ensino técnico profissional.

Assim como na meta 12, também nos 40% da ampliação... O que a gente está dizendo na Meta 12? Vai ter que aumentar 50% no ensino superior. E desse aumento de 50% de matrícula no ensino superior em dez anos 40% precisam ser de responsabilidade do segmento público. Essa era a meta aprovada na Câmara, amplamente debatida, mas foi excluída a responsabilidade do segmento público e nós queremos recolocá-la, porque é isso que vai dar a inclusão social, é isso que vai dar a inclusão social!

A gente precisa aumentar as matrículas públicas. E nós todos sabemos que a educação superior pública é a que tem mais qualidade. Por quê? Porque a universidade pública faz ensino, pesquisa e extensão.

As faculdades só fazem ensino. Por isso que têm mais qualidade as universidades públicas, por isso nós queremos aumentar significativamente as vagas no ensino superior público. A classe social menos favorecida precisa ter acesso a essas vagas e nós precisamos ampliá-las para eles serem incluídos definitivamente.

E a Meta 20 – eu já falei – é a questão da palavra da educação pública. Tem ainda na Meta 20 a estratégia 20.9, viu Senador Alvaro Dias, que foi excluída do relatório da CAE que nós queremos incluir, que é responsabilizar a União pelo complemento dos recursos financeiros, para complementar o CAQ. Nós não podemos permitir... Nós queremos regulamentar o custo/aluno/qualidade do nosso País como forma de melhorar a qualidade da educação básica, e a União precisa se responsabilizar pela complementação desses recursos financeiros.

Creio que nós conseguimos agora destinar os *royalties* para educação, não sabemos quanto isso vai representar para a educação do nosso País, para chegar nos 10% do PIB, mas nós temos mais recursos financeiros. E por isso para nós é importante responsabilizar a União pela complementação do CAQ.

E a Meta 20.10 que também trabalha com aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional. Não adianta a gente ter um plano e não ter o prazo de um ano. A gente já sabe, já está tramitando na Câmara, é muito polêmica. Nós já participamos da audiência pública. É muito polêmica a Lei de Responsabilidade Educacional, mas precisa ter um ano para ser aprovada.

E, Senador Alvaro Dias, dizer que a Meta 17, da valorização do trabalhadores em Educação, nós queremos que fique da forma como foi aprovada, que é igualar a média salarial dos professores com os demais servidores públicos em cada esfera administrativa. Foi feito um diagnóstico, nós temos uma média salarial de 35% a 40% abaixo dos demais servidores, e nós entendemos que como uma valorização profissional, temos que equiparar em 10 anos a média salarial dos profissionais de Educação. Essa é a meta que a gente vem perseguindo e a gente gostaria de mantê-la da forma como está.

E dizer, Senadores, que nós temos pressa em votar esse plano. Eu acho que este Congresso Nacional pode dar um presente de Natal para a sociedade brasileira; e um presente de Natal é aprovar esse Plano Nacional de Educação. Por isso, queria fazer um apelo, Senador Cyro Miranda, para se realizar tantas audiências extraordinárias desta Comissão quantas forem necessárias para a gente poder aprovar esse Plano Nacional de Educação. Nós entendemos que se aprovar até o dia 15 de novembro agora, com um mês na Câmara é possível a gente conseguir aprovar, para que em 2014 tenhamos o Plano Nacional de Educação vigendo neste País.

Esse é nosso grande apelo, porque não dá mais para ficar sem um Plano Nacional de Educação. Na verdade, faz 12 anos que o Brasil não tem um Plano Nacional de Educação e está na hora de ter um, para, de fato, começar a melhorar a educação no nosso País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Srª Marta, pela sua explanação.

Só quero dizer que, em três semanas, esta Comissão estará realizando quase dez audiências públicas, ouvindo todos os segmentos, muito mais do que foi feito na Câmara, em três anos.

O Plano chegou à Câmara dos Deputados no final de 2010. Teria que ter entrado em vigor em 1º de janeiro de 2011. Ficou dois anos e sete meses na Câmara e este ano, em março, veio para cá. Então, é óbvio que temos de ter esse Plano no Congresso Nacional dois anos antes de ele estar vencido. Com isso, vamos, na terça-feira que vem, terminar nossas audiências públicas. Perdão, na quinta-feira.

Vamos inclusive ter a última audiência pública com o pessoal da Meta 4, que são as APAEs, e vamos restabelecer os termos do mesmo jeito que veio da Câmara. Não vamos abrir mão. O Relator Alvaro Dias já está com esse compromisso, é mais do que certo. Queremos votar nesta Comissão na primeira semana, ir para plenário. Provavelmente, como tem modificações, ela volta para Câmara somente para dizer se aceita ou não aceita. É lógico que a Câmara vai aceitar, porque o que estamos fazendo é restabelecer praticamente tudo o que a Câmara fez.

Concedo a palavra a Virgínia Barros, Presidente da União Nacional dos Estudantes.

A SRª VIRGÍNIA BARROS – Bom dia a todos e a todas. Queria começar cumprimentando o Senador Cyro Miranda e, em seu nome, parabenizar a Comissão de Educação daqui do Senado pela iniciativa de ouvir a sociedade civil e os setores ligados aos movimentos educacionais sobre a nossa opinião em relação ao Plano Nacional de Educação.

Cumprimento também o Senador Alvaro Dias, Relator do PNE aqui na Comissão de Educação. Cumprimento o Senador Aloysio Nunes e a Senadora Angela Portela, que estão aqui hoje com muito respeito e preocupação, prestigiando esta audiência. E é claro, na pessoa da Marta, cumprimento todos os professores aqui presentes.

Ainda estamos no mês de outubro. No último dia 15 de outubro, nós estudantes estávamos nas ruas com os professores levando bomba de gás lacrimogê-

neo para defender a educação brasileira. Já aproveito e, em nome de todos os professores que estão aqui, cumprimento aqueles professores do Rio de Janeiro que foram à rua, que foram à luta, que foram à greve, para lutar por melhorias na educação daquele Estado, daquela cidade.

Sobre o Plano Nacional da Educação, do ponto de vista dos estudantes, inclusive quero saudar a Comissão de Educação pela oportunidade de, mais uma vez, a UNE estar aqui presente expondo nossas opiniões sobre esse tema. Acho que é salutar ouvir também os estudantes neste debate, afinal de contas não tem como pensar em debater educação no Brasil sem escutar o conjunto dos atores envolvidos no processo educacional brasileiro e os estudantes em especial, que, no final das contas, vão receber todo esse aparato burocrático, político e educacional que estamos debatendo aqui.

Na construção do Plano Nacional de Educação, queria fazer um histórico, porque desde a Conferência Nacional de Educação, no ano de 2010, da qual nós da UNE, juntamente com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, participamos ativamente, tem sido uma ansiedade constante do movimento estudantil a conclusão dos trabalhos de votação, de discussão, para que finalmente seja aprovado o Plano Nacional da Educação aqui no Congresso Nacional, sem prejuízo, claro, porque esse processo, na nossa opinião, exige celeridade também, exige espaços como este de amplo debate democrático com o conjunto da sociedade civil.

Nós da UNE, juntamente com a UBES, apresentamos 39 emendas ao Plano Nacional da Educação quando ele ainda estava em tramitação na Câmara dos Deputados. E estávamos presentes no dia 26 de junho do ano passado, quando a Comissão Especial da Câmara dos Deputados para tratar do PNE finalmente aprovou o seu relatório final que, do nosso ponto de vista, contemplou muitas demandas dos professores, dos estudantes, dos trabalhadores em educação de nosso País. Uma vez em tramitação no Senado Federal, nós do movimento estudantil infelizmente apontamos que o PNE, nas duas comissões anteriores daqui do Senado, sofreu significativos retrocessos.

É fundamental que a Comissão de Educação do Senado se atente para isso, para que consigamos superar os retrocessos que as Comissões anteriores nos trouxeram e consigamos, de fato, aprovar aqui no Senado Federal um PNE que esteja à altura de todo esse período de debate, de todas as lutas que já foram travadas pelo movimento educacional em torno desse tema.

A sugestão que vou fazer aqui, que eu acho que precisa estar no relatório do Senador Alvaro Dias como sugestão e demanda do movimento estudantil inclusive, é que o relatório do Senado possa retomar alguns dos aspectos que foram aprovados pela Câmara dos Deputados e que foram derrubados nas duas Comissões anteriores por que passou aqui do Senado Federal.

Nós, da União Nacional dos Estudantes, no último mês de janeiro, lá na Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, organizamos um evento que contou com a presença de mais de três mil centros acadêmicos de todo o Brasil para atualizar o nosso projeto de reforma universitária. E é tendo em vista esse nosso projeto máximo de reforma universitária que a nossa opinião sobre educação é formulada e é apresentada para a sociedade.

Eu queria apresentar alguns pontos que eu acho que têm a ver diretamente com o PNE. Acho que o PNE não pode cair no pecado de ser mais uma carta de intenções em torno da educação brasileira. O PNE precisa, primeiro, ter respaldo na realidade, mas ele também precisa ser um plano que inverta a lógica dos objetivos educacionais que historicamente prevaleceram no Brasil. Então, primeiro, não podemos cair no pecado de, através do PNE, desresponsabilizar o Estado brasileiro quanto aos rumos da educação em nosso País.

Infelizmente, porém, nas duas Comissões anteriores aqui do Senado foram aprovadas medidas que caminham para a desresponsabilização do Estado brasileiro em torno de temas centrais para a educação, tanto superior como básica, do nosso País.

A UNE, como representante dos estudantes universitários de todo o Brasil, queria centrar esforços nessas discussões aqui da Comissão no que se refere à educação superior.

Quando tratamos dos desafios da educação superior em linhas gerais, há três temas cuja abordagem é importante. Há a questão do acesso ao ensino superior; a permanência no ensino superior – muitas vezes dar oportunidade, dar vaga na universidade não é suficiente; para garantir o diploma de ensino superior, é fundamental a existência de instrumentos de permanência na universidade para que o estudante tenha condições de fazer o seu curso até o final –; e há também, claro, metas de qualidade para a educação superior que hoje é oferecida em nosso País. Tudo isso sem prejuízo dos demais debates da educação que se relacionam com a educação básica.

Acho que o grande trunfo do Plano Nacional de Educação é que, em muitos aspectos, ele gira a educação superior, ele gira a universidade para a contribuição no sentido da superação de problemas profundos que a educação básica em nosso País apresenta. Então, a partir do momento em que responsabiliza também

o ensino superior pela formação continuada dos profissionais de educação, pelo fortalecimento da própria pesquisa, da produção de conhecimento na universidade, produção de conhecimento essa que também precisa se voltar para a busca de soluções para os problemas que a educação básica enfrenta em nosso País, essa lógica do PNE é bem-vinda. Há, no entanto, pontos específicos relativos à educação superior que eu acho importante abordar.

A questão da permanência no ensino superior. Eu vou tratar primeiro da Meta nº 12, que, sob o ponto de vista do ensino superior, junto com a Meta nº 20, é a mais importante. A Meta nº 12 trata de problema muito grave na educação superior brasileira, que são os índices ainda tímidos de acesso à educação superior que nós temos em nosso País.

Hoje o Brasil tem 7,4 milhões de estudantes universitários, de estudantes no ensino superior brasileiro. Isso corresponde a uma taxa líquida de matrícula na casa dos 15%. Então, hoje, cerca de 15% dos jovens de 18 a 24 anos no Brasil têm acesso ao ensino superior, o que ainda se configura como um acesso de elite ao ensino superior brasileiro. E nós não precisamos recorrer ao que acontece na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá para buscar exemplos de acesso ao ensino superior melhores do que o nosso: aqui ao lado, na Venezuela, na Argentina ou no Chile, conseguimos encontrar exemplos de países que já têm um patamar de acesso ao ensino superior de massa ou universal.

Então, quando o Plano Nacional de Educação coloca como meta mais do que dobrar a taxa líquida de matrícula na educação superior, do nosso ponto de vista isso é bem-vindo; sair de um patamar de 15% de taxa líquida de matrícula para um patamar de 33% é bastante positivo. Então, vamos perseguir, nos próximos dez anos, mais do que a duplicação do número de vagas no ensino superior brasileiro.

Entretanto, eu acho que nos cabe discutir de que modo nós iremos atingir essa meta de duplicar a taxa líquida de matricula no ensino superior brasileiro, porque nos últimos anos foram empreendidos no nosso País programas que do nosso ponto de vista são salutares para democratizar o acesso ao ensino superior, que são programas como o ProUni, que são programas como o Fies, programas que possibilitaram que jovens de classe média baixa tivessem acesso à educação superior na rede privada, sendo muitas vezes o primeiro membro de sua família a ter o diploma de ensino superior.

Entretanto, nós ainda vivemos uma lógica na qual 74,6% das matrículas do ensino superior brasileiro ainda estão na rede privada. E a rede privada ainda é um instrumento de democratização de acesso limitado, primeiro, porque a iniciativa privada não tem ainda o controle público que nós achamos que precisa ter – e precisa perseguir o interesse público acima de tudo – e, segundo, porque a iniciativa privada só pelo fato de ser paga já restringe o acesso de uma camada mais popular ao ensino superior, em que pesem programas como o ProUni e o Fies, que permitiram que camadas populares ingressassem no ensino superior através da iniciativa privada.

Mas o fundamental, do nosso ponto de vista, é inverter essa lógica, para que consigamos caminhar em uma perspectiva de que a maioria das matrículas, nos próximos dez anos, seja na rede pública, por ser a rede que de fato persegue o tripé ensino, pesquisa e extensão determinado pela nossa própria Constituição Federal.

Então, o artigo da Constituição Federal que trata do princípio da autonomia universitária, que para nós é um princípio basilar para a educação superior brasileira, esse mesmo artigo fala que a autonomia universitária precisa ser exercida observando o tripé ensino, pesquisa e extensão. E hoje, no nosso País, as instituições que por excelência produzem pesquisa no Brasil são as universidades públicas; e são as instituições que inclusive têm mais possibilidade de oferecer um acesso democrático, visto que são gratuitas. Então, precisamos inverter essa lógica de ter a maioria das nossas matrículas na rede privada e não na rede pública. Para isso precisamos aumentar substancialmente o número de vagas na rede pública.

Nós últimos dez anos, o Brasil dobrou as vagas na rede federal e ensino superior, mas isso é ainda incipiente em relação à demanda que existe hoje no ensino superior brasileiro.

Então, se você pegar, por exemplo, como parâmetro o Enem, no qual só este ano cerca de sete milhões de jovens, estudantes, enfim, de figuras que almejavam entrar na universidade se inscreveram, sete milhões de pessoas, pode tratar isso como um parâmetro de demanda do que existe hoje para a educação superior brasileira. E cerca de menos de 400 mil vagas são oferecidas hoje pela rede federal de ensino superior. Então, hoje são cerca de 2,4 milhões, salvo engano, de jovens que anualmente ingressam no Ensino Superior, agora a grande maioria ingressa na rede privada.

No relatório do Deputado Angelo Vanhoni, na Câmara Federal, ele vinculava esse alcance da Meta 12, de 33% de taxa líquida de matrícula para o ensino superior, a um piso de 40% dessas vagas serem oferecidas pela rede pública. E do nosso ponto de vista foi muito ruim as Comissões anteriores daqui do Senado terem derrubado essa estratégia para perseguição dessa meta.

Então, é fundamental que a gente consiga ter uma meta ousada de democratização do acesso ao ensino superior brasileiro; agora, é fundamental que dentro dessa meta tenha um piso do que vai ser oferecido na rede pública, para que consigamos nos próximos dez anos inverter essa lógica de ter a maioria dos estudantes na rede privada.

Essa própria Meta 12 também trata de uma série de outras coisas que do nosso ponto de vista são positivas e têm a ver inclusive com a qualidade da educação superior. Ela coloca, por exemplo, a extensão na grade curricular, a obrigatoriedade da extensão na grade curricular, o que contribui para a qualidade do ensino superior. Ela coloca a questão de uma meta de vagas noturnas na criação de novas vagas, o que contribui para que aquele estudante trabalhador tenha condições de trabalhar de dia e à noite ir para a universidade.

Enfim, há uma série de outras coisas que nosso ponto de vista são positivas. Mas tem uma em especial que eu queria tratar que tem a ver com a permanência do estudante na universidade. Então, uma vez na universidade, como você garante que esse estudante de fato não abandone o seu curso por variados motivos?

Hoje a principal causa de evasão da universidade é justamente a condição socioeconômica dos estudantes que não têm condições de conciliar trabalho com faculdade.

Então, às vezes, ainda que você estude numa faculdade gratuita, seja por meio de uma bolsa do Prouni ou do Fies – o Fies não é gratuito, ele terá que pagar depois, mas durante a faculdade ele não paga –...

(Soa a campainha.)

A SRª VIRGÍNIA BARROS – ....seja por meio da rede pública, ele ainda terá custos com livros, com transporte, com alimentação, com moradia, porque há muitos jovens que saem das suas cidades para estudar em outra cidade polo para poder cursar um ensino superior. Então precisamos ter uma meta de investimento em assistência estudantil.

Inclusive já existe uma emenda ao PNE do Senador Randolfe Rodrigues, que nós da UNE enxergamos com bons olhos, que é de que pelo menos 14% do orçamento da universidade seja destinado para a assistência estudantil. Essa é uma luta antiga da União Nacional dos Estudantes, para que garantamos, no orçamento de cada universidade, uma meta para a assistência estudantil que possibilite a permanência do estudante até o final.

Outra coisa que acho que é importante tratarmos aqui na Comissão de Educação são os recuos que se teve na redação, aqui no Senado, da Meta 20. A Profª Marta já colocou aqui, antes de mim, mas acho que nunca é demais reforçar: quando o Plano Nacional de Educação chegou ao Congresso Nacional, aquele projeto inicial do Ministério da Educação, apresentou uma meta de 7% do PIB para a educação. Essa meta era a mesma que o Plano Nacional de Educação de dez anos atrás apresentava. Significa que o Governo Federal estava trabalhando com metas de financiamento em pleno ano de 2010, com as mesmas metas de financiamento da primeira década desse século, as mesmas metas de financiamento de dez anos atrás. Isso é uma meta recuada, uma meta tímida, uma meta que não atende à demanda da educação brasileira – a educação pública em especial. Com muita luta dos movimentos educacionais, conseguimos fazer com que o relatório do Angelo Vanhoni chegasse à meta de 8% e, no final, aprovamos a meta de 10% para a educação pública.

A partir do momento que se tira da redação a meta de 10% para a educação pública, em que pese se insira nessa meta programas que contam com o apoio do movimento educacional, para além do ProUni, do Fies, do próprio Ciência sem Fronteiras e do Pronatec, o fato é que, no final das contas, para a educação pública, você pode trabalhar com aqueles patamares de antigamente. No final, ser menos de 8% destinado para a educação pública. Então, essa questão de se destinar 10% para a educação pública, do nosso ponto de vista, é muito caro. Primeiro, porque o Estado brasileiro precisa ter responsabilidade, acima de tudo sobre a educação pública; e, segundo, porque todos os desafios que estão dados para a educação brasileira passam pela rede pública de educação.

Quando você coloca universalização do acesso à educação infantil ou ao ensino médio – que ainda não foi universalizado no nosso País – e ao ensino superior, o que você está tratando é que o Estado precisa se responsabilizar pela universalização do acesso do ponto de vista da rede pública de educação. Então, é fundamental que a consigamos voltar àquela redação originária da Câmara dos Deputados que destina 10% do PIB para a educação pública.

E, por fim, porque estou vendo que meu tempo já está se esgotando, há duas coisas em especial que acho importante tratar, que tem a ver com o PNE, mas que se estende para além dos debates do Plano Nacional de Educação e que acho fundamental compartilhar com os membros da Comissão de Educação do Senado Federal. Primeiro, quando se trata da educação pública brasileira, às vezes, do ponto de vista da rede superior de educação pública, é muito comum se remeter à rede federal de educação superior, porém parcela significativa das matrículas hoje na rede pública de educação

superior se encontra em universidades estaduais e universidades municipais e, do nosso ponto de vista, também é importante que tenha complementação orçamentária, ou seja, qualquer outro tipo de incentivo que o próprio Ministério da Educação possa dar para as universidades estaduais no nosso País.

Estou aqui ao lado do Senador Alvaro Dias, que é Senador pelo Paraná. Acho que Paraná, São Paulo e Paraíba são alguns Estados em que se consegue ter uma rede pública de educação superior estadual equiparável à rede federal, mas, de um modo geral, as universidades estaduais do nosso País se encontram, do ponto de vista de democratização do acesso, do ponto de vista da qualidade, qualidade essa considerada garantia do tripé ensino-pesquisa-extensão, e do ponto de vista da própria infraestrutura, em condições muito precárias.

Recentemente, estive no Amapá. A Universidade Estadual do Amapá, recentemente criada, ainda está construindo a sua sede definitiva. Se você pegar como exemplo o próprio Rio Grande do Sul, também muitas funcionam em sedes provisórias. Acho que é fundamental...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – O *campus* da Universidade Federal, que está lá em Guarulhos, também funciona em um prédio que era de uma escola de ensino fundamental. Chove lá dentro.

A SRª VIRGÍNIA BARROS – Na verdade, eu estou tratando mais do ponto de vista das universidades estaduais. As universidades estaduais paulistas têm uma diferenciação das outras, porque elas já têm autonomia financeira. Então, 9,43% do ICMS de São Paulo vão para as universidades estaduais, o que garante que elas consigam obter recursos para investir em pesquisa, em extensão nessas instituições. Mas a grande maioria das universidades estaduais brasileiras não possui autonomia financeira.

Eu acho que é fundamental, tendo em vista que, salvo raras exceções, o conjunto das universidades estaduais ainda é muito precário, que o próprio Ministério da Educação e o Congresso Nacional se preocupem e atentem para a situação das universidades estaduais brasileiras.

Outra coisa que eu acho muito importante compartilhar com todos é que o PNE não aponta para algo que, do nosso ponto de vista, é fundamental, ou seja, a regulamentação do ensino superior privado no nosso País. Em que pese a Constituição deixar livre à iniciativa privada a possibilidade de explorar a educação no Brasil, é fundamental que haja controle público sobre a universidade privada para que sejam garantidos parâmetros de qualidade nessas instituições.

Eu acho que todos puderam acompanhar o resultado recente do Enade: 30% dos cursos avaliados tiveram um desempenho insatisfatório, e a sua grande maioria se encontrava na rede privada.

Então, quando eu falo de controle público sobre as universidades privadas, refiro-me, primeiro, ao controle desse caráter profundamente mercantil que faz com que as mensalidades aumentem de forma indiscriminada. As próprias escolas em São Paulo, por exemplo, já disseram que no ano que vem vão aumentar a sua mensalidade para além do valor da inflação, o que é inviável para um estudante que, muitas vezes, paga R$200,00 no início do curso e, no final, já está pagando mais de R$800,00 e precisa abandonar o curso porque não tem dinheiro para pagar. E, segundo, ressalto o controle da qualidade dessas instituições. O que tem acontecido no nosso País nos anos recentes é um dos fenômenos que considero mais perversos e que a educação brasileira tem vivenciado ao longo de toda a sua história: o fenômeno da desnacionalização das universidades privadas no nosso País.

Hoje, nós temos 7,4 milhões de estudantes universitários. Desses, 5,5 milhões se encontram na rede privada. E, dos que se encontram na rede privada, quase 2 milhões estão em universidades que não são brasileiras, universidades cujo capital majoritário é estrangeiro que muitas vezes não tem relação alguma com educação. São grupos que se relacionam com bancos, que não se relacionam nem com o próprio mercado educacional, chamando mercado na linguagem econômica. Nós da UNE inclusive discordamos desse termo.

Por exemplo, a fusão da Kroton-Anhanguera vai possibilitar que só uma instituição concentre cerca de 20% das matrículas nas universidades privadas do nosso País. Significa que nós estamos perdendo a nossa soberania sobre essas instituições, sobre as instituições educacionais brasileiras. Em outras palavras, nós brasileiros, em última instância, não temos a possibilidade nem de definir o que os nossos estudantes estão estudando, porque empresas estrangeiras estão fazendo isso por nós.

Então, barrar o capital estrangeiro nas universidades privadas do nosso País é uma necessidade que se relaciona com o fortalecimento da soberania nacional e com a necessidade de manter um padrão de qualidade nessas instituições. A Anhanguera, em especial, só no ano passado, no Estado de São Paulo, demitiu mais de 1.400 professores com doutorado e com mestrado porque era mais barato pagar professor que não tinha mestrado e doutorado. Então, para dar um retorno financeiro para os seus investidores, elas maximizam o seu lucro rebaixando a qualidade

das universidades. Esse é um problema para o qual o Plano Nacional de Educação não atenta, mas acho fundamental que esta Comissão de Educação e o Governo Federal atentem a esse fato, para que consigamos barrar o processo de desnacionalização das universidades privadas do nosso País.

Era isso. A União Nacional dos Estudantes está à disposição do conjunto dos Senadores, dos movimentos educacionais e da sociedade brasileira para debater esse tema. E fico à disposição para dúvidas, perguntas e questionamentos.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Virgínia Barros, pela sua intervenção e apresentação.

Eu gostaria também de registrar e agradecer a presença do Sr. Luiz Carlos Ghilardi, Secretário Geral do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo; da Srª Nara Teixeira, Coordenadora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino; e da Srª Maria Madalena Nobre, Conselheira da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down.

O requerimento feito pelo nobre Senador Inácio Arruda, sempre presente aqui nas nossas comissões, convidou a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação na pessoa da Srª Maria Nogueira, e ela justifica a ausência porque está acontecendo, nessa mesma data, o Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Educação em Salvador. Então, ela agradece e pede desculpas.

Como nós ficamos devemos um pouquinho do tempo ao amigo Rivanildo, eu passo a palavra que ele pediu para ler no final.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Senador Cyro, se me permitisse, nós temos agora uma sessão solene no plenário do Senado, comemorativa dos 25 anos da nova Constituição, em que a medalha Ulysses Guimarães será entregue, e eu devo estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – V. Exª é um dos homenageados.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Eu gostaria de fazer algumas observações antes de sair, pretendendo retornar ao final ainda, mas eu gostaria de fazer algumas observações antes de sair, se V. Exª me permitir, eu faria agora, antes do nosso convidado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Concorda?

O SR. RIVANILDO CADETE FIDELIS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, está ótimo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Para deixar, do ponto de vista objetivo, algumas considerações e, mais do que considerações, solicitação aos presentes, para que reforcem as nossas convicções em relação a pontos essenciais deste Plano Nacional de Educação.

Nós sabemos que há de se caminhar paralelamente a questão do financiamento e da gestão da educação no País. Se nós pretendemos repassar 10% do Produto Interno Bruto ao setor educacional, certamente devemos exigir e, para tal, adotarmos mecanismos eficazes, para que a gestão seja competente, evitando desperdício do dinheiro público. Então, nós gostaríamos de ver essa questão fortalecida pelos presentes.

Quais são os mecanismos objetivos que podemos adotar no plano para garantir a execução dele de forma mais eficiente? Em relação aos professores, quero crer que deva ser a meta prioritária deste plano. O professor é o artífice da pátria, de suas mãos hábeis ou inábeis a consequência é a grandeza ou a impotência da nacionalidade. Então, nós temos que investir especialmente no professor. Nós não temos dúvida de que devamos fixar com clareza e com contundência a questão salarial, a valorização do professor através de salários compatíveis com a função que exercem. Creio que cada brasileiro deve receber de forma compatível com a importância da função que exerce, portanto, o professor tem que estar no patamar adequado, e fixar, creio que a indagação é assim: nós poderíamos fixar uma meta de seis anos para que o salário dos professores passe a se tornar equivalente, igualado ao dos profissionais de curso superior, profissionais com cursos equivalentes ao dos professores. Se a meta seria em seis anos, é essa a questão.

A outra questão, para o jovem, sobre as tecnologias. O que nós podemos colocar, de forma prática, objetiva, consistente no texto, que obrigue o sistema educacional avançar em matéria de tecnologia na educação. Qual a norma que nós podemos estabelecer para isso? O financiamento. Certamente, nós temos dúvidas em relação à melhor forma de definirmos a aplicação dos recursos do setor público e setor privado. Nós entendemos que, substancialmente, esses recursos devem ser destinados ao setor público da educação, mas temos programas essenciais que não podem ser desprezados: Pronatec, ProUni, o ensino especial em instituições que ministram ensino especial, como as APAEs e outras. Então, nós queremos que opinem sobre como estabelecer a norma para a divisão desses recursos entre público e privado. De que forma nós vamos atender às expectativas da sociedade em relação à aplicação desses recursos.

O acesso à educação pública universitária, quais são os mecanismos para garantir a predominância dos jovens oriundos das camadas mais empobrecidas da população. São os 40%? É mais de 40% da escola pública? É este percentual de 40% ou é 50% ou existe outro mecanismo que possamos definir como mais adequado? Enfim, essa é uma questão que ainda queremos aprofundar.

Alguns Estados pagam muito mais do que outros pela manutenção do ensino superior. Em relação ao Paraná, sou um pouco culpado porque, como Governador, fui responsável pela criação de duas universidades: a de Guarapuava e Cascavel, no oeste do Paraná, e decretamos a gratuidade do ensino, que era pago, nas universidades estaduais, em todas elas. Hoje, são 126 mil universitários matriculados nas escolas públicas estaduais mantidos pelo povo do Paraná, portanto. E 97% deles no interior, descentralizando os benefícios da educação superior. Mas isso custa muito caro ao Estado.

No meu tempo de Governador, Aloysio, eu dizia que o Paraná gastava duas vezes mais que São Paulo, proporcionalmente, quatro vezes mais do que o Rio de Janeiro e infinitamente mais do que outros Estados que nada gastavam com o ensino superior. Então, não sei se teríamos alguma sugestão para estabelecer isonomia entre as unidades da Federação. Estamos sobrecarregando demasiadamente alguns Estados em relação a outros.

Essa é uma indagação, eu sei, de resposta difícil. Eu próprio não tenho nenhuma inspiração em relação a como adotar providências que possam restabelecer o princípio da isonomia no que diz respeito à educação superior entre as unidades federativas. São algumas questões que deixo e tenho que me retirar, mas pretendo retornar, meus colegas farão as indagações posteriormente e, se houver tempo depois, voltarei às perguntas escritas, mas certamente chegarei a tempo.

Muito obrigado ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador.

Infelizmente, está coincidindo, mas espero a volta dos nobres Senadores a esta Comissão assim que possível.

Passo a palavra ao Sr. Rivanildo.

O SR. RIVANILDO CADETE FIDELIS – Retomando a minha fala, eu quero parabenizar, como fiz no início, a Comissão por estar propondo esta audiência para implementar as diretrizes para o avanço, a qualidade e a efetividade, revelando o interesse estratégico para os povos indígenas no que tange à educação escolar indígena, vendo como necessária uma política própria de educação escolar indígena que respeite a diversidade de cada contexto local.

O contexto da educação escolar indígena é caracterizado pela afirmação das entidades étnicas pela recuperação das memórias históricas, valorização das línguas e conhecimento dos povos indígenas, pela vital associação entre escola, sociedade e identidade e em consonância com os projetos societários definidos autonomamente por cada povo.

A ressignificação da instituição escola modelada historicamente pela negação da adversidade sociocultural em um espaço de construção de relações interétnicas orientadas para a manutenção da pluralidade cultural pelo reconhecimento da diversidade, concepção pedagógica e pela afirmação dos povos indígenas como sujeitos de direito. Entendo que os povos indígenas têm, constitucionalmente, garantido o direito a uma educação própria referenciada em suas territorialidades e no respeito às diferenças culturais.

Dessa forma, esperamos que esta Comissão construa compromissos institucionais para assegurarmos a qualidade da educação intercultural e comunitária de acordo com o direito dos povos indígenas. O atual arranjo legal no País é insuficiente para responder às necessidades da educação escolar indígena. Portanto, é importante discutir um subsistema de educação escolar com diretrizes capazes de suprir as demandas encontradas em todos os Estados.

No modelo atual, em que os recursos não chegam na ponta, é necessário a gestores públicos fazerem opções, já que é impossível atender à demanda reprimida, por décadas de atuação ineficiente, estando junto a esses povos.

Assim, é necessário se pensar em uma estrutura institucional com recursos específicos para as escolas indígenas, tentando assegurar que cada escola indígena receba recursos assegurados em lei.

No entanto, dentro da educação escolar indígena, avaliamos a criação de um sistema próprio. A criação de um sistema próprio da educação escolar indígena em âmbito nacional com orçamento jurídico específico diferenciado, sob a coordenação do Ministério da Educação e com a garantia do protagonismo dos povos indígenas em todos os processos de criação: organização, implantação, implementação, gestão, controle social e fiscalização de todas as ações ligadas à educação escolar indígena, contemplando e respeitando a situação territorial de cada povo indígena.

O sistema próprio de educação escolar indígena deverá reconhecer, respeitar e efetivar o direito à educação específica diferenciada, intercultural, comunitária e de qualidade, especialmente no que se refere à questão curricular e ao calendário diferenciado,

que definam normas específicas que assegurem a autonomia pedagógica e a autonomia gerencial das escolas indígenas como forma de exercício dos direitos à livre determinação dos indígenas, garantindo às novas gerações a transmissão dos saberes e valores tradicionais indígenas.

O sistema próprio de educação deverá estabelecer parcerias e constituições de ensino superior, organizações governamentais e não governamentais, com comprovada experiência na área pelas associações indígenas para garantir a oferta do custo de formação inicial e continuada de professores, bem como dos demais profissionais envolvidos com a educação escolar indígena, com o devido acompanhamento pedagógico; criação de um fundo específico para implementar, de fato, a educação escolar indígena, o Fundepi (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação dos Povos Indígenas), para financiar as ações de educação escolar indígena no País, com mecanismo eficaz e gestão direta dos recursos. O sistema próprio deve ser implementado por meio de um fórum para discutir e definir as suas regulamentações com ampla participação indígena.

Eu queria só pedir a ajuda para mostrar um pouco da realidade do meu Estado, do que acontece com as escolas indígenas, onde alguns descasos acontecem – isso, não só em Roraima, mas no Brasil – em algumas escolas indígenas que são construídas pela própria comunidade.

Pode passar.

Aquela foto mostra que foi iniciado, há dois anos – volte lá, rapidinho, só um pouquinho –, só o baldrame e, em função disso, pedimos a criação de um sistema próprio para que nós possamos gerenciar todos os recursos. Hoje, nós temos indígenas supercapacitados para gerenciar.

Pode passar.

Ali, nós temos três casas cobertas de um modo cultural e que o Governo estadual usa como escola construída, como se fosse o Governo estadual que tivesse construído.

Outro descaso são escolas que têm mais de dez anos de construção, em que não há nenhuma uma reforma.

Pode passar.

Geralmente, as escolas que nós temos são cobertas de palha, feitas de adobe, uma espécie de tijolo usado culturalmente.

E outra situação que não deve ser tratada de maneira igual é a questão da localização geográfica das etnorregiões do Estado, porque há regiões, há escolas a que só temos acesso via aérea, e isso dificulta muito a situação de construção de uma escola. Digamos: o Município de Uiramutã é uma região a que só temos acesso de aeronave. Para que os materiais cheguem a essas escolas, é muito complicado, é muito difícil o acesso. Quando chega um material, em um determinado ponto, os próprios alunos, pais, carregam nas costas, de bicicletas, em lombos de cavalos, de bois, em torno de um dia, um dia e meio. Isso é um sofrimento.

(Soa a campainha.)

O SR. RIVANILDO CADETE FIDELIS – Para finalizar, eu queria só acrescentar aqui que a Comissão revisse a criação de uma legislação específica que garanta a autonomia dos povos na aplicação dos recursos nas escolas indígenas, em todos os níveis e modalidades de ensino, e que orientem os gestores indígenas das escolas para administrarem esses recursos junto com a comunidade, de acordo com as suas necessidades.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Rivanildo, pela sua participação e por abordar um tema que, às vezes, fica esquecido.

Passo, em seguida, a palavra à nobre Senadora Angela Portela, autora também do requerimento, e depois ao Senador Inácio Arruda.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Cyro Miranda...

Pois não, Rivanildo.

O SR. RIVANILDO CADETE FIDELIS (*Fora do microfone*.) – Permitam-me fazer a entrega aqui de um dossiê das escolas do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu gostaria cumprimentar todos; a representação aqui dos estudantes, a Virgínia; a Marta, do CNTE; cumprimentar o Mauricio, o Ricardo, o Rivanildo. É muito boa a participação das entidades representativas dos estudantes, dos trabalhadores em educação, dos fóruns estaduais. É muito bom também que, nesta audiência pública... Esta já é a quarta em que estamos debatendo com muita profundidade, aqui na Comissão de Educação as diretrizes, metas e estratégias para o Plano Nacional de Educação, estudando atentamente, debatendo e discutindo atentamente a educação infantil, que foi objeto de amplo debate na reunião anterior, a educação básica, a educação superior. O tema foi muito bem colocado por todos vocês aqui.

Nesse contexto, eu gostaria de dar um destaque especial para a educação escolar indígena. Por isso, convidamos o Prof. Rivanildo, que é Presidente da Associação dos Professores Indígenas de Rorai-

ma, para que ele pudesse trazer o assunto para nós aqui da Comissão de Educação, neste momento da realização desta audiência pública, em que estamos discutindo, trazendo esse tema que o senhor colocou aqui, Senador Cyro, que às vezes fica esquecido e que nós não podemos esquecer.

No Plano Nacional de Educação, praticamente cada meta tem uma referência: a educação do campo, a educação escolar indígena. Isso é bom. E a participação do Prof. Rivanildo aqui é de extrema importância, porque ele sabe e conhece *in loco* a realidade, as dificuldades, os obstáculos e também tem todas as condições de trazer propostas, soluções para aprimorar, no Plano Nacional de Educação, as metas e as estratégias que visam à educação escolar indígena.

Ele nos trouxe aqui um dossiê que mostra, claramente, a situação das escolas indígenas de Roraima. E, pelo que vimos aqui, não é diferente das escolas indígenas dos Estados do nosso País. Lá, podemos considerar que é uma situação preocupante porque, em Roraima, 12% da população do Estado são indígenas, nós temos oito etnias indígenas e um preconceito muito forte em relação à atenção que o Governo deve dar às escolas indígenas no que diz respeito à formação dos professores indígenas, à oferta de concurso público para professores indígenas. O que se quer é que o professor indígena esteja preparado para dar aulas nas comunidades indígenas, com todo um currículo com as especificidades que se prevê, respeitando as etnias, os costumes das comunidades indígenas.

Então, considerando que nós temos oito etnias e essas etnias têm hábitos, costumes diferenciados, daí a complexidade do investimento que se deve fazer na formação dos professores indígenas, na elaboração de material didático específico e na atenção maior da ação coordenada entre União, Estados e Municípios, para que se efetive, para que essas metas do Plano Nacional de Educação se concretizem também na educação escolar indígenas.

Nós temos números preocupantes de analfabetismo entres as comunidades indígenas, muito preocupantes. Então, é preciso, na elaboração do nosso Plano Nacional de Educação, dar uma atenção especial à educação escolar indígena. Não colocar de uma forma generalizada como está no Plano, mas colocar de uma forma específica, deixando claro o que pode ser feito para aprimorar.

E aí, Prof. Rivanildo, como o senhor colocou aqui que defende um sistema próprio de educação indígena, que dê mais autonomia aos gestores indígenas no dia a dia da escola, e eu gostaria que o senhor encaminhasse essas sugestões, essas propostas para que a pudéssemos discutir aqui com o Relator, o Senador Alvaro Dias que, como ele bem colocou aqui, está ouvindo as entidades todas. Eu sugiro que essas propostas, essas sugestões sejam encaminhadas. Eu tenho absoluta certeza de que a OPIRR, a Organização dos Professores Indígenas de Roraima, tem todo um conhecimento, tem toda a competência para, não só refletir no Plano Nacional de Educação a realidade de Roraima, mas também a realidade da educação escolar indígena em todo nosso País. Então, eu sugiro que você encaminhe essas proposições, para que a gente possa discutir com o Senador Alvaro, que é o Relator, aquilo que pode, efetivamente, ser aprimorado, melhorado na educação escolar indígena em nosso País.

Queria agradecer a participação de todos, em especial do Professor Rivanildo, que veio lá da comunidade indígena de Canoani, para estar conosco, aqui, participando deste debate tão importante para e educação em nosso País.

Obviamente, nós lutamos, batalhamos aqui na Comissão de Educação, para que esse Plano seja aprovado. Nós já estamos há mais de dois anos sem um Plano Nacional de Educação. Isso significa que os Estados também estão esperando essas diretrizes nacionais para a elaboração de seus planos estaduais e municipais. E isso é de fundamental importância para a universalização do acesso à educação, para a melhoria da qualidade do ensino em nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nós é que agradecemos, Senadora Angela Portela. Parabéns pelo foco que deu, é um foco totalmente diferenciado. Normalmente, a gente vem focando o trivial, aquele do dia a dia. E esse um problema que ficou, está abandonada, e acho, não, nós vamos ter que dar um tratamento efetivo e chegarmos realmente com uma coisa cumprida, e dentro, evidentemente, do possível porque eu acho que tem muita coisa para fazer nessa área. Então, pelo menos, nós temos que começar e atingir essas metas.

Senador Inácio Arruda, também um dos nossos requerentes e assíduo nesta Comissão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos convidados, Vic, Presidente da UNE, Marta, nosso colega Mauricio – nos encontramos aí nos debates também sobre educação, no Fórum dos Conselhos Estaduais –, Ricardo, do Fórum Nacional de Estudantes do Brasil, e Rivanildo Fidelis, claro, quero agradecer a todos vocês porque estamos dando oportunidade do debate com os Senadores, mas, sobretudo, com o nosso Relator, porque ele, mais que ninguém, tem a obrigação de nos trazer aqui uma proposta. O plano já foi discutido na Comissão de Assuntos Econômicos

e na Comissão de Constituição e Justiça e esta é a Comissão de mérito, a principal comissão. E vai caber ao Senador Alvaro Dias apresentar aqui uma proposta.

Eu também de sair também para a homenagem, por uma razão muito simples. Eu não era vereador, deputado, senador ou jornalista, cobrindo a Constituinte, mas eu era o articulador de um grande movimento que se estabeleceu no País, que foi o das emendas populares, que tiveram grande êxito na Constituição. Um grande número de emendas foi apresentado e mobilizou o País inteiro em torno da Constituição. Isso resultou em uma Constituição produzida a quatro mãos, num embate muito grande entre Centro, Direita e Esquerda, mas com a presença e a pressão dos movimentos sociais.

Considero que o nosso projeto também tem de ter esse viés. Ele veio das discussões na Conferência Nacional de Educação, que já está para trás. Vamos fazer a próxima conferência, acho, em março do próximo ano, e ainda não estamos com o plano aprovado. Esse plano nasceu daquela conferência, que foi um balizador para esta proposta do Governo. Agora, vai haver outra conferência. Considero que a nossa presença bem organizada, estruturada, tranquila e firme em defesa de determinados pontos no plano é que irá permitir que o País possa dar efetivamente um salto de qualidade na educação.

Vejam a batalha que nós travamos em relação à questão dos recursos naturais no caso do pré-sal e do petróleo. Foi uma batalha travada aqui no Congresso Nacional, que só foi iniciada aqui porque houve uma grande pressão. Devemos destacar aqui o papel da UNE, da Ubes e da SBPC, porque essas entidades trabalharam aqui em relação a esse tema, fazendo uma pressão permanente, que, muitas vezes, virou a posição do Governo. Basta lembrarmos do último episódio do Fundo Social do Pré-sal, que chegou ao Senado, vindo da Câmara, de um jeito; houve uma tentativa de alteração no Senado, que se materializou, tendo sido alterada aqui – lembro-me de que ficamos em pouco número, somente oito Senadores votaram contra a proposta no Senado. A Câmara revogou a decisão do Senado e, no final, o Governo disse que estava ótimo. Então, acho que a gente tem de compreender isso. Por que o Governo disse que estava ótimo? Não só porque tem compromisso com a questão da educação, mas porque houve uma pressão social organizada, dirigida e que permitiu que, depois da Emenda Calmon, que deve estar atrás desse painel, esse talvez tenha sido o momento de maior aporte de recursos para a educação. Então, não é algo simples.

Quais são esses pontos centrais? Os pontos centrais são a questão do financiamento da educação. Um ponto chave do nosso plano é como garantir uma pressão permanente, bem sistemática, que garanta os recursos, porque 10% do PIB podem ser uma miragem se nós não trabalharmos para materializar os recursos. De onde vêm os recursos? Agora, entramos na questão do pré-sal. Temos discutido aqui a questão dos bônus dos leilões, a questão da mineração e como direcionar para a educação.

E tramita – saiu daqui do Senado e já está na Câmara há muitos e muitos anos – o Imposto sobre Grandes Fortunas, que existe no mundo inteiro. Agora mesmo na França o governo elevou a tributação sobre as grandes fortunas. Aliás, ampliou o que era grande fortuna. Grande fortuna era dez, e ele baixou para nove, dizendo que a partir de nove já é grande fortuna e que tem de ser taxado. No Brasil há sempre uma discussão terrível e difícil em relação a esse tema, para que possamos garantir essa questão a questão dos 10%. Por quê? Porque, para garantir a universalização da educação, ao mesmo tempo com a qualidade que nós desejamos para dar o salto necessário ao projeto de desenvolvimento do País, precisamos garantir o acesso, garantir estrutura – não pode haver escolas como as que o Rivanildo nos apresentou aqui; as escolas têm de ter qualidade, têm de ter padrão adequado, têm de estar bem equipadas, têm de ter os instrumentos mais modernos e mais avançados para facilitar o acesso ao saber e ao conhecimento – e, ao mesmo tempo, haver uma carreira atraente de professores. Quer dizer, muita gente adora ensinar, mas precisa sobreviver. Para isso fica essa loucura que há no Brasil, onde professor trabalha em três escolas por dia no mínimo. Isso não dá certo. A qualidade fica péssima. Por mais inteligente, mais capaz, veloz que seja o professor e por mais amor que ele tenha, a sua aula não vai ser boa, por mais dedicação que ele possa ter. Essa loucura tem de encerrar.

Aqui recebemos os professores da Finlândia e fizemos a maior festa. É claro que a Finlândia é um país pequeno, com população reduzida, mas o professor lá só dá aula em uma escola. Então, é grande a diferença entre nós e a Finlândia em termos de qualidade da educação.

Então, tirando aqui o financiamento, já que se vai ter de melhorar a qualidade, vão entrar outros pontos cruciais, que temos de discutir. Então, há a educação infantil, a educação básica, com o ensino fundamental e o ensino médio, e a educação profissionalizante. E entra aqui uma polêmica que o Senador Alvaro Dias levantou e mostrou a todos vocês: o problema de recursos públicos em escola pública.

Essa é uma batalha que a gente vem travando há muitos anos no Brasil em que há muitas situações que precisamos examinar. Tanto no ProUni quanto no

Pronatec há investimento de recursos públicos, mas qual é o sentido disso? É que precisamos dar velocidade, nós precisamos resolver um problema. Há um estoque gigantesco de pessoas precisando ter acesso à formação técnica e não há como dar vazão a isso na escola pública.

Eu me lembro de que entrei em uma escola dessas, quando só havia uma escola técnica federal em Fortaleza. Quem não entrasse ali não entraria em uma escola técnica federal pública. Hoje, nós temos 29 escolas federais no Estado e vamos inaugurar daqui a poucos dias a centésima escola técnica federal, número que vai a 140 até o final do próximo ano no Estado do Ceará, e a demanda ainda é gigantesca. Então, como resolver esse dilema? Deixaríamos de injetar esses recursos ou os limitaríamos no tempo também? Por exemplo, poderíamos definir que durante mais cinco anos ou até dez anos seria mantido o ProUni e o Pronatec, para que nesse tempo o Estado ampliasse suas vagas e pudesse recepcionar todos aqueles que precisassem de escolas garantidas pelo Poder Público. Então, esse é um problema que está em curso.

Outro problema levantando pela UNE é o problema das escolas estaduais de formação superior. Nós temos três escolas no Ceará. Não é fácil manter escolas de formação superior nos Estados. Até a compreensão dos governantes é muito difícil. Imaginem conseguir recursos para dar qualidade a essas escolas. Agora há pouco, aprovamos uma emenda na LDO para permitir que, nas contrapartidas de recursos federais, não se obrigassem as universidades a entrarem com 15%. Era uma coisa de doido chegar para as universidades estaduais e dizer que elas tinham de dar 15% de contrapartida em um projeto, sendo esses 15% tudo o que elas tinham para o ano inteiro. Se elas dessem esse percentual em contrapartida, ficariam sem recurso nenhum. Então, isso ficou em 1%; em acordo com o Governo, aprovamos na LDO o percentual de 1%. Mas é preciso muito mais, isso é insuficiente. Isso é para recursos que estão sendo captados para algum projeto, mas a manutenção e o custeio permanentes das universidades estaduais exigem uma participação do Governo Federal. Não é possível olhar para esse quadro no Brasil e dizer que o Governo Federal não pode dar apoio às universidades estaduais.

Há um projeto circulando na Câmara Federal debatendo essa questão, que não está sendo tratada no PNE. Nós propusemos, no fórum das universidades estaduais e municipais, que criássemos um sistema público de formação superior no Brasil, porque nós incluiríamos todas as federais, as militares, as estaduais e municipais. Quer dizer, um sistema público unificado de formação superior no Brasil. Nós criamos isso para o serviço de saúde, por que não criar para o sistema de formação superior, já como um grande modelo que pode, em seguida, se transformar num modelo de formação educacional do Brasil?

Então, temos que entrar nisso aqui, garantir recursos. Não dá para deixar exclusivamente nas mãos dos Estados. Estamos fazendo 140 escolas técnicas no Estado do Ceará porque o Governo Federal está entrando, senão o Ceará não teria condições de fazer. E nenhum Estado tem. Tirando São Paulo talvez, Minas, Paraná, Rio de Janeiro, quatro ou cinco Estados brasileiros no máximo, Santa Catarina, ninguém mais tem condições de fazer isso, só faz se tiver forte aporte do Governo Federal.

Essas questões estão aqui dentro do plano, correndo toda hora no Plano Nacional de Educação.

No Ceará, também – porque tenho que falar daquilo que a gente vive todo dia, examinando – desenvolveu-se um programa que se transformou em ação federal recentemente, que é um programa de sucesso, que é o problema da alfabetização na idade certa. Há uma polêmica também em relação a essa questão, lá no Ceará e no Brasil todo, mas o fato objetivo é que estamos tendo êxito nessa questão no nosso Estado. Está melhorando a qualidade da educação no Estado do Ceará. É o esforço de meta de formação da nossa criançada no que a gente passou a chamar lá de idade certa. Então, isso é um trabalho que estamos fazendo que se transformou em programa nacional.

Portanto, são questões... Algumas são polêmicas agudas, porque quando entra dinheiro sempre a polêmica fica mais aguda, e outras são de conceitos que formamos ao longo do tempo e que queremos ver ou transformados ou mantidos. Então, a gente precisa acertar bem o passo porque, dessa maneira, feito a quatro mãos, tenho a impressão de que nosso relatório, aqui da Comissão de Educação, talvez possa ser o mais adequado para o Plano Nacional de Educação. E sempre num diálogo muito grande: é a sociedade que aqui está, os Parlamentares e também o Governo, com os usuários do sistema. Acho que, dessa maneira, a gente vai fazer o plano não só ter metas ousadas, mas que essas metas ousadas possam ser postas efetivamente em prática.

Sr. Presidente, eram essas as considerações. Agradeço essa oportunidade que foi dada ao Relator de ouvir o pronunciamento de todos vocês. O Senador Alvaro Dias tem pedido que algumas questões que não foram levantadas pelos convidados possam ser mandadas por escrito como formulação, que ele vai examinar, dentro da sua relatoria. Portanto, são muito importantes as audiências que estamos realizando.

Tenho a impressão, Marta, que dá para terminarmos esse negócio até dia 23 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com certeza! Senador Inácio Arruda, muito obrigado por sua participação.

Quero dizer que nós não conseguimos entender outra forma democrática de fazer um plano dessa magnitude sem ouvir os estudantes, sem ouvir o conselho nacional dos trabalhadores, sem ouvir os conselhos estaduais, sem ouvir o fórum, sem ouvir os indígenas, sem ouvir tanta gente que está no dia a dia. Aqui, nos gabinetes ou no ministério, você não tem ideia do todo. Vocês têm as dificuldades e têm que trazer para cá. Essa é a maneira. Por isso que estamos fazendo as audiências, vamos chegar perto de dez, para terminarmos esse plano da melhor maneira possível.

E uma coisa que é muito importante salientar: é convergente, não temos diferença de opiniões, é um plano suprapartidário. Aqui não existe o partido a favor ou contra, todos nós somos a favor da educação, de uma educação de qualidade, não só de quantidade. Somos a favor de um plano, de um PNE que não seja uma carta de intenção, que não sejam metas para serem averiguadas se foram ou não cumpridas e, depois de dez anos, o leite derramado, não termos o que fazer. Quer dizer, queremos fazer esse plano um dos melhores para que, daí para frente, os parâmetros sejam mudados, para que dois anos antes desse plano terminar, o outro já esteja sendo discutido para haver um processo de continuidade.

Esta Comissão, estes Senadores que aqui se empenham têm como objetivo voltar a um ensino de qualidade pública. Pego como meta a universidade, porque é o topo da pirâmide. Mas, para você chegar com qualidade, para não perdermos essa qualidade que nós tínhamos, como foi a USP sair do *ranking* das cem melhores faculdades, esse problema de o Enem estar reprovando 30 cursos, nós temos que mexer na base, e a base começa das creches. Depois vem para o ensino fundamental. Não adianta, é o alicerce, e dali vamos pavimentando para termos condições de dar uma educação igualitária, um tratamento em que todos podem atingir o seu objetivo, e não poucos, como foi dito aqui pelo Ricardo. Nós estamos na contramão da história, usa a universidade pública aquele que pode pagar, e aquele que não pode tem que se virar, fazer essas universidades que são caras para quem tem um parco recurso, que tem que trabalhar o dia inteiro, fazer hora extra e depois, à noite, estar numa faculdade. Quer dizer, temos que dar oportunidade a todos. É evidente que isso não vai ser feito do dia para a noite porque a educação, a meu ver, neste País, está esquecida, como compromisso, há muito tempo. Se esse compromisso fosse sério, já teríamos implementado esse Plano Nacional da Educação.

Aqui ficou apenas uma questão, que coloco, e depois vou dar dois minutos para cada um dos senhores fazer suas considerações finais e a despedida.

A Meta 6 do PNE, Mauricio, dispõe sobre a educação integral, determinando o atendimento, pelo menos, de 25% dos alunos da educação básica nessa modalidade de ensino. Atualmente, de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica, dos 25 milhões de alunos do ensino fundamental regular na rede pública, apenas dois milhões recebem atendimento de tempo integral. Temos uma preocupação muito grande. Em outras palavras, estamos longe de atingir a meta, mesmo ela sendo pouco ambiciosa em termos percentuais. Então, fica aqui uma pergunta, mais para os dois lados nossos: vocês consideram que os atuais programas implementados pelo MEC, com mais educação, são suficientes para atingir a Meta 6? Qual o melhor modelo de educação integral para efetivar essa meta?

Hoje participei, com vocês, de uma audiência extremamente rica, porque vocês foram extremamente práticos. Vieram aqui e não fizeram uma retórica. Vocês disseram o que é necessário mudar para que esse plano dê certo. E isso vai ter uma importância muito grande. Como disse o Senador Inácio Arruda, nós procuramos ter a presença, sempre, do nosso Relator, que é quem vai apresentar o relatório final, e nós estamos fiscalizando-o, porque estamos participando das audiências públicas. Então, se amanhã ele não colocar alguma coisa, "olha, lembra que a Virgínia Barros deixou aqui uma mensagem e você não levou em consideração, pode justificar?". Aliás, pode e deve ter justificativa. Não vamos poder, infelizmente, fazer aquele plano perfeito, mas temos que nos aproximar.

Começo pelo Rivanildo, para suas despedidas, e, quando chegar nos meus dois colegas ou quem quiser falar sobre o tema citado... E também quero agradecer e dar uma ênfase cada vez maior ao que o Ricardo falou.

Rivanildo, por gentileza.

Depois, Ricardo, Mauricio...

O SR. RIVANILDO CADETE FIDELIS – Senador Cyro Miranda, quero agradecer a oportunidade e dizer que, em nome da Organização dos Professores, a gente está à disposição de qualquer convite. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado pela sua presença e pela sua exposição.

Ricardo, por gentileza.

O SR. RICARDO HOLZ – Presidente Cyro, quero também agradecer mais uma vez a oportunidade de

estar aqui e poder falar um pouco em nome dos estudantes de educação a distância do Brasil.

Eu queria destacar um ponto. Ouvi bastante, nas falas dos meus colegas aqui, o termo educação pública, financiamento e tal. É óbvio... Eu gosto de tratar de educação. Fui aluno da escola pública a vida inteira. Quando terminei o ensino médio, tive que fazer um ensino superior privado, consegui concluir meu curso, fui para o MBA, estou no MBA, tive oportunidade de realizar alguns sonhos a partir do momento que a minha vida se transformou através da educação.

Costumo entender educação de uma maneira geral. Sei que, como o Senador falou, a questão do financiamento é bastante importante, só que hoje nós temos 71% dos estudantes do ensino superior apenas para transitar no ensino superior...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO HOLZ – ... estão nas universidades particulares, e eu sinto certo preconceito com isso. Parece que ninguém se preocupa com esses 5 milhões de estudantes, parece que esses 5 milhões de estudantes não são estudantes. Parece que esses 5 milhões de estudantes que estão nas universidades particulares... ou os professores que estão lá não são professores. São abandonados, são desleixados, eu acho até... Imaginem vocês, Srs. Senadores, senhores presentes, hoje o Brasil sem as universidades privadas. Eu não estaria aqui porque não estaria formado. Teria mal concluído o ensino médio. Muitos talvez não estivessem aqui. Cinco milhões e poucos estudantes não seriam universitários. Teríamos um milhão e poucos estudantes universitários no Brasil apenas. Então, acho que educação é educação. Temos que discutir qualidade. Ninguém discute os desvios de dinheiro público quando se trata do setor público, reitor de universidade desviando dinheiro, gestor público municipal desviando dinheiro, enfim, essas coisas que vocês já sabem por que o jornal não deixa a gente esquecer nunca, graças a Deus.

Então, acho que a gente tem que se preocupar bastante com essa questão. Eu me sinto bem chateado por ser aluno de uma instituição particular, que é a Fundação Getúlio Vargas, e parece que eu sou nada. Só se fala de educação pública. E detalhe: acho que realmente tem que haver investimento prioritário, sim, na educação pública, é importante destacar isso, mas não precisamos ter essa dicotomia porque o estudante de uma escola particular ou de uma universidade particular é estudante, senhores, é brasileiro. Então, não se esqueçam disso.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Ricardo.

Só uma intervenção. É evidente que acho que, na educação privada, o MEC tem que dar as diretrizes da qualidade, porque o recurso ele tem. Você é um privilegiado de fazer a Fundação Getúlio Vargas, uma das melhores escolas de Administração e agora entrando também no Direito. Mas ela é cara. E ela tem obrigação de dar esse retorno. E, muito pelo contrário, se nós forçarmos uma educação pública mais forte, nós vamos forçar que a particular também continue mais forte, que ela não caia. Porque o que estamos fazendo é o seguinte, estamos comparando, e os pisos estão cada vez caindo mais. Então, é evidente que sem a escola privada, nós não teríamos, hoje, praticamente educação no País, porque você está com 71% fora da possibilidade de ser um acadêmico. Então, realmente, temos que dar essa importância, mas aí cabem mais as metas de fiscalização e de controle.

Mauricio.

O SR. MAURICIO FERNANDES PEREIRA – Senador Cyro Miranda, Presidente desta Comissão, quero agradecer imensamente sua gentileza de convidar o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, que representa aqui todos os conselhos estaduais dos 26 Estados e do Distrito Federal. Fico muito feliz de ver aqui o Senador Inácio Arruda, que tem participado, e tenho a alegria de vê-lo participar, de muitos eventos de educação, junto com os conselhos estaduais de educação.

Creio que o que fica nesta Comissão é a intenção que todos temos, como diz a Marta Vanelli, de receber um presente de Natal, não de grego, um presente de Natal desta Comissão e do Congresso Nacional, que é o Plano Nacional de Educação aprovado ainda este ano, para que os Estados e Municípios passem, já a partir do ano que vem, a discutir seus planos estaduais e planos municipais.

Senador Cyro, agradeço muito por sua vontade e dedicação nesse compromisso dessa aprovação.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURICIO FERNANDES PEREIRA – Rapidamente, sobre educação em tempo integral, ontem, ainda em Salvador, fiz uma apresentação sobre o assunto no Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Educação. Vou mandar para seu *e-mail* e para o do Senador Inácio Arruda. Educação em tempo integral. Educação integral é mais tempo na escola e um projeto pedagógico de educação integral, sem a palavra turno e contraturno. Só tem um detalhe: precisaremos de mais professores, de mais escola, de mais infraestrutura. Não sei se todos sabem, provavelmente sabem,

esta é a Comissão de Educação, mas as nossas 190 mil escolas públicas no Brasil têm apenas 0,6 de laboratórios. Quinze por cento das escolas têm biblioteca. Então, tem alguma coisa errada. Como fazer educação integral nessas condições? Mais um detalhe: nenhum país criou e construiu uma revolução da educação sem educação integral.

Por final, o Senador Inácio Arruda também falou da questão da educação profissional. A gente também pode pensar a educação profissional, como disse o Ricardo, utilizando a educação a distância, porque, quando se fala de educação privada, creio que não há nada de discriminação, mas estamos falando daquelas escolas particulares que não têm qualidade comprovada – isso, sim. Quando você dá o exemplo da sua instituição, ela tem qualidade e, por isso, cobra caro. Para dar essa qualidade, é caro. Educação não é despesa; é investimento. E esse é o compromisso do Estado brasileiro.

Muito obrigado, e o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação (FNCE) está sempre à disposição desta Comissão que, a meu juízo de valor, é a mais importante desta Casa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Mauricio.

Concedo a palavra, agora, à amiga Marta Vanelli.

A SRª MARTA VANELLI – Então, acho que aquilo que o Senador Arruda coloca, na meta 20, sobre investimento em educação, de incluir alguns programas importantes, nós não temos problema algum quanto a isso.

Por isso, temos plena concordância com a redação colocada no art. 5º, aprovada aqui pelo Senado, mas é preciso incluir que é para educação pública. É preciso trabalhar a exceção. Qual é a exceção? É o Pronatec, é bolsa de estudos, é Ciência sem Fronteiras, é educação infantil, é educação especial. Aí, é preciso estabelecer a temporalidade que se vai dar a esses programas, para que, de fato, se amplie a questão da educação pública.

Em relação à meta 17, que o Senador Alvaro Dias levantou, acho importante a gente repensar a intermediária. Estava lá que isso veio da Câmara e, até 2016... Eu não sei, eu tenho dúvidas hoje se, de 2014 a 2016, a gente consegue elevar a média salarial dos professores em 40% – em dois anos.

(Soa a campainha.)

A SRª MARTA VANELLI – Acredito que a gente não consiga fazer isso. Por isso, seria necessário repensar essa meta intermediária.

Sobre a escola em tempo integral, acho que o Programa Mais Educação foi importante, mas é um programa, uma política pública de Estado. Acho que a escola em tempo integral tem de vir de uma política pública de Estado e, especialmente, tem que ter profissionais de educação integrados com o projeto político-pedagógico da escola. Não dá para pensar que há um grupo de professores que vão desenvolver o currículo obrigatório e outro grupo, como estagiário, como contratado temporário, que vai fazer o outro programa da escola e que vai manter a criança na escola mais tempo. Então, tem de ser um currículo único, um projeto político-pedagógico único; pensar qual é o currículo obrigatório e qual é o currículo complementar nesses sete a oito anos que a criança vai ficar na escola. Eu acho que está na hora de pensar nisso.

Por último, Senador, queria reafirmar aqui a necessidade e a importância da ampliação da educação pública. Eu acho que é verdade que as escolas privadas deste País estão desenvolvendo papel importante, mas também se constituíram grandes empresas da educação, grandes empresas lucrativas de educação. Educação é um bem público e é um bem da sociedade. É um dever do Poder Público oferecer educação. Só vamos conseguir superar o problema educacional deste País quando conseguirmos ampliar as vagas públicas da educação do nosso País.

Por isso, colocar a educação pública no percentual do PIB é dizer que é preciso ampliar as vagas públicas, para que toda a população brasileira – nossos jovens e adolescentes – tenha acesso à educação pública. Não há falta de jovens com acesso a educação. Há muitos jovens com ensino médio. O problema é que eles não conseguem pagar. E, se vamos dizer que é um problema seu individual ter acesso ao ensino superior, é um crime que estamos fazendo e vamos continuar fazendo neste País.

Por isso, quando se amplia a vaga pública, dá-se acesso e oportunidade para que o nosso jovem de baixa renda, da grande maioria da população... Sabe-se que 90% da educação básica da nossa criança são feitas na educação pública e precisam continuar na educação pública no ensino superior. Por isso, ampliar as vagas públicas é fundamental.

Obrigada, Senador, pelo convite à CNTE. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Marta, e parabéns.

Virgínia, para suas considerações.

A SRª VIRGÍNIA BARROS – Bom, deixe-me só, também, responder a algumas provocações muito saudáveis que foram levantadas aqui para a Mesa.

Primeiro, quando a gente defende 10% do PIB para a educação pública, não é achando que o problema da educação brasileira é só financiamento. Mas

de nada adianta uma gestão transparente e eficiente sem ter financiamento. Então, eu não acho que exista dicotomia entre pensar a questão do financiamento público para a educação pública e a questão da gestão da educação. Uma coisa depende da outra.

Então, eu acho que existe um problema de gestão da educação em nosso País, mas também existe um problema de financiamento, e é preciso, primeiro, resolver o de financiamento para resolver o de gestão. Então, acho que as duas coisas são casadas. Quando a gente, às vezes, fala só de gestão, reduz-se a prática política a mera técnica administrativa, e a gestão da educação pública no nosso País é algo que vai muito além da técnica.

E, para que a gestão, inclusive, seja eficiente e transparente, precisa ser uma gestão com participação popular, com controle público também sobre a aplicação do PNE.

(Soa a campainha.)

A SRª VIRGÍNIA BARROS – Então, por exemplo, hoje, o Fórum Nacional de Educação desempenha muito bem este papel, acompanhar as metas do Fórum Nacional da Educação, do qual a gente, da UNE, tem a oportunidade de participar, ao lado da Ubes e dos professores. Então, acho que esse é um dos instrumentos de controle social também sobre as metas do PNE, que acho importantes serem reforçadas.

Sobre educação integral, só tinha um apontamento a fazer, concordando com tudo o que a professora falou aqui anteriormente. Acho que também precisamos pensar no modelo de educação integral no nosso País. Então, de nada adianta tirar um estudante que passa quatro horas, para passar seis horas ou oito horas, se, no final das contas, no turno da tarde, ele vai ter o dobro de aulas de Matemática em relação ao que tinha quando estudava só um turno. Então, é preciso pensar melhor, inclusive, a educação integral, até como espaço de diversificação do próprio conteúdo escolar. O papel da educação é este: aproximar o ser humano, aproximar o jovem, o estudante, do conhecimento historicamente produzido pelo homem, e o conhecimento historicamente produzido pelo homem vai além dessas ciências tradicionais.

Quando se fala em educação, acho que ainda pouco se fala no Brasil da relação entre educação e esporte, por exemplo. Então, pensar uma escola de qualidade bem estruturada, ou uma universidade de qualidade bem estruturada é também pensar, por exemplo, equipamentos esportivos nessas escolas e universidades que possibilitem a fusão mais ampla do espaço educacional, da escola, da nossa formação.

Estava vendo outro dia que a universidade é o espaço de se projetarem grandes atletas no mundo inteiro. Só no Brasil é que a nossa tradição é clubista; ou seja, uma tradição privatista. Quer dizer, também é preciso pensar educação no seu sentido mais amplo, de uma educação integral que incorpore o estudante nas práticas esportivas, nas práticas artísticas, culturais. Eu acho que isso é importante quando se considera o modelo de educação integral que queremos.

E, por fim, o seguinte: acho que conseguimos avaliar aqui, em especial, o professor do Norte. O Brasil é um país muito complexo, de dimensões continentais. É um povo uno, é um povo original, mas é uma cultura muito diversa regionalmente. Então, é preciso pensar a educação não de uma forma engessada, que possibilite que se tenha um bom modelo educacional no Sudeste e um modelo ineficiente no Norte e no Nordeste do País. As diversas dimensões culturais e regionais do nosso País também precisam ser consideradas.

Falo isso porque eu acho que o Plano Nacional da Educação precisa também voltar-se para isso. Não é à toa que o PNE está tramitando há tanto tempo aqui no Congresso Nacional. Eu acho que existe pouca celeridade, o que se justifica até, às vezes, pelo pouco convencimento político em relação à matéria, mas também existe a necessidade de se discutir mais a fundo todas as dimensões da educação brasileira.

Outro dia, eu conversava com o Senador Vital do Rêgo, Relator na Comissão de Constituição e Justiça e, de fato, é uma tarefa muito prazerosa, mas, por outro ponto de vista, até ingrata, porque são muitos interesses divergentes que você precisa trabalhar num projeto como o Plano Nacional de Educação. Inclusive respeito muito o Senador Vital do Rêgo, que proporcionou avanços na CCJ em relação ao que a Comissão de Assuntos Econômicos tinha aprovado.

Mas eu acho que a gente não pode pensar a educação de forma engessada ou, inclusive, pensar o PNE como algo que se vence nos próximos dez anos, porque o que vai ser da educação brasileira, inclusive, depois desses dez anos, depende muito do que a gente fizer com esse PNE. Então, compartilhando essa preocupação, Senador Cyro Miranda, não pode ser uma carta de intenções; não pode ser só um documento bonito que não saia da teoria. Precisa ser algo com convencimento político por parte do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, de implementar de fato o Plano Nacional de Educação, com controle público, com controle social, mas que a gente consiga, de fato, daqui a dez anos, fazer um balanço positivo em relação ao PNE, um balanço positivo que se relacione principalmente com a universalização à educação de qualidade em todos os níveis, o que acho que o PNE

persegue e de todas as dimensões que são necessárias serem contempladas, para que essa educação se universalize com qualidade em todos os níveis, valorizando os profissionais de educação, valorizando a gestão democrática, ouvindo os professores, ouvindo os gestores, ouvindo os estudantes.

Acho que, dessa maneira, com muito diálogo, a gente vai conseguir, de fato, construir essa educação que a gente quer: que seja, acima de tudo, uma educação emancipadora e que se volte para o desenvolvimento do nosso País, e que não seja um desenvolvimento apenas do ponto de vista econômico, mas um desenvolvimento acima de tudo social e humano para toda a Nação brasileira.

Então, contem com a UNE. Parabéns, Senador Cyro Miranda, por essa iniciativa de ouvir o conjunto da sociedade civil sobre este tema tão caro para o País, que é a educação. Contem com a UNE para que consigamos, ao final, aprovar um Plano Nacional de Educação aqui, no Congresso Nacional, que, de fato, atenda aos interesses de uma educação pública gratuita e de qualidade em todos os níveis para todo o povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Virgínia Barros.

O Mauricio me pediu um segundo, porque esqueceu de fazer uma colocação. Um segundo já passou.

O SR. MAURICIO FERNANDES PEREIRA – Um segundo. Obrigado, Sr. Senador, V. Exª é muito gentil.

Quero apenas registrar que, além do documento que entregamos ao Senador Cyro Miranda e Alvaro Dias – estamos enviando a todos os Senadores – li aqui atentamente o documento da CNTE, e, como Presidente do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais, eu queria registrar, Senador o nosso apoio a todos os encaminhamentos feitos pela CNTE.

O Fórum Nacional de Conselhos Estaduais assina junto a essa carta, como posicionamento do nosso Fórum.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Bom, quando se fala no financiamento, nos 10%, sou inteiramente favorável a que se coloquem os 10% do PIB e, depois, se corra atrás da forma de sair esses 10%. Esse negócio de ficar pensando primeiro no pré-sal, depois nisso, depois naquilo para fazer o conjunto, não. A nossa necessidade é 10% do PIB. E agora vamos correr atrás, porque não tenho certeza do que vai ser o pré-sal. A matriz energética está mudando. Está se contando com o pré-sal para daqui a 30 anos. E se, de repente, daqui a 30 anos, o barril de petróleo estiver custando US$5,00 porque há outras matrizes energéticas? Então, tem que fazer parte de um todo. Vai se procurando, mas o compromisso é este: 10% do PIB. E não vejo outra maneira de se fazer isso continuadamente. A educação precisa de investimentos de forma continuada.

Quero agradecer a presença de todos os senhores aqui, do Rivanildo, do Ricardo, do Mauricio, da Virgínia, da Marta. Foi muito importante esta audiência, a presença de todos os senhores. Agradeço à nossa assessoria da Comissão de Educação em nome do Júlio e da Adriana. Meu muito obrigado, como sempre.

Quero dizer que nós é que estamos à disposição de vocês. Usem e abusem, porque este é o momento. Se não for assim, não vamos conseguir o nosso intento.

Encerrando esta reunião, convido todos para a próxima quinta-feira, também em audiência aqui, na Comissão de Educação, sobre o PNE. Teremos outra na terça-feira que vem e outra ainda na quinta-feira que vem.

Quero entregar esse Plano para a Câmara até o dia 15 de novembro, para que ele volte, aprovado, no começo de dezembro.

Muito obrigado a todos e bom dia.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.)

ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Inácio Arruda, Rodrigo Rollemberg, Alvaro Dias, Osvaldo Sobrinho, Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Gim e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma

de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 56/2013-CE, de autoria do Senhor Senador Alvaro Dias, destinado a realizar a Quinta Audiência Pública para "**Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, de autoria da Presidência da República, que 'Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências'**". Como expositores, comparecem à Audiência Pública **o Senhor Edgar Flexa Ribeiro, Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares – FENEP; Senhor Luciano Sathler Rosa Guimarães, Diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED; e Senhor Wilson de Matos Silva, Diretor da Associação Nacional dos Centros Universitários – ANACEU**. Prosseguindo, a presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Professor Agnaldo Menezes Dantas, Assessor Parlamentar da Federação Nacional das Escolas Particulares e Senhor Raulino Tramontin, Mestre em Planejamento Educacional. Finda a apresentação dos expositores, a presidência concede, excepcionalmente, a palavra ao Senhor Hélio Laranjeira, Presidente da Associação de Escolas Técnicas, para esclarecimentos adicionais sobre o tema. Logo após, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros a Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Alvaro Dias, autor do Requerimento, e os Senhores Senadores Osvaldo Sobrinho, Wellington Dias e Cyro Miranda. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CYRO MIRANDA**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião, na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 56/2013, da Comissão de Educação, de autoria do DD. Sr. Senador Alvaro Dias, para realização da 5ª audiência pública, destinada a instruir o PLC nº 103, de 2012, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da nossa Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Os nossos convidados de hoje: Sr. Luciano Sathler Rosa Guimarães, Diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed); Edgar Flexa Ribeiro, Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep); e Wilson de Matos Silva, Diretor da Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu).

Sejam todos muito bem-vindos!

Agradeço a presença de todos e enalteço a iniciativa do nosso Relator, Senador Alvaro Dias, de realizar esta audiência pública para consubstanciar o seu relatório final do Plano Nacional de Educação.

Pelo prazo de quinze minutos – se for necessário, revogaremos –, convido o Sr. Luciano Sathler Rosa Guimarães, Diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância, para fazer uso da palavra.

O SR. LUCIANO SATHLER ROSA GUIMARÃES – Bom dia a todos e a todas!

Quero aqui saudar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, na pessoa do seu Presidente, Exmo Senador Cyro Miranda, e também a presença do Exmo Sr. Senador Alvaro dias, com esta importante tarefa de Relator do nosso Plano Nacional de Educação. Na pessoa deles, também saúdo o Prof. Wilson de Matos, o Prof. Edgar Flexa e cada um dos presentes.

Sou Diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância. Represento aqui, hoje, o nosso Presidente, Prof. Fredric Litto, e trouxe algumas informações para esquentar o debate a respeito da importância da educação a distância e como a educação a distância tem colaborado cada vez mais para alterar as próprias práticas da educação presencial, seja em nível da educação básica, seja em nível da educação superior.

Tomei a liberdade de pedir à organização que distribuísse depois a vocês um texto, um breve relato sobre uma pesquisa recente sobre tecnologia da informação e comunicação na educação básica e também trouxe aqui para os presentes um censo da Associa-

ção Brasileira de Educação a Distância que produzimos anualmente.

Para passarmos o eslaide...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Prof. Luciano, nós vamos fazer uma inversão aqui, porque estamos com um problema técnico no projetor. Então, eu prejudicaria a sua apresentação.

Portanto, começo aqui com o Sr. Edgar Flexa Ribeiro, Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares.

Peço-lhe desculpas, mas retornaremos em seguida.

O SR. LUCIANO SATHLER ROSA GUIMARÃES – Não tem problema.

O SR. EDGAR FLEXA RIBEIRO – Sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores, o que senti na leitura do Plano Nacional de Educação, tal como está proposto, é a omissão sobre políticas públicas em torno do magistério brasileiro. Considero que o momento está demonstrando que, em algum momento, nós permitimos que o magistério se desprestigiasse de uma forma absolutamente inacreditável.

Trago aqui algumas informações a respeito desse processo, que é longo. Vem de Portugal, vem de nossas heranças lusitanas.

Na primeira edição de Os Maias, de Eça de Queiroz, duas personagens têm um diálogo – é de 1875 –, conversavam, e um dizia para o outro: "Você não acha, fulano, que a tourada seria importante em Portugal"? E o outro responde: "Ah, muito! Tourada em Portugal devia ser como o ensino é lá fora: obrigatório". Já era obrigatório, em 1875, e Eça de Queiroz mostra que não era e compara com tourada.

Na década de 30, começa o equívoco, quando, na criação dos institutos de aposentadoria e pensão, os professores começaram a descontar para o IAPC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, e o que se dizia na sala de professores era: "Eu não sou caixeiro". E aí começou.

Então, educação é comércio? Data daí o começo do desprestígio no magistério, que culminou agora, nas últimas semanas. No entanto, só para fazer uma comparação, o professor depende, o magistério depende principal e fundamentalmente do prestígio que lhe é atribuído. Quando nós queremos que alguém seja imediatamente reconhecido como especial, o que nós fazemos? Nós botamos uma farda nele. Padre, soldado, bombeiro, polícia, segurança de banco não se vestem como nós. Então, você está na calçada, olha para eles e diz: "Ah, aquele ali eu sei; é soldado".

Professor não tem farda. Professor só é – tem que ser – reconhecido e prestigiado por quem pode ensinar isso a quem ainda vai ter um filho que vai para uma escola. Não adianta prestigiar o professor perante quem já é aluno. É perante toda a parte da população que ainda não foi à escola e que vai botar seu filho na escola. É essa pessoa, é essa parcela da população que tem que reconhecer no professor uma autoridade, porque ela é aquela pessoa que vai mandar o filho, que está com o celular ligado durante a aula; vai mandar ele desligar o celular, e o aluno não pode bater no professor que mandou ele desligar o celular. Agora, isso o menino tem que trazer de casa. Ele não pode ser da primeira geração da família que respeita o professor. É a geração anterior que tem que dizer: "Meu filho, aquele ali é seu professor".

Não conheço país no mundo em que um jovem, na hora de decidir a sua vida, diga: "Eu quero ser rico. Vou ser professor". Isso não existe em nenhum país do mundo. Remuneração é importante, mas, no caso do professor, por maior que seja a remuneração, o desprestígio é fatal para aquilo que ele vai fazer. E vai fazer com a criança. Não há computador que funcione, não há televisão que substitua, nada substitui o prestígio do magistério. E o Brasil é cego a esse respeito.

Vou dar um exemplo rápido aqui, só para não tomar muito tempo: quando o Japão, no século XIX, resolveu industrializar-se na chamada Revolução Meiji, houve esse problema. Uma nobreza que se educava com preceptores nos palácios e uma população rural, agrária. Como é que a gente vai começar a fazer a educação do operário de manhã? Ninguém sabe o que é escola! Ninguém sabe o que é professor! Como é que vai ser isso? O imperador do Japão tomou uma simples providência: todo mundo para falar com ele tinha que se ajoelhar: autoridades, ministros, generais. Não importa. Se ia falar com o imperador, era de joelho. O imperador disse o seguinte: "Professor, não. Professor pode falar comigo em pé". Em dois minutos, naquela sociedade hierarquizada, como era a sociedade japonesa, todo mundo reparou que aquele cara tinha que ser muito especial. Por quê? Porque ele fala em pé com o imperador!

Nunca vi um Presidente da República pedir dez minutos na televisão para saudar o magistério no Dia do Professor. Acabou de passar. Dia 15 de outubro.

O professor, que não é caixeiro, como se dizia em 30, já tinha se proletarizado pelo desprestígio. "Eu posso fazer greve como qualquer metalúrgico faz greve. Não esperam de mim nada que não esperam do metalúrgico. Então, eu, professor, vou para a rua. E, se houver algum baderneiro do meu lado, ele que quebre a agência bancária, porque eu sou professor. Eu sou metalúrgico"!

O magistério brasileiro foi proletarizado de uma forma fatal para qualquer projeto de educação a longo prazo. Num país como o Brasil, onde há muita gente que não tem antepassado escolarizado, se não pararmos para pensar na situação do magistério brasileiro sob esse prisma, todos os planos vão tender a dar resultados medíocres. Agora, para isso, nós temos que nos livrar de uma carga pesada, que é a carga da limitação da capacidade de saber. Nós temos um problema com a liberdade de saber.

Vejam Portugal: em Portugal, quem autorizava a impressão de livro não era a Inquisição, não. Era o rei. A Inquisição podia dizer que o católico podia ler, mas se Lutero estivesse nos Estados Unidos, ele podia pregar a tese dele na porta da igreja, mas ela não seria impressa nunca, porque o rei não ia deixar. E Portugal era deste tamaninho, o rei podia não deixar. Era viável não deixar. Agora, num país deste tamanho!

Outro dia um pai de aluno, logo no começo, me perguntou o que era o Enem. Expliquei para ele, e ele disse: "Mas, espera aí! Então, o jovem brasileiro bem-formado é aquele que responde à pergunta que o ministro faz do jeito que o ministro quer"? Pensei: bom, é uma leitura, porque o que o jovem brasileiro bem-formado tem que fazer? Passar no Enem. E o que se pergunta no Enem? Tudo aquilo que um brasileiro precisa saber para ser considerado bem-formado. Tudo, tudo que um jovem brasileiro precisa saber para ser considerado como jovem bem-formado. É tirar nota boa no Enem.

Não há mais nada fora disso? Não há nada além disso para um homem ter liberdade de saber? Tomar desde cedo consciência de que ele é livre para aprender? Que ele é livre para saber? Será que é isso mesmo que convém a um país das dimensões, das diferenças brasileiras? "Ah, sim! A França faz o *Baccalauréat*.". Faz. Mas a França tem o tamanho da Bahia e uma população escolarizada desde o final do século XIX. Não é a mesma coisa no Brasil.

Estamos agora com o problema da mão de obra intermediária. Mas como é que fica? Eu vou fazer Enem. O prestígio está no Enem. Para ser bem formado, tem que estar no Enem. Como é que você está me querendo oferecer um futuro que não tem Enem? Qual é o futuro que não tem Enem? Quem tem futuro sem Enem?

Eu acho que o Brasil está precisando – e acho que estou falando numa das Casas corretas – pensar sobre educação acima daquilo que o Ministério da Educação tem feito nos últimos não sei quantos anos. O problema da educação brasileira é um problema de política: política de crescimento, de liberdade, de livre acesso ao conhecimento. E não é só deixar que a televisão e a educação a distância se encarreguem disso. É no fundamento que isso se dá. Isso nasce embaixo. Isso nasce naquele momento da vida do homem em que o professor é aquele que educa. Não só ensina, educa, prepara. Hoje em dia nós temos professor apanhando em sala de aula. Enquanto isso ocorrer, que seja um episódio, é sinal de que nada que fizermos vai dar o resultado que se espera.

Acho que é uma função pública essencial, no Brasil contemporâneo, pensar sobre isso e tomar providências a esse respeito. Valorizar o professor não é pagar muito ao professor, é tratá-lo com respeito.

Uma vez estive nesta Comissão, estava sentado aqui o Senador Cristovam Buarque. Eu falei sobre esse mesmo tema e o Senador virou-se e disse assim: "Na Alemanha, quando você diz que é professor, começa imediatamente a ser tratado diferente."

A essência do processo educacional está na mão do professor – sou neto, filho e eu mesmo professor. Isso é fundamental. A minha contribuição aqui, hoje, é trazer o assunto. Neste momento da vida nacional, fazer um Plano Nacional de Educação e não falar disso, não ter nada a propor a esse respeito, não considerar essa matéria, seria grave. Seria grave, agora, nós lançarmos um Plano Nacional de Educação distraído a esse respeito. Eu acho que isso está faltando e proponho isso à meditação de V. Exªs.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Flexa Ribeiro, primo do nosso Senador Flexa Ribeiro, do Pará, pelas suas intervenções, pela sua explanação.

Quero dizer também que, se não me engano, na China, a única pessoa que não precisa fazer reverência ao imperador é o professor, tal a dignidade que tem.

Em seguida, voltamos a palavra ao Sr. Luciano Sathler Rosa Guimarães para a sua apresentação.

O SR. LUCIANO SATHLER ROSA GUIMARÃES – Obrigado, Presidente.

Já fiz a devida saudação. Agradeço, mais uma vez, por este convite.

Sou Diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância. Nós fizemos uma análise do Plano Nacional de Educação, como está proposto, e temos algumas sugestões que consideramos importante.

Queremos chamar a atenção para a importância da educação a distância, hoje, no mundo, no contexto que nós estamos e na convergência digital, especialmente no nosso País.

A Abed tem a missão de contribuir com o desenvolvimento dos conceitos, metodologias e técnicas que promovam a educação aberta – é importante lembrar esse conceito –, flexível e a distância. A ideia aqui é tornar a educação algo cada vez mais acessível, de

melhor qualidade e que garanta maior sucesso ao alcançar os seus objetivos.

Nós publicamos anualmente uma revista científica, *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distancia*, e um Censo de Educação a Distância, o qual eu trouxe aqui um exemplar para cada um dos presentes possa levar e ter uma ideia da dimensão.

No Censo de Educação a Distância que realizamos este ano, chegamos ao incrível número de mais de 5 milhões de pessoas no Brasil que estudaram em algum tipo de curso a distância, sejam cursos livres, de extensão, até curso de graduação e pós-graduação.

Temos dois livros recentemente publicados pela Editora Pearson, *Educação a Distância – O Estado da Arte*, volume 1, em 2009, e volume 2, em que grandes especialistas dessa área puderam ali expressar o que tem acontecido.

Nós percebemos a educação a distância, algumas vezes ela aparece meio que envergonhada dentro do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2012, seja mencionando a universidade aberta do Brasil até a educação a distância como principal meio, para alcançar uma das metas estabelecidas. Aparece com maior frequência a questão da adoção das tecnologias de informação e comunicação no campo educacional. É recomendado em várias partes do texto. Fica claro que não há mais como fugir desse tema, quando nós tratamos de educação no nosso País. Porém, na nossa opinião, falta uma maior ênfase nesses temas, para deixar clara e inequívoca a necessidade de educação a distância aberta e flexível como caminho, como diz a Unesco, para melhorar a qualidade, ampliar o acesso e garantir maior sucesso nas relações de ensino/aprendizagem.

A Unesco realizou a sua segunda Conferência Mundial de Educação Superior, no ano de 2009, em Paris, e fez a seguinte constatação: É urgente e necessário. A previsão é que seja dobrado, ou seja, vai dobrar a população universitária do mundo até 2020.

Em 2008/2009, havia cerca de 150 milhões de pessoas no ensino superior no mundo inteiro, e a previsão da Unesco, especialmente nos países em desenvolvimento – China, Brasil, Índia – iria dobrar. Precisaríamos chegar à capacidade de atendimento, no mundo inteiro, de 300 milhões de pessoas no ensino superior.

Há três semanas, a Unesco publicou um dado de que há uma carência de cerca de 8,5 milhões de professores no mundo. No Brasil nós estamos vivendo isso também. Há carência de professores em algumas áreas específicas.

A Unesco, em sua recomendação final, em 2009, diz: "Recomenda o uso de tecnologias de informação e comunicação para aumentar a qualidade, o acesso, o sucesso nas relações de ensino/aprendizagem. A Unesco recomenda aos governos, ao Poder Legislativo, ao Poder Executivo, que junto com a sociedade civil, aproveite o potencial das tecnologias na educação; que instituições e governo devem trabalhar juntos para desenvolver novas experiências, formular políticas públicas e fortalecer a infraestrutura, especialmente de banda larga.". Banda larga, hoje, tem que se tornar um direito humano, porque não como um país ou uma pessoa se desenvolver sem acesso à banda larga, pelo menos para ser competitivo, na atual sociedade.

Nós, a Abed, temos duas grandes sugestões para o Plano Nacional de Educação. Primeiro, Srs. Senadores, é que seja avaliada a possibilidade de incluir mais uma diretriz, no início do Plano Nacional de Educação, que diria sobre a promoção da educação a distância, sendo uma diretriz do PNE a promoção da educação a distância e da adoção das tecnologias de informação e comunicação para a inovação das práticas pedagógicas.

E, ainda, no art. 5º, dentre as instâncias que vão cuidar do monitoramento contínuo e de avaliações periódicas do PNE, que a sociedade civil se faça presente. Nós vemos apenas o Poder Público aqui. É importante que haja mais uma instância de sociedade civil com instituições civis, sociedades científicas como a Abed (Associação Brasileira de Educação) e tantas outras que nós encontramos no nosso País.

Por que você acha que nós temos que fazer esse tipo de recomendação?

Quero chamar a atenção dos senhores e senhoras para algumas coisas. Nós estamos falando, em primeiro lugar, que a grande questão é educação de qualidade para todos.

Educação de qualidade para todos significa nós garantirmos a ampliação do acesso, coisa que nós já conseguimos recentemente, bastante ampliação de acesso.

Na hora em que se amplia o acesso, o próximo passo – não pode ser depois, tem que ser durante – é lutar para qualificar a experiência de aprendizagem, que é isto que nós estamos percebendo hoje: muita gente na escola, muita gente no ensino superior. É lógico que nós temos metade da população universitária que nós deveríamos ter, comparando-se com outros países da América Latina, mas a experiência de aprendizagem está ruim. Os alunos estão achando a aula ruim, a aula chata, os nossos professores estão desvalorizados. Então, precisamos qualificar a experiência de aprendizagem. Para isso, temos que trabalhar metodologias, a formação do nosso corpo docente, a formação dos nossos gestores educacionais e a infraestrutura das nossas instituições educacionais.

Recentemente, eu estive dando uma palestra em um grupo de investidores internacionais da área de educação e, quando entrei no escritório, eu me deparei com isto – esta é uma foto que eu pedi que eles tirassem. Sabem quantas pessoas trabalham em frente a essas telas? Uma pessoa. Uma pessoa lidando com oito telas, simultaneamente, na Faria Lima, em São Paulo.

Se nós quisermos que a nossa população, o nosso País seja competitivo no cenário internacional, nós temos que preparar gente que seja capaz de lidar com esse volume de informação, com esse nível de complexidade de trabalho.

Esse aqui é um conjunto de escolas, recentemente inaugurado na Europa, chamado Steve Jobs School. Olhem o modelo do professor com a tela, os alunos com seus *devices*. Hoje, cada vez mais, a educação se tornando o principal componente necessário para inovação e para o desenvolvimento sustentável de um país.

Nós estamos falando de educação em diferentes possibilidades, mas é sempre educação. Os princípios, os fundamentos são os mesmos. Então, você pode falar de educação tradicional, pode falar daquilo que é chamada uma sala de aula híbrida, que é a sala de aula que incorpora tecnologias e metodologias que usam as tecnologias no seu fazer pedagógico, e você tem a educação a distância.

Qual é a diferença entre uma ponta e outra? Na educação tradicional, é um encontro síncrono do professor com o aluno e um encontro, no mesmo local, do professor com o aluno. Na outra ponta, a educação a distância, que tem a possibilidade do assíncrono, o aluno interagir com o professor não necessariamente no mesmo tempo e não necessariamente no mesmo local. Mas tudo é educação.

Mas isso é coisa de gente confusa, gente que está meio perdida no processo? Será?

Nós vimos aí, recentemente, a Universidade de Harvard lançando uma grande plataforma para a educação a distância, junto com outra universidade que vocês conhecem, a MIT, e UC Berkeley. Agora, são mais de 40. Recentemente, um consórcio de universidades chinesas de ponta se juntou a esta iniciativa edx.org, onde milhões de alunos se matriculam em cursos *on line*.

O mais interessante é que há outra universidade na costa oeste dos Estados Unidos, que é o Coursera, liderado por Stanford and Penn State University e já tem mais de 100 universidades associadas. São plataformas de cursos a distância de grandes e renomadas universidades americanas. Descobrimos que os brasileiros daqui do Brasil estão sempre entre os cinco maiores grupos que fazem esses cursos. Reparem o que eu estou dizendo: os brasileiros estão em terceiro, quarto ou quinto lugar no maior grupo de alunos que cursam esses chamados cursos massivos *on line* e abertos.

Nós temos também o movimento de recursos educacionais abertos, que está presente também no PNE, em algumas estratégias.

Interessante é que, tanto lá quanto aqui, a discussão é do chamado estudante não tradicional que chega à universidade. O que é o estudante não tradicional? É aquele que é o primeiro da sua família a entrar no ensino superior. Ele vem com uma bagagem cultural diferente e tem que ser tratado de forma diferente, para ter o sucesso e evitarmos a evasão. Um aluno, às vezes, que vem de um meio social mais empobrecido e, tradicionalmente, com pouca liberdade de acesso, se nós considerarmos o conceito de liberdade de Amartya Sen sobre o desenvolvimento.

Vocês veem aí. Nós chegamos, em 2012, a 1.113.850 alunos matriculados em graduação a distância; 15,8% da população universitária do País está na educação a distância.

Nós temos crescido ano a ano mais do que o presencial, em termos percentuais. Isso, apesar de uma regulação fortemente restritiva e discriminatória contra a educação a distância, como nós podemos observar na Portaria MEC nº 40, que trata a educação a distância de forma mais rigorosa do que a presencial, de maneiras inexplicáveis, ou até mesmo nos instrumentos de avaliação do Inep e no Decreto nº 5.622, que hoje já se encontra ultrapassado em termos do que se pede em infraestrutura, para que nós ofertemos a educação a distância.

Esses dados saíram ontem no Inep. Por isso que eu tive até de alterar a apresentação e peço desculpas. São os dados mais detalhados e os microdados do censo da educação superior. Reparem: do total de alunos a distância, de 1.113.850 milhão na graduação, nós temos 802.645 mil em universidades. Nas universidades privadas, 634.621; nas públicas, 181.624 alunos.

Minha gente, se a maioria dos nossos alunos de educação a distância se encontra em universidade, é preciso devolver a autonomia universitária também para a educação a distância, para nós não termos de ter de pedir, *a priori*,credenciamento para IAD ou pedir, *a priori*,autorização de curso. Se nós somos universidade, nós já somos avaliados como universidade e temos autonomia universitária.

Então, se nós queremos ver a educação a distância crescer é preciso que nós tenhamos autonomia, inclusive de credenciamento e de oferta de cursos e que possamos ser avaliados, dentro da lei de sinais, como parte do processo e não antes do credenciamento.

Ainda no número de matrículas em cursos de graduação, vocês observem a forte presença da licenciatura. Então, do total de 1.113.850, nós temos 449.966 alunos de licenciatura, estudando em graduação a distância, formação de professores; e, em recentes anos, o crescimento dos cursos tecnológicos.

Talvez não tenham chegado a informação a vocês de que não há diferenças significativas no resultado de avaliação, tanto de instituições de cursos quanto de desempenho de estudantes.

Inclusive, o Enad, que é aplicado ao aluno da educação a distância e da presencial, no mesmo dia; é a mesma prova, com a mesma condição; e às vezes nós vemos o aluno de educação a distância se sair melhor no Enad do que o presencial. Eles saem um pouco melhor do que o presencial, porque eles têm um perfil mais dedicado, mais disciplinado, que é o que se faz necessário para a educação a distância.

Nós temos aqui o exemplo da Cesumar, que é uma forte instituição – o Prof. Wilson de Matos é o nosso reitor lá – e está com o IGC4 e com a avaliação de cursos 4 ou 5, demonstrando que é possível fazer educação a distância com excelente qualidade. A Cesumar é um dos nossos bons exemplos do País.

Quando nós verificamos o número de vagas oferecidas, reparem nas vagas da educação a distância: nós temos mais vagas do que no presencial, o que demonstra o potencial de expansão de acesso da IAD.

O número de inscritos é quase próximo ao total de vagas e a entrada é metade do número de inscritos. Por que nós temos apenas metade de matrículas em relação ao número de inscritos para o vestibular? Por uma razão essencial: uma das políticas mais discriminatórias do nosso País é o aluno da educação a distância estar excluído do Fies.

Como podemos explicar que o aluno de graduação de educação a distância não possa ser beneficiado pelo Fies? Quem pode explicar isso neste País?

Eu faço um apelo aos nossos Senadores presentes, aos nossos Deputados, a outros que ouvirem e assistirem a isso: nós precisamos abrir o Fies para a educação a distância. Isso não faz sentido. É discriminatório e – eu diria – chega a ser inconstitucional esse tipo de preconceito.

Do número de matrículas, reparem só: formação de professores com aquele número que nós já falamos, o que significa que os nossos professores – que já chegamos a 40% –, hoje, quase 33% do total de pessoas que estudam para ser professores no nosso País, estudam por meio da modalidade a distância.

O que os nossos professores e os interessados em exercer a profissão docente já descobriram e que talvez algumas autoridades nossas ainda não perceberam é que a educação a distância forma e forma bem; não tem a ver com a modalidade, tem a ver com a seriedade da instituição. Se é uma boa instituição, ele vai ter um curso, às vezes, mais difícil na educação a distância do que no presencial. E a IAD permite flexibilidade de tempo, flexibilidade de espaço, personalização das relações de ensino e aprendizagem, e ele, trabalhador com família, consegue estudar e se preparar para ser um bom professor. Olhem a importância das licenciaturas e a colaboração que a educação a distância dá para as licenciaturas do nosso País.

Ressalto: o Fies não está disponível para cursos de graduação a distância. Nos ajudem a reverter essa situação! Isso não faz sentido, não faz sentido.

O meu tempo está acabando. Mas o fato é que precisamos preparar o aluno, além do conteúdo da sua profissão, para as chamadas competências para o séc. XXI; competências para a vida; competências para que ele se torne permanentemente um aprendiz; competência para o uso dos recursos digitais de forma criativa. E aqui eu convido vocês a depois entrarem na minha curadoria digital e conhecer um pouco sobre essas questões.

Vou ter de pular isso, que é um pouco teórico, sobre como a IAD colabora com a maior liberdade; e a liberdade é essencial para a educação e para o pensamento crítico.

Isso aqui é um modelo de sala de aula que eu visitei recentemente, nos Estados Unidos. Entendem que é outra metodologia? É um outro mundo em que estamos entrando? Sala de aula... Eu ando de metrô em São Paulo e tenho visto muita gente assistindo à aula e participando de aula por meio de celular e de *tablet*. É um outro mundo em que nós estamos.

E aí eu convido os senhores e as senhoras, pois mantenho uma curadoria digital. É gratuita – não se preocupem – e sempre será. Ela se chama *inovaçãoeducacional.com.br*, em que você terá acesso – é só clicar no título – às matérias, na fonte, daquilo que pode colaborar com a inovação da educação do nosso País.

Muito obrigado pela paciência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Prof. Luciano.

Eu gostaria também aqui de agradecer a presença do sempre assíduo Senador Osvaldo Sobrinho, do PTB, do Mato Grosso, como educador de longa data, comprometido não só no seu Estado, mas também no Brasil, com a educação.

Muito obrigado, Senador.

Em seguida, passo a palavra ao Sr. Wilson de Matos Silva, que é Diretor Nacional dos Centros Universitários e também Reitor do Centro Universitário de Maringá, Cesumar.

Informo também que a audiência tem cobertura da TV Senado, Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e também pela Internet, no www.senado.gov.br/tv, canal 2.

O SR. WILSON DE MATOS SILVA – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Senador Cyro Miranda, Presidente desta Comissão de Educação; ao Senador Alvaro Dias, também o nosso agradecimento pela oportunidade de estarmos aqui, trocando um pouco de experiência com os nossos colegas Edgar Flexa Ribeiro e Luciano Sathler, sobre a educação neste País.

Eu vou trabalhar mais pontualmente algumas questões bastante deficitárias da educação brasileira.

Eu fundei o Centro Universitário de Maringá. Ali aparece, no pano de fundo, um pouco das fotos dos nossos prédios. Eu comecei essa instituição com 180 alunos, em 1980. Hoje, nós temos 48 mil alunos, sendo 35 mil a distância e 13 mil presenciais.

Temos também um colégio, ali dentro, do infantil ao ensino médio. Nossas avaliações têm sido muito boas, através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, do Enad. Nós temos o melhor IGC do Estado do Paraná. Estamos entre os 6% das melhores do Brasil, de acordo com o índice de acertos na prova do Enad.

No Estado do Paraná, nós temos outras instituições com o mesmo ICG do Cesumar: a Federal do Paraná, a Federal Tecnológica, UENE, UEL. As públicas têm o mesmo ICG nosso e têm uma grande vantagem em relação às instituições privadas, porque elas fazem uma seleção de 20 por 1 na entrada; e nós, da rede privada, reprovamos, no meu caso, no máximo 10% nos vestibulares. Então, o aluno que nós pegamos não tem o mesmo nível de preparação, de competência daqueles que passam num processo seletivo bastante concorrido. Mas o nosso desafio é colocar no mercado de trabalho e formar esses cidadãos dentro da visão que o mundo moderno precisa.

Eu tenho uma série de dados aí, mas tive a informação de que dados, pesquisa, os dados do Inep, todos já foram apresentados aqui fartamente. Entretanto, vou passar rapidamente por algumas questões.

O acesso à educação de qualidade é um direito constitucional e é também dever do Estado. A escola é um dos lugares sociais em que ocorre a apropriação dos saberes constituídos, sistematizados e acumulados pela humanidade a partir de uma proposta de formação humana. E promover a educação requer a garantia de um ambiente com condições para que a aprendizagem possa ocorrer. É importante proporcionar um ambiente físico que estimule e valorize o aprendizado, além de favorecer as interações humanas.

Lamentavelmente, as instalações da escola básica deste País não são os melhores espaços da sociedade; pelo contrário, são os piores espaços da sociedade. Eu conheço escolas no mundo. Eu tenho visitado escolas de ensino fundamental, médio e superior por todos os cantos: no Japão, na China, nos Emirados Árabes Unidos, na Europa, aqui na América Latina e também pelo Brasil. Volta e meia eu dou uma escapadinha. Já entrei por vários Estados, inclusive no interior do Maranhão e outros Estados pelo Brasil afora. É lastimável ver a qualidade predial da escola pública básica brasileira. No mundo desenvolvido esse é o melhor espaço da sociedade, porque ali se está formando um cidadão para ser projetado para o futuro. Nós construímos espaços para projetar um cidadão, parece-me, para o passado, a partir da instalação predial, da manutenção, da estrutura física de um modo geral. E a gente vai falar um pouquinho sobre isso.

Quero dizer também que, nessa minha caminhada pelo mundo, eu não encontrei nenhum valor novo sobre a educação. Os mesmos que se praticam lá, nós praticamos aqui. Só que lá se pratica com compromisso de todos, a partir do Executivo, dos legisladores, dos prefeitos, dos diretores, professores e família. Ou seja, o mundo que deu certo, primeiro, esse mundo converteu a sociedade ao conhecimento. E o Brasil ainda não foi convertido ao conhecimento e precisa para isso um projeto, um marco legal que leve todos a assumirem uma grande responsabilidade sobre a educação; senão, vamos ficar colhendo os resultados pífios que temos colhido quando comparamos o nível de conhecimento de nossos alunos com o mundo . Em todos os exames – vou mostrar aqui rapidamente – de que nós participamos, nós ficamos sempre nas últimas colocações. Isso está na Constituição, está na LDB.

A educação atualmente é reconhecida como uma das bases sobre as quais se assenta o desenvolvimento político, social e econômico das sociedades. A educação escolar, sendo um dos meios mais importantes do processo educacional, deveria constituir preocupação relevante para os decisores das políticas públicas, que são sempre confrontados com as escolhas complexas sobre investimentos, custos e benefícios.

O aumento da escolaridade média da população brasileira, assim como a melhoria da qualidade do ensino ofertado constituem desafios a serem superados, em grande medida afetados pelas desigualdades de várias ordens. Nós só teremos uma verdadeira democracia neste País quando nós pudermos oportunizar o acesso a todos a uma escola de qualidade. Aí nós teremos a população toda participando dos processos decisórios, com capacidade de uma análise crítica.

É verdade que nós temos tido alguns avanços. No caso do Bolsa Família, que agora completou dez anos, a Nação conseguiu matar a fome das pessoas, mas é pouco. Agora nós precisamos resgatar a dignidade de milhares e milhares de brasileiros que não têm tido condições de terem acesso a uma escola de qualidade. Bolsa Família mata fome, escola de qualidade resgata dignidade. Rui Barbosa disse isso há mais de cem anos. Certamente, muitos têm usado esse termo por aí. Nós precisamos entender e transformar isso em prática. Este, para mim, é um momento ímpar em que estamos discutindo um novo PNE. Diga-se, de passagem, que deveria estar valendo de 2011 a 2020, e nós estamos no final de 2013 ainda discutindo quais serão as diretrizes para os anos que já se foram. Já perdemos parte do *timing*.

O cenário da educação brasileira. Não estamos bem, é claro. Aproximadamente 38% da população brasileira é analfabeta funcional. Esses dados oscilam muito. É um núcleo de estudos da USP, com pesquisadores que dizem isso, mas, pela minha experiência, 70% dos alunos que chegam à minha instituição são analfabetos funcionais. Eu testo isso numa palestra que eu faço para todos. Eu divido – são 4.000 alunos que entram lá no presencial todos os anos – em dez grupos e faço uma palestra no sentido de tentar convertê-los ao conhecimento. Lá, eu faço alguns testes rápidos de memória e tenho percebido que, primeiro, a juventude, em regra geral, não participa, não lê muito, não assiste a bons jornais televisivos, praticamente não lê notícias e vive, de certa forma, alienada. Mas há uma causa. A causa é que eles não foram convertidos ao conhecimento. Não há nenhuma crítica à juventude atual. Eles são os nossos filhos, são os cidadãos deste País que está posto aí. Eles são frutos de uma cultura que não tem levado a educação a sério. A nossa educação é repetidora da cultura que temos. E nós só vamos mudar este País quando tivermos uma educação transformadora, que transforme a nossa cultura, que converta a nossa sociedade. Por isso, o projeto tem de ser realmente muito forte.

Há aí alguns dados, um pouco atrasados, até 2010, mas há um enorme trabalho a ser realizado para tirar milhões de brasileiros da marginalidade econômica para que ganhem qualidade de vida. Há aí também alguns dados do *ranking* do Brasil, entre outros. Nós sempre estamos lá atrás. Isso está disponível nas redes, etc.

A aprendizagem do aluno e sua progressão nos estudos são os principais objetivos da educação escolar, mas, para que eles ocorram, deve-se levar em conta a aprendizagem e o desenvolvimento das competências e habilidades em cada série. O nosso sistema é seriado, e, para passar de uma série para outra, ele tem de ter adquirido as competências e as habilidades. Caso contrário, ele tem de ser retido, tem de ser feito um trabalho, tem de haver um reforço. O objetivo da escola não é reprovar ninguém. O objetivo da escola é promover aqueles que aprendem. A missão da escola é ensinar e fazer com que ele tenha a sua progressão.

Vou mostrar, daqui a pouco, um grande índice de desistência em todos os níveis escolares, do primeiro ao nono ano. Em torno de 40% desistem pelo caminho. Da mesma forma, no ensino médio. E, no ensino superior, o índice de desistência é superior a 40%. Alguns índices dizem que isso chega a 50%. Na minha instituição, nós estamos com 35% de desistência, mas fazemos um trabalho intenso para a retenção de alunos, porque sabemos que aquele que começa tem sonhos, e nós estamos ali para ajudar a realizar o sonho daqueles que se integram ao nosso corpo discente.

Por que ele desiste? Porque ele não adquire as devidas competências do primeiro ano, não adquire todas as competências, adquire parcialmente. Ele é promovido. Há a progressão automática. Este é outro problema sério da educação brasileira: a progressão automática. Adquirindo ou não as competências e habilidades, ele é promovido e ele vai acumulando uma grande defasagem de possibilidades de aprendizagem. Quando ele não adquire todas as competências das primeiras séries, o ensino deixa de ser prazeroso e passa a ser um peso para ele, porque ele não vai ter condições de entender os conteúdos do quarto ano – hoje, é ano, não é série mais – sem ter aprendido plenamente as competências e habilidades previstas no projeto pedagógico dos primeiro, segundo e terceiro anos, para ele poder ir para o quarto e a aprendizagem continuar sendo prazerosa. Ela passa a ser um peso para ele. Então, sabemos, mais ou menos, qual o objetivo da progressão automática, mas nós temos de tirar isso do nosso calendário e fazer o possível para aprovar praticamente todos, mas fazendo com que eles adquiram as competências, as habilidades previstas para cada série. Porque, assim, quando ele estiver lá na parte final do ensino fundamental, ainda o conhecimento continua sendo prazeroso para ele, e assim por diante, e não um peso, uma dificuldade, um lugar de cobranças, conflitos, etc.

Nós, de fato, temos muitos problemas de indisciplina em sala de aula neste País, mas eles não são culpados sozinhos. Eles não estão dando conta, aprenderam mal. Vai se acumulando esse déficit, e aí ele vira um indisciplinado dentro da sala de aula, ele não consegue acompanhar.

Eu pude entender muito bem isto caminhando por algumas escolas do mundo e vendo a diferença

de comportamento lá e aqui. E lá, mesmo no mundo desenvolvido, a linha é dura. Quem sair da linha é disciplinado rigorosamente.

Eu visitei várias instituições nos Estados Unidos, no ensino fundamental e no ensino médio, e lá é o aluno que troca de sala, porque cada sala do ensino fundamental e médio é extremamente preparada para aquela disciplina. A sala do professor de matemática é um mundo construído, um universo, um céu, os espaços todos com base em matemática, e a sala do professor está ao lado.

A minha primeira preocupação foi: e aí, o aluno, quando vai mudar de uma sala para outra, demora quanto tempo? Aqui no Brasil, se o modelo fosse esse, a cada troca de sala, muitos se perderiam pelos corredores, pelos banheiros, para fumar, bater papo, fazer um telefonema, não sei que lá. Sabe qual é a norma lá? São três minutos o prazo para sair de uma sala e entrar na outra. Eu falei: e aí, se o aluno não entrar nos três, demorar quatro, cinco? Quando terminar a aula, ele tem uma hora de castigo dentro de uma grande sala, com tutores. Ele vai ter que fazer a atividade da casa ali. Então, se o pai chega à escola, para o carro, e o filho não está no lugar de sempre, pode desligar o carro, porque ele vai esperar uma hora. E o filho vai estar aprendendo nesta hora, e em ordem, porque vai ter gente coordenando lá, com pulso forte. E aqui no Brasil, como isso se dá?

Segundo o PNUD – mais informações, este aqui é um caso sério também –, nós temos no Brasil o mais baixo índice de escolaridade – 7,2 anos. Esta é a média de escolaridade do povo brasileiro. Olhem o Chile, 9,7; 9,3 na Argentina; 9,2 na Bolívia. E ainda mais: pelo menos no Chile e na Argentina o estudo já é de tempo integral. E aqui é de tempo parcial. Assim mesmo, nós temos uma das mais baixas escolaridades.

E, diga-se de passagem, na minha caminhada pelo mundo conhecendo escolas, eu não encontrei um país desenvolvido com escola de tempo parcial. Não há possibilidade de competirmos com o mundo desenvolvido e sermos realmente emergentes com escola de tempo parcial.

E nós ainda jogamos um terço do tempo parcial fora. Nós vamos mostrar agora. Está ali mais um terço, porque a escola, no mínimo, tem que ser de jornada completa. Isso fortalece a universalização do ensino, no sentido do acréscimo em termos de quantidade e qualidade da escolaridade já conseguida, tornando-se a escola não só um espaço de acesso ao conhecimento, mas também um espaço de socialização.

Algumas informações do PNUD aí também já são conhecidas, o problema do IDH. É claro, um povo sem muita cultura, sem muitas habilidades para o trabalho, sem muita capacidade de raciocínio e das aquisições de competência em ciências, matemática e comunicação, como é que ele vai produzir mais, vai ganhar mais e vai ter melhor qualidade de vida? Não tem outro caminho a não ser uma educação de qualidade.

Aqui estão algumas questões sérias. A educação brasileira do ensino básico é de quatro horas. Ainda na escola privada se coloca meia hora a mais, uma hora, já há muitas de tempo integral, algumas atividades no contraturno, etc. Mas a pública, em regra, é de quatro horas. Mas o aluno fica quatro horas dentro da sala aprendendo? Não, tem meia hora de merenda. É merenda, é comida, é fila, não tem um espaço para atender todos simultaneamente e tal. O intervalo é meia hora.

Na minha cidade, uma bela cidade, que é 33ª renda *per capita* do Brasil e o 23º IDH deste País, a cidade de Maringá, este ano, foram extintos dois intervalos. Em quatro horas que a criança ficava na escola, ainda havia dois intervalos, o que foi extinto agora, felizmente.

Então, ele fica em sala de aula três horas e trinta minutos. Mas vejam outras questões graves aqui. Temos o problema da indisciplina e do desperdício de tempo dentro da sala de aula. A OCDE fez uma pesquisa, foi publicada na *Folha de São Paulo* há uns três anos. O Brasil, dentre os trinta países pesquisados, trinta não, menos ainda, sempre somos um dos últimos, temos um desperdício dentro da sala de aula de 30,8% do tempo: indisciplina, 17,8%; e tarefa administrativa, que é tarefa da escola, por exemplo, chamada. No mundo desenvolvido não existe mais permissão de falta, então não tem que fazer chamada. Aqui, cada professor que entra abre o seu livrão e vai: Maria, Joãozinho, aí o Joãozinho está olhando para trás, conversando, e o professor: "Joãozinho, olha para a frente. A próxima vez, vou te dar falta". Isso está acontecendo milhões de vezes dentro da escola brasileira e ninguém se dá conta disso, minha gente. Então, nós desperdiçamos 30% do tempo com essas questões que o mundo desenvolvido já venceu. De três horas e meia, você tira 30%, um terço, sobram duas horas e meia de aprendizagem. E a criança brasileira não tem meia hora de tarefa para casa. Eu fiz uma pesquisa esse ano ainda, em 30 cidades, para saber o quanto de tarefa a criança leva para casa. Não chegou a meia hora. Então, vamos pôr meia hora para ser generoso, duas horas e meia dentro da sala em ritmo de aprendizagem e meia hora em casa: três horas por dia de aprendizagem, contra seis, sete no mundo que está dando certo. A Colômbia já implantou seis horas de aula há oito anos, sem construir uma sala nova de aula. Nós temos o modelo para ver: um turno começa às 7h da manhã e vai até as 13h, seis horas de aula; o outro turno entra às 13h e sai às 19h, o segundo turno. Seis horas por dia den-

tro da escola, sem construir uma sala nova. Então, há possibilidade, sim, sem ter que fazer grandes investimentos, de termos pelo menos seis horas de ensino.

De tudo isso, minha gente, olhem a questão: esse aluno, de três horas por dia de estudo, pode faltar, legalmente, sem dar satisfação para ninguém, 25% das aulas, 50 dias por ano. Gente, eu só conheci um país, nessa minha caminhada, só descobri um país em que se pode faltar mais de 25%: a Angola, que tem interesse nisso, porque o Presidente está há 25 anos lá e pretende ficar mais tempo. Então, quando se pretende ficar muito tempo, a escola não pode ser boa, porque uma escola boa transforma as pessoas, leva as pessoas a participarem, leva a uma verdadeira democracia, a uma rotatividade no poder, e ficam os melhores no poder. Então, quanto mais subdesenvolvido, mais falta o aluno pode ter. Nós temos ainda 25% de falta.

Graças à permissão do Senador Alvaro Dias, fiquei quatro meses aqui nesta Casa, no ano de 2007, e deixei aqui 11 projetos de lei. Mais da metade deles não custaria nada para ninguém. Aprovamos seis aqui nesta Comissão e no plenário do Senado. Na Câmara, não passou nenhum. Ou seja, tem um ainda sendo discutido lá, que vou apresentar daqui a pouquinho, Presidente, se o senhor me permitisse mais um tempinho. O último está lá; os outros foram todos enterrados. E o mais simples deles foi reduzir o índice de falta dos alunos de 25% para 15%. Eu queria 10%, mas fizemos um acordo: vamos pôr 15% e vamos aprovar. E foi aprovado aqui nesta Casa, mas não passa. Fico preocupado com isso quando vejo o exemplo de Angola e vejo o exemplo brasileiro. Por que uma criança tem que ter o direito legal de faltar 25% das aulas, 50 dias por ano? Isso é um crime contra as nossas crianças, contra os nossos adolescentes! É um crime que estamos cometendo, e quase ninguém se dá conta disso.

Eu trouxe essa foto, a propósito...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Será coincidência que isso aconteça em duas ex-colônias portuguesas? Isso me chocou, porque quando falei aqui, não é à toa, nós temos uma herança comum com Angola, que predomina na nossa vida até hoje e na formação dos nossos Estados. O próprio Poder Público ainda sofre a influência do Portugal pré-Salazarista.

O SR. WILSON DE MATOS SILVA – Obrigado pela participação.

Aqui eu trouxe um caso que foi publicado em muitos jornais do mundo, na *Folha de São Paulo* há dois anos. Uma aluna numa escola do Texas – lá pode faltar doze dias por semestre com justificativa. E essa menina ultrapassou os doze dias, ultrapassou um dia, e ela foi presa. É cadeia! É cadeia! E por que o caso dela chamou atenção? Há milhares de adolescentes que pegam uma noite ou duas de cadeia por causa disso nos Estados Unidos, mas essa chamou atenção porque ela não tem pai, a mãe trabalha em outro Estado, só vem no final de semana, ela cuida de dois irmãos mais novos e ainda faz um "biquinho" para contribuir com a família.

Então, a própria escola, professores e comunidade se mobilizaram e foram falar com o juiz, porque não dava para ele manter a sentença que ele tinha traçado para essa jovem. O juiz parabenizou a sensibilidade daquele grupo e disse: "Olha, eu quero que vocês, então, que são tão sensíveis, façam um rodízio entre vocês e passem essa noite lá com as duas irmãs dela, mas ela vai cumprir a sentença."

Educação tem que ser feita assim. Na minha instituição eu sou extremamente linha dura com os meus alunos. No vestibular, no ano passado, eu tirei onze alunos de dentro da sala de aula e pus na cadeia – na cadeia – e chamei a Globo. E eles saíram todos com a cabeça coberta. É assim que eu tenho feito e, por isso, eu tenho obtido um pouco de qualidade na minha escola, uma qualidade muito boa dentro do modelo brasileiro, mas que ainda deve muito para o mundo que tem dado certo.

Eu combato a cola de ponta a ponta. Esse é outro cancro na vida da educação brasileira, e poucos de nós nos damos conta disso. Mais de 50% dos jovens brasileiros, dos alunos brasileiros, colam. E a cola é uma mentira, uma falsidade ideológica e quase sempre é um furto. Ele pega o produto que está na mesa do vizinho, põe na mesa dele e entrega para o professor. E o sistema se acomoda a isso, faz vistas grossas.

Lá, eu gasto meio milhão de reais por ano só para fiscalizar provas. As provas são regulamentadas, individuais, descritivas, de um bom grau de complexidade, são avaliadas para ver se estão dentro desse critério antes de serem aplicadas. E, na hora em que o professor vai aplicar, há um fiscal junto para não deixar colar. Então, a escola tem que ser feita com esse rigor. Por isso, eu estou colhendo muito bons resultados dentro do modelo brasileiro. E quase ninguém se dá conta disso dentro do nosso sistema.

Muito bem. Aí, vêm mais alguns estudos sobre a questão da infraestrutura das escolas brasileiras. Quando nós pensamos em grandes diretrizes, nós temos que pensar no chão de fábrica. Eu estou com um projeto de qualidade da educação básica em trinta Municípios, e visitamos vários desses. Eu entrei numa dessas escolas num Município e, ao entrar na escola, fui logo para a primeira sala de aula. A diretora recebeu a minha equipe na porta. Fui à primeira sala de aula. O Ideb do Paraná é bom, viu, gente – é 6. Estamos dentro da média mínima desejada, mas temos as maiores

controvérsias lá. Não somos diferentes do restante do Brasil, e tem uma parte que é bem pior que a nossa.

Bom, entrei na primeira sala, do segundo aninho, fui elogiando a professora. Ela falou: "Não sou professora dessa turma. Hoje, a professora faltou, e eu estou aqui quebrando um galho." Entrei na segunda turma, fui conversar com os alunos e duas professoras, e as duas: "Não, nós não somos professoras dessa turma. Hoje é dia de atividades da professora." Ela fica 4 dias na sala e no 5º dia ela não entra na sala porque ela tem hora-atividade para cumprir.

Quer dizer, neste Brasil se cumpre hora-atividade na hora de ensinar. Aí, entra alguém lá, que não é o professor da turma, não é o professor que tem as habilidades específicas para aquela série. É bom que haja a hora-atividade mesmo, mas que seja feita no contraturno, e não no horário de aula. E, hoje, são boas as conquistas. Eu fui professor de ensino fundamental e médio público, fui professor da Universidade Estadual de Maringá, participei dessas conquistas, mas elas têm que ser colocadas na hora certa, e não em prejuízo da aprendizagem.

Muito bem. A outra sala estava trabalhando, com professor normal. Eu fui para a sala dos professores, antes que chegasse alguém. Fui pegando tudo que tinha na sala, abrindo armários, colocando em cima da mesa. Achei muitos vídeos que os Governos estadual e Federal mandam e distribuem, sobre meio ambiente, sobre matérias específicas, da primeira à quarta série, mas percebi que todos estavam fechados, todos estavam lacrados.

Nisso, entrou a diretora, que ficou assustada porque eu estava desmontando a sala para ver que tipo de material ela tinha, e eu perguntei para ela: Você é diretora aqui há quanto tempo, minha senhora? Ela disse: "Um ano e meio." Eu falei: Ah, parabéns. Então, você já dominou todas as ações e procedimentos. Ela: "Ah, já." Eu falei: Então, professora, quantos vídeos aqui, todos lacrados. Quais são os que estão abertos, professora? Ela: "Ah, confesso que eu não tive tempo de ver isso." Eu falei: Professora, sua escola tem 300 alunos. Eu dirijo uma com 48 mil e não deixo isso acontecer na minha escola, não.

Eu abri um vídeo daqueles e perguntei: A senhora tem projetores de multimídia? Ela foi lá e trouxe. Aí adentraram duas professoras e eu disse: Professora, põe isto aqui para mim. "Ah, eu não sei pôr. Eu não sei mexer aí." A diretora disse: "Não, deixe". Eu repliquei: Não, não. E você? Põe para mim? "Ah, também não sei." Virei para a diretora novamente e disse: Diretora, tenha piedade do futuro dessas crianças. Pedi, então, para ir ao banheiro. "O banheiro dos professores é ali." Não, não. Eu quero ir ao banheiro dos alunos. Eu fui ao banheiro dos alunos. Havia cinco *boxes* de patentes, três estavam quebrados. Só havia dois funcionando. Então, eu disse: Diretora... "Ah, o Prefeito não manda consertar. Está com problema na hidráulica." Eu repliquei: Daqui a pouco chegam 200 meninos aí para dois *boxes*. Tem cinco. A legislação mandou fazer cinco. São as exigências básicas. Mas esse é o retrato da escola pública brasileira, minha gente.

Muito bem. Então, os alunos, futuros profissionais, serão reflexo daquilo que temos que lhes oferecer. E é isso que nós estamos oferecendo. E é isso que nós estamos colhendo. Nós já importamos toda a alta tecnologia. Chegamos ao caos agora de ter que importar cérebros com competência, porque nós não estamos produzindo o suficiente nem para atender a mão de obra brasileira, quanto mais produzir alta tecnologia para o mundo. Nós estamos muito distantes de chegar ao ponto razoável, mas vejam os resultados.

O IBGE publicou este ano: "Da pessoa sem curso superior o salário médio é R$1.294. Com curso superior, é R$4.135". Veja o ganho que existe. Ainda ontem eu li uma reportagem de uma revista especializada: se ele tiver Mestrado, ele ganha 80% a mais do salário básico de quem tem curso superior. Então, educação é o caminho. E eu fiz uma conta simples aqui. Nós queremos chegar a aumentar cinco milhões de alunos nos próximos seis, sete anos, até 2019. E eu fiz essa conta: a diferença de salário de quatro milhões de pessoas, em vez de ganharem isso, ganhando aquilo, dá 144 bilhões a mais por ano de receita de salários. Imagina 144 bilhões de receita de salários circulando na nossa economia. Nós temos mesmo que chegar aos 11 milhões até 2020. Mas me parece um grande desafio. Já estão dizendo que o Fies está perdendo fôlego. Ele não pode perder o fôlego. Nós já colocamos, nesses dois anos e meio, que o Fies veio para valer, porque antes não funcionava para valer. Era pífio o valor colocado à disposição. Mesmo assim, por causa da complexidade do preenchimento de contrato, a metade do dinheiro ainda não era tomado. Eram 200 milhões por ano. Já estamos na ordem de 20 bilhões. Eu sei que esta Casa andou aprovando medidas provisórias recentes, disponibilizando valores a mais. Chegamos, ao longo desses três anos, a algo em torno de 20 bilhões. Mas os Estados Unidos disponibilizam 100 bilhões por semestre em financiamento para jovens cursarem o ensino superior. Essas são as diferenças. Eu espero que o Fies continue forte.

A outra proposição nossa, para chegar aos 11 milhões de alunos – vejam bem –, o ensino superior presencial está crescendo 4% ao ano, sete milhões, 4%, 4 x 7= 280 mil alunos. Em sete, oito anos, vamos crescer a 2 milhões e pouco de alunos. Mas o ensino a

distância vem crescendo 8,8% ao ano sem o Fies, sem o financiamento. Então, nós temos uma alternativa. E lá na Cesumar – é a prova que o aluno faz no Enade; eu tenho os resultados aqui, se alguém desejar depois –, o índice de acerto do aluno a distância é o mesmo do presencial no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Então, é possível fazer qualidade. Agora, inclusive nos polos, eu tenho fiscais de prova. A prova é individual, sem dúvida nenhuma. Não pode ser coletiva, porque o mercado está extremamente competitivo e é o indivíduo que tem que produzir no mercado. É claro que se socializam as ideias.

Estou encerrando, Presidente.

Bom, eu já falei da importância do FIES. Ele realmente, concordo com meu colega, tem que ser estendido urgentemente para a modalidade a distância também, para que possamos atingir essa média mínima que vários países da América Latina já atingiram há um bom tempo, que é termos 33% dos jovens no ensino superior. São os resultados da Cesumar. A fórmula do sucesso, gente, é disciplina. Para aprender, exige-se disciplina. É disciplina na sala. É disciplina do tempo. É disciplina física, comprometimento, dedicação, busca da informação, do conhecimento. Tudo isso, bem trabalhado transforma-se em competências e habilidades.

Trouxe oito proposições para o PNE, e vou deixá-las aqui. O tempo já esgotou há bastante tempo, mas eu gostaria de passar rapidamente.

Fala-se da escola de tempo integral, mas nós temos que universalizá-la até 2020, não temos parte da escola de tempo integral. Nós temos o pré-sal, o petróleo, o que é muito importante, mas, em regra, os países que mais têm petróleo são os mais subdesenvolvidos humanamente.

Então, é importante e temos que usar esse dinheiro, mas o conhecimento, as competências e as habilidades são fontes inesgotáveis e que transformam uma sociedade. O primeiro é aquele plenamente; a outra, está aqui, sugere-se complementar a Estratégia 37, está em vermelho na minha proposta. Havendo problema de permanência ou retenção das crianças no ciclo de alfabetização, os pais serão responsabilizados e, em caso de reincidência de problemas indicados, haverá suspensão de benefícios recebidos pelo Programa de Transferência de Renda. Se eles estão tendo uma contrapartida, uma benevolência do Governo, têm de ter uma contrapartida do conhecimento para que eles possam deixar de ser dependentes dentro de pouco tempo de transferência de renda do Governo.

Já existem no Código da Proteção da Infância e Juventude algumas normas rigorosas, mas não são colocadas em prática em nosso País. O Ministro Mercadante inclusive está fazendo uma reunião agora para discutir, porque esse código também liberalizou, fez com que se liberalizasse demais a indisciplina dentro da sala de aula. A nossa escola é liberalizante e nós temos que retomar a disciplina dentro da sala de aula, responsabilizando efetivamente os pais.

Meta 4.

Adequados espaços físicos das escolas regulares de acordo com deficiências físicas dos estudantes. Tem mais algo aqui, não é só isso.

Assegurar vagas aos estudantes com deficiência mental, dificuldade intelectual, cognitiva em escolas de educação especial, como as Apaes.

Tenho ensino fundamental e médio; tenho três sobrinhos com deficiências mentais. Fiz um grande esforço para que eles se mantivessem dentro da sala. Infelizmente, não houve jeito, eles não acompanharam e foram um problema dentro da sala, porque o juízo, o senso deles é diferente do senso de disciplina que eu preciso impor na sala para que haja aprendizagem. Então, gera um problema para todos; para a própria criança dependente disso, para a sala como um todo e para o gestor.

Também a proposta é que se mantenham realmente as verbas para as Apaes e que aqueles que têm essas deficiências intelectuais cognitivas fiquem em escolas especializadas. A socialização, a família, os parentes fazem – e tenho experiência nisso, fazemos plenamente com os meus três sobrinhos que têm deficiência.

Alfabetizar criança até no máximo os 8 anos de idade; são os três primeiros anos.

Extinção da progressão automática. Estou propondo isso. Para ir de uma série para outra tem de aprender, adquirir as competências daquela série para que a série seguinte seja uma satisfação para o aluno estar ali e a escola seja alegria porque ele vai continuar aprendendo, porque ele cumpriu o que se pedia na série anterior.

Meta 7.

Quanto ao Ideb, sugere-se que, por meio de definição de um padrão mínimo de prédios mesmo, fala-se muito em instalação física; nós temos de ter um desenho de uma escola e mandar para o Brasil. Eu pensei até, quando eu estava aqui no Senado, em fazer uma campanha nacional, dizendo: Mande a Foto de sua Escola para o Senado Brasileiro. Quero deixar essa proposta aqui para os meus colegas. Façam isto: mandem a foto de sua escola e façam um grande painel aqui. Vocês vão ver, porque eu tenho entrado por dentro dessas escolas pelo Brasil afora. Então, tem que ter um padrão mínimo descrito de condições prediais e manutenção permanente, não esperar deteriorar tudo

para contratar uma empresa para um grande projeto de reforma.

Criar um exame a cada cinco anos para verificar o nível de aprendizagem contínua dos professores. Ele tem que participar, tem que estar aprendendo continuamente. O professor tem que ser uma pessoa culta, uma pessoa atualizada e contextualizada dentro de suas habilidades, porque quem aprendeu há vinte anos e parou de aprender estaria totalmente fora do mercado em qualquer outra área profissional.

Esse é o projeto que eu deixei aqui, está sendo debatido na Câmara agora, que precisamos pôr no Plano Nacional de Educação para depois criar um marco legal que regulamente isso.

Eu vi a experiência do Estado do Tocantins. Eles fizeram um exame para os alunos e, em seguida, fizeram um exame com os professores. O que aconteceu? Os alunos tinham mais deficiência onde os professores tinham menos domínio daquelas habilidades. Isso é para contribuir com o sistema.

(Soa a campainha.)

O SR. WILSON DE MATOS SILVA – Estou encerrando.

Eu vou pular. Vou deixar aqui, não vou comentar mais. Aqui está o Fies.

E, por último, o sistema educacional é a vitrine dos valores da sociedade, porque é um instrumento operacional para construir o formato de futuro que ela pretende. Que formato de futuro nós queremos para esta Nação?

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Professor, Diretor, Senador, pela sua contribuição. Entre tantas coisas que nos passou aqui, uma me calou fundo, quando relembrou a cola, que é uma fraude. E ela é tratada com banalidade geralmente. Daí a formação do indivíduo na sua integridade para o resto da vida. Isso começa no banco escolar. E nós estamos sendo displicentes com a grande maioria.

O SR. WILSON DE MATOS SILVA – Senador, um segundo sobre essa questão.

Quando eu faço a minha palestra, eu digo: sabe por que vocês não se preocupam com essa corrupção no nosso País? Porque mais da metade de vocês faz a mesma coisa. Eles levam um susto, não é? Aí eu vou mostrar isso. Quer dizer, está na cultura do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – É, exatamente.

O SR. WILSON DE MATOS SILVA – Então nós temos que tratar isso lá, desde o começo da formação da nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Tem que ser assim mesmo. Aí começa a se acostumar, porque a coisa é séria.

Gostaria de registrar e agradecer a presença do Professor Hélio Laranjeira, Presidente da Escola Técnica Residência e Saúde e representante da Associação das Escolas Técnicas e do Ensino a Distância; do Professor Agnaldo Menezes Dantas, Assessor Parlamentar da Federação Nacional das Escolas Particulares; e do Professor Raulino Tramontin, também consultor na área de educação.

Passo a palavra em seguida ao nosso Relator, Senador Alvaro Dias, para começar os debates e considerações.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Presidente Cyro, primeiramente um desabafo.

Eu creio que não há nada mais irritante na atividade pública do que a inversão de valores e de prioridades.

Nós já dissemos inúmeras vezes que não há nada mais importante em debate no Congresso Nacional do que o Plano Nacional de Educação. E nós verificamos que há *lobbies* poderosíssimos que pressionam o Congresso quando há um interesse econômico imediato, por exemplo, mas quando se trata de discutir o futuro do País, não há a manifestação do exercício de pressão de forma alguma.

Eu não entendo como educadores, entidades representativas da educação no País se comportem de forma tão passiva diante de fato tão preponderante para o futuro deste País como este que estamos vivendo na Comissão de Educação, neste momento.

Eu vejo, por exemplo, manifestações até violentas nas ruas, reivindicatórias, às vezes por alguns centavos a mais na folha salarial de profissionais da educação. Há manifestação de força no Rio de Janeiro, presenciamos recentemente. Mas quando se trata de definir o futuro do País, elaborando um plano para a educação nacional, nós não notamos o mesmo interesse, o mesmo entusiasmo, a mesma disposição e a mesma pressão sobre o Congresso Nacional.

Esse é o desabafo que eu queria fazer.

É por isso que muitos perguntam: mas este País tem futuro?

É de se indagar se este País tem futuro diante do cenário que nós podemos presenciar, desse desinteresse em relação a questões fundamentais.

Nós estamos trabalhando aqui metas para dez anos e vamos fixar os dez anos, Professor Wilson, a partir de 2014, portanto, é 2024 que se pretende.

Estamos discutindo isso, o que vamos fazer nesses dez anos para melhorar a educação no Brasil, e quantas pessoas estão interessadas nisto? Quantas pessoas estão contribuindo com as suas ideias, com a sua experiência, quantas pessoas estão exercendo o direito de pressionar o Congresso Nacional na direção daquilo que se almeja para o País? Quantas?

Em relação a esse plano, nós podemos notar um interesse maior apenas dos representantes das APAES. Excluindo as APAEs, pouco tivemos de manifestação, Senador Osvaldo Sobrinho, de grande interesse em relação a esse plano. Isso demonstra, no meu entendimento, que as instituições públicas estão tremendamente desgastadas, desacreditadas, o Congresso Nacional está desacreditado.

As pessoas não acreditam mais que esse Plano é para valer, as pessoas não acreditam que nós estamos elaborando um plano para ser executado. As pessoas imaginam tratar-se apenas de um plano de intenções – e intenções que não sairão do papel. Está é a realidade que nós vivemos no Brasil.

Infelizmente, no Congresso nós ficamos muito mais no discurso. O discurso merece aplausos, é a defesa do professor, é a defesa da educação, é a definição de que educação é prioridade indiscutível, mas, na prática, não é o que se assiste.

Enfim, é a coisa mais importante que nós estamos discutindo e vamos continuar a discutir tentando contribuir da melhor forma possível.

Eu vou fazer algumas colocações, mas, se o Presidente permitir, depois, eu gostaria de ouvir um depoimento apenas, nem que seja de cinco minutos, do Hélio Laranjeira, que tem demonstrado interesse e tem comparecido. Ele é Presidente da Escola Técnica Residência Saúde e Presidente da Associação de Escolas Técnicas, e eu gostaria de um depoimento dele exatamente sobre a questão da escola técnica e o ensino a distância.

Mas, antes, quero, para concluir a minha participação, questionar... O Prof. Eduardo Flexa Ribeiro demonstrou uma grande preocupação em relação ao professor e fez uma denúncia que esse Plano não cuida do professor. O Plano fala em qualificação do professor; fala em cursos, pós-graduação *lato* e *stricto sensu* e formação continuada; fala na valorização do professor no quesito salário, estabelecendo que, em seis anos, o salário do professor tem de ser igual ao de profissionais de cursos equivalentes – de curso superior, portanto.

Imagino que se possa aduzir a esta manifestação de intenção do Plano outras questões que signifiquem a valorização do professor. Entendo perfeitamente que, sem a valorização do professor, sem considerá-lo devidamente, esse Plano seria inócuo. Alguém já disse aqui que esse Plano é inócuo. Eu não creio que seja, mas, se nós não considerássemos o professor como figura central no sistema educacional, esse Plano seria absolutamente inócuo.

Qualificação e modernização do professor eu imagino que talvez o envelhecimento do sistema educacional brasileiro deva ser uma das nossas preocupações. Os professores precisam ser preparados para a modernização, para a exigência dos novos tempos, as novas tecnologias, a utilização delas. Um sistema de avaliação de professores. Eu vi aqui alguma sugestão já do Professor Wilson, imagino que isso seja fundamental. Nós falamos muito em responsabilidade educacional e queremos que já nesse plano de metas possamos redigir um Estatuto da Responsabilidade Educacional e, em cada uma das metas, fixar responsabilidades. E, então, a responsabilização também do professor. Caminhando paralelamente à sua qualificação, à sua valorização, a sua responsabilização.

A indagação que eu faço é se o que nós estamos pretendendo com esse plano, em matéria de salário, por exemplo, é o adequado, ou se há sugestões diferentes. E veja que eu estou aqui muito confortável, fazendo as críticas que faço, porque nós estamos diante de representantes do ensino privado, que são vítimas também desse sistema, desse cenário. Eles não são os responsáveis pelas mazelas existentes no sistema educacional do Brasil. Ao contrário, sofrem as consequências delas.

Em relação ao financiamento, da mesma forma. Há aqueles que pregam aqui, de forma peremptória e assertiva, que os recursos, os 10% do PIB devem ser destinados única e exclusivamente ao ensino público no País. Então, a indagação que eu faço aos representantes do setor privado é como nós devemos tratar a aplicação desses 10% do Produto Interno Bruto, qual a forma de partilha – setor público e setor privado –, como vamos tratar programas que são bem sucedidos, como o Fies, como ProUni, Pronatec, como vamos tratar o ensino especial.

Vamos falar em percentual desses recursos, ou vamos... Hoje – me parece, quando se fala em estatística, sempre há suspeição –, nós estamos gastando de dinheiro público com o setor privado 0,8% do total dos gastos. Parece que é isso. Então, uma sugestão seria fixar como ponto de partida esse percentual. O que se aplica hoje vai se continuar aplicando.

Enfim, sugestões para que nós possamos trabalhar aqui no Senado Federal uma norma que defina bem esse quesito, que é essencial. Sem recursos, não há sistema educacional que funcione, e nós temos que definir a forma de aplicação daquilo que se pretende

– os 10%. Nós definimos que são 10%. Poderia ser 9,5%, 11%, mas são 10%. Então, como vamos aplicar esses 10%, estabelecendo inclusive um cronograma para chegarmos aos 10%.

Aqui também nós temos que estabelecer uma política de responsabilização dos entes públicos. Qual norma de responsabilização vamos fixar para penalizar o ente público que não cumprir o dispositivo legal da aplicação dos recursos em educação.

Recentemente – recentemente, não, mas há alguns anos –, nós conseguimos aprovar no Senado um projeto de minha autoria que considerava crime de responsabilidade a não aplicação dos recursos consignados no Orçamento da União para a segurança pública. A esse crime estariam sujeitos o Presidente da República e o Ministro da Justiça. O projeto aprovado no Senado também está na gaveta da Câmara dos Deputados.

Então, nós temos que estabelecer... Essa é a nossa Lei de Responsabilidade Educacional – a responsabilização dos entes públicos pela não aplicação dos recursos definidos legalmente em educação.

Eu, particularmente, entendo que o Fies deve ser utilizado no ensino a distância. E aí a nossa dúvida, para que a nossa assessoria possa estudar as alternativas, é definir percentual, valores. Obviamente, nós temos hoje um orçamento destinado ao Fies, do Governo da União. E, se nós formos dividir esse orçamento, também com o ensino a distância, nós vamos reduzir oportunidades em relação àqueles que hoje já estão se beneficiando desses recursos. Então, definir a forma, percentuais, valores, enfim, como nós podemos tratar esta questão.

Eu vou, se o Presidente me permitir, passar para que o Hélio Laranjeira possa, em cinco minutos apenas, se possível, sintetizar a sua preocupação em relação a esta questão, para depois darmos prosseguimento.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeitamente, até porque, Senador Alvaro, é um segmento que não foi contemplado, o ensino de escola técnica a distância. Então, é oportuno, sim, ouvi-lo, porque eu acho que nós fechamos aqui o ciclo.

Com a palavra o Sr. Hélio Laranjeira, por gentileza.

O SR. HÉLIO LARANJEIRA – Primeiro, quero agradecer aos Senadores Cyro Miranda, Alvaro Dias e ficar, desde já, solidário à sua fala anterior, mesmo porque eu acho uma barbárie, num momento como este em que o Brasil tem pressa – e muita pressa – e o desafio: hoje, a agenda nacional de educação é para todos. A própria Confederação Nacional da Indústria, o Sistema Indústria, ontem lançou um programa de educação para o mundo do trabalho e nós ficamos vendo que os desafios e as metas para... Isto aqui não está passando? Eu não sei se daria tempo para passar este vídeo. Isto vai tomar tempo. Eu poderia pular isto aqui, por favor.

Queria chegar mais à parte objetiva da coisa. O Brasil tem praticamente todas as instituições universitárias, 300 instituições universitárias do Brasil, Senador, são de educação a distância. O senhor sabe quantas instituições há no Brasil de escolas técnicas a distância autorizadas? Não chegam a dez. Não chegam a dez. Um tal de regime de colaboração entre os sistemas de ensino do País faz com que eu, que tenho uma escola reconhecida em um Estado da Federação, para eu atuar no Estado do Paraná, tenho que de novo tirar outra carteira de motorista para dirigir no Estado do Paraná.

O Brasil tem pressa porque são desafios como este que a gente está sugerindo aqui. Isso é uma parte teórica. Educação e tecnologia são avanços que vieram passando historicamente. É preciso que a gente entenda que essas metas que estão aí postas precisam ter o entendimento de que ninguém fará isto no século XXI como a escola do século XII, e um professor do século....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO LARANJEIRA – Perfeito. Eu estou tentando ver se, em cinco minutos, eu salvo.

Então, vejam bem, isto é uma meta: crianças alfabetizadas até oito anos. Mas há uma resultante por trás disso. Qual é? Capacitar 360 mil professores. Como é que se capacitam 360 mil professores sem educação a distância e sem tecnologia na educação?! Como é que a gente vai fazer crianças felizes se o modelo de educação do País é polo de educação, é polo. Se o polo é bom, a educação é boa, não há inovação tecnológica. O Dr. João Vianney, lá de Santa Catarina, que é um grande estudioso de educação a distância, disse o seguinte: “Passamos 20 anos, duas décadas perdidas, com a história de polo de educação a distância. E as academias não pesquisam mais nada em termos de educação”.

Reduzir desigualdades entre negros e não negros no campo. Como é que a gente chega ao campo com Internet? Ninguém chega ao campo com Internet, mas com tecnologia da educação, com plataforma de satélite. A tecnologia, para chegar onde se quer, tem que saber. Eu não estou no Chile, não. Eu estou no Brasil. Eu estou no Brasil. Não pode ser Internet. É muito bonito a gente dizer que precisa de Internet 3G e tal, mas não há. Como é que eu chego com uma informação na Amazônia? Eu preciso primeiro regulamentar essa educação. E a classe média já resolveu o seu problema, mas a classe pobre, não. E é preciso

que a gente estabeleça tecnologia na educação para a gente fazer com que jovens e adultos possam exatamente ter essa fusão de podermos capacitar mais, e mais, e mais pessoas neste Brasil.

Está aí. 500 mil presos! Como é que eu levo educação para a cadeia se não for com tecnologia? Não é via Internet, que preso não pode fazer isso. É com satélite. Nós temos um EJA autorizado no Brasil, mas a gente não consegue colocar isso para funcionar neste País, porque um preso passa quatro anos na cadeia, Senador Alvaro Dias, e, nos quatro anos, o que ele faz? Pensa em fazer o maior crime no futuro. Se ele passasse dois anos com o EJA... Mas isso também serve sabe para quem? Para a indústria, que tem 81 mil brasileiros analfabetos. Isso baixa a competitividade nacional. Então, tudo isso é preciso... Para esta audiência de hoje, eu pensei que estaria a Casa cheia. Eu pensei, Senador, aqui para nós... Eu estou vindo de três encontros: Foro Nacional de Educação, com o Maurício, que esteve aqui semana passada, estava com a professora lá em Salvador, discutindo, conversando com o Chagas, mas ele deveria estar aqui, deveria estar todo mundo que estava dizendo que não vamos aprovar esse plano este ano. A discussão não é essa competitividade entre Congresso, não vai, faz, não é isso. A gente tem que valorar esta Casa e politicamente precisamos discutir isso, que está regulamentado. Está aí, duplicar matrícula de educação de nível médio. É preciso triplicar, o Brasil precisa capacitar oito milhões de brasileiros. Nós perdemos a onda da história, Senador Alvaro Dias.

Com relação às faculdades, este é um País atípico; são 7 milhões de brasileiros no ensino superior. Sabe quantos no técnico? Um milhão e trezentos. Este é o único país do mundo, estamos abaixo da Argentina e do Chile nesse quesito. Então, nesse Plano Nacional de Educação, tem-se que entender que a educação a distância, as tecnologias, as inovações tecnológicas têm que se fazer presentes hoje, porque o desafio não é exame de admissão. Na minha época, nós éramos admitidos a estudar. Hoje o desafio é fazer o quê? Vamos contratar mais professores? Cada vez que se contratam mais professores, o que acontece? Os salários deles diminuem. Ninguém viu isso ainda? Porque a Finlândia paga bem o professor, Alvaro Dias? Porque lá um professor ensina 500 alunos, usando tecnologia. E, se a gente não fizer com que o professor receba mais salários – e a forma para isso é a teoria da abundância, é mudar a tecnologia, aumentando os salários para que os nossos filhos queiram ser professores, assim como juízes, há poucos juízes, há poucos procuradores.

Essa é uma questão que tem de ser discutida. Está aí, 24 bilhões para o Pronatec. Por que o Sistema S não conseguiu viabilizar isso? Porque não tem tecnologia, senhores. Porque não está em Altamira, como estou com a minha escola naquela cidade, capacitando mais de 2 mil pessoas com mineração. E, vejam bem, precisamos repensar esse processo de pensar porque a nossa geração quer isso, e a gente pode fazer uma fusão do presencial com o a distância. Essas duas modalidades podem estar juntas, podem conversar. Existe a necessidade de um método de inovação tecnológica com que a gente possa fazer uma fusão do que é possível e do que é permitido no País. O que é possível hoje? Não dá para fazer pela Internet, mas é possível fazer via satélite.

Ensino multidirecional é uma proposta pedagógica, que a gente pode... E o professor? Está aí, é foco de tudo, mas o professor, no currículo da universidade, não é capacitado para isso. Ele não sabe trabalhar com as tecnologias. O nosso querido Reitor da Cesumar, o meu amigo Wilson, sabe muito disso. Ele tem uma escola que é exemplo, mas, se ele colocar tecnologia da educação, encontrará uma dificuldade muito grande, Senador Cyro, para implantar, implementar e fazer com que funcione porque o professor não foi preparado na própria universidade, o currículo dele não o prepara para isso. E o professor de hoje, as crianças o querem com modernidade.

A gente pode mandar a educação com qualquer modalidade. A tecnologia hoje no País uma tal de uma plataforma *moodle*, Senador Alvaro Dias, ela não funciona. Se eu fosse trabalhar com plataforma *moodle*, como o MEC trabalha na universidade aberta no Brasil, eu não faria uma matrícula, porque o professor brinca que ensina e o aluno brinca que aprende. Então, é fundamental que a gente avance com incentivos para que a gente vá fazer pesquisa tecnológica, para que o Brasil possa avançar nesse caminho.

E estão aí, polos, satélites; qualquer escola pública, escola de tempo integral, meu amigo, esse é o modelo de escola de tempo integral, é fazer uma escola de manhã de uma forma e à tarde o aluno fazendo um curso técnico, num dia só na semana, como acontece na graduação a distância. Essa é uma proposta também.

Um modelo, sala da aula, colocar o Papa para falar para todos e não colocar padres para falar para muitos. Está aí, a tecnologia permite isso, colocar primeiro para iguais, e a gente tem hoje, vejam bem, tenho 2,4 mil (*incompreensível*) de polo no Brasil e só consigo autorizar sabe quantos, Senador? Cem, porque cada Estado quer que eu abra uma nova escola técnica para funcionar. Ou seja, eu faço um exame de motorista, depois vou dirigir em outro Estado; eu tenho que fazer

um novo exame, e este é o Brasil que não avança. Por exemplo, em algumas universidades, como a Abed, já resolveram a questão do nível superior, mas, no nível técnico, essa exclusão técnica de um Brasil em que os sistemas de ensino são regulados, isso não chegou, e há 25 anos de Constituição nunca se regulamentou uma coisa chamada educação.

Acho que contribuí com o debate, acho que foi dada mais ou menos alguma luz, e eu diria que é possível fazer uma fusão entre o ensino a distância e o ensino presencial. Vou deixar dois minutos, não sei se poderia. Posso deixar?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. HÉLIO LARANJEIRA – Pessoal, eu queria só dizer o seguinte: tudo isso são ferramentas tecnológicas. Essa é uma ferramenta tecnológica para o aluno que tem dificuldade de ler. Ele pode ler. Pode alguém ler para ele.

Só alguns exemplos, Senador.

Isso não está fora do nosso País; está no Brasil. A gente pode... (Pausa)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. HÉLIO LARANJEIRA – Eu queria, só para encerrar, dizer o seguinte: tecnologia se tem, essa plataforma nossa eu não construí pagando à Opus ou à Totvs. É uma plataforma desenvolvida para o próprio País, por brasileiros. Houve a contribuição de vários brasileiros para fazermos isso aí.

Nós temos hoje plataforma como esse *in box*, que são jogos educativos. Isso tem hoje soluções para o Brasil, para sairmos do modelo em que estamos e atingirmos a meta de capacitar 500 mil presos, de fazer com que professores sejam capacitados do Oiapoque ao Chuí. Então, isso é possível.

O que dificulta é que o Brasil continua sendo um país que precisa muito considerar o processo de pensar, Senador Alvaro Dias, em dar à iniciativa privada e à própria academia as possibilidades para que avancemos tecnologicamente. Se nós não tivermos essa competitividade educacional, o Brasil não conseguirá se estabelecer na indústria, nos serviços. E o Brasil precisa, de uma certa maneira, tirar das ruas essas crianças e esses jovens que precisam de educação técnica. É um país que, ao contrário de todos os outros, tem muito mais graduados do que técnicos.

Gostaria de agradecer muito este espaço e de me colocar à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sou eu quem agradeço a sua contribuição de altíssima informação. E quero lhe dizer que comungamos plenamente do entendimento de que este é o caminho. Num país com as dimensões que nós temos, continentais, com dificuldades de acesso, é um satélite que vai propiciar a cobertura desse lado.

E o ensino técnico, para mim, é da maior importância. Até pouco tempo atrás, nascia um brasileiro com a convicção de que ia ter uma formação universitária. Era certeza. E não é verdade isso. Então o ensino técnico era deixado de lado.

Acho que isso vem ao encontro do que nós estamos pensando. E, para o Senador Alvaro Dias, isso é de extrema validade, porque nesse PNE vai ter que se valorizar bastante.

Quero também a oportunidade de agradecer a presença do Senador Wellington Dias, Líder do PT nesta Casa, amigo nosso, ex-Governador, uma pessoa também extremamente dedicada e voltada à educação, que fez muito pelo seu Estado e que já foi premiado aqui. Escolas do interior do Piauí tiveram aqui o prêmio máximo em matemática.

Concedo a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Apenas, Presidente e Senador Osvaldo, para agradecer, já que encerrei a minha participação, ao Luciano, ao Edgar e ao Wilson Matos pela contribuição importante, não só o diagnóstico da situação atual, mas as sugestões que poderão certamente contribuir para melhorar esse Plano Nacional de Educação.

Muito obrigado por essa contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Somos nós que agradecemos ao ilustre Relator.

Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acredito que a educação é alguma coisa que tem que começar a se pensar ou repensar. Cada um que vem aqui na Casa traz as suas razões. Se é educação pública, traz as suas razões, que praticamente quase convencem. Se são aqueles de escolas particulares, são educação privada, também trazem as suas razões, que também quase convencem. Os dois lados estão certos, mas também há pecado dos dois lados. Esta é a grande verdade.

Eu sou professor desde os 17 anos de idade. Não tinha nem idade para tal, mas, como não tinha professor, já que tinha alguém que sabia ler e escrever, lá fui eu começar a lecionar. Ao longo dessa minha vida toda tive oportunidade de sair do ensino primário, de um a quatro, professor do zona rural, a professor de universidade. Tive oportunidade de concluir o meu curso primário, o curso de admissão, fui admitido também, como falou o Prof. Laranjeira, e tenho buscado, mesmo ao longo dos interstícios em que eu perca ou ganhe

eleição, eu volto para a universidade e estou terminando o doutorado. Fiz mestrado e esse negócio todo.

Então, faço e me preparo nas horas vagas, porque na verdade eu tenho família também, tenho coisas, tenho a vida toda para fazer. Mas eu nunca vi nada mais milagroso do que a educação. É a única forma de quebrar barreiras, de quebrar paradigmas, é a única forma de a gente pensar em um mundo melhor, não tem outra forma.

Eu fui delegado de educação do meu Estado nos anos de 1974 a 1979; depois fui Secretário de Educação do Estado; Chanceler da Universidade Estadual, criamos duas universidades: A Universidade Unemat – o Senador Jayme Campos era o Governador e eu o Vice-Governador e Secretário de Educação.

Tivemos a oportunidade também de criar, em 1991 e 1992, a universidade a distância, lá em Mato Grosso. Se não fomos os pioneiros, quase fomos, parece que só tinha a Universidade de Brasília com alguma experiência neste sentido. Nós fomos buscar a educação a distância no Canadá, em Quebec, que tinha uma experiência espetacular nesta área. Fui eu, o Reitor da Universidade Federal e, parece-me, que uma outra autoridade do Conselho Estadual de Educação.

Ficamos entusiasmados, porque a nossa realidade no Mato Grosso era praticamente igual a do Canadá para as regiões geladas, quanto mais ao Norte, que não tinham como colocar a escola presencial e conseguiram desenvolver um processo muito bom de educação a distância, conseguindo erradicar o analfabetismo e, consequentemente, instruir as pessoas que lá estavam. E, àquela época, eu pensava: Mas será que isso dá certo? Porque eu conheci o art. 99, eu conheci o Madureza, essas coisas que tentavam fazer por correspondência... E a gente falava: Mas será que esse negócio dá certo? Não tem professor lá e tal... E de repente nós trouxemos essa educação a distância para Mato Grosso, fizemos um núcleo de 346 alunos no Município de Colider, em Mato Grosso; é Município de minifúndio, pobreza absoluta, a maioria vem do Paraná, lá do Estado do Senador Alvaro Dias. Eram os mais pobres que vieram, porque a terra aqui era baratinha, era quase de graça. Então, fácil de eles comprarem o seu terreno, dez hectares, cinco hectares, três hectares, e lá nós conseguimos fazer a educação de zona rural, em casas de pau a pique, embaixo de árvores.

Quando começamos, tínhamos uma escola com 1.600 alunos à época, achavam até que eram alunos-fantasmas. Eram 150 salas de aulas. Isso é brincadeira! Mas por quê? Porque não tinha forma, fizemos salas isoladas e uma escola central coordenando essas salas de aula. Era a única forma que havia, e os professores mais graduados de lá tinham o quarto ano primário. Nós precisávamos levar técnicos nossos, instruir, melhorar, dar reciclagem para melhorar, e conseguimos, ao longo de um certo tempo, melhorar, mas em um sacrifício danado.

A partir daí é que nós incentivamos a universidade estadual. Formar alunos do interior para o interior. Voltada para a educação, para formar professores, porque nós não tínhamos. Os nossos professores, a maioria, 90% deles, tinha o curso segundo grau, e quem queria avançar tinha que ir para Marília, para Fátima do Sul, não sei para onde, para fazer curso de final de semana. Praticamente ficava no ônibus o tempo todo, ia lá, prestava e o diploma saia do jeito que queria. Mas pelo menos dava condições para você melhorar. Foi assim a nossa luta em Mato Grosso, depois começamos a fazer a reciclagem para professor, estavam lá os de 4ª ano primário, para eles chegarem... Bom, conseguimos avançar alguma coisa. Então, eu não vejo saída para educação do Brasil a não ser através da educação a distância.

A educação presencial ela é importante, mas a outra é de vanguarda, é impossível você especializar 50 mil professores para dar aula para 25 alunos; tem que especializar dois, três, quatro mil, de boa qualidade, para lecionar para todo mundo. Essa é a grande verdade. E não tem outra saída. Lembro-me de quando fui secretário de educação do Estado, nós fizemos pós-graduação usando a Fundação Roquette Pinto. Pegava aquele programa Salto para o Futuro, levávamos lá, juntávamos a parte presencial com técnicos nossos para fazer a complementação, para dar pós-graduação, porque não tinha como fazer. Olha, fizemos mais de 2 mil pós-graduações para professor, e foi um sucesso absoluto. Conseguimos botar um televisor para passar o vídeo lá na escola, e era a maior tecnologia que nós tínhamos à época. E esse negócio avançou, melhorou.

Então, eu acredito muito, mas muito mesmo, na educação a distância. E acho que é a educação de vanguarda e do futuro. Se quiser fazer alguma coisa diferente e melhor, é através da educação a distância. Eu vejo muita gente se vangloriar. Eu sou homem de educação pública, mas eu não discrimino a particular, porque as duas se complementam. Tem educação pública ruim, de péssima qualidade, e tem também a privada de péssima qualidade. Tem impostores lá, e tem aqui também. Tem vendedores de educação lá, mas tem aqui também. Então, eu estou excluindo essa parte. Eu quero os melhores, e onde estão? Os melhores estão em todas as escolas, mais por vocação que pelas condições que lhes são dadas. Então, eu acredito que nós temos condições de fazer o melhor nessa área.

Eu vejo hoje a turma fazer loas à educação pública, universidade pública federal. "Ai!" Não é a universidade pública que é a melhor, não. O melhor é o aluno que foi para lá, que foi selecionado no primeiro vestibular, porque todo mundo tem sonho de consumo, de querer "meu filho vai estudar na federal". Primeiro, porque é de graça; segundo, porque pressupõe-se que todo mundo estudando, fazendo pós-graduação, mestrado, doutorado, a vida toda, e muito pouco em sala de aula, que esse povo esteja mais preparado.

O segundo vem descendo para outras particulares, ou para uma estadual melhorzinha. O último chega naquela que não tem conceito nenhum ainda, que abriu naquele mesmo ano, e pegou o professor também de quinta, e chega lá. Mas todo mundo está dando da sua missão. Então, acredito que é o aluno que está fazendo a universidade pública, e não ela por si só. Temos que começar a ver essas coisas.

Portanto, eu quero dizer aqui que eu acredito que o mais importante da sua explanação aqui foi com relação à educação a distância, e eu não vejo condições de se fazer diferente. Eu estava há quatro anos nesta mesma Comissão aqui, como Senador, e fui representar o Senado no Senado argentino, quando havia um congresso de educação lá, e falamos sobre essas coisas. E eu fui lá, estava muito preocupado com essa coisa de revalidação de diploma, de professor de lá, pós-graduado, mestrando, mestrado, doutor.

Lá surgiram várias questões. Nessa, veio um pessoal do MEC demonstrando a educação a distância. Quando eu vi, falei assim: "Puxa, valeu a pena a luta de todos nós, porque hoje está o Cone Sul praticamente todo, a América do Sul está valorizando esse processo." Mas é um processo lento, gradual, em que vamos ter que quebrar vários tabus ainda, ao longo de muito tempo, para dizer se essa educação é válida ou não.

Quanto ao Fies, é uma discriminação. O recurso é público, todos nós contribuímos. Não estão vendo lá, quando alguém contribui, se ele tem um filho na escola particular ou na escola pública. Então, todos têm que ter oportunidade. E quem tem menos oportunidade vai para a escola particular, porque tem que trabalhar dia e noite. O meu filho pode ir à escola pública – levanta de manhã cedo, o motorista leva ele lá. Mas o que vai para a escola particular, esse não tem quem o leve para algum lugar. Nem ônibus tem, porque a pior coisa neste País hoje é transporte urbano.

Então, acredito que, na verdade, esse é que precisa do Fies, precisa em boas condições, para que ele possa realmente resgatar essa vontade de quebrar todo esse cinto de aço que há em torno dele, do qual ele não pode sair, porque ele tem muito pouca força para isso. Então, acredito que o Fies como está sendo utilizado hoje é mais uma forma de reserva de mercado para aqueles que querem simplesmente guardar aquele setor para ficar escondido nele durante 35 anos, para depois aposentar. Não é uma crítica de que todos os lugares estão ruins, mas nós temos que saber que os dois têm que melhorar e fazer com que as coisas possam melhorar.

Então, para mim, é nós tirarmos as grandes diferenças das grandes distâncias e fazer com que se aproximem mais sistemas, pessoas, recursos públicos, particulares, e quebrem esse negócio que nós estamos queremos fazer em dez anos, mas que na verdade não vamos fazer.

Eu lembro o tempo do Ministro aqui do tempo do Sarney. Eu era Deputado Federal Constituinte nesta Casa. Ele veio do Rio Grande do Sul, eu esqueço nome dele. Foi Senador e Ministro da Educação. Veio aqui um plano decenal para a educação, aquele negócio todo. Nada praticamente saiu do papel – nada, nada. Eu digo, porque acompanhei esse período todo.

Então, o que nós queremos dizer é que nós precisamos repensar esse tipo de educação que aí está, porque, senão, daqui a pouco nós vamos chorar por falta de compreensão do momento histórico que passamos hoje.

No Brasil, 7,2%, a média de tempo na escola; Bolívia, 9,2. Estamos avançados, não é? Nós temos orgulho de fazer essa moral que não podemos reconhecer diploma dos outros porque nós somos melhores que os outros. A Academia Brasileira pensa o seguinte: o saber está preso entre nós, nas nossas universidades. Ninguém sabe mais nada lá. Então, só nós temos que ditar regra sobre isso. Esta é grande verdade. Hoje, se não fossem alguns corajosos que fazem Mestrado, Doutorado, não o fariam, porque, na verdade, é um clube fechado dentro das universidades federais. É um clube fechado onde eu o indico, você me indica, nós vamos indicando, e ficamos neste grupinho aqui, nós vamos segurar este trem. Ninguém pode passar para frente. Esta é a grande verdade. E tudo com recurso público que nós pagamos. Esse recurso não é para dizer que é exclusivo. Mas nós temos que pagar. Logicamente tem que haver coordenação desses recursos, a fim de que as coisas não sejam.

3,3 horas em sala de aula, quando, no final, chega a 2,25. Será que em duas horas nós conseguimos formar um cidadão para ser dono do mundo em conhecimento? Não conseguimos. Não conseguimos.

Esses dias, nesta mesma comissão, eu tive a oportunidade de falar. Quando eu passava aqui um projeto meu que deixei da outra vez, que pode até parecer absurdo, é um processo de hora-atividades para a atividade meio na educação. Porque o processo de

hora-atividade para educação eu consegui aprovar em 1989, quando eu era Deputado Estadual em Mato Grosso. Eu acho que esse processo foi praticamente pioneiro no Brasil. Foi um pouco exagerado, porque quiseram implantar tudo de uma vez só e, de repente, não deu e teve que voltar um pouco atrás. Mas é importante a hora-atividade, desde que ela seja feita no seu horário certo, não simplesmente como complemento salarial. Esta é a grande verdade.

Pois bem. Hoje nós estamos vendo – e todo o mundo estava aqui, havia uns dez Senadores aqui, amigos nossos – que diziam que educação é prioridade, prioridade. Só que aqui, quando chega a prioridade: "Mas isso tem custo, vai gastar". Ora, então, não é prioridade. Você vai querer fazer educação "cuspe e giz" a vida toda? Ou você vai querer investir na educação? Investimento é uma coisa, gasto é outra.

Então, o que precisamos fazer é investir em educação. Sem isso, não há milagre, não há milagre. Vamos continuar com Bolsa Família, Bolsa Giz, bolsa não sei o quê, bolsa não sei o quê, e bolsa sacola nas costas. E vai continuar assim, não vai resolver nada, porque o que fica é o que está aqui. O que está aqui não fica.

Precisamos, na verdade, fazer uma revolução neste Congresso Nacional, fazer uma revolução aqui do saber, buscar realmente se é prioridade ou não, porque, se não for, esquece essa conversa. E ela parece ser prioridade sempre nos anos de eleição. Esta é a grande verdade. Depois ela some. Quando chega aqui para votar: "Não, mas vai gastar". Onde se vai tirar o dinheiro para isso? E como tiram dinheiro para outras coisas, e não podem tirar para educação? Portanto, eu acredito que nós temos que fazer aqui alguma coisa.

Quanto ao Wilson de Matos, que fez aqui sua explanação, eu acredito que o senhor vá ter alguns problemas por aí com essa pregação sua, essa revolução aí de disciplina, esse negócio todo. Falar disso aí é um negócio complicado, muito complicado, porque se prefere não chamar a atenção do aluno em sala de aula, mas vê-lo apanhar na rua pela polícia. Assim mesmo, quando proíbem a família de educar o filho, chamar, porque a família não vai fazer, a mãe não pode fazer, nem o pai. Mas a polícia faz, e sem dó. É uma educação invertida.

Estamos, pois, perdendo os valores. Como que eu quero que um policial saia para a rua para prender alguém se ele sabe que, se olhar feio para um cabra, ele já está discriminando o cidadão? São os direitos humanos, não sei o quê, e o camarada vai para casa. Daqui a pouco, polícia não vai mais querer prender ninguém, enfrentar: "Ah, o bandido está ali! Eu vou por aqui, porque é o caminho é mais próximo". É assim mais ou menos.

Então, há muitas coisas que, na parte que é obrigação do Estado, nós não estamos fazendo. O Estado nasceu para três coisas: saúde, educação e segurança. O resto faz a iniciativa privada. Nós queremos fazer tudo. Normatizar, sim, temos que fazer. Mas fazer não é obrigação nossa. Portanto, quando o homem renunciou ao direito natural e optou pelo juspositivismo, ele disse: "Olhe, Estado, faça as coisas que eu vou pagar-lhe para isso". Então, especialista na arrecadação, como o Brasil se especializou em arrecadação. Mas e a distribuição? Como está? Temos educação? Não temos. Temos que pagar escola particular. Apesar de todos os esforços do Governo, temos que pagar educação particular. Temos segurança? Não temos. Se o cidadão tiver um pouquinho de dinheiro, tem que pagar ao guarda dele e segurar para não... Onde está a saúde? Tivemos que renovar tudo agora às pressas, no esforço e desafio da Presidente Dilma de trazer mais médicos, não sei o quê, esse negócio todo. Onde que está a nossa saúde?

Então, gente, na atividade básica o Estado está falhando. Quando aqui fomos constituintes, fizemos tudo, uma Constituição com duzentos e tantos artigos, mas nos esquecemos de reformar o Estado por dentro. O Estado não foi reformado, está arcaico, paquidérmico; o Estado não melhorou em nada; melhorou o resto da periferia, mas o Estado continua engessado, preso.

(Soa a campainha.)

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – E de uma forma até anárquica porque não tem condições de resolver, a burocracia é grande demais. Uma escola que funciona no Paraná não pode ter suas atividades no Mato Grosso; é como se fossem 27 Brasis diferentes. Tenho que registrar aqui, registrar aqui, registrar aqui, a minha identidade não serve para cá, só serve para Mato Grosso, não serve para o Paraná; assim como a escola dele não serve para o Mato Grosso, só serve para o Paraná. Será que é um mundo diferente? Então, nós temos que utilizar todos os meios, acredito. Estou aqui igual ao professor que acabou de falar, correndo para falar porque sei que meu tempo já passou há horas, mas quero fazer um desabafo, porque sou professor também, com todas as minhas deficiências.

Quando entrei na educação não foi nem por questão vocacional, mas por necessidade. Para sustentar meu estudo, tive de lecionar de manhã para estudar à noite. Depois, criei vocação, gostei e fiquei a vida toda nisso, até hoje leciono. Quero dizer que é sofrido.

Só para encerrar, esses dias um amigo meu muito brincalhão, é um cidadão muito bem aquinhoado da sociedade, empresário, e a filha demonstrou vocação

para ser professora. Ele falou: "Mas como, minha filha? Sua irmã é médica, o outro irmão seu, cientista; e você quer ser professora?" "Pai, é o que eu quero". "Então, vou fazer o seguinte: já vou adiantar o seu salário desde agora, vou lhe comprar uma casa na Cohab, um Fusquinha 67 e vou pagar o seu salário, depositar R$600,00 por mês, e você vai ser bem-sucedida. Parabéns a você."

Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Osvaldo. Realmente, a gente sente que tem o DNA da educação, e aqui colocou várias coisas.

Os nossos convidados sentem que aqui não tem as perguntas, mas sim as informações que nós recebemos dos convidados. Vocês que estão no dia a dia, na frente de trabalho, vão nos passando essa experiência para que a gente junte com a parte teórica e possamos fazer um bom plano.

Só quero lembrar ao Prof. Laranjeira que eu tive que fazer um projeto – olha que coisa absurda – muito parecido com o seu. Os senhores se atentaram para o fato de que a receita de um médico de Goiás não vale em São Paulo? Assim como a receita de um médico formado em São Paulo não vale no Paraná? É como se nós tivéssemos medicinas diferentes. Quando ouvi isso, causou-me espécie porque, pela primeira vez, meu genro, cardiologista, me deu uma receita e eu estava em São Paulo e fui comprar, mas disseram com aquele CRM não poderiam aceitar lá. "Não podem aceitar? Mas ele fez a faculdade federal de Goiás." "Não, não, isso é lá em Goiás."

Então, não é novidade. São os disparates que a gente encontra aqui.

Concedo, com muito prazer, a palavra ao Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro quero saudar as audiências e torcer para fazermos a votação desse Plano Nacional de Educação. Acho que há uma cobrança muito grande no Brasil, mas considero importantes os debates que aqui estão sendo tratados.

Eu quero apenas dar um depoimento. Acho que vou ficar em segundo lugar entre os apaixonados por educação a distância, atrás do meu companheiro Osvaldo. Fico muito feliz com a sua emoção.

Eu ainda era menino e via a minha mãe fazendo o Projeto Minerva, escutando pelo rádio as aulas; recebia umas apostilas e, de tempo em tempo, fazia o momento presencial. Depois, meu primo Alvaro Dias, ela era a médica, ela fez um curso de auxiliar de enfermagem e, como o médico mais próximo de lá ficava a 150 quilômetros, na região do Vale do Fidalgo, no Piauí, arrancava dente, fazia parto, curativo, cirurgia. Inclusive, uma médica chamada Branca Regina, que fez sua tese de doutorado na USP, em São Paulo – ela era do Projeto Rondon –, ficou muito apaixonada com o que viu ali naquela região, pelas histórias de algumas pessoas como a minha mãe.

Por que digo isso? Porque isso me fez ter uma paixão muito grande por esse modelo do ensino a distância.

Depois, tive o privilégio de governar o Estado do Piauí.

No primeiro momento me vinha à cabeça sempre a ideia do rádio. Havia algumas experiências no Brasil e uma também de Cuba, mas já era muito ultrapassado para aquele momento da internet e da televisão. Então passei a ver no Rio de Janeiro, no Paraná, em Santa Catarina e em outros lugares esse modelo do ensino a distância. E quero dizer, Senador Alvaro Dias, que tive o privilégio, esses dias, num lugar chamado Cacimba Velha, na zona rural de Teresina, numa base de tratamento de dependentes químicos que nós construímos lá no Estado, de presenciar um curso técnico em dependência química, um curso técnico de tratamento de dependentes químicos a distância pela Universidade Estadual do Paraná. Ou seja, lá do Paraná ministrando aula para Teresina, na zona rural, num local em que dificilmente a gente conseguiria professores para dar aula, até porque é uma área ainda muito nova.

Cito isso para dizer que tive o privilégio de convencer, à época, o Presidente Lula e o atual Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Devo dizer que estive algumas vezes com o meu companheiro Cristovam, mas na cabeça dele estava a ideia do Brasil alfabetizado, de cuidar das escolas. E acho que ele tinha toda a razão, pela sua paixão.

Num convênio com o Banco do Brasil, porque o MEC ficou meio receoso de fazer isso, a primeira parceria pública brasileira no modelo a distância foi feita, o que resultou na universidade aberta do Brasil, na época, Piauí. Para não ficar só o Piauí, não parecer uma coisa só, do governo do PT com o PT foi colocada mais uma experiência de Santa Catarina e, se não me falha a memória, do Pará. Era o Pará ou o Amazonas, sei lá, um Estado do Norte.

Isso foi patrocinado pelo Banco do Brasil, que já possuía uma expertise. O Banco do Brasil faz a qualificação dos seus funcionários, há muitos anos, com esse modelo a distância. Pouca gente sabe: a Caixa Econômica tem a Universidade Caixa, que também educa a distância.

Fizemos em parceria com várias unidades de ensino a distância privadas – porque o próprio poder público não tinha – para agentes de saúde, para vá-

rias qualificações. A meta do Estado do Piauí é ter o ciclo completo da educação em 224 Municípios, que são a totalidade: a creche, o pré-escolar, o ensino fundamental, o ensino médio, técnico, Pronatec, que foi uma ideia que também nasceu lá, junto com o modelo de graduação e de pós-graduação.

Hoje nós temos cidades, meu querido Osvaldo, como Alegrete do Piauí, que é uma cidade com 4.500 habitantes, que tem o ciclo completo da educação.

O que eu acho fundamental nisso e o que mais me apaixona?

Primeiro, concordando aqui, eu costumo dizer que a educação é um investimento de uma vez só. Teoricamente nós só precisamos ter uma geração 100% com ensino básico, técnico, superior, enfim, ter o que for a meta do País para que nenhuma geração posterior tenha menos do que isso. A minha mãe, com aquele curso dela, equivalente, na época, ao ensino fundamental, mas técnico, incutiu na sua cabeça que nenhum filho dela teria menos do que o ensino médio. Se ela havia alcançado o que alcançou, ninguém ia alcançar menos do que ela.

Então eu não conheço ninguém, a não ser que tenha uma deficiência grave, a não ser que tenha sofrido outro problema, ou mental ou de saúde, enfim, que não tenha... Filho de alguém que tenha ensino médio, ensino básico e ensino superior que tenha menos do que isso. Normalmente tem mais.

Por isso eu acho que é um investimento que vale a pena, com esse olhar de uma geração inteira.

No meu Estado, quando a gente analisa a geração com mais de 60 anos, ainda se atinge 42% de analfabetos. Quando a gente analisa a geração até 20 anos, é 1,7% de analfabetos, o que corresponde mais ou menos ao índice que a gente tem de deficiências que a ciência não domina.

A minha filha, por exemplo, ela tem autismo – e um autismo grave –, e a ciência não domina ainda uma forma para que ela possa fazer o ensino básico.

Então, o que eu quero aqui chamar a atenção? Que hoje nós temos um modelo de educação que teve expansão, mas ainda é muito centrado em cidades-polos. A que isso remete? A uma situação em que você vai tendo conhecimento, quando você está nessa fase de fazer ensino superior, por exemplo, é a fase que você está pensando em casar, normalmente ali onde você faz residência, quando é médico, onde faz o final do seu curso, que você se apaixona, que leva sério o namoro, que termina não casando, e termina não voltando para as suas origens. Eu sou um exemplo disso, e milhares no Brasil não voltam mais para as suas origens. É bom para o individuo, mas é ruim para o habitat natural dele.

Então, se a gente alcançar um modelo descentralizado, era a minha principal questão: Como é que eu vou conseguir, se eu não consigo professor de matemática, de física, de química, de inglês, de espanhol, na capital, como é que eu vou conseguir no interior? Lá em Guaribas, lá em Morro Cabeça no Tempo, um Município cujo nome eu acho um espetáculo, lá na divisa do Piauí com a Bahia.

Então, que esse modelo permita que em Morro Cabeça no Tempo alguém possa assistir a uma aula com todos os professores com doutorado. Em química, em física, em matemática, em tudo. Isso é algo extraordinário.

Lá em Esperantina recebe aula de um curso de Ciências Contábeis, por exemplo, da Universidade Federal de Santa Catarina. Você ter a liberdade de comprar aquilo que é a necessidade da sua região em qualquer lugar do Brasil ou do mundo. Olha que coisa espetacular.

E o principal: barato. Aí é onde começa a ter a luta do corporativismo.

Eu me lembro de que, quando foi para criar o Núcleo de Ensino a Distância na Universidade Estadual do Piauí, foi uma guerra com a Universidade, foi uma guerra com o Reitor, com a Reitora, com todo mundo: "Ah, isso não dá certo, isso é enrolação, etc.".

Por último, apenas para encerrar, Sr. Presidente. É um último testemunho.

Por ano, nós estamos formando nesse modelo – e é porque não ampliou como nós planejamos. Nós estamos, hoje, em mais ou menos 120, 140 Municípios, ainda faltam alguns para completar todos, mas cerca de 13 mil alunos estão completando ciclo por ano nesse modelo.

Sabe qual é o lado fantástico? É haver 100% dos que já se formaram empregados, disputando concurso com modelo de ensino presencial e sendo aprovado, Sr. Presidente; disputando com gente que sai da universidade federal, que é presencial, universidade estadual, que é presencial; que estudou em outros Estados do Brasil, porque em um concurso, hoje, participa gente do Brasil inteiro. E você abre o resultado e está lá: em Administração, em Ciências Contábeis ou para a área das licenciaturas, enfim, o primeiro lugar, segundo lugar, sempre do modelo a distância. Então, tem qualidade, sim! Tem qualidade! Mas tem que quebrar o preconceito. Eu sou apaixonado, acho que é uma alternativa, junto com o ensino superior – aqui eu também ouvi o depoimento e queria que desse testemunho.

Falou V. Exª aqui, Presidente Cyro, dessa situação de um médico de um Estado não poder ser automático em um outro Estado.

Veja que você tem o reconhecimento de um ensino como um ensino de qualidade, de técnico ou superior e, no caso do técnico, pelo modelo que nós temos – acho que esse é o ponto principal que me traz aqui nesta reunião –, você tem o reconhecimento de um, dois, três, quatro, cinco Estados e, de repente, alguém, por uma razão qualquer, o impede de ministrar aula em um Estado. Isso é um escândalo! Um escândalo! Eu estou aqui, negando, porque está comprovado que a qualidade é ruim, e eu não quero nada ruim aqui para o meu Estado e para o meu Município. Aí, eu entendo. Agora, se tem um atestado comprovado do Ministério da Educação, do Estado, do conselho de educação de um, dois, três, quatro, cinco, de sei lá quantos Estados, eu acho que isso é inaceitável.

Então, eu acho que é importante a gente ter uma forma de constar uma regra. Se não é "aprovou em um e já está valendo para todos", mas "aprovou em dois, três, tem aí algumas experiências, já tem a condição de essa autorização ser automática". A não ser que haja uma razão – repito – justificadamente técnica.

Então, eu quero aqui dizer do quanto eu sou apaixonado por essa área. Fico também feliz em estar no Congresso Nacional no momento em que o Congresso Nacional faz, provavelmente, o maior debate. E aí, meu querido Senador Osvaldo, com consequência, dando resultados – a aprovação aqui de 75% de recursos públicos na área do pré-sal para a educação. Eu acho que é um passo importante. A aprovação da meta para dobrarmos os investimentos em educação no País é importante. Muitos também têm preconceito contra o Fies, o ProUni, que eu acho que tem que ser algo a ser trabalhado.

Eu tenho um conceito de educação: a educação tem que ser pública. É o dinheiro público. Agora, é o que for o melhor para o povo. Tem que parar com esse preconceito que a gente tem ainda hoje. O meu Partido – inclusive eu reconheço aqui –, alimentou muito isso, é pensar primeiro olhando o ponto de vista do povo, não do ponto de vista de quem é servidor público ou de quem é do setor privado. É pensar sempre com esse viés. É claro, tendo sempre a escola pública, o setor público, como a referência, com a responsabilidade maior em áreas estratégicas, como é a da educação, assim como a saúde e outras áreas, mas sem nenhum preconceito de se ter as parcerias necessárias com o setor privado.

E mais um ponto, e eu quero fechar com isso. Deve-se pensar também nessa área do modelo a distância e do modelo presencial, em algo que o mundo já pratica há muito tempo, que é o modelo da alternância, de você ter um casamento. Nós temos um descolamento hoje da educação com a realidade da vida econômica, da vida do País. Ou seja, em vários países do mundo, o curso de Medicina é um hospital. A faculdade, a universidade tem ali uma base real. Não é um laboratório fictício ,mas sim um laboratório real para a permanência das aulas. Um curso de Agronomia ou técnico agrícola é na zona rural. Hoje, os colégios agrícolas querem fazer dentro da cidade. É uma base de produção não apenas experimental, mas real.

E um casamento com o próprio setor privado. Se há um curso de Administração, quais as empresas que eu vou cadastrar? Se é a educação voltada para o comércio, quais os comércios de referência que eu tenho cadastrados para a base experimental? É administração industrial? É administração pública? Enfim, para que você possa, com isso...

Hoje, o setor privado se queixa, com razão, que recebe o aluno que sai de um ensino técnico ou superior e ele tem praticamente que aprender no primeiro, segundo, terceiro ano, na sua empresa. Então, esse é um custo para o País e tem que ser repensado. Eu acho que esse modelo em que você já aprende praticando num laboratório real é algo também fundamental. E eu queria colocar a importância de a gente priorizar isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Wellington Dias, muito obrigado pela sua participação. O senhor vai ser peça importante, porque o senhor é Base do Governo, o senhor é Líder do PT, e o senhor vai nos ajudar no trabalho árduo que o Senador Alvaro Dias vai ter, porque – só para relembrar uma coisa – não existe meta para o ensino a distância, entre as 20. Existe uma diretriz. Então, nós também não precisamos ficar engessados porque são 20 metas; podem ser 21 metas. Acho que a sua colaboração, o seu empenho, já que é dedicado a essa causa, vai nos ajudar muito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu, então, para as considerações finais, rapidamente os agradecimentos, passo a palavra para o Reitor, Professor e Senador Wilson.

O SR. WILSON DE MATOS SILVA – Realmente, foi uma grande oportunidade de estar aqui ouvindo nossos Senadores, dois apaixonados por educação – quatro! – e também os nossos colegas. Mas realmente nós temos que continuar nos esforçando para que tenhamos uma educação transformadora, e não reprodutora da cultura que temos.

Reforçando, petróleo é muito bom. Mas educação com qualidade é uma fonte inesgotável de riqueza, porque o mundo moderno contempla competências, capacidade de criar e de inovar de um povo. E o Brasil precisa caminhar rapidamente nessa direção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Também ao Prof. Luciano, para não só os agradecimentos, mas também se alguma das considerações ou perguntas que foram feitas lhe couberem, por gentileza.

O SR. LUCIANO SATHLER ROSA GUIMARÃES – Agradeço as palavras do Exmo. Senador Wellington Dias, do Exmo. Senador Osvaldo.

Nós realmente acreditamos que a educação a distância é fundamental para diminuirmos a desigualdade social do nosso País, porque milagre, como acreditamos também, passa pela educação, e a educação que não privilegia o *status quo*, mas uma educação que realmente transforme a vida e as vidas, o coletivo por meio disso. E até ajuda, colabora fortemente. Não há como dobrar a população universitária do mundo a não ser pela educação a distância. Não há como alcançar as metas de educação técnica, se nós não trabalharmos com educação a distância. Não há como formar. E o mais interessante: nós vamos formar os professores, mas, como o Prof. Wilson disse, professor é, como todos nós temos que ser, um permanente aprendiz. A educação continuada do professor é uma questão fundamental da qualidade da educação. Não há como ter professores permanentemente estudando, atualizando-se, a não ser pela educação a distância.

E uma questão que passa pela educação técnica, pela educação superior, pela educação básica é: para o desenvolvimento do nosso País, nós vamos ter que fortalecer cada vez mais essa área que é uma sigla em inglês, STEM, que é Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática.

Eu não sei se todos passaram pela mesma dificuldade que eu tive e tenho, que é o estudo da Matemática. E, como o Prof. Wellington disse, estudar, aprender fazendo é parte de uma boa estratégia para o ensino de Ciência, Tecnologia, Matemática e Engenharia. E, hoje, as tecnologias, a educação a distância, colaboram fortemente com isso, com as suas novas metodologias. Por quê? Aprender fazendo, simulação em 3D, a ludicidade no ensino da Ciência e da Matemática, o trabalho colaborativo de professores com a realidade, com a comunidade, com outros alunos.

Leiam, por favor, o texto que nós disponibilizamos sobre autonomia do professor, usando a tecnologia da informação e comunicação. O aluno aprender conceitos que são extremamente teóricos, mas ele aprende já a partir do PBL, da problematização, do ver, de uma caverna digital, de olhar no computador, na tela: "Ah, entendi essa conta!"

Então, para nós vencermos também essa barreira de termos mais pessoas formadas na área de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, a educação a distância é essencial e o bom uso das tecnologias também.

Nós, da Associação Brasileira de Educação a Distância, estamos à disposição desta comissão, para que possamos pensar em uma diretriz que priorize a EAD e a tecnologia da informação e comunicação, em uma meta que também deixe claro para o País que esse é um caminho da nossa educação para os próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Prof. Edgar Flexa Ribeiro.

O SR. EDGAR FLEXA RIBEIRO – Está tudo muito bem. Agora vá conversar no MEC, vá lá conversar no MEC. Chegue lá. Chegue ao Conselho Nacional de Educação e tenha essa conversa lá. Vá ao MEC. Vá ao Departamento de Ensino Superior. Vocês vão encontrar uma estrutura montada na repetição do passado, que só cede pela pressão do futuro.

E nós estamos adiando isso desde 1962, quando foi votada pela primeira vez no Brasil uma lei sobre educação debatida e discutida na maior liberdade do Congresso de então. Partido Comunista, UDN, PTB, estava todo o mundo lá berrando e saiu a primeira Lei de Diretrizes e Bases. Prevista na Constituição de 1946 como competência privativa da União, só veio a nascer em 1962. E o MEC danado da vida, sapateando de ódio.

Não ia ter mais inspetor federal presente em sala de aula no dia de prova parcial?

Vocês me desculpem, mas vocês são todos garotos. Eu tenho 73 anos. Há 60 anos, você tinha que fazer duas provas por ano, em julho e no final do ano, que só se realizavam na escola se houvesse presente um representante do Ministério da Educação, que era um inspetor federal. E o Brasil já era grande, não era nenhum Portugal, não.

Essa estrutura toda tem que ser superada e só o progresso conseguiu ganhar. Isso que vocês estão vendo aqui, com a educação a distância, só vai funcionar se nós mudarmos a cabeça do País, concentrada no MEC, que é quem pensa sobre educação aqui.

Srs. Senadores, eu sou vítima. Conto muito com a ajuda dos senhores para fazer alguma coisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Objetivamente, meu caro Presidente Cyro Miranda, nós teremos mais duas audiências públicas na próxima semana e depois nos dedicaremos à preparação do relatório.

Então, se puderem contribuir com sugestões por escrito inclusive, nós estamos à disposição para recebê-las, sugestões pontuais que possam melhorar as metas estabelecidas para esse plano.

Como há essa pretensão, e há um compromisso inclusive da Comissão de que devemos aprovar em novembro esse Plano Nacional da Educação, nós pretendemos trabalhar com essa rapidez.

Por isso, se puderem encaminhar suas sugestões por escrito, nós ficaremos gratos, para que a nossa assessoria possa trabalhar. E, mais uma vez, muito obrigado pela contribuição que todos apresentaram, desde o Hélio, que foi improvisadamente também nosso debatedor no dia de hoje, ao Wilson, ao Edgar e ao Luciano pela contribuição que ofereceram a esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, em tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Não serei prolixo, de forma alguma, como fui na intervenção anterior.

É só mesmo para dizer a esta Comissão – e aqui temos vários profissionais da educação – que ontem, aqui nesta Casa, foi aprovado um projeto de iniciativa do Senador Collor e de minha relatoria, relativo aos técnicos de nível médio, principalmente aqueles da base da construção, do Crea, que tinham todo o direito de votar, mas nunca de ser votados, então nunca chegariam à cúpula da instituição.

Ontem nós aprovamos aqui, em caráter terminativo, de nossa autoria, inclusive num momento feliz, que esse técnico passa também a ter todos os direitos na sua instituição. Então eles podem votar e ser votados. Cidadania plena para eles no Conselho. Acho que é uma notícia importante, principalmente para o Professor Laranjeira, que está formando técnicos no Pará, desse nível.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Antes de encerrar, hoje eu fico feliz, muito feliz, porque o Senador Alvaro, que é o Relator, disse que, nas audiências, algumas pessoas fazem só críticas, mas não contribuem trazendo caminhos realmente. E hoje, aqui, nós tivemos de todos os senhores os caminhos, as necessidades, os problemas maiores. Não foi só a crítica ao ensino.

Há outro detalhe para ser discutido depois, porque, o art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1966 diz que o ensino é dever da família e do Estado. A família está muito ausente, principalmente nas escolas públicas. Nas escolas particulares, talvez um pouquinho mais. Esse envolvimento é extremamente necessário. Não basta colocar o filho na escola ou na universidade e cair fora da estória. Eu paguei ou consegui que fizesse... E, no ensino presencial, também tem que haver uma forma de cobrança do envolvimento, não sei como. Já é um pouco diferente, mas é um assunto para se pensar.

E termino dizendo uma coisa que eu comprei para mim. A educação é uma questão de opção: ou o Estado brasileiro opta que é para valer, que a educação muda este ou qualquer país e não se faz educação por decreto nem por lei, ou então é brincadeira, vira uma panaceia. E esse Plano Nacional de Educação, nós temos como meta principal fazê-lo cumprir. Não é chegarmos daqui a dez anos e dizermos assim: Olha, fizemos só 60%. Ah, que pena! Então, vamos fazer outra meta. Não. Tem que ter, como o Senador Alvaro Dias falou, as penalidades. A lei de responsabilidade educacional.

Eu acho que nós temos uma obrigação de avançar nesses próximos anos, mas tem muita coisa para fazer. Ela ficou muito aquém e a velocidade com que crescem as necessidades é muito maior do que nós estamos oferecendo.

Eu agradeço profundamente participação do Wilson, do Luciano, do Edgar, do meu colega, parceiro e sempre líder do meu partido, Alvaro Dias, a todos os senhores e a minha assessoria da minha Comissão, que está sempre presente, e a assessoria também do meu gabinete.

Desejo a todos um bom fim de dia e com uma convocação extra, às 9h, das audiências que vai mexer com a meta quatro e que eu acho que vai mexer também com a emoção e o coração de todos nós. Infelizmente o governo queria ceifá-la – não entendemos isso –, veio um projeto muito bem elaborado da Câmara e o Líder do Congresso, José Pimentel, instruído pelo MEC, vai e tira o essencial da meta quatro. Já estamos restabelecendo. O Senador Alvaro Dias tem um compromisso com isso e nós vamos restabelecer e resgatar.

Então, às 9h, terça-feira, dia 5, conto com a presença de todos.

Agradecendo principalmente a Deus e à presença de todos, meu muito obrigado.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.)

ATA DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA

54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE NOVEMBRO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia cinco de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Rodrigo Rollemberg, Ana Amélia, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Osvaldo Sobrinho, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, João Capiberibe, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Cristovam Buarque, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, José Agripino, Gim e Mozarildo Cavalcanti, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 56/2013-CE, de autoria do Senhor Senador Alvaro Dias, destinado a realizar a Sexta Audiência Pública para "**Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, de autoria da Presidência da República, que 'Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências'", com ênfase na Meta Quatro (Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino)**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública **a Senhora Rosângela Machado, Gerente de Educação Inclusiva da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis – SC; Senhor José Turozi, Vice-Presidente da Federação Nacional das APAES – FENAPAES; Senhora Eugênia Augusta Gonzaga, Procuradora Regional da República da Terceira Região; Excelentíssimo Senhor Governador em exercício e Secretário de Educação do Estado do Paraná, Flávio Arns; Senhora Patrícia Luiza Ferreira Rezende, Diretora de Políticas Educacionais da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS; Senhora Ana Cristina Correia e Silva, Vice-Diretora do Centro de Ensino Especial 01 de Brasília; e Senhora Macaé Maria Evaristo dos Santos, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – MEC**. Neste momento, o Senhor Senador Rodrigo Rollemberg, faz uma manifestação no sentido de registrar sua indignação com relação à falta da intérprete de libras na presente reunião. Em seguida, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, informa ao Plenário que será proferido um expediente à presidência da Casa, assinado por todos os membros da Comissão, em contrariedade à falta de intérprete de libras nas reuniões das Comissões, o que prejudica o entendimento e assimilação por parte das pessoas com deficiência. Prosseguindo, a presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Deputado Federal Doutor Ubiali (PSB/SP); Senhor Deputado Federal Edinho Bez (PMDB/SC), Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Senhora Candy Gifford, Psicóloga e especialista em crianças com necessidades especiais; Senhora Anabela Nóbrega, Presidente do Conselho Escolar do Centro de Ensino Especial 01 – DF; Senhor José Lucas Colar, Secretário Executivo da Federação Nacional das APAES – FENAPAES; Senhor Fernando Antônio Nogueira, Diretor da Associação de Mães Protetoras, Amigos e Reabilitação de Excepcionais – AMPARE; Senhor Ricardo Azevedo Soares, Diretor do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro; Senhor Walter Borges, Coordenador-Geral da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – SECADI/MEC; Senhor Ricardo Lima Caratti, Primeiro-Secretário da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; Senhor Júlio César de Aguiar, Presidente da Federação das APAEs (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais) do Estado de Santa Catarina; Senhor Professor Antônio Gomes Leitão, Coordenador da Educação Inclusiva da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Senhora Christiane Aquino Bonomo, Membro da Diretoria do Instituto Ápice Down/Crisdown e do Fórum Nacional de Educação Inclusiva e Senhor Gustavo de Araújo Perazzolo, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos dos Surdos. Finda a apresentação dos expositores, a presidência comunica ao Plenário que o coral das crianças com deficiência, que faria uma apresentação na presente reunião, foi impedido, pela Polícia Legislativa, sob a alegação de questões de segurança, de adentrar nas dependências do Senado Federal. O Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, declara o repúdio deste Colegiado pela atitude dos seguranças e informa que entrará em contato com a presidência da Casa para cobrar providências. Logo após, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros a

Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Alvaro Dias, autor do Requerimento, e os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Lindbergh Farias, Eduardo Suplicy (não membro), Inácio Arruda e Osvaldo Sobrinho. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quatorze horas e dez minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CYRO MIRANDA**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 59ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião e aprovação da mesma.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 56, de 2013, da Comissão de Educação, de autoria do Exmo Sr. Senador Alvaro Dias, para realização da 6ª Audiência Pública, destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências, com ênfase na Meta 4.

Os convidados para esta audiência são: o Exmo ex-Senador e Governador em exercício, Dr. Flávio Arns; Patrícia Luiza Ferreira Rezende, Diretora de Políticas Educacionais da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis); José Turozi, Vice-Presidente da Federação Nacional das Apaes; Eugênia Augusta Gonzaga, Procuradora Regional da República da 3ª Região; Rosângela Machado, Gerente da Educação Inclusiva da Secretaria Municipal de Florianópolis, Santa Catarina; Ana Cristina Correia e Silva, Vice-Diretora do Centro de Ensino Especial 1 de Brasília; Macaé Maria Evaristo dos Santos, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC).

Peço ao nosso Secretário, Júlio Linhares, que acompanhe os nossos convidados.

Gostaria também de fazer um agradecimento especial ao Senador Alvaro Dias, Relator e requerente desta audiência pública; ao Senador Rodrigo Rollemberg, um entusiasta da educação, principalmente da educação de ensino especial; à Senadora Angela Portela, também uma educadora, que tem sempre uma preocupação e um foco na educação especial; e também ao nosso amigo de sempre, Inácio Arruda.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda; prezado Relator, Senador Alvaro Dias; prezados visitantes, que nos honram com suas presenças; prezadas senhoras, prezados senhores, eu quero, em primeiro lugar, pedir desculpas, porque, infelizmente, mais uma vez, o Senado dá um mau exemplo.

Hoje, nós estamos aqui com uma intérprete de Libras da comunidade, porque o Senado Federal, mais uma vez, não disponibiliza intérprete de Libras. Nós aprovamos, no Congresso Nacional, uma legislação com *status* constitucional, que é a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Eu já levei essa reivindicação várias vezes ao Plenário. Agora, peço a V. Exª e aos demais membros desta Comissão, que estão compartilhando desse constrangimento neste momento, que façamos hoje, de público, no plenário, uma exigência ao Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, para resolver definitivamente essa questão.

Sr. Presidente, nós tivemos um enorme constrangimento, recentemente, na Comissão de Constituição e Justiça, quando apreciamos a Lei Geral dos Concursos Públicos. Os surdos vieram acompanhar, porque havia um artigo da lei que tratava exatamente da obrigatoriedade de que as provas fossem oferecidas em Língua Brasileira de Sinais. Naquele momento, fizemos essa reivindicação, que contou com a solidariedade de diversos Senadores.

Neste momento, mais uma vez, tínhamos que ter aqui intérpretes de Libras. Há várias pessoas surdas que estão aqui e que querem acompanhar a reunião. Se não fosse a disponibilidade de uma pessoa da comunidade, essas pessoas não estariam tendo a oportunidade de acompanhar a reunião.

Portanto, solicito a V. Exª, na condição de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que façamos essa reivindicação hoje, essa exigência

ao Presidente desta Casa. Nós temos que dar o exemplo. Nós não podemos votar uma convenção com *status* constitucional e sermos o primeiro a descumprir essa convenção.

Então, é este o registro.

Peço desculpas a todos que estão aqui acompanhando esta reunião. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Estamos irmanados nessa sua propositura, porque fizemos também várias incursões ao Presidente da Casa. O que nos foi alegado é que eles não tinham nenhum contrato e não podiam, então, contratar de última hora uma pessoa para que fizesse essa gestão junto a esta audiência. Nós até propusemos nós mesmos contratar, mas eles falaram que isso estava fora das normas do Senado.

Então, proponho que hoje nós façamos um documento desta Comissão assinado por todos os Senadores. Vamos levar essa reivindicação, mais do que justa, ao Senador Presidente desta Casa, Renan Calheiros.

Muito obrigado.

Também hipoteco o meu pedido de desculpas a todos por essa falha lamentável do Senado.

Convido, inicialmente, a Profª Rosângela Machado, Gerente de Educação Inclusiva da Secretaria Municipal de Florianópolis, para fazer o seu pronunciamento.

Nós temos um tempo regimental de dez minutos, mas, se houver necessidade, nós o postergamos.

Com a palavra a Profª Rosângela.

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de agradecer o convite feito por esta Casa.

Cumprimento o Senador Cyro Miranda e, na pessoa do Senador, quero cumprimentar os demais componentes da Mesa.

Considero quinze minutos para fazer uma exposição sobre educação inclusiva um tempo curto, porque requer um aprofundamento de certos conceitos sobre educação inclusiva, rompimento de certos conceitos sobre a deficiência e sobre a diferença. Então, espero trazer aqui alguns elementos que fundamentam e abordam os princípios da educação inclusiva.

Pensei muito em como fazer a minha exposição. Eu sou professora da rede regular de ensino de Florianópolis. Atualmente, sou gerente de educação inclusiva, no entanto, trago a experiência de uma rede pública, de uma rede regular. Também sou pesquisadora na área de educação especial e educação inclusiva. Então, pensei se traria para vocês alguns elementos fundantes ou se traria a própria experiência da rede municipal de ensino de Florianópolis. Resolvi mesclar as duas coisas: trazer um pouco da experiência e trazer um pouco de alguns conceitos que são fundantes.

Primeiramente, eu gostaria de dizer a todos vocês que a rede municipal de ensino de Florianópolis é uma rede inclusiva porque abre suas portas a toda e qualquer criança, independente do tipo e grau de deficiência. Antes mesmo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, antes mesmo da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, antes mesmo da Meta 4, a rede municipal de ensino de Florianópolis era uma rede totalmente inclusiva.

Para que a gente entenda isso, eu trouxe alguns elementos de discussão. Primeiro, o sentido da educação inclusiva. Ainda há equívocos, há confusões sobre educação inclusiva, porque muitas vezes está permeada de conceitos velhos, conceitos que ainda atrelam a deficiência à incapacidade.

Quando a Meta 4 fala sobre a universalização da educação para a população de 4 a 17 anos, para os alunos com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, quando fala do acesso à educação básica, não está falando, não se pode confundir isso, em atendimento educacional especializado. Para educação inclusiva não há outro entendimento senão o direito de todos à educação.

Educação inclusiva se dá nos espaços de salas de aula comum do ensino regular. A escolarização de crianças, sejam elas com deficiência ou sem deficiência, se dá nesses espaços com os demais. A educação inclusiva sugere, requer, aponta também para a necessidade da transformação das escolas regulares. As escolas regulares têm sim dificuldades, têm sim fragilidades, mas isso não significa deixar crianças com deficiência fora dos seus espaços. E elas estão lá, na rede regular de ensino de Florianópolis, forjando as mudanças, forjando uma outra escola.

A escola regular tem suas dificuldades não apenas para crianças com deficiência, mas para crianças ditas sem deficiência também, quando busca um ensino homogêneo, um ensino transmissivo, uma aprendizagem com base em resultados homogêneos. Nesse sentido, a educação inclusiva, a base da educação inclusiva para Florianópolis é sim o redimensionamento das práticas do ensino regular, sem deixar nenhuma criança de fora.

O sentido da educação inclusiva também requer a reorganização das práticas do ensino especial, que não pode mais escolarizar determinadas crianças à parte, mas nem por isso deixa de cumprir um papel fundamental na inclusão das crianças com deficiência.

A APAE de Florianópolis tem sido uma grande parceira na inclusão de crianças com deficiência na rede regular de ensino de Florianópolis. Desde o ano de 2005, ela encaminha todas as crianças em idade, em faixa etária obrigatória para o ensino regular. A APAE de Florianópolis entende que o lugar para escolarização das crianças com deficiência é no ensino regular. E não deixa de ser uma rede de apoio, um instrumento, uma instituição que luta pelas condições de acessibilidade dessas crianças no ensino regular. A APAE de Florianópolis não pensa em ser escola no sentido de escolarizar essas crianças à parte; ela entende que o lugar de toda e qualquer criança é na rede regular de ensino.

Então, na Meta 4, é preciso ficar claro, segundo a experiência que a gente tem de Florianópolis, segundo os fundamentos e princípios de uma verdadeira educação inclusiva, a educação, a escolarização de todas as crianças é feita no ensino regular. No entanto, quando a gente compreende bem o sentido da educação inclusiva, a gente passa a compreender a nova educação especial, a reorganização da educação especial. Na rede regular de ensino, ela se dá por meio do atendimento educacional especializado.

O que é o atendimento educacional especializado? Uma nova ação da educação especial, uma ação que busca os serviços, os recursos, as estratégias de acessibilidade para que a criança com deficiência esteja no ensino regular. Então, eu vou exemplificar da seguinte maneira: certa vez, um professor de Geografia chegou e me perguntou: “Mas como é que eu ensino um menino que tem cegueira?”. Bom, você ensina a esse menino a Geografia como ensina a qualquer dos seus alunos. No entanto, esse menino não vai ter acesso a um texto de Geografia em tinta, ele não vai ter acesso a um mapa em tinta. Do que ele precisa? De recursos. E é aí que os recursos são individualizados. Ele precisa de um texto que seja escrito em braile. Se o menino não souber braile, ele precisará de um serviço – e aí entra a educação especial – que ensine o braile, que ensine um programa de voz no computador.

É com os recursos de acessibilidade, é com as estratégias de acessibilidade que a educação especial, numa nova perspectiva, se preocupa.

Muito bem. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva traz esse novo conceito, e, consequentemente, novos marcos legais e uma reorganização de sua prática. Então, na Meta 4, o atendimento educacional especializado não pode ser confundido com escolarização. Escolarização se dá nos espaços comuns, na rede regular de ensino. Agora, o atendimento educacional especializado pode ser feito na sala de recursos multifuncionais ou numa rede de apoio no Município onde o menino estuda.

Por que muitos ainda não compreenderam o sentido da educação inclusiva? Devido às barreiras que se impõem em função dos velhos conceitos e práticas que se formaram ao longo dos tempos e principalmente do sentido que é atribuído à diferença, à deficiência. Nós não nos damos conta de que temos um velho conceito que atrela a deficiência à incapacidade. Precisamos, acima de tudo – e é isso que sugere o movimento da educação inclusiva – romper com esse conceito que atrela a deficiência à incapacidade, que diz que algumas crianças com deficiência não aprendem, quando a capacidade de aprendizagem é inerente a qualquer ser humano.

Falamos muito em eliminação de barreiras para as pessoas com deficiência. Mas precisamos eliminar as nossas barreiras conceituais. É devido às barreiras conceituais que temos dificuldade de entender que toda e qualquer criança deve estar no ensino regular. A rede regular de ensino de Florianópolis já entendeu isso há muito tempo.

O pensamento categorial assume uma série de normas ou modelos dominantes com base nos quais alguns grupos de indivíduos são caracterizados por sua deficiência. E há grupos que lutam para que esses indivíduos fiquem à parte, por um conceito categorial, e não investem na possibilidade de transformação do ser humano. Velhos conceitos sobre a deficiência reduzem o outro a uma imagem estereotipada inflexível e estão na base dos preconceitos e exclusões.

Para finalizar, eu digo que o verdadeiro sentido da educação inclusiva vê o ser humano como um constante devir; não vê um sentido essencialista e conservador sobre a deficiência. Se hoje nós temos escolas onde convivem, nos mesmos espaços, homens e mulheres, isso não foi uma realidade no passado; mulheres também tinham escolas à parte. Se hoje nós vivemos uma realidade de brancos e negros estarem nos mesmo espaços, isso não foi uma realidade no passado. Hoje, nós vivemos a luta para que crianças com deficiência e sem deficiência estejam nos mesmos espaços. A rede regular de ensino se qualificou e abriu a porta para que todas as crianças, crianças com e sem deficiência, vivam nos mesmos espaços. *(Palmas.)*

A educação inclusiva não tem volta, e a gente vai se dar conta disso.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nossos agradecimentos à Professora Rosângela.

Eu peço aos nossos convidados da plateia a gentileza de permanecerem em silêncio. São muito

bem-vindos, mas aqui, num processo democrático, temos de ouvir o contraditório e temos de aceitá-lo. Essa decisão vai, inclusive, basear e municiar o Senador Alvaro Dias. Então, é importante que ouçamos a todos os lados dessa discussão.

Assim, mais uma vez, peço a compreensão dessa plateia querida no sentido de observar silêncio, em respeito aos nossos convidados.

Passo a palavra agora, com muito prazer, ao Sr. José Turozi, Vice-Presidente da Federação Nacional das APAEs.

O SR. JOSÉ TUROZI – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Senador Cyro Miranda e os demais membros da Mesa e também os meus companheiros da federação dos surdos, dos cegos, bem como das entidades que atendem pessoas com deficiência no Brasil.

Representando as APAEs do Brasil, venho aqui, hoje, em nome da nossa Presidente Aracy, levar essa nossa mensagem para a reflexão de todos nesta audiência pública.

O movimento das APAEs no Brasil estará completando 60 anos no próximo ano. É um movimento em defesa de direitos e de prestação de serviços na área de educação, saúde e assistência social. Temos cerca de 2.130 APAEs no Brasil, que atendem, aproximadamente, 280 mil pessoas. E esse movimento, junto com entidades congêneres, foi responsável pela implantação da educação especial no Brasil e foi pioneiro no processo de inclusão social e educacional das pessoas com deficiência.

Quero abrir um parêntese para dizer que sou do Paraná, de uma cidade do interior, e a estatística que nós temos naquele Estado, dos últimos cinco anos, dá conta de que incluímos mais de 4 mil alunos no ensino comum – as APAEs do Paraná – e cerca de 2 mil alunos no mercado de trabalho do Paraná, todos treinados nas APAEs.

Das milhares de escolas espalhadas pelo Brasil, a grande maioria foi construída com recursos da comunidade, pela iniciativa privada e pelos voluntários do Brasil.

As escolas das APAEs podem ainda não ser o ideal, mas são, hoje, o espaço necessário que os alunos têm para frequentar, e com muita satisfação das suas famílias.

Nós educamos alunos para a vida. Não temos exclusividade no Brasil para atender as pessoas com deficiências intelectuais. Entretanto, no Brasil, um país continental, que tem 5.570 Municípios, nós atendemos apenas em 2.130 Municípios. Há muita coisa ainda para se fazer no Brasil, e há milhares, talvez milhões, de pessoas com deficiência ainda fora do alcance desse atendimento.

Entendemos que o MEC deveria fazer uma pesquisa realista no Brasil para saber quantas e quais são as pessoas com deficiência sem atendimento no Brasil, começando, principalmente, por esses rincões onde não há sequer uma entidade atendendo essas pessoas, nesses mais de 3 mil Municípios que nós citamos.

Não somos segregadores nem criamos nicho de segregação, mas defendemos, nesses 60 anos, e colaboramos muito para isso, a inclusão das pessoas com deficiência. Fazemos a defesa da coexistência das duas modalidades de ensino: a regular, comum, e a especial, de acordo com a Constituição Federal e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. *(Palmas.)*

Não se pode iniciar um processo de inclusão de forma radical. É preciso diálogo com as pessoas com deficiência e suas famílias. Só a mudança de escola não significa inclusão. Inclusão é ser aceito pelo grupo, pelos profissionais da educação como pessoa portadora de direitos, e não por piedade. Não é com o discurso poético do Ministério da Educação nem com teoria que se constrói inclusão. Constrói-se inclusão com parcerias entre governo e as organizações da sociedade. O governo não nos deve ver como inimigos, mas, sim, como parceiros.

Na Espanha – eu estive lá, em 2009, no seminário Volvendo a Salamanca –, o governo é parceiro da Federação dos Deficientes. No Chile – vejam no *site* do Ministério de Educação do Chile –, as organizações que atendem a deficientes são parceiras e estão no organograma do Ministério da Educação do Chile como parte do complemento educacional. E no Chile há escola especial.

O MEC tem que ser o nosso parceiro. Vamos construir junto com as organizações esse processo de inclusão, sem radicalismo, com responsabilidade. As pessoas comprometidas e suas famílias irão buscar apoio no Ministério Público, como hoje já ocorre em inúmeros lugares do Brasil, para garantir o atendimento nas escolas de alunos que saíram das APAEs, foram para o ensino regular e não voltaram mais para a escola.

O MEC não tem uma política específica para atendimento aos PCs, portadores de paralisia cerebral. Como será o atendimento educacional na escola pública comum a um estudante com paralisia cerebral que usa fralda, usa sonda? Como é que ele vai ser inserido? *(Palmas.)*

Perguntem ao aluno e à sua família qual é a melhor escola para matriculá-lo. Cadê a liberdade da família? Deem liberdade de escolha para o aluno e a família.

Pesquisa do IPEA, em fevereiro, apontou a fragilidade do ensino ofertado às pessoas com deficiência nas escolas comuns, o impacto do Bolsa Família. E o preocupante é que há um alto índice de repetência entre os alunos que possuem necessidades especiais. De acordo com o Ipea, em 80% houve falha na progressão.

Estamos falando de educação especial. Porém, há que se considerar ainda dados estatísticos da educação comum, que, segundo o PNAD 2012, pessoas de 15 anos ou mais não sabem ler ou escrever. Aumentou o número de analfabetos neste País.

Audiências em todo o Brasil.

Estive com o Deputado Federal Angelo Vanhoni no Paraná, em junho de 2011. Ele percorreu todo o Brasil, discutindo em audiência pública esse processo do Plano Nacional de Educação. Ele acatou e foram aprovadas na Câmara Federal as necessidades das famílias, as necessidades dos alunos.

O que estabelece o art. 205 da Constituição Federal? Que a educação, além de ser um direito de todos, é lógico, é dever do Estado, da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Ou o Governo não quer a colaboração da sociedade?

O art. 4º do ECA diz que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público a educação.

O art. 54 do ECA diz que é dever do Estado assegurar o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Diz "preferencialmente"; não diz "exclusivamente".

Digo para vocês que as APAEs que defendem as pessoas com deficiência intelectual cumprem a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente com a participação da sociedade.

Com este Governo que está aí, representado pelo MEC, que quer acabar com a participação da sociedade civil sob o pretexto de fazer inclusão, as pessoas ficarão ainda muito mais excluídas dentro do ensino comum, pois, além de não terem suporte com professores especializados, sofrerão *bullying*, tenho certeza. *(Palmas.)*

As famílias irão retirar essas pessoas das escolas, como já está acontecendo hoje, e irão ao Ministério Público solicitar o retorno para as escolas especiais.

No Chile, há três formas educativas. Podem entrar hoje no *site* do Ministério da Educação do Chile. Há três formas educativas no Chile – e o Chile dá de dez a zero na educação no Brasil –: escolas comuns, que possuem programas de integração escolar; escolas especiais, que oferecem serviços educacionais a pessoas com deficiências intelectuais e múltiplas deficiências, incluindo visual, auditiva, motora, com graves alterações de capacidade de relacionamento e comunicação oral; e escolas para atendimento à saúde, que oferecem educação complementar aos alunos com deficiência intelectual.

O governo do Chile, como eu citei, é parceiro da educação especial. Mantém parceria com 11 associações de deficiência – isso está no organograma do Ministério da Educação. No Chile há uma entidade que atende autistas chamada Aspaut (Associação de Pais e Amigos dos Autistas). Essa associação mantém várias escolas especiais. E é interessante que eles possuem programa na escola especial para levar o autista para o ensino comum, para o ensino regular.

A federação espanhola hoje, em parceria com o Governo da Espanha, é o berço da inclusão, da Carta de Salamanca, mantém escolas especiais. Eu estive lá em 2009 e visitei várias escolas especiais. Ela mantém hoje 884 filiadas, 17 federações, com 230 mil famílias, e atende 139 pessoas com deficiências intelectuais.

Posso continuar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone*.) – Pode sim.

O SR. JOSÉ TUROZI – Durante o Congresso da Unesco, a conferência internacional de educação que tratou da educação inclusiva, chegaram aos seguintes resultados: ficou estabelecido que somente a educação inclusiva não pode construir uma sociedade inclusiva. A educação inclusiva é uma meta, é um processo gradual, é a porta de entrada para o cumprimento de outros direitos também, não somente à educação.

A educação inclusiva é visualizada como um assunto moral pelo MEC, ou uma estratégia de aprendizado. Essa é uma questão.

Segundo a reunião da Unesco, não existe um forte consenso sobre como implementar a inclusão no âmbito de classe de ensino diferenciado, dentro de uma mesma escola, ou a separação entre escolas comuns e escolas especiais. Não existe consenso.

O que é preciso fazer, segundo o resultado da conferência da Unesco? Fortalecer as competências e habilidades em educação inclusiva entre os docentes, reformulando-se a formação e o conteúdo e mudar o conceito dos estudantes de necessidades especiais de um olhar com enfoque clínico para um olhar com enfoque nos direitos.

Ainda nas conclusões e recomendações da conferência internacional, é preciso que se garanta a participação e a consulta das partes interessadas nos processos de tomada de decisões. Quem são as partes interessadas na inclusão? As famílias e as pessoas com a deficiência. São essas as partes interessadas. E reforçar os vínculos entre escolas e a sociedade, a

fim de permitir que as famílias e comunidades participem e contribuam com o processo educativo.

A inclusão que o MEC está propondo, tenho certeza, acarretará mais exclusão ainda, pois, em vários Estados onde ocorreu a inclusão radical, nós temos dados, na Federação das APAEs, que não foram discutidos e consensuados com as pessoas da família, os alunos estão voltando para as escolas especiais ou estão ausentes das escolas, e muitas famílias estão entrando na Justiça.

Se estamos vivendo em um regime democrático em que o Governo tem que cumprir a Constituição Federal, a educação é um direito e deve ser promovida e incentivada a colaboração da sociedade.

Se o Governo não quer o apoio da sociedade organizada, das nossas instituições, das várias instituições que atendem deficientes, é porque está agindo como uma ditadura, ditadura de esquerda ou de direita, não sei.

Defendendo a redação, queremos trazer a posição da Federação das APAEs do Brasil. Defendemos a redação da Meta 4, aprovada na Câmara Federal, isto é, uma escola não exclui a outra. Defendemos a escola especial. *(Palmas.)*

Só para encerrar, somos a favor da inclusão, sim. Inclusão radical, não, inclusão com responsabilidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. José Turozi, pelas suas considerações.

Eu gostaria de registrar e agradecer a presença da Srª Anabele Nóbrega, Presidente do Conselho Escolar do Centro de Ensino Especial do DF; do Sr. José Luís Colar, Secretário-Executivo da Federação Nacional das APAES (Fenapaes); Sr. Fernando Antônio Nogueira, Diretor da Ampare-Brasília; Sr. Ricardo Azevedo Soares, Diretor do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Walter Borges, Coordenador-Geral da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi-MEC); Sr. Ricardo Lima Caratti, 1º Secretário da Federação Brasileira das Associações da Síndrome de Down; Sr. Júlio César de Aguiar, Presidente da Federação das APAEs do Estado de Santa Catarina; e da Srª Candy Gifford, psicóloga especialista em crianças com necessidades especiais, minha esposa.

Concedo, com muito prazer, a palavra à Drª Eugênia Augusta Gonzaga, Procuradora Regional da República da 3ª Região, a quem agradeço a presença.

A SRª EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA – Bom dia. Quero cumprimentar o Senador Cyro Miranda, o Senador Alvaro Dias, na pessoa de quem cumprimento todos os demais presentes, os senhores e as senhoras. Eu gostaria de registrar principalmente a presença aqui do meu ex-colega de Ministério Público, Senador Pedro Taques. E acabo de ver aqui o Senador Cristovam Buarque também, com quem já contamos bastante neste tema. Já demos muito trabalho para o Senador quando era Ministro da Educação, não é, Senador?

Bem, eu agradeço imensamente a oportunidade dada aqui pelos Srs. Senadores.

O tema não é fácil, o tema é árduo. E acho que abrir esta oportunidade para as pessoas virem falar contra ou a favor desta ou daquela posição e se colocar nessa postura de ouvir a sociedade, de ouvir várias opiniões, só isso já é uma atitude que temos que reconhecer, agradecendo por estarmos num país democrático, nesse aspecto pelo menos, e fazendo uso, da melhor forma possível, dessa oportunidade.

Quem pediu que eu viesse foi a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, foram eles que conseguiram este espaço. Então, eu gostaria também de registrar o meu agradecimento e parabenizar essas mães, principalmente, que compõem essa associação e que vêm militando arduamente pelo direito dos seus filhos e de todos os nossos filhos e filhas à inclusão educacional.

Nós estamos aqui hoje não é à toa, e essa discussão não começou hoje. Eu quero falar muito rapidamente sobre o direito à educação. Onde surge esse debate todo sobre inclusão educacional? Surge desde sempre, desde que a educação foi reconhecida como um bem da vida fundamental para qualquer ser humano. Então, na Grécia antiga, já se encontram os primeiros escritos de que a educação é um direito de todos. Só que, na Grécia antiga, quem eram todos que tinham direito à educação? Eram homens, e homens livres, homens que tinham posses. Essas pessoas eram consideradas como titulares do direito à educação.

Esse conceito de educação vem evoluindo ao longo de toda a história da humanidade. E essa evolução do conceito de educação passa por essas batalhas de inclusão, por essas batalhas que podemos chamar de batalhas até civilizatórias, que trazem cada vez mais e mais pessoas para um ambiente educacional, um ambiente educacional coletivo, um ambiente educacional que atenda a todos, ricos, pobres, negros, brancos, quem quer que seja, sem distinções, porque só isso é considerado, ao longo da história da humanidade, como ambiente educacional.

Por isso, nós tivemos, no ano de 1960, uma convenção na ONU, aprovada naquele tempo, dizendo o seguinte: não há escolas separadas por grupos de pessoas, porque escola é, por definição, ambiente coletivo. É claro que, em 1960, provavelmente eles não estavam pensando nas pessoas com deficiência,

pasmem vocês. Eles estavam pensando nos negros; eles estavam pensando nas mulheres, que, ainda nesse tempo, tinham que estudar separadamente e que, nesse tempo, nas décadas de 50 e 60, não eram consideradas como titulares de direito à educação. Seus pais achavam que tinham o direito de optar se iam colocá-las na escola ou não, se apenas iam ensiná-las em casa ou se apenas iam colocá-las em cursinhos próprios para mulheres, porque tinham medo de colocá-las nas escolas comuns, tinham medo de que elas fossem abusadas, tinham medo de que elas sofressem *bullying*. E doeu muito esse processo de inclusão, esse processo de integração, até se reconhecer que esse ambiente coletivo é um ambiente para todos e que não há, principalmente nessa faixa etária de que estamos falando, de 4 a 14 anos...

Srs. Senadores, nós não estamos falando de adultos que estão institucionalizados. *(Palmas.)*

Estamos falando de crianças. Essas crianças têm o direito fundamental de conviver com a sua geração em um momento do dia – não precisa ser o dia inteiro; não precisa ser o tempo todo na escola chamada inclusiva. Mas a criança tem que ter o seu lócus educacional reconhecido junto com as demais crianças da sua geração, com todo o apoio, com toda a qualidade, como a Profª Rosângela descreveu aqui há pouco.

Ninguém quer nada diferente de muita qualidade, de muita responsabilidade para as crianças com deficiência, mas precisamos reconhecê-las como titulares desse direito fundamental a esse bem da vida que vem sendo reclamado ao longo da história da humanidade por todos os grupos excluídos, desse direito legitimador da cidadania. É disso que nós estamos falando.

Então, nas décadas de 80 e 90, começou-se a pensar também nas pessoas com deficiência como titulares desse direito à educação comum, porque, antes, nunca haviam pensado nisso. Existiam apenas – e vamos reconhecer – ambientes especializados, famílias que se uniram, criaram instituições de apoio e estavam pensando, engatinhando em relação a algum ambiente educacional para essas pessoas na primeira metade do século XX.

Fora uma ou outra exceção, como algumas escolas para cegos do início do século, basicamente o que havia eram ambientes que acolheram essas pessoas, essas crianças, quando ninguém as acolhia; quando, infelizmente, até as próprias famílias não queriam saber dos filhos e, às vezes, até deixavam essas crianças para sempre institucionalizadas.

Essas pessoas sempre foram fruto de uma exclusão cruel, de uma exclusão terrível. Felizmente, depois dos anos 80 e 90, nós tivemos outro olhar, nós tivemos um sopro. Vivenciamos um momento em que o Deputado Romário tirou a camisa no meio de campo e falou: “Eu sou pai de uma criança com síndrome de Down.” Tornou-se um orgulho para todo pai ver o seu filho evoluindo.

Para esses pais não há nenhuma outra notícia que tranquilize tanto do que saber que o seu filho vai ter direito à educação, uma educação regular, com todos os apoios. Nós não negamos a necessidade do apoio.

No Brasil, não foi difícil defender juridicamente esse direito fundamental à inclusão. Por quê? Porque, em 1988, passou a constar na nossa Constituição que a escolarização é direito de todos e que o atendimento educacional especializado deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino. Entendemos que atendimento especializado, conforme a Profª Rosângela explicou, é aquele apoio, aquilo de que só a pessoa com deficiência precisa, mas que ele não supre integralmente tudo de que a pessoa com deficiência precisa. Nem toda pessoa com deficiência precisa de atendimento especializado, pois há várias deficiências que não precisam de atendimento especializado. Então, nós fizemos uma dicotomia nesse direito das pessoas com deficiência, interpretando a Constituição de 1988. Espera-se que eles tenham direito à escolarização como toda a criança e também ao atendimento educacional especializado preferencial na rede regular, mas que também pode ser feito em instituições especializadas.

Fizemos essa interpretação, o que foi quase dizer que o rei está nu, porque houve um grito grande de parte dos que queriam continuar oferecendo a escolarização dentro do atendimento educacional especializado. E aí a gente enfrentou uma batalha cruel, terrível.

Eu também, como mãe também de uma criança com deficiência, sofri na pele essa resistência grande dos movimentos contra a inclusão, porque, quando eu comecei a estudar esse tema, no ano 2000 e 2002, fui procurar em primeiríssimo lugar as APAEs e as federações das APAEs e falei: vocês podem ser o agente propulsor dessa inclusão.

Ouvi palestra do Senador Flávio Arns, não lembro se era Senador na época, e também do Deputado Eduardo Barbosa, que eu acho que era Deputado estadual em Minas Gerais, a favor da inclusão. E eu fiquei apaixonada por essas falas. Todas eram a favor da inclusão. E o que eles diziam era isto: “Enquanto essa escola não estiver preparada, a gente estará aqui para garantir o atendimento a essas crianças”. Só que isso faz 15 anos. Até quando eles vão ficar com esses discursos?

Eu, inocente, propus um termo de ajuste, um termo de acordo. Era muito forte a palavra “termo de ajuste”. Eu fiz um protocolo de intenções, que dizia o

seguinte: vamos mandar só os pequenos para as escolas comuns próximas das APAES. A APAE vai dar apoio e, se a escola comum recusar, a APAE vai ajudar o pai a denunciar essa escola. Nenhuma criança vai ficar sem esse apoio, porque a instituição vai estar junto, dando esse suporte para a criança. Fiz isso falando sempre dos pequenos.

Eu sofri uma campanha, gente, três mil ações de *habeas corpus* na Justiça. A pauta do Tribunal Regional Eleitoral ficou obstruída um ano, sua distribuição, por causa de xerox das ações propostas contra mim. Eu enfrentei uma situação de constrangimento público. Agora, sabe o que aconteceu? Nada. Encheram o meu gabinete de cartinhas de pais idosos, de pessoas com deficiência, adultos de 50 anos, falando: "Doutora, não feche a minha escola, porque eu vou morrer e o meu filho não vai ter para onde ir". Era como se a gente estivesse falando de adulto que, em algum momento da vida, perdeu o bonde infelizmente. Nunca falamos de adulto.

A gente está aqui lutando pelos nossos filhos, por todas as filhas e filhos pequenos, para que não percam o bonde da inclusão. (*Palmas.*)

Voltar esse "preferencialmente", como fez a Câmara...

Eu poderia aqui falar juridicamente sobre esse tema, por quê? Porque esse texto da Câmara é inconstitucional, vai contra o texto da Constituição, fere o texto da convenção da ONU, fere... (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

A SRª EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA – Posso concluir?

Eu gostaria de ser respeitada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Peço ao Plenário, por gentileza... Com licença...

A SRª EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA – Para dizer que o texto é inconstitucional, eu não preciso de PowerPoint, para explicar isso. Eu nem tenho tempo aqui para isto, para dizer que é inconstitucional e fere a convenção da ONU o texto da Câmara, que veio para o Senado e recebeu uma emenda do Senador José Pimentel, um excelente texto, que atendia todos. Ninguém ficará sem atendimento especializado. Pela primeira vez, se está garantindo o acesso a verbas do Fundeb. Mas não querem isso. Querem as verbas do Fundeb em dobro, a que a escola pública tem direito.

Voltou para a Comissão de Constituição e Justiça outra redação, de novo, dúbia, trazendo o termo "preferencialmente" e ainda abrindo totalmente a válvula desse financiamento de verba pública do Fundeb. A Comissão de Constituição e Justiça proferiu um relatório que é inconstitucional, no sentido de que o art. 213 da Constituição garante a ida de verba pública para instituições privadas com base em convênio. O próprio art. 213 é limitado pelo art. 61 do Ato das Disposição Nacionais e Transitórias, que prevê que a remessa de verba pública para instituição privada ocorra sempre em situação justificada e diz que tem que ser continuamente revista.

Ninguém está dizendo que não vai verba. Nunca houve tantas verbas para as instituições, como o plano Viver sem Limite, que proporciona todo um atendimento de referência em cada Município. Elas estão tendo a oportunidade de serem reconstruídas para fazer um atendimento de excelência. Há ainda essa possibilidade de recebimento de 1,3 do Fundeb. Isso não foi retirado, mas não querem 1,3; querem 2,6.

Então, o meu relato aqui hoje é para dizer que o Senado não pode retroceder. Não é a Eugênia mais que está interpretando a Constituição; não é o Ministério Público. É a convenção da ONU, em que impera o "nada sobre nós sem nós" que provou não haver cumprimento do direito à educação fora de um sistema inclusivo. Pela primeira vez foi citado o termo "inclusão" num documento legal, jurídico. No Brasil, esse foi o primeiro documento aprovado com peso de emenda constitucional.

Então, eu acho que o Senado tem que se ater a esse rigor técnico. O plano está atrasado há quatro anos, e não é possível que, depois de quatro anos...

O plano é feito para quê? Para ficar embaixo do guarda-chuva maior, que é a Constituição. É a Constituição, no art. 214, que exige esse plano que estamos votando aqui hoje. Não estamos votando esse plano por nada. Nós estamos votando porque a Constituição exige no art. 214. Esse plano já deveria ter sido aprovado em 2011. Nós estamos aqui discutindo hoje o plano, que tem que avançar ou esclarecer o que está na Constituição, mas, com essa redação que veio da Câmara, está retrocedendo em relação a esse guarda-chuva, porque deveria ser compatível constitucionalmente.

Acredito que o meu tempo já está esgotado.

Agradeço. Muito obrigada. *(Palmas.)*

(Manifestações das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço à Drª Eugênia Augusta Gonzaga.

Esta Casa exerce um processo democrático. A opinião de todos é valorosa. Nós temos, por obrigação, que ouvir todos os lados, todas as questões, a maneira como as pessoas veem, compreendem e vivem esse problema ou qualquer outro. Nós não podemos, de maneira nenhuma, desrespeitar os nossos convidados. Todos têm razão. Todos têm o direito e a razão de se

manifestar nesta Comissão, porque aqui nós fazemos o equilíbrio, e, se não houver o contraditório, nós não podemos formar uma opinião.

Então, eu peço, mais uma vez, a todos os senhores aqui presentes a colaboração e que a manifestação, somente de aplauso, seja feita ao final por quem quiser.

Eu gostaria aqui de fazer uma... Já saiu o meu amigo Pedro Taques, um Senador que tem o respeito muito grande desta Casa. Quero aqui agradecer a presença do Senador Cristovam Buarque, ex-Ministro da Educação, e também cumprimentá-lo. S. Exª é um Senador que tem objetivo e foco constantes na educação, com ideias modernas, sempre nos prestigiando e sempre trazendo para esta Comissão coisas novas.

Quero também enaltecer a minha Vice-Presidente Ana Amélia e agradecer-lhe. S. Exª é uma guerreira aqui no Senado, em tantas batalhas, e sua colaboração é fundamental nesta nossa Comissão.

Eu passo a palavra, em seguida, ao hoje Governador em exercício e Vice-Governador do Paraná, Dr. Flávio Arns, professor licenciado da Universidade Federal do Paraná. Flávio Arns sempre esteve ligado à educação, e sua vida parlamentar foi bastante marcada por essa questão. Apresentou projetos, promoveu debates e audiências públicas. Eu faço esta homenagem porque S. Exª é ex-Presidente desta Comissão. Ainda neste ano, com a sua vinda, nós iremos inaugurar a sua fotografia, porque foi um presidente exemplar da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que marcou realmente uma fase nova nesta Comissão.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao amigo e ex-Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS – Obrigado.

Quero, em primeiro lugar, agradecer a gentileza das palavras de amizade do Presidente da Comissão de Educação, Senador Cyro Miranda, e dizer também da alegria de estar aqui, vendo V. Exª, os demais Senadores e as Senadoras, os funcionários, todas as pessoas, e de me lembrar também de muitas audiências públicas sobre os mais variados temas que foram sempre desenvolvidas aqui nesta Comissão, e com muito êxito, com muito esclarecimento. Então, Cyro, é uma alegria estar aqui.

Quero cumprimentar de uma maneira muito particular o ex-Governador do Paraná e Relator desta matéria nesta Comissão, o amigo Alvaro Dias. Trinta anos atrás, quando ele foi governador, muitos desses debates já haviam se concretizado ou estavam se concretizando no Paraná, em termos de criação de programas, de formação de recursos humanos, de equipamentos, de tecnologia assistiva. Ele e a esposa, Débora Dias, foram fundamentais, no Paraná, para a cidadania da pessoa com deficiência, eu sempre lembro isso, além de ser um grande representante do nosso Estado e do Brasil, que engrandece a atividade parlamentar.

Cristovam Buarque, que bom nos encontrarmos! Rodrigo Rollemberg, é uma alegria! Angela Portela, Ana Amélia, todos os nossos colegas, também os Deputados aqui presentes, nossos colegas aqui da Mesa, Ana Cristina, Turozi, Drª Eugênia, Secretária Macaé, que bom que estamos aqui!

Patrícia, Rosângela, todas as pessoas que estão aqui, pais, amigos, familiares, profissionais, no fundo, todos nós estamos buscando os caminhos para que a cidadania da pessoa com deficiência aconteça, em qualquer área de deficiência, com muita qualidade, para que essas pessoas, como os próprios objetivos da educação definem, tenham chances, oportunidades, desenvolvam o seu potencial, se sintam participantes da vida da família e da comunidade.

Em primeiro lugar, eu quero falar como Secretário de Educação. Faço parte, como Secretário de Educação, do Consed (Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação). E no Consed, o Plano Nacional de Educação foi debatido à exaustão, em todas as suas metas, em todos os seus aspectos, o acompanhamento das audiências. A Meta 4 também foi amplamente debatida por todos os secretários de educação estaduais do Brasil, portanto, de todos os partidos políticos, de todas as regiões, com atendimentos mais avançados, com mais dificuldades, com problemas muitas vezes também nas suas áreas pela imensidão dos territórios. Mas todos os secretários discutiram à exaustão e, inclusive, entregaram um documento ao Ministro da Educação e esse documento, eu diria, é muito importante porque reflete o ponto de vista de todos os Estados e não de um partido, de um Estado ou de algum outro documento.

Depois de um arrazoado de uma página e meia que vou deixar à disposição de todos os membros da Comissão do Senado e, de uma maneira particular, para o colega Cyro Miranda e também para o Senador Alvaro Dias, o documento diz o seguinte: “Pelo exposto”, o arrazoado todo, “o Consed, por maioria de seus membros, manifesta seu apoio ao texto oriundo da Câmara dos Deputados, rejeitando as emendas do Senado”. *(Palmas.)*

Então, esta é a conclusão de todos os secretários de educação de todos os Estados do Brasil, independentemente de partido político: mantenha-se o texto da Câmara dos Deputados sem qualquer alteração no Senado Federal. Esse é o pedido, o pleito que todos os Estados fazem. *(Palmas.)*

É um documento importante. Fica à disposição. Eu peço ao Secretário Júlio, eu conheço essa turma toda porque fui Presidente desta Comissão também,

com muita alegria, que entregue ao Senador Alvaro Dias. Eu entrego pessoalmente uma cópia deste documento ao Senador Cyro Miranda.

Ao mesmo tempo, quero dizer que tudo isso está de acordo com a legislação brasileira, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de acordo com a Constituição Federal e de acordo com a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. *(Palmas.)*

A própria convenção diz, no art. 4º, item IV, são seis linhas:

> *Artigo 4*.....
> .....
> .....
> .....4. *Nenhum dispositivo da presente Convenção afetará quaisquer disposições mais propícias à realização dos direitos das pessoas com deficiência, as quais possam estar contidas na legislação do Estado Parte ou no direito internacional em vigor para esse Estado. Não haverá nenhuma restrição ou derrogação de qualquer dos direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos ou vigentes em qualquer Estado Parte da presente Convenção, em conformidade com leis, convenções, regulamentos ou costumes, sob a alegação de que a presente Convenção não reconhece tais direitos e liberdades ou que os reconhece em menor grau.*

Então, a convivência entre a escola comum, regular, e a escola de educação especial, concretizada na Constituição pela palavra "preferencialmente", está obviamente respaldada e resguardada na convenção. Esse é o ponto de vista do Consed.

Como Secretário do Paraná, eu digo o seguinte: todo esforço está sendo feito para que a pessoa com deficiência seja muito bem atendida na escola comum. Tudo está sendo feito – *(Palmas.)* –: sala de recursos, salas multifuncionais, professores de apoio, funcionários de apoio, tecnologia assistiva, acessibilidade. Queremos que isso aconteça. Nós somos a favor disso, todos nós que estamos nesta sala. Ninguém vai dizer: "Eu sei que ele pode estar na escola comum, mas prefiro que ele não esteja". Seria um absurdo. Então, todos nós somos a favor de que esteja na escola comum.

Quem diz que todo mundo vai para a escola comum, independente de necessidade, independente de idade, independente de qualquer coisa, está completamente equivocado, errado. *(Palmas.)*

E isso em qualquer país. O Turozi mencionou dois ou três países, mas não existe isso.

Lá no Paraná, nós estamos discutindo, neste momento, como atender com qualidade a criança, o jovem, o jovem adolescente, o jovem adulto surdo, cego, com distúrbio de conduta associado. Nós não temos programa bom nem na escola comum, nem na escola especial, na escola de educação especial. Como atender bem a pessoa com distúrbio de conduta?

Lá em Paris são atendidos nos hospitais.

Nós dissemos: eles têm direito à educação. Então nós vamos garantir a educação.

A pessoa com deficiência, lá na Inglaterra, fica o ano inteiro na escola especial e só vai para casa nas festas de fim de ano? E eles chamam isso inclusão, porque vai para casa nas festas de final de ano.

Nós estamos dizendo que a escola é na comunidade. Vai para a escola de manhã, volta de tarde, volta de noite... Isso é o que acontece no Brasil.

Eu quero dizer a vocês que eu acho que nós estamos fazendo a pergunta errada. Eu também sou pai. Também tenho filho com deficiência intelectual. Então, eu posso falar como família também. E o meu filho já tem mais idade, 38 anos. Então, nós podemos também. Mas a pergunta está errada. O que os pais querem saber, em minha opinião? O pai vai dizer, a mãe vai dizer: "Eu quero que o meu filho seja bem atendido. Ele tem necessidades. Precisa de muitas coisas na vida para ser feliz". A mãe que tem um filho surdo, cego, com distúrbios de conduta, está perguntando: "O que eu vou fazer? Quem é que me ajuda? O que ele precisa? Quem é que desenvolve isso?" Então, a primeira pergunta é: "Do que essa criança, esse adolescente, esse jovem, esse adulto precisa?" *(Palmas.)* E a segunda pergunta é: "Onde que ele pode ser bem atendido?" *(Palmas.)* Pode ser na classe comum, pode ser numa escola, pode ser numa clínica... Há países, que eu conheço, em que eles dizem: "Nós não temos condições de atender, mas tem uma clínica que atende bem". Então, o aluno está indo, com o consentimento da família, para a clínica. O que é bom? Há duas coisas. Eu fui Vice-Presidente da inclusão internacional, durante vários anos, representando as Américas. Quatro princípios: Direitos Humanos, cidadania plena, com inclusão em todas as políticas púbicas e mais dois princípios que ninguém abre mão no mundo, que é autodefensoria. Vamos perguntar para a pessoa com deficiência o que ela acha e vamos perguntar para a família da pessoa com deficiência para ver o que ela pensa, juntamente com os profissionais darmos o atendimento de qualidade que essa pessoa merece.

Então nós dizermos: "Todo mundo na classe comum!" Isso é radicalismo. É impensável. *(Palmas.)* É falta de respeito com a família, é falta de respeito com a comunidade e é falta de respeito, até falta de humanidade, eu diria. *(Palmas.)*

E nós não estamos falando de criança. Nós estamos falando de criança, de adolescente, de jovem, de adulto e de idoso. Toda caminhada pela vida. Por que isso? Porque, às vezes, as pessoas dizem: "Ah, mas ele já tem trinta anos! Não pode mais estar numa escola de surdo, ou de cego ou de paralisado... Ah, tem quarenta anos!" Nós nunca fazemos a pergunta sobre quantos anos a pessoa tem quando ela vai para a faculdade, ou quando ela vai para os jovens e adultos. *(Palmas.)* Se nós fazemos essa pergunta para a pessoa com deficiência é discriminação. Faça a pergunta para todos então. E diga: "Não pode ir para a faculdade com 40 anos de idade." *(Palmas.)* "Ou não pode ir para os jovens e adultos com 50 anos".

Para concluir, eu diria: temos que ter o espaço, não só para as duas alternativas, até para mais alternativas, se for o caso; para mais alternativas.

Nós temos que dizer que todo espaço tem que ser organizado, aberto na escola comum. No Paraná, as escolas de surdos, de cegos, são escolas de educação básica, autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação, como escolas de educação básica, na modalidade de educação especial. Oferece educação infantil, educação básica, educação profissional e educação de jovens e adultos.

E pela lei, todos iguais pela educação, essas escolas têm os mesmos direitos a tudo que as escolas do Estado recebem: professor, reforma, construção, ampliação, merenda, carro, transporte, porque senão é discriminação. Tem que ser a mesma coisa. E eu faço apelo inclusive para a Secretária Macaé, que está aqui, que vem fazendo um excelente trabalho em tantas áreas. Tivemos, outro dia, o evento de cultura cigana, temos o encontro dos quilombolas, temos o encontro dos assentados, dos acampados, mas que ela reveja dentro da sua Secretaria todo o debate da diversidade. Nós temos que parar com esse conflito. Por que isso? Isso não favorece o pai, não favorece a mãe, o Ministério da Educação vem fazendo um trabalho tão bom em tantas áreas, mas nessa área está pisando na bola. *(Palmas.)* E pisando na bola com radicalismos, com falta de respeito... E eu acho que a gente aqui tem que dizer: "Chega, está bom, passou... Agora vamos avançar!"

Nós temos muitos desafios pela frente para pensarmos juntos, construirmos caminhos que permitam a cidadania da pessoa com deficiência, com a participação de todos na escola comum, com todo o apoio possível, não sendo possível em outras alternativas, mas a opinião dos Secretários de todo o Brasil, de todos os partidos políticos, está escrito por maioria, mas foi por unanimidade, porque nem todos os secretários estavam presentes à reunião, mas todos que estavam aprovaram, todos os Secretários Estaduais de Educação, dizendo: "Olha, se não for assim, de manter a Meta 4, exatamente como foi aprovada pela Câmara dos Deputados, isso será um retrocesso para a cidadania no Brasil."

Então o apelo ao Cyro Miranda, ao Alvaro Dias, ao Cristovam, ao Rodrigo, todo o pessoal que está aqui, que está votando também nesse sentido, a Senadora Angela também e todo mundo, para que a gente possa, com sabedoria, dizer: "Vamos avançar!"

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muitíssimo obrigado, Secretário de Educação e Vice-Governador do Paraná, pela sua pontuação e clareza neste assunto.

Eu também quero agradecer muito a presença de S. Exª, o Deputado Federal Ubiali, também um entusiasta da educação, ao Gustavo de Araújo Perazzolo, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos; Christiane Aquino Bonomo, membro da Diretora da Diretoria do Instituto Ápice Down, do Fórum Nacional da Educação Inclusiva e também do Professor Antonio Gomes Leitão, Coordenador de Educação Inclusiva da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

O SR. FLÁVIO ARNS – Só o meu abraço, o Ubiali também, porque eu nomeei todos os Deputados. Então, o Ubiali também.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Concedo a palavra a Srª Patrícia Luíza Ferreira Rezende, Diretora de Políticas Educacionais da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, Feneis.

A SRª PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE – Bom dia a todos!

Agradeço imensamente o convite para estar presente nesta audiência pública, discutindo exatamente a questão da educação.

Eu sou Patrícia Rezende. Eu sou Diretora das Políticas Educacionais da Federação Nacional de Surdos.

Está aqui presente também o Diretor da Confederação Brasileira de Desportos para Surdos, Sr. Gustavo, e nós estamos representando toda a comunidade surda brasileira, em nível nacional. Estamos trazendo para os Senadores as questões relativas à educação de surdos. E nós queremos solicitar aos Senadores que nos ouçam nesta nossa reivindicação, porque nós somos surdos e estamos então batalhando em causa própria pela nossa própria comunidade. Nós sabemos, porque somos surdos, e só quem é surdo é que sabe como é a sua educação.

Então, os ouvintes, a grande maioria da sociedade é não surdo, ou seja, não é surda e não se utiliza da

Língua Brasileira de Sinais. Nós temos a Língua Brasileira de Sinais, que é uma língua que tem o mesmo *status* da língua portuguesa.

Apesar de sermos uma minoria linguística, nós temos a nossa língua, que é inclusive embasada pela Convenção da ONU e pela IDA (Aliança Internacional das Pessoas com Deficiência).

Eu quero pedir desculpas àqueles que têm falado a respeito da questão dos surdos porque é preciso que se conheça essa questão linguística dos surdos, é preciso que se compreenda, e eu vou apresentar rapidamente pontuando aqui por meio dos eslaides, que eu gostaria que vocês acompanhassem.

Então, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, ela diz ser necessário que se respeitem as minorias linguísticas. Então, por exemplo, os índios, os quilombolas, a comunidade rural, e os dialetos, os vários dialetos que existem nos países em todo o mundo não podem ser inferiorizados em relação à língua oficial do país.

Aqui no País, por exemplo, nós temos várias línguas, e isso é um patrimônio imaterial nosso. Então, nós temos pessoas descendentes de espanhóis, descendentes de alemães, europeus, que se utilizam da sua língua da sua língua no ambiente familiar, e os indígenas que têm requerido a sua própria educação. Então, nós não aceitamos que a imposição do Português oral como língua de instrução.

Esta Declaração Universal dos Direitos Humanos foi promulgada pela Unesco, em 1996. Ali está o texto no eslaide.

Próximo eslaide.

No art. 24 desta Declaração da Unesco diz que todas as comunidades linguísticas têm o direito de decidir qual deve ser o grau de presença da sua língua na sociedade. E deve também, como comunidade linguística, unir-se e defender a sua própria língua e a sua identidade cultural e linguística, assim como nós estamos fazendo hoje aqui e temos feito já junto às autoridades competentes em nossos Municípios e Estados.

Desde criança é necessário que a criança surda tenha acesso ao aprendizado da língua de sinais, conviva num ambiente linguístico favorável. E é nosso direito exigir isso: que a criança esteja crescendo num ambiente linguístico favorável.

Aqui estamos com outro eslaide que vai falar exatamente sobre a convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência que foi promulgada no Brasil.

O art. 30, § 4º, diz que as pessoas com deficiência devem fazer jus e que inclusive deve haver a defesa da identidade cultural e linguística específica e que deve ser reconhecida e apoiada essa identidade. Isso está na Convenção da ONU, que tem peso de lei no Brasil.

Então, eu pergunto para vocês: para que a criança adquira a língua de sinais, é possível que isso aconteça num ambiente inclusivo? Não. Porque 95% das famílias que têm filhos surdos são famílias não surdas, são famílias ouvintes. Então, na família, o surdo não tem acesso à sua língua natural. Onde ele vai adquirir essa língua natural? No ambiente inclusivo? Numa sala de aula inclusiva? Não. Numa sala de aula bilíngue, dentro de uma escola onde a língua de instrução seja a língua de sinais, onde os professores surdos ou os professores ouvintes, mas bilíngues, tenham fluência e que, por dia, a criança tenha acesso à educação apenas num turno, como os demais não surdos têm, que eles possam voltar para as suas casas e, de tarde, brincar e, de tarde, se socializarem com suas famílias. E aí, sim, vai haver a inclusão social a partir do momento em que a criança vai adquirindo os conhecimentos de mundo na sua própria língua em que ela vai convivendo com os seus pares. E é importante esse momento, porque a criança vai tendo acesso aos conhecimentos em sua própria língua. Esse desenvolvimento cognitivo acontece de modo muito rápido. Ali, nós já estamos em um outro eslaide em que se diz que é necessária a promoção da identidade linguística e da própria comunidade surda.

A comunidade surda não pode ser inferiorizada e ela não pede por uma segregação. Pelo contrário. Ela pede exatamente por essa inclusão da criança surda e do adolescente surdo no seu ambiente linguístico propício, para que ela possa crescer e se sentir segura como cidadão, para ver os seus pares adultos.

No caso das crianças surdas cegas, a Convenção da ONU diz que deve ser garantida a educação e que essa educação deve ser ministrada nas línguas e nos modos e meios.

Nós vivemos num País continental e sabemos de todas as dificuldades, de todas as diferenças. Nós temos, por exemplo, uma criança surda inclusa numa sala só de ouvintes com a presença do intérprete de Libras. Aquele intérprete de Libras certamente vai mediar o ensinamento de uma disciplina que nem sempre ele conhece e nem sempre vai ser possível que a criança já tenha entrado na escola com conhecimento de língua de sinais devido à quantidade de crianças que vêm de famílias ouvintes.

O que significa então a educação inclusiva e o que nós pedimos como direitos linguísticos? Nós queremos que a criança esteja convivendo num ambiente propício, onde os professores surdos contem piadas, onde os professores surdos brinquem com elas com jogos de matemática utilizando a Língua de Sinais Bra-

sileira e, por meio dela, ele sendo também estimulado a aprender o Português escrito, porque a inserção do surdo no sistema de ensino regular não deve ser por sua deficiência, mas, sim, por sua especificidade linguístico cultural. Então, a comunidade surda tem reivindicado isso, que é um direito linguístico nosso.

Ali temos também perguntas. Por exemplo, em relação à educação dos surdos, da educação no campo, da educação dos quilombolas, da educação indígena, isso é segregação? Não, isso não é segregação. Isso é promoção de acessibilidade e respeito. Então, o Brasil precisa respeitar suas diversidades. Isso não acontece em relação à comunidade surda. Por quê? Nós também temos esse direito de ter uma educação bilíngue, de estar numa escola regular, inseridos ali. *(Palmas.)* Mas isso não pode ser feito de forma radical, como querem os inclusivistas. Nós não queremos estar submetidos a essa ditadura linguística de imposição de uma língua que nós nem ouvimos, que é o Português oral.

Próximo eslaide, por favor.

Então, como estávamos falando. As escolas bilíngues e as classes bilíngues devem ser preparadas e elaboradas desde o início da matrícula. Os surdos devem ser enturmados não por serem deficientes. Não, essa não é a nossa visão, a nossa visão é política no sentido da política linguística, de que nós temos um idioma próprio. Isso já está garantido e a Convenção da ONU é muito clara. Deve ser respeitada a identidade linguística e cultural. O que se faz hoje é incluir um surdo na escola de ouvintes e o surdo não tem acesso à língua de sinais. Onde ele vai adquirir isso? Como ele vai aprender a construir frases, a contar histórias, a contar piadas e ter acesso aos conceitos? Não. Diz-se que a escola inclusiva – e esse é o problema do texto da Meta 4 – que foi uma estratégia do MEC também de oprimir a comunidade surda no sentido linguístico dele. Nós não aceitamos esse tipo de opressão. Nós não aceitamos, estamos falando que esse texto com essas emendas... Nós sabemos... Eu gostaria de falar para a professora Macaé, para a Professora Martinha e para todos que estão aqui que nós temos feito reuniões e solicitado que os lobistas do MEC não interfiram nos movimentos da sociedade civil organizada.

A intérprete avisa à palestrante sobre o sinal sonoro que soou, porque não há um sinal luminoso. Então, ela não pôde ter acesso. A intérprete avisa que há um tempo adicional, porque foi solicitado à Presidência da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A Presidência da Casa – não desta Comissão – poderia ficar sem levar essa. *(Risos.)*

A SRª PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE – Obrigada, muito obrigada. Deixem-me continuar meu raciocínio.

O Inep já fez sua própria pesquisa nacional e estamos usando aqui os dados do próprio Inep. As escolas de surdos, as escolas para surdos foram fechadas dentro da perspectiva inclusivista e não inclusiva.

Nós vemos uma evasão muito grande de alunos surdos, porque chegam às escolas inclusivas e não há uma preparação, os intérpretes de Libras, chamados intérpretes, são pessoas amadoras, ainda aprendizes, e nós percebemos que há uma apresentação de dados muito espetaculosa sobre a questão do aumento das matrículas, mas não se fala nada da evasão que aconteceu.

Próximo eslaide, por favor.

A atual política inclusivista do MEC tem promovido o fechamento de escolas para surdos, tem colocado Libras no contraturno, no Atendimento Educacional Especializado, como se Libras não fosse uma língua possível de usar, como se ela fosse só um apoio, assim como o Braile. Mas as aulas, por exemplo, de conhecimentos gerais, como História, Geografia, os surdos têm o direito de aprender igual aos ouvintes, mas eles não ouvem o Português. Eles precisam ter acesso a essas disciplinas dos conhecimentos na sua própria língua. O Atendimento Educacional Especializado são duas, três horas, no máximo. Então, o surdo não consegue acompanhar o ritmo dos demais alunos porque não é respeitada a sua língua.

Muitos dos surdos estão fora da escola pelo próprio desrespeito e humilhação que sentem dentro da escola, pelo fato de o sistema não estar adequado. *(Palmas.)*

Próximo eslaide, por favor.

Quero apresentar aqui uma pesquisa de grande vulto em termos mundiais, inclusive ela é inédita no mundo. Ela foi desenvolvida no espaço entre 2001 e 2011. Essa pesquisa foi chamada Programa de Avaliação Nacional (Pandesb), que foi financiada, inclusive, pela Capes, pelo CNPq e pelo próprio Inep – ou seja, verba do MEC.

Próximo eslaide, por gentileza.

O Pandesb examinou as escolas inclusivas, as escolas para surdos, as escolas que já seguem uma perspectiva inclusiva bilíngue e analisou 9.200 estudantes surdos. Observem ali os dados: foi feita uma pesquisa em 15 Estados.

Próximo eslaide, por gentileza.

O Prof. Capovilla, que é da USP, apresenta os seguintes resultados: “Os estudantes surdos aprendem mais e melhor em escolas bilíngues”. Ou seja, em escolas regulares, mas especializadas no ensino

dos alunos surdos na língua de instrução, Libras, com apoio do Português escrito. Aprendem melhor, tem um vocabulário melhor, escrevem melhor, conhecem mais da língua de sinais, ou seja, eles estão num nível melhor do que muitos alunos ouvintes – não surdos – que estão na educação regular. *(Palmas.)*

E os surdos que estão na escola inclusiva apresentaram resultados negativos. Ele pesquisou por muito tempo. E a verba foi de milhões de reais investidos nessa pesquisa. É justamente necessário que o MEC atente para isso, porque o MEC gastou dinheiro nessa pesquisa e não quer mudar sua perspectiva em relação à comunidade surda.

Nós queremos dizer que o nosso conceito é teórico, mas é diferente do MEC, quando se fala em questões bilíngues. Porque o MEC diz o seguinte: o Português deve ser a língua primeira e a língua de instrução. A língua de sinais é uma língua secundária, que fica ali na sala, por meio da presença do intérprete. Mas a nossa proposta é diferente da do MEC. É que a língua um de instrução seja a língua de sinais, e a língua dois seja o português escrito.

Nós não aceitamos que haja na sala de aula intérpretes que usem, por exemplo, o Português sinalizado, que é o que muitas vezes acontece, e os alunos são prejudicados, porque, no contraturno, tem de haver uma compensação, como se a língua de sinais fosse apenas uma compensação, e não uma língua real, um idioma de porte.

Temos de pensar também não só em escolas bilíngues. A nossa proposta é que seja respeitado o Decreto nº 5.626, que propõe turmas bilíngues dentro das escolas inclusivas. Que dentro daquela turma haja alunos surdos e um professor surdo ou um professor bilíngue para ministrar todos os conteúdos, como os demais alunos têm acesso.

As escolas inclusivas podem ser um recurso para a família, com o Português oral sendo a língua de instrução e com o AEE, porque sabemos que, apesar de todas as falhas, existem locais no Brasil em que é necessário isso, que demanda uma verba maior, que é a dupla matrícula. É muito interessante para as Secretarias de Educação, por exemplo, ter dinheiro em dobro. É direito dos surdos oralizados, é direito da família escolher.

A Feneis é uma Federação que representa os surdos implantados, que têm implante coclear, que são oralizados e que são sinalizados. Mas sabemos que a maioria dos surdos prefere a língua de sinais à sinalização.

Próximo eslaide.

A IDA (Aliança Internacional das Pessoas com Deficiência) diz que as crianças surdas... Estamos falando que a Feneis é ligada à Federação Mundial de Surdos, que é vinculada à IDA e à ONU. Então, a IDA tem um poder internacional, embasado pelo ONU. Sendo assim, a IDA foi uma das promotoras ou uma das que lutaram para que houvesse essa convenção dos direitos das pessoas. A Federação Mundial de Surdos está ligada à IDA, e a Feneis está ligada à Federação Mundial de Surdos. Então, todos nós estamos imbuídos dessa responsabilidade de defender a legislação internacional e nacional em favor das escolas bilíngues.

Este texto diz o seguinte: “As crianças surdas precisam ser incluídas primeiramente através da língua primeiramente e da cultura mais apropriada antes de serem incluídas nas diferentes áreas da vida em estágios posteriores”.

Por exemplo, é preciso, primeiro, que a criança tenha contato com os seus pares surdos, com os adultos surdos, o que a inclusão não permite. Dentro de um espaço bilíngue, a criança vai adquirir os conhecimentos e vai poder estar mais bem incluída socialmente e educacionalmente no ensino médio, na faculdade.

Próximo, por gentileza.

Falarei rapidamente agora a respeito do PNE e da evolução histórica sobre a educação de surdos, que é o nosso interesse e o nosso foco.

Próximo eslaide.

O MEC apresenta o projeto de lei do PNE para o Congresso Nacional. Esta proposta diz o seguinte: “4.4) oferta de educação bilíngue em língua portuguesa e em língua de sinais”.

Aí eu pergunto o seguinte: esse conceito bilíngue do MEC privilegia a língua majoritária, à qual nós não temos acesso porque não ouvimos. Então, o MEC não vê que, em primeiro lugar, deve vir – próximo eslaide, por favor – a língua de sinais, como está previsto no texto do Deputado Angelo Vanhoni.

A Feneis conversou com o Deputado Angelo Vanhoni, apresentou a legislação vigente no País, como o Decreto de Lei nº 5.626 e a própria convenção da ONU, e falou que deve ser garantida a oferta de educação bilíngue em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas. Esse foi o texto aprovado que chegou ao Senado. Esse texto respeita os movimentos surdos, respeita o povo surdo, que já soma milhões de pessoas no País. Então, ele respeita a comunidade surda.

Próximo eslaide, já para encerrar.

Vejam o texto que foi alterado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Nós percebemos aí a supressão de uma palavra que causa uma grande diferença, porque nós havíamos proposto “em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas”. Mas no texto proposto existe uma malícia no conceito, uma certa maldade no discurso, porque está escrito “esco-

las bilíngues inclusivas". É óbvio que as escolas bilíngues são inclusivas, e aí vai se pensar que, se houver o intérprete de língua de sinais, qualquer escola já é bilíngue. Isso distorce o conceito da comunidade surda, o conceito que está presente na legislação vigente do País e respaldado, inclusive, pela própria ONU.

Qual foi o objetivo de se suprimirem essas três palavras? Qual foi o objetivo? Por que ignorar os reclames da sociedade surda, cerca de 9 milhões de pessoas no Brasil? O MEC quer impor a ditadura de que os surdos têm que estar incluídos, sendo que lá na escola inclusiva a língua majoritária, a língua de instrução é a língua portuguesa. Não! Os surdos têm que estar no seu espaço, espaço bilíngue, em escolas regulares, bilíngues e públicas.

Nós temos lá a disciplina de língua espanhola, a disciplina de língua inglesa. Nós temos uma escola bilíngue inglês-português só porque há a disciplina inglês na escola? É óbvio que não. Então, está havendo uma falta de compreensão de questões linguísticas, e o conceito está distorcido. A língua de sinais não pode ser inferiorizada. Por isso, nós estamos aqui.

Próximo eslaide, para encerrar.

O texto de "consenso" entre o MEC e o Senador Vital do Rêgo diz o seguinte: "Em escolas e classes bilíngues". Então, a proposta é tirar a palavra "bilíngue". Por quê? Porque a Feneis conversou com o Senador Vital do Rêgo, que acatou a nossa proposta, e nós explicamos a situação com o seguinte texto.

Vamos passar.

No texto do Senador Vital do Rêgo, então, a diferenciação entre escola bilíngue, classe bilíngue e escola inclusiva se desfez, o que significa dizer que qualquer escola poderá ter a adjetivação de bilíngue apenas pelo fato de ter intérprete de língua e falante de Libras e Português no mesmo espaço. Mas essas não serão escolas bilíngues, não serão escolas diferenciadas que definam políticas linguísticas também necessariamente diferenciadas para surdos, cuja língua de instrução deve ser diretamente a Libras. Isso é diferente, porque os deficientes auditivos, as pessoas com deficiência auditiva, ou seja, uma surdez leve a moderada, podem perfeitamente acompanhar dentro do espaço inclusivo, de uma escola inclusiva. Surdos profundos e surdos com surdez severa não podem estar nesse tipo de escola. Eu peço perdão aos Senadores, peço desculpa, mas é uma vergonha o que o MEC tem feito, isso é uma opressão linguística de parte do MEC e isso não se faz em termos de direitos humanos, como foi dito. *(Palmas.)*

A luta do MEC pelas escolas inclusivas, escolas comuns, não resolve a necessidade de a pessoa surda ter um ambiente linguístico natural para aquisição da língua de sinais, porque o atendimento educacional especializado promove poucas horas e não promove a presença de professores surdos, promove geralmente a presença de intérpretes de língua de sinais no contraturno. Então, sendo no contraturno não resolve. A educação bilíngue é suplementar e deve ser única. Eu sou surda. Eu estou falando como surda. Eu sou doutora em educação. Eu sou professora do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Eu sou concursada. Eu sou Professora que trabalha no curso de Pedagogia Bilíngüe. Então, estou falando em nome da pessoa surda a educação que nós queremos. Nós queremos uma educação de qualidade. Nós não queremos ser oprimidos, professores surdos únicos oprimidos tendo uma escola inclusiva como já tem acontecido.

A atual política inclusiva do MEC privilegia a dupla matrícula. Isso tem acontecido em vários Estados do País e isso é interesse das Secretarias de Educação, por quê? Porque aumenta verba. Então, eles vão receber uma verba em dobro, vão suprimir o atendimento educacional especializado para surdos, como tem acontecido, e o surdo fica com a educação de péssima qualidade, as escolas de surdos são fechadas e são transformadas em atendimento educacional especializado, como diz ali o eslaide.

Isso é discriminação. Isso fere a Convenção da ONU, agrega uma transferência de recurso a mais às Secretarias. Ou seja, isso é uma visão capitalista e muito interesseira das Secretarias.

A última frase diz que a verba destinada à dupla matrícula deve ser canalizada para a educação integral nas escolas bilíngues. Ou seja, que se use essa verba para se aplicar nas escolas bilíngues, nas escolas regulares públicas bilíngües – *(Palmas.)* – essa verba de dupla matrícula. Que seja usada nas escolas bilíngues. Por que não?

Para finalizar, pedimos que volte o texto do Relator Angelo Vanhoni, que foi aprovado na Câmara dos Deputados, respeitando a sociedade civil organizada, que diz que educação bilíngue deve acontecer em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.

Nós pedimos que o texto seja retornado, porque esse texto respeita e dá três opções de escolha para as famílias: escolas inclusivas, escolas bilíngues ou classes bilíngues dentro de escolas inclusivas. A família que tem o direito de escolher e não o Estado de impor.

(Soa a campainha.)

A SRª PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE – *(Pausa.)*

A intérprete avisa que o sinal sonoro soou novamente e ela diz que está concluindo rapidamente. Diz o seguinte: a Convenção rege que na elaboração

e implementação da legislação e políticas para executar a presente Convenção e em outros processos de tomada de decisão relativos às pessoas com deficiência, elas devem ser consultadas, devem ser envolvidas ativamente no processo.

E o que nós surdos queremos? Nós queremos exatamente isso: ser respeitados, ser consultados no processo. Isso é muito sério. A Feneis e a Confederação Brasileira Desportiva... Nós somos surdos. Venha cá, Gustavo, por favor, para que as autoridades e os representantes surdos presentes vejam. O Sr. Gustavo é Presidente da CBDS, nós estamos representando os surdos de todo o Brasil.

Nós queremos dizer que nada sobre nós sem nós. *(Palmas.)*

Nós afirmamos que nenhum outro segmento de deficiência ou gestores de autoridades públicas podem nos impor a educação que não foi decidida por nós.

A Convenção da ONU diz: "Nada sobre nós sem nós".

E nós surdos estamos aqui e queremos dizer que essa é a educação que nós queremos e exigimos aqui.

Queremos pedir, com muito carinho, apelar mesmo ao Senador Alvaro Dias, que é Relator do processo, dizendo-lhe que a sua responsabilidade, Senador, é muito grande. Que você ouça os reclames da comunidade surda e que faça tudo sobre nós, mas tudo conosco, juntos, e não mandando em nós, mas com a nossa presença, com a nossa participação.

Eu quero agradecer. Sei que você vai ser favorável a esse nosso pedido. Quero agradecer e dizer que, no *Diário Oficial*, foi colocado que "a política nacional de educação bilíngue para surdos". Isso já foi publicado no *Diário Oficial*. E isso significa o quê? Que nós teremos um GT, sete pessoas surdas indicadas pela Feneis. Nós já conversamos com a Profª Macaé, e ela não nos ouviu, porque ela queria focar na política de formação de professores, e nós queremos ir além. Nós queremos falar de uma política bilíngue dentro do sistema educacional público e regular, e o MEC está pensando só em formação. Nós queremos a formação também – nós respeitamos o MEC nesse sentido –, mas nós queremos que haja um aprofundamento das discussões e um "avançar" dessas discussões.

Então, a Feneis está indicando sete pessoas e o MEC, seis pessoas. Mas o MEC colocou na comissão oito pessoas, ou seja, a maioria é governista, e os surdos ficaram com sete vagas, diferentemente da nossa conversa, inclusive com o Ministro Mercadante.

Isso já foi assinado, mas a Feneis continua sendo inferiorizada e a comunidade sendo inferiorizada.

E nós estamos vendo que a Convenção da ONU está sendo desrespeitada no País, e é necessário que esta Casa observe o que está acontecendo, os desmandos que estão acontecendo, dentro da área governista. Não está havendo abertura para que os movimentos sociais falem, e a Feneis não está satisfeita com isso.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Quero agradecer...

A SRª PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE – O Sr. Gustavo pediu só um minutinho.

Ele está dizendo o seguinte: "Eu gostaria de dizer para vocês que eu estudei numa escola bilíngue. A minha esposa é surda, eu tenho dois filhos que são ouvintes, e esses filhos podem estar dentro das escolas bilíngues. Eu ouvi falando sobre a obrigatoriedade da inclusão. Eu respeito, mas eu digo o seguinte: a família é que tem que escolher. Se eu tenho um filho, eu tenho que escolher em qual escola eu vou colocar meu filho; eu tenho que ter esse direito. E eu agradeço a palavra".

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Um agradecimento à Patrícia pela sua brilhante apresentação e, principalmente, conscientização. Muito obrigado, Patrícia.

Eu quero fazer um registro, agora, às Srªs e aos Srs. Senadores e, principalmente, a esta Casa, Senador Rollemberg, o coral que iria se apresentar aqui, acorde de crianças com dificuldades, está sendo impedido pela segurança desta Casa, porque tem uma turma querendo entrar. O Diretor da Segurança desta Casa tomou uma atitude arbitrária, deixando essas crianças na chuva, com necessidade de ir aos toaletes, não permitindo a entrada. Por último, agora, permitiu a entrada pela garagem, onde tem uma rampa, e essas crianças não têm a mínima condição de mobilidade.

Fica aqui o nosso repúdio, e nós vamos fazer uma carta de repreensão a esse cidadão, que, dificilmente, com a nossa anuência, continuará pertencendo a esta Casa. *(Palmas.)*

É um absurdo, uma falta de respeito, uma falta de humanismo!

Quero deixar aqui registrado os nossos protestos.

Isto acontece no Senado Federal, que é a Casa que deveria dar o exemplo.

Peço mil perdões, em nome desse cidadão – se é que é um cidadão.

Passo, agora, a palavra, com muito prazer, à Ana Cristina Correia e Silva, Vice-Diretora do Centro de Ensino Especial de Brasília, que, através do Senador Rollemberg, brindou-nos com uma ida a essa escola, o que nos comoveu. Foi um dia, realmente, de maior emoção para a Senadora Ana Amélia, para o Senador Rollemberg e, principalmente, para mim.

Com a palavra a Ana Cristina. *(Palmas.)*

A SRª ANA CRISTINA CORREIA E SILVA – Bom dia a todos!

Cumprimento a Mesa, em nome do Senador Cyro Miranda, e digo que a honra foi nossa em recebê-lo em nossa escola, juntamente com a Senadora Ana Amélia e o Senador Rodrigo Rollemberg. Cumprimento o Sr. Senador Alvaro Dias, o Ilmo. Senador Cristovam Buarque, Senador Rodrigo Rollemberg e os meus colegas de luta. *(Palmas.)*

Fui convidada para representar as escolas públicas especiais do Distrito Federal, que há mais de 40 anos realizam atendimento educacional a estudantes com deficiência na modalidade educação especial, conforme previsto na LDB, art. 58.

Infelizmente, nossas escolas vivem sob a ameaça de extinção há pelo menos 10 anos. Estudantes e familiares vivem em situação de instabilidade desde então.

O MEC, através da Nota Técnica nº 55, de abril de 2013, orienta o atendimento educacional especializado complementar e suplementar no turno contrário às escolas regulares, como apoio à inclusão, limitando as atividades que hoje nossas escolas vêm realizando.

É preciso esclarecer que as escolas especiais são ambientes inclusivos. É preciso esclarecer também que as escolas especiais realizam atendimento pedagógico e não clínico a essa clientela e que a eficácia e a qualidade desse atendimento são reconhecidas pela sociedade, pelos familiares e pelos próprios estudantes. *(Palmas.)*

Entendemos que o lugar de toda e qualquer criança, jovem e adulto é na escola, como foi dito aqui, mas não necessariamente na escola regular.

É necessário esclarecer, Srs. Senadores, que o discurso das escolas especiais não é contra a inclusão. O discurso é em favor da pessoa e não entendemos por que a escola especial assombra a garantia da escolarização na rede regular para as pessoas que ali desejarem estar.

As escolas especiais, Senadores, não existem para separar grupos de pessoas nem ferem o direito de crianças, jovens e adultos de conviverem com seus pares. Elas existem para garantir e para tornar legítimo o direito à educação, se assim a pessoa desejar se escolarizar nessas escolas. *(Palmas.)*

A política nacional de educação hoje é baseada na educação inclusiva, tema discutido internacionalmente. Entretanto, o significado de inclusão varia de sentido. Só que ele varia não porque existem equívocos nas diferentes interpretações ou por causa de conceitos arcaicos, como foi dito aqui. Ele varia porque estamos falando de pessoas e, quando falamos de pessoas, conceitos e práticas devem ser considerados. Desse modo, entendemos que a inclusão deve ser pensada no contexto da pessoa, da sua família, das instituições, das outras instituições, de grupos e da sociedade como um todo.

Quando pensamos em inclusão no contexto escolar, percebemos de imediato que existe a necessidade de uma grande transformação do sistema educacional brasileiro. Hoje esse sistema ainda é conteudista, existe obrigatoriedade de avaliações em exames nacionais e consequente apresentação de resultados quantitativos. O espírito que domina na escola comum é o competitivo e esse modelo pode não favorecer a inclusão de todas as pessoas. A rede regular de ensino ainda não se qualificou, mas todos nós torcemos para que isso ocorra.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que tem *status* de Emenda à Constituição desde 2009, e tem norteado a política nacional de educação inclusiva, tem por objetivo abolir a discriminação e tornar efetivos os direitos das pessoas com deficiência. Em seu art. 24, que é destinado ao tema educação, assegura sistema educacional inclusivo em todos os níveis ao longo da vida. Assegura também que as pessoas não podem ser excluídas do sistema educacional geral sob a alegação de deficiência.

E aí eu pergunto – e essa pergunta não é só minha –: o que é um sistema educacional inclusivo? A resposta vai depender da interpretação, da pessoa. O sistema educacional inclusivo pode ser o chamado sistema regular em classes comuns da escola regular, mas pode também ser um sistema amplo, com múltiplas possibilidades para atender à diversidade e à singularidade dos alunos. Por que a radicalização?

O art. 24 da Convenção recomenda que para uma aprendizagem efetiva sejam disponibilizados apoios individualizados, ambientes que maximizem o desenvolvimento social e acadêmico, formação de competências que visem a plena e igual participação no sistema de ensino e acessibilidade em todos os níveis.

Ainda recomenda o art. 24 da Convenção a inclusão plena. Inclusão plena, outra expressão polêmica. Não existe consenso internacional sobre o seu significado. Como acreditamos que a inclusão deve ser pensada no contexto da pessoa e da sociedade, pergunto – vou formular uma hipótese–: um estudante que necessite de apoios contínuos, intensos e às vezes permanentes, qual seria o melhor para que ele desenvolvesse as suas possibilidades sociais e acadêmicas?

Não existe consenso de que a escola comum seja o melhor espaço para esse aluno. Então os questionamentos devem ser estimulados. Não existe verdade absoluta. Todas as vozes devem ser ouvidas: da própria pessoa, de sua família, de professores, gestores,

da equipe de apoio e aprendizagem, de orientadores educacionais. A verdade não é absoluta.

Pergunto ainda: será que a inclusão em classes comuns da escola comum é o mais indicado para todas as pessoas com deficiência?

(Manifestações das galerias.)

A SRª ANA CRISTINA CORREIA E SILVA – Será que, em alguns casos, independente da idade, o estudante não desenvolveria melhor a sua capacidade intelectual, emocional, física e social em ambientes com atendimentos mais individualizados nas escolas especiais?

(Manifestações das galerias.)

A SRª ANA CRISTINA CORREIA E SILVA – Sabemos que existem muitos casos de sucesso na inclusão na escola comum. Esses casos devem ser estimulados, divulgados, comemorados. O Estado deve propiciar condições para que a escola comum ofereça uma inclusão de qualidade. O Estado deve oferecer, obrigatoriamente, esse atendimento nas escolas comuns. Mas a procura por esse atendimento deve ser opcional, ou seja, a oferta é obrigatória, mas a procura tem que ser opcional.

Assim, como existem casos de sucesso existem também casos de fracasso. E, na prática, hoje, recebemos nas escolas especiais estudantes com faixa etária e perfis variados que não corresponderam às expectativas da inclusão na escola comum. Chegam às nossas escolas apresentando desequilíbrio emocional, baixa autoestima, baixa autoconfiança, agressividade, dentre outros comportamentos. E suas famílias vêm juntas com esses estudantes, com graus de sofrimento explícito.

Portanto, as políticas públicas devem ser pensadas a partir das necessidades das pessoas e da sociedade e não a partir de prioridades do Estado.

Que política pública é essa que pretende escolher qual é o melhor local de escolarização para a pessoa sem que essa pessoa seja ouvida?

A Convenção reconhece a importância para as pessoas com deficiência de usa autonomia, independência individual e liberdade para fazer suas próprias escolhas.

Considera ainda que essas pessoas devem ter oportunidade para participar ativamente de programas e políticas, inclusive das que lhes dizem respeito.

A Constituição Federal, em seu art. 205, determina que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Logo, essa família empoderada constitucionalmente tem a liberdade de decidir a condução da escolaridade do seu filho. Portanto, a família tem o direito garantido por lei de escolher a escola de seu filho. A pessoa com deficiência tem o direito garantido por lei de escolher a escola de sua preferência.

Aí, chego finalmente no texto da Meta 4 do PNE (Plano Nacional de Educação) para o qual eu gostaria da atenção especial dos Senadores.

O seu texto original, como chegou à Câmara dos Deputados, traz duas questões que precisam ser analisadas criteriosamente. Vou ler o texto original: "Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino".

Primeira situação que deve ser analisada: o texto estabelece uma faixa etária com limite temporal de 13 anos para oferta do atendimento educacional a pessoas cujo desenvolvimento intelectual e maturidade emocional se distanciam de sua idade cronológica. Também, nesses aspectos, essas pessoas podem não se identificar com os demais estudantes da escola regular.

Segunda situação a ser analisada: o texto estabelece a oferta de um único sistema de ensino, que, no caso, é a chamada escola regular, rede regular de ensino. Farei, então, três perguntas em relação a esse texto. A obrigatoriedade de escolarização nas escolas comuns fere o Direito constitucional de liberdade da pessoa para fazer suas próprias escolhas?

Suprime o direito constitucional da família de escolher a melhor escola para o seu filho?

Se a Convenção assegura às pessoas com deficiência o direito de participarem ativamente das decisões relativas a programas e políticas que lhes dizem respeito, quando esse direito será assegurado de fato se essa política de educação impõe a obrigatoriedade de escolarização na escola comum?

O estabelecimento de uma faixa etária com a pretensão de universalização da educação da pessoa com deficiência por meio de um critério cronológico fere a sua dignidade?

São questões que ouso até perguntar ao lado de uma Procuradora Federal, mas têm que ser analisadas com muito critério.

Por fim, entendemos que o texto da Meta 4, aprovado na Câmara dos Deputados, contendo o advérbio "preferencialmente" assegurará às pessoas com deficiência os seus direitos constitucionais. Entendemos ainda que o texto está amparado por normas constitucionais vigentes, amparadas no art. 208, inciso III, da Constituição Federal, que garante às pessoas com deficiência o atendimento especializado...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA CRISTINA CORREIA E SILVA – ... preferencialmente na rede regular de ensino.

No art. 205, que diz que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, afirmando que as famílias devem ter a liberdade de escolher a escola que querem para os seus filhos.

Ainda amparado no art. 206, inciso III, da Constituição Federal, que afirma que o ensino será ministrado com base no princípio de pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; ainda amparado pela Convenção, como o citado art. 4º pelo Secretário Flávio Arns e pelos seus preâmbulos, que garantem a participação das pessoas nas decisões relativas a programas e políticas que lhes dizem respeito.

Defendemos, então, o texto da Meta 4 aprovado na Câmara dos Deputados, que atende, assegura o direito às pessoas e que está constitucionalmente amparado por lei.

Para finalizar, eu gostaria de citar uma frase de uma pessoa que admiro muito, Profª Drª Erenice Natália que diz: "Educação é ampliar e não restringir". *(Palmas.)*

Defendemos, ainda, as escolas especiais como ambientes educacionais inclusivos e constitucionais para qualquer pessoa, independentemente da idade, que nelas desejem ingressar e desenvolver o seu potencial acadêmico e social. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nosso muito obrigado à Profª Ana Cristina pela sua apresentação.

Quero agradecer as presenças dos Senadores Eduardo Suplicy e Randolfe Rodrigues, membros desta Comissão e sempre atuantes.

Concedo a palavra, então, para o último expositor, à Srª Macaé Maria Evaristo dos Santos, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC).

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Apenas, Sr. Presidente, eu não sou membro da Comissão, mas considero muito importante esta audiência pública. Por isso aqui estou para assisti-la também.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O senhor está sempre presente, mais que alguns membros.

Então, a Comissão já o nomeou como membro a*d hoc*.

A SRª MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS – Bom dia a todos e a todas!

Quero saudar o Senador Cyro Mirando e parabenizá-lo pela importância desta audiência pública. É um tema muito importante, relevante, caro a todas as pessoas presentes aqui. Acho que não há melhor lugar para que a gente possa debater ideias e chegar a um processo de fazer escolhas do que é melhor para o futuro da educação no nosso País.

Quero saudar o Senador Alvaro Dias, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Eduardo Suplicy, outros Senadores presentes, cumprimentar a Patrícia, da Feneis; José Turozi; a Eugênia, nossa Procuradora Regional da República; Rosângela Machado; Ana Cristina Correia e Silva e a equipe da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão que também está aqui presente nesta audiência.

Inicio esta fala fazendo um histórico da Meta 4 no processo de debate, de tramitação, tanto na Câmara quanto aqui no Senado. Na sequência, apresentarei alguns dados da política desenvolvida pelo Ministério da Educação para garantia do direito à educação das pessoas com deficiência, altas habilidades, transtornos globais do desenvolvimento.

A Meta 4, conforme foi encaminhada para o Congresso Nacional, propõe universalizar para a população de 4 a 17 anos o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

Esse texto não é um texto do Ministério da Educação. É um texto que foi construído a partir dos debates que ocorreram ao longo das conferências Municipais, Estaduais e da conferência nacional de Educação, em 2010, que culminou com a produção desse texto. Foi o texto votado nessa conferência. A maioria dos delegados da Conferência Nacional, que tinha representação de famílias, representação de estudantes, representação de escolas públicas e privadas, gestores dos sistemas de ensino, associações, movimentos que militam, que atuam pela causa da educação, presentes nessa conferência, acordaram.

E aí eu vou dizer que sempre que numa conferência a gente tem uma votação, é claro que nem sempre o resultado dessa votação vai acolher 100% das pessoas que estavam ali presentes. Mas a maioria presente na Conferência Nacional de Educação propugnou pelo texto do Plano Nacional de Educação, que está mirando dez anos à frente: o que vamos fazer, quais são as nossas metas, as nossas prioridades para a educação pública nos próximos dez anos, no que diz respeito ao atendimento às pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades.

Esse texto, essa redação, na Câmara dos Deputados, também passou por vários debates e modificou, trouxe modificações para o texto, que é o texto do Deputado Angelo Vanhoni, que propõe universalizar para a população de 4 a 17 anos o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de

recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Esse texto do Deputado Angelo Vanhoni, se, por um lado, atende a demanda de alguns segmentos que defendem as pessoas com deficiência, ele também traz algumas contradições e alguns elementos aos quais muitos outros setores do âmbito educacionais são contrários. Eu acho que um primeiro ponto que a gente discute, que acabou se transformando, é que essa discussão veio para a Meta 4, mas talvez ela pudesse ter sido incorporada em outro lugar do Texto, que era a prioridade do investimento público para a escola pública. Eu acho que esse debate da prioridade do investimento público para a escola pública acaba se concentrando na meta 4, ainda que o objetivo da meta 4 não seja fazer essa discussão.

Então, quando ele incorpora na universalização do atendimento à população de 4 a 17 anos, preferencialmente, na rede regular, você abre aqui uma brecha para que você – e aí eu vou dizer –, em tempos em que nós discutimos a ampliação do investimento na educação, em tempos em que nós discutimos a prioridade, precisamos votar 10% do PIB para a educação e precisamos votar os *royalties* para a educação, a gente começa, ao mesmo tempo, em vários lugares e em várias metas do PNE, a abrir frestas para que o orçamento público, de novo, não seja investido na escola pública, mas que ele vá para a iniciativa privada.

Então, eu acho que há aqui uma questão que a gente precisa tratar e que não está necessariamente ligada à discussão da inclusão das pessoas com deficiência na educação. Está colocada aqui uma discussão que é: qual é a nossa prioridade para o investimento público da educação? Então, eu acho que esse é um ponto que a gente precisa aqui salientar.

Uma outra questão que a redação do Vanhoni traz e que, para nós, no Ministério da Educação, é uma questão complexa é que o nosso entendimento do art.24 da Convenção das Pessoas com Deficiência é que nós e os Estados signatários desta Convenção devem construir um sistema educacional inclusivo. E aí é muito bacana, porque ao longo desta manhã vimos vários entendimentos do que é sistema educacional inclusivo. O Ministério da Educação tem trabalhado com uma compreensão que foi debatida pelas conferências e que agora será novamente debatida, estamos em pleno processo de conferência, mas a perspectiva é de que um sistema educacional inclusivo deve garantir a todos o direito à inserção nas escolas comuns e deve garantir, além do direito à inserção em escolas comuns, o atendimento educacional especializado.

Hoje, o Ministério da Educação trabalha, do ponto de vista de operacionalização dessa política, por meio do Fundeb, com uma ideia de, ao pensar o financiamento da educação, trabalharmos com uma dupla matrícula, que é o financiamento de uma matrícula na escola regular e o financiamento da segunda matrícula para atendimento educacional especializado em escolas. Pode ser na própria escola onde o estudante está, bem como pode ser em instituições comunitárias, filantrópicas, sem fins lucrativos, que façam esse atendimento educacional especializado, ou em centros para garantir esse atendimento.

No Senado, na CAE, o Senador Pimentel, na sua redação, retoma o texto original, que veio do Ministério da Educação, mas era o texto que veio da Conferência Nacional da Educação, que é: "universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino". Quer dizer, esse texto retoma o que tinha sido votado na Conferência Nacional da Educação.

Ainda no Senado, na Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Vital do Rêgo fez um esforço grande, um esforço significativo de ouvir diferentes partes e tentar desenhar uma redação que buscasse se aproximar de uma visão que pudesse o mais possível atender essas diferentes posições que estavam colocadas no debate.

Quero chamar a atenção: o Ministério da Educação fez, nesse processo, entre a tramitação na CAE e na Comissão de Constituição e Justiça, uma série de encontros, de reuniões de trabalho, em que conversamos com a Federação das APAEs, conversamos com a Feneis, conversamos com o Fórum Nacional em defesa da inclusão... Temos aqui a associação... Estou vendo um representante de uma associação...

(Manifestações das galerias.)

A SRª MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS – Do Movimento Down, da Federação Brasileira de Síndrome de Down. Conversamos com a associação que trabalha com a questão dos autistas e conversamos também com o Consed, com a Undime, com a CNTE, com a campanha em defesa da educação pública. Tentamos ouvir vários segmentos para construir uma posição que conseguisse fazer que a gente chegasse a uma redação que pudesse contemplar essas diferentes posições, que foi a redação que o Senador Vital do Rêgo, recebendo contribuição desses vários segmentos, produziu: "universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos"... E quero chamar a atenção de por que 4 a 17 anos. No debate, já vi muita gente dizendo: "Mas por que não estamos discutindo

para todos?" Porque essa meta segue o enquadramento da meta que está ampliando a obrigatoriedade do atendimento educacional, que antes era de 6 a 9 anos, e hoje a obrigatoriedade se estende para a população de 4 a 17 anos. Então, essa redação tratando da questão de 4 a 17 anos é o correlato da expansão da obrigatoriedade do atendimento educacional, da obrigatoriedade da matrícula para a população de 4 a 17 anos. É disso que trata especificamente essa meta.

Então: "universalizar [...] [para as pessoas] com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica, assegurando-lhes o atendimento educacional". E aí, vejam bem: "o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino". Essa é a redação. E aí, além de "preferencialmente na rede regular de ensino":

[...] nos termos do artigo 208, inciso III, da Constituição Federal, e do artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, com "status" de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Portanto, a perspectiva da redação do Senador Vital do Rêgo foi construirmos um entendimento em torno dessa questão. E é muito importante que, além de a gente ler o texto da meta, que a gente preste atenção às estratégias. Porque havia outro debate colocado, que era o debate do fim do financiamento das matrículas para crianças com deficiência, altas habilidades, transtornos globais do desenvolvimento, em 2016, que era a estratégia 4.1, que discutimos muito com a Federação das APAEs. Então, a proposição do Senador Vital do Rêgo, no seu conjunto, que acho que é importante as pessoas conhecerem, avança muito os pontos, na tentativa de construirmos uma posição de consenso.

Acho que estamos num momento importante de olhar, para os próximos dez anos, a educação brasileira. Eu quero disponibilizar alguns dados para mostrar que a nossa perspectiva de construção de um sistema educacional inclusivo tem tido resultados muito importantes e significativos, ainda que a gente tenha muitos conflitos e contradições. Acho que isso é importante. Num país onde a experiência do Estado de desenvolver políticas para adversidades, para as diferentes diferenças, ela não estar incorporada nos mecanismos, na estrutura do Estado, a possibilidade do contraditório, do debate, do conflito, é fundamental. Porque isso é que faz com que a gente avance.

Ainda quero falar sobre a questão dos estudantes surdos. Nós temos conversado bastante com a Feneis, ainda que a gente não chegue a um acordo, não é, Patrícia? Porque há dificuldade dos dois lados, de um lado e do outro. Então vamos lá, gente. Para fazer acordo, todo mundo tem que arredar um pouquinho. É difícil. Se fazer acordo é só um lado abrir mão da sua posição e aderir ao outro lado, isso não é acordo. Nós estamos abrindo mão de fazer o debate. Então, a gente precisa disso. Temos conversado bastante com a Feneis. A composição do GT... Só para esclarecer, o GT que estamos fazendo incorporou as reivindicações da Feneis, não vamos tratar só da formação de professores, vamos tratar da discussão da política linguística. E aí, só para falar da composição, que não é a Feneis em minoria, são sete representantes da Feneis. É um representante da Undime, porque nós temos que trazer para esse debate os dirigentes municipais de educação de todos os Municípios do País. Nós temos que trazer para esse debate o Consed. Então, é um representante do Consed, um representante do Ines (Instituto Nacional de Educação de Surdos). Nós temos que trazer uma representação do Ines. E o Ministério da Educação, especificamente, tem dois representantes e convidou três especialistas de universidades federais que têm reconhecido currículo sobre o tema. Então, eu acho que esse GT está bastante diversificado, e nós tentamos trazer aqui muitas pessoas que estão em lugares diferentes que possam contribuir no debate sobre a política linguística.

O nosso entendimento, Patrícia, do que está colocado sobre a questão, quando a gente diz "classes", "escolas bilíngues", "classes e escolas bilíngues"... Eu já discuti isso bastante com você, e aí eu vou dizer, a escola americana é uma escola bilíngue, em que a língua em uso é o Inglês e que ensina o Português como segunda língua. Então, se a gente está falando de escola bilíngue, eu acho que a gente já conversou bastante sobre isso, nós estamos entendendo que nós teremos escolas bilíngues em que o uso da língua, e aí eu vou dizer, a primeira língua é a Libras e a segunda língua é o Português escrito. Nós também temos escolas bilíngues, em que a primeira língua é o Português e a segunda língua é Libras.

É o caso da maioria das escolas que nós temos no nosso País hoje. Só para lembrar, gente, quando nós começamos a nossa política de educação inclusiva, no Brasil, nós tínhamos pelo Censo Escolar somente 2 mil Municípios que registravam matrícula de pessoas com deficiência. Hoje, nós temos mais de 5 mil Municípios do nosso País que registram matrículas de crianças com deficiência. Nós temos no Brasil 4 mil Municípios... *(Palmas.)*

Gente, não é isso. São coisas para a gente pensar. Eu queria que a gente pudesse aqui estabelecer um diálogo. Acho que é um lugar muito bom para isso. E

a gente precisa ter habilidade. Eu estou trazendo elementos, são mais coisas para a gente pensar.

Nós temos no Brasil mais de 4 mil Municípios que têm menos de 20 mil habitantes. Então, quando nós estamos pensando uma meta para o Plano Nacional de Educação, nós não estamos pensando uma meta só para as grandes cidades. Eu faço um esforço hoje, porque lá na minha área – o Flávio Arns até falou aqui –, a Secadi trabalha com aquelas populações que, quando a gente pensa o Brasil, são números, relativamente ao Brasil, pequenos, mas que são fundamentais.

Por exemplo, nós temos 80 Municípios no Brasil que têm mais de 100 escolas no campo. Como que eu vou fazer uma política para educação no campo se eu pensar somente nos grandes centros urbanos? Então, quando nós estamos discutindo a Meta 4, essas questões todas precisam ser consideradas.

Eu acho que nós temos que não desistir do diálogo, essa é a minha tese. Eu acho que o gestor público, o Legislativo, nós temos que ouvir as pessoas, entender as questões que estão sendo colocadas e tentar construir uma solução melhor. Agora, a melhor solução nem sempre é a minha, ou nem sempre é a do outro. Às vezes, é a do meio termo. Eu acho que essa é uma questão que a gente precisa considerar.

Agora, há pressupostos de que nós não podemos abrir mão. Quais pressupostos? Eu acho que nós não podemos abrir mão daquilo em que o País já avançou. Nós temos anos de construção de avanços numa política de educação especial numa perspectiva inclusiva. Nós somos signatários da Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência. Nós não podemos recuar disso. Nós não podemos fazer um texto no Plano Nacional de Educação que entre em contradição com isso.

Então, qual a posição do Ministério da Educação, se nós estamos recolocando a questão? A nossa posição é garantir que o PNE seja o reflexo da convenção, da qual somos signatários, e que a gente não recue, mas avance. Nós temos dez anos pela frente, temos mais investimentos para a educação, e acho que não estamos no momento de pedir menos inclusão, estamos no momento de pedir mais inclusão... *(Palmas.)*

E mais inclusão é garantir todos os recursos necessários para que todas as pessoas com deficiência tenham garantido o atendimento necessário, que a gente avance com as nossas políticas, que a gente garanta que em qualquer lugar do nosso País – que seja em Breves, lá no Pará –, em qualquer escola do campo, em qualquer escola indígena, em qualquer escola quilombola, se houver uma criança com deficiência, que ela tenha direito a ter a sua escolarização garantida.

Por fim, eu queria só mostrar aqui alguns dados. Acho que eles são importantes, porque eles mostram o avanço que estamos fazendo. A gente sabe que ainda não fez todo o necessário, mas o Ministério da Educação tem envidado muitos esforços, muitos investimentos para fazer cada vez mais chegar a garantia do direito à educação para todas as pessoas do nosso País.

Eu queria mostrar os dados. O dado de 2013/2014 é a meta. Até 2012, nós implantamos 37.801 salas de recursos multifuncionais em nosso País e a nossa meta é que até o final de 2014 cheguemos a 41.801 salas de recursos. Nós queremos chegar a quantas, gente, nesses dez anos? Nós queremos chegar com salas de recursos a todas as escolas do nosso País. Eu acho que essa que tem que ser a nossa meta.

O Programa Escola Acessível. Já atendemos com o PDDE 47.499. Em 2008 eram 1.869 e hoje temos 47.499 escolas atendidas no Programa Escola Acessível. Esse é um dado importantíssimo para o qual quero chamar a atenção, uma tecnologia de trabalho, de gestão intersetorial, uma parceria do Ministério do Desenvolvimento Social com o Ministério da Educação, as secretarias estaduais e municipais de educação e de assistência social, uma grande parceria com o Consed e com a Undime para a gente garantir que todas as crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos – e daqui para frente na faixa de 4 a 17 anos – recebam o benefício de prestação continuada da assistência social, tenham suas matrículas garantidas nas escolas. Em 2007, nós tínhamos somente 78 mil desses beneficiários do BPC matriculados na escola e 296 mil estavam fora da escola. Hoje, em 2012, nós temos ainda 140 mil que não estão matriculados, mas nós temos 329.801 matriculados. Isso é uma ação intersetorial importante, por quê? Para garantir o direito à educação precisamos também avançar no direito a outras políticas públicas. E acho que aqui também há um campo de debate importante. Muitas vezes, para o Plano Nacional de Educação, a gente traz para o âmbito do debate da política educacional uma demanda por uma insuficiência de políticas que necessariamente não estão enquadradas no contexto de política educacional. Então, acho que esse é um aspecto importante que precisamos tratar.

Vamos lá. Pode passar.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone.*) – Chega de número!

A SRª MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS – Os números são importantes, gente, porque por trás de cada número desse há um nome: há um José, uma Maria, um Francisco, que estiveram fora da escola e que hoje estão na escola. *(Palmas.)*

Esses números não são em vão, são pessoas, são sujeitos de direitos. Então, mostrar isso é mostrar...

(Soa a campainha.)

A SRª MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS – ... quantas pessoas estavam fora da escola e que hoje têm o seu direito garantido. Nosso País é um país de democracia tardia e de garantia de direito, principalmente de populações que foram historicamente excluídas da educação, do acesso à educação. Nós estamos universalizando o ensino fundamental, ao longo da década de 90. Então, não é ruim mostrar números. Todos nós aqui precisamos apreender esses números, principalmente os números daqueles que ainda estão fora da escola, que são os estudantes do campo, que são os estudantes indígenas, que são os estudantes com deficiência e que moram em pequenos Municípios, nas comunidades rurais, nas aldeias indígenas.

Então, quando nós estamos falando disto, de garantir a universalização do acesso, principalmente, estamos pensando aqui nos mais excluídos, naqueles que não conseguem nem chegar aqui a este plenário, para defender sua posição. *(Palmas.)*

(Soa a campainha.)

A SRª MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS – Esse dado é importante, é o acesso das pessoas com deficiência à educação básica. Nós fomos de 337 mil matrículas para 820 mil matrículas.

Na educação superior, em 2003, nós tínhamos 5 mil estudantes com deficiência na educação superior e, em 2012, nós chegamos a 27 mil estudantes com deficiência.

E eu quero mostrar aqui o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação para a promoção da acessibilidade à educação básica.

De 2007 a 2013, foram mais de R$4 bilhões destinados às diferentes regiões do nosso País.

O Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras foi um avanço, e precisamos avançar muito mais.

Lembro também que nós temos o programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior, que, de 2005 a 2013, aprovou 307 projetos e foram R$34,4 milhões investidos.

De 2007 a 2012, para as instituições comunitárias, confessionais, filantrópicas, que atuam no atendimento a pessoas com deficiência, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento, nós investimos mais de R$2 bilhões, que foram descentralizados para essas instituições, e não estamos computando todos os investimentos do Fundeb.

Gente, eu fico eufórica, emocionada, e acho que todo mundo que fala aqui fica também. Sabem por quê? Porque essas questões mexem com o nosso coração. Nós sabemos do que estamos falando. Nós defendemos e, às vezes, nós podemos ter posição diferente, mas todos nós aqui estamos defendendo o melhor, o que achamos que é o melhor caminho.

Então, eu acho que não temos de ter aqui animosidade alguma. Nós temos de vir aqui e dizer, ninguém aqui é contra. O que nós queremos é saber como vislumbrar o melhor caminho para democratizarmos a educação no nosso País. Qual é o melhor caminho que nós vislumbramos para chegar cada vez mais perto de muitas pessoas, de inúmeras pessoas com deficiência que estão em lugares aonde nunca fomos?

Quando nós fazemos o mapeamento no nosso País – e aqui há uma tensão muito grande entre instituições comunitárias, privadas e tudo o mais –, quem são os mais excluídos? São Estados que nem as instituições comunitárias nem o Poder Público alcançaram.

Então, nós estamos fazendo uma meta aqui para os próximos dez anos, e o Poder Público é dever do Estado; é dever do Estado alcançar todas essas pessoas. E é por isso que a nossa meta centraliza ou dá uma força muito grande à questão do investimento público, no crescimento dos sistemas de ensino. Porque nós precisamos comprometer os Secretários Estaduais de Educação, os Secretários Municipais deste País inteiro, porque, no Brasil, nós temos sistemas de ensino, e é a escola pública que, de fato, consegue chegar ao maior número da população brasileira.

Eu agradeço muito e espero que possamos ter outras oportunidades. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nossos agradecimentos à Secretária Macaé.

Reforço as palavras da Secretária. Nós estamos num processo democrático. Tenho certeza de que todos nós lutamos por uma melhoria, avançarmos cada vez mais.

Então, o importante é ouvir.

E, das divergências, nós vamos para as convergências. Eu acho que ninguém quer o pior, e muito menos o Ministério da Educação. O MEC tem os seus princípios e as suas dificuldades. Mas ele, tendo oportunidade, que é por meio da Secretária, de ouvir os diversos segmentos, será mais fácil, nesse plano, contemplarmos e chegarmos aonde realmente nós gostaríamos.

Eu quero, aqui, em nome do Secretário Flávio Arns, dizer que ele pede desculpas, mas como ele está como Governador em exercício, teve de voltar, com urgência, ao Paraná. Não tinha agenda para hoje, mas fez questão de vir, pelo carinho que tem por esta Comissão, que presidiu, pelo carinho que tem pelo Relator, Alvaro Dias, e por todos os companheiros desta Comissão.

Eu agradeço ao Senador Flávio.

Quero também, aqui, registrar a presença honrosa do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Lindbergh Farias, que gentilmente nos cedeu o tempo de televisão que era da sua Comissão, disponibilizou-o para a nossa Comissão. Tenho grande admiração por esse Líder, que também vive problemas como muitos dos senhores aqui. É um pai exemplar, que tem o seu pensamento voltado para essa área 24 horas. Lindbergh, a nossa amizade, o nosso carinho e a nossa consideração aqui desta Comissão.

Quero também agradecer a presença do Senador Inácio Arruda, sempre constante aqui conosco, e do Senador Cícero, que teve de sair.

Eu passo, então, a palavra ao Senador Alvaro Dias, autor deste requerimento, para fazer as suas indagações.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Presidente Cyro, V. Exª teve o privilégio de presidir, hoje, certamente uma reunião histórica, muito especial, especialíssima.

Este é o setor da educação que mais se interessa pelo Plano Nacional de Educação, que mais tem debatido, que mais tem participado de reuniões, de audiências públicas, exercido esse poder de influir sobre o Congresso Nacional. E, por isso, o nosso agradecimento.

Ouvir pessoas como o Flávio Arns, que já se retirou, mas cujas palavras generosas devo agradecer... E, se há mais de 20 anos, no nosso Governo do Paraná, promovemos avanços especiais nessa área, devemos muito a ele, que foi o responsável pelo ensino especial na Secretaria de Educação do Estado. Não fosse o Flávio Arns, certamente não teríamos alcançado os avanços preconizados por ele no início da sua fala, no dia de hoje, a esta Comissão.

A Patrícia nos ensinou que o silêncio é eloquente e que os gestos são afirmativos. Aprendemos muito hoje com a Patrícia.

Nós tínhamos que ouvir – e ouvimos todos – o José Turozi, a Eugênia Gonzaga, a Rosângela Machado, a Ana Cristina Correia, a Macaé. É fundamental ouvir os especialistas, os educadores, os representantes das instituições, das entidades, mas é, sobretudo, importante ouvir os pais: pai e mãe. A família tem de ser a prioridade.

E esta frase que foi aqui enfatizada nos gestos da Patrícia, "nada sobre nós sem nós", interpreta também o nosso sentimento nesta hora e certamente de todos os Senadores que serão responsáveis pelo texto final deste Plano Nacional de Educação.

Uma frase resumiria tudo, e eu a ouvi aqui: "Uma escola não exclui a outra." *(Palmas.)* Eu creio que esta frase pode ser o item principal e primeiro da Meta 4: "Uma escola não exclui a outra." Valorizar o ensino especial, as instituições que se dedicam a ele. *(Palmas.)* Valorizar sobremaneira. E evidentemente estimular a inclusão das pessoas que desejam e podem ser incluídas, de forma muito afirmativa. (*Palmas.*)

O que nós tememos é que este Plano Nacional de Educação não conquiste a credibilidade das pessoas, que imaginem ser apenas um estatuto de intenções que jamais será respeitado, jamais será executado.

Por isso, nós estamos cuidando de fazer desse Plano Nacional de Educação também uma lei de responsabilidade educacional. Nós queremos que cada meta ou que as principais metas deste Plano Nacional abriguem dispositivos que signifiquem responsabilização. Quem são os responsáveis pela execução? E na eventualidade do não cumprimento da sua responsabilidade, qual é a penalização que será imposta?

Nós temos Lei de Responsabilidade Fiscal, temos Lei de Responsabilidade do Desporto Nacional, e queremos ter a Lei de Responsabilidade Educacional em nosso País. E este plano talvez seja o momento adequado para alcançarmos este objetivo.

Por isso, aqueles que tiverem sugestões neste cenário de responsabilização de agentes públicos e privados encarregados do cumprimento deste Plano Nacional de Educação, por favor, remetam-nos, porque certamente serão da maior utilidade para a redação do texto final.

Nós temos, nos acompanhando, a Consultoria do Senado. Sabemos que, na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Constituição e Justiça, a assessoria foi do Ministério da Educação. Sabemos também que o Ministério da Educação, Macaé, participou dos entendimentos na Câmara dos Deputados, que culminaram com o texto do Relator Vanhoni ao final dos trabalhos.

Surpreenderam-nos as alterações promovidas no Senado Federal, já que elas foram também inspiradas pelo Ministério da Educação, certamente. O texto original do Executivo que chegou à Câmara dos Deputados trazia uma concepção estritamente inclusiva de educação especial. E os debates na Câmara, os entendimentos promovidos levaram à alteração do texto, que incluiu que a universalização do atendimento escolar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação seja feita preferencialmente na rede regular de ensino.

Além disso, o texto aprovado pela Câmara previu a garantia de atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, de forma complementar ou

suplementar, e em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Essa redação parece mais abrangente na medida em que abriga todo o leque de possibilidades de atendimento à população alvo da educação especial.

Na Comissão de Constituição e Justiça, buscou-se uma nova redação para a meta, na tentativa de harmonizar a perspectiva da inclusão na escola regular com atendimento educacional especializado, que teria lugar preferencialmente na rede regular de ensino.

Nós temos que perguntar: O que dizem os estudos acadêmicos e as evidências científicas sobre a melhor forma de escolarizar a população com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento? O debate entre os atores pró-inclusão e pró-atendimento especializado tem se pautado por essas evidências para além das disputas ideológicas? Qual seria o melhor atendimento educacional para os casos excepcionais de crianças e jovens que requerem atendimento individualizado, além de cuidados adicionais de saúde, higiene, alimentação, por exemplo, que ultrapassam o escopo da ação educativa? Como essas crianças e jovens poderiam ser atendidas em uma escola regular? A escola e os professores do ensino regular estariam preparados para esse atendimento?

Embora a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada no ordenamento jurídico nacional com *status* de emenda constitucional, assegure um sistema educacional incluso em todos os níveis, ela também preconiza que, em todas as ações relativas às crianças com deficiência, o superior interesse da criança receberá consideração primordial. Esse dispositivo seria o fundamento para que as escolas especiais continuem coexistindo com as escolas regulares como opção para as famílias de crianças e jovens com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento? Essa é uma indagação essencial.

A Constituição prevê, no art. 208, atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. O Ministério da Educação, em sua política atual, busca restringir o conceito de atendimento educacional especializado e uma modalidade de apoio complementar e suplementar à educação básica regular, praticamente limitada ao contraturno escolar. Seria esse o sentido utilizado pela Carta Magna quando se refere a atendimento educacional especializado? Não poderíamos chamar essa perspectiva de reducionista, por enfatizar, em caráter quase exclusivo, o atendimento educacional especializado oferecido nas chamadas salas de recursos multifuncionais, sem a especialização própria para a atenção adequada aos diferentes tipos de deficiências e necessidades especiais, por exemplo, cegueira, surdo-cegueira, deficiência intelectual, autismo, etc.? Não seria mais recomendado contar com centros educacionais e professores especializados nos diferentes tipos de deficiência e transtornos do desenvolvimento, com acesso a materiais didáticos específicos, principalmente domínio das competências e habilidades requeridas para lecionar para cada um desses públicos? São indagações que devem ser respondidas.

Temos aqui inúmeras indagações, mas vamos resumir, exatamente para que os colegas Senadores possam ter também a oportunidade de participar desta audiência pública.

Qual o benefício da supressão preconizada, pela Comissão de Assuntos Econômicos, da menção à terminalidade específica da escolarização dos alunos da escola especial?

É necessário delimitar uma faixa etária – 4 a 17 anos – para universalização do atendimento escolar das pessoas com deficiência e altas habilidades, ou superdotação, como faz o Plano Nacional de Educação?

Não seria importante prever também a universalização do atendimento em creche dessas crianças até três anos, pois são justamente as que mais requerem estimulação precoce para desenvolver seu potencial?

Qual o tipo de atendimento requerido para pessoas com deficiência que já ultrapassaram a idade escolar, mas que são incapazes para a vida independente e o trabalho, e, por isso, necessitam de uma estrutura de atendimento específica, inclusive educacional, para continuarem se desenvolvendo, socializando e aprendendo?

Além da educação e dos recursos próprios das famílias, que outros setores contribuem ou deveriam contribuir para o financiamento das entidades filantrópicas de educação especial?

Como esse financiamento intersetorial poderia ser fortalecido?

Além da mudança do *caput* da Meta 4, o Substitutivo da Comissão de Justiça inseriu novas estratégias e modificou a redação de outras. Na opinião dos nossos convidados, essas modificações foram acertadas e, portanto, deveriam ser mantidas por esta Comissão no texto do Plano Nacional de Educação ou não?

Estas são indagações que formulamos.

Ao final, para que possamos passar a palavra também, Senador Cyro Miranda, aos nossos colegas Senadores, quero dizer que pretendemos, o mais rapidamente possível, concluir o nosso trabalho. Na próxima quinta-feira, teremos a última audiência pública e, já na próxima semana, estaremos trabalhando com os consultores do Senado na elaboração do texto final, procurando atender às sugestões, os indicativos que

foram oferecidos durante os debates celebrados nesta Comissão, especialmente.

E a nossa preocupação, eu insisto, é com o cumprimento às metas estabelecidas neste Plano, que devem vigorar para 14 anos. Se tivermos início em 2014, até 2024. Como assegurar à sociedade a exata noção de que essas metas serão respeitadas e executadas? Esta é a nossa preocupação, por isso enfatizarmos insistentemente nos últimos dias a necessidade de adotarmos uma lei de responsabilidade educacional no texto desse Plano Nacional de Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E, mais uma vez, os cumprimentos aos depoentes deste dia, os nossos convidados (*Palmas.*), que foram excepcionais; que foram afirmativos; que foram francos; que discordaram democraticamente uns dos outros e que ofereceram mais esta contribuição não ao Plano Nacional de Educação apenas; ofereceram esta contribuição, este ensinamento, esta lição aos Democratas, porque é importante estabelecer o contraditório; oferecer espaço para que as contradições sejam expostas, para que as opiniões sejam exteriorizadas com a franqueza com que aqui foram exteriorizadas. É uma lição, portanto, de democracia.

Muito obrigado, meu Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Eu submeto aos meus pares – nós temos mais três inscritos – se podemos fazer as três perguntas em bloco, porque aí nós passamos...

A Patrícia está querendo falar, mas, Patrícia, eu gostaria que você falasse na hora da sua resposta. Aí você inclui a sua fala.

Eu concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para as suas perguntas e considerações; posteriormente ao Senador Rodrigo Rollemberg e ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, cada um dos que aqui falou, eu quero dizer que essa é uma das boas audiências que a gente já teve, não é Senador Alvaro? Realmente, é uma das boas audiências pelo tema, pelas posições. Agora, eu tenho uma preocupação: é que nós estamos politizando um tema para o qual nós deveríamos buscar uma solução não politizada. De repente, é como se um grupo fosse o dono da verdade e o outro grupo dono da verdade estivesse disputando com ele.

Eu creio que este é um tema em que dá para a gente saber qual é a melhor proposta, e talvez não seja nem uma nem outra; mas a melhor. Não um acordo, necessariamente, Profª Macaé. Eu temo que a gente faça um acordo sobre isso. Não. Temos que buscar a melhor proposta, e ela não é, necessariamente, essas duas.

Há experiências acumuladas no Brasil e no mundo inteiro. Eu recebi, aqui mesmo, uma mensagem de... não colocou o nome, a assinatura é ilegível, mas ela diz que tem uma criança com síndrome de Down, é diplomata de carreira, morou cinco anos nos Estados Unidos, e a educação lá no Reino Unido e na Europa em geral é inclusiva. E que – Cristiane – certas falas podem não passar a verdade sobre as consequências do inclusivo.

Mas eu já visitei escolas fora e percebo... Não vou dizer que sei como deve ser nem como vai ficar no seu documento, Senador Alvaro, aceitaria debater depois, mas o que a gente vê é que a inclusão tem um papel muito importante, sobretudo do ponto de vista da socialização das crianças. Eu visito escolas e vejo como as crianças convivem. Aliás, socializam as crianças que não têm nenhum problema, que não têm nenhuma dificuldade, que não são portadoras de qualquer deficiência. É bom esse diálogo para eles, para conviver, vai ser bom para o resto da formação deles. É bom também para aqueles que têm alguma forma de deficiência e são recebidos pelos colegas que andam, que ouvem.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista da formação plena da criança, sobretudo para a inserção no mercado de trabalho, creio que a inclusiva não é suficiente, ela não prepara a criança para enfrentar (*Palmas.*) a sua convivência pós-escola. Ela é muito boa na escola, mas não é boa no pós-escola. Vou dar um exemplo. Eu não sei você, mas a maioria de todos nós nasce com uma deficiência, só fala português, não fala nenhum dos outros 6 mil idiomas que existem no mundo. Isso é uma deficiência que a gente não tem resolvido pela inclusão. A gente tem de fazer cursos paralelos de inglês, de francês, de espanhol, para poder superar essa deficiência de falar apenas um idioma. A mesma coisa vale para os idiomas como libras, a mesma coisa vale para as profissões.

Eu visitei uma escola, num país pequenino, a Jordânia, que forma profissionais com síndrome de Down. Vi jovens sendo jardineiros, cozinheiros, secretários, até porque o nível de gravidade é muito diferente em cada um. Então, eu tenho a impressão, Senador Alvaro, que a inclusão tem um papel, mas ela não pode ser obrigatória (*Palmas.)*, ela não pode ser exclusiva. São duas coisas diferentes: obrigatória, sem ouvir a criança quando ela pode, e os pais, e nem exclusiva, sem ter alternativas paralelas que permitam complementar o que a escola tradicional não complementa para uma série de problemas, como, por exemplo, o inglês, o francês, o espanhol, o japonês, que a escola

só inclusiva não resolve e a escola só exclusiva também não resolve.

Creio que a saída é como responsabilizar o Estado para que toda criança que, porque os seus pais querem, porque elas querem e porque é bom, for para a escola inclusiva tenha lá todas as instalações necessárias, desde professores capazes de falar com elas, desde rampas para subir com suas cadeiras. Tudo tem de ser oferecido e se procurar a "inclusibilidade" – não sei se existe essa palavra. Ao mesmo tempo, o Estado tem de assegurar o complemento. Toda criança precisa de complemento, toda, não só aquelas que são tema desta reunião. Toda criança precisa de complemento educacional se quiser ser uma pessoa plena, capaz de deslumbrar-se com as belezas do mundo, tem de ter complementos de arte, que a escola, sozinha, não dá. Querendo indignar-se com as injustiças, tem de ter complemento, e não é na escola, é na convivência, é com os colegas. Tem de ser capaz de ter um ofício para inserir-se no mundo do trabalho, e não é a escola que está dando isso, lamentavelmente, embora o que tenho defendido, de quatro anos de ensino médio e todo o ensino médio ser, ao mesmo tempo, profissionalizante também, oferecendo também um ofício, ajudaria. Há uma série de itens para fazer uma pessoa plenamente educada, mas essas coisas não cabem na escola, mesmo em horário integral. Ao mesmo tempo, existe uma coisa que só cabe na escola, plenamente, que é a socialização. Essa é a escola que dá. Por isso sou tão desconfiado com a escola familiar, que hoje está crescendo muito pela falência da escola formal. Muitas famílias estão educando as crianças em casa, com tutores. Eu temo isso, as consequências disso. É capaz de serem mais bem educados, do ponto de vista da instrução, mas não da convivência, da socialização com os seus colegas. Então, o mesmo vale para qualquer um de nós. Cada um de nós, com as suas deficiências, de não saber falar outros idiomas, de não saber falar, ou não poder falar, o próprio português... E qualquer outra.

Então eu creio que o seu trabalho, Senador Alvaro, e eu estou pronto para dialogar, é, primeiro, despolitizar o assunto. Porque não é só nesse caso. Nós temos visto, Senador Rodrigo, que os pedagogos do Brasil, preocupados com suas teses de mestrado – vão ficar com raiva de mim por dizer isso –, às vezes usam a escola como laboratório das suas teses, das suas visões de mundo, que necessariamente não é a melhor. E aí a gente cria escolas lutando umas com as outras por uma questão de quem é o líder da escola, quem é que vai ganhar o Prêmio Nobel, se existisse, de Pedagogia. E não quem é que vai trazer o melhor efeito na cabecinha de cada uma das nossas crianças e no coração de cada uma delas também porque a educação implica também em sentimento, e não só em razão.

Eu sugiro muita discussão, talvez, não necessariamente em audiência. Sem politizar. Ouvindo até as pessoas, outras vezes, individualmente. E tentando descobrir o caminho certo. E a minha impressão é de que esse caminho certo não vai ser contra a inclusão, mas não vai ser só com a inclusão, vai ser um casamento da inclusão, mas não só da inclusão. Nem exclusividade para inclusão e nem obrigatoriedade forçada da inclusão. E ao mesmo tempo não acreditar que sem uma formação fora da escola, paralela, nós vamos ter nossas crianças superando as dificuldades que elas têm.

A chave da resposta é: como oferecer as oportunidades a qualquer criança, independente de quais características ela tenha?

Eu vi um desenho, faz pouco tempo, que me mostrou muito bem isso, sobre educação para garantir a mesma oportunidade.

Duas crianças iguaizinhas, normaizinhas, tudo. Mas uma grande e uma pequena. Então botaram um banco para o pequeno ver por cima do muro. Aquele banco é o que a gente precisa botar nas escolas da gente. Aquele banco que vai fazer com que elas fiquem da mesma altura. Da mesma altura na linguagem, da mesma altura no conhecimento, da mesma altura no ofício... Esse é o desafio. Como garantir oportunidades iguais, independente de características físicas e mentais? Obviamente tem limites.

Eu tenho um irmão, que já está com mais de 60 anos, que tem idade mental zero. Para ele não adiantaria nada. Nada. Nada, nada. Algum fenômeno devastou o seu cérebro quando ele tinha 2 anos de idade. Pode ter sido paralisia infantil, pode ter sido meningite... Naquela época ninguém sabia. Para esse não tem escola, nem hospital tem. Ele fica em casa todo o tempo, ali. Então existem graus muito diferentes.

Mas a resposta é: como garantir oportunidades iguais, Senador Alvaro? Essa deve ser a pergunta. Como toda criança vai ter oportunidade igual neste País, independente de ter ou não ter dificuldade por ser míope, precisar de um óculos; por não caminhar, precisar de uma cadeira de rodas. Porque o míope com óculos vai ter que aprender numa escola e o cadeirante vai aprender numa escola, e vamos oferecer outras facilidades para que ele supere aquilo que o faz diferente da média.

É isso que eu ia dizer. O senhor tem uma responsabilidade muito grande, mas, por favor, despolitize o debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Antes de passar a palavra ao Senador Rollemberg, Senador Lindbergh e Senador Magno Malta, a quem aqui agradeço bastante a presença, e também do Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Deixe-me inscrito aí também.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu queria só dizer aos dois Senadores, pedir que nos acompanhem, depois desta audiência, até o Senador Renan, porque nós trouxemos aqui um coral de crianças que iam cantar para a gente, com dificuldades especiais, e foi proibida a entrada deles pelos seguranças, porque havia um movimento. Foram truculentos, deixaram as crianças ao relento, à garoa que estava havendo, não podendo nem ir ao banheiro. Depois, com muito sacrifício, uma assessora nossa conseguiu convencê-lo e ele disse que só se fosse pela garagem. São cadeirantes, pessoas com dificuldade de mobilidade, não tinham a menor condição de subir a rampa.

Então, através do Diretor-Geral, convoquei uma reunião com o Senador Renan e gostaria de contar com a presença dos senhores, porque esse exemplo que estamos dando à sociedade é o pior possível. Pessoas com esse grau de desumanidade não podem permanecer conosco. (*Palmas.)*

Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cyro.

Quero cumprimentar V. Exª, cumprimentar também o Senador Alvaro Dias, Relator dessa matéria, cumprimentar todos os convidados que nos honram com suas presenças, os Senadores e todos os que nos visitam hoje.

Quero cumprimentar V. Exª, inicialmente, pela providência de conversar com o Presidente Renan sobre esse episódio lamentável, que não é o primeiro que acontece, que mostra que o Senado precisa se preparar para cumprir a legislação que ele mesmo aprovou.

Além das providências em relação a esse episódio de barrar as crianças, precisamos cobrar do Senado. Chamei a minha assessora aqui para dizer-lhe que toda quinta-feira, às cinco horas da tarde, quando houver sessão deliberativa e o Presidente Renan estiver presente, me lembre porque até resolver esse problema, nós vamos cobrar semanalmente porque é um absurdo. Eu tenho cobrado do Senado a garantia de intérprete de Libras, a garantia da acessibilidade total, e isso não é de hoje; há meses que faço isso, e sempre a desculpa é a de que não tem contrato. Não tem contrato? Aqui se faz contrato emergencial para tanta coisa, mas para atender as pessoas com deficiência não se faz. Isso é uma indignidade. (*Palmas.*) Quero registrar aqui o meu protesto mais uma vez.

Quero iniciar concordando com o Senador Cristovam Buarque. Eu entendo que devemos despolitizar essa questão. Nós estamos diante de um tema da maior importância. Acho que as contribuições trazidas hoje aqui são extremamente valiosas.

Quero dizer, Senador Cyro, que estou muito feliz de ter participado desse debate, de tê-lo ouvido. Quero registrar: eu não fazia parte da Comissão de Educação, eu vim para esta Comissão especialmente para acompanhar o Plano Nacional de Educação e para, especialmente, acompanhar a questão da Meta 4, sobre a inclusão das pessoas com deficiência.

Quero aqui cumprimentar, em primeiro lugar, a Rosângela Machado, a Drª Eugênia Gonzaga, a Macaé e também a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down pela defesa conceitual que fazem das escolas inclusivas.

Eu quero dizer que este é o modelo ideal e quero cumprimentar todos do Ministério da Educação, das Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia, os profissionais da área, os servidores do setor público das escolas do Brasil, pelo avanço que o nosso País teve em relação às escolas inclusivas.

Os dados aqui falam por si, mas é importante registrar: nós não podemos tratar uma questão dessa importância só do ponto de vista conceitual (*Palmas)* porque, efetivamente, temos um plano para dez anos e quem conhece a realidade concreta das escolas brasileiras – eu conheço as do Distrito Federal, que, imagino, têm o padrão médio ou até superior ao das escolas brasileiras – sabe que, embora possamos ter as melhores intenções ao fazer essa formulação original, o que vamos produzir se implementarmos as escolas inclusivas de forma exclusiva, é uma grande exclusão social. (*Palmas.*) Essa é a verdade.

Eu fiz questão de convidar o Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, Senador Cyro Miranda, a Vice-Presidenta, Senadora Ana Amélia, e passamos uma manhã no Centro de Ensino Especial do Distrito Federal. Foi uma manhã emocionante. Eu já tinha passado uma manhã lá anteriormente. Fiz questão de levá-los para que eles vissem com os próprios olhos a diversidade dos casos de pessoas com deficiência e todos os cuidados individuais até que essas pessoas precisavam receber.

E para demonstrar que, embora nós tenhamos avançado bastante – e eu quero aqui registrar a presença do Antônio Leitão, que é o Secretário de Ensino Especial do Distrito Federal, infelizmente já foi, enfim,

mas ele estava aqui presente –, o fato é o seguinte: nossas escolas ou grande parte das escolas não estão preparadas e não estarão preparadas na sua totalidade, nos próximos dez anos, para atender a todos os tipos de deficiência, de pessoas com deficiência. *(Palmas.)*

E o que vai... Então, a questão que está colocada aqui, em meu entendimento, é uma questão de bom senso. É uma questão de bom senso. Nós temos que investir nas escolas inclusivas? Temos. Esse é o modelo correto. Nós temos que investir, e investir mais do que estamos investindo, investir na qualificação dos professores, investir na acessibilidade das escolas. *(Palmas.)* Isso precisa ser feito.

Agora, nós não podemos, de uma forma radical e de uma vez, retirar a liberdade de escolha. *(Palmas.)*

Nós não podemos. Nós temos que construir um processo de transição. E, embora não tenha formação jurídica, eu quero discordar, ouso discordar da Procuradora – e ela me tocou bastante com a sua fala –, porque, como disse a Macaé, aqui todos estão reunidos em torno de um mesmo objetivo. Há visões diferentes, por isso que entendo que devemos despolitizar para buscar a melhor forma. Agora, para mim, está claro: a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que eu lutei muito para aprovar aqui no Congresso Nacional, com *status* constitucional, deixa muito claro – e a Patrícia trouxe isso de forma muito explícita aqui – no seu art. 4º, inciso III, a necessidade de ouvir as entidades representativas, as famílias e as pessoas com deficiência. E as pessoas e essas entidades estão dizendo. *(Palmas.)*

Elas não estão dizendo que não querem escola inclusiva. A escola inclusiva, todos querem. *(Palmas.)*

Todos querem! Agora, o que elas estão dizendo também é que elas querem continuar tendo o direito de escolher para o seu caso especial ou do seu familiar o que atende melhor, se o direito à educação estará mais bem atendido por uma educação, por um centro de ensino especial ou por uma APAE. E esse direito o Estado tem que dar, porque ele está na lei. *(Palmas.)* Está na lei.

Então, eu quero aqui cumprimentar a Rosângela, a Patrícia, a Macaé, a Eugênia, a Ana Cristina, o José Turozi, o nosso Flávio Arns, dizer que foi realmente para mim extremamente rico, mas quanto a isso eu já tinha uma convicção ao entrar nesta reunião. Tive a oportunidade de ouvir vários lados, e todos de forma bastante respeitável, com argumentos muito profundos, mas eu quero registrar que eu saio daqui convencido de que a redação dada pela Câmara, que foi restabelecida, em parte, pelo texto do Senador Vital do Rêgo, na Comissão de Constituição e Justiça, diz:

Meta 4: universalizar [esse é o objetivo]*, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino [...]".*

Ou seja, preferencialmente. Esse deve ser o objetivo, preferencialmente, mas nós não podemos excluir as alternativas. *(Palmas.)*

Parabéns, Senador Cyro, e parabéns a todos que participaram desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Rollemberg.

Eu passo, em seguida, a palavra ao Senador Lindbergh Farias, e, depois, eu volto um pouquinho aqui aos nossos convidados para algumas respostas, e retorno aos Srs. Senadores.

Senador Lindbergh Farias, com muito prazer.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Cyro Miranda, esta aqui acaba sendo uma oportunidade até de explicar como construí minha convicção sobre o tema.

Eu entrei aqui no Senado, acabei virando Presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência. E eu quero começar primeiro dizendo a minha concordância com a política de inclusão. Eu acho que faltou um bom manejo da política, no bom sentido da palavra, de escutar todo mundo.

Eu boto muita fé na gestão da Macaé. Macaé foi Secretária Municipal de Educação em Belo Horizonte, sabe trabalhar em ambientes que precisam de negociação.

E quero aqui declarar inicialmente a minha posição radicalmente favorável à inclusão (*Palmas.*), mas quero também apresentar os meus senões – eu digo de cara para não me aplaudirem e depois...

As minhas considerações: eu sou radicalmente a favor da inclusão, eu acho que caminhamos nesse sentido. Se olharmos daqui a 20 ou 30 anos este País... Nós temos que ter boas escolas, inclusivas. Vamos conquistando cada vez mais espaço. Sabemos que falta muita coisa, como a questão do papel dos facilitadores, do acompanhamento em sala de aula, é um caminho muito longo. E nós sabemos, quando andamos pelos nossos Estados, da quantidade de reclamações sobre a inclusão que está acontecendo, que ainda não é a perfeita, mas sabemos que isso é fundamental para construirmos uma sociedade com mais diversidade.

Aqui há um documento: "Crianças com Síndrome de Down aprendem mais e melhor em escola regular de ensino". Eu quero dizer que concordo totalmente com isso. Eu, quando encontro – a minha filha tem

Síndrome de Down – qualquer criança e mãe que tem filho com Síndrome de Down, meu conselho, Senador Cristovam, é: "Bota na escola regular." Porque aquela convivência é muito importante para ela e para as outras crianças, elas se desenvolvem mais. Agora, eu aprendi também, como Presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência, que há especificidades. Eu queria falar dessas especificidades para que todo mundo entendesse.

Na minha primeira conversa com o Senador Wellington Dias – e o Senador Wellington Dias é pai da Daniele, que tem autismo e, na época, tinha 12 anos –, ele me dizia: "Lindbergh, eu tentei muito colocá-la na escola regular." Só que, no caso dela, ela não conseguia na escola regular, ele não conseguiu, e ele tentou por vários anos.

Eu conheço até, Macaé... Até tinha falado para a Macaé sobre a última vez que fui rodar o Rio de Janeiro e fui a Bangu. Havia lá uma escola especializada com crianças autistas e eu fui participar de uma conversa com os pais e as mães. Eles reclamaram da experiência da inclusão. Eu tentei defender ali, "calma, é um processo", mas eles estavam radicalmente contra. E aquela escola que eles tinham ali... Eram pais e mães, pessoal, que sofrem muito no dia a dia, é gente que enfrenta dificuldades para estar ali. Então, a minha discordância é no seguinte sentido. Temos que tentar a inclusão, mas não é forçando tudo assim, porque não dá para dizer para aqueles pais e para aquelas mães de uma hora para a outra... (*Palmas.*)

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone.*) – Mas é para denunciar, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Denunciar, e aí? Veja bem, há figura concreta lá...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone.*) **–** Tem que fazer tudo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu sei, mas olha... Eu estou indo lá naquela situação de Bangu. Aquela escola que está ali é a coisa que eles têm em mãos. A minha tese, Macaé, é a seguinte: que a inclusão tem que ir se impondo, a gente tem que ir conquistando corações, conquistando a confiança das mães e dos pais. Esse é um processo, não é uma inclusão de cima para baixo, de uma hora para outra, porque houve erro na condução política.

Eu cheguei... Eu era a Comissão, me ligaram lá, o pessoal do Ines, lá do Rio de Janeiro, Instituto Benjamin Constant, e disseram: "Estão fechando o Ines." Você ia lá, aquele desespero das mães, e a gente tendo que fazer ponto com o Ministério da Educação.

Então, eu acho sinceramente que a gente tem que rumar radicalmente em direção à inclusão, mas não é um processo forçado, é um processo que a gente tem que ir conquistando, tem que ir mostrando qualidade, e é isso que vai reforçando para que as pessoas vão entrando nas escolas inclusivas.

Agora, há um ponto aqui de que discordo frontalmente: a questão da Feneis e a discussão com os cegos também. Eu era Presidente dessa Comissão da Pessoa com Deficiência quando houve uma marcha linda dos surdos pelo País todo, a mobilização de 2 mil surdos. Vieram aqui, fizeram uma mobilização nesta Comissão. E há um consenso entre eles, Senador Cristovam. Há um estudo feito pelo Capovilla em cima de 9.200 casos concretos, que quem aprende libras, inicialmente, consegue desenvolver conexões neurais. Lamento pela minha filha, eu não sabia disso, mas minha filha, por exemplo, não fala ainda, tem três anos, mas, quando vai falar dos coleguinhas dela, quando ela fala Vinícius, ela bota a mão na testa, o outro, ela bota a mão no nariz, ela criou o sistema dela. Eu deveria ter ensinado libras a ela antes, porque se ela soubesse, ela tem Síndrome de Down, a manusear libras – e tem uma experiência nos Estados Unidos, a Cristiane falou isso um dia desses –, você ajuda desenvolvendo outras áreas.

Agora, veja bem, há esse estudo, há um consenso entre todos os surdos nesse movimento, nessa hora, sabe o que a gente tem que dizer? Para! Escuta os "caras"! Vamos aceitar! Vamos aceitar! Entenderam?

(Manifestação da galeria.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – São especificidades, são especificidades. E, no debate, foi muito interessante porque foi falando, tal e levantou um surdo, que disse: "Eu sou formado. Eu tenho doutorado na USP". Agora, vêm uns e outros querer dizer para mim que é assim ou assado. Então, tem uma poesia do Maiakóvski, que acho que é muito apropriada nesse caso:

Professor!
Tire esses óculos-bicicletas!
Eu mesmo falarei do meu tempo
E de mim.

Se há discordância, Macaé, nesse caso, para. Tem que dizer o seguinte: "Olha, nós do MEC discordamos, mas vamos entender se for a posição deles". Essa coisa não pode ser assim. Por isso que acaba tendo muita diferenciação. Todo mundo que tem Síndrome de Down quer inclusão total, e também quero.

(Manifestação da galeria.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – E é assim.

Mas se não olharmos as especificidades... Então, chamo a atenção das mães e dos pais que têm filhos com Síndrome de Down: vamos escutar os surdos.

Vamos ter mais conversa. Eu, sinceramente, acho que este é um debate que me constrange muito, porque é outra coisa, é uma pauta tão dura, tão difícil, tínhamos de concentrar muitos esforços nessa coisa da inclusão, do que temos que melhorar daqui para frente também. E é sempre tão ruim quando não se entende o outro.

Então, desenvolvi estas minhas convicções, Macaé, muito nesse convívio, lá, escutando... Temos que escutar os pais e mães de autistas. Cristiane, para quem tem um filho com Síndrome de Down, a família é uma festa, é tanta alegria, é tanta coisa, sabemos que é muito mais difícil... E temos de escutá-los, há especificidades. As reuniões que falei que tive com os pais e as mães autistas, pessoal, foram sempre muito duras, porque há um grau de revolta grande contra tudo, Macaé, você pode conversar no MEC, contra a inclusão, contra tudo, porque a vida não é fácil. Mas acho que está faltando isso, e acredito muito, Macaé, na sua capacidade de colocar a coisa no seu devido ponto, de avançar.

Eu trouxe uma dúvida, Senador Alvaro Dias, eu estava defendendo sempre o "preferencialmente" com medo de parecer que tinha que parar e fechar tudo o que existia. Mas foi levantada uma dúvida aqui pela Cristiane, que mandou um bilhete para o Cristovam e para mim que acho que é algo extremamente pertinente, e temos que ver como responder, porque, hoje, principalmente, na rede particular de ensino, é muito difícil matricular seu filho na rede regular, é muito difícil. As escolas dizem: "Não tem vagas; não tem, tem vagas pequenas". Esta é uma realidade: as famílias ficam mendigando nas escolas. E ela fala aqui de uma preocupação, nesse caso, e temos que resolver de outra forma, na minha avaliação, do "preferencialmente" não significar a "desresponsabilização" por parte da escola de receber. Temos de conseguir fechar esse flanco, para que toda escola seja obrigada a receber. Então, esse é um desafio que está posto aqui: como conciliar essa lógica do "preferencialmente", mas achar essa saída.

Essa é a minha contribuição. Espero que consigamos avançar a partir deste diálogo, deste entendimento das especificidades, sem abrir mão do fundamental, que é a necessidade de avançarmos nessa política de inclusão.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Lindbergh.

Eu tinha certeza de que a sua contribuição seria, além de significativa, conhecedora desta realidade. V. Exª milita nisto e conhece a realidade.

O mais importante – como disse o Senador Cristovam –, quando se vai despolitizar, é não esquecer também de determinados parâmetros. As diferenças são muito grandes. Tratar os diferentes iguais... Em cada categoria há diferenças e não dá, neste momento pelo menos, para fazermos uma inclusão, que seria o certo. Não tem espaço. Então, nós temos que fazer uma transição. Realmente, V. Exª foi feliz.

Vou passar a palavra, por 5 minutos...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, proponho que ouçamos os três Senadores restantes para fazermos uma única bateria.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, desde que V. Exªs sejam bem sucintos...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Farei a minha fala de forma telegráfica.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Já aprendi com o Senador Eduardo Suplicy que quando ele fala:" Vou ser sucinto", ele realmente é sucinto.

Com a palavra o Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente Cyro Miranda, meus cumprimentos a todos.

Quero dizer que fiquei feliz – embora não membro da Comissão – de estar aqui hoje.

Quero cumprimentar todos, sobretudo V. Exª, os que prestaram depoimentos.

O espírito que o Relator, Senador Alvaro Dias, V. Exª e todos aqui colocaram foi, sobretudo, o de respeitar a palavra de cada um, seja do Ministério da Educação, seja das escolas especiais... Todo mundo, como o Senador Lindbergh Farias, que falou como o pai de uma criança Down.

Todos nós queremos que o resultado seja o melhor possível e de bom senso. Acho que as palavras do Cristovam e do Rodrigo foram... Todos nós aprendemos com todos vocês e vamos chegar ao melhor resultado.

Confio que o Senador Alvaro Dias vá chegar a um bom resultado.

Parabéns a todos!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, sucinto mesmo.

Gostaria de agradecer e de anunciar a presença do Deputado Edinho Bez, que é Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, e que aqui acompanha uma delegação de Santa Catarina.

Com a palavra – sucinto também – o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Não é o meu caso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Meio sucinto, então, para colaborar?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sempre sou sucinto. Não nessa realidade.

Sr. Presidente, serei rápido sim.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Também tenho essa vivência grande com a área, por uma questão objetiva. Tenho um irmão tetraplégico. Então, tenho uma situação muito especial, tanto na área da educação quanto na área da acessibilidade em geral, na vida, nas cidades principalmente.

Tenho uma relação com o Instituto de Pestalozzi, no Ceará, por conta da atividade de minha companheira, médica naquele instituto. A gente vai criando aquele sentimento.

Depois, tenho uma relação com a situação dos autistas porque há um processo grande de luta para encontrar um espaço de formação para os autistas, o que praticamente não existia em nossa cidade porque nenhuma escola, nem pública nem privada, nem filantrópica, de nenhuma qualidade, oferecia espaço para os autistas. E os autistas têm graus muito diferenciados, desde o que pode conviver tranquilamente em uma escola pública ou privada até aquele que não tem condições de conviver absolutamente em uma escola dessa natureza, que precisa de uma escola exclusiva. Então, essa realidade vai, também, formando o nosso sentimento de como tratar essa questão.

Acho que a primeira coisa é: nunca nós avançamos tanto. Isso é muito importante para o Brasil: nunca nós avançamos tanto. Há uma coisa, também, parece-me, que de sentimento popular em relação a isso, de que nós precisávamos ampliar esse espaço. Quem tem essa responsabilidade de ampliar esse espaço? O Poder Público. E o Poder Público assumiu essa responsabilidade. Essa é uma conquista grande em nosso País, que nós temos de registrar e de aplaudir, uma conquista de todos.

O segundo problema: nós não vamos com a inclusão – e não é possível... Vamos dar um exemplo bem objetivo. Quando Lula assumiu a Presidência da República deparou-se com uma situação na formação superior. Nós tínhamos, no setor público, uma escola pública reduzida para a formação superior, até para a formação técnica federal também reduzida. Qual foi a saída encontrada? Foi criar um programa especial para a inclusão de ambos os setores da sociedade.

Não sei se vocês se lembram de que houve uma formatura de 500 médicos. Nós estamos vivendo esse drama do Programa Mais Médicos, no Brasil. Quinhentos médicos do ProUni. É de arrepiar. Pobres, negros, excluídos que recebiam o diploma de doutor: "Você vai ser médico agora." Está certo? Então, foi uma conquista. Nós fizemos isso com o setor privado. Nós chamamos o setor privado para fazer a inclusão, num programa do Governo, um programa do Poder Público, que chamou o setor privado para dizer: "Eu preciso de você para poder, ao mesmo tempo em que ampliamos a escola de formação superior, mais universidades, mais curso de Medicina, mais Reuni – teve gente que ficou contra – mas temos que formar os que já estão prontos, terminaram o ensino médio e não têm profissão alguma, não têm para onde ir. Eu quero que ele tenha uma formação".

Conquistamos. Isso foi um avanço. Agora, vamos para um movimento distinto, que é o nosso, que estamos realizando aqui agora, neste debate extraordinário. Acho muito boa, acho excelente a polêmica. Aliás, eu acho excelente a política, porque é politizando o debate que nós vamos encontrar a solução. Não é em contradição ao Senador Cristovam, porque ele não quer excluir a política. É o contrário. Ele não quer é que o sentimento de contradição partidária se envolva no conjunto. Mas não é deixar a política de lado; é muita política para entendermos que é preciso e que é necessário. Ao mesmo tempo em que fazemos essa ampla inclusão, porque é ampla, você ter a escola de um surdo-mudo, lá no seu bairro, e não aquela única escola que você tinha é algo de especial – ainda mais no caso do meu Estado, onde que são pouquíssimas, numa capital com 2,5 milhões de habitantes, ter apenas duas escolas de surdos-mudos. Então, é melhor você ter essa escola lá no seu bairro, na sua comunidade.

Essa inclusão é forte, é positiva e tem de ser feita. E quem está fazendo é o Poder Público. Isso é uma grande conquista.

Agora, com isso, não vamos excluir a outra. Não pode haver isso. Porque a própria natureza do movimento vai resolver esse problema. Daqui a 10, 15 anos, nós assistiremos a um processo de inclusão tão forte, tão positivo, tão bom que essa polêmica vai acabar; tranquilamente vai acabar. Ela existe hoje por uma necessidade objetiva.

Então, não dá para você acabar com essas escolas hoje. Elas são uma necessidade do País inteiro, não é só da Capital, não é só das cidades capitais; é do interior do Brasil. Muitos mandam seus filhos do interior para estudarem na capital, porque aquela é única escola que há. Não tem outra oportunidade. Isso não pode acontecer mais, de forma alguma.

O nosso Relator tem de ter aquela capacidade, que ele já tem, de ouvir. E aqui não é um problema só de Governo, não pode ser. É que o Governo está assumindo a sua responsabilidade. O que mudou foi isso. Nós estamos assumindo com muita força a nossa responsabilidade de dar a oportunidade a partir do Poder Público. Então, essa é uma vitória.

A outra é a habilidade política de dizer: isso pode ser feito numa convivência entre nós. Nós não vamos acabar. Não é um milhão a mais ou um milhão a menos que vai ser o nosso problema. Pelo contrário, gente. Nós vamos conviver com essas escolas de forma tranquila. Eu não tenho receio disso. E o nosso Relator vai ter a capacidade de produzir o melhor texto – eu acho que tem de tirar esse "preferencialmente" mesmo, vamos encontrar uma maneira de tirar isso aí.

(Manifestações das galerias.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Claro! Vamos encontrar um texto mais adequado para que ele não tenha esse sentido que pode parecer, no final, o de desincluir, de tirar, de aumentar a exclusão social. Então, nós temos de ter esse movimento. O nosso Relator vai ter essa habilidade de encontrar a melhor maneira para poder, ao mesmo tempo, garantir que tenha êxito esse programa que nós queremos, que é um programa cuja responsabilidade o Estado assume, e que não prejudiquemos essas escolas fantásticas, que tinham de receber o maior prêmio que o Brasil pudesse dar. Nós tínhamos de oferecer a elas o melhor prêmio pelo que já fizeram. Essa história que nós estamos vivendo hoje, tudo o que já foi feito, foi de grande êxito, de grande sucesso. Agora, o Estado está assumindo o que já deveria ser de sua responsabilidade há 30, 40, 50 anos, e não foi. Então, é isso o que estamos vivendo. Não vai ser nunca de excluir escola alguma com esse grau de sucesso que elas alcançaram no nosso País.

Por isso, eu confio no nosso Relator. Sei que ele vai dar uma resposta adequada para essa situação, que parece uma polêmica, mas que, no final, temos como resolver.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Por último, disse-me que e bem (...)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Por último – ele me disse que é bem curtinho –, o Senador Osvaldo Sobrinho, que também é da área da educação.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, professores, educadores, profissionais da educação, este realmente é um assunto da mais alta importância e nós sentimos que ele está sendo bem discutido. Lastimavelmente, eu perdi essa discussão hoje. Meu avião atrasou e não tive oportunidade de, mais uma vez, beber dessa água, tão limpa, tão sadia, tão importante para a educação deste País. Mas eu acredito que tudo que foi falado aqui, até os prós e os contras, foi importante para esse projeto. Agora, eu acredito que, antes de tudo, é necessário também se pensar em preparar a escola, o pessoal da escola, e não só o professor. Quando se fala em educação aqui, está-se falando, a maioria, do professor. Deve-se falar do professor, sim, mas também de todos aqueles que estão dentro do processo educacional, dando oportunidade para que eles possam trabalhar.

Para isso, eu apresentei, aqui, da outra vez em que estive Senador, um projeto que já foi aprovado na Comissão de Educação, em duas Comissões. Mas eu estou sentindo que esse projeto vai encontrar grande dificuldade por parte dos Estados mais ricos, que ainda acham que a educação não é investimento, mas gasto. É o projeto de horas-atividade para atividade-meio. Se nós, com a educação inclusiva, não estivermos com a escola preparada, não apenas o professor, mas também a cantineira, o administrador, o gestor, se todos da atividade-meio da escola não estiverem preparados, em condições de trabalhar para que isso aconteça, não vai acontecer, porque só o professor não vai dar conta dessa situação toda, dessa coisa toda. Então, o Governo tem que entender que, na verdade, tem que preparar essa escola, tem que preparar o seu corpo de profissionais a fim de que possam realmente fazer o melhor.

Eu acredito que esse projeto, inclusive ele nasceu da base da educação, porque nós conhecemos bem isso quando fizemos a hora-atividade para a educação lá em Mato Grosso, em 1986, 1987, quando fui Deputado Estadual. O projeto só morreu – o projeto foi aprovado – porque nós quisemos implantá-lo de uma vez só. Nossa gula de querer fazer a coisa acontecer muito rápido findou quase que inviabilizando o projeto. Todos vieram contra, porque estava se gastando demais, passou do limite que o Estado podia gastar, mas, de repente, equilibrou e voltou a funcionar. Então, a hora-atividade é tão importante para o professor quanto o é para o pessoal da atividade-meio, que vai estar dentro do processo educativo. Se nós fizermos assim, é lógico que vai aumentar o investimento do Estado em educação, mas é claro que isso é necessário também, porque, senão, as coisas não acontecem lá no final e vamos findar brincando de fazer educação.

Portanto, eu acredito que tudo que foi colocado aqui neste momento foi importante. Nós temos que

aprimorar mais, estudar, para que todos tragam aqui aquilo que podem trazer para melhorar esse projeto, porque, afinal de contas, é um projeto especial para o Brasil. Não o é para mim, não o é para você, mas para o Brasil como um todo. E é necessário pensar a educação. Se não pensarmos nisso, se não pararmos agora, mais uma década perdida para este País. É o momento de estudarmos, é o momento de vermos, é o momento de todo mundo, esquerda, direita, centro, todos que pensem a educação, se sentar, conversar, discutir e tirar o melhor projeto daqui.

Graças a Deus, o projeto está na mão de V. Exª, Senador Alvaro, que tenho certeza que vai fazer o melhor, porque gosta, entende e quer a educação boa para este País!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Osvaldo Sobrinho.

Agora, passo à rodada final, começando pela Drª Rosângela, para as considerações finais e algumas respostas que talvez caibam a V. Sª.

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – Senhoras e senhores, permita-me dizer que estou perplexa. Em 2005, nós tivemos uma discussão acirrada em um seminário, em Florianópolis, cujo tema era educação inclusiva. Foi tão acirrada que as pessoas que não defendiam a educação inclusiva se levantaram da plateia e se retiraram. Mas, em 2006, essas mesmas pessoas que se retiraram se tornaram parceiras da inclusão e foram expositoras no seminário de 2006.

Se a Patrícia fala "falem de nós conosco; não falem sem nós", eu também digo para vocês "não falem da escola regular sem nós". Eu me sinto ofendida quando dizem que professores da escola regular são desqualificados, quando dizem que a gente não acolhe as crianças com deficiência. Não consigo abraçar nenhum dos Srs. Senadores como abraçou a Patrícia porque vocês falam de inclusão sem ser inclusão, falam de inclusão pela metade. Inclusão ou é ou não é, ou é o direito à educação ou não é. Não existe inclusão parcial, em que uns podem e outros não.

A experiência dos senhores como pais de pessoas com deficiência não é a experiência da escola regular, não é a experiência de quem acredita que a aprendizagem se dá com todos, com as diferenças humanas. Não é a experiência de quem acredita...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Está bem assim a escola regular País afora.

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – A minha rede é uma experiência de que a inclusão... Não interessa, mas é uma rede pública de ensino que pode servir de referência para muitas redes. É uma rede pública de ensino, uma rede regular que não tinha todas as condições, mas que, pela convicção do direito de todos à educação, sem exceção, não mediu esforços, não economizou esforços. Seja a meta "preferencialmente" ou não, Florianópolis não vai abrir mão da inclusão, do direito à educação. *(Palmas.)*

Srs. Senadores, vocês precisam aprender muito sobre aprendizagem, sobre ensino...

(Manifestações das galerias.)

A SRª ROSÂNGELA MACHADO –..., sobre emancipação da inteligência.

(Manifestações das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Por gentileza, silêncio. Por gentileza, silêncio.

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – Eu estou falando e exijo respeito à minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Por gentileza, vamos respeitar a opinião e vamos contradizê-la depois.

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – Eu gostaria que passassem as últimas imagens da minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não, não, nós não vamos voltar às apresentações.

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Suas considerações finais.

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – A minha imagem...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A senhora já passou.

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – Então, eu vou fazer a descrição das imagens.

Essa especificidade de que vocês falam em relação à pessoa com deficiência é tratada no atendimento educacional especializado. As crianças recebem Braille, quando necessitam, programas de voz, recebem o ensino da libras, o português escrito, o intérprete dentro da sala de aula existe na minha rede, que é uma rede pública de ensino que garante inclusão, que não abre mão do direito à educação. É uma realidade, é no Brasil. Por que a gente não cita esse exemplo? A gente cita experiências do exterior, de outros países, quando a gente tem uma experiência maravilhosa no Brasil. Por que não citam Florianópolis? Aí, Florianópolis é outra realidade? É uma exceção? Não, é uma rede que é convicta quanto ao direito de todos à educação. Se esta Casa tem dificuldade de colocar um intérprete, de barrar a entrada de pessoas com deficiência,

de colocar a acessibilidade, é por falta de convivência com as pessoas com deficiência... *(Palmas.)*

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – Por falta dessa convivência.

Desculpe-me a Profª. Patrícia, mas o ensino de Libras é fundamental para quem opta por esse meio de comunicação. Os surdos que estão aqui não representam os surdos de todo o Brasil.

(Manifestações das galerias.)

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – A oralização... Não representam. Eu tenho pais, eu tenho alunos que optam pela oralização, e, na educação inclusiva, a oralização também é um meio de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Para terminar, para terminar, Secretária Rosângela.

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – Não é admissível. Nós vamos chegar...

(Manifestações das galerias.)

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – Nós vamos chegar a um Brasil – e disto eu tenho certeza – em que a escola vai ser de todos, onde a escolarização vai ser feita nos espaços comuns, mesmo os casos...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Para terminar.

A SRª ROSÂNGELA MACHADO –... ditos mais comprometidos. Esta é a minha luta. Sou pesquisadora, defendo questões conceituais, mas tenho a experiência, o direito à educação...

(Manifestações das galerias.)

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – Os pais que estão aqui também não representam todos os pais.

(Manifestações das galerias.)

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – Falem dos exemplos. A inclusão começou com pais de países nórdicos que defenderam o direito à educação. Não falem mal da escola regular!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Srª Rosângela...

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – Nós estamos abertos!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) –..., está encerrado o seu tempo.

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – Encerrando...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Por gentileza. Por gentileza.

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – Vou encerrar, Sr. Presidente, com uma frase.

(Manifestações das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – Queremos quitar...

(Manifestações das galerias.)

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – Por favor, senhor.

Queremos quitar...

(Manifestações das galerias.)

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – Por favor, senhor.

Encerrando, Sr. Presidente, queremos quitar, saldar a dívida social para com quem nasceu dentro de uma família, de uma nação, e nós colocamos fora. A escola regular está aberta, independentemente do grau de comprometimento. *(Palmas.)*

(Manifestações das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Antes de passar para a Patrícia, quero reforçar o que aqui já foi dito. Ninguém está contra a inclusão. Acho que a Secretária não entendeu uma palavra do que foi dito aqui. Todos foram a favor da inclusão. (*Palmas.)*.

Eu acho que precisaria prestar um pouco mais de atenção à fala de todos. Em segundo lugar, eu acho que deveria conhecer um pouquinho mais a realidade brasileira. A senhora deve viver circunscrita a Santa Catarina (*Palmas.).* A senhora não conhece a realidade do interior do Norte e do Nordeste. A senhora não conhece; a senhora não viajou.

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – Eu sou brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A senhora precisa, em primeiro lugar, conhecer essas realidades. Está encerrado o seu tempo.

Passo a palavra à Srª Patrícia Rezende, com muito prazer. (*Palmas).*

A SRª PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE – Quando a senhora fala sobre os surdos, que a Feneis não representa os surdos, que eu, como surda, doutora... (*Palmas.)*

A SRª ROSÂNGELA MACHADO – *(Intervenção fora do microfone.)*

(Manifestações das galerias.)

A SRª PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE – Eu estou falando. A senhora já falou, eu respeitei o momento da sua fala. Agora, por gentileza, respeite o momento da minha fala.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE – Eu estou muito emocionada, mas negativamente, porque é uma gestora pública que despreza os surdos. Sou doutora em Educação, sou professora universitária, fiz o meu mestrado na Ufes, conheço a realidade de Florianópolis, sei o tanto que os surdos reclamam. A

Convenção da ONU fala sobre discriminação, a gente poderia entrar agora com um processo de discriminação (*Palmas.)*. Então, não existe o direito neste espaço para se falar que eu não represento os surdos, que a língua de sinais não é importante, que as crianças precisam aprender a língua de sinais com intérpretes em salas de aula e em uma IE (inclusão escolar) reduzida.

Morei três anos em Florianópolis, fiz a conclusão, o meu plano de trabalho na UFSC e trabalhei lá como professora universitária por um bom tempo. Eu conheço a história de Florianópolis. Saiu uma notícia falando de uma creche municipal, dentro dessa rede de ensino citada, que ganhou o prêmio por ter uma educação inclusiva de excelência, que incluía, inclusive, crianças surdas na idade de creche. Escola que foi premiada pelo MEC, ganhou um prêmio por ser um exemplo, uma referência, na área de inclusão. Eu vi aquilo no jornal e senti vontade de visitar aquela escola. Cheguei àquela escola, na Creche Municipal de Florianópolis – isso tem dois anos, foi em 2011 – e perguntei: "Cadê a criança surda?" Aí disseram: "É uma criancinha de dois anos, ela está ali". Quando eu cheguei, aquela criança estava perdida naquele espaço, todo mundo falando, a criança sem ouvir nada, obviamente olhando para as bocas se mexendo. Procurei onde estava o professor surdo, que estaria ensinando libras. Era um professor ouvinte, que não sabia direito libras, ensinava sinais soltos, não contava estórias, não contava piadas, não tinha um ambiente de surdo sinalizando para que a criança internalizasse, como a criança ouvinte internaliza um ambiente de conversas, e todos estavam conversando com um bebê surdo apenas, uma criança de dois anos, perdendo tempo, isolada, sem o convívio. Mas a escola tinha ganhado um prêmio, premiada pelo MEC, por ser uma referência de inclusão. Eu pergunto aos senhores: "Assim, essa criança estava aprendendo alguma coisa?" Não. Ela estava solta naquele ambiente, perdida, seguindo uma filosofia inclusivista.

Eu conheço a realidade de Florianópolis, e, para os surdos, não é assim da forma como os ouvintes veem. Tenho visto, como vi nessa creche, que ganhou um prêmio do Ministério de Educação e Cultura, e vi essa criança sozinha. Fui à secretaria. Uma única criança, só um professor. Eu fiquei imaginando isso, pois Florianópolis é uma capital, fiquei imaginando os Municípios, fiquei imaginando a realidade brasileira.

A senhora me desculpe, eu tenho contato com professores surdos, que fazem parte da realidade da inclusão e que são desprezados, humilhados, pelos professores no atendimento especializado. Não podem desenvolver o seu trabalho porque o tempo é reduzido e não podem nem ensinar libras como deveriam.

Eu já respondi. Só quero dizer que à senhora que faltou o respeitou à população surda de cerca de 9 milhões de pessoas, a qual eu represento e ao presidente da CBDS. A senhora, de fato, nos discriminou, faltou com respeito, e isso já deixou provado que, de fato, o Poder Público, tem discriminado. Se a senhora age assim neste espaço, imagine nas escolas, nos outros espaços, como deve ser a sua atitude (*Palmas.)*

Em segundo lugar, eu gostaria de falar muito rapidamente, vou resumir a minha fala, sobre a questão da Profª. Macaé, que comparou as escolas americanas com a realidade brasileira. Ela falou, por exemplo, que a escola de cultura americana aqui no Brasil, cuja língua de instrução seja o inglês, pode ser comparada com uma escola cuja língua de instrução seja o português oral e tenha apenas a presença do intérprete. Isso não caracteriza nunca uma escola bilíngue. Não cabe dentro do conceito bilíngue esse tipo de escola onde a língua de sinais fica secundarizada.

No Brasil, se diz que a língua oficial é o Português. Então, a criança entra para aprender o inglês, por exemplo, uma disciplina simples para a criança ouvinte aprender. E a criança surda precisa adquirir os conhecimentos de todas as áreas dentro da escola, porque 95% das famílias de surdos são de pais e mães não surdos, que não conhecem a língua de sinais. Então, o espaço educacional bilíngue é para além de um espaço de inclusão educacional e também de inclusão social, porque os adultos e os professores ali vão compartilhar suas experiências e formar pessoas com consciência cidadã e com consciência crítica para atuar na sociedade.

As pessoas que moram no campo têm direito a uma educação diferenciada. Os indígenas têm direito a uma educação bilíngue. Nós vemos direitos de outros e nós queremos também o nosso direito de ter uma educação bilíngue. Nós queremos uma educação numa escola pública regular bilíngue que inclua crianças surdas e crianças e adolescentes e jovens não surdos, mas que são de famílias de surdos, filhos de pais e mães surdos e que estejam incluídos.

Por que não se pode ouvir a comunidade surda? Minha pergunta aos senhores é: Por quê? Quem indicou a presença da Profª Rosângela? Foi o MEC que indicou? Pergunto à Macaé: foi o MEC que indicou? Quem convidou a Profª Rosângela? Foi o MEC?

A SRª CHRISTIANE AQUINO BONOMO – Foi a Federação Brasileira de Síndrome de Down.

A SRª PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE – Sim, então fale da Síndrome de Down, mas não fale dos surdos, porque eu represento os surdos. Então, não se insira na minha área, por favor.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Em seguida, passo a palavra à Secretária Macaé.

A SRª MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS – Primeiro vou voltar e começar a repetir a minha fala de finalização. A gente esquenta, mas acho que também precisa esfriar um pouco, porque a nossa tarefa aqui é trabalhar para a construção do que é melhor – não é, gente? – para o futuro da nossa educação e principalmente de todas as crianças e adolescentes do nosso País.

Eu tenho que falar com a Patrícia que ela pode pegar a fita de novo e rever a minha fala, porque não foi o que ela entendeu. Eu falei da escola americana, que é uma escola bilíngue em que a língua de instrução é o inglês e se tem o ensino do português como segunda língua. Nós podemos ter escolas bilíngues em que a primeira língua seja libras e o português escrito como segunda língua, assim como nós podemos ter escolas bilíngues em que o português seja a língua de instrução e libras a segunda língua.

Aí eu falei das diferenciações que nós temos no nosso País, porque nós trabalhamos com uma proposição em que temos que pensar na garantia da inclusão de estudantes, jovens, adolescentes surdos nos diferentes Municípios do País.

Eu entendo que a gente tem divergência nesse ponto, mas eu estou dizendo que este é o lugar onde a gente avançou no MEC até o momento, e que nós temos um grupo de trabalho que vai se dedicar a isto: pensar mais profundamente em como avançar numa política linguística para estudantes nas escolas públicas do nosso País. Eu espero que, nesse grupo de trabalho, a gente possa avançar nessa discussão.

Temos muitas experiências de escolas bilíngues no nosso País, como nas populações indígenas, que tiveram seu direito assegurado na Constituição a ter uma escola específica e diferenciada; direito esse que também está assentado em convenções internacionais das quais o nosso País é signatário.

E eu acho que a gente tem aí, quando a gente está falando de população de pessoas surdas, de pessoas com deficiência auditiva, uma série de questões que estão colocadas em que a gente precisa avançar do ponto de vista da construção de pedagogias diferenciadas, mas que, de fato, elas sejam efetivas para garantir não só o acesso à educação, mas garantir a permanência e a aprendizagem dessas pessoas com direito a uma trajetória escolar que lhes garanta o acesso a educação superior. E, como disse aqui o Senador Cristovam, o pleno direito a ter a sua vida, a sua inserção produtiva contemplada.

Para finalizar, eu quero reafirmar a disposição do Ministério da Educação ao diálogo. Tenho tentado trabalhar, conversar com diferentes entidades, com diferentes posições dizendo que nós temos um marco que nos orienta. O marco que nos orienta é a convenção. E aí, por isso é que eu dizia, Lindberg, que a nossa proposição é de que a gente não pode trabalhar com a perspectiva de menos inclusão. Com mais inclusão! Esse é o nosso horizonte, essa é a nossa utopia. Nós estamos pensando em um plano para daqui a 10 anos e temos que construir estratégias para garantir.

E aí a gente tem aqui uma questão muito séria. Quando eu mostrei a questão do BPC, nós ainda temos muitas crianças e adolescentes com deficiência que estão fora da escola no nosso País. Não estão nas escolas públicas e não estão nas instituições comunitárias, muitas vezes conveniadas com o Poder Público. Por quê? Porque nós não as alcançamos com a escola e com a política educacional. Então, esse é um trabalho enorme que nós temos que fazer.

Cada vez mais a gente precisa garantir que todas essas pessoas que se matriculam nas nossas redes tenham não só a garantia do acesso, mas a garantia da aprendizagem. Para isso, gente, nós precisamos de muitas frentes. Nós precisamos financiar o desenvolvimento de novas tecnologias assistivas, e o Ministério tem feito isso junto com o MCTI, através da sua rede federal, apoiando pesquisas nas universidades. Temos que desenvolver uma série de tecnologias, *softwares;* isso é muito importante.

E aí eu quero dizer ainda que eu fui gestora municipal. Fui Secretária Municipal de Educação em Belo Horizonte, uma rede que, desde 1990, tem como pressuposto a construção de um sistema educacional inclusivo. Nessa caminhada, nós fizemos muita coisa positiva, nós fizemos muita coisa errada, nós apanhamos bastante, mas a gente não pode abrir mão da capacidade de dialogar. E aí eu vou dizer o seguinte, aí eu acho que é uma questão que a gente sempre precisa ponderar. Muitas vezes nós falamos muito mal das escolas públicas, e a gente tem uma tendência a construir uma dicotomia entre instituições comunitárias privadas e escolas públicas. E eu sempre acho que a gente precisa superar essa dicotomia. Nós temos excelentes escolas públicas no nosso País; nós temos excelentes instituições comunitárias, e temos também, gente, problemas dos dois lados. Então, se a gente, no debate, começar a tampar o sol com a peneira e a falar que do lado de cá é tudo de bom e do outro lado é tudo ruim, nós não avançamos. Acho que nós temos muito que aprender com aquelas pessoas que estão atuando, que estão trabalhando.

Em Belo Horizonte nós tomamos uma medida que eu acho que é revolucionária: garantir matrícula compulsória na educação infantil. Então, a partir de seis meses, todo bebê com deficiência tem garantido o acesso à educação infantil... *(Palmas.)*

E, pensando em uma perspectiva, e a gente fala muito em educação inclusiva, mas eu quero trazer aqui um conceito de educação integral e integrada, porque nós precisamos garantir atendimento integral; nós precisamos trabalhar em uma perspectiva de ação intersetorial. Então, o Senador Alvaro Dias fez perguntas ali que me remetem a pensar que há questões colocadas para a Meta 4 que não se resolverão no escopo da Meta 4. Porque nós estamos falando aqui de política educacional, mas a gente sabe que, para garantir o direito à educação, nós precisamos garantir o direito à educação, nós precisamos garantir o direito à saúde. Para muitas pessoas, a gente precisa garantir o direito à assistência social. Nós temos que construir novos equipamentos públicos, para os quais ainda nem desenhamos o escopo e a estrutura do Estado, para responder demandas de sujeitos, de direitos, que, durante históricos anos no nosso País, ficaram excluídos das políticas públicas. É por isso que a gente apanha, é por isso que a gente não dá conta de fazer tudo o que a gente gostaria, no tempo que temos.

Mas é fundamental não abrir mão dos nossos princípios. Uma coisa que é bastante importante: as pessoas que defendem o direito à educação de crianças com deficiências, transtornos globais no desenvolvimento, altas habilidades, nós entendermos – aí quero lembrar – que nós podemos, nós queremos chegar ao mesmo lugar. Nós podemos ter divergências, mas nós olhamos um horizonte em que queremos o melhor para cada criança e adolescente do nosso País, para os jovens e adultos que precisam de políticas porque têm deficiência, ou porque têm altas habilidades, têm transtorno do espectro autista, coisas, palavras que nem estavam escritas no nosso campo. Não é só uma discussão conceitual, porque discussão conceitual é se ela tivesse desencarnada, e eu sinto em todas as falas que ela está muito encarnada, porque, essas pessoas aqui, ainda que tenham posições diferentes, têm dedicado a sua vida para pensar o melhor possível para a garantia desse atendimento.

Então, acho que precisamos continuar sendo respeitosos na nossa atuação, sentarmos, construirmos as melhores alternativas. Entendo, quando se diz: "Não vamos politizar", apesar de que eu ache que é mais politizar mesmo, mas é "não vamos ser desrespeitosos nesse processo, vamos pensar mais no bem público e menos em interesses individuais".

E pensar, Lindbergh, eu trabalhei com educação indígena: trabalhei com os ticuna, no Amazonas; com os guarani, no Espírito Santo e no Mato Grosso do Sul; trabalhei, na Bahia, com os pataxós, com os tuxá, portanto, acho que conheço um pouco dessas realidades diferentes do nosso Brasil. Muitas vezes, todo o meu sentimento, como gestora municipal, é que, aqui de Brasília, a gente concebe uma política que não faz nenhum sentido para a grande maioria dos Municípios brasileiros. A gente sempre pensa grandes estruturas, que também não se encontram nos pequenos Municípios brasileiros.

O Plano Nacional de Educação precisa, fundamentalmente, se comprometer com a efetividade da garantia do direito à educação, mas, principalmente, para aqueles que não montam os grandes números. Falo isso porque me dedico à educação no campo. Quando a gente fala: "São 186 mil escolas no Brasil", no campo são só 75 mil. Destas 75 mil, 35 mil têm até 60 alunos. Aí a gente discute Lei de Responsabilidade Educacional e Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu vou discutir com o Secretário de Educação. Ele tem uma escola com 15, 20 alunos em comunidades a 30, 40, 50 quilômetros, que, para ir de uma escola para outra, tem que ir de barco. Como é que a gente vai garantir um professor em cada uma dessas escolas, um profissional de apoio à inclusão e garantir que aquele Município não ultrapasse a Lei de Responsabilidade Fiscal? Eu queria que a gente anotasse bem isso, porque essa é uma demanda que os Secretários Municipais de Educação têm me trazido: "Como garantir o direito à educação no campo, em Município com grandes áreas alagadas, que atendem os ribeirinhos, em que a gente precisa de barco para acessar as comunidades? Como a gente vai garantir?"

Então, o nosso País é uma riqueza, gente, é uma riqueza, mas, se a gente conseguir avançar e construir políticas públicas que garantam, cada vez mais, que a gente atenda aquelas pessoas que, supostamente, não são os grandes números, são pequenas realidades, mas são elas que nos desafiam.

Agradeço ao Senador Cyro Miranda.

Foi um prazer.

O Ministério da Educação está sempre à disposição para o diálogo e para o debate. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Secretária; da mesma forma.

Passo em seguida a palavra para a Drª Eugênia Augusta Gonzaga.

A SRª EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA – Tenho tanto para falar, Senador, mas, para nossa sorte,

eu tenho voo e precisamos fazer o encerramento rapidamente.

Quero, aqui, hipotecar a minha mais profunda solidariedade com a Profª. Rosângela, que vem sendo um exemplo nessa luta de preparação de ensino regular. E nós temos visto que hoje o Poder Público abraça essa causa da educação inclusiva. É possível fazer benfeito.

Acho que o que ela está dizendo, e talvez seja muito malcompreendido, é o seguinte: ninguém aqui nesta sala pode achar que representa todas as pessoas com deficiência. São 24 milhões pelo País afora. Ninguém! Nem eu, nem a Feneis nem a Federação Nacional de Síndrome de Down. É um universo imenso. Agora mesmo deve estar nascendo um bebezinho surdo lá em Guaranésia, cidade lá no sul de Minas, e lá não vai ter número de alunos suficiente para ter uma escola bilíngue, como defendido aqui pela Patrícia. E ele vai precisar encontrar uma política – política que se está tentando desenvolver – de ter acesso a teste da orelha de fazer aquilo que for melhor para a situação dele sem abandonar qualquer hipótese, nem implante coclear, nem oralização e, principalmente, línguas de sinais.

Então, a gente quer tudo: a gente quer a "Festa de Babette" para essas crianças. E a gente não acredita realmente que esse modelo defendido de trazer a população toda para um centro único vá resolver o problema brasileiro. E é por isso que a gente acredita nessa política.

A SRª PATRÍCIA LUIZA FERREIRA REZENDE – *(Fora do microfone.)*

A SRª EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA – Tem um estudo – perdão Patrícia eu posso só concluir?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Avisa a Patrícia que ela já fez a intervenção dela, por gentileza.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Patrícia, por favor você já fez sua intervenção, já usou o seu tempo.

A SRª EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA – Perdão. Eu não estou distorcendo. Digo que essa política tem que ser também para Municípios pequenos.

Quanto à questão dos pais, o Senador Rollemberg que estava aqui há pouco falou no *homeschooling*. O STJ já decidiu no Brasil essa questão. Os pais não têm o direito de educar os seus filhos em casa, por melhor que seja o conteúdo ministrado em casa ou em qualquer outro espaço, porque é direito indisponível da criança a escolarização. A nossa Constituição dá as duas coisas: a escolarização como direito fundamental, o atendimento especializado como "preferencialmente". Quando a gente passou a fazer essa dicotomização para dizer que o atendimento especializado não se confunde com escolarização é que começou toda essa questão. Agora o atendimento especializado quer oferecer escolarização também. Só que essas crianças são tão comprometidas assim, no caso das APAEs, então, não tem escolarização para dar? Que história é essa? Então, a gente sabe que tem, e é por isso que eles têm direito de estar no mesmo espaço das outras crianças da sua geração. Defendemos essa bandeira gente; defendemos essa bandeira: de toda criança estar no mesmo espaço da sua geração intransigentemente. Nem que seja uma hora por dia.

Eu conheço escolas regulares que recebem crianças com autismo e que têm o apoio de instituição especializada, e que essas crianças ficam o tempo que é possível, e que tem todo o apoio e que todos estão pensando no bom senso em prol dessa criança. E o *locus* educacional dessa criança é reconhecido como sendo a escola comum com o apoio de uma instituição especializada. A gente quer atuar junto. Ninguém quer atuar separadamente. Essa discussão aqui hoje reinaugura um debate de 80 anos. No primeiro Código de Educação do Estado de São Paulo não constava "preferencialmente", mas constava "preferivelmente". Sempre a educação de pessoas com deficiência era "preferivelmente" na escola comum. E não acontecia.

Então, Senador Alvaro Dias, uma escola exclui a outra sim, enquanto a gente não tem claro que de um é uma educação especial, como está na legislação brasileira, está na LDB. As escolas filantrópicas só recebem verbas públicas porque têm atuação exclusiva em educação especial, art. 60, confira quem quiser. A Convenção da ONU veio, art. 24. Por que ninguém cita o art. 24, *caput*: "Tem direito ao sistema educacional inclusivo". Os incisos do art. 24, citados pelo Senador Alvaro Dias, apenas explicam como é que vai ser esse sistema educacional exclusive, eles não negam o direito.

Agora eu estou falando e, aqui, tem gente balançando a cabeça. Eu defendo pelo Ministério Público Federal e como mãe.

Nós já temos todos os princípios aprovados. Esta sala, como já disse, não esgota todo o debate. A esse grupo de Senadores eu parabenizo e os agradeço imensamente, agora não dá para pensar que dá para ser superior a uma Constituição, que dá para ser superior a uma Convenção da ONU.

Nós temos que pensar que não dá para mudar o texto da Constituição. Pode ser de muito bom senso escrever que o pai vai ter direito de opção, então, vai ter que escrever que isso também vai ter direito para as filhas. Não é assim! Houve uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral que disse que voto era facultativo

para as pessoas com deficiências. E isso foi dito sabem por quê? Porque as urnas não estão adaptadas, porque era uma situação de bom senso dizer que as pessoas com deficiência não eram obrigadas a votar. Houve um movimento muito forte das pessoas com deficiência falando: "Não queremos ser excluídos da nossa cidadania. Se é obrigação de toda a criança frequentar a escolarização formal, é direito também das crianças com deficiência, e é direito indisponível delas. E eu falo isso aqui não com o Ministério Público, eu falo isso como mãe que eu sofro também ao ver o meu filho, muitas vezes, passando por situações que eu não gostaria que ele passasse. E eu sei que se ele não tivesse deficiência ele não passaria.

Agora eu também passei por situação difícil na minha escola, porque eu morava na zona rural. Quem aqui não passou por situação difícil? E é isso que nos fortalece, e é isso que nos fortalece e é isso que nos leva adiante. E eu não conheço nenhum caso de criança que esteja recebendo escolarização em uma APAE que não teria condições mínimas de estar em uma escola comum. Esses casos de crianças de vida vegetativa são ínfimos e não estão em APAEs.

Eu conheço casos da mãe chorar de emoção. Um desses casos é o de uma criança comprometida que foi para a escola comum e a mãe chorou de emoção porque a criança passou a levantar a cabeça, coisa que ela não fazia antes.

Então, a gente tem muita coisa para conhecer antes. Não podemos mudar o texto da Constituição brasileira. Nós temos uma Convenção da ONU que garante, sim, o direito à inclusão – desculpem-me –, mas é um direito indisponível da criança, com o apoio, me desculpem novamente, mas é o que está escrito, e nós vamos defender isso como uma postura de direitos humanos, assim como a gente sempre defendeu o direito a uma escolarização para todos, o direito a um trabalho regular, a um trabalho formal para todas as pessoas, nós vamos defender isso sempre. E essa redação da Câmara, é uma redação sujeita a Ação Direta de Inconstitucionalidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Drª Eugênia Augusta.

Eu passo, em seguida, a palavra para Ana Cristina, por favor.

A SRª ANA CRISTINA CORREIA E SILVA – Eu gostaria de dizer, primeiro, que eu estou me sentindo constrangida com tamanho radicalismo. E estou vendo assim o rosto das pessoas. Então, nós todos gostaríamos de pedir desculpas por tamanho radicalismo vindo de pessoas cujo discurso é o respeito às diferenças, o respeito à adversidade e pautado em uma igualdade.

Então, eu acho que o radicalismo não cabe em discurso de educador, em discurso de educação. *(Palmas.)*

E esse radicalismo, Srs. Senadores, é o que nós temos visto em movimentos e em audiências e nos coloca – até foi falado aqui que nós somos contra à inclusão – em posição de defesa, porque nós somos atacados o tempo inteiro nessas audiências, nesses movimentos como se escolas especiais, entidades de apoio, entidades especializadas se colocam contra um movimento a favor da dignidade da pessoa humana. *(Palmas.)*

Então, esse radicalismo não tem espaço em um ambiente democrático como esse.

E ainda mais: a senhora Eugênia ainda está aqui? *(Pausa.)* "Não. Saiu." Infelizmente, eu queria falar para ela, porque ela começou o discurso dela falando que aqui ninguém pode representar ninguém. E o discurso dela é sempre no plural: "Nós acreditamos, nós queremos, nós entendemos". Então, ela falou inclusive em nome do Ministério Público. Se nós não podemos representar quem nos convidou – *(Palmas.)* –, como é que ela fala em nome do Ministério Público? Então, que ela fale no singular e fale no nome dela.

Eu estou aqui representando as escolas especiais do DF, que assim me empoderaram.

Muito obrigada. (Muito bem!)

E dizer que o discurso do PNE

(Soa a campainha.)

O SR. ANA CRISTINA CORREIA E SILVA – E dizer que o discurso do PNE nos remete a termos como dignidade humana, direito humano, sujeito, singularidade, grupo identitário, sociedade, família, em discurso educacional não se cabe radicalismo. Ninguém pode decidir pelo sujeito, a não ser ele mesmo. *(Palmas.)*

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Senador Cyro, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, agradecendo, em primeiro lugar, à Ana Cristina.

Pois não.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Eu só quero pedir desculpa, Senador Cyro.

Eu realmente não podia ter optado por uma alternativa melhor na manhã de hoje de assistir a esse debate, mas eu sou o primeiro orador inscrito agora, às 14h, e quero registrar da tribuna esse debate, portanto, eu peço licença para me ausentar e quero trazer o tema no plenário, à tarde.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – V. Exª já está registrando para o Brasil todo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – V. Exª tem todo o direito, e nós temos que agradecer muito pela sua colaboração, pelo seu envolvimento.

Muito obrigado, Senador, e faça as nossas vezes na tribuna.

Quero lembrar que, às 15h, nós temos um encontro com o Senador Renan. *(Palmas.)*

Concedo a palavra ao último orador, Sr. José Turozi.

O SR. JOSÉ TUROZI – Quero agradecer o Presidente, Cyro Miranda, pela oportunidade de a Federação das Apaes estar aqui representada. E nós, com 27 anos de atuação como voluntários, aqui está o meu colega de Santa Catarina, representamos o Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil, juntamente com 24 federações das Apaes do Brasil, juntamente com 2.130 Apaes neste País.

Quero dizer, Sr. Senador Cyro Miranda, que quem faz leis e aperfeiçoa a Constituição Federal é o Congresso Nacional, não é o Ministério Público que vem aqui falar. *(Palmas.)*

E queria dizer que a diversidade de deficiência neste País não são só surdos, não são só cegos, não é só deficiente físico, mas, sim, Síndrome de Down, Síndrome de Rett, paralisia cerebral, Síndrome de Asperger, enfim, há uma infinidade de deficiência, gente, que, às vezes, não se conhecem neste Brasil.

Eu queria dizer para a Federação de Síndrome de Down que eu, há vinte e poucos anos no Movimento, em uma pequena cidade do interior onde eu resido, inúmeros alunos hoje estão na escola comum porque nós fizemos a estimulação precoce, nós preparamos aquele aluno para a escola – *(Palmas.)* –, porque o Município não tem escola, não tem sala para fazer isso.

Então, eu quero parabenizar Macaé, porque ela está com o pé no chão. Ela disse o seguinte: que a realidade do País não é aquela maravilha que se prega. Nos rincões, eu sou funcionário da Emater, eu conheço todos os Municípios do meu Estado. Eu fui Presidente da Federação das Apaes, andei por todos os Municípios do Estado, conheço o interior do Rio Grande do Norte, onde há apenas 17 Municípios sendo atendidos pela educação especial. Então, eu acho que a gente tem uma realidade a ser descoberta neste País, viu, Macaé. E quero dizer, Macaé, que as Apaes, as Pestalozzis, os surdos, os cegos, as escolas, infinidades que há no Brasil, têm muita experiência. Como Lindbergh disse, nós temos 60 anos junto com as Pestalozzis de experiência, vamos colocar isso a serviço de treinar, capacitar, mas vamos fazer parcerias. Eu sou funcionário da Emater, ajudei a criar muitas cooperativas, muitas associações com parcerias, gente, sentar, fazer parcerias. É isso que precisa ser feito neste País.

E quero, assim, pedir desculpas, fazer a *mea-culpa.* Senador Cristovam Buarque, realmente, no começo, talvez me exaltei aqui, e o senhor caracterizou como estivéssemos politizando esta reunião. Mas eu quero dizer, Senador, que eu sou simplesmente um voluntário nesse movimento. E quando eu vejo que o direito não é respeitado, a gente tem que levantar a voz e, se necessário, gritar. E quero dizer que, gritando, lá na minha cidade pequena, um cadeirante, na frente ao fórum, ficava gritando para entrar no fórum. E lá, Senador, não havia uma rampa de acesso. Ele era meu vizinho. E eu, como Presidente da Apae naquele lugar, processei o diretor do fórum. Arrumei um advogado, para que aquele cadeirante tivesse direito de acesso ao fórum, porque ele queria garantir os seus direitos.

Então, Senador, a gente tem que politizar alguma hora e falar alto também. Desculpe-me se realmente eu ofendi alguém no começo da minha exposição a todos os presentes aqui.

Quero dizer, para encerrar, que nós não devemos, gente, desconstruir o que foi construído. Não devemos desconstruir o que foi construído. E dizer o seguinte: Senador Alvaro Dias, quando eu disse aqui no começo que uma escola não exclui outra não é a minha palavra, Senador Alvaro Dias, essa palavra foi dita em novembro de 2011, quando a Presidente da República lançou o Programa Viver sem Limite. Eu estava lá. Ela disse bem alto para as APAEs do Brasil: "Uma escola não exclui outra". Então, é nesse sentido que a gente vem aqui reiterar o pedido aos Srs. Senadores e a Srª Macaé: parceria, discussão, diálogo. Vamos construir juntos a inclusão de que o País precisa!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço as palavras do Sr. José Turozi.

Para fazer uma intervenção rápida, o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Talvez para esclarecer. Primeiro, Dr. Turozi, quando o senhor falou, eu não estava aqui, eu cheguei atrasado, então, não tem nada a ver com a sua fala.

E talvez o Inácio Arruda tenha feito uma coisa correta. A palavra certa não é despolitizar, é despartidarizar talvez. Nós precisamos despartidarizar: "Os que são e os que não são". Não existe isso, gente! Além do mais, muitas vezes, quando a gente fica sectarizando, a gente não está olhando a criança, está olhando

uma ideia que nos passou, está olhando uma teoria que alguém nos deu, e a gente fica querendo defender aquela teoria, aquela experiência. E não pode ser assim. Tem que olhar para o que é melhor para essas crianças que precisam de cuidados especiais.

E, antes de dizer a pequena coisa que eu queria esclarecer, eu queria dizer à Profª Rosângela, com todo respeito, porque muitos aqui falaram mal dos que estavam lá fora agredindo quem queria vir. A senhora agrediu a gente aqui dentro. A sua maneira de se comportar – pode não ter sido a intenção –, mas foi uma arrogância de quem tem toda a verdade... *(Palmas.)*

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... de que os outros não sabem...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero dizer que vou marcar uma viagem, eu vou marcar uma visita a Santa Catarina para conhecer a sua experiência, porque eu estou curioso de saber se lá a gente tem uma Finlândia.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Estou muito curioso... Para puder falar bem disso.

(Manifestações das galerias.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não pedi não. Eu estou dizendo que vou falar.

Agora, para o que interessa ao Senador que vai ter a nossa tarefa. Senador, acho que a nossa linha, a minha proposta, e a minha ideia pode não servir de nada, sequer represento os eleitores de Brasília aqui, mas sou apenas um educador com sensibilidade para o assunto e cheio de erros, mas a linha é a da inclusão, mas a linha de uma inclusão não exclusiva. *(Palmas.)*

É uma inclusão que perceba que certas formações de uma criança não é necessariamente na escola comum ou, pelo menos, todo o tempo na escola comum. Terceiro: não pode ser uma inclusão não apressada. A inclusão apressada, antes que as escolas estejam preparadas para isso – e eu não falo de Santa Catarina, falo do Brasil real.

(Interrupção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas aquilo lá é um pedacinho do Brasil. É um pedaço... Não. Falo de um pedaço do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não. Santa Catarina. A senhora é santa, mas não é Catarina.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um pedacinho do Brasil maravilhoso chamado Santa Catarina.

(Interrupção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não. Desculpe-me, professora, eu não estou brincando. Eu estou dizendo, acreditando, e eu vou lá ver, que Santa Catarina não fez apressado, ou conseguiu apressadamente fazer bem, mas é o que eu vejo em outros lugares. Inclusive aqui, onde fui Governador, eu não consegui fazer apressado. Então, é uma autocrítica que eu me faço. Não pode ser apressada, não pode.

Quarto: não pode ser compulsivo. Tem que levar em conta o de que aquela criança precisa. Eu nem vou dizer o que aquela criança quer, porque para algumas delas a gente não vai poder perguntar. Mas uma coisa que não pode ser massificada dentro da sala de aula jogada. Uma criança que seja surda, cega e muda – e existe – não pode ficar, mesmo inclusiva, e eu sou favorável, não pode ficar jogada, vai ter que ter um professor só para ela, mesmo que ela fique na sala de aula, mas tem que ser só para ela, como já se viram experiências nesse sentido.

Então, finalmente, não pode ser padronizada a inclusão. Tem que ser cada caso um caso.

E eu concluo dizendo que, para mim – não é só aqueles que a gente está falando aqui não –, para mim, eu vejo, em algum momento, a educação de cada criança ser uma educação específica daquela criança. Um dos erros da educação contemporânea é a massificação. Pega uns meninos numa sala e começa a ensinar Geografia igual para todos. Há uns que têm mais gosto para Geografia, outros têm mais gosto para Matemática.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Tem que ensinar, para todos, Geografia? Tem, mas a ênfase é diferente. Nós temos que caminhar para a personalização da educação, como se fosse cada aluno, e eu falo dos 50 milhões, um aluno. Se eu falo isso para todos, ainda mais para aqueles que exigem atendimento especial.

Então, é essa sugestão que eu dou, Senador Alvaro, para que o senhor faça o seu trabalho, com o qual eu gostaria muito de colaborar, se eu puder, porque é muito importante para todos nós e para o Brasil, e, sobretudo, para essas crianças que precisam de nosso cuidado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Antes de encerrar, passo a palavra ao nosso Senador Alvaro Dias, Relator do PNE.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Presidente Cyro, eu vou poupá-los, apenas fazer referência aqui a um recado que recebemos. Uma mãe de aluno que está presente, com deficiência, teve que acionar a Defensoria Pública para matricular o seu filho na escola regular de ensino. O diretor não quer se responsabilizar. E isso acontece sempre aqui no Distrito Federal, diz essa mãe. É um testemunho importante, que é a realidade. Aliás, nós aqui estamos confrontando aquilo que é o ideal com o possível. Mas vamos procurar nos aproximar o máximo do ideal e, para isso, contamos com a colaboração de todos, que certamente terão sugestões importantes.

Eu creio que a democracia é esse espetáculo. Ao contrário de alguns que possam ficar decepcionados com um debate como este, eu fico encantado, porque é a paixão, a paixão colocada à frente dos objetivos ou na busca dos objetivos. Então, todos aqui defenderam posições ardorosamente, apaixonadamente, e eu manifesto o meu respeito inclusive à Profª Rosângela, que certamente o que prevaleceu na tonalidade imposta por ela foi a paixão que devota à causa que defende.

E nós queremos, desta forma, ao concluir, dizer que os nossos princípios, as nossas convicções pessoais serão sempre preservadas, mas nós teremos também a humildade suficiente para entender que, às vezes, erramos, às vezes, nos equivocamos e vamos procurar ouvir muito os nossos colegas Senadores, para que o texto final desta Comissão seja o texto que represente a média de opiniões e não apenas a opinião do Relator.

Por isso, é claro que não há aqui, ao invés de politização, eu coloco paixão, talvez tenha sido isso que nós verificamos aqui. E não há realmente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – É mais ardente do que politização.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Exato. E não há partidarização, não creio que isso ocorra, porque, eventualmente, eu possa, sendo do PSDB, estar mais muito mais próximo do PCdoB do que alguém do próprio PSDB. Então, não há partidarização, não há Governo, não há Oposição nesta hora, a Macaé é Governo, e eu sou oposição, mas eu creio que não há aqui essa distinção, até porque esse plano não é para o Governo, não é para a oposição, nós não sabemos quem será governo a partir das eleições do próximo ano, e o plano tem uma duração que vai além do horizonte temporal de um único mandato de governo.

Portanto, nossas convicções sempre serão preservadas, evidentemente, mas nós saberemos ceder para chegar à compatibilização daquilo que possa ser considerado mais próximo do ideal.

É o que nós desejamos.

Muito obrigado, Presidente Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu agradeço a todos. *(Palmas.)*

A educação não tem partido, a educação é suprapartidária, e aqui nós exercemos isso.

E se o processo, aqui, não fosse democrático, nós não teríamos convidados os contraditórios. Para isso mesmo é que é importante vir, só que sempre nós temos que nos dirigir e sermos apaixonados por aquilo que fazemos sempre com muito respeito. Isso é uma tônica desta Casa, e nós, como Presidente, como Comissão de Senadores, não deixaremos isso, de maneira nenhuma, mudar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Senador Cyro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – As convicções são colocadas, mas com paixão e sempre com respeito.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cyro, apenas a minha homenagem aí ao meu conterrâneo José Turozi e dizer a ele que ele fez uma revelação aqui importante: às vezes, eu apoio a Presidente Dilma. Nesse caso de uma escola não excluir a outra, eu a apoio.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradecendo a presença de todos os convidados e convidando-os para a audiência pública, a 7ª, na próxima quinta-feira, com os convidados Naercio Menezes Filho, do Instituto de Ensino e Pesquisa; Gustavo Ioschpe, Especialista em Educação e Guiomar Namo de Mello, Educadora.

Muito obrigado a todos e, mais uma vez, que tenham um bom fim de tarde.

(Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 10 minutos.)

ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia sete de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15

(quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Ana Rita, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Capiberibe, Ana Amélia, Alvaro Dias, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Gim, Osvaldo Sobrinho e Mozarildo Cavalcanti, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 56/2013-CE, de autoria do Senhor Senador Alvaro Dias, destinado a realizar a Sétima Audiência Pública para "**Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, de autoria da Presidência da República, que 'Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências'**". Como expositores, comparecem à Audiência Pública **o Senhor Naercio Menezes Filho, Professor Titular e Coordenador do Centro de Políticas Públicas do Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER e a Senhora Guiomar Namo de Mello, Educadora**. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, comunica ao Plenário que, por motivos de problemas na concessão da hospedagem pelo Senado Federal, o convidado Gustavo Ioschpe, não pode comparecer à presente reunião, e a expositora Guiomar Namo de Mello, teve sua passagem alterada para o dia de hoje. A presidência pede desculpas aos convidados e informa que o incidente será comunicado à Presidência da Casa, para as devidas providências. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a presidência dos trabalhos à Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia. Logo após, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Alvaro Dias. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros a Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cristovam Buarque, Cyro Miranda e Alvaro Dias, autor do Requerimento. Neste momento, o Senhor Senador Alvaro Dias passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Aloysio Nunes Ferreira. Prosseguindo, o Senhor Senador Cristovam Buarque faz um desagravo ao Senhor Claudio Moura Castro, expositor da terceira Audiência Pública de Instrução do Plano Nacional de Educação, pela carta a ele enviada por trinta e sete entidades do setor educacional, repudiando uma declaração feita pelo expositor naquela sessão. O Senador lembra ainda que o convidado já emitiu esclarecimentos a respeito do tema. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Aloysio Nunes Ferreira, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura de ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 56, de 2013, da Comissão de Educação, de autoria do Exmo Senador Alvaro Dias, para a realização da 7ª audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Dando início à nossa audiência, peço ao secretário Júlio Linhares que acompanhe os nossos convidados: Naercio Menezes Filho, professor titular e coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa); e Srª Guiomar Namo de Mello, educadora. (*Pausa.*)

Agradeço aos nossos convidados, em especial à Srª Guiomar, pelo transtorno, pois tínhamos programado a vinda da senhora para ontem à noite, para que tivesse um conforto melhor, porque vir de São Paulo de madrugada não é fácil. Sei disso, porque sou paulista também e entendo o seu sacrifício. Então, agradeço. E também quero pedir desculpas ao nosso Plenário,

aos nossos Senadores aqui presentes, pela falta do Sr. Gustavo Ioschpe. A culpa não foi dele. Foi uma falha lamentável aqui do Senado, que não lhe enviou o *voucher*. Quando foram providenciar, não havia hotel para ontem à noite...

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO (Fora do microfone.) – Para mim também, houve a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A mesma coisa. Mas com ele ainda foi pior: a passagem também não se conseguiu transferir para hoje de manhã. Assim, ele teria de vir em um voo ainda bem mais cedo, o que era impraticável.

Vamos fazer um comunicado ao Presidente da Casa, porque esse tipo de falha não pode acontecer, é imperdoável. Mas ficam aqui as nossas desculpas.

Iniciando, então, esta nossa 7ª audiência, gostaria de informar que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e ainda, pela internet, no www.senado.gov.br/tv, canal 2.

Nesta 7ª audiência, estamos chegando a cerca de 35 convidados em menos de um mês. Então, essa é a agilidade desta Comissão para recuperar parte do tempo que foi perdido, tanto na Câmara como neste começo de ano. Agora, a partir da semana que vem, o nosso Relator, Senador Alvaro Dias, já está com todos os argumentos necessários para confeccionar o seu relatório, mas ainda recebe sugestões dos Senadores que gostariam de propor emendas ou discutir algum ponto. O Senador está às ordens.

Passo, então, inicialmente, a palavra para o Sr. Naercio Menezes Filho pelo tempo de 30 minutos.

O SR. NAERCIO MENEZES FILHO – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui. Agradeço o convite do Senador Alvaro Dias e do Senador Cyro Miranda para estar presente. É um prazer, uma honra contribuir para a discussão do Plano Nacional de Educação.

Sou professor do Insper, que é uma faculdade de Economia privada, Economia e Administração, em São Paulo, onde coordeno o Centro de Políticas Públicas; sou também professor da USP (Universidade de São Paulo), associado, e tenho doutorado em Economia.

Queria fazer um breve histórico da minha atuação, só para contextualizar o papel do economista, trabalhando com educação.

A minha preocupação, desde a minha graduação, foi com a distribuição de renda no País. O Brasil é um país muito desigual, onde uma pequena parcela da população se apropria de grande parte da renda e a grande parcela da população acaba ficando com pouco. Isso sempre me incomodou, desde a graduação, e fui estudar, fazer mestrado, doutorado, para poder analisar os determinantes dessa desigualdade de renda e acabei chegando na educação. Por meio de pesquisa empírica com dados, evitando o debate ideológico, sempre me preocupando com a análise estatística e com análise dos dados que temos – muitos em educação –, para tentar entender qual a raiz dessa nossa desigualdade educacional que se reflete na desigualdade de renda. Daí o meu interesse, na verdade, em estudar educação, porque, se você conseguir melhorar a qualidade da educação pública, você tem o passo fundamental para diminuir a desigualdade de renda, para aumentar a mobilidade entre pessoas de diferentes classes sociais entre as gerações.

O que acontece no Brasil é que, apesar de a desigualdade de renda ter declinado nos últimos dez anos – e isso realmente aconteceu –, foi um declínio pequeno e, a meu ver, você só vai conseguir realmente reduzir a desigualdade de forma significativa se você acabar com a estratificação que existe na educação brasileira entre alunos ricos, de famílias ricas, que estudam em escolas privadas de melhor qualidade, e alunos mais pobres que estudam em escolas públicas, que atualmente têm uma qualidade inferior. Isso tem consequências para a entrada do jovem no mercado de trabalho e, assim, para a distribuição de renda futura.

A única maneira de você – só para enfatizar – efetivamente permitir o decréscimo da pobreza e da desigualdade, no longo prazo, é melhorar e igualar a qualidade da educação pública à das escolas privadas. Daí o meu interesse e toda a minha pesquisa nessa área de educação. É um dos assuntos mais importantes de toda a sociedade, em especial da sociedade brasileira.

Dado esse contexto, essa importância de melhorar a qualidade da educação, temos o Plano Nacional de Educação, que traz princípios básicos, metas específicas e ações para atingir essas metas nos próximos dez anos. A meu ver, o PNE, o Plano Nacional de Educação, terá poucas consequências práticas para melhorar a educação do Brasil, basicamente porque ele é simplesmente um plano de ações, um plano de intenções, não há responsabilização. A grande questão é a seguinte: se nenhuma das metas for atingida, nada vai acontecer com ninguém. Dado que, provavelmente, isso vá acontecer, as metas são somente um plano de intenções, não há nenhuma viabilidade de acontecer. Já tivemos planos nacionais de educação anteriores que também tinham um conjunto ambicioso de metas e grande parte das quais nunca foram atingidas até hoje e nada aconteceu. Então é difícil, para mim, entender o princípio de uma lei que estabelece um plano que não tem consequências, caso não seja atingido.

A minha previsão é de que alguma versão desse plano será aprovada, as metas estarão aí e, depois de dez anos, estaremos de novo com a educação basi-

camente um pouco melhor do que é hoje e será feito um novo plano de intenções para os outros dez anos e nada vai acontecer também.

Essa é a minha observação geral. Cabe, então, discutir por que fazer um Plano Nacional de Educação, e aí eu acho que tem muito a ver com pressões corporativistas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Prof. Naercio, se me permitir, eu acho que essa é uma questão essencial para nós. Nós não vamos nos conformar se concluirmos esse Plano aqui na Comissão de Educação sem proposições que assegurem ou pelo menos não ofereçam perspectiva de que não será um plano de intenções apenas, mas será uma lei a ser cumprida.

Então, nós pretendemos fazer desse plano também um estatuto da responsabilidade educacional. Eu gostaria – se o Professor tiver alguma sugestão, e por isso eu o interrompi nesse ponto – de saber como devemos proceder. Temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, temos a Lei de Responsabilidade Social do Desporto, e queremos agora a Lei de Responsabilidade Educacional neste Plano, já, agora.

V. Sª tem razão. Nós estamos aqui falando em intenções e nós queremos mais do que intenções. Então, se, desde já, puder ir propondo, nesse cenário de responsabilização de agentes públicos e privados encarregados de cumprir o Plano, nós estaremos avançando certamente na direção daquilo que é mais objetivo.

O SR. NAERCIO MENEZES FILHO – Ótimo! Fico feliz, então, em saber que há a intenção de ter alguma responsabilização caso as metas não sejam atingidas, porque, caso contrário, como eu falei, vira somente um plano de intenções sem maiores consequências que não seja além de agradar as pressões corporativistas que existem por aí.

Falando da responsabilização, nesse caso, ela não é fácil de ser implementada, pensando agora sobre essa questão que o Exmo. Senador nos colocou. Por exemplo, se formos pensar em responsabilização atrelada à qualidade da educação, sabemos que temos indicadores objetivos para mensurar a qualidade da educação, que são dados pela Prova Brasil ou pelo Ideb.

Agora, vamos supor que um prefeito que não alcance a determinada meta do Ideb da sua cidade no prazo específico sofra alguma consequência mais grave. O que pode acontecer? Pode haver um processo de manipulação das notas, não necessariamente uma manipulação grosseira, mas, por exemplo, as notas de uma escola são dadas pela média dos alunos que fazem o exame da Prova Brasil. Para garantir um aprendizado efetivo, visto que a sua reputação está em jogo, é possível segurar os piores alunos, fazer, de alguma forma, com que esses alunos não estejam no dia da prova, o que a gente chama também de *teaching to the test*, que é você treinar os alunos e os professores intensivamente nas disciplinas que são cobradas no exame, que, nesse caso, são leitura e matemática.

Então, apesar de ser um passo na direção correta de responsabilização, é preciso ter cuidado porque algumas metas são mais fáceis de serem mensuradas e mais difíceis de serem deturpadas, ao passo que em outras acontece o contrário.

Dado que nós temos um conjunto amplo de metas, é preciso todo um trabalho para decidir como serão mensuradas essas metas e como será essa responsabilização.

Por exemplo – e aí eu passo brevemente por algumas metas que eu acho que são as mais importantes: você ter 50% das crianças de zero a três anos em creches. A meta anterior do PNE também previa exatamente essa proporção, que, na verdade, não foi alcançada, estamos longe disso ainda.

Essa questão é complicada, porque a decisão de creche de zero a três depende da vontade da família e da disponibilidade de vagas. Não está claro, segundo as evidências científicas na área de desenvolvimento infantil, que é melhor você ter as crianças de zero a três em creches, e não em casa. Por quê? Porque muitas das creches existentes no Brasil têm péssima qualidade, e isso pode ser prejudicial para a criança.

Então, em muitos casos, programas alternativos, como a visita domiciliar de especialistas treinados do Saúde da Família, por exemplo, médicos, é uma opção melhor do que colocar crianças em creches de má qualidade, que podem ter efeitos duradouros, pelo resto da vida. Assim, a gente não poderia cobrar de um prefeito que ele tivesse 50% das crianças da sua cidade na creche.

Então aqui nós temos, logo na primeira meta, uma questão difícil, que é conceitual. É difícil colocar uma porcentagem adequada para todas as crianças brasileiras de zero a três estarem numa creche se a gente não sabe se a creche é boa ou não. Ao meu ver, essa meta é irrealista e não faz sentido, na verdade.

Com relação a universalizar a educação de seis a quatorze anos, eu acho que nós já estamos na direção correta e que não há muitas dúvidas de que isso seja viável.

A questão de alfabetizar a criança até o terceiro ano eu acho pouco ambiciosa. Na verdade, os estudos mostram que o ideal é alfabetizar antes disso. Por quê? Porque os estudos do Prêmio Nobel James Heckman mostram que, quando a criança fica atrasada nos estudos, isso dificulta cada vez mais seu aprendizado futuro. Ela vai ficando cada vez mais para trás e aca-

ba saindo da escola. Então, eu acho pouco ambicioso você colocar uma meta de alfabetização até o terceiro ano. Essa meta teria que ser revista. E é possível.

Eu queria salientar um exemplo que eu venho citando, que tem saído em revistas, que é o exemplo de Sobral, no Ceará, que fez um trabalho espetacular na primeira fase do ensino fundamental. Sobral estava abaixo da cidade de São Paulo, por exemplo, na Prova Brasil, em 2005. Em 2011, está muito acima da cidade de São Paulo, em termos de Prova Brasil, e de várias cidades brasileiras, tendo um dos maiores IDEBs do Brasil. Houve um aumento de cem pontos na Prova Brasil em apenas sete anos, o que colocou Sobral como um dos melhores Municípios do Brasil.

Independentemente de partido, eu quero valorizar o trabalho que foi feito lá, que homogeneamente melhorou a qualidade da rede, quer dizer, reduziu a desigualdade, trouxe todas as crianças para um nível de alfabetização muito rápido, evoluindo de maneira adequada. Então, é possível fazer, mexendo com a gestão, e eu vou falar disso mais para frente.

Com relação à escola em tempo integral, a meta de 50% das escolas em tempo integral também é um pouco arbitrária. Vale ressaltar que os estudos empíricos mostram que uma das poucas variáveis de escola que aumentam o aprendizado do aluno é o tempo que ele passa na escola. Esse é um fato – isso é importante ressaltar – que, por exemplo, um estudo do Instituto Unibanco mostrou que, no ensino médio, as crianças têm em média duas horas de aula por dia no Brasil. Ora, tendo duas horas de aula por dia, é impossível você ter um aprendizado adequado em Matemática e Língua Portuguesa. Por isso, no caso do Pisa, por exemplo, nós estamos entre os piores resultados entre mais de 50 países do mundo. Falta de professores, o professor substituto não aparece...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NAERCIO MENEZES FILHO – Desorganização...

O Instituto Unibanco fez uma pesquisa muito importante, que colocou pesquisadores dentro das escolas medindo o tempo efetivo de aula que as crianças tinham. Não o tempo de legislação, mas, sim, o tempo efetivo, cronometrado pelo pesquisador. E a média foi em torno de duas horas de aula efetiva por dia no ensino médio. Depois, a gente se pergunta por que o jovem não aprende ou vai mal do PISA. Ora, não tem aula! Como vai aprender? Agora, também não basta fazer 50% das escolas em tempo integral, porque tem que se garantir que esse tempo integral seja efetivamente utilizado para o aprendizado. Você continuar com duas horas de aula por dia e ter um tempo integral que, à tarde, tem outras atividades, sem professores, atividades que não estão ligadas diretamente ao aprendizado de Matemática e Língua Portuguesa, não terá efeito nenhum no aprendizado dos alunos. Então, o que é importante é fazer com que esse tempo que o aluno passa na escola se reverta em aprendizado efetivo. E, para isso, você tem que ter medidas de gestão, que acho que é o ponto principal da minha fala aqui. Você tem que melhorar a gestão do sistema escolar. Você tem que fazer com que os professores estejam dando aula, estejam motivados. Você tem que ter famílias que motivem os alunos e você tem que ter diretores que estejam criando um clima favorável ao aprendizado. Sem isso, simplesmente aumentar o tempo que a criança passa na escola não terá resultado práticos em termos de aprendizado.

Então, essa meta pode ser cumprida sem nenhuma melhora no aprendizado. Simplesmente, as crianças passam mais tempo na escola brincando ou jogando videogame ou na internet, que não resulta em aumento de aprendizado. Então, essa meta também é um pouco anacrônica.

No caso do Ideb, eu sempre fui favorável ao Ideb, às metas do Ideb. Eu acho que foi uma coisa muito boa para sinalizar para a sociedade brasileira onde a gente quer chegar. No entanto, já estamos começando a falhar em termos do Ideb. Nós estamos patinando no Ensino Médio. Estamos patinando no segundo ciclo do Ensino Fundamental, porque a meta pode existir, mas nos falta conhecimento para saber novamente como alcançá-la. Há um desacordo muito grande entre acadêmicos de várias áreas sobre quais são as medidas mais efetivas para melhorar o aprendizado da criança para que a gente chegue nas metas do Ideb.

Teve um impulso inicial, que veio da motivação pela própria criação do Ideb, pela própria motivação que isso trouxe para a sociedade, mas agora já estamos começando a patinar e dificilmente nesse ritmo nós conseguiremos aumentar a nota. E aí eu caio na questão que vem mais para a frente, que são os gastos na educação, que considero que é uma questão fundamental e que está sendo muito debatida. Vários estudos comparando diferentes países e comparando diferentes Municípios mostram que apenas gastar mais não leva a uma melhora do aprendizado das crianças. Já há vários estudos empíricos, diferentes países do mundo. Eu mesmo fiz um estudo comparando diferentes Municípios brasileiros. Você tem Municípios que gastam duas, três, quatro vezes mais que outros e não têm uma nota de Matemática nem o Ideb melhor do que os Municípios que gastam pouco.

Então, acho que isso é importante esclarecer. Só aumentar os gastos não vai levar necessariamente a

uma melhora do aprendizado do aluno. Por quê? Porque esse dinheiro pode ser mal gasto, pode ser desperdiçado. De que maneira? Por exemplo, se você somente aumentar salário de professores, não há garantia de que esses professores estarão presentes na sala de aula todos os dias, dando aula, preparando aula, passando dever de casa e corrigindo dever de casa.

Temos exemplos de outras classes dentro do setor público que ganham bem e que a produtividade não é alta, como o Judiciário, por exemplo, em que todos ganham muito bem e a produtividade não é alta. Na área da saúde, os médicos ganham muito bem e o sistema SUS é muito ruim. Então, temos vários exemplos que mostram que somente aumentar o salário de professores não necessariamente vai levar à melhoria do aprendizado das crianças. É necessário mexer com a gestão do sistema educacional.

Continuando. Com relação ao ensino superior, as metas estão excessivamente ambiciosas. Dificilmente conseguiríamos alcançar uma taxa de matrícula bruta de 50% e uma líquida de 33%, até porque o aumento de matrículas no ensino médio já deu sinais de desaceleração e até estagnação no Brasil, atualmente. Então, se a gente olhar a evolução histórica, a taxa líquida de matrículas no ensino superior passou de 10%, em 2002, para 15% hoje, cinco pontos percentuais. Dificilmente, em dez anos, conseguiriam aumentar mais 12 pontos percentuais, a não ser que haja medidas específicas para que isso aconteça.

Agora, isso me leva à questão da responsabilização. Como é que você pode responsabilizar um Estado ou um Município por metas de ensino superior que são excessivamente ambiciosas e que dependem do que acontece no ensino médio, por exemplo. Então, é necessário responsabilização para que isso não seja só um plano de ideias, como falei anteriormente, que não tem consequência prática nenhuma, Mas como responsabilizar prefeitos, governadores, por metas que foram definidas e que, em alguns casos, são factíveis e, em outros, não? Isso é um problema muito sério. Além disso, as metas incluem uma porcentagem de alunos ou de estudantes que têm que estudar em universidade pública, e acho que não faz sentido.

O que importa, na realidade, é que o aluno estude em uma faculdade de boa qualidade, independendo se é pública ou privada. Então, colocar uma restrição de porcentagem de faculdades ou de alunos que têm que ser do setor público – e isso acontece tanto no ensino superior quanto no ensino profissional –, eu acho errado. Eu acho que não deve acontecer. Você deve cobrar qualidade dessa faculdade ou do ensino profissional, mas não se é público ou se é privado, até porque o gasto público tende a ser muito maior do que o gasto privado por aluno, nesse caso. Então, se você garantir a qualidade do ensino, não há necessidade de especificar parcelas públicas ou privadas. Esse é um viés estatizante que tende a atender aos movimentos corporativos.

A meta dos profissionais que trabalham na educação, para mim, também é irrealista. Eu acredito – quero deixar bem claro – que é importante valorizar o profissional, o professor. Os nossos professores atuais são aqueles que tendem a ter a pior nota no ensino médio, no Enem. Há estudos do INEP mostrando isso, que são os alunos que têm, em média, o pior desempenho que acabam sendo professores.

Obviamente, com os professores que estão aí, sem uma gestão apropriada é muito difícil esperar que os alunos efetivamente aprendam na escola. Então, há necessidade de valorizar o professor para que ele se sinta motivado e para atrair melhores alunos para o sistema educacional.

Acredito que uma meta de igualar o salário do professor às demais profissões de ensino superior não faz sentido. Por quê? Porque as carreiras são completamente diferentes. Você tem o salário em determinadas profissões que são reguladas pelo mercado, pela oferta e pela demanda. Então, eu acho que não faz sentido econômico você atrelar a remuneração do professor ao que acontece em outras carreiras cujo salário flutua ao longo de tempo em razão de oferta e demanda por cada profissão específica.

Além disso, a meta de 50% dos professores com pós-graduação também é irrealista, é um absurdo, nunca se vai atingir a essa meta. Agora nós estamos conseguindo ter grande parte dos professores com ensino superior. Mas daí a ter pós-graduação é algo que não faz sentido nenhum, não vai ser alcançado e não vai ter consequência nenhuma, basicamente.

Em relação à gestão democrática, acho que não faz o menor sentido dizer que escola tem que ter gestão democrática. Pelo que eu entendo, significa ter eleição para o diretor da escola, eleição direta para o diretor da escola. Eu acho que não faz sentido ter, em um plano nacional, gestão democrática. É uma coisa vaga e também está lá para agradar não sei quem, mas não faz o melhor sentido ter no plano.

Agora, só para focalizar um pouquinho nos gastos, acho que é importante novamente... Eu já disse que só aumentar gastos não significa que efetivamente o aprendizado vá melhorar. O foco tem que estar no aprendizado, não nos gastos. Agora, se tivermos que aumentar os gastos para melhorar o aprendizado, que façamos. Mas façamos de maneira coerente. Por exemplo, hoje em dia nós temos uma transição demográfica no Brasil, na virada demográfica. O nú-

mero de pessoas de 5 a 19 anos, no Brasil, em 2010, era de 50 milhões; em 2030, serão 38 milhões, então, teremos uma redução de 25% de pessoas em idade escolar em apenas 20 anos, uma das maiores transições demográficas de que se tem notícia no mundo. Ou seja, mesmo se o gasto permanecesse constante como proporção do PIB e o PIB crescendo a uma taxa razoável, o gasto por aluno iria aumentar muito, automaticamente.

Minhas simulações indicam, por exemplo, que se o PIB crescer a 3% ao ano, nós vamos passar de um gasto de R$4 mil por aluno, para R$ 6mil por aluno, em 2020, e R$ 10 mil por aluno, em 2030.

Eu acho que a medida certa para dizer se a gente gasta pouco ou muito com a educação é comparar o gasto por aluno do ensino básico com o nosso PIB *per capita*. Por quê? Obviamente a gente vai gastar menos que outros países, porque o nosso PIB é menor. Isso é uma associação. Se você botar o gasto por aluno, o nosso será menor que o de países mais ricos, porque o nosso PIB é menor.

Agora, acho que adequado é comparar o gasto por aluno com o PIB *per capita*, porque aí você tem uma medida da valorização da educação a nível de aluno comparado com a disponibilidade de renda que cada habitante brasileiro tem.

Nesse caso, o Brasil, na educação básica, gasta – se não me engano – por volta de 12% do PIB *per capita*. Na Coréia, é 30%; no Chile, 18%; e no México, 15%.

Com a virada demográfica, nós conseguiríamos passar, em 2020, para 24% do PIB *per capita*, sem aumentar a porcentagem dos gastos com educação. Só com o crescimento do PIB, com a transição demográfica, que vai diminuir o número de alunos, mantendo o gasto constante.

Se você aumentar o gasto para 8% do PIB, veja bem, a meta é aumentar para 10%. Se você aumentasse somente para 8% do PIB, mantendo a taxa de crescimento do PIB, você atingiria R$9 mil por aluno, em 2020, ou seja, 33% do PIB *per capita*, e R$11 mil, em 2020, 40% do PIB *per capita*. Sendo que a Coreia é 30%, hoje.

É preciso ter em mente esses fatores na hora de colocar um percentual de 10% do PIB, que é um número atraente, redondo, mas é preciso pensar se esses recursos podem ser utilizados desta forma.

Outra coisa importante é a distribuição entre gastos no ensino superior e no ensino básico. Hoje em dia, o gasto por aluno no ensino superior equivale a 100% do PIB, e o gasto no ensino básico é muito menor que isso. Por quê? Porque você gasta muito mais por aluno no ensino superior do que no ensino básico, quando deveria ser o contrário. Você deveria gastar muito mais por aluno no ensino básico do que no ensino superior, especialmente no ensino infantil.

Eu acho que temos que mexer com essa distribuição de recursos. Você pode cumprir o percentual de gastos gastando errado. Gastando mais no ensino superior, por exemplo, e menos no ensino básico.

Com isso, encerro a minha fala.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Prof. Naercio Menezes Filho, que é do Insper, Instituto de Ensino e Pesquisa.

Penso que o debate enriquece mais ainda após a sua exposição.

Com a palavra, a Profª Guiomar Namo de Mello.

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO – Obrigada pelo convite. Já é a segunda vez que venho aqui para a discussão do PNE.

Muito obrigada, Senadora Ana Amélia, na pessoa de quem saúdo os demais Senadores aqui presentes e os demais presentes aqui nesta Casa.

O que a gente pode falar a respeito do PNE, de um modo geral, não é só... E acho que o Naercio está absolutamente correto de que ele tem metas que não são cobráveis, ele não tem nenhum mecanismo de cobrança, de implementação e avaliação, além disso, ele tem metas demais. Quer dizer, há um vício na sociedade brasileira de querer tudo ao mesmo tempo, já. E tudo ao mesmo tempo, já, tira o foco das pessoas.

Essa é uma questão geral sobre esse PNE. Pessoas que estão na área... Eu já estou nessa área de educação há 40 anos, já fui do Executivo, já fui do Legislativo estadual, já trabalhei em organismo internacional, quer dizer, toda a experiência que a gente acumula ao longo deste tempo – e espero que ela tenha me ensinado o suficiente para ser mais sensata nos dias de hoje – mostra que os países que avançaram em educação são países que tiveram foco, que priorizaram e que tiveram foco.

Não dá para pensar num Plano Nacional de Educação que coloca no mesmo plano distribuir óculos para o aluno e estabelecer o currículo nacional. Quer dizer, fica uma peça absolutamente sem sentido, porque em alguns casos você especifica o que não precisa, e em outros casos você é genérico demais naquilo que é precioso e que deveria ser muito mais operacionalizado.

Então, essa observação geral, concordando e acrescentando àquilo que o Naercio colocou, eu diria que é a primeira coisa que salta aos olhos no caso do PNE.

A respeito das duas grandes questões educacionais que estão presentes na agenda de todos os países hoje e que vêm pautando de diferentes maneiras a política educacional no Brasil, que são equidade e

qualidade, acho que a gente teria que ver com o que esse PNE pode contribuir neste nível.

Fiquei feliz porque o Naercio começou pela equidade, e eu nem preciso voltar à questão. A desigualdade educacional no Brasil é uma das usinas, é onde se fabrica a perversão da renda nacional, porque hoje em dia o Brasil já não é nem uma questão de má distribuição, é de distribuição perversa de renda. E nós temos uma longa tradição disso.

É preciso talvez a gente pensar um pouco no passado histórico para ver por que caminhos a gente chegou aqui. Gosto sempre de lembrar que o primeiro ato oficial de criação de uma instituição de ensino neste País foi de uma faculdade, foi de uma universidade, que foi a universidade da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, que Dom João VI criou logo que se instalou no Brasil.

Se a gente olhar todo o Império, por exemplo, quando os países vizinhos estavam em guerras de libertação, já começando guerras de libertação, o Uruguai, o Paraguai, a própria Argentina, tratando de negociar com o povo algumas questões, e, portanto, a educação primária, a escolinha de todo mundo era um dos pontos que estavam na pauta. Nós tínhamos mandado embora os jesuítas, que eram os únicos que ensinavam a ler e a escrever, e não tínhamos substituído os jesuítas por ninguém. Quer dizer, no império, o Brasil não tinha quem soubesse ensinar a ler e a escrever. Onde as pessoas aprendiam a ler e a escrever? Em casa, pagando preceptores. É importante a gente lembrar isto, porque esta nossa diferença do ensino superior tem raízes históricas, e cada um de nós tem este ranço na cabeça: eu, os Senadores, as pessoas que estão aqui, quer dizer, nós somos da vida universitária e nós privilegiamos a vida universitária.

O Brasil, nos anos 50, 60, aplicava 1,6% do PIB em educação, do qual quase 80% iam para a universidade, para o ensino superior. Então, mudar isto não é uma questão de plano, mudar isto é uma questão de fazer política e de fazer política de massa, inclusive. Nós tivemos, há pouco tempo, uma greve de dois meses no Rio de Janeiro. Não vou entrar na discussão de se foi violenta, não foi. Eu queria saber se alguém viu – por favor, me diz – um pai de aluno que tivesse ido à imprensa reclamar que o filho estava em casa sem aula. Se alguém aqui viu, eu gostaria de saber, porque eu não vi. Olhei todas as notícias, olhei os jornais, fiz questão de olhar alguns jornais do Rio. Eu não me conformo com um País onde as crianças ficam em casas dois meses sem aula, pode ser pelo motivo mais justo do mundo, mas acontece que o ser humano é assim: quando pega no pé dele, ele não quer nem saber se o motivo é justo ou não, ele reclama. Ninguém reclamou. Ao contrário, todas as nossas celebridades foram, os globais foram para a televisão apoiar. Não sabiam muito bem o que estavam apoiando, mas apoiar, porque eu mesma aqui olhei toda a questão da carreira, inclusive fizemos manifesto de apoio à gestão da Secretaria, é um assunto complexo, não é um assunto tão simples, que qualquer celebridade global vai e assina embaixo, essa celebridade não sabia o que estava assinando.

Então, essa é uma questão cultural, e cultural de um país que, praticamente durante todo seu império, criou nove universidades, fez um laboratório, fez um jardim botânico e mais uma série de outras instituições culturais no Rio de Janeiro, num país que tinha 80% de analfabetos. Se hoje a gente descesse com uma nave espacial numa taba de índio, talvez não fosse tão chocante do ponto de vista da tradição que isto marca.

Agora, atendo-se especificamente à questão do plano. Quando você lê o plano, muitas metas e estratégias desse plano têm nome, endereço e telefone; nome, endereço e telefone. A gente, que está muito tempo – eu não sei o Naercio identifica isso –, eu identifico, sabe assim: ah, isso aqui é de fulano, quer dizer, o processo de elaboração foi um processo de pressões corporativas. Agora, precisa ver o que no Brasil a gente tem condição de pactuar e que esteja – não digo imune, porque imune não existe – o mais possível a salvo da pressão corporativa e das pressões ideológicas que acompanham, e o que realmente nós vamos colocar na mesa para brigar. Eu acho que é nisto que o plano é um desastre, neste ponto, o plano é um desastre. Por quê? Porque tudo o que a gente olha no plano, primeiro, é quantitativo, é muito fácil a gente fazer meta quantitativa, não cumpre, não há quem cobre, certo? São 50% para cá, e 30% para lá, são 90% para lá, e são metas quantitativas. Não está escrito ali nem o que é o resultado que se espera daquilo. Se não existe o resultado, obviamente não existe cobrança.

Depois das metas quantitativas, você tem uma série de intenções boas que também não estão explicitadas. Veja-se a meta da pré-escola, veja-se a meta das creches. Não há, no plano, uma brecha ou uma pequena abertura para se pensar em expandir – estou falando ainda das metas quantitativas – o atendimento por meios que sejam alternativos, que não impliquem necessariamente fazer crescer o aparato do Estado.

Nós estamos dentro do mesmo modelo. O dia em que tivermos todas as crianças em creche, teremos, em cada prefeitura ou em cada Estado, uma nova Secretaria da Educação de São Paulo, com 200 mil professores e com uma máquina e uma burocracia...

Por que não podemos adotar a experiência nossa? Não sei quem de vocês já se deu conta. A gente fala que existe, nos Estados Unidos, toda uma alternativa

de organizar, de ter a escola pública gerenciada por entidades filantrópicas, até mesmo por entidades lucrativas, mas não precisaria ser necessariamente aqui.

E aqui todo mundo fica. Nós fazemos isso na creche, gente, há 50 anos, pelo menos. A Liga das Senhoras Católicas... Eu era menina e já via, já sabia de creche gratuita, administrada pela Liga das Senhoras Católicas, com o mesmo recurso que ia para o parque infantil na cidade de São Paulo.

Quer dizer, de repente pegamos toda essa experiência. E se quer o quê? Colocar todas as crianças na creche – e na creche pública e gratuita. Já imaginou a quantidade de pessoas, de edifícios, de logística que vamos ter de ter, para ter todas as crianças na creche?

Não sei quem de você já entrou numa creche. Se há 250 crianças, às vezes há pelo menos 80 *menus* na cozinha, porque são crianças que têm regimes alimentares diferentes. Nós não estamos falando de pouca coisa, estamos falando de uma coisa muito séria.

No entanto, nós não temos nada em relação à família, quando temos, no Rio Grande do Sul, um programa maravilhoso de um Deputado da Casa, que é o Deputado Terra. O sobrenome dele é Terra, nunca me lembro do...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO – Osmar Terra. Tem-se o mesmo efeito de uma creche através de visitas domiciliares, onde mãe e pai são instruídos, assistidos no atendimento que devem dar a seus filhos, ou mesmo com aquela pajem da vizinha, aquela que ajuda a tomar conta do filho.

Quer dizer, essas estratégias são absolutamente ignoradas. Não é que o Plano diga uma delas. O Plano poderia dizer assim: estudar alternativas de atendimento da demanda no nível municipal, no nível comunitário e que o dinheiro público possa ser um dinheiro que semeia, digamos assim, uma certa responsabilização mais geral da sociedade e um certo crescimento da sociedade.

Aliás, abrindo um parêntese, em termos de família, a primeira aula que tive na faculdade foi com Fernando Henrique Cardoso. Eu me lembro de que era menina, entrei na aula, e Fernando era tão bonito, falava tão bem, que eu achava "Meu Deus, estou entrando num lugar que só tem príncipe".

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO – Não era só eu, todas as meninas achavam. Eu tinha meus 18 aninhos.

Naquele dia, lembro que Fernando Henrique falou alguma coisa sobre ser mais importante do que a escola a família na criação da criança. E gravei isso.

Nunca vi um programa que se dedicasse a preparar os pais para apoiar a escolaridade de seus filhos. Não há. O Plano silencia-se sobre isso. Esse não é um Plano Nacional de Educação; esse aqui é um Plano estatal de educação.

É diferente. Nacional é alguma coisa que se negocia no nível da nação; esse Plano é estatal. Nada a respeito de pai. Olha, não é só o Plano Nacional, não é só no âmbito federal. Isso acontece no âmbito dos Estados, do próprio Estado de São Paulo. Nunca houve um programa desse tipo.

Então, a questão de abrir alternativas não existe. Só existe aquilo que é possível fazer no aparato do Estado. Quanto mais ele crescer e quanto mais ele puder ser privatizado pelos interesses corporativos, melhor. É um pouco a leitura que a gente faz a partir desse Plano.

Isso tudo, e ainda estamos no âmbito da equidade, no âmbito do acesso.

Vi depois uma série de publicações, inclusive, do Ministério da Educação, falando a respeito da importância deste plano para a qualidade da educação e da articulação. Quer dizer, quais são os mecanismos futuros que terão que ser feitos para elaborar novos planos. Eu tenho um pouco de dúvida. Nós temos um Governo Federal, 27 estaduais e 5.758 municipais, se não engano, mas está por aí. Vocês já imaginaram quanto plano? Vão ser 7 mil planos. Por que o plano não teria uma proposta estratégica de articular por onde é importante? Porque não é importante articular no âmbito do plano. O importante é articular no âmbito do resultado, porque, se articularmos no nível do resultado, depois o plano decorre do resultado.

E aqui eu vou colocar uma questão que para mim é muito cara em relação à qualidade – há duas questões de qualidade no plano que eu gostaria de discutir –, uma questão que fica perdidinha ali no meio de "trocentas" metas e não sei quantas estratégias, que é elaborar os currículos básicos da educação básica, seja educação infantil, fundamental ou médio.

Vou pedir licença para vocês para contar um pouco de história recente, porque temos uma tendência a jogar tudo no passado, e as coisas acabam.

Assim que a LDB foi aprovada, a ilusão de educadores como eu era que faríamos diretrizes curriculares, que seriam uma grande moldura – eu fui autora de uma delas, que é a do ensino médio – que, depois, os Estados e Municípios iriam preencher com seus currículos respectivos, respeitando o princípio federativo, fazendo alguma coisa com esse tal regime de colaboração, que ninguém diz o que é. Senadores, alguém não poderia apresentar um projeto de lei dizendo o que é o regime de colaboração? Porque ele é uma ficção. Ele aparece

em tudo quanto lugar, mas ninguém diz o que é. Só se fala em regime de colaboração.

Bom, eu fui autora desse projeto, e o pior é que, em seguida, foram cometendo os mesmos erros. Então, ficamos discutindo e disputando no âmbito das diretrizes. Enquanto isso, cada escola deste País tem o currículo que quer ou que não sabe, porque não existe, de fato, uma orientação nacional sobre o que queremos que as crianças aprendam.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO – É. Autonomia da escola, que ela não tem capacidade técnica nem legitimidade política para estabelecer, porque damos autonomia, mas não damos os instrumentos que precisam ser dados. Então, esse problema... E eu venho de uma discussão grande a respeito dessa questão do currículo, que eu gostaria de trazer para vocês, compartilhar essa experiência e, quem sabe, dar a essa meta que está tão pequenininha e tão simplesinha ali um pouco mais de importância. O que temos discutido? A Fundação Lemann, várias ONGs estão se reunindo, discutindo essa questão do currículo nacional. Aliás, há Deputados nesse grupo que vem acompanhando essa discussão. Se houvesse algum Senador, seria muito bem-vindo.

O que vimos? Que fazer diretrizes não foi suficiente. Eu já havia suspeitado disso no finalzinho do Governo Fernando Henrique. Mas muda o governo e, quando vem o novo governo, ele começa a fazer diretrizes tudo novamente. E as diretrizes são doutrinárias. Elas são grandes, digamos, proposições, mas elas também não têm meios de execução. Aí o Ministério de então fez os parâmetros curriculares nacionais. Os parâmetros curriculares nacionais são, até hoje, a única referência, mas é uma referência muito insuficiente ainda. E o pior: o Ministério de então, em vez de fortalecer prefeituras e Estados para que eles se apropriassem dos parâmetros e, a partir dali, fizessem os seus currículos, montou a sua própria rede de capacitação e foi diretamente às escolas ou aos Municípios fazer isso. Obviamente, muda o governo, a rede de capacitação cai, porque ninguém segura quando você não tem, no Município ou no Estado, uma, digamos assim, uma âncora mais forte.

Qual é o problema de não termos conseguido até hoje e estarmos patinando e brigando em termos de diretriz? Não, existe um grupo que diz assim "Não, as diretrizes do ensino médio que a Guiomar fez são melhores." Eu não quero saber qual diretriz é melhor ou é pior. Por princípio, ela tem um equívoco de origem. Nós teríamos, além de diretrizes, de pactuar as aprendizagens que nós precisamos que os nossos alunos tenham.

Os países do mundo estão caminhando nessa direção: a Austrália, os Estados Unidos. Os Estados Unidos, que é um país federativo, complicado como o Brasil, onde cada um tem a sua autonomia, está conseguindo elaborar aquilo que eles chamam de um núcleo comum, o famoso *Common Core.* Está conseguindo como? Por iniciativa dos governadores dos Estados. E isso faz com que os Estados se apropriem muito mais da questão do que se fosse do Governo Federal.

Eles tiveram a experiência de fazer pelo Governo Federal e não deu certo. Estivemos agora há pouco com um dos líderes deste movimento. Quando o governo Obama assumiu, perguntou para eles do que eles precisavam, porque queriam apoiar o trabalho, e eles disseram: "Neste momento, o que o Ministério da Educação Federal pode nos ajudar é ficando fora." É ficando fora para que fique claro para a sociedade americana que isso não é uma iniciativa do centro para a base; não é uma iniciativa de cima para baixo; isto é uma iniciativa que nasce da vontade dos governadores de Estado.

O colégio de governadores de Estado, nos Estados Unidos, foi quem financiou e quem conduziu todo o trabalho. Eu não acho que esta experiência seja adaptável para nós, mas acho que nós precisaríamos ter espaços interfederativos, onde estivessem presentes os Estados, os Municípios e o Governo Federal, para que pudéssemos pactuar um conjunto de aprendizagem.

Isso já está na nossa lei e se chama base nacional comum. Está no art. 26, da LDB, que "os currículos vão ter uma base nacional comum e uma parte diversificada." Não é boa a formulação do art. 26, mas, tudo bem. Para o que precisamos, acho que ele pode funcionar. E nós teríamos de estar, além de diretrizes, pactuando a base nacional comum dos currículos.

Então, não é fazer um currículo nacional; não é um sistema nacional de educação. De vez em quando, existe uma mania de grandeza neste País e tudo é nacional. Na verdade, tudo é estatal. Não se trata disso. Trata-se de realmente termos aquela base nacional comum compartilhada por todos. É basicamente fazer um trabalho bem feito sobre o que eu quero que os alunos saibam fazer e saber fazer quando eles saírem de um ano, de uma etapa; não é dizer os conteúdos.

Porque os conteúdos e as estratégias de ensino podem perfeitamente ficar a cargo das definições estaduais e municipais. São Paulo acabou de sair de um processo desse, exemplar, inclusive, que a mim me ensinou muita coisa e me mostrou como as diretrizes são insuficientes.

Quer dizer, sentar para definir um currículo não é suficiente eu ter diretriz. Eu preciso de algo mais. O que é esse algo mais? É o que os alunos deverão saber. Nós nunca vamos conseguir responsabilizar se nós não tivermos isso. Então, nós teríamos de pensar em articular e pactuar pelo substantivo e não pelo operacional.

Não adianta articular em termos de: "O Estado articula com Município; o Município articula com outro Município." Mas articula exatamente o quê? Do que é que nós estamos falando? Nós estamos falando de aprendizagens. Esse é o enfoque; isso é o que a revolução tecnológica nos está ensinando e nos está cobrando. O mundo que hoje é o mundo da informação; é o mundo da celeridade do conhecimento e da informação, está cobrando pessoas que saibam lidar com essa informação; que tenham pensamento abstrato capaz de generalizar em cima dessa informação; que saibam articular verbalmente os seus argumentos e as suas palavras e se expressem de maneira adequada. É isso que temos que fazer em termos de *Common Core*. Existe experiência a esse respeito. Se houver interesse, há uma pessoa que tem trabalhado nisso, inclusive vendo o que está sendo feito fora.

O que os americanos decidiram quando fizeram o *Common Core*? Eles eram como nós: cada Estado tinha um conjunto de alvos, metas e currículos. Havia um monte de coisa. O que eles decidiram? Eles decidiram fazer só de inglês e de matemática. Que fossem poucos, fossem claros, mas fossem muito exigentes, tanto que agora está todo mundo miando lá porque os professores estão vendo que eles não sabem ensinar o que está sendo pedido no currículo. Eles não têm estratégia nem conteúdo para dar conta das competências que estão descritas no núcleo comum, porque elas são competências bem ambiciosas. E nós temos que ser ambiciosos mesmo, porque isso é o que alinha. É isso que vai alinhar a política de formação de professores, de aquisição ou produção de material didático – livros, cadernos, apostilas, sistemas, o que seja. Toda a parte de tecnologia de que nós precisamos temos que alinhar pelo resultado. E o resultado tem que ser expresso em termos da aprendizagem que os alunos têm o direito de ter. Hoje em dia, nós chamamos de expectativas de aprendizagem. Eu não me importo com o nome. Nessa altura da minha, eu não ligo para a denominação. Podem dar o nome que quiserem: pode ser expectativa de aprendizagem, direito de aprendizagem, objetivos de aprendizagem, competências, desde que isso expresse o que o aluno vai saber e o que o aluno vai saber fazer com aquilo que ele adquiriu na escola.

E aí vem a questão do conteúdo. Mas o conteúdo pode ser parte da autonomia dos entes federativos. O que não pode ser parte da autonomia dos entes federativos é aquilo que queremos que o menino e a menina do futuro neste País saibam, porque aí está o nosso projeto de Nação, o perfil que nós queremos para a nossa força de trabalho no futuro: os nossos filhos, os nossos netos, os nossos companheiros de jornada. Esse é o futuro da Nação. E, felizmente, o Brasil está descobrindo que, quando se fala de educação, está-se falando do futuro do País. Demorou!

O Senador Cristovam Buarque é um homem de uma nota só, não é, Senador? Eu recebi o seu folheto. Muito obrigada. Eu costumo dizer que tem gente que só pensa naquilo. E eu só penso também nessa questão de currículo e formação de professores.

Dou muitas boas-vindas aos economistas que vêm e nos ajudam a pensar com dados e com estatísticas. Eu acho que o Brasil, hoje, está assistindo a um bom casamento das velhas da educação, como eu, e dos jovens economistas que chegam e que, digamos assim, têm uma sinergia do ponto de vista da sua análise, porque, pelo caminho das estatísticas, eles chegam a conclusões a que nós também já chegamos por outros caminhos, o que eu acho muito bom.

Então, a respeito da base nacional comum do currículo, não é um currículo nacional. Um currículo é muito mais do que as competências que eu quero que os alunos constituam. Um currículo tem a ver com metodologia, com conteúdo, com sequência – o que vem antes e o que vem depois. Um currículo tem que ser distribuído no tempo, no espaço. Não se pode fazer nacionalmente isso. Não dá para fazer, porque o Brasil é muito grande e muito desigual, mas dá para termos uma unidade grande a que queremos chegar em termos de aprendizagem dos alunos. E aí nós vamos selecionar conteúdos, metodologias, etc. e, sobretudo, nós vamos formar professores.

Acho que o que está no plano em termos de formação de professor é muito ruim e insatisfatório. Valorização é só salário? Existem pesquisas mostrando que, quando o professor vai falar da sua condição de trabalho, o salário nem é o primeiro item. O primeiro item é respeito, dignidade, como seria o de qualquer ser humano em qualquer profissão. Antes de saber quanto vai ganhar, a pessoa quer saber se vai ser respeitada e qual o valor que ela tem para a sociedade, independentemente de salário. Só o salário realmente não vai adiantar.

Esses números a respeito de como nós usaríamos o dinheiro dos 10%. E há, aqui, uma pergunta do próprio Senador Cristovam sobre a mesma coisa. Acho que, se não tivermos gestão que o Naercio já colocou,

e apenas estou reforçando, e se não tivermos para onde vamos, em termos do produto final da educação, o dinheiro vai ser gasto com pressões corporativas, sabemos disso. Nosso aluno da universidade custa mais do que o aluno de outras universidades, nem por isso a nossa universidade tem tanto Prêmio Nobel, não é? O que gastamos com a nossa universidade poderia ser de Prêmio Nobel. Não temos. Até porque condições de pesquisa não são boas. E não adianta eu pagar salário, se a escola não está organizada, se o aluno não está motivado, se o ambiente de trabalho é ruim. Ele vai aguentar o salário, eventualmente, mas não vai ter aquele "tcham", aquele "shazam" que tem que ter em toda profissão e, mais do que nunca, tem que ter na profissão de professor, porque é uma profissão dura, difícil, enfrentar sala de aula todo dia é uma desgraça, e a gente só está pensando em valorização de professor em termos salariais. Estamos condicionando o valor do professor à pós-graduação. Todas as pesquisas mostram que pós-graduação não faz diferença no desempenho do professor, gente. Está aí, nos Estados Unidos, na Europa, em todo lugar. Para que vamos colocar como meta de Plano Nacional de Educação ter professor com pós-graduação só para ele poder ter a licença para sair ou estudar fora, ou fazer o seu curso sem precisar trabalhar e defender uma tese. Não é disso que precisamos, as crianças não precisam disso, as crianças precisam de um professor motivado que esteja lá todo dia e de uma escola organizada.

Eu diria agora, voltando à sua colocação, Senador Alvaro, de que esta Comissão quer fazer do Plano uma coisa cobrável, não é? Vamos pegar poucas coisas, vamos abraçar essa causa da base nacional comum, poderíamos explicar melhor isso, e vamos abraçar a parte de formação de professores. Se pudermos melhorar a formação de professores, ter um currículo enxuto, claro, que diga para os professores todos deste País: no final deste ano, teu aluno vai ter que saber fazer isso, aquilo e aquilo. E informe aos pais, informe aos pais e à família.

E se conseguirmos gestão que organize a escola, o aluno só tem duas horas de aula porque é um entra e sai, a escola é horrível, funciona mal, a cortina está rachada, não tem luz direito, é tudo ruim na escola. Então, isso é que faz dela uma coisa aversiva, aversiva para o aluno e, pior, aversiva para o próprio professor.

Então, se conseguíssemos ter professores trabalhando durante todo o tempo numa única escola, só isso, e ter uma base nacional clara, acho que avançaríamos. E colocar a formação de professor a serviço da base nacional comum do currículo, a serviço. E uma base nacional não é só de língua portuguesa e matemática não, mas envolve conteúdos e competências das diferentes áreas, apenas não é expressa em termos de conteúdos, mas em termo daquilo que o conteúdo permite que o aluno se aproprie e faça. Então, gestão que organize a escola.

Não sei se vocês já se deram conta, o total de aulas é o mesmo. Quando chega no começo do ano, que a gente vai atribuir as aulas para os professores, é uma loucura. Por quê? Porque o professor de história precisa dar aula em três escolas para conseguir conquistar a jornada dele. Se eu, em vez de ter um professor de história dando três aulas aqui, três aulas ali, três aulas ali, eu tivesse o mesmo professor de história dando história e língua portuguesa, eu resolveria o meu problema de jornada e não tiraria emprego de ninguém, eu só pegaria as aulas e mudaria o jeito de distribuí-las, ou seja, é uma hecatombe, do ponto de vista operacional e político, mas é possível do ponto de vista de... O grande argumento é não deixar o professor sem emprego.

E concordo inteiramente, para terminar, com o Naercio sobre a escola de tempo integral. Dar duas vezes uma escola ruim, eu acho que os nossos alunos vão sofrer demais. Nós temos que dar duas vezes a escola, mas uma boa escola. Então, antes de pensar na escola em tempo integral, como é que a gente faz uma boa escola com esta que está aí. Se a gente aumentasse uma hora por dia para todos os alunos com uma meta de ter, em dez anos, todos eles, durante sete horas, na escola, isso seria uma coisa mais séria e mais responsável do que gente dizer "vamos ter metade das escolas em tempo integral". Então a gente tem metade das escolas em tempo integral e a outra metade com tempo de nada.

Era basicamente isso, espero que tenha ajudado, Senador, contribuído com o trabalho que os senhores terão, que será um grande trabalho para fazer esse plano virar alguma coisa que possa realmente contribuir para a educação brasileira.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Muito obrigado, Profª Guiomar Mello, minha querida amiga de tantos anos com quem eu sempre aprendo.

E eu estou aqui usurpando, não sei se com o consentimento dele, mas estou usurpando...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Álvaro Dias, eu também sou paulista, mas eu queria lhe homenagear, o Sr., como nosso líder, que presidisse...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pois não, é uma honra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – ...os paulistas. Porque eu estou encantado.

Eu gostaria, daqui na platéia, de escutar o que estou contando aqui. Aqui só tem paulistas, eu sou também conterrâneo, eu sou de São José do Rio Preto também, como V. Exª, e eu quero lhe prestar essa homenagem porque é uma audiência das mais ricas que nós estamos tendo aqui. Pontual, simples, sem rodeios e tudo aquilo que nós pensamos nesta Comissão. Quer dizer, a gente hoje se debruça em cima de um prato feito, dá vontade de rasgar o que veio, começar tudo de novo, fazer três, quatro metas exequíveis. Mas conduza, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Agradeço muito o meu querido colega e Presidente da Comissão, realmente é uma tarefa muito complexa e difícil, porque, como disse a Profª Guiomar e todos nós já tínhamos observado, esse plano é um ajuntamento de tijolinhos, cada um colocado por algum tipo de interesse, algum tipo de visão específica. E, ao mesmo tempo em que foi subindo esse edifício através desse método de conselhos, conselhos, conselhos e conferências, isso vai agregando, digamos assim, apoios políticos a cada um desses pontos, de modo que uma mexida geral é uma tarefa política muito difícil de ser conseguida, mas acho que é necessário e vale a pena tentar.

O Professor Cristovam Buarque nos deixou aqui um questionário. Eu acho que nós poderíamos começar por aí. Ele vai voltar logo, foi apenas aqui a sala ao lado e vai fazer pessoalmente. Então, vamos fazer um pequeno intervalo para que o Cristovam possa chegar.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu sugeriria, Sr. Presidente, que o Sr. começasse com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Mas o relator quer falar por último.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ah, quer falar por último?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Presidente Cyro, enquanto o Cristovam volta, eu acho que devo ficar por último, até por apreço aos colegas Senadores que eventualmente contribuem com as suas presenças aqui, dada a importância do tema que nós estamos debatendo. Nós fizemos, Aloysio, sete audiências públicas. Não completamos um mês ainda com o plano em nossas mãos...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – E essa é a comissão de mérito, é a Comissão de Educação não é a Comissão de Assuntos Econômicos e nem a de Justiça, é a de Educação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Não completamos um mês e fizemos sete audiências públicas, ouvimos já 33 especialistas em educação. Representantes do governo, do setor privado, da escola, do setor público, dos governos estaduais, municipais, entidades representativas de professores, estudantes. Enfim, ouvimos muita gente e vamos ouvir agora o Senador Cristovam Buarque, como primeiro a interpelar os nossos visitantes.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero começar dizendo, meu caro Álvaro, que hoje eu acho que você – permita-me chamar de você – tem a função mais importante nesta Casa, entre os 81 Senadores, porque da sua mão vai sair um documento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, eu jogo sim! Agora, estou pronto para colaborar.

Mas eu não vejo nada que tenha essa importância hoje aqui. E podemos fazer um documento absolutamente frustrante, que ninguém vai ligar, ninguém vai fazer nada que tenha servido apenas para satisfazer as corporações, o Governo dando isso, e para nós satisfazermos o Governo, aprovando isso.

Eu preparei diversas perguntas. Até aproveito para dizer que nossas audiências têm um defeito: a gente não envia as perguntas com antecedência aos palestrantes.

Felizmente, à Profª Guiomar eu quero dizer que, se o Relator conseguir incorporar uma boa parte do que ela falou, a gente vai dar um salto de qualidade muito grande no PNE.

Mas, de qualquer maneira, primeiro uma crítica: eu não tive tempo de contar quantas vezes a palavra "criança" aparece no PNE, mas a sensação é que é muito menos do que "professor", muito menos do que "dinheiro", muito menos do que aquilo que interessa aos pedagogos, individualmente, como categoria profissional. E não o objetivo fundamental, que é o Brasil e a formação de suas crianças.

A outra coisa, eu tenho insistido aqui: é um documento sem ambição. Nós nos acostumamos tanto a ser ruins em educação no mundo que a gente pensa em como arrumar as coisinhas e não como revolucionar – mesmo que leve 50 anos. Sem a ilusão de passe de mágica, mas saber onde é que a gente quer chegar; como, daqui a 50 anos, 30 anos, 20 anos, a gente vai estar entre os cinco melhores do mundo. Não quer dizer que vai passar; vai empatar, digamos, 20 países, todos na mesma categoria de cinco bons. É

nesse sentido que eu fiz algumas perguntas, porque eu acho que possam colaborar.

Eu vou ler todas. Sei que não vai haver tempo de responder; sei que talvez não estejam claras.

A primeira é: com suas características atuais, o sistema educacional brasileiro é capaz de receber e investir com eficiência 10% do PIB – proposto pelo PNE – e com isso levar o Brasil a ter uma educação entre as melhores do mundo? Somos capazes de absorver 10% do PIB ou vamos jogar dinheiro fora? Como gastar, no atual sistema, os 10% do PIB – cerca de R$450 bilhões, R$9 mil por aluno ao ano – que o PNE propõe? É uma coisa que falta ao PNE: como gastar.

Ontem, ou terça, nós tivemos aqui um debate sobre educação inclusiva ou não. Aqui se discutiu, como se fosse uma polêmica ideológica, "sim" ou "não". Ninguém perguntou – e eu não me lembrei de perguntar – como fazer a inclusão. A gente não perguntou como fazer inclusão ou como não fazer a inclusão porque ela não seria necessária. A gente discutiu se deveria ou não fazer. Então, a minha pergunta é: como gastar, no atual sistema? Se a resposta na primeira pergunta for sim, é possível, no atual sistema, dar o salto? Como gastar esse dinheiro? Para aumentar o salário dos professores? Para comprar mais computadores?

Terceiro: para ter educação na qualidade dos melhores países do mundo, o Brasil deve fazer pequenos avanços no atual sistema ou vai precisar criar um novo sistema educacional que tenha uma nova carreira do professor, novas edificações, novos equipamentos, universalização do horário integral, envolvimento dos pais e da mídia ao longo de décadas? A gente vai melhorar o que está aí ou vai criar algo novo ao lado disso e ir substituindo ao longo do tempo?

Quarta: o PNE oferece caminhos para atingir seu objetivo – de termos educação de qualidade e qualidade equivalente para cada criança? Porque a gente pode até pode dar um salto na média, mas há criança com escola boa e com escola ruim. E aí o sistema não funciona. O sistema só funciona quando a criança tem uma boa escola independente da renda dos pais e da cidade onde mora. Não importa onde.

Cinco: a responsabilidade municipal ou estadual permite assegurar qualidade – e qualidade equivalente – na educação de cada criança, independente de onde mora ou da renda dos pais, ou será preciso que a educação básica seja uma responsabilidade de todo Brasil e não só do Estado ou do Município? Essa é uma pergunta chave.

Sexta: a simples transferência de renda do Governo Federal para os municipais e estaduais tem dado o resultado que se espera e pode melhorar, ou será preciso gestos federais mais intervencionistas ou mesmo a federalização da responsabilidade?

Nós temos 430 escolas federais. Se todas fossem iguais àquelas, nós estaríamos em 15º lugar no Pisa. Obviamente, há uma deformação, porque os alunos que entram são escolhidos, mas, mesmo tirando isso, nós estaríamos entre os bons países. Então, a gente tem que apenas continuar com o Fundeb ou deve haver uma carreira nacional do magistério?

Considerando a política salarial brasileira e suas consequências na escolha de profissionais entre os alunos do curso superior, qual deveria ser o salário necessário para atrair os melhores jovens para a carreira do magistério?

E aqui, Profª Guiomar, eu estou totalmente de acordo. O que segura um professor não é o salário, mas o que atrai o professor é o salário. Depois que ele está dentro, que ele escolheu a carreira, o que ele quer é dignidade, o que ele quer é bons equipamentos no sentido amplo. Agora, na hora de escolher quem vai para o magistério, o salário é fundamental. Senão, vai ser funcionário do Senado, da Câmara, vai ser delegado da Polícia Federal, vai ser procurador da República.

Já na escolha do curso, a gente recebe os que não são capazes de concorrer para um bom salário. Por isso, não adianta nem tanto aumentar muito o salário com os alunos que já escolheram a carreira de magistério no tempo em que o salário era baixo. Na Finlândia, se não me engano, só entra para fazer concurso de professor quem estiver entre os dez melhores do seu curso. Não tem como a gente escolher os melhores do curso em geral se a gente não tiver um salário capaz de atrair.

Eu pergunto: qual é o salário que é capaz de atrair os melhores quadros da sociedade, com vocação, obviamente? Este é um perigo: se pagar muito bem, vai ter até Herodes querendo ser professor nas escolas brasileiras. Tem que haver um sistema de seleção diferente.

Outro ponto, sabe-se que não adianta apenas aumentar os salários e atrair os melhores quadros do magistério. É preciso criar mecanismos de formação continuada e avaliações constantes. E aqui vem uma pergunta: como implantar um sistema de avaliações consequente com o atual sistema funcional de estabilidade plena? É possível ter boas escolas com estabilidade plena, em que a avaliação de um professor não leve à sua promoção ou à sua demissão?

Estou terminando aqui.

O PNE, na sua forma atual, limita-se a um conjunto de metas ou oferece caminhos para que seja feita a revolução necessária na educação brasileira que nos ponha entre as melhores do mundo? E aqui acho que

é fundamental para o nosso Senador: o PNE que está aí vai apenas trazer algumas melhoras? É apenas um conjunto de metas?

Com o PNE executado, inclusive com os 10% do PIB gastos, será possível estimar que a educação brasileira ocupará uma posição de destaque no Pisa?

E, finalmente, essa tem a ver também com o nosso Relator: você recomenda apresentar algumas emendas à atual proposta do PNE ou considera conveniente a apresentação de um substitutivo completo?

Eu quero saber a opinião deles. São essas as perguntas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Senador Cyro Miranda, o senhor quer aproveitar também e já fazer as suas perguntas? Aí passamos a palavra aos nossos convidados para depois o Senador Alvaro Dias concluir.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu acredito que o Senador e ex-Ministro da Educação Cristovam, com esse elenco de perguntas, quase cobriu todos os questionamentos que nós teríamos. Praticamente, ele pretende uma revolução.

Mas eu pontuo aqui com a professora. Realmente, chama-me a atenção que nós fizemos uma pesquisa e o salário médio de um professor primário no Norte é de R$701,00. Se o passarmos para 1.400, 1.500, que é o piso, o que vai acontecer com os alunos? Nada. Vai melhorar a condição do professor, é digno, é verdade, mas não vai acontecer nada. O conteúdo que ele tem é o mesmo.

Eu não sei – é uma das coisas que me deixam preocupado – como resolver os problemas regionais, pois já começam assim: se o MEC editar um livro básico para todos; no Sul, a gente fala bergamota; em São Paulo, mexerica... Quer dizer, já começa até nas próprias expressões. As diferenças culturais são tão grandes que eu não sei como podemos equiparar essas coisas. Então, eu gostaria de ter uma ideia de como a gente vai... É lógico que isso vai ser através do tempo. Mas gostaria de saber, também.

Outra coisa que é comum e que o Prof. Naercio falou: se nós não tivermos um plano de carreira para professores... Eu vou contar o que está acontecendo em meu Estado, manchete de jornal de hoje, a respeito do vestibular de agora: Medicina: 100 candidatos para uma vaga; Direito, 87 para uma vaga, e assim vai... Pedagogia, meio candidato para uma vaga. Não vai preencher. Então, nós estamos pegando a base que está se desestimulando. Se nós não corrermos, daqui a pouco não teremos mais professores, as salas de aula vão fechar. Não adianta nada pensar realmente em dinheiro se não tivermos esse planejamento.

Por que a USP caiu? O que está acontecendo? A USP despencou. Ela vem despencando faz tempo em seus índices e não foram mostradas essa realidade. O MEC tinha isso à mão e nunca apontou e nem socorreu. Nós saímos do *ranking* das 100 maiores universidades do mundo. Estamos agora no grupo entre os 300 e 400.

Aqui veio também uma senhora de Santa Catarina. Eu queria saber dos senhores educadores se é verdade o que ela nos disse aqui. Ela defendeu a educação inclusiva no ensino regular e pediu a nós parlamentares que garantíssemos no PNE espaço para todas as crianças, independente do grau de deficiência. Ela disse assim: "Precisamos romper com os conceitos sobre deficiência, pois a capacidade de aprendizagem é inerente ao ser humano. Não há outro entendimento possível para a educação do que garantir a todos o mesmo direito. Educação inclusiva deve se dar nas salas de aulas comuns". Eu escutei isso e está gravado. Ou eu não entendo nada de educação ou essa senhora mora na Suíça. Santa Catarina é uma Suíça. Ela nunca saiu de Santa Catarina! Eu não conheço a realidade de Santa Catarina, mas não acredito que lá esteja em condições de receber alunos com deficiências, em diversos graus, em uma sala comum. Não há. Eu não sei, eu gostaria de ouvir dos senhores.

Quero parabenizá-los e dizer que os senhores poderão dar uma grande contribuição ao nosso Relator. Uma grande contribuição! Nós recebemos um prato pronto. Há um defeito aqui: deveríamos começar ao contrário e ouvir essas 33 ou 50 pessoas da área para, depois, então, formatarmos o plano. Não, mas ele vem feito. Ele vem feito porque é corporativo, para dar satisfação à sociedade das ruas. São metas que, se não forem cumpridas amanhã, não acontecerá nada e que, então, daqui a 10 anos pensarão em fazer outra coisa. Como é que se pode – o professor e a senhora colocaram também – ter como meta alfabetizar no terceiro ano, aos 8 anos de idade. É o absurdo dos absurdos! Mas isso foi um embate com o Ministro. É o pensamento do Ministro.

Então, ficam essas indagações. Eu acho que nós temos muito em comum. O Relator vai virar esse PNE de cabeça para baixo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu vou dar a palavra ao nosso Relator, porque, assim, nossos convidados já terão um conjunto completo de indagações. Só queria lembrar e dizer a nossos convidados – o que nós já sabemos – que esta Comissão é a de mérito; portanto, o parecer emitido por ela é que deverá ser o que nos orientará na votação. E foi uma luta, Guiomar, evitar que fosse aprovado um regime de urgência que, se

aprovado pelo Plenário, saltaria a Comissão de Educação. Uma vez aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, houve uma tentativa de se votar um regime de urgência para saltar a Comissão de Educação.

Foi uma luta, uma resistência tenaz que nós tivemos aqui – Cristovam, Cyro, Alvaro, eu e outros Senadores – para que a comissão de mérito, que é a Comissão de Educação, fosse ouvida e tivesse um papel importante, preponderante mesmo, eu diria, na elaboração legislativa.

Então, o Senador Alvaro Dias tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Bem, primeiramente, meu agradecimento aos colaboradores que se pronunciaram e, certamente, responderão às indagações ao final.

Eu, Presidente Aloysio, não um sou um relator muito otimista, não é? Talvez seja a consequência do desencanto que há em todos nós, sobretudo no Legislativo, reconhecimento da nossa impotência, da nossa incapacidade de superar dificuldades impostas principalmente por uma maioria exuberante, exagerada e muito condescendente com o que há no Poder Executivo.

O desinteresse em relação a esse plano foi explicado aqui. Realmente, é um plano de intenções. É assim que todos o veem: um plano de intenções, em razão dos precedentes e, sobretudo, dessa ausência de esperança de que as coisas possam mudar, efetivamente, no País. O desinteresse se dá, em parte, porque esse plano ficou por mais de três anos na Câmara dos Deputados. Então, cansou.

Veja que nós estamos aqui, Cristovam, há quase um mês, na Comissão de Educação, com sete audiências públicas, com especialistas conceituados no País aqui expondo e, se você pesquisar nos jornais deste mês, não encontrará nenhuma nota no rodapé de qualquer um deles sobre o que ocorreu aqui. Isso demonstra o desinteresse, como se nós não estivéssemos debatendo o assunto mais importante para o futuro do País.

Então, esse é o nosso cenário. Esse é o cenário.

Nós poderíamos almejar mudanças importantes na Comissão de Educação se não conhecêssemos o Congresso que temos, se não conhecêssemos a maioria que temos, por isso não posso ser otimista.

É claro que gostaríamos de promover, Cyro, como você quer, como os nossos colaboradores desejam, uma mudança radical nesse plano, mesmo que seja de intenções, mas como aprovaremos isso, não é?

Nós ficamos entre a cruz e a espada: se alteramos excessivamente, teremos a nossa proposta rejeitada e prevalecerá o que restou das outras duas Comissões, a CAE e a CCJ. Então, talvez nos reste tentar melhorar o que está aqui.

Nós gostaríamos, por exemplo, de reduzir o número de metas. Achamos um exagero 20 metas. Talvez se chegássemos, se escolhêssemos cinco metas essenciais e nos dedicássemos a elas, estaríamos contribuindo mais para melhorar a educação no País, mas como aprovaríamos isso desprezando as demais metas se, como se descreveu aqui, sabe-se até o número do telefone de onde vêm?

Então, essa pressão, o exercício desse poder de pressão que há sobre o Congresso, como superar isso e promover essa mudança, com essa minoria numericamente insignificante que possuímos aqui?

Então, temos que nos conformar com a nossa realidade e, talvez, tentar aprimorar o que temos aqui.

Eu vou fazer algumas indagações.

Já enfatizei quando o Prof. Naercio expunha, que nós temos, aqui, um sonho, que é o de transformar esse Plano Nacional de Educação no Estatuto da Responsabilidade Educacional. Se conseguíssemos alguns passos em matéria de responsabilização, certamente já estaríamos dando uma boa contribuição. Definir que vamos repassar para a educação 10% do PIB e não responsabilizar ninguém se isso não ocorrer é apresentar ao País uma farsa. A nossa preocupação é estabelecer responsabilização já neste plano.

Eu gostaria de trabalhar mais este assunto com os nossos dois convidados, a Guiomar e o Naercio, sobre o que poderíamos fazer em relação a gestores, por exemplo, estaduais, federais e municipais, pelo não cumprimento de suas obrigações, das metas estabelecidas, se essas metas não forem atingidas, de que forma nós responsabilizaríamos. Considerando que essas metas dependem de ações articuladas e coordenadas entre União, Estado e Município, como seria repartida entre os gestores locais, estaduais e nacionais a responsabilidade pelo descumprimento do plano. São dificuldades que temos para a definição dessa responsabilização. Queremos a inspiração dos especialistas. Qual deveria ser o papel da escola e dos professores nessa perspectiva de responsabilização? Pretendemos definir normas para responsabilização dos agentes públicos da União, do Estado e do Município, mas creio ser importante também definir a responsabilização da escola – professores, alunos – que efetivamente serão os principais agentes da implementação eventual desta política que tem origem nesse plano.

Eu creio que talvez uma década não seja suficiente para a implementação dessas metas. Aliás, há uma contradição. Ouvimos tanta gente aqui, foram 33 especialistas e há uma contradição na opinião. Alguns entendem que essas metas são tímidas, outros enten-

dem que são ousadas e, por isso, inócuas, que esse plano é inepto em função de estarmos estabelecendo metas impossíveis e outros entendem que, ao contrário, são metas tímidas, que poderíamos ousar mais.

Que estratégias deveriam ser incluídas no plano para aumentar a atratividade da carreira docente? Nós ouvimos aqui – e é uma lástima – que os alunos que possuem menor qualificação é que acabam optando pela carreira do magistério. Então, que estratégias nós poderíamos incluir no plano para aumentar a atratividade da carreira docente, não só em termos salariais, como aqui já se enfatizou, mas em termos de condições de trabalho e prestígio social? A Profª Guiomar destacou muito esse ponto, que não é só uma questão de salário, que, aliás, não é o item número um para os professores em suas reivindicações. Que tipo de formação docente se requer agora para os professores em razão desses tempos modernos? A universidade brasileira está dando conta dessa tarefa de preparar professores? Que estratégias nós podemos adotar neste momento? São tantas as perguntas, mas como queremos realmente focalizar as questões essenciais, vamos deixar essas indagações.

Temos a questão da alfabetização. Nós apresentamos uma emenda, com o apoio do Senador Aloysio, a uma medida provisória que alterava essa questão da alfabetização. Queremos ser coerentes nesse plano também, Senador Cyro e Senador Cristovam, repetindo aquela emenda, Aloysio, que coloca os seis anos para alfabetização. Em relação à questão do ensino integral, concordo plenamente que a meta é ousada em razão das possibilidades.

As dificuldades de gestão do sistema escolar, se pudermos clarear melhor isso, como cobrar e como avaliar o sistema de avaliação de professores e, mais uma vez, enfatizando – esse seria o nosso sonho, Cyro – a responsabilidade educacional. Então, como cobrar, sem estabelecer penalidades. Eu creio que podemos pensar até em considerar crime de responsabilidade a que estariam sujeitos, no caso da União, Presidente da República e Ministro da Educação; no caso dos Estados, governador e secretário de educação, na hipótese de não aplicação dos recursos direcionados para a Educação, não cumprimento das metas. Para dar um exemplo, em relação ao financiamento da educação: crime de responsabilidade. São questões que estão para o debate, mais uma vez agradecendo o Naercio e a Guiomar pela preciosa colaboração.

Nós pretendemos, a partir da próxima semana, trabalhar com a assessoria, elaboração do texto e estaremos sempre abertos para novas sugestões, mesmo que a distância, por *e-mail*, a fim de que possamos produzir um texto final sempre com a preocupação de compatibilizar o ideal com o possível, evitar um desastre maior, tentando avançar mais do que podemos e permitir que aprovem algo que seja um retrocesso. Mas também não queremos perder a esperança de melhorar essa matéria, melhorar esse plano e passar ao sistema educacional do País instrumentos para a sua evolução.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Muito obrigado.

Vamos passar agora a palavra aos nossos convidados.

Eu queria também transmitir, especialmente ao Prof. Naercio Menezes Filho, uma pergunta que vem de uma convidada nossa, que está aqui presente, que acho que vale a pena e que considero muito interessante.

Para que possamos inverter essa lógica em relação ao financiamento e ao grau de prioridade que se confere hoje ao ensino superior para passarmos a enfatizar a importância do ensino básico, inclusive em termos de recursos, sendo que os recursos são finitos, isso seguramente desencadeará uma guerra corporativa. Como elaborar um regime de transição, uma forma de transição para chegarmos à situação proposta pelo Prof. Naercio?

Vamos passar a palavra alternadamente e, depois, se houver necessidade, para algum complemento.

O SR. NAERCIO MENEZES FILHO – Agradeço as perguntas.

A importância desta Comissão para modificação do PNE é evidente.

Começo então pelas perguntas do Senador Cristovam, a quem também parabenizo pela militância na área de educação de muitos anos. S. Exª é um exemplo, uma inspiração para nós.

A questão é a seguinte: com relação aos gastos, a gente sempre pode gastar os 10% do PIB. A questão é como e se vai melhorar a qualidade da educação. Isso é o fundamental.

É importante notar que esses 10% do PIB, que hoje são 450 bilhões ou R$9 mil por aluno, ao longo do tempo, vão aumentar, como eu mostrei, por causa da diminuição do número de alunos e do crescimento do PIB. Então, nós vamos chegar a um número enorme daqui a 10 ou 15 anos.

A questão é: a simples aplicação desses recursos garante a qualidade da educação? E a resposta é "não", como nós colocamos aqui – não é só isso. É preciso haver diferentes partes para melhorar a educação. Então, são cinco coisas principais. Primeiro, é a família, como a Profª Guiomar falou. Os estudos mais recentes mostram que o desenvolvimento infantil é fundamental para o aprendizado. As crianças que ficam para trás, nos primeiros anos de vida, não conseguem

recuperar o atraso. Você tem modificações até genéticas em crianças que passam por situações de estresse profundo que dificultam todo o aprendizado posterior. Então, um programa que melhora o aprendizado dos alunos tem que cuidar da família em primeiro lugar.

Em segundo lugar, a formação de professores. Se a gente pudesse melhorar a formação de professores, já seria um passo tremendo, porque as faculdades de pedagogia não ensinam os professores a dar aula hoje em dia. São aulas sobre processos históricos, a história da educação, Marx, muitas outras coisas e pouco do que efetivamente o professor deve aprender para ensinar em sala de aula. Depois, você tem a questão do currículo, que a Guiomar falou, que é fundamental.

Com relação à avaliação do professor, eu acho que um grande passo poderia ser dado se a gente usasse mais efetivamente o regime probatório, que já existe, está previsto em legislação em todas as redes, e não é utilizado na prática. Então, se a gente pudesse avaliar o desempenho do docente, do professor, nos seus dois primeiros anos em sala através de avaliação de aula mesmo, de qualidade da aula, de pedagogia, de motivação, e não renovar, não efetivar os professores que não passam nesse período probatório, já seria um grande avanço para selecionar os melhores professores.

Com relação à questão de penalização, eu sugiro uma reversão do processo, porque eu acho que vai ser muito difícil você penalizar prefeitos e governadores com parte das metas, algumas das quais estão muito ambiciosas e outras muito fáceis de serem atingidas.

Eu acho que vocês poderiam se inspirar no programa dos Estados Unidos, por exemplo, que o Presidente Obama colocou em prática, que se chama *Race to the Top* – é o programa Corrida para o Topo. É um programa de utilização de recursos, dado que a gente vai ter recursos disponíveis. Esses recursos são distribuídos para os Estados segundo um sistema de pontuação em que, entre os Estados que implementam um currículo comum, o Estado que cumprir algumas das metas que estão previstas aqui vai conseguir mais recursos do Governo Federal. Então, ao invés de entrar com uma penalização, você inverte a lógica e transfere mais recursos para aqueles Estados que atingirem as metas.

Então, isso funciona como um incentivo para o Estado que progredir mais, dado que a gente vai ter uma quantidade enorme de recursos no futuro, se forem efetivados os 10% do PIB, com a transição demográfica. Você pode pensar como é feito nos Estados Unidos, por exemplo – Alan Duncan, que é o Secretário de Educação, e foi introduzido pelo Obama –, em que Estados que aderem ao currículo comum ganham pontos; Estados que inovam na gestão ganham pontos; Estados que têm avaliações externas de todos os alunos e alfabetização na idade certa ganham pontos.

Então, é uma forma, até dentro das perguntas do Senador, de você distribuir os recursos aos entes federados condicionando ao alcance de metas que podem ser estabelecidas. Isso é factível.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Professor, e para aqueles governantes irresponsáveis que ficam bem abaixo da meta? Simplesmente continuam recebendo o recurso básico?

O SR. NAERCIO MENEZES FILHO – Diminui. Você tem o recurso básico. Minha sugestão seria: eles receberiam o recurso básico, porque os seus alunos não têm culpa. Agora, eles ficariam cada vez mais para trás, enquanto outros Municípios teriam ganhos cada vez maiores de recursos. Você teria um incentivo, porque os prefeitos e governadores não vão querer ficar com cada vez menos recursos. Então, eles vão lutar para atingir as metas. É uma maneira de incentivar a adoção das metas...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – E a combinação das duas coisas talvez fosse o ideal.

O SR. NAERCIO MENEZES FILHO – Talvez.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Prêmio para o êxito e penalidades para o fracasso.

O SR. NAERCIO MENEZES FILHO – Talvez, uma combinação das duas.

Mas acho legal o incentivo porque acho muito difícil de implementar na prática a penalidade, pelas metas, pelas diferenças regionais...

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO – Eu só gostaria de lembrar uma coisa aqui, que diz respeito ao regime de colaboração. Eu, pessoalmente, estou muito desencantada na educação com o fato de que o Governo Federal atua de um modo muito centralizado e muito partidário.

Eu tenho medo de um programa como esse ficar na mão do Governo Federal. Então, eu gostaria de ver aqui discutida uma ideia de criar um espaço interfederativo para tomada de decisões estratégicas como essa, em que o Governo Federal seja um parceiro, mas que não seja aquele que retém o dinheiro. Porque, até hoje, o dinheiro que fica na mão do Governo Federal – vou falar isso sobre todos os governos, portanto não estou partidarizando –, entrou no Ministério da Educação, tem uma tendência a manipular o dinheiro.

Só isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Permita-me. Sobre isso da penalização, temo que haja muito governador e prefeito que não vá dar essa importância toda aos resultados,

porque é um dinheiro que já vem amarrado, vai para o salário do professor. E a verdade é que o indicador negativo de educação não pesa muito na eleição deles. Se fosse assim, nós não tínhamos tão atrasados como nós temos.

Finalmente, quando um banco vai ruim, o Banco Central chega lá e adota, não deixa quebrar. Por que, quando uma escola vai ruim, o Governo Federal não vai lá e adota aquela cidade inteira? Por que não fazer isso? Por que deixar a criança pagar? Porque, no fundo, quando a gente penaliza não é o prefeito, o salário dele continua igual. O risco de ele não ser reeleito continua muito pequeno por conta disso. A gente sabe que ele é eleito ou não por outras razões.

Então, eu creio que, se a gente vai tratar cada criança do Brasil com o mesmo direito, mesmo nas cidades onde o prefeito for ruim, só o Governo Federal tendo um papel mais interventor, não no conteúdo, mas na execução.

E, aqui, professora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não. Primeiro, porque o Governo Federal que está aí é de um partido, amanhã será de outro. Eu acredito mais nos programas federais do que nos estaduais e municipais.

Quer ver uma prova? As universidades federais estão muito melhores do que as estaduais e municipais nos Estados pequenos. E dá mais estabilidade a longo prazo. Agora, veja bem, como ser interfederativo, se a gente tem um cidade, São Francisco do Conde, que tem R$296 mil de renda *per capita*, claro por razões especiais, e nós temos uma que tem R$2.269,00, Curralinho, no Pará. Não há como ter um interfederativo aí; não tem como apenas transferir dinheiro, nem professor a gente consegue nessas cidades se não levar de fora, e não precisa trazer de Cuba. É fazer concurso nacional de professor, como os funcionários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, da Polícia Federal.

Então, eu acredito nos programas da União, não é no Governo Federal, porque esses governos são provisórios. Os estaduais, também. Todos são provisórios. A União, a Nação; a criança ao nascer tem que ser, primeiro, brasileira; depois, paulista, pernambucana, candanga. Então, como a gente faz para tratar toda criança que nasceu no Brasil como brasileira se a educação fica nas mãos do prefeito local? Não tem como.

Por isso que defendo a ideia da federalização, com descentralização gerencial e com liberdade pedagógica, mas uma carreira nacional do professor.

Critérios nacionais de o que é prédio escolar. A gente não tem esse critério nacional! Para ser um *shopping center*, segue critério; para ser um teatro, segue critério; para ser uma escola, não segue critério. Não existe habite-se nacional que defina o equipamento. Nós estamos ainda no tempo no quadro negro. Para mim, uma aula, hoje, no quadro negro, é como fazer uma viagem em carruagem. E a gente ainda fica com raiva que as crianças são violentas. A escola é que é violenta com as crianças, ao obrigá-las a assistir aula nas condições em que ela as recebem.

E, finalmente, o horário integral. Eu acho que a meta é ambiciosa no prazo de dez anos, mas não é ambiciosa no objetivo. Não há nenhum lugar com boa educação no mundo em que as crianças não fiquem, pelo menos, 6 horas. Não tem como só com 4 horas. Até porque é mentira ficar 4 horas. No Brasil, hoje, as crianças da classe média já ficam 8 horas: 4 na escola; depois, 1 para o inglês, 1 para o francês, 1 para natação, 1 para o balé. No fim, ela fica até mais de 6 horas. As crianças ricas, hoje, têm mais do que horário integral. Agora, rodando para lá e para cá no carro, o que é um desastre. Elas perdem tempo no carro, indo de um curso para outro, quando podia ser dentro.

Então, fica aqui, Prof. Naercio, essa preocupação de que se nós formos punir sem intervir, apenas pela transferência de recurso, nós vamos sacrificar as crianças onde os prefeitos são ruins. E está cheio de prefeito ruim por aí afora em relação à educação, ainda que maravilhosos do ponto de vista de estradas, ainda que maravilhosos do ponto de vista de viadutos e de outros investimentos que atraem muito melhor as vistas do eleitor do que a educação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Prof. Naercio, há uma pergunta aqui da minha assessoria, que vou acrescentar ao rol de perguntas. Trata-se da questão curricular como meta. Se os instrumentos de avaliação – Prova Brasil, Saeb – captam os requisitos desse currículo; e como pactuar o currículo se não temos a instância interfederativa de pactuação. Essa é uma indagação da nossa assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Aliás, no art. que se refere ao Enem, se mantém a confusão entre avaliação e classificação para ingresso na universidade, que, para mim, é um desastre completo, distorceu completamente. E no artigo que trata dessa se mantém isso. Um artigo nebuloso, mal escrito, mas, no final, se mantém a ambiguidade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe-me interferir mais uma vez. Como hoje são apenas dois, temos mais tempo, Alvaro.

Veja bem: a prova de que uma educação de base é relegada é que ninguém falava no Enem até servir de instrumento de entrar na universidade.

O SR. NAERCIO MENEZES FILHO – Exatamente isso. E agora só vai servir para isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só serve para isso. Ninguém usa como avaliação. Isso é a prova de que a educação de base é relegada.

Por isso eu acho que falta no PNE, Senador Alvaro, a ideia de que é preciso um ministério que se dedique à educação de base. A gente tem que fechar 20 dos 39 e ter um para a educação de base, como São Paulo faz. A USP é ligada à Secretaria de Ciência e Tecnologia. A Secretaria de Educação de São Paulo e a de Minas também – ainda ontem conversava com o Senador Aécio – cuidam da educação de base, não cuidam das universidades estaduais.

Enquanto a gente tiver um ministro que fatura com base no Enem, que substitui o vestibular – nem substitui, é outra forma –, e não diz uma palavra no momento em que há 20 cidades em greve – e isso não pesa nele, porque isso é coisa de prefeito –, a gente não vai ter uma boa educação de base. É preciso um responsável pela educação de base no nível nacional. Hoje, nós não temos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – O nosso companheiro José Serra escreveu um artigo, há poucos dias, em que ele diz que o Governo propagandeia que acabou com o vestibular. No entanto, criou o maior vestibular do mundo, através do Enem, e dispensou a possibilidade de avaliar a educação no País, porque o Enem não é mais um instrumento de avaliação e, sim, o grande vestibular, o maior vestibular do mundo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Presidente, só para colaborar com o Prof. Naercio e a Profª Guiomar, em relação ao que se diz que não estão preparados os pedagogos. Tem tanta razão que há um projeto, de autoria do Senador Blairo Maggi e minha relatoria, fazendo a residência na pedagogia. Esse projeto já passou pela nossa Casa, já deve estar... Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Está aqui na Comissão. É o projeto que foi apresentado pelo Senador Marco Maciel, foi para o Arquivo e o Senador Blairo Maggi reapresentou.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – É o duração mínima de 800 horas – eles teriam uma bolsa, evidentemente, porque são formados –, mas não se pode sair da Pedagogia da escola e colocá-lo... Então, tem toda razão. Isso daqui indo para frente, acho que a gente já começa a melhorar, já começa a fazer um exercício. E é antigo isso, e a coisa aqui patina, patina. Veja: Marco Maciel já passou por esta Casa há décadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Agora, então, Naercio Menezes Filho.

O SR. NAERCIO MENEZES FILHO – Só para finalizar.

Acho que, continuando meu raciocínio – é só uma proposta, como a gente vai ter muitos recursos para a educação – faz sentido você ir, paulatinamente – respondendo a pergunta –, aumentando o gasto por aluno no ensino básico, ensino infantil, ensino fundamental e médio, e manter constante ou aumentando menos o ensino superior.

Quer dizer, isso já vem acontecendo na prática – a distância já foi maior e, agora, reduziu-se –, e a gente pode, dada a abundância de recursos, prosseguir nesse ritmo sem criar grandes crises. Você aumenta mais o crescimento dos recursos para o ensino básico do que para o ensino superior.

Agora, insisto que esse mecanismo de tipo *Race to the Top*, de incentivos, pode ser interessante. Na medida em que você tiver dois Municípios, um pagando R$2 mil para cada professor e outro pagando R$5 mil, esses R$5 mil tendo mais recursos, porque se moveu na direção correta – por exemplo, adotou o currículo comum...

Nos Estados Unidos, como acontece? A pergunta – depois, a Profª Guiomar pode explicar. Um grupo independente de pesquisadores chegou à definição do que são esses pontos curriculares comuns que o estudante deveria aprender em cada série; e, por adesão dos Estados, cada Estado americano podia aderir ou não. E aí os Estados que aderem ao currículo ganham ponto no *Race to the Top*. Então, você incentiva a adoção transferindo mais recursos sem obrigatoriedade. Porque, nos Estados Unidos, essa coisa federativa é muito forte. Então, você não pode obrigar o Estado a aderir ao currículo comum, mas você pode dar mais pontos, que, no final, serão transformados em recursos adicionais. Dessa forma, você incentiva os Estados a adotarem o currículo; e, também, a avaliação externa para todos os alunos; formação adequada de professores; utilização do regime probatório; inclusive algumas dessas metas aqui.

Então, acho que seria uma maneira de dar mais consequência ao Plano Nacional de Educação, na medida em que você está ligando o orçamento que o Prefeito vai ter para gastar com professores e escolas. Há resultados objetivos que podem ser aferidos por essa meta.

Eu acho que isso pode ter consequências importantes, se a magnitude de recursos for elevada, como a gente vai ter no Brasil, e se houver uma grande diferenciação entre os Municípios e Estados na transferência de recursos baseado nas metas.

Então, eu acho que é uma maneira de articular essas metas, sempre levando em conta o que a Guiomar falou, que é a questão da família, da formação do professor, da gestão, e dar consequências ao PNE, e, talvez, seja factível, porque a gente já tem uma distribuição de recursos baseada no Fundeb, que é no número do aluno somente. Por que não ampliar e colocar indicadores também objetivos na conta do Fundeb? Porque já existe esse mecanismo. Acho que seria uma saída, talvez, para legitimar as metas, dar consequência prática aos indicadores, ou aliada à penalização, ou – o que seria a minha preferência – sem a penalização, pela dificuldade de implementação da penalização.

Eu acho, Senador, que se tiver Municípios vizinhos, um com professor ganhando R$2 mil e outro com professor ganhando R$5 mil, fará diferença para o prefeito, sim. O prefeito vai ter a satisfação dos professores e da população, inclusive aumentando sua probabilidade de reeleição. Inclusive os melhores professores vão querer se mudar de Municípios cujos salários são menores, por não terem atingido as metas para Municípios vizinhos que estão pagando mais. Isso pode ter um efeito cumulativo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas, Professor Naercio, não tem prefeito que possa pagar dois mil.

O SR. NAERCIO MENEZES FILHO – Com os novos recursos vai ter.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Como é que vão chegar lá esses recursos?

O SR. NAERCIO MENEZES FILHO – Através desse sistema de metas, através de um sistema de recompensa por resultados.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu não acredito muito. Eu só acredito que o dinheiro chegue lá se for por contracheque do professor.

O SR. NAERCIO MENEZES FILHO – Mas acho que com isso eu encerro a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Profª Guiomar, por favor.

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO – Agradeço muito as perguntas. São perguntas da maior relevância. Fico muito satisfeita que esta Comissão, que é comissão de mérito, do conteúdo mesmo do plano, vá se manifestar.

Já respondendo a uma pergunta do Relator, minha passagem pelo Legislativo foi muito traumática. Então eu não tenho uma boa experiência de Legislativo.

Nós fomos colegas. Eu fui Deputada Estadual quando o Senador Aloysio também era Deputado Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – A sua decepção não foi por minha causa.

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO – Não.

A mim me parece que existem dois caminhos. Uma coisa é aperfeiçoar o que está aí, já que existe uma maioria, etc. Então essa é uma questão de realidade.

Agora, não sei se alguma coisa impede que ao mesmo tempo esta Comissão apresente, por exemplo, um substitutivo ou emendas mais ousadas para marcar posição, porque a história vai ser importante no futuro, sabe? Quer dizer, nós precisamos que essa história fique registrada, para que, no futuro, eventualmente, muitos desses erros não se repitam.

Então eu responderia essa pergunta dessa maneira.

Como encontrar esse equilíbrio? Acho que não deve ser utópico. Tem que melhorar o que está aí para ver se consegue avanços, mesmo que sejam pequenos, eliminar os desastres e ao mesmo tempo tentar marcar algumas posições, não sei se com substitutivo, com algumas emendas, enfim, porque isso vai para os anuários da Casa. Não vai? Daqui a algum tempo alguém da educação vai fazer uma tese e dizer: "olha, havia vida inteligente na Comissão de Educação do Senado". Acho que isso é importante do ponto de vista de que não engoliu de pronto essa maçaroca que recebeu. Desculpem o termo, mas eu considero o texto...

Bom, e tem algumas respostas, mas primeiro gostaria de fazer duas colocações.

Nós temos duas evidências fortes em todas as pesquisas, em todos os países. A primeira é que o maior peso no desempenho do aluno, na aprendizagem do aluno é da família. A segunda é que o peso mais importante dentro da escola é o professor. Dentre os fatores que estão sob o nosso controle, já que nós não podemos mudar a família de um dia para o outro, o professor é importante. Um professor que tenha um currículo estruturado, no qual as metas estão claras, e depois receba todas as orientações sobre o que deve fazer, apesar de os pedagogos se arrepiarem com isso, é o que resulta melhor.

Está aí o estudo feito pela Paula Louzano, dos Municípios que usam os sistemas chamados apostilados e dos que não usam. Não é que os apostilados sejam uma magia; simplesmente o apostilado tem começo, meio e fim, não é esse samba do crioulo doido que é o

currículo nosso. Então o professor sabe, quando entra na sala de aula, que naquele dia ele vai trabalhar com isso, tem que fazer aquilo e aquilo outro. Ele sabe que geografia tem que fazer junto com história; ele sabe que história do 3º ano tem que continuar no quarto.

O que acontece no nosso currículo é isto: cada ano é diferente, não há nenhuma integração horizontal entre as matérias, não há nenhuma articulação de um ano para o outro. E é evidente que o que fica na cabeça da criança é uma coisa sem muita lógica. Quando a gente ouve, às vezes, o adulto pouco educado no Brasil falar uma algaravia, um discurso um pouco descoordenado, é porque ele aprendeu assim.

Eu acho que essas duas coisas são importantes quando se considera a prioridade, Senador. Daí eu gostaria de falar a respeito da base nacional comum do currículo. Não se trata de um currículo nacional.

Antes, deixe-me dizer uma coisa?

Senadores, pedagogia é uma coisa, licenciatura é outra. É muito importante fazer essa definição. Muitas das críticas que a gente faz à educação são críticas às pedagogias, não necessariamente às licenciaturas.

Segunda coisa, o nosso maior problema hoje não está nos anos iniciais. Apesar do problema da alfabetização, etc., nos anos iniciais nós temos menos problemas. Nós estamos tendo problemas sérios é da sexta série em diante e no ensino médio. Por quê? Porque aí é o professor especialista. Aí é o currículo fragmentado, é o currículo sem metas claras e tal. Daí a importância disso.

Então, quando a gente fala de pedagogia, é bom separar...

Sobre a questão do papel do Governo Federal, eu tenho muito receio de o Governo Federal reter o controle dos programas. Eu não sei como a gente poderia fazer para que houvesse outro tipo de controle nesse aspecto, porque os governos federais mudam. Quando o programa chega na ponta, muda o governo e aí já é outro programa. Isso é um problema muito sério. Não sei como a gente pode resolver isso, mas eu levantaria este aspecto.

Outra questão sobre a qual eu gostaria de falar um pouco é se as metas são tímidas ou são ousadas. Eu acho que elas não são nem tímidas nem ousadas; as metas são pequenas, no sentido da pequenez. Obviamente, o que é pequeno, em geral, não é ousado. Mas não é só um problema de falta de ousadia; é um problema de ser um pouco míope no modo de enxergar as coisas. Daí a gente ver esses tijolinhos por tijolinhos, a emenda desse, a emenda daquele, a emenda daquele outro. Para mim, isso é pequenez, é tratar a educação com uma mentalidade de lavadeira, é fazer da educação aquilo que, no imaginário de muitos políticos, ela ainda é: cri-cri, assunto de criança e de criada, assunto de cabeleireiro. Não é mais! Educação tem que estar numa agenda estratégica, tem que ser coisa grande no sentido de sonhar alto e de não ter interesses mesquinhos no meio.

Então, eu acho que algumas metas são tímidas. Mas, por serem tímidas, talvez elas não sejam tão prejudiciais. As mais prejudiciais são as ousadas, entre aspas, que têm uma visão pequena do problema. Dizer que você vai ter todas as escolas e metades em tempo integral é ter uma visão pequena do problema, porque a gente sabe que expandir o tempo de permanência na escola é a variável mais crítica. É uma variável crítica. Nós não podemos brincar com ela. Não podemos dividir as escolas em metade que funciona de um jeito e metade que funciona de outro. Nós temos que ter uma meta para que todas as escolas tenham tempo integral. Eu acho que essa é uma meta viável e possível com o dinheiro que a gente tem aí. Eu acho que isso é possível com o dinheiro.

Agora, nós temos que ter metas parciais, obviamente. Eu não posso, amanhã, decretar isso. O que eu tenho que ter é um plano de implementação de modo que, a cada ano, X escolas entrem no regime de tempo integral e aí recebam o fortalecimento de que precisam, em termos de manter uma equipe 40 horas, uma equipe fixa, de não ter professor volante, professor taxista. Professor que passa na escola do jeito que eles passam hoje, gente, é como cachorro passando na rua nos postes.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Guiomar, primeiro...

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO – Essa eu acho uma comparação triste, mas é verdadeira.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Primeiro usar as quatro horas que eles têm...

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO – Primeiro usar as quatro horas que têm...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Usam duas.

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO – Óbvio.

Para isso, temos que acabar com o segundo turno. Eu acho que essa é uma meta possível.

Outra meta possível, Senador, é fazer com que todos os cursos de formação de professor sejam de dia. Quando eu, na Inglaterra, um dia, fui explicar que a gente tinha curso de formação de professor noturno, as pessoas olharam para mim e disseram: "Você deve estar enganada. Como é que eles fazem estágio? Como é que eles fazem a prática, se as escolas, primeiro ano e segundo ano, funcionam de dia?" Quer dizer, porque nós não pensamos nesse dinheiro que nós vamos ter, além de um ProUni especial que pague a mensalidade,

uma bolsa de manutenção para todos que quiserem fazer curso de professor? Não tem importância se ele vai para a escola pública ou particular depois. Está bem que vá para a particular, também a particular precisa de qualidade. Não poderia exercer outra profissão. Se exercesse outra profissão, teria que haver um contrato, uma espécie de contrato, ele devolveria o dinheiro que foi adiantado para ele na bolsa. Eu acho que isso tiraria a gente do limbo, até internacional, porque as pessoas não entendem como é que nós formamos professor de noite.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Aí não tem como fazer estágio, não tem como...

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO – Não tem como fazer o estágio. Então é, de cara, dizer que a nossa formação é de mentira. Não tem nada de ligar a prática à teoria. Mas isso precisa de bolsa de manutenção. Por quê? São os mais pobres, os mais fracos que vão para os cursos de formação de professor.

Tudo bem. Digamos que tenhamos de lidar com essa situação. Os mais pobres e os mais fracos vão ficar felizes se tiverem uma bolsa de manutenção e, em tempo integral, poderemos recuperar o que ele não aprendeu na educação básica. Então, como saem do ensino médio sem saber português, se ele entram no curso de formação de professores, suponhamos que entrem no curso de Geografia, vão continuar sem saber português. Então, eu ponho esses professores no primeiro ano aprendendo leitura, escrita, História e Geografia do Brasil, Matemática.

Isso está na diretriz de formação de professores. É o que eu digo para vocês: a diretriz não adianta nada, mas está lá que a instituição formadora é responsável pela recuperação do conhecimento do ensino básico que o aluno que será professor não tem, o que, em algum momento, nós temos de recuperar. Podemos até formar médico que não sabe direito língua portuguesa, mas não podemos formar professor que não sabe língua portuguesa. Na Finlândia, todos os professores fazem também finlandês; na Alemanha, ninguém é professor sem ser licenciado em alemão, porque é o instrumento do trabalho professor, seja ele de Química, de Física ou de dança.

Então, acho que essa é outra emenda que poderíamos apresentar. Ao invés de gastar dinheiro financiando bolsa de estudos de pós-graduação e de doutorado, que não vão adiantar, pode-se pegar os meninos e as meninas que querem fazer magistério, valorizar o curso, colocando o curso para cima, realmente encher a bola e dar uma bolsa. "Se quer fazer, venha cá. A gente paga a faculdade e dá uma bolsa de manutenção para você estudar de dia e fazer estágio à noite." Aí, cobra-se um projeto pedagógico das instituições formadoras que realmente dê conta disso, por avaliação.

Acho que esse é um projeto viável, é uma coisa possível que pode estar na meta, já com indicações de estratégias. Se precisar de ajuda na formulação, estou à disposição.

A sugestão do Naercio acho muito interessante. Esse programa Race to the Top é um programa muito eficiente. Foi a maneira com que o Governo Federal conseguiu colaborar com o C*ommon Core*, a base nacional comum, sem ser o que toma a iniciativa, o que pilota. Como nunca funciona quando o Governo Federal quer pilotar nos Estados Unidos, eles fizeram isso.

Acho importante envolver os governadores nisso. Talvez o Plano Nacional de Educação devesse ter uma meta de estabelecer a cada eleição um compromisso com os governadores, até porque o Fundeb é em nível de Estado. Assim, que eles fizessem um pacto federativo pela educação, que isso fosse uma coisa com que os governadores se comprometessem, e que esta Casa se encarregasse de colocar a boca no trombone através de todos os seus membros, se o governador não topar, não se comprometer, como disse o Naercio.

Temos um complicador: o nosso Município também é ente federado. Isso é federalismo jabuticaba, que só existe no Brasil; não existe outro. Mas, de qualquer maneira, o governador tem de firmar o compromisso de que ele vai fazer isso no âmbito dos Municípios do seu Estado. Nós estamos, com esse intervencionismo do Governo Federal, desresponsabilizando os governos estaduais nos seus Municípios. Acho isso uma coisa bastante séria em termos de regime federativo.

Eu digo isso em São Paulo, onde sou Presidente do Conselho Estadual da Educação. Toda vez falo que a Secretaria da Educação de São Paulo abandonou os Municípios e tem com os Municípios uma relação, digamos, totalmente instrumental: o Município vai pedir dinheiro para fazer creche, para comprar um ônibus. Quer dizer, é uma relação de miudinho que até poderia existir se houvesse um plano mais articulado. Então, um compromisso...

Não seria possível que o plano tivesse uma coisa assim, grande, que seria no Plano Nacional vai ter um compromisso dos governadores, um pacto federativo pela educação, o que eu acho que é um início da nossa conversa. E em vez de ficar pensando nos Municípios – são cinco mil, é mais difícil –, a gente teria 27 governadores comprometidos com articular os Municípios, os seus territórios.

Não sei se faz sentido isso para os senhores. Depois até gostaria de ouvi-los, porque a gente fica pensando tanta coisa, e, de repente, como disse o Antonio

Machado: "*En mi soledad he visto cosas muy claras, que no son verdad*". Pode ser que não seja assim, que isto seja uma bobagem, mas eu acho que é possível.

Aí entra a história de como pactuar a base nacional comum. É mais fácil pactuar o que eu quero que o aluno aprenda do que eu pactuar se vai ser construtivismo, método fônico ou método construtivista. Se a gente entrar na discussão da metodologia, não sairá nunca mais. A gente não escapará. Se a gente entrar na discussão do conteúdo, cairá na armadilha das corporações: o professor de História acha que a História é mais importante; o professor de Geografia acha que a Geografia é mais importante.

É mais fácil pactuar coisas assim: no final de tal ano, o aluno tem que saber como se localizar no mapa, tem que saber se localizar numa cidade, tem que saber ler isso, tem que saber aplicar esse conhecimento nisso, nisso e naquilo.

Talvez seja interessante, no futuro, ver como estão expressos esses *standards*, que é como eles chamam nos Estados Unidos, porque eles são muito rigorosos e, aí sim, detalhistas. Eles não são detalhistas no conteúdo, eles são detalhistas ao dizer como eu vejo que o aluno aprendeu, inclusive com situações de avaliação, quer dizer, o aluno que fez isto aprendeu, o aluno que fez isto não aprendeu, para que fique claro para o professor o que se quer dele sem entrar em conteúdo e sem entrar em metodologia.

Discussão de currículo é casa de Joana louca. Se a gente começar a discutir conteúdo e metodologia, não terminará nunca. É uma armadilha, acho; uma armadilha.

Todo mundo concorda que o brasileiro do futuro tem que saber ler mapa? Todo mundo concorda com isso. Eu vou fazer de um jeito, ele vai fazer de outro, mas nós todos seremos cobrados dessa mesma coisa.

Que saiba escrever uma redação, fazer um texto que tenha começo, meio e fim. Todo mundo acha que isso é importante? Você que é construtivista, você que é marxista, você que é capitalista, você que é neoliberal, todo mundo concorda que tem que saber ler e escrever um texto? Então, vamos pactuar isso para a gente poder se mover.

Eu gostaria de ver pelo menos isso antes de sair definitivamente da área da educação.

Muito bem. Acho que era isso basicamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Muito obrigado, Guiomar.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Fora da discussão tenho uma pergunta. Faço agora ou faço depois?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Quando você quiser. Eu vou fazer o seguinte: vou passar para...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É o seguinte, na última audiência, o nosso colega Claudio de Moura Castro fez uma afirmação infeliz aqui, mas não justifica, eu quero deixar claro, a violência que fizeram contra ele, a nota pesadíssima tentando desqualificar a parte positiva da sua fala. Eu queria deixar isso registrado aqui. E lembrar que nenhum de nós presentes reclamou. Se nenhum de nós presentes reclamou, ou foi uma frase perdida e irrelevante no meio ou nós fomos omissos.

Eu quero, portanto, dizer que a frase foi infeliz. Aliás, a coisa era correta, a vinda de engenheiros de fora seria bom, mas dizer que "poderiam casar com caboclinhas do Rio Grande do Norte, eu creio, e nós melhoraríamos a qualidade nossa" claro que foi infeliz do ponto de vista do machismo, principalmente porque ele não disse "engenheiras" para os caboclinhos. E localizou no Nordeste. Mas foi uma frase, no meio de uma fala muito consistente, como tudo o que ele fala.

Eu quero dizer que não justifica, para mim, a nota que foi feita, tão dura e desqualificando todo o resto. Além disso, ele fez uma nota se desculpando. Como qualquer um de nós, no meio de uma fala, disse coisas que não deveria dizer.

Então, eu queria que ficasse registrado que nenhum de nós, naquela hora, notou. Eu percebi, mas achei que não era uma coisa... Era um exemplo que se deu, característico até, da maneira como ele é; uma brincadeira, uma brincadeira de mau gosto, que ele reconheceu depois. Não justifica aquela reação de violência que, a meu ver, foi feita.

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO – Quero constar que concordo inteiramente com o Senador e o apoio.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Infelizmente isso define bastante a temperatura do grau de intolerância que está permeando os debates públicos, temos aí verdadeiros *black blocs* do politicamente correto. Isso é realmente, absolutamente lamentável.

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO – Sobre isso, posso? Esqueci de falar da educação especial. O que a lei diz é que as crianças portadoras de deficiências têm que ter um atendimento especial; não diz que esse atendimento especial tem que ser necessariamente na escola comum. Pode ser na escola comum, pode não ser. Qualquer posição xiita nesse ponto é extremamente negativa.

Vou dizer ao senhor,: eu tenho um sobrinho cego que tem doutorado na USP sobre educação especial

e que é uma pessoa extremamente sensata em relação a isso. Trabalha com educação especial e diz que é um absurdo o que está sendo feito no Brasil. Então, realmente o senhor tem toda razão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu vou passar a palavra ao nosso Relator e dizer aos nossos convidados que, no início deste ano, a nossa Bancada, a Bancada do PSDB, esteve diante da escolha da Comissão que nos caberia para presidir, houve uma discussão na nossa Bancada, porque, pelo seu tamanho, nós teríamos a terceira escolha. E havia quem propusesse a Comissão de Relações Exteriores, que é uma Comissão de grande prestígio na Casa, ou a de Infraestrutura, que tem como tema as grandes obras de infraestrutura que acontecem ou não acontecem no Brasil, e assim por diante. E nós escolhemos a Comissão de Educação, justamente para marcar o compromisso com o tema e tendo muito presente que esta Comissão estaria encarregada de oferecer ao Senado o texto que teria preferência na votação do Plano Nacional de Educação, porque é o texto que será da comissão de mérito, que tem preferência na votação. Quem defendeu com mais ardor e com mais capacidade de convencimento essa tese foi o Senador Cyro Miranda, e escolhemos para relatar esta matéria nada menos do que o nosso Líder, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Para concluir, agora que começou a ficar bom, nós estamos encerrando o debate sobre o Plano Nacional de Educação na Comissão de Educação. Ouvimos 33 pessoas, certamente todas ofereceram uma grande contribuição, notadamente os dois convidados de hoje, o Naercio e a Guiomar, com sugestões muito importantes que serão, inclusive, acolhidas por nós no relatório que apresentaremos, mas certamente teríamos muito a debater ainda, não fosse a exigência da pressa, o compromisso assumido pelo Presidente Cyro Miranda, já que queriam, como disse o Senador Aloysio Nunes Ferreira, encaminhar diretamente ao plenário do Senado, sem passar pela Comissão de Educação. E, nesse debate, nós acabamos assumindo o compromisso de que concluiríamos o trabalho no mês de novembro. Então, infelizmente, não poderemos prosseguir com este debate aqui. Teremos que preparar o texto final, a menos que o Presidente Cyro Miranda queira, mas se quiser manter o compromisso, já na semana próxima nós iniciamos o trabalho de redação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – O problema, Senador Alvaro, não é só do compromisso, é porque o Brasil dá tanta importância à educação, que esse PNE era para entrar em 1º de janeiro de 2011. Então, se não fizermos isso, ele vai entrar em 2015.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – O problema é que ele ficou dez meses entre a Comissão de Justiça e Comissão de Assuntos Econômicos, fizeram uma audiência pública cada um, e vem para a Comissão de Educação com esse prazo exíguo, porque não havia também outra saída do ponto de vista político, ou era isto ou haveria a aprovação de um requerimento de urgência, que levaria diretamente ao plenário.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – É, nós tivemos menos de um mês e fizemos sete audiências públicas ouvindo 33 pessoas envolvidas com o sistema educacional no País.

Então, a partir da próxima semana, Senador Cristovam, nós vamos iniciar o trabalho de redação desse texto final, procurando aproveitar as sugestões que foram trazidas. Confesso que fiquei bem impressionado com as sugestões recebidas hoje. Certamente, a nossa assessoria, a Consultoria do Senado vai elaborar sobre elas também e, se necessário, nós os incomodaremos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – ... a ambos, para que possamos aproveitar melhor essas sugestões.

Enfim, meus cumprimentos finais ao Presidente Cyro Miranda, que tem sido um entusiasta da educação presidindo esta Comissão, que tem realizado um trabalho com muita dedicação e competência, liderando esse processo de debate.

Meus parabéns ao Cyro Miranda e, da minha parte, desde já, meus agradecimentos por confiar no Relator, que, repito, não é tão otimista assim, mas vai tentar buscar, lá no fundo da alma, algum entusiasmo para acreditar que se possa realmente melhorar essa proposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Entusiasmo e competência você tem de sobra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – É que V. Exª tem um conhecimento muito grande desta Casa e sabe o rolo compressor que é. Por isso, tem o pé no chão. Nós talvez tenhamos sonhado até agora.

Mas, daqui, eu quero só fazer um agradecimento aos nossos convidados pelo brilhantismo da apresentação, pela qualidade da apresentação. Eu já os conhecia de nome, principalmente a Profª Guiomar. O Senador Aloysio é um entusiasta e disse: “Nós temos

que trazer essa pessoa aqui". Ele já vinha falando isso há muito tempo. Eu acho que falou muito pouco até dela, viu, Senador?

E agradeço ao Prof. Naercio, que trouxe uma contribuição, pela sua vivência.

As coisas são muito claras, não tem pirotecnia. São tão singelas que a gente até se pergunta por que estão complicando tanto esse negócio. Mas, enfim, nós sabemos até o porquê disto.

Mas, da minha parte, eu só quero agradecer, agradecer muito ao Senador Alvaro Dias, uma pessoa que está vivendo esse Plano Nacional de Educação há muito tempo. Agradeço por ele ter aceitado. E agradeço ao nosso sempre professor Cristovam, ex-Ministro da Educação, que contribui nesta Casa diuturnamente. Ele vem contribuindo não é de hoje, mas há décadas. O Prof. Cristovam é meu contemporâneo do Colégio Marista de Recife. Viemos descobrir aqui que fomos colegas durante quatro anos no Colégio Marista.

Da minha parte, quero fazer este agradecimento e pedir ao Senador Aloysio que encerre esta reunião, agradecendo por ter dirigido esta parte final.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pois não.

Eu agradeço a deferência, Senador Cyro Miranda, por ter me permitido presidir essa parte da nossa reunião.

Não havendo mais nada a tratar, eu a declaro encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.)

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia doze de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cristovam Buarque**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Roberto Requião, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Osvaldo Sobrinho, Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, João Capiberibe, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Paulo Bauer, e Gim. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, inicia a deliberação da pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para votação das matérias terminativas. **Item 7: Ofício "S" nº 42, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria da Autoridade Pública Olímpica, que "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei 12.396/2011, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica – APO, referente ao 1º semestre de 2013". O relator designado é o Senador Osvaldo Sobrinho e o parecer, pelo conhecimento das informações e arquivamento da matéria, é aprovado. **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 518, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, para transformar o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base". O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer favorável é aprovado. **Item 4: Requerimento nº 67, de 2013**, de autoria da Senadora Ana Rita, de caráter não terminativo, que requer "... nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 518/2009, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, para transformar o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base, com a presença dos seguintes convidados: 1. Presidente da Associação Nacional de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; 2. Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica; 3. Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE; 4. Representante da Federação de Sindicatos de Servidores Técnico-Administrativo em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil– FASUBRA; e 5. Representante da União Nacional dos Estudantes – UNE". O Requerimento é prejudicado em razão da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 518, de 2009 (ver item 5). Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Cristovam Buarque, passa a presidência dos trabalhos à Senhora Vice-Presidente da Comissão, Senadora Ana Amélia, para relatar o seguinte item: **Item 15: Requerimento nº 66, de 2013**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, de caráter não terminativo, que requer "... em aditamento ao requerimento nº 65-CE apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues e aprovado em reunião deliberativa realizada em 16 de outubro último, para que a Audiência Pública conjunta para debater 'O papel do coletivo fora do Eixo e da Mídia Ninja nos cenários

cultural e jornalístico brasileiros', seja realizada com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, e também com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE. Para tanto, sugiro ainda a inclusão dos seguintes convidados: – Sr. José Mariano Benincá Beltrame, Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro; – Sr. Elimar Nascimento, UnB; – Sra. Maria da Glória Marcondes Gohn, Unicamp; – Nina Cappello, Movimento Passe Livre; e – Leonardo Carrato, Mídia Ninja/DF". O Requerimento é aprovado. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Tião Viana, que "Altera o artigo 17 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de Medicina e dá outras providências, e o artigo 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País". O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. É concedida vista coletiva concedida pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. Prosseguindo, a Presidência faz a leitura do seguinte comunicado: **Comunicado**: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Aviso nº 1378-Seses-TCU-Plenário do Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Excelentíssimo Senhor Ministro Aroldo Cedraz, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 000.997/2013-7, pelo plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 23/10/2013, acompanhado do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação, com a intenção de manter informada a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal acerca dos desdobramentos do Acórdão nº 2873/2013-TCU-Plenário, que tem como enfoque o monitoramento dos Acórdãos que trataram das auditorias operacionais realizadas no Programa Universidade para Todos (Prouni) e no Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES). Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". O comunicado vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010; Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2012; Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2012; Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2012; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2013, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2013; Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2011; Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2010; Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2013; Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2013 e Requerimento, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin**. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia**, encerra a reunião às doze horas e doze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADORA **ANA AMÉLIA**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada um e a cada uma de vocês.

Havendo número regimental, declaro aberta a 61ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e Senadoras que estejam de acordo com a proposição permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada.

Seguindo a ordem dos que estão presentes, autores ou relatores, passo a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho, para ler o seu relatório ao projeto que encaminha, nos termos do art. 6º da Lei 12.396/2011, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica (APO) referente ao primeiro semestre de 2013.

ITEM

OFICIO "S" Nº 42, de 2013
– Não Terminativo –

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei 12.396/2011, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica – APO, referente ao 1º semestre de 2013.

Autoria: Autoridade Pública Olímpica – APO

Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho

Com a palavra, o Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, passo a ler o parecer da Comissão de Educação e Cultura sobre o Ofício "S" nº 42, de 2013, que encaminha Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica (APO) durante o primeiro semestre de 2013.

Relatório do Senador Osvaldo Sobrinho.

Por determinação do art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, a Autoridade Pública Olímpica (APO) tem a obrigação de enviar ao Congresso Nacional, a cada semestre, um relatório de suas atividades e calendário das ações a cumprir. Por sua vez, ao Congresso Nacional compete acompanhar os prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paraolímpico Internacional.

1. Eventos

De acordo com o relatório apresentado, a APO participou de 12 Eventos Oficiais do Comitê Olímpico Internacional (COI) e do Comitê Paraolímpico Internacional (IPC), no primeiro trimestre de 2013.

No âmbito do Comitê de Coordenação do Comitê Olímpico Internacional (Cocom), a primeira atividade ocorreu de 18 a 20 de fevereiro de 2013 e teve como objetivo o acompanhamento de todos os temas pelo Comitê de Coordenação do COI. Nesse evento, a pauta constou de discussões sobre o acompanhamento da evolução dos projetos executados pelos parceiros governamentais e pelo comitê organizador dos jogos. Procurou-se identificar o campo de atuação, cronogramas e execução dos principais projetos que geram impactos na entrega das infraestruturas, sistemas e operações dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Nessa ocasião, foram feitas visitas ao Maracanã, Maracanãzinho, à sede do Comitê Rio 2016 e à região do Porto Maravilha.

No âmbito da Revisão de Projetos, foi realizado encontro para revisão do projeto pelos especialistas do COI, pelo Secretário-Geral e pelo Presidente da Comissão Coordenadora do COI (Cocom) nos dias 29 e 30 de abril. Nesse evento, tratou-se do monitoramento da governança e recrutamento para o ano de 2013 do comitê organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. O propósito foi o de verificar as condições de recrutamento de pessoal, incluindo os vistos e permissões de trabalho para os estrangeiros. Foram objeto de apreciação, também, a infraestrutura esportiva; as ferramentas de comunicação; o calendário de treinamentos e competições; os pontos críticos das operações de transporte; a qualidade da água para os eventos nesse meio; sustentabilidade das atividades na cidade; fornecimento da energia; publicidade dos eventos, entre outros de igual relevância.

Na esfera da revisão dos projetos de construção de infraestrutura (VICR-COI), foram feitas sessões de acompanhamento dos projetos de instalações esportivas e não esportivas de 21 a 24 de janeiro de 2013, e também de 24 a 27 de abril de 2013. Em janeiro, a atenção esteve voltada para o acompanhamento da evolução dos projetos executados pelos parceiros governamentais e comitê organizador dos jogos. Atentou-se, também, para a governança, com ênfase no recrutamento de pessoal, no ano de 2013, pelo Comitê Rio 2016. Foi monitorado o progresso de instalações em execução, incluindo o Maracanã e arredores, o Parque Olímpico da Barra, a Vila Olímpica, Deodoro, Lagoa, Flamengo, Marina da Glória, João Havelange, e acomodações na região da Barra e Vila do Porto. Em abril, foram revistos os projetos mais importantes em desenvolvimento, com base na reunião anterior, de janeiro. Analisou-se o progresso do desenvolvimento das equipes de projetos. Os principais tópicos tratados foram: desenvolvimento organizacional, reconciliação de escopo dos projetos, processo de *design* dos *overlays*, licenciamento de projetos e aprovações, entre outros.

Na revisão executiva de projetos por especialistas, para todos os temas, foi realizado um evento nos dias 25 e 26 de abril de 2013 (PR-CPI); e também nos dias 29 e 30 de abril de 2013 (PR-COI). Na pauta do evento, foram tratados os compromissos e iniciativas na área do esporte e educação; e vistos, também, os projetos de acessibilidade e legados nos três níveis de governo. O propósito foi verificar se serão asseguradas as condições de acessibilidade para trabalhadores, atletas, seus familiares e imprensa. A análise do tema cobre o provimento de acomodações, transportes, circuitos de passagem da tocha olímpica e outras exigências.

No que diz respeito à transferência de conhecimento na área de legado dos jogos, foi realizado evento em 23 de abril de 2013 (OGKM-COI); e para transferência de conhecimento na área de transportes, no dia 23 de abril de 2013 (OFKM-COI). O propósito do primeiro encontro foi o de sensibilizar o Comitê Olímpico e os principais envolvidos com a organização dos Jogos Rio 2016 sobre a importância do legado a ser deixado. Discutiu-se sobre as áreas e setores beneficiados; os impactos diretos e indiretos; os programas e atividades necessários para atingir o objetivo; o monitoramento e a avaliação dos resultados; o estabelecimento de parcerias e cooperações. O parâmetro do legado tem como fonte as histórias de sucesso dos Jogos de Vancouver. Para transportes, tema tratado no segundo evento, o objetivo foi o de identificar os requisitos para o desenvolvimento dos projetos de transporte e a operacionalização dos serviços durante a realização dos jogos.

No âmbito da revisão dos projetos de transportes, foram realizados eventos do dia 25 de fevereiro a 1º de março (TICR-COI) e novo evento da área, especificamente para a área funcional de chegadas e partidas, dia 26 de abril de 2013 (TICR-COI). A avaliação, realizada quarenta e um meses antes dos jogos, monitora o progresso de quarenta projetos de transportes. A

preocupação básica é com o desenvolvimento da rede de transportes e sua integração, mas se estende para o gerenciamento do tráfego dos arredores das instalações e também busca detectar os riscos apresentados pelos projetos. Prevê-se o desenvolvimento de 210km de novas vias de transportes públicos para a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Na área de energia, foi realizada sessão de trabalho de 29 a 31 de janeiro de 2013. Na pauta, a busca de garantia para os níveis exigidos de resiliência, disponibilidade e segurança do fornecimento da energia necessária. Na ocasião, a APO realizou apresentação sobre a governança do setor de energia no Brasil, em especial para o período dos jogos. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) apresentou o Sistema Interligado Nacional, em especial no que se refere ao suprimento para a área do Rio de Janeiro, com destaque para as instalações olímpicas.

Com o objetivo de sistematizar o legado, foi realizada revisão do planejamento dos jogos, em 12 de junho de 2013 (LEG Review-COI). Nessa reunião, foram apreciados os progressos dos planos e projetos em relação às prioridades contidas no Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro.

2. Grupos de trabalho.

A APO e seus parceiros institucionais criaram e mantiveram dezenove grupos de trabalho, no primeiro semestre de 2013. Os nomes dos grupos estão diretamente relacionados à tarefa estratégica da qual estão encarregados. São eles: Acessibilidade; Acomodações; Aeroportos; Cidades do Futebol; Complexo do Maracanã; Comunicação; Concessionárias; Conexão Barra-Copacabana; Cultura; Deodoro; Garantias; Integração Multimodais; João Havelange; Lagoa; Legado Estratégico; Porto; Saúde; Segurança; e Sustentabilidade.

3. Atividades institucionais.

O relatório semestral da APO também destaca as atividades institucionais, com informe sobre o Conselho Público Olímpico; Conselho de Governança; Conselho Fiscal; atividades da Presidência; e também atividades de seus órgãos específicos, a saber: Diretoria Executiva; Diretoria de Infraestrutura Esportiva, de Apoio ao Evento e Meio Ambiente; Diretoria de Infraestrutura e Serviços de Segurança e Prevenção; Diretoria de Operações e Serviços; e Diretoria de Infraestrutura de Mobilidade, Trânsito e Tráfego.

Cada uma dessas instâncias realizou reuniões, manteve contato com parceiros, editou materiais instrucionais e normativos e tomou outras providências para que os Jogos Rio 2016 ocorram a contento.

4. Divulgação Institucional

A fim de dar publicidade aos eventos vinculados a sua atuação, a APO criou um portal na Internet e também utiliza as redes sociais como meio de interlocução com a sociedade. Grande destaque foi dado à Lei de Acesso à Informação, para que o cidadão tenha acesso a tudo o que se passa no planejamento dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Ainda para a divulgação, foram concedidas dezenas de entrevistas a informativos impressos e mídia eletrônica.

II – Análise

Compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nos termos do art. 102, apreciar as matérias que digam respeito ao desporto, tema a que está afeito o Ofício S nº 42, de 2013, que encaminha Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao 1º semestre de 2013.

O relatório apresentado cumpre a obrigação contida no art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011. Do informe prestado, chegamos à conclusão de que estão em dia as atividades preparatórias para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

III – Voto

Diante do exposto, damos conhecimento do Ofício S nº 42, de 2013, que encaminha Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao 1º semestre de 2013, e recomendamos o seu arquivamento.

Sala da Comissão.

Assinado: Osvaldo Sobrinho, Senador Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se pronunciar, ponho em votação.

Quem estiver de acordo com o parecer do Relator permaneça como está. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Os itens seguintes – 3, 6, 8, 12 e 14 – são terminativos. Já foram lidos, mas não temos quórum.

O seguinte não terminativo é o Item 5, que já foi lido. Foi pedida vista coletiva, já se esgotou o tempo, não foi apresentada nenhuma emenda, apesar de que houve apresentação de um pedido de audiência, mas os autores não estão presentes – é o item 4. Por isso, não podemos votar. Fica para um próximo momento.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 00518, de 2009 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, para transformar o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base.

Relatoria: Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável.

Observações:

1 – Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2– Na reunião do dia 01/10/13, ou seja, um mês e meio atrás, foi concedida vista coletiva. Não foram apresentadas manifestações durante todo esse período, salvo um requerimento de audiência pública, que nós podemos votar hoje, mas poderemos votar em qualquer outro momento.

Por isso, eu ponho em discussão esse projeto, o Item nº 5. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, eu ponho em votação.

Os que forem favoráveis ao parecer do Senador Aloysio Nunes, que é favorável, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Passamos agora ao Item nº 15, que é um requerimento do qual eu sou autor. Por isso, para que eu possa fazer a apresentação, consulto se a Senadora Ana Amélia poderia assumir a Presidência, e continuo na Presidência, como Vice desta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Nº 66, de 2013

Requeiro, em aditamento ao requerimento nº 65-CE apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues e aprovado em reunião deliberativa realizada em 16 de outubro último, para que a Audiência Pública conjunta para debater "O papel do coletivo fora do Eixo e da Mídia Ninja nos cenários cultural e jornalístico brasileiros", seja realizada com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, e também com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE. Para tanto, sugiro ainda a inclusão dos seguintes convidados:– Sr. José Mariano Benincá Beltrame, Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro; – Sr. Elimar Nascimento, UnB; – Sra. Maria da Glória Marcondes Gohn, Unicamp; – Nina Cappello, Movimento Passe Livre; e – Leonardo Carrato, Mídia Ninja/DF.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque, que é o autor do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Srª Presidente, a senhora já leu todo o conjunto do requerimento. Quero apenas colocar a justificativa.

Poucas coisas na história política recente do Brasil foram tão importantes quanto esses movimentos sociais. Eles estão aí, só que estão dentro de casa, cada um no seu computador e, a qualquer momento, volta. E nós não temos debatido suficientemente, no Congresso, para entender o que está acontecendo e como vamos politicamente administrar esse assunto. Por isso, vem a ideia de fazermos uma audiência pública na qual vamos debater o que está por trás, qual a justificativa que explica por que o menino ou a menina, jovens, saem de casa, saem dos cafés, saem da escola, saem do trabalho para ir às ruas se manifestarem.

A ideia é fazer esse evento junto com a CDH.

Esta é a proposta, Srª Presidente: juntar a nossa participação com a CDH e a CRE.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a proposta requerida pelo Senador Cristovam Buarque permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento do Senador Cristovam Buarque.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 2004
– Não Terminativo –

Altera o artigo 17 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de Medicina e dá outras providências, e o artigo 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País.

Autoria: Senador Tião Viana

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda, Presidente desta Comissão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Srª Presidente desta reunião, Ana Amélia, Srªs e Srs. Senadores, esse projeto do Senador Tião Viana, foi por nós exaustivamente discutido em várias audiências públicas com todos os segmentos envolvidos.

O propõe alterar as Leis nºs 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB).

O art. 1º do PLS acrescenta dispositivos ao art. 17 da Lei nº 3.268, de 1957, para determinar que só possam se inscrever em Conselho Regional de Medicina os médicos que tiverem sido aprovados em exame nacional de proficiência, a ser oferecido ao menos uma vez por ano pelo Conselho Federal da área.

Segundo a proposição, o referido exame deverá ser realizado em todos os Estados e no Distrito Federal, com provas práticas a serem conduzidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com normas específicas elaboradas conjuntamente pelos Ministérios da Saúde e da Educação (MEC). No entanto, os profissionais que já se encontrem em exercício quando da entrada em vigor da obrigatoriedade do exame de proficiência estarão dispensados de se submeter a ele.

Por meio do art. 2º, o projeto acrescenta parágrafo ao art. 48 da LDB para estabelecer que, no caso de portadores de diploma de graduação em Medicina expedido por instituição de ensino superior estrangeira, a aprovação no exame nacional de proficiência substituirá o processo de revalidação em universidade brasileira.

Na justificação, o autor argumenta que existem graves deficiências na formação dos médicos e que um contingente de profissionais mal preparados vem sendo lançado no mercado a cada ano. Dessarte, defende a necessidade de se instituir um filtro entre a diplomação e a prática profissional como forma de impedir que médicos pouco qualificados exerçam a profissão e coloquem em risco a saúde da população. Ademais, o legislador assinala que o mecanismo da revalidação de diplomas estrangeiros de Medicina tem-se revelado insuficiente para atender à demanda de maneira satisfatória.

Em 2007, o PLS nº 217, de 2004, foi instruído por audiência pública promovida por esta Comissão, com a participação de representantes do MEC, da Associação Médica Brasileira (AMB), do Conselho Federal de Medicina (CFM), do Conselho Federal de Odontologia e do Ministério das Relações Exteriores. A matéria recebeu, também, moção de apoio encaminhada pela Câmara Municipal de Várzea Paulista, do Estado de São Paulo.

Arquivada ao final da 53ª Legislatura, a proposição voltou a tramitar em março de 2011, devido à aprovação de requerimento subscrito pelo Senador Anibal Diniz e outros. Retornou, assim, para apreciação da CE, de onde seguirá para ser analisada, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Em 2012, o PLS recebeu nova moção favorável, encaminhada pela Câmara Municipal de Descalvado, do Estado de São Paulo.

Em 7 de novembro de 2012, mediante requerimento deste relator, nova audiência pública foi realizada para debater a matéria, com a presença de representantes da Federação Nacional dos Médicos (FENAM), do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP), do CFM e da AMB.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 217, de 2004.

Da análise.

Inicialmente, cabe destacar que a competência da CE para apreciar matérias atinentes à formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, como dispõe a proposição em análise, é estabelecida pelo art. 102, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Os longos anos de tramitação do PLS nº 217, de 2004, sinalizam o quanto é polêmica a matéria por ele tratada. De fato, as audiências públicas realizadas nesta Comissão explicitaram posições divergentes sobre a necessidade de instituir um exame nacional de proficiência ao final do curso, como condição para o registro profissional dos médicos, a exemplo do que hoje ocorre no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Não obstante, durante os debates e o processo de maturação dos entendimentos sobre o tema, consolidou-se amplo consenso quanto à necessidade de adotar mecanismos voltados para garantir a boa formação dos profissionais de saúde que atuam no País. No caso dos médicos, em particular, isso é ainda mais relevante: erros de diagnóstico, de prescrição ou de conduta, cada vez mais comuns, geram não só custos sociais para o sistema público de saúde, mas podem causar prejuízos inestimáveis aos pacientes e levá-los até mesmo à morte.

A abertura indiscriminada de cursos de Medicina nos últimos anos é um dos principais fatores por trás das deficiências verificadas no ensino médico. Projetos pedagógicos inadequados, currículos antiquados, docentes sem a devida qualificação, ausência de hospitais-escolas, turmas com insustentáveis quantidades de alunos, falta de materiais, de equipamentos e de laboratórios, além de políticas de aprovação inconsequente, são problemas comuns em muitos cursos autorizados a funcionar pelo País afora.

Embora já se tenham criado comissões interministeriais para discutir o problema do ensino médico, só muito recentemente o Poder Executivo adotou a política de observar critérios objetivos de demanda para evitar a proliferação indevida de escolas médicas no País. Ainda assim, urge adotar providências em relação à qualidade da formação ministrada pelas instituições que já se encontram em funcionamento.

Isso significa que, paralelamente ao aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação de cursos e instituições de ensino que subsidiam os processos de autorização e credenciamento das escolas de Medicina, precisamos encampar a ideia de garantir, para a sociedade, a formação básica dos médicos. É aí que

entra o exame de proficiência sugerido pelo PLS nº 217, de 2004.

Um modelo exemplar vem-se delineando no Estado de São Paulo, por iniciativa do Cremesp, que aplica, desde 2005, exame de proficiência aos formandos em Medicina que desejem exercer a profissão naquela unidade da Federação. Em 2012, pela primeira vez, a participação no exame do Cremesp tornou-se obrigatória para a obtenção do registro profissional de médico naquele Estado.

No caso da revalidação de diplomas estrangeiros de Medicina, matéria que também é objeto do PLS em comento, o modelo do exame de proficiência está se consolidando na forma do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas de Médicos (Revalida), instituído pelo MEC e pelo Ministério da Saúde em 2010.

Nesse contexto, o mecanismo adotado pelo PLS nº 217, qual seja, a instituição de um exame nacional de proficiência prévio ao registro profissional parece-nos a melhor alternativa para melhorar a qualidade da formação dos médicos no Brasil, bem como a assegurar um padrão mínimo de habilitação de portadores de diplomas estrangeiros de Medicina que pretendem atuar em solo pátrio.

Por um lado, não temos dúvidas de que a iniciativa tem amparo nas competências atribuídas pela legislação ao CFM e aos CRM, como órgãos supervisores da ética profissional, julgadores e disciplinadores da classe médica, a quem cabe "zelar e trabalhar, por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente" (art. 2º da Lei nº 3.268, de 1957). Por outro lado, consideramos que a formação do médico envolve aspectos éticos e cognitivos e habilidades que devem ser aferidos de forma consequente, com foco não só no egresso, mas também, e principalmente, na instituição formadora.

Para tanto, o modelo de avaliação individual ao final do curso, como quer o projeto, pode ser aprimorado para contemplar duas etapas, de modo a possibilitar uma avaliação de progresso que permita correções de rumo no processo de formação, em face de deficiências precocemente identificadas.

Além disso, o exame deve-se constituir em parâmetro de avaliação da qualidade dos cursos de graduação em Medicina, em complemento ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, cujos resultados práticos têm sido relativamente morosos e localizados.

Nesse sentido, o substitutivo que ora apresentamos se diferencia da proposta original do PLS nº 217, de 2004, nos seguintes aspectos: o exame realizado em duas etapas, sendo a primeira ao final do segundo ano curricular e a segunda ao final do curso; o registro profissional condicionado apenas à participação no exame e a aprovação exigida somente nos casos de revalidação de diploma estrangeiro; a gratuidade de inscrição, para não onerar indevidamente o futuro médico nem mercantilizar os nobres propósitos do exame; a atribuição ao CFM da coordenação nacional do exame, e aos conselhos regionais, da sua aplicação; a supressão da previsão de prova prática, para viabilizar a execução do exame; a instituição de incentivo aos estudantes, atribuindo, aos melhores, pontuação adicional no processo seletivo para ingresso em programas de residência médica, conforme critérios a ser estabelecidos em regulamento; a possibilidade de que o participante do exame refaça a segunda etapa do exame, caso não atinja a nota mínima estabelecida para obter pontuação adicional nos processos seletivos de residência médica; o deslocamento do foco da iniciativa para o desempenho institucional, prevendo a atribuição de conceitos aos cursos de Medicina com base nas notas obtidas no exame de proficiência e garantindo, ao mesmo tempo, a confidencialidade dos resultados individuais, o que pode resultar em melhoria do ensino no médio e no longo prazos; a previsão de comunicação formal dos resultados obtidos em cada curso, nas duas etapas do exame, ao Ministro de Estado da Educação; a ampliação da participação dos Conselhos Federal e regionais no processo de avaliação dos cursos de graduação em Medicina; a atribuição de coercitividade à proposta, mediante a possibilidade de aplicação da penalidade de suspensão temporária da abertura de processo seletivo, prevista no art. 10, § 2º, inciso I, da Lei nº 10.861, de 2004, que dispõe sobre o Sinaes, aos cursos com percentuais de aprovação inferiores a 60% no exame, constatados por três vezes em um período de cinco anos; e, por fim, a obrigação da instituição de ensino que apresente graves deficiências em qualquer das etapas do exame, a cada ano, de oferecer módulos complementares de ensino gratuitos para seus alunos, nos termos a serem definidos em regulamento.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse é o intuito de não punir o aluno, e sim a instituição, porque não é concebível que o aluno passe do primeiro ao sexto ano com belíssimas notas e depois, no exame de proficiência, seja reprovado.

São Paulo foi que nos chamou a atenção, porque hoje 48,5% dos alunos de Medicina daquele Estado são reprovados em coisas básicas. Então aqui nós estamos punindo muito mais a instituição. E, se ela não atingir esse percentual, ela começa a não poder realizar vestibulares.

Julgamos que este deve ser o passo inicial de um renovado processo de melhoria da qualidade do ensino médico no País. Ressaltamos a urgência de aprovar a medida, pois há quase uma década o PLS nº 217, de 2004, vem sendo discutido nesta Casa, sem chegar a ser votado nem mesmo por esta Comissão, a primeira a que foi distribuído.

Por tudo isso, esperamos que o substitutivo aqui apresentado supere as polêmicas que impediram a matéria de prosperar.

III – VOTO

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004, na forma da seguinte:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2004

Altera as Leis nos 3.268, de 30 de setembro de 1957; 10.861, de 14 de abril de 2004; e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre o exame nacional de proficiência em Medicina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 17-A a 17-D:

"Art. 17-A. Somente poderão inscrever-se em conselho regional de Medicina os médicos que, além de cumprirem os requisitos estabelecidos pelo art. 17 desta Lei, tiverem sido submetidos a exame de proficiência em Medicina.

Art. 17-B. O exame de proficiência em Medicina terá caráter nacional e será oferecido gratuitamente, pelo menos uma vez ao ano, em todos os Estados e no Distrito Federal.

§ 1º O exame será realizado em duas etapas:

I – primeira etapa, ao final do segundo ano curricular;

II – segunda etapa, ao final do último ano do curso de graduação em Medicina.

§ 2º Compete ao Conselho Federal de Medicina a coordenação nacional do exame.

§ 3º Incumbe aos Conselhos Regionais de Medicina a aplicação do exame em sua jurisdição.

§ 4º Para fins de revalidação de diploma de graduação em Medicina expedido por universidade estrangeira, nos termos do § 4º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, será aplicada apenas a segunda etapa do exame de proficiência.

Art. 17-C. O exame de proficiência em Medicina avaliará competências éticas e cognitivas e habilidades profissionais, tomando por base os padrões mínimos requeridos para o exercício da profissão.

§ 1º Aos participantes de elevado desempenho na segunda etapa do exame de proficiência será atribuída pontuação adicional nos processos seletivos para ingresso em programas de residência médica, conforme critérios estabelecidos em regulamento.

§ 2º Os resultados das etapas do exame de proficiência em Medicina de cada curso serão comunicados formalmente pelo Conselho Federal de Medicina ao Ministro de Estado da Educação.

§ 3º É vedada a divulgação nominal do resultado individual obtido em qualquer das etapas do exame de proficiência em Medicina, que será fornecido exclusivamente ao participante, inclusive para os fins previstos no § 1º.

§ 4º O participante que não atingir a nota mínima estabelecida na segunda etapa do exame de proficiência poderá refazer o exame, para os fins previstos no § 1º.

Art. 17-D. Serão atribuídos conceitos aos cursos de graduação em Medicina com base nos resultados obtidos pelos respectivos alunos no exame de proficiência.

Parágrafo único. Os conceitos de que trata o caput serão objeto de ampla divulgação pública."

Art. 2º A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 4º-A, 10-A e 10-B:

"Art. 4º-A. A avaliação dos cursos de graduação em Medicina terá periodicidade anual e, sem prejuízo de outros instrumentos de avaliação previstos nesta Lei, incluirá:

I – os resultados do exame nacional de proficiência de que tratam os arts. 17-A a 17-D da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957;

II – vistorias realizadas por representantes do Conselho Regional de Medicina, segundo sua jurisdição."

"Art. 10-A. No caso dos cursos de graduação em Medicina, o protocolo de que trata o art. 10 desta Lei também deverá ser firmado pelo Conselho Federal de Medicina."

"Art. 10-B. A penalidade a que se refere o inciso I do §2º do art. 10 desta Lei será aplicada no caso de ser constatada, por três vezes em

um período de cinco anos, deficiência grave em curso de graduação em Medicina.

§1º Será caracterizada como deficiência grave em curso de graduação em Medicina a situação em que quarenta por cento ou mais do total de alunos avaliados na segunda etapa do exame nacional de proficiência a que se refere o inciso I do art. 4º-A desta lei não atinjam a nota mínima estabelecida.

§2º A instituição na qual, anualmente, 40% ou mais dos alunos avaliados na primeira ou na segunda etapa do Exame Nacional de Proficiência a que se refere o inciso I do art. 4º-A desta lei, não atinjam a nota mínima estabelecida fica obrigada a oferecer módulos complementares de ensino gratuitos, a fim de suprir as deficiências constatadas, conforme o regulamento."

Art. 3º O art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte §4º:

§4º A revalidação de que trata o §2º deste artigo, no caso de diploma de graduação em Medicina expedido por universidade estrangeira, dependerá de aprovação em exame nacional de proficiência, aplicado nos termos do §4º do art. 17-B da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, conforme regulamento."

Art. 4º Ficam dispensados da realização do exame de proficiência a que se referem os arts. 17-A a 17-D da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957:

I – os médicos com inscrição em conselho regional de Medicina homologada em data anterior à de entrada em vigor desta lei;

II – os estudantes que ingressarem em curso de graduação em Medicina, no Brasil, em data anterior à de entrada em vigor desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor no prazo de dois anos a contar da data de sua publicação.

Procuramos, assim, abranger todos os aspectos de uma das carreiras mais importantes entre os cursos que são vitais para todos os brasileiros, resguardando, desse modo, muito mais o aluno em relação às instituições.

Eu acho que, com isso, depois de várias audiências, conseguimos fechar o que nós dissemos que foi o possível e com o consentimento de todos os envolvidos, inclusive o MEC. Com relação ao diploma dos médicos estrangeiros, também não há nenhum impasse no que o Governo está fazendo hoje com o Mais Médicos, porque essa lei só entrará em vigor dois anos após a publicação dela.

Muito obrigado.

Esse é o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda pela complexidade, pela avaliação, pelo extenso relatório, que é o que comporta essa matéria.

Nós já discutimos um pouco à luz do projeto do Senador Roberto Requião do Revalida Já. Tivemos audiências públicas debatendo, e um dos capítulos foi relacionado à Medicina.

Está em discussão.

O Senador Osvaldo Sobrinho pediu a palavra e, em seguida, a Senadora Ana Rita.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Srª Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, esse assunto é um assunto por demais discutido no Brasil, de modo geral, e tem chamado a atenção nos últimos tempos.

A OAB, já há algum tempo, decidiu e conseguiu fazer o Exame de Ordem, o que acredito foi muito útil para o Brasil, para os profissionais e para também rever o conceito das universidades, se estão cumprindo ou não o seu dever.

Até certo ponto, a gente pergunta: será que nós estamos aqui decretando, ou estamos atestando a falência das universidades, do ensino que damos no Brasil? Ou será que nós estamos procurando alguma coisa a mais para melhorar a educação e termos profissionais mais eficientes, que atendam o mercado de trabalho e atendam aqueles que, na verdade, necessitam dos seus serviços?

Eu acredito que esse projeto vem em boa hora. É claro que alguma coisa a mais, outra coisa a menos... Mas acredito que a intenção está muito boa e é necessária não só para a Medicina. Eu acredito, Senadora, que, no tocante a outras profissões – os contadores, grande parte das profissões que vão trabalhar diretamente com as pessoas –, é necessário também fazer uma revisão, até para checarmos o que estamos fazendo em termos de educação neste País. Falamos tanto aqui em educação, falamos tanto nas nossas instituições, e, de repente, nenhuma medida se toma, não se sabe se está se fazendo educação de boa qualidade, de péssima qualidade, se os profissionais estão ajudando a curar ou a matar. Quer dizer, não só nessa área, mas em várias áreas, porque um professor malformado também mata gerações. Mata gerações.

Então, eu acredito que o parecer do Senador veio em boa hora, está bom o parecer, e devemos pensar neste assunto que está aqui. E o projeto ressalvou várias situações, quer dizer, não há nada de

afogadilho, não há nada no sentido de perseguir esta ou aquela escola.

Eu acredito que V. Exª fez um trabalho bom. Logicamente, teremos opiniões diferentes, mas eu sou pela aprovação e acredito que é boa a hora. Temos que pensar nas outras profissões também, que precisam ter um cuidado maior. Precisamos aguçar os nossos reitores, os nossos educadores, o Congresso Nacional – Câmara e Senado –, no sentido de procurarmos não só detectar o problema, mas também ajudar a resolvê-lo.

O Senador Buarque estava mostrando uma pesquisa feita em nível nacional que indica tudo. Não precisa ser...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Especialista.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – ...especialista, para saber o que as ruas estão pensando. E não podemos ir contra o que as ruas pensam, porque nós representamos as ruas. É o direito que vem das ruas. Nós precisamos apenas normatizá-lo aqui, no Congresso Nacional.

Portanto, acredito que essas coisas têm que ser bem pensadas. Nós estamos discutindo muita coisa aqui no Congresso Nacional, e aqui é o fórum mesmo, mas acredito que a educação tem que ser discutida com muito mais atenção, mais carinho. Eu fico zangado, quando eu vejo aqui gente falar "Ah, isso vai aumentar custos da educação, vai aumentar gasto". Educação em hipótese nenhuma é gasto! Educação é investimento, sempre foi investimento! É investir na Pátria, no capital da Nação.

Então, todas essas medidas são medidas importantes. Alguns não vão gostar, porque não querem ter o sacrifício maior de estudar um pouco mais, mas tem que fazer. Nesse caso principalmente, é cuidar da vida. É a vida! Um profissional mal formado pode ceifar a vida de qualquer um.

Então, eu acredito que chegou um bom momento. Parabenizo V. Exª. Estamos realmente de acordo com esse parecer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Osvaldo Sobrinho...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Só queria fazer um parêntese. Não é terminativo aqui. Ela vai para a Comissão de Assuntos Sociais. É terminativo no plenário, e ainda tem o caminho todo da Câmara.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço o Senador Cyro Miranda, que foi o Relator.

Senador Osvaldo Sobrinho, V. Exª usou uma palavra de afogadilho. Eu queria homenagear o autor desse projeto, o Senador Tião Viana. E esse projeto vai completar dez anos, sem sair desta Casa. Então, de afogadilho não tem nada. Portanto, o relatório extenso se justificou pela qualidade de um complexo tema, especialmente neste momento, em que nós tivemos alguns enfrentamentos aqui em relação ao Ato Médico e até ao programa que está sendo implantado.

Eu passo primeiro a palavra à Senadora Ana Rita. Em seguida, o Senador Cristovam Buarque, o nosso sempre mestre na área de educação.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora Ana Amélia. Eu quero inicialmente parabenizar o autor, o nosso companheiro, Senador Tião Viana, e também cumprimentar o Relator, Senador Cyro Miranda, que brilhantemente fez a leitura do relatório, de forma bastante prolixa, detalhada – é importante o relatório.

Quero também lembrar que essa matéria tramita aqui há dez anos, desde 2004. Já aconteceram várias audiências públicas. Essas audiências públicas possibilitaram que houvesse um aperfeiçoamento da matéria, inclusive com o substitutivo do Relator, Senador Cyro Miranda.

No entanto, Srª Presidenta, eu trago aqui uma preocupação que eu acho que é fácil de resolver, apenas por uma questão de dias, porque é preciso realmente fazer um comparativo do texto do relatório apresentado pelo Senador Cyro Miranda com o texto do Programa Mais Médicos.

Diante disso, eu solicito vistas para que possamos ter alguns dias para fazer esse comparativo. A Lei do Mais Médicos não foi possivelmente comparada o suficiente. Eu, particularmente, acho que seria interessante, seria muito bom, para que não tenhamos problemas de conflito de redação. Então, eu solicito alguns dias. Por isso, eu peço vista para que possamos fazer esse comparativo.

Apenas isso, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Há pedido de vista da Senadora Ana Rita. Eu passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Primeiro, o pedido de vista é um direito. Eu quero apenas dizer que eu peço vista coletiva, para que esse projeto seja votado logo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Ótimo. Vista coletiva, então, ao projeto, para que se vote na próxima sessão deliberativa desta Comissão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não podemos esperar muito, tanto quanto não podíamos esperar mais, e eu parabenizo sempre o programa Mais Médicos. Foi corretíssimo.

Nós precisamos também o mais rápido possível tratar desse assunto.

Eu sou favorável. Acho que o projeto é muito bom, do ex-Senador, colega nosso, Tião, que é médico. O parecer ficou muito bem-feito. Eu creio que esse assunto a gente deve não apenas aprovar, mas tratar das outras áreas também. Então, eu peço vistas coletivas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Atendida a solicitação de vista coletiva, a solicitação da Senadora Ana Rita ao Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana e teve relatoria do Senador Cyro Miranda. Estará na pauta da próxima reunião deliberativa.

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Aviso nº 1378-Seses-TCU-Plenário do Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Excelentíssimo Senhor Ministro Aroldo Cedraz, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 000.997/2013-7, pelo plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 23/10/2013, acompanhado do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação, com a intenção de manter informada a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal acerca dos desdobramentos do Acórdão nº 2873/2013-TCU-Plenário, que tem como enfoque o monitoramento dos Acórdãos que trataram das auditorias operacionais realizadas no Programa Universidade para Todos (Prouni) e no Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES). Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A Matéria vai ao arquivo.

Como as demais matérias, os respectivos relatores não estão presentes, não há mais nenhuma matéria a ser examinada nem quórum para deliberar sobre matéria terminativa, cuja leitura já havia sido feita na reunião anterior.

Então, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)

ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

Às onze horas e três minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Roberto Requião, Ana Amélia, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Gim, Osvaldo Sobrinho, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e João Vicente Claudino, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Ana Rita, João Capiberibe, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, José Agripino e João Capiberibe, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, inicia a deliberação da pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para votação das matérias terminativas. **Item 2: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns, que "Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, para estudantes e idosos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos". O relator designado é o Senador Vital do Rêgo e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. Logo após, a Presidência retorna a ordem original da pauta, uma vez que há quórum para votação de projetos terminativos. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que "Dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelos Estados e Municípios". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a Emenda nº 2-CE, aprovada por 15 (quinze) votos favoráveis, a Subemenda nº 1-CE à Emenda nº 1-CAE/CE, aprovada por 15 (quinze) votos favoráveis e rejeitando as Emendas apresentadas pelo Senador Cyro Miranda, por 15 (quinze) votos. **Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Deley, que "Modifica a Lei n° 10.891, de 9 de julho de 2004, instituindo penalidade ao atleta que violar regras antidoping". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 1-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 6:**

Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cidinho Santos, que "Insere § 7º no art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para incluir desconto em anuidade ou semestralidade escolar de nível superior, por disciplina não cursada ou cursada com aproveitamento". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, aprovada por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Jair Bolsonaro, que "Institui a Semana Nacional da Saúde Masculina". O relator designado, ad hoc, é o Senador Armando Monteiro e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE, nº 2-CE, nº 3-CE e nº 4-CE, aprovadas por 14 (quatorze) votos favoráveis. Durante a discussão da matéria, o Senador Armando Monteiro acata sugestão, apresentada pela Senadora Ana Amélia, à emenda nº 1-CE. **Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no ensino fundamental e médio, e nos cursos de formação de professores da educação básica, componente curricular dedicado ao desenvolvimento de valores éticos e de cidadania". O relator designado é o Senador Anibal Diniz e declaração de prejudicialidade do projeto é aprovada por 16 (dezesseis) votos, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que "Insere dispositivo na Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para promover o acesso universal às bibliotecas públicas.", **que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2013**, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que "Insere dispositivo na Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para estabelecer o conceito formal de bibliotecas públicas". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2013, é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE, nº 2-CE e nº 3-CE, aprovadas por 13 (treze) votos favoráveis, rejeitando o Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2013, que tramita em conjunto. Neste momento, a Senhora Senadora Lídice da Mata, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (ver Item 15: Extra-Pauta). **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Tião Viana, que "Altera o artigo 17 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de Medicina e dá outras providências, e o artigo 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País". O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o parecer favorável, na forma da emenda substitutiva nº 1-CE, é aprovado, com o voto contrário do Senador Wellington Dias. Logo após, o Senhor Senador Gim, requer, oralmente, a inversão de pauta para deliberação do item 11, o que é aprovado. **Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Henrique Eduardo Alves, que "Dá a denominação de Aeroporto Internacional do Rio Grande do Norte/São Gonçalo do Amarante – Governador Aluizio Alves ao Aeroporto São Gonçalo do Amarante, no Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado é o Senador Gim e o parecer favorável é aprovado. **Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Manoel Júnior, que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a instalação de assentos especiais para pessoas obesas nos locais que menciona". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado, com as Emendas nº 1-CE, nº 2-CE e nº 3-CE. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que "Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências". O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer é favorável, na forma da emenda substitutiva oferecida, pela aprovação integral das emendas nºs 3, 4, 10, 13, 14, 18 a 21, 24, 31 a 34, 36 a 40, 46 a 49 e 51; e ainda, pela aprovação parcial das emendas nºs 1 – CAE, 2 – CCJ, 9, 16, 17, 27, 28, 30, 35, 41, 44, 45 e 50; rejeitando as emendas nºs 5 a 8, 11, 12, 15, 22, 23, 25, 26, 29, 42 e 43. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. Logo após, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, registra a presença para acompanhar a reunião, das Senhoras Ana Cristina Silva e Arabella Nóbrega, Vice-Diretora e Conselheira do Centro de Ensino Especial 01 de Brasília, respectivamente. Prosseguindo, a Senhora Senadora Ana Rita, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (ver Item 16: Extra-Pauta). Neste momento, a presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 15: Requerimento nº 68/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que requer "... nos termos regimentais, a realização de painel na cidade de Salvador (BA), no âm-

bito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para debater sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2009 (PL nº 7.150, de 2002, na origem) de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que dispõe sobre o reconhecimento da atividade de capoeira e dá outras providências, com a participação dos convidados abaixo relacionados. 1. A Senhora Rosângela Costa Araújo, mestra de capoeira e professora-doutora da Universidade Federal da Bahia (UFBa); 2. O Senhor Helio Campos, mestre de capoeira e professor-doutor da Universidade Federal da Bahia (UFBa); 3. O Senhor Jairo Júnior,representante da Confederação Brasileira de Capoeira (CBC); 4. O Senhor José Hilton Santos Almeida, Presidente da Fundação Cultural Palmares (FCP); 5. A Senhora Jurema de Souza Machado, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 16: Requerimento nº 69/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer "... nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de discutir o desenvolvimento do esporte adaptado no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: 1. Fernando Fernandes, Tretracampeão Mundial de Paracanoagem 2. Representante do Projeto Deficiente Visual na Trilha 3. Andrews Parsons, Presidente do Comitê Paralimpico Brasileiro 4. Alan Fonteles, Campeão Mundial e Paralímpico de Atletismo 5. Diana Nishimura, Treinadora de Canoagem e Paracanoagem 6. Representante do Ministério do Esporte". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2012; Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2013 e Requerimento, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin**. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às treze horas e vinte e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CYRO MIRANDA,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 62ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Hoje, há itens de extrema importância na nossa pauta, como o PNE, que é a estrela deste dia; a meia-entrada; e também, a pedido do nosso Relator Gim Argello e do Presidente da Câmara, um relatório.

Senador Gim e Senador Vital do Rêgo, que são relatores de dois temas importantes, embora não terminativos, eu preciso contar com a presença de V. Exªs aqui. Há cinco itens já lidos e discutidos, que só serão submetidos à votação nominal, para a sua aprovação. Isso será extremamente rápido.

Vou deixar o item cuja relatoria é do Senador Alvaro para depois.

Vou começar pelo item da relatoria do Senador Vital do Rêgo. Trata-se do item 2, à p. 344.

ITEM 2
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2007
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o benefício do pagamento da meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes, em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001.

Autoria: Senador Eduardo Azeredo e outros.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatório: favorável.

Observações: 1 – Matéria terminativa no Plenário;

2 – Na reunião do dia 25/11/2008, o PLS nº 188/2007 foi aprovado na Comissão em caráter terminativo;

3– A matéria constou na pauta da reunião do dia 12/11/13.

Com a palavra o eminente e competente Presidente da CCJ, Senador Vital do Rêgo.

(Manifestações das galerias.)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A manifestação, mesmo que seja justa, não é permitida em plenário.

Eu gostaria muito de contar com vocês, estudantes, até o fim desta audiência, mas, pelo Regimento Interno, não pode haver nenhuma comunicação ou interlocução. Vocês não podem se pronunciar. Vocês podem se manifestar através de cartazes. Tudo bem! Sejam muito bem-vindos! Obrigado pela compreensão.

Com a palavra, o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, agradecendo a V. Exª, quero saudar os estudantes brasileiros, através das representações dos diversos Estados que acompanham a nossa sessão. Saúdo todos os estudantes que, nos seus grêmios estudantis, nos seus centros acadêmicos e nos seus diretórios centrais espalhados pelo Brasil inteiro, estão aguardando a decisão desta Comissão.

Certamente, teremos igual comportamento, pois, com a mesma rapidez com que a matéria tramitou no Senado, nós haveremos de votá-la no nosso plenário.

Quero rapidamente, Sr. Presidente, apresentar o relatório. Antes disso, por dever de justiça, quero dizer a V. Exª de todo o agradecimento da comunidade acadêmica brasileira, tanto pela presteza com que V. Exª encaminhou esse projeto na Comissão de Educação, quanto pelo relatório que V. Exª apresentou e que foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça.

É sobre esse relatório de V. Exª, que, no mérito, é absolutamente impecável e que trouxe apenas algumas redações na análise para esclarecimento de alguma dúvida que poderia ter sido enfrentada na Comissão de Constituição e Justiça, que eu haverei de emitir meu parecer, ressaltando que V. Exª foi reto, probo e absolutamente rígido no tempo.

Esta matéria tramita na Casa. É um projeto de lei do Senado desde 2007. Quero fazer justiça à autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns.

Nos termos regimentais, aquele projeto previa o desconto de 50% no valor da entrada em espetáculos artísticos, culturais e esportivos.

Na justificativa do projeto, os autores rememoram a tradição da meia-entrada, historicamente obtida pelas entidades estudantis, que se responsabilizaram pela emissão de carteiras. Entretanto, pela determinação da Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001, outras instituições passaram a emitir a Carteira de Identidade Estudantil, o que acabou por comprometer todo o sistema de concessões.

Diante dessa constatação, para que não restassem dúvidas quanto ao direito da meia-entrada, apresentamos o projeto de lei, e propuseram a revogação da referida medida provisória. Desde a apresentação, em abril de 2007, o PLS nº 188 foi objeto de profunda reflexão nas duas Casas do Congresso Nacional até sua formulação atual, o do substitutivo em apreço.

Em resumo, pelo que determina o substitutivo da Câmara dos Deputados, são beneficiados os estudantes e os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, a faixa de benefício do projeto.

(Soa a campainha.)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Estudantes e idosos com idade igual ou superior a 60 anos e também jovens – é a inovação – de baixa renda, com idade entre 15 e 29 anos. Tais segmentos terão acesso a eventos culturais, esportivos, educativos, de entretenimento e lazer, mediante o pagamento de metade dos preços dos ingressos cobrados nas salas de cinema, nos cineclubes, nos teatros, nos espetáculos musicais e circenses.

Entretanto, a concessão da meia-entrada para todas as categorias beneficiadas fica restrita a 40% dos ingressos disponíveis. Esse é o piso, Sr. Presidente. A partir daí. Fica restrito a 40%.

Para fazerem jus ao benefício, os estudantes devem – este corte de 40% está no §10º do art. 1º do Substitutivo da Câmara – comprovar essa condição por meio da apresentação da carteira própria, emitida por entidades de cada segmento. Já os idosos terão que apresentar o documento de identidade oficial. Os jovens carentes comprovarão essa condição quando demonstrarem que estão inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e que têm renda familiar mensal de até dois salários mínimos na forma do regulamento.

Para efeito da concessão da meia-entrada, são considerados estudantes aqueles matriculados no ensino regular, nos níveis de modalidade descritos pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quais sejam: educação básica, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional técnica de nível médio, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação superior e educação especial.

A comprovação da condição de estudante dar-se-á pela apresentação, no momento da aquisição do ingresso e na portaria do evento, no local do evento, da Carteira de Identidade Estudantil.

Sua confecção deverá obedecer ao modelo único nacional, padronizado publicamente e publicamente disponibilizado pelas entidades estudantis qualificadas em lei e mediante certificação digital pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI). Entretanto, 50% das características da carteira poderão ser locais.

Em todos os casos, o prazo de validade da renovação da carteira será de um ano.

Nos termos do art. 1º, §2º, estão autorizadas a emitir identidade estudantil as seguintes instituições: Associação Nacional dos Pós-Graduandos, a União Nacional dos Estudantes, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e entidades estaduais e municipais filiadas àquelas (§2º do art. 1º).

Ainda segundo o mesmo dispositivo, poderão emitir as carteiras os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE) e Centros e Diretórios Acadêmicos (DAs). Esclareça-se, para dirimir qualquer dúvida, que os DCEs e DAs não precisam estar filiados nem à UNE, nem à União Brasileira de Entidades Estudantis.

Esse é um esclarecimento que eu trago, para evitar qualquer tipo de discriminação.

Pelo disposto no art. 5º do substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD nº 188, de 2007), embora a norma entre em vigor na data de sua publicação, o benefício à meia-entrada passará a valer somente depois da regulamentação da lei, que esperamos ser tão rápida quanto o projeto.

Análise.

Nos termos do nosso Regimento Interno, compete a esta Comissão, em caráter terminativo de procedimento, a análise de mérito. Vamos a plenário, mas, certamente, o peso do relatório e da deliberação desta Comissão norteará o Plenário.

A proposição legislativa em destaque se situa no universo das políticas públicas que favorecem o acesso aos bens culturais, ao esporte, ao lazer e ao entretenimento. Entretanto, a frequência aos locais que promovem a exibição de obras audiovisuais, espetáculos, jogos, mostras de valor histórico e artístico tem sido dificultada a alguns segmentos da população brasileira, em função do preço de entrada.

A constatação dessa carência foi o que motivou a concessão da meia-entrada. Muitos Estados e Municípios da Federação já incorporaram em suas legislações esse princípio, mas a fragilidade quanto aos meios de comprovação da condição de estudante acabou por tornar difícil o exercício desse direito. E a resposta ao problema fez com que a solução se dirigisse aos grupos listados no substitutivo, primordialmente os estudantes. Mas a medida se estendeu, também, aos idosos e aos jovens carentes, conforme a descrição já oferecida.

Nesta análise, cabe esclarecer que há coincidências parciais entre o que está previsto no substitutivo e o Estatuto da Juventude.

Tais sobreposições se explicam, em parte, pela contemporaneidade com que as duas matérias têm tramitado no Congresso Nacional e, claro, com a coincidência do benefício da meia-entrada, garantida pelo substitutivo.

Desde logo, deve ficar claro que as coincidências não são totais. E que esta nova lei, a ser aprovada inovará o ordenamento jurídico brasileiro e não trará qualquer ameaça ao que já foi garantido pelo Estatuto da Juventude.

Para que isso fique bem claro, devemos recordar alguns dos princípios que regem o nosso ordenamento jurídico, que estão dispostos no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Ao confrontarmos o substitutivo com o Estatuto da Juventude tenhamos em mente que o primeiro, o substitutivo, dedica-se com detalhes à instituição da meia-entrada, ao passo que o segundo, o estatuto, trata do tema, em seu art. 23, no conjunto dos direitos e deveres que cria.

Essas, Sr. Presidente, são as nossas avaliações, considerando que este projeto esclarece dúvidas e disposições contidas no Estatuto da Juventude e que precisavam ter uma discriminação. Dentro dos padrões hoje exigidos no Governo Federal e nos Governos estaduais, somos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 188, de 2007.

É o voto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Relator Vital do Rêgo. Parabéns pela sua relatoria.

Lembro que este projeto é terminativo no plenário e que tramita desde 2007 aqui na Câmara dos Deputados, sendo exaustivamente discutido.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o maior prazer, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Vital do Rêgo sabe do carinho e do respeito que tenho por todo o seu trabalho ao longo da história, e não só aqui no Senado da República. Eu tenho uma preocupação, Sr. Presidente, que me obriga... É uma questão de consciência, uma questão que me é muito cara, porque o projeto em debate, Sr. Presidente, vai retirar uma conquista dos homens e mulheres deste País com mais de 60 anos. Foi uma luta que travamos durante anos e uma conquista de dez anos que está lá no Estatuto do Idoso.

Nós caminhamos no Estatuto da Juventude, fizemos um entendimento amplo aqui na Casa e ele foi aprovado. Mas, agora, da forma que está, mexe no Estatuto do Idoso e acaba com o direito à meia-entrada

do idoso, limitando aos 40%. Os 40% estão assegurados para a juventude, enfim, e não estou entrando no mérito. Mas essa é uma conquista dos idosos, tão sofridos neste País.

Nós estamos na tribuna todos os dias brigando por uma política de reajuste, pelo fim do fator e eu me sentiria muito, muito desconfortável, e até diria que muito decepcionado com nós todos – permitam-me a palavra – se aqui aprovássemos um texto que vai retirar dos idosos o direito à meia-entrada, da forma como está consagrado no Estatuto, limitando-se somente a 40%.

Eu gostaria muito de termos uma saída aqui que excluísse os idosos, somente isso. Deixem como está a questão dos idosos. Por isso, na tentativa de buscar uma saída, um acordo, eu me obrigo, só devido a esse artigo, Sr. Presidente, a pedir vista, para que a gente possa, quem sabe – eu sei que a vista será coletiva –, encontrar um caminho que permita a votação de nós todos deste tema, oxalá, por unanimidade, na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não, Senador Paulo Paim. O seu pedido é uma prerrogativa regimental a que o senhor tem todo o direito. Mas eu gostaria de lembrar, mais uma vez, que a matéria é terminativa no plenário. Se pudesse ser feito no plenário, nós ganharíamos tempo.

Concordo com as suas colocações, mas quero dizer que diante do entendimento feito nestes últimos seis anos sobre a meia-entrada, os 40%, se for excluído o idoso, vai ficar 100% de meia-entrada; hoje o idoso ocupa quase 70%. Mas V. Exª tem todo o direito de discutir.

O Relator gostaria de falar? *(Pausa.)*

Então, Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente, dentro da mesma preocupação que o Senador Paim tem, dentro da mesma preocupação de V. Exª, mas concordando com o brilhante relatório que o Senador Vital do Rêgo elaborou e concluiu, penso que agora temos que fazer um ajuste final. Então, dentro desse espírito, também peço vista, para que seja concedida vista coletiva.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, uma palavra de esclarecimento. Respeitando, até porque é um direito regimental, esse extraordinário homem público, Senador Paulo Paim, que admiro e a cujas grandes causas que marcam a sua vida pública estou permanentemente solidário, eu gostaria de dizer que nós vamos, na condição de Relator, inclusive com o apoio de V. Exª, tentar durante esta semana ajustar, como bem colocou o Senador Gim Argello, o texto para que não haja nenhum prejuízo no extraordinário ganho que têm os estudantes, os jovens de baixa renda e os idosos, que estão sendo contestados agora na participação do Senador Paim. Nós vamos encontrar efetivamente, na língua portuguesa e na técnica legislativa, algo que possa garantir a esses idosos a segurança do exercício do seu direito. Mas eu já posso, para não ficar nenhum ponto ou nenhuma vírgula sem um ponto definitivo nessa avaliação, dizer que tivemos essa precaução, Sr. Presidente, quando o texto do Senado – e V. Exª conhece esta matéria profundamente –, no seu art. 1º, §4º, dizia: "a concessão de meia-entrada fica limitada a 40%". Então, havia uma restrição de 40%.

O texto que eu estou incorporando ao nosso Substitutivo é o da Câmara e, no texto da Câmara, no art. 1º, §10, diz: "A concessão do benefício da meia-entrada fica assegurada a 40%."

Então, eu tirei a restrição e coloquei um piso base. O piso base é de 40%. De acordo com o espetáculo, com o tamanho da audiência, do auditório, nós poderemos ter elevação desse piso para contemplar todos que tencionam ter esse direito. Então, eu tive essa preocupação de retirar a base, a restrição, e transformar a restrição em piso.

Feito esse esclarecimento, eu respeito o pedido de vista coletiva. E tenham os senhores a minha mais profunda solidariedade no encaminhamento desta matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Esse tema, de fato, Presidente, no âmbito desta Comissão e do Plenário do Senado, quando examinamos o Estatuto da Juventude, já foi objeto de um amplo debate com as lideranças dos movimentos estudantis e, também, com a representação social dos idosos. E também sobre a questão de passagem de ônibus e esses outros benefícios.

Penso que uma decisão perfeita é aquela cujo tempo é o necessário para esses ajustes. Então, eu queria me associar à solicitação do Senador Paim e às ponderações do Senador Gim Argello, ao mesmo tempo em que elogio a qualidade do relatório do Senador Vital do Rêgo, que, mesmo estando enfermo, quase sem condições, veio apresentar o seu relatório, porque a matéria aqui, nesta Comissão, é terminativa.

Mais uma semana, ele vai sarar e ficar em condições de fazer a votação e o exame.

Muito obrigada.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Ana Amélia.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu agradeço as contribuições de todos. Aqui, até a assessoria me alertava que há um caminho para que a gente faça uma emenda supressiva que não vai ter prejuízo nenhum em tudo aquilo que já está garantido no Estatuto da Juventude.

Por isso, o bom senso manda, Sr. Presidente – que eu faça mais este apelo. Quantas vezes fizemos isso aqui? Pedimos uma semana e, na outra semana, votamos. A matéria será votada na semana que vem. Tomara que a gente consiga um acordo. Eu acredito na habilidade e na competência do meu Líder aqui na Casa, que é o Senador Vital do Rêgo. Todas as vezes que com ele dialoguei, sempre me entendi 100%. Eu tenho certeza de que esta também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Tem razão porque, se nós resolvermos aqui, vai para o plenário já redondinho.

Vista coletiva concedidas.

Eu coloco, agora, os itens 3, 5, 6, 10 e 13, que já foram lidos e discutidos, aproveitando o quórum, que são terminativos.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, de 2010
– Terminativo -

Dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelos Estados e Municípios.

Autoria: Renan Calheiros

Relatoria: Benedito de Lira, como substituto *ad hoc*

Relator *Ad Hoc:* Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida, acatando a emenda nº 01-CAE, nos termos da subemenda, rejeitando as emendas apresentadas pelo Senador Cyro Miranda.

Observações:

1 – Serão realizadas quatro votações nominais, uma para o projeto, uma para a emenda, uma para subemenda à emenda 01-CAE e outra para as três emendas rejeitadas.

2 – Na reunião de 10/9/13, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Wellington Dias? *(Pausa.)*

O Senador Wellington Dias não está presente.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Lídice da Mata? *(Pausa.)*

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo Alves?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Gim Argello?

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Osvaldo Sobrinho?

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está aprovada.

Pergunto se podemos manter o voto para a Emenda nº 1 e para a Subemenda e Emenda 01 da CAE.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as emendas.

Posso submeter à votação as três emendas que foram rejeitadas?

Mantenho essa mesma votação? *(Pausa.)*

Rejeitadas.

Item 5.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu estava aqui me esforçando para o senhor me ouvir, Sr. Presidente, para dizer que eu acompanhei também o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias. O voto de V. Exª será registrado em ata.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, de 2012
– Terminativo -

Modifica a Lei n° 10.891, de 9 de julho de 2004, instituindo penalidade ao atleta que violar regras antidoping.

Autoria: Deputado Deley

Relatoria: Senador Alvaro Dias (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Observações:

1 – Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 – Na reunião de 10/9/13, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A matéria em votação.

Votação nominal.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – É o item 3, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – É o item 5.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – O item 5.

Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Lídice da Mata?.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Favorável. É voto meio conhecido. *(Risos.)*

Senadora Maria do Carmo Alves. *(Pausa.)*

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Gim Argello?

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Osvaldo Sobrinho?

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Desejando um breve restabelecimento, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está aprovada.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos no disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, de 2012 – Terminativo -

Insere §7º no art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para incluir desconto em anuidade ou semestralidade escolar de nível superior, por disciplina não cursada ou cursada com aproveitamento.

Autoria: Senador Cidinho Santos

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

Observações:

1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.

2 – Na reunião do dia 17/9/13, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Não Havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A matéria está em votação.

Votação nominal.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Voto conhecido.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE. *Fora do microfone.)* – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora.

Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com a Relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está aprovada e irá para...

Pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores se mantêm o voto para a emenda? *(Pausa.)*

Aprovada.

Item 10.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Quanto ao item nº 10, o Senador Armando Monteiro é o autor desta matéria?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não, o autor é o Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Não, sou o Relator.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É o Relator desta matéria. Ele apresentou, mas eu penso que eu não estava presente.

Fui Relatora, aqui, de um projeto da Senadora Angela Portela, que trata de estabelecer a política nacional para a saúde do homem.

Como as organizações internacionais e nós, no Senado estamos na fase de celebrar o Novembro Azul, sobre criar a Semana da Saúde do Homem em agosto não há nada em relação ao mérito, apenas em relação à data. Consulto o Relator, Senador Armando Monteiro, verbalmente, se pode, ao invés de ser agosto ser novembro, para coincidir com a celebração do Novembro Azul. Penso que seria mais coerente e ajustado a todo o conjunto de medidas e de proposições no sentido de tratarmos o Novembro Azul como o Outubro Rosa, um mês para a prevenção ao câncer de próstata e especialmente dedicado à saúde do homem em geral. Essa é minha proposição ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – De muito bom senso. Pergunto ao Relator.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, não poderia recusar uma proposta feita pela nobre Senadora Ana Amélia, sobretudo porque nesse calendário o mês de novembro é muito importante. Então, a sugestão é a de uma emenda de redação. Acatarei a sugestão da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito.

O Senador Armando Monteiro depois encaminhará a emenda que institui a Semana Nacional da Saúde Masculina.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, de 2010
– Terminativo -

Institui a Semana Nacional da Saúde Masculina.

Autoria: Deputado Jair Bolsonaro

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações:

1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.

2 – Na reunião do dia 17/9/13, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Encerro a discussão.

Coloco em votação.

Votação nominal.

Senadora Angela Portela, como vota?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator, apoiando a iniciativa da Senadora Ana Amélia para que se troque de agosto para novembro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Wellington Dias. *(Pausa.)*

Com o Relator, Senador Wellington? Vou levar o microfone a V. Exª.

Por favor, um microfone sem fio para o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia, inclusive já com a proposta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Queria até dizer que a Sociedade Brasileira de Urologia agradece ao Senador Armando Monteiro a acolhida dessa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Receba os agradecimentos, Senador..

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira. Bloco Maioria/PP – PI) – Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Armando Monteiro. Voto já conhecido.

Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) –Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pergunto se podemos manter a votação para a emenda proposta pela Senadora Ana Amélia e para todas as emendas, inclusive essa última que será apresentada pelo Relator, Senador Armando Monteiro. De acordo? *(Pausa.)*

A matéria está aprovada.

Último item da pauta, terminativo, Item 13.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 309, de 2013
– Terminativo -

Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no ensino fundamental e médio, e nos cursos de formação de professores da educação básica, componente curricular dedicado ao desenvolvimento de valores éticos e de cidadania.

Autoria: Pedro Simon

Relatoria: Anibal Diniz

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações:

Na reunião do dia 17/9/13, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A matéria está em votação. *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) –Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está prejudicada.

Temos, ainda, o último item, o Item nº 8, que não foi lido.

ITEM 8
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2013
– Terminativo -

Insere dispositivo na Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para promover o acesso universal às bibliotecas públicas.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2013
– Terminativo -

Insere dispositivo na Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para estabelecer o conceito formal de bibliotecas públicas.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável ao PLS nº 156, de 2013, com as emendas oferecidas, e pela rejeição do PLS nº 259, de 2013, que tramita em conjunto.

Observações:

1– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.

2– A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/10/13

Com a palavra o Relator Cristovam Buarque.

Se puder ser sucinto, fazer uma síntese, nós agradecemos, para aproveitar o quórum.

Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Serei sucinto, Senador.

O projeto do Senador Alfredo Nascimento insere dispositivo na Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003, para estabelecer o conceito formal de biblioteca pública.

O Projeto de Lei já tramitou em todas as instâncias e, nos termos do que estabelece o art. 102, inciso I, do Regimento Interno, compete a nossa Comissão opinar sobre o Projeto.

Foi muito oportuna a decisão desta Casa de fazer tramitarem conjuntamente as proposições das quais tratamos no presente relatório.

Cumpre observar que não se identificam óbices à aprovação do Projeto.

Inicialmente, considerando a necessidade de reunir o conteúdo das duas proposições em apenas uma, impende alterar a ementa do Projeto a ser adotado, para que seja condizente com as determinações propostas.

Outra alteração feita, necessária, diz respeito à localização do conceito de biblioteca pública: para manter a congruência com os demais dispositivos de lei, tal definição deve ser colocada no art. 5º.

A segunda observação diz respeito à noção de compartilhamento que consta do novo inciso a ser incorporado ao art. 13 da Lei nº 10.753, de 2003. Interpretamos como mais apropriado que a lei remeta ao acesso às bibliotecas públicas. Para tanto, oferecemos modificação, na forma de emenda ao PLS nº 156, de 2013.

O voto.

Verificado o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade e a adequação à técnica legislativa, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2013, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2013, com as emendas que se seguem.

EMENDA Nº 1– CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2013, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para dispor sobre o conceito de biblioteca pública e o acesso a seu acervo e equipamentos."

EMENDA Nº 2– CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2013, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, passa a viger acrescido do seguinte inciso V:

"Art. 5º.....
.....

V – biblioteca pública: instituição que seja mantida integralmente pela União, estado ou município, ou que destes receba recursos." (NR)

EMENDA Nº 3 – CE

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2013, renumerando-se o atual art. 2º como art. 3º:

Art. 2º O art. 13 da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, passa a viger acrescido do seguinte inciso VI:

"Art. 13.....

.....

VI – promover o acesso do público ao acervo e aos equipamentos das bibliotecas públicas." (NR)

É isso Sr. Presidente, pela aprovação com as emendas que eu considerei.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em discussão o projeto lido pelo relator Cristovam Buarque.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas cumprimentar o relatório do Senador Cristovam Buarque, e, em nome da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, todos apoiam essa iniciativa legislativa que tem grande relevância nessas definições.

Então, parabenizando e já manifestando meu voto favorável ao projeto relativo às bibliotecas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senadora.

Não tendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A matéria está em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Wellington Dias. (*Pausa*.)

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Voto com a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque tem voto conhecido.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A Senadora Ana Amélia já declarou o seu voto.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, Senador Wellington Dias, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Wellington Dias com o Relator.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Aprovado.

Pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores se mantêm o mesmo voto para a emenda. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria está aprovada.

Item nº 4, não terminativo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Presidente, é para solicitar a V. Exª a inclusão de um requerimento extrapauta nosso que faz uma pequena correção no painel que nós realizaremos na Bahia para debater o projeto de regulamentação da profissão da capoeira.

Solicito a V. Exª um pequeno ajuste. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito.

Eu coloco em votação se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Concordamos na hora com esse pedido da nobre Senadora Lídice da Mata, porque realmente é preciso dar condição aos capoeiristas profissionais de terem sua profissão definida.

Da mesma forma, Presidente, peço inversão de pauta para o item do qual sou relator, que é o Item nº 11. Se V. Exª puder colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito.

Então, está incluído extrapauta.

Eu só vou votar o Item nº 4, não terminativo, que já foi lido e é não terminativo.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 2004
– Não Terminativo –

Altera o artigo 17 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de Medicina e dá outras providências, e o artigo 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País.

Autoria: Senador Tião Viana

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações:

1 – Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

2 – Na reunião do dia 26/06/12, foi aprovado requerimento, de autoria do Senador Cyro Miranda, propondo Audiência Pública realizada no dia 7/11/12

3 – Na reunião do dia 12/11/2013, foi concedida vista coletiva.

Não tendo sido oferecida nenhuma emenda, coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a palavra v. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, é sobre o Item nº 4?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sim.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, deixe-me só fazer uma ponderação.

Nós acabamos de aprovar aqui, dentro do Programa Mais Médicos, um sistema de avaliação. A sistemática aqui apresentada coloca não uma avaliação da qualidade do ensino. Ela apenas coloca para uma prova para alguém faz seis anos de Medicina. Estamos falando de um curso que tem todo um cuidado, porque vai ter que tratar com a vida, e é feita uma avaliação permanente, na sistemática que foi aprovada.

O que se está propondo aqui, considerando a nova sistemática, eu diria que ficou ultrapassado, que é colocar apenas uma prova, que diz se você, depois de formado, é médico que pode exerce ou não a Medicina.

Então, a nossa posição é contrária à aprovação, em razão do que foi objeto aqui de um amplo debate, enfim, e da aprovação aqui dentro do projeto Mais Médicos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Wellington Dias, quero fazer uma ressalva.

Primeiro, houve pedido de vista da matéria e não foram oferecidas emendas. Depois, ela preserva, sim, o aspecto do Mais Médicos, porque essa matéria, além de ser terminativa na CAS, vai ao Plenário e vai à Câmara. E ela só entra em vigor dois anos após a sua publicação.

Nós temos certeza de que daqui a três anos não se vai precisar do Mais Médicos. Os médicos nossos serão suficientes. De qualquer maneira, ela não choca, de imediato. Então ela poderá sofrer ainda modificação, porque a matéria aqui é terminativa e depois vai para a Câmara. Depois disso tudo, em dois anos entrará em vigor. Então, há tempo para fazer essa reflexão. Se continuar o Programa Mais Médicos, se faz o ajuste.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, eu respeito a posição de V. Exª, quero apenas sustentar, por razões de convencimento, o voto contrário, exatamente por conta das ponderações aqui feitas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, eu faço o registro do voto contrário do Senador Wellington Dias, com o meu pesar. Sou o Relator, estudei durante um ano, mas é legítima a democracia aqui.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Todo carinho e respeito por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este é um projeto espetacular; eu acredito que

tem mesmo que se fazer o exame de proficiência. Nós temos que fazer o teste com as nossas universidades, com a educação que estamos dando aos nossos jovens e com a saúde que nós queremos para a nossa população. Portanto, eu acredito que é uma medida profilática, é uma medida importante, é uma medida, na verdade, de vanguarda para os novos profissionais que adentram a Medicina.

Portanto, eu quero parabenizar o autor da matéria e dizer que meu voto é totalmente a favor do exame de proficiência.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

A matéria está aprovada com o voto contrário do Senador do Wellington Dias.

Há um pedido de inversão de pauta do item 11 que eu submeto às Srªs e aos Srs. Senadores. É um pedido do Senador Gim Argello. (*Pausa.)*

Não havendo objeção, a matéria está aprovada.

Senadora, é muito simples, é um item não terminativo.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 00066, de 2013
– Não Terminativo –

Dá a denominação de Aeroporto Internacional do Rio Grande do Norte/São Gonçalo do Amarante – Governador Aluizio Alves ao Aeroporto São Gonçalo do Amarante, no Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Deputado Henrique Eduardo Alves

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Favorável.

Observações:

1 – Matéria terminativa no Plenário.

Com a palavra o Senador Gim Argello, rápido, ligeiro e rasteiro.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – V. Exª já colocou tudo.

É um projeto que atende, outrossim, aos ditames da Lei nº 6.454, de 24/10/1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos e proíbe a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza que pertença à União ou à pessoa jurídica da Administração direta.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 66/2013, de autoria do nobre Deputado Henrique Eduardo Alves.

Então, o voto é pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 00132, de 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a instalação de assentos especiais para pessoas obesas nos locais que menciona.

Autoria: Manoel Junior

Relatoria: Paulo Paim

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações:

1 – Matéria terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

2– A matéria constou na pauta da reunião do dia 12/11/13

É a última. Se puder ser sucinto, nós agradecemos para entrar no PNE.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu já vou achar, Sr. Presidente. Estou sem o relatório aqui na mão.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O item 9, Senador Paulo Paim, está na p. 467.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Se V. Exª quiser ir à análise, que é muito simples.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sim, direto na análise, Sr. Presidente.

Análise.

Por tratar de tema que afeta instituições educativas...

É esse mesmo? É o item 9, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – É o item 9, que dispõe sobre a instalação de assentos especiais para pessoas obesas nos locais que menciona. Deputado Manoel Junior; relatoria de V. Exª; favorável...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está bom, eu vou simplificar, Sr. Presidente.

Para tanto, o PLC, em seu art. 2º, altera o art. 12 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, equiparando esses beneficiários às pessoas obesas.

Esse é o projeto, Sr. Presidente, que é para garantir essa cota. E não poderíamos apenas garantir para quem é deficiente e idoso e para obesos, não. Então, o obeso passará, a partir do projeto, a ter os mesmos direitos.

Por isso, somos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O projeto está em discussão. *(Pausa.)*

Parabéns pelo resumo, porque é muito simples.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srª s e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Aprovado.

Item 1, é o Projeto de Lei da Câmara nº 103/2012, não terminativo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Nós aprovamos, se não me engano o requerimento extrapauta. Eu gostaria de só perguntar a V. Exª que horas nós votaríamos o requerimento extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em seguida...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Nós votaríamos o requerimento em seguida ao PNE? Por que não votamos agora, Sr. Presidente, já que é tão rápido?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Conto com a permanência...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Claro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, com a palavra a autora do requerimento, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Trata-se, Sr. Presidente, apenas da mudança de caracterização da nossa audiência que, na verdade, estava caracterizada como uma diligência à cidade de Salvador. Nós mudamos para um painel de debates a respeito do projeto do Deputado Arnaldo Faria de Sá que dispõe sobre o reconhecimento da atividade capoeira e dá outras providências, com a participação de diversos convidados, que estão relacionados e mantidos, cujos nomes já foram aprovados antes. Para isso, peço o apoio dos nossos pares.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em discussão o requerimento da Senadora Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

Parabéns, Senadora Lídice da Mata.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, de 2012

– Não Terminativo –

Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, não terminativo, e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Alvaro Dias

Relatório: Favorável, na forma da emenda substitutiva oferecida, e pela aprovação integral das emendas nºs 3, 4, 10, 13, 14, 18 a 21, 24, 31 a 34, 36 a 40, 46 a 49 e 51; e ainda pela aprovação parcial das emendas nºs 1 – CAE, 2 – CCJ, 9, 16, 17, 27, 28, 30, 35, 41, 44, 45 e 50; rejeitando as emendas nºs 5 a 8, 11, 12, 15, 22, 23, 25, 26, 29, 42 e 43.

Observações:

1 – Matéria terminativa no Plenário.

Com a palavra o querido e ilustre Senador Alvaro Dias, que teve um trabalho hercúleo...

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente, é porque estou vendo que tem muito material, tem muito o que ser lido. Não tive tempo de ler esse material todo. Então, já quero adiantar o meu pedido de vista. Para quando ele terminar de ler o seu relatório, já deixo adiantado o meu pedido de vista. Tenho certeza de que é um trabalho maravilhoso, feito pelo competente, honesto e cuidadoso Senador Alvaro Dias, mas, como foi entregue ontem, não tive tempo de avaliar. Então, já deixo adiantado o meu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – É regimental, o Senhor tem todo o direito. Pergunto se mais algum Senador se associa ao pedido de vista coletiva?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Quero dizer ao Senador Gim Argello que tivemos a preocupação... E eu tinha combinado com o Ministério, com o MEC, de mandar esse relatório ontem. Eles fizeram...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Eles ficaram até tarde da noite examinando esse relatório, porque o próprio MEC tem pressa e me pediu que, se possível, se fosse aprovado hoje, que fosse colocado em regime de urgência urgentíssima. Pelo crivo do Governo, creio que foi discutido. Não sei se há orientação contrária.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Também sei, Sr. Presidente, mas, como não tive tempo de ler e vou continuar com o meu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Exatamente.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) –Mantido e pedido de vista coletiva.

Pois não, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/ PT – ES) – Vista coletiva, Sr. Presidente. Nós temos pressa, por isso a vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito.

Vai ser lido o relatório, e a matéria voltará, então, na semana que vem, para a nossa votação.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, que teve a acuidade de, em 28 dias, fazer sete audiências públicas, ouvindo mais de 32 pessoas, que, acho, foram consubstanciadas no relatório. Tenho certeza de que, pelo esmero e por essa acuidade que o Senador Alvaro Dias teve, só tem os nossos parabéns.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Pelo que entendi, Sr. Presidente, antes mesmo da leitura o Senhor já concedeu vista coletiva.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, primeiramente, quero tranquilizá-los. Eu não vou ler tudo isso, pois é muita coisa, e também não vou ler o nosso relatório, que também é extenso. Vamos apresentar uma síntese do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, pela ordem.

Queria, antes que o Senador Alvaro dias apresente o seu denso e forte relatório, embora saiba que ele fará um belíssimo resumo, queria, em nome do nosso Presidente, Senador Cyro Miranda, e também em nome do Senador Rodrigo Rollemberg, registrar a presença da Vice-Diretora do Centro de Ensino Especial 01 de Brasília, da 912 Sul, Ana Cristina Silva, e também da Conselheira Arabella Nóbrega.

Nós estivemos lá, Senador Alvaro Dias. Todos nós ficamos realmente impressionados, porque é uma escola pública que trata de pessoas com necessidades especiais, e a forma como trabalham aqueles servidores, professores, monitores – todos os servidores – nos deixou extremamente impressionados pela dedicação e pela qualidade do que ali é oferecido.

Então, eu queria fazer esse registro, cumprimentando V. Exª por ter aceitado esse grande desafio, com essa relatoria.

Muito obrigada.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora.

Quero agradecer ao Presidente Cyro Miranda, em primeiro lugar, pela honra que me conferiu de ser o Relator e pela confiança que demonstrou em assumir compromissos de prazo, exigindo celeridade na apresentação deste relatório. Vi poucas vezes um Presidente de Comissão se dedicar tanto, se interessar tanto como Cyro Miranda se dedicou, se interessou pelo Plano Nacional de Educação, adotando todas as providências burocráticas para agilização, possibilitando, num tempo recorde, a realização de sete audiências públicas, ouvindo 35 especialistas dos mais diversos setores representativos do sistema educacional público e privado do nosso País.

Quero agradecer à sua assessoria, mas vamos deixar os agradecimentos para a parte final.

Certamente, estamos debatendo o assunto mais importante do momento no País, ou no Congresso Nacional. Este deveria ser o debate mais importante do momento no Congresso. Espero que, ao final, possamos legar ao País um documento construtivo, capaz de superar os gargalos existentes na educação nacional e promover avanços de qualidade.

A primeira dificuldade, sem dúvida, é conquistar credibilidade. Afirmar com convencimento que não se trata de um plano de ideias que ficará no papel para deleite dos especialistas e estudiosos ou para enfeitar bibliotecas públicas nas universidades e nas escolas do País. Será um documento com legalidade, exigindo o cumprimento das metas estabelecidas. Por essa razão, nós enfatizamos e procuramos registrar no texto a importância de uma lei de responsabilidade educacional. Antecipamos, inclusive, já no conteúdo da proposta, dispositivos que caminham na direção da responsabilização, como, por exemplo, considerando crime de responsabilidade o não cumprimento das metas estabelecidas para a aplicação de recursos públicos em educação, a que estariam sujeitos os agentes públicos desrespeitadores da meta.

Enfim, buscamos dar celeridade porque houve um compromisso do Presidente Cyro Miranda.

Certamente, Senador Cristovam, ainda poderemos debater mais. Quando o debate ficou interessante, chegou ao final, com a realização da última audiência pública, que foi objetiva, elucidativa e que apresentou

sugestões práticas importantes para elaboração da proposta final.

Nós recebemos no dia 30 de setembro; iniciamos as audiências públicas em outubro – como eu disse, realizamos sete, com 35 depoentes –; e estamos apresentando hoje o relatório, portanto, contrastando com o período de espera na Câmara dos Deputados, que foi de dezembro de 2010 a outubro de 2012, e, nas Comissões do Senado Federal que antecederam a nossa, de outubro de 2012 a setembro de 2013. Certamente nenhuma das Comissões realizaram as audiências públicas e ouviram tantos especialistas, como fizemos na Comissão de Educação, que é a Comissão competente para a questão de mérito.

Apesar das críticas consistentes ao processo de elaboração do plano, partimos do caminho já percorrido e legitimado pelos atores sociais e pelo Poder Legislativo para buscar construir texto que possa angariar consenso e deitar as bases para a expansão e a melhoria da qualidade de educação.

Buscamos concluir como um documento, uma carta da educação, a exemplo do que disse Ulysses Guimarães, parafraseando-o: essa é a carta da educação e da cidadania já que, sem dúvida, estabelece normas fundamentais para o futuro do País.

Portanto, não se trata de um estatuto do Governo; trata-se de um estatuto do Estado. Não estamos apresentando uma proposta para o País em nome de um Governo, mas em nome do Estado, até porque não sabemos quem governará este País a partir de 2015.

Duas linhas mestras para o substitutivo: primeiro, recuperar pontos aprovados na Câmara, que haviam sido modificados pela CAE e pela CCJ; segundo, inovar e aperfeiçoar o texto, a partir de sugestões apresentadas nas audiências públicas, principalmente no que se refere à responsabilização e efetividade do plano.

Foram apresentadas 48 emendas nesta Comissão, muitas das quais buscaram recuperar os avanços obtidos na deliberação sobre o plano na Câmara dos Deputados, que sofreram modificações nas emendas substitutivas aprovadas pela CAE e pela CCJ.

Consideramos as Emendas nºs 3 a 23, do Senador Randolfe Rodrigues; Emenda nº 24, do Senador Benedito de Lira; Emendas nºs 25 e 29, do Senador Paulo Paim; Emenda nº 30, do Senador Paulo Bauer; Emendas nºs 31 a 45, do Senador Inácio Arruda; Emendas nºs 46 a 51, do Senador Cyro Miranda; de 42 emendas rejeitamos apenas 14 delas, até porque algumas já constavam do texto que recebemos.

Cientes da necessidade de aprovar o novo plano com celeridade, partimos do caminho já percorrido, como disse, e na linha da retomada de aspectos aprovados na Câmara, suprimidos pelas Comissões que antecederam a Comissão de Educação, propomos: expressa previsão de que as Conferências Nacionais de Educação sejam antecedidas por Conferências Estaduais e Municipais, articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação, objeto do art. 6º do projeto. Com isso, aprovamos integralmente as Emendas nºs 32 e 36.

Resumidamente, já estou fazendo referência às emendas aprovadas.

Reinserção do prazo de um ano para que Estados e Municípios elaborem respectivos Planos Estaduais e Municipais de Educação, de que trata o art. 8º. Desse modo, aprovamos integralmente as Emendas nºs 19, 33 e 47. Sem prazo estabelecido, certamente isso se torna uma farsa.

Reinclusão do prazo de dois anos no art. 9º, para que os entes federados disciplinem a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, acatando integralmente as Emendas nºs 20 e 34.

Reinserção do prazo de dois anos para que o Poder Público institua em lei específica o Sistema Nacional de educação, art. 13 do projeto, aprovando assim a Emenda nº 21.

Esses aspectos haviam sido suprimidos pela CCJ. Não obstante temos a materialização do plano diante de estrutura de gestão descentralizada da educação no País, estabelecida na Constituição Federal, requer instrumentos eficazes de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal (DF) e Municípios, com base em medidas concretas da competência dos distintos entes federados. A desconsideração dos prazos para que essas medidas se efetivem coloca em risco a própria execução do Plano Nacional, entendido como plano de Estado, e não de governo. Nesse caso, a noção de federalismo que se impõe é a da construção articulada e qualificada da oferta educacional, sob a coordenação da União, sem submissão hierárquica dos demais entes que compõem a Federação.

Com o mesmo condão, propomos modificar o art. 12 do PLC, relativo ao prazo para que se inicie a deliberação do projeto de PNE que sucederá o que ora discutimos, também modificado pela CCJ. De fato, não haveria como o Congresso Nacional impor ao Executivo responsabilidade que lhe é própria, sob o risco de violar o princípio constitucional da independência dos Poderes. Entretanto, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), é patente a competência da União para elaborar o Plano Nacional de Educação. Daí a redação que propomos para esse dispositivo, recuperando também a previsão de que o projeto de lei do novo plano inclua diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o decênio subse-

quente. Assim, aprovamos parcialmente as Emendas nºs 30 e 35.

Nas metas e estratégias, recuperamos outros pontos importantes do projeto original. Nas Metas 11 e 12, que tratam da expansão das matrículas da educação profissional e da educação superior, respectivamente, retomamos a previsão de que 50% das novas vagas sejam criadas no segmento público, no primeiro caso, e 40%, no segundo. Dessa forma, aprovamos integralmente as Emendas nºs 13, 14, 37 e 38.

Além disso, no *caput* da Meta 11, aprovamos também a Emenda nº 9, incorporando a ideia de que a expansão das matrículas da educação profissional técnica priorize a forma integrada ao ensino médio. Rejeitamos, contudo, a Emenda nº 12, que estabelece percentuais de expansão para as redes públicas estaduais, por julgarmos que o processo de expansão das matrículas da modalidade é devidamente balizado pela fixação de percentual para o segmento público como um todo.

Outra mudança sensível que resgata o teor do PNE aprovado pela Câmara, refere-se à Meta 20 e aos dispositivos do art. 5º do PLC relativos à definição do investimento público em educação. Foi praticamente consensual o entendimento nas audiências públicas de que o investimento educacional público só pode ter como destinatário principal o setor público. Daí a importância de que o *caput* da Meta 20 e o §3º do art. 5º do projeto, que tratam da ampliação desse investimento, inclusive com previsão de meta intermediária, refiram-se de modo explícito à educação pública, nos termos das Emendas nºs 4, 39 e 46, integralmente acolhidas. A Emenda nº 17, que também versa sobre o tema, é parcialmente aprovada, pois deixamos de incorporar no substitutivo a previsão de subvinculações para a educação básica e a educação superior, por ensejarem o risco de engessar o financiamento.

Todavia, julgamos – e esse também foi o entendimento que se cristalizou nas audiências públicas... Quero fazer aqui um parêntesis. Muitos não gostam e não comparecem às audiências públicas, há constrangimentos em algumas oportunidades de plenário vazio, mas neste caso do Plano Nacional da Educação elas foram extremamente construtivas. É preciso que se faça esse registro e, por isso, agradecemos a presença dos Senadores que prestigiaram de forma muito eficaz essas audiências públicas e também dos nossos visitantes.

Não podemos desconsiderar a importância dos investimentos feitos ao abrigo do art. 213 da Constituição, que se destinam especialmente à educação infantil e à educação especial.

Tampouco podem ser desprezados no contexto atual da urgência para a expansão da escolarização da população e da relevância das parcerias com o setor privado os investimentos feitos em iniciativas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), sem contar os programas de bolsas de estudo, incluindo o Ciência sem Fronteiras.

Dessa maneira, alteramos a redação do §5º do art. 5º e incluímos novo §6º, para admitir no cômputo do investimento público em educação: a) as despesas abrigadas pelo art. 213 da Carta; e, b) em caráter excepcional, limitados à vigência deste Plano e restritos à estrita previsão legal, os dispêndios com os referidos programas. Essas modificações resultam, forçosamente, na rejeição da Emenda nº 5.

É evidente, esses programas são bem avaliados. Esses programas são aplaudidos. Eles são bem-sucedidos. Se nós retirarmos os recursos, nós vamos sepultá-los. Nós estamos fixando o prazo excepcional, vigência durante esse plano, e também estabelecemos o limite, não pode ser superior ao atual limite de financiamento desses programas. Portanto, o que está fixado na proposta veda a ampliação de recursos para esses setores e esses programas.

Ainda sobre o financiamento, recuperamos as estratégias relacionadas à implementação do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e Custo Aluno Qualidade (CAQ), inclusive no que se refere à previsão de complementação federal para os entes federados que não conseguirem atingi-los. Essas estratégias, renumeradas como 20.7-20.10 no substitutivo, constituem, a nosso ver, a espinha dorsal desse plano. Adotamos, por incorporar oportuna referência a dispositivos da LDB e à participação da sociedade civil, a redação sugerida pelas Emendas nºs 18 e 40, sendo integralmente aprovadas também as Emendas nºs 3 e 48.

No *caput* da Meta 15, finalmente, recuperamos a intenção do PLC original de que a formação inicial docente a ser consagrada na meta se dê em nível superior, na respectiva área de atuação. Assim, acatamos parcialmente a Emenda nº 16.

Além da retomada do texto original – já estou terminando –, outra linha mestra que inspira nosso substitutivo deriva de uma das principais sugestões levantadas nas audiências públicas: a necessidade de contar com mecanismos mais imediatos e eficazes de responsabilização, para garantir o efetivo cumprimento das metas do PNE. Com esse fito, introduzimos inovações para o fortalecimento dos mecanismos de monitoramento, governança e *accountability* do plano, sem perder de vista a perspectiva de que avance

o processo de discussão da Lei de Responsabilidade Educacional, ora em curso na Câmara dos Deputados. Nesse sentido, destacamos as seguintes modificações: indicação das fontes...

Esses itens que cito agora estão na linha da responsabilidade fiscal, já antecipando o que pode ocorrer de proposta definitiva para a responsabilidade educacional no País. Portanto já são dispositivos que caminham na direção da responsabilidade educacional.

– indicação das fontes dos dados para monitoramento da Meta 20, conforme redação dada ao art. 4º do PLC;

– previsão de que os estudos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para aferir a evolução das metas do plano, tenham informações organizadas por ente federado e consolidadas nacionalmente, consoante o §2º do art. 5º;

– envolvimento dos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do DF e dos Municípios no acompanhamento da meta de ampliação do investimento público em educação, nos termos do novo §8º incluído no art. 5º – portanto, estamos colocando os tribunais de contas;

– inclusão de prestação de contas sobre a evolução das metas na mensagem anual do Presidente da República ao Congresso Nacional, conforme o novo §9º do art. 5º – mensagem do Presidente destacando a importância do plano;

– fortalecimento dos mecanismos locais para o monitoramento dos planos estaduais e municipais, com a previsão de notificação aos fóruns e conselhos de educação, além do Poder Legislativo e do Ministério Público, segundo a redação dada ao §3º do art. 7º – evocamos aí o Ministério Público;

– reforço das instâncias interfederativas de pactuação e cooperação, com maior detalhamento das atribuições da instância de caráter nacional (conforme o §5º do art. 7º) e previsão de instâncias desse tipo em cada Estado (nos termos do novo §6º incluído no art. 7º);

– condicionamento da assistência financeira federal na forma de transferência voluntária para os entes federados que elaborem seus respectivos planos de educação no prazo previsto, sem prejuízo de outros critérios ou requisitos previstos em lei (novo §3º do art. 8º) – portanto aí há o condicionamento para o repasse dos recursos;

– imputação – este é o ponto de maior severidade – de crime de responsabilidade à autoridade competente nos casos de não execução da programação orçamentária da educação, de modo compatível com a consecução das metas do plano e dos planos estaduais e municipais, salvo se autorizada pelo respectivo Poder Legislativo, mediante justificação pormenorizada (nos termos do parágrafo único acrescido ao art. 10) – portanto, crime de responsabilidade se não houver justificativa competente;

– previsão de que a responsabilização dos gestores da União, dos Estados, do DF e dos Municípios pela consecução das metas e estratégias do plano integre a Lei do Sistema Nacional de Educação, prevista no art. 13 do PLC, associada à retomada do prazo de um ano que constava da estratégia de aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional, o que reforça a perspectiva de que o tema seja transformado em lei, em uma ou outra forma, ou no sistema ou através de projeto em tramitação na Câmara dos Deputados. O que importa é, em um ano, a responsabilidade de apresentação do Plano de Responsabilidade Educacional. Com isso, ficam parcialmente aprovadas as Emendas nºs 41 e 51.

Na sequência, apresentamos outras inovações do substitutivo, motivadas pelas contribuições das audiências públicas.

Em primeiro lugar, no que se refere ao reforço do caixa da educação, tão necessário para que se alcance a meta dos 10% do Produto Interno Bruto para o setor, inspiramo-nos em proposta de autoria do Senador Ricardo Ferraço, consubstanciada no Projeto de Lei 280. Trata-se da inclusão, no §7º do art. 5º do PLC, da previsão de que 50% dos bônus de assinaturas dos contratos de partilha para a produção de petróleo e gás natural na área do pré-sal sejam destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Se essa medida já estivesse em vigor, o leilão de Libra teria proporcionado R$7,5 bilhões adicionais para a educação brasileira.

Também sob o prisma financeiro, encampamos alterações na Meta 20. Incluímos estratégia (20.4) para retomar propostas que haviam sido aprovadas na Câmara e na CAE relativas à destinação à educação de parcela das compensações financeiras decorrentes da exploração mineral e da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. Com isso, fica parcialmente aprovada a Emenda 44. Já a Emenda 42, relacionada ao Imposto sobre Grandes Fortunas, dependemos de aprovação em lei complementar, razão pela qual deixamos de acatá-la no plano.

Formulamos, ainda, duas novas estratégias para o financiamento: definir critérios para a distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação durante a vigência do plano, ancorados na equalização de oportunidades educacionais e considerações sobre a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão dos sistemas de ensino mediante pactuação na instância interfederativa a ser criada (20.14) e aprovar, no prazo de um ano, lei específica, para definir participação mínima dos entes federados

no incremento de verbas para o alcance da meta de ampliação progressiva do investimento público em educação pública (20.2)

Bem, pergunta-se constantemente: 10% do PIB para a educação, mas de onde? Da União, do Estado ou do Município? Qual o percentual de cada ente? Qual o percentual do Município? Qual o percentual do Estado e da União? Por isso estamos estabelecendo aqui o prazo de um ano para o Executivo apresentar sua proposta.

Além da Meta 20, incluímos no *caput* a previsão de mecanismos de gestão e critérios de repartição que visem a combater a ineficiência e as desigualdades educacionais e demos nova redação à estratégia relativa à prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb.

No que se refere à Meta 4, que trata dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, propomos significativa reformulação tanto no *caput* quanto nas estratégias.

Nosso propósito é refletir o entendimento esposado pela maioria dos participantes da audiência pública sobre o tema, que consagrou a visão de que o sistema educacional deve ser inclusivo, mas que a educação especial oferecida em escolas e serviços especializados precisa ser preservada. "Uma escola não exclui a outra" foi o resumo do consenso obtido, e é nesse sentido que modificamos o conteúdo da meta.

Assim, além das mudanças promovidas no *caput*, aperfeiçoamos a maioria das estratégias da Meta 4, com o fim de: fomentar o atendimento escolar das crianças com deficiência em idade de creche, tendo em vista a importância da estimulação precoce para esse grupo; assegurar que as famílias e as pessoas com deficiência sejam ouvidas no processo de definição sobre o atendimento educacional especializado; garantir as especificidades da educação bilíngue em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para os surdos; explicitar a vedação à recusa de matrícula de alunos com deficiência no ensino regular sob alegações de deficiência – portanto, fica impositivamente proibida a recusa de matrículas no ensino regular daqueles que desejam a inclusão educacional. Esse item, esse dispositivo assegura a inclusão. Ele é eficaz, efetivo; não deixa margem a dúvidas quanto ao propósito da inclusão. Ele elimina a hipótese da mistificação e da encenação. Não há escola regular em que seja permitido recusar a matrícula de um aluno especial.

Portanto, estamos valorizando o ensino especial e estimulando a inclusão educacional no texto proposto.

Promover a articulação intersetorial de órgãos e políticas públicas de saúde, a assistência social e os direitos humanos com as famílias, para desenvolver modelos de atendimento aos alunos que já ultrapassaram a idade de escolarização obrigatória. Também consideramos as especificidades da educação bilíngue em Libras, em diversas estratégias ao longo do Plano Nacional de Educação.

Diante dessas alterações, foram parcialmente acatadas as Emendas nº 28, 45 e 50 e integralmente acolhida a Emenda nº 24.

Discorremos agora sobre outras mudanças propostas.

Na Meta 1, relativa à educação infantil, inserimos nova estratégia, para prever formas alternativas e diversificadas no atendimento de crianças de zero a três anos para além do modelo de creche estatal de médio e grande porte (estratégia 1.17). Deixamos de acolher as Emendas nºs 6, 7 e 8 por julgarmos que as demais estratégias já se encontram adequadamente dimensionadas para o crescimento das matrículas na educação infantil.

Nas Metas 2 e 3, relativas aos ensinos fundamental e médio, destacamos a previsão de pactuação interfederativa para o desenvolvimento e implantação de uma base nacional comum dos currículos, a partir dos direitos e objetivos de aprendizagem dos alunos (estratégias 2.1, 2.2, 3.2 e 3.3). Na Meta 2, incluímos estratégia voltada para o desenvolvimento de atividades esportivas nas escolas, pois ela não constava. Rejeitamos, contudo, a Emenda nº 23, uma vez que a estratégia 7.13 já dispõe sobre transporte escolar e, com a implantação do CAQ, como proposto, esse tema está equacionado.

Na Meta 5, trazemos mais ousadia ao PNE ao prever que o marco do processo de alfabetização passe a ser os 7 anos de idade ou o 2º ano do ensino fundamental, a partir do segundo ano de vigência do plano; e os 6 anos de idade ou o 1º ano do ensino fundamental, a partir do quinto ano de vigência. Rejeitamos, portanto, as Emendas nºs 11 e 29, que versam sobre o tema.

Na Meta 6, associamos ousadia à equidade ao determinar a oferta de educação integral para os alunos ao final do decênio, com ampliação de espaços e conteúdos de aprendizagem, em uma perspectiva mais abrangente que a do tempo integral. Adicionalmente, propomos nova estratégia (6.9) destinada a adotar medidas voltadas para otimizar o tempo de permanência dos alunos nas escolas, dedicado ao efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

Na Meta 7, reafirmamos a amplitude do conceito de qualidade da educação, que não se resume ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, além de prevermos estratégia emergencial de combate às desigualdades educacionais, voltada à identificação, a cada dois anos, dos 250 Municípios em pior situação, onde devem se concentrar os esforços de assistência técnica e financeira da União e as parcerias com a sociedade civil – os 250 Municípios em pior situação.

Na mesma meta, a mais extensa, pois aborda o amplo tema da qualidade da educação, destacamos: inclusão do apoio ao uso dos resultados das avaliações pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas; previsão de transporte escolar para os alunos do campo adaptado aos contextos locais, assegurada padronização visual; consideração de modelos alternativos para atender a alunos das áreas rurais a partir de boas práticas relacionadas à multisseriação e à pedagogia da alternância; inclusão de estratégia específica para o ensino de matemática, reconhecidamente a área de desempenho mais crítico dos alunos. Acolhemos, ainda, a Emenda nº 49, que enriquece os currículos com o ensino do empreendedorismo (estratégia 7.40).

Na Meta 9, acolhemos parcialmente a Emenda nº 27, que introduz temas relacionados aos direitos e interesses da população idosa na educação.

Na Meta 12, inserimos estratégia voltada à garantia de padrão de qualidade na educação superior à distância, associada ao acesso ao financiamento estudantil para os alunos dessa modalidade. Também acrescentamos cautela à substituição da primeira fase do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que deve ser devidamente estudada antes de implementada. Deixamos de acolher, contudo, a Emenda nº 15, uma vez que a atual redação da estratégia 12.5 já prevê a ampliação das políticas de assistência estudantil, e a vinculação dos orçamentos das universidades a essa área não se coaduna com a autonomia dessas instituições.

Na Meta 15, valorizamos a ideia de itinerário formativo para a formação docente, tendo como ponto de partida o curso Normal, mas sem abrir mão da formação em nível superior (15.13). Também incluímos a perspectiva de articular a reforma curricular da formação docente à base nacional dos currículos da educação básica (15.6). Formulamos, ainda, novas estratégias para estimular a expansão da oferta de formação inicial de professores em cursos diurnos, com o suporte de bolsas de estudo e a dedicação integral dos alunos (15.14) e para prever formato específico para a formação de docentes para a educação profissional, que valorize a experiência prática (15.15).

Na Meta 17, incluímos estratégia para promover estudos para compatibilizar – é uma reivindicação dos prefeitos do Brasil – a Lei de Responsabilidade Fiscal com a valorização salarial docente e as metas de expansão da oferta escolar (17.5). A importância desse tema é premente, diante das dificuldades enfrentadas pelos entes federados no cumprimento da Lei do Piso do magistério público. Ainda nessa meta, acolhemos integralmente a Emenda nº 10, combinando a assistência financeira da União para Estados e Municípios ao cumprimento do piso salarial docente.

Por fim, como alteração de destaque, além de diversos aperfeiçoamentos redacionais promovidos ao longo do texto, mencionamos o detalhamento do fortalecimento institucional dos conselhos de acompanhamento de políticas educacionais, na estratégia 19.2.

Quanto à Emenda nº 22, deixamos de acolhê-la, pois o tema da regulamentação da oferta de ensino pela iniciativa privada já é objeto da estratégia 7.38 e vem sendo tratado, especificamente, no âmbito do ensino superior, mediante o projeto de lei que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (Insaes).

As Emendas nºs 25 e 26, por sua vez, não foram acolhidas por julgarmos descabido destacar o segmento da população idosa no plano, em detrimento dos demais grupos etários. Não obstante, modificamos o inciso III do art. 2º do projeto, cuja alteração era proposta pela Emenda nº 25. Com a mudança, pretendemos que a diretriz de superação das desigualdades educacionais seja formulada de forma mais abrangente.

Finalmente, a Emenda nº 43 trata de matéria estranha ao plano; por isso, somos pela sua rejeição.

Com as alterações propostas, julgamos que o Plano Nacional de Educação deve ser acolhido por esta Comissão, que cumpre, assim, seu dever e compromisso de contribuir com a educação brasileira, com a celeridade requerida – e exigida pelo meu Presidente –, para que o ano de 2014 marque o início de sua vigência.

Em face do exposto, votamos pela rejeição das emendas já citadas – não há necessidade de repetir –, nos termos do substitutivo que apresentamos.

Destaco que as alterações que propusemos estão em negrito para facilitar a avaliação dos Srs. Senadores.

Só me resta agradecer, mais uma vez, a colaboração de todos os colegas, que foi fundamental para os avanços promovidos neste plano, e, em especial, os consultores do Senado que demonstram competência ímpar, que nós podemos atestar a cada proposta por eles analisada. Agradeço, neste caso, a Tatiana Britto,

Edmar Queiroz e ao Fernando Mariano, que também impuseram celeridade para que pudéssemos atender ao nosso Presidente e cumprir o compromisso assumido com o Congresso Nacional de apresentarmos esta proposta antes que novembro acabasse para que, em 2014, possamos ter em vigor este Plano Nacional de Educação.

Espero que a consciência da maioria dos Parlamentares nos permita promover esses avanços e que uma lei de responsabilidade educacional possa exigir o cumprimento dessas metas, determinando um salto de qualidade exuberante na educação do Brasil.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias, nós tínhamos certeza, quando esta Comissão fez a escolha para que a relatoria fosse feita por V. Exª, de que o final seria este: um relatório equilibrado, um relatório justo, um relatório que melhorou – e muito – o que nós vimos no início.

Esta sua habilidade, seu conhecimento e sua vivência pública, como Governador, que viveu de perto os problemas de educação do grande Estado do Paraná, que é um exemplo e melhorou, e muito, hoje desaguaram num plano equilibrado.

Da nossa parte, os agradecimentos muito grandes e profundos desta Comissão a V. Exª. Ficamos extremamente contentes e orgulhosos de V. Exª.

Também quero fazer um agradecimento a todos os que participaram desta Comissão, principalmente à minha Vice-Presidente, Ana Amélia, que presidiu inúmeras audiências públicas. A sua colaboração foi fundamental. Também conhecedora do assunto e sempre atenta, V. Exª colaborou, e muito, para o sucesso a que chegamos hoje. Senadora Ana Amélia, em nome de todos os Senadores desta Comissão, nosso muito obrigado.

Também agradeço a toda essa equipe, na pessoa do Júlio e da Adriana, que estiveram aqui permanentemente alinhados para que os nossos convidados tivessem sempre a certeza de que seriam ouvidos no momento certo.

Agradeço também à equipe do meu gabinete, que se dedicou diuturnamente a esse projeto.

Concedo a palavra, com muito prazer, primeiro, à Senadora e Vice-Presidente desta Comissão, Ana Amélia; em seguida, ao Senador Randolfe; e, depois, ao Senador Cristovam.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Cyro Miranda, eu queria cumprimentar o belíssimo trabalho do Senador Alvaro Dias, que engrandece não apenas a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, mas também o Senado Federal.

Destaco o aperfeiçoamento do texto lido por V. Exª agora, inclusive na Meta 4, que provocou, eu diria, o maior volume de manifestações, a maior mobilização na Comissão, e, num regime democrático, o acolhimento de V. Exª, com equilíbrio, de todas as demandas. A Meta 4 é inclusiva sim; ela é inclusiva.

E eu queria aqui registrar a presença, numa das audiências públicas, do ex-Senador, nosso colega, Flávio Arns, que representou o Conselho Nacional dos Secretários de Educação, uma pessoa dedicada, ao longo da vida, à educação especial. Após o relatório dele naquele dia em que eu estava aqui presente, com vários outros Senadores, com a serenidade que caracteriza Flávio Arns, com sua forma de argumentação muito consistente, muito firme, eu, que realmente não tinha nenhuma dúvida a respeito da necessidade daquela aprovação, convenci-me ainda mais da sua assertiva.

Então, eu queria, nesse registro, em nome do Senador Flávio Arns, ressaltar todos aqueles que vieram aqui dar uma belíssima contribuição ao trabalho do nosso Relator, Senador Alvaro Dias.

Como ele, também quero agradecer aos demais Senadores, na condição de Vice-Presidente. Todos os Senadores colaboraram numa etapa relevante.

Essa matéria é a matéria do ano legislativo de 2013 da Comissão de Educação e, evidentemente, do Congresso Nacional e, em particular, do Senado Federal. Eu penso que foi coroado de pleno êxito o trabalho do Senador Alvaro. Parabéns!

Também me associo, Senador Cyro, a todas as referências à equipe técnica, à assessoria legislativa do Senado Federal, que é de altíssima competência. Quero também agradecer à assessoria desta Comissão, liderada pelo Júlio Linhares, a todos os Senadores e aos seus gabinetes. Agradeço à minha cara Barbara Salles, que me acompanha aqui, assessora do meu gabinete. Foi um trabalho realmente de conjunto. E aí o valor é maior, porque é um trabalho coletivo.

Então, parabéns, Senador Alvaro!

É claro que o meu voto é francamente favorável a V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Senador Cyro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Eu não poderia deixar de agradecer à sua equipe – Júlio, Adriana e todos os integrantes da sua equipe – e também ao meu gabinete, tendo à frente o Chefe de Gabinete, Paulo Kepler. Agradeço ainda aos assesso-

res voluntários externos que colaboraram, como o meu suplente Wilson Matos; o meu próprio irmão, José Dias Sobrinho, da Unicamp; e, na área das APAEs, o Flávio Arns, Enfim, contamos com colaboradores especiais para que pudéssemos chegar a esse texto.

Como o Senador Inácio Arruda repetia sempre, esse é um texto elaborado não a quatro mãos, mas a muitas mãos. Por isso, nós entendemos ser um texto de avanço.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, eu também nomino a nossa assessora Vivian, que teve o trabalho de coordenar justamente com os coordenadores e todos os Senadores.

A Mesa acaba de receber 11 emendas de autoria do Senador Cássio Cunha Lima ao Plano Nacional de Educação. As emendas serão encaminhadas ao gabinete do Relator, Senador Alvaro Dias, para sua apreciação, assim como nesse período dessa semana, as outras emendas também serão acolhidas pelo Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Pois não, Presidente. As emendas que chegarem em tempo serão avaliadas e nós ofereceremos o parecer na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, estar na História e entrar para a História, não é uma tarefa simples. Existem várias formas de entrar para a História. Por exemplo, hoje nós teremos uma sessão do Congresso Nacional em que pretendemos seja apreciado um projeto de resolução de minha autoria que procura reabilitar o Presidente João Goulart. V. Exª foi um dos primeiros a assinar esse projeto de resolução, que anula aquela triste sessão da madrugada de 1º para 2 de abril de 1964.

Cinquenta anos depois, é feita justiça ao Presidente João Goulart. Há 50 anos, o Presidente João Goulart era injustiçado pela História. Cinquenta anos depois, os que o golpearam estão passando pela porta dos fundos da História e o Presidente João Goulart está sendo reabilitado.

Faço esse paralelo, Senador Alvaro Dias, porque, no dia de hoje, eu não vou exagerar em dizer que V. Exª está entrando pela porta da frente da História da educação brasileira. Isso porque, Senador, depois desse Plano Nacional da Educação ter tido enormes retrocessos na Câmara dos Deputados, depois que importantes conquistas da sociedade civil brasileira foram arrancadas nos relatórios vindos, provenientes da Câmara dos Deputados, V. Exª retoma enormes conquistas no relatório que acaba de apresentar aqui na Comissão de Educação.

Eu faço questão de destacar esse ponto. V. Exª retoma isso, inclusive em um curto espaço de tempo. Faço questão, Senador Alvaro Dias de prestar esse testemunho porque estive com V. Exª logo que V. Exª foi designado relator. Estive com V. Exª acompanhado do Prof. Luiz Araújo, dirigente do Inep na gestão do Ministro Cristovam Buarque, que tenho a honra de ter no meu gabinete, uma das pessoas que o Ministro Cristovam conhece muito bem e que mais conhece a área de educação no País. Debati muito com Luiz, com o senhor e com sua assessoria sobre o PNE. E, em especial, faço questão de registrar: mais o Luiz até do que eu tem acompanhado o trâmite, com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, do PNE.

Faço questão de destacar no que avançou o relatório que V. Exª aqui apresenta. Primeiro, V. Exª traz um avanço substancial nos estudos de monitoramento do PNE, apresentando dados desagregados por ente federado.

Senador Alvaro Dias, isso é fundamental para, no futuro, o PNE ser um instrumento de avaliação e de responsabilização sobre cada um dos entes da Federação, para nós não termos a desagregação que é hoje. A União é a que mais arrecada e a que menos se responsabiliza com a educação. E V. Exª retoma isso nesse calhamaço do relatório que V. Exª hoje apresenta.

Segundo, algo fundamental: V. Exª retoma a palavra "pública", que tinha sido esquecida nos relatórios anteriores, no §3º do art. 5º.

E não adianta falar em Plano Nacional da Educação e em metas se não se diz de onde vai sair o dinheiro. V. Exª retoma duas fontes de financiamento para a educação, são inseridas duas fontes de financiamento para a educação: parcela da participação no resultado da compensação financeira pela exploração do petróleo e gás natural e 50% dos bônus de assinatura definidos nos contratos de partilha de produção de petróleo e gás natural.

Também V. Exª traz algo fundamental que foi destacado aqui: a evolução dos gastos, ou melhor, do financiamento, do investimento – é melhor esse termo – em educação constará do relatório do Tribunal de Contas, da mensagem anual da Presidência da República. E isso, Senador Cristovam, tem uma importância fundamental, V. Exª que aqui sempre lembra a figura de Darcy Ribeiro, que acho que foi o último Senador que também empunhou a bandeira da educação. Isso traz a pauta da educação para a mensagem presidencial todo ano. Passa a ser uma obrigação a evolução dos investimentos em educação na mensagem presidencial e nos relatórios do Tribunal de Contas.

V. Exª, no relatório, também no §6º do art. 7º, cria uma instância de pactuação federativa: passa a ser ordinário, passamos a ter uma instância em que os entes da federação, frequentemente, têm de estabelecer o seu compromisso com a educação brasileira. E isso é fundamental para acabar com esse jogo de empurra com a educação. E isso, Senador Cristovam, dialoga com a pauta que V. Exª empunha, melhor dizendo, aqui, que é pauta da federalização da educação. Havendo aqui uma instância de pactuação federativa, uma pauta e uma bandeira como a liderada por V. Exª, que é a bandeira da federalização da educação, pode muito bem ser aqui alicerçada.

Estabelece-se um prazo de um ano para a elaboração de planos estaduais e municipais. Ou seja, o Plano Nacional da Educação deixa de ser algo estanque, de dez em dez anos haverá plano nacional de educação. Como de dez em dez anos? A educação tem de ser algo dialético, presente, continuado, avaliado de instante a instante por Municípios e por Estados, e isso é estabelecido por V. Exª.

V. Exª retoma algo que havia sido perdido anteriormente. Parece-me que, antes, nos relatórios anteriores, o PNE era tratado como um encargo: "Vamos resolver logo o PNE, vamos votá-lo, vamos empurrar logo isso daqui, vamos resolver para, quem sabe, daqui a dez anos venha um PNE de novo. E aí a gente se vê livre desse encargo." V. Exª retoma um prazo para envio de novo PNE para a União. Esse quesito é importante: estabelecimento de prazo para novo PNE, porque esse quesito havia sido suprimido pelo relatório da CCJ. Plano de Educação, responsabilização da União sobre Plano de Educação tem de ser definido, determinado, amarrado. Nós temos de avaliar se as metas... A meta não pode ser algo solto no ar. Já se sabe que, sem determinar meta por meta, ficará sem ser cumprida. Meta tem de ser algo estabelecido e concreto e responsabilizado se não for cumprido. É preciso que se tenha um prazo para ser cumprida, avaliada se não for cumprida, e se responsabilizar a União se não for cumprida. Isso foi esquecido no relatório da CCJ, e V. Exª aqui estabelece isso e estabelece alguns compromissos fundamentais. Um deles – e que eu destaco – é retornar com a obrigação de 50% de matrículas públicas na expansão do ensino profissionalizante. Isso é fundamental, esses 50% de matrículas públicas, porque no relatório anterior estavam 50% de matrículas gratuitas. Gratuita significa abrir espaço para o ensino privado. E o que nós queremos é o investimento na educação pública.

Nós, Senador Alvaro Dias, eu, V. Exª e a maior parte do povo brasileiro, nós viemos da escola pública, e é na escola pública que nós temos que investir. Essa história de abrir mecanismos para o financiamento da educação privada é algo que nós não podemos permitir no Plano Nacional de Educação. O Plano Nacional de Educação tem que dizer alto e claro: verba pública é para a educação pública.

Nada contra o ensino privado. Mas o ensino privado que encontre os seus meios de financiamento. O recurso público tem que ir é para a educação pública, e isto é retomado por V. Exª quando diz que 50% das matrículas têm que ser na expansão do ensino profissionalizante, têm que ser para a educação pública. Nada mais justo.

Não vamos deixar mecanismos, artimanhas gratuitas. Como assim – permitam-me o termo –, cara pálida, gratuita? Cinquenta por cento para a educação pública. É para ela que deve ir recurso público. Vamos deixar de artimanhas para beneficiar a educação privada. Repito, não tenho nada contra ela. Mas ela não pode crescer à custa do recurso público.

V. Exª retorna com a obrigação de 40% de matrículas públicas na expansão do ensino superior. Isto é fundamental.

Eu falei de João Goulart aqui. Eu estava lendo, Senador Cristovam, este final de semana, um discurso atualíssimo, que poderia ter sido feito por V. Exª ou por mim agora: é o discurso de João Goulart em 13 de março de 1964. É o discurso das reformas de base, feito na Central do Brasil pelo Presidente João Goulart. Nesse discurso, o Presidente João Goulart apresentava uma série de reformas. Em uma delas, ele instituiu o voto aos analfabetos, que foi cassado pelo golpe de 1º de abril e só foi retomado com a Constituição de 88. Veja um dos males do golpe.

Outra das reformas que João Goulart propunha naquele discurso era a reforma da universidade pública. Entre as reformas da universidade pública, estava a ampliação de vagas públicas na universidade pública. Veja o quão atual é esse discurso de João Goulart em 13 de março de 1964 e o quão atual é esta pauta ainda no dia de hoje.

Em uma meta fundamental, Senador Alvaro Dias, que o Senador Cristovam tem utilizado em vários discursos dele da tribuna do Senado e que eu tenho acompanhado, V. Exª retoma uma redação mais afirmativa sobre a formação inicial superior para o magistério e estabelece algo fundamental. Eu tenho ouvido que alguns governadores de Estados têm falado agora em não cumprimento do piso salarial, que tem sido uma conquista. Ou seja, ao invés de andarmos para frente, estamos com a síndrome do caranguejo, retrocedemos. E V. Exª estabeleceu aqui uma meta fundamental: cumprir o piso salarial do magistério passa a condicionar repasses federais a Estados e Municípios. Nada mais

fundamental. Município ou Estado que não cumprir o piso salarial do magistério não recebe repasses federais. Fundamental e determinante esta meta aqui estabelecida por V. Exª, que aponta que o Brasil, a Federação, Estados e Municípios têm que caminhar para frente, e não retroceder.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Permite?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – E incluímos também que, na circunstância em que o Município é avaliado como absolutamente incapaz de cumprir o piso salarial, haverá a complementação dos recursos através da União. Isto também está incluído.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – E nada mais justo, porque a União é quem mais arrecada tributos. Então, quem mais arrecada tributos, quem recebe mais... É justiça inclusive tributária e federativa: quem mais recebe é quem mais tem que distribuir; quem menos recebe é quem mais tem que receber. É justiça no Pacto Federativo.

Para concluir, Senador Cyro, Senador Cristovam, Senador Alvaro Dias, V. Exª volta a falar algo que eu pensava que era palavrão: o Custo Aluno Qualidade. Eu pensava que era palavrão porque ninguém tinha falado mais disso. Tanto é que, na audiência que houve aqui com os representantes do Ministério da Educação, eu perguntei a eles: "Algum problema com o Custo Aluno Qualidade?" Eles disseram: "Não, muito pelo contrário." Então, se não há nenhum problema, pode ser incorporado e V. Exª retomou o Custo Aluno Qualidade. É a melhor variável para definir como deve ser tratado o investimento em educação. E é a variável apontada pela sociedade civil. O Custo Aluno Qualidade é o termo retomado por V. Exª para implantar o Plano Nacional de Educação. Antes, ele estava tratado no PNE apenas como estabelecer, e passa a ser tratado como a implantação do Custo Aluno Qualidade.

Então, é óbvio: posso ter algumas divergências em algum aspecto ou outro, mas tenho que destacar que avança muito – não é pouco não – o relatório de V. Exª, Senador Alvaro Dias. Votarei a favor do relatório de V. Exª e com louvor, por me sentir muito contemplado com o relatório aqui apresentado. E faço aqui um diálogo à reflexão com as entidades da sociedade civil: a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a Undime, a CNTE e a Ubes. É o relatório de V. Exª que temos que aprovar aqui. É o relatório de V. Exª que temos que aprovar aqui na Comissão de Educação. É o relatório de V. Exª que temos que levar a Plenário, é o relatório de V. Exª que tem que ser defendido. É o relatório de V. Exª que tem que ser aprovado. Se há um relatório que atende mais à sociedade civil... Obviamente, quanto a um aspecto ou outro talvez tenhamos que apresentar emendas, mas se há um relatório que deve ser votado e levado a Plenário que iremos defender é o relatório de V. Exª.

Aliás, vim do Partido dos Trabalhadores, vim do movimento estudantil, vim das lutas históricas do movimento estudantil e das lutas históricas da educação. Como vim do Partido dos Trabalhadores e como aprendi inclusive no Partido dos Trabalhadores a identidade com as lutas históricas da educação, quero acreditar que é com o relatório de V. Exª que a história do Partido dos Trabalhadores deve se identificar e a ele deve votar favoravelmente na próxima terça-feira, Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador. Fico lisonjeado com as palavras generosas de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com muito prazer concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Alvaro, o Senador Randolfe praticamente esgotou o que eu precisava dizer da minha lista dos avanços do seu projeto.

Não há dúvida de que é um avanço muito grande, inclusive na recuperação do PLS do Senador Ferraço e meu também, somos os dois autores. Eu aproveito para pedir ao Senador Cyro, que é o Relator, se não me engano, que o apressemos aqui. É o PLS 280, que reserva os recursos dos bônus de assinatura e não só dos *royalties*. Acho que é uma das provas de que o Governo não está tão...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador, já está determinado que entre em pauta na próxima semana.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ótimo, o Senador Ricardo Ferraço e eu agradecemos.

Os avanços são imensos e creio que o Senador Randolfe colocou basicamente o que eu imaginava. Só tenho uma crítica a fazer: o senhor foi rápido demais. Não consegui apresentar as minhas emendas por uma série de...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Na relatoria da Lei de Responsabilidade Fiscal eu fui ainda mais rápido, eu fui Relator e para evitar a pressão natural que haveria de prefeitos e governadores, em pouco mais de uma semana apresentei o relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quando eu estava pensando em dar entrada nas minhas emendas – que já estavam prontas, aliás, porque as apresentei na CCJ, apresentei na CAE e ia apresentar também aqui – soube que o relatório estava pronto, fomos atrás ontem e à noite encontramos o relatório. Já dei entrada agora e espero que haja tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o pedido de vista, com certeza.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Graças ao pedido de vista. Se não houvesse o pedido de vista eu não iria dar entrada, não iria atrapalhar nem pedir vista. Mas, já que houve o pedido de vista, já dei entrada e estou à disposição para discutirmos esses pontos.

Claro que vou votar favoravelmente, sobretudo agora, depois de suas mudanças, mas vou deixar claro, e o senhor não podia ir além disso, que ainda é pouco para o que o Brasil precisa na área de educação. Esse plano não fará a revolução de que o Brasil precisa. Esse plano vai melhorar, não vai dar o salto.

Eu não vejo como dar o salto sem sermos explícitos no fato de que educação é tão importante e criança é tão importante que a educação tem que ser nacionalizada, federalizada, responsabilizada na União, não vejo como.

Tudo que está aqui vai melhorar. Por exemplo, o salário de professor. Ainda não vai dar o salto, porque nenhum prefeito, nenhum ex-governador é capaz de dar o salto, nem mesmo recebendo ajuda da União. Porque essa ajuda apenas complementa a pobreza, não tira da pobreza o tratamento do professor.

Lamento que o senhor não tenha adotado a ideia de reduzir a idade de alfabetização.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É, mas pouco. Acho que daria para colocarmos realmente abaixo disso ainda, porque se não fizermos o esforço necessário, não tivermos uma meta ambiciosa, as pessoas terminam...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Senador Cristovam, essa meta já é ambiciosa. É claro que eu tinha uma emenda, inclusive, numa medida provisória, que era mais ousada. Mas ouvi alguns especialistas que recomendaram essa cautela.

O ideal não atingimos. Tentamos atingir o possível.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O problema é que, para mim, especialista e cauteloso são sinônimos. Todo especialista é cauteloso. A gente é que tem que empurrá-los. Arrancar deles o suor para que eles cheguem aonde a gente quer, obviamente sem ilusões, mas dentro de uma ambição. Se Juscelino tivesse ficado preso aos especialistas dele, não teria dado o salto de 50 anos em 5.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Mas na proposta em 5 anos chegaremos aos 6.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Realmente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – É um avanço importante. Começa com 7 e vai chegar aos 6 anos no quinto ano do plano.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou obviamente votar favoravelmente. Acho que é um avanço, mas não é o salto ainda.

Eu me reservo para no dia da votação no plenário eu fazer o meu discurso dizendo como eu gostaria que fosse mais do que um plano, uma proposta de mudar o quadro da educação brasileira ao longo de alguns anos, que são mais de 10. Não dá para chegar no Brasil inteiro em 10 anos, mas dá para revolucionar em 20 anos. Só que eu temo que dois PNEs, um agora de 10 anos, outro de mais 10 anos, a gente não dá o salto, porque vai perder a perspectiva global. A gente precisava de algo mais do que um plano para 20 anos. Mais do que um plano para 20 anos. Já tivemos um Plano Nacional da Educação e não demos o salto. Temo que o segundo, mesmo com todos os seus avanços, ainda não seja o salto de que o Brasil precisa. Porque nós estamos olhando para o Brasil comparando o hoje com o antes. Nós não estamos comparando o Brasil com o resto do mundo, nem comparando o que a gente oferece hoje com as exigências educacionais que crescem muito mais rápido do que a nossa educação merece.

De qualquer maneira, parabéns pelo seu trabalho.

Minhas emendas já foram protocoladas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cyro Miranda, obrigada.

Quero também parabenizar o Senador Alvaro Dias pela celeridade na apresentação do seu relatório. Com certeza é um relatório que avança, mas que bom que tivemos aqui um pedido de vista, porque, aí, temos a possibilidade de fazer uma leitura com mais calma, com maior tempo, sem perder a importância de votar o mais rapidamente possível, por isso o pedido de vista coletiva.

Então parabenizo o Senador Alvaro Dias porque cuidadosamente analisou todas as metas, todas as emendas e pôde apresentar um relatório que, na nossa avaliação, avançou também.

Aproveito este momento também, Senador Alvaro Dias, porque, embora nós estejamos há quase três anos discutindo o Plano Nacional de Educação, que já deveríamos ter aprovado aqui no Congresso Nacional, também é importante afirmar que nada impede que os Estados e os Municípios elaborem os seus planos municipais.

E aqui eu quero dar o meu testemunho do quanto um dos assessores, que foi consultor aqui no Senado e hoje é um grande companheiro que trabalha voluntariamente, o João Monlevade, se dedicou nos últimos meses, ou nesse último ano, a ir aos diversos Municípios e Estados, estimulando os secretário municipais, estimulando a comunidade local a elaborar os seus planos, tanto estaduais quanto municipais. E aqui eu quero dar o meu testemunho de que no Estado do Espírito Santo ele esteve por algumas vezes, a nosso convite, reunindo secretários municipais e também o secretário estadual, fazendo um debate sobre a importância da elaboração dos planos municipais.

Eu quero aqui também registrar que um dos Municípios, que é um Município da região serrana do meu Estado, Domingos Martins, já tem o seu plano municipal pronto e aprovado. E isso é muito importante, porque não se perdeu tempo naquele Município, e outros Municípios já estão fazendo a mesma coisa. Então, faço aqui esse registro.

Um outro registro que eu gostaria de fazer, inclusive a partir da fala de V. Exª, é que o Plano Nacional é uma construção de muitas mãos. Vários Parlamentares aqui se dedicaram, particularmente, assessores, tanto do Senado quanto da Câmara, assessores de Deputados e Deputadas, de Senadores e Senadoras, e, com o seu saber e a sua capacidade, puderam contribuir para que esse plano pudesse chegar ao ponto a que chegou.

E aqui eu quero, como foram feitos alguns registros, ser justa também e registrar pelo menos algumas pessoas que são do nosso convívio mais cotidiano, cujo esforço e empenho eu testemunhei para que pudéssemos construir o Plano Nacional de Educação. E aqui eu quero destacar o papel da Deputada Federal Fátima Bezerra e, na pessoa dela, de todos os Deputados e Deputadas Federais que na Câmara se dedicaram profundamente. Aqui, hoje, a Deputada esteve até agora há pouco, acompanhando também essa discussão, acompanhando as audiências públicas que esta Casa realizou.

Então, na pessoa da Deputada, eu quero aqui fazer esse registro dos demais Deputados Federais, e registrar também o nome de alguns assessores. Não registrarei de todos, porque eu não me lembro do nome de todos, mas além do João Monlevade, a Zuleide, que é assessora da nossa Liderança, da Caroline, do Ronald, que está aqui, do Jonatas e de tantos outros dos gabinetes dos colegas Senadores e Senadoras – com certeza, o senhor já registrou aqui os do gabinete de V. Exª – que se debruçaram sobre o tema.

Então, acho que todos merecem o nosso reconhecimento, porque, na verdade, vamos entregar para a sociedade brasileira, para a Nação brasileira, um importante instrumento, com todas as ressalvas que já foram feitas aqui, porque nada é 100% perfeito, tudo é passível de que possamos ter alguma observação, alguma crítica, mas o resultado é o que foi possível, fruto de muitas audiências públicas que esta Casa também realizou aqui na Comissão de Educação, na Comissão de Constituição e Justiça e em outras Comissões. Tivemos a oportunidade de participar de alguns debates. Então, é isso. Parabenizo V. Exª pela celeridade e pela contribuição que deu.

Por último, Senador Cyro Miranda, eu gostaria de fazer um pedido, se for possível: colocar como extrapauta um requerimento que eu apresentei, no sentido de realizar aqui uma audiência pública. Então, se V. Exª puder colocar em apreciação, eu fico agradecida. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com muito prazer. Muito obrigado. Eu submeto, então, extrapauta às Srªs e aos Srs. Senadores para aprovação do requerimento proposto pela Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Como todos estão de acordo, aprovado. Peço que a Senadora leia o seu requerimento, por gentileza. (*Pausa.*) Eu lerei. Está aqui.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Nº 69, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de discutir o desenvolvimento do esporte adaptado no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: 1. Fernando Fernandes, Tretracampeão Mundial de Paracanoagem 2. Representante do Projeto Deficiente Visual na Trilha 3. Andrews Parsons, Presidente do Comitê Paralimpico Brasileiro 4.

Alan Fonteles, Campeão Mundial e Paralímpico de Atletismo 5. Diana Nishimura, Treinadora de Canoagem e Paracanoagem 6. Representante do Ministério do Esporte.

Autoria: Senadora Ana Rita.

Aprovado o requerimento. Já vamos tomar as devidas providências.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de apenas dizer da importância dessa audiência pública conjunta da Comissão de Direitos Humanos com a Comissão de Educação e que ela aconteça nesse período em que estaremos comemorando o Dia Internacional dos Direitos Humanos, essa semana que começa a partir do dia 10.

Se for possível agendar para essa semana, no mais tardar a semana seguinte, porque o objetivo é discutir também a questão do esporte adaptado para pessoas com deficiência.

É um tema interessante, que precisamos aprofundar. Nós não tivemos a oportunidade ainda de discutir esse assunto aqui, no Senado Federal. Acho que o momento é oportuno.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Faremos todo o possível para incluir na agenda. Se não for na próxima semana, na outra, com certeza.

Aproveito e convido a todos para a audiência pública em conjunto com V. Exª, Senadora Ana Rita, amanhã, às 10 horas, sobre a formação dos profissionais, do cuidar e a construção da resiliência.

Para a audiência está inserida a programação da Semana da Valorização da Primeira Infância e Cultura e Paz, organizada pelo Senado Federal no período de 18 a 21. As palestras serão realizadas com tradução simultânea português/francês/português.

Será feita, então, em conjunto com a sua Comissão, Senadora, a de Direitos Humanos, e a de Assuntos Sociais. As três, em conjunto,amanhã às 9 horas. Estão todos convidados.

Agradeço a presença de todos, a paciência e encerro a presente reunião, agradecendo primeiramente a Deus e a todos os senhores.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 21 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (63ª REUNIÃO); COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (63ª REUNIÃO); E COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (59ª REUNIÃO), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e onze minutos do dia vinte de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Ana Amélia, Ana Rita, Ângela Portela, Benedito de Lira, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, João Alberto Souza, Lídice da Mata, Mozarildo Cavalcanti, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin e Waldemir Moka, reúnem-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os demais membros. Justificam ausência os Senhores Senadores João Capiberibe, Osvaldo Sobrinho e Cristovam Buarque. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 53/2013-CE, nº 86/2013-CDH e nº 64/2013-CAS, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Ana Rita, destinados a debater o tema "**A Formação dos Profissionais do Cuidar e a Construção da Resiliência**", inserido na programação da "**6º Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz**", organizada pelo Senado Federal, no período de 18 a 21 de novembro do ano corrente. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Deputado Federal Raul Henry (PMDB/RS), Membro da Frente Parlamentar da Primeira Infância; Senhor Vital Didonet, Assessor da Rede Nacional Primeira Infância em Assuntos Legislativos; Senhor Elizeu Clementino de Souza, Secretário Geral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd e Professor da Universidade do Estado da Bahia; e Senhora Sandra Santos Cabral Baron, Coordenadora do Observatório Internacional Rede Resiliência e Professora Associada da Universidade Federal Fluminense. Como expositores, comparecem à Audiência a **Senhora Sylvia Nabinger, Assistente Social da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP Acolher (RS/Brasil)**, com o tema "Porque investir na Primeira Infância como

Política Pública"; a **Senhora Fabiana Gadelha, Advogada da Organização Não Governamental – ONG Aconchego (DF/Brasil)**, com o tema "A capacitação dos profissionais do sistema de garantia dos Direitos"; e o **Senhor Boris Cyrulnik, Neurologista e Psiquiatra da Universidade de Toulon (França)**, com o tema "Prescrição da Resiliência: Causas durante a Primeira Infância de distúrbios mais tardios". Neste momento, a presidência justifica a ausência do Senhor Deputado Federal Osmar Terra, convidado, como expositor, para debater o tema "Ações da Frente Parlamentar da Primeira Infância e da Rede Hemisférica de Parlamentares e ex-parlamentares pela Primeira Infância", por problemas de saúde na família. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, convida o **Senhor Deputado Federal Raul Henry**, Membro da Frente Parlamentar da Primeira Infância, para integrar a Mesa, em substituição do Deputado Federal Osmar Terra. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Waldemir Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e a Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente desta Comissão. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, encerra a reunião às doze horas e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes das Comissões de Educação, Cultura e Esporte; Direitos Humanos e Legislação Participativa; e Assuntos Sociais, e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CYRO MIRANDA**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; – SENADORA **ANA RITA**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; – SENADOR **WALDEMIR MOKA**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em conjunto com a 62ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e com a 59ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura das atas das reuniões anteriores e de aprovação das mesmas.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública conjunta, atende aos Requerimentos de nºs 53 e 86, respectivamente, da Comissão de Educação e CDH, e de nº 64, da Comissão de Assuntos Sociais, de minha autoria e da Senadora Ana Rita, para realização de audiência pública destinada a debater "A Formação dos Profissionais do Cuidar e a Construção da Resiliência". A audiência está inserida na programação da 6ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, organizada pelo Senado Federal no período de 18 a 21 de novembro.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os nossos convidados para tomarem assento à Mesa.

Os nossos convidados: Boris Cyrulnik, neurologista e psiquiatra da Universidade de Toulon, França. Tema: Prescrição da Resiliência: causas durante a primeira infância de distúrbios mais tardios.

Sylvia Nabinger, Assistente Social da Oscip Acolher, Rio Grande do Sul, Brasil. Tema: Porque Investir na Primeira Infância como Política Pública.

Osmar Terra, Deputado Federal que, no momento, está com um problema grave de saúde com um ente muito próximo da sua família e provavelmente não possa comparecer; apresenta as suas escusas.

Eu quero aqui agradecer a presença da nossa Vice-Presidente desta Comissão, Ana Amélia, atuante como sempre; do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Waldemir Moka, companheiro de todas essas lutas e que, há pouco, fez uma referência a este tema. Como médico, ele hoje nos "*briefou"* o quanto é importante a realização desta audiência.

Nós temos tradução simultânea.

Vou passar a palavra em primeiro lugar para a Drª Sylvia Nabinger, que é Assistente Social da Oscip Acolher, Rio Grande do Sul, Brasil. Tema: Porque Investir na Primeira Infância como Política Pública.

Com a palavra a Srª Sylvia.

A SRª SYLVIA NABINGER – Um bom dia a todos. Eu estou muito emocionada por poder estar aqui hoje. Certamente para vocês é corriqueiro, mas para mim é um momento único. Quero agradecer este convite honroso de poder participar aqui desta Mesa tão importante para o nosso País.

O Brasil demonstrou o seu comprometimento em garantir que todas as crianças tenham um início de

vida saudável. E todos vocês estão na linha de frente deste esforço e reconhecem a importância disso. Como já sabemos, os cinco primeiros anos da vida de uma criança são os mais importantes. O que acontece nesse período irá alterar o curso da vida para melhor ou para pior.

As pesquisas nos mostram que o cérebro de um recém-nascido possui aproximadamente um quarto do tamanho do cérebro de um adulto, mas atinge 90% do tamanho como adulto já nos cinco primeiros anos de vida. Portanto, é nesse período que as crianças aprendem a pensar, a falar, a raciocinar e a sentir. O que acontece nos primeiros dias, até antes do nascimento, semanas depois do nascimento, meses e anos, terá uma influência duradoura e profunda durante toda a sua existência. De acordo com os especialistas, as experiências das crianças e a qualidade das suas interações com as pessoas que a cercam afetam diretamente a sua inteligência e a sua capacidade de pensar.

Todo esse potencial deve ser utilizado em programas como a Primeira Infância (PIN), do Rio Grande do Sul, que fornece serviços abrangentes que ajudam a ensinar, a cuidar, a nutrir os bebês, de forma que resulte em adultos mais produtivos, saudáveis e felizes. Demonstra que programas como esse resultam numa menor dependência dos serviços públicos na vida adulta, evitam a gravidez na adolescência e formam indivíduos com melhores competências na sua vida laboral.

Espero que todos vocês trabalhem para garantir que todas as crianças nascidas no Brasil tenham acesso a uma educação de melhor qualidade durante os anos iniciais da sua vida, que a pré-escola, a chamada educação infantil não seja somente para entreter as crianças.

As professoras não são pessoas que estão ali como se fossem animadoras de tevês. Elas são verdadeiras escultoras do cérebro, razão pela qual devem ser bem capacitadas e bem remuneradas. É nos primeiros anos em que aprendemos a aprender.

Não adianta conter a violência somente com a segurança. Temos de entender que a violência é um problema de saúde pública e que a intervenção na prevenção precoce deve ser uma das maiores premissas. Violência não é somente usar a força ou uma arma; como diz o professor Boris, também a caneta, quando os gestores e os responsáveis não assinam projetos de impacto nas políticas públicas ou se omitem.

Para terminar, lembrem que somos jovens uma vez na vida, que passa muito rápido e que os primeiros anos duram para sempre.

Muito obrigada pela oportunidade! (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço à Srª Sylvia.

Em seguida, passo a palavra à Drª Fabiana Gadelha, advogada da ONG Aconchego, do Distrito Federal. O seu tema é a capacitação dos profissionais do sistema de garantia dos direitos.

A SRª FABIANA GADELHA – Bom dia. Quero agradecer pela oportunidade de falar sobre este tema num espaço tão importante.

Pegando o gancho do que a professora Sylvia nos trouxe, não há como cuidar sem aprender a cuidar.

A Penha me convidou para falar sobre a capacitação dos profissionais do sistema de garantia de direitos. A gente sabe que existem boas e más notícias sobre a infância.

Hoje de manhã, antes de vir para cá, estava passando no jornal da manhã uma triste notícia, de que mais um bebê foi encontrado numa caçamba de lixo, em Cabo Frio, no Rio de Janeiro. Isso nos faz lembrar que ainda hoje essa prática tão antiga, tão desumana ainda acontece. Os motivos podem ser os mais absurdos, como um crime, como está sendo revelado na novela das 21 horas, pode ser uma desinformação, o medo da punição, o despreparo do profissional da saúde que acompanhou essa gestante e não percebeu o momento de fragilidade que ela estava vivendo, a falta de apoio dessa família, que não soube perceber nessa genitora um risco para ela e para essa criança.

Fica nossa mente: o que fazer numa situação como essa? Prender essa mulher? Encaminhar essa criança diretamente para um lar adotivo? Qualquer solução não vai devolver o primeiro instante de carinho a que essa criança teria direito, de ser acolhida nos braços de uma família, de ser bem gestada durante a gravidez, de ter tido a chance de, realmente, ter sido chamada de filho, filha, nos primeiros dias de vida, nos primeiros momentos de vida.

Eu venho trazer essa perspectiva de que houve muitos avanços.

Nós sabemos que a nossa esperança de vida ao nascer tem aumentado muito nos últimos anos. Em 2011, foi consignada pelo IBGE a expectativa de 74 anos de vida. A mortalidade infantil diminuiu bruscamente nos últimos 20 anos. E a gente sabe que as crianças hoje não morrem mais de causas que poderiam matar tranquilamente dez anos atrás. Conseguimos superar o câncer, conseguimos superar as doenças cardiológicas, conseguimos superar várias sequelas que podem comprometer toda uma vida adulta, porque temos hoje uma medicina de qualidade, porque temos hoje condições tecnológicas para garantir que essa criança sobreviva na primeira infância.

Todavia, se dados do Ministério da Saúde trazem que, no primeiro ano de vida, causas externas, acidentes e violências representam a quinta causa de morte,

sabemos que, da primeira infância até os 39 anos, são a principal causa de morte dos brasileiros. Crianças morrem por asfixia, crianças morrem por acidentes, afogamentos e violências.

Tivemos recentemente o caso daquele menino Joaquim, que, aos três anos de idade, foi assassinado. Não sabemos por quem, se pela família, se por um estranho, se por um acidente. Enfim, uma criança perdeu sua vida prematuramente, num Estado rico e próspero. A gente não pode atribuir à pobreza e à falta de informação a avalanche de violência que temos recebido.

As crianças morrem por acidente de transporte terrestre, falta de cadeirinha e excesso de negligência. Como vamos fazer para que essa criança que nasce hoje possa chegar aos 74 anos?

O que a gente tem hoje é que a violência física e a sexual são preponderantes dentro de uma expectativa de vida. Esse é o sistema Viva/Sinan. Eu trabalho com o sistema Viva no Ministério da Saúde, que faz o levantamento das notificações compulsórias de violência. Então, temos que, para crianças de até dez anos de idade, a violência física e a sexual são as preponderantes. E quem são os agressores? Os pais e as mães. Temos uma série de notícias que trazem babás, cuidadores, educadores maltratando essas crianças, mas a violência está dentro de casa. Não é o padrasto, não é a madrasta. Existem, sim, esses casos, mas é o pai, a mãe, os irmãos, os parentes mais próximos que são responsáveis pela agressão contra crianças e adolescentes. E como vou enfrentar o poder familiar para poder salvar e garantir a segurança a essas crianças e adolescentes? Sabemos que todos nós somos responsáveis pelo cuidado. Quem é responsável pelo primeiro cuidado dessa criança? É só família? Não. Família, Estado e sociedade, é isso que o ECA nos traz. Mas como vou defender uma criança que está sendo maltratada pela sua mãe na rua? Qualquer cidadão pode, sim, enfrentar essa situação para garantir esse direito.

O sistema brasileiro, pela nossa disposição política, pela unidade federativa, pela descentralização dos Poderes, criou um arcabouço de protetores, que foi denominado Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Ele nasceu com a proposta de ser um conjunto de atores dos Poderes Executivo e Legislativo, Estado e sociedade, que deveriam trabalhar de forma articulada e integrada, tanto governamental, como sociedade civil, como não governamental, nas esferas federal, estaduais e municipais, para garantir todos os direitos de crianças e adolescentes. São prerrogativas que estão na nossa Constituição desde 1988, nos arts. 204 e 227, que garantem que as crianças vão ter seus direitos preservados, graças à atuação conjunta e integrada da família, sociedade e Estado.

Mas não é isso que nós vemos. Para tanto, o SGD é dividido em três grandes eixos: defesa de direitos humanos, promoção de direitos e controle e efetivação de direitos. Nós podemos perceber que praticamente todos os órgãos governamentais e não governamentais estão envolvidos no cuidado dessa criança; não só o sistema de justiça, mas o sistema executivo. O Executivo se preocupa muito mais com as ações emergenciais, mas não tem uma medida profilática, preventiva, para que eu possa cuidar dessa família antes de ela mesma desferir algum golpe contra essa criança.

A sociedade civil, através das ONGs, através do cidadão, através de qualquer pessoa que esteja sabendo de uma situação de violência, tem o dever e a obrigação de trabalhar para a minimização, para resgatar essa criança do perigo iminente. Nós temos os Conselhos de Direitos, as políticas setoriais e todos os poderes de controle interno e externo que vão estar trabalhando antes, durante e depois dessa violência, para evitar que ela aconteça.

Mas como eu vou fazer com que esse sonho constitucional se torne realidade? Como vou fazer um senador, um deputado, um vereador andar de mãos dadas com o secretário-executivo, andar de mãos dadas com o conselheiro tutelar, andar de mãos dadas com o cidadão, com a família e com a sociedade para que possam caminhar juntos e fazer uma política eficiente? Como vamos fazer, utilizando a palavra do Prof. Elizeu, para cuidar? Como eu vou trabalhar para respeitar a diversidade e a história de cada cuidador, se eu tenho ali, nos dados governamentais, que esse pai e essa mãe, esse educador, essa pessoa próxima são os principais agressores dessa criança?

Eu tenho que cuidar desse cuidador antes de promover efetivamente o cuidado. Só tirar essa criança, como medida de proteção, de uma escola que o agride, de uma família que o agride, transferi-la de escola, transferi-la para uma instituição de acolhimento não vai resolver. Essa criança vai crescer, essa família vai continuar sem instrução, outros filhos vão nascer e a violência vai se perpetuar.

Como eu faço para garantir todos esses direitos que temos a obrigação de resguardar?

Acreditamos que a formação dos termos de garantia de direitos deve ser pautada numa formação e educação de direitos humanos, que é muito mais do que um direito de adolescentes em conflitos com a lei, direitos de presos. Sabemos que a formação de direitos humanos vem atrás da verdadeira paráfrase da cidadania. Ela vai garantir a formação desse cidadão, ela vai garantir que desde a escola ele possa crescer

dentro de um ambiente de segurança, de cidadania, de ética, de valores sociais, vai garantir o cuidado integral, que não é só socorrer a criança que está numa situação de violência, que vai ter a humanização no trato, em que se vai olhar a criança realmente como sujeito de direito e não objeto de direito.

Essa mudança tem que acontecer em detalhes pequenos. Nas capas dos processos judiciais da Vara da Infância e da Adolescência, já se consigna que a criança é objeto. Há autor – no caso, não há réu –, e está lá, como objeto, a criança fulano de tal. O próprio Judiciário olha a criança como objeto da família, uma criança que está sendo adotada, uma criança que está em acolhimento. Ele não olha dentro dela para saber realmente o que é de interesse dela.

Temos que, dentro dessa formação dos termos de garantia de direitos, olhar o perfil da escolaridade, saber como é a história desse cuidador. Eu não posso ver como tendo a mesma formação uma pessoa de ensino técnico, ensino médio ou pós-graduação. Tem que haver esse preparo no cuidado. Temos que sair um pouco desse olhar teórico e passar a prática. Eu tenho que olhar o foco da competência. Eu não posso trazer uma realidade diferente daquela onde o cuidador está inserido. Eu tenho que olhar a peculiaridade daquele território. Se eu estou no norte, eu tenho n problemas com relação à violência dos indígenas, por exemplo, o que é muito peculiar dentro da formação cultural. Temos ainda tribos que praticam infanticídio. E como eu vou enfrentar essa situação? Eu vou simplesmente tirar aquela criança de lá? Eu vou simplesmente ignorar? Não, eu tenho que olhar esse cuidador e prepará-lo para que ele possa realmente respeitar essa cultura, mas preservar também essa criança.

Temos que trazer novos valores nessa democracia que é tão falada, tão aclamada, mas que realmente pouca gente sabe como funciona. Ainda nos dias de hoje, as pessoas votam em troca de uma cesta básica, em troca de uma dentadura, em troca de um emprego. Elas não se preservam com a proposta do que é realmente essa conquista democrática que demoramos tanto tempo para ter. Como eu vou exigir de um professor mal remunerado, que não consegue atender às necessidades básicas da sua vida, que ele cuide de uma criança? Como eu vou exigir de um juiz que não teve a melhor das infâncias e que não se sente preparado para estar lidando com esse tema? Ele acha que criança tem mais é que levar uma palmada – não dói –, que a maioridade penal tem que diminuir. Como que eu vou garantir que esse magistrado esteja ali em uma vara da infância?

Nós temos hoje uma dificuldade muito grande na especialização das carreiras jurídicas. Os magistrados, os técnicos da justiça e os próprios promotores têm uma carreira que é completamente fora do perfil daquilo em que eles trabalham. Nós temos pessoas que têm um perfil, de repente, penal dentro de uma vara de família, que não têm aquela sensibilidade que é preciso para lidar com as partes. Então, temos que olhar, dentro de uma carreira profissional, a afinidade daquele profissional, saber o que ele espera, o que ele estuda. Às vezes, um profissional está desaproveitado dentro de um cartório e poderia ser aproveitado de outro modo, mas se olha simplesmente há quanto tempo ele está lá e onde ele mora. É preciso ter este olhar: onde esse profissional pode ser mais bem aproveitado.

Claro que a articulação em rede é fundamental, mas o que é essa rede?

Antes de falar da rede, vou falar um pouco mais de direitos humanos. Não posso mais olhar os direitos humanos como uma matéria isolada; ela tem que estar dentro do perfil, dentro dos currículos como uma matéria transversal, não como uma matéria isolada que a gente aprende no último ano do Direito, no apagar das luzes dos cursos de formação. Tem que estar com os profissionais de Pedagogia, com os de Medicina.

A gente sabe hoje que, dentro da área médica, a falta de habilidade humana para lidar com as pessoas é muito grande. Temos que os profissionais de medicina não veem a pessoa – nem todos – dentro de uma perspectiva humana. Eles veem como portador de uma situação, de uma doença que precisa curar, uma pessoa que precisa tratar. E com a criança não é diferente.

Acreditamos que colocar a educação em direitos humanos como uma disciplina transdisciplinar, interdisciplinar e pluridisciplinar vai possibilitar preparar todos os profissionais do cuidado, seja os da segurança pública, seja os da saúde, seja os da educação, de uma forma completa, porque assim eu vou entender o que o outro faz, vou respeitar o que o outro faz, vou me respeitar, vou garantir os meus direitos, vou me cuidar e, consequentemente, vou poder cuidar do outro.

A formação humana de todos os atores do sistema de garantias de direitos é possível. Eu leciono educação comunitária em escolas públicas de Brasília e a gente percebe que esses preconceitos, essa falta de humanidade se pode ver nos primeiros anos, através da família, porque a família não sabe, não tem o preparo do que é bom para ela, não consegue passar esse valor para a criança. Nós temos ainda arraigado em nosso coração uma necessidade de conquistar a riqueza, conquistar a profissionalização a qualquer preço e, por isso, a gente acaba não olhando o outro. Então, essa formação humana desde os primeiros anos, dando mais ênfase na formação dos atores do

SGD, vai garantir, sim, essa maior humanização no trato com a criança.

A rede. O que é trabalhar em rede? Se eu tenho uma prerrogativa de que o SGD vai ser um conjunto de poderes que vão trabalhar de forma articulada entre os seus pares, para eu realmente trabalhar em rede, tenho que reconhecer que o outro existe, que ele é importante, tenho que conhecer o que o outro faz, tenho que colaborar, prestar ajuda quando necessário, eu não tenho que ficar só adstrita ao meu conhecimento. Se eu sou da saúde, tenho que saber como o sistema de justiça pode colaborar para que ele possa complementar esse cuidado integral, eu tenho que cooperar, compartilhando saberes, ação e poder, eu tenho que agir com tudo isso e somar tudo isso para poder me associar e trazer objetivos comuns e projetos. Só assim vamos poder fazer essa engrenagem que é trabalhar em rede, em qualquer lugar, em qualquer saber, em qualquer território, em qualquer peculiaridade. Só assim vou poder realmente trabalhar de uma forma cooperativa, articulada e, principalmente, de uma forma honesta para que a gente não jogue para o outro um problema que, às vezes, nasce dentro do nosso território. "Ah, o meu posto de saúde não tem equipamento, ele não tem profissional", "Ah, mas o problema é a delegacia. Notificação compulsória de violência? Isso é problema do sistema de justiça. Eu sou profissional de saúde, não tenho nada com isso". Você tem sim!

Eu estava conversando com a Drª Sylvia. Há algum tempo nós recebemos um depoimento de uma pediatra que acompanhou a necrópsia de uma criança de um ano e meio, que havia morrido por uma causa oriunda de uma infecção e não tinha a ver, evidentemente, com a violência, mas no exame, na autópsia, verificou-se que a criança sofria violência sexual há muito tempo. Foi buscado o prontuário dessa criança – isso aconteceu em Campinas, que não é uma cidade do fim do mundo, não é uma cidade despreparada, não é um lugar onde há profissionais despreparados, onde a violência é corriqueira – e verificou-se que essa criança havia sido atendida naquele posto de saúde desde que ela nasceu e nunca foi registrado qualquer indício de violência. Eu me pergunto: como esse pediatra, como esse profissional que recebeu essa criança não verificou isso? Ela acabou morrendo por uma causa que não tem relação direta com a violência, mas ela foi, sim, vítima de uma violência. Como vamos enfrentar isso? Não é só questão de prender o pai, prender a mãe, não é só a responsabilização judicial que a gente tem de prever, porque eu não sei se essa pessoa que fez essa agressão tem outras crianças sob sua tutela.

A atenção integral vai extrapolar a estrutura organizacional hierarquizada e regionalizada dos serviços. Ela tem a criança como ponto focal, como o principal ponto de nossa proteção, vem articulada com o sistema de denúncia – no caso, o Disque 100 – e, a partir da denúncia, tem de articular com todos os setores: saúde, educação, Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar. Hoje quem articula o Disque 100 é a Secretaria de Direitos Humanos, que lançou ontem a Carta de Estratégias de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é um conjunto articulado de ações dos três Poderes e da sociedade civil para, realmente, fazer valer essa estrutura da rede.

Quero finalizar minha fala com um pensamento maravilhoso do nosso palestrante aqui, Prof. Boris Cyrulnik: "Fazer nascer um filho não é suficiente; é necessário dá-lo ao mundo, colocando à sua volta os tutores, o desenvolvimento".

Essa criança que foi abandonada nessa caçamba, nesse lixo, já perdeu muito; cada hora que passa, ela perde, mas ela tem muito a ganhar. E a gente só vai recuperar essas horas preciosas de sofrimento que ela teve se os profissionais da saúde que a estão atendendo puderem oferecer não só atendimento tecnológico, mas também afeto; se o Judiciário puder compreender em que situação aquele abandono se deu, saber se essa criança tem condições de voltar à sua família natural, se a família natural, realmente, tem condições de criá-la. Não sendo possível, tem de se ter a coragem de buscar outra família para essa criança e que essa família também seja preparada, que essa família também seja capaz de proporcionar, não só nos primeiros anos de vida, mas também durante toda a vida, a saúde, o bem-estar e o pleno desenvolvimento dessa criança.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço a Drª Fabiana Gadelha por sua exposição.

Gostaria de informar que a audiência tem cobertura da TV Senado, Agência Senado, do Jornal do Senado e da Rádio Senado e, ainda, pela internet: senado.gov.br/tv.

Informo que, na Sala 19, ao lado deste auditório, disponibilizamos um telão para que todos possam acompanhar esta audiência pública.

Gostaria de saudar e convidar para fazer parte da Mesa o nosso colega de Congresso Raul Henry, do PMDB, de Pernambuco, que hoje é Relator da Lei de Responsabilidade Educacional, que vai possibilitar a viabilização do Plano Nacional de Educação. Sem essa lei, vamos ter apenas uma carta de intenção. Ele, neste momento, substitui o Deputado Osmar Terra.

Com muito prazer, concedo a palavra ao Dr. Boris Cyrulnik, neurologista e psiquiatra da Universidade

de Toulon, que vai nos falar sobre o tema "Prescrição da Resiliência: causa, durante a Primeira Infância, de distúrbios mais Tardios".

Tenho aqui, da minha assessoria de imprensa, uma definição de resiliência, que é algo como equilíbrio emocional após a situação de estresse. Digo isso para que a gente possa entender.

O SR. BORIS CYRULNIK (Tradução por profissional habilitado.) – Muito obrigado.

Eu estou muito feliz de estar com vocês nesta linda e estranha cidade para mim. Vou tentar continuar a partir daquilo que foi exposto anteriormente.

Durante muito tempo consideramos que, se uma criança se desenvolvia bem, é porque era uma boa semente e que a família e a cultura não tinham nada a ver com isso; e que, se ela se desenvolvia mal, se era uma semente ruim, era sua culpa, e aí ela se tornaria delinquente ou violenta. Ora, hoje temos raciocínios absolutamente opostos, ou seja, nós consideramos que é durante os primeiros meses da existência, nos últimos meses da gravidez da mãe e nos primeiros meses de vida, que a criança vai implementar neurologicamente e afetivamente uma maneira de aprender a viver. Ou seja, em volta dela deve haver tutores de desenvolvimento, e a criança vai aprender, vai se impregnar, impregnar sua memória, e poderá se desenvolver de forma afetiva e social compartilhável ou, então, ela poderá não se desenvolver.

Uma criança sozinha não existe. Nenhuma criança pode se desenvolver se não houver outro em volta dela para tutorear o seu desenvolvimento, mas o seu desenvolvimento depende da maneira como esses outros vão se organizar em volta dela para ajudá-la a se desenvolver.

Sabemos também hoje que, quando uma criança se desenvolve num meio empobrecido sensorialmente, empobrecido afetivamente, seu cérebro está estragado e ela gera alterações cognitivas, ela não pode controlar as suas emoções, porque a carência sensorial em volta dela não lhe possibilitou aprender a controlar as suas emoções, ela está submetida às suas emoções e passa à atuação sem pensar. E nessa população há um número muito importante de crianças delinquentes, em seu mundo de criança. Delinquente não quer dizer nada. É um impulso: eu, criança que fui isolada durante os primeiros meses da minha vida, tenho um impulso a passar para o ato que eu não aprendi a controlar porque em volta de mim não havia ninguém, porque em volta de mim meus pais haviam morrido, porque em volta de mim havia tristeza, desespero, porque em volta de mim havia precariedade social.

Eu acho que é preciso distinguir precariedade social e pobreza. Eu conheço muitas famílias pobres ou povos pobres que cuidam muito bem das suas crianças, e as crianças se desenvolvem muito bem. Mas precariedade social tem outra definição. Precariedade social: não podemos comer hoje à noite; faz três dias que não comemos, e eu não sei onde vamos dormir hoje à noite. Nesse caso, os pais são base de insegurança, eles não podem dar segurança às suas crianças, já que eles próprios estão em grande dificuldade, o que explica por que uma criança, aos 10, 12 meses, já adquiriu um estilo afetivo que permite predizer a sua socialização.

Se uma criança de 12 ou 10 meses, antes da fala, adquiriu um vínculo seguro, uma maneira confiante de se engajar nas relações, vai haver uma socialização pré-verbal, ela vai aprender a pedir comida, a sorrir, a chorar, a chamar pelos pais antes da palavra, a se colocar para interagir com o adulto em volta dele, ela vai se virar na vida. E nessa população haverá pouquíssimos delinquentes.

Em contrapartida, numa população que foi isolada sensorialmente e afetivamente durante a gravidez da mãe, porque a mãe estava estressada durante os primeiros meses de sua vida, porque havia uma política de abandono das mulheres grávidas e sua mãe ficou em grande dificuldade durante os primeiros meses da vida, nós observamos nessa população, na adolescência, que essas crianças não aprenderam a controlar suas emoções e facilmente vão passar por um comportamento agressivo e vai haver uma grande percentagem de delinquentes. Ou seja, a delinquência é uma tendência adquirida de forma precoce que é manifestada depois, muito mais tarde. E não há nada de inexaurível, é uma tendência e não é uma fatalidade. Isso nós aprendemos nos primeiros meses e, se pudermos reorganizar o nicho afetivo, as circunstâncias educativas em torno de um bebê antes da fala, poderemos prever o desenvolvimento da criança e do adolescente.

Em Toulon, a cidade onde eu moro, fizemos um estudo sobre o período sensível do desenvolvimento da criança. A pequena infância é neurologicamente um período muito sensível, já que todos os nossos bebês têm 200 mil sinapses, conexões entre neurônios, por minuto durante vários anos, ou seja, durante esse período sensível, qualquer informação cria uma tendência. Se, nesse momento, há uma estabilidade afetiva, as crianças vão aprender a se socializar perfeitamente e a expressar pré-verbalmente as suas necessidades, as suas infelicidades, as suas pequenas angústias. Elas vão se virar. Se há uma carência, nesse momento, isso vai impregnar, vai circuitar o cérebro. Depois, durante uma tristeza inevitável, uma dificuldade inevitável, elas não vão saber controlar as suas emoções. Elas

vão se submeter ao ato, ao comportamento violento, e a sociedade vai reprimir, ao passo que ela poderia intervir antes para dar segurança.

Nós desenvolvemos estudos na Europa do Norte com populações de crianças que estavam bem cercadas, bem protegidas: 1% de iletrados, praticamente nenhuma delinquência, nenhuma violência. Na França, há 15% de iletrados, e nós vemos uma curva que sobe em termos de violência e de delinquência, principalmente nos meninos, mas as meninas também estão começando a aprender esse tipo de comportamento associal ou até antissocial. Podemos observar hoje, na França, grupos de meninas que tentam agredir e roubar.

Observamos que, politicamente, é possível esperar que a criança se torne delinquente e mandar a polícia, reprimir e organizar uma repressão coletiva. Às vezes, é preciso, de fato, fazer isso, mas o dinheiro que é investido – as emoções e o estresse dos adultos nesse momento – poderia ter sido investido muito antes.

Nos países da Europa do Norte, houve decisões políticas educativas que foram tomadas. As mulheres grávidas são muito protegidas. Há muito menos mulheres grávidas estressadas. A licença-maternidade é de um ano. Nos três primeiros meses, as mulheres vão receber 80% do seu salário, e, durante os nove outros meses, o casal vai decidir quem vai ficar em casa. Estatisticamente, claro, são as mulheres que acabam preferindo, decidindo ficar em casa, mas podemos ver cada vez mais homens que decidem, sim, ficar em casa, ficar com 80% do seu salário durante os nove meses de licença. Nos dois casos, as crianças se desenvolvem muito bem, mas não da mesma forma. Ser educado por uma mulher não é exatamente como ser educado por um homem, mas, nos dois casos, é muito bom: nós nos desenvolvemos, aprendemos a expressar as emoções, aprendemos a controlar os impulsos, aprendemos a dizer com palavras as nossas tristezas, os nossos desacordos, até as nossas hostilidades, mas com palavras, não com o pulso ou com armas, ou seja, estamos socialmente integrados ou socializados, ainda que em desacordo.

Os países da Europa do Norte que implementaram essas reformas avaliaram o investimento e o retorno desse investimento: como eu falei antes, 1% de iletrados; medalha de ouro na avaliação Pisa, ou seja, a avaliação dos resultados na escola pela Unesco; número um em várias classificações. Então, eles têm essas crianças seguras afetivamente, porque houve um nicho afetivo precoce estável. Essas crianças seguras não são delinquentes, há uma diminuição do suicídio de 40% em dez anos, há uma melhoria na *performance* na escola, há uma diminuição do número de aulas e da duração das aulas, atraso das notações escolares, as avaliações não são com notas. E o resultado é que as crianças, que trabalham duas vezes menos que na França, obtêm resultados quatro vezes melhores, porque elas são seguras, elas têm prazer em aprender, elas têm prazer em compartilhar, elas têm prazer em entrar em relação. Quando elas têm uma dificuldade inevitável da existência, elas sabem buscar a pessoa que vai dar segurança, elas sabem se expressar e chamar por socorro.

Em Toulon, nós fizemos uma avaliação num segundo período sensível da existência que é o primeiro amor. O primeiro amor é também culturalmente determinado. Nós observamos uma população de crianças em dificuldade que eram controladas e acompanhadas pela proteção social francesa. Nós acompanhamos essas pessoas até a idade de 13, 14 anos, quando elas diziam: "Eu me apaixonei, eu estou apaixonado." Nós as acompanhamos e perguntamos se elas aceitavam responder a um questionário. Surpresa: essas crianças – todas eram marginalizadas – melhoraram o seu estilo relacional e o seu estilo de vínculo, porque elas ficaram apaixonadas. Foi o que nós observamos. E isso não se pode prescrever. Um médico não pode simplesmente escrever uma receita dizendo: "Eu te aconselho a se apaixonar". Não dá para fazer isso. Mas seria perfeito, não é?

A cultura tem um papel enorme. O amor sempre existiu entre os homens e as mulheres e não tinha nada a ver com casamento, não tinha nada a ver com a sexualidade. Quando a gente se apaixonava, era um evento romântico; era algo surpreendente. E aí a gente fazia poesia e criava obras de arte. Não havia papel algum na sociedade. O casamento só tinha uma função: estruturar pequenos órgãos de sociedade. O sexo não tinha nada a ver com o prazer. A barriga das mulheres pertencia ao Estado e elas tinham de colocar no mundo o maior número de crianças possível. Era um período de sobrevida, de sobrevivência, e elas precisavam colocar no mundo meninos, preferencialmente, porque, até a descoberta de Simmel e Weiss, no meio do século XX, a esperança de vida das mulheres era de 36 anos. Hoje, no Congo, essa esperança de vida é de 42 anos. Ou seja, os fatores sociais têm um papel enorme na longevidade. Ora, hoje, no Planeta, as mulheres japonesas e as mulheres chinesas são medalha de ouro da longevidade. Várias delas vão ultrapassar um século de existência.

Ou seja, as condições de existência são completamente diferentes e principalmente os valores da existência são totalmente diferentes. Hoje, um jovem casal decide viver junto porque eles estão apaixonados, porque eles querem ter relações sexuais e essas

relações sexuais não têm absolutamente mais a mesma significação do que há uma, duas gerações atrás.

Quando eu comecei os meus estudos de medicina, dizia-se que era perverso o homem ou a mulher que tinha relações sexuais sem ter a intenção de fazer uma criança. Eu conheço muitos homossexuais na sala, muitos perversos na sala – porque era uma definição da perversão, um *nonsense*, um não senso. Hoje, se a gente decide viver junto, é para criar um núcleo de solidariedade, de afeto, que vai organizar esse nicho e vai tutorizar o desenvolvimento das crianças. Quando há uma infelicidade, a solidariedade do casal, às vezes, consegue enfrentar; às vezes, não. Então, isso significa que os vínculos sempre foram diferentes e evoluíram sempre frente aos eventos sociais e de acordo com os eventos tecnológicos também.

Temos situações experimentais em que podemos ver como o estilo afetivo pode se reorganizar – e isso é uma tendência e não absolutamente uma fatalidade. Ou seja, as crianças que se desenvolvem em bairros difíceis têm distúrbios cognitivos e esses distúrbios cognitivos são recuperáveis não tanto cuidando da criança, mas cuidando do meio no qual ela vive, trazendo para esse meio segurança e também cultura, a cultura do dia a dia, e não a cultura espetacular. É na cultura do dia a dia que se tecem os vínculos, solidarizam-se grupos e se dá segurança à criança. É como um jogo de futebol ruim, provavelmente não profissional, mas um jogo de futebol no bairro, em que os jogadores jogam mal...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pelada.

O SR. BORIS CYRULNIK (Tradução simultânea.) – Uma peladinha. É aí que vamos ficar juntos. É a peça de teatro, a orquestra de bairro, a fanfarra, a criatividade artesanal das pessoas, do povo, que sempre existiu, então, é essa criatividade cotidiana que vai tecer vínculos.

Observamos também uma situação quase experimental que possibilita ver como um vínculo se modifica: a situação das crianças adotadas. Nem todas as crianças adotadas foram maltratadas. Algumas, sim; outras, não. Ainda assim, elas vão para a adoção por conta de uma infelicidade ou por conta de um problema social e cultural. Na França, por exemplo, a adoção foi muito malvista durante muito tempo. Antes de Saint Paul, ela era criticada pela Igreja Católica, porque era preciso que uma criança nascesse de um encontro sexual entre um homem e uma mulher. A adoção não era considerada, porque não era um filho verdadeiro. Saint Paul modificou essa representação, mas, em muitas culturas, como, por exemplo, no Japão, considera-se que não é bom adotar uma criança porque não se conhece bem a sua filiação. E numa cultura em que os ancestrais são muito importantes, a adoção é malvista. Mas essa cultura está mudando.

Fizemos avaliações do estilo afetivo, da maneira de amar dessas crianças. E nós observamos que os que foram maltratados, nesse caso, evitam os outros, têm medo dos outros, e dá para entender por quê, E outros, então, na sua cultura, quase não se beija ou não se toca. Por exemplo, nas culturas asiáticas, não se tocam e não se beijam. Há uma polidez muito importante. Não se beijam. Se vocês derem um asiático para adoção a uma família italiana ou brasileira – quando dizemos “oi”, surgem três, quatro mãos em volta com um abraço durante quinze minutos –, o pequenininho japonês, o asiático, vai ter que aprender isso. Vai ter que aprender que, no Brasil, é assim, porque na sua cultura não é assim. Então, no início, ele vai ficar incomodado, não vai entender, mas ele vai ter que compreender, vai ter que aprender.

Nós fizemos avaliações com crianças russas adotadas na França. Foram necessários 18 meses para aprender a gostar dos rituais de interação afetiva que praticamos na França – 18 meses. Então, é preciso explicar aos pais que essas crianças gostam deles. Elas vão aprender a gostar deles, mas é preciso dar tempo a elas. E isso não pode ser feito em 48 horas, inclusive porque os pais adotantes são completamente dados. É uma declaração de amor. Então, é claro que uma criança que, às vezes, está triste, intimidada, e encontra dois adultos que se jogam em cima dela, que a beijam, fica com medo. Existem contrassensos afetivos desse tipo, mas podemos muito bem modificá-los.

Eu vou terminar com uma noção do que me parece muito importante. As nossas crianças, hoje, obviamente, não são iguais às nossas crianças ou até a nós mesmos quando éramos crianças há pouco tempo. Quando éramos crianças, nosso cérebro não era o mesmo também. As nossas crianças, que foram esculpidas pela cultura tecnológica de hoje e pelos direitos humanos, pela nova condição das mulheres, não têm o mesmo cérebro que os seus pais, que os seus avós, ou seja, elas não veem o mundo da mesma maneira, elas não percebem as mesmas coisas. E elas não reagem aos mesmos eventos. O que é um evento traumático para nós não é obrigatoriamente para elas. Elas veem coisas que nós não vemos, e, inversamente, nós tínhamos valores e víamos coisas que elas não conseguem mais ver hoje.

Hoje, há estudos sobre a epigenética, a maneira como o corpo, o cromossomo, o cérebro é esculpido pelo meio, e há muitos estudos, graças à neurociência, à neuroimagem, que mostram que as nossas crianças não têm o mesmo cérebro que os seus pais.

Ora, há dois fenômenos que estão se desenvolvendo. Primeiro, os meninos nos Estados Unidos, no Canadá, na França saem da escola cada vez mais cedo. Isso é um problema social numa geração; é uma bomba numa geração. O que vai acontecer? Os homens e os meninos não vão se interessar pela vida intelectual porque saíram do sistema escolar. Isso vai ser uma bomba de atraso.

Hoje, nós vemos um novo fenômeno. Crianças que tiveram cascatas traumáticas insidiosas nos primeiros meses de vida, seja porque a mãe morreu, ou porque estava doente, ou porque havia violência conjugal em casa ou uma precariedade social, que não é a pobreza, repito, mas precariedade social, essas crianças têm más-formações, atrofias dos lóbulos pré-frontais e dos sistemas límbicos da emoção. Podemos observar que essas crianças fornecem uma população que na psiquiatria chamamos de *borderline*. Nessa população, há mais meninas do que meninos, como se as meninas bebês fossem mais sensíveis à emoção no começo. Não tenho certeza do que falei agora. Se houver feministas na sala, podemos negociar. Podemos conversar. Mas o que é claro é que nessa população de *borderline* há crianças, meninas e meninos, que não sabem se controlar. Os meninos vão agir contra os outros. As meninas vão ter atitudes contra elas próprias, se escarificando. Elas têm ideações suicidárias e elas se suicidam. Noventa por cento dessa população de crianças isoladas de forma precoce têm impulsos suicidários. E dez por cento dessa população se suicida de fato. Ou seja, é uma população em risco, e em risco enorme. E essa população está se desenvolvendo nos Estados Unidos, a curva está subindo muito rápido. Atualmente, a flecha de suicídio está na Grécia e nos Estados Unidos. E a flecha de *borderline*, de crianças delinquentes que não sabem se controlar ou interagir, que estão submetidas aos impulsos, está, mais uma vez, nos Estados Unidos.

Esses isolamentos precoces são determinantes tardios de grandes infelicidades. Homens e mulheres não reagem da mesma forma, então, sabemos o que fazer.

Em alguns países, foram tomadas decisões políticas que avaliaram o retorno do investimento. Eu trabalhei, na Suécia e na Dinamarca, em centros de resiliência que propõem aos decididores políticos decisões. Eles tomaram essas decisões, modificaram as condições educativas e afetivas na pequena infância e avaliaram os resultados. Então, sabemos do que estamos falando. E hoje sabemos como é possível prevenir de forma precoce uma infelicidade tardia.

Muito obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço o Prof. Boris pela sua explanação e pela didática maneira como apresentou o problema.

Nós tivemos aqui talvez um erro de comunicação, um engano, com a Drª Sylvia, que só utilizou cinco minutos do seu tempo, achando que só isso lhe era dado, mas não é verdade. Então, se quiser retomar o tema, esteja à vontade.

A SRª SYLVIA NABINGER – Realmente, eu pensei que tinha cinco minutos para falar e tentei reduzir o pensamento, mas vou apenas completar o que foi aqui dito.

As crianças que não têm estímulos ambientais no início na vida, se fizermos uma imagem do seu cérebro, veremos que há diferença entre o seu cérebro e o de uma criança que foi estimulada e foi bem cuidada no início da vida, que se completa, enquanto os neurônios são mais escassos numa criança, por exemplo, da Romênia. Tive a oportunidade de trabalhar ali como consultora internacional, depois da queda do Muro de Berlim, com crianças em abrigos que eram verdadeiros campos de concentração infantis, onde esses bebês estavam completamente isolados e sem atenção. Fui várias vezes à Romênia, depois à Bulgária e a esses países todos que passaram por essa situação tão difícil, entre eles a Albânia. Eu sempre era escolhida para continuar as capacitações. Perguntava-me sempre por que, diante de tantos profissionais europeus, me escolhiam, se eu era do Brasil, de Porto Alegre, do Juizado da Infância, onde eu trabalhava já há 30 anos. Era porque, infelizmente, eu tinha algo em comum: trabalhar naquelas instituições do mesmo jeito que eles. Eu entendia do que estavam falando, porque nos acontecia a mesma coisa, acontece a nós a mesma coisa.

A nossa situação é muito grave, muito mais do que nós podemos imaginar. Nós temos uma dívida enorme com essa sociedade. E somente se trabalharmos juntos nós vamos conseguir, independente de credos, partidos, inimizades, questões de gêneros, resultados.

Nós estamos em uma situação muito precária na questão da educação, apesar de termos esses índices tão importantes nos recursos econômicos, que é ser a sexta potência do mundo. Nós temos muita falta de investimentos no capital humano. Só se fala do capital financeiro, se fala do capital cultural, se fala de todos os tipos de capitais existentes, mas no capital humano poucas vezes se insiste.

É no início da vida que está o segredo e é ali que precisamos investir com seriedade. Saindo desse atoleiro em que nós estamos, dessa posição vergonhosa na educação, vamos poder mudar o Brasil em poucos anos. A condição é que se preste muita atenção nesse

início da vida. E esse início da vida começa na gestação. O mundo da gestante não é um mundo de silêncio. O feto escuta, sente, percebe o impacto do estresse da mãe. Então, é muito importante que a saúde, que a educação e a justiça andem juntas.

Realmente, nós mudamos os índices dessa mortalidade infantil e estamos orgulhosos disso. Mas essa criança que antes morria de diarreia no verão e de broncopneumonia no inverno morre hoje por tiro e bala na adolescência, a mesma criança. Então, nós precisamos, com urgência, mudar essa vergonhosa situação dessa população masculina, esse infanticídio desses moços, desses rapazes que estão morrendo vítimas de violência porque nós não estamos conseguindo, através das políticas públicas, fazer um trabalho de excelência. Isso é ensinar a cuidar e é casa por casa.

Essa forma como o cérebro se desenvolve vai se apoiar numa complexa inter-relação entre a carga genética herdada e as experiências vivenciadas. Então não se trata apenas do que o sujeito traz com ele na sua corrente sanguínea, nos seus genes, mas das primeiras experiências, das experiências precoces que ele teve.

Hoje vocês falaram do caso desse menino que foi abandonado aqui no lixão. Fico contente ao ver que, embora nós sempre, aqui no Brasil, tenhamos abandonado crianças no lixão, isso nunca foi notícia, mas está sendo notícia agora. Então, quer dizer, há uma indignação. E nós podemos, todos juntos, mudar essa situação tão difícil que nós vivemos hoje. E isso só se pode fazer se nós tivermos uma educação, uma pré-escola de qualidade, onde os professores possam, então, para aquelas famílias vulneráveis e mesmo para as famílias de classes sociais mais privilegiadas que já não cuidam mais de seus filhos, são terceiros que cuidam dessas crianças, cuidar com qualidade por intermédio do olhar, de um toque, de uma fala realmente estruturada e não pensar que a criança é um tubo digestivo a quem dou comida como se dá milho às galinhas. Essa é a diferença!

Para isso, nós precisamos ter uma educação infantil com professores competentes. E que a sociedade reconheça essas pessoas. Se hoje alguma mãe escuta de um filho que ele quer ser professor, ela diz: "Não, meu filho, o que é isso? Ganham pouco! Vá fazer outra coisa!" O professor não tem prestígio nenhum nessa sociedade. E isso é culpa de quem? De todos nós. É nossa responsabilidade.

Esses primeiros anos duram para sempre.

Isso é o que queria vir dizer aqui. Gostaria de poder intercambiar com vocês algumas ideias.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Srª Sylvia Nabinger.

Registro e agradeço as presenças do Sr. Vital Didonet, Assessor da Rede Nacional de Primeira Infância em Assuntos Legislativos junto ao Poder Executivo; também do Sr. Elizeu Clementino de Souza, Secretário-Geral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e Professor da Universidade do Estado da Bahia; assim como da Srª Sandra Santos Cabral Baron, Coordenadora do Observatório Internacional Rede Resiliência e Professora Associada da Universidade Federal Fluminense.

Gostaria de passar a palavra ao Deputado Federal Raul Henry para fazer suas considerações e, em seguida, passarei a palavra ao nosso querido Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Waldemir Moka, médico também muito ligado a essa área; depois, falará a Senadora.

O SR. RAUL HENRY (PMDB – PE) – Sr. Presidente; Srªs e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, eu estou aqui, na realidade, por uma solicitação do Deputado Osmar Terra, que é o Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Primeira Infância aqui no Congresso Nacional, para dizer que nós temos essa preocupação de entrar nesse debate de forma efetiva também.

O debate educacional no Brasil, nos anos 90, ficou muito voltado para a prioridade que se deu ao ensino fundamental; mas, felizmente, no ano 2000, a partir de todas as evidências que foram recolhidas na década do cérebro, década de 90, esse debate tem-se ampliado. Há um conjunto de iniciativas de Prefeituras, de Governos Estaduais voltadas para a primeira infância e há um ativismo crescente de instituições, muitas delas presentes aqui, voltadas para a primeira infância. Nós temos uma frente parlamentar no Brasil e temos uma articulação latino-americana.

Eu tive a oportunidade, inclusive, de representar a frente brasileira em encontro recente em Monterrey. Recomendo àqueles que não conhecem a experiência de Monterrey a irem ao México. Quando eu estava lá, a OCDE premiou a experiência de Monterrey como a melhor experiência de educação infantil do mundo. Inclusive, em estudo comparado com situações de Reggio Emilia, na Itália, e com o norte da Europa, centro de educação infantil que tem um médico exclusivo, psicólogo exclusivo, dentista exclusivo. É uma coisa impressionante; só vendo para acreditar. Eu achava que o relato do Deputado Osmar Terra fosse o de um apaixonado pelo tema, mas é preciso ir ao México para conhecer essa experiência. Evidente que tem um custo mais elevado que o financiamento da educação que

nós temos no Brasil. O custo estimado é de US$8,8 mil por criança/ano.

A educação básica no Brasil tem um financiamento aproximado de US$2,6 mil por aluno/ano, mas é certamente uma experiência que irá render muitos frutos no futuro, como muito bem foi dito aqui por especialistas que falaram, brilhantes conferencistas que participaram desta audiência pública.

Na Câmara dos Deputados, para concluir minha breve intervenção, nós estamos assumindo o compromisso de, ainda neste ano, com a assessoria do Dr. Vital Didonet, que é um dos grandes especialistas deste tema no Brasil, instituir a comissão especial que vai cuidar do marco legal da primeira infância.

A Comissão de Educação, como já disse, é muito voltada para a educação básica, e nós queremos criar uma comissão especial que possa se dedicar exclusivamente a uma legislação voltada para a primeira infância. Essa legislação deve dar uma prioridade aos direitos da mãe, aos direitos da criança e à formação de uma carreira profissional voltada para os cuidados com a primeira infância. Esses devem ser os pontos centrais que devem liderar essa discussão na Câmara dos Deputados.

Portanto, quero parabenizá-los, mais uma vez, pela iniciativa desta audiência pública e agradecer a todos pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Deputado Raul Henry.

Eu concedo a palavra, para suas indagações, ao nosso querido Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda, Dr. Boris, Drª Sylvia, Drª Fabiana, meu amigo Deputado Federal Raul Henry, eu quero primeiro justificar algo. A Senadora Ana Rita, que é a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, só não está presente aqui porque temos uma audiência e hoje há um tema polêmico sendo decidido na Comissão. Então, há um prejuízo. Nós Senadores somos 81 e são várias as Comissões que estão em reunião ao mesmo tempo. Em especial, discute-se um tema, o que me parece estar bem agitado, na Comissão de Direitos Humanos.

Vejam, eu sou professor, dei aula durante 15 anos – é bem verdade que dei aula para adolescente, mas lecionei também em uma universidade federal – e tenho uma formação médica. Mas eu tive um contato, já no ano passado ou retrasado, através da Frente Parlamentar da Primeira Infância, com o assunto.

Aqui eu quero dizer que não ele está presente, Raul, mas nós todos sabemos do compromisso que o Deputado Federal Osmar Terra tem com este tema. No ano passado, nós tivemos a oportunidade de discutir a questão e o compromisso de que na Câmara dos Deputados nós pudéssemos ter realmente esse texto, iniciar esse debate.

Eu quero dizer que, para mim, que tenho uma formação, um contato com o tema, ele é surpreendente. Porque quando você começa, à luz de pesquisa, de informações realmente científicas, a ver que é exatamente nos três primeiros anos de uma criança que ela tem essas conexões, você vê o lado afetivo, aí começa a entender.

Eu me lembro, em uma dessas palestras, de alguém dizendo que, quando uma criança é maltratada, hostilizada, ela chora, ela grita, ela esperneia. Agora, imagine essa criança com um ano, dois anos, às vezes até menos de um ano, quando ela tiver 1,8 metro e 90kg, o que vai acontecer. É o que explica, às vezes, a crueldade de pessoas até "bem-nascidas", entre aspas, porque não tiveram carinho.

Então, muitas vezes, a gente tem uma preocupação. É claro que uma criança mal alimentada, desnutrida, nos três primeiros anos de vida, não tem nem a formação do sistema nervoso central. Isso talvez seja uma prioridade. Mas, no mesmo nível, estão as pessoas que vão cuidar, que vão olhar aquelas crianças. Muitas vezes, lares pobres, mas onde há carinho, afeição, dão ao mundo seres muito mais equilibrados, muito melhores. É exatamente isso que essa pesquisa revelou. E para mim isso fez uma diferença muito grande. A partir daí, eu comecei a acompanhar o tema.

A gente fica lendo e fica cada vez mais preocupado. E aí, Drª Sylvia, a preocupação é exatamente esta: não adianta...

Então, nós temos que fazer com que as pessoas, os professores, as creches tenham gente e realmente tenham isto: qualidade principalmente na questão do afeto para essas crianças. É claro que não adianta a gente falar de afeto, claro que tem condições.

Eu não tenho perguntas, estou aprendendo. Cada vez que eu escuto, eu me convenço ainda mais da necessidade do debate.

O Congresso Nacional tem de chamar para si a responsabilidade. Eu gostaria que muitas pessoas que decidem sobre recursos, sobretudo no Executivo, pudessem ter acesso a essas informações, porque eu não tenho dúvida de que, se começarmos a cuidar das nossas crianças, nós teremos, a médio prazo, pessoas adultas muito melhores e um mundo muito melhor, menos agressivo, menos hostil. Agora, é preciso que as pessoas conheçam isso, sobretudo as que têm poder de decisão quando vão votar um orçamento, quando vão destinar recursos, porque muitas vezes há a preocupação... Dizem: "Ah, mas nós temos a creche". Na verdade, se você analisar, no Brasil, apenas 22% das

nossas crianças têm algum tipo de atendimento em creche, que hoje é Ceinf, já tem outro nome. Então, se nós não tivermos a preocupação de cuidar das crianças, principalmente na sua primeira infância, de 0 a 3 anos, depois dos 6, 7 ou 8 anos, penso que, lamentavelmente, já teremos muita coisa perdida.

Quero encerrar a minha fala, Senador Cyro Miranda – eu tenho esse compromisso –, dizendo que cada vez que venho eu aprendo. Quero parabenizar, em geral, pelas palestras, que achei importantes.

De uma forma muito especial, parabenizo o Dr. Boris, porque a sua compreensão, a sua fala, a amplitude que ele dá ao tema é muito importante.

Penso que nós aqui, na Comissão de Educação, na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Direitos Humanos, em parceria com a Câmara dos Deputados, o mais rápido possível, devemos ter um texto. Agora, esse texto, Raul, tem de ser... As pessoas que tratam desse tema, que estão familiarizadas com ele, precisam ser ouvidas, e o Congresso, antes de votar, vai ter muito o que aprender, porque senão não vamos dar conta de colocar, no nível de entendimento que esse assunto merece, a importância que tem cuidar da criança. Sobretudo insisto nisto: no trato das crianças de 0 a 3 anos.

Muito obrigado, Senador Cyro Miranda. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Waldemir Moka.

Concedo a palavra, com muito prazer, à nossa Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Cyro Miranda, queria cumprimentar pela iniciativa das Comissões, não só a de Assuntos Sociais, presidida pelo nosso colega Moka, como pela de Direitos Humanos, presidida pela Senadora Ana Rita. Cumprimento, particularmente, os expositores, que deram uma aula na sua especialidade.

Não é por nada que a gente vê a Drª Sylvia indo para países tão distantes, com culturas tão diferentes, embora, quando se trata de pessoas, pessoas são pessoas, têm as mesmas necessidades em qualquer lugar do mundo. Então, o afeto, o cuidado, o trato de um ser que está em formação, como uma criança, é o mesmo aqui e na Romênia, na China, na América do Sul, na América do Norte, no Hemisfério Norte.

Queria cumprimentar, então, a Drª Sylvia, o Dr. Boris, a Drª Fabiana e especialmente o Deputado Raul Henry, que representa aqui o Deputado Osmar Terra.

Sou do Rio Grande do Sul. Tenho um orgulho muito grande de compartilhar com o Deputado essas preocupações, embora não pertença ao grupo que está intensificando esse trabalho. Ele também vem trabalhando muito com a Universidade de Harvard nessa área. Convidou-me para estar com ele, mas a gente aqui tem uma múltipla atividade e eu prefiro, se tiver de fazer pela metade, não fazer.

Ainda assim, sofremos muito, Drª Sylvia, a senhora falou sobre isso, com a questão da nossa ausência. Aqui temos várias comissões temáticas. Daqui a pouco, às 11h40min, uma comitiva da República Tcheca estará sendo recebida oficialmente pelo Presidente do Senado e somos convidados para receber e dar as boas-vindas a uma autoridade de um país amigo do Brasil. E temos outras comissões do mesmo modo. Então, nós temos aqui esse dilema. Como não temos a capacidade da bilocação, é difícil conseguirmos conciliar todas as reuniões. Ontem mesmo houve uma reunião e eu tinha essa informação, só que era impossível comparecer, porque eu estava chegando dos Estados Unidos, tínhamos uma votação prevista sobre a questão do voto aberto.

Eu fiz um curso há muito tempo para ser professora. Na época, chamava-se curso normal. Eu nunca me esqueci de uma aula da professora que dava Pedagogia em que ela dizia que a criança tinha todos os impactos da relação e da amamentação da mãe. Quando a mãe deixava de amamentar no peito e passava para uma alimentação, já havia um rompimento da relação afetiva com a criança. Eu nunca me esqueci disso, porque começava a observar, na própria relação familiar – eu sou a mais velha de nove irmãos –, como isso se dava nos meus irmãos mais jovens, mesmo tendo olhado, depois de ter estudado, o comportamento e as atitudes. E de fato isso tem impacto. A ciência mostra, os especialistas que estudam isso mostram essa relação.

Como os senhores já deram verdadeira aula, tudo isso tem transversalidade: a educação, o cuidado, o direito humano, a saúde. Todas as áreas são uma rede que, se não vista conjuntamente... A creche sozinha não resolverá. Ela tem que estar envolvida com todo o processo das instituições responsáveis.

Aqui é uma Casa Legislativa, fazemos as leis. Eu particularmente acho que lei eficaz é aquela que vale, aquela que entra em exercício, em prática, na prática efetiva daquilo que nós deliberamos. Leis podem ser muito bonitas, mas, se ficam no papel, não resolvem nada.

Então, eu perguntaria à Drª Fabiana e faria a mesma pergunta – porque podem ter posições diferentes – à Drª Sylvia: na visão de especialistas, no Brasil, visto hoje, com as necessidades que temos, quais são três prioridades, três coisas, isso, isso e isso, para que a primeira infância tenha a proteção necessária?

Para o Dr. Boris, eu queria perguntar: do que ele conhece do Brasil, como ele avalia a posição brasileira

em relação aos outros países, se é que o Brasil tem alguma coisa nova para algum especialista como ele levar como experiência ou uso, ou se não temos nada, e o que deveria ser feito na visão de um especialista como o senhor?

Então, essas são as questões práticas que eu gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Então, eu vou aproveitar que nós estamos em três e vou fazer também a minha pergunta. Tenho uma pergunta para cada um.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda, eu peço desculpas...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu sei que o senhor tem um compromisso às 11 horas e já está até com 30 minutos atraso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O senhor preside uma reunião agora.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero me colocar, na condição de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, à inteira disposição do Osmar Terra, da Câmara dos Deputados. Principalmente eu, V. Exª e a Senadora Ana Rita, acho que nós três, tínhamos que, depois desta audiência pública, ver o que... Eu delego a V. Exª o encaminhamento e à Senadora Ana Amélia, e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Peço desculpas e licença para me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ao contrário, muito obrigado pela sua presença.

Eu faria aqui primeiro uma pergunta ao Dr. Boris: quais são as características de indivíduos sobreviventes e resilientes? Segundo, eu tenho uma curiosidade. O *bullying,* hoje, nas escolas, está explicitado. Mas, anos e anos atrás, isso não existia. E na formação das famílias, também havia famílias que tinham uma afetividade maior, outras, menor, independente da sua condição social. Mas, na verdade, de uns anos para cá, isso se explicitou, embora esse problema a gente saiba que já existia tempos atrás.

Pergunto também à Drª Fabiana: como a senhora avalia a proposta de redução da maioridade penal, atualmente em discussão no Senado, no contexto dos estudos sobre a resiliência?

E à Drª Sylvia: qual deve ser a formação dos profissionais do cuidar?

Então, primeiro, começamos pelo Dr. Boris. Depois, a Drª Sylvia e a Drª Fabiana responderão às perguntas da Senadora Ana Amélia e às minhas.

O SR. BORIS CYRULNIK (Tradução por profissional habilitado.) –Muito obrigado pela sua confiança, Srª Senadora. Conheço muito bem o Brasil, porque cheguei há 48 horas. Então, vou responder facilmente à sua pergunta.

Penso que, para responder à sua pergunta de forma mais séria, as palavras-chaves são “antes do trauma” e “depois do trauma”. Antes do trauma acho que há duas palavras-chaves que permitem organizar o nicho afetivo em volta da criança: aquisição de um vínculo seguro, dar à criança uma confiança, uma autoconfiança, e desenvolver uma atitude, a mentalização. É possível fazer isso oferecendo à criança uma estabilidade afetiva de alguns meses, já que a estabilidade é identificável depois do décimo mês. No vigésimo mês, quando a fala surge, a criança adquiriu uma arma para controlar as suas emoções. Ele pode falar com palavras o que antes dizia com golpes e gritos. Então, essa mentalização... Em vínculo seguro, em estabilidade afetiva, é fácil falar, mas nem sempre é possível proporcionar, depende das situações familiares, da guerra, da precariedade, mas, se pudermos dar isso, estabilidade afetiva, a maior parte das crianças vai adquirir um vínculo seguro.

A mentalização. Quando eu era estudante de Medicina e de Psicologia diziam que uma criança não entendia nada enquanto não era capaz de falar. Sabe-se hoje que é isso absurdo e que uma criança entende, em seu pequeno mundo mental, muita coisa. Ela processa essas informações. Sabemos que hoje falar em volta de uma criança e, ainda melhor, falar com o bebê com canções com a cultura do dia a dia... Observamos, inclusive, como o cérebro é esculpido pelas palavras da mãe e do pai ou da figura de vínculo. Podemos ver como o cérebro se transforma em zonas de sons. Progressivamente, essa zona de som se torna a zona da linguagem. Então, a gente faz uma fotografia, como a Sylvia mostrou, uma neuroimagem, e consegue fotografar essa metamorfose, que é feita pela estabilidade afetiva e pelo fato de falar e brincar com o bebê, se for possível.

Depois do trauma, quando uma infelicidade ocorreu, há duas palavras para responder à sua pergunta: apoio afetivo e sentido. Apoio afetivo: se houver uma família é ela que fornece o apoio afetivo, mas quando um membro da família está sofrendo, a família inteira sofre. Então, é preciso pessoas talvez um pouco mais distantes em volta da família, instituições locais, associações, amizades para trazer esse apoio porque a

família está em sofrimento e porque, talvez, não seja da cultura fornecer esse apoio local.

A segunda palavra, como falei, é o sentido, o sentido dado ao nosso sofrimento. Essa é a nossa história. É preciso que haja alguém que seja capaz de ouvir essa história e é preciso agir nas narrativas coletivas para dizer que uma criança traumatizada, uma criança que começou mal a sua existência porque foi ferida, porque está num bairro difícil, com a cultura, pode, sim, modificar essa representação. Não é uma fatalidade. Com filmes, com romances, com explicações, com ensaios e debates, a gente se dá conta e descobre facilmente que há ilustrações de pessoas que foram feridas na sua infância, que sofreram, que receberam esse sofrimento e que, bem cercados, retomaram um bom desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Gostaria que o professor, aproveitando já a sua fala, respondesse também às duas indagações que fiz. Perguntei quais são as características de indivíduos sobreviventes e resilientes e também perguntei por que o *bullying*, nas escolas, hoje, está muito mais explicitado, e não acontecia anos atrás com a mesma formação e a mesma situação de família.

O SR. BORIS CYRULNIK (Tradução por profissional habilitado.) –Sim, achei que ia escapar da sua pergunta, mas eu vejo que anotou tudo. (*Risos.*)

Nós não falamos ou nós evitamos falar em personalidade resiliente porque pensamos em termos de sistema. Observamos, por exemplo, que, no caso de crianças que foram muito maltratadas, muito hesitantes, se reorganizarmos o seu cerco familiar, o bairro, nós vemos que essas crianças mudam de comportamento, mudam de estilo afetivo. Então, não é realmente inscrito na sua personalidade. Há uma troca constante entre aquilo que eles são e o que está em volta deles. Por isso evitamos falar de personalidades resilientes; preferimos falar em processo resiliente, ou seja, transações incessantes entre um desenvolvimento e um meio – são transações incessantes.

No caso da segunda parte, do *bullying*, eu acho que o *bullying* sempre existiu, e até então fizemos algo social com a violência. Até pouco tempo atrás as mulheres desprezavam um menino que não era violento, tinha apelidos de desprezo e ensinava a violência para os meninos. Agora, com os avanços, a gente não pode tolerar mais o estabelecimento desse tipo de relação humana.

Eu acho que aprovei cem vezes a decisão de falar de novos vínculos. Agora, graças aos nossos avanços, podemos aprender a tecer novos vínculos.

O *bullying* mudou de significação. Antes, as crianças, os meninos principalmente, eram encorajados a brigar na escola, mas a gente não chamava isso de *bullying*. Eles iam trabalhar nas minas. Eu fui trabalhar com os meninos nas minas – eu não conheci a época das 15 horas por dia, mas eu conheci a época das 12 horas por dia de trabalho. Um menininho que não tinha dor costas e que não carregava 17 vagões tinha vergonha disso, porque assim como as mulheres faziam algo social com a sua barriga, os homens o faziam com seus braços. Se um homem não era capaz de carregar 17 vagonetes, ele tinha vergonha, como uma mulher, se não conseguisse colocar no mundo uma criança, tinha vergonha dela, porque ela não participava da violência da socialização nessa época. Hoje a gente tem muito avanços. E é preciso mudar de estilo afetivo e de relação.

Ora, hoje o *bullying* mudou de estilo, não é mais para afirmar a sua força, mas para humilhar. Então, a gente vê aparecer nas escolas uma tendência de alguns meninos – das meninas também, mas em número menor – de expressar a sua força para humilhar outro menino. Nesse acaso, é um assédio, não é um golpe. Todo mundo, Sr. Senador, nós todos já voltamos com o nariz escorrendo, sangrando e com sangue no olho. Todo mundo já viu isso. É um golpe, não é um trauma. Ser assediado e humilhado, isso sim é um trauma, porque se insere, se inscreve na representação de si próprio. Se somos humilhados, isso é grave, mas um golpe não é tão grave. A humilhação fica na memória.

O *bullying* atual é um ato sádico, em que alguns meninos, muitas vezes humilhados socialmente, eles próprios acham que vão ter uma revanche pela força física. Muitas vezes eles próprios foram humilhados socialmente por um insucesso escolar, por um desastre familiar, e acham que vão reparar a autoestima humilhando outra criança.

Eu acho que, se a gente cercar essas crianças, proteger essas crianças, a violência pode mudar de significado. Assim seremos capazes de lutar contra essa violência.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Estou plenamente satisfeito com as respostas.

Por gentiliza, Drª Sylvia.

A SRª SYLVIA NABINGER – Pediram-me três ideias a respeito de como podemos melhorar essa nossa situação da primeira infância. Eu creio que a primeira coisa seria que a saúde pública pudesse estimular programas mãe/bebê pensando nessa gestação, nessa humanização da gestação, na questão dos partos, na questão da qualidade do acolhimento dessas gestantes. E prestando atenção também em algo muito sério, penso que na maioria das vezes não estamos falando muito disso, que é a questão da prematuridade.

Atualmente, 8% das crianças nascidas no Brasil são prematuras, o que deixa as nossas UTIs neonatais sempre lotadas. Quando nós estudamos a questão da violência na vigilância, vemos que muitas das crianças negligenciadas e maltratadas são prematuras. Quer dizer, houve alguma falha no início da vida, na questão do apego. E os profissionais tanto da saúde, como do serviço social ou da psicologia, pouco prestaram atenção a elas naquele momento. Então, é muito importante que os serviços estejam alertas para diminuir esse flagelo que estamos vivendo sempre com as UTIs neonatais lotadas, porque parece que as mães não estão conseguindo chegar a esse final de gravidez como antigamente, talvez.

A escola para pais seria também uma alternativa que poderia melhorar muito a qualidade das interações entre pais e filhos. Precisamos levar mais conhecimento, informação e formação para esses pais.

O terceiro elemento, e aí eu juntaria com a pergunta sobre como qualificar os cuidadores, seria realmente qualificar a rede toda, não só os professores, mas a enfermagem, a obstetrícia, o serviço social na questão da infância. Por exemplo, hoje, para ser professor em uma escola de educação infantil, para ser cuidador, basta passar num concurso. Não é exigida nenhuma qualificação. Então, muitas vezes, aquele profissional pensa que vai trabalhar na cozinha ou que vai limpar a escola, e ele termina tendo que fazer a higiene do bebê. E é curioso se observar como fazem essa higiene na maioria dos nossos espaços coletivos. É quase como um lava jato. Não há interação, não há toque, não há palavra. É realmente limpar.

É isso que queremos? Não é isso. É exatamente o contrário. Isso deixa marcas nesse corpo. Nesse nicho sensorial que o Prof. Boris nos explica com tanta detalhe é que começa. Se essa criança passa 12, 14 horas dentro desse espaço coletivo, como pode ser que nenhuma pessoa converse com ela? Ou que, depois, seja colocada em um bebê conforto sem nenhuma mobilidade, presa ali o dia inteiro? Ou que, por exemplo, seja alimentada de uma forma rápida, sem o olhar atento do adulto, sem que conversem com ele?

São essas práticas que devemos modificar. Para isso, estamos trazendo, em Porto Alegre, junto à Prefeitura, a experiência da Hungria, da Emmi Pikler, uma pediatra que está nos ensinando como se ensina a cuidar detalhadamente de um bebê de 0 a 3 anos. E é isso que estamos tentando passar, porque a palavra é formação e informação, mas com qualidade. Não adianta só fazer escolas de educação infantil, para que passem o dia lá como se fosse um depósito de crianças. Também precisamos qualificar as babás; nós precisamos ter tecnólogos de babás; nós precisamos fazer com que elas sejam pessoas importantes na vida das famílias, que escutem os profissionais, que não apenas digam: "Eu acho que". Acabou o "achômetro" neste século XXI.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Drª Sylvia.

Passo a palavra à Drª Fabiana e peço que, também, aproveitando, faça suas considerações finais.

A SRª FABIANA GADELHA – Senadora Ana Amélia, essa pergunta é muito capciosa, e eu acho que o Brasil inteiro se pergunta como fazer isso; é uma questão realmente prática em que a gente fica rodando atrás do próprio rabo, falando o que há, o que implantar, o que é implementar e quais são essas ações.

Dentro da minha formação teórica e prática, eu quero oferecer uma solução – um miojo, três minutos? Não, não é isso –, mas trazendo uma nova pergunta: como é que eu vou cuidar de uma criança se eu não tenho esse cuidador qualificado, como a professora Sylvia disse? Então, o primeiro passo é cuidar do cuidador. Não adianta eu ficar trocando de cuidador; eu tenho que preparar esse cuidador, essa família, preparar essa família para a adoção. E preparar essa família não para a adoção daquele filho que não deu certo naquela família, mas para a adoção daquele filho no momento em que ele chega.

Essa mãe que deixou essa criança na caçamba hoje pela manhã não adotou essa criança. Ela gerou, ela gestou, mas ela não acolheu como filho por algum motivo. Então, não adianta, simplesmente, tirar-lhe o poder familiar e colocá-la em uma instituição de responsabilização. Eu preciso cuidar dessa pessoa, eu preciso preparar essa família, e não só essa mãe, não só dar esse cuidado mãe e bebê, mas ao pai também. O homem é muito importante na formação dessa família. Ele é o responsável, às vezes, pelo abandono que essa mãe está vivendo, pela violência a que esta mulher está sendo submetida dentro de casa. Então a família é o primeiro mote. Se eu preparo essa família, eu vou receber e vou preparar essa criança que vai chegar e os outros com quem ela vai conviver. Assim, eu acho que a primeira noção que a gente tem é de que devemos tirar um pouco esse estigma do atendimento segmentado: homem, mulher, criança, tratando a família como uma unidade que precisa de cuidado. Daquela família vai sair um profissional. Todos nós somos parte de uma família, nós estamos cuidando no dia a dia.

É claro que esses profissionais precisam ser qualificados, como a professora Sylvia colocou, não só sob o ponto de vista técnico, mas do ponto de vista da humanização, de educação e de direitos humanos, para que eles possam realmente encontrar na profissão

que escolheram não só um ganha-pão, mas escolher um lugar que possam chamar de seu e em que possam fazer qualquer coisa que desejarem, seja cuidar de uma cozinha, seja cuidar de um bebê, seja dar aula, seja ser um médico, seja ser um legislador, um prefeito, um presidente. Que possam ser cuidados e saber que aquilo que estão fazendo em um espaço segmentado vai, necessariamente, impactar todos. A gente vive aquele eterno efeito borboleta: uma ação que eu faço aqui vai impactar lá na frente, e isso vai responder um pouco a essa questão da maioridade penal.

A questão do Legislativo é que ele não está aqui só para fazer leis, mas também para fiscalizar o cumprimento dessas leis junto aos outros órgãos de controle. Quando eu priorizo uma destinação de uma emenda para fazer um *show* de final de ano, eu estou tirando esse recurso da educação e da saúde. Então, deve haver um pacto desse político, não só com os seus colegas Senadores e Deputados, mas com o político local, com o vereador que vai estar ali no seu território fazendo o orçamento. Portanto, eu acho que o papel do legislador, isso tanto se aplica ao Senado, quanto à Câmara, quanto à Câmara de Vereadores, se dá na fiscalização da aplicação desses recursos, em saber se o Executivo está fazendo aquilo que precisa ser feito, não só em questão de percentual – tantos percentuais para a saúde e para a educação –, mas na qualidade dessa aplicação. Se não fosse assim, a gente não teria hoje uma descrença coletiva e a corrupção como uma coisa normal; um esparadrapo superfaturado é uma coisa normal; eu ter um professor mal remunerado é uma coisa normal; eu posso ter um vereador que ganha R$20 mil e um professor que ganha R$800,00. Quem é que vai cuidar disso? Eu acho que é um esforço de todo o Legislativo mudar esse paradigma, não é? Portanto, vocês, quando eu falo vocês refiro-me a todos os que estão aqui, são a vitrine do País.

A gente assiste à *TV Senado,* assiste à *TV Câmara,* quer saber o que o nosso político está fazendo. O ano que vem será ano de eleições. Até quando a gente vai continuar reelegendo quem prefere fazer festas do que realmente investir na educação? (*Palmas.*)

A atuação desse legislador está pautada nisso, não só em sentar e ficar fazendo lei. Às vezes, eu peco pela língua, mas, sem querer criticar – pelo amor de Deus! –, lembro que outro dia vi uma legislação questionando o peso da mochila do estudante. Pelo amor de Deus! A família é quem tem de saber disso. Não cabe a uma instância legislativa dessas discutir esse tipo de coisas. Há coisas tão maiores que a gente pode fazer acontecer! Podem fazer uma CPI começar e terminar.

Essa descrença que nós brasileiros vivemos é porque a gente acha que tudo não vai dar em nada. O problema não é a idade do sujeito que vai para a cadeia, o problema é a sensação de impunidade que a gente vive todos os dias, é a gente achar que só o preto, pobre e lascado será preso, aquele que não tem dinheiro para pagar um advogado. (*Palmas.)*.

Então, essas ações a gente precisa repensar e ver que a primeira infância é o primeiro passo. Sou mãe de três filhos, uma de seis, um de quatro e uma de três. Cada um veio de um jeito, cada um veio com uma história, cada um tem uma mãe biológica. A primeira é minha filha biológica, o segundo veio de uma mãe do Paraná, a terceira veio de uma mãe de Brasília. Cada um tem uma história. Eles chegaram para mim. Como vou garantir a vida deles se não investir tudo aquilo que tenho para eles?

A gente sabe que o cuidado nos três primeiros anos é fundamental, mas não pode achar que, se essa criança perdeu esse momento, será assim mesmo: esse filho será complicado porque não sei a origem dele, porque não sei de onde ele veio, qual é o DNA dele. Isso não interessa! Todo dia é dia de cuidar de novo.

Com isso eu respondo ao terceiro ponto. Eu não posso desistir de cuidar do ser humano. Se eu acho que o menino de 12 anos que já matou doze, traficou não sei quantos quilos de cocaína, roubou merece apodrecer na cadeia por 20 anos, estou desistindo daquele ser humano, porque a gente sabe que o nosso sistema penitenciário não recupera ninguém. Tanto sabe que o Ministro da Justiça disse que prefere morrer a ser preso. Então, têm razão, realmente, as pessoas que foram recolhidas em não querer ficar lá, porque ninguém quer, nem mesmo um adolescente que cometeu um ato, às vezes, cruel, sim. Já trabalhei com muitos adolescentes que cumprem medida socioeducativa. Sei que são meninos que têm uma crueldade estampada no rosto, o que a gente acha uma coisa sobre-humana, mas é muito mais humano do que qualquer bandido perverso que está na Papuda há 30 anos, porque ele é fruto de toda uma equação que deu errado. Ele não teve uma escola para estudar, ele não teve uma família que o acolheu e, mesmo aquele que teve um pai e uma mãe, como tantos outros que já mataram, inclusive, seus pais e cometem crimes que não têm a justificativa da pobreza, não teve cuidado, faltou preocupação àquele professor que poderia acolhê-lo.

Então, não me cabe julgar. A minha formação é em Direito. Eu acredito na lei, mas nem sempre acredito na justiça, porque a gente sabe que dificilmente um filho de um figurão famoso, ao chegar aos 16 anos, vai cumprir uma medida socioeducativa.

Aproveito esse gancho para responder à sua pergunta, Senador Cyro. Diminuir a maioridade penal é um crime tão grande quanto colocar a pena de

morte no Brasil, porque a gente sabe que o medo da cadeia pode reprimir alguns cidadãos de cometerem crime, mas se cadeia reprimisse o crime, não haveria ninguém preso.

Esse adolescente que é defendido tem todas as garantias constitucionais de 0 aos 18 anos – na realidade, 18 anos, 11 meses e 29 dias, até praticamente 19 –, tem o direito de ser educado, acolhido, recebido, alimentado socialmente e politicamente. Ele, sim, é que vai transformar. Diminuir isso para 16, para 14, para 10 ou, como nos Estados Unidos, para qualquer época não vai resolver o nosso problema. Isso só vai aumentar a nossa população carcerária e jogar sujeira para debaixo do tapete.

A gente sempre acha que aumentando a responsabilização, vão responder. Hoje, há miniprisões no sistema socieducativo onde moram adolescentes. Até pouco tempo atrás, no ano passado, no Espírito Santo, a gente viu, eles moravam em contêineres. Pelo amor de Deus! O que é que eu vou esperar desse cidadão? Ele é um cidadão, ele pode votar. Nós damos o direito a ele de votar, mas não damos a ele o direito de viver minimamente como ser humano. Nem um cachorro a gente põe dentro de uma lata de sardinha e o deixa viver lá.

Então, é muito fácil a gente ficar se preocupando com a forma como o exterior vai ver o Brasil nesta Copa. Dizemos: como os estrangeiros vão respeitar o Brasil, se ele não sabe fazer festa? Mas não sabemos olhar esse nosso adolescente que está pedindo socorro. Eu acho que esse é um grande desafio desta década.

A discussão da maioridade penal vem e volta, vem e volta, e sempre volta num momento de turbulência. Eu acho que é o momento de a gente acabar com isso. Tinha que se tornar, inclusive, cláusula pétrea essa questão, para não se poder tocar nesse assunto, porque não resolve, porque é um desrespeito e porque a gente está querendo terceirizar.

Temos, sim, que ser mais incisivos com esse adulto que usa desse direito do adolescente a não ser preso para fazê-lo cometer crime. Nós temos, sim, que penalizar esse professor que não cuida desse adolescente, que não cumpre o dever dele como educador e essa família que se furta, realmente, de destinar a ele todo o cuidado de que ele precisa. A partir do momento em que ele cometeu um crime, em que ele está internado por medida socioeducativa, devemos garantir que ele possa ser resgatado, que ele aproveite esse momento, essa nova oportunidade que está tendo para que não possa, novamente, incidir no erro. Acaba que isso dá uma chance de diminuir a criminalidade quando ele completar 18 anos e for julgado como cidadão adulto.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Drª Fabiana.

Antes de encerrar, eu passo a palavra, para suas despedidas e considerações...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, eu só queria fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – A Drª Fabiana levantou uma questão bastante polêmica, que ficaríamos aqui a tarde discutindo. Eu teria outros argumentos quanto à questão da maioridade penal.

Eu acho que a sua mensagem final foi a seguinte: temos que ter padrão FIFA para a educação infanto-juvenil.

A SRª FABIANA GADELHA – Exatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Acho que foi isso que a senhora pediu, não é? Padrão FIFA.

A SRª FABIANA GADELHA – Exatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Bom, eu queria só fazer um registro, Presidente Cyro Miranda, em função da relevância da questão.

Eu estive visitando o Município de Sarandi, que fica na região de produção do meu Estado, tem 23 mil habitantes – a Drª Sílvia conhece. Para a minha alegria, a Prefeitura tem creches para acolher crianças de 6 meses a 5 anos. Eu visitei a creche. Não era creche para uma visita – é assim porque o prefeito vai lá verificar, as pessoas vão lá –, mas porque o prefeito é professor, é educador. A criança chega às 6, bem de manhã, e sai às 18, à tarde. As cuidadoras, a cada período, a cada ano, fazem uma reciclagem na sua formação. São jovens. A maior parte são mulheres que atendem as crianças. Eu vi um ambiente de crianças – em geral, o barulho de criança é um barulho alto, pois ficam brincando e tal –, mas estavam separadas por classes nas suas diversas atividades, umas vendo televisão, outras fazendo trabalhos manuais, desenvolvendo a capacidade motora, outras dormindo porque eram muito bebês, não havia atividade para elas, um ambiente extremamente limpo, muito organizado, muito cuidado.

O mais importante foi o relato que ouvi de que essas crianças têm esse ambiente 12 meses ao ano. Em geral, pela legislação brasileira, pela capacidade do prefeito, ficam 9 meses ou 10 meses ao ano. São filhos de operárias que estão em fábricas, pois há muitas fábricas naquela região.

Portanto, à criança acolhida ali, o que acontece, de acordo com o relato que recebi? Ela vai impactar o meio onde vive, porque vai querer receber da família aquele mesmo tratamento de higiene no banho, ao escovar os dentes tantas vezes, como a professora en-

sina. Ela leva isso para aquele ambiente que recebeu e os faz modificar também os critérios. Às vezes, ela vive num ambiente hostil, tem pais alcoólatras ou são malcuidadas, têm má alimentação. Então, vai impactar essa criança que recebe esse cuidado.

Apenas estou dando esse relato para dizer o quão importante é esse cuidado com essas crianças nesse período da vida, porque ela vai ser uma pessoa completamente diferente quando ela tiver o discernimento para fazer as suas escolhas.

Então, eu queria renovar o agradecimento a vocês pela aula que deram aqui para todos nós, mas eu precisava fazer esse registro, porque isso acontece numa cidade de 23 mil habitantes, no Rio Grande do Sul, e eu fiquei muito orgulhosa de ver esse trabalho. Bom seria se no Brasil todo houvesse creches para atender às crianças brasileiras. Aí não teríamos, seguramente, tanta violência quanto nós temos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Esse é um dos bons exemplos que o Rio Grande do Sul nos dá, além das duas personalidades que aqui estão.

Em relação à mochila, hoje eu fiz uma crítica muito grande. Eu não fiz na nossa Comissão, porque eu estava presidindo e não cabe ao Presidente; tive que aprovar. Porém, é uma coisa inócua. Eu acho que nós temos tanta coisa para fazer... Então, falaram, falaram... Façam uma campanha, então, dizendo o malefício que ela faz pura e simplesmente. Mas, infelizmente... Devagarzinho nós vamos mudando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – É, a democracia é isso aí.

Professor Boris para suas despedidas e considerações finais, por favor.

O SR. BORIS CYRULNIK (Tradução por profissional habilitado.) – Eu acho que a fala circulou bastante e que todos estamos de acordo ao dizer que é preciso ter um novo olhar sobre a infância e que a criança não é só um ser biológico que se desenvolveria sem meio. Nós observamos hoje que, ao contrário, ele é surpreendentemente esculpido pelo meio, pelo afeto e pelas narrativas que o envolvem. Sabemos também que podemos avaliar todas as etapas de desenvolvimento de uma criança. Quando uma criança é ferida, podemos avaliar todas as etapas que permitem recuperá-la e curar as feridas dessa infância.

Eu fiquei muito feliz com o seu testemunho sobre essa cidade que eu não conheço. Sabia que iríamos nos ver hoje, por isso quero dizer que decidimos montar, na França, institutos da pequena infância. Essa situação é um pouco estranha, porque damos às nossas crianças das creches ou associações psicólogos que, às vezes, estudaram durante dez anos para cuidar das crianças, embora a maior parte dessas pessoas nunca pegou uma criança no colo. Eles têm conhecimentos intelectuais que mereceram, fizeram com que eles merecessem o seu diploma, mas não sabem brincar, acolher, falar com um bebê. Às vezes, atribuímos essas vagas a enfermeiras que fazem estudos cada vez mais complexos, que são muito competentes. A nossa cultura faz com que hoje uma mulher coloque no mundo uma criança, na França, quase aos 32 anos. O primeiro bebê está na barriga de uma mulher de 32 anos. Então, depois de 30 anos, medicalizamos a gravidez. Essas mulheres estudaram, elas não roubaram os seus diplomas. Colocam no mundo uma criança, e as enfermeiras não têm o direito de ficar com crianças doentes. Elas têm que orientá-las e botar essas crianças fora da creche. Então, temos formações formidáveis, psicólogos, enfermeiros, mas que não são adaptados ao acolhimento da pequena infância.

Ora, hoje, nós temos meios para capacitar rapidamente, como a senhora falou. A maior parte do tempo, capacitamos mulheres. Há alguns homens também, mas, na maioria, são mulheres muito motivadas pelas profissões da pequena infância. Elas gostam disso, elas se capacitam a vida toda, até depois da aposentadoria. Temos estudantes de 70 anos que estão anotando, tentando entender, progredir e avançar.

Então, hoje nós fundamos e iniciamos dois institutos da pequena infância, onde vamos dar uma capacitação de 12 a 18 meses, depois do vestibular, ou seja, bem inferior a um curso de Psicologia, e as pessoas vão poder continuar, como a senhora falou, a vida toda a se capacitarem, durante os 120 anos de existência a que todos nós temos direito. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A Drª Fabiana gostaria de fazer um convite para o lançamento do livro *Unir para Cuidar*, de sua autoria.

A SRª FABIANA GADELHA – Fiz a organização, na verdade. Ele foi escrito por pouco mais de 20 profissionais que participaram do 17º Encontro Nacional de Apoio à Adoção no ano passado. É uma iniciativa que tem sido muito divulgada, porque nós estamos trazendo estratégias, tecnologias sociais para a promoção do direito à convivência familiar e comunitária. É este livrinho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O lançamento será quando?

A SRª FABIANA GADELHA – O lançamento vai ser hoje, às 20 horas, aqui na Biblioteca do Senado.

Dentro da pasta de vocês, está o *e-book*, que é uma mídia vermelha, que tem a tecnologia com destino para computador. Quem gosta de ler pode buscar um exemplar. Ele é gratuito. Dentro da pasta de vocês também há um vídeo, "Adoção e Família para Todos", que também é um trabalho que a Aconchego faz. Eu gostaria muito de contar com a presença de vocês.

Muito obrigada.

Desculpem a polêmica.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Estão todos convidados.

Drª Sylvia, Dr. Boris, Drª Fabiana, amigo Deputado Raul, muito obrigado por terem abrilhantado esta audiência pública e a terem enriquecido. Nós saímos daqui hoje plenamente satisfeitos pela qualidade e pelo que trouxeram para nós. Podem ter certeza de que isso não terá sido em vão. Vai ser uma marca neste Parlamento, para que se tenha uma acuidade, doravante, muito maior com esse processo da construção.

Nós aqui, às vezes, pecamos por não ouvir os especialistas. Todas as vezes que ouvimos pessoas como V. Sªs, nós erramos menos. Neste ponto em que estamos ainda terminando um Plano Nacional de Educação, isto aqui cabe, e cabe muito; muito mais do que muitas pessoas possam imaginar.

Então, ficam aqui, desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Assuntos Sociais, os nossos agradecimentos. Gostaríamos que voltassem tantas vezes quantas fossem possíveis, para nos instruirmos cada vez mais.

Dessa maneira eu encerro, agradecendo a presença de todos, de todos os Srs. Senadores, de todos os senhores da plateia, pela convivência nestas duas horas que tivemos aqui hoje.

Assim encerro a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 8 minutos.)

ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

Às onze horas do dia vinte e seis de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Randolfe Rodrigues, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Gim, Osvaldo Sobrinho, Lindbergh Farias, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, João Capiberibe, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Ciro Nogueira, Paulo Bauer e Alfredo Nascimento. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, inicia a deliberação da pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para votação das matérias terminativas. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que "Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências". O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer é favorável, na forma da emenda substitutiva oferecida, e pela aprovação integral das emendas nºs 3, 4, 10, 13, 14, 18 a 21, 24, 31 a 34, 36 a 40, 46 a 49, 51, 75,87 e 96; e ainda pela aprovação parcial das emendas nºs 1 – CAE, 2 – CCJ, 9, 16, 17, 27, 28, 30, 35, 41, 44, 45, 50, 55, 56, 59, 61, 65, 77, 86 e 90; rejeitando as emendas nºs 5 a 8, 11, 12, 15, 22, 23, 25, 26, 29, 42, 43, 52 a 54, 57, 58, 60, 62 a 64, 66 a 74, 76, 78 a 85, 88, 89 e 91 a 95. Neste momento, a presidência informa aos membros da Comissão que, por acordo de líderes, a matéria será adiada para posterior deliberação no próximo dia 27 de novembro, às quatorze horas e trinta minutos. **Item 2: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns, que "Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, para estudantes e idosos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos". O relator designado é o Senador Vital do Rêgo e o parecer favorável é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Vital do Rêgo, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento de Urgência para a matéria, o que é aprovado (**ver Item 11: Extra-Pauta**). **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Clésio Andrade, que "Altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, para dispor sobre a isenção de tarifas para o envio de livros a bibliotecas públicas". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o parecer favorável é aprovado. **Item 4: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, ao **Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Deley, que "Modifica a Lei n° 10.891, de 9

de julho de 2004, instituindo penalidade ao atleta que violar regras antidoping". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Alvaro Dias, para relatar o seguinte item: **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a residência pedagógica para os professores da educação básica". O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Retorna à presidência o Senhor Senador Cyro Miranda. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir obrigação relativa à divulgação de resultados auferidos por instituições de ensino nos sistemas de avaliação". O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Armando Monteiro, que "Denomina 'Rodovia Mestre Dominguinhos', o trecho da rodovia BR-423, compreendido entre os municípios de São Caitano e Garanhuns, situado no Estado do Pernambuco". O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 11: Requerimento nº 72/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Vital do Rêgo e Inácio Arruda, que requerem "... nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007, que 'Dispõe sobre o benefício do pagamento da meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes, em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001.', de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2011; e Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 2010**. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CYRO MIRANDA**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 64ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero cumprimentar o nosso querido Relator do Plano Nacional de Educação, Senador Alvaro Dias, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores presentes e fazer um comunicado.

Quanto ao item 1, Plano Nacional de Educação, por um acordo feito com todas as Lideranças, vamos fazer um adiamento da leitura das emendas acatadas pelo Relator Alvaro Dias para amanhã às 14h30, em função de que foram recebidas 92 emendas e foram acatadas 44, parcial ou totalmente, se bem que essas emendas todas não acarretam uma mudança significativa no relatório do Senador Alvaro Dias – poderia o Senador, inclusive, explicar um pouquinho melhor. Mas, como isso foi entregue já no final da tarde e não houve tempo para análise, conversando com os Líderes, nós achamos melhor que passássemos para amanhã, às 14h30, para que não tivéssemos nenhuma surpresa

ou desentendimento. Então, vamos fazer a coisa em comum acordo.

Passo a palavra para o Senador Alvaro só para dar uma rápida explicação e vamos passar, em seguida, para o item 2, do Senador Vital do Rêgo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Presidente Cyro, conforme V. Exª já adiantou, houve entendimento com as Lideranças do Governo, mais precisamente com o Senador Eduardo Braga e o Senador Wellington Dias, que solicitaram mais um tempo, até o dia de amanhã, para avaliação das novas emendas que foram apresentadas, desde terça-feira passada, às quais pudemos oferecer parecer no dia de ontem.

Como disse o Presidente Cyro Miranda, o acolhimento é mínimo, a alteração é mínima, não há grandes alterações em relação à proposta lida na última terça-feira, mas há essa solicitação das Lideranças do Governo na tentativa de um acordo que possibilite a aprovação desse relatório no dia de amanhã, às 14h30.

O que estamos pedindo às Lideranças governistas é que reflitam sobre a importância desse texto final, que foi elaborado com a participação de muitos, não apenas dos relatores Vital do Rêgo, José Pimentel, Angelo Vanhoni, mas com a participação de Parlamentares da Câmara, Parlamentares do Senado, instituições públicas e privadas, entidades, educadores, administradores públicos que possuem uma relação direta com o cumprimento dessas metas. Por isso, estamos dissociando qualquer relação entre Governo e Oposição, para caracterizar esse plano como um plano de Estado para o setor público e o setor privado, enfim, para o sistema educacional brasileiro.

Essa é a reflexão que estamos solicitando para que possamos convergir a favor do texto que mais avança, já que é impossível atender a todos os pleitos, a todas as reivindicações. Já que há contradições e discordâncias em relação àquilo que possa ser ideal para a educação no Brasil, estamos procurando estabelecer minimamente a convergência em relação àquilo que é essencial para o País. Por isso, amanhã, contamos com a presença de todos os Srs. Senadores e todas as Srªs Senadoras para que possamos encerrar, no âmbito desta Comissão, o capítulo referente ao Plano Nacional de Educação.

Muito obrigado, Presidente Cyro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só para fazer um registro. Primeiro, a atenção que V. Exª tem no encaminhamento deste que é o projeto de maior vulto em tramitação no Congresso Nacional, especialmente no Senado Federal. V. Exª foi presenteado por Deus para presidir esta Comissão de mérito no momento em que estamos votando, de forma tardia, o Plano Nacional de Educação. Estamos três anos atrasados nessa meta.

E, ao fazer essa homenagem a V. Exª, quero parabenizar todos os relatores, desde os relatores da Câmara dos Deputados – o último, o Deputado Vanhoni; aqui, foi Relator o Senador José Pimentel na Comissão de Assuntos Econômicos, que, ao proferir o seu relatório, já deu a forma, a expressão de que esse projeto, como disse agora o Senador Alvaro Dias, é um projeto de Estado, é uma política de Estado, e, nessas condições, todos nós nos despimos de interesses partidários, interesses políticos para abraçar a causa da educação nos próximos dez anos.

Na Comissão de Constituição e Justiça, nós demos um outro salto, depois da Comissão de Assuntos Econômicos. Oferecemos o que tínhamos como estratégia e meta e, agora, depois de diversas audiências públicas, quero parabenizar o Sr. Relator, Senador Alvaro Dias, que, no seu substitutivo, apresentou avanços que eu já identifiquei e matérias de que discordo – e quero colocar já nesta reunião minha discordância com algumas matérias –, mas o espírito do Senador Alvaro Dias de conciliar essas posições fez com que hoje, na sua complementação de voto, nós pudéssemos ter um tempo para uma releitura do seu parecer e, amanhã, estejamos em condições de definir essa matéria, que, repito, é a matéria, para mim, de maior importância em tramitação no Senado Federal.

Por isso que, inobstante as distâncias em alguns temas emblemáticos para nós – e vamos colocá-las, com todo o respeito –, nós temos a compreensão de que o Senador Alvaro Dias trabalhou como Relator dessa matéria com um êxito já que merece ser aqui, de forma muito clara, posto. Esse tempo que nós vamos ter para amanhã deve ser um tempo de amadurecimento das nossas consultorias, de amadurecimento dos nossos movimentos vanguardistas, de amadurecimento do Ministério da Educação do País, para que possamos amanhã ter uma decisão dessa matéria da melhor forma possível.

Da minha parte, como um dos relatores, ao lado de V. Exª, que foi para mim o grande condutor dessa causa, Senador Cyro Miranda, eu me sinto já previamente premiado por entender que esse plano, pela maioria dos Senadores presentes, é um projeto de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Vital do Rêgo, eu quero

agradecer particularmente a V. Exª pela celeridade que deu, avocando para si o Plano Nacional de Educação, e não só examinando juridicidade e a constitucionalidade, adiantou bastante alguns pontos extremamente políticos e difíceis, como foi a Meta 4, em que V. Exª restabeleceu a parte principal, tirando, assim, grandes dificuldades do Senador Alvaro Dias.

Gostaria muito de que, depois desse plano aprovado, houvesse um documento assinado por todos, desde os da Câmara e os do Senado, que tiveram participação ativa. E vamos entregar um plano para os brasileiros, porque não sabemos quem vão ser os governantes daqui a dez anos. Então, é um plano realmente de Estado. Não tem partido, é suprapartidário, é um plano para os brasileiros. Queremos entregar um Plano Nacional de Educação como nunca foi feito neste País.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para testemunhar o esforço realizado pelo Senador Vital do Rêgo, que produziu um relatório extremamente qualificado, que foi base para o trabalho que desenvolvemos aqui a muitas mãos.

Esse relatório final não tem autoria individual; a autoria é coletiva. E V. Exª deu a largada para que pudéssemos avançar.

Disse há pouco V. Exª que nós alteramos ou acrescentamos 101 pontos ao seu relatório. Foram 101 alterações ou inovações. E V. Exª já concorda prontamente com a metade delas. Isso já é um passo importante.

Temos certeza de que, no diálogo que estamos estabelecendo com as lideranças do Governo, com V. Exª especialmente, vamos chegar a um entendimento e ao aproveitamento, o máximo possível, dos avanços que foram conferidos aqui, nesta Comissão de mérito, com a participação de todos.

Mais uma vez destaco a importância do trabalho de V. Exª, que há de ser reconhecido por todos nós.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Passamos, então, ao Item 2.

ITEM 2
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 188, de 2007
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o benefício do pagamento da meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes, em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001.

Autoria: Senador Eduardo Azeredo e outros.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatório: Favorável.

Observações:

– A matéria é terminativa no Plenário.

– Na reunião de 25/11/2008, o PLS nº 188/2007 foi aprovado na Comissão em caráter terminativo.

– Na reunião de 19/11/13, foi concedida vista coletiva.

Não sendo oferecidas emendas, coloco em discussão o Projeto de nº 188. Continua em discussão.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, um rápido adendo.

Essa matéria está no Congresso há seis anos, nós já lemos o relatório, houve um movimento muito grande da sociedade brasileira, dos jovens de todo o País e dos produtores de espetáculos. Por isso eu quero concluir dizendo que, nos termos do meu relatório, eu peço a votação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria continua em discussão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu também, Sr. Presidente. Também peço a votação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

Encerro a discussão.

A matéria está em votação.

Como não é terminativa aqui e é terminativa no Plenário, solicito às Srªs e aos Srs. Senadores que concordam com esse projeto com a relatoria favorável que permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

Aprovado.

A matéria vai para o Plenário. (*Palmas*)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu gostaria que o senhor pedisse urgência urgentíssima.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu peço a palavra para apresentar um requerimento de urgência, Sr. Presidente. Depois da votação do requerimento de urgência dessa matéria que tanto empolga o País, eu gostaria de tomar a palavra novamente para alguns esclarecimentos finais.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Submeto o extrapauta.

Aprovado.

E leio o item.

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Nº 72, de 2013

Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007, que "Dispõe sobre o benefício do pagamento da meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes, em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001.", de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns.

Autoria: Senador Vital do Rêgo e outros.

Coloco em votação o requerimento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, quero não só votar a favor como subscrever o requerimento pelo grau de importância e relevância da matéria, que deve ser votada ainda hoje, se possível, no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Submeto à votação.

Os senhores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

E proponho que todos que estão nesta Comissão subscrevam esse requerimento.

Aprovado.

Com a palavra agora o Sr. Relator, que, depois de seis anos, conseguiu, brilhantemente, mais uma vez...

Aliás não é surpresa. O Senador Vital do Rêgo tem esse dom de pegar as coisas mais difíceis e depois transformá-las num grande acordo para que todos saiam satisfeitos quanto a esse projeto.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, sem o apoio de V. Exª, que conduziu essa matéria na Comissão de Constituição e Justiça e, de forma tão solidária, me entregou na Comissão de mérito, nós não teríamos este momento, este encontro do Brasil com a sua história, com os seus movimentos, com a sua juventude, com o seu movimento cultural, artístico e musical.

Não é à toa, mas por uma grande causa, que eu vejo manifestações emocionadas nesta Comissão para valorizar um movimento. Já estava no cotidiano a meia-entrada, mas precisava ser regulamentada. E precisava ser regulamentada com uma lei perene, permanente, uma lei clara que pudesse oferecer a todos a competitividade na produção, as garantias do Direito e uma isonomia de tratamento. Nós, há muito tempo, precisávamos dessa lei. Há seis anos o Congresso Nacional vem discutindo.

E eu queria deixar destacado, em nome dos estudantes brasileiros, uma dúvida que foi prevalente, prevaleceu no projeto de V. Exª, no relatório de V. Exª, que eu fiz questão de dirimir aqui na semana passada, com relação à linha de comprometimento das entidades gerais, no caso, UNE e União Brasileira de Estudantes Secundaristas, e entidades culturais filiadas àquelas.

Alguns estudantes, inclusive pelas redes sociais, procuraram esclarecimento da minha parte, como de V. Exª, perguntando se somente a UNE e a União Brasileira dos Estudantes, como no projeto elas têm a condição de certificar... Porque esse processo de certificação é uma responsabilidade civil muito grande, essas pessoas passarão a ser responsáveis pelas carteiras que estão emitindo, mas não todos os diretórios centrais de estudantes, os DCEs e os diretórios acadêmicos não precisam estar filiados à UNE nem à Ubes.

Essa garantia nós demos exatamente para permitir a multiplicação desses agentes certificadores com as mesmas responsabilidades que têm tanto a UNE quanto a Ubes.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero transmitir, em nome de todos os companheiros que se envolveram nessa luta, o meu agradecimento a V. Exª.

Vamos pedir ao Presidente Renan Calheiros que ainda hoje premie esses movimentos, dê um prêmio à juventude brasileira, aos movimentos culturais com a cultura nacional, com a inserção, na Ordem do Dia. Isso vai premiar o trabalho do nosso querido Líder do PCdoB, Inácio Arruda, de V. Exª, meu, de todos aqui presentes, do Senador Benedito, pelo PP, do Senador Randolfe, que é, sem dúvida alguma, o nosso grande timoneiro, o nosso grande mentor nas causas da juventude, ele que encarna, não apenas biologicamente, mas de espírito, esse movimento, do Senador Alvaro, pelo PSDB. Vamos pedir ao Senador Presidente para inserir na nossa Ordem do Dia esse projeto, que tanto é um encontro do País com os seus movimentos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Isso que eu ia pedir a V. Exª, que tem um bom acesso ao Senador Renan, Presidente da Casa, aos Líderes, Inácio Arruda, ao Líder do seu partido também, Randolfe Rodrigues, todos nós, que fizéssemos hoje um pedido a ele que coloque em votação hoje essa matéria.

Agradeço mais uma vez a todos e quero lembrar que em 2007 esse projeto começou a tramitar aqui.

Quero agradecer a todos da área de produção como também aos artistas, o empenho e a cordiali-

dade que tiveram em aceitar que esse projeto fosse discutido e chegaram a um bom acordo.

Então é um projeto que agrada a gregos, troianos e goianos. (*Risos*.)

Passo em seguida a palavra ao Senador Inácio Arruda, para que relate o item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, de 2012
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, para dispor sobre a isenção de tarifas para o envio de livros a bibliotecas públicas.

Autoria: Senador Clésio Andrade

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável.

Observações:

1– Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

2– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 12/11/13 e 19/11/13.

Com a palavra o eminente Relator Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, a matéria é autoexplicativa.

Trata-se de uma atitude do Senador Clésio Andrade de favorecer as bibliotecas públicas brasileiras, que são instrumentos importantes na formação da juventude do nosso País.

Eu tive oportunidade de, quando jovem, dirigir a biblioteca comunitária do meu bairro, foi ali que começamos a nossa atividade política, ainda muito garoto, ainda jogávamos fura-chão, bila e bola de meia, já muito esquecida no esporte juvenil brasileiro, as campanhas eram impedidas de ser realizadas e as organizações juvenis também estavam ceifadas. E ali que nós começamos a militar, numa biblioteca. E uma das coisas que mais nós fazíamos era pedir livros, sair em livrarias, sair atrás de advogados, que tinham, muitas vezes, uma quantidade grande de livros, para que cedessem os livros para a biblioteca comunitária do nosso bairro. Esse foi um trabalho muito gratificante que pude realizar na minha vida não política, porque nós não fazíamos ali pensando na política, nós fazíamos pensando na atividade que comportasse a juventude, permitindo que ela tivesse acesso àquela biblioteca e, portanto, qualificação.

Hoje, o Senador Clésio pede que a nossa Casa atenda a esse apelo de permitir que essas doações não sejam submetidas ao crivo tributário. Se eu quero fazer a cessão de um livro, eu quero adequar uma biblioteca, eu quero melhorar a biblioteca, que é exatamente um dos instrumentos mais importantes de formação da nossa juventude e do nosso povo, não posso ser taxado por esse desejo, por esse anseio. E mesmo as transações comerciais que facilitam que fortaleçamos as bibliotecas, elas devem, na minha compreensão, no meu entender, ser isentas de qualquer tipo de tributação. É o nosso pensamento, buscando justificar esse projeto do nosso colega Clésio Andrade, que acho que, em boa hora, traz a matéria para a discussão no Senado Federal.

Portanto, a nossa opinião, de forma singela, Sr. Presidente, tendo em conta que considero a matéria autoexplicativa, é pela aprovação do projeto de autoria do Senador Clésio Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, o projeto está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2013
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, com o fim de criar a possibilidade de acordo entre a União e os municípios para pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica pública das redes municipais.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pela rejeição.

Observações:

1– Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2– A matéria constou na pauta da reunião do dia 12/11/13.

Com a palavra, S. Exª o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, nós estamos em segunda votação, não é? Já houve a discussão do projeto e creio que os Srs. Senadores já estão em condições de deliberar a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, o projeto está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a rejeição do projeto, pela rejeição é a relatoria do Senador Alvaro Dias.

Segue para a comissão.

ITEM 4
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, de 2012 – Terminativo -

Ementa do Projeto: *Modifica a Lei n° 10.891, de 9 de julho de 2004, instituindo penalidade ao atleta que violar regras antidoping.*
Autoria: Deputado Deley
Relatoria: Alvaro Dias (Substituído por *ad hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Lúcia Vânia.
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Observações:

1– O substitutivo de autoria da Senadora Lúcia Vânia ao PLC 91/12 foi aprovado na reunião do dia 19/11/13.

2 – Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Agora, passamos ao item 3.

Eu vou ler os terminativos, mesmo não existindo o quórum, pelo menos já ficam lidos.

O projeto... Depois o do Senador Benedito de Lira.

Primeiro, o item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2012 – Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a residência pedagógica para os professores da educação básica.
Autoria: Senador Blairo Maggi
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

Eu peço ao Senador Alvaro Dias que assuma a presidência para que eu possa ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Senador Cyro Miranda com a palavra para a leitura do relatório do Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2012.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – O projeto visa incluir na LDB a previsão da residência pedagógica para professores habilitados para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental a ser realizada em período ulterior à formação inicial, com duração mínima de 800 horas e bolsa da estudo.

É verdade que a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) prevê a prática de ensino de, no mínimo, 300 horas para profissionais do magistério na educação básica. Essa atividade, contemplada na modalidade de estágio, todavia tem se mostrado insuficiente para assegurar o preparo dos profissionais para a realidade escolar, especialmente na fase de alfabetização. Para justificar a iniciativa, o autor sustenta que a dificuldade para a alfabetização de crianças brasileiras, com até 8 anos de idade, pode ser explicada em parte pelas modificações estruturais, na formação inicial dos professores e, entre essas, destaca-se o aumento de instituições formadoras na qualidade discutível.

É importante lembrar aos nobres Senadores e Senadoras que a medida em apreço já conta com relativo amadurecimento uma vez que foi posta em debate na ocasião da tramitação do PLS nº 227, de 2007, do Senador Marco Maciel.

A propósito, em audiência pública, realizada por esta Comissão, em 15 de abril de 2008, e outra em setembro de 2012, com a finalidade de instruir aquela matéria, os participantes se mostraram entusiastas do modelo de formação a ser implantado com a instituição da residência, então adjetivada, de educação.

A emenda oferecida decorre de questionamentos levantados em recente audiência pública sobre o projeto, entendendo o alcance da medida a todo o conjunto de cursos de formação de professores da educação básica e de ensino.

Pelo exposto, somos pela aprovação deste projeto que é extremamente meritório e que começou com o Senador Marco Maciel e, depois, foi encampado pelo Senador Blairo Maggi.

Então, Sr. Presidente, somos pela aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Relatório pela aprovação.

Em discussão. (*Pausa.*)

Como não há orador inscrito, nós destacamos que não há quórum – visivelmente não há quórum para deliberação –, e vou sobrestar a votação com as seguintes observações. Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda. Na reunião dos dias 06 e 08, foi aprovado requerimento, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, propondo audiência pública, realizada no dia 28 de agosto de 2013. Portanto, está adiada a deliberação.

Eu passo a presidência ao Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Item 6, do Senador Benedito de Lira.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, de 2013

– Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir obrigação relativa à divulgação de resultados auferidos por instituições de ensino nos sistemas de avaliação.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

Observação:

– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.

Com a palavra, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta matéria se encontra na Comissão de Educação, é o projeto de lei de autoria da Senadora Kátia Abreu que determina a obrigação de divulgar os resultados obtidos pelos estabelecimentos de ensino nas avaliações educacionais.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação.

Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 275, de 2013, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

O papel fundamental da avaliação para a melhoria da qualidade do ensino constitui matéria consagrada entre os educadores e mesmo no senso comum. Até a década de 1990, praticamente inexistiam mecanismos de avaliação institucional e de rendimento escolar, além do desenvolvido na pós-graduação, no primeiro caso, e daqueles necessários à promoção individual dos alunos. As mudanças tecnológicas, econômicas, sociais e políticas intensificadas no fim do século passado, popularmente conhecidas como globalização, levaram a educação a um patamar novo, uma vez que o conhecimento passou a ocupar posição-chave no processo de geração de riquezas e de desenvolvimento das nações.

Dessa forma, mais investimentos públicos e privados foram direcionados aos sistemas de ensino e pesquisa, houve grande esforço para ampliar os níveis de escolaridade, e a busca da qualidade na educação assumiu inédita relevância. Isso trouxe a proliferação de mecanismos para avaliar o desempenho dos estudantes e para medir o nível de eficiência dos modelos educacionais adotados em países, regiões, cidades e escolas.

Os indicadores de avaliação constituem um dos principais orientadores das políticas públicas de educação, o que também explica o empenho dos governos em aprimorar os respectivos instrumentos. Contudo, outra importante contribuição dos processos avaliativos tende a ser relegada pelo Poder Público. Refiro-me às iniciativas de informar a sociedade sobre o que de fato acontece nas escolas, em termos de aprendizagem e de formação cívica. Decerto, o estabelecimento de *rankings* de desempenho entre as escolas precisa ser visto com cuidado. A comparação com o intuito de melhorar o que não vai bem e de buscar a excelência é saudável. Já a competição deve ser vista com cautela, dado que a educação não é mercadoria.

A sugestão apresentada pelo projeto em exame não incorre nesse erro, pois apenas determina que os resultados obtidos pelos estabelecimentos de ensino sejam colocados em local visível e de fácil acesso ao público para efeito de informação sobre o desempenho de cada instituição. A medida não atinge apenas a educação básica, mas todos os estabelecimentos de ensino submetidos a processos avaliativos pelo Poder Público, independentemente do nível e modalidade.

Dessa forma, no mérito educacional, a proposição merece ser acolhida.

Quanto à constitucionalidade e juridicidade da iniciativa, igualmente não há o que reparar.

Já no que diz respeito à forma, sugiro, por meio de emenda, nova redação para a proposta, na qual se explicita a necessidade de regulamentação da matéria, exatamente para assegurar o caráter informativo da divulgação pretendida e orientar com mais precisão a forma de fazê-la.

Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2013, acolhida a emenda a seguir apresentada.

Dê-se ao art. 1° do Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2013, a seguinte redação:

Art. 19.....
.....
.....
.....

Parágrafo único. As instituições de ensino de que trata o 'caput' deverão manter, em local visível e de fácil acesso, os resultados que obtiveram nos sistemas oficiais de avaliação, na forma do regulamento.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Eu sobresto a discussão. Fica sobrestada, porque é um item terminativo.

Eu passo agora ao item 10.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 409, de 2013
– Terminativo -

Denomina "Rodovia Mestre Dominguinhos", o trecho da rodovia BR-423, compreendido entre os municípios de São Caitano e Garanhuns, situado no Estado do Pernambuco.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observação:

– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.

Com a palavra, o nobre Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Armando Monteiro, em momento de muita lucidez, como de costume, apresenta projeto de lei que denomina "Rodovia Mestre Dominguinhos" o trecho da rodovia BR-423 compreendido entre os Municípios de São Caitano e Garanhuns, no Estado de Pernambuco.

O art. 1º da proposição dá nome ao trecho rodoviário conforme expresso na ementa, ao passo que o art. 2º estabelece a vigência da lei a partir da data de sua publicação.

O autor argumenta, na justificação, que o cantor, sanfoneiro e compositor José Domingos de Moraes, natural de Garanhuns, uniu a seu extraordinário talento artístico uma rara dimensão humana. A denominação proposta para o trecho de rodovia que corta o Agreste pernambucano representaria mais uma oportuna homenagem a Dominguinhos, como se tornou conhecido no Brasil e no mundo o músico que veio a falecer em 23 de julho deste ano.

A proposição foi encaminhada à Comissão de Educação para ser apreciada em caráter terminativo, em conformidade com o art. 91, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, não tendo recebido emendas.

É da competência desta Comissão avaliar proposições que versem sobre homenagens cívicas, de acordo com o art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. Também deve este parecer pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição, tendo em vista o caráter exclusivo e terminativo do exame.

A proposição coaduna-se, também, à ordem jurídica vigente, especialmente por atender às determinações da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que "dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação". A previsão de homenagem a "pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade" por meio de concessão de seu nome a um trecho de via consta do art. 2º desse ato normativo.

Em relação ao mérito, não há dúvida de que Dominguinhos representa uma das grandes contribuições do Nordeste à música popular brasileira. O menino de Garanhuns, descoberto aos 8 anos de idade como talentoso sanfoneiro por Luiz Gonzaga, mudou-se a seu convite para o Rio de Janeiro, em 1954, acompanhado do pai.

Após fundar seu próprio conjunto regional e lançar os primeiros discos, Dominguinhos abriu nova e relevante frente artística no início dos anos 1970, ao tocar com cantores como Gal Costa e Gilberto Gil, que gravariam algumas de suas composições.

Quer em parceria ou em autoria exclusiva, Dominguinhos lançou um número considerável de obras-primas de nosso cancioneiro, a exemplo de "Eu Só Quero um Xodó", "Lamento Sertanejo" e "De Volta pro Aconchego", algumas das quais foram gravadas dezenas ou mesmo centenas de vezes, incluindo versões para línguas estrangeiras.

Sua carreira permaneceu se expandindo nas décadas seguintes, seja pela colaboração com grandes nomes da música brasileira, seja pela competência cada vez mais marcada como cantor, seja pelo sotaque inovador que emprestou aos ritmos nordestinos. Manteve-se, de qualquer modo, sempre fiel às tradições e ao sentimento de seu povo, nordestino e brasileiro, o que se pode atestar nos mais de quarenta discos que lançou.

É ampla e incontestável a importância de Dominguinhos para a música e a cultura brasileiras, o que torna mais do que justa a homenagem de conceder o seu nome a um trecho da rodovia federal que passa por sua cidade natal.

O uso da expressão "trecho da rodovia da BR-423 compreendido entre os Municípios de São Caitano e Garanhuns" permite, ao rigor da letra, duas interpretações, a depender de considerarmos que "o trecho da BR-423 compreendido entre os Municípios" exclui ou inclui a extensão da rodovia que passa nos mesmos Municípios. Como a primeira interpretação foge ao sentido da homenagem e ao senso comum, deveríamos concluir que toda a extensão da rodovia

que está dentro desses Municípios, assim como a que está entre esses Municípios, receberia a nova denominação – abrangendo, portanto, os trechos que vão além do percurso entre as cidades de São Caitano e de Garanhuns até os limites dos respectivos Municípios. Este último sentido, no entanto, destoa igualmente da praxe consagrada e mais razoável, motivo pelo qual adotamos, nas duas emendas de redação que se seguem, a expressão inequívoca "trecho da rodovia BR-243 compreendido entre as cidades de São Caitano e Garanhuns".

Voto.

Consoante as razões expostas, o voto é pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2013, e, no mérito por sua aprovação, com as alterações decorrentes das emendas de redação a seguir apresentadas:

EMENDA Nº – CE **(***DE REDAÇÃO***)**
(*ao PLS nº 409, de 2013***)**

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2013, a seguinte redação:

"Denomina 'Rodovia Mestre Dominguinhos' o trecho da rodovia BR-423 compreendido entre as cidades de São Caetano e Garanhuns, no Estado de Pernambuco."

EMENDA Nº – CE **(***DE REDAÇÃO***)**
(*ao PLS nº 409, de 2013***)**

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 1º O trecho da rodovia BR-423 compreendido entre as cidades de São Caetano e Garanhuns, no Estado de Pernambuco, passa a denominar-se 'Rodovia Mestre Dominguinhos'.

Esse é o parecer, em homenagem não só ao que morreu, mas louvando os méritos e a lembrança do eminente Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está em discussão.

Senador Armando Monteiro, autor da proposta meritória.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Presidente, não podia deixar de manifestar aqui a minha satisfação e a sorte que tive de ver esse projeto relatado pelo Senador Benedito de Lira, que tem uma proximidade com as raízes do homenageado. Benedito sabe a dimensão do nosso Dominguinhos, que é um ícone da música brasileira e da cultura nordestina especialmente. Foi um continuador da grande obra de Luiz Gonzaga e uma figura humana com quem tive o privilégio de conviver, uma figura de rara sensibilidade. A humildade também marcava a sua conduta.

Então, eu me sinto feliz por ter o relatório do Senador Benedito, que enriquece e aperfeiçoa a nossa proposta.

Quero agradecer ao nobre Senador e aos nossos pares aqui da Comissão caso o projeto venha, como imagino, merecer a chancela e a aprovação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Quero lembrar que há um acordo nesta Comissão no sentido de que as decisões para denominações de rodovias e aeroportos nós fazemos duas vezes por ano, uma no primeiro semestre e outra no segundo semestre. Mas excluímos essa a pedido de V. Exª, por ser extremamente importante e ainda estar com uma memória muito recente em todos os brasileiros.

Então, em discussão.

Sobresto essa discussão.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – S. Presidente, é uma pena que, na nossa legislação, só se possa prestigiar alguém depois de morto. É bom quando as homenagens ocorrem quando as pessoas estão vivas.

E um cidadão como o Dominguinhos, que, como falou o Senador Armando Monteiro, foi um ícone da cultura nordestina... E falo aqui como nordestino; sou filho de pernambucano lá do sertão, bem sertão mesmo. E sabemos o quanto ele e Luiz Gonzaga influenciaram a nossa cultura, na formação do nosso povo, trazendo alegria a todos, mesmo com a seca e com a miséria que há quando passam anos e anos sem chover. Eles conseguiam transmitir alegria e tranquilidade ao povo nordestino.

Portanto, o Senador Armando Monteiro foi muito feliz quando lembrou esse grande cantor nordestino, assim como o Senador Lira em seu parecer.Congratulo-me com os dois, porque ambos estão fazendo, acima de tudo, uma justa homenagem a pessoas que dedicaram a vida à cultura, à música deste País, trazendo alegria a todos. Parabenizo os dois.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador.

Quero dizer, Senador Armando Monteiro, que os nordestinos aqui são unanimidade: Senadora Maria do Carmo, Senador Benedito de Lira, Senador Armando Monteiro; agora fiquei sabendo do Senador Osvaldo, e eu, que morei durante 12 anos em Recife e tive oportunidade de cantar junto com o Luiz Gonzaga, em uma mesa de muita alegria.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Eu não sabia que V. Exª também tem essa aptidão. Que maravilha!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Já falei para o Senador Armando Monteiro que a minha carteira de identidade é assinada por Tavares Buril, que hoje dá nome ao Instituto de Identificação Tavares Buril.

Sobrestando esse projeto terminativo, quero lembrar a todos que amanhã nós faremos uma sessão extraordinária deliberativa às 14h30, porque o PNE, por acordo, vai ser votado amanhã. Então, tenho certeza de que nós teremos quórum para aprovar inclusive esse projeto. Assim, mantenho em pauta todos os projetos de hoje que precisam de aprovação.

Convido todos para a audiência pública, às 10 horas, para homenagear a delegação brasileira vencedora da 11ª Copa do Mundo de Futebol Social, em atendimento a requerimento do Senador Cristovam Buarque.

Em seguida teremos também outra reunião extraordinária, para votação das emendas da Comissão ao Orçamento de 2014. Como me informa aqui o nosso assessor Júlio Linhares, foram apresentadas mais de 150 emendas. O Relator será o Senador Osvaldo Sobrinho, aqui presente. Então, amanhã, estaremos juntos.

E, às 14h30, haverá reunião extraordinária deliberativa do PNE e de todos os assuntos que mantenho em pauta.

Agradecendo a presença de todos e paciência, encerro a presente sessão.

Que todos tenham um bom dia e uma boa semana!

(Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.)

ATA DA 65ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e oito minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cristovam Buarque**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Inácio Arruda, Roberto Requião, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Ana Amélia, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, Osvaldo Sobrinho, Vanessa Grazziotin, Vital do Rêgo, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, João Capiberibe, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro, Gim e Alfredo Nascimento. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 49/2013-CE, de autoria do Senhor Senador Cristovam Buarque, destinado a realizar a Audiência Pública para "**Homenagear a delegação brasileira vencedora da 11ª Copa do Mundo de Futebol Social**". Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Guilherme Araújo, Presidente da Associação Brasileira de Futebol Social; Senhor Pupo Fernandes, Técnico da Seleção Brasileira de Futebol Social; Senhor Darlan Martins, Jogador da Seleção Brasileira de Futebol Social; Senhor Vinícius Araújo, Jogador da Seleção Brasileira de Futebol Social; Senhor Douglas Batista, Jogador da Seleção Brasileira de Futebol Social; e Senhor Robson Martins, Jogador da Seleção Brasileira de Futebol Social**. Neste momento, a presidência registra a presença para acompanhar a presente reunião da Senhora Karina Gomes, Diretora de Patrocínio do Futebol Social; Senhora Rosemar Porto, Assessora Parlamentar do Ministério do Esporte; Senhor Gerson Bordignon, Superintendente Nacional da Caixa Econômica Federal; e Senhores Carlos Alberto Dias e Reinaldo Simião de Souza, Diretores de Esporte e de Finanças da Seleção Indígena Brasileira de Futebol, respectivamente. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Cristovam Buarque, autor do Requerimento. Logo após, o Senhor Pupo Fernandes, Técnico da Seleção Brasileira de Futebol Social, faz a entrega de camisetas ao Senador Cristovam Buarque, em agradecimento ao apoio concedido ao evento, e apresenta o troféu recebido no campeonato. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presen-

te Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CRISTOVAM BUARQUE,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um!

Havendo número regimental, declaro aberta a 65ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião, na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 49/29013, desta Comissão. Eu fui o Autor deste requerimento para a audiência pública destinada a homenagear a delegação brasileira vencedora da 11ª Copa do Mundo de Futebol Social. Dando início à audiência, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Quero, primeiro, dizer o nome dos convidados que estão conosco e, depois, explicar o porquê desta audiência. Aqui está conosco o Guilherme Araújo, que é Presidente da Associação Brasileira de Futebol Social; o Pupo Fernandes, que é Técnico da Seleção Brasileira; o Darlan Martins, Jogador da Seleção Brasileira – se não me engano foi o melhor jogador, não é isso?... *(Pausa.)*

... O Vinícius Araújo, Jogador também da Seleção; o Douglas Batista e o Robson Martins, Jogadores da Seleção.

Tomei conhecimento, há alguns anos, da existência do Futebol Social, graças à Karina Gomes, que está aqui conosco, que conheço desde muito jovem, digamos – ela ainda é jovem –, desde de criança, vamos dizer. E, desde que tomei conhecimento, fiquei fascinado pelo que representa essa possibilidade do Futebol Social. Para os que estão nos vendo, é um Copa do Mundo feita com jogadores que são encontrados nas peladas, nos diversos lugares em que jogam bola os meninos que não fazem parte do sistema formal de futebol – ou seja, são aqueles que jogam futebol, vindos do lado de fora, futebol do povo, do povão, de jovens que, às vezes, até que estão à margem do limite de estarem dentro ou fora do sistema mesmo social.

Fiquei entusiasmado com isso e me lembro de quando houve a Copa aqui no Brasil, há alguns anos. De lá para cá, acompanhei e vi que haveria essa Copa em Varsóvia e tentei, juntamente com a Karina, encontrar apoio. E a verdade é que esses jovens – aí falo especialmente do Guilherme Araújo, do Pupo Fernandes – foram quase que por conta própria; soube que pegaram até dinheiro emprestado, e não sei se já conseguiram pagar, para poder financiar essa ida.

A seleção em geral tem meninos e meninas – só deu para irem os rapazes. Em geral, são oito de cada lado, e só deu para levar quatro. Eles jogam se revezando; os nossos jogaram sem se revezar. Foi um esforço imenso, de força de vontade, de quem diz "Eu vou fazer!" e faz. Mas não foi só isso, foi também o talento, porque conseguiram ser campeões, conseguiram se destacar entre todas as outras seleções. E é, por isso, que eles estão aqui hoje, para serem homenageados pelo Senado Federal.

Nós queremos dizer a vocês que vocês são prova da garra brasileira de ir, quando tudo era contra, e do talento brasileiro de ganhar, quando as dificuldades eram tão grandes. Eu quero, em nome do Senado, em nome, na medida em que seja possível falar, do brasileiro, dizer do orgulho que sinto de saber que vocês foram capazes disso. Essa é a pequena e a modesta homenagem que fazemos a vocês, e garantimos que vamos começar a trabalhar cedo agora, para que, na próxima, vocês possam ir, com todo o apoio possível – daqui a dois anos não é isso? No próximo ano já, é a cada ano. Então, nós vamos trabalhar desde já, querendo que vocês tenham oportunidade, ou os mesmos jogadores, ou talvez outros, porque o futebol renova-se com uma rapidez muito grande.

É isso que eu queria dizer. É uma solenidade simples, curta que vai ser levada pela televisão, que vai ser levada pela rádio, para que o Brasil inteiro saiba que existe uma associação brasileira de futebol social, que não é só a CBF, que existe uma associação mundial de futebol social, que não é só a FIFA que faz futebol e que, com muito menos recursos, além do trabalho esportivo, por trás há um trabalho social tão intenso.

É isso que quero dizer, antes de passar a palavra para vocês, dizendo que aqui estão conosco o Gerson Rodrigues, Superintendente Nacional da Caixa Econômica, a quem agradeço muito a presença; o Carlos Alberto Dias, que é Diretor de Esportes da Seleção Indígena Brasileira de Futebol, está ali; o Reinaldo Simião de Souza, que é Diretor de Finanças da Secretaria do Distrito Federal; e a Karina Gomes, que é Diretora do Patrocínio do Futebol Social. A todos vocês, muito obrigado pela presença, por estarem aqui, prestando esta homenagem a esses jovens heróis esportistas e campeões mundiais, a quem agradecemos!

Quero saber qual que quer falar ou quais que desejam falar, para explicar o que foi o esforço de vocês, o que é a associação e quais são os planos para o futuro. Pergunto se o Guilherme quer ser o primeiro a falar.

O SR. GUILHERME ARAÚJO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor, Guilherme.

O SR. GUILHERME ARAÚJO – Bom dia a todos!

Em primeiro lugar, queria agradecer a oportunidade, agradecer à Comissão de Educação, Cultura e Esporte aqui do Senado, especialmente ao Senador Cristovam, que é um grande parceiro, o nosso grande padrinho, neste projeto, porque, através da Karina – que também acho que não está nesta mesa, por falta de espaço, mas ela está batalhando com todos aqui, sempre fazemos questão de tirar o chapéu para ela...

Queria só resgatar uma questão que o Senador comentou quanto a começar o quanto antes: o ciclo 2014 já foi iniciado, Senador, já submetemos um projeto de lei de incentivo ao esporte ao Ministério do Esporte. Então, já está em processo, e dependemos da aprovação dessa lei e a publicação em Diário Oficial, para que possamos acessar as empresas e buscar esse patrocínio, através da renúncia fiscal. Então, esse trabalho já está em andamento, porque sabemos que os prazos são apertados.

O ano que vem é um ano eleitoral, um ano de Copa do Mundo da FIFA. Então, isso tem que acontecer o quanto antes, não podemos correr o risco de deixar um trabalho como esse ir por água novamente. Estamos envolvendo comunidades e projetos do Brasil inteiro – existe uma responsabilidade, existe uma credibilidade em jogo, e vamos trabalhar firme, para conseguir atingir, cada vez mais, jovens e espalhar esse impacto Brasil afora e mundo afora, já que fazemos parte de uma rede mundial.

Somente para ilustrar um pouco o trabalho, temos um material institucional. O Senador Cristovam já apresentou muito bem o que acontece, mas acho que as imagens ajudam bastante a entendermos do que estamos falando. Então, estamos abrindo o material com os quatro campeões, levantando a taça na Polônia, com toda essa experiência – uma imagem bonita, que fala por si só. A gente pode ver ali a expressão deles, o que isso representa e o que isso representará na vida deles. A gente tem certeza de que eles irão carregar isso para o resto da vida, e isso vai impactar positivamente o sonho deles, a realização desses sonhos.

Esse é um projeto que iniciou em 1984, junto à INSP, que é um projeto de publicações de rua no Brasil. A gente tem a revista Ocas, que é a representante, que é uma revista feita por voluntários e vendida exclusivamente por pessoas que dependem desse trabalho para ter uma moradia e tudo o mais. E foi dentro dessa rede que nasceu a ideia do futebol, de reunir esses vendedores através de uma linguagem universal. Essa seria a do futebol. E nasceu a Homeless World Cup lá em 2003.

Ela vem rodando o mundo. São pelo menos 64 países anualmente jogando nos torneios, mas são mais de 70 países que fazem parte dessa rede e que movimentam mais de 100 mil pessoas a cada ano na formação dessas seleções. Então, a gente pode ver ali que, desde 2003, já passou por todos os continentes, por países tão distintos quanto Áustria, França, África do Sul, Austrália, mesmo o Brasil. Ano passado, na Polônia, em 2014 será no Chile. E em 2015, já está definido que será na Holanda. Então, é um movimento de fato mundial, que tem a chancela da ONU, o apoio da Uefa e que vem crescendo anualmente. Felizmente, a gente tem que garantir que no Brasil esse movimento tenha a mesma força que os outros países já conquistaram. A gente vem aí numa trajetória, participando desde 2003. A gente acompanhando o crescimento do evento, que começou com 17 seleções, com um projeto-piloto. Hoje já são cerca de 60 anualmente. E a cada ano, novidades. Infelizmente, em 2013, as novidades foram ruins, a saída com apenas quatro pessoas, mas o título voltou conosco.

Tente entender, é um jogo diferente, são quatro jogadores em campo. Reproduz um pouco o futebol de rua dentro de uma arena oficial. A gente tem um vídeo que acho que vai dar para ilustrar bastante, para a gente enxergar como é esse jogo. As imagens sempre bonitas. Ali embaixo, na foto ao meio, na ida ao mundial do México, fomos recebidos pelo Embaixador brasileiro lá. Então, sempre acontecem coisas, já que o objetivo principal do nosso projeto, do futebol social, é oferecer experiências transformadoras nas vidas desses jovens, que vivem numa situação de privação, com acesso restrito à educação, ao mercado de trabalho. Então, a gente está entrando através do futebol para fortalecer esses projetos e as comunidades onde eles estão inseridos. Então, isso é que é jogo principal. O futebol é só a maneira de aglutinar e fazer essa grande movimentação. É um projeto que traz uma mídia espontânea anualmente, passa por todos os veículos em termos de jornais, televisões, revistas. Então, isso vem acontecendo anualmente, com prêmios específicos, destaque em Rede Globo, Rede TV, revista Trip. Enfim, algo que a gente tem. Esse reconhecimento sempre surge.

Para a gente entender o que é esse projeto que a gente faz no Brasil. A gente realiza o circuito futebol social, no qual a gente ter parceiros em todas as regiões do País. São projetos sociais que já realizam um trabalho esportivo dentro das comunidades. E a nossa parceria com eles é para gerar uma motivação e contribuir para que o trabalho deles se desenvolva e como resultado que eles formem uma seleção interna, com base em merecimento, aqueles que merecem. E todos

esses representantes jogam uma copa final, a Copa Futebol Social, que reúne 24 equipes, representantes de todas as regiões, e desse evento final saem as seleções brasileiras que jogam eventos internacionais. Além do Mundial, existem outras iniciativas. Como exemplo, há um mês, a gente participou de uma Copa América no Chile. As passagens foram todas custeadas pelos organizadores. Enfim, são sempre experiências novas que a gente consegue trazer.

E estamos trabalhando para realizar esse circuito e levar nossas seleções para Santiago, para jogar o Mundial de 2014. Então, esse é um ciclo que está iniciando agora. Iniciando muito bem. Aproveito para agradecer novamente ao Senado Federal, ao Senador Cristovam Buarque, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte por esse momento mágico que acho que vai marcar a trajetória do futebol social, e a gente espera que seja uma virada de página na nossa história.

Eu queria solicitar que a gente pudesse rodar o vídeo que a gente preparou, que acho que mostra um pouquinho o que é o jogo, como ele se movimenta. A gente está contando aí a trajetória de ida ao México, desde a saída da Rocinha. E essas imagens falam por si só.

(Procede-se à exibição de vídeo) (Palmas.)

O SR. GUILHERME ARAÚJO – Eu acho que as imagens mostram aí bem o que esse projeto representa e o que o Mundial faz trazendo 64 países do mundo inteiro a cada ano. É o que a gente quer reproduzir internamente, dentro do Brasil, trazendo as comunidades, trazendo a Rocinha, trazendo o Cantagalo, trazendo o Jardim Ângela, trazendo o Campo Limpo, trazendo as cidades-satélites de Brasília, comunidades ribeirinhas da Amazônia. Estamos iniciando uma parceria com a Funai, para trabalhar com as comunidades indígenas. Então, é esse movimento, a gente lutar contra a pobreza, Senadora, através da riqueza do nosso povo. Eu acho que a mensagem político-social que a gente tem que passar é esta: a gente vem tratando a favela, as periferias, com certo eufemismo, tudo é bonitinho, tudo é legalzinho.

Se existe felicidade dentro da favela é porque as pessoas são boas, mas longe de haver as condições adequadas de infraestrutura, de moradia. E tudo isso é reflexo da educação que falha, da violência, da falta de saneamento, enfim, uma série de fatores. E a gente está entrando com o futebol para tentar criar essa consciência nesses jovens, para que eles tenham força para batalhar, para lutar por um futuro melhor e para ter um efeito multiplicador.

A gente está falando de 8, 16 jovens que participam nos mundiais, mas eles estão representando centenas e milhares de jovens dentro das comunidades em que a gente está inserido.

Então, esta é a mensagem que eu queria trazer hoje, além de sempre agradecer a oportunidade. E eu acho que a gente tem que aproveitar este movimento para levar essa mensagem ao nosso Executivo. O nosso Ministério do Esporte precisa ter conhecimento deste projeto, ter uma participação mais ativa.

A gente sabe que faltam projetos, iniciativas que deixem um legado esportivo e social. Tem Copa do Mundo rolando, então a Presidenta Dilma precisa conhecer, precisa saber quem são esses jovens que estão representando o Brasil e levando não só a magia do futebol brasileiro, mas também esse momento de transformação social, esse movimento bacana que está acontecendo nos últimos anos.

Então, aproveito aqui para mostrar a camiseta do futebol social que a gente vai encaminhar à Presidenta Dilma. Foi feita de maneira especial para ela, e a gente vai encaminhar à Presidência, na sequência, ao fim desta audiência.

Eu devolvo a palavra ao Senador Cristovam, agradecendo novamente esta grande oportunidade de estar aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós é que agradecemos, Guilherme, não só por estar aqui, mas pelo que você tem feito, junto com os outros.

Antes de passar a palavra para o Fernandes, eu quero dizer que aqui está a Rosemar Porto, assessora parlamentar, do Ministério do Esporte.

Obrigado pela presença.

Passo a palavra agora ao técnico que não só treina, mas financia com esforço próprio – eu soube que tirando empréstimo, não é isso? – para poder realizar isso.

O SR. PUPO FERNANDES – Bom dia a todos.

É um grande prazer estar aqui, juntamente com esses quatro jovens guerreiros que representaram a nossa Nação no mundial. Ao Guilherme, ao Sr. Senador, à Karina Gomes, ao Simião e todos os presentes aqui, obrigado.

Como o Guilherme já adiantou, a nossa equipe se resume em três pessoas, mas são três pessoas que trabalham, que se dedicam, e trabalhamos voluntariamente. Agradeço à Karina e ao Guilherme por estarem junto conosco e acreditarem no projeto.

O Guilherme já adiantou bem o que é o projeto social. Vou falar dessa ida à Polônia.

Tentamos durante quase 2 meses, mas não conseguimos o patrocínio para levar os 8 jovens, meninos e meninas, ao mundial. Resolvemos, então, passar o

boné para comprar essas passagens. Deu somente para comprar 5 passagens para representarmos o Brasil.

A minha maior preocupação, Senador, era conseguir levar esses jovens para a Polônia, porque esse sonho deles participarem da Homeless World Cup seria somente uma vez. Todo ano temos de trocar os jogadores. A minha maior preocupação era levar esses jovens, mas seria uma viagem que iria frustrá-los, porque estaríamos com apenas quatro jogadores, sem reserva, num jogo intenso, com muito contato físico e que exige uma condição física bem alta. Nos encontramos no aeroporto em uma sexta-feira, sem treinamento, e fomos à Polônia.

Na viagem de 12h até Munique, conversarmos bastante, os quatro. Senti um grupo coeso, feliz, com objetivo de representar o Brasil. Logicamente não pensaríamos em sermos campeões do mundo, em uma competição em que participam 64 seleções. A minha preocupação era a de eles se divertirem e de que essa viagem fosse marcante para a vida deles. Chegando à Polônia, para a nossa surpresa, todas as 64 seleções estavam tristes porque o Brasil não iria participar. A terra do futebol, onde nasce o futebol, o Brasil não iria participar. Chegamos, não participamos da abertura do evento e fomos jogar com quatro jogadores.

Na primeira fase, eu conversei bastante com o Darlan, o Vinícius, o Robson e o Douglas expondo que seria o momento de treinar durante o torneio. Teoricamente, fizemos cinco jogos fáceis. Poderíamos golear essas equipes de 20 a zero, 30 a zero, quando fomos treinar. Não menosprezamos as equipes adversárias. Por exemplo, a Suécia, que estava trabalhando com idosos, deixamos os Homeless da Suécia fazerem o gol. Isto para eles era tudo: fazer um gol no Brasil. Fomos cativando todas as seleções nos treze jogos. Logicamente, na fase final, foram jogos mais difíceis, mas, durante os 10 jogos que poderíamos ter ganho com mais facilidade, também fizemos o lado social de trazer as seleções junto conosco. Na final, tivemos todas as seleções conosco e contra o México, que era uma potência. Eu até brinquei com o Guilherme durante o evento: "Guilherme, o México está com 45 pessoas na sua comissão masculina e feminina e a torcida consegue fazer ola, mas nós estamos aqui com apenas cinco pessoas representando uma nação que se diz ser a terra do futebol." Tivemos a ideia de colocar as camisas das meninas e meninos no chão, para representá-los também.

Conseguimos esse título, começamos com uma história triste, superamos tudo e todos, e conseguimos o êxito de trazer essa taça novamente para o Brasil. Logicamente, estamos contentes com essa taça aqui, conosco, mas contentes também pela formação desses jovens que representaram o Brasil. Acho que, dentro de suas comunidades, eles vão comentar a luta que tiveram durante esses 15 dias em que estiveram conosco, a alegria de representar o Brasil no campeonato mundial. O preço disso, quanto custa em relação ao fato de termos conseguido levar esses jovens não significa nada perto da alegria estampada nos rostos deles, dos seus pais, das suas comunidades.

Penso que esses quatro jovens merecem toda a homenagem que o senhor está oferecendo a eles. Eles acreditaram no projeto. Essa viagem poderia ter sido muito frustrante na vida delas porque poderia ter sido só essa, como foi só essa a viagem deles. Eles aceitaram esse desafio, e estão todos de parabéns, principalmente esses quatro jovens.

Agora, agradeço ao Daniel de Oliveira, Prefeito da cidade de São Roque, de onde sou Secretário de Esportes; ao Sr. Tio Mílton, assessor do Daniel. Muito obrigado pela presença de vocês.

Obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Somos nós que agradecemos. Pergunto qual deles quer fazer uso da palavra. Douglas? O Douglas quer dizer alguma coisa?

O SR. DOUGLAS BATISTA – Bom dia a todos.

Primeiro, agradeço ao Senador Cristovam Buarque pela homenagem, agradeço a presença de todos. São apenas agradecimentos mesmo. Fomos para lá para nos divertir, para tentar uma experiência nova, mas fomos com uma responsabilidade muito grande, porque sair do País para representar a seleção brasileira não é fácil para nenhum jogador.

Acho que conseguimos representar muito bem.

Agradeço ao Pupo pela oportunidade, ao Guilherme também por nos ter escolhido para fazer parte da seleção. Só isso mesmo. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Douglas, não apenas pelas palavras, mas, sobretudo, pelo que você fez lá em campo.

Robson.

O Robson é aquele que, nas fotos, aparece assim.

O SR. ROBSON MARTINS – Primeiramente, bom dia a todos.

Só tenho a agradecer à Karina, ao Pupo, ao Guilherme pela força que nos deram, pela garra de ter nos levado para a Polônia. Só tenho a agradecer por tudo: por terem nos levado, terem confiado em nós. Não tenho palavras para falar para eles. Estou muito feliz por ter viajado. Foi um sonho ter ido à Polônia, um sonho ter representado a seleção brasileira. Gostei demais de ter ido. Quero agradecer também a todos que me

ajudaram a estar aqui, que me apoiaram a estar aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Passo a palavra o Darlan, que foi o chuteira de ouro, não foi?

O SR. DARLAN MARTINS – Primeiramente, bom dia a todos. Agradeço a presença de todos, ao Presidente Cristovam Buarque.

Quero dizer que fiquei muito feliz de estar representando o Brasil na Polônia, de receber o prêmio de melhor jogador da competição. É só isso que tenho para falar, ou seja, só agradecimentos mesmo. É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É isso mesmo, não precisa mais do que isso não.

Passo a palavra agora o Vinícius.

O SR. VINÍCIUS ARAÚJO – Primeiramente, bom dia. Eu queria agradecer à Karina, ao Guilherme, ao Pupo por terem me dado essa oportunidade de representar o Brasil na Polônia. Foi uma honra imensa.

Quero agradecer ao Senador Cristovam Buarque. Muito obrigado por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bem. Nós é que agradecemos, Vinícius. *(Palmas.)*

Quero cumprimentar o Sr. Daniel de Oliveira, que é Prefeito de São Roque, e o Sr. Tio Mílton, seu assessor de gabinete.

Antes de encerrar, quero dizer o seguinte...

Pode, é claro.

O SR. PUPO FERNANDES – Queria passar em mãos um presente que fizemos para o Senador, uma camisa, na realidade vou entregar duas, uma delas assinamos na volta da Alemanha, em Munique, fizemos uma camisa sem saber desta homenagem, ficou um momento propício para entregarmos esta camisa para o senhor, sem saber desta homenagem. Então, vou entregar primeiro a camisa que fizemos em Munique, na Alemanha.

Senador Cristovam Buarque, obrigado por acreditar no futebol social. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu visto esta camisa.

O SR. PUPO FERNANDES – E esta camisa que fizemos agora, em homenagem ao Senador, sabendo dessa homenagem para nós.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Esta camisa, embora seja um presente de vocês, quero dizer que vou vesti-la, porque chamamos futebol social, mas é mais radical do que isso, é o futebol da favela, tanto que o nome é *homeless* no exterior, ou seja, é dos sem teto, é o futebol de gente de rua. Obviamente, não quer dizer que sejam de rua todos os jogadores, alguns moram em suas casas simples, humildes, e jogam futebol com o espírito de quem representa o povo mais humilde.

No próximo ano, o Brasil vai fazer uma Copa que vai gastar, eu já vi o número de 50 bilhões, outros falam em 15 bilhões, depende se inclui toda infraestrutura ao redor ou só os estádios. Toda a estrutura ao redor até acho que não podemos jogar a conta em cima da Copa, porque isso vai ficar, mas uns 15 bilhões a 20 bilhões serão gastos só com a Copa. Não é possível que não consigamos levar talvez não só os 45 que o México levou, mas 50, 60 para o Chile, até porque é pertinho da gente, o Chile não é longe. Então, quero aqui deixar para os que representam tanto o Ministério como a Caixa Econômica, não estão aqui mas eu gostaria de falar sobre a Petrobras e outras entidades que costumam patrocinar atividades e a CBF também, que descubram que existe isso. Vamos ter uma Copa dos Condomínios, que é da Fifa. Vamos fazer e participar da Copa das Favelas, que é da Organização Mundial de Futebol dos Sem Teto.

Quero dizer que é com muita satisfação que estou aqui, com muito orgulho de ser brasileiro quando vejo gente como vocês, que suam a camisa e que ganham uma copa do mundo com o esforço de vocês, duplo esforço, o esforço de levar adiante, como aqui faz o Fernandes, o Guilherme Araújo, o esforço de realizar a ida, como o esforço de vocês jogadores dentro do campo de futebol.

No próximo ano, vamos levar os 16, 8 jovens meninos, 8 jovens meninas, vamos levar uma boa equipe. Contem comigo. *(Palmas.)*

(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.)

ATA DA 66ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2013

EMENDAS AO ORÇAMENTO 2014

Às doze horas e trinta e dois minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Ana Amélia, Benedito de Lira, Maria do Carmo Alves, Osvaldo Sobrinho, Vanessa Grazziotin, Vital do Rêgo, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima, reúne-se

a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, João Capiberibe, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro, Gim e Alfredo Nascimento. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte à Lei Orçamentária Anual – LOA 2014. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a palavra ao Senhor Senador Osvaldo Sobrinho, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas ao à **Lei Orçamentário Anual – LOA 2014**: **Emendas de Apropriação: Emenda n.º 1 – Educação – Educação Básica – "0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica"**, no valor de R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), para a unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação, apresentada pelos Senadores Cyro Miranda, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Inácio Arruda, Rodrigo Rollemberg, na forma de emenda aglutinativa, que também contempla a proposta dos senadores Valdir Raupp, Cristovam Buarque e Romero Jucá. **Emenda n.º 2** – **Cultura – "14U2 – Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais"**, no valor de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), para a unidade orçamentária 42101 – Ministério da Cultura, apresentada pelos Senadores Valdir Raupp, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Lídice da Mata, Lúcia Vânia e Romero Jucá, de modo a apoiar, entre outras iniciativas, a continuidade do Programa CEU das Artes. **Emenda n.º 3** – **Cultura – "20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira"**, no valor de R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), para a unidade orçamentária 42205 – Fundação Nacional das Artes, do Ministério da Cultura, apresentada pelos Senadores Inácio Arruda e Romero Jucá, que também contempla os Senadores Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Ana Amélia, Randolfe Rodrigues e Ana Rita, para programas vinculados à FUNARTE, especificamente para o teatro (Myriam Muniz), dança (Klauss Vianna) e circo (Carequinha). **Emenda n.º 4** – **Esporte – "5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer"**, no valor de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para a unidade orçamentária 51101 – Ministério do Esporte, apresentada pelos Senadores Gim Argello, Paulo Paim, Valdir Raupp, Cyro Miranda, Lídice da Mata, Inácio Arruda e Romero Jucá. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão à Lei Orçamentário Anual – LOA 2013, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares,** Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – SENADOR **CYRO MIRANDA,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental declaro aberta a 66ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, destinada a discutir e votar as emendas da Comissão da Lei do Orçamento Anual de 2014.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a propositura permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu gostaria de registrar a presença dos representantes do teatro, dança e circo dos Estados de Pernambuco, Minas, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Amapá, Alagoas, Espírito Santo, Paraná, Bahia, Paraíba, Goiás e Amazonas. O Brasil aqui está representado.

Espero que o Relator, que não é tão carrasco assim, tenha atendido as expectativas dos Srs. aqui presentes. Eu recomendei que não aceitassem, mas parece que ele não é muito disciplinado. *(Risos.)*

Desde já agradeço ao Senador Osvaldo Sobrinho. S. Exª é uma pessoa extremamente dedicada à parte da educação, da cultura e do esporte e vive isso desde os seus 16 ou 17 anos. É uma pessoa por quem temos uma admiração profunda. Por isso, eu o escolhi pela sua dedicação e coerência para elaborar esse relatório. Se Deus quiser teremos muito êxito.

Com a palavra o nobre Relator Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Obrigado Sr. Presidente Senador

Cyro Miranda pela oportunidade, pela escolha, pela forma carinhosa com que V. Ex ª tem nos tratado neste Senado. Aliás, aprendi com V. Exª que nós comandamos pela humildade, comandamos pelo exemplo, e é o que V. Exª tem feito nesta Comissão. Fico, portanto, muito grato por isso.

Passarei a ler o nosso relatório.

Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre as propostas de emenda apresentadas à Comissão referentes ao Projeto de Lei nº 9, de 2013-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014".

Relatório.

No prazo estabelecido pela Comissão foram oferecidas 152 propostas de emenda de apropriação ao Projeto de Lei nº 9, de 2013-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014". A distribuição das propostas pelos órgãos foi a seguinte: 80 para o Ministério da Educação; 39 para o Ministério da Cultura; 31 para o Ministério do Esporte; e duas para outras áreas.

Conforme consta da Resolução nº 1/2006-CN, esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte pode apresentar até quatro emendas de apropriação. Assim sendo, muito embora consideremos meritórias todas as sugestões oferecidas, tivemos que escolher apenas quatro proposições. Optamos por acolher uma proposta para a Educação Básica, duas para a Cultura e uma para o Esporte.

Procuramos dar preferência às proposições que receberam o maior número de apoio, com o maior alcance finalístico da ação governamental, e consideramos, também, a relevância do aporte de recursos para a finalidade contemplada.

Na Educação decidimos reforçar com R$600 milhões a ação "0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", proposta dos Senadores Cyro Miranda, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Inácio Arruda, Rodrigo Rollemberg, que está dentro deste relatório na forma de emenda aglutinativa que também contempla a proposta dos Senadores Valdir Raupp, Cristovam Buarque e Romero Jucá também contemplamos. Com esse apoio esperamos contribuir de forma significativa para melhorar a universalização e qualidade da educação básica em nosso País.

Para a Cultura indicamos para aprovação a sugestão oferecida pelos Senadores Valdir Raupp, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Lídice da Mata, Lúcia Vânia e Romero Jucá – que está constante aqui dentro do nosso projeto – na forma de emenda que aloca R$500 milhões para a ação "14U2 – Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais", de modo a apoiar, entre outras iniciativas, a continuidade do Programa CEU das Artes.

Ainda na Cultura resolvemos aceitar a sugestão dos Senadores Inácio Arruda e Romero Jucá, nas páginas 117 e 121, que também contempla os Senadores Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Ana Amélia, Randolfe Rodrigues e Ana Rita na forma de uma emenda que consigna R$600 milhões para a ação "20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira", para programas vinculados à Funarte, especificamente para o teatro (Myriam Muniz), dança (Klauss Vianna) e circo (Carequinha), que beneficiará essas áreas em todo o País.

Por sua vez, no Esporte optamos por acolher a proposta dos Senadores Gim Argello, Paulo Paim, Valdir Raupp, Cyro Miranda, Lídice da Mata, Inácio Arruda e Romero Jucá que reforça com R$300 milhões a ação "5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer".

Voto do Relator.

Diante do exposto, optamos no sentido de que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte delibere pela apresentação das seguintes emendas de apropriação ao Projeto de Lei Orçamentária para 2014:

a) R$600 milhões para a ação "0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação;

b) R$500 milhões para a ação "14U2 – Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais", na unidade orçamentária 42101 – Ministério da Cultura;

c) R$600 milhões para a ação "20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira", na unidade orçamentária 42205 – Fundação Nacional das Artes do Ministério da Cultura, e

d) R$300 milhões para a ação "5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer", na unidade orçamentária 51101, do Ministério do Esporte.

Portanto, Sr. Presidente, nós tentamos aqui dar uma ênfase toda especial a essas três áreas, além de outras com que nos preocupamos, mas às três áreas que eu acho que sempre foram o patinho feio dos orçamentos neste País, como a educação básica. Todos se preocupam com a finalização, com a educação universitária, e eu me preocupo com a base.

Eu fui professor de escola rural, quando ainda na minha tenra idade, aos 16, 17 anos de idade. Eu sou filho de agricultor, homem sem terra, pessoa que trabalhava de... Trabalhador desses que saia cedo para evidentemente receber o salário para alimentar seus filhos. Foi assim a minha vida. E logo aos 16 anos de

idade, como não havia professor habilitado, fui convidado para lecionar para as séries primárias. E lá eu vi a miséria com que este País se deparava querendo se desenvolver, mas não aplicava no principal, que era a educação básica.

E até hoje. Eu já fui, depois dessa época toda, delegado de educação do meu Estado, secretário de Educação por várias vezes, criador de universidades. Tive oportunidade, quando assumi o Governo do Estado, junto com o Senador Jayme Campos, de criar com ele duas universidades, uma universidade estadual e uma universidade à distância, isso no ano de 1990. Portanto, faz pouco tempo.

E hoje eu tenho o prazer de ver, encontrei em vários corredores deste Congresso, na minha cidade, tantas pessoas que não tinham nenhuma possibilidade de promoção, e hoje são doutores, pessoas que subiram na escala social e hoje prestam serviço ao País.

Não existe nenhuma forma de promoção humana se não for através do processo educacional. Não existe. A democracia nos dá esse poder. Uma pessoa não tem nenhuma perspectiva de ascender na sociedade, se a educação não chegar perto dela. A única forma democrática de promoção é a educação. Não tem outra. Não tem milagre.

Alguns falam que a pessoa pode se considerar feliz se nascer rica, ou se casar com moça rica ou se ganhar na esportiva. Eu digo que nenhuma das três. O que vale, na verdade, é a formação educacional. O país que investe em seus filhos é um país de futuro.

Com as grandes guerras que houve no mundo, os países que sobreviveram, depois de destruídos, foram os países que investiram na educação de seus filhos. Portanto, neste nosso relatório, tentamos dar uma ênfase toda especial à educação básica. Tentamos dar uma ênfase especial também à cultura. Que é o patinho mais feio desse processo todo.

Ninguém, na verdade, olha para a cultura, acham que são manifestações que acontecem por acaso. Não. Precisamos investir, para resgatar a história do País, para fazer a memória do País, para fazer que possamos, verdadeiramente, nos orgulhar do nosso passado, do nosso presente e extrapolar o nosso futuro.

Também os esportes. Estamos vivendo em ano de Copa. E, portanto, o Brasil fazendo obras monumentais, coisas que às vezes alguns acham até exageradas, se esquecendo da base, da quadrinha de esporte para a criança na escola, da quadrinha da areia. Nem a bola, às vezes, a escola tem. Não tem nenhum equipamento para atender a criança que começa a despertar para o esporte.

Eu acredito que nós, aqui, tentamos buscar, dentro do possível, dentro das limitações, não é, Senador Cyro, as condições necessárias para isso.

Portanto, me considero feliz por isso. Espero ter atendido não só os meus Colegas que fazem esse trabalho, mas também os Senadores que se preocuparam com a Comissão de Educação, que se preocuparam fazendo as suas emendas.

Aqui eu vejo que todos os Senadores que se preocupam com a educação nesta Casa, começando pelo Senador Buarque, foram atendidos, e fizemos questão de atendê-los da melhor forma possível. Porque sabemos que a voz dos senhores é a voz da experiência. É a voz de quem sofre, de quem conhece e de quem, na verdade, é do ramo. Os senhores são do ramo da educação. Estão aqui e todo dia a defendem.

Aliás, o Senador Cristovam é até um pouco chato. Ele é monotemático. É todo dia aqui, de segunda a sexta. Não é como nós, de terça a quinta. Ele é de segunda a sexta, todos os dias falando em educação. Água em pedra dura tanto bate até que fura. E ele, na verdade, praticamente, na sua luta, que conheço há muito tempo aqui no Congresso, está sempre falando sobre educação. A minha esposa – eu sou do PTB, ele é do PDT –, na eleição passada, quando ele foi candidato a Presidente, mesmo me traindo no voto, falou: "Eu vou votar no Buarque, porque é ele que fala em educação. Não é nem você nem ninguém. É o Buarque que fala." E o senhor teve o voto dela.

Portanto, eu me sinto muito orgulhoso de estar aqui nesta constelação de homens e mulheres que se preocupam com a educação no Brasil e, podem ter certeza, há pessoas aqui que, às vezes podem votar de qualquer forma, mas há outras que se preocupam verdadeiramente com a educação, com a formação da nossa juventude, com os filhos do Brasil.

Quero aqui congratular todos os Senadores que colocaram as suas emendas; aproveitamos todas as emendas que foram colocadas pelos senhores e fizemos um reforço especial para a educação básica, que eu sei que é a luta de todos os senhores, para o esporte e para a cultura.

Já li o nosso relatório e quero crer que a gente possa ter dado a prioridade necessária a essas questões pelas quais nós lutamos e brigamos todos os dias. A gente sempre fala, Senador, que a educação é prioridade, mas às vezes nos esquecemos de fazer a prioridade de verdade.

Nesse relatório o trabalho dos senhores está aqui resumido e, de uma forma geral, eu acredito que atendemos às solicitações, às demandas, às vontades, às aspirações e até as utopias dos companheiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. É o relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Osvaldo Sobrinho, parabenizo-o pelo seu relatório, sei das dificuldades – 152 emendas –; já fui por duas vezes relator na Comissão de Assuntos Econômicos, sei das dificuldades e da pressão. Mas o seu equilíbrio e o seu conhecimento facilitaram bastante esse relatório que, para mim, chega ao ponto de ser ideal.

Com muito prazer concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

Está em discussão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Apenas para repetir as suas palavras. Eu quero parabenizar o Senador Osvaldo Sobrinho pelo brilhante trabalho que fez; eu sei como é complicado compatibilizar tantas solicitações, mas eu creio que nenhum de nós poderia ter feito melhor.

Parabéns, e muito obrigado à sua esposa.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Vou transmitir a ela, obrigado. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Continue, Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente desta Comissão, sempre ativa, prestativa e assídua.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Presidente, eu queria cumprimentar o Relator, o Senador Osvaldo Sobrinho, e dizer que eu estava muito agoniada, porque na Comissão de Assuntos Sociais eu fui Relatora, e lá eram 120 emendas; o senhor tem 151 para acomodar. E o fez de maneira extremamente equilibrada, contemplando os diversos grupos com a participação dos Senadores e das Senadoras no acolhimento dessas emendas.

Então, eu acho que é um trabalho importante que, no coletivo, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sai ganhando com essa contribuição que estamos dando.

Sabemos também que o Orçamento ainda é autorizativo, e que esses recursos não serão, na totalidade, aplicados; lamentavelmente. Mas, de qualquer forma, o esforço e o cumprimento de uma determinação legal foram feitos com muita habilidade, com muita competência política, com muito cuidado e com muita cautela por V. Exª.

Então, parabéns ao Relator. E quero também cumprimentar a Comissão por encerrar este ofício tão relevante, que é ajustar as nossas demandas na área da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Mais uma vez parabenizo-a também pelo relatório da Comissão de Assuntos Sociais, que não é fácil; é uma das tarefas, talvez, das mais difíceis de conciliar, porque todos têm razão. É o que nós chamamos de cobertor de pobre: puxa-se de um lado e ele encurta do outro.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, também para cumprimentar V. Exª e o Relator, sempre com essa missão árdua de conseguir congregar em cinco emendas o sentimento de toda a Comissão, que foi distribuída em mais de 100 emendas. Então, quer dizer, você ter essa habilidade, porque há uma quinta emenda, que é uma emenda que a gente nem conta, a gente conta quatro, na verdade, porque são as quatro principais, e V. Exª soube fazer isso com muita capacidade agregadora.

E registrar, Sr. Presidente, que hoje teremos aqui a abertura da Conferência Nacional de Cultura e a presença dos artistas circenses, do teatro e também da dança. Nós podemos dizer que estão todos conjugados, porque teatro, dança e o circo estão, digamos assim, unidos em uma causa só. O circo é uma arte milenar dos povos, praticamente de todos os povos, que roda o mundo, buscando apresentar os sentimentos de cada nação e, sobretudo, a criatividade através da arte.

Então, eu queria cumprimentar todos e dizer que, com sua sabedoria, o Relator acolheu a iniciativa, que tem o sentido de fortalecer a arte circense no Brasil, que é muito importante. Isso está ganhando uma sofisticação nos dias atuais. Aquele "circozinho" que havia ali em nosso bairro, que ainda existe espalhado por este País inteiro, tem muita força e é muito atraente, está se sofisticando e, para isso, precisa do suporte que esta Comissão teve a sabedoria de oferecer.

Então, quero cumprimentar todos e dizer-lhes que serão sempre muito bem-vindos à nossa Comissão, porque o sentimento aqui sempre foi, através do Presidente Cyro Miranda, de acolhimento de todos que nos procuram para apresentar suas demandas, suas reivindicações.

Eu queria agradecer a V. Exª pela oportunidade da presença de tantos amigos do circo, do teatro e da dança em nossa Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Antes de V. Exªs chegarem, eu tinha nominado e vou, novamente, fazê-lo. Agradeço e registro as presenças de teatro, dança e circo dos Estados de Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Amapá, Alagoas, Espírito Santo, Paraná, Bahia, Paraíba, Goiás e Amazonas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria fazer uma pequena referência, um pouco

de arquivo pessoal. Como o Senador Inácio Arruda fez essa referência tão carinhosa ao circo, especialmente nas zonas mais longínquas dos rincões brasileiros e do meu Estado, Rio Grande do Sul, e por estarem aqui também representantes do meu Estado, eu, quando muito jovem, fiz um filme, participei de um filme com José Mendes, que foi um grande cantor de música regionalista. A música mais conhecida no mundo inteiro é Para, Pedro! O filme que eu fiz, contracenando com ele, ator principal, chamava-se Não Aperta, Aparício. Meu papel era Miss Mary, a rainha do circo. *(Palmas.)*

Eu queria só...

Acho que isso são pedaços da vida da gente que precisam, no momento certo, serem mostrados. Eu sinto muito orgulho disso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Parabéns!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – No picadeiro tive de andar em cima de uma corda porque fazia parte do papel da Miss Mary, a rainha do circo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – A vida no circo naquela época não era fácil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E continua não sendo fácil.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora, já que a senhora abriu um capítulo de arquivo confidencial, quando eu tinha nove anos, eu morava em São Paulo na Vila Mariana, que era um bairro, naquela época, ainda muito pequeno e lá se instalou um circo. Eu, na época, estudava harmônica – lá diziam assim, para nós é sanfona. Era uma Veronese fabricada no Rio Grande do Sul. Eu fui tocar naquele circo para ganhar as entradas. Então, veja como tem importância, como isso é raiz para nós.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Não havia meia.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agora há, meia entrada.

Senadora Ana Rita, gostaria de fazer algum comentário?: Estamos em discussão e vamos partir para a votação em seguida.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

Eu estava da Comissão de Constituição e Justiça, que ainda vai votar as emendas, daqui a pouco, mas estou olhando o relatório do Senador Osvaldo Sobrinho. Acho que ele contempla a maior parte das emendas apresentadas por esta Comissão. Sabemos que cada Comissão pode apresentar, no máximo, quatro, mas aglutinando, atende a um volume maior de recursos, porque várias emendas se somam.

Então, quero aqui agradecer o relatório do Senador Osvaldo Sobrinho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Encerro, então, a discussão.

Coloco em votação: as Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do eminente Senador Osvaldo Sobrinho permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Aprovado.

Parabéns, Senador Osvaldo Sobrinho! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Convido todos para, às 14h30min, aprovação do PNE.

(Iniciada às 12 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.)

ATA DA 67ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2013.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, João Capiberibe, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Ana Amélia, Benedito de Lira, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, Osvaldo Sobrinho, Vanessa Grazziotin, Vital do Rêgo, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Cássio Cunha Lima, Aloysio Nunes Ferreira, Mozarildo Cavalcanti e Antônio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro, Gim e Alfredo Nascimento. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, inicia a deliberação da pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para votação das matérias terminativas. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que "Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências". O relator designado é o Senador

Alvaro Dias e o parecer favorável, na forma da emenda substitutiva oferecida, e pela aprovação integral das emendas nºs 3, 4, 10, 13, 14, 18 a 21, 24, 31 a 34, 36 a 40, 46 a 49, 51, 75,87 e 96; e ainda pela aprovação parcial das emendas nºs 1 – CAE, 2 – CCJ, 9, 16, 17, 27, 28, 30, 35, 41, 44, 45, 50, 55, 56, 59, 61, 65, 77, 86 e 90; rejeitando as emendas nºs 5 a 8, 11, 12, 15, 22, 23, 25, 26, 29, 42, 43, 52 a 54, 57, 58, 60, 62 a 64, 66 a 74, 76, 78 a 85, 88, 89 e 91 a 95, é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Alvaro Dias, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento de Urgência para a matéria, o que é aprovado. Neste momento, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 7: Requerimento nº 73/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, que requerem "... nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o **Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012**, que 'Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.', de autoria da Presidência da República". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2012; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2011; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2013; Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 2010; e Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2013**. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às quatorze horas e trinta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CYRO MIRANDA,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 67ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Passemos à pauta desta reunião extraordinária deliberativa:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, de 2012
– Não Terminativo –

Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria :Senador Alvaro Dias

Relatório: Favorável, na forma da emenda substitutiva oferecida, e pela aprovação integral das emendas nºs 3, 4, 10, 13, 14, 18 a 21, 24, 31 a 34, 36 a 40, 46 a 49, 51, 75, 87 e 96; e ainda pela aprovação parcial das emendas nºs 1 – CAE, 2 – CCJ, 9, 16, 17, 27, 28, 30, 35, 41, 44, 45, 50, 55, 56, 59, 61, 65, 77, 86 e 90; rejeitando as emendas nºs 5 a 8, 11, 12, 15, 22, 23, 25, 26, 29, 42, 43, 52 a 54, 57, 58, 60, 62 a 64, 66 a 74, 76, 78 a 85, 88, 89 e 91 a 95, 96 e também 97.

Observações:

1 – Matéria termin*ativa no Plenário.*

2 – Na reunião do dia 19/11/13, foi concedida vista coletiva. Foram apresentadas (11) emendas de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, (29) emendas de autoria do Senador Cristovam Buarque e (5) emendas de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, como não há voto em separado apresentado, apenas as emendas, nós fizemos avaliação das emendas e, já na segunda-feira, encaminhamos por escrito aos integrantes desta Comissão o parecer com acolhimento de algumas emendas – inclusive do Senador Cássio Cunha Lima, do Senador Cristovam Buarque, do Senador Randolfe Rodrigues – e com a rejeição de outras, muitas das quais já tinham o seu conteúdo inserido no nosso parecer final.

Portanto, Sr. Presidente, o texto que distribuímos na segunda-feira é o texto que estamos submetendo a esta Comissão com o parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Continua em discussão.*(Pausa.)*

Como não temos nenhum voto em separado, a discussão está encerrada.

Coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório de S. Exª o Senador Alvaro Dias permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Palmas.)*

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu peço urgência para deliberação, o mais rápido possível, no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Subscrevo o pedido de urgência do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Submeto a aprovação da urgência urgentíssima a este Plenário.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Encerro a presente reunião às 14 horas e 36 minutos.

(Iniciada às 14 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 36 minutos.)

ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2013.

Às onze horas e trinta minutos do dia três de dezembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Inácio Arruda, João Capiberibe, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Kátia Abreu, José Agripino, Armando Monteiro, Osvaldo Sobrinho, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira, João Vicente Claudino, Mozarildo Cavalcanti e Antonio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves e Gim. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador Mozarildo Cavalcanti, comunica que a reunião tem como finalidade exclusiva a deliberação de projetos que instituem datas comemorativas e que tratem de denominações de rodovias e outros locais públicos, segundo preceitua a Decisão nº 3-CE. Logo após, a presidência informa ainda que as proposições serão agregadas em blocos para realização de 3 (três) votações nominais: pela aprovação, pela rejeição e pela prejudicialidade dos projetos, e submete à apreciação do plenário a proposta de dispensa da leitura dos pareceres. A proposta é aprovada por unanimidade. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Mozarildo Cavalcanti, lembra que é facultado a qualquer membro da comissão solicitar destaque para votação em separado de qualquer uma das matérias, segundo o disposto na alínea b), da decisão nº 1-CE. Logo após, a presidência inicia a deliberação da pauta. **Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Institui o dia 14 de setembro como Dia Nacional do 'Soldado da Borracha'". O relator designado é o Senador João Alberto Souza e o parecer é pela rejeição. A matéria é retirada de pauta atendendo à solicitação do relator. **Item 16: Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Frank Aguiar, que "Institui o dia 13 de março, dia da Batalha do Jenipapo, como data histórica no calendário das efemérides nacionais", **que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Dias, que "Institui o dia 13 de março como 'Dia da Batalha do Jenipapo'". O relator designado, ad hoc, é o Senador Osvaldo Sobrinho e o parecer favorável ao PLC nº 4, de 2009, com a emenda nº 1-CE, e pela rejeição do PLS nº 94, de 2011, que tramita em conjunto, é aprovado. Neste momento, o Senador Osvaldo Sobrinho, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. Logo após, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 17: Requerimento nº 71/2013-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Osvaldo Sobrinho, que requerem "Por decisão tomada na última reunião deliberativa que aconteceu na Comissão de Direitos Humanos (CDH), ficou acertado entre o Senador Paulo Paim, a Senadora Angela Portela e a Senadora Ana Rita – Presidente da CDH, a solicitação de uma audiência pública para debater 'O Direito Fundamental a Saúde e Alimentação Escolar'. Assim, com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro audiência pública para debater o referido tema. Solicito ainda, que tal audiência pública, seja realizada nesta Comissão de Educação, conjuntamente com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Comissão de Direitos Humanos (CDH). Os convidados sugeridos são: 1-Alexandre Sampaio – Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação. 2-José de Jesus dos Santos – Presidente do Sindicato de Hotelaria e Gastronomia de Porto Alegre. 3– Cacildo Antonio Vivian – Diretor do Sindicato de Hotelaria e Gastronomia de Porto Alegre. 4-Ibere

Costa – proprietário de cantina escolar na cidade de Porto Alegre. 5-Representante do Ministério da Educação. 6– Representante do Ministério da Saúde". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2011; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2010; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2013; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2013; Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2012; Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2013; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2013; Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2013; Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2013; Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2012; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2012; Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 755, de 2011; Item 14: Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2013 e Item 15: Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2013**. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente Eventual, Senador Mozarildo Cavalcanti**, encerra a reunião às onze horas e trinta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 68ª reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião tem por finalidade exclusiva a deliberação de projetos que instituem datas comemorativas e que tratam de denominações de rodovias e outros locais públicos, segundo o que preceitua a Decisão nº 3, da Comissão de Educação.

As proposições serão agregadas em blocos para a realização de três votações nominais, pela aprovação, pela rejeição ou pela prejudicialidade dos projetos.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura dos pareceres dos relatores.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Lembro que é facultado a qualquer membro da Comissão solicitar destaque para votação em separado de qualquer uma das matérias, segundo o disposto na alínea *b* da Decisão nº1-CE.

Passamos à deliberação da pauta.

Como não há quórum...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Presidente, por gentileza. Eu gostaria que retirasse de pauta o nº 13, de que sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Nº 13. V. Exª será atendido.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2011
– Terminativo -

Institui o dia 14 de setembro como Dia Nacional do "Soldado da Borracha".
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador João Alberto Souza
Relatório: Pela rejeição.
Observações:
1 – Matéria a ser votada em bloco.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Não havendo, portanto, quórum, vamos passar ao único item não terminativo da pauta.

ITEM 16
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, de 2009
– Não Terminativo –

Institui o dia 13 de março, dia da Batalha do Jenipapo, como data histórica no calendário das efemérides nacionais.
Autoria: Frank Aguiar

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2011
– Terminativo -

Institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo".
Autoria: Wellington Dias
Relatoria: Zeze Perrella
Relatório: Favorável ao PLC nº 4, de 2009, com a emenda oferecida, e pela rejeição do PLS nº 94, de 2011, que tramita em conjunto

Observações:

1 – Matéria terminativa no Plenário.

Com a palavra, o Relator.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, leio aqui o relatório da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2009 (PL nº 968, de 2007, na origem), do Deputado Frank Aguiar, que institui o dia 13 de março, dia da Batalha do Jenipapo, como data histórica no calendário das efemérides nacionais, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2011, do Senador Wellington Dias, que institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo".

Relatório.

Retorna à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 4, de 2009, que institui o dia 13 de março, dia da Batalha do Jenipapo...

O PLC nº 4, de 2009 é composto de dois artigos. O primeiro deles institui o dia 13 de março como efeméride nacional, sendo que o segundo determina a vigência da lei a partir da data de sua publicação. Após aprovado pelas Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, foi encaminhado ao Senado da República e a esta Comissão. Ainda em 2009, foi aprovado o parecer favorável do Senador João Vicente Claudino, tendo como relator *ad hoc* o Senador Marco Maciel.

Após o projeto em análise ter sido encaminhado à deliberação do Plenário e incluído em Ordem do Dia, foi apresentado o Requerimento nº 298, de 2011, do Senador Wellington Dias, solicitando tramitação conjunta do PLC nº 4, de 2009, e do PLS nº 94, de 2011, este de sua autoria.

O PLS nº 94, de 2011, que, com a aprovação do requerimento, perdeu seu caráter terminativo, também se compõe de dois artigos. O primeiro institui a data de 13 de março como o Dia da Batalha do Jenipapo, prescrevendo seu parágrafo único a realização anual de ações educativas e comemorativas, com a presença de representantes do Governo Federal, assim como a concessão da "Medalha Batalha do Jenipapo". Seu art. 2º contém a cláusula de vigência.

Também houve uma análise bem acurada e bem estudada dessa matéria, que passou por várias comissões, tanto na Câmara como no Senado.

Logicamente, depois dessa análise, vem o voto.

Conforme o exposto, voto pela aprovação do PLC nº 4, de 2009, com a emenda nº 1, que apresento, e pela rejeição, por injuridicidade, do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2011.

EMENDA nº 1 – CE
(Ao PLC nº 4, de 2009)

Inclua-se no art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2009, parágrafo único com a seguinte redação:

Parágrafo único. Anualmente, no Dia da Batalha do Jenipapo deverão ser realizadas, com a presença de representantes do Governo Federal, ações educativas e comemorativas em alusão ao evento histórico ocorrido no ano de 1823, no Estado do Piauí, com concessão da "Medalha Batalha do Jenipapo", para até cinco pessoas, civis ou militares, que se destacarem por relevantes serviços prestados ao povo brasileiro.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª incluísse na pauta um requerimento meu e do Senador Paulo Paim, que passo a ler:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Nº 71, de 2013

Por decisão tomada na última reunião deliberativa que aconteceu na Comissão de Direitos Humanos (CDH), ficou acertado entre o Senador Paulo Paim, a Senadora Angela Portela e a Senadora Ana Rita – Presidente da CDH, a solicitação de uma audiência pública para debater "O Direito Fundamental a Saúde e Alimentação Escolar". Assim, com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro audiência pública para debater o referido tema. Solicito ainda, que tal audiência pública, seja realizada nesta Comissão de Educação, conjuntamente com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Comissão de Direitos Humanos (CDH). Os convidados sugeridos são: 1-Alexandre Sampaio – Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação. 2-José de Jesus dos Santos –Presidente do Sindicato de Hotelaria e Gastronomia de Porto Alegre. 3–Cacildo Antonio Vivian – Diretor do Sindicato de Hotelaria e Gastronomia de Porto Alegre. 4-Ibere Costa – proprietário de cantina escolar

na cidade de Porto Alegre. 5-Representante do Ministério da Educação. 6– Representante do Ministério da Saúde

Autoria: Senador Paulo Paim e Senador Osvaldo Sobrinho.

Se não houver objeção dos Senadores presentes, fica incluída então extrapauta.

Passamos à votação do referido projeto.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Presidência comunica que amanhã haverá uma audiência pública, em conjunto com a CDH, para discutir "O Papel do Coletivo Fora do Eixo e da Mídia Ninja nos Cenários Cultural e Jornalístico Brasileiro", às 10h. *(Pausa.)*

Corrigindo, às 14h30.

Nada mais havendo a tratar, está declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às nove horas e cinco minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor Senador **RANDOLFE RODRIGUES**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Rodrigo Rollemberg, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Ana Rita, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Cícero Lucena, José Agripino, Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor**.** A Presidência declara abertos os trabalhos. Passa-se à **PAUTA**, destinada à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** com a finalidade de discutir o funcionamento da telefonia celular no país, notadamente nos estados da Região Norte, em atendimento ao Requerimento nº 37/2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. Comparecem como convidados: Marcos Augusto Mesquita Coelho, Diretor de Relações Institucionais da Oi S.A; · Christian Wickert, Diretor de Assuntos Regulatórios da Claro S.A; · André Gustavo Rosa, Executivo de Relações Institucionais da TIM Participações S.A; e · Enylson Flávio Camolesi, Diretor de Relações Institucionais da Telefônica Vivo. O Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Sr. João Batista de Rezende, não compareceu. O Senhor Presidente faz a apresentação inicial do tema, lamentando a ausência do Presidente da ANATEL e concedendo, a seguir, a palavra aos convidados. Após, usa da palavra o Senhor Presidente e a Senhora Senadora Vanessa Grazziotin para apresentação de perguntas e comentários. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. A Presidência encerra a presente reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **RANDOLFE RODRIGUES**, Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE 31-10-2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o tema o funcionamento da telefonia celular no País, notadamente nos Estados da Região Norte, em atendimento ao Requerimento nº 37, de 2013.

Essa reunião contará com a utilização dos serviços de interatividade do Senado Federal, que permite aos cidadãos encaminhar perguntas e comentários aos Senadores presentes e aos nossos convidados, por intermédio desta Presidência.

Qualquer cidadão pode acessar o Portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, na página desta audiência, acompanhar a transmissão ao vivo e registrar a sua participação no Mural do Cidadão.

Cada Senador ou Senadora, assim como a sociedade, pode ver todas as participações publicadas na mesma página do Portal e-Cidadania, onde também estarão disponíveis as apresentações trazidas pelos convidados. E após o encerramento, estarão disponíveis também os vídeos desta audiência.

É importante destacar que os cidadãos podem também apresentar suas perguntas por meio de telefone através do Alô Senado, pelo número 0800612211.

Essas inovações buscam tornar mais dinâmica a participação da sociedade na atividade legislativa e no debate parlamentar, incentivando o engajamento dos cidadãos na formulação das políticas públicas em nosso País.

Esta Presidência convida para compor a mesa os seguintes senhores. Esta Presidência convidou para esta audiência pública as seguintes instituições: Telefônica Vivo S.A.; Telefônica TIM Participações S.A.; Telefônica Claro S.A.; Telefônica Oi S.A. Além dessas instituições, convidou a Agência Nacional de Telecomunicações.

Esta Presidência quer prestar, antes de fazer os convites para compor a mesa, os seguintes esclarecimentos. Consideramos que dessas instituições, a mais importante para estar aqui de todas elas, a fundamental e mais importante para estar aqui presente é a Agência Nacional de Telecomunicações, notadamente por ser esta instituição a agência reguladora do Estado brasileiro. Desde o processo de privatização ocorrido na década de 1990, neste País, a instituição Agência Nacional de Telecomunicações é a responsável pela regulação dos serviços de telecomunicações e, notadamente, pela regulação dos serviços de telefonia em nosso País.

Esta audiência teria muito pouco efeito sem a presença da Agência Nacional de Telecomunicações. Por isso, esta audiência tem, por assim dizer, um sentido prático com a presença de S. Exª o Presidente da Anatel. E, por isso, o autor deste requerimento, que, neste momento, assume eventualmente a Presidência desta Comissão, foi expresso no sentido de solicitar, reiterar a presença do Sr. João Batista de Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações.

Nunca é demais, aqui, destacar que o Sr. João Batista de Rezende já foi convidado para audiências públicas neste Senado Federal, na Comissão de Ciência e Tecnologia, para, pelo menos, nove audiências públicas – salvo melhor juízo, e a assessoria me corrija – e, segundo as informações que nos chegaram, dessas nove audiências públicas ele só se fez presente em duas delas.

Nunca é demais lembrar, nunca é demais... Ele só se fez presente em três dessas audiências públicas.

Nunca é demais lembrar que cabe ao Senado Federal a designação dos membros das agências reguladoras, que os membros das agências reguladoras, os presidentes das agências reguladoras são arguidos publicamente pelo Senado Federal, sabatinados publicamente pelo Senado Federal e escolhidos publicamente pelo Plenário do Senado Federal.

Eu, particularmente, considero um acinte, um desrespeito ao Senado Federal, o presidente da agência que regula o serviço da telefonia no Brasil não atender ao convite de comparecimento à Comissão de Fiscalização e Controle para tratar aqui de um tema de tamanha relevância e importância para o País: o mau funcionamento da telefonia celular em todo o País, especial e mais gravemente nos Estados da Amazônia Legal.

Eu considero uma total falta de consideração com o Senado Federal e com os membros desta Casa a ausência do Presidente da Anatel, uma vez que esta Instituição Republicana tem a tarefa de fiscalizar as suas funções e a tarefa precípua de designá-lo, sabatiná-lo e argui-lo.

Dessa maneira, é decisão desta Presidência, discutida e acertada com o Presidente titular desta Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, que não se aceitará a presença, nesta audiência pública, ou em outra para a qual for convidado, de qualquer representante que não seja o Sr. Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações.

O espaço para o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações estará, nesta mesa, vago, disponível para a presença dele, representando, assim, o desrespeito desse senhor para com o Senado Federal e para com os membros desta Comissão.

Eu vou, dessa forma, chamar os demais convidados para esta audiência, deixando assim claro o prejuízo, em virtude da ausência do Sr. Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações a esta audiência pública.

Quero, de antemão, reiterar que esta audiência, pelo notório acontecimento da ausência que se faz da Anatel, já se encontra prejudicada, mas as ações em decorrência desta audiência não se encontram e não se encontrarão prejudicadas. Será nosso interesse dar sequência a ações seguintes, se não ocorrerem providências ao caos que está instalado, pela completa inobservância de quaisquer ações reguladoras ao mau funcionamento dos serviços de telefonia celular em todo o País e notadamente na Amazônia Legal.

Convido para compor a mesa o Sr. Marcos Augusto Mesquita, da Oi S.A.

Convido o Sr. Christian Wickert, da Claro S.A.

Convido o Sr. André Gustavo Rosa, da TIM Participações S.A.

Convido o Sr. Enylson Flávio, da Telefônica Vivo.

Estabeleço o tempo de dez minutos para cada convidado; em seguida, faremos os questionamentos que, por acaso, forem necessários ou que tenham vindo dos nossos telespectadores através do Alô Senado.

Pela ordem trazida pela Mesa, inicio com o Sr. Marcos Augusto, da Oi S.A.

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – Senador Randolfe Rodrigues, que preside esta audiência, nosso bom dia. Bom dia a todos os presentes. É um prazer para nós podermos estar presentes, falar ao Senado Federal e, por consequência, falar a toda a população do Brasil.

O tema do debate é importantíssimo, e a mensagem que a Oi pretende passar para todos é a medida do esforço que estamos fazendo para aprimoramento do serviço de telefonia celular nos Municípios que nós atendemos.

Esse esforço pode ser medido em valores, que são expressivos, mas também reflete o empenho de cada um dos funcionários da Oi na busca de entregar aos nossos clientes um serviço de melhor qualidade.

A telefonia celular no Brasil teve uma explosão de consumo. É importante que todos saibam que não há referência alguma no mundo, mesmo em países desenvolvidos ou em países em desenvolvimento, que tenham observado o mesmo nível de crescimento.

Portanto, planejar a demanda que hoje temos não era algo simples de ser feito, porque superou efetivamente todas as expectativas. Isso passou a ser mais evidente a partir de 2010/2011 com a crescente utilização de dados sobre a rede móvel.

Então, o serviço de dados internet móvel efetivamente sacrificou bastante a capacidade de atendimento do serviço de voz. Nós chegamos até ao ponto de a agência reguladora ter tomado uma providência drástica para todos nós com aquela interrupção das vendas. A partir daí, foi feito um plano de trabalho, que tem um acompanhamento trimestral, e esses resultados estão sendo publicados.

É importante notar que, embora em alguns indicadores esses percentuais ainda não estejam sendo atingidos – e aí estou falando praticamente dos números do setor como um todo, e não apenas dos números da Oi –, eles são convergentes para a melhoria do serviço em um ponto. Tanto no quesito voz, ao falar, quanto na utilização de dados, relativo às chamadas desconexões, queda no sinal, em que você tem padrões extremamente rígidos em relação às mesmas obrigações, em outros países – como, por exemplo, você ter, no máximo, 2% de perda nessas conexões –, as empresas têm tido uma performance extraordinariamente boa.

No serviço de dados, esses números são genericamente inferiores à performance de voz, e o desempenho das redes de terceira geração também, em geral, melhor do que o desempenho de segunda geração.

Mas o que é importante deixar claro é que esses dados estão convergindo para o alcance desses desafios. E é importante isso, eu gostaria de deixar bastante marcado. Quer dizer, a exigência da agência reguladora supera, em muito, os níveis internacionais conhecidos como padrão de qualidade, e o esforço da Oi – assim como o das demais empresas, pelo que percebemos – indica que nós alcançaremos esses resultados em breve.

Vou passar, agora, alguns eslaides que falam da Oi que demonstram a dimensão desse negócio. Logo em seguida, estarei à disposição para os questionamentos e algumas questões que sejam mais pontuais.

A Oi, então, se posiciona no mercado como uma empresa pioneira nos serviços de convergência. Não é de hoje que a Oi oferece telefonia fixa, telefonia móvel, TV por assinatura e os serviços de dados ou de internet.

Os números que demonstram essa dimensão, desde a época da fundação, da sua criação, em 1998, ainda sob a denominação de Telemar, são R$102 bilhões de investimentos: investimentos em equipamento, em processos, compra de outorgas. A Oi já recolheu, nesse período, R$120 bilhões em tributos nas três esferas do Executivo.

Temos uma atuação, no Brasil, em 5.565 Municípios. Nós atuamos nos 27 Estados da Federação com telefonia móvel e em 26 deles com telefonia fixa, exceto o Estado de São Paulo, que é área de concessão da companhia Telefônica.

São 74,3 milhões de clientes; e aí entendemos que não são indivíduos: são 74 milhões de unidades geradoras de receita. Obviamente que um mesmo cliente tem mais do que um produto da Oi.

Nós somos uma comunidade de 160 mil colaboradores, sendo 15 mil colegas diretos e outros 145 mil que atuam como funcionários de empresas terceiras que basicamente prestam 100% do seu serviço para a Oi.

A Oi está presente, então, em telefonia fixa e banda larga, onde outros serviços básicos ainda não existem. É importante percebermos isso. Dos 4.854 Municípios, por exemplo, onde nós estamos presentes, apenas 92% deles têm água encanada, têm – perdão – agências dos Correios, que é um dos serviços que todos nós conhecemos como um dos mais enraizados no Brasil.

Apenas 3.227 desses Municípios que atendemos têm hospitais...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – ...e apenas 2.897 têm agências bancárias.

Então, essa penetração, essa grande abrangência dos nossos serviços nos traz, para o mercado inteiro,

cerca de mais de 300 milhões de indivíduos utilizando algum produto de telecomunicações.

Procurarei ser breve.

Quando falamos de qualidade, hoje em dia, nós sempre somos colocados como os primeiros demandados. Então, se você olhar no Procon, você vai ver que nenhuma empresa é mais demandada do que qualquer uma das empresas de telefonia.

Mas é importante ponderar que, quando você compara o nível de reclamações em relação à nossa base de clientes – e vou passar para vocês apenas um item de comparação –, nós estamos hoje com um índice da ordem de 0,85% de reclamações por 10 mil clientes. Quando você olha isso, por exemplo, no setor bancário, isso vai a 3,85%, o que não quer dizer que nós tenhamos uma qualidade de serviço melhor do que a do setor bancário. Mas quer dizer, sim, que essa nossa liderança não pode ser entendida, de imediato, como sendo resultado de um mau serviço prestado.

Como o meu tempo já esgotou e eu não vou tomar tempo dos meus colegas, eu acredito que teremos tempo no debate...

Posso concluir?

A estrutura, para colocarmos esse serviço em funcionamento, é de 178 mil quilômetros de extensão de fibras. Nós temos a maior rede pública de *wi-fi* no Brasil. O *wi-fi* tem sido uma grande saída para a melhoria da experiência do cliente de telefonia móvel, porque ele, na verdade, consegue uma velocidade maior utilizando a rede fixa. Recebe sinal pela móvel, mas isso é distribuído pela rede fixa. E, como todos nós sabemos, a rede fixa é uma rede, hoje, menos congestionada do que a rede móvel. E isso vem crescendo – já são 4.500 localidades onde contamos com serviço de *wi-fi*.

Em relação aos segmentos de atuação da Oi – eu já fiz essa dimensão, essa soma – dá 74 milhões de clientes. Hoje, nós temos um ativo que nos custa, por ano, cerca de R$350 milhões para manutenção. São os nossos 775 mil telefones públicos que temos.

A receita que a Oi tem para o uso desse serviço é de apenas R$20 milhões por ano. Portanto, esse serviço que já foi um serviço de larga utilização, hoje, tem uma baixíssima utilização. Ou seja, nós temos outros setores da companhia subsidiando esse serviço. Sabemos da importância social do telefone público, mas há a necessidade de discutirmos com as autoridades públicas uma forma de melhor rentabilizar esse serviço.

Mas estamos fazendo em Santa Catarina um programa importante, porque nós estamos conseguindo utilizar essa estrutura para serviço de *wi-fi*.

Como essa rede é uma rede extremamente capilarizada, nós acreditamos que temos aí uma oportunidade excelente para disseminação dos nossos serviços, utilizando uma estrutura preexistente.

Nestes últimos dois anos, quando finalizar 2013, a Oi estará investindo R$12,6 bilhões. Parte desse investimento, por exemplo, é totalmente direcionada para o nosso investimento no atendimento, na função de atendimento. E esses números também demonstram essa dimensão. A Oi recebe, mensalmente, nos seus *call centers*, 17 milhões de chamadas. É um número extraordinário. Isso demanda 32,5 mil postos de trabalho, em 17,5 mil posições de atendimento.

Esse é um pessoal muito demandado, principalmente no que diz respeito ao atendimento. É só nós pensarmos na multiplicidade de serviços que temos, e podemos imaginar qual é a dificuldade para que esse atendente consiga, de imediato, dar respostas a questões as mais variadas possíveis.

Então, no caso da Oi, são 3,9 milhões de horas de treinamento, por ano, para esse conjunto de pessoas. Essas pessoas são, inclusive, monitoradas de maneira que cada um desses atendimentos gere uma experiência que seja facilitadora dos próximos atendimentos.

Quando nós vemos a hierarquia das reclamações apontadas, por exemplo, na Anatel, a imensa maioria, e eu digo praticamente 50%, é de reclamações não vinculadas à qualidade do serviço, mas, por exemplo, a questões relativas à conta.

Então, a Oi trabalhou um projeto chamado Minha Oi, e, hoje, cinco milhões dos nossos clientes já têm um acesso *on-line* sobre a sua conta. Eles conseguem acompanhar suas despesas, eles conseguem, inclusive, pagar sua fatura, sem a emissão de papel; fatura que foi totalmente redimensionada. Apesar das dificuldades que temos, tanto no âmbito regulatório quanto no âmbito fiscal, que obrigam que determinadas informações estejam presentes, foi possível melhorar o leiaute da fatura e deixá-lo mais claro. E tenho certeza de que, em breve, nós teremos vantagens, pela redução do número de reclamações, em função de termos hoje um instrumento mais claro, de mais rápido entendimento e assim por diante.

Esse é aquele dado que passei para vocês, de 0,87 reclamações por milhão de clientes. Eu disse 10 mil e preciso retificar. E bancos com 3,5 milhões.

Então, essas dimensões, quando bem avaliadas, também podem trazer um foco maior em relação à capacidade que deveríamos ter de solucionar esses problemas.

Encerro por aqui. Tenho outras transparências que podem ajudar outros tipos de questionamentos dos senhores.

Muito obrigado.

Obrigado pela paciência, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Marcos.

Sr. Christian.

O SR. CHRISTIAN WICKERT – Primeiramente, bom dia, Sr. Presidente Randolfe Rodrigues, demais participantes da audiência, membros da Mesa.

Também trouxe alguns eslaides aqui para apresentar.

Queria, antes de mais nada, reforçar um pouco do que a Oi colocou aqui, mas a Claro está bastante otimista para a melhoria dos serviços e para o que já evoluímos, nos últimos meses, principalmente aqui nos próximos que teremos pela frente.

A Claro tem como pilares de crescimento mais de 4 mil agentes autorizados, mais de 300 lojas próprias, 9 mil pontos de varejo, mais de 67 milhões de clientes usuários de telefonia móvel. Aqui, diferentemente da apresentação da Oi, estou falando só de clientes de telefonia móvel. Então, não há clientes de serviços fixos ou de TV paga. São mais de 3.600 Municípios cobertos com telefonia móvel. E, em relação aos Municípios, temos de lembrar que são sempre os distritos sedes do Município.

Temos, em geral, no Brasil, em torno de 25% de *markets shares* e mais de 14 mil torres.

Na nossa infraestrutura, aqui estão pintados de vermelho os Municípios onde temos cobertura no distrito sede; temos mais de 89 mil quilômetros de fibra ótica somente a Claro, o grupo tem um pouco mais; 6 satélites em órbita, com a questão da Star One, via Embratel; e temos um novo cabo submarino, que já foi um projeto que começou no ano passado para aumentar a capacidade de escoar tráfego de dados para a internet. É um projeto caro, US$1 bilhão, para esse novo cabo, mas para garantir um futuro aí, nos próximos anos, de crescimento de tráfego de internet e *cyber* internacional. Então, é o cabo que passa aqui, com pontos no Rio de Janeiro, Salvador e Fortaleza, e segue passando por Caribe e Estados Unidos.

Acho que, aqui, esses eslaides ilustram bem um pouco a evolução dos serviços de telecomunicações, principalmente da tecnologia móvel.

Em 1998, quando se pode dizer que a Claro começou no Brasil – porque a Claro, até então, não tinha operação alguma anterior à privatização; era a Telebras. Ela 100% começou do zero. Eram os leilões de banda B –, tinha zero torres no Brasil e começou a montar a sua rede. Àquela época, nós tínhamos aquele tipo de aparelho, basicamente bastante limitado em termos de funcionalidades, basicamente se fazia voz. Isso foi evoluindo cada vez mais, com telas mais amigáveis, com a internet, que passou pelo *WAP*, enfim, e chegou a 2013, quando temos *smartphones*, *tablets*, que são verdadeiros computadores, e isso absolutamente muda a forma de usar a telefonia móvel e de usar o serviço.

Aqui, para tentar tangibilizar um pouco, antigamente a telefonia móvel tinha a função de falar. Era uma tecnologia analógica, focada em voz; o principal serviço eram os minutos de voz. Isso passou para a segunda geração, para o GSM, em que se agregou o SMS, o texto o *WAP*, que foi a primeira brecha de internet, vamos dizer assim, em que se podia consultar um saldo bancário, alguma coisa assim. Depois mudou para o 3G, em que o foco era compartilhar, e aí veio todo esse mundo de fotos, de vídeos, envios de dados e aplicativos. E agora, com o 4G, que é realmente a questão do viver, *streaming*, jogos *multiplayers*, velocidade de conexão, ou seja, uma verdadeira revolução nesses 15 anos.

E essa revolução não foi só no serviço, também foi um revolução social. Esse gráfico é um dos que me motivam e motivam a equipe toda a trabalhar, porque ele mostra, com dados do PNAD, dados oficiais, os domicílios com telefonia. Aqui nós estamos falando de domicílios. Um domicílio pode ter dois, três ou quatro celulares, mas aqui conta como um, um domicílio que tem telefonia.

E a gente vê que, desde 2003 – no gráfico da direita –, os domicílios com acesso fixo são mais ou menos estáveis; dependendo da faixa de renda cai um pouco ou não. Na parte móvel, também, nas faixas mais elevadas de renda é estável; em 2003, quem tinha celular – o domicílio – tem hoje. Mas o crescimento dos domicílios com celular se dá ali a taxa de 16% ao ano, desde 2003 até o último dado do PNAD que temos, de 2011, nos domicílios de menor renda domiciliar – a faixa que o PNAD mostra é de até dez salários mínimos.

Então, essa revolução de serviço que mostrei também aconteceu nessa inserção social, nesse crescimento de renda da população brasileira que temos visto aí nos últimos anos. Então, é uma satisfação muito grande para quem trabalha nesse setor ver esse tipo de dado, a revolução que isso causa e a responsabilidade que isso traz também.

Este aqui é para entrar um pouco no porquê de a Claro estar otimista para o futuro, a gente tem uma série de obrigações e projetos para o futuro, Senador, No caso do leilão do 4G e também em leilões de 3G anteriores, nós temos uma série de obrigações. Temos obrigações de 4G a todas as cidades do Brasil acima de 100 mil habitantes, escalonado o tamanho das cidades ano a ano. Em Municípios entre 30 mil e 100 mil habitantes, a Anatel também colocou... Acima de 100 mil, até dezembro de 2016, com entregas anuais para o tamanho das cidades. Entre 30 mil e 100 mil

habitantes, até o final de 2017, um terço com 4G e os outros dois terços com 3G. Cada operadora cobre um terço, então, na verdade, teremos 100% do Brasil com pelo menos uma operadora 4G nas cidades acima de 30 mil habitantes. E nas cidades abaixo de 30 mil, a obrigação da Anatel já vem dos leilões de 3G, e os Municípios faltantes, ela também dividiu nessa última licitação, até dezembro de 2019. Então, teremos 3G em todos os Municípios brasileiros até dezembro de 2019.

Os editais – e a gente sabe que há próximos editais, próximas licitações a caminho – são um mecanismo que a Anatel tem usado para puxar investimento e seguir expandindo o País.

Especificamente para a questão de Manaus – nós já falamos numa audiência de Manaus –, estamos criando 18 novos *sites* na frequência de 850MHz, o que deve melhorar substancialmente o nosso 3G naquela cidade. E por que isso acontece? Essa frequência de 850MHz é um aspecto novo no Norte do País para a Claro. Por isso, é relevante mostrar aqui algo que nós conseguimos no leilão de 2011 da Anatel, a liberação no primeiro semestre desse ano, e é um espectro fantástico para prestar o serviço de 3G que não tínhamos. Com isso, pretendemos ter uma melhoria substancial no 3G na Região Norte.

Aqui eu mostro um exercício para o Município de São Domingos do Araguaia, no Pará, onde uma torre na frequência de 2,1MHz, uma torre de 60m de altura, dá aquela mancha vermelha de cobertura. A mesma torre, se o investimento for feito na frequência de 850MHz, amplia a cobertura para a figura da direita. Ou seja, tem termos de raio de cobertura é o dobro, mas em termos de área coberta chega a ser quatro vezes maior. Então, a gente espera uma melhoria de 3G *indoor* e de cobertura também – qualidade e cobertura em todo o Norte. Esse espectro nós temos para o Amazonas, o Pará, o Amapá e Roraima; no Acre e em Rondônia, já tínhamos nos anos anteriores.

Isso nos deixa muito otimistas para o futuro.

Além disso, no leilão de quarta geração, cada operadora ficou com obrigação rural em uma parte do País. Então, é a primeira vez que a meta da operadora não é apenas o distrito sede do Município. Às vezes, isso causa muitas confusões, as pessoas entenderem que, além do distrito sede, eles têm que ser cobertos ou estradas, mas não faziam parte de nenhuma meta de cobertura. Agora há uma meta de 30km da mancha urbana do distrito sede, que seria aquela figura vermelha. Então, a faixa verde, que são os 30km, é a faixa de meta rural.

O atendimento dessa área é escalonado: 30% até junho do ano que vem, outros 30% até o final do ano que vem e os outros 40% para o final de 2015.

Há exigências de preços de voz, de velocidades de banda larga e, em dezembro de 2017, essa velocidade tem que ser incrementada.

A tecnologia exata que vai ser usada para cobrir essa área rural varia de operadora para operadora. A própria Claro ainda está avaliando algumas alternativas. Cada uma tem prós e contras, mas devemos fechar o projeto ainda este ano e já começar as entregas até junho do ano que vem.

Também está inserido como meta obrigatória do edital o atendimento às escolas públicas rurais que estão nessa área verde. Então, toda escola pública rural também vai ter banda larga.

E a Claro é a responsável por essa área vermelha do mapa do Brasil. Ou seja, os Estados do Norte, Bahia e os DDDs 11 e 12 de São Paulo.

A Claro começou no Norte em 2008 – nós não tínhamos operação no Norte antes de 2008. Eu me lembro do leilão no final de 2007, quando montamos o *business plan* e passamos a investir no Norte; foi algo muito importante para os brasileiros que trabalham na empresa, porque finalmente adquirimos licença para todo o Brasil, passamos a ser uma operadora nacional, em todos os Estados e, nessa história de cinco anos apenas no Norte, nós já temos uma participação envolvendo todos os Estados em torno de 15%; só os Estados da Amazônia, vamos dizer assim, de Telecom cerca de 10%; e teremos aí, nos próximos dois anos, todo o avanço rural nessa área. Então, se pensarmos em sete anos de operação, a Claro vai sair do zero no Norte para uma das maiores infraestruturas ali da região.

Em termos de investimentos, como a Oi aqui comentou, nós tivemos no ano passado o episódio de suspensão de vendas, que impulsionou todo um plano de melhorias e de investimentos que a Anatel acompanha; o investimento é de R$8,26 bilhões de 2012 até o primeiro semestre de 2014 – só da Claro, não envolve aqui investimentos de operação fixa.

Para o ano de 2012, toda a previsão foi realizada. No ano de 2013, temos uma previsão, e a do primeiro semestre, já fizemos uma boa parte. E aqui há a quebra, de que o investimento é feito em acesso a 2G, 3G, 4G, o corda rede, que é fibra, equipamentos; transmissão também é uma parte importante. Ou seja, o investimento é distribuído em toda a cadeia da nossa operação e, com isso, a gente espera uma melhoria brutal. O que pode ser feito para ajudar essa expansão, essa melhoria? A gente tem muito problema com licenciamento das torres, das ERBs, eu acho que hoje o Brasil enfrenta um *trailed off*, uma opção entre qualidade da telefonia e instalação de torres. Há ainda muita resistência, muito preconceito para instalação

de torres, mesmo já estando mais do que comprovado que não oferece qualquer risco, e é um processo muito burocrático, tanto o licenciamento municipal quanto o ambiental. A gente acaba tendo problemas com legislações restritivas, e aí vale o apelo pela aprovação do PL das Antenas. E também Municípios que acabam tratando disso com morosidade e acabam impactando a qualidade dos serviços no próprio Município.

Vou passar por uns eslaides rapidamente, Senador, da Consultoria LCA, mas que mostram como o volume de investimentos no Brasil, principalmente nos últimos três anos, está acima da média mundial. No caso das operações móveis também. Então, está se investindo muito. Realmente, o Brasil é um país continental com dificuldades ímpares e a única forma de resolver é com investimento, com muito investimento, e a Claro está disposta a participar de todo esse investimento.

Dezenove por cento da receita operacional líquida é investido no setor inteiro, nos últimos três anos. Isso é muito superior, por exemplo, à média americana, que muitas vezes é citada como *benchmark*.

O País, na telefonia, tem um índice de competitividade altíssimo. É raro encontrar no mundo um país que tenha quatro operadoras grandes, nacionais, disputando mercado com uma quinta operadora entrando, com um IMVU novo. Ou seja, é um ambiente extremamente competitivo, que reduz os preços drasticamente. Aqui eu estou com os números de 2012, mas já temos números do SindiTelebrasil: já caiu para quinze centavos com impostos o minuto médio do celular. E aqui se contrapõe com estudos que a toda hora são divulgados.

Recentemente, por exemplo, tivemos estudos da UIT, que utiliza uma metodologia que simplesmente não pode ser considerada aqui para o Brasil, porque considera os preços homologados na Anatel, os tetos tarifários máximos, que, com a competição, não são praticados aqui; todas as operadoras trabalham com um nível de desconto brutal em cima dos preços homologados. Então, se um cliente tiver a cesta de uso que a UIT mede e for a uma loja da Claro, ou a uma outra loja, vai pegar preços muito inferiores divulgados pela UIT. Então, realmente, precisaria revisar essa metodologia porque não reflete o preço na loja, o preço que o consumidor de fato paga.

Para acelerar um pouco: aqui, em termos de competitividade, mostra a relevância do setor no PIB. Também, comparando com os outros setores de infraestrutura, mostra a nossa posição nesse estudo do Fórum Econômico Mundial: em telefonia móvel e fixa, o Brasil está numa posição razoável, mas ainda aquém do que nós queremos para o País, e nos outros setores como ferrovias, estradas, transporte aéreo, portos, está numa posição muito inferior à de telecomunicações aqui no País.

E outro ponto importante, para finalizar: tocar a questão de tributos e fundos. Infelizmente, as telecomunicações são tributadas no Brasil como um produto supérfluo. Eu acho que toda essa evolução nesses últimos 15 anos já mostrou que não é mais um produto supérfluo, é algo essencial para a população. Isso teria que ser revisto. Então, só no ano de 2012, foram quase R$8 bilhões arrecadados em Fust, Funttel e Fistel. Trinta e três bilhões em tributos como ICMS, imposto de renda, contribuição social, além dos impostos que já estão no Capex, nos investimentos da operadora quando compra equipamentos e esses equipamentos pagaram imposto de importação ou imposto de produção aqui no Brasil.

Então, os fundos e tributos já representam mais de cinco vezes o lucro líquido das operadoras e, se formos analisar receita operacional, quase 5% dela fica com os acionistas, quase 31% dessa receita vai para tributos e fundos. Ou seja, revisar a Lei de Antenas, o que nós já colocamos, entender que realmente os preços no Brasil são extremamente competitivos na competição móvel e que essa questão de tributos e fundos precisa ser revista para ajudar a alavancar o setor são as mensagens que eu gostaria de deixar. E o otimismo da Claro com a Região Norte, mesmo com essa história curta de apenas cinco anos de operação lá.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Christian.

Seguimos, então, com o Sr. André Gustavo, da TIM Participações.

O SR. ANDRÉ GUSTAVO ROSA – Senador Randolfe, bom dia.

Em nome do nosso Presidente, Rodrigo Abreu, trago aqui as nossas saudações e o agradecimento por poder compor esta Mesa e apresentar os nossos dados a esta Comissão e a esta Casa.

O primeiro ponto será tentar situar o grupo TIM.

Nós somos uma empresa 100% móvel, de natureza móvel, com em torno de 73 milhões clientes no País; a segunda maior operadora móvel, com 27% do mercado. Nos últimos onze meses, nós temos a liderança do segmento de pré-pagos no País, em torno de 60 milhões de clientes. Temos uma cobertura em torno de 3,4 mil Municípios, o que perfaz 95% da população urbana brasileira. São 11,5 mil funcionários próprios, com 21 mil empregos indiretos. Nós temos 13 centrais de atendimento telefônico, que seriam os *call centers*, com 18 mil consultores atendendo os nossos clientes. De recolhimento de tributo, só no exercício de 2012,

foram recolhidos em torno de R$8 bilhões entre tributos diretos e indiretos.

Um dado importante que a gente traz neste momento que frisa e perfaz a responsabilidade da empresa é o fato de termos sido a primeira grande telebrasileira com ações no segmento de governança da Bovespa. Isso, em função – nós vamos falar um pouco mais lá na frente – da suspensão da comercialização ocorrida no passado recente, traz todas as ações de responsabilidade que a empresa vem adotando pela exigência de sua transparência na governança da Bovespa. E para mencionar a nossa presidência e diretoria, elas estão situadas no Rio de Janeiro.

Os pilares estratégicos da empresa estão focados, principalmente, numa inovação relevante, o DNA da TIM é de inovação. A gente fala bastante do longa distância porque nós temos, na questão da inovação, o orgulho de dizer que nós pudemos mudar e incentivar a mudança do mercado. Em que sentido? Nós fomos a primeira empresa a mudar a modulação de tarifação de minuto para chamada. Então, passando a ser tarifado por chamada e usando o CSP 41 da TIM, nós permitimos a mudança do perfil do usuário para o longa distância. Anteriormente, o usuário precisava aguardar um determinado horário no período da noite, um final de semana para poder fazer suas chamadas de longa distância; com essa mudança da modulação, nós permitimos a inclusão de quem estava à margem dessa chamadas de longa distância, fazendo que o Brasil todo se falasse. Também entram o Infinity Web e o Liberty Passport nesse sentido.

A questão da qualidade passa principalmente por investimentos em infraestrutura e relacionamento. E o mais importante desses três pilares é a transparência, que eu vou frisar um pouco mais lá na frente.

Falando em investimento em infraestrutura, é importante dizer que o nosso plano está pautado em R$10,7 bilhões de investimentos para o triênio 2013-2014-2015, sendo de 90% desse investimento é em infraestrutura. Só em 2013, a TIM está investindo R$3,6 bilhões com foco na infraestrutura móvel, para melhoria e ampliação da rede. Especificamente em infraestrutura, hoje nós estamos ampliando para o ano de 2013 a nossa capacidade de voz e de dados em mais de 66%. A qualidade do relacionamento: eu vou me permitir frisar bastante a questão da modernização das ferramentas do *call center*, o que otimizou os nossos números, que vou apresentar um pouco lá na frente. Mas, mais do que a ferramenta dos sistemas de CRM, foi o que a gente chama da estratégia de multicanalidade.

Essa estratégia de multicanalidade é um pilar do relacionamento que a gente trata com muita ênfase, porque permitiu que o usuário pudesse ter acesso às informações não só da empresa, como cobertura, como processo de licenciamento e instalação, mas como toda a sua relação com a própria empresa. Essa multicanalidade passa por aplicativos no *smartphone*, pelo totem de atendimento nas próprias lojas, por mudança no perfil do atendimento pós-venda na própria loja, onde o usuário pode ter um esclarecimento de dúvidas, de fatura. Então, a multicanalidade fez com que, na reclamação do usuário, na demanda do usuário por falta de informação, ele tivesse a informação muito mais acessível. E ele tendo essa informação acessível, à mão, a gente consegue identificar nos nossos números que realmente houve um decréscimo de demanda, seja nos PROCONs, seja nos nossos *call centers*, porque a informação está disponível para o usuário.

A renovação da URA, que seriam os nossos protocolos de atendimento, a forma como o *call center* está atendendo esse usuário e as ações preventivas que a gente traz principalmente com uma ferramenta que a gente chama de 0800 Procon. Esse é um número específico para atendimento do Procon para evitar que essa demanda do Procon vire uma CIP, vire um processo administrativo, mas que o usuário, chegando ao Procon com uma demanda, possa ter, num contato direto do Procon com a empresa, sua demanda equacionada, resolvida naquele momento.

E aqui a gente traz justamente esse dado da informação, da qualidade do relacionamento. Nós identificamos que muitas das demandas que recebemos são em relação a questões de cobrança. E aqui vai um ponto que a gente gosta de esclarecer, porque, pela categorização das demandas, se o usuário tem dúvida no seu plano, sobre como o seu plano é tarifado, ele entra com uma reclamação de cobrança. Então, não necessariamente, ele está questionando a sua fatura. Existe um percentual dessas reclamações de cobrança que, muitas vezes, são informações, mas elas precisam ser categorizadas.

Nós temos aí a evolução dessas reclamações, essas demandas de cobrança de 2011 a 2013. Elas tiveram um acréscimo de 50% no seu volume. Mas isso no setor das quatro prestadoras. Por outro lado, com esse trabalho de transparência, de multicanalidade, de informação que a TIM vem oferecendo aos seus clientes, nós tivemos o nosso número de cobrança diminuído em 31%.

Esse número se reflete no Sindec – é um dado que nós trazemos também. Em 2011, falando de grupos econômicos, nós éramos o quinto grupo mais demandado no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Já em 2012, nós passamos para o sétimo local. Ou seja, nós conseguimos melhorar o nosso posicionamento no Sindec com essa questão de transparência.

Eu vou aproveitar o comentário do Marcos Mesquita em relação a banco e trazer um número do fechamento do exercício de 2012.

No fechamento do exercício de 2012, o setor de telecomunicações fechou o ano com em torno de 262 milhões de acessos móveis habilitados. O setor bancário fechou o ano com 100 milhões de contas-correntes ativas. Nós estamos falando de uma diferença de 162 milhões de usuários. Então, se o setor bancário era o setor mais demandado, até o ano passado era o setor mais próximo de nós, Telecom, a diferença dessa dimensão precisa ser levada em consideração quando se faz essa comparação, até porque os números são qualitativos. Não podemos trabalhar esses números de uma forma absoluta.

Um outro ponto importante é que, numa relação de telecomunicações, cada chamada que se faz, cada acesso à internet, cada envio de dados, seja um SMS, seja uma foto, seja um vídeo, se constitui uma relação de consumo específica. Então, em cada acesso que se faz nesse processo, gera-se uma relação de consumo, diferentemente de como se dá o trabalho dessa categorização no sistema bancário.

Na transparência, nós temos orgulho de dizer que nós somos a primeira empresa a trabalhar com algo como é o nosso *site* TIM Portas Abertas, em que o usuário tem 100% de interatividade com a empresa, ele consegue identificar postando seu CEP no *site* a cobertura que existe naquela região indicada, ele consegue perceber onde a empresa tem os seus *sites* instalados, onde ele está trabalhando para colocar, para onde existe a previsão e quando essa previsão de início de cobertura será feita. E muitas vezes, ele fazendo uma demanda e não estando a área dele expressa ou não havendo previsão, ele pode entrar no *site* e nos questionar.

É importante que, assim como no *site* Portas Abertas, em todos os outros canais de multicanalidade, sejam os aplicativos dos *smartphones*, seja pela internet, seja pelos totens, ele possa fazer uma reclamação; esse processo da multicanalidade gera um protocolo para que ele receba uma resposta. A transparência tem nos ajudado bastante nesse sentido.

Em relação às ações de rede, eu vou me permitir ser menos técnico aqui para que a gente possa passar para as perguntas. Mas é importante a gente poder salientar que, nos nossos investimentos de 2010 a 2013, nós conseguimos perceber que o meu investimento de capacidade do sistema tem sido muito maior do que a minha capacidade instalada. Ou seja, eu estou preparando a minha rede para que eu tenha cada vez mais um espaço maior para dados, voz e para otimizar a minha qualidade.

E principalmente no que diz respeito à Região Norte, aqui eu queria me ater à questão do LT Amazonas, Senador.

Nós temos aqui um projeto extremamente inovador, em que nós conseguimos fazer a transposição da Região Norte com o linhão de Tucuruí, aproveitando um investimento na infraestrutura de energia, nós podemos fazer a transposição da fibra para cobrir a Região Norte.

Aqui nesse projeto, é fundamental a gente colocar toda a dificuldade que há na Região, que o senhor conhece melhor do que nós, da dificuldade que ali existe. Mas, mesmo com todas as dificuldades existentes para essa cobertura, a empresa não envidou esforços e não envidou botar todo o investimento necessário para que a cobertura fosse feita.

No LT Amazonas, nós estamos falando aí em torno de R$200 milhões a R$250 milhões que foram investidos, só para poder botar essa fibra, que passa pelo Estado do Amazonas; em determinado ponto, ela se divide para poder cobrir o Amapá, chegando a Macapá, e cobrir o Estado do Pará.

Aqui eu vou também entrar na mesma linha do que já foi dito: por mais que se invista em infraestrutura de uma maneira muito agressiva, por mais que queiramos qualidade, qualidade só existe com infraestrutura. Hoje a maior dificuldade que a empresa sente no momento da melhoria da sua qualidade é na relação estadual e municipal, porque hoje nós temos legislações federais que deveriam regular o setor, como nós temos já a lei federal que fala de efeito não ionizante das antenas, mas vários Municípios fazem questão de ignorar essa lei, estabelecer legislações, regulamentos, técnicas de instalação própria, desconsiderando essa lei, o que dificulta conseguir fazer instalação em cobertura, em determinados Municípios. Ou seja, se queremos qualidade, não existe milagre. Qualidade só existe com cobertura em antena. Então, existem recursos, existem ferramentas federais, existem regras normativas postas. E aí a gente faz um pleito a esta Casa, porque o Projeto de Lei das Antenas saiu daqui do Senado, está tramitando na Câmara, mas de nada vai adiantar ele ser aprovado na Câmara, voltar para cá e se tornar lei se não houver uma regulamentação eficaz, se não houver um trabalho com os Municípios, se não houver um trabalho com os Estados, para que essa regulamentação se torne efetiva e as outras entidades federativas passem a respeitar esse regramento.

Assim como a dificuldade existe, para poder se instalar, e é mais do que física, na região Norte, encontramos uma dificuldade muito próxima das dificuldades burocráticas e normativas, o que não deveria ocorrer já que todos nos cobram qualidade. E nesse

sentido gostaríamos de contar com a contribuição desta Casa, principalmente para que possamos vencer essa barreira.

Também colocamos a questão dos tributos, que já foi colocado aqui – vou me permitir voltar –, para dizer que, recentemente, o Estado do Amazonas aumentou a arrecadação do ICMS. Estamos falando da carga tributária, na contramão do pleito da redução dos tributos, porque o serviço essencial questiona muito o valor do serviço de telefonia móvel. Recentemente, tivemos o aumento da carga tributária, na região Norte, no próprio Estado do Amazonas. Então, são algumas dificuldades que perfazem a prestação do serviço.

Detalhando um pouco mais a questão do LT do Amazonas, tecnicamente, que é o que interessa para o nosso usuário, hoje a TIM trabalha com o que estamos chamando de MBB (Mobile ***Broadband)***, que seria a capacidade de ampliação do tráfico de dados da internet na própria rede 3G, que com o Linhão de Tucuruí já se encontra disponível em algumas localidades do Norte, como Pará e Manaus.

Para o Amapá estamos concluindo o processo do linhão, que deve estar disponível a partir de novembro, mas o usuário vai ter a percepção saindo de uma média de um megabyte por segundo para uma taxa de dado em torno de cinco megabytes por segundo real, já na própria faixa de 3G, porque inicialmente o Linhão de Tucuruí permite essa percepção.

Mais importante do que isso é que esse projeto do linhão, esse projeto de expansão da capacidade da banda larga vem ao encontro do que o Governo Federal tem procurado com o Projeto Nacional de Banda Larga (PNBL). Nós acreditamos tanto no projeto do PNBL que, ano passado, fechamos um acordo, temos sido parceiros do sistema Telebrás. O grande êxito do Linhão de Tucuruí é sim a complementação da rede da Telebras à nossa rede do Linhão e – digamos – não só para a Região Norte. A nossa parceria com a Telebras acreditando e apostando no PNBL também se estende principalmente para a Região Nordeste.

Encerro por aqui e me coloco à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Sr. André.

Queria registrar e agradecer a presença da minha colega do Amazonas, que conhece os dados aqui apresentados, Senadora Vanessa Grazziotin. E logo em seguida passaremos para seus questionamentos.

Para concluir, passo a palavra para o Sr. Enylson Flávio Camolesi, da Telefônica Vivo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Estamos na Mesa e em seguida terei o maior prazer em passar para V. Exª.

O SR. ENYLSON FLÁVIO CAMOLESI – Bom dia a todos, bom dia Senador Randolfe Rodrigues, bom dia Senadora Vanessa Grazziotin. Em nome do nosso Presidente Antonio Carlos Valente, trago os cumprimentos de toda a companhia a esta Casa e agradeço a oportunidade de estarmos aqui debatendo a questão da banda larga, a questão da telefonia celular, notadamente na Região Norte do País.

Vou procurar fazer uma apresentação bastante dirigida à Região Norte e muito do que tenho a falar peço desculpas, porque sem dúvida nenhuma foi abordado pelos nossos colegas, mas já fico à disposição da Casa para os complementos.

Entendemos que os dados mostram, as próprias pesquisas do PNAD mostram que a banda larga e a telefonia têm sido um fator, um vetor de transformação social; e não só de transformação social como também de mobilidade social. É importante frisar que os dados do próprio Banco Mundial, os estudos indicam que um crescimento da ordem de 10% em banda larga, por exemplo, reflete em torno de 1% do PIB da região, do PIB do País.

Então, entendemos claramente que telecomunicações está no eixo de transformação social e econômica de qualquer nação, de qualquer sociedade, e isso é notório. Quando pegamos alguns dados do início, por exemplo, do governo do ex-presidente Lula, tínhamos algo em torno de 30 milhões de acessos móveis. Passado isso, temos algo em torno de 262 milhões. Vemos também como a população brasileira se transformou, como a população brasileira cada vez mais usa o acesso de telecomunicações, notadamente o acesso de banda larga. Por exemplo, os dados do PNAD indicam um crescimento de uso da ordem de 40% nas camadas de mais baixa renda da população, mostrando a importância desse setor.

Esse setor é importante, como dissemos, porque também ele contribui não só com o crescimento do PIB, mas é um grande gerador de riquezas, de emprego neste País.

O setor gerou em torno de 507 mil empregos, em 2013; nós tivemos uma queda de R$0,31 a R$0,16 em valor de tarifa, como o próprio Christian comentou aqui. Esses são dados do primeiro trimestre de 2013. Tivemos um crescimento da telefonia móvel, em 2012, da ordem de 8%, da banda larga fixa da ordem de 10% e assustadoramente da banda larga móvel da ordem de 60%. Isso, se comparado com o próprio crescimento do País, mostra como é o nível de responsabilidade do setor, tanto que nós tivemos que investir para suportar

esse crescimento da ordem de 60%. Por trás disso tem muito investimento e muito compromisso.

Por trás desses números temos uma base arrecadatória de impostos gigantesca. Se pegarmos a curva de 2000 até agora, o setor arrecadou da ordem de R$485 bilhões para o fisco, para as Fazendas, notadamente para as Fazendas estaduais, por conta de que a maior participação nesse tributo é do ICMS. Sem dúvida nenhuma sabemos quão importante é o ICMS na geração de políticas sociais nos Estados, mas temos que chamar atenção sobre isso, porque se Telecom é tão importante na transformação do País, começamos a questionar por que o imposto de Telecom é igual ao imposto de bebida, não que a bebida não tenha o seu aceite popular, mas Telecom é uma infraestrutura, uma logística de crescimento do País e isso tem que ser observado, sim. Esse é um grande desafio para que a sociedade, junto com seus representantes, possam encontrar alternativas para que isso seja transformado, porque de fato se reflete no custo da operação e, portanto, no preço praticado dessa operação.

A Vivo – falando um pouco da Vivo – tem 91 milhões de clientes. A Vivo investiu, tem um plano de investimento da ordem de R$24 bilhões, até 2014. E investiu, de 1998 a 2012, R$177 bilhões, 100% de investimento privado. Isso é importante que se diga. Ou seja, é o nível de comprometimento da Vivo com o País.

Mensalmente, atendemos algo em torno de 400 consultas de pré-pago, fazemos em torno de 660 mil serviços por hora, 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano. Costumamos dizer que, em telecomunicações, os menores números são números gigantescos e é importante que se olhe o setor dessa forma. O celular hoje serve inclusive para conversar, mas ele virou uma forma de realizar negócios, de dar sobrevivência à família de milhões de brasileiros.

Então, eles usam intensamente, o brasileiro tem uma cultura de uso diferente de outros países. Inclusive, somos os maiores usuários de redes sociais. Isso demanda muita rede e esse crescimento demanda muita infraestrutura. Então, tudo que é pequeno em telecomunicações é um número estratosférico sim.

Quando a gente pega o esforço Vivo no Brasil, temos aí cobrindo na ordem de exatamente 3.754 Municípios e 3.131 com banda larga 3G. Nós passamos, e muito, das obrigações de banda larga 3G. Acreditamos firmemente que a cobertura de banda larga 3G é um novo vetor de desenvolvimento não só da sociedade mas também de sobrevivência das empresas de telecomunicações. E quando se olha, foca-se na Região Norte, nós temos uma cobertura da ordem de 90%, com 298 Municípios cobertos na Região Norte.

Falar de Região Norte é falar de infraestrutura, é falar de logística e também falar de desafios. Como o André disse aqui, nós somos parceiros da TIM. Esse investimento que foi feito no linhão de transmissão, que permitiu levar fibra ótica a Manaus e vai permitir levar fibra ótica agora a Macapá é um investimento em parceria, em compartilhado entre a Vivo e a TIM. A Vivo, através desse linhão, está levando uma nova experiência de telecomunicações para essa região. O Amazonas, Manaus recebeu 4G e está recebendo investimento muito grande agora em acessos banda larga, por conta exatamente desse linhão. E, em Macapá, deve estar chegando em dezembro. Nós já temos, inclusive, uma audiência pública, um seminário em Macapá, sobre os desafios da logística no Amapá, no qual vamos explicar em que isso pode transformar, no Amapá, a forma de fazer de negócio, a forma de gerar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ENYLSON FLAVIO CAMOLESI – Dia 28 de novembro.

A forma de gerar riquezas para a sociedade do Amapá. Então, isso é muito importante de ser dito, porque...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ENYLSON FLAVIO CAMOLESI – Novembro. Dia 28 de novembro.

Isso é muito importante de ser dito, porque você fazer uma operação de telecomunicações, uma operação de infraestrutura na Região Amazônica é um permanente desafio ou um desafio permanente. Para você trocar uma bateria, às vezes, de uma estação que falha, você tem que pegar dois dias de barco. A energia elétrica na Região Amazônica ainda é um grande desafio; o principal insumo das empresas de telecomunicações e também o principal gargalo. E esse linhão não só transforma energia elétrica, porque você torna mais estável a operação, 75% das falhas que acontecem na Região Amazônica se devem...

(Soa a campainha.)

O SR. ENYLSON FLAVIO CAMOLESI – ... as interrupções se devem à energia elétrica, e isso gera um desgaste acentuado dos materiais que compõem os nossos equipamentos. Então, significa que a vida útil do equipamento no Amazonas, na Região Amazônica, é bem menor que em outra região do País; ou seja, fazer operação de telecomunicações na Amazônia é um grande desafio e, por vezes, um grande risco, porque essas coisas andam juntas.

Esse desafio vai ser muito melhorado, vai ser muito facilitado, vamos dizer assim, com esse linhão de transmissão, que a gente espera que chegue tam-

bém a Boa Vista, porque em Boa Vista, em Roraima, nós temos situações ainda mais distintas. Em Roraima, existe uma única rodovia que fica fechada doze horas por dia; isso é notório. Como a gente vai dar manutenção numa estação que teve um problema às 4 horas da tarde, se você tem que pegar uma rodovia que às 6 horas da tarde é fechada? É a BR-174.

Então, nós temos uma realidade diversa no Amazonas. É um grande desafio prestar ali telecomunicações. E se esse linhão chegar a Roraima, ele vai também poder transformar a vida do povo daquela região.

O compromisso de investimento nosso está claro. No quadriênio anterior nós investimos 16 bilhões; no próximo quadriênio projetado nós temos o compromisso de investir 24 bilhões. Isso indica o quê? Um reflexo na cobertura, um reflexo na qualidade, e, por trás de tudo isso há uma infraestrutura de fibra ótica, que é o que suporta cada vez mais o aumento do tráfego nas mais diversas regiões do País.

Quando a gente vê como esses investimentos refletem no atendimento, no índice, a gente pega o dado oficial da Anatel. E a Vivo tem orgulho em dizer que ela tem cumprido a meta em todos os meses de análise. Nos últimos quatro anos, nós só ficamos por um mês abaixo, como segundo colocado, e em todas as vezes nós estamos como primeiro colocado no índice de atendimento na Anatel. A Vivo não foi afetada pelo plano de suspensão dos serviços ano passado, mas foi sim afetada pela plano de melhoria, tanto é que a Vivo, junto com as outras operadoras, depositou seu plano de melhoria, que tem sido aferido trimestralmente pela Anatel, para melhoria da qualidade de serviços.

Fazendo um recorte aqui sobre alguns Estados, e eu vou pedir licença para o Senador para fazer só sobre dois Estados, a gente trouxe alguma coisa sobre toda a Região Norte, mas, para não usar muito do tempo, eu vou focar mais no Amazonas, em respeito à Senadora Vanessa, e ao Amapá aqui, em respeito ao Presidente.

No Amazonas, nós temos 62 Municípios. O Amazonas é um dos quatro Estados da Vivo que tem 100% de cobertura. Fazer 100% de cobertura no Amazonas não é uma coisa simples. Eu queria deixar registrado isso. Isso denota muito comprometimento. Nós temos 25 Municípios com 3G e fizemos a instalação do 4G, antecipando a meta, em Manaus, que vai ter uma percepção de qualidade muito maior, porque ativamos a linha ótica a partir de agosto em Manaus, com toda a dificuldade que tivemos de licenças ambientais para entrar em Manaus, só a burocracia consumiu seis meses do nosso esforço para ter aprovado ali. Foi mais fácil isso, do ponto de vista de licenciamento, cruzar toda a Floresta Amazônica do que entrar em Manaus. E essa é a dificuldade que a gente está encontrando em Macapá. Isso precisa ser dito, porque essa Lei de Antenas aborda, minimamente, essa questão, e não há telefonia celular sem infraestrutura, sem antena, sem fibra ótica.

Então, este é o nosso desafio: são R$57 milhões investidos no Estado do Amazonas. Nós temos as ações prioritárias, o compromisso que a gente tem com o povo do Amazonas, já desenhadas. São: levar a implantação do 3G nos Municípios de Anori, Beruri e Guajará (isso é uma realidade nos distritos de Lindóia, Nova Remanso, Augusto Montenegro e em Urucurituba); a ampliação da capacidade 3G, com 73 novos *sites* e 272 novas portadoras. Então, essas serão as cidades que serão beneficiadas com essa implantação de *sites* e portadoras, e é um esforço muito grande, é muito investimento para ampliar essa qualidade, porque, muitas vezes, a qualidade percebida não melhora com a instalação de um *site*, mas sim com a ampliação de portadoras. A gente transforma a rodovia de uma pista em uma autovia de três, quatro pistas. Então, estão aqui os Municípios que vão ser beneficiados do Amazonas, alguns já foram, e outros serão até o final deste ano. Então, esse é um plano ousado para o Amazonas, com o que tem já 100% de cobertura, mostrando o compromisso da Vivo com esse Estado.

Quando a gente entra aqui, então, na Amapá, Senador, nós temos lá oito Municípios atendidos, sete com 3G. Nós temos uma participação em torno de 60%, é em torno de 500 mil clientes; arrecadamos, no Estado, do usuário, R$33 milhões; temos uma loja própria, temos um número de ponto de recarga muito grande, em torno de 43 lojas de revenda e varejo que estão habilitadas a atender o usuário; *sites* instalados no Amapá, 44; e investimento na região ali do Amapá, R$7,5 milhões. As ações prioritárias do Amapá, eu acho que a grande ação prioritária do Amapá é o linhão, não há o que falar. O linhão chegando lá, Senador, nós já tivemos a oportunidade de conversar em outros momentos, a Bancada do Amapá, a bancada da região ajudou na implantação desse linhão, e o que nós vemos é que o linhão vai levar transformação na forma de realizar negócio, na forma de produtos e serviços que possam ser oferecidos, principalmente na região de Macapá. Então, nós temos novos cinco *sites* e 17 novas portadoras nos Municípios de Macapá, Santana, Laranjal do Jari e Porto Grande. E a boa notícia é que a gente vai estar chegando com 4G em Macapá até o final do ano.

O 4G, na realidade, não é só o 4G. O 4G, muitas vezes, gera novas oportunidades e cria mais espaços para as próprias redes 3G. Então, é um investimento

sólido, é um investimento em infraestrutura considerável e mostrando um nível de comprometimento.

Nós temos aqui os outros Estados, mas eu vou tomar a liberdade de não comentar, mas vai ficar, de fato... No Pará, o investimento é muito grande, o número de cidades que vão atendidas no Pará agora é muito grande, mas, em respeito aí também ao tempo, eu vou passar mais rapidamente. Temos aqui Rondônia, enfim, há todo um plano de investimento aqui que a gente fez questão de trazer para mostrar à Casa.

Aqui a gente fala um pouco do 4G. Hoje a Vivo atende 70 Municípios, quando a obrigação seria atender seis, estamos além dessa obrigação. Acho que já dito pelo Christian aqui e reforçado pelos colegas, mas, de toda maneira, é bom dizer que, até 2019, todos os Municípios serão atendidos ou por 4G ou por 3G, inclusive muitas áreas rurais, por conta do plano que o próprio Christian, o próprio André e o próprio Marcos comentaram que estão dentro das obrigações da Anatel.

Obviamente, às vezes, a velocidade não está aderente à própria demanda ou à própria expectativa da população, mas é importante dizer que alguns Estados conseguem antecipar isso com planos e com PPP que vamos falar mais adiante.

É bom lembrar também que para atendimento rural, para atendimento em áreas onde o serviço não é sustentável economicamente, existem fundos que poderiam e, no meu entender, deveriam ser utilizados ao longo dos anos, para que essas populações fossem beneficiadas, fundos como o Fust, por exemplo. Nós, empresas de telecomunicações, só no ano de 2012, arrecadamos R$7,4 bilhões para esses fundos. É um valor significativo sim, é um valor que foi retirado, vamos dizer, da operação e consequentemente, em última instância, do próprio usuário e que deveria ser revertido, na sua essência, em benefício desse usuário. Aí vemos que esses fundos se equiparam ao lucro líquido das empresas que, no caso das empresas de telecomunicações, da telefônica, está na ordem de 4,5%.

É um investimento de alto risco. Existem algumas aplicações financeiras que dão um retorno muito maior que 4,5%. Então, os fundos estão aí e, infelizmente, não se encontrou uma forma de utilizá-los para beneficiar esses milhões de brasileiros que estão esperando por conexão nas regiões remotas do Brasil.

Em cima disso e concluindo também, temos uma série de desafios: a instalação de *sites* urbanos, *vis-à-vis* às legislações, que foi citado por todos. Acreditamos muito no Parlamento brasileiro, que deu um passo concreto nisso. Vai ficar depois o desafio depois de convencermos os Municípios de que eles precisam alterar suas legislações, que têm mais de 13 anos e precisam ser atualizadas, porque o binômio qualidade e legislação não está fechando. De um lado, Ministério Público de Defesa do Consumidor nos cobra e, do outro, o Ministério Público, às vezes, no mesmo ambiente, nos impede de investir. Então, há uma dicotomia a ser tratada nisso, acho que o desafio é de todos e não só das empresas de telecomunicações. A diminuição da carga tributária, sem dúvida nenhuma, sabemos que não é uma conta fácil de ser feita, porque os Estados usam e há políticas sociais com esses recursos, mas é o desafio e está colocado.

Quanto às PPPs, sempre citamos o Estado do Espírito Santo que avançou na meta, fez uma PPP com as empresas, no caso com a Vivo; o Estado de Pernambuco vai fazer, já publicou; Minas Gerais está estudando, temos notícias de que o Amazonas também tem interesse de fazer PPP. O que é isso? Na realidade é uma ação incentivada, para que a gente antecipe no tempo. O que o Espírito Santo fez? Ele pegou as regiões rurais e fez um crédito de ICMS para quem ousasse fazer o Capex e investir nessas regiões. Inteligentemente eram regiões que não arrecadavam ICMS do serviço. Como esse crédito tinha 12 meses para ser pago, nesses 12 meses a arrecadação já começava a pagar o próprio crédito e isso permitiu que 10 localidades rurais fossem atendidas e vai permitir que mais 71 sejam. O Estado de Pernambuco está olhando mais de 150.

Então, existem oportunidades para serem trabalhadas, mas isso em qualquer lugar do mundo é assim. Na Europa, são mais de 230 bilhões para fazer o acesso 100%, dos quais 200 bilhões é dinheiro investido da própria comunidade europeia. A Austrália investiu 30 bilhões para fazer isso, para interiorizar a banda larga, dinheiro pública. No Brasil, 100% é privado, mas existe espaço, sim, em algumas localidades e para algumas situações de ter uma parceria público privada para que isso aconteça.

Termino aqui, agradeço e peço desculpas caso tenha excedido o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Em absoluto.

Obrigado, Sr. Enylson Flávio.

Tenho algumas perguntas vindas pelo telefone, pelo 0800 e pelo Facebook, que passo de imediato à querida Senadora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PT – AM) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Farei as perguntas que vieram dos nossos ouvintes e as perguntas que vieram pelo Alô Senado.

Via Facebook as perguntas que chegaram até nós são as seguintes:

Do Sr. Fernando Monteiro: "Passados 15 anos da privatização da telefonia..."

Só reafirmando para os que estão assistindo, quero reiterar para esclarecer que, em decisão do requerente desta reunião e da Presidência desta Comissão, a Anatel foi convidada para esta audiência pública. Não houve o comparecimento da Presidência da Anatel e houve uma decisão combinada por parte da Presidência deste, que assume eventualmente a Presidência desta Comissão, e da Presidência efetiva desta Comissão que, na ausência do Presidente da Anatel, não seria aceita representação da Anatel nesta Comissão. Portanto, farei a leitura das perguntas à Anatel, que ficam prejudicadas pela ausência da Anatel.

"Passados 15 anos [estão fazendo perguntas à Anatel, que, reitero, estão prejudicadas] da privatização da telefonia, a Anatel sequer tem sistema de planilha de custos de tarifas de telefonia celular e fixa. Já está passando da hora de fazer mais investimentos nesse setor. Espero que seja consumado esse fato."

Outra afirmação: "Não só nos Estados da Amazônia, mas nos muitos Estados não funciona com boa qualidade. Como os consumidores são prejudicados, além do desaparecimento dos créditos!"

Essas são afirmações feitas pelo Facebook do Senado.

Através do Alô Senado vieram as seguintes perguntas e manifestações.

Há uma manifestação que é, obviamente, em relação à lei das antenas: "Tem de haver compartilhamento de antenas, evitando sobrecarga de energia a todos nós, redução dos custos, além de rapidez no atendimento."

Há outra manifestação, que foi feita por Nelson Barenho, de Cascavel, no Paraná.

Tenho aqui algumas perguntas que, antes de passar para a Senadora Vanessa, eu queria colocar.

Reitero, ficam prejudicadas aqui as perguntas, como está muito prejudicada esta audiência, com a ausência da Anatel.

Eu queria fazer aqui alguns questionamentos, em especial ao Sr. Marcos Augusto, representante da Oi, e ao Sr. Enylson e ao Sr. André, representantes da Vivo e da TIM.

Sr. Marcos Augusto, segundo dados disponíveis no *site* da Anatel referentes ao Amapá, de fevereiro a abril de 2013, no quesito conexão de voz, a empresa não atingiu índices de referência satisfatórios. Eu lhe pergunto: exatamente no período de fevereiro a abril deste ano, a empresa tomou providências para a melhoria desse serviço?

Complementarmente, eu lhe pergunto: é de conhecimento no Amapá de um convênio, de um acordo de cooperação da telefonia Oi com o Governo do Estado para conexão, em que, salvo engano, há a participação da Telebras, para a interconexão de dados com uma empresa francesa, através do linhão que viria da Guiana Francesa até o Amapá, onde se ligaria com o linhão da Telebras. Eu falo que haveria participação da Telebras, porque haveria ligação com o linhão da Telebras, que já está no Amapá. Por isso falo da participação da Telebras. Pergunto sobre o andamento desse acordo de cooperação, qual a previsão da ligação. Então, é inevitável estabelecer também esse questionamento.

Então, o primeiro questionamento é sobre o cumprimento desses prazos, desses quesitos em relação ao quesito conexão de voz, de acordo com os dados disponíveis pela Anatel, e em relação ao acordo firmado com o Governo do Estado do Amapá, para a ligação do linhão para o estabelecimento da internet por fibra ótica no Amapá.

O mesmo questionamento faço em relação à Vivo. Pelas informações do *site* da Anatel referentes ao Estado do Amapá, esse quesito não apresenta referência de dados satisfatórios. Eu pergunto quais as providências que a empresa tomou em relação ao Estado do Amapá. Pelo menos os dados disponibilizados pela Anatel não se apresentam como satisfatórios.

Pergunto também qual é a previsão em relação à Vivo e à TIM para... Parece-me que o projeto da TIM é o mesmo a Vivo, seriam conjugados: via interconexão de dados através do Linhão de Tucuruí. O LT a que o senhor se refere é com o Linhão de Tucuruí, não é isso? Parece-me que seria interconexão do 3G e do 4G. Seria isso? *(Pausa.)*

A previsão, então, é com o Linhão de Tucuruí. Qual é a nova previsão estabelecida?

O senhor falou de um prazo, em novembro, que seria agora, para a entrega. Na data de hoje, outubro já se vai. Os prazos que comunicaram, que notificaram os senhores estão mantidos para novembro ou se há novos prazos estabelecidos para os senhores?

Ainda sobre a Vivo, referente ao Estado do Amapá, de agosto de 2012 a abril de 2013, o quesito taxa de conexão de dados, as empresas também não atingiram os índices de referência satisfatórios. Aí eu pergunto também quais foram as medidas tomadas para melhorar esses serviços?

Então, em relação às empresas, as perguntas que eu teria são essas.

Passo, já de imediato, para a caríssima querida Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente Randolfe.

Quero cumprimentar os convidados que aqui estão e lamentar não ter podido estar presente desde o início desta audiência pública.

Senador Randolfe, desde já faço um requerimento verbal à Comissão para que assim que as notas taquigráficas forem disponibilizadas eu possa ter acesso a elas, para enviá-las à Assembleia Legislativa do Amazonas, porque há uma CPI em curso da telefonia na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e as notícias que tenho...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Pemita-me, Senadora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Só para completar sua informação, eu recebi da minha assessoria a informação de que existem 20 Comissões Parlamentares de Inquérito!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Isso é uma articulação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Em todo o País!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ...no âmbito da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), porque, infelizmente, apesar das diferentes realidades regionais dos Estados brasileiros, há um problema comum que é a precariedade das telecomunicações no Brasil, sobretudo da telefonia móvel. Então, acho que seria importante, Presidente, informar não apenas a Assembleia do Amazonas, mas que esta Comissão de Fiscalização, como forma de colaborar com os trabalhos dos Estados, das assembleias estaduais, remetesse essas notas taquigráficas para todas as assembleias onde as CPIs estão em funcionamento.

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Eu determino à Secretaria que seja atendido o requerimento da Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E por que nós temos hoje, no Brasil, em torno de 20 Comissões Parlamentares de Inquérito? Porque há um problema! Não há dúvida.

Nós que usamos o telefone sabemos o quanto o problema é grave. E se é grave no Brasil, no Sul e no Sudeste, imagine no Norte?

Eu ouvi, não sei se foi do representante da Vivo ou da TIM, sobre as diferenças que tem a Região Amazônica em relação às demais regiões do Brasil, que não são referentes apenas à área de telecomunicações, mas a absolutamente tudo!

O Brasil tem que compreender que o transporte escolar, na nossa região, não se faz por ônibus, faz-se por barco. E que o custo de um procedimento de saúde na Amazônia é no mínimo quatro vezes superior a um custo de procedimento de saúde em outras regiões. Mas Estados da Amazônia ainda recebem menos repasse na área da saúde. Então, o problema da telefonia é o problema de todos, absolutamente todos os segmentos.

Tanto o Senador Randolfe como eu e todos nós da Bancada do Norte temos procurado desenvolver um trabalho de forma a fazer com que o Executivo, o Poder Central perceba que os diferentes têm de ser tratados de forma diferente, para que possam um dia chegar à condição de igualdade. É isso que nós reclamamos.

Em relação à telefonia, eu quero, em primeiro lugar, dizer que é delicada a situação hoje. Mas creio que já temos alternativas que venham a superar, num prazo mais curto de tempo, os nossos problemas.

Até pouco tempo, nós não tínhamos, Senador Randolfe, na cidade de Manaus, de quase dois milhões de habitantes e que abriga um polo industrial muito importante, cabo de fibra ótica. Ele chegava da Embratel vindo pela BR-319, mas não atravessava o rio. A partir dali o sinal tinha que ir por satélite, o que diminuía muito a potência. Hoje, nós já temos o Linhão de Tucuruí. Hoje, acho que há um cabo vindo pela BR-174, não sei de que companhia, de que empresa – não tenho certeza se da Oi –, vindo da Venezuela.

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – Já tem um ano e meio, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sim, sim, sim. Eu participei da celebração do acordo, que, aliás, foi um projeto financiado pela Sudam (Superintendência...

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – Por um projeto da Sudam, mas a Oi não teve acesso ao recurso. Foi feito com recursos próprios da Oi. Nós ainda temos direito de sermos ressarcidos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então, é bom até para ajudar na melhoria dos serviços.

Temos esse da Oi, da BR-174. Temos a Embratel. O Linhão de Tucuruí, que de todas talvez seja a alternativa mais segura, até mais barata. E, salvo engano, é da TIM o Linhão de Tucuruí. Ou seja...

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – (*Fora do microfone*.) – É da Vivo e da TIM.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Das duas juntas. É. Eu coloquei Vivo, risquei e escrevi TIM. Então, tem que deixar as

duas: Vivo e TIM. Está certo. Eu que não havia compreendido corretamente.

Então, as possibilidades nós temos. O que precisamos fazer é correr nos prazos.

Eu lamento muito a Anatel, que tem cooperado bastante numa outra Comissão de que participo. Muito! Coopera extremamente. A gente tem trabalhado muito juntamente com a Anatel. Aqui há uma lacuna com a ausência da Anatel, uma lacuna muito grande para o debate. Mas, enfim, creio que serão necessárias algumas medidas. E eu faço alguns questionamentos.

Não sei se já poderíamos falar de prazos, porque quem utiliza o Linhão de Tucuruí sabe que estamos lutando muito para que a energia de Tucuruí, do Linhão, não atenda somente Manaus, interligando a Amazônia Ocidental ao sistema elétrico brasileiro, mas que desça em alguns importantes Municípios: Parintins, Nhamundá, Silves, Municípios próximos de onde passa o linhão. E a internet deve ser a mesma coisa.

Então, pergunto para os senhores – da TIM e da Vivo – qual o prazo para que os Municípios de Itacoatiara – que é um dos maiores Municípios do Estado – Silves, Urucurituba, Itapiranga, Rio Preto, enfim, os Municípios que estão ali em torno do linhão também recebam Internet e telefonia por fibra ótica, portanto, de melhor qualidade?

Outro questionamento que faço diz respeito às interrupções. Por que é tão comum, no interior e em Manaus, o apagão de telefone? Nós trabalhamos no mínimo com três operadoras. No mínimo. Aqui o nosso telefone do Senado é Oi, não é, Senador? É Oi. Lá, nós temos um contrato com a Vivo e outro contrato com a TIM. E é assim. Precisamos disso porque não funciona! Não funciona! Para. Parou. É apagão. Então, eu não entendo o porquê dos apagões. Que seja relatado o porquê disso.

Segundo, eu não entendo também – não sei se tecnicamente é difícil – por que não há uma integração, ainda, entre as empresas? Foi mostrado aí que o Amazonas tem 100% de cobertura acho que da Vivo, mas de outras não. Quando a gente viaja para o exterior, o nosso telefone cai automaticamente numa operadora local. Por que quando a gente anda pelo Brasil afora o telefone, quando é da Oi e no Município de destino não tem cobertura Oi, não cai automaticamente na TIM? Ou por que não cai automaticamente na Vivo? Ou seja, em qualquer uma que ofereça a cobertura no local? Por que isso não acontece aqui dentro do Brasil?

É por isso que a gente é obrigado a ter esse monte de telefone, de linha: porque viaja para o interior. Eu mesma viajo para o interior. Meu telefone é Oi, cuja cobertura é uma das menores no Estado do Amazonas. O Senado não enxerga isso! O Senado enxerga Brasil, mas não enxerga as especificidades. E ficamos no apagão, porque não cai em outra operadora. E se no exterior cai, por que aqui não cai? O que está faltando para que possa cair automaticamente e haja a compensação de custos, de ganhos, inclusive? Esse é um questionamento.

O outro questionamento que faço é o último. Ouvi aí sobre tributos. Aliás, a culpa de tudo no País é o tributo. Tudo! Absolutamente tudo. Só que quem paga tributo, neste País, não é nenhuma empresa, não é nenhum produtor. Quem paga tributo somos nós os consumidores. E os senhores enquanto consumidores também! Somos nós, porque o preço do tributo está embutido. O preço da telefonia e da internet – eu não tenho aqui o dado, mas a gente lê todo dia pela imprensa – no Brasil é dos mais elevados do mundo! Do mundo!

Cesta básica. Eu vou falar do exemplo do Amazonas, porque foi ampliado o ICMS há um tempo. Aumentou a arrecadação do ICMS agora, mas sabe qual foi a razão, Senador Randolfe? Porque o Governo do Estado havia desonerado a cesta básica do ICMS. O que aconteceu? Nenhum produto teve o valor rebaixado. O preço de nada da cesta básica caiu. Foi feito um acompanhamento diário pelo Governo do Estado do Amazonas. E o que o Governo resolver fazer? Tributar novamente, porque o consumidor final não recebeu nenhum benefício pela diminuição.

Então, o que eu não entendo é que, primeiro...

Vou concluir por onde comecei: nós não podemos permitir que regiões distantes, que têm uma população que já é sofrida por viver no isolamento, sejam penalizadas com custos maiores. Então, tem de haver uma equalização de preços que leve em consideração que o que se ganha onde as necessidades de investimentos são menores deve servir para cobrir os investimentos onde as necessidades são maiores e que o preço baixe.

Acho que a conclusão – e por isso há mais de 20 CPIs instaladas no Brasil inteiro – é que essa é uma demonstração de que o serviço no Brasil é muito precário. Os números são bonitos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – E há uma na Câmara protocolizada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Acho que é da Deputada Perpétua Almeida, salvo engano, do Estado do Acre. Se o Brasil sofre, imaginem nós o quanto sofremos, não é, Senador Randolfe?

Então, há problemas. Os números são bonitos, mas, na realidade, não é isso. Há apagão todos os dias.

Alguém falou aqui das lojas, que lá há quiosques, muitas lojas. A CPI tem ido às lojas, e o que encontra?

Filas de espera de mais de duas horas, precariedade no atendimento. E o sindicato dos trabalhadores é ouvido e diz: "Não. O número de trabalhadores que há é insuficiente, e a produção, a carga exigida do trabalhador é muito grande, além daquilo que ele pode dar".

Enfim acho que é necessário... Espero que, com a Copa do Mundo, no Brasil inteiro – e depois, com as Olimpíadas no Rio de Janeiro – a gente possa avançar de forma significativa não só nos doze Estados, mas em todo o País. Senador Randolfe, a mesma solução do Amazonas é a solução do Amapá, que é via linhão e com a presença muito forte do Estado.

Por fim, faço a última pergunta.

Antes, peço desculpas porque terei de sair. A gente está com problema na PEC da prorrogação da Zona Franca, e vai haver uma reunião agora no Ministério da Fazenda, com a Bancada toda.

Qual das empresas que usa o serviço do Gasoduto Coari-Manaus para passar a fibra ótica? Qual é a empresa?

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – A Oi fez uma proposta à Petrobras e nós acreditamos que a gente terá sucesso. Então, vamos utilizar o linhão, e nove Municípios poderão ser beneficiados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então, já está em encaminhamento.

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – Exato.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E a Oi deverá assumir...

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – Eu até não gostaria de falar, porque eu tenho concorrentes aqui que vão querer participar deste leilão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito.

E em relação à ponte? Ainda há algum problema entre as empresas relativo ao cabo passar sobre o Rio Negro? Fala-se que a empresa está retardando porque, quando ela utilizar a ponte, terá que colocar...

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – Pelo contrário. Ponte é solução!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas não passa o cabo pela ponte ainda?

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – No nosso caso, ainda não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não. No caso de ninguém. Parece que não há nenhum cabo passando pela ponte, porque, de acordo com as informações que eu recebi, está havendo um retardamento não sei por parte de qual empresa, porque o cabo será liberado a partir do momento em que a compensação para instalação do cabo em algum Município do interior seja feita. E isso vem sendo protelado, em detrimento da qualidade do serviço.

Era isso, Senador Randolfe.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Eu que lhe agradeço, Senadora Vanessa.

Só queria, antes de passar a palavra para ouvir as respostas, fazer a minha também, em relação à Macapá. Essa pergunta se refere às capitais da Amazônia: Manaus, Macapá, Boa Vista, Porto Velho, Rio Branco, Palmas, resumindo, de todas as capitais da Amazônia. O apagão telefônico de Manaus a que a Senadora Vanessa se referiu é um fenômeno que ocorre em todas as capitais amazônicas. Então, queria estender essa pergunta da Senadora Vanessa em relação a Manaus a toda Região Amazônica.

Por favor, peço para considerar as perguntas por mim feitas, as perguntas do Alô Senado e já fazer as considerações finais.

Inicio com o Sr. Marcos Mesquita.

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – Eu inicio com a questão que o senhor apresentou, a respeito, primeiramente, de melhoria de serviço.

É sintomático que duas empresas, por exemplo as que foram citadas, a Oi e a Vivo, em relação à qualidade do serviço no Estado do Amapá, tenham apresentado um resultado abaixo da expectativa. O Enylson tocou neste assunto. Nós dependemos de energia elétrica. Se os senhores forem ver, essa é uma função muito direta de problemas de energia.

Outro problema que existe é o seguinte: as redes estão todas interconectadas, e é sempre importante que haja redundâncias, porque as nossas fibras, por exemplo, olhando o nosso Oeste, o Acre e Rondônia, em um sistema integrado, tudo que estiver nas pontas tem mais fragilidade do que o centro. Por quê? Porque se irradiam as fibras e ali, se houver um rompimento, a ponta está fora. Então, nós conseguimos fazer isto, uma melhoria, por exemplo, no Oeste com a duplicação de rede de fibras na altura do Estado do Mato Grosso, mas, por incrível que pareça, no ano passado nós tivemos três incêndios simultâneos em função de queimadas no Mato Grosso que romperam os três anéis óticos da Oi. Então, essas situações normalmente ocorrem por problemas físicos nas estruturas e normalmente por ações externas à rede, como acidentes. Nas obras do DNIT, frequentemente uma escavadeira, apesar de estar sinalizado, vai lá e rompe. O sistema percebe o ponto de ruptura e tem-se de enviar uma equipe ao local, e essa equipe muitas vezes para se deslocar na

Região Norte vai obviamente na velocidade do meio de transporte mais rápido, em alguns casos lombo de burro, em alguns outros casos pelas voadeiras. No seu Estado mesmo, no Amapá, há aquelas ilhas, – que, aliás, pertencem até ao Município de Macapá, mas estão bastante distantes –, e um cabo sublacustre em Macapá se rompeu, e a Oi precisou de uma semana para encontrar alguém que mergulhasse, que puxasse esse cabo e que o levantasse para que ele fosse emendado.

Então, essas dificuldades de logística certamente sempre vão impactar, mas quero dar uma boa notícia aqui. Estamos falando que a Vivo e TIM reforçaram esse projeto do Linhão de Tucuruí, mas a Oi também está fazendo um projeto no Amapá, pelo qual traz o sinal pelo Norte, vindo de Cayenne, que se liga a um cabo chamado Américas 2, que ligará o Amapá ao mundo. Essa é a grande verdade. Então, o Amapá vai ter duas formas de se integrar: pelo Sul, com o Linhão, e pelo Norte, com o cabo Américas 2.

Então, nós estamos falando que hoje o nosso projeto no Amapá, Senador, tem seis meses para ser instalado a partir da concessão da última licença. Estava tudo correndo muito bem. A licença ambiental já tinha sido concedida pelo Imap, se não me engano – o instituto local. No entanto, houve uma dificuldade entre o Imap e o Ibama; este avocou para si, depois de algum tempo daquelas discussões administrativas intermináveis, tendo ele, Ibama, a competência para fazer o licenciamento, pois há nesse trecho do norte do Amapá a proximidade com algumas aldeias indígenas. Embora a gente já tenha todo um protocolo que estamos cumprindo com a Funai, em função da integração dessas aldeias ao projeto, a preocupação do impacto; pela própria presença da obra junto a essas aldeias é considerada uma necessidade de reparação. Então, nós estamos agora já regulares. O Ibama já concedeu essa licença. E nós estamos continuando a obra.

Eu acredito que o mês de março ou abril de 2014 seja a data em que estaremos lá comemorando essa... Porque tem outra obra grande feita separadamente na Guiana, para trazer e juntar o cabo lá em São Jorge. Isso, certamente, gerará essa capacidade de se proteger melhor esse anel local. Então, um problema no linhão pode ser socorrido através do sinal que vem do Américas 2; ou no caso de um problema lá em cima nós poderemos nos socorrer com o...

Então, isso dará segurança...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. *Fora do microfone*.) – Quando?

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – Abril de 2014. Se for antes, eu informo para o senhor.

Então, os apagões normalmente são um acidente físico em nossas fibras. Raramente é um problema da rede em si. Raramente. Isso, infelizmente, é muito comum. Fibra é a melhor forma, a mais econômica de se levar qualidade na comunicação; no entanto, é vulnerável a ações externas.

Essa que segue pelo Linhão de Tucuruí está no ponto mais protegido da rede de eletrificação. Então, fica melhor do que uma fibra enterrada, como é em vários dos nossos casos aqui.

É importante, apenas para ficar registrada, a questão do *roaming*. A preocupação da Senadora Vanessa é correta, mas já tem uma solução que está em vigor. Ou seja, todas as cidades do Brasil com menos de 30 mil habitantes são cidades hoje cobertas por apenas uma operadora. No entanto, essa operadora está obrigada, pela regulamentação, a abrir o seu sinal e conceder o *roaming*. Então, essa situação, salvo algo excepcional de alta concentração etc., como poderia acontecer em qualquer lugar... Não deveria mais haver esse problema. Ela deveria falar normalmente, porque esse *roaming* está aberto.

Cidades maiores do que isso já são cobertas hoje por mais de uma operadora. Então, já há uma grande chance de boa parte das pessoas poderem falar em qualquer lugar que estejam.

Se alguém tiver alguma correção ao que eu estou falando... Porque eu não estou aqui olhando a legislação corretamente, mas isso é o que todos nós falamos todos os dias. Ou seja, já há o *roaming* obrigatório nas cidades menores, aquelas que eram servidas por apenas uma das operadoras.

Em relação aos tributos, a Senadora Vanessa tem toda razão. Nós só pagamos os nossos impostos diretos. Só pagamos o Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro; e os nossos tributos como as nossas taxas etc. O que nós estamos falando mesmo é do dinheiro que o consumidor gasta com serviços de comunicação. Não é brincadeira você ter uma conta de R$100,00 onde R$50,00 são tributos! Por um lado, isso mede a importância social do nosso serviço. Ou seja, a gente carreia muito recurso para os cofres públicos. Mas não tenham dúvida de que boa parte da população não tem acesso ao nosso serviço porque é muito caro. E quando a gente compara isso com o nível, com os padrões internacionais, é algo absolutamente gritante!

Onde a telefonia é desenvolvida se vê uma cesta de tributos que não supera 10%, 12%. Aqui no Brasil são 50%. As pessoas falam pouco? Falam pouco. Fa-

lam muito pouco. A informação já está consolidada na cabeça de todos. Por isso a gente precisa falar cada vez mais que é falsa a ideia de que a telefonia brasileira é a mais cara ou uma das mais caras do mundo. Isso é absolutamente falso! Isso parte de dados errados ou de dados meramente teóricos.

Eu vou passar para vocês apenas um dado de fácil constatação por qualquer um de nós, sem precisar olhar balanço de empresa nenhuma. A essa informação que foi divulgada recentemente está associada a seguinte informação: o brasileiro gasta 7% da sua renda média com telefonia. E aí você pode pegar a pesquisa do PNAD, que é um dado oficial, e verá que não supera 1,2%. O.k.? Então, esse número que foi colocado está pelo menos sete vezes maior do que o dado da realidade.

A segunda parte é quando se diz que é a mais cara e a pior do mundo. Essa outra é algo valorativo. A gente tem um excelente instrumento de acompanhamento e de publicização de como estará nos próximos meses esse serviço, com o trabalho feito pela Anatel de divulgação desses dados. Acho que a gente tem um excelente termômetro. Por ali a gente pode efetivamente ser cobrado e também por ali a gente pode demonstrar que os esforços, esses valores extraordinários que estamos utilizando vão se refletir em melhoria de serviços.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Marcos.

Christian.

O SR. CHRISTIAN WICKERT – Obrigado, Senador.

Eu tentei anotar aqui grande parte das perguntas. Bom, o primeiro ponto levantado acho que foi na internet sobre a questão dos investimentos virarem fato. Acho que essa questão, pelo que a gente viu aqui, dá para se dizer que está superada, porque os compromissos já são formais, detalhados, tem acompanhamento mensal e trimestral da agência, tem metas de edital. Eu não vejo como alguma das operadoras possa fugir desse investimento ou não tornar isso realidade. Então, como está acontecendo já nos últimos meses, não vejo como isso não virar fato. Já está virando

Sobre o compartilhamento de antenas, isso normalmente é citado como um problema ou algo como se as operadoras não fizessem, mas na verdade, por exemplo a Claro já compartilha 60% das suas torres. Esse é um percentual até superior a por exemplo o de uma empresa que foi criada no Reino Unido para fazer isso, para compartilhar *sites*. E compartilhamento com todas: TIM, Vivo, Oi, Nextel. Já é uma prática. As engenharias já se falam e tendo disponibilidade a outra operadora apresenta o projeto. Isso sai naturalmente.

Outro exemplo. E todo o projeto que estamos desenvolvendo para a área do Norte, para a cobertura da área rural, já consideramos todos os *sites* de outras operadoras – TIM, Vivo, Oi – que já existam lá para tentar de alguma forma compartilhar e melhorar a cobertura. Então, o compartilhamento já é uma realidade que tem que ser incentivada, tem que seguir. Vale colocar isso. Pode ser incentivado? Pode! Por cada *site*, por exemplo, por cada torre em que se coloca o equipamento de uma operadora paga-se o licenciamento; se se colocar equipamento de outra operadora, paga-se novo licenciamento. Se puder haver algum incentivo, por exemplo, de *sites* compartilhados, cada operadora paga meio licenciamento, por exemplo. Esse tipo de incentivo é extremamente bem-vindo, talvez para passar dos 60% para um percentual ainda maior, alguma coisa assim.

Acho que o ponto sobre as interrupções a Oi já abordou aqui muito bem. Realmente temos questões, principalmente de energia. Por mais que as operadores coloquem seus bancos de baterias lá, eles têm duração em torno de três horas, quatro horas, pelo menos. Então, se queda de energia passa disso, realmente fica muito difícil de manter a operação. E essas questões físicas. Há um caso que aconteceu em 2008 ou 2009, acho que com a Claro, na verdade com a empresa do grupo, a Embratel, em que uma família havia se perdido de carro na Região Norte. Ele viu uma linha de transmissão e não teve dúvidas; subiu lá, destruiu a torre, porque ali, depois de três, quatro horas, chegou uma equipe da empresa e ele conseguiu falar com alguém e ser resgatado. E nós, a Claro sofreu com isso, ficou sem sinal. Fomos verificar o que aconteceu e havia ocorrido esse caso.

Então, realmente tem de tudo. Acho que cada caso tem de ser analisado. Se a Senadora tiver alguma lista de casos, a gente pode responder mais especificamente, listando exatamente, em cada caso, o que aconteceu.

Sobre a questão do *roaming*, também concordo com o que a Oi já colocou. Nas cidades abaixo de 30 mil habitantes, que é o que chamamos no jargão de *roaming* 30K, esse *roaming* já está aberto. Se há uma operadora lá, funciona o celular das outras operadoras.

Eu queria colocar aqui dois comentários. Quando a gente vai ao exterior, existem três ou quatro operadoras competindo e fazemos o *roaming* em alguma delas; o mesmo acontece quando um estrangeiro vem aqui. Dentro da mesma área de uma cidade grande – por exemplo, vamos citar Manaus ou Macapá –, é interesse do Governo, da agência incentivar uma competição

de redes, que haja uma competição de redes e que invista em infraestrutura. Então, poderia acontecer, vamos supor, o caso de uma das operadoras ter um problema sistêmico, uma interrupção; se todos os usuários daquela operadora migrarem instantaneamente para a outra operadora, como ficam os indicadores de qualidade? Como se pode garantir? Seria preciso uma rede capaz de suportar todos os usuários das quatro operadoras daquela cidade para cumprir os indicadores. Então, há um conflito que tem de ser gerenciado: queremos, sim, investir em rede, que as operadoras tenham rede nessas cidades. Que haja competição de redes com compartilhamento, mas que haja uma competição de rede e investimento para que haja capacidade para toda a população.

Sobre o preço do celular, eu já havia comentado na apresentação. Realmente esses estudos ferem a imagem do setor, não são bem fundamentados. Acho que poderia haver um trabalho até das operadoras ou da agência de mostrar, na realidade, o que a competição já fez com o preço da telefonia móvel no País. Esse é um elemento de sucesso na gestão da agência, porque é raro no mundo um país com quatro operadoras com *market share* tão competitivo, com tanta disputa, com promoções por chamada, promoções por dia. Realmente muitas pessoas falam que até um dos problemas dos últimos anos teria sido esse excesso de competição e de ofertas e o crescimento dos usuários. Então, de fato, não há como falar de preço elevado na telefonia móvel no todo.

Falando de preço, vou entrar no último tema, que veio da internet, sobre o desaparecimento dos créditos, como o usuário falou. Acho que é importante esclarecer, porque, na verdade, os créditos não desaparecem. Pela regra hoje, que é o regulamento, o crédito tem uma validade para ser usado; passada essa validade, ele fica parado. Esse cliente, assim que ele fizer uma nova recarga, tem de volta todo o saldo. Vou dar um exemplo: se o cliente comprou uma carga de R$10,00, que valia por 15 dias. Passados os 15 dias, ele usou só R$2,00; sobraram R$8,00, e expirou a validade desses R$8,00. Então, ele vai ver que ficou sem saldo. Mas, se ele fizer uma nova recarga, por exemplo, se ele colocar mais R$10,00, ele vai ver que terá R$18,00, porque ele colocou R$10,00 e voltam os R$8,00, que tiveram a validade expirada. Agora passa a ter R$18,00, com um novo período de validade. Isso segue. Essa foi uma forma que a agência colocou no regulamento para garantir que aquilo que o usuário paga em recarga permanece com ele, desde que ele siga como um usuário e esteja, de fato, na rede da operadora.

E por que tem de haver essa preocupação do usuário estar na rede da operadora? Porque ele tem custo para a operadora. Um usuário pré-pago, em média no Brasil, tirando receitas de interconexão, tem R$5,00 por mês de recarga. Então, como as operadoras conseguem fazer todos esses investimentos bilionários com R$5,00 por mês? E também têm de pagar Fistel uma vez ao ano de R$13,00; no mensal, R$26,00. Esses valores são pagos para os usuários. Têm de pagar licenças de HLR, de equipamentos e *softwares* que vão no *SIM card* do usuário. Enfim, há um custo mensal e anual para se manter o usuário operando na rede, e esse custo não é cobrado, ele tem de estar na tarifa que o usuário paga. Então, a única garantia que a operadora tem é que, enquanto ele continuar fazendo recargas, todo aquele saldo vai estar disponível para o usuário e só quando o usa é que operadora, de fato, recebe alguma coisa. Então, se ele não usar, a operadora, infelizmente, não recebe. Então é muito importante entender isso, é muito importante a validade do cartão pré-pago e é muito importante entender que ele não some. Quando ele expira, na próxima recarga, o valor estará lá. Não há nenhuma apropriação desses valores por parte da operadora.

Acho que era isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Christian.

Com a palavra o André.

O SR. ANDRÉ GUSTAVO ROSA – Senador Randolfe, vou começar pela pergunta que o senhor do cumprimento dos indicadores da agência. Realmente houve o não atingimento da meta, mas a empresa acredita, sim, que, com a entrega, principalmente do linhão... Esclarecendo, já que o senhor perguntou sobre o prazo, ele já está entregue no Estado do Amapá. O que será feito em novembro será a iluminação dessa fibra, para que ela possa vir a ser usada, para que ela possa entrar em operação em novembro. A expectativa é de que seja no final do mês de novembro. Então, já deve haver uma percepção de memória na utilização dos serviços em novembro.

Falando especificamente do linhão – e vou me permitir responder às perguntas em bloco, por assunto –, a Senadora Vanessa perguntou a respeito da construção do linhão. Nós, da TIM, fizemos a transposição da Região Amazônica com o linhão e a Vivo entrou conosco em parceira, interconectando essa rede e chegando aos Municípios para que se possa utilizar essa capacidade de fibra para os Estados e localidades da Região Norte.

Conhecemos, sim, o desafio e encaramos o desafio de transpor a Região Norte para fazer essa cobertura. Só como exemplo, a Senadora Vanessa falou da ponte, mas há localidades em que precisamos levantar torres da altura, mais ou menos, da Torre Eiffel,

porque a fibra por debaixo do rio não se sustentava devido a correntes, devido a características do próprio solo. Então, o investimento que se fez necessário foi muito pesado, nós o encaramos e estamos entregando. Acreditamos que vá dá resultado.

Em relação aos Municípios, vamos cobrir 27 com o linhão. São 14 no Pará, 4 no Amapá e 9 no Amazonas. No Amazonas são os Municípios de Silves, Itacoatiara, Rio Preto da Eva, Manaus, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Urucará, Parantins e Nhamundá. No Amapá, vamos cobrir 4: Laranjal do Jari, Mazagão, Santana e Macapá. A previsão de cobertura dessas localidades é 2014 e 2015.

Outro ponto que nos foi questionado, aí acho que a resposta é muito similar porque é um problema do setor – e pena que a Senadora Vanessa não esteja –, o senhor falou das 22 CPIs nos Estados, do movimento da Unale. A gente pode dizer que reitero o que disse no início da minha fala. O setor de telecomunicações hoje é considerado infraestrutura da infraestrutura, como tive oportunidade de escutar de alguns Parlamentares nos Estados.

Um Deputado estadual, num ambiente da CPI, fez questão de colocar que usuário não poderia ter direito de ficar sem o sinal de celular, porque se ele tiver uma queda de energia elétrica na residência dele, é pelo celular que ele liga para a companhia de energia para acusar a queda de energia elétrica. O que eu coloquei para ele é que mal ou bem as nossas antenas precisam da energia elétrica. E em acordos operacionais feitos com a agência... Até pelas situações de calamidade foi feito um acordo de colocar baterias com maior capacidade. Isso gerou outro problema, de segurança pública, porque baterias com maior capacidade e robustez passaram a ser alvo de vandalismo e furto.

Falando da Região Amazônica, no Maranhão, na cidade de Imperatriz, onde compartilhamos um *site* com a Oi, tivemos caso de chegarmos ao ponto de colocar segurança privada no *site* e mesmo assim termos os seguranças rendidos e as baterias furtadas dos *sites*.

Quando Marcos Mesquita fala de eventos terceiros fora da rede que impactam na queda do serviço, muitas vezes é o furto da fibra, pois o furto de uma fibra derruba o *site* e se perde a iluminação naquela localidade.

Tirando isso – aí é outro ponto que eu gostaria de reiterar, como disse no início –, acho que o setor de telecomunicações, sim, reconhece as dificuldades, reconhece que o serviço pode e precisa melhorar bastante. Aí eu falo principalmente enquanto TIM. Mas essa melhora só vai acontecer se a gente tiver uma coordenação. Por isso contamos com esta Casa para pensar em infraestrutura como um todo, Senador. Hoje não podemos pensar só em telecomunicações, só em trazer a responsabilidade para a Anatel porque ela regulamenta telecomunicações, mas é preciso uma ação coordenada com o setor de energia elétrica, com o setor de estradas e rodagem.

Falando da Unale, a gente tem conseguido mostrar para os Estados que não adianta cobrar uma qualidade se há legislações estaduais, procedimentos e burocracias que não acompanham a velocidade com que se quer que seja oferecida cobertura. Nós temos localidades onde o Comando da Aeronáutica (Comaer) leva 18 meses simplesmente para laudar a minha antena e liberar o funcionamento dela, fora os processos burocráticos municipais.

A qualidade permeia, sim, pensarmos num setor de infraestrutura conjugado. Então, muitas vezes todo o investimento que a empresa possa vir a fazer para buscar a melhoria do serviço se impacta numa falta de coesão infraestrutural. A gente tem aproveitado esse momento do projeto de lei das antenas para pleitear essa coordenação. É um processo no qual se tem um desgaste financeiro e de imagem que a gente julga ser ilógico quando há um Município fazendo o recapeamento das suas rodovias, das suas estradas e ele só me liberar para pensar em passar uma fibra depois que terminar o recapeamento. Eu chegarei lá e terei de quebrar o asfalto novamente. Aí, o cidadão vê a empresa de telefonia que acabou de quebrar um asfalto que foi entregue há menos de três meses; ele não vê uma falta de coordenação logística com a qual poderíamos ganhar em tempo, para fazer essa fibra no momento em que a operação de infraestrutura está sendo feita no Município.

Então, hoje, o que nós entendemos que impacta muito na melhoria da qualidade... Aí eu acho que fica muito claro em todas as apresentações feitas que dinheiro e previsão de orçamento as quatro empresas têm. E o discurso é uníssono. Só que a efetiva eficácia desse processo passa por essa coordenação. O impacto é muito grande. Às vezes nós, TIM, temos vários *sites* instalados, iluminados, mas não conseguimos colocá-los para funcionar por falta de licenciamento A antena está pronta para funcionar, mas tem mais de oito meses com falta de licenciamento, porque falta um alvará ou algum documento do gênero. Isso ocorre Brasil afora.

No seu Estado nós temos algumas dificuldades de burocracia. Permita-me, se o senhor quiser, depois passar no seu gabinete, apresentar a V. Exª e contar com a sua ajuda para que tentemos unificar esse processo.

A gente vê um ponto positivo nesse movimento da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais para mostrar que também existe uma necessidade de coordenação de todos os Estados. Não adianta

reconhecermos que o serviço de telecomunicações é federativo, de competência da União, mas termos os Estados e Municípios intervindo na prestação do serviço, o que diretamente intervém na qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, André.

Para concluir, Enylson.

O SR. ENYLSON FLÁVIO CAMOLESI – Obrigado, Senador.

De fato são várias questões. Quando a gente fica por último, verifica que já foram muito bem abordadas. Mas vou tomar a liberdade de reafirmar alguns pontos.

A questão da qualidade é um desafio permanente das empresas. Num ambiente de alta competição, como é o mercado de telecomunicações, não se pode de maneira alguma negligenciar a tratativa do cliente. Então, é um esforço que temos buscado fazer e estamos fazendo esse esforço. É um desafio permanente garantir a qualidade, melhorar o atendimento, ter as nossas equipes cada vez mais treinadas.

Até implantamos a figura do guru tecnológico nas lojas, para explicar como se usa o Smartphone, porque, para o senhor ter uma ideia, Senador, muitas vezes a pessoa compra um pacote de dados e vem reclamar porque recebeu uma conta de dados e só usou *e-mail* ou só usou o Facebook. Para a gente é até natural saber que *e-mail* e Facebook são pacotes de dados, mas isso não é tão óbvio. Então, a gente se depara às vezes até com dificuldades culturais. Isso não justifica, mas explica um pouco da realidade que a gente enfrenta.

O sistema de telecomunicações é uma infraestrutura muito mais complexa do que uma infraestrutura elétrica ou de transporte. É uma estrutura que mexe com dezenas de elementos permanentemente ativos. E sobre esses elementos ativos vou falar um pouco, para responder à pergunta do senhor.

O senhor está correto. Nós tivemos um problema na nossa taxa de conexão de dados até abril. O indicador falava que eu deveria estar acima de 98 e eu estava acima de 94. Isso foi crescendo. Nós acreditamos que com essas melhorias que a gente está – e eu vou ler novamente aqui – planejando e executando na Região de Macapá isso será recuperado. Mas a taxa de queda de conexão e a taxa de conexão de voz se encontram dentro dos limites da Anatel.

Sobre essa taxa de conexão que cai, o Marcos colocou muito bem. Muitas vezes se tem uma interrupção e devido à energia elétrica se faz uso de um sistema alternativo que não tem a mesma eficiência do sistema principal. Ou seja, às vezes tem que ser por satélite, o qual não tem a mesma banda de uma fibra.

Hoje, a gente sabe que a Região Amazônica é o maior sistema de autogeração de energia elétrica do mundo! É o caso único disso. Então, tem uma realidade muito particular e nós não queremos tratar de uma forma diferenciada o povo do Amazonas. Mas temos de reconhecer que o desafio é muito maior. Que o custo de uma operação, que não se reflete no preço da tarifa... Isso tem que ficar registrado. O custo de uma operação que acontece na Região Amazônica é muito maior do que o de outras regiões. E o preço percebido... A nossa banda larga popular na Região Amazônica é o mesmo valor da banda larga popular no resto do Brasil. Isso tem que ficar registrado, mas o custo operacional é muito mais alto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Na verdade, eu estava sendo comunicado... Não sei se todos os demais responderam, mas acho que o senhor até poderia falar por todos. Parece que não foi respondida a pergunta da Senadora Vanessa sobre o deslocamento para fora do País e a comunicação entre as operadoras.

O SR. ENYLSON FLÁVIO CAMOLESI – Já foi. É sobre o *roaming.* Eles responderam. Já falaram sobre o *roaming*. Mas eu posso reforçar, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Por favor.

O SR. ENYLSON FLÁVIO CAMOLESI –Então, só levando novamente. Quando foi dito que é um desafio, nós não queremos tratar de forma distinta o cidadão da Amazônia. Inclusive, o custo operacional é um desafio, porque é muito maior, mas o preço praticado na região é o mesmo de outras regiões, apesar do custo.

Então, de uma maneira ou de outra, há uma transferência de receita e de investimentos para viabilizar essa tarifa aplicada no resto do Brasil. Agora, como maior sistema de autogeração do mundo, você tem um problema, sim, no senso mínimo. E não estamos transferindo aqui a nossa responsabilidade para as empresas de energia, porque sabemos também que o interesse dela está levando. Isso é um desafio.

Tudo isso que o senhor viu aqui foi construído em 20 anos. Em muitos casos, em menos de cinco, seis anos. Então, há uma concentração no tempo de investimentos e de ações muito grande.

Eu estava em Roraima, se me permite, numa dessas CPIs. Cheguei lá à noite, enfim, num dos poucos voos. Quando estava preparando-me para a CPI – isso é um fato –, às 11 horas da manhã, caiu a energia elétrica. Falei: “Bom, vou ter um problema!” A energia foi recomposta depois de 45 minutos. Às 13 horas, houve rompimento da fibra que a gente alugava – neste caso, aluga ainda – de outra operadora e fomos reconhecer que essa fibra foi rompida a 60km de Manaus e afetou

toda Boa Vista. Imediatamente, aquela banda larga que usava 3G caiu de eficiência e esse rompimento de fibra se manteve até às 18 horas, durante o tempo em que estava dando depoimento na CPI.

Bem, vamos tentar entender qual o problema. Um dado concreto de um Estado na Região Amazônica: mais de 75% das interrupções se dão por falta de energia. Os outros números de interrupção se dão por rompimento do único canal que temos. Isso afeta a durabilidade dos nossos componentes eletrônicos. Ou seja, a fadiga do material se acentua. Então, você tem uma particularidade, que é a realidade de quem vive nessa região maravilhosa: a Região Norte do Brasil. É uma particularidade da dificuldade e do desafio logístico.

Qual foi a maior interrupção que tivemos, por exemplo, em Roraima? Setenta e duas horas. Isso não acontece numa região como a de Campinas. Por quê? Porque você tem de deslocar equipamentos. Às vezes, depara-se com uma rodovia metade do dia.

Então, é um desafio permanente. No caso, como o André colocou muito bem, a qualidade percebida por Macapá vai melhorar muito no Amapá com esse linhão, porque vai dar mais estabilidade, vão dar rotas alternativas. Você vai poder passar... Sei, sei. O projeto da Oi chega. É que, no nosso caso, estou citando a parceria, permita-me somente.

No outro caso, chega de outro ponto, mas esse linhão de transmissão vai alterar, sim, a percepção de qualidade, vai dar outro nível de qualidade, mas temos um problema lá, sim, Senador. V. Exª e a Bancada do Amapá podem ajudar. Estamos encontrando dificuldade de fazer acesso à capital, que é a última milha, que é a chegada do acesso, por conta de licenças ambientais, porque o linhão vem de forma aérea, mas os cabos de acesso são baixados na subestação e, onde houver uma subestação de energia, a cidade vai ser atendida, porque não posso puxar a fibra. Tenho que abaixar a potência, para poder operar com ela. Ela entra e, onde houver uma subestação de energia, no decorrer desse linhão, vamos ter fibra ótica. E lá nós estamos tendo problemas. Estamos sim. No nosso cronograma de dezembro, no final agora, nós vamos eliminar essa fibra – é a nossa perspectiva – e contamos com o bom senso e o apoio, inclusive, da bancada da região, para termos esse licenciamento.

Então, de uma forma ou de outra, acho que consegui vencer, sim, só reforçando a questão do *roaming*, que a Senadora pediu. Ela está contemplada, sim, pelo regulamento e por acordos regionais, como foi o caso do Amazonas, onde temos 100%.

Queria, mais uma vez, em nome da Vivo, se o senhor me permitir encerrar aqui, agradecer a disponibilidade e a oportunidade de debatermos esse tema tão complexo, colocando-me à disposição de todo o Senado para questões que possam surgir.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Enylson. Queria agradecer ao senhor, ao Sr. André, ao Christian e ao Marcos a atenção que nos dispensaram e, mais uma vez, lamentar a ausência do Sr. João Batista. Reitero o tratamento dispensado por parte da Anatel ao Senado da República. É lastimável!

O Senado da República não convocou o Sr. Presidente da Anatel, porque esta Casa e as suas comissões, lamentavelmente, não têm o poder de convocar presidentes de agências reguladoras. Entretanto, esse poder de convocação tem o Senado Federal sobre ministros de Estado. Entre as competências que nos cabem, está a de darmos autonomia aos membros de agências reguladoras. Damos-lhes o papel de serem as instituições do Estado brasileiro. É bom que assim se diga: são instituições do Estado brasileiro; não são instituições de governos, mas do Estado brasileiro, que têm a função precípua de regular as atividades de mercado. Elas são instituições do Estado a serviço da sociedade brasileira, para proteger os interesses da sociedade brasileira e, neste caso, dos consumidores brasileiros; interesses esses que esta Comissão entende que não têm sido defendidos; interesses da regulação que esta Comissão entende que não têm sido defendidos.

É por isso que, no melhor sentimento, esta Comissão convocou quem tinha o dever de estar, na condição de presidente, a esta audiência pública. Por isso, esta Comissão convidou os representantes das empresas privadas e sabe que essas instituições da sociedade tinham a prerrogativa de enviar os seus representantes; não tinham essa obrigação para com a Comissão. Uma instituição do Estado brasileiro que tem o seu presidente arguido por parte deste Senado, sabatinado por parte deste Senado, eleito pelo Plenário deste Senado, deveria ter o mínimo de consideração não somente com este Senado, não somente com os membros deste Senado, mas o mínimo de consideração com o povo e, assim, fazer o seu presidente presente nesta Comissão.

Quero cumprimentar o Presidente efetivo desta Comissão, o Senador Blairo Maggi. Repito: a decisão tomada de não aceitar a representação da Anatel e, sim, somente a pessoa do seu presidente não foi uma decisão tomada única e exclusivamente pelo Presidente eventual desta Comissão. Foi uma decisão tomada em comum acordo com o Presidente desta Comissão. É uma decisão em defesa das prerrogativas e das instituições, da instituição desta Comissão e do Senado

da República. É uma decisão em respeito ao Senado e aos Senadores.

Entendo a não presença do Presidente da Anatel como um ultraje ao Senado. Por conta disso, apesar do prejuízo que foi a ausência do Presidente da Anatel, quero acreditar nas palavras aqui empenhadas pelos representantes das empresas e acreditar que teremos, nos próximos meses, uma melhora notadamente dos serviços da Amazônia.

É do conhecimento da sociedade brasileira a qualidade dos serviços, as dificuldades de serviços. Ouvimos aqui também as dificuldades que as empresas apresentaram para as suas atividades notadamente diante da legislação. Estamos diante de grandes eventos a ocorrerem em nosso País nos próximos meses. Precisamos, e muito, avançar na melhoria de nossos serviços. É notório que isso só pode ocorrer, em especial, quando a instituição responsável pela regulação desses serviços em nosso País tiver, pelo menos, a disposição de atender aos convites, às convocações que são feitas pelas instituições, pelos Poderes republicanos, que têm as atribuições de representar o povo brasileiro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE NOVEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às nove horas e dois minutos do dia cinco de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Cícero Lucena, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Ana Rita, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino e Fernando Collor**.** A Presidência declara abertos os trabalhos, faz um breve resumo das atividades da comissão e passa à **PAUTA**, destinada à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** com a finalidade de "Discutir a exploração de riquezas naturais, como minérios e madeira, em Terras Indígenas, e os meios necessários para garantir a qualidade de vida indígena, a biodiversidade local, e a sustentabilidade dos povos nativos", em atendimento ao Requerimento nº 59/2013, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Comparecem como convidados: · Valdir de Jesus Gonçalves, Técnico Indigenista da Fundação Nacional do Índio – Tabatinga/AM – FUNAI; · José Nazareno Torres de Moraes, Técnico Indigenista da Fundação Nacional do Índio – Belém/PA – FUNAI; e · Jaime Siqueira, Coordenador-Geral de Gestão Ambiental da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Antes de iniciar a audiência, é aprovado requerimento de autoria do Senhor Senador Valdir Raupp para incluir como convidado da audiência o Sr. Jaime Siqueira. O Senhor Presidente faz a apresentação inicial do tema, concedendo, a seguir, a palavra aos Senhores Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp. Em seguida, usam da palavra os convidados para exposição pelo prazo de dez minutos. Após, os Senhores Senadores Ivo Cassol, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Sérgio Souza apresentam perguntas e comentários. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. A Presidência submete a dispensa da leitura e aprovação das atas da 38ª e 39ª reuniões da comissão. As atas foram aprovadas. A reunião é encerrada às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **BLAIRO MAGGI,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE 05-11-2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Srªs e Srs. Senadores, para governar adequadamente, um governo deve resolver problemas, os quais, em geral, envolvem atribuir perdas e ganhos no âmbito dos diversos interesses envolvidos.

Num regime despótico, o mandante simplesmente arbitra o tanto que uns ganham e outros perdem; essa é a essência de um regime não democrático. Já num Estado democrático de direito, isso deve ser feito pela lei, à qual não se obedece apenas na letra, mas também em espírito, sob o signo da Constituição.

Em relação à situação das terras indígenas, a nossa Constituição foi razoavelmente clara. O inciso XI do art. 20 relaciona como bens da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e, mais à frente, no art. 231, reconhece aos índios direitos sobre essas terras, dando à União competência para a sua demarcação. O prazo para a conclusão do trabalho de demarcação, porém, há muito se esgotou, tendo sido previsto para um período máximo de cinco anos após a promulgação da Carta de 1988.

Mas, como bem sabem os presentes, nada do que previu nossa Constituição em relação à questão indígena funciona a contento. Um dos motivos é o fato de que a simples demarcação não representa, por si só, solução para os problemas do índio no Brasil. E não há nada, no leque das políticas públicas do Governo Federal, que possa ser tomado como um conjunto ao menos razoável de medidas tendentes a essa finalidade. Ou seja, não há orientação governamental suficientemente ampla e coesa, capaz de orientar a ação do Estado em relação à situação do índio, nada de consistente em relação à proteção sustentável de seu modo de vida, na medida em que isso seja a efetiva decisão do próprio indígena.

O que existe se restringe a um mínimo de diretrizes e de programas que não conversam entre si, mais o sucesso que determinados grupos de interesse, reiterada e lamentavelmente, vêm obtendo em estabelecer, ao arrepio do bom senso: imensos latifúndios sob o *status* de terra indígena ancestral.

Esta tem sido, por sinal, a outra razão dos problemas que aponto: a ação mal-intencionada de diversos grupos – muitos deles encastelados na estrutura de governo – que perseguem como meta reconhecer verdadeiros enclaves territoriais no seio do País, sob a rubrica legal do território indígena. Esse reconhecimento é fruto de um método de dimensionamento abusivo, feito sob falso pretexto e com base em expedientes técnicos e administrativos questionáveis. Creio que alguns números são suficientemente eloquentes para comprovar esse abuso, em face de seu evidente exagero.

Vejam, Srªs e Srs. Senadores: de acordo com o mapa da Funai divulgado em outubro último, temos, arrolado nos diversos estágios do processo de demarcação de território indígena, um montante de praticamente 110 milhões de hectares, mas esses não são, de forma alguma, números definitivos, uma vez que a própria Funai informa, no mesmo documento, que tal montante se refere apenas aos 557 processos já formalizados, havendo pelo menos mais outras 115 iniciativas semelhantes em estudo neste momento.

De toda forma, mesmo computando apenas os casos em curso, encontramos números verdadeiramente estonteantes. Para que se possa avaliar o que de fato eles significam, basta raciocinar que 110 milhões de hectares correspondem a um milhão e cem mil quilômetros, montante que representa mais de 13% de todo o território nacional.

Esse percentual representa, por exemplo, mais do que toda a área da Região Sudeste; ou, também, duas vezes a superfície da Região Sul; ou, ainda, a extensão total do Nordeste do Brasil, afora o Estado da Bahia.

Se formos comparar com o exterior, os territórios indígenas já perfazem uma Bolívia, ou seja, o quarto maior país do nosso Continente!

Enquanto no Sudeste residem 85 milhões de pessoas, nos territórios indígenas brasileiros – com área mais de 20% superior – residem pouco mais de 500 mil indivíduos, segundo números do censo de 2010, levantados pelo IBGE. Essa é a desproporção a que me referia e que não tem, jamais, como ser justificada!

Essa desproporção vem sendo um verdadeiro impedimento ao desenvolvimento regional, principalmente nos Estados do Norte e do Centro-Oeste, que concentram a maioria absoluta desses megaenclaves. É o caso de Roraima, por exemplo, que tem, hoje, quase 50% de seu território carimbado como terra indígena, após a homologação de Raposa-Serra do Sol. Se somarmos a isso as restrições ambientais e as limitações de uso devidas à inclusão em faixa de fronteira, que alternativa de desenvolvimento restará a Roraima? Ora, nenhuma!

Também nos grandes Estados, a situação ultrapassou o limite do tolerável. Cerca de 27% do território do Amazonas estão incluídos em um dos estágios do processo de demarcação. No Pará, são outros 27%; em Rondônia, 20%; e 15% no Acre.

Fora da Região Norte, um dos mais atingidos é o Estado de Mato Grosso, unidade federativa que represento perante esta Casa, onde o processo demarcatório já incluiu mais de dois milhões e 300 mil hectares, área equivalente à do Estado de Alagoas.

Srªs e Srs. Senadores, sou um Parlamentar que confia na qualidade do pacto político que a Nação fez em 1988. Mais que isso, acredito que são da maior importância a plena cidadania a todos os brasileiros juntamente com os diversos mecanismos de proteção que nossas leis conferiram às etnias indígenas, sendo uma das mais importantes precisamente a demarcação de terras, mas não é possível que prossiga em curso o embuste que está acontecendo, hoje, no processo demarcatório, que não é somente estimulado, mas é, em grande parte, produzido ativamente pelos próprios setores governamentais encarregados de tema indígena.

O que temos visto ao longo dos últimos anos? O abuso de recursos administrativos, a utilização de laudos técnicos fajutos e a manipulação das próprias comunidades indígenas com o propósito de fraudar o espírito da lei.

Isso é feito muitas vezes com o apoio de capital estrangeiro, que tem naquela área interesses bastante conhecidos, de modo a inocular no território brasileiro os verdadeiros enclaves que estão sendo criados a partir desse inaceitável *modus operandi*.

Srªs e Srs. Senadores, não aceito o modo como todo esse quadro vem sendo montado nem o caminho insidioso pelo qual o processo demarcatório vem avançando, nem a alcunha de retrógrado e de anti-indigenista que sempre tentam colar em cada pessoa de bom senso que levanta a voz contra tais disparates,

O que fazem, hoje, é bater a carteira do Brasil; é paralisar o desenvolvimento onde ele é mais necessário; lá, onde o País é ainda novo; lá, onde ele ainda pode crescer e prosperar, para o bem-estar de índios e de não índios, ou seja, para benefício de todo cidadão brasileiro.

Eu disse, ao início, que governar é resolver problemas, o que implica, num Estado Democrático de Direito, fazê-lo sob a letra e sob o espírito da lei.

É hora, pois, de que o Governo Federal finalmente se decida, ante o problema das terras indígenas. Uma hipótese que evidentemente recomendo é a aplicação da Constituição com base no princípio da proporcionalidade, equilibrando as perdas e os ganhos a serem auferidos pelos múltiplos interesses em disputa, respeitando e acolhendo a todos, na devida e adequada medida. Outra é deixar que agentes seus, utilizando-se de recursos do próprio Estado, continuem a promover os absurdos que até agora testemunhamos, absurdos esses cujos custos as atuais e as futuras gerações terão enorme dificuldades em arcar.

Espero que o bom senso e o sentido de retidão que sempre enxerguei no Governo da Presidente Dilma Rousseff falem mais alto ao final de tudo.

Implicado em tudo isso, nobres colegas, está o tema que nos traz a essa audiência pública de hoje, que é a exploração de riquezas naturais, como minérios e madeiras, em terras indígenas.

Não podemos mais fazer vista grossa a essa questão. A exploração de recursos naturais dentro das reservas é uma realidade, muitas vezes, com consequências trágicas, A meu ver, isso acontece, principalmente, por falta de leis claras que determinem o que pode e o que não pode ser explorado e com que fins.

Não podemos tampouco ter dois pesos e duas medidas. Cito como exemplo a recente decisão do Supremo Tribunal Federal sobre Raposa Serra do Sol, que deliberou de forma específica para essa reserva, sobre a exploração de recursos naturais, pontuando que tal decisão não valeria para as demais terras indígenas.

Uma coisa é certa, senhores e senhoras, não podemos mais arcar com manchetes de jornais como a trazida pela *Folha de São Paulo* no início desse ano: "Índios alugam terras para exploração ilegal de madeira". Segundo a matéria, a *Folha* identificou casos em ao menos 15 áreas indígenas (no Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia), com base em investigações da Polícia Federal, Ministério Público e relatos de servidores da Funai e de índios. A madeira ganha aspecto de legalidade pelo uso de planos de manejos aprovados legalmente para outras áreas chega, assim, ao mercado.

Além da madeira, também existem investigações sobre envolvimento de índios na exploração de minérios. O que precisamos é que se faça valer a Constituição. E que a exploração de recursos naturais em terras indígenas for praticada, que seja às claras, dentro da legalidade com as regras e propósitos estabelecidos.

Muito obrigado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Apenas para aproveitar, antes de começarmos a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nessa questão que o nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador Blairo Maggi, descreveu, na realidade, a situação das reservas indígenas em nível nacional, tanto o próprio Senador Raupp, que faz parte desta Comissão, assim como o Governador Blairo Maggi, que foi Governador por dois mandatos, eu também fui Governador por dois mandatos em Rondônia, o que vemos, com tristeza, Senador Blairo Maggi, é que nós temos nessas reservas indígenas riquezas imensuráveis. Temos todo o tipo de riqueza. Vou dar aqui um exemplo. Na região de Espigão d'Oeste, onde está a reserva indígena do Roosevelt, conhecida como reserva indígena dos Cinta Larga, é uma das reservas que têm o potencial mais rico do mundo. O potencial mineral desta reserva em diamante é tão grande que, se for explorado legalmente, com certeza, alguns países que dependem do diamante como lastro em sua economia balançariam, e, com certeza, acabariam, de alguma maneira, inviabilizados, em nível nacional. Também cairia o preço do diamante no mercado internacional.

Ao mesmo tempo, a gente percebe o tempo inteiro que a gente tem vários mecanismos, instituições do próprio Governo que trabalham para que essas ri-

quezas não sejam exploradas. Por outro lado, a gente se depara, nós autoridades – eu sou Senador da República e fui Governador por dois mandatos –, com a extração ilegal. E, aí, quem acaba levando a culpa por essa extração ilegal, infelizmente, sempre são os governantes. Por quê? Eu quero aqui lembrar um pouco do passado. Na época em que eu fui Governador, saiu a relação, em nível nacional, dos Estados com maior índice de desmatamento e depredação no Brasil. Saiu o Estado de Mato Grosso, do nobre Governador Blairo Maggi, sai o Estado de Rondônia, o Pará. E o que acontece? Infelizmente, muitas vezes a gente fica frente ao problema e sem condições de resolvê-lo, porque as próprias instituições do Governo Federal, que são obrigadas coibir a extração ilegal e o desmatamento ilegal dentro dessas áreas indígenas, acabam dando cobertura.

Sabe por que falo isso, Senador Blairo Maggi? Porque em 2003 eu fiz um documento para o então Presidente Lula – eu tenho tudo documentado –, comunicando a extração ilegal de diamante da área do Roosevelt e, digamos, com previsão de acontecer assassinatos em série naquela área, devido ao alvoroço que se encontrava lá. Mandei documentos para o Ministério da Justiça, Ministério Público Federal, enfim, mandei documento para todos os lados. Sabe o que aconteceu, Senadores? Foi o inverso. O CPF do Ivo Cassol passou a ser investigado como se eu fosse um dos beneficiados da extração ilegal de diamante. O que eu queria somente? Que o órgão público desse legalidade para a extração, porque aí todo mundo ganharia. Quando eu falo todo mundo, refiro-me ao Município, ao Estado e à União. E não ficariam os problemas como os temos hoje no Município de Espigão d'Oeste.

Espigão d'Oeste, antigamente, era administrado pela Prefeita Lúcia, hoje é pelo Prefeito do PMDB, pelo Prefeito Célio, se não me engano. O que fica para Espigão d'Oeste, Senador Blairo Maggi? Só ficam os problemas sociais, só ficam os doentes, só fica a criminalidade, e o diamante sai contrabandeado. Tanto é verdade que pouco tempo depois da documentação que eu fiz quando era governador, comunicando que poderiam acontecer assassinatos e mortes dentro da área do Roosevelt, que em 2004, se não estou enganado com a data, foram assassinados 29 garimpeiros lá dentro.

Mas por que aconteceram esses assassinatos de 29 garimpeiros lá dentro? Porque existe riqueza e essa riqueza é contrabandeada, é saqueada, é transportada, levada para outro país ou levada para outro local e legalizada, deixando só marginalidade e criminalidade em nosso Estado.

Senador Blairo Maggi, eu fiquei sete anos e meio sendo investigado, sendo investigado no inquérito como se eu fosse um dos beneficiados. Meu nome foi muitas vezes para a imprensa nacional como se eu fosse um dos interessados pela ilegalidade ou pela extração ilegal do diamante. Eu sou pai... Eu sou esposo, sou pai e sou avô. Minha família mora em Rondônia e muitas vezes vi meu nome manchado, porque quem está por trás da extração do diamante não é cara pequeno, é gigante, são pessoas que têm interesse.

E ao mesmo tempo em que não se legaliza a extração de minérios dessas áreas ricas, não é só diamante, temos ouro, temos em outras áreas o cobre, a gente vê com tristeza porque não são só aquelas mortes que aconteceram lá dentro. E alguém diz o seguinte: estamos no novo milênio, passaram-se vários anos que o Senador Ivo Cassol foi governador e agora como está lá? Senador Blairo Maggi, continua a extração ilegal, continua hoje a extração ilegal de diamante das áreas indígenas. O que acontece na verdade com os índios? Na verdade, os índios vivem com o pires na mão. Eles vivem pedindo esmola para todo mundo. E o Governo parece que faz questão que os índios vivam igual ao pessoal da Bolsa Família, ou seja, com aquela miséria que ganham. E o que a Funai faz por eles? Não faz nada. Porque se a Funai quisesse, ela simplesmente trabalharia junto com o Governo Federal para que essas riquezas naturais e minerais fossem extraídas legalmente e os índios tivessem a sua independência com as riquezas naturais que têm.

Mas ONGs, organismos internacionais e as próprias instituições do Governo Federal trabalham contra a extração desses minerais dessas áreas. Enquanto isso, continua a extração ilegal fomentando a criminalidade, o contrabando, o roubo dessas riquezas, que vão para outros países e geram riqueza para lá. E o que representa isso na verdade? Se alguém tirar um diamante do Roosevelt, Senador Valdir Raupp, que vale não sei quanto, por exemplo, R$1 milhão, os índios vão vender por R$100 mil. Estão sendo explorados. E quem está explorando lá dentro também está sendo explorado.

E a extração não para. E a danificação que causa... É só verificar por via aérea. Os organismos federais infelizmente ou são cegos, e não por deficiência de nascença, mas porque na verdade não querem ver, já que é só puxar pelo sistema que tem hoje, o Google ou outro sistema moderno. Nós contratamos na época, na Sedam, em Rondônia, um sistema que com dez metros de altura você verifica a depredação que estão fazendo, mas continua. Há crateras em cima de crateras e a extração... Mas é um privilégio só de Rondônia? Não é não. Não é diferente em outros Estados. Não é

diferente em outras regiões, mas a jazida de diamantes, na verdade, está dentro do Estado de Rondônia.

Por isso, temos que debater nesta Comissão, porque esta Comissão é clara, é Comissão do Meio Ambiente e Fiscalização. Quem são as pessoas que estão autorizando? Outro exemplo que dou, Senador Blairo Maggi: muitas vezes se autoriza tirar madeira de área indígena e sabe quem fica levando a culpa? O governador, como se o governador fosse incompetente. E saiu na mídia nacional que o Governo do Estado de Rondônia fosse o responsável por fomentar a extração ilegal de madeira em área indígena, mas não. Sabe quem são os responsáveis? São as próprias instituições que deveriam combater que autorizam a fazer isso, muitas das vezes. Aí, os governantes acabam levando a culpa.

Hoje, graças a Deus, eu não levo mais a culpa, porque não sou governador, mas o Governador do Estado de Rondônia, que é parceiro do Senador Raupp, com certeza, acaba levando a culpa. Em outro Estado, outro governador leva a culpa, como se o governo fosse incompetente, como se o governo fosse conivente, como se o governo fosse responsável.

Portanto, precisamos debater urgentemente, especialmente neste momento em que estamos debatendo o marco regulatório da regularização da mineração no Brasil, precisamos debater isso, e o Governo Federal tem de estar na frente. Todas as instituições têm de estar na frente, para diminuir a criminalidade e contribuir para que os Municípios e o Estado onde há essas riquezas naturais ou minerais em áreas que abranjam a divisa do Município sejam contemplados com essas riquezas, pelo menos na parte de impostos.

Então, a gente tem defendido isso. Falo isso, porque sempre tenho trabalhado em cima disso em relação à legalidade e, infelizmente, toda vez que eu tentei denunciar, anteriormente, Senador Blairo Maggi, eu fui vítima do sistema. Eu fui vítima do sistema por todos os lados por causa desses interesses que existem.

Portanto, fico feliz porque Senadores nesta Comissão tiveram a iniciativa de propor ouvirmos várias pessoas, autoridades, especialmente pessoas que fizeram parte da gestão em vários Municípios e em várias regiões. E nós precisamos debater sempre com pessoas que têm conhecimento, porque muitas vezes as pessoas falam:

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Só para concluir, Sr. Presidente.

"Olha, vamos trazer aqui, agora, o que está respondendo, o que entrou hoje". Tudo bem, ele entrou hoje, mas o que ele sabe de ontem? Qual o conhecimento que ele tem de ontem para trás? Qual é a vivência que ele tem? Eu acho que essas pessoas que querem participar na última hora, no gargalo, podem participar, mas, ao mesmo tempo, primeiro, é preciso deixar ouvir os que já viveram na pele, estão vivendo na pele, sobre o que passaram no passado e estão passando no presente.

E, posteriormente, Senador Raupp, Senador Cícero Lucena, Senador Blairo Maggi, a gente pode ouvir também os demais, que querem se colocar à disposição para contribuir com o futuro e aproveitar essas riquezas.

Por isso, eu queria aproveitar para fechar, uma vez que fui governador, senti na pele, e denunciar aqui nesta Comissão que a extração ilegal de diamantes continua em Espigão d'Oeste. Continua a todo vapor. Mas as autoridades não estão vendo? Não. O que tem autoridades ao redor da área indígena é para ganhar diária, porque as máquinas entram, e o pessoal não enxerga. Eles podem olhar via satélite, por computador, e também não enxergam. Há um sistema que estamos pagando, – não sei o nome que dão para isso –, Sipam, Sivam, e é um custo alto que o Brasil está pagando. Esse equipamento vê de cima e olha lá embaixo. Mas ninguém está enxergando. E nós, infelizmente, estamos sendo vítimas desse sistema.

Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para contribuir naquilo que for preciso.

Obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Ivo Cassol.

Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Aproveito a oportunidade, cumprimentando V. Exª, Presidente Blairo Maggi, Srªs e Srs. Senadores, talvez para esclarecer melhor todos esses apelos aqui do Senador Ivo Cassol.

Além das duas pessoas convidadas que já estão com as placas na mesa para serem chamadas, a Srª Presidente da Funai, Drª Maria Augusta, sugere – e já está aí na sala ao lado – o Coordenador-Geral de Gestão Ambiental, Sr. Jaime Siqueira para participar desta audiência pública.

Então, já que é necessário fazer formalmente um requerimento, requeiro a V. Exª, Sr. Presidente, que possa convidar também o Sr. Jaime Siqueira para fazer parte desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Valdir, para nós aprovarmos um nome, temos de aprovar aqui na Comissão. Como não o fizemos anteriormente, vou consultar os

colegas Senadores se não se opõem. Da minha parte, não há inconveniente em que ele venha à mesa e que possa fazer a defesa da Funai aqui, se for o caso.

Então, consulto a bancada se concorda com a proposta do Senador Valdir Raupp, de trazer à mesa o Sr. Jaime Siqueira, da Funai.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Sr. Presidente, eu também não tenho nada contra. Acho que vem até melhorar ainda mais o debate, com uma condição: os convidados terão como explanar todo o conhecimento e a vivência que tiveram e têm no tempo e, depois, posteriormente, se a Funai quiser colocar algum ponto para engrandecer ainda mais este debate, eu não tenho nada contra.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Da parte do Senador Cícero também.

Nós vamos fazer, então, o convite para que ele venha à Mesa.

Senador Ivo Cassol, aqui, nesta Comissão, os convidados têm total liberdade para fazer suas colocações, para fazer, se for o caso, denúncias e sugestões. Não há qualquer amarra a quem venha sentar-se aqui. Esta é uma comissão de fiscalização e nós estamos cumprindo com nosso papel. E o Senado é uma Casa democrática, onde as pessoas têm a liberdade de falar o que quiserem, sem nenhum problema. Não teremos nenhum controle sobre isso aqui.

Então, passo a convidar os presentes para esta reunião, que se destina à realização de audiência pública para discutir a exploração de riquezas naturais, como minérios e madeiras, em terras indígenas e os meios necessários para garantir a qualidade de vida indígena, a biodiversidade local e a sustentabilidade dos povos nativos, em atendimento ao Requerimento nº 59, de 2013, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Sérgio Souza.

Convido, então, para compor a Mesa o Sr. Valdir de Jesus Gonçalves, Técnico Indigenista da Fundação Nacional do Índio, que atua em Tabatinga, no Amazonas.

Seja bem-vindo, Sr. Valdir.

Por favor.

Também convido o Sr. José Nazareno Torres de Moraes, Técnico Indigenista da Fundação Nacional do Índio da Funai em Belém.

Também convido para a Mesa o Jaime Siqueira, Coordenador-Geral de Gestão Ambiental da Funai.

Também foram convidados para participar desta audiência pública, e não se fizeram presentes, os seguintes senhores: João Ruiz Dias, Chefe do Posto Indigenista da Fundação Nacional do Índio, Funai, de Cacoal, Rondônia, que justificou sua ausência por motivos de saúde; Augusto Trajano Azevedo Fonseca, ex-Coordenador da Fundação Nacional do Índio, Funai, de Rondônia, que justificou sua ausência por motivo de força maior; e Jorge Luiz Marafica Leal, Coordenador-Substituto da Regional Litoral-Sul da Fundação Nacional do Índio, Funai, que também justificou sua ausência.

Também foram convidados o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio, que justificou sua ausência por entender não ser assunto pertinente ao seu Instituto.

Só para esclarecer aos nossos ouvintes e aos Srs. e Srªs Senadoras, as pessoas aqui ligadas à Funai, todas elas, inicialmente, confirmaram sua presença, foi autorizada a emissão das passagens para que aqui viessem, mas elas, por último, declinaram do convite.

Então, eu vou estabelecer o tempo de 15 minutos para cada convidado. Após esse tempo, abrirei a palavra aos Srs. Senadores para o questionamento e suas considerações.

Inicialmente, passo a palavra, então, ao Sr. Valdir de Jesus Gonçalves, Técnico Indigenista da Funai que atua em Tabatinga.

O senhor tem 15 minutos para suas colocações.

O SR. VALDIR DE JESUS GONÇALVES – Srs. Senadores, Sr. Presidente da Comissão, é amplamente sabido que esta Comissão tem envergado atenção a todo o território brasileiro. Por esta razão, me desloquei do extremo-oeste do Estado do Amazonas, da cidade de Tabatinga, localizada na Tríplice Fronteira Brasil-Colômbia-Peru. Quero manifestar minha alegria pela oportunidade de poder me pronunciar diante de V. Exªs.

Apesar de ter vindo dessa região, preciso enfatizar uma situação específica relativamente às reservas indígenas ocupadas pelas etnias Suruí, Zoró e Saquirabiá e, muito em particular, a questões que envolvem a Reserva Roosevelt, da etnia Cinta Larga, localizadas parte no Estado de Rondônia e sua maior parte no Estado do Mato Grosso.

Não há como fazer menção dessas primeiras etnias citadas, sem falar nos mais de 30 anos de exploração madeireira, que, embora patente aos olhos de todos, nunca teve amparo legal, sendo de contínuo uma prática criminosa em que as maiores vítimas são até hoje os próprios índios.

Também não há como fazer referência aos índios Cinta Larga, especialmente sobre esses últimos 13 anos, esquecendo os episódios do garimpo de diamantes no Igarapé Lages da Reserva Roosevelt.

As ações desenvolvidas, nessa última década, pelos órgãos de governo, Funai, MPF/RO e PF, não podem, em tudo, ser desprezadas, pois serviram também para tornar ainda mais agravante o estado de humilhação e miséria dos índios Cinta Larga. Esses ocupantes de mais dois milhões de hectares das ter-

ras mais férteis da região estão submetidos ao recebimento de cestas básicas.

Para melhor elucidação, faz-se necessário dizer que o início da garimpagem na Reserva Roosevelt se deu, efetivamente, em meados do ano 2000. Nesse tempo, os chefes de postos indígenas e técnicos indigenistas da Funai em Cacoal-RO, com a mesma intensidade do pavor que a situação lhes imprimia, dispararam telefonemas, memorandos, relatórios e todo tipo de informações dirigidas especialmente à Presidência da Funai e ao MPF/RO.

Vejamos apenas algumas citações: por via do Memo nº 54, de 17 de abril de 2000, a Funai Cacoal encaminha a sua Presidência vários documentos de servidores dando notícias da invasão madeireira e garimpeira; no mesmo sentido, o MPF foi comunicado, por via do Ofício nº 57, datado de 26 de Abril de 2000; em setembro do mesmo ano, através do Memo nº 169, a Presidência fica sabendo que a invasão de madeireiros e garimpeiros já está atingindo a área denominada Flor do Prado, no Estado do Mato Grosso. Sem respostas, sem apoio da Presidência e ainda sem retorno do MPF, em 17 de outubro de 2000, remete-se o Ofício nº 153, pedindo apoio à PF, em Porto Velho-Ro. Em resposta, a PF diz da impossibilidade de atender, naquele momento, a solicitação. Em 20 de outubro, quando o ano já se encaminha para o seu término, o Chefe do Meio Ambiente da Funai/Brasília, Sr. Wagner Sena, mostrando-se completamente alheio e desconhecedor de toda a situação, envia para a Funai/Cacoal o Memo nº 588, pedindo informações. Só no dia 11 de dezembro daquele ano, o mesmo Chefe de Departamento de Meio Ambiente da Funai/Brasília, por via do Memo nº 715, diz não haver recursos para operação de retirada de garimpeiros da Reserva Roosevelt.

Assim, findou-se o ano de 2000, deixando clarividente a inércia e a omissão de quem tinha o direito-dever de fazer. Durante um ano inteiro, restou apenas o desespero dos servidores que atuavam nos postos indígenas e dos técnicos da administração da Funai, em Cacoal.

Inicia-se o ano de 2001. Em março de 2001, a situação foi agravada com a presença estimada em mais de mil garimpeiros na reserva. Expediu-se o Memo nº 016/Funai/Cacoal, noticiando que restou frustrada uma operação formada por agentes da PF, Funai, DNPM e Ibama. Em abril, o técnico indigenista José Torres de Moraes é designado para coordenar equipe operacional que iria desmobilizar e cessar as atividades de garimpagem naquela reserva.

Em seguida, dois incidentes merecem nosso destaque:

1º – Relatório de operação datado de 25 de junho de 2001, delata o agente Polícia Federal Neves em ação no mínimo suspeita, querendo retirar da reserva uma carga de equipamentos de garimpo sem o conhecimento dos servidores que se mantinham na barreira de fiscalização. Abordado para esclarecimentos, fez uso de um fuzil para escudar a passagem do caminhão carregado com as máquinas.

2º – através do Fax nº 246, de 26 junho de 2001, indígenas encaminham à Presidência da Funai e ao Ministério Público Federal, em Rondônia, carta-reclamação sobre diversas atitudes da Polícia Federal.

A promessa de que o Governo Federal estaria elaborando projetos de melhoria de vida aos Cinta Larga, apregoada pelo indigenista, fez com que todos os índios aderissem aos trabalhos de esvaziamento da área ocupada pelos garimpeiros.

Em julho daquele ano, 2001, através do Memorando nº 71, o indigenista anuncia à Central da Funai o êxito na operação com a completa suspensão de todas as atividades de garimpagem. A PF não atuou nessa ação e também não participou no processo de limpeza da área, ou seja, retirada de máquinas e aparatos de garimpo deixados pelos garimpeiros.

Nesse ínterim, as relações entre técnicos da Funai e Polícia Federal caminham para a discórdia, principalmente porque os técnicos da Funai mostraram habilidades na paralisação rápida do garimpo. Por conta disso, ouvimos do Delegado Valério: “Esses caras fecham o garimpo quando querem e também deixam abrir quando querem.”

Começaram as retaliações, perseguições e até cooptação de garimpeiros para depor em desfavor dos servidores. Ora, jamais um garimpeiro que fora retirado do interior da reserva diria qualquer coisa senão queixas para ver a equipe de fiscalização fora de atuação.

Passados quase quatro meses, as promessas do Governo não se concretizam, não aparece nenhuma equipe da Funai/Brasília na região, o grupo indígena passa a desacreditar nas autoridades governamentais. Assediados de todos os lados por garimpeiros e empresas do ramo, juntam-se a esses para retomar a exploração.

Em outubro daquele ano, 2001, por via do Memorando 120, indigenista lamenta as deficiências e falta de apoio e dá conhecimento à Presidência da Fundação e outras autoridades sobre o rompimento das barreiras de fiscalização. Outra vez, está deflagrado o movimento para saquear a reserva.

Em dezembro de 2001, Polícia Federal reúne uma série de argumentos sugerindo que seja imputada culpa aos servidores da Funai e, por conseguinte, pede

a prisão preventiva de vários servidores, cujo decreto sai quase imediatamente.

Passados trinta dias, o juiz subscritor do Decreto de Segregação é informado pelo próprio DPF de que a situação no garimpo se agrava e já é insustentável, estimando em mais de quatro mil homens garimpando. Essa informação leva o magistrado a revogar o mandado de prisão preventiva contra os servidores da Funai, entendendo não haver fundamento na continuidade do mandado.

O saque na reserva continuava crescendo até que em setembro de 2002 os líderes Cinta Larga mencionam em carta aberta que, em reunião com o administrador da Funai em Cacoal, acompanhado do Chefe do Setor de Meio Ambiente da Funai/Cacoal e Polícia Federal, ficou acertado que os índios poderiam utilizar cinco conjuntos de equipamentos e só poderiam garimpar com esse número de máquinas. Esse acerto foi apenas uma alavanca para tornar a situação ainda mais fora de controle. O fato foi em seguida denunciado à Presidência da Funai e dado conhecimento ao Ministério Público Federal em Rondônia, denúncia esta que pareceu não ser levada a sério por nenhuma das instituições.

Em janeiro de 2003, a Presidência da Funai cria o GT (grupo tarefa) cujo coordenador, o indigenista Walter Bloss, de forma inteligente, sugeriu o aproveitamento das experiências dos indigenistas locais.

Em menos de dez dias, foram retirados pacificamente quase seis mil garimpeiros do interior da reserva e total suspensão das atividades de garimpagem. Tudo isso com as mesmas propostas anteriores de que uma equipe multidisciplinar do Governo estaria desenvolvendo projetos com vistas à sustentabilidade e melhoria de vida dos índios. Mas a proeza alcançada pelos indigenistas não duraria muito tempo. Os projetos prometidos não chegaram. O apoio ao Grupo Tarefa foi diminuindo. A pressão dos garimpeiros sobre os índios e também sobre a equipe de fiscalização foi se intensificando. Até que, em julho de 2003, o grupo indígena anuncia que, em não havendo medidas eficazes da parte do Governo, voltariam a se aliar com os garimpeiros. Em seguida, Walter Blos deixa a Coordenação do GT.

Em 17 de setembro de 2004, decreto presidencial cria Grupo Operacional com a coordenação da Polícia Federal para a questão do garimpo Lages na Reserva Roosevelt.

Em novembro daquele ano, a Caixa Econômica Federal é autorizada, por via da Medida Provisória nº 225, de 2004, a comprar os diamantes dos índios. Isso funcionaria como verdadeiro fomento para a corrida ao garimpo de diamantes. Então, preparativos como que para uma guerra são planejados e levados a campo: avião, helicópteros, veículos, principalmente camionetes, homens armados, agentes federais, delegados, funcionários do DNPM e até da Polícia Rodoviária Federal. Para sustentação de todo esse aparato, pagamento de diárias e passagens, vários milhões de reais.

Há alguém que diga que seria, sim, necessário uma megaoperação e, em parte, concordamos. Contudo, notícias sempre circularam que mercadorias para garimpeiros, combustíveis para o funcionamento das máquinas no garimpo e máquinas que pesam toneladas passaram até pelas portas de algumas bases ali montadas. Maior indício da veracidade desta descrição, basta deitar vista nas fotos de satélite em sequência temporal. Essas mostram com clareza que, depois da montagem da sobredita operação, o grupo indígena ficou dividido, a aplicação dos conhecimentos indigenista foi afastada e a área de escavações e crateras triplicou em tamanho, suprimindo a densa floresta. Estas questões jamais foram objeto de apuração.

Com esta citação, não posso deixar de lembrar, no entanto, que os indigenistas primeiros, até hoje, estão sob a vara persecutória da administração da Funai. Neste caso, conclamamos os Srs. Senadores para que intervenham, se possível, visto que permanece em vigor um processo administrativo disciplinar que, embora a lei de regência do funcionalismo público e o entendimento dos tribunais e STF estabeleçam prazo de 140 dias, já ultrapassou 12 anos e continua sem julgamento.

Em junho de 2013, o Procurador da República, em Rondônia, Sr. Reginaldo Pereira Trindade, em conjunto com outros oito procuradores, virtuosamente, protocolaram no Judiciário uma ação civil de improbidade administrativa, pedindo a condenação do ex-Presidente da Funai, Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, e os diretores Thaís Dias Gonçalves e Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão, por tudo que resta no seio do povo indígena Cinta Larga, ou seja, toda sorte de privações. Falta comida, saúde, educação, dignidade. Sobra preconceito, ignorância, omissão, descaso... Consolidando-se aí um paradoxo extremo: Terras riquíssimas, povo paupérrimo.

Por outra via, o mesmo Procurador, Sr. Reginaldo Pereira Trindade, em reunião com o povo indígena Suruí, no dia 19 de agosto de 2005, posicionou-se de forma favorável à continuidade da exploração madeireira nas terras ocupadas pelos Suruí, até que os índios pagassem suas dívidas e fossem implantados projetos de sustentabilidade. Este parecer dado pelo MPF, representado na ocasião pelo Sr. Trindade, circulou com rapidez na região. Por consequência, centenas de caminhões, tratores e outros maquinários ingressaram

nas terras indígenas Suruí, Zoró e Cinta Larga. Sobre este caso, o então chefe do Setor de Meio Ambiente, João Ruiz Dias, escreve ao administrador regional da Funai em Cacoal o Memorando nº 108, nos termos que extraímos:

Como já é do conhecimento de todos que participaram da reunião do dia 19.08.05, onde estiveram presentes lideranças Suruí, representantes da Ibama, Funai, e Sr. Reginaldo Pereira Trindade – Procurador da República no Estado de Rondônia, para tratarem assuntos relacionados à exploração ilegal de madeiras nas terras indígenas Sete de Setembro, jurisdicionada e esta Regional, decidido o consentimento verbal pelo Sr. Procurador às comunidades indígenas ali presentes, a continuidade da retirada de madeiras da área em atendimento à solicitação das lideranças indígenas da necessidade de saldarem seus débitos perante as partes interessadas na ilegalidade, mediante este argumento, lhes foi homologado verbalmente a autorização, até que as comunidades envolvidas pudessem sanar seus débitos junto aos seus credores. Solicito de V. Sª, consultar ao nobre procurador, se os prazos concedidos aos silvícolas já foram expirados...

Este é um caso expresso em documento oficial e nos perguntamos: quem haverá de apurar? Ou quem poderá ser punido?

Com esse sucinto relato, que por sucinto que é, deixamos de mencionar outros tantos episódios, acreditamos ser suficiente para sugerir a esta honrosa Comissão:

1 – Procedimentos com vistas a apurar responsabilidades daqueles que detinham institucional e constitucionalmente o poder e o direito-dever de fazer e transgrediram.

2 – A localização ou a destinação dos milhares de diamantes apreendidos em mãos de garimpeiros e também em mãos dos próprios índios – ressalte-se que de uma única vez foram apreendidas mais de 440 pedras que seriam do índio Raimundinho Cinta Larga.

3 – Solicitar perícia sobre o diamante apreendido, uma vez que há suspeitas de que verdadeiros diamantes foram substituídos por pedras rochosas de nenhum valor.

4 – Procedimentos para apurar o processo de construção da ponte sobre o Rio Roosevelt, uma vez que o madeireiro Celsão, da cidade de Pimenta Bueno-RO, retirou elevada quantidade de madeiras em toros, afirmando estar autorizado pela PF por ocasião da construção da citada ponte.

5 – Requerer do Cersipam/Rondônia, análise multitemporal do antropismo sobre as terras indígenas de ocupação Suruí, Zoró e Cinta Larga.

6 – Procedimentos para apurar aplicação dos recursos destinados principalmente a contenção do garimpo na Terra Indígena Roosevelt – comparando, quando possível, atividades descritas com atividades executadas.

Por último, Sr. Presidente, vale registrar que esses indigenistas que antes atuaram nessas áreas indígenas, embora rechaçados, podem provar por diversos meios que sempre buscaram solução pacífica, se esforçaram propondo que as riquezas naturais existentes nas terras de alguns grupos indígenas sejam, legalmente, aproveitadas pelos índios e pelo Estado brasileiro.

Acreditamos que poderá ser por via desta Comissão o desencadeamento do dispositivo que falta para que pelo menos alguns grupos tribais saiam da marginalidade e também deixem de conviver com a miséria.

Depois disso, o Deus criador desse imenso universo, a quem sirvo e reverencio, poderá fazer repousar a minha alma em paz!

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Valdir de Jesus Gonçalves, Técnico e Indigenista da Fundação Nacional do Índio, atualmente baseado em Tabatinga, no Estado do Amazonas.

Passo a palavra agora ao Sr. José Nazareno Torres de Moraes, Técnico e Indigenista da Fundação Nacional do Índio, atualmente em Belém.

V. Sª tem 15 minutos.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Tem a palavra V. Exª para uma questão de ordem.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, eu queria sugerir, em face de o pronunciamento do Sr. Valdir de Jesus Gonçalves haver sido por escrito e com dados bastante detalhados e afirmações muito sérias, que V. Exª solicitasse à Secretaria que, se possível, ainda hoje nos fornecesse cópias do referido pronunciamento ainda durante esta reunião, para que a gente possa melhor formular as nossas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Cícero.

Peço à Secretaria para providenciar cópias para as Srªs e os Srs. Senadores.

Com a palavra o Sr. José Nazareno Torres de Moraes, Técnico e Indigenista da Funai.

V. Sª tem 15 minutos. Obviamente que, se precisar de mais tempo, nós iremos conceder, porque o assunto é bastante interessante.

O SR. JOSÉ NAZARENO TORRES DE MORAES – Bom dia a todos!

Bom dia nobre Presidente, Senador Blairo Maggi, Senador Flexa Ribeiro, Senador Cassol e os demais que compõem esta audiência.

Primeiramente, corroborando já com o que o Valdir explanou, Sr. Presidente, quero passar às suas mãos, de forma documental, um sumário de tudo o que aconteceu – expedientes, memorandos –, de tudo que foi ventilado no pronunciamento dele. E que seja depois repassado aos demais membros da Comissão. Esse é um sumário, que faz a cronologia dos expedientes que eram passados para as autoridades afins que tinham o dever de conhecer e tomar providências do que era tratado, de como se conduziam as questões na região do garimpo do Roosevelt.

Em seguida, temos um segundo sumário que foi encaminhado especialmente ao presidente da Funai, em 2007, informando várias situações, posso citar algumas delas, como já foi dito pelo Senador Valdir Raupp, mostrando a situação, a explosão que ainda poderia acontecer no garimpo Roosevelt. Aproveitei esse pronunciamento e fiz várias menções e as encaminhei à presidência da Funai, e nenhuma providência foi tomada. Nem sequer um representante da Funai foi a Rondônia averiguar. Índios, naquele momento, foram presos, outros se envolveram em tentativa de homicídio, houve laços de participação na morte do presidente da OAB em Rondônia. Ou seja, era uma situação crítica que demandava alguém da Funai/Brasília ir lá para ver aquela situação. Jamais chegou essa assistência àqueles indígenas.

Além do presidente da Funai, foi mandada para a ONU essa documentação, que serviu de base para alguma representação que houve contra o Governo Federal sobre as atrocidades praticadas nas barreiras da Polícia Federal em relação aos índios Cinta Larga. Então, é uma situação escabrosa.

Cito várias coisas: as operações acontecidas em Roosevelt, especificamente nas áreas de garimpo e madeira, eram, muitas vezes, pseudofiscalizações, porque, depois de um tempo de permanência, eles saiam, e as atividades retornavam ao seu curso normal. Só eram paralisadas quando a mãe natureza praticava as suas ações. Quer dizer, o período de chuva fica impróprio para o madeireiro, para o garimpo, então, a situação de tornaria "controlada", entre aspas.

Todavia, também citamos, além de todas essas questões que foram aí anunciadas... Então, tudo o que pudemos fazer fizemos: catalogamos documentos, expedientes muitas vezes por nós mesmos redigidos e por colegas, além de documentos que nos foram cedidos por outros parceiros. Posso lhe passar as fitas cassetes, que representam a reunião que houve em 2005 com o Procurador da República e os índios suruís. Esta primeira é da reunião do dia 17 de agosto de 2005; esta outra, de 1º de setembro de 2005, em que, expressamente, estão as falas do Procurador a que em pronunciamento anterior o Valdir fez menção.

Este CD traz informações a respeito da grande ação do GT Cinta Larga, patrocinado pela Polícia Federal a partir do ano de 2004, em que foi focalizada toda uma estrutura fantasiosa e tudo mais. Mas, no decorrer das imagens de satélite que serão passadas posteriormente, vocês verão que o que aconteceu foi uma explosão maior causando dano ambiental à floresta.

Esse aparato está explicado nesse documento, que contém memorandos, expedientes, portarias. Então, está aqui todo o aparato legal para se fazer o procedimento de estancar a atividade garimpeira em Roosevelt. O garimpo aumenta 80 hectares em dois anos com as bases de fiscalização. E o que é mais interessante: foi feito um decreto específico para ver a ilicitude de garimpo. A madeira continuou saindo porque disseram que não era objeto da operação. Ou seja, uma entidade pública está lá vendo que a madeira está saindo, e dizem que não é a madeira que foram lá ver. Além de tudo, a explosão sempre cercando, porque quando mais houve trabalho de repressão aos Cinta Larga, mais o garimpo funcionou. Quando houve uma atividade indigenista de consenso explicando as mazelas que o garimpo lhes traz, esse garimpo ficava paralisado. E faltava sempre o complemento, a salvaguarda do Governo Federal em apoio àquela comunidade indígena, que nunca houve. Quando houve, recursos foram desviados de atenção e nada foi apurado.

Temos aqui esta reunião de 2013, reunião com o Procurador da República, em que cita que "como amigo dos índios, jamais os representará, por estarem praticando atividade de extração ilegal de madeira ou garimpagem." Isso para falar do servidor público, com a envergadura que tem o Procurador Trindade em Rondônia. Isso pode ser caracterizado como um ato de apologia à ilegalidade. Considero que pode ser assim, um delegado federal está aqui, o cidadão está passando com 500kg de cocaína, e ele diz assim: "Bom, meu filho, eu não tenho interesse em te pegar, se alguém te pegar pra frente, tudo bem." Ou seja, a falta do dever de assumir as suas atribuições, o que ele tinha que falar, era outra coisa ali para os índios, e não "ah, sou teu amigo, então não vou te representar porque sou teu amigo". Então, essas falas estão aqui, neste DVD que me foi cedido também.

Complementando as fitas, a da reunião do dia... de agosto de 2005. É a degravação da primeira fita, nós conseguimos degravar a primeira. A segunda, nós ficamos sem nosso profissional, então, não tivemos

condições, Senador. Ela para na primeira reunião, está toda degravada, fala por fala.

Esta aqui é uma carta do povo indígena suruí também apresentada à Funai, Ibama, Sedam e Procuradoria da República no Estado de Rondônia. Apresentada na época da reunião.

Esta aqui é a ata da reunião do dia 1º de setembro, que enfoca uma parte interessante, a fala do Almir Suruí, que diz o seguinte:

Almir fala que era considerado inimigo dos próprios índios porque manifestava sua posição de que é contra a comercialização da madeira. Disse que acredita que, para o futuro, é importante que isso seja feito. Cita que ficou decepcionado na última reunião, onde quase não se manifestou, pois que acreditava que iria ser paralisada a venda da madeira naquela oportunidade.

Então, ele fala da decepção, que houve o acerto para a continuidade da venda da madeira, como está na fita anterior, certo?

Mais uma vez, o posicionamento do Procurador de Rondônia com relação a essas atividades ilícitas naquela região.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ NAZARENO TORRES DE MORAES – Passo também uma escritura pública declaratória do Sr. Manoel Guiomar, que participou da reunião como chefe do posto indígena Paiter, do povo suruí. Esteve na época da reunião e fez a sua manifestação através de escritura pública declaratória. Também está aqui a escritura declaratória de Francisco Assis Ramos Filho, também chefe do posto da Funai na área Sete de Setembro.

Passo também o Memorando 108/CPIMA, da AR Cacoal, subscrito pelo Sr. João Ruiz, que relata o acordo verbal que aconteceu entre a comunidade suruí e o Sr. Procurador Reginaldo Trindade.

Por último, também passo uma declaração do líder zoró, Sócrates Zoró, o qual também fala o seguinte: como houve a liberação para o povo suruí, eles queriam tratamento igual, e assume que estava vendendo, realmente, madeira. Ele declara que estava vendendo madeira, por conta das autorizações que foram dadas aos suruís. E se forem ver na fita a fala do Jorge Marafiga Leal, nessa primeira reunião com os suruís, ele elogiando o trabalho dele de conscientização, que o zoró não estava mais vendendo madeira... Após essa ação, essa autorização, o zoró se deu por conta, e no início de 2006, colocou mais de 40 madeireiros diferentes em terras.

Por último, nós que trabalhamos ali muitos anos... Eu fui para Rondônia, Mato Grosso, jovem ainda. Houve caciques ali, líderes que conheci, andavam pelados, chegando ao posto da Funai ainda, no posto de atração Serra Morena. Então, tivemos uma convivência longa, muito longa de conversarmos e sempre procuramos uma saída lícita para eles, uma saída para tentar organizar essa situação da venda ilegal de madeira, porque, na hora em que a trabalhassem manejada, seriam o quê? O utilizador da floresta, e não o depredador. A floresta conseguiria desempenhar seu papel social, daria condições de qualidade de vida para os índios que estão ali e traria o emprego na rua também.

Essa é uma função social da floresta. Não podemos só ficar nessa fiscalização do espaço físico da terra indígena e deixar aquelas comunidades ali padecendo e comendo cesta básica. Isso é uma coisa que não dignifica ninguém. A cesta básica é um mecanismo para quê? Para quem está em risco, quem está sob uma situação catastrófica, que passou por antropismo, alguma outra coisa. Assim, é um auxílio alimentação, mas a cesta básica a título de frear o desenvolvimento, a vontade de crescer que o povo tem é muito degradante.

É isso que tenho para falar para o momento e me coloco à disposição de todos para responder a alguns questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Sr. José Nazareno de Moraes, que é técnico indigenista e que acabou de nos repassar aqui vários documentos, fitas gravadas que serão analisadas por esta Comissão. Depois das análises, serão dados os encaminhamentos necessários.

Pois não.

O SR. JOSÉ NAZARENO TORRES DE MORAES –Complementando, o Censipam, através do ProAE, que é o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais, tem condições de fornecer tudo que for ventilado aqui e sugerido, como, por exemplo, essa análise temporal. Eles têm analistas que têm condições de mostrar todo antropismo causado dentro dessas terras indígenas. E, aí, você pode fazer uma análise tranquila de como estava em 2004 e como estava até 2009, considerando que vocês fizeram diligência na Funai. Dá para detectar se houve alguma operação da Funai após 2005 nas terras suruí até 2009. Vocês não vão encontrar nenhum relatório, porque não houve nenhuma operação nesse período. Então, se não foi feito, é porque estavam obedecendo a alguma autoridade.

Então, o Censipam tem condições de trazer, de forma estatística, essa explosão que houve nesse período. Pode também até ver a situação em cima de Boa Vista do Pacarana, que chegou a ter quase 10 serrarias, sendo abastecida por três terras indígenas: Zoró, Suruí e Cinta Larga, que distam menos de 60 km de uma base da Polícia Federal. Isso tudo pode ser

comprovado, se fornecido através do ProAE em Porto Velho, em Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado.

Passo a palavra, então, agora, ao Sr. Dr. Jaime Siqueira, Coordenador-Geral de Gestão Ambiental da Funai.

V. Sª tem 15 minutos para as suas colocações.

O SR. JAIME SIQUEIRA – Obrigado. Bom dia a todos e a todas. Cumprimento todos os que estão na mesa e agradeço a oportunidade de participar deste debate, que é bastante complexo, amplo e relevante.

Na minha fala, não vou tratar de casos específicos. Acho que o caso especificamente tratado aqui pelos colegas da Funai é bastante emblemático, e existem outros tantos casos de ilícitos em terras indígenas no Brasil que poderiam ser citados a título de exemplo.

Eu gostaria de abordar questões de caráter mais estrutural, justamente para tentar fazer frente a essas situações. Distribuímos para todos os que estão aqui cópia de um decreto que foi assinado ano passado, que é o decreto que institui a PNGATI, Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas. Vocês também receberam cópia de uma pequena publicação feita pela Funai, que fala da elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, os PGTAs.

Esses planos de gestão são instrumentos para planejamento de determinada terra indígena, planejamento econômico, planejamento das principais atividades produtivas e também das suas atividades culturais e políticas. É um instrumento bastante importante que tem sido muito usado especialmente na Amazônia. Pretendemos utilizá-lo e implementá-lo em outras terras indígenas no Brasil. O Plano de Gestão não é um fim em si mesmo, mas auxilia no diálogo com a PNGATI.

Vou ler para os senhores e as senhoras. O PNGATI dialoga bastante com palavras-chave que fazem parte da temática desta Mesa, que são qualidade de vida, biodiversidade e sustentabilidade.

Está na primeira página.

O objetivo da PNGATI é garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.

Esse objetivo coloca alguns pressupostos importantes para esse debate. O principal deles é o do desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável, cujo conceito tem seu surgimento nos anos 70 e uma, digamos, consubstanciação em 1987, numa conferência das Nações Unidas, é fundamental no caso dos povos indígenas. Mas, infelizmente, ele vem perdendo o seu rigor conceitual também e vem sendo utilizado de maneira um pouco exagerada para empreendimentos que não são sustentáveis, que são, muitas vezes, predatórios, e que às vezes acabam se autodenominando sustentáveis.

O que se está colocando aqui em relação ao aproveitamento de recursos naturais e de riquezas naturais dentro de terras indígenas, evidentemente, o que não está regulamentado, o que ainda não tem legislação específica, especialmente o §3º do art. 231, que prevê a regulamentação em relação a questão de recursos hídricos e minerais, a Funai não se coloca contra essa regulamentação. Ao contrário, ela tem contribuído para esse debate. Basta lembrar que a proposta do novo Estatuto dos Povos Indígenas, que se encontra nesta Casa já há alguns anos, contém, em um de seus capítulos, a regulamentação da exploração mineral em terras indígenas. A gente tem reivindicado, constantemente, que o Estatuto dos Povos Indígenas possa ser discutido nesta Casa. Ali também trata da regulamentação do aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas.

Isto é para deixar claro que não há uma oposição, digamos assim, que não há uma visão romântica e nem radical no sentido de que não, não devemos aproveitar recursos em terras indígenas. Sim, eles podem ser aproveitados desde que devidamente regulamentados e desde que devidamente discutidos com as populações indígenas. Quando a gente faz a defesa do Estatuto dos Povos Indígenas, do novo Estatuto dos Povos Indígenas, que está aqui no Congresso, é porque ele foi amplamente discutido com todos os representantes indígenas. Então, ali existe um resultado, existe certo consenso em relação a essas questões.

Na questão da mineração, por exemplo, na época em que foi feito esse capítulo do Estatuto, houve um diálogo bastante grande, com uma proposta, aqui mesmo, do Congresso, do Deputado Valverde, o Executivo propunha também um projeto de lei, e foi a partir do diálogo com essas duas propostas, digamos assim, que resultou no capítulo que está no Estatuto dos Povos Indígenas. Então, existem, evidentemente, outras propostas circulando aqui na Casa – a gente sabe disto, a gente tem acompanhado – mas existem, evidentemente, também diferenças substanciais entre a proposta que está no Estatuto e as propostas que estão circulando atualmente. A gente acha que precisa haver um resgate do que está proposto no Estatuto porque

há questões centrais relativas à consulta, por exemplo, dos povos indígenas que precisam ser garantidas.

O mesmo Estatuto dos Povos Indígenas restringe o aproveitamento de recursos madeireiros. Se, por um lado, ele propõe uma regulamentação dos recursos minerais, uma proposta bastante clara e bastante detalhada, que seria bom que todo mundo pudesse conhecer, por outro lado, no Estatuto se restringe totalmente o uso, a comercialização ou o manejo de recursos madeireiros em terras indígenas. Esta é a posição que foi firmada pelos povos indígenas. É óbvio que, se esse debate for reaberto em alguma medida, será preciso haver nova consulta a todos os setores das populações indígenas.

Sem dúvida, existem iniciativas interessantes de manejo sustentável, manejo florestal comunitário, feito por várias populações na Amazônia, mas isto, atualmente, não está em pauta do ponto de vista da Funai. A gente ainda considera o aproveitamento madeireiro e o aproveitamento mineral como atividades ilícitas.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Só para contribuir.

No meu entendimento, então, a extração mineral em área indígena, mesmo que alguém esteja autorizando, é crime?

O SR. JAIME SIQUEIRA – É crime.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – É crime?

O SR. JAIME SIQUEIRA – Sim.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – E extração de madeira em área indígena, se autorizada por qualquer político ou empresário, o que é? Também é crime?

O SR. JAIME SIQUEIRA – Crime também.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – É crime também?

O SR. JAIME SIQUEIRA – Sim.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – É crime então?

O SR. JAIME SIQUEIRA – Essas duas questões não estão regulamentadas.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Então, não tem autorização.

O SR. JAIME SIQUEIRA – Não existe uma legislação que permita o aproveitamento de minérios ou madeira em terra indígena.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Vou voltar a fazer a pergunta.

Quer dizer que extração de minério ou madeira, mesmo que autorizada por qualquer cidadão, é crime?

O SR. JAIME SIQUEIRA – Um ilícito.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – É ilícito?

O SR. JAIME SIQUEIRA – Ilícito.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Só ilícito ou é tudo e o resto?

O SR. JAIME SIQUEIRA – Bom, a lei não garante, está certo? Então, o senhor pode classificar como achar mais conveniente. Não está resguardado em lei.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Então é crime.

O SR. JAIME SIQUEIRA – O que eu estou dizendo aqui é que a Funai tem como prerrogativa garantir que esses ilícitos não aconteçam. Agora, evidentemente, é preciso estar claro que a Funai não tem poder de polícia. Ela até reivindica ter poder de polícia, mas ela não tem poder de polícia. Então, ela depende de outros órgãos, como, por exemplo, da Polícia Federal, da Força Nacional e etc, para fazer qualquer tipo de ação em terra indígena para coibir um ilícito, seja ele com ou sem a anuência dos índios. Ilícitos acontecem com anuência dos índios – isto acontece – e também sem a anuência dos índios, com invasores e gente que pratica o ilícito sem o conhecimento dos índios, sem a participação dos índios, que, invariavelmente, denunciam essas questões.

Qual a questão para combater os ilícitos nesse caso? A fiscalização, ações constantes de fiscalização... E aí há o problema sério, que todos os senhores conhecem, da fragilidade da Funai de fazer essa fiscalização, pois, como eu disse, ela não tem poder de polícia e depende de outros órgãos. Essas ações precisam ser articuladas, muitas vezes com o Ibama participando... A gente tem bastante parcerias e ações conjuntas com o Ibama, mas é preciso fortalecer essas ações de articulação e tornar certas ações prioritárias no governo. Não basta a Funai ficar esbravejando sozinha que existe uma ação de ilícito se não houver uma colaboração dos diferentes setores de governo para fazer a ação. Isso é bastante claro. Então, existe certa fragilidade da instituição de poder estar presente também nas terras indígenas acompanhando tudo que está acontecendo. Hoje, nós temos um déficit absurdo de servidores. Houve promessas de concursos para a Funai para agregar pelo menos mais três mil servidores. Até hoje, novos concursados, só foram mais ou menos 400 servidores, e nem todos permanecem, porque a Funai tem uma especificidade de trabalho que nem todo mundo que está buscando um serviço público entende e se adapta.

Há uma evasão também considerável. Então, existe necessidade de fortalecimento da instituição, para fazer esse acompanhamento dos ilícitos, no caso de madeira e minério, que são os temas levantados aqui, entre outros tantos ilícitos – temos casos de arrendamentos, temos outros diferentes casos de ilícitos –, e

necessidade de maior articulação dos diferentes órgãos de governo para fazer as ações, porque ninguém coíbe uma ação dessa sozinho, nenhuma instituição coíbe uma ação dessa sozinha.

Esse é um lado da questão, quer dizer, garantir condições para uma boa fiscalização, uma boa presença do Estado. E, aí, essa questão é a presença maior do Estado nas terras indígenas. Os ilícitos acontecem, e acontecem essas confusões todas que conhecemos, por absoluta ausência do Estado nas terras indígenas. E estamos dizendo aqui: a Funai não tem dado conta sozinha desse recado com o efetivo que tem hoje. Este ano mesmo, o número de aposentados na Funai é surpreendente: pelo menos 30% do efetivo da Funai estão se aposentando este ano. E não há gente nova entrando. Então, isso é um grande problema.

Outro problema é a regulamentação dessas atividades. Já estamos colocando que não somos contrários à regulamentação, mas achamos que elas têm de ser feitas de forma bastante participativa com as comunidades indígenas, senão, ela não tem condições de existir. Por isso mesmo, estamos falando novamente da questão do Estatuto dos Povos Indígenas, que já prevê a regulamentação de algumas dessas atividades. Então, retomar essa discussão seria muito importante.

E o terceiro aspecto é garantir atividades de desenvolvimento sustentável, naquele conceito clássico a que eu estava me referindo antes, que é garantir o desenvolvimento, a vida, a qualidade de vida das populações presentes, sem comprometer a vida e o desenvolvimento das populações futuras, das gerações futuras; usar os recursos que temos hoje pensando que esses mesmos recursos têm de estar disponíveis para as gerações futuras – esse é o conceito de desenvolvimento sustentável –; trabalhar em ações...

(Soa a campainha.)

O SR. JAIME SIQUEIRA – ...que garantam – vou encerrar – esse pleno desenvolvimento das comunidades, garantindo, novamente, como se pressupõe aqui, qualidade de vida, a biodiversidade e a sustentabilidade dos povos indígenas.

A PNGATI (Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas) foi assinada, em junho do ano passado, pela Presidente Dilma, como resultado de um amplo processo de discussão, também, com comunidades indígenas. Foram feitas várias consultas regionais; todo o texto que compõe o decreto foi construído, basicamente, a partir dessas consultas; e ele foi, finalmente, assinado em junho do ano passado.

Na semana passada, foi instituído o Comitê Gestor da PNGATI, que é composto por diferentes órgãos de governo (Ministério do Meio Ambiente, MDA, MDS, Ministério da Justiça), organizações indígenas e diferentes convidados – acho que os senhores podem ser convidados também para uma próxima reunião do Comitê Gestor da PNGATI para contribuir com esse debate.

O fundamental da Política é isto: fortalecer ações estruturantes, nas terras indígenas, que garantam a sustentabilidade de seus povos. Porque é o seguinte: para fazer frente aos ilícitos, a esses ilícitos de que estamos falando, não basta fiscalizar... A regulamentação acho que é um passo posterior. Acho que, antes disso, não basta uma fiscalização dura. Isso é importante. Temos que criar alternativas para esses povos. Temos que criar alternativas sustentáveis para esses povos. E uma alternativa sustentável e que seja alternativa, de verdade, ao garimpo ou à madeira não se constrói do dia para a noite. Sabemos que qualquer garimpagem ou exploração madeireira rende muito mais dinheiro do que uma atividade sustentável, seja de agricultura, seja extrativista, e demora. Então, o resultado é muito mais longo, embora ele seja muito mais duradouro. Há um trabalho também com o Estado. E aí, de novo, a importância da presença do Estado, de estar fazendo junto, de convencimento e de participar, porque é um processo longo.

Eu até grifei aqui neste texto – depois vocês, por favor, podem olhar com mais atenção – uma série de questões, uma série de objetivos.

A PNGATI está dividida em sete eixos diferentes, sete eixos temáticos, digamos assim, contemplando quarenta e três objetivos específicos distintos. E muitos desses objetivos dialogam bastante com o que nós estamos conversando aqui.

O que nós precisamos é de uma ação articulada de governo e sociedade civil – o apoio do Legislativo é importante nisso também – para fazer valer isso que está aqui. Senão, pode se transformar em mais um decreto que é muito bacana no papel, mas difícil de virar realidade.

Então, eu acho que este é um dos desafios que a gente tem de trabalhar: a plena gestão ambiental e territorial das terras indígenas, apoiando a sustentabilidade das suas atividades, para fazer frente a todo esse quadro.

É lógico que a questão fundiária que foi levantada aqui mais cedo, na abertura da Mesa, é importante também. Eu não estou relegando isso a um segundo plano, mas não vou polemizar sobre isso agora, porque não é possível fazer gestão ambiental em terras indígenas sem território. Território é fundamental para você fazer a gestão ambiental. Não dá para fazer gestão numa terra em que mal se garante a sobrevivência física de um povo indígena.

A gente tem muitos casos, principalmente fora da Amazônia. A gente entende que a maioria dos casos de regularização fundiária na Amazônia estão garantidos, mas existe um enorme passivo fora da Amazônia para ser ainda enfrentado.

De novo eu digo que não vou me ater a este tema, que não vou polemizar com este tema, até porque acho que há a previsão de uma audiência pública aqui, na quinta-feira – amanhã? –, especificamente sobre este tema, em que certamente este assunto vai ser bastante debatido. É isso. Eu me coloco à disposição para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Jaime, pela sua colaboração.

Antes de abrirmos a palavra aos Senadores, eu quero pedir à nossa Secretaria para passar algumas imagens que o Dr. José Nazareno trouxe para a gente entender um pouco visualmente o que vem acontecendo ou o que aconteceu naquele período, nas reservas indígenas.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Esse vídeo aí já foi.

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Também já foi.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Vamos avançar um pouco o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito bem.

Eu, agora, concederei a palavra àquelas que assinaram esse requerimento de audiência pública, começando, observada a ordem de chegada, pelo Senador Cícero Lucena, que, entre os signatários, foi o primeiro a chegar a esta reunião.

Com a palavra V. Exª.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, V. Exª é sempre justo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores expositores, eu acho que, ao subscrever esse requerimento, junto com o Senador Flexa, com o Senador Eduardo e com o Senador Sérgio Souza, nós o fizemos na tentativa de darmos um esclarecimento sobre algo que nos chegava através de notícias e de informações. Nós estamos vendo que, efetivamente, esta Comissão tem uma responsabilidade muito grande sobre esse tema.

O pronunciamento do Sr. Valdir de Jesus Gonçalves na Comissão de Meio Ambiente levanta algo para o que o Brasil, o Governo e as entidades não podem fechar os olhos, muito menos esta Comissão, que é a Comissão de Meio Ambiente e de Fiscalização.

Somada ao pronunciamento do Sr. Valdir de Jesus Gonçalves e do Sr. José Nazareno, há a farta documentação apresentada. E nós só tivemos acesso à parte de trechos desses vídeos. Eu, inclusive, aproveito para perguntar a ele se isso é original ou é cópia. No momento em que ele puder responder isso... Tudo isso nos leva a uma preocupação muito grande.

Além disso, foi encaminhado também um ofício da Presidente interina da Funai, dizendo que, pelo estatuto, pelo Regimento Interno da Funai, não caberia aos representantes da Funai falarem em nome da Funai. Mas esta Comissão acertou ao convidar essas pessoas que aqui fizeram suas exposições. E ela também se colocou à disposição.

É muito grave o que nós ouvimos aqui. Sendo objetivo, a questão da autorização da retirada da exploração de madeira pelo Procurador-Geral da República é algo gravíssimo, e todos aqui fizeram referência a isso. A questão da apreensão de mais de 400 pedras – depois, algumas delas foram trocadas por rocha comum – é mais grave ainda, Sr. Presidente. Na verdade, essa questão é também gravíssima.

Então, acho que, nesta Comissão, nesta reunião – foi feliz a sua convocação –, devemos traçar um plano de trabalho. Eu até cheguei a pensar, em determinado momento, se não seria o caso de instalarmos uma CPI, para que fossem apuradas essas questões. No mínimo, eu proponho que seja convocada a Presidente da Funai e que seja convocado o Procurador-Geral da República, que deu essa autorização. No próprio vídeo, ele disse que, se Brasília não vai lá, ele vem a Brasília.

Então, a minha sugestão, Sr. Presidente, é a de que possamos fazer uma convocação ou um convite, o que V. Exª e os demais Senadores acharem conveniente, para, num primeiro instante, convocarmos a Presidente da Funai, bem como o Procurador.

De posse desses documentos, que teremos chance de analisar um pouco mais, vamos, então, formalizar a próxima audiência sobre esse tema, já que o considero muito, muito grave mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Cícero. Vou pedir a V. Exª que, depois, formalize, então, esses pedidos. No final, a gente vê o que vai ser acertado.

Passo a palavra, agora, ao Senador Flexa Ribeiro, que é o autor do requerimento referente a esta audiência pública.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, cumprimento V. Exª, os Srs. Senadores e os senhores convidados.

Primeiro, quero pedir a V. Exª que faça uma alteração na ordem de inscrição, porque vou sempre chegar aqui um pouco depois de iniciada a reunião da Comissão. Saio de Belém num voo às 5h – lá não há horário de verão, como não há também em Mato Grosso –, para chegar aqui às 9h. Então, vou chegar aqui sempre depois dos que já estão aqui ou dos que moram mais perto daqui.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Mas, hoje, eu atrasei o início da reunião justamente por causa de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Comecei a reunião às 9h. Ao chegar aqui, o meu público estava todo aqui. E pedi desculpas, porque, pela primeira vez, cheguei atrasado à reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pois é. Só que o avião pousa às 8h45, quando não atrasa.

Mas, Sr. Presidente, acho que foi da maior importância nós ouvirmos os técnicos da Funai que estiveram nesta audiência. O que nós ouvimos e vimos nos vídeos e as declarações que ouvimos de cada um dos senhores são importantes, para podermos ter uma ideia dos ilícitos que se cometem ao longo de décadas.

Parece-me que a Funai é conivente. Pelo fato de ela saber que existe e não agir para impedir a ação, não há como deixar de achar estranha essa situação. A Funai é uma instituição que tem representação do povo indígena. Então, ela tem que zelar pelo que é dos índios. E ela o faz, às vezes, eu digo, de maneira incorreta.

No caso, lá no Pará, há uma terra indígena Apyterewa, que foi homologada uns quatro anos atrás, onde existem mais de três mil não índios na área, que era um assentamento do Incra, e, sobre esse assentamento do Incra, foi demarcada uma reserva indígena.

E lá há um representante da Funai, lá em São Félix, que o chamam de benigno. E o pessoal lá, pela forma como ele age, indo buscar índios de Mato Grosso de avião, chamam-no de maligno, porque ele só faz insuflar os índios contra os não índios. Isso é só para ter uma ideia de como as coisas funcionam também no meu Estado.

Eu gostaria que cada um de vocês dissessem há quanto tempo atuam na Funai e, ao final, se essas ocorrências vêm desde esse tempo e se elas continuam até hoje. Porque nós estamos vendo os vídeos de 2001, 2004, 2005. Então queremos saber se esse *status quo* permanece até hoje ou se ele foi suspenso.

Os índios, com toda razão, pelo que se ouviu aí... Daí o requerimento para a gente ouvir como explorar de forma sustentável as riquezas em áreas indígenas. Porque os índios querem essa exploração – me parece. Eu penso que eles querem; posso até estar enganado. É outro questionamento que eu faço aos senhores. Porque é preciso, realmente, regulamentar. E por que isso não é regulamentado? Quais são as forças que vão contra a regulamentação dessa exploração correta – com Funai, com Ibama, com Polícia Federal, Ministério Público, todos de acordo para que isso ocorra efetivamente, dentro da certeza de que está sendo feita uma exploração legal?

Eu perguntaria aos senhores também, pelas experiências que os senhores detêm, se, nas áreas onde ocorreu a exploração ilegal, pelo que os senhores já disseram, mas ocorreu, houve melhoria de qualidade de vida dos índios ou não. Se eles foram beneficiados por essa exploração ou não. E quem autorizou a exploração ilegal? Alguém deve ter autorizado para que pudesse ter consequência essa exploração. Então, quem fez essa autorização para a exploração, mesmo que ilegal, das áreas tanto mineral quanto florestal? Porque as duas – já foi dito aqui pelo Jaime – são ilícitas. Então não há como não ver.

Para o José Nazareno: o senhor participou da reunião de 19 de agosto de 2005? O que houve na reunião? Vamos anotar para fazer em conjunto. Nessa reunião de 19 de agosto, os índios zorós, segundo o Sr. Jorge Marafica afirmou, não estavam mais explorando madeira em suas terras. Isso é verdadeiro? O senhor participou da reunião do dia 1º de setembro de 2005 – essa reunião que foi aqui relatada, que foi a continuidade da reunião do dia 19 de agosto? Quem estava participando dessas reuniões? Quais eram as pessoas que participaram dessas reuniões? Se algum dos senhores participou, que pudesse dizer quem é que estava participando dessas reuniões.

E por último, o que é que os senhores poderiam oferecer como sugestão para que esses ilícitos não fossem cometidos? Que tipo de ação a Funai poderia fazer, junto com o Ibama, e que ações podem ser feitas para que haja a regulamentação da exploração dessas riquezas em terras indígenas?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza, também um dos signatários desse requerimento.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, caros palestrantes.

Acho que esta nossa audiência pública de hoje não se restringe à questão específica de Rondônia.

Nós estamos falando aqui de uma verdadeira crise que existe hoje instalada no Brasil, por conta da questão indígena, seja por indigenistas que querem aumentar as suas áreas de reservas, seja por produtores rurais que querem manter a sua propriedade. Mas vamos nos ater especificamente à exploração ilegal de minerais ou da flora nas reservas já existentes.

Olha o tamanho da preocupação. Está certo que o Brasil é um país gigante, um país continental, onde praticamente a metade ainda está preservada na Região Norte. Nós temos aí 62%, mais ou menos, de floresta nativa no Brasil. Grande parte está na Região Norte, e as grandes reservas.

Estava lendo aqui a *Veja* desta semana, que traz uma notícia de um novo povo sendo descoberto na Região Amazônica, que é a região em territórios ainda a serem explorados.

Mas há conta que a atividade de exploração de madeira e a atividade de garimpo são os primeiros contatos, muitas vezes, do branco com o índio.

Há uma preocupação muito grande. Primeiro, o Senador Flexa colocou bem: há autorização, ou é de fato uma invasão? Os índios têm conhecimento e participam dessas explorações? Algum órgão...

Eu vi ali um promotor ou procurador de justiça lá dentro das aldeias, fazendo palestras, inclusive incitando, dizendo que o Governo, o Estado não tem responsabilidade, não faz nada em favor da comunidade indígena, e tão somente em favor do branco. Eu não vejo isso como uma verdade. Discordo plenamente. Acho que o Governo inclusive tem uma instituição toda própria, que é a Funai. Os senhores que vêm hoje a esta Comissão representam essa instituição no âmbito nacional, especialmente aqui na data de hoje, e têm um trabalho muito focado na proteção das comunidades indígenas.

Mas é estranho: a notícia que chega até nós é que há autoridades que autorizam, por exemplo, a entrada de madeireiros, ou defendem a exploração de garimpos. Eu acho que isso é bastante preocupante, porque se isso tudo se tornasse uma riqueza que fosse para melhorar a qualidade de vida dos índios, eu acho que nenhum cidadão brasileiro estaria contra. Lógico, sem ferir a cultura e os espaços que lhes são reservados.

E ao final disso, se há uma autorização, autorizou para quem? Autorizou uma empresa? Quem está autorizado a entrar? Precisamos saber. Se algum dos senhores puder nos responder sobre isso. E os índios, participam dessas explorações? Eles são considerados também, são cooptados para trabalhar? Eles têm parte das riquezas ali dessas explorações? Como é que funciona isso?

E se há tanta ilegalidade, eu ouvi, enquanto estava vindo para cá, Senador Flexa, nos encontramos inclusive no aeroporto, eu ouvi o Senador Cassol se referindo às exploração ilegais de diamante no Estado de Rondônia, onde, como se diz, estão as maiores jazidas, e afirmando que, muitas vezes, o índio vende aquilo ou deixa que as jazidas sejam exploradas por um valor insignificante. Mas e quanto o País perde? Quanto perde o povo de Rondônia? Porque nós temos todo um sistema tributário, temos toda uma regra para a exploração de minerais neste País, ainda mais as pedras preciosas.

Então, eu gostaria de deixar essas colocações, dizendo ainda que esta é uma das audiências mais importantes de que participei, entre outras, aqui na Comissão de Meio Ambiente, desde a época do Código Florestal, mas que começa a mostrar o retrato de um Brasil real, revelando o que está acontecendo neste exato momento. E isso não é de agora; vem de décadas. Nós estamos vendo, aí, notícias da década de 90 e já do início deste século também, especialmente nos anos de 2004, 2005, ou seja, em datas recentes. E, pela tecnologia que nós temos hoje, poderíamos monitorar. Será que se trata de uma falta de comunicação entre a Funai, que tem o seu papel na defesa das comunidades indígenas, e o órgão ambiental, que tem o seu papel na defesa do meio ambiente, bem como órgãos como a Polícia Federal, o Exército, o Ministério Público?

Eu ouvi um dos senhores dizendo que, se o órgão ambiental for acionado para verificar uma denúncia sobre exploração de minérios e ele se deparar com exploração ilegal de madeira, ele diz: “Não; o objeto da nossa vinda aqui é minério e não madeira”. Que absurdo isso! Então, se uma ambulância é acionada para socorrer um cidadão que está acidentado em uma esquina e cujo nome e dados foram passados por telefone, se ela chegar ao local e for outro o cidadão agonizante, ela não pode atender? Olha que coisa absurda! Chega ao cúmulo, ao que parece, de haver uma conivência inclusive, porque, se isso é fato, é muito preocupante.

Nós temos, sim, que defender as comunidades indígenas para dar a elas melhores condições de vida; que não sejam exploradas e degradadas por não terem o conhecimento ou a cultura do homem branco, que é a cultura do capitalismo. Entretanto, nós temos também o dever de proteger aquilo que é de todo o povo brasileiro, que são as riquezas naturais deste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Só para apimentar um pouco mais a sua indignação, lembro que, ao que parece, no ano passado, se resolveu uma situação envolvendo o Exército brasileiro. Na fronteira do Brasil com a Bolívia, em Mato Grosso, os contrabandistas e os traficantes passavam por dentro ou pela frente do destacamento do Exército, e este não fazia nada alegando que não poderia fazer nada porque não detém a função de polícia. Aí, tinha que ir a Polícia Federal e o nosso GFRON, que é Grupo de Fronteira, para lá a fim de tomar as providências devidas.

Então, a nossa legislação é realmente espetacular! A gente se defronta com cada coisa que não dá para qualquer cidadão entender o que acontece.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Por isso, Sr. Presidente, a importância de audiências públicas como esta. Nós, aqui, somos legisladores. Sem esse contato com a realidade, não desce uma entidade aqui nos Senadores para que pensemos num projeto em uma lei para regular esse convívio nacional em sociedade. Nós somos pautados pela própria sociedade. Por isso, é importante visitar as bases em nossos Estados e, também por isso, é importante promovermos essas audiências públicas aqui, no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza, Senador pelo Paraná.

Eu passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, pelo Estado de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores convidados, realmente a questão indígena, no Brasil, ainda tem que ser muito discutida, diferentemente de outros países que já avançaram bastante. O Canadá é um exemplo para o mundo. É o país que melhor cuida de suas etnias, das suas reservas indígenas. Os Estados Unidos também avançaram muito nos últimos tempos, ainda que depois de dizimarem muitos índios. Mas, no Brasil, a Funai precisa ser rediscutida, reformulada, modernizada. Acho que a Funai tem deixado, com todo o respeito, muito a desejar nesse tratamento até porque como já foi dito que o Brasil é um país de dimensões continentais, eu não sei quantas reservas – tem duzentas, sei lá quantas, demarcadas...

O SR. JOSÉ NAZARENO TORRES DE MORAES – Demarcadas? Mais de trezentas.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Mais de trezentas – etnias, mais de trezentas reservas, são verdadeiras nações quase com legislações diferentes do País. Enfim, vou falar de Rondônia, de onde eu conheço mais, fui Governador, como o Senador Ivo Cassol já falou aqui no início, e tive uma boa relação com as etnias indígenas. Tanto eu quanto a Deputada Federal Maninha Raupp, que é minha esposa, era primeira-dama na época, hoje é Deputada Federal já no quinto mandato – na época também já era Deputada Federal – acumulava a função de Deputada Federal e primeira-dama. Ela fez um trabalho muito intenso de participação do governo com convênios, com recurso de financiamento do Banco Mundial, enfim, melhorando com construção de escolas, de postos de saúde, de algumas pequenas agroindústrias.

Mas, desde aquela época, e bem antes disso, como até hoje, a exploração dentro de áreas indígenas é muito forte. No Brasil inteiro, lá em Rondônia, tanto a área do minério quanto a da madeira, na verdade, nunca pararam de explorar. Mesmo com Polícia Federal, com a Funai acompanhando, os governos atuando, mas a verdade é que nunca deixaram de explorar minérios e madeira. Neste momento, acho que, em Rondônia, eu não sei se há alguma reserva indígena que já não tenha sido explorada a área da madeira, principalmente as madeiras nobres. Mas já estão voltando agora, depois de terem tirado o mogno e a cerejeira, estão voltando agora e tirando as outras espécies que também já tem mercado tanto no Brasil como em outros países do mundo.

Há uma reserva, a Mequéns, que fica perto de Santa Luzia, Alta Floresta, Parecis, que neste momento está sendo explorada. A informação que eu tenho é que estão entrando madeireiros da região, explorando madeira, tirando madeira daquela reserva que estava um pouco ainda preservada. Mas falar da reserva dos Urueuauau, dos Cinta Larga, dos Suruís, todas essas áreas já foram exploradas. Agora a mais polemica de todas é a questão do diamante. Já foi dito aqui que é um problema internacional, não é um problema só de Rondônia ou problema só do Brasil. É um problema internacional. E continua saindo diamante daquela área.

No meu primeiro mandato aqui, logo no início, eu visitei algumas vezes o Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, do governo Lula, e dei algumas sugestões. Eu disse: Já que o minério está saindo clandestinamente, pagando os índios a preços aviltados, explorados, por que não regularizar através de uma cooperativa? Por que não colocar a Caixa Econômica Federal? O meu apelo foi ouvido e, por um período, não sei de quantos meses, na época, autorizaram a Caixa Econômica Federal a comprar os estoques que já estavam nas mãos dos índios. Então, por um período muito curto, houve uma legalização da venda – se não da exploração da mineração –, mas da venda do diamante que estava estocado nas mãos dos índios. Então, por um período muito curto, a Caixa Econômica Federal comprou a preço justo, com avaliação justa, o

minério dos índios Cinta Larga lá em Espigão do Oeste, Pimenta Bueno que vai até Juína com parte até no Mato Grosso. É uma reserva de mais de dois milhões de hectares que abrange a maior parte em Rondônia e um pequeno pedaço no Mato Grosso.

Então, eu entendo, Sr. Presidente, já para concluir, que há condições, sim, de melhorar essa situação. Basta que haja vontade política do Governo. O que fazer com a Funai? De que forma vão ser, então, exploradas as riquezas dentro das reservas indígenas do Brasil, não só de Rondônia, mas do Brasil. Riquezas têm muitas, ainda têm! Mesmo já tendo sidos explorados os índios ainda há condições de, com o minério que tem, com as riquezas que tem dentro das reservas indígenas, sobretudo da Amazônia, não só de Rondônia, mas de outros Estados da Amazônia, melhorar muito a vida dos índios brasileiros, das etnias indígenas brasileiras.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado Senador Valdir Raupp.

Eu passo então a palavra para as repostas e já as considerações finais do Sr. Valdir de Jesus Gonçalves. Tem a palavra o senhor.

O SR. VALDIR DE JESUS GONÇALVES – Eu quero iniciar respondendo que tenho aproximadamente 30 anos de trabalho na Funai. Iniciei em 1983. Em 1985, eu fiz concurso público para técnico. Pedi o afastamento como professor, cargo em que eu tinha iniciado, e fui recontratado como técnico por volta de 30 anos atrás.

A pergunta até foi repetida: quem autorizou? Nós dispomos apenas desse caso, do qual nós podemos apresentar provas. São provas cabais, inclusive. Agora, na grande maioria dos casos, a gente não consegue elemento probatório. Há aqueles que autorizam ou que simplesmente dizem que pode. Ninguém assina um papel, ninguém quer se comprometer. Como é popularmente dito, autoriza-se por baixo do pano. Na grande maioria, nesse processo, o caso é dado por conta da omissão de quem deveria coibir. Quem poderia realmente atuar se omite.

Foi perguntado também se a gente estava na reunião. Eu estava no local, mas, não sendo convidado, fiquei do lado de fora quando da reunião de 2005.

Há também uma questão muito afunilada, eu diria. Eu quero lembrar um caso, só para esclarecer que, às vezes, há interesse localizado, porque, sendo uma prática ilícita, ilegal e até criminosa, as pessoas não se mostram.

Eu e o Nazareno, na época, juntamente com o Dr. Eudes, já falecido, advogado da Funai na época, nós fomos colocados numa sala por quatro delegados da Polícia Federal, sendo três homens e uma senhora. O nosso trabalho de documentar os acontecidos lá, o nosso trabalho de levar isso ao conhecimento de autoridades e até de mandar relatórios para a ONU incomodou demais. Então, eles nos chamaram, colocaram-nos dentro de uma sala e disseram: “Olha, vocês, hem? Nós vamos dar um presente para vocês. Nós vamos fazer vocês perderem o emprego e ainda irem para a cadeia”. Eu estiquei meus braços e disse: “Se há algum motivo para isso, pois que o façam agora. Se há alguma razão para isso, se algum delito cometi, por que não o fazem agora?”. Na época, o Dr. Eudes falou: “Fique quietinho, porque aqui a gente está num ambiente meio esquisito”. Eu me lembro de que, entre esses quatro delegados, estava esse Sr. Valério e outro que conheci com o nome de Walter Teixeira, que foram as pessoas que falaram para nós isso.

Então, estou relatando isso só para esclarecer o quanto a coisa é um pouco escondida. Eu fiquei quieto. Nós ficamos quietos. Como é que a gente vai provar um incidente desse contra essas pessoas? São pessoas cheias de autoridade, cheias de poder. Não sei como estou tendo coragem de mencionar esse assunto aqui. Mas outros casos que eu prefiro não falar ocorreram também. E é por isso que a gente reuniu coragem para estar aqui, sabendo da envergadura, da responsabilidade desta Comissão. É por isso que nós nos dispusemos a estar aqui, juntamos esforços para estar aqui. E toda vez que houver uma oportunidade dessa envergadura, eu vou falar essas coisas. Sei que represálias virão. Sei que seremos combatidos fortemente. Não é à toa que há um processo administrativo na Funai que já dura mais de 12 anos, mas ninguém julgou-o até agora. É utilizado para nos perseguir, para nos tirar fora de todo esse processo, para calar a boca.

Com relação aos Mequéns, bem lembrado aí pelo Senador Valdir Raupp, são pouco mais de cinquenta pessoas os indígenas que residem lá. Eles não podem oferecer nenhum tipo de resistência se aqueles que estão atuando lá na área, se aqueles órgãos que estão atuando lá na área dizem: “Não, vamos parar com essa prática irregular, ilícita e criminosa e vamos estabelecer um meio de vida para vocês.” São pouco mais de cinquenta pessoas. Eu digo isso para ilustrar a omissão daqueles que estão lá, porque eu acho que isso tem que ser apurado e que a culpa não recaia nesses pequenos membros que aqui estão, esses técnicos indigenistas que aqui falam, porque nós não detemos poder. Nós somos apenas servidores.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Só para concluir aqui ...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Ivo Cassol

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – ... as palavras do Valdir de Jesus. Ele falou das instituições responsáveis por combater e fiscalizar e respondeu à pergunta do Flexa Ribeiro, dizendo que esteve lá naquela reunião, só que ele não falou quem era o procurador que estava lá, quem participou daquela reunião.

E quanto ao Almir Suruí, eu já sabia dessas fitas, porque, na época, foram entregues à Comissão, lá no meu Estado, do Arco de Fogo, com o Senador Flexa, com todo mundo. E como disse aqui o próprio Nazareno, essas fitas ele divulgou-as e passou-as para vários órgãos públicos responsáveis, instituições, ONU, Ministério Público, enfim, todo mundo. E aí o senhor só não frisou quem era o procurador. Quer dizer, o Almir falou que podia denunciar o procurador. Esse procurador quem é? É o Procurador Reginaldo Trindade? Essa pessoa que, em 2005, participou da reunião e autorizou tirar madeira de área indígena, porque eu era governador naquela época e naquela época a extração ilegal havia em vários lugares, e o senhor acabou falando do Mequéns. Isso porque a partir do momento em que um procurador federal autoriza tirar madeira de uma área indígena, os outros também se sentem no direito de tirar.

Então, eu só queria que o senhor falasse o seguinte ... Bom, o senhor falou dos delegados, mas o procurador que sempre esteve lá, que participou dessa reunião, que autorizou tirar é o Procurador Reginaldo Trindade ou é outro procurador?

O SR. VALDIR DE JESUS GONÇALVES – Sim, senhor. É o Dr. Reginaldo Trindade.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Ele é que estava na reunião?

O SR. VALDIR DE JESUS GONÇALVES – Ele estava na reunião.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – E quando o Almir Suruí falou que podia denunciá-lo por estar autorizando, ele se referia também ao Ministério Público Federal na pessoa do Reginaldo Trindade?

O SR. VALDIR DE JESUS GONÇALVES – A essa questão, com o Procurador, Sr. Reginaldo Trindade. Por essa razão, o Almir queria atuar de forma diferente, mas houve um parecer do Ministério Público Federal, representado lá na ocasião por Reginaldo Trindade, que foi de encontro àquilo que Almir estava querendo defender. E por isso é que ele diz que até o Almir Suruí é consciente de que esse procurador atuou de forma ilícita. Até ele entendeu, porque ele disse assim: "Eu poderia te denunciar." E isso fica explicitado lá.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Depois dessa autorização, a Funai, naquela região, os órgãos ambientais responsáveis fizeram alguma apreensão ou ficou, por anos consecutivos, a extração ilegal de madeira?

O SR. VALDIR DE JESUS GONÇALVES – Não. Inclusive, na primeira vez que me pronunciei, eu disse que o servidor da Funai encaminhou um documento ao administrador perguntando se aquele prazo dado pelo Ministério Público já tinha se esgotado. Porque, em caso positivo – é o que está escrito na cópia do documento que trouxemos –, a operação de fiscalização voltaria para a área. Isso significa dizer que, nesse espaço de tempo, as áreas ficaram totalmente vulneráveis.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Então, só para concluir aqui, Sr. Presidente, no Memorando nº 108 do Sr. João Luiz Dias, ao escrever ao administrador regional da Funai de Cacoal, ele diz o seguinte:

Como já é do conhecimento de todos que participaram da reunião do dia 19/08/2005, onde estiveram presentes liderança suruí, representantes do Ibama, Funai, o Sr. Reginaldo Pereira Trindade, Procurador da República do Estado de Rondônia, para tratarem de assuntos relacionados à exploração ilegal de madeiras na terra indígena Sete de Setembro, jurisdicionada a esta regional. Decidido o consentimento verbal pelo Sr. Procurador às comunidades indígenas ali presentes a continuidade da retirada de madeira [olha: a continuidade da retirada de madeira], em entendimento à solicitação das lideranças indígenas da necessidade de saldarem seus débitos perante às partes interessadas na ilegalidade.

Olha a gravidade, Sr. Presidente, do que um servidor da Funai escreveu num ofício público e remeteu a um outro para que se tomassem providências ou não!

Mediante esse documento, foi homologada verbalmente autorização, até que as comunidades desenvolvidas pudessem sanar seus débitos com seus credores.

Solicito consultar o nobre Procurador se os prazos concedidos aos silvícolas já foram expirados.

Então, esse ofício é verdadeiro?

O SR. VALDIR DE JESUS GONÇALVES – Nós encaminhamos, juntamente com um rol de documentação, uma cópia fiel...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Desse documento?

O SR. VALDIR DE JESUS GONÇALVES – Desse documento. E já se encontra nas mãos do Sr. Presidente desta Comissão.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Porque, numa denúncia que eu fiz na época, como Governador, o Procurador– e eu quero que fique registrado aqui nesta Casa – Federal negou qualquer tipo de participação ou atuação ou mesmo autorização. Por incrível que pareça, a Corregedoria do Ministério

Público Federal também convalidou os atos deles, e o Conselho Nacional também tinha convalidado, em denúncias anteriores. Então, era só para poder esclarecer.

Eu fui pego de surpresa hoje, eu jamais imaginaria que viessem à tona esses fatos hoje aqui, que não tinham nada a ver com essa outra situação, quando fui Governador do Estado de Rondônia. Mas eu só queria tirar essas dúvidas, já para completar, uma vez que estava no seu uso da palavra aqui.

Obrigado pelo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – À vontade, Sr. Valdir.

O SR. VALDIR DE JESUS GONÇALVES – Só complementando, nobre Senador, nós trouxemos para esta Comissão pelo menos três elementos de prova, além da nossa própria palavra. Trouxemos cópia de documento na íntegra, que é esse a que o senhor fez referência. Trouxemos uma fita de vídeo original. E trouxemos ainda uma declaração registrada em cartório, sobre esse assunto, pelo cacique da etnia zoró, porque, se os suruís passaram a ter direito a explorar a sua reserva, os zorós também queriam ter esse mesmo direito. E com base nesse parecer, o cacique zoró fez uma declaração de fé pública e a registrou em cartório.

Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu queria que o Sr. Valdir pudesse informar se as fitas que foram aqui passadas foram entregues à...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Estão aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – São originais?

O SR. VALDIR DE JESUS GONÇALVES – São, sim, senhor. Inclusive elas estão um pouco com dificuldade de... Porque foram feitas num equipamento que deixa a desejar, e não num equipamento próprio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) –Mas a pergunta, mesmo, Senador Flexa, é se essas aqui são as originais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – As originais, é.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Não são cópias, não é?

O SR. VALDIR DE JESUS GONÇALVES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) –São originais.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – E vocês ficaram com cópia?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – E os senhores têm cópias?

O SR. VALDIR DE JESUS GONÇALVES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Tá.

Muito obrigado, então, Sr. Valdir de Jesus Gonçalves. Eu passo a palavra ao Sr. José Nazareno de Moraes.

O SR. JOSÉ NAZARENO TORRES DE MORAES – Complementando o fato que o Valdir comentou quando estivemos diante dos quatro Delegados da Polícia Federal. Insultados com os nossos expedientes e tudo o mais, formou-se o verdadeiro corporativismo da Polícia Federal contra os servidores da Funai. Chegaram até a nos afirmar que iam buscar qualquer prova até a nossa quarta geração, e onde não encontrassem nada, eles a inventariam. Isso a palavra dita na nossa frente.

Nós ficamos tão diminuídos diante dessas autoridades, que ficamos calados até por orientação do Dr. Eudes, na época: “Fica quieto que esse processo eu conheço.” E ficamos quietos, e quietos ficamos até hoje, sem condições nenhuma de falar, de ser chamados para alguma coisa a respeito dessas situações. Tão verdadeiros foram esses expedientes que o nome da operação em 2002 se deu Operação Resgate, que seria o resgate ao nome da Polícia Federal que nós havíamos jogado na lama. Daí se deu o nome de Operação Resgate.

Fizeram uma parafernália, pressão de várias pedras de diamante na região, fizeram várias situações, promoveram naquela região, que hoje temos a oportunidade de chegar aqui e pedir que esta Comissão faça a gestão a outras autoridades, a outros mecanismos de se periciar todo aquele diamante que foi apreendido, todo, porque diamante de Roosevelt é gema.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) — Esse diamante está onde hoje?

O SR. JOSÉ NAZARENO TORRES DE MORAES – Uma parte DNPM, uma em processos judiciais, que, talvez, ainda estejam em fase de julgamento, alguma coisa assim, mas foram apreendidos.

A Polícia Federal, em 2002, quem tiver possibilidade de conseguir o relatório, tem lá o nome da pessoa, o inquérito e quantas pedras foram apreendidas. Em 2002, arredondaria em torno de duas mil a três mil pedras de diamante.

Posso, até, frisar um caso específico do diamante apreendido com Carlos Alberto Brown. Ele é genro do cacique José Lopes Cinta Larga. O diamante era do José Lopes e ele estava conduzindo para Juína. Eram mais de 400 pedras, dentre elas tinha uma pedra só

que valia cerca de US$40 mil. Quando apreenderam, fizeram aquela manchete, aquele vídeo que o diamante apreendido valeria R$1,6 milhão. Após a perícia, quando foram para os laudos e tudo, R$26 mil que ficou valendo esse diamante.

Então, uma coisa muito gritante em relação ao divulgado pelo delegado, na época da apreensão, para fazer a mídia, e, depois, o resultado que foi para o laudo lá no processo do rapaz. Tanto é que ele foi condenado a pagar cesta básica. Antes, estava sendo indiciado por contrabando, várias outras coisas.

Então, são coisas assim que nós nunca tivemos oportunidade de chegar e conversar e explicar o que se passava. Nós fomos malhados, eu cheguei a ficar um ano preso, certo? Jamais afastei a minha vontade e o interesse de trabalhar por aquele povo que bem ali esteve e que ali está.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Só para ajudar, então, quer dizer, o Ministério Público autoriza tirar madeira e sabe da extração ilegal de diamante e os funcionários da Funai é que vão para a cadeia?

O SR. JOSÉ NAZARENO TORRES DE MORAES – É...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – São vocês que dispõem de processo?

O SR. JOSÉ NAZARENO TORRES DE MORAES – Hã, hã.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – É assim?

O SR. JOSÉ NAZARENO TORRES DE MORAES – É assim.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Vocês nunca foram ouvidos, a não ser levando a culpa da omissão do Ministério Público Federal?

O SR. JOSÉ NAZARENO TORRES DE MORAES – Quando eu estive preso, do meu processo, até não tenho coisa em falar sobre isso, me imputaram tanto crime que conseguiram já fazer, formalizar a cabeça do juiz, que o juiz me fez, no máximo, cinco ou seis questões, perguntas. Não foi nada elucidativo. Quer dizer, já tinha imbuído um questionamento próprio. O processo foi rolando, foi rolando, passou por outros juízes, foram distanciando a coisa, né? E, quando saiu a sentença, me deram serviço comunitário – ainda estou em recurso com relação a isso. Me afastaram da minha família, me afastaram de tudo nesse período todo. E as coisas continuaram acontecendo no Roosevelt.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Isso só aconteceu porque vocês, na época, não eram coniventes com essa autorização e, pelo que deu para perceber, vocês acabaram tendo essa retaliação.

O SR. JOSÉ NAZARENO TORRES DE MORAES – Justamente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Sem contar que mandaram você lá para a divisa, nos Três Cantos, lá em cima, que com certeza é um paraíso ecológico e ambiental. Então, só para completar.

O SR. JOSÉ NAZARENO TORRES DE MORAES – Não, e complementando também, no momento dessa vista grossa das autoridades, posso citar também o momento, de 2003, quando os índios Cinta Larga resolveram estourar, se sobrepor ao que nós tínhamos conversado e tudo mais, porque eles não aguentaram a pressão, porque não chegava nenhuma viabilidade de atendimento às suas necessidades.

E dada a pressão dos garimpeiros, mineradores e toda sorte que estava acontecendo naquela região, nós comunicamos a vontade dos índios ao Governo Federal. Viemos aqui. O que nos falaram? “A situação está ilegal, mas não está imoral.” E nós ficávamos lá diante de fazer uma fiscalização, uma proteção naquele território, sendo ameaçados todo o tempo. Ou seja, os cinco servidores expostos a um grande problema que estava em esfera superior, mas o boi de piranha estava lá dentro d´água, que éramos nós, eu, Valdir, Walter Blois e outros que cooperavam com a gente naquele momento.

Tanto é que posso dizer que eu orientava os índios, como é que eles teriam que utilizar os seus recursos. Os índios Cinta Larga chegaram a ter quase quatro mil cabeças de gado, estavam começando um processo de infraestrutura de residências de alvenaria, algumas coisas, a expansão agrícola, várias coisas paralelas à atividade.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Uma dúvida: como disse o Valdir de Jesus Gonçalves, vocês estavam lá e vocês não foram convidados a participar daquela reunião em 2005?

O SR. JOSÉ NAZARENO TORRES DE MORAES – Não.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Não foram convidados, mas o Cacique Almir saiu para fora para falar com vocês, com algum de vocês, ou vocês os orientaram que aquele procedimento estava correto, que estava legal ou ilegal? Aconteceu alguma coisa assim, de repente? Vocês chegaram a orientar alguma coisa ou não?

O SR. JOSÉ NAZARENO TORRES DE MORAES – Um dia após a reunião, eu estava na porta da Funai, o Almir chegou lá cabisbaixo e conversou comigo, do que tinha sido o primeiro resultado. Eu disse: “Almir, isso é ilegal.” O procurador jamais deveria ter provocado essa situação de chegar... A função dele é dizer ‘para!’ e pronto, como o Almir relata. Para e pronto. Ele

tem o poder de fazer uma ação judicial e convocar a União para tal dia ter o dinheiro, isso e tudo mais. Para sobrepor às atividades ilegais dos índios. Ele tem essa condição de fazer isso, mas nunca o fez.

Ele fez uma ação civil pública para o Ministério da Justiça dotar a Federal de recursos, mas não fez para dotar a Funai de recursos. Ou seja, a preocupação é o espaço físico, não é? A comunidade que está lá fica à própria sorte. Uma população lá que a gente via que tinha sua autonomia e tudo mais, hoje fica ali mendigando uma cesta básica, que chega às vezes de dois em dois meses e dura no máximo cinco dias, entendeu?

É só pegar o Portal da Transparência e ver o que é que a Funai compra de alimento e o que é que a Funai compra em fomento a atividades econômicas. Está lá, não precisa eu falar nada aqui, está lá no Portal, entendeu?

Então, agora voltando ao Dr. Flexa, com relação a se os índios tinham benefício, ou a partir de quando começou a atividade madeireira naquela região. Eu estou na Funai desde 1981, completo, agora em novembro, 32 anos de atividade na Funai. A explosão da atividade madeireira na região se deu quando o Presidente Romero Jucá esteve na Funai. Eram vários contratos que chegaram e tudo mais. E depois disso extinto, os índios ocuparam esse espaço, já diretamente com os madeireiros, certo? Não sei por que havia sempre um enfraquecimento de recursos para chegar às atividades fiscalizatórias.

Muitos não entendiam: ah, o Cinta Larga vende madeira; então, deixa lá com ele. Cinta Larga fez muita coisa para eles. Conseguiram fazer pista de pouso, que a maioria das aldeias não tinha. Construíram mais de 400 quilômetros de estrada, interligando suas aldeias. Hoje e durante muito tempo, todo mundo que achava ilegal chegava lá. A Funai utilizava essa estrada. A saúde usa essa estrada. Todas as entidades, enfim, usam essa estrada, que foi oriunda de uma atividade ilegal no passado. Então, houve o benefício, o campo agrícola, tudo. Eles conseguiram suprir as necessidades do povo deles, mas, como não poderia haver uma orientação mais precisa, porque, senão, daria já um envolvimento muito direto da parte dos servidores da Funai, e como eles não tinham, ainda, aquela condição de prever, de poupar, de resguardar o final do período fábrico, o período de exploração, ultrapassar o período de chuvas, que são seis meses muito longos, então, chegavam ao meio do caminho e já estavam devendo para madeireiro de novo. No ano seguinte, já havia aquela coisa. Era o quê? Consertar as estradas das aldeias, consertar aquela coisa toda, e nada de chegar recurso. O recurso de fiscalização era irrisório.

Então, eu digo que houve uma omissão muito grande com relação a todos esses anos de exploração de madeira, diamante e todo recurso florestal dentro das terras indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. José Nazareno.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Se me permite, por questão de ordem, porque, agora, vai passar para o Dr. Jaime Garcia Siqueira, Coordenador-Geral da Gestão Ambiental, e também não queria...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) –Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. JOSÉ NAZARENO TORRES DE MORAES – Só mais um complemento. Nós conversamos e ouvimos aqui a explanação de tudo. Vinte e oito por cento da Amazônia são terras indígenas, certo? O Jaime aqui vai poder dizer. Quantos servidores existem, hoje, dentro das terras indígenas? Houve terras indígenas, depois do decreto de reformulação da Funai... Eu conheço uma muito bem: Anambé, lá no Pará, onde eles não vendiam madeira. Em duas safras, acabou toda a madeira – em duas safras somente. É uma área indígena que fica ali no Alto Moju, lá no Pará.

Então, com essa mudança, hoje, o servidor, o coordenador técnico fica, muitas vezes, na cidade mais próxima. Há cidade mais próxima à aldeia que passa de 50, 100, 200 quilômetros. Então, é impossível haver essa presença desse servidor ali dentro, que é o mediador de muitas questões.

O Mequéns voltou a vender madeira este ano "destabeladamente". Está vendendo madeira. Na semana passada, eu falei com o Raimundo Cinta Larga: está-se garimpando. Então, as atividades continuam.

Outra coisa que eu estava também falando, que até vou passar para o senhor: o nível de perseguição a que chegou sobre as nossas cabeças. Não estando satisfeito, mesmo com a nossa transferência para outros lugares, promovida pelo Procurador da República Reginaldo Trindade, ele cobrou, reiteradas vezes, que o coordenador de Belém fornecesse todas as minhas atividades, tanto administrativas, na Funai, quanto particulares. Isso é uma afronta a um cidadão. Fez comigo, fez com o Valdir, fez com o João Bosco, que jogaram lá para Amambai. Eu posso passar. Aqui são mais cópias reprográficas. Tanto que, de 2007 a 2010, nunca fui convidado para uma reunião sequer com qualquer *staff* da Funai, durante esse período todo, e sempre afastado da minha família, porque sempre procurei retornar a Rondônia, e nunca deixaram. Este ano eu concretizei a mudança da minha família. Estamos morando em Castanhal, no Pará. Então, as coisas não cessam por aí.

Nossa fala hoje está sendo divulgada. Tenho certeza de que, daqui mais uns dias, a represália vai vir sobre as nossas cabeças, mas estamos prontos para responder em todas as instâncias que forem necessárias.

Era só isso que eu tinha para falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Para finalizar, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Quero só aproveitar para fazer uma pergunta para o Jaime Siqueira, que é o representante do Ibama e Coordenador-Geral de Gestão Ambiental. Ele acompanhou aqui desde o começo...

O SR. JAIME SIQUEIRA *(Fora do microfone.)* – Da Funai.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Da Funai, desculpe. Foi um erro. Mas, tudo bem, são instituições do Governo Federal.

Você acompanhou, Jaime, desde o começo aqui, a explanação e os depoimentos dos seus colegas de Funai. A nova Presidente da Funai, a Marta Maria do Amaral, portanto o senhor, como a sua equipe, acho que, a partir deste momento, serve como um horizonte para que possamos fortalecer a Funai, em todos os sentidos, para que ela tenha condições, acima de tudo, de servidores. E, junto com os servidores, ela tem que ter, no mínimo, a estrutura mínima necessária para atender a essa demanda, porque não basta ela ter os servidores, se, ao mesmo tempo, não tiver condições de mantê-los, não tiver estrutura em cima disso, porque essas são regiões ricas e que podem produzir muito.

Então, acho que esta audiência tem uma importância grande nesse sentido. E, ao mesmo tempo, quero aqui alertar os demais servidores da Funai, em outros locais do Brasil, cuja situação, de repente, não é diferente desta aqui.

Mas quero só lembrar um tópico aqui, Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi. Eu me recordo que, há pouco tempo – eu era Governador de Rondônia, e V. Exª também era –, um procurador federal, se não me engano, em Roraima ou no Amapá, quando houve extração ilegal de madeira, prendeu todo mundo, fez uma limpa. Ele não foi omisso, não prevaricou, igual aconteceu no Estado.

Então, infelizmente, são essas situações. É como o senhor acabou de falar aqui; o Sr. Nazareno e o Sr. Valdir de Jesus falaram: a expectativa é de que venha retaliação pela frente. Para vocês terem uma ideia, tudo isso que vocês relataram aqui, chegou às minhas mãos também esse documento.

O Ministério da Justiça determinou a apuração desses documentos, quando denunciei, Como governador. Na época, o Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, se não me engano, o Gilmar Mendes, passou para o Ministro da Justiça para que tomasse providência; o Ministro da Justiça mandou ao Ministério Público do Estado de Rondônia que tomasse providência; só que, ao mesmo tempo, no meio do caminho, desvirtuaram o inquérito, que era para apurar essa denúncia, e abriram outro inquérito para saber quem foi que produziu essas provas.

Então, infelizmente, vejo com tristeza, em algum local, em alguma instituição, ainda, o corporativismo. Isso acaba atrapalhando. Acho que, acima de tudo, tem de haver o respeito às nossas instituições, ao nosso Brasil, independente do cargo em que estamos. Aquele que prevaricar, for omisso ou, na verdade, participar com uma extração ou algo ilegal tem de responder, na forma da lei, e não os demais colegas, simplesmente, convalidarem aqueles atos. Isso fica ruim, porque o Estado passa por um momento degradante, momentos ruins, e quem perde é o Brasil. E nós estamos perdendo essas riquezas no contrabando e na extração ilegal.

Portanto, Jaime, é a oportunidade de vocês agora, nessa nova gestão da Funai, mudarem um pouco a cara, darem um novo dinamismo, uma nova ação. Eu faço parte do Orçamento, sou Líder, do Colegiado de Líderes, sou membro titular do Orçamento, e vejo que há necessidade, que é importante haver recursos para poderem atender a essa demanda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Com a palavra, então, o Sr. Jaime Siqueira.

O SR. JAIME SIQUEIRA – Muito bem.

Agradecemos o apoio no que se refere à discussão de Orçamento.

Vale a pena só corrigir o nome da Presidente da Funai: é a Maria Augusta Assirati a atual presidente da Funai. A Marta foi a presidente anterior.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAIME SIQUEIRA – É porque o documento é do tempo da Marta. Exatamente.

Não tenho conhecimento, também estou tomando conhecimento hoje da situação dos colegas aqui. Certamente, eles estão se utilizando dos meios aí, tanto do ponto de vista judicial como administrativo, para se posicionar, se defender. É fato, por tudo que foi falado aqui, que não é possível garantir a integri-

dade das terras indígenas sem uma ação articulada e eficaz do Estado.

Vou ressaltar algumas questões da minha fala inicial que acho que são relevantes, que são importantes. O fato de a Funai não ter poder de polícia coloca muitas vezes vários dos nossos servidores em situação de vulnerabilidade, de ter que enfrentar, no campo, situações adversas e sem condição de se defender. A Funai não tem sido conivente absolutamente nem com essa situação – que é uma situação, na verdade, já antiga, a de Rondônia –, nem com outras situações; ela, sempre que recebe as denúncias, seja dos índios, seja dos seus próprios servidores, oficiado os órgãos responsáveis por fazer a ação de polícia nesse caso, as operações necessárias, mas nem sempre somos atendidos com a mesma agilidade que fazemos as denúncias.

Portanto, insisto que a questão não é só orçamento para a Funai executar suas ações, isso é importante também, mas também novos servidores, gente para estar em campo, nas terras indígenas, para poder atuar junto aos povos indígenas, seja auxiliando no trabalho de vigilância da terra indígena e fazer as denúncias nos casos de invasões e de ilícitos, seja desenvolvendo as ações duradouras de longo prazo para conseguirmos projetos de desenvolvimento sustentável.

Sem alternativas, não adianta, vamos ficar sempre nas urgências, nas emergências, apagando incêndio – um aqui e outro ali –, e não vamos construir uma ação estruturante para criar uma situação favorável para a melhoria da qualidade dos povos indígenas em qualquer lugar deste Brasil, seja na Amazônia, seja em outras regiões. Acho que isso é fundamental, porque o ilícito acontece da forma mais clássica que vocês, certamente, já ouviram falar, quer dizer, é o assédio do empresário local ou às vezes do político local, e esse assédio, muitas vezes, não compromete toda a comunidade, basta uma família daquela comunidade indígena ser assediada, ser cooptada, para permitir a entrada muitas vezes de um madeireiro.

Isso cria uma situação bastante delicada, inclusive dentro do próprio grupo, e a alternativa, no nosso ponto de vista, é uma apenas: criar essas condições de desenvolvimento mais sustentável. É um trabalho de longuíssimo prazo, não se consegue de uma hora para outra, mas precisamos fazer esse investimento.

Vale ressaltar, no caso de Rondônia, o empenho do Almir Suruí, por exemplo, em defender os interesses do seu povo e o meio ambiente, os recursos naturais da sua terra. O Almir Suruí até hoje recebe ameaça de morte por conta dessa defesa e ele faz um trabalho muito interessante, mesmo quando parte do povo dele estava comprometido com ações de madeireiros, esse trabalho de longo prazo de convencimento. Hoje existe outra situação dentro da terra indígena em grande medida pela militância do Almir Suruí.

Hoje, por exemplo, a madeira que está lá pode valer muito mais em pé do que deitada. Ele já tem recebido projetos, o povo dele tem sido beneficiado por projetos em função da madeira estar lá em pé, ela vale por conta disso e ele tem sido bastante inteligente para captar recursos para o seu povo, colocando alternativa concreta à exploração madeireira.

Esses exemplos, essas militâncias, precisam replicadas em todas as terras indígenas. E o órgão indigenista oficial, a Funai, precisa ser fortalecido para cumprir o seu papel. Acho que isso é fundamental, o grupo que estava lá hoje está preocupado com isto, em dar uma maior capacidade de atuação da instituição, mas depende efetivamente de questões estruturais que espero, inclusive, que o Legislativo possa nos ajudar.

Foi citada aqui a questão rapidamente dos isolados. A Funai tem um trabalho importante com as frentes de proteção aos índios isolados, mas muitas vezes, também por carência de gente para fazer. E isso não é uma atribuição exclusiva da Funai. A ICMBio sofre do mesmo mal. Também tem pouquíssimos gestores para cuidar de extensas áreas. A ICMBio é uma instituição com quem a gente trabalha bastante em parceria. Também tem enormes dificuldades de fazer – digamos – a fiscalização e a gestão de unidade de conservação, por exemplo. E, muitas vezes, o contato dos índios isolados – a gente tem mais de cinquenta índios isolados ainda na Amazônia – dá-se da pior forma possível. O contato com a nossa sociedade acaba sendo da pior forma possível, o que tem dizimado muitos povos. Não fizemos com os nossos povos a metade do que os Estados Unidos fizeram com os seus, como foi citado, mas há o registro, como a gente presenciou, do genocídio de vários grupos indígenas no Brasil.

A cesta básica, que foi citada também, em alguns casos, é necessária, mas tem que ser uma solução temporária, intermediária. Jamais essa tem sido uma estratégia da Funai. Cesta básica só em situações de extrema vulnerabilidade. Mas isso tem que vir sempre associado à busca de uma alternativa para sair dessa situação, e não se acostumar com cesta básica e deixar de trabalhar na roça, deixar de produzir o próprio alimento.

Para finalizar, eu gostaria de ressaltar de novo a importância de a gente apoiar – e tem sido esse o nosso caminho dentro da Funai, nas parcerias com o Ministério do Meio Ambiente e outros órgãos de Governo – a implementação da política de gestão ambiental e territorial em terras indígenas. Se a gente conseguir

implementar essa política na sua plenitude, eu acho que a gente consegue dar um passo bastante grande no sentido de garantir maior integridade e sustentabilidade das terras indígenas, evitando os assédios e os ilícitos que sempre vão acontecer, porque efetivamente existe uma considerável riqueza dentro das terras indígenas. Então, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Jaime.

Agradeço a presença do Sr. Valdir de Jesus Gonçalves, do Sr. José Nazareno Torres de Moraes e do Sr. Jaime Siqueira, que é Coordenador-Geral de Gestão da Funai.

Submeto às Srªs e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 38ª e 39ª Reunião Extraordinária desta Comissão.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convidando a todos para, terça-feira, às 8h30, comparecerem à outra audiência que abriremos sobre política dos portos.

Muito obrigado a todos pela presença.

(Iniciada às 9 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 4 minutos.)

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às oito horas e trinta e sete minutos do dia sete de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, José Agripino, Blairo Maggi, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Eunício Oliveira. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Jorge Viana, Ana Rita, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Garibaldi Alves, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Cícero Lucena, Eduardo Amorim e Fernando Collor**.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada. Passa-se à **PAUTA**, destinada a discutir a participação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle na 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro da Organização das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19), que ocorrerá de 11 a 22 de novembro, em Varsóvia, Polônia. **ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 68, de 2013**, que "Requer, nos termos regimentais, que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, participe da 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19), a realizar-se em Varsóvia, Polônia, de 11 a 22 de novembro de 2013, indicando representantes para tomar parte nesse importante evento". Autoria: Senador Anibal Diniz. Resultado: Aprovado. O Senador Anibal Diniz é indicado pela Presidência para representar a Comissão na referida Conferência. **EXTRA-PAUTA. ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 69, de 2013**, que "Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento da CMA Nº 62, de 2013, seja convidado o Sr. Mário Povia, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, para participar da Audiência Pública destinada a discutir os efeitos práticos da aplicação da Lei nº 12.815, de 2013 (Lei dos Portos)".". Autoria: Senador Blairo Maggi. Resultado: Aprovados. A Presidência encerra a presente reunião às oito horas e quarenta minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **BLAIRO MAGGI**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE 07-11-2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 41ª reunião extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se a discutir a participação desta Comissão na 19ª Conferência das Partes

da Convenção-Quadro da Organização das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19), que ocorrerá de 11 a 22 de novembro, em Varsóvia, na Polônia.

Temos, na mesa, requerimento de autoria do Senador Anibal Diniz a cuja leitura passo:

REQUERIMENTO Nº 68, DE 2013 – CMA

Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle participe da 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19), a realizar-se em Varsóvia, na Polônia, nos dias 11 a 22 de novembro de 2013, indicando representantes para tomar parte nesse importante evento.

Coloco em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Diante da aprovação do requerimento, indico o Sr. Anibal Diniz para representar esta Comissão na COP-19.|

Aproveitando a ocasião, quero colocar para apreciação dos Srs. E das Srªs Senadoras, em pauta extra, um requerimento de aditamento ao requerimento da CMA nº 62, de 2013, de minha autoria, para realização de audiência pública.

Essa audiência está marcada para a próxima terça-feira, dia 12 de novembro, com o objetivo de discutir os efeitos práticos da nova lei dos portos. Meu intento é incluir o diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Antaq, entre os convidados participantes.

Requerimento.

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento da CMA nº 62, de 2013, que seja convidado o Sr. Mário Povia, diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, para participar da audiência pública destinada a discutir os efeitos práticos da aplicação da Lei nº 12.815, de 2013, Lei dos Portos.

Coloco em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(Iniciada às 8 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 40 minutos.)

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia doze de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Wellington Dias, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Ana Rita, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Cícero Lucena, José Agripino, Eduardo Amorim e Fernando Collor**.** A Presidência declara abertos e passa à **PAUTA**, destinada a discutir os efeitos práticos da aplicação da Lei nº 12.815, de 2013 (Lei dos Portos), em atendimento aos Requerimentos nº 62 e 69, ambos de 2013, da CMA. Comparecem como convidados: · Antonio Henrique Pinheiro Silveira, Ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP; · Renato Ferreira Barco, Diretor – Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP; · Luiz Henrique Tessuti Dividino, Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA; · Carlos José Ponciano da Silva, Diretor-Presidente da Companhia Docas do Pará; e · Mário Povia, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq. O Senhor Presidente faz a apresentação inicial do tema, concedendo, a seguir, a palavra aos convidados para exposição pelo prazo de quinze minutos. Após, a Senhora Senadora Vanessa Grazziotin e os Senhores Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Souza apresentam perguntas e comentários. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. A Presidência encerra a presente reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **BLAIRO MAGGI**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE 12-11-2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa

do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para discutir os efeitos práticos da aplicação da Lei nº 12.815, de 2013, chamada Lei dos Portos, em atendimento aos Requerimentos nºs 62 e 69, de 2013, de minha autoria.

Esta reunião contará com a utilização de serviços de interatividade do Senado Federal, que permitem aos cidadãos encaminhar perguntas e comentários aos Senadores e presentes e também aos nossos convidados, por intermédio desta Presidência.

Qualquer cidadão pode acessar o portal e-cidadania, no endereço do Senado Federal www.senado.leg.br/e-cidadania e, na página desta audiência, acompanhar a transmissão ao vivo e registrar a sua participação no Mural do Cidadão.

Cada Senador ou Senadora, assim como a sociedade, pode ver as participações, publicações, na mesma página do portal e-cidadania, onde também estarão disponíveis as apresentações trazidas pelos convidados e, após o encerramento, os vídeos da audiência.

É importante destacar que os cidadãos podem também apresentar as suas perguntas, por meio do telefone Alô Senado 0800-612211. Tais inovações buscam tornar mais dinâmica a participação da sociedade na atividade legislativa e no debate parlamentar, incentivando o engajamento dos cidadãos na formação das políticas públicas deste País.

Srªs e Srs. Senadores, por diversas vezes, já usei a tribuna desta Casa para levantar a minha preocupação com a infraestrutura do nosso País. Hoje, aproveito o tema da audiência pública e quero reafirmar essa preocupação.

Há alguns meses, cheguei a propor um rito sumário para os projetos portuários que se encontram em diversas fases de implantação, um verdadeiro pacto entre o Governo e a iniciativa privada, para o bem da Nação!

Chegamos, agora, em 2013, a uma total confusão. As rodovias não funcionam mais. Não porque elas tenham buracos – há buracos, mas também há muitas rodovias boas –, mas porque a quantidade de veículos, de caminhões que transitam nessas rodovias torna impossível o tráfego.

Uma viagem que você levaria uma hora ou duas horas para fazer num determinado trecho de rodovia do País, hoje dura cinco, seis, sete horas o mesmo trajeto, o mesmo pedaço. Então, uma carga que demorava três, cinco dias para chegar ao porto leva, hoje, dez dias, quinze dias.

Tudo isso é ineficiência, que acaba gerando custo, e esse custo não fica com ninguém. Simplesmente, é deficiência pura e simples daquilo que nós fizemos.

Quando chegamos aos portos, as capacidades que temos de embarque não são condizentes mais com a quantidade de produto que nós queremos mandar para fora. E, aí, temos caminhões e navios nas filas. E os navios custam caro. Custa de 15 mil dólares a 25 mil dólares por dia um navio ao largo, esperando para embarcar ou desembarcar uma mercadoria.

E hoje, a média de espera de um navio nos portos brasileiros, é de 30 a 60 dias, não raro, de 90 a 100 dias. Então, o Brasil paga pela sua ineficiência em todos os setores. Mais ainda pelo *demurrage*, que é o custo de um navio parado. São bilhões de reais por ano que vão embora; simplesmente, vão embora, não servem para nada.

Até se admite que deixemos de transportar pelo trem – que é mais barato e mais eficiente – porque, se ainda não temos ferrovia a contento, vamos pela rodovia. Até aceitamos quando fura o pneu, estraga o pneu, porque o dinheiro para se consertar acaba ficando com o borracheiro ou com quem revende o pneu. Não fica com quem o produz, mas com alguém da sociedade.

No entanto, as nossas ineficiências do exterior não ficam com ninguém; são penalidades duras que não há como rever. Penalidades essas que não se consegue mais trazer de volta.

Com uma costa de 8,5 mil quilômetros navegáveis, o Brasil possui um setor portuário que movimenta anualmente cerca de 700 milhões de toneladas das mais diversas mercadorias. E responde, sozinho, por mais de 90% das exportações.

O modal aquaviário possui um dos menores custos para o transporte de cargas no Brasil, de acordo com estudos desenvolvidos pela Coppead (Instituto de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ).

O sistema portuário brasileiro é composto por 34 portos públicos, entre marítimos e fluviais. Desse total, 16 são delegados, concedidos ou têm sua operação autorizada à administração por parte dos governos estaduais e também municipais. Existem ainda 42 terminais de uso privativo e três complexos portuários que operam sob concessão à iniciativa privada.

É inegável nosso imenso potencial na área aquaviária e portuária. No entanto, modificações se faziam e se fazem necessárias. Mudanças assustam, mas precisam ser feitas.

A Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, trouxe grandes transformações. Talvez as mais importantes para o setor, após a abertura dos portos às nações amigas pelo imperador Dom João VI, em 1808.

Essa nova lei institui a exploração indireta dos portos pela iniciativa privada, o que acabou gerando preocupação com lideranças sindicalistas dos servidores portuários, que apontaram riscos como a redução dos postos de trabalho, achatamento salarial e perda de direitos.

Enfim, eu penso diferente! Sem a abertura de espaço para o surgimento de novos portos, a produção brasileira passará por um processo de represamento. As consequências disso, sim, são temerárias, como a redução na geração de emprego, renda e crescimento do País.

A concessão é vista pelo Governo Federal como essencial para sanar a ineficiência dos portos brasileiros!

Os trabalhadores têm razão de estarem receosos em perder seus empregos. No entanto, a iniciativa privada também será capaz de gerar muitas oportunidades e trazer inovações ao setor.

Senhoras e senhores, já se passaram cinco meses desde a promulgação da Lei 12.815, mas sua implantação não vem ocorrendo dentro do esperado.

O Brasil, em breve, terá um novo recorde de produção de grãos, com colheita de cerca de 200 milhões de toneladas, só que a comercialização dessa safra ainda irá esbarrar na falta de infraestrutura. De duas uma: ou há falta de sensibilidade do Governo sobre a urgência de se adotar medidas efetivas e eficazes para promover condições logísticas do escoamento de toda essa riqueza, ou estamos mais uma vez emperrados na burocracia, o que costumo chamar de guerra do papel.

A nova lei, quando de fato implantada, irá instaurar no setor portuário um regime de alta competição direcionado a incentivar investimentos e a incrementar a eficiência setorial, com base na correta premissa de que o monopólio é um dos males a serem combatidos pelo País.

A legislação aprovada na questão dos portos é semelhante à utilizada nos setores de energia elétrica e telecomunicações, ou seja, uma autorização que, ao lado das concessões e permissões de serviço público, habilita os privados a atuarem no setor, prestando serviços à coletividade sob regime de direito privado, postura do Governo Federal que deve ser elogiada, já que responde aos fatos econômicos e vem estimular a abertura à concorrência de um setor infraestrutural tão caro ao Brasil como é o setor portuário.

A Lei dos Portos, senhoras e senhores, veio para alavancar o desenvolvimento da infraestrutura e, com isso, trazer prosperidade à economia nacional, aumentando nossa competitividade internacional. Considero isso um grande incentivo. As empresas do setor portuário terão que se adaptar à implantação dessa nova lei e à construção de novos terminais.

De um lado, um cenário promissor para exportadores e importadores; do outro, um panorama mais competitivo para os terminais já existentes. A busca por produtividade e melhores serviços tende a ser mais forte no setor portuário e em todos os outros a ele relacionados. E o resultado desse cenário, senhoras e senhores, arrisco dizer, é um país competitivo e economicamente mais fortalecido.

Esta audiência pública por mim solicitada servirá para fazer uma análise de três portos – Santos, Paranaguá e Belém – que já foram objeto de estudo, de audiência pública e de edital de áreas a serem arrendadas.

Ouviremos hoje os administradores desses portos, para saber o grau de dificuldade para a implantação da Lei 12.815, de junho de 2013.

Convido para fazer parte da Mesa o Sr. Antonio Henrique Pinheiro Silveira, Ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP); Sr. Renato Ferreira Barco, Diretor-Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp); Sr. Luiz Henrique Tessuti Dividino, Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina no Estado do Paraná; Sr. Carlos José Ponciano Da Silva, Diretor-Presidente da Companhia Docas do Pará, e Sr. Mário Povia, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Bem-vindos!

Inicialmente, vou estabelecer em 15 minutos a fala de cada um dos senhores. No decorrer da reunião, temos perguntas de Senadores e Senadoras, e, na volta, os senhores terão oportunidade, então, de fazer novas colocações e considerações.

Pergunto ao Ministro, já que é a maior autoridade, se deseja falar primeiro ou por último. O senhor tem que sair antes?

O SR. ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA (*Fora do microfone.*) – Senador Blairo, tenho compromisso às 11h. Seria melhor falar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – O Ministro já havia nos informado que tem que sair um pouco antes, tem uma posse no Ministério de Minas e Energia. Então, concedo a palavra ao Ministro Antonio Henrique Silveira para suas considerações e, depois, continuaremos nossa reunião.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA – Bom dia, Senador Blairo Maggi, Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Cumprimento todos os Senadores presentes e os colegas de mesa – Dr. Dividino, Dr. Ponciano, Dr. Mário Povia, Dr. Renato Bar-

co, Secretário Pepe –, demais presentes, senhoras e senhores, com um bom-dia.

Nós vamos procurar fazer uma rápida apresentação do marco regulatório do setor portuário, aprovado em junho deste ano, e das ações que, imediatamente, estamos adotando, a fim de acelerar os seus efeitos.

Então, essencialmente, farei uma apresentação rápida, que passa por estes cinco pontos: introdução, os objetivos gerais da reforma, um novo arranjo institucional, as ações decorrentes desse marco e o programa de investimentos que, vamos dizer, está, hoje, no topo da mídia.

À guisa de introdução, nós tivemos uma expansão pronunciada da capacidade portuária nos últimos 20 anos. No entanto, o que percebemos quando fazemos projeções para 2030 é que a capacidade hoje existente precisa de um incremento bastante forte para encarar a perspectiva de aumento de cargas que transitarão pelos portos brasileiros.

Aí está discriminado por categoria de carga e todos podem observar que a tendência é a expansão muito forte de granéis sólidos e granéis líquidos. Também há uma expansão importante de carga geral em contêiner, mas essa expansão, que mais do que dobra a movimentação em milhões de toneladas, coloca para nós o desafio de ter infraestrutura não só portuária, mas infraestrutura logística para encarar essa tendência.

Ao lado, vemos as taxas de crescimento dessas movimentações ao ano.

Esta apresentação, naturalmente, ficará à disposição de todos.

Pois bem, o marco regulatório anterior trouxe um importante avanço no início dos anos 90, porém, como eu tenho dito em diversas ocasiões, houve um acúmulo de tensões ao longo do tempo, particularmente por conta da separação de atribuições entre porto organizado e terminais de uso privativo à época, com as restrições de movimentação de cargas de terceiros por esses últimos.

Houve um período de brechas, em que alguns importantes terminais de contêineres se estabeleceram como terminais de uso privativo, e isso levou a uma judicialização. A gente pode dizer que, na prática, após uma primeira rodada importante de arrendamentos nos portos organizados, houve um arrefecimento das iniciativas e uma relativa estagnação. Por isso, foi importante uma reformulação no marco regulatório, para, vamos dizer assim, soltar as amarras e trazer incentivos novos a investimento privado e público no sistema portuário.

O objetivo geral da MP 595, depois convertida na Lei 12.815, foi aumentar a movimentação portuária, reduzir o custo Brasil e aumentar a eficiência da operação, de forma a alavancar a competitividade do setor produtivo brasileiro, seja ele agroindústria, seja indústria de transformação, entre outros.

Com foco nessa meta, nós promovemos, com auxílio ímpar do Congresso Nacional, uma alteração fundamental na sistemática de planejamento e regulação, em que as autoridades portuárias passaram a ter um foco muito mais na questão de gestão e elaboração do plano local, enquanto o planejamento global e a regulação ficam mais bem distribuídos nos órgãos SEP e Antaq. Então, essa mudança é importante. As autoridades, então, passam a ter muito mais responsabilidades ligadas à gestão, enquanto planejamento, outorga, processo de concessão vão para o nível ministerial da SEP com o auxílio fundamental da Antaq. Essa é uma mudança institucional importante que procura alocar melhor as atividades em cada plano de governo, vamos colocar assim, na administração direta, na administração indireta e companhia.

Na parte de porto organizado, nós introduzimos uma simplificação nos processos de arrendamento com a possibilidade de inversão de fase em leilão, com a possibilidade de licitar com termos de referência para estudos ambientais e projetos básicos e com a padronização das informações dos órgãos de controle. Os critérios de licitação buscaram atender ao desígnio primeiro de trazer competitividade para a cadeia logística e assim trazer competitividade para a economia como um todo. Então, utilizamos menor tarifa, maior movimentação e menor tempo de movimentação de carga como critérios referenciais para as licitações. A cobrança das outorgas foi extinta, ou seja, o processo não é uma licitação por outorga onerosa. E os prazos estabelecidos foram de 25 anos renováveis por igual período.

Também explicitamos a possibilidade de concessão de portos organizados novos ou já existentes. Já há uma referência para procurar desenvolver isso, tanto no caso de Imbituba quanto no caso de Ilhéus, mas esses são casos particulares que merecem tratamento em outro momento. A ideia é ter uma maior abertura para investimentos privados nesse processo.

Decorrente dessa sistemática para os arrendamentos nos portos organizados, foi montado o Programa de Arrendamentos Portuários, que eu gostaria de ressaltar com muita ênfase. Esse programa não deve ser encarado como a única rodada de arrendamentos que teremos nos próximos n anos. Esse é um primeiro passo – foi dividido em quatro blocos –, um passo importante que abrange uma quantidade expressiva de portos, passando norte a sul do País. A lista está toda aí. No entanto, isso não significa que a Secretaria de Portos para de planejar a partir desses blocos ou

para de trazer novas ideias a partir daí. Nas consultas públicas, nas audiências públicas de que tenho participado, em que tenho tido a oportunidade de discutir com comunidades locais, com autoridades portuárias e com grupos de interesse em geral, já têm surgido ideias que não estão contempladas nesses quatro blocos do programa de arrendamento que nós já temos nos proposto a desenvolver separadamente, para fins de uma licitação futura na medida em que tenhamos projeto, licenciamentos ou, pelo menos, diretrizes de licenciamento, e a tornar isso um fluxo contínuo. Encaramos o Programa de Arrendamento Portuário como um primeiro passo no novo marco regulatório, mas ele não deve ser encarado como único passo. Ele é o primeiro passo, e, a seguir, esse processo passa a ser um processo contínuo, como já está se tornando um processo contínuo a autorização de terminais de uso privado.

Houve duas rodadas de exposição pública das propostas, das ideias. Na nova sistemática, além de poder movimentar carga própria, existe um pouco mais de regulação – e não burocratização – na atividade dos terminais de uso privado, essencialmente, uma necessidade de garantia de prestação de serviços e prazos bem estabelecidos, coisa que não havia nas autorizações anteriores. Esse é o marco distintivo.

Além disso, há esse processo de chamada pública para autorizações. Já fizemos duas rodadas. E, agora, esse processo entra num fluxo contínuo. Existe a proposta de novo terminal de uso privado, que se submete à Antaq. Ele é colocado em chamada pública por 30 dias. Não havendo conflito, segue naturalmente o processo para fins de autorização.

Esse é um mecanismo importante. E o marco divisor da Lei nº 12.815 em relação à lei anterior é a possibilidade de esses terminais de uso privado agora movimentarem cargas de terceiros sem nenhuma restrição. Isso é uma revolução concorrencial no setor. Isso vai pressionar o sistema de portos organizados, que vai ter que se adequar, vai ter que buscar competitividade e eficiência, e nós vamos trazer mecanismos para tal, como estamos sugerindo e vamos mostrar a seguir.

No âmbito do marco regulatório, os dois grandes destaques de atividade da SEP têm sido o programa de arrendamentos e a discussão de autorização de terminais de uso privado, porém a gente tem uma série de outras ações que são desenvolvidas no que a gente pode chamar de programa de investimento em logística de portos e que devem ser conhecidas porque são fundamentalmente importantes.

Primeiro, a inteligência logística portuária, que passa pelo aprofundamento da experiência do Porto sem Papel; a instauração de uma cadeia logística portuária inteligente que nos permita monitorar cargas da sua origem até o porto para fins de controlar fluxo e, assim, otimizar a chegada no porto, evitando longas filas e o prejuízo para as rodovias, ferrovias e os espaços urbanos; o sistema de gerenciamento de tráfego de embarcações, que necessita ser reforçado na atividade das autoridades portuárias, e o sistema de gestão de infraestrutura portuária infraportos.

Além disso, temos uma carteira importante – e vai ser mostrado o valor a seguir – de investimentos em acessos portuários, seja nos acessos terrestres – estamos, junto com o Ministro César Borges, com um programa muito ativo para definir quais são os mais importantes a serem atendidos num primeiro momento, aqueles mais críticos que merecem uma atenção especial do DNIT e da SEP para resolver problemas já existentes –, e também a implantação de áreas de apoio logístico portuário para fins de regulação de acesso ao porto.

O programa de dragagem também está incluído. O programa de acesso passou por algumas dificuldades, mas, agora, estamos retomando com toda a força e ele será parte absolutamente central do programa de logística na medida em que ele vai garantir calado e, portanto, desempenho para os portos brasileiros.

A relação porto/cidade é extremamente importante. Ontem mesmo, eu estava com a Prefeita do Guarujá discutindo uma ação que a Codesp tem com a Prefeitura do Guarujá para criar uma via provisória de tráfego enquanto a segunda etapa da Marginal do Guarujá é projetada e construída. Para o esforço geral, temos também incentivos fiscais que vêm do Fundo da Marinha Mercante, do Reidi e Reporto e, muito importante, a obrigação da Secretaria de, até o final do ano, montar o regulamento geral da guarda portuária, discussão que já está bem avançada com as diversas partes.

Também no âmbito da gestão ambiental, temos importantes iniciativas. Estamos trabalhando muito perto com a Ministra Izabella para facilitar a emissão de licenças nas áreas portuárias. Temos, até o final de junho, de fazer toda a revisão das poligonais portuárias e a regularização fundiária.

No caso do trabalhador portuário e dos gestores portuários, temos programas de capacitação e a implantação do Pronatec do setor portuário, a formação de quadros, temos convênio com o Porto de Antuérpia, para onde têm sido enviados trabalhadores portuários e gestores para qualificação técnica e melhoria das práticas nos nossos portos, além de fazer continuamente seminários nos diversos portos para trazer novas experiências de gestão.

Aqui, é só uma figurinha para mostrar o que a gente pretende, e num prazo mais curto, para a regulação dos acessos portuários.

Hoje, existe um problema de falta de sincronia. Cidades como Santos e Paranaguá já têm, inclusive, um sistema de controle bem desenvolvido na chegada, não é Dividino? Mas, na saída, precisamos trabalhar bem esse aspecto. A gente vai procurar neutralizar esse problema de falta de sincronia e ineficiência logística com a reinstalação daquelas áreas de apoio logístico portuário em que você tem, numa retroárea, os caminhões chegando, esperando seu momento preciso para ter acesso ao porto, fazer a descarga e sair rapidamente.

Nosso programa de investimentos anunciado em dezembro do ano passado foi de 54 bilhões, dos quais 31 até 2014/2015, e, após esse período, 23 bilhões. Desses 54, 17,2 são correspondentes ao programa de arrendamento. Outro tanto para terminais de uso privado, que têm se multiplicado. E também está aí contado o valor das ações públicas de dragagem e reforço de infraestrutura dos portos organizados.

É bom ter em mente, quando se cobra celeridade, todo o processo que resultou na aprovação da lei e, agora, no programa de arrendamentos e nas outras ações. A sanção da lei foi em 5 de junho de 2013, portanto, muito recente, tem menos de seis meses de validade. Vinte três dias depois, ela foi regulamentada pelo Decreto 8.033. A seguir, tivemos dois anúncios públicos de TUPs. A partir do dia 12 de agosto, começaram as consultas públicas de blocos de arrendamento que estão andando a todo vapor. O primeiro bloco já passou por consulta pública, já foi discutido, foi remetido ao Tribunal de Contas, está em plena análise. E temos a expectativa de que, ao longo desta semana, o tribunal chegue a uma conclusão. A segunda consulta terminou em 25 de outubro. Já estamos fazendo toda a revisão para envio, provavelmente até o final do mês, do resultado para o Tribunal de Contas, levando em conta todas as contribuições. E, a partir daí, vamos colocar o segundo bloco já também a caminho do TCU para posterior licitação.

Na área de dragagem, temos uma previsão de R$3,8 bilhões para a dragagem em blocos de portos, que reunirão numa atividade Salvador, Fortaleza, Natal e Recife. No outro bloco, Itajaí, São Francisco do Sul e Imbituba. Paranaguá é um caso específico, assim como Rio Grande. E Santos e Vitória serão incorporados em outro bloco. Isso já naquela lógica que foi sugerida em 2008 da dragagem por resultados com período mais longo. Agora, a gente fez uma revisão e a dragagem pode ser contratada por até dez anos. E estamos procurando reorganizar os blocos. Os blocos que devem ser colocados na rua são esses que aí estão.

Do outro lado, no programa de acessos terrestres, temos um total de investimentos que monta a R$2,640 milhões, contemplando 18 portos: Miritituba, Santarém, Vila do Conde, Itaqui, Pecém, Fortaleza, Suape, Aratu, Vitória, Salvador, Rio de Janeiro, Itaguaí, Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Itajaí e Imbituba; outras 45 intervenções em parceria com os governos estaduais e iniciativa privada; além da implantação das 17 áreas de apoio logístico, que foram aquelas descritas.

Toda coordenação e monitoramento desse processo, que envolve vários ministérios, têm sido feitos pela Sepac, Ministério do Planejamento.

Com isso, termino a minha breve apresentação sobre as atividades da SEP, agradecendo mais uma vez o Presidente da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado ao Ministro Antonio Henrique Pinheiro Silveira, que fez a explanação por parte da SEP.

Passo a palavra agora ao Dr. Renato Ferreira Barco, Diretor-Presidente da Companhia Docas de São Paulo (Codespe).

O SR. RENATO FERREIRA BARCO – Bom dia a todos.

Gostaria de saudar primeiramente o Ministro Antonio Henrique, com quem tenho a honra de partilhar, no nosso dia a dia, um trabalho que vem procurando desenvolver em todos os portos; o Senador Blairo Maggi, Presidente desta Comissão de Meio Ambiente, em nome de quem saúdo todos os Parlamentares aqui presentes; os meus colegas e amigos Mário Povia, Dividino e Ponciano. Bom dia a todos.

Pretendo também fazer uma breve exposição sobre o Porto de Santos, dizer o que tem sido feito dentro da área que nós consideramos do porto organizado e várias ações que a própria empresa, juntamente com a comunidade local, tem buscado junto a entidades estaduais e federais, sem falar das municipais também, porque o nosso porto acaba abrangendo todo o complexo da Baixada Santista e há todo um caos, toda uma situação de congestionamento instalada em algumas situações, o que acaba prejudicando todas essas áreas.

Bom, começo rapidamente com uma visão geral sobre o porto, através de estudos já levantados anteriormente. O porto, hoje, é até um privilégio isso, localizado no Estado de São Paulo e com uma interlândia primária que compreende mais de 1.000 quilômetros num raio de ação, fazendo com que as cargas fluam principalmente da região de Mato Grosso, Mato Gros-

so do Sul, Estado de São Paulo, obviamente, por ser o Estado mais próximo, além de outros Estados da União, é uma área que representa mais de 75 milhões de pessoas que ali vivem, com uma participação altíssima no PIB nacional.

Apenas para elencar outro fato importante acerca da relevância do porto, um quarto da balança comercial brasileira passa pelas nossas instalações.

Através do porto, vários tipos de mercadorias são movimentadas, e ele acaba sendo líder em todos esses itens citados, como suco e carne, com elevada participação em toda a movimentação em nível nacional. Tudo isso faz com que os maiores *players* da navegação mundial frequentem o porto com saídas constantes para os mais variados destinos no mundo.

O futuro do porto foi traçado no ano de 2009, através de um estudo financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, usando três cenários de PIB: um pessimista, um base e um otimista, sendo que esse estudo feito por empresas de consultoria em nível mundial, uma delas americana, e a outra, brasileira, chegou à conclusão de que, no ano de 2024, com cenários de PIB favorável, deveremos atingir algo em torno de 230 milhões de toneladas. Já adianto que esse total, essa carga, no nosso entendimento, não é possível ser atingida, essa movimentação não é possível ser atingida em razão de problemas que temos como a acessibilidade ao porto.

E os números crescem, mesmo com PIBs não tão expressivos, de uma maneira bastante substantiva. Se os senhores notarem, no ano 2009, por exemplo, já estávamos praticamente dentro de uma movimentação de cenário base de PIB, e, em 2014, ano que vem... Já estamos atingindo, neste ano de 2013, algo em torno de 115 milhões de toneladas; temos projeção para 112 milhões de toneladas. Desse total, quase 50% é, praticamente, movimentação de granéis de origem vegetal, mineral, além de fertilizantes, no caso de importação, trigo, e o restante é dividido na movimentação de contêineres e de granéis líquidos. Essa é a subdivisão. Ano passado, pelos nossos dados, movimentamos 51 milhões de toneladas de grãos.

Com relação ao cotejamento entre a capacidade do porto para movimentação de carga e a demanda efetiva, no caso dos contêineres, tomando por base esses números, nós devemos movimentar, no ano de 2024, 9 milhões de TEUs, que são os contêineres equivalentes a 20 pés, contra uma capacidade instalada de, aproximadamente, 11 milhões de TEUs. Teoricamente, ficaríamos dentro de uma situação razoável.

Dentro dessa mesma projeção feita por esse estudo, no ano de 2024, nós estaríamos movimentando 6,3 milhões de toneladas de fertilizantes contra quase 54 milhões de toneladas de granéis de origem vegetal. Nossa previsão é a de que no ano de 2020 esses números sejam suplantados.

O porto hoje possui uma capacidade estática de armazenamento para açúcar de aproximadamente 850 mil toneladas contra um carregamento diário, uma expedição diária, para navios de 200 mil toneladas. São números muitos expressivos, que mostram a grande chance que nós temos de, através de uma rotatividade grande e com bom tempo – isso também tem de ficar claro – atingir números expressivos na movimentação de açúcar. É o que tem acontecido recentemente.

Infelizmente, ocorreu um acidente, todos sabem, um incêndio nas instalações da Copersucar que vai reduzir um pouco essa capacidade instalada em aproximadamente 25% desse valor, mas já estamos procurando, juntamente com o arrendatário, fazer o possível para evoluir nessa situação.

Com relação aos grãos, nossa capacidade instalada estática é de 850 mil toneladas contra uma capacidade de 150 mil toneladas/dia.

Com relação ao armazenamento e à movimentação de granéis vegetal e mineral, esse gráfico mostra o que temos hoje na movimentação média/mês contra a capacidade estática. O gráfico mostra perfeitamente ali um problema que temos com relação à movimentação de granéis de origem mineral.

Esse outro gráfico é um gráfico de acompanhamento e demonstra o que vem ocorrendo no porto ao longo desses anos com um crescimento constante na movimentação de grãos e principalmente na movimentação de açúcar. Notem que este ano, mesmo com o problema ocorrido com a Copersucar, devemos atingir quase 17 milhões de toneladas de açúcar, 13 milhões de soja, 10 milhões de milho e o restante entre adubos, fertilizantes e *pellets* de soja.

Agora, falando um pouco por segmento, em granéis de origem vegetal, devemos atingir, somando todos – açúcar, soja e os *pellets* –, quase 44 milhões de toneladas.

Para quem não conhece o Porto de Santos, esse é o canal de acesso ao porto, entrada e saída pelo mesmo lugar, e os principais terminais, esse, coincidentemente, alvo de arrendamento, Armazém 3 e Armazém 8, em que hoje se movimenta barrilha; Terminal da Pérola, também na mesma região de Outeirinhos, em que nós movimentamos fertilizantes; na margem esquerda, o Termag, onde movimentamos fertilizantes e enxofre; passando um pouco para granéis de origem vegetal, o Armazém 12A, da Noble, Terminal 12A, em que movimentamos grãos e até açúcar também. Na mesma região, a Multigrain, também para a movimentação de

grãos. Açúcar, na região de Outeirinhos, terminal da Rumo Logística e da Copersucar.

Aí está a Copersucar. Foram todos esses armazéns que pegaram fogo, infelizmente, essa bateria inteira.

O TGrão, que é um terminal novo, bem atrás da sede da Codesp, vai até ser beneficiado com a construção de um novo alinhamento do cais, de que vou falar rapidamente à frente.

Caramuru, na região da Ponta da Praia, é outra área que também está gerando, suscitando muita polêmica com relação ao conflito porto/cidade. Existe uma reclamação muito forte dos munícipes da região. Eles se queixam de poluição na área, um bairro que se tornou muito povoado na cidade de Santos e a população questiona fartamente esse fato. Posso adiantar que o arrendamento proposto pelo Governo Federal inclui a melhor técnica na instalação de equipamento e prevê que essa área receba um choque de tecnologia que vai fazer com que a carga seja movimentada com segurança e sem danos ao meio ambiente.

Finalizando, aí nessa região, temos o terminal da ADM, um dos terminais que também compõem o complexo, que faz parte do pacote da Ponta da Praia, com um pleito de renovação até do contrato de arrendamento.

Na margem esquerda, nós temos, de um lado, o TGG, outro terminal para movimentação de grãos, principalmente milho e soja. Logo ao lado, temos as instalações da antiga da Cargill e da Citrosul.

Falando de investimentos dentro da área do porto, que direta ou indiretamente vão estar envolvidos depois dessa movimentação, tenho de mencionar: a dragagem de aprofundamento, como o Ministro já havia citado antes; investimentos para o Porto de Santos de R$500 milhões nos próximos três anos; obras de infraestrutura importantíssimas até em convênios com o Governo do Estado de São Paulo; o novo acesso ao porto pela margem direita; avenidas perimetrais, com projeto executivo também para eliminar gargalos logísticos e rodoferroviários; a região de Outeirinho, já com uma avenida perimetral pronta, o que também ajuda sobre maneira o convívio do porto com a cidade; outras obras de infraestrutrura na área da Ponta da Praia; e uma obra recém-entregue, o primeiro trecho da avenida perimetral da margem esquerda, que também acabou com um conflito importantíssimo na região.

Aí, essa foto mostra um desenho da segunda fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda, projeto que já se encontra em fase de assinatura, para contratação de projeto executivo. Então, são 12 meses de projeto executivo e, logo a seguir, obra pelo sistema RDC.

Esse acesso provisório que será construído nessa região foi alvo de um termo de convênio assinado entre a Codesp e a Prefeitura – o Ministro esteve presente ontem ao evento – que vai auxiliar sobremaneira a movimentação de grãos e de contêineres nessa região do porto.

Eu tenho várias obras aqui também de acesso, que estão sendo feitas, como a licitação de VTMS, como também foi dito, de extrema importância para a nossa atividade, aprofundamento de cais, porque precisamos compatibilizar a profundidade do cais com a profundidade do canal para poder tirar uma melhor produtividade, obras essas que já se encontram em fase de licitação, mas que, lamentavelmente, se encontram judicializadas. Esperamos resolver essa situação em breve.

Essa obra em andamento a que me referi é a do cais da Copa, PAC Copa, que é um alinhamento de cais que vem aqui do Armazém 29 e vai até o 23. O terminal de grãos nessa região já vai contar com um novo cais de 15 metros. Ele vai ser utilizado para a Copa do Mundo, mas também será utilizado pelo próprio terminal que se encontra bem em frente.

Aqui eu já estou falando de outros projetos e várias inserções que precisam ser feitas no acesso a Santos e ao Guarujá através de obras que já estão sendo tratadas pelo governo do Estado de São Paulo, sem dúvida alguma, de acesso ao porto. No lado norte, o tramo norte do rodoanel para não permitir que situações como esta aconteçam: a carga e o passageiro convivendo. E pequenas obras sei que já estão sendo tratadas, mas dificultam muito a chegada da mercadoria a Santos, como é o caso do acesso pela ALL à ferrovia, onde nós temos quase 40 quilômetros de linha única que não pode ser duplicada por problemas ambientais. Segundo os usuários do sistema, existe interferência com a Funai, que não permite que sejam construídas a segunda linha nessa região.

Esse daqui é um exercício que acho que precisa ser muito bem pensado e desenvolvido. Deve-se pensar num terceiro canal de chegada e saída de cargas ao Porto de Santos, além da inserção do sistema de plataformas logísticas na região.

Com relação à matriz de transportes, esse é um dado do Ministério dos Transportes um pouco antigo, ainda de 2005. A meta a ser atingida é chegar a 30% da movimentação rodoviária e 35% sobrepondo-se à ferroviária.

Hoje, o que se faz no Porto de Santos, buscando essa melhoria no fluxo – o Ministro também já fez menção a respeito –, é a interação entre terminais e uma central de controle da Codesp, fazendo com que pátios reguladores estejam ligados diretamente a essa

central de controle para que a carga possa chegar de uma maneira mais cadenciada ao porto. Além disso, o Porto sem Papel vem colaborando demais com a nossa atividade.

Era isso o que eu tinha a falar para vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Renato Ferreira Barco, Diretor-Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo.

Passo a palavra agora ao Dr. Carlos José Ponciano da Silva, Diretor-Presidente da Companhia Docas do Pará (CDP).

Antes disso, gostaria de registrar a presença do Secretário de Infraestrutura do Paraná, José Richa Filho. Seja bem-vindo.

Com a palavra, então, o Sr. Carlos José.

O SR. CARLOS JOSÉ PONCIANO DA SILVA – Sr. Ministro, Sr. Senador, Parlamentares presentes e demais pessoas que participam desse evento, bom dia!

Eu vou fazer aqui o choro que é de praxe e falar do enorme e desconhecido Pará. Quando se fala em Amazônia, todo mundo entende de Amazônia, mas o Pará não tem sido contemplado e agraciado com recursos que possibilitem a esse grande Estado desenvolver todo o seu grande potencial.

Essa é a estrutura portuária do Estado do Pará. Os nossos principais portos são o Porto de Vila do Conde, o Porto de Santarém, o centenário Porto de Belém, que, na sua área de influência, tem o Terminal Petroquímico de Miramar e também o Terminal de Outeiro. Temos, ainda, um porto em Marabá, um porto em Altamira, em Itaituba, e um porto em Óbidos.

Alguns portos, como Altamira e Óbidos, são portos sociais. As pessoas que vivem naquele local dependem dessa estrutura, que é muito pequena, para receber todo tipo de insumo e para prover seu deslocamento daquelas áreas para cidades onde, com recursos maiores, elas possam utilizar-se de uma infraestrutura melhor, seja na área de saúde, educação ou outras áreas.

Esse é o Terminal de Outeiro. Hoje, a sua concepção é essa. É um terminal de vocação água a água; ou seja, em todo projeto que se está desenvolvendo aí, a produção terá de chegar por água e sair por água, porque o acesso rodoviário é muito precário, passando por dentro de comunidades absolutamente miseráveis. São vias de estrutura muito deficiente. Então, é um porto cuja maior atratividade é exatamente essa possibilidade de recebimento e deslocamento da produção via água.

Essa é a concepção feita para os terminais de grãos, dentro do PDZ (Plano de Desenvolvimento e Zoneamento) do Porto de Outeiro. São contemplados três arrendamentos, cada um deles com a possibilidade de movimentar até 5 milhões de toneladas, perfazendo aí, num prazo de até dez anos, um total de 15 milhões de toneladas.

Os investimentos serão, obviamente, da iniciativa privada, e estima-se que os valores desse investimento vão ser da ordem de R$250 milhões.

Uma série de *trades* e uma série de empreendedores, durante o período da concepção dos estudos de viabilidade, apresentaram-se interessados em se habilitar para concorrer a esses arrendamentos. É uma possibilidade de escoamento da produção da Região Centro-Oeste, principalmente através desses portos.

Aliás, esta frase vai ser repetida em todos os outros projetos da CDP (Companhia Docas do Pará): o Pará, hoje, mostra-se viável exatamente no que diz respeito à provisão de infraestrutura para o deslocamento do excedente da produção dos Estados da Região Centro-Oeste, em particular o Estado de Mato Grosso, a região mais ao norte de Mato Grosso, que tem uma produção aí, hoje, superior a 50 milhões de toneladas, disponível para ser exportada pelos portos do Arco Norte. Então, vou repetir isso mais algumas vezes, porque a vocação de todos os portos do Pará é de movimentação de carga agrícola, em particular milho e soja.

Esse é o Porto de Santarém na sua concepção atual. No Porto de Santarém, hoje, já existe lá uma *trade* instalada, que é a Cargill, que movimentará este ano, entre milho e soja, algo em torno de 3 milhões de toneladas, sendo desse total cerca de 900 mil toneladas de milho.

Há um potencial para essa região para movimentar até 15 milhões de toneladas. Para que se alcance isso, é necessária que seja provida a infraestrutura de logística que permita que a carga chegue em condições competitivas.

O grande anseio hoje na região, não só na região de Santarém como de Miritituba e de todo o Pará, é a chegada da BR-163, que, entre idas e vindas, me parece, vai ser inaugurada em algum período entre o final de 2014 e 2015. Imagina-se que a BR-163 seja capaz de possibilitar o deslocamento de até 10 milhões de toneladas por via rodoviária através dos portos, do Porto de Santarém e das estações de transbordo de cargas que estão sendo pleiteadas pela iniciativa privada para serem instaladas em Miritituba.

Eu diria que 10 milhões de toneladas para o que há de excedente na região de Mato Grosso é um valor modesto, mas, para nós, já é algo altamente significativo. Só haverá uma reversão disso quando a gente conseguir que o projeto da ferrovia entre Cuiabá e Santarém seja efetivamente levado a cabo e se, ao longo

dos próximos 20 anos, a gente conseguir realizar o sonho do imperador, que era fazer a integração da bacia dos rios da Região Centro-Oeste com a Região Norte.

A Hidrovia Teles Pires-Tapajós possibilitaria que o escoamento de grãos pela Região Norte aumentasse substancialmente. Ontem recebi a notícia de que o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental já foi contratado pelo DNIT e está sendo desenvolvido. O que ocorre é que uma obra desse porte, se tudo der certo e houver a tal vontade política, que é uma dessas expressões que só existem na língua portuguesa, talvez em 15 anos esteja pronta. O que cabe a cada um de nós perguntar é se nós não esperamos tempo demais para que efetivamente tocássemos de forma decidida e decisiva esse tipo de projeto.

Aí está a organização, dentro do nosso PDZ, dos terminais a serem arrendados em Santarém. Em Santarém, em obras públicas, a gente deve estar investindo, no primeiro semestre do ano de 2014 – em princípio, a ideia era se licitar ainda este ano, mas muito provavelmente a gente só vai conseguir fazer essa licitação no primeiro trimestre de 2013 –, numa obra pública orçada em cerca de 200 milhões, que é a ampliação do terminal.

O terminal hoje existente vem até aqui. Essa parte aqui em cima é a que será acrescida: dolfin de atracações para navios de graneleiros e também um berço específico para atracação de navios turísticos, já que a região de Santarém, para quem não conhece, tem uma das mais bonitas praias de rio do mundo, senão a mais bonita. Mas a infraestrutura para explorar o turismo é bastante incipiente ainda. Então, esses recursos também visam atender essa necessidade, eu diria, o potencial turístico, que pode ser desenvolvido nessa região.

Aí estão os terminais de grãos, cada um mais ou menos com a capacidade de movimentação de 5 milhões de toneladas.

Esse é o grande Porto da CDP, o Porto de Vila do Conde. A sua vocação natural tem sida a importação e a exportação de minério, granel mineral. A empresa Nosrk Hydro adquiriu esse projeto da Vale do Rio Doce, importa das suas minas bauxita, processa-a, transformando-a em alumina e uma parte também em alumínio primário.

O negócio do alumínio tem andado em baixa, deve demorar mais uns quatro anos para se restabelecer dentro dos níveis de três anos atrás, e isso impactou – vamos ver mais adiante – a movimentação de cargas do Porto de Vila do Conde. Essa é a estrutura.

Recentemente, há cerca de um ano, inauguramos o Pier 400, contemplando mais dois berços de atracação e fizemos o alagamento do Berço 300, que está ali sinalizado. Isso permite um desafogo, de forma que não temos, no Porto de Vila do Conde, fila de navios. Opera ainda *container,* e outra carga importante é o boi vivo – no ano em que estamos, já se movimentou mais de um milhão de toneladas desse produtos.

Bem, incluiu-se no projeto de Vila do Conde um terminal de grãos, que é para dar sustentação à carga que virá de Miritituba. Ela virá de balsa, transbordando aí no terminal de Vila do Conde e, daí, indo para a Europa, para a Ásia, ou para os Estados Unidos.

É importante lembrar que um dos maiores que tínhamos na Região Norte é aquele que está ali, TMU2. Nós desenvolvemos esse projeto ao longo de três anos em parceria com a Universidade Federal do Pará, e a viabilidade desse porto foi concebida em função do projeto da Companhia Vale do Rio Doce, que era a siderúrgica, lá em Marabá.

Aí, nós caímos numa pegadinha. A Vale não tocou o projeto. Parece que esse projeto não vai adiante, o que nos obrigará a revê-lo, porque o que daria sustentação financeira a ele seriam exatamente os terminais – um terminal de carvão e um terminal de produto siderúrgico.

Caímos na pegadinha da Vale. Gastamos aí alguns bilhões em recursos para desenvolver esse projeto, que estava no TCU, em condições para passar por um processo de licitação e foi abortado.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS JOSÉ PONCIANO DA SILVA – Para concluir, há algumas considerações. A BR-163 é fundamental para que a gente efetivamente dê a vocação dos portos do Norte, seja Miritituba, seja Santarém, para o deslocamento de grãos da Região Centro-Oeste.

Em função disso, estamos trabalhando na implantação de pátios reguladores e desenvolvendo os projetos de acessibilidade dentro da cidade, para que não nos deparemos no futuro com um impacto indesejável na vida da urbe, em função do acesso de caminhões.

Nesse caso em particular, é preciso se fazer a colocação de que a BR-163, na sua concepção original, tem um trecho de cerca de 22 km que vai até a área do porto, passando pelo centro da cidade. E este projeto visava exatamente mitigar os efeitos danosos de uma movimentação grande de veículos de carga dentro da cidade.

Infelizmente, este trecho não conseguiu andar; este projeto não está conseguindo andar na mesma velocidade da conclusão da BR-163, o que não é desejável.

Outra coisa para nós importante é que efetivamente a dragagem do Pedral do Lourenço, que vai

viabilizar a navegação no Rio Tocantins, entre a cidade de Marabá e o Porto da Vila do Conde, saia do papel efetivamente.

Entre idas e vindas, idas e vindas, essa obra tem sido sistematicamente preterida ou entrado em compasso de espera. É uma obra que tem um projeto desenvolvido pelo próprio DNIT, em parceria com a Universidade Federal do Pará. Quando foi licitado, o projeto foi orçado em torno de RS340 milhões. Na ocasião, há dois anos, essa licitação foi cancelada, e pretende-se que seja retomada. No entanto, os números hoje apresentados são muito diferentes disso. Fala-se em alguma coisa entre R$2 bilhões e R$4 bilhões. Mas é um projeto que é vital para dar razão a um investimento de cerca de R$20 bilhões, que são as obras da eclusa.

Outra coisa importante para nós são os acessos ferroviários que são muito comentados, mas que também acabam não se desenvolvendo na velocidade necessária.

Acerca da Norte–Sul, existe um ramal entre Açailândia e o Porto de Vila do Conde que ajudará muito o desenvolvimento da economia do Estado do Pará, e também há um projeto de uma ferrovia entre Cuiabá e Santarém. Ora, diz-se Cuiabá–Santarém; em outras ocasiões, Cuiabá–Porto de Vila do Conde. Qualquer dos trechos que seja feito, para nós, é de suma importância.

Então, essa é a apresentação que temos para fazer das necessidades do Estado do Pará, no que diz respeito à infraestrutura, e à capacidade que tem o Estado do Pará de fornecer à logística brasileira uma alternativa eficiente e mais barata para o transporte do excedente da produção de grãos da Região Centro-Oeste do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado ao Sr. Carlos José Ponciano da Silva, que é Diretor Presidente da Companhia Docas do Pará, CDP.

Passo a palavra agora ao Dr. Luiz Henrique Tessuti Dividino, Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonino, no Estado do Paraná.

O senhor fique à vontade, Sr. Dividino.

O SR. LUIZ HENRIQUE TESSUTI DIVIDINO – Bom dia a todos, ao Senador Blairo Maggi, ao nosso Ministro Antonio Henrique, aos demais Senadores presentes e aos colegas de Mesa.

A nossa apresentação é bastante conceitual, é bastante simplista, no sentido de atender o tema da audiência pública, discutindo os efeitos práticos da aplicação da lei.

Então, eu devo ter uns três ou quatro eslaides introdutórios. Depois, eu vou tentar entrar um pouco mais no tema.

Pois bem. Esta é a situação do Porto de Paranaguá, quando nós enxergamos em 2011, e podemos ver aqui, de uma forma muito clara, muito simples, que já praticamente chegamos a atingir a capacidade limite do porto, o que obviamente é uma situação que se coloca difícil, num momento em que o País tanto precisa da infraestrutura.

No caso do fertilizante, nós somos o maior ainda importador de fertilizantes do País. Também estamos acima da capacidade.

Pela leitura disso tudo, trazem-se algumas informações que temos aí. Temos alguns congestionamentos, o que nos traz ao tema hoje, de discutir a tão importante implantação da nova lei.

Eu queria fazer aqui um parêntese para falar da importância do que está acontecendo no País hoje. Pela primeira vez, o tema está sendo abordado na Presidência da República, tema de tal relevância. Mesmo na lei anterior, para quem não conhece a Lei nº 8.630, o tema não foi alçado a tal ponto no País. Então, isso nos deixa muito feliz. Acreditamos que teremos aí um bom desdobramento.

Seguindo a apresentação, só para a gente colocar aqui um diagnóstico e um prognóstico, o Porto do Paranaguá também cresce a largos passos, como os Tigres Asiáticos, poderíamos colocar. Crescemos 300% em 20 anos. É importante colocar que nós só registramos; nós não crescemos, pois quem cresce é o agronegócio, quem cresce é a indústria, é o comércio. Tirando dois sobressaltos, um, que foi o problema da crise da soja transgênica, e o outro, o problema da crise financeira mundial, nós só tivemos momentos de crescimento, o que nos engrandece bastante no nosso Estado do Paraná.

É importante colocar que os cenários são positivos, as tendências; o cliente continua comprando. Todo dia nós temos as informações do mercado de que somos o celeiro do mundo, o que realmente nos traz uma responsabilidade muito grande de preparar o País para isso.

Colocando em grandes números o que se projeta para, no caso, o Porto de Paranaguá, temos uma projeção de atingir uma movimentação de carga superior a 90 milhões de toneladas até 2030. Obviamente dá para perceber que, em 2013, nós já atingimos o patamar de 2015; quer dizer, continuamos realmente crescendo. Os números estão dentro do planejado. Mas, aqui, coloquei um colchete simplesmente para dizer que, para podermos atingir a meta, obrigatoriamente temos de

ter novos terminais, novas estruturas, e certamente poderemos atingir o que foi planejado.

Para fazer um parêntese, esse é o Brasil. O Brasil de 2009 produziu 110 milhões de toneladas e chega a 2013 com algo por volta de 180 milhões de toneladas.

É importante colocar – nós estamos falando de terminais – que cada terminal de que se fala, cada berço de atracação pode movimentar 5, 6, 7 milhões de toneladas na melhor situação. Se nós analisarmos simplesmente um crescimento dessa natureza, não vou dizer que chega a 80 milhões, que sejam, mas temos de inaugurar mais um terminal todo ano, talvez mais do que dois ou três para fazer frente a esse negócio. Esse é o desafio, isso é importante hoje estar sob a nossa consideração.

Existe obviamente uma discussão muito forte sobre prioridade para o Arco Norte. Entendemos que isso é importante e é o caminho e a solução para o Centro-Oeste do País. Porém, é importante colocar, e aí querendo trazer um pouquinho a bola para nós, há 60 dias, eram esses os dias de espera para atracar um navio. Dá para se perceber a importância de atacarem os pontos críticos no momento adequado.

Eu quis colocar alguns novos eventos que dificultaram bastante o planejamento de todo esse cenário. Um primeiro evento é que nós não somos os únicos, e a competitividade é fundamental. Nós estamos vendo a queda do preço do milho, que está impactando violentamente na movimentação de cargas. E eu gosto de dizer que nós não somos o único. Temos vários *players* no mundo se preparando para ocupar esse espaço se nós não o quisermos.

O cenário incerto, eu diria, é que nós precisamos ter logística para momentos como esse. Eu peguei, por exemplo, o preço de produto na bolsa de Chicago, que é bastante sazonal, mas se mantém numa posição ainda positiva para o exportador.

Em relação ao milho, e esse dado é recente, nós poderíamos talvez compensar a baixa do preço se tivéssemos uma boa logística. Estou falando isso porque é recorrente – todo mundo sabe.

Peguei a diferença no mundo, de 2011 para 2012, em Paranaguá. Só para nós termos uma ideia, esse é o momento em que os produtos saem do porto ou entram pelo porto. Dá para perceber que, pouco mais de dez anos depois, o porto não tem nenhuma folga. Essas eram folgas de entressafra. Hoje, a safra corre durante o ano inteiro, e toda vez que a gente extrapola uma linha limite de capacidade poderá transformar-se em fila. No caso do Porto de Paranaguá, nós não temos filas de caminhões mais, mas ainda padecemos com alguma espera para atracação de navios.

É importante colocar que os sistemas evoluem. Não basta falar de porto pura e simplesmente no sentido de ganhar capacidade. Os navios crescem, eles evoluem, os caminhões evoluíram, e os portos precisam evoluir. Não basta simplesmente tratar a capacidade *flat*, ou seja, multiplicar toneladas por dia, igual a "x" por cento, toneladas/ano.

Nós temos que adaptar os portos para os novos navios. Isso aqui era um navio que nós atendíamos, por incrível que pareça, há menos de cinco anos, e os nossos clientes estão demandando esse tipo de navio hoje. E dá para perceber que nem o porto nem os equipamentos conseguiriam carregar um navio deste num equipamento...

Existe uma necessidade de mutação e melhoria continuada.

Outro evento bastante importante que mudou o cenário é o que a gente chama a lei do caminhoneiro. Pode parecer que não, mas antigamente nós tínhamos um regime de chegada de caminhões regulares, e hoje obviamente quando eles param, eles são obrigados a estacionar, e nós temos um transporte por espasmos, fazendo com que o porto tenha de se preparar melhor. Isso tem que estar no planejamento, sim, hoje, como até foi a fala do nosso Ministro há instantes atrás.

O tema armazenagem não vamos nem entrar no assunto, não é? Desde a década de 70, é um grande desafio; o porto não fará frente para armazenar esse salto de produção que o País tem. Então, nós estamos tratando isso. Hoje existe uma política estabelecida, muito positiva, mas tem que ser colocada na nossa pauta. E, por fim, para a gente poder entrar no tema, eu costumo colocar aqui um gráfico bastante simplista, porque o agronegócio representa, no caso do Porto de Paranaguá, 75%. Então, obviamente, cada porto tem uma visão, tem um foco, tem um perfil vocacional. No nosso caso, nós temos um momento de colheita, um momento de estoque de passagem, temos um sistema de transporte e temos que colocar no navio isso daí.

O que acontece quando a produção explode, como aconteceu? E graças a Deus aconteceu e vai continuar acontecendo pela tecnologia que a gente coloca. Aumenta a boca do funil, o sistema de transporte está sendo reduzido, na medida em que nós temos novas obrigações a serem cumpridas, e esse sistema obviamente cria um gargalo, que, por sua vez, aponta do outro lado um volume de navios aguardando, o que deveria ser olhado como ótimo por estar dispondo de fretes mais baratos, concorrência, enfim... Muitas vezes, vende-se papel nesse sistema em função desse gargalo. Sabe-se que vai demorar muito para carregar; então, pega-se a fila antes, e obviamente isso gera uma inconsistência no sistema.

Outra coisa importante é que, para tratar o tema da nossa audiência pública, os efeitos práticos da implantação da lei, nós temos de falar em ampliação, um aumento intensivo da capacidade. Se nós quisermos agregar valor, nós precisamos saber entregar o produto na hora certa. Nós fomos, neste ano, colocados em dúvida mais uma vez, porque os navios saíam de Paranaguá; e, em alguns casos, tivemos 150 mil toneladas enviadas ao Porto de Rio Grande, por uma questão óbvia: o cliente quer receber o produto no momento necessário. Nós exportamos, em Paranaguá, por exemplo, o farelo de soja, que é alimento e ração animal, e o boi não vai ficar esperando o atraso do navio, até porque pode ser que ele emagreça a ponto de não suportar. Então, nós precisamos entregar o produto no momento adequado. E é isso que a gente coloca. Nós temos alguns funis a vencer, e esse é o tema que vamos tratar após essa introdução.

No caso do Paraná, no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto – eu até pedi autorização para colocar essas logomarcas aqui –, todo o planejamento do Porto de Paranaguá aconteceu em consonância com o que nós chamamos de G-7, ou seja, com todas as federações do Paraná – Federação da Agricultura, Federação do Comércio, Indústria, enfim, e, através do CAP (Conselho de Autoridade Portuária), homologamos então o PDZPO em 2012.

Esse é o documento que chegou mais próximo, vamos dizer, da realidade e da convergência, sendo que foi aprovado por unanimidade por todos os órgãos, todas essas entidades organizadas e referendado inclusive, no âmbito político-estadual.

Obviamente, deixou-nos muito tranqüilos, muito seguros de podermos tocar à frente.

Fiz questão de colocar aqui em consolidações das contribuições, porque, de uma forma muito ordenada, como nós falamos, nós fizemos esse grande Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto. Essas cores, basicamente, o nosso PDZPO é muito próximo de um plano diretor do Município.

Revisamos tudo o que estava atrasado, vamos dizer, antigo, o que estava não conforme, e passamos, sim, a fazer uma modelagem, um planejamento, de quais ativos operacionais poderiam ser colocados à disposição da sociedade no sentido de obter arrendamentos e expandir a capacidade do porto.

Obviamente, o planejamento que nós fazemos tem um viés muito ligado ao atendimento, ao serviço; ou seja, não basta mais atender o cliente: tem que atender o cliente sem fila, tem que atender o cliente numa condição de certo conforto, para que o negócio dele venha a ter rentabilidade.

Repito: qualquer que seja a produtividade e ganho no campo, se tivermos filas no meio do caminho ou falta de infraestrutura, certamente estaremos vendendo transporte, vendendo frete e não agregando valor ao produto.

Muito bem. Seguindo em frente, então, ato seguinte à MP – obviamente, repito, ela foi muito importante para o País, está agregando muito –, tivemos a audiência pública feita pela SEP e pela Antaq, e aí tivemos algumas divergências, que são divergências conceituais muito simples de serem sanadas. Nós apresentamos, de forma ordenada e organizada, proposta de melhorias, e, sobre a diferença, eu não vou entrar no detalhe.

Essa seria uma proposta apresentada pela APPA; esta é a proposta revisada pela Antaq e SEP. Fizeram um trabalho muito bem feito; algumas das pessoas que estão lá eu conheço já há algum tempo e têm total condição de avaliar o conjunto das coisas.

Por trás desse tema todo, obviamente, existe uma empresa de consultoria – ou mais de uma –, ou técnicos, e podemos ter, em algum momento, algumas divergências em relação a modelos matemáticos, a modelos financeiros, e eu diria que isso é extremamente importante, porque são esses modelos que vão fomentar que isso aconteça, ou podem reduzir o apetite da iniciativa privada.

Mais um.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT. *Fora do microfone*.) – Essa é a proposta da APPA?

O SR. LUIZ HENRIQUE TESSUTI DIVIDINO – Da APPA.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – E a próxima é o revisado?

O SR. LUIZ HENRIQUE TESSUTI DIVIDINO – Isso. É a proposta colocada pela Antaq-SEP. Ela está muito similar. Há alguns detalhamentos aí.

Eu fiz um resumo para facilitar, Senador.

Aqui, é uma visão muito conceitual. Existe uma discussão de demanda, e nós estamos lá na frente. Costumo dizer que hoje nós somos o balcão de reclamações, porque o cliente não está satisfeito.

Na capacidade de armazenagem, as grandes diferenças são: o nosso pleito é que se aumente 95% da capacidade de armazenagem, até porque é isso que está espalhado na retaguarda do porto; na proposta revisada da SEP, o que se tem é alguma coisa ao redor de 14%.

Essa é mais ou menos a diferença da curva. Obviamente, nós apostamos num processo um pouco mais arrojado, em função de – repito – nós estarmos olhando muito mais hoje uma visão de tendências do

Paraná. Se, por exemplo, tivermos uma alta de milho, e, no Paraná, houver uma migração para o milho, os volumes crescem praticamente uma vez e meia por cento, 150%, e poderá haver algum transtorno.

Na parte de berços de atracação, a maior divergência é que a nossa proposta é de aumento de incorporação de 183%, contra outra ao redor de 60%. Mas quero colocar que a nossa proposta de aperfeiçoamento foi muito bem aceita e está sendo discutida com muito carinho, com muito cuidado, e obviamente vamos acatar todas as determinações que vierem da Antaq e da SEP.

Indo para as considerações finais, nós temos também a intenção de instalar Terminais de Uso Privativo (TUPs) no Paraná, que é o único Estado que não conta com essa figura ainda.

Estas áreas foram estabelecidas pela comunidade como áreas de futura expansão. Especificamente, esta e esta são as duas que têm capacidade.

Nós também já protocolamos o pedido de revisão das poligonais – o Ministro também colocou isso –, que está sendo discutido. Para nós é fundamental, para que saiamos, vamos dizer, da zona de trânsito intenso para áreas hoje externas.

Eu estou concluindo com este último eslaide.

Eu não falei muito sobre o que nós estamos fazendo. Até que tenhamos as conclusões dos processos em andamento, nós estamos fazendo hoje o maior programa de investimentos no Porto de Paranaguá. Este ano, já licitamos R$222 milhões em diversas obras, que eu não vou listar, e temos já, no início de 2014, autorizados R$220 milhões, praticamente o mesmo valor, para licitar agora. Isso está trazendo um salto de gestão muito grande. Estamos trocando carregadores de navio, *shiploaders.*

Para concluir, Senador, eu queria fazer um apelo bastante importante. No Estado do Paraná nós temos uma figura chamada corredor de exportação. O corredor de exportação é o equilíbrio das forças. É muito forte, muito intenso, regula preços. Além de regular preços, ele tem uma visão: é a única forma de os produtores menores conseguirem fazer o embarque CIF (*Cost, Insurance and Freight*); ou seja, é a única forma de os produtores menores conseguirem atingir além-mar e atingir o comércio internacional que não seja através de uma *trade*. Isso, sob o ponto de vista de Estado, é muito importante para nós.

Quero colocar que, no Paraná, nós temos um volume de cooperativas muito grande. As cooperativas no Paraná, neste ano, devem faturar algo em torno de R$45 bilhões. Somente para termos uma referência deste valor, esse valor é maior do que o orçamento de 23 Estados do Brasil, inclusive maior que o orçamento do Governo do Estado do Paraná.

Então, a nossa preocupação em manter algumas condições tem fundamento e tenho certeza de que está sendo muito bem conduzida e tratada junto ao Governo Federal.

Agradeço a oportunidade e peço desculpas se passei do meu tempo. E coloco-me à disposição para eventuais dúvidas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado ao Dividino, que é superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, no Paraná.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Mário Povia, que é diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

O SR. MÁRIO POVIA – Bom dia a todos, Senador Blairo Maggi, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, em nome de quem eu cumprimento os demais Parlamentares aqui presentes; Exmº Sr. Antonio Henrique Pinheiro Silveira, Ministro de Estado da Secretaria de Portos da Presidência da República; Dr. Renato Barco, Diretor-Presidente da Codesp; Dr. Luiz Dividino, Superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina; Dr. Carlos Ponciano, Diretor Presidente da CDP.

Eu pedi para tirar a minha apresentação, Senador, porque ela seria redundante em relação às demais, que foram bastante completas. Eu queria basicamente – vou ser bastante breve – posicioná-los a respeito do novo marco regulatório. O Ministro Antonio Henrique já citou os desdobramentos do programa de licitação dos arrendamentos portuários.

São quatro blocos.

O bloco 1, dos portos do Pará e de Santos, encontra-se sob análise do Tribunal de Contas da União.

O bloco 2, dos portos de São Sebastião, Paranaguá, Salvador e Aratu, teve a sua consulta pública encerrada no último dia 25. Recebemos mais de 1.800 contribuições. Estamos compilando os dados. Após a conclusão da análise dessas contribuições e consolidação das propostas, algo que estamos fazendo junto com a Secretaria de Portos e com a Casa Civil, será também objeto de encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.

O bloco 3, portos de Suape, Recife, Cabedelo, Fortaleza, Maceió, Itaqui, e Macapá, e o bloco 4, Manaus, Imbituba, Itaguaí, Itajaí, Niterói, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Rio Grande, São Francisco do Sul e Vitória, os estudos estão em fase de conclusão para serem apresentados à Secretaria de Portos e à Antaq.

Gostaria de salientar também, no âmbito do novo marco regulatório, os procedimentos de autorizações. O Ministro também já abordou as novas autorizações para terminais de uso privado, IP6, IP4 e terminais de turismo, já sob a égide da Lei nº 12.815 do Decreto 8033. Já não se exige mais a preponderância de carga própria por parte dos empreendedores, o que seguramente permitirá um choque de oferta de infraestrutura no setor portuário.

Já temos cerca de seis pedidos de autorização encaminhados à Secretaria de Portos, para assinatura do contrato de adesão, e dezenas de outras, perto de 50, em análise na agência. Algumas aguardam saneamento, encaminhamento de documentações, isso dentro de um prazo de 90 dias, que deve encerrar-se no final de dezembro.

Como disse também o Ministro, já fizemos dois anúncios concentrados, com várias autorizações, mas já entramos em regime. À medida que os documentos sejam apresentados, vamos fazendo os anúncios públicos, agora, de forma individual.

E gostaria de citar também a questão da gestão portuária. O Governo Federal está preocupado com a gestão portuária. Há um grupo na Casa Civil também discutindo a questão da gestão portuária. E isso também como um desdobramento do novo marco regulatório.

Quanto à dragagem, o PND2 (Programa Nacional de Dragagem II), também o Ministro já tratou à exaustão do assunto. O Dr. Renato Barco já também colocou a conclusão de algumas obras importantes no Porto de Santos.

Eu gostaria de citar também a criação da Conaportos (Comissão Nacional das Autoridades nos Portos), uma comissão nacional cujos integrantes são as autoridades intervenientes nos portos. O intuito, basicamente, é que todas essas autoridades intervenientes trabalhem de uma forma harmônica, orientada, visando a que se diminua a burocracia nos portos e que as cargas efetivamente escoem e fiquem o mínimo de tempo de estadia nos portos.

Eu gostaria de, no âmbito da Conaportos, já citar aqui a questão do Porto 24 horas, que vem sendo tratada prioritariamente e que, seguramente, num horizonte de médio prazo, já deve trazer resultados significativos. A questão da praticagem, também, no âmbito do Conap, já com o foco aqui de um atendimento adequado dos práticos ao setor portuário, envolvendo não só a questão de custos, mas também a questão da prestação de um serviço adequado. A questão de acessos terrestres aos portos por rodovias e por ferrovias. Há necessidade de que sejam superados aí importantes entraves. O Ministro também abordou bem, o Dr. Renato Barco também colocou algumas questões, o Ponciano também, acho que todos demonstrando uma preocupação com os acessos terrestres aos portos.

E aqui eu gostaria de salientar que, no âmbito do Ministério dos Transportes, também isso vem sendo discutido com SEP, Antaq, ANTT, EPL. Essa questão também está na ordem do dia. E estou bastante otimista. Acho que teremos aí ganhos de eficiência, com base no que vem sendo discuto, nos diagnósticos existentes.

Também há um grupo cuidando do escoamento da safra. No âmbito do Ministério dos Transportes, a questão também vem sendo discutida. Eu também gostaria de citar aqui o programa de construção e de incentivo a armazéns e silos, porque isso impacta também diretamente o setor portuário. E a gente também já deve observar, em breve, resultados positivos nesse sentido.

Eu vou falar, daqui a pouquinho, das audiências públicas, das contribuições, de como a Agência vem tratando a questão dos arrendamentos portuários, que eu acho que é também um assunto que está na ordem do dia. Mas, antes, eu gostaria de falar da estruturação da agência, que sai com uma série de novas atribuições no âmbito desse novo marco regulatório do setor portuário nacional. Além da regulação e da fiscalização que ela fazia ordinariamente, há agora um acompanhamento dos contratos de arrendamento, que me são dados por conta de eficiência ou de *price cap.*

Isso vai demandar da agência uma série de providências, uma série de medidas regulatórias e fiscalizatórias, no detalhe, que, enfim, representa um novo desafio. E nós estamos nos preparando para enfrentá-lo.

A regulação da eficiência das operações portuárias é outro ponto subjacente a esse novo marco regulatório. Com toda certeza, a agência terá que se debruçar e dar um enfoque especial.

Nós temos uma meta também, que é uma maior aproximação junto aos usuários do porto. E quero dizer que o incentivo à associação de usuários nos portos é algo que a gente deve trabalhar, para ter um canal de diálogo mais concentrado com aqueles que fazem uso do dia a dia da infraestrutura portuária.

Eu quero dizer aos senhores aqui presentes que nós acreditamos no sucesso do novo marco regulatório do setor portuário, não só como partícipes do processo, mas principalmente porque, a exemplo do que colocou aqui o Dr. Dividino, nós estamos vivendo um momento único no setor portuário nacional. Desde 93, isso não ocorreu, e a gente vê hoje, claramente, o Congresso Nacional, o Governo Federal, enfim, todas as instâncias de poder deste País, preocupadas com a questão de infraestrutura, o que nos deixa felizes por atuarmos nessa área e que essa prioridade seja efetivamente

coroada de êxito com a resposta a contento com as demandas sociais.

Eu queria dizer que a questão de melhor técnica, de maior eficiência e de redução dos custos portuários vai ser tratada prioritariamente pela agência. Nós temos que desenvolver o modelo regulatório que responda a contento essas questões postas como prioritárias no marco regulatório.

Há críticas ao modelo, há quem diga que o armador poderá apropriar-se dessa redução dos custos portuários, mas nós queremos dizer que estamos encarando isso como um desafio e que, dentro do nosso modelo regulatório, procuraremos assegurar que o compartilhamento desses ganhos se dê em toda a cadeia produtiva. E até indo para dentro da fazenda, para o produtor, permitindo que ele efetivamente se aproprie desse ganho de eficiência logística.

As coisas, senhores, estão acontecendo. Nós acreditamos que o ritmo está bastante bom. O Ministro colocou aqui o cronograma desde a Medida Provisória nº595, a conversão à lei, a regulamentação do decreto, o passo a passo do que vem ocorrendo, os anúncios públicos, os arrendamentos portuários, e eu queria dizer que, no âmbito das audiências públicas, recebemos mais de três mil contribuições no bloco 1, envolvendo os portos do Pará e de Santos, e, no bloco 2, cerca de 1,840 mil contribuições. As audiências transcorreram dentro do mais alto nível, com propostas técnicas, com participação ativa da sociedade, dos usuários do porto, dos trabalhadores portuários.

Os estudos desenvolvidos, que não estudos do IBP, são estudos do Governo Federal. Na medida em que nós recepcionamos esses estudos e os aprovamos; entendemos que esses estudos passam a ser do Governo. Nós defendemos esses estudos; nós defendemos que eles possam também ser aprimorados e, dentro desse espírito, as audiências têm-se mostrado um mecanismo fundamental.

Os senhores que acompanharam mais de perto o bloco 1 devem ter verificado o universo de contribuições que foram acatadas, as mudanças que foram promovidas. Acho que podemos dizer que praticamente a totalidade dos arrendamentos que receberam contribuições tiveram, de uma forma ou de outra, alguns ajustes feitos, ajustes para melhor, para aperfeiçoar o modelo. Não está sendo diferente no bloco 2. O Dr. Dividino colocou aqui o PDZ do Porto de Paranaguá; nós reconhecemos as virtudes do PDZ do Porto de Paranaguá. Nós acompanhamos o setor portuário, nós sabemos quão zeloso é o Conselho de Autoridade Portuária de Paranaguá e, evidentemente, para aprovar um PDZ por unanimidade, é certo e seguro dizer que é um documento de qualidade.

Então, quero aqui ratificar que as audiências públicas não estão sendo para cumprir tabela; nós estamos efetivamente discutindo o modelo. Estamos discutindo item por item as propostas de arrendamento, e eu efetivamente acredito que nós teremos, ao fim e ao cabo de todo esse processo, portos mais eficientes; teremos ganhos significativos de eficiência e de produtividade nos portos, redução de custos. Enfim, o quanto vamos conseguir fazer isso vai depender de cada um de nós, do nosso sucesso, do desenvolvimento dos modelos, do nosso próprio trabalho. Mas eu não tenho a menor dúvida de que teremos portos mais eficientes, melhor provimento de infraestrutura e que estamos fazendo hoje no Brasil algo que nunca foi feito – nem em 1993 foi feito. Não há nada parecido, como algo em torno de mais de uma centena de arrendamentos portuários e, no caso, quase simultaneamente, o que vai nos deixar numa situação muito mais confortável em termos de provimento de infraestrutura.

Acreditamos no sucesso da licitação. Não devemos ter, creio eu, licitações desertas. Cada um dos arrendamentos propostos apresentam um nível de atratividade bastante interessante.

E, prezado Senador Blairo Maggi, eu queria concluir por aqui, com essa palavra de otimismo dentro desse novo modelo para o setor portuário nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Mário Povia, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq.

Antes de passarmos a palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, quero lembrar ao cidadão que está assistindo a esta reunião e queira fazer alguma pergunta que ele tem duas formas de fazê-lo: pelo telefone do Alô Senado, que é o 0800612211; ou também pelo nosso *e-mail* que é ecidadania@senado.gov.br.

Eu vou passar a palavra, então, à primeira inscrita, por ordem de chegada, conforme a convenção da nossa Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, à Senadora Vanessa Grazziotin, que foi a primeira Senadora a chegar hoje na nossa audiência pública.

Com a palavra V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu sabia que um dia eu chegaria lá, porque eu acho que essa metodologia é estabelecida pelo Senador Blairo Maggi, nesta Comissão, está fazendo sucesso. As demais comissões estão adotando a mesma tese, o que faz com que cheguemos muito cedo.

Mas eu quero cumprimentar o Senador Blairo e os convidados todos e dizer da importância do debate

deste tema, afinal de contas nós temos uma lei aprovada recentemente, e creio que não basta aprovar as leis, porque a lei, a normativa legal constitui um primeiro passo. O importante é saber como essa lei vem sendo aplicada no País. Por exemplo, a legislação brasileira determina uma cota de 30% de gênero nas candidaturas nos processos eleitorais, o que significa dizer que nós deveríamos ter, no mínimo, 30% de mulheres no Parlamento, mas não é verdade. Isso não é verdade. A média brasileira é de 9%. Há algum problema na lei que nós precisamos resolver na prática.

Mas, enfim, esse é um exemplo que, daqui para frente, eu vou usar muito para dizer da desigualdade entre homens e mulheres no Parlamento brasileiro ainda e ganhar os homens para essa luta que é uma luta de todos nós.

Mas, então, eu creio que...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Nós vamos voltar para a cozinha ainda, Senadora, e as mulheres terão saudades de nós ainda. *(Risos.)*

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, a gente não quer os senhores na cozinha – não, não. A gente quer dividir a cozinha, mas queremos dividir essas cadeiras também.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Nós adoramos a cozinha.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas queremos dividir essas cadeiras também.

Mas, enfim, eu acho que o objetivo é esse, é exatamente esse. E vejo esta como a primeira – não é Senador Maggi? –, depois da aprovação da lei, de tantas outras audiências com todos os segmentos para debater o seu cumprimento.

Então, eu quero começar a fazer alguns questionamentos aqui, e começo pelo Ministro. Eu sei que já foi dito tudo. Entretanto, acho que alguma coisa a gente precisa até repetir, enfatizar, pelo poder da retórica.

Creio que a lei avança no sentido de buscar uma modernização, e buscar uma modernização para garantir uma melhor competitividade dos produtos brasileiros. Entretanto, o porto – como foi visto aí – é parte de todo um emaranhado de questões que estão vinculadas à produção, à exportação ou até mesmo à comercialização interna, porque nós temos rios como um meio de transporte importante no Brasil.

Até que ponto essa lei terá sucesso, Ministro – e todos podem falar – se não houver um investimento maciço na infraestrutura brasileira?

E aí eu pego alguns dados que retratam bem a realidade brasileira.

Eu peguei aqui uma estatística que classifica os maiores portos de acordo com o valor movimentado. Vejam os senhores: primeiro, Porto de Santos; segundo, de Vitória; terceiro, Itaguaí, no Rio de Janeiro; quarto, Paranaguá; São Luís, no Maranhão, quinto; sexto, Rio Grande, no Rio Grande do Sul; sétimo, Rio de Janeiro; oitavo, Itajaí; nono, Macaé; décimo, São Francisco do Sul, Santa Catarina.

Ou seja, com exceção do Maranhão, que é Nordeste e um pouco da Amazônia também, todos os demais portos ficam no centro e no centro-sul. Todos os demais portos. E nós sabemos, por diversos estudos de várias entidades, inclusive da CNI... Eu participei durante um período do lançamento de uma luta em prol do desenvolvimento da logística brasileira que mostra que o Norte... Quando se fala em Norte, dizem: "Não, o Norte está numa região mal localizada, geograficamente não interessante".

Não é verdade. Se a gente olhar só para o Brasil, de fato o Norte está lá em cima, sem vias de acesso, com exceção dos rios, das hidrovias – sem trens, sem ferrovias, sem estradas, sem nada. Mas, se a gente olhar para o mundo, o Nordeste e o Norte brasileiros são mais bem localizados do que o Sul. Mas a gente ainda convive com aquelas filas. Volta e meia, época de safra da soja, a televisão e todos os jornais mostram aquela fila de carros. E, de acordo com os problemas levantados, as dificuldades de acesso são as principais hoje, assim como a falta de pátios, de logística, além da questão da burocracia: a presença da Receita Federal do Brasil, da Anvisa, do Ministério da Agricultura e daí para a frente. Então, grande parte dos problemas está vinculada à logística. Não adianta. Nós precisamos descentralizar a produção e o desenvolvimento do Brasil. E sem essa alternativa...

Eu não me lembro, Senador Blairo, mas há um porto, acho que no Maranhão, que é considerado o de melhor localidade.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Itaqui. Mas nem entra.

O Senador Blairo Maggi é um exemplo vivo do que eu estou dizendo. Lá em Santarém, tem um porto. A Cargill trabalha muito por Santarém; o Senador Blairo trabalha muito pelo meu Estado e fez uma economia significativa em cada tonelada de soja exportada, o que melhora a competitividade do nosso produto no mercado internacional.

Então, em relação a essas questões, eu faço esta única pergunta, porque a considero bastante abrangente.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Primeiro, ouviremos as perguntas dos três Senadores presentes; depois, vamos às respostas em bloco, o que facilita a compreensão.

Passo a palavra, agora, ao Senador Flexa Ribeiro para as suas considerações, suas perguntas.

O Senador Flexa é Senador pelo Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Senador Blairo Maggi, Senadora Vanessa, Senador Valdir Raupp, senhores convidados, quero saudar a todos em nome do Ministro da Secretaria de Portos Antonio Henrique Silveira.

Nós estamos discutindo mais uma vez a questão da logística em nosso País.

Ainda domingo, não sei se os senhores assistiram a uma matéria do Fantástico. Pela segunda vez, o programa da Rede Globo fala sobre a questão da Hidrovia do Tocantins. Haviam feito um programa anterior, e agora repetiram com maior amplitude inclusive.

Então, eu queria perguntar ao Diretor da Antaq qual é a programação, se há algum planejamento, se há algum interesse em nível de governo de se implantar o modal hidroviário, que hoje é feito com esforço, como fez o Senador Blairo Maggi, alguns anos atrás, ao navegar pelo Madeira-Mamoré, pelo Rio Madeira. Ele consolidou com isso a viabilidade do sistema hidroviário.

O que a gente vê, na realidade, são números que assustam a todos com a relação comparativa entre o custo do frete pelos portos de Paranaguá e Santos: se não me falha a memória, o saco de milho custaria R$9,00 para escoar por lá e, se fosse escoado pela hidrovia, custaria R$1,00. Então, é algo sobre o que não entendemos porque o Governo não toma uma decisão.

Há algum tempo, foi cogitado, numa reunião com a Ministra Gleisi Hoffman, um PAC das hidrovias. Acho que ficou só na vontade; não houve nem a motivação midiática de fazer um lançamento do plano no Palácio, nem isso houve.

Queria saber do Ministro da Secretaria de Portos como está esse programa de hidrovias e queria que ele pudesse fazer uma análise entre a legislação anterior à Lei dos Portos e a atual. Como está sendo feita a adaptação da questão?

Dr. Ponciano, da CDP, cheguei no meio da sua palestra – não sei se antes fez referência a isto. Como a CDP está se preparando junto com o Ministério dos Transportes para a chegada da Ferrovia Açailândia-Vila do Conde, para escoamento de parte da produção do Centro-Oeste do nosso País? Saber se há alguma informação sobre a ferrovia.

O Senador Blairo Maggi estava torcendo pela FICO, e parece que ele tem até um pensamento muito positivo, porque já há notícias de que a FICO passou à frente da Ferrovia Açailândia-Vila do Conde, que seria a primeira a ser licitada. Gostaria de saber se há alguma posição a respeito disso.

E, com relação ao nosso Porto de Vila do Conde, se já foram tomadas as providências para rever a poligonal, de tal forma que os portos lá existentes possam ficar fora do porto organizado. Isso só será possível com a revisão da poligonal que a nova Lei dos Portos permite que seja feita. Se já foram tomadas essas providências.

Tenho certeza absoluta de que o Pará será a bola da vez, vamos dizer assim, em nível de escoamento da produção brasileira, por todas as posições e as condições geográficas, inclusive de distância aos centros consumidores, de calado. O Pará preenche todas as condições, para que possa, efetivamente, ser o ponto de escoamento dessa grande da produção do Centro-Oeste brasileiro e também porque a produção está vindo para o Norte; está subindo para o Estado do Pará, Tocantins. Então, isso vai facilitar e muito o escoamento dessa produção.

Por último – não sei se todos têm conhecimento –, gostaria que o Ministro da Secretaria de Portos, diretor da Antaq, Dr. Ponciano, falasse sobre o Pedral do Lourenço, na Hidrovia Araguaia-Tocantins, dessa matéria do...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Vamos lá que as pedras são bonitas. O Senador viu no Fantástico: as pedras estão bem afloradas nessa época.

Queria saber se tem algum conhecimento de como está o projeto, quando será feito, porque esse Pedral do Lourenço está pior do que obra de igreja: não tem jeito de sair. E fizeram uma barragem de R$1 bilhão, uma eclusa de R$1,6 bilhão, que está lá para enfeitar, porque não tem nenhuma utilidade, utilidade zero; isso não é possível num País como o nosso, que luta por recursos para atender à sua logística.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza, que é Senador pelo Estado do Paraná.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, que esteve ontem lá em Curitiba, juntamente comigo, onde fizemos visitas de fiscalização às obras da Copa que acontecem em Curitiba e região metropolitana.

Cumprimentar aqui o Secretário de Infraestrutura do Paraná, o Pepe Richa, o Fregonese, que é um dos diretores do porto, juntamente com o Dividino, que é o superintendente do Porto de Paranaguá; Sr. Carlos José Ponciano, Mário Povia, Ministro Luiz Henrique, Renato Barco.

Eu iniciaria a minha exposição, Sr. Presidente, dizendo que realmente o Brasil está muito atrasado, do ponto de vista de infraestrutura e logística, mas também colocaria, num jargão conhecido por muitos, que nunca se fez tanto. Nunca se fez como o País está fazendo agora do ponto de vista de rodovias, do ponto de vista de hidrovias...

Assisti à reportagem – comentávamos ontem, ainda no Paraná, eu e o Senador Blairo Maggi, sobre a reportagem de domingo –, e não é de R$18,00 o custo da saca do milho para levar até o Porto de Paranaguá. E a Rede Globo mostrou isso. R$18,00 ela mostrou como custo, dizendo que é mais caro o frete do que o valor do produto.

Sabemos, sim, que temos uns gargalos de hidrovias e temos que superar isso, mas o Brasil está atrasado em tudo, não só do ponto de vista de hidrovias. Os portos: há quantas décadas não se fazem investimentos substanciais nos portos brasileiros? Começaram a ser feitos nos últimos dez anos, e o que se fez para trás foi de maneira isolada, pontual, e, inclusive, pela iniciativa privada ou pelos portos regionais individualmente. Não se fazia investimentos em infraestrutura no Brasil há décadas. As ferrovias que aí estão são do século XIX e algumas do século XX. A grande maioria tem, na média, 100 anos. Da malha ferroviária de 30 mil quilômetros que temos no Brasil hoje, somente 10 mil estão sendo operadas; 20 mil estão abandonadas, no modelo das concessões passadas colocadas numa região em que não houve desenvolvimento ou onde se privilegiou o modal rodoviário.

Mas, aqui, especificamente com relação aos portos. Eu tenho uma preocupação muito grande com o custo Brasil. Tenho manifestado isso por vezes aqui no Senado Federal e por onde passo no meu Estado, Estado do Paraná, dizendo que, no momento em que conseguirmos equilibrar o nosso custo da porteira para dentro – porque uma tonelada de soja, dentro de um navio em Nova Orleans, Buenos Aires, Paranaguá ou Santos, custa US$440,00. Esse é o preço histórico. O problema é o nosso custo da porteira para dentro. Na hora em que conseguirmos otimizar isso, ninguém concorre com o Brasil. Não há meios de se concorrer com o Brasil, que não tem mais subsídios à agricultura, a não ser aqueles diretos no financiamento da safra, quando dos juros, pelo Governo brasileiro, que também fez o maior Plano Safra da história.

Uma pesquisa de uma revista de circulação nacional no início deste ano deu conta de que o Brasil perdeu R$180 bilhões no ano de 2012, pelo déficit de armazenagem e pela ineficiência dos modais, só no escoamento da safra, em comparação em distância com os Estados Unidos e também com a Argentina. R$180 bilhões? Qual é o tamanho do investimento que estamos fazendo hoje, por exemplo, em portos ou em ferrovias? Não chega perto disso, e nós perdemos isso somente em um ano.

Lógico que não temos os R$180 bilhões para investir. Não temos. É preciso trazer aqui a iniciativa privada para conversar. Essa iniciativa do Governo Federal de tomar para si a responsabilidade da abertura dos portos brasileiros vai dar um novo diferencial ao Brasil a curto e médio prazo. Não é nem a longo prazo, porque você tira do controle de poucos, porque o Governo chama para si a responsabilidade, mas você começa a fazer alguns projetos.

Veja lá em Paranaguá, Dividino, você que é o superintendente: qual foi o último terminal licitado em Paranaguá? Ou quantos terminais se licitaram nos últimos dez anos em Paranaguá? Como você pegou a realidade daquele porto? O que melhorou em muito nos portos, especialmente o Porto de Paranaguá, foi a gestão. Isso, sim, deu eficiência ao porto, e os gráficos mostrados aqui pelo Superintendente Dividino demonstram isso, mas não foram os investimentos em novos berços ou terminais, e assim por diante.

Eu pergunto aos diretores de docas e aos superintendentes como veem a Lei dos Portos? Foi bom para o Brasil? É bom para os portos? Vocês estão conseguindo enxergar que nós vamos otimizar o País a partir dessa nova Lei dos Portos?

E eu pergunto ao Ministro Henrique e também ao Mário Povia quais são os grandes desafios que o Governo está enfrentando agora com esse novo modelo de licitação aberto para editais – inclusive o edital de Paranaguá fechou o período de consulta recentemente, e estão analisando; em Santos e em outros, fechou um pouco antes. Quais são os grandes desafios que a Antaq e a Secretaria de Portos estão enfrentando na hora em que abre o período para consulta, e a iniciativa privada vai lá para dentro colocar suas reclamações e suas sugestões?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

O que eu tenho não são bem duas perguntas; são mais comentários que vieram pelo *e-mail.* Depois que eu ler estes comentários, eu gostaria de abrir à nossa plateia, caso alguém queira fazer alguma pergunta. Já

que nós estamos abrindo para quem está em casa, é direito de quem se deslocou para vir até aqui também fazer a sua pergunta.

O Sr. Meyer Gilbert diz o seguinte:

Sabendo que a Petrobras [e ele coloca uma sigla PETR4, relativa a uma ação da Petrobras] e que o Grupo EBX, de Eike Batista, estão entre as empresas que fizeram pedido para autorização de novos portos privados que poderão ser abertos no País, qual a segurança de que essas concessões não estarão impregnadas pela derrocada dessas empresas? [É mais um comentário, não é?] Que cauções serão solicitadas para a adesão? Que critérios? Amizade e países chineses. E que garantias que o lucro dessa operação será transferida em benefício da população – 10% para saúde, 50% para educação, 20% para segurança? Ou não vai sobrar nada para a população? Só transtorno?

Esses são dois comentários aqui que foram feitos.

Então, eu abro a palavra aqui para nossa audiência presente. Quem quiser fazer algum questionamento, alguma pergunta fique à vontade.

Concedo a palavra ao Sr. Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE – Senadores, Ministros, meu nome é Lourenço Fregonese. Sou Diretor de Desenvolvimento Empresarial do Porto de Paranaguá.

Desde a primeira reunião que nós tivemos junto aos nossos colegas da Antaq e da SEP-PR no dia 28 de outubro, eu trago uma grande preocupação que me atormenta todos os dias na questão da indústria de transformação: a lei não premia a indústria de transformação. Do jeito que foi colocada a lei, simplesmente todo produto segregado fica sem pai e sem mãe na questão portuária brasileira. E, atrás disso, atrás da indústria de transformação, existem milhões de impostos e milhares de empregos. Essa é uma das grandes preocupações.

O nosso maior mercado hoje é a Europa. Todo salmão que é alimentado na Europa é alimentado com farelo brasileiro. É um mercado que levou anos para ser conquistado. E a minha grande preocupação foi que nós estamos premiando o volume e não estamos premiando o valor agregado, nem a indústria nacional. Nós estamos atendendo às *trades* e não estamos atendendo ao agricultor brasileiro, desde o começo.

Nós fizemos um trabalho de 16 meses e visitamos todo pequeno, médio e grande agricultor do Estado do Paraná, Mato Grosso do Sul e alguns do Estado do Mato Grosso.

Existem inúmeras fábricas trabalhando e tendo que usar armazém segregado. É um produto que não aceita contaminação. E os portos, no novo modelo, não premiam isso de modo algum.

O segundo grande problema é o porquê, no nosso desenho – falo por Paranaguá, onde tivemos o cuidado de colocar áreas para arrendamento, áreas *greenfields*, áreas que não têm conflito e, pelo modelo apresentado, criam-se armazéns que vão judicializar – de não trabalharmos pelo mais fácil? Por que não trabalharmos pelo que está pronto? Por que não trabalharmos em cima daquilo que é viável, onde o empresário que vai investir e que vai correr todo o risco está querendo colocar o dinheiro? Por que dizer não ao capital brasileiro e dizer sim ao capital estrangeiro?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado pela sua colaboração.

O Senador Flexa abriu mão. Então, passo, de imediato, a palavra ao Ministro Antonio Henrique Pinheiro Silveira, uma vez que ele tem que sair às 11h, para que comece a responder às questões, às perguntas.

Com a palavra o Ministro Antonio Henrique.

O SR. ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA – Obrigado, Sr. Presidente, demais Senadores, lamentavelmente, a Senadora Vanessa Grazziotin teve que se ausentar porque é irresistível reconhecer que, ainda que numericamente o gênero feminino esteja sub-representado na Casa, intelectualmente na atuação diria que, de longe, elas nos superam em todas as casas, em todos os poderes hoje em dia.

A questão levantada por ela é uma questão extremamente sensível da economia brasileira que é o desequilíbrio do desenvolvimento regional. Essa é uma questão circular.

Governos vêm procurando estabelecer mecanismos para mitigar as desigualdades regionais, mas ainda estamos longe de ter um espaço econômico não homogêneo, mas mais homogêneo como outros países de grande porte como, por exemplo, Estados Unidos. Esse é um desafio que permanece para o Brasil e esse desequilíbrio do desenvolvimento regional gera uma série de questões inclusive um desbalanceamento nas necessidades logísticas. E como efeito, por exemplo, uma dificuldade maior para a cabotagem do que a mera dificuldade institucional.

É reconhecido que a cabotagem brasileira sofre de um problema das diferenças de carga de ida e retorno e isso dificulta bastante o desenvolvimento da nossa cabotagem, entre outras questões que procuram ser atendidas no âmbito de todo o esforço que o Governo vem fazendo na questão portuária de navegação.

Sou obrigado a reconhecer que a concentração regional da produção é uma questão ainda pendente de ser resolvida no espaço econômico brasileiro. Foi tentativa dos últimos 50 anos, no mínimo, resolverem isso, mas ainda temos grandes passos a cumprir e, efetivamente, a diminuição da concentração dos mer-

cados da produção no País contribuirá bastante para maior bem-estar de todos e para a facilitação da questão logística.

Senador Flexa Ribeiro, sobre a questão do PAC das hidrovias, o meu colega César Borges tem trabalhado com afinco nas questões relacionadas aos portos fluviais, hidrovias. Inclusive trabalhamos em parceria, por exemplo, na revitalização do Porto de Manaus para a Copa. O Ministério dos Transportes lidera, mas a SEP dá apoio inclusive recursos.

Vou ficar devendo para o senhor é uma visita ao Pedral do Lourenço para entendê-lo em toda a sua extensão. Essa questão foi colocada como prioritária, porém tem restrições ambientais de alta monta e, pelo que me lembro das nossas reuniões do PAC, os orçamentos foram crescendo sucessivamente, e o projeto é efetivamente bem complicado. É um desafio que o Governo tem que endereçar. Continua nas prioridades, mas estamos devendo.

O senhor pediu também que eu fizesse uma rápida análise dos principais pontos distintivos da legislação anterior, a Lei nº 8.630, e a nova legislação, a Lei nº 2.815. Eu destaco aqui três grandes pontos. Primeiro, uma rearrumação e um aprimoramento do mecanismo de planejamento, regulação e gestão, alocando as responsabilidades, em cada nível, de forma bastante interessante. Então, há atribuições muito claras de planejamento e outorga no âmbito da SEP, há aspectos muitos claros de apoio na outorga e regulação no âmbito da Antaq e, de gestão, no âmbito das Companhias Docas.

Gestão nas Companhias Docas é absolutamente necessário não só porque, segundo senso comum popular, é necessário melhorar a gestão, mas porque é no âmbito das administrações de todos os portos delegados das Companhias Docas é que existe a interação entre portos e comunidades locais. A busca de soluções para os diversos entraves que não conseguem ser atendidos imediatamente com obras de vulto ganha destaque com acordos com prefeituras, sistema de gestão para melhorar o tráfego e minorar os impactos nas cidades. Então, é extremamente importante que essa vertente seja muito bem desenvolvida no âmbito das Companhias Docas. Esse é um dos aspectos.

Outro aspecto extremamente importante é o fim da distinção entre carga própria e carga de terceiros em terminais de uso privado. Eram terminais de uso privativo na lei anterior, hoje são terminais de uso privado.

Os terminais de uso privado fora dos portos organizados podem movimentar qualquer carga, seja própria, seja carga de terceiro. Também não foi incluída nenhuma distinção entre porto indústria e outras modalidades. E não o foi por um motivo muito claro: em determinadas situações é absolutamente necessário encarar um terminal portuária como o fim de uma cadeia produtiva muito bem estabelecida. Nessas situações, é natural que terminais de uso privado predominem ainda que, como foi colocado pelo nosso colega da direção do Porto de Paranaguá, existam hoje exemplos de instalações industriais dentro da área de portos organizados. Essa é uma questão, é um desafio para o governo tratar de forma adequada e resolver. Isso não acontece só em Paranaguá, isso acontece em outros portos, como por exemplo, no Espírito Santo, onde há casos entre outros.

Esse efetivamente é um desafio, e não estamos insensíveis a esse problema de uma cadeia produtiva que tem, dentro do porto organizado, um elo essencial. Nós estamos trabalhando pesadamente para buscar soluções nesse aspecto.

O fim da distinção entre carga própria e carga de terceiros traz uma pressão competitiva muito grande em cima do sistema de portos organizados, e eles terão que responder para conseguirem encarar essa competição. E isso, entendemos, é bastante saudável. Venho de órgão de defesa da concorrência e posso atestar que concorrência, nos parâmetros da legalidade, é absolutamente necessária para geração de bem-estar. Acreditamos que isso dará um choque de oferta não só no sistema portuário, mas temos essa iniciativa em outros elos da cadeia logística.

Por último, o critério de licitação. Ele também traz um aspecto extremamente importante. Na Lei nº 8.630, quase que naturalmente se migrava para a outorga onerosa, e acreditamos, desde o início, que usar o mecanismo de outorga na situação atual poderia gerar problemas de aumento de custos portuários muito fortes, com outorgas muito elevadas em alguns portos estratégicos como Paranaguá, Santos, Vitória, entre outros.

Então, procuramos introduzir na lei mecanismos alternativos para licitação, para julgamento de proposta, para, com eles, ou seja, na combinação que seja possível fazer deles, obter o resultado de redução do custo Brasil.

Bem, para o Senador Sérgio Souza, que fez uma pergunta sobre os desafios que estamos enfrentando com o novo modelo e implantação de um novo marco legal, o novo desafio é principalmente conseguir comunicar-se e, principalmente, ouvir de forma adequada um segmento da logística brasileira, que, como foi dito aqui por vários expositores, passou muito tempo fora das atenções imediatas dos governos federal e estaduais principalmente, sem aqui querer apontar a culpa para ninguém.

Isso levou a uma consolidação de interesses muitas vezes conflituosos, levou a problemas de judicialização e, efetivamente – se eu puder usar aqui nesta Casa –, quando se mete a mão no vespeiro, tem de se estar preparado para ser picado.

Efetivamente, temos tido uma série de reações e, neste um mês em que estou à frente da Secretaria de Portos, o que eu tenho procurado, com todas as partes – trabalhadores, empresários, administrações dos portos delegados, administrações das companhias docas -, é promover um diálogo intenso, na busca das soluções que estejam dentro do espectro da lei e que sejam as mais inteligentes para os nossos portos.

Tivemos um trabalho muito bem feito por parte de uma consultoria – a EBP, a já famosa EBP. Esse trabalho está sendo continuamente submetido a escrutínio público, foi motivo de audiências no Congresso, várias audiências públicas, longas consultas públicas. Nós não temos nos furtado a discutir os detalhes em momento algum e estamos, efetivamente, colhendo as contribuições para fazer um processo de revisão, que já aconteceu, em larga medida, no caso de Santos e Pará, está em curso no caso de Paranaguá, Salvador – onde moro – e São Sebastião, e será da mesma forma nos vindouros.

Então, procuramos dialogar intensamente e entender quais são os principais desafios, interesses contrariados e insatisfações para, a partir daí, conseguir construir, não tenho ilusão de um consenso, mas a proposta mais bem elaborada, de acordo com os cânones da lei, para se chegar ao objetivo maior, que é a redução dos custos logísticos nesse evento, no âmbito portuário, e, com isso, permitir a alavancagem da competitividade do setor privado ou, como já foi dito, no caso do agronegócio, o preço fora do portão da fazenda, porque dentro do portão da fazenda ele já está resolvido.

Bom, sobre as participações que vieram externamente, quanto à derrocada da Petrobras, lamentavelmente, eu tenho de discordar de que a Petrobras esteja derrocada. Não é o caso.

No caso das empresas do Eike, elas passam por um processo de recuperação judicial. O Porto do Açu, principal empreendimento, tem sustentabilidade. Eventualmente, ele pode ser repassado a outros controladores e eu tenho certeza de que virá engrossar a infraestrutura portuária brasileira e terá um bom desempenho.

Reduzindo os custos operacionais, e essa redução de custos operacionais sendo repassada na cadeia, nas diversas cadeias que utilizam o sistema portuário, o efeito disso transbordará para toda a economia e, além da competitividade que a gente ganha, a gente ganha em acréscimo de produção, com o acréscimo de produção, em aumento de arrecadação de impostos e, indiretamente, em recursos que irão para a saúde, educação, entre outras áreas sociais que são de extrema importância para o nosso País.

Eu vou ter de pedir desculpas a todos. Tenho um compromisso agora, às 11h, e são 10h54. Tenho de me ausentar do recinto, mas continuamos abertos, na Secretaria de Portos ou a qualquer momento, para retornar aqui ou recebê-los, e continuar esta discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado ao Ministro Antonio Henrique Pinheiro. Eu quero agradecer pela sua presença e já permitir a sua saída da mesa, convidando os demais a permanecerem, para responderem as perguntas que foram, aqui, feitas pelas Srªs e Srs. Senadores.

Eu passo a palavra, de imediato, ao Dr. Renato Ferreira Barco, Diretor-Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo, para as suas respostas – parece que não tem uma pergunta específica para V. Sª – e já para as considerações finais da nossa Mesa.

Eu gostaria de fazer, aqui, uma pergunta e uma consideração.

Primeiro, para o Superintendente de Belém: na sua fala, o senhor fez a afirmação de que a chegada em Outeiro, ao Porto de Outeiro, que vai ser colocado em licitação também, para concessão, é só por barcaça. Não existe a possibilidade de chegar pela ferrovia, no futuro, ou por uma rodovia. Esse é um ponto interessante, porque o Pará vai produzir soja, vai vir do Tocantins, vai vir do Maranhão, de outros lugares também, e terá que chegar de caminhão ou de trem. Então, esse é um ponto que pode apreciar ou depreciar esse terminal que vai ser colocado em concessão já num futuro próximo.

Também para o Dr. Mário: como é que está, na Antaq, o número de pedidos de novos portos? Tivemos uma corrida para isso? A Antaq tem dado vazão? Temos fila para isso? Enfim, como está esse processo – Dr. Renato, sente-se aqui mais perto de mim – dentro do processo da Antaq?

Para reforçar a pergunta que o Senador Sérgio Souza fez, a lei dos portos é uma lei boa ou ela tem reparos a serem feitos? Porque eu pretendo aqui, na sequência, fazer uma audiência pública com aqueles que são usuários agora, aqueles que estão demandando os serviços das agências e dos terminais, para ouvir dos operadores o que eles estão achando da implantação da lei. Se estiver todo mundo de acordo, se as administradoras dos portos estiverem de acordo, se os usuários estiverem de acordo, é sinal de que

nós aqui no Congresso e o Executivo acertamos em fazer a lei, mas, se houver reparos a serem feitos, é importante que seja colocado para que tomemos as providências necessárias.

Então, seriam essas as minhas considerações.

Passo a palavra agora ao Dr. Renato, para que ele possa fazer as suas considerações finais e dar respostas se for o caso.

O SR. RENATO FERREIRA BARCO – Senhores, tudo que já foi dito, de maneira muito clara, é a concordância de todos, e acaba sobrando pouco até para falarmos a respeito, mas eu queria deixar, até em nome do Senador Sérgio, que se retirou, um comentário a respeito de planejamento e do que vem sendo feito nas administrações portuárias e nos portos como um todo.

Eu também concordo que muito foi feito. Eu acho que a lacuna é tão grande que parece que todas as obras, todas as ações caem numa vala comum, como se já estivessem colocadas naquele lugar há anos.

Eu trataria como um divisor de águas, a criação da Secretaria de Portos. Eu acho que a Secretaria de Portos, a partir do instante em que passou a ter um titular, deu condições – claro com todo o respaldo do Governo Federal – para que os administradores portuários pudessem desenvolver mais, principalmente o planejamento, a elaboração de projetos, coisas básicas dentro de qualquer processo e que, infelizmente, não existiam. Então, desse tempo para cá, se nós formos listar as realizações que foram feitas, elas são de uma maneira muito contundentes e nós deveríamos talvez até fazer um pouco mais de propaganda sobre isso, mas, como disse, elas são insuficientes.

No caso de Santos, num porto que possui vários terminais, multiuso, vamos dizer assim, num porto multifacetado com movimentação expressiva de grãos, de contêineres e granéis líquidos, procura-se fazer o máximo dentro daquilo que é disponível.

Eu também entendo que, pela primeira vez, foram feitas projeções para um futuro em que se remete a uma movimentação de cargas substancial e que medidas urgentes precisam ser tomadas para que possa existir a fluidez, porque a carga, sem dúvida alguma, existe. Ela só precisa ser muito bem tratada, e o cliente precisa ser muito bem tratado, chegar às instalações portuárias e conseguir que tudo ocorra de maneira perene.

Eu não tenho muito mais o que falar, Senador Blairo. Eu gostaria de me colocar à disposição. O Porto de Santos está às ordens. Diante da dificuldade de realizar uma grande obra num curto espaço de tempo, temos buscado deixar registrado que tem se buscado tratar com gestão, buscando medidas que façam com que a carga chegue de uma maneira mais cadenciada, buscando a criação de pátios reguladores, principalmente na região do Planalto, para que elas já cheguem direcionadas a todos os terminais da região da Baixada Santista, para que se possa atuar em condições razoáveis de produtividade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Renato, pela sua participação aqui, na nossa audiência pública.

Passo a palavra, de imediato, ao Sr. Carlos José Ponciano da Silva, Diretor-Presidente das Docas do Pará.

O SR. CARLOS JOSÉ PONCIANO DA SILVA – A primeira colocação feita pela Senadora Vanessa é absolutamente pertinente. Existe assimetria entre norte e sul e é astronômica, ou seja, o País, passados 513 anos desde o seu descobrimento, não conseguiu estabelecer uma maneira de se desenvolver de forma mais homogênea. Ela, como Senadora do Estado do Amazonas, representa um Estado que pode pontuar esse aspecto de maneira muito contundente. O que seria do Estado do Amazonas se não fosse a Zona Franca de Manaus? Certamente, ele teria enormes dificuldades por causa da localização e da infraestrutura que chegaria lá com muito mais dificuldades. A própria Zona Franca é o exemplo de que, quando se quer criar soluções, essas soluções são possíveis.

A questão é que o Brasil é um país enorme, um país de dimensões continentais – e é até desnecessário dizer isso. O que é necessário é que, efetivamente, se debruce sobre o mapa do Brasil e se analise, caso a caso, a potencialidade de cada região. Dizem que Deus nunca deixou ninguém desamparado. Então, cada pessoa tem uma vocação natural – ela pode até não desenvolver por uma série de motivos essa vocação natural que tem –, e cada região no Brasil tem a sua vocação natural também. Então, é necessário que abramos o mapa do Brasil e, sobre esse mapa do Brasil, coloquemos outro mapa, que é um mapa de logística. A verdade é que o desenvolvimento está intimamente ligado à capacidade de se comunicar, de transitar, de fazer fluir serviços e riquezas.

Num evento que houve em Santarém, eu questionei o seguinte: quanto valeria uma mina de ouro que tivesse 300 milhões de toneladas localizadas no Planeta Plutão? Alguém compraria uma ação? Não, não compraria, simplesmente porque não se consegue chegar lá para explorar. Então, é em cima disso que tem de se trabalhar para que se reverta a questão tão grande de assimetria entre o desenvolvimento das Regiões Sul, Sudeste e as Regiões Norte, Nordeste. É a famosa Belíndia. Nós temos áreas de pleno desenvolvimento social e tecnológico e regiões absolutamente pobres.

Eu acho que seria didático para cada Senador, para cada Deputado do Parlamento Nacional que não fosse representante da Região Norte conhecer, por exemplo, Marajó; conhecer o Vale do Jequitinhonha, para verificar as dificuldades com que brasileiros como nós sobrevivem ou tentam sobreviver nesses locais, porque há uma dificuldade muito grande em o Poder Público se fazer presente nessas regiões.

Então, esses aspectos estão atrelados a essa colocação da Senadora. E não tem jeito. Cabe àqueles formuladores de política pública no Brasil debruçarem-se sobre essa questão. Essa questão se agrava muito porque não gostamos de uma coisa chamada planejamento. Com essa história do jeitinho brasileiro, de que o brasileiro é o cara malandro, achamos que contornamos qualquer coisa. Ou seja, o improviso substitui o planejamento. Não deve ser verdade, não, senão hoje seríamos provavelmente a maior potência do Planeta, porque somos muito bons em tentar improvisar e em ter jogo de cintura.

Eu me lembro de um evento de que participei em que havia uma engenheira coreana, e ela estava ouvindo uma explicação de um engenheiro brasileiro sobre um atraso significativo na obra. Ela fazia uma pergunta para ele: "Mas não foi planejado?" Aí ele dizia que foi planejado e passava mais cinco minutos dando a versão dele. Aí ela repetia: "Mas não foi planejado?" Acho que ela passou uns dez minutos perguntando a ele se não foi planejado.

Então, é esse planejamento sistemático que é imperativo que assumamos para que consigamos lograr êxito no desenvolvimento deste País de forma a atender a cada um dos seus habitantes. Sem esse planejamento, vamos ficar claudicando, indo de ação em ação, de improviso, na tentativa de que a soma de dois erros dê um acerto. Não é que nem na matemática em que menos com menos dá mais.

Com relação à colocação do Senador Flexa Ribeiro, ele perguntou sobre o Pedral do Lourenço. Sobre o Pedral do Lourenço o Ministro já falou. A estimativa que se tinha era a que o DNIT dizia que, até novembro – nós ainda estamos em novembro –, o edital seria publicado. E nós continuamos aguardando.

Com relação aos projetos, existem as condicionantes ambientais, que têm de ser cumpridas realmente, como colocou o Ministro. No meio do caminho, foi solicitado à Companhia Vale do Rio Doce que fizesse um estudo, que apresentasse uma opção *b* ao projeto desenvolvido pela Universidade Federal do Pará, à frente o Prof. Doutor Ito Braga.

Sobre esse projeto da Vale, não houve divulgação muito grande acerca dele, mas alguns dados chamaram a atenção. Quando um canal com a profundidade de 3,5 metros atende à necessidade do que se vai escoar, tanto em minério de ferro como em grãos, na região, o projeto da Vale falava em uma profundidade de 5 metros. Quando uma largura do canal da faixa de 70 metros atende à necessidade na ligação, o projeto da Vale falava em 200 metros. Ou seja, não havia água no Rio Tocantins para viabilizar o projeto.

Por fim, esse troço foi para na mão da Marinha, que deu a palavra final – ou teria dado a palavra final – e ela se pronunciou favoravelmente ao projeto desenvolvido lá pelo nosso conterrâneo, o Prof. Hito Braga. E esperamos que esse projeto vá em frente, porque ele é muito importante para nós.

O valor inicial do projeto, obviamente, tem que sofrer alguns reajustes, dado o tempo transcorrido. Na primeira licitação, ele ficou em torno de R$340,00, valor ofertado pela empresa que deu o menor preço para a realização da obra. O que assusta é o fato de que, de lá para cá, esses números têm sido inflados, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS JOSÉ PONCIANO DA SILVA – São R$340 milhões. Desculpa. Esses valores têm sido inflados, e hoje eu não tenho certeza de a quantas anda esse número.

Com relação, Senador, a como a CDP está se preparando para a chegada da ferrovia, a CDP está esfregando as mãos e mordendo os lábios de ansiedade, esperando a ferrovia chegar. Quando a ferrovia chegar, nós estaremos com a nossa pera ferroviária interna ao porto já em processo de execução, aguardando que a carga que vem da Região Centro-Oeste chegue ao nosso porto para que seja escoada. Nós estamos trabalhando nesse sentido e estamos acompanhando.

A promessa do Dr. Bernardo Figueiredo era que o processo efetivamente teria seu início no mês de outubro. O edital seria lançado nesse período, mas eu hoje não sei dizer para o senhor como está o andamento desse projeto. Entre idas e vindas, como em tantas outras obras, parece-me que ele não será lançado agora.

Bem, com relação à poligonal do porto organizado, como frisou o Ministro e o Dr. Mário Povia, esse é um assunto que está sendo tratado no âmbito dessas duas instituições. É imperativo que a poligonal do porto organizado passe a ser não contínua, porque há uma série de empreendimentos que já existiam. Sob a égide da legislação antiga, o TUP, obrigatoriamente, tinha que estar dentro da área do porto organizado. Houve uma reversão, e, agora, o TUP, obrigatoriamente, tem que estar fora do porto organizado. Então, não acredito que vá haver dificuldade no sentido de se equacionar essa questão.

Com relação à questão colocada pelo Senador Blairo sobre o acesso ao Terminal de Outeiro, o projeto é para a condição de acessibilidade de infraestrutura existente hoje. O acesso ao Terminal de Outeiro, como eu disse, é extremamente precário. Isso não quer dizer que, no futuro, não sejam desenvolvidos, de preferência numa parceria entre o Governo Federal, os governos municipais e o governo estadual, outros projetos que visem beneficiar aquela região com melhores condições de acesso não só para carga, mas também para as pessoas que lá vivem. Como eu comentei anteriormente, é uma região bastante pobre, com uma população com poder aquisitivo extremamente baixo, e a viabilização de um porto com atividade econômica significativa na área representará, para todo mundo, um ganho muito grande. Então, quanto mais se trabalhar no futuro no sentido de fornecer àquela região uma melhoria de infraestrutura melhor será. Isso será sempre muito bem-vindo.

Acredito que, das anotações que fiz aqui, eu teria respondido às questões que foram colocadas. Mas eu vou ser, mais uma vez, enfático com todos os senhores, principalmente com os Parlamentares que aqui se encontram. O Brasil tem que se conscientizar, cada vez mais, de planejamento, planejamento, planejamento, planejamento, planejamento. Investir, como conseguiu a Coreia, em 20 anos, reverter em educação, educação, educação, educação. Quando não tiver dinheiro para nada, você investe em educação e infraestrutura; se tiver menos dinheiro ainda, você investe em educação. Naquela história de termos que consertar o pneu da bicicleta com a bicicleta andando, muitas vezes, a gente não prioriza isso, que é fundamental.

Sem educação e sem planejamento, senhores, creio que não vamos a lugar absolutamente nenhum. Não importará a eficiência dos nossos homens do agronegócio, que produzem safras recordes, ano após ano, e brigam com toda dificuldade, com a teimosia, uma teimosia férrea em continuar dando certo. Ou seja, nosso produtor, na Região Centro-Oeste, é teimoso, pois, quando tudo indica que tem tudo para dar errado, eles provam que vai dar certo e trabalham com afinco com relação a isso.

Em respeito a essa capacidade do nosso povo, do nosso empresário, de produzir bons resultados, acho que temos que investir em planejamento, planejamento, planejamento, planejamento. Quando estivermos cansados do planejamento, vamos fazer planejamento, planejamento, planejamento, depois. Sem planejamento, não vamos a canto nenhum.

Obrigado pela oportunidade de estar presente aqui, nesta Casa, perante os senhores.

Espero ter colaborado, de alguma forma, para a formação de opinião acerca de alguns assuntos aqui tratados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente Blairo Maggi, V. Exª fez uma observação da maior importância quanto ao Porto de Outeiro. O Porto de Outeiro com acesso só de barcaça tem um determinado valor para a logística; com acesso rodoviário e ferroviário, para todo tipo de carga, teria outro. Então, pergunto ao Dr. Ponciano se o negócio é planejar e planejar para o futuro, por que já não foi planejado o Porto de Outeiro com acesso rodoviário e acesso ferroviário, se, no futuro, ele vai ter que ter? Ele terá que ter, de qualquer maneira, os dois tipos de acesso. O que não existe hoje e precisa ser planejado é a mobilidade dentro da ilha, acesso à ilha, e a ponte.

A ponte que está lá foi feita há 30 anos e não tem suporte de carga suficiente para receber uma carreta. Então, se temos que planejar, vamos planejar o Porto de Outeiro para ser um porto efetivamente que possa contar com a utilização dos modais rodoviários e ferroviários também, não só pela barcaça, como está sendo planejado, me parece, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com a palavra, o Dr. Ponciano.

O SR. CARLOS JOSÉ PONCIANO DA SILVA – Senador, eu concordo como senhor e agradeço a sua observação. Nós podemos sair daqui irmanados e irmos ao Governador do nosso Estado, irmos às nossas Bancadas estadual e federal e propor que a gente desenvolva esses projetos. Na realidade, a CDP é responsável pela administração portuária. Há determinados temas que fogem à competência. E aí acontece uma coisa que eu não sei se é um sentimento particular meu, ou se, realmente, de fato, acontece. Tenho visto que, na maioria dos Estados, a estrutura portuária e os governos locais têm, independentemente da matiz ideológica que cada um tenha, independentemente da preferência partidária que cada um tenha, procurado trabalhar em conjunto pelo bem maior. O bem maior nunca vai ser o PDT, o PMDB, o PT, o PSDB. O bem maior é a Nação brasileira. Esse é o bem maior. Então, em nome desta Nação brasileira, acho que a gente pode passar por cima de todas as pequenas diferenças que a gente tenha.

O Papa João XXIII dizia que o que nos une em relação aos judeus e aos muçulmanos é muito maior do que o que nos separa. E o que nos une, efetivamente, é a Nação brasileira. Então, a Companhia Docas do

Pará tem estado de portas abertas todo o tempo para o diálogo, para a troca de ideias, e entendemos que isso é necessário. Mas essa é uma parte do planejamento que foge um pouco à esfera da Companhia Docas do Pará. Em algumas oportunidades, temos ido aos diversos governantes do Estado, tanto no Estado quanto no Município, e temos nos posicionado no sentido de que estamos abertos à troca de ideias, à parceria produtiva, sem nenhum outro condicionante. Então, costumo dizer o seguinte: não assumi, não estou na diretoria da presidência da CDP porque tenha sido indicado por algum partido. Na realidade, não fui indicado por nenhum partido. Fui indicado por um requisito técnico que o então Ministro Pedro Brito entendeu que eu tinha e estava em condições de assumir. Não fui indicado por governador, prefeito, por deputado, por senador. E, de certa forma, isso me dá uma liberdade de ação até muito boa, porque efetivamente não tenho nenhuma vinculação partidária. Eu não gosto mais ou menos do partido A, B ou C. Para mim, é indiferente. Todo o meu posicionamento sempre tem sido no sentido de ver o bem maior que é a sociedade do Estado, que tão acolhedoramente tem me recebido nesses quase 15 anos em que lá estou.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Ponciano.

Só para reforçar, quando se fala em planejamento e educação, os agricultores não é que eles sejam teimosos: eles têm muito planejamento e muito conhecimento acumulado nos últimos 30, 40 anos desde a formação da Embrapa, das universidades. Quer dizer, muitos acham que agricultura é método tentativa. Não é. É ciência, é conhecimento e planejamento. Ali, se não planejar... Passaram dois dias, perderam-se dois dias, perdeu a safra, ela vai embora. Quer dizer, é planejamento puro, e V. Sª tem toda a razão tem que planejar e tem que conhecer, senão não vamos a lugar nenhum. Improviso não funciona.

Senador Flexa, discutimos muito a questão – para fazer aqui uma comparação e aproveitar o gancho – da regulamentação de Anaq, que cuida da parte de aeroportos. Há aeroporto que demora três anos para conseguir sair do papel. Eu tenho um no Mato Grosso que demorou três anos e outro que, em 30 dias, saiu. Só que o de 30 dias seguiu todas as regras, todas, todas. Em 30 dias, ele saiu porque não tinha o que discutir. O outro, que fomos arrumando no meio do caminho, consertando o pneu da bicicleta andando, demorou porque houve muito papel para lá e para cá, e, cada vez, são 60 dias para ir, 60 dias para voltar, e a burocracia nos mata. Então, queria fazer esse comentário.

Passo a palavra, então, ao Sr. Dividino, para que ele faça as suas considerações finais sobre a nossa audiência pública.

O SR. LUIZ HENRIQUE TESSUTI DIVIDINO – Bem, no que me cabe acerca das considerações do Senador Sérgio Souza, eu queria colocar, antes de abordar o tema Comparação do Novo Marco Legal em Relação ao Anterior, um sentimento que nos traz diariamente no porto. A logística hoje está algemando o gigante verde e amarelo. Temos que buscar métodos para fazer esse sistema rodar melhor. Quem observa isso nos últimos 25 anos percebe que muito se fez, sim. Estou simplesmente colocando de uma forma muito simplista aqui e replicando o que os colegas falaram. Precisamos mudar esse cenário, sim, rapidamente.

Fazendo uma pequena comparação do modelo anterior para o modelo atual – acho que essa é a única pergunta sobre a qual caberia eu fazer alguma consideração – eu diria que, para quem não lembra, nós, que estamos no setor já há mais tempo, discutimos a Lei nº 8.630 com toda a sociedade. Foi um processo intenso, demorou anos e foi a grande revolução do marco regulatório portuário. Alguns não se lembram, isso tem mais de 20 anos. Foi quando realmente a iniciativa privada entrou na operação portuária, há 20 anos.

Nós tivemos grandes dificuldades na implantação. Teve-se muita coragem na época, de discutir um assunto bastante crítico, que era a mão de obra. Foi a grande mudança. E foi a grande mudança, Senador, que fez com que os portos chegassem aos patamares que foram apresentados hoje. Sem aquilo, nós certamente teríamos segurado o PIB do País. Ainda acho que nós seguramos uma parte. E diga-se – e aí eu levo um pouco a vertente para o Paraná –, nós sabemos o que representa o agronegócio para o PIB brasileiro hoje, para o Porto de Paranaguá. Já comentei que 75% do que nós fazemos... E isso eu queria deixar claro. Parece que 75% é soja, milho e outros. Não. Nós estamos falando de carne, proteína animal, frango. Nós somos o maior produtor de frango do Brasil, facilmente; se colocarmos por densidade demográfica, talvez do mundo. Enfim, é um conjunto de coisas muito importantes.

As dificuldades na implantação foram muito grandes há 20 anos. Para quem não se lembra, tivemos os OGMOs incendiados, sindicatos dos operadores portuários quebrados, carros incendiados por todos os portos no Brasil. Mas isso está na história. O que traz o novo marco legal é que ele chegou no momento de um rompante, por uma MP. Aqui eu não estou fazendo nenhuma crítica. A lei cumpre-se e não se discute, mas o Senador pediu para que a gente fizesse alguma consideração.

O novo marco legal traz algumas coisas que certamente nos preocupam. Há coisas boas, como, por exemplo, eliminar a obrigatoriedade de carga própria. Se olharmos o contexto, isso começou na década de 60, para quem é do setor. Trouxe, sim, uma evolução, mas trouxe um problema, porque apareceu a poligonal. Ou seja, resolveu a carga própria, mas a poligonal não deixa se criarem os novos terminais portuários. Obviamente, vai se resolver isso. O prazo é de um ano, até junho do ano que vem. É muito importante.

Todo novo marco legal traz muitas incertezas. Existe um conhecimento jurídico que demanda tempo. Existe um conhecimento jurídico que gera – uma palavra muito usual, talvez não correta – judicialização. Paranaguá nunca teve uma judicialização de um contrato. No último ano, tivemos seis.

Eu acho que a lei trouxe também uma forte centralização. Não é um questionamento isso, nem uma crítica. Eu fiquei observando a fala do colega Ponciano, de como o Brasil é grande, mas como ele é diferente. Nós, no Paraná, não temos problema de acesso rodoviário. Hoje, quem for lá... Podemos convidar qualquer dia. Temos um problema com algumas dificuldades de ferrovia, que buscamos sanear. Mas temos problemas seriíssimos no porto, sim, para os quais estamos tentando buscar uma solução. E um País desse tamanho, com tantas peculiaridades regionais, tem que ter tratamento regional. Tem que se ter uma visão do que está acontecendo em cada lugar deste País, para realmente se atuar de uma forma bastante prática, intensa. Repito: longe de discutir que o planejamento não é importante, mas nós estamos em um momento em que temos que tomar medidas urgentes e emergentes, e continuar planejando também, e planejando e planejando. Mas eu digo: para quem enfrenta, segura o cliente, não deixa o cliente trabalhar, gera custo, precisamos de medidas urgentes, sim. O planejamento tem que vir junto também. Mas não dá mais para eu, que estou no setor há mais de 25 anos, participei durante 25 anos de planejamento portuário... Eu arrisco dizer que muito pouco do que se planejou... Eu costumo colocar que a inteligência não chega quando se troca a gestão de uma companhia, seja pública ou privada. As empresas carregam a inteligência ao longo da sua história e ao longo do seu momento, o momento por que ela passou, o momento que enfrentou.

Enfim, eu só queria colocar então que nós temos aí um novo marco legal, muito importante. Ele vem pujante, talvez não mexendo em problemas críticos, como solucionar o problema de mão de obra, que é importante para o setor, mas vem trazendo coisas boas, descentralizando para avançar nos terminais TUPs, nos privativos. Isso talvez nos traga outra incerteza de que é o tempo em que isso vai acontecer. Sempre que descentralizamos...

E repito, as pessoas da Antaq são extremamente capacitadas a isso, mas num país que há tantos portos, tantas licitações e tantos arrendamentos, quem ficar pela frente muito bem, quem ficar por último talvez nem tanto. Porém, há uma preocupação de atender, repito, e ter um bom nível de atendimento, atender ao cliente, transformar aquele que era chamado, em porto, de usuário em cliente, porque é ele quem paga a conta. O porto é um mero prestador de serviço e deve se comportar como tal.

Só para encerrar, eu queria colocar, Senador, que lá transformamos o usuário em cliente, fizemos a lição de casa, atendemos todas as demandas de planejamento que estavam colocadas no marco legal vigente e estamos na expectativa de que tenhamos sucesso nessa empreitada, mas a lição de casa foi feita dentro do que a lei estabeleceu.

Para encerrar, coloco que, além do plano de zoneamento que colocamos, nós fizemos 16 estudos de viabilidade técnica e econômica, preparamos essa modelagem, sendo que, desses 16, em 4 nós obtivemos licença ambiental para licitar, licença prévia, ou seja, estamos prontos para ajudar no que for necessário, nós nos colocamos à disposição. Essa foi uma determinação que eu recebi do Secretário que está aqui, do Governador do Estado, ou seja, temos que atender o nosso cliente. E o nosso cliente não está na fronteira do Paraná, ele está no Paraná, no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso, em Goiás, enfim, atinge o porto, seja na importação, seja na exportação.

Então, eu só quis fazer essa comparação muito rápida. Obviamente, se fosse para discutir a lei, nós teríamos que passar o dia todo e talvez fosse insuficiente ainda. Mas me coloco à disposição, tanto aqui quanto em Paranaguá, para aqueles que quiserem conhecer e ter uma visão de perto do conjunto portuário que nós temos lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado ao Dividino, que é Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Para finalizar, agora passo a palavra ao Dr. Mário Povia, que é Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

O SR. MÁRIO POVIA – Obrigado, Senador.

Sobre a questão de investimento levantada pela Senadora Vanessa, a nova lei mantém a estrutura que prevê basicamente um modelo Landlord, em que os investimentos em infraestrutura continuam a cargo do

Estado e a parte de superestrutura ficaria sob a responsabilidade do privado.

Evidentemente, isso pode ser relativizado. Nós temos alguns casos, já há portos em licitação, em proposta de licitação, em que algumas áreas arrendadas, alguns arrendatários, então, ao sagrarem-se vencedores, vão ficar com a responsabilidade de construir de um berço ou um píer. Isso é uma exceção à regra e, sempre que possível e podendo passar isso, fechando a conta na viabilidade do empreendimento, é sempre bom passar isso para o privado que constrói isso mais rapidamente, não tem toda a burocracia de uma lei de licitações. Enfim, a isso nós estamos atentos.

Respondendo ao Senador Flexa Ribeiro sobre a questão da hidrovia, a informação que eu tenho do Pedro Aldo Lourenço é a mesma do Dr. Ponciano, o DNIT estaria soltando o edital agora no mês de novembro. Compactuamos da mesma perplexidade. Por que essa obra, afinal de contas, não sai, já que outras obras de tamanha envergadura, como a questão das eclusas, foram construídas e o pedral continua lá?

Nós desenvolvemos na agência, Senador, o Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH). Não sei se o senhor o conhece. Eu teria um enorme prazer de lhe encaminhar esse estudo produzido pela agência, lembrando sempre que a agência implementa políticas públicas, ela não é formuladora. Então, a questão hidroviária está num âmbito, num braço executivo, que é do Ministério dos Transportes e do DNIT. Há algum tempo circulou a notícia de que se estaria criando uma empresa pública, que seria a Valec das hidrovias ou o DNIT das hidrovias. Recebemos essa notícia com muita esperança e entendemos que o assunto deva ser focado efetivamente.

Sabemos das inúmeras atribuições que tem o Ministério dos Transportes. Talvez tenhamos perdido a oportunidade de, na nova legislação, ter passado essa atribuição hidroviária para a Secretaria de Portos.

A meu juízo, talvez houvesse um ganho em tê-lo feito, até por conta de sinergia com dragagem, enfim, com sinalização, mas optou-se por manter isso no Ministério dos Transportes, que tem grandes outras atribuições, notadamente na parte terrestre.

Então, a exemplo do sucesso que houve – alguém já comentou aqui – na criação da Secretaria de Portos, me parece que as hidrovias, que a SEP, que recebeu os portos fluviais como competência, poderia, perfeitamente, ter recebido também as hidrovias.

Talvez, respondendo também ao Senador Blairo, o que poderia ser melhorado na legislação nova fosse essa questão de se rever a competência da questão hidroviária para a Secretaria de Portos. Isso não é uma opinião da Antaq, é uma opinião pessoal, minha. Eu acho que, pelo que venho observando, me parece que isso seria uma boa medida.

Respondendo ao Senador Sérgio, a questão dos desafios do novo modelo: bom, um dos desafios é a resistência.

O Dr. Dividino colocou, aí, a questão de judicialização e nós vamos ter muita impedância nesse sentido dos atuais ocupantes de áreas portuárias, que se julgam no direito de permanecer lá por conta de uma adaptação que não houve na Lei 8.630.

É um pleito legítimo, a gente entende que o direito de recorrer à Justiça está na Constituição, e é uma resistência que nós vamos enfrentar. Nós temos a opinião, na Agência, que é pela licitação mesmo, que esses contratos chegaram a termo, temos defendido isso, temos decidido nesse sentido, então esse é um dos desafios do novo modelo.

O outro desafio, o Fregonese levantou bem, aqui, essa questão, é como adaptar um novo modelo, como a gente trazer esse novo modelo para uma realidade, e para uma realidade que não é a mesma.

Nós ouvimos o Ponciano falando, o Dividino falando dos Brasis que existem e, enfim, o modelo que talvez seja bom para Santos talvez não seja o modelo bom para Paranaguá.

A questão que o Fregonese levantou, especificamente, foi que o modelo premia o volume e não premia, às vezes, um valor agregado de uma carga que passa, então, por uma etapa de manufatura, enfim, na indústria de transformação. Isso é uma coisa que nos põe a pensar, efetivamente. Quem "bida" a soja entra com vantagem sobre quem "bida" o farelo, ou o farelo *hi-pro*. Esse é um desafio. Eu acho que esse é um desafio que a gente tem de enfrentar no novo modelo de como tratar, dentro de uma mesma base normativa, dentro de uma mesma base legal, as peculiaridades. Eu acho que esse tratamento "*a la carte*" é um dos desafios. A Antaq está muito preocupada com isso e a Secretaria de Portos também.

Enfim, eu acho que, respondendo à pergunta do Senador Sérgio, esse é um desafio, o de adaptar a mesma lei, a mesma regra a casos, em concreto, distintos.

Agora, respondendo ao Senador Blairo, a questão dos novos TUPs, mas, antes de falar dos novos TUPs, ainda dentro desse conceito do que a gente poderia, talvez, aprimorar na legislação vigente, há a questão, por exemplo, de ampliação dos arrendamentos portuários.

Essa é uma questão que envolve diretamente a eficiência. Há alguns arrendamentos, hoje, alguns arrendatários que se queixam, legitimamente, de que os navios estão crescendo, de que precisam de maiores áreas de acostagem. Outros reclamam por maiores re-

troáreas, exatamente para fazer frente ao planejamento de cargas que vão chegar ao pulmão de estoque, enfim.

A questão das ampliações dos arrendamentos chegou a evoluir na lei, mas, depois, o decreto veio e fechou exatamente com a mesma regra do decreto anterior, do 6620.

Essa, também respondendo ao Senador Blairo, talvez pudesse ser uma alteração legislativa que pudesse agregar.

A gente sabe dos problemas que ocorrem quando se dá certa discricionariedade a alguns órgãos, mas acho que temos que, enfim, entender que precisamos agir com responsabilidade e reconhecer que o setor portuário é um setor que tem certa dinâmica, em que os contratos são de longo prazo. Ao longo de 25, 50 anos, as coisas vão mudando e a gente precisa ter algumas ferramentas legais que nos permitam tratar desses assuntos. Então, a ampliação dos arrendamentos continua restrita, continua sendo uma questão polêmica e que nos impede, às vezes, de atender a demandas justas do setor.

Por fim, respondo ao Senador Blairo sobre a questão dos novos TUPs. A Antaq tinha um estoque de 123 autorizações. Era um estoque antigo mesmo de tudo o que estava pendente lá. Muitos já haviam desistido, mas nós achamos por bem revigorar tudo isso e colocar em pauta. Foram todos eles notificados. Muitos já haviam desistido dos empreendimentos. Entraram, nesse interregno, dez outros novos, o que nos levou ao número de 133. E hoje nós temos basicamente, estamos tratando efetivamente, em interessados, algo em torno de 50. Como disse anteriormente, em torno de 6 estão na Secretaria de Portos já com vistas às primeiras outorgas, à celebração dos primeiros contratos de adesão dentro do novo modelo. Isso deve acontecer já na próxima semana, num curtíssimo espaço de tempo, e já teremos aí os primeiros TUPs sob a égide da Lei 12.815.

Em relação aos outros, próximos de 50, estamos numa fase que chamamos de atendimento do Anexo 3 do instrumento convocatório. São documentos um pouco mais complexos, como o da SPU, licenciamento ambiental. Esse prazo de 90 dias, na maioria dos casos, deve expirar em dezembro e a gente entende que isso deva deslanchar realmente a partir da segunda quinzena de dezembro.

Há outro aspecto, Senador. Muitos interessados em constituir seus terminais privados talvez sejam os mesmos interessados em participar das licitações dos portos. Então, eu imagino que vai haver uma acomodação e um direcionamento maior de investimentos para um ou outro modelo jurídico de exploração na medida em que as licitações passem a ocorrer, e isso a gente já espera para a partir de dezembro ou janeiro. Então, essa dinâmica já começa a correr nesse sentido.

De resto, queria agradecer o convite, nos colocar à disposição de todos os Parlamentares desta Casa, de todo o setor regulado.

A agência tem, como todo órgão público, muitas limitações. A gente está sempre buscando dar respostas mais rápidas à sociedade, buscando agilidade, o que não é fácil no serviço público. Agora, nós temos um mérito muito grande, está no DNA da agência, não é desta diretoria e não se refere às diretorias anteriores: a agência conversa muito bem com o setor. Nós temos uma facilidade, uma interlocução muito tranquila com o setor regulado, seja com usuários, seja com empreendedores, seja com as autoridades portuárias. Acho que a gente tem utilizado muito bem esse *handcap* que nós temos nas consultas, nas audiências publicas.

Então, sempre que a gente tem uma interlocução dessa envergadura numa Comissão desse porte, Senador Blairo, isso nos deixa muito felizes.

Em suma, vou concluir dizendo que nos colocamos à disposição novamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Mário. Agradeço sua participação.

Senador Flexa, por último, chegou uma pergunta de um cidadão. Vou ler e, se o senhor quiser, faça um comentário.

A pergunta foi feita pelo cidadão o Marcos Alexandre Queiroz de Viana, do Espírito Santo. Ele pergunta qual é a opinião dos Senadores a respeito da regulamentação e valorização da guarda portuária. Segundo ele, a fronteira é muito frágil e a guarda portuária necessita de mais recursos e prerrogativas para a segurança.

O senhor quer fazer algum comentário sobre isso?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu acho que, com relação à pergunta, ele já respondeu. Ele pergunta e responde em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – É só para saber se o senhor concorda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Acho que tem que ter maior segurança na questão, mas eu também poderia, Presidente, fazer uma pergunta que agora chegou às mãos do Dr. Povia.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Seria para o Ministro, mas ele já se ausentou.

"A contratação da Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP) para fazer os estudos dos arrendamentos em portos públicos deu muita polêmica." A pergunta

é se V. Sª está obrigado a seguir o planejamento por ela traçado ou se cabe ainda alteração nos estudos apresentados.

O SR. MÁRIO POVIA – Absolutamente, Senador. Vamos só entender o regime: a relação jurídica entre a Secretaria de Portos e a EBP é um regime autorizativo, não há nenhum contrato. A SEP não paga nenhum centavo à EBP ou a qualquer empresa autorizada. Essas empresas trabalham num regime de risco, apresentando um estudo, e esse estudo pode ser aceito ou não. Em sendo aceito e em sendo levado a licitação, o licitante vencedor pagará, reembolsará os custos à empresa, e quem fixa o valor desses custos é uma comissão mista, hoje, com membros da SEP e da Antaq. Essa, a regra do jogo, que não é uma regra para a EBP, é uma regra para qualquer consultor, para qualquer empresa que produza estudos hoje.

Inclusive, no bloco dois, já teremos aqui licitações que estão fora do escopo da EBP, é um terminal de passageiros em Salvador. Isso está fora, já foi outra empresa que fez o estudo. Então, o regime jurídico de contratação da EBP é uma autorização dentro dessas regras que coloquei.

A EBP produz os estudos. Esses estudos não têm que ser necessariamente aceitos. Eles, inclusive, são objeto de algumas revisões, por conta de que, evidentemente, temos técnicos na agência, temos técnicos na SEP que têm visões diferentes do que se deseja. Então, o que ocorre é que, após alguns debates, chega-se a alguns ajustes, e esses estudos são levados adiante. Uma vez que esses estudos sejam aprovados, volto a dizer, eles não são mais estudos da EBP, eles são estudos do Governo Federal, e, em sendo estudos do Governo Federal, a responsabilidade, Senador, é nossa. Então, essa crítica feita à EBP, "olha, os estudos da EBP foram colocados em..." Não são mais estudos da EBP. Então, essa crítica, a Antaq recebe para si e responde integralmente por ela.

Não estamos propondo nenhuma aventura no Brasil. Nós acreditamos nesses estudos, nós aprovamos esses estudos, nós acreditamos que esses estudos têm mais qualidade do que aqueles nove ou dez que nós aprovamos, que foram os arrendamentos licitados nos últimos nove ou dez anos. Então, estamos num patamar mais alto de qualidade. Não estamos dizendo que não se pode alterar, não estamos dizendo que estão fechados, absolutamente. Podem ser aprimorados, haverão de ser aprimorados, mas são estudos do Governo brasileiro que estão sendo colocados em audiência pública para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado.

Satisfeito, Senador Flexa?

Quero, então, agradecer a presença de todos os nossos convidados. O debate foi muito importante e interessante.

Agradeço a presença dos Senadores, na pessoa do Senador Flexa Ribeiro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, convidando todos para, às 8h30 da próxima terça-feira, nossa reunião ordinária.

Muito obrigado a todos. Bom dia.

(Iniciada às 8 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.)

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às nove horas e oito minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AMORIM**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Jorge Viana, Ana Rita, Wellington Dias, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Eduardo Amorim, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Delcídio do Amaral, João Alberto Souza e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Cícero Lucena, José Agripino, Blairo Maggi e Fernando Collor**.** A Presidência declara aberta a reunião e comunica o recebimento de convite do Tribunal de Contas da União para participação no seminário "A Governança das Unidades de Conservação do Bioma Amazônia", a ser realizado no dia 21 de novembro. **LEITURA DE AVISOS**, em conformidade ao Ato n° 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Conforme análise prévia, os seguintes avisos ficarão à disposição dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão, sendo arquivada após o término do prazo: – Aviso do TCU, nº 1.335, de 9 de outubro de 2013, que cuida de auditoria realizada no DNIT, relativa à elaboração dos projetos básico e executivo, com posterior restauração, adequação e modernização do Porto de Manaus, obra relacionada à Copa de 2014. – Aviso do MME, nº 224, de 31 de outubro de 2013, que cuida de resposta a requerimento de informações formulado pelo Senador Anibal Diniz no relatório aprovado pela CMA quanto à AMA, de nº 12, de 2013. O

aviso traz informações sobre as medidas adotadas ou por adotar, pela ANP, para atendimento pela ANP, quanto às recomendações dispostas no Acórdão nº 657, de 2013, do TCU. Informa-se que foi enviada cópia do documento ao Senador requerente. – Aviso do TCU nº 1.661, de 25 de outubro de 2013, que cuida de resposta à solicitação da CMA para que o TCU apure supostas irregularidades relacionadas à suspensão do atendimento de carros-pipa no Município de Emas/PB, não obstante a transferência de recursos federais ao Governo do Estado da Paraíba para aquele fim específico. A solicitação foi efetuada por meio do RMA nº 38/2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo. No Acórdão, o TCU comunica sobre a existência de processo já em tramitação na Corte, cujo desfecho dependerá integralmente dos objetivos da solicitação. Informa-se que foi enviada cópia do documento ao Senador requerente. – Aviso do TCU nº 1.413, de 30 de outubro de 2013, que cuida de relatório de monitoramento do cumprimento de determinações exaradas pelo TCU no que tange à qualidade da prestação dos serviços de telecomunicações e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações das prestadoras dos serviços de telecomunicações com seus usuários. – Aviso do TCU nº 997, de 12 de agosto de 2013, que cuida de representação da Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) acerca da fixação, para o exercício de 2013, dos coeficientes destinados ao cálculo das quotas de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). – Aviso do TCU nº 1.511, de 16 de setembro de 2013, que cuida de Pedidos de Reexame interpostos contra o Acórdão 1986/2013 – TCU Plenário relativo às fraudes em licitações verificadas na Operação Sanguessuga. – Aviso do TCU nº 1.340, de 9 de outubro de 2013, que cuida de denúncia contra possíveis ilegalidades ocorridas no âmbito do Pregão eletrônico a cargo da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge), ligada ao Ministério da Justiça, com vistas à aquisição de mobiliário não técnico para onze Centros Integrados de Comando e controle Regionais (CICCR) do Sistema Integrado de comando e controle (SICC), a ser utilizado como principal ferramenta de segurança pública para a Copa do Mundo FIFA de 2014. – Aviso do MS nº 1524, de 5 de novembro de 2013, que encaminha resposta ao Requerimento de Informação nº 506, de 2013, (RMA nº 19/2013, na origem), de autoria do Senador Fernando Collor, que solicitou informação do Ministério da Saúde sobre o "cumprimento da recomendação registrada como item 2 do Acórdão 3016/2012 – TCU". Informa-se que foi enviada cópia do documento ao Senador requerente. Conforme análise prévia, o seguinte aviso será relatado. – Aviso do TCU nº 1.445, de 11 de novembro de 2013, que cuida de consolidação das fiscalizações realizadas pelo Tribunal, no âmbito do Plano de Fiscalização de Obras de 2013. A seguir, a Presidência faz um resumo da última reunião da comissão. **LEITURA DE REQUERIMENTOS E DE PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (PFS).** A Presidência faz a leitura do seguinte requerimento apresentado à comissão: 1) Requerimento nº 72, de 2013-CMA, que "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização da audiência pública por esta Comissão, a fim de discutir os cortes de gastos promovidos pela Infraero nos contratos de manutenção preventiva dos terminais aeroportuários que administra. Participantes convidados: Sr. Marcelo Pacheco Guaranys, Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); Sr. Emmanoeth e Jesus Vieira de Sá, Superintendente do Aeroportuário Internacional do Rio de Janeiro (Galeão – Antônio Carlos Jobim)". Autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em seguida, a Presidência faz a leitura da seguinte Proposta de Fiscalização e Controle apresentada à comissão: 2) Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2013, que apresenta proposta de fiscalização e controle à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com fundamento no art. 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, para que se investigue legalidade, legitimidade, economicidade e renúncia de receitas da Resolução nº 4, de 22 de maio de 2013; e nº 5, de 23 de junho de 2013, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), da Portaria nº 218, de 20 de junho de 2013, do Ministério das Minas e Energia (MME); e do edital de licitação para outorga de partilha de produção de minuta de contrato de partilha de produção para exploração e produção, elaborados igualmente pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), publicado no DOU do dia 3 de setembro de 2013. Autoria: Senador Roberto Requião. Passa-se à **PAUTA**. **ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 63, de 2013**, que "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de instruir o PLS 278/2011, que tramita em conjunto com o PLS 609/11, com a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 2. Representante da Secretaria de Aviação Civil da Presi-

dência da República – SAC/PR; 3. Representante da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo – Andep; 4. Representante do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; 5. Representante do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – IDEC". Autoria: Senadora Ana Rita. Resultado: Aprovado. **ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 64, de 2013**, que "Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidada a senhora IDELI SALVATTI, ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, para prestar esclarecimentos sobre o uso de helicóptero da Polícia Rodoviária, conveniado ao Samu, para se deslocar em visitas a Santa Catarina". Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Resultado: Prejudicado, devido a acordo em face da aprovação do Requerimento da CMA nº 71, de 2013 (Item 15), que solicita informações à Ministra Ideli Salvatti sobre o mesmo assunto. **ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 65, de 2013**, que "Requer, nos termos regimentais, que seja incluída a pessoa do Sr. Synésio Batista da Costa, presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Suplementos Nutricionais e Alimentos para Fins Especiais, na Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 56, de 2013, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir as denúncias feitas pelo Jornal O Globo na data do dia 18 de agosto do corrente ano, sobre suplemento alimentar". Autoria: Senador Cícero Lucena e outros. Resultado: Aprovado. **ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 67, de 2013**, que "Requer, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a fim de debater o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC), instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013. A título de sugestão, serão convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir: – Volney Zanardi Júnior, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); – Marco Antônio Martins, Secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia (MME); – Emilio La Rovere, Professor do Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ; – Rômulo Sampaio, Coordenador do Centro de Direito do Meio Ambiente da FGV Direito Rio". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros. Resultado: Aprovado. **ITEM 6) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 2, de 2013 – Não Terminativo –** Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle cópia do Acórdão nº 136/2013 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente às ações adotadas pela Anatel para viabilização da Copa do Mundo FIFA de 2014 (Gecopa), bem como identificar pontos de controle a serem considerados em futuras fiscalizações (TC 028.470/2012-5). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pelo conhecimento da matéria, pela autorização da inclusão de representante da Anatel na audiência pública para avaliar a situação da infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014, aprovada no parecer do Aviso da CMA nº 24, de 2012, e pelo arquivamento do presente aviso. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento da matéria, pela autorização da inclusão de representante da Anatel na audiência pública para avaliar a situação da infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014, aprovada no parecer do Aviso da CMA nº 24, de 2012, e pelo arquivamento do aviso. **ITEM 7) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 4, de 2013 – Não Terminativo –** Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal cópia do Acórdão nº 210/2013 – TCU – Plenário, referente à realização de auditoria operacional pela ANATEL na execução dos contratos de serviços públicos de telefonia fixa e móvel, especificamente quanto aos mecanismos de cobrança dos usuários (TC-024.260/2009-9). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela apresentação de requerimento para realização de audiência pública com o propósito de debater alternativas que capacitem o usuário do Serviço Móvel de Pessoal a gerenciar suas despesas mensais e auditar os valores cobrados por sua prestadora, e posterior arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela apresentação de requerimento (RMA nº 73/2013) para realização de audiência pública com o propósito de debater alternativas que capacitem o usuário do Serviço Móvel de Pessoal a gerenciar suas despesas mensais e auditar os valores cobrados por sua prestadora, e posterior arquivamento. **ITEM 8) MENSAGEM (SF) Nº 103, de 2012 – Não Terminativo –** Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 67 da Lei nº 12.465

(LDO-2012), de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 5º bimestre de 2012. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Sérgio Souza (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Rita. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, de 2013 – Não Terminativo –** Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para estabelecer a transparência e ampla publicidade do Cadastro das Empresas de Turismo e perda do acesso às linhas de crédito oficiais e ao Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR para os casos de infração aos direitos do consumidor e à legislação ambiental. Autoria: Deputado Rogério Carvalho. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de Pauta pela Relatora. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, de 2013 – Não Terminativo –** Cria o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas; altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; cria cargos em comissão do Grupo– Direção e Assessoramento Superiores – DAS; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; revoga dispositivo da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009; e dá outras providências. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Blairo Maggi. Resultado: Concedida vista coletiva do projeto, nos termos do art. 132 do RISF. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2012 – Não Terminativo –** Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para permitir a dedução integral das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** da seguinte matéria: **ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 71, de 2013**, que "Requeiro, nos termos do Art.102-A, inciso I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada informação à Ministra Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República IDELI SALVATTI, sobre matéria veiculada pelo jornal Correio Braziliense, nas edições de 7 e 8 de outubro do corrente, referente ao uso de helicóptero do Samu para viagens a Santa Catarina". Autoria: Senador Wellington Dias e outros. Resultado: Aprovado. **As demais matérias constantes da pauta são adiadas.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às dez horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **EDUARDO AMORIM**, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE 19-11-2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 43ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados da Presidência.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, que estão à disposição dos Srs. Senadores para consulta na Secretaria da Comissão:

– Convite do TCU para participação no seminário A Governança das Unidades de Conservação do Bioma Amazônia, a ser realizado no dia 21 de novembro. Os membros da Comissão interessados devem confirmar sua presença.

Leitura de Avisos.

Em conformidade ao Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal, informo que os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Conforme análise prévia, os seguintes avisos ficarão à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras por sete dias na Secretaria da Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Srs. Senadores membros desta Comissão, eles serão arquivados.

– Aviso do TCU, nº 1.335, de 9 de outubro de 2013, que cuida de auditoria realizada no DNIT, relativa à elaboração dos projetos básico e executivo, com posterior restauração, adequação e modernização do Porto de Manaus, obra relacionada à Copa de 2014.

– Aviso do MME, nº 224, de 31 de outubro de 2013, que cuida de resposta a requerimento de informações formulado pelo Senador Anibal Diniz no relatório aprovado pela CMA quanto à AMA, de nº 12, de 2013. O aviso traz informações sobre as medidas adotadas ou por adotar, pela ANP, para atendimento

pela ANP, quanto às recomendações dispostas no Acórdão nº 657, de 2013, do TCU. Informa-se que foi enviada cópia do documento ao Senador requerente.

– Aviso do TCU nº 1.661, de 25 de outubro de 2013, que cuida de resposta à solicitação da CMA para que o TCU apure supostas irregularidades relacionadas à suspensão do atendimento de carros-pipa no Município de Emas/PB, não obstante a transferência de recursos federais ao Governo do Estado da Paraíba para aquele fim específico. A solicitação foi efetuada por meio do RMA nº 38/2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo. No Acórdão, o TCU comunica sobre a existência de processo já em tramitação na Corte, cujo desfecho dependerá integralmente dos objetivos da solicitação. Informa-se que foi enviada cópia do documento ao Senador requerente.

– Aviso do TCU nº 1.413, de 30 de outubro de 2013, que cuida de relatório de monitoramento do cumprimento de determinações exaradas pelo TCU no que tange à qualidade da prestação dos serviços de telecomunicações e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações das prestadoras dos serviços de telecomunicações com seus usuários.

– Aviso do TCU nº 997, de 12 de agosto de 2013, que cuida de representação da Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) acerca da fixação, para o exercício de 2013, dos coeficientes destinados ao cálculo das quotas de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

– Aviso do TCU nº 1.511, de 16 de setembro de 2013, que cuida de Pedidos de Reexame interpostos contra o Acórdão 1986/2013 – TCU Plenário relativo às fraudes em licitações verificadas na Operação Sanguessuga.

– Aviso do TCU nº 1.340, de 9 de outubro de 2013, que cuida de denúncia contra possíveis ilegalidades ocorridas no âmbito do Pregão eletrônico a cargo da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge), ligada ao Ministério da Justiça, com vistas à aquisição de mobiliário não técnico para onze Centros Integrados de Comando e controle Regionais (CICCR) do Sistema Integrado de comando e controle (SICC), a ser utilizado como principal ferramenta de segurança pública para a Copa do Mundo FIFA de 2014.

– Aviso do MS nº 1524, de 5 de novembro de 2013, que encaminha resposta ao Requerimento de Informação nº 506, de 2013, (RMA nº 19/2013, na origem), de autoria do Senador Fernando Collor, que solicitou informação do Ministério da Saúde sobre o "cumprimento da recomendação registrada como item 2 do Acórdão 3016/2012 – TCU". Informa-se que foi enviada cópia do documento ao Senador requerente. Conforme análise prévia, o seguinte aviso será relatado.

– Aviso do TCU nº 1.445, de 11 de novembro de 2013, que cuida de consolidação das fiscalizações realizadas pelo Tribunal, no âmbito do Plano de Fiscalização de Obras de 2013.

Finalmente, gostaria de fazer um breve resumo da última reunião presidida pelo colega e amigo, Senador Blairo Maggi, que por motivos alheios à sua vontade não pôde estar aqui hoje.

Resumo da reunião de 12 de novembro, na última terça-feira.

A 42ª Reunião Extraordinária da CMA tratou de audiência pública para discutir os efeitos práticos da aplicação da Lei nº 12.815, de 2013, Lei dos Portos, em atendimento aos Requerimentos nºs 62 e 69, de 2013, na CMA, de autoria do Senador Blairo Maggi.

O evento contou com a presença dos seguintes convidados: Antonio Henrique Pinheiro Silveira, Ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República; Renato Ferreira Barco, Diretor-Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp); Luiz Henrique Tessuti Dividino, Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina; Carlos José Ponciano da Silva, Diretor-Presidente da Companhia Docas do Pará e Mário Povia, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Os debatedores manifestaram a expectativa de que a lei sancionada no início de junho ajude a superar os problemas de escoamento da produção agrícola. Para que isso aconteça, alertaram que é necessário superar uma defasagem histórica do País em infraestrutura.

Entre os desafios a serem superados pelo Governo, os debatedores apresentaram os problemas decorrentes dos desequilíbrios regionais, da expansão da movimentação nos portos e da aplicação de uma mesma norma legal das peculiaridades das cargas que passam por eles.

Os Senadores apontaram vantagens na nova lei, como a promoção de modernização para garantir maior competitividade dos produtos brasileiros. Porém, reconheceram que problemas de escoamento de produção são os principais obstáculos para um salto em competitividade do País.

Também foi ressaltada a importância do modal hidroviário, pouco incentivado pelo Governo.

Como ainda não temos quórum, Senadora Ana Rita, para apreciação e votação dos itens da pauta, peço a todos a compreensão para aguardarmos mais um pouco para ver se temos quórum pelo menos para apreciarmos alguns projetos não terminativos e darmos continuidade à nossa reunião.

Vamos aguardar um pouco.

Muito obrigado pela compreensão. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Como já temos quórum, vamos retomar as leituras.

Farei, agora, a leitura de dois requerimentos e de uma Proposta de Fiscalização e Controle, recebidos nesta Comissão com objetivo de dar ciência aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras quanto aos seus conteúdos.

Os dois requerimentos serão deliberados na próxima reunião da Comissão, e a Proposta de Fiscalização e Controle será redistribuída a um dos Senadores para apresentação de relatório prévio, conforme determina o Regimento Interno no Senado Federal.

Requerimentos

– Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização da audiência pública por esta Comissão, a fim de discutir os cortes de gastos promovidos pela Infraero nos contratos de manutenção preventiva dos terminais aeroportuários que administra.

Participantes convidados: Sr. Marcelo Pacheco Guaranys, Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); Sr. Emmanoeth e Jesus Vieira de Sá, Superintendente do Aeroportuário Internacional do Rio de Janeiro (Galeão – Antônio Carlos Jobim).

Autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

– Requeiro, nos termos do art. 102-a, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada informação à Ministra da Secretaria das Relações Institucionais da Presidência da República, Ideli Salvatti, sobre matéria veiculada pelo jornal *Correio Braziliense*, nas edições de 7 e 8 de outubro do corrente, referente ao uso do helicóptero do Samu, para as viagens a Santa Catarina.

Autoria do Senador Wellington Dias.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Estou vendo aqui que esse requerimento é do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Há um requerimento similar a este apresentado Senador Aloysio Nunes Ferreira. Este é do Senador Wellington Dias e tem a mesma finalidade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Fora do microfone.) – Eu estou subscrevendo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – O Senador Jorge Viana está subscrevendo.

Existe um entendimento entre os dois para que isso seja realizado mais adiante.

Seguindo a leitura:

– Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2013, que apresenta proposta de fiscalização e controle à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com fundamento no art. 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, para que se investigue legalidade, legitimidade, economicidade e renúncia de receitas da Resolução nº 4, de 22 de maio de 2013; e nº 5, de 23 de junho de 2013, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), da Portaria nº 218, de 20 de junho de 2013, do Ministério das Minas e Energia (MME); e do edital de licitação para outorga de partilha de produção de minuta de contrato de partilha de produção para exploração e produção, elaborados igualmente pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), publicado no DOU do dia 3 de setembro de 2013.

Autoria: Senador Roberto Requião.

Agora vamos à pauta.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR
Nº 63, de 2013
– Não Terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de instruir o PLS 278/2011, que tramita em conjunto com o PLS 609/11, com a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); 2. Representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR); 3. Representante da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo (Andep); 4. Representante do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA); 5. Representante do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (IDEC).

Autoria: Ana Rita

Observações:

-O Requerimento foi lido na reunião do dia 15/10/2013 e está pronto para deliberação.

Em discussão o requerimento. (*Pausa*.)

Pois não, Senadora Ana *Rita.*

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só para esclarecer aos nossos colegas Senadores e Senadoras que tomamos a iniciativa de propor este requerimento para realização de uma audiência pública justamente para instruir o Projeto nº 278, de 2011, de autoria do Senador Cícero Lucena, e a Senadora Angela Portela é a Relatora, porque ele trata dessa questão de passagens aéreas, mudanças de horários de voos, prejudicando, inclusive, o direito dos usuários do transporte aéreo.

Nós queremos aprofundar um pouco mais esse debate, por isso a nossa iniciativa de realizar essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Em discussão. (*Pausa*.)

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O item 2 é o requerimento do Senador Aloysio Nunes e ele já havia pedido para retirar da pauta. Há um acordo. Ele não está presente na Comissão.

Passaremos, portanto, ao item 3.

O Senador Cícero Lucena também não está presente na Comissão, portanto sugiro que aguardemos a presença de S. Exª. E vamos ao item 4.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sobre o item 4, o proponente é o Senador Rodrigo Rollemberg. Há um entendimento com ele de que eu pudesse subscrever e fazer a leitura deste item e pudéssemos deliberar sobre ele.

Então, gostaria de pedir a compreensão de V. Exª para que eu possa subscrever e assim V. Exª me designar como também autor. Assim, eu poderia fazer a leitura e a Comissão poderia deliberar ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Acolhido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Da mesma forma, no item 3, no Requerimento do Senador Cícero Lucena, eu subscreveria o requerimento para que pudéssemos também deliberá-lo ainda na reunião de hoje. É apenas a inclusão de um nome em uma audiência pública que já foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Acolhido.

Vamos, então, fazer a leitura do item 4. Depois, retornaremos ao item 3.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR
Nº 67, de 2013
– Não Terminativo –

Requer, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a fim de debater o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC), instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013.

A título de sugestão, serão convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir:

– Sr. Volney Zanardi Júnior, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);

– Sr. Marco Antônio Martins, Secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia (MME);

– Sr. Emilio La Rovere, Professor do Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ;

– Sr. Rômulo Sampaio, Coordenador do Centro de Direito do Meio Ambiente da FGV Direito Rio.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg, coassinado pelo Senador Jorge Viana.

O requerimento já foi lido.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Retornamos, agora, ao item 3.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR
Nº 65, de 2013
– Não Terminativo –

Requer, nos termos regimentais, que seja incluída a pessoa do Sr. Synésio Batista da Costa, presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Suplementos Nutricionais e Alimentos para Fins Especiais, na Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 56, de 2013, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir as denúncias feitas pelo Jornal O Globo na data do dia 18 de agosto do corrente ano, sobre suplemento alimentar.

Autoria: Senador Cícero Lucena; coautoria do Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 5 é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que não está presente. Sugiro que o aguardemos.

Vamos ao item 6 da pauta, cuja relatoria é do Senador Jorge Viana.

ITEM 6
AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE
Nº 2, de 2013
– Não Terminativo –

Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle cópia do Acórdão nº 136/2013 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente às ações adotadas pela Anatel para viabilização da Copa do Mundo FIFA de 2014 (Gecopa), bem como identificar pontos de controle a serem considerados em futuras fiscalizações (TC 028.470/2012-5).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pelo conhecimento da matéria, pela autorização da inclusão de representante da Anatel na audiência pública para avaliar a situação da infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014, aprovada no parecer do Aviso da CMA nº 24, de 2012, e pelo arquivamento do presente aviso.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, é um aviso em que o TCU relata a constatação da falta de publicidade das informações atinentes aos investimentos incluídos na matriz de responsabilidade da Copa do Mundo de 2014, sob a responsabilidade da Anatel; aponta a insuficiência de pessoal nos quadros da agência para cumprir a demanda originada pela Copa do Mundo; e ressalta a situação preocupante de baixa execução orçamentária.

O TCU determinou que a Anatel inclua no *site* de acompanhamento do Senado Federal, na internet, e, para o mesmo fim, recomenda que seja criada página específica no *site* da Agência, na internet. E recomenda à Anatel que sejam adotadas as providências para recompor a força de trabalho em especial nas áreas afetas aos projetos para a Copa do Mundo de 2014, mesmo que por remanejamento de outras áreas.

O parecer conclui pelo arquivamento.

Tome conhecimento do conteúdo no Aviso nº 2, de 2013; pela inclusão de representante da Aneel – esse é um entendimento que temos aqui na Comissão de Fiscalização e Controle – na audiência pública para avaliar a situação da infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014, que ocorrerá em razão da aprovação do parecer referente ao Aviso nº 24, de 2012, deliberado na reunião extraordinária desta Comissão, realizada em 23 de maio de 2013.

Considerando que não há providências a serem tomadas, encaminhe-se o processado ao arquivo.

É esse o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA pela inclusão de representante da Anatel na audiência pública, para avaliar a situação da infraestrutura da Copa do Mundo de 2014, conforme aprovado no Parecer do Aviso da CMA nº 24, de 2012, e pelo arquivamento do presente aviso.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Pois não, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Em razão de um entendimento feito com o Senador Aloysio Nunes em relação ao item 2,

eu gostaria de ver se seria possível a gente fazer a apreciação do requerimento sobre uma audiência e um requerimento de informação à Ministra de Relações Institucionais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Como os dois requerimentos têm praticamente o mesmo conteúdo ...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) –... a gente o acolhe e o submete à aprovação do Plenário, dos colegas.

Então, em votação a sugestão...

Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pelo que eu entendi, o Senador Wellington Dias está solicitando que se modifique o requerimento do Senador Aloysio Nunes.

O requerimento do Senador Aloysio Nunes é no sentido de que se faça uma audiência pública com a presença da Ministra Ideli Salvatti.

O Senador Wellington Dias fez um segundo requerimento...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Transformando...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) –... a posterior, transformando essa presença em...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Pedido de informações.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) –... pedido de informações.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Concordo, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Acho que nós não podemos modificar o requerimento do Senador Aloysio, cuja leitura V. Exª fez. S. Exª até pediu que V. Exª o retirasse de pauta na data de hoje por ele não estar presente. Então, o requerimento do Senador Wellington vem de encontro ao do Senador Aloysio Nunes. São dois requerimentos completamente distintos: um de informação e o outro solicitando a presença da Ministra numa audiência pública.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Concordo plenamente que são dois requerimentos distintos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Cada um ...

Pois não, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É uma pena a ausência do Senador Aloysio, porque na verdade o entendimento que eu fiz com ele foi o da retirada do requerimento de audiência pública e, em contrapartida, a gente aprovaria um requerimento de solicitação de informação. Isso pode ser feito ou com a alteração do requerimento que ele faz, que realmente é diferente, é de audiência pública, ou com a retirada do dele e aprovação do seguinte, que foi o que nós apresentamos com a solicitação de informação. Acho que isso pode ser checado com o Senador Aloysio. Na verdade, o entendimento foi no sentido da retirada do requerimento de S. Exª, com a aprovação do requerimento de solicitação de informação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senador Flexa tem mais tempo de Casa que nós todos e tem nos auxiliado aqui na condução e na busca sempre do entendimento para que cada partido, cada Senador cumpra bem a sua parte.

Esse é um caso corriqueiro na nossa Casa: o Senador Aloysio apresentou um requerimento convocando, buscando trazer uma Ministra do nosso Governo para que ela desse esclarecimento. O Líder do PT, meu Líder, fez um entendimento com o Líder do PSDB no sentido de que, em vez desse requerimento em que teríamos aqui uma disputa de voto, nós apenas aprovássemos imediatamente um requerimento que eu subscrevo, inclusive está assinado pelo nosso Líder, como plantonista aqui na Comissão. O requerimento nosso é para substituir o requerimento do Senador Aloysio Nunes. Quer dizer, por entendimento não vamos a voto. Vamos aprovar o requerimento do Wellington, que solicita da Ministra Ideli os devidos esclarecimentos.

Não sendo esses suficientes, obviamente voltar-se–ia a discutir a possibilidade até de uma convocação ou de um convite.

Então, o que há aqui nessa apreciação não é um requerimento contra o outro, mas a aprovação de um entendimento entre dois Líderes: o Líder Wellington Dias e o Líder Aloysio Nunes.

E eu peço que todos nós – e nunca foi diferente – entendamos que é a palavra do Líder afirmando que já se entendeu com o Líder do PSDB, está apresentando esse requerimento, quer aprovar esse requerimento de pedido de informações a partir de um entendimento com o Líder Aloysio Nunes, que tem cumprido o seu papel de Líder, mas sempre trabalha também nesse sentido. Quantas vezes já fiz isso aqui nesta Comissão e em outras na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Eu compreendo que são dois requerimentos diferentes. Um já foi retirado de pauta, e devemos neste momento apreciar e deixar para mais adiante o requerimento do Senador Aloysio Nunes, que poderá se manifestar, Senador Flexa Ribeiro, mas deveremos votar neste momento o requerimento do Senador Wellington Dias, conservando, mantendo preservados os dois requerimentos, pois os dois serão apreciados. Neste momento vamos apreciar e aprovar ou não o requerimento do Senador Wellington Dias.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Da minha parte, eu não sabia do entendimento do Senador Wellington Dias com o Senador Aloysio Nunes. Já que houve o entendimento, eu não tenho por que duvidar da palavra do Senador Wellington Dias. Então, acho que nós podemos colocar em apreciação também o requerimento do Senador Aloysio, modificando-o, ou seja, em vez de audiência pública, solicitar o encaminhamento das informações.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Da minha parte, há concordância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Mas eu entendo, eu volto a dizer, eu entendo, Senador Flexa Ribeiro, que, pela ausência do próprio Senador Aloysio, devemos apreciar o requerimento mais adiante, com a presença do Senador Aloysio. Neste momento a gente deve apreciar o do Senador Wellington Dias, deixando o do Senador Aloysio para mais adiante. Embora eu veja boa vontade por parte do senhor e haja um entendimento, eu prefiro assim.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Só uma sugestão, Senador Flexa. Eu acho que o Senador Flexa poderia também subscrever...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Isso! Isso é o que eu ia propor.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) –... o requerimento do Senador Aloysio. Da nossa parte, não há problema. Ou seja, é apenas um requerimento de transformação de solicitação de audiência para solicitação de informação. Há pleno acordo para isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu não teria nenhum problema, Presidente, de subscrever o do Senador Aloysio, já que houve um entendimento. Acho só que o Senador Aloysio, como Líder da oposição, está muito "situação" com relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – O senhor foi surpreendido?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Surpreendido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – O senhor foi surpreendido. Percebo no seu semblante

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Mas como houve um entendimento, eu respeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Meu caro Senador Flexa, a inquisição será feita via documento e não presencial. A rigidez é a mesma.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Mas todos nós gostamos da presença da ex-Senadora Ideli Salvatti.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Ah, aí é saudade da sua colega Ideli, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Se o senhor fizer isso ...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Será sempre um prazer para ela prestar informações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Se o senhor faz isso de maneira formal, confio plenamente, e podemos então apreciar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Agora, é só votar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Então, vamos votar o requerimento, e vamos considerar prejudicado o requerimento do Senador Aloysio Nunes. É assim? Esse é o entendimento.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR
Nº 71, de 2013

Requeiro, nos termos do Art.102-A, inciso I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada informação à Ministra Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República IDELI SALVATTI, sobre matéria veiculada pelo jornal Correio Braziliense, nas edições de 7 e 8 de outubro do corrente, referente ao uso de helicóptero do Samu para viagens a Santa Catarina.

Autoria: Senador Wellington Dias e outros

Em discussão o requerimento do Senador Wellington Dias. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

E declarado prejudicado o requerimento do Senador Aloysio.

É o seguinte o item prejudicado:

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR
Nº 64, de 2013

Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidada a Srª IDELI SALVATTI, ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, para prestar esclarecimentos sobre o uso de helicóptero da Polícia Rodoviária, conveniado ao Samu, para se deslocar em visitas a Santa Catarina.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Apenas para constar a forma como foi proposto, considerando como subscritores desse requerimento... Na verdade, o que houve foi uma fusão dos dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Senador Aloysio Nunes e Senador Flexa Ribeiro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Então, assim será considerado.

Vamos dar continuidade.

ITEM 7
AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE
Nº 4, de 2013
– Não Terminativo –

Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal cópia do Acórdão nº 210/2013 – TCU – Plenário, referente à realização de auditoria operacional pela Anatel na execução dos contratos de serviços públicos de telefonia fixa e móvel, especificamente quanto aos mecanismos de cobrança dos usuários (TC-024.260/2009-9).
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Cristovam Buarque
Relatório: Pela apresentação de requerimento para realização de audiência pública com o propósito de debater alternativas que capacitem o usuário do Serviço Móvel de Pessoal a gerenciar suas despesas mensais e auditar os valores cobrados por sua prestadora, e posterior arquivamento.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, chega a esta Comissão o Aviso nº 4, de 2013, com o Acórdão nº 210/2013, do TCU, que cuida da auditoria operacional pela Anatel na execução dos contratos de serviços de telefonia fixa e móvel, especificamente quanto aos mecanismos de cobrança dos usuários.

A análise do acórdão permite constatar que ele está muito bem elaborado e que o nosso Requerimento nº 85, de 2009, solicitava ao TCU que a auditoria pudesse responder no mínimo a diversas questões, sem prejuízo de outras que o próprio Tribunal julgasse. Não vou ler todas, mas são perguntas que dizem respeito ao funcionamento do serviço de telefonia móvel e de suas relações com os usuários.

O trabalho elaborado pelo Tribunal inicia-se com a demonstração inequívoca, com base em dados extraídos do sítio da Anatel, de que a cobrança pelos serviços prestados é, individualmente, o motivo mais frequente das reclamações. Observando-se os registros de reclamações desde 2009, a cobrança tem estado não apenas na liderança entre os motivos ofensores, mas tem crescido relativamente aos demais problemas reportados, como por exemplo atendimento, reparo, promoções e planos de serviço. Então, percebe-se que a grande reclamação é relacionada às tarifas e às cobranças.

A equipe de fiscalização da Anatel concluiu que diversos fatores são responsáveis pelo elevado índice de reclamações sobre cobranças abusivas, por exemplo: os processos que envolvem desde a coleta e mediação dos bilhetes de uso da rede até o envio da fatura ao cliente são distintos entre as áreas de atuação da empresa – no caso, a Oi; a administração dos sistemas é terceirizada para várias firmas; não há procedimento automatizado de verificação.

Ao final do relatório, a equipe da Anatel adverte que há dois tipos de falha nos processos de cobrança: as que são percebidas pelo usuário e as que são de difícil percepção.

Por isso, o Tribunal também foi informado de que estaria em elaboração, pela Anatel, um regulamento de atendimento e cobrança, que deveria ser publicado até o final de 2013. Eu não tenho informação se de fato foi. Após passar por consulta interna e ser submetido à apreciação da Procuradoria Jurídica e do Conselho Diretor da Agência, o referido regulamento foi objeto da Consulta Pública nº 14, no período de 18 de março a 17 de maio deste ano. No texto apresentado, a Anatel procura homogeneizar, nos serviços de telefonia, acesso à internet e TV por assinatura, diversos aspectos da cobrança, entre eles o formato e o conteúdo do documento.

Em suma, Sr. Presidente, a inspeção feita pelo TCU identificou que a Anatel efetivamente conduziu, em 2011, um trabalho de fiscalização nas concessionárias.

Nesse contexto, o Acórdão nº 210/2013 – TCU – Plenário determina ao órgão regulador das telecomunicações que estude a viabilidade de realizar uma auditoria específica nos sistemas de faturamento e cobrança das prestadoras do serviço.

A análise do conteúdo do Aviso nº 4, de 2013, nos faz concluir que os sistemas de medição, faturamento e cobrança das prestadoras dos serviços, de fato, apresentam falhas graves que suscitam cobranças indevidas ou abusivas e que explicam o elevado índice de reclamações associadas a esse motivo.

Restou claro que um enfoque deve ser dado ao sistema. Suas prestadoras não sofreram auditorias específicas nos sistemas e procedimentos.

A plataforma tecnológica, constituída por terminais de alta capacidade de processamento, que são servidos por uma gama enorme de aplicativos, permite que se ofereçam aos próprios usuários meios legítimos e precisos de controle dos custos.

Por isso, Sr. Presidente, ao tempo em que considera a atuação do TCU plenamente satisfatória em responder às questões formuladas por esta Comissão, pois comprovou haver falhas nos sistemas de faturamento e cobrança das operadoras, que podem explicar grande parte das reclamações feitas pelos usuários das telefonias fixa e móvel, proponho que a CMA debata em audiência pública alternativas para orientar o consumidor de serviços de telecomunicações, capacitando-o a contestar e comprovar falhas de cobranças que lhe forem dirigidas.

Ante o exposto, opinamos pelo arquivamento – claro, um arquivamento positivo e satisfatório – do Aviso nº 4, de 2013, e, nos termos do art. 133, V, "b" do Regimento Interno do Senado Federal, pela aprovação de requerimento para realização de audiência pública com o propósito de debater alternativas que capacitem o usuário do Serviço Móvel Pessoal a gerenciar suas despesas mensais e auditar os valores cobrados por sua prestadora.

Vem aqui o requerimento, que apenas explica isso, e, depois, a sugestão dos que nós convidaríamos: o Sr. João Batista de Rezende, que é Presidente da Anatel; o Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, que é Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal; o Sr. Diego Oliveira, Diretor da empresa Pricez, que oferece apoio ao consumidor, via internet, na seleção de planos; um representante da Microsoft no Brasil; e um representante da Apple no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque.

Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do requerimento para realização de audiência pública e posterior arquivamento do aviso.

Item 8.

ITEM 8
MENSAGEM (SF) Nº 103, de 2012
– Não Terminativo –

Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 67 da Lei nº 12.465 (LDO-2012), de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 5º bimestre de 2012.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Sérgio Souza

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Como o Relator não está presente, nomeio uma Relatora, a Senadora Ana Rita, se assim ela aceitar.

Com a palavra, a Relatora *ad hoc*, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Eduardo Amorim.

Prossigo, então, à leitura do relatório.

Com o objetivo de garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da LDO-2012, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, nos termos do art. 67 da LDO-2012 (Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011), o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas da União referente ao 5º bimestre de 2012, contendo a análise e revisão das expectativas de arrecadação das receitas e de realização das despesas primárias para o exercício, concluindo que os limites de empenho e

movimentação financeira estabelecidos na quarta avaliação bimestral de 2012 podem ser ampliados em R$ 8.495.8 milhões.

Como o relatório é extenso, vou fazer a leitura do voto.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 103, de 2012-CN, e dos demais documentos que compõem o respectivo processo, e determine o seu envio ao arquivo.

É este, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa*.)

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Para o item nº 9 foi solicitada a retirada de pauta pela própria Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, de 2013
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para estabelecer a transparência e ampla publicidade do Cadastro das Empresas de Turismo e perda do acesso às linhas de crédito oficiais e ao Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR para os casos de infração aos direitos do consumidor e à legislação ambiental.

Autoria: Deputado Rogério Carvalho

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação

Passamos ao item nº 10

ITEM 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 055, de 2013
– Não Terminativo –

Cria o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas; altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; revoga dispositivo da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Blairo Maggi

Informo que a matéria foi apreciada pelo Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com parecer pela aprovação do projeto.

Aprovada por esta Comissão, a matéria segue à Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, Relatora do projeto.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vem a exame nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 126, de 2011, de autoria do Poder Executivo.

O projeto cria o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas; altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; cria cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS); altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; revoga dispositivo da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009; e dá outras providências.

Na estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação serão criados o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas. Além da transferência do Museu de Biologia Professor Mello Leitão, da estrutura do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com alteração de sua denominação para Instituto Nacional da Mata Atlântica. Fica autorizada, ainda, o exercício neste Instituto dos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos da Cultura de que trata a Lei nº 11.233/2005, que estavam lotados no Museu de Biologia Professor Mello Leitão, em 31 de dezembro de 2009, sem prejuízo das vantagens remuneratórias e independentemente da ocupação de cargo em comissão ou função de confiança.

São criados também oitenta e três cargos comissionados do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), sendo quatro DAS-5, quinze DAS-4, vinte e um DAS-3, vinte e um DAS-2 e vinte e dois DAS-1.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde recebeu parecer favorável. Depois de analisada por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, ela seguirá para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

À matéria foi apresentada uma emenda, de autoria do Senador Blairo Maggi.

Análise.

O projeto de lei analisado versa sobre a criação de órgãos e cargos no âmbito do Poder Executivo Federal, matéria de competência exclusiva do poder executivo em legislar, conforme preconiza o art. 61, inciso II, alíneas "a" e "e" da Constituição Federal.

Sob o enfoque da constitucionalidade material, o projeto não apresenta vícios. Lavrado em boa técnica legislativa, não cabem reparos a serem feitos. A proposição ora analisada está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração das leis.

A análise deste projeto pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle está em consonância com o inciso II do art. 102-A do Regimento Interno desta Casa, cuja competência é opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente.

Quanto ao mérito, a proposta ganha relevo por buscar enfrentar a desigualdade regional no tocante ao fomento á pesquisa. Com a matéria ora em análise vislumbramos melhor distribuição de recursos e, principalmente, a ampliação de pesquisas direcionadas para as realidades locais, como é o caso do Pantanal e da Mata Atlântica.

Conforme pontuou o Relator da matéria, ainda na comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, o Deputado Narcio Rodrigues, apesar de a legislação prever a aplicação de pelo menos 30% dos recursos dos dez fundos setoriais de ciência e tecnologia nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, apenas cinco deles cumpriram a exigência legal no ano de 2009, e sabe-se também que a situação não se alterou muito no passar dos anos. A razão dessa dificuldade em aplicar os recursos reside no reduzido número de instituições capazes de dar consecução às políticas públicas de ciência e tecnologia.

Por isso, louvamos a atitude do Poder Executivo em encaminhar uma proposta que cria o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, que unirá diferentes atores locais e nacionais em torno do desenvolvimento de pesquisa e inovação para o progresso econômico e social da região Nordeste, bem como a criação do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, que terá como foco a pesquisa do biossistema do Pantanal, com vista ao desenvolvimento e a preservação da região.

Na exposição de motivos que acompanha a proposição, justifica-se a criação do Instituto Nacional de Águas como uma ação que coaduna com ações que vêm sendo desenvolvidas para o enfrentamento das mudanças do clima, para a educação ambiental e melhoria na gestão dos recursos hídricos e naturais do País.

Na estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação existem duas unidades de pesquisa na Amazônia (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e o Museu Paraense Emílio Goeldi), além da supervisão do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Na Região Nordeste funciona o Instituto Nacional do Semiárido. E é nesse sentido de regionalizar as pesquisas a proposta da transferência do Museu de Biologia Professor Mello Leitão da estrutura do Instituto Brasileiro de Museus para a estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com a nova denominação de Instituto Nacional da Mata Atlântica.

A Criação do Instituto Nacional da Mata Atlântica, que será localizado no Município de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, está em acordo com a Convenção sobre a Diversidade Biológica, da qual o Brasil é signatário, demonstrando que a região da Mata Atlântica é prioridade para a conservação biológica.

O Museu Mello Leitão foi criado no ano de 1949 pelo naturalista Augusto Ruschi, cujo nome foi dado em homenagem ao zoólogo Cândido Firmino de Mello Leitão. Dois anos antes da morte de seu fundador, o museu foi doado para o Ministério da Cultura.

Cumpre ressaltar que o museu realiza estudos, coletas, preserva e expõe exemplares de plantas e animais, principalmente da Mata Atlântica. É considerado uma das mais importantes referências brasileiras para pesquisas voltadas à biodiversidade da Mata Atlântica. O acervo é de aproximadamente 40 mil exemplares. Registre-se, ainda, que no ano de 2003 o museu recebeu o Prêmio Muriqui, que é concedido pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, por seu trabalho em prol da proteção da biodiversidade e do conhecimento científico da Mata Atlântica.

Com relação à Emenda apresentada pelo eminente Senador Blairo Maggi, que estabelece a instalação do Instituto Nacional do Pantanal no Município de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, opinamos por sua rejeição. Justificamos a decisão por entender que, ainda que meritória, a matéria não deva constar da lei de criação do instituto, mas sim da regulamentação da mesma.

O voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2013, e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Blairo Maggi.

É esse o nosso parecer, Sr. Presidente, mas gostaria, antes de concluir, de fazer aqui uma explicação a respeito da emenda apresentada pelo Senador Blairo Maggi.

Nós consideramos a emenda altamente meritória, muito importante. Nós havíamos assumido o compromisso com o Senador Blairo Maggi para que a emenda fosse aprovada por mim ao fazer o relatório, mas considerando duas coisas: primeiro que, ao apresentar a emenda, o projeto retorna para a Câmara dos Deputados, e isso atrasaria também a aprovação do projeto, mas, considerando que já existe por parte do Ministério da Ciência e Tecnologia – e aqui, hoje, eu tive a oportunidade de conversar com diversos assessores do Ministério da Ciência e Tecnologia –, a sede do bioma Pantanal já está assegurada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia na cidade de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso.

Então, essa definição já está dada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e, na verdade, para que a sede realmente possa começar a funcionar, está-se dependendo apenas da aprovação do projeto. A estrutura já existe, e o local já está definido. Portanto, eu quero tranquilizar o Senador Blairo Maggi quanto à localização da sede do Instituto Nacional do Pantanal, que será, de fato, na cidade de Cuiabá, conforme ele havia solicitado através da emenda. Então, não se justifica a aprovação da emenda, considerando que é uma matéria vencida porque já há uma decisão do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Quero, aqui, agradecer a V. Exª, particularmente ao Senador Blairo Maggi, que confiou a mim a relatoria deste projeto e dizer que ele pode ficar tranquilo porque o que ele pleiteia já está garantido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Em discussão.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Peço vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – É regimental. Concedido vista ao Senador Flexa Ribeiro.

Consulto se alguém mais deseja pedir vista.

Então, vista concedida ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, para haver vista coletiva, eu também estou pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Vista coletiva, então.

Vamos ao item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para permitir a dedução integral das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

Autoria: Vital do Rêgo

Relatoria: Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação

Observações:

-Matéria apreciada pela CRA, com parecer pela aprovação do projeto.

A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Senador Jorge Viana, o Relator.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 204, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, que tem por objetivo a alteração da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para permitir a dedução integral das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, o ITR.

Da análise.

A matéria é constitucional, pois cabe à União legislar sobre direito e sistema tributário (ITR) e proteção do meio ambiente, haja vista o disposto nos arts. 24, I e VI, e 48, I, e 153, VI, todos da Constituição Federal.

A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 61 da mesma Carta.

No mérito, há, no novo Código Florestal, uma autorização a um implemento de programas de apoio e incentivo a conservação do meio ambiente, entre eles a redução do ITR, nos termos da citada alínea “c”.

O que o PLS nº 204, de 2012, promove é tão somente um ajuste de redação no texto original da lei para deixar fora de dúvida que a redução do ITR ali prevista pode chegar a 100% do imposto devido.

Então, eu peço a atenção dos colegas que, na análise que fiz no relatório, o que eu consigo identificar no PLS nº 204, de autoria do Senador Vital do Rêgo, é a intenção de deixar explícito no texto que o ajuste de redação... fazer o ajuste de redação no texto original da lei para deixar fora de dúvida que a redução do ITR ali prevista pode chegar a 100% do imposto devido.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2012.

Assim é meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto.

Os itens nºs 12, 13 e 14 são terminativos e, como o quórum está baixo, sugiro que eles possam ser apreciados na próxima semana.

São os seguintes os itens adiados:

ITEM 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2009
– Terminativo -

Dá nova redação ao caput art. 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, obrigando o estabelecimento de ensino a divulgar a lista de material escolar 45 (quarenta e cinco) dias antes da data final para matrícula.
Autoria: Deputado Clodovil Hernandes
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação com as emendas nº 1 e 2-CCJ, de redação

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, de 2008
– Terminativo -

Dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências.
Autoria: Senador Fernando Collor
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação do projeto e das emendas nºs 1 a 3-CCJ, com uma subemenda a emenda nº 2-CCJ e duas emendas que apresenta, e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e creditícios para essa recomposição, e dá outras providências.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião e agradeço a todos pela colaboração.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.)

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 9H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AMORIM**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Anibal Diniz, Ana Rita, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Alvaro Dias, Eduardo Amorim, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Delcídio do Amaral, Sérgio Souza e Cyro Miranda. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Jorge Viana, Wellington Dias, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Cícero Lucena, José Agripino, Blairo Maggi e Fernando Collor**.** A Presidência declara aberta a reunião e faz a **LEITURA DE REQUERIMENTOS** apresentados perante a comissão: **1) REQUERIMENTO Nº 74, DE 2013-CMA**, que "Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que sejam convidados os senhores MARCELO ESTRELA FICHE, Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda, e HUMBERTO BARRETO ALENCAR, Chefe de Gabinete substituto do Ministro da Fazenda, e a senhora ANNE PAIVA, ex-secretária da empresa Partnersnet Comunicação Empresarial, para prestarem esclarecimentos sobre as denúncias de recebimento de propina em contrato com empresa de prestação de serviços de assessoria de imprensa ao Ministério da Fazenda". Autoria: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias. **2) REQUERIMENTO Nº 76, DE 2013-CMA,** que "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso Ii, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública por esta comissão, a fim de buscar esclarecimentos sobre as causas que levaram um trem carregado de milho a descarrilar na área urbana de São José do Rio Preto – SP, fato ocorrido no último domingo (24/11),

causando a morte de várias pessoas. participantes convidados: Exmo. Sr. César Borges – Ministro dos Transportes; Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos – Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; Sr. Valdomiro Lopes da Silva Júnior – Prefeito do Município de São José do Rio Preto; Sr. Alexandre de Jesus Santoro – Diretor-Presidente da América Latina Logística – ALL". Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. A seguir, a Presidência submete aos senhores senadores e senhoras senadoras a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 41ª, 42ª e 43ª reuniões extraordinárias da comissão. As atas foram aprovadas. Passa-se à **PAUTA**. **PRIMEIRA PARTE**. Votação das emendas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2013, referente à Lei Orçamentária Anual de 2014. O Vive-Presidente da Comissão, no exercício da presidência, Senador Eduardo Amorim, avoca a relatoria das emendas. É passada a presidência ao Senhor Senador Valdir Raupp, que concede a palavra ao relator para leitura do relatório. Não havendo quem queira discutir, colocado em votação, o relatório é aprovado, passando a constituir o Parecer da CMA, que conclui pela apresentação de quatro emendas de apropriação e uma emenda de remanejamento ao Projeto de Lei nº 9, de 2013-CN, destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias: **1) Ementa: "CMA – (DPU – Defensoria Pública da União) – CMA/SF – Cust. e Inv. – Encaminhar à Comissão"**, Funcional/Ação "03.422.2020.2725.0001" (acréscimo) da Defensoria Pública da União, no valor de R$ 55.000.000,00; **2) Ementa: "Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais"**, Funcional/Ação "18.541.2018.6381.0001" (acréscimo) do Instituto Chico Mendes, no valor de R$ 309.500.000,00; **3) Ementa: "CMA – Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei"**, Funcional/Ação "98.998.0581.2508" (inclusão) do Ministério Público Federal, no valor de R$ 100.000.000,00; **4) Ementa: "CMA TCU – Construção do Anexo IV: Escola Superior de Controle"**, Funcional/Ação "01.122.0550.12QD.5664" (acréscimo) do Tribunal de Contas da União, no valor de R$ 16.000.000,00; e **5) Ementa: "CMA TCU – Comunicação e divulgação institucional"**, Funcional/Ação "01.131.0550.2549.0001" (remanejamento) do Tribunal de Contas da União, no valor de R$ 2.000.000,00. A Presidência é devolvida ao Senador Eduardo Amorim. **SEGUNDA PARTE.** Deliberação de matérias. **ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 70, de 2013**, que "Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão de Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor, seja realizada Audiência Pública para discussão sobre a "Navegação fluvial de passageiros na Amazônia" com a presença dos seguintes convidados: Capitão-de-Fragata Carlos Rodrigo Neves de Oliveira, Capitão dos Portos do Amapá; Almirante Ademir Sobrinho, Comandante do 4º Distrito Naval; Adalberto Tokarski, Superintendente de Navegação Interior da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; Representante da Associação de Praticagem da Bacia Amazônica; Clécio Luis Vilhena Vieira, Prefeito de Macapá – AP; Robson Rocha Freires, Prefeito de Santana – AP; Bruno Manoel Rezende, Secretário de Transportes do Estado do Amapá". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. **ITEM 2) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO AVISO Nº 85, de 2012 – Não Terminativo** – Encaminha cópia do Acórdão n° 3142/2012-TCU-Plenário, bem como os respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a relatório de levantamento sobre as concessões do setor elétrico vincendas a partir de 2015 (TC 033.929/2012-2). Autoria: Tribunal de Contas da União. **QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O AVISO Nº 25, de 2013 – Não Terminativo** – Encaminha cópia do Acórdão nº 3.149, de 2012, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a relatório de levantamento sobre as concessões do setor elétrico vincendas a partir de 2015 (TC 033.929/2012-2). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatoria "ad hoc": Senador Anibal Diniz. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento dos avisos. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento dos avisos. **ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, de 2013 – Não Terminativo** – Cria o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas; altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; cria cargos em comissão do Grupo– Direção e Assessoramento Superiores – DAS; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; revoga dispositivo da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009; e dá outras providências. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Blairo Maggi. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Blairo Maggi. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às dez horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente

Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **EDUARDO AMORIM**, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE 27-11-2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Declaro aberta a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados da Presidência.

Farei a leitura de três requerimentos recebidos nesta Comissão com o objetivo de dar ciência aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras quanto ao seu conteúdo.

Esses requerimentos serão votados na próxima reunião deliberativa da Comissão.

REQUERIMENTO Nº 74, DE 2013

Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que sejam convidados os Srs. Marcelo Estrela Ficher, Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda, e Humberto Barreto Alencar, Chefe de Gabinete Substituto do Ministro da Fazenda, e a Srª Anne Paiva, ex-secretária da empresa Partnersnet Comunicação Empresarial, para prestarem esclarecimentos sobre as denúncias de recebimento de propina em contrato com empresa de prestação de serviços de assessoria de imprensa ao Ministério da Fazenda.

Autoria: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias.

REQUERIMENTO Nº 76, DE 2013.

Requeiro, nos temos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública por esta Comissão, a fim de buscar esclarecimentos sobre as causas que levaram um trem carregado de milho a descarrilhar na área urbana de São José do Rio Preto, São Paulo, fato ocorrido no último domingo, 24/11, causando a morte de várias pessoas.

Participantes convidados: Exmo Sr. César Borges, Ministro dos Transportes; Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Sr. Valdomiro Lopes da Silva Júnior, Prefeito do Município de São José do Rio Preto; e o Sr. Alexandre de Jesus Santoro, Direto-PResidente da América Latina Logística (ALL).

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Antes de passarmos à pauta, submeto às Srªs e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura da aprovação das atas da 41ª, 42º, 43º Reuniões Extraordinárias da Comissão.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Passamos à primeira parte da pauta.

Votação das emendas da CMA ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2013, referente à Lei Orçamentária anual de 2014.

Até o encerramento do prazo estabelecido, foram apresentadas 41 emendas pelos Senadores membros da Comissão, todas constantes na pauta desta reunião.

Peço ao Senador Valdir Raupp que assuma a Presidência para que eu possa relatar as emendas. *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Todas as propostas estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, no qual se discrimina o número atribuído a cada proposta de emenda por esta Comissão, CMA.

É o relatório, Sr. Presidente.

Análise

Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas deste tipo, reservadas à Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

Dessa forma, devem ser feitas as escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação. As emendas analisadas a partir dos fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação do direito financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, assim como no Parecer preliminar.

Subsidiariamente à Resolução nº 1, o parecer preliminar traça regras procedimentais para a confecção, apresentação e admissibilidade das emendas. Importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria.

O primeiro fundamento foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter estrita relação com as competências desta comissão com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas apresentassem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer

intervenção pública almejada deveria desdobrar-se no Plano Nacional, jamais se limitando à região ou localidade específica.

Assim, Sr. Presidente, é o nosso voto.

Podemos afirmar que as emendas exibiram grande número, grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalho desta comissão, ao longo do ano. Na impossibilidade de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e oportunidade, a exemplo das questões da consolidação territorial das unidades de conservação federais, Instituto Chico Mendes, e aquela para as quais se convergiu interesse comum de diversos Parlamentares, quais sejam: prestação de assistência jurídica ao cidadão, defensoria pública da União, fiscalização e controle da aplicação da lei, Ministério Público da União.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA –, delibere pela aprovação de quatro emendas de apropriação, itens abaixo, I a IV, e uma emenda de remanejamento, Item V, ao Projeto de Lei nº 9, de 2013, do Congresso Nacional, destinada às seguintes ações e unidades orçamentárias:

A-1. Prestação de assistência jurídica ao cidadão. Unidade orçamentária pretendida: defensoria pública da União.

A-2. Unidade orçamentária ao Instituto Chico Mendes. Destina-se para a consolidação territorial das unidades de conservação Federais, consolidação territorial das unidades de conservação federais, nacional.

O valor da emenda da Defensoria Pública...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Não. Da defensoria pública, é de 55 milhões. Do Instituto Chico Mendes, 309,5 milhões.

A terceira emenda de inclusão do Ministério Público Federal, no valor de 100 milhões. Unidade orçamentária pretendida no Ministério Público Federal, que destina para a fiscalização e controle da aplicação da lei.

A quarta emenda é de acréscimo do Tribunal de Contas da União, com o valor de 16 milhões. É unidade orçamentária, como eu já disse, do Tribunal de Contas da União. Destina-se para a construção do Anexo IV para a Escola Superior de Controle.

Então, com certeza, será muito bem aplicado.

E a quinta emenda é de remanejamento do próprio Tribunal de Contas da União, no valor de R$2 milhões, unidade orçamentária pretendida, Tribunal de Contas da União, comunicação e divulgação institucional.

É uma solicitação do próprio órgão.

Portanto, Sr. Presidente, colegas Senadores, este é o nosso relatório e o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, Nobre Relator, Senador Eduardo Amorim.

Ao mesmo tempo em que parabenizo V. Exª pelo relatório, coloco o relatório em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, nos termos propostos pelo Senador Eduardo Amorim.

As emendas aprovadas serão enviadas à Comissão Mista de Orçamento.

Devolvo a Presidência ao nobre Senador Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Obrigado, Senador Raupp.

Vamos à segunda parte da reunião.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR
Nº 70, de 2013

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão de Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor, seja realizada Audiência Pública para discussão sobre a "Navegação fluvial de passageiros na Amazônia" com a presença dos seguintes convidados: Capitão-de-Fragata Carlos Rodrigo Neves de Oliveira, Capitão dos Portos do Amapá; Almirante Ademir Sobrinho, Comandante do 4º Distrito Naval; Adalberto Tokarski, Superintendente de Navegação Interior da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Representante da Associação de Praticagem da Bacia Amazônica; Clécio Luis Vilhena Vieira, Prefeito de Macapá (AP); Robson Rocha Freires, Prefeito de Santana (AP); Bruno Manoel Rezende, Secretário de Transportes do Estado do Amapá.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Observações:

– O Requerimento da CMA nº 66, de 2013, de mesmo conteúdo deste requerimento, porém com algumas correções, foi lido na reunião do dia 29/10/2013. O presente requerimento é dado como lido e está pronto para deliberação.

Em discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Darei preferência, agora, ao Item 3, que é de relatoria da Senadora Ana Rita. S. Exª está aqui já há algum tempo. Se não houver nenhum objeção. *(Pausa.)*

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, de 2013
– Não Terminativo –

Cria o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas; altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; revoga dispositivo da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Blairo Maggi

Observações:

-Matéria apreciada pela CCJ, com parecer pela aprovação do projeto.

-Aprovada, a matéria segue à CCT.

-O relatório foi lido na reunião de 19/11/2013, sendo concedida vista coletiva do projeto. Nos termos do art. 132, §1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista.

Não houve manifestação decorrente do pedido.

O relatório já foi lido na reunião.

A matéria está em discussão.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, como o relatório já foi lido na reunião passada, quero apenas aqui fazer um destaque que é importante.

Na verdade, entre todos os benefícios que esse projeto de lei traz para a questão ambiental, para a ciência e tecnologia, quero aqui destacar que, na estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, serão criados o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional das Águas. Além disso, o Museu de Biologia Professor Mello Leitão será transferido da estrutura do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O projeto assegura uma alteração de sua denominação para Instituto Nacional da Mata Atlântica.

Quero aqui fazer esse destaque porque o Museu Mello Leitão fica no Município de Santa Tereza, no norte do Estado, e tem um potencial muito grande. Aquela região tem uma potencialidade muito grande de pesquisa, principalmente em função da Mata Atlântica. O museu hoje está funcionando em precárias condições, e a sua transferência para o Ministério da Ciência e Tecnologia vai significar um avanço imenso para a pesquisa, principalmente no que se refere a toda a diversidade da Mata Atlântica. Essa é uma demanda antiga e muito esperada por diversos pesquisadores, professores, não só pela comunidade local, além disso, nacionalmente, vai oferecer uma grande contribuição, porque o que resta de Mata Atlântica no País é muito pouco, e o que está ali no Município de Santa Tereza tem uma diversidade muito grande e precisa de uma atenção muito grande por parte de todo o sistema de pesquisa. Em sendo transferido para o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, com certeza, nós teremos o apoio financeiro, o apoio técnico para que haja um avanço nessa área.

Então, eu quero aqui agradecer o apoio dos Senadores para que esta matéria seja aprovada nesta manhã de hoje.

Era isso, Sr. Presidente. muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório, permaneçam como se encontram.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Blairo Maggi.

Passamos agora ao item 2 da pauta, e quero pedir a contribuição do Senador Anibal, que ele seja o relator *ad hoc*.

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

ITEM 2
AVISO Nº 85, de 2012
– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão n° 3142/2012-TCU-Plenário, bem como os respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a relatório de levantamento sobre

as concessões do setor elétrico vincendas a partir de 2015.

TRAMITA EM CONJUNTO

AVISO Nº 25, de 2013

– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 3149/2012, bem como os respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a relatório de levantamento sobre as concessões do setor elétrico vincendas a partir de 2015 (TC 0033.929/2012-2).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador João Capiberibe, que não está aqui, peço ao Senador Anibal que seja o relator ad-hoc.

Relatório: pelo conhecimento e arquivamento dos Avisos.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Amorim.

O relatório versa no seguinte teor:

Tramita nesta Comissão o Aviso nº 85, de 2012, do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal, para conhecimento, o Acórdão nº 3.149/2012-Tribual de Contas da União-Plenário. Trata-se de decisão sobre o monitoramento de determinações proferidas ao Ministério de Minas e Energia e à Agência Nacional de Energia Elétrica relacionadas ao vencimento de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. As concessões venceriam a partir de 2015.

Em 17/12/2012, o Aviso sob análise foi despachado para a análise desta Comissão. Entrementes, em 25/06/2013, a Mesa do Senado Federal acolheu o Requerimento nº 615, de 2013, de autoria do Senador Blairo Maggi, para a tramitação conjunta dos Avisos do TCU nº 85, de 2012, e nº 25, de 2013, por versarem sobre a mesma matéria.

De fato, o Aviso nº 25, de 2013, reencaminhou o mesmo Acórdão nº 3.149/2012 que já havia sido anexado ao Aviso nº 85, de 2012.

Da Análise.

Até o advento da Constituição de 1988, as concessões de serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica eram outorgadas sem licitação e sem contratos reguladores dos direitos e responsabilidades dos concessionários. O art. 175 da Carta Magna determinou que os serviços públicos devem ser prestados sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação.

As Leis nº 8.987 e nº 9.074, ambas de 1995, regulamentaram o artigo 175 da Constituição. Em particular, a Lei nº 9.074 criou uma regra de transição, por meio da qual, as concessionárias que, na época, já prestavam os serviços de geração, transmissão e distribuição, firmariam um contrato de concessão por vinte anos, a contar da publicação da Lei. Portanto, o ano de 2015 seria o prazo para vencimento dos contratos.

Em 2011, o Tribunal de Contas da União, preocupado com a aproximação da data da extinção dos contratos, proferiu o Acórdão 3.012/2011, no qual foram fixados prazos para que o Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) apresentassem planos acerca de medidas relacionadas ao vencimento dos contratos. Entre outras determinações, constavam as seguintes:

Ao Ministério de Minas e Energia: encaminhar plano de ação que contivesse datas, atribuições e responsáveis para:

1– A definição do modelo a ser adotado, incluindo, entre outros, parecer jurídico quanto à constitucionalidade e legalidade da alternativa escolhida;

2– A definição de metodologia para a fixação de tarifas e preços associados às concessões e para a aplicação dessa metodologia, com cálculos detalhados das correspondentes tarifas e preços públicos; e

3– A elaboração de estudos acerca das implicações econômicas do modelo a ser adotado.

À Aneel foi designado elaborar plano de ação indicando datas, atribuições e responsáveis para a avaliação dos serviços das concessões cujos contratos vencem a partir de 2015, bem como, entre outros, metodologias, banco de dados validados e ações de fiscalização previstas.

Não tendo as determinações sido cumpridas no prazo fixado, o plenário do TCU emitiu o Acórdão 1.042/2012 (publicado em 10/05/2012), nos seguintes termos:

– Considerar não atendidas as determinações feitas ao Ministério de Minas e Energia e Aneel pelo Acórdão 3.012/2011;

– Fixar novo prazo de sessenta dias para que o Ministério de Minas e Energia cumprisse as citadas determinações;

– Fixar novo prazo de trinta dias, após o cumprimento das determinações ao Ministério de Minas e Energia, para que a Aneel cumprisse o que havia sido exarado no Acórdão 3.012/2011.

Após ser notificado, o Ministério de Minas e Energia contestou o prazo dado pelo TCU, alegando que ainda não tinha as informações determinadas, e que, tão logo as tivesse, encaminhá-las-ia à Egrégia Corte.

Em 11 de setembro de 2012, o TCU foi surpreendido pela edição da Medida Provisória nº 579/2012, e pelo Decreto nº 7.805/2012, que a regulamentou. Nesses diplomas, constavam todas as definições que haviam sido cobradas pelo Tribunal, em particular, a possibilidade de prorrogação das concessões por trinta anos, desde que as concessionárias aceitassem uma tarifa pelo custo do serviço e as indenizações que seriam calculadas pela Aneel.

Em face do fato consumado, a Egrégia Corte de Contas prolatou o Acórdão nº 3.149/2012, na sessão de 20/11/2012, objeto do Aviso nº 85, que ora analisamos. Naquela data, a Medida Provisória nº 579/2012 ainda se encontrava em análise do Congresso Nacional. As decisões desse Acórdão foram as seguintes:

– Considerar que a Aneel cumpriu as determinações exaradas nos Acórdãos anteriores;

– Considerar não atendidas pelo Ministério de Minas e Energia as determinações exaradas nos Acórdãos anteriores, mas sobrestar a apreciação do seu cumprimento, em razão de a Medida Provisória nº 579/2012 ter resultado em perda do seu objeto;

– Determinar o envio à Corte, com a brevidade necessária, da documentação completa que fundamenta o modelo de cálculo das tarifas e das indenizações relativas às concessões, para que se possa proceder à sua análise antes do dia 4/12/2012, data prevista na MPV nº 579/2012 para a assinatura dos contratos de prorrogação das concessões

– Incluir, nos contratos de concessão, cláusula de salvaguarda ao erário, para o caso de serem detectados futuramente erros ou inconsistências nos cálculos, principalmente no que diz respeito às indenizações.

Este último item é semelhante à salvaguarda aos concessionários prevista nos §§ 5º e 6º do art. 15 da MPV nº 579/2012, na hipótese de serem detectados erros ou inconsistências nos cálculos, de modo a possibilitar o ajuste quando da realização dos processos de revisão tarifária periódica de que trata o art. 15 da Medida Provisória.

Após a publicação do Acórdão sob análise, os contratos de concessão foram assinados em 4/12/2012. Com exceção das concessionárias estaduais de geração, todas as outras concessionárias aceitaram os termos da prorrogação.

Vale lembrar também que a Medida Provisória nº 579/2012 converteu-se na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Não se vislumbra qualquer providência que caiba ao Congresso tomar com base no resultado do Acórdão nº 3.149, de 2012.

Ante o exposto, o voto é pelo conhecimento dos Avisos nº 85, de 2012, e nº 25, de 2013, ambos do Tribunal de Contas da União, e pelos respectivos arquivamentos.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo conhecimento da matéria e arquivamento dos Avisos nº 85, de 2012, e nº 25, de 2013.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 09 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 27 minutos.)

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia dez de dezembro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Luiz Henrique, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Delcídio do Amaral, Sérgio Souza, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Ana Rita, Wellington Dias, Romero Jucá, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Cícero Lucena, José Agripino e Fernando Collor**.** A Presidência declara aberta a reunião e submete aos senhores senadores e senhoras senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior da comissão. A ata foi aprovada. A seguir, a Presidência faz um discurso sobre o falecimento de Nelson Mandela e sobre o aumento dos preços das passagens aéreas e do preço dos hotéis no Brasil durante o período da Copa do Mundo de 2014. Usam da palavra os Senhores Senadores Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp e Flexa Ribeiro. **LEITURA DE REQUERIMENTOS** apresentados perante a comissão: **1) REQUERIMENTO nº 75, de 2013-CMA**, que "Requeiro, nos termos dos artigos 49, inciso X, e artigo 70 da Constituição Federal, combinado com o artigo 102-A, inciso I, alínea e, do Regimento Interno do Senado

Federal, que o Tribunal de Contas da União – TCU providencie a realização de auditorias e perícias sobre repasses de recursos orçamentários do Governo Federal, no período de 2005 a 2013, para as instituições abaixo relacionadas, com o objetivo de verificar a regularidade e a eficiência no uso destes recursos de acordo com os objetivos para os quais foram liberados, bem como a verificação da qualidade e pontualidade da prestação de contas ao Poder Público. Instituições que juntas, de acordo com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, receberam do Governo Federal entre 2005 e 2013 o montante de R$ 72.672.243,22: Conselho Indígena de Roraima; Operação Amazônia Nativa – Opan; Associação Indígena Akwe; Associação do Povo Indígena Zoro Pangyjej; Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena – ITC; Associação Indígena Kanhru; Associação Indígena Mavutsinin; Associação Indígena Xerente; Associação Indígena Tupiniquim e Guarani; Associação Indígena Tambe de Tome Açu. Com a realização do trabalho que se pede ao TCU, o Senado Federal poderá verificar como o Poder Publico responsável atuou no sentido de garantir a adequada aplicação dos recursos e, assim, cumprir sua função constitucional". Autoria: Senadora Kátia Abreu. **2) REQUERIMENTO nº 77, de 2013-CMA**, que "Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo Requerimento nº 93, 2011-CMA, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2009, que "altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, nos municípios de Altamira e Novo Progresso, no Estado do Pará". Autoria: Senadores Pedro Taques e Flexa Ribeiro. Passa-se à **PAUTA**. Deliberação de matérias. **ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 74, de 2013**, que "Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que sejam convidados os senhores MARCELO ESTRELA FICHE, Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda, e HUMBERTO BARRETO ALENCAR, Chefe de Gabinete substituto do Ministro da Fazenda, e a senhora ANNE PAIVA, ex-secretária da empresa Partnersnet Comunicação Empresarial, para prestarem esclarecimentos sobre as denúncias de recebimento de propina em contrato com empresa de prestação de serviços de assessoria de imprensa ao Ministério da Fazenda". Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Resultado: Aprovado. **ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 76, de 2013**, que "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão, a fim de buscar esclarecimentos sobre as causas que levaram um trem carregado de milho a descarrilar na área urbana de São José do Rio Preto-SP, fato ocorrido no último domingo (24/11), causando a morte de várias pessoas. Participantes convidados: Exmo. Sr. César Borges – Ministro dos Transportes; Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos – Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT; Sr. Valdomiro Lopes da Silva Júnior – Prefeito do Município de São José do Rio Preto; Sr. Alexandre de Jesus Santoro – Diretor– Presidente da América Latina Logística-ALL". Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Resultado: Aprovado. **ITEM 6) AVISO Nº 34, de 2012 – Não Terminativo** – Encaminha cópia do Relatório referente as Contas da Senhora Presidente da República relativas ao exercício de 2011, acompanhado das Declarações de Voto e do Parecer Prévio conclusivo, aprovado pelo Tribunal. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 681, de 2011 – Não Terminativo** – Altera a Lei nº 7.802, de 11 de junho de 1989, para restringir o registro e o uso de agrotóxicos. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. **ITEM 10) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, de 2012– Não Terminativo** – Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre a obrigatoriedade de dispensação de medicamentos por unidade de apresentação e doses compatíveis às necessidades do consumidor. Autoria: Senador Eunício Oliveira. **QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2012 – Não Terminativo** – Altera as Leis nos 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre o registro e o fracionamento de medicamentos. Autoria: Senadora Ana Rita. Re-

latoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2012; e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2012, nos termos do Substitutivo. Resultado: Retirado de Pauta pela Relatora. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2007 – Terminativo** – Acresce inciso VIII ao caput do art. 5º da Lei nº 7.797, de 11 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências. Autoria: Senador Valter Pereira. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. **ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2011– Terminativo** – Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e creditícios para essa recomposição, e dá outras providências. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. **ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2011 – Terminativo** – Cria o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo – SINAC. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **ITEM 20) MENSAGEM (SF) Nº 121, de 2013 – Não Terminativo** – Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, o nome do Senhor VICENTE ANDREU GUILLO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Lido o relatório e concedida vista coletiva, automaticamente, conforme art. 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 21) MENSAGEM (SF) Nº 120, de 2013 – Não Terminativo** – Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, à consideração do Senado Federal o nome da Senhora GISELA DAMM FORATTINI, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas – ANA. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Acir Gurgacz (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Lido o relatório e concedida vista coletiva, automaticamente, conforme art. 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 22) MENSAGEM (SF) Nº 122, de 2013 – Não Terminativo** – Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, o nome do Senhor JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Lido o relatório e concedida vista coletiva, automaticamente, conforme art. 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal. **Ficam adiadas as demais matérias**. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às nove horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **BLAIRO MAGGI**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE 10/12/2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Os comunicados da Presidência, farei depois. Eu vou fazer a leitura de dois pequenos pronunciamentos.

O primeiro é a respeito da morte de Nelson Mandela.

É com profundo pesar que venho a esta Comissão lembrar a história de um grande homem que, aos 95 anos de idade, morreu devido a complicações geradas por uma infecção respiratória.

Nelson Mandela, conhecido, carinhosamente, como Madiba, nome do clã ao qual ele pertencia, foi um homem cheio de coragem e de muita atitude, realmente um herói.

Símbolo da luta contra o preconceito, Mandela iniciou a sua militância política antes mesmo de terminar a faculdade de Direito, ao se unir ao Congresso Nacional Africano, CNA, organização que tinha como principal objetivo combater a segregação racial no país.

Após divergências com a cúpula da entidade, Mandela e outros membros formaram a Liga da Juventude do CNA, que defendia uma postura mais agressiva frente ao governo, embora sem uso da violência.

Mandela passou a buscar ajuda financeira internacional para financiar a luta. Porém, em 1962, foi preso e condenado a cinco anos de prisão por incentivo à greve e viagem ao exterior sem autorização.

Em 1964, Mandela foi julgado novamente e condenado à prisão perpétua por planejar ações armadas.

Com o aumento das pressões internacionais, o então Presidente da África do Sul, **Frederik** de Klerk, solicitou a libertação de Nelson Mandela.

Em 1993, após passar 27 anos na prisão, Nelson Mandela e o Presidente Frederik de Klerk dividiram o Prêmio Nobel da Paz pelos esforços em acabar com a segregação racial na África do Sul.

Em 1994, Madiba, como era conhecido, se tornou o primeiro Presidente negro da África do Sul e foi o responsável pelo fim do regime segregacionista no país e, também, pela reconciliação de grupos internos.

Com o fim do mandato de presidente, Mandela afastou-se da política, dedicando-se às causas de várias organizações sociais em prol dos direitos humanos.

Mesmo depois de se aposentar, Mandela foi um guerreiro e lutou pelo combate à aids e à discriminação racial, tudo envolvendo debates para promover a paz entre os povos.

Apesar de já ser idoso, ele não parou de procurar soluções para os problemas que envolviam toda a Humanidade, como a fome, crise da saúde, problemas climáticos ou conflitos e guerras.

Mandela foi um exemplo para o mundo e entrou para a História.

Perdemos um grande líder, um defensor da liberdade, um homem de visão e, principalmente, um homem que não aceitava a violência.

Ele inspirou pessoas e deixou para trás um legado que busca a paz, a igualdade, o respeito e a dignidade humana. Não há palavras para expressar quão bom foi Mandela para a Humanidade. Temos muito que aprender com ele, um homem com muitos atributos. Que a sua história sirva de exemplo para aqueles que lutam, todos os dias, por um mundo melhor e mais igualitário. Seus ideais jamais serão esquecidos.

Que Deus o guarde em um lugar especial e que descanse em paz.

A nossa Presidenta Dilma Roussef está na África do Sul, representando o povo brasileiro, juntamente com quatro ex-Presidentes: Presidente Sarney, Presidente Collor, Presidente Fernando Henrique e Presidente Lula, fazendo uma homenagem justa do povo brasileiro a esse grande líder, grande herói, mas também ao povo sul-africano, que, com a sua luta, com a sua determinação, acabou marcando um novo rumo da história no século XX.

Acho que o gesto da Presidente Dilma de convidar os ex-Presidentes para acompanhá-la nessa viagem, alem de demonstrar que, mesmo com as diferenças políticas internas no Brasil, há sempre espaço para a conversa, o diálogo, e há sempre espaço para as reconciliações dentro do País. Mas, para o povo sul-africano, é um ato de grande respeito a presença de quatro ex-Presidentes junto com a nossa Presidente neste momento.

Portanto, a África do Sul deu um exemplo muito forte, muito grande de como fazer uma transformação sem ter que pegar as armas. Eu estive na África do Sul em 2009, quase 2010, um pouco antes da Copa do Mundo que foi realizada lá, e tive a oportunidade de observar como o país foi conduzido nesse período e como as pessoas lidam com as diferenças. À época, lembro-me de que, quando retornei – e depois falei isso já na tribuna do Senado –, além dessas observações, para mim, essa foi uma viagem importante porque cheguei à conclusão de que no nosso País há, sim, discriminação racial, e de que os negros não têm a mesma oportunidade dos brancos, haja vista a representação. Começa nas empresas, nas escolas, no Congresso Nacional, nos ministérios, em todas as áreas da sociedade brasileira.

Quando se vai à África do Sul, vê-se – e não poderia ser diferente – que os negros dominam todos os setores da economia e da política, onde eles são a maioria. Os brancos são a minoria. E aqui, no nosso País, nós não vemos isso, Então, é uma questão realmente de oportunidade, que começa na educação, que começa nas famílias, para que, no futuro, todos possam ter a mesma oportunidade e ascenderem não só aos cargos públicos, mas também aos cargos privados na economia, na oportunidade de geração de emprego e renda.

A África do Sul tem realmente muito a nos ensinar, e Nelson Mandela, tenho certeza, foi um motor, o precursor das mudanças e das coisas que ocorreram nesse período. Então, fica registrado o nosso carinho, o nosso sentimento pela passagem do Sr. Nelson Mandela.

Também quero falar sobre outro assunto que, nos últimos tempos, mais tem mobilizado a mídia, a classe

política, as autoridades governamentais e o cidadão comum: a carestia acentuada de diversos artigos, produtos e serviços, às vésperas do grande evento esportivo que será a Copa do Mundo em 2014 no Brasil.

A parte mais evidente desse aumento de preços desenfreado está no custo das passagens aéreas. Qualquer um de nós que tentar adquirir um bilhete na ponte aérea Rio-São Paulo durante a Copa sentirá os efeitos contundentes da alta das tarifas.

De acordo com o jornal *Folha de S.Paulo*, o turista que quiser sair do Rio de Janeiro e ir a São Paulo para assistir à abertura da Copa em 12 de junho pagará R$2.393 de ida e volta no trecho Rio-São Paulo. Em uma das companhias aéreas, o aumento chega a 1.054% em relação a uma data comum, ou seja, uma tarifa média de R$227,00. Não se trata de fato isolado, pois também nas concorrentes o preço disparou com majorações que variam entre 200% e os inacreditáveis 1.054%.

Srªs e Srs. Senadores, como empresário e político que sou, sou um homem com larga experiência e ciência das leis de mercado, conheço o imperativo determinado pela chamada lei da oferta e da procura. Simplificadamente, à medida que a procura aumenta e a oferta começa a escassear, os preços tornam-se mais voláteis, expandindo-se até certo limite também definido pelo mercado. Trata-se de conceito bastante difundido. E, esclareço, não tenho nenhuma inclinação por soluções heterodoxas como controle de preços ou regramento excessivo e contraproducente. Contudo, estamos diante de um fenômeno habitual do mundo mercantil e isso é fácil de perceber.

Não é admissível imaginar que os preços assumam um patamar incoerente com a realidade, seja ela brasileira, seja ela mundial. Os preços que mencionei, Srªs e Srs. Senadores, conduziriam o passageiro a destinos na Europa ou nos Estados Unidos pelos privilégios de turistas localizados a milhares de quilômetros daqui.

De outro lado, não se trata de um mercado de livre concorrência natural, pois o número de competidores é muito baixo, traduzindo-se em verdadeiros oligopólios, em uma conformação que exige, sim, um sistema de controle ágil e eficiente e que não penalize as empresas ou iniba os investimentos, mas que assegure transparência e os direitos ao consumidor.

Ao que tudo indica, compete à Anac um papel fiscalizatório mais ativo e menos complacente.

Prezados colegas, somente a ganância e a completa ausência de regulação explicam o ritmo dos aumentos em diversos setores, por exemplo, o ramo hoteleiro. Diante da notícia de que o setor estaria praticando aumentos da ordem de até 376% para o período da Copa do Mundo, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça, enviou notificação para conhecer os valores médios das diárias das redes hoteleiras nas 12 cidades-sede do evento. De acordo com o Diretor Amauri Oliva, o turista é um consumidor que precisa de uma proteção especial porque ele está fora da sua cidade ou fora de seu país. E tem toda a razão o Diretor da Senacon.

Ainda se esquece de que essa precificação nada razoável, elevadíssima e de alto risco também é repassada para o Governo e para a população em geral, e não apenas para os consumidores de turismo. Primeiro, há a possibilidade de subaproveitamento da rede. Toda uma enorme cadeia interligada, incluindo fornecedores, transportes, bares, restaurantes, lojistas e outros também perdem. O risco, portanto, se traduz no que os economistas denominam de externalidades negativas, isto é, estendem-se ao País e à sociedade brasileira, que investem enormemente em infraestrutura e promoção de eventos e esperam licitamente ver seus ganhos recompensados com a entrada de recursos e a geração de renda na economia nacional.

Em segundo lugar, construir uma imagem de país caro, artificialmente caro, em que o turista se sinta explorado gera consequências funestas em médio e longo prazo. Ainda que o viajante compareça à Copa do Mundo, dificilmente retornará para as próximas Olimpíadas caso os abusos se confirmem.

No passado recente, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, e a Jornada Mundial da Juventude anteciparam os problemas que poderiam advir com os megaeventos nos anos subsequentes. A despeito do monitoramento efetuado pela Embratur, dados divulgados no *site* da FIFA indicam que a situação tende a se repetir.

De acordo com o Presidente da autarquia, Flávio Dino, os preços anunciados causam – abro aspas – "profundo desagrado, estranheza e preocupação, pois findam por inviabilizar o crescimento da sustentabilidade do turismo no Brasil" – fecho aspas.

Na mesma linha, o Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, se pronunciou, em termos enfáticos, contra os aumentos desmesurados, prometendo tolerância zero para abusos de preços nas diárias dos hotéis. Segundo ele, o Governo poderá acionar a Polícia Federal e os órgãos de fiscalização de Estados e Municípios. No limite, não estão descartadas medidas extremas como o fechamento dos próprios hotéis.

As comparações internacionais mostram que as tarifas médias praticadas pela rede hoteleira brasileira no valor de US$461,00 são bem superiores a da Alemanha durante o mundial de 2006, que custavam

US$191,00, assim como as da África do Sul, em 2010, que atingiram US$200,00.

Como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, posso asseverar que estamos bastante preocupados com os efeitos deletérios da alta dos preços em setores importantes da economia. Realizamos várias audiências públicas para debater essa temática e vamos exercer nossa competência fiscalizadora e exigir do Poder Executivo que coíba os abusos nos preços das passagens, estadias, transportes e alimentação.

Srªs e Srs. Senadores, congratulo-me com a Presidente Dilma pela criação do Plano Nacional de Consumo e Cidadania, destinado à proteção do consumidor turista. Felicito-a ainda pela formação de um grupo interministerial para acompanhar os preços e a qualidade dos serviços prestados durante a Copa do Mundo 2014. Sobre o tema, a Ministra-Chefe, nossa colega Senadora Gleisi Hoffmann, assim se posicionou – abro aspas: "Não tabelamos nem tabelaremos preços, mas não permitiremos abusos. Vamos utilizar todos os instrumentos à disposição do Estado para garantir a defesa dos direitos dos consumidores, sejam eles brasileiros ou estrangeiros" – fecho aspas.

Estou inteiramente de acordo, ressalvo, no entanto, nobres Senadoras e Senadores, que, embora o caminho escolhido pelo Governo Federal pareça ser adequado, o desafio que se apresenta é grande e não comporta arrefecimento da vontade política.

Senador Rodrigo Rollemberg, pergunto se V. Exª quer aproveitar o tempo para fazer algum comunicado ou pronunciamento enquanto aguardamos os colegas.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Cumprimento V. Exª, Senador Blairo Maggi, e quero apenas comunicar que vou encaminhar à Mesa desta Comissão um requerimento sugerindo uma audiência pública. A minha proposta é que seja realizada em fevereiro, com o meu compromisso de participar do início ao fim da audiência pública, que será de muito interesse da população de Brasília, acerca a Floresta Nacional, da Flona.

A Flona foi criada em Brasília, como unidade de conservação, ainda no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como uma decisão importante, no sentido de buscar coibir um processo de grilagem de terras públicas no Distrito Federal, muito recorrente no Distrito Federal e que infelizmente ainda continua acontecendo, embora em menor medida.

Mas a Flona foi criada em quatro áreas, e o próprio ICMBio hoje reconhece a necessidade de redefinir os limites da unidade de conservação. Em algumas dessas, a Flona, por exemplo, já tinha um assentamento que foi realizado oficialmente no governo do então Governador Cristovam Buarque.

E como o ICMBio está fazendo um estudo de redefinição das unidades de conservação do Distrito Federal como um todo, ele não quer tratar desse caso isoladamente, ele quer apresentar uma proposta de redefinição das unidades de conservação que permitiria redefinir também os limites da Flona. Nós estamos sugerindo uma audiência pública com a participação do ICMBio, do Incra, do Governo do Distrito Federal e de representantes da sociedade civil para que possamos fazer este debate aqui e o ICMBio possa apresentar a sua proposta de redefinição das unidades de conservação.

Então, eu queria fazer esse registro. Estou preparando o requerimento, vou submetê-lo talvez ainda na reunião de hoje. Se V. Exª achar adequado, pode colocá-lo em apreciação ainda hoje, se não, fica para a próxima reunião, mas o nosso objetivo é realizar, se houver a concordância de V. Exª, é claro, essa audiência pública no início do ano que vem para discutir essa questão da Flona, porque é uma questão importante para o Distrito Federal essa redefinição dos limites da Flona.

E, no mais, quero também lamentar que o foguete brasileiro, em parceria com a China, na verdade, o satélite sino-brasileiro, o CBERS, em parceria Brasil-China, tenha tido um problema no foguete, e esse satélite não foi colocado em órbita.

Isso é muito ruim porque a gente sabe que nós temos um processo, um controle do desmatamento no Brasil, e vários outros serviços praticados por esse satélite e certamente isso vai trazer um prejuízo muito grande. Fica aqui o nosso desejo de que a próxima versão do satélite possa ser antecipada, possa ser agilizada, para que o Brasil não fique sem esse importante instrumento de controle do desmatamento. Isso se torna ainda mais importante porque uns dados muito negativos divulgados recentemente pela imprensa nacional dão conta do aumento do desmatamento no Brasil. Uma das grandes conquistas da população brasileira nos últimos anos foi exatamente a redução do desmatamento, a redução regular do desmatamento e, portanto, as notícias veiculadas pela imprensa nacional de que nós tivemos, do ano passado para cá, um aumento expressivo do desmatamento é uma notícia muito ruim para a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Só para fazer um comentário da colocação de V. Exª com respeito ao desmatamento, é incrível, Senador Rodrigo, que, depois de nós debatermos um Código Florestal, anos debatendo, e chegarmos a avanços importantes nessa matéria, trazendo para a legalidade a grande maioria daqueles que estavam ilegais e que

tinham problemas naquela época... E eu sempre achei que chegando a esse ponto nós teríamos uma paz, uma tranquilidade e que não tivéssemos um aumento no desmatamento ilegal no País, mas infelizmente tem acontecido e lá no meu Estado, no Estado de Mato Grosso, principalmente, por incrível que pareça, dentro das reservas indígenas, com a extração de madeira, o garimpo ainda funcionando. Enfim, é lamentável que isso esteja ocorrendo e é lamentável que ainda algumas pessoas achem que têm a possibilidade de fazer isso de forma ilegal e que vão arrumar a vida dali para frente, quando está muito claro que não restou nenhuma alternativa jurídica para quem fizer desmatamento irregular a partir de 2008. Só resta um instrumento, que é o embargo. E o embargo é para todas as culturas, para todo tipo de criação. Não se pode fazer mais nada. E vejo isto ainda sendo propagado, sendo falado: "Vamos fazer isso, vamos dividir matrícula, vamos fazer aquilo e depois se arruma". Nós, aqui, não permitimos isso na época da legislação. E está bem claro, não adianta subdividir matrículas, não adianta fazer artimanhas, porque não é mais permitido o desmatamento de forma ilegal. Aliás, nunca foi permitido; é que sempre se buscou uma forma de legalizar. E, agora, tenta-se novamente ir empurrando para uma legalização futura. Acho que o Congresso, esta Comissão tem que aqui dar um sinal claro e dizer a todos aqueles que nos assistem, principalmente os que têm uma tendência a esse tipo de coisa, que não o façam porque não terão forma de regularizar isso mais à frente. Haverá o embargo, as multas e ações civis e criminais.

Isso me parece que ainda não ficou bem claro na cabeça de muitos – nem podemos chamá-los de produtores – especuladores. Acho que aquele que é um produtor consciente, que sabe o que deve fazer, sabe da sua responsabilidade, dos riscos da sua atividade, não deve, de forma alguma, trilhar por esse caminho. A lei é clara.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, quero apenas cumprimentar todos e sugerir uma pauta que considero importante para esta Comissão de Meio Ambiente no ano que vem: o acompanhamento da implementação do Código Florestal. Realmente, como disse V. Exª, foi um grande debate, o tema é extremamente controverso, temos uma realidade bastante diversa no Brasil. O fato é que aprovamos o Código Florestal, e o que de pior pode acontecer, na minha concepção, é a não implementação do Código Florestal.

Há algumas questões que são de responsabilidade do Governo, que precisamos acompanhar, fiscalizar e cobrar a sua implementação, como, por exemplo, o Cadastro Ambiental Rural. É fundamental que iniciemos e aprofundemos o processo de regularização fundiária do País até para ampliar os instrumentos de comando e controle, as possibilidades de controle e fiscalização por parte do Governo. Portanto, é muito importante que esta Comissão tenha ação firme, a partir do início do ano que vem, no sentido de cobrar do Governo a implementação das medidas previstas no Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Rodrigo. Só para informação, tenho conversado com a Ministra Isabella, e parece-me que nesta semana sairá a minuta do decreto da regulamentação do PRA ou de outro instrumento. Vamos, então, aguardar essa regulamentação, colocar isso em prática. A sugestão de V. Exª já é uma determinação da Comissão: acompanharmos, sim, no ano que vem, a implementação do Código.

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp, pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, Srªs e Srs. Senadores, essa questão está ficando muito séria. Acho que o Congresso Nacional, a Comissão de Meio Ambiente tem que fazer alguma coisa urgentemente, convocar pessoas.

Tenho sobrevoado o Estado de Rondônia – não vou falar por outros Estados, Acre, Amazonas, Pará e outros Estados da Amazônia – e tenho ficado indignado, estarrecido com o que está acontecendo. Como muito bem falou V. Exª, no passado, até aconteceram alguns desmatamentos em áreas legais que posteriormente, principalmente pelo novo Código Florestal, foram reconhecidos, estipulando 240 hectares para a não obrigatoriedade de reflorestamento, que é a agricultura familiar. Mas, neste momento, quando já deveria estar praticamente zerando o desmatamento no Brasil, sobretudo na Amazônia, ainda estão acontecendo, em larga escala, desmatamentos ilegais.

Falo do meu Estado. Contei de cima do avião, sobrevoando de uma cidade para a outra, de Buritis para Guajará-Mirim, uma região de parques e muita reserva florestal, 38 derrubadas. Trinta e oito desmatamentos, com certeza, cem por cento ilegais! Falei com a Secretária do Meio Ambiente do Estado, falei com o Superintendente do Ibama em Rondônia, falei com a Ministra do Meio Ambiente, Isabella, na semana passada, sobre essa situação. Se o Ibama tem helicópteros alugados, se o Brasil já tem até os VANTs, que fiscalizam as fronteiras – e ali está muito próximo da área de fronteira –, se tem o satélite, que permite visualizar em tempo real o desmatamento, as clareiras, por que a fiscalização não vai em cima no início da derrubada? Por que deixam derrubar 300 hectares, 400 hectares, 500 hectares dentro de uma reserva florestal? Derrubadas de grande porte estão acontecendo em Rondônia.

Eu queria fazer essa denúncia à Comissão de Meio Ambiente, porque o caso é grave, é muito grave.

Acho que esta Comissão tem que se pronunciar, tem que convocar as pessoas responsáveis pela fiscalização, pelo acompanhamento desse desmatamento e multar... A multa não resolve. A multa não resolve absolutamente nada. Às vezes nem aparece o mandante da derrubada. Como não tem documento da terra, ele não aparece, aparecem os coitados que vão lá derrubar, os peões que vão lá derrubar, quase que escravizados, que aparecem lá e são pegos. O dono às vezes nem aparece. Depois ele tenta legalizar essa terra lá na frente.

Então, quero fazer essa denúncia aqui, porque é muito grave o que está acontecendo no meu Estado, e certamente está acontecendo neste momento em outros Estados da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Blairo Maggi, Srs. Senadores, não é diferente no Estado do Pará daquilo que já foi dito aqui pelo Senador Valdir Raupp. E é lamentável, Senador Valdir Raupp, que o Ibama não faça uma fiscalização preventiva, só faça repressiva. Os desmandos do Ibama quando faz essa fiscalização repressiva geram reclamação permanente dos agricultores familiares que estão nessas áreas.

Então, é preciso realmente, Sr. Presidente, que a Comissão de Meio Ambiente possa instar, junto ao Governo Federal, para que haja a regularização fundiária, que é o maior anseio e a melhor forma de se fazer a preservação, é regularizando as áreas. O Programa Terra Legal, como todos os outros lançados com pompa e circunstância, não saiu do papel, não avançou. É preciso que o Terra Legal realmente funcione, que as áreas sejam regularizadas para que haja responsabilidade e a possibilidade da conservação das áreas de floresta.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Vamos a nossa pauta.

Eu já havia declarado aberta a reunião.

Agora submeto às Srªs e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicado da Presidência.

Leitura de requerimentos que serão votados na próxima reunião.

Temos dois requerimentos, cuja leitura farei, que foram recebidos nesta Comissão com o objetivo de dar ciência aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras quanto aos seus conteúdos. Esses requerimentos serão votados na próxima reunião deliberativa desta Comissão.

> Requeiro, nos termos dos artigos 49, inciso X, e artigo 70 da Constituição Federal, combinado com o artigo 102-A, inciso I, alínea 'e', do Regimento Interno do Senado Federal, que o Tribunal de Contas da União – TCU providencie a realização de auditorias e perícias sobre repasses de recursos orçamentários do Governo Federal, no período de 2005 a 2013, para as instituições abaixo relacionadas, com o objetivo de verificar a regularidade e a eficiência no uso destes recursos de acordo com os objetivos para os quais foram liberados, bem como a verificação da qualidade e pontualidade da prestação de contas ao Poder Público. Instituições que juntas, de acordo com dados do sistema integrado de administração financeira – Siafi, receberam do Governo Federal entre 2005 e 2013 o montante de R$ 72.672.243,22: Conselho Indígena De Roraima; Operação Amazônia Nativa – Opan; Associação Indígena Akwe; Associação do Povo Indígena Zoro Pangyjej; Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena – ITC; Associação Indígena Kanhru; Associação Indígena Mavutsinin; Associação Indígena Xerente; Associação Indígena Tupiniquim e Guarani; Associação Indígena Tambe de Tome Açu. Com a realização do trabalho que se pede ao TCU, o Senado Federal poderá verificar como o Poder Público responsável atuou no sentido de garantir a adequada aplicação dos recursos e, assim, cumprir sua função constitucional.
>
> **Autoria**: Senadora Kátia Abreu.

Segundo requerimento.

> Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da audiência pública proposta pelo Requerimento nº 93, de 2011-CMA, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2009, que "altera a categoria da Unidade de Conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, nos Municípios de Altamira e de Novo Progresso, no Estado do Pará".
>
> ***Autoria**: Senador Pedro Taques e Senador Flexa Ribeiro.*

Então, vamos à pauta.

Informo que os itens nºs 6, 9, 10, 13 e 18 foram retirados da pauta em atendimento à solicitação dos relatores.

(São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 6
AVISO Nº 34, de 2012
– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Relatório referente as Contas da Senhora Presidente da República relativas ao exercício de 2011, acompanhado das Declarações de Voto e do Parecer Prévio conclusivo, aprovado pelo Tribunal.
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relat**oria**: Senador Jorge Viana.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 681, de 2011
– Não Terminativo –

*Alt*era a Lei nº 7.802, de 11 de junho de 1989, para restringir o registro e o uso de agrotóxicos.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relato**ria**: Senador Anibal Diniz.

ITEM 10
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, de 2012
– Não Terminativo –

*Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os m*edicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre a obrigatoriedade de dispensação de medicamentos por unidade de apresentação e doses compatíveis às necessidades do consumidor.
Autoria: Senador Eunício Oliveira.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2012
– Não Terminativo –

Altera as Leis nos 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre o registro e o fracionamento de medicamentos.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2007
– Terminativo -

Acresce inciso VIII ao caput do art. 5º da Lei nº 7.797, de 11 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências.
Autoria: Senador Valter Pereira
Relatoria: Senador Jorge Viana.

ITEM 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2011
– Terminativo -

*Cria o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de C*onsumo – SINAC.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Jorge Viana.)
Agora vamos aos itens que devem ser votados, os requerimentos.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 74, de 2013

Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que sejam convidados os senhores MARCELO ESTRELA FICHE, Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda, e HUMBERTO BARRETO ALENCAR, Chefe de Gabinete substituto do Ministro da Fazenda, e a senhora ANNE PAIVA, ex-secretária da empresa Partnersnet Comunicação Empresarial, para prestarem esclarecimentos sobre as denúncias de recebimento de propina em contrato com empresa de prestação de serviços de assessoria de imprensa ao Ministério da Fazenda.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e Senador Alvaro Dias.

Este requerimento, então, será votado agora.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado, então, o requerimento de autoria dos Senadores Aloysio Nunes e Alvaro Dias.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 76, de 2013

*Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão, a fim de buscar esclarec*imentos sobre as cau-

sas que levaram um trem carregado de milho a descarrilar na área urbana de São José do Rio Preto-SP, fato ocorrido no último domingo (24/11), causando a morte de várias pessoas. Participantes convidados: Exmº Sr. César Borges – Ministro dos Transportes; Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos – Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT; Sr. Valdomiro Lopes da Silva Júnior – Prefeito do Município de São José do Rio Preto; Sr. Alexandre de Jesus Santoro – Diretor-Presidente da América Latina Logística-ALL.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Está aprovado, então, o requerimento.

Vamos, então, aos nossos ofícios e projetos.

Agora a relatoria é do Senador Aloysio Nunes. Há um projeto do Senador Aloysio Nunes aqui.

ITEM 3
OFICIO "S" Nº 36, de 2013
– Não Terminativo –

*Encaminha o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional d*e Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2012.

Autoria: Ministério da Integração Nacional

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pelo conhecimento da matéria, pela apresentação de requerimento ao Tribunal de Contas da União para que encaminhe à CMA cópia do acórdão que julgar as contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste referentes ao exercício de 2012, e posterior arquivamento

Com a palavra, o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, antes de proceder à leitura desse meu relatório, eu queria solicitar a V. Exª a inclusão na nossa pauta de hoje de um relatório meu sobre a mensagem da Presidente da República que submete à apreciação do Senado o nome do Sr. Vicente Andreu Guillo, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas.

É uma recondução, e eu pediria a V. Exª que incluísse extrapauta este meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Aloysio, será incluído, inclusive nós temos mais dois da agência também que serão lidos no dia de hoje, para ver se, na terça-feira que vem, nós conseguimos, antes de finalizar o nosso semestre, o nosso ano, aprovar ou rejeitar aqui na Comissão para levar para o Plenário na semana que vem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pois não, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – V. Exª será atendido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, submete-se ao conhecimento desta Comissão este Ofício "S", por meio do qual o Ministério da Integração encaminha ao Congresso o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Foram encaminhadas três vias do relatório do Banco do Brasil sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos desse fundo em 2012. Foi encaminhado em três vias e com o Parecer Conjunto nº 25/2013, do Ministério da Integração Nacional.

Esse Ministério conclui seu ofício de encaminhamento informando que o relatório ora apreciado foi aprovado *ad referendum* do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme a Resolução Condel/Sudeco 08/2013, retrorreferida, bem como discutido e votado na 2ª Reunião Ordinária do Conselho, ocorrida em 30 de julho de 2013.

O relatório, Sr. Presidente, é bastante extenso. Eu sugiro a V. Exª que, uma vez colocado à disposição de todos os Senadores da Comissão para que todos os colegas possam tomar conhecimento, nós possamos deliberar sobre ele na próxima reunião, uma vez que a leitura é exaustiva e creio que uma leitura simplesmente não permitiria um conhecimento mais detalhado.

Então, minha sugestão é esta: publica-se, os Senadores tomam conhecimento, e deliberamos na próxima sessão, se V. Exª concordar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Estamos de acordo.

A Secretaria providenciará, então, a publicação, e, na próxima reunião, nós faremos, então, a discussão, se alguém quiser discutir.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Se alguém quiser discutir.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Se não, já fica aprovado.

Eu coloco, então, em discussão, melhor dizendo, fica adiada a votação, porque a discussão será na próxima reunião.

Antes de nós entrarmos na extrapauta dos três requerimentos que estão aí colocados, quero consultar o Senador Flexa Ribeiro: o item 17 é terminativo, e não temos quórum para deliberar. Desculpe, o Senador Ivo Cassol é o Relator, o senhor é autor do projeto. Então, não temos nenhum Senador relator presente neste momento... Acaba de chegar o Senador Ivo Cassol, a quem já vamos dar serviço.

V. Exª é Relator do item 17, que é terminativo. Como não temos quórum para votação, solicito a V. Exª que leia seu parecer e deixaremos para fazer a discussão no momento em que tivermos quórum.

ITEM 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e creditícios para essa recomposição, e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações:

– A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer pela prejudicialidade do projeto, e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer pelo arquivamento da matéria.

– Caso seja aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Senador Presidente Blairo Maggi e demais Senadores.

Eu queria pedir a gentileza ao nosso Presidente de retirar de pauta essa matéria, uma vez que eu vinha enfrentando um problema de saúde na família nos últimos dias. Minha sogra, como se fosse minha segunda mãe, ficou na UTI e ontem veio a falecer.

Peço, por isso, que seja retirado de pauta para que eu possa analisar e ver o que posso acrescentar ou trabalhar para fazer um relatório ainda melhor. Portanto, eu pediria essa gentileza.

E quero aqui externar ao nosso Estado de Rondônia, aos nossos familiares que a minha sogra, D. Norma Bolzan Mezzomo, que faleceu ontem, é como se fosse uma mãe para mim. Ao mesmo tempo, quero dizer que a vida continua. A gente não pode parar por mais que a gente esteja com o coração partido. Então, quero aqui fazer as homenagens a ela, que sempre me recebeu com carinho na família, sempre foi uma mãezona, não só para mim, mas para todos nós da família.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Esta Comissão e a Presidência se associam a sua tristeza.

Eu tenho convivido bastante com o Senador Ivo Cassol, moramos no mesmo prédio e nossas esposas, Terezinha e Ivone, são parentes, são Mezzomo, o mesmo sobrenome da Norma, que faleceu. Então, sei do carinho que o Senador Ivo tinha e continua tendo pela memória da sua sogra.

Esta Comissão se associa a sua tristeza, da Ivone, de toda a sua família.

Como S. Exª disse, a vida continua, e bom quando continua assim, na ordem natural das coisas, quando os filhos enterram os pais, porque é muito ruim e muito desagradável, fica-se sem chão quando as coisas se invertem e uma mãe ou um pai precisa ter essa experiência de enterrar um filho. Então, a ordem natural da vida é essa, lá vamos todos nós. Como diz minha mãe, ninguém ficará para semente e todos terão sua vez.

Ivo, meus sentimentos e meus pêsames a toda a sua família. E a vida continua.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Com certeza, Presidente. Tanto é verdade, que falei ontem, na hora do velório, antes do enterro, que ela tinha feito a parte dela porque ela criou dez filhos, vinte netos e mais nove bisnetos. Triste, porque é lógico que toda morte, ninguém espera na família.

Está aqui o Senador Raupp, que é de Rolim de Moura. Ontem, por exemplo, nós perdemos o filho da família da Casa das Tintas, em Rolim de Moura, com vinte e poucos anos de idade, que se criou com minhas filhas, que morreu em acidente. Quer dizer, por mais que a gente perca alguém já com experiência, vivido, é doído, imagine aquele que perde alguém jovem ainda, como aconteceu. Portanto, nossas homenagens aqui ao Sr. Eduardo Mezzomo, de Colorado do Oeste, um dos pioneiros e fundadores. Tanto ele como D. Norma, que veio a falecer, ajudaram a desbravar Rondônia em 1972. Em 1976 foram para Colorado numa picada, 90 quilômetros a pé. Lá ela soube criar os filhos e tudo. São pioneiros e fundadores de Colorado do Oeste, Senador Blairo Maggi.

Obrigado pelo carinho dos nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Ivo Cassol.

Vou ler o requerimento extrapauta, que o Senador Rodrigo Rollemberg solicitou. Depois faremos a leitura dos indicados da ANA, para conhecimento, que ficará em vista até a semana que vem, também atendendo um novo dispositivo de nosso Regimento Interno que exige agora a leitura e cinco dias de intervalo até a votação. Mesmo que quiséssemos fazer a votação hoje não poderíamos porque o nosso Regimento Interno já não o permite.

Requer, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento

Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a fim de debater a preservação da Floresta Nacional de Brasília, criada em 10 de junho de 1999. A título de sugestão e sem prejuízo de outras indicações, serão convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir: – Roberto Vizentin, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); – Carlos Guedes, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); – representante do Governo do Distrito Federal (GDF); – representante do ISA – Instituto Socioambiental.

O requerimento é assinado pelo Senador Rodrigo Rollemberg.

Fiz a leitura para dar ciência a esta Comissão. Na semana que vem nós votaremos a aprovação ou rejeição desse requerimento.

Passo a palavra, então, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, para que ele possa fazer a leitura do seu relatório da indicação para a Diretoria da ANA**.**

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA(Bloco Maioria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, trata-se da recondução do Sr. Vicente Andreu Guillo para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA).

Esta Comissão conhece bem o trabalho dessa agência gestacional de águas, que tem sido um interlocutor muito importante de nossos trabalhos. Conhece, especialmente, a figura, o trabalho e a atuação do Dr. Vicente Andreu, de modo que o nosso relatório é bastante sumário. Trata-se de uma recondução. Lembro que o decreto, a legislação relativa à ANA admite uma única recondução consecutiva para a Diretoria da agência.

O *curriculum vitae* do indicado demonstra formação acadêmica e experiência profissional absolutamente compatíveis com o cargo para o qual está sendo reconduzido. Ele se formou em Estatística, em 1980, pela Unicamp, Estado de São Paulo.

Sua experiência profissional é ampla:

– no Município de Campinas, São Paulo, foi Presidente da Sociedade de Abastecimento de Água (Sanasa) e Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;

– foi Diretor da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL);

– Presidente da Usina Termoelétrica Nova Piratininga, em Piratininga, São Paulo;

– membro do Conselho de Administração da Usina Termobahia, em Salvador; de 2008/2010;

– Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério de Meio Ambiente;

– em 2010, tomou posse como Diretor da Agência Nacional de Águas, em que ocupa o cargo de Diretor Presidente de 2010 até o presente.

Seu currículo, portanto, comprova uma longa experiência profissional aliada a uma formação técnica e acadêmica adequada para o cargo. Quero acrescentar, Sr. Presidente, a minha admiração pelo trabalho que ele desenvolve à frente dessa agência.

Muito obrigado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Eu sei que haverá pedido de vista coletivo para a apreciação dessa matéria, mas apenas quero me somar às palavras do Senador Aloysio Nunes. Conheço Vicente Andreu, acompanho seu trabalho à frente da Agência Nacional de Águas, um trabalho sério, competente e que busca envolver a sociedade civil.

Portanto, aqui, também quero já de pronto manifestar o nosso apoio à recondução de Vicente Andreu para a presidência da ANA.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Está lido o relatório do Senador Aloysio Nunes para a recondução do Sr. Vicente Andreu Guillo, que fica sob vista até terça-feira que vem.

(É a seguinte a matéria:

EXTRAPAUTA
MENSAGEM (SF) Nº 121, de 2013
– Não Terminativo –

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, o nome do Senhor VICENTE ANDREU GUILLO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.)

A outra é a Srª Gisela Forattini. O Relator dessa matéria é o Senador Acir Gurgacz. Como ele não se encontra presente, eu peço ao Senador Valdir Raupp que faça o relatório como relator *ad hoc*, já que o Senador Acir não conseguiu chegar a tempo para esta reunião.

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de acordo com o art. 52, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei 9.984, de 17 de julho de 2000, e com o art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692,

de 19 de dezembro de 2000, a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome da Srª Gisela Damm Forattini para exercer o cargo de diretora da Agência Nacional de Águas.

Para tanto, envia a esta Casa a Mensagem nº 120, de 2013 (Mensagem nº 542, de 3 de dezembro de 2013, na origem), à qual se encontra anexado o *curriculum vitae* da indicada.

Natural de Vitória, Estado do Espírito Santo, a engenheira civil Gisela Forattini formou-se pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em 1978. Mestre em Ciências na área de Recursos Hídricos e Saneamento pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), a indicada ainda é pós-graduada *lato sensu* em Limnologia e Manejo de Represas pelo Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada (CRHEA) da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo.

A Srª Gisela Damm Forattini é servidora pública federal e trabalha há 35 anos na área de Meio Ambiente e de Gestão Integrada de Recursos Hídricos.

Exerce, atualmente, o cargo de Diretora de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para o qual foi nomeada em 26 de agosto de 2010, sendo responsável por coordenar uma equipe de 453 analistas ambientais que respondem por 1.900 processos de licenciamento ambiental, 20% deles relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Antes de ser designada, em 2010, como Diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama, a Srª Gisela Damm Forattini atuou na Agência Nacional de Águas (ANA), onde assumiu, em 19 de março de 2001, o cargo de gerente de outorga. Em 20 de novembro de 2006, tomou posse em cargo efetivo da agência, como Especialista em Recursos Hídricos.

Na ANA, também exerceu as seguintes funções: coordenadora técnica do projeto "Implementação de Práticas de Gerenciamento Integrado de Bacia Hidrográfica para o Pantanal e a Bacia do Alto Paraguai" (Programa GEF Alto Paraguai); gerente do programa "Avança Brasil – Nossos Rios: Paraíba do Sul"; superintendente de fiscalização, por cinco anos; diretora substituta; chefe de gabinete substituta; e, de abril de 2006 a agosto de 2010, assessora do Diretor-Presidente da agência.

Sr. Presidente, creio que todos os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras já tenham copia do currículo da indicada e, diante do currículo apresentado, que demonstra capacitação técnica e experiência profissional da indicada, esta Comissão poderá deliberar sobre a indicação da Srª Gisela Damm Forattini ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas, em cumprimento às disposições constitucionais contidas no art. 52, III, "f", c/c art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e o art. 3º do Anexo I, do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000.

Este é o relatório Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp, que acabou de ler, então, o seu relatório, como Relator *ad hoc* da Srª Gisella Damm Forattini, que também fica sob vista até terça-feira, quando faremos aqui a votação, ou vamos fazer a sabatina.

(É a seguinte a matéria:

EXTRAPAUTA

MENSAGEM (SF) Nº 120, de 2013

– Não Terminativo –

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, à consideração do Senado Federal o nome da Senhora GISELA DAMM FORATTINI, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas – ANA.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Acir Gurgacz.)

Eu vou passar agora a Presidência ao Senador Ivo Cassol, para que possa conduzir, enquanto eu, como Relator do Sr. João Gilberto Lotufo Conejo possa fazer a leitura do meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Agora com a palavra, o Senador Blairo Maggi, para que possa ler o relatório de outro indicado, do terceiro indicado nesta lista para fazer parte da administração do Governo Federal na ANA.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Mensagem nº 122, de 2013 (Mensagem nº 544, de 3/12/2013, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. João Gilberto Lotufo Conejo para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas.

Relatório.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e no art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, a Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. João Gilberto Lotufo Conejo para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA).

O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição

pública, aprovar, por voto secreto, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar. O art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 2000, que dispõe sobre a instalação da ANA e dá outras providências, admite uma única recondução consecutiva para a diretoria da agência.

O *curriculum vitae* do Sr. João Gilberto Lotufo Conejo, anexado à mensagem presidencial, demonstra que sua formação acadêmica e experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo reconduzido.

O Sr. João Gilberto Lotufo Conejo formou-se Engenheiro Civil com especialização em Hidráulica em 1972 na Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo (USP). Em 1976 concluiu o curso de mestrado em Engenharia Hidráulica, na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Epusp). Subsequentemente, em 1979, adquiriu o Diploma de Membership em Engenharia Hidrológica pelo Imperial College of Science and Technology, University of London, Inglaterra.

Sua experiência profissional é muito ampla, tendo exercido cargo de Professor Assistente na Epusp e vários cargos de direção em entidades e instituições relacionadas à gestão de recursos hídricos. Foi Diretor da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH). No Município de Campinas, São Paulo, foi Diretor Técnico da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (Sanasa). Na Administração Pública do Estado de São Paulo, foi Secretário Executivo do Comitê Coordenador do Plano e do Sistema Estadual de Recursos Hídricos (CORHI) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), Secretário Adjunto de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, Conselheiro de Administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e Superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE).

Em âmbito federal, ocupou na ANA o cargo de Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos de 2001 até 2010. Naquele último ano, assumiu como Diretor da agência, cargo que exerce até a presente data.

Possui extensa produção científica, tendo publicado artigos científicos sobre modelos hidrológicos, integração de bacias hidrográficas e capacidade de expansão de oferta de águas.

A longa experiência profissional, aliada a uma formação técnica e acadêmica adequada para o cargo, está comprovada no *curriculum vitae* do indicado. Fica, assim, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. João Gilberto Lotufo Conejo para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA).

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Portanto, foi dado vista coletiva até a próxima semana, para terça-feira, e, ao mesmo tempo, tenho o prazer de devolver a palavra para o nosso Presidente, Senador Blairo Maggi.

(É a seguinte a matéria:

EXTRAPAUTA
MENSAGEM (SF) Nº 122, de 2013
– Não Terminativo –

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, o nome do Senhor JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Blairo Maggi.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Ivo Cassol, pela assistência.

Então, a Comissão, a CMA fará, então, a convocação, o convite para os três indicados à ANA estarem aqui presentes no dia 17/12/13, às 8h30.

Também vamos aproveitar para que o Presidente da ANA, o Diretor-Geral Vicente Andreu Guillo, faça o que determina o art. 96-A, que diz o seguinte:

Art. 96-A. Os dirigentes máximos das agências reguladoras comparecerão ao Senado Federal, em periodicidade anual, para prestar contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência, bem como para apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências.

Então, nesse mesmo dia, nós vamos aproveitar a última reunião para que o Sr. Vicente Andreu Guillo possa fazer, aqui, a defesa do seu relatório.

Então, fica concedido vista coletiva aos três que aqui foram lidos os relatórios.

Não tendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião e convoco a próxima para terça-feira, às 8h30.

Peço a todos os colegas, aos assessores dos colegas aqui presentes, que, na terça-feira, façamos o esforço de estar aqui. Sei que já é a última semana do nosso trabalho, mas nós precisamos votar essas indicações, pelo sim ou pelo não. Devemos exercer a nossa obrigação e, também, limpar a pauta dos itens que nós não conseguimos votar no dia de hoje, pela ausência dos senhores relatores e das senhoras relatoras.

Então, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 8 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 39 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, COMPOSTA PELA 46ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; 80ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA; E 83ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às oito horas e trinta minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúnem-se as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ; e Assuntos Econômicos – CAE. Assinam o livro de presença os Senhores Acir Gurgacz, Aloysio Nunes Ferreira, Ana Rita, Blairo Maggi, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Delcídio do Amaral, Eduardo Braga, Fernando Collor, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, José Agripino, José Pimentel, Luiz Henrique, Mozarildo Cavalcanti, Rodrigo Rollemberg, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vital do Rêgo e Wellington Dias. A Presidência declara aberta a reunião e faz um breve discurso sobre a situação dos planos de saúde privados do Brasil. Após, passa-se à **PAUTA**, destinada a ouvir o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, Sr. Vicente Andreu Guillo, para prestação de contas anual sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência, bem como uma avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências, em cumprimento ao disposto no art. 96-A do Regimento Interno do Senado Federal, acrescentado pela Resolução nº 4, de 2013. A Presidência concede a palavra ao Sr. Vicente Andreu Guillo para sua exposição, pelo prazo de quinze minutos. Encerrada a exposição, a Presidência convoca os membros da CMA para a segunda reunião do dia, destinada à sabatina dos indicados para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às nove horas e vinte e um minutos, lavrando a presente ata os respectivos secretários das comissões, Raymundo Franco Diniz, Ednaldo Magalhães Siqueira e Adriana Tavares Sobral de Vito, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania **–** Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE 17/12/2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 25ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes. Realizada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle a 46ª Reunião, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a 80ª Reunião, e pela Comissão de Assuntos Econômicos a 83ª Reunião, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Srªs e Srs. Senadores, quero aqui hoje falar sobre um tema que vem afligindo milhões de brasileiros: os planos de saúde privados.

O *ranking* de atendimentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) demonstra que nos últimos 12 anos o setor de planos de saúde foi o mais problemático para os cidadãos que procuraram a entidade.

A Constituição Federal brasileira determina a saúde como um direito social e o Estado tem o dever de garantir seu acesso universal e igualitário, o que, em tese, deveria ser feito pelo Sistema Único de Saúde (SUS), devidamente financiado de forma a assegurar os direitos previstos.

A participação da iniciativa privada na saúde deveria funcionar de forma complementar ao sistema público. No entanto, em razão da enorme deficiência do SUS, proliferaram planos de saúde que, conforme constatado pelo Idec, não atendem seus consumidores de forma adequada.

Da Organização Mundial de Saúde (OMS), o relatório Estatísticas de Saúde Mundiais de 2011 constatou que o brasileiro gasta mais com saúde do que o Poder Público. A iniciativa privada fica com 56% dos gastos, contra 44% da fatia do Governo. O mesmo relatório constata que do grupo de países com modelos públicos de atendimento de acesso universal o Brasil é o que tem a menor participação do Estado.

Os planos de saúde contam hoje com mais de 48 milhões de consumidores e estão longe de representar o acesso à saúde constitucionalmente garantido a toda a população brasileira. É uma parcela grande de consumidores de um setor que cresce a cada ano, apesar de não entregar o produto tal qual foi vendido.

A má prestação de serviços reflete-se cada vez mais no encaminhamento dos consumidores de planos ao SUS, sem que sequer haja o correto ressarcimento deste pelo trabalho.

Pesquisa do DataFolha, divulgada em outubro do ano passado, constatou que 79% das pessoas que têm planos de saúde enfrentaram problemas ao acionar as operadoras nos últimos dois anos. Além disso, 30% declararam que recorreram ao SUS ou ao atendimento particular por falta de opções de atendimento no plano.

De outro lado estão as clínicas e os médicos, que também acumulam queixas sobre a prestação dos planos. Em entrevista ao jornal *A Tarde*, concedida em 15 de setembro, o presidente do Sindicato dos Médicos da Bahia, Francisco Magalhães, destacou o valor irrisório pago aos profissionais pelos planos de saúde, entre R$30 e R$100 por consulta. Somam-se às informações o fato de que o retorno do paciente para apresentar resultados de exames é gratuito, o que tem gerado dificuldades na manutenção das clínicas. A consequência é a migração desses profissionais das operadoras de saúde para o atendimento particular, o que também gera ônus à população. Em consultórios particulares, especialistas chegam a cobrar entre R$100 e R$800 por consulta. Nesses casos, também fica a cargo do paciente o custeio dos exames.

O cenário, que pode ser chamado de recente, é consequência do colapso da saúde pública e do estímulo do Estado para o desenvolvimento do setor privado. Na última década, os pacientes passaram a utilizar seus parcos recursos para financiarem seus próprios planos de saúde em busca de atendimento mais célere em instituições capazes de suprir seus anseios de assistência médico-hospitalar com qualidade, a despeito de continuarem a pagar por sua saúde pública.

No início deste ano, o Ministério da Saúde divulgou novas medidas adotadas pela Agência Nacional de Saúde (ANS) para a fiscalização das operadoras de planos de saúde. O monitoramento da ANS objetiva retirar empresas que não têm condições de atuar no mercado.

Em 2012, 356 planos de 56 operadoras foram suspensos, sendo impedidos de comercializar no setor. A maior parte resultou do descumprimento de prazos máximos para realizar consultas, exames e cirurgias.

Em novembro último, a ANS anunciou a suspensão da venda, por três meses, de mais de 150 planos de saúde administrados por 41 operadoras. Segundo a agência, essa suspensão beneficia 4,1 milhões de consumidores que já contrataram esses planos mais reclamados. Em agosto deste ano, já haviam sido suspensos 212 planos de saúde de 21 operadoras.

Os números não são pequenos. Desde que a ANS começou a monitorar trimestralmente as operadoras de saúde a partir das reclamações de beneficiários, no início de 2012, 700 planos de saúde de 95 operadoras tiveram as vendas suspensas por não terem corrigido as irregularidades que provocaram as queixas dos usuários.

O trabalho de fiscalização que vem sendo feito pela ANS, autarquia que regula o setor de planos de saúde, é muito importante, mas não tem sido suficiente. Muitas vezes, a agência demonstra-se conivente com diversas práticas das operadoras que ferem os direitos dos consumidores garantidos pela Lei nº 9.656, de 1998, e pelo Código de Defesa do Consumidor.

Um exemplo de falha na regulação está na omissão regulatória sobre os valores de reajustes dos planos coletivos, que, segundo dados do IDEC, são contratados por mais de 37 milhões de cidadãos, que representam cerca de 77% do total de consumidores de planos de saúde.

No topo da lista de reclamações por parte dos usuários, os planos de saúde vêm trazendo também grandes demandas ao Judiciário. Além do descumprimento de prazos, negativa de cobertura, ausência de rede de atendimento ao cliente, período de carência, o aumento abusivo da mensalidade na faixa etária dos beneficiados, principalmente quando ultrapassam os 60 anos, tem gerado milhares de causas jurídicas, por parte dos usuários, contra as seguradoras.

Com o avanço da idade, é natural que as pessoas fiquem mais propensas às doenças, razão pela qual necessitam com mais frequência utilizar os serviços dos planos de saúde. Referida situação, por si só, gera motivo para que as seguradoras onerem ainda mais seus clientes idosos, os quais contribuíram durante toda a vida, e, justamente no momento em que mais necessitam, são deixadas de lado por motivações financeiras e econômicas. Muitas vezes, a elevação dos valores cobrados pelas seguradoras é tão desproporcional que alguns consumidores idosos acabam por se descredenciar dos seus próprios planos de saúde.

A Lei Federal nº 9.656, de 1998, que dispõe sobre planos e seguros privados de assistência à saúde, permite, em seu art. 35-E, o ajuste em razão da faixa etária, com algumas restrições. A lei estipula que, mesmo nos casos em que a idade for implementada antes da vigência da Lei dos Planos de Saúde, por disposição expressa do art. 35-E desse diploma legal, a variação da contraprestação pecuniária para consumidores com mais de 60 anos de idade está sujeita à prévia autorização da Agência Nacional de Saúde, órgão fiscalizador.

Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, em três décadas, as mensalidades devem aumentar em média 163,5% acima da inflação, caso o setor siga o mesmo comportamento dos últimos dez anos. Com isso, o comprometimento da renda dos beneficiários chegaria a 66%. Trazendo esses dados para

a realidade, ao considerarmos o contribuinte que ganha um salário mínimo de R$678 mensais, esse custo giraria em torno de R$400 ao mês.

É a típica situação em que somente resta a opção do Sistema Único de Saúde, que conta com uma fila de espera de no mínimo seis meses para a realização de exames, como é o caso do Hospital de Base de Brasília, na nossa Capital Federal.

Para concluir, destaco dado de uma pesquisa realizada pelo Datafolha, que considero emblemático: Das pessoas que hoje não estão ligadas a nenhuma operadora, 43%, quase metade delas, já possuíram planos de saúde, mas optaram por deixar de pagar pelo serviço.

Em comparação a pesquisa anterior realizada pelo instituto, a procura por atendimento na rede publica cresceu 50%. 0 motivo levantado pelo Datafolha foi a falta de opção de atendimento por meio dos planos. De acordo com a pesquisa, o grupo que recorreu ao sistema público passou de 15%, em 2012, para 22%, em 2013.

A principal queixa ouvida pelos pesquisadores do Datafolha diz respeito à lotação das salas de espera dos prontos-socorros, demora no atendimento, dificuldades em agendar exames e obter diagnósticos, falhas no pronto atendimento e a demora ou negativa em autorizar exames mais complexos junto aos planos de saúde.

A leitura desse pronunciamento é feita em função da nossa missão aqui também de defesa do consumidor. Então, para fazer um alerta. Parece-me que até foi motivo essa semana de uma constatação num programa de televisão nacional, que fez os mesmos alertas, com mais documentos e com imagens que demonstraram claramente como está a dificuldade do setor público de saúde no Brasil.

Só realmente quem precisa... A gente vê que mais de 50% das pessoas precisam e estão única e exclusivamente calcados no SUS. É um problema bastante sério e não é só aqui em Brasília, mas em todos os Estados da Federação. Portanto, fica aqui então o nosso alerta para, no ano que vem, encontrarmos soluções para esses problemas.

Então, vamos dar sequência.

A presente reunião também destina-se a ouvir o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, Sr. Vicente Andreu Guillo, que fará a prestação de contas anual sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência, bem como apresentará avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências, em cumprimento ao disposto no art.96-A do Regimento Interno do Senado Federal, acrescentado pela Resolução nº 4, de 2013.

Então, convido o Dr. Vicente Andreu Guillo para tomar assento à nossa mesa.

Bom, o senhor dispõe de quinze minutos para fazer a sua explanação. Se obviamente precisar de um pouquinho mais, nós concederemos. Depois disso, abrirei a palavra aos Srs. Senadores para questionamentos ou considerações, se houver.

Então eu passo a palavra a V. Sª para fazer a leitura. E como também o senhor será depois sabatinado para a recondução, gostaria que já essa sua fala também valesse para a arguição, para não ter que voltar e fazer novamente uma fala. Assim nós ganharemos tempo. Então, Dr. Vicente, o senhor tem quinze minutos, ou mais, se precisar, para fazer primeiro a sua explanação sobre a prestação de contas, e obviamente, como já disse, dentro também da fala, a sua recondução.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Bem, bom dia, senhoras e senhores.

Queria, em primeiro lugar, agradecer o Presidente desta Comissão de Meio Ambiente pela oportunidade de retornar a esta Casa, de fazer uma prestação de contas da Agência Nacional de Águas. Mas gostaria, em particular, de agradecer a pronta disposição do senhor em realizar a sabatina para avaliação dos nomes ora submetidos, da agência, meus colegas João Lotufo e Gisela, que aqui se encontram, uma medida tomada num tempo bastante curto mas absolutamente necessária para que a agência possa funcionar plenamente com a sua diretoria.

Eu gostaria inicialmente de fazer esse agradecimento. Queria também fazer um agradecimento desde já ao Senador Aloysio Nunes, que me deu a honra de ser o Relator da apresentação do meu nome, e manifestar aqui também a nossa admiração a ele pela sua trajetória política e em particular pelo carinho e cuidado com que tem tratado a Agência Nacional de Águas. E, por último, fazer um agradecimento ao Governo Federal, em particular à Ministra Izabella Teixeira, por ter confiado nas nossas pessoas para a apresentação do nosso nome à recondução na Agência Nacional de Águas.

Como o senhor mencionou, a minha participação aqui hoje tem a dupla finalidade de fazer a prestação de contas anual da agência, bem como também ser sabatinado para uma avaliação da minha recondução à Agência Nacional de Águas. Nesse sentido ainda mais, porque o processo de prestação de contas é um processo bastante novo, absolutamente necessário. Queremos aqui manifestar também nosso acordo com essa decisão do Congresso, do Senado nacional, de que todos os anos as agências nacionais prestem contas à sociedade através do Senado. Mas uma vez que esse formato ainda não foi definido claramente, é uma coisa bastante nova, eu peço desculpas ante-

cipadamente se a apresentação não suprir todas as demandas, mas a preocupação foi muito menos de apresentar um contorno geral da agência, mas sim as suas atividades concretas na sociedade.

E por último, no que tange à sabatina, aproveitando este tempo, muito mais do que tratar novamente daquilo que tivemos oportunidade de realizar nesses últimos quatro anos, juntamente com a diretoria, com os superintendentes, e particularmente com o excelente quadro técnico de que a agência dispõe – queria aqui também manifestar esse agradecimento –, eu pretendo, Sr. Senador, apresentar alguns desafios que, do nosso ponto de vista, podem, a partir do apoio desta Casa em particular, do Senado brasileiro, aprimorar o processo de regulação de recursos hídricos no Brasil. Então, muito mais no último momento, reforçar as questões relativas a esses últimos quatro anos. Eu gostaria de apresentar, no meu ponto de vista, esses desafios, que classifiquei em três principais.

Bom, com relação à prestação de contas, indo rapidamente a ela, como eu falei, como é um processo muito novo, nós temos aqui alguns eslaides que tratam da organização da Agência Nacional de Águas e depois, de algumas das suas atividades que eu penso que são as mais importantes. E particularmente acredito que para os anos seguintes, talvez o maior interesse desta Casa e interesse da sociedade seja, em relação às questões orçamentárias, poder fazer um detalhamento preciso de como os recursos da Agência Nacional vêm sendo aplicados.

Inicialmente, eu queria fazer um destaque dizendo que talvez o principal validador do processo de prestação de contas da Agência Nacional de Águas tenha sido a plena confiança do Tribunal de Contas da União, que não só aprovou as nossas contas de maneira plena em 2010, como também, pela excelência com que a agência tem prestado suas contas, simplesmente analisa o nosso relatório de gestão, deixando de aplicar à Agência Nacional de Águas outras medidas que são necessárias para outros órgãos públicos. Eu penso que isso também é um motivo de orgulho para todos nós da Agência Nacional de Águas.

Próximo eslaide, por favor.

Aqui, de maneira muito sucinta, as principais finalidades institucionais da Agência Nacional de Águas. E elas são decorrentes dos marcos legais que definem o sistema e as nossas competências, em particular a 9.433, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e a 9.984, que criou a Agência Nacional de Águas, em 2000, e que nos atribuiu a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o apoio e fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, um sistema bastante complexo e amplo envolvendo todo o território nacional e, em particular, a regulação do uso dos recursos hídricos em corpos de água de domínio da União. Além disso, também a definição e fiscalização das condições de operação dos reservatórios nacionais, em particular aqueles voltados para geração hidrelétrica, juntamente com o Operador Nacional do Sistema.

A Lei 12.058, de 2009, atribuiu novas competências à agência relacionadas a serviços públicos de irrigação. Aí nós temos a competência da regulação e fiscalização dos serviços públicos, inclusive, adicionando até o que consta na legislação, a possibilidade de definir tarifas com relação à prestação desses serviços públicos em perímetros públicos de irrigação. Ainda não tivemos nenhuma oportunidade concreta, não em função da agência mas em função de que não houve nenhuma demanda nesse sentido, de aplicarmos essa competência plenamente.

Por último, a 12.334, de 2010, que nos deu a competência de coordenar e fiscalizar o processo de implantação da segurança de barragens. Eu penso que essa é uma competência extremamente importante que a Agência Nacional de Águas assumiu. Queria aqui destacar em particular que a nossa atribuição, além da fiscalização, trata-se da normatização para os empreendedores em relação às informações que os empreendedores devem prestar. E, por último, o que eu considero mais importante, que é a nossa articulação em particular com o Exército Brasileiro, para quê? Para, além das responsabilidades específicas do empreendedor relativas ao empreendimento, ao barramento, nós possamos também definir um plano de contingência do entorno desses barramentos, no sentido de que na ocorrência de algum evento grave nós possamos ter também um plano absolutamente definido.

O próximo, por favor.

Aqui é um organograma. A Agência Nacional de Águas tem cinco diretorias. Por regimento, as diretorias estão definidas em cinco grandes áreas de competência. A Diretoria de Hidrologia, atualmente vaga, pela qual estou respondendo diretamente. A área de gestão; a área de administração, cuja responsabilidade é do diretor-presidente; a área de planejamento, cujo responsável é o Dr. Lotufo, acumulando essa área juntamente com a área de regulação. São nove superintendências. E essa é uma estrutura definida em regimento, além de todas as assessorias necessárias e aquelas derivadas da própria lei, como a nossa corregedoria, auditoria e a nossa procuradoria geral.

Destaco que o nosso regimento define essas competências, inclusive com as nove superintendências diretamente vinculadas, havendo, na verdade, muitas vezes um rodízio no que tange aos diretores que ocu-

pam essas determinadas áreas, mas essa é uma estrutura, vamos chamar assim, mais permanente, mais vertebrada no âmbito da Agência Nacional de Águas.

Próximo, por favor.

Aqui alguns números que eu penso que são importantes. O primeiro deles a aprovação – como eu já mencionei – plena pelo TCU. A partir de 2010, nós temos recebido a dispensa da apresentação do relatório completo, apresentando um relatório de gestão, e nós temos tido atendimento a todas as recomendações dos órgãos de controle externo, inclusive aqueles serviços obrigatórios derivados da LAI (Lei de Acesso à Informação), em que todas as informações solicitadas à agência... É um número pequeno, quero aqui dizer aos senhores, é, sim, um número pequeno, mas todas elas têm sido prestadas.

A execução orçamentária da Agência Nacional de Águas cresceu significativamente a partir de 2010, inclusive quando tivemos, por uma decisão do Governo Federal, o descontingenciamento dos recursos oriundos do setor elétrico, que são caracterizados na Fonte 183, isto é, elas passam a viger a partir de 2011. E o nosso desempenho é bastante elevado. Esses números aqui são relativos a 2013 – e ainda não são os números finais –, mas, pelo que se observa, podemos chegar a um desempenho que ficará entre 94% e 100% dos recursos disponibilizados para a Agência Nacional de Águas, o que, sem dúvida nenhuma, do ponto de vista orçamentário, é bastante significativo.

A Agência Nacional de Águas conta com um quadro de 281 servidores efetivos. O último ingresso de servidores foi no ano de 2010, por um concurso realizado em 2008. Então, 173 servidores acresceram o quadro efetivo da agência. E o que nós temos, hoje, são 45 vagas para técnicos administrativos, de um concurso já realizado, aprovado inclusive pelo Ministério do Planejamento; e nós, por uma questão, vamos dizer assim, de melhor recebê-los e fazer uma distribuição adequada dentro da Agência Nacional de Águas, devemos recebê-los a partir de fevereiro desse ano que se inicia.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Nós temos também, além das contribuições mais diretas, envolvendo a Agência Nacional de Águas, sido demandados para tratar de alguns outros assuntos bastante relevantes onde a água é um tema importante. O primeiro deles é, em ação permanente, a busca da mitigação dos efeitos da seca no Nordeste, uma ação coordenada pela Casa Civil. E me permita dizer aqui, Sr. Presidente: nós até fomos retirados de uma certa área de conforto e passamos a interagir, muito diretamente, com o Exército Brasileiro, com o Ministério da Integração, por intermédio, particularmente, da Defesa Civil, e com o Cemaden. Então, um novo processo de planejamento, no qual, eu acredito, a agência tem também prestado uma boa contribuição para o Governo Federal, para o País.

Nós também inciamos um programa, chamado "Progestão", que é derivado do Pacto Nacional pela Gestão de Águas. Esse programa trata, fundamentalmente, da questão central da nossa atuação nos últimos quatro anos: o fortalecimento da relação com os Estados. Nós só acreditamos que teremos um Sistema Nacional de Recursos Hídricos fortalecido se nós tivermos órgãos de gestão nos Estados também fortalecidos. Não é à toa que, se nós formos fazer uma correlação entre os Comitês de Bacia Hidrográfica existentes e os órgãos de gestão fortes, nós vamos perceber que os comitês existem onde existem órgãos fortalecidos – ou existiram no passado. Em algum momento, também, alguns desses órgãos não tiveram a mesma progressão, mas mantiveram a criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Então, essa é a nossa principal meta de relação com os Estados – e não se restringe a ela, existem outras –, mas, nesse programa, Sr. Presidente, nós estamos investindo R$100 milhões em cinco anos – R$20 milhões por ano – para todas as Unidades da Federação, por autoadesão.

Lançamos o programa no dia 22 de março deste ano, ao ensejo do Dia Mundial da Água, e 18 Estados já aderiram. Nós acreditamos que todos farão adesão voluntária. Seis deles, inclusive, já receberam recursos. São R$750 mil por ano. Esse é um programa condicionado a metas, ou seja, não é um programa de repasse puramente. Então, o Estado define quais as metas deseja implementar nos próximos cinco anos e essas metas são aprovadas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, ou seja, são acompanhadas pela sociedade. Depois, se essas metas são cumpridas, os Estados recebem, anualmente, essa parcela de R$750 mil, voltados exclusivamente para a gestão e na conta específica do órgão estadual de gestão de recursos hídricos. Isso é muito relevante, não só para os Estados que mais avançaram, como o Ceará, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, mas também porque, acreditem, em alguns casos, esse valor significa mais de uma vez o orçamento do órgão estadual voltado para a gestão de recursos hídricos.

Assim, nós acreditamos que, daqui a um período bastante curto, de três a quatro anos, nós possamos ter a gestão de água não mais com pontos de excelência coordenados pela União, pela Agência Nacional de Águas, mas, sim, isso com um nível de excelência em todo o território nacional, com ganhos fantásticos.

Temos tratado também de outorgas importantes. Aqui eu queria destacar, em particular, duas. A usina

de Belo Monte, que todos têm acompanhado, inclusive a imprensa retomou, é uma outorga concedida pela Agência Nacional de Águas. Nossos estudos confirmam que essa usina, em que pesem os assuntos socioambientais polêmicos que devem ser tratados pela sociedade, do ponto de vista hídrico existe a plena condição do aproveitamento desse importante empreendimento para o Brasil.

Está em andamento... Ontem, participei de uma reunião em São Paulo, juntamente com outros colegas. Estou vendo aqui o Sérgio, que é o nosso secretário, nosso Superintendente de Planejamento, que estava conosco também. Estamos participando da renovação do Sistema Cantareira, o principal manancial de abastecimento da região metropolitana de São Paulo, e também com uma área importante na bacia do PCJ, Piracicaba, Capivari e Jundiaí, região de Campinas, para facilitar, que é de onde venho. E aqui envolve o conflito de uso de um número estimado de 12 milhões de habitantes. É muito complexo e um paradigma para o Brasil.

Tivemos uma participação na definição de regras envolvendo as unidades de preservação permanente no novo Código Florestal, além da situação, como já mencionei, de articulação com o Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), a Defesa Civil e o Cenad nessa atuação.

Próximo, por favor.

Aqui há alguns números de recursos hídricos. Esta apresentação ficará à disposição, além do que está também apresentada em texto. Vou passar por ela mais rapidamente.

Aqui, algumas características nacionais. O Brasil é um Continente. Hoje, ao mesmo tempo em que enfrentamos a pior seca registrada no Semiárido brasileiro, temos um processo de inundação bastante grande no Sudeste e no Sul do Brasil.

Aqui é uma caracterização dos principais desafios de gestão de recursos hídricos. Na região litorânea, onde vivem 85% da população brasileira em cidades, em sedes urbanas, o principal problema a ser enfrentado é a poluição hídrica decorrente da ausência de tratamento. Há déficit hídrico natural em duas importantes Regiões: no Semiárido e no Sul do Brasil. Esse processo de déficit hídrico é acentuado, principalmente na região oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Além do aproveitamento, há também uma gestão na expansão da fronteira agrícola na região central do Centro-Oeste brasileiro, em particular no que tange com grande disponibilidade hídrica, mas com uma utilização adequada dessa disponibilidade hídrica com a prevenção para contaminação por agrotóxicos e fertilizantes. Então, aqui uma gestão importante, além de outros desafios. Aqui também há alguma coisa sobre geração hidrelétrica, navegação, tema extremamente importante, a construção de hidrovias no Brasil. E, por último, a Região da Amazônia, onde está concentrado o potencial para expansão da geração hidrelétrica brasileira.

Então, de maneira muito geral, esse é um mapa bastante ilustrativo dos principais desafios para gestão de águas no Brasil.

Próximo, por favor.

Aqui, a partir da Lei Nacional nº 9.433, de 1997, foram impulsionados os Estados brasileiros para que adotassem suas políticas estaduais de recursos hídricos. Quase a maioria desses Estados já tem planos estaduais também e quase a maioria já tem também fundos estaduais de recursos hídricos, ou seja, a lei impulsionou, de maneira bastante forte, a gestão de águas em todo o território brasileiro.

Próximo, por favor.

Alguns números bastante rápidos. Com relação ao monitoramento hidrometeorológico, que é uma das funções da ANA por competência legal, há um aprimoramento. Não só o crescimento da rede coordenada pela agência, que envolve cerca de 4,5 mil estações de um total de 15 mil entre estações mantidas por diversos outros atores, temos tido um crescimento que tem sido principalmente na modernização, com a adoção de estações telemétricas, ou seja, que operam independentemente da ação direta humana, principalmente em regiões de maior dificuldade de acesso e de intervenção, como a Região Norte do Brasil.

Nós também estamos avançando na hidrologia espacial. Isso a partir de um aprendizado principalmente com a França, mas também no desenvolvimento de todo um sistema nacional. Então, temos um acordo com a Agência Espacial Brasileira. Já fizemos um repasse de dois milhões para o desenvolvimento da indústria nacional relativo ao desenvolvimento de equipamentos nacionais para atender essa hidrologia. E a nossa perspectiva é de que quiçá no próximo lançamento previsto juntamente com a AEB para 2018, no nosso caso possamos ter também no satélite brasileiro equipamentos voltados para a hidrologia espacial. E aí estamos estimando uma colaboração de cerca de R$40 milhões da Agência Nacional para a AEB para esse desenvolvimento.

Há uma articulação também muito forte com a Marinha e o Exército para o desenvolvimento dessas competências, inclusive com o apoio da marina brasileira na capitania de Manaus e na capitania de Belém, para que possamos desenvolver um navio, um barco que esteja voltado às funções da marinha, mas que

também possa incorporar equipamentos, espaço para o monitoramento hidrometeorológico.

A articulação setorial cresceu muito fortemente nesses últimos quatro anos. Já vinha sendo uma política da agência. Nós pudemos fortalecê-la. Há aqui alguns programas como o Interáguas, que tem como característica principal – e esse é o seu grande mérito muito mais do que os recursos envolvidos – a ação do Governo Federal através desses Ministérios: o MMA, o Ministério das Cidades, o Ministério da Integração, com o acompanhamento do Ministério das Minas e Energia. Ele se dá numa bacia de forma articulada, porque esse talvez seja o grande desafio do planejamento brasileiro nos próximos anos: não só fortalecer o planejamento verticalizado, mas criar também uma integração entre os diversos planejamentos. Acho que essa é a principal contribuição.

Uma forte articulação com o Ministério da Agricultura através da Embrapa. Queria também destacar que está em processo de assinatura com a Confederação Nacional da Agricultura uma participação muito forte com essa entidade. Além de outros programas que estão em desenvolvimento.

Pelo tempo vou passar por eles rapidamente, mas quero destacar que eles têm tido reconhecimento nacional e internacional.

Próximo, por favor.

Aqui também a articulação federativa. E reforço o que eu já mencionei. Nossa ação tem sido nesse sentido de fortalecer a gestão de águas no âmbito dos Estados sem perder o fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas. Há implementação de alguns instrumentos da política nacional de recursos hídricos. Os planos hoje, como já mencionei, cobrem metade do território nacional. As outorgas, a nossa participação junto às declarações de reserva de disponibilidade hídrica, que têm sido demandadas em particular para ampliação da geração hidrelétrica brasileira.

E, por último, a cobrança pelo uso da água, porque temos recursos da ordem de R$150 milhões que são cobrados pela bacia e que retornam integralmente para a bacia. Mas o processo de cobrança é feito pela Agência Nacional de Águas.

Ao final, gostaria de comentar uma questão que, no nosso ponto de vista, pode ser um ganho de qualidade em relação à cobrança.

Próximo, por favor.

Também programas reconhecidos nacional e internacionalmente, como o Produtor de Águas, que é um apoio ao produtor rural para que ele tenha a sua propriedade adequada do ponto de vista da sustentabilidade ambiental para a produção de água, inclusive com o pagamento feito em cooperação com os comitês de bacia em Municípios. Os produtores de água recebem recursos através desse programa, além da assistência técnica. E também o Reuse e o Uso Racional de Água, programas também absolutamente necessários.

Temos uma agenda de águas subterrâneas. Em que pese a dominialidade, eu pretendo falar sobre isso também como um processo de melhoria em cooperação com os Estados, e a participação da Agência Nacional de Águas juntamente com a CPRM e os Estados no sentido da ampliação do conhecimento nacional a respeito desses importantes mananciais de água, porque cada vez mais se confirma a sua relação direta com as águas superficiais.

Quer dizer, é incorreta aquela visão de que são processos estanques e distintos as águas superficiais com as águas subterrâneas e cada vez mais se mostra a sua integração. Eu tenho tomado aula, sistematicamente, do nosso diretor e hidrogeólogo, Dr. Paulo Varella, que acabou de ser aprovado, também, por essa Casa, e é uma das principais figuras que trata desse tema no âmbito da Agência Nacional de Águas.

Estamos tratando das contas econômicas ambientais. Isso é um Programa oriundo do PNUMA, que tem sido conduzido pelo IBGE e do qual nós temos participado, e esse programa pretende desaguar, inclusive, que o Brasil tenha a liderança no processo da construção dos objetivos do desenvolvimento sustentável, a partir desse trabalho técnico desenvolvido, particularmente, em parceria como IBGE.

Próximo, por favor.

Também temos ampliado muito, por uma demanda, em particular, do Ministério de Relações Exteriores, juntamente com a ABC, a nossa cooperação internacional. Estamos apoiando a proposta de o Brasil, através de Brasília, sediar, em 2018, o 8º Fórum Mundial. É o maior evento que trata de água em nível mundial. É uma parceria muito forte, também, com diversas organizações internacionais, mas, em particular, aqui, eu queria destacar, com a CPLP, que é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; a cooperação no âmbito da Amazônia e no âmbito da Ibero-América, com a participação de Portugal e Espanha no âmbito da CODIA.

Também temos uma agenda internacional onde nós estamos tratando da governança da água no cenário internacional. Em síntese, é o fato de que a água é um tema presente em diversas agências, programas e ações no âmbito da ONU, porém nenhum deles trata da água de maneira verticalizada. Eu uso a seguinte comparação, é como se a água morasse numa casinha dos fundos em diversos programas importantes, na FAO, da Agricultura, na Unesco, na educação, na OMM, na própria Agência Internacional de Energia

Atômica, mas nós não temos uma casinha da água no âmbito da ONU.

Então, nós temos tratado desse tema com diversos países, além de um que, recentemente, tive oportunidade de tratar, na CCJ, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, do ex-Presidente Fernando Collor, sobre a necessidade de que o Brasil aumente a capacidade de reservação da regularização de vazões. O Brasil tem apostado muito nos seus rios superficiais, nos seus rios permanentes. Agora, cada vez mais, nós verificamos que esses mananciais estão sendo estressados e há uma necessidade muito forte de aumento dessa capacidade de regularização.

Não significa só geração de energia elétrica. É claro que, com a visão de usos múltiplos, onde puder ser aproveitado para geração da eletricidade, sem dúvida deve ser feito, mas a nossa discussão é aumentar a segurança hídrica do Brasil nessa direção.

Próximo, por favor.

Aqui os principais aspectos de que tratam os planos de bacia federais. Também eu queria aqui, em particular, destacar o tema da qualidade e da navegação, que são temas que, de uma maneira geral, pode-se imaginar que o Brasil não enfrenta como grandes problemas, mas são. Nós temos um aproveitamento muito pequeno das hidrovias brasileiras e, também, o problema da qualidade de água, que é uma questão a ser tratada.

Quando a gente usa o IQA médio brasileiro, o Índice de Qualidade da Água, pela forte concentração de água na Região Amazônica, a média fica sempre muito boa, acima de 70%, mas essa é uma questão que precisa ser tratada. A qualidade de água não pode ser tratada na média, ela tem que ser tratada onde o problema existe e esse é um problema sério, de qualidade de água, no território brasileiro.

Próximo, por favor.

O próximo.

Aqui, uma evolução das outorgas com relação ao destaque em que as outorgas se têm concentrado. Isso é muito positivo por parte dos irrigantes brasileiros. Grande parte das nossas outorgas são voltadas...

(Soa a campainha.)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – ...para irrigação. Eu acho isso extremamente positivo.

Próximo, por favor.

Aqui, também, os comitês que têm cobrança pelo uso da água estabelecido e os seus valores que são aplicados. Eu já falei sobre isso.

Próximo, por favor.

Aqui é um quadro que trata dos principais programas que estão sendo desenvolvidos pela agência, de maneira também muito agradável visualmente.

Eu não gostaria de tomar todo o tempo dos senhores. Eu queria tratar aqui, rapidamente, de alguns desafios, aproveitando este tempo. Eu gostaria de, em particular, além do atlas que está no primeiro lugar, lançado em 2011, que tem um diagnóstico dos 5.565 Municípios brasileiros. Esse diagnóstico trata da avaliação do manancial e da unidade produtora do sistema produtor, inclusive com croquis de alternativas, que está disponibilizado na internet. É possível consultar isso, em qualquer cidade do Brasil, através desse atlas.

Na semana que passou, nós também estamos lançando a construção na mesma dimensão e perspectiva do Atlas de Saneamento para que possamos identificar a melhor sinergia para a construção das estações de tratamento, com vista a melhorar a qualidade de água no Brasil.

Quero encerrar dizendo que o ano de 2013 foi o ano da cooperação em água e que tivemos, além de uma grande cooperação internacional, principalmente uma cooperação federativa muito forte.

Acho que esse é o último. Muito obrigado.

Agora, Senador, muito rapidamente, sem persistir nesse diagnóstico, porque normalmente o nosso diagnóstico tende a ser positivo, eu queria dizer aqui, sem ser ufanista, que o ano de 2013 foi muito positivo para a Agência Nacional de Águas no Brasil e também gostaria de tratar aqui de três grandes desafios que, no nosso ponto de vista, necessitam, inclusive, de uma profunda articulação com esta Casa.

A primeira delas é a cobrança pelo uso da água. Como mencionei, a cobrança é um instrumento muito particular, existente na legislação brasileira – eu acho primoroso –, em que o valor da água bruta – aqui não se trata da tarifa de água – é definido pelos usuários, cobrado pela Agência Nacional de Águas, retorna integralmente à bacia, e a bacia aplica de acordo com o seu plano de bacias. Isso é virtuoso. É uma pena que o nome seja horroroso, porque ninguém gosta de cobrança. Quando se fala em cobrança, já sai todo mundo. Por que ele é um instrumento primoroso? Porque você define o valor e define a sua aplicação. Eu acho que isso todos nós gostaríamos de fazer. Mas ele enfrenta um problema conceitual. Qual é? Pela natureza da cobrança, como se trata da cobrança de um bem público, o setor privado participa da cobrança, mas não participa da possibilidade de receber esses recursos. Nós fizemos diversos esforços, estamos juntos nesse processo com a CNI (Confederação Nacional da Indústria) nesse processo e fomos ao TCU. Porém, a gente não encontrou amparo legal para que a gente

possa... A gente, não; o Comitê. Eu falo a gente aqui no sentido do sistema. Uma indústria que pague pelo uso da água na sua bacia e, depois, quando esse recurso retorna, ele não pode receber esse recurso para aplicação. Essa é uma questão crucial e envolve muito menos questões de valores. Os valores nem são tão significativos assim. O maior contribuinte é o setor de saneamento, mas, do ponto de vista da coerência, da aplicação de um recurso e da lógica da cobrança, não é justo que alguém contribua e, depois, não possa receber esses recursos. Então, o primeiro desafio, no nosso ponto de vista, é garantir o amparo legal para que esses recursos possam retornar ao setor privado brasileiro.

O segundo deles é dar efetividade aos planos de bacia. Cinquenta e um por cento do Território nacional têm planos de bacia. São planos espetaculares. Esta Casa conheceu, em detalhes, o Araguaia-Tocantins. O Brasil acabou de concluir, há cerca de um ano e meio, o plano dos sete afluentes da margem direita. São mais de 2,5 milhões quilômetros quadrados de planejamento, que nós tivemos oportunidade de apresentar ao senhor. Ele define uma quantidade de ações envolvendo diversos outros setores de maneira muito sinérgica.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Bacia do Amazonas.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Na Bacia do Amazonas. Perdão. Eu acho que não concluí. São sete afluentes da margem direita da Bacia do Amazonas. Esse planejamento, depois, não tem nenhum fator indutor em relação à aplicação dos orçamentos públicos. Então, aquilo que deveria ser um plano de desenvolvimento a partir da lógica de recursos hídricos vira apenas um estudo. Assim, nós precisaríamos também, do nosso ponto de vista, que a legislação fortalecesse os planos de recursos hídricos, porque senão há uma imensa mobilização da sociedade, a disponibilização de recursos que são vultosos e, depois, uma grande frustração, ou seja, nada acaba acontecendo de maneira sinérgica. Acontece uma ação ou outra que foi estipulada no plano, mas não como um indutor do plano. Então, nós acreditamos que essa é uma questão-chave.

Por último, uma questão extremamente delicada, que envolve o pacto federativo e que, do nosso ponto de vista, deve ser feita com bastante cautela, mas deve ser feita, que é como equacionar de maneira mais sinérgica, mais forte, a definição da Constituição brasileira do duplo domínio.

As águas no Brasil, as águas superficiais, estão sob domínio federal e domínio estadual. Todas as águas interiores, quer dizer, exceto aquelas águas que nascem no Estado e correm para o mar, ou seja, dos Estados litorâneos, todas as demais águas correm para algum rio federal ao final das contas, e essa definição de como a dominialidade vai se expressar precisa ser antecipada por parte do poder público e da legislação de forma a evitar conflitos que já começam a aparecer nessa direção.

Por exemplo: há o conflito entre o Estado de Goiás e o Estado de Minas Gerais no que tange à Bacia do Rio São Marcos, no Paranaíba; há um conflito de interesses entre os dois Estados para o aproveitamento dessas águas. E aí não se trata do corpo principal, que é um corpo federal, mas se trata dos afluentes. Então, se você assumir que o afluente é exclusivamente estadual, você pode gerar uma série de consequências que depois afetam o rio federal. Isso precisa ser equacionado.

Eu cito outro exemplo: imaginar que o Rio Tietê, do meu Estado, que tem inclusive afluentes federais, acabe sendo – um rio daquela extensão – um rio estadual significa um conflito potencial muito grande. O Paraíba do Sul é um conflito potencial federativo muito grande, e nós acreditamos que precisamos criar mecanismos que levem à solução prévia desses conflitos para o próprio sistema de recursos hídricos e não, por sua lacuna, imaginar que, num conflito que não possa ser mediado, a solução do conflito vá ser a judicialização.

Nós achamos que esta é a pior alternativa para a gestão de recursos hídricos no Brasil: a judicialização dos interesses de dois Estados da Federação. Esse é um problema que tende a se agravar, não é pequeno; o potencial de crise é bastante grande, envolve a delicadeza de respeitar o Pacto Federativo. Nós, inclusive, temos sugestões para tratar desse tema, sugestões que vou apresentar de maneira muito genérica, que vão desde as águas serem federais e delegadas aos Estados – desde que eles cumpram regras para que possam assumir a gestão plena das águas estaduais e federais em seu território – até a possibilidade de se ter um duplo domínio quando o curso de água afluente a um rio federal está no território de Estado, de tal maneira que o sistema possa agir preventivamente na solução de conflitos e não aguardar o estabelecimento desses conflitos para depois uma eventual judicialização.

Então, mais do que falar dos avanços e daquilo que nós tivemos oportunidade de conquistar nesses últimos quatro anos – eu volto a dizer, sempre com o apoio da diretoria, em particular dos servidores da Agência Nacional de Águas –, eu gostaria de apresentar aqui esses três grandes desafios que possibilitariam um aprimoramento do sistema de recursos hídricos: a cobrança com a participação do setor privado; os planos como indutores do orçamento – pelo menos indutores do orçamento; e um equacionamento prévio dessa dupla condição de domínio das águas entre Estados e União.

Com isso, eu encerro a minha apresentação de contas e também de alguns argumentos que envolvem a sabatina e gostaria de, por último, agradecer ao Senado em particular, que tem tido com a nossa agência – através em particular da Comissão de Meio Ambiente, e não só da Comissão de Meio Ambiente mas de todas as Comissões do Senado brasileiro – forte cooperação para o fortalecimento da agência e para o fortalecimento da gestão de águas no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Vicente Guillo.

Consulto os colegas Senadores se têm algum questionamento a fazer ao Dr. Guillo sobre o assunto. A nossa reunião se divide em duas partes. A primeira foi a prestação de contas do Diretor da ANA.

Eu vou encerrar, se os senhores não têm nada a considerar ou questionar, para depois abrirmos a segunda reunião, quando faremos a sabatina dos indicados. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, eu gostaria de finalizar agradecendo a presença do Sr. Vicente Andreu Guillo, que continuará conosco para próxima reunião que deliberará sobre a indicação para ele ser reconduzido ao cargo de Diretor da ANA, além de mais duas indicações para diretorias da agência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e convoco os Srs Senadores, imediatamente, para a próxima reunião que será aberta.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 21 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2013, TERÇA-FEIRA.

Às oito horas e trinta e sete minutos do dia treze de agosto de dois mil e treze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **SÉRGIO SOUZA**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, ANIBAL DINIZ, SÉRGIO SOUZA, BLAIRO MAGGI, VANESSA GRAZZIOTIN, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO,** e os Senhores Senadores não-membros da Subcomissão **ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLICY, LÍDICE DA MATA e INÁCIO ARRUDA.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **IVO CASSOL, EDUARDO BRAGA, CÍCERO LUCENA E ALOYSIO NUNES FERREIRA**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. Passa-se à pauta, destinada a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2013-CMACOPOLIM, com a finalidade de informar a subcomissão sobre os últimos acontecimentos, as vistorias já realizadas, os prazos para conclusão das obras e todas as demais providências necessárias para a realização da Copa do Mundo de 2014. Comparece como convidado o Exmo. Sr. Ministro do Esporte Aldo Rebelo. A Presidência faz a exposição inicial do tema e, após, passa a palavra ao Senhor Ministro Aldo Rebelo, para sua apresentação. A seguir, usam da palavra os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, VALDIR RAUPP, BLAIRO MAGGI, CASSIO CUNHA LIMA** e **EDUARDO SUPLICY**. O convidado responde aos questionamentos feitos e apresenta suas considerações finais. A Presidência submete a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Sérgio Souza,** Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 13/8/2013

(Texto com Revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por objetivo a realização de audiência pública, atendendo ao Requerimento nº 01, de 2013, de minha autoria, com a finalidade de informar à Subcomissão sobre os últimos acontecimentos, as vistorias já realizadas, os prazos para a conclusão

das obras e todas as demais providências necessárias para a realização da Copa do Mundo de 2014.

Para participar da audiência pública foram convidados o Exmo Ministro Aldo Rebelo, Ministro de Estado do Esporte, aqui presente, a quem convido a tomar assento à mesa. (*Pausa.*)

Sr. Ministro Aldo Rebelo, Sr. Senador Blairo Maggi, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Senado Federal, antes de passar a palavra ao Sr. Ministro, vou fazer, como Presidente desta Comissão, um relato breve sobre as impressões do Presidente e desta Comissão com relação às obras da Copa acontecidas até o momento e também a realização da Copa das Confederações.

No último dia 30 de junho, a Seleção Brasileira de Futebol ganhava, pela quarta vez, sendo a terceira consecutiva, a Copa das Confederações, depois da excepcional apresentação, quando goleou por três a zero a Espanha, atual campeã mundial e da Eurocopa.

Como amante do futebol que sou, registro com imensa satisfação a excelente campanha do time brasileiro, comandado pelo técnico Luiz Felipe Scolari. Superando as melhores expectativas possíveis, a Seleção Canarinho demonstrou grande evolução ao longo da competição e consagrou-se, na final, ao vencer, de forma muito convincente, os espanhóis. Podemos afirmar que, dentro de campo, a Copa das Confederações no Brasil foi um sucesso absoluto, que traz grandes esperanças de uma participação destacada da seleção brasileira na Copa do Mundo.

Porém, senhoras e senhores, cumpre a esta Subcomissão exatamente analisar e debater os resultados desse grande evento fora de campo. Temos a obrigação de fiscalizar a realização do evento, avaliar a sua organização e aferir os gastos públicos e privados com o objetivo de identificar eventuais equívocos que devam ser sanados até a Copa do Mundo de 2014.

A Copa das Confederações de 2013 foi a 9ª edição da competição, realizada a cada quatro anos pela FIFA e teve como sede o Brasil entre os dias 15 e 30 de junho, nas cidades de Brasília, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Ou seja, seis das 12 sedes da Copa do Mundo de 2014.

A competição contou com a participação de oito equipes: a campeã da Copa do Mundo de 2010, as campeãs continentais e o Brasil, País-sede, além da vice-campeã europeia, a Itália, pois a campeã Espanha já obtivera vaga por ser a campeã do mundo. Das seleções participantes, quatro eram campeãs mundiais: Brasil, Espanha, Itália e Uruguai.

É importante registrar que o período também foi marcado por protestos ocorridos em várias das principais cidades do País, inclusive nas cidades que receberam os jogos. Provocados pelo aumento dos preços nos bilhetes de transportes públicos, também tiveram como foco o descontentamento dos manifestantes com os elevados gastos públicos com a construção das novas arenas em comparação com a qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade brasileira pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Além dos protestos diários nas imediações dos estádios, outros incidentes ocorreram durante a Copa das Confederações, e merecem atenção de todos os organizadores: uma inundação no aeroporto internacional de Salvador e dificuldades para o treino da seleção do Uruguai na capital baiana; o assalto à mão armada, que teve como vítima a esposa do goleiro Júlio César, Susana Werner, em Fortaleza; um suposto furto à delegação da Espanha no hotel, em Recife; e problemas relacionados aos treinamentos do Uruguai, ocasionados pelas fortes chuvas que alagaram o Estádio do Arruda, também na capital pernambucana.

Há números, no entanto, que merecem celebração. O público presente nos estádios foi de 804.659 espectadores, representou um crescimento extraordinário na média de público quando comparado, por exemplo, às duas Copas das Confederações anteriores. Foram 50.291 pessoas em média, por partida, no Brasil, contra 36.555 pessoas por partida na África do Sul, e 37.694 na Alemanha. Aliás, entre as nove edições do torneio, o número só não foi superior à edição do evento em 1999, quando os mexicanos sediaram os jogos do torneio e tiveram ocupação média de 60.625 pessoas nos estádios.

O jogo de maior público no torneio foi a final entre Brasil e Espanha. Foram registrados 73.531 pagantes no Maracanã, sendo que a capacidade do estádio é de 79 mil lugares. Em Brasília, no jogo de estreia do torneio entre Brasil e Japão, no estádio com capacidade para 71 mil espectadores, houve uma taxa de ocupação de 95%, com a presença de 67.423 pessoas. Os piores públicos ocorreram nos jogos entre Taiti e Nigéria, no Mineirão, e Nigéria e Uruguai na Arena Fonte Nova, com um índice de ocupação de 32% e 49% respectivamente. Mesmo assim, a taxa média de ocupação nas arenas construídas para o evento-teste da FIFA um ano antes a Copa do Mundo foi de 80%.

Além disso, convém destacar que a Copa das Confederações da FIFA foi, este ano, o evento esportivo que obteve a maior audiência televisiva no Brasil. A competição também atingiu liderança no índice de audiência de 2013, na Espanha, tornando-se a Copa das Confederações com maior público televisivo da história.

A competição definiu novos recordes de audiência da fase de grupos, a final em alguns dos principais mercados, sedimentando o *status* como um dos

principais eventos do calendário esportivo mundial e dando uma clara amostra de demanda a ser esperada pelas emissoras na cobertura da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014.

A média de telespectadores para as partidas dessa edição da Copa das Confederações da FIFA nos principais mercados foi 50% maior do que na edição de 2009. Mais de 69,3 milhões de pessoas assistiram a final de 2013, em dez dos mercados principais, tais como, Alemanha, França, Estados Unidos e China. O que significa um aumento superior a 11 milhões de espectadores em comparação com a audiência nesses mercados na final da edição de 2009, disputada na África do Sul.

Quarenta e dois milhões de brasileiros assistiram, ao vivo, a final entre Brasil e Espanha, uma audiência nacional quase 50% maior do que na final da Copa do Mundo FIFA da África do Sul, em 2010; na Espanha 10,7 milhões de pessoas acompanharam a partida, o que foi a maior audiência do ano na televisão espanhola. São resultados surpreendentes, Sr. Ministro, sobretudo se considerarmos o horário em que foi jogada a final era tardio na Europa, um dos principais mercados para o futebol.

Outra boa nova foram os gastos estrangeiros no Brasil, que superaram as expectativas da Copa das Confederações 2013. Segundo dados divulgados pelo Ministério do Turismo, os visitantes internacionais gastaram, em média, R$4.854,00, durante 14,4 dias em que permaneceram no Brasil. E isso aconteceu mesmo com as manifestações nas seis cidades-sedes e em outras cidades.

O Ministério estima, ainda de forma preliminar, que 20 mil turistas estrangeiros tenham vindo ao País, número esperado pela pasta. Os dados estão na segunda rodada de resultados preliminares de um levantamento feito pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Foram analisados os dados de 7.357 entrevistados, do total de 14 mil entrevistas feitas durantes os jogos. Segundo o que já foi apurado, os gastos dos turistas internacionais superaram a média do que realmente gastam os estrangeiros que visitam o País – que é em torno de R$2.500,00 – no período de estada. Além disso, os estrangeiros superaram também os brasileiros: os gastos destes foram, em média, de R$1.042,00 em 3,3 dias; para os estrangeiros, a média diária foi de R$337,00 enquanto a dos brasileiros foi de R$315,00.

Em relação aos turistas brasileiros, a maior parte é paulista, 30,2%; seguida de pernambucanos, 8,3%; mineiros, 6,7%; fluminenses, 5,8%; e paraibanos, 5,5%. Entre os internacionais, os mexicanos, com 30,9%, foram os mais presentes, seguidos pelos americanos, 13,7%; uruguaios, 9,2%; espanhóis, 7,4%; japoneses, 7%. Os americanos foram os únicos sem uma seleção que os representasse nos jogos da Copa das Confederações 2013.

A pesquisa mostra também que o grau de satisfação está acima de 50% na maioria dos serviços. A segunda rodada de resultados levantou a satisfação em relação ao preço dos serviços prestados. Brasileiros e estrangeiros avaliaram como bons ou ótimos a maioria dos serviços; 74,6% avaliaram positivamente os resultados; 71,5% os serviços de táxi; 61,1% o transporte público; e 62,8% aprovaram o preço dos ingressos. Já o preço da alimentação nos estádios foi considerado ruim e muito ruim pela maior parte dos participantes, 78%.

Segundo palavras do Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Flávio Dino, a Copa das Confederações gerou, com o turismo estrangeiro R$740 milhões ao País. Com a presença de mais de 100 mil brasileiros que viajaram no período, ele disse ainda que as manifestações populares de protesto ocorridas durante a Copa das Confederações não prejudicaram o turismo estrangeiro no País e que 90% dos turistas declararam vontade de retornar ao Brasil para a Copa do Mundo em 2014.

Enfim, tal como se manifestaram à FIFA o Comitê Organizar local e o Governo Federal quando concluíram, três dias após o final do evento, uma avaliação detalhada sobre a Copa das Confederações 2013, considero que o balanço final do evento é um sucesso.

Há ainda vários questionamentos a serem feitos sobre os custos dos estádios, as obras destinadas à realização da Copa do Mundo e da Copa das Confederações, porém penso que, no que se refere ao evento, passamos no primeiro teste, e isso mesmo considerando a onda de protestos enfrentada no período do evento. É importante identificarmos as falhas ocorridas para que sirvam de exemplo para a Copa do Mundo FIFA 2014, que começa em menos de um ano, envolvendo não mais seis e sim doze cidades-sedes, onde devem ser implementadas as principais lições tiradas da experiência da Copa das Confederações.

A necessidade da entrega dos estádios e das instalações temporárias dentro do prazo acordado para a Copa do Mundo foi o aprendizado-chave para superar os desafios encontrados na organização da Copa das Confederações, tendo em vista, particularmente, que a escala de operação será ainda maior: de 16 para 32 dias de eventos, de 16 para 64 jogos, de 8 para 32 times, de 6 para 12 sedes, de 75 para 550 sessões de treinamento; de 54 para 254 voos das seleções. Temos muito a fazer.

Por isso, é fundamental ouvirmos o Sr. Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, em sua visão de como foi a Copa das Confederações e do que podemos esperar para a Copa do Mundo.

Assim, passo a palavra a V. Exª, meu caro Deputado, no exercício do Ministério do Esporte.

O SR. ALDO REBELO – Bom dia, prezado Senador Sérgio Souza, Presidente desta Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016; prezado Senador Blairo Maggi, ex-Governador do querido Estado do Mato Grosso; senhoras e senhores.

A exposição do Senador Sérgio Souza já evidencia o êxito que foi a Copa das Confederações. O Brasil organizou, com sucesso, um dos mais esperados eventos esportivos do Planeta e o fez, ao mesmo tempo, enfrentando desafios e grandes manifestações de rua, que ocorreram nas capitais, nas metrópoles do Brasil e alcançaram, com muita força, as seis cidades-sedes da Copa das Confederações.

Eu digo que não fui surpreendido com o êxito e o sucesso da Copa das Confederações. Sempre julguei o Brasil capaz de realizar esse evento, bem como de organizar o que avizinha, em 2014, a Copa do Mundo. Creio que, ao mesmo tempo em que se candidatou para acolher a Copa do Mundo 2014, é também verdade que o Brasil foi escolhido para sediar a 20ª Copa do Mundo. Não apenas o Brasil escolheu, mas o Brasil também foi escolhido pelas condições que reúne para realizar um evento dessa natureza: as condições econômicas – é hoje uma das maiores economias do Planeta, uma das mais equilibradas e dinâmicas –; é também um destino que desperta curiosidade em todo o mundo, por suas virtudes, por suas qualidades civilizatórias. O mundo, mergulhado na desconfiança e, por vezes, no ódio nacional, no ódio étnico, no ódio racial, olha para o Brasil como um país que é, ao mesmo tempo ainda muito desequilibrado e desigual, mas um país que se forjou como civilização, negando exatamente o ódio que marca o processo contemporâneo, inclusive em nações tidas como pretensamente civilizadas. O mundo tem curiosidade de conhecer um país que marcou a sua formação pela miscigenação, não apenas do sangue, mas da cultura e dos valores, e que tem orgulho da sua trajetória e da sua formação.

Mas a Copa do Mundo no Brasil talvez tenha como traço mais singular o fato de poder ser realizada no país que ajudou a dar ao futebol a presença no mundo como o mais universal dos esportes. Talvez o futebol estivesse destinado, como outros esportes de origem anglo-saxônica, a ser um esporte praticado em alguns países, ter a sua popularidade em alguns países, mas sem a marca universal que tem hoje. Há um sem-número de esportes populares em poucos países. O futebol é o único universal, popular em todos os continentes, cujos ídolos, cujos jogadores mais conhecidos são queridos e admirados em todo o mundo. E é provável que o futebol deva ao Brasil uma contribuição importante para torná-lo tão universal e tão popular. Nenhum país ofereceu a esse esporte e às suas competições o número de ídolos que o Brasil ofereceu.

E por que, também no Brasil, ele se tornou rapidamente muito popular? Porque, além do esporte, o futebol foi, e de certa forma continua sendo no Brasil, uma plataforma de promoção social. Em uma sociedade marcada no começo do século passado pela exclusão, principalmente dos jovens pobres e negros, o futebol foi uma plataforma que permitiu a essa parcela da nossa juventude o reconhecimento e a admiração da sociedade.

Os primeiros jovens negros, os primeiros jovens pobres que receberam o carinho, a admiração e o reconhecimento do País obtiveram esse *status* pelo futebol. Foram os ídolos das nossas primeiras seleções, da nossa primeira Copa do Mundo, em 1930, no Uruguai, dos grandes clubes de massa do Brasil, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo. O futebol foi palco dessa disputa, do preconceito, quando clubes como Vasco do Gama, do Rio de Janeiro, foram afastados da liga profissional por aceitarem jogadores negros no time; quando clubes como o Palestra Itália, hoje Palmeiras, de São Paulo, também era alvo de preconceitos, por acolher os imigrantes, os italianos pobres que chegavam à cidade de São Paulo. E o futebol foi essa plataforma onde os excluídos por todas as razões foram acolhidos e tiveram seu espaço. Acho que isso o tornou, além de um esporte muito popular, um fenômeno social que deu à população brasileira a ideia de uma sociedade mais democrática e mais justa.

O mundo, portanto, espera que a Copa de 2014 seja a Copa deste País, do país que acolheu dessa forma o futebol.

O futebol e a Copa do Mundo vão muito além do seu significado estritamente esportivo. A Copa é, hoje também, uma grande oportunidade de negócio para o país-sede. Uma empresa de consultoria norte-americana, a Ernst&Young, publicou um trabalho em cooperação com a Fundação Getúlio Vargas no Brasil, analisando os impactos socioeconômicos da Copa do Mundo de 2014. E revela, nesse estudo, que a Copa do Mundo de 2014 tem potencial de geração de 3,6 milhões empregos no Brasil; ou seja, a Copa do Mundo pode gerar mais do que um Uruguai de empregos no Brasil. Claro que, pela dimensão da nossa economia, pelo tamanho da nossa população, nós podemos ter

3,6 milhões empregos gerados a partir do impacto e da presença da Copa do Mundo no Brasil.

Segundo esse mesmo estudo, para cada R$1,00 investido pelo setor público, a Copa do Mundo gera R$3,40 de investimentos do setor privado, dinamizando toda a cadeia envolvida na preparação da Copa do Mundo, que vai desde as obras de infraestrutura aos estádios, às obras de mobilidade urbana, ao turismo, à ampliação da rede hoteleira no País. Apenas uma cadeia, uma rede francesa previa, no ano passado, investimentos da ordem de R$2,5 bilhões em novas plantas. O BNDES, que colocou em uma linha de financiamento quase R$1 bilhão, já esgotou completamente o número de projetos para ampliação da rede hoteleira. Há o impacto sobre o turismo, não apenas nas grandes metrópoles do Sudeste, do Rio de Janeiro e São Paulo, mas nas demais cidades-sede – Porto Alegre, Curitiba, Brasília, Cuiabá, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Natal, Fortaleza e Manaus –, todas elas já impactadas pela presença da Copa do Mundo de 2014 na vida do Estado e na vida da cidade.

A modernização da infraestrutura esportiva, dos estádios, já aponta os seus resultados, e eles já são visíveis, inclusive pelo aumento do público e da renda nos jogos nessas arenas. Aqui mesmo em Brasília, uma das apontadas como os futuros elefantes brancos da Copa, um dos jornais da cidade já indica que o elefante branco, na verdade, é um elefante de ouro, porque permite à cidade não apenas a realização de jogos de futebol, mas também de outros grandes eventos, espetáculos, que não seriam possíveis em Brasília sem a presença desse estádio.

No Rio Grande do Norte, onde a imprensa, ou uma parte da imprensa desinformada, do Sul e do Sudeste, que conhece mais Miami do que o Nordeste do Brasil, alguns jornalistas, inclusive os que criticam, chamam de elefante branco a arena do Rio Grande do Norte, sem nunca terem ido ao Rio Grande do Norte. O espaço interno da Arena das Dunas está sendo negociado pelo melhor preço de Natal, porque uma parte da arquibancada será desativada e convertida em espaço comercial depois da Copa do Mundo; ou seja, o estádio terá redução do número de assentos, e esse espaço será convertido em espaço comercial, que já está sendo negociado pelo melhor preço da cidade. Assim, toda loja, todo banco, academia quer ter um espaço dentro do estádio, como há em qualquer estádio.

Em São Paulo mesmo, no Morumbi, que não é um estádio da Copa, é o estádio do São Paulo Futebol Clube, o espaço interno dá ao clube proprietário uma grande renda anual, porque o setor de serviços quer ter um espaço dentro do estádio. A mesma coisa vai acontecer com o estádio do Palmeiras, a mesma coisa, naturalmente, com o do Corinthians, porque não é apenas nos estádios da Copa.

Então, vejo que a Copa do Mundo, para o Brasil, além da oportunidade de modernização da nossa infraestrutura esportiva, que deve ser acompanhada da modernização da gestão dos nossos clubes, da valorização das marcas dos nossos clubes, das nossas competições, é também uma oportunidade para o desenvolvimento do País; ou seja, que nós consigamos agregar ao crescimento da economia brasileira, como preveem estudos realizados pelo setor privado, 0,4% ao ano, pelo menos até o ano de 2019.

Mas mesmo um empreendimento dessa natureza não deixa de estar submetido ao crivo e a críticas das mais diversas origens. Alguns criticam porque não gostam de futebol; outros porque têm uma avaliação muito pessimista sobre a capacidade do País; outros, porque talvez discordem, por razões que não cabe aqui discutir, dos organizadores; e outros, porque, de fato, o País não consegue realizar uma obra, um empreendimento dessa magnitude, livre completamente das mazelas que acompanham e integram a vida nacional, e que nós também não vamos negar, nem esconder. Pelo contrário, a Copa do Mundo é uma grande oportunidade para o exercício das nossas virtudes, das nossas capacidades, das nossas potencialidades, da nossa inteligência, mas é, ao mesmo tempo também, uma grande oportunidade para a superação das nossas mazelas, das nossas deformidades e das nossas limitações.

Os grandes desafios têm esse condão, ou seja, de se apresentarem para quem o enfrenta como a possibilidade de superação nas qualidades e nas virtudes, e a possibilidade também de superação das suas deficiências. E nós temos consciência disso.

E as críticas, naturalmente, também se baseiam nas nossas ineficiências, nas nossas dificuldades. E, ao analisá-las, é mais do que necessário, possível, separá-las, porque nem sempre elas vêm acompanhadas da definição e da correção.

Quais são os custos da Copa? A maior parte dos custos está relacionada a obras de infraestrutura urbana. Ou seja: custos seriam realizados com Copa do Mundo ou sem Copa do Mundo. A modernização da estrutura aeroportuária ocorreria com ou sem Copa do Mundo; as obras viárias para facilitar e beneficiar o trânsito das nossas metrópoles, de todas e daquelas onde a Copa do Mundo será realizada também ocorreriam com ou sem Copa do Mundo. Teríamos metrô, VLT, BRT, alargamento de avenidas, obras de acesso aos aeroportos com ou sem Copa. Então, não há como definir esses gastos como gastos da Copa. Eles estão na matriz de responsabilidade com o objetivo muito

generoso, que é o que antecipar a realização dessas obras para alcançar a Copa do Mundo, mas principalmente para beneficiar a população ou as populações das cidades-sede da Copa. Aquelas obras que não estiverem prontas para a Copa do Mundo de 2014 serão simplesmente retiradas da matriz de responsabilidade embora tenham prosseguimento na sua execução, e serão entregues da mesma forma.

As obras dos estádios privados – há alguns casos, como o estádio do Corínthians, do atlético paranaense, do Internacional de Porto Alegre – recebem empréstimos do BNDES até a quantia de R$400 milhões, mas nem o Inter, nem o Atlético recorreram ao total do empréstimo, e, sim, um pouco mais, um pouco menos da metade disponibilizado pelo BNDES. São empréstimos oferecidos mediante garantias que o Banco exige dos tomadores em geral.

Há também uma parte de renúncia fiscal, renuncia tributária do Governo Federal, calculada segundo critérios submetidos ao Ministério da Fazenda e da Receita. São calculadas pelo Ministério do Esporte. E, em alguns casos, há renúncias tributárias locais dos Municípios ou dos Estados. Não há dinheiro do orçamento federal para construção dos estádios. Há recursos indiretos como o da renúncia tributária, renúncia que o Governo resolve aplicar levando em conta o interesse público, geração de empregos, geração de renda, geração de tributos novos a partir do dinamismo da economia. E o Poder Público pratica renuncia fiscal para o papel impresso, para os jornais diários a partir da ideia de que isso democratiza o acesso à informação. O Governo pratica a renúncia tributária para a indústria automobilística em um volume muitas vezes maior do que o que pratica para a construção de estádios, na ideia ou na crença de que isso assegura empregos no setor metalúrgico, mantém o dinamismo da indústria automobilística, evita a importação de automóveis para o mercado brasileiro de outros países,e assim por diante.

Essa tem sido a base da prática da renúncia tributária, ou seja, a proteção de alguma forma de interesse público e de interesse nacional. E é o que acontece no caso dos estádios.

O cálculo do custo dos estádios não é realizado pelo Governo Federal. O Governo Federal não construiu nem constrói estádios. Eles são privados ou são dos governos estaduais. Posso citar alguns casos. Vejamos o caso do estádio do Corinthians, que é um estádio privado, em Itaquera, São Paulo. Esse estádio foi projetado para ser o estádio do Corinthians para as competições das quais participaria o Corinthians. Ele não foi projetado para ser estádio da Copa do Mundo. Esse estádio tinha um custo inicial previsto em torno de R$400 milhões. Quando o estádio foi transformado em estádio para a abertura da Copa do Mundo, com o número de assentos previstos para a abertura da Copa, com a infraestrutura para receber chefes de Estados, jornalistas de todo mundo, é claro que ele praticamente dobrou de tamanho. Recebeu, só em número de assentos, mais 20 mil novos assentos, ou seja, praticamente um novo estádio. A área destinada à recepção de chefes de Estado, de turistas, jornalistas, presenças previstas para a abertura da Copa do Mundo fez com que naturalmente se aumentasse muito a dimensão do estádio. E quando foi incorporado o custo dessa ampliação, o estádio praticamente dobrou de preço. E é isso que pode ser visto e acompanhado porque esses dados estão disponíveis.

Em outros estádios, as licitações foram realizadas em etapas. Primeiro, a licitação do interior do estádio, da sua estrutura interna e da arquibancada. Depois, a licitação da cobertura, depois a licitação do entorno. Quando todas essas obras foram somadas, a ideia que se tinha era uma multiplicação dos custos quando, na verdade, esses custos todos estavam previstos, mas não estavam adicionados. Os custos dessas obras são acompanhados por um Ministro do Tribunal de Contas, que cuida especialmente disso. É o Ministro Valmir Campelo, que tem uma equipe que cuida exclusivamente de Copa do Mundo, que acompanha em todo o País a evolução desses custos, principalmente o dinheiro público relacionado a essas obras não apenas dos estádios – dinheiro do BNDES –, mas também das obras de mobilidade urbana.

A CGU também acompanha rigorosamente essas obras, o Ministério Público Federal também tem uma equipe voltada exclusivamente para o acompanhamento dessas obras. Os tribunais de contas dos Estados das cidades-sede também acompanham, todos eles, sem exceção. Além disso, os tribunais de contas municipais, que também acompanham. Onde há tribunal de contas municipal (São Paulo, Rio de Janeiro) também há acompanhamento.

Portanto, a fiscalização das obras é exercida por múltiplos órgãos de controle da União, dos Estados, dos Municípios, cada um exercendo o seu papel, cada um cumprindo, naturalmente, a sua missão. E o Governo Federal julga que é importante a máxima transparência na condução da preparação da Copa do Mundo e tem a orientação de facilitar e de oferecer todas as possibilidades de fiscalização, de controle e de acompanhamento dos gastos da Copa do Mundo. Julgamos isso importante para que a população possa conhecer, acompanhar e ter a ideia exata dos impactos socioeconômicos da Copa do Mundo na vida do País.

A Copa de 2014 já tem seis estádios prontos, outros seis estão em curso, com a construção já avançada. A nossa previsão é de que sejam entregues até dezembro de 2013, para que tenhamos tempo para a realização dos eventos testes, que são eventos necessários para que quando os jogos vieram a acontecer nós tenhamos todas as fases operacionais dos estádios testadas e provadas.

O Governo preparou os investimentos na área de segurança. Nós tivemos essa Copa das Confederações realizada em meio a grandes manifestações no Brasil, com o deslocamento dessas seleções, da seleção brasileira, que jogou em vários estádios, da seleção da Espanha, da seleção da Itália, da seleção do Taiti, seleção do México e seleção da Nigéria, todas as seleções se deslocando de um Estado para outro, saindo de aeroporto, indo para hotel, do hotel para o estádio, do estádio para o hotel, do hotel para o aeroporto, sem que tenhamos registrado nenhum incidente que tenha impedido a realização de um jogo da Copa das Confederações.

As manifestações aconteceram, os jogos aconteceram, os estádios foram submetidos a esse teste. O setor aeroportuário da mesma forma, o setor hoteleiro, o setor de segurança. Então, cabe-nos, naturalmente, aperfeiçoar esse esforço para a Copa do Mundo de 2014. Ou seja, fazer com que não apenas os estádios funcionem, os aeroportos, a segurança pública – o que é um grande desafio, porque teremos 3 milhões de turistas brasileiros circulando pelo País, 600 mil turistas estrangeiros visitando o Brasil durante esse período.

Então, é um grande desafio. É um grande desafio porque o mundo nos observa não apenas com uma expectativa lúdica, ou seja,o Brasil é capaz de fazer uma bela Copa? Teremos belos espetáculos? Essa, naturalmente, é uma das expectativas. Mas, para um País que tem ambições econômicas de crescimento, de desenvolvimento, de atrair investimentos, a Copa do Mundo é também observada a partir desse ponto de vista, dessa plataforma de observação. Ou seja, o Brasil é capaz de realizar bem a Copa do Mundo, de organizá-la de acordo com a expectativa do próprio País e com a expectativa do mundo? Daí que é uma responsabilidade que ultrapassa apenas o objetivo esportivo. É um desafio para o Ministério do Esporte, mas é um desafio na área de telecomunicações. É importante registrar que não houve um único problema na transmissão desses jogos que foram para o mundo inteiro, com grande nível de audiência. Não houve registro de uma falha de equipamentos ou da área de telecomunicações do País. Segurança Pública, da mesma forma, mobilidade. Então, o Brasil tem essa responsabilidade e acho que o Senado Federal partilha essa responsabilidade ao constituir essa Comissão e ao realizar audiências como a de hoje.

Agradeço mais uma vez, Senador Sérgio Souza, pelo convite e me coloco à disposição das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado ao Sr. Ministro Aldo Rebelo.

Nós abrimos aqui já uma lista de inscrições. Estão inscritos o Senador Blairo Maggi e o Senador Eduardo Suplicy, agora também o Senador Acir, o Senador Raupp, mas antes eu vou proferir alguns questionamentos a V. Exª, Sr. Ministro, e, na sequência, vou passar aos demais Senadores para que assim o façam. Ao final, V. Exª terá o tempo necessário para abordar cada um dos questionamentos.

Sr. Ministro, acompanhei atentamente a explanação de V. Exª e as perguntas têm o intuito de complementar ou de elucidar alguns pontos que no dia a dia a sociedade tem indagado ao Governo, aos políticos, ao Parlamento e a esta Subcomissão, que tem a responsabilidade de acompanhar e de fiscalizar as obras da Copa.

Esta Comissão já visitou alguns estádios e vai visitar todos os estádios até o final deste ano. Também aguarda resposta a requerimentos já submetidos ao Tribunal de Contas da União sobre os andamentos das execuções financeiras que competem ao Tribunal de Contas da União e, como V. Exª afirmou, em alguns casos, a tribunais de contas dos Estados e dos Municípios.

Passo, então, aos seguintes questionamentos.

Qual o estágio atual do cronograma geral das obras da Copa nos 12 estádios? V. Exª colocou que seis deles estão prontos e seis deles devem ficar prontos até o final do ano. Sou Senador pelo Estado do Paraná e um dos estádios que estão mais atrasados é o da Arena da Baixada. Eu gostaria de ouvir de V. Exª se realmente vão conseguir e, se não conseguirem entregar até o final do ano, há um prazo que possa se levar até um ou dois meses após.

Dois. A imprensa trouxe ao público ontem, 12 de agosto, notícia de que o projeto original de mobilidade urbana em Manaus fracassou. Não é diferente no projeto do metrô de Curitiba, que estava previsto, inicialmente também, no PAC da Copa, mas não vai mais acontecer como dezenas de obras inicialmente no pacote da Copa, que não vão estar prontas quando da Copa do Mundo.

Qual o valor que o Governo Federal – se V. Exª o possuir, claro – chegou a investir nesse projeto na cidade de Manaus que não será levado adiante. Qual a avaliação de V. Exª sobre as razões que possam ter

levado a esse fracasso que é a obra da Copa prevista em Manaus.

Qual o estágio atual do cronograma geral de execução das obras de mobilidade urbana nas sedes da Copa para 2014?

Uma outra pergunta, ainda sobre mobilidade urbana. As principais cidades brasileiras possuem graves problemas de mobilidade. Inclusive, o Governo Federal lançou agora um pacote de R$50 bilhões para ajudar na mobilidade, isso através do Ministério das Cidades, não do Esporte, para ajudar na mobilidade urbana. Por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro e outros centros convivem diariamente com o tráfego intenso de congestionamento em suas ruas e avenidas. Falou-se que uma alternativa para a Copa do Mundo seria a adoção de feriados nos locais em que haverá os jogos, tanto da seleção brasileira quanto dos outros times. V. Exª poderia comentar esse assunto? É possível termos feriados em todas as cidades que sediarão os jogos da Copa do Mundo no dia em que ocorrerem os jogos? Qual será o impacto disso na economia nacional?

Durante a Copa das Confederações houve muitas manifestações populares nas proximidades dos estádios onde seriam realizados os jogos com objetivo de criticar, por exemplo, os investimentos de recursos federais nos estádios. Afinal, V. Exª pode nos informar qual é o valor total de recursos públicos envolvidos para realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo na construção dos estádios? Porque nas obras de mobilidade e entorno isso é de responsabilidade clara do Poder Público.

Ainda sobre as manifestações, em relação à Copa de 2014, V. Exª acredita que os protestos ocorridos durante a Copa das Confederações poderão reduzir a vinda de turistas estrangeiros para o nosso País no ano que vem?

Outra pergunta ainda sobre as manifestações. Gostaria de indagar sua opinião sobre como funcionou a segurança pública em volta dos estádios, enfrentando as manifestações e procurando assegurar o direito daqueles que compraram os ingressos para assistir aos jogos da Copa das Confederações.

Aqui na Capital Federal, que será uma das sedes da Copa, temos convivido com as obras de ampliação, por exemplo, do Aeroporto Internacional JK e também de mobilidade urbana, mas, nos dois casos, ainda não há a certeza de que essas obras estarão prontas para a Copa de 2014.

Vimos também a construção de uma belíssima arena esportiva, uma das mais caras entre as 12 sedes – V. Exª já se manifestou sobre a funcionalidade desse tipo de arena. Brasília é uma cidade que não tem tradição em jogos de futebol, mas estamos vendo que aqui há muitos torcedores dos times do Rio, e os jogos do Brasileirão entre times do Rio e times desta região têm sido realizados no Estádio Mané Garrincha. Qual é a expectativa de V. Exª em relação ao legado que a Copa do Mundo de 2014 poderá deixar para cada uma das sedes da competição?

E faço a última pergunta. Muitos atletas de esportes de alto rendimento costumam criticar a gestão de presidentes de federações esportivas, sobretudo a ausência de renovação desses dirigentes como um dos fatores das dificuldades que cada esporte enfrenta para o seu desenvolvimento. Qual é a opinião de V. Exª sobre a possibilidade de alteração na legislação para se fixar um limite para o mandato dos presidentes das federações esportivas?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu não faço parte da Subcomissão, Presidente, mas eu não poderia deixar de vir aqui, Ministro, para cumprimentá-lo e dizer que V. Exª faz um excelente trabalho à frente do Ministério neste momento importante para o País.

Nós vimos, no passado, os governadores todos buscando levar a Copa para os seus Estados, tentando levar esse belo evento para as suas capitais. Portanto, a participação dos governos dos Estados nas obras de construção dos estádios é de fundamental importância – não é exclusivamente de responsabilidade do Ministério. Principalmente em relação aos investimentos nos estádios, eu creio que os Estados têm uma participação maior, inclusive, que a do Governo Federal.

Passo aqui só para complementar e deixar o meu abraço ao Ministro.

E quero pedir um carinho especial, uma atenção especial para os minicentros olímpicos no Estado de Rondônia, em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena. Nós estivemos juntos na semana passada, e V. Exª, como sempre, nos recebeu muito bem. Eu sei que essa questão está na pauta da sua agenda – só quero deixar um registro –, em meio a tantas obras importantes, obras caras que estão sendo feitas, mas que são necessárias para o esporte brasileiro, porque nós teremos, depois da Copa do Mundo, as Olimpíadas.

Eu tenho certeza de que V. Exª não vai deixar de analisar, mas fica aqui o nosso registro para que dê apoio a um Estado jovem, cuja Constituição completou apenas 30 anos na semana passada e que tem tudo para crescer, principalmente na área do esporte.

Enquanto nós debatemos construção de vários estádios, nós queremos apenas os nossos centros de iniciação para os nossos jovens no esporte.

No mais, Ministro, quero cumprimentá-lo. Sei da sua dedicação, da sua seriedade à frente do Ministério, que realmente faz a diferença em toda essa organização para que tenhamos uma boa Copa do Mundo e, depois, umas boas Olimpíadas.

Meus cumprimentos, Sr. Presidente e Sr. Ministro.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu queria, da mesma forma, Presidente, pedir pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Presidente Sérgio Souza, Ministro Aldo Rebelo, quero pedir desculpas ao Senador Blairo e ao Senador Suplicy, que estão inscritos, mas é porque estou sendo chamado lá na Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação para aprovar uns projetos e eu queria fazer esse pela ordem me sentindo contemplado, Presidente, nos seus questionamentos. Acho que foram muito precisos e praticamente tudo que V. Exª está questionando está dentro do que a gente gostaria também de questionar.

Quero dizer que felizmente nós, neste momento de véspera de Copa do Mundo, de Olimpíadas, estamos tendo um Ministro seguro, firme, sério e competente. Isso é da alma, é do coração, Ministro. Graças a Deus temos um Ministro que está conseguindo amenizar essas questões de algum descontentamento sobre obras da Copa do Mundo. E eu pediria que o Governo, o Ministério fizesse uma mídia para a população entender que essas obras, como V. Exª falou inicialmente, não são apenas para a Copa do Mundo, são obras importantes de infraestrutura nos grandes centros do País que vão ficar servindo pela vida toda para o crescimento do nosso País.

E quero reforçar também o pedido do Senador Acir – já que como Rondônia mais de 50% dos Estados não têm essas obras importantes para a Copa do Mundo – de que se possam priorizar as pequenas obras. Nós não estamos pedindo grandes obras de R$1 bilhão, R$2 bilhões, estamos pedindo obras de R$20 milhões, de R$30 milhões, como Cacoal que já começou lá uma vila olímpica, onde coloquei um recurso pequeno, V. Exª se empenhou, R$2,5 milhões, mas precisamos talvez de mais uns R$5 milhões, como o Acir está pedindo em Ariquemes, em Porto Velho, em Vilhena, em Ji-Paraná, nas cidades do eixo da BR, onde há também uma vocação muito forte para o esporte, que V. Exªs possa ajudar com essas pequenas verbas para essas cidades do Estado de Rondônia.

Parabéns a V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Bom dia, Senador Sérgio Souza, Presidente desta Subcomissão, e também ao Ministro Aldo Rebelo, seja bem vindo, e aos demais colegas Senadores.

Quero inicialmente cumprimentar V. Exª, Ministro, pelo trabalho que vem realizando à frente desse Ministério e que tão bem vem conduzindo a questão das obras da Copa do Mundo. E sabemos que não é um projeto fácil, não é um programa fácil de ser levado, há muitas interferências, muitas coisas que fogem do controle, às vezes do Governo, às vezes da iniciativa privada, e as obras infelizmente não saem na velocidade que nós gostaríamos que saíssem.

Tenho sempre dito aqui no Senado que o Brasil tem perdido a guerra para o papel. É mais papel do que obra. Gastamos mais tempo buscando licenças, buscando autorizações, discutindo que propriamente na obra. Uma vez que se tem tudo pronto, gasta-se menos tempo para realizar qualquer obra no Brasil hoje do que a quantidade de tempo necessário para desenrolar a papelada. Então, imagino o quanto algumas obras afligem o seu dia a dia.

Nesse aspecto, e aí quero aproveitar para falar um pouco sobre a sede de Cuiabá, eu era Governador à época em que nós conseguimos levar essa sede para Cuiabá, e eu sempre me referi à sede de Cuiabá como o grande momento do Estado, da cidade, para que ele pudesse ter as obras, ou iniciado as obras que a capital Cuiabá desejava há mais de 30 anos. E tenho certeza de que, se não fosse a copa do Mundo, nós talvez daqui a 30 anos não teríamos a quantidade e a qualidade das obras que estamos realizando na cidade de Cuiabá.

A cidade de Cuiabá será, no final deste ano, quando as obras ficarem prontas, uma outra cidade, Senador Sérgio. Será outra cidade, com mobilidade urbana toda renovada. As grandes manifestações que tivemos há poucos dias reclamam exatamente de questões da mobilidade das cidades.

Então, Cuiabá teve a felicidade de ser uma das sedes e está aproveitando muito bem essa questão. É uma conturbação grande na cidade, todo mundo reclama, demora-se muito tempo para ir de um lado para outro. Eu moro lá há tanto tempo e, às vezes, não consigo chegar, não sei por onde tenho que ir, porque há um desvio aqui, outro ali, mas todo mundo sabe que isso é por um tempo, que vai terminar agora no final do ano, e as coisas vão para frente.

A população de Cuiabá sabe que as obras de mobilidade da cidade ficarão prontas, e, se não ficarem prontas todas para a Copa, logo em seguida termina. Todos nós gostaríamos efetivamente que as obras ficassem todas prontas, mas, como eu disse, há tanta burocracia, tanto problema, o fluxo de dinheiro para pagar isso é outro problema, e nós temos tantos controles em cima dessas obras para evitar desvio e corrupção que acabam segurando o andamento da obra. Chega a tal ponto que alguns empreiteiros que eu conheço e que estão fazendo obras na cidade de Cuiabá falam: "Eu vou parar, não tenho mais como tocar." E o engraçado é que não é pela falta de dinheiro, o dinheiro está lá na Caixa Econômica ou no BNDES; mas não se consegue liberá-lo, tamanha a burocracia desse processo.

Eu queria saber do Ministro se ele tem acompanhado as obras da Arena Pantanal; se os relatórios que o Ministro tem recebido, se as visitas que o Ministro faz de fato estão dentro do cronograma. Eu tenho conversado com o Governador Silval Barbosa sobre isso, apresentado as minhas preocupações, porque a Arena está atrasada, todos nós sabemos. Quando eu era Governador, quando saí de lá, ela já havia começado. O último ato do meu mandato, que terminou em 2009, foi dar ordem de serviço para a construção daquela arena, e ela não está pronta até hoje. Eu tenho uma preocupação de chegar a dezembro e ela não estar pronta. A FIFA parece que disse que o prazo é 31 de dezembro, não vai retirar prazo. Por outro lado, até lá já começaram as vendas dos ingressos.

Como vamos administrar isso, Ministro? Parece que em Manaus há um problema parecido também. Talvez nós não consigamos chegar a 31 de dezembro com elas prontas. Como o Ministro vai lidar com isso? Como a FIFA vai lidar com isso? Essas são as perguntas que eu gostaria de deixar a V. Exª. Não estou afirmando aqui que vai atrasar ou que tenho certeza de que vai atrasar; eu tenho desconfiança de que vai atrasar. Qual é o plano B, se tivermos um problema desses numa das cidades, não só Cuiabá? Manaus parece que tem um problema parecido, segundo o Senador Eduardo Braga tem comentado comigo.

No mais, desejo que V. Exª continue o trabalho firme e forte e que a Copa do Mundo 2014 seja de fato um sucesso para o Brasil. Eu fiz parte da comissão, junto com o Presidente Lula, no dia em o Brasil foi anunciado. E lá, nesse dia mesmo, nós procuramos fazer uma conversa política, que depois se concretizou, de que a Copa do Mundo no Brasil deveria ser não a Copa do Sul e do Sudeste, mas a Copa do Brasil e no Brasil inteiro, com todas as regiões participando, o Sul, o Sudeste, o Centro-Oeste, o Nordeste e o Norte, e foi o que de fato aconteceu. E isso dará uma nova visibilidade do Brasil para fora. As pessoas circularão pelo nosso País. "Ah, é grande, é ruim, são quatro horas de voo de Manaus aqui, é não sei o quê." Mas é isso, o nosso País é grande, temos que mostrar as coisas boas e as dificuldades que temos de nos movimentarmos num país desse tamanho.

Então, quero desejar a V. Exª que tenha uma boa continuidade à frente do Ministério. E que logo depois da Copa do Mundo nós possamos aqui nesta Comissão sentar novamente e fazer uma avaliação e só dar nota 10 para todo mundo aqui.

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Pela ordem, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Senador Sérgio Souza, Senador Blairo, Senadores, Ministro Aldo, eu estou compelido pelo tempo. Está aqui conosco o Prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues, e temos agora às 10 horas uma audiência na Secretaria do Tesouro para mais uma rodada de negociações da dívida pública da prefeitura, tudo aquilo que o ex-Governador Blairo conhece de perto, como eu também conheço igualmente na condição de ex-Governador.

Mas eu não gostaria de deixar, e peço desde já desculpas, Ministro, por não poder ficar para ouvir as suas respostas às perguntas e aos temas que foram levantados. Mas eu fiz questão de permanecer um pouco para que eu pudesse externar não apenas o meu respeito pessoal, a minha admiração – posso dizer sem nenhum receio de revelar as minhas afetividades –, o meu carinho pela pessoa de Aldo Rebelo e o respeito pela trajetória e pelo trabalho do Ministro.

É do conhecimento de todos que faço oposição ao Governo, mas não faço oposição ao Brasil. E torço, sinceramente, para que a Copa seja um grande sucesso. E creio nesse sucesso exatamente pela condução sempre serena, firme, quando necessária, altiva que V. Exª vem trazendo à frente do Ministério do Esporte.

Portanto, como brasileiro, deixo aqui os meus mais escolhidos votos de pleno sucesso nesse imenso desafio, porque não é um desafio pequeno, e não é um desafio de um só homem, é a missão de uma sociedade inteira de fazer uma Copa do Mundo que possa elevar o nome do nosso País, projetá-lo internacionalmente e fazer com que ela funcione como uma argamassa para novas conquistas para o nosso povo.

Pedindo mais uma vez desculpas por ter que me ausentar, deixo o registro do meu respeito, da minha admiração, do meu aplauso, do meu reconhecimento a esse extraordinário homem público que é Aldo Rebelo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Cássio Cunha Lima.

Seja bem-vindo o Prefeito Romero, de Campina Grande. Boa sorte nas reuniões no dia de hoje.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para os seus questionamentos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Caro Presidente Sérgio Souza, Senador Blairo Maggi, demais colegas, quero saudar o Ministro de Estado Aldo Rebelo, companheiro meu em muitas jornadas, como Vereadores, companheiros que muito colaboraram durante o tempo em que era prefeita Luiza Erundina de Sousa, depois V. Exª tornou-se Presidente da Câmara Municipal, depois foi presente da Câmara dos Deputados, e foi também Ministro de Relações Institucionais, colaborando com o Presidente Lula e depois como Ministro de Estado do Esporte, com a responsabilidade de preparar o País tanto para a Copa de 2014 quanto para os Jogos Olímpicos de 2016.

Quero cumprimentá-lo, V. Exª que sabe que está havendo uma manifestação dos índios que fez com que eu precisasse dar uma grande volta para chegar aqui. Mas pude acompanhar pelo rádio boa parte da sua exposição e quero dizer que compartilho com a análise de profundidade que V. Exª faz sobre a natureza do futebol, especialmente para o povo brasileiro. Como o futebol se tornou o esporte mais querido universalmente, todos os povos do mundo amam o futebol. V. Exª destacou a contribuição do esporte futebol para que muitas pessoas que de outra maneira não eram adequadamente reconhecidas se tornassem cidadãos brasileiros tão queridos, exatamente porque o futebol levou pessoas, como Leônidas da Silva, como Ademir, depois o Ademir da Guia, como o Pelé, o Coutinho, o Romário, o Neymar hoje e tantos outros que se tornaram, graças ao futebol, ídolos.

O Senador Sérgio Souza fez uma pergunta muito relevante. E eu gostaria aqui de ouvir as suas opiniões. Eu tenho um projeto de lei que tramita no Senado, um projeto preparatório de uma modificação na Constituição para depois dar entrada a outro projeto que prevê a eleição direta dos dirigentes de confederações e federações esportivas e justamente para rever um maior rodízio. Quem sabe haja regras de não se perpetuarem pessoas na direção. Então, a sua avaliação sobre a pergunta que ele fez, e que eu também faço como minha.

Acho que V. Exª fez uma análise positiva, com a qual concordo, dos efeitos que terá a Copa do Mundo e depois as Olimpíadas de 2016 do ponto de vista até de seus efeitos positivos para a economia brasileira e seus efeitos sociais também.

V. Exª destacou que 3,6 milhões de pessoas poderão ter a oportunidade de trabalho graças aos investimentos que se realizarão pelo Poder Público, pela iniciativa privada nessa Copa. E acho muito importante que inclusive os jovens que têm realizado manifestações possam ouvir a exposição de V. Exª, que sempre esteja aberto ao diálogo. Ao mesmo tempo, acho importante que todos nós colaboremos para que a Copa do Mundo seja um exemplo de confraternização como de fato é; de confraternização entre os povos e não apenas ali no campo de futebol, mas também nas torcidas.

Eu gostaria que V. Exª analisasse um pouco isso, porque é importante para nós aproveitarmos a Copa do Mundo para que vivamos, por exemplo, o espírito que presidiu um outro entusiasta do beisebol, depois do futebol, como um instrumento de aproximação. Refiro-me ao Presidente Nelson Mandela que também se empenhou para que a África do Sul pudesse ser a sede da última Copa do Mundo. E naquele filme tão bonito ele mostra a forma como o beisebol contribuiu para a aproximação de negros e brancos na África do Sul, o seu papel fundamental como Presidente. Mas ele também percebeu, ao se entusiasmar por sediar a Copa do Mundo na África do Sul, que o futebol era uma forma de aproximação entre os povos, que poderia colaborar até para a pacificação de conflitos, inclusive dentro da África.

Então, nós sabemos de nossas rivalidades, por exemplo, com os uruguaios, com os argentinos, com outros times que visitarão o Brasil. Nós já tivemos uma contribuição simplesmente notável do Papa Francisco, argentino, que nos colocou como em paz com os argentinos, há três semanas, durante os seis dias de sua belíssima presença no Brasil.

Acho válida toda palavra que V. Exª puder dizer da importância das nossas grandes torcidas em poderem bem receber os times os mais rivais possíveis, mas receber em festa, em confraternização. V. Exª, mais do que eu, por estar vivendo tanto o esporte, sabe da relevância disso.

Estamos vendo esses dias a beleza da competição olímpica lá na Rússia, com o Bolt, que fez uma corrida extraordinária que empolgou o mundo, e tantas outras que estão acontecendo, o que prenuncia o que pode ocorrer com as nossas Olimpíadas.

Considero importante que V. Exª esclareça esses pontos consubstanciados nas perguntas do Presidente Sérgio Souza, sobre os esclarecimentos que estão se fazendo necessários para esses jovens que perguntam se será que não gastamos demais. As perguntas foram formuladas e as tenho como minhas.

No último sábado, à noite, embora torcedor do Santos Futebol Clube desde menino, compareci porque tinham insistido muito que eu fosse ao aniversário de 44 anos da Gaviões da Fiel. Fiquei superimpressionado, porque ali havia uma multidão de mais de 15 mil pessoas se apertando e dançando sob o ritmo da bateria da Gaviões da Fiel, que V. Exª conhece tanto. Eles ali me entregaram uma cópia de uma carta dirigida aos Srs. Ministros. Acredito que V. Exª já a tenha recebido, mas eu acho que recebi, para efeito de transmitir aos Ministros e a encaminho a V. Exª.

Gostaria, se puder, que nos desse uma breve opinião. Sei que não é seu setor, mas, de alguma forma, interage. Ontem, mais uma vez, houve a decisão de se adiar o trem-bala, que se imaginava estar pronto não para a Copa de 2014, mas, talvez, para 2016, para as Olimpíadas. Gostaria que V. Exª pudesse nos dizer uma palavra sobre a relevância do trem-bala até para as Olimpíadas de 2016, em que medida isso constitui um investimento importante, e sobre essa decisão de adiamento, que decorre de toda a problemática havida com respeito às formas de licitação e à forma como as grandes empresas internacionais se mobilizam para participar ou não disso. Acho que é uma preocupação importante.

Quando o Ministério do Esporte se preparou para essas grandes competições da Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, anunciou que haveria uma Comissão Brasileira Antidoping, que ia contratar. Inclusive, escolheu diversas pessoas com excelente capacitação para esse trabalho.

Transmito isso a V. Exª porque, por acaso, conheço, sou muito amigo de uma pessoa que se preparou com enorme entusiasmo para isso. Deixou o seu trabalho de professora, certa de que ia acontecer. Parece que, embora o Ministério do Esporte já tenha dado todos os passos necessários, isso ainda está pendente de decisão há mais de um ano na Casa Civil.

Agradeço se V. Exª puder dar uma informação a respeito, porque esclareceria. Acredito que há diversas pessoas que se entusiasmaram tanto para colaborar, pessoas especializadas, bem informadas, mas que ficaram preocupadas porque não houve, ainda, a conclusão de um processo de seleção.

Então, meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra, o nosso Ministro Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO – Muito obrigado, Presidente, Senador Sérgio Souza; muito obrigado, Senador Blairo Maggi; muito obrigado pelas palavras, querido Senador Eduardo Suplicy, companheiro de muitas jornadas, desde a Câmara Municipal de São Paulo, que tem sempre o meu carinho e a minha admiração.

Agradeço, embora não estejam mais presentes aqui, ao nosso querido Senador do Estado de Rondônia, Acir Gurgacz, a quem já tive oportunidade de visitar no seu Município-base, lá em Rondônia, que é Ji-Paraná. Naturalmente, nós todos temos o interesse em fazer com que os benefícios da Copa e das Olimpíadas alcancem Rondônia, Porto Velho, Vilhena, Ji-Paraná, Cacoal e todas as cidades desse belo e querido Estado do norte do País.

Agradeço também as palavras do Senador Cássio Cunha Lima, que não está presente, um amigo de lutas estudantis, militante desde a juventude e que tem o meu carinho e a minha admiração. Embora milite na oposição, o Senador Cássio Cunha Lima sempre teve da minha parte – ele e o pai – muito respeito e muita admiração.

Agradeço também ao Senador Valdir Raupp, que teve de sair; à Senadora Vanessa, ao Senador Rollemberg; ao Senador Anibal Diniz, que está aqui, do nosso Estado do Acre. Muito obrigado a todos.

São muitas as questões, Senador Sérgio Souza. Vou procurar, dentro do tempo limitado da nossa audiência, responder a todas as questões, as nove questões abordadas por V. Exªs.

São 12 estádios, 6 foram entregues. Dos 6 entregues, só 2 foram entregues dentro do prazo: o de Fortaleza e o de Belo Horizonte. Esses dois cumpriram a entrega em dezembro. Realizaram os eventos testes. Nós tivemos, portanto, as condições de enfrentar as mais duras manifestações, que foram as de Fortaleza e as de Belo Horizonte. Eu acompanhei, com o Governador Antonio Anastasia e com o Governador Cid Gomes, os jogos de Belo Horizonte e de Fortaleza, em meio a essas grandes manifestações. Provavelmente, os jogos aconteceram com êxito porque os estádios foram entregues dentro do prazo e todos os eventos testes foram realizados, inclusive jogos clássicos e jogos da seleção, como aconteceram em Belo Horizonte, e clássicos, como aconteceram em Fortaleza. Os outros estádios foram entregues com algum atraso.

Cumprimento aqui o dirigente Weber Guimarães. Muito obrigado pela sua presença.

Se os jogos aconteceram e se isso não impediu a realização das atividades, de alguma forma, o grau de organização teria sido muito mais eficaz, se os prazos tivessem sido cumpridos.

Dito isso, o que é que nós temos dos seis estádios restantes? Que nós fazemos questão e trabalhamos, junto aos governos estaduais ou aos proprietários privados, no caso de Curitiba e de Porto Alegre, para que sejam entregues em dezembro. Não é apenas por um

capricho. É porque a entrega dentro do prazo permite a realização de todos os testes para que os jogos sejam realizados com uma margem de segurança que só esse prazo permite. Nós temos hoje o mais avançado, que é o de São Paulo, o do Corinthians, acho que já com mais de 80% das obras em andamento. Todos os outros estão com um prazo mais apertado, inclusive o de Cuiabá. Acho que o de Cuiabá está com 62% das obras concluídas.

Nós temos um cálculo muito seguro de previsão da entrega desses estádios. Por quê? Porque nós tomamos o início das obras – vamos tomar como referência dezembro de 2009 –, calculamos a evolução do percentual mês a mês, até a data de hoje, e projetamos para o prazo de entrega a possibilidade de conclusão das obras, com base no percentual anterior, mantido até agora.

E aí, se o estádio, naturalmente, vem sendo construído a uma taxa de 3% das obras ao mês e, mantidos esses 3%, temos possibilidade de entrega dentro do prazo, nós ficamos tranquilos. Se, no entanto, esse percentual precisar de um acréscimo substancial para o prazo de entrega ser cumprido, isso já nos acende um sinal amarelo. A maior parte, hoje, precisa desse acréscimo. Já não conseguimos, mantendo o ritmo, cumprir esse prazo.

É possível intensificar? Por que é possível intensificar? Porque a etapa das obras de engenharia na construção dos estádios permite, a partir de determinado nível, que a obra possa receber mais atividades, mais operários, engenheiros. Nas etapas iniciais, isso não é possível, quando se está fazendo as fundações. Só dá para fazer as fundações quando se está montando a estrutura de concreto. Só dá para fazer a estrutura de concreto depois dessas etapas concluídas. Mas, na fase de acabamento, podem-se fazer coisas simultâneas. Pode-se fazer a área de eletricidade ou hidráulica simultaneamente, e aí pode ter uma obra mais intensiva em equipamentos e em trabalhadores. Mas, de qualquer jeito, nós temos essa preocupação, e o prazo é dezembro.

Quanto à mobilidade de Manaus, à alteração do plano, eu já achava que isso ia acontecer. Estive, recentemente, com o Prefeito Arthur Virgílio Neto. A cidade de Manaus enfrentou problemas com recursos, porque não havia recursos federais suficientes para as obras de Manaus. Enfrentou também problemas de licenciamento. O licenciamento do Porto de Manaus tornou-se praticamente impossível, porque havia um tipo de tombamento que dificultava a realização das obras do Porto de Manaus. Aí, houve a possibilidade de transferir de Manaus para uma cidade vizinha – Manacapuru, se não me engano – o novo porto para a Copa do Mundo para 2014.

Havia também um processo de tombamento que dificultava, no centro velho de Manaus. Manaus é uma cidade com um parque arquitetônico antigo tombado. Vi a notícia também pelos jornais. Não recebi nenhum relatório oficial da Prefeitura de Manaus. Conheço os antecedentes e as dificuldades que vieram da gestão anterior, do Prefeito Amazonino Mendes, que fez todo o esforço com o Governador Omar Aziz, mas não conseguiram superar algumas dificuldades de licenciamento de projetos e de recursos. Então, eu creio que, com base nisso, o Prefeito Arthur Virgílio deve ter readequado o plano de mobilidade urbana para a cidade de Manaus.

O que eu quero declarar é que Manaus e o Prefeito continuarão contando com todo o apoio do Ministério do Esporte e do Governo Federal para a realização das obras readequadas e para que Manaus tenha todo o apoio para realizar a Copa do Mundo, de acordo com a expectativa da sua população e de todo o País. Creio, posso assegurar aqui aos senhores, que o Governador e o Prefeito trabalham em cooperação e contam com o apoio do Governo Federal.

O legado de 2014, naturalmente, inclui a mobilidade urbana, e as cidades prepararam a Copa do Mundo exatamente com esse objetivo. Os projetos de mobilidade urbana e de legado de Cuiabá, Senador Blairo Maggi, receberam elogios públicos da FIFA como um dos mais avançados do mundo. O planejamento da mobilidade e do legado para a cidade de Cuiabá, aproveitando o evento da Copa do Mundo, é uma coisa muito avançada, e eu pude acompanhar, desde o início, o corredor ligando o aeroporto na cidade vizinha de Várzea Grande. Há o estádio em Cuiabá, há o setor hoteleiro, desde o início, a ponte sobre o Rio Cuiabá, e que está sendo duplicada; o corredor Mário Andreazza. Tudo isso nós acompanhamos de perto. Sentimos o impacto das obras, porque, quando descemos no aeroporto Marechal Cândido Rondon, já vemos as obras em andamento lá. E, ao sair do aeroporto, também nos deparamos com as obras.

Então, Cuiabá é, na verdade, uma cidade tomada pelas obras, que serão obras para a Copa, mas serão obras, acima de tudo, para a população. A Copa passa e o legado fica. Eu acho que Cuiabá é um belo exemplo desse esforço. Agora vamos, naturalmente, trabalhar para que essas obras sejam entregues.

Há casos, por exemplo, de Recife, em que todas as obras, com exceção de uma, têm previsão para entrega em dezembro de 2013. Apenas uma está prevista para entrega em 2014.

Já em Porto Alegre, nós temos outra situação. Algumas obras sairão da matriz de responsabilidade. Não haverá grande prejuízo para a realização da Copa, porque Porto Alegre já dispõe de uma infraestrutura de acesso ao aeroporto Salgado Filho e ao estádio Beira-Rio. O metrô já chega ao aeroporto, isso há muito tempo. Há também um acesso muito bom ao estádio. As obras que saírem da matriz de responsabilidade continuarão sendo executadas e serão entregues à população de Porto Alegre. Esse é o compromisso do Prefeito Fortunati e do Governador Tarso Genro.

Recife é a única cidade onde o estádio não está na capital, não está dentro do Município do Recife, está na cidade vizinha de São Lourenço da Mata. E São Lourenço da Mata, no Grande Recife, vai receber, Senador Inácio Arruda, um belo legado, porque não é apenas um estádio, é a cidade da Copa. A cidade da Copa tem um estádio, uma universidade, um centro de convenções, um *shopping center*, um conjunto habitacional para dois ou três mil apartamentos, uma rodovia duplicada, vai ter um metrô. Ou seja, essa região do Grande Recife e o Município de São Lourenço da Mata serão altamente beneficiados pelas obras da Copa.

Sobre os feriados, há previsão como opção, mas isso será uma opção do governo local, da prefeitura e do governo do Estado. Alguns lançaram mão, ou de feriado, ou de ponto facultativo, de acordo com a situação do momento. O que eu posso dizer é que, nesses eventos, tradicionalmente, o que ocorre é uma permuta entre passageiros que usariam, naturalmente, os meios de transporte e o próprio aeroporto em circunstâncias que alteram o uso, porque os eventos, os congressos, as feiras, os negócios, geralmente, são cancelados nesses momentos e o passageiro dessa atividade é substituído pelo passageiro ou pelo hóspede do evento. Isso aconteceu na Olimpíada de Londres. O turista tradicional não foi à Londres na época das Olimpíadas, mas foi substituído pelo – podemos chamar assim – turístico olímpico.

Uma parte da população de Londres saiu da cidade, foi fazer turismo ou foi descansar durante as Olimpíadas, e essa parte, naturalmente, foi substituída por outra da população da Inglaterra, da Grã-Bretanha e do Reino Unido que foi para Londres durante os jogos olímpicos. A mesma coisa tende a acontecer também no Brasil. Mas o Poder Público local ou a prefeitura, o governo do Estado tem a prerrogativa de decretar ou não feriados ou pontos facultativos.

Mais uma vez, voltando aos recursos para os Estados. São empréstimos concedidos no valor de até R$400 milhões, mediante todas as garantias. Não são empréstimos num volume muito elevado. Apenas uma companhia telefônica isoladamente conseguiu, junto ao BNDES, um empréstimo maior do que a soma de todos os empréstimos concedidos para os estádios. Citei aqui o caso do Atlético Paranaense, que acho que não recorreu nem à metade da soma disponibilizada. Acho que o Internacional, um pouco mais da metade. O Corinthians recorreu a todo o empréstimo. Mas todos eles com essas garantias.

Não há dinheiro do Orçamento federal para os Estados. Há renúncia fiscal para matéria-prima, renúncia de tributos federais. Há renúncia também concedida em alguns casos. No caso, por exemplo, de São Paulo, já havia uma legislação de incentivo para o desenvolvimento da zona leste de São Paulo, antes do estádio, antes da Copa. Itaquera é a região da cidade com o mais baixo IDH de São Paulo. O Poder Público já tinha a preocupação de estimular o desenvolvimento local. O governo do Estado também; levou universidade, uma Fatec para Itaquera; levou uma escola técnica. A Fatec já está funcionando. Mas como um esforço de desenvolvimento local e não apenas por causa do estádio.

Sobre os protestos, eu não creio que os protestos tenham como efeito afastar o turismo. Tivemos eventos muito mais graves na Europa, alcançando cidades que são destinos turísticos consagrados, como Londres, Paris, Milão, que foram cidades que receberam atentados com vítimas fatais; Munique, que enfrentou uma tragédia quando os atletas foram mortos já dentro da vila olímpica. Então, mesmo assim essas cidades não sofreram a perda de estímulo turístico.

O Brasil conviveu com essas manifestações. Acho que naturalmente o mundo percebeu o vigor da vida democrática do País e a capacidade de, ao mesmo tempo, conviver com as manifestações e realizar esse evento que foi a Copa das Confederações.

Sobre segurança pública, eu acho que nós conseguimos fazer com que essas seleções se deslocassem pelo País inteiro, porque não era só a seleção brasileira, a seleção da Itália, da Nigéria, do Taiti, da Espanha, chegando a aeroporto, saindo para o hotel, indo para o estádio, saindo do estádio. Eu mesmo, numa capital, ia em direção ao estádio quando, na vez do meu carro passar, a manifestação ocupou a pista. Tive que esperar ali um tempão, até que os manifestantes saíssem para eu poder prosseguir o caminho, lá na nossa querida Fortaleza.

Então, nós tivemos toda essa situação. Mas os jogos aconteceram, nenhuma seleção deixou de chegar ao hotel ou ao estádio, ou sair do estádio e ir para o aeroporto por causa delas.

A questão da perpetuação dos dirigentes, sabe V. Exª, Senador Sérgio Souza, e sabe também o Senador Suplicy, que nós temos hoje uma legislação que afasta completamente o Estado, o Poder Público das coisas,

dos negócios das entidades esportivas. Ou seja, isso foi tratado logo depois da redemocratização do País como parte do combate ao que se chamava na época de entulho autoritário. E no meio do entulho autoritário estava a atribuição e a prerrogativa do Poder Público de interferir na vida dessas entidades.

No entanto, acho que nós devíamos agora reequilibrar a curvatura do bastão. Em que sentido? Creio que regras que estabeleçam limite ou limites para o tempo e para o número de mandatos são regras que respeitam a autonomia das entidades, mas estabelecem critérios que darão a essas entidades uma sintonia com o espírito geral do País. Se há limite para o tempo e o número de mandatos do Presidente da República, dos governadores, dos prefeitos, de todos os cargos executivos, não creio que seria um exagero ou uma interferência desmedida se estabelecerem também regras para limitar o tempo e o número de mandatos das entidades.

Eu sou torcedor de um clube muito importante do mundo, do Brasil e de São Paulo, que é a Sociedade Esportiva Palmeiras, que, recentemente, passou por um processo de adoção de eleições diretas, que outros clubes também já adotaram. Participei desse processo e achei que foi uma coisa boa para o Palmeiras adotar as eleições diretas. Creio que para o clube foi uma coisa boa. Outros clubes já adotaram esse mecanismo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito positivo.

O SR. ALDO REBELO – E acho que nós devemos caminhar nesse sentido, no processo de amadurecimento da vida democrática da sociedade brasileira. E sei que há, aqui no Congresso e no Senado, vários projetos que tratam desse assunto.

Senador Suplicy, vi o filme do envolvimento do Nelson Mandela, acho que não era beisebol, acho que era rúgbi.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Exato, é o esporte mais popular na África do Sul, é verdade.

O SR. ALDO REBELO – E um belo filme para uma bela história.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Exato.

O SR. ALDO REBELO – Quero receber o documento da Gaviões da Fiel...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Vou lhe encaminhar. Eu gostaria até de ressaltar uma das campanhas da Gaviões da Fiel. Eles estão empenhados em que se possa assegurar a presença nos Estados da população de renda relativamente mais baixa, e se possível que haja sempre ingressos a preços possíveis para essa população. Eu até mencionei lá que achava muito positivo esse objetivo e que tem certamente o apoio de V. Exª.

O SR. ALDO REBELO – Completo. Todo apoio.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª percebeu que houve em algumas ocasiões algumas pessoas falaram: "Puxa vida, a população mais carente não está muito presente nos estádios!". Então, acho que certamente isso também é uma preocupação de V. Exª. Mas vou encaminhar.

O SR. ALDO REBELO – De fato. E apresentei, Senador Suplicy, essa preocupação à FIFA. Quando conversei, pela primeira vez, com dirigentes da FIFA, disse a eles que a Copa do Mundo seria realizada em um país muito bonito, com muitas virtudes, mas também muito desigual e que não era uma boa imagem para a Copa a exclusão da população mais pobre dos Estados.

Com base nisso, inclusive, a FIFA, num primeiro gesto, cedeu 50 mil ingressos para a população de baixa renda, para serem distribuídos gratuitamente. Entre as populações indígenas porque eu alertei para o fato de a Copa do Mundo estar sendo realizada em Manaus e em Cuiabá, dois Estados, o Amazonas e o Mato Grosso, em que há presença grande de população indígena. Lá no Mato Grosso, destacadamente, a presença dos xavantes. Como é que vai olhar para o estádio da Arena do Pantanal e não vai ver um índio, olhar para o estádio de Manaus e não ver um índio? O índio também não terá recursos para pagar o ingresso. E a FIFA já cedeu 50 mil ingressos destinados exatamente para essa parcela da população.

Outra coisa é o receio que nós temos de que a modernização desejável dos nossos estádios e do nosso futebol tenham resultado indesejável, que é a exclusão da população mais pobre dos estádios.

Se o futebol perder esse vínculo, esse laço, essa identidade, ele perde muito da sua fantasia e do seu encanto. E acho que essa deve ser a preocupação também do Gaviões da Fiel e que também é preocupação de V. Exª.

Sobre o trem-bala, eu sou partidário do transporte ferroviário. Transporte ferroviário sempre foi sinônimo de um transporte mais democrático e mais acessível. O senhor sabe que, depois da Segunda Guerra, houve uma batalha política e econômica na Europa, quando os americanos, com o dinheiro do Plano Marshall tentaram impor o modelo rodoviário, e houve uma grande resistência na França, com a participação do movimento sindical, do Partido Comunista, para preservar o transporte ferroviário.

Essa batalha, no Brasil, infelizmente nós perdemos. Nós começamos bem no Império, chegamos até o tempo de D. Pedro II, quando o sertão da Bahia era

ligado a trem... Acho que já era República. No fim do século XIX, nós já tínhamos de Salvador a Juazeiro. O trem chegou a minha cidade, no interior de Alagoas, também no fim do século XIX, e depois nós perdemos esse impulso. E nos anos 50 e 60 nós nos passamos completamente para o transporte do automóvel e da rodovia.

Eu sei que o trem-bala é uma tentativa de buscarmos transporte ferroviário rápido e eficiente. Acho que essa opção é importante para o Brasil.

Quanto à questão do *doping*, nós vamos realizar os dois maiores eventos esportivos do Planeta, a Copa e as Olimpíadas, e não tínhamos uma autoridade pública de controle de dopagem. Passamos a ter essa autoridade quando criamos um departamento no Ministério do Esporte para o controle de dopagem, ou seja, não é uma agência, mas é um departamento do Ministério. Foram criados os cargos, votados inclusive aqui, no Senado. E o departamento aguarda uma regulamentação na Casa Civil, para que o Ministério possa incorporar os servidores que vão ser responsáveis por essa atividade importante.

É uma das mazelas do esporte no mundo, Senador Suplicy, que nós não podemos esquecer e devemos discutir, o Brasil tem um papel importante no debate dos riscos que envolvem a prática do esporte no mundo, e um dos riscos é exatamente o uso do *doping*, principalmente nos esportes individuais. E um país que quer preservar os valores do esporte tem de ter uma agência ou um setor ou um departamento importante de controle de dopagem. Acho que é isso que estamos às vésperas de, naturalmente, construir no Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Portanto, ainda vão ser efetivados os cargos?

O SR. ALDO REBELO – Ainda. Por um decreto que regulamenta a sua incorporação ao Ministério do Esporte.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Certo. Há uma previsão de tempo?

O SR. ALDO REBELO – Eu diria que é uma questão de dias.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – De dias. Está bem. Agradeço.

O SR. ALDO REBELO – Porque já está tudo lá na Casa Civil.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está bem.

O SR. ALDO REBELO – Temos um laboratório – momentaneamente suspenso, inclusive – com recursos do Governo Federal, que é o Ladetec, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, para ser credenciado junto aos órgãos internacionais de controle de dopagem.

O Brasil está fazendo o seu esforço, que é um esforço compatível com as responsabilidades que tem, principalmente em torno desses dois grandes eventos.

Não tive a pretensão de responder, Senador Sérgio Souza, mas pelo menos de tentar responder a todas as questões que foram apontadas por V. Exª e pelos Senadores que usaram da palavra aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu agradeço muito as respostas. E tenho de comparecer a outra Comissão imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, prezado Aldo.

O SR. ALDO REBELO – Obrigado, Presidente. Obrigado, Senador Suplicy.

Quero só cumprimentar o Senador Zeze Perrella, que acabou de chegar, vitorioso presidente do Cruzeiro, campeão da Libertadores, entre outros feitos, na direção do Cruzeiro, e cumprimentar o querido Senador Inácio Arruda, também meu companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Meu caro Ministro, é sempre uma alegria. Eu sou suspeito para falar do Ministro, porque sou fã dele desde 1998, quando nós fomos Deputados juntos. Essa é a figura sempre carinhosa e sempre solícita. Ministro, é uma alegria receber o senhor aqui.

Estou saindo um pouquinho só para gravar uma coisa para a TV, mas estarei de volta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Perrella.

Ministro Aldo Rebelo, é um prazer recebê-lo aqui, no Senado Federal, na Subcomissão que acompanha e fiscaliza as obras da Copa e das Olimpíadas. Todos nós somos admiradores do seu trabalho. Sabemos que não poderíamos ter alguém mais capacitado e sereno com a responsabilidade para conduzir esse Ministério justamente no momento em que o Brasil passa por um exame de reflexão interno, inclusive da sociedade brasileira e do seu papel perante o Poder Público, buscando sempre maior transparência, mais igualdade, um Brasil melhor para todos.

Em nome desta Subcomissão e de todos os membros, eu gostaria de agradecer imensamente pela presença de V. Exª e por ter disponibilizado duas ou três horas do seu tempo para vir ao Senado Federal e responder às perguntas dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, no que diz respeito à importância do evento para o Brasil e para o povo brasileiro.

Muito obrigado a V. Exª, Ministro Aldo Rebelo.

Antes de encerramos a reunião, eu vou submeter aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE OUTUBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, APÓS A REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia primeiro de outubro de dois mil e treze, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores **BLAIRO MAGGI** e **CÍCERO LUCENA**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cicero Lucena, Eduardo Amorim, Vanessa Grazziotin, Jorge Viana, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Blairo Maggi declara abertos os trabalhos. A seguir, passa-se à deliberação da pauta destinada à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão. São eleitos por aclamação os Senadores **CÍCERO LUCENA** e **EDUARDO AMORIM**, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente. A seguir, é feita a troca da presidência, usando da palavra o Presidente eleito, Senador Cícero Lucena, que faz seu discurso inaugural e designa relator da subcomissão o Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**. Usam da palavra os Senhores Senadores Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Eduardo Amorim, Rodrigo Rollemberg e Jorge Viana. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Cícero Lucena,** Presidente da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 01/10/2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A Subcomissão, criada pelo Requerimento nº 33, de 2013-CMA, tem por finalidade acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com prazo até a conclusão da tarefa.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente, do Vice-Presidente e a indicação do Relator desta Subcomissão para o biênio 2013-2014.

Foram registradas, até o presente momento, as seguintes chapas: para Presidente, Senador Cícero Lucena; para Vice-Presidente, Senador Eduardo Amorim.

O senhor concorda com a tarefa?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE. *Fora do microfone.*) – Mais uma. Não fugimos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Temos as cédulas, mas eu gostaria de pedir aos colegas que pudéssemos fazer por aclamação essa eleição.

Todos de acordo? (*Pausa.*)

Então, aclamado Presidente o Senador Cícero Lucena, para conduzir esta Subcomissão. (*Palmas.*)

Convido, então, os eleitos a ocuparem seus lugares à mesa e, em seguida, usarem da palavra.

Ao final da reunião, o novo Presidente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Vamos fazer junto o dele e o da Globo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Nada mais havendo a declarar, encerro esta reunião.

Cícero Lucena, V. Exª está com a palavra.

Não está encerrada a reunião.

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Presidente, enquanto o Senador que acaba de ser eleito...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Enquanto isso, nós vamos trocar a presidência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Quero cumprimentar o Senador Cícero e só lembrar, Presidente Blairo, que nós precisamos definir o tema na Comissão, conforme de-

terminação da Presidência, para que possamos passar a fazer um acompanhamento daquela política pública. Sr. Presidente, apenas lembro V. Exª.

Obrigada.

Cumprimento-o também, Senador Cícero.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Prezados Srs. Senadores e Srªs Senadoras, quero agradecer a confiança do Presidente da Comissão, bem como a aclamação que aqui foi precedida e dizer da minha satisfação de podermos, Senador Anibal, acompanhar algo que está no dia a dia da vida do brasileiro, tendo em vista a preocupação que nós temos com esse projeto que foi debatido durante 19 anos. Algumas coisas já avançaram, mas precisam, sim, do acompanhamento desta Casa para que nós possamos fazê-las.

Antes de passar a palavra aos Senadores, quero agradecer àqueles que aceitaram participar da Comissão: o Senador Eduardo Amorim também se dispôs a nos ajudar nesse trabalho na condição de Vice-Presidente, e o Senador Rodrigo Rollemberg aceitou o convite para ser o Relator desta Subcomissão. Estou combinando com ele para, nas próximas reuniões, apresentarmos o plano de trabalho da Subcomissão, acatando sugestões dos Senadores que participam ou não dela, porque esta Subcomissão estará aberta para ouvir todos aqueles que têm a preocupação de fazer cumprir o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Com a palavra, o Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Presidente, Senador Cícero Lucena.

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo também pela feliz escolha do Senador Rodrigo Rollemberg para Relator desta Subcomissão. Ao mesmo tempo, eu gostaria de trazer duas reflexões de imediato.

A primeira delas é para dizer que vou apresentar imediatamente um requerimento para que, entre as diversas missões que esta Subcomissão vai empreender, nós façamos uma visita à nossa unidade de tratamento de resíduos sólidos de Rio Branco, que foi uma das primeiras cidades no Brasil a atender à imposição da Política Nacional de Resíduos Sólidos, ao implantar uma unidade específica, com diferenciação, com classificação de todas as espécies de resíduo e com tratamento ambientalmente adequado para Rio Branco, com possibilidade de receber também resíduos de Municípios vizinhos à cidade. Então, esta seria a primeira sugestão de minha parte a esta nossa Subcomissão: que possamos conhecer essa unidade para discutirmos com os demais entes da Federação, que vão ter que se adequar – todos os Municípios brasileiros têm até 2014 para se adequar a essa exigência. E nós temos um desafio praticamente inexequível, considerando o tempo que nos resta até o final de 2014, que é a adequação de todos os Municípios a essa exigência do tratamento adequado dos resíduos sólidos.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, nós vamos ter que trazer para um debate organismos financiadores – acredito que o BNDES vai ter que se fazer presente –, porque as prefeituras precisam de alternativa econômica para viabilizar o efetivo cumprimento dessa determinação legal até 2014.

Nesse sentido, acho que vamos ter que construir um diálogo com os organismos financiadores, estando à frente o BNDES e também o Governo Federal – o Ministério do Meio Ambiente vai ter que se fazer presente – e, do outro lado, as associações de Municípios dos Estados. Vamos ter que criar condições, consórcios entre esses Municípios para que possam reunir as condições para cumprir com essa determinação legal, porque não há outra forma, para que a gente tenha a Política Nacional de Resíduos Sólidos plenamente implementada. Então esta Subcomissão vai ter um papel fundamental.

Cumprimento V. Exª pela felicidade da proposição, pela coragem de assumir a Presidência, mais uma missão que vai certamente marcar positivamente o currículo de V. Exª. E eu também agradeço pela sua gentileza por me convidar para compor esta Subcomissão para trabalharmos juntos nesse próximo período.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Eu que agradeço, Senador Anibal. Tenho certeza de que V. Exª irá contribuir, e muito, para nós atingirmos os nossos objetivos.

Com a palavra, o Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo por essa iniciativa, a exemplo de outros colegas que já o fizeram.

Vivemos num país continental; e o mundo olha para o Brasil procurando um exemplo, sobretudo na questão ambiental. Cuidar da questão do lixo é cuidar da nossa casa, manter a nossa casa limpa e conservada. Fica mais forte ainda o que falo quando a gente pensa que hoje o lixo também é energia, já se utiliza a energia oriunda realmente do lixo. Ou seja, o lixo ilumina e leva para os nossos lares dias melhores, sobretudo os mais carentes.

Quero, mais uma vez, parabenizá-lo pela disposição. Quero ajudá-lo na concretização desse sonho. Que possamos contribuir mais ainda com o nosso País e com o nosso Planeta também.

Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Obrigado, Senador.

Eu gostaria de colocar em pauta, já na primeira reunião, o requerimento que...

Pois não, Sr. Relator Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Exª, Senador Cícero Lucena. Não havia nome melhor para presidir esta Comissão que o de V. Exª, pela luta que V. Exª vem desempenhando na defesa de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, desde muito tempo.

Tive o prazer de conviver com V. Exª à frente da Presidência da GLOBE International, e sei da sua capacidade de realização. Fico muito honrado de ser designado o Relator desta Subcomissão.

Entendo que precisamos mudar o paradigma da relação do Estado e da sociedade com os resíduos sólidos. Precisamos tratar isso sob diversos aspectos, do ponto de vista do consumo sustentável, do reaproveitamento, da incorporação dos catadores no processo econômico e no fomento, na organização de toda essa cadeia produtiva dos resíduos sólidos.

Peço a V. Exª que submeta, já como requerimento nº 1 desta Comissão, o Requerimento nº 57, que apresentei na Comissão de Meio Ambiente, que solicita uma audiência pública no âmbito da nossa Subcomissão, para debater a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos: Oportunidades e Desafios, como evento preparatório para a IV Conferência Nacional de Meio Ambiente.

Eu sugiro neste requerimento os convites à Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; ao Ministro das Cidades, Agnaldo Ribeiro; ao Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; um representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, e um representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Parabenizo, mais uma vez, V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Relator, antes de colocar em votação o requerimento de V. Exª, eu queria registrar que, exatamente na reunião da Comissão de Meio Ambiente, V. Exª tinha encaminhado esse requerimento para lá e o Presidente já tinha proposto para cá. E agora, com o seu pedido, não vamos nem esperar uma semana para votar, como é praxe aqui da Comissão. Acredito que os Senadores concordam em colocarmos em votação.

Antes disso, passo a palavra à Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Serei muito breve, Sr. Presidente, mas não poderia deixar de me manifestar, cumprimentado V. Exª e o Senador Rodrigo Rollemberg. Acho que não teríamos nomes melhores para ficar à frente desta importante Subcomissão que os de V. Exªs, pela experiência que têm, pelo envolvimento com a matéria e principalmente pelo compromisso. Acho que esta Comissão tem um belo trabalho a realizar. Nós temos uma lei, a dos resíduos sólidos, que é nova, e que, em vários de seus aspectos, encontra muita dificuldade para sua aplicação.

O Amazonas – e esta Subcomissão deverá fazer este levantamento – creio ser o Estado onde todos os Municípios cumpriram a legislação quanto à apresentação do plano para a instalação dos aterros sanitários, e nós não temos aterros sanitários nos Municípios do interior do Estado. Entretanto, essa foi uma primeira etapa. A segunda e mais importante etapa é como viabilizar na prática esses aterros. Não há como, as prefeituras municipais não têm recursos.

Sr. Presidente, então, estamos lá num grande dilema. Enfim, acho que somente um balanço que esta Comissão tenha a capacidade de fazer, de como os Estados e Municípios brasileiros estão cumprindo a legislação, já é um grande trabalho. Por isso, cumprimento V. Exª e o nosso Relator, que, apesar de tantas atribuições, não tenho dúvida nenhuma de que fará um grande trabalho. Estou aqui para ajudá-los naquilo que precisarem; para carregar o piano, podem contar comigo.

Parabéns!

Obrigada.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Agradeço, Senadora Vanessa. Além da gentileza de V. Exª, eu gostaria de também registrar que hoje a Presidente da GLOBE International tem a real dimensão do quanto esse assunto é importante e fundamental não só para a saúde pública, para a questão ambiental, mas também tem a ver com o nosso dia a dia.

Quero lhe dizer que, há cerca de cinco anos, eu consegui aprovar como emenda de Comissão R$217 milhões, exatamente para atender essa preocupação de V. Exª. Foi para a Funasa esse recurso, para que fosse aplicado em apoio aos pequenos Municípios com menos de 50 mil habitantes. Porque, com Municípios maiores, Presidente Blairo, hoje já há a alternativa econômica do chamamento empresarial. Então, hoje há uma verdadeira indústria que não só coleta o lixo, mas o recebe e processa. Alguns o processam na forma de aterro sanitário; outros, na forma de geração de energia. Para se ter ideia hoje, um país como a Alemanha gera cerca de 8% de sua energia com a queima do lixo. Ou seja, nós temos um potencial também de geração energética com o fator ambiental correto, com energia limpa, podemos assim dizer.

Então, nós temos a oportunidade de ter esta Comissão. E o Senador Rodrigo Rollemberg, ao apresentar o requerimento, também dá oportunidade. Nós, que criamos a legislação, poderemos fazer o diagnóstico de como ela está sendo implementada e colaborar para que ela atinja seus objetivos, inclusive na oportunidade da IV Conferência Nacional de Meio Ambiente, que é uma tarefa do Governo e com a qual nós, do Senado, devemos ter a responsabilidade de colaborar, de ajudar, diagnosticando. Hoje mesmo, Senador Jorge Viana, a quem terei a honra de passar a palavra logo em seguida, na reportagem do Bom Dia Brasil, da Rede Globo, eles fazem referência a que praticamente um terço dos Municípios brasileiros estão depositando lixo ainda em lugar inadequado e a céu aberto. Só como exemplo, a Grande Rio de Janeiro ainda vai fechar o seu último lixão somente a partir do próximo ano. Então, nada mais oportuno do que o Senado estar presente, acompanhando e dando sua contribuição.

Tenho a honra de passar a palavra a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É com prazer, Senador Cícero, que uso da palavra. Quero parabenizar V. Exª pela iniciativa, pela eleição para Presidente desta Comissão e pela feliz escolha do Rodrigo Rollemberg para ser o Relator. Eu penso que é um desdobramento do trabalho da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor tratar da questão dos resíduos sólidos. Não há como tratar separadamente. V. Exª tem um trabalho extraordinário nessa área.

O Brasil tem uma lei que já é muito importante, mas, neste momento, V. Exª acaba de falar algo: o Rio de Janeiro, uma das cidades que temos como cartão postal, ainda tem lixão a céu aberto. Eu fechei o lixão de Rio Branco, capital do Acre, em 1993, quando assumi a prefeitura. V. Exª também foi prefeito, outros colegas tiveram oportunidade, e hoje Rio Branco, como o Senador Anibal falou, é uma referência de como a limpeza urbana é tratada, como os resíduos sólidos são tratados. Eu não tenho dúvida de que o Senador Rodrigo Rollemberg vai fazer um grande trabalho nessa área.

Fiz uma viagem este ano a Taiwan e impressiona como nós estamos atrasados. Quer dizer, ainda temos lixões em algumas cidades. Vi que em Taiwan não há mais lixeira na cidade. Isso porque as pessoas trabalham os resíduos tão bem dentro de suas casas que não existe mais razão de lixeira. Há um horário certo de os caminhões passarem, dois ou três. Foi fantástico. Fiquei fotografando; era à noitinha. As pessoas saem de suas casas, crianças, velhos, novos, pessoas em cadeira de rodas; vêm ali e cada um com seu saquinho já com as coisas separadas: em um caminhão deixa algo, no outro deixa outro resíduo. Já não há a necessidade sequer de pôr na rua aquilo que se tem como sobras ou como resíduo.

Acho que o Rodrigo, além de ter a oportunidade de fazer esse trabalho... Acabamos de ver o relatório da IPCC. Precisamos mudar o nosso padrão de produção e consumo. O clima de fato sai do controle, não vai estancar onde se quer. Há uma vinculação direta com isso. Quem sabe se estabelece aqui um debate – não tenho dúvida de que o Rodrigo fará isso – onde possamos apontar para como fazer a fim de mudar esse padrão de consumo nosso, como fazer para que o lixo seja tratado dentro das casas das pessoas. Não dá para a pessoa ter a lata de lixo em casa. Ela precisa ter alguns depósitos para resíduos, que possa ter como sobra do cotidiano. Se ela fizer isso, nosso problema estará resolvido. Enquanto isso não acontecer, enquanto o maior aliado da questão dos resíduos sólidos não for o cidadão – as famílias – não vamos ter sucesso, porque não vai ser com comando e controle que vamos fazer.

Mas, certamente, as cidades agora começaram a dar passos importantes. O Rio de Janeiro está implementando sua lei, onde haverá multas. Estamos atrasados nisso, mas há um fato concreto. E eu digo: Rio Branco, hoje, é uma das cidades mais limpas do País. Começou comigo, depois com o Prefeito Angelim e, agora, segue com o atual prefeito. Lamento quanto a Brasília, que dava também para ser uma referência. Acho que o Senador Rodrigo Rollemberg, que é daqui, que defende tanto a causa do Distrito Federal, certamente, nesta Comissão, pode apontar alguns caminhos pelos quais, se implementados pelos governos e prefeitos, podemos fazer do Brasil uma referência nesse aspecto. Nós não somos.

Muito obrigado. Parabéns!

Dentro do possível, quero aprender nas reuniões e, de alguma maneira, procurar colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Senador, eu agradeço. V. Exª faz algo que considero fundamental nesse processo de resíduos sólidos, que é a consciência cidadã, onde cada um se sinta responsável, corresponsável pela busca da solução desse problema.

V. Exª fez algo... No Nordeste há um ditado que diz que criança a gente educa e o adulto a gente multa. Essa política de multar o adulto, espero que ela tenha prazo de vencimento, porque hoje mesmo você já encontra muitas crianças que não permitem mais o pai jogar palito de picolé, casquinha de sorvete ou qualquer coisa pela janela do carro, e o filho pequeno que está dentro do carro reprime os pais. Ou seja, a educação, mais uma vez, tem um papel importante e fundamental.

Eu gostaria de pedir ao Senador Rodrigo Rollemberg permissão para incluir no seu requerimento dessa audiência pública algo que consideramos importante e para o qual V. Exª também, Senador Jorge Viana, chamou a atenção: a participação dos empresários.

Existe um instituto composto por várias empresas, o Cempre, que tem discutido e juntado as empresas maiores para dar contribuição, inclusive informação de associações de cooperativas, de pequenos financiamentos, em discussão, por exemplo, de embalagem de produtos, da logística reversa, enfim, uma série de procedimentos. E eles fazem seminários. Já tivemos audiência pública nesta Casa também com a presença deles. Então, Senador Rodrigo Rollemberg, autor do requerimento, que deve estar nos ouvindo, porque estava só aqui atendendo a uma pessoa, urgente, a nossa proposta é exatamente de colocar nesse requerimento a participação também do Cempre nesse debate, porque, com certeza poderá dar uma contribuição.

Essa é a minha proposta, com esse adendo ao requerimento.

Se não há mais Senador que queira debater ou discutir o assunto, submeto à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação dessa audiência pública com o aditivo que eu fiz permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada.

Então, agradeço mais uma vez a confiança demonstrada pelo Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Blairo, bem como pelos demais Senadores que me conduziram à condição de Presidente e, com fé em Deus, nós iremos cumprir o papel que aqui foi estabelecido.

Muito obrigado.

Não havendo mais nada para se discutir, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.)

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta e um minutos do dia primeiro de outubro de dois mil e treze, no Plenário número três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ana Rita, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Angela Portela, Eduardo Suplicy e Humberto Costa. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 83 de 2013, aprovado em 26/09/2013, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer a realização de Audiência Pública para *Debater os 25 anos de promulgação da Constituição Cidadã: as conquistas para os povos indígenas e as tentativas de retrocesso.* A Senhora Presidenta justifica o atraso no início da Audiência e pede desculpas aos representantes de povos indígenas e demais entidades presentes, em razão dos excessivos entraves postos à entrada desses representantes nas dependências do Senado Federal, que é uma Casa do Povo. O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Senador João Capiberibe, endossa as palavras da Presidência e lê requerimento a ser aprovado pela Comissão para realização de diligência à cidade de Luciara/MT, com urgência, para averiguar a situação de conflito entre fazendeiros e retireiros, com risco de morte para os últimos. A Senhora Presidenta faz suas considerações iniciais e apresenta os senhores convidados, ao tempo em que solicita que tomem lugar à mesa. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Sônia Boni dos Santos (Sônia Guajajara), Coordenadora Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; Cléber Buzato, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário, em representação a Dom Leonardo Ulrich Steiner, Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Denildo Rodrigues, representante da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – CONAQ; Maria Augusta Boulitreau Assirati, Presidenta da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, e representante do Ministro José Eduardo Cardozo, Ministério da Justiça – MJ. O Deputado Federal Cândido Vaccarezza justificou a ausência em razão do atraso da audiência. A Senhora Presidenta faz o registro da presença de representação de cinquenta etnias indígenas de todo o país: Huni Kui, Ashaninka, Shawãdawa, Nawá, Guajajara, Kaingang, Guarani, Maxakali, Pataxó, Tuxá, Xakriabá, Aranã, Xukuru Kariri, Kaxixó, Krenak, Pankararu, Pataxó Hã-hã-hãe, Xavante, Surui-paiter, Machineri, Wapixana, Xokleng, Munduruku, Tariana, Tukano, Seteré Mawé, Kisêdjê, Yudjá, Kawaiwete, Pitaguary, Tapeba, Gavião do MA, Kayapó, Xerente, Puroborá, Arara, Tapajós, Pankará, Guarani-Kaiowá, Tupinikim, Gavião do PA, Krikati, Pirahã, Macuxi, Yekuana, Krahô, Wajãpi, Galibi, Mawaiâna, além de lideranças

quilombolas e de produtores rurais. A Senhora Presidenta abre a palavra para as seguintes lideranças indígenas: Pechon Kayapó Metuktire; Kretã Kaingang; Francisca Arara; Toninho Guarani; Maximiliano Correa Menezes Tukano; Jurandir Xavante; Joenia Wapichana; Núbia Quilombola; Iannuzzi Tapajós, Anastácio Peralta Guarani-Kaiowá, Lucélia Leal Pankará, Amália Tuxá, Ninawá Huni kui e Traíra Kaiapó. Fazem uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita e os Senhores Senadores João Capiberibe e Eduardo Suplicy. **A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos:** 1) atender ao convite das lideranças indígenas para realizar uma reunião entre os representantes das etnias presentes em Brasília, os membros da CDH e outros Senadores interessados na causa indígena; 2) propor a criação de um grupo de trabalho ou subcomissão no Senado para debater e acompanhar junto à Comissão Mista Especial de Regulamentação dos Artigos da Constituição Federal, relativos aos direitos dos Povos Indígenas. Às doze horas e trinta minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador Eduardo Suplicy. Às treze horas e dois minutos o Senhor Presidente Senador Eduardo Suplicy devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e treze minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 49ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 83, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, aprovado em 26 de setembro de 2013, para debater o tema "Os 25 anos de promulgação da Constituição Cidadã: as conquistas para os povos indígenas e as tentativas de retrocesso".

Antes de convidar as autoridades e lideranças para compor a Mesa, eu quero, primeiramente, pedir desculpas a todos vocês, em nome do Senado Federal, pelo constrangimento por que vocês passaram, pela dificuldade que vocês tiveram para ter acesso a esta Casa legislativa, que é a Casa do povo.

Lamentavelmente, não é a primeira vez que acontece. Nós já tivemos dificuldades em outros momentos, como, por exemplo, com a entrada de lideranças da agricultura familiar, com a entrada de lideranças negras, enfim, de outras categorias, do movimento de trabalhadores rurais sem terra e quilombolas.

Então, esta Comissão de Direitos Humanos quer manifestar, aqui, todo o apoio à luta de vocês, lideranças dos povos indígenas, dos mais variados povos, das mais variadas entidades que aqui estão, inclusive a Funai, que está aqui representando o Governo Federal, que acompanhou todo o processo de entrada aqui. Queremos manifestar a nossa solidariedade a vocês e, ao mesmo tempo, pedir desculpas.

A Comissão de Direitos Humanos vai dialogar com a Mesa do Senado Federal para que situações como essa não venham a acontecer em outros momentos. Nós sabemos que a Casa, com certeza, tem regras, tem procedimentos, mas não se justifica impedir que determinados povos, determinadas categorias, determinados povos, determinados setores da sociedade possam ter acesso a este espaço.

Outras situações nós já tivemos aqui, inclusive nesta sala, onde se reúne a Comissão de Constituição e Justiça. Já esteve, por diversas vezes, supercheia, superlotada, mas não foi criada nenhuma dificuldade para que as pessoas entrassem. Lamentavelmente, só nas audiências públicas, pelo que acompanho, da Comissão de Direitos Humanos.

Eu, o Senador João Capiberibe e outros Senadores que compõem esta Comissão vamos dialogar com a Mesa Diretora para que situações como essa não venham a acontecer. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Pela ordem, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu pergunto ao Senador João Capiberibe se gostaria de se manifestar também.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Bem-vindos todos e todas. Eu comungo com as palavras e manifestações da Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Ana Rita.

A situação é constrangedora para nós. Eu nunca tinha presenciado uma situação tão desagradável, tão constrangedora para um Senador da República e para vocês, que foram submetidos a esse tipo de absurda desconfiança.

Eu cheguei a perguntar ao chefe de segurança a quem ele estava protegendo. Porque nós somos os Senadores. A Senadora Ana Rita é a Senadora Pre-

sidente da Comissão. Nós não temos nenhum receio de vocês, então, nós não precisamos dessa proteção.

A entrada, aqui, deveria ser franca, aberta. Vocês são muito bem-vindos aqui, entre nós. E eu queria aqui manifestar meu repúdio a tudo isso que vocês viveram e que é profundamente lamentável. Nós vamos, sim, conversar, porque trabalhamos aqui com os segmentos mais vulneráveis da sociedade, aqueles que mais precisam do apoio nosso, que precisam de voz.

E saibam que a nossa voz é a voz de todos vocês. Nós estamos aqui para defendê-los, para defender os direitos, enfim, para defender todos os direitos que estão em risco hoje. Nós sabemos que estão em risco, e juntamos nossa voz à voz de vocês.

Eu lamento mais uma vez e espero que isso não mais se repita.

Srª Presidente, tenho aqui um requerimento. Posso encaminhar?

Gostaria de encaminhar de imediato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O senhor faz a leitura.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Posso fazer?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O senhor faz a leitura, e ao final colocamos em votação.

Eu só vou pedir à Assessoria que providencie mais algumas cadeiras, para colocar aqui à frente, porque estou vendo que há algumas pessoas ainda em pé. Se for possível liberar algumas cadeiras a mais aqui...

Já estão trazendo, não é?

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Srª Presidente, nos termos do Regimento Interno do Senado, requeiro que a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, junto à Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade do Senado Federal, realize uma diligência, com urgência, em Mato Grosso, na cidade de Luciara, para tratar do conflito dos fazendeiros e grileiros com os retireiros do Araguaia.

Esse conflito é antigo, porém, nesses últimos dias, Luciara vive uma onda de terror e perseguição sem precedentes, por parte de fazendeiros e grileiros da cidade, que são contrários à luta dos retireiros. Eles usam a desinformação e o controle político, para tentar colocar a população da cidade contra os retireiros.

Na região onde moram, quase 200 famílias estão sob estudo do Instituto Chico Mendes, para a área se tornar uma reserva ambiental.

Portanto, peço a compreensão e a aprovação desse requerimento.

Era isso, Srª Presidente.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador João Capiberibe, esse requerimento V. Exª fez de forma verbal, na reunião passada, e nós aprovamos, mesmo de forma verbal.

Então, V. Exª está apenas oficializando, mas pode considerá-lo aprovado, porque ele já foi colocado em votação na reunião passada.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Desculpe-me, Srª Presidente, nós aprovamos, na verdade, a audiência pública com os retireiros aqui. Agora, é uma diligência nossa, para nos deslocarmos, porque eles correm risco de vida.

A minha preocupação é a de que cheguemos tarde e que algumas das lideranças sejam assassinadas, como ocorre, com muita frequência, com liderança de trabalhadores rurais, de sem-terrras, de indígenas em nosso País.

Então, a minha preocupação é a de que nos adiantemos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, acolhido o requerimento do Senador João Capiberibe, Vice-Presidente desta Comissão, que tem sido um grande parceiro, um grande lutador.

Na semana passada, estivemos no Rio de Janeiro, com o Senador Randolfe, o Senador João Capiberibe e outros Parlamentares, fazendo uma visita às dependências do Exército Brasileiro, onde diversos brasileiros, no período da ditadura, foram presos, torturados.

E o Senador João Capiberibe, como é uma pessoa que vivenciou essa história pessoalmente, é membro desta Comissão e preside a Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça do Senado Federal.

Então, quero aproveitar o momento, mais uma vez, para parabenizar o trabalho do Senador João Capiberibe na Comissão de Direitos Humanos.

Vamos convidar as autoridades e lideranças aqui presentes, para que estejam presentes à mesa.

Senador João Capiberibe, pode permanecer conosco aqui. Pode ficar conosco aqui. Providenciamos mais cadeiras.

Convido a Srª Sônia Boni dos Santos, Coordenadora Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). (*Palmas.*)

Capiberibe, puxe sua cadeira para cá. Você poderia sentar aqui perto.

Sente aqui, Sônia. Seja bem-vinda.

Eu convido Cleber César Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em representação a Dom Leonardo Ulrich Steiner, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (*Palmas.*)

Convido ainda Maria Augusta Boulitreau Assirati, Presidenta da Fundação Nacional do Índio (Funai) e representante do Ministro José Eduardo Cardozo, do Ministério da Justiça. (*Palmas.*)

Maria Augusta, seja bem-vinda!

O Deputado Vaccarezza, que também foi convidado, justificou a ausência. Em razão do atraso, não pôde vir, pois tinha outro compromisso.

Convido aqui o Denildo Rodrigues, representante da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq). (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, Denildo!

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados, vou fazer aqui algumas considerações iniciais para poder introduzir o tema desta audiência pública.

Com a promulgação da Constituição de 1988, tivemos assegurado o direito indígena, ou seja, a nossa Carta Magna passou a garantir o direito à terra aos povos indígenas, o que não constava na Constituição anterior, de 1967. A nova Constituição, além de determinar o respeito às línguas e formas de aprendizagem indígenas, reconhece e protege as especificidades indígenas. O Capítulo VIII é dedicado inteiramente a essa questão.

O art. 231 reconhece aos índios a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições indígenas. Reconhece e garante os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam e afirma textualmente que é da competência da União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Em seu parágrafo 6º consta o seguinte postulado:

São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

Portanto, a Constituição cria o direito constitucional indígena. As Constituições anteriores não dispunham nada sobre os direitos e garantias dos índios. Apenas leis infraconstitucionais regularam a vida dos povos indígenas sempre sob a perspectiva "integradora", isto é, sob a perspectiva de adaptação forçada à civilização branca.

O Estatuto do Índio, por exemplo, ainda vigente, tornou-se obsoleto e inconstitucional porque não respeita as particularidades dos índios, sua organização social e seu patrimônio cultural, nele compreendidos a língua e costumes como manda a atual Constituição.

A Constituição de 1988, que completa 25 anos no próximo dia 25, muda essa perspectiva, reconhece ao índio a condição de sujeito de direitos, estabelecendo a obrigatoriedade ao respeito às tradições, religiosidade, hábitos, costumes e línguas.

Os direitos e as garantia inseridas na Carta Magna têm importância fundamental para a vida dos índios.

A vida dos povos indígenas, anterior à Constituição de 1988, estava sujeita a todo tipo de submissão, atrocidades, crimes de lesa-humanidade como revela o Relatório Figueiredo, um documento de mais de sete mil páginas produzido pelo Procurador Federal Jader Figueiredo entre 1967 e 1968 a pedido do extinto Ministério do Interior.

O relatório mostra a corrupção endêmica, os métodos de tortura, a escravização e a exploração do patrimônio indígena por funcionários do extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão que antecedeu a Funai.

Pois bem, nos últimos anos, verifica-se um movimento que traz apreensões, preocupações, porque os povos indígenas enfrentam uma realidade conjuntural bastante adversa. É discurso corrente entre as lideranças indígenas que, nos últimos anos, há uma orquestração entre poderes, especialmente do poderoso agronegócio e seus representantes no Congresso Nacional, para desconstruir direitos conquistados no processo constituinte de 1988.

Há uma violência da etnia branca, do agronegócio, do Judiciário pelas suas omissões, do Poder Legislativo pela produção de leis contrárias ao direito indígena. A principal forma de banir essa violência é através da aplicação concreta da Constituição, que ordena respeito aos direitos nela inscritos.

Quando se tinha a impressão de que o Texto Constitucional de 1988 representava, como de fato representou, uma virada na história perversa do Brasil, porque o Estado brasileiro começava a olhar e entender os povos indígenas como organizações próprias, como nações autônomas, e reconhecidos como sujeitos de direitos e no seu direito originário à terra, nos últimos anos se vivencia uma ofensiva muito grande contra esses direitos.

A PEC 215, tramitando na Câmara, o PL 1.610, que trata da mineração, são projetos de leis construídos sem qualquer forma de participação dos índios.

A cada dia, os povos indígenas e os seus apoiadores são surpreendidos por novas proposições legislativas. No Senado Federal tramita também a PEC 38, que é tão danosa quanto a PEC 215, porque a PEC 38 também propõe a transferência da competência do Poder Executivo para o Poder Legislativo dos procedimentos de demarcação de terras indígenas. Soma-se

a este conjunto de projetos a articulação da CPI para investigar a Funai com o claro objetivo de enfraquecer a luta em favor dos índios.

Ante este quadro de fatos, espera-se que as Bancadas dos partidos que têm suas histórias marcadas pelo engajamento, pelo compromisso em favor da causa indígena, sejam fortalecidos pela Presidenta Dilma, pela sociedade e sobretudo pelos próprios índios, que já deram demonstrações contrárias à desconstrução de seus direitos, a exemplo da recente ocupação do plenário da Câmara dos Deputados.

Faço esta introdução apenas para nivelar um pouco em que momento estamos da história do Brasil e qual é a opinião e o olhar que a Comissão de Direitos Humanos tem sobre a Constituição no que se refere aos direitos dos povos indígenas. É apenas uma introdução. Vamos, agora, abrir a mesa de debates, com nossos convidados e convidadas.

Vou fazer um acordo com vocês, porque a previsão era de começarmos às 10 horas e já deu meio-dia. Então, temos que fazer uma audiência pública não tão longa como desejávamos, mas sem prejuízo da discussão. Vamos fazê-la dentro do tempo que nos é possível.

Proponho, já que somos quatro, 15 minutos para cada um e cada uma que está à mesa. Se houver necessidade, vamos prorrogar por mais três minutos. Pode ser? Combinado.

Concedo a palavra a Sônia Boni dos Santos, Coordenadora Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, por 15 minutos, que serão marcados no painel. Quando faltar um minuto, a campainha tocará.

A SRª SÔNIA BONI DOS SANTOS – Bom dia a todos da mesa, Senadora Ana Rita; Senador Capiberibe; meus colegas, Maria Augusta, da Funai; Cleber Buzatto e nosso colega, companheiro da Conaq. Uma saudação especial aqui aos meus parentes, minhas parentas, guerreiros e guerreiras. Estamos nesta semana de mobilização em Brasília. Bom dia também aos não indígenas, que estão aqui nesta plenária, acompanhando a nossa luta, apoiando e ajudando a dar essa visibilidade e essa força para os povos indígenas do Brasil.

Muito obrigada a todos.

Quero começar também dizendo que, mais uma vez, ao chegar a esta Casa, somos recebidos com a truculência da polícia. Isso, para nós, já não é mais novidade, porque há muito tempo somos recebidos assim. E não entendemos por que esta Casa, sendo a Casa do povo, não abre essas portas para chegarmos com a liberdade de entrar, discutir e participar das decisões. Nesta Casa – falo do Congresso Nacional como um todo – é que tramitam todas as discussões que se referem aos nossos direitos. Exatamente por isso, a gente vem aqui. Se os nossos direitos estivessem sendo cumpridos e estivessem acontecendo como está escrito na Constituição Federal, não era preciso estarmos aqui; não era preciso virmos a Brasília, passar sol, chuva, a noite ao relento.

Mas isso tudo para nós é motivo de força, de fortalecer mais a nossa luta. É o momento em que nos juntamos para dizer que não estamos sendo ouvidos. Temos de passar por isso, para trazer as nossas vozes. E, nesta semana, a voz dos povos indígenas se junta também à voz dos quilombolas, à voz do movimento negro, à voz da quebradeira de coco, à voz dos atingidos por mineração, à voz dos atingidos por barragem, à voz da juventude.

Nesta semana de mobilização, estamos trazendo a Brasília a voz da população brasileira, porque o que trouxemos aqui é a defesa da Constituição Federal. Ao perceber que, completando 25 anos, ela sofre o maior ataque de toda sua história, neste momento, cabe a nós, povos indígenas, e demais movimentos sociais, todos os segmentos, dar as mãos e lutar pela defesa da Constituição Federal, porque ali está o respaldo legal para fazermos a nossa luta. É nela que está escrito o nosso direito territorial; é nela que está escrito o reconhecimento de nós, indígenas, como povos, como sujeitos de direitos. É lá que estão escritas as políticas públicas, que nos dão direito à saúde pública; uma saúde diferenciada, uma educação diferenciada. Nas letras, aparece tudo muito bonito, mas, na prática, estamos lá a cada dia vendo esses direitos serem restringidos.

Agora, mais do que nunca, o Congresso Nacional nos ataca frontalmente quando tenta nos tirar o direito à nossa terra. O que a gente sempre prezou e que sempre foi a maior bandeira de luta dos povos indígenas do Brasil é a garantia territorial. No momento de se construir a Constituição Federal, muitas lideranças indígenas aqui estiveram presentes, fazendo essa defesa, fazendo essa luta para garantir o nosso direito. E, com muita dificuldade, com muito suor, com muita lágrima, muitas vezes com muito sangue, conseguimos garantir dois artigos: arts. 231 e 232. Hoje, vemos esses dois artigos sendo ameaçados. Está nas nossas mãos, parentes e parentas, nas nossas mãos, não permitir que esses artigos sejam rasgados da Constituição Federal. Cabe a nós, como povos... (*Palmas.*) ... como liderança, como população brasileira, não permitir esse retrocesso. Estamos em Brasília neste momento para dizer isso. Viemos aqui dizer que a Constituição Federal precisa ser cumprida. Ela já está aí. Ela só precisa de respeito, e não suportamos mais viver com a cultura do desrespeito e da violência.

Não suportamos mais viver com essa cultura da truculência da polícia, que nos recebe sempre como se fôssemos invasores neste Pais, que nos recebe sempre como se estivéssemos invadindo esta Casa. E não é. Estamos aqui apenas exigindo o respeito, a dignidade e o cumprimento de uma legislação que já existe. Não estamos aqui pedindo benefícios, pedindo privilégios; simplesmente fazemos a resistência para garantir o nosso direito, para manter o nosso direito, porque em um momento lutamos para garantir esse direito e, em um segundo momento, brigamos pelo cumprimento desse direito. Hoje, a nossa responsabilidade é de lutar para não deixar retroceder esse direito.

A todo momento, estamos tendo nossos direitos negados ou estamos tendo arrancados de nós os direitos constituídos. E viemos a Brasília apenas com uma representação de 1,4 mil pessoas. Nas regiões, hoje e amanhã, estão acontecendo também vários atos, várias mobilizações não só de indígenas. Está a população indígena junto com todos os outros movimentos sociais, junto com a população ribeirinha, com pescadores, com quilombolas e vários outros movimentos. Estamos juntos neste momento, porque entendemos e percebemos que é hora de dar as mãos, hora de somar, de lutar juntos, porque tudo que atinge os povos indígenas está atingindo também muitos dos nossos irmãos, companheiros de luta, que também vivem da terra, que vivem na terra e lutam pela proteção dessa terra.

E é por isso que estamos aqui também, ou seja, para dizer ao Congresso Nacional e, em especial, à Bancada ruralista desta Casa que não estamos mais para brincadeiras. Não vamos mais ficar de braços cruzados assistindo a essa Bancada decidir a nossa vida. Não vamos ficar lá dentro da nossa casa escutando-os dizer aqui que, no mês de abril, entramos nesta Casa e que aquilo foi um constrangimento para o País. Estamos aqui para dizer que constrangedor é o que estão fazendo com nossos direitos. (*Palmas.*)

Agradeço aqui todo o apoio da Senadora Ana Rita, do Senador Capiberibe, que vão lá, que conversam com a gente, que aceitam, que veem a gente como gente, porque não são todos os Parlamentares desta Casa que fazem assim. Aliás, são contados os Parlamentares desta Casa que nos recebem, que aceitam, que entendem, que compreendem a necessidade que estamos vivendo, de lutar pelos nosso direitos.

Ela fez a leitura aqui e apresentou as medidas legislativas que tramitam na Câmara dos Deputados, todas elas anti-indígenas, todas elas no sentido de restringir direitos e todas elas com um só foco: a terra. Já acabaram com tudo, já não há mais nada, e o que restou foram as terras indígenas. Então, neste momento, a única saída que a Câmara dos Deputados e, em especial, a Bancada ruralista aliada ao agronegócio estão vendo como oportunidade para o crescimento econômico do seu próprio bolso, para atender aos seus interesses pessoais, são as terras indígenas.

Sabemos como conviver com a mãe terra. Sabemos como conviver com a natureza. Não vemos a terra como uma fazenda, como um lote de terra que se negocia. A terra, para nós, é um bem sagrado; a terra, para nós, é mãe. E é por isso que estamos dando as nossas mãos para lutar pela defesa dessa terra, porque a terra é a nossa mãe, é o nosso bem sagrado, e mãe não se vende, não se negocia; mãe se cuida, mãe se defende e mãe se protege. E é isso que estamos fazendo aqui. (*Palmas*.)

Não vou, Senadora, utilizar os 15 minutos que tenho porque quero deixar a oportunidade para que meus parentes que aqui estão possam ter o direito à palavra e possam ter o tempo de manifestarem-se.

Deixo aqui esse meu recado, simplesmente com o convite a vocês, Parlamentares, Senadores, para que compareçam em algum momento, durante esta semana, ao nosso acampamento, à nossa mobilização. Viemos para conversar, nós viemos para dialogar, porque quando a gente quer resolver, a gente conversa, a gente não se esconde, a gente não se acovarda, a gente vai atrás. Por isso que nós viemos aqui. Convidamos todos os Parlamentares que tenham bom senso, que acreditam, que defendem a nossa causa a se fazerem presentes e apoiar a nossa luta, manifestarem esse apoio público à causa dos povos indígenas. Nós contamos muito com a compreensão e com o apoio de vocês.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Parabéns, Sônia Boni dos Santos. Que bom ver uma mulher...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª SÔNIA BONI DOS SANTOS – Sônia Guajajara, eu prefiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É Sônia Guajajara. Falei certo? Sônia, de que etnia você é?

A SRª SÔNIA BONI DOS SANTOS – Guajajara.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Guajajara mesmo. (*Risos.*)

É, eu ainda tenho muito o que aprender. Então, quero parabenizar a Sônia como mulher, guerreira, lutadora, corajosa. É tão bom ouvir você falando aqui, nos dá uma alegria muito grande. Parabéns para você.

A Sônia é Coordenadora Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Parabéns para você,

parabéns para toda a organização de vocês, que compõe a articulação dos povos indígenas.

O que a Sônia disse é muito real. Vocês não podem ser considerados como invasores, não é verdade? Então, vir aqui no Senado... Parece que são pessoas que estão invadindo o Senado Federal. Esse tratamento nós não podemos permitir que aconteça mais. É preciso realmente que haja o reconhecimento, que a Constituição de fato seja reconhecida por todos para que todos possam ter os seus direitos respeitados.

E os índios, as populações indígenas inclusive tiveram um papel importante no momento da construção desta Constituição. Vocês ajudaram a elaborar esta Constituição. Eu me lembro porque, na época, como liderança, participei ativamente desse debate. A população indígena do meu Estado, aqui hoje representada por alguns – o Toninho e o Sizenando estão aqui –, vocês participaram ativamente, com os demais povos indígenas, na elaboração da Constituição. E agora, depois de ter direitos assegurados, esses direitos serem desrespeitados? A tentativa de excluir esses direitos da própria Constituição realmente merece, da parte de vocês, uma manifestação importante aqui em Brasília, no sentido de acordar o Brasil e acordar as lideranças políticas para essa questão.

Concedo agora a palavra...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Srª Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador João Capiberibe, Vice-Presidente desta Comissão?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eu gostaria de prestar aqui minha admiração pelo raciocínio da Sônia, pela defesa intransigente dos povos indígenas. Saiba que nós também pensamos da mesma maneira.

Esse é um direito garantido pela Constituição. Este País precisa respeitar a lei. A lei é clara. Nós temos uma enorme dificuldade em fazer cumprir a Constituição. Os processos de demarcação e homologação, quando avançam em alguns aspectos, terminam esbarrando na Justiça, que também contraria a lei, porque Justiça que tarda não é Justiça, é injustiça, e os processos de homologação demoram e terminam se transformando em grandes conflitos. Mas quero dizer que é importante que a sociedade brasileira perceba que só podemos construir um país verdadeiramente democrático na hora que cumprirmos aquilo que a lei determina, que a Constituição determina.

Portanto, é fundamental essa manifestação. Eu quero estar lá com vocês, quero estar com vocês. Vou lá fazer uma visita ao acampamento, juntamente com a Deputada Janete. Tenho certeza de que a nossa Presidente vai lá também...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – ... e outros Parlamentares que os apoiam. Vocês sabem que aqui há muitos que não os apoiam, mas há uns poucos que são decididos e que são irmanados com a luta dos povos indígenas. No Brasil, há os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros, pessoas que veem seus direitos sistematicamente negados. É desse lado que nós estamos. Esta Comissão trabalha especificamente com aqueles que mais necessitam de voz, que mais necessitam de apoio.

Eu queria pedir desculpas, Srª Presidenta, porque estou com um compromisso. Eu nunca imaginei que fôssemos... Vocês são os nossos convidados.

Vocês são os nossos convidados, convidados da nossa Comissão, convidados da Presidente e tiveram que sofrer tremendo constrangimento para entrar aqui, e terminou atrasando o nosso trabalho.

Essa é uma questão que vamos ter que esclarecer com a direção da Casa. Não pode atrapalhar o nosso programa de trabalho. Éramos para começar às 10 horas e começamos ao meio-dia. Perdemos duas horas para permitir que os nossos convidados... Imaginem, é muito constrangedor! Convidamos e os convidados não podem entrar. Quero pedir desculpas em nosso nome, em nome da nossa Comissão pelo que aconteceu hoje. Espero que isso nunca mais aconteça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe. Mais uma vez, obrigada também pelo seu empenho no sentido de ajudar a liberar a entrada de todos os índios que aqui estão. Obrigada pela sua presença.

Apenas gostaria que aquele cartaz que está ali atrás fosse levantado para que eu lesse os dizeres: "Professores do Rio sangrando e o Brasil inteiro chorando. Brasília está com vocês. Muda Brasil!"

Obrigada.

Você é de onde?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) –De São Paulo. Muito obrigada.

Vamos conceder a palavra ao Cleber César Buzatto, Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Está aqui em representação a Dom Leonardo, que é o Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Também, Cleber, por um tempo de 15 minutos. Se houver necessidade, vamos prorrogar por mais três, para concluir sua fala.

O SR. CLEBER BUZATTO – Bom dia, Senadora, Sônia, Maria Augusta, Denildo. Bom dia a cada um, a cada uma, lideranças de diversos povos indígenas do Brasil que estão aqui em Brasília. Vocês estão aqui representando cerca de mil pessoas que estão acampadas na Esplanada dos Ministérios.

De imediato, agradecemos o convite, a CNBB. Na ausência do Dom Leonardo, que está em viagem, foi solicitada a nossa participação.

Julgamos de extrema importância essas audiências, esse debate aberto aqui no Senado para trazer presente essa situação que os povos indígenas vivem, enfrentam, sentem e se angustiam e que diz respeito a todo esse ataque sistemático e violento à vida desses povos, ataque que se configura em um conjunto de instrumentos, em um conjunto de armas que estão sendo manejadas por diferentes Poderes do Estado brasileiro contra os seus direitos, especialmente os direitos constitucionais, de forma especial no que diz respeito à temática territorial.

A senhora já fez referência a alguns desses instrumentos, a algumas dessas armas que estão sendo manejadas aqui no Brasil, pelo Estado brasileiro, mas penso que seja importante ao menos citar alguns outros que também estão sendo usados nesse processo de ataque. Além da PEC nº 215, que já foi citada, a PEC nº 038, que tramita aqui nesta Casa, no Senado Federal, a PEC nº 237, de 2013, que prevê a possibilidade de concessão de terra indígena para exploração por produtores rurais – é uma PEC de 2013, como disse –, o Projeto de Lei Complementar nº 227, que a Bancada ruralista tentou aprovar em regime de urgência ainda no primeiro semestre deste ano e por meio da qual diferentes setores econômicos que têm interesse na posse, no uso, na exploração das terras indígenas tentam dar um golpe na sociedade brasileira, no Estado brasileiro, tentando transformar aquilo que é interesse privado, interesse particular, como se esses interesses fossem de relevante interesse público da União e, com isso, causar prejuízos e limitar o direito de usufruto das terras indígenas pelos povos.

O Projeto de Lei nº 1.610, que trata da questão da mineração; o Projeto de Lei Complementar sem número ainda, da Comissão Mista que trata da regulamentação de artigos da Constituição Federal – está tramitando nessa Comissão Mista e pode, a qualquer momento, ser colocado em votação também e tem característica semelhante ao Projeto de Lei nº 227 – além desses instrumentos legislativos, não podemos deixar de citar que, nesse contexto, se localizam outros instrumentos administrativos, de iniciativa do próprio Poder Executivo Federal, Senadora Ana. E dentre esses, destacam-se a Portaria nº 419, que tem como objetivo, no nosso ponto de vista, a agilização dos procedimentos administrativos necessários para a construção de empreendimentos que afetem terras indígenas; a Portaria nº 303, amplamente comentada e que gerou em 2012 uma série de mobilizações dos povos Brasil afora, e muitas aqui em Brasília, inclusive. E também, agora em 2013, o Decreto nº 7.957, por meio do qual é criado um braço do Estado de caráter inclusive repressivo, repressor – como diz no próprio texto – e que, no nosso ponto de vista, vem exatamente na perspectiva de combater e reprimir qualquer tipo de mobilização de populações locais contrárias a empreendimentos que porventura afetem as suas terras e seus territórios.

Então, nós temos, nesse conjunto, já implementadas essas iniciativas; os povos têm se mobilizado, mas os ataques continuam aos seus direitos e às suas vidas.

Nós temos uma promessa de uma mudança no rito de demarcação e ninguém sabe exatamente o que é, mas que, a qualquer momento, pode vir a ser anunciada pelo Poder Executivo. Nós estivemos, esta semana, na Câmara dos Deputados, em uma audiência na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia. O Presidente da Comissão, pelo que entendemos, vai tratar da matéria com o Ministro da Justiça. A audiência era sobre o Projeto de Lei nº 3.571, que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista, que está sob a relatoria dele, que é um Deputado ruralista, como sabemos, o Jerônimo Goergen, do PP do Rio Grande do Sul. Na fala dele, ele abordará com o Ministro exatamente essa pauta da Bancada ruralista que é essa potencial mudança no rito de demarcação de terras indígenas no Brasil.

Infelizmente, também, nós temos observado, as lideranças indígenas e os povos indígenas também, que o Poder Executivo, infelizmente, tem se dobrado a essas chantagens da Bancada ruralista e tem decretado quase que uma espécie de moratória nos procedimentos de demarcação de terras indígenas no País. Situações em que, por exemplo, grupos de trabalho estão fazendo estudos em terras indígenas e foram retirados do campo, e nós sabemos muito bem que por decisões políticas, não necessariamente da direção da Funai, mas de outros campos do Poder Executivo Federal, a que a Funai, evidentemente, também está vinculada. É um órgão do Poder Executivo.

Nós queremos, neste ato, fazer referência a esse episódio aqui na chegada, manifestar nosso repúdio a esse ato. Entendemos que isso faz parte desse conjunto de entendimentos de cunho preconceituoso que existe, ainda, infelizmente, em nossa Nação, que se

soma a outras teses que são igualmente discriminatórias e a outras iniciativas, como por exemplo acusações de que os índios são os que causam o conflito, ou os povos são os acusados de causar o "conflito indígena" – entre aspas, quando nós sabemos que diante desse conjunto de ataques, evidentemente não são os povos que causam qualquer tipo de conflito.

As mobilizações indígenas contra essa corrente, contrárias a esse conjunto de instrumentos, contrárias a esse ataque, reagindo a esse ataque sistemático, do nosso ponto de vista tem chamado a atenção da sociedade para o fato de que há muito mais vida nas terras indígenas no Brasil do que numa grande fazenda de pasto com gado que se espalha País afora. Há muito mais vida numa terra quilombola do que numa grande roça de soja envenenada. Por isso, precisamos mudar alguns conceitos antes de qualquer coisa, neste País, para que não vejamos mais na televisão, por exemplo, uma propaganda onde cantores cantam para uma grande plantação de soja, cantam para uma grande plantação de milho, certamente bastante envenenada. Precisamos mudar esse conceito e colocar a vida das pessoas em primeiro lugar. Primeiro a vida das pessoas, a vida das populações, o território para a vida das populações, para a vida das pessoas; não para o boi, não para a soja, não para a cana, não para eucalipto, não para esse conjunto de *commodities* agrícolas que são depois vendidas e transformadas em lucro para uma pequena minoria historicamente privilegiada neste País.

É conceito que precisamos mudar em nosso País, para que a vida das pessoas seja efetivamente colocada em primeiro lugar. E isso é fundamental. E a Constituição brasileira tem o conceito de cidadã porque efetivamente defende esse princípio. Mas nós estamos comemorando, nesta semana, os 25 anos de Constituição e temos um desafio. Toda a sociedade brasileira tem um desafio à frente que precisa ser enfrentado por cada um, pelos povos indígenas que estão enfrentando esse desafio, mas não só pelos povos indígenas, por toda a sociedade brasileira, para preservar esse conceito, essa característica cidadã da Constituição Federal. Nós estamos vivendo, Senador, no nosso ponto de vista, um risco iminente de elitização da Constituição. E isso nós não podemos, evidentemente, aceitar.

Nossos votos, então, de apoio, solidariedade a todos os povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, outros povos tradicionais, campesinos, que se contrapõem a todos esses instrumentos anti-indígenas que estão sendo manejados, para que todos eles sejam rejeitados e para que a Constituição cidadã seja finalmente efetivada, finalmente cumprida.

Nós agradecemos, mais uma vez, a oportunidade e ficamos à disposição para eventuais comentários na sequência.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Cleber César Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário.

A Presidenta Ana Rita precisou se ausentar por alguns instantes, então, continuarei na presidência dos trabalhos até que S. Exª retorne.

Passo, agora, a palavra ao Sr. Denildo Rodrigues, representante da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq).

O SR. DENILDO RODRIGUES – (Denildo Rodrigues Moraes) – Obrigado, Senador.

Cumprimento V. Exª, os meus companheiros de Mesa, a Sônia, o Cleber e a companheira da Funai. Quero também cumprimentar todos os companheiros que estão aqui: os companheiros indígenas, os quilombolas e outros demais povos aqui presentes nessa data, que é uma data bastante importante, muito simbólica. E ressalto que, ao longo de nossa história, os povos indígenas já estavam aqui. Portanto, a terra hoje disputada pelo agronegócio são terras legítimas, herdadas por esses povos.

Quanto a nós, quilombolas, descendentes de negros, nós não fomos convidados para entrar no País. Nós fomos arrastados para entrar neste País. O Estado brasileiro nos arrastou e nos trouxe para cá, e, já que estamos aqui, nós também fazemos parte deste País. Nós ajudamos a construir a história deste Brasil. E é por isso que a gente está aqui hoje, nos somando a outros povos para dizer que nos respeitem, que respeitem a nossa diversidade, essa diversidade que faz o Brasil ser o que é fora e dentro do País.

A importância que esses povos têm para o País vai além da cultura; a importância está, sim, no modo de fazer, no modo de se preservar, no jeito de fazer as coisas. E as comunidades quilombolas com os povos indígenas carregam muito isso: o respeito à natureza, o respeito à ancestralidade, o respeito àqueles que vieram antes da gente.

Hoje a gente comemora 25 anos, dia 5, da Constituição que deu direitos ao nosso povo, ao povo quilombola. Mas a gente não pode se esquecer que apenas cem anos depois da abolição da escravatura é que teve um artigo na Constituição que falasse sobre a população negra. E não falou sobre a população negra em geral. Foi um grupo específico: as comunidades quilombolas, reconhecendo o território das comunidades quilombolas, que está no art. 68 da Constituição. E somente em 2010 foi aprovado o Estatuto da Igualdade

Racial, o estatuto que abrange toda igualdade, toda equidade para todos os povos, com essas múltiplas faces que tem o País. Somente 122 anos depois é que foi votado no Congresso o Estatuto da Igualdade Racial.

Então, a gente não pode se perder, porque, ao longo da história deste País, nós nunca tivemos um momento privilegiado, sempre foi o momento de a gente lutar para defender o território, e quando não é o território, é defender o pouco do direito que a gente conquistou.

Hoje, a ameaça maior ao nosso povo está no Executivo, que não cumpre aquilo que está na Constituição, e no Legislativo, que não cumpre o que a Casa mesmo aprovou na Constituinte de 1988 e que faz com que se flexibilizem essas leis, para que se adentre o nosso território. Sabemos o que está por trás disso. Os interesses que estão por trás disso são relativos à terra. A terra está por trás disso. Todas as fronteiras agrícolas que existiam foram tratoradas pela soja, pela cana, pela monocultura do eucalipto, pela monocultura do milho. E as fronteiras ainda intactas são as nossas fronteiras, as fronteiras dos nossos territórios, dos territórios indígenas e dos territórios quilombolas, porque eles as preservaram. Ao longo da história desses povos, eles preservaram essas fronteiras.

Então, a gente vem a esta Casa não para pedir, mas, sim, para exigir que se cumpra aquilo que está na Constituição. *(Palmas.)*

A gente sabe, Senador, que, dentro desta Casa, há uma pequena parcela que nos defende. E a gente sabe que a maioria, nesta Casa, foi eleita pelo voto do povo brasileiro, pelos votos dos povos indígenas, pelos votos dos povos quilombolas, pelos votos dos ribeiros, mas que, aqui, ela está representando os grandes grupos econômicos que bancaram a sua campanha, não defendendo o interesse do povo. Isso a gente tem de deixar bem claro.

Hoje, nesta Casa – não vou discorrer sobre os projetos de lei que existem, mas, simplesmente, vou citar a quantidade dos projetos que tratam de terras quilombolas –, encontram-se 24 propostas de projetos de lei. Sabem quantas estão em defesa do direito quilombola? Apenas quatro. Vinte delas buscam retirar o direito quilombola e fazer com que, no processo de regularização, esses territórios não sejam demarcados, não sejam titulados, porque o interesse que se tem é o de que essa terra, uma vez demarcada, não volte mais para o agronegócio, não volte mais para o mercado. Quanto às terras quilombolas e às terras indígenas, há um atraso, uma lentidão, para que não se demarquem os territórios indígenas, para que não se demarquem os territórios quilombolas. As terras demarcadas, se esse direito mais do que legítimo for respeitado, saem da mão do capital.

A gente sabe da PEC nº 215, que é uma ameaça. A gente sabe todas as dificuldades que a gente tem mesmo com o Executivo de fazer com que esses territórios sejam demarcados. Imagine se se transferir essa competência do Executivo para o Legislativo! Como citei anteriormente, eles não são representantes do povo, eles são representantes das grandes corporações econômicas que os colocam aqui e que bancam a sua campanha. A gente imagina que, em terras indígenas e em terras quilombolas, a demarcação de Unidades de Conservação não vai mais acontecer no Brasil. Se isso acontecer, se a PEC nº 215 for aprovada por esta Casa, a gente vai regredir dentro de toda a história deste nosso País.

Hoje, também a gente encontra uma ameaça constante aqui, dentro desta Casa, quanto à CPI para investigar a questão da Funai e da regularização no Incra dos procedimentos de demarcação de territórios quilombolas e de territórios indígenas. A gente sabe qual o interesse que existe por trás disso: o de deslegitimar toda uma política legítima de demarcação dos territórios quilombolas. Essa política, mesmo sendo legítima, ainda anda a passos lentos. E a gente tem de ter isto bem claro: qual o interesse que a Bancada ruralista tem? Ela é bem clara: é para atrasar o processo de regularização desses territórios.

Hoje, nós temos também aqui, na Casa, o novo Código de Mineração. Foi o único lugar que sobrou para nós, quilombolas, mas a maioria das comunidades quilombolas, hoje, está pisando em cima de um riqueza mineral muito grande, e, a exemplo que fizeram com o Código Florestal, estão querendo fazer com o Código de Mineração, para flexibilizar, para que as grandes corporações, as grandes mineradoras adentrem nosso território, cada vez mais tirando o nosso povo da terra.

Temos que nos orgulhar de estar aqui, presentes, e de lutar pelos nossos direitos, mas nós também temos que fazer uma reflexão. Devemos olhar o que a gente avançou e o que não avançou ao longo desses 125 anos de abolição da escravatura, para nós, negros. Saímos da senzala para ir para as favelas. A juventude que está morrendo hoje, nas ruas das grandes cidades, é, na sua maioria, negra.

A gente deve fazer essa reflexão dos 125 anos da abolição da escravatura e avaliar o que andou de fato. Não se avançou muito. Hoje, a gente tem 1.200 processos de regularização territorial no Incra, quilombola aberto. Ao longo desses dez anos, apenas 11 territórios foram titulados. Se continuar assim, serão 1.200 anos para se regularizar tudo. A gente sabe que não é nem tanto a questão do direito legítimo, mas o

direito legítimo, a propriedade está sendo negociada pelo direito político de barganha dos interesses econômicos. Isso a gente jamais pode deixar acontecer, porque os interesses de direito, de fato, de os povos indígenas terem a demarcação do seu território, de os povos quilombolas terem a demarcação do seu território estão sendo negociados pelos direitos políticos de campanha, de barganha política, e isso nos preocupa muito. (*Palmas.*)

Sabemos que hoje há um PL para a questão das licenças ambientais. O que sempre aconteceu neste País é que nunca fomos consultados sobre os empreendimentos que nos tocam diretamente. Quando fomos consultados era mais para legitimar aquilo que já estava consumado. Não era para dizer se a gente aceitava ou não aquele empreendimento.

Hoje, o Estado brasileiro vem discutindo a regulamentação da Convenção nº 169 da OIT, mas nós entendemos que essa regulamentação não tem só que caber ao Executivo. Ela também tem que se estender a esta Casa, que formula as leis; e tem que se estender também ao Judiciário, dentro do qual, às vezes, temos perdido grandes batalhas. E batalha de direito não é somente o número do IBGE, mas são vidas de cidadãs e de cidadãos brasileiros que dependem da terra para colocar alimento em cima da mesa.

Nós temos, Sr. Presidente, Senador, hoje, entre todos os processos das comunidades quilombolas, aproximadamente 10 milhões de brasileiros. É um número significativo.

(Soa a campainha.)

O SR. DENILDO RODRIGUES – É um número muito importante para este País. E são números de pessoas que produzem alimento para colocar na mesa, que produzem alimento saudável, não esse alimento de grandes empresas multinacionais que hoje adentram o nosso território, inclusive comprando muitas terras. E este Congresso tem a responsabilidade de formular uma lei para regular o processo de compra de terras por estrangeiros no País. Se não, daqui a alguns dias, vamos ser como o Paraguai, em que 25% do território está nas mãos de corporações estrangeiras. Não podemos deixar que isso aconteça em nosso País.

Nós, quilombolas, indígenas e camponeses, estamos na rua, sim, esta semana, com o intuito de provar, de mostrar, de sensibilizar a população brasileira sobre a importância da demarcação dos territórios para a preservação do meio ambiente, para a produção de alimentos saudáveis, para a vida. E é por isso que estamos aqui. Nós não estamos pedindo nada. Nós estamos fazendo aquilo que a Carta Magna nos deu o direito de fazer, que é lutar em defesa do nosso território, em defesa dos nossos filhos.

Para finalizar, gostaria de dizer que o Brasil também é quilombola e também é indígena. Nossa riqueza, nossa história, nossa luta. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado por sua contribuição, Sr. Denildo Rodrigues, representante da Coordenação Nacional dos Quilombolas (Conaq).

Agora, passamos a palavra à Srª Maria Augusta Boulitreau Assirati, Presidenta da Fundação Nacional do Índio (Funai), que aqui hoje representa o Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo.

Tem a palavra a Srª Maria Augusta Boulitreau Assirati.

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI – Obrigada, Senador. Quero cumprimentá-lo, na qualidade de Presidente neste momento da nossa audiência, e parabenizar, ainda que na ausência temporária, a Senadora Ana Rita e o Senador Capiberibe, que organizaram a possibilidade de este momento acontecer, apoiaram para que ele fosse possível e nos convidaram também para estarmos aqui presentes.

Gostaria de cumprimentar meus companheiros de mesa, o Cleber, do Cimi; na pessoa da Sônia, todos os povos indígenas que estão hoje aqui representados, amigos e amigas indígenas; e, na pessoa do Denildo, todos os companheiros quilombolas aqui também representados nesta audiência de hoje.

Eu queria começar dizendo que hoje, no Brasil, vivem mais de 817 mil indígenas, segundo dados do Censo do IBGE 2010. Eles vivem em mais de 680 terras indígenas no Brasil, em áreas urbanas, e representam mais de 300 etnias que falam mais de 200 línguas ainda preservadas. Na Funai, há 82 referências de índios isolados no Brasil, das quais 32 estão confirmadas. Esses povos simbolizam a resistência a um processo de expansão político-econômica que vem, há cinco séculos, promovendo uma completa reorganização na forma de ocupação territorial desses povos e uma violenta extinção das suas sociedades, do ponto de vista material e do ponto de vista cultural.

Tínhamos o Serviço de Proteção aos Índios e uma Funai, quando foi criada, em 1967, que atuavam com base em objetivos como o de integração do indígena à sociedade dominante, baseada em princípios do assistencialismo, da tutela, e tudo isso gerava uma completa submissão e dependência dos indígenas em relação ao Estado brasileiro.

A política indigenista e o órgão indigenista no Brasil, nessa época, eram voltados a esses objetivos e visavam a pacificação dos indígenas, para que se pudesse atuar no desenvolvimento do País. Era isso

que motivava e que embasava a ação do órgão indigenista e da política indigenista à época.

O processo de democratização, à década de 80, traz a possibilidade de os indígenas se organizarem politicamente para discutir a pauta indígena, para dar visibilidade às questões que circundavam a pauta indígena e as questões que estavam relacionadas aos povos indígenas à época. E a luta do movimento indígena representou e foi responsável pela possibilidade de formulação dos direitos que hoje a Constituição Federal garante para esses povos no Brasil.

A Constituinte foi um espaço importante de luta política que deu voz a muitos movimentos sociais, e o movimento indígena fez parte desse processo e foi responsável também por essa garantia de direitos, por essa conquista que a Constituição Federal de 88 representa, a Constituição cidadã, que representou de fato um marco no processo de garantia da democracia, dos direitos sociais no nosso País.

A Constituição Federal de 88 altera radicalmente o paradigma da política indigenista no Brasil porque extingue a tutela, porque reconhece direitos decorrentes das especificidades dos povos indígenas no Brasil, garante esses direitos e, principalmente, porque garante os direitos originários aos indígenas às terras que eles tradicionalmente ocupam. E isso representou um avanço fundamental que permitiu que, na década de 90, houvesse possibilidade de se demarcarem diversas terras no Brasil e que também se remodelassem o órgão indigenista e a política indigenista no Brasil, voltados justamente para a superação desse paradigma tutelar, desse paradigma assistencialista.

A Funai passa, na década de 2000, já no governo Lula, por uma reestruturação, visando a superação desse paradigma, visando a organização institucional do órgão indigenista para que ele se adequasse a esse novo paradigma, para que ele pudesse melhor cumprir esses direitos constitucionalmente garantidos. Então, a gente passa a trabalhar com base num paradigma de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. E deixa de existir uma diretoria de assuntos fundiários e passa a haver uma diretoria de proteção territorial, o que começa a incluir a dimensão da proteção dos territórios indígenas, a fiscalização e tudo mais. Deixa de existir uma diretoria de assistência e passa a haver uma diretoria de promoção ao desenvolvimento sustentável, que visa trabalhar com vistas à promoção de autonomia, de autodeterminação dos povos indígenas na gestão da sua terra, buscando possibilitar o acesso mais efetivo aos direitos sociais, ao fomento às atividades produtivas, seja para geração de renda, seja para autossustentação, a conservação e recuperação ambiental, enfim, várias ações passam a ser olhadas com mais profundidade pela Funai. Isso começa a dar também ensejo à gestação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), que foi uma política decretada no ano passado, em junho de 2012, pela Presidenta Dilma, que justamente visa garantir que as terras indígenas possam ter uma gestão, primeiro, protagonizada pelos indígenas, como foi o protagonismo do movimento e dos povos indígenas na construção dessa política, por meio de um método participativo, e que essa gestão possa se fazer com base em alguns princípios, como o usufruto exclusivo da terra indígena pelos próprios indígenas. E os recursos naturais das terras indígenas são finitos e despertam grande interesse de atores e agentes econômicos, como foi citado aqui pelo Cléber também, várias investidas nesse sentido, inclusive com proposições legislativas para aproveitamento de recursos dentro de terras indígenas, baseada, também, essa gestão em diretrizes de sustentabilidade ambiental, de sustentabilidade social, buscando garantir que os recursos naturais das terras indígenas possam permitir a reprodução física e cultural desses indígenas no Brasil, permitir a possibilidade de atividades produtivas e da forma como os indígenas melhor entenderem que isso deveria ser feito, inclusive respeitando a sua organização social na gestão das terras indígenas.

Então, nós tivemos, sim, alguns avanços após a Constituição de 1988, principalmente na área de demarcação. Conseguiu-se demarcar algumas áreas, embora o Estado brasileiro ainda não tenha cumprido o que determina a Constituição no prazo definido, de cinco anos. Portanto, ainda existe um passivo, ainda existe um débito do Estado brasileiro no cumprimento do que determina a Constituição em relação aos direitos territoriais, e, atualmente, a gente vive a conjuntura de que, além de o Estado não ter conseguido avançar no cumprimento dessa atribuição, dessa missão institucional dos órgãos responsáveis por essas demarcações, estão se tornando bastante evidentes essa ofensiva e um conjunto de iniciativas que visam, mais do que, digamos, retardar ou impedir que essas demarcações aconteçam, alterar o núcleo fundamental dos direitos territoriais dos povos indígenas trazido pelo art. 231.

Então, é um conjunto de iniciativas que, de fato, se contrapõem a tudo que a Constituição Federal traz expresso nos arts. 231 e 232, a partir dessas iniciativas e a partir de um debate que, parece-me, tem ganhado força em alguns segmentos da sociedade civil, o que tem gerado, inclusive, dificuldades na relação da Funai, no seu trabalho local, com alguns agentes locais, com poderes públicos e com alguns setores que vêm, muitas vezes, não só criticando mas dificultando o avanço dos trabalhos da Funai na garantia desses direitos, da

sua missão, das suas atribuições legais e institucionais no processo de demarcação de terras indígenas. E eu acho que isso passa a fazer parte, também, de uma tentativa de hostilizar a Funai como instituição pública. Os próprios servidores, muitas vezes, estão no local e sofrem represálias, são constrangidos, são malvistos, são maltratados e sofrem, inclusive, muitas vezes, violência, violência moral, violência até física.

Nos últimos tempos foram registradas algumas denúncias de prática e tentativa de prática de violência, inclusive contra servidores da Funai, o que é, de fato, lastimável, porque nós estamos tratando aqui, nós estamos debatendo aqui – esse é o debate que hoje se coloca, Senadora Ana Rita – é a possibilidade ou não de democratização do acesso à terra por um conjunto de segmentos, de atores sociais que entendem a relação com a terra como uma relação que deve ser saudável, que deve ser sustentável, que deve permitir a produção do alimento de uma forma que garanta sustentabilidade social, a sustentabilidade ambiental e que não sirva, pura e simplesmente, para o capital ou para a estruturação de um poder econômico que, de fato, está baseado em outros princípios, em outras diretrizes e que, portanto, entende os direitos garantidos pela Constituição Federal como, muitas vezes, um empecilho para o crescimento econômico do País, o que não é verdade. Acho que todos nós buscamos pensar num projeto de sociedade que consiga compatibilizar os direitos, que consiga compatibilizar o acesso à terra a partir de um olhar justo, solidário e democrático com o crescimento econômico e a distribuição de renda neste País. É isso que o nosso governo sempre buscou; é por isso que os segmentos do nosso campo sempre batalharam e sempre lutaram para que a gente pudesse ver implementado.

Então, eu também vou ficando por aqui, ainda porque o meu tempo está se esgotando, não sem antes, Senadora, pedir a permissão de V. Exª para finalizar a minha fala relendo o art. 231 da Constituição Federal, que é o artigo que embasa fundamentalmente o trabalho da Funai, a Fundação Nacional do Índio, que é uma instituição pública, pertencente ao Governo Federal, que existe para cumprir um conjunto de atribuições e que tem uma missão institucional definida pela Constituição Federal e por um conjunto de leis, visando atender a demanda e, justamente, assim, verbalizar as demandas colocadas pelo segmento social indígena do Brasil, que, muitas vezes, tem pouca possibilidade de externar isso, de vocalizar as violências que sofre, as discriminações e o racismo de que é vítima e a tentativa, muitas vezes, de se descumprir os direitos que lhe são assegurados, que lhe são garantidos, não só pela Constituição Federal, mas por diversas leis infraconstitucionais. E este é o papel da Funai: garantir que esses direitos sejam cumpridos, garantir que o segmento indígena tenha voz também para denunciar quando isso não é cumprido

Assim, eu queria reafirmar que o trabalho da Funai está baseado no art. 231 da Constituição Federal:

> *Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.*

Parabenizo a Constituição Federal pelos 25 anos de sua existência e parabenizo todos os movimentos sociais que lutaram para que isso fosse possível e que, hoje, lutam para que isso seja mantido.

Muito obrigada a todas e todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Maria Augusta, Presidenta da Fundação Nacional do Índio. É um prazer recebê-la aqui.

Nós já tivemos a oportunidade de receber à ex-Presidenta, Srª Marta Azevedo, que também esteve conosco em uma audiência pública, no ano passado, nesta mesma ocasião.

Que bom recebê-la aqui! Que bom poder tê-la aqui conosco para fazer esse debate! Sabemos do seu compromisso com a luta dos povos indígenas.

Parabéns! Força para você e um bom trabalho!

Vamos aplaudir a Maria Augusta. (*Palmas.*)

Eu quero aqui, também, dizer que tive de sair um pouquinho em virtude da solenidade, agora há pouco, de abertura do Outubro Rosa. Como vocês veem, voltei cheia de rosa aqui. Este mês é dedicado à prevenção ao câncer de mama, e nós mulheres... Aliás, os homens também têm que se cuidar, porque eles também são acometidos de câncer de mama. Contudo, a maioria que, infelizmente, tem a doença e da qual acaba sendo vitimada é de mulheres.

Como dizia, este é o mês dedicado à prevenção ao câncer de mama, por isso a cor rosa. Os prédios do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, a partir das 18h30min, serão iluminados com a cor rosa durante todo este mês de outubro. Por isso, eu tive que sair um pouquinho para a abertura dessa solenidade, eu peço desculpas ao Denildo e também a você, Maria Augusta, por não ter ouvido por completo as falas de vocês.

Agora, eu gostaria de propor um encaminhamento. Como nós não poderemos, com certeza, prolongar os trabalhos, eu queria propor, se vocês assim concordarem, embora não seja da praxe da Comissão de Direitos Humanos... Nós fazemos em algumas audi-

ências públicas, e nesta, em especial, se for possível e se vocês aceitarem, eu acho que seria muito bom. Então, que pelo menos umas cinco lideranças indígenas escolhidas por vocês usem o microfone por um tempo máximo de cinco minutos. Nós abriremos essa oportunidade, antes de passarmos ao encerramento desta reunião.

Se houver alguém interessado, eu pediria que, pelo menos, umas cinco pessoas, por no máximo cinco minutos...

Então, eu vou pedir a alguém da assessoria da Comissão para que anote os nomes de vocês.

A Sônia conhece vocês pelo nome, então, ela vai me dizer quem são os inscritos aqui.

A SRª SÔNIA BONI DOS SANTOS – Aqui já são seis inscritos, Senadora. Podemos diminuir o tempo para três minutos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E mais pessoas inscritas.

Seria bom que as mulheres também se inscrevessem.

Já tem nove. No máximo 10, incluindo as mulheres aqui. Três minutos para cada um, pode ser? Porque 14 horas, em ponto, temos que encerrar esta audiência.

Quem é o primeiro inscrito?

A SRª SÔNIA BONI DOS SANTOS – Pachon.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pachon, por favor, chegue até aqui. Você vai se apresentar e dizer qual é o seu povo. O microfone está aqui ao lado para que você possa utilizar. São três minutos marcados no relógio. Quando estiver faltando um minuto, a campainha vai ser acionada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidenta, peça aos dois que se aproximem do microfone.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Peço ao Kretã e a Francisca que se aproximem, por favor. Logo após o Pachon, terá a palavra o Kretã.

O SR. PACHON METUKTIRE – Bom tarde a todos.

Primeiro, este é um momento, para mim, muito importante, porque faz 25 anos que os nossos caciques participaram dessa conquista: 25 anos.

Meu nome é Pechon, sou do povo Kaiapó Metuktire, somos da região do Mato Grosso, Xingu.

São mais de 500 anos de morte de indígenas e nenhum direito assegurado, e só faz 25 anos que este direito está garantido para nós nessa Constituição, e já estão querendo acabar com isso.

Eu quero deixar claro para a Senadora que nós, indígenas, porque os brancos que estão aqui não sabem, temos essa cultura diferente, porque diferente é a nossa relação com a natureza, com a terra, com a floresta, com água. O nosso modo de viver é diferente e isso precisa ser considerado, para que esse direito que foi conquistado pelos nossos caciques continue do jeito que está, para que a Funai tenha essa força de demarcar essas terras para muitos parentes que precisam de terra.

Eu quero fazer aqui, neste tempo curto, a leitura que fizemos em Altamira quando do congresso nacional. Se me permitam, gostaria de fazer a leitura. Se estourar o tempo, gostaria de adicionais minutos.

Nós, povos indígenas e comunidades tradicionais de toda a Bacia do Xingu, organizações, pesquisadores e demais pessoas reunidas em Altamira-PA no encontro "Xingu – Diversidade Socioambiental no Coração do Brasil", entre 27 e 29 de setembro de 2013, abaixo assinam esta carta à Presidente Dilma e ao Congresso Nacional.

Queremos expressar as grandes preocupações com o presente e com o futuro do corredor de áreas protegidas do Xingu, que ocupa 55% da área total da Bacia.

Somos os habitantes tradicionais deste território, que guardam o que resta de floresta, junto às organizações e pessoas que apoiam essas formas de desenvolvimento não destrutivas.

Exigimos o reconhecimento dos povos que se adaptaram à vida na floresta e desenvolveram suas próprias tecnologias, sua própria forma de vida e de organização social, seus próprios ritos e crenças. Esses povos merecem o mesmo respeito que as muitas outras manifestações da cultura brasileira.

A casa dos povos do Xingu está cada vez mais cercada por ameaças. As nascentes do Rio Xingu estão sendo destruídas muito rapidamente por desmatamento e agrotóxicos. Ampliam-se estradas existentes e planejam-se outras que cortam os territórios tradicionais, dividem os povos e facilitam as invasões. O coração da Bacia é violentado por roubo de madeira, invasões de áreas protegidas, além de sofrer os pesados impactos de Belo Monte. É um cerco de morte aos territórios e à cultura do Xingu.

Ao redor das terras indígenas e reservas extrativistas da Bacia, alguns poucos indivíduos são donos de grandes áreas, mas eles querem mais. Indígenas e ribeirinhos não precisam derrubar a floresta para se alimentarem e bem viver. As riquezas desse modo de vida devem ser reconhecidas e respeitadas por todos os brasileiros.

Não vamos aceitar a destruição que faça em nome do progresso. Não vamos deixar que aqueles que nunca banharam nesse rio e nunca se alimentaram de seus peixes decidam o que fazer com os territórios

dos povos tradicionais sem consultá-los, como ocorreu na usina de Belo Monte. Não aceitamos outras barragens na Bacia do Xingu. Não aceitamos trocar as terras ocupadas há décadas e séculos por uma balança comercial favorável para poucos, nem entendemos que compensações financeiras possam jamais substituir o território e a forma de viver nele.

Os nossos direitos são garantidos pela Constituição. Agora, a Bancada Ruralista, com o apoio do Governo, quer mudar a Constituição e as leis para invadir essas terras. Há 25 anos lutamos fortemente para construir uma Constituição que respeitasse e valorizasse a diversidade e a pluralidade da sociedade brasileira. Nunca esses direitos estiveram tão ameaçados. Nunca, nas comunidades tradicionais, fomos tão desprezados. Nunca nós, da comunidade científica e da sociedade civil, fomos tão ignorados.

Os povos indígenas e extrativistas da Bacia do Xingu estão em Brasília para defender a integridade dos seus territórios e a dignidade dos povos indígenas.

Exigimos o fim da destruição da Bacia do Xingu. Exigimos o fim da PEC nº 215, PLP nº 227 e a Portaria nº 303, da AGU.

Assinam várias lideranças indígenas que estiveram presentes.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Pachon.

Eu convido agora o Kretã para se apresentar e falar em nome do seu povo.

O SR. KRETÃ KAINGANG – Primeiramente, cumprimentar a Mesa na pessoa da Senadora.

Eu sou Kretã, sou kaingang, sou da Região Sul. Eu vou ser bem curto no que eu vou falar. Se a Constituição não vai ser respeitada pelo Congresso Nacional, nós não vamos obedecer ao Estado brasileiro também na Região Sul, porque nós temos mais 60 acampamentos na Região Sul. Isso é conhecido. Cerca de 70% desses acampamentos são formados por crianças, que estão embaixo de lonas, sem direito a uma educação decente, sem direito a uma saúde decente. Só quem vive na Região Sul sabe como é a situação lá.

Então, se não vão obedecer à Constituição brasileira, nós também não temos obrigação de obedecer ao Estado brasileiro. E nós vamos partir para cima das nossas terras, terras que foram garantidas pela Constituição de 1988. Meu avô, chamado Francisco Luiz dos Santos, conhecido como Chico Luiz, lutou e deixou para nós, os kaingangs, para os guaranis, que habitam a Região Sul, deixou isso lá para nós. Esse é um direito que está na Constituição brasileira.

Então, o recado que eu tenho é que nós não vamos obedecer. A partir deste ano e no ano que vem, os conflitos na Região Sul vão ser frequentes, porque nós vamos demarcar nossas terras à força, ao nosso modo, como nos anos 1980.

É esse o recado que eu tenho. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Kretã.

Eu convido agora A Francisca Arara; e logo em seguida, o Toninho Guarani.

Toninho, pode chegar aqui à frente.

A SRª FRANCISCA ARARA – Boa tarde! Eu acho que já é boa tarde para nós lá no Acre.

Meu nome é Francisca. Sou do povo arara do Estado do Acre. Eu vim aqui falar, parente, porque eu estou muito preocupada. A gente vem acompanhando, eu moro muito longe, no Acre, fronteira com o Peru, como vocês sabem, mas eu estou de olho, estou acompanhando a política nacional na medida do possível.

Há uma preocupação com a Constituição Federal. Nós, indígenas, defendemos que as demarcações de terras indígenas fique com a Funai, porque se isso for para o Legislativo, eles não entendem nada de índio, nada mesmo! Só entendem de... *(Palmas.)* Eles só entendem de apoiar o pessoal deles para acabar com a floresta, dizendo que isso é sustentabilidade. Os Poderes têm que saber o que é sustentabilidade. Para vocês aqui, sustentabilidade é uma coisa; para nós, na terra indígena, sustentabilidade é outra. O que é sustentabilidade? Soninha falou. Terra. Ter terra demarcada é viver bem, viver em harmonia, ter nossa cultura, nosso legume, nossa semente tradicional, nossa educação. Se a gente tiver isso, a gente se organiza socialmente e culturalmente. Aí é que a gente precisa de vocês para apoiar os nossos projetos de vida, que a gente já tem dentro das nossas aldeias. Não é inventar projeto de fora, levar para o índio, depois, quando não dá certo: "Mas foi o índio que pediu". Não deu certo e vão jogando as coisas para cima da gente.

Outra coisa que vem acabando muito são os programas sociais, não é? É outra arma que a gente sente que é uma guerra silenciosa, que vem só matando a gente pela unha. Temos o Bolsa Verde, o Bolsa Família, não sei quantas Bolsas. Os parentes indígenas têm muitos filhos, têm dez, trazem os netos, trazem todos para a cidade e, com isso, vai-se esvaziando a terra indígena. Quando vêm para a cidade, dizem: "Está vendo, o índio não quer terra, porque o índio é preguiçoso, o índio não gera emprego, o índio não gera economia, não dá sustentabilidade". É assim que nós somos vistos hoje no Brasil.

Essas são as minhas palavras.

Não queremos dinheiro? Queremos! Mas queremos que vá ao encontro do que a gente sabe fazer. Trabalho das mulheres indígenas. Nós temos o nos-

so papel, então, tem que fortalecer o projeto de sustentabilidade, gestão territorial, não é botar peixe lá, porque índio não sabe criar peixe nem galinha com luz. Então, temos que saber o tipo de projeto que nós queremos e nós indígenas é que vamos avaliar. Tudo o que vem parece muito bonito, mas depois gera o impacto. A estrada é boa? É! Porque a gente vai chegar com mais tempo, mas vai ter muita bebida alcoólica, vai ter muita coisa.

Então, era isso o que eu queria falar.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Francisca. Você tem toda a razão. É isso mesmo. Acho que essa sua fala é uma forma de chamar a atenção de todos nós para a realidade indígena, que é bem diferente da realidade branca, da população branca. Então, é preciso reconhecer isso em termos de políticas públicas também.

Convido agora o Toninho Guarani. Em seguida, o Maximiliano Tukano.

O SR. TONINHO GUARANI – Boa tarde, componente da Mesa, Srª Ana Rita.

Acredito que estamos aqui para dizer o que nós sentimos honestamente com nossos corações. A gente entende que nós somos cidadãos brasileiros, não somente dizendo assim: "Nós, povos indígenas, somos raiz neste território". Mesmo quando tentaram acabar, essa raiz brotou. Por isso que estamos aqui, nesta Casa do povo. Mas acredito que tem que ter respeito profundo pelo Estado. Estes três Poderes que estão aí, dizem, que é para organizar o País, mas, pelo momento que a gente passa hoje não estão organizando, estão querendo acabar com os direitos, o fundamental do nosso território que está aí.

Entendemos também que, no Estado do Espírito Santo e em todos os cantos do Brasil, nós estamos correndo o risco de uma turbulência pela Bancada Ruralista. Hoje entendemos que eles vão ser culpados, porque estão atacando os nossos direitos fundamentais. A gente não precisa se vingar, mas o poder da natureza, o poder do raio, o poder do vento vai trazer a solução. A gente não precisa se vingar. Mas esses ruralistas estão querendo acabar até com a vida do ser humano e dos seres que vivem no Planeta, porque estão colocando mais veneno, mais bombas, mais outras coisas. A minha vó diz assim: "Os juruás, os não indígenas, vão se ver como um superior, um cacique, um líder ou um curandeiro, mas eles não são superiores, porque eles vão inventar muitas coisas, mas é uma armadilha para eles mesmos".

Eu estou vendo isso porque, hoje, a bomba nuclear no avião, no carro, uma arma... Então, não está tendo controle. Isso eles mesmos que fizeram. Por isso que eles estão atacando o nosso direito, porque eles sabem que esse direito que nós temos, através da Constituição brasileira, é uma lei que está junto com as leis invisíveis que Deus criou para nós. Por isso que nós estamos defendendo a Constituição brasileira, mais precisamente os arts. 231 e 232, porque ela faz parte das leis divinas, pois nós defendemos o rio, nós mesmos, o futuro e também vocês que estão aqui, neste território. Não estamos defendendo somente a nós. É por isso que nós estamos aqui. Nós somos tupiniquins e guaranis e estamos também juntos com os parentes de toda a região para dizer isso.

Eu sou guarani e faço parte também do conselho especial guarani-kaiowá. Faço parte desse conselho dentro dos direitos humanos da Comissão da Presidência da República.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem! Obrigada, Toninho, pela sua presença.

Eu convido agora Maximiliano Tukano para se manifestar e, em seguida, Jurandir Xavante.

O SR. MAXIMILIANO CORREA MENEZES – Meus cordiais cumprimentos à Mesa, aos parentes que estão nesta Comissão.

Meu nome é Maximiliano Correa Menezes. Eu sou do povo tukano do Estado do Amazonas, atualmente Coordenador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

Eu queria, em poucas palavras, dizer que o Estado brasileiro, desde 1500, não tem boa história para com os povos indígenas. Já chegou aqui massacrando os povos do litoral, aos poucos atingindo as nossas regiões. Ao longo desses anos, nós sempre sofremos; sofrimentos que ainda hoje não acabaram, mesmo com a nova Constituição brasileira de 1988.

Vinte e cinco anos atrás, no dia em que foi promulgada a Constituição Federal, este Congresso dizia, com palavras belíssimas, como Estado democrático, reconhecendo a pluralidade, sem preconceito, porém, o nosso artigo, aquele que nos dá direito de a terra ser demarcada, de vivermos nossos costumes e tradições ainda continua sendo violentado, não como 500 anos atrás, à base de escravidão, mas por meio dessas Propostas de Emenda à Constituição, violentando nosso direito.

O fato é que estamos aqui, após 25 anos, mobilizados para falar que respeitem os nossos direitos, que respeitem o nosso povo e a nossa cultura, para que o nosso povo possa viver com dignidade. E o bem-estar do nosso povo vale a partir do momento em que nós estamos gritando aqui e não era preciso gritarmos, pois quem deveria estar gritando aqui pelo

direito de um pedaço de terra eram aqueles que vieram 500 anos atrás para a costa brasileira. Com certeza, naquela época, o nosso povo vivia no litoral brasileiro. Muitos deles ainda estão aqui como descendentes e nos receberam muito bem, apesar de nos verem como pessoas estranhas. Mas devemos respeitar uns aos outros, como disse muito bem o cacique, porque não existe nem melhor, nem pior. Somos iguais, com direitos iguais para todos.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Maximiliano, pela sua fala.

Eu vou conceder agora a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que também gostaria de se manifestar. Em seguida, passarei a palavra ao Jurandir, a quem peço que aguarde só um pouquinho, está bem Jurandir?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Cumprimento a Presidenta Ana Rita da Comissão de Direitos Humanos por este diálogo de extraordinário valor e que ganha ainda maior relevância, uma vez que a Presidenta da Funai Maria Augusta Boulitreau Assirati ressaltou que é disposição dela presidir a Funai, sobretudo, dialogando e ouvindo os povos indígenas, bem como os povos quilombolas, que hoje aqui se encontram.

Eu quero cumprimentar a Sônia Boni dos Santos, o Cléber César Buzatto, o Denildo Rodrigues, a Presidenta Maria Augusta Boulitreau Assirati.

Por ser tão significativa essa oportunidade de audiência, eu gostaria de, aqui, lhes dar uma informação, vou deixá-la por escrito através dessa cartilha que o Ziraldo fez, mas que se refere a todo e qualquer pessoa no Brasil, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica, passará a ter o direito, quando for colocada em prática essa lei – já aprovada por todos os partidos no Congresso Nacional, e, dia 8 de janeiro próximo, fará dez anos que esta lei foi sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva –, então, quando ela ocorrer não importa se cacique ou não cacique, se Presidente da República ou se o Pelé, a Xuxa, o Senador Suplicy ou qualquer um de vocês, Ana Rita, todas as pessoas passarão a ter o direito de participar, pelo menos um pouco da riqueza comum de nossa Nação, através de uma renda que com o tempo será suficiente para atender às necessidades vitais de cada um. A ninguém será negado. Mas como assim, até aos que já têm muito mais recursos? Sim. Só que, obviamente, esses colaborarão muito mais, para que nós próprios, e todos os demais que venham receber, e assim haverá todas as vantagens que vocês poderão aqui conhecer.

Também quero lhes dizer que foi enviada ontem à Presidenta Dilma Rousseff uma carta que eu vou aqui dar para ser transcrita nesta reunião da Comissão de Direitos Humanos, segundo a qual todos os participantes de importante colóquio internacional, realizado na semana passada com a presença de Marilena Chaui, do Prof. Paul Singer, especialistas em questões de direitos humanos e sociólogos, filósofos, economistas do mundo inteiro ponderaram à Presidenta Dilma Rousseff que está na hora de instituir um grupo de trabalho, coordenado pelo Prof. Paul Singer, em cooperação com a Ministra Tereza Campelo, do Desenvolvimento Social, e o Ministro da Secretária de Assuntos Estratégicos, Marcelo Neri, para verificar quais serão os passos dados ao longo dos próximos períodos para, de fato, tornar realidade e instituir a renda básica de cidadania.

Portanto, eu só quero cumprimentar a todos e deixar para cada um dos aqui presentes – se puder me ajudar a distribuir a todos os presentes eu agradeço. É só passar para trás que cada um vai passando lá para trás e assim agradeço a todos.

Muito obrigado e parabéns a vocês, que bom que os 25 anos da Constituição, pelo art. 231, que a Maria Augusta e os representantes indígenas aqui ressaltaram possa ser objeto desse momento tão importante de diálogo do Governo, do representante do Ministro da Justiça, Presidente da Funai com representantes de povos indígenas de todo o Brasil.

Parabéns a todos vocês!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada Senador Eduardo Suplicy.

Enquanto isso, eu vou pedir aqui à Sônia, já que nós interrompemos aqui o nosso companheiro Jurandir, para fazer uma leitura dos povos presentes aqui nessa audiência pública, para que nós tenhamos uma noção de quem são os representantes.

A SRª SÔNIA BONI DOS SANTOS – Temos, nesta audiência pública, 33 povos diferentes das cinco Regiões do País. Temos aqui o povo Runikuin, do Acre; Ashaninka; Shawãdawa; Nawa; todos do Acre. Uma salva de palmas para os povos do Acre. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pede para levantar a mão cada um citados.

A SRª SÔNIA BONI DOS SANTOS – Então vou repetir: Runikuin; Ashaninka; Shawãdawa; Nawa; Guajajara; Kaingang; Guarani; Maxacali; Pataxó; Tuxá; Xakriabá; Aranã – o povo deve ter ido pelo corredor –; Xucuru-kariri; Kaxixó; Krenak; Pankararu; Pataxó-Hã-Hã-Hãe; Xavante; Suruí-paiter; Machineri; Wapixana; Xokleng; Munduruku; Tariano; Tukano; Saterê; Kisedje; Yudjá; Caeté; Pitaguari; Tapeba; Gavião; Kaiapó; Mebengokre; Quilombolas e produtores rurais; Pankará,

Tapajós. Quem mais faltou? Vamos completar, então: Xerente; Puruborá; Tapajós, Pankará. Quem mais? Guarani-Kaiowá; Tupiniquim; Gavião, do Pará; Krikati; Pirahã; Macuxi está aqui? Macuxi; Yekuana, Krahô; Xucuru eu falei, não? Xucuru kariri, falei. Muito bem, Joneles. Wayampi. Quem mais: Galibi, também, né:

Falta mais algum? Krikati já coloquei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero aqui pedir uma salva de palmas a todos vocês. (*Palmas.*)

A presença de tantos povos de diversas regiões do Brasil muito nos alegra e também aumenta a nossa responsabilidade como Comissão de Direitos Humanos e, com certeza, da própria Funai. Aqui estamos ouvindo as informações que vocês têm para nos passar e também as reivindicações que vocês estão nos apresentando. Cinquenta povos indígenas!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Cinquenta povos indígenas. Parabéns a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Parabéns! (*Palmas.*)

Jurandi, agora é com você, meu querido. Desculpe o atraso. Vamos ouvi-lo atentamente.

O SR. JURANDIR XAVANTE – Muito obrigado pelo espaço. Eu queria muito agradecer à Comissão de Direitos Humanos, de ser compreensível, de dizer como diz os direitos humanos. Muito obrigado, Eduardo Suplicy, por estar aqui com a gente. Agradeço muito de a Ana Rita estar aqui, cedendo-nos esse espaço. Por você estar aqui, Eduardo Suplicy, você também ajudou a construir esses dois artigos tão importantes em 1988. Foram dois anos de conversa entre nosso povo com vocês e seus colegas Deputados Federais.

Esse tamanho, essa distância se encurtou desde 1988, em que nos assegurou estarmos aqui para defender a Constituição. Então, é como rasgar o que o senhor assinou.

Como é que o Senado, como é que o Congresso Nacional vai querer rasgar uma Constituição que é Carta Magna, o corpo do Brasil? E como é que a sociedade vai ver esse ato, que os políticos estão querendo rasgar essa Constituição? E por que o Governo quis uma assinatura internacional? Só fez para aparecer? É coisa séria. Como é que vai ser vista internacionalmente a 169? Um acordo internacional é uma coisa muito séria. Está comprometido.

Então, outra coisa: a Senhora Presidente da República Dilma Rousseff deve assumir como Presidente. Ela não pode ser omissa por causa de uma Bancada Ruralista. (*Palmas.*) Se for assim, tem que existir regime parlamentarista.

O Congresso quer mandar no Brasil. Nós estamos num regime presidencialista, tivemos um plebiscito, e hoje um Presidente que manda, que executa. O Congresso só faz lei. E quando construiu esta Constituição em 1988, disse que em cinco anos tinha que demarcar a nossa terra. Cadê esses cinco anos? E depois de 25 anos querem acabar com nossa Constituição?

Então, Eduardo Suplicy, você é o único remanescente Senador. Por ela recente ceder, compreender, briga com eles, dialoga com eles, chama os demais colegas.

No próximo ano, 2014, há essas eleições. Hoje a gente está muito ciente. Se o Congresso assinar, se a nossa Presidente for omissa, nós temos no próximo ano a Copa do Mundo. Como é que vai ser? Nós vamos fechar a BR.(*Palmas.*) Nós vamos fazer vexame. Em 2016 há a Olimpíada, e nós vamos fazer isso.

Então, como xavante, nós estamos querendo jogo aberto. Em 1988 tivemos diálogo, tivemos bom senso, e deu tudo isso, a Constituição de 1988; essa diversidade em que o senhor esteve presente.

Então, queria dizer isso, esse recado, que o Congresso, a Senhora Dilma Rousseff deve escutar o povo indígena, ser a nossa Presidente, que assuma seu papel. É esse o recado que eu queria dar.

Um abraço. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Jurandir Xavante, pela sua fala, pela sua manifestação.

Eu aproveito aqui para registrar a presença também do Senador Randolfe Rodrigues, que também apoia a causa, que também está atento às demandas dos povos indígenas.

Convido agora a Joenia Wapichana. Em seguida a Núbia.

A SRª JOENIA WAPICHANA – Boa tarde a todos. Vou saudar a Mesa em nome da Senadora Ana Rita.

Quero também dizer para nós aqui, Senadores, Senadora, autoridades que estão presentes, que a mobilização indígena que está aqui em Brasília está muito preocupada, principalmente porque nós estamos percebendo a desconstituição dos direitos. Essa desconstituição está vindo aos poucos. E eu quero chamar a atenção de todos os Senadores que estão aqui, dos que estão ouvindo, e outros Parlamentares, que, com certeza, têm acompanhado, que está representando um risco, não apenas um risco para os povos indígenas, mas para a sociedade brasileira como um todo. Por quê? Porque as terras indígenas vêm com uma qualidade, digamos assim, de proteger a cultura, o meio ambiente. Nós estamos tratando de vidas, de seres humanos que dependem do acesso a terra, dependem de uma proteção dos direitos. E é aí que está

a nossa sensibilidade para mostrar, porque nós não podemos nos silenciar com o avanço dessas propostas que estão tramitando aqui no Congresso Nacional. A PEC nº 215, o PLP nº 227, e até indagar por que o Governo apoia essa Proposta nº 227 se quer definir o que é o interesse da União? Qual é o interesse da União? Eu entendo que é justamente os direitos humanos, defender os direitos humanos, o direito à vida, o direito a terra, o direito à saúde, à educação, é o direito à liberdade que nós não tivemos hoje, na frente, aqui ao acesso a uma Casa que é pública, uma Casa que deveria abrir as portas para os povos originais do Brasil e que estão aqui neste momento reivindicando que tenham atenção aos direitos, porque nós ajudamos a construir esta história do Brasil, a construir esses direitos que estão fazendo 25 anos. O mínimo que deveriam ter seria o respeito e a dignidade de nos receber de uma forma bem educada, que nós não tivemos. Fomos discriminados. Fomos constrangidos. Isto tem que mudar essa recepção.

A sociedade brasileira tem que entender que os povos indígenas não são apenas, digamos assim, o prejuízo, mas são a contribuição para a formação desta Nação brasileira. Fazemos parte desta sociedade. E queremos mostrar que devemos ter respeito também, respeito que não tivemos. Não houve um representante na Constituição. Não temos até hoje um representante parlamentar indígena. Mas nós estamos defendendo essas leis que foram escritas e aprovadas. Nós estamos defendendo o futuro do Brasil. Nós estamos defendendo que o Brasil não acabe com todos os povos indígenas e que não venha a ocorrer novamente o genocídio que houve no passado.

Então, eu coloco essas mensagens. Eu estou vindo de Roraima. Nós estamos bastante preocupados. Estão havendo manifestações em Roraima na Raposa Serra do Sol, na terra indígena São Marcos. Nós queremos colocar aqui, porque, muitas vezes, são pessoas que são anti-indígenas, principalmente que queriam prejudicar a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, que trouxeram como propostas justamente para retroceder esses direitos. E aí também a gente está vendo esses avanços e estamos querendo justamente esse compromisso do Senado Federal para com os povos indígenas, para com os direitos humanos. Nós estamos aqui porque nós estamos vendo que as coisas estão avançando. Isto não pode ocorrer: paralisação de demarcação de terras indígenas, manipulação e uma total articulação da Bancada Ruralista para retroceder esses direitos, que são definidos como fundamentais, que são considerados cláusulas pétreas na nossa Constituição. Esses direitos não podem ser negociados. Eles não podem negociar vida de pessoas. Eles não podem ser retrocedidos. Essa é uma atenção para a sociedade brasileira. Nós estamos juntos com os povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, movimentos sociais, movimento ambientalistas. Esses 25 anos não são para ficarmos calados. É para agir, e um agir para assegurar o mínimo que nós temos hoje no Brasil. Isso já é o mínimo, e já querem acabar com esse mínimo.

Aí, eu peço essa atenção aos Srs. Parlamentares e às autoridades que estão presentes para não silenciar, não deixarem avançar esses absurdos e essas inúmeras inconstitucionalidades que hoje nós ouvimos aqui na Mesa falarem.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Joenia. De uma coisa você pode ter certeza: a Comissão de Direitos Humanos estará atenta a tudo o que se passa nesta Casa no que se refere à questão indígena. E é claro que a mobilização da sociedade, a mobilização de vocês é muito importante, e o diálogo também com os outros Parlamentares, com os Senadores, com os Deputados. É importante esse diálogo, para que não tenhamos retrocesso.

Eu concedo a palavra à Núbia. E em seguida, à Nuze Tapajós.

A SRª NUBIA – Eu queria pedir licença para ler uma carta, uma saudação quilombola. Mas ela vai especialmente para todos os brasileiros. Ano que vem será ano político, e nós somos contabilizados em mais de dez milhões. Então, o Governo que virá o ano que vem vai ter que nos ouvir de alguma forma, nem que seja neste momento.

Nós quilombolas somos herdeiros de Zumbi, um dos grandes heróis da história do Brasil. Somos ainda herdeiros de muitos heróis que perderam a vida em busca de nossos sonhos, mas temos muitos mais com o que nos orgulhar. Nós nos orgulhamos de nossa história, luta e resistência pelo direito fundamental ao território e pelo reconhecimento de nossa identidade quilombola. A nossa terra garantida de todos os direitos que passaram a ser respeitados, e podemos viver com autonomia e dignidade. Com direito a terra, nossos filhos podem crescer ao nosso lado e contribuir para o fortalecimento de nossa comunidade sem serem expulsos para as cidades, onde a violência e o racismo são graves, ameaça para o jovem negro.

Temos orgulho da nossa tradição, cultura, herança de nossos antepassados. Fomos a identidade que contribuiu para a diversidade brasileira.

Nossas festas, danças e crenças, culinária são formas de expressão cultural, um patrimônio do qual

não abrimos mão e temos a certeza de que isso torna o País mais rico.

Também prezamos pelo nosso modo de vida tradicional, de forma que manejamos o território relacionado pelo povo coletivo.

Nosso manejo da terra baseia-se no respeito do meio ambiente, a valorização da biodiversidade, com a contribuição dos quilombolas e indígenas desse País. Inclui a produção de alimentos saudáveis com o consumo de fora e dentro da nossa comunidade.

Os territórios quilombolas contribuem para a preservação ambiental e isso é um serviço fundamental que prestamos para o Brasil e para o mundo.

Nesse momento, em que o planeta enfrenta a maior crise ambiental, com todo tempo, as mudanças climáticas, é hora de termos conhecimento da tradicional vida, e valorizada pelo povo indígena e quilombola.

Ao longo da nossa luta, conquistamos nossas vitórias, mas ainda falta muito a ser percorrido, como a justiça social neste Brasil.

Somos mais brasileiros, somos mais de cinco mil comunidades existentes neste País, e apenas 172 títulos ou papeis nos foram dados. E, assim, muitas delas enfrentam problemas de regularização fundiária. E isso tem que mudar, não apenas na questão de justiça, mas na própria preservação ambiental, da riqueza cultural, da grande riqueza dos alimentos.

Fomos arrancados da África, transformados em escravos. Conquistamos a nossa liberdade com sangue, muito sangue derramado e sem direito a qualquer coisa.

Dessa forma, vamos perseverar na conquista de nossos direitos, porque, também, o Brasil é quilombola e indígena.

Quero deixar essa mensagem a este Congresso, que, no ano que vem, vai se renovar ou não, porque nós brasileiros, quilombolas e indígenas também votamos em vocês.

Queria desafiar a esta Câmara para que visitasse os territórios impactados, para que visitasse os territórios indígenas para sentir na pele por que tanta aflição nos traz aqui.

Eu queria que essa Câmara fosse aos nossos territórios sagrados, para poder sentir de perto a nossa realidade, porque nós deixamos os nossos filhos, deixamos, às vezes, o que deixamos plantar para poder vir aqui e dizer para vocês que merecemos respeito e merecemos direitos. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Núbia.

Eu concedo a palavra, agora, a Yannuzzi Tapajós e, em seguida, Anastácio Kaiowá, Guarani Kaiowá.

A SRª YANNUZZI TAPAJÓS – Boa tarde a todos. Eu sou Yannuzzi Tapajós, da Terra Indígena Cobra Grande, Pará, Baixo Tapajós.

Então, eu só quero reiterar a fala dos nossos parentes aqui, que já foi colocada, dos 50 povos que estão aqui reunidos, que o nosso objetivo aqui é garantir, realmente, nossos direitos indígenas. Nós não permitimos que esse retroativo às conquistas constitucionais das políticas indígenas no que se refere à Constituição de 1988, que está sendo violada. Nós não aceitamos nenhum tipo de violação. Nós somos contra os projetos de lei, nós somos contra PL, a PEC nº 215, todos esses decretos que estão aí e nós somos contra os projetos que estão dentro das nossas terras indígenas como as grandes hidrelétricas no Baixo Tapajós, Belo Monte e as outras que estão aí.

Nós exigimos essa revogação da PEC nº 215, que retroage e fere os nossos direitos em detrimento de Parlamentares eleitos, que se utilizam da força do poder político, econômico.

Então, a nossa voz aqui, o nosso momento aqui é para vir fazer ecoar a nossa voz, falar em nome de nossos povos indígenas e dizer que as nossas famílias estão ameaçadas. Ameaças de madeireiros, grileiros dentro de nossas terras, droga circulando, e nós temos, apenas, um culpado disso que é o Governo. O Governo é culpado disso. Estão violando os nossos direitos e não estão respeitando a Constituição Federal.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Yannuzzi Tapajós.

Concedo a palavra, agora, ao Anastácio Guarani-Kaiowá.

Vocês se apresentem, porque vocês acabaram não fazendo mais isso. Acho que é importante dizer de onde vocês são.

O SR. ANASTÁCIO PERALTA – Está bom. Meu nome é Anastácio Peralta. Sou Guarani-Kaiowá, de Mato Grosso do Sul, onde há muita violência, um dos lugares mais problemáticos no Brasil, no Mato Grosso do Sul.

Eu fico pensando que o Congresso devia ser tudo direitos humanos, porque mexe com gente, é eleito por gente, mas acaba pouca gente defendendo direitos humanos. Então, acaba mexendo mais com quem tem mais direito: só o boi, a cana, a soja. Eu sempre tenho falado que a soja, o boi e a cana têm mais direito que uma criança indígena.

E a gente precisa mudar o cérebro deste País. O cérebro deste País é horroroso. Ele tem 500 anos e não conseguiu mudar ainda. Muitos Parlamentares ainda têm na cabeça a mesma mentalidade de 500 anos atrás, que é roubar do País, é ganhar dinheiro, muito

dinheiro. E quem estava aqui, que devia ser respeitado – os indígenas, o meio ambiente –, não é respeitado. Então, precisamos mudar o cérebro deste País, mas com educação. Precisa mais educação.

No passado, eram os europeus que estavam invadindo nossa terra. Hoje, são os próprios brasileiros invadindo as terras, com projeto, com lei, com várias coisas. De lei em lei, ele vai matando o povo indígena, o povo quilombola, os povos tradicionais. Então, precisamos mudar esse cérebro deste País. E muda com nós mesmos, nós fazendo pressão, mudar a lei, que nem a Lei 215, tirar direito indígena. Fica muito mais fácil tirar direito de outras pessoas como trabalhadores brasileiros que necessitam, sem casa, sem teto, sem terra, sem emprego. Então, começa a tirar os direitos. Então, esta 215 é um princípio para tirar direito brasileiro.

Só para terminar, eu queria falar uma poesia de um grande poeta, amigo meu, boliviano, que fala assim: "Roubaram nossos frutos, queimaram nossos galhos, mas não conseguiram destruir as nossas raízes."

Então, pode até roubar nossos frutos, cortar nossos galhos, queimar nossos troncos, mas nunca vão destruir as nossas raízes. E falo assim como um bom brasileiro também.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Obrigada, Anastácio.

Convido, agora, a Lucélia, Pankará, e, em seguida, a Anália. E terminamos essa rodada com a Anália.

A SRª LUCÉLIA LEAL – Meu nome é Lucélia. Sou cacique Pankará do povo que fica em Itacuruba, em Pernambuco.

Na verdade, o que eu vim falar aqui hoje é uma grande preocupação não só minha, mas de todos os povos indígenas de Pernambuco, porque, além de um presente maravilhoso, que nós sabemos que não o é, que é a transposição do São Francisco, nós temos uma grande proposta de um projeto que está andando meio que em silêncio, que é a construção de uma usina nuclear em Pernambuco. É um projeto que está funcionando por debaixo dos calados, para que não seja claro para todo mundo, mas a gente sabe, a gente conhece todo o cronograma, que já está posto na Eletronuclear. O início das obras será a partir de 2017. E ela vai tendo a sua continuidade. A primeira turbina será ligada em 2022. Então, é um grande projeto que está vindo aí, mais um projeto de governo que vem para ferir todo esse direito que está garantido na Constituição brasileira, porque ele pega nas terras do meu povo, na terra do povo Pankará. Então, é mais uma grande preocupação nossa.

Por que sempre fazer projetos, projetos, projetos que não são para a gente? Projetos que não vêm nos beneficiar. Projetos que não leva em conta nada do que está naquela região, não leva em conta o povo que está lá, não leva em conta a cultura, a tradição, nada.

E aí a gente vem com o intuito de cobrar que a Funai faça a nossa demarcação da nossa área. Porque o que a gente sente é que enquanto a nossa terra não for demarcada mais fácil que esses projetos entrem nas nossas áreas, mais fácil eles cheguem até lá. Então, a gente precisa que essa terra seja demarcada, e esse projeto não chegue até a nossa área, porque ele não é um projeto que a gente quer. A gente não quer a usina nuclear.

É um projeto que os outros países estão cancelando, estão acabando. Aí o Brasil vai trazer para cá. O Brasil quer um projeto que não é bom. Por que a gente vai querer essas políticas de outros países que não servem, não estão servindo mais e vai servir no Brasil? O nosso rio já está sendo ferido de todas as formas. O Rio São Francisco já não aguenta mais tanta agressão e vamos trazer mais um projeto e jogar no Rio São Francisco? Essa é uma grande preocupação do povo que fica à margem daquele rio e principalmente dos povos indígenas de Pernambuco. Até a lei de Pernambuco já está sendo estudada para ser mudada para que esse projeto seja colocado no Estado.

Então, é uma grande preocupação e a gente veio aqui para pedir apoio a todos os parentes porque a gente precisa de apoio para lutar contra esse grande projeto que está chegando na nossa comunidade. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Lucélia. Que bom que você traz também esta situação, que é um problema bastante complexo e que precisa ser realmente debatido.

Convido agora a Amália Tuxá, a última inscrita. Depois passaremos para as considerações finais da Mesa.

A SRª AMÁLIA TUXÁ – Boa tarde a todos. Meu nome é Amália Tucha, sou cacique dos povos Tuxá de Minas Gerais.

Quero cumprimentar a Mesa e, diante das autoridades que estão aqui presentes quero fazer um apelo para que as Srªs Senadoras venham a olhar os povos de Minas, porque a base de Governo para as políticas indigenistas do nosso povo são fracas, as expectativas não são correspondidas. E quero fazer um apelo também, diante das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores e da Srª Maria Augusta para que olhem para os povos maxacalis. Os povos maxacalis estão sendo extintos, o alcoolismo está dentro da aldeia, está acabando com a situação do povo, as mulheres estão sendo mutiladas, os povos perderam suas terras, e eu

como mulher, como cacique e como representante do meu povo, sou mãe, tenho essa preocupação, porque povos extintos não vão contar a sua história. E eu estou aqui representando Minas, todas as etnias que têm no Estado de Minas.

E quero pedir também a Srª Maria Augusta que quanto nós estivemos numa reunião que teve com as mulheres do Espírito Santos e de Minas, a Srª Marta, ex-presidenta, ela ficou de formar uma comissão de mulheres para esse Estado. E mediante isso quero reafirmar que é de nosso interesse, essa comissão tem que existir para que nós possamos estar estudando junto com os outros povos e poder fazer a nossa diferença.

E estou muito contente também de nós, mulheres, estarmos atuando e poder somar também junto com as lideranças dos homens, porque nós também temos a liderança de voz, temos o nosso poder de decisão, e também somos organizadas politicamente. Então, quero pedir (*Palmas*) que todas essas reivindicações, todo esse clamor que foi feito, dos povos indígenas, dos quilombolas, que não fique só numa história, que não fique só no romantismo, mas que seja cumprido, porque tem que ter um compromisso. As eleições estão chegando, estão vindo eventos nos próximos anos, e se assim não for correspondida a nossa expectativa nós vamos agir da nossa forma, como guerreiros, porque as mulheres também têm potencial de guerreiras e para irem à guerra. Não temos a força para bater, mas temos instrumentos para incentivar uma guerra. E nós viemos aqui não para trazer uma guerra (*Palmas*), mas sim mostrar às autoridades, aos representantes do Governo que nós também fazemos a diferença. Somos cidadãs brasileiras com direitos e deveres, eleitoras, estamos aqui também para contribuir e para ter respeito. Digo uma coisa para o meu povo: esses impedimentos que tivemos hoje para não virmos aqui, não fiquem tristes e nem se achem pedintes, isso é uma prova de que somos perseverantes, sabemos esperar e que as autoridades têm o dever de nos atender como gente, como povo, como cidadão.

Assim, agradeço a oportunidade.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Amália. Mais uma vez, quero manifestar a alegria de ver tantas mulheres falando aqui hoje e mulheres que ocupam papeis importantes perante seus povos, suas comunidades, como caciques, como lideranças e que falam em nome de várias aldeias, de vários povos.

Parabéns!

Nosso tempo já esgotou. Teríamos que encerrar às 14 horas em ponto, por que...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Parabéns a você, estou atrasadíssimo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Atrasadíssimo, Senador.

Precisamos, de fato, encerrar esta atividade, mas não poderia deixar de conceder três minutos para o Ninawah Huni Kui. Pode vir aqui rapidamente três minutinhos para que vocês possam falar. O ideal seria que todos pudessem, mas infelizmente...Três minutos.

O SR. NINAWAH HUNI KUI – Obrigado.

Boa tarde a todos e a todas. À Senadora, quero agradecer esta oportunidade.

Sinto-me contemplado na palavra de todos os parentes. Infelizmente, o Senador teve que sair, mas concordo com o que o parente xavante falou. Ele construiu uma história no livro que rege nosso País, aprovando os direitos dos povos indígenas. Mas neste momento em que os povos indígenas, as comunidades tradicionais sofrem os maiores ataques de toda sua vida da Constituição de 1988 para cá, queria fazer uma solicitação perante todo esse público e quem está nos ouvindo também, Srª Senadora, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Neste momento tão importante em que os povos indígenas no Brasil estão se mobilizando junto às comunidades quilombolas, produtores rurais que estão aqui presentes, todas as outras comunidades tradicionais, queria fazer uma solicitação, que esta Comissão pudesse chamar seus colegas e fazer uma nova história para os povos indígenas, pautando o Estatuto dos Povos Indígenas, solicitando ao Congresso que paute o Estatuto dos Povos Indígenas, que paute a criação do Conselho Indígena, hoje tramita dentro do Congresso a CNPI, fortaleça o órgão competente para executar as ações dos povos indígenas, principalmente a demarcação das terras indígenas, que a Funai tenha condições de cumprir com sua obrigação. Fazendo isso para os povos indígenas, esta Casa, este Congresso, este Poder Legislativo, vamos falar novamente de conquistas dos povos indígenas, porque a conquista de 1988, nos artigos, hoje foram colocadas lá, mas infelizmente não é cumprido pelo Poder Executivo. Esta Casa também não está cumprindo, porque não está fazendo com que o Poder Executivo cumpra com o que esta Casa assinou. Então, queria fazer isso.

Outra coisa, esta Casa tem a obrigação de nos consultar quando for colocar qualquer projeto em discussão sobre aquilo que toma decisão sobre a vida dos povos indígenas, tem a obrigação de nos consultar. Estamos abertos para dialogar, tanto que estamos mobilizados de norte a sul, de leste a oeste deste País para dizermos que não vamos ficar calados e concordar com o que o parente Kaingang falou, se os Pode-

res não nos respeitam também não temos obrigação nenhuma de respeitá-los.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada Ninawa Huni kui.

Outras pessoas também solicitaram a oportunidade de falar, mas infelizmente o nosso tempo já se esgotou e eu preciso fazer os encaminhamentos para que possamos finalizar a nossa audiência pública.

Vou fazer o seguinte: inverteremos a ordem de fala, começando por quem falou por último, para que se manifeste primeiro e assim nós vamos concluir com a fala da Sônia.

Concedo agora a palavra, por um prazo de dois minutos, a Maria Augusta, Presidenta da Funai, para que possa se manifestar neste momento.

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI – Obrigada, Senadora.

Quero mais uma vez agradecer a oportunidade de estar presente aqui nesse momento importante. Quero agradecer a presença de todos e de todas aqui nesse debate.

É a partir do debate, da reflexão e da participação social que construímos a nossa sociedade, a nossa legislação, os nossos direitos, que avançamos em um projeto de sociedade que consiga escutar a sociedade civil, que consiga escutar os povos indígenas, os quilombolas, enfim, os diversos segmentos sociais que temos em nosso País.

Eu queria dizer que a Funai está aberta para esse diálogo. Entendemos, de fato, que a promoção de alterações nos direitos constitucionais dos povos indígenas nesse momento representaria um retrocesso em uma conquista tão importante, tão duramente obtida, conseguida por meio de uma luta tão forte pelo movimento indígena e dos movimentos sociais no Brasil à época da Constituinte.

Como disse no encerramento da minha fala, estes 25 anos da Constituição Federal têm de ser comemorados, porque houve avanços. Mas estamos em um momento de completa atenção para que não tenhamos retrocessos nesses direitos. Que consigamos manter e garantir o que com tantos esforços a gente vem lutando e batalhando. Isso para valorizar em nossa sociedade a possibilidade de termos o respeito aos direitos humanos; aos direitos sociais; a possibilidade de mobilização; de participação social; a valorização da diversidade étnica de um País plurietnico, de um País que se respeita, de um País que resolve os seus conflitos a partir do dialogo, a partir de instâncias democráticas de debate, de solução de situações.

Nós fazemos parte de tudo isso, cada um cumpre o seu papel nesse processo, e a Funai está à disposição para avançar no que for preciso nesse dialogo, nessa reflexão para que a gente possa garantir esses direitos constitucionais.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Maria Augusta.

Também nos orgulhamos pela sua Presidência na Funai. Quero dizer que a Comissão de Direitos Humanos está inteiramente à disposição da Funai para dialogar, para conversar, para, enfim, desenvolver atividades em conjunto. Estamos nos colocando inteiramente à disposição de todos vocês.

Concedo a palavra ao Denildo Rodrigues, representante da Coordenação Nacional de Quilombolas, para que, também em um prazo de dois minutos, possa se manifestar.

O SR. DENILDO RODRIGUES – Obrigado, Srª Presidente.

Eu gostaria de agradecer pela oportunidade. Quero também agradecer aos companheiros e companheiras aqui presentes.

Esse momento, eu já disse, é um momento bastante importante e simbólico. É um momento em que os 25 anos da Constituição de 1988 estão sendo reafirmados. E a importância de a gente garantir a efetivação desses direitos que foram lembrados na Constituição de 1988.

Eu gostaria também de dizer que nós, as comunidades quilombolas, os povos indígenas, temos uma importância grande para o crescimento deste País. Portanto, quero dizer para a Presidenta Dilma que se um dos lemas da campanha de 2010 foi “País rico é um País sem miséria”, acabar com a miséria neste País passa pela regulamentação dos nossos territórios.

Se o Governo, de fato, quer acabar com a miséria e com a fome neste País, tem que passar pelo processo de regularização dos territórios quilombola, indígena e de comunidades tradicionais.

Gostaria também de agradecer por essa oportunidade e dizer que nós estamos juntos. Um país rico é um país onde se respeita essas diversidades que se tem. E cabe a esta Casa, cabe ao Executivo olhar para dentro de si mesmo e ver essa diversidade, essa pluralidade que este País tem.

Povos indígenas e comunidades quilombolas têm uma grande importância na preservação do meio ambiente, na preservação da vida e na preservação da biodiversidade. E, para tanto, a gente está aqui na luta para reafirmar, mais uma vez, que a Constituição tem que ser respeitada e que a demarcação dos nossos territórios tem que acontecer ou na lei ou na marra.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Denildo, da Coordenação Nacional de Quilombolas. Obrigada pela presença.

Eu concedo a palavra agora, também por um tempo de dois minutos, para o Cleber César Buzatto, do Cimi.

O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO – Agradecemos, Senadora, pela oportunidade de estarmos participando desta importante audiência pública aqui no Senado Federal, na Comissão de Direitos Humanos, que V. Exª preside.

Aproveitamos, então, a oportunidade para reafirmar a nossa confiança de que, da mesma forma que os povos indígenas derrotaram o projeto do integracionismo da ditadura militar, também derrotarão o projeto e o ataque ruralista que está em curso. (*Palmas.*) Não à desconstrução da Constituição Federal, nas, sim, à efetivação da Constituição Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Cleber. Foi bastante breve; obrigada pela sua compreensão. E lhe peço que leve um abraço para o Secretário-Geral da CNBB, o Dom Leonardo, que muito também tem nos apoiado aqui no trabalho da Comissão de Direitos Humanos.

Eu concedo a palavra para a Sônia Guajajara, Coordenadora Executiva da Articulação dos Povos Indígenas, para que faça também a sua palavra de encerramento desta audiência pública.

A SRª SÔNIA BONI DOS SANTOS – Obrigada, Senadora, pela oportunidade, por esta audiência, mesmo assim, um pouco atropelada com o tempo. Mas foi possível que várias pessoas pudessem aqui se manifestar.

Eu queria apenas sugerir um encaminhamento: para que V. Exª possa buscar os amigos que podem ainda apoiar a questão indígena, para intervir em relação à PEC nº 038, que tramita aqui no Senado. Ela tem o mesmo teor da PEC nº 215, mas traz essa responsabilidade sobre demarcação de terra, essa competência para o Senado. Então, a gente pede também o seu apoio, a sua intervenção junto a outros colegas para não deixar que ela tramite ou que seja aprovada.

O outro pedido que eu queria fazer é em relação a um outro espaço aqui, uma oportunidade, em um outro momento, para a gente discutir sobre esse projeto de lei que também é recente aqui nesta Casa, que é o que criou a comissão mista para tratar da questão da regulamentação da demarcação de terras indígenas, regulamentação dos arts. 231 e 232 da Constituição Federal. A gente quer também participar e quer discutir sobre essas questões.

Para finalizar, eu vou falar não com minhas palavras; vou levantar e vou repetir aqui as palavras do Cacique Seattle quando, num passado muito distante, fez uma carta retratando muito bem tudo o que nós estamos vivendo hoje. Então, hoje, nós estamos apenas vivenciando o que já foi previsto há muito tempo por nossos indígenas, como a gente sempre teve esse conhecimento milenar e sabe prever como o homem branco planeja, como o homem branco vê essa mudança no mundo.

Como pode alguém querer comprar, roubar ou vender o céu, a água, o calor, a terra. Isso é para nós uma ideia muito estranha. Cada praia arenosa, cada copa de uma árvore, cada pássaro, o tilintar dos vaga-lumes; tudo isso é sagrado na história e experiência de nossos povos. Sabemos que nem todos compreendem esses costumes. Retiram tudo da terra, não repondo nada. Mas eu quero viver, a natureza quer viver, nós queremos viver.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. TRAÍRA (*Fora do microfone*.) – Quero fazer um pedido a vocês.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

Agradeço muito à Sônia.

Sônia, você nos emocionou! Muito obrigada.

O SR. TRAÍRA – Meu nome é Traíra, sou da etnia Kaiapó, e queria fazer um pedido. Amanhã ou depois, todas as etnias do Brasil estão acampadas aqui em frente. Elas querem uma reunião com o Cacique Raoni, Paulinho Paiakan e demais lideranças, junto com todas as pessoas que estão aqui. Então, peço a vocês, Senadores, mesmo os Senadores que são contra os indígenas, uma reunião para termos uma conversa entre nós. Então, é isso que peço a você.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada.

Acolhemos, com muito gosto, o convite. De qualquer maneira, eu ia já solicitar aos membros da Comissão de Direitos Humanos para que, juntos, fizéssemos uma visita ao acampamento, mas vamos, então, estender, dizendo que há um convite de vocês para que possamos ter um diálogo, uma reunião. Então, vou articular aqui, não só com os membros da Comissão de Direitos Humanos...

O SR. TRAÍRA (Fora do microfone.) – Uma reunião oficial.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, uma reunião oficial. Está certo. Vamos, então, encaminhar dessa forma. Precisamos, depois, apenas acertar o melhor horário para que possamos estar presentes lá. Vamos, depois, combinar aqui para que possamos fazer esse encaminhamento.

Para finalizar esta audiência pública, quero apenas citar, além desse encaminhamento, outro que acho que poderemos encaminhar aqui, junto à Comissão Mista destinada a discutir a regulamentação da Constituição, no que se refere à questão indígena, que nós possamos ter... Poderemos discutir isso melhor na reunião, lá no acampamento, se é do agrado de vocês, mas eu proponho que criemos uma comissão, talvez um grupo de trabalho, representativo aqui dos povos indígenas, para que esse grupo de trabalho possa ter a função, o papel de dialogar com os Senadores responsáveis pela regulamentação desses artigos aqui. Acho que é possível fazer isso. E acho que é uma oportunidade para garantir a participação de vocês e, também, de ter a opinião de vocês nesse processo de regulamentação e de discussão dos artigos que se referem à questão indígena.

Além disso, quero também fazer aqui uma saudação a todos vocês; uma saudação, em particular, pela semana da Mobilização Nacional Indígena, porque nós temos – eu, particularmente, e esta Comissão de Direitos Humanos – a plena convicção de que só conseguimos melhorar as coisas e mudar as coisas em favor da maioria da nossa população quando há participação social. E vocês estão dando uma demonstração, através dessa mobilização aqui em Brasília, da importância que tem a mobilização dos povos indígenas neste momento em que comemoramos os 25 anos da Constituição brasileira.

Então, quero aqui fazer essa saudação, parabenizar vocês e desejar que esta seja uma semana produtiva e que bons encaminhamentos aqui possam surgir, tanto com relação ao Legislativo, quanto ao Poder Executivo e também ao Poder Judiciário. Então, quero parabenizar vocês.

Dessa forma, então, quero agradecer a todos vocês; agradecer a todos os nossos convidados que aqui falaram: a Sônia, o Cleber, o Denildo e a Maria Augusta; e agradecer a todos os povos, que são em torno de 50 representações aqui. Agradeço muito a presença de vocês. Muito obrigada, e um grande abraço!

Nada mais havendo a ser discutido, encerro a presente audiência pública.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(Iniciada às 11 horas e 41minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 13 minutos.)

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE OUTUBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas do dia sete de outubro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senhor Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente eventual declara aberta a presente Reunião destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 57 de 2013, aprovado em 13/08/2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: *"Sistema degradante dos passageiros e tripulantes de navios de bandeira nacional e estrangeira".* O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e procede à apresentação dos senhores convidados, ao tempo em que solicita que tomem lugar à mesa. O Senhor Presidente informa que a presente Audiência será interativa, com a possibilidade de participação pela Internet, pelo Portal E-Cidadania: http://bit.ly/CDHNavios; e também pelo telefone do Alô Senado: 0800 61 22 11. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Alexandre Ribeiro Frasson, pai de Bruna Bayer Frasson, ex-tripulante do Navio Costa Victoria da armadora italiana Costa Cruciere; Severino Almeida Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante – SINDMAR; Rosângela Bandeira, mãe de vítima de cruzeiro, Camilla Peixoto Bandeira, ex-tripulante da armadora MSC; Raul Capparelli Vital Brasil, Auditor Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Conselheiro Aloysio Gomide, Chefe da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Renato Levanteze Sant'Ana, Assessor da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Deputado Estadual Jeferson Fernandes, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A convidada Ana Maria Pinto Canelas, assessora da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários – FNTTAA, declina da palavra, declarando-se representada pela fala do Senhor Severino Almeida Filho. O Senhor Presidente abre a palavra aos participantes do plenário: Senhor Arthur Fernando de Souza, vítima de contrato enganoso em navio de cruzeiro da Cia Star Cruises,

que apresenta imagens e vídeos de situações enganosas e degradantes; Senhora Judith Cavalcanti, da CONATRAE da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH-PR. Faz uso da Palavra o Senador Paulo Paim. **O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos:** 1) elaborar uma cartilha da CDH sobre o tema, interagindo com o MRE e o MTE; 2) solicitar informações à ANVISA sobre a aprovação de cruzeiros para operar no Brasil; 3) apresentar três projetos de lei regulamentando a questão, nos aspectos penais inclusive; 4) criação de um disque-denúncia junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para receber as denúncias envolvendo cruzeiros; 5) recomendar que o Brasil seja signatário da Convenção da OIT nº 186/2006. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 50ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 57, da CDH, de nossa autoria e de outros Senadores e Senadoras, aprovado em 13/08/2013, para debater o tema "Sistema Degradante dos Passageiros e Tripulantes de Navios de Bandeira Nacional e Estrangeira".

A senhora esposa do Alexandre, aqui presente, por favor, sente-se aqui à frente. O Alexandre é o pai da Bruna – só para aqueles que estão assistindo – e vai dar aqui um depoimento, no meu entendimento, marcante, e um dos motivos desse movimento todo surgiu quando o Alexandre procurou a mim e ao Jeferson lá no Rio Grande do Sul. Já tivemos audiência lá e aqui, e hoje a intenção é fechar com a apresentação dos projetos. Seja um ou dois, vocês é que vão decidir.

Esta audiência pública é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania (http://bit.ly/CDHNavios) e do Alô Senado (0800– 612211).

Vou primeiro citar todos os convidados, para depois montarmos a Mesa.

Foram convidados para este debate Alexandre Ribeiro Frasson, pai de Bruna Bayer Frasson, ex-tripulante do navio Costa Victoria, da armadora italiana Costa Crociere, que está, infelizmente, detida – o Alexandre irá aprofundar – na Espanha; Rosângela Bandeira, mãe de vítima de cruzeiro Camilla Peixoto Bandeira, ex-tripulante da armadora MSC; Ana Maria Pinto Canelas, assessora da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA); Severino Almeida Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante; Bruno Renato Nascimento Teixeira, Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e Raul Capparelli Vital Brasil, Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego. Também o Deputado Jeferson Fernandes, que é Deputado Estadual lá do nosso Rio Grande do Sul, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Todos farão parte da Mesa.

Como estamos ao vivo para todo o País – este é um dos espaços importantíssimos aqui da nossa Comissão –, vou fazer uma introdução para que aqueles que estejam assistindo à TV Senado, ouvindo a Rádio Senado e estejam com a Agência Senado possam saber o motivo desta reunião de hoje que, repito, já é a terceira. Participará também do debate conosco o Conselheiro Aloysio Gomide, Chefe da Divisão de Assistência Consular do Itamaraty. Pode sentar-se aqui na primeira fila. Em seguida, montaremos as Mesas.

Enquanto esperamos a chegada dos outros convidados, farei uma introdução rápida sobre o tema.

Esta Comissão se reúne no dia de hoje, com os convidados que já citei, para tratar de um tema bastante delicado e preocupante sob o ponto de vista dos direitos humanos e que não tem recebido a devida atenção por parte das autoridades. Refiro-me ao sistema degradante a que são submetidos os passageiros e tripulantes de navios de bandeira nacional e estrangeira. Por isso, contamos hoje aqui com a presença do Sr. Alexandre Frasson, pai de Bruna Bayer Frasson, ex-tripulante do navio Costa Victoria, da armadora italiana Costa Crociere, que está presa em Barcelona, Espanha, desde 12/03/2012, sob a injusta acusação de tráfico internacional de drogas. Contamos também com a Srª Rosângela Bandeira, mãe de Camila Peixoto Bandeira, ex-tripulante da armadora MSC, assassinada em 2010; o Sr. Severino Almeida Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais de Marinha Mercante (SINDMAR); a Srª Ana Maria Canelas, representante da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviáros e Afins; o Sr. Raul Brasil, representante do

Ministério do Trabalho e Emprego; o Sr. Bruno Teixeira, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; o Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, Jeferson Fernandes, que realizou uma audiência em Porto Alegre, da qual participamos, que está olhando também com o carinho que esta situação exige – com o carinho e com a indignação, eu diria.

Consideramos de máxima importância a presença de todos nesta Comissão. Vamos tratar de um tema que precisa ser não apenas debatido com todos os segmentos envolvidos na atividade turística de cruzeiros marítimos do Brasil, mas, sobretudo, resolvido, no mínimo regulamentado, a partir de duas minutas de projetos que vou entregar hoje, doa a quem doer, com acordo ou sem acordo. Vou entregar os projetos hoje, como havia me comprometido, para começar a tramitar na Casa. Espero que todos colaborem para a redação final. Hoje darei entrada no projeto, esperei o tempo suficiente para diálogos, conversas, e não vamos esperar mais. Fizemos tudo o que foi possível e esperamos que a audiência culmine em uma redação de consenso. Mas, com ou sem consenso, vou assumir a responsabilidade de hoje dar entrada nos dois projetos, tanto o cível como o trabalhista, que penalizam aqueles que cometem esse tipo de barbaridade.

Enfim, muitos tripulantes e passageiros brasileiros já perderam até a vida em cruzeiros, essa é uma realidade mundial que afeta não só a nós, já em outros países existe legislação semelhante àquela que vamos apresentar. As agências de turismo, a grande imprensa e os governos infelizmente ainda não responderam a essa realidade. A atividade em cruzeiros cresceu 600% no Brasil, nos últimos dez anos, e hoje o nosso País é o quinto mercado mundial dessa atividade, de acordo com os dados da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Abremar). Porém, o que poucos sabem é que essa atividade não possui regulamentação devida na lógica e na ótica dos direitos humanos. Não existe salvaguarda jurídica nem para tripulantes nem para passageiros, por isso as empresas armadoras acabam impunes em relação aos crimes e violação de direitos cometidos dentro dos navios. Os Estados Unidos são o único país que conta com uma legislação específica sobre o assunto, mas outros países do mundo se movimentam, a exemplo de nós, para buscar essa regulamentação também.

Enfim, a bordo desses luxuosos navios costumam ocorrer coisas escabrosas – que aqui vão ser mostradas não por mim, mas pelos convidados – e que não chegam ao conhecimento da maioria da população. Coisas, como, por exemplo, estupros, furtos, consumo e tráfico de drogas, intoxicação alimentar, homicídios, desaparecimentos, acidentes provocados por defeitos e erros, entre vários outros tipos de crime. Os casos de Bruna Frasson, de Camilla Peixoto, de Fabiana Pasquarelli e da Laís Santiago, são tristes exemplos dessa realidade que abriga inúmeros outros casos envolvendo pessoas de diversas nacionalidades.

Do ponto de vista trabalhista, a situação é grave. Salário cada vez mais aviltante, jornadas diárias de 14 a 18 horas e precárias condições de alimentação sem falar da falta de e assistência médica e medidas de prevenção de acidente.

Por isso é mais do que urgente que o Brasil regulamente esse setor. Temos condições muito favoráveis para isso nesse momento, não apenas porque somos o quinto maior mercado consumidor da indústria de cruzeiros e o único que apresenta crescimento nos últimos três anos, mas também porque sediaremos os dois maiores eventos esportivos do mundo nos próximos anos, as Olimpíadas e a Copa do Mundo de Futebol 2014, que poderão representar uma fonte de receita nacional para a indústria turística. Enfim, os próprios navios cruzeiros serão usados como hotéis flutuantes para suprir o conhecido déficit de leito no setor hoteleiro.

Essas considerações nos dão um grande poder de discussão, de negociação.

Espanha, Portugal, Canadá, Inglaterra, Japão já estudam regulação do setor por meio de lei específica.

Isso tudo permite que a gente aprofunde. Essa discussão vai para um caminho sem volta. E os países que não seguirem essa tendência sentirão na pele os seus efeitos, isso porque aquelas nações que instituírem normas específicas para o setor acabarão por demonstrar que estão preocupadas efetivamente com a população.

Concluindo, é por isso que é tão importante regulamentar o setor. Creio que ninguém aqui seja contra a atividade turística de cruzeiro, aqui e no mundo, porque a realidade, infelizmente, não é diferente em outros países. Ao contrário, o que todos queremos é que o setor continue a crescer como vem fazendo nos últimos dez anos, beneficiando a economia nacional, mas tendo também respeito aos direitos humanos. Contudo, não podemos de forma alguma negligenciar a segurança de passageiros e de tripulantes e nem permitir que brasileiros continuem sendo contratados para trabalharem nesses navios em condições degradantes e em desconformidade com a própria lei.

Nossos convidados já chegaram. Vamos chamar aqui pela lista atualizada que recebi da assessoria. E poderemos fazer até mais que uma mesa se for necessário. São seis pessoas. Então, há condição de estarmos todos na mesma mesa.

Convido, em primeiro lugar, o Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos daquele Estado, que tem se dedicado a este tema, inclusive acompanhando de perto a situação da Bruna na Espanha.

Peço que venham também à mesa Alexandre Ribeiro Frasson, pai da Bruna Bayer Frasson, ex-tripulante do navio Costa Victoria, da armadora italiana Costa Crociere; Rosângela Bandeira, mãe da vítima de cruzeiro Camilla Peixoto Bandeira, ex-tripulante da armadora MSC; Ana Maria Pinto Canelas, Assessora da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviários e Afins; Severino Almeida Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante; Bruno Renato Nascimento Teixeira, Ouvidor Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Raul Capparelli Vital Brasil, Auditor Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; e o Conselheiro Aloysio Gomide, Chefe da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores.

Chamo primeiramente o Alexandre e explico o porquê. Alexandre foi a primeira pessoa a me procurar. Esta já é a terceira audiência pública que participo. O Alexandre Ribeiro Frasson, pai de Bruna Bayer Frasson, ex-tripulante do navio Costa Victoria da armadora italiana Costa Crociere.

Eu conheço Alexandre há mais de 30 anos, quando eu era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, e ele era metalúrgico e já fazia um trabalho que respeito até hoje, muito em defesa dos trabalhadores metalúrgicos de Canoas e do Rio Grande. Participamos juntos de diversos congressos. Depois a vida foi indicando os caminhos. Hoje estou aqui no Senado da República, e ele é um profissional respeitadíssimo estadual e nacionalmente. Parte da sua vida está dedicando agora para a liberdade de sua filha.

E sei também, Alexandre, e me dirijo a você com maior carinho, que você está fazendo essa batalha não só sob a ótica do interesse de sua filha, mas visando a todos, sejam os trabalhadores, sejam os turistas, enfim, na ótica dos direitos humanos.

Então, Alexandre, você tem tempo necessário para a exposição. Espero que seja na linha, pelo menos que eu vi, da de Porto Alegre, que achei chocante, mas importante.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Obrigado.

Primeiramente, agradeço mais uma vez – não é Senador? – por esta oportunidade. Estive aqui presente no ano passado, no dia 13 de dezembro, quando a gente começou a debater o tema. Lembro-me de que, na época, eu procurei o Senador para falar de minha filha, mas, naquele momento, nós, a família e a própria Bruna, tínhamos decidido não tornar público porque ainda existiam negociações em curso entre o Itamaraty, através do Consulado, e as autoridades espanholas.

O Itamaraty fez um grande esforço, realizou seis audiências, mas não foram suficientes para a libertação, mesmo em condições de regime provisório. Então, a família decidiu, com o consentimento da própria Bruna, tornar público o caso dela.

Nesse processo de discussão para tentar entender o que aconteceu com a minha filha, o porquê de uma pessoa como a minha filha, com a vida pregressa que tem, com a formação que tem, com a família que tem, em seis meses de atividade dentro de navio cruzeiro, estar presa acusada de um crime bastante grave na Europa. Eu sabia que ela tinha sido envolvida, mesmo sem saber os fatos, por um esquema do narcotráfico. E, ao tentar entender isso, eu tive contato com outras vítimas. Uma está aqui ao meu lado, que é a D. Rosângela, que teve a sua filha assassinada dentro de um navio de cruzeiros. Conheci também o Márcio, que foi abandonado na Grécia por um navio de cruzeiro. Conheci também a família de Fabiana Pasquarelli, que morreu devido à enorme carga de trabalho, devido à violação de diversos direitos trabalhistas. E também conheci a família de Laís Santiago, que está desaparecida até hoje, inclusive com fortíssima suspeita de ter sido vítima de tráfico de pessoas, apesar de armadora dizer que ela se suicidou.

Lá no Rio Grande do Sul, o Senador esteve presente e também o Deputado Jeferson, a quem eu gostaria de agradecer, pois está engajado nesse processo. Esteve presente na Espanha, em Barcelona, uma comitiva brasileira para acompanhar o julgamento de minha filha. Acho que foi uma ação bastante acertada, louvável, autoridades brasileiras acompanharem o julgamento da minha filha, que é vítima do narcotráfico organizado dentro dos navios de cruzeiro.

Eu queria agradecer a todos que estão aqui, à minha família.

Para começar o debate, eu gostaria de apresentar quatro casos. Preparei vídeos rápidos que vão ilustrar muito bem o ambiente, os problemas, os crimes, as condições dos tripulantes dentro desses navios. Então há um caso, vou começar com o caso da Fabiana Pasquarelli, depois o caso da minha própria filha, o caso da Laís Santiago. Quando eu chegar no caso da Camila, a D. Rosângela vai assumir aqui, certo? Há mais um caso...

Senador Paim, lá no final dos encaminhamentos da lei ou dos projetos, temos que tirar algumas ações urgentes em relação aos tripulantes embarcados. Digo por quê: nós estamos recebendo uma série

de denúncias, que organizei, e vamos entregar hoje no Ministério Público Federal. Temos uma reunião com o Subprocurador, hoje às seis da tarde, uma agenda conseguida pelo Deputado Jeferson, em que vamos entregar uma série de denúncias, de que não vamos falar aqui por uma questão de segredo, mas já deixei ali, de pessoas que estão embarcadas, querendo sair do navio, e não é permitido, ou porque não têm dinheiro para voltar – ontem mesmo entrou uma tripulante que está na Europa –, já tivemos vários casos destes. Essas denúncias estão chegando até nós. Nós queremos saber a quem encaminhamos, quem vai botar isso debaixo do braço, porque eu trabalho, nós trabalhamos, há o caso da minha filha. Que autoridades vão pegar isso e vão tocar essa questão? No final, eu gostaria de falar sobre isso.

Mas vamos aos vídeos.

Por último, tem um ex-tripulante aqui, o Arthur, está aqui na nossa frente. Ele tem um testemunho para fazer, ele entrou em contato conosco, dispôs-se a vir de Santa Catarina, ele é um profissional da dança, e foi submetido a situações revoltantes, que mostram o quanto é perverso esse tipo de indústria, pelo menos a atividade dessa indústria no Brasil. Ele tem vídeos para mostrar, são vídeos que vamos apresentar ao Ministério Público hoje. Ele já fez essa denúncia ao Ministério Público. A investigação está com a Polícia Federal, mas seria importante que esta Comissão assistisse a esse trabalho. Então, eu pediria ao Senador Paim que cedesse depois um espaço para que ele possa apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já está assegurado. Aqui é proibido proibir. Você vai poder usar a palavra, até porque eu abro sempre ao Plenário, para duas, três pessoas, e você vai poder passar o vídeo.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Então, a minha sugestão é a seguinte: depois que nós passarmos o vídeo, a D. Rosângela comentar o caso, eu comentar, antes de abrir, que o Arthur pudesse fazer essa apresentação. Isso iria ilustrar muito bem a gravidade do problema, para que as autoridades aqui presentes, os representantes sindicais pudessem nos apontar saídas e soluções.

Podemos começar.

O próprio Ministério Público do Trabalho elegeu o caso da Fabiana como um caso emblemático, e vocês vão ver por quê.

Já foi tema de audiência no ano passado. Esse é o auditor. Tem como aumentar?

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Esse é o resumo do Auditor Jansen Wagner Gallo sobre a investigação da morte da Fabiana. Ela perdeu a imunidade porque trabalho ininterruptamente 193 dias seguidos sem nenhum dia de folga, uma jornada exaustiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cento e noventa e três dias sem nenhum dia de folga?

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Sem nenhum dia de folga.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso é mais do que trabalho escravo. Nem os escravos tinham uma atividade dessa.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Ela trabalhou, houve uma demora para que ela fosse levada ao hospital, os medicamentos não deram resultado, não havia implementação do programa de controle médico de saúde, inexistia uma enfermaria a bordo preparada para doenças infecto-contagiosas, não havia um plano específico de emergência para retiradas – isso tudo são palavras do auditor. Olha a observação final do auditor:

> *Do observado in loco e das observações obtidas, consideramos que o atual regime de trabalho dos tripulantes brasileiros, a bordo das embarcações de cruzeiros, coloca em risco a saúde e integridade física desses trabalhadores e urge a aplicação imediata e integral das Leis contidas na Consolidação das Leis do Trabalho [...] estes tripulantes [...] os estresses físico e mental [...] Saliento ainda que, em uma população – em média – de cerca de 700 tripulantes, não há, a bordo, um serviço próprio de segurança e saúde..."*

Ou seja, eu sou gestor de uma empresa média, e nos navios... Esta é a declaração da MSC, confirmando que não possui a bordo tripulantes contratados conforme a CLT. Na verdade... Vamos ouvir.

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Essa era a Fabiana. Aí vocês vão ver cenas muito fortes. Ela foi desembarcada para morrer no hospital. Tinham impedido que ela saísse para ser atendida, isso foi filmado pela irmã dela, antes da morte dela, na UTI. A irmã Flávia esteve presente aqui no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa faleceu?

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Essa é a Fabiana Pasquarelli, cujo caso foi investigado pelo Ministério Público do Trabalho. Esse é o resultado do contrato internacional, daquele contrato que permite 193 dias sem folga, com jornadas de 11 a 16, 17 horas por dia. Esse é o resultado a que estão submetidos

os tripulantes que trabalham nesses navios, por isso que foi emblemático para o Ministério Público. Nessas condições de trabalho, sem folga, trabalhando exaustivamente, sofrendo maus tratos, se alimentando com dificuldade, todas as denúncias que estamos recebendo, tudo isso que acontece pode levar a isso, porque a causa está presente, está latente. Se aconteceu com a Fabiana, se não for feito nada, vai acontecer com outros tripulantes.

Então, esse é o caso da Fabiana. O projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Algum problema no computador? Pode saber que não é a Samsung, está tudo zerado. Isso aí passou na Assembleia do Rio Grande do Sul, para todo o Estado, sem nenhum problema.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Agora vai começar. Esse é o caso da minha filha...

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Bom, esse é um breve relato, então, que eu preparei, para vocês terem ideia do que aconteceu, rapidamente.

(Procede-se à execução de vídeo)

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Esse é um breve relato que eu preparei para vocês terem ideia do que aconteceu rapidamente. Ela é nutricionista. Essa é uma das agências de recrutamento. Esse é o contrato assinado com a Costa Cruzeiro e o embarque na Grécia. Essa música que está tocando, que é do Astor Piazzolla, chama-se Sonhos – e esses sonhos viraram pesadelo.

Então, ela também teve carga excessiva de trabalho, assédio moral, principalmente quando foi para a Europa – terminou o período aqui, no Brasil, e, na Europa, ela sofreu todos esses tipos de maus-tratos dos quais estamos falando, que são muito comuns e que estão sendo denunciados agora pelos tripulantes, ex-tripulantes.

Seis meses depois ela foi presa em Barcelona – aquilo que o Jair Krischke, que é Presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, lá no Rio Grande do Sul...

Então, ela se envolveu com um tripulante que era cozinheiro veterano – ele era traficante, ela não sabia. Aproveitou-se da condição dela de marinheira de primeira viagem, introduziu a droga. A polícia já estava investigando um boliviano que faria o recebimento da droga; interceptou ligações telefônicas com essa pessoa que a envolveu; a polícia já estava investigando, e ela foi presa, na saída do navio com droga na mochila. Mesmo o cozinheiro, diante do juiz, tendo confessado – isso em julho do ano passado – e confessado agora, no julgamento, ele repetiu a confissão, a Bruna foi condenada, já houve a sentença.

Essas são algumas reportagens da imprensa sobre o tráfico de drogas dentro dos navios.

Este é o Costa Concórdia sobre o qual se referiu o Jair Krischke.

E há *sites* especializados que estudam isso nos Estados Unidos, nos quais há um artigo – peguei algumas partes, mas há intenso estudo sobre esse problema nos navios, inclusive nos navios da Disney Magic.

Então, existem apreensões de cocaína, esses navios são corredores com intensa atividade. Quando vi esses artigos, fiquei impressionado.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Pode encerrar agora.

Só para terminar o caso da minha filha, só para terminar a história.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vou dar mais cinco minutos, para o senhor aprofundar o caso da sua filha.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Está certo. Eu vou apresentar mais o caso da Laís, há um vídeo, e vou passar para a Rosângela.

Mas, antes disso, é bem rapidinho. Eu recebi uma carta, para os senhores verem a gravidade desse problema do narcotráfico dentro dos navios.

Vejam a carta que eu recebi pelo Facebook. Vou entregar ao Ministério Público, hoje, com a identificação dela, ela só permitiu ao Ministério Público.

> *Como ex-tripulante do navio Costa Concórdia, venho acompanhando, com muita tristeza e dor no coração, o caso da Bruna. Sei que pena não ajuda, mas não consigo evitar esse enorme pesar. Li a entrevista da Bruna completa, cada palavra me causou um enorme mal-estar, passei mal.*

Aí ela vai dizendo do mal que ela passou.

> *Sou loira, muito branca e tenho olhos claros. Sofri desprezo e humilhação, em todos os dias em que estive a bordo do navio em giro pela Europa. Isso não por parte dos passageiros – já que esses acreditavam que eu era europeia –, mas por parte dos oficiais e diretores. Tive a infelicidade de trabalhar com mulheres como diretoras do navio que fizeram contra mim uma verdadeira perseguição: me xingavam em público quanto ao meu cabelo, maquiagem; chamavam a minha atenção por não sorrir; eu era obrigada a sorrir; me mandavam trabalhar de terno no sol e, dentro do navio,*

onde eu sentia frio, com o ar-condicionado, era obrigada a usar camiseta curta, porque a diretora julgava...

Ela faz uma série de denúncias em relação aos maus-tratos.

Sei que quem está dentro da situação, às vezes, não percebe. Muitas vezes, me julguei fraca, fresca, mimada, por não estar aguentando aquela situação, enquanto tantos tripulantes cumprem inúmeros contratos. Chego à conclusão de que o ser humano se habitua a tudo e que, depois de um tempo, o feio passa a ser bonito, tudo isso parece ser normal. Acredito sinceramente na inocência da Bruna.

E aí vem o mais importante:

Eu mesma cheguei a me relacionar com o traficante do navio [ela falou: o traficante do navio] sem saber o que ele fazia.

Nunca consumi drogas. Sempre fui careta, mas julgo que as pessoas fazem da vida o que quiserem. Vi colegas de trabalho se drogando na minha frente, e eu nunca interferi. Não me cabe. Só não vou fazer igual. Então, por isso me coloquei tantas vezes em risco sem perceber. E se um desses "amigos" de navio me pedisse para guardar um pacote, eu guardaria, eu não questionaria, até porque eu convivia sem saber com os traficantes do navio.

Tive uma criação muito regrada e rígida, cercada de pessoas de boas famílias, convivendo com os mesmos amigos. Em nosso meio não é normal e acessível se tornar amiga de traficantes.

Estupradores. Tivemos dois casos de estupro no Concórdia e um suicídio em Navio da Costa, no ano de 2010. Digo por mim: eu não enxergava tal possibilidade, a maldade nas pessoas. Nunca me disseram que o menino com quem tive um breve envolvimento era traficante do navio, por medo que eu o denunciasse e os deixasse sem acesso à droga. Todos os meus amigos e colegas da equipe omitiram o fato de mim. Vim a saber no final do meu contrato, por acaso.

E aí ela relata. Telefonei para ela e perguntei: fulana, por que tu falaste "o traficante"? Daí ela me disse assim: "Nesses navios tem o traficante do navio, porque tem muitos oficiais que são consumidores. E os oficiais precisam desse consumo. E tem muitos oficiais [ela me disse] que também ganham por isso e fomentam isso." "Ah, e como é que terminou esse cara? Que fim deu? Por que tu não entraste na fria em que a minha filha entrou?" Ela poderia ter entrado numa fria. Ela disse: "Eu consegui escapar por sorte. Sabe por quê?" E essa declaração ela está disposta a fazer no Ministério Público. É o que nós vamos negociar hoje à tarde. Ela disse assim: "Porque o traficante teve que sair às pressas do navio." Foi avisado pelos oficiais, Senador, que a polícia estava investigando. Então, saiu do navio porque a polícia estava investigando. Os oficiais mesmos avisaram a ele, que conseguiu sair. E ela, por sorte, não teve o mesmo fim da minha filha. Poderia ter, certo? Para vocês verem como esse perigo é iminente. Tráfico de drogas, envolvimento de oficiais.

E, por último, eu queria passar o vídeo da Laís, que é também um caso emblemático. Eu vou dizer aqui: é emblemático, porque existe fortíssima suspeita de que ela é vítima de tráfico humano. Então é muito importante. Ela está desaparecida até agora. Aí eu concluo a minha intervenção.

(Procede-se à exibição de vídeo)

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Bom, eu pedi para interromper, até por causa do tempo, mas vejam, por que é emblemática a questão da Laís? É o que consta hoje da legislação americana aprovada em 2010. Consta a preservação das provas, a preservação das imagens. Se as armadoras não cumprirem isso sofrem intensas sanções.

No Brasil, como eu estava lendo na proposta do Senador Paim, consta essa questão do tratamento do crime, que precisa, não é, Senador, ser melhor detalhada. A questão da preservação das imagens, a preservação de uma série de coisas da prova do crime.

Vejam que Laís hoje é uma suspeita de tráfico internacional, porque não dá para afirmar que ela se suicidou. "Cadê Laís?" Vai ser uma campanha da Associação. Nós vamos lançar essa campanha a partir desse evento. Assim como teve "Cadê Amarildo?", nós vamos lançar nas redes sociais uma campanha de "Cadê Laís".

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Alexandre Ribeiro Frasson, pai de Bruna Bayer Frasson, ex-tripulante do navio Costa Victoria, da armadora italiana Costa Crociere, que se encontra no cárcere, como ele disse muito bem, e o vídeo mostrou. Pelas informações que recebi, ela ficaria seis anos e um dia presa, não é?

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Seguindo a lógica da justiça espanhola. É uma lógica perversa, dentro daquilo que o Sr. Jair Krischke falou. São seis anos e um dia. Esse um dia impede, pela le-

gislação, pelo Código Penal espanhol, que a pena dela seja substituída pela expulsão, pela deportação. Então, colocaram um dia para ela continuar um dia para ela continuar na Espanha.

Então, estarei tratando amanhã com o Itamaraty, aqui está o Sr. Gomide, que é o nosso Conselheiro. Tenho uma reunião amanhã à tarde agendada com ele, e de manhã com o setor de transferência do Ministério da Justiça para tratar justamente desta questão da transferência dela, do indulto, ou seja, quais são os caminhos que temos a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para destacar, o Jair Krischke é um militante histórico dos direitos humanos, uma figura sobre quem não tenho nenhuma dúvida. O depoimento que ele deu ali é um depoimento muito firme. Eu tive a satisfação inclusive de viajar para fora do País com ele para tentar libertar a Lilian e o Universindo Cilibert que tinham sido sequestrados no Brasil. Eu vi a postura do Jair Krischke, a seriedade dele, a responsabilidade do depoimento que ele deu ali.

Bom, que está nos assistindo neste momento sabe que todas às vezes que eu viajei com você a outros países foi na linha dos direitos humanos e você foi sempre que guiou a comitiva. Você é uma liderança respeitadíssima, tanto em nível nacional e internacional. Aceite o abraço de todos nós aqui da Comissão de Direitos Humanos, na certeza de que você está conosco nesta caminhada.

Eu vou intercalar para falar de alguém ligado diretamente da situação de familiares e com outras autoridades.

Então, neste momento é importante que ouçamos também o Presidente do Sindicato Nacional da Marinha Mercante (SINDMAR), Sr. Severino Almeida Filho, que esteve conosco já por duas ou três vezes e se prontificou estar aqui conosco, hoje, novamente para a gente aprofundar o debate ouvindo todas as posições, em seguida falará a Srª Rosângela Bandeira.

O SR. SEVERINO ALMEIDA FILHO – Prezado, Senador Paim, quero inicialmente agradecer o convite e a oportunidade de expressar a nossa visão.

Eu gostaria de registrar que não apenas em nome do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante, mas de todos os sindicatos do âmbito confederativo ao qual eu, também, tenho a honra de presidir. Esse problema dos cruzeiros marítimos não preocupa apenas ao SINDMAR, preocupa a todos nós.

Eu testemunho com tristeza e ao mesmo tempo com euforia que a sociedade organizada inicia um processo de rejeição à forma como se faz cruzeiros marítimos neste País. Nós temos expressado o nosso repúdio a essa atividade da forma que ela é feita em nosso País há muitos anos. Na grande mídia, existem inúmeros artigos escritos por nós denunciando a forma absurda como os cruzeiros marítimos atuam em nosso País.

Eu entendo as dificuldade do Senador Paim, dos familiares das vítimas, de todos aqueles que gostariam de colocar um ponto final nisso. Porque a visão que a sociedade tem do cruzeiro marítimo é uma visão cheia de charme, de fantasia, os navios são extremamente atrativos e muitos vão para esses navios fazerem coisas que não poderiam fazer sequer em terra. Não é só droga, é jogo, também. Mas muito vão para esse navio como o jogo não é permitido aqui no Brasil, eles saem fora de barra e passam dias e dias jogando, são cassinos flutuantes em nossa águas jurisdicionais.

A grande questão é a pergunta: por que isso ocorre? Quantas pessoas têm que sofrer e algumas fatalmente perder a própria vida até que a gente possa pôr fim a essa situação? Lamentável que a gente tenha que testemunhar esse sofrimento para tentar pôr fim a essa situação.

Senador, é preciso compreender que esse problema começou com o projeto de lei que desaguou na Lei nº 9.432, aprovado em 1997, portanto, há 16 anos. Inicialmente, o Estado estava convencido que cruzeiros marítimos deveriam fazer parte da legislação que regulamentava o setor aquaviário brasileiro; ele fazia parte. No entanto, articulações poderosas convenceram a muitos, pelo menos a maioria, e aí foi retirado. Os cruzeiros marítimos não fazem parte da legislação brasileira referente ao transporte aquaviário. Vários argumentos àquela época foram utilizados até confundindo o fato de passageiro não ser carga. O passageiro é carga do navio, é uma carga nobre, não um contêiner, porque o passageiro geme, o passageiro expressa as suas necessidades. Então, mas o navio existe em função do passageiro. Portanto, é preciso haver uma regulamentação para evitar absurdos. Então, não há uma regulamentação no Brasil minimamente satisfatória para regular essa entrada de navios cruzeiros no Brasil.

No Ministério do Trabalho e Emprego, já há um grupo especializado, do qual o Dr. Raul Capparelli faz parte que é um grupo que conheço desde o seu início, aliás, muito lutamos para que esse grupo se estabelecesse no Ministério do Trabalho e Emprego ao qual eu só tenho elogios a fazer. Eu estou imensamente preocupado com duas coisas que até hoje não conseguiu se resolver. Nós temos pouco mais de meia centena de homens e mulheres nesse grupo, que honestamente não daria sequer fiscalizar o Porto de Manaus, quanto mais o Brasil inteiro; com toda a dedicação que o fazem é um número muito reduzido. E o pior: os anos

estão passando e os mais antigos, os mais experientes inclusive que iniciaram a construção do grupo e toda um cultura de fiscalização estão se aposentando, estão indo embora. Eu espero que o Dr. Raul permaneça bastante tempo e dê uma grande contribuição. Agora 60 homens e mulheres, um pouco mais do que isso ou um pouco menos não vai resolver o nosso problema, é preciso haver muito mais.

Nós defendemos que é preciso cortar esse mal pela raiz. A nossa organização, sindicato, a nossa federação filiada, que é a FNTTA, a qual a Ana está aqui representando, a nossa confederação, a minha central sindical da qual eu tenho a honra de ser um dos vice-presidentes, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, e até mesmo a nossa federação internacional da qual nós participamos e também temos a Vice-Presidência, a ITF, a Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte, concordam, defendem e lutam para que a gente corte esse mal pela raiz ou nós teremos brasileiros e brasileiras, no caso do Brasil, porque o Brasil não é o único que sofre com isso, outros países sofrem, convivendo com esse tipo de sofrimento. Há males específicos que precisam de soluções legais em nível de legislação ordinárias. Leis precisam ser criadas e nós sugerimos algumas aos senhores e ao Sr. Senador Paim recentemente, porque, por exemplo, esses trabalhadores e essas trabalhadoras que aqui estão têm os seus contratos, praticamente na sua totalidade, realizados por empresa lá fora.

Então, o navio arvora bandeira estrangeira, os contratos são realizados no exterior em termos internacionais, então, eles arguem essas condições para que a própria fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego pouco possa fazer diante dessa realidade por falta de absoluta competência, e precisamos colocar competência em lei. Não há um oficial brasileiro nesses navios. Aliás, não há tripulante brasileiro nesse trabalho em rigor; raríssimas exceções, mas não há, digo, em nível de guarnição. E a oficialidade desse navio é uma oficialidade de uma cultura própria que são muito mais capatazes de empresas do que propriamente oficiais com responsabilidades e sensibilidades para tratar a tripulação com respeito e dignidade. Não estou dizendo com isso que se houvesse oficiais brasileiros o problema estaria resolvido, porque não estaria resolvido. O problema é muito maior do que esse. Poderia até minorar, mas não resolver. O que nós precisamos efetivamente fazer é criar legislação que crie regras para esses navios virem às nossas águas jurisdicionais.

Conseguimos um avanço pequeníssimo, uma gota no oceano agora na última reunião do Conselho Nacional de Imigração, da qual fazemos parte, representamos a nossa central lá quando conseguimos aprovar que os navios que recebessem denúncia e efetivamente comprovadas as condições de trabalho indevidas a bordo esse navios tivessem mais dificuldade para a obtenção da autorização de trabalho ou do visto para esses tripulantes estrangeiros. Mas isso não resolve o problema. Isso é uma gota de água em um oceano.

Então, precisamos colocar cruzeiros marítimos na nossa ordem legal. Ou seja, esses navios precisam pedir autorização prévia e receberem autorização prévia para operarem em águas jurisdicionais brasileiras. O Estado brasileiro precisa acompanhar o histórico desses navios. Navios que recebem efetivamente autuação do Ministério do Trabalho e Emprego, que recebam por parte da Anvisa autuações por falta de condições adequadas de suas operações em relação à questão sanitária ou recebam da autoridade marítima autuações por conta de falta de segurança, esses navios não podem ser autorizados a virem para águas jurisdicionais brasileiras. Não podem vir, sob pena de nós estarmos sacrificando brasileiros e brasileiras tripulando esses navios. E o senhor falou uma coisa extremamente importante, é o momento muito apropriado para isso, Senador. O mundo inteiro estará de olho neste País e dezenas desses navios imensos, com milhares e milhares de passageiros e de trabalhadores a bordo, estarão servindo de hotel para complementar a rede hoteleira.

É a hora para a sociedade brasileira começar a perceber que a maior parte desses navios, a esmagadora parte desses navios nem sequer está trazendo recursos para este País. Pelo contrário, estão explorando. Ou as senhoras e os senhores aqui presentes acham que a maioria dos passageiros são estrangeiros que vêm aqui para fazer grandes... Acreditem, a maioria dos passageiros são nossos cidadãos brasileiros, nossos colegas brasileiros que saíram do Ceará para conhecer o Sul e vice-versa. E vice-versa. Há navios desses aí em que podem ir a bordo, garanto aos senhores e às senhoras – garanto –, tem 95% de brasileiros ou mais, pagando a passagem, dessa forma evitando ocupar espaço em rede hoteleira, não dá empregos em terra. O máximo que fazem, e não quero ser grosseiro, Senador, mas, na realidade, o máximo que fazem é conseguir trabalho para alguns motoristas de táxi e de ônibus, um número significativo, já que o número é muito grande, e nos deixar dejetos. Eles vêm ao País, não incorporam efetivamente riqueza ao País, deixam dejetos e vão embora. E, nesse caminho, ainda deixam sofrimento, porque quem embarca nesses navios, a não ser aqueles muitos casos que, infelizmente não são poucos, de gente com problema de saúde – falo de passageiro; não estou falando de tripulante, não... Já

houve casos aqui de todo o navio ficar de quarentena pelas condições de higiene, de comida e tudo mais, com consequências graves.

É preciso a gente dar um basta nessa situação. E a lógica que defendemos, a nossa confederação, a nossa federação filiada e os sindicatos filiados, é que precisamos criar legislação para que esses navios devam receber efetivamente permissão para operarem em nossas águas jurisdicionais, e, se eles tiverem histórico em que não mereçam estar aqui em nossas águas, eles têm que ser impedidos de virem aqui. Muito antes de a Anvisa se preocupar em visitar, muito antes de o Ministério do Trabalho e Emprego pensar em visitar, muito antes de a autoridade marítima pensar em visitar.

Muito mais coisas tenho a dizer, mas gosto de respeitar imensamente a oportunidade de todos expressarem suas preocupações e angústias. E, ao longo da audiência, se necessidade houver, voltarei a falar, caso me seja permitido, e espero que, de alguma forma, tenha contribuído para o debate desse assunto.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agora, um aparte, Alexandre, antes de você terminar...

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Só uma pergunta ao Severino, para ele responder na outra intervenção. Falou que é uma demanda dos tripulantes de navios de cruzeiro, que se sentem abandonados tanto pelas autoridades, não há legislação, pela federação e confederação. Vou citar o exemplo da Camilla, que foi assassinada em 2010, filha da Rosângela. Até hoje ela não recebeu o seguro, o ITF da... (*falha no microfone*.) Mesmo com o indiciamento, mesmo com as provas hoje... (*falha do microfone.*) questão do Ministério Público Federal.

Então, eu gostaria que, na outra intervenção, Sr. Severino, que fosse dito que tipos de ações o sindicato, as federações, as confederações estão tomando para que essas famílias tenham um mínimo de proteção, já que não há sindicatos, não há associações, não há regulamentações, de que forma essas pessoas poderiam ser atendidas pela ITF, poderiam ser atendidas pela confederação e pela federação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Alexandre, na próxima, ele responde.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agora passamos a palavra à mãe, também de vítima de cruzeiro, a Srª Rosângela Bandeira, mãe de Camilla Peixoto Bandeira, ex-tripulante da armadora MSC.

A Srª Rosângela esteve conosco uma vez e é muito bom ouvi-la e estar aqui conosco para continuar essa batalha.

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA – Boa dia a todos. Muito obrigada, Senador Paim, novamente, por esta oportunidade. Se não fosse o senhor, eu acho que muita coisa não teria acontecido. Enfim, eu gostaria que passassem o vídeo da minha filha, por gentileza.

Essa é minha filha Camilla Peixoto Bandeira. Foi violentamente morta por outro tripulante dos milhares no interior do navio Música, MSC Música. Depois de três anos, ninguém foi punido nem responsabilizado. O assassino está à solta, a MSC sem nenhum arranhão.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA – Os senhores me desculpem a emoção; como os senhores viram, saiu uma matéria e tudo, ele foi indiciado em 2011 e, infelizmente, até agora, graças a Deus, o Ministério Público se mexeu até 29/01/2010, e aí parou tudo, nada mais andava. O inquérito continuou, o delegado federal concluiu o inquérito, mas ficou tudo parado, era um jogo de empurra. Pediam coisas que já haviam sido feitas, e nada saía do lugar. Aí, graças a Deus, eu tive a sorte de ligar, de viver perturbando – porque eu perturbei muito o Ministério Público Federal, o Ministério da Justiça, era quase que diariamente – entrou, e eu agradeço muito, um Procurador, um menino novo, que nasceu em 1979, o Dr. Thiago Lacerda Nobre, ele entrou em junho, assumiu junto com Jales, fazendo duas comarcas, assumiu a Procuradoria de São Paulo, fazendo Santos. E, impressionantemente, desde a data em que ele entrou, tudo começou a correr, inclusive aceitando a denúncia contra o Bruno; o Ministério Público aceitou a denúncia, o juiz aceitou; ele pediu o mandado de prisão, baseado em provas de não ter endereço próprio, de não ter documentação, ele tirou novos documentos falsos, foi apreendida a documentação falsa, falsidade ideológica, enfim, tudo.

Baseado nesses argumentos, o Dr. Thiago Lacerda pediu a prisão. A juíza, no caso, era uma juíza substituta que negou o pedido de prisão, mas agora entrou uma juíza experiente; as cartas precatórias, rogatórias para todos os endereços que ele deu como sendo dele – inclusive ele deu como sendo endereço dele o endereço da minha casa, e ele nunca morou na minha casa; ele passou um tempo na minha casa quando ele achou a minha filha na internet – e a minha filha estava namorando há seis anos o sobrinho neto da juíza Denise Frossard, que foi candidata a governadora do Estado do Rio de Janeiro, e esse homem não via a minha filha há treze anos.

Resumindo: convenceu a Camilla, a Camilla embarcou nesse navio e culminou com tudo isso. Então, graças a Deus, eu agradeço sempre muito ao Ministério do Trabalho e Emprego, nós tivemos quatro audiências e era notória a sensação de você não poder fazer nada – as juízas, foram sempre mulheres –, porque as artimanhas usadas por esses armadores já são sabidas dos juízes do Ministério do Trabalho e Emprego.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA – Eles apresentam tudo em outra língua, uma documentação monstruosa, sempre ganhando tempo. Aí elas pedem para que seja tudo traduzido por tradutor judiciário para a nossa língua, e a coisa vai se protelando, protelando, protelando.

Assim, depois da audiência em que eu estive, na Assembleia Legislativa de Porto Alegre, o caso da minha filha todo começou por aqui a mudar e a ser visto de uma outra maneira e culminou, eu fui muito abençoada, com a reunião de Porto Alegre.

Depois da reunião de Porto Alegre, nós recebemos um comunicado do Ministério do Trabalho e Emprego; nós já tivemos quatro audiências na 29ª Vara na Justiça do Trabalho. Aí recebemos uma carta dizendo que o foro não era competente, sendo que nós já havíamos tido quatro audiências; que o foro, no caso, seria o do endereço da residência da minha filha, ou seja, Araruama ou São Pedro da Aldeia. Então, veja bem, sem contar que tudo andou, o Dr. Thiago apareceu na minha vida graças a Deus.

Então, gente, é isso; esses navios têm de tudo. Eu falei na primeira vez aqui para o Senador, o senhor lembra, drogas é o *souvenir*, é o básico; mas se você quiser, há casas de *swing* – eu não sabia o que era isso, mas passei a saber –; tem tudo, tem *swing*; expõe funcionários que são contratados para exercerem um certo cargo e se veem, de repente, obrigados a situações constrangedoras – você vai dançar e daqui a pouco você está fazendo outra coisa. Se você é uma coroa e quer um garotão, você tem. Se você é um cara... Sabe? Enfim, tem tudo. Droga é mais mesmo, é aquilo que o Alexandre falou: os comandantes precisam, os oficiais precisam, os seguranças são aquelas coisas monstruosas, israelenses, maior exército do mundo, e os tripulantes, coitadinhos, às vezes até pressionados pelos seus oficiais, de repente, consomem drogas. Quem gosta, quem tem tendência a essas coisas ilícitas, vai. E quem não tem, vai botar a boca no mundo. E aí forjam um flagrante de drogas, acabam com a tua vida, com a tua família ou então te matam.

Então, gente, é aquilo: a hora é esta. O Brasil clama por mudanças. Está morrendo todo tipo de gente nesses navios. Agora mesmo, há uma epidemia monstruosa na Europa, mal começou a temporada, de norovírus. Nós recebemos diariamente comunicados. Nós temos tudo, tudo. Está uma epidemia monstruosa. Começou uma temporada agora. Os tripulantes saíram, embarcaram agora todos para a Europa. Começaram a descer o Mediterrâneo. Você sabe disso. Eles começam a chegar no final de outubro, início de novembro no Brasil. Então, está aí: há uma epidemia muito grande de norovírus na Europa e vai descer.

Outra coisa, eu tenho aqui... Até o Senador ficou chocado quando foi mostrado o vídeo daquele rapaz e disse: "Isso, minha gente, é um navio de cruzeiro." Mostrava os banheiros... Por incrível que pareça, não é Alexandre?, saiu até uma reportagem. Esses navios, Senador – "A Anvisa aprova navios que passarão por Santos na próxima temporada" –, já foram pré-aprovados, inclusive aquele navio que o senhor viu o vídeo da vez passada. Foi pré-aprovado. O senhor ficou chocadíssimo, inclusive o seu depoimento está todo no *blog*, no *site* da OVC. Já foi pré-aprovado. Está aqui. Então, todos os navios que tiveram problemas, que tiveram crimes, que tiveram mortes, todos eles foram pré-aprovados pela Anvisa na temporada passada. Eles já entram aprovados para essa temporada. A Anvisa aprova...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós vamos encaminhar o material e marcar uma conversa com a Anvisa também sobre essa situação.

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA – Sabe, é difícil, Senador. Eu sei que a pressão que o senhor sofre é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas comigo não tem pressão. Gaúcho gosta de dizer que não nasceu de susto. Nasceu sozinho e morre sozinho. Então, a pressão comigo não cola. Quem está ouvindo, é ao vivo, quem vier me pressionar, perde tempo. Todos sabem disso.

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA – É isso aí. Eu acho que tem que ser assim. Nós, brasileiros, não temos que ter medo de absolutamente nada. Ou nós vestimos a nossa bela camisa verde e amarela, arregaçamos as mangas sem medo de nada e vamos à luta ou, então, vamos ficar dentro de um saco plástico, no fundo do guarda-roupa, chorando, nos lamentando pelo que nós deixamos de fazer. Porque, se não fizermos nada, amanhã não poderemos reclamar de absolutamente nada, porque nós compactuamos para que tudo acontecesse. Então, temos, sim, que ir à luta, sim. Não temos que ter medo de nada.

É uma luta muito feia, nós estamos brigando com poderosos. Não estamos brigando com donos de dez,

vinte "vanzinhas", não. Estamos lutando em uma briga feia, em uma briga grande. Eu tenho certeza de que essa briga nós só não ganharemos se não quisermos. Nós temos tudo. Nós temos todo o material para isso. Para mim, essa luta está ganha. Agora, só não a ganharemos se não quisermos ganhá-la.

Alexandre, por favor, se você quiser complementar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Foi muito bem colocado.

Essa foi a Rosângela Bandeira, mãe da vítima de cruzeiro Camilla Peixoto Bandeira, ex-tripulante da armadora MSC. (*Palmas.*)

Chegou aqui para nós participação popular:

> *Prezados senhores, infelizmente, por motivo de força maior não foi possível a presença na audiência. Entretanto, com o objetivo de colaborar com o trabalho e tendo ciência que os assuntos e problemas que cercam os tripulantes brasileiros estão mais do que evidenciados por esta Comissão [aí ele cumprimenta a Comissão], buscaremos somar, através desta participação, sinalizando que as agências de recrutamento não podem ficar imunes das ações corretivas e fiscalizadoras, posto que é através dessas agências que os tripulantes são contratados e direcionados aos respectivos navios. Boa parte dessas agências, através de ações comercialmente criminosas, criam verdadeiros cartéis de cursos ditos obrigatórios, exames médicos e etc.. O mais grave é o fato desses procedimentos ilícitos serem apoiados pela representante na América do Sul de uma das maiores armadoras de navios cruzeiros. Ressalvamos que esta afirmativa é uma denuncia que colocamos nesta audiência e nos colocamos à disposição para colaborarmos e apresentar provas em relação a este tema. Atenciosamente, Alexandre Castro, Presidente da Associação Brasileira dos Tripulantes em Navios de Cruzeiros.*

Muito bem, Alexandre. Isso mostra que temos homens e mulheres corajosos que querem mudar esse quadro e acabar com essa vergonheira e, mais do que isso, com esses atos criminosos contra o nosso povo e a nossa gente. Meus cumprimentos aqui ao Alexandre Castro, Presidente da Associação Brasileira dos Tripulantes em Navios de Cruzeiros.

Passamos a palavra, então, ao Sr. Raul Capparelli Vital Brasil, Auditor Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Raul Capparelli Vital Brasil com a palavra.

O SR. RAUL CAPPARELLI VITAL BRASIL – Senador Paulo Paim, bom dia. Bom dia, integrantes da Mesa, senhoras e senhores presentes aqui no auditório e que nos assistem pela televisão.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer pelo convite. Da outra vez, até apareceu o vídeo, o Alexandre exibiu, do nosso colega Reinaldo Almeida, que esteve aqui da outra vez. Para nós, é sempre um motivo de muita satisfação estar presente para debater esse assunto, já que é um setor que vem crescendo no País e atrai cada vez mais jovens, como o Dr. Alexandre e a Rosângela falaram aqui também.

Sobre esses trabalhadores, exatamente, são jovens que, na maioria das vezes, acabaram a faculdade que aceitam esse tipo de trabalho para ganhar um pouco mais de experiência em outras culturas ou no inglês, ganhar uma certa quantia financeira e colocar esse tipo de experiência no currículo. Mas, infelizmente, como já foi apresentado, muitas das vezes, isso acaba de forma trágica e totalmente negativa.

Quanto ao Ministério do Trabalho, vou mostrar um pouco do trabalho que a gente desenvolve, que é um tipo de fiscalização muito peculiar, porque esbarramos em algumas partes características da legislação não só brasileira, mas também de algumas convenções internacionais.

Vou pedir para a Tânia passar o próximo eslaide.

A atuação do Ministério ganhou certa força a partir de 2006 com a Resolução Normativa 71, que colocou duas características para os navios de cruzeiro. Os navios que permanecem mais de 30 dias no País têm que possuir 25% da cota de trabalhadores como de cidadãos brasileiros. Então, nós, do Ministério do Trabalho, na fiscalizações que nós desenvolvemos, nós verificamos essa cota. Sobre o contrato de trabalho, os trabalhadores que são contratados na temporada brasileira, isto é, 30 dias antes e 30 dias depois que o navio deixa o País, devem seguir a legislação brasileira, a CLT. Já os tripulantes que são contratados fora da temporada brasileira, com contratos que começam antes e depois da temporada brasileira, não precisam seguir a Consolidação das Leis do Trabalho. Esse é o motivo que esbarra a fiscalização durante as nossas inspeções, sobretudo porque muitos dos contratos são escritos em outra língua, o que dificulta o entendimento da própria tripulação sobre esse tipo de trabalho.

O objetivo da fiscalização é verificar o trabalho seguro e saudável para os brasileiros contratados para trabalhar na temporada de cruzeiros que, como a própria Srª Rosângela lembrou bem está começando agora nesse mês de outubro. Então, já estamos desenvolvendo um planejamento para pegar esses navios na costa brasileira e embarcações brasileiras,

apesar de normalmente contratadas pela legislação trabalhista estrangeira.

Nessa última temporada, e tenho até aqui o diagnóstico feito do que fizemos na costa, foram fiscalizados quase todos os navios de cruzeiro. Muitos foram autuados. Isso parte da nossa Coordenação Nacional de Inspeção do Trabalho Portuário e Aquaviário.

Pode passar. (*Pausa.*)

Nessas ações, a gente verifica não só a cota de brasileiros a bordo, mas também a que tipo de contrato o trabalhador brasileiro está submetido. Na maioria das vezes, são contratos internacionais. Além disso, a gente verifica se estão sendo cumpridos os Termos de Ajustamento de Conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho, sobre o qual vou falar um pouco adiante; os Acordos e Convenções coletivas; e a legislação nacional e internacional pertinente, inclusive as convenções da OIT, especificamente a Convenção nº 147, que autoriza a atuação dos auditores-fiscais do trabalho em navios de bandeira estrangeira em caso de denúncia dos trabalhadores ou de entidades sindicais.

Pelo Direito Marítimo Internacional, as pessoas que trabalham a bordo de navios seguem a legislação trabalhista do país onde este navio foi registrado. Por exemplo, se tivermos um navio de bandeira panamenha, a legislação trabalhista vai ser a panamenha. Isso muitas vezes limita a nossa atuação.

Por favor. (*Pausa.*)

Sendo assim, uma das principais queixas apresentadas pelos brasileiros é que algumas empresas de navegação, para legitimar a utilização de contratos internacionais, ou seja, contrato que ultrapassa a temporada brasileira... Eles fazem um contrato maior, mas, como está terminando a temporada brasileira, começam a submeter o trabalhador a uma série de humilhações, a assédio e tudo o mais, visando a que esse trabalhador saia da embarcação, que fique pelo Brasil. Só fazem isso para poder driblar a legislação brasileira.

Algumas das constatações a que chegamos para esses trabalhadores brasileiros são as seguintes:

– carga horária abusiva, principalmente nos bares e restaurantes, passando de 16 horas diárias, incluindo atividades fora do horário normal da jornada;

– não concessão de intervalos suficientes para alimentação e repouso;

– falta de controle efetivo de jornada;

– humilhações por parte dos superiores estrangeiros – dificilmente um brasileiro, como o próprio Presidente Severino lembrou aqui, ocupa um cargo de destaque na embarcação;

– não fornecimento de água potável, incluindo, e isso pode até parecer um preciosismo, relatos de muitos trabalhadores que acabam até comprando água para beber, porque a água disponível não é de qualidade ou os bebedouros não estão disponíveis em locais próximos;

– má qualidade da alimentação fornecida;

– má qualidade do atendimento médico;

– situações em que os tripulantes são instados a trabalhar contrariando orientação médica

– os trabalhadores muitas vezes arcam com os custos de exames médicos admissionais, treinamentos, despesas de locomoção, nas empresas em que fazem recrutamento, aqui, no Brasil, havendo algumas denúncias, inclusive passadas pelo Ministério das Relações Exteriores, de alguns casos, nessas agências, em que os trabalhadores são obrigados a assinar um termo de que essas recrutadoras não têm nenhum tipo de responsabilidade sobre o que acontece a bordo;

– assédio moral contra os tripulantes.

Na temporada 2010/2011, seguimos o protocolo proposto pela Convenção nº 147/OI, enviando relatório da fiscalização do navio MSC Armonia para a OIT, em Genebra, para o país da bandeira e para as autoridades nacionais, como o MPT. Essa foi talvez a pior temporada que tivemos, aqui, no Brasil. Em seguida, começamos uma série de entendimentos junto ao Ministério Público do Trabalho, que resultou em num termo de ajustamento de conduta garantindo alguns dos direitos da CLT para os trabalhadores em contratos internacionais.

Coloquei nesse eslaide alguns desses direitos: receber cópia do respectivo Termo de Ajustamento de Conduta com maiores informações sobre seus direitos; receber idêntica remuneração que os demais tripulantes em mesma função; optar por depositar qualquer porcentagem de sua remuneração líquida em conta corrente; não ter descontado uniformes e materiais de trabalho; não exceder a jornada de trabalho; escrever os reais horários trabalhados; não ser cobrado por entrevistas, palestras, cursos, exames; ser atendido por médico ou enfermeiro brasileiro, inclusive colocamos, nesse termo de ajuste, que as embarcações deveriam ter um médico brasileiro a bordo – a MSC entrou com um mandado de segurança para que isso não fosse cumprido; água potável gratuita no local de trabalho; e desembarcar em períodos de folga, desde que as condições climáticas e de segurança permitam.

Isso fez parte de uma cartilha que foi distribuída nas embarcações, inclusive com telefones para denúncias.

Quero deixar também claro que, conforme o Presidente Severino já lembrou, nesse mês, tivemos uma mudança na Resolução Normativa nº 101, que foi a Resolução Normativa nº 105, em setembro, que por um lado atendeu um pleito das companhias de navegação, ampliando para dois anos o prazo das autorizações de trabalho concedidas aos tripulantes estrangeiros, mas, por outro lado, colocou na lei um artigo que possibilita ao Conselho Nacional de Imigração a cancelar as autorizações de trabalho dos tripulantes estrangeiros, quando verificado pela fiscalização o reiterado descumprimento de cláusulas contratuais ou de disposições legais referentes aos trabalhadores em geral daquela embarcação. O Ministério Público do Trabalho, em relação aos TACs firmados, optou por tentar garantir alguns direitos, como o controle de jornada, mas eles não foram executados. Já o Ministério do Trabalho optou por um caminho diferente. Fizemos várias reuniões com todas as empresas de cruzeiros marítimos colocando algumas regras que elas deveriam cumprir. Algumas entraram com mandado de segurança. Nem todas estão cumprindo.

Os principais empregadores, no Brasil, são: MSC, Costa/Ibero, e Royal Caribbean/Pulmantur. Nessas três nós baseamos nossas fiscalizações. Agora, nessa temporada próxima de cruzeiros, com certeza, os navios vão ser também fiscalizados.

Próximo. (*Pausa.*)

Quero deixar claro que a nossa atuação é firme não só para garantir as condições de trabalho a bordo das embarcações, mas também subsidiar o Conselho Nacional de Imigração, o que o Presidente Severino também já comentou, com informações para que novas medidas sejam tomadas futuramente.

Para terminar, deixo aqui os nossos contatos da Divisão de Fiscalização do Trabalho Portuário e Aquaviário. Tem um telefone aqui em Brasília e o meu *e-mail*. Qualquer tipo de denúncia na área, pode ser repassada para esse *e-mail* e daremos conhecimento não só à Coordenação Nacional de Inspeção do Trabalho Portuário, mas também aos colegas que ficam nas regionais do País para que essas embarcações sejam fiscalizadas e para averiguar o que está acontecendo.

Agradeço o convite mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi Raul Capparelli Vital Brasil, Auditor Fiscal Do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. (*Palmas.*)

Vamos, de imediato, para o Conselheiro Aloysio Gomide, Chefe da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores e, para encerrar, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, o Deputado estadual Jeferson Fernandes.

Por favor, Conselheiro Aloysio

O SR. ALOYSIO GOMIDE – Muito obrigado, Sr. Senador. Agradeço a V. Exª pela possibilidade de participar aqui hoje e fazer um breve pronunciamento sobre a participação, a atuação do Itamaraty, especificamente em relação à ocorrência do problema cuja seriedade já percebemos aqui, pelo relato de todos os participantes, no exterior.

Se V. Exª permitir, meu colega Renato faria uma breve apresentação, em seguida, com audiovisual com algumas informações sobre o assunto.

Hoje em dia, apenas para situar, são aproximadamente 2,5 milhões de brasileiros no exterior, conforme estimativas do Itamaraty. São os residentes. Além disso, há o grupo que vai ao exterior em que constam todos os tripulantes que trabalham no exterior, os turistas, homens de negócio, que vão trabalhar, estudantes de curta duração e pessoas que vão trabalhar por temporadas mais curtas também. Temos, no Itamaraty, prestado assistência consular aos dois grupos, os residentes e o segundo grupo, que são os brasileiros que vão e voltam.

A situação, como foi dito aqui, é muito preocupante. Buscamos dar uma atenção especial, em termos de assistência consular, especificamente aos grupos vulneráveis, e, certamente, os tripulantes dessas empresas, os tripulantes brasileiros no exterior fazem parte desse grupo.

Nós nos reunimos recentemente com a associação que reúne as empresas, em função de ter verificado uma recorrência. Prestamos assistência consular. Os consulados e as embaixadas informam regularmente e, diariamente, ao Itamaraty, sobre a assistência prestada, pedem orientações e instruções, aqui, de Brasília, sobre como atuar em cada caso, além da atuação já prestada, automaticamente, aos brasileiros em necessidade.

Nesse caso específico, detectamos que seria em torno de 3 a 4 mil, talvez, tripulantes que estejam no exterior por temporada por ano. No Itamaraty, nós recebemos as denúncias de problemas ocorridos e acionamos a nossa rede consular, as embaixadas com os setores consulares, assim que as denúncias chegam ao nosso conhecimento, seja aqui em Brasília pelos familiares, ou pela própria pessoa, ou por algum conhecido que aciona o Itamaraty. Enfim, acionamos a nossa rede consular que toma as medidas necessárias, busca o contato com as empresas, com o navio ou com as autoridades daquele país para verificar a situação nacional, para verificar a denúncia.

Eu não vou repetir aqui, meu colega do Ministério do Trabalho já fez uma ótima apresentação em que ele mencionou os principais problemas registrados: exploração laboral, horas longas no trabalho, denúncias de discriminação dos brasileiros nesses navios. Essas denúncias chegam a nós e imediatamente as providências são tomadas com vistas a melhorar. Sabemos que é um trabalho de coordenação entre todas as autoridades – faremos nossa parte em relação ao exterior especificamente – que envolvem elementos complexos, porque envolve, como foi dito aqui, contratos assinados em outros idiomas. Talvez a pessoa assina o contrato sem o conhecimento preciso do que significa as condições que estão ali – daí ser importante fazer um trabalho preventivo até de avisar os nossos conacionais do que vão se encontrar em uma situação dessa.

Essa cartilha que o Renato, logo em seguida, vai falar, só vou comentar rapidamente, é resultado de um trabalho de verificação de problemas recorrentes na rede consular. Nesse caso específico, detectamos em vários lugares do mundo que havia modelos brasileiros, mulheres e homens, jogadores de futebol e outros tipos de profissionais, churrasqueiros, professores de capoeira, por exemplo, que vão para o exterior, seja via agente aqui no Brasil ou contato no exterior, para exercer determinada profissão. Muitas vezes, assinam contratos sem conhecer ou vão para o exterior sem o visto adequado, chegam lá os documentos são retidos, se encontram em situação de trabalho degradantes, moradia, salário inferior ao salário prometido. Tão logo, chega ao conhecimento essa situação buscamos prestar todo o apoio possível a esse grupo de brasileiros.

Então, o Renato vai fazer uma apresentação mais detalhada. Fizemos um contato mais recente com alguns contatos nossos no exterior para aprofundar justamente as informações em relação ao exterior e aos problemas enfrentados pelos tripulantes brasileiros nos navios. O objetivo até seria elaborar uma cartilha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se me permite, só para situar aqui, já tinha chegado para mim, o Renato Levanteze Sant'Ana é Terceiro Secretário e Assessor da Divisão de Assistência Consular. Então, o Renato vai participar também.

O SR. ALOYSIO GOMIDE – Muito obrigado, Senador.

O Renato agora vai fazer a apresentação. Vou passar o microfone.

Muito obrigado.

O SR. RENATO LEVANTEZE SANT'ANA – Obrigado, Sr. Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Que participou da audiência de Porto Alegre, com um belo depoimento lá.

O SR. RENATO LEVANTEZE SANT'ANA – Isso. Estava percebendo aqui, não havia tido contato ainda com o Ministério do Trabalho e Emprego e vi que o trabalho deles provavelmente se alinha muito com o que temos proposto aqui, e essas audiências são uma oportunidade de justamente tomarmos conhecimento de toda a dimensão, de todos os órgãos envolvidos, para podermos fazer uma ação concertada nesse sentido. Temos um projeto de fazer uma cartilha aos moldes dessa, que foi uma cartilha muito exitosa, de conscientização das dificuldades enfrentadas por trabalhadores brasileiros no exterior.

Vou fazer uma coisa bem rápida, só passando, não vou ler nem nada, só para vocês terem uma ideia de como ela é estruturada e como podemos até melhorá-la, fazer uma versão até, aprendendo com o que já foi conseguido aí, para fazer uma versão específica para esse setor de trabalhadores de cruzeiro. Aqui, ela foi dividida basicamente em jogadores de futebol, aí tem textos que contextualizam a situação, os pontos que são abordados sobre o tema específico, então podemos fazer pontos abordando a questão do contrato, das normas, as convenções internacionais, as normas brasileiras... Então, vemos viagem para teste, que poderia ser por recrutamento pelas agências, no caso do cruzeiro. Vários assuntos que podem ser abordados.

Vemos que temos aí um texto em preto, que tem a contextualização; um, em vermelho, que tem as recomendações dadas aos brasileiros, em tópicos. Isso se repete. A questão de passagens, no caso dos cruzeiros, os problemas enfrentados por pessoas que querem desistir, sair do cruzeiro por maus tratos e aí se veem abandonadas. Não querem sair porque não sabem como irão voltar para casa. Então, tudo isso pode ser abordado.

O próximo ponto: modelos, músicos, dançarinos e professores de dança.

Então, passando aqui para os senhores poderem ver como... Temos casos aqui, por países, isso é uma coisa que pretendemos fazer, consultar os vários postos. Depois de levantarmos os países que têm principal número de navios com a sua bandeira, para que possamos consultar esses postos, pedir orientação sobre a legislação local, quais são os órgãos locais que a pessoa pode acionar, administrativos e jurisdicionais, equivalentes ao Ministério Público, nesse país, e as autoridades de fiscalização do trabalho.

Aqui também dividimos os casos específicos, pode ser feito também na cartilha nova. Como os nossos postos no exterior, embaixadas e consulados

podem ajudar também. Inclusive, o que achei interessante também nessa cartilha é um glossário básico de termos que são importantes a pessoa saber, até para poder, na hora de fazer um contrato, o que é cada uma das figuras envolvidas numa relação como essa. E uma lista de contatos, pois o ideal é podermos expandir e fazer, pelo menos em vários países, também na Federação Sindical Internacional, que tem parceria com a FNTTAA, e aí poder fazer um material bem compreensivo e abrangente de orientação ao brasileiro que pretende se vincular a uma empresa a fazer um trabalho desse tipo.

É basicamente isso. Trouxe alguns exemplares da cartilha, para quem quiser a versão física. Esse é um trabalho inicial, estamos começando, e essa oportunidade é muito boa para fazer esses contatos de parcerias para podermos fazer um material o mais eficaz possível.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse é o Renato Levanteze Sant'Ana, que também trabalha no Itamaraty, dando a sua contribuição. Não sei se o Dr. Aloysio... (*Pausa.*) O.k?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO GOMIDE – Apenas acrescentar que estamos à disposição do Itamaraty. A Divisão de Assistência Consular, inclusive para *e-mails*, as pessoas que queiram enviar denúncias, fazer sugestões, comentários, o *e-mail* é dac@itamaraty.gov.br.

O Dr. Frasson comentou, no início, como encaminhar essas questões. Como o Renato já indicou, nossas embaixadas e consulados têm um número de plantão consular 24 horas para receber denúncias. Aqui em Brasília também existe um plantão consular e esse *e-mail* que citei também está permanentemente à disposição de todos para encaminhamento de denúncias que são recebidas e darmos o tratamento necessário tão logo recebidas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Gomide, parabéns pela sua fala. A contribuição de ambos está muito bem encaminhada. É já um primeiro passo, sim. Orientação para trabalho em exterior – Modelo, jogador de futebol e outros profissionais brasileiros. Eu até recomendaria, combinando o jogo com vocês, que a Comissão de Direitos Humanos faça uma cartilha também com essas orientações, remetendo para sindicatos e para aqueles que atuam nessa área.

Estou vendo aqui que fala de todas as áreas, inclusive de dançarinos, que teremos um depoimento depois. Enfim, é exploração moral, sexual e trabalho escravo, que eu percebo aqui.

Mais uma participação popular:

> *Meu nome é Selma Evangelista e sou mãe de bailarina que trabalhou em shows da Cia. Star Cruises. Como alcançar com a legislação brasileira estas companhias e o sistema de trabalho escravo, o assédio moral constante que praticam?*
> *Como fazer com que a legislação brasileira alcance estas companhias, protegendo nossos jovens trabalhadores do trabalho escravo e constante assédio moral que praticam?*
> *Estas companhias agem como dissimulados navios negreiros, num território sem lei. As agências e os agentes das mesmas em terras brasileiras atraem jovens ingênuos, com espírito aventureiro típico da idade para desenvolverem trabalho escravo. Isto tem que acabar!*

Enfim, nós pretendemos apresentar dois projetos no dia de hoje com esse objetivo.

Então, agora, vamos para... Perguntaram-me aqui se a Drª Ana não iria falar. A Drª Ana se sentiu contemplada com a fala do Dr. Severino Almeida Filho, que é o Presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante. Ela, Assessora Jurídica da Federação, disse que ele foi muito tranquilo e expressou a visão tanto da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA), como também a do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha e outros.

Então, para conclusão desta Mesa, vou remeter ao Plenário, e concluir os trabalhos aqui dos convidados, está com a palavra o Deputado Estadual Jeferson Fernandes.

Fiz questão, Jeferson, de deixar para o final, numa homenagem, porque os Estados têm de se envolver também nessa questão, que não é uma questão só do Congresso Nacional e atinge praticamente todos os Estados.

Então, o Deputado Estadual Jeferson Fernandes, é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, fez uma audiência de peso lá. Estava lotado o plenário da Comissão, na Sala Adão Preto.

O SR. JEFERSON FERNANDES – Isto: Sala Adão Preto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sala Adão Preto, com líderes dos direitos humanos de todo o Estado. Foi uma bela audiência, em que nós decidimos que ele deveria estar aqui também.

Então, com a palavra o Deputado Jeferson Fernandes.

O SR. JEFERSON FERNANDES – Obrigado, Senador. Obrigado a todas as pessoas que estão aqui comigo na Mesa acompanhando esta audiência.

Realmente nós fizemos essa atividade em Porto Alegre, que foi, na verdade, a segunda atividade, porque já havíamos feito uma anterior, que nos colocou a par, não só da situação envolvendo a Bruna, a Camila, mas dezenas de centenas de pessoas que efetivamente são vítimas de maus-tratos, de tudo isso que foi relatado aqui, por parte, inclusive, de pessoas que fiscalizam. Portanto, não se trata apenas de uma denúncia das vítimas que, por si sós, já deveriam receber a nossa atenção, o nosso carinho. Mas são autoridades, desde a Polícia Federal, o Ministério Público do Trabalho, o próprio Itamaraty, que estão aqui dizendo que efetivamente isso acontece e se trata de situações muito difíceis de serem resolvidas por conta até dessa relação internacional.

Nós fomos até Barcelona para acompanhar o julgamento da Bruna, e o que nos chamou a atenção, Senador, é que, dentro da prisão onde está a Bruna, havia mais de uma centena de mulheres latino-americanas envolvidas no tráfico internacional de drogas, cuja maioria, 99% delas, segunda a própria polícia espanhola, foi utilizada para transportar a droga das mais variadas formas, inclusive portando, nos seus organismos, muitas vezes, para que efetivamente o narcotráfico se consolidasse em nível mundial.

Sentimos, da parte das autoridades espanholas, uma certa frieza no trato com essas pessoas, até porque não são conterrâneas suas, e isso realmente mexe menos com aquelas autoridades.

E vem em nós, muitas vezes, um estorvo, como se fôssemos causa do problema. E nós sempre dizemos que, se há tráfico, pessoas transportando, é porque há outras que consomem. E a Europa, hoje, sofre com esse problema, assim como nós sofremos no Brasil. Então, não se trata apenas de um problema latino-americano; é um problema mundial.

E nós estamos aqui subsidiando, no que for possível, o Senado Federal. Ficamos muito felizes de ter esse respaldo do Senador, e não é de agora. Desde o primeiro momento em que tanto o Alexandre quanto outras vítimas e familiares de vítimas denunciaram, tomou-se a iniciativa legislativa de ter um projeto para trabalhar nessa direção.

Obviamente que nós, como Parlamentares estaduais, não temos essa incumbência, mas podemos muito bem fazer essa relação das pessoas dos diferentes Estados que sofrem em função dessa questão.

Por outro lado, além da iniciativa legislativa, pensamos que não dá para ignorar as denúncias que chegam. Por isso, nós queremos, hoje, com o Ministério Público Federal, também com a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, fazer com que esses casos sejam devidamente analisados, depois julgados, e as pessoas condenadas. (*Palmas.*)

Esse é o nosso desejo.

E nós, a exemplo do Senador que falou aqui, não estamos constrangidos ou com receio de qualquer tipo de pressão, até porque sabemos muito bem que, quanto maior o poderio financeiro de quem viola os direitos fundamentais, mais difícil é o nosso trabalho. Mas nossa função, como representantes do povo, é não arredar o pé, levar até o final as denúncias, dar respaldo à dor das pessoas. E, por mais que nos solidarizemos com elas, ninguém sente a dor de uma mãe, de um pai que perdeu um filho, ou uma filha, ou a filha está aprisionada em situação envolvendo esses navios de cruzeiro.

Nós não podemos imaginar o que sofre a Dona Rosângela ou o Alexandre e tantas outras rosângelas e alexandres Brasil afora.

Para além dessa ideia de ter legislação e de ter um processo para encaminhamento dos casos que nos chega, eu acho que está adequado à política, aqui, do Ministério Público do Trabalho e também do Itamaraty de ter uma política preventiva. E isso, tanto o Senado quanto nós lá da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul podemos ser parceiros, enfatizando mais, fazendo com que se veiculem mais informações.

A maioria das pessoas que nos procuram, a partir dessas denúncias, dizem: “Eu não sabia, e a minha filha, o meu parente, o meu amigo também queriam embarcar com esse sonho de ganhar experiência, de ganhar algum recurso”.

E hoje nós estamos nos prevenindo em relação a esses ocorridos.

Então, estamos aqui com toda nossa vontade, nossa paixão pelos direitos humanos, pelos direitos fundamentais. E os 12 Deputados que, junto comigo, compõem a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do nosso Estado são parceiros, são solidários na luta das pessoas que sofrem, buscando soluções para esses dilemas, para que efetivamente o Brasil cada vez mais seja soberano na proteção dos direitos dos seus conterrâneos.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Deputado Estadual Jeferson Fernandes, que, com o brilhantismo de sem-

pre – eu o conheço há muitos anos –, falou aqui como último convidado da Mesa.

Para quem está nos assistindo e nos ouvindo, o que o Jeferson falou é verdadeiro.

Eu chego até a dizer mais para vocês. Muitas vezes alguém diz "Não, mas ciclano lá ofereceu tanto para beltrano." Para mim, nunca ofereceram nada. É engraçado, né! Porque sabem que, no mínimo, eu teria de engolir o que me ofereceram. Ninguém sabe para quem aparece. Para mim, nunca ofereceram nada. E, se oferecerem, vão ter de engolir de volta na mesma hora, seja o que for.

Então, para mim, eu estou muito tranquilo e falo isso com a maior tranquilidade, porque o importante é deitarmos à noite, no travesseiro, tranquilos pelo dever cumprido, e podermos dizer uma frase dessas: se alguém oferecer algum tipo de coisa... Nunca me ofereceram, desde sindicalista e desde quando eu era estudante. O Alexandre me conhece. Nunca me ofereceram nada. Não sei se é por causa da minha cara de brabo. Mas não sou brabo. Agora, se oferecer, vai engolir. Ah, vai engolir, vai engolir, na hora, de volta! E tem de engolir sem água ainda. Eu não vou dar água. Vai ter de engolir na volta o que oferecer.

Vamos para o nosso Plenário.

Falará agora o Arthur Fernando de Souza, que pediu a palavra e que já esteve nesses navios, tão criticados aqui.

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Bom dia!

Por coincidência, recebemos relatos da mãe de uma bailarina, cuja empresa em que ela disse que trabalhou é a mesma em que eu trabalhei.

Eu estive nessa empresa, trabalhei na Star Cruises, e acho que a maior contribuição que posso dar neste momento é porque, chegando lá, eu vi que eu tinha caído numa verdadeira "roubada", eu comecei a filmar, a gravar tudo escondido. Então, eu tenho uma grande documentação em relação ao funcionamento desse sistema e de tudo que aconteceu comigo lá.

Diante do tempo curto que tenho, eu selecionei algumas coisas que julguei mais importantes e trouxe para vocês verem.

Para terem uma ideia de como é feita a propaganda, este aqui é o *site* da agenciadora:

> *A Cia. Star Cruises é a terceira maior companhia de cruzeiros turísticos do mundo e sua frota navega pela Ásia e Pacífico. Ela vem selecionando bailarinos brasileiros há quatro anos e, há mais de dois anos, através da JT Agenciamentos Artísticos Ltda.*
>
> *A Cia. se preocupa em proporcionar as melhores condições para o bailarino executar o seu trabalho, oferecendo moradia, alimentação e lavanderia para os seus contratados. Também com o intuito de manter um ambiente saudável e familiar, a Cia. se preocupa em manter longa relação com os seus contratados, apresentando a possibilidade de extensão ou recontratação futura após término de contrato. Para saber mais, acesse o site.*

Próximo.

Também do mesmo *site*:

A JT Agenciamentos vem recrutando bailarinos para a Cia. Star Cruises há mais de dois anos e possui, atualmente, trinta bailarinos realizando shows a bordo do navio, juntamente com uma equipe de ginastas russos e acrobatas chineses. Os contratos são firmados por um ano, os ensaios são realizados na Malásia, país-sede da Star Cruises. A Cia. oferece ao bailarino, além de salários, moradia, alimentação e lavanderia. O trabalho realizado pelos bailarinos se resume a shows e pequenas funções durante o dia. Os bailarinos não fazem parte do staff de recreação, apenas ministram algumas aulas recreativas e participam da festa de embarque e desembarque de passageiros. A carga horária média de trabalho é de aproximadamente cinco horas diárias, com um dia de descanso semanal. Cada navio apresenta de três a quatro shows com duração máxima de uma hora cada. Os shows se utilizam de temas variados, com números de danças e acrobacias.

Isso, para vocês verem a realidade que é apresentada pelos *sites*, pelas agenciadoras.

Aí na próxima é uma propaganda feita na internet.

Essas agenciadoras contam com uma rede de amigos que ajudam a divulgar esses trabalhos.

Aqui é a apelação que eles fazem, que foi muito comentada pela Mesa, sempre na questão do sonho, de a pessoa realizar o seu sonho. Então, vejam ali a propaganda: "Realize o seu sonho viajando pelo mundo. Sua carreira está bem aqui".

Ali há uma parte que não dá para a gente ver, mas eu vou ler para vocês:

> *Venha realizar o seu sonho se apresentando em grandes espetáculos, viajando pelo mundo, conhecendo lugares e culturas inesquecíveis.*

Quer dizer, qual é o jovem que não quer isso tudo?

Para bailarinos, eles dizem que a gente vai participar de grandes produções, então, vai melhorar a nossa carreira, a nossa habilidade técnica, participando de grandes produções em uma companhia internacional, além da oportunidade do aprendizado da língua, o que também é muito importante para a gente, e o apelo de viajar pelo mundo dançando, com carga horária de cinco horas diárias. É aquela coisa maravilhosa.

Ao chegar ao navio... Não, primeiramente, eles mandam o contrato. A gente se apresenta para a agenciadora, a gente se demonstra interessado, são feitas audições no País inteiro para verificar a qualidade desses bailarinos, os bailarinos são selecionados e, uma semana antes de a gente embarcar, eles mandam uma via do contrato para a gente assinar e mandar pelos Correios de volta, a nossa via assinada. A via assinada por eles, eles não a mandam. Eles prometem. No meu caso, eles falaram que, quando eu chegasse a São Paulo para pegar o avião para ir para Hong Kong, eles me entregariam uma cópia assinada por eles. Mas não me entregaram. Todos os bailarinos embarcaram sem contrato de trabalho. Eu consegui esse contrato após três meses a bordo, com muita insistência com a agenciadora. E, finalmente, após três meses de trabalho, ela me mandou uma cópia assinada por ela.

Os *shows*, chegando lá, não eram nada daquilo que eles prometeram. Inclusive, no contrato de trabalho, apesar de o contrato ser bem leonino, como os senhores já falaram, tinha uma cláusula que interessa muito aos bailarinos, geralmente preocupados com esses trabalhos. Mas havia uma cláusula que nos dava segurança, que é a seguinte: Por que a contratada? Esses contratos são feitos de forma invertida: os bailarinos são os contratantes e a agenciadora é a contratada. Há uma estratégia aí que, depois, no final, vou comentar no que resulta.

Então, a contratada, que é a agenciadora, juntamente com a Cia. Star Cruises declara que:

Os shows são de caráter puramente artístico, sem conteúdo pornográfico ou algo que pode trazer má reputação ao contratante [os bailarinos], e que as práticas provenientes desse contrato estão de acordo com a legislação da Malásia e do Brasil, não se caracterizando em qualquer espécie de contravenção.

Isso dava muita segurança, além dos *sites* e de todas as propagandas que são feitas, e a falta de informação, porque a maioria das pessoas que participam desses trabalhos, geralmente, não denuncia; elas se omitem porque não querem ser expostas – os bailarinos e, principalmente, as bailarinas. Elas não querem que a sociedade como um todo fique sabendo o que tiveram que fazer no navio.

O primeiro vídeo mostra imagens de um *show.* Essas imagens são fortes e eu gostaria que não fossem expostas para o pessoal de casa. Não sei se isso é possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É sim. Já está ajustado isso. A própria TV Senado já orientou na linha que você recomendou.

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – O.k. Então, vamos lá.

São alguns trechos do *show* que eu selecionei.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso é *show*... Só para situar.

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Esse é um *show VIP.* Eles o chamam de *topless show*. É um *show* à parte nos navios. Os passageiros pagavam uma taxa extra para ver esse *show*.

Eles duram em média de 45 minutos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. SEVERINO ALMEIDA FILHO – Ela já sabia que ia fazer esse tipo de *show* ao embarcar ou foi obrigada a bordo?

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – A maioria dos bailarinos não sabe. Alguns bailarinos já sabiam, mas esses que sabem não comentam. Essa bailarina, por exemplo, já está trabalhando há mais tempo na Cia. Star Cruises, então, ela já sabia que ia fazer esse *show*. A maioria das outras meninas não sabia.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É chamado de *show* privê; é isso que eles dizem?

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – É um *show* erótico. Eles não chamam assim; eles chamam de *topless show.* Eles dizem que é *show* estilo Las Vegas, só que em Las Vegas não existe *show* assim, a não ser que se consiga... Não oficialmente pelo menos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – São simulações sexuais no palco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Simulações de sexo explícito.

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – As meninas sempre de seios à mostra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para avisar a todos que isso não está indo em rede de TV; é mais para o público nosso aqui para sabermos o que acontece, de fato, dentro dos navios.

É claro que as pessoas estão aqui ligando e perguntando: "O que está passando aí? O que é mesmo?"

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – "Quero ver também", não é? (*Risos.*)

Desses bailarinos aí eu já recebi algumas ameaças de processo e tal, porque eles não querem, de jeito nenhum, que eu divulgue isso, que eu exponha isso na internet. Eles ficam negando, inclusive que eles

tenham feito isso. Em ação judicial que entrei – que depois vou comentar –, chegaram até a comparecer como testemunhas para a gerenciadora para negar o fato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Negar o que está ali.

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Apesar de eu ter todas as provas.

Costumo até a dizer que o maior inimigo dos bailarinos são os próprios bailarinos, pela falta de denúncias, essa omissão. E aqui as outras meninas. Para tirar essa dúvida de se elas sabiam ou não que iam fazer o que fizeram, eu, para cada uma, perguntei, gravando, se sabiam que iam fazer esse *show* e, então, a maioria respondeu que não sabia.

Outro detalhe é que, geralmente, os pais não ficam sabendo. Tenho até um *e-mail* da agenciadora dizendo que os pais não sabem e que não é ela que vai contar.

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Esses eventos, esses *shows,* como são divulgados dentro do navio?

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Abertamente: *Topless Show.*

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – É divulgado abertamente a todos?

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – É. Eu tenho até fotos dos cartazes. Tem cartazes pelo navio anunciando. Os próprios tripulantes, a direção dos navios, os comandantes, eles fazem uma divulgação também.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Certo. E a frequência é grande, quem vai assistir?

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Sim, geralmente lota.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Deixe-me fazer uma pergunta: E, pós-*show*, o assédio sexual dos bailarinos como é? Você chegou a sentir como é, digo por parte dos passageiros?

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – É, eles confundem muito, claro. Quem é que, vendo isso, não vai pensar que é uma prostituta? A menina dança ali e, depois, vai fazer programa com o passageiro. Há casos em que as meninas recebiam interfonemas em suas cabines, os passageiros perguntando quanto seria o programa.

Bom, eu acho que já está bom. Vamos seguir. A gente pode ir adiantando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deu para ter uma ideia.

Aí voltamos à transmissão natural da audiência.

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Além dos *shows*, o trabalho lá era trabalho semiescravo.

A primeira vez que ouvi essa palavra, eu achei que não. Mas a gente não está fazendo um trabalho semiescravo, porque essa palavra lembra a gente estar apanhando em troncos; e a gente não apanhava em troncos. Mas, quando eu fui estudar o que era essa palavra, eu vi que é realmente, a gente está numa situação de trabalho semiescravo.

Essa situação é mantida por ameaças constantes de demissão, assédio moral muito forte e multas contratuais. O nosso contrato previa multas que chegavam até a US$10 mil, no caso de o bailarino querer retornar. Tanto tem as multas contratuais, como existe o pagamento de custos de reposição. Se o bailarino desistir e ele quiser voltar, ele tem que pagar sua passagem de volta e ele tem que pagar a passagem de ida do outro bailarino, a seleção do outro bailarino, a hospedagem, o treinamento necessário para o outro bailarino repor. Somando tudo, dava uns US$10 mil, no caso de desistência, quebra contratual, como eles falam.

A gente começou a escrever para a nossa agente – inclusive eu passei para vocês uma cópia de um *e-mail* que eu escrevi para a minha agente, enquanto eu estava a bordo do navio. Ela resume muito bem tudo o que a gente estava vivendo lá. E eu gostaria de ler o trecho de um *e-mail* que uma bailarina mandou para a agenciadora – outra reclamação, que considero um caso bem grave, é quanto aos acidentes de trabalho:

> *Infelizmente, eu me machuquei durante um dos ensaios do Miss Malásia [porque, além desse show topless, a gente fazia dois outros shows, dois shows normais, além desse topless show.], eu me machuquei e tive que pegar um atestado. O médico disse que eu não poderia dançar, que eu poderia apenas fazer atividades leves, como embarcação e desembarcação. Durante os meus quatro dias de atestado, eu sofri diversas ameaças diretas e indiretas sobre me substituírem, eu ser demitida e etc. Senti-me moralmente intimidada e achei um absurdo a Cia. cometer esse tipo de abuso. Em um dos dias fui verbalmente obrigada a dançar, pois alegaram que não havia horário nem local para ensaiar os números necessários. Portanto, eu teria que dançar machucada ou não. Isso é um abuso, a contar que meu machucado não foi negligência minha, foi apenas um acidente de trabalho, como pode acontecer com qualquer um.*
>
> *Segundo a Cláusula 6ª, abaixo mencionada [porque ela, de vez em quando, faz menções ao contrato], eu devo cuidar da minha integridade e de minha saúde pessoal. Mas como*

posso fazê-lo se nem um colchão decente tenho para dormir?

O que realmente é verdade. Nossos colchões eram colchonetes de acampamento, totalmente mofados. Eu até tenho uma filmagem que eu fiz para mostrar esses colchões: eles são pretos, se você tira o lençol de cima, o que fica é um colchonete preto.

O pai de uma bailarina também escreveu para a agenciadora, e eu gostaria de ler dois trechos da resposta que a agenciadora deu para o pai dessa bailarina:

> *Todos os bailarinos que são selecionados [isso é a agenciadora falando] para participar de shows são de excelente qualidade profissional e técnica. De qualquer forma, o emocional, convivência em sociedade e entre companheiros, só será possível avaliar durante a viagem. Outrossim, é importante que tenham conhecimento que estão deixando os seus lares e familiares. Estão entrando em um navio com usos e costumes totalmente diferentes do Brasil. Trata-se de uma empresa estrangeira, portanto, a forma de tratamento é diferente do Brasil.*
>
> *É de conhecimento de todos que o Brasil é um país caloroso, as pessoas são alegres e festivas. Estamos falando, no caso em tela, de um país milenar [aí, no caso, seria a Malásia] e ainda asiático, com cultura totalmente diferente. Isso deve ter causado algum constrangimento a seu genro e filha [porque o genro desse senhor, desse pai que escreveu, também trabalhava no navio] a empresa é da Malásia. Eles deveriam encarar como conhecimento de vida, aprendizado e cultura [os bailarinos deveriam encarar dessa forma e não ficar reclamando do trabalho que estavam tendo lá].*
>
> *Mais no final do e-mail, a agenciadora fala:*
>
> *Tenho profissão digna e sei o que os meus companheiros passam. Já trabalhei em televisão, turnês de navios, e tenho certeza de que a Cia. Star Cruises é séria. Pode ser um pouco rígida para os padrões brasileiros. No entanto, nada que venha a ferir a legislação infraconstitucional, constitucional ou tratados internacionais. Enfim, se o teor do seu e-mail foi de desabafo, estou tentando esclarecer a realidade dos fatos. Outrossim, se foi de ameaça, peço desculpas, mas não estou preocupada.*

Nós também mandamos *e-mail* para a Embaixada brasileira – agora não lembro se foi na Malásia ou em Hong Kong, mas não obtivemos nenhuma resposta. Eu falei do que estava acontecendo, eu pedi auxílio, informação, instruções em relação ao que fazer, mas nós não obtivemos nenhuma resposta da Embaixada.

Nessa movimentação de os bailarinos e os pais dos bailarinos começarem a escrever para a agenciadora, a coreógrafa do navio fez uma reunião com os bailarinos e explicitamente disse que, se a gente continuasse a falar sobre o contrato, todo o grupo seria demitido. A partir daí, é claro que a maioria do grupo começou a parar de falar do contrato e de reclamar ou mandar *e-mails* para a agenciadora etc.

Como eu continuei a reclamar do contrato mesmo assim, e outra menina do grupo também continuou, esse foi o *e-mail* que a gente recebeu da agenciadora:

> *"Arthur e fulana de tal, fui informada pela Cia. que vocês estão sendo dispensados por motivos disciplinares. Me foi alegado que houve reclamações de ambas as diretoras de cruzeiro diretamente ao departamento de entretenimento relevantes à falta de cooperação e espírito de equipe. Por isso eles optaram por esta decisão. O contrato que eu assino com a Cia., em nome de todos, está em fase de renovação e será, portanto, renovado sem vocês. [Aí é que é engraçado].*
>
> *Deverão, portanto, cumprir a jornada normal de trabalho até o dia 27 de outubro, dia de última performance. A Cia. advertiu que o contrato permanece vigente até a data de SAI9 [que seria a data da nossa saída no navio], devendo ser respeitado a fim de evitar demissão por justa causa.*

Além de tudo, eles nos ameaçam que a gente deve cumprir o contrato até o final para não ser demitido por justa causa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É o fim do mundo.

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Fomos demitidos.

Aí eu preparei uma arapuca. Eu pedi para uma bailarina, essa outra que foi demitida, para conversar com a coreógrafa. À época, o meu domínio de inglês era muito fraco. Essa outra bailarina já tinha certo domínio de inglês, ainda aprendendo, mas dava para puxar uma conversa, e ela conversou com a coreógrafa. A coreógrafa seria a nossa principal chefe do navio. Ela é que mandava em nós. Eu gostaria de expor essa conversa, que retrata bem a realidade e o assédio moral.

(Procede-se à audição de gravação.)

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Tatiana é a agenciadora.

(Procede-se à audição de gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O mau é você; eles são os bonzinhos.

(Procede-se à audição de gravação.)

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Não, infelizmente não. Por causa das reclamações que a gente não parava de fazer.

(Procede-se à audição de gravação.)

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Coréografa. Atualmente ela foi promovida, ela é diretora de cruzeiros. Ela é autoritária. Essa coreógrafa é russa, na verdade.

(Procede-se à audição de gravação.)

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – No Princess, que é outra companhia em que o bailarino foi trabalhar, ele relatou a essa coreógrafa que a diferença é que lá eles tratam gente como gente.

Voltamos para o Brasil. Entrei com uma ação trabalhista. A ação foi indeferida, devido à Súmula nº 207 do TST, que diz que a legislação é regida pelo país de labor. No nosso caso, o nosso navio era de bandeira Nassau, legislação de Bahamas, que não protege em nada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Arthur, deixe-me fazer uma pergunta, que serve para a Mesa, porque já é o terceiro que me pergunta aqui, se essa situação acontece – eu, como não sou da área, tenho que perguntar – somente em navios estrangeiros ou também em navios brasileiros?

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Eu estou estudando muito a parte internacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Alguém da Mesa poderia dizer? Para a gente ser bem transparente, a pergunta veio, tenho que responder.

O SR. SEVERINO ALMEIDA FILHO – Se o senhor me permitir, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sim.

O SR. SEVERINO ALMEIDA FILHO – Infelizmente, lamentavelmente, não existem navios brasileiros nesse setor de cruzeiro marítimo. Todos, 100% dessas embarcações são estrangeiras.

Então, é uma lástima. Até para o Brasil repensar isso e até pensar em uma política de, efetivamente, estarmos nesse setor. Não temos nem navios, nem tripulação brasileira, porque meia dúzia de marinheiros não oficiais, porque não existem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O ramo é explorado por companhias estrangeiras.

O SR. SEVERINO ALMEIDA FILHO – Exatamente.

Então, quem está na atividade trabalhando, que é brasileiro, são categorias profissionais como ele: ele é profissional de dança, há profissionais técnicos em piscinas, há pessoal de hotelaria, há... Mas esses, sim, aproveitam aqueles 25% para colocar pessoas que não são efetivamente marinheiros como profissional. Quer dizer, eles são de categorias que vão prestar serviço a bordo, de entretenimento ou de limpeza, mas não são os oficiais e a guarnição normal do navio. E isso precisa ser modificado na nossa visão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está respondido.

Então, disse um senhor – é bom esclarecer, estou resumindo o que ele escreveu – que essa situação é só em navios estrangeiros. Ele sabe o que está falando. Não deixe dar a impressão de que existem navios brasileiros com esse procedimento. Ele pediu um alerta. Na verdade, ele é ligado ao seu sindicato, se não me engano.

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Eu falei que os casos que estou estudando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, você não citou, ele falou para mim mesmo.

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para que na hora em que eu falasse, eu deixasse claro que são todos navios estrangeiros.

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, está esclarecido, respondido – isso é sinal de que o pessoal está acompanhando aqui.

Permitam-me, de novo, é outra pessoa, claro, a Selma Evangelista diz:

> *Porque a legislação brasileira não protege trabalhadores que são contratados no Brasil (contratos assinados no Brasil) para trabalho em navios em águas internacionais?*

Vamos apresentar o projeto hoje.

Do Sr. Godolphim ao Sr. Severino Almeida:

> *O senhor, como representante da ITF, como explicar, que em muitos casos esta organização internacional, pouco, ou nada faz para proteger seus sindicalizados.*

Isso ele responde na hora H em que lhe for dado o direito às considerações finais, o.k.?

Há mais uma pessoa no plenário. Quero registrar aqui presente conosco o Sr. Renato Sant'Ana Assessor da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Paulo Azevedo, do Ministério das Relações Exteriores; Cynara Baum da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Judith Cavalcante e Camila Assis, da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Paraná.

Então, pediu a palavra a Judith, é a nossa última convidada, digamos, do plenário. Em seguida, voltamos para a Mesa para as considerações finais e para responderem alguns questionamentos que aqui ficaram.

A SRª JUDITH CAVALCANTE – Bom dia!

Eu sou Judith Cavalcante da Conatrae, da Secretaria de Direitos Humanos.

Esse é um tema muito novo ainda para a Comissão. Viemos aqui hoje mostrar a nossa solidariedade, claro, mas, mais do que isso, nos disponibilizarmos a pesquisar e compreender todo esse cenário. Pelo que vejo, não é nada sutil, é muito sofisticado, e essa sofisticação passa por leis internacionais, passa por toda a nossa organização e as relações que o Brasil estabelece com outros países também.

Então, é somente para dizer que estamos aqui. Ao final da audiência, vou falar com algumas pessoas, pegar alguns contatos, e me coloco à disposição – repassei meus contatos, mas, caso alguém queira anotar: judith.santos@sdh.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Vou pedir uma salva de palmas tanto para o Arthur, como para a Judith, que falaram pelo Plenário agora. (*Palmas.*)

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Só adianto aqui que eu gostaria, Srª Judith, de dizer q eu já está agendada a nossa reunião depois. Então, estava aguardando por vocês. O.K. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu também quero esclarecer, antes de dar a palavra para a Mesa para as considerações finais, que as duas minutas estão prontas. Quem quiser dar uma olhada nas minutas terá até às 15 horas, porque, nesta hora, eu vou registrar os dois projetos em meu nome. Faço questão de assumir, até poderia pedir que vocês dessem entrada ao processo em nome da Comissão de Direitos Humanos, mas eu faço questão de entrar em meu nome, e, depois, serão enviados para as comissões correspondentes. Então, às 15 horas...

E também, pessoal, não é o fim do mundo se alguém discordar de algum ponto, não é, Alexandre? É legítima a discordância. Vai ser indicado um relator e o debate continua com o relator, e alguma coisa pode ser aperfeiçoada. O que não dá é protelarmos, mais uma vez. E aqui o apelo que eu senti de todos os internautas foi dizendo quase que: "Pelo amor de Deus, apresentem esses projetos!" Que saibam que, no Brasil, estamos com dois projetos para regulamentar esta questão; dois projetos que eles dividiram.

Eu sempre digo, pessoal: "Eu não invento projeto, nem faço o projeto. Quem cria a ideia do projeto é a sociedade." E esses dois projetos foram criados por vocês e pela Consultoria do Senado, eu diria, que são técnicos do mais alto nível, tendo em vista tudo o que foi dito, eles construíram esses dois projetos. Claro que eu me dei o direito, ainda, de passar por essa audiência, além de uma conversa com quem for interessado, para ajustar alguma coisa nas duas minutas que eu apresentarei às três da tarde.

Alexandre, a primeira audiência aqui foi quando, você se lembra de mais ou menos?

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Dia 13 de dezembro de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Temos quase um ano com a ideia do projeto: apresenta-se um; apresenta-se outro; e pega-se um, e pega-se outro. Enfim, em uma hora é necessário apresentá-lo!

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senão, até vocês vão cobrar corretamente – tem que cobrar mesmo! E já me cobraram: "E o projeto, Paim?". Eu digo: "Não". Há audiência no Rio Grande do Sul, audiência em Brasília, e, no mesmo dia, eu apresento o projeto.

Repito: o relator dos dois projetos poderá chamar outras audiências públicas e aprimorar, se for o caso. Não se preocupe, às vezes, apresentamos o projeto e sempre vem – desculpe-me a expressão – um pedro, paulo ou joão, detonando o projeto. E, depois, que detona, digo: "Sim, mas o que quer mexer no projeto?" "Ah, sou contra o projeto." "Mas em que você quer mexer?" "Não, eu sou contra o projeto." "Então, mexendo aqui, no artigo tal e tal, resolve para você?" "Não resolve." Então, o cara é contra mesmo regulamentar.

E, agora, nós vamos regulamentar; vou fazer de tudo para que essa questão seja regulamentada. E, já que eu sou o Senador das causas impossíveis em matéria de lei, que essa seja mais uma daquelas impossíveis que vamos aprovar.

Enfim, vamos às considerações finais dos nossos convidados. Jeferson, vou inverter, você foi o último, e agora você vai ser o primeiro.

Então, pedimos aqui que cada um fique, no máximo, com cinco minutos para as suas considerações finais, para ficarmos no tempo previsto da nossa audiência pública.

Com a palavra o Deputado Estadual Jeferson Fernandes, Presidente da Comissão de Direitos Humanos Rio Grande do Sul da Assembleia do Rio Grande do Sul. Ele que vem acompanhando a situação, inclusive esteve na Espanha, vendo a situação da Bruna, filha do Alexandre, aqui presente.

O SR. JEFERSON FERNANDES – Senador Paim, quero lhe agradecer pela iniciativa aqui. E tenho convicção de que este é mais um ato que fortalece a luta das pessoas que sofrem e, muitas vezes, não sabem a quem recorrer, ou mesmo recorrendo e havendo organismos responsáveis, sabemos que é necessário haver sentimento, porque a República brasileira, em termos democráticos, de participação direta da população, é muito nova, e vejo que, por diversas vezes – e foi colocado o exemplo aqui da D. Rosângela –, não que o órgão público não seja responsável por determinada tarefa, para buscar justiça, mas, dependendo quem encontra, às vezes, o procedimento é moroso, é lento. As pessoas se acomodam na estrutura burocrática do Estado e não percebem que está ali para atender o povo, que paga a conta de todas as instituições públicas.

Então, faço um apelo aqui para que as autoridades – que estão aqui representando bem as suas instituições – para que sempre provoquem os seus pares, para que tenham atitudes ativas toda vez em que percebem que há violência, discriminação, preconceito, enfim, atentado contra os direitos fundamentais. Nós não podemos continuar com um Brasil que, muitas vezes, aos olhos dos outros países, é segunda ou terceira categoria. Como falou a D. Rosângela aqui, quem determina se nós somos de primeira, segunda ou terceira categoria é a nossa autoestima.

E eu sou daqueles brasileiros da base da sociedade. É o meu primeiro mandato como Deputado, sempre fui dos movimentos sociais e continuo aliado aos movimentos dos trabalhadores e das trabalhadoras, das pessoas que mais sofrem. Em que pese muitos avanços neste País, ainda temos muito a trilhar.

Então, parabéns ao Senado da República! Sinto aqui uma âncora na defesa dos direitos humanos, em especial nesta Comissão. Somos parceiros solidários, não só eu, mas todos os demais colegas de diferentes partidos que a partir do Rio Grande do Sul batalham também nessa causa, que é mais uma nobre em termos de defesa dos direitos fundamentais.

Muito obrigado, Senador, aos familiares das vítimas, às demais autoridades e também às pessoas que nos assistem pela TV Senado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Deputado Estadual Jaferson Fernandes, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul.

De imediato, passo a palavra ao Conselheiro Aloysio Gomide, Chefe da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. ALOYSIO GOMIDE – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria justamente de reiterar, reforçar as palavras do Deputado Jeferson Fernandes a respeito da excelente iniciativa de realizar esta audiência pública para divulgar melhor os trabalhos que estão sendo feitos e justamente buscar novos mecanismos, nova legislação para, se possível, eliminar a ocorrência desse tipo de problema. É claro que, se não eliminar, pelo menos reduzir sensivelmente. Nós vamos continuar o trabalho nesse sentido.

Eu gostaria inclusive de fazer um rápido comentário em relação à excelente exposição do Arthur. Ele mencionou algo que me chamou a atenção. Ele citou um *site* relativo a um sonho, um brasileiro que vai ao exterior realizar algum sonho específico. E isso nós notamos também quando fizemos essa cartilha específica: jovens jogadores de futebol, modelos e dançarinos também que vão ao exterior para ganhar experiência, para aprender um novo idioma, e se encontram numa situação de dificuldade, de contrato que foi assinado com cláusulas que foram citadas aqui, documentos de viagem retidos, situação em condições muito precárias, contratuais, salariais, de moradia.

Então estamos aqui para somar esforços e fazer um trabalho coordenado com todos os parceiros para, se possível, eliminar a ocorrência desse tipo de denúncia.

E fazer um rápido comentário, porque me chamou a atenção também o fato de você ter procurado a nossa Embaixada, e não foi correspondido. Eu queria, só para efeito de divulgação, dizer que, se isso ocorrer por qualquer motivo que seja, por favor, que as pessoas busquem outras fontes também, enviem *e-mail* para a Divisão de Assistência Consular, porque nós vamos, por outros meios, ativar a nossa rede consular para não deixar nenhum desses pedidos sem uma resposta, o que para nós é muito importante.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Conselheiro Aloy-

sio Gomide, que dividiu o seu tempo com o Renato Sant'Ana, também do Ministério das Relações Exteriores.

Agora vamos para o Auditor Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Sr. Raul Capparelli Vital Brasil.

O SR. RAUL CAPPARELLI VITAL BRASIL – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer pelo convite para o Ministério estar presente nesta audiência. Para a gente é sempre um motivo de satisfação estreitar as parceiras já existentes com o Ministério das Relações Exteriores, com a Federação Nacional dos Trabalhadores e os demais órgãos aqui presentes. E, mais uma vez, reforçar os canais que nós temos da inspeção do trabalho portuário e aquaviário para receber qualquer tipo de denúncia ou demanda.

Acredito que daqui a gente consiga extrair muitas informações com o Arthur, com o Alexandre, com a Judith também. A gente faz um trabalho semelhante em relação ao trabalho na pesca. A gente já resgatou vários pescadores este ano.

Dizer que é motivo de satisfação e agradecer o convite, deixando mais uma vez o nosso *e-mail:* raul.brasil@mte.gov.br para as pessoas que estão assistindo também poderem se manifestar ou fazer qualquer tipo de denúncia.

Nessa temporada de cruzeiros que começa agora, em outubro, a gente vai estar presente mais uma vez, verificando o que acontece na costa brasileira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Raul Capparelli, Ministério do Trabalho.

E aqui fica um apelo que já foi feito, se não me engano, pelo Severino para que a gente contrate mais fiscais do trabalho.

Os fiscais do trabalho que vêm aqui dialogar conosco, na Comissão, nas diversas audiências, dão mais ou menos esse exemplo, para ver se fecha.

No Brasil, se nós tínhamos dez empresas – estou dando um exemplo, pessoal –, havia dois fiscais. Hoje nós temos mil empresas, e os fiscais diminuíram. Não é mais ou menos isso?

O SR. RAUL CAPPARELLI VITAL BRASIL – Isso mesmo.

Nessa área do trabalho portuário e aquaviário nós temos, até o Dr. Severino comentou que seriam mais de 50, nós temos atualmente por volta de 35 a 40 fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para fiscalizar todo o Brasil!

O SR. RAUL CAPPARELLI VITAL BRASIL – Todo o Brasil, principalmente alguns Estados como o Amazonas. Temos transporte hidroviário muito grande, fluvial. Mas, de forma geral, nós temos atualmente no Ministério 2.800 fiscais para todas as áreas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para todo o Brasil.

O SR. RAUL CAPPARELLI VITAL BRASIL – Isso, para todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se multiplicar por 100 é pouco, pelas barbaridades que inclusive geram acidente no trabalho, porque falta fiscalização e os fiscais vêm e me dizem: "Tudo bem, contrate mais gente que a gente vai fiscalizar".

Então fica o apelo aqui, mais uma vez, porque o sindicato já o fez diversas vezes, para que façam um concurso e contratem mais fiscais.

Vou passar a palavra para o Sr. Severino Almeida Filho, que é Presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante, mas fala também pela Ana Maria Pinto Canelas, que é Assessora da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins.

Então, Severino, os seus cinco minutos. Se precisar responder alguma coisa, fique à vontade.

O SR. SEVERINO ALMEIDA FILHO – Obrigado, Senador.

Repetindo o meu agradecimento pelo convite, eu gostaria de aproveitar esses minutos para responder ao Sr. Alexandre, que me fez a gentileza de dirigir uma pergunta, um questionamento muito apropriado.

Por que nós não ajudamos mais esses trabalhadores do que efetivamente é possível?

É fácil compreender isso. Como eu disse aos senhores, a nossa organização sindical é marítima. A organização sindical no País é estruturada por categoria profissional. Portanto, aquele que é profissional de dança tem o seu sindicato correspondente, aquele que trabalha em atividades de piscina tem o seu sindicato... Nós atuamos efetivamente com os profissionais marítimos: aqueles que operam máquinas e equipamentos no navio; aqueles que navegam em navio; aqueles que efetivamente estão ligados à segurança do navio; aqueles que chefiam seções do navio; aqueles que comandam o navio. Esses profissionais que são adicionados para atender à carga, que é preciosíssima que é o ser humano, que embarca como passageiro, não são essencialmente marinheiros. Então, nós não temos nenhum contrato realizado. Quero deixar isto bem claro: não existe nenhum contrato realizado, acordo coletivo ou qualquer coisa que o valha com a nossa organização sindical, por motivo muito simples: não temos marinheiros brasileiros, especialmente oficiais nem como exceção, trabalhando nesses navios.

Agora, nós nos colocamos aqui como brasileiros, preocupados, como conhecedores do setor. Eu não posso exigir que um sindicato de comerciários que venha a representar alguém que trabalhe numa lojinha a bordo de um navio desses conheça de navio como nós conhecemos. Nós conhecemos navio. Aquela ambiência de trabalho, nós conhecemos e queremos mudar isso. E estamos contribuindo para isso.

Em relação à ITF, nós não temos, no Brasil, nesse setor, nenhum contrato com a ITF. Nenhum. Nenhum. Até porque o nosso pessoal não está a bordo. Agora, esses navios são de bandeiras estrangeiras, praticamente todos. Começaram timidamente, mas hoje praticamente todos que estão trabalhando nesse setor, e que não são marítimos, têm contratos lá fora. Então, é possível, já que a ITF não tem contratos com todos os navios, pelo contrário, não tem nem com a maioria dos navios, porque para ter contratos não é uma doação; não existe legislação no mundo que obrigue a ter esses contratos. Esses contratos que estabelecem as condições de trabalho com a participação da ITF são uma conquista, não é uma doação ao trabalhador. Ele tem que lutar por isso.

Então, nós temos alguns contratos da ITF, não com sindicatos brasileiros, mas seguramente temos lá fora. É possível que um desses casos aí – é possível, não posso garantir – seja contrato da ITF. Se for, caso seja, eu tenho a pretensão de dizer, Senador, que posso ajudar a conseguir seguros e tudo mais. Podemos ajudar. Eu não posso afirmar, porque nós não somos parte do contrato, mas podemos ajudar. E, por favor, Alexandre, se for o caso, não deixe de me procurar. Eu vou lhe deixar o meu telefone e *e-mail* para você me procurar. Se bem que o gabinete do Senador tem os meus números.

Eu quero salientar, quero salientar, nós temos aqui Parlamentares de peso aqui no Senado, o Senador Paim, nó estamos com o Deputado Estadual de um Estado relevante na nossa Nação, o Jeferson, eu quero insistir e vou ter isso gravado: uma coisa é se buscar os culpados pelo que aconteceu com as moças que tanto sofreram e algumas morreram. Aqui falamos da Laís, falamos da Bruna, falamos da Camila. Isso tem que ser feito! Não é possível que isso seja esquecido. Agora, é essa parte que eu digo: teremos outras Brunas. Alexandre não vai ser o único pai que vai sofrer, Dona Rosângela, não vai ser a única mãe que vai sofrer, porque essa situação continuar. A menos que a gente elimine esses contratos feitos lá fora. A menos que esses navios recebam autorização para operar em águas jurisdicionais brasileiras, esses problemas vão continuar. É um absurdo, Senador, é um absurdo Deputado, que uma carga que não tem vida, esses navios que transportam cargas que não tem vida, para operar em nossos portos solicitam autorização e recebem autorização, ou não operam, ou não operam. Para se transportar entre portos brasileiros durante todo o verão, meses a fio, não há necessidade sequer de mandar um bilhetinho, não estou falando em documento oficial, um bilhetinho que seja, um bilhetinho Senador que seja... Isso é um absurdo! Isso é um desrespeito a nossa soberania! Isso é um desrespeito ao povo brasileiro! Não é possível este País continuar com uma legislação que não contemple a regulamentação deste setor, por mais força que tenham em influenciar opiniões. E têm, eu sei que têm, até porque, é evidente, nessas discussões que eu acompanho ou por estar presente ou porque me falam, eu não encontro defensores do setor. Eu até me pergunto por que aqui nós não temos gente do turismo? Alguém deve estar defendendo isso. Porque se alguém não está defendendo isso, essas situações já teriam mudado. É óbvio isso! Se não houvesse defensores desse *status quo* já teria mudado, porque isso não começou agora. As denúncias sobre isso já têm anos. É preciso pessoas morrerem, é preciso pessoas sofrerem para que alguma coisa mude. Então, efetivamente há quem defenda isso.

É preciso que essas pessoas coloquem as suas razões para defender e essas razões sejam destruídas, Senador.

E para finalizar, eu gostaria que todos fizessem um esforço para a gente priorizar a causa desses problemas, não só as consequências. As consequências nós temos que cuidar uma a uma daquilo que já ocorreu e que nós temos a lamentar e sofrer por ter ocorrido. Agora só cuidar das consequências não vai resolver esse problema. Nós temos que nos debruçar sobre as causas e destruir as causas que causam essas consequências que tanta dor nos causam.

Então, e quero me despedir deixando um forte abraço a todo. Estamos juntos nesse esforço.

Senador Paim, mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade e um bom-dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Severino Almeida Filho, que falou em nome das entidades sindicais do setor, conjuntamente com Ana Maria Pinto Canelas que é Assessora Jurídica.

Vamos agora aos últimos dois convidados, Srª Rosângela Bandeira, mãe da vítima de cruzeiro, Camila.

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA – Senador, o Alexandre pode falar antes de mim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vocês que sabem. Escolham!

Então, com a palavra Alexandre Frasson, pai da Bruna.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Primeiramente, eu gostaria de agradecer a dois Parlamentares Federais, um deles está aqui, o Senador Paim, que acompanha a situação da minha filha desde o início. A partir da conversa que nós tivemos sobre a minha filha que surgiu essa ideia, quando eu coloquei a questão dos tripulantes das vítimas, de se fazer uma audiência no ano passado ao invés de ser exclusivo da minha filha, inclusive nem foi porque nós queríamos manter em sigilo ainda, e o Paim acolheu, Senador Paim – eu falo Paim porque, né Senador? – isso e desde lá começou esse debate. E nós já fizemos lá na Assembleia Legislativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fizestes lá em Canoas também.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – É. Canoas, Novo Amburgo. Aquela excelente palestra do Jair Krischker, eu a deixei na íntegra, porque ele fala de toda essa questão dos contratos internacionais, eu deixei, na íntegra, aqui com a Srª Tânia. E também o Deputado Henrique Fontana, que iniciou lá na Comissão dos Direitos Humanos em Porto Alegre, tudo começou lá e, a partir daí, esses dois Parlamentares acolheram essa causa da prisão de minha filha, que, lamentavelmente, continua presa, sentenciada a pena seis anos e um dia.

Existe a convicção, cada vez mais, à medida que vão debatendo a questão dos navios de cruzeiros, de que a minha filha é uma vítima, assim que como várias pessoas são vítimas em várias causas, e que outras brunas, como disse o Sr. Severino, lamentavelmente outras camilas, outras laís, outras fabianas vão continuar existindo se não houver uma mudança radical nisso, assim como outros Arthur.

Aqui tem Rosa dos Ventos, que é uma agência de recrutamentos para tripulantes de navios que opera no Nordeste, assim como a Infinity, em São Paulo, a ISMBR, no sul do País, e veja só o que ela escreve. As autoridades escrevem o seguinte:

O contrato internacional tem algumas particularidades como: não assina carteira de trabalho, já que não há vínculo empregatício com nenhuma empresa brasileira. Não dá direito a férias, dias de folgas, 13º, Fundo de Garantia, INSS e nem os direitos regidos da legislação brasileira, CLT. Pois se trata de um contrato internacional, contrato de nove meses. Não existem em dias de folga. São nove meses corridos, trabalhando todos os dias em média 11 horas por dia.

Isso daqui é de uma agenciadora que recruta, e que aqui ela foi sincera ao mandar esse *e-mail* para um candidato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O senhor só esclarece para mim isso aí.

Quando a denúncia vem é uma denúncia. Mas tu estas me dizendo que a própria agenciadora diz que o indivíduo tem que trabalhar aqui por quantos dias?

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Nove meses.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nove meses, quase um ano, sem nenhuma folga, em torno de 11 horas por dia. É inacreditável!

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Sim!

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Este *e-mail* é particular?

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – É *e-mail* particular. Isso aqui eu preparei para colocar, nós colocamos no Facebook, mas eu tenho o *e-mail* da pessoa que recebeu, e nós vamos entregar ao Ministério Público.

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Mas, então, não são informações oficiais do *site* da...?

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Não, não, isso aqui é um *e-mail*

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Respondendo...

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Eu calculo que como está havendo muito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aqui está Rosa dos Ventos Brasil.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – É Rosa dos Ventos Brasil, uma e agência que opera no Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É a própria agência que remeteu isso para essa pessoa.

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – O que eu queria complementar é que acontece muito isso. Oficialmente, no *site,* a divulgação é uma, e quando você começa a perguntar por *e-mail,* eles começam a falar um pouco mais sobre a realidade de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Que é o caso.

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – E geralmente, nos *sites*, inclusive eu tenho recente em um *site* oficial que fala assim: "Não responderemos nada pelo Facebook, informações adicionais só por *e-mail*", para que isso não fique registrado oficialmente.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Eu estou deixando com o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixe-me repetir só porque eu achei interessante: não assina carteira de trabalho, não

aceita quer saber de vínculo empregatício, não tem férias, não tem direito a folgas – esta escrito aqui – eu não estou inventando – não tem 13º, não tem Fundo de Garantia, não tem previdência e não venha com nenhum tipo de pedido.

Olha, depois diz aqui, e a agência é brasileira...

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – É brasileira, é uma agência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E nós não respeitamos a CLT.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Exato.

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Senador, se me permitir, algumas dessas empresas que o Alexandre questionou, nós estamos de olho, inclusive já recebemos algumas denúncias do próprio Ministério das Relações Exteriores a partir de comunicados que chegaram ao Ministério.

Então, eu ia pedir também, Alexandre, se pudesse deixar esse material com a gente.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Vou deixar o *e-mail*. Quem mandou esse *e-mail* foi o...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dá para tirar cópia aqui? Dá para quem quiser, posso...

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Pode. Mas eu vou mandar o *e-mail* original que me foi mandado pelo Márcio Freitas, lá de Fortaleza, tá.

Também gostaria de deixar para o Ministério Público Federal hoje à tarde, mas gostaria de deixar para o Ministério Público do Trabalho. Eu tenho aqui, porque está com o Facebook, na Fan Page da Bruna, está chegando uma série de denúncias, mas denúncias muito pesadas, denúncias de violência sexual, assédio moral. Há descrições, nos mínimos detalhes, do segurança agredindo uma tripulante brasileira que se recusava a fazer um tipo de trabalho, com marcas, com fotografias, toda escoriada, roxa. Existem relatos de pessoas que ficaram com sequelas para o resto da vida, de pessoas que foram desembarcadas, que tiveram que sair para não morrerem. O Itamaraty acompanhou o caso da Rita de Cássia – não sei se o Itamaraty está aqui; está aqui. Gomide, para nós chegou a denúncia e nós acionamos o Itamaraty e a Polícia Federal e eles resgataram, a Embaixada brasileira, na Grécia, conseguiu resgatar a brasileira. Foi praticamente um resgate.

Ontem recebi algo similar. Não tive tempo de encaminhar, mas já estou encaminhando hoje para o Ministério Público e vou encaminhar para o Itamaraty uma outra tripulante que pediu ajuda também pelas redes sociais.

Então, se a gente pegar todas essas denúncias que tenho aqui, que estão chegando, se eu pegar isso que é declarado na Rosa dos Ventos...

O SR. RAUL CAPPARELLI VITAL BRASIL – É uma empresa do Brasil, uma empresa de Fortaleza.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Que faz o agenciamento. Essa aqui foi sincera pelo jeito, porque isso que acontece... Esse é contrato internacional. Se eu pego tudo que foi apresentado, que aconteceu aqui com a Laís, o que aconteceu com a minha filha, o que aconteceu com a filha da Rosângela, a Camilla, o relato do Arthur, ou seja, empresas que vendem sonhos, empresas que enganam à luz do dia e que o resultado que essas empresas entregam para esse conjunto de pessoas jovens, na sua maioria, são verdadeiros absurdos, são crimes, Senador. São ações criminosas, pessoal. Estamos diante de crimes contra a vida! Crimes contra os direitos mais elementares do cidadão.

Se são crimes, as autoridades têm que dar a devida resposta. Se eles estão cometendo violações à luz do dia, crimes, enganações, propaganda enganosa, qual é a ação das autoridades? Tem que punir na forma da lei.

Como os nossos jovens, Senador, estão numa condição de vulnerabilidade, como essas pessoas que estão pedindo ajuda, porque não têm nenhum tipo de salvaguarda, eu acho que, além da cartilha proposta pelo Itamaraty, teria que haver – uma proposta que nós discutimos aqui – um disque-denúncia. Teríamos que ter um disque-denúncia dedicado aos navios de cruzeiro. Deveria ser divulgado isto: disque-denúncia para os profissionais de cruzeiros internacionais e que este disque-denúncia chegue diretamente à Polícia Federal, Itamaraty e Ministério Público.

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Alexandre, posso fazer uma intervenção?

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Pode, pode. Por favor.

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA –Além do disque-denúncia, acho muito importante, porque lá no navio a gente sentia falta de assessoria jurídica na hora em que está acontecendo a questão. Estou lá no navio, estou fora, estou nessa situação, com quem eu tiro minhas dúvidas, para quem eu pergunto?

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Exatamente.

O SR. ARTHUR FERNANDO DE SOUZA – Acho que isso seria fundamental também.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Acho que outra sugestão que seria este disque-denúncia.

Bom, dentro disso que estou falando, aqui está a representação do Conatrae, eu acho que nós temos

evidências, Deputado Jeferson, Senador Paim, de trabalho escravo. A não ser que eu não tenha entendido, mas nós temos evidências claras de que estamos diante de uma atividade degradante e de trabalho escravo. Isso nos remete para os séculos XIV e XV, aos navios negreiros, ou até antes. Se é trabalho escravo, o pessoal do Conatrae há de me dizer que tipo de tratamento se dá a um trabalho escravo declarado, como esse aqui da agenciadora. Existe uma legislação para isso.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Por fim, eu gostaria de falar um pouquinho dos projetos de lei.

Eu recebi aqui a minuta, Senador, e eu concordo inteiramente com as minutas. A minuta que fala sobre a repatriação dos marítimos, que é um grande problema que nós temos, como repatriar os nossos marítimos que estão fora, trabalhando fora, e outro projeto de lei que é sobre os crimes e investigação a bordo.

Eu só acho – e é minha sugestão – que, além desses dois projetos que vão ser apresentados, um sobre repatriação e outro sobre a questão dos crimes, deveria – e vou ser sincero com o senhor, Senador – ser reapresentado o Projeto nº 449, a que o senhor deu entrada. Por que digo isso? Fazendo a devida correção no REB aqui, mas isso vem ao encontro do que o Ministério Público do Trabalho está colocando. Fiz questão de colocar a situação da Fabiana Pasquarelli, cuja morte se deu em cima de condições de trabalho extenuantes, se deu em cima de um contrato internacional, eu li aqui, que a levou à morte, assim como centenas de outros tripulantes que tiveram sequelas das condições de trabalho a que foram submetidos, sequelas gravíssimas, psicológicas e físicas.

Então, no projeto que o senhor apresentou no ano passado, está prevista a legislação trabalhista brasileira, a CLT, para esse tipo de profissional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos fazer um ajuste.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Aqui só ajuste no REB; aqui tem uma questão levantada pela Federação, que está correta, mas isso aqui é um ajuste no texto. Porque seria uma tremenda contradição nossa aqui falar das condições de trabalho a que estão sujeitos os tripulantes profissionais de navios de cruzeiro, que são bem retratadas aqui no que fala essa agência...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON –... e nós não contemplarmos para esses trabalhadores que trabalham aqui a Consolidação das Leis do Trabalho, que aqui têm uma jornada de trabalho estipulada, o respeito às garantias elementares aos trabalhadores brasileiros nessa atividade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Alexandre, para nós ganharmos tempo, então vamos fazer o seguinte: pela sua proposta, porque o projeto é de minha autoria,...

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) –... naturalmente, assumo a responsabilidade de apresentar os três projetos. Isso vai para um relator; o relator naturalmente vai debater com a sociedade e vocês vão colaborar.

Então, fica já colocado aqui, Alexandre, fica já assumido o compromisso, porque apresentar o projeto não é problema nenhum. O relator pega, aprofunda a discussão com as partes. Então, fica o compromisso. Em vez de apresentar dois, eu reapresentarei o projeto, fazendo as alterações que já foram levantadas inclusive pela Federação.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Exatamente.

Por fim, há mais algumas questões aqui de sugestão. Houve uma sugestão da Drª Tâmara, o senhor esteve lá, sobre a questão de o Brasil ser signatário da Convenção da OIT. Eu não entendi se nós já somos signatários, se nós ainda estamos pensando em ser da Convenção, se não me engano, a Convenção nº 186/2006. O Brasil ainda não é signatário desta Convenção da OIT, até onde entendi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me interagir. Já foi a decisão de Porto Alegre de que nós iríamos nesta audiência tratar do tema. Então, vai sair daqui uma recomendação: se o Brasil ainda não é, que seja signatário da Convenção nº 186, da OIT, que trata também dessa questão.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Exato.

E, por último...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tudo isso vocês vão receber por escrito.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Por último, só sobre a contribuição. A questão dos crimes ocorridos dentro dos navios. Vocês viram lá bem a situação da Laís e da própria Camilla, mas da Laís deu para ver ali no depoimento do advogado, Dr. Cascione, que relação às provas do crime, em relação às câmeras que filmam, vocês viram que foi tudo, praticamente tudo omitido ou adulterado. A questão da preservação das provas está prevista no projeto do Senador Paim em termos gerais. Só que, na legislação americana, da qual nós reproduzimos a nossa proposta, há o

detalhamento de uma norma para isso, ou seja, por quanto tempo tem que ser guardadas essas provas, as imagens. Há uma série de itens que a legislação americana prevê que, eu acho, nós, na discussão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na discussão e na regulamentação nós podemos aprimorar.

O SR. ALEXANDRE RIBEIRO FRASSON – Querem ver o resultado? Olha só o resultado da legislação americana para essa questão dos crimes, que foi assinada pelo Presidente Barack Obama em 2010 – e a regulamentação americana surgiu de familiares de vítimas; é uma coisa muito parecida com o que está acontecendo aqui no Brasil –:

> *A Associação Internacional dos Operadores de Cruzeiro, com a lei regulamentadora americana, as armadoras tiveram um gasto de milhões de dólares para adequar as suas frotas de transatlânticos. [Eles tiveram que investir para adequar em relação à legislação americana, mas olha o resultado] Os pacotes ficaram, em média, 1% mais caros para o consumidor final; os crimes a bordo de navios de cruzeiros em águas territoriais americanas caíram 30% nas últimas três temporadas [esse foi o resultado da legislação; caíram 30%]; e, pela sensação de segurança do consumidor americano, a venda dos pacotes turísticos aumentou 12% no mesmo período, ratificando a colocação dos Estados Unidos como maior consumidor desse tipo de turismo, comprovando que regulamentar e proteger é benéfico para todos.*

Assim, é muito importante saber que, na medida em que aumenta a segurança, há o próprio retorno para as operadoras. E no Brasil não existe, como há nos Estados Unidos, uma estatística de crimes. Nos Estados Unidos havia uma estatística feita por professores, feita por juristas, de estupros, de roubos, furtos, homicídios, o que, no Brasil, lamentavelmente, não há. Porque o que existe nos Estados Unidos existe aqui e em todo o mundo.

Portanto, com a iniciativa do Senador Paim do tratamento do crime dentro do navio com esse aperfeiçoamento de normas, de regras, Senador, nós poderíamos, também, garantir salvaguarda para os tripulantes, o que nós já discutimos, mas, sobretudo, para os passageiros, que hoje não têm nenhum tipo de salvaguardas também.

É essa a contribuição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Alexandre.

O nosso convidado, o Jeferson, Deputado e Presidente da Comissão, está com problema de voo. Então, eu queria liberar o Jeferson Fernandes e agradecer-lhe pela presença.

Havia um menino que estava aí, lá do gabinete, mas que não está mais... (*Pausa.*) Ele está aqui. Vem cá, Jeferson, para que, simbolicamente, ele tire uma foto da Mesa antes de você sair. Caso queiram levantar... (*Pausa.*)

Com a palavra agora a mãe da Camila, vítima de cruzeiro, a Srª Rosângela Bandeira.

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA – Bom, para encerrar, porque já foi mais do que debatido, eu só queria dizer aos senhores que, finalmente, como disse, a coisa começou a andar a partir de junho.

Tenho aqui denúncia feita pelo Ministério Público Federal, na qual o Dr. Thiago Lacerda Nobre faz a seguinte explanação:

> *O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República infra-assinado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, vem, perante V. Exª, oferecer a denúncia.*
>
> *Bruno Souza Bicalho Vale Ricardo, brasileiro, portador da RG [tal], nascido em 31/12/1979, natural de Timóteo, Minas Gerais, filho de José [de tal].*
>
> *Aí, consta aqui, o Bruno Souza Bicalho Vale Ricardo dá os endereços:*

Rua Maria Jovita de Lourdes nº 301, Chácaras, Belo Horizonte, Bairro Ferrador, na cidade de Divinópolis, Minas Gerais; ou Avenida México, nº 81, Vale do Sol, Divinópolis, Minas Gerais; ou Avenida Prado Júnior, nº 48, ap. 214, Copacabana, Rio de Janeiro; ou Estrada da Madressilva [que é a minha casa] nº 3.501, Bacaxá, Saquarema, Rio de Janeiro.

Dos fatos.

Consta dos autos que Bruno Souza Bicalho Vale Ricardo, no dia 10 de janeiro de 2010, na Cabine 3.171 do navio MSC Música, em horário aproximado entre 9h e 9h43 da manhã, de forma consciente, livre, voluntária, matou, por motivo fútil, com o emprego de asfixia, valendo-se de recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima, Camila Peixoto Bandeira.

A dinâmica dos fatos.

Segundo restou apurado, o denunciado Bruno era colega de cabine no navio MSC Música da vítima Camila, onde ambos integravam a tripulação.

> *Na manhã do dia 10/01/2010, por volta das 7 horas da manhã, o denunciado se levanta, dirige-se ao seu posto de trabalho, o bar Laguna, localizado no 13º andar, piso do navio, e, cerca de 30 minutos depois, ele recebe*

um telefonema da vítima, Camila, mantendo a conversa com a mesma por cerca de cinco minutos (fl.314).

Por volta das 9 horas, ausenta-se do seu local de trabalho e se dirige a local que não soube informar. Nesse instante, conforme contexto probatório, dirigiu-se à Cabine 3.171, onde estava a vítima Camila – a cabine sempre acessada pelo lado de dentro –, que gozava período de folga em seu trabalho naquela manhã.

Após se deslocar ao local, o denunciado Bruno entra na cabine e, de um modo que não permitiu a defesa da vítima, Camila, a ataca perpetrando asfixia mecânica por constrição contra a mesma.

Em razão da ação direta do denunciado Bruno, a vítima Camila veio a óbito, conforme demonstra o laudo cadavérico (fls. 136 a 143).

O denunciado, com o seu ato, valendo-se da confiança que a vítima depositava em sua pessoa, inclusive dividindo a sua cabine no navio, agiu mediante surpresa quando atacou Camila, que acabava de acordar, e, inclusive, trajava vestes de dormir.

Conforme bastante demonstrado nos autos, o denunciado Bruno agiu em razão de ciúme nutrido pela vítima Camila e pelo receio de que ela terminasse o relacionamento entre os dois. A vítima, conforme os autos, estava certa no propósito de terminar o relacionamento e até mesmo de desembarcar daquele navio na próxima parada no Porto de Santos.

O denunciado Bruno, ato contínuo à prática do ilícito, retorna ao seu posto – depois que ele matou a Camila – cerca de 20 minutos após tê-lo deixado e ali trabalha por cerca de 15 minutos [matou, voltou a trabalhar e depois retorna]. Passado esse tempo, deixa o posto original de atividade e se dirige ao Deck nº 4 visando entregar alguns sucos a hóspedes do navio que os havia solicitado; dirigindo-se, em seguida, mais uma vez, à cabine [aí ele esquece a bandeja que os peritos da Polícia Federal encontraram; a bandeja dos sucos que ele levou ficou na cabine da Camila]. Bruno adentra a referida cabine por volta de 9h42. Foi a única hora em que a cabine foi acessada pelo lado de fora [porque era um cartão magnético; então ele matou a Camila, aproximadamente, entre 9h e 9h20, que foi a hora em que ele saiu e retornou. Muito frio].

Ele faz uma ligação à recepção do navio para informar o ocorrido com Camila; uma ligação de cerca de dois minutos.

Alguns minutos depois, chega ao local a enfermeira Blanca Kolakovic, e, posteriormente, o Capitão imediato do navio, que relatam que encontraram a vítima Camila já morta. A vítima foi encontrada pelos socorristas praticamente sentada e com o ombro direito contra a parede. Bruno diz que tentou reanimá-la; e eles negam isso pela posição em que ela foi encontrada.

Então, gente, se eu continuar a ler isso do Ministério Público, isso aqui é muito grande... Mas, por incrível que pareça, graças a Deus, às vezes até eu me belisco para ver se realmente isso é verdade, porque desde 2010, a última vez que o Ministério Público havia se movimentado foi no dia 23 de janeiro de 2010, e retornou agora em junho de 2013, com a chegada do Dr. Thiago.

Parece que esse indivíduo já sumiu, inclusive ele dá como endereço o da minha casa.

Então, gente, peço ao Senador Paim, pela sua força de liderança, que nos ajude, porque agora parece-me que ele está foragido, porque, com todas as cartas, ele não está sendo localizado.

E que realmente as coisas mudem no sentido de zelarmos pela vida humana. São nossos filhos, é o nosso povo. São jovens que vão em busca de uma melhoria de vida, como foi o caso da Laís, que cumpriu 18 meses seguidos de contrato, porque a sua família é muito humilde, a mãe estava muito mal, e quando a Laís fez um ano e meio de desaparecida, a mãe veio a falecer. Quando um filho enterra um pai, uma mãe está enterrando um passado, mas quando uma mãe enterra um filho, junto com ele a gente está enterrando um futuro.

Então, gente muito obrigada. E peço que vocês entendam e tenho a certeza que desta vez os nossos filhos estarão protegidos, porque desta vez acho que esse projeto sai.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, D. Rosângela Bandeira, mãe da vítima Camila.

Constam dos encaminhamentos finais aqui a sugestão dada pelo Ministério das Relações Exteriores da elaboração de uma cartilha, tendo como base esta Comissão de Direitos Humanos e que também a distribua pelo País.

Segundo, solicitar informações à Anvisa sobre a aprovação de cruzeiros para operar no Brasil, como propôs o Severino. Apesar de toda essa realidade, os cruzeiros operam dessa forma.

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso, exatamente. Isso tudo nós vamos levantar.

Projetos. Serão apresentados três projetos, um antigo, que eu já havia apresentado com alteração devida, que foi questionada pelo Sindicato dos Trabalhadores, e outros dois que tratam do crime e também de normas.

Outro projeto é o disque-denúncia, que vamos também trabalhar nesse sentido com os órgãos competes. Talvez seja com a Maria do Rosário, fazendo contatos. Com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para que se possa também operar nos cruzeiros. Assessoria Jurídica. E fazermos um movimento para que o Brasil seja signatário – e parece-me que não é – da Convenção 186 da OIT. E fiquei também com a recomendação de que deixemos claro que esses navios não são de bandeira brasileira. É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso.

A SRª ROSÂNGELA BANDEIRA –... Lloyd Brasileiro, inclusive os nossos navios em todos os portos que eles paravam eles eram visitado. Até hoje não entendo. Esses armadores só entraram no nosso País após acabarem com o Lloyd Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fica claro aqui inclusive pelo esclarecimento feito pela Srª Rosângela, que já tivemos um e não temos agora.

Mediante tudo o que foi aqui discutido e falado, quero agradecer a presença de todos, não vou repetir os nomes devido ao adiantado da hora. Porém, rapidamente agradeço: obrigado Alexandre, obrigado Rosângela, obrigado Ana Maria, obrigado Severino, obrigado Raul, obrigado Conselheiro Aloysio e obrigado ao Jeferson, que saiu, e também obrigado aos que estão em plenário que deram a sua contribuição.

Vamos torcer para que os projetos, uma vez apresentados, suscitem, se necessário for, mais debates em outras comissões, mas que a gente, com rapidez, ouvindo naturalmente a sociedade e respeitando a relatoria – o relator fará naturalmente os devidos ajustes –, possa ter, enfim, uma lei proibindo esse tipo de crime, porque é crime, tudo isso aqui que foi dito aqui; podemos diminuir o alcance dos crimes, mas são crimes, os cometidos a bordo dos navios cruzeiros internacionais, lembrando que não estamos falando de navios brasileiros.

Está encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado a todos e a todas.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 24 minutos.)

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 8 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e vinte e três minutos do dia dez de outubro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ana Rita, Wellington Dias, Eduardo Suplicy e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 71 de 2013, aprovado em 05/09/2013, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: "*Extermínio de Jovens Negros no Brasil*". A Senhora Presidenta faz suas considerações iniciais e apresenta os senhores convidados, ao tempo em que solicita que tomem lugar à mesa. A Senhora Presidenta informa que esta Audiência Pública tem caráter interativo, possibilitando a participação popular pela Internet, por meio do Portal e-Cidadania (http://bit.ly/CDHJovensNegros), e pelo telefone do Alô Senado (0800612211). A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Ângela Maria de Lima Nascimento, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Fernanda Papa, Coordenadora Geral de Relações Institucionais da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República; Ângela Guimarães, Vice-Presidenta do Conselho Nacional da Juventude – Conjuve, em representação a Alessandro Melchior Rodrigues; Julio Jacobo Waiselfisz, Coordenador da Área de Estudos da Violência da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO – e Coordenador do Mapa da Violência; GOG (Genival Oliveira Gonçalves), representante do Movimento Hip Hop; Enderson Araujo de Jesus Santos, Diretor Executivo do Grupo Mídia Periférica; Lula Rocha, Coordenador do Fórum Nacional de Juventude

Negra – Fonajune; e Débora Maria da Silva, Coordenadora do Movimento Mães de Maio. Às dez horas e cinquenta e cinco minutos a Senadora Ana Rita passa a presidência para a Senadora Lídice da Mata. A Senhora Presidenta, Senadora Lídice da Mata, abre a palavra aos participantes do plenário: Wilson Veleci, militante do Fórum de Religiosidade Afrobrasileira de Brasília e do entorno – Foafro; Alex Pamplona, membro do Conselho Nacional da Juventude – Conjuve; e Giovanny Kley, membro do Conselho Nacional da Juventude – Conjuve. **A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos:** 1) proposição de uma CPMI da violência contra a juventude negra, com autoria da CDH; 2) realização de audiência pública com as mães de vítimas de assassinato – crianças e jovens, sobretudo negros, já que eles são os mais atingidos. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata e os Senhores Senadores Wellington Dias e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 71, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, e a pedido também do Senador Wellington Dias, aprovado em 5 de setembro de 2013, para debater o tema Extermínio de Jovens Negros no Brasil.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por isso as pessoas que tenham interesse de participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no *link* bit.ly/cdhjovensnegros, conforme aparece na tela, e do Alô Senado, por meio do número: 0800-612211.

Antes de convidar os nossos representantes de diversas entidades para compor a mesa, quero apenas fazer alguns registros.

Recebi a informação, por meio da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba, que morre uma liderança quilombola naquele Estado. Ela faleceu no domingo, dia 6 de outubro, em decorrência de queimaduras no corpo.

Eu vou fazer uma leitura da nota que saiu no *site* para o conhecimento de todos.

Infelizmente, mais uma vítima, entre tantas, que todos os dias ficamos sabendo que morrem de morte bruta, violenta.

> *A Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba (SEMDH) comunica o falecimento de Maria do Céu Ferreira da Silva, 43 anos, louceira, presidente da Associação das Louceiras Negras da Serra do Talhado e liderança da comunidade quilombola da Serra do Talhado Urbano, na cidade Santa Luzia, estado da Paraíba, na madrugada do domingo, dia 06 de outubro, no Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande, em decorrência das graves queimaduras sofridas por um atentado do seu marido contra a sua vida.*
>
> *Deixou quatro filhos, sendo um maior de 22 anos e três menores de idade, com 10, 12 e 14 anos. Sua filha adolescente também sofreu queimaduras no intuito de salvar a mãe.*
>
> *Esse é mais um grave caso de violência doméstica contra mulheres na Paraíba. O agressor inconformado com a separação ateou fogo no corpo de Maria do Céu e no seu próprio corpo, assim como na casa, que foi totalmente destruída. Maria do Céu era uma liderança valorosa, uma mulher generosa, "grande de alma, mente e coração". Não media esforços para defender o povo quilombola e as mulheres negras e lutar por melhorias para a sua comunidade.*
>
> *A Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba comunica que está acompanhando o caso desde o ocorrido junto a família da vítima e ao Centro de Referência da Mulher de Santa Luzia. Renovamos [faço das palavras da Secretaria as nossas palavras] nosso compromisso com políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher e o fortalecimento da Rede de Atenção às Mulheres Vitimas de Violência contra as Mulheres.*
>
> *Nossa solidariedade a família de Maria do Céu, às mulheres paraibanas e ao povo quilombola da Paraíba.*

Então, é um registro triste que faço nesta manhã. Lamentavelmente, aconteceu no domingo, dia 06 de outubro.

Agora quero também passar uma informação que é mais bonita, uma informação que nos alegra. Não lerei todo o documento, mas quero fazer o registro de que o Conselho da OAB aprova a concessão da comenda Ewerton Montenegro Guimarães para Gilmar Ferreira.

Muitos de vocês devem conhecer o Gilmar, que é Presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos do Estado do Espírito Santo. Ele será agraciado pela Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Espírito Santo com essa comenda concedida aos que destacam na luta em defesa dos direitos humanos.

Então, estamos muito felizes.

O Presidente da OAB do Estado do Espírito Santo, Dr. Homero Junger Mafra, propôs essa comenda ao Gilmar, aprovada por aclamação pelo Conselho dos Direitos Humanos do Estado do Espírito Santo, em uma reunião ordinária realizada no dia 25.

A entrega dessa comenda vai acontecer no dia 9 de dezembro, véspera da comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos.

É importante também destacar que Ewerton Montenegro Guimarães foi um grande lutador dos direitos humanos, destacou-se como um atuante e importante advogado militante da causa dos direitos humanos. Como membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB e com uma vida voltada para a defesa da vida, Ewerton se destacou no combate ao crime organizado no Estado e na defesa árdua das vítimas da violência, trabalho feito, muitas vezes, gratuitamente.

Então, foi um dos primeiros a denunciar o Esquadrão da Morte no Estado e registrá-lo no livro *A Chancela do Crime – a verdadeira história do Esquadrão da Morte*, que foi publicado em 1978.

Ele foi, também, advogado da Arquidiocese de Vitória e da família do padre francês Gabriel Maire, assassinado em Vila Velha. O Dr. Ewerton faleceu em maio de 2002.

Então, essa comenda leva o nome de Ewerton Montenegro e é importante a gente conhecer a história do Dr. Ewerton, que foi um grande lutador em defesa dos direitos humanos.

Prosseguindo, eu quero cumprimentar todos vocês, desejar a todos uma boa audiência pública e, diante disso, convido, então, para compor a nossa mesa a Ângela Maria de Lima Nascimento, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, SEPPIR. (*Palmas*.)

Recebemos, com alegria, a Ângela. (*Pausa*.)

O Enderson Araújo de Jesus Santos já chegou? Está chegando. O Alessandro Melchior Rodrigues, também acho que ainda não chegou.

Eu convido, então, a Fernanda Papa, Coordenadora Geral de Relações Institucionais da Secretaria Nacional da Juventude, da Presidência da República. (*Palmas*.)

Seja bem-vinda, Fernanda.

Eu convido, também, o Sr. Julio Jacobo, Coordenador da Área de Estudos da Violência, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Depois, o Sr. Julio poderá se apresentar um pouco melhor. Tenho dificuldade de pronunciar o seu sobrenome, ouviu? Seja bem-vindo. Por favor, sente-se aqui. (*Palmas*.)

Também quero convidar o Lula Rocha, Coordenador do Fórum Nacional de Juventude Negra (Fonajune). (*Palmas*.)

Seja bem-vindo, Lula.

Convido, também, a Débora Maria da Silva, Coordenadora do Movimento Mães de Maio. Seja bem-vinda, Débora. (*Palmas*.)

Estamos nos encontrando pela segunda vez neste mês. Seja bem-vinda.

Antes de conceder a palavra também aos nossos convidados e convidadas, preparamos, aqui, algumas considerações. Não são tão breves assim, mas elas nos trazem alguns dados, inclusive de uma pesquisa realizada pelo DataSenado.

É importante, também, dar publicidade a esse trabalho, porque o Senado Federal também se preocupa em buscar informações, através de entrevistas e de pesquisas, e é importante que nós tenhamos esse momento como uma oportunidade de poder divulgar essas informações. Acho que isso será de grande relevância para todos vocês que aqui estão, mas também para o público que nos acompanha pela TV Senado e, também, pela internet.

Creio que os nossos convidados farão, aqui, exposições que darão conta das estatísticas sobre os assassinatos, as mortes da nossa juventude e sobre a maior incidência de mortes sobre a juventude negra. Certamente, falarão das causas e consequências dessa seletividade e da necessidade de buscarmos políticas públicas para o enfrentamento dessa triste realidade.

Quero, então, trazer para reflexão uma interessante e inédita pesquisa de opinião pública – Violência contra a Juventude Negra no Brasil –, que foi realizada pelo DataSenado. Ela é inédita porque revela as percepções da sociedade acerca de tão importante tema.

Vale mencionar as seguintes partes da pesquisa: a apresentação, o resumo e algumas pistas para análise. A sua totalidade está disponível no sítio do Senado Federal. A maioria dos homicídios que ocorrem no Brasil atinge pessoas jovens: do total de vítimas em 2010, cerca de 50% tinham entre 15 e 29 anos. Desses, 75% são negros. As respostas governamentais e não-governamentais ao processo de agravamento deste fenômeno em muito se beneficiaram de estudos e

diagnósticos elaborados a partir dos dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. No entanto, pouco ainda se sabe sobre as percepções da sociedade acerca de tão importante tema.

Por isso, o DataSenado realizou a inédita pesquisa de opinião pública **Violência contra a Juventude Negra no Brasil**. Ela é parte do Protocolo de Intenções firmado entre o Senado Federal e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR), no âmbito da campanha **Igualdade Racial é Pra Valer.**

Então, vou fazer aqui um resumo dessa pesquisa de opinião.

Dentre os resultados da pesquisa, cabe destacar que a maioria considera que as mulheres sofrem mais com a violência (67,1%) e que os negros são as principais vítimas (66,9%). Pouco mais de um terço (35,8%) acredita que a violência atinge mais os jovens na faixa de 19 a 29 anos. Perguntados sobre as causas, 63,0% atribuíram a violência contra a juventude a aspectos sociais, enquanto 34,8% disseram ser fatores comumente associados ao comportamento juvenil de risco. Quando inquiridos especificamente sobre a principal causa de morte entre os jovens, a maioria indicou o uso de drogas (56,2%), os acidentes de trânsito (22,4%) e os assassinatos (19,8%)

A maior parte dos entrevistados (62,3%) disse que jovens brancos e negros são mortos na mesma quantidade e 31,4% concordaram que jovens negros são mortos em maior quantidade que os brancos. Para 26,3% dos respondentes, a cor dos jovens tem influência na quantidade de mortes.

A noção de que no Brasil a violência mata mais pobres do que ricos é compartilhada por 90,4% dos respondentes. Também é alta a concordância (80,9%) com a afirmativa de que os jovens brasileiros são vítimas da violência independentemente da cor ou raça.

Entretanto, diante da frase "homicídio é a principal causa de morte dos jovens negros" 56,6% dos entrevistados se manifestaram favoravelmente. Percentual semelhante (55,8%) foi registrado para os que concordaram com a afirmação de que "a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte violenta de um jovem branco". Para 55,1% dos respondentes é correto afirmar que "a principal causa de homicídios de jovens negros é o racismo.

Em relação à experiência pessoal dos entrevistados, o percentual dos que já se sentiram discriminados ou ofendidos por causa da sua cor ou raça em diferentes situações variou entre 10,9% ("por profissionais de saúde") e 16,9% ("«por programas de televisão ou outro meio de comunicação").

Na opinião de 36,4% dos entrevistados, a principal ação para combater o racismo deve ser a melhoria do ensino nas escolas. A mudança das leis foi assinalada por 22,7%, enquanto 20,8% consideraram suficiente a garantia do cumprimento das leis existentes. Acrescente-se que 15,7% apontaram as campanhas de conscientização e 2,4% consideraram as ações afirmativas como a principal medida que o Governo deve tomar para combater o racismo.

Seguem algumas pistas para a análise dessa pesquisa de opinião.

É importante notar que as variações na frequência das respostas aparentam ser bastante influenciadas pela cor ou raça declarada da pessoa entrevistada. A percepção dos efeitos diferenciados da violência e da discriminação sobre distintos grupos raciais é mais evidente entre os que se identificaram como negros (pretos e pardos).

Do mesmo modo, observaram-se variações na opinião dos entrevistados segundo a região onde residem. Exemplo disso são as respostas sobre a cor ou raça das principais vítimas da violência. Os negros foram apontados nesta condição por 75,5% dos entrevistados da Região Nordeste; 70,8% do Norte; 65,0% do Sudeste; 59% do Sul; e 57,4% do Centro-Oeste.

A pesquisa permite identificar discrepâncias entre as opiniões captadas e as estatísticas oficiais. A maioria das pessoas concordou com a frase "jovens brancos e negros são mortos na mesma quantidade", mas, em 2009, por exemplo, os homicídios foram a causa de morte de 6.685 jovens brancos e de 18.595 jovens negros na faixa de 15 a 29 anos.

Apenas 2,4% dos entrevistados atribuíram à violência contra os jovens a discriminação racial. Contudo, quando o enfoque é dado ao jovem negro, 55,1% concordaram que "a principal causa de homicídio de jovens negros é o racismo". Outros aspectos levantados na pesquisa também ilustram um aparente processo de mudança de percepção sobre as relações raciais no Brasil. Primeiro, a admissão da experiência pessoal com a discriminação racial em diferentes situações, que variou entre 10,9% a 16,9%. Segundo, a constatação de que um pouco mais da metade dos entrevistados já considera que ser branco ou negro afeta a vida de uma pessoa. Por fim, o entendimento, também por mais da metade dos entrevistados, de que a sociedade se choca menos com a morte violenta de um jovem negro do que com a de um jovem branco.

A pesquisa evidenciou a importância atribuída à educação e à legislação no enfrentamento ao racismo. Talvez este seja um reflexo dos esforços desenvolvidos nos últimos anos para a implementação da Lei nº 10.639, de 2003, que modificou a Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na rede escolar.

Por tudo o que esta e outras pesquisas revelam, estou convencida de que a violência contra a juventude negra é uma das mais graves violações de direitos humanos no Brasil.

Todas as pesquisas demonstram que o homicídio vitima muito mais a juventude negra, pobre e de periferia, do que qualquer outro segmento juvenil.

Precisamos debater a seletividade dessas mortes e o aumento crescente da violência contra a juventude negra nos últimos anos, para apontarmos políticas públicas eficientes de enfrentamento a essa realidade.

Também estou convencida, especialmente analisando os dados da pesquisa de opinião, pela qual parabenizo o DataSenado, que a diminuição da violência contra jovens negros não é tarefa apenas dos governos, mas sim do Estado, da sociedade, da família e da escola. Reconheço os avanços, mas ainda é preocupante a violência que atinge nossa juventude.

Quero, aqui, mais uma vez, parabenizar o DataSenado por essa brilhante pesquisa que traz um outro olhar, um olhar da população, um olhar da sociedade a respeito da violência contra a juventude, em particular com relação à juventude negra.

Acho muito importante. Na minha opinião, é uma pesquisa inédita, que pode subsidiar inclusive a elaboração de políticas públicas.

Quero, então, convidar Ângela Guimarães, Vice-Presidenta do Conjuve, aqui representando Alessandro Melchior Rodrigues, Presidente do Conselho Nacional da Juventude. (*Palmas.*)

Obrigada, Ângela, pela sua presença. Ângela também é Secretária-Adjunta da Secretaria Nacional da Juventude.

Enderson chegou? Enderson, por favor, venha compor a Mesa conosco. Há aqui uma cadeira para você.

Enderson Araújo de Jesus Santos, Diretor Executivo do Grupo Mídia Periférica. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo.

Seja bem-vinda, Ângela.

Vamos combinar o procedimento para que todos possamos falar dentro de um bom tempo, a fim de que tenhamos oportunidade, inclusive, de fazer aqui, se possível, um debate também dentro do tempo que nos foi concedido. Vamos disponibilizar 15 minutos para cada um, um tempo razoável. Se houver necessidade, depois, numa segunda rodada, os convidados poderão fazer suas complementações. Pode ser assim? (*Pausa.*)

Estou com uma ordem de convidados. Primeiro, quero chamar a Ângela Maria de Lima Nascimento, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Muito obrigada, Ângela.

Aproveito o momento para agradecer a presença de vocês, mas também agradeço a presença sempre pronta da SEPPIR em todas as atividades da Comissão de Direitos Humanos. Diga à Ministra Luiza Bairros do nosso carinho e do nosso respeito pelo trabalho que vocês fazem.

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – Muito obrigada, Senadora Ana Rita.

Bom dia a cada uma das pessoas aqui presentes, bom dia aos que estão nos assistindo e que vão participar dos debates.

Quero agradecer, em nome da Ministra Luiza Bairros, o convite para estarmos aqui, dialogando em torno dessa importantíssima estratégia de políticas públicas voltada para o enfrentamento à violência contra a juventude, que tem, de forma majoritária, de forma absurda, ceifado a vida de milhares de jovens negros.

A Senadora Ana Rita tem sido uma parceira fundamental nesse processo de construção da política de promoção da igualdade racial. Estamos no décimo ano de existência da SEPPIR e tem sido uma experiência, dentro do próprio Governo Federal, muito nova, uma vez que o Estado brasileiro levou centenas de anos para reconhecer a dimensão do racismo como viés estruturante das relações sociais e relações étnico-raciais no Brasil.

Então, falar sobre a violência contra a juventude negra – e aí peço, por gentileza para reproduzir o material – tem sido, para nós, fundamental.

Vamos, na verdade, compartilhar com a Fernanda Papa e a Ângela Guimarães as informações sobre o plano, mas, antes disso, quero saudar toda a Mesa, as companheiras e companheiros que estão aqui presentes e, de modo especial, a Secretaria Nacional da Juventude no trabalho que estamos realizando junto à Ângela Guimarães, junto à Fernanda Papa e também à Severine Macedo. Eu gostaria, nessa saudação, de agradecer mais uma oportunidade de enfatizar o que tem sido a ação do Plano Juventude Viva.

Antes da apresentação, e aí também já como elemento da própria apresentação, eu estava falando dos dez anos de SEPPIR, eu estava falando da importância e do ineditismo que o Estado brasileiro está tendo, ao trabalhar reconhecendo a violência contra a juventude. Então, políticas públicas para a juventude se torna uma matriz fundamental do Governo Dilma, a partir desse processo implementado há dez anos no Brasil e também o reconhecimento do racismo e

das desigualdades raciais como um viés norteador de políticas públicas.

Então, essa conjunção de reconhecimento da necessidade de políticas públicas para a juventude, dos direitos da juventude, que decorre de todo um processo de mobilização da juventude no País, com a forte presença da juventude negra, do movimento negro, das mulheres negras, das mães negras, desemboca na construção de uma estratégia dentro do fórum Direitos e Cidadania da Presidência da República para a construção, a elaboração do que vem a ser o plano Juventude Viva.

Então, eu gostaria de ressaltar esse aspecto mais geral, porque, na verdade, ele é uma espécie de pressuposto do momento em que nós estamos, a conjunção do reconhecimento de políticas públicas para a juventude e do reconhecimento da dimensão racial para dentro das políticas desenvolvidas pelo Estado brasileiro.

Por gentileza, próximo.

Aqui à mesa está o pesquisador Julio Jacobo, que tem tido um trabalho formidável aqui no Brasil, com os dados que ele vai apresentar sobre o mapa da violência. Nós tivemos, em 2010, num total de 49.932 pessoas vítimas de homicídio, uma taxa de 26,2 para cada 100 mil habitantes; desses, 70,6% das vítimas eram negras.

Em 2010 ainda, 26.854 jovens entre 15 e 29 anos foram vítimas de homicídios. Do total de 49.932 pessoas vítimas de homicídio em 2010, nós temos, entre os jovens de 15 a 29 anos, uma concentração de 53,5% de homicídios. E, nesse percentual de jovens, 74,6% eram jovens negros e do sexo masculino, numa concentração em torno de 132 Municípios brasileiros.

Bom, eu vou passar, porque é muito importante que a gente tenha... Esta série é histórica e vem exatamente a partir dos estudos realizados pelo pesquisador Julio.

Nós temos, então, todo um crescimento na taxa de homicídios, que passou 13.910, em 1980, para 49.932, em 2010. Com um crescimento de 11,7% para 26,2%.

Pode passar, por favor.

Esses dados vão ser comentados.

Ali temos uma concentração das vítimas jovens em torno de 15 a 29 anos.

Pode passar.

Nós temos ainda, neste gráfico, a impressionante concentração, como essa figura representa, de homicídios contra os jovens negros nessa faixa etária.

Por gentileza.

Nós temos, então, para todo o País, as taxas de homicídio entre brancos e negros, como eu falei, que se concentram em torno de 132 Municípios, tendo esses Estados numa classificação a partir das taxas maiores.

Então, não foi à toa que iniciamos o plano Juventude Viva em 27 de setembro do ano passado em Alagoas, exatamente por ser o Estado com a maior taxa. Aí vocês verificam para o conjunto dos Estados brasileiros onde esse fenômeno de fato, Senadora, se tornou um problema tanto de saúde pública quanto para o conjunto das políticas públicas. Atuar contra a violência que atinge a juventude negra implica necessariamente uma articulação das políticas sociais de educação, de saúde, de cultura, questões territoriais, porque são os territórios mais vulneráveis que acabam concentrando a morte desses jovens. Então, há algo também que está sendo construído para dentro, a partir do Governo Federal, que é reconhecer o fator multifacetário da violência que atinge a juventude negra e que diz respeito a esse conjunto de políticas públicas. Qual está sendo o nível de acesso, por parte dessa juventude, às políticas de educação?

Está fazendo 10 anos a Lei nº 10.639, mas nós ainda careceremos da implementação plena da lei. Nós ainda temos uma evasão dessa juventude exatamente no ensino médio, e a maioria desses jovens são jovens negros que não conseguem ser inseridos, ser incorporados, a partir de determinadas metodologias que não reconhecem o ser pertencimento étnico-racial e acabam, por um conjunto de práticas, facilitando a evasão desses jovens.

Então, a educação continua sendo um desafio. Embora o plano Juventude Viva tenha trazido junto ao MEC e às secretarias estaduais e municipais essa necessidade de reconhecer a dimensão da educação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES. *Fora do microfone*.) – E o Espírito Santo em segundo lugar.

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – Sim, o Espírito Santo, Estado da Senadora, está em segundo lugar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Presidente.

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – Como vai, Senador, tudo bem?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É um prazer.

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – Acredito que o próprio pesquisador Julio já vem trazendo o Estado do Espírito Santo para um conjunto de indicadores em relação à violência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vou pedir licença à Ângela, nossa convidada – vou descontar seu tempo –, para conceder a palavra ao Senador Wellington Dias, que é membro

desta Comissão e que tem se dedicado a este tema, a esse assunto. Como ele vai ter de se retirar mais cedo, em função de uma viagem, eu gostaria de conceder a palavra a ele.

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – Claro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Ângela, primeiro o meu perdão.

É apenas para me justificar, Presidente.

Estamos recebendo a visita de uma equipe no Governo Federal sobre um tema que estou acompanhando no meu Estado, infelizmente, pela grandeza desse tema, mas o pessoal da minha equipe vai ficar acompanhando.

Eu queria destacar duas coisas. Primeiro, parabenizar, através da Ângela, pelo trabalho, pela importância que temos dado, desde o governo Lula, à criação de uma política específica.

No Brasil, há um grande debate sobre o tamanho do Estado. Eu sempre faço aqui uma reflexão olhando para o custo em relação às receitas ou em relação ao PIB e, historicamente, temos reduzido, e reduzido bastante. Alcançamos algo em torno de 8% do PIB de despesa de pessoal; hoje, é algo em torno de 4,5%, o que mostra que, na verdade, é o contrário da percepção da população. Falo apenas para justificar a importância de se ter uma área específica para cuidar de temas relacionados à mulher, aos negros, aos índios, enfim, a outras populações mais fragilizadas. Eu não poderia a oportunidade de tratar sobre isso.

Também quero destacar que o meu Estado desmontou um mito. Durante muito tempo se trabalhou uma ideia de que a violência era vinculada à pobreza. Alcançávamos, no começo deste século, o pior indicador de renda do Brasil; hoje, já ultrapassamos dois Estados – espero que eles cresçam também – e temos o mais baixo índice de homicídios do Brasil. Quando assumi, como governador, o Estado do Piauí, eram 16 homicídios para cada... e temos alcançado algo em torno de 9, 10 homicídios, disputando sempre com Santa Catarina. Mas ainda é grande o número de homicídios de jovens e negros. Então, é algo que temos de cuidar de forma especial.

Isso, em minha opinião, embora pareça algo filosófico, tem muito mais a ver com uma cultura de paz. Ou seja, há lugares no Brasil – e viajo muito; cito Alagoas, mas acho que o Espírito Santo não deve ser diferente – em que as pessoas resolvem as coisas na bala, como se diz no velho oeste. Isso, se não houver um trabalho muito focado na família, na escola, nas entidades, que é algo que a gente valoriza pouco – o grupo de jovens, o clube, a associação de todos os níveis, não venceremos essa parada.

Existe algo que o Brasil está aprendendo agora, que é fazer o mapa da violência. Estamos vendo aqui um estudo que mostra, a partir do mapa da violência, a situação específica de jovens, de negros, etc. Então, quando se tem o mapa da violência, é possível agir nas causas. Muitas vezes, a população é induzida... Aqui mesmo, no Senado, escuto muito o debate: "Mais polícia, mais arma, mais...". A população, de repente, queria ter um policial armado com metralhadora até os dentes na porta de cada um. Às vezes se passa essa ideia, o que só amplia a violência. Existe um trabalho muito sério na área da inteligência, mas ainda valorizamos pouco o trabalho nessa área.

Parabéns pelo tema. Como disse, infelizmente, terei de me ausentar em razão de ter marcado outro compromisso, uma atividade que nos é muito cara, pois estamos tratando de uma situação delicada, que é a situação da seca. É o período mais grave. Para o Brasil parece que já passou, mas para nós é o período mais grave. Os reservatórios estão secando. Hoje, trataremos de uma agenda especial para cuidar do tema, tão importante quanto este.

E quero aqui me comprometer com a Senadora Ana Rita, que tem um trabalho muito dedicado a esta causa – estaremos juntos, está certo? – para ver se empurramos este Congresso Nacional para um olhar especial em temas como este.

Parabéns a todos os participantes. Eu é que vou perder por não participar do debate, mas fico muito agradecido. Com base nas notas taquigráficas que a minha equipe colher, estarei pronto para me somar às alternativas aqui apresentadas.

Muito obrigado.

Ângela, desculpe-me por atrapalhar.

A SRª ANGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – De forma alguma.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – E leve o nosso abraço. Participaremos da conferência que está sendo...

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – Sim. De 5 a 7 de novembro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É. Eu conversei com a Ministra, estaremos juntos lá. Muito obrigado.

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – Ótimo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – E conto com a Liderança do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo, que represento aqui.

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – Sim, muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Wellington.

Também quero dizer, Ângela, que o Senador Wellington tem um olhar muito forte e muito grande para as questões sociais. Ontem mesmo, ele falava sobre isso da tribuna do Senado, trazendo algumas informações e suas preocupações. O Senador Wellington, além de ser nosso Líder, é nosso grande companheiro, e tem nos ajudado e nos apoiado em todas as atividades.

Obrigada, Senador Wellington, por sua presença.

Por favor, Ângela.

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – Vou continuar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aproveito para registrar a presença do Senador Eduardo Suplicy, que também tem se dedicado a esta Comissão e nos ajudado muito.

Obrigada, Senador Eduardo Suplicy, por sua presença. Vamos ouvir a Ângela e, posteriormente, se V. Exª quiser se manifestar... A não ser que queira se manifestar agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não, em seguida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em seguida, não é?

Então, Ângela, por favor, pode continuar. Desculpe a interrupção.

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – Bom, pode passar.

Existem alguns dados com relação ao diagnóstico sobre Alagoas. Naquele Estado, em 2010, morreram 2.086 vítimas de homicídio por causa violenta. Então, Alagoas se tornou o primeiro Estado. Assim, o plano Juventude Viva foi iniciado, a partir de uma articulação junto ao Governo do Estado, nos quatro Municípios com maiores taxas: Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro. Desde então, nós temos, junto à equipe da SEPPIR, da Secretaria Nacional da Juventude, no âmbito da Secretaria-Geral, e um conjunto de 11 ministérios, trabalhado para a reversão dessa realidade.

Pode passar, eu não vou me deter nos dados.

O plano Juventude Viva tem como diagnóstico o fato de os homicídios se concentrarem na população jovem, negra, como já falamos, com baixa escolaridade e residente em bairros pobres. A questão territorial tem sido estratégica do ponto de vista da metodologia do Plano. Mapear os territórios mais vulneráveis em cada uma dessas localidades, a fim de concentrar os esforços do Governo Federal e dos governos locais para esse conjunto de políticas. Então, tais mortos por agressão são a expressão extrema de um problema mais amplo de manifestações de violência física e simbólica, que afligem a sociedade brasileira.

Quando a Senadora Ana Rita se refere à pesquisa do DataSenado, essa pesquisa surgiu de uma grande inquietação levantada por nós, institucionalmente, como SEPPIR e Senado, a partir da seguinte questão: o que traz, o que explica uma espécie de naturalização em relação à morte da juventude negra? Por que, ao cair o corpo de um jovem negro – e não cai só um, todos os dias caem vários –, por que, ao caírem vários corpos de jovens negros, isso não impacta a sociedade brasileira na proporção dessas mortes? O que explica uma espécie de ação ou de atitude justificadoras de que esse jovem negro necessariamente estaria cometendo um crime, justificando-se aí, nesse discurso, inclusive muitas vezes midiático, a sua própria morte?

Então, a pesquisa foi gerada exatamente para identificarmos qual é a opinião pública sobre essas mortes: por que a morte de um jovem branco impacta – aí a pesquisa trouxe esse sinalizador –, por que a morte de um jovem branco causa um impacto muito maior do que a morte de milhares de jovens negros; qual é o significado que precisamos dar, num País com 350 anos de estrutura nas relações étnico-raciais, onde o ser negro foi destituído da mesma humanidade que o ser branco; como reconhecemos que houve toda uma construção, uma ideologia sobre esse corpo negro, que faz com que essa violência que ceifa a vida das famílias, que faz com que o Brasil perca a sua perspectiva de desenvolvimento em relação a essa população, como explicamos isso.

Então, um fator explicativo para nós – de fato, a SEPPIR tem identificado isto dentro do Governo Federal – é a importância do viés étnico-racial, para compor as estatísticas, a produção de informações.

Aí é um dado que queria trazer – sei que Fernanda Papa vai trazer mais dados sobre o Plano –, mas aquilo em que queria me deter é em algumas questões de fundo, que são muito importantes, que é, quando o mapa da violência produzido passa a incorporar informações. A partir do quesito cor-raça, ele traz exatamente essa dimensão de desigualdade. E nós ainda estamos com uma missão, como Governo Federal, de trazer para o conjunto da produção de informações, para dentro das políticas públicas os dados produzidos a partir do viés do quesito raça-cor, Senadora, lembrando que, no final do ano passado, a Ministra Miriam, a Ministra Gleisi e a Ministra Luiza assinaram um aviso interministerial, tornando obrigatório para todo o Governo Federal o preenchimento do quesito raça-cor no conjunto dos documentos da Administração Pública.

Por quê? Porque isso não é uma questão menor. Isso, pelo contrário, nos tem possibilitado, a partir da

inserção desse viés, dar visibilidade à real dimensão da problemática étnico-racial no País. Então, é a partir desse reconhecimento que estamos conseguindo, hoje, como Governo Federal, uma aproximação real da juventude negra, uma vez que os dados apresentam, em termos de mortes violentas contra a juventude branca... Nós temos dados europeus, temos indicadores de níveis europeus. Quando, a partir da incorporação do quesito raça-cor, trazemos os dados, tomamos um susto, como Estado, sociedade brasileira, diante do que é essa dimensão.

Então, nós entendemos, a SEPPIR e a Secretaria-Geral – também temos compartilhado esse entendimento – que o Plano é de fato uma oportunidade histórica para levantarmos o debate na sociedade. Ora, se o País, que está ingressando em níveis de desenvolvimento, tem a juventude como seu grande patrimônio, como essa juventude vai ingressar, vai exercer o seu papel de cidadã, de protagonista, se ela está sendo morta? Só que essa juventude é a juventude negra. E aí, como o País se reconhece nesses corpos caídos no chão como uma obrigatoriedade nossa, como Estado brasileiro, como sociedade brasileira, de nos levarmos a fazer alguma coisa imediatamente?

Eu vou tentar apressar.

O objetivo principal do plano é enfrentar essa violência, atuar para reduzir a vulnerabilidade da juventude negra e prevenir a ocorrência de homicídios.

(Soa a campainha.)

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – A estratégia principal é promover e integrar as ações do Governo Federal, com foco na transformação de territórios vulneráveis, na criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens nesses territórios selecionados, e também a partir do enfrentamento ao racismo nas instituições.

Por gentileza, pode passar.

São quatro os eixos estruturadores do plano. O primeiro é "desconstrução da cultura da violência". E aí vêm os resultados dessa pesquisa de opinião que a Senadora destaca. Como nós poderemos atuar para superar a desumanização existente no cotidiano das práticas sociais sobre esse jovem negro? É preciso mobilizarmos os atores sociais. É preciso defendermos a vida desse jovem negro.

No segundo eixo, que é "inclusão, oportunidades e garantia de direitos", está acontecendo uma articulação em torno desses programas setoriais, criando oportunidades também para esses jovens, a transformação dos territórios e o aperfeiçoamento institucional, que tem sido um eixo de maior concentração das atividades da SEPPIR, porque nós precisamos de fato mudar a cultura institucional em relação ao reconhecimento dos direitos da juventude negra. Nesse sentido, nós temos atuado junto ao Ministério da Justiça para a formação dos agentes do sistema de justiça como um todo, uma vez que nós ainda lidamos, no País, com um conjunto de mortes por violência provocadas por agente do próprio Estado que acabam vitimando, em sua maioria, os jovens negros. E aí eu só quero lembrar que estamos em uma articulação, estamos apoiando a aprovação do PL nº 4.471, que está tramitando na Câmara dos Deputados, que exatamente enfrenta e combate os autos de resistência, que são uma espécie de justificativa para o homicídio, para essa violência, sem que haja investigação de quem comete e de quais as causas.

Por gentileza, pode passar.

Como eu estava falando, o plano Juventude Viva tem trazido, em seus resultados mais gerais, o reconhecimento do racismo como fator gerador de morte. Eu gostaria de destacar este trabalho da SEPPIR, junto com o Ministério da Saúde, Unfpa e pesquisadores negros, que nós o lançamos há dois anos: O Racismo como Determinante Social de Saúde. É preciso que a gente compreenda também a violência como uma questão de saúde pública e nós precisamos incorporar, reconhecer que essa dimensão racial impacta fundamentalmente nessas mortes por violência.

Pode voltar, por favor.

Daí a necessidade de promovermos políticas públicas articuladas e dirigidas aos territórios, como eu já falei. A formação de gestores para o aperfeiçoamento institucional está trazendo um outro elemento, Senadora, porque é como se nós, na cultura do Estado brasileiro, ao não termos trazido a juventude como política pública que tem sido desenvolvida, sobretudo nos últimos dez anos, a partir da criação da SNJ, mas também a importância de que os gestores passem por um processo de formação acerca do que tem sido construído nas políticas públicas. E aí vem a importância das ações afirmativas. Nós trabalhamos com políticas públicas universais, que são uma conquista da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, queremos trazer o significado e a importância das ações afirmativas, porque elas podem exatamente capturar naquele conjunto aqueles níveis de desigualdade que as políticas universais não têm conseguido atingir.

Por gentileza.

Já falei das ações do sistema de Justiça, a rede de mobilizadores que o pessoal da SNJ vai poder tratar melhor e lançamos agora, no primeiro ano do plano, um edital voltado para as organizações de juventudes ou organizações também comprometidas com o enfrentamento do racismo, uma chamada pública

para comunicadores que favoreçam as organizações de juventude.

Essas ações, produção de material, *folder*, vídeos, essa chamada pública está aberta no *site* da SEPPIR, e convidamos todos os interessados a participarem.

Muitíssimo obrigada.

Vamos para o debate.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Ângela Maria de Lima Nascimento, Secretária de Política de Ações Afirmativas da SEPPIR, que é Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial do nosso Governo Federal. Obrigada pela exposição, pelo programa, pelo plano Juventude Viva. Depois, quero conversar melhor com você para pensarmos isso no Estado do Espírito Santo, para motivar e levar o nosso governo do Estado do Espírito Santo a assumir políticas afirmativas com relação à população negra.

Quero registrar a presença e convidar à mesa o GOG, do *hip hop*, militante da causa da juventude negra e de periferia. Seu nome é Genival Oliveira Gonçalves, não é isso, GOG? Seja bem-vindo! Gostaríamos de contar com você à mesa. (*Palmas*.)

É importante a presença do GOG, embora não estivesse inicialmente previsto na nossa lista, porque ele é um artista reconhecido pelo seu engajamento político e racial na luta antirracista e pela inclusão da juventude negra, pobre e de periferia.

GOG, estou recebendo informações de que você atua com jovens que saem do sistema sócio-educativo com educação, cultura e cidadania. É importante a sua presença porque, além de constatarmos, mais uma vez, os altos índices de homicídios e da vulnerabilidade da nossa população jovem, principalmente a população negra, você traz uma experiência de trabalho com essa juventude de inclusão social. Acho que é importante te ouvirmos depois. Posteriormente, vou conceder a palavra a você.

Vou conceder a palavra à Fernanda Papa, Coordenadora-Geral de Relações Institucionais da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República.

Fernanda, permita-me dizer novamente que quem nos acompanha pela TV Senado pode nos acessar pelo portal e-Cidadania. O *link* é bit.ly/cdhjovensnegros, ou também pelo 0800-612211. Enfim, as pessoas que queiram fazer contato conosco, passar algum questionamento para poder dialogar com esta mesa, fiquem à vontade.

Fernanda Papa, Coordenadora-Geral de Relações Institucionais da Secretaria Nacional da Juventude, tem a palavra por 15 minutos.

A SRª FERNANDA PAPA – Obrigada, Senadora.

Quero agradecer o convite para esta audiência pública, em nome da Secretaria Nacional da Juventude. Estou aqui representando a Secretária, Severine Macedo, ao lado da nossa Secretária-Adjunta, Ângela Guimarães. A Severine enviou-lhe um grande abraço.

Quero agradecer também ao Conselho Nacional de Juventude, também responsável pela mobilização para estarmos aqui hoje, várias conselheiras e conselheiros estão aqui, o GT Juventude Negra, que tem sido muito atuante também está bastante bem representado, um abraço.

Cumprimento a nossa Mesa, Vice-Presidenta do Conselho, Ângela Guimarães, também o Enderson, da Mídia Periférica, um jovem muito atuante lá, da Bahia para o mundo. Também o Prof. Julio, um grande parceiro responsável por colocar nos meios de comunicação, principalmente – para nós, é muito importante o debate dos dados que comprovam essa realidade perversa da mortalidade da nossa juventude, principalmente da juventude negra no nosso País.

Também um grande abraço à Secretária Ângela Nascimento, nossa grande parceira na realização do Juventude Viva.

A própria Senadora Ana Rita, que, em outros momentos, tem sido uma parceira fundamental para a Secretaria Nacional de Juventude na consolidação e luta dos nossos direitos. Tivemos este ano a sanção do Estatuto da Juventude, depois de uma tramitação de mais de nove anos. Temos aqui, no Senado, uma força muito grande, viu, Senadora, na sua pessoa e de outros Senadores que estão aqui.

Também quero agradecer ao Senador Suplicy pela presença, que já esteve num debate conosco aqui, com a Severine, no 15 de novembro de 2012, em que já apresentamos, inicialmente, o plano Juventude Viva aqui, na Casa, e, hoje, temos avanços em relação a essa implementação.

E também um abraço especial ao Lula, à Débora e ao GOG, que, pela sociedade civil, a gente sabe que fazem toda a diferença na construção dessa agenda, no tensionamento positivo e necessário, para que o Estado avance com as políticas públicas, com as normas, com o reconhecimento dessa agenda fundamental para a consolidação da nossa democracia e para superação dessas desigualdades que não permitem que a gente viva uma democracia plena ainda em função das diferenças que marcam e que retiram a vida dos nossos jovens negros de forma cruel, como a gente tem vivido até hoje.

Então, quero agradecer à Casa a promoção deste debate público. Outras pessoas, além das que estão aqui hoje no plenário, estão acompanhando este debate. Queremos levar essa mensagem, essa conscientização

do problema e convocar para uma corresponsabilização na sociedade para esse enfrentamento da violência é um dos papéis da Secretaria Nacional de Juventude, em parceria com o Conselho Nacional de Juventude.

Então, este é um momento muito importante para nós, da Agenda, pois estamos preparando para a próxima semana uma mobilização grande, aqui, na Câmara Federal em relação ao PL 4.471, mencionado pela Secretária Ângela, que é o Projeto de Lei que prevê o fim dos atos de resistência, a responsabilização dos policiais, a abertura de investigação para os casos de violência seguida de morte. Isso é um avanço muito grande também conquistado, no âmbito dos debates do plano Juventude Viva, que só foram possíveis pela participação social que marca esse processo do Juventude Viva de forma muito significativa.

Essa agenda só existe para o Estado, para o Governo Federal neste momento, porque a juventude negra, de forma autônoma e muito bem organizada, trouxe essa pauta. Acho que a Ângela vai falar disso daqui a pouco com bastante propriedade, porque liderou esse processo também com muitas pessoas nos últimos anos de construção da Agenda e que se tornou a prioridade nº 1 da I Conferência Nacional de Juventude, esse enfrentamento à violência, e, por isso, torna-se, também, uma das prioridades na Secretaria Geral da Presidência, no mandato do Ministro Gilberto Carvalho, com a Secretária Severine à frente desse processo.

Então, eu continuaria falando um pouco do plano Juventude Viva para atualizar o momento em que estamos. A Secretária Ângela já apresentou os dados da violência que o Prof. Julio, daqui a pouco, vai atualizar, com os dados mais recentes, agora que temos o que o Ministério da Saúde tem apresentado pelo ano de 2011, mas acho que é importante situarmos, então, essa população jovem brasileira de que estamos falando e só complementar um pouco esses dados em relação às desigualdades que afetam a juventude negra no nosso País, porque o Juventude Viva tem este objetivo de quebrar a invisibilidade da juventude negra para as políticas públicas, de trazer a juventude negra para o centro das atenções, uma vez que, ao falarmos de prevenção à violência, precisamos reconhecer que vários outros direitos humanos da juventude são violados até que a juventude negra, que tem morrido, perca sua vida de forma inaceitável, como tem acontecido.

Se há no Brasil, pelo censo de 2010, 51.330.000 milhões de jovens, que representam 27% da nossa população, desses se autodeclaram pretos ou pardos, que seriam os jovens negros, 53,7% da população. Estamos falando de uma juventude negra, preta e parda, que é a maior parte da juventude brasileira. E se autodeclaram brancos 44,7%, de acordo com o censo de 2010.

Os jovens negros são maioria ainda no ensino fundamental, a partir de 15 anos, ou seja, têm menor escolaridade, como a Ângela mostrou, são 34%, enquanto os brancos são 18%. E quando chegam ao ensino médio, já há mais brancos do que negros, 44% de negros e 48% de brancos. No ensino superior, há muito mais brancos, 33,5%, e 15,9% de negros. Essa é a menor diferença da história, porque sabemos que as políticas de ação afirmativa, no último período, deram resultado.

É importante mencionar que essa diferença tem caído, mas ela ainda é muito grande. No ensino de pós-graduação, há 0,7% de jovens brancos, para 0,2% de jovens negros. Temos aí um grande desafio.

Também no mercado de trabalho, dos 28 milhões de jovens, a partir de 15 anos, que estão trabalhando, mais da metade, 53% dos jovens, a maior parte com carteira assinada é de brancos, 58%; dos jovens negros, 48%, com carteira assinada. E sem trabalho são 13 milhões de jovens negros, enquanto não têm trabalho 9 milhões de jovens brancos.

Há essa desigualdade social muito colocada ainda em relação à juventude negra. E o Juventude Viva chama atenção também para o enfrentamento ao racismo e também para a necessidade de ampliação dos direitos da juventude e principalmente da nossa juventude negra.

Uma boa parte da apresentação a Ângela já trouxe para nós, então vamos passar vários desses gráficos que compartilhamos na apresentação da Juventude Viva.

Esta é uma foto que mostra o lançamento do plano em Alagoas. A participação da sociedade civil, para nós, é muito importante. Aqui há uma conselheira do Conjuve.

Chegando às ações do Juventude Viva, só para mencionar o tipo de ação que tem sido pactuada pelos Ministérios que fazem parte do Juventude Viva. O Juventude Viva, como colocamos, depende da corresponsabilização federativa. O Governo Federal puxa essa estratégia do plano, convocando o Ministério, além da Secretaria-Geral da Presidência, da Secretaria Nacional de Juventude e da SEPPIR, temos conosco o Ministério da Justiça, o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Cultura, o Ministério do Esporte, a Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria de Política para as Mulheres. Também porque essa morte dos jovens traz muito fortemente uma questão de gênero, discussão do padrão de masculinidade, porque a maioria das mortes é de rapazes, o que tem um impacto muito grande nas relações de gênero na

nossa sociedade. O Ministério da Educação é muito importante no Juventude Viva, entre outros.

São vários programas que compõem a estratégia do Juventude Viva, que dependem da adesão dos Estados prioritários para o Juventude Viva, para começarmos a implementação, e também dos Municípios, que pactuam conosco o compromisso de fazer o plano em seus territórios e de levar e apresentar projetos para maior parte dos editais que estão pactuados para o Juventude Viva.

No caso da educação, muito se trata de adesão, porque se trata de fundo a fundo. Na saúde, também há muito que já está previsto no SUS, mas em outras iniciativas dependemos do compromisso dos Municípios e dos Estados de enviarem os projetos; por fazerem parte do Juventude Viva na nossa estratégia, que é focar aqueles 142 Municípios que concentram a maior parte dos homicídios contra jovens negros. Então, há no conjunto dos mais de 5,7 mil Municípios do País uma concentração em menos de 150 deles, com mais de 70% dos homicídios. Esses Municípios têm prioridade, pontuam mais nos editais quando acessam as iniciativas do Juventude Viva.

O eixo de desconstrução da cultura de violência, para nós, é fundamental. E esta audiência hoje já é a realização de uma das ações fundamentais para nós, que é fazer o debate público de sensibilização da sociedade a respeito da banalização da violência que tem marcado o nosso cotidiano, e aí a juventude negra é jamais sofrida com essa violência.

Então, nós temos uma campanha Juventude Viva, coordenada pela Secretaria Nacional da Juventude, a SEPPIR também é nossa parceira nessa campanha, e agora estamos chegando com a segunda fase da campanha, que deve ser lançada em breve, uma rede que tem já cerca de três mil entidades cadastradas para acompanhar o plano nos territórios e uma série de outras ações que estão focando este eixo.

O segundo eixo do plano foca as trajetórias dos jovens, a necessidade de a gente dar novas oportunidades de inclusão para os jovens e de garantias dos direitos; então há uma série de programas aí: Estação Juventude, da Secretaria Nacional da Juventude; o Projovem Urbano, que está coordenado pelo MEC; também o Projovem Trabalhador em alguns lugares está presente; o Pronatec, pelo MEC e também pelo MDS, porque a gente está focando o Pronatec Brasil sem Miséria para as áreas mais vulneráveis do Juventude Viva; o Educação Inclusiva, Pintando a Cidadania, com o Ministério do Esporte, entre outros.

Uma questão muito importante para o Juventude Viva é a transformação dos territórios. Então, faz parte da estratégia do plano a definição daqueles territórios, daqueles bairros que são mais atingidos pela violência. É importante dizer que não são os bairros mais violentos; a gente não pode estigmatizar esses territórios e essas comunidades, e a sua própria população, principalmente a sua população negra.

O Juventude Viva tem o objetivo de quebrar esse estigma que recai, sobretudo sobre a juventude negra, mas a gente tem que reconhecer que determinadas regiões sofrem mais com a violência. Então, a estratégia é a gente focar essas ações nesses territórios. É um convite aos nossos prefeitos, prefeitas, governadores e governadoras reconhecer quais são esses territórios a partir dos dados e levar esse conjunto de políticas para lá. A gente precisa trazer a presença do Estado para instituir novas dinâmicas de convivência com mais cidadania.

E aí estão presentes os equipamentos da educação, com o Mais Educação, o Ensino Médio Inovador, Saúde na Escola, os **CEUs** das **Artes,** do Ministério da Cultura, os Pontos de Cultura; a PELCs, com os projetos de esporte e lazer nas cidades, do Ministério dos Esportes; CRAS, o serviço de convivência que é o antigo Projovem Adolescente; Pronatec, Academias de Saúde, vários outros programas.

E, no aperfeiçoamento institucional, eu acho que a Ângela já falou com bastante propriedade sobre a importância desse eixo, porque, cada vez mais, a gente precisa sensibilizar as nossas instituições do Estado de que o racismo existe, de que o preconceito geracional também recai sobre os jovens pretos, pobres e de periferia. Então, por isso, ações com a segurança pública, com o sistema de saúde e com o sistema de educação estão previstas, bem como com o sistema de justiça. E, daqui a alguns dias, nós assinaremos um protocolo, com o Ministério da Justiça, com o Conselho Municipal, com o Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça, OAB, SEPPIR, Secretaria-Geral e as Secretarias do Ministério da Justiça envolvidas, para a gente facilitar o acesso à justiça para jovens negros em situação de violência, porque a gente sabe que o acesso à justiça também é muito limitado a essa população.

Então, quase finalizando já, mostrar para vocês a importância do território para o Juventude Viva. A ideia é de que essas ações sejam articuladas; a gente conta com uma rede de articuladores numa parceria de cooperação com a Fiocruz, que são bolsistas reconhecidamente atuantes não só no movimento juvenil negro, como com grande conhecimento na questão do enfrentamento à violência – um deles está aqui com a gente à mesa e daqui a pouco vai ter a palavra –, mas a importância de a gente reconhecer que é no território, que é no Município que a vida das pessoas acontece...

(Soa a campainha.)

A SRª FERNANDA PAPA –... ou é perdida. Então, a gente precisa apostar nessa sinergia também com os Municípios e a participação é fundamental a partir do que a gente está propondo.

Para finalizar, vou passar a próxima.

Aqui é uma foto dos jovens que já têm participado do plano nos territórios mais atingidos em Alagoas. O plano já está em Alagoas, já foi lançado na Paraíba; também já foi lançado no Distrito Federal e Municípios do Entorno – aqui a gente está em seis Municípios, além do DF.

Os próximos passos, Senadora, são: no dia 25, lançamos no Município de São Paulo, que, infelizmente, do final do ano para cá, sofreu uma série de chacinas, o que fez com que os dados de homicídios crescessem significativamente. Passamos também depois para o Estado da Bahia, que tem um grande desafio com 19 Municípios na lista do Juventude Viva. E a ideia é fechar o ano chegando ao Espírito Santo até o mês de dezembro.

Para o próximo ano a gente ainda tem o desafio do Rio de Janeiro; temos o desafio do Pará, temos o desafio de também ir a Porto Alegre, para chegar à Região Sul, entre outros Estados que estão colocados aí nas prioridades do Juventude Viva.

Então, agradeço a oportunidade da palavra e dizer que estamos abertos às adesões voluntárias dos Municípios. Mais de 120 Municípios já fizeram a adesão voluntária ao plano até o momento, e a gente segue fortalecendo essa agenda e contando muito com o Parlamento, para que a gente possa, na norma, na construção de leis, de fato, garantir esses direitos da juventude negra. É um momento de grande avanço que a gente está vivendo.

Quero agradecer a oportunidade de a gente somar esforços aqui hoje.

Muito obrigada.

A gente continua no debate. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem! Quero aqui agradecer a brilhante apresentação da Fernanda Papa, Coordenadora-Geral de Relações Institucionais da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República.

Obrigada, Fernanda, pelas informações, pelos dados e pela disposição – tanto da Fernanda quanto da Ângela – de falar sobre as políticas, falar sobre os projetos que estão sendo desenvolvidos.

Quero convidar agora a Ângela Guimarães, Vice-Presidenta do Conselho Nacional da Juventude.

A SRª ÂNGELA GUIMARÃES – Bom dia a todos e a todas!

Quero pedir desculpas pela minha voz; fui acometida por uma gripe nos últimos dois dias e a voz, que já é anasalada, está pior ainda. Vou fazer um esforço para me fazer entender.

Quero, aqui na mesa, saudar a minha conterrânea, baiana, Senadora Lídice da Mata, que acabou de chegar. Aqui, na mesa, quero fazer uma referência muito especial à Senadora Ana Rita, ao Senador Wellington Dias, que passou por aqui, porque são parceiros nossos em várias lutas. Há pouquíssimo tempo estivemos aqui, diuturnamente, nesses corredores, fazendo incidências no processo de aprovação do Estatuto da Juventude e tivemos, tanto neles dois quanto na Senadora Lídice e também n Senador Suplicy, que está aqui, a honra de ser recebidos no gabinete dele, parceiros de primeiro momento, de primeira hora, para essa pauta tão importante, o Estatuto da Juventude, recém-sancionado, após quase dez anos de luta aqui pela sua aprovação nas duas Casas legislativas.

Quero saudar também cada um e cada uma dessa mesa. Nos seus diferentes espaços de atuação, nós estamos aqui tanto deste lado da mesa quanto do lado do plenário como parceiros nessa luta, pessoas que têm dedicado parte importante de sua vida a essa causa, que é a causa de defesa da vida, de defesa da vida da juventude negra e de elevar esse tema à estatura de um tema prioritário na vida pública nacional.

Cada um e cada uma aqui, de formas diferentes, contribuiu imensamente para que a gente pudesse hoje, nesta Casa, no Senado Federal, realizar uma audiência pública com esse tema.

Primeiro, quero dizer que tenho dupla responsabilidade aqui, tanto como Secretária Adjunta da Secretaria Nacional de Juventude... Aí eu corroboro tanto a fala da Secretária Ângela Nascimento, uma xará, quanto à fala da colega Fernanda Papa, de que de fato, nós vivemos outro momento desse tema em relação ao Governo. É um marco. O lançamento do plano Juventude Viva, a instituição da prioridade para esse tema, do enfrentamento da violência contra a juventude negra, no âmbito do Fórum de Direito e Cidadania da Presidência da República, revela um marco, revela outro tratamento, outro olhar em relação a essa temática no âmbito do Estado brasileiro. Eu não diria nem do Governo, porque nós estamos deixando aí avanços que são dignos de uma política de Estado e não, necessariamente, apenas de uma política de governo.

Com essa minha faceta aqui de Vice-Presidenta do Conselho Nacional de Juventude, já fazendo referência ao GT Juventude Negra do Conjuve, que está aqui bastante bem representado, com vários integrantes, vários e várias integrantes, eu queria trazer um pouco aqui a trajetória desse tema, do ponto de

vista dos movimentos sociais organizados e do ponto de vista da política nacional de juventude, com toda essa mobilização.

Aí quero fazer referência aos diversos movimentos negros, que são responsáveis por essa agenda hoje estar sendo encarada com esse grau de prioridade, com esse grau de relevância pelo Governo Federal e, consequentemente, pelos governos estaduais e governos municipais, porque, como muito bem disseram aqui tanto a Fernanda quanto a Secretária Ângela, é um plano que depende de adesão. É um plano em que a palavra pactuação tem uma relevância muito grande. Porque nós não temos a pretensão de enfrentar um problema dessa magnitude apenas com a ação que vem do Governo Federal e que chega ao Município. Se essa pactuação com os governos de Estado, com os governos Municipais e com os movimentos organizados nesses dois âmbitos não existirem, esse plano tende a não ter êxito.

Então, primeiro quero dizer que há violência policial, há violência em geral contra a juventude negra, ou seja, o reconhecimento de que não temos uma crise de segurança pública, uma crise de violência em geral na sociedade brasileira, nós temos uma violência que escolhe o seu público por pertencimento racial, por gênero, por lugares de moradia e por idade inclusive.

Esse reconhecimento vem sendo pauta, pelo menos nos últimos 35 anos, de forma ininterrupta. Se você prestar bem atenção, o manifesto que foi lido na Praça da Sé, em julho de 1978, pelo Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial já sintetizava esse reconhecimento de dizer que, no Brasil, nós temos uma causalidade da violência que atinge especificamente e majoritariamente a juventude negra.

Então, quando o MNUCDR, até aquele momento, lança a sua consigna: "Reaja à violência policial", é isso que ele está denunciando. Denuncia uma ação de Estado de um aparato de segurança pública que deveria agir para preservar vidas, mas que vem, na prática, sendo o contrário. E, de lá para cá, todos os movimentos negros e os movimentos de juventude negra têm reafirmado essa pauta.

Em 1988, também na Bahia, foi fundada a União de Negros pela Igualdade, já denunciando uma política de Estado direcionada a ocasionar o que comumente os movimentos pautam como o genocídio ou extermínio programado da juventude negra.

Infelizmente, não estamos tratando de uma pauta nova; temos que ser coerentes com os dados como eles se apresentam: nós temos uma agenda de cerca de 40 anos. No Brasil, há cerca de 40 anos, a juventude negra vem sendo majoritariamente morta. Os índices que já foram apresentados aqui ressaltam isto: cerca de 75% dos jovens que morrem são jovens negros. Então, não é por acaso. Não é que na Bahia morre mais negro porque lá há mais negro; morre mais negro, ainda assim, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e em outros Estados em que os negros são minoria. Então, este é um primeiro reconhecimento importante: que não morrem mais negros ou os negros são mais pobres porque eles são maioria em determinados Estados. Não é isso necessariamente. Nós temos um fator chamado racismo, que seleciona quem vive e quem morre no Brasil, que seleciona quem tem acesso aos melhores empregos, aos melhores postos de trabalho, aos maiores espaços de representação na política.

Infelizmente, nesta Casa a gente pode dar um exemplo. De 81 Senadores, quantos Senadores negros nós temos? Um; que é justamente a exceção para poder confirmar a regra. Um Senador parceiro nosso, parceiro de muitas lutas, inclusive parceiro na luta do Estatuto da Igualdade Racial, um Senador que emplaca os estatutos, em que pese ser minoria absoluta aqui. Mas, de tão comprometido que é com diversas lutas, ele vem emplacando uma série de vitórias importantes, como Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Juventude, o Estatuto do Idoso e outras lutas importantes.

Eu digo isso porque acho que o primeiro passo, como muito bem a Secretária Ângela Nascimento colocou aqui, assim como a Fernanda Papa, é a gente reconhecer que há um fenômeno no Brasil, que infelizmente não é só brasileiro, mas como estamos nos atendo aqui aos limites e às fronteiras do nosso território, é um fenômeno que vem selecionando o acesso a direitos e selecionando também quem fica historicamente nas franjas da exclusão.

O primeiro passo, em nossa opinião, é esse reconhecimento. Durante muito tempo o Estado brasileiro relutou em reconhecer isso. A gente viveu com diversas teorias, por exemplo, a do mito da democracia racial, que dizia, durante muitas décadas, que no Brasil existia uma harmonia completa na convivência entre as diversas raças.

O SR. JULIO JACOBO WAISELFISZ – A teoria do brasileiro cordial.

A SRª ÂNGELA GUIMARÃES – Exatamente, a teoria do brasileiro cordial, a teoria dessa convivência harmônica, pacífica, onde todas as raças viviam idilicamente aqui desfrutando das mesmas oportunidades. E os números e a vida real provam para a gente justamente o contrário. Essa sobrerrepresentação da população negra nos índices de exclusão, nos índices de vulnerabilidade é sustentada por pesquisas, como por exemplo, o Mapa da Violência, a que quero fazer

aqui grande referência, grande importância, desnuda para a gente outra realidade.

Assim, esse racismo no Brasil impacta nas condições de vida da população negra. E, mais à frente ainda, com o avanço das pesquisas sobre o tema e com os avanços da mobilização juvenil, a gente afirma também que há, sim, um recorte em relação ao acesso da juventude ao conjunto das políticas públicas em relação à juventude negra e essa relação se apresenta de forma ainda mais gritante.

Então, acho que o primeiro passo é o reconhecimento, e nós estamos dando passos largos nesse sentido. Dizer para vocês que não é natural, não é normal, não é comum você ver duas gestoras aqui – e, no caso, eu também – tão comprometidas com a agenda de juventude negra e que coordenam esse plano. Mas, infelizmente, no conjunto do Estado brasileiro, nós temos que fazer uma luta diária e cotidiana de convencimento dos gestores porque, *a priori*, eles negam essa realidade. Eles dizem para a gente: "Vocês veem racismo em tudo". Quem aqui nunca ouviu essa frase? "Mas vocês do movimento negro são danados. Vocês veem racismo em tudo."

Essa também é uma faceta do racismo institucional. Ele, primeiro, pensa num sujeito universal como se as políticas públicas pensadas por esse sujeito universal pudessem dar conta das especificidades. O que a gente vem observando é que não necessariamente é assim. Nós temos um conjunto de políticas públicas que não têm alcançado a população de forma homogênea. E outras – ainda mais grave – vêm se negando a ofertar esses serviços à população negra e à juventude. Então, nós temos aí esses paradigmas, que são desafios que persistem.

E aí vocês vão me dizer: "Poxa, Ângela, mas você veio aqui jogar um balde de água fria? Essas quatro décadas de luta não produziram nenhum resultado?" Muito pelo contrário. Nós somos da filosofia de que o povo em luta é que garante as conquistas. Então, nós temos, de fato, acumulado.

O ano de 2013 é um ano também marco. É um ano referência, porque é um ano em que a gente consegue comemorar, sim, os dez anos de implementação de uma política de igualdade racial. E nós conseguimos fazer uma leitura de Brasil, tranquilamente, de que antes da instituição, antes da implementação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial; da Seppir; da criação da constituição do Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial; da Lei nº 10.639, que inclui a obrigatoriedade do ensino da história da cultura afro-brasileira e africana; da Lei de Cotas Raciais nas universidades, nós tínhamos um Brasil. Hoje, nós já podemos dizer que há um outro Brasil. Nós estamos tentando restabelecer um equilíbrio das proporcionalidades dos diversos grupos raciais em diversos espaços. Nós caminhamos efetivamente. A tarefa não está cumprida, até porque, como vocês sabem, nós vivemos num País que foi o último do mundo a abolir a escravidão. Nós passamos por 355 anos de escravidão e a nossa abolição foi completamente inacabada, extremamente incompleta. Ela não deu conta da inclusão desse grande contingente negro na estrutura da sua então nascente República. Então, há tarefas que deveriam ter começado, deveriam ter sido tomadas a partir de 14 de maio de 1888, e que só muito recentemente conseguiram ser enfrentadas.

Mas, dando um salto histórico muito grande, eu queria trazer aqui para vocês um pouco da experiência do Conselho Nacional de Juventude, na pressão e no diálogo com os espaços institucionais governamentais, para que resultasse, por exemplo, neste plano, que é o Plano Juventude Viva.

Eu falei aqui dos dez anos da Política de Promoção da Igualdade Racial. A Política Nacional de Juventude também foi central para que esse sujeito jovem, negro, fosse reconhecido na agenda governamental, na agenda institucional do Estado brasileiro.

A Política Nacional de Juventude tem como marco o ano de 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e de um conjunto de políticas e programas que reconhecem que a juventude em nosso País foi o principal alvo da exclusão acumulada nas décadas anteriores. E o início da formulação do conceito de política pública de juventude já incorporou um conceito que, para a gente, é fundamental, qual seja: o conceito de que há uma diversidade, uma pluralidade muito grande na juventude brasileira e que as políticas para esse segmento não podem ser simplesmente enfrentadas com as políticas encarando esse sujeito universal como se o fato de ser branco e negro fosse a mesma coisa no Brasil, como se ser mulher e homem...

(Soa a campainha.)

A SRª ÂNGELA GUIMARÃES –... – já me encaminho para a conclusão –, e como se o fato de se morar no campo e na cidade e as diversas outras identidades não pudessem interferir na condição de ser jovem. Então, quando a Política Nacional de Juventude é lançada, ela reconhece essas especificidades e ela reconhece também que um dos seus desafios é promover políticas afirmativas para poder equalizar o lugar da juventude negra e da juventude não negra nos espaços, no acesso aos diversos direitos na nossa sociedade.

Então, esse é um princípio fundamental.

Em 2007 – aí eu também quero trazer aqui do ponto de vista da organização dos movimentos juvenis negros –, nós tivemos um marco, que foi a realização do primeiro Encontro Nacional de Juventude Negra. Foi o momento onde, a partir de etapas municipais, etapas em todos os Estados da Federação, 22 etapas estaduais, nós conseguimos conformar uma espécie de programa dessa juventude negra organizada no Brasil. Ali estavam os estudantes cotistas e membros de comitês pró-cotas das universidades, a juventude da periferia, a juventude quilombola, a juventude rural, a juventude do Movimento *hip hop*, a juventude dos partidos políticos. As diversas agremiações juvenis, que tratavam essa pauta como sua pauta prioritária, se reuniram durante dois anos de mobilização e resultaram no 1º Encontro Nacional de Juventude Negra, que para a gente também se coloca como um marco. Porque ali, a partir de um programa pactuado entre essas diversas juventudes, nós conseguimos apresentar de forma mais consistente e com mais nitidez para os diversos espaços de nossa interlocução, porque nós consideramos que há uma necessidade ainda cotidiana de uma incidência para dentro dos diversos movimentos sociais, porque há muitos movimentos sociais que não consideram essa agenda como uma agenda prioritária, assim como nós também consideramos que a realização desse encontro nos deu outro fôlego e outra possibilidade de influência a partir da relação com as diversas instâncias governamentais.

Aí que, em 2008, houve a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude, onde esse movimento de juventude negra organizada conseguiu, através de uma ampla mobilização de pactuação contra os setores, colocar a agenda da juventude negra como prioridade número um da Conferência.

Eu acredito que este é um marco fundamental. A gente não vai aqui dizer que a Secretaria Nacional da Juventude ou a Seppir já não tivesse ciência desse problema. Nós já tínhamos. Mas, talvez, foi essa mobilização grandiosa do 1º Enjune que deu fôlego, deu força política para que essa agenda entrasse, para que esse tema entrasse na agenda dos governos em outro patamar.

A partir daí, nós do Conselho Nacional de Juventude, com a missão de transformar aquela prioridade número um, que era o reconhecimento das resoluções do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra em Políticas Públicas, montamos um grupo de trabalho, que funcionou durante dois anos, para produzir um arranjo, uma estratégia no sentido da implementação de políticas públicas que viessem enfrentar esse problema número um...

(Soa a campainha.)

A SRª ÂNGELA GUIMARÃES –... da juventude que é essa altíssima violência, essa altíssima mortalidade que, infelizmente, ninguém aqui, de nenhum Estado, pode dizer: "Ah, mas meu Estado está livre disso". Todas as nossas 27 capitais estão dentro daqueles 142 Municípios. As nossas regiões metropolitanas estão todas implicadas e, infelizmente, como o Prof. Júlio vai falar aqui, há um processo de espraiamento dessa violência, de interiorização dessa violência.

Então, eu queria aqui apresentar um pouco desse percurso histórico, como essa agenda entra como prioridade na relação desses movimentos com o Governo e dizer que, para a gente, o Plano Juventude Viva é um marco, a gente quer que ele se fortaleça e que ele consiga chegar a todos os Estados da Federação. Temos feito incidências. Sabemos que precisamos ainda de mais orçamento, mais equipe técnica dos diversos Ministérios, para que esse problema seja enfrentado na magnitude que ele demanda. E há outras tarefinhas, que só vou listar aqui, que o Juventude Negra do Conselho continua lutando: a extinção dos autos de resistência, como foi falado aqui, o PL nº 4.471 para a gente configura uma questão fundamental. Nós temos comprovado aí. O Estado de São Paulo, que já aprovou a extinção do auto de resistência, como isso repercute imediatamente na diminuição dos homicídios de jovens negros, a real e efetiva implementação...

(Manifestação fora do microfone.)

A SRª ÂNGELA GUIMARÃES – Rio acaba de aprovar também. Exatamente.

Então a gente vê que isso, objetivamente, produz resultados imediatos.

A real implementação da Lei nº 10.639; o acesso à Justiça em condições de equidade; as políticas de enfrentamento ao encarceramento maciço da juventude negra; políticas de inclusão e de emancipação da juventude negra, oriundas de medidas socioeducativas e também do sistema prisional e a desmilitarização da Polícia Militar.

A gente sabe que não são temas tranquilos. São temas polêmicos, mas nós estamos aqui, dispostos a fazer esse diálogo com a sociedade, porque precisamos, de fato, dar um salto em relação ao avanço civilizatório do nosso País. E é inconvivível, a gente tem discutido muito isso no Conselho, é inconvivível uma democracia plena, uma democracia que avança com esses índices horrendos de assassinatos de jovens negros no nosso País.

Agradeço a parceria desta Comissão de Direitos Humanos, porque quando o Conselho da Juventude propôs foi imediatamente abraçado. Infelizmente, devido a outras agendas, vou precisar, daqui a pouco,

me retirar, mas dizer da grande relevância, da grande importância desse debate que prescinde de parceiros estratégicos nas mais variadas áreas do Poder Público e também na sociedade civil organizada.

Muito obrigada.*(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Parabéns, Ângela, pela sua fala.

Ficamos aqui bebendo desse saber que vocês trazem para todos nós. Muito obrigada pela presença.

Quero também aproveitar, Ângela, que você citou aqui a parceria do Senador, sempre muito comprometido, é bom lembrar que o Senador Paulo Paim, também é membro desta Comissão e que muito tem colaborado.

Então, Ângela, muito obrigada.

Um abraço grande ao Conselho Nacional da Juventude.

Eu vou conceder agora... Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Vou pedir licença, porque às 10 horas eu tenho que sair para a Comissão de Relações Exteriores, onde sou relator de proposições que estão ali colocadas. Mas continuo aqui até as 10 horas.

Quero cumprimentar a todos os depoentes pela colaboração com respeito a tudo o que vem acontecendo com os negros, sobretudo a violência que tantos estão sendo submetidos.

Vou relatar brevemente um apelo do coordenador nacional da população de rua, que ele fez ontem, porque diversos moradores de rua da Praça da Sé foram levados para outros lugares. Eu noto que a Secretaria de Bem-Estar levou diversos moradores de rua ali acampados, muitos deles negros, para o Parque D. Pedro. E espero que o Prefeito Fernando Haddad e a Secretária do Desenvolvimento Social, Luciana Temer, venham a dar a devida guarida e que de maneira alguma se realize qualquer ato de arbitrariedade contra essas pessoas.

Queria fazer esse registro num apelo ao Prefeito Fernando Haddad.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy, também grande defensor na luta pelos direitos humanos e parceiro desta Comissão.

Senadora Lídice da Mata, aproveitamos para fazer o registro da sua presença e conceder-lhe a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Bom dia, Presidente!

Bom dia a todos os que estão compondo a Mesa!

Também quero aproveitar esse pequeno intervalo, porque, assim como o Senador Suplicy, nós temos reunião agora da Comissão de Relações Exteriores, a qual também devo participar.

Como esse é um tema que eu acompanho bastante, por razões óbvias, primeiro pela ligação que tenho com a luta antirracista, por ser uma Senadora da Bahia, e por ter na minha história política essa referência de participação, eu quero saudar todos os representantes da Mesa e dizer que acho que nós estamos num novo momento, num novo patamar da luta contra o racismo no Brasil, com o estabelecimento de instituições, de secretarias de promoção da igualdade racial, em nível federal, em quase todos os Estados, ou pelo menos em alguns Estados importantes, e da estruturação também do Conselho Nacional de Juventude, e que esse Conselho tenha dado, como Ângela destacou, uma prioridade a essa questão.

No entanto, eu acho que é muito importante que a gente, além de mobilizar a nossa militância para a intervenção na área institucional, da mudança de postura institucional – porque isso é fundamental, essencial, para a luta antirracismo –, eu acho que nós precisamos atuar mais numa mobilização de resistência permanente à questão do assassinato, do desaparecimento dos jovens negros nas grandes cidades brasileiras.

Eu sinto que essa questão perdeu a centralidade dos movimentos políticos, partidários, de mobilização, de ONGs. E falo isso pela experiência também da Bahia, onde temos vivido diversos tipos de violência, com um governo democrático, um governo que eu apoio, um governo em que nós participamos, mas que não significou, até agora, a nossa participação, a nossa interação nesse governo, assim como no Governo Federal, que é um Governo comprometido com essa questão. Nenhuma ação efetiva que pudesse diminuir a onda de violência contra os jovens negros no nosso País.

E nós precisamos abordar, para tanto, questões que trabalham nessa dimensão, como, por exemplo, a questão da política de drogas no Brasil. A atitude repressiva sobre a política de drogas no Brasil e sobre a juventude atinge diretamente a juventude negra, porque ela atinge a parte da juventude brasileira mais pobre, mais vulnerável, portanto, a essa ação e ao chamamento da droga, assim como outras questões, como é a questão, por exemplo, da diminuição da maioridade penal no Brasil.

Eu creio que nós precisamos juntar algumas questões, inclusive, que estão passando pelo Congresso Nacional, numa plataforma unificada de defesa, de resistência, de mobilização dos movimentos e de mobilização na denúncia cotidiana, na presença cotidiana dessas questões.

Eu me lembro, Ângela – você era uma criança –, quando, no Pelourinho, uma ação policial levou a que um policial desse um tiro num músico do Olodum, ferindo-o na mão. Houve uma mobilização de todos os

partidos políticos àquela época. Estávamos no fim da ditadura militar. Houve uma presença dos movimentos sociais naquele ambiente. Certamente, era um jovem negro mais conhecido. Mas, fatos como esses acontecem diariamente. Nós temos o filho de um capoeirista morto dentro de casa, um menino negro, na Bahia, no bairro de Amaralina, morto dentro de casa por uma bala perdida. Agora, recentemente, vimos outro assassinato, na mesma família, de outro jovem. Então, isso é a demonstração clara – uma família só perdeu duas vidas, no mesmo local, no mesmo território.

Isso está profundamente ligado à política de segurança pública que o Brasil tem, e nós não vamos conseguir superar esses índices de violência apenas com as ações – não estou dizendo que vocês estão dizendo isso, não, mas quero ressaltar isso – institucionais de inclusão social se nós não formos fortes na exigência de uma mudança da política de segurança pública brasileira, como a desmilitarização da polícia militar e outras questões que dizem respeito a uma mudança profunda de cultura repressora que o Brasil tem.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora Lídice da Mata, grande parceira também da Comissão de Direitos Humanos e muito comprometida com as causas sociais.

Eu quero aqui aproveitar também para dizer que um dos internautas já fez contato conosco aqui. Ele é da Paraíba, José Carlos Almeida. Ele fala a respeito da população indígena. Ele pergunta: "A população indígena foi extinta?". Ele faz outro questionamento: "A Paraíba é uma das cidades mais afetadas pela violência à juventude negra. Mesmo tendo grande parte de sua população com descendência indígena, não se percebe, dentro das estatísticas, isso, considerando apenas 65% de negros." Então, ele faz esse questionamento.

Eu quero dizer para o José Carlos Almeida que, na semana passada, fizemos aqui também uma audiência pública com diversas etnias, com representações de populações indígenas de diversos Estados. Tivemos aqui a presença de 50 etnias de diversas Regiões do Brasil – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Foi um momento também de debate sobre a questão indígena e sobre determinados projetos que estão em tramitação no Congresso Nacional e que afetam diretamente a vida do povo indígena, como é o caso, por exemplo, da demarcação das terras indígenas.

Esta Comissão de Direitos Humanos tem promovido debates sobre essa população com certa frequência. Na semana passada, nós nos dedicamos a esse tema, assunto tão importante que é a população indígena do nosso País.

Concedo a palavra, agora, ao Prof. Julio Jacobo, Coordenador da Área de Estudos da Violência da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e coordenador do Mapa da Violência.

Então, como muito prazer, nós vamos ouvir agora, também, o Prof. Julio.

O SR. JULIO JACOBO WAISELFISZ – Bom dia a todos e a todas!

É uma enorme alegria e prazer estar com vocês aqui. Há tempos eu estava viajando, estava com problemas de saúde. Estou retomando o périplo.

Primeiro, eu gostaria de explicar brevemente aqui o Mapa da Violência, porque não há muita, digamos, divulgação do significado do Mapa da Violência.

Pode passar.

A primeira divulgação do Mapa da Violência foi no ano de 1998, em parceria com a Unesco, Instituto Ayrton Senna, com o tema "Os Jovens do Brasil". Até o dia de hoje, já foram divulgados, no total, 21 Mapas da Violência. Estamos agora elaborando o nº 22, que vai sair em breve.

O foco global do Mapa da Violência sempre foi a violência letal, a mortalidade relacionada à juventude, com abordagens muito delimitadas em cada um dos mapas: uso de arma de fogo, o tema da mulher, a violência da juventude na América latina, acidente de trânsito, infância e adolescência, ou seja, vários e diferentes mapas.

Tive diversos parceiros, como o Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Unesco, Ritla, Secretaria de Políticas de Promoção Racial, Organização dos Estados Ibero-Americanos, Instituto Ayrton Senna, Instituto Sangari, etc., etc.

Quero esclarecer que todas essas parcerias foram exclusivamente para divulgação do material. O Mapa da Violência, eu, pessoalmente, nunca vi um tostão e foi uma política inicial por esse tipo de trabalho. Os colegas podem certificar que não houve nenhum tipo de convênio ou financiamento. Simplesmente se fazem acordos de divulgação do material, de acordo com interesses comuns. De início, por ser uma área extremamente sensível, o da violência, não gostaríamos de ter de calar uma série de coisas pela questão do financiamento de uma organização.

A segunda questão que eu quero estabelecer é que sou coordenador de eu próprio. Não existe nenhuma outra pessoa que trabalhe no Mapa da Violência; nem secretária, nem auxiliar, etc. Só uma telefonista para atender ao telefone. Sou o único. Coordeno a mim próprio.

Então, podemos continuar.

O primeiro Mapa da Violência foi publicado em 1998. Portanto, entre esse último Mapa agora sobre

a juventude e homicídios e o anterior passaram-se 15 anos. Sempre que há números redondos na cabeça tem-se a ideia de um balanço patrimonial: o que se ganhou e o que se perdeu; quais são os nossos ativos e passivos nesses 15 anos transcorridos desde o primeiro Mapa da Violência.

Primeira questão. Em 1996, que era o último dado que tínhamos em mão quando publicamos o primeiro Mapa e agora, em 2011, 15 anos, a taxa de domicílios, em 1996, era de 24,8 por cem mil habitantes. Aumentou para 27,1. Aumentaram os homicídios no Brasil, que já nos preocupavam naquela época. Agora estamos piores ainda. A taxa de homicídios juvenis, que era de 42,4 em 100 mil jovens, em 1996, pulou para 53,4. Aumentou mais 20%. O total de mortes em acidentes de transporte, outra área que pesquisa o Mapa da Violência, em 1996, era de 22,6 por 100 mil habitantes, cresceu para 23,2; à dos jovens, de 24,7 para 27,7. Também aumentaram as mortes de jovens nos acidentes de trânsito. Suicídios: passaram de 4,3 para 5,1 na população total e entre os jovens, de 4,9 para 5,1, especialmente, segundo o Mapa que publicamos, jovens indígenas. São os principais afetados, com taxas absurdas de mortalidade: 440 a cada 100 mil habitantes no Município de Dourados, por exemplo. São taxas extremamente absurdas.

Então, acho que não temos muito para comemorar no dia de hoje, contrariamente ao que se possa imaginar. Sim, há todo um movimento, por um lado, devido a dados muito preocupantes e totalmente inaceitáveis para uma sociedade civilizada de mortalidade de jovens e mortalidade de jovens negros.

Sistema de informações de mortalidade do Ministério da Saúde, agressões intencionais por raça, cor. O Ministério da Saúde incorpora o tema raça/cor nos seus registros desde 1996. Nos primeiros anos, existia uma notificação de 30% a 40% pelo menos. Quer dizer, não dava para trabalhar com esses dados porque não se registrava a cor do cadáver. A partir de 2001/2002, mais ou menos, já temos 90% para cima de notificações. Consideramos que já se podia começar a trabalhar o tema raça/cor.

População em geral, censo demográfico, estimativas deficitárias do Datasus e do projeto Unfpa/IBGE/BRA/4... O grande problema nosso não são dados de domicílio, mas dados de população. Não temos dados intercensitários de população branca e negra. O IBGE é o único que publica uma estimativa muito grosseira na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Apesar disso, a Pesquisa Nacional não vai até os Municípios; só trabalha com unidades federadas. Temos que fazer milagres para ter algum tipo de dado sobre a população, que é o grande buraco que temos para trabalhar nessa área.

Podemos continuar.

Homicídios por idade simples.

Nós temos praticamente um baixo número até os 10, 11 anos de idade. A partir dos 15 anos começa o "pico do Everest" – eu chamo de "Everest" porque é uma escalada inaceitável de violência contra a juventude – até chegar ao pico de um platô que está entre os 20 a 23 anos, em que o número de mortes é inaceitável, inacreditável em nível de sociedade civilizada. Depois vai caindo progressivamente até praticamente se anular nas últimas idades.

Pode passar.

Se isso, em geral, já foi mostrado, essa é a diferença entre mortalidade por idade simples de brancos e de negros. Vejam onde está o "Everest" da expansão da violência homicida no Brasil. Os aumentos da violência homicida no Brasil são explicados pelos incrementos bárbaros da violência contra os jovens negros. Aqui está: brancos têm este platô de 17, são 373, até 30 anos. Negros aqui só já supera todo o imaginável.

Pode passar para a próxima.

Bom, esta é uma progressão geométrica do que vem acontecendo entre 2001 e 2011 nas estatísticas por raça/cor no Brasil.

O número de mortes brancas caiu 27,1% nestes 10 anos. Passou de 20.120 para 14.664, em 2011. Quer dizer, uma queda de 27,1%. Por outro lado, a de jovem negro aumentou 35%, passou de 27.349 para 37.156.

O índice que criamos foi o índice de vitimização negra. Em 2001, havia 59,1% a mais de mortes negras que mortes brancas. Havia uma morte de branco e morria 1,6 negros. Isso foi crescendo progressivamente: 62, 66, 75, 91, 95, 112, 117, aqui uma paradinha, 134, outra paradinha, mas a tendência geral, pelo que nós observamos, é continuar crescendo a vitimização negra. Se nada acontecer com os dados, e parece que nada aconteceu nos últimos tempos, a vitimização negra vai continuar a crescer. E, neste momento, em nível nacional, para cada branco que morre, morrem 2,3 negros, e vai crescendo.

Por favor, pode voltar?

Quero que peguem isto: entre 2008 e 2011, morreram 206.000, com números que excederam, a partir de 2008, 50.000 vítimas.

Pode passar.

Estamos falando de três magnitudes que ninguém entende muito bem. É como falar: "Ah, o orçamento de R$3 trilhões e outro orçamento de R$20 trilhões." Eu não sei o que se faz com R$3 trilhões e não sei o que se faz com R$30 trilhões. Para mim, não há diferença, porque são magnitudes que fogem totalmente

da minha experiência de vida. Então, eu trouxe algumas comparações que são um pouco fajutas, mas são comparações dignas.

Nos últimos quatro anos, foram 206.005 homicídios, 5 mil e pouco por ano, como estamos vendo; média anual de 51,5 mil ou 141 homicídios por dia, todos os dias do ano.

No massacre do Carandiru, de que todo mundo lembra, porque foi um *parangón* internacional, morreram 111 detentos, e foi uma barbárie internacional. Todos os dias morre 1,4 carandirus por dia, e ninguém se dá conta. Nós pensamos que não existe. Criamos o que se chama "cultura da cegueira" – passamos em torno dos cadáveres e não vemos cadáveres.

Há uma organização internacional, o Secretariado da Declaração de Genebra, que faz muitas pesquisas sobre armas de pequeno calibre, que faz pesquisa sobre violência armada no mundo, conflitos armados no mundo, registrou, entre 2004 e 2007, 62 conflitos, os maiores conflitos – entre Caxemira e Iraque, Iraque e Irã –, todos esses grandes conflitos sobre os quais lemos nos jornais hoje, em que morre muita gente, nos 62 conflitos, morreram, entre 2004 e 2007, 208.349 em mortes diretas. Em nosso País morreram 206.005, e não é um País que tenha conflitos religiosos, conflitos de fronteira, conflitos étnicos, e diz que não tem conflitos raciais.

Apesar dessa falta de conflitos armados, morre muito mais gente no Brasil: 51 mil mortes por homicídios, enquanto que a China, com 1,3 bilhão de habitantes – deve ser mais que o Brasil –, morrem 30 mil por ano. Na Índia, que tem 1,2, morrem 28 mil. Nós conseguimos a façanha de ser o País que mais mata por homicídios no mundo.

Podemos continuar.

Outra vivência: nossas taxas em 2010: 27,4 e 54,7. Estamos em sétimo lugar entre 95 países do mundo, segundo registro da Organização Mundial da Saúde. Somos o sétimo país! Já estivemos piores. O que quero dizer? Na virada de século, o Brasil estava em segundo, terceiro lugar. O que aconteceu? O Brasil não melhorou nada. Praticamente ficamos com as mesmas taxas durante a primeira década. Há outros países que houve uma explosão de violência, como a Guatemala, El Salvador, Venezuela e Colômbia, que foi caindo ao longo do tempo.

(Soa a campainha.)

O SR. JULIO JACOBO WAISELFISZ – O Brasil, ao se manter, foi caindo de posição, mas não porque melhorou, simplesmente por se manter.

Pode passar.

Esta progressão da população jovem é mais séria ainda. A taxa é de 153%. E sempre incrementada ao longo do tempo.

Pode passar.

Os Estados, vocês já viram nas outras exposições.

Podemos passar para a próxima.

Estes são os Municípios.

Assim, o único ano em que podemos fazer análise do Município é no ano de censo. Por isso, 2010, porque temos dados do censo sobre população de cor e podemos elaborar as taxas.

Deem uma olhada. Aparece uma série de Municípios que antigamente eram Municípios relativamente tranquilos. João Pessoa, por exemplo, era um Município extremamente tranquilo. E Porto Seguro era tranqüilo; Maceió estava em situação intermediária. Marabá estava… Agora vamos ver o que exatamente está acontecendo.

Podemos passar.

Vamos agrupar três tipos de fatores – vou ter que passar muito rapidamente – explicativos: há uma mudança nos padrões da violência. O que quer dizer? Um processo de disseminação da violência. Três fatores: mudança modelo econômico brasileiro; estagnação dos polos tradicionais – como São Paulo, etc. – que cortam praticamente seu desenvolvimento e têm refluxo de população; Plano Nacional de Segurança Pública de 1999 e o Fundo Nacional de Segurança Pública de 2000, que se baseou no mapa da violência para distribuição de recurso. Era o único que existia na época; mandou recurso para São Paulo, Rio, etc., que começaram a cair. Essa violência migrou ou para o interior dos Estados ou para outros Estados. Aparecem polos de crescimentos e são pólos de violência: Camaçari, Suape, Ananindeua, Arapiraca em Alagoas, etc. São polos de crescimento econômico que viram, ao mesmo tempo, polos de criminalidade. Por quê? Porque há fatores expulsivos dessas grandes regiões metropolitanas em desenvolvimento; uma melhoria da segurança pública, polícia melhor preparada, planos implantados, por exemplo, em São Paulo implanta Fotocrim, Infocrim, tira as carceragens das delegacias, há uma série de movimentos que caem. Há uma migração dessa marginalidade para esse polo, onde a polícia não está preparada para receber essa nova condição. Fernandinho Beira Mar passa seis meses na cadeia de Alagoas, e, segundo a Secretaria de Segurança, ele originou células ali em Alagoas. Ela não menciona os sete meses de greve da polícia em Alagoas. Festa da bandidagem. Ora, não se vai ao banco protegido, vai-se ao banco desprotegido. Obviamente, malandro não é otário.

Então, o que isso origina? Um deslocamento dos polos dinâmicos da violência. Nas duas décadas, 1980 e 2000, a dinâmica da violência era encabeçada no Município de mais de 100 mil habitantes; especialmente, Municípios com mais de 500 mil habitantes, que eram 38 nessa época. Taxa de crescimento anual, 4,5% ao ano, sistematicamente. Era polo dinâmico da violência. A partir de 2000, muda. Nesses Municípios com mais de 500 mil, as taxas caem. Caem 3,5%. Em Municípios com menos de 50 mil, cresce 4% ao ano. A violência se interioriza, a violência vai para outros polos.

Pode passar.

Isso seria uma questão conjuntural. A questão estrutural é muito mais séria. Muito, muito mais séria. Qual é a questão estrutural? Uma cultura da violência acentuada em nosso País. Já uma colega anteriormente disse: "Mata-se por qualquer coisa. Por qualquer motivo, saca-se uma arma". Há 18 milhões de armas de fogo, segundo a pesquisa da Viva Rio, em circulação. Então, se mata por motivos fúteis e banais. Não sou eu que digo. O Conselho Nacional do Ministério Público realizou, recentemente, uma pesquisa nacional com inquéritos policiais para ver as motivações e fundamentou uma campanha que se chama Conte até 10.

(Soa a campainha.)

O SR. JULIO JACOBO WAISELFISZ – Eles chegam à conclusão de que, na maior parte das unidades federadas, menos Rio de Janeiro, os motivos das mortes são motivos fúteis e banais: uma briga entre vizinhos, parentes, amigos, colegas, etc., alguém empunha uma arma e mata outro. Então, toda essa mística que se criou no Brasil de que a droga, o *crack*, etc... Existe essa violência, mas não é nossa violência principal. Nossa violência principal é a violência de uma cultura da violência que não estamos enfrentando.

A violência da droga se enfrenta com polícia. Todas as polícias do País o primeiro discurso que tem: "É a droga." Que acontece? Uma segunda questão, aí com o "É a droga": tolerância institucional. O que é tolerância institucional? A vítima da violência vira culpada da violência. A mulher, porque vestiu errado, porque provocou. Deu lugar à Marcha das Vadias. A criança que é o menino do *crack*. Um secretário de segurança, numa mesa redonda, não importa o Estado, chegou a afirmar em minha presença que, em seu Estado, eles têm perfeitamente mapeada a morte de mulheres no Brasil. A morte de mulheres é porque eram vítimas da droga, eram mulas, eram distribuidoras de droga, então era acerto de contas. Mensagem subliminar: "Olha, melhor que se matem entre eles. Essas mulheres não têm que ser defendidas." "Olhem, a própria droga está poupando o Estado carcerário em processos, etc. Melhor que se matem entre eles." Quer dizer, a vítima vira culpada. É o primeiro mecanismo que temos.

Mas há um segundo mecanismo mais insidioso ainda, mais perverso ainda, e se não o enfrentamos hoje, todas as nossas taxas vão continuar se elevando. As próprias instituições que têm o dever constitucional de proteger a cidadania são as primeiras que agridem a cidadania. Dentro dessas instituições há milícias, há grupos de extermínio, e todo mundo sabe disso porque aparecem todos os dias. Não obstante, não temos uma legislação que esteja coibindo o que está acontecendo.

A última questão é a impunidade. Não sou eu que estou dizendo. O Conselho Nacional do Ministério Público, junto com o Conselho Nacional de Justiça e com o Ministério de Justiça estabeleceram a Meta 2 da Enasp. O que é a Meta 2 da Enasp? Enasp é a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública, que estabeleceu metas concretas. A Meta 2 era: temos que solucionar todos os inquéritos policiais que estão dormindo o sono dos justos nas prateleiras das delegacias de polícia. Fazendo um primeiro levantamento, detectam 134.900 inquéritos adormecidos, ainda não solucionados, inquéritos que foram abertos antes de 31 de dezembro de 2007. Já havia passado cinco anos quando começou o trabalho e estavam dormindo lá.

Depois de um ano – estabeleceram grupos-tarefa em cada Estado, o Ministério Público, a Justiça, Secretaria de Segurança, fizeram diligências, etc. – conseguiram oferecer denúncias à Justiça 8.400, ou seja, 6,1% dos inquéritos, do estoque inicial de inquéritos. E não contemos com aqueles inquéritos que delegado de polícia não fez portaria, porque estes não vamos solucioná-los nunca. Melhor nem abrir portaria. E o que acontece depois de oferecer a denúncia? Vai ao tribunal de júri, o tribunal de júri pode inocentar, enfim. As estimativas que temos atualmente, com base nas pesquisas realizadas, inclusive pelo próprio Ministério, dizem que, no Brasil, só 3% dos culpados de homicídio vão para a cadeia. Com esse nível de impunidade, fica muito difícil, muito difícil atravessar metas.

Vamos à terceira questão, sobre a negritude específica. Nossa política de segurança pública são muito políticas. O que quer dizer? Por um lado, a partir da virada de século, há um processo de privatização da segurança pública, de terceirização da segurança pública. Nesse momento, temos praticamente três vezes mais homens na segurança privada do que na segurança pública. Isso aconteceu em outras áreas: aconteceu na saúde, com planos de saúde privados; aparece na educação, com escolas privadas, etc.

(Soa a campainha.)

O SR. JULIO JACOBO WAISELFISZ – Apareceu também na segurança pública. Quem pode paga um segurança; quem não pode tem de se contentar com essa segurança que o Estado dá; às vezes não dá sequer isso.

Isso se vê acentuado por um esquema perverso da mídia, de que já se falou aqui. A mídia só noticia aquilo que vende. Pobre, preto de favela, não vende. Pode morrer tranquilo que não vai aparecer. Só chacina, a partir de 5 a 10 meninos, é que aparece no jornal.

Claro, a segurança também é política. O que acontece? Secretaria de segurança bota muito mais policial na orla marítima, em bairros abastados, etc., e, em favela, praticamente não tem nada. O que dizer? Quem tem dinheiro no Brasil tem segurança pública e segurança privada. Quem não tem dinheiro no Brasil não tem nem segurança pública, nem segurança privada. Pode morrer tranquilo e em paz. E quem mora na favela, preferencialmente pretos, pobres. Essa é a nossa realidade.

A menos que enfrentemos essa realidade e paremos de fazer vista grossa, o que já fizemos e vejamos tudo o que temos de fazer pela frente, essas estatísticas vão continuar aumentando.

Só isso. Obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Governo/PT – ES) – Professor, muito obrigado pela sua fala. Dá vontade de ficar o dia todo, a manhã toda, aqui, escutando, não é verdade? Nós vamos convidá-lo em outras oportunidades, para que possamos ouvi-lo mais, com mais tempo, com mais dedicação. Parabéns pelas informações que o senhor traz, pelas reflexões que o senhor traz!

O Prof. Julio Jacobo é Coordenador da Área de Estudos da Violência da Faculdade Latino-Americana de Ciência Sociais (Flacso) e Coordenador do Mapa da Violência.

Muito obrigada pela presença e pela contribuição que o senhor tem oferecido à sociedade brasileira, a todos nós, com as informações inclusive do Mapa da Violência, que tem sido um instrumento muito importante para todos nós, nas reflexões que aqui fazemos.

Eu vou conceder a palavra agora ao GOG, Genival Oliveira, que é um militante da juventude negra e que pode nos trazer aqui também informações da sua própria experiência, da sua experiência de trabalho e de militância.

O SR. GENIVAL OLIVEIRA GONÇALVES – Então, primeiramente, gostaria de dar um bom-dia a todas e a todos, até por uma questão de reparação. Acho que é muito importante isso, já que estamos trabalhando e trilhando por um Brasil diferente. "Todas e todos" talvez seja a saudação do dia, e queria mandar uma saudação especial a todas as mulheres que fazem parte disso aqui.

Quando falo isso aqui, já começamos a dizer que o Brasil são vários brasis. E, quando se percebe essa radiografia, ela já não surte mais efeito, porque a radiografia é um instrumento que percebe ainda muito de longe. Nós precisamos de uma tomografia computadorizada ou, então, de um PET-Scan. Talvez a engenharia humana possa ser mais engendrada, possa ser mais capilarizada para perceber realmente o que acontece no Brasil.

Eu pertenço ao Movimento *Hip Hop*. Eu era um negro em movimento, que descobria que era uma célula importante. Depois, passei a ser membro de um movimento negro. E eu já consigo, depois de muito tempo, a gente consegue perceber que o Movimento *Hip Hop,* embora seja um movimento negro, só depois é que conseguimos encontrar o movimento negro. Nós vivemos, durante a ditadura brasileira, nesses anos em que tivemos o *soul*, o *funk*, a música negra brasileira pulsando nas periferias, não tínhamos a percepção de tudo o que acontecia nesse Brasil, da forma que temos hoje.

Então, o que quero dizer com isso? Que realmente o Brasil mudou, mas mudou de que forma?

Quando discutimos o crescimento das políticas públicas no Brasil, será que os espaços que estamos conquistando nessa disputa são espaços conquistados ou são espaços que realmente são colocados para que pensemos que estamos ocupando espaços nossos, mas que os espaços simplesmente não nos são concedidos?

Estou colocando, por exemplo, o negro na televisão. Nós colocamos o negro na televisão, mas os negros, a maioria de negros e negras que vão à televisão vão dizer que o Brasil é o País que realmente pode sanar esses problemas com desenvolvimento, com estudo, com escola, mas eles não falam na 10.639. Eles não falam que os meios de comunicação são preconceituosos, racistas e nos colocam simplesmente com cota. Uma cota, né? E quando negros e negras preenchem esses espaços, são aqueles negros e negras que mais se parecem com a silhueta branca: o nariz não é tão achatado, a boca não é tão volumosa.

Neste momento, convoco todos os nossos movimentos, todas aquelas pessoas que são pensadores, para que percebamos que o opressor mudou a forma de atuar. Discursos progressistas, mas são reacionários de plantão. E aí está... Acho que o nosso grande divã hoje, dessa caminhada, dessa afrodiáspora que passa pela política pública hoje.

Quando eu digo que o Brasil são vários brasis é porque a distância que separa a abolição da escra-

vatura de Águas Lindas hoje é muito menor do que distância dessa cidade ao Plano Piloto. Hoje, temos aqui, por exemplo, o Lago Sul, em que, num espaço de seis quilômetros até a Estrutural, temos um IDH com diferença de quase 90%, e Brasília, Capital do País, foi criada para ser uma cidade sem tensão social. Então, a distância que separa a Ceilândia do Recanto das Emas faz com que aqueles que sofrem no Recanto, que sofrem em Planaltina não sejam ouvidos entre si. Os seus pares não são ouvidos. Então, não é por acaso que as cidades satélites e distantes. Não é por acaso que o racismo no Brasil é algo que todos sabem, que todos percebem, mas as pessoas não têm a sensibilidade de dizer que são racistas.

Então, sofremos, o Brasil sofre de guetofobia. Sabe, talvez, a pior das doenças geradas pelo racismo: em cada esquina tem um monstro; em cada beco, tem um monstro. Sabe?

E surgem as indústrias. Hoje, temos uma indústria, por exemplo, da segurança pública, da grade, do cadeado, que é exatamente sustentada pela contradição do seu discurso. Ela mata, porque as cercas elétricas matam, e, quando eu falo, elas não matam eletrocutados. Estou falando das cercas elétricas dos presídios, porque há um tripé que sustenta tudo isso, que é exatamente a maioridade penal, a discussão da maioridade penal, o desarmamento no Brasil e o sistema carcerário no Brasil.

Através desse tripé, eles sustentam tudo o que está aí montado, toda essa engenharia louca de matar e de moer gente. Mas temos de colocar, Professor, nessas estatísticas também essa morte viva, que coloca muitas vezes, entre nós, a lógica da vitimização.

Preste atenção: se você chegar a qualquer favela do Brasil hoje, as pessoas acreditam, em grande parte delas, que quanto mais cadeia menos violência na rua. Quanto mais polícia na rua, menos violência na quebrada. Mas quando você caminha pelas quebradas, percebe que, se tivesse oportunidade... Os meninos são tão criativos! O que se espera de um Brasil que mata em um momento em que se pode mais produzir para esse Brasil, aos 15, aos 17, aos 18? São essas mãos que estão arrebentando, e nos obrigam a amar "Fulguras, ó Brasil, florão da América", professoras. É muito difícil, muito contraditório isso para nós que vivemos no dia a dia, no dia a dia da periferia. Nossos hinos são outros.

Vemos, por exemplo, quando o *hip hop* começa no Brasil, a criminalização do *hip hop*. "Não, essa música não serve" "Olha, o palavrão". Mas a escola não educa, e a educação que eles querem colocar para a gente é dizer que Duque de Caxias é o patrono do Exército brasileiro. E aí? Como? Só se a gente pegar e não caminhar pelas quebradas, para descobrir que Anhanguera não foi tudo isso, mas em toda capital brasileira a principal avenida é Duque de Caxias. "A qual senhor tu serves?" Essa é a pergunta que queremos fazer aqui. As pessoas falam que o *rapper* escreve letras gigantescas, mas é porque nunca tivemos oportunidade de falar neste Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Governo/PT – ES) – GOG, permita-me interromper você.

O SR. GENIVAL OLIVEIRA GONÇALVES – Claro, Professora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Governo/PT – ES) – Sabemos que você tem um horário aqui e que você tem um programa, mas estou sendo solicitado aqui, com muita alegria – imaginei que você já fosse fazer isso –, que você cante para nós. Aproveitar o seu tempo, para fazer uma apresentação. É possível?

O SR. GENIVAL OLIVEIRA GONÇALVES – É possível. Hoje é possível, até porque a Mesa...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Governo/PT – ES) – Sem prejudicar a sua fala, sem prejudicar o seu raciocínio, dentro do tempo que você tem.

O SR. GENIVAL OLIVEIRA GONÇALVES –... me concedeu o acesso à oportunidade, porque, muitas vezes, não temos a oportunidade de falar, até porque, por exemplo, sou considerado um poeta do *rap* nacional. Mas, na realidade, a música, essa estratégia da música é simplesmente uma armadilha para trazer para esta discussão importante aqui.

O Brasil precisa muito mais, Professora, e eu queria dizer para você que o Juventude Viva nasce Juventude Negra Viva. Ele nasceu Juventude Negra Viva, mas o racismo institucional, a disputa política já tirou e colocou Juventude Viva, que se parece com os caras-pintadas. Fica parecendo cara-pintada para mim. Aquele discurso, sabe? Porque as balas para nós não são de borracha. As balas são de verdade, as balas machucam. *(Palmas.)* Elas não simplesmente machucam; elas machucam não só nosso corpo, mas o corpo de toda uma história, de toda uma mãe, de toda uma caminhada, e há quanto tempo... Quando Racionais cantou "uma semana depois chegou o *crack"*, era início dos anos 90, mas a política pública não ouviu. Exatamente porque acontece o que o Professor Jacobo disse: que famílias atingiam? Eu pergunto para os meninos: "Será que existe o bom policial?" E eles sempre apontam: "GOG, meu primo é um bom policial". Mas temos de entender que existe ser humano, instituição polícia, de onde sai um policial.

Então, não podemos pensar no nosso irmão, no nosso primo, no negro ou na negra que está entrando na instituição. A polícia foi criada para proteger a propriedade, Professora. Ela não foi concebida... As brigadas

militares quando nascem, elas nasceram para proteger o ouro do rei, certo? Ele não colocou para trazer o nosso diálogo. Quando dizem que o gigante acordou, estão mentindo de novo, porque o gigante acorda cedo todo dia, às 5 horas da manhã, para caminhar por esse Brasil de ponta a ponta e fazer este Brasil.

Agora, temos um Brasil que discute políticas públicas em que as armas são contabilizadas no PIB, mas as pessoas que morrem vitimizadas por essas armas não são contabilizadas, porque elas poderiam produzir também para este Brasil.

Então, qual Brasil é este? Eu vim perguntar, como negro, como periférico, como cantor de *rap*, como letrista, mas como brasileiro! É preciso um pacto social no Brasil no sentido de romper essa mesmice que vem, porque o opressor está aí todo dia. Enquanto estamos conversando aqui, os Conte Lopes da vida estão matando em todas as esquinas, certo? Enquanto estamos aqui discutindo simplesmente a palavra, enquanto a verba não chega, porque o decreto, a lei, a 8. 666 não produz a sua eficácia no dia a dia, os meninos estão se acabando. E se acabando entre si, mas o *rap* está lá. O *rap* está lá, a música negra está lá, e é por isso também que existe a criminalização do *funk* hoje, porque as pessoas falam do *funk*. "Ah, mas o *funk* tem palavrão", mas todo mundo gosta do que o *funk* coloca. Mas a hipocrisia do Brasil impera, e todo mundo só quer o quê? Entre quatro paredes ou, então, nas suas festas reservadas.

O que eu quero dizer é que o *funk*, o *rap*, a literatura negra, a literatura divergente e divergente tem criado uma nova forma de se trabalhar o Brasil no Brasil de verdade em que a gente vive. Não é o Brasil do faz de conta. As periferias brasileiras jamais serão as mesmas. Nós continuamos numa luta contra a vitimização, mas nós sabemos hoje o caminho das pedras. Nós sabemos hoje por que acontece.

Antigamente, pensávamos simplesmente: "Por que aconteceu? Por que com a gente?". E todo o mundo culpava desde a santa ao prefeito. Mas não é. Não é isso. Existe um plano bem-bolado. Existe uma máquina de matar e de moer gente. Nós não somos excluídos. Nós estamos mal-incluídos, porque essa máquina chamada capitalismo, que falam que é "capetalismo" também, não exclui ninguém, mas inclui da forma que quer.

E é chegada a hora de nós, brasileiros e brasileiras, percebermos que não vai dar, porque a gente vai se encontrar no sinal, entendeu? Se não vai vir por bem, vai vir por mal. Vai vir por mal. Quando percebemos aqui..., e o Mapa está aí para mostrar para vocês que não há política pública que possa romper logo com o racismo e o preconceito que acontece, porque, desde... Eu tenho uma professora que fala: "GOG, quando eu era empregada doméstica eu falava: estuda, estuda que vai acabar". Hoje, ela é pós-graduada, doutora, e não acabou. Não acabou. Ela fala: "GOG, à medida que vamos andando, quando falamos de ações afirmativas no Brasil, quando você fala em pós-graduação, em doutorado, aí some... Este 1%, 2% que vocês falam que chegam à universidade vão para 0,000000001%". E ninguém discute isso. E este Brasil do faz de conta fica imperando, e lá na rua a guerra está...

Esses números aí são pessoas, são famílias, são irmãos e irmãs, são crianças, são bebês. Professoras, o menino de 15 anos que está hoje sendo vitimizado, há seis anos, era uma criança de nove anos.

Nós temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que a toda hora atacam, mas que não é aplicado na sua voracidade, na sua verdade e na sua vontade de ser feito. É impedido, é impedido.

Mas aí, depois, você pega vários Deputados e até Senadores, patrocinados por essa gangue que vende a arma do Brasil, porque a arma, já descobri isso, é o microfone, a mente, é a possibilidade de falar. É a possibilidade de você chegar, colocar-se e discutir. Mas eles, não, porque os filhos deles não são vítimas. Eles moram onde? Eles falam, e vocês podem perceber que eles falam, falam, falam e depois: "Gente, estou indo para outro lugar, porque tenho uma discussão". Nunca ficam até o final para ouvir a gente, porque nós somos os últimos a falar. Muitas vezes, as pessoas que têm de aparecer nas fotos não somos nós. Nós aparecemos nas fotos dos jornais, nós aparecemos nos diários populares da vida.

É preciso extinguir também junto esses jornais de R$0,50 que poluem a mente dos meninos, certo? É preciso ter comunicação, mas com comunicabilidade. Inclusive a televisão nunca foi um meio de comunicação, assim como a Rede Globo nunca colocou... Dizem que é uma concessão pública, mas nós não temos uma data e um horário em que essa concessão é renovada no Brasil. Então, que dia é? Por que eles não participaram da Confecom (Conferência Nacional de Comunicações)? Por que eles foram lá simplesmente e colocaram as ordens "Não, isso aqui não serve para nós", exatamente com todos nós lá, trabalhando, como o Enderson sabe, que a mídia periférica não teve vez, mas nós somos a 10.639 ambulante. Estamos caminhando. Enquanto ela não está instituída nas quebradas, enquanto não está nas escolas, enquanto o ensino da música não está sendo colocado, estamos trabalhando e repensando, através do *rap*, o modo de fazer e a indumentária brasileira. Esse é nosso estilo. Essa é nossa voz. Não vai mudar. Somos incansáveis.

Somos imbatíveis. Somos a maioria dessa comunidade, a maioria dessa população. Trabalhamos no Brasil.

A minha cota, professora, não quero só em ações afirmativas. Eu queria em dinheiro, mas vocês não têm, vocês não querem me dar o dinheiro. Vocês não querem me dar o meu espaço. Então, tudo bem, vêm as cotas, mas a primeira cota que eu queria é em dinheiro, porque todo mundo que muitas vezes não defende as ações afirmativas não lembra que, quando assina três meses de carteira, se o patrão mandar embora, ela vai à Justiça trabalhista querer todos os seus direitos. Ele vai querer décimo terceiro, ele vai querer abono de férias, ele vai querer tudo o que a lei coloca. Agora, depois, depois de 352 anos, vem dizer: "Não, está aí". Não deram terra, não deram cavalo, não deram espaço. Produziram esses mapas, porque eles são os grandes construtores desses mapas aí. E essa máquina de moer gente vai nos colocar sempre; "Olha, GOG, você está falando, mas dessa forma você não podia colocar. Você está sendo muito duro". "Olha, GOG, você é muito complicado. Por isso, o *rap* não vai para frente." "GOG, GOG, diminua a letra, mude o tema e vá para a Rede Globo. O Brasil vai te fazer mais conhecido. Você vai fazer sucesso, vai vender mais CDs, vai vender mais DVDs", e o Brasil vai continuar, por outro lado, esbranquiçado, da forma que está aí, um Brasil que não se reconhece com sua cara. Este Brasil, não!

Então, quer dizer, no Brasil, quem tem valor não tem preço. E quem não tem preço tem de se acostumar com a rebeldia, como diz o Prof. Carlos, e com a solitária. Então, quer dizer, se você não repensar sua forma de pensar, se não entendermos que a indústria só o entende como valor, como espaço para que ela lucre acima de você várias vezes, diante do que você realmente tem valor, você nunca vai entender que é um plano bem-bolado. E é preciso, é preciso; é uma questão vital, visceral; não é simplesmente poesia.

Temos de transformar, por exemplo... UPP é o que, Professora? Unidade... Eu sou o povo, então posso ser o que quero. UPP vai ser Universo Preto Paralelo. Vão ser Unidades de Poesia Periférica. *(Palmas.)* Unidades de Poesia Periférica. Então, os territórios, as nossas faixas de Gaza que criaram aqui, as favelas, são os nossos territórios ocupados também, mas ocupados por nós.

Então, a partir do momento em que a educação e a cultura fizerem um binômio, quando eles fizerem um crescimento, aí, sim, aí muito mais do que editais...

Professora, por favor, Profª Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim?

O SR. GENIVAL OLIVEIRA GONÇALVES – A senhora é Senadora, mas só para dizer para a senhora que é preciso transformar os editais em é de todos e todas. Editais já estão apontados. O Brasil dos editais aponta apenas 20%, por exemplo, da classe artística. Oitenta por cento não sabem preencher esses papeis complicados que estão aí. Então, o extermínio da juventude negra acontece também desta forma, quando não temos acesso e o acesso ao revólver, à arma, está muito próximo; o acesso à droga está ali. Eu falo para os meninos todo dia na quebrada em Águas Lindas, no Recanto e em Samambaia, que eles só precisam de um motivo. Eles só precisam de um motivo, sabe?

Então, quando nós pegamos e privilegiamos, quando todo mundo aqui vem e coloca – nós estamos com tênis de 400 contos – sapato mocassim, isso também é agressão, isso é uma forma de extermínio, porque o moleque vai querer ter também. Então, o capitalismo é o gigante do pé de barro. Se você patrocinar o capitalismo, não adianta ter mesas, não adianta ter debates. A gente tem que desconstituir. Nós temos que nos desintoxicar no sentido de dizer: é preciso de outro Brasil, mas construído interiormente. Esta talvez seja a Comissão interior dos direitos humanos, e não só dos humanos direitos, como eles querem.

Eu poderia falar horas aqui, mas as palavras que virão talvez sejam até mais profundas do que as minhas. Quando a gente fala da Débora, a Débora não é simplesmente uma pessoa que está aqui. A Débora, todo dia, quando ela levanta, ela fala: "A minha luta é por você, meu filho." Quando ela olha para cima, ela não faz simplesmente uma referência a todos e a todas. Ela faz referência ao filho que foi simplesmente exterminado e arrancado dos seus braços, mais uma vez dizendo, na sua fase mais produtiva para este País.

É preciso refundar tudo neste Brasil, inclusive nossos corações. A primeira coisa a ser refundada é os nossos corações, porque depois que sai daqui, depois que passa o efeito desta droga chamada amor, aí todo mundo sai para o dia a dia: "Não, é isso mesmo, mas os moleques estão dando motivo." "Ah, estou cansado da quebrada."

Olha, essas ONGs que chegam aí chegam ao centro comunitário, mas não vão à esquina: "É o que a gente tem." Poxa, o Juventude Negra Viva, que foi transformado em Juventude Viva, está legal, mas e aí? Qual será a evolução disso realmente no dia a dia? É a minha pergunta. É a minha pergunta do dia para todos vocês presentes e para os ausentes também, porque nenhuma revolução começou pela maioria. Outra coisa, para fazer revolução, arranca o R, coloca no bolso, guarda o R no bolso. É preciso evolução. As pessoas querem evoluir o Brasil, revolucionar o Brasil, sem evolução, sem melhorar, sem buscar, sem andar.

Visitem Águas Lindas. Águas Lindas é uma cidade, professora – o nome é muito lindo, Águas Lindas, há pessoas lindas lá –, que não tem calçada, 80% dela não tem asfalto, mas já tem dois presídios de segurança máxima. E a maioria é negra; juventude negra. Como dizem os Racionais: "Nossos motivos pra lutar ainda são os mesmos. Então, quando o dia escurece, só quem é de lá sabe o que acontece." É isso!

Eu fico muito emocionado porque vêm à mente quantos parceiros e parceiras! Eu estou gravando um filme agora, fazendo a trilha sonora de um filme da Diretora Núbia Santana, chamado a Pedra do Mal, que deve ser lançado agora, em breve. A Pedra do Mal relata o *crack* no DF e no Entorno. Das pessoas entrevistas, uma dezena dos moleques que estamos entrevistando em dois anos já foi morta, assassinada. Nós estamos perdendo esses protagonistas. Cada moleque talentoso, sabe? Aí eu não aguento. Daqui a quanto tempo vai ser aprovado? E se não for aprovado aqui, volta para a Câmara dos Deputados, serão mais dez anos!

Brasil, por favor, vamos trabalhar! Senadores, Deputados, com todo o respeito a todos àqueles que trabalham, aos que atrapalham, nós estamos de olho em vocês. Em 2014, haverá eleição neste Brasil e nós queremos realmente botar este Brasil de cabeça de baixo, porque, do jeito que está, não dá.

São as minhas palavras. Obrigado. Eu falo pelos moleques, pelas meninas, por todos aqueles que não têm voz. "É nós, depois de nós, é nós de novo." Obrigado de novo. E não teve poesia. A poesia foi essa aí dura e crua.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, GOG. Obrigada pela sua presença.

Quero dizer para você, GOG – eu não lhe conhecia, estou lhe conhecendo hoje –, que a Comissão de Direitos Humanos está inteiramente à disposição da juventude, em particular a daqui do Entorno, porque você também representa essa juventude com quem você atua. Está à disposição de todas as entidades e do próprio Governo com relação a isso.

GOG, numa próxima ocasião, nós traremos você aqui para você possa também demonstrar o seu potencial artístico.

Muito obrigada pela presença.

O SR. GENIVAL OLIVEIRA GONÇALVES – Eu agradeço e deixo com meus amigos e amigas a palavra.

O Espírito Santo também sangra todo dia, não é, parceiro? Claro que a Juventude Negra está totalmente envolvida. Vou estar em breve lá e a gente vai discutir acaloradamente esse tema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, muito obrigada.

Eu sou do Espírito Santo e quero lhe ver lá, então. Muito obrigada pela presença.

Vou pedir à Senadora Lídice da Mata para presidir a reunião. Eu não vou poder ficar até o final, porque tenho uma viagem agora, mas quero aqui agradecer a presença de todos vocês. Infelizmente, não vou poder escutar o Lula, não vou poder escutar o Enderson nem a Débora novamente. Mas, depois, eu terei acesso à gravação e vou poder ouvir atentamente cada um e cada uma de vocês. Então, solicito à Lídice que ocupe aqui a Presidência.

A SRª ÂNGELA GUIMARÃES – Senadora, vou pedir licença também para me despedir e solicitar a um dos membros do GT Juventude Negra do Conjuve que possa tomar assento aqui, por favor, em meu lugar.

Um excelente debate para todos nós. Com licença.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Dando continuidade, substituindo aqui, obviamente sem a mesma competência, a Senadora Ana Rita, a nossa Presidente – vocês vão se acostumando com essa metodologia de funcionamento do Parlamento, em que todos estão sempre fazendo mais de uma coisa e às vezes alguns viajam –, passo a palavra, então, dando continuidade ao nosso trabalho e desejando uma boa viagem a nossa Presidente, ou Presidenta – a gosto – , ao Enderson Araújo de Jesus Santos, Diretor Executivo do Grupo Mídia Periférica.

Diga aí, Enderson.

O SR. ENDERSON ARAÚJO DE JESUS SANTOS – Bom dia a todos e a todas!

Queria, primeiro, agradecer o convite feito pela Comissão de Direitos Humanos pela Ângela, do Conjuve; saudar a Fernanda Papa, a Senadora Lídice, o GOG, que teve que sair, o Prof. Mário Nélson, que se encontra por aqui em algum lugar, e a todos da Mesa e da Plenária.

Vou iniciar minha fala falando um pouco da história da Mídia Periférica, uma breve história da Mídia Periférica e dar uma entrada no tema Violência contra Juventude Negra.

Em 2010, eu recebi formação do Projeto Promovendo o Direito de Jovens, que foi instalado na minha comunidade, um projeto do UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas) em parceria com várias outras instituições. Entre as oficinas, havia O Direito Humano à Comunicação e A Produção de Audiovisual, ministrados pelo Instituto de Mídia Étnica. Havia outras formações, como Relação entre Pares, Direitos Sexuais e Reprodutivos, enfim, todos os direitos que nós jovens tínhamos, mas que para a juventude de periferia esse diálogo não chegava e ainda não chega.

Após essa formação – eu tinha largado o emprego para continuar no projeto –, eu voltei a procurar outro

emprego quando terminou o projeto. E, aí, o cara que estava me entrevistando gostou bastante do meu currículo e, no final, ele perguntou: "Onde você mora?". Eu falei: moro na comunidade Sussuarana. Ele: "Ah, Sussuarana! O bicho lá pega, hein? Consigo ver nos programas policiais que passam meio-dia [não preciso citar o nome, em todo o Estado tem esses programas]." Ele falou: "Vamos deixar para uma próxima oportunidade." Voltei para casa pensando, imaginando, ligando as peças do quebra-cabeça: o cara disse que eu não podia trabalhar na empresa dele, porque o programa tal falava que, na minha comunidade, só existe crime, marginalidade. Poxa, então, a mídia influencia de tal forma que nós, jovens de comunidade e negros, não conseguimos ter acesso a várias outras coisas, não só ao emprego. Várias outras oportunidades nos são negadas.

Começou a vir na minha mente aquela formação de direito humano à comunicação que eu recebi no Mídia Étnica. Como eu posso fazer para mudar e mostrar a minha comunidade com uma outra cara? Mostrar que na minha comunidade existem jovens com potencial. Comecei a fazer videoeslaides da minha comunidade mostrando coisas positivas: crianças jogando bola no final da tarde, as senhoras tricotando, os senhores jogando dominó, o pôr-do-sol – como vocês podem ver ali os "postais da periferia", que foi uma campanha nossa, com 16 postais; pedimos aos amigos que nos enviassem fotos pela rede social, Facebook – e fizemos o maior sucesso. Além das mídias nacionais, tivemos repercussão em 14 jornais holandeses, um jornal da Índia, rendeu uma matéria na revista de bordo da TAM, entre outros.

Começamos a mostrar a nossa comunidade com uma outra realidade em 2010. Não tínhamos nome; só tínhamos os vídeos na internet, no Youtube, mas não referenciávamos um grupo. Aí vimos a necessidade de mostrar que alguém fazia aquilo e aí nasceu o nome "Mídia Periférica". Falo disso para falar da importância dos projetos sociais dentro das comunidades. A importância que é o Plano Juventude Viva, de ele se instalar nos outros Estados. Pelo pouco que conheço do plano, em muitos Estados, há uma certa dificuldade, até por questões de financiamento, de verba – o plano não está instalado.

Então, trazer essa experiência do Mídia Periférica, para mim, é bacana, para mostrar às outras pessoas que há, sim, uma possibilidade de mudança quando se traz uma outra realidade para essa juventude. E o mais importante, Fernanda, é que, quando esse Plano Juventude Viva foi instalado nas comunidades, que haja um acompanhamento com esses outros jovens, esses jovens que vão estar lá, que sejam dadas oportunidades. Comigo, após o projeto, eu hoje tenho uma agenda megalouca. O Mídia Periférica tem três anos, mas ora eu estou em Salvador, ora eu estou em Brasília, ora eu estou em São Paulo, ora eu estou no avião organizando palestra. Então, eu quero isto para meus amigos também: que outros jovens, em vez de verem no caminho de casa para a escola ou de casa para o trabalho, o cara vendendo droga e pensar que a única saída é essa, eles vejam uma outra saída, que eles vejam referências.

Quando a gente fala sobre a questão do sensacionalismo midiático é porque nós, jovens de comunidade, temos como mentores a mídia, que é quem mostra o superjogador de futebol, o superartista e, aí, logo, o moleque, a menina querem ser parecidos com ele. Mas isso é uma coisa surreal. Digo que é surreal porque eu posso acreditar que a Fernanda é uma referência para mim, porque eu converso com a Fernanda e ela pode ser minha mentora, porque eu estou ali no diálogo com ela e ela pode dizer qual é o caminho. Mas o jogador de futebol, que está lá, qual a proximidade que ele tem comigo? Como é que ele vai poder me ajudar?

Então, parabenizo a SEPPIR, eu vi o edital ontem, eu estava olhando o celular e alguém me mandou o edital. Isso é superbacana para nós também, pois a Mídia Periférica não tem financiamento também, tudo que a gente faz é do próprio bolso, é financiamento do próprio bolso. Essa é uma oportunidade de a gente tentar algo.

Uma pequena crítica é que não seja somente financiamento voltado... que esse edital não contemple somente projetos que sejam para aqueles que fazem já a comunicação, aqueles que vão reverberar, mas aqueles que têm da educomunicação – isto é importante, a gente formar mais jovens comunicadores e que não sejam jovens comunicadores somente, mas que tenham uma outra formação. Isso é importante. Eu acredito muito que a comunicação seja a saída para essa juventude.

Dificuldade de financiamento nós temos. Hoje em dia, é alarmante. Todos os projetos que fizemos... fizemos um jornal impresso na comunidade que teve somente duas tiragens de 100. Era para ser de 15 em 15, a primeira tiragem foi depois de um mês e pouco, porque a gente comprou o papel ofício, pediu a um parceiro da comunidade para imprimir na impressora dele, diagramamos todo esse jornal em quatro laudas no programa Word e, quando fomos imprimir, no primeiro dia imprimiu 10 e a máquina parou; se foi imprimindo depois de 10 dias; e a gente conseguiu imprimir e, depois da segunda tiragem, a gente viu a dificuldade. e decidimos correr atrás de um financiamento.

Só que como o GOG falou, em vez de editar, a gente tem que ser editores, porque, como ele citou outros artistas, nós também não temos essa facilidade de ler o edital e preencher toda aquela burocracia que existe ali.

Uma outra dificuldade é que nós, jovens, temos uma certa dificuldade... não sei se todos conhecem o René Silva, lá do Rio de Janeiro, jovem que tuitou aquela invasão no Complexo do Alemão e ficou muito famoso. Somos amigos e estamos querendo criar uma rede de juventudes de periferias e favelas do Brasil, porque a gente acredita que temos que massificar isso. Só que a gente criou uma agenda há um mês em que a gente ia se reunir lá no Rio de Janeiro com outros núcleos de jovens, de juventudes de periferias e favelas, no início da semana que vem e, até o dia de hoje, a gente não conseguiu financiamento para uma passagem para ir ao Rio de Janeiro e estar junto com eles. Mas não tem problemas, nós, jovens, temos uma certa facilidade e a gente, que manuseia as tecnologias, dá um jeito para tudo. A gente abre o Skype, bota a transmissão para rodar...

A Bahia é outro Estado que tem esse pacto, que é o pacto pela vida, que eu ouso chamar em pacto pela morte. O pouco que eu escutei falar sobre o pacto, no seu descritivo, diz que tem que haver ações voltadas para a comunidade onde estão instalados. Só que o que a gente vê são mais viaturas para a polícia, mais armamentos. A comunidade não é violenta, a comunidade é violentada. É a polícia entrando na comunidade de forma arbitrária, agredindo a juventude. Eu fui agredido já uma vez. As bases comunitárias de segurança, como chamamos lá em Salvador – não são UPPs, são as bases comunitárias de segurança – são instaladas nas comunidades de uma forma desrespeitosa. Ela entra na comunidade, a exemplo da Comunidade do Uruguai, onde ela chegou, foi instalada numa praça esportiva, o único local de lazer da comunidade e pronto, está resolvido o problema da comunidade, que é a segurança.

Por isso eu vários momentos eu ouso a dizer que – eu falo isso na comunidade –, quando a gente fala que quer segurança pública a gente não tem que falar do tráfico, a gente tem que olhar o problema: por que o moleque está na boca de fumo vendendo droga? Por que ele está saindo para roubar? Porque ele não teve oportunidade antes; porque as políticas públicas do nosso governo não entraram antes. Então, sobra o tráfico de drogas.

Como o GOG falou, o moleque canta lá a sua música e tem que preencher um edital para ele receber uma certa verba, mas no tráfico ele não precisa preencher nada para pegar na arma, para vender, para ganhar R$600,00 por semana. Para ele aquilo é muito mais fácil do que ir cantar música dele lá e preencher um edital. E além do problema que é preencher o edital, enviar, receber de volta para enviar de novo é quando vai se receber esse dinheiro do edital. Esse é um outro problema, porque eu acompanho amigos de Salvador que fazem *shows* lá para a Secretaria de Cultura.

E trago um exemplo bem vivo. A semana baiana de *hip hop*, em Salvador, foi o maior evento de *hip hop* no ano passado no Brasil. Os meninos produziram uma comunicação impecável, vieram receber parte do valor na sexta-feira e evento começava na segunda-feira. O evento começava na segunda-feira e ele recebeu a primeira parcela do edital numa sexta-feira. E vieram receber a outra parte bem depois.

Eu não sei se este ano vai acontecer novamente a semana baiana de *hip hop*, mas isso também é uma violência contra a juventude. Exterminar a juventude negra! Por que quem é a maioria que adere ao segmento *hip hop*? É a juventude negra periférica. E aí, quando se barram essas atividades, também se barra que essa juventude vá para esse caminho.

Eventos de pagode na cidade recebem milhões, cobram ingresso e ainda recebem milhões. Aí vai olhar a letra do pagode! A juventude negra também está presente nesses espaços, mas não há uma discussão de como usar esses artistas do pagode para trazer essa discussão. Por que não "vamos mudar as letras. Vamos tentar ser mais concisos?"

(Soa a campainha.)

O SR. ENDERSON ARAUJO DE JESUS SANTOS – Indo para o final.

As dificuldades de acesso ao poder que nós temos. Eu moro na Sussuarana, que é a comunidade mais próxima do Centro Administrativo da Bahia. O centro é na Sussuarana e a gente se pergunta: "Como é que a comunidade ao lado do Centro Administrativo está de uma forma dessa?" Existia uma escola na comunidade, a escola São Daniel Comboni. Até ao final do ano passado, até meio deste ano, o governo tinha alugado esse espaço e o dono estava pressionando a escola para devolver. Havia acabado o contrato e os alunos teriam que sair no meio do ano letivo para entregar o espaço da escola. Para onde iriam esses alunos?

A comunidade reunida conseguiu pressionar os órgãos competentes e conseguimos o espaço, que hoje é da escola.

Com essa dificuldade de acesso ao poder, é superbacana para mim estar aqui, para falar sobre a minha comunidade, mas é superbacana levar também para minha comunidade. Foi isso que a gente fez há 15 dias quando levamos a nossa Senadora Lídice à

comunidade para discutir com os jovens da comunidade sobre educação, política e comunicação. Aí eu trago um problema, que também é essa limitação, é esse descaso com o que é prioridade na comunidade.

Nós, do Mídia Periférica, organizamos todas as atividades que iriam acontecer dentro de uma escola municipal em um sábado à tarde; na sexta-feira, no final da tarde, a diretora da escola me liga para falar que o evento não poderia acontecer lá. Aí eu disse que a Senadora estava indo para conversar com os jovens da comunidade. E ela disse: "Não posso fazer nada, não teremos segurança trabalhando amanhã. Vamos deixar para uma próxima oportunidade." Como se a agenda fosse simples assim: "Fala com ela que ela marca uma outra oportunidade."

Como a gente entendia que a atividade era muito importante, conseguimos remanejar para um outro local da comunidade, conseguimos fazer uma comunicação para que as pessoas fossem para esse outro local. Não tivemos sucesso no público, mas fizemos.

Para finalizar a minha fala, eu gostaria de deixar também uma pergunta para vocês: onde estão os nossos amarildos? Os amarildos do nosso Brasil, não somente na favela da Rocinha! Aquilo foi o desencadeamento para que nós, a sociedade, abrisse o olho, para olhar os outros amarildos que somem, nas outras periferias. Que são buscados em suas casas, são levados para outros locais, são exterminados e muitas vezes suas famílias não encontram os corpos. Então, era isso que eu queria dizer. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Muito obrigada, Enderson. E mais uma vez parabéns pelo Mídia Periférica.

Vou passar a palavra, agora, para Lula Rocha, que é Luiz Inácio Silva da Rocha.

O SR. LUIZ INÁCIO SILVA DA ROCHA – Isso. Bom dia a todas as pessoas que estão aqui acompanhando e às que também acompanham pela TV Senado.

Primeiramente, agradeço a oportunidade de estarmos aqui fazendo esse debate. A Comissão de Direitos Humanos do Senado é uma Comissão que sem dúvida virou uma trincheira da luta pelos direitos humanos. Sempre foi, mas em tempo recente vem ainda mais próxima dos movimentos sociais.

Na pessoa da Senadora Ana Rita, deixamos aqui essa saudação e esse reconhecimento de quanto esta Comissão vem pautando temas extremamente importantes para a sociedade brasileira e para os segmentos sociais que lutam por direitos.

Também saúdo o Conjuve não só na pessoa da Ângela, que estava aqui, e do Alessandro, que é o atual Presidente, mas de todos os membros que estão aqui hoje, principalmente do GT de Juventude Negra.

O Conjuve é um espaço que vem mostrando um protagonismo, que vem revolucionando o que é ser conselho neste País. É um Conselho atuante, protagonista, que além das suas demandas internas de organização, de contribuir com a política pública de juventude, vem pautando grandes debates para a sociedade brasileira. Então, deixo aqui a minha saudação especial tanto para a Comissão quanto para esse Conselho.

Primeiro me situar. A gente representa aqui o Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo. A gente vem lá daquela terra, uma terra que infelizmente, como foi muito bem colocado aqui, figura entre os principais Estados no *ranking* de violência; somos o segundo no *ranking* de homicídios; somos também o segundo em termos da violência contra a juventude, contra a juventude negra. Somos os primeiros, infelizmente, na mortalidade das mulheres. Então, a gente fala um pouco desse cenário.

É um cenário não muito distante em que tivemos presos esquartejados, presos vivendo em *containers* e que foi alvo de uma denúncia aos organismos internacionais. Por esse quadro de violação, o Espírito Santo também, infelizmente, responde uma ação da OEA em relação às violações ocorridas no seu sistema socioeducativo.

Mas no que pese a gente ter todo esse quadro de violação e falar desse quadro de violação, também temos, no nosso Estado, um movimento social atuante, aguerrido. A gente, enquanto juventude negra, desde 2007 está pautando esse debate contra o extermínio da juventude negra através de uma campanha lançada em maio de 2008, e de lá para cá vimos conseguindo travar esse debate tanto com a sociedade quanto com o Poder Público, de modo a impulsionar políticas que possam reverter esse quadro. Então, deixo aqui essa primeira constatação de quanto, de onde a gente está falando, é importante estar aqui hoje contribuindo com esse debate.

Como foi colocado anteriormente, não estamos falando de algo novo. A tentativa de eliminação do povo negro no nosso País remonta a tempos anteriores, no que pese termos essa série de dados que foram colocados muito bem pelo Prof. Júlio, que remontam de quando conseguimos ter dados estatísticos para comprovar isso. Mas se formos analisar fatores históricos, veremos que a população negra sofre uma tentativa de eliminação que vem de muito antes.

Como foi colocado muito bem pelo GOG, desde quando a abolição foi assinada no nosso País, ou quando disseram que a abolição foi instituída no nosso País, a população negra infelizmente amarga indica-

dores socioeconômicos extremamente indignantes, revoltantes, e infelizmente esse quadro perdura até hoje.

Então, é importante situarmos que essa tentativa de eliminação do povo negro não remonta aos dias atuais. Porém, como foi colocado, vivemos, na atual conjuntura, um quadro totalmente alarmante. Dados também foram mostrados em que a juventude negra vem sendo dizimada, eliminada, em todo momento, nas nossas periferias, nos becos e vielas do nosso País.

Essa situação, infelizmente, também ainda não consegue fazer com que a maioria da sociedade se coloque contrária, de forma a se opor a esse quadro de morte e extermínio. E é nesse contexto que eu afirmo a estratégia de lutarmos por políticas públicas, pela visibilidade desse problema.

Como bem colocou a Ângela Guimarães, através do Encontro Nacional de Juventude Negra conseguimos construir uma síntese e posteriormente conseguimos pautar esse debate em diversos espaços, com destaque para a Conferência Nacional de Juventude. E de lá para cá, a luta insistente para que essa bandeira entrasse na agenda nacional foi uma das principais estratégias encampadas pela juventude negra.

Eu acho que hoje, como também já foi abordado aqui nesta mesa, o ineditismo do Juventude Viva deve-se a esse engajamento da juventude negra brasileira, a todo esse empenho e conjunto de esforços que foram empreendidos por diversas organizações, por diversos jovens dispostos a mudar esse quadro.

Obviamente, essa luta não é de agora. Todo movimento negro já vinha pautando essa questão há algum tempo. E outros movimentos também se somaram a essa luta. Portanto, consideramos que reafirmar a juventude enquanto sujeito de direitos, através de ações específicas, pode garantir que consigamos estabelecer novas perspectivas para esse segmento. Aí, também, colocando a juventude negra como protagonista, com seu poder.

Entretanto, como a Senadora muito bem já colocou aqui, para além de reafirmarmos a juventude negra como sujeito de direito através de ações específicas de políticas públicas, precisamos enfrentar alguns temas que estão colocados na sociedade que se não conseguirmos superar, muito pouco vai mudar.

Um dos primeiros grandes temas que eu trago aqui é a questão da redução da maioridade penal e o encarceramento em massa da nossa população, porque, infelizmente, a juventude negra figura como principal vítima também.

A gente vive tentativas protagonizadas por esta Casa Legislativa de ataque aos direitos conquistados pelo conjunto da sociedade brasileira no que tange à redução da maioridade penal e aos direitos humanos das nossas crianças e adolescentes. A gente sabe que por detrás disso existe uma tentativa não só de redução de direitos, mas uma tentativa de aumentar o alcance penal sobre a população negra, sobre a nossa juventude, que, infelizmente, já sofre com as cadeias superlotadas, torturas e maus tratos, cotidianamente, nas penitenciárias do nosso País.

Então, a gente sabe que o que está por trás dessa proposta de redução da maioridade penal não é a redução da violência, não é o enfrentamento da violência, mas, sim, aumentar o alcance do Estado penal e nesse sentido fazer com que a nossa juventude ocupe mais espaço, ocupe a sua cota quase máxima dentro do sistema prisional, dentro das cadeias brasileiras, o que, diga-se de passagem, vem contribuindo para que grandes setores da nossa sociedade consigam obter lucros através da construção de presídios, de venda de sistema de vídeomonitoramento e outras coisas.

Precisamos denunciar esses Senadores ou outros setores da sociedade que defendem essa medida. Quero dizer que, na verdade, o que se busca é uma perpetuação dessa política de encarceramento, é aumentar a seletividade do Direito Penal e encarcerar ainda mais a nossa juventude negra.

Outro grande tema que a gente precisa colocar, que a Senadora muito bem já introduziu, diz respeito à política de drogas no nosso País. É inconcebível a gente presenciar essa política, essa guerra às drogas como vem sendo travada pelo sistema de Justiça e segurança em nosso País. É uma coisa ilógica entender que se busca proteger a saúde pública com tantas mortes que gera o tráfico de droga. A gente não pode conceber que, ao tentar proteger uma dita saúde pública, o sistema de Justiça e segurança em nosso País produza tantas mortes como se produz com essa guerra às drogas. Mata-se muito mais com a tentativa de reprimir o comércio varejista de drogas e entorpecentes do que com pessoas que morram em decorrência de qualquer complicação advinda do uso abusivo de drogas. Então, existe uma questão que foge à lógica você enfrentar as drogas, enfrentar a questão que diz respeito à política sobre drogas nessa lógica da guerra, nessa lógica da repressão.

A gente precisa denunciar isso, porque isso, infelizmente, vem causando a maioria das mortes da nossa juventude. A nossa juventude que não vê perspectivas para além do envolvimento nesse comércio varejista de entorpecente.

Outra questão também colocada que a gente precisa lidar, discutir e aprofundar o nosso debate – acredito que a Débora, com muito mais propriedade vai colocar essa questão aqui – é a desmilitarização da Polícia Militar. Tramita no Congresso Nacional um PL

que diz respeito ao fim dos autos de resistência, que a gente considera um absurdo, a gente considera um legado do período da ditadura militar. Mas, para além dos autos de resistência, a gente vê o quanto que a polícia, no seu cotidiano, é arbitrária, o quanto que a polícia infelizmente, como instituição, viola os direitos humanos, o quanto a polícia vem se colocando contrária a avanços democráticos que a nossa Nação vem tendo nos últimos tempos.

Então, a gente precisa travar esse debate a respeito da desmilitarização da Polícia Militar. Precisamos discutir um outro modelo de segurança que passa por essa questão, que passa pela participação social, que passa por uma discussão mais profunda a respeito dessa instituição secular no nosso País. E aí fica uma proposição, Senadora, acho que a gente precisa, como Comissão de Direitos Humanos, debater essa proposta de desmilitarização da Polícia Militar. E aí fica uma proposta objetiva aqui para que a gente possa voltar em outra oportunidade para debater especificamente esse tema, porque a sociedade precisa avançar nesse debate, nessa discussão. Muito já se produz, no âmbito dos movimentos sociais, mas a gente ainda não encontra espaço para debater, para aprofundar essa discussão. Fica aqui essa proposta objetiva de a gente promover uma nova audiência pública para discutir a desmilitarização da Polícia Militar.

Enfim, é um pouco disso que a gente gostaria de contribuir nesse momento, em que pese os avanços que a gente vem conseguindo obter com muita luta, com muito engajamento do Movimento Negro, em especial a Juventude Negra, com essa nova possibilidade de nos afirmar como sujeitos de direito. Mas, para além disso, a gente precisa enfrentar esses outros grandes temas, a gente precisa garantir que toda essa trajetória possa se consolidar em transformação real, possa se consolidar em um legado que a gente não perca com a passagem de governo, mas que se perdure, que se consolide para o conjunto da Nação, para que a gente possa avançar na defesa da nossa vida, na defesa da vida da juventude negra brasileira.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Obrigada, Lula, por sua contribuição. Tenha a certeza de que nós vamos encaminhar essa proposta de audiência pública. Eu própria já tinha um requerimento pronto e o trarei, já incorporando-o à fundamentação da sua proposição também.

Obrigada.

Vou chamar agora a nossa última palestrante, a Srª Débora Maria da Silva, Coordenadora do Movimento Mães de Maio.

A SRª DÉBORA MARIA DA SILVA – Bom dia a todos e a todas!

Quero agradecer, em nome do Movimento Mães de Maio, a nossa presença aqui nesta Comissão. Esta audiência foi praticamente provocada no Espírito Santo, oportunidade em que eu participava de um seminário. Quero também agradecer à Fernanda por ter colaborado com a nossa vinda aqui, ter articulado junto à Conjuve, e também a todos da nossa Mesa, uma Mesa produtiva, uma Mesa que me alimentou com dados significantes. Os dados que o Prof. Júlio trouxe aqui, eu estava conversando com os meus companheiros GOG e o Lula, dizendo que os mortos têm voz. Eu disse que essa audiência aqui no Senado era a voz dos mortos. Os mortos têm voz, porque eles deixaram as mães órfãs. São as verdadeiras vítimas desse Estado terrorista, que produz em nossa periferia, na nossa favela, o terrorismo.

E é desse terrorismo que eu vim aqui falar, por ser mãe de vítima. Um trabalhador empobrecido, um gari, que foi executado nessa faixa etária! O programa vem trazendo o combate ao extermínio da nossa juventude. Ele tinha 29 anos, sete anos de carteira fichada, mas não teve o direito de viver. Eu estou aqui falando por vidas, vidas humanas. Não é discurso, porque eu não consigo fazer discurso escrito. Eu faço discurso de dentro da minha alma.

Precisamos, sim, emplacar verdadeiramente o PL nº 4.471, que é o grito da vida da nossa juventude, a vida do meu filho, que foi banalizada. Ele não teve o direito nem da Justiça.

O Movimento Mãe de Maio foi criado em maio de 2006, mas sequer 1% da população sabe o que significa Mãe de Maio. O Estado de São Paulo, através de suas instituições policiais, matou, num espaço de uma semana, mais de 600 jovens, fora os amarildos. O Estado de São Paulo achava que tinha o poder de exterminar e ainda ocultar os cadáveres, pelos quais mães, pais e familiares procuram pelos seus amarildos. É dessa cultura que eu, aqui estou falando: a cultura do extermínio, a cultura do desaparecimento forçado. Amarildo, da Rocinha, é a ponta do *iceberg* de uma cultura que vem lá do tempo que não conseguiram fazer, passar a limpo, porque acabaram anistiando os torturados e a gente não aceita.

O Movimento Mãe de Maio quer passar a limpo o que foi a ditadura. E ela continua perpetuada em nosso País. E o alvo principal são os jovens, negros, pobres, periféricos. Democratizar a mídia. A mídia também é uma protagonista do extermínio da nossa juventude, porque a gente tem uma mídia capitalista, e nós queremos uma mídia alternativa. Ela está na vez, como dizem os meninos. Ela é a bola da vez. Ou

a mídia deixa de ser bandida, ou ela vai ficar sendo a mídia velha, porque nos queremos a alternativa, a mídia alternativa que é a verdadeira, porque ela não produz extermínio, ela produz solução. Temos que dar oportunidade. E a juventude ela emplacou. Essa juventude que está gritando, que foi para as ruas em julho. Mas ela nunca dormiu, porque a juventude negra, pobre, periférica nunca dormiu, porque o Estado nunca deixou; o Estado nunca deixou.

Quando a gente vê que temos uma política de extermínio em nosso País que produz medo velado, que criminaliza os movimentos sociais, o Plano Juventude Viva é bem-vindo, mas a juventude quer viver! Quando o Governo apresentou o programa Juventude Viva, eu falei que ela está viva, mas agonizando; ela quer viver e que seja bem-vindo esse programa!

Mas a gente tem de fazer muito mais. Para poder combater a violência em nosso País, a gente tem de começar lá por cima. E qual é esse começo? O fim dos autos de resistência e a resistência seguida de morte, porque no Estado de São Paulo é resistência seguida de morte. Eles o aprovaram, mas também estão com outras práticas abusivas. Tudo agora é tentativa de assalto, e eles matam os meninos; tudo é tentativa de assalto. O *modus operandi*, eles mudaram, mas nós, mães, estamos de olho, porque nós somos as verdadeiras vítimas direta e indireta desse extermínio.

A desmilitarização das polícias. A gente tem que desmilitarizar as polícias. Nós não acreditamos que estamos vivendo num País que diz que é democrático e a gente tem uma polícia militarizada, uma polícia que mata e outra que não investiga.

Temos que provocar uma pesquisa sobre as investigações dos extermínios, sobre as investigações dos desaparecimentos forçados, porque não se tem em uma pesquisa aprofundada sobre isso. Existem, sim, pesquisas muito gratificantes, como as que o professor aqui apresentou sobre a violência. Mas a violência provocada pelas instituições é a verdadeira pesquisa. Não se implanta essa pesquisa aprofundada. Eu desafio, porque a maioria dos casos é arquivado, como os mais de 600 casos de uma chacina que aconteceu no Estado de São Paulo, uma chacina!

Vivemos em um País democrático das chacinas! Mata-se mais do que na ditadura militar que já são passados 21 anos para vim um numeral de 436 pessoas assassinadas. E a gente vê aí um número alarmente, que eu já arredondo para 50 mil jovens assassinados em um ano. E a gente sabe que é muito mais, porque não colocaram a parcela dos desaparecidos. O João Alves desapareceu? "Ah, caiu para o tráfico, caiu para as drogas". É engano. Eu sou irmã de Amarildo. Há 32 anos sumiram com o meu irmão. Deram fim ao meu irmão – em 80 –, no tempo que foi implantado o Esquadrão da Morte no Estado de São Paulo. Eu sou irmã do Amarildo.

Eu acho que quem tem que acordar são os nossos representantes. Um conjunto. A união é o caminho para poder combater essa violência. A união. A gente vê que os caciques, as lideranças indígenas estão morrendo... São os negros, pobres, que estão sendo exterminados. Nós incomodamos em cima da terra. A paz que eles tentam nos oferecer é a paz do cemitério, ou então a paz dos presídios, que parecem mais um porão dos navios negreiros. E as periferias são as senzala, onde nos jogam: pobres, negros, periféricos. Eles jogam nossos filhos! Falo nesse contexto porque estou aqui como mãe. Estou dando voz para as mães negras, periféricas. Eu estou dando voz para elas. Aqui é a voz das mães. Eles encarceram para depois matar. Quando a gente vê uma força grande da nossa sociedade pedir a menor idade penal é de uma mãe vitimada se arrepiar! Vamos pedir a menor idade penal para uma educação de qualidade. Vamos ver se têm coragem os nossos governantes de implantar educação de qualidade, para que essa juventude não seja vítima, essa criança não seja vítima do descaso; implantar políticas sociais. A verdadeira política social tem que ser implantada. Que seja bem-vindo o Plano Juventude Viva, com perspectiva de vida realmente. Porque os jovens não têm perspectiva de vida, não têm oportunidade nenhuma.

Vamos olhar para essas mães vítimas. São mais de 600 mães vítimas, mil mães vítimas, não são filhos, são mães. E esses filhos dessas vítimas? Eu tenho neto que pergunta: "Por que a polícia matou o meu papai?" E a gente não tem resposta. Eu queria que o meu País me desse a resposta. Eu queria que o Estado de São Paulo desse a resposta para quem matou nossos filhos. Quem mata nossos filhos? Federalizando os crimes de maio. Não é um fato isolado. Não se isola mais de 600 mortes e a maioria negra! Não se isola 600 mortes. Foi o maior massacre que houve no País na história contemporânea. E quando a gente vê que não se tem resultado no gritante...

Quando a gente vê o nosso Estado, o nosso País exumando os corpos sem contar a verdadeira história! O que foi aquilo? Acabando com a história, passando um pano a li, acabou, está tudo limpo aí, exumou, vamos incinerar. A gente tem visto material de prova probatório, como os projéteis retirados dos corpos das vítimas de maio de 2006, sendo incinerados. Isso é gravíssimo! Exumam o corpo do meu filho, os restos mortais do meu filho, para retirar, porque ele foi... O descaso é tão grande da nossa perícia, uma perícia falida, que eles retiraram o projétil do corpo do meu

filho há mais de um ano, e não se tem resultado. Está o projétil num saquinho, colocado no meio do inquérito feito dentro do Ministério Público. Está lá. Levaram com o argumento de exumar o corpo dele para retirar o projétil, para ele ser confrontado, mas esse projétil não foi confrontado, nem vai ser, porque não existe o fortalecimento das nossas perícias.

É por isso que existe a impunidade. A impunidade no nosso País vem como bandeira de frente do extermínio da nossa juventude. Os arquivamentos são vergonhosos. Os arquivamentos são vergonhosos! A gente vem acompanhando. Houve um caso, em maio de 2006, mas falo no contexto dos 365 dias do ano, bem grave: uma grávida de nove meses foi executada, e o inquérito dela foi arquivado depois de seis meses, o dela e o do marido. Esse é um exemplo das nossas investigações. Mata-se, não se investiga, exuma-se o corpo, e acaba a história daquele cidadão, daquele jovem.

A gente precisa passar nosso País a limpo, desmilitarizando a Polícia. Queremos e exigimos, como mães, outro modelo de segurança, não essa insegurança que tem como alvo o pobre, o negro, o periférico; não essa insegurança que dá segurança privada à minoria! Nós somos pobres e somos a maioria. E a gente não goza dessa segurança.

O direito de ir e vir está selado. Perdemos o direito de ir e vir, estamos sitiados, principalmente na Baixada Santista, onde eu me localizo. A gente vê a Baixada Santista, por três anos consecutivos, como uma das regiões mais violentas do Estado de São Paulo, porque lá existe, perpetuado desde o tempo da ditadura militar – eles não foram punidos! –, grupo de extermínio com participação maciça de policiais militares e paramilitares. E nós temos de passar isso a limpo, para podermos combater, de fato, a violência, começando dentro das instituições.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Muito obrigada por seu depoimento emocionado e emocionante.

Acabaram agora as intervenções previstas para a Mesa. Vou, conforme orientação deixada por nossa Presidenta, passar a ler as mensagens recebidas pela internet.

Waldir Bezerra Miranda diz: "GOG, você é uma grande inspiração para o jovem brasileiro".

Heraldo da Cunha Barbosa pergunta: "Quais as informações armazenadas nos bancos de dados das áreas de saúde e de segurança pública sobre essa realidade? Há formulários bem preenchidos e instrumentos de coleta suficientes ou sistematizados de forma satisfatória? Podem-se fazer cruzamentos de informação?"

Há alguém da Mesa que quer comentar isso?

A SRª FERNANDA DE CARVALHO PAPA – Posso comentar?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Então, passo a palavra, para comentar agora, para a Fernanda, Coordenadora-Geral de Relações Institucionais.

A SRª FERNANDA DE CARVALHO PAPA – Vou comentar, então, a pergunta do Heraldo sobre os dados.

Heraldo, a resposta é "sim" e "não", há um processo de melhorar os dados que existem. O Plano Juventude Viva, por exemplo, na pactuação com o Ministério da Saúde, com a área de vigilância, propõe – e já está sendo implementada em alguns dos Municípios em que a gente já está, em Alagoas, na Paraíba e também agora no Distrito Federal e em alguns Municípios da região metropolitana – a notificação compulsória de registros sobre os tipos de violência em caso de homicídio. Isso não era obrigatório e agora passa a ser obrigatório. Os Municípios que aderem ao Juventude Viva têm a orientação de implementar a notificação compulsória. Por exemplo, nós estivemos, nesta semana, em Valparaíso de Goiás, e o Secretário de Saúde já nos informou que está colhendo esses dados agora com essa especificidade. Outros Municípios têm feito isso também, e esperamos que essa diretriz do Ministério da Saúde seja seguida.

Na área da segurança pública, o Ministério da Justiça está também agora construindo, reformulando, ampliando e aperfeiçoando o seu sistema de informação, o sistema de informação em segurança pública. Esse também vai ser um importante aliado nosso para o cruzamento dessas bases de dados. Nós sabemos que é importante que isso seja aperfeiçoado. Ainda não existe o cruzamento ideal entre os dados que vêm da segurança e os dados da saúde, e até o momento temos sido muito pautados mesmo pelos dados que vêm do Ministério da Saúde.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Pois não. O Julio também quer falar.

O SR. JULIO JACOBO WAISELFISZ – Bom, realmente, trabalho com esses dados cotidianamente há mais ou menos uns 15 anos. Então, mais ou menos, tenho algum conhecimento por dentro, não por fora, digamos.

O que significa isso? Não temos bons dados, não; o Ministério da Saúde e muito menos – mas muito menos, disparado – o Ministério da Justiça.

O Ministério da Saúde, primeiro, tem deficiência de cobertura. Não é culpa do Ministério da Saúde. Nós

temos uma subnotificação: cemitérios clandestinos, cadáveres jogados no mato, etc. A Organização Mundial da Saúde fez um estudo e calcula mais ou menos 10% a 12%. Quer dizer, nós devemos somar mais 10% a 12%. É muita coisa. O Ministério calcula que essa subnotificação, cemitério clandestino, etc., é de mais ou menos 7%. Quer dizer, já temos que multiplicar.

Temos uma outra categoria, com a qual o Ministério da Saúde está preocupado e que deveria ser motivo de preocupação, inclusive, técnica, porque não só está funcionando a morte por enfrentamento, mas – já se falou aqui – os desaparecimentos. Aparece uma categoria tanto no boletim de ocorrência policial – mortes em averiguação – quanto nas certidões de óbito do Ministério da Saúde, uma categoria que se chama: mortes sem intencionalidade identificada. Quer dizer, não sabemos se foi um homicídio, se foi um suicídio ou se foi um acidente, brincando com uma arma de fogo. Aparece um cadáver com um buraco de bala de 7,65, e em Estados do Brasil que têm uma boa cobertura institucional médico-sanitária, como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, aparecem quantidades estúpidas de cadáveres, e dizem: "Não sabemos. Foi ferido de bala, e não sabemos o que aconteceu com ele". São desaparecidos.

O número é muito maior. Por exemplo, em São Paulo, o número é muito significativo. No Rio, estúpido, inclusive já houve uma pesquisa do Inep, falando desse caso do Rio de Janeiro. Magicamente, nas UPPs começaram a aparecer cadáveres com os quais não sabemos o que aconteceu. Os cadáveres com os quais não sabemos o que aconteceu eram mais que o número de domicílios no Rio de Janeiro. Bahia é outro caso muito significativo também.

Temos que nos preocupar muito, muito, porque isso depende de muita coisa. Depende de medidas que se podem tomar. E são medidas muito simples que não estão sendo enfrentadas.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Muito obrigada, Fernanda e Prof. Julio, que deram grande contribuição nessa pergunta. Demonstram, portanto, que é uma questão essencial a notificação, a constituição de um cadastro de uma pesquisa de acompanhamento.

O cidadão pergunta a V. Exª até que ponto os discursos sobre o extermínio de jovens negros, que são de ações para serem implementadas a longo prazo, poderão ajudar no combate ao racismo no Brasil?

Quer responder, Ângela?

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – Sim.

Nós estamos num momento em que esses discursos não estão descolados das estratégias de enfrentamento. Sabemos, e aqui ficou mais do que evidente – há uma expressão, principalmente na fala da Débora –, com o que se está lidando aqui. Então, começar a lidar com esse extermínio, com essas mortes, com essa violência a partir do discurso é porque precisamos trazer para os discursos a reformulação das práticas. Sabemos que é um início, sabemos que é insuficiente ainda diante da real dimensão, mas precisamos afirmar isso como compromisso de Estado. Então, estamos nessa fase.

E há uma questão que a gente precisa ressaltar. É uma ação do Governo Federal, mas que implica, fundamentalmente, a participação dos governos estaduais e municipais. Vivemos um Pacto Federativo para a produção dessas políticas. Então, é muitíssimo importante que essa ação conte com o compromisso de todos e, principalmente, da sociedade civil, dos movimentos de juventude, do movimento de juventude negro, das mães, das mulheres negras, porque, sem isso, a gente não consegue fazer valer a dimensão do que precisa ser enfrentado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Muito obrigada, Ângela, da SEPPIR, que deu uma contribuição nessa resposta. Espero que vocês estejam, atentamente, participando e recebendo, portanto, as respostas às suas indagações.

A cidadã manifesta indignação com o preconceito contra os negros no Brasil, pois acredita que o ato de discriminar fere os direitos humanos e o princípio da dignidade da pessoa humana. Segundo ela, a discriminação racial possui duas formas, a direta e a indireta, sendo esta última a mais cruel, mascarada sob diversas atitudes e normas criadas com o cunho eminentemente racista. Questiona o motivo pelo qual a maioria dos Parlamentares é de cor branca e, por fim, elogia a atuação do atual Presidente do STF, Joaquim Barbosa, e também a postura da Deputada Benedita da Silva, que são negros e dignos.

Não houve pergunta.

O cidadão afirma que para a sociedade superar o extermínio de negros é preciso acabar com a faxina étnica e cultural que vem sendo realizada através do aparato policial do Governo em forma de repressão a esses jovens pela sua cor, origem e local. Acredita que só investindo 10% do PIB na educação e tratando de assuntos da legalização das drogas e do aborto será de suma importância para toda a juventude brasileira. Afirma ainda que, somente dando oportunidades a esses jovens de se inserirem no mercado de trabalho e oferecendo espaços lúdicos de construção do saber de sua própria cultura e de sua própria identidade, po-

derá ser superada assim a dívida histórica que o Brasil tem com toda a sua população negra e, em especial, jovem. Comenta que há exemplo, como o Centro de Referência da Juventude em Macapá, indicação do Senador Randolfe Rodrigues, e crê na democratização de espaços como esse, que seria fundamental na superação das dívidas do Brasil para a população pobre e negra. Cidade: Estância – Sergipe. Yohan Santos foi quem participou.

O cidadão reclama que as companhias aéreas e sua equipe de bordo discriminam os negros. Cita o seu caso, pois já tentou ser comissário de bordo e não foi contratado. Acredita que a preferência é dada aos brancos com olhos claros, principalmente no Estado de Santa Catarina. Solicita uma política de afirmação para os negros. Cidadão: Érico Roberto da Costa, de Joinville.

Anotamos essa importante denúncia, e o compromisso, sem dúvida, da nossa Presidente – encaminharei a denúncia para ela – de que nós faremos uma interferência junto às agências, ou, melhor dizendo, às empresas de aviação. Que nós possamos encaminhar um requerimento, solicitando informação sobre essa política das empresas aéreas.

Finalmente, o cidadão questiona se foram levantados os dados das pessoas que cometeram o extermínio dos jovens negros e qual o objetivo desses assassinatos. Acredita que o objetivo era exatamente exterminar.... O mesmo Érico, de Joinville, Santa Catarina.

Eu vou passar a palavra...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – E só para fazer uma colocação?

Então, vamos fazer o seguinte: eu vou pedir ao Prof. Julio que faça uma observação sobre isso, e passo a palavra à Fernanda, para também fazer uma comunicação, e, depois, passo ao companheiro.

Quero, no entanto, avisar o seguinte: a Presidente me fez uma consideração antes de sair, que nós terminaríamos ao meio-dia. E pediu-me que lesse essas comunicações e passasse a palavra à Mesa, para que fizesse as últimas considerações. Então, eu vou abrir a palavra para os dois companheiros que se inscreveram e, logo depois, eu encerro, até porque também tenho um prazo para participação aqui na Comissão. Tenho outra Comissão para finalizar. Está bom?

Então, são três intervenções. Eu darei cinco minutos a cada companheiro para se pronunciar e depois para encerrar. Eu sinto muito. Eu recebi essa orientação, e eu tenho um prazo determinado, porque tenho de participar em outra Comissão e não posso continuar. Infelizmente, a nossa Presidente teve que viajar, e isso dá um limite a nossa audiência. Está certo?

Então, eu peço ao Prof. Julio para fazer uma observação a respeito desse questionamento. Depois dele, eu vou fazer o seguinte: vou passar a palavra aos companheiros que se inscreveram – cinco minutos para cada – e passo a palavra à Fernanda, para finalizar com o seu aviso. Está certo?

O SR. JULIO JACOBO WAISELFISZ – Vou dar uma resposta muito rápida.

Ontem de manhã, eu estava em um Encontro Nacional de Procuradoras e Procuradores de Direitos Humanos do Cidadão, no Rio de Janeiro. Havia uma mãe que não era do Movimento Mães de Maio, Deize Carvalho, integrante de um grupo que se chama Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência. Ela fez a denúncia de que, há seis anos, o filho dela, detido no Degase, no Rio de Janeiro, foi brutalmente morto, com provas, com laudos, etc., e ninguém tomou a mínima providência. Obviamente, era negro, pobre e de periferia. Os funcionários ainda continuavam trabalhando, apesar de toda a mobilização e toda a denúncia.

Estava presente, nesse evento, a Ministra Maria do Rosário, dos Direitos Humanos, e Aurélio Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, que iniciaram imediatamente um processo contra o Degase, do Rio de Janeiro, pelo menos para afastar, temporariamente, aqueles seis funcionários acusados de tortura e morte de um cidadão entregue aos seus cuidados. Degase é a instituição que trabalha com meninos em situação de sistema socioeducativo. Então, essa é a resposta. Temos não um exemplo, temos muitos exemplos.

Menciona-se muito o Estado de São Paulo. É preciso mencionar o Rio de Janeiro, é preciso mencionar a Bahia, é preciso mencionar muitos Estados. As instituições que deveriam ter a função primordial de zelar pelos direitos das minorias, dos setores vulneráveis são as que mais violam as leis do País.

Esse problema tem de ser encarado em algum momento, pois já está rolando há muito tempo, e não há nenhum tipo de decisão a respeito.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Vou passar a palavra ao companheiro lá de trás. Peço que você anuncie o seu nome ao falar.

O SR. WILSON VELECI – Meu nome é Wilson, eu estou aqui também como observador da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, mas eu vou falar como militante do Foafro, que é o Fórum de Religiosidade Afro-Brasileira de Brasília e do Entorno.

Eu só queria colocar um pensamento, o que eu vejo que está acontecendo aqui. Toda ideologia racista tem, como objetivo final, a eliminação do grupo dis-

criminado, e o extermínio e o genocídio é o processo final do racismo em qualquer sociedade. Vocês podem observar o que aconteceu na Alemanha nazista e na África do Sul do *apartheid*.

E o racismo à brasileira não é diferente. O que está acontecendo aqui é a prática desse processo final, que sempre aconteceu. E devido aos avanços dos meios de comunicação, que democratizaram a informação, a sociedade brasileira está começando a ver aquilo que o movimento negro sempre denunciou.

Tanto é que, antes, o racismo à brasileira prendia os negros, e a população carcerária era, em sua maioria, negra. Agora, a população negra carcerária vem diminuindo, porque os negros, em vez de serem presos, estão sendo eliminados.

Para os órgãos de segurança deste País, não existe racismo, só existe injúria racial. E o que nós estamos vendo é uma verdadeira guerra declarada contra a população negra.

É só isso.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Alex, do Conjuve.

Muito obrigada, Wilson.

O SR. ALEX PAMPLONA – Meu nome é Alex Pamplona, sou de Belém, do Conjuve. Integro o GT de Juventude Negra. Vou falar bem rápido, com algumas provocações, e algumas demandas que inclusive o GT vem discutindo há um tempo em relação ao conjunto da problemática do extermínio da juventude negra.

Uma das coisas que estávamos discutindo há um tempo é o conjunto das CPIs que acontecem no Brasil. E o extermínio da juventude é uma problemática hoje que envolve setor público, que envolve o Parlamento. Estávamos discutindo a possibilidade do Senado também construir essa CPI. Então, quem são os envolvidos, como é que isso acontece, por que isso acontece no Brasil.

Vivenciamos essa questão da mídia; essa relação com a mídia é bem mais do que um instrumento de poder. A mídia, hoje, os meios de comunicação passaram a ser um Estado. E esse Estado, que é a mídia, trabalha em função da manutenção de um poder, que são as grandes corporações. E a mídia, nessa intervenção junto com as grandes corporações e o Parlamento acaba meio que autorizando essa questão do extermínio da juventude, porque, diariamente, nos veículos de comunicação, o Estatuto da Criança e do Adolescente, por apresentadores que são, como é o caso do Pará, de formação acadêmica, licenciados em Direito, não compreendem como é que funciona o ECA e novamente dizem que o ECA é um instrumento para proteger bandido.

Então, eu acho que nesse conjunto de ações que o Governo está fazendo, que a sociedade civil está fazendo, na verdade, a ação que o Governo faz hoje é impulsionada por uma mobilização histórica do movimento social.

Eu acho que caberia a esta Casa também investigar por que o extermínio da juventude está acontecendo, quem são os responsáveis. Porque se formos analisar a relação do Parlamento brasileiro, tanto do Senado quanto da Câmara, com a mídia, eles estão muito próximos. A mídia acaba sendo esse indutor a autorizar o Estado, que não dá conta das políticas públicas, a resolver as coisas de outra forma.

E outra coisa que vimos discutindo há um tempo, e já foi dito aqui várias vezes, é a importância desta Casa discutir, também, e fortalecer a pauta do auto de resistência, a questão da desmilitarização da polícia. E também há necessidade de discutir isso com a sociedade. Então precisamos de um momento para além desse daqui, que já é importante – o que o movimento vem fazendo, o que o Governo vem fazendo –, de uma audiência pública, para que possamos discutir e articular isso junto com o Senado.

Então, fica a provocação para se articular, de repente, uma CPI para se investigar. Porque eu acho que no conjunto de macroações que temos que fazer, essa de repente seria uma possibilidade estratégica.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Eu acho muito boa a ideia e vou passar a discutir essa questão com a Presidente da nossa Comissão, e na medida em que seja uma CPI, proporei que seja uma CPMI, para ser mista, da Câmara e do Senado.

Eu acho que cabe. Nós fizemos uma CPI sobre a violência contra a mulher, e acho absolutamente possível, plausível, uma CPMI do extermínio ou da violência contra a juventude negra no Brasil.

Muito obrigada pela contribuição.

Giovanny Kley, também do Conjuve. Último.

O SR. GIOVANNY KLEY – Até para contribuir, até para fazer uma provocação também, quando falamos sobre o extermínio da juventude negra, hoje, no País, aparentemente fica uma questão de se falar apenas em morte. E, dentro disso, não discutimos, muitas vezes, a causa.

Quando paramos para avaliar, há ausência de política pública para a juventude negra, hoje, no nosso País. Falta democracia na própria escola, porque um jovem chega numa escola e não se vê no seu livro didático, no seu livro de história e no espaço pedagógico, que é muito distante da sua realidade.

Há exclusão participativa. Paramos para avaliar hoje e no espaço de poder do nosso País você não

vê negro. E o discurso que colocam quando se fala no assassinato dentro da favela, dos que estão presos, é que na penitenciária há maioria de pretos, porque a maioria da população é negra. Mas quando olho o Parlamento, eu não vejo isso. Eu vejo a maioria branca. Então a minoria está no poder. E a maioria que fala vem sendo assassinada por essa minoria.

E, dentro disso, o extermínio hoje acontece pela segurança de tal forma que, hoje, ser preto, ser pobre, ser da periferia é risco de morte. Porque se eu estiver andando sozinho em algum espaço, é, de fato, como se tivesse uma doença ali para o Estado, e o Estado quer assassinar e acabar com isso, porque ocasionou hoje ser risco o próprio Estado, e dentro disso nos enxergamos invisíveis. Porque é raro se parar para discutir sobre isso. E quando você discute, muitas vezes, é numa correria, é numa velocidade tão imensa que você discute, acabou, e fica esperando a resposta disso.

E quando eu coloco este debate, neste momento, é porque nós somos a maioria que morre, somos a maioria que está na penitenciária e somos a minoria no espaço de poder. E nós somos hoje, de fato, resistência. Você estar vivo hoje é você estar resistindo. É um sobrevivente da sociedade brasileira hoje, porque não é normal você ter um jovem negro no espaço para discutir sobre esses assuntos. Porque a maioria não tem acesso, não tem essa oportunidade.

E, dentro disso, até um debate da própria juventude negra estava sendo colocado. Hoje, eu, Giovanny, filho de uma professora, de um policial militar alcoólatra, jamais poderia estar aqui. E eu coloco isso por ser uma exceção, porque o meu irmão, hoje, não terminou o ensino médio. Já passou por medidas educativas, já foi preso e não se enxerga no processo. E devido a uma oportunidade, que foi o ProUni, eu tive esse mecanismo de acesso de formação e pude chegar até aqui. Mas isso não é questão de orgulho, porque eu sou uma exceção. Uma exceção de fato. Mas as políticas públicas que foram colocadas aqui não devem ser para uma minoria. Devem ser para uma maioria de fato.

E, dentro disso, eu finalizo colocando que a juventude negra é criminalizada a todo momento, e pelo Estado. Que nem um colega colocou aqui, a música é criminalizada, você andar na rua, sozinho, dependendo do horário, você é criminalizado. E eu coloco isso porque já aconteceu de eu estar saindo com meu afilhado, tamanho meio dia, próximo da minha casa, e ser abordado pela polícia. E, do outro lado da rua, tinha várias pessoas passando, e ela nem... Então, um jovem negro andar na rua é como se de fato fosse um bandido andando na rua. E é dessa forma que o Estado enxerga, porque a polícia representa a leitura do Estado.

É essa a contribuição.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Muito obrigada, Giovanny Kley, foi muito bom o seu depoimento, contribuiu muito, assim como os dos outros companheiros.

Quero dizer aqui rapidamente os nossos encaminhamentos. Com todos os depoimentos de vocês, está feita, na minha cabeça, a fundamentação para essa CPMI, que proporei que seja uma iniciativa da nossa Comissão. (*Palmas.*) A Comissão propõe a constituição de uma CPMI. Acho que é devido, acho que é importante, acho que é chegado o momento de nós termos um nível de investigação maior, de atuação maior, de articulação maior, saindo da denúncia para a investigação e a ação.

Também recebemos, como proposta de encaminhamento, a solicitação de uma audiência com as mães de vítimas. Ou seja, esse trabalho que o Centro de Defesa da Criança tem feito em todo o País, com mães de vítimas de assassinato de crianças, vamos incorporar a isso mais o de jovens negros. A maioria de crianças e jovens, assassinados por bala perdida ou por razões banais, em nosso País, é negra, e tenho conhecimento, a Ângela me passou, de que a própria Presidente da República está recebendo mães de vítimas da violência contra a juventude negra no nosso País, e acho que é realmente necessário que nós façamos uma audiência pública aqui para tratar desse assunto.

Talvez se nós criarmos a CPMI, tudo isso possa integrá-la. Mas para não dependermos disso, também encaminharemos à nossa Comissão o resultado desta audiência, uma solicitação desse tipo para a secretaria encaminhar à Presidência.

E, finalmente, quero dizer que nós temos, tanto eu quanto o Senador Paim, quanto inúmeros outros Senadores, dentro do Senado brasileiro, mais outros Deputados também, no Brasil inteiro, e aqui no Congresso Nacional, discutido a participação do negro no Parlamento. E nós entendemos como uma das razões principais disso o sistema eleitoral que nós temos no Brasil, o tipo de financiamento que nós temos para participação na campanha, e acreditamos que é extremamente importante que os movimentos, inclusive os movimentos de juventude e de juventude negra, abracem a bandeira, que o movimento de mulheres também já abraçou, com muita força, da reforma política, com participação popular, a bandeira do financiamento público de campanha, para fazer com que o Parlamento brasileiro tenha uma representação de mulheres e de negros e negras substancial, que nós precisamos ter. E por isso mesmo é que nós lutamos por isso. (Palmas.)

Vamos acabar com essa história de minirreformas eleitorais, de reformas eleitorais pequenas, e vamos exigir do Parlamento brasileiro uma reforma política real e com participação popular, garantindo a sua fiscalização, a sua cooperação, a sua colaboração para a mudança.

Antes de finalizar, passo para a Fernanda, que quer dar um último aviso, para depois, então, declarar encerrada a presente reunião.

Vou dar a palavra a vocês duas, porque já estou no limite máximo do meu tempo.

A SRª FERNANDA DE CARVALHO PAPA – Obrigada, Senadora, são encaminhamentos fundamentais. Avançamos a cada dia nessa agenda.

São dois informes e também convite para quem está aqui, para quem está assistindo a audiência. Amanhã, às duas horas da tarde, vai haver um debate *on-line* no Participatório, que é o Observatório Participativo da Juventude, nossa plataforma de interação com a sociedade a respeito das políticas públicas da juventude, um debate com a Secretária Ângela, que está aqui, a respeito do edital da chamada pública da SEPPIR para comunicação comunitária e popular no âmbito da campanha do Plano Juventude Viva.

Então, quem tiver dúvida a respeito desse edital, a Ângela vai estar conosco no Participatório, às duas horas, é www.participatorio.juventude.gov.br.

Quero convidar também para a mobilização da semana que vem, do dia 15, em que novamente nosso GT Juventude Negra do Conselho e vários jovens que virão de São Paulo, do DF, e acredito que de outras regiões também, estarão na Câmara para conversar mais uma vez com o Presidente Henrique Eduardo Alves a respeito da aprovação do PL 4.471, que prevê a investigação, e esperamos o fim dos autos de resistência. Esse é um processo em que temos atuado bastante em parceria com a sociedade civil.

Já estivemos aqui no dia 6 de agosto fazendo essa interface com os Deputados, com o Presidente da Câmara, e dia 15 é um grande dia para nós. Convidamos todo mundo que puder estar aqui na Casa, novamente, para essa incidência.

A Secretaria Geral da Presidência continua nesse processo de diálogo com a sociedade. Temos previsto ainda para este mês o diálogo com os movimentos de periferia contra a violência urbana. O Ministro Gilberto Carvalho, com a Ministra Rosário, o Ministro José Eduardo Cardozo, possivelmente a Ministra Luiza Bairros também, devem receber os movimentos, dando continuidade à preparação dos diálogos com a Presidenta Dilma. Isso está em curso também.

Agradeço os movimentos que continuam persistentes para darmos continuidade a essa agenda.

Muito obrigada pela audiência, muito obrigada pela oportunidade, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Muito obrigada a você pela participação destacada.

Passo a palavra à Ângela também para uma última...

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – De forma rápida, eu gostaria de agradecer esta oportunidade de reafirmar, como SEPPIR, o nosso compromisso.

Sabemos que é o início e, ao mesmo tempo, não é só o início, porque estamos aqui e eu me lembrei do Senador Abdias Nascimento, que escreveu um livro sobre o extermínio do povo brasileiro. Ele, nos seus discursos no Senado, naquela época, já trazia, com certeza, toda a necessidade e também a ausência de políticas de reconhecimento do racismo como um motor gerador de discriminação e de morte.

O que eu queria era deixar o acesso para vocês da pesquisa a que a Senadora Ana Rita se referiu. Essa pesquisa foi feita com DataSenado, SEPPIR, colaboração da Cooperação Espanhola, a agência Aecid, e a ABC (Agência Brasileira de Cooperação Internacional). Ela tem exatamente esses dados que falam com a opinião pública, que acaba trazendo certa naturalização de um jovem negro em relação à morte de um jovem branco, como falamos, mas é muito importante que vocês possam emitir suas próprias opiniões, que elas sirvam de análise, que elas sirvam de ponto de discussão nas reuniões do movimento, dos gestores. Também queremos afirmar que até o final do ano nós estaremos concluindo a elaboração do Programa Nacional de Enfrentamento ao Racismo Institucional.

O Programa de Enfrentamento ao Racismo Institucional está sendo elaborado também com a Cooperação Espanhola, e ele vai estar voltado para, no primeiro momento, trabalharmos cinco ministérios, e dentre esses ministérios, o Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça, e o Ministério de Planejamento e Orçamento, porque nós temos também que avançar na questão das cotas para o serviço público, e precisamos enfrentar esse fenômeno chamado racismo institucional, que é exatamente a ausência de respostas ou a forma como as respostas às praticas institucionais acabam incidindo sobre a população negra, de forma a reproduzir desigualdades.

Eu quero novamente agradecer, parabenizar a Comissão de Direitos Humanos, a Presidenta Ana Rita e, em seu nome, a Senadora Lídice.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Muito obrigada a todos que es-

tiveram aqui nesta audiência hoje, integrando tanto o plenário quanto a Mesa. Grandes contribuições saíram desta audiência. Eu creio que se nós conseguirmos levá-las adiante estaremos dando uma linha de contribuição e colaboração ao combate ao racismo em nosso País, fazendo avançar a nossa luta.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 8 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 8 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e dez minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias e Eduardo Suplicy. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 58 de 2013, aprovado em 13/08/2013, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: "*Convenção 169 da OIT, que trata sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho*". A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, ao tempo em que solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Thiago Almeida Garcia, Assessor da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República; Déborah Duprat, Subprocuradora-Geral da República do Ministério Público Federal; Érika Magami Yamada, Coordenadora Geral de Promoção da Cidadania da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Dom Maurício Andrade, Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil; Cleber Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário; Renato Tupiniquim, em representação a Sônia Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; Lucimara Cavalcante, Assessora Técnica da Associação Internacional Maylê Sara Kalí – AMSK/Brasil; Arilson Ventura, Coordenador da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; e Alexandre Conceição, Representante da Via Campesina. **A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos:** 1) A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminhará nota elaborada pelas entidades para os Senadores e Senadoras, bem como para os Deputados Federais, a fim de servir de parâmetro nos debates e votações de proposições legislativas que tratem da Convenção 169; 2) solicita aos representantes do Executivo Federal e do Ministério Público Federal, presentes à reunião, que verifiquem a possibilidade de elaboração de uma nota técnica sobre os procedimentos relativos às consultas, para que haja argumentos na hora dos debates sobre projetos que tramitam no Congresso. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados para fazerem suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita e o Senhor Senador Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 58, de 2013, da CDH, de minha autoria, aprovado em 13 de agosto de 2013, para debater o tema Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que trata sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho.

Já contamos aqui, hoje, com a presença de diversos convidados que já se encontram aqui. Vou convidá-los para compor a mesa. E assim que os demais chegarem, talvez faremos duas mesas de trabalho considerando o número de pessoas convidadas para esse tema tão importante.

Então, convido aqui Dom Maurício Andrade, Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil; convi-

do também para compor a mesa Lucimara Cavalcante, Assessora Técnica da Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK/Brasil); convido também para compor a mesa Thiago Almeida Garcia, Assessor da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República; também convido para compor a mesa Cleber Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário.

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados, vou fazer aqui algumas considerações iniciais para que possamos introduzir o tema desta audiência pública de hoje.

Esta audiência pública nos foi solicitada por um conjunto de entidades que integram as comunidades tradicionais e outras que apoiam e têm compromissos com os povos das comunidades tradicionais.

Quero fazer minhas as preocupações manifestadas em nota divulgada por esse conjunto de entidades que aqui se fazem presentes. Vou fazer aqui a leitura da nota, com a qual tenho absoluta concordância. A nota diz o seguinte:

> *Diante do número cada vez mais expressivo de empreendimentos energéticos sendo instalados no País, muitos deles geradores de conflitos e impactos socioambientais em terras indígenas e quilombolas, bem como demais territórios habitados por comunidades tradicionais, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, a partir da articulação do Fórum Ecumênico, realizará, em 17 de outubro de 2013, às 08 horas, no Plenário nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, uma audiência pública sobre a aplicabilidade da Convenção 169 da OIT.*
>
> *Além dos empreendimentos, ameaçam os direitos dos povos e comunidades tradicionais o Decreto nº 7.957, de 2013, a Portaria nº 303, de 17 de julho de 2012, o PL de um novo Código da Mineração, a PEC nº 215 e o PLP nº 227 e outras iniciativas, seja do Executivo ou do Legislativo, que atentam contra a Constituição Federal e contra a Convenção 169 da OIT.*
>
> *A Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário, prevê, em seu art. 6º, a consulta livre, prévia e informada dos povos interessados através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; e as consultas deverão ser efetuadas com boa-fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.*
>
> *Entretanto, a Convenção não é aplicada em sua integralidade. No Brasil, alguns casos tornaram-se emblemáticos do descumprimento desta Convenção, tais como Quilombos de Alcântara x Base Espacial de Alcântara, Quilombo Rios dos Macacos x Base da Marinha, Quilombos de Marambaia x Marinha.*
>
> *No caso dos povos indígenas, muitas vezes o que se observa é que as consultas são meros instrumentos formais que não levam em conta de fato as narrativas e posições dos indígenas em relação aos empreendimentos. É o caso, por exemplo, da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em que todos os acordos feitos em esferas coletivas com os indígenas têm sido descumpridos enquanto os impactos sociais e ambientais já se fazem sentir.*

Então, esse é o conteúdo da carta divulgada por várias entidades.

Quero aqui expressar publicamente o compromisso desta Comissão de Direitos Humanos em zelar pelo respeito ao direito dos povos das comunidades tradicionais, que passa pela garantia de que sejam realizadas as consultas, nos termos da Convenção 169, da OIT.

O que temos visto é absoluta desconsideração e destruição das conquistas dos direitos dos povos indígenas, quilombolas, ciganos e ribeirinhos. A necessidade de consulta, determinada pela Convenção, infelizmente, ainda é um fazer de conta. É preciso efetivamente respeitar os territórios, os costumes, a cultura e a vida daquelas e daqueles que vivem em comunidades tradicionais.

Este é o nosso compromisso – o compromisso maior desta Comissão – de dar efetividade à Convenção 169 da OIT.

Então, com essas considerações iniciais, vamos então dar prosseguimento, mas antes quero registrar já a presença da Drª Deborah Duprat, que chegou neste minuto, Subprocuradora-Geral da República do Ministério Público Federal. Seja bem-vinda, Drª Deborah. É um prazer conhecê-la. Sabemos do seu compromisso com as lutas sociais. É um prazer muito grande recebê-la aqui hoje.

Inclusive, antes de iniciarmos aqui o nosso debate, vários desses pontos destacados, principalmente no que se refere à questão indígena, à população quilombola e à população negra, esta Comissão de Direitos já teve a oportunidade de realizar outras audiências públicas, com a presença de órgãos governamentais, do Governo Federal, com a presença de diversas entidades representativas de todos esses segmentos, e

tem sido espaços interessantes de debate e de reflexão, mas também de definição de alguns encaminhamentos.

Na semana passada, nós recebemos aqui diversos caciques, representando diversos povos indígenas, diversas etnias, e foi muito interessante, aqui no Senado, também ouvir todas as angústias, as queixas, as preocupações dessas populações.

Então, esta Comissão busca, com certeza, propiciar um diálogo cada vez maior entre todos esses setores, todos esses segmentos, e também os órgãos governamentais, aqui hoje, inclusive, representados pela Secretaria-Geral da Presidência da República, mas já tivemos oportunidade aqui de receber representantes de diversos Ministérios, como o da Justiça, a Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e diversos outros Ministérios e Secretarias.

Então, é uma alegria recebê-los. Queremos, de antemão, agradecer profundamente a presença de todos que estão aqui. Ainda faltam algumas pessoas para chegar, mas vamos, de alguma forma, dar continuidade. Só gostaria de saber, ouvindo aqui a todos, por onde vamos começar.

Talvez fosse interessante começar pelo Governo Federal. Depois, vamos ouvir a Procuradora, o Dom Maurício e, em seguida, as entidades. Pode ser assim?

Então, vamos combinar aqui um prazo de 15 minutos para cada um e para cada uma e, quando estiver faltando um minuto, a campainha vai tocar, porque já será o tempo de ir concluindo.

Há aqui um painel já registrando o horário, por onde vocês poderão orientar-se por ele.

Assim, dessa forma, concedo a palavra ao Thiago Almeida Garcia, Assessor da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O SR. THIAGO ALMEIDA GARCIA – Obrigado, Senadora. Bom dia a todas! Bom dia a todos!

Em primeiro lugar, quero agradecer à Comissão de Direitos Humanos, através da Secretaria-Geral da Presidência da República, por estar aqui neste debate e parabenizar a Comissão pelos debates que tem feito sobre a questão indígena, quilombola, questão de pobres e comunidades tradicionais; e por trazer à pauta da Comissão esse debate sobre a Convenção 169 da OIT, que é um instrumento fundamental na garantia de direitos para os povos e comunidades tradicionais no Brasil e para a construção de uma sociedade plural e mais democrática.

É importante esse debate aqui no Congresso porque a Convenção 169 da OIT, antes de ser ratificada pelo Governo brasileiro, em 2004, foi debatida durante 11 anos, aqui nesta Casa. Então, passou por diversas Comissões até chegar a um decreto legislativo, em 2002. É importante que essa discussão continue sendo levada aqui e que as decisões do Congresso que possam impactar povos e comunidades tradicionais sejam de fato dialogadas, para que essas populações sejam consultadas.

A minha fala aqui é no sentido de trazer a posição da Secretaria-Geral com relação a esse tema e os consensos que já foram possíveis construir internamente com relação à aplicação da Convenção 169 da OIT no Brasil. A Secretaria-Geral da Presidência da República coordena um grupo de trabalho interministerial, que foi instituído em janeiro de 2012, com a atribuição de estudar, avaliar e apresentar uma proposta de um protocolo de consulta, de uma regulamentação do direito de consulta, previsto na Convenção 169.

Então, já estamos aí há quase dois anos, já sendo possível chegar a alguns consensos. A minha ideia é trazê-los para o debate, a fim de que possamos pensar na Convenção 169, tendo como foco a questão do direito de consulta.

Antes, é importante reforçar que a Convenção 169, ao ser ratificada pelo Estado brasileiro em 2004, tem uma força de lei e é autoaplicável. Então, ela já está valendo na sua plenitude. E ela, além da questão do direito de consulta, traz diversos direitos que reforçam os termos da Constituição Federal com relação a povos indígenas e quilombolas, principalmente com relação à identidade, à cultura diferenciada, à língua desses povos, ao direito aos territórios tradicionais, ao uso e à gestão desses territórios da forma que lhes convier, à questão dos direitos coletivos, do direito à vida comunitária, às especificidades dessas populações no que diz respeito à sua relação comunitária. O quarto ponto é justamente o direito à participação, ao diálogo e à consulta.

Os outros três pontos já estão expressos na nossa Constituição Federal, como o que diz respeito a povos indígenas e quilombolas. Então, podemos afirmar que o maior avanço trazido pela Convenção 169 é justamente esse quarto ponto, quando falamos de participação, diálogo e consulta.

O trabalho realizado por esse grupo, de que falei anteriormente, é específico no que diz respeito aos arts. 6º e 7º, onde a questão da consulta está de forma mais explícita. A ideia do Governo Federal, com esse trabalho, é justamente chegar a um protocolo onde se detalhe o que venha a ser o direito de consulta, quem são os sujeitos de direito da Convenção 169, quais são os seus princípios, quais são os procedimentos necessários para se realizar a consulta e, por fim, como a consulta deve ser organizada dentro do Governo Federal, qual a governança necessária para que a consulta,

de fato, saia do papel, saia da Convenção 169 e seja concretizada nas realidades, no diálogo entre Governo Federal, povos indígenas e quilombolas.

O primeiro ponto é com relação ao sujeito de direito da Convenção 169. Então, a Convenção é um instrumento internacional ratificado por 22 países e não traz, no seu texto, explicitamente, a questão de comunidades quilombolas. Ela fala de povos indígenas e tribais. Então, com a ratificação, a Convenção 169 é automaticamente reconhecida para os povos indígenas do Brasil.

Hoje, temos, de acordo com censo do IBGE, 304 povos indígenas e, depois de uma discussão provocada principalmente pelos movimentos sociais, pela Conaq (Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas), chegou-se, em 2009, a uma posição de governo que reconhece também as comunidades quilombolas como sujeito de direitos plenos da Convenção 169.

Hoje temos, no Brasil, 2.080 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares e mais algumas centenas que reivindicam essa certificação. Então, a Convenção 169 é plenamente aplicável a essas comunidades quilombolas.

Outra discussão que o grupo de trabalho, desde o seu início, tem dialogado e conversado internamente com o Governo, também com a sociedade e com o Ministério Público, e com uma Comissão criada em 2007, a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, é se outras comunidades tradicionais reconhecidas pelo Decreto nº 6.040 são sujeitas aos direitos da Convenção 169 da OIT.

Temos diversas posições. Inclusive, dentro do Governo, temos posições diferentes, e é uma discussão que está sendo levada a cabo, que queremos justamente discutir com a sociedade, com relação a esse reconhecimento, a partir da visão de que essas comunidades tradicionais também têm identidade diferenciada, territórios diferenciados e vida comunitária.

Na nossa visão, é importante fazer essa discussão e internalizar, no nosso protocolo de consulta, a questão das comunidades tradicionais.

Isso é com relação aos sujeitos de direito.

O segundo ponto que coloquei é com relação aos princípios. Estes estão explicitados no texto da Convenção 169. O primeiro deles diz que a consulta precisa ser prévia. Então, ela tem de ser feita com a maior antecedência possível, para que, de fato, essas populações, esses sujeitos de direito possam discutir e influir sobre os projetos e as políticas e ter poder de decisão sobre as mesmas.

O segundo princípio seria o da informação. De fato, na realização de processos de consulta esse povos possam ser de fato informados sobre o processo; que todas as informações referentes àquele projeto, ou àquela política, ou àquela decisão estejam na mesa para que os povos possam realmente decidir de maneira informada.

O terceiro ponto é a questão da transparência: que as consultas sejam transparentes; que sejam feitas de boa-fé e que o Estado, o Governo Federal, o Legislativo tenham a disposição de ouvir, de escutar, de acolher as sugestões, decisões emanadas desses povos.

A quarta questão é com relação ao respeito à diferença e à interculturalidade. Que as consultas prévias sejam feitas respeitando as especificidades de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, dentro das suas realidades; de preferência nos seus territórios; utilizando linguagem acessível; utilizando, quando for o caso, traduções para as línguas indígenas. Então, isso, para que a gente tenha uma consulta nos termos da Convenção nº 169, para que a gente respeite a Convenção 169 é importante que essas consultas sejam interculturais e feitas tendo respeito à diferença, tendo respeito à identidade dessas populações.

O outro ponto que eu queria colocar é com relação aos procedimentos. Acho que os colegas que vão me suceder na fala poderiam colocar os diversos problemas que são identificados com relação às consultas já realizadas; se o que foi feito são consultas nos termos da Convenção 169, ou se não são consultas; ou problemas na falta de consulta. Por isso, a gente avalia a necessidade de se definirem procedimentos claros, definir um protocolo que fale como a gente tem que realizar a consulta, para que de fato seja uma consulta no padrão do que determina a Convenção 169, ratificada pelo Brasil.

E o que a gente tem um pouco construído de consenso com relação a isso, primeiro, é que a consulta não pode ser feita como um evento só; não pode ser uma reunião em que se chega, colocam-se posições e, no final do dia tem que se tirar uma decisão. A nossa posição é de que a consulta seja um processo mais amplo do que isso, para que realmente exista, logo no seu início, um processo de planejamento conjunto do qual, não só o Governo, como outros atores da sociedade civil e também os sujeitos de direito possam participar desde o planejamento da consulta, para que a consulta seja feita de forma dialogada desde o seu início.

Assim, a ideia é de que o início desse processo de consulta seja justamente esse planejamento conjunto e que se crie uma comissão de consulta com sujeitos de direito, sociedade civil, Governo e outros atores que se tornem necessários nesse processo; e esta comissão construa um planejamento e pactue as regras de como essa consulta tem que ser realizada. Então, essa comissão é que ficaria responsável por

definir como a consulta vai ser feita; quantas reuniões vão ser realizadas; onde vão ser realizadas as reuniões; como a gente vai trabalhar a questão da informação, dos materiais necessários para que os sujeitos de direito tenham todas as informações antes da decisão?

Portanto, num primeiro momento seria esse planejamento, para, num segundo momento, ter-se a pactuação: pactuam-se todas as regras antes da realização da consulta e aí, sim, a gente tem a terceira etapa, que é a etapa de diálogo, onde o Governo pode colocar a sua posição, os sujeitos de direito colocam as suas posições; a sociedade civil e os apoiadores também tenham a oportunidade de poder falar e de se expressar para se tentar, a partir desse diálogo, que não é um diálogo fácil, a gente sabe disso, chegar-se a consensos com relação à medida a ser tomada, à política a ser construída. Mas, também, que se explicitem os dissensos, aquilo em que a gente não conseguiu chegar a um acordo para, daí, num quarto momento a gente ter um momento de decisão. A partir do que se definiu como consenso e do que se definiu como dissenso, chegar-se a uma decisão. E o objetivo de todos, o que todo mundo espera é que essa decisão seja uma decisão consensuada entre todos os atores envolvidos.

No caso de não se chegar a uma decisão consensuada, a nossa visão é de que a decisão continua sendo do Governo, mas não quer dizer que seja uma decisão monocrática; uma decisão que não respeite todo o processo que foi discutido.

Se a decisão não for de comum acordo, o Governo tem que justificar plenamente tudo que foi decidido. Então, tem que ser feita a justificativa do porquê de se decidir isso, do porquê dessa ação ser importante, do porquê dessa ação ter de ser levada a cabo mesmo sem se chegar a um consenso absoluto com relação à medida. Então, é um pouco o exercício que se propõe nos procedimentos.

No final, a quinta etapa desse procedimento seria a etapa de publicação desse resultado, divulgação do resultado a que chegou a consulta de forma mais ampla possível, para que todo mundo tenha acesso não só ao resultado final mas a todo processo: o que foi discutido, como se deu o processo de planejamento, de informação, de consulta, uma narrativa desse processo para que seja feito da forma mais explícita, transparente e clara possível. Isso com relação aos procedimentos.

No último minuto que tenho para fechar, a ideia é que consigamos internamente dentro do Governo organizar uma instância de acompanhamento, de monitoramento para aportar subsídios para esses processos de consulta, que estamos chamando temporariamente de uma comissão nacional de consulta, formada pelos diferentes órgãos do Governo Federal que têm interface com as questões indígena, quilombola, de povos de comunidades tradicionais. Essa comissão ficará responsável por aportar subsídios nos processos de consulta, monitorar, apoiar, fortalecer a consulta para dentro do Governo Federal.

Falando rapidamente, essa é a proposta que temos debatido internamente no Governo Federal. A ideia de um protocolo de consulta, de uma regulamentação da consulta, que ela seja discutida amplamente com todos os atores envolvidos na questão, os sujeitos de direito, indígenas, quilombolas, povos de comunidades tradicionais, Ministério Público, entidades de apoio, para se chegar a um texto de consenso. Essa é uma proposta do Governo que tem de ser amplamente debatida com os atores envolvidos na questão, para chegarmos a um protocolo que organize a nossa ação com relação a esse tema da consulta e consiga superar os problemas que já foram lidos, alguns deles lidos pela Senadora Ana Rita. Sabemos que há diversos problemas com relação à questão do diálogo entre o Governo e os sujeitos de direito da Convenção 169.

Por fim, queria colocar à disposição a Secretaria-Geral para continuar nesse debate com a Comissão de Direitos Humanos, com o Congresso e com a sociedade civil com relação a esse tema, lembrando que é uma proposta em discussão e o nosso objetivo é que possa ser discutida de forma mais ampla, para que consigamos chegar a um consenso com relação a esse direito de consulta, superando os problemas que se apresentam. (*Palmas*.)

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Thiago Almeida Garcia, Assessor da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República. Agradeço a você, Thiago, e também ao Ministro Gilberto Carvalho, que tem sido muito demandando por essas questões nacionais, por todas essas questões que envolvem a população brasileira e, em especial, populações que historicamente têm seus direitos negados e que o Governo, através da Secretaria-Geral, tem se empenhado no sentido de estreitar essa relação, esse diálogo, para construir caminhos na solução desses problemas.

Fiquei muito feliz com a sua fala, porque é muito importante esse debate que cumpre o papel de ser um espaço educativo e informativo, não só para quem está presente na audiência pública, mas também para quem nos acompanha pela TV Senado. Muitas vezes se ouve falar da Convenção169 da OIT. Mas o que é a Convenção? Do que, de fato, ela trata? Quais são

os seus princípios? Por que estamos falando tanto nessa Convenção?

Então, a partir do momento em que vocês também trazem essas informações, ajudam a população brasileira e quem acompanha a TV Senado a formular também suas opiniões e a ter um conceito melhor a respeito desses instrumentos importantes de que o Brasil é signatário, sobre o que, muitas vezes, as pessoas não têm as informações necessárias. Então, agradeço a você, Thiago, por nos colocar a par de como está isso dentro do Governo.

Eu quero aqui registrar a presença dos demais convidados. Já está conosco Renato Tupiniquim, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Apib. Seja bem-vindo, Renato.

Quero também registrar a presença do Arilson. A mesa ficou bem grande, mas será possível todos vocês falarem. Então, convido você para compor a nossa mesa, Arilson Ventura, Coordenador da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

Quero também registrar a presença da Érika Magami Yamada, Coordenadora Geral de Promoção da Cidadania da Fundação Nacional do Índio – Funai.

É muito bom ter a Funai mais uma vez em nossa audiência pública. Nós tivemos aqui na semana passada a presença da Maria Augusta, atual Presidenta da Funai. Eu tive a alegria de conhecê-la naquele dia, pessoalmente, ou de conhecê-la um pouco melhor.

Nós queremos estreitar mais a nossa relação, a relação da Comissão de Direitos Humanos com a Funai. Já me comprometi com a Maria Augusta que iremos agendar um momento para isso, para que possamos de fato conversar um pouco mais.

Quero agradecer também a Maria Augusta, que tem sido muito solidária com os trabalhos aqui da Comissão de Direitos Humanos. Quero agradecer muito também a presença da Érika.

Vou conceder a palavra, também por um tempo de 15 minutos, para a Drª Deborah Duprat, Subprocuradora-Geral da República do Ministério Público Federal.

A SRª DEBORAH DUPRAT – Bom dia, Senadora Ana Rita. Muito obrigada.

Saúdo os meus colegas de mesa, todos os presentes; e quero saudar também esta Comissão que mais uma vez acolhe pleitos de comunidades quilombolas e de populações indígenas tradicionais.

A consulta da Convenção nº 169 da OIT surge em um contexto de constituições que são resultado de várias lutas emancipatórias, isso mundo afora. São lutas das mulheres, são lutas do movimento LGBT, da população negra, da população indígena.

Essas constituições têm, em relação aos povos indígenas e às demais populações tradicionais, um forte significado na América Latina em especial. Tanto que vamos ter uma coincidência muito grande de datas se verificarmos que a nossa Constituição, que é também produto dessas lutas, é de 1988, e a Convenção nº 169 veio a ser ratificada em 1989, no Brasil.

Então, por outro lado, a Convenção nº I69 sucede uma convenção anterior da OIT, a Convenção de nº 107, que tinha a mesma perspectiva da Constituição anterior do País, que era de integrar os povos indígenas e tribais a essa sociedade nacional de grande formato.

Na hora em que ocorrem essas lutas, elas ficam vitoriosas no processo constituinte e no plano internacional. Temos aí, portanto, não só uma sociedade plural como uma configuração diferente do direito nacional. É um direito que reconhece vários sujeitos de direito e acaba com aquele monopólio de um único sujeito branco, masculino, heterossexual, adulto, proprietário. Então, explode-se para a diversidade, reconhece-se a diversidade. E em relação a esses povos, o que se admite é que o Estado Nação, construído sob um pressuposto de absoluta homogeneidade – uma língua, único território, único povo – o foi por meio de lutas reais e simbólicas, que ou de fato liquidaram esses povos, liquidaram vários dos seus membros ou os condenaram a uma invisibilidade.

A consulta, portanto, tem esse duplo aspecto: interno, porque em um ambiente de empoderamento, de criação de sujeito de direito, esse sujeito, esses grupos têm o domínio da própria vida. Então, tudo que diga respeito a sua vida depende do consentimento, depende que eles expressem a sua vontade.

E tem um outro aspecto: trazer para a esfera pública esses novos sujeitos de direito. Não é só aquilo que internamente lhes diga respeito, mas é participar, no plano do Estado Nacional, das várias decisões. Então, tem esse caráter interno e externo, lembrando que – e eu gostaria aqui de fazer uma referência – apesar de o Brasil ser signatário da Convenção nº 169, da OIT, desde 1989, a consulta, como foi apontado aqui mais de uma vez, nunca foi, de fato, realizada.

Agora, essa regulamentação que o Governo está a fazer é resultado de uma representação que a CUT fez perante a Organização Internacional do Trabalho em relação a quilombolas. É muito interessante isso, porque o Incra resolveu fazer uma alteração em instrução normativa que dizia respeito a quilombola e fez isso em um espaço de três dias. Estavam todos reunidos em Luziânia, salvo engano, e, ao final, foi um processo até bastante interessante como experimento, mas as comunidades quilombolas entenderam que aquilo era absolutamente equivocado, porque o que disseram não

foi levado, de fato, em consideração. Daí essa representação perante a OIT, e com prazo, inclusive, para o Brasil apresentar essa regulamentação.

No âmbito brasileiro, há ainda uma outra característica. Como eu disse, o Brasil, em um primeiro momento, reconheceu – e isso em várias reuniões das quais eu participei – que apenas os povos indígenas eram destinatários da Convenção nº 169 da OIT. Depois, provocados por esta representação junto à OIT pela CUT, passou a reconhecer também os povos quilombolas.

Agora, no momento da regulamentação, ficou, como foi apontado pelo Thiago, essa dúvida: e povos e comunidades tradicionais? Ora, a definição de povos tribais da Convenção nº 169 da OIT é no sentido de que se consideram povos tribais aqueles grupos humanos que têm modos próprios de fazer e criar diferentes dessa sociedade de grande formato.

Nós temos uma miríade de populações tradicionais reconhecidas normativamente, porque, como foi afirmado pelo Thiago, o Presidente Lula, por meio do Decreto nº 6.040, criou a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, com uma ampla representação, sem um caráter fechado: é uma comissão com possibilidades de crescer. E reconheço que isso, além de ser uma particularidade do Brasil, torna o processo de consulta muito mais rico, mas, reconheço, muito mais complicado. Enfim, há uma amplitude muito maior.

Mas não há como nós pensarmos que vivemos em uma sociedade plural, que nós temos hoje vários sujeitos de direito, enfim, e que essas comunidades, essas populações permaneçam na invisibilidade ou permaneçam sem voz na esfera pública.

Por outro lado, também não faz sentido que sejam as únicas a não terem domínio do seu próprio destino. Tudo se pode fazer nos seus territórios, nos seus domínios de vida, e elas têm que aceitar aquilo passivamente. Então, seria um absurdo, seria um contrassenso com o espírito da nossa Constituição e com o espírito da própria Convenção nº 169 da OIT.

Temos que lembrar, em relação a princípios, algumas coisas muito importantes. Primeiro: a consulta não é um processo meramente formal. Consulta não é algo que alguém apareça e pergunte "vocês querem?", alguém responda sim ou não e a coisa se encerre aí. A consulta é, sim, um processo vinculante no sentido de que deve incorporar todas as objeções feitas à atividade, ao empreendimento que vai impactar esses povos e comunidades e isso tem que ser respondido, tem que ser refutado. Há que ser apresentada uma razão melhor para superar o óbice que foi apresentado. E é um processo de diálogo permanente.

O Thiago apresentou um processo no qual a consulta se desdobra. Agora, há outro aspecto, que são as várias fases do processo em que essa consulta desdobrada se realiza. Num empreendimento qualquer, a consulta vai desde a fase do planejamento até a fase do início da operação. Por quê? A consulta, como foi dito, busca a formação de consenso, mas a partir de princípios da informação e da transparência. Na medida em que se vai acumulando conhecimento, isso tem que ser transmitido para os povos impactados para que esse processo de consulta recomece, se renove. Então, há, por exemplo, a ideia de construir duas, três, quatro, cinco hidrelétricas no Rio Tapajós. Estou pegando um caso real. Enfim, já essa ideia tem que ser levada aos povos nesse momento e isso tem que dar início ao processo de consulta.

Superado esse momento, tanto os outros, na medida em que os estudos foram feitos, essa consulta se renova, e por aí vai, até o final. Lembro também que a consulta, por força desses princípios da boa-fé, da informação, da transparência, é um instrumento que, de um lado, reconhece que nós estamos diante de uma sociedade assimétrica e que a consulta é um importante instrumento para equalizar as partes em debate. Então, ela não é um instrumento para deixar os povos e comunidades reféns de decisões do governo ou do setor econômico; ela é exatamente para fazer face a essas decisões, e, por isso, esses povos e essas comunidades têm que ser cada vez mais fortalecidos nesse processo.

Então, como eu disse, é um processo que, hoje em dia, é fundamental na tomada de decisões não só do Executivo, mas também do Legislativo. A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem importantes precedentes a respeito da oitiva de comunidades e povos antes de medidas legislativas que lhes digam respeito diretamente. Nós temos, na atualidade, pendente de apreciação, no Supremo Tribunal Federal, um agravo regimental em relação a Belo Monte porque o decreto legislativo que permitiu a construção da hidrelétrica não se fez preceder de consulta aos povos interessados. Então, medidas legislativas e administrativas devem ser, necessariamente, precedidas dessa consulta. Só desse jeito nós vamos construir de fato essa sociedade plural que está normativamente posta tanto no plano interno quanto no plano internacional e que se realiza a duros passos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Drª Deborah Duprat, Subprocuradora-Geral da República, do Ministério Público Federal, pela presença e também pelas explicações.

Depois, no debate, nós poderemos inclusive retornar aqui para fazer novos esclarecimentos.

Eu quero aproveitar também para registrar a presença e dizer que já está entre nós, como convidado, o Alexandre Conceição. Ele é representante da Via Campesina e está aqui no lugar da Sônia Guajajara. É isso? (*Pausa.*)

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Você que está no lugar da Sônia? Desculpe, Renato, então é você que está no lugar da Sônia. Da Apib, não é isso? Mas, de qualquer modo, Alexandre Conceição, representante da Via Campesina, está aqui no meio de nós. Alexandre, a mesa está longa. Você estará compondo uma mesa, fazendo aqui a continuidade. Depois, na sua fala, se você desejar, você poderá vir aqui; se não, pode falar daí mesmo.

Eu concedo agora a palavra para Érika Magami Yamada, Coordenadora Geral de Promoção da Cidadania da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A SRª ÉRIKA MAGAMI YAMADA – Bom dia! Bom dia, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Bom dia, Érika.

A SRª ÉRIKA MAGAMI YAMADA – Obrigada, mais uma vez, pelo convite. A Funai fica sempre feliz de vir participar de audiências públicas onde o direito dos povos indígenas é tratado com respeito e com esse olhar dos direitos humanos, especialmente.

Para não repetir as falas que me antecederam, eu vou fazer só algumas pontuações. No debate, a gente pode aprofundar um pouco mais.

Primeiro, quero lembrar que a Convenção nº 169 da OIT é o principal instrumento internacional de direitos humanos voltado para povos indígenas e tribais. Ela tem esse caráter vinculante. Então, desde 2004, essa Convenção é aplicável como lei no Brasil, diferentemente de outros instrumentos também relevantes que não são obrigatoriamente vinculantes, como, por exemplo, a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, à qual o Brasil também se manifestou favoravelmente no âmbito internacional. Esses dois instrumentos inovam, no campo jurídico, aquilo que, como a Drª Deborah colocou, já é uma luta histórica e política dos povos indígenas, povos tribais e comunidades tradicionais, que é o respeito ao modo de vida diferenciado dessas comunidades.

Eu estava aqui tentando resgatar os princípios da Convenção, porque a gente se atém muito à questão do direito de consulta, mas a Convenção é riquíssima em todos os seus artigos, nas diversas formas as quais é necessário que os Estados estejam atentos, para garantir a participação dos povos indígenas e tribais e o respeito a esses modos de vida diferenciados. Então, eu resgatei aqui e eu queria ler os princípios da Convenção nº 169 da OIT para depois entrar especificamente no direito de consulta. São os princípios básicos da Convenção nº 169 da OIT.

A autoidentificação. A Convenção não define quem é indígena, ou povo indígena, ou população tradicional, mas adota o critério da autoidentificação, juntamente com elementos que diferenciam os povos indígenas e as populações tradicionais sob o ponto de vista social, cultural e histórico. Então, é um conceito novo de tratar com a identidade.

Princípio da não discriminação. Ao reconhecer o fato de que os povos indígenas e as populações tradicionais foram e são historicamente discriminados, o primeiro princípio fundamental da Convenção é a garantia de que os povos indígenas possam gozar de todos os direitos e liberdades, sem discriminação.

Medidas especiais. A Convenção diz que medidas especiais devem ser adotadas para salvaguardar os indivíduos, as instituições, os bens, o trabalho, as culturas e o meio ambiente dos povos indígenas, sem contrariar a vontade livremente expressa desses.

Especificidades culturais. A Convenção reconhece que as culturas e identidades dos povos indígenas e das populações tradicionais fazem parte de suas vidas e, assim, visam a proteger de impactos os modos de vida, os costumes, as tradições, as instituições e as formas de uso da terra e de organização social, que geralmente são diferenciadas da sociedade não indígena.

Consulta e participação. O espírito da consulta e participação é o coração da Convenção 169. Ela prevê que povos indígenas e populações tradicionais sejam consultadas sobre medidas que os afetem. Essa previsão requer a participação livre e informada em discussões específicas de projetos, mas também discussões mais amplas sobre políticas públicas e planos de desenvolvimento que os afetem.

E por último, o último princípio é a decisão sobre prioridades para o seu desenvolvimento. A Convenção reconhece que os povos indígenas e as populações tradicionais têm o direito de definir suas próprias prioridades no processo de desenvolvimento, na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, bem-estar espiritual e terras, bem como controlar seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural.

Então, são esses os princípios que regem a Convenção 169 da OIT e a consulta, assim como a participação, é um dos mecanismos, uma das maneiras de fazer valer esses princípios. Por isso, a consulta não pode ser considerada só uma etapa burocrática ou formal. Ela é o momento ou o espaço para um verdadeiro

diálogo do Estado, que precisa aprender, compreender esses modos de vida diferenciados nas tomadas de suas decisões. E essas decisões são tanto do âmbito administrativo como legislativo. Então, projetos de lei, propostas de emendas à Constituição devem ser consultadas também sempre que afetarem direitos dos povos indígenas, dos quilombolas e das comunidades tradicionais, de acordo com a Convenção 169.

A consulta não é uma legitimação de decisões. Ela não é um mero sim ou não, um aceite ou um não aceite. Ela visa a construir posições que levem em consideração os diferentes interesses com que o Estado deve se preocupar. E ela pode acontecer em diferentes níveis. Ela pode acontecer desde o nível local, a decisão junto com os órgãos de educação sobre a construção da escola indígena dentro da terra indígena, sua localização, a estrutura, o funcionamento, o que envolve uma consulta local, até uma consulta mais regional, digamos assim. Então, por exemplo, quando a gente construiu a política de gestão ambiental e territorial em terras indígenas, o Governo Federal realizou, sim, um processo de consulta, mas a consulta positiva, como a gente chama isso. Ou seja, foram discutidas, nas diversas regiões, com centenas de lideranças indígenas, quais eram as diretrizes para uma política adequada voltada para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas, inclusive com reflexos para o entorno. E ela pode se dar também num nível mais nacional, que são as discussões dos projetos de lei, das iniciativas; o próprio processo de regulamentação da consulta passa por um debate nacional. E isso exige tanto do Estado como dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e dos povos tradicionais que se organizem para participarem desses espaços nos diferentes níveis que se exige.

E aí eu gosto sempre de lembrar, porque a gente, quando vai falar da consulta, já vai direto para o art. 6º da Convenção 169 que fala da consulta, que diz que todas as medidas legislativas e administrativas que afetem os povos indígenas devem ser consultadas. Mas antes desse art. 6º, há o art. 4º que não se aplica só na consulta, aplica-se de modo geral. E esse art. 4º diz que todas as medidas especiais que a Convenção 169 prevê não devem ser impostas. Elas estão lá exatamente para promoverem o diálogo e não para serem mais um mecanismo de imposição de condutas ou de regramentos. Então, é importante lembrar isso.

E ressaltar, por fim, que o coração da Convenção 169, que é a consulta e a participação, visa a proteger a autonomia dos povos indígenas. E, com relação à autonomia, já superamos a discussão de secessão, de segregação de povos, de ameaça à soberania nacional. A autonomia, tanto no instrumento da Convenção 169 como no entendimento da nossa própria Constituição Federal, é no sentido de reconhecer que os povos indígenas têm seus planos próprios de vida, têm modos de vida diferenciados e devem ter o controle de suas próprias instituições, das suas formas de organização, da sua terra, da maneira de usar os recursos, da maneira de se socializar com outros povos.

É isso. E fico à disposição para o debate. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Érika Yamada, Coordenadora Geral de Promoção da Cidadania da Fundação Nacional do Índio (Funai), por suas explicações. Com certeza, poderemos aprofundar cada vez mais o debate.

Convido, agora, para fazer uso da palavra, Dom Maurício Andrade, Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, que tive a alegria de conhecer há pouco tempo e que tem um compromisso inclusive com a luta das mulheres, das mulheres que vivem situação de violência. Fiquei muito feliz com o material produzido pela Igreja, que tem feito um trabalho junto às suas comunidades no sentido de tornar o tema mais conhecido e, com isso, contribuir no enfrentamento da violência contra as mulheres.

Obrigada, Dom Maurício, pela presença do senhor aqui.

O SR. MAURÍCIO ANDRADE – Muito obrigado, Senadora. Saudando a Senadora Ana Rita, saúdo toda a Mesa aqui presente e os demais companheiros e companheiras presentes nesta audiência pública, que é importante e tem um significado especial para os nossos povos indígenas e para as populações negras neste momento.

Com certeza, é importante também dizer que trago a palavra do movimento ecumênico, por meio do Feact, que é o Fórum Ecumênico do Brasil e Act. No Fórum Ecumênico, temos destacado a importância de refletir sobre a questão de desenvolvimento.

E aqui recordo a carta enviada pelo Conselho Mundial de Igrejas, a carta sobre Segurança Humana na América Latina, emitida pelo Conselho Mundial de Igrejas e distribuída este ano. Na carta, há uma referência específica sobre o Brasil no que tange à questão do cumprimento da Convenção 169, porque falamos que é vinculante, que é lei, mas também falamos que tem coisa que parece que é, mas não é. Precisamos ter uma posição cada vez mais definida e concreta dessa presença e dessa ação do que representa a Convenção para os povos indígenas e para as populações tradicionais negras no Brasil.

Também aqui preciso destacar que o Fórum Ecumênico do Brasil por intermédio do Conselho Nacional de Igrejas (Conic), que tem sede aqui em Brasília,

tem sido um dos que têm lutado, buscado definir esta audiência, que foi marcada e desmarcada, mas hoje conseguimos viver a experiência de estarmos aqui trazendo novos subsídios para a discussão na Mesa sobre a Convenção 169.

O Fórum Ecumênico tem sido uma presença junto a movimentos sociais. Nós temos participado de fóruns sociais internacionais, aqui no Brasil e fora. Recentemente, no ano passado, estivemos na Cúpula dos Povos, no Rio de Janeiro, com um espaço, dentro da Cúpula dos Povos, de articulação de religiões por direitos, que tem sido uma ênfase de reflexão para nós no movimento ecumênico brasileiro e latino-americano. E a Igreja precisa estar presente nesse espaço. A Igreja precisa ter sua voz e manter sua voz de denúncia neste espaço.

O Fórum é composto por vários organismos ecumênicos, alguns muito conhecidos nossos, que têm sido parceiros em nossa caminhada. A Cese, a Diaconia, a Koinonia, o Clai, o Conic, o PAD, a Reju, a Fundação Luterana de Diaconia, o Cesep, o Ceca, a Cenacora, o Cebi e muitos outros organismos têm participado do Fórum, como também as igrejas. No Fórum, há a presença da Igreja Anglicana, da Igreja Católica Romana, da IPU, da IPI, da Igreja Luterana. Isso representa ainda a nossa ligação com toda essa luta, com toda essa denúncia. Especialmente, também contamos com a colaboração e com a participação da cooperação internacional, através da Christian Aid, que também expressa apoio a muitos de nós nas nossas lutas de trabalho.

Para o Fórum Ecumênico Act Brasil (FE Act Brasil), o compromisso com os direitos humanos é uma das prioridades das nossas ações. Em nossa última reunião, em agosto passado, ocupamos parte da nossa agenda refletindo sobre a questão de mudança de paradigma de desenvolvimento. É preciso o desenvolvimento, mas é preciso haver uma mudança de paradigma desse desenvolvimento: aonde nós queremos chegar? Para onde vamos caminhar?

E há exatamente ações concretas com a presença ecumênica. É com a presença de instituições do Movimento Ecumênico, como a Cáritas, a Cese, a Diaconia, a Fundação Luterana de Diaconia e a Christian AID, que temos participado de ações concretas de trabalho e de apoio a projetos em territórios tradicionais com populações indígenas.

Chegamos a esta reflexão que estamos fazendo hoje. O nosso Governo, o Governo brasileiro, como foi destacado aqui, tem buscado fazer ações de consulta a processos. Mas uma coisa que precisamos denunciar é que a ação de consulta não pode ser meramente uma simples referência metodológica de processo. É preciso realmente haver uma definição, uma compreensão de que essas consultas precisam gerar uma ação concreta, ouvindo e vivenciando a experiência dos povos em sua casa, em seu ambiente, no seu território.

Recentemente, no dia 3 de outubro, centenas de lideranças quilombolas cantavam, dançavam e protestavam, junto com seus irmãos indígenas, em Belém, contra o assédio da Mineração Rio do Norte sobre as terras, sobre o ar e sobre os rios da região de Oriximiná. E aí o Governo Federal deu permissão para a abertura de crateras, para a prospecção de bauxita, para a abertura de estradas. E, mais uma vez, faz-se a referência de que não há consulta nem de moradores nem dos descendentes para saber qual é a cultura da floresta. Essa é a denúncia que precisamos manter.

Como Fórum Ecumênico, como Movimento Ecumênico, a gente endossa, apoia e assina a carta pública da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil enviada recentemente, nesta semana, no dia 15, ao Ministro da Justiça. É certo que não podemos modificar os procedimentos de demarcação das terras indígenas, porque isso constitui, de fato, uma afronta aos direitos constituídos, aos direitos originários dos nossos povos, que já estão consagrados na Constituição Federal de 1988.

Como Movimento Ecumênico, nós queremos reafirmar o urgente compromisso com o cumprimento da Convenção nº 169, para que possa haver uma nova realidade, para que possa haver um desenvolvimento que leve em conta a escuta dos povos em seus territórios.

Assim, pessoalmente, eu queria fazer uma referência. Permitam-me fazer uma referência: na Igreja Anglicana, nós temos definido seis eixos de missão, e, nesses seis caminhos de missão na nossa Igreja, pelo menos nos três últimos, apontamos para o fato de que temos de ter a missão de transformar as estruturas injustas desta sociedade. A gente precisa zelar e salvaguardar a integridade da criação e precisa fortalecer a cultura da paz. E é para isso e por isso que a Igreja está presente.

Como dizia D. Hélder Câmara, a profecia não pode calar. Nós precisamos nos manter na profecia. E esperem isso de nós, da Igreja, que estaremos juntos nessa caminhada, com essa palavra de consolidação e de definição. Quando estamos tratando de refletir e de trazer subsídios para esta reflexão, estamos tratando de cidadania, de direitos. Contem com a Igreja, contem com o Movimento Ecumênico para essa partilha!

Senadora e demais membros da Mesa, nós queremos, como Movimento Ecumênico, expressar e fortalecer o nosso compromisso de que as consultas e todo o processo que está no bojo da Convenção não podem ser somente vistos como simples processo me-

todológico. É preciso, de fato, enfatizar a necessidade de cumprimento integral. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem! Obrigada. Eu queria agradecer a D. Maurício Andrade pela sua presença e pela sua representação, falando em nome de diversas Igrejas. D. Maurício é Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, que tem caráter ecumênico, que dialoga com diversas denominações e que tem um compromisso real com os direitos humanos. Então, obrigada pela presença e pelo compromisso aqui expresso diante de tantas pessoas e de tantas representações.

Agora, quero conceder a palavra a Cleber Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que é um órgão ligado também à CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O SR. CLEBER BUZATTO – Bom dia, Senadora, demais componentes da Mesa e todos os participantes desta importante audiência pública!

Tratamos, mais uma vez, deste tema que consideramos de relevante importância na discussão que envolve os direitos dos povos indígenas, dos quilombolas e de outras populações tradicionais no Brasil.

Vou tentar ser bastante objetivo na fala, começando por externar três grandes preocupações que, como organismo de apoio aos povos indígenas no País, temos tido em relação a essa temática, a essa norma jurídica que, como bem frisado nas falas anteriores, é vigente e vinculante em nosso País, mas que – esta é a primeira grande preocupação – não está sendo aplicada no País. Esse é um fato. Do nosso ponto de vista, não está sendo aplicada essa normativa e, portanto, esse direito dos povos, de forma toda especial no que diz respeito ao aspecto, ao mecanismo de consulta aos povos quanto a uma série de iniciativas dos diferentes Poderes do Estado brasileiro que têm consequências adversas e impactos sobre as suas vidas, sobre os seus territórios; ou sobre os seus territórios e, portanto, sobre as suas vidas.

Uma segunda grande preocupação é a de que, no Brasil, infelizmente, ainda – e acho que esta audiência pública é muito importante também em relação a este aspecto –, a discussão e o debate em torno da convenção ainda estão muito restritos ao Poder Executivo do País. Como também frisado nas falas anteriores, a aplicação da convenção deve se estender, de forma especial também, ao Poder Legislativo.

O Poder Legislativo, que todos têm acompanhando, tem tratado de uma série de instrumentos legislativos que, na sua imensa maioria, tem caráter negativo em relação aos povos indígenas de forma especial, mas também aos quilombolas. Os povos indígenas têm se manifestado inclusive com bastante insistência em relação a isso. As entidades de apoio também, uma vez que existe, por meio desses instrumentos legislativos, no nosso ponto de vista, um processo de ataque sistemático e violento aos direitos consignados, inclusive na Constituição brasileira. Direitos especialmente relacionados à questão territorial dessas populações, desses povos.

Em nenhum desses casos, Senadora e os demais, nós temos observado qualquer tipo de iniciativa por parte do Legislativo brasileiro na perspectiva de atender e de respeitar a Convenção nº 169. Fiquei sabendo agora – depois a Érika pode explicitar melhor – inclusive da existência de um parecer legislativo, na Câmara dos Deputados, que se contrapõe frontalmente à Convenção nº 169. Podemos fazer a leitura imediata de que esse parecer foi escrito exatamente para desqualificar, digamos assim, esse direito e eximir o Poder Legislativo de consulta aos povos em relação a alguns desses instrumentos, de forma especial em relação, por exemplo, ao PL nº 1.610, que trata da questão da mineração em terras indígenas. Isso é extremamente preocupante.

A terceira grande questão é que temos observado – e tem-se aclarado cada vez mais – uma tentativa de minimizar a extensão da aplicabilidade da Convenção nº 169.

E aqui é importante ressaltar – a Érika fez a leitura de alguns dos princípios norteadores da Convenção nº 169 – que nós temos, por exemplo, o princípio da autodeterminação. É um princípio importante que a convenção estabelece. Portanto, como é lei no País esse princípio, é um princípio aplicado ao Estado brasileiro, mas nós temos iniciativas na contramão desse princípio, inclusive aqui, no Senado. Acho que todos ficaram sabendo do projeto de lei que a Senadora Kátia Abreu – agora PMDB, Presidente da CNA – Confederação Nacional da Agricultura – ingressou, há poucos dias, exatamente na contramão desse princípio. Ela pede que se negue esse direito.

Mas nós também temos o princípio, que acho importante aqui ressaltar, do direito dos povos de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento. E esse princípio, nós entendemos, não combina de maneira alguma com a pretensão do Governo brasileiro. E aí eu quero fazer uma contraposição a esse aspecto da fala do Thiago, que representa a Secretaria-Geral, no sentido de que, na explicação dos passos do processo de consulta, informou que, na hipótese de existência de contrassensos ou de não viabilização de consensos, a decisão seria do Governo.

Nós temos dito, e isso tem nos preocupado muito, do risco de que a Convenção nº 169 seja politicamente transformada ou seja restringida a um mero ato

formal, semelhante, por exemplo, ao que está acontecendo com as audiências públicas que são realizadas por ocasião dos procedimentos de licenciamento, necessários para a construção de empreendimentos – hidrelétricas, rodovias, mineração e assim por diante. O risco de que a Convenção nº 169 seja transformada num instrumento ou num mero instrumento de convencimento das populações locais afetadas para que aceitem os projetos de Governo previamente decididos em instâncias de governo.

Esse limiar que está posto no Brasil é que nós não podemos aceitar. Portanto, nós discordamos da fala do Thiago nesse aspecto, quando ele falou que haveria já alguns consensos dentro do processo que estaria sendo construído em relação à regulamentação – se é isso que entendi – da convenção. Em relação a isso, inclusive, há toda uma discussão, envolvendo, de forma especial, os povos indígenas, uma vez que desde a publicação da Portaria nº 303, pela Advocacia-Geral da União, os povos indígenas têm dito e reiterado que não estão fazendo parte oficialmente desse processo de regulamentação, haja vista o fato de a Portaria nº 303 negar parte significativa do conteúdo, do teor da própria Convenção nº 169.

Esperamos que, ao julgar os embargos de declaração da Petição nº 3.388, o Supremo Tribunal Federal, muito provavelmente nos próximos dias, possa, definitivamente, já que o Executivo não o fez, conforme solicitação dos povos indígenas, enterrar a interpretação dada pela AGU, pelo Executivo, em relação às condicionantes, que foi o termo usado, a questão usada como justificativa para a edição da Portaria 303.

Então, Senadora, mais para externar essas preocupações e reforçar o nosso entendimento de que a Convenção seja, primeiro, aplicada. Segundo, que os poderes distintos do Estado brasileiro respeitem a Convenção. E, terceiro, que seu conteúdo não seja minimizado. Do contrário, teremos, pela frente, em vez de um instrumento de reforço, de um instrumento, como diz a Déborah, para equalizar as forças políticas das populações afetadas por procedimentos, de repente, um instrumento que vá ser usado apenas para o convencimento dessas populações em relação a projetos e decisões políticas previamente tomadas.

Entendemos que a Convenção deve ser um instrumento, como a própria Convenção diz, em que os povos indígenas e outras populações...

(Soa a campainha.)

O SR. CLEBER BUZATTO – ...tenham as condições e possibilidades de se afirmarem e reafirmarem, afirmarem seu jeito de ser, seu modo de ser, o que pensam em relação ao conceito de desenvolvimento – e aí é importante a fala de Dom Maurício –, e que seus conceitos de desenvolvimento, que são legítimos, sejam afirmados, reafirmados e assumidos pelo Estado brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Cleber Buzatto, Secretário Executivo do Cimi, órgão ligado à CNBB, por sua presença e pelas preocupações aqui levantadas. Penso que isso deve estar presente o tempo todo, para que possamos realmente ter atitudes e compromissos coerentes dentro daquilo que a própria Convenção nos coloca.

Concedo, agora, a palavra ao Renato Tupiniquim, que está aqui representando a Sônia Guajajara, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Obrigada por sua presença, Renato. Também lhe concedo o tempo de 15 minutos.

O SR. RENATO TUPINIQUIM – Bom dia, Senadora Ana Rita...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Bom dia.

O SR. RENATO TUPINIQUIM – ...conterrânea. Bom dia a todos da Mesa; bom dia, companheiros e companheiras que estão nesta audiência.

A Convenção 169 é um tema muito preocupante e é, sim, muito importante discuti-la. Acreditamos que é. Mas quero ressaltar que, em março de 2012, houve um seminário dos povos indígenas, dos quilombolas, e de outros segmentos. Então, ficou naquele impasse: a Convenção 169 é só de indígenas e de quilombolas? Acabou desse jeito. Depois, em outra reunião, em Brasília, realizada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, conseguimos, de fato, expressar, sentar, conversar e amarrar o que seriam povos indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais.

Infelizmente, a AGU solta uma portaria. Então, o processo parou por culpa da AGU, infelizmente. E reitero, de novo, aqui a posição do Movimento Indígena, dos povos indígenas: Convenção 169 só após a Portaria 303 ser revogada porque, ao mesmo tempo em que o Governo fala que está suspensa, o Ministro da Justiça a está usando, e isso está preocupante para a gente; a revogação da Portaria 303; e que o Governo tome posição contra a Bancada ruralista e, principalmente, em especial, contra a PEC 215; a PEC 237, de 2013; a PEC 038, de 1999; a PEC 1016, de 1996; o PLP 227, de 2012, porque a gente está sofrendo muitos ataques da Câmara dos Deputados e, infelizmente, por parte de alguns Senadores também, por exemplo, a Kátia Abreu.

A Kátia Abreu, ultimamente, tem atacado muito os povos indígenas e quilombolas. É preocupante porque,

se o Governo não tomar posição agora, eles vão ficar criando mais leis e mais leis. E a gente precisa saber de qual lado, de fato, este Governo está. Mudou foi? Porque consultar também...

E a gente fica muito triste porque a fala do Gilberto Carvalho com o povo munduruku: "Se vocês aceitarem, vocês querendo ou não querendo, nós vamos fazer, porque é projeto do Governo essa hidrelétrica." Que diálogo é esse que a gente tem? Infelizmente, o Governo da Presidenta Dilma é conivente com as ofensas dos ruralistas. A gente acredita que ela tem, sim, um compromisso pactuado, principalmente com o Ministro José Eduardo Cardozo; o Luís Inácio Adams, da AGU; Gleisi Hoffmann e Kátia Abreu, porque não toma nenhuma posição contra eles. A gente tem percebido que tudo o que a Kátia Abreu tem falado, a Dilma tem aceitado. Tudo o que a Gleisi Hoffmann falou, a Dilma também aceitou. E o que está acontecendo? Porque os nossos inimigos, os latifundiários, os grandes fazendeiros, estão conseguindo botar os pequenos agricultores contra os indígenas, contra os quilombolas. A gente passou por um processo agora nessa conferência em que a gente está: pequenos agricultores vieram falar para a gente que a gente quer ser maior do que eles, que a gente quer ter mais direitos do que eles. E se o Governo não tomar posição, se ninguém intervier, daqui a pouco, vai haver uma guerra de índios, quilombolas e pequenos agricultores, porque o Governo está tentando fazer isso. Tentando colocar índio e quilombola um contra o outro, mas, felizmente, a gente é parceiro e a gente nunca vai quebrar essa parceria, a gente sempre vai estar juntos para defender nossos direitos. (*Palmas.*)

Então, a gente mantém de fato a posição da Convenção 169 para os povos indígenas, a portaria revogada e que o Governo tome posição contra os ataques que estão acontecendo aos direitos dos povos indígenas, dos quilombolas, que são os primeiros agora atacados. E acredito que a pretensão da Bancada ruralista é atacar só esses dois agora, porque, se eles conseguirem derrubar a questão dos dois, depois, pegam os outros também, e vão acabando com os direitos de todo mundo.

Então, precisamos, sim, que os direitos humanos tomem posição; precisamos, sim, que o Ministério Público Federal tome posição; precisamos, sim, que a Dilma tome posição, porque, em três anos do Governo da Dilma, apenas nove terras indígenas foram homologadas. Só? É uma vergonha para este País! Precisamos também que volte, que se retire a suspensão de demarcação das terras indígenas que a Kátia Abreu mais a Gleisi Hoffmann propuseram e que está acontecendo. Ela está suspensa. Ou seja, o Governo tem vários projetos de hidrelétricas, principalmente nas terras indígenas e quilombolas. O plano do Governo é só isso. Esqueceu-se do seu povo, esqueceu-se da sua base e quer passar com trator por cima.

Eles falam que nós somos minoria neste País, mas nós não somos minoria não, porque nossos votos os botam aqui. Nossos votos os botam aqui. E a gente acreditou muito que era um novo governo, que ia ser mudado, que não ia ser igual aos outros, mas, infelizmente, Lula passou oito anos e ainda fez algumas coisas – poucas, mas fez –, e a Dilma o que está fazendo pelo MST? O que ela fez pela reforma agrária, com a terra dos nossos parentes quilombolas, com a nossa terra? Nada. Ou seja, Convenção 169 é só para consultar, para depois o Governo falar em fazer só uma sessão de consulta, para, depois, passar por cima também. Porque, na verdade, se for discutir com indígena que vai enfrentar hidrelétrica nas terras indígenas, vocês sabem que os indígenas nunca vão aceitar. Todo mundo sabe. E o Governo também e principalmente. A gente já não aceita nada que se faça nas nossas terras. Porque a terra é nossa, e quem tem que fazer somos nós e quem tem que autorizar somos nós.

O Espírito Santo é exemplo; nós temos uma multinacional lá que acabou com as terras indígenas de lá, com 40 anos de uso de plantio de eucaplito. Foi uma luta para ganhar? Foi. E a gente está firme. E acrescento eu: Nós, quilombolas, indígenas, movimentos sociais temos que acordar mais. Se a gente deixar, os caras vão passar por cima da gente, vão botar um contra o outro, o que está acontecendo e é preocupante. É isso que estão querendo.

Então, Ana Rita, nesta minha fala, eu reafirmo e, em qualquer Mesa em que a gente estiver, a gente reafirma isto: a gente só volta a discutir depois que a portaria for revogada. E agora existe mais um porém: depois que o Governo tomar uma posição sobre essas PECs, PLs e portarias que a Bancada ruralista está fazendo.

E também a gente já pede um apoio também para que seja votado um projeto de lei da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas, que está parado, que o Deputado do PT sentou em cima e guardou. E agora está pior, porque foi para a Comissão da Amazônia. E não passa. Está pesado mesmo. Então, o risco está grande, a gente crê que, se não passar, se não ficar tentando... Porque, na fala do Deputado: "Se querem criar o conselho, então, quer dizer que vocês querem acabar com a Funai". Não! Não é acabar com a Funai. É só um conselho que vai ajudar, de fato, criarem-se políticas públicas para os povos indígenas mais amplas. Porque só a Funai não está dando contas. Ainda mais porque a reestruturação acabou, de fato, com a

Funai, a deixou impossibilitada de fazer seus trabalhos, e a gente vê Senadores, Deputados: "Não, tem que acabar com a Funai. Vamos criar uma secretaria só, vamos juntar com a Sesai". E não existe isso. Ou seja, nós temos direitos. Está na Constituição de 88, e estamos vendo os caras passarem por cima e ninguém tomar uma posição.

A gente está sempre em Brasília. A gente está sempre tentando de fato para... Nós temos poucos Parlamentares Deputados da Bancada dos povos indígenas. A gente tem poucos Senadores aqui nesta Casa que também têm esse olhar especial para os direitos indígenas, quilombolas e outras populações. Também é uma coisa sobre o que nós temos que refletir – indígenas, quilombolas e movimentos sociais –, que é saber as pessoas em quem vamos votar no ano que vem. Porque às vezes, o cara vai lá e promete fundos, e as pessoas voltam acreditando. Quando chega aqui, é o contrário: só querem te massacrar.

Só isso.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Renato Tupiniquim, da tribo dos tupiniquins do Estado do Espírito Santo. Nós estivemos juntos uma ou duas semanas atrás, lá na aldeia, com as mulheres indígenas, e o Renato estava lá, dando o seu recado; não é isso, Renato?

O SR. RENATO TUPINIQUIM (*Fora do microfone*.) – Eu estava aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Você estava aqui?

O SR. RENATO TUPINIQUIM (*Fora do microfone*.) – Eu estava aqui na mobilização.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mas havia também alguns caciques lá, e achei que você estivesse lá também.

Mas quero dizer, Renato, da nossa alegria em recebê-lo aqui.

E a fala do Renato sintetiza todas as bandeiras, todas as reivindicações que a população indígena trouxe durante toda essa semana em que vocês estiveram aqui em Brasília, fazendo todo um movimento. E você sintetiza, em sua fala, todas as reivindicações, as preocupações que o movimento indigenista traz.

Então, obrigada, Renato, por sua presença, falando também em nome da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Obrigada por sua presença.

Eu concedo agora a palavra à Lucimara Cavalcante, assessora técnica da Associação Internacional Maylê Sara Kalí, aqui do Brasil, pelo tempo de 15 minutos.

A SRª LUCIMARA CAVALCANTE – Bom dia a todas e a todos.

Nosso trabalho tem sido junto com os povos ciganos do Brasil, tema esse que é novo. É um movimento novo, que se iniciou agora, a partir do ano de 2012.

Estamos vendo aqui, a exemplo dos povos indígenas, dos povos de matrizes africanas, os grandes problemas enfrentados, principalmente no que diz respeito ao racismo institucional, discriminação e preconceito.

E os povos ciganos, enfim, compreenderam que também têm que lutar pos seus direitos: o direito à vida, o direito a ter acesso aos serviços públicos deste País com dignidade.

Então, como é um movimento novo, nós trouxemos aqui algumas considerações para que vocês conheçam quem é esse povo.

Todo mundo aqui deve ter tido uma experiência quando criança, em que se dizia o seguinte:"Escondam-se porque os ciganos chegaram. Os ciganos roubam crianças."

Então, é um povo, tanto no Brasil, quanto no exterior, marcado por perseguições e preconceitos. E nós vamos compreender o modo de vida, de que maneira eles vivem, para que os senhores entendam também que os povos ciganos são sujeitos de direito da Convenção 169.

A nossa organização é composta por descendentes de ciganos. Todo mundo pergunta se somos ciganos. Nós somos descendentes, de terceira, quarta e quinta gerações. Fazemos, através do nosso trabalho, o entendimento dessas comunidades tradicionais do nosso País sobre seus direitos fundamentais. Nós fazemos também um diálogo entre o Governo Federal, os estaduais e os municipais, para que recebam essas lideranças no País.

Então, vamos conhecer quem são os povos ciganos no Brasil.

Quanto à terminologia internacional, no ano de 1971, após grandes perseguições, depois da Segunda Guerra Mundial, familiares de ciganos se reuniram com o Conselho Europeu. Na Europa hoje, para que os senhores tenham ideia, os ciganos são alvo de milícias armadas. Eles são proibidos de entrar em restaurantes, são proibidos de fazer parte da sociedade.

Portanto, nós devemos compreender que os ciganos são um povo que não tem territorialidade. Eles vivem em toda a parte dos países.

Em 1971, então, foi criada a terminologia Romá, para designar a nação cigana, para que todo cigano compreenda o seu símbolo. Esta é a bandeira dos povos ciganos, reconhecida internacionalmente. E nós trazemos esse conhecimento a essas comunidades tradicionais ciganas no nosso País, dizendo que eles têm uma bandeira, que eles têm uma representatividade, para que eles saiam da invisibilidade.

E romani significa a cultura, o idioma, as pessoas.

Os povos ciganos do Brasil já foram descritos pelas Ciências Sociais, por pesquisadores do nosso País, como três grande grupos étnicos: o rom, o sinti e o calon. O rom se subdivide nos seguintes subgrupos: os kaldarash, os matchuwaia, os lovara, os horaranô, os boyasha. Os sinti têm o subgrupo manouche.

É importante salientar que cada etnia dessas tem sua expressão cultural própria, tem seu idioma próprio. Os rom falam praticamente o mesmo romanês, com algumas diferenças em seu idioma; o sinti fala o sintó; e o calon fala o caló, que advém de Portugal.

Então, é importante saber que esse povo chegou aqui no Brasil em 1574, já como forma de discriminação e preconceito. Vieram deportados, simplesmente pelo fato de serem ciganos, porque o reinado de Portugal não queria esse povo que falava "geringonça". Eis aí um decreto que nós temos, um documento em que Dom João V diz na "geringonça" do cigano. Vejam só a origem da palavra "geringonça". Começa já com os ciganos.

Então, é um povo marcado por perseguição, justamente pelo modo de vida.

Eis aqui como eles vivem. Eles são nômades, que significa dizer são pessoas que vivem de itinerância. Eles não têm uma casa fixa, eles vivem nessas tendas. Portanto, eles necessitam que os Municípios lhes concedam... E o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-**3)** tem uma linha específica, dizendo que "os Municípios devem designar um terreno para que essas comunidades tradicionais ciganas possam, livremente, fazer seus acampamentos.

São seminômades porque já moram em residências fixas, mas continuam nas suas tradições, na venda de seus produtos em outros Municípios. Por isso são considerados seminômades. Eles vivem de Município em Município, para vender seus artefatos. Geralmente são edredons, panelas, o próprio artesanato que eles trazem como cultura. E os sedentários são os que já vivem em residência, em casas.

Então, esse é o modo de vida dos povos ciganos no nosso País.

Os povos ciganos no Brasil, gostaríamos de salientar, são um povo que mantém a tradição pela oralidade, e mantém seu idioma. Isso é um orgulho para eles. Eles não perderam. Uma ou outra família já não se falam mais em romanês. Já houve várias variações. Mas a grande maioria dessas famílias tradicionais ciganas tem o orgulho de falar o idioma que trazem de geração em geração. E geralmente é passado pela mulher. A mulher tem o papel de manter essa tradição viva dentro de sua comunidade.

É um povo com saberes, conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades, e suas formas de expressão são as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.

É importante salientar aqui a geração de dados. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pela primeira vez, fez, em 2009, a pesquisa de informações básicas municipais. Estes pontinhos verdes são onde estão localizados os acampamentos ciganos no Brasil; 290 Municípios declararam ter acampamento cigano. E, no ano de 2011, o número de acampamentos passou a ser 291, pois o Distrito Federal também designa ter acampamento cigano. Os maiores Estados de concentração de comunidades tradicionais de acampamentos, que são aqueles povos nômades, são Bahia, Minas Gerais e Goiás. São os três maiores.

A geração de dados é importante porque o IBGE, no Munic 2012, retirou os povos ciganos de suas pesquisas. E nós, da AMSK, entramos com uma ação de reconsideração. E também aqui já temos a indicação da própria CDH, que também solicitou explicações ao IBGE, sobre por que foram retirados os povos ciganos dessa estatística.

Temos também importante geração de dados no próprio cadastro único do Programa Bolsa Família. Com dados de maio, nós temos atualmente famílias em situação de extrema miséria. São 1.529 famílias ciganas inscritas no Bolsa Família, das quais 946 são beneficiárias do Programa.

Cabe-nos aqui ressaltar que a AMSK Brasil, assim como outras organizações ciganas deste País e também voluntários, dão entendimento a essas pessoas de comunidades tradicionais de que elas têm o direito de fazer seu cadastro no Conselho Regional de Serviço Social, mesmo porque é uma comunidade que preferiu viver na invisibilidade, portanto, em sua maioria, não acredita no Governo. Eles não acreditam.

E é importante salientar aqui algumas ações que já vêm sendo feitas pelo Governo Federal através do comprometimento de lideranças que compreenderam que têm que lutar pelos seus direitos humanos.

Destacamos aqui a Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, que, desde 2002, vem atendendo as prioridades da comunidade cigana. Por isso, ela tem sido a coordenadora da pauta dos povos ciganos dentro dos demais Ministérios.

Gostaríamos, também, aqui, de destacar as ações impetradas pelo próprio Ministério Público Federal e também de parabenizar aqui a 6ª Câmara e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que tem levado ao entendimento dos gestores estaduais e municipais a necessidade de se estabelecer a conclusão dos direitos fundamentais dos povos ciganos, a exemplo do

que aconteceu no Estado de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte, em que um acampamento cigano com 70 famílias que moram lá há mais de 40 anos foi solicitado a se retirar porque iriam construir algo econômico naquele local. Esse líder, que, graças a Deus, já tem o seu entendimento, porque a maioria dos povos ciganos, quando muito, tem a 8ª série, esse líder tinha escolaridade e procurou a PUC de Minas Gerais, procurou os professores da área de Direito para lutarem pelos seus direitos e usarem, sim, em seu parecer, a Convenção nº 169. Por isso, nós destacamos aqui a participação do Ministério Público Federal, que concedeu àquela comunidade, claro, após 5 anos de luta na Justiça, a concessão de terras. Isso é um ganho muito grande para os povos ciganos.

Também no Estado de Minas Gerais, a Procuradoria Federal Estadual estabeleceu que toda e qualquer criança cigana seja recebida nas escolas, em conformidade com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Educação, de 16 de maio de 2012, que estabelece que todo povo de itinerância, seja circense, parquista, e aí se incluem também os ciganos, as crianças tenham vaga a qualquer momento em que eles chegarem ao Município. O Procurador daquele Estado deu uma ordem judicial para que a Secretaria de Educação daquele Estado fizesse, definitivamente, a implementação dessa política pública.

Então, o movimento cigano é extremamente novo, mas ele está começando pegando as relações dos indígenas. Nós temos muito que aprender com o movimento indígena e com o movimento de matrizes africanas, principalmente porque nós vimos, aqui, na Mesa, que uma série de leis que são colocadas, votadas, alheias à vontade dos povos tradicionais deste País.

Mas gostaríamos, aqui, de ressaltar que este momento é muito importante, extremamente importante, primeiro para dar consciência a essas comunidades tradicionais dos seus direitos, pelos quais eles podem, sim, lutar. Se forem analfabetos... Eles têm uma Inteligência muito grande. Basta ler, porque eles têm uma memória muito boa. Isso acontece com os povos ciganos e é o que temos feito com eles: dar entendimento. Com isso, eles estão perdendo o receio de dialogar com os gestores municipais, de realmente chegar à Justiça e pedir uma defensoria pública para os casos deles. É longo, mas nós temos que dar início, o que já aconteceu. Graças a Deus, nós encontramos pessoas comprometidas, comprometidas com a sociedade, não com seus cargos. Não é por estar aqui a Drª Déborah Duprat, mas quero dizer que a 6ª Câmara tem feito um grande trabalho, justamente com o Dr. Luciano Mariz Maia, o Dr. Aurélio Rios e também a Profª Silvany Euclênio, da Secretaria de Comunidades Tradicionais, e a Profª Luíza Bairros, entre outras pessoas cujo nome eu provavelmente esteja esquecendo, mas que são comprometidas realmente em levar dignidade ao povo cigano.

Por isso, nós estamos muito contentes de poder participar aqui da Convenção nº 169 e que a Secretaria Nacional de Articulação Social possa incluir os povos ciganos. Já não é mais tempo de saber quem vai e quem não vai. Toda população tradicional que tem seu idioma próprio, que mantém sua identidade cultural com base em suas leis, que tem suas expressões culturais já está dentro da Convenção nº 169. O art. 1º já deixa isso muito claro. Então, povos ribeirinhos... Nós colocaríamos aqui vários outros povos, não só os quilombolas, mas os povos de terreiro, que também têm tradição. Eles fazem parte também dessa Convenção169. Então, nós solicitamos à CDH o cumprimento das disposições estabelecidas na Convenção 169, dando nomeação, de fato, aos povos ciganos e a ela, a inclusão da história, tradições e costumes dos povos ciganos livres de história e demais materiais didáticos que ofereçam uma descrição equitativa exata e instrutiva, porque acreditamos que a Educação Básica é que vai coibir a continuidade do preconceito e a discriminação aos povos ciganos. Também solicitamos o cumprimento...

(Soa a campainha.)

A SRª LUCIMARA CAVALCANTE – Vou pular, porque é muita coisa. Apenas que os povos ciganos sejam respeitados neste país por suas expressões culturais e que se compreenda que a herança de um povo nunca seja a fome, a miséria, o preconceito e a discriminação. Muito obrigada. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Lucimara Cavalcante, Assessora Técnica da Associação Internacional *Maylê Sara Kali*. Nós tivemos oportunidade, em outras ocasiões, de receber aqui uma representação da população cigana, lideranças da população cigana. Fizemos uma visita depois ao acampamento, por ocasião do *Movimento Brasil Cigano*, que vocês fizeram aqui em Brasília, nós estamos lá conversando, e dizer que a Comissão de Direitos Humanos está plenamente comprometida com a causa da população cigana também.

Eu quero aqui aproveitar o momento para passar para a Lucimara um Ofício que encaminharemos à Presidente da Associação Internacional *Maylê Sara Kali*, onde informamos os encaminhamentos que já foram adotados por esta Comissão a respeito de um documento que foi entregue a esta Comissão. Então, estamos solicitando ao IBGE que de fato dê o tratamento adequado, que não haja retrocesso nos dados

coletados a respeito dessa população, dos povos romani no Brasil, e também estamos dizendo aqui que, com o intuito de colaborar com a Associação, estamos informando que este Colegiado, a CDH, acerca das orientações do Instituto quanto à exclusão de perguntas referentes a políticas públicas... Enfim, estamos solicitando ao IBGE orientações a respeito de outros instrumentos de coleta de dados sobre os povos romani. Então, quero fazer essa entrega, Lucimara, dizendo do nosso compromisso com relação à causa de vocês.

Informo, ainda, a vocês, que estaremos realizando também, nesta Comissão de Direitos Humanos, uma audiência pública específica sobre a população cigana. Então, já estamos com uma data pré-agendada e vamos depois fazer a divulgação devida para que as pessoas possam participar, acompanhar esse debate.

Quero informar que o Senador Eduardo Suplicy está aqui conosco, é membro desta Comissão de Direitos Humanos, tem tido um compromisso muito grande com a causa das populações tradicionais, tem colaborado muito com esta Comissão, tem sido um grande parceiro. Então, Senador Eduardo Suplicy, esteja à vontade. No momento em que achar conveniente, concederemos a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente Ana Rita, cumprimento a todos e informo que, infelizmente, eu hoje tenho três Comissões simultaneamente. Daqui a pouco terei de ir para a Comissão de Relações Exteriores, onde sou titular, relator de matéria, tenho uma audiência simultânea na Comissão de Assuntos Sociais e aqui. Então, terei de me desdobrar, mas, vou dar uma informação, e V. Exª, inclusive, fez parte de algo que não é tão fácil que consigamos: o consenso de todos os Senadores para algum objetivo.

Nestes últimos dois dias, conversando com os 81 Senadores, obtive a assinatura de todos eles, inclusive de V. Exª, numa carta à Presidenta Dilma Rousseff, que entregarei na semana que vem, na qual propomos que sejam dados os passos previstos na Lei 10.835, que foi aprovada por todos os partidos, por todos os Senadores em 2002, e, em 2003, na Câmara, sancionada pelo Presidente Lula em 8 de janeiro de 2004. Portanto, farão dez anos em 8 de janeiro próximo. E, nesta semana, dia 20, estamos comemorando os dez anos do programa Bolsa Família, que hoje assegura a todos pelo menos R$70,00 por mês, considerado o benefício do Bolsa Família mais o rendimento da família. Mas um dia teremos, conforme esta lei, o direito para toda e qualquer pessoa, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil, cigano, ou negro, ou branco, ou amarelo, ou vermelho, uma renda básica como direito à cidadania, na medida do possível suficiente para atender às necessidades vitais de cada um. A ninguém será negado, até para o Senador Suplicy, o Pelé, a Xuxa e o Antônio Ermírio de Moraes, a Presidenta Dilma, a Ana Rita também. O que temos mais, entretanto, colaboraremos para que nós próprios e todos os demais venham receber para assim eliminarmos toda e qualquer burocracia. Quem quiser depois pode saber mais a respeito. Vou distribuir para cada um aqui uma cartilha que o Ziraldo fez.

Presidente Ana Rita, na semana que vem, cuidaremos de entregar em mãos à Presidenta Dilma Rousseff esta carta. Estou feliz porque todos os Senadores assinaram, faltam dois que não vieram esta semana, mas um chegará dos Estados Unidos e o outro chegará do Rio Grande do Norte. Assim, os 81 terão assinado. Faço questão de entregar pessoalmente nas mãos da Senadora para que ela institua um grupo de trabalho, se possível coordenado pelo Prof. Paul Singer, Secretário de Economia Solidária e estudioso do tema, para ver quais as etapas em direção à renda básica de cidadania.

Se vocês gostarem da proposta, podem inclusive escrever à Presidenta Dilma, que está na hora de aplicar, que é uma boa ideia. Por isso, vou distribuir a cartilha que o Ziraldo fez a respeito de uma história feliz.

Meus cumprimentos a todos.

Eu falei deste tema em função do que falou a Lucimara. Ao concluir a sua exposição falou sobre este assunto de alguma maneira. E aí está uma boa solução para atender ao seu anseio.

Meus cumprimentos a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Realmente é uma honra poder trabalhar com V. Exª aqui no Senado Federal.

Eu concedo a palavra a Arilson Ventura, Coordenador da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, que terá também um prazo de 15 minutos.

O SR. ARILSON VENTURA – Eu quero com muita alegria cumprimentar a Senadora Ana Rita.

Sou do Estado do Espírito Santo, do Município Cachoeiro do Itapemirim, da comunidade Quilombola de Monte Alegre, do mesmo Estado da Senadora Ana Rita.

Quero cumprimentá-la pelo trabalho que vem desenvolvendo tanto à frente desta Comissão de Direitos Humanos, como também vem desenvolvendo frente a essa questão da violência contra a mulher.

Também quero cumprimentar os demais membros da Mesa, cumprimentar o Thiago, a Drª Débora Duprat. Para evitar equívoco com os nomes, quero

cumprimentar os demais membros da Mesa em nome de Renato Tupiniquim.

Cumprimento também os meus companheiros coordenadores da Conaq, que representam diversos Estados do Brasil; todos os quilombolas do Mesquita.

É muito bom tê-los aqui conosco nesta audiência.

A Conaq, é Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas.

Quero cumprimentar também o Senador Eduardo Suplicy. Foi muito importante receber essas informações de S. Exª.

A Conaq é uma organização que está representada basicamente em todo o Estado da Federação brasileira e representa pelo menos cinco mil comunidades quilombolas no Brasil, cuja maioria sofre diretamente violação de direitos humanos, violando diretamente o que diz a Convenção 169.

Há um lema que costumamos dizer, que algumas organizações pegaram para si, que, com a parceria, nós vamos bem mais longe. E há algumas organizações utilizando esse lema: onde vá mais longe. E outros dizem: vai bem mais longe.

E a parceria que a Conaq e as comunidades quilombolas querem fazer com diversos organismos, nós acreditamos que vamos conseguir ir bem mais longe.

Acreditamos que estar aqui no Senado, sobretudo na Comissão de Direitos Humanos, significaria avançarmos um pouco mais, pois, como alguns já disseram aqui, a violação de direitos tem ocorrido, sobretudo, no Congresso Nacional, não só no Senado, como também na Câmara Federal.

As comunidades indígenas e as comunidades quilombolas têm sido atacadas quase que diariamente por diversos instrumentos que têm sido apresentados...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Arilson, só um minuto, por favor.

Quero registrar a presença do Senador Wellington Dias, que também é membro desta Comissão, é Líder da nossa Bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Então, é um prazer e um orgulho recebê-lo aqui neste debate tão importante. Ele também é descendente indígena. Depois ele poderá falar um pouco sobre isso.

Por favor, Arilson.

O SR. ARILSON VENTURA – Aproveito também para cumprimentar o Senador, do Estado do Piauí, Estado que também possui muitas comunidades quilombolas.

Há quilombola do Piauí aqui?

Há diversos quilombolas do Piauí aqui, Senador.

Como disse, alguns já citaram os diversos instrumentos que existem aqui nesta Casa, no Senado, e também na Câmara Federal, que violam os direitos humanos, sobretudo, das comunidades indígenas e das comunidades quilombolas.

Acredito que esta audiência e o diálogo proposto aqui nesta mesa nos possibilitariam avançarmos um pouco mais. É exatamente sobre isso que nós entendemos ser possível, ou seja, uma parceria com o Senado da República, para que possamos trabalhar sobre essas questões, sobretudo sobre a Convenção 169, que diz respeito às comunidades indígenas e quilombolas.

Eu queria apenas fazer uma referência ao art. 6º e parte do art. 7º da Convenção 69, que dizem:

ARTIGO 6º

1. Na aplicação das disposições da presente Convenção, os governos deverão:

> *a) consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;*

Veja bem, a Convenção 169 é muita clara quando diz o que é que o Governo tem que fazer. Já me antecederam dizendo aqui, mas eu vou afirmar algumas situações. Infelizmente, a Convenção 169 não vem sendo cumprida no Brasil, e nós temos diversos elementos que nós vamos apontar aqui que nos levam a afirmar essas questões. Nós temos no Brasil alguns marcos legais que nos fazem refletir sobre algumas coisas que poderiam levar o Governo brasileiro a não violar os direitos humanos das comunidades quilombolas. Mas infelizmente diversas ações não vêm sendo respeitadas pelo Governo Federal.

Neste ano, em especial, ou melhor, desde, me parece, do finalzinho de ano passado, o Governo brasileiro vem fazendo um esforço, numa parceria com a Conaq, sobretudo, em que realizamos diversos seminários discutindo a Convenção 169, por diversas regiões do Brasil. Passamos por diversos Estados. Eu tive oportunidade, inclusive, de estar em algumas reuniões em que está sendo um esforço muito grande. Estamos apresentando diversas propostas e proposições para que o Governo possa, enfim, respeitar a Convenção 169.

Eu vou apontar aqui algumas situações dessas, que nós entendemos que têm sido prejudiciais para nossas comunidades.

Neste ano acontece a 3ª Conferência de Igualdade Racial, com o tema Democracia e Desenvolvimento sem Racismo. Nós entendemos que não seja possível acontecer no Brasil o desenvolvimento sem se dar atenção às comunidades quilombolas e às comunidades indígenas.

O racismo continua acontecendo, porque os direitos não vêm sendo respeitados. Eu vou citar alguns exemplos que ocorrem. De Norte a Sul do Brasil acontece violação de direitos dessa natureza – acontece discriminação, acontece desrespeito. Nós queremos apontar alguns desses fatos aqui.

Como bem lembrou aqui a Drª Deborah Duprah, no Norte do Brasil, no Pará, sobretudo, há um procedimento da hidrelétrica, lá em Altamira, que viola diretamente direitos de algumas comunidades. No Amazonas, também no Norte, eu vou lembrar a Comunidade do Tambor, no Município de Novo Airão, onde acontecem violações de direitos.

Eu queria até evitar citar nome de instituição, mas não tem como não dizer, especialmente lá no Tambor, o ICMbio. É o órgão que, infelizmente, lá prejudica diretamente a nossa comunidade. E a Convenção 169 nesse procedimento é esquecida.

No Nordeste, eu vou apontar alguns fatos apenas. No Maranhão, sobretudo, há a base de Alcântara, em que a Força Aérea Brasileira prejudica diretamente as comunidades quilombolas que estão naquela região. Também na Bahia, a Comunidade Rio dos Macacos. A Marinha do Brasil, infelizmente, viola os direitos daquelas comunidades. Como também no Piauí, sobretudo na Comunidade de Contente, no Município de Paulistana, há (*Inaudível.*) que prejudica e impacta negativamente as comunidades quilombolas que estão ali, o povo que vive naquela região. E no ano de 2013, na 3ª Conferência de Igualdade Racial que acontece no Brasil, em que estão discutindo agora o desenvolvimento sem racismo, não é possível que esses fatos continuem ocorrendo. E aí bem lembrou aqui o Tiago. Em razão disso, estão acontecendo as discussões pelo Brasil, Tiago, para que a gente possa trabalhar essas questões.

No Sudeste também acontece violação de direito. Vou citar aqui o Rio de Janeiro, na Comunidade de Marambaia. Lá há um procedimento em que a Marinha impacta negativamente ou prejudica de forma – as palavras aqui me fogem até para dizer como seria a forma – vergonhosa aquela comunidade. No Estado de São Paulo, as barragens também prejudicam as comunidades que estão no Vale da Ribeira.

Então, não é possível nós continuarmos discutindo o desenvolvimento do Brasil sem levar em consideração essas comunidades que são impactadas diretamente. E alguma coisa precisa acontecer.

No Estado do Espírito Santo, Senadora Ana Rita, no nosso Estado, o gasoduto prejudica e impacta negativamente as comunidades que estão localizadas ali. Isso não é possível continuar ocorrendo.

Eu acho que algumas coisas precisam ocorrer de forma positiva para que as comunidades possam ter um pouco de dignidade.

Na Região Centro-Oeste não é diferente. O agronegócio tem prejudicado de forma grotesca as nossas comunidades quilombolas. Vou citar aqui. Está aqui presente a comunidade quilombola do Mesquita. A especulação imobiliária – as construções de condomínios, ali, sobretudo no território da Comunidade do Mesquita – tem prejudicado de forma vexatória, até, aquela comunidade. Como também as Comunidades do Kalunga, que envolvem diversos Municípios, onde existem mineradoras que prejudicam aquelas comunidades.

No Sul do Brasil, o agronegócio e a especulação imobiliária também têm prejudicado de forma grotesca as nossas comunidades.

Então, não é possível a gente discutir o desenvolvimento do Brasil sem que se dê atenção a esses povos que contribuíram e continuam contribuindo para o desenvolvimento da nossa Nação, sobretudo a comunidade indígena e os povos quilombolas, que, desde quando nós chegamos aqui, têm contribuído para o crescimento do Brasil.

E a Convenção 169 é esse instrumento. Eu queria só ler aqui o art. 7º da convenção, que diz que os povos indígenas e tribais deverão ter o direito a escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que afete sua vida, crenças, instituições e bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, execução e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional capazes de afetá-los diretamente.

Então, finalizo dizendo que a Convenção 169 está colocada. O texto da convenção é autoaplicável. Mas é preciso que ocorra esse processo de regulamentação – não sei se é exatamente o termo – para que, de fato, os direitos possam ser respeitados.

Assim eu quero, mais uma vez, dizer, Senadora Ana Rita, que é muito importante que esta parceria com o Senado Federal seja possível para que as comunidades, não só quilombolas, mas também indígenas, possam avançar e avançar muito mais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, coordenador Arilson Ventura, que faz parte da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, pela sua presença e pelo resgate que faz aqui de diversos projetos que estão em desenvolvimento

no País, que estão presentes em diversos territórios brasileiros. Sabemos o quanto isso pode, se não for devidamente discutido, devidamente respeitado como prevê a nossa Convenção nº 169, nos causar grandes dificuldades, grandes problemas. Já estamos enfrentando isso com relação aos povos quilombolas e à população indígena em particular.

Quer falar um pouquinho? (*Fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Eu preciso ir. Sou o Relator na CRE.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, está bem. (*Fora do microfone.*).

Queremos aqui agradecer a presença do Senador Eduardo Suplicy, que já se dirige para a Comissão de Relações Exteriores de que também é membro e precisa estar presente. Eu quero solicitar também ao Senador Wellington Dias...

-Então, eu vou agora conceder a palavra ao Alexandre Conceição. Alexandre, se você quiser ocupar a mesa, fique à vontade, fazemos aqui uma troca temporária. O Cleber está cedendo a cadeira, é importante que você venha até aqui. Estamos aqui nos organizando, porque a mesa não é suficiente para acolher a todos fisicamente, mas acolhe, com certeza, os convidados para que possam, também, ter o tempo de fala.

Enquanto o Alexandre se acomoda, informo que há várias pessoas representantes de comunidades quilombolas, Vou citar a presença de algumas lideranças também presentes, além de assessores, de Parlamentares. Estão presentes as assessorias do gabinete da Senadora Angela Portela, da Senadora Lídice da Mata, do meu gabinete com as informações que tenho até o momento. Também está presente aqui o Paulino Monteiro, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; o Christian, da Embaixada da Noruega. Quem é, por favor? Obrigada por sua presença, que bom que você está aqui. Está presente a Flávia, da Associação Maylê Sara Kalí; a Érika Lula de Medeiros, da Terra de Direitos – obrigada pela presença. Está aqui a Adriana de Carvalho, do gabinete da Senadora Ângela; o Márcio, do Gabinete da Senadora Lídice, enfim diversas pessoas e a TV Senado. Eu não vou citar o nome de todas, mas são essas as entidades. Se tiver alguma outra entidade que chegou posteriormente, manifeste-se. Ah, a Deputada Erika Kokay está aqui representada pela – como é seu nome? – Sandra, também quilombola. A Deputada Erika é uma grande parceira nesta Comissão de Direitos Humanos do Senado e é uma grande militante, colaboradora, integrante do Fórum de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Obrigada pela presença.

Concedo, então, a palavra ao Alexandre Conceição, representante da Via Campesina.

Obrigada, Alexandre, você é sempre solícito. Todas as vezes que a Comissão de Direitos Humanos faz o convite, você está aqui presente no meio de nós, representando a Via Campesina, que tem um papel muito importante na luta da população dos nossos agricultores, do Movimento Sem Terra. Gostaria muito de poder ouvi-lo também. Quinze minutos, para que você possa se manifestar.

O SR. ALEXANDRE CONCEIÇÃO – Bom dia a todos e a todas. Primeiro, novamente agradeço muito a Senadora Ana Rita pelo fato de sempre termos oportunidade de fazer esses debates aqui, já que a outra Casa não nos dá essa condição, porque lá há preconceitos mil contra os povos deste Brasil. Aqui, a gente tem encontrado uma verdadeira trincheira, na Senadora Ana Rita, para que tenhamos voz, mas, sobretudo, encaminhamentos práticos, como ela sempre faz ao final de cada sessão. Gostaria de cumprimentar a todos os companheiros que estão na mesa, a todos os companheiros que estão nos acompanhando nesse debate.

Inicialmente, quero dar um informe do que está acontecendo nesse momento no Brasil e em Brasília. Para isso, vou voltar ao dia 30, de que os companheiros que nos antecederam aqui já falaram: foi a mobilização indígena e quilombola que aconteceu do dia 30 ao dia 4, por direitos, pela Constituição.

Quando nos mobilizamos é porque nossos direitos estão sendo violados; é por isso que nos mobilizamos. Nós não nos mobilizamos porque simplesmente gostamos de nos mobilizar; mas lutamos e nos mobilizamos porque estamos sendo violados cada dia. Então, do dia 30 ao dia 4 houve grandes mobilizações indígenas. Estivemos juntos, participando com os companheiros. Ontem, iniciamos a Jornada Camponesa e ocupamos o Ministério da Agricultura, o Ministério que representa o agronegócio, o veneno, a exploração e expulsão dos camponeses do Brasil para fora das terras. Também, junto com o movimento da pesca, ocupamos o Ministério da Pesca, porque também os direitos dos pescadores estão sendo violados e o direito da pesca artesanal não está sendo respeitado. Houve, então, essa mobilização, e agora de manhã – por isso cheguei um pouco atrasado – estávamos ocupando o Ministério de Minas e Energia, porque também os direitos dos povos estão sendo violados. (*Palmas.*)

Ontem, Senadora, foi o Dia Mundial da Alimentação e, por contradição ou por tragédia brasileira, ontem estavam debatendo aqui no Senado e na Câmara a implementação das sementes Terminator, as sementes transgênicas, em detrimento das sementes

crioulas, em detrimento das sementes agroecológicas. O interesse do capital é dominar a nossa agricultura e os nossos recursos naturais. Mas ontem, com a ocupação do Ministério, conseguimos, na articulação nessas duas Casas, pelo menos, que o Governo tomasse uma posição, uma postura de ser contra essa medida. Ele vai articular os Deputados e os Senadores para, também, engajarem-se nessa luta contra as sementes transgênicas. Pedimos, aqui, a esta Comissão que se engaje também junto a nós contra essas sementes da morte, que são as sementes transgênicas, as sementes Terminator.

Agora eu gostaria de falar um pouco sobre a nossa audiência, que é da Convenção 169. E, nessa fala bem breve, eu quero trazer a Convenção 169 no tempo. O tempo para o capital é um; e os Governos e a Justiça para o capital têm um tempo supersônico, têm um tempo que é extraordinário e ligeiro. Mas, quando o tempo é para os povos tradicionais, para os povos indígenas, para os sem-terra, ele parece que não passa. A Convenção foi apresentada em 1989, e só em 2002 é que ela foi ratificada no Brasil; só em 2003 ela foi. E a Secretaria-Geral da Presidência tem feito, de fato, os seminários. Mas a pergunta fica no ar: seminários para quê? Consultar para quê? Uma das garantias da Convenção, para tentar resumi-la bem aqui, é a igualdade dos direitos humanos aos povos tradicionais e povos indígenas.

A segunda coisa que traz a Convenção é a consulta a esses povos. Então, são: igualdade e consulta. Onde é que estamos tendo direitos iguais, hoje, no Brasil?

Para que serve a consulta que está garantida na Convenção? Aí vou fazer a seguinte afirmação: a consulta serve para a transposição do São Francisco. Tantas lutas os povos indígenas tiveram com os povos sem-terra. Já era para ter sido inaugurada essa obra. Hoje, virou um canteiro de cimento a céu aberto. Ninguém sabe quando é que vai chegar uma gota de água no sertão do São Francisco, nessa transposição que tinha um valor e que hoje teve seu valor triplicado.

Essa consulta serve para quê? Para empurrar goela abaixo a hidrelétrica de Belo Monte e tantas outras que querem construir. Cada hidrelétrica dessa significa a morte da terra, do meio ambiente e dos povos. Essa consulta serve para quê? Para o agronegócio avançar assustadoramente, como está avançando em nossas terras, tomando conta da agricultura brasileira para apenas produzir *commodities* agrícolas e mineiras para mandar para os Estados Unidos e para a Europa. Para que serve a consulta, companheiros e companheiras? Para o Governo empurrar goela abaixo o Código da Mineração, que vai expulsar, segundo as nossas contas, mais de cem mil famílias, que perderão suas terras, suas casas, suas moradias. Se esse Código da Mineração que está sendo proposto pelo Governo for aprovado, a violação à Convenção 169 apenas vai virar letra morta. Não queremos que a Convenção vire letra morta.

O Brasil é signatário da Convenção. Se for signatário, tem de implementá-la nestas duas essências: a consulta e a igualdade. Mais uma vez pergunto: há consulta para quê? Para o Governo decretar a Medida nº 7.957, que é um ato institucional contra os direitos humanos, para botar a Força Nacional em qualquer território – indígena, negro, quilombola, sem-terra – para o capital explorar os minérios do jeito que quer. É só ler o Decreto nº 7.957 que vocês vão ver lá. É uma violação à Convenção 169.

O Governo na sua representação, Senadora, da Ministra Gleisi Hoffmann, chama para a consulta. Mas a consulta é para quê? Para anunciar, junto com Kátia Abreu, que estão suspensas as demarcações de terra indígena, violando, inclusive, a Constituição Federal. Para quê? Para o Ministro Cardozo ir à televisão e oferecer, unicamente, às questões da luta indígena naquele período a Força Nacional de Segurança. É um absurdo o que está acontecendo em nosso País: a violação dos direitos humanos.

Por isso, é que estamos mobilizados durante toda a semana, por isso é que a nossa mobilização, junto com os povos indígenas, iniciou-se no dia 30 e seguirá durante toda esta semana. Estamos sendo violados todos os dias.

Aqui tem representação internacional. É importante que a representação internacional também conheça este Brasil que não se conhece lá fora, este Brasil que não é o Brasil da Copa do Mundo, nem do carnaval. Este Governo, já que estamos em clima de Copa do Mundo – e o Governo se dedicou tanto à Copa do Mundo – se houvesse um campeonato mundial de direitos, seria o Íbis, o pior time do mundo. *(Palmas.)*

Este Governo seria o Íbis, considerado o pior time do mundo.

Então, está na hora, Senadora Ana Rita. Nosso pedido aqui para a senhora é para que dê uma revisada nesse Decreto nº 7.957 e nos ajude a garantir a implementação da Convenção 169. Que ela não vire letra morta e que seja, sim, letra viva, direito respeitado. Que possamos construir outro Brasil. Este Brasil que estamos construindo, o do agronegócio, o dos grandes investimentos do capital internacional, cada vez mais, será um Brasil de conflitos e de lutas permanentes. Nós queremos resolver os conflitos e, principalmente, queremos ficar em nossos territórios, em nossos as-

sentamentos, cuidando da produção, produzindo vidas, produzindo cultura, para que este País possa avançar.

Muito obrigado, Senadora, muito obrigado a todos pela oportunidade de trazermos nossas reflexões com relação a essa Convenção e ao que está acontecendo hoje em nosso País. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Alexandre, por sua presença.

Parabenizo e manifesto todo apoio e solidariedade da Comissão de Direitos Humanos ao Movimento que a Via Campesina tem feito no País e aqui em Brasília, chamando a atenção de todos nós que temos a função e a missão de representar o povo brasileiro aqui no Congresso Nacional para as causas que afetam a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras. Da mesma forma, chama a atenção de todo o Poder Executivo, chamando a atenção de todas as instituições públicas, da Justiça, para que, de fato, se faça justiça em nosso País. Quero parabenizar vocês e manifestar toda a nossa solidariedade.

Estamos, agora, com uma questão de tempo. Preciso concluir essa audiência pública até às 11h. Não vamos, aqui, abrir para perguntas. Acredito que os debates e as exposições foram altamente esclarecedores e, ao mesmo tempo, provocativos porque nos provocaram sobre várias questões. Essa discussão não se encerra, vai continuar em outros momentos, com novas audiências, com outras iniciativas tomadas não só por esta Comissão, mas por outras Comissões desta Casa e por vocês, também, que poderão provocar tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados e o Governo Federal para o diálogo e a conversa.

Gostaria, antes de conceder a palavra aos demais membros da mesa, para que também se manifestem neste encerramento, de fazer aqui dois encaminhamentos. Mas vocês também poderão propor outros encaminhamentos, o que acho importante. A Comissão de Direitos Humanos tem uma preocupação nesse sentido. Não podemos ficar apenas nas falas, nos debates. São importantes, com certeza, porque nos ajudam a compreender e a ter um olhar mais atento aos problemas aqui levantados. Nós queremos, também, oferecer uma contribuição um pouco mais efetiva aos assuntos aqui debatidos.

No caso aqui, a Comissão de Direitos Humanos encaminhará às demais Comissões do Senado a nota das entidades – fiz a leitura de parte dessa nota no início de nossa audiência – para todos os Senadores e para todas as Senadoras das demais Comissões para que sirva de parâmetro nos debates e nas votações de proposições legislativas em tramitação no Senado Federal. Que o conteúdo, que as informações contidas nesse documento que vocês lançaram publicamente possam chegar a todos os Parlamentares para servir de base às discussões de matérias que tramitam nesta Casa e na Câmara dos Deputados. Então, faremos chegar também aos Parlamentares da Câmara dos Deputados.

Gostaria de fazer uma solicitação aos representantes do Governo. Aqui está o Thiago, representando a Secretaria-Geral da República. Faço também uma solicitação ao Ministério Público através da Drª Deborah Duprat, a fim de que nos forneça uma nota técnica orientativa a respeito da Convenção 169, colocando, de fato, os procedimentos relativos às consultas. Assim, poderemos não só obter os argumentos para nos subsidiar nos debates sobre as matérias legislativas, mas, também, utilizar essa nota técnica como documento oficial das instituições, tanto do Governo quanto do Ministério Público para ser encaminhado para as demais Comissões referentes à Convenção 169.

É claro que a Convenção é conhecida pelos Parlamentares, mas é importante uma nota técnica trazendo para a realidade brasileira, apontando as preocupações que o Governo tem e que o Ministério Público tem com relação aos grandes projetos, com relação a tudo isso que foi levantado aqui pelas entidades. Dessa forma poderemos ter aqui, minimamente, o olhar e a opinião do Governo e do Ministério Público a respeito da Convenção 169.

Então, gostaríamos de solicitar que vocês nos repassem – se a Funai também puder nos fornecer – essas orientações dos órgãos que têm se debruçado sobre esse assunto para nos subsidiar e nos orientar na condução das discussões que são feitas aqui no Congresso Nacional.

Acredito que vai nos ajudar muito. E poderemos, inclusive, dar visibilidade a esse conteúdo, através do Plenário do Senado, através das Comissões das quais participamos. Certamente, os debates aqui serão travados de forma mais intensa a respeito das matérias que aqui tramitam. Sabemos das preocupações que vocês têm, já manifestadas anteriormente em audiências públicas por ocasião de atividades realizadas aqui no Congresso Nacional. E nós temos a responsabilidade de dar uma resposta mais efetiva às questões que vocês já levantaram.

Isso é um pouco do que eu penso em termos de encaminhamento, mas, fiquem à vontade para propor outras iniciativas. Então, dessa forma, vou conceder a palavra por um tempo de três minutos, no máximo, cinco, para que não ultrapassemos o tempo de 11h.

Vou conceder a palavra à Drª Déborah Duprat para que ela possa se manifestar. Em seguida, ao Thiago, e, assim, nós vamos fechando a mesa.

A SRª DÉBORAH DUPRAT – Muito obrigada, Senadora, Ana Rita. Primeiro, eu gostaria de dar uma notícia, pois nos chegou a informação de que, na próxima semana, muito provavelmente, o Supremo Tribunal Federal julgará os embargos de declaração da Raposa Serra do Sol. Essas condicionantes que hoje estão dirigidas para a questão indígena virão necessariamente para todas as outras territorialidades. Então, seria muito importante o movimento de mobilização junto aos Ministros do Supremo para mostrar, enfim, que aquelas condicionantes... Inclusive várias delas estão na contramão da Convenção 169 da OIT porque presume que tudo pode ser feito dentro dessas áreas, independentemente de consulta e de autorização.

Há outro encaminhamento, Senadora, acho que seria muito interessante. A Lucimara falou aqui a respeito do IBGE e das populações ciganas, dos acampamentos ciganos, mas essas comunidades tradicionais, muitas comunidades quilombolas, inclusive indígenas, principalmente os povos isolados, encontram-se na mais absoluta invisibilidade. Então, não adianta termos uma convenção que empodere esses povos, que diz que eles devem ser consultados, se ele continuam invisíveis para a sociedade brasileira e para o Governo, principalmente.

Então, é preciso que o IBGE se capacite, que ele tenha capacitação adequada para ver, também, para enxergar esses povos, para superar as categorias com as quais trabalha porque unidade familiar, por exemplo, não é mais uma categoria adequada. Nós estamos falando de territorialidade, de povos, de populações. Então, é muito importante que elas estejam visíveis.

Estamos falando aqui do campo, mas é muito importante lembrar o que está acontecendo, na atualidade, com os pescadores tradicionais, que estão perdendo seus territórios tradicionais de...

(Soa a campainha.)

A SRª DÉBORAH DUPRAT – ... de pesca.

Aquela mesma política do agronegócio agora se dá nos corpos d'água sob a forma de aquicultura. Enfim, as águas são cercadas, e esses pescadores tradicionais, responsáveis por 70% do pescado brasileiro, estão sendo afastados de seus territórios tradicionais. Então, é muito importante a visibilidade de todo esse processo; do contrário, aquilo que se conquistou corre o sério risco de ficar onde está ou dar passos para trás.

Muito obrigada, e, mais uma vez, saúdo a importância deste evento. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Drª Déborah, a senhora ainda tem um tempo para falar. Foi bem objetiva. A campainha toca e dá um susto, não é? Mas vocês têm mais um tempo ainda, de três a cinco minutos. Ela vai tocar, com certeza, quando dá dois minutos, para avisar que está chegando aos três, mas se precisar, vocês têm um tempinho maior.

Eu concedo a palavra, agora, ao Thiago Almeida Garcia, Assessor da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O SR. THIAGO ALMEIDA GARCIA – Obrigado, Senadora, mais uma vez agradeço à Comissão de Direitos Humanos pelo convite pra a Secretaria-Geral estar aqui neste debate. Nós avaliamos que é muito importante haver espaços como este, em que o Governo Federal, o Legislativo, o Ministério Público, os movimentos sociais e, principalmente, os sujeitos de direito, possam debater, dialogar, sobre uma questão tão importante como a Convenção 169, da OIT.

Nós da Secretaria-Geral, dentro das nossas atribuições e como coordenadores do grupo de trabalho de regulamentação do direito de consulta, temos trabalhado na perspectiva de fazer com que, de fato, a Convenção 169 possa valer, que não seja letra morta, como disse bem o Alexandre, e que seja, de fato, incorporada às práticas diárias dos Ministérios, das autarquias que têm ações relacionadas a povos indígenas, a comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais. Essa é a nossa perspectiva de trabalho.

A gente sabe que não é algo fácil, vivemos em um Estado que não foi pensado, não foi organizado, não foi construído respeitando os povos e comunidades tradicionais. Então, também precisamos, dentro das nossas atribuições, das atribuições de cada um, fazer uma mudança dentro do Estado. Procuramos, na Secretaria-Geral, fazer a disputa dentro do Governo para que, de fato, os Ministérios, as autarquias trabalhem nessa perspectiva. Mas não é algo simples; é algo complexo, e contamos com o apoio de todos.

Respondo rapidamente, esclarecendo o Cleber Buzatto, do Conselho Indigenista Missionário, que fala da questão dos consensos. Eu coloquei que tínhamos o consenso de Governo. É uma proposta na qual temos trabalhado no sentido de que, de fato, tenhamos um protocolo de consulta que traga bem definido quem são os sujeitos de direito, quais são os princípios e quais são os procedimentos.

A nossa intenção, a determinação do Ministro Gilberto Carvalho é de que essa proposta seja amplamente debatida, seja colocada em discussão a fim de que todos tenham o poder de influenciar, trazer subsídios e discutir. O Renato coloca um pouco a perspectiva indígena, não é Renato? Concordamos e respeitamos a decisão de vocês, mas, ainda assim, nos colocamos à disposição para fazer esse debate em relação à Portaria nº 303. Desde que ela foi publicada pela AGU, a

gente se posicionou de forma contrária, tanto o grupo de trabalho interministerial quanto a Secretaria-Geral. Conseguimos a suspensão da portaria. Não conseguimos a revogação.

Como a Drª Déborah coloca, provavelmente na próxima semana, vamos ter a votação das condicionantes. A nossa expectativa, a nossa vontade, como Secretaria-Geral, é que caiam as condicionantes, que não se as apliquem às demais terras indígenas nem aos quilombolas e comunidades tradicionais; esperamos que, de fato, a portaria também seja revogada e que a gente possa voltar nesse diálogo.

Com relação às propostas legislativas, a própria Presidente Dilma já se posicionou contrária à PEC 215 e orientou a Bancada do seu partido, o Partido dos Trabalhadores, que se posicione contrária à PEC 215. E nós continuamos nesse debate com relação às outras iniciativas aqui. Também somos contrários a qualquer iniciativa que traga alguma restrição aos direitos indígenas.

Aproveito também, como o Renato colocou, para pedir o apoio aqui da Comissão de Direitos Humanos e do Congresso para que consigamos avançar na questão da criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, que vai ser um espaço essencial para a garantia da participação, do controle social e da consulta para povos indígenas para que, de fato, eles possam participar das decisões e ter esse espaço de diálogo não só com o Executivo, mas também com o Legislativo.

Para encerrar, porque o meu prazo já se esgotou, hoje é um dia feliz para nós, da Secretaria-Geral da Presidência da República, porque agora, exatamente às 11h, lá na Conferência do Desenvolvimento Rural Sustentável, a Presidenta vai assinar o decreto de criação da Política Nacional de Agroecologia. Essa foi uma luta dos movimentos com a Secretaria-Geral e outros Ministérios para que tenhamos uma política que vá de encontro, vá contra justamente isso que vocês falaram da questão dos agrotóxicos, da produção não agroecológica que temos hoje. Agora, às 11 horas, a Presidenta vai estar lá para a assinatura. Acho que quem está aqui da Conferência está indo para lá agora. Então, para nós é uma alegria estar aqui neste dia, que é especial para nós, da Secretaria-Geral.

Agradeço a todos da Mesa, principalmente ao Renato, à Lucimara e ao Arilson.

Só um último ponto com relação a povos de comunidades tradicionais. Você falando, eu me lembrei da Cláudia Calório, das comunidades pantaneiras, do Mato Grosso do Sul, que tem debatido muito conosco essa questão da Convenção nº 169. Na última reunião, ela falou: "A gente quer que o Governo reconheça as comunidades tradicionais como sujeitos de direito, mas, independente disso, a gente já se reconhece como sujeitos de direitos na Convenção nº 169, e isso é o mais importante." Então, o autorreconhecimento já existe. Agora, temos que fazer o reconhecimento do Estado.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Thiago, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Concedo a palavra, agora, à Érika Yamada, Coordenadora-Geral de Promoção da Cidadania da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A SRª ÉRIKA YAMADA – Também quero agradecer e, como últimas considerações, acho que essa nossa análise nos faz ver que, na Convenção nº 169, o direito de consulta e de participação é autoaplicável. Isso não pode passar batido. Ou seja, ele já é exigível e deve ser praticado independente da regulamentação de procedimentos mais adequados para isso.

E, apesar de, talvez, na maioria dos casos concretos que envolvem consultas com relação a projetos de desenvolvimento e de empreendimento, a gente identificar falhas ou inexistência desse processos de consulta, quero dizer que, pelo lado positivo, a Convenção nº 169 nos permite ver que temos um instrumento para exigir esses direitos. Na verdade, é mais que isso.

O processo de discussão da consulta, como esta audiência está proporcionando, nos faz refletir sobre como o Legislativo e o Executivo precisam aprender a dialogar, respeitando a autonomia dos povos indígenas. Eu costumo dizer que antes, no Poder Executivo, quando qualquer coisa dissesse respeito a povos indígenas ou a indígenas, os outros órgãos de governo remetiam à Funai para ela dizer o que esse povo quer, o que esse indígena quer ou não quer. E fomos trabalhando.

Acho que os conceitos da Constituição Federal e da Convenção nº 169 nos dão a base para levar outros órgãos, outras instâncias a entenderem que os povos indígenas falam por si só. Os indígenas têm o seu... São mais de 305 povos indígenas, que têm especificidades entre si. E não é o Governo que vai falar por eles. São os povos indígenas que falam por si.

Apesar do nosso avanço de a Funai ser articuladora, atuar em defesa dos direitos dos povos indígenas e não falar em nome deles, como tutor, numa atitude tutelar e assistencialista, ela ainda deve se estender e se aprofundar dentro do Congresso Nacional para que esses projetos de lei e medidas que envolvam direitos dos povos indígenas, como os dos quilombolas tradicionais, sejam dialogados com respeito e com humildade de poder para, a partir do diálogo, aprender e aprimorar essas propostas de medidas, porque estamos falando de visões de mundo, modos de vida diferenciados. E nos influenciamos mutuamente.

E quero dizer que a Funai vai, sim, preparar a nota técnica. Já estávamos trabalhando nisso em razão desse parecer, no âmbito do PL da Mineração, que diz que a consulta não é autoaplicável, que os indígenas têm que estar integrados, que o Congresso Nacional só faz consulta via plebiscito e referendo, ou seja, ignorando todas as especificidades e as medidas especiais previstas na Convenção nº 169 da OIT. Já estamos preparando essa nota técnica, que deve servir para o entendimento da aplicação da Convenção nº 169 como um todo. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Érika.

Eu quero aqui fazer as suas palavras as minhas. Acho que é muito importante quando nos colocamos numa relação de aprendizagem. O Congresso deve aprender muito também com a população. Ninguém aqui pode se achar superior. Então, o fato de escutar, de ouvir é um processo também de repensar alguns conceitos, repensar algumas práticas. Eu vejo dessa forma. E a Comissão de Direitos Humanos, que é de legislação participativa, mais do que nunca, tem esse papel e essa obrigação também de fazer esse exercício da escuta. Isso é fundamental.

Eu vou conceder a palavra, agora, ao Dom Maurício Andrade, Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

O SR. DOM MAURÍCIO ANDRADE – Senadora, as minhas considerações finais são no sentido de dizer e reafirmar que as palavras que nós ouvimos aqui, especialmente do Renato, do Arilson e do Alexandre, sintetizam, trazem a síntese e o sentimento da urgência dessa matéria, dessa necessidade de reflexão e aprofundamento, porque eles trazem a voz e a expressão de quem nós estamos falando, de quem nós estamos tratando aqui.

E aí quero dizer que nós do Fórum Ecumênico ACT queremos indicar três situações, três caminhos que são importantes nessa discussão. Primeiro, que a relação de desenvolvimento sejam baseada num enfoque de direitos, que o desenvolvimento tenha um enfoque, primordialmente, na questão de direitos, que possamos trabalhar na superação da desigualdade, como bem frisou o Alexandre, porque a Convenção aponta para a questão de igualdade de direitos e para consultas. Então, que possamos trabalhar na direção de superação de desigualdades e fortalecer os espaços como este de discussão e de articulação para um debate político e possamos, como disse a Drª Déborah, dar, cada vez mais, visibilidades a todos os povos, sejam os indígenas e as populações tradicionais.

Arilson, quando você falava de parceria, eu me lembrei de um ditado que diz que, quando queremos fazer uma viagem muito rápida, fazemos sozinho, mas, quando queremos fazer uma viagem longa e precisamos estar juntos, fazemos acompanhados, fazemos juntos.

(Soa a campainha.)

O SR. DOM MAURÍCIO ANDRADE – É mais difícil andar junto, viajar junto – cada um quer fazer uma coisa diferente, cada um quer ver alguma coisa diferente –, mas, se vamos buscando o consenso, vamos construindo coisas muito mais sólidas.

Por isso, a importância para o FE/ACT é que nós trabalhamos nessa dimensão da parceria, da cooperação ecumênica. E aqui representamos, expressamos esse sentimento.

Agradeço essa oportunidade, Senadora, e a parabenizo, mais uma vez, pela sua iniciativa e pela condução desse trabalho. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dom Maurício, pela força, pela presença aqui hoje e pela contribuição que o senhor tem nos dado aqui, neste debate.

Eu vou conceder a palavra, agora, para a Lucimara Cavalcante, Assessora Técnica da Associação Internacional Maylê Sara Kalí.

A SRª LUCIMARA CAVALCANTE – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de estar aqui falando dos povos ciganos, mas também pedir a esta Casa que mantenha firmemente o leme desse barco.

Nós ouvimos aqui organizações e sociedades civis já desacreditando das ações do Governo. Enquanto os ciganos estão tendo e vendo, a cada dia, a cada mês, as ações do Governo firmes e fortes, os senhores já não estão tendo.

Então, eu gostaria que fosse relevada também a Portaria nº 89, da Secretaria do Patrimônio da União, que dá a certificação de terras aos povos quilombolas e indígenas. E essa portaria é desconhecida pelos movimentos sociais e principalmente pelos gestores públicos.

Gostaria de dizer à sociedade civil organizada que a Convenção nº 69 só não vai ser implementada, se nos matarem, se deixarmos de existir neste País, porque, enquanto houver alguém para se levantar e conversar com os gestores públicos deste País, com a área legislativa e executiva deste País, em defesa dos nossos direitos humanos, essa Convenção vai existir, assim como as outras convenções também da ONU.

Então, gostaria aqui de agradecer esta participação, de poder mostrar também aos outros movimentos, para que haja respeito ao movimento dos povos ciga-

nos. Ele é novo, e nós estamos no início daquilo em que os senhores já estavam, há anos. Nós estamos dando entendimento às comunidades tradicionais ciganas deste País. Então, vamos pegar as experiências dos senhores, para fazer com os povos ciganos algo de entendimento.

E queremos agradecer. Mas pedimos, sim, aos movimentos tradicionais deste País que respeitem também o movimento dos povos ciganos, porque eles existem e agora entendem que têm de sair da invisibilidade.

Nós lutamos pelos direitos fundamentais de acesso a serviços públicos, de serem eles ouvidos pelos gestores públicos. Portanto, eu diria aqui ao Renato – não é, Renato? Você, que já está desgastado... E a gente sabe que, quando trabalha, lá na ponta, com a comunidade, as coisas que acontecem têm de ser resolvidas de forma imediata, não podem esperar o Governo dizer "Ah, vamos fazer um planejamento". Enquanto se faz planejamento, há pessoas morrendo lá na ponta.

E é esse às vezes o nosso desespero. Não perca a esperança. Continue sendo líder do seu povo, assim como todos os outros. A esperança tem que existir. E é sempre aquela palavra: uma candeia não pode iluminar uma floresta, mas pode incendiá-la.

Então, vamos manter viva a nossa fé e a nossa esperança de ter, com dignidade, a defesa dos nossos direitos, como cidadãos e cidadãs brasileiras. Não vamos desistir.*(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Lucimara, pela sua presença, pela representação que faz aqui, hoje, da população cigana.

Eu concedo a palavra ao Renato Tupiniquim, que é da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

O SR. RENATO TUPINIQUIM – Primeiro, quero agradecer o convite em nome da Apib. É muito bom quando fazem audiência e nos convidam, porque há muitas audiências na Câmara dos Deputados, e não somos convidados – só querem falar pela gente, e a gente não tem oportunidade de falar.

Um dos encaminhamentos que eu queria propor à Comissão do Senado é que saia um documento desta Comissão para a Dilma Rousseff, pedindo a ela que homologue as terras que estão sobre sua mesa. Há muito tempo, também, há documento para ela homologar, e até hoje... Sentimos que ela engavetou e não quer saber. Essa é a primeira coisa.

Também queria ressaltar que ficamos indignados na mobilização, porque o Governo, nessa mobilização que está acontecendo, ultimamente está botando a polícia para bater de frente, *spray* de pimenta. Foi o que aconteceu na nossa mobilização. Rapidinho eles trouxeram a polícia de onde quiseram. Fecharam as portas, as entradas, tudinho, lotaram de polícias dentro do Senado e da Câmara dos Deputados.

De fato, acreditamos que a Casa não é mais do povo, não é? Porque, se não podemos entrar, então a Casa não é do povo. A Casa é de algumas elites. Não são todos os Deputados e Senadores, mas algumas elites grandes fazem isso e acabam complicando a situação.

De antemão, também, quero dizer que houve a fala de um Deputado, na Câmara dos Deputados, e ele dizia assim: "meia dúzia de indígenas, uns vagabundos de cara pintada..." Complicado, não é? Esses Deputados têm de estudar bem, têm de ser educados, têm de ser processados. E outra coisa: ninguém vem quebrar porta de Senado. O que aconteceu foi fato. Passamos pela barreira, só que, infelizmente, ao entrar, um segurança fechou a porta na hora. Ou vai a cara do índio ou vai o braço, não é? Para não ir a cara e não perder a vida, vai o braço dele.

Então, deixo claro que o movimento indígena, o movimento quilombola, a sociedade que estava nessa mobilização, ninguém veio badernar. Viemos fazer nossas articulações; viemos na paz, para dar nosso grito e tentar ver se o Governo nos escuta. De antemão, falo que fui eu que saí acidentado. Deixo claro isso. A gente viu que a reportagem que saía era só madeira.... nos movimentos sociais, nos indígenas e nos quilombolas. Então, é preocupante também. Acredito, sim, que temos muito a avançar, mas depende muito dos nossos diálogos; depende muito de haver confiança. E hoje são poucos os Senadores e, inclusive, Deputados, em que a gente pode confiar.

Fico feliz, sim, porque, além de eu ser jovem ainda, estou sentado a esta mesa com muitas lideranças, com companheiros quilombolas lá do Espírito Santo. Muitas vezes, fui à comunidade deles, quando eu estava lá ainda. Então, temos esse laço. Nós, povos indígenas e quilombolas, temos esse laço mesmo. Nós estamos juntos para o que der e vier.

De antemão, quero falar: parar de lutar eu não vou. Para eu parar de lutar, só quando Deus quiser me levar ou, senão, se algum ruralista mandar ou tentar me matar, porque ultimamente nós, lideranças, estamos correndo esse risco direto.

Mas era isso. Correndo mais um risco de vida, vou deixar meu recado, que deixamos direto, no Acampamento Terra Livre ou no nosso acampamento, agora, em que estivemos, na mobilização. Deixamos para a reportagem, mas não tiveram coragem de passar.

Nós, já juventude, fizemos uma faixa para a Kátia Abreu. Nós fizemos uma faixa para ela: "Kátia Abreu, se agrotóxico não faz mal, então beba". *(Palmas.)*

Outra: nós estivemos também com a Presidente Dilma. Vão me desculpar, mas também vou falar. As três poderosas que querem acabar com os direitos indígenas: Dilma Rousseff, Gleisi Hoffmann e Kátia Abreu.

Toca a buzina, para elas começarem a entender que as coisas não são do jeito que elas querem, mas, devem, sim respeitar o direito humano. E ultimamente não estão respeitando.

Hoje os movimentos sociais estão saindo para a rua, para dar seu grito, mas é a polícia que vai sempre combater, que sempre vai só para bater e, quem sabe, matar qualquer um de nós. É só isso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Renato.

Confesso que você nos emocionou aqui, hoje. Pelo seu jeito, pela sua forma, pela serenidade com que você fez sua fala e colocou os problemas.

Então, obrigada e parabéns para você.

Vou conceder a palavra agora para o Alexandre Conceição, representante da Via Campesina.

Só peço mais brevidade, porque – confesso – tenho de viajar às 11h20 e preciso estar no aeroporto. Então, estou correndo contra o tempo.

O SR. ALEXANDRE CONCEIÇÃO – Senadora, quero agradecer a oportunidade de fazermos o debate, trazendo temas e preocupações. É bom saber que, daqui, das suas mães, sairão encaminhamentos. Tem sido assim em outras audiências e esperamos que continue assim, porque aqui, temos conseguido, neste espaço, o direito a voz e a vez.

Gostaríamos de agradecer o seu convite para a nossa participação, mas trazer presentes duas coisas ao final aqui.

Quanto a essa questão das garantias, dos direitos da Convenção 169, que a senhora possa dar encaminhamento com relação à efetivação da Convenção; que a gente possa e a senhora possa pedir a ampliação completa para o debate do Código de Mineração, porque não dá para fazer um Código de Mineração sem ouvir os povos tradicionais, os quilombolas, os sem terra, os indígenas, ouvindo só a Vale do Rio Doce e as empresas de mineração internacional. Tem de ser feito um debate sobre o Código de Mineração levando em consideração quem está em cima dessa terra.

Com relação à nossa luta, para nós não resta alternativa: é a unidade do campo, a unidade do movimento indígena, do movimento quilombola, é a unidade dos povos em luta que fará a diferença; ou nós faremos a diferença nas mobilizações, nas jornadas de ocupações do latifúndio improdutivo, do latifúndio que envenena a nossa terra, do latifúndio que tenta nos criminalizar e nos matar, para que a gente possa trazer para dentro desta Casa e para a sociedade brasileira um país verdadeiro, um país que a gente quer construir.

Portanto, estamos agradecidos por participarmos deste evento. E quero dizer que estamos, cada vez mais, construindo a unidade dos movimentos do campo e, portanto, a tendência nossa vai ser fazer lutas cada vez mais massivas e participativas no conjunto das forças dos movimentos sociais no Brasil.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Alexandre, mais uma vez, pela sua presença.

Concedo a palavra, agora, ao Arilson Ventura, da Conaq.

O SR. ARILSON VENTURA – Peço licença para ficar de pé.

Quero, Senadora, agradecer a V. Exª, dizendo que, quanto aos encaminhamentos colocados aqui, a senhora tem a confiança dos quilombolas do Estado do Espírito Santo, de que tenho o prazer de ser o coordenador geral, como também da Conaq, que represento aqui, junto com todos os coordenadores nacionais que estão aqui. Acreditamos que a senhora vai dar continuidade, assim como a senhora colocou, aos procedimentos deste trabalho.

Quero dizer que, quando fiz referência aqui a São Paulo, sobretudo na questão da violação de direitos que ocorre ali com as barragens, acabei me esquecendo de dizer que a criação das unidades de conservação também tem sido um grande problema para as comunidades quilombolas do Estado de São Paulo.

Finalizando, quero dizer que nós colocamos quase tudo do que pretendíamos colocar aqui, mas, finalizando a minha fala, fazendo referência aqui ao que o Dom Maurício fez referência, quero dizer que, nas comunidades quilombolas, durante um bom tempo, tentamos, sim, caminhar sozinhos. Mas entendemos que é muito difícil, é muito complicado. E aí nós entendemos que, com a parceria que nós estamos propondo, com esta Mesa colocada aqui, com a Secretaria-Geral da Presidência, com a 6ª Câmara, com os indígenas, com o Senado, com o Dom Maurício, com a Via Campesina, com a Funai, com todos os representados, com os organismos internacionais que estão aqui, com os ciganos; com todos que estão aqui, nós acreditamos que seja possível irmos bem mais longe.

Assim, queremos agradecer a todos, desejando um bom dia a todos. Um abraço. Tudo de bom para todos. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Arilson.

Concedo a palavra ao Cleber Buzatto, representante aqui do Cimi, para fazer também as suas considerações finais.

O SR. CLEBER BUZATTO – Quero apenas agradecer, então, à Senadora pelo convite e também à equipe aqui da Comissão de Direitos Humanos, que se dedicou para a organização desta audiência pública, aos demais Senadores que compõem a Comissão.

Quero fazer referência à fala da Drª Deborah, que, no início, contextualizou a Convenção 169 como resultado de um processo de afirmação de direitos.

Hoje, todos sabemos, nós vivemos no Brasil a existência de um movimento, puxado pelas forças econômicas, especialmente vinculadas ao latifúndio, ao agronegócio, às grandes mineradoras, empreiteiras, que ataca e coloca em sérios riscos de restrições e riscos de retrocesso esses direitos das populações indígenas, tradicionais, quilombolas. Nós queremos apenas, então, manifestar a nossa expectativa, a nossa confiança de que a Convenção 169 continue com o movimento de afirmação de direitos; que ela seja, portanto, na sua aplicação, um forte instrumento de afirmação dos direitos, e que não seja transformada em mais um instrumento de ataque para restrição de direitos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Cleber.

Quero também dizer que me foi solicitado aqui, e, infelizmente, não será possível conceder-lhe a palavra, em função do tempo – tinha pedido, pelo menos, 2 minutos –, o Kina Piauí Quilombo. Em outra ocasião, teremos a oportunidade de ouvi-lo.

Quero aqui agradecer, então, a todos os nossos convidados e convidadas; dizer que as sugestões que aqui foram dadas estão todas registradas e farão parte da nota taquigráfica. Também a TV Senado gravou esta audiência pública, que possivelmente vai ao ar também em outros momentos. Então, o que foi sugerido aqui, nós estamos acolhendo esses encaminhamentos, e a Comissão de Direitos Humanos se coloca nessa condição de ser parceira, colaboradora e de ser também uma porta de entrada para as demandas que vêm da sociedade.

Então, muito obrigada a vocês. Obrigada pelas falas e pela contribuição que vocês trouxeram aqui para nós hoje.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Para finalizar, vamos fazer aqui uma foto bonita com a presença de todos? Acho que será muito bom.

(Iniciada às 8 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.)

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia vinte e três de outubro de dois mil e treze, no Plenário número sete, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Ângela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Anibal Diniz, Lídice da Mata, Roberto Requião, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin, Sérgio Petecão, Antônio Carlos Valadares, Sérgio Souza, Wilder Morais, e Eduardo Lopes. Justifica ausência o Senador João Capiberibe. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação das atas da 48ª a 52ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. A Senhora Presidenta faz a leitura dos expedientes da Comissão e tece suas considerações iniciais. Passa-se à apreciação da **Pauta Deliberativa. Item 1. Projeto de Lei da Câmara Nº 45, de 2012** – Terminativo – Autoria: Deputada Rebecca Garcia. Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Relatoria: Senador Roberto Requião. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **Item 2. Sugestão Nº 5, de 2012** – Não Terminativo – Autoria: Associação dos Funcionários do Banco do Brasil (AFABB). Susta disposições da apuração do resultado e da utilização de superávit dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar instituidas pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. **Resultado**: Adiado. **Item 3. Sugestão Nº 6, de 2013** – Não Terminativo – Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro e outros. Dispõe sobre o atendimento psicológico ou psicopedagógico para estudantes e profissionais da educação. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Relatoria: Senador João Capiberibe. **Resultado**: Adiado. **Item 4. Sugestão Nº 7, de 2013** – Não Terminativo – Autoria: Associação Brasileira de Autoprograma de

Saúde – ABRAPS. Dispõe sobre autoprograma de saúde, ou cartão saúde e dá outras providências. Relatório: Favorável a Sugestão nº 7, de 2013, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Relatoria: Senador Paulo Paim. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado apresentado, para que passe a tramitar como proposição desta CDH. **Item 5. Projeto de Lei do Senado Nº 191, de 2009** – Não Terminativo – Autoria: Senador Paulo Paim. Estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriunda da relação de educação. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. **Resultado**: Adiado. **Item 6. Projeto de Lei do Senado Nº 297, de 2012** – Não Terminativo – Autoria: Senador Blairo Maggi. Revoga os incisos IV, V e VII do art. 3º a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, a fim de estender a impenhorabilidade do bem de família aos casos que especifica. Relatório: Pela rejeição do Projeto e apresentação de novo Projeto de Lei do Senado. Relatoria: Senador Anibal Diniz. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, concluindo pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2012, e apresentação de novo Projeto de Lei. **Item 7**. **Projeto de Lei do Senado Nº 418, de 2012** – Não Terminativo – Autoria: Senador Paulo Paim. Altera a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, para inserir capítulo sobre o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. **Item 8. Projeto de Lei da Câmara Nº 305, de 2009** – Terminativo – Autoria: Deputado Neilton Mulim. Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Relatório: Pela aprovação do Projeto, e da Emenda nº 1-CE, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CE-CDH e nº 2-CDH. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Paulo Davim. **Item 9. Projeto de Lei da Câmara Nº 17, de 2010** – Terminativo – Autoria: Deputado Clodovil Hernandes. Proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Relatoria: Senadora Ana Rita. Resultado: Aprovado o Projeto. A Emenda nº 1-CAE é rejeitada. **Item 10. Projeto de Lei da Câmara Nº 48, de 2011** – Terminativo – Autoria: Deputada Luiza Erundina. Dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Relatoria: Senadora Ana Rita. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **Item 11. Projeto de Lei da Câmara Nº 64, de 2011** – Terminativo – Autoria: Deputado Enio Bacci Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CAS. Relatoria: Senador Paulo Davim. **Resultado**: Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CDH), oferecido ao PLC nº 64, de 2011. Ficam prejudicados o Projeto e as Emendas nºs. 1, 2 e 3-CAS a ele oferecidas. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. **Item 12. Projeto de Lei da Câmara Nº 21, de 2012** – Terminativo – Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, obrigando os hospitais de todo o País a manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Relatoria: Senador Paulo Davim. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **Item 13. Projeto de Lei da Câmara Nº 84, de 2012** – Terminativo – Autoria: Deputado Leonardo Vilela. Altera o art. 42 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro 2003, que institui o Estatuto do Idoso, para dispor sobre a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos de transporte coletivo. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Relatoria: Senador Paulo Paim. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **Item 14. Projeto de Lei do Senado Nº 241, de 2008** – Terminativo – Autoria: Senador Expedito Júnior. Altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. **Resultado**: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CDH. **Item 15. Projeto de Lei do Senado Nº 305, de 2008** – Terminativo – Autoria: Senador Marconi Perillo. Dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Relatoria: Senadora Angela Portela. Resultado: Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CDH), oferecido ao PLS nº 305,

de 2008. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. **Item 16. Projeto de Lei do Senado Nº 352, de 2008** – Terminativo – Autoria: Senador Alvaro Dias. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). Relatoria: Senador Sérgio Petecão. **Resultado**: Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS-CDH), oferecido ao PLS nº 352, de 2008. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. **Item 17. Projeto de Lei do Senado Nº 412, de 2008** – Terminativo – Autoria: Senador Flávio Arns. Altera a redação dos arts. 54 e 208 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Relatoria: Senadora Angela Portela. **Resultado**: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 a 3-CDH. **Item 18. Projeto de Lei do Senado Nº 439, de 2008** – Terminativo – Autoria: Senador Arthur Virgílio Acrescenta dispositivos à Lei n° 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para incluir as definições de deficiência e estabelecer que a síndrome do escrivão constitui modalidade de deficiência física. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela rejeição do Projeto. **Resultado**: Rejeitado o Projeto. **Item 19. Projeto de Lei do Senado Nº 489, de 2009** – Terminativo – Autoria: Senador Raimundo Colombo. Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Relatoria: Senador Anibal Diniz. **Resultado**: Lido o Relatório, é concedida vista ao Senador Paulo Paim. **Item 20. Projeto de Lei do Senado Nº 504, de 2009** – Terminativo – Autoria: Senador Marcelo Crivella. Estende os benefícios financeiros do "Programa Bolsa Família" para os casos de adoção de criança desvalida, asilada ou abrigada, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por *Ad Hoc*) Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy. **Resultado**: Retirado de Pauta, a pedido do Senador Humberto Costa. **Item 21. Projeto De Lei Do Senado Nº 174, de 2010** – Terminativo – Autoria: Senador Jayme Campos. Acrescenta o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1-CAS, na forma da Subemenda que apresenta. Relatoria: Senador Wilder Morais. **Resultado**: Retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Wilder Morais. **Item 22. Projeto de Lei do Senado Nº 175, de 2010** – Terminativo – Autoria: Senador Flávio Arns. Altera o art. 2º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para incluir entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) estudantes com deficiência, residentes em área urbana e rural, e alunos do ensino médio e da educação especial matriculados em estabelecimentos localizados fora de seu município de residência. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. **Resultado**: Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 23. Projeto de Lei do Senado Nº 78, de 2011** – Terminativo – Autoria: Senadora Angela Portela. Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy. **Resultado**: Adiado. **Item 24. Projeto de Lei do Senado Nº 110, de 2011** – Terminativo – Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente -, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Relatoria: Senador João Durval (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Roberto Requião. Resultado: Aprovado o Projeto. **Item 25. Projeto de Lei do Senado Nº 263, de 2011** – Terminativo – Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nº 1-CE e nº 2-CE. Relatoria: Senador Paulo Paim. **Resultado**: Adiado. **Item 26. Projeto de Lei do Senado Nº 443, de 2011** – Terminativo – Autoria: Senador Humberto

Costa. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Relatoria: Senadora Angela Portela. **Resultado**: Adiado. **Item 27. Projeto de Lei do Senado** Nº 482, de 2011 – Terminativo – Autoria: Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado**: Adiado. **Item 28. Projeto de Lei do Senado Nº 650, de 2011** – Terminativo – Autoria: Senador Humberto Costa. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Relatoria: Senador Paulo Paim. **Resultado**: Adiado. **Item 29. Projeto de Lei do Senado Nº 651, de 2011** – Terminativo – Autoria: Senador Gim. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. **Resultado**: Adiado. **Item 30. Projeto de Lei do Senado Nº 680, de 2011** – Terminativo – Autoria: Senadora Ana Rita. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Relatoria: Senadora Angela Portela. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **Item 31. Projeto de Lei do Senado Nº 247, de 2012** – Terminativo – Autoria: Senadora Angela Portela. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. Relatoria: Senador Humberto Costa. **Resultado**: Adiado. **Item 32. Projeto de Lei do Senado Nº 349, de 2012** – Terminativo – Autoria: Senador Ciro Nogueira . Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Relatoria: Senador Gim. **Resultado**: Adiado. **Item 33. Requerimento Nº , DE 2013.** Autoria: Senador João Capiberibe. Em retificação ao requerimento n° 84-CDH, de 2013, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, para tratar do conflito dos fazendeiros e grileiro de Luciara, em Mato Grosso, com os retireiros do Araguaia, este conflito é antigo. Porém nestes últimos dias, Luciara vive uma onda de terror e perseguição sem precedentes por parte de fazendeiros e grileiro da cidade, que são contrários à luta dos retireiros. Eles usam a desinformação e controle político para tentar colocar a população da cidade contra os retireiros. A região, onde moram quase 200 famílias está sob estudo do Instituto Chico Mendes para se tornar uma reserva ambiental. Sugiro os seguintes convidados: Rubem Taverny Sales – Presidente da Associação dos Retireiros do Mato Verde, Araguaia; Fernando Francisco Xavier – Representante do ICMbio no Mato Grosso; Cornélio Silvano Vilarinho Neto – Universidade Federal de Mato Grosso; Prof. Carlos Walter Porto Gonçalves – Universidade Federal Fluminense; Diácono José Raimundo – Prelazia de São Felix do Araguaia; Prof. Ariovaldo Umberlino de Oliveira – Universidade de São Paulo. **Resultado**: Requerimento não Lido. **Item 34. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 85, de 2013.** Autoria: Senador Paulo Paim. Requeiro a realização de Audiência Pública para Instruir a sugestão nº 11, de 2013, proposta pelo Sindicato de Corretores de Imóveis de Brasília. Os convidados sugeridos são: Representante do Sindicato dos corretores de imóveis de Brasília DF SINDIMOVÉIS; Representante da Federação Nacional dos Corretores de Imóveis; Representante do Conselho Federal de Corretores de Imóveis; José Vianna Netto – Presidente do Conselho e Fórum das Profissões Regulamentadas; Flavio Koch – Presidente do Fórum dos Conselhos Regionais e Ordens das Profissões Regulamentadas do Estado do RS; Hermes Alcântara – Vice Presidente Adjunto do Conselho Federal de Corretores de Imóveis. **Resultado**: Aprovado. **Item 35. Requerimento Nº , de 2013**. Autoria: Senador João Capiberibe. requeiro que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa junto a Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade da do Senado Fe-

deral, realizem uma diligência com urgência em Mato Grosso, na cidade de Luciara, para tratar do conflito dos fazendeiros e grileiros, com os retireiros do Araguaia, este conflito é antigo, porém nestes últimos dias, Luciara vive uma onda de terror e perseguição sem precedentes por parte de fazendeiros e grileiros da cidade, que são contrários à luta dos retireiros. **Resultado**: Requerimento não lido. **Item 36. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 86, de 2013**. Autoria: Senadora Ana Rita. Requeiro, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o tema "Primeira Infância – A Formação dos Profissionais do Cuidar e a Construção da Resiliência", a ser realizada no próximo dia 20 de novembro,às 10 horas, com a presença dos seguintes convidados: Professor Boris Cyrulnik (França); Professora Sylvia Nabinger (RS/Brasil); Professora Fabiana Gadelha (DF/Brasil); Deputado Federal Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar para a Primeira Infância. **Resultado**: Aprovado. **Item 37. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 87, de 2013**. Autoria: Senadora Ana Rita. Requeiro, a realização de Diligência desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao Município de Rio Verde, no Estado de Goiás, para observação in loco dos prejuízos provocados pela pulverização aérea de agrotóxico que atingiu a escola municipal de Rio Verde e, desta forma,verificar a situação de alunos, alunas e trabalhadores da educação após o ocorrido. **Resultado**: Aprovado. **Item 38.** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 90, de 2013. Autoria: Senadora Ana Rita. Requeiro, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater o tema: "Políticas Públicas, coleta de dados sobre os povos romani e o Estatuto dos Povos Ciganos, com a presença dos seguintes convidados: Representante de Lideranças dos povos romani; Representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial SEPPIR/PR; Representante da Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR. **Resultado**: Aprovado. **Item 39. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 88, de 2013**. Autoria: Senadora Ana Rita. Requeiro, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater as políticas públicas que visam a inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino, bem como o combate ao preconceito de qualquer espécie no ambiente escolar, com a presença dos seguintes convidados: Renata Flores Tibyriçá – Defensora Pública do Estado de São Paulo, autora de cartilha sobre os direitos do autista; Macaé dos Santos – Secretária de Educação Continuada,Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação; Claudia Grabois – Coordenadora do Fórum Nacional de Educação Inclusiva; Aracy Maria da Silva Lêdo – Presidente da Federação Nacional das Apaes; Carlos Pereira – analista de sistemas, criador do Livox, software de comunicação alternativa que facilita a inserção de pessoas com deficiência. **Resultado**: Aprovado. **Item 40. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 89, de 2013.** Autoria: Senador João Capiberibe. Requeiro, que seja apresentado Voto de Solidariedade desta Comissão de Direitos Humanos a brasileira Ana Paula Maciel, ativista gaúcha do grupo Greenpeace presa na Rússia junto com outros 27 ativistas e dois jornalistas sob a acusação de pirataria marítima. Eles foram detidos em Murmansk, após realizar um protesto pacífico no Mar de Barents contra a exploração de petróleo no Ártico. **Resultado**: Aprovado. **Item 41. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 91, de 2013**. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para discussão sobre "O papel do Coletivo Fora do Eixo e da Mídia Ninja nos cenários cultural e jornalístico brasileiros" a ser realizada preferencialmente em 03 de dezembro de 2013. Requeiro ainda que para a referida audiência sejam convidados: Pablo Capilé, integrante do coletivo Fora do Eixo; Bruno Torturra, integrante da Mídia Ninja; Ivana Bentes, professora adjunta da Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ, doutora em Comunicação; Claudio Prado, produtor cultural e teórico da contracultura e da cultura digital; Ladislau Dowbar, professor, mestre em Economia Social; Rodrigo Savazoni, jornalista, integrante da Coordenação Executiva do Fórum da Cultura Digital Brasileira. **Resultado**: Aprovado. **Item 42. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 92, de 2013**. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Requeiro, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para tratar da manifestação de candidatos reprovados no exame da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, em greve de fome desde o último dia 6 de agosto, contra procedimentos de correção do exame, entre outras irregularidades que apontam: "A violação de Direitos Humanos pela Ordem dos Advogados do Brasil". Requeiro, ainda, sejam convidados: Sr. Marcus Vinicius Furtado, Presidente da OAB; Sr. Carlos Ivan Simonsen Leal, Presidente da Fundação Getúlio Vargas; Sr. Sandro

Heleno Pereira, Bacharel em Direito, Membro do Movimento dos Bacharéis Injustiçados no Exame OAB; Sr. Reginaldo Nunes Lula, Bacharel em Direito, Membro do Movimento dos Bacharéis Injustiçados no Exame OAB; Sr. André Luiz de Souza – Bacharel em Direito, Membro do Movimento dos Bacharéis Injustiçados no Exame OAB; Sr. Cezar Roberto Bitteconurt, Professor; Sr. Peterson de Paula, Procurador da República do DF; Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador Geral da República; Sr. Paulo Speller, Secretário do ensino Superior do MEC; Sr. Gilberto Valente Martins, Conselheiro Ouvidor do CNJ; Sr. Marcus Vinicius Coelho Furtado, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. **Resultado**: Aprovado. **Item 43. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 93, de 2013.** Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Requeiro, a realização de Diligências externas da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em conjunto com a Comissão Nacional da Verdade, Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça da Câmara dos Deputados, Procuradores Federais e Comissões Estaduais da Memória, Verdade e Justiça, com a finalidade de visitar, preferencialmente nas datas indicadas, os seguintes locais onde funcionaram estruturas ligadas à repressão estatal durante a ditadura de 1964-1985: Juiz de Fora (MG): Presídio de Linhares – em 08 de novembro de 2013; Rio de Janeiro (RJ): Base Aérea do Galeão – em 08 de novembro de 2013; São Paulo (SP): 36ª Delegacia da Polícia Civil – Rua Tutóia – Vila Mariana, onde funcionaram as instalações do DOI-CODI e da OBAN – em 11 de novembro de 2013; Recife (PE): Departamento da Polícia Federal – Cais do Apolo – em 28 de outubro de 2013; Porto Alegre (RS): 6ª Companhia de Polícia do Exército e Ilha das Pedras Brancas (Ilha do Presídio) – em 14 de novembro de 2013; e Belo Horizonte (MG): 12° Batalhão de Infantaria do Exército. **Resultado**: Aprovado. **EXTRAPAUTA. Item 44. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 94, de 2013**. Autoria: Senador Paulo Paim. Requeiro a realização de audiência pública para debater sobre: "25 anos da Constituição Brasileira na Visão dos Trabalhadores". Solicito sua compreensão no sentido de liberação para oito (08) expositores que representam os movimentos sociais que apoiaram na promulgação da Constituição de 1988. Os convidados sugeridos são: Representante da Nova Central; Representante da CUT; Representante da Força Sindical; Representante da CGT; Representante da CGTB; Representante da CSB; Representante da CONLUTAS; Representante da UGT. **Resultado**: Aprovado. **Item 45. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 95, de 2013**. Autoria: Senador Paulo Paim. Requeiro a realização de audiência pública para debater "Fundos de Pensão e a Dignidade da Pessoa Humana". Os convidados sugeridos são: Drª Isa Musa Noronha – Presidente da Associação dos Aposentados do Banco do Brasil; Sr. Carlos Caser – Presidente FUNCEF; Sr. Dan Antonio Conrado – Presidente da PREVI; José Maria Rabelo– PREVIC– Superintendência Nacional de Previdência Complementar; Luis Carlos F. Afonso – Presidente da PETROS; Paulo Brandão– FENASPE – Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do sistema Petrobrás. **Resultado**: Aprovado. **Item 46. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 96, de 2013**. Autoria: Senador Paulo Paim. Requeiro a realização de audiência pública para debater sobre o tema: "Segurança e Saúde Ocupacional: Direito Fundamental do Trabalhador". Os convidados para compor a mesa dos expositores, são: Representante do Ministério da Saúde. Tema: "Integração em SSP– Saúde e Segurança no Trabalho"; Srª Luciane Araújo – Subsecretária do GDF – Tema: "Prevenção da Segurança e Saúde no Sistema Educacional"; Representante do Ministério da Justiça do Trabalho. Tema: "O poder Judiciário e a CIPA"; Raymundo Nonnato Castro – Especialista, Advogado e Professor Universitário. Tema: "Universidade Corporativa do Trabalhador e a CIPA"; Representante do Ministério do Trabalho e Emprego. Tema: "Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador"; Representante da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento. Tema:" Segurança e Saúde no Serviço Público Federal". **Resultado**: Aprovado. **Item 47. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 97, de 2013**. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública sobre "A necessidade de revisão da Lei da Anistia" com a presença dos seguintes convidados: Marcus Vinicius Furtado Coelho – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Procurador-Geral da República; Luiza Erundina de Sousa – Deputada Federal; Maria do Rosário Nunes – Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Resultado**: Aprovado. **Item 48. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 98, de 2013.** Autoria: Senadora Lídice da Mata e outros. Requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, no dia 05 de novembro do corrente ano para discutirmos o Marco

Legal para os Povos e Comunidades Tradicionais. Requeremos ainda que sejam convidados: Comunidades quilombolas: Sr. Dione Matias de Jesus; Comunidades pantaneiros: Sr. Claudia Regina Sala de Pinho; Povos Ciganos: Sr. Alessandro Castilho e Sra. Maura Piemonte; Tradicionais de matriz africana Yorubanos Babalorixa Julio Braga, Bantu Kota Regina Nogueira, Jeji Ogan Edivaldo de Jesus Conceição; Indígenas: Representante da APIB (Associação dos Povos Indígenas do Brasil); a Sra. Izabella Teixeira – Ministra de Meio Ambiente; a Sra. Tereza Campello – Ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a Sra. Luiza Bairros – Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir; a Sra. Maria do Rosário Nunes – Ministra da Secretaria de Direitos Humanos; o Sr Pepe Vargas – Ministro do Desenvolvimento Agrário; e o Sr Gilberto Carvalho – Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República. **Resultado**: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Angela Portela, Lídice da Mata, Paulo Davim, Paulo Paim, Humberto Costa, Sérgio Petecão, Cristovam Buarque, Anibal Diniz, Roberto Requião, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Randolfe Rodrigues e Eduardo Lopes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ainda não temos quórum suficiente para abrir a reunião. Eu quero aqui cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Ângela Portela, o Senador Paulo Davim, que está chegando. Faltam apenas dois Senadores chegarem para que possamos, oficialmente, abrir esta reunião, mas eu quero aproveitar esse momento para que nós possamos aqui passar algumas informações.

A Comissão de Direitos Humanos, conforme eu tenho informado com uma certa frequência, tem recebido denúncias por parte de entidades e de pessoas, as quais esta comissão tem acolhido e feito os devidos encaminhamentos. Então eu quero aqui informar que a comissão recebeu e encaminhou as seguintes denúncias:

Ofício remetido pelo Juiz da Direito da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, o Dr. Ademar Silva de Vasconcelos, solicitando intervenção desta Comissão de Direitos Humanos junto ao GDF em virtude da negativa de encaminhamento de presos para oitiva em averiguação de violação de direitos humanos no Sistema Prisional do Distrito Federal.

A Comissão de Direitos Humanos fez o seguinte encaminhamento: encaminhou ofícios ao Secretário de Estado do GDF e à Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal, solicitando providências para solucionar o impasse criado entre a Vara de Execuções Penais do Distrito Federal e o Sistema Penitenciário do Distrito Federal, bem como o fornecimento de cópia dos procedimentos instaurados para apuração dos fatos.

Uma segunda denúncia que chegou a esta comissão se refere ao seguinte assunto: o advogado da família do Sr. Antônio Pereira de Araújo relata o desaparecimento do mesmo após uma abordagem feita por duas viaturas do Batalhão da Polícia Militar de Planaltina, Distrito Federal.

A Comissão de Direitos Humanos encaminhou ofícios ao delegado responsável pela Delegacia de Repressão a Sequestros, ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal e ao Subcomandante do 6º Batalhão da Polícia Militar, solicitando cópia do inquérito que apura o caso bem como informações sobre o desaparecimento do Sr. Antônio Pereira de Araújo em Planaltina, Distrito Federal.

Quero ressaltar que esse é um dos casos de desaparecimento de pessoas que são abordadas pela Polícia Militar. Infelizmente, são situações muito semelhantes ao caso do Amarildo, no Rio de Janeiro, que está sendo investigado e cujos policiais já estão sendo presos, investigados. Nós queremos que neste caso, do Sr. Antônio Pereira de Araújo, também se apure esse desaparecimento porque o fato ocorreu, inclusive, após uma abordagem feita por duas viaturas do Batalhão da Polícia Militar de Planaltina, Distrito Federal. Então, esse é um caso que não pode ficar na impunidade. A família merece ter um retorno por parte das autoridades competentes.

Também quero aproveitar aqui o momento para informar aos colegas Senadores e às colegas Senadoras que está Comissão de Direitos Humanos fará uma diligência em Rio Verde, Goiás, na próxima terça-feira, dia 29 de outubro. Esta diligência será fruto de uma audiência pública realizada nesta Comissão de Direitos Humanos em que foi debatida a questão dos agrotóxicos aplicados por pulverização aérea, o que afetou profundamente uma escola rural, onde diversas crianças foram contaminadas, inclusive professores. Essa diligência contará com a presença de várias au-

toridades, não só federais, mais também do Estado de Goiás e de Senadores e Deputados.

Quero aproveitar a oportunidade para fazer um convite aos Senadores e às Senadoras desta Comissão. Se tiverem possibilidade e interesse de participar dessa diligência que nos informem para que possamos incluí-los na lista de quem fará parte da diligência. Nós conseguimos, aqui, um avião do Governo Federal. Está prevista a saída às 7 horas, no próximo dia 29 de outubro, da Base Aérea de Brasília. Às 9 horas, haverá uma reunião na Câmara Municipal de Rio Verde, com autoridades municipais e estaduais e familiares das crianças vítimas de intoxicação. Às 12 horas, faremos uma visita à escola atingida pela pulverização aérea e, às 16 horas, está previsto o retorno para Brasília. Então, os colegas Senadores e as colegas Senadoras que puderem acompanhar que nós avisem. Vai ser muito bom contar com a presença da maioria dos membros desta Comissão de Direitos Humanos. (*Pausa*.)

Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 48ª a 52ª reuniões.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

Conforme o encaminhamento anterior, hoje nós faremos um esforço concentrado, Senador Cristovam, Senador Paulo Davim, Senadora Angela Portela. Os demais que assinaram a lista de presença estão aqui ao lado em uma audiência pública com a Ministra Gleisi Hoffmann. Vamos dar início, então, com aqueles projetos que não são terminativos.

Vamos iniciar, Senadora Angela Portela, pelo Item nº 15. Vários outros projetos já foram lidos e precisamos aqui de quórum presencial para que possamos deliberar sobre eles. O Item nº 15 é terminativo, mas ainda não foi lido.

Concedo, então, a palavra a V. Exª.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2008
– Terminativo -

Dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos.
Autoria: Senador Marconi Perillo
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.
Observações: Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.
– Em 14/04/2009, a matéria foi aprovada na CE.

Concedo, então, a palavra à Senadora Angela Portela para a leitura do relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Vamos à leitura do relatório do projeto em análise.

Em exame, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o **Projeto de Lei do Senado** (PLS) nº 305, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares destinadas a alunos canhotos.

Em seu art. 1º, o projeto autoriza o Poder Executivo, em todos os níveis da Federação, a adotar carteiras apropriadas para alunos canhotos nas escolas das redes públicas de ensino.

No art. 2º, o PLS estabelece o prazo de 90 dias para que sejam adotadas as providências técnicas e administrativas indispensáveis ao cumprimento da norma.

Para justificar a inovação, o autor apresenta argumentos de base pedagógica, associados à demonstração de normalidade da lateralidade em diversos estudos sobre o cérebro, e da constatação fática de que 10% da população estudantil tem a condição de canhotos.

Tendo em vista a pertinência da análise oferecida pelo Senador Cássio Cunha Lima, relatada *ad hoc* na reunião do dia 28 de junho de 2012 pelo Senador Cyro Miranda, que não mais pertence à Comissão, permitimo-nos adotar parcialmente aquele relatório e o encaminhamento então apresentado, com as alterações que julgamos cabíveis.

Análise.

De acordo com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federa, compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos e sobre controle das políticas governamentais relativas aos direitos humanos e das minorias sociais, entre outros assuntos. Por força do art. 91, inciso I, do mesmo Regimento Interno do Senado, o caráter terminativo da decisão exige que a Comissão se manifeste, também, quanto aos aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa do projeto.

No mérito, a demanda por atendimento às especificidades e diferenças dos estudantes, além de legítima, vem ao encontro dos princípios e finalidades da educação escolar. No entanto, apesar de aprovado na Comissão de Educação sem emendas, como bem afirmou o Relator, Senador Augusto Botelho, na ocasião, "os dispositivos do projeto não coíbem a introdução de mobiliário mais adequado aos estudantes da educação básica, composto de cadeira e mesa, esta última de dimensão compatível com o uso de destros e canhotos". Desse modo, para que o projeto reflita

real preocupação com a qualidade da educação escolar, é crucial que seja abolido o uso das chamadas carteiras universitárias em turmas de ensino fundamental e médio.

Uma limitação visível da proposição, a nosso ver, é o alcance restrito às escolas públicas. Como se sabe, em números de hoje, apenas na educação básica, o setor privado atende mais de oito milhões de crianças e adolescentes, perfazendo mais de 16% da matrícula no segmento. Na educação superior, a participação do setor privado se eleva ainda mais, passando de 70% da matrícula. Ora, como bem expressa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no inciso IX de seu art. 4º, o oferecimento de insumos básicos é essencial para garantir a qualidade da educação para todos. A par disso, é imperiosa e oportuna a apresentação de emenda que considere essa questão.

Consideramos igualmente problemática a assinatura de prazo de noventa dias para implantação da medida. Com efeito, para minimizar os problemas de logística que gestores públicos e privados poderão enfrentar, vislumbramos como razoável a implementação da mudança no início do segundo ano que se seguir à publicação da lei.

Por fim, impõe-se alertar para o viés autorizativo da proposta, atualmente rechaçado na jurisprudência tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal. Saneamos essa falta mediante emenda que torna obrigatória a instituição da medida na LDB, e que corrige também um equívoco de técnica legislativa. Dessa forma, repõe-se a legitimidade do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União, e contorna-se eventual vício de iniciativa. Uma vez resguardado o mérito social e educacional, abre-se o caminho para o acolhimento da proposição.

Nosso voto diante do exposto é pela aprovação do **Projeto de Lei do Senado** nº 305, de 2008, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº 1 – CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2008

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a garantia de mobiliário adequado a estudantes destros e canhotos e a estudantes com deficiência, em todas as instituições de ensino.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a viger acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 4º .....

.....

Parágrafo único. Será obrigatória, nas escolas de educação básica e instituições de educação superior, a adoção de mobiliário de qualidade, adequado à idade e à condição de destros, canhotos e pessoas com deficiência dos respectivos alunos." (*NR*)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro do segundo ano subsequente ao de sua publicação.

Esse é o nosso substitutivo, Srª Presidenta.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Como não há quórum suficiente para que possamos votar este projeto...

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Aproveitando essa informação de V. Exª de que não há quórum suficiente, eu proponho que, após V. Exª se posicionar sobre o encaminhamento do projeto, eu possa requerer a apreciação por esta Comissão de um requerimento extrapauta de minha autoria e da senhora para que nós possamos ter uma audiência pública para discutirmos o marco legal para os povos e comunidades tradicionais.

Nesse sentido, proponho que haja uma inversão de pauta para que nós possamos aprovar esse requerimento e depois dar continuidade à aprovação dos projetos terminativos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente, está faltando apenas a presença de dois Senadores para que possamos votar pelo menos os cinco terminativos que já foram lidos.

Solicito, portanto, a V. Exª e à assessoria que intensifiquem o chamamento desses dois colegas de forma que possamos dar andamento, dar celeridade à apreciação dessas matérias – elas já foram lidas, é só votar. Enquanto isso, concordo com a apreciação do requerimento da Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, em votação a inclusão de matéria extrapauta.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora Lídice, há vários requerimentos a serem apreciados ao final. Talvez pudéssemos incluí-lo ao final como extrapauta. Pode ser? Para que não atrasemos a pauta dos projetos que estão em discussão. Há vários projetos não terminativos e, para projetos não terminativos, nós temos quórum para votar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – O.k.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu estou priorizando os projetos terminativos e aproveitando a presença de quem está aqui para fazer a leitura daqueles projetos que ainda não foram lidos.

Então, vamos ao Item nº 13 da pauta, porque os itens relativos aos terminativos – 8, 9, 10, 11 e 12 – já foram lidos, e nós teremos apenas que discuti-los e votar.

O Item nº 13 falta ser lido. Eu solicito, então, ao Senador Paulo Paim que se prepare para fazer a leitura do mesmo. É o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2012; é o Item nº 13, que está na p.179.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 2012
– Terminativo –

Altera o art. 42 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro 2003, que institui o Estatuto do Idoso, para dispor sobre a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos de transporte coletivo.
Autoria: Leonardo Vilela
Relatoria: Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Tramitação: CI e terminativo nesta CDH.
– Em 06/03/2013, a matéria foi aprovada na CI.

Eu concedo, então, a palavra ao Senador Paulo Paim para que faça a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, Senadora Ana Rita, o relatório é pequeno. Eu farei a leitura, já que são só duas folhas.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 84, de 2012 (Projeto de Lei nº 4.057, de 2008, na Casa de origem), de autoria do nobre Deputado Leonardo Vilela.

A proposição busca substituir a atual redação do art. 42 do Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que garante "a prioridade do idoso no embarque no sistema de transporte coletivo", pela seguinte:

> *Art. 42. São asseguradas a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos do sistema de transporte coletivo.*

O autor justifica sua iniciativa argumentando que, nas grandes cidades, dadas as praxes que se vão desenvolvendo com o crescimento da população e a intensificação do ritmo da vida urbana, os idosos são levados a desembarcar pela mesma porta pela qual acedem ao ônibus os trabalhadores e trabalhadoras jovens. Nessa competição tipicamente urbana, o idoso é a parte mais frágil, e a proposta visa protegê-lo da "competição com os usuários incautos, que adentram ao veículo sob a compressão dos outros passageiros, mormente nos horários de pico", conforme esclarece, em suas razões, o Deputado autor da proposta.

Na Câmara dos Deputados, a proposição tramitou nas Comissões de Viação e Transportes, de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, a matéria foi aprovada com uma emenda supressiva. O dispositivo excluído buscava garantir ao idoso o direito de escolher a porta de desembarque, o que não é compatível com as características operacionais do transporte de todas as cidades.

No Senado, a proposição foi distribuída à Comissão de Serviços de Infraestrutura, que a aprovou sem emendas, na forma em que veio da Câmara dos Deputados, e a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que sobre ela decidirá em caráter terminativo. A este Colegiado tampouco foram apresentadas emendas.

Segundo o art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno desta Casa, compete à CDH manifestar-se sobre proposições que versem acerca da proteção aos idosos, o que torna regimental a análise do PLC nº 84, de 2012.

Não se observam, portanto, óbices constitucionais ou jurídicos na proposição – antes, ao contrário, seu espírito se coaduna bastante bem com a essência do Estatuto do Idoso.

No mérito, seu valor é inegável. Com o crescimento populacional e o adensamento da vida nas grandes cidades, onde a ocupação de espaços vai se transformando em competição, é preciso que a lei cumpra a função de incitar o desenvolvimento da moralidade, lá onde a juventude da população e a imperiosidade do comportamento de massa não permitem que con-

sideração para com o idoso surja naturalmente, como seria de se esperar.

O projeto revela-se, desta forma, não apenas oportuno, mas também urgente, pois os idosos estão sendo, de fato, prejudicados diariamente nas grandes cidades.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2012.

Está feito o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não posso colocá-la ainda em votação, porque nós não temos quórum regimental.

Então, lida a matéria.

Falta apenas um Senador para que possamos colocar os itens terminativos em votação.

Seguindo a ordem da pauta e considerando a presença dos Senadores...

O Senador Humberto Costa pediu para falar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Srª Presidente, eu gostaria de pedir a retirada de pauta do Item 20, do qual sou Relator e o Senador Eduardo Suplicy foi Relator *ad hoc.*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está bem.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 20
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2009
– Terminativo –

Estende os benefícios financeiros do "Programa Bolsa Família" para os casos de adoção de criança desvalida, asilada ou abrigada, e dá outras providências.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por Ad Hoc)
Relatoria Ad Hoc: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.
Observações:
Tramitação: CCJ e terminativo nesta CDH.
– Em 09/06/2010, foi aprovado Parecer na CCJ, pela rejeição da matéria.
– Em 28/06/2012, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.)

Considerando a ordem da pauta e também os projetos que ainda precisam ser lidos, dos terminativos, nós vamos agora para o Item nº 16.

O Senador Sérgio Petecão já está presente.

Item nº 16, p. 211.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, DE 2008
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
Autoria: Alvaro Dias
Relatoria: Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).
Observações:
Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.
– Em 17/08/2011, foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).
– Se aprovada na CDH, a matéria irá a turno suplementar (art. 282 do RISF),quando poderão ser oferecidas Emendas, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.
– Se não forem oferecidas Emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284 do RISF).

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para a leitura do relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Obrigado, Presidente.

Parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa, sobre o **Projeto de Lei do Senado** nº 352, de 2008, do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em caráter terminativo, o **Projeto de Lei do Senado** nº 352, de 2008, de autoria do ilustre Senador Alvaro Dias, que altera dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente relativos ao trabalho e à aprendizagem de adolescentes.

Vou ao voto, Presidente.

Em razão do que foi exposto, votamos pela aprovação do **Projeto de Lei do Senado** nº 352, de 2008, conforme a Emenda nº 1-CAS.

Lido, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Ficará aguardando o quórum regimental.

Nós temos aqui uma quantidade de Senadores, mas acontece que o Senador Aníbal faz parte também do Bloco de Governo e, do Bloco, já há número suficiente. O Senador Aníbal...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não está dispensado não, Senador, aguarde aí! Nós estamos esperando Senadores de outros blocos chegarem; falta um.

Então, nós vamos seguindo a mesma ordem da pauta.

O Item nº 17 já foi lido anteriormente pela Senadora Angela Portela. O Item nº 18, do Senador Paulo Davim, p. 243.

ITEM 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 00439, DE 2008
– Terminativo –

Acrescenta dispositivos à Lei n° 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para incluir as definições de deficiência e estabelecer que a síndrome do escrivão constitui modalidade de deficiência física.
Autoria: Arthur Virgílio
Relatoria: Paulo Davim
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.
– Em 02/12/2009, a matéria foi aprovada na CAS, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente, eu vou direto para a análise desse projeto.

O projeto demonstra preocupação meritória, mas o meu posicionamento foi pela rejeição. Portanto, eu vou fazer uma leitura da análise e imediatamente passarei para o voto.

A proposição aqui analisada trata de matéria compreendida no âmbito da competência da União, dos Estados e do Distrito Federal de legislar concorrentemente sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência, de acordo com o que estabelece o art. 24, inciso XIV, da Constituição Federal. Da análise da proposta, não foram identificados, assim, vícios de constitucionalidade formal ou material.

A condição – também conhecida como "câimbra do escrivão" – caracteriza-se por contrações musculares involuntárias da musculatura dos membros superiores usados no ato de escrever. Apesar de normalmente permitir o controle motor normal ao realizar outro tipo de atividade, a síndrome ocasiona perda do controle das mãos para a escrita, sendo muitas vezes bastante dolorosa. Essa distonia focal da mão compromete a qualidade de vida dos indivíduos por ela acometidos e não tem mostrado, até hoje, resposta adequada a tratamentos.

Quando acometidas dessa distonia, algumas pessoas apresentam alterações anatômicas ou morfológicas desfavoráveis para exercer a atividade profissional e necessitam de reforço muscular adicional para estabilizar a articulação. Esses indivíduos, muitas vezes, têm redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social e, também, da capacidade de desempenho de função ou atividade laboral.

Devemos lembrar, contudo, que, apesar de a câimbra do escrivão não estar incluída no Decreto já mencionado como um tipo de deficiência, a pessoa portadora da câimbra será considerada pessoa com deficiência quando a distonia resultar em incapacidade para o trabalho. Nesse caso, o cidadão acometido com a síndrome do escrivão será inevitavelmente contemplado com os benefícios previstos em lei.

Afinal, o inciso I do art. 3º do referido decreto é claro ao definir como deficiência "toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano."

Assim, entendemos que a legislação vigente já beneficia o portador da síndrome do escrivão incapacitado para atividade laboral, razão pela qual julgamos que a alteração proposta pelo PLS nº 439, de 2008, é desnecessária, justificando sua rejeição.

Por fim, importa informar que o texto da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro com *status* de emenda constitucional pouco antes da apresentação do PLS nº 439, de 2008, coloca em questão as definições de deficiência usualmente adotadas. Isso sugere a importância de não se engessar a lista de deficiências e, por essa razão, não nos parece oportuna a mudança legal ora proposta.

Do voto.

Diante do exposto, votamos pela rejeição do **Projeto de Lei do Senado** nº 439, de 2008.

Srª Presidente, essa é minha avaliação e meu voto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Em discussão a matéria.(*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Como nós já temos quórum regimental presente aqui, nós vamos então fazer a votação desse projeto e retomar os demais.

Coloco em votação o projeto, que recebeu parecer contrário.

A votação é nominal.

Quem vota com o Relator, vota "não", concluindo pela rejeição do projeto.

Vou fazer a leitura, e quem vota com o Relator vai votar "não", contrariamente ao projeto.

Dos presentes, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Senador Wellington Dias não está.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim, voto conhecido.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Os demais Senadores não estão presentes. Temos votos suficientes.

Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez votos a favor do relatório.

Aprovado o relatório do Senador Paulo Davim; portanto, a matéria foi rejeitada.

Eu quero solicitar aos Srs. Senadores aqui presentes – porque nossa pauta é imensa e alguns projetos já foram lidos – se nós podemos votar. Eu consulto os Senadores se nós poderemos votar em bloco.

Todos os projetos tiveram parecer pela aprovação. Então eu consulto as Srs. Senadoras e os Srs. Senadores se nós podemos votar em bloco item nº 10, o item nº 12, o item nº 13, o item nº 24 e o item nº 30, na forma do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista que os relatórios já foram lidos e concluíram pela aprovação dos mesmos.

Consulto os Srs. Senadores se nós poderemos votar em bloco esses itens. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, por favor, repita os itens.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O item nº 10...

Eu vou fazer a leitura da ementa, para facilitar o entendimento.

O item nº 10 torna obrigatória a existência de cardápios escritos em Braille em restaurantes, bares e lanchonetes, punindo o não cumprimento com multa de R$100,00, duplicada a cada reincidência.

O item nº 12 altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, obrigando os hospitais de todo o País a manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante.

O item nº 13 altera o art. 42 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro 2003, que institui o Estatuto do Idoso, para dispor sobre a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos de transporte coletivo.

O item nº 24 altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar.

O item nº 30 altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher.

Poderemos encaminhar a votação em bloco?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos lá.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu consulto os Senadores presentes como votam.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com os Relatores, "sim", pela aprovação dos projetos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator, "sim".

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com os Relatores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com os Relatores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com os Relatores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Senador Randolfe chegou.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com os Relatores, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Senador Eduardo Suplicy também chegou.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com os Relatores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com os Relatores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com os Relatores, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Com os Relatores, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Antonio Carlos Valadares. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Temos o quórum regimental.

Só para informar aqui. Nós obtivemos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez votos. Do Bloco de Apoio ao Governo já há seis votos. A Senadora Lídice da Mata é suplente, e os titulares já chegaram. Então, V. Exª ficará para a próxima.

Declaro aprovados os relatórios dos itens nºs 10, 12, 13, 24 e 30. Todos os pareceres foram pela aprovação dos projetos e todos os projetos foram aprovados.

(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2011
– Terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes.
Autoria: Deputada Luiza Erundina
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Tramitação: Terminativo nesta CDH.
– Em 17/05/2012, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2012
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, obrigando os hospitais de todo o País a manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante.
Autoria: Deputado Carlos Bezerra
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Tramitação: Terminativo nesta CDH.
– Em 21/11/2012, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 2012
– Terminativo –

Altera o art. 42 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro 2003, que institui o Estatuto do Idoso, para dispor sobre a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos de transporte coletivo.
Autoria: Deputado Leonardo Vilela
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:

Tramitação: CI e terminativo nesta CDH.
– Em 06/03/2013, a matéria foi aprovada na CI.

ITEM 24
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente -, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria: Senador João Durval (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Roberto Requião
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Tramitação: CCJ e terminativo nesta CDH.
– Em 14/09/2011, a matéria foi aprovada na CCJ.
– Em 24/05/2012, o Relatório foi lido pelo Senador Roberto Requião, Relator "ad hoc"; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 30
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 680, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra e produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Tramitação: CRA, e terminativo nesta CDH.
– Em 15/03/2012, a matéria foi aprovada na CRA.
– Em 17/05/2012, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – E o 18 também foi, não é?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O item 18 anteriormente.

Só lembrando, Senador Paulo Davim, que, no caso do item nº 18, o parecer de V. Exª foi aprovado, e o parecer foi pela rejeição do projeto.

Nos demais itens aqui aprovados, os relatórios foram aprovados e todos os relatórios foram pela aprovação dos referidos projetos votados em bloco.

Com o item nº 1, do Senador Requião, nós vamos retomar a ordem da pauta.

O Projeto de Lei da Câmara nº 45 é terminativa nesta Comissão e está à p. 28.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 00045, DE 2012
– Terminativo –

Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.
Autoria: Deputada Rebecca Garcia
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Pela aprovação do Projeto**.**
Observações:
Tramitação: CCJ e terminativo nesta CDH.
– Em 28/11/12, a matéria foi aprovada na CCJ.

Com a palavra, o Senador Roberto Requião, para a leitura do relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senadora, por economia processual, o relatório já foi lido pelo Senador Dornelles, numa comissão anterior, não foi?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu consulto aqui a assessoria. Já foi lido? (*Pausa.*)

Pelas informações que eu tenho, ainda não, Senador. Só um minutinho.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Não, não. É um equívoco meu.

Eu acho que, por economia processual, se a Comissão me permitir, eu vou me dispensar da leitura do relatório e me suportar apenas na ementa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – É simplesmente a dispensa da ida do idoso doente a um órgão público para confirmação do seu estado de saúde.

Não tem cabimento nenhum essa obrigatoriedade. Uma pessoa idosa, doente, sem a menor condição de sair de casa, é obrigada a comparecer a uma repartição pública para confirmar o seu estado de saúde. Nós estamos dispensando e tornando, por via de consequência, obrigatório o atendimento domiciliar. Parece-me que é absolutamente lógico.

O relatório é extenso. A Comissão está num esforço de trabalho. Eu acho que nós podíamos votar apenas com essa informação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O parecer de V. Exª é pela aprovação do projeto de lei?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – É pela aprovação do projeto da Deputada Rebecca.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, que recebeu o parecer favorável.

A votação é nominal.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator, o Senador Requião.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PR. *Fora do microfone.*) – Abstenção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Abstenção.

Senador Roberto Requião, voto conhecido.

Senador Sérgio Petecão.

Desculpe. Antes, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Com o Senador Roberto Requião, Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado o projeto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidenta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Srª Presidenta, é de notório conhecimento a recente posição da Procuradoria-Geral da República, notadamente do Ministério Público Federal, em relação à Lei da Anistia. Essa posição, que inclusive merece ser aplaudida por todos nós, considera que a Lei 6.766 necessita de revisão. Isso, inclusive, nos últimos dias, de sexta-feira para cá, motivou a Ordem dos Advogados do Brasil a dizer que reapresentará a sua arguição de descumprimento de preceito fundamental contra a vigência desta amaldiçoada Lei 6.766, Senador Cristovam Buarque, no nosso ordenamento jurídico, que passou a ser uma lei que anistia torturador, que anistia a tortura.

Diante disso, Srª Presidente, está nesta nossa Comissão de Direitos Humanos o Projeto de Lei nº 237, de 2013, de nossa autoria, que pede a revisão da Lei da Anistia.

Eu acho que nós estamos, como diz a poesia do Nando Reis, diante do melhor momento e do melhor destino.

Nós temos, agora, uma condenação do Brasil, de 2010, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em relação aos mortos da Guerrilha do Araguaia, e temos agora a posição, de grande aplauso de todos nós, do Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, pedindo, na prática, a revisão da lei da Anistia, em um caso envolvendo um argentino, no Supremo Tribunal Federal. E temos aqui, na nossa Comissão de Direitos Humanos, o Projeto de Lei 237, de 2013, de nossa autoria, pedindo a revisão da Lei da Anistia.

Eu acredito que poderíamos aproveitar a circunstância, não nessa nossa superquarta de hoje, mas na próxima superquarta, superterça ou superquinta que tivermos de apreciação de projetos, para que esse nosso projeto de lei pudesse ser apreciado. Nesse sentido, ainda no final desta sessão, eu estou propondo um requerimento para que nós possamos realizar uma audiência pública, a fim de instruir esse projeto de lei, e que possamos ouvir, nesta audiência pública, o próprio Rodrigo Janot, Procurador-Geral da República, que manifestou, nesta semana, essa nova posição do Ministério Público Federal; o Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, que manifesta o seu interesse em apresentar uma nova arguição de descumprimento de preceito fundamental contra a notória Lei 6.766, imposta pela

ditadura em 1979; a Deputada Luiza Erundina, que é autora de projeto igual na Câmara Federal; e a Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos. E eu incluiria também, Srª. Presidente, embora não estejam no requerimento, representantes da nossa Comissão Nacional da Verdade.

Eu acredito que essa audiência seria importante para instruirmos a matéria que se encontra aqui, na nossa Comissão, conseguirmos marcar a apreciação dessa matéria, aprovarmos essa matéria e darmos, eu creio, um passo substancial no sentido do que a História está apontando neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Randolfe, eu faço um apelo aqui. Nós encaminharemos o que V. Exª está solicitando, mas eu quero aqui aproveitar o quórum regimental presencial, para que possamos votar os projetos terminativos. Nós estamos no esforço concentrado aqui, para tentar esvaziar a nossa pauta, que é importante. Vamos aproveitar o momento aqui que o quórum nos possibilita dar encaminhamento. Posteriormente a isso, nós devolveremos a palavra a V. Exª, para que possamos encaminhar o que nos solicita.

O Senador Humberto Costa pediu a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Era sobre o mesmo tema. Portanto, eu abro mão, embora eu esteja totalmente solidário ao requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

Seguindo a pauta, o item nº 8. Nós estamos dando sequência, priorizando os projetos terminativos.

Item 8 da pauta, p. 123:

ITEM 8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 00305, DE 2009 – Terminativo –

Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Autoria: Neilton Mulim

Relatoria: Randolfe Rodrigues

Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.

– Em 14/06/2011, a matéria foi aprovada na CE.

– Em 24/05/2012, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – O Senador fique à vontade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O relatório já foi lido. A relatoria era do Senador Randolfe, e o Senador Paulo Davim havia feito a leitura do relatório. O relatório foi lido no dia 24 de maio de 2012 e conclui pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, na Comissão de Educação, com a emenda apresentada pelo Relator.

Eu concedo a palavra ao Relator, Senador Paulo Davim, para suas considerações, se julgar necessário.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Não tenho nenhuma consideração a fazer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto, que recebeu parecer favorável, ressalvadas as emendas.

A votação é nominal.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com os Relatores, Senadores Randolfe e Paulo Davim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Voto conhecido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu não apenas voto favoravelmente, mas quero dar todo apoio, porque creio que é tempo, sim, de fazermos uma revisão da lei. Quando ela foi feita – e os mais velhos lembram –, foi uma grande conquista da sociedade brasileira, e foi dentro de um acordo, se não explícito, mas implícito, dentro dos limites do possível da negociação, entre aqueles que queriam uma anistia plena e aqueles que tinham força política.

Acontece que passou uma geração. Depois de uma geração, sobre o que foi feito ali do ponto de vista político, ferindo valores éticos já está em tempo de a gente fazer uma análise do ponto de vista ético, sem a preocupação política que havia naquele momento.

Por isso, sou favorável, sim, a esse requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Cristovam.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com os Relatores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, fechamos o Bloco de Apoio.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 ,10 votos, foi aprovado o projeto.

Consulto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para a Emenda nº 1 da Comissão de Educação, acatada pelo Relator, e para a emenda apresentada pela relatoria.

Podemos, então, considerar a votação anterior? (*Pausa.*)

Aprovadas as Emendas nº 1 da Comissão de Educação e CDH e nº 2 da CDH.

A relatoria do item nº 9 é desta Senadora, Senadora Ana Rita. Ele já foi lido também, mas solicito ao Senador Paulo Davim que presida a reunião, para que possamos fazer o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) –

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2010
– Terminativo –

Proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares.

Autoria: Deputado Clodovil Hernandes

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Tramitação: CCJ, CAE e terminativo nesta CDH.

– Em 23/06/2010, a matéria foi aprovada na CCJ.

– Em 14/06/2011, a matéria foi aprovada na CAE, com a Emenda nº 1-CAE.

O relatório foi lido e reformulado, em 05/09/2013, e concluiu pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Ana Rita, para suas considerações, se julgar necessário.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não, tudo bem. Pode continuar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) – Não havendo nenhum comentário a fazer, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto, que recebeu parecer favorável.

A votação é nominal.

Vamos chamar os Senadores presentes.

A Senadora Ana Rita tem voto conhecido.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora, Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com a Senadora Ana Rita, com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) – Obrigado, Senador.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) – Senador Paulo Davim, sou eu e voto com a Relatora.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Com a Relatora, em homenagem ao nosso querido Clodovil, que foi meu colega Deputado, lá na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE. *Fora do microfone.*) – Com a **Relatora**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) – Foram 10 votos a favor.

A matéria foi aprovada.

Passo a Presidência para a Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Item nº 11, p. 157.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2011
– Terminativo –

Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências.

Autoria: Deputado Enio Bacci

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CAS.

Observações:

Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.

– Em 16/05/2012, a matéria foi aprovada na CAS, com as Emendas nºs 1, 2, e 3-CAS.

– Em 21/11/2012, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

– Se aprovada, a matéria irá a turno suplementar (art. 282 do RISF),quando poderão ser oferecidas Emendas, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

– Se não forem oferecidas Emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284 do RISF).

Concedo a palavra ao Relator, Senador Paulo Davim, para suas considerações, se julgar necessário.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente, eu não tenho nenhum comentário adicional a fazer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental.

A votação é nominal.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a relatoria, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O relatório obteve 10 votos favoráveis ao projeto.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Srª Presidente, o meu voto, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Desculpe-me.

Senador Eduardo Lopes, que acabou de chegar.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, aprovado o substitutivo, ficam prejudicados o projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3 da CAS a ele oferecidas.

O substitutivo irá a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, oportunidade em que poderão ser oferecidas emendas, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

O item nº 14, cujo Relator é o Senador Cristovam Buarque; o relatório já foi lido.

Item nº 14, p. 189, seguindo a ordem da pauta.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 00241, DE 2008 – Terminativo –

Altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo.
Autoria: Senador Expedito Júnior
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.
– Em 12/11/2008, a matéria foi aprovada na CAS.
– Em 11/12/2012, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Cristovam Buarque, para suas considerações, se julgar necessário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora, eu creio que o relatório já foi suficientemente explicativo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, ressalvada a emenda.

A votação é nominal.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Voto com o Senador Cristovam.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Voto com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cristovam Buarque, voto conhecido.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O Senador já se retirou? (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Também já saiu.

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. *Fora do microfone*.) – Não, Senador Requião.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado o projeto.

Consulto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para a emenda apresentada pela relatoria. (*Pausa.*)

Sim?

Aprovada a Emenda nº 1 da CDH. (*Pausa.*)

O item 15 da pauta, p. 201, cujo relatório já foi lido.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – O relatório já foi lido, Senadora, na reunião de hoje. Todos os Senadores e Senadoras têm acesso ao relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Trata-se do **Projeto de Lei do Senado** nº 35, de 2008, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos, de autoria do Senador Marconi Perillo e da relatoria da Senadora Angela Portela, cujo relatório já foi lido.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o substitutivo, que tem preferência regimental.

A votação é nominal.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Senadora Angela Portela.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela, voto conhecido.

Senador Suplicy. (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sendo canhoto, com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado o substitutivo,fica prejudicado o projeto.

O substitutivo irá a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, oportunidade em que poderão ser oferecidas emendas, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

O item 16 da pauta, p. 211, trata do **Projeto de Lei do Senado** nº 353, de 2008, terminativo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, cuja autoria é do Senador Alvaro Dias e a Relatoria, do Senador Sérgio Petecão. O relatório já foi lido na reunião de hoje.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o substitutivo, Emenda nº 1 da CAS, que tem preferência regimental.

A votação é nominal.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Voto com o Relator, Senador Sérgio Petecão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Fora do microfone.) – Com a Relatoria, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Sérgio Petecão, voto conhecido.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado o substitutivo, a Emenda nº 1 da CAS/CDH, fica prejudicado o projeto.

O substitutivo irá a turno suplementar nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, oportunidade em que poderão ser oferecidas emendas, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Item 17, pág. 227.

Senadora Angela Portela, esse item não foi lido. Eu havia informado que tinha sido lido antes, mas ele não foi lido.

ITEM 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2008
– Terminativo –

Altera a redação dos arts. 54 e 208 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade.
Autoria: Senador Flávio Arns
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta.
Observações:
Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.
– Em 01/12/2009, a matéria foi aprovada na CE.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para leitura do relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Bem, Senadora Ana Rita, esse **Projeto de Lei do Senado**r Flávio Arns está harmonizando a Constituição, a Emenda Constitucional nº 53, colocando a educação infantil obrigatória até os cinco anos de idade.

Então, vamos direto ao voto.

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do **Projeto de Lei do Senado** nº 412, de 2008, com as emendas de redação seguintes.

EMENDA Nº – CDH
(AO PLS Nº 412, DE 2008)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2008, a seguinte redação:

"Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de fixar em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil."

EMENDA Nº – CDH
(AO PLS Nº 412, DE 2008)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2008, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 54 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:
'Art. 54 .....
IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;'

EMENDA Nº – CDH
(AO PLS Nº 412, DE 2008)

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2008, a seguinte redação:

"Art. 2º O art. 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:
'Art. 208. .....
III – de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;'

Esse é o nosso voto, com as emendas apresentadas ao **Projeto de Lei do Senado**r Flávio Arns, que altera a redação dos art. 54 e 208 da Lei nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a educação infantil até os cinco anos de idade.

Esse é o nosso voto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora Angela Portela.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, que recebeu parecer favorável, ressalvadas as três emendas.

A votação é nominal.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatoria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela, voto conhecido.

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado o projeto, consulto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para as três emendas apresentadas pela relatoria. (*Pausa.*)

Aprovadas as Emendas de nºs 1 a 3 da CDH.

O item 18 já foi lido e aprovado.

O item 19, p. 265, relatoria do Senador Anibal Diniz.

ITEM 19
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, DE 2009
– Terminativo –

Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
Tramitação: CAE e terminativo nesta CDH.
– Em 27/04/2010, a matéria foi aprovada na CAE,com a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz para leitura do relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Srª Presidente, O **Projeto de Lei do Senado** nº 489, de 2009, do Senador Raimundo Colombo, altera quatro parágrafos do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), para modificar critérios para a concessão do Benefício de Prestação Continuada.

As alterações propostas têm o objetivo de: (1) elevar o valor máximo de renda admitido para recebimento do benefício; (2) extinguir a exigência de perícia para comprovação de incapacidade para o trabalho, substituindo-a por declaração do próprio interessado ou de seu responsável legal; (3) eliminar a necessidade de comprovação de insuficiência de recursos para recebimento do benefício, que será cancelado no caso de constatação de fraude; e (4) dispensar o comparecimento a órgãos públicos de pessoas com idade superior a 80 anos ou com dificuldades de locomoção, para fins de requerimento do benefício.

De acordo com o art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão o exame de assuntos relacionados à proteção e integração social das pessoas com deficiência e à proteção aos idosos, caso do **Projeto de Lei do Senado** nº 489, de 2009. É pertinente, portanto, a análise da proposição no âmbito desta Comissão.

De início, o projeto quadruplica o limite de renda mensal familiar *per capita* admitido para efeito de habilitação ao BPC, elevando para um salário mínimo o valor de atendimento aos requisitos legais.

Observe-se que o BPC é um direito assistencial garantido pela Constituição Federal de 1988 e consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos de idade ou mais, e a pessoas com deficiência, incapacitadas para a vida independente e para o trabalho. Os recursos para seu pagamento provêm do Fundo Nacional de Assistência Social, o FNAS.

A majoração dos valores que servem de parâmetro para a concessão do benefício leva em consideração, segundo o autor do projeto, os baixos níveis de renda verificados no País e busca a inclusão de novos beneficiários, carentes do recebimento da assistência.

No entanto, o projeto não mostra o impacto da medida sobre o Orçamento da Seguridade Social e, portanto, fragiliza o planejamento do uso dos recursos destinados aos programas de transferência de renda, razão que impede o acolhimento da medida apresentada.

A falta de previsão orçamentária e de informações acerca do impacto de tal majoração nos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social impossibilitam também que seja acolhido o substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos. Afinal, assim como quadruplicar o valor de acesso, duplicá-lo também

traria a elevação de encargos públicos que precisam ser planejados.

Ademais, a majoração, atendidas as exigências orçamentárias da seguridade social e a disponibilidade do Fundo Nacional de Assistência Social, já pode ser feita a qualquer momento, conforme estabelece o art. 39 da Lei Orgânica da Assistência Social, por meio de proposta do Conselho Nacional de Assistência Social.

Em outros termos, o Conselho Nacional de Assistência Social, órgão representativo da sociedade, órgão responsável pela fiscalização e controle social dos garantidores do benefício, já tem a capacidade de estender o benefício a outros segmentos de renda, desde que avalie a ampliação como uma medida viável.

Tal aspecto, portanto, torna dispensável a majoração buscada pela proposição em comento.

Ante o exposto, Srª Presidente, considerando todos esses aspectos, o nosso voto é pela rejeição do Projeto 489, de 2009, fundamentalmente por não apresentar previsão orçamentária para cumprir com essa proposição de aumento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Anibal.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidente, permita-me só...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pelo carinho que tenho pelo Senador e por ter um projeto semelhante a este, meu querido Senador Anibal Diniz, vou me abster da votação. Para não ser contraditório à minha posição, vou simplesmente manifestar minha abstenção, porque não votarei contra o meu grande Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Paulo Paim, V. Exª tem autoridade na matéria para votar contra, votar a favor...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não votarei contra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... e abster-se.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vou me abster.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Além disso, tem também autoridade para pedir vista e, se julgar necessário, fazer a reformulação, adequando esse projeto ao de V. Exª. V. Exª tem toda a autoridade para aperfeiçoar essa matéria, se não julgá-la, digamos assim, coerente com aquilo que sempre defendeu aqui no Senado Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como o Senador Anibal Diniz me deu essa liberdade, Presidenta, se ainda estiver em tempo, eu peço vista para conversarmos e tentarmos conseguir junto ao Governo um meio-termo que não seja exatamente como está aqui. O meu não é igual a esse; de fato, não é igual a esse.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu consulto se alguém mais quer pedir vista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Seria bom que não fosse vista coletiva.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fora do microfone*.) – Para terem mais tempo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para termos mais tempo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Para terem mais tempo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... de achar uma saída. Sei inclusive qual é a intenção do nosso Senador Anibal Diniz, que é das melhores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Apenas o Senador Paulo Paim solicita vista – não é vista coletiva – para que tenhamos um tempo maior para analisar a matéria.

Então, vista concedida ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agradeço ao Senador Anibal Diniz e a V. Exª, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Item 22 da pauta.

A relatoria é do Senador Cristovam Buarque.

Item 22, p. 332.

ITEM 22
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2010
– Terminativo –

Altera o art. 2º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para incluir entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) estudantes com deficiência, residentes em área urbana e rural, e alunos do ensino médio e da educação especial matriculados em estabelecimentos localizados fora de seu município de residência.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.
– Em 16/08/2011, foi aprovado Parecer na CE, pela rejeição da matéria.

ITEM 22
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2010

– Terminativo –

Altera o art. 2º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para incluir entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) estudantes com deficiência, residentes em área urbana e rural, e alunos do ensino médio e da educação especial matriculados em estabelecimentos localizados fora de seu Município de residência.
Autoria: Flávio Arns
Relatoria: Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.
– Em 16/08/2011, foi aprovado Parecer na CE, pela rejeição da matéria.

Eu concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para fazer a leitura do relatório, que ainda não foi lido.

Antes, Senador Cristovam Buarque, eu quero informar que foi solicitada a retirada de pauta do item 21, que é terminativo, pelo próprio Relator, Senador Wilder Morais.

Portanto, vamos realizar agora a leitura do relatório do item 22.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 21
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2010
– Terminativo –

Acrescenta o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.
Autoria: Senador Jayme Campos
Relatoria: Senador Wilder Morais
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1-CAS, na forma da subemenda que apresenta.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, esse projeto do Senador Flávio Arns traz para a pauta um assunto que há muito tempo já deveríamos ter debatido: estender aos jovens portadores de deficiência o direito a transporte público escolar .

Nos termos do inciso VI do *caput* do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a CDH tem competência para opinar sobre esses assuntos.

A Constituição Federal, Srª Presidente, garante aos estudantes de 4 a 17 anos educação básica gratuita, assegurada sua oferta àqueles que a ela não tiveram acesso na idade própria. Para atingir esse objetivo, o Texto Constitucional prevê, entre outras medidas, a adoção de programas suplementares de material escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde dos estudantes.

Tais garantias foram introduzidas em nossa Carta Magna em 2009, por meio da Emenda Constitucional nº 59. Antes, o ensino obrigatório e gratuito restringia-se aos alunos da educação básica, prestada a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos.

O PNATE foi instituído em 2004, antes, portanto, da ampliação do escopo de atendimento educacional. Por isso, restringe-se a suplementar os gastos municipais com transporte aos alunos da educação básica. Assim, entendemos que o projeto em análise tem o mérito de atualizar o programa, dando-lhe conformidade com os preceitos constitucionais hoje vigentes.

Além disso, com relação aos estudantes com deficiência, o projeto corrige uma lacuna injustificável do PNATE, que não previu atendimento aos alunos das escolas de educação especial matriculados em instituições sem fins lucrativos, como as APAEs e as Pestalozzis, que tão bom serviço desempenham para preencher lacunas existentes na assistência pública. Ora, tais entidades se equiparam a escolas públicas no que se refere ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Tendo em conta esse aspecto, não há razão para não equipará-las também no âmbito do Programa.

No nosso entendimento, que diverge do relatório aprovado pela Comissão de Educação, o conteúdo dos arts. 10 e 11 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que incumbe Estados e Municípios da tarefa de prover transporte escolar para os estudantes de suas redes escolares, não justifica a rejeição do projeto.

O PNATE institui um programa suplementar, que incentiva as unidades da Federação a garantirem a lo-

comoção de seus estudantes. Além do mais, é preciso atender com esse serviço aos estudantes residentes em Municípios que não dispõem de escolas de ensino médio e de educação especial. Esses meninos e meninas se veem obrigados, hoje, a buscar educação nas cidades vizinhas. Para esses jovens, impõe-se a necessidade de oferta de transporte escolar intermunicipal.

Quanto à redação do projeto, a fim de evitar dubiedade sobre a manutenção do §4º do art. 2º da Lei nº 10.880, de 2004, sugerimos uma emenda para tornar o texto mais claro.

O voto, portanto, Senadora Ana Rita, é pela aprovação do **Projeto de Lei do Senado** nº 175, de 2010, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao *caput* do art. 1º do **Projeto de Lei do Senado** nº 175, de 2010, a seguinte redação:

> **Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações, renumerando-se os vigentes §§4º, 5º e 6º como §§5º, 6º e 7º, respectivamente:**

É esse o meu parecer, Senadora Ana Rita.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria.

Solicito, se o Senador Valadares...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – A CCJ já está chamando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aí vai cair o quórum.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Eu venho votar.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria.

Se o senhor puder aguardar um pouquinho, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Aguardo.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Srª Presidente, Senadora Ana Rita, Sr. Senador Cristovam Buarque, esse baluarte da educação brasileira, em primeiro lugar, eu gostaria de trazer à luz que esse projeto já teve a rejeição da Comissão de Educação. Os argumentos apresentados que conduziram a essa rejeição estão muito bem pontuados num texto que a nossa assessoria produziu, e eu gostaria de fazê-lo.

O Ministério da Educação e Cultura lembra que está estabelecido pela Constituição Federal de 1988, no art. 208, inciso VII, que a obrigação do Estado com a educação será efetivada mediante a garantia de, aspas, "atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde", fecha aspas.

Para cumprir esse preceito constitucional, a União contribui de forma suplementar por meio de assistência financeira exclusiva aos programas de apoio à educação básica pública, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Uma das políticas adotadas pelo Governo Federal para garantir a educação básica de qualidade foi a instituição, em 2004, do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar. O programa tem como objetivo oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública residentes em área rural por meio de assistência financeira em caráter suplementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. O atendimento aos educandos com necessidades especiais está garantido nos termos do art. 59, V, da Lei nº 9.394, de 1996.

Consubstanciada com essa política, a União, por meio da Lei nº 10.709, de 2003, acrescenta aos arts. 10 e 11 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394, de 1996 – os incisos VI e VII, que tratam da incumbência de o Estado e os Municípios assumirem o transporte escolar da rede estadual e municipal, respectivamente.

Preocupado em inibir as transferências de responsabilidade, o legislador dispôs, no art. 3º da Lei 10.709, de 2003, a obrigatoriedade de os entes, Estados e Municípios, articularem-se para melhor atender aos interesses dos alunos.

Sob essa temática, a Constituição Federal, em seu art. 30, V, prevê a competência dos Municípios de se organizarem e prestarem, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

Determina, ainda, o Código de Trânsito Brasileiro, que é a Lei nº 9.503, de 1997, no seu art. 139, a não exclusão da competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos para o transporte escolar.

Diante do exposto, com base na legislação aplicável ao transporte escolar, no exercício da autonomia dos entes, não é competência da União legislar sobre o transporte de alunos residentes em área urbana,

cabendo aos entes estaduais e municipais a oferta da exigibilidade do direito ao transporte de escolares. Assim sendo, o transporte de aluno residente em área urbana não pode ser resolvido no âmbito do Programa Nacional de Transporte Escolar.

Por isso, Srª residente, eu proponho aqui a rejeição do relatório do Senador Cristovam Buarque.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora, eu discordo totalmente porque, se fosse assim, se o Governo Federal não pudesse emitir leis que influíssem no âmbito urbano, nem cinto de segurança poderia ser obrigatório. Deveria ficar livre a cada prefeitura fazer isso, mas não é assim; é uma lei federal. E essa é uma lei federal que tenta proteger, viabilizar o transporte de crianças portadoras de deficiências. Se nós não obrigamos os prefeitos a fazerem isso com base em uma lei federal, isso não vai acontecer. Além disso, essa lei liberaria recursos do Governo Federal para financiar esse transporte. Se não fizermos isso, os prefeitos também não têm recurso para fazê-lo, mesmo aqueles que tenham vontade, que eu não sei quantos são.

Por essa razão, eu insisto que a proposta de lei do Senador Flávio Arns é extremamente favorável para atender à necessidade de transporte de portadores de deficiências de suas residências às suas escolas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Alguém mais quer discutir? (*Pausa.*)

Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Não fosse, Senador Cristovam, a brutal concentração de recursos na União, o que ocorreu depois da Constituição de 1988, quando foram estabelecidas isenções do Imposto de Renda e do IPI, que são impostos compartilhados com Estados e Municípios, ao mesmo tempo em que a União criava contribuições financeiras não compartilhadas, concentrando, de forma fantástica, os recursos do País, eu até daria razão ao Deputado Anibal Diniz, mas em função dessa brutal concentração, eu fico com a sua posição a favor do relatório e da proposta do Senador Arns.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mais alguém gostaria de discutir? (*Pausa.*)

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidenta, esse tema revela, como o Senador Requião disse, um contraste que nós temos, que é tema do debate que temos tido, Senador Cristovam, na Comissão de Educação, uma comissão de que V. Exª faz parte, que debate o financiamento da educação. É número de que há bem pouco tempo falei na Comissão de Educação.

Veja: hoje de cada R$100,00 de tributos que pagamos, R$6,00 vão para a União. Desses R$6,00, a União devolve em educação para os cidadãos R$25,00, R$30,00. O restante vai para a carga de Estados e Municípios; ou seja, o Pacto Federativo está mal feito: a carga tributária fica em cima de Estados e Municípios.

Então, a repartição feita no nosso Pacto Federativo está sobrecarregando Estados e Municípios, e quem tem a maioria da responsabilidade tributária para arrecadar acaba não assumindo a maioria das responsabilidades tributárias para pagar, sobrecarregando Municípios e deixando Municípios à beira da falência, sem cumprir as responsabilidades devidas.

Então, por conta disso, essa conta não está aplicada como se deve. Por conta disso, Senador Cristovam, por essas inúmeras razões, acompanho V. Exª.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Anibal

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu gostaria, diante do fato de essa matéria já ter sido rejeitada pela Comissão de Educação, e diante dos argumentos por mim apresentados aqui, eu gostaria de aprofundar esse assunto. Por isso, peço vista.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vista concedida; vista coletiva.

Senador Cristovam? (*Pausa.*)

Então, vista coletiva.

Senador Valadares, só queria fazer um agradecimento a V. Exª antes que se retire, porque sabemos que tivemos de prejudicar uma atividade que V. Exª realizaria nesta sala hoje para que pudéssemos realizar a reunião da Comissão de Direitos Humanos.

Obrigada pela forma gentil com que V. Exª concedeu o espaço físico, para que pudéssemos trabalhar na manhã de hoje.

Muito obrigada.

Então, vista coletiva do item 22.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu gostaria de saber se ainda há quórum para que possamos votar o item 23 da pauta, que, inclusive, é de relatoria de V. Exª.

Item 23.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Os itens terminativos, nós já não temos quórum para votá-los. Então, vamos seguir com os itens não terminativos, que são muitos também.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Acabamos de perder o quórum, não é?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É acabamos de perder o quórum.

Nós temos aqui também a presença, além de mim, de V. Exª, do Senador Anibal, do Senador Paulo Paim, do Senador Paulo Davim e do Senador Randolfe Rodrigues. Nós vamos votar os projetos não terminativos e, em seguida, os requerimentos.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Projetos não terminativos... Eu gostaria de pedir inversão de pauta para o item 6, que é um item de minha autoria, porque nós estamos recebendo chamado para a Comissão de Constituição e Justiça, da qual eu sou Vice-Presidente e onde tenho de acompanhar todas as votações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Inversão de pauta. Consulto se há concordância aqui da Comissão com a inversão de pauta do item 6. (*Pausa.*)

Então, inversão de pauta concedida.

Item nº 6, página 85.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, DE 2012
– Não terminativo –

> **Revoga os incisos IV, V e VII do art. 3º a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, a fim de estender a impenhorabilidade do bem de família aos casos que especifica.**
> **Autoria**: Senador Blairo Maggi
> **Relatoria**: Senador Anibal Diniz
> **Relatório**: Pela rejeição do Projeto e apresentação de novo **Projeto de Lei do Senado**.

Eu concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz para leitura do relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Vou tentar fazer uma apresentação bem rápida e ir direto ao voto.

Trata-se do **Projeto de Lei do Senado** de autoria do Senador Blairo Maggi, que pretende revogar os incisos IV, V e VII do art. 3º da Lei nº 8.009, de 1990 (Lei do Bem de Família), com o intento de estender a impenhorabilidade do bem de família aos seguintes casos, respectivamente: primeiro, a cobrança de impostos predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar; segundo, a execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar; e, terceiro, a obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação.

Opinamos pela rejeição do projeto e apresentação de novo projeto de lei, com vistas a alterar o inciso VII do art. 3º da Lei nº 8.009, de 1990, acrescentando parágrafo único ao mesmo artigo, a fim de possibilitar a penhora do bem de família do locatário, quanto à dívida decorrente da relação locatícia, e para condicionar a responsabilidade do fiador, em contrato de locação, à prévia notificação da situação de inadimplência do devedor principal.

A proposição que apresentamos, após a rejeição da proposição do Senador Blairo Maggi, fica com o seguinte teor, Srª Presidente. Então, o voto é pela rejeição da proposição do Senador Blairo Maggi e pela apresentação do seguinte projeto alternativo:

O Congresso Nacional decreta:

> Art. 1º O inciso VII do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990 (Lei do Bem de Família), passa a vigorar com as seguintes alterações:
>
> "Art. 3º.....
> VII – por obrigação, do devedor principal ou do fiador, decorrente de contrato de locação."

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990 (Lei do Bem de Família), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

> "Art. 3º.....
> Parágrafo único. A responsabilidade patrimonial do fiador, no caso de que trata o inciso VII deste artigo, fica condicionada à sua prévia notificação antes que se completem três prestações em atraso, sucessivas ou não, desde que o fiador mantenha seu endereço atualizado perante o responsável pela locação."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É como voto, Srª Presidente, justificando que, no formato anterior, o fiador de um locatário estava sendo penalizado em demasia, quando o próprio locatário não estava tendo a mesma penalização. E com risco anterior de o locatário de um determinado imóvel não pagar a mensalidade durante um ano ou dois, e, quando o fiador é avisado, ele já é avisado com, digamos assim, o risco de o seu imóvel ser indisponibilizado por conta da dívida.

Então, agora, a gente está propondo que, no caso de três meses no máximo, até três meses de dívida, já seja avisado ao fiador para que ele possa tomar as providências devidas.

Então, é como voto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Anibal Diniz.

Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, pela rejeição do projeto e apresentação de novo projeto de lei.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, que conclui pela rejeição do **Projeto de Lei do Senado** nº 297, de 2012, e apresentação de novo projeto de lei.

O projeto segue para análise da CCJ em decisão terminativa.

Vamos seguir na pauta, de acordo com a presença dos relatores dos projetos não terminativos, priorizando os relatores presentes.

ITEM 4
SUGESTÃO Nº 7, DE 2013
– Não terminativo -

Dispõe sobre autoprograma de saúde, ou cartão saúde e dá outras providências.
Autoria: Associação Brasileira de Autoprograma de Saúde – ABRAPS
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Relatório: Favorável a Sugestão nº 7, de 2013, nos termos do **Projeto de Lei do Senado** que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do relatório. Página 53. (*Pausa*.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vou direto à análise, Srª Presidenta.

Conforme dispõe o inciso I do art. 102-E do nosso Regimento Interno, compete à CDH examinar sugestões de atos normativos apresentadas por associações e órgãos de classe, bem como sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação no Congresso.

Nos termos do parágrafo único do referido art. 102-E, as sugestões aprovadas pela CDH, em exame inicial, são transformadas em proposições de autoria da Comissão e encaminhadas à Mesa, para tramitação, ouvidas as comissões competentes para opinar sobre o mérito.

Da documentação apresentada, podemos concluir que a ABRAPS é entidade legalmente constituída, regularmente representada e apta, nos termos do que manda nosso Regimento, a apresentar sugestões, como faz com a Sugestão nº 7, de 2013.

Outrossim, a referida sugestão legislativa atende aos requisitos formais de admissibilidade, conforme estipulados pelo Ato nº 1, de 2006, da CDH.

Ressalte-se que a presente análise tem caráter preliminar. O mérito, a constitucionalidade e a juridicidade do projeto de lei resultante da Sugestão nº 7, de 2013, serão oportunamente apreciados pelas comissões competentes.

Preenchidos os requisitos regimentais, cumprimentamos a ABRAPS pela iniciativa, ao tempo em que oferecemos apenas os reparos indispensáveis para que a matéria possa tramitar.

Em razão do exposto, somos pela aprovação da Sugestão nº 7, de 2013, nos termos do seguinte **Projeto de Lei do Senado**, que passa a tramitar aqui na CDH.

O projeto, que já está nas mãos de todos os Senadores, tem disposições preliminares, vai até programa de saúde, capítulos I, II, possui seções; enfim, é um projeto amplo. Mas, como aqui não vamos discutir o mérito, Srª Presidente – estamos debatendo apenas se procede ou não a indicação dessa SUG –, voto pela apresentação, na forma elaborada pelos consultores do Senado, dessa iniciativa, que dispõe sobre o autoprograma de saúde, ou cartão de saúde e dá outras providências. Sabemos que, nas comissões competentes, vamos discutir o mérito.

O voto é favorável.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável à sugestão, nos termos do **Projeto de Lei do Senado** que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, nos termos do **Projeto de Lei do Senado** apresentado, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão de Direitos Humanos.

Consulto o Senador Randolfe Rodrigues se podemos fazer a leitura do item 7 e, em seguida... S. Exª solicitou a inversão de pauta, anteriormente, em função de um requerimento. Depois, votaremos também o requerimento do Senador Cristovam Buarque, que precisa retirar-se.

Podemos encaminhar dessa forma, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bem, podemos. Eu só queria, Senadora, pedir a esta Comissão que faça uma reflexão sobre uma votação do Plenário que recusou uma

proposta minha de que os empréstimos internacionais que o Brasil perdoa passassem por esta Comissão, porque, na Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional e na Comissão de Assuntos Econômicos, houve muito debate relacionado ao perdão da dívida a países sob regimes ditatoriais. De fato, é um assunto que merece discussão. Não pode ser um assunto só de economia ou apenas de relações exteriores. E foi surpreendente ver pessoas da economia e de relações exteriores contra o perdão da dívida quando isso deveria ser um assunto desta Comissão.

Então, fiz um documento, uma proposta para que, todas as vezes que houvesse perdão de dívida do governo brasileiro a outros governos, o assunto viesse para cá. Lamentavelmente, o Plenário do Senado recusou essa proposta.

Eu gostaria que refletíssemos aqui um pouco se apenas aceitamos essa recusa ou se voltamos a insistir nela não mais como uma proposta individual minha, mas como uma proposta coletiva de toda a Comissão de Direitos Humanos. Isso é apenas uma colocação que pode ficar para um debate posterior.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cristovam Buarque, na verdade, estou sendo informada pela nossa assessoria de que esse projeto é de competência da CAE. Para passar por esta Comissão, deve ser feita alguma alteração no Regimento Interno. É interessante, claro, com certeza, fazer esse debate no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, mas o Regimento Interno, hoje, não favorece que o projeto passe por aqui. E a reforma do Regimento Interno já está sendo encaminhada...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Foi o que tentei fazer...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – No próprio Regimento?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Fazer uma mudança no Regimento. E foi recusada pelo Plenário, talvez por causa da Comissão de reforma. Então, eu gostaria que esta Comissão tentasse levar para a comissão que faz essa reforma do Regimento...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Cujo relator é o Senador Lobão Filho.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... essa proposta, que acho que é importante para o Brasil – não é para a Comissão...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Claro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... que haja uma análise das condições de direitos humanos em outros lugares antes de se autorizar ou não perdão de dívidas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então fica aqui, Senador Cristovam Buarque, o registro. O projeto que reformula o Regimento Interno está na Comissão de Constituição e Justiça. Vamos, então...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Encaminhar uma sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... fazer um encaminhamento de sugestão para que a CCJ acolha uma emenda sugerida aqui pela Comissão de Direitos Humanos, para que esta Comissão também seja incluída no rol de comissões que deverão apreciar matérias com esse caráter.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está esclarecido?

Obrigada, Senador Cristovam Buarque.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Antes mesmo da leitura do próximo projeto, do qual sou Relator, e aproveitando que agora não estamos na agonia da necessidade do quórum...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ...eu quero só retomar a preocupação que eu tinha levantado anteriormente. Como eu havia dito, tivemos, nesta semana, a manifestação do Procurador da República Dr. Rodrigo Janot em relação ao tema da Lei da Anistia. E o Senador Cristovam, inclusive, reiterou sobre a necessidade que nós temos de revisão da citada lei. Existem, hoje, no Congresso Nacional, dois projetos em relação a esse tema: o Projeto de Lei nº 573, de 2011, de autoria da Deputada Luiza Erundina, que se encontra na CCJ da Câmara dos Deputados, com parecer contrário, e existe o nosso Projeto de Lei nº 237, deste ano, que está aqui na Comissão de Direitos Humanos. Nós temos um requerimento, que deveremos apreciar daqui a pouco, que propõe a instrução dessa matéria.

Eu queria reiterar a sugestão para que nós marcássemos uma audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 237, de nossa autoria. Eu acredito que nós estamos no momento adequado, quando o Procurador, Dr. Rodrigo Janot, propõe a rediscussão do tema; quando nós temos dois fatos, ou seja, agora, a rediscussão do tema e, anteriormente, a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos condenando o

Brasil em relação aos mortos da guerrilha do Araguaia; e quando temos, combinada com isso, a manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil no sentido de reapresentar uma arguição de descumprimento de preceito fundamental ao Supremo Tribunal Federal em relação à inconstitucionalidade da Lei nº 6.766, que é a Lei da Anistia, aprovada em 1979.

Ou seja, eu creio que esse conjunto de circunstâncias nos impõe a necessidade de debatermos e apreciarmos aqui essas duas matérias, o Projeto de Lei nº 237, que está aqui na CDH, e o Projeto de Lei da Deputada Luiza Erundina, que se encontra lá na Câmara dos Deputados, ambos fazendo a revisão da Lei da Anistia. Considero que isso se torna inevitável, mesmo porque existe outra inevitabilidade, no meu entender, Senadora Ana Rita. A outra inevitabilidade é a seguinte: o crime de tortura passou a ser não mais um crime da ditadura, mas passou a ser um crime da atualidade, notadamente devido a casos como o do pedreiro Amarildo. Isso demonstra que é um crime não somente do arbítrio, mas um crime ocorrido também na democracia.

Então, só para reiterar o que havia colocado anteriormente. Nós temos um requerimento para ser aprovado daqui a pouco, mas, além do requerimento, eu acho que seria interessante, seria importante, antes de concluirmos o ano, nós, esta Comissão de Direitos Humanos, terminarmos o ano apreciando essa matéria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Randolfe.

V. Exª está solicitando inclusão de requerimento extrapauta nesse sentido?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – É, nós temos um requerimento de minha autoria que está aí para ser apreciado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está na pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Estou sugerindo e propondo a esta Comissão é que seja apreciado o projeto de lei de revisão da Lei da Anistia, que está aqui nesta Comissão, antes de terminarmos este ano de 2013.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

Obrigada, Senador Randolfe.

V. Exª continua com a palavra para o Item nº 7, página 98.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 418, DE 2012
– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, para inserir capítulo sobre o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:Tramitação: CDH e terminativo na CRA.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para a leitura do relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeito, Srª Presidente.

Vamos diretamente para a análise.

Conforme o disposto no inciso III do *caput* do art. 102 do Regimento Interno do Senado, compete à CDH opinar sobre proposições relativas à garantia e à promoção dos direitos humanos.

Concordamos com o autor da proposta ora examinada no sentido de que a norma constitucional pertinente aos direitos dos remanescentes de quilombos sobre suas terras carece de regulamentação para adquirir eficácia.

Consideramos que a atual regulamentação por decreto não tem a mesma estabilidade que a lei ordinária pode oferecer.

Superada a polêmica em torno da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, temos, finalmente, a oportunidade de aprimorar esse importante diploma legal e avançar na garantia dos direitos daqueles que estão entre os segmentos mais injustamente marginalizados de nossa sociedade. Neste sentido, é evidente o mérito da proposta.

Em relação à técnica legislativa, faz-se necessária uma emenda de redação que corrija a referência ao §4º do art. 46-B feita pelo §2º do art. 46-J do projeto. A referência correta é ao §4º do art. 46-C.

Voto.

O voto é pela aprovação do **Projeto de Lei do Senado** nº 418, de 2012, com a seguinte emenda:

"Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 46-J do **Projeto de Lei do Senado** nº 418, de 2012", com a redação nova, que está sendo proposta.

Este é o parecer.

Este é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH.

O projeto segue para análise da CRA, em decisão terminativa. (*Pausa.*)

O item 2 é do Senador Ricardo Ferraço. Vou pedir para fazer a leitura *ad hoc*, mas o Senador Cristovam Buarque havia solicitado a leitura do seu requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora Ana Amélia, eu agradeço muito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ana Rita.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ana Rita, desculpe-me.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não tem problema. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe-me, Senadora Ana Rita.

Esse meu requerimento...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É o item 42.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ..., eu vou lê-lo e depois...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É inversão de pauta, não é?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Primeiro, consulto se há concordância com a inversão de pauta. (*Pausa.*)

Então, pauta invertida, vou fazer a leitura do requerimento, Senador Cristovam, e, em seguida, passo a V. Exª para fazer aqui a justificativa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidenta, desculpe-me, mas eu acho... Não sei se entendi bem. A senhora tinha pedido para que eu fizesse a leitura também dos meus requerimentos?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Em conjunto com...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perdoe-me pelo desleixo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mas eu vou, rapidamente, passar para o Senador Cristovam. Em seguida passarei para V. Exª. Pode ser?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vou liberá-lo rapidamente para ir para a CCJ.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É porque o Senador também tem que ir para a CCJ. Não é isso?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, à Comissão de Educação, onde vou assistir a uma fala sobre uma pesquisa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Rapidamente.

ITEM 42
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 92, DE 2013

Requeiro, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para tratar da manifestação de candidatos reprovados no exame da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, em greve de fome desde o último dia 6 de agosto, contra procedimentos de correção do exame, entre outras irregularidades que apontam: "A violação de Direitos Humanos pela Ordem dos Advogados do Brasil". Requeiro, ainda, sejam convidados: Sr. Marcus Vinicius Furtado, Presidente da OAB; Sr. Carlos Ivan Simonsen Leal, Presidente da Fundação Getúlio Vargas; Sr. Sandro Heleno Pereira, Bacharel em Direito, Membro do Movimento dos Bacharéis Injustiçados no Exame OAB; Sr. Reginaldo Nunes Lula, Bacharel em Direito, Membro do Movimento dos Bacharéis Injustiçados no Exame OAB; Sr. André Luiz de Souza – Bacharel em Direito, Membro do Movimento dos Bacharéis Injustiçados no Exame OAB; Sr. Cezar Roberto Bitteconurt, Professor; Sr. Peterson de Paula, Procurador da República do DF; Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador Geral da República; Sr. Paulo Speller, Secretário do ensino Superior do MEC; Sr. Gilberto Valente Martins, Conselheiro Ouvidor do CNJ; Sr. Marcus Vinicius Coelho Furtado, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para encaminhar.

Senador Cristovam, apenas faço uma observação: no nosso Regimento da Comissão de Direitos Humanos, nós procuramos não exceder o número de seis convidados, para que as audiências públicas não sejam muito longas. Então, posteriormente, a nossa assessoria fará contato com a assessoria de V. Exª para examinar se é possível reduzir a lista dos convidados, para que nós não tenhamos mais de seis convidados aqui na audiência pública.

Concedo a palavra a V. Exª, para fazer suas manifestações.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Srª Senadora Ana Rita, temos feito esse debate sobre o exame da OAB há muito tempo, tanto sobre a necessidade, quanto a sobre quem deve fazer. Eu até sou favorável à necessidade de um exame de proficiência para os que têm diploma, mas a pergunta é se deve ser um órgão público ou um órgão privado: o Ministério da Educação, que tem sistemas de avaliação, ou a OAB, que é uma entidade privada?

Então, há tempo que se debate precisa ser feito, só que agora surgiu uma questão que não é só educacional: a quantidade de jovens que estão nesse momento sofrendo o fato de seus cursos concluídos não poderem ser atendidos e os problemas que a mídia está trazendo, de erros no próprio exame de qualificação dos bacharéis para virarem advogados. Alguns estão acampados em frente à OAB há mais de um ou dois meses. Vale a pena ouvir o que eles têm a nos dizer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento do Senador Cristovam Buarque.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para que faça a leitura dos seus requerimentos. Item 43.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Srª Presidenta, trata-se de requerimento com a finalidade de cumprir objetivo da Subcomissão da Memória da Verdade e da Justiça, desta Comissão de Direitos Humanos.

O requerimento solicita, nos termos do art. 90, inciso XIII, c/c art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências externas desta Subcomissão da Comissão de Direitos Humanos, em conjunto com a Comissão Nacional da Verdade, Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça da Câmara dos Deputados, procuradores federais e comissões estaduais da Memória, Verdade e Justiça, com a finalidade de visitar, preferencialmente nas datas indicadas, os seguintes locais onde funcionaram estruturas ligadas à repressão estatal durante a ditadura de 1964 a 1985: Juiz de Fora (MG), Presídio de Linhares, em 08 de novembro de 2013 (sugestão); Rio de Janeiro (RJ), Base Aérea do Galeão, em 08 de novembro de 2013; São Paulo (SP), 36ª Delegacia da Polícia Civil, Rua Tutóia, Vila Mariana, onde funcionaram as instalações do DOI-CODI e da Operação Bandeirantes, em 11 de novembro de 2013; Recife (PE), Departamento da Polícia Federal, Cais do Apolo, em 28 de outubro de 2013; Porto Alegre (RS), 6ª Companhia de Polícia do Exército e Ilha das Pedras Brancas (Ilha do Presídio), em 14 de novembro de 2013; e Belo Horizonte (MG), 12° Batalhão de Infantaria do Exército.

Subscrevo esse requerimento, Srª Presidente, acrescentando que esses locais foram levantados em diálogos com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, uma das comissões estaduais da verdade mais ativas, entre as comissões da verdade. A partir de estudos, de pesquisas históricas feitas, esses locais foram apontados como os principais centros de tortura durante o período da ditadura brasileira, de 1964 a 1985. A ideia é que a nossa Subcomissão da Verdade, Memória e Justiça, integrada por mim e pelo Senador João Capiberibe, que é o Presidente desta Subcomissão, e V. Exª, que é a Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, se desloquem para esses locais, a fim de, a partir da visita a eles, constituir um circuito que seja considerado como circuito da memória, verdade e justiça, e entreguem uma proposta à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Comunico a V. Exª que esse tema já foi tratado e debatido com a própria Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República e que essas datas são sugeridas, propostas; não são datas definitivas.

Essa é uma proposta de requerimento.

Há outra proposta de requerimento que é um requerimento extrapauta. Não sei se faço a leitura logo, de imediato, ou depois.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pode fazer em seguida, Senador Randolfe.

É bom lembrá-lo de que a Comissão de Constituição e Justiça está solicitando a presença de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Então, faço a leitura, em seguida dos dois requerimentos. Item 41 da pauta.

Requeiro a V. Exª que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para discussão sobre “O papel do Coletivo Fora do Eixo e da Mídia Ninja nos cenários cultural e jornalístico bra-

sileiros", a ser realizada preferencialmente em 03 de dezembro de 2013, com a presença de Pablo Capilé, Bruno Torturra, Ivana Bentes, Claudio Prado, Ladislau Dowbar e Rodrigo Savazoni.

Esse requerimento já foi aprovado na Comissão de Educação e Cultura.

Agora, complementarmente, um requerimento extrapauta. Srª Presidente, nos termos do art. 58 c/c art. 93, requeiro a V. Exª que seja realizada audiência pública para debater "A necessidade de revisão da Lei da Anistia", com a presença dos seguintes convidados: Sr. Marcus Vinicius Furtado Coelho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República; Srª Luiza Erundina de Sousa, Deputada Federal; e a Srª Maria do Rosário Nunes, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

São esses os requerimentos, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradeço, Senador Randolfe Rodrigues.

Coloco em votação os itens 41 e 43 e o extrapauta. São três requerimentos do Senador Randolfe Rodrigues.

Em votação os três requerimentos.

Os que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 41
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 91, DE 2013

Requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para discussão sobre "O papel do Coletivo Fora do Eixo e da Mídia Ninja nos cenários cultural e jornalístico brasileiros" a ser realizada preferencialmente em 03 de dezembro de 2013. Requeiro ainda que para a referida audiência sejam convidados: Pablo Capilé, integrante do coletivo Fora do Eixo; Bruno Torturra, integrante da Mídia Ninja; Ivana Bentes, professora adjunta da Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ, doutora em Comunicação; Claudio Prado, produtor cultural e teórico da contracultura e da cultura digital; Ladislau Dowbar, professor, mestre em Economia Social; Rodrigo Savazoni, jornalista, integrante da Coordenação Executiva do Fórum da Cultura Digital Brasileira.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 43
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 93, DE 2013

Requeiro, a realização de Diligências externas da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em conjunto com a Comissão Nacional da Verdade, Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça da Câmara dos Deputados, Procuradores Federais e Comissões Estaduais da Memória, Verdade e Justiça, com a finalidade de visitar, preferencialmente nas datas indicadas, os seguintes locais onde funcionaram estruturas ligadas à repressão estatal durante a ditadura de 1964-1985: Juiz de Fora (MG): Presídio de Linhares – em 08 de novembro de 2013; Rio de Janeiro (RJ): Base Aérea do Galeão – em 08 de novembro de 2013; São Paulo (SP): 36ª Delegacia da Polícia Civil – Rua Tutóia – Vila Mariana, onde funcionaram as instalações do DOI-CODI e da OBAN – em 11 de novembro de 2013; Recife (PE): Departamento da Polícia Federal – Cais do Apolo – em 28 de outubro de 2013; Porto Alegre (RS): 6ª Companhia de Polícia do Exército e Ilha das Pedras Brancas (Ilha do Presídio) – em 14 de novembro de 2013; e Belo Horizonte (MG): 12° Batalhão de Infantaria do Exército.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 98, DE 2013

Requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública sobre "A necessidade de revisão da Lei da Anistia" com a presença dos seguintes convidados: Marcus Vinicius Furtado Coelho – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Procurador-Geral da República; Luiza Erundina de Sousa – Deputada Federal; Maria do Rosário Nunes – Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Autoria: Senadora Lídice da Mata e outros.)

Senadora Angela e Senador Paulo Paim, na CCJ, está sendo votado agora o voto aberto. É importante a presença dos membros da Comissão de Constituição e Justiça lá. Faço aqui um apelo para que sejamos rápidos a fim de que tenhamos tempo de participar da votação na CCJ também.

Vou colocar em votação os requerimentos que estão na pauta e que são do Senador Paulo Paim. Item 34, pg. 569.

ITEM 34
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 85, DE 2013

Requeiro a realização de Audiência Pública para Instruir a Sugestão nº 11, de 2013, proposta pelo Sindicato de Corretores de Imóveis de Brasília. Os convidados sugeridos são: Representante do Sindicato dos corretores de imóveis de Brasília DF Sindimóveis; Representante da Federação Nacional dos Corretores de Imóveis; Representante do Conselho Federal de Corretores de Imóveis; José Vianna Netto – Presidente do Conselho e Fórum das Profissões Regulamentadas; Flavio Koch – Presidente do Fórum dos Conselhos Regionais e Ordens das Profissões Regulamentadas do Estado do RS; Hermes Alcântara – Vice Presidente Adjunto do Conselho Federal de Corretores de Imóveis.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não tem encaminhamento, Srª Presidenta, porque V. Exª leu, e muito bem, dizendo que é para instruir a proposta. O objetivo é esse.

Está feito o encaminhamento. Como V. Exª colocou muito bem, é para instruir a sugestão que aqui chegou.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Na verdade, em votação o requerimento do Senador Paulo Paim.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, há outros três requerimentos meus, na linha dos outros Senadores, extrapauta, e gostaria de fazer a defesa sintetizada dos três.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para fazer a leitura dos relatórios, mas, antes, pergunto se há concordância de que coloquemos os três requerimentos como extrapauta.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Serei bem rápido, Srª Presidenta.

Os fundos de pensão, a exemplo do Aerus, da Varig, e tantos outros estão deixando as pessoas desesperadas. Só nesta semana morreram mais quatro do Aerus. É uma questão delicada, efetivamente, que fere a dignidade da pessoa humana. Estou querendo fazer um debate aqui na Comissão com a visão dos direitos humanos, sobre a forma cruel como os fundos de pensão tratam os seus dependentes.

Esse é um requerimento.

No outro requerimento, Srª Presidenta, eu queria muito que esta Comissão debatesse os 25 anos da Constituição brasileira na visão dos trabalhadores, sob a ótica, naturalmente, dos direitos humanos.

Tivemos eventos na OAB, na CNBB, na Câmara dos Deputados, e, na próxima terça-feira, teremos aqui no Senado, mas gostaria que também os trabalhadores se pronunciassem, para que digam como eles estão vendo a Constituição Cidadã após 25 anos.

Por fim, segurança e saúde ocupacional, direito fundamental do trabalhador sob a ótica dos direitos humanos, porque centenas ou milhares de pessoas estão perdendo vidas, sequelas profundas, e o Brasil continua sendo um dos países do mundo que mais têm acidentes no trabalho. Ou seja, as pessoas estão perdendo as suas vidas.

Esses são os três requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação os requerimentos.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovados.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

ITEM 44
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 94, DE 2013

Requeiro a realização de audiência pública para debater sobre: "25 anos da Constitui-

ção Brasileira na Visão dos Trabalhadores". Solicito sua compreensão no sentido de liberação para oito (08) expositores que representam os movimentos sociais que apoiaram na promulgação da Constituição de 1988. Os convidados sugeridos são: Representante da Nova Central; Representante da CUT; Representante da Força Sindical; Representante da CGT; Representante da CGTB; Representante da CSB; Representante da CONLUTAS; Representante da UGT.
Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 45
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 95, DE 2013

Requeiro a realização de audiência pública para debater "Fundos de Pensão e a Dignidade da Pessoa Humana". Os convidados sugeridos são: Drª Isa Musa Noronha – Presidente da Associação dos Aposentados do Banco do Brasil; Sr. Carlos Caser – Presidente FUNCEF; Sr. Dan Antonio Conrado – Presidente da PREVI; José Maria Rabelo– PREVIC– Superintendência Nacional de Previdência Complementar; Luis Carlos F. Afonso – Presidente da PETROS; Paulo Brandão– FENASPE – Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do sistema Petrobrás.
Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 46
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 96, de 2013

Requeiro a realização de audiência pública para debater sobre o tema: "Segurança e Saúde Ocupacional: Direito Fundamental do Trabalhador". Os convidados para compor a mesa dos expositores, são: Representante do Ministério da Saúde. Tema: "Integração em SSP– Saúde e Segurança no Trabalho"; Srª Luciane Araújo – Subsecretária do GDF – Tema: "Prevenção da Segurança e Saúde no Sistema Educacional"; Representante do Ministério da Justiça do Trabalho. Tema: "O poder Judiciário e a CIPA"; Raymundo Nonnato Castro – Especialista, Advogado e Professor Universitário. Tema: "Universidade Corporativa do Trabalhador e a CIPA"; Representante do Ministério do Trabalho e Emprego. Tema: "Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador"; Representante da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento. Tema:" Segurança e Saúde no Serviço Público Federal".
Autoria: Senador Paulo Paim.)

Solicito ao Senador Paulo Paim que presida a reunião agora para que também eu possa votar quatro requerimentos de minha autoria: itens 36, 37, 38 e 39. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passamos a palavra à Senadora Ana Rita, Presidente desta Comissão, para que faça a defesa dos três requerimentos por ela já apresentados. Em seguida, colocarei em votação.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Rapidamente, quero dizer que pretendemos realizar uma audiência pública com o objetivo de debater o tema "Primeira infância – a formação dos profissionais do cuidar e da construção da resiliência".

Essa audiência pública é importante. Nós fomos demandados para que esse assunto fosse apreciado pela Comissão de Direitos Humanos. Entendemos que fazer uma discussão sobre a primeira infância e também a formação dos cuidadores, profissionais que têm a responsabilidade de cuidar dessa fase da vida do ser humano, a primeira infância, é altamente importante. A audiência pública é um bom espaço. Nós pretendemos aqui convidar, conforme o nosso requerimento, o Prof. Boris, da França; a Profª Sylvia Nabinger,do Rio Grande do Sul; Profª Fabiana Gadelha, do Distrito Federal; o Deputado Federal Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar para a Primeira Infância.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em votação o requerimento lido e defendido pela Senadora Ana Rita.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 36
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 86, DE 2013

Requeiro, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o tema "Primeira Infância – A Formação dos Profissionais do Cuidar e a Construção da

Resiliência", a ser realizada no próximo dia 20 de novembro,às 10 horas, com a presença dos seguintes convidados: Professor Boris Cyrulnik (França); Professora Sylvia Nabinger (RS/Brasil); Professora Fabiana Gadelha (DF/Brasil); Deputado Federal Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar para a Primeira Infância.
Autoria: Senadora Ana Rita.)

Vamos ao segundo requerimento, também de autoria da Senadora Ana Rita.

Ela fará a defesa e eu o colocarei em votação.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O segundo requerimento trata da realização de audiência pública, com o objetivo de debater as políticas públicas que visam à inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino, bem como o combate ao preconceito de qualquer espécie no ambiente escolar, com a presença dos seguintes convidados: Renata Flores Tibyriçá, Defensora Pública do Estado de São Paulo, autora de cartilha sobre os direitos do autista; Macaé dos Santos, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação; Claudia Grabois, Coordenadora do Fórum Nacional de Educação Inclusiva; Aracy Maria da Silva Lêdo, Presidente da Federação Nacional das APAEs; Carlos Pereira – analista de sistemas, criador do Livox, *software* de comunicação alternativa que facilita a inserção de pessoas com deficiência.

Essa audiência pública foi solicitada por mim a pedido, inclusive, do criador do Livox, que é um sistema novo que está sendo implementado, ainda de forma experimental, para ser avaliado se, de fato, é suficiente para atender e facilitar a comunicação alternativa na inserção de pessoas com deficiência.

Considerei o assunto importante, altamente relevante, é uma experiência nova que está em fase de experimentação e que nós podemos, aqui, avançar no aspecto da comunicação de pessoas com deficiência.

Então, a audiência pública nos dará a possibilidade de conhecer o sistema, de conhecer a experiência e, assim, fazermos o debate nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em votação o requerimento defendido pela Senador Ana Rita.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 39
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 88, DE 2013

Requeiro, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater as políticas públicas que visam a inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino, bem como o combate ao preconceito de qualquer espécie no ambiente escolar, com a presença dos seguintes convidados: Renata Flores Tibyriçá – Defensora Pública do Estado de São Paulo, autora de cartilha sobre os direitos do autista; Macaé dos Santos – Secretária de Educação Continuada,Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação; Claudia Grabois – Coordenadora do Fórum Nacional de Educação Inclusiva; Aracy Maria da Silva Lêdo – Presidente da Federação Nacional das APAEs; Carlos Pereira – analista de sistemas, criador do Livox, software de comunicação alternativa que facilita a inserção de pessoas com deficiência.
Autoria: Senadora Ana Rita.)

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler, também de autoria da Senadora Ana Rita.

ITEM 37
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 87, DE 2013

Requeiro, a realização de Diligência desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao Município de Rio Verde, no Estado de Goiás, para observação in loco dos prejuízos provocados pela pulverização aérea de agrotóxico que atingiu a escola municipal de Rio Verde e, desta forma, verificar a situação de alunos, alunas e trabalhadores da educação após o ocorrido.
Autoria: Senadora Ana Rita

Tem a palavra a Senadora Ana Rita para defender o seu requerimento.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Conforme já foi dito pelo Senador Paulo Paim , nós vamos realizar uma diligência, conforme eu anunciei no início desta reunião, na próxima terça-feira, para verificar *in loco* os prejuízos provocados especialmente à vida humana em função de pulverização aérea de

agrotóxico que atingiu uma escola Municipal de Rio Verde, no Estado de Goiás.

Então, essa diligência contará com a presença de diversas pessoas que já foram convidadas. Também está em aberto a presença de outros Parlamentares, Senadores e Senadoras, desta Casa.

Esta diligência vai acontecer na próxima terça-feira, dia 29. A saída será às 7 horas da manhã da Base Aérea de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Apenas para lembrar, Senador Paulo Paim, que essa diligência foi uma deliberação de uma audiência pública realizada nesta Comissão de Direitos Humanos, com a participação de representantes de órgãos públicos e também de representantes de entidades da sociedade civil, inclusive de mães de alunos da escola. Então, a partir do debate, definimos como encaminhamento a realização dessa diligência, que tem inclusive o apoio da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e de outras autoridades locais para que possamos realizar a diligência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Está aprovado o requerimento. Passamos ao último requerimento da Senadora Ana Rita.

ITEM 38
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 90, DE 2013

> **Requeiro, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater o tema: Políticas Públicas, coleta de dados sobre os povos romani e o Estatuto dos Povos Ciganos, com a presença dos seguintes convidados: Representante de Lideranças dos povos romani; Representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir/PR); Representante da Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR).**
> **Autoria**: Senadora Ana Rita.

Tem a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Esta audiência pública pretende discutir o tema Políticas Públicas, coleta de dados sobre os povos romani e o Estatuto dos Povos Ciganos.

Com certa frequência representantes da população cigana têm procurado a Comissão de Direitos Humanos e, neste caso, eles colocam a importância de o IBGE adequar o seu sistema de coleta de informações, contemplando também a realidade dos povos ciganos. Até então, o IBGE não consegue coletar de forma suficiente e eficaz todas as informações relacionadas a essa população. O que eles reclamam, de fato, é a invisibilidade para uma população que tem presença expressiva em alguns Estados brasileiros, e que, por não constarem do sistema do IBGE, muitas vezes, eles ficam de fora de políticas públicas importantes, não só do Governo Federal, mas também dos governos estaduais e municipais.

Então, a realização dessa audiência pública tem como objetivo conhecer melhor essa realidade e debater a importância da inclusão deste tema no IBGE, para que essa população possa ser suficientemente contemplada na coleta de dados e no sistema de informações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora Ana Rita, permita-me, pela importância do tema, e se não houver mais requerimento de sua autoria, que eu anuncie daqui que V. Exª, no decorrer desta semana, me procurou para falar sobre o PL nº 122. Eu disse a V. Exª, e quero reafirmar aqui, que novembro, para mim, é um mês especial. Inclusive apresentei um projeto de lei para que 20 de novembro fosse feriado nacional, não só pensando em Zumbi, mas pensando que 20 de novembro deveria ser uma grande data em que o mundo – se dependesse de mim – deveria parar para discutir a questão do combate a todo o tipo de preconceito. Então, naturalmente, em novembro, aqui no Brasil, a data de Zumbi dos Palmares já tem essa simbologia. Lembramos a morte desse líder e de sua vida na luta contra os preconceitos. Por isso, eu entregarei o meu relatório a esta Comissão com o objetivo de que seja votado antes do dia 20 de novembro aqui na Comissão de Direitos Humanos. Esse é o objetivo.

Eu falei com todos os setores; só não conversou comigo quem não quis. E quem não quis conversar é porque não quer conversar. Se não quer conversar, vamos votar. A vida é assim.

Então, eu queria aqui, de pronto, assumir o compromisso e dizer que V. Exª me ligou, a Ministra Maria do Rosário me ligou, diversos setores da sociedade me ligaram. Eu lhes disse: “Olha, eu gostaria muito de

votar no mês de novembro". V. Exª entendeu o meu ponto de vista, e não quero que ninguém diga que vai ser surpresa. Então, não é surpresa. Vai ser votado antes do dia 20 de novembro, conforme apelo feito pela Ministra Maria do Rosário, por V. Exª e também pela vontade do Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quero aqui, então, agradecer ao Senador Paulo Paim por haver presidido esse momento da nossa reunião. Quero também reforçar o apelo para que o PL nº 122 entre na pauta. Nós entendemos que há acordo para votação desse projeto, acordo construído coletivamente com a participação de diversos atores, entre eles o próprio segmento LGBT e o próprio Governo. Enfim, eu acho que o projeto, se aprovado este ano, será uma grande conquista não só para a população LGBT, mas para todas as pessoas que querem ver essa parcela da população, esse setor da população, as pessoas que fazem parte do movimento, de fato contempladas com um projeto que lhes vai garantir direitos. Isso não se refere só ao LGBT, já que o projeto é bem mais amplo, pois atende também outros setores da sociedade, como pessoas com deficiência...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Combate todo o tipo de preconceito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Combate todo o tipo de preconceito e discriminação para qualquer tipo de cidadão ou cidadã. É um projeto amplo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Seja palestino, seja judeu, seja italiano, seja alemão, seja brasileiro, seja deficiente, seja idoso. O projeto garante que ninguém deve ser discriminado por motivo nenhum e muito menos pela orientação sexual, que é o centro do debate, queiramos ou não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, é uma grande conquista. Uma construção conjunta, coletiva, pela capacidade e possibilidade do Senador Paulo Paim – e aqui eu quero parabenizá-lo –, juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, conduzida pela nossa Ministra Maria do Rosário e por todos os profissionais que lá trabalham, que se têm empenhado nessa causa no sentido de garantir os direitos humanos de diversas pessoas em nosso País. Há pessoas que, infelizmente, ainda sofrem discriminações e preconceitos por parte da sociedade e de instituições públicas, as quais, muitas vezes, discriminam também as pessoas por não conhecerem os seus direitos.

Na verdade, o projeto vem, como eu diria, qualificar todo esse processo de discriminação e preconceito. O projeto vem clarear – não sei se a palavra correta seria clarear –, mas ele vem, de fato, conceituar melhor o que é o preconceito, a discriminação a várias pessoas da nossa sociedade que fazem parte de diversos setores que compõem a nossa sociedade brasileira, a nossa população brasileira.

Então, quero parabenizá-lo, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidenta, por uma questão de justiça, tomo a liberdade de pedir um aparte. Quero dizer que o papel da Seppir foi fundamental, porque havia uma certa resistência de setores do movimento negro se deveríamos botar ou não numa única lei todos os tipos de preconceito, e foi a Ministra e a Seppir que, dialogando com os conselhos, tornaram possível construirmos esse grande entendimento. Então, ficam aqui...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O registro da nossa Ministra Luiza Bairros também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... nossos cumprimentos à Luiza Bairros pela participação que ela teve. Depois recebi o retorno: "Olha, está tranquilo, vamos combater todo tipo de preconceito numa única lei".

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, parabenizamos a Seppir, parabenizamos a Secretaria de Direitos Humanos e todos os profissionais que se empenharam, para que chegássemos a esse texto tão importante para nós.

Quero, agora, Senador Paulo Paim, demais Senadores aqui presentes, colocar em discussão um requerimento... Na verdade, farei a leitura de um requerimento extrapauta, cuja inclusão já foi aprovada, de autoria da Senadora Lídice da Mata. Ela teve que se retirar em função da Comissão de Constituição e Justiça, mas o requerimento é de sua autoria e também de minha autoria.

Farei a leitura do requerimento, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts, 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 98, DE 2013

Requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, no dia 05 de novembro do corrente ano para discutirmos o Marco Legal para os Povos e Comunidades Tradicionais. Requeremos ainda que sejam convidados: Comunidades quilombolas: Sr. Dione Matias de Jesus; Comunidades pantaneiros: Sr. Claudia Regina Sala de Pinho; Povos Ciganos: Sr. Alessandro Castilho

e Sra. Maura Piemonte; Tradicionais de matriz africana Yorubanos Babalorixa Julio Braga, Bantu Kota Regina Nogueira, Jeji Ogan Edivaldo de Jesus Conceição; Indígenas:Representante da APIB (Associação dos Povos Indígenas do Brasil); a Sra. Izabella Teixeira – Ministra de Meio Ambiente; a Sra. Tereza Campello – Ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a Sra. Luiza Bairros – Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir; a Sra. Maria do Rosário Nunes – Ministra da Secretaria de Direitos Humanos; o Sr. Pepe Vargas – Ministro do Desenvolvimento Agrário; e o Sr. Gilberto Carvalho – Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República .
Autoria: Senadora Lídice da Mata e outros

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Para finalizar nossa reunião, apenas informo que ficarão para a próxima pauta deliberativa desta Comissão alguns projetos não terminativos, cujos relatores não se encontravam presentes e alguns projetos terminativos que não foi possível votarmos na reunião de hoje porque o quórum caiu antes que pudéssemos concluir a pauta dos terminativos.

Quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras que atenderam nosso apelo para que pudéssemos fazer aqui, hoje, um esforço concentrado, que foi muito importante, que deu uma resposta bastante positiva. Conseguimos avançar na nossa pauta de projetos terminativos e não terminativos. Então, quero aqui fazer um agradecimento ao Senador Paulo Paim, que permanece conosco até agora, aos demais Senadores e Senadoras que nos ajudaram.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Antes de concluirmos, estou sendo informada de que o item 40, do Senador João Capiberibe, não havíamos colocado em votação porque o Senador não se encontrava presente. Sua assessoria solicita que eu possa subscrever o requerimento. Portanto, solicito ao Senador Paulo Paim que presida neste momento e faça a leitura do requerimento, para que possamos encaminhá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Requerimento.

ITEM 40
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 89, DE 2013

Requeiro que seja apresentado Voto de Solidariedade desta Comissão de Direitos Humanos à brasileira Ana Paula Maciel, ativista gaúcha do grupo Greenpeace presa na Rússia junto com outros 27 ativistas e dois jornalistas sob a acusação de pirataria marítima. Eles foram detidos em Murmansk, após realizar um protesto pacífico no Mar de Barents contra a exploração de petróleo no Ártico.
Autoria: Senador João Capiberibe e Senadora Ana Rita.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, para que faça a defesa do requerimento neste momento.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O próprio requerimento é autoexplicativo. O assunto já é de conhecimento público. Não vamos debater, pois se trata de um voto de solidariedade desta Comissão de Direitos Humanos à brasileira Ana Paula Maciel, cujo caso as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores conhecem; já é de ampla repercussão pela imprensa do nosso País.

Se o requerimento for aprovado, estaremos aqui encaminhando voto de solidariedade desta Comissão à brasileira Ana Paula, que é uma ativista gaúcha que se encontra presa e que faz parte do grupo Greenpeace. Ela está presa na Rússia juntamente com outros ativistas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como a matéria está em discussão, faço um rápido comentário.

Fui procurado por amigos e militantes da causa da menina Ana Paula Maciel, que é gaúcha. Fizemos um pronunciamento, elaborado por eles, em plenário e o remetemos inclusive ao Itamaraty, para que intercedesse junto ao governo da Rússia no sentido da liberdade dela, como também da dos outros ativistas.

Por isso, mais do que nunca, eu só posso aqui, na discussão da matéria, em nome do povo gaúcho, e naturalmente do Rio Grande e de todos os militantes, na defesa dos mares, dos rios e do meio ambiente, cumprimentar o Senador João Capiberibe e a Senadora Ana Rita. E, ao mesmo tempo, me coloco à disposição para também assinar o requerimento que, neste momento, colocaremos em votação.

Os que concordam com o requerimento de autoria da nobre Senadora Ana Rita, em coautoria com

o Senador João Capiberibe – eu assinarei também –, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aproveito, Senador Paulo Paim, para informar que esta Comissão de Direitos Humanos, anteriormente, encaminhou um ofício ao Presidente Renan Calheiros referente a esse assunto, para que, como Presidente desta Casa, pudesse também manifestar-se junto às autoridades competentes no sentido de garantir a soltura da Ana Paula. Então, esta Comissão já teve a oportunidade de se manifestar ao Presidente, Senador Renan Calheiros.

Antes de finalizar esta reunião, quero informar a todos os colegas Senadores e às colegas Senadoras que, na próxima quinta-feira, às 8h da manhã – portanto, amanhã, próxima quinta-feira –, nós estaremos realizando, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, uma audiência pública para tratar do tema "Espionagem da Vale aos movimentos sociais".

Aproveito para esclarecer que esta Comissão recebeu, por parte da entidade Justiça nos Trilhos, algumas denúncias referentes a isso. Já tivemos a oportunidade de dialogar com representantes da Vale, que estiveram aqui, no Senado Federal, conversando conosco, trazendo também suas informações, trazendo suas preocupações, mas também tivemos a oportunidade de ouvir de representantes da Justiça nos Trilhos informações a respeito desse tema.

Portanto, na audiência pública de amanhã, ouviremos a Vale S.A., ouviremos representantes dessa entidade e ouviremos também representantes do Governo Federal, através do Ministério da Justiça e também da própria Secretaria de Direitos Humanos.

Será uma oportunidade de se poder debater esse assunto, de se poderem ouvir representantes inclusive dos movimentos sociais, que se colocam como vítimas de um possível processo de espionagem. Queremos conhecer esse assunto e debater esse tema.

Portanto, estamos convidando também todos os Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão para que se façam presentes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estaremos aqui. Parabéns pela iniciativa.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, conto, Senador Paulo Paim, com a presença de V. Exª, dos demais Senadores desta Casa, para que esse seja um debate produtivo, esclarecedor e que possa deferir, se for necessário, encaminhamentos, para que possamos, de fato, dar uma resposta a esse assunto, especialmente aos movimentos sociais que têm trazido essa preocupação à Comissão de Direitos Humanos,

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos e todas pela presença aqui hoje.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 34 minutos.)

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 8 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e vinte minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ana Rita, Wanessa Graziotin, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Paulo Paim, Lídice da Mata e o Senador não membro, Oswaldo Sobrinho. É registrada a presença dos Deputados Federais Chico Alencar (PSOL/RJ) e Domingos Dutra (Partido da Solidariedade/MA). Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 74 de 2013, aprovado em 05/09/2013, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: "*Espionagem e infiltração da empresa Vale S.A. ameaçando movimentos sociais, defensores de direitos humanos, jornalistas, sindicatos e ONGs*". A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, ao tempo em que solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Dom Guilherme Werlang, Presidente da Comissão Pastoral para os Serviços de Caridade, Justiça e Paz da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; André Almeida, ex-funcionário da empresa Vale S.A; Gabriel Strautman, Coordenador de Projetos da ONG Justiça Global; Nayana Fadul da Silva, Procuradora da República no Estado do Pará; Irina Karla Bacci, Coordenadora Geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Patrick Mariano, Coordenador da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Ricardo José Regis Ribeiro, Advogado do

Sr. André Almeida; Javier Mujica, Delegado da Federação Internacional dos Direitos Humanos. A Senhora Presidenta concede a palavra a três representantes de entidades presentes no plenário: Paulo Roberto Fier, Secretária de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas do Sindquímica-PR; Rafael Ribeiro Ávila, Sindicato Metabase Inconfidentes; Maria Teresa Corujo, Movimento pelas Serras e Águas de Minas– MovSAM. **A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos:** 1) encaminhar as notas taquigráficas, os documentos recebidos das entidades presentes e de denunciantes aos seguintes órgãos: Ministério Público Federal, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério da Justiça, Ministério Público do Pará, Polícia Federal, OAB, CPI da Espionagem, Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei 37/2011, às agências financiadoras da empresa Vale S.A, tais como: Banco Santander e BNDES, bem como às entidades com as quais a Vale realiza pactos ambientais e sociais; 2) Oficiar a Vale SA, solicitando informações acerca do andamento da auditoria interna para apurar as denúncias de espionagem e ter informações acerca dos procedimentos efetivos que a Vale está tomando para apurar as denúncias aqui feitas; 3) Aprofundar o debate com outra Audiência Pública, podendo ser conjunta a reunião; 4) Solicitar ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República que informe sobre atividade de suposta colaboração da Abin com a empresa Vale, com base nos fatos aqui relatados; 5) Oficiar a OAB Nacional para informar o cerceamento de defesa que está sendo realizado em relação ao advogados do Sr. André Almeida no processo existente contra a Vale S.A. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados para fazerem suas considerações finais, bem como aos Deputados Federais Chico Alencar (PSOL-RJ) e Domingos Dutra (SSD-MA). Fazem uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita e o Senhor Senador Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e dezessete minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 54ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 74, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, aprovado em 5 de setembro de 2013, para debater o tema: Espionagem e Infiltração da empresa Vale S.A., ameaçando movimentos sociais, defensores de direitos humanos, jornalistas, sindicatos e organizações não governamentais.

A audiência pública terá um caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por meio do portal e-Cidadania e também do Alô Senado. No portal e-Cidadania, o endereço, para quem está nos acompanhando, é http://bit.ly/CDHVale. No Alô Senado, 0800-612211.

Quero desejar um bom dia para todos vocês, para todos os nossos convidados e convidadas, demais participantes, assessores dos Parlamentares e jornalistas aqui presentes.

Dessa forma, quero fazer a composição da nossa mesa. Vamos convidar inicialmente o D. Guilherme Werlang, Presidente da Comissão Pastoral para os Serviços de Caridade, Justiça e Paz, da CNBB. É um prazer muito grande, D. Guilherme, receber o senhor aqui hoje.

Convido também o André Almeida, ex-funcionário da empresa Vale S.A., para que se faça presente.

Convido o Gabriel Strautman, Coordenador de Projetos da ONG Justiça Global.

Convido a Drª Nayana Fadul da Silva, Procuradora da República no Estado do Pará. Seja bem-vinda, Drª Nayana, é um prazer recebê-la aqui.

Convido também a Srª Irina Karla Bacci, Coordenadora Geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Seja bem-vinda, Drª Irina, é um prazer recebê-la aqui.

Quero justificar a ausência da Srª Salma Torres Ferrari, Diretora de Relações Institucionais da empresa Vale S/A. A empresa Vale nos encaminhou uma correspondência justificando a sua ausência. Vou ler aqui a justificativa.

Correspondência assinada pela Srª Salma Torres Ferrari, que é Diretora de Relações Institucionais.

Brasília, 23 de outubro de 2013.
Exmª Srª Senadora Ana Rita Esgário,
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.
Srª Presidente, acusamos o recebimento do Ofício nº 504, de 2013, da CDH, de 3 do corrente, em que V. Exª formula convite para que participemos da audiência pública a ser pro-

movida por essa Comissão, no próximo dia 24, tendo como propósito específico debater o tema: Espionagem e Infiltração da empresa Vale S.A., ameaçando movimentos sociais, defensores de direitos humanos, jornalistas, sindicatos e ONGs.

Cumpre-nos informar a V. Exª a impossibilidade do nosso comparecimento ao evento porquanto na data aprazada estaremos fora de Brasília, participando de reunião de trabalho da diretoria executiva a que nos vinculamos.

Lamentando a coincidência de datas, temos, no entanto, de ressaltar que o objeto da audiência pública referenciada teve como motivo inspirador denúncias do ex-empregado da empresa Sr. André Almeida que estão sendo apuradas em procedimentos investigatórios criminais instaurados em várias comarcas e que se vinculam também a reclamações trabalhistas milionárias movidas pelo mesmo ex-colaborador, todos sub judice, cabendo à Vale, portanto, neste momento, aguardar a manifestação definitiva dos órgãos da Justiça.

Além disso, esperamos que as informações prestadas diretamente a V. Exª no dia 16 do corrente, em seu gabinete no Senado Federal, tenham contribuído efetivamente para esclarecer a posição da empresa com relação aos fatos denunciados.

Por derradeiro, enfatizamos que a Vale pauta sempre sua conduta pelos valores inarredáveis da transparência, da ética e da responsabilidade, não transigindo sob hipótese nenhuma, com rigoroso respeito e obediência às leis em vigor e às suas normas internas.

Na oportunidade, agradecemos o convite e, de modo especial, a atenção e gentileza com que V. Exª nos recebeu, augurando-lhe êxito pleno na condução dos trabalhos dessa importantíssima Comissão Permanente do Senado Federal.

Respeitosamente, – Srª Salma Torres Ferrari, Diretora de Relações Institucionais.

Portanto, a justificativa da Srª Salma já foi realizada.

Quero, aqui, agora, fazer uma breve introdução ao tema antes de conceder a palavra aos nossos convidados e convidadas.

Esta audiência pública foi solicitada por movimentos sociais que representam trabalhadores e trabalhadoras em situação de vulnerabilidade e em conflito com a empresa Vale do Rio Doce, especialmente nos Estados do Maranhão e do Pará.

Segundo informações que nos foram passadas, a Estrada de Ferro Carajás, da Vale, corta 25 Municípios do Maranhão e do Pará em seus 892 quilômetros. Existem 94 localidades entre povoados, vilas e cidades na faixa de mil metros com o eixo na ferrovia.

O intenso fluxo de pessoas somado à ausência de mecanismos de proteção e sinalização fazem com que vidas sejam ceifadas recorrentemente.

Em 2007, foram contabilizadas 23 mortes e, em 2008, 9 vítimas fatais por atropelamento.

Também foram registrados neste ano 2.860 acidentes ao longo da ferrovia, segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT.

Em 16 comunidades, Santa Rosa dos Pretos, Monge Belo, Bom Jesus das Selvas, Nova Vida, Novo Oriente, Francisco Romão, João do Vale, Planalto I, Planalto II, Agroplanalto, Vila Diamante, Jutaí, Alto Alegre do Pindaré, Vila Labote, Vila Pindaré, Vila Concórdia e Vila União, com mais de 16.500 famílias monitoradas pela Rede Justiça nos Trilhos, os impactos mais sentidos são atropelamento com morte de pessoas, trepidação e rachaduras causando danos às residências, remoção de famílias ou apropriação de parcela de seus lotes pela Vale, poluição sonora, danos às estradas vicinais caudados por veículos de grande porte, remoção compulsória de famílias, interdição da realização de roças próximas à ferrovia, chegada de um grande número de operários do sexo masculino, colocando em risco adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

A esse quadro de problemas somam-se doenças respiratórias e de pele.

A mobilização das comunidades na busca de atenuação e reparação pelos danos sofridos tem sido caracterizada por dificuldades de acesso à informação, irregularidades nos processos de aprovação dos estudos de impacto ambiental e ataques sobre a honra, a reputação e a liberdade de expressão dos atores sociais a favor das comunidades afetadas e agora com mais uma violação aos movimentos sociais que estariam sendo espionados por agentes da Vale. Nossos convidados certamente irão nos esclarecer sobre as denúncias veiculadas pelos meios de comunicação e pelas redes sociais.

Para nós, estes problemas são graves e merecem ser analisados e discutidos em busca de soluções adequadas, restaurando, assim, a dignidade e o respeito aos direitos fundamentais de cada povoado e de cada indivíduo.

Feitas essas breves considerações, passo a palavra, então, aos nossos convidados e convidadas.

Antes de tudo, quero aqui também definir juntamente com vocês um procedimento de condução desta audiência pública.

Vamos conceder a palavra por um tempo máximo de 15 minutos para cada um. Vocês poderão usar menos, se for necessário, mas vocês terão no máximo 15 minutos nesse primeiro momento.

Depois vamos conceder a palavra, e aí estamos abrindo a possibilidade aqui de ouvir também o Dr. Javier Mujica, delegado da Organização de Estados Americanos, da Federação Internacional de Direitos Humanos, e também o Dr. Ricardo, advogado do Dr. André.

Vamos ouvir os nossos convidados e, posteriormente, concederemos a palavra aos dois advogados aqui presentes.

Concedo a palavra ao D. Guilherme Werlang, Presidente da Comissão Pastoral para os Serviços de Caridade, Justiça e Paz, da CNBB.

D. Guilherme, o procedimento na Comissão é o seguinte: vamos definir 15 minutos, e, quando estiver faltando um minuto, a campainha vai tocar. O senhor fique à vontade para concluir no seu tempo .

O SR. DOM GUILHERME WERLANG – Bom dia à nossa Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado. Minha saudação a todos os demais membros da Mesa, aos senhores e senhoras convidados, aos movimentos sociais, pessoas atingidas pelo motivo desta audiência pública em relação à empresa Vale.

A participação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil nesta audiência pública é uma clara manifestação de repúdio e indignação a qualquer tentativa de monitorar ilegalmente movimentos sociais por meio da insidiosa prática de espionagem, o que, segundo depoimento do ex-funcionário da empresa aqui presente que denuncia ao Ministério Público Federal, seria um expediente utilizado pela empresa Vale. Isso foi certificado pela imprensa e testemunhado por agentes pastorais e lideranças populares.

Esta audiência pública, por felicidade histórica, acontece num contexto das comemorações dos 25 anos da promulgação da Constituição Federal, marco de uma nova ordem democrática no Brasil.

É Importante salientar que superamos, apesar de inúmeras limitações, o período autoritário responsável por perseguir, caluniar, torturar, censurar e cercear a liberdade de organizações sociais e de imprensa.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, naquele período da ditadura em nosso País, bem como mundialmente, ficou conhecida como a voz daqueles que não tinham voz. Era talvez a única instituição com autoridade fora dos ditamos do regime ditatorial com capacidade para denunciar no Brasil e internacionalmente as barbaridades que aconteciam nos porões da ditadura.

A história da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil é de solicitude com as alegrias e as tristezas da sociedade brasileira na sua incansável busca por construir uma sociedade melhor.

Com a volta do Estado democrático firmada na Constituição cidadã, temos nos dedicado, enquanto CNBB, a estimular pastorais e organismos vinculados a interagirem com as forças vivas da sociedade brasileira e com as diferentes esferas do Poder Público, a fim de que essas promovam políticas voltadas às comunidades em regiões mais carentes e secularmente excluídas dos benefícios criados pelo chamado crescimento econômico. Muitos passos foram dados nesse período para fazer do Brasil uma Nação justa, solidária, primada no respeito aos direitos humanos, entre eles a inviolabilidade da vida íntima das pessoas e o reconhecimento dos movimentos sociais como agentes promotores de direitos e imprescindíveis para trazer à cena pública causas nem sempre presentes nas agendas de certos governantes e de grandes grupos econômicos.

Entre muitas ações que nossas comunidades, pastorais e organismos eclesiais desenvolvem, ressalto neste momento o belo trabalho desenvolvido pelo comitê em defesa das populações atingidas pela mineração, do qual nós, CNBB, fazemos parte e integramos.

Em que pese a CNBB reconhecer a importância da atividade mineradora e a sua regulamentação, manifestamos nossas preocupações com relação à nova lei que está sendo proposta, pois entendemos como imperioso que se promova um amplo debate com a sociedade e as populações a serem impactadas pelas atividades mineradoras. A ausência do debate público percebida até o momento impede a população de conhecer e opinar sobre assunto de grande relevância social e ambiental, que tem efeitos diretos em sua vida.

Destaco, neste momento – aliás, frisei isso numa outra audiência pública na Câmara, sobre a questão da mineração –, que entendemos que debate ou audiência não podem passar em branco. “Audiência” vem do latim *audire*, é ouvir, e a gente não pode simplesmente ir para uma audiência, levar uma proposta, deixar todo mundo falar e depois seguir como se nada tivesse acontecido. E muitas das audiências públicas que têm acontecido ultimamente têm sido assim: uma empresa ou um governo vai até uma determinada comunidade, até um segmento social, diz que se trata de audiência pública, faz a sua proposta, deixa todo mundo falar, mas aquela proposta já está fechada e vai ser executada de qualquer forma. Nós não entendemos que isso seja audiência nem debate. Do debate pode sair uma postura diferente da inicial, e isso nós achamos importantíssimo nessa questão da minera-

ção. Em nenhum momento, o poder econômico pode ser sobreposto ao valor da vida, da vida do Planeta, do meio ambiente, do ecossistema e, especialmente, das pessoas humanas.

Infelizmente, até o presente, os debates em torno no novo marco regulatório da mineração têm priorizado o aspecto econômico da extração mineral, em detrimento dos aspectos sociais, ambientais, espirituais, culturais, dos territórios e das populações. De modo especial, temos as ameaças que recaem sobre comunidades quilombolas, populações tradicionais, pequenos agricultores e áreas de proteção ambiental, notadamente a mineração em terras indígenas, à margem de uma necessária interação com o estatuto dos povos indígenas, que espera aprovação desde 1991.

Numa sociedade alicerçada em princípios democráticos, a existência de conflitos e tensões sociais faz parte de uma paisagem e dela promovem a energia vital que a mantém saudável.

Em junho e julho deste ano de 2013, nossas instituições foram postas à prova diante das belas manifestações que tomaram conta do nosso País. Não obstante existirem pontualmente distorções e exageros, tanto das forças de segurança quanto de uma pequena minoria dos manifestantes, no geral o Brasil expôs, para si e para o mundo, sua vibrante e potente sociedade civil.

Sem perder de vista o exposto, quero, neste instante, pedir licença para compartilhar dois sentimentos e manifestá-los em nome da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, da qual sou presidente. Primeiro, indignação, uma vez que, em pleno século XXI, tomamos conhecimento, pela imprensa, de denúncias dando conta do suposto monitoramento clandestino de lideranças sociais, que legalmente mobilizam, articulam e conscientizam suas comunidades. Isso é feito em nome projetos econômicos e empresariais que, muitas vezes desprovidos de preocupações sociais e ambientais, agem quase que unicamente presos à lógica de grandiosos lucros, desprezando ricas tradições imateriais de populações atingidas pelos empreendimentos.

Se o primeiro sentimento era de indignação, o segundo é de alegria, pois a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, presidida pela nossa querida Senadora Ana Rita, em nome de quem homenageio todos e todas que fazem da política uma nobre busca pelo bem comum – diferentemente dos que almejam somente benefícios de grupos e pessoais –, imediatamente se colocou à disposição para levar a cabo os necessários esclarecimentos às denúncias; não obstante aguardarmos de outras instituições do Estado o mesmo empenho e uma resposta satisfatória, respondendo aos requerimentos dos movimentos sociais, das entidades, sindicatos e grupos que alegam estarem sendo prejudicados pelo monitoramento ilegal, conforme atestam suas denúncias.

Ademais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil entende que, em contextos de conflitos sociais, existem movimentos e grupos agindo dentro do nosso ordenamento constitucional, para fazer valer suas reivindicações. Assim se constrói e aprimora nossa democracia, fortalece o tecido da sociedade brasileira, sendo, contudo, imperativo reconhecer no outro um interlocutor, mensageiro de aspirações, de pessoas, famílias, grupos sociais, e não um inimigo a ser deslegitimado e colocado na ilegalidade, mediante a criminalização.

É intolerável supor que, em nossa quadra histórica, persistam e se utilizem de métodos ilegais para monitorar – ou, se quisermos, espionar – ações e projetos de comunidades e movimentos que questionam empreendimentos econômicos, dissociados de graves impactos sociais e ambientais.

Utilizar-se de monitoramento ilegal aos movimentos sociais é atitude inaceitável praticada por quem não tem apreço aos princípios democráticos e desconhece o diálogo aberto e a escuta sincera como verdadeiro caminho para encontrar soluções às inerentes controvérsias.

Por ironia, as denúncias do monitoramento ilegal a movimentos sociais ocorrem no instante em que o Brasil e a comunidade internacional assistem, indignados, aos graves atos de espionagem supostamente cometidos por setores de inteligência dos Estados Unidos da América, que corajosamente e em defesa do interesse nacional, nosso Senado Federal tem investigado, mediante uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

A nossa indignação tem a mesma intensidade, caso sejam confirmadas as denúncias que ora se debruçam esta audiência pública. É preciso investigar e, eventualmente, punir os responsáveis por práticas danosas ao aprimoramento das instituições, extirpando mecanismos alheios à democracia e que, tristemente, remete-nos ao período autoritário que já vivemos.

Em sua primeira viagem apostólica, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude, realizada no Rio de Janeiro, neste ano, o Papa Francisco nos legou profundas e inesquecíveis mensagens de convite à solidariedade e ao compromisso com aqueles dos quais Cristo está mais próximo e que são tantas vezes postos à margem da sociedade.

Em alocução à classe dirigente do Brasil, o Papa Francisco ensinou, dizendo:

Quando os líderes dos diferentes setores me pedem um conselho, a minha resposta é sempre a mesma: diálogo, diálogo, diálogo.

A única maneira para uma pessoa, uma família, uma sociedade crescer, a única maneira para fazer avançar a vida dos povos é a cultura do encontro, uma cultura segundo a qual todos têm algo de bom para dar e todos podem receber em troca algo de bom. O outro tem sempre algo para nos dar, desde que saibamos nos aproximar dele com uma atitude aberta e disponível e sem preconceitos. Hoje, ou se aposta no diálogo, na cultura do encontro, ou todos perdemos. Passa por aqui o caminho fecundo.

Concluía o Papa Francisco.

Então, seria essa a nossa colocação como Comissão Episcopal Pastoral para os Serviços de Caridade, Justiça e Paz, dizendo da alegria, da satisfação de termos sido mais uma vez chamados, e prontamente quisemos atender. Embora estejamos na CNBB em sessão ordinária do Conselho Permanente, não poderíamos nos furtar a estar presentes para dizer da nossa solidariedade à essa reivindicação dos movimentos sociais das pastorais sociais, desses que se sentem atingidos pela empresa Vale S/A.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Dom Guilherme, queremos aqui agradecer muitíssimo a presença do senhor, Presidente da Comissão Pastoral para os Serviços de Caridade, Justiça e Paz da CNBB, e também expressar aqui o nosso reconhecimento pelo trabalho que a CNBB tem feito no nosso País e, em especial, na luta pelos direitos humanos, em defesa da luta dos movimentos sociais, na busca da construção de uma sociedade mais justa, mais igual, de uma sociedade realmente que seja de igualdade e fraternidade, onde haja respeito aos direitos humanos.

Muito obrigada pela presença do senhor. É uma honra muito grande à nossa Comissão de Direitos Humanos receber aqui o Presidente da Comissão Pastoral para os Serviços de Caridade, Justiça e Paz da CNBB.

Eu quero aqui aproveitar o momento para registrar a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, Procuradora da Mulher aqui do Senado Federal e também membro desta Comissão de Direitos Humanos.

Obrigada pela presença, Senadora Vanessa.

Vou conceder, agora, a palavra ao Sr. André Almeida, ex-funcionário da empresa Vale S.A., por um tempo também de 15 minutos.

O SR. ANDRÉ ALMEIDA – Bom dia a todos.

Obrigado, Senadora, pelo convite.

Inicialmente, eu queria expressar duas opiniões minhas.

Primeiro, eu acredito na teoria de Hobbes, de que o homem é o lobo do homem. Ou seja, as pessoas se utilizam da máquina da empresa para seu benefício pessoal.

E, com isso, "acabo", entre aspas, concordando com a Srª Salma. Talvez a Vale não concorde com todas essas ações ilegais, imorais, antiéticas que denunciei, mas ela acaba protegendo pessoas físicas que estão nas suas engrenagens. Pegando como gancho a fala do D. Guilherme, cito o Papa Francisco: "diálogo, diálogo, diálogo".

O que a Vale gasta anualmente, trienalmente, mensalmente para monitorar seus empregados, os movimentos sociais diversos e políticos, poderia ser gasto com as comunidades se ela saísse do seu patamar, do seu pedestal e conversasse com os movimentos.

Há alguns anos, a Vale gastou cerca de R$70 milhões com o processo de *branding*, mudança da marca, ao mudar de Companhia Vale do Rio Doce para Vale. Uma das intenções era acabar com a arrogância nas palavras da comunicação da empresa. Não conseguiu. E por que isso? São gerações e gerações em que acontecem essas ilegalidades, imoralidades na empresa. Quero deixar também bem frisado a parte histórica desses acontecimentos.

Foi muito frisado na imprensa a era Agnelli, porém isso já acontecia há décadas. Vou citar aqui uma frase retirada de um dos processos da Vale: "A Diretoria Corporativa de Segurança Empresarial onde o reclamante laborava é considerada uma das guardiãs da ética, moralidade e transparência da instituição". Como assim, se fazíamos espionagem, infiltração, grampos telefônicos? Eu, pessoalmente, fazia químicas, como a gente chama internamente, que são as fraudes nos próprios contratos. Utilizavam a máquina da empresa para visitar seus filhos, inclusive amantes, e por aí vai.

O que eu queria que a Vale percebesse é que essas pessoas são pessoas, são falhas e não são a seleta casta que habita o céu entre o bem e o mal. Quem fiscaliza os fiscais, já falava Platão há milênios.

Com isso, queria entrar aqui no histórico desde a década de 80, quando os projetos de alumínio e de Carajás começaram a engrandecer mais a empresa. Várias pessoas, vários integrantes das Forças Armadas foram contratados para fazer parte da segurança patrimonial. Encabeçava um ex-cadete da Força Aérea e um sargento do Exército, que começaram a formar o seu círculo pessoal contratando empresas de vigilância no Pará, que também faziam o serviço de infiltração e outras denúncias que informei.

A partir da década de 90 começou a engrandecer essa área: trouxeram mais gente ao seu círculo pessoal, passaram a fazer ações de relacionamento com

órgãos de segurança pública, ou seja, dando dinheiro para a Polícia principalmente. Também foi criada uma área de serviços especiais ligada diretamente à auditoria, ou seja, acima do Presidente. Essa parte serviços especiais fazia o acompanhamento de fraudes dentro da empresa e utilizava esses métodos ilegais, imorais e antiéticos para conseguir atingir as suas metas.

O primeiro contrato especifico para espionagem, vamos falar assim, era para assunto sigiloso, como, por exemplo, aquisição para Imposto de Renda, dados bancários de funcionários, movimentos sociais E aqui faço um parêntese para afirmar que o próprio gerente geral da empresa, da parte de segurança, afirmou na Justiça que tinha acesso ao Imposto de Renda de funcionários. Está registrado na Justiça isso.

E durante a era Roger Agnelli é que a área de segurança da empresa conseguiu virar uma diretoria e centralizar essas ações. Posso falar que fui eu que centralizei: tirei de vários contratos de vigilância esses elementos infiltrados e coloquei em um único, para evitar danos maiores do que aqueles que já poderíamos ter tal como estamos tendo agora. São os eu chamo de situações complicadas. Como exemplo, cito o pessoal infiltrado no assentamento Palmares, que já está – estavam, não posso afirmar se estão agora – há mais de dez anos, ou seja, anterior á era Roger Agnelli. E, para atingir suas metas, chegou a ser instituída a "indústria da justa causa", em que centenas de funcionários eram demitidos por justa causa na investigação de fraude – *cases* – como chamava o diretor. Anos depois essas fraudes poderiam cair pela Justiça, como foi um caso recente. Não foi comprovado esse problema, mas, mesmo assim, as pessoas continuavam colocando nas suas metas a prevenção de perdas.

E, com a saída do Roger, as coisas não acabaram. Não adiantou, em 1º de junho de 2011, o Conselho de Administração diretamente afastar o diretor de segurança da época. Por quê? Foi o único afastado. Então, ao contrário do que o Presidente Murilo fala, do que ele acha que aconteceu, somente uma pessoa foi afastada do departamento. As outras, que criaram todas essas situações continuaram e continuam utilizando essas ações. Inclusive, durante a gestão do Presidente Murilo, foi mandado infiltrar – e isso sem o meu conhecimento, eu só soube depois quando eu fui pagar a conta – um elemento em Açailândia, no Movimento Justiça nos Trilhos. Isso é novo, já durante a gestão atual. Fora isso, há grampos telefônicos em funcionários afastados pelo INSS. Pergunto: se era uma fraude no INSS, por que essa fraude não era passada para a Previdência?

Quero passar agora para o *modus operandi,* também querendo frisar a ação contra os funcionários e os terceirizados, que é essa indústria da fraude não só sobre os movimentos sociais.

Então, a gente tinha lá as escutas telefônicas – eu mesmo apliquei pelo menos duas –, a invasão de computadores sem notificação ao empregado, acessando e divulgando material particular, incluindo fotos; câmeras ocultas colocadas, sem funcionário saber, para proteger, como eu falo, o iogurte dos diretores, jogando o dinheiro da empresa fora. Havia também os levantamentos, através do Infoseg, dos antecedentes criminais dos trabalhadores eram feitos, quase mil por mês, principalmente em Minas Gerias, onde 11% do total dos trabalhadores terceirizados que eram pesquisados tinham algum antecedente e eram cerceados de trabalhar na Vale, fora outros dados sigilosos do Imposto de Renda e as infiltrações de dossiês de políticos e de blogueiros – cito ali Décio Sá –, incluindo a utilização de órgãos públicos onde eles recebiam, inclusive, medalhas.

Eu queria com isso, Senadora, terminar minha apresentação e passar à sua mão toda a documentação que entreguei no Ministério Público, para a Comissão ter ciência das minhas denúncias tanto contra os movimentos como contra os próprios empregados e terceirizados da Vale. Essa casta, que hoje está, inclusive, acima da presidência da empresa, conseguiu se colocar numa posição em que a sala da segurança está acima da sala do Presidente Murilo, como eu disse, se achando acima do bem e do mal.

Quando o Presidente Murilo Ferreira, assim que as minhas denúncias foram divulgadas, disse que ia haver uma auditoria interna para investigar, com isenção, as denúncias, eu posso dizer que acreditei sinceramente nas palavras do presidente até por que eu já havia participado de uma reunião com ele no final de 2011 sobre o orçamento e vi a expressão dele ao ficar indignado com o uso do dinheiro da empresa aleatoriamente, mas ele continua sendo engana. Essa auditoria, com certeza, ia dar em nada, pois havia amizade, por terem trabalhado juntos, entre o Diretor Gilberto Ramalho e o Auditor Adilson Medina, cujas salas são coladas.

Acredito que se o Presidente da empresa olhar diretamente para seus subordinados, sem passar pela auditoria, talvez ele encontre aquilo que ele alegou que pode não existir, assim como a área de relação com a comunidade, de relações institucionais da empresa, fazer aquilo que ela se propõe: relação, como disse D. Guilherme, diálogo. Se conseguir colocar isso num diálogo, essas ilegalidades podem sumir, mas, para isso, precisa olhar para o próprio umbigo, acreditar que as empresas estão fazendo algo errado dentro da empresa, afetando o nome da empresa. O.k.?

Senadora, muito obrigado! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Queremos aqui agradecer ao André Almeida, ex-funcionário da empresa Vale S. A., que nos traz aqui farta documentação. Nós já havíamos recebido também documentações anteriormente.

Queremos aqui agradecer-lhe a disposição de vir aqui e manifestar sua opinião e trazer informações que não são de conhecimento público, para que possamos avaliá-las, analisá-las e fazer os devidos encaminhamentos.

Muito obrigada pela presença, André!

Quero agora passar a palavra ao Gabriel Strautman, Coordenador de Projetos da ONG – Justiça Global, também por quinze minutos.

O SR. GABRIEL STRAUTMAN – Obrigado.

Bom dia a todos e a todas.

Senadora, eu não posso deixar de começar a minha intervenção parabenizando a senhora e a Comissão de Direitos Humanos do Senado pela coragem de convocar esta audiência. Nós sabemos das pressões que acontecem para que esse tipo de iniciativa não tenha êxito. Então, como representante de uma organização de direitos humanos, eu não posso deixar de começar a minha fala marcando e parabenizando a senhora pela iniciativa. Da mesma forma, também quero, de certa forma, parabenizar também o André pela coragem de expor esses fatos, de tornar pública a engrenagem criminosa de uma empresa que é amplamente beneficiada pelo Estado brasileiro, através de financiamento público e através de todo tipo de iniciativa para flexibilização de leis para dar maior agilidade às operações dessa empresa. É importante que a sociedade saiba que essa mesma empresa viola direitos. E a iniciativa do André é importante para que a gente saiba que não são apenas Estados que espionam, mas as empresas também. E essa iniciativa marca a coragem de expor esses fatos, abre esse debate na sociedade brasileira, um debate tão importante.

A Justiça Global é uma organização de direitos humanos que, há 14 anos, atua na agenda dos direitos aqui no Brasil e que, nos últimos anos, vem dedicando um tempo cada vez maior ao acompanhamento de violações de direitos humanos no contexto de grandes empreendimentos econômicos, dos quais são exemplos usinas hidrelétricas, por exemplo, na Amazônia, como Madeira, em Rondônia, ou a de Belo Monte, no Pará, empreendimentos siderúrgicos, como a TKCSA ThyssenKrupp, Companhia Siderúrgica do Atlântico no Rio, que também tem a participação acionária da Vale, ou mesmo o Comperj, o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, obra da Petrobras, que dizimou a existência da pesca artesanal da Bahia de Guanabara; ou, ainda, os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, que estão provocando remoções Brasil afora, e, particularmente, no Rio de Janeiro.

O acompanhamento e a denúncia das violações de direitos humanos provocadas nos contextos desses grandes empreendimentos têm tomado um tempo cada vez maior de organizações como a Justiça Global, que, junto aos movimentos sociais de resistência, tem realizado uma luta importante por direito e por justiça no contexto desses grandes empreendimentos.

As ações da Vale também têm sido acompanhadas por nós e principalmente as violações provocadas pela mineradora Vale, razão pela qual a Justiça Global é – e eu represento hoje aqui também – a articulação internacional dos atingidos pela Vale. É internacional porque a Vale já começa a exportar esse modelo predatório para outros países além do Brasil.

Nós temos aqui hoje, e é importante marcar isso, a presença de companheiros de Minas Gerais, onde a Vale nasceu e historicamente causa impactos ambientais e sociais irreversíveis. Nós temos aqui os companheiros do movimento Serras e Águas de Minas, que estão lá contra a implantação de uma mina na Serra da Gandarela. Nós temos aqui companheiros do Sindiquímica, do Paraná, que também tiveram o direito à sua organização sindical violado pela empresa Vale, razão pela qual a empresa também sofreu denúncia na OIT. Essa foi uma iniciativa dos sindicalistas do Sindiquímica, juntamente com companheiros de outros países, inclusive do Canadá, sindicalistas canadenses e ativistas de países como Moçambique, onde a Vale também está avançando de maneira importante e reproduzindo um modelo de exploração muito parecido com o que faz aqui no Brasil. Nós integramos a articulação dos atingidos pela Vale.

A lição que aprendemos participando ativamente da articulação dos atingidos pela Vale é que estamos lidando com uma empresa arrogante, preconceituosa e que, definitivamente, se recusa a dialogar com trabalhadores e principalmente com as comunidades atingidas.

A Vale, há 30 anos, já opera o maior projeto de mineração do mundo no Complexo Carajás e há 30 anos causa esses impactos ambientais e sociais naquela região, que atravessa a mina de Carajás no sudeste paraense até o porto, em São Luís, levando o minério da mina até o porto através da estrada de ferro Carajás. Já são três décadas, Senadora, de impactos naquela região e, agora, a Vale está em pleno processo de duplicação desse projeto, que já é o maior do mundo.

Essa região é, como já foi bem dito aqui nesta Mesa, povoada por comunidades indígenas, quilombolas e camponeses, credores de uma dívida histórica

social junto ao Estado brasileiro. O que essas populações pedem é o reconhecimento de suas terras, o reconhecimento de sua cultura e acesso a saúde e educação, direitos básicos de qualquer brasileiro. O problema é que os interesses dessas comunidades estão no caminho dos interesses de uma mineradora como a Vale, que tem um poder econômico enorme e que se transforma em poder político, o que tem significado o enfraquecimento dessas comunidades.

Quem chega nessa região num primeiro momento pode ter a falsa impressão de que aquela é uma região onde o Estado é ausente, justamente porque não são reconhecidos os direitos dessas comunidades. Mas o Estado ali é muito presente, porque é o Estado, como eu já disse, que coloca dinheiro público, como são os recursos do BNDES, na Vale e que atua de maneira direta para flexibilizar leis, como a legislação ambiental, ou mesmo desrespeitar direitos como o da informação, do acesso à informação e às audiências públicas prévias aos grandes empreendimentos, direitos, portanto, dessas comunidades. O Estado é presente, portanto, a favor do empreendimento e nunca em defesa dos direitos da comunidade. O Estado é, portanto, omisso.

E aí é importante também prestarmos atenção no seguinte: na lógica de uma empresa como a Vale, tempo é dinheiro, e o tempo da democracia é prejudicial a uma empresa como a Vale. Portanto, na ótica de uma empresa como a Vale, a realização de audiências públicas ou mesmo de licenciamentos e avaliações de impacto ambiental feitos como manda a Constituição são uma perda de tempo e causam prejuízo. É por isso que a Vale viola direitos. A Vale pressiona para que todas esses direitos previstos em lei não sejam observados ou sejam observados de maneira absolutamente irregular e ilegal.

Eu digo isso, portanto, para ressaltar o seguinte. O caso da espionagem da Vale – e espionagem para a Vale significa prevenção de crise – significa que a Vale viola, ao espionar, para violar direitos ao avançar com seus empreendimentos: viola-se para continuar violando direitos.

É importante falar do trabalho de resistência que se faz lá naquela região e que é executado por organizações como a Justiça nos Trilhos e pelo Movimento dos Sem Terra, que não fazem outra coisa a não ser assessorar essas comunidades e o próprio MST para organizar-se pela luta histórica pela reforma agrária e no sentido da conquista de direitos. O trabalho da Justiça nos Trilhos não é outro além de prestar assessoria jurídica a essas comunidades para que elas tenham seus direitos respeitados.

De certa maneira, a denúncia sobre espionagem sofrida pela Justiça nos Trilhos não é uma novidade. Essa organização já teve o seu escritório invadido, o seu *site* na internet "hackeado" e já é de longa data a sensação de que existem pessoas infiltradas dentro da organização. Mas é importante que essas denúncias venham à tona para que isso tudo se torne público.

Em 2011, a Justiça Global, junto com a Federação Internacional de Direitos Humanos, já alertava, no relatório sobre a situação dos direitos das comunidades de Piquiá de Baixo e de Nova Califórnia, que o problema da infiltração e do monitoramento dos espaços das organizações era uma realidade. Desde então, o Estado nunca tomou providências em relação a isso.

É importante entendermos que a espionagem faz parte de uma política mais ampla da empresa, de controle territorial, na qual a espionagem aparece junto de uma série de processos judiciais contra lideranças. Portanto, a judicialização e a criminalização de lideranças são também uma realidade nessa região onde a Vale atua e onde já existe resistência às suas atividades.

É importante também marcarmos que 2013 é um ano revelador no sentido das práticas de espionagem se lembrarmos que, em fevereiro deste ano, outro caso de espionagem envolvendo uma grande empresa e um grande empreendimento também tornou-se público, que foi o caso da espionagem ao Movimento Xingu Vivo para Sempre. Eu, particularmente, estava presente quando, na reunião de planejamento desse movimento, um espião, com salário pago pelo consórcio construtor de Belo Monte, foi identificado dentro dos trabalhos de planejamento, portando uma caneta com uma câmera. Esse espião deu o depoimento, que, depois, veio a se tornar público, de que ele transmitia todas as informações ao consórcio, e essas informações eram passadas à Agência Brasileira de Inteligência (Abin), órgão público. Portanto, existe uma cumplicidade entre Estado e empresas também nessa atuação de espionagem a movimentos.

No caso da Vale, como o André bem explicou nas matérias reveladas pela imprensa, a Abin atuou, pelo menos, na formação dos quadros da Vale que atuavam no serviço de infiltração e espionagem.

Portanto, é importante que destaquemos que a infiltração levada a cabo por empresas retoma práticas da ditadura. E, no momento em que o Brasil se projeta como uma democracia moderna e emergente, não podemos calar o fato de que, dentro do nosso País, empresas, com a cumplicidade do Estado, executam esse tipo de atividade ilegal. O Estado precisa reagir. E esta Comissão é importante para que possamos pressionar por uma reação do Estado.

Em 28 de maio e em 5 de agosto, uma delegação de organizações e movimentos sociais veio a Brasília e visitou a Secretaria de Direitos Humanos, a Procu-

radoria-Geral da República, o Ministério da Justiça, a Secretaria-Geral da Presidência e até a Presidência da República, entregando pedidos de investigação dessas denúncias. Até hoje, Senadora, nós não tivemos nenhuma resposta. Nós contamos com que esta audiência vá ajudar a impulsionar esse pedido por investigações sérias sobre essas denúncias graves.

A Vale, até hoje, se limitou a reagir dizendo, justamente, que ia realizar uma auditoria interna. Já são meses. As denúncias vieram a público em abril, e, até hoje, a Vale não deu qualquer explicação sobre o que essa auditoria interna está apurando de fato.

Mas tão grave quanto isso é o silêncio da empresa e da imprensa também. Poucos meios de comunicação se atreveram a destinar espaço a essas graves denúncias. E sabemos que, inclusive, as denúncias dizem respeito a monitoramento e espionagem de jornalistas, como é o caso da jornalista Vera Durão, do jornal *Valor Econômico*. No entanto, são esses mesmos meios de comunicação que recebem volumosos recursos a título de publicidade nas suas páginas e, portanto, se calam diante dessas denúncias.

O próprio *Valor Econômico* é, hoje, um anunciante do balanço patrimonial da Vale, do balanço das atividades anuais, e não dedicou uma linha sequer ao fato de que um jornalista dos seus quadros era espionado pela Vale.

Senadores, senhoras e senhores, a Vale foi escolhida, em 2012, como a pior empresa do mundo. E a gente tem aqui mais uma prova do porquê de essa empresa ter sido escolhida como a pior empresa do mundo. Ela merece esse título. Esta empresa, que já foi o orgulho deste País quando era uma empresa pública, e que foi fraudulentamente também vendida à iniciativa privada, esta empresa, que já foi o orgulho do País, é hoje a vergonha por ter sido escolhida como pior empresa do mundo.

Nós precisamos apurar isso! E contamos com o apoio desta Comissão para que essas denúncias sejam devidamente investigadas.

A Presidenta Dilma reagiu de maneira indignada à espionagem que o Estado brasileiro tem sofrido pelos Estados Unidos, e agora, mais recentemente, também sabemos que pelo Canadá. Ela precisa também se comprometer, em nome do fortalecimento da democracia brasileira, para que empresas como a Vale, a Odebrecht e o Consórcio Construtor de Belo Monte, do qual a Odebrecht é integrante, sejam devidamente investigadas e que essas denúncias não sejam mais um exemplo de impunidade no nosso País. E que a liberdade de expressão e de associação seja mantida em nome das lutas sociais neste País e em nome do fortalecimento da nossa democracia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Gabriel Strautman, Coordenador de Projetos da ONG Justiça Global. Obrigada pela presença e também pela sua coragem de expor aqui tanta coisa que realmente nos deixa bastante preocupados e também indignados.

Acho que é importante acolhermos... Sim...

O SR. GABRIEL STRAUTMAN – Não, é porque, de fato, eu só queria entregar para a senhora o relatório de violações de direitos humanos do Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale, feito pela Plataforma Dhesca de Direitos Humanos, que registra aqui integralmente o histórico de violações da Vale no complexo Carajás.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Gabriel. Com certeza, nós estaremos aqui fazendo uma leitura cuidadosa de toda essa documentação que vocês estão nos entregando a esta Comissão de Direitos Humanos.

Posteriormente, vamos fazer o registro aqui. Ao final da audiência pública, vamos registrar isso aqui, para que fique nos anais desta Comissão de Direitos Humanos.

Então, obrigada, Gabriel.

Vou conceder agora a palavra a Nayana Fadul da Silva, Procuradora da República do Estado do Pará.

O SR. NAYANA FADUL DA SILVA – Obrigada. Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar os integrantes da Mesa na pessoa da Senadora Ana Rita, a quem desde já parabenizo pela iniciativa, pela organização do evento.

Realmente, é de suma importância um evento como esse, em que, como já foi ressaltado aqui anteriormente, estamos vivendo um debate muito grande, em plano internacional, sobre o que está acontecendo com o Brasil, sendo invadido pelos Estados Unidos. Mas a gente sabe que realmente a espionagem não alcança só o âmbito político, ela pode ter interesse tecnológico, social, econômico e diversos interesses. Ou seja, toda e qualquer prática de obter dados sigilosos e confidenciais, seja de Estado, seja de organizações sociais sem o conhecimento destes é uma prática ilegal e que tem que ser apurada.

No caso, no Ministério Público Federal, o que tenho a informar, é que nós temos instaurado, na Procuradoria da República do Estado do Pará, procedimento investigatório criminal, que se originou no Rio de Janeiro, com o Procurador da República Carlos Aguiar e foi direcionado para o Estado do Pará, tendo em vista a representação que foi feita pela Rede Justiça nos Trilhos, representada pelos Missionários Combonianos Brasil Nordeste, pelo MST, encaminhou a representa-

ção, juntamente com o pedido de investigação sobre os delitos e práticas ilegais de espionagem supostamente praticados pelos dirigentes, diretoria da empresa Vale contra os movimentos sociais, e justamente assim também contando com suposta colaboração de agentes públicos. Então, assim, estamos numa fase de investigação. E o mais importante, Senadora – ressalto isso para todos os presentes –, é que é um procedimento investigatório, que ainda está no início, mas, um evento como esse só vem a acrescentar elementos, com certeza, importantes em uma audiência pública, um espaço apropriado para ouvir. Aliás, já sei que será entregue uma série de documentos e que eu terei a oportunidade de falar e de conversar também com todos os componentes dos movimentos, que, inclusive, já tinham solicitado a realização de uma reunião comigo. Então, uma oportunidade como essa é excelente para que justamente eu possa ouvir, colher todos os elementos necessários para poder encaminhar a investigação, porque realmente se trata de denúncias graves de infiltração, de escutas telefônicas, interceptações telefônicas que significam a invasão de privacidade não só de funcionários, pelo que foi denunciado por jornalistas e integrantes de movimentos sociais que levantam a bandeira dos direitos humanos e que, por isso mesmo, vão contra os interesses de uma empresa do porte da Vale que, muitas vezes, com os seus projetos, provocam impactos sociais e ambientais muito grandiosos aonde chega. Então, essas denúncias tem que ser apuradas.

Aí, realmente, eu vou receber todos os documentos, todas as informações que vocês puderem repassar para o Ministério Público Federal que, como instituição encarregada de defender constitucionalmente os interesses individuais indisponíveis, os interesses sociais, está aqui exatamente para que essas práticas ilegais, não só imorais, mas ilegais que atentam contra a democracia, que realmente, são inaceitáveis para um País que diz não viver na ditadura, que possamos avançar nessas investigações e colher todos os elementos e provas necessárias, para que eventualmente se possa conseguir a punição exemplar de quem possa estar envolvidos com essas práticas ora denunciadas.

Então, por enquanto é o que o Ministério Público tem a falar.

Agradeço e desejo a todos uma boa audiência pública, uma excelente audiência pública.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradecemos a presença da Drª Nayana Fadul da Silva, Procuradora da República do Estado do Pará. Dizer, Drª Nayana, que nós vamos encaminhar, oficialmente, para a senhora toda essa documentação que recebemos, e também para outros órgãos do Governo Federal, como a Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos.

Então, queremos, aqui, agradecer.

Com certeza essa audiência possibilita que V. Exª possa obter as informações adequadas, informações vindas de várias fontes, e que, posteriormente, também poderá dialogar pessoalmente com cada uma das instituições e entidades aqui presentes.

Muito obrigada pela presença.

Concedo, agora, a palavra a Drª Irina Karla Bacci, Coordenadora Geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. IRINA KARLA BACCI – Bom dia a todas e todos!

Também gostaria bastante de agradecer e saudar essa iniciativa da Senadora Ana Rita, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, que é uma importante parceira da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, sempre nos pautando e encaminhando denúncias e violações de direitos humanos.

E dizer da coragem do André em trazer essas informações bastante salutares também para a valorização e fortalecimento da democracia brasileira. Como bem frisado pela Presidenta Dilma – quando o Brasil foi alvo de espionagem dos governos americano e canadense –, a espionagem é, sim, uma violação dos direitos humanos, e o Brasil repudia esse tipo de atitude.

Tenho a certeza de que, se comprovadas as denúncias, como disse o André, o Governo brasileiro dará todo o apoio aos desdobramentos que a própria Procuradoria da República, o Ministério Público Federal, vai fazer e encaminhar.

Recebemos essa denúncia no dia 31 de maio deste ano pela Rede Justiça nos Trilhos e pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, e imediatamente nós a analisamos. Entendemos a seriedade dos fatos e a encaminhamos ao Ministério Público Federal.

A princípio, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, na pessoa do Dr. Aurélio Rios, analisou e remeteu a denúncia ao Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, também na pessoa do Dr. Carlos. Em contato contínuo com o Dr. Carlos e até por entender que o Dr. Carlos representa a parte criminal, imediatamente reavaliamos a denúncia e provocamos o encaminhamento à Polícia Federal para que também pudesse acompanhar as denúncias.

A partir disso, recebemos outras provocações, oriundas de órgãos que também foram incitados por essas duas organizações, nos dia 17 de julho e 23 de setembro, às quais também foram encaminhadas. In-

clusive o gabinete pessoal da Presidenta da República também solicitou à Secretaria de Direitos Humanos a apuração e o acompanhamento desses dados.

Analisados todos esses dados, nós observamos também que, dentro desse contexto de denúncias, há várias outras. Por isso, nós as desmembramos no sentido de categorizar, como falamos na Ouvidoria, as violações, ainda que o suspeito fosse a empresa Vale. Isso é importante para que possamos separar espionagem, como bem disse aqui o nosso representante da Justiça Global, de outras violações. Nesse sentido, também solicitamos a apuração de outros órgãos.

Por fim, quero só dizer que a Ouvidoria é balizada pelo Decreto nº 7.256, de 2010, que dá essa atribuição de receber, analisar e encaminhar as denúncias.

Nós estamos em constante monitoramento. Conversamos com o Dr. Carlos na semana passada. O processo corre em sigilo, é sigiloso. Nesse sentido, embora a Ouvidoria, por esse mesmo decreto, tenha a prerrogativa de solicitar informações, ainda que sigilosas, entendemos, como colocou o Dr. Carlos, que essas informações nos retornarão, durante o monitoramento e após finalizado o procedimento, para que os acompanhamentos corram no devido processo legal, sem nenhuma interferência, sem possibilidade de outra violação.

E ressalto também, Gabriel, que nós respondemos à provocação da Justiça Global, quando nos procurou em agosto – estou aqui com o memorando. Talvez ele não tenha chegado lá, mas nós respondemos. Faremos chegar a resposta, relatando exatamente todos esses trâmites, os encaminhamentos que foram feitos e os procedimentos de acompanhamento que fazemos.

De toda forma, também quero reforçar o que a Procuradora Nayana falou. Para nós, da Ouvidoria, é bastante importante o recebimento desses outros documentos, que vão nos ajudar a aprofundar a análise e principalmente verificar as demais violações já citadas aqui na audiência, para que possamos avaliar especificamente essas violações que envolvem a região sudoeste do Pará, citadas aqui anteriormente, assim como a questão dos adolescentes em situação de vulnerabilidade, como colocou a Senadora Ana Rita, tema que para nós é prioritário.

E também devo dizer que a Secretaria de Direitos Humanos conta com programas de proteção. Há defensores de direitos humanos, há vítimas e testemunhas ameaçadas de morte e há crianças e adolescentes ameaçados.

Hoje o Programa Defensores dos Direitos Humanos, salvo engano, está com mais de 300 pessoas incluídas em todo o Brasil, fazemos esse monitoramento, esse acompanhamento.

A Ouvidoria hoje recebe, seja pelos seus canais tradicionais ou pelo Disque Direitos Humanos, o Disque 100, cerca de 1.200 denúncias por dia de violação aos direitos humanos, o que mostra que temos ainda muito que avançar no País.

Esses espaços de audiência e a Comissão de Direitos Humanos, aqui no Senado, têm sido um parceiro importante porque propiciam que a sociedade civil organizada tenha um espaço de interlocução. Inclusive, é importante reafirmar que a sociedade civil organizada, para nós da Ouvidoria, é um dos atores principais das denúncias de violações coletivas, que, muitas vezes, só encontram na Ouvidoria um canal de interlocução e, principalmente, de apresentação de denúncias, mostrando e revelando o quanto alguns espaços e alguns cantos deste Brasil grande ainda têm de violação.

Então, nos colocamos também à disposição para acolher essas informações adjuntas e dizer que estamos acompanhando especificamente esse caso, bem como, o citado também pelo André, o homicídio do blogueiro Décio Sá, que foi assassinado no Maranhão, o que nos preocupa, por toda a gravidade do caso. Inclusive todas as testemunhas do assassinato dele também sofreram homicídio, mostrando, infelizmente, que as violações de direitos humanos recrudescem à medida que a sociedade civil traz à tona as informações que deveriam ser de conhecimento público, pois alguns setores ainda intimidam esse tipo de ação, cometendo homicídios ou ameaçando ativistas e jornalistas.

Para tanto, instauramos este ano um grupo de trabalho, que tem cuidado da pauta das violações a comunicadores, dentre eles jornalistas, radialistas e blogueiros. Esse grupo de trabalho circula no âmbito do CDDPH, o nosso Conselho de Direitos Humanos, e foi estendido por mais seis meses. Ao final, apresentaremos um relatório sobre a situação de comunicadores ameaçados no Brasil.

Por fim, Senadora, se a senhora me permitir, quero convidar todos aqui presentes, quem está nos assistindo e que são defensores dos direitos humanos a participar do Fórum Mundial de Direitos Humanos, que acontece aqui em Brasília de 10 a 13 de dezembro. Será um importante espaço, como disse a nossa Ministra, para que a sociedade civil organizada e a sociedade civil como um todo paute a gestão de direitos humanos, da Secretaria de Direitos Humanos, para os rumos e os apontamentos que a sociedade civil organizada entende como gestão e que possa nos auxiliar no enfrentamento às violações de direitos humanos.

Muito obrigada.

Bom dia a todas e todos! (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Drª Irina Karla Bacci, Coordenadora Geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, pela presença e pelas informações.

Quero aqui reafirmar que a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos realmente têm tido um trabalho bem integrado, articulado, numa parceria que nos ajuda bastante, já que esta Comissão recebe diversas denúncias. Portanto, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, juntamente com a Ouvidoria, têm nos ajudado muito nos encaminhamentos de boa parte do que chega a esta Comissão.

Muito obrigada pela presença.

Eu gostaria também de dizer do nosso respeito, do nosso carinho com a Ministra Maria do Rosário, pelo seu comprometimento, pela sua atuação e também pela seriedade com que conduz a política de direitos humanos do Governo Federal.

Muito obrigada.

Registro aqui presente entre nós, chegou um pouquinho depois, mas é com muita alegria que recebemos aqui o Patrick Mariano, Coordenador da Secretaria de Justiça e Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça. Então, Patrick, também por um tempo de 15 minutos, nós vamos lhe conceder a palavra.

O SR. PATRICK MARIANO – Obrigado, Senadora.

Quero cumprimentar todos os integrantes da Mesa e dizer da nossa satisfação, sempre que convidados a participar desta Comissão, a gente vem com muito prazer, porque, de fato, aqui são debatidos temas fundamentais para a sociedade brasileira no sentido de nos aprofundar na busca por justiça social e dignidade da pessoa humana. Portanto, é sempre um prazer reencontrá-la, Senadora. Quero reforçar esse agradecimento por parte do Secretário Marivaldo e do Ministro José Eduardo Cardozo pelo convite.

Como já foi dito pela outra colega do Poder Executivo, este Governo tem, por questão de princípio mesmo, um diálogo franco e aberto com os movimentos sociais. Sendo assim, caracteriza mesmo a formação política deste Governo. Então, sempre que podemos, na verdade, buscamos esse contato com os movimentos sociais, esse diálogo aberto, franco, típico e essencial da democracia.

Na Secretaria de Assuntos Legislativos, como a gente trabalha com criação de leis, a gente busca esses movimentos, a Senadora é testemunha – porque para alguns projetos a gente pede ajuda à Senadora –, para nos ajudar na execução de política pública. Então, quando eles não vêm até nós, nós vamos até eles. Assim, através dessa relação que temos com os movimentos sociais foi que nos chegou a notícia preocupante acerca do que está sendo debatido aqui hoje. É claro que a tradição e o princípio deste Governo de diálogo com os movimentos sociais vale para as suas empresas, desde que tenham participação de recurso público. Isso também é uma tônica. Não só nos preocupamos como fazemos questão de avançar cada vez mais nesse diálogo com a sociedade. Então, através desse contato com os movimentos, através da nossa pauta específica de assuntos legislativos nos chegou também essa denúncia. A vemos com muita preocupação e a encaminhamos para as autoridades de investigação, que têm a competência constitucional, jurídica e legal para apurar. A primeira pergunta que a gente faz quando nos chega uma denúncia é perguntar se já a oficializaram, se já a registraram. No caso, eles já a havia registrado junto ao Ministério Público Federal do Rio de Janeiro. Também recebemos os documentos e os mandamos para a Superintendência da Polícia Federal, pedindo que se apurassem os fatos.

Então, Senadora, é mais no sentido de que a gente, lá, não pode apurar diretamente os fatos. Por mais graves que eles sejam, a gente tem que encaminhá-los às autoridades competentes. Isso foi feito. A partir de então, a gente tem acompanhado passo a passo isso junto aos movimentos, com preocupação, para saber, de fato, os desdobramentos dessa denúncia, pois a consideramos grave.

Agradeço o convite.

Estamos empenhados também, como a colega da Secretaria de Direitos Humanos, nesse assunto. É intolerável que se pratique espionagem ou qualquer coisa nesse sentido sem o trâmite legal, fora dos princípios de legalidade, através de uma decisão judicial, através de uma análise feita pelo Ministério Público, através de um pedido ou do Ministério Público ou de uma autoridade policial e que se tenha uma decisão judicial para validar qualquer tipo de ação nesse sentido. Sem isso, está-se diante de uma ilegalidade.

Então, a gente espera que se apure com rapidez. De fato, nós repudiamos, não concordamos com qualquer tipo de ilegalidade cometida contra qualquer pessoa, ainda mais a movimentos sociais que são legítimos, que são a essência e a riqueza da nossa democracia nos últimos anos. Então, a gente também manifesta preocupação e estamos empenhados na apuração, Senadora.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Patrick Mariano, Coordenador da Secretaria de Justiça e Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.

Da mesma forma, agradecemos ao Ministério da Justiça pela parceria e pelo apoio que tem dado a esta Comissão de Direitos Humanos, sempre atento também às demandas que aqui chegam, além de nos ajudar nos encaminhamentos.

Aproveito a oportunidade para mencionar as presenças de Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Movimento pelas Serras e Águas de Minas; Padre Dário Bossi, da Justiça nos Trilhos, Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale; Srª Kenia Melo, da PGR; Dr. Ricardo José Régis Ribeiro, advogado do denunciado André Almeida; Dr. Javier Mujica, que será o próximo orador; Danilo Chammas, da Justiça nos Trilhos; Amorim Junior, da Secretaria de Relações Institucionais da PGR; Paulo Roberto Fier, do Sindiquímica do Paraná; Rafael Ribeiro D'Ávila, da Metabase, Sindicado de Congonhas; Ana Zaguerolo Garcia, da PCS, Rio de Janeiro.

Informo também para àqueles que estão nos acompanhando pela TV e internet que esta audiência pública terá caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://bit.ly/CDHVale) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Então, estamos aqui para receber informações e opiniões a respeito desta audiência pública.

Aproveito o momento para registrar que recebemos aqui do Jorge Augusto Ottoni Nobre de Oliveira, de Minas Gerais o seguinte comentário:

A Vale do Rio Doce é a maior companhia mineradora do mundo e foi privatizada por um valor muito aquém do seu patrimônio. É preciso auditar o processo de privatização da Vale e desmembrar e valorizar os ativos da empresa, bem como o todo o seu patrimônio intangível.

Conforme combinamos inicialmente, vamos, agora, conceder a palavra aos dois advogados aqui presentes, o Dr. Javier Mujica, Delegado da Federação Internacional dos Direitos Humanos e também ao Dr. Ricardo José Régis Ribeiro, Advogado do Sr. André Almeida.

Peço-lhes que falem de onde se encontram, porque o espaço aqui na Mesa é insuficiente para acolhê-los. Pergunto ao Dr. Ricardo se ele está confortável para fazer sua apresentação de onde se encontra. (*Pausa.*) Caso contrário, o senhor poderá usar essa cadeira aqui. Pode ser? O senhor ficará mais próximo.

Concedo, primeiramente, a palavra ao Dr. Ricardo José Régis Ribeiro, advogado do André Almeida, que terá o tempo de dez minutos; em seguida falará o Javier pelo mesmo tempo. Recebi o pedido de inscrição de mais três pessoas que querem falar e que terão o tempo de três minutos para cada um.

O SR. RICARDO JOSÉ RÉGIS RIBEIRO – Inicialmente, cumprimento a Senadora Ana Rita, Presidente desta Comissão. Quero dizer que estou aqui como cidadão brasileiro, capixaba e que não concorda como as atitudes ilegais da Vale e, em um segundo momento, como representante da OAB do Brasil, como advogado militante que atua não somente neste processo de André Almeida, mas no de mais dois funcionários que têm denúncias de espionagem, denúncias que culminaram com alguns processos judiciais.

Pediria ao Secretário para colocar o eslaide, por gentileza. (*Pausa.*)

Para melhor ilustrar a situação, vou me ater simplesmente em destacar alguns pontos da materialidade do caso André Almeida, as denúncias, porque, como advogado, temos que trabalhar com materialidade, com provas. Então, dentro dessa dinâmica, eu dividi a apresentação em dois momentos: primeiro, o André falando sobre o histórico, alguns pontos importantes, e também vou ressaltar alguns pontos, que entendo relevantes, para que possamos passar para a sociedade em geral, realmente, que a Vale pratica espionagem, que os seus agentes, em função do interesse econômico, desrespeitam a sociedade em geral, os movimentos sociais, os jornalistas aqui presentes, que têm autonomia profissional, inclusive os próprios advogados – mais à frente vou entrar nessa seara.

Inicialmente, quero destacar a Justiça nos Trilhos. Eu tenho o material disponibilizado via CD, que será entregue a cada integrante da Mesa, de um levantamento feito pela própria Vale.

Ali estamos vendo a figura de uma acidentada, deitada em uma cama, que perdeu parte do pé. Temos também, de pé, alguns representantes da Vale coagindo aquela cidadã brasileira, humilde, a não entrar na Justiça. E o que é mais grave é o seguinte – desse relatório que eu vou disponibilizar para a Mesa –: todas as mortes que ocorrem nas ferrovias, o laudo é sempre o mesmo: suicídio. O cidadão sai para pescar, é atropelado por um trem, ele cometeu suicídio. Esse cidadão tentou atravessar a composição para não dar aquela volta por baixo, a composição avançou, cortou os dedos e é tentativa de suicídio! Essa tentativa de suicídio é legitimada pela investigação policial, o que é mais grave ainda.

Então, nesse material que eu vou disponibilizar para esta Comissão, a gente tem o levantamento feito pela própria Vale de vários casos de mortes em ferrovia que mostram que realmente a Vale, para fugir da ANTT, porque ela será responsabilizada e multada por cada morte, mas que, ao se tratar de suicídio a Vale é isentada do pagamento dessa multa. Então,

todas as mortes em ferrovias, o laudo final: suicídio. É um absurdo!

Além disso, quem tem a responsabilidade pela ferrovia tem de envelopar a ferrovia. O que é isso? Ela tem que ser toda fechada, porque se a ferrovia é aberta, a população que mora próximo dela, vai, necessariamente, ter que atravessar essa ferrovia. Periodicamente, ainda, a Vale troca todos os dormentes das linhas e os deixa abandonados, jogados. Ela poderia, como os mesmos dormentes, fazer a proteção. Mas ela não tem interesse e não quer gastar com isso. Por quê? Porque o interesse da Vale é econômico em detrimento do maior patrimônio que temos que é a vida humana.

A projeção na tela está pequena, mas depois eu vou disponibilizar para todos.

Aqui nós temos um quadro em que a Vale monitora líderes sindicais, monitora movimentos sociais, em que ela coloca ali se está ou não sobre controle e quais as ações que são desenvolvidas em cada setor desses.

Temos, aqui: terceira interdição: acontece um atropelamento com vítima fatal. Março de 2006. Povoado de Mineirinho. Os moradores reivindicam segurança para o tráfego de veículos e de pedestres – construção de um túnel e uma passarela.

Tudo isso é feito por essas pessoas.

A Vale ainda, para se isentar dessa responsabilidade, o que ela fez? Ela contratou empresas terceirizadas, posso citar a *Network*, que colocava agentes, previamente treinados por agentes da ABIN para fazerem essas infiltrações. Mas à frente eu vou mostrar uma nota fiscal do pagamento, pela Vale, desses agentes.

Aqui, dentro de uma reunião dos movimentos sociais, foi tirada, por esse agente, uma fotografia da Joana, moradora e organizadora da Comissão de Defesa da Ilha da Madeira, e ainda coloca aqui "confidencial". A cidadã, lá, foi fotografada.

E esse pessoal que vai como "infiltrado" se dispersa no meio como se fora um integrante do movimento. Isso que é pior. E ele passa informações privilegiadas – como o Gabriel colocou – para que a Vale se antecipe às ações dos movimentos para que esses movimentos caiam no vazio; as ações do movimento.

Aqui outra monitoração de um líder lá do Espírito Santo, do PSOL também.

Aqui uma reunião em que o agente infiltrado tira fotografia, oportunidade em que o Moisés da Silva, lá de Minas Gerais, está explicando qual a simbologia da pá. Pá para baixo: trabalhadores em operação; pá para cima: trabalhadores em greve; pá na horizontal: perda de um companheiro. Isso foi tirado por uma agente.

Aqui outra fotografia tirada dentro de uma reunião do movimento social. Fotografia também tirada por um agente.

Aí vocês podem falar: "Mas doutor, como que o senhor prova isso?" De acordo com o material levantado pelo próprio André, porque ele, como um homem de investigação, guardava essas informações até para se autoproteger. Então, nós temos aqui relatórios desses agentes infiltrados – também vou disponibilizar a todos – em que eles contam detalhes da reunião do movimento. Eles não entram ali, tiram uma fotografia e saem. Não. Eles detalham todas as ações do movimento passo a passo: o desenvolvimento, onde foi, o que fez... Aqui ele ainda colocou na apreciação que "o controle de acesso às reuniões, visando a evitar presença de pessoas estranhas ao movimento, foi uma constante durante todo o carnaval". Ele ainda fala que "foi difícil estar ali dentro, porque existia um controle". Só que esse controle, senhores representantes do movimento social, está sendo ineficaz. Acho que a gente vai ter que fazer como o processo eleitoral no Brasil, ou seja, fazer a identificação biométrica, porque senão estaremos com pessoas estranhas ao movimento e passando informações privilegiadas para a Vale.

Aqui temos outro registro, o da Rose, dela fazendo um discurso. "Não foi mencionada sua filiação ao movimento social ou partidário" – diz o registro.

Aqui temos outro relatório. Esses relatórios estão registrados em CDs, que serão disponibilizados para a Mesa, porque não daria para eu falar de todos os relatórios. Esses relatórios são apresentados por esses agentes infiltrados.

O que mais me surpreendeu foi o seguinte: a materialidade das acusações do André Almeida. Uma coisa é você falar com palavras soltas ao vento; a outra é você falar e provar. A gente que atua junto à Justiça, temos aqui representantes da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, o juiz, o magistrado, o mundo dele é o processo. Então, tem que ter materialidade. E o André traz suficiente documentação – com filmagem, com relatórios –, provando, realmente, que o *modus operandi* da Vale é totalmente proibido pela democracia do País. Isso tem origem histórica. Por quê? Os recrutados, lá, para montarem a gerência de segurança, foram ex-militares. No Exército existe o S2, onde tinha a prática de infiltrar agentes em partidos políticos na época da ditadura; na Polícia Militar, o P2. Essa prática foi importada para dentro da Vale. Então, praticamente por todos os documentos que eu vi na Vale, o que eu concluí? Que eles criaram, lá, um FBI dentro da Vale, que pode tudo, investiga tudo!

Aqui o agente tira fotos. Esta foi uma reunião internacional dos participantes do movimento, e o agente, aqui, tira fotos como se ele fosse um integrante do movimento.

Aqui, pessoal, mostrando a materialidade da situação, tem a nota fiscal de pagamento da empresa de inteligência *Network*. Feita por quem? Pela Vale.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO JOSÉ RÉGIS RIBEIRO – Analista de movimentos sociais, pagamento: R$2.660,00; gratificação de analista de movimentos sociais: R$1.127,00; dupla de agentes contratados para BH/MG: R$14.903,00.

E para finalizar, já que só tenho mais alguns segundos: a Vale, para intimidar o trabalho desse advogado, entrou com uma notícia-crime, no Espírito Santo, contra mim, quando eu estava falando em nome do meu cliente para a imprensa. Eu tinha uma procuração para falar em nome do meu cliente, cerceando a livre liberdade da profissão do advogado para falar em nome do cliente.

Além disso, Senadora – só mais um minuto –, em função da vinda do André aqui ao Congresso, no Senado Federal, o que a Vale fez? Ela nos procurou, dentro do processo trabalhista, para propor acordo. Mas sabe que acordo, Senadora, ela queria fazer conosco? Que o André não viesse aqui hoje mostrar a toda a sociedade as ilegalidades da Vale. Ainda queriam que ele assinasse um documento falando que as denúncias dele eram denúncias falsas. E eu disse: "Como o meu cliente vai fazer isso se ele tem materialidade, tem provas. Eu nunca vou deixar meu cliente fazer isso. Eu não aceito isso como cidadão brasileiro".

Então, o André perdeu a vida porque ele tentou arrumar emprego, se submeteu a mais de 50 seleções no Rio de Janeiro e sempre é preterido porque a Vale tem a tal da *black list*, lista negra, e ele não consegue se colocar profissionalmente.

Se observarem a testa dele, está cheia de erupções, ele está doente, perdeu o casamento, destruíram a vida dele. Mas eu, como advogado, vou defender o André e vou defender os movimentos sociais, os jornalistas, porque o *modus operandi* da Vale, conforme todas essas provas aqui, é totalmente reprovado dentro do Estado democrático brasileiro.

Essas são minhas palavras como cidadão brasileiro, como capixaba e como advogado.

Obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

Eu vou passar esse material para vocês.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Ricardo, pelas informações. Quero receber os documentos.

Depois, ao final, vamos fazer um registro da entrega desses documentos.

Muito obrigada.

Quero aproveitar para fazer o registro da presença do Senador Paulo Paim, membro desta Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Nós tivemos a presença do Senador Osvaldo Sobrinho, que, por um tempo rápido, presidiu esta reunião também; da Senadora Lídice da Mata, que já passou por aqui; do Senador Wellington Dias; e da Senadora Vanessa Grazziotin.

As reuniões aqui acontecem todas simultaneamente; então, vamos-nos revesando durante as audiências públicas. Acontece também, nesta manhã, outras audiências públicas no Senado Federal, parece-me que com a presença do Ministro Guido Mantega. Então, os Senadores vão se dividindo e vão se organizando para estar presentes em todas as atividades.

Dr. Javier, o Gabriel pediu que o senhor ocupe a cadeira que ele está sentado. Então, Gabriel, se você puder fazer essa troca.

Vou conceder a palavra ao Dr. Javier Mujica, Delegado da Federação Internacional dos Direitos Humanos.

Também o Senador Eduardo Suplicy já está presente nesta Comissão.

Agradecemos profundamente aos colegas Senadores e Senadoras que têm apoiado esta Comissão de Direitos Humanos e têm sido solidários, inclusive com a Presidência desta Comissão no encaminhamento de todas as denúncias que aqui a gente tem recebido e também no encaminhamento das audiências púbicas. Esta de hoje também vai gerar aqui alguns encaminhamentos e nós contamos com a colaboração sempre atenta, sempre forte e presente dos nossos colegas Senadores e Senadoras.

Obrigada pela presença de todos vocês.

Concedo, então, a palavra ao Dr. Mujica.

O SR. JAVIER MUJICA – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Javier Mujica, Delegado da Federação Internacional dos Direitos Humanos. É uma honra poder recebê-lo aqui hoje nesta audiência pública, que, com certeza, traz um valor muito grande, porque promove também um olhar internacional da luta pelos direitos humanos.

Muito obrigada pela presença.

Agora vou conceder a palavra para três representantes dos movimentos sociais aqui presentes: Maria Teresa Corujo, do Movimento pelas Serras e Águas de Minas (Movisam); Paulo Roberto Fier, do Sindiquímica do Paraná, e também do Rafael Ribeiro Ávila, do Sindicato Metabase Inconfidentes. É isso?

Inicialmente, havia sido combinado com vocês o tempo de três minutos. Eu vou lhes conceder esse tempo, mas se houver necessidade a gente amplia para esse tempo até cinco minutos. Pode ser? (*Pau-*

sa.) Então, serão três minutos iniciais, se não conseguirem concluir, serão acrescidos mais dois minutos perfazendo cinco minutos. Está bom?

Vou passar a palavra ao Paulo Roberto Fier, do Sindiquímica do Paraná.

O SR. PAULO ROBERTO FIER – Bom dia a todos!

Na verdade, eu só quero ilustrar, complementar tudo o que foi falado aqui. Somos do Paraná, participamos do sindicato de uma indústria petroquímica, que foi privatizada em 1993, que, antes, era da Petrobras. A empresa teve vários donos até que, em 2009, a Vale adquiriu a unidade. Portanto, nesses três anos, tudo o que foi colocado aqui nós sentimos na pele: truculência, arrogância e a falta de diálogo por parte de uma empresa do porte da Vale.

A gente viu que quanto maior é a empresa menor é o diálogo e o descaso é total com a sociedade e com os trabalhadores.

Nesses três anos, tivemos a visita do Diretor de RH da Vale, Sr. André Teixeira. Ele chegou ao nosso Sindicato, foi nos visitar em nossa sede, e lá nos fez uma ameaça bem escancarada. Ele disse que quem caminhasse com a Vale teria um "tratamento", e quem não caminhasse com a empresa teria outro "tratamento". Caminhar com a empresa significava estar de acordo com os interesses da empresa; e estar de acordo com os interesses da Vale significa estar contra os interesses dos trabalhadores e da sociedade. E nós mantivemos nossa postura, nossa posição em defesa dos interesses dos trabalhadores, da sociedade e do meio ambiente. Com isso, sofremos grandes represálias.

Denúncia foi feita junto à OIT, que a acatou, tendo em vista a prática de questões antissindicais. Inclusive a OIT já exigiu do Governo brasileiro a apuração desses casos.

Logo após a denúncia da OIT, em 2012, quando da posse da nova direção do nosso sindicato – houve eleições e fomos reeleitos –, durante a solenidade de nossa posse, o nosso sindicato foi alvejado por nove disparos, um em cada janela. Obviamente, o ocorrido foi denunciado à polícia, inclusive à Polícia Federal, e está sendo investigado.

Nós nunca tivemos inimigo político na região. Nunca tivemos adversários. O nosso sindicato existe há 26 anos. Sempre fomos conduzidos ao poder sem chapa adversária; nunca tivemos inimigos políticos e, justamente na gestão da Vale, pela primeira vez em 26 anos, nosso sindicato foi alvejado por disparos. Não feriu ninguém. Foi um recado claro contra a entidade, porque era simbólico. Foi exatamente no dia da nossa posse. Então, naquele momento, já sentimos como a Vale operava.

Tudo isso foi denunciado. Há documentos; está tudo registrado. Felizmente, para nós pelo menos, a Vale acaba de deixar aquela unidade. A Petrobras retomou a unidade. Mas nós continuamos na Justiça querendo as investigações do rastro que a Vale deixou lá.

Nós acompanhamos todos os movimentos e estamos aí para colaborar com tudo o que for denunciado. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Paulo Roberto, pela sua disponibilidade de vir aqui e também pela coragem de se manifestar.

Infelizmente, o nosso tempo também não é tão grande assim, mas esse é o primeiro momento de diálogo sobre esse assunto na Comissão de Direitos Humanos, a qual estará sempre à disposição de todos vocês.

Eu concedo a palavra, agora, ao Rafael Ribeiro Avila, do Sindicato Metabase Inconfidentes.

O SR. RAFAEL RIBEIRO AVILA – Inconfidentes é porque pega a região de Congonhas e Ouro Preto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Se você quiser falar um pouquinho sobre isso, fique à vontade.

O SR. RAFAEL RIBEIRO AVILA – Está o.k.

Primeiramente, bom dia a todos e a todas que estão aqui! Acho que esta é uma das iniciativas importantes, porque que tem a ver com desmascarar todo um processo. Os movimentos sociais e os sindicatos estão em luta para melhorar as condições de vida não só dos trabalhadores, mas da sociedade em geral e vêm sofrendo com práticas como as que sofreu o companheiro do Paraná, práticas antissindicais, perseguições e uma série de outras coisas em uma materialidade mais forte.

Ali, por exemplo, há várias fotos de companheiros que estão na luta há muito tempo conosco e toda conivência aí, digamos assim, do Estado para se fazer todas as práticas que já vêm fazendo há algum tempo, mas que agora têm uma materialidade mais forte.

Nós, por exemplo, na região dos Inconfidentes – Congonhas, Ouro Preto e agora Mariana – temos o Metabase de Mariana que está próximo de nossa luta, porque a Vale tenta comprá-los – como o companheiro disse –: "Estão do nosso lado. Compramos os movimentos". Depois vai para o ataque, com investigação e espionagem.

Por exemplo, na região de Mariana (o Ministério Público do Trabalho) houve eleições que teriam de ter acontecido há três anos. Montamos uma chapa de oposição, e a Vale, juntamente com o sindicato que havia lá, fizeram todas as práticas antissindicais, desde demitir, transferir, até isolar companheiros que

estavam conosco. Para quê? Porque sabiam que se a chapa ganhasse era mais um sindicato. Dos sindicatos nacionais que ela tem, a maioria está nas mãos da empresa. Ou seja, são coniventes com a empresa. Então, seria mais um sindicato, além do Metabase Inconfidentes que estaria contra isso, que estaria como uma pedra no sapato dessa turma. Depois de três anos, conseguimos fazer a eleição e ganhamos com 82%, mesmo com a Vale, por exemplo, atuando dentro da eleição com práticas sindicais, não deixando entrar urna, não deixando fazer campanha eleitoral dentro das minas, como se isso fosse comum, como se a época fosse da ditadura.

São vários elementos que temos para contribuir aqui das práticas da Vale, uma empresa que foi privatizada. Boa parte das práticas de espionagem que ela vem fazendo é para aumentar os seus lucros, que nem ficam aqui com esse processo de privatização da Vale. Às vezes, ela recebe rios de dinheiro do BNDES e uma série de outras coisas para avançar nesses lucros, que não ficam aqui, e ainda persegue e espiona lideranças, movimentos sociais e organizações que querem e estão lutando para uma vida melhor neste País.

É isso. Desculpem por ter passado o tempo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Antes de mais nada, obrigada, Rafael Ribeiro de Ávila, do Sindicato Metabase Inconfidentes.

Concedo a palavra à Maria Teresa Corujo, Movimento pelas serras e águas de Minas.

Obrigada pela presença, Maria Teresa. Três minutos, mais dois.

A SRª MARIA TERESA CORUJO – Bom dia a todos! Obrigada, Senadora, por ter dado essa oportunidade. É muito importante.

O Dom Guilherme falou da questão do dialogar e da cultura do encontro. Realmente é fundamental, mas todos os atingidos, ameaçados e sensibilizados com o que essa empresa vem fazendo em todos os lugares em que atua... Só em Minas Gerais são quase 30 minas, e está fazendo esse modelo em todos os lugares do mundo. Essa cultura do encontro é inviável, porque, para nós, a Vale, não só viola, vai além. Ela violenta em todos os aspectos, violenta as comunidades, as pessoas, os trabalhadores, o meio ambiente. Ela não considera nada. Só quer realmente conseguir as suas pretensões minerárias e o seu lucro.

Não adianta essa quantidade de dinheiro gasto em campanhas publicitárias, em corrupção, em cooptação e ameaças, por quê? Porque essa verdade é tão forte e tão criminosa que está vindo à tona. Não adianta tudo o que a Vale vem fazendo para maquiar a verdade sobre a Vale. Então, essa oportunidade aqui hoje é fundamental para desmistificar a empresa Vale. A empresa Vale é capaz de fazer o que o advogado do André disse, e faz isso em qualquer situação. Se for o objetivo da empresa, ela passa por cima de qualquer coisa. Achamos que está na hora realmente de dizer "não". Não existe mais possibilidade. Como a gente vai dialogar com uma empresa com esse tipo de comportamento? A hora é mesmo de denunciar, a hora é de exigir, a hora é de cobrar para que cesse esse comportamento.

No caso de Minas Gerais, estamos diante de uma violação, que também é uma questão de violentar, de uma coisa que é fundamental: o direito à água. Sem água, não tem vida. O que está acontecendo com a empresa Vale no nosso Estado e em todos os lugares onde ela explora e tira o minério? Ela está destruindo aquíferos importantes. Ela está pondo barragens de rejeitos nos vales por onde passam os cursos de água. Ela usa todo seu poder econômico e político e de mecanismos ilegais para conseguir os seus licenciamentos, independentemente de tudo o que existe de garantia e de mecanismos legais de proteção a esses lugares que possibilitam água.

Coloquei aqui que a Vale mais do que viola direitos. Ela está violentando inclusive a possibilidade de futuro, porque existem espaços que têm que ser salvaguardados para garantir inclusive alternativas econômicas que podemos e queremos escolher. Então, no caso, a nossa dificuldade não é materialidade. Se essa Comissão e as instituições internacionais... Temos, com cada movimento de resistência, com cada comunidade atingida, milhares de provas da verdade sobre o comportamento da Vale. A dificuldade é que isso chegue às instâncias e que isso seja respeitado e considerado para que realmente pare o que está acontecendo com a empresa Vale em todos os territórios em que ela atua.

Para finalizar, quero trazer aqui a situação dos aquíferos, como por exemplo a questão do Gandarela, que é a última serra em volta de Belo Horizonte que tem condições de abastecer 5 milhões de habitantes. A empresa Vale, há 10 anos, está tentando licenciar o seu empreendimento lá, e seria a segunda Carajás. Temos provas, e podemos compartilhar, de todas as estratégias ilícitas que a Vale vem usando para implantar o seu empreendimento, à revelia de, no seu próprio estudo de impacto ambiental, dizer que coloca em risco a segurança hídrica da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O caso de Gandarela é um caso. Isso ela está fazendo em qualquer lugar onde tem minério de ferro e ela quer minerar. Isso é extremamente grave, associado ao fato de que ela violenta os trabalhadores e

as comunidades. Ela violenta outras perspectivas de trabalho.

Estamos aqui em uma audiência pública onde a verdade sobre a empresa Vale é o que o André trouxe através das provas. Ela nos espiona para realmente impedir isso. Temos que conseguir um caminho para que, em algum momento, essa empresa deixe de ser o que tem sido hoje.

Muito obrigada pela oportunidade dada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Maria Teresa Corujo, do Movimento pelas Serras e Águas de Minas, pela sua disposição e pela sua coragem de relatar esses fatos.

Digo, novamente, o tempo nosso não é tão longo assim. É curto. Mas poderemos, em outras oportunidades também, ouvir com mais tempo.

Quero solicitar ao Senador Eduardo Suplicy se gostaria de se manifestar nesse momento. (*Pausa.*)

Mas, antes Senador, gostaria de fazer aqui um registro importante. O *hashtag* do debate "espionagem não vale" está entre os 10 assuntos mais comentados do Twitter nesse momento. Essa informação eu recebi agora. Está em quarto lugar já? (*Pausa.*)

Está em quarto lugar entre os assuntos mais comentados do Twitter. Isso mostra que esse assunto é realmente importante e que estamos nesse momento oferecendo à população brasileira oportunidade também de acompanhar, de ouvir, de fazer também a sua avaliação a respeito da atuação da Vale nos Estados brasileiros.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para que possa também se manifestar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidente, Senadora Ana Rita, prezados convidados, acho muito importante os depoimentos que cada um tem feito.

Precisarei me ausentar para estar agora na audiência com o Ministro Guido Mantega, que está por começar, se já não começou, mas gostaria de aqui indagar se houve convite aos membros da direção da Vale do Rio Doce para estarem aqui no dia de hoje e, se não compareceram, por quê? Houve alguma justificativa? Acho importante que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só para informar ao senhor, a Vale foi convidada. Eles estiveram por duas vezes aqui, conversando conosco, na Comissão de Direitos Humanos, mas recebemos, agora, uma justificativa da ausência da Vale. Justifica que, nesse dia, a pessoa que viria, a Drª Salma Torres Ferrari, estaria representando a empresa em outra atividade. Por isso, não estão presentes. Foram convidados e devidamente justificada a ausência deles.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Acho importante que seja dada a oportunidade para que a direção da Vale, inclusive tendo tomado conhecimento de todas as informações que aqui foram prestadas pelo Sr. André Almeida e por todas as autoridades e membros da Procuradoria do Ministério Público, e também que possam ser objeto de envio à direção da Vale... A Comissão de Direitos Humanos gostaria de ouvir o depoimento da direção da Vale para verificar quais são as medidas que a Companhia Vale do Rio Doce está tomando para corrigir todas aquelas ofensas à legislação e aos direitos humanos, e práticas, e em que medida tem conhecimento dos fatos que foram aqui relatados, como, por exemplo, o fato de o próprio Sindicato dos Trabalhadores no Paraná... Qual Município? (*Pausa.*)

Em Araucária, no dia da posse da direção do Sindicato, que nem adversários teve entre os trabalhadores, as sete janelas, conforme o relato do Presidente do Sindicato, foram atingidas por tiros. O que a Vale tem conhecimento a respeito disso? Há também a questão relativa ao prejuízo do fornecimento de água nas regiões aquíferas. Essas são algumas das coisas que pude ouvir entre outras que foram relatadas, mas, para cada informação aqui prestada, que possa a direção da Vale ter oportunidade de esclarecer, corrigir os fatos.

Estão sendo entregues aqui relatórios pormenorizados. Avalio, Presidenta Ana Rita, que seria importante encaminhar e dizer que a oportunidade de esclarecimento está dada para corrigir comportamentos que certamente não estão condizentes com o normal para empresas. Então, é a sugestão que deixo aqui.

Peço licença, Senadora Ana Rita. Sou uma das pessoas a arguir o Ministro Guido Mantega.

Meus cumprimentos a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy, que tem sido um grande parceiro nesta Comissão de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

É um Senador bastante atuante, muito presente, aqui, nas atividades do Senado Federal.

Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Vamos, agora, passar para o momento final desta audiência pública, fazendo as considerações finais.

Antes, quero já mencionar alguns encaminhamentos que esta Comissão de Direitos Humanos fará. Nada impede que façamos outros encaminhamentos. Queremos inclusive, se for possível, receber sugestões em termos de encaminhamentos para que possamos dar continuidade a esse trabalho e a esse movimento em defesa dos movimentos sociais.

Quero aqui aproveitar a oportunidade para lamentar a presença da Vale. Acho que a Vale... (*Pausa.*)

Desculpem. Quero lamentar a ausência da Vale, que perdeu uma boa oportunidade de poder também escutar e dialogar com os movimentos sociais. Infelizmente, eles não puderam vir, mas esta Comissão estará sempre à disposição não só dos presentes aqui hoje, mas também da própria Vale, para que possamos continuar dialogando.

Esta Comissão, conforme tive oportunidade de dizer aos representantes da Vale que estiveram conversando conosco, inclusive alguns diretores, tem o papel e cumpre o papel de ser também intermediadora, nesse caso, entre os movimentos sociais e a própria empresa. É dessa forma que nos comportamos, que estamos atuando aqui e também em outras situações que aqui chegaram. Estamos, com certeza, sempre bem articulados com as organizações governamentais, para que possamos também fazer os devidos encaminhamentos. O Ministério Público Federal tem sido também parceiro, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, o Ministério da Justiça, outros Ministérios do Governo Federal e outras instituições. Todos são parceiros e têm nos ajudado nos encaminhamentos.

Quero aqui, brevemente, pontuar alguns encaminhamentos que faremos a partir dessa audiência pública, mas estamos aqui abertos para receber outras contribuições em termos de encaminhamentos.

Conforme já disse anteriormente, a Comissão de Direitos Humanos vai encaminhar oficialmente os documentos aqui recebidos por parte especialmente do André, mas também por parte da Justiça Global e por parte do advogado do próprio André, ao Ministério Público, à Secretaria de Direitos Humanos e ao Ministério da Justiça. Vamos também encaminhar as notas taquigráficas ao Ministério Público do Pará para subsidiar o procedimento já instaurado naquele Estado. A Drª Nayana é responsável para fazer todo o procedimento de acordo com o Ministério Público.

Apesar das informações já prestadas a esta Presidência, vamos, conforme foi solicitado aqui pelo Senador Eduardo Suplicy, oficiar à Vale solicitando esclarecimentos a respeito das denúncias aqui apresentadas para que, também conforme foi dito aqui pelo Senador Eduardo Suplicy, possam corrigir comportamentos não adequados, se a empresa realmente confirmar que o que foi dito aqui não é de praxe, não faz parte do comportamento da empresa. A Vale deverá investigar, fazer o levantamento adequado, e, com certeza, fará isso.

Quero também anunciar que esta Comissão já tem agendada para novembro outra audiência pública sobre os impactos dos grandes projetos e empreendimentos siderúrgicos ao meio ambiente, sobretudo nas comunidades atingidas, para aprofundar o debate que hoje aqui estamos anunciando.

Na verdade, esse tema é amplo. Estamos hoje aqui focando mais na questão levantada pelo André, mas vão ter vários desdobramentos. Esta Comissão, na medida do possível, vai contribuir nesse debate. Poderemos, inclusive a partir de outras Comissões do Senado Federal, também proporcionar debates como esse, como, por exemplo, na Comissão de Meio Ambiente, que é uma comissão importante desta Casa, na Comissão de Assuntos Sociais. Enfim, de acordo com a necessidade, vamos aqui fazendo os devidos encaminhamentos, como Senadora da República. Em particular, nesta Comissão de que sou Presidenta, com apoio dos nosso colegas, Senadores e Senadoras, faremos o que for necessário do ponto de vista dos direitos humanos.

Vamos também solicitar ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República que informe sobre atividade de suposta colaboração da Abin com a empresa Vale, com base nos fatos aqui relatados.

Estamos à disposição para receber outras sugestões.

Também com relação às falas dos movimentos sociais, vamos... (*Pausa.*)

Sim, Maria Teresa. Pode falar.

A SRª MARIA TERESA CORUJO – A minha sugestão é que, além de enviar, essa denúncia e as notas taquigráficas a quem a Senadora já informou, enviem também a todas as agências financiadoras da Vale, como o BNDES, o Santander, para que eles saibam que está havendo esse porte de denúncia, agora com dados e provas, e também aos organismos nacionais e internacionais com quem a Vale assina pactos, assume compromissos ambientais e sociais, para que eles saibam que existe esse tipo de situação em relação à empresa. Considero isso importante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O encaminhamento aqui sugerido pela Maria Teresa é acolhido pela Comissão de Direitos Humanos.

Vamos proceder, então, conforme essa sugestão, informando aos bancos financiadores e também às entidades nacionais e internacionais que têm parceria com a Vale, para que tenham essas informações.

Esses são os encaminhamentos.

Vou conceder, então, a palavra, da mesma forma como procedemos inicialmente, ao Dom Guilherme Werlang, Presidente da Comissão Pastoral para os Serviços de Caridade, Justiça e Paz da CNBB, para que possa também se manifestar.

Vamos aqui conceder, Dom Guilherme, o tempo que for necessário para que o senhor possa se manifestar, no máximo de 3 a 5 min.

O SR. DOM GUILHERME WERLANG – Muito obrigado!

Obrigado a todos e a todas que se manifestaram nesta audiência, pela clareza, pela profundidade, pela segurança com que foram feitas as colocações. Especialmente agradeço ao André, que motivou tudo isso aqui.

Só gostaria de dizer a todos os presentes que estive, enquanto bispo, enquanto igreja, no mês de julho, por três semanas, em Moçambique. Fui até onde a Vale está construindo um porto marítimo para também fazer a mineração e, assim como aqui, a exportação. Trabalhar ainda em um modo, em um sistema de exportação de *commodities*, com certeza, é sempre um prejuízo para o país que adota essa política econômica. Infelizmente, essa é uma das formas de política econômica do Brasil. Pude verificar lá e ouvir de pessoas de Moçambique que as comunidades estão muito preocupadas.

O que me assustou foi que de repente veio um convite, ou melhor, vieram comunicar à comunidade missionária brasileira dos missionários da Sagrada Família que trabalham em Moçambique, no Município de Mecuburi, que Vale gostaria de fazer uma visita aos missionários para poder dialogar, se apresentar. Como eu estava presente, eu falei: "Oba, me interessa!". "Se eles vierem, eu posso usar a palavra, enquanto Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para os Servidos de Caridade, Justiça e Paz, no Brasil, para dizer o que nós pensamos com relação à Vale?" Sei que fiquei três semanas e a pessoa não apareceu.

Temos uma preocupação, e enquanto Conferência Nacional dos Bispos do Brasil já nos manifestamos diversas vezes. É necessário construir de fato, elaborar o novo Código da Mineração. O nosso está hiper, superultrapassado. Mas nos preocupa a forma como ele está sendo construído, a forma quase sigilosa, Há muitas questões dentro desse novo Código, que está em construção, que nos preocupa, tanto no impacto ambiental quanto no que atinge às comunidades. Consideramos que, a continuar da forma como está, com certeza, será um código pior que o Código Florestal, que de florestal não tem nada. Pensamos, e eu havia dito antes e gostaria de reforçar, que não é o valor econômico que pode reger o princípio do que é válido ou não válido. A riqueza produzida, ou ela favorece a vida ou não serve para nada. Não adianta sermos a 5ª ou 6ª potência mundial, se a qualidade de vida dos brasileiros está em 85º lugar. Isso é próprio de uma sociedade totalmente injusta. Então, nos preocupa essa questão.

Estive, na semana passada, no Chile, em Santiago, participando de uma conferência dos países do Cone Sul, enquanto conferências episcopais. Na volta, vim pela TAM, sem fazer propaganda da TAM, e aparece uma propaganda sobre a necessidade de se aumentar a mineração para que se possa criar melhores condições de vida para os brasileiros. Como sou obrigado a sentar num avião, voar quatro horas e ter de olhar, na minha frente, uma propaganda que acho enganosa, porque não considera as outras questões, apenas considera produção de dinheiro?

Também quanto ao que foi colocado pelo Senador Eduardo Suplicy, evidentemente nós queremos que haja correções na Vale, mas que não sejam apenas pontuais.

Toda política de mineração tem de mudar: ou daqui a 50 anos, ou daqui a 70 anos, quem sabe, não tenhamos condições de vida no Planeta Terra. Temos de ser responsáveis não só por esta geração, mas pelas futuras gerações.

E sempre que houver necessidade. Nós, por parte da Conferência dos Bispos, estaremos dispostos. Quando eu não puder, alguém da nossa Comissão estará disposto a continuar empenhando apoio aos movimentos sociais, às pastorais sociais, à defesa do meio ambiente e, acima de tudo, à vida de todos os cidadãos e de todas as cidadãs brasileiros. (*Palmas.*)

O SR. RICARDO JOSÉ REGIS RIBEIRO – Senadores, Senadora, pela ordem.

Eu sei que já passou o momento de fazer o requerimento. Se V. Exª pudesse abrir um precedente, simplesmente para oficiar à OAB nacional a questão do cerceamento que atinge a classe dos advogados em relação ao processo da Vale.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Tudo bem. Está registrada aqui a solicitação do senhor da OAB nacional.

Está registrado. A secretaria está fazendo esse registro todo. Pode ficar tranquilo.

O SR. RICARDO JOSÉ REGIS RIBEIRO – Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradeço, então, a presença do Dom Guilherme Werlang, Presidente da Comissão Pastoral para os Serviços de Caridade, Justiça e Paz da CNBB.

Quero reforçar aqui, Dom Guilherme, a nossa satisfação em poder recebê-lo aqui.

Muito obrigado pela sua presença.

Concedo agora, também pelo tempo de três minutos, se houver necessidade prorrogaremos por mais dois, a palavra ao Sr. André Almeida.

Só estou sendo um pouco rápida agora, porque vocês estão ouvindo a campainha tocar. Então, já estamos sendo convocados para a sessão que vai acontecer no plenário do Senado.

O SR. ANDRÉ ALMEIDA – Serei bem breve, Senadora Ana Rita, mas o que consegui perceber de todos aqui – e o Senador Suplicy expôs bastante isso aqui – que o silêncio da Vale está sendo constrangedor.

Onde estão as respostas? Onde está o direito ao contraditório? Até agora, só nós estamos denunciando. Mas onde está a Vale, mostrando que realmente está corrigindo isso?

Posso garantir, Senadora, que eles estão mudando algumas coisas lá dentro, por informações obtidas, mas onde a Vale está pronunciando-se? Disso a gente sente falta. Onde está a Vale olhando esses procedimentos errados, que podem afetar, como me disse o representante de águas de Minas Gerais, inclusive a exportação, de acordo com a lei sarbox americana, vale parar de exportar para fora, 20% do PIB nacional parando é muito complicado.

Então, o meu recado aqui seria este: Onde está a resposta da Vale? Estamos corrigindo. Isso nunca existiu. Seja qual for a resposta. O silêncio está muito constrangedor.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, André Almeida.

Quero aqui fazer um registro. Vocês até já falaram sobre isso, mas a vinda do André aqui não foi muito fácil, nem para ele, nem para nós aqui.

Quero dizer, André, que, se, por ventura, você tiver alguma dificuldade, daqui para frente, pode contar com a Comissão de Direitos Humanos para protegê-lo e dar-lhe todo o apoio e fazer os encaminhamentos que forem necessários.

Digo da mesma forma para os movimentos sociais aqui presentes, porque é um ato de coragem. Não estamos falando de pessoas da Vale, mas de uma instituição de renome nacional e internacional, que não pode continuar tendo práticas que ferem os princípios dos direitos humanos, que ferem a pessoa humana e que ferem a democracia, porque é o direito de livre organização dos movimentos sociais. Se isso ficar de fato comprovado, é claro que o Ministério Público vai investigar.

Enfim, a Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, com certeza, vão estar atentos a isso, mas não podemos permitir – eu, como militante dos movimentos sociais –, jamais poderia, aqui, ser omissa.

Enquanto estiver nesta Comissão e na direção desta Comissão, vocês podem contar com esta Senadora. Nós faremos todos os encaminhamentos que forem necessários, em sintonia, com certeza com a nossa legislação. Inclusive, quero informar aqui que, na semana passada, fizemos aqui uma audiência pública a respeito da Convenção 169 da OIT, que também assegura diversos direitos na implementação, na execução de grandes projetos do nosso País, a nível internacional, e que a sociedade, os movimentos, as comunidades, as populações das regiões, onde os projetos serão implantados deverão ser ouvidas, não com aquele olhar, conforme disse Dom Guilherme, apenas só de ouvir, mas, a partir da escuta, das informações recebidas pelas comunidades e pelas populações, possa alterar também projetos, enfim, corrigir algumas distorções que venham a ferir as comunidades locais.

Então, é dessa forma que entendo e a Comissão de Direitos Humanos também entende.

Quero aqui fazer esse registro, que considero ser importante neste momento. Quero também registrar a presença do Deputado Chico Alencar, que tem sido também um parceiro desta Comissão de Direitos Humanos, como Deputado Federal, do P-SOL do Rio de Janeiro.

Obrigado pela sua presença, Deputado Chico Alencar.

Concedo a palavra a V. Exª

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Eu sei que estou atrapalhando a boa ordem da reunião, mas houve uma reunião com Dom Raimundo Damasceno, lá na CNBB, depois passei lá no Gabinete – e lá também as campainhas tocam. Por isso, cheguei nessa parte final.

Mas a graça é que melhor do que o Parlamentar, em cuja equipe ela trabalha, certamente, esteja aqui desde cedo e trouxe todas as anotações importantes.

Só quero dizer brevemente que, às vezes, fico lembrando-me muito do poeta gaúcho Mário Quintana, que diz o seguinte: “O passado não conhece o seu lugar. Ele teima em aparecer no presente.”

Esse comportamento da Vale do Rio Doce, assim como certas atitudes recentes e dramáticas, por exemplo, da Polícia Militar do Rio de Janeiro, em relação a um trabalhador, pedreiro, na Rocinha, relembra muito ou atualiza muito os tempos da Ditadura, onde o autoritarismo significava total expansão empresarial.

Quando a Vale alega que não pode vir aqui, porque existem reuniões mais importantes, ela está dentro daquela concepção de que a lei, o Legislativo, o Congresso, a audiência pública e a população não são prioritárias. Lá, na Câmara dos Deputados, está tramitando o novo Código da Mineração. O escopo do projeto que esperamos alterar lá e aqui no Senado é para o negócio.

População nativa, meio ambiente, tudo que interessa à coletividade, está secundarizado. Por isso, a Vale não veio aqui. É um silêncio constrangedor, como disse o André, mas é revelador de um tipo de

posição: se acha acima de qualquer suspeita. São os tais *global players.*

Já que o Brasil precisa das *commodities*, já que a atividade mineradora é tão importante no nosso balanço de pagamentos, nós tudo podemos e não estamos submetidos a lei alguma. Isso é déficit de democracia, por mais minério que se arranque da terra.

E, quando se faz espionagem então, e não vir aqui significa reconhecer que fez, não tem o que dizer, não tem como responder, aí passamos de todos os limites.

Por isso, parabenizo a Senadora Ana Rita, intimorata, corajosa. Imagino as pressões por que ela passa, porque essas empresas dominam mandatos, governos, e têm altíssima influência, podendo destruir vidas públicas e carreiras profissionais. Eles podem muito, mas não podem tudo. Acho que a força do povo vai prevalecer. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigado, Deputado Chico Alencar. Sempre presente, muito atuante. Muito nos orgulha a presença de V. Exª aqui no Congresso Nacional.

Vou conceder a palavra ao Gabriel Strautman, Coordenador de Projetos da ONG – Justiça Global, para que também faça as suas considerações finais.

O SR. GABRIEL STRAUTMAN – O.k. Obrigado. Senadora, só mais algumas propostas de encaminhamento.

A primeira delas, justamente dialogando com a intervenção que o Deputado Chico Alencar acaba de fazer, ou seja, de que as denúncias e informações que ouvimos aqui hoje cheguem à Comissão Especial da Câmara, que está discutindo justamente a reforma do Código da Mineração.

Ou seja, que isso possa ser levado em consideração nesse debate tão importante e, ao mesmo tempo, tão blindado, que é sobre a reforma do Código da Mineração. Se nada for mudado, infelizmente, vai ser votada agora em novembro quase a toque de caixa, justamente para que os interesses das empresas apenas sejam levados em consideração. Portanto, de forma urgente, que essas informações cheguem até a Comissão.

Da mesma forma, eu acho que essas informações precisam chegar à CPI do Senado, que também está discutindo espionagem e é presidida pela Senadora Vanessa Grazziotin, que esteve aqui hoje inclusive.

A investigação sobre a espionagem não apenas considera a espionagem entre os Estados, mas aquela que atores privados executam, de maneira ilegal e imoral, aqui no Brasil, particularmente sobre os movimentos sociais.

Reforçando o pedido do André, de que as denúncias também cheguem ao Conselho Federal da OAB, também a Polícia Federal, e acompanhado de um pedido de celeridade e rigor na apuração das denúncias, finalmente, que, nos pedidos de esclarecimentos encaminhados à Vale também seja incluído, de maneira enfática, um pedido de esclarecimento sobre como anda a auditoria interna que ela conduz para apurar esses fatos.

De forma que ela diga que procedimentos efetivos ela está adotando para que isso seja esclarecido da maneira devida. Gostaria de, mais uma vez, parabenizar pela iniciativa de promover esse debate tão fundamental nesta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Gabriel Strautman, Coordenador de Projetos da Justiça Global.

Obrigada pela sua presença e também pela colaboração em termos de encaminhamentos.

Vou conceder a palavra à Procuradora da República do Estado do Pará, a Drª Nayana Fadul da Silva.

O SR. NAYANA FADUL DA SILVA – Senadora Ana Rita, mais uma vez, obrigada pela oportunidade de estar aqui. Realmente, também imagino que um evento como esse não deva ser nada fácil. Deve haver uma pressão muito forte para que ele não se realize e dizer que, como já havia dito no início, realmente, o Ministério Público, até pelo caráter do procedimento investigatório que ele conduz, não posso agora dar nenhuma posição de mérito a respeito das investigações, mas, com certeza, ouvi o André, os integrantes, aqueles movimentos sociais, o advogado do André.

Realmente, já até pedi em algumas reuniões – e acho que vai ser feito logo após o término desta audiência. A gravidade dessas denúncias são enormes. Inclusive, com o André mesmo, penso que terei a oportunidade de conversar melhor e, para o Ministério Público interessa, agora, colher todas essas provas materiais, principalmente dos crimes denunciados.

Sabemos que, em termos de configuração, tipicidade, em matéria penal, infelizmente, o Brasil não é tão avançado como deveria ser. Essas práticas de espionagem são ilegais e imorais, mas penalmente falando, infelizmente, temos uma legislação muito deficiente no campo, e, como nós sabemos, não há crime sem lei que o defina, mas já temos, por exemplo, a Lei nº 9.293, que fala, por exemplo, da prática criminosa que é a questão da interceptação telefônica sem autorização judicial, e uma das denúncias é nesse sentido. Espero aqui coletar todas essas provas e dar os encaminhamentos.

Realmente, ressalto a importância dos encaminhamentos que serão dados. Vou ficar à disposição de receber todo esse material e ouvir quem puder estar

nessa condução. Deve ser uma investigação tão importante quanto essa.

Então, mais uma vez, muito obrigada e parabéns. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Drª Nayana, Procuradora da República do Estado do Pará. Quero aqui desejar a V. Exª um bom trabalho, que, de fato, o Ministério Público Federal possa dedicar-se a esta causa, que possa realmente ter as condições necessárias, para poder apurar aqui todas as informações e as denúncias aqui colocadas.

Vou conceder a palavra à Drª Irina Karla Bacci, Coordenadora Geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. IRINA KARLA BACCI – Bem, queria, mais uma vez, reforçar que estamos à disposição da Comissão de Direitos Humanos, do denunciante, dos movimentos sociais, para o acompanhamento dessa denúncia e dizer que continuaremos monitorando os procedimentos já instaurados pelo Ministério Público Federal, inclusive esses outros encaminhamentos dados pela Mesa, enfim, ficando à disposição de possíveis outros encaminhamentos futuros que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado queira dar e dizer que é bastante importante e valioso um momento como este, porque propicia a vozes, que muitas vezes ficam caladas nas suas ações, tenham espaço, para denunciar e trazer tudo aquilo que foi silenciado nas suas ações.

Gostaria solidarizar-me com os dois companheiros que tiveram os seus direitos cerceados: o Sindicato dos Químicos do Paraná, que foi alvejado por tiros; o Sindicato da Região de Confidentes; e a companheira aqui de Minas. Quero dizer também que estamos à disposição de receber as denúncias encaminhadas por vocês e solicitar providências aos órgãos responsáveis.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Drª Irina, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República pelas informações e também pela disposição de poder continuar colaborando conosco.

Vou passar a palavra agora para o Patrick Mariano, Coordenador da Secretaria de Justiça de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça do Ministério da Justiça.

O SR. PATRICK MARIANO – Obrigado, Senadora. O Bispo Dom Pedro Casaldáliga tem uma frase que diz: "Benditos sejam os movimentos sociais!"

Vou pedir, então, licença ao Bispo da Mesa para complementar essa frase: "Benditos sejam os movimentos sociais na democracia", porque são eles que oxigenam, de fato, a nossa democracia tão distante de a alcançarmos de forma plena.

Então, queria dizer também que o Ministério da Justiça está aberto e preocupado com esta situação. Nós pedimos que continuem subsidiando-nos e estamos também à disposição da Polícia Federal para eventuais contribuições, dizendo que, para a democracia, os movimentos tenham a sua atuação cada vez mais legitimada e plena, porque é isso que vai com que tenhamos, de fato, um Brasil mais justo.

Queria só reforçar isso, Senadora. Por fim, também quero dizer que, nesta Comissão, a Senadora trazer um tema tão espinhoso para debate tem de ser considerado e elogiado pela sua coragem e de todos os demais membros da Comissão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigado, Patrick Mariano, Coordenador da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.

Quero também registrar a presença do Deputado Domingos Dutra do Partido Solidariedade do Maranhão.

Obrigado pela sua presença. (*Pausa.*)

É isso mesmo? É, não é?

O SR. DOMINGOS DUTRA (SDD – MA) – Soa bastante estranho depois de 33 anos no PT, mas isso é da vida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É da vida, não é?

Vou conceder a palavra agora ao Dr. Javier Mujica, Delegado da Federação Internacional dos Direitos Humanos, para que também possa fazer as suas considerações finais.

O SR. JAVIER MUJICA – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Javier Mujica, Delegado da Federação Internacional dos Direitos Humanos. Também é uma honra e uma alegria muito grande recebê-lo nesta audiência pública. Muito engrandeceu a nossa audiência pública a presença do senhor.

Quero perguntar ao Dr. Ricardo, advogado, se ele ainda gostaria de se manifestar. E também aos movimentos sociais, se quiserem alguma informação a mais que ainda não tenha sido colocada.

O SR. RICARDO JOSÉ REGIS RIBEIRO – Sim, Excelência.

Como o tempo foi exíguo para a apresentação, há alguns detalhes que quero passar rapidamente.

Primeiro, na apresentação estava previsto falar sobre o movimento Pó Preto, em Vitória. Pelo fato de a cidade de Vitória ser em uma ilha, a Vale causa uma

poluição muito grande naquela região, interferindo na saúde das crianças e dos trabalhadores. Houve um assunto específico lá, que foi um *outdoor* colocado por um artista plástico com uma figura contra a Vale, que utilizou todo o aparato de espionagem que está no material que eu entreguei.

Outra situação é a compra de licenças ambientais. Há um eslaide que fala sobre isso também. A empresa Cerenge foi utilizada como lobista para facilitar a aquisição de licenças ambientais para a Vale. Isso também está no material que foi entregue.

Por último, a espionagem no Brasil teve grande pujança com a espionagem da nossa Presidenta Dilma. Também está no nosso material entregue informação de que a nossa Presidente, quando ainda era Ministra de Minas e Energia, foi alvo de espionagem pela Vale, o que foi denunciado pelo André Almeida também.

Então eram esses registros importantes que eu queria fazer, os quais não tive oportunidade de expor na minha apresentação. Eles são relevantes, e entendemos que suscitam encaminhamentos pela Mesa Diretora para apuração dos fatos, que têm gravidade, inclusive atingindo a Presidente da República.

Então, esses eram os registros que eu gostaria de fazer ao final.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Ricardo pela presença.

Pergunto se alguém mais gostaria de se manifestar. (*Pausa.*)

A Srª Maria Teresa, em nome dos três.

A SRª MARIA TERESA CORUJO – Agradeço mais uma vez esta oportunidade e solicitar, agora que há essa documentação, uma cópia de tudo, para que nós em Minas Gerais possamos tomar conhecimento. Pode haver situações em que a gente tenha de passar para quem foi espionado a forma como isso aconteceu. Então, acho que é uma coisa público. Como fazemos para solicitar uma cópia de tudo isso, para levarmos para Minas Gerais e podermos verificar de que forma foi feita essa espionagem no nosso Estado?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Acredito que, em relação a todas as informações aqui, ninguém pediu sigilo. Então, são informações públicas. A Comissão de Direitos Humanos disponibiliza, mas é importante que vocês façam isso oficialmente. Então, a Secretaria fica encarregada de conceder cópia do material desde que seja através de ofício.

Já estamos nos encaminhando para finalizar.

Pergunto aos nossos colegas Deputados se alguém ainda gostaria de se manifestar.

Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SDD – MA) – Srª Presidente, em seu nome saúdo todos os presentes. Peço desculpas por não ter acompanhado desde o início, pois estava em outra tarefa, sobre o sistema carcerário brasileiro, que é outro gargalo que nós temos.

Depois, quero ter acesso aos materiais. Interessa-me muito, como maranhense, ter o maior número de informações sobre a Vale, já que os trilhos da Vale cortam o Maranhão ao meio e, ao longo desses anos, a Vale só deixou a poeira, a pobreza. A Vale não contribuído em quase nada com o desenvolvimento maranhense, para não dizer brasileiro.

Também me interessa a questão da espionagem. Estive, na terça-feira, na Serra Pelada, no garimpo de Serra Pelada, que ainda é fruto de um debate com a Vale. Lá, os garimpeiros fizeram uma parceria com uma empresa canadense, chamada Colossus. Essa empresa começou com 51% das ações do garimpo e os garimpeiros, com 49%; agora, ela tem 75% das ações, e os garimpeiros, 25%. E a cooperativa, embora sócia do empreendimento, não tem direito de chegar nem perto da mina de Serra Pelada. Portanto, interessa-nos muito. Inclusive com essa denúncia de espionagem de empresas canadenses ao Governo brasileiro e, principalmente, ao Ministério de Minas e Energia nos interessa bastante acompanhar esse processo, porque acho que essas empresas estão consorciadas para a prática de crimes, para a prática de violações e para prática de exploração dos brasileiros.

Como estamos sem a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, a gente está sempre se socorrendo na do Senado. E, com certeza, a gente vem aqui para esta Comissão socorrer os 38 mil garimpeiros de Serra Pelada. Desses, 25 mil são do Estado do Maranhão, todos pobres, envelhecidos,vivendo de cesta básica e do Bolsa Família.

Para encerrar, a cooperativa foi cooptada pela empresa Colossus. Só em três anos, a empresa passou R$54 milhões para a cooperativa e nenhum real foi parar nas contas dos garimpeiros. Portanto, estou em mais essa luta no Estado do Pará, e a Vale do Rio Doce tem tudo a ver com todo esse processo de ilegalidade.

Então, agradeço e gostaria de ter acesso aos materiais.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) –

Obrigada, Deputado Domingos Dutra, pela presença. V. Exª está sempre atento aos debates da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Além dos encaminhamentos que eu havia feito antes, estamos acolhendo todos os encaminhamentos feitos por vocês e vou listar rapidamente aqui.

Vamos encaminhar as notas taquigráficas e os documentos recebidos das entidades presentes e de denunciantes aos seguintes órgãos: Ministério Público Federal, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério da Justiça, Polícia Federal, OAB, CPI da Espionagem, Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 37, de 2011, agências financiadoras da empresa Vale S.A., tais como o Banco Santander e o BNDES, bem como entidades com as quais a Vale realiza pactos ambientais e sociais. Vamos também oficiar à Vale S.A. solicitando informações acerca do andamento da auditoria interna para apurar as denúncias de espionagem e quais procedimentos efetivos a Vale está tomando para apurar as denúncias aqui feitas, aprofundar também esse debate com outra audiência pública, podendo ser conjunta com outra comissão aqui do Senado Federal.

Esse assunto nos traz outros desdobramentos, então a Comissão de Direitos Humanos vai acompanhar e vai colaborar com esse debate. Também vamos solicitar ao gabinete da Presidência da República informações acerca da atuação da Abin nas espionagens da Vale; oficiar também à OAB nacional para informar o cerceamento de defesa que está sendo realizado em relação ao advogado do Sr. André Almeida, o Dr. Ricardo, que está aqui presente, no processo existente contra a Vale S.A.

Foram esses encaminhamentos que nós aqui recebemos. A Comissão de Direitos Humanos se compromete a fazer os devidos encaminhamentos.

E, para finalizar, eu quero aqui agradecer muito a presença de todos os nossos convidados e convidadas, agradecer a presença de todos os Senadores que aqui estiveram, a presença dos Deputados Federais, a presença também das entidades que se fazem presentes aqui, também, de maneira especial, a presença do Dr. Javier Mujica, que veio de longe para prestigiar esta audiência pública, a presença de D. Guilherme, que nos honra muito, representando aqui a CNBB, enfim, a presença de todos vocês e da imprensa, que se faz aqui presente.

A Comissão de Direito Humanos quer aqui ratificar o seu compromisso com essa causa, também lamentar a ausência da Vale S.A. Era muito importante que a Vale estivesse presente aqui hoje, para se posicionar. Mas eu quero dizer aqui que esta Comissão está inteiramente à disposição não só de vocês, mas também à disposição da Vale para receber as informações, não só aquelas que iremos solicitar, mas outras informações que a própria Vale julgar necessário passar para a Comissão de Direitos Humanos.

Esta é uma Comissão que procura ajudar a fazer os encaminhamentos que forem necessários.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública. (*Palmas.*)

Acho que nós poderíamos fazer o registro da entrega dos documentos com uma foto, para que possamos ter nos arquivos da Comissão de Direitos Humanos.

(Iniciada às 8 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos.)

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor **Senador João Capiberibe**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores João Capiberibe, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin e Sérgio Souza. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 88 de 2013, aprovado em 23/10/2013, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: "*as políticas públicas que visam a inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino, bem como o combate ao preconceito de qualquer espécie no ambiente escolar*". O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, ao tempo em que solicita que tomem lugar à mesa. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Martinha Clarete Dutra dos Santos, Diretora de Políticas de Educação Especial, em representação a Senhora Macaé Maria Evaristo dos Santos – Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – MEC; Carlos Edmar Pereira, Analista de Sistemas, criador do LIVOX, software de comunicação alternativa que facilita a inserção de pessoas com deficiência; Claudia Grabois, Coordenadora do Fórum Nacional de Educação Inclusiva; Erivaldo Fernandes Neto, Coordenador Institucional da Federação Nacional das APAES, em representação a Senhora Aracy Maria da Silva Ledo – Presidenta. O Senhor Presidente concede a palavra a Senhora Christiane Silva Aquino, Diplomata brasileira e mãe de criança com deficiência,

para fazer questionamento acerca do tema em debate. Em seguida, concedeu a palavra aos convidados para responderem às indagações da Senhora Christiane Aquino. A Senhora Martinha Clarete Dutra dos Santos responde. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento, por sugestão do Senador Eduardo Suplicy: encaminhar ofício ao Ministério da Educação, aos cuidados da Senhora Martinha Clarete Dutra dos Santos, sugerindo que o governo brasileiro adquira o software Livox e o disponibilize amplamente às escolas brasileiras. O ofício foi lido e entregue, em mãos, a Senhora Martinha durante a reunião. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores João Capiberibe e Eduardo Suplicy. Todas as falas foram interpretadas pelas intérpretes de libras Maria de Lourdes Costa da Silva e Alessandra Carvalho Coelho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – **Senador João Capiberibe**, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Declaro aberta a 55ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 88, de 2013-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado no dia 23 de outubro de 2013, para debater o tema "as políticas públicas que visam a inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino, bem como o combate ao preconceito de qualquer espécie no ambiente escolar".

Temos como convidados para esta audiência pública a Srª Martinha Clarete Dutra dos Santos, que convido para participar da Mesa, Diretora de Políticas de Educação Especial, em representação a Srª Macaé Maria Evaristo dos Santos, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação do MEC. Seja bem-vinda; a Srª Claudia Grabois, Coordenadora do Fórum Nacional de Educação Inclusiva – esse é um sobrenome famoso na esquerda brasileira; o Sr. Carlos Edmar Pereira, que convido para participar conosco, analista de sistemas, criador do Livox, *software* de comunicação alternativa que facilita a inserção de pessoas com deficiência. Seja bem-vindo.

Antes de passar a palavra às senhoras e aos senhores convidados, quero fazer algumas considerações iniciais sobre o tema.

Em 1990, a Assembleia Geral das Nações Unidas ratificou a necessidade de povos de todo o mundo se unirem em prol da implementação de sociedade inclusiva pelo Planeta até o ano de 2010.

O Brasil, signatário desse princípio, vem promovendo mudança nos setores sociais com o objetivo de potencializar a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, na educação, no esporte e no lazer, enfim, nos bens socialmente construídos.

A política educacional brasileira vem também atravessando transformações, no sentido de promover a inclusão de pessoas com deficiência. O tema ainda não foi pacificado entre educadores, militantes em direitos humanos e políticos.

A discussão sobre o Plano Nacional de Educacional (PNE) para o decênio 2014/2023 envolveu o Congresso Nacional na polêmica em torno da inclusão de pessoas com deficiência na escola regular. O PNE está atualmente em análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. Ele tem 20 metas, e a meta 4 estabelece a universalização do acesso à educação básica para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O texto em debate na Comissão de Educação é o substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que não só prevê a inclusão de alunos com deficiência em classes comuns, mas também garante a oferta de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em audiência pública sobre o PNE, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em agosto passado, representantes da Apae defenderam a possibilidade de a escola especial continuar a oferecer tanto o ensino regular quanto o atendimento educacional especializado.

Por outro lado, o Fórum Nacional de Educacional Inclusiva havia se manifestado a favor do texto proposto originalmente pelo Governo para o PNE. Lá ficava estabelecido o atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, ou seja, a integração dos alunos com deficiência exclusivamente em classes comuns do ensino regular.

Pretendemos discutir alguns aspectos relacionados à problemática da inclusão educacional no ensino de alunos com deficiência e mostrar a forma pela qual

esse assunto tem sido tratado no contexto social e em nível de políticas públicas do Estado brasileiro. Como eu já disse, existem concepções distintas de inclusão, mas todas elas convergem para o reconhecimento do direito à escolarização das pessoas com deficiência, seja no ensino regular, seja no ensino especial.

Esta audiência tem por propósito oportunizar o debate e a reflexão sobre a realidade das pessoas com deficiência como estudantes. Temos avanços na legislação, na implementação de novas tecnologias e na melhoria da acessibilidade. Entretanto, não ignoramos a sinalização de que essas ações precisam ser aperfeiçoadas. É por isso que estamos realizando esta audiência com os nossos convidados.

Então, agora, passamos a ouvir nossos convidados, para que nos deem subsídios para enriquecer este debate, para que nós possamos aqui, no Senado, tomar a melhor decisão.

Convido, para fazer uso da palavra, por 15 minutos, com uma ligeira tolerância... Não há, digamos, rigidez. A capacidade de síntese todos nós desenvolvemos, menos os políticos, é claro, porque é sempre um risco colocar-lhes um microfone nas mãos. Ainda bem que não tenho assim uma carreira legislativa; sou mais do Executivo e, então, falo um pouco menos.

Então, eu gostaria de passar a palavra à Srª Martinha Clarete Dutra dos Santos.

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – Bom dia a todas e a todos.

Quero, em nome do Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, e da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação, Profª Macaé Evaristo, agradecer, Senador, por uma vez mais termos a oportunidade de debater aqui nesta Casa o tema do direito da pessoa com deficiência à educação e, sobretudo, oportunizarmos também a possibilidade de prestarmos conta de todo o processo de formulação e implementação de política pública apoiada pelo Governo Federal nos sistemas públicos de ensino, tendo em vista a promoção das condições de pleno acesso, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência.

Por isso, quero cumprimentá-lo, Senador; cumprimentar a Claudia – é uma alegria imensa tê-la constituindo esta Mesa, enriquecendo este debate em nome do Fórum Nacional de Educação Inclusiva; o Sr. Carlos, quero cumprimentá-lo, em nome de todos os pais e mães de pessoas com deficiência, que certamente acreditam na capacidade, na possibilidade do crescimento e do pleno desenvolvimento com base na eliminação de barreira.

Tenho certeza de que fazer um Brasil melhor é colocar o nosso conhecimento à disposição, a serviço de toda a população. Por isso, o Livox hoje é um invento, é uma inovação que partiu de uma realidade muito próxima, mas que pode e deve ser compartilhada com todas as pessoas do Brasil e do mundo.

Por isso também, em nome do MEC, quero parabenizá-lo pela iniciativa e, principalmente, pela disponibilidade de anunciar e de tornar acessível o invento.

Então, cumprimento os presentes.

Neste tempo de intervenção inicial, quero considerar que falar sobre o direito da pessoa com deficiência à educação é, sem dúvida alguma, para nós, sempre, no Brasil, motivo de debate amplo. Por quê? Porque, historicamente, nós vivemos um processo de exclusão extrema da população com deficiência no País. E esse processo de exclusão se deu pelo histórico de higienização e eugenia que o sistema de ensino vivenciou quando a educação no Brasil, anteriormente à Constituição de 1988, não era um direito universal, um direito de todas as pessoas, e sim, um privilégio de alguns grupos, parcos grupos, da sociedade. Por essa razão, as pessoas que não atendiam ao padrão previamente estabelecido eram expurgadas desse sistema, que já atendia poucos e que pretendia atender muito menos.

Se, hoje, nós avançamos no ordenamento jurídico do nosso País e temos o direito à educação como um direito inalienável para todas as pessoas, é importante nós perguntarmos como esse direito se efetiva. E é esse o grande debate.

O Brasil ratificou todos os tratados internacionais de direitos humanos e especificamente sobre o direito da pessoa com deficiência e, em todos esses tratados, sejam eles no âmbito da OEA, da ONU – ou da ONU, restritamente aqui falando da educação, porque aí depois nós vamos ter a OIT e outros organismos internacionais que tratam de outras políticas setoriais –, nós temos ali expressamente que a efetivação do direito da pessoa com deficiência à educação se dá em um sistema educacional inclusivo.

E como esse sistema se define? Define-se expressamente, sendo constituído em ambientes comuns, entre pessoas com e sem deficiência. Porque toda vez que agrupamos pessoas com base na sua condição física, sensorial e intelectual praticamos a segregação. E é nesse ponto que nós entramos no tema específico desta mesa.

Combater o preconceito e a discriminação é, antes de mais nada, reconhecer a sua existência. Ao reconhecer a sua existência, devemos ter mecanismos de enfrentamento. O principal mecanismo de enfrentamento do preconceito e da discriminação é o pleno acesso, a plena oportunidade, a valorização da diferença e o atendimento das especificidades humanas.

Se, para a população negra, para a população LGBT, para nós mulheres, nós enfrentamos a discriminação, ampliando o nosso acesso e a nossa participação em todos os setores da sociedade, para as pessoas com deficiência, medida análoga tem-se demonstrado amplamente efetiva.

Então, quanto mais nós, pessoas com deficiência, ocupamos as escolas, o mundo do trabalho, os espaços de decisão, o Parlamento, o Executivo, o Judiciário, tanto mais combatemos o preconceito e a discriminação.

Por essa razão, o direito à educação é base. É por meio do exercício desse direito desde que nascemos que nos constituímos como cidadãos e cidadãs de direito pleno e protagonistas do nosso tempo e da nossa história.

Para concluir, eu queria mostrar rapidamente as principais políticas públicas hoje formuladas nacionalmente, em parceria com os sistemas públicos de ensino, no âmbito municipal, estadual e do Distrito Federal, porque, no Brasil, a educação é organizada, implementada a partir de um sistema de colaboração; portanto, não é centralizada no Governo Federal. Por isso, nós temos de ter os três entes federados em sintonia, atendendo ao disposto legal e criando as condições devidas.

Nesse sentido, o Ministério da Educação cofinancia esse processo.

Então, existe, no âmbito do Município, do Estado e do DF, um recurso próprio a ser investido. Só que, no âmbito nacional, há um complemento e uma redistribuição por meio do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação); do PAR (Plano de Ações Articuladas), que prevê um planejamento de cada Secretaria de Educação, apontando as suas demandas para um complemento e apoio técnico e financeiro do MEC; do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola); do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar); do PNATE (Programa Nacional de Transporte Escolar); do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático).

São ações amplas que chegam à escola com o objetivo de promover a acessibilidade e, ao fazê-lo, combater o preconceito e a discriminação, promovendo o acesso e a plena participação e, consequentemente, favorecendo a aprendizagem.

Então, por que essas ações são tão importantes?

Porque trazem, hoje, para a escola um conjunto de recursos e de serviços que antes não havia. E, por essa razão, dizia-se que a escola não tinha condição de atendimento.

Ora, se a escola não tem condição de atender, nós devemos, então, expurgar as pessoas dela? Deixar as pessoas em casa? Institucionalizar essas pessoas? Apartar essas pessoas? Não! Nós temos de criar essas condições.

Então, para isso, hoje, o MEC dispõe de alguns recursos. Vamos ver se vai funcionar aqui o eslaide, para mostrar para vocês.

Temos um gráfico ali que mostra – viu, Carlos? – quantas escolas, hoje, receberam um conjunto de recursos de tecnologia assistiva.

O que é isso? São equipamentos que vão desde uma máquina de escrever em braile, um *scanner* com voz, um acionador acessível, um teclado ampliado com colmeia. Nós temos ali *softwares* de comunicação alternativa, computador com uma série de *hardwares*, *softwares* livres, *free*, para interfaces de acessibilidade.

Temos, então, um conjunto de cerca de 50 itens de tecnologia assistiva que, hoje, estão disponíveis, completamente entregues, em 28.500 escolas. Estamos em processo de entrega de mais 13.500 e, até o ano que vem, de acordo com o cronograma dos contratos firmados com os fornecedores, nós vamos ter 42 mil escolas com esses recursos.

O que eu quero aqui acentuar? Que todas as inovações hoje existentes no Brasil e no mundo, aplicáveis à educação, com o uso pedagógico, são muito bem-vindas para todas as escolas públicas brasileiras, e nós podemos disponibilizá-las.

Carlos, eu conheço o Livox, sei que é uma interface importante de comunicação alternativa, e, se for disponibilizado gratuitamente, nós podemos inserir nas salas. Se for *software* proprietário, tem que participar de licitação, e é por isso que, anualmente, o Ministério da Educação realiza registros nacionais de preço, para que nós tenhamos a possibilidade de abrir para todo o Brasil – o sistema público de ensino tanto da educação básica quanto da educação superior – a possibilidade de adquirir algum recurso, cuja funcionalidade e especificidade não esteja contemplada num *software* ou *hardware* livre, ou *free*, para que não deixe de atender cada vez melhor o nosso estudante. Por quê? Porque cada estudante é um.

Então, nós não temos o foco na deficiência: "Olha, para o cego é isso..." Não. Nós temos um foco em cada pessoa. Então, cada estudante tem que ter o seu estudo de caso na escola, e, a partir daí, o professor do atendimento educacional especializado vai indicar um ou mais recursos de acessibilidade ou serviços de apoio necessários para atender a especificidade educacional daquela pessoa. Então, quem é multifuncional? É o recurso. Um recurso pode servir para várias pessoas.

Por isso, essa ação é tão importante, e é demandada pelo sistema de ensino. Então, não é o Ministério da Educação que impõe uma ação, um apoio. Não, disponibiliza lá no planejamento que o gestor vai fazer, que é o Plano de Ações Articuladas (PAR), e parte do sistema de ensino a apresentação dessa demanda.

Vamos para o próximo.

Então, escola acessível é outra ação estruturante. Nós sabemos que a rede de educação pública brasileira é formada por grande parte de prédios sem acessibilidade. E um dos requisitos elementares para permitir o acesso à participação com autonomia e com independência das pessoas com deficiência são as condições de acessibilidade arquitetônica.

Por essa razão, cabe ao Município, ao Estado e ao Distrito Federal investirem parte do seu orçamento próprio para a adequação dos prédios antigos e para o cumprimento rigoroso da legislação atual, que é não permitir que nenhum prédio novo seja entregue sem acessibilidade, mas, por outro lado, o Ministério da Educação formulou um apoio específico, por meio do Programa Dinheiro Direito na Escola, o Escola Acessível, que é um complemento.

Então, a escola recebe esse recurso diretamente, em dinheiro. A escola recebe o PDDE geral para o seu custeio – água, luz, material de consumo, etc. – e recebe um PDDE específico para investir na adequação arquitetônica. Pequenos ajustes que ela precisa fazer – um alargamento de porta, uma rampa, um piso tátil, uma sinalização, etc. Para quem vai esse recurso? Para a escola que tem matrícula de estudante com deficiência e implantou sala de recursos multifuncionais.

Seguramente, essa escola já recebe nesse *kit* de investimentos vagas para a formação continuada de professores na rede nacional. Por quê? Porque nós sabemos que enfrentar o preconceito e a discriminação também pressupõe mudança de mentalidade, de concepção pessoal e profissional, da gestão da instituição, pois ela é formada por pessoas. Então, se as pessoas não alteram a sua mentalidade, seguramente, impõem dificuldades adicionais. Por isso, a formação continuada é uma necessidade premente, urgente.

(Soa a campainha.)

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – E, aí, eu já vou concluindo.

Então, o próximo eslaide.

Aqui, a gente já tem um demonstrativo do quanto esse acesso vem crescendo. Eu começo apresentando o acesso dos mais pobres, das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, com deficiência; são beneficiárias do benefício da prestação continuada e não estavam em escola nenhuma – não estavam no sistema segregado, nem no sistema inclusivo. Estavam completamente à margem do processo. Então, essa é uma ação interministerial – Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde e Secretaria de Direitos Humanos – feita em parceria com essas quatro áreas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que aderem formalmente por meio de seus governadores e prefeitos e se comprometem com a busca ativa – visitas domiciliares, aplicação de pesquisa para identificar as barreiras por que essa pessoa com deficiência em idade de 0 a 18 anos não está na escola. E passa a implementar as condições para derrubar essas barreiras, que muitas vezes são barreiras na saúde, porque não têm acesso a uma órtese, a uma prótese, a um tratamento; outras vezes, são barreiras porque não têm transporte ou não têm condições de acessibilidade na escola. Então, por meio dessa pesquisa domiciliar, essas barreiras são identificadas.

Por isso, minha gente, a linha sobe. Em 2007, nós tínhamos 21% dessa população beneficiária do BPC, entre 0 e 18 anos, na escola. Em 2012, esse percentual subiu para praticamente 70%; então, chegamos a 330 mil praticamente – 229.801.

Então, esse é o resultado de um esforço comum, esse é um enfrentamento à discriminação efetivamente. E nós temos uma estimativa de que, até 2014, temos que atingir 378 mil matrículas, porque isso significaria universalizar o acesso na idade escolar obrigatória.

Para finalizar, vamos falar aqui do acesso à educação básica, de modo geral. Esse dado, esse indicador nos revela dois aspectos importantíssimos. Primeiro, o Brasil vem atuando firmemente para cumprir o art. 24 da Convenção da ONU, que é garantir o acesso à escola comum, que sai de 13% em 1998, primeiro censo escolar, para 76%, em 2012, atingindo ali mais de 820 mil matrículas. Agora, há um outro aspecto revelado: o grande desafio, porque nós temos de atender e atender bem. Por isso, a dupla matrícula foi instituída no Fundeb. Hoje, o sistema de ensino que tem uma matrícula de estudante com deficiência em classe comum recebe o Fundeb maior, com fator de ponderação de, no mínimo, 1.20, podendo chegar a 1.30, se for de tempo integral, ensino médio inovador etc, e dobrada.

O que significa esse dobrado? Que o AEE (Atendimento Educacional Especializado) feito no turno contrário deve ser feito tanto na própria escola quanto com o apoio de uma instituição conveniada. Então, aí a política pública aponta o lugar das instituições que historicamente segregaram para participarem e apoiarem o processo de inclusão. Assim, nós construímos firmemente um caminho profícuo e seguro. Não

é disputando cliente; é construindo oportunidades e efetivando direitos.

E, para terminar, mostro o gráfico da educação superior.

Então, se nós temos uma educação básica comprometida com fluxo escolar, com participação e aprendizagem, as pessoas com deficiência, Senador, estão indo para a educação superior. Olha lá: em 2013, o primeiro censo da educação superior, nós não tínhamos nem 5 mil. Passamos e estamos com quase 28 mil, em 2012. É pouco? É muito pouco, mas é um crescimento vertiginoso, de mais de 300%.

(Soa a campainha.)

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – Então, eu encerro por aqui, colocando e reafirmando que o sistema de ensino hoje no Brasil tem consciência de seu dever, de que temos que melhorar as condições, e nós queremos que o Judiciário, o Executivo e o Legislativo apoiem a sociedade brasileira para que nós ampliemos cada vez mais as condições de atendimento de excelência para todas as pessoas. E é assim que nós vamos ter um Brasil para todos e para todas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado pelas informações, importantíssimas para nós. Estamos convivendo com um dilema nessa questão e vamos ter que decidir. É muito importante tenhamos uma resenha dessas informações todas que a senhora acaba de nos apresentar e todos os nossos convidados, para que possamos discutir com os Senadores, que vão ter que decidir, fazer opções. Em algum momento, vai ter que haver uma decisão.

Eu queria anunciar que já está aqui na mesa conosco o Erivaldo Fernandes Neto, Coordenador Institucional da Federação Nacional das APAEs, em representação à Srª Aracy Maria da Silva Ledo, Presidenta. Seja bem-vindo.

Nós já tivemos aqui, há pouco tempo, uma audiência pública para ouvir as APAEs. Agora, vamos ouvir o Carlos Edmar Pereira, analista de sistemas e criador do Livox, a que Martinha acabou de fazer referência. Eu estou, realmente, muito ansioso para conhecê-lo.

Portanto, concedo a palavra ao Sr. Carlos Edmar Pereira.

O SR. CARLOS EDMAR PEREIRA – Bom dia.

Eu precisa testar o áudio, rapidinho, porque a gente não conseguiu testá-lo. Posso colocar um áudio aqui só para testar? *(Pausa.)*

Perfeito. Vamos começar.

Em primeiro lugar, bom dia a todos. Eu gostaria de começar agradecendo a Deus pela oportunidade de estar aqui conversando com vocês; agradecer também a presença da Martinha, do Senador João, de Claudia; agradecer ao Marco pelo convite e por ter conseguido esta pauta para a gente conversar com vocês hoje.

Eu queria aproveitar também para comunicar que, ontem, estive em São Paulo num dos maiores, acho, eventos de educação do País. Para minha grata surpresa, os professores puderam escolher em quais temas eles tinham mais interesse. E o tema mais interessante para eles foi o da inclusão. Por isso, a minha apresentação foi no maior auditório do Anhembi. Havia quase 3 mil pessoas. Fiquei muito feliz de ver o interesse dos professores das escolas pela inclusão.

Estou vendo que há pouca gente aqui. Eu já vi isso aqui mais cheio. Eu gostaria de pedir à classe política, a todos que se interessam, a atentarem um pouco mais para a área da inclusão. Vejam que o público, os professores se interessam. Como eu acabei de falar, ontem, estava lotado. O maior auditório estava cheio de gente querendo ouvir sobre isso. Então, eu já vi isso mais cheio.

Queria fazer um apelo para, quem sabe, na próxima oportunidade, o pessoal se interessar mais por essa causa que é tão importante.

Pode começar a contar o tempo a partir de agora, está bom?

Eu queria começar me apresentando. Meu nome é Carlos Edmar Pereira. A gente está na TV Senado? Está aparecendo a minha apresentação, o meu rosto na TV Senado? Coloque lá para minha mãe me ver também!

Gostaria de apresentar, primeiro, minha esposa, Aline; este sou eu, Carlos, e esta é a nossa filha Clara, que tem seis anos e que, devido a um erro médico no parto, tem paralisia cerebral. Assim como minha filha, 15 milhões de brasileiros não falam. É muita gente. Só para vocês terem uma ideia, essas pessoas são invisíveis. São pessoas com paralisia cerebral, sequelas de derrame, autismo, esclerose lateral amiotrófica, enfim, com diversas doenças e deficiências que impedem o processo da fala. É muita gente que vive à margem da sociedade, sem voz e sem vez.

Esses 15 milhões de brasileiros, hoje em dia, não têm condições físicas nem motoras, nem cognitivas de fazer uso de linguagem de sinais. Então, eles se comunicam através do que a gente chama de comunicação alternativa. Eu estou mostrando para vocês um vídeo de um garoto com paralisia cerebral, fazendo uso de um fichário de comunicação; um fichário muito grande que tem uma fonoaudióloga que está passando as páginas para ele, para ele escolher o que ele está

querendo dizer. Eu nem vou passar o vídeo todo, porque demora bastante.

Nesse vídeo, esse menino estava querendo dizer que estava com o olho sujo e queria que alguém limpasse o olho dele com água. Vocês viram a demora ali para chegar ao que ele queria. Esse fichário dele tem dez mil símbolos, e ele conhece todos os dez mil símbolos.

Eu estive lá no Rio Grande do Sul, quando conheci esse menino; é um fichário enorme, pesado. E ele anda com esse fichário para todo lado, para tentar se comunicar. Então, você imagina a dificuldade. Era essa a dificuldade que eu tinha também quando eu tentava me comunicar com a minha filha. Se ela queria um iogurte, eu tinha que tirar uma foto do iogurte, imprimir, recortar, plastificar e colocar no fichário bem grande. Aí, de alguma forma, ela ia com a mão, apontava para a comida, eu virava as páginas e, depois, ela mostrava que queria comer o Danone, o iogurte.

Mas ainda bem que existe a comunicação alternativa, que permite que essas pessoas se comuniquem. Ela começou com fichários e cartões que indicam alguma coisa.

Talvez, aqui, quem esteja nos escutando não soubesse que é assim que as pessoas com deficiência se comunicam.

E a comunicação é a nossa necessidade mais básica. Um bebê, quando está com fome, chora para comer; quando quer carinho, ele chora. Ele está se comunicando.

E daí, depois desses cartões, vieram o que a gente chama de comunicadores. Esses comunicadores são gravadores, em que você grava um áudio, bota um cartão desses em cima, ele aperta e vai falar alguma coisa.

Depois desses comunicadores, vieram os programinhas para *tablet.* Só que, no meu entender, esses programinhas para *tablet* simplesmente pegaram o mesmo paradigma de antes, que são cartões que falam alguma coisa, e jogaram isso aí no *tablet*. Então, a pessoa aperta o cartão, e ele vai falar alguma coisa.

Eu creio que isso não funciona. Isso não funciona na mão das pessoas com deficiência. Minha filha já tentou usar alguns desses programinhas, e não funciona. A pessoa com deficiência mete a mão, arrasta a mão, sai falando tudo; ou, então, não tem coordenação motora suficiente para clicar em um item. E aí quem fez esse programinha fala assim: mas ele não consegue porque ele não tem coordenação motora suficiente para clicar no item, ele não tem o cognitivo, enfim. A deficiência da pessoa com deficiência não é culpa dela. Então, a gente não pode colocar as limitações do *software* na pessoa com deficiência.

Então, eu vou começar a mostrar, a partir de agora, para vocês diversas características e funcionalidades que a gente criou para fazer esse *software* funcionar numa ampla variedade de deficiências. E as pessoas com deficiência que não falam são prisioneiras de seus próprios corpos.

Eu não sei se vocês já fizeram um exercício mental, mas eu já fiz o exercício mental de me colocar no lugar da minha filha: uma pessoa com seis anos de idade, que não anda, não fala e não consegue usar as mãos. E é assustador. E a situação que essas pessoas vivem, que eu falo, é como se fossem prisioneiras de seus próprios corpos; e, por serem prisioneiras de seus próprios corpos, foi que a gente criou o próximo passo da evolução da comunicação alternativa, que é o Livox, que significa liberdade em voz alta.

A gente queria dar liberdade para que essas pessoas pudessem se comunicar. O símbolo é um papagaio. Em primeiro lugar, por que um papagaio? Porque o papagaio fala. E, em segundo lugar, porque procurei diversas empresas que faziam *software*s de comunicação alternativa fora do Brasil, para ver se eles traziam algo aqui para o nosso País – são 15 milhões de brasileiros –, e não houve interesse de ninguém em trazer algo para cá. Só que eu sou analista de sistemas, e esse papagaio tem as cores do Brasil. Então, a gente também escolheu esse símbolo por ser um símbolo bem brasileiro.

E a gente criou o primeiro *software* de comunicação alternativa, em português, do mundo para *tablet*s. E ele, hoje, além de português, fala dezenas de idiomas.

Eu vou mostrar um vídeo bem rápido para vocês com duas pessoas com deficiência utilizando o Livox.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CARLOS EDMAR PEREIRA – O que foi que nós acabamos de ver aí? Duas pessoas com deficiência. A moça se chamada Paloma, tem 16 anos e está na escola. A mãe dela falou para mim: “Olha, da porta de casa para dentro, eu entendo minha filha. Da porta de casa para fora, as pessoas não a entendem”. Recentemente foi o primeiro dia dela na aula com *tablet* com Livox. Ela mora em um Município cerca de 94 quilômetros do Recife, onde há muito corte de cana. E, no primeiro dia de aula dela com *tablet*, ela acordou às 4h da manhã com o *tablet* debaixo do braço, ansiosa pela oportunidade de poder conversar com seus colegas e seus professores. A mãe dela falou: “Olha, chegou à escola, fizeram um grupo de Matemática. Minha filha foi a líder do grupo pela primeira vez, e o grupo dela foi até o vencedor do trabalho”. O outro rapaz que vocês viram chama-se Ronaldo, ele tem uma espasticidade, que é uma rigidez no braço muito grande. Ele até fez

um *site* chamado www.dedosdospes.com.br, que ele fez com os dedos dos pés dele. Ele, antes, usava uma tábua de carne, como vocês viram ali, com letras e números; ele apontava com os dedos as letras para formar as palavras. Hoje em dia, ele usa um *tablet* com Livox.

Todo *software* é feito para ser usado por pessoas, está certo? Há alguém aqui que tem pessoas com deficiência na família? Levante a mão para eu ver. (*Pausa.*) E quem trabalha com pessoas com deficiência levante a mão. (*Pausa*.) O.k. Quando eu fiz o Livox, não fiz nem para eu usar, nem para nenhum de vocês usarem. Eu fiz o Livox para ser usado por pessoas com deficiência. Nós não precisamos do Livox. Nós não precisamos de um *software* de comunicação alternativa. O Livox foi pensado, desde o início, para ser usado por pessoas com severas limitações motoras, cognitivas ou visuais. Então, fazer um *software* de comunicação alternativa é muito fácil. Qualquer pessoa com conhecimento mínimo de tecnologia consegue fazer um *software* de comunicação alternativa que funcione nas nossas mãos. Mas, nas mãos de pessoas com severas limitações motoras, cognitivas ou visuais, aí já é algo bem mais difícil. Então, isso tem que ser levado muito em consideração, porque isso não é uma brincadeira. Pessoas com deficiência têm sérias limitações, e a gente não pode colocar nas mãos delas algo que não funcione para vir a frustrá-las mais ainda.

Então, vamos ver como fizemos isso. Os princípios que nos guiaram para a criação do Livox foram os seguintes (essas fotos são de usuários do Livox): o primeiro, "alegre-me". A gente queria que a pessoa com deficiência se alegrasse ao usar o Livox. O segundo, "simplifique minha vida". Olha que foto bonita: uma menininha por volta de quatro anos de idade usando Livox na sua cadeira de rodas com suporte. E "faça-me sentir capaz". Quando eu estava escolhendo uma imagem para esse texto, eu não pude deixar de escolher esta imagem, de um menino de oito anos em um *shopping*, conversando com duas meninas, utilizando um Livox.

Como o Livox fez isso? Qual a origem? Começou na minha casa. Obviamente, pela limitação com a minha filha, eu queria me comunicar com ela. Depois disso, a gente começou a fazer uma ampla pesquisa – está sendo mostrada aí na tela uma pessoa com deficiência visual e motora importantes sendo treinada a usar o Livox com o auxílio de profissionais, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. Então, fizemos uma pesquisa muito ampla. Fomos às casas dessas pessoas com os mais variados tipos de deficiência para adequar o Livox para todas elas.

Uma pesquisadora chamada Barbara Fredrickson fez uma pesquisa que dizia o seguinte: que, do momento em que a gente acorda até o momento em que a gente vai dormir, nós experimentamos cerca de 20 mil sensações todos os dias, que podem ser sensações positivas ou negativas. Só que, para um ser humano viver uma vida equilibrada, como vocês estão vendo aí, a cada sensação negativa, nós precisamos de três sensações positivas. Aí, eu pergunto para vocês: para muitas pessoas com deficiência, vocês acham que, ao final do dia, essa balança está pendendo mais para qual lado? O que vocês acham? Pode responder, pessoal. Não tenha timidez, não. *(Pausa.)*

Para o negativo. Exatamente. Eles experimentam muitas sensações que nós não experimentamos. Fez cocô na fralda, se ninguém for olhar, vai ficar o dia inteiro sujo; está com sede e não consegue nem pedir água. Então, a gente pensou nisso quando estava criando esse *software*: aumentar a quantidade de sensações positivas para essas pessoas com deficiência.

Como foi o passo a passo? Estou mostrando uma tela inicial do Livox que mostra o seguinte: ali, tenho autista de alto rendimento, paralisia cerebral espástica, sequelas de AVC. Então, por exemplo, alguém que tem autismo de alto rendimento é muito diferente de quem tem paralisia cerebral espástica. Aí, se você clicar, ali no Livox, em autista de alto rendimento, ele vai-se montar para todas as características visuais, cognitivas e motoras de um autista de alto rendimento. Aí, vamos dizer que você está na escola e, de repente, chega outro aluno com paralisia cerebral espástica. Você vai clicar em paralisia cerebral espástica, e o Livox vai-se montar todo para quem tem paralisia cerebral espástica, que é muito diferente de um autista de alto rendimento.

Depois disso, vocês podem ver ali a minha filha, Clara Pereira e, clicando ali, vai-se montar para todas as características da minha filha. Então, o Livox tem vários parâmetros – não vai dar tempo de eu mostrar: para deficiências cognitivas, para deficiências motoras e deficiências visuais. Então, é possível adequá-lo para uma ampla variedade de deficiências e de acordo com a necessidade de cada pessoa com deficiência.

Isso, na escola, é fantástico, porque as professoras lidam com vários tipos de deficiência, e o Livox pode rapidamente adequar-se a cada uma delas. Ele guarda também um registro completo de todas as atividades de cada aluno. Então, se a professora quiser saber com que um aluno mais gosta de brincar, do que ele mais gosta de comer e sua matéria favorita, o Livox guarda tudo isso. E, facilmente, pode-se trabalhar várias questões com o Livox.

Então, o botão do Livox, cada item tem o que se chama de conjuntos no Livox: há vários conjuntos com funcionalidades diferentes. E, em cada conjunto, podem-se montar infinitos níveis com infinitos subní-

veis. Aí, cada botão do Livox faz mais do que apenas permitir uma pessoa com deficiência falar. Através do Livox, a pessoa com deficiência, além de falar, pode tocar uma música. Vou dar um exemplo para vocês de uma escola em São Paulo que tem aula de música. Há um garoto lá com deficiência que, quando tinha aula de música, não conseguia participar. Ficava excluído – a gente fala tanto de inclusão –, porque ele não conseguia tocar o instrumento. O que a professora fez? Pegou um *tablet* com Livox, gravou as notas da flauta no *tablet* e, agora, quando tem aula de música, ele "toca a flauta", entre aspas, através do Livox. Antes, ele ficava excluído, só olhando os colegas terem a aula e, agora, ele esta incluído.

Então, foi por isso que coloquei lá no começo que é um *software* de interação humana; não é um *software* só de comunicação, porque os seres humanos interagem de várias maneiras além da comunicação. Por exemplo, a música é uma delas. E aí, como eu falei, é possível tocar músicas, fazer provas para a escola, ouvir músicas, assistir a filmes. Pode ser usado também em terapias, aprendizado de conceitos abstratos.

Por exemplo, na escola onde minha filha estuda – ela tem seis anos –, a professora não acreditava que minha filha já sabia ler e escrever. Por quê? Minha filha não consegue pegar num papel e num lápis para escrever como as crianças neurotípicas o fazem, mas isso é um paradigma que precisa ser quebrado. Não é pelo fato de ela não pegar no papel e no lápis que ela não vai aprender a ler e escrever. Aí, coloquei no Livox rapidamente as letras do alfabeto e pedi a minha filha que escrevesse: "Clara, escreve sapo". Ela foi lá, com a mãozinha dela: "S A P O". "Escreve sopa, agora: "S O P A". "Agora, escreve bola, cama", várias palavras, e a professora teve de admitir que ela já estava lendo e escrevendo.

Aí, são estratégias, paradigmas que precisam ser mudados – está certo? –, para educar essas pessoas com deficiência de uma maneira diferente, mas para que elas possam ter o direito a seu aprendizado também.

Então, como eu falei, podem-se criar infinitos usuários e perfis de diagnóstico que o Livox vai adequar-se a cada um deles.

É o seguinte, pessoal: recentemente, ganhamos até um prêmio da ONU, World Summit Award, como melhor aplicativo de inclusão em empoderamento do Brasil.

Eu poderia falar de várias características do Livox, mas uma das mais legais é o seguinte: "Não exija que eu tenha o mesmo controle motor que o seu". Como eu falei para vocês, as pessoas com deficiência não têm o mesmo controle motor que nós. Então, elas não tocam no *tablet* como a gente toca. Quando minha filha, por exemplo, ia usar o Livox, ela metida a mão, arrastava a mão, saía falando tudo, saía errado, e ela ficava chorando, frustrada. E a gente criou um algoritmo chamado Intellitouch, que é o toque inteligente. Esse algoritmo é exclusivo do Livox. Como ele funciona? Funciona da seguinte forma: o Livox corrige o toque da pessoa com deficiência. No momento em que a pessoa com deficiência toca na tela do Tablet, o Livox leva em consideração o seguinte: Quantos dedos tocaram a tela? Quanto tempo os dedos ficaram sobre a tela? Houve arrasto? A pessoa com deficiência arrastou a mão sobre o *tablet*? O item selecionado é o que foi clicado no início ou no fim do toque? E aí, quer eu tenha deficiência ou não, se eu usar o Livox aqui, ele vai funcionar comigo, porque vai calcular isso imediatamente. Se eu pedir para a minha filha usar, ela vai meter a mão, arrastar, mas não tem problema, ele vai calcular imediatamente quantos dedos estão tocando na tela, se ela está arrastando a mão, quanto tempo os dedos dela ficaram sobre a tela. Então, esse é um algoritmo super complexo que a gente desenvolveu para permitir que o Livox possa ser usado por pessoas com severas limitações motoras.

Recentemente, eu estive em Curitiba, e uma mãe ali falou para mim o seguinte: "Meu filho sofreu um acidente de carro e, depois desse acidente de carro, ele está com o cognitivo prejudicado. Então, ele não entende as imagens nem entende o texto. Mas tem condições de o Livox narrar para ele os itens?" Eu falei: "Olha, ainda não tem, mas eu vou fazer". Aí, criei essa funcionalidade, Martinha, que começou a ser usada por pessoas com deficiência que não falam e que têm cegueira total. Então, até pessoas com cegueira total hoje em dia conseguem usar o Livox.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS EDMAR PEREIRA – Exatamente. E como funciona para pessoa com deficiência, com cegueira total? O Livox vai narrando, e ela pode tocar com a mão, com o pé. Imaginem uma ponteira na testa? A pessoa pode ter uma ponteira na testa e tocar com essa ponteira em qualquer lugar do *tablet*, porque a pessoa com deficiência visual não vai clicar no item correto; então, ela pode bater com a mão, com o pé ou com o que for em qualquer lugar, e o Livox vai corrigir e acionar o item correto. Isso é muito interessante.

E, para pessoa com cegueira total, o Livox fala com uma voz diferente, que é para você saber que ora é o Livox que está falando, ora é a pessoa com deficiência que está falando.

Lançaram aí o iPad, o iPhone, e o pessoal fala que o iPhone é mágico, o iPad é mágico. Mas o que define que um *software* é mágico? Existe uma defi-

nição do líder de *design* do *The New York Times* que diz que mágica é quando um *software* gera uma saída desproporcionalmente significativa de uma entrada mínima; ou seja, o usuário faz pouco, e o *software* entrega muito. E é isso que a gente fez com o Livox. Por quê? Comunicar-se... Eu estou falando muito aqui porque, para mim, é fácil, pois, embora eu esteja rouco; se fosse mais difícil para eu falar, com certeza eu iria pensar dez vezes. Então, tornamos, para essas pessoas com deficiência, absurdamente fácil, porque eles fazem muito pouco, e o Livox entrega muito para eles.

Só um exemplo. Para tocar uma música, por exemplo, no momento em que uma pessoa com deficiência coloca para tocar uma música no Livox, ele começa a tocar uma música e não tem *play*, não tem *pause*, não tem *stop*. Se ele quer parar a música, toca em qualquer lugar na tela do *tablet,* e ele para de tocar. Quer começar de novo? Toca e começa de novo. Por quê? Nós estamos lidando com pessoas com severas limitações motoras, cognitivas e, às vezes, visuais. E, para essas pessoas, *play*, *pause* e *stop* iriam só atrapalhar.

O Livox tem um alcance mundial; fala 25 idiomas. Eu acredito que a gente não precise esperar um americano ou alguém de fora fazer um *software* inovador e trazer para o Brasil comprar. A minha empresa hoje em dia está no Porto Digital, que é um dos maiores polos de tecnologia do País; é uma tecnologia 100% nacional. Então, acredito que a gente pode valorizar e alcançar não só todo o Brasil, mas também vários mercados.

O Livox foi patenteado recentemente para fins de propriedade intelectual. Além disso, esse trabalho que a gente está fazendo é de real inclusão social. As fotos que vocês estão vendo aí são nossas no Rio Grande do Sul, Campinas, Petrolina, João Pessoa, Belo Horizonte, Minas Gerais. Enfim, para vocês terem uma ideia, eu até parei de contar, mas o Planeta Terra tem um perímetro de 40 mil quilômetros; nós já viajamos mais de 80 mil quilômetros, ou seja, o suficiente para dar duas voltas ao redor do Planeta Terra, apenas dentro do Brasil, levando esperança e qualidade de vida a milhares de brasileiros. Já há milhares de brasileiros usando o Livox hoje.

Vocês estão vendo aí muitas famílias com *tablets* na mão. Pessoas com os mais variados tipos de deficiência hoje em dia estão usando o Livox. Isso, obviamente, chamou atenção da mídia. Está lá: "Pai cria aplicativo para dar 'voz' à filha" – *Estado de S. Paulo, Diário de Pernambuco.* Isso saiu nas principais revistas e jornais do Brasil. "Mãe, estou na Globo". Lógico, está na Globo... Já saímos na Globo, na Record, no SBT, enfim, em todas as grandes redes de televisão. Alguém viu a gente na Fátima Bernardes? Acho que nessa hora está todo mundo trabalhando. Mas a gente esteve na Fátima Bernardes também, e foi muito legal.

Eu vou mostrar um pedacinho de um vídeo que mostra a minha filha usando Livox. Essas duas matérias saíram na Record e na Globo, com duração de 10 minutos. Mas eu não vou fazer toda a apresentação; só vou colocar por alguns instantes, para que vocês vejam a minha filha usando o Livox.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CARLOS EDMAR PEREIRA – Então, recentemente, por todo esse esforço, por todo os algoritmos inteligentes, todas as funcionalidades que o Livox tem, nós ganhamos o prêmio da ONU de melhor aplicativo de inclusão em empoderamento do Brasil. Então, para nós foi um honra e um destaque, porque é algo que realmente está fazendo a diferença na vida de muitas pessoas com deficiência em todo o Brasil.

Então, é assim que as pessoas com deficiência se comunicam, pessoal, no século XXI.

Só depois que a gente começou a usar o Livox com a minha filha foi que a gente viu o espetacular nível de entendimento que ela tem de tudo que se passa ao redor dela. E aí ela já assistiu a todos os filmes da Disney. Todos, todos! E aí eu perguntei a ela qual a princesa da Disney ela é. Qual princesa da Disney vocês acham que ela respondeu que é? Quem me ajuda?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS EDMAR PEREIRA – Não conhece princesa da Disney? Não acredito! Quem pode me ajudar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS EDMAR PEREIRA – Cinderela, não; Bela, não; Mulan, não. Mulan é chinesa. Eu vou quebrar o mistério: ela falou que ela era a Ariel.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ariel?

O SR. CARLOS EDMAR PEREIRA – Isso, Ariel. Aí, paramos para pensar o seguinte: ela poderia ter escolhido qualquer princesa da Disney. Está certo? Inclusive há princesas que se parecem mais fisicamente com ela. Mas o que mais me impressionou foi o porquê de ela ter escolhido a Ariel. Quem assistiu ao filme da Ariel levante a mão para eu ver? *(Pausa.)* Já vi que o Senador ali não viu. Não tem filha não, tem filho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu tenho três filhos, mais estão com 38 e 47 anos.

O SR. CARLOS EDMAR PEREIRA – É outra geração. Já passaram da idade de assistirem aos filmes da Disney. Mas eu vou falar uma coisa: eu já assisti a esse filme da Ariel umas200 vezes, só ontem.

Mas, brincadeiras à parte, o que mais me impressionou foi o porquê de ela ter se identificado com a Ariel. E ela me disse isso através do Livox. Eu perguntei a ela: "Mas por que você é a Ariel?" Eu vou mostrar um pedacinho do filme que ilustra por que ela se identificou com a Ariel.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CARLOS EDMAR PEREIRA – Incrível! Ela se identificou com a Ariel, porque a Ariel não fala. Quem assistiu ao filme viu que, na maior parte do filme, a Ariel não fala. Só que, lá perto do final do filme, acontece uma mágica, e aí a Ariel começa a falar. Só que, infelizmente, a nossa vida não é um filme de Walt Disney. Mas isso não quer dizer que a gente não possa fazer certas mágicas. E nós estamos felizes por termos criado algo mágico, que está dando voz não só a minha filha, mas também a milhares de pessoas com deficiência em todo o Brasil.

Qual é a funcionalidade disso, pessoal? O objetivo? O objetivo é uma nova oportunidade, uma chance de quebrar a barreira do silêncio. Visando ao quê? Visando a uma vida mais feliz, mas uma vida mais feliz não apenas para a minha filha; uma vida mais feliz para dezenas, centenas, milhares de pessoas com deficiência, que são usuárias do Livox.

Eu até separei esta foto. Isso aqui foi semana passada. Fui com minha filha para Maceió, para o Congresso Brasileiro de Autismo – havia quase mil pessoas lá – e eu falei para ela que a gente ia vir aqui para Brasília. Ela falou que queria ir lá na frente da escola dela e contar isso para os colegas. E ela foi lá frente e falou para os colegas dela: "Eu fui para Maceió com o meu pai para uma palestra; depois, eu me diverti na praia." E ali tem um aviãozinho, ela clicou no aviãozinho e falou: "Semana que vem, vou para Brasília, que é onde a Presidente do Brasil fica."

Então, foi muito legal permitir este tipo de inclusão: ela estar à frente, Martinha, dos colegas da escola, falando com os colegas. Inclusive, depois os colegas vieram conversar com ela: "Ah, eu também fui para Maceió." Isso permite uma interação. Antes, ela ficava simplesmente largada em uma cadeira de rodas lá só assistindo à aula. Agora ela interage, conversa. Os colegas vêm conversar com ela por causa disso. Então, para uma criança de seis anos, isso é fabuloso! Foi muito legal ela poder... Eu achei fantástica esta foto. Ela está sorrindo. Não dá para ver o rosto dela direito, mas ela está muito feliz em poder se comunicar com os coleguinhas da escola.

E, aí, quando chega o final do dia dessas pessoas – eu mostrei para vocês, no começo –, olhem só como as pessoas que conseguem se comunicar com ferramentas como o Livox estão no final do dia! Com certeza, vão ter uma vida mais significativa, mais feliz por poderem se comunicar.

Novos projetos. A gente está criando agora uma versão do Livox chamada Livox Capta, que vai permitir que pessoas com deficiência que não usam as mãos possam usar o Livox com os olhos. Isso vai estar pronto em breve. Há também o Livox Now, que é um Livox sensível ao contexto. Elas vão saber: estou na escola, o Livox vai trazer automaticamente as coisas da escola; estou na escola na hora do recreio, automaticamente, ele vai trazer as coisas da hora do recreio. Essa é uma questão de inteligência artificial que a gente está embutindo agora no Livox.

E o que eu queria falar para vocês? Queria mover vocês à ação. Noventa e nove vírgula nove por cento dos usuários do Livox não têm condições nem de pedir um Livox para eles. Eles dependem de vocês para o Livox estar nas mãos deles, está certo? Eu, pessoalmente, Deus me livre e nos livre, não é?, se acontecesse alguma coisa comigo e eu não conseguisse falar, eu iria agradecer se alguém colocasse uma ferramenta como essa nas minhas mãos. Para vocês terem uma ideia, um grande amigo meu, semana passada – lá no Recife, agora, está na moda andar de bicicleta –, caiu da bicicleta, fraturou e deslocou a mandíbula. Segunda-feira, ele teve que fazer uma cirurgia para reposicionar a mandíbula, botou vários pinos e teve que colocar uma contenção. Ele vai ter que ficar 30 dias com arames na boca, com a boca fechada e sem poder falar. Aí, eu liguei para ele no hospital e ele falou comigo pelo telefone. Adivinhem como? Através do Livox. Então, eu fiquei muito feliz por ver isso. Várias pessoas, não só em escolas, mas também em hospitais... A USP, por exemplo, está fazendo um estudo científico com Livox no Hospital das Clínicas.

Eu queria pedir a vocês, que são a classe política, para ajudarem a gente a colocar essa ferramenta na mão do máximo possível de pessoas. Já existem várias prefeituras e governos adquirindo o Livox, está certo? Agora, a gente está aqui em Brasília e eu creio que uma iniciativa partindo daqui tem condições de atingir todo o Brasil. Como a Martinha falou ali, o MEC compra vários tipos de equipamentos de tecnologia assistiva para todas as escolas. Eu acho que o Livox poderia ser uma ferramenta como essa também.

Para finalizar, eu gostaria de deixar vocês com uma frase que eu achei tão interessante que eu a coloquei no Livox. É uma frase que diz o seguinte: para as pessoas, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis.

Muito obrigado.

Está aqui o meu contato, aí está o nosso Facebook. Eu pediria para vocês entrarem no nosso Facebook. Lá há milhares de pessoas que estão curtindo e centenas de exemplos para quem disser: "Olha, quero ver um autista de alto rendimento usando Livox", tem depoimentos de pessoas lá assim; "quero ver pessoas com severa limitação motora usando Livox", tem também. Há vários exemplos dos mais variados tipos de pessoas no nosso Facebook. Então, pediria para vocês acessarem – está certo? –, curtirem e que ajudem a colocar o Livox na mão do máximo possível de pessoas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Nós é que agradecemos pela exposição, pelas informações, por essa possibilidade que as pessoas portadoras de necessidades têm a partir desse *software*. Acho que é um trabalho fantástico.

Queria comunicar que está presente entre nós o Senador Eduardo Suplicy. Seja muito bem-vindo, Senador!

Desta audiência pública, a Senadora Ana Rita infelizmente teve que se ausentar e nós a estamos presidindo, contando com os convidados que estão trazendo informações importantes.

Nós vamos ter que decidir a educação especial no PNE, então, essas informações poderão certamente nos ajudar.

V. Exª deseja usar a palavra? Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Por uma felicidade, estou aqui. Eu tinha que estar em duas outras comissões agora, mas resolvi passar nesta – estou em três esta manhã.

Por uma felicidade, pude conhecer, pela primeira vez, não conhecia, o Carlos Edmar Pereira. O Livox acho que tem um mérito extraordinário. Acho que são comoventes as possibilidades abertas pelo Livox para pessoas como sua filha, para o seu amigo que agora está podendo se comunicar, embora há um mês sem poder abrir a boca, e para centenas de milhares de pessoas pelo Brasil que poderão ter agora um acesso a possibilidades de realizar aquilo que poderia parecer uma mágica criada a partir da sua capacidade inventiva.

Eu ainda não consegui compreender exatamente como é que, por exemplo, o seu amigo falou com você através do Livox, se você telefonou para ele, se já tinha colocado o Livox no quarto dele, na mão dele, e como é que a voz dele acaba aparecendo no telefone. Essa parte, se me permite, Presidente, eu ainda não captei inteiramente, mas eu acho que captei a sugestão que o senhor faz e a Martinha Clarete Dutra dos Santos ao MEC para que possa haver a disponibilização do Livox para todas as pessoas como sua filha, que hoje tem seis anos, é isso?

O SR. CARLOS EDMAR PEREIRA – Isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ela teve sua vida transformada através desse instrumento e a tantas outras pessoas que, porventura, no Brasil, tenham algumas limitações esse aparelho vai ajudar.

Eu quero dizer que terá todo o nosso apoio e, acredito, o desta Comissão. Acho que o Presidente João Capiberibe pode até colocar essa sugestão como sendo da Comissão de Direitos Humanos, e aqui coloco como resultado desta audiência, a fim de que o Ministério de Educação e Cultura, que hoje já providencia que haja a disponibilidade cada vez maior de computadores e dos instrumentos de informática em todas as escolas brasileiras, possa também colocar o Livox onde ele se faz necessário.

Meus cumprimentos.

Presidente, daqui a pouco, como eu sou o Relator na Comissão de Relações Exteriores, que está começando, eu tenho que estar lá. V. Exª sabe a dificuldade de sermos três ao mesmo tempo quase toda manhã.

Meus cumprimentos.

Eu agradeço se puder dar essa informação, porque quero compreender melhor como funciona o Livox. É esse *tablet* que está na sua mão?

O SR. CARLOS EDMAR PEREIRA – Isso. Exatamente. É um *tablet*.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Como é que o seu amigo lá na cama do hospital, com esse instrumento, faz a sua voz aparecer do outro lado? Essa parte eu gostaria de entender.

O SR. CARLOS EDMAR PEREIRA – Perfeito. Olha só, ele estava... Quando soube do acidente – ele tem um *tablet* com Livox –, eu instalei um Livox no *tablet* dele.

Eu queria mostrar um vídeo bem rapidinho de uma pessoa com câncer de boca usando o Livox. Pode ser? Bem rapidinho? Aí o senhor vai entender melhor.

Se puder até aumentar um pouquinho o áudio.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CARLOS EDMAR PEREIRA – Incrível, não é? (*Palmas*.)

Obrigado, pessoal.

Imagine o senhor seu pai ter câncer de boca, perder todos os dentes, a mandíbula e dois terços da língua! Para mim mesmo seria difícil sorrir. E devolver o sorriso para essa família, para gente não tem preço.

O Hospital de Câncer de Pernambuco e o GRAACC em São Paulo estão começando a usar o Livox para pacientes com câncer de boca e de pescoço.

Então, o senhor viu que o Livox tem um teclado virtual inteligente, porque a pessoa com deficiência escreve e ele fala automaticamente cada item. Ela não precisa apagar. Ele pede automaticamente para falar. Senador, é o seguinte, o Livox tem um teclado virtual inteligente que é muito legal, porque a pessoa escreve e, como ele é inteligente, no momento em que você termina de escrever uma frase, ele sabe que você acabou de escrever a frase e fala sozinho. Aí não precisa apagar; escreve outra frase e ele vai falar só a segunda frase, automaticamente. Terminou de escrever, ele fala. Não precisa apagar. Escreve outra frase, e assim vai.

Não sei se o senhor estava aqui logo no começo, quando eu mostrei o caso de um rapaz que digita com os pés no Livox. Imagine se a cada nova frase que ele quisesse falar ele tivesse que apagar! Iria ser muito difícil, muito trabalhoso para ele. Então o Livox até isso facilita. Ele escreve. Terminou de falar, não precisa fazer nada. O Livox entende que ele terminou a frase e fala sozinho. E aí sai escrevendo, escrevendo, escrevendo... E ele sempre vai falar a sua última frase.

Então, foi assim que eu falei com o meu amigo. Eu liguei para ele, ele colocou o telefone no viva voz ao lado o *tablet*: você está bem? "Estou melhor". Fez a operação? "Fiz. Ainda estou com o rosto um pouco inchado". Então, para mim é fabuloso, não só para minha filha, mas também para esse senhor e outras pessoas.

Um dado importante, pessoal: uma diária na UTI varia entre R$2,5 mil a R$5 mil. Está certo? E muitas pessoas que estão em UTI poderiam ter o tempo encurtado, com ferramentas como essa.

Para o senhor ter uma ideia, eu estive no Hospital das Clínicas da USP, em Ribeirão Preto, e o pessoal me disse que muitas pessoas que estão intubadas têm que ser amarradas na cama, porque a frustração delas por não falar é tão grande que elas querem arrancar os tubos.

Então, com uma ferramenta como essa, além de humanizar o atendimento, você pode colocar aqui, facilmente, perfis de diagnóstico, avaliar o cognitivo desse paciente, perfil de dor e tudo o mais, tomar uma conduta mais rápida e liberar esse paciente mais rapidamente para casa.

Então, ajuda não apenas na educação, mas também na saúde.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Parabéns!

O SR. CARLOS EDMAR PEREIRA – Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Aprendi muito sobre o que eu não sabia. Parabéns! É uma coisa muito positiva para a humanidade. E parabéns por honrar o Brasil com a sua descoberta.

Qual é a sua formação?

O SR. CARLOS EDMAR PEREIRA – Eu sou analista de sistemas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem. Parabéns!

Eu tenho de pedir licença, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – À vontade, Senador.

O Senador Suplicy tem uma proposição, e está em busca de apoiamento, para mudar as sessões do plenário, para fazermos duas sessões de plenário por semana e cuidarmos das comissões, porque são tantas comissões, com poucos Senadores, que termina que não há como preencher. Então as comissões funcionam com dificuldade. Nesta mesma hora, estão funcionando quatro, cinco comissões, e isso complica muito a presença das pessoas.

Muito bem. Dando sequência, vamos ouvir a nossa convidada Claudia Grabois, Coordenadora do Fórum Nacional da Educação Inclusiva.

A SRª CLAUDIA GRABOIS – Bom dia a todas e a todos!

Bem, eu gostaria de, primeiro, agradecer imensamente o convite que chegou segunda-feira, um pouco tarde, mas ainda foi possível eu estar aqui. Então, agradeço ao Senador Capiberibe, à Senadora Ana Rita.

Esta é uma Mesa muito bem composta, com o Carlos Pereira, do Livox, que, para mim, deu uma aula. Pensei em muitas pessoas que eu conheço, tanto pessoas que têm problema de saúde quanto pessoas com deficiência, que poderiam fazer uso desse equipamento. De fato, é um equipamento revolucionário no meu pouco entendimento.

Martinha, é um prazer estar aqui com você.

Ao representante da Apae também dou o meu muito obrigado.

Esse diálogo é fundamental. Acho que não podemos construir nada sem diálogo. E eu acho que ficamos muito tempo, na verdade, sem conversar. Isso eu falo diretamente, agora, para o representante da Fenapaes, porque eu considero fundamental que possamos sentar e achar um caminho de construção coletiva.

Hoje, o debate aqui também é sobre a Meta 4 do PNE, não é? A gente está aqui em uma audiência pública para falar sobre educação, sobre a Meta 4 do PNE e sobre questões relacionadas à discriminação e ao preconceito.

Então, primeiro, quero também parabenizar a Fenapaes pelo trabalho que realizou desde a sua criação. Não acho que seja uma entidade, na verdade, apresentada e criada para segregar. Não foi isso. Naquele momento histórico, a Fenapaes exerceu um papel

inclusive fundamental, porque era o único lugar para onde as crianças com deficiência intelectual podiam ir.

O que nós pensamos neste momento, na verdade, é que é hora de dar um passo muito maior e ressignificar, inclusive, aproveitando todo esse conhecimento que as instituições têm para fazermos um trabalho conjunto. Sim, as instituições podem contribuir muito, podem trabalhar juntas, trabalhar na formação de professores, trabalhar fazendo atendimento educacional especializado, complementar e suplementar também. É um trabalho que pode, de fato, acontecer se houver vontade política das gestões. Eu acho que a sociedade, na verdade, pede isso.

O Fórum Nacional de Educação Inclusiva, que eu represento aqui hoje, é consequência já de uma mobilização que começou no ano 2000. Eu tenho uma filha que tem síndrome de Down. No período em que ela nasceu, a gente ainda vivia uma exclusão muito grande dentro de escolas públicas e privadas. Logo que ela nasceu – eu já participava de movimentos sociais, na verdade, de movimentos de direitos humanos –, eu me dei conta de que, para mim, a pessoa com deficiência era invisível. Eu não a considerava. Daí, eu pensei: gente, mas que absurdo! Como nós podemos viver em uma sociedade com tantas pessoas com deficiência e não considerá-las sujeitos de direitos? E como pode ser que não tenhamos ainda políticas públicas adequadas para essas pessoas? Isso em 1998/2000. Então se iniciou no Rio de Janeiro, onde eu moro, uma mobilização muito grande em relação à educação inclusiva. Como isso poderia ser feito, na verdade? Como a formação poderia acontecer?

Em 2003, com a entrada de Claudia Dutra, a situação começa a mudar, porque as políticas públicas de educação inclusiva passaram a ser efetivas. Eu friso isso também porque, independente da Convenção, que é norma constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi ratificada com quórum qualificado. É norma constitucional. E isso é superado, é Constituição.

A Constituição de 1988 – que está aqui na minha mão, por sinal –, dos artigos 205 a 214, na verdade, obriga que a educação seja ofertada para todas as pessoas. Então, antes mesmo da Convenção, os direitos das pessoas com deficiência já estavam assegurados pela Constituição Federal. Nós temos, no art. 206, a igualdade de condições para o acesso e permanência. Isso é equiparação de direitos. Nós vemos, no art. 205, que todas as pessoas têm o direito de estar na escola. E temos também um artigo que trata da universalização do atendimento escolar. Não podemos esquecer que, na verdade, esse preceito constitucional está acima de qualquer outra lei.

Daí nós temos este dilema: como se cogitar ter uma meta do PNE no plano que não atenda a uma norma constitucional e aos artigos da própria Constituição Federal de 1988? Não é recente; é de 1988. São 25 anos! Agora, como sair desse dilema? Como faremos?

Nós diariamente recebemos carta do Brasil inteiro, *e-mails* do Brasil inteiro pedindo mobilização, de pais e mães com muito medo de que haja retrocesso. Um retrocesso no PNE significa exclusão imediata do sistema de ensino de alunos com autismo, de alunos com paralisia cerebral e de outros alunos também que a gestão escolar possa considerar que possam aprender melhor em outro espaço. E isso é um risco muito grande para todas as pessoas que têm filhos com deficiência. É por isso que nos mexemos.

Para nós, educação inclusiva é educação. A palavra “inclusiva” vem depois, na verdade, porque é preciso políticas públicas apropriadas que atendam a especificidades, como a Martinha mostrou aqui. Inclusive, a obrigação de fazer é do Governo brasileiro. Não é favor, não é inovação. O Governo tem que fazer, no mínimo, o que está fazendo. Deveria estar fazendo muito mais, inclusive, para aprofundar essas políticas.

Nesse sentido, a nossa mobilização acontece para que não haja mudança na meta do PNE, porque novamente, Senador, qualquer mudança na meta do PNE fará com que milhares de crianças sejam imediatamente tiradas das salas de aula comuns e transferidas para classes e escolas especiais. Fui gestora pública do Rio de Janeiro e sei o que estou falando. Fui gestora da área de educação especial e eu sei que, mesmo com todas as políticas do MEC, fazer a inclusão na ponta não é uma coisa fácil. Colocar um aluno que tem paralisia cerebral numa classe comum para muitos ainda é um desafio com toda a lei que hoje existe. Imaginem, então, se nós pegarmos a Constituição Federal e também a convenção, que está aqui na minha mão, e falarmos que as normas constitucionais não têm validade!

Esta Casa pode mudar a lei. Esta Casa pode alterar a Meta 4, porque nós temos que realmente pensar numa alternativa e talvez tenhamos que contemplar a todos. Agora, não se contempla a todos restringindo direitos. Não se pode cogitar contemplar a todos violando direitos humanos. E aqui a gente trata de um direito fundamental, um direito inalienável, de que não se pode dispor. Toda criança e adolescente deve estar numa classe comum de uma escola regular. E se há recursos disponíveis em classe e em escola especial, esses recursos podem estar numa sala de aula comum, inclusive recursos humanos. Se há saberes e conteúdos acumulados, esses saberes devem estar à disposição da construção da educação, porque é um

direito de todos, é um direito da criança, é um direito do adolescente.

Chamam-nos de radicais por vezes. Dizem: "São radicais". Não somos radicais. Somos, sim, defensores do direito à educação para todas as pessoas. Se isso vem a ser radicalismo, aí, sim, podem assim nos denominar. Sectários jamais!

Nós estamos aqui para conversar. Nós estamos aqui para construir. E quando eu vim para cá ontem – eu sou da Comissão de Direito à Educação da OAB do Rio de Janeiro e também da Comissão de Direitos Humanos –, o Presidente da Comissão me disse: "Diga lá, não deixe de falar que você é da Comissão" – por isso estou falando, Senador –, "não deixe de falar que você é da Comissão!"

Na verdade, a defesa da Meta 4, hoje, em concordância com a Convenção e com a Constituição Federal, está virando um clamor. A meta saiu da Conae 2010 (Conferência Nacional de Educação). E olhem, vocês vejam, eu estou falando, eu sou uma advogada, eu defendo direitos de pessoas com e sem deficiência e tenho, às vezes, uma dificuldade na fala que não sei de onde vem; estão investigando. Agora, isso me tiraria o direito de estar aqui? Jamais. Eu poderia ser assediada por isso? Jamais. Quando estou muito cansada, isso de fato acontece, e não afeta em nada o que estou falando.

Agora, quando chega uma criança a uma escola com algum problema e não está conseguindo entender direito, tem questões na comunicação, muitas e muitas vezes essa criança passa por uma triagem, porque é uma criança que tem uma deficiência; é lógico que é um caso de deficiência. Passa por uma triagem. Daí a gestão escolhe se vai colocar numa classe comum ou numa classe especial.

Gente, ainda estamos respeitando a Constituição! Ainda estamos respeitando a Convenção. Imaginem se tiram isso e colocam no PNE classe e escola especial? Até o "preferencialmente" é um grande entrave. O "preferencialmente" é responsável pela exclusão educacional de milhares de pessoas! Hoje, milhares de crianças estão em classes especiais porque existe uma palavra: preferencialmente. E aqui estamos tratando de gente, de criança, de seres humanos e temos que personalizar isso. Precisamos ver que não são números, não são só indicadores, são pessoas.

A gente pode perguntar: como vamos fazer para colocar numa sala de aula uma criança que usa sonda? Como vamos fazer? Nós podemos fazê-lo! As articulações intersetoriais existem para isso e devem estar presentes. Seria bom, inclusive, que estivessem aqui representantes da saúde, da assistência e de outros setores, porque, na verdade, uma criança que usa sonda tem tanto direito de estar numa sala de aula comum quanto uma criança que não tem nenhuma deficiência. Ela deve ter esse cuidado específico assegurado na sala de aula, porque esse é um direito constitucional. E a gente está lutando pelas garantias constitucionais.

Então, como falar em mudança? Como nós poderíamos, na verdade, defender uma proposta diferente? Como a gente pode conceber que, em 2013, ainda se cogite colocar alunos em escolas e classes especiais pela forma diferenciada de aprendizado? Uma criança aprende da forma como ela aprende. O professor deve ensinar da forma como ela aprende e todos os recursos devem estar disponíveis dentro da sala de aula para que ela possa aprender. Os seus limites não existem na verdade, porque são dela. A gente não pode falar em limite.

Eu tenho ouvido muitos professores recentemente falarem: "O caso dessa criança é muito grave, ela não pode estar numa sala comum". Ou instituições dizem: "Essa criança não vai ter condições, porque vai sofrer preconceito". Preconceito a gente combate com ações afirmativas. Preconceito a gente combate com recursos na sala de aula. Preconceito a gente combate com formação de professores. É o que vem acontecendo e tem, Martinha, que acontecer muito mais. Isso tem de acontecer no Brasil em forma de mutirão. Se nós pensarmos um mutirão na educação, com a visibilidade das pessoas com deficiência, que, por muitos anos, ficaram invisíveis para todos, na verdade, nós vamos pensar que esse mutirão é, realmente, necessário, é de direito, é uma reparação.

Então, nós não podemos falar em retrocesso, porque retrocesso não é meta. Não podemos conceber um plano, não podemos pensar em um PNE que traga uma meta com classe e com escola especial mesmo preferencialmente. Chegou um momento, inclusive, em que se cogitou isso, sim. Por quê? Porque o termo "preferencialmente" está na Constituição Federal, no texto constitucional, e foi regulamentado. O AEE vai acontecer, sim, preferencialmente na própria escola, em uma escola da mesma rede, em um centro público ou em uma instituição.

Agora, nós queremos saber, de fato, qual é o problema. Nós temos de sentar e dialogar. Nós temos de sentar e ver como nós vamos construir isso, porque nós não abriremos mão, de forma alguma, da Constituição Federal. Nós não vamos abrir mão da Convenção que esta Casa ratificou com quórum qualificado e que é norma constitucional. Então, por mais que os Senadores vejam isso como dilema, é preciso ver isso como lei, como conquista da sociedade brasileira.

A meta que foi apresentada no plano saiu da Conferência Nacional de Educação de 2010. Nessa

Conferência, foi decidido, foi deliberado que as pessoas com deficiência estudariam em classes comuns de escolas regulares. E foi deliberado assim por quê? Por causa desta Convenção que está na minha mão.

Então, Senador, penso: como pode o Senado Federal ter dúvidas em relação a isso? Como pode a Câmara Federal ter dúvidas em relação a isso?

Como pessoa do movimento social, penso, sim, que é preciso que o Senado cobre do Governo Federal que a educação inclusiva seja aprofundada e melhorada e atenda com qualidade a todas as pessoas. Agora, retrocesso? Não! Porque não podemos rasgar uma norma constitucional. Não podemos rasgar a Constituição. Isso foi construído nesta Casa. A Convenção foi ratificada por esta Casa.

Então, em nome de todas as mães e de todos os pais que defendem a educação inclusiva, estou aqui, para dizer que nossos filhos têm direitos, sim, e que temos o dever de colocá-los na escola. Nossos filhos têm esse direito, sim, e o Governo tem a obrigação de cumprir seu dever constitucional, assegurando esse direito. Se vem fazendo, se vem fazendo, é preciso fazer mais. E, se muda o PNE, não vai fazer mais, porque não vai poder fazer mais.

Falamos aqui em dotação orçamentária, inclusive. Quando se muda uma meta e quando se coloca classe e escola especial, nós estamos dizendo que haverá menos dinheiro para a educação para todos. Seria muito melhor construir uma meta assertiva no sentido de que toda criança estivesse na sala de aula comum, com monitoramento adequado, para que a educação acontecesse com qualidade, para que todos os recursos estivessem lá dentro, para que o trabalho conjunto com as instituições pudesse acontecer. Que isso seja assegurado! Que elas sejam valorizadas, porque merecem ser valorizadas por todo o trabalho que já fizeram!

Agora, essa valorização não vai acontecer com a mudança da lei. Ela vai acontecer com esse trabalho conjunto, vai acontecer com o reconhecimento de que a escola é de todas as pessoas e de que todas as crianças devem estar lá dentro. Isso que eu gostaria que nós construíssemos.

É por isso que eu acho que nós devemos parar, sentar e conversar. Qual é o problema? O problema passa por recursos? O problema passa por questões que não são da educação? Porque muitas vezes também questões que não são da educação são confundidas com questões da educação. Como vai ser feito com essa criança que usa sonda ou que tem uma outra questão, para que ela possa ficar numa sala de aula comum? Eu tenho certeza de que tem solução. Eu não tenho dúvida de que tem solução. Eu tenho certeza de que são inúmeras as possibilidades e que isso pode acontecer, porque já acontece aqui, no Brasil, e já acontece em muitos outros países.

Nós temos apoio de federação internacional, nós temos apoio de mais de 100 entidades no manifesto. É importante que fique claro: inúmeras e inúmeras entidades nacionais apoiam a Meta 4 original. E não a apoiam porque são radicais; apoiam porque não aceitam a restrição de direitos.

Sou advogada dessa área e lido com isso diariamente, com pais e mães que chegam por conta da exclusão educacional, e nós estamos hoje no paradigma do Direito. Imaginem se sairmos dele! Como vamos atender a essa demanda? É justiça o tempo inteiro? É justo para as famílias que tenham que mendigar a sua matrícula, o acesso e permanência?

Além disso, nós temos um dado importante, que é preciso saber e é preciso falar, porque muita gente ainda não sabe: negar ou fazer cessar matrícula por motivo de deficiência é crime, com pena de reclusão de um a quatro anos.

Então, aqui, não se trata de acabar com a Apae. Trata-se de trabalhar junto e com; trata-se de aprender um com o outro; trata-se de crescer junto. (*Palmas*.)

Essa é a mensagem que nós queremos passar.

O preconceito, na verdade, está presente não apenas para a pessoa com deficiência. Agora, é pontual, sim, para a pessoa com deficiência, porque ela pode ser negra, ela pode ser homossexual, ela pode fazer parte de uma série de segmentos e ser triplamente vítima de um preconceito. Preconceito porque tem deficiência e é gorda; porque tem deficiência e usa óculos, porque tem deficiência e é mulher. E o preconceito de gênero na escola é muito forte. A homofobia na escola é muito forte, e a gente sabe que o sofrimento por isso é muito grande. A gente sabe, então, que, juntando as características todas, a pessoa com deficiência continua invisível ainda. E o que queremos é que ela seja produtiva, que ela tenha essa visibilidade, independentemente do que ela seja na verdade. Ela tem que ser o que ela é. A pessoa com deficiência é uma pessoa. A deficiência vem depois. É uma característica. Faz parte dela, mas ela é uma pessoa que tem vontades, tem desejos e tem que ter o direito de sonhar, como todas as pessoas têm que ter direito a sonhar.

Nós temos ainda parcela da sociedade excluída socialmente. Nós temos ainda parcela da sociedade – agora diminuiu bastante sim, concordo – que ainda vive na miséria. E sabemos que 70% ou mais das pessoas com deficiência são pobres.

Então, como vamos assegurar que os 33 artigos de conteúdo da Convenção sejam implementados –

porque eles devem ser implementados – sem acesso à educação inclusiva? Como nós vamos assegurar a segurança da pessoa, se ela não é vista? Como nós vamos assegurar a vida em sociedade, se essa pessoa não começa a vida em sociedade, começa excluída?

Nós sabemos, Senador, que, se mudar a meta, isso vai acontecer. Então, nós clamamos por isto: para que essa meta não mude. Nós não queremos colaborar para a violação de direitos humanos. E nós estamos aqui fazendo este papel por esse motivo. Eu deixei meu trabalho, eu deixei clientes porque quero dar a minha voz, dar a minha palavra nesse sentido. Não quero colaborar e ser omissa na violação de direitos humanos de pessoas com deficiência. Eu não quero ser omissa na construção da sociedade inclusiva e não quero ser omissa também na diminuição da miséria neste País.

Enquanto as crianças e os adolescentes com deficiência puderem ser colocados em classes especiais, nós vamos continuar nessa mesma vibração – os jovens falam *vibe*. E nós queremos sair dessa *vibe* que os jovens falam. Os jovens falam *vibe* com muita propriedade; pois é uma vibração. Porque chega numa escola e é feita a triagem. Então, não mudem a lei.

Esta aqui é a Convenção; e esta a Constituição. As duas são desta Casa: Convenção e Constituição. A Convenção é norma constitucional. Nós não podemos cogitar que uma Casa possa acabar com o que ela mesma decidiu, ela mesma votou. Ela mesma disse sim aos direitos humanos, ela mesma disse sim à educação inclusiva, disse sim à igualdade, à isonomia, que todos são iguais perante a lei e que equiparação de direitos é, na verdade, uma condição *sine qua non*.

Então, eu faço este apelo, Senador, para que os senhores pensem com muito cuidado a esse respeito. Existe inclusive um grupo de pais articulado, e nós pedimos que eles esperassem, porque tentamos, achamos que ainda podemos chegar a esse termo, para que a Meta 4 não mude. Existe um grupo de pais realmente já desesperado, querendo encaminhar a denúncia à ONU. Sabemos que há um caminho antes disso, que não é tão fácil. Nós temos que esgotar as medidas aqui primeiro. Não podemos fazer isso. Estamos em uma República, falamos em República.

Quando o PCB foi cassado, ainda nos anos 40, este País enfrentou um momento de golpe. Foi um golpe muito grande. O senhor deve se lembrar dessa passagem. E estamos falando aqui em República. Na época da cassação, no discurso de cassação, foi citado o respeito à Constituição e à República. E eu vou ler agora uma frase desse discurso porque, anos depois, ele tem tudo a ver com o que está acontecendo hoje.

A nossa agenda é prioritária também, mas muitos não veem que é prioritária. A agenda de pessoas com deficiência, e são mais de 40 milhões de pessoas no Brasil, é prioritária. E, muitas vezes, nós vamos falar com os Senadores ou Deputados, e eles não veem assim. Mesmo no PNE, na Câmara, foi difícil, porque não era vista dessa forma, não era tida como prioridade.

Realmente, nós temos que pensar, que ter esse cuidado, esse cuidado com o outro. O outro é a pessoa que tem deficiência, mas que também é gente, faz parte da mesma humanidade. E nós temos que construir uma República que seja República de verdade. Nós temos que garantir a democracia, as liberdades fundamentais. Sem isso, nós não somos nada. Sem isso, nós não somos gente. Se achamos que podemos hierarquizar seres humanos, quem somos nós? Onde estamos nós? Seres humanos são seres humanos, estão todos no mesmo patamar.

Eu sei que tenho que terminar, mas quero só ler uma parte deste discurso, é pequena. É interessante, foi escrito pelo meu tio, o Maurício. Por isso eu gostaria de ler. E acho que tem tudo a ver com o que estamos passando aqui hoje, neste momento, nesta Casa.

Antes de ler, eu clamo, novamente, para que o Senado Federal não permita violação do direito à vida da pessoa com deficiência. Educação é direito à vida, educação é espaço de existência da pessoa. Depois que ela sai da casa, vai para a escola e, para os mais pobres, Senador, é ainda mais importante a escola, porque talvez seja o único espaço da vida. Não há lazer, não há nada muitas vezes. Só há aquele espaço da escola, onde deve ser ofertado tudo.

Já vou terminar.

Vou ler: “A democracia não é um jogo de palavras. Sim, a democracia são os fatos, a prática diária e concreta do respeito à nossa Constituição e a defesa dos interesses do povo, e não a subserviência, o calar ante as manobras e as violências dos poderosos”.

Eu acho que isso, Senador, tem tudo a ver com o que vivemos. Eu acho que nós não podemos nos calar. Nós não vamos nos calar. O que seremos nós se não cobrarmos desta Casa que cumpra com a lei? O que seremos nós se ficarmos quietos e não dissermos, neste Senado Federal que tanto respeitamos, que a Constituição deve ser cumprida e que, principalmente, as pessoas com deficiência são gente tanto como eu, como você, como o senhor e como toda a Nação brasileira?

Somos todos iguais perante a lei. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

A ameaça que pesa sobre os ganhos da Constituição de 1988 são amplas: ameaça à educação inclusiva, ameaça aos povos indígenas. Há quase uma centena de proposições para retirar direitos consa-

grados na Constituição. Alguns que não foram ainda regulamentados já este Congresso pensa em retirar através de várias proposições.

Então, na verdade, nós estamos à beira de um retrocesso político, de um retrocesso na democracia. Mas isso nós vamos comentar daqui a pouco.

Vamos dar sequência. Agora, então, vamos ouvir o nosso último convidado, que é o Erivaldo Fernandes Neto, Coordenador Institucional da Federação Nacional das APAEs, que aqui está representando a Srª Aracy Maria da Silva Lêdo, que é a Presidenta.

Com a palavra, Erivaldo Fernandes Neto.

O SR. ERIVALDO FERNANDES NETO – Bom dia ao Senador, aos integrantes da Mesa, à Profª Martinha Clarete, à Claudia Grabois e ao Carlos Edmar, em nome de quem cumprimento também todo o público aqui.

Estou aqui representando, como bem falou o Senador, a Presidente da Federação Nacional das APAEs, Profª Aracy Maria da Silva Lêdo, e vou aqui compartilhar algumas questões.

A minha metodologia trata de trazer alguns dados da educação de maneira geral, para depois especificar na questão da educação inclusiva/especial. Depois, vou comentar, de maneira mais pormenorizada, essas questões que nos levaram às grandes mobilizações nacionais, movimentos da APAEs, Pestalozzis, da ONCB, da Feneis, que são as maiores organizações de pessoas com deficiência do Brasil, e as nossas requisições referentes ao Plano Nacional de Educação.

Inicialmente, trago aqui alguns dados do Censo Escolar 2012. Posteriormente, trarei os dados preliminares do Censo Escolar 2013, que foi publicado em setembro deste ano no *Diário Oficial*, sendo que os dados do Censo Escolar 2013 ainda estão sujeitos a modificações, porque ainda não foi publicado o relatório final do Censo, o que deve ser feito no final deste ano ou início do ano que vem.

Então, em 2010, o número de matrículas na educação, de forma geral, era de 43,5 milhões e, em 2012, esse número diminuiu para 41,1 milhões, o que representa uma redução de, aproximadamente, 5,5% no total de matrículas em dois anos, sendo, então, um total de 2,6 milhões a menos de matrículas.

Caso os dados do Censo Escolar 2013 confirmem essa estimativa, a evasão escolar de 2010 a 2013 será de 6,5%. Se considerarmos apenas o recorte do ensino fundamental, a queda do número de alunos é ainda maior, sendo que, em 2010, o número era de 26.675.320 estudantes e que o Censo de 2012 registrou 24.944.975 estudantes. Isso representa uma queda de 6,4%. Se confirmados os dados de 2013, a queda será de 9,1%.

Em relação às creches no Brasil – aí não é uma etapa obrigatória, segundo a LDB e segundo a própria Constituição –, o índice de pessoas que hoje têm acesso à creche no Brasil e que estão com idade entre zero e três anos é de 18,9%. Mediante esses dados, concordando com os dados que a Martinha, do MEC, já apontou, a educação especial, ao contrário do total geral de matrículas, teve um crescimento de 23%, em média, de 2010 a 2013.

Bem, o que nós conseguimos deduzir desses dados? Se, de um total geral, nós tivemos uma queda de 6,5% – isso representa por volta de 2,6 milhões de pessoas que evadiram da escola – e na educação especial nós tivemos um aumento de 23%, o que pode ser falado de correlação sobre isso? No nosso entendimento, entre essas pessoas que saíram da escola há pessoas com deficiência. Nós não conseguimos acesso a dados, porque eu acredito que ainda não haja, e não há como fazer uma correlação com os dados do próprio Censo para saber, dessas pessoas que evadiram, quantos por cento são pessoas com deficiência e quantos por cento são de pessoas sem deficiência.

Então, a gente reconhece todo o esforço do Ministério da Educação e do Governo Federal em relação à educação inclusiva. Inclusive, a Política Nacional de Educação Inclusiva foi lançada dentro de um congresso nacional das APAEs, com a presença do então Ministro Fernando Haddad, e foi aplaudida de pé. Então, as APAEs nunca foram contra a política de educação inclusiva no Brasil. Pelo contrário, foram entusiastas, participaram de seminários, fizeram proposições e ajudaram a construir a proposta.

No entanto, nós não entendemos que a educação inclusiva, posta como está, é capaz de universalizar a educação para a pessoa com deficiência, principalmente em relação à pessoa com deficiência intelectual. É direito da pessoa o acesso à escola, seja qual for a sua deficiência, seja qual for... E aí não cabe nem falar em grau, porque não se pode definir o grau de uma deficiência. Isso é contraditório nos dias de hoje, face ao que trata a Convenção, da definição que a Convenção traz de pessoa com deficiência. Nós acreditamos plenamente nisso. E nós acreditamos na modalidade de educação especial como uma forma de se eliminar barreiras para a inclusão escolar. Ou seja, a educação especial não é simplesmente colocar a pessoa com deficiência dentro de uma sala de aula com outras pessoas com deficiência e ficar lá o seu percurso escolar inteiro. Não é isso! Não é essa a nossa proposta.

E aí eu trato aqui de outras questões. Eu trouxe aqui outros dados, tratando da educação infantil, que mostram que hoje a pré-escola no Brasil atende 80,9% das crianças, que mostram que a educação infantil, de

forma geral, ainda não está totalmente universalizada. Mas já é um avanço muito grande, esse percentual de inclusão tem crescido a cada ano. Temos o dado do ensino fundamental, em que a universalização é quase que completa, chegando ao índice de 95,5%. Se confirmados os dados de 2013, nós teremos quase 98% das pessoas entre 6 e 14 anos incluídas na escola, porém, desse total de pessoas incluídas na escola, o PNAD, que é o índice de amostra por domicílios, aponta que apenas 83% dessas crianças frequentam, de fato, a escola. Então, o número de matrículas é diferente do índice de frequência. Isso também tem que ser levado em consideração.

Então, nós acreditamos que essas políticas de educação inclusiva, que são políticas afirmativas de alto valor, têm feito a diferença, melhorando os índices da educação no País. Elas são necessárias, são afirmativas e estamos de pleno acordo com elas. Inclusive, na Conferência Nacional das Pessoas com Deficiência, todos os pontos elencados em relação à política de educação inclusiva foram aprovados com uma maioria extensa dos votos, chegando a 97% do total de aprovados. E as APAEs lá votaram juntamente com todos os outros movimentos. Então, ainda hoje, as APAEs votam pela política de educação inclusiva no País. Nós não somos contra essa política.

Essa política tornou a escola acessível. Hoje, as pessoas com deficiência têm acesso à escola; elas têm acesso de fato à escola, e os índices têm mostrado isso. Só que, por outro lado, os índices gerais de evasão escolar mostram que a escola ainda não é capaz de manter o aluno, de garantir a sua permanência no ambiente escolar. Por exemplo, as escolas de educação básica, em geral, têm um currículo a seguir para serem certificadas, isto é, para atuarem como escolas, têm um currículo a seguir. E esse currículo é inflexível na sua maioria. Dessa forma, há coisas obrigatórias que a escola tem que cumprir e que o aluno, por sua vez, tem que cumprir também para ter um rendimento aproveitável, ou seja, a escola é meritocrática. Você tem um número ali que define o seu grau de conhecimento naquela disciplina naquele bimestre para passar de ano. E isso, no nosso entendimento, é também uma política retrógrada.

Então, as pessoas com deficiência intelectual, público-alvo do trabalho das APAEs e dos familiares que compõem o movimento apaeano, têm que estar incluídas no sistema educacional, mas entendendo uma concepção mais geral e ampla de educação, assim como aquela que a Cláudia bem colocou, qual seja, a de que educação é vida. E é vida por quê? Porque, a partir do momento em que a pessoa entra na escola, a escola é que vai prover a essa pessoa os instrumentos para o seu pleno desenvolvimento cognitivo, de modo a conduzi-la ao entendimento de si como ser humano. Então, é a partir daqueles conhecimentos básicos que a humanidade construiu ao longo da história que ela vai entender a si mesma como humana. E nós entendemos, então, que, realmente, essa educação tem que ser uma educação para a vida, que perpassa todos os níveis – e isso a Convenção também traz – da sua constituição como ser humano.

Então, nós temos que ter uma educação... E, aí, vem a questão da Meta 4, por exemplo, que trata da universalização da educação somente dos 4 aos 17 anos, que é o que a LDB já garante, como a idade obrigatória em termos da oferta da educação gratuita. Entretanto, nós teríamos que pensar em estender isso também aos demais níveis, por exemplo, o da creche, que, hoje, só atende 18,3% da população brasileira. e, por exemplo, também, ao da educação profissional.

Assim, a pessoa com deficiência sai da escola... E, depois, há também o ensino superior, que a Martinha bem mostrou, em que existem políticas pró-ativas – e a gente reconhece isso – de parte do Ministério da Educação para inclusão no ensino superior.

Então, eu acho que temos também de avançar nesses outros níveis.

A Federação Nacional das APAEs, hoje, é sempre apontada na verdade, em todos os discursos, como um movimento histórico, como um movimento de importância histórica, como um movimento que está na história. Mas as APAEs são um movimento atual. As APAEs estão no Território Nacional brasileiro, na maior parte dos Estados, com uma política atual de trabalho. Nós temos a Política da Rede Apae para Atenção integral e Integrada às Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla, que foi lançada em 2011. Nós temos o Programa de Autogestão e de Autodefensoria da Pessoa com Deficiência Intelectual, que foi lançado em 2001. Então, nós somos um movimento atual.

Hoje, em toda diretoria de Apae, há duas pessoas com deficiência intelectual, obrigatoriamente. Hoje, há presidentes de Apae com deficiência intelectual. Isso não é gerar autonomia? Isso não é gerar dignidade à pessoa humana? Isso é segregar a pessoa? Isso não faz, por exemplo, com que ela possa ser um gestor de entidade?

Na Apae de Florestal, o Presidente, o Alisson, é uma pessoa com deficiência intelectual e tem feito uma gestão boa, consideravelmente boa, muito elogiada por seus pares, pelos pais e pelos familiares que compõem a Apae.

Então, nós somos um movimento atual e estamos dispostos a sentar para negociar, para debater, para discutir essas questões da política.

Qual é o ponto de discordância? O ponto de discordância é que nós entendemos que estamos sendo descaracterizados como escola, simplesmente porque não aceitamos essa política meritocrata de currículos inflexíveis e optamos pela Política de Atenção Integral e Integrada, da qual fazem parte a assistência social e o apoio à saúde e à educação, com um único objetivo, que é o desenvolvimento da pessoa com deficiência, dando garantias para que essa pessoa com deficiência reconheça a si mesma como humana dentro da sociedade em que habita, com autonomia, com dignidade, com participação.

(Soa a campainha.)

O SR. ERIVALDO FERNANDES NETO – Por exemplo, fizemos um estudo recentemente a respeito da rede social da pessoa com deficiência. Num estudo piloto, conseguimos identificar que a rede de relacionamentos de uma pessoa com deficiência intelectual não passa de 20 pessoas, em média. Agora, nós estamos tentando articular a possibilidade de ampliar essa rede social da pessoa com deficiência intelectual, agindo nos diversos setores da sociedade na questão da representatividade. Hoje, há uma orientação para as APAEs que participam dos Conselhos de Defesa dos Direitos em seus Municípios e em seus Estados e que lá representam pessoas com deficiência, para que elas mesmas possam ir lá e ter voz dentro desses Conselhos.

Por exemplo, no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), o nosso Conselheiro é o Adinilson Marins, que é ligado à Apae de Patos de Minas e que é uma pessoa com paralisia cerebral. Ele nos representa no Conselho Nacional.

Então, as APAEs têm atuado nessas políticas afirmativas e têm atuado com um trabalho afirmativo de dar autonomia e dignidade às pessoas com deficiência no Brasil. Nós não somos um movimento retrógrado. E não somos só um movimento histórico. Nós somos um movimento atual, que está em funcionamento, que está em andamento. A prova disso é que colocamos cinco mil pessoas na Esplanada dos Ministérios, pessoas com deficiência, entre pais e professores, mobilizados em torno da Meta 4.

Reconhecemos toda a questão da Convenção da ONU. Acho que coloquei aqui também o art. 24, que reconhece, então, o direito da pessoa com deficiência à educação: "Para realizar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes devem assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida".

Nós entendemos claramente isto: a educação tem de ser inclusiva, e a pessoa com deficiência não pode ser segregada por fator de deficiência. Entendemos isso, concordamos com isso. É isso mesmo! Esse é o novo paradigma, essa é nova visão. E nós estamos atualizados e alinhados com essa visão. Mas nós entendemos que, se a pessoa com deficiência intelectual e com deficiência múltipla – no caso, nós entendemos que se trata da deficiência intelectual associada a mais alguma outra deficiência, seja ela física, auditiva ou visual – não tiver os apoios necessários, principalmente na primeira infância, de zero aos cinco anos, dentro de um contexto integrado de ações – de fonoaudiologia, de psicoterapia, de motricidade –, ela dificilmente terá um desenvolvimento mais simplificado em relação às outras etapas do ensino escolar obrigatório.

Então, o que nós viemos propor é um modelo de educação que se seja adequado às especificidades da pessoa, considerando que a pessoa humana e suas especificidades devem ser consideradas em todo e qualquer contexto.

Portanto, nós não estamos propondo nada de diferente daquilo que está na Constituição ou daquilo que está presente na Convenção da ONU, ou que está na LDB, mas nós estamos, como movimento social, mobilizados a propor estratégias e propor formas para que essa política contemple todos e para que todos estejam integrados dentro de uma proposta educacional que lhes atenda.

(Soa a campainha.)

O SR. ERIVALDO FERNANDES NETO – Então, em relação ao AEE, por exemplo, que está presente na Constituição e que lá aparece a palavra "preferencialmente" – o atendimento educacional especializado será preferencialmente ofertado na rede regular de ensino –, eu entendo da seguinte maneira: a Constituição de 1988 já garante que a escola não pode negar matrícula para pessoa com deficiência por motivo de deficiência. Então, não são as instituições, não é a Apae, não é a Feneis que está fazendo com que os gestores municipais, os diretores de escola recusem a matrícula da pessoa com deficiência. E, caso isso esteja acontecendo, é por falta de monitoramento. Quem é que deveria monitorar e não está monitorando, para a pessoa ser incluída de fato? Eu não vejo lógica em se responsabilizar a instituição que está fazendo um trabalho específico com a rejeição do diretor de escola ou do gestor escolar em não aceitar a matrícula da pessoa com deficiência. Uma coisa não tem ligação com a outra, ainda que o gestor queira responsabilizar a instituição e dizer que o menino tem que ir para lá, e não para a escola.

Inclusive, nós temos Apaes que fazem processo de inclusão escolar. Todas as Apaes que atendem na área escolar fazem processo de inclusão escolar. Então, atendem ao aluno naquela etapa que se entende que seja necessária e adequada para ser atendido ali, para que ele tenha pleno desenvolvimento, um desenvolvimento mais adequado, e depois encaminha para a escola. Caso a escola não queira receber, a Apae busca os sistemas que estão disponíveis para isso para poder forçar o gestor a receber. E fiscalizam para saber se a pessoa com deficiência está de fato incluída ou se ela está somente ali, cumprindo matrícula.

A exemplo disso, nós fizemos, em 2011, um seminário nacional de educação inclusiva. Tivemos a adesão de mais de 700 Secretarias municipais da educação. A Apae foi nas escolas onde havia pessoas com deficiência intelectual incluídas e lá escutou os professores, os pais, as próprias pessoas com deficiência para saber, para avaliar como é que estava aquela inclusão no Município. Agora, em 2014, nós vamos voltar com essa proposta, que tende ainda a monitorar essa situação da inclusão da pessoa com deficiência no Brasil.

Nós somos a favor da política de inclusão da pessoa com deficiência e vamos monitorar e fiscalizar, como movimento de defesa de direitos humanos e movimento de defesa de direitos da pessoa com deficiência.

E o AEE – Atendimento Educacional Especializado, que consta da Constituição, era educação especial. Mas tem uma outra concepção a partir da política educacional de educação inclusiva de 2008, que é quando o Atendimento Educacional Especializado passa a ser um atendimento contraturno ao da escola comum. Então, o termo Atendimento Educacional Especializado, estabelecido na Constituição, é o que chamamos hoje de educação especial.

E qual é a nossa luta? É para que as APAEs continuem sendo reconhecidas como escolas atuais e que tenham uma proposta atualizada de trabalho, de acordo com a Convenção da ONU. Essa é a proposta que temos como movimento.

Agradeço a todos pela oportunidade de estarmos aqui expondo a posição das APAEs e disponibilizo os dados da Federação Nacional das APAEs, aqui em Brasília, para maiores explicações e esclarecimentos. Caso queiram se sentar para dialogar sobre o assunto, nós estamos sempre à disposição. E não é por falta de procurar, como instituição, o diálogo, a coerência e a busca por um consenso. Nós estamos abertos, nunca nos fechamos a isso, a essa proposta.

Agora, sempre que os espaços forem fechados e não conseguirmos, de fato, ser ouvidos ou considerados, nós juntaremos pais e familiares e faremos mobilização. Tentaremos ser ouvidos de alguma forma. porque somos um movimento de defesa de direitos, somos um movimento de luta. Nós vamos às ruas, os pais, com faixas, para tentar garantir esse direito, que é, em primeiro lugar, um direito de autonomia e de liberdade não apenas das pessoas com deficiência, mas também dos familiares, pois são os responsáveis que lidam diretamente com a pessoa com deficiência. A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos especifica que os pais e os familiares são os responsáveis pela escolha da orientação educacional de seus filhos. Esse é um direito inalienável pelo qual estamos lutando e lutaremos para que seja garantido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muitíssimo obrigado. Obrigado pelas informações.

Eu queria recomendar à Secretaria da Comissão, a respeito da proposição do Senador Eduardo Suplicy de encaminhe um documento ao Ministério da Educação sugerindo o *software* aqui apresentado e, ao mesmo tempo, que o Ministério articule com os Estados e os Municípios uma sugestão nesse sentido.

Gostaríamos, na sequência, de fazer um debate com os Senadores. Mas, na ausência deles – não é comum, vamos abrir uma exceção –, a Christiane Aquino, que é diplomata e mãe de criança portadora de deficiência, gostaria de fazer uma pergunta à Mesa.

Então, está aberta a possibilidade.

A SRª CHRISTIANE SILVA AQUINO – Muito obrigada, Senador. Agradeço a gentileza.

Eu gostaria de compartilhar um pouco a minha experiência nos Estados Unidos. Meus dois filhos nasceram nos Estados Unidos. Eu sou diplomata e servia na Embaixada do Brasil em Washington quando meu filho nasceu com síndrome de Down. Dos 2 aos 3 anos, ele estudou em uma escola pública nos Estados Unidos, uma escola totalmente inclusiva, de graça, com pessoas ricas e pobres, todo mundo junto, e pessoas com e sem deficiência, todo mundo junto. Não existia essa categorização de deficiência múltipla ou deficiência severa, que impedia que uma criança fosse à escola.

Por exemplo, um dos colegas do meu filho era uma criança que simplesmente mexia a cabeça para dizer sim ou não. Ele tinha paralisia cerebral e não podia verbalizar nem se mexer do pescoço para baixo, mas estava ali incluído, participava das rodas, participava das pinturas, participava de toda a atividade escolar, junto com as outras crianças. Na hora da roda, por exemplo, uma assistente estendia os braços dele e, dessa forma, as outras crianças seguravam suas mãos. E ele participava, assim como meu filho com síndrome

de Down. E crianças típicas, sem deficiência, da idade deles, estavam inseridas também.

O Brasil hoje é a sétima economia do mundo. Não dá mais para dizer que não temos dinheiro para fazer essa escola pública, essa escola inclusiva.

Mas a minha pergunta, especificamente, é a seguinte: eu fiquei em choque quando em voltei, há dois meses, dos Estados Unidos para cá. Primeiro porque algumas escolas aqui do Distrito Federal simplesmente disseram que não iam receber meu filho. Meu filho é uma criança com síndrome de Down bilíngue! Bilíngue! Ele entende português e inglês e fala algumas palavras em português e em inglês. Ou seja, com alta eficiência. Ele se alimenta sozinho, ele não usa fraldas, e três escolas das doze que visitei simplesmente disseram que não iriam receber o meu filho. Eu tive que entrar na Justiça e denunciar essas três escolas.

Vejam bem, isso ocorre com uma pessoa que tem instrução, eu conheço a Convenção sobre Direitos das Pessoas com, eu conheço a Constituição e fui lá e exerci o meu direito. Agora, essa realidade acontece com diversas mães. A minha percepção é: se a gente colocar o "preferencialmente", se hoje o meu filho já é barrado em escolas, se colocarmos o "preferencialmente", as escolar terão legitimidade para dizerem "não vou receber, e o texto me cobre com isso; o texto vai me cobrir e vai dizer 'vá para a escola especial; é só preferencialmente na escola regular'". Ou seja, "vá para a escola especial que ela vai lhe atender; eu não vou atender você!" Isso em se tratando de uma criança com uma deficiência simples.

Erivaldo, eu entendo sua posição, respeito sua posição, mas discordo veementemente, porque, assim como eu, outras mães de pessoas com deficiência estão vivendo essa realidade. As escolas, tanto privadas quanto públicas dizendo "não vamos receber" – muito mais as privadas, eu digo, hoje em dia, do que as públicas; as públicas estão muito mais enquadradas, estão com salas de recursos, etc. Estão correndo atrás. Mas as privadas, não. O que nós vamos fazer: vamos ter que estender a mão para o Ministério Público o tempo inteiro? Quem é que vai avaliar se a escola pode ou não pode receber? Quem vai avaliar que tipo de deficiência deve estar inserida na escola regular ou na escola especializada?

O que eu vejo no exterior – Alemanha, Estados Unidos, França, em todos os lugares – é que esse modelo de segregação, esse modelo de escola especializada é falido! A escola especializada deve atuar no contraturno escolar, como suplementação, como complementação.

Todas as pessoas com deficiência são pessoas, são seres humanos. Eles estão na sociedade, eles estão na vida, eles estão na vida familiar, nos restaurantes, nas igrejas, nas escolas. As pessoas com deficiência têm direito à educação inclusiva, assim com as crianças com deficiência têm direito. É um direito inalienável.

Eu acho que os pais das pessoas que pensam "Eu tenho vergonha. Meu filho não vai aprender ou vai ser maltratado na escola regular" e colocam o filho na escola especializada não têm consciência do direito que eles e seus filhos têm.

Eu acho que é simplesmente um retrocesso e uma volta à era medieval permitir que uma criança com três anos, quatro anos, cinco anos de idade vá para uma escola especializada em vez de ir para uma escola comum, uma escola regular, para conviver com as outras crianças com a diversidade e contribuir com a diversidade.

O meu filho é muito bem recebido hoje na escola, todo mundo o conhece, todos dão *high five* para ele, do porteiro às crianças maiores. Os pais das crianças sem deficiência reconhecem o quanto a escola ganhou com a inserção dele. Por exemplo, com relação a recurso visual, criança com deficiência intelectual, para aprender, precisa de recurso visual, porque é tudo memória visual. Então, para ele aprender como a lagarta vira uma borboleta, a gente usa gestos, a gente usa material visual e todas as outras crianças sem deficiência, ou até crianças com déficit de atenção ganham. Todo mundo ganha.

Então, o meu apelo é: não mudem o texto, por favor, porque vocês vão dar um trabalhão para a gente e para o Ministério Público.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Se algum componente da Mesa desejar se manifestar, está aberta a palavra. Senão, vamos dar sequência. (*Pausa*.)

Então, vamos ouvir a Martinha Clarete. (*Palmas.*)

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – Obrigada.

Serei breve.

É um prazer conhecê-la, Christiane.

Sem dúvida nenhuma, a Meta 4 foi proposta pelo Executivo com base nas deliberações da Coneb/2008, que foi a Conferência Nacional de Educação Básica, e também nas deliberações da Conae/2010, que foi a Conferência Nacional de Educação – educação básica e superior juntas...

Quando o Executivo propôs o texto original do PNE, foi totalmente balizado pelo amplo debate nacional ocorrido Brasil por meio das conferências municipais, intermunicipais, regionais, estaduais e nacional.

E o objetivo era exatamente este: não abrir o precedente para que se admita a restrição de direito,

porque, no Brasil, o texto legal é sempre objeto de disputa, de interpretação e, consequentemente, de financiamento. Então, nós sabemos que construir uma educação pública gratuita e de qualidade para todas as pessoas é o grande desafio do País, que se coloca como a sexta ou sétima economia do mundo, porque há crescimento e desenvolvimento socioeconômico quando há democracia forte e quando há isonomia, crescimento social, quando se supera a exclusão, a miséria, a violência e a discriminação.

Quando esse texto foi discutido na Câmara e totalmente alterado, foi um grande prejuízo para a educação nacional. Por quê? Porque, naquele momento, nós percebemos, Senador, o quanto a nossa democracia é vulnerável a processos de recuo, à grande onda conservadora que se abateu sobre o Brasil nesses últimos anos. E todas as matérias de direitos humanos vêm sofrendo, no nosso País, um rebaixamento, um retrocesso. E como é difícil fazer esse debate partindo do princípio que acho que a Cristiane e a Cláudia trazem aqui. Qual é o princípio? Que nós não podemos abrir mão de um direito humano. Aí, quando o Brasil, aqui, nesta Casa Legislativa, aprovou a Emenda Constitucional nº 59, que alterou a faixa etária de educação escolar obrigatória de 7 aos 14...

(Soa a campainha.)

A SRª MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS – ... para de 4 a 17 anos, estabeleceu também uma gradação. Então, até 2016, o Brasil terá que universalizar o acesso de todas as crianças de 0 a 3 anos à educação infantil – aquelas cujos responsáveis quiserem, porque essa faixa etária não é obrigatória, mas é um direito; mas principalmente para as crianças em situação de vulnerabilidade social é obrigação do Estado protegê-las – e dos 4 aos 17 é obrigatório para todas as crianças e adolescentes. Então, hoje, nós temos 97% dessa população de faixa etária obrigatória, dos 4 aos 17, usufruindo desse direito, e nós sabemos que temos que ampliar muito a qualidade. Agora, um terço desses 3% que estão fora é de pessoas com deficiência. O restante, os outros dois terços, é de pessoas em extrema situação de vulnerabilidade, que estão em trabalho infantil ou estão em localidades remotas. E o Brasil tem esse retrato. Portanto, não tem porque não resolver a questão.

Agora, quando a gente discute a Meta 4 e diz que não é escolha do pai dispor do direito da criança à educação, nós estamos falando de princípio de direitos humanos, que é a grande questão. E aí eu queria só completar dizendo que o financiamento público vem crescendo. Eu havia preparado um eslaide para demonstrar esse investimento, mas, como não deu tempo, eu vou dizer agora.

Então, de 2007 a 2013, que é o período em que o Brasil passou a desenvolver o Plano de Desenvolvimento da Educação com a participação dos gestores municipais, estaduais e do DF fazendo o seu planejamento e demandando da União esse complemento financeiro, houve um investimento só na acessibilidade. Nessa conta nós não consideramos o Fundeb geral, porque é geral, para todos os estudantes das escolas públicas, não consideramos o Programa Dinheiro Direto na Escola e nem o da alimentação, porque isso é geral. Estou só contabilizando a acessibilidade, isto é, recursos de tecnologia assistiva.

Estamos considerando adequação arquitetônica, formação dos docentes e profissionais de apoio. Com isso, nós somamos R$4,750 bilhões só da União, de complemento. Então, é aí que reside o pulo do gato: nós precisamos ampliar esse orçamento para ampliar também essas condições. Só que como nós vamos fazer essa ampliação se, num plano decenal, nós apontamos para trás e não para frente? Percebe?

Então, por essa razão, é fundamental que a sociedade brasileira se mobilize e conheça essa pauta sem engodos e sem peças de *marketing,* mas discutindo direitos humanos. E é nesse sentido que o Ministério da Educação tem feito, junto com Secretários de Educação municipais, estaduais e do DF, um esforço permanente para ampliar, ano após ano, a oferta dos recursos e dos serviços e contar com essa interlocução direta, lá na ponta, com as famílias. E por quê? Exatamente para legitimar a singularidade de cada criança, de cada adolescente e de cada jovem; pensar e propor estratégias pedagógicas que vão atingir não só a criança, mas todo o coletivo da escola, principalmente a família. E por quê? Porque é assim que nós garantimos o desenvolvimento pleno e contínuo de todas as nossas crianças em situação de equidade.

Muitíssimo obrigada, Senador.

Cláudia, Carlos, Erivaldo, parabéns!

Obrigada pela oportunidade de, mais uma vez, conversarmos sobre o direito à educação inclusiva das pessoas com deficiência. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Martinha.

Vou conceder um minuto à Srª Cláudia Grabois.

A SRª CLAUDIA GRABOIS – Serei rápida.

Cristiane, o que eu quero deixar claro também é que as questões relacionadas à saúde não são mexidas. As instituições seguem oferecendo fonoaudiologia, enfim, as terapias todas. Então, não há que se confundir isso de que a criança, porque está em uma escola comum, não vai fazer as terapias necessárias.

Não! Ela vai fazer, ela tem esse direito constitucional também. Se não for em Apae, será em outro local, mas ela tem o direito de fazer. Digo isso porque me parece um pouco confuso. O que fica parecendo é que, se for para a escola comum, ela perde esse lado da saúde. De forma alguma! A saúde tem que estar presente, deve estar presente, e a saúde também é um direito inalienável. E friso isso até para que não haja aqui uma confusão nesse sentido.

Obrigada e desculpa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eu acho que é uma questão de entendimento. As duas questões se complementam na verdade: a educação e a saúde.

Eu fui prefeito da minha cidade, fui governador do meu Estado e trabalhei muito com as APAEs, que, de fato, prestam um grande serviço. Não há a menor dúvida sobre isso. Imaginem há 30 ou 40 anos atrás, quando era o sistema de acolhimento.

Eu tenho uma visão, ouvindo... E eu acho fundamental que a gente ouça, até porque, se nós temos uma boca e dois ouvidos, seria até contraditório, ainda mais para nós, que temos essa responsabilidade de decidir, as informações são muito importantes para que possamos aprofundar a análise, o raciocínio e o pensamento.

Eu vejo que o desenvolvimento brasileiro foi fundamentado, desde a sua origem, na destruição ambiental, no esvaziamento das nossas riquezas. Isso é assim desde o pau-brasil e continua, hoje, com a exportação de natureza através do agronegócio. Nós, hoje, somos os maiores exportadores de natureza que este Planeta já conheceu; não é?! Isso porque nós vivemos de produzir as famosas *commodities*, como a soja, a carne, enfim, que nós comercializamos *in natura*. E também com dependência externa. Então, nós temos destruição ambiental, dependência externa, segregação e preconceito; é a sociedade brasileira! E hoje estou percebendo com mais clareza que a educação inclusiva pode nos ajudar a superar essa sociedade do preconceito. (*Palmas*.)

Eu estava aqui observando, fazendo uma listagem de grupos humanos que sofrem preconceitos, que são visíveis. São os idosos, os índios, os negros, os gordos, os homossexuais, os portadores de necessidades. Esse é um contingente humano fantástico.

O Carlos Edmar nos disse que existem 15 milhões de pessoas que não falam.

O SR. CARLOS EDMAR PEREIRA – Exatamente. E essa informação é quente, porque a esposa do meu sócio trabalha no IBGE.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Então, se nós temos 15 milhões, se nós adicionarmos toda sorte de pessoas com deficiência, teremos um contingente que atinge todas as famílias brasileiras.

Quando o Carlos perguntou quem tem uma pessoa com deficiência em sua família, quase todos levantaram o braço. Ora, se temos dentro da nossa família pessoas que são portadoras de alguma deficiência, elas são invisíveis dentro da família, porque, se elas não fossem invisíveis dentro da família, não seriam invisíveis na sociedade. Parece-me muito claro.

Como defender, numa comissão, num plenário de um Parlamento, a necessidade da educação inclusiva e o fim da invisibilidade? Porque os preconceitos vão também... Até anotei aqui, preconceito regional. São claríssimos os preconceitos neste País das regiões, dentro de um Parlamento que é pautado pela eficiência, pelo desempenho, por uma série de valores que jamais foram universalizados neste País.

Eu acho que a possibilidade que temos é exatamente a de promover, a de construir essa relação com as diferenças a partir da educação inclusiva.

A Christiane falou que o filho dela frequentou escola e que terminou gerando um impacto muito positivo. Nos Estados Unidos, já há essa convivência com as diferenças de forma muito mais aceita. Mas lá também houve uma luta terrível, principalmente há muitos anos, contra a segregação racial, religiosa, sexual. Os americanos tiveram confrontos muito mais acirrado. Aqui é igual o confronto, só que é atenuado pela dissimulação. Essa sociedade se constrói em cima do preconceito, em cima da destruição do patrimônio ambiental, da dependência externa, mas o discurso é outro, o discurso é a dissimulação.

Parece-me que a tese de defesa da educação inclusiva tem uma repercussão geral na política da sociedade brasileira. Neste momento, temos várias situações preocupantes no Parlamento que podem levar ao retrocesso dessas conquistas da Constituição de 1988; Aqui foi claramente citada a Meta 4 do Plano Nacional de Educação.

Essa palavra "preferencialmente" realmente é típica aqui do Parlamento, da negociação do Parlamento, que termina produzindo algumas aberrações para a sociedade, com legislações absurdas, algo inimaginável.

Eu fui vítima disso, dessas decisões do Parlamento baseadas nas negociações. Aqui, chegamos a aprovar projetos absolutamente inconstitucionais. E dizem: "Mas vamos mandar para a Câmara porque lá na Câmara não passa". Aqui, irresponsavelmente, nós aprovamos. Não é à toa a desqualificação que nós vivemos neste momento da representação política. Isso é muito ruim para a sociedade brasileira, porque ninguém escolhe o imprestável. Quando a gente es-

colhe um Parlamentar para representar, a gente procura o melhor que há. Agora, aqui nós estamos vendo o grau de responsabilidade na representação popular. Termina-se fazendo com que uma parte importante da sociedade brasileira não se sinta representada e escolha o caminho da rua para se manifestar, como aconteceu no mês de junho.

Não vejo aqui, no Parlamento, uma leitura clara do que aconteceu em junho, não só uma leitura clara, mas um comportamento diferente que possa, digamos, recuperar a confiança perdida. A sociedade se distanciou dos seus representantes, desconfia deles e os desqualifica. Isso é ruim para a democracia, é péssimo para a democracia.

Então, vejo uma oportunidade no debate sobre a educação inclusiva para que nós atenuemos a sociedade preconceituosa que nós, infelizmente, construímos.

Queria finalizar, em nome da Presidenta... Você imagina que esse é um caso único. Pela primeira vez nós estamos falando o feminino da palavra Presidente porque, pela primeira vez, temos uma Presidenta. Aqui nós temos, também, uma Presidenta: a Senadora Ana Rita. Quero, em nome dela, em nome de toda a Comissão, agradecer ao Edmar Pereira, que nós apresentou esse processo, esse *software* fantástico.

O SR. CARLOS EDMAR PEREIRA – Obrigado.

Posso fazer uma observação final?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Pois não.

O SR. CARLOS EDMAR PEREIRA – Até coloquei essa figura que mostra algo sobre igualdade. O que é igualdade? Do lado esquerdo, a gente está vendo que cada bonequinho tem um banquinho para ver o jogo, mas igualdade é você fornecer condições iguais para pessoas diferentes. A gente está lidando aqui com pessoas com deficiência, que precisam de apoio para ter uma condição igual. Então, em alguns casos, é necessário investir um pouco mais, como está ali no caso daquele bonequinho pequenininho, de investir um pouco mais nele para que ele tenha uma condição igual a dos outros. Então, é muito importante que isso fique gravado na cabeça de todo o mundo. Igualdade é fornecer condições iguais para pessoas diferentes, mesmo que seja preciso gastar um pouco mais, investir um pouco mais, nessas pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Agradeço ao Carlos Edmar Pereira pelo seu trabalho, pela sua contribuição. Agradeço a Cláudia Grabois, que é uma militante da inclusão.

A SRª CLAUDIA GRABOIS – Posso só terminar, rapidamente?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eu é que vou ficar calado.

A SRª CLAUDIA GRABOIS – Acho importante, realmente. Queremos poder contar com o senhor, queremos poder contar efetivamente com o seu apoio nesta luta. Nós sabemos que não vai ser fácil.

Quero ler aqui, rapidamente, cinco frases, que servem para todos, para indígenas, quilombolas, para deficientes, homossexuais, para todas as pessoas, para as questões de gênero, de orientação, para tudo. Acho importante.

Não é culpa das pessoas (professores e trabalhadores em serviços humanos) que estejam com medo. Todos fomos ensinados a "colocá-los longe de nossa vista" e, como cidadãos e contribuintes, fizemos isso mesmo. Porém, agora sabemos que "colocar pessoas longe de nós" é uma decisão que fica a um só passo do extermínio. O filme "A Lista de Schindler" nos lembra de que a segregação em qualquer gueto é uma ameaça à vida.

Marsha Forest

Acho que serve a todas as minoras e a todas as pessoas que são excluídas socialmente.

Muito obrigada pelo convite novamente. Não quero tirar mais o tempo. Agradeço em nome do Fórum.

Meus contatos estão ali na tela. Quem quiser anotar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

Eu queria agradecer à Martinha e também ao Erivaldo Fernandes.

Eu aqui já encaminho o ofício. Vou entregá-lo à Diretora de Política Educacional Especial do Ministério da Educação, mas eu gostaria de lê-lo aqui para encerrar esta audiência.

Excelentíssimo Senhor Ministro Aloizio Mercadante,

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH realizou, no dia de hoje, Audiência Pública com a finalidade de debater a inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino, bem como o combate ao preconceito de qualquer espécie no ambiente escolar.

Participaram representantes da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC, da Federação Nacional das APAEs e do Fórum Nacional de Educação Inclusiva.

Na oportunidade, foi apresentado o Software LIVOX, desenvolvido por Carlos Edmar Pereira, que é um programa de comunicação alternativa, que facilita a efetiva inserção pessoas com deficiência motora, visual e auditiva no ambiente de ensino.

Diante da qualidade e objetivos do LIVOX, a Audiência Pública deliberou por encaminhar a V. Excelência sugestão para que analise a possibilidade de adquirir o referido Software para disponibilização nas escolas públicas do país.

Na expectativa de sua manifestação, antecipo agradecimentos expressando minha consideração.

Atenciosamente,

Senador João Capiberibe

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.)

ATA DA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 10 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e oito minutos do dia quatro de novembro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Wellington Dias e a não membro, Senadora Ana Amélia. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 95 de 2013, aprovado em 23/10/2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: "*Fundos de Pensão e a Dignidade da Pessoa Humana*". O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, ao tempo em que solicita que tomem lugar à mesa. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Isa Musa Noronha, Presidenta da Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil – AAPBB; Antônio Braulio de Carvalho, Diretor de Planejamento e Controladoria da Fundação dos Economiários Federais – Funcef, em representação ao Senhor Carlos Cesar, Presidente; José Maria Rabelo, Diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc; Paulo Brandão, Diretor Jurídico da Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobrás e Petros – FENASPE; Rogério José Pereira Derbly, Assessor Jurídico do Grupo em Defesa dos Participantes da Petros – GDPAPE. O Senhor Presidente franqueia a palavra a dirigentes e beneficiários de fundos de pensão presentes no plenário da Comissão, nesta ordem: Luiz Guarabyra, Coordenador do GDPAPE – Grupo em Defesa dos Participantes da Petros; Oswaldo Luiz da Silva, beneficiário da Petros-BA; e Graziella Baggio, representante dos aeronautas e aeroviários do Brasil no caso Aerus. O Senhor Presidente concede a palavra aos senhores convidados para suas considerações finais, que o fazem. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: criação de grupo de parlamentares para atuar na questão relativa aos fundos de pensão, revisar a legislação quando possível e encaminhar providências junto aos Fundos de Pensão e outros órgãos responsáveis pela solução dos problemas existentes (sugestão do Senador Wellington Dias); alteração do artigo 14 da Lei 12.154/2009 e do artigo 8º, inciso VIII do Decreto 7.123, que tratam da composição do Conselho Nacional de Previdência Complementar, para contemplar os dez maiores fundos do país; realizar nova audiência pública para debater o tema, que conte também com a presença do IBA, da Previ, do Aerus e da Stea, além de outras instituições que não estiveram presentes nesta audiência; lutar para que exista uma organização em prol da educação previdenciária. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Wellington Dias e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 56ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 95,

de 2013, desta Comissão, de autoria deste Senador e de outros, para debater o tema Fundos de Pensão e a Dignidade da Pessoa Humana.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários e perguntas podem fazê-los por meio do Portal e-Cidadania, *link* bit.ly/CDHFundosDePensao, conforme aparece na tela. E também pelo Alô Senado através do número 0800-612211.

Passo, de imediato, a convidar nossos painelistas. Convido a Srª Isa Musa Noronha, Presidente da Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil.

Convido o Sr. Antônio Braulio de Carvalho, Diretor de Planejamento e Controladoria da Fundação dos Economiários Federais, representando o Sr. Carlos Caser, Presidente da Funcef.

Convido José Maria Rabelo, Diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Convido Paulo Brandão, Diretor Jurídico da Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobras e Petros (Fenaspe).

Convido o Sr. Rogério José Pereira Derbly, Assessor Jurídico do Grupo em Defesa dos Participantes da Petros (GDPAPE).

E, enfim, a Presidente da Associação de Aposentados, Srª Isa, eu já havia chamado. Seja bem-vinda.

Eu vou fazer uma pequena introdução, que é de praxe, para situar as pessoas que estão assistindo à nossa audiência pública pela Rádio Senado, pela Agência Senado e pela TV Senado. Não vou me alongar, mas pelo menos vou apresentar o início.

Um dos focos desta Comissão é combater as distorções que afetam o nosso sistema previdenciário. É antiga essa luta que nós todos travamos aqui tendo objetivos comuns, entre eles, por exemplo, acabar com o fator previdenciário, de que eu não preciso falar, que corrói tanto o salário dos trabalhadores.

A preocupação que nos traz aqui hoje e motivo maior de ter requerido esta audiência pública não se relaciona a qualquer dos sérios problemas observados no regime geral, mas o desejo de discutirmos a grave ameaça que paira sobre o sistema de previdência complementar, mais especificamente sobre os participantes e assistidos pelas entidades fechadas da previdência complementar, também conhecidas como fundos de pensão.

Tem se tornado flagrante a tendência à adoção de medidas pelas patrocinadoras, em conjunto com as próprias entidades de previdência complementar no contexto atualmente vivido pelos fundos de pensão. Aí, nós ficamos muito preocupados, porque o principal motivo apontado pelas entidades é a forma como está sendo tratada essa questão, que reside na não manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial dos planos de benefícios definidos.

Muito mais do que ler toda uma análise feita aqui pela Consultoria, vale deixar os nossos convidados falarem, pois vão naturalmente expor qual a maior razão de estarmos hoje aqui reunidos nesta Comissão.

Pela ordem, a não ser que a mesa entenda diferente, começo com a Presidente da Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, Srª Isa Noronha, que está com a palavra e dispõe de dez minutos, com mais cinco.

A SRª ISA MUSA NORONHA – Srªs e Srs. Senadores, Senador Paim, Dr. José Maria Rabelo, nossos convidados da Petros, do Banco do Brasil, muito bom dia.

O tema que nos foi apresentado para discorrer foi Fundo de Pensão e Dignidade Humana.

Quando falamos em dignidade humana, é preciso nos reportar ao menor benefício pago pela Previ, R$980,00. E o maior benefício estatutário dentro da Previ, R$34 mil. E aqui nós nos deparamos com um fundo de pensão milionário, o maior fundo de pensão da América Latina, com ativos que somam R$170 bilhões. Essa disparidade entre o menor e o maior fere todo o princípio do mutualismo da previdência complementar. E nós temos que nos preocupar com recentes medidas do Banco do Brasil, que transformou seus diretores, vice-presidentes e o próprio presidente em estatutários, empilhando em suas verbas remuneratórias vantagens que a grande massa do funcionalismo do Banco do Brasil não tem.

Instada por alguns conselheiros da Previ, pela federação, nós recorremos à Previc, que determinou ao Banco do Brasil e à Previ que estabelecesse um teto de benefícios e essa situação continua em suspenso até hoje. Do ponto de vista da Previc, está normatizado. Eu ouso dizer, Dr. José Maria, que nós, do lado de participantes e assistidos, só não concordamos com a fórmula com que a Previc autorizou que o Banco do Brasil pagasse essa diferença. Ou seja, com recursos que constam no balanço da Previ como à disposição do Banco do Brasil. Para nós, isso seria pagar à Previ com dinheiro da própria Previ.

Quando nós falamos em dignidade de um plano de benefícios, nós temos que pensar na figura da reversão de valores, que foi uma inovação da Resolução CGPC nº 26, de 2008, que extrapolou os limites legais, Senador Paim, da Lei nº 109. O legislador da Lei nº 109, em nenhum momento, permitiu que patrocinado-

res tivessem acesso a recursos superavitários de seus fundos de pensão. Falam em revisão de plano e, quando falamos em revisão de plano, nós temos que pensar em rever as premissas do plano. A situação de déficit ou superávit em um plano de benefícios são situações anômalas. Um plano de benefícios nasceu para viver em equilíbrio. Se há déficit, alguma coisa está errada. E, se há superávit, é porque ou está cobrando demais ou está pagando de menos.

Então, vamos rever as premissas do plano, vamos passar as pensões para 100%, e não 60%, como é o caso da Previ. Isso seria uma revisão de plano de fato.

A Resolução CGPC nº 26, de autoria do Conselho Nacional de Previdência Complementar, que é formado em sua grande maioria por representantes de governo. Foi assinada pelo então Ministro da Previdência, o Senador José Barroso Pimentel. E, agora, corre aqui no Senado, Senador Paim, um projeto de decreto legislativo de autoria do Senador Paulo Bauer, que altera, susta alguns artigos da Resolução nº 26, exatamente os artigos que permitem a reversão de valores. E qual não foi nossa surpresa ao descobrirmos que o Senador indicado relator da matéria é o Senador Pimentel. Então, nós acreditamos, com todo respeito ao Senador Pimentel, que ele deveria se declarar impedido dessa relatoria. Ele, na condição de Ministro, concorda com todos os termos da Resolução CGPC nº 26, tanto que a assina; e, agora, na condição de Senador, é indicado relator da matéria. Nós não podemos esperar que ele tenha mudado de ideia de 2008 para 2013.

Nós não temos muita esperança numa relatoria nas mãos do Senador Pimentel. Seria, voltando a pedir vênia, digno do Senador Pimentel que ele se declarasse impedido dessa relatoria.

Sobre retirada de patrocínio. Há uma grande insegurança jurídica nos novos planos e nos planos antigos de previdência complementar fechada.

É lógico que a Resolução antiga, que previa a retirada de patrocínio, a nº 6, de 1998, tinha algumas falhas, que essa Resolução nº 11 vem corrigir, mas ainda deixa uma porta aberta, escancarada, para que qualquer patrocinador possa deixar o plano assim que o desejar, sem nenhum motivo plausível; tem apenas que dizer que quer sair.

Então, pergunto aos senhores que hoje criaram o fundo de pensão do funcionalismo público, o Funpresp, que expectativa que se oferece a um jovem de 20 anos que entra para o funcionalismo público. Você oferece um plano, mas ele não sabe se esse plano estará garantindo a sua aposentadoria e sua pensão no futuro. A retirada de patrocínio vem ferir direitos porque o contrato de previdência complementar é um contrato de adesão. Ao assumir no Banco do Brasil, os colegas aqui todos se lembram, assinar a adesão à Previ era compulsório. Então, 40 anos, 50 anos depois, uma retirada de patrocínio, talvez pouco provável por parte do Banco do Brasil, mas possível, graças à Resolução nº 11, simplesmente rasga-se aquele contrato antigo e se perde o direito. Claro que não se podem fechar totalmente as portas aos patrocinadores, mas nós acreditamos, temos convicção, a Federação de Aposentados e Pensionistas, de que os planos de benefícios definidos existentes e que já estão em extinção, ou seja, não entra mais nenhum novo participante, esses planos deveriam ser protegidos da retirada de patrocínio.

É o caso de alguns planos da Petros, é o caso de alguns planos da Funcef, é o caso de alguns planos da Refer, da Real Grandeza, de Furnas...

Finalmente, quero dizer, Sr. Senador Paim, que falta alguém nesta mesa, falta o representante dos aposentados e pensionistas do Aerus, falta alguém que fale pelos 900 aposentados do Aerus já falecidos, cujas famílias atravessam graves dificuldades; alguém que fale dos nove mil sobreviventes lesados por seus patrocinadores. A situação dos participantes assistidos do Aerus está nas mãos dos tribunais, quando deveria estar sob a vista do Congresso, sob o amparo do Congresso. É impossível que, por falhas da antiga Secretaria de Previdência Complementar, que antecedeu a Previc, que não foi capaz de perceber os avanços das patrocinadoras, empresas de aviação, sobre o Fundo Aerus e chegou ao ponto em que recebem, senhores, 8% do que teriam direito em suas aposentadorias e pensões.

A intervenção sobre o Aerus ocorreu em abril de 2006. Até então, já foram indicados quatro interventores, mas a situação continua insustentável, a situação continua grave.

Eu não tenho nenhuma procuração para falar pelos companheiros do Aerus, mas entendo que a situação do Aerus é uma mácula, uma nódoa em todo o sistema de previdência complementar. Se aconteceu com o Aerus, pode acontecer com qualquer outro fundo de pensão.

É preciso, Dr. José Maria Rabelo, que a Previc tenha olhos mais atentos para os atos dos patrocinadores. Temos que pensar que reversão de valores, Dr. José Maria, é uma ficção jurídica que transforma o patrocinador em maior beneficiário de um fundo de pensão. Imagine, o fundo de pensão apresenta resultados superavitários, apresenta reservas, e o patrocinador, graças à 26, tem direito à metade desses lucros...

(Soa a campainha.)

A SRª ISA MUSA NORONHA –... como se fundo de pensão – estou terminando – fosse uma empresa mercantil que produzisse lucros. Não é. Quem recebe benefício é aposentado, é pensionista. Patrocinador não pode nunca ser objeto de receber aportes de seu fundo de pensão, e o Banco do Brasil tem engordado seus resultados milionários e aparecida na imprensa com destaque graças aos aportes que faz dos resultados da Previ.

Assusta-nos agora a possibilidade de suspensão de um benefício especial temporário e a volta das contribuições, no caso da Previ. Penso que é outro aspecto da Resolução nº 26 que deveria ser revisto, Dr. José Maria, uma vez que, no momento em que o fundo de pensão apresenta resultado superavitário, decide-se que se pode transformar esse superávit em benefício, mas manda-se que se pague em parcelas. Ora, no ano seguinte, a bolsa de valores enlouqueceu, não há mais recursos, e os fundos previdenciais criados para bancar esses benefícios especiais temporários devem ser revertidos. Se é para distribuir benefícios, que seja de uma vez, porque amanhã o resultado da bolsa já é diferente do de hoje. Nós temos que repensar essas coisas, repensar esses aspectos porque, os senhores podem ter certeza, a suspensão do benefício especial temporário a partir de 2014, como tem anunciado a Previ, vai causar uma perda de mais de 28% nos recursos de aposentados e pensionistas do Banco do Brasil.

Muito obrigada, espero não ter-me alongado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Srª Isa Musa Noronha.

Primeiro, quero prestar dois esclarecimentos para não dar confusão na área. Quem montou a mesa foram as entidades; não fui eu. Deixei-as com total liberdade para montarem as mesas. Eu vim presidir.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas a senhora falou do Aerus aqui.

Primeiro, do Aerus: já fiz aqui mais de dez reuniões com eles. Inclusive falei com a própria Presidente da República sobre a situação deles, junto com outros Senadores. Estabelecemos um roteiro de negociação com eles. Já houve duas ou três reuniões e vai haver outra, na busca de um acordo que estou torcendo para que aconteça. A gravidade da situação do Aerus... Nesta Comissão de Direitos Humanos, o Aerus sempre teve todo o espaço do mundo. Já tivemos, entre aqui e a Comissão de Assuntos Sociais, mais de dez audiências públicas com eles, porque a história vem lá de trás ainda, de Fernando Henrique até hoje.

Então, faço esse esclarecimento para não ficarem dúvidas quanto ao nosso compromisso em relação à situação desesperadora – a senhora está correta – do Aerus. E eu estou torcendo muito para que haja um mínimo de acordo com as ações que estão na Justiça e agora com o Executivo. Da última reunião estavam três ou quatro Ministros participando, e conto com a Graziella Baggio, enfim, os representantes do Aerus.

Vamos torcer. A senhora tem razão em dar o exemplo, quero ratificar, que não tenhamos todos que passar por situação idêntica a essa do Aerus, que virou uma situação de drama permanente aqui. Estão morrendo, em média, no mínimo três pessoas do Aerus por mês – é lamentável dizer isso. "Paim, os que estiveram contigo aqui tal dia já não estão mais, faleceram." E gente com quem fizemos vigília aqui, por exemplo, algumas noites. Ficamos uma semana quase de vigília à noite, fiquei com eles, e aqueles três já faleceram. Amigos meus de passarmos a noite conversando ali, batendo papo aqui dentro do Congresso.

Então, foi boa a lembrança do Aerus, para nunca esquecermos a luta do Aerus.

Uma salva de palmas à luta do Aerus e que haja uma saída decente. (*Palmas.*)

Passo a palavra agora ao Antônio Braulio de Carvalho, Diretor de Planejamento e Controladoria, em representação ao Sr. Carlos Caser, Presidente da Funcef.

Mesmo tempo, dez minutos, com mais cinco.

O SR. ANTÔNIO BRAULIO DE CARVALHO – Bom dia a todos. Cumprimento os componentes da Mesa e agradeço pela oportunidade de fazermos essa reflexão coletiva em função das questões que foram colocadas e que têm sempre vindo à tona em todos os momentos do debate.

Antes, porém, de entrar na minha exposição, quero abrir um pequeno parêntese só para ressaltar que estou na Funcef na condição de diretor eleito pelos participantes. A Funcef tem hoje mais de 130 mil participantes e existe paridade na Diretoria de Gestão: são três diretores eleitos e três diretores indicados, restritos a dois mandatos, e faço esse registro pela importância que a gente pensa com relação a esse tema que tem colocado aqui no sentido de abrir o espaço aos participantes. Se a gente volta à origem da previdência complementar, da Lei nº 6.435, ela teve qualquer visão de futuro em relação à economia de longo prazo, poupança de longo prazo, alavancagem à bolsa de valores, mas o participante sempre ficou à margem desse processo. Tanto é que a própria nomenclatura que se utilizou para caracterizar um dos sócios dessa relação contratual é participante. Então, historicamente, os participantes sempre foram participados das decisões que foram tomadas e nunca inte-

graram como sujeito ativo essas relações. E aí temos essa série de questões que foram colocadas pela Isa, no sentido de buscar uma melhor conformação entre as representações.

O que a gente traz aqui para discutir é que o fundo de pensão tem um sentido fundamental, que é defender a melhoria ou então preservar a qualidade de vida do participante, do trabalhador, mais ou menos próximos ao período laboral. E a gente fica imaginando que, com todas as restrições existentes hoje, embora a previdência oficial seja um mecanismo fundamental para manutenção da sociedade, há alguns critérios e algumas superações a esses limites previdenciários que ao trabalhador é colocado um desafio: ou ele busca um tipo de investimento com que possa no final da vida laboral manter a sua qualidade de vida ou, então, ele se agrega a um fundo de pensão, cuja missão principal seria essa.

Hoje, se a gente olha nos fundos de pensão, e a Isa e o Senador Paulo Paim, falando na introdução, imagino que a gente superou um aspecto muito importante nessa relação, de que os fundos de pensão, em algumas fases – vocês foram testemunhas disso –, eram vistos como casos não adequados ao sistema. Eram vistos alguns fundos de pensão e até arrolados nas CPIs... Nos últimos dez anos, não temos isso mais; saíram das páginas policiais para virem para as páginas da economia e, é claro, que com todos os aspectos que apresentam nos resultados finais dos investimentos.

Quero fazer uma pequena observação sobre algo que tenho sempre debatido. Quando se fala que os fundos de pensão têm muitos recursos, que os fundos de pensão são ricos, é necessário imaginar o seguinte, fazer uma distinção muito clara: a legislação teve o cuidado de colocar que os fundos de pensão são meros administradores de planos de benefícios. Os planos de benefícios é que têm esses recursos. E a relação contratual, que a gente chama de regulamento dos benefícios é que estabelece uma relação longínqua entre o trabalhador que se adere a um fundo de pensão e essa entidade. Estamos falando aqui de um contrato nada menos do que, se a gente pega hoje a expectativa de vida, de 70 anos, não é, José Maria. A gente está falando de um contrato muito longo e tudo dentro de um fundo de pensão tem que ser pensado no longo prazo. Aí existe um primeiro conflito social, que a gente percebe, de que a sociedade brasileira e, principalmente, no fundo onde milito, que são os empregados da Caixa Econômica Federal, que são bancários, o nosso modelo mental é sempre de resultado anual. É sempre aquele resultado de empresa, deu lucro no ano, deu prejuízo no ano. Se a gente pega as janelas mais longas, de 10 anos, percebe-se que essas relações, esses resultados dos fundos de pensão sempre foram muito superiores a essa lógica de investimentos que temos encontrado no mercado como um todo.

Fundo de pensão hoje. Se a gente pega no geral, são recursos disponíveis para investimento, e é um outro viés sobre o qual penso que também precisamos ter bastante claro neste debate. O alavancador hoje de grandes investimentos, onde há recursos de 17% do PIB, aproximadamente, que estão com os fundos de pensão, e aí sempre chega aquela velha, tradicional e importante desconfiança: onde é que estão colocando os meus recursos.

Nos debates com os participantes, a primeira pergunta que surge é se existe uma tentativa do governo de utilizar os fundos de pensão para alguns tipos de investimentos. Eu sempre digo que não existe só a tentativa do governo de utilizar esses recursos. Existe também a iniciativa privada, e ali a Funcef recebe, nada menos, jogando por baixo, umas dez propostas de investimento semanalmente. Essas propostas, quando chegam ali no PowerPoint, é a coisa mais maravilhosa que tem, não há riscos, são investimentos muito bons, tanto sob a ótica da iniciativa privada, quanto sob a ótica do governo.

O que é preciso neste momento, e acho que é essa a importância de estarmos, claro, com essa questão da paridade para a qual chamei no começo: os participantes também têm que ter uma visão de para onde estão indo esses recursos deles. E aí é fundamental que haja uma análise de riscos desses investimentos. Da mesma forma que se faz uma análise dos investimentos da iniciativa privada, há de ser feito com as propostas do governo e é assim que a maioria dos fundos de pensão têm atuado. Eu digo pelo que conheço mais próximo, assim é que a gente tem atuado. Não quero dizer também que é um mundo de santos. Pode ser que, em outras realidades, isso não seja tão presente. Mas o que a gente coloca e na condição ali, sendo um diretor eleito, na Controladoria da Funcef, a gente tem isso muito claro. Todos os investimentos que têm passado hoje pelos fundos de pensão têm esse critério; a legislação hoje é muito rigorosa com relação a essas decisões de investimento, ela foi muito cuidadosa com relação a isso.

Há os aspectos bastante relevantes da visão de longo prazo, com a questão da longevidade. Com a sociedade vivendo cada vez mais, é preciso que se busquem investimentos que também tenham sustentabilidade mais no longo prazo, para que esse casamento do fluxo de ativo e passivo nos dê a segurança no futuro de que a gente pague os benefícios e não frustre a expectativa dos participantes.

Nesse aspecto, é muito importante que a legislação também ajude isso. Imagino assim. A característica previdenciária dos fundos de pensão nunca pode ser esquecida por qualquer autoridade que milite nessa área, tanto da parte da Previ, quanto da parte governamental, não pode transformar os fundos de pensão em negócio. Quando a Isa chama a atenção para a 26, na minha opinião, um dos principais retrocessos que aconteceram na previdência complementar é a questão da 26 ou de que literalmente transformou o caráter previdenciário dos fundos de pensão em negócio. Hoje as patrocinadoras têm uma visão de que, se o meu resultado do fundo de pensão...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO BRAULIO DE CARVALHO –... for superavitário, esse resultado retorna para o participante. E, ao mesmo tempo, se coloca uma outra resolução que potencializa esse resultado, que é a questão da redução da taxa de juros de uma forma com todas as previsões do caráter da revisão atuarial, mas que, ao reduzir a taxa de juros, eu potencializo a possibilidade de ter resultado positivo e esse resultado positivo é distribuído para a patrocinadora.

O contrário também é um debate que se tem feito. Hoje é aos dois anos de resultado negativo que se chamam os participantes à contribuição. Só que aí existe uma reflexão que precisa ser feita, como eu disse a princípio, os fundos de pensão não podem ser analisados no curto prazo. Se hoje a gente analisa a economia mundial, todos os fundos de pensão do País, quiçá uma grande parte do mundo, vão ter resultados negativos, em função do resultado da economia global. Se analisarmos uma janela um pouco mais longa, a gente percebe que essa realidade não perdura. Ela não se sustenta. Agora, como é que vou chamar os meus participantes com um resultado, em um período muito curto, para fazer sua compensação, sendo que possivelmente no próximo ano eu já tenha resultados superavitários, sem capacidade de compensação. É um jogo a que a gente precisa estar muito atento, a todas as decisões que forem tomadas e às definições de futuro dentro desse sistema porque é uma importante alavanca para os investimentos do País, é uma importante sustentadora do desenvolvimento do País e que tem de ser tratado de uma forma muito carinhosa, cuidadosa, para que não frustrem os participantes de uma outra forma e a gente também consiga ter resultados que sejam sempre positivos para o desenvolvimento deste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Antônio Braulio de Carvalho, que falou em nome do Presidente da Funcef.

Vamos de imediato ao Sr. José Maria Rabelo, Diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Bom dia, Senador Paim; bom dia aos companheiros da Mesa; bom dia, senhoras e senhores.

Em nome da Diretoria Colegiada da Previc, que por sinal está presente, quero cumprimentar V. Exª, Senador Paim, pela iniciativa de realizar mais uma audiência relacionada com temas relevantes para a previdência. Sabemos do interesse e da atuação de V. Exª com relação à previdência de modo geral em questões, como o senhor já mencionou, e que nós mesmos somos testemunhas das inúmeras vezes em que se discutiu a questão Aerus, e a Previc sempre foi convidada e, na maioria das vezes, quando pôde, compareceu, para discutir esse tema, sob a liderança de V. Exª. Então, eu poderia também dar esse testemunho aqui da atuação marcante que V. Exª tem tido em relação ao tema.

No tocante ao objeto desta audiência, de parte da Previc, nós entendemos como de extrema relevância uma discussão dessa natureza e é muito bom, é muito gratificante mesmo perceber que o Senado Federal esteja com a sua atenção, com seus olhos voltados para a discussão desse tema, que, naturalmente, não se encerra hoje, até pela mostra que tivemos das duas exposições anteriores. Há questões que são críticas; não são, necessariamente, questões em que haja uma convergência absoluta, mas acho que faz parte do sistema democrático e do sistema de um Estado de direito conviver e equalizar essas diferenças. É importante que a gente tenha oportunidade de fato de fazer este debate.

No tempo de que disponho, creio que nesta exposição inicial poderei falar um pouco sobre a atuação da Previc. No nosso entendimento, o papel que lhe cabe é a busca da garantia do aspecto que foi a motivação para este encontro, que é exatamente garantir a dignidade da pessoa humana no tocante à participação nos fundos de pensão.

A Previc é uma autarquia especial, vinculada ao Ministério da Previdência, aprovada por este Congresso no final de 2009, na Lei nº 12.154; iniciou sua instalação via transferência de funções que estavam antes alocadas a uma secretaria no âmbito do Ministério da Previdência, e essa operação se iniciou, então, em 2010, e a gente percebe – e posso dar um testemunho – que esse trabalho veio se consolidando e hoje temos na Previc, podemos até dizer como prestação de contas para o Senado e para a sociedade brasileira

em geral, que esse processo de instalação e operacionalização da Previc já se completou. Estamos hoje plenamente aptos a desempenhar o nosso papel previsto na Lei nº 12.154.

À Previc cabe, nos termos da lei, a fiscalização e a supervisão do sistema de previdência complementar fechada. Esse trabalho se faz seja por ações *in loco*, ações fiscais diretas, com auditor fiscal visitando as entidades e analisando os planos de benefício e apontando eventuais oportunidades de melhoria ou eventualmente também irregularidades a serem sanadas, isso na ação de campo. É bom dizer que esse trabalho se faz com competência privativa de auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, que, pela lei, têm competência exclusiva para fazer a fiscalização nos fundos de pensão. Então, nós temos um grupo de auditores alocados pela Receita, em comum acordo com o Ministro da Previdência, para o desempenho desse papel, o que para nós é motivo de muita tranquilidade, de muita segurança, contar com esse contingente de profissionais, que tem regras próprias de funcionamento, o que garante autonomia, garante independência, o que é um dos aspectos, inclusive, visado na criação da Previc.

Então, o trabalho de campo se faz com os auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, mas o trabalho diário não é só o trabalho de campo, é um trabalho de monitoramento dos planos de benefícios; monitoramento sob aspectos de atuária que nos preocupam, obviamente, bastante, porque temos a eclosão de aspectos muito positivos do ponto de vista da nossa sociedade, que é o aumento da longevidade conjugado com a redução das taxas de juros, que são decorrência de uma estabilidade econômica. Esses dois aspectos combinados trazem mais preocupação, então nós temos que ter olhos bastante próximos da gestão que se faz sob responsabilidade das entidades fechadas de previdência complementar para que se garanta no futuro exatamente o benefício contratado, como o meu colega Braulio já mencionou aqui.

Monitoramos permanentemente os investimentos das entidades, assim como fazemos com os aspectos atuariais; monitoramos permanentemente a contabilidade das entidades; todos os aspectos econômicos de investimento e atuariais são objeto de monitoramento permanente pela Previc.

Também temos uma diretoria voltada especificamente para todo o processo de licenciamento das entidades, ou seja, para aprovar o estatuto de uma nova entidade; aprovar a reformulação desse estatuto; cuidar para que esses movimentos se façam estritamente em conformidade com os requerimentos legais; aprovar um novo plano de benefícios; aprovar mudanças nesse plano de benefícios e aprovar aquelas operações inerentes às entidades fechadas de previdência complementar, inclusive aquelas mais críticas, mais sensíveis, que, eventualmente, geram inconformidade, ou não conformismo, melhor dizendo, que são aquelas, algumas já mencionada aqui, como retirada de patrocínio, estritamente na forma como prevê o nosso regramento próprio, transferência de gerenciamento e outras operações cuja autorização seja privativa da Previc.

Nesse trabalho, e buscando não tomar muito tempo, estritamente dentro do que nós é concedido, eu gostaria de mencionar que a visão que nós temos com relação à previdência complementar, ao sistema como um todo é uma visão muito otimista; mais do que otimista, ela é positiva, com base em fatos reais. Na verdade, nós tivemos uma evolução bastante grande no sistema como um todo.Diga-se de passagem, essa evolução tem um pouco do papel do Estado, mas tem muito da própria gestão das entidades, das melhorias de governanças que foram sendo implementadas – é claro que com um pouco da indução da regulamentação própria –, mas foram implementadas no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar.

Então, como o Braulio mencionou, nos temos um quadro que, nos últimos dez anos é de uma evolução flagrante, seja do ponto de vista da qualidade da gestão que se faz nas entidades fechadas, seja também, tenho que dizer, é claro que com a nossa óbvia suspeição, mas seja também do ponto de vista do papel que o Estado faz, seja o papel que o Estado faz no âmbito da regulação do sistema, seja do papel que ele faz no âmbito da sua operacionalização, fiscalização e supervisão, seja também do papel do Estado no âmbito das ações do que nós chamamos de um processo sancionador, no qual o próprio Braulio tem uma colaboração muito importante no âmbito da CRPC, que é a Câmara de Recursos da Previdência Complementar.

Assim, eu diria que o Estado brasileiro está bem organizado no tocante à supervisão e à operacionalização de um plano de benefícios de previdência complementar, o que não significa que não tenhamos desafios; que não tenhamos situações que, eventualmente, fujam do padrão e que requeiram ação própria, corretiva, na linha ...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MARIA RABELO –... da implementação das melhorias.

E só para dar alguns dados, Senador Paim, senhoras e senhores, para cristalizar essa visão de que, no geral, o sistema tem tido uma evolução muito positiva, se nós pegarmos a rentabilidade nominal do sistema

nos últimos nove anos, considerando o exercício encerrado em 2012, vale dizer, de 2004 a 2012, a rentabilidade consolidada do sistema foi de 266%. Se nós comparamos essa rentabilidade com alguns objetivos, por exemplo, a meta atuarial, porque até houve uma pequena, mas significativa, mudança decidida recentemente no CNPC, mas até 2012, no geral, essa meta era INPC + 6%. Esse número significa, nesse mesmo período de nove anos, 171%; então, voltando, o sistema teve uma rentabilidade de 266%, enquanto a sua meta seria 171%.

Se pegarmos, por exemplo, um indicador que é uma referência, a variação do Ibovespa, no mesmo período, foi de 166%. E se pegarmos uma outra referência inevitável, ou positiva, que é a remuneração de títulos públicos, a Selic, ela foi de 191% no mesmo período. Vale dizer, então, que o sistema como um todo tem solidez, tem rentabilidade que ultrapassa os seus *benchmarks,* os seus objetivos, os parâmetros de comparação, o que não significa, novamente, que a gente não tenha exceções que devam ser tratadas como exceções; mas esses casos mais críticos, mais sensíveis, alguns, até do ponto de vista humanitário, muito tocantes, são de fato exceções, que, ainda assim, merecem toda a nossa atenção, mas não refletem a realidade do sistema. Esse testemunho eu gostaria de dar aqui ao Senador Paim, às senhoras e aos senhores.

Só finalizando, com toda a permissão do Braulio, que é um profissional da mais alta competência e tem uma contribuição extraordinária não só na sua entidade, mas também na entidade de representação de participantes e na própria CRPC, eu só gostaria, com toda a licença, de fazer um apontamento cujo sentido, na verdade, é inverso; a realidade é inversa. A partir do momento em que nós, no âmbito do CNPC, o CNPC decidiu pela redução da taxa de juros, a repercussão é, do ponto de vista de resultado do plano de benefício, é o inverso potencializa a necessidade, eventualmente, de equalização de desequilíbrio negativo, porque a taxa de juros é um parâmetro em que nós descontamos o fluxo de caixa da entidade. Quanto maior a taxa, digamos, menor é a necessidade de nós termos no momento presente, porque nós estamos assumindo que nós teremos uma taxa que, ao longo do tempo, vá fazer face àquele desempenho lá na frente. Se a taxa se reduz, isso significa que, no momento presente, você tem que ter um ponto de partida maior.

Então, eu creio que é apenas um equívoco, dada a dinâmica de uma manifestação oral, eu tenho certeza de que você conhece bem o assunto, mas eu tomei a liberdade de fazer esse pequeno apontamento em benefício da compreensão do que significa, de fato, uma mudança importante feita no âmbito do CNPC.

Tomada essa decisão, por unanimidade, a partir do exercício de 2013 se inicia um ciclo de redução das metas atuariais, e esse ciclo traz, digamos, um aperto um pouco maior, mas esse aperto é compatível exatamente com as condições de mercado. Quer dizer, isso não se mudou ao arbítrio de quem quer que seja, mudou-se em função de que as taxas reais de juros no mercado, tomadas as alternativas normais de investimento de um fundo de pensão, são menores hoje e caberia, de fato, ao CNPC tomar essa providência.

Então, eu, com essa exposição inicial, Senadores, senhoras e senhores, encerro e me coloco à disposição para um debate, caso haja a oportunidade para isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Sr. José Maria Rabelo, Diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que faz, inclusive, alguns esclarecimentos sobre o Aerus e outras questões.

Passamos a palavra agora para o Sr. Paulo Brandão, que é Diretor Jurídico da Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobras e Petros.

O mesmo tempo.

O SR. PAULO BRANDÃO – Um bom dia a todos. Eu quero saudar a todos os presentes, ao Senador Paulo Paim e à Mesa, e agradecer ao Senador o convite à Federação para debater um tema da maior relevância para os participantes. Quero dar também bom dia a todos os telespectadores da TV Senado e dos ouvintes da Rádio Senado que estiverem nos ouvindo e vendo nesta hora de grande importância para o sistema de previdência complementar, porque se debate, em uma audiência pública, um assunto de alta relevância – e que eu espero repercuta no próprio corpo de Senadores, no plenário, que seja isso levado ao plenário do Senado pelo Senador Paim, e tenho certeza de que o fará – porque é da maior relevância. O sistema de previdência complementar é de importância vital para a economia do País; e é de uma importância vital para a segurança do sistema a confiança no sistema para que se continue a existência de fundos de pensão, porque se nós perdermos a credibilidade, se o participante perder a credibilidade no sistema, o sistema não vai adiante e não vai ajudar a economia do País. Então, é de fundamental importância que o direito do participante seja tratado com a maior seriedade.

O papel da Previc, que sucedeu a Secretaria de Previdência Complementar, que foi criada pela Lei nº 6.435, justamente naquela época em que se verificava que os montepios não estavam atendendo os seus compromissos; que as entidades não atendiam os seus compromissos com os participantes, a lei veio

justamente para tentar a defesa do interesse dos participantes. E o que nós vemos hoje, infelizmente, é que isso não se dá dessa forma.

No caso da Petros, por exemplo, nós temos lá situações as quais já levamos ao conhecimento do Ministro do Previdência; já levamos ao conhecimento da Previc, pois existe um descumprimento da Constituição Federal. Porque a Constituição Federal, através da Emenda Constitucional nº 20, trouxe a obrigatoriedade da paridade de gestão. E a paridade de gestão, nos três níveis de colegiados. No entanto, as Leis Complementares nº 108 e nº 109 só privilegiaram os conselhos deliberativo e conselho fiscal.

Algumas entidades, como a Previ e a Funcef, abriram para a diretoria, mas na Petros, embora nós tenhamos já aprovado uma alteração no estatuto para que isso aconteça, até hoje não aconteceu a eleição de diretores para a Diretoria. E não adiantaria somente a eleição para os diretores dos conselhos deliberativo e fiscal se não se fizer um disciplinamento do poder de voto do presidente, do voto de desempate e do voto do presidente do conselho deliberativo, porque se, no conselho deliberativo, o presidente tiver, como é o caso da Petros, poder de votar com qualquer tema, a patrocinadora tem um domínio total da entidade e o participante é mero espectador. E embora ele tenha conselheiros eleitos, não adianta nada porque todas as propostas dos conselheiros eleitos são retiradas de pauta, ou são desaprovadas, ou são aprovadas por voto de minerva da patrocinadora, e a patrocinadora faz o que quer.

Se, na realidade, houver disciplinamento do voto de qualidade dos presidentes dos conselhos, por exemplo, deliberativo, ele não poderia exercer o seu voto, Presidente, Senador, nos casos de alteração do estatuto, alteração de regulamento. Porque se assim não for, a Petrobras, como é o caso, faz o que quer com o fundo de pensão: fecha plano, relimita plano, divide plano, faz cisão de plano. E a Secretaria, infelizmente, tem acompanhado isso e não tem, realmente, ao nosso ver, feito um exame mais apurado dos objetivos que trazem essas questões que têm afetado diretamente o interesse do participante.

Então, é de fundamental importância que haja limitação. O Deputado Berzoini tem um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados que trata desse assunto, da paridade de gestão nos fundos de pensão. Porque é da maior importância que o participante realmente tenha condições de participar da gestão do fundo em igualdade de condições com a patrocinadora, porque senão as coisas não acontecem de forma paritária. E é preciso que o Senado da República tenha atenção para esse tema.

Como consequência disso, houve alteração do estatuto anteriormente à existência da eleição para o conselho fiscal, onde a paridade se dá, na realidade, pela legislação entre o presidente de conselho deliberativo da patrocinadora e o conselho fiscal do participante, mas isso não funciona, porque o conselho fiscal não tem, na realidade, o poder de não aprovar as contas, porque ele simplesmente não aprova e o conselho deliberativo, com o voto de minerva do presidente da patrocinadora, aprova as contas. Por absurdo, as contas da Petros não são aprovadas há nove anos pelo conselho fiscal, e não acontece nada; o conselho fiscal não é chamado pela Previc para demonstrar ali quais são as razões de não terem sido aprovadas essas demonstrações financeiras. Podem estar certos, podem estar errados; o conselho deliberativo pode estar certo, mas, na realidade, os conselheiros eleitos do conselho deliberativo também não aprovam as contas, e o voto de minerva do presidente aprova as contas e fica por isso mesmo.

Assim, é fundamental para a paridade de gestão que haja um disciplinamento pela Previc, uma interferência da Previc nos estatutos das fundações para que essa paridade se dê realmente; onde o voto de qualidade do presidente seja disciplinado de forma que isso valha.

Nós fizemos no conselho fiscal da Petros – fui presidente da primeira eleição que houve lá – o regimento interno do conselho fiscal. Pois bem, no conselho deliberativo nós estamos lutando até hoje para que haja um regimento interno justamente para quê? Para que haja um disciplinamento do presidente do conselho; para que fique bem claro quais são os direitos e deveres dos conselheiros. Os conselheiros eleitos apresentam projetos para o conselho, apresentam propostas que simplesmente são retiradas de pauta quando não interessam à patrocinadora.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO BRANDÃO – Então, Presidente, só alongando por alguns segundos essa oportunidade que é importantíssima para nós...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tem mais cinco; se pedir mais cinco, eu concedo também.

O SR. PAULO BRANDÃO – Porque além de ser dirigente da Federação Nacional dos Aposentados e Pensionistas, eu sou também conselheiro eleito, conselheiro do conselho deliberativo reeleito. Fui eleito para o conselho fiscal, fui eleito para o conselho deliberativo e fui reeleito para o conselho deliberativo. Então, tenho, na realidade, junto com o Braulio, a honra de ser criador da Anapar, que lamento não estar aqui presente; seria

importante que aqui estivesse porque é uma entidade que deve defender o interesse do participante – e o faz, inclusive, com assento no conselho de gestão conquistado por nós naquela ocasião –, que aqui esteja presente e faça gestões sobre isso no sentido de disciplinar a importância da paridade de gestão nos fundos de pensão, principalmente o disciplinamento do poder de voto de qualidade do presidente; isso é da maior importância.

A outra questão importante é que o conselho fiscal, quando não aprova as contas, seja ao menos considerado pelo conselho deliberativo para um debate a fundo, a fim de que o conselho fiscal demonstre o que não está certo e o conselho deliberativo simplesmente não aprove as contas sem que isso seja levado em consideração – por nove anos isso é feito na Petros e não acontece nada.

Pode estar certo o conselho fiscal, pode estar errado, mas, naquela ocasião, em 2003, quando nós não aprovamos, pela primeira vez, como presidente do conselho, lá estavam as dívidas da patrocinadora, a Petrobras, com o fundo, que não foram pagas ainda, só foram pagas pela metade em um acordo esdrúxulo em uma ação civil pública que ainda está em curso. Ainda faltam valores a serem pagos, que foram demonstrados, inclusive, em uma perícia judicial, mas até hoje isso não é feito e a entidade está com déficit atualmente. Evidentemente, é por causa da conjuntura, como disse o Braulio muito bem; evidentemente a conjuntura não tem sido favorável, mas se o dinheiro realmente fosse aplicado, fosse colocado e aportado como devia, teria rendido inclusive bastante nesse período para atender a essas necessidades.

Então, para finalizar, Presidente, eu queria dizer que a outra preocupação nossa, dos conselheiros eleitos e da Federação, é a retirada de patrocínio. A retirada de patrocínio é uma coisa que agride o direito do participante, principalmente dos participantes que acreditaram no fundo e não veem o compromisso do patrocinador. Porque o patrocinador deve ter o direito de retirar o patrocínio, senão nenhum patrocinador faz fundo de pensão neste País. Mas *modus in rebus*, ou seja, o patrocinador pode retirar o patrocínio dali para a frente, mas dali para trás ele tem que cumprir o compromisso, e a Secretaria tem que evidentemente que cobrar isso. E a resolução não se dá nesses termos. Porque o participante participa de um plano de benefícios definido e, quando é retirado o patrocínio ele é jogado em um plano de contribuição indefinido. E todo mundo sabe que seguro coletivo é uma coisa, seguro individual é outra, e o valor que ele tinha no fundo coletivo não cobre o benefício que ele vai ter em um fundo de benefício indefinido. Isso é uma agressão ao direito do participante; isso tem que acabar; isso tem que ser visto, a resolução tem que ser alterada e o Senado da República tem que atuar para que isso seja modificado.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Sr. Paulo Brandão, Diretor Jurídico da Federação Nacional das Associações de Aposentados e Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobras e Petrus.

Eu queria registrar a presença conosco, com muita alegria, do Senador Wellington Dias, que é um Senador que conhece também essa área – conhece todas as áreas, mas essa ele conhece com profundidade também – e está participando conosco aqui. É um prestígio para a Comissão porque ele, além de ser Líder do PT, é uma das pessoas mais ouvidas no Parlamento brasileiro pela sua credibilidade e a sua história. (*Palmas.*)

Eu quero só informar que, de fato, inclusive passaram aqui para a mesa o projeto do Berzoini, que vai na linha do que o senhor falou – só estou vendo aqui o número do projeto; é o 161 – e, segundo aqui a assessoria, o que eu recebi do Rabelo, no art. 19 ele fala dessa questão: "A diretoria executiva será paritária entre representantes dos patrocinadores e dos participantes e assistidos, e será composta no máximo por seis membros, definido em função do patrimônio da entidade e do seu número de participantes, inclusive assistidos.".

O conjunto do projeto tem 37 artigos, mas é um projeto que está para o debate, atendendo ao seu pleito.

Passamos agora a palavra ao Sr. Rogério José Pereira Derbly, Assessor Jurídico do grupo em defesa dos participantes da Petros.

Depois eu vou registrar os companheiros que estão no plenário e vou abrir a palavra para dois que já pediram. Naturalmente, o Senador Wellington Dias falará no momento que entender o mais adequado.

Por favor, doutor.

O SR. ROGÉRIO JOSÉ PEREIRA DERBLY – Senador Paulo Paim, nunca é demais parabenizar V. Exª pela oportunidade, que é ímpar, de extrema importância e, talvez se existisse essa oportunidade no caso do Aerus, nós não estaríamos aqui discutindo o Aerus, ou lamentando o Aerus.

Eu peguei, aqui nas palavras na Drª Isa, quando ela disse: "Se aconteceu com o Aerus, pode acontecer com qualquer outro". E o meu objetivo aqui não é outro – e V. Exª sabe porque eu estive com V. Exª na quarta-feira e nós soubemos desta audiência, e foi uma surpresa, e, ao mesmo tempo, uma honra ter nos convidado.

O Plano da Petrobras, a Petros, criado em 1970 por Rio Nogueira, foi criado sob premissas técnicas, atuariais, de forma precisa. Pode-se dizer que é o primeiro plano de previdência privada no Brasil e pode-se dizer que serviu de base para a formação da Lei nº 6435/77 e dos outros planos de pensões.

Esse plano tem uma estrutura, a qual foi criada para durar para sempre; eu ouvi isso aqui, para sempre. Então, ele foi criado para iniciar em 1970 e acabar sabe Deus quando. Plano de previdência não dá lucro; não deve dar lucro. E Rio Nogueira, em 1984, ele disse assim – abre aspas: "Vale um depoimento pessoal. Em 1950, procurava-me um diretor de companhia de seguros: "Você é um atuário jovem – naquela época eu era mesmo jovem – e deve ter ideias novas. Vai projetar um plano para que a minha seguradora possa vendê-lo às grandes empresas interessadas na renovação dos seus quadros"". Rio Nogueira se recusou, mas, anos mais tarde, foi procurado pelos funcionários da Petrobras e aí surge o primeiro plano de previdência.

A Petros foi criada em 1970, e eu vou pontuar as grandes alterações. Em 1984 houve uma grande alteração no regulamento do plano onde a Petrobras se responsabilizou por eventuais déficits que pudessem existir em relação a uma alteração do regulamento. Ela foi responsável, e essa responsabilidade consta até hoje, se não me falha a memória, no inciso 9 do art. 48 do Regulamento; ela é responsável por eventuais déficits daquela alteração.

Em 1991 houve uma outra alteração. Aumentaram-se as contribuições de 11% para 14,9% para aqueles que assim desejaram. E em 2004 houve uma tentativa de mudança do plano, que eles chamaram de repactuação; eles chamaram de PPV, Plano Petrobras Vida, que foi combatido e o Poder Judiciário anulou todo esse procedimento.

Em 2006 veio novamente a Petrobras Petros com o plano da repactuação, quando conseguiram dividir um plano de benefício definido em dois: um regulamentado pelo mesmo regulamento, um remunerado pelo IPCA, e outra parte desse regulamento, de outra parte dos assistidos, remunerado pela taxa salarial da empresa.

O que causa hoje a maior preocupação aos assistidos, beneficiários e participantes do Plano Petros é o que está sendo imposto, que é a separação de massas, algo que eu não conheço na literatura e na legislação; não existe na legislação nada como existe talvez hoje, de uma maneira um pouco mais clara, talvez não tão correta, como a retirada de patrocínio. A retirada de patrocínio era uma instrução de uma página. Hoje nós temos uma instrução muito mais elaborada, com suas críticas positivas e negativas. Mas na separação de massas hoje não existe um parâmetro jurídico legal, um trâmite, uma portaria, uma instrução normativa que regulamente essa separação de massas. Agora no dia 1º de agosto foi aprovado pelo conselho e, segundo temos notícia, isso está caminhando a passos largos e indo para o Dest para aprovação e logo depois vai à Previc.

O Dr. Paulo Brandão é uma pessoa por quem a gente tem um respeito profundo pela sua história dentro do plano, e ele disse, e a luta de Paulo Brandão é que toda vez eles não aprovam as contas porque existem dívidas; dívidas que, talvez, se tivessem sido pagas, nós não estaríamos aqui, pelo menos o Plano Petros, porque ele estaria, talvez, superavitário. Dívidas que não foram pagas. O Dr. Paulo Brandão falou aí e fez uma menção a uma ação que corre na 18ª Vara Cível do Estado do Rio de Janeiro onde há uma cobrança dos pré-setenta, aqueles que já se encontravam na empresa trabalhando quando da criação da Petros, responsabilidade única e exclusiva da patrocinadora Petrobras, uma dívida que eu não sei nem dizer, talvez estaria em torno de R$4,5 bilhões ou mais ainda; não foi paga essa dívida.

Há uma outra dívida que nós denunciamos à Previc, que é a falta do aporte de uma parcela eminentemente salarial, e depois de alguns embates jurídicos, e de o Tribunal Superior do Trabalho ter declarado efetivamente que aquela parcela era de natureza salarial, e, portanto, deveria ser parcela que deveria se incorporar ao salário de participação, a Petrobras e a Petros, junto com a FUP, acordaram que efetivamente, eu reconheço, que devemos pagar, tanto que nós vamos pagar a partir de setembro de 2011. Agora o retroativo de setembro de 2007 a agosto de 2011 nós vamos pensar em pagar porque, segundo eles disseram, a Previc disse assim: "Solicitadas informações complementares à entidade, esta respondeu acrescentando que as contribuições ao PPSP passaram a incidir sobre a parcela complementar de RMNR a partir de setembro de 2011, em decorrência do acordo coletivo de trabalho da categoria vigente para o período de 2011 a 2013, e que, naquela mesma ocasião, a Petrobras assumiu junto aos sindicatos representativos da categoria, o compromisso de incluir a referida parcela na base de cálculo do salário de participação do Plano Petros do Sistema Petrobras, retroativamente a 2007, mediante a realização de estudos sobre os impactos financeiros e atuariais que tal medida provocaria sobre o plano de benefícios."

Ora, com a *maxima venia*, qual o impacto que causaria ao fundo o aporte de uma dívida, o aporte efetivo e obrigatório? O único impacto que poderia causar, a meu ver, era, talvez, o superávit, ou um ajuste ou um conforto econômico melhor.

Nós já levamos isso à Previc, que disse: "Não, isso está sendo concatenado entre sindicato, patrocinador e fundo". Sindicato não tem ingerência nisso, a Previc tem. Não tenho dúvida. E foram acertadas as palavras que disseram que a Previc hoje encontra-se muito mais aparelhada do que aquela SPC de outrora. Mas todos nós precisamos nos adaptar, cobrar e corrigir.

Hoje, acho que a Previc precisa de um espaço maior, precisa de uma força maior, precisa efetivamente fiscalizar os planos de maneira fidedigna, não que ela não tenha feito, talvez porque não tenha tempo, eu não conheço. Mas, efetivamente, o que existe hoje, o que aflige e o que está deixando hoje toda a classe petroleira sem dormir é a separação de massas, divisão do plano. Uma divisão, e já foi inclusive colocada pela própria Petros, que é matemática, em que eu tenho 75% do plano repactuado e 25% não repactuado. Então, eu vou pegar, hipoteticamente, um bilhão e vou dizer que 750 milhões vão para lá e 250 milhões vão para cá?

Então, há uma necessidade premente desta audiência presidida por V. Exª perdurar, não sei como. Perdurar para chamar o IBA, STEA, ou outros para virem aqui e darem seus depoimentos, porque nós estamos participando de um debate dentro de uma Comissão de Direitos Humanos, e eu também vejo, diariamente não, mas, por ano, recebo às vezes doze, treze notícias de clientes que faleceram. E é difícil, dói na carne porque você passa a ter um contato que ultrapassa a linha do profissional, e aí você sente na carne aquela dor.

Então, hoje, especificamente, dentro do Plano do Sistema Petrobras, o que aflige, o que está tirando o sono, fora todas essas mazelas: desrespeito do ato jurídico perfeito, a segurança jurídica prevista na Constituição quebrada, os contratos sendo desrespeitados.

Presidente, V. Exª, por essa sua doação... Eu tive uma visão muito maior e melhor de V. Exª, sei que V. Exª tem um problema que efetivamente não poderia nem estar aqui hoje. Essa informação eu passei para todos.

Infelizmente, o Senado, a Câmara têm que efetivamente doar. Esse assunto é tão importante quanto qualquer outro, quanto o pré-sal, quanto a greve no serviço público, porque hoje estamos falando de Petros. O Aerus é praticamente um caso irreversível, mas V. Exª e nós todos estamos com fé. E há o Portus.

Eu fui procurado pelo Portus, e, se não me falha a memória, quinta-feira próxima haverá uma greve, em que patrocinadoras reconhecem em dívida mas não aportam.

Há que se fazer um trabalho a quatro mãos. E o trabalho da Previc é primordial nesse sentido. Nós, do Grupo de Participação do Plano Petros, estamos solicitando à própria Previc formalmente uma audiência para podermos dar a nossa posição técnica a respeito da separação de massas. E trago uma notícia: existe um processo de privatização no Sistema Petrobras, da Copesul, Nitriflex, Petroflex – não é Brandão? – cuja separação de massas lá foi anulada pela Justiça Federal de Brasília, anulada por uma peça que merece todos e mais elogios e que foi elaborada pelo falecido e saudoso, que faz uma falta, Dr. Castagna Maia. (*Palmas.*)

Ele faz uma falta muito grande porque era um guru, que persigo até hoje. Conseguiu anular a separação de massas. E hoje pende de julgamento o recurso que talvez esteja beirando à casa de seis anos. Talvez se esse recurso tivesse sido julgado, nós teríamos um precedente jurisprudencial que teria inibido qualquer tipo de procedimento no tocante à separação de massas.

Então, Presidente, a vinda aqui é para pedir a V. Exª que encerre esta audiência já com a próxima marcada, buscando a participação do IBA, do Stea e de todos os outros segmentos para que esta discussão possa se aprofundar cada vez mais e até mesmo ajudar a própria Previc.

Assim, a quatro mãos, tentarmos achar uma solução que seja viável e desde que respeite o ato jurídico perfeito e a segurança jurídica.

É o recado que teria a dar a todos vocês.

Agradeço e parabenizo a Mesa e, mais uma vez, V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Este foi o Dr. Rogério José Pereira Derbly, Assessor Jurídico do Grupo em Defesa dos Participantes da Petros, que deixa uma sugestão para a Mesa. Vamos ver os encaminhamentos no final, para que haja outra audiência pública ampliando o número de participantes.

Neste momento, queria registrar a presença conosco de representantes do Grupo em Defesa dos Participantes da Petros, representantes da Federação Nacional da Associação dos Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobras e Petros, representantes da Previc, representantes da Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil no DF; representante da Associação dos Mantenedores-Beneficiários da Petros.

O Senador Wellington Dias falará no momento em que achar mais adequado, mas já pediu a palavra o Sr. Luiz Guarabira, Coordenador do Grupo em Defesa dos Participantes da Petros, e o Sr. Oswaldo Luiz da Silva, beneficiário da Petros/BA.

O Sr. Luiz tem cinco minutos.

O SR. LUIZ GUARABIRA – Bom dia a todos.

Meus parabéns e as minhas congratulações ao Senador pela audiência pública e a todos os presentes, membros da Mesa e assistentes.

Queria acrescer a tudo de tão importante que aqui foi dito algumas questões que se dirigem à questão da dignidade da pessoa humana. Isso já foi bem reforçado e quero fazer mais e não só sob o aspecto geral, quantitativo, trazendo aqui alguns números.

Nós estamos falando, Sr. Senador, potencialmente, de alguma coisa da ordem de 6,5 milhões de pessoas diretamente impactadas pelas questões que estamos aqui conversando. Se considerarmos os 256 fundos listados pela ABRAPP, compostos por ativos, dependentes ou assistidos. Isso não é pouco. São 6,5 milhões de pessoas.

Então, a questão da dignidade humana tem essa dimensão coletiva, mas tem também uma dimensão individual. E nós que lidamos todos os dias com essas pessoas aflitas, angustiadas com as questões que estamos discutindo aqui podemos ver a cada dia não só como foi citado aqui o falecimento, o desaparecimento dessas pessoas, mas aquilo que as faz na sua fase final de vida – e muitos com dependências razoáveis, suas ou de seus familiares – ainda terem que lutar pela sua dignidade, pela sua honra, pelo seu direito, legítimo e certo, em relação a tudo que fizeram para dele poder desfrutar.

É penoso ver tudo isso acontecendo nas nossas rotinas de trabalho, no nosso dia a dia, com essas pessoas que estamos aqui buscando representar.

Por outro lado, existe uma grande ameaça que também vem sendo investigada e discutida referente ao montante de recursos acumulados por esses fundos, como aqui colocado, que é toda hora requisitado por projetos públicos ou por projetos privados. E, nesse sentido, estamos falando de algo próximo de R$625 bilhões. É ameaça bastante para nos deixar mais um pouco angustiados.

Então, é dentro desses dois polos que trago aqui a minha contribuição, reforçando e parabenizando tudo o que aqui foi dito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Sr. Luiz.

Chamamos o Sr. Oswaldo Luiz da Silva.

O SR. OSWALDO LUIZ DA SILVA – Bom dia a todos.

Queria agradecer inicialmente a acolhida do Senador.

Sou um dos assinantes da carta do grupo da Bahia sobre as questões e preocupações que estamos tendo com relação ao nosso plano de previdência.

Sobre as questões da previdência as pessoas nunca tiveram interesse em tomar conhecimento. Recentemente é que tem havido esse interesse maior. E é uma questão que não é de fácil entendimento.

Então, há uma série de questões que ocorreram e que ainda ocorrem que são passadas para as pessoas, que não as entendem perfeitamente e até tomam decisões equivocadas.

Nós, beneficiários, tínhamos o entendimento de que os sindicatos e as entidades representativas de fato não nos representassem, mas temos uma preocupação muito forte. Essas entidades, a sua maioria, não nos representam de fato. Infelizmente elas são tentáculos das empresas.

No caso da Petrobras especificamente, os sindicatos têm sido exatamente isso. O Dr. Derbly colocou a questão do poder, e o Paulo Brandão também colocou muito bem a questão do poder da empresa nas decisões no plano de previdência. E os sindicatos, na verdade, têm sido mais um aliado da Petrobras para tomar as decisões.

Então, essa é uma coisa que nos preocupa muito.

Sobre a retirada de patrocínio, talvez não haja isso. Não creio que vá ocorrer essa retirada do patrocínio por parte da Petrobras. Eu creio, sim, que ela tem um plano no sentido de quebrar o plano de previdência e extinguir definitivamente, porque fechar o plano, ela já fechou. Então, com o procedimento de separação de massa, grupo repactuado e não repactuado, a intenção dela é de fato não só separar, mas extinguir o plano definitivamente.

Para complementar, queria fazer um adendo ao que disse o Dr. Rogério. Acho que é uma questão de o Ministério Público também estar presente nessa reunião, porque há muitas questões que o Ministério Público está investigando sobre essa relação das empresas, a intervenção delas junto da Previc. É necessário que haja isso.

Eu só queria colocar um fato, pois algumas coisas passam batido.

(Soa a campainha.)

O SR. OSWALDO LUIZ DA SILVA – Já vou concluir.

Por exemplo, a Petrobras colocou nesse procedimento de repactuação uma questão que se chama BPO – Benefício Proporcional Opcional, que nada mais é do que o Benefício Proporcional Deferido, que só pode ser concedido quando o funcionário se desliga da empresa, entretanto, nesse processo de separação de massa, de quebra do plano de previdência, ela instituiu também esse BPO, que é uma coisa irregular.

Se eu for falar acerca das questões da previdência, a gente vai levar um tempo enorme.

Agradeço a oportunidade que está nos dando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Sr. Oswaldo Luiz da Silva, beneficiário da Petrobras.

Neste momento, vamos dar a palavra à Mesa. Alguns vão responder alguns questionamentos, mas eles podem interagir entre si, naturalmente. O Senador Wellington Dias vai poder também participar do debate.

Eu quero fazer só um registro da SEPPIR, Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, que começa amanhã, dia 5, a Conferência da Igualdade Racial, com debate sobre democracia e desenvolvimento sem racismo, sem preconceito.

E aqui, nesta Comissão, amanhã pela manhã, teremos uma audiência pública para debatermos o tema.

Recebi aqui um questionamento de alguém que está a nos assistir. E eu iria passar para todos lerem e responderem se assim entendessem, mas a Srª Isa Musa Noronha disse que responderia e já resolveria essa questão.

Daí, vamos aos que já pediram a palavra.

Pode ler se quiser.

A SRª ISA MUSA NORONHA – Um telespectador da TV Senado escreveu:

Nobre Senador Paim, assisti ao blá-blá-blá, tudo maravilhoso. Alguém da Mesa ou da platéia tentou responder sobre quem pagava a conta. No início o BB pagava 4, e o Funci, 1, mas lembre-se de que ele, funcionário, era premiado com aumento salarial para compensar a contribuição. E assim foram todos os fundos do sistema de previdência complementar. Repito, quem paga a farra? E que farra!

Bem, talvez por desconhecimento do funcionamento dos fundos de pensão, esse telespectador tenha cometido alguma injustiça. Jamais o Banco do Brasil, no fundo citado por ele, pagou 4. A Previ existe desde 1967 e pagou dois por um. Para cada R$1,00 que o funcionário colocava no fundo de pensão, o banco colocava R$2,00. Mais tarde, a partir a Emenda Constitucional nº 20, passou a ser paritária. E alguma coisa muito importante que foge à compreensão de muitos é que, em última instância, patrocinador nenhum paga sua contribuição, porque todos os patrocinadores, todas as empresas que instituem fundos de pensão, planos de previdência complementar têm incentivos fiscais para isso. Elas colocam o peso das contribuições em seus lucros. Elas cobram, através das tarifas, todas as contribuições. Então, a gente pode dizer que o Banco do Brasil paga uma fábula. Não. Não é o Banco do Brasil que paga uma fábula. Tudo que o Banco do Brasil pagou ao longo dos anos como contribuição ele jogou, embutiu em seus custos e cobrou nas tarifas de todo mundo que tem conta no Banco do Brasil.

Então, a questão é essa. Com a Petrobras a mesma coisa, cada vez que alguém compra um litro de gasolina está pagando a parte da contribuição da Petros para os seus empregados. E é assim que funciona no mundo inteiro o mercado de fundo de pensão. É um grande negócio ter fundo de pensão, principalmente, como a gente já discutiu aqui, quando o patrocinador pode, por força da Resolução nº 26, ficar sempre com metade dos eventuais superávits. É um negócio da China.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a Dr. Isa. O Dr. Paulo Brandão pediu a palavra. Então, nós vamos seguir daqui para lá. Fala o Paulo Brandão; em seguida fala o José Maria, e vocês dois falam na sequência. Todos podem falar sobre tudo o que foi falado aqui.

O SR. PAULO BRANDÃO – Senador, pedi a intervenção para falar justamente sobre essa questão de quem paga a conta, porque parece uma lenda. Muitas vezes vimos no passado, quando era manchete nos jornais “rombos nos fundos de pensão”, que nunca existiu na realidade, dizer que o Tesouro iria pagar. Isso não existe; o Tesouro não paga fundo de pensão coisa nenhuma.

E também há uma lenda sobre aquela questão do quatro por um, três por um, cinco por um. Por exemplo, quando a Petros foi criada, ela foi criada com paridade contributiva, com igual contribuição participante e patrocinadora. No entanto, durante quase oito anos, o participante pagou quase três mais que a patrocinadora, porque existia um acordo de retorno do Fundo de Garantia, que não aconteceu para o não optante, e a patrocinadora não reajustou as suas contribuições. Então, o participante pagou mais no início do fundo do que a própria patrocinadora. Então, essa lenda de que a Petrobras pagou três por um, quatro por um... Depois, a partir de um determinado momento, como foi citado pelo Derbly, em 1984, quando houve uma alteração e a Petrobras se obrigou a fazer a contribuição com relação à despesa patrimonial, é que houve o aumento necessário para cobrir déficit. Agora, por exemplo, a partir de 2008, é paridade contributiva; a patrocinadora contribui igualmente como participante e aposentado. Então é uma lenda esse negócio de quem paga a conta é o Tesouro, a patrocinadora ou o fundo de pensa.

Depois, Senador, eu gostaria de falar um pouco sobre a questão do acordo coletivo. Há uma omissão contratual que foi introduzida pela Emenda Constitucional n º 20, que definiu a relação entre participante, fundo de pensão e entidade de previdência complementar como relação contratual. No entanto, esse contrato

não é rigidamente obedecido, como a palavra da Presidente Dilma, que diz que todo contrato deve ser honrado; isso não acontece. Isso é justamente obrigação e sempre vimos a Previc como fiscal para isso. Diga-se de passagem, a Previc tem nos atendido sempre que solicitamos audiência, principalmente na gestão atual, no entanto, no acordo coletivo, os sindicatos não representam todos os participantes. Há sindicatos de outra federação, existe a federação nacional dos participantes – contra quem estamos em juízo para poder participar do acordo –, que, por incrível que pareça, introduzem no acordo coletivo uma tabela que a gente chama de congelada, a qual define a relação de como é a correção do benefício do participante, quando isso está na relação contratual entre Petros e participante; está bem definido ali no seu art. 41.

Então, hoje temos mais de 25 mil ações em juízo – e o companheiro Derbly é um dos patrocinadores de muitas delas – por causa disso. Há desobediência. E, depois, o Tribunal Superior Tribunal do Trabalho define que a peça ande errada, a gente faz uma proposta o conselho deliberativo para sanear isso e, no entanto, isso não acontece. A diretoria da Petros continua fazendo errado. Embora tenha sido baixada uma orientação jurisprudencial que diz que está errada a execução da correção do benefício, a Previc, na realidade, não exerce o seu poder para obrigar a Petros a fazer pelo menos o que o Superior Tribunal do Trabalho manda.

É isso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Vou passar a palavra agora ao Sr. José Maria Rabelo e, em seguida, fala o Senador Wellington Dias e os nossos outros dois convidados.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Eu sinceramente preferiria ouvir o Senador Wellington Dias, mas certamente terei a oportunidade de fazê-lo na sequência.

Eu fiz algumas anotações diante de cada exposição feita aqui e tomei a liberdade de me preparar para alguns pontos, não com o objetivo de fazer um contraponto e muito menos, peço a compreensão para isso, de desqualificar absolutamente as observações que foram feitas. Mas, claro, na qualidade de gestor público, com a responsabilidade que tenho pelo meu papel à frente da Previc, alguns pontos gostaria de mencionar.

Porém, antes disso, Senador Paim, Senador Wellington Dias, senhoras e senhores, eu gostaria de mencionar que, de parte da Previc, nós temos limitações a tratar publicamente de situações específicas, até a lei nos proíbe de fazê-lo. Em todos os processos que transitam pela Previc, nós somos os primeiros guardiões com relação a aspectos de sigilo pessoal ou mesmo comercial envolvidos. Então, por mais que o Senado seja uma Casa por excelência em que o debate público deva ser feito, a gente não tem autorização legal, digamos, para debater situações específicas de um plano de benefício de uma entidade. É claro que a gente pode fazer isso nas discussões bilaterais que acontecem.

É bastante compreensível, pela importância das respectivas entidades, pela importância dos participantes dessas entidades, eu diria que é muito compreensível que algumas entidades tenham tido um papel preponderante aqui nesta audiência, mas entendi como proposta dessa audiência um debate mais geral no tocante à preocupação quanto à participante de fundo de pensão como um todo.

Com essa ressalva, e apenas em alguns casos em que o papel da Previc foi mencionado, eu farei algumas observações.

Isa, minha colega, amiga, quem eu respeito, mencionou, logo na abertura, uma questão envolvendo uma discussão específica da entidade Previ e a repercussão em relação a uma decisão da sua patrocinadora. Esse é um tema em que as posições da Previc são bem conhecidas. É natural que haja concordâncias e também discordâncias que devem ser tratadas no processo institucional. A competência da Previc está estabelecida em lei. Não temos nenhuma dúvida quanto ao que deve ser feito. E respeitamos igualmente a sua observação de que há concordâncias e discordâncias em relação ao posicionamento da Previc. Eu diria que temos bastante segurança com relação aos elementos levados em consideração.

Há outros pontos com relação à Resolução 26 e à própria Resolução 11, que é a retirada de patrocínio, a mais nova. Eu diria que, primeiro, a Previc participa das discussões e da própria decisão com relação a essas Resoluções. Antes, houve a CGPC 25, ainda à época da SPC. É claro que ela participa como um dos órgãos de Estado e, uma vez editada a resolução, cabe à Previc cumprir.

Claro que conhecemos muito bem as discordâncias que há com relação a essas resoluções. E essa discussão deve ser feita em âmbito próprio. O posicionamento muito claro da Previc é de que, estando vigentes as resoluções, cabe ao órgão de supervisão dar consequência ao que elas estabelecem.

Concordamos plenamente que um plano de benefício não é instituído para produzir déficit ou superávit. Na verdade, se houvesse uma capacidade absoluta de projeção e de parâmetros atuariais, financeiros e de investimentos, isso não aconteceria, mas de fato a prática é diferente do que nós conseguimos projetar. Em consequência, há instrumentos para tratar as duas

coisas. E nesse sentido a Resolução 26 foi exatamente para tratar situações de déficit. Claro que acaba tendo um pouco mais de repercussão o tratamento superávit pelo fato de que, eventualmente, isso traz repercussão para a patrocinadora, mas a resolução trata igualmente, com os mesmos conceitos também, as situações de desequilíbrios negativos e a quem cabe suprimir esses desequilíbrios.

Com todo respeito, Isa, a visão com relação a que nenhum patrocinador – e aqui obviamente falo em nome do sistema e não de patrocinador, mas de qualquer forma por uma questão conceitual – paga a contribuição para o plano de benefício, levado às últimas consequências esse raciocínio, é dizer que nenhum patrocinador paga nada. Aliás, nenhuma empresa paga nada. Nenhuma empresa paga salário, nenhuma empresa paga benefício, porque, ao fim, de fato, quem paga esse custo é o consumidor do produto daquela empresa. Evidente que, levado às ultimas consequências, esse raciocínio vale para qualquer outro aspecto de gasto das empresas. No entanto, não é exatamente isso que acontece. É claro que dentro do nosso arcabouço legal, inclusive societário, as despesas são categorizadas, e é lícito que as empresas busquem formas de... Elas têm finalidade econômica, se estamos falando de empresas no sentido estrito, e é lícito que elas utilizem meios para fazer face às suas despesas.

Com relação às observações do Dr. Bráulio, acho que foram muito oportunas, do ponto de vista de gestão de investimentos, as defesas que as entidades, os gestores têm em relação a qualquer investida não republicana. Então, acho que o nosso sistema está bastante blindado com relação a isso.

No tocante a investimento especificamente, nós temos uma resolução que disciplina todos os limites, todas as modalidades, que é a Resolução 3.792, do Conselho Monetário Nacional. E um dos papéis primordiais da Previc é exatamente verificar o cumprimento dessa resolução.

Eu creio que o Bráulio, na sequência, já se inscreveu e poderá explorar um pouco mais. Concordamos – eu, particularmente, concordo – integralmente com as observações que ele havia feito.

Quanto a um dos aspectos mencionados pelo Dr. Brandão, quem eu também conheço e respeito bastante, pela sua luta, pela integridade com que trata os assuntos, quero só registrar que, basicamente, são elementos que requereriam mudança, seja na legislação, no sentido estrito, seja na legislação infralegal, digamos assim, resoluções. E aí, enquanto presente o atual arcabouço normativo, cabe à Previc dar consequência, nos limites de sua capacidade de interpretar e tomar as decisões, a esse arcabouço vigente, aprovado pela suas instâncias regulamentares. Discussões, como o próprio Senador Paim mencionou aqui, propostas de discussões com relação a eventuais mudanças nesse arcabouço são legítimas. Este Congresso trata isso com a maior tranquilidade e acho que é muito importante, de fato, que se faça.

O Dr. Rogério fez várias considerações. Eu me permito mencionar aqui que não tenho elementos concretos. Ainda que tivesse, não estaria autorizado a fazer um debate específico em relação à situação da entidade e dos participantes do plano de benefícios que ele aqui representa com muita propriedade, com muita qualidade. Mas a agenda da Previc, como também já foi mencionado, está aberta para discussões específicas, e acho que deve ser feito.

Concordamos plenamente que a sociedade tem todo o direito, talvez até o dever, se é que a gente pode dizer assim, porque também, nesse sentido, ela também paga a nossa remuneração. Concordamos plenamente que a Previc tem que fiscalizar. Ela só existe para isso. Se ela não fizer isso, não tem razão de ser. Em última análise, o papel dela é exatamente este: fiscalizar e supervisionar. Se não faz esse papel corretamente, ela tem que ser cobrada mesmo em todos os foros e eventuais mudanças devem ser feitas. Enxergamos isso como uma defesa do sistema.

Particularmente, no meu papel temporário como Diretor Superintendente da Previc, tenho uma compreensão muito clara quanto a isso, inclusive quanto a meu papel a temporário. Meu papel mais permanente, desse eu não abro mão, Senador Paim, Senador Wellington Dias, colegas, senhoras e senhores, é ser o assistido de um plano de benefícios. Então, eu tenho todas as razões do mundo, não só pela minha responsabilidade, como gestor público, em querer que o sistema seja bem gerido e que os conflitos sejam dirimidos adequadamente. Então, concordamos plenamente.

As últimas duas observações, na sequência, não pela importância, são também muito na linha de tratar as situações específicas, mas eu registro que essas discussões são bem-vindas. Os diversos atores aqui falam em nome de participantes, de assistidos. Acho que essa contribuição deles é bastante importante.

E aí eu me permito, só com relação à observação do Sr. Oswaldo, que talvez seja mais pelo literal, de uma intervenção oral, mas, de qualquer forma, eu queria apenas registrar que, definitivamente, não temos a situação que o senhor mencionou, que é uma intervenção, talvez no sentido amplo, mas mesmo no sentido amplo, de patrocinadoras na Previc.

Aí, eu volto à mesma observação. Se a Previc não tiver autonomia – ela tem porque a lei assim assegura –, se a sua ação no dia a dia não reflete a autonomia

que a lei lhe assegura, alguma coisa, de fato, estaria muito errada. Posso garantir que a Previc age com independência, com autonomia, e não há nenhuma situação de ingerência que a gente possa considerar indevida na operação da Previc, de patrocinadora, a qualquer dos outros atores do sistema.

É claro que há uma preocupação nossa, um reconhecimento mais do que uma preocupação, de que os patrocinadores são atores importantes. Claro, eles têm que ter voz, ter a sua opinião. Eles são parte importante da governança sistema, assim como o são participantes, os assistidos e as próprias entidades. O papel do Estado – e a Previc tem a responsabilidade de fazê-lo – é, de fato, garantir o equilíbrio no tratamento dessas partes e a isenção e autonomia com relação a isso. É claro que não nos esquecendo, só para finalizar, que a própria Lei Complementar 109, no seu art. 3º, inciso VI, prevê que uma forma do exercício da ação de Estado é exatamente na defesa de interesses de participantes e de assistidos. E assim nós guiamos o nosso trabalho. Não significa atentar para esse interesse em detrimento de outros interesses e direitos desses outros atores. Mas estamos muito seguros quanto a isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi do Diretor Superintendente da Previc, José Maria Rebelo.

Vamos passar, agora, ao Senador Wellington Dias.

Só para orientar a Mesa, em seguida vai falar quem não falou nessa rodada, o Dr. Rogério e o Dr. Bráulio. Ambos falarão, sem prejuízo de todos, no final, ainda terem as suas considerações finais. Todos falarão, no mínimo, duas vezes. Quem não falou fala agora, depois do meu amigo Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Reclamar de falar aqui ninguém vai.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, ninguém vai, com certeza.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Primeiro, muito bom-dia.

Senador Paulo Paim e todos os participantes, quero começar me identificando. Também sou vinculado à Funcef. Sou funcionário de carreira da Caixa Econômica Federal e acompanho esse tema há bastante tempo, com inúmeras responsabilidades. Uma de representar aqui o povo do meu Estado, o Piauí, como Senador, e também representar os interesses da categoria, que também tive o privilégio de representar, os bancários. Fui presidente do Sindicato dos Bancários, da Associação e da Federação do Pessoal da Caixa Econômica Federal.

Eu quero apenas chamar a atenção, para começar esse diálogo, para uma preocupação que eu tenho. Este Congresso Nacional – olhem o que eu vou dizer aqui – representa o povo, representa os Estados, mas ele não representa o pensamento que eu estou ouvindo aqui. Esse nosso pensamento – e neste aspecto estamos alinhavados – não é majoritário aqui dentro, nem no Senado, nem na Câmara. Há interesses privados, há interesses de outros modelos, e a gente precisa ter um cuidado muito grande nos debates que travamos sobre determinados temas aqui. Cito, por exemplo, um tema, apenas para ter um paralelo. Tivemos um debate agora sobre o leilão de Libra. De um lado, havia pessoas defendendo que a Petrobras pudesse mesmo ter 100% do controle daquele bloco de Libra. Agora, estavam juntos com esses os que querem zero para a Petrobras ali. Queriam o modelo da concessão, que era o modelo anterior, onde o setor privado, nacional ou internacional, pudesse ficar pagando apenas *royalties* e mais nada pelo domínio completo de petróleo.

Cito esse exemplo de ideias, de participação de aposentados, de participação de trabalhadores, de modelos, inclusive de processos de eleição. Às vezes, há representação de trabalhadores, mas nomeada pelo patrão. Há representantes de aposentados, mas nomeados pelo patrão. Estou falando do modelo a que chegamos. Digo isso apenas para termos cuidado onde estamos pisando. É um alerta que eu faço, pela delicadeza do tema. Isso não nos impede de construir as condições de convencimento de Bancadas, de Parlamentares. A gente tem dificuldades, muitas vezes, até para organizar uma frente parlamentar na defesa de certas posições aqui dentro, para compreender o que estou falando. Como é algo que – todo mundo sabe aqui – envolve montanhas de dinheiro, há outros interesses, vamos dizer, negociais muito mais fortes aqui dentro do que os nossos.

Tive o privilégio de, ainda Deputado Federal, de ser membro da Comissão e de fazer a defesa do que tivemos naquela época, que também não era fácil. Era 1999, 2000, 2001, 2002, quando tivemos que fazer aqui a regulamentação da previdência complementar. Ali, junto com o Deputado Paim, na época, com o Deputado Ricardo Berzoini, autor do projeto aqui citado, com o Deputado José Pimentel, hoje nosso colega Senador, Doutor Rosinha, representamos a Bancada do Partido dos Trabalhadores naquela Comissão. E, olhem, o que conseguimos para aquela conjuntura,eu diria, foi algo avançado.

Aqui estão a Drª Isa e o meu querido Paulo Brandão, que viram que apenas dois signatários colocaram. Há, sim, na sociedade uma ideia distorcida de fundo de previdência. E mais: há por conta de uma memória.

Se com essa ou aquela previdência não eram quatro por um, mas em algumas era. É esse o problema. Nós temos um conjunto grande. Vou lembrar. O sistema de previdência era muito desregulamentado. Nós passamos para um modelo em que o setor privado ficou com o modelo, hoje, do INSS, que limita a dez salários mínimos. As estatais tinham graves problemas, porque havia remunerações maiores. Na hora da aposentadoria, havia um rebaixamento na renda. Essa era a realidade do Brasil.

E ali se criou, num primeiro momento, ainda no regime militar, uma modelagem. E eu, para não falar dos outros, falo aqui da Caixa Econômica, que muitas vezes, sim, o Tesouro teve que salvar, muitas vezes com capitalização. O banco é que paga, mas com capitalização do Tesouro. É o povo brasileiro que pagava a conta, muitas vezes, com grandes desvios, com corrupção, sim. Eu posso citar, para não falar dos outros, da Caixa Econômica – Gil Macieira, Presidente; João Figueiredo, Presidente da República –, e ali teve que se fazer uma repactuação de déficit. A Caixa Econômica não tinha dinheiro, quem é que mandava dinheiro para lá? O Tesouro. Quem é o Tesouro? É o povo, está certo? Não se pode esquecer isso.

Esse argumento, pelo amor de Deus, de que o resultado é o cliente que paga... O banco, como qualquer empresa, trabalha. O que ele tem de resultado é resultado do trabalho dos seus funcionários, da sua direção. Enfim, é assim que funciona em qualquer lugar do mundo. A rigor, eu compreendo que aquilo que resultar de qualquer empresa, certamente, vem do cliente. Se tem cliente é porque é bom para o cliente também. O cliente não vai a um banco porque é bom para o banco; ele vai para resolver o problema dele, assim como no comércio, na indústria, em todas as áreas. Então, é o lado patronal mesmo que patrocina e é o lado laboral, do outro lado, que patrocina.

Qual é o avanço que nós temos neste País, especialmente, a partir dessa regulamentação? Nós paramos de ter os desvios que tivemos ao longo do tempo. Nós passamos a ter também uma grande responsabilidade. Hoje não só o sistema é paritário, mas, se quebrar, quebra mesmo.

E aí me permitam. Eu, de um lado, separaria a situação da Aerus da situação das demais. Isso vem de uma situação anterior. Quem acompanha mais de perto sabe a diferença. Eu acho que, hoje, nós tivemos algumas situações que ficaram no limbo da transição, sem solução, e ainda são muitas. A situação do BNB, do Banco do Nordeste, ainda hoje não tem3 solução, para dar um exemplo. Está-se tentando encontrar na legislação atual como se pode dar a solução.

Sou do Estado do Piauí. Lá a Companhia de Águas tem um fundo de pensão que é um nó, nunca foi resolvido e não sei nem se tem solução. As pessoas estão na empresa já com 80 anos, sei lá quantos, e não saem porque, se saírem, terão uma quebra na remuneração. Aliás, é isso que traz para esta Casa a discussão. Qual é a discussão natural? É eu completar meu período de aposentadoria e gozar o fruto daquilo que, ao longo do tempo, construí na minha empresa, no meu País, no meu estado.

Há uma situação de pessoas já com a idade avançada, muitas vezes com problemas de saúde, que não se afastam porque têm uma queda na remuneração porque, mesmo onde havia a previdência complementar ou algo parecido que veio do passado, não dá a sustentação. E a legislação parou de permitir que houvesse o natural socorro do povo, do Tesouro. Esse é o nó. Isso só aumenta a responsabilidade.

Qual é o lado que comemoro? É que, a partir da entrada deste século, que é quando houve a regulamentação, nós paramos de ter os sangramentos nessa área. Hoje, se temos esse ou aquele problema, nós temos fundos de pensão com uma gestão muito mais profissionalizada, muito mais competente, muito mais fiscalizada, garantindo resultados extraordinários, não só segurança para os segurados, mas também a garantia de um fundo que permite, inclusive, um peso forte na nossa própria economia. O Brasil quase não tinha a ideia de poupança dessa natureza e passou a ter.

Dito isso, o que eu quero aqui recomendar é que considero que é importante termos um conjunto de Parlamentares aqui – e eu me coloco à disposição – e que possamos ter propostas concretas. A situação é essa e nós apresentamos tal solução, está certo? Esse é um caminho que acho que pode dar resultado.

É possível haver coisas que devem ser alteradas na legislação. É possível haver outras específicas que dependem da Previc ou que dependem do fundo de pensão específico. Enfim, eu creio que esse é o caminho que dá maior resultado. Eu me coloco aqui à disposição, pelo Senado, e creio que não apenas eu, mas há outros Parlamentares aqui comprometidos, e nós podemos trabalhar.

Chamo a atenção de que há gente que faz aqui um discurso que achamos que é numa linha, mas o que está por trás não é o mesmo interesse. Repito, isso é fundamental de ser compreendido aqui. Às vezes, até ouço aqui e penso: puxa, que discurso bonito! Era isso que eu queria ouvir. Mas saibam que o que está por trás não é o mesmo objetivo que nós estamos buscando.

Defendo e repito aqui: temos vários Parlamentares, tanto na Câmara como no Senado – o Senador Paulo Paim é um deles –, que defendem também que

tenhamos as condições de segurança para o futuro, para os aposentados, o cumprimento dos contratos que são feitos, participação nos resultados, se o resultado é positivo. Estamos vivendo um momento delicado porque à medida que a taxa de juros é reduzida, o que é bom para o País, as taxas de ganho também, para quem atua no mercado, também se reduzem. Então, é um desafio que não é pequeno.

Eu estou triste porque aumentou a Selic novamente, já caminhando para 10%. Mas, de alguma forma, quero aqui chamar a atenção de que a tendência do Brasil é buscar sempre uma política de juros cada vez menor, e isso coloca grandes desafios para as gestões dos fundos, que dependem de resultados com base nos contratos que nós fizemos. Fizemos contratos lá atrás, como base numa realidade do Brasil. Então, para cumprir esses contratos na realidade atual, há necessidade de se repensar.

Em resumo, eu quero aqui me colocar à disposição. Creio que, com a experiência que cada um tem no seu setor específico, ou no plano mais geral, podemos apresentar para esta Comissão, através do nosso Senador Paulo Paim, uma proposta. Qual é o problema? É esse. Qual é a solução que nós compreendemos? É esta. A partir daí, verificamos com quem está o poder dessa decisão. Às vezes, é lá na Previ, é lá na Funcef, é lá na Petros. Outras vezes, é lá no Ministério da Previdência, enfim, é na legislação, e aí nós vamos ter que buscar. É o que eu defendo e é o que eu apresento aqui, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Wellington Dias, que dá, assim, a sua contribuição,apontando caminhos para a solução.

Muito obrigado, Senador.

Agora, como havíamos combinado, passamos a palavra ao Sr. Antônio Bráulio de Carvalho, Diretor de Planejamento da Funcef.

Depois, falará o Rogério, e retornamos a palavra à Mesa, para as suas considerações.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – E o Bráulio tem a responsabilidade de sustentar meu futuro.

O SR. ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO – Eu ia fazer menção exatamente a isso.

Agradeço ao Senador Paulo Paim por esse duplo prazer. Primeiro, de participar desta mesa e, segundo, por estar falando aqui com um dos meus principais participantes lá, o Senador Wellington Dias.

Eu penso que, na discussão, principalmente nos pontos que a gente tem debatido...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Permita-me, só para registrar. Tenho um orgulho muito grande – não estou falando aqui porque estou na frente do Antônio Bráulio, da Funcef – da grande mudança que nós tivemos na Funcef. Também falei dos problemas, puxando a Caixa, e quero registrar que é hoje um dos fundos mais bem gerenciados no contexto dos fundos de pensão, no mundo. Claro que há vários outros. No Brasil, repito, aqui também, acho que houve uma melhora considerável, por conhecer com maior profundidade, até porque é meu interesse pessoal. Eu não vou me aposentar como Senador, como político; vou me aposentar como funcionário da Caixa Econômica Federal, da qual estou compulsoriamente afastado para poder exercer aqui o mandato. E continuo, inclusive hoje, tendo que fazer a minha contribuição individual e a contribuição patronal. Sabemos que o fato de eu estar afastado, no Parlamento, para poder manter o vínculo – e fiz questão de manter o vínculo –, tenho que dar a contribuição individual, com base na remuneração que eu tinha no meu desligamento, e mais a contribuição patronal.

O SR. ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO – Exatamente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Nesse caso, não é nem a Caixa que paga; sou eu que faço a contribuição.

O SR. ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO – Parabéns. E é um debate. Estamos cuidando muito bem do seu benefício, Senador.

Ele traz na fala dele, e eu tenho sempre trazido para a discussão, que o modelo pensado por Ernesto Geisel e Mário Henrique Simonsen cumpriu um objetivo. Na minha modesta avaliação, na visão que eu tenho tido, completou o ciclo neste ano de 2013, que são exatamente os 35 anos, quando os participantes começam a ser recebedores.

O que aconteceu nesse período? Nós tivemos esse ciclo de serviços passados, em que a União teve que aportar recursos pesados. Qual era o grande objetivo lá? Tirar o pagamento das aposentadorias da União e fomentar a poupança de futuro e a bolsa de valores. Foram esses os grandes objetivos.

E não poderia ser diferente fazer o debate nesta câmara. Eu acho que estamos aqui, neste Senado, num momento estratégico para o futuro da previdência complementar. Se um ciclo se completa, é possível se pensar num ciclo futuro. Não há mais esse objetivo de fomentar bolsa de valores, mas nós temos ainda um motivo muito forte, que é criar poupança de futuro. Eu não penso que seja diferente que o Estado assuma essa responsabilidade de maneira mais decisiva e definitiva.

Nós temos, hoje, uma preocupação muito grande da preservação dos fundos fechados. Esse é um debate que vai e volta, se arrasta. Só que, se pensarmos nesse aspecto que estou colocando aqui, nós não vamos ter mais serviço passado, nós não vamos ter mais grandes empresas abrindo fundos fechados. Então, qual é a visão que eu penso que temos para o futuro? É um investimento muito pesado na educação previdenciária, até para que consigamos mostrar para a sociedade que é uma das formas mais adequadas de pensar no futuro. Se ela começar a imaginar desde a entrada dela no mercado de trabalho, ela tem muito mais facilidade de compor uma renda do que, nos últimos anos, começar a pensar, às vésperas da aposentadoria. Há muitos participantes que perguntam: "Bráulio, minha previsão era tanto, mas eu nunca me preocupei em ver as minhas contribuições." Na hora em que vai lá, há uma frustração porque o benefício está muito menor do que ele havia previsto.

Então, acho que essa é uma grande preocupação sobre os fundos de pensão. Acho que uma política de Estado, em minha opinião, teria que contribuir nisso também, para que a educação previdenciária entre também até nos currículos escolares. Até a previdência oficial, hoje, foi excluída dos currículos, e isso cria visões distorcidas, com toda razão. A sociedade acha que os participantes dos fundos de pensão têm os seus privilégios. Eles têm o privilégio de ser previdente, de pensar no futuro, de fazer uma projeção de futuro.

Com relação a esse ciclo que estou colocando aqui, que ele se esgota com esses 35 anos, nós tivemos uma série de variáveis sobre as quais precisamos refletir com mais profundidade. Primeiro, é um desenho inicial, como foi colocado aqui. Pensou-se em um processo de previdência complementar, mas se pegamos a questão dos montepios, não havia nem previsão, não havia preocupação com as correções monetárias. Esse sistema foi-se aperfeiçoando ao longo do tempo e, hoje, ele chega no momento adequado para o modelo de sociedade que pensamos sustentar.

Ficaram aí algumas frustrações. Penso que é preciso buscar a questão da justa medida. Quando o meu nobre colega fala da questão do respeito ao contrato previdenciário, dos regulamentos, dos planos contratados, eu queria também fazer uma reflexão: o mundo do trabalho também teve uma série de alterações nesse período. Ninguém pensava que teríamos flexibilização na jornada de trabalho, fragilização e todo esse tipo de mudanças que houve no mercado de trabalho.

No que se pensou lá atrás, talvez, tivesse que se fazer uma adaptação. Sempre chamo a atenção para a questão da justa medida, porque aqui, quando se fala em fundo de pensão, nós temos um conflito muito grande. Primeiro, quando eu penso nos patrocinadores, naturalmente os patrocinadores vão querer sempre pagar menos do que devem. Essa é uma característica da relação capital/trabalho. E quando eu penso nos participantes, eles sempre vão querer incluir benefícios que não estão contratados. E aí entra a famosa pergunta: quem paga essa conta?

Se trouxermos essa ilusão aos participantes de que quem vai pagar a conta é o fundo de pensão, eu acho que não estamos dizendo toda a verdade para o participante, porque se cada plano de pensão é um mútuo, às vezes, com um compromisso que é do patrocinador, se eu trago para o seio do plano e, por uma ação judicial, eu consigo incorporar aquele benefício àquele mútuo, eu socializo aquela despesa para todos os participantes.

Eu acho que essa reflexão temos que fazer com bastante profundidade, até para não isentar os patrocinadores, porque são, hoje, as questões que mais movimentam as ações na Justiça: abono salarial, auxílio-alimentação, horas extras, enfim, uma série de ações eminentemente trabalhistas. Na verdade, os patrocinadores não assumiram essa responsabilidade sobre esse passivo e incorporam nos planos de benefício, passando essa conta para os participantes.

Então, acho que essa reflexão precisa ser feita também com os patrocinadores. Eu fico imaginando... Às vezes, fazemos alguns debates na Previc, e eu sinto muita falta de que os patrocinadores sejam chamados para assumirem as suas responsabilidades, porque é muito tranquilo eu simplesmente ter a consciência de que existe uma dívida, mas essa dívida, normalmente, se eu não pagar, alguém vai ter que assumir porque eu não posso dar déficit para o participante. Mesmo que tenha um resultado negativo no futuro, o máximo que pode acontecer é o patrocinador pagar a metade e o participante pagar a metade de um compromisso que é exclusivo da relação trabalhista.

Eu acho que essa nova decisão da Justiça de definir questões trabalhistas na Justiça do Trabalho e questões previdenciárias na Justiça civil e Federal pode trazer uma nova visão para o sistema, mas, da forma que está hoje, existe uma confusão muito grande. Eu estou falando a judicialização do sistema. Qualquer fundo de pensão hoje tem, no mínimo, 10% de ações contra ele. No mínimo, 10%. A grande maioria em torno dessas frustrações que digo aqui são frustrações eminentemente trabalhistas. A gente tem conversado muito com o sistema judiciário, com os próprios advogados, para endereçar também a fatura, porque senão fica muito fácil. Se não endereçam a fatura e se coloca para o mútuo resolver essa situação, a gente acaba ficando com a responsabilidade do pagamento.

Só para reforçar aqui, eu penso que este fórum pode dar esses horizontes. Principalmente a Previc, que tem sido muito insistente nessa questão da educação previdenciária, na supervisão baseada em risco, que acho é um avanço para que o nosso sistema, cada vez mais, se consolide, se torne mais efetivo. E, quanto ao caminho, a gente que milita em fundo de pensão tem muito essa sensação – vou usar uma expressão que talvez seja um pouco forte – de orfandade no Congresso, com relação a essas decisões que são fundamentais para o futuro do sistema previdenciário e que realmente não têm eco aqui dentro. Tanto aqui quanto na Câmara, a gente tem percebido isso, e acho que é um momento bom para a gente estabelecer esse processo de relação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Antônio Bráulio de Carvalho, que falou pela Funcef.

Agora vamos a ultima fala dos convidados. Depois nós teremos ainda, para encerrar, cinco minutos para cada um.

Fala agora o Dr. Rogério José Pereira Derbly, assessor jurídico do Grupo em Defesa dos Participantes da Petros.

O SR. ROGÉRIO JOSÉ PEREIRA DERBLY – Primeiro, Senador Wellington, tenho a honra e o prazer, e fico contente e feliz que mais um Senador venha se juntar ao Senador Paulo Paim nessa nossa luta.

Há um ditado, Senador Paulo Paim, que é o seguinte: "O combinado não sai caro". Se o patrocinador instituiu o plano e sabia que tinha de pagar, ele paga. Ele não pode fugir desse pagamento. Então, o combinado não sai caro. A judicialização efetiva, que derramou milhares de processos em todos os regionais e que desaguaram todos aqui no Tribunal Superior do Trabalho, só tem uma causa: o descumprimento do contrato, porque nenhum juiz, nenhum desembargador, nenhum ministro proferiria tantas decisões favoráveis se não tivesse sido efetivamente comprovado o descumprimento de contrato. Então, houve descumprimento de contrato, talvez na busca de não pagar, ou de pagar menos. Isso é degradante. Imaginem V. Exªs, depois de terem pago tudo, inclusive pago a parte dos patrocinadores, terem que ajuizar uma ação judicial para fazer valer o seu direito! Isso é degradante. Talvez por isso a comissão.

É degradante você estar à frente de um petroleiro – no caso específico, o petroleiro não tem como fugir disso, e eu tenho outras ações na Funcef, no Sistema Eletrobras... É degradante você ver uma pessoa de 78 anos chorar na sua frente porque não quer assinar uma procuração para ajuizar uma ação contra a empresa que ele construiu. Isso eu vejo, eu vi, Senador Paulo Paim, e foram várias vezes. Eu tenho muitas ações. Em nenhum momento, discuti nada que não pudesse ser discutido. Por isso que, talvez, ganhamos quase todas, ou todas. O descumprimento do regulamento levou à judicialização que desaguou nessa decisão do Supremo Tribunal Federal, decretando a incompetência da Justiça do Trabalho depois de quase 30 anos.

Eu não posso ter um plano Petros; nem o senhor, Senador Paulo Paim; nem o senhor, Senador Wellington. Por quê? Porque ele deriva do contrato de trabalho, ele decorre do contrato de trabalho! E os mais antigos sabem: assina-se, primeiro, o contrato com Petros, Funcef e Real Grandeza para depois assinar o contrato de trabalho.

Isso tudo criou e cria uma grande confusão, Senador. Por exemplo, dizem – e vou ter que repetir – que os participantes desses títulos beneficiários do plano de previdência privada fechado são assegurados e acobertados pelo manto do Código de Defesa do Consumidor, porque há uma relação de consumo. Onde? Que consumo, Senador? Diferentemente se eu, V. Exª e o Senador Wellington nos dirigíssemos agora o Banco do Brasil e fizéssemos um PGBL, sei lá. Esse, sim, é regido pelo Código de Defesa do Consumidor, porque é regido pelo Ministério da Fazenda. O de previdência fechada, pelo Ministério da Previdência. Apesar dessa grande celeuma, confusão, eu conversei com alguns Ministros no sentido de tentar defender a competência da Justiça do Trabalhos. É indubitável que seria competência da Justiça do Trabalho. Essa é uma discussão que não cabe aqui, mas quero só registrar o que ocorre. A grande mazela é o desrespeito ao contrato, àquilo que foi compromissado. E isso gera uma consequência sem tamanho.

Por exemplo, eu tenho, desde 2004, os balanços da Fundação Petrobras e não sei efetivamente de quanto é o custo discriminado, qual é o passivo judicial que vai gerar. Por acaso, eu analisei agora a questão do Portus, e o interessante é que foram muito bem demonstrados todos os ativos e passivos.

Então, qual é o passivo que teria hoje a Funcef? Qual é o passivo que teriam hoje essas empresas em decorrência dessa ingerência, dessa má gerência, ou desse descumprimento velado? Eu tenho documentos em que a Petrobras e Petros dizem: "Nós vamos ter que dar agora qualquer outro abono salarial, vamos ter que dar qualquer outra coisa menos aumento salarial." Isso é o ato jurídico perfeito.

Veio a Lei Complementar 108, a 109, com um novo modelo. O que não se pode e não se deve fazer é pegar esse novo modelo e retroagir à 70. Não pode! É o que estão querendo fazer e é o que está sendo feito, a ponto de o próprio Judiciário, o próprio Tribunal

Superior do Trabalho ter dito em dois acórdãos recentes: "Não. Pode retroagir". Como? Não tem...

Os blocos são bem-definidos hoje, antes e depois da Lei Complementar 108, ou melhor, antes ou depois da Emenda Constitucional 20/98, que insere o §2º no art. 202 e diz que o contrato firmado entre a fundação e o empregado não integra o contrato de trabalho. Oxalá! Que dissesse, então, que todos aqueles que foram admitidos após 1998, ou seja, depois da Emenda Constitucional, estariam assim regidos. Mas não foi assim.

O grande problema é o descumprimento do contrato. Eu ouvi muito isso do Maia. É o descumprimento do contrato. A grande discussão... Hoje, se todos tivessem cumprido de forma fidedigna, o.k.

A questão da responsabilização da União ou não está gerando certo entrave, que o Dr. José Maria pode de repente esclarecer. O Tribunal de Contas se acha agora no direito de também fiscalizar – está na revista da ABRAPP. O Tribunal de Contas da União agora quer fiscalizar.

Respondendo já a reboque, nós estamos indo, sim, à Procuradoria da República e noticiamos ao Tribunal de Contas da União as possíveis consequências que podem ocasionar essa situação específica e particular da separação de massas.

Preocupa-me muito, Senador, a questão de Libra, porque foi criada, no dia 1º de agosto, se não me falha a memória, a PPSA. E como fica a Petróleo S.A., que é patrocinadora de todo esse aporte financeiro do plano Petros? Como fica? Ela vai ficar saudável? Não vai ficar saudável? Daqui a 10 anos, 15 anos, como vai ficar a Petróleo? Uma mera executora ou a Petróleo que nós conhecemos hoje? Como vai ficar a PPSA diante do que nós estamos vendo? Então, não adianta também estar tudo definido com uma patrocinadora que, efetivamente, não tem como aportar.

Então, essa justa medida de que o Antônio Bráulio falou, para mim... Há até uma disposição da lei, Senador, em que ele fala em "direito acumulado". Não sei de onde tiraram isso. Conheço direito adquirido; direito acumulado estou tentando entender. É um divisor de água. Tem-se de respeitar o ato jurídico perfeito e o contrato firmado. Essa é a segurança jurídica prevista na Carta. Se o contrato for respeitado, nós não voltaremos aqui. V. Exª pode ter certeza de que não voltaremos mais aqui. Agora, não adiante desrespeitar o contrato como é desrespeitado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Dr. Rogério José Pereira Derbly.

A Graziela casualmente encontra-se aqui. Havia citado o seu nome. Graziela, se você quiser fazer alguma consideração, se assim entender, peça a palavra no momento que julgar mais adequado, o.k?

Agora, vamos dar a palavra aos convidados da Mesa por cinco minutos, sem prejuízo da sua fala. Vou começar com o Dr. Paulo Brandão, que terá cinco minutos, para suas considerações finais e para responder a qualquer questionamento que entenda que deva fazer.

O SR. PAULO BRANDÃO – Lamento a ausência do Senador Wellington agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele voltará.

O SR. PAULO BRANDÃO – Eu ia falar, justamente, das lutas que nós tivemos no passado, quando trabalhamos juntos no gabinete do saudoso Nelson Marchezan, seu conterrâneo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Do Rio Grande do Sul. Morreu em um acidente.

O SR. PAULO BRANDÃO – Tivemos uma luta enorme, no Congresso, para evitar que se acabassem com os fundos de pensão, principalmente os das estatais. A reforma que vinha, naquela ocasião, iria liquidar conosco. Tivemos a oportunidade de colocar, numa emenda de redação, a palavra "normal", que limitou o máximo da contribuição das parcelas à palavra normal. Se não tivesse essa palavra se inviabilizariam os fundos. Agora, é possível não a "anormal", mas a extra. Então, para cobrir o fundo de pensão é permitida a extra. O Bráulio sabe muito bem disso, ele lutou junto conosco aqui no Congresso Nacional.

Mas queria dizer que o eminente Diretor-Superintendente da Previc, brilhante aliás, companheiro – e vou chamar assim porque é assistido, como eu –, é muito hábil na sua fala e muito inteligente. Mas ele tirou um pouquinho o corpo fora da Previc quando disse que nada do que falei pode ser feito, a não ser mudando-se a legislação, o que não é verdade. Aí está a sua habilidade e inteligência, mas ele não vai fugir dessa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele vai falar no fim da rodada.

O SR. PAULO BRANDÃO – Na realidade, as Leis Complementares nºs 108 e 109 dizem o seguinte: "O Presidente dos Conselhos, tanto o fiscal quanto o da patrocinadora, têm o voto de desempate." Mas não diz como é esse voto de desempate. Onde é que se diz isso? No estatuto ou no regimento interno do conselho deliberativo. Sobre isso aí a Previc pode, sim, companheiro, fazer uma intervenção para mostrar que, não tendo estatuto e não tendo regimento interno, a entidade está descumprindo a Constituição Federal e que está usando mal, vamos dizer assim, as Leis nºs 108 e 109.

Então, o que nós, na realidade, desejamos, é justamente isso. É necessário que a Previc analise o

estatuto e veja que, na realidade, o que se pode fazer – e ainda está lá, inclusive, a proposta de alteração do estatuto – é alterar justamente, criar o regimento interno, limitando o voto, que é o que o Berzoini, em seu projeto, apresenta. Isso resolve. Não se precisa, companheiro, modificar a legislação. Não é preciso, basta uma alteração ou a criação do regimento interno e isso fica disciplinado. Basta isso.

Queria, na realidade, reforçar, Senador, que o Rogério Derbly apresentou com muita propriedade uma questão sobre a qual já falei, que é o cumprimento do contrato. O contrato entre o participante e o fundo de pensão, no caso da Petros, regulamenta como é a revisão do benefício do participante, está no contrato. Não pode um acordo coletivo feito por parte dos interessados colocar um parágrafo que diz que a revisão dos benefícios de uma parte do todo, que são os não repactuados, se dá de acordo com uma tabela congelada. Para o quê? Para burlar justamente o contrato. Então, é de uma ilegalidade flagrante isso. Esse cálculo é de uma ilegalidade flagrante.

Então, eu queria encerrar as minhas palavras dizendo, Senador, que – na realidade, é o companheiro diretor superintendente da Previc, chamado assim porque é um assistido como eu –, por favor, analise melhor isso. Não é necessária uma alteração na legislação. Não jogue para cima. Mas vamos criar no nosso meio mesmo a solução.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essas são as últimas palavras, nesta audiência pública – teremos outra –, do Dr. Paulo Brandão, que falou pela Fenaspe.

Eu vou deixar aqui só essa leitura, porque é a segunda já que recebi aqui. Eu ia ler no final, mas já o faço agora.

Pergunta o Everton Ferreira:

Eu gostaria de saber se o presidente da Previ está presente". [Não está – estou respondendo já.] Já que ele não dá um pingo de atenção aos associados da Previ. Caso afirmativo, perguntar a ele a respeito da discrepância entre as aposentadorias dos meros associados e de dirigentes.

Então, informo que o Presidente da Previ, Sr. Dan Antônio Conrado, foi convidado, mas disse que não poderia estar presente por motivos de muitos compromissos tanto dele quanto de seus representantes. Estou apenas respondendo à pergunta que aqui me chegou.

Agora, eu passo a palavra à Srª Isa Musa Noronha, Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, para os seus cinco minutos como considerações finais.

A SRª ISA MUSA NORONHA – Eu quero agradecer a oportunidade, agradecer a riqueza dos debates, dos esclarecimentos.

Eu posso dizer que o presidente da Previ não vem aqui porque o Banco do Brasil não se submete a nada. O Banco do Brasil ousa não cumprir determinações da Previc com relação ao estabelecimento do teto de benefícios. O presidente do Banco do Brasil não comparece às audiências públicas porque não tem o devido respeito a esta Casa, seja o Senado ou a Câmara. É uma maneira de fugir ao debate. Ele não teria como justificar, na nossa presença, o não estabelecimento de um teto de aposentadoria e pensão. Como não tem resposta, é mais fácil ficar lá dentro bem escondido.

O Senador Wellington Dias não está, mas ele nos falou a respeito da proliferação de direitos que são reivindicados na Justiça. E eu concordo com o senhor, que diz que, se houvesse cumprimento de contratos, não haveria ações judiciais. Se o plano de benefício e se o fundo de pensão cumprissem todas as suas obrigações pactuadas no início, no contrato de adesão, não haveria ação judicial. Ninguém vai à Justiça por brincadeira. Custa caro ir aos tribunais. Advogado custa caro.

E nós temos, sim, senhor, um afeto muito grande ao Banco do Brasil, à própria Previ. É muito dolorido para a gente acionar o Banco do Brasil ou a Previ na Justiça. Nós as criamos, são entidades nossas. O senhor falou que a Petros é de 1970. A Previ é de 1967. Então, são coisas que nós criamos, e, ao longo dos anos, em decorrência de alterações estatutárias provocadas por mudanças legais, foram criando diversas castas de aposentados e pensionistas dentro da própria Previ.

Nós temos na Previ os pré-67, os pós-67, mais pré-97, os pós-98, que são as mesmas pessoas que trabalharam no mesmo Banco do Brasil, mas têm benefícios e direitos diferentes com relação à Previ. E essas discrepâncias legais foram produzidas ao longo dos anos, através de leis complementares, emendas, normas, e, o pior, resoluções que ultrapassam o espírito da lei.

E eu gostaria, Dr. José Maria, de sugerir – e talvez aqui o Congresso seja o melhor caminho também – que fosse revista a composição do Conselho Nacional de Previdência Complementar. Os senhores imaginem que são oito membros, sendo que o Ministro da Previdência é quem o preside; depois, seis representantes do Poder Público, e um apenas, que é a Anapar, falando pelos direitos de participantes assistidos. Acredito que uma composição mais ampla, que desse voz e voto a representantes de associações de aposentados e pensionistas, pelo menos dos dez maiores fundos

de pensão do País, daria maior representatividade ao Conselho para provocar as mudanças legais.

A Resolução nº 26 foi aprovada com o voto de todos, exceto o do Sasseron, que era o representante da Anapar. A Resolução nº 11, de retirada de patrocínio, idem. Houve consenso em alguns pontos. O Sasseron pautou algum pedido de alteração, mas, quando se ouvia cada um dos representantes do Poder Público, era: "a Fazenda não concorda", "a Casa Civil não concorda", "o Planejamento não concorda".

Então, todas as alegações, por mais bem embasadas que fossem, do companheiro Sasseron, ficaram perdidas. É desigual o equilíbrio; não há equilíbrio dentro do Conselho Nacional. A composição de forças não nos dá nenhuma tranquilidade. Amanhã virá outra resolução. É preciso mudar isso. É uma sugestão que se faz à Previc.

Quero agradecer, mais uma vez, ao Senador Paim e dizer que, de maneira nenhuma, eu quis desmerecer o trabalho que ele faz em favor do Aerus – muito pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tenho certeza disso.

A SRª ISA MUSA NORONHA – Eu senti, porque o tema era dignidade, e não existe nenhuma dignidade tão ultrajada quanto a do pessoal do Aerus. Mas reconheço o trabalho que o senhor faz, não só em defesa dos fundos de pensão, mas de toda a Previdência complementar, do regime geral. Reconheço e gostaria que a gente tivesse mais companheiros Senadores do nosso lado.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Obrigado. Essa foi a Srª Isa Musa Noronha, Presidente da Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil. Claro que entendi a mensagem dela desde o início. Ela fez um gesto carinhoso para o Aerus, e eu disse que estava havendo uma negociação. Que bom que você chegou aqui para nos dizer como está ou não está, até para que a gente possa ver o que podemos fazer de forma conjunta.

Passo agora, para os seus cinco minutos finais, ao Dr. Rogério José Pereira Derbly, assessor jurídico do Grupo em Defesa dos Participantes da Petros.

O SR. ROGÉRIO JOSÉ PEREIRA DERBLY – Senador, mais uma vez, não tenho como esconder a felicidade. Agradeço a sua postura, hoje ímpar – talvez não tão ímpar assim, pois já tivemos o apoio do Senador Wellington e, amanhã, com certeza, teremos o apoio de outros, porque a situação é, efetivamente, não grave, mas estamos caminhando para isso.

Infelizmente, temos sempre de falar do Aerus, porque o Aerus é o mau exemplo. O que gente está buscando é tentar uma solução para esses novos planos, para que isso não aconteça. Então, só reiterar e reforçar o pedido a V. Exª, de já sairmos daqui com uma nova audiência marcada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só queria que V. Sª me dissesse... Já tomei nota para uma nova audiência com a presença do Aerus, da Anapar, da Previ – e vou insistir com o presidente lá, porque esses recados que me chegam, duros contra a Previ, alguém vai ter de responder. Vou convidar...

O SR. ROGÉRIO JOSÉ PEREIRA DERBLY – A sugestão seria do IBA, do Instituto Brasileiro de Atuária, até para poder esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você tinha citado duas entidades.

O SR. ROGÉRIO JOSÉ PEREIRA DERBLY – O STEA e o IBA. Seria interessante...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Os da Mesa já estão todos convidados para a próxima. Nós estamos ampliando, chamando o Aerus, que não estava, a Anapar, que não estava, a Previ, que não estava, e essas duas, STEA e o IBA, que também não estavam. Seria uma audiência com duas Mesas.

O SR. ROGÉRIO JOSÉ PEREIRA DERBLY – Isso, Senador, porque aspectos técnicos poderiam ser abordados e esclarecidos com maior precisão, o que é importante, porque a premissa atuarial, a questão técnica atuarial pode ser muito mais abordada por essas entidades que eu lhe disse.

E encerraria, pedindo a Oxalá que lhe desse muita saúde, muita força para poder encarar mais esse caminho que V. Exª está percorrendo – não tenho dúvida. Repito: eu fico honrado porque V. Exª veio hoje, mesmo em dificuldade, aqui – comprometeu-se e veio. Deu-nos, na quarta-feira passada, a oportunidade de vir a falar. Então, eu só tenho a agradecer, em nome do GDPAP e de todos aqueles que nós representamos e, em nome de outros que nós temos assessorado.

Que essa audiência seja marcada para breve, com a participação das mesmas pessoas, para que, talvez, novidades possam ser noticiadas nessa nova audiência a fim de elucidar essa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr Rogério José Pereira Derbly, que aqui representou o Grupo em Defesa dos Participantes da Petros.

Agora vamos para o Dr. Antônio Braulio de Carvalho, da Funcef.

O SR. ANTÔNIO BRAULIO DE CARVALHO – Sr. Senador, eu quero aqui, primeiramente, agradecer em nome da Funcef, em nome do Presidente Carlos Alberto Caser e de todos os demais diretores da fundação, essa oportunidade de participar deste fórum, momento pelo qual a gente tem ansiado muito, de fazer uma discussão um pouco mais ampla do sistema previdenciário.

E, aqui, eu procurei não cair na tentação de falar especificamente de Funcef, mas trazer alguns temas que a gente tem pautado como sendo estratégicos e fundamentais para o sistema de Previdência complementar; para que a gente veja esse sistema cada vez mais robusto e cada vez mais com essa possibilidade de cumprir a sua missão, que é cuidar da qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros, dos participantes dos fundos de pensão, mantendo uma perspectiva de crença no futuro não só para o participante, mas para todos os seus familiares.

Isso requer um pouco mais de atenção e respeito ao contrato previdenciário, aos regulamentos. Concordo plenamente: o contrato faz a lei entre as partes, e não há por que questionar – o que está pactuado deve ser cumprido. Não é para isso que eu estou chamando a atenção. E, por outro lado, também, a questão de inclusão de benefícios não programados, não projetados, porque me parece muito simples, e parece simples para a sociedade, quando o participante vem solicitar um benefício não programado e fala: "Nossa, uma fundação é milionária, e o que é estabelecer um benefício de R$1 mil ou de R$1,5 mil reais?".

Só que, para as premissas hoje colocadas no sistema, para pagar R$1 mil em termos de perenidade, eu preciso de uma reserva matemática de R$200 mil; é de 200 para 1 na maioria dos fundos. Então, pensa-se só no resultado financeiro, mas não se pensa na questão atuarial. E, aí, é o que eu tenho sempre dito: isso aí é diluído pelo mútuo.

E eu não acho que aqui seja uma relação de levar vantagem; os patrocinadores deveriam encarar os fundos de pensão como um investimento no futuro dos seus participantes, do seu grupo, dos seus colaboradores, e não como um aspecto simplesmente lucrativo, como já foi chamada a atenção aqui: ter um resultado superavitário passa a ser de interesse absoluto dos patrocinadores. Eu acho que é preciso refletir um pouco sobre isso.

E a questão do conceito previdenciário. Eu penso que nós, que militamos em Previdência complementar, jamais poderemos nos afastar do fato de que fundo de pensão tem que ter o aspecto previdenciário. E, aqui, eu tenho me debatido muito com essas questões, com essas tentativas de flexibilização, o que dá outra audiência pública – eu não vou entrar nisso aqui. Mas flexibilização dos fundos de pensão, achando que vai atrair novos participantes. Eu acho que, para sair da lógica de Previdência e passar para uma lógica meramente econômica, nós temos várias entidades que fazem isso com muito profissionalismo e com condições para fazê-lo.

Então, eu acho que são esses os pontos nos quais a gente precisa pensar permanentemente.

E há a questão da educação previdenciária, sem a qual penso que o País não evolui neste aspecto. Quando se diz a um jovem de 18, 19 anos que está entrando no mercado de trabalho que, daqui a 35 anos, ele vai se aposentar, para ele, é quase falar um absurdo, porque ele não está pensando nisso.

Novamente, quero parabenizar a Comissão pela iniciativa e nos colocar à disposição para debater quaisquer desses temas, aprofundá-los. Estamos abertos a novas oportunidades.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Antônio Braulio de Carvalho, que falou pela Funcef.

Anotei aqui a sua sugestão da Previdência no campo da educação. Nós vamos mandar uma nota técnica para a Consultoria do Senado, para ver se é possível construir algo nesse sentido.

Agora, passamos a palavra, para encerrar, ao Diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Sr. José Maria Rabelo.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Senador Paulo Paim, colegas de Mesa que nos honraram com suas intervenções, senhoras e senhores, correndo o risco de ser um pouco repetitivo, mas, dentro do tempo previsto, eu queria reiterar o entendimento da Previc quanto à importância deste debate. Por isso, Senador, a presença de todos os diretores que compõem a diretoria colegiada da Previc, do primeiro ao último minuto, e de outros profissionais qualificados na gestão Previc.

Nós temos certeza de que, mesmo naqueles aspectos em que eventualmente nós possamos discordar, as intervenções são muito importantes. Acho que esse convencimento tem de ser formado a todo o tempo, a interpretação da lei pode ser atualizada. É normal que isso aconteça, como acontece no âmbito do Judiciário. Em termos administrativos, também não há impedimento algum para que essa interpretação evolua.

Nós não temos dificuldade alguma em rever qualquer ponto da atuação da Previc. Eventualmente, se entendermos que há argumentos, dados e fatos suficientes para nos convencer de alguma mudança de posicionamento, vamos fazê-lo com muita tranquilidade. Acho que esse é o papel do gestor em qualquer âmbi-

to e também assim entendemos no âmbito da gestão pública. É evidente que, por questão de segurança de todas as partes, não é possível fazer uma atualização tão permanente, mas é inerente ao processo que venhamos formando conhecimento e convencimento que possibilitem essa atualização.

Por orientação do Senador Paulo Paim e em respeito à participação popular, lerei uma pergunta que foi feita, com o pedido do Senador de que eu a respondesse. Farei a ressalva ao final.

O Sr. Everton Pereira pediu que fosse perguntado a mim quando a Previc irá interditar os dirigentes da Previ pelo não cumprimento de suas determinações com relação ao teto.

Quero só lembrar, como já ressalvei desde o início, que estou impedido de tratar de questões individuais, mas, em respeito à pessoa que fez a intervenção, só quero dizer que não passa pela nossa cabeça, sinceramente, nenhuma decisão de natureza mais drástica. Nós trabalhamos e investimos toda nossa energia sempre no convencimento. Investimos nessa possibilidade e entendemos que não seria nada salutar para o sistema qualquer tipo de decisão usando, mesmo que seja uma atribuição legal da Previc, uma decisão de força. Não investimos nessa possibilidade. Acreditamos, sim, no consenso, na convergência, no convencimento. Gastamos nossa energia, a nossa pouca inteligência, diferentemente do que foi apontado pelo Dr. Brandão, nessa direção.

Com relação ao apontamento do Dr. Brandão, agradeço pela referência elogiosa e vou tentar responder na mesma linha de fazer os elogios. Não consegui responder à questão de fundo. Os elogios não seriam gratuitos, definitivamente, porque conheço, de fato, a qualidade profissional e pessoal. Nesses quase três anos em que estou à frente da Previc, muitas vezes nós conversamos, e sempre o senhor traz contribuições importantes para os nossos trabalhos.

No entanto, muito concretamente, com relação a entidades que estejam sob o guarda-chuva da Lei Complementar nº 108, a interpretação vigente é de que o estatuto da entidade deve prever, sim, o exercício do voto de qualidade, exatamente nos termos em que a Lei nº 108 prevê. Então, não tratamos isso como algo facultativo, mas obrigatório.

Por isso, volto à questão de que qualquer mudança deveria ser feita a partir da revisão do nosso arcabouço regulatório.

Se me permite o Dr. Rogério, pelas intervenções bastante firmes e edificantes do ponto de vista de compreensão desse ambiente, concordamos plenamente que é indesejável...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – ...termos esse nível de judicialização no sistema. É claro que, sem dúvida, o cumprimento do contrato previdenciário é fundamental. O que nós temos, muitas vezes, são interpretações diferentes com relação a esse cumprimento, que acabam desaguando no Judiciário, o que, de fato, acaba sangrando o sistema: as respostas demoram, as decisões demoram, e, muitas vezes, as partes, mesmo que eventualmente venham a ser vencedoras, acabam não se satisfazendo até por aspectos de finitude das pessoas.

Então, concordamos que o ideal é o investimento, por todos os atores, em soluções mais administrativas. Colocamos à disposição um mecanismo criado recentemente, que é a Comissão de Conciliação, Mediação e Arbitragem no âmbito da Previc para tentar resolver essas questões.

Só uma observação, correndo contra o tempo, Senador. Comprometo-me a ser breve, mas não queria deixar ao largo a questão do Dr. Rogério relativa à aplicação do CDC à Previdência complementar fechada, creio que fruto de uma súmula do STJ que assim estabelece quando se trata de Previdência complementar. Na verdade, a súmula nem estabelece que é fechada, mas também não faz a ressalva de que seria aberta e trata igualmente os dois sistemas. O nosso entendimento é o de que essa é uma discussão importante a ser feita, de fato, no Judiciário.

Em todas as questões que entendermos serem conceituais, que tragam repercussão inclusive do ponto de vista de risco sistêmico, a Previc tem-se colocado à disposição do sistema, para atuar, seja como *amicus curiae*, seja eventualmente apresentando memoriais, visitando os ministros na defesa não de uma parte envolvida no processo, mas de conceitos fundamentais do sistema. Eu posso antecipar para o senhor que, de fato, o nosso entendimento com relação à aplicação do CDC vai muito mais na linha de que seria mais natural a sua aplicação na Previdência aberta – não falo pela Previdência aberta, obviamente, mas só fazer o contraponto – em vez da Previdência fechada, porque concordamos que não temos, de fato, na Previdência fechada uma relação de consumo dentro do espírito que está impregnado no CDC. Consequentemente, sempre que houver oportunidade, colocamo-nos à disposição para discutir até eventuais ações no tribunal, para que essa jurisprudência possa ser ajustada.

O último ponto – permitam-me Senador Paim, senhoras e senhores – é só para não perder a oportunidade em relação à minha amiga Isa, que fez uma observação com relação ao CNPC. Isa, nós a respeitamos muito – você sabe muito bem disso –, mas o apontamento que você fez em relação ao CNPC não

é exatamente como ele está estruturado. Você mencionou que ele teria sete atores governamentais e apenas um do sistema. Na verdade, ele tem cinco governamentais – e nesse sentido, sim, reconhecemos que é maioria; de oito membros, cinco são governamentais, que são a Previc, o próprio Ministério da Previdência, os Ministérios do Planejamento, Fazenda e Casa Civil –, mas tem três representações da sociedade: uma de participantes e assistidos, uma segunda de entidades fechadas de Previdência complementar, e a terceira, representando simultaneamente patrocinadores e instituidores.

Podemos discutir. Acho que a discussão sobre se o número é suficiente ou não é válida, até para que o sistema possa evoluir normalmente, mas não temos essa situação mencionada por você de apenas uma representação. Entendi o valor e a importância da representação que você explicitamente nominou, mas as demais também são representações da sociedade civil, por assim dizer, e têm um papel muito importante. Eu posso dizer, como membro do conselho, que todas as decisões se fazem após exaustivo debate, após uma convergência.

O exemplo concreto, aliás, por mais que ainda dela se discorde, é a própria Resolução nº 11, que regula a retirada de patrocínio. Essa resolução esteve em discussão no âmbito do CNPC por dois anos. Eu diria que, se houvesse qualquer disposição do Governo em, digamos, ignorar os demais atores e aprovar uma resolução que fosse do seu agrado, ele poderia ter feito isso há pouco mais de dois anos. E só o fez recentemente, no início deste ano, porque houve um esforço, inclusive dos órgãos de Governo em buscar uma convergência. E a convergência possível foi aquela que resultou na Resolução nº 11, que pode não ser a dos sonhos de todo mundo, mas foi, de fato, a convergência possível.

Com isso, Senador, pedindo desculpa por ter extrapolado um pouco o tempo, eu agradeço a oportunidade de estar aqui e me comprometo – nós nos comprometemos pela Previc – em participar sempre que houver discussões relevantes envolvendo o sistema, porque todos saímos ganhamos. Acho que o interesse... Acho não, tenho certeza absoluta de que o interesse é exatamente o mesmo: termos um sistema sólido em que os conflitos de interesse sejam bem administrados. O conflito de interesse é um pouco inerente ao nosso sistema; então, não adianta fugirmos dessa realidade. Mas temos de ter governança, temos de ter mecanismos, tanto do ponto de vista da regulação quanto da supervisão e na fiscalização, que ajudem na prevenção e mitigação desses conflitos. Então, coloco-me à disposição sempre.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. José Maria Rabelo, Diretor da Superintendência da Previc.

Aproveito o momento para cumprimentá-lo e lamentar a posição da Previ. Eu faço um apelo ao Sr. Dan Antonio Conrado que, se não puder vir, que pelo menos mande um representante para falar pela Previ.

Aqui, dou o exemplo do Dr. José Maria Rabelo, da Previc, que não se obrigou a concordar com todos os convidados. Ele expôs os pontos de vista dele diplomaticamente e foi tratado com carinho e o respeito que uma audiência pública exige. Dr. Dan, sou contra o voto secreto e digo que o voto secreto é quase o voto da covardia. Não estou dizendo de V. Sª isso; estou dizendo isso do voto secreto. Quem vota secretamente é porque não assume as suas posições. Eu acho que a Previ precisa vir aqui colocar seu ponto de vista.

Por isso, Dr. Dan Antonio Conrado, fica aqui o nosso registro. Lamentamos a ausência de V. Sª, que responderia, na visão da Previ, a cada um dos questionamentos e seria tratado diplomaticamente, de forma muito educada, como todos aqui o foram. Então, esperamos que, na próxima, V. Sª esteja presente conosco.

Enfim, vamos aos encaminhamentos desta audiência.

Senador Wellington Dias: criação de um grupo parlamentar para atuar nesta questão, revisar a legislação e, quando possível, encaminhar providências junto aos fundos e aos órgãos responsáveis pela solução.

Vamos dialogar sobre essa proposta com o Senador Wellington Dias.

Foi aqui sugerida uma nova audiência: que, além dos participantes, sejam convidados o Aerus, a Anapar, a Previ – Presidente, estou pegando no seu pé, mas com carinho; veja bem, aqui não houve nenhuma proposta agressiva –, STEA e IBA.

Por último, também foi colocada aqui a proposta de que a gente tente avançar aqui no Congresso Nacional sobre a questão educação previdenciária, ou seja, nos bancos escolares, para que o jovem de hoje saiba o seu futuro, conhecendo melhor a Previdência.

Aqui, alguém apresentou a proposta de alteração do art. 14, da composição.

Esses são os encaminhamentos. Assim, encerramos a nossa audiência pública do dia de hoje, com o compromisso de marcar uma próxima.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, V. Sª irá falar. Estou encerrando com os convidados. Aqui está anotado que o Aerus encerra.

Como a Graziella Baggio não estava neste painel, e foi levantada a questão do Aerus, eu lhe disse, assim que ela chegou que ela teria direito a usar a palavra ao final, para nos dar o informe, já que todos nós também estamos apreensivos com a situação do Aerus.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Bom, inicialmente boa tarde a todos. Foi um prazer chegar ainda em tempo para esta audiência. Sempre estaremos à disposição para debater o assunto, porque eu acho que, de fato, a educação previdenciária só terá efeito quando o Governo corrigir os erros cometidos no passado. Não adianta hoje discutir Previdência complementar em qualquer empresa aérea. Nenhum trabalhador quer, e não acredita nisso. Então, acho que isso demanda a sociedade discutir com o Senado e ter muito mais informação e muito mais garantias.

Lembro-me de que, com o Deputado Gushiken, com o nosso querido Maia, a gente discutia o seguro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me. O Gushiken e o Maia foram duas pessoas com quem eu convivi. Ambos eram bancários, só que, depois, o Maia virou advogado, e o Gushiken virou deputado – duas pessoas com quem eu tive uma relação muito próxima e carinhosa.

Não vou pedir um minuto de silêncio, mas vamos pedir uma salva de palmas. Que os dois, lá de cima, nos ajudem nesta caminhada. (*Palmas*.)

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Obrigada. É merecido, porque eles nos deixaram um legado: um foi o Aerus, para eu tocar e tentar sair desse quadro; e o Gushiken deixou a lição do que deveria ser um plano de pensão sério. Eu digo isso, porque eu tenho apostila dele, a primeira, inclusive publicada pelo Ministério da Previdência, em que tudo teria de ser respeitado, o contrato feito. É o que o doutor falou: a situação do Aerus hoje decorre do fato de que os contratos não foram respeitados. Nem os contratos de renegociação! A SPC permitiu 21 renegociações sem ter dinheiro para Varig e oito para a Transbrasil. É um absurdo!

Então, o que eu acho que também envolve essa discussão é a impunidade dos administradores, não só dos fundos, mas das patrocinadoras. A gente não viu nenhum patrocinador ser preso, ser condenado. A gente não viu nada disso, a não ser agora. Acho que não foi nem patrocinador que foi preso nessa operação; eram pessoas que estavam indicando investimentos. Não foi patrocinador, não foi administrador. É uma coisa de louco a impunidade nos fundos de pensão.

E falo isso também para os interventores que existem hoje atuando no Brasil, que omitem informações. Os participantes passam a não ter informação de nada, publicação de nada. Sob a égide da falta de dinheiro no fundo, não se publica mais nada, não se manda... Imaginem! Estamos falando de 10 mil participantes do Aerus, com uma idade média de 75 anos! Ora, eles não têm a facilidade do computador. Como o fundo de pensão não manda uma correspondência para ele saber qual é o benefício dele, quanto é que ele vai pagar ou quanto ele poderia receber, caso isso viesse a ser normalizado. Nem uma carta pelos Correios é expedida sob a égide de não se gastar dinheiro. No entanto, o fundo tem 3.800 ações. Há oito anos o Aerus está se defendendo e gastando dinheiro do participante para se defender de 3.800 ações e não dá o direito de o participante saber o que há lá dentro.

Falo isso do Aerus, Dr. Rabelo, e também do Aeros, da Vasp, porque eu tenho recebido muitas reclamações, entre elas a de que a interventora, Maria Batista, sequer está recebendo os participantes, sequer está cumprindo decisão judicial.

Eu pedi inclusive, Dr. Rabelo, a todos os participantes que estavam se sentindo prejudicados para escreverem através da ouvidoria. O senhor, na outra audiência da Senadora Ana Amélia, sugeriu aos participantes que estavam preocupados ou sentindo falta de informação para denunciarem. Então, já deve estar na ouvidoria da Previc há mais de 15 dias essa reclamação com relação à interventora do Aeros, que também hoje está sem solução. Está judicializada a questão do Aeros/Vasp, e não tem solução.

Acho que todo mundo tem medo dos problemas por que o Aerus passou. Acho que esse problema do Aerus deveria ser a alavanca para que a gente definitivamente desse a solução para os fundos, porque não pode o participante sofrer as decisões inconstitucionais que os dirigentes da SPC autorizaram. Estamos falando aqui da nº 26, da CGPC nº 11, retirada de patrocínio. "Ah, mudou". Antes, não podia mudar, porque ninguém poderia sair do plano, porque quem estava no plano era sócio do lucro e do prejuízo. Agora, não. Se só há cinco pessoas lá dentro, eles aprovam uma reforma. São outros tempos. Então, pode romper contrato. Aí, quem fica com o problema? Os participantes, porque foi um rompimento de contrato, sim, poder sair do fundo. Isso é rompimento de contrato.

Todos os fundos, pelo menos os que têm a idade do Aerus, são de mutualismo. Na hora em que sai um participante autorizado pela Previc, isso foi inconstitucional; rompeu-se o contrato. Permitiram à TAM sair do Aerus, com dez anos que ela estava lá, com todo dinheiro dela, sem imaginar a dívida que possivelmente havia no Aerus. Agora, por lei, estão permitindo a patrocinadora sair. Isso é o final do mundo! Teria de parar tudo e começar a discutir urgentemente essa questão, porque ninguém vai acreditar.

Tenho medo do funcionalismo público, que vai cair agora dentro do... Eu inclusive acho a ideia boa, mas é cair dentro de uma cilada, já que se está vendo tudo o que está acontecendo com os fundos atuais. O Presidente da Previ, representante dos trabalhadores, não quer vir a uma audiência pública esclarecer os problemas que estão acontecendo lá dentro! Isso é um absurdo! É um absurdo! O Presidente da Previc está aqui. Tudo bem. Deve haver outras razões, mas eu acho um absurdo.

Senador, confesso ao senhor que estou convencida de que as autoridades são muito mais culpadas do que os próprios patrocinadores e os próprios trabalhadores, porque a gente diz que há a pessoa que recebe dinheiro, mas há a que dá dinheiro para conseguir algumas situações. O senhor imagina que o último ato publicado no *Diário Oficial da União* do dia 31 de dezembro de 2002, às 14 horas, o último *Diário Oficial* do ano, foi o Governo Fernando Henrique Cardoso permitindo à Varig pagar quanto quisesse, como quisesse e quando quisesse. Isso saiu publicado no *Diário Oficial*! No *Diário Oficial*! Ou seja, o tal contrato existente... Tudo bem. A TAM saiu, saiu mais uma patrocinadora. Não me lembro, mas outras pediram para sair e acabaram nem saindo, mas a TAM, sim, e levou todo dinheiro, o *cash* dela.

Agora, a Secretaria de Previdência Complementar permitir esse rompimento de contrato! Isso é para mandar prender, e há os nomes de quem estava na SPC e fez isso. Isso é absurdo! Vai dizer: "Não. Tinha de se fazer isso por conta da situação da Varig"! Ei, onde nós estamos? Que Brasil é este? Nunca antes neste País tinha-se visto uma coisa dessas, porque, na verdade, isso aqui é o que garante o benefício do participante. Na hora em que a Varig estava em dificuldade, tudo bem, eu cansei de escutar: "Ah, mas se a gente intervier, a empresa vai fechar". Oras, já tinham permitido tantas renegociações e nunca pensaram nisso? Ela fechou do mesmo jeito.

Então, por que não se fez antes para impedir o tamanho do rombo que o Aerus criou? Que impunidade! Onde está a penalização dessas autoridades indicadas pelo governo da época, que permitiu isso? Isso é um absurdo!

Anapar, o que o trabalhador pode fazer? Nada! O governo é que permitiu. Foi o governo que fez essa lei.

Então, não só esta audiência, mas já participei de outras... Senador, quero aqui mais uma vez agradecer ao Senador pela luta que tem tido com todos os fundos e com o assunto Previdência – Previdência Social, Previdência complementar. Isso faz parte da agenda anual de trabalho desta Comissão, e eu, sempre que posso contribuir, contribuo.

Na verdade, hoje estamos em um impasse no Aerus, porque nós estamos sem posição do Governo a respeito da decisão da Presidenta Dilma, porque a Presidenta Dilma... O senhor estava na audiência. Daqui a pouco vão dizer que o senhor mentiu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a presença de nove Senadores.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu fui o responsável para falar sobre fator previdenciário e o Aerus.

Qual foi o compromisso lá? Vou resumir: vamos abrir a negociação para resolver a questão do Aerus e vamos abrir também a negociação da questão do fator. Então, não me venha agora esse ministro dizer na imprensa que o fator não está em debate. Está em debate sim, por decisão da Presidenta. Se quiserem negar o que a Presidenta disse, neguem...

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Que ela venha a público falar que não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas isso foi firmado na presença de nove Senadores. Eu falei de Aerus e falei do fator, da questão dos aposentados.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Isso. Então, nós participamos de umas três audiências junto à AGU. Duas delas foram com a nossa assessoria técnica, com os advogados que estiveram na AGU discutindo. Nós apresentamos uma série de sugestões para o Governo, sugestões, eu diria, bastante generosas para o Governo, no sentido de não ter de disponibilizar nenhuma montanha de dinheiro impossível. Muito pelo contrário.

Eu quero dizer para o senhor que, desde aquela oportunidade em que aqui estivemos no Senado confinados, aumentou o número de óbitos sensivelmente. Havia um a cada 72 horas; agora temos um a cada 48 horas, inclusive de algumas lideranças que lutavam nesse processo há oito anos junto comigo. Isso desmonta muito as pessoas, porque se percebe que elas se foram sem atingir o objetivo.

As pessoas não estão mais acreditando na AGU, na Presidenta Dilma, porque ela se comprometeu, e passaram-se três meses sem que houvesse solução alguma, mas eu ainda tenho otimismo, Senador. O senhor sabe que eu não desisto nunca. E lutar é preciso, porque foi muita leviandade, foi muita coisa ruim que fizeram com o patrocinador, patrocinado pelo Estado! Essa talvez seja a diferença em relação a outros fundos que aqui foram citados. Eu não estava presente, mas talvez até tenha havido comentários desairosos, de que a Varig não assumiu o compromisso, que não

pagou, que fundo privado é uma coisa, que 108 é outra. Isso não tem nada a ver; todos eles são fiscalizados pela Previc, e isso já está superado pela Justiça Federal aqui de Brasília, em sentença promulgada a favor dos trabalhadores e dos participantes do Aerus, patrocinada pelo escritório do Dr. Castagna Maia.

Então, eu queria deixar registrado que a gente tem muitos pontos para perseguir, muitos! E acho que se houver pessoas de bem participando dessa discussão, nós podemos evoluir. Se não, nós vamos para aquilo que foi colocado aqui: interesses outros que não os dos participantes. Eu tenho certeza com relação a isso.

Uma questão que, para mim, é muito séria é da impunidade desses administradores, sejam eles das patrocinadoras ou até mesmo dos interventores, com a falta de informação aos seus participantes. Mesmo estando sob intervenção, acho que a informação é mais necessária ainda do que numa situação normal.

Por demais, em concordo, sim, em ampliar a CGPC, se o Presidente da Previc diz que existe essa chance. E nós temos que investir, sim, porque quem não está representado pelos grandes fundos nunca estará por ninguém. Eu acho que a educação previdenciária depende, sim – vou usar uma palavra muito forte –, de um resseguro que a gente venha a fazer para garantir o benefício de todos os participantes; e isso precisa de um resseguro. Você precisa de um seguro para poder (*Falha na gravação*.). Se isso não existir, pode dar educação desde o neném no útero da mãe, que ele não vai para uma Previdência privada. Ele não vai, porque, com tudo isso que está acontecendo... e os riscos de acontecer (*Falha na gravação.*) para frente são muito grandes.

Eu queria deixar claro aqui, também, que quando se falou – estou encerrando – de contratos que têm de ser cumpridos, os primeiros a romper o contrato na questão do Aerus, só para deixar bem esclarecido – eu acho que o segundo foi o SPC – foram os militares. O DAC, na época, foi o que criou o Aerus, que na verdade era formado por três pilares: patrocinador, participantes e 3% arrecadados das passagens de passageiros e de cargas. E esse pilar aqui, com sete, oito, nove anos, o diretor-geral do DAC mandou um ofício dizendo que estava suspenso, porque o fundo estava muito bem, obrigado.

Ou seja, quem era SCP à época que permitiu isso? E um militar foi lá, deu essa ordem e suspendeu a terceira fonte, que hoje trouxe a situação em que nós estamos? Então, eu diria que os participantes são mais vítimas do governo, do sistema e – principalmente nós – do militar, à época, que comandava a aviação brasileira e trouxe essa tragédia a que estamos assistindo há oito anos; os mais de dez mil trabalhadores da Varig, Rio Sul, Transbrasil, Sata, GE..., de todas as 28 patrocinadoras que fazem parte do fundo.

Muito obrigada.

Meus parabéns a todos os palestrantes, e estou à disposição do Senador. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Srª Graziella Baggio.

Eu quero registrar a presença conosco da Senadora Ana Amélia, sempre companheira nessa caminhada. Ficam aqui minhas palmas já para ela. (*Palmas.*

Nós tínhamos encerrado a Mesa, mas a Senadora falará, naturalmente, e depois o José Maria Rabelo, que aqui representa a Previc, gostaria de fazer algumas considerações finais. Então, seria bom que a Senadora Ana Amélia usasse a palavra agora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu cumprimento o caro Presidente desta audiência pública promovida pela CDH, Senador Paulo Paim; o caro Dr. José Maria Rabelo, para mim presidente da Previc; a Drª Isa, que já conheço; o Paulo Brandão e também o Rogério.

Eu queria cumprimentá-lo, Dr. José Maria, porque não é a primeira vez. O senhor sempre está mostrando a responsabilidade que a instituição tem com o Parlamento, mas, sobretudo, com as pessoas que integram o setor que o senhor fiscaliza. O senhor é um agente fiscalizador. A Previc é fiscalizadora. O que não foi feito no passado redundou nesse desastre escandaloso que se chama Aerus.

Eu recebi aqui, Senador Paim... Eu queria cumprimentá-lo também pela iniciativa. Paulo Resende, comissário da Varig-Aerus, pediu a nós – ao senhor, a mim, ao Alvaro Dias, a outros parlamentares, ao Rubens Bueno, que tem trabalhado nisso – para dar conhecimento ao pedido de uma ex-Varig-Aerus que está sendo cobrada de uma dívida do Aerus, com risco de perder a moradia. Ora, como se não bastasse já o drama de não estar recebendo uma aposentadoria digna – é uma miserável ajuda de custo –, ela ainda está nessa circunstância. Quer dizer, não dá para justificar.

É preciso também – e abordamos numa audiência pública – observar as questões relacionadas à Previc. A Drª Isa levantou o problema – eu lembro bem – numa audiência com a Ministra-Chefe da Casa Civil, e esse problema se agravou ultimamente. A própria Previc já tomou providência. Trata-se de matéria de sigilo bancário que o presidente, com muito senso de responsabilidade, deixou claro na audiência que fizemos na CAS.

Então, o problema persiste, e o que não se entende é o que se poderia imaginar um poder paralelo de entidades que estão acima da lei, de responder aos questionamentos que uma instituição, uma agência

reguladora fiscalizadora faz sobre determinado setor. Então, isso preocupa. Mas preocupa mais sobre aqueles que fazem parte desse fundo de pensão de aposentadoria complementar, porque nós temos um antecedente grave, que é o Aerus.

E, na Comissão de Assuntos Sociais, já tratamos com o Dr. José Maria Rabelo exatamente dos problemas decorrentes de aplicações de risco. E agora estamos convidando os fundos. Ninguém quer. Ninguém quer!

Nós temos responsabilidade. O senhor tem, eu tenho. Temos responsabilidade de saber que aqui não é para escandalizar, não é para destruir; pelo contrário: é colaborar com essas instituições, que são fundamentais em qualquer economia do mundo, para formar poupança, porque o Estado não tem poupança. Então, essa é a forma de poupança para ser aplicado esse dinheiro dos fundos de pensão em setores relevantes do desenvolvimento econômico. Agora, nós não podemos lavar as mãos e fazer como o avestruz, ficando com a cabeça na terra, sem ver os problemas que estão acontecendo no sistema. É por isso que temos essa preocupação.

No caso Aerus, existem dois problemas. E todos relatados pro Elcion Zingano, que sempre escreve. E também pelo Paulo Resende e todos os outros que se comunicam com a gente. Eu diria que, depois daquela greve de fome que a Presidente Graziella Baggio veio aqui relatar,... Eu estava junto e ela relatava para as autoridades.

E o compromisso do Governo, Senador Paim, foi com V. Exª, que foi lá, saudou e disse o que tinha sido acordado, saindo da reunião.

São duas coisas: uma, o Poder Judiciário. O Supremo Tribunal Federal deve também, como setor público, porque nós que pagamos o salário dos senhores magistrados. E, assim como se exige do Poder Legislativo transparência, responsabilidade, decisão rápida para todas as questões relevantes, nós também temos o direito de pedir ao Supremo Tribunal Federal que delibere sobre uma matéria que teve um voto magnífico da Ministra Cármen Lúcia. Então, não é admissível que o Ministro Presidente tenha pedido vista – já faz mais de seis meses que isso foi pedido –, e nós estejamos sem perspectiva de o Supremo se manifestar. Isso seria um ponto de partida para essa solução, para viabilizar até uma decisão de governo.

Da mesma forma, o compromisso assumido por V. Exª com todo o sistema nós apoiamos, nós aplaudimos, porque a condição que temos é apenas a de dar essa solidariedade. Agora, não é possível que a gente continue dessa forma. É um desrespeito para com aqueles que fazem parte – com os que fizeram parte do Aerus e com os que fazem parte do atual sistema.

Eu queria apenas fazer esse registro sobre essa demora do Supremo, a demora que está angustiando cada vez mais as pessoas.

Ontem, pegando um voo, chegando a Brasília, uma comissária chegou e me disse: "Senadora, não se esqueça de nós." E isso a gente vê em todos, Dr. José Maria. Em todos os vôos, você encontra um remanescente do Fundo Aerus, que teve de voltar ao trabalho para ter um salário digno para sobreviver, porque, se dependesse daquilo a que tinham direito, não teriam condições de estar hoje sem trabalhar.

Então, parabéns, mais uma vez, Senador Paim, por essa iniciativa, por esta audiência pública. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cumprimento V. Exª pela fala, que vem na linha daquilo que nós defendemos de forma coletiva aqui: Graziella, eu, V. Exª. Eu me lembro aqui, além do Alvaro, também do vice-governador do Paraná, que era do PT e foi para o PSDB, Flávio Arns. Quantas vezes... Ele quase virou governador, e a solução não veio.

Mas Senador José Maria Rabelo, para encerrar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador, Senador, porque ele está no caminho certo. Está vindo tantas vezes aqui que eu já o chamo de Senador; o que não vou fazer com o Presidente da Previ. Então, por favor, Senador, com a palavra. (*Risos*.)

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Muito obrigado, Senador Paim.

Fico feliz com esse clima mais informal, ao mesmo tempo em que a gente trata questões tão sérias que são objeto desta Comissão. Acho que as duas coisas são perfeitamente conciliáveis, e é o ideal que assim o seja.

Eu peço desculpas por voltar aqui. Eu tinha pedido ao Senador Paulo Paim, e foi muito oportuno que a Senadora Ana Amélia tenha chegado. Agradeço o registro feito. E digo, Senadora, que fora qualquer questão protocolar, já que o senhor lançou minha candidatura ao Senado, tenho toda convicção possível de que a principal motivação que tenho como gestor público de fazer meu trabalho na Previc é a disposição de prestar contas sobre o que nós estamos fazendo.

A partir do momento que tenhamos convicção com relação à seriedade, ao equilíbrio... Os erros a gente comete, mas certamente erros por dificuldade ou incompetência ou pouca inteligência na interpretação, mas nunca com o propósito de fato de tratar de forma não isonômica os diversos atores aos quais temos de prestar contas.

Então, prestamos contas no dia a dia, sem dúvida alguma. Nossos atos são checáveis, verificáveis, controláveis, auditáveis. Mas também prestamos contas nesta Casa, que é, por excelência, o ambiente para que essa atividade seja desenvolvida. Muito obrigado pela referência, e continuamos à disposição.

Acho que V. Exª não estava no momento, mas quero repetir que, a exemplo daquela outra reunião, estão aqui todos os diretores da Previc. Nós somos uma diretoria colegiada com cinco diretores. Não só eu como diretor superintendente, mas meus pares estão todos aqui, do início ao final. Estamos ouvindo tudo e tudo assimilamos.

Com relação à intervenção da Drª Graziella Baggio, a quem respeito pela luta incessante, a sua indignação e a sua veemência falam por si. Claro, eu aqui também não vou tratar novamente da questão específica, mas, pelo relato já feito, a solução está num nível que transcende claramente à própria capacidade da Previc. Mas, de qualquer forma, somos também um ator interessado em que o País encontre a solução. O ideal é que se resolva totalmente, mas que, pelo menos, se minore a situação humanitária mesmo, alcançando aquele grupo de participantes.

Então, respeitamos muito e é sempre bem-vinda a sua intervenção, com a ênfase e com a indignação que lhe são peculiares.

Apenas em relação a dois pontos, aí, sim, a minha responsabilidade é fazer um esclarecimento, para que não fique dúvida com relação a aspectos que são de responsabilidade da Previc. A senhora mencionou pretensas irregularidades cometidas no âmbito do sistema. Pretensas, permita-me insistir, porque não temos – eu pelo menos não tenho – conhecimento de fatos concretos. E inclusive irregularidades pretensamente – com o perdão da insistência – cometidas por interventores.

Quero dizer que a exemplo do que já tinha sido mencionado na audiência anterior, a Previc está apta a ouvir, a receber essas denúncias, as reclamações, e analisar e apurar. E apenas, para que a gente não fique nas hipóteses, eu posso dar aqui um testemunho para a senhora, para os Srs. Senadores e para todo o público de que, nesse período em que, com muita honra, estou à frente da Previc, a decisão mais dura tomada pela diretoria colegiada da Previc foi relativa a um ex-interventor. Não diz respeito aos casos que à senhora interessam mais diretamente, mas é só para dizer o seguinte: o interventor, sim, responde perante a mesma lei e, para a Previc, ele é um gestor designado por nós e tem poder para gerir a entidade por nós, num ato do próprio diretor superintendente, mas se submete a todo o arcabouço regulatório, inclusive ao processo sancionador.

Eu insisto que esse é um dado público. Eu não vou mencionar o caso, mas ele tem certa publicidade. Certa do ponto de vista legal, porque as nossas decisões são publicadas no *Diário Oficial da União,* e, seguramente, se alguém tiver interesse em pesquisar, a decisão mais dura até hoje dada pela diretoria colegiada da Previc diz respeito a um ex-interventor. Então, não há nenhum tipo de possibilidade de que venhamos a conviver com desvio de conduta, irregularidade, independentemente de serem praticados pelos gestores legítimos, tradicionais das entidades, como praticados também eventualmente por pessoas que estão lá com um papel de Estado, com uma designação feita pelo Estado, para gerir os negócios da entidade. E, sim, eles respondem perante o órgão de fiscalização diante dos mesmos requerimentos e têm de praticar os mesmos atos em relação a dar transparência, publicidade, e todos os requerimentos que lhes dizem respeito. Exigências para os gestores em situações de normalidade no fundo de pensão valem, sim, para o interventor.

A última observação é mais para que não fique... Talvez eu tenha sido infeliz no comentário com relação a uma observação da Isa; e, para que não fique de público uma informação sobre algo que eu não teria competência, nem autoridade para mencionar, que é a possibilidade, uma chance eventual de mudança no CNPC, na verdade o que eu disse é que o contraponto que me interessava fazer é no sentido de que, sim, o CNPC já tem uma formação múltipla, com três representantes da sociedade.

Discussões que eventualmente se façam devem ser feitas no âmbito desta Casa, porque essa composição decorre da lei mesmo. Então, eu não teria autoridade para sinalizar qualquer possibilidade de mudança.

Obrigado. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. José Maria Rabelo. (*Palmas*.)

Encerro a nossa audiência pública e repito aqui quais foram os encaminhamentos. Teremos outra audiência pública. Além dos presentes, com a presença de Aerus, Anapar, Previ, STEA, IBA; e por que não um representante também do Ministério da Previdência? Isso sempre é interessante, já que vai tratar da questão Aerus.

Ainda há outras duas questões. E a entidade poderá apresentar proposta aqui por meio da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a educação previdenciária e a criação dessa frente parlamentar.

Com isso, nós encerramos a audiência pública no dia de hoje.

Até a próxima!

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas*.)

(Iniciada às 10 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 25 minutos.)

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE NOVEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 10 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e treze minutos do dia cinco de novembro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual da Senhora **Senadora Lídice da Mata**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e das Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Wellington Dias, Sérgio Souza, Lídice da Mata e Magno Malta. Registra-se a presença das Deputadas Federais Janete Capiberibe e Érika Kokay. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 98 de 2013, aprovado em 23/10/2013, de autoria das Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: "*O marco legal para os povos e as comunidades tradicionais*". A Presidência comunica que esta Audiência Pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, de forma que as pessoas interessadas em participar com comentários ou perguntas, poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania – link: (bit.ly/CDHPovosTradicionais), e do Alô Senado pelo número 080061-2211. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, ao tempo em que solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Bantu Kota Regina Nogueira, Representante dos Povos Tradicionais de Matriz Africana; Edmilton Cerqueira, Coordenador-Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais, em representação ao Ministro Pepe Vargas, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; Maura Piemonte, Representante dos Povos Ciganos; Arnoldo Campos, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Aderbal Ashogun, Representante dos Terreiros; Jânio Coutinho, Assessor Técnico do Departamento de Extrativismo, em representação a Ministra Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente; Isaias Potiguara, representante do povo Potiguara do Estado da Paraíba; Núbia de Souza, representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas – CONAQ; Alexsandro Castilho, representante dos Povos Ciganos; Ministra Luiza Bairros; Jeji Ogan Edivaldo de Jesus Conceição, representante dos Povos Tradicionais de Matriz Africana; Deise Benedito, Assessora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em representação de Bruno Renato Nascimento Teixeira, Ouvidor Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Deputada Érika Kokay. A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos: 1) anuncia o apoio da Comissão para a aprovação do Projeto de Lei nº 7447, de 2010, na origem, autoria do Deputado Federal Luiz Alberto (PT/BA), que *estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais (marco legal dos povos e comunidades tradicionais)*; 2) anuncia o apoio da Comissão para a aprovação e ao Projeto de Lei nº 4471, de 2012, na origem, autoria do Deputado Federal Paulo Teixeira (PT/SP) e outros, que *altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941– Código de Processo Penal (busca a correta apuração e tipificação criminal em casos de letalidade na ação policial – Estatal, especialmente quando da adoção da tese da excludente de ilicitude em face da "resistência seguida de morte" ou também conhecido de "autos de resistência")*; 3) Coloca a CDH à disposição para receber as demandas da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Às dez horas e quarenta minutos a Senhora Presidenta eventual, Senadora Lídice da Mata, passa a Presidência para a Senadora Ana Rita. A Senhora Presidenta lê, durante a Reunião, diversas mensagens eletrônicas recebidas, bem como de membros de comunidades tradicionais presentes no plenário da Comissão. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras Lídice da Mata, Ana Rita e o Senhor Senador João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às 13 horas e 29 minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora Ana Rita

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Bom dia.

Companheiros, atenção!

Peço aos amigos e amigas aqui presentes, que vieram participar dessa importante audiência de hoje, que possamos fazer o silêncio necessário para que tenhamos condição de iniciar essa reunião.

Fui informado aqui de que o avião da nossa Presidente da Comissão, Senador Ana Rita, atrasou. Ana Rita é a Presidente da Comissão e dirige a Comissão de Direitos Humanos desta Casa muito bem, de forma muito democrática, muito correta; no entanto, o avião dela atrasou e ela não pôde chegar aqui ainda. Deve estar chegando daqui a pouco para presidir e coordenar esta reunião. De maneira que, como sou a única Senadora integrante da Comissão aqui presente neste momento, vou abrir a reunião para que possamos iniciar os nossos trabalhos.

Iniciar dando as minhas boas-vindas a todos os que estão aqui representando as comunidades tradicionais, a todos os que estão aqui representando as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas, o representante do povo cigano, das comunidades tradicionais de matriz africana. Por isso mesmo, vamos iniciar a nossa reunião.

Fui uma das autoras do requerimento, solicitando esta audiência, para que possamos brindar o Senado Federal e todos os que nos assistem através dos órgãos de comunicação desta Casa – portanto, o Brasil inteiro – com a participação de vocês. Aqui vamos explicitar uma agenda, uma pauta da luta de todos aqueles que integram as comunidades tradicionais no Brasil.

Quero solicitar a contribuição de vocês para que possamos dar ao povo brasileiro a oportunidade de ouvir um pouco da luta das comunidades africanas, das comunidades indígenas, das comunidades quilombolas e ciganas aqui presentes – os terreiros também integram as comunidades de matriz africana.

Enquanto não vêm outros Senadores, vou começar convidando os membros que estavam previstos para essa Mesa.

Vou me sentar para iniciarmos.

Convidar o Sr. Edmilton Cerqueira, Coordenador Geral de política para povos e comunidades tradicionais, em representação ao Ministro Pepe Vargas, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Peço que apareça aqui na mesa. (*Palmas.*)

Tudo bem?

Quero saudar a todos vocês, mas cada um de nós representa um Estado e quero saudar de forma fraterna, e muito especialmente, os meus conterrâneos da Bahia que estão aqui presentes. (*Palmas.*)

Maura Piemonte, representante dos povos ciganos.

Vou chamar apenas o que estão presentes. Claro! (*Palmas.*)

Bantu Kota Regina Nogueira, representante dos povos tradicionais de matriz africana. (*Palmas.*)

Vou ler aqui os outros representantes que foram convidados porque, eventualmente, podem ter chegado depois e não se comunicaram com a Mesa. Agora ou na hora em que chegarem, podem se dirigir aqui à mesa.

Dione Matias de Jesus, representante das comunidades quilombolas; Alexsandro Castilho, representante dos povos ciganos; Yorubanos Babalorixá Júlio Braga, representante dos povos tradicionais de matriz africana; Jegi Ogan Edivaldo de Jesus Conceição, representante dos povos tradicionais de matriz africana; e Bruno Renato Nascimento Teixeira, Secretário Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Estamos aguardando a presença deles aqui na mesa.

Quero agradecer a presença de todos vocês e, em nome da Presidência da Mesa, pedir desculpas pelas acomodações. A Presidente tentou outro plenário maior do que esse, mas esse é o plenário onde a Comissão de Direitos Humanos se reúne ordinariamente. Ela tentou outro plenário, mas estava ocupado por outra Comissão e foi impossível a mudança, de maneira que vamos, infelizmente, permanecer aqui, que tem acomodações pequenas para todos vocês.

Vi que foi dado encaminhamento – que considero que é o mais justo – para que as pessoas mais idosas possam se manter sentadas. Está certo?

Núbia Souza, substituindo Dione Matias. (*Palmas.*)

Quero também registrar que essa reunião ocorre no momento em que nos preparamos para a abertura, hoje à noite, da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: Por um Brasil Afirmativo.

Muito obrigado.

Vamos começar, portanto, a nossa audiência pública...

A SRª REGINA NOGUEIRA – Minha Senadora, eu queria convidar o nosso Ogã, já que o povo ierubano não está representado na Mesa, para que, em nome, principalmente de sua mãe, mãe Beata, ele compusesse a Mesa representando o povo ierubá, por favor.

(Manifestação da plateia)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Olha gente, veja bem, foi convidado para representar os povos indígenas um representante da Apib. Eles não mandaram representantes até agora.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Há presente, mas a gente tem que... Você pertence a que entidade?

(Intervenção fora do microfone.)

(Manifestação da plateia)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Então, acertamos aqui que o Sr. Isaías Potiguara vai representar, portanto, a comunidade indígena.

(Manifestação da plateia)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Eu queria também avisar, para quem desejar ficar um pouco mais bem acomodado, que a Comissão tomou providências e disponibilizou um telão no plenário 7, que é no corredor aqui em frente. Quem quiser ir para lá para poder ficar sentado, acomodado...

(Manifestação da plateia)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Companheiros, não há necessidade de polêmica. Nós estamos colocando como espaço alternativo para as pessoas que não se sentirem confortáveis para permanecerem neste plenário. Há funcionários que podem levar a pessoa para a Comissão para assistir no telão. Fora disso, as pessoas vão continuar aqui; não há nenhuma ameaça à permanência de vocês aqui, por favor.

(*Manifestação da plateia*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – As pessoas que estão lá fora e já estão entrando, se quiserem, também podem se dirigir para o plenário 7. Um funcionário do Senado ficará ali na porta indicando a direção do plenário 7.

Nós vamos começar.

Peço aos convidados que, para que nós possamos fazer uma audiência produtiva, façamos o possível para que todos possam falar dentro do tempo estabelecido. Vamos dar um prazo de dez minutos para cada representante da Mesa. Temos um sistema de cronometragem do tempo. É claro que, necessitando de um pouco mais, a gente estende um pouco mais o tempo. Isso é para garantir que, democraticamente, todos possam falar, já que temos seis pessoas, oito pessoas na Mesa para se pronunciarem – é muita gente – e chegaremos a mais de uma hora de pessoas se pronunciando. É exclusivamente por isso. Esse é o comportamento regimental do funcionamento da Comissão. Peço o apoio de vocês para que a gente possa proceder dessa forma.

Vou dar a palavra à Kota Regina Nogueira, representante dos povos tradicionais de matriz africana. Após ela, continuaremos dando a uma deste lado e a uma deste lado para poder equilibrar. Ok?

Muito obrigada.

Com a palavra.

A SRª REGINA NOGUEIRA – Minha benção aos meus mais velhos, aos meus mais novos; por favor, abençoem-me. E peço a Enzila, a minha mãe Dandalunda; a pai Zazi, que façam as minhas palavras realmente representativas daquele povo pelo qual eu fui aqui colocada.

Não é fácil estar aqui. Primeiro eu queria dizer que nós tomamos este Senado neste momento hoje e que esta é uma ação do movimento social; não é uma ação de Governo; fomos nós que solicitamos, pela dificuldade que é, nós que passamos a vida inteira acordados fazendo o movimento, nós não tomamos as ruas no momento em que era interessante para as grandes reivindicações; então era importante que, no momento em que nós estivéssemos aqui em Brasília, nós conseguíssemos chegar até à Casa do povo. E foi com esta expectativa que se desenvolveram todos os esforços para que a gente pudesse contar com Parlamentares que, com certeza, mesmo não estando aqui, eles vão ter que nos ouvir.

A ideia de uma audiência pública é exatamente dizer aos Parlamentares, e solicitar que eles defendam questões nossas. E, neste caso, esta audiência pública se deve ao fato de estar tramitando no Congresso, na Câmara, o Projeto de Lei nº 7.447, apresentado pelo Deputado Federal da Bahia Luiz Alberto, que regula o Decreto nº 6.040, que é o decreto que nos reconheceu como povos tradicionais dentro do Brasil.

A partir da Convenção nº 169, que foi a convenção da OIT, da Organização Internacional do Trabalho, que reconheceu os direitos dos povos tradicionais, principalmente aqueles tribais, como autodeclaração, como aqueles povos que têm uma forma socio-econômico e cultural própria, que constitui um processo civilizatório próprio e que repassam a sua tradição a partir de práticas no seu território e de práticas orais a cada um.

É um decreto que incluiu três povos; reconheceu três povos no Brasil: os povos indígenas, os povos ciganos e os povos tradicionais de matriz africana e as comunidades tradicionais, onde estão os quilombolas, os ribeirinhos, os pescadores artesanais, as quebradeiras de coco e tantos outros que se autodeclaram assim.

Nós, povos tradicionais de matriz africana, na verdade estou aqui para falar do povo Bantu e dizer

também que somos um povo só, de uma só matriz, com diferenças inúmeras em todo este País e em toda a diáspora. Nós nos reunimos e constituímos uma tradição que mantém vivas línguas, hoje vivas, ainda em África, que nós queremos sentar aqui povo iorubano, povo Jeje, povo bantu, neste momento, para dizer que a África não é um continente só, que a África tem diferentes culturas, diferentes tradições, que expressam uma única matriz, uma matriz que nos coloca em circularidade, com certeza. Se esta Casa não fosse constituída nos padrões eurocêntricos, mas na afrocentricidade, não teria lugar para faltar na roda, não teria lugar na roda que faltasse, porque não estaríamos uns aqui outros ali, mas sim um ao lado do outro. Não teríamos que relembrar que os mais velhos são sabedoria, não teríamos que lembrar que criança é continuidade. O que queremos dizer é que talvez boa parte dos problemas de que o ocidente e que o capitalismos criaram são os povos tradicionais que têm a resposta, porque nós não matamos por lucro o animal para comer, nós matamos sim para comer no dia, acreditando que se bem aceito pela natureza ou outro estaremos vivos para matar e comer outro. *(Palmas.)*

Nós cuidamos. A nossa alimentação não é só no momento de fazer o consumo, para nós interessa se o animal, se o vegetal, nós conhecemos sangue verde, sangue vermelho, sangue preto, coisa que o Ocidente jamais reconheceu. Não nos digam que sejamos ecologistas. Não digam que somos exploradores, porque isso não nos compete. O que nos compete é uma tradição que todos e que todas estamos sentados um ao lado do outro, que todos e todas somos capazes, sim, de se um de nós não conseguir adentrar aqui, nós todos sairemos. *(Palmas.)*

A nossa tradição tem uma hierarquia e uma forma de organização, temos sistemas constituídos, no nosso sistema de educação, o nosso docente é o mais velho. No nosso sistema de saúde, nosso doutor é o mais velho. No nosso sistema de criação, então, não tem idoso em asilo, não tem criança na rua. Agora tem criança com fome sim, porque infelizmente nos roubaram tudo, nos roubaram a nossa terra que é algo que nos unifica em termos de povos tradicionais. Nós precisamos de terra não só para territorializar, não só o nosso alimento, mas nossa cultura, nossa tradição, porque na terra é que nós comemos, nós também plantamos aquilo que nos dá vida. Nós precisamos de água, porque sem água não temos vida. Água para nós não é recurso hídrico, água para nós é a nossa própria vida. *(Palmas.)*

Nós viemos nesta Casa hoje dizer aos Parlamentares do Senado, da Câmara, para todos, que nós temos uma humanidade que, graças a Nzambi, Olorum, é diferente desta humanidade que nos segrega, que nos divide e que faz com que competimos uns com os outros até por um copo d'áqua. Não, nós temos com certeza a solução para este mundo, através dos ciganos, dos indígenas, através da solidariedade, que é o princípio que unifica todos aqueles antes desse colonialismo e dessa modernidade que dividiu os seres em civilizados e outros que não. Nós somos todos povos com civilização que fomos roubados, que fomos roubados; um roubo epistemológico, um roubo de cultura, um roubo de princípio, que colocou, que nos dividiu e diz e que ousa dizer que por usarmos essa roupa, ou esse lenço que os ciganos usam nós somos menores que os outros. Não. Nós sim povos que estamos unidos neste momento em todos como uma unidade, somos um único corpo porque afinal sou porque somos. *(Palmas.)*

Nenhum de nós consegue ser, nem no negativo, nós conseguimos ser o que não somos, porque, quando um dos nossos é punido todos nós somos, quando um dos nossos é apontado com o dedo, todos nós somos.

Então, ninguém nos diga que somos nós que fizemos o racismo, que somos nós os que discriminamos, porque nós somos as únicas vítimas de todos os crimes que lesaram a humanidade, como o Holocausto, como a ditadura. Não pedimos reparação financeira, mas pedimos respeito e reconhecimento. Nós somos as únicas vítimas que temos ainda a solidariedade com o nosso algoz. Nós somos as únicas vítimas que não pedimos que o nosso algoz vá para a cadeia, mas queremos que nós, que fomos vítimas de um crime, que, portanto, o criminoso foi também lesado e nós queremos que ele aprenda junto conosco.

O que queremos aqui dizer é que nós temos a ensinar ao Parlamento que nós somos Estados colocados neste País e que devemos ser respeitados em todos os sentidos. O que nós estávamos dizendo na porta deste Senado é que, quando chega uma delegação italiana, alemã espanhola, o povo prepara comida italiana, espanhola, que o povo respeita e bate cabeça e faz *doblè* como fazemos com os mais velhos. E quando chega o povo que construiu a terra, que construiu a civilização deste País, nós somos tratados realmente como nada. E só quer dizer que aqueles que aqui estão e têm complexo de inferioridade e não se vêm no povo que consegue construir a tradição e a questão colocada.

(Manifestação da plateia.)

A SRª REGINA NOGUEIRA – A nossa reivindicação, Nzambi iá Pungo, é que ponham sabedoria neste povo, meu Pai. Faça esse povo olhar para nós e se reconhecer em nós.

Meus velhos, meus mais velhos e meus mais jovens, para terminar, tudo isso é para vocês meus mais jovens. Tudo isso é para vocês.

Com certeza a mudança não será nós que faremos. Mas vocês, assim como os nossos ancestrais, deixaram a capacidade para nós chegar aqui, que nós conseguimos deixar o processo para eles irem a frente. Tudo deles.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Parabenizando a Bantu kota Regina, vamos dar continuidade a esta audiência com algumas boas notícias. A primeira delas é que chegou ao plenário e vai assumir a coordenação dos trabalhos a nossa Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado a Senador Ana Rita. A segunda boa notícia é que está aqui entre nós também a Deputada Federal, minha amiga, que tenho muito orgulho de anunciá-la, Janete Capiberibe, que é do Amapá. *(Palmas.)*

E quero anunciar também a presença de mais um grande Deputado, quero anunciar a presença de mais um representante, convidado da Mesa, que é o Sr. Arnoldo Campos, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Peço que venha à mesa, e eu vou sair para dar lugar à nossa Presidente Ana Rita, para a qual eu peço uma salva de palmas. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Bom dia a todos e todas.

Quero aqui agradecer muito à Senadora Lídice da Mata, que também é membro desta Comissão de Direitos Humanos, por ter aberto já esta audiência pública. O meu voo chega às 9:40, e até que você saia do avião e chega até aqui, acaba por atrasar um pouco. Quero aqui, então, agradecer a Senadora Lídice da Mata, que tem sido companheira sempre presente e que tem colaborado muito com a Comissão de Direitos Humanos.

Então, muito obrigada, Senadora Lídice.

Parabenizo todos vocês e peço desculpas pelos transtornos de entrada aqui no Senado, porque sei que houve dificuldades. Hoje estão acontecendo mais duas audiências públicas. Na hora que eu cheguei lá embaixo, estava muito cheio. Então, as dificuldades de acesso aqui é muito grande, mas a gente sempre busca construir aqui um acordo com a Mesa do Senado, com a Polícia do senado, para que esse espaço seja garantido, que não haja limitações, porque esta é a casa do povo e hoje, particularmente, é uma audiência pública altamente representativa de todos os matizes africanos, os quilombolas, indígenas, ciganos, que é a população com a qual a Comissão de Direitos Humanos trabalha permanentemente. *(Palmas.)*

Então, impedir a entrada de vocês é dificultar o trabalho da Comissão de Direitos Humanos.

Então, parabenizar vocês pela presença. *(Palmas.)*

Agora, dando sequência aos trabalhos desta Comissão, eu vou convidar para fazer uso da palavra por dez minutos, o tempo acertado aqui, o Sr. Edmilton Cerqueira, Coordenador-Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais, em representação ao Ministro Pepe Vargas, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Edmilton, a palavra está com você. Muito obrigada pela presença. Tem a palavra por dez minutos, e nós vamos controlar – faltando um minuto, a campainha toca.

Se alguém puder liberar o espaço aqui do telão.

O SR. EDMILTON CERQUEIRA – Bom dia a todos e a todas.

Em nome das Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata – Senadora Lídice da Mata é minha conterrânea, lá da Bahia –, quero saudar a Comissão de Direitos Humanos do Senado; em nome da Makota Regina, saudar todos os integrantes da Mesa; e em nome da Makota Valdina Pinto, saudar todos e todas que estão no Plenário.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi convidado para participar desta audiência, convocada pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal para discutir marco legal para os povos e comunidades tradicionais.

Como fizemos na outra apresentação nossa, em uma audiência convocada pela Câmara dos Deputados, nós buscamos mostrar algumas ações que o Ministério do Desenvolvimento Agrário vem realizando, voltado para povos e comunidades tradicionais.

O nosso Ministro Pepe Vargas mandou uma saudação para todos e todas aqui presentes e reafirma o compromisso do Ministério do Desenvolvimento Agrário nessa pauta voltada para os povos e comunidades tradicionais.

O Decreto nº 4.887, de 2007, instituído pelo Presidente Lula, que, indiscutivelmente, é um marco na história deste País, busca ampliar direitos para um conjunto de segmentos de povos e comunidades tradicionais até então não contemplados na Constituição de 1988.

Estamos aqui, hoje, como a Makota Regina colocou na sua fala, discutindo o PL nº 7.447, de autoria do Deputado Federal Luiz Alberto, do Partido dos Trabalhadores da Bahia. Sabemos que um processo de tramitação de um projeto, tanto numa Casa como

na outra, tanto na Câmara como no Senado, percorre um longo caminho até a sua aprovação, e o que a Comissão de Direitos Humanos, atendendo uma solicitação das representações dos povos e comunidades tradicionais, busca neste momento constituir mais um espaço de debate em torno do PL 7.447, que está em tramitação, como eu já disse.

A base legal que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) trabalha, suas ações voltadas para povos e comunidades tradicionais, é a Constituição Federal de 1988 com seu art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Convenção 169 da OIT, a Convenção sobre Diversidade Biológica, o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, o Decreto 6.040, de 2007, que cria a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, ou seja, o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei nº 11.236, que trata da agricultura familiar, e a Lei nº 1.288, que trata da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Dentre os programas e políticas e planos nacionais, nós temos a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Pngati), o Programa Brasil Quilombola (PBQ), o II Plano Nacional de Reforma Agrária, o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS); o Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMFCF); e o Plano Nacional de Fortalecimento do Extrativismo, que está em fase de construção.

Aí tem um pouco a natureza e a competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que trata da reforma agrária; da *promoção* do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e da identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas, através da autarquia do Incra, e também o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em caráter extraordinário, tem as competências relativas à regularização fundiária na Amazônia Legal.

Aí a questão da regularização fundiária, a questão que falei da identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas; desintrusão de áreas indígenas; os Projetos de Assentamentos Ambientalmente Diferenciados: (PAEs), e a regularização fundiária na Amazônia Legal.

Aí tem um pouco a definição do decreto, que vocês todos já conhecem, do Decreto nº 6.040, que, na verdade, o PL 7.447 busca efetivamente, dar um caráter de lei ao decreto. Aí tem a definição, continuação da definição do decreto, os compromissos com os povos e comunidades tradicionais:

O MDA, desde 2004, executa Políticas Públicas para Povos e Comunidades. Como forma de centralizar estas ações, em 2011, foi constituída a Coordenação-Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais (CGPCT/MDA).

O MDA integra a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, dos quais, os senhores e as senhoras, muitos através de suas organizações aqui presentes, também fazem parte desta Comissão, na medida em que é uma comissão formada pelo Governo e sociedade civil. A comissão é presidida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e secretariada pelo Ministério do Meio Ambiente, que tem entre seus quatro grandes eixos: o acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais; infraestrutura; inclusão social; e fomento e produção sustentável.

Aí algumas linhas de atuação do Ministério: assistência técnica e extensão rural; apoio ao desenvolvimento sustentável; fomento a estudos e pesquisas; fortalecimento dos espaços de participação e controle social; e ações internacionais.

Aí nós temos uma tabela com algumas informações referentes a chamamento público para execução de chamada de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, contemplando alguns segmentos como quilombolas, pescadores, indígenas, extrativistas, num total de 42 mil famílias, num valor de cerca de R$170 milhões.

Essa chamada no âmbito do Programa de Fomento à Inclusão Produtiva, coordenado pelo MDS, MDA e MMA, dentre outros órgãos do Governo Federal.

Aí nós temos a Rede Ater Indígena e Quilombola, que foi constituída com o objetivo de integralizar as ações, socializar os conhecimentos, envolvendo técnicos e famílias de povos e comunidades tradicionais.

Ano passado foi realizada a VIII Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, onde montamos a primeira Praça de Povos e Comunidades Tradicionais, que foi muito visitada por várias pessoas.

Aí nós temos o selo Quilombos do Brasil, coordenado pela SEPPIR. É um selo de identificação de origem dos produtos, que, a partir de uma portaria ministerial assinada pela Ministra Luiza Bairros e pelo Ministro Pepe Vargas, passou a estar articulado com o Selo da Agricultura Familiar para as comunidades quilombolas.

No eixo de fomento a estudos e pesquisas, temos o III Prêmio Territórios Quilombolas e temos essa outra

publicação que trata de experiências de assistência técnica à extensão rural em áreas indígenas.

Dentro do fortalecimento de espaços e participação, criamos em 2011, o Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável do MDA.

Tivemos três grandes seminários realizados sobre ATEr, um quilombola, um indígena e um extrativista, que prepararam os segmentos para a grande conferência nacional que aconteceu em abril do ano passado sobre assistência técnica e extensão rural. Este ano realizamos uma Conferência Setorial Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, aqui em Brasília, de 16 a 17 de julho, da qual alguns dos senhores e senhoras participaram. Aquela conferência setorial foi preparatória para a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Condraf.

Nas ações internacionais, temos o Quilombo das Américas, que é coordenado pela SEPPIR, que conta também com a participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Para concluir, algumas ações prioritárias para o próximo período, referentes a povos e comunidades tradicionais: ampliação do número de DAP para quilombolas, que é a declaração de aptidão ao Pronaf; ampliação da política de assistência técnica e extensão rural específica; fortalecimento da política territorial; ampliação do acesso ao crédito; fortalecimento dos empreendimentos coletivos quilombolas; ampliação da participação dos quilombolas e indígenas no mercado institucional, como o Programa de Aquisição de Alimento, Programa Nacional de Alimentação Escolar; ampliação da participação dos quilombolas no Pronatec Campo; ampliação do número de bibliotecas rurais Arca das Letras; ampliação do mutirão do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; identificação dos produtos quilombolas com o selo Quilombos do Brasil; fortalecimento dos espaços de participação e controle social; e fortalecimento das articulações internacionais.

Eu fiz questão de mostrar esse conjunto de ações para demonstrar que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a partir do Decreto nº 6.040, que busca ser transformada em lei através do PL nº 7.447, já vem executando um conjunto de ações na perspectiva de ampliá-la cada vez mais para o maior número de segmentos de povos e comunidades tradicionais do Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Edmilton Cerqueira, Coordenador Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais, em representação ao Ministro Pepe Vargas, Ministro do Desenvolvimento Agrário.

Antes de conceder a palavra para a próxima convidada, quero novamente registrar que esta audiência pública tem a participação interativa de quem nos acompanha pela TV Senado, mas também de quem nos acompanha pela internet.

Só vou reforçar o endereço para aqueles que queiram acessar, encaminhar perguntas ou mesmo fazer algumas afirmações. Esta Comissão recebe e, depois, faz a leitura aqui para que todos possam tomar conhecimento. O endereço bit.ly/cdhpovostradicionais. Repetindo: bit.ly/cdhpovostradicionais. Ou também pelo Alô Senado, no telefone 0800-612211.

Estou sendo informada de que está presente a Srª Deise Benedito, Assessora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em representação à Ministra Maria do Rosário.

Seja bem-vinda, Deise. *(Palmas.)*

Também está presente o Sr. Isaías Potiguara, representante indígena; a Srª Núbia de Souza, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (Conaq); o Sr. Aderbal Axogum, representante dos Terreiros, do povo iorubano; o Sr. Jânio Coutinho, Assessor Técnico do Departamento de Extrativismo, em representação à Ministra Izabella Mônica Vieira Teixeira, do Ministério do Meio Ambiente. *(Palmas.)*

Vou conceder a palavra para a Maura Piemonte, representante dos Povos Ciganos, pelo tempo de dez minutos.

A SRª MAURA PIEMONTE – Bom dia a todos e todas.

Eu vi a reação dos povos de matriz africana quando adentraram ao recinto, quando vocês disseram: "Esta Casa é nossa!" E aí olho e procuro meu povo. Há um ali que sei que é do Mato Grosso; duas ali, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. E nós chegamos aqui em 1574. Há 449 anos estamos no Brasil. Por que será que os ciganos não estão em massa como vocês? Temos 449 anos de exclusão social, de analfabetismo e de abandono.

Esses dias recebi uma ligação de Jequié na Bahia, onde a polícia persegue os ciganos e onde se cobram propinas – acho que essa é frase. Eles estavam pedindo socorro.

O que vocês conhecem dos ciganos? É um povo que anda de roupa colorida, que canta e dança. Só isso. Ah, e que joga praga e rouba criança! Agora, se eu começar falar o lado ruim, vocês vão conhecer muito.

Nós somos um povo que, no Brasil, temos alguns segmentos. Pela primeira vez nós temos aqui um rom e eu, que sou calin, que somos do segmento dos calons.

É a primeira vez em que se colocam dois segmentos juntos. *(Palmas.)*

E são culturas diferentes, necessidades diferentes. Tudo nosso é diferente. Até o nosso dialeto é diferente.

Eu sou aquela cigana que, quando chega ao seu Município, a polícia toca para o outro. E assim a gente vem caminhando há 449 anos. Bahia expulsa seus ciganos para Minas Gerais, que expulsa para São Paulo, que expulsa para o Paraná. E nós vamos rodando.

E se diz que somos mais ou menos 800 mil. Se, em 449 anos, os ciganos, sós, são 800 mil, o que aconteceu? Não temos acesso à medicina, não temos acesso à saúde, as nossas calins não tomam anticoncepcional. Tomam, calins? Temos os filhos que a mãe natureza e Deus mandarem. Enquanto o nosso organismo estiver reproduzindo, a gente vai tendo, só param quando...

E só somos 800?

Aí, a revista *Veja* lança no mercado uma matéria assim: "Você os teria como vizinho?".

Tudo bem, ela está falando dos ciganos lá da Romênia, mas quem está lendo é brasileiro. E está escrito aqui: "Cigano é ladrão, assassino, batedor de carteira – está aqui –, sujo". Está escrito isso aqui.

(Manifestação da plateia.)

A SRª MAURA PIEMONTE – Está aqui. *(Palmas.)*

Nós somos sujos, sim. Sabem por quê? Porque, quando a gente chega na prefeitura para pedir para entrar no Município, eles só deixam a gente ficar na beira da estrada, onde não tem água. Aí, a gente sai pedindo água no lugar mais próximo. Se não tiver, fica sem tomar banho.

(Manifestação da plateia.)

A SRª MAURA PIEMONTE – Aí, fala: "Para que cigano quer território? Ele é nômade."

Quem disse que somos nômades por opção? Somos por imposição de uma sociedade que não nos conhece.

Sou muito agradecida ao povo de terreiro, ao povo de matriz africana, porque... *(Palmas.)*

A SRª MAURA PIEMONTE – ...são eles, dentro da Comissão Nacional, junto com Konmannanjy da ACBANTU, que me defendem, que me ajudam. Por tudo quanto é lado que a gente tem problemas na comunidade, principalmente se for no Estado da Bahia, é ele que me ajuda. Então, a gente deve muito a vocês.

(Manifestação da plateia.)

A SRª MAURA PIEMONTE – Nossos irmãos do quilombo que sempre nos defenderam e nos ajudaram desde que chegamos aqui.

Sabe, gente, é muito difícil ser ser humano; Agora, pior ainda é ser cigano no Brasil. Eu tenho uma família em Miguelópolis, onde tem uma senhora com 80 anos com câncer, dormindo no chão, e eu fui lá pedir cesta básica para ela. É direito. E, aí, eu recebi um *e-mail* dizendo que os ciganos não estavam incluídos nessa linha. Por quê? Nós não temos fome? Nós não necessitamos de alimentos? A gente vive de vento? Ou eu vou ter que ir no mercado roubar? De algum jeito os meus filhos vão ter que comer.

Agora, para votar, muito bem lembrado e muito obrigada, vão às nossas comunidades – eu estou falando dos calons – e ensinam as nossas calins assinar. Não ensinam, calins? Para poder tirar o título de eleitor delas.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª MAURA PIEMONTE – Elas só sabem assinar o nome, gente. Foi para tirarem o título de eleitor.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MAURA PIEMONTE – Quando ganham a cesta básica.

Então, nós somos necessitados de tudo: de saúde, de educação, de inclusão social e de direito à vida. Porque, queira ou não, nós somos ciganos, sim. Mas, primeiro, somos brasileiros de origem cigana.

(Manifestação da plateia.)

A SRª MAURA PIEMONTE – E eu não vou admitir que o meu povo que vive na barraca seja atacado por quem não nos conhece, por quem nunca esteve lá e foi expulso, por quem fica atrás de um computador só na tecla. Vai viver com a gente um mês. Vai ficar sem tomar banho, 10, 15 dias. Levar a sua família lá debaixo da nossa barraca para ver se você vai bater no peito e falar: "Eu sou cigano."

É isso que também estamos sofrendo. Estão roubando a única coisa que sobrou para nós: a nossa identidade e a nossa cultura.

Eu não tenho mais nada para falar, não, gente. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Maura Piemonte, representante dos povos ciganos.

A sua presença, Maura, realmente fortalece a luta de todos vocês das comunidades ciganas. Não é a primeira vez que vocês se fazem representar aqui na Comissão de Direitos Humanos. Já tivemos oportunidade, em outros momentos, de recebê-los em audiência pública e fazer o debate sobre a realidade que vocês estão vivendo.

Na verdade, acho que uma das grandes demandas que vocês trazem, pelo menos foi isso que nós debatemos na última audiência pública, é a invisibilidade do povo cigano. Até hoje não constam ainda nos formulários do IBGE, que é o responsável pelas pesquisas, campos específicos para colher informações

da população cigana. Vocês estão, de um modo geral, na invisibilidade, sem acesso adequado à educação, sem acesso a outras políticas sociais.

Então, parabenizo a sua presença aqui e a presença de outros que aqui estão, trazendo essa realidade. *(Palmas.)*

Antes de conceder a palavra ao próximo convidado, eu quero aqui publicamente fazer um apelo à Segurança do Senado Federal, em especial à Polícia do Senado Federal. Eu não posso descer agora para resolver um problema que está acontecendo lá embaixo, mas já desceram vários assessores, a Senadora Lídice da Mata se empenhou no início, o Senador Capiberibe já passou por lá. Enfim, nós temos ainda 50 pessoas para terem acesso a esta audiência pública.

Eu preciso contar com a ajuda de vocês. Porque mais 50 pessoas não cabem nesta sala.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pois é.

A sala 7 está disponível. Então, eu faço um apelo publicamente à Segurança do Senado para que liberem as 50 pessoas que estão lá embaixo para que possam entrar e participar da audiência pública através do telão que está na sala 7.

Quando nós convocamos esta audiência pública, inicialmente estavam previstas 300 pessoas. No acordo que foi feito, chegou-se a 150 pessoas. Não há 150 pessoas nesta sala. Portanto, as demais pessoas foram...

Foi acertado este espaço aqui pela nossa assessoria, da Comissão de Direitos Humanos, para que ficássemos na sala 7.

Então, eu faço um apelo publicamente aqui à Segurança do Senado, que, com certeza, está nos ouvindo, para que liberem essas 50 pessoas para que elas possam acessar a sala 7 e acompanhar esta audiência pública através do telão. *(Palmas.)*

Eu faço esse apelo. Com certeza, com o apoio aqui também do Senador João Capiberibe.

Já está lá embaixo a assessoria da Comissão de Direitos Humanos, desde cedo, fazendo essa intermediação.

Nós estávamos conversando aqui com o Senador João Capiberibe, que também tem total concordância com esse encaminhamento.

Não é isso, Senador?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Exatamente.

Bom dia a todos e a todas. Esse é o Brasil dos nossos sonhos, o Brasil da diversidade. Só falta construirmos essa democracia. Mas nós vamos construí-la. Nós estamos decididos a construir uma democracia que respeite essa fantástica diversidade da sociedade brasileira, do povo brasileiro.

Eu faço um apelo – e acompanho a nossa Presidenta Ana Rita – no sentido de que a Polícia do Senado permita, neste momento, que essas pessoas entrem, até porque está chovendo lá fora. Que permitam que essas pessoas acompanhem esta belíssima audiência pública, uma audiência pública que é a dimensão cultural e social do nosso País.

Nós precisamos que todos cheguem aqui.

Mas eu vou, Senadora Ana Rita, descer lá também para conversar com a Polícia do Senado para ajudar a facilitar a entrada das pessoas que estão esperando para poderem participar. É uma grande frustração. Imaginem as pessoas querendo participar de uma audiência pública fantástica como esta, onde são raras as...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – São raras as oportunidades de ouvir a voz de vocês. A oportunidade é esta. *(Palmas.)*

Eu vou descer e tentar mediar para ver se a gente consegue resolver.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador, converse com o chefe da Polícia, o Pedrão. É ele que está segurando.

Eu quero... *(Pausa.)*

Só para a gente não perder o controle. *(Pausa.)*

Nós vamos continuar.

Eu peço a compreensão de vocês, porque, se houver muita gente falando ao mesmo tempo, a gente não vai conseguir avançar, e temos horário. Já são 11h11. Nós temos que avançar.

Registro a presença do Evaldo Batista, representante de Capoeira, Paraíba, e da Assessoria da Deputada Érica Kokay.

Nós já recebemos, por parte de alguns internautas, algumas perguntas e eu me sinto no papel de fazer alguns esclarecimentos. Em função do início, da correria, não foi possível esclarecer. Mas eu vou ler primeiro os questionamentos que foram trazidos pelos internautas.

A Maristela – não consta o Estado aqui – diz o seguinte: "Bom saber que um trabalho iniciado dentro da Conferência de Cultura em 2010 por Ialorixá Márcia, de Oxum, do Rio de Janeiro, e por mim está avançando. Uma pena que não possamos estar presentes aí *in loco*".

Ela faz esse registro... *(Pausa.)*

De Sergipe.

Também a Maristela, mesma pessoa, de Sergipe, Maristela Tomás de Santos, diz: "Parabenizando

primeiramente a iniciativa, quero questionar quanto à viabilidade de realizar o encaminhamento efetivo ainda neste ano legislativo. Existe tal possibilidade ou só no próximo?"

Eu não entendi o que ela quis dizer aqui. *(Pausa.)*

Ah, sim, a questão da lei do marco regulatório! É porque eu li primeiro outras perguntas.

Ela indaga: "Qual é a preparação-base da referida discussão de marco legal dos povos tradicionais? Existe algum ponto em especial? É o Projeto 7.447? É possível receber algum material para leitura sobre o assunto?"

A mesma pessoa pergunta: "Vi na relação de convidados os nomes e estranhei, porque não estava no arcabouço a Seppir e a Fundação Palmares".

A Seppir está representada aqui e a Ministra, tenho informação, virá para cá. Ela está também, com certeza, dando apoio à conferência que está iniciando.

Diante disso, faço a leitura de algumas considerações iniciais que deveria ter sido feita no início, não só para esclarecimento de vocês, mas, em especial, de quem nos acompanha pela TV Senado, que não está no clima desta audiência pública pessoalmente, mas está acompanhando os debates pela TV.

Esta audiência pública foi organizada, preparada e solicitada em função da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Então, aproveitando o momento da conferência, a Comissão de Direitos Humanos se colocou à disposição para recebê-los, justamente para dar visibilidade a uma pauta que vocês já estão discutindo na conferência. Este é mais um espaço de reflexão das questões que vocês, com certeza, vão debater durante os próximos dias, na Conferência Nacional.

Digo a quem nos acompanha que começa hoje a Conferência da Igualdade Racial, com debate sobre democracia e desenvolvimento sem racismo. Lançamentos, painéis temáticos, exposição sobre uma década de políticas de promoção da igualdade racial vão ambientar a reunião de 1.400 pessoas, cuja missão é apontar caminhos para a construção de um Brasil afirmativo. Esse é o clima da III Conapir, que acontecerá – já está se iniciando agora, à tarde – no Centro de Convenções e Eventos, aqui, em Brasília, nos próximos três dias.

Na oportunidade, serão lançados uma série de mecanismos que considero fundamentais para o fortalecimento das políticas já implantadas pela Seppir. Por isso, faço questão de elencá-los aqui como forma de contribuir para a conferência, bem como reforçar algumas informações do evento.

Cerca de 1.400 pessoas participam de um amplo debate em torno do tema Democracia e Desenvolvimento sem Racismo por um Brasil Afirmativo, na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, III Conapir.

O evento tem como principal objetivo reafirmar e ampliar o compromisso do Governo e da sociedade brasileira com políticas de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade como fatores essenciais para a democracia plena e para o desenvolvimento com justiça social no País.

A solenidade de abertura, que será às 19h de hoje, e o encerramento da III Conapir serão transmitidos ao vivo pela TV NBR e pelo *site* do evento.

Não vou divulgar o endereço, porque demora um pouco, mas vocês poderão acessar isso pela TV NBR e também pela TV Senado.

Também poderão ser conferidas entrevistas de participantes, fotos, matérias e vídeos.

Nos três dias da Conferência, a missão dos participantes e das participantes é apontar caminhos para a construção de um Brasil afirmativo que considere a importância da inclusão racial nos processos de democratização e desenvolvimento do País.

O debate se dá numa conjuntura favorável, com o acúmulo de conquistas políticas, econômicas e sociais para o segmento negro, que, pela primeira vez, representa oficialmente mais da metade da população, 50,7%, por autodeclaração, no último censo do IBGE de 2010.

Durante a programação da III Conapir, será lançado o primeiro módulo do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível na internet – www.monitoramento.seppir.gov.br –, o material pode ser acessado sem cadastro ou senha.

A etapa que entra no ar é composta por duas ferramentas de visualização: painéis de monitoramento ou informações específicas para cada eixo dos programas e mapas de diagnóstico com dados territoriais.

O objetivo é auxiliar gestores públicos a encontrarem caminhos para a avaliação e o aperfeiçoamento da implementação de duas políticas estratégicas coordenadas pela Seppir: o Programa Brasil Quilombola e o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude, Juventude Viva.

O sistema foi desenvolvido pela Seppir, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e a Fundação Ford.

Outro lançamento bastante esperado é o do Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial para Estados, Distrito Federal e Municípios, elaborado pela Seppir, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF). A publicação traduz a principal recomendação do grupo de trabalho Estatu-

to da Igualdade Racial, criado para analisar e propor caminhos para a efetivação da Lei nº 12.888, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Direcionado a técnicos, gestores e ativistas, o guia pode ser utilizado como subsídio para reuniões de grupos intersetoriais, conselhos e foros intergovernamentais de promoção da igualdade racial.

Quero aqui externar publicamente meus cumprimentos, em nome da Comissão de Direitos Humanos, à Seppir, pelos excelentes avanços produzidos nesses dez anos, e nos colocar à disposição para contribuir com a valorização das políticas públicas que vêm sendo implementadas pelo Governo e, em especial, pela Seppir.

Publicamente, saúdo a Seppir com uma salva de palmas, porque é um espaço de debate, de reflexão e de construção de políticas públicas para todo esse segmento tão importante da nossa sociedade brasileira. *(Palmas.)*

Registro a presença do Dr. Arnoldo Campos, a quem peço que se manifeste.

Dr. Arnoldo, por favor, ocupe esta cadeira. *(Pausa.)*

Nós vamos conceder-lhe a palavra. Sabemos que o senhor tem outro compromisso e não poderá ficar até o final. Nós estamos com o tempo bastante reduzido, mas não menos do que o suficiente para que possamos ouvir atentamente a todas as pessoas.

Vou conceder a palavra ao Dr. Arnoldo Campos, que é o representante da Ministra Tereza Campello, do Ministério do Desenvolvimento Social. Arnoldo Campos, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Então, com a palavra, Dr. Arnoldo, por dez minutos.

O SR. ARNOLDO CAMPOS – Obrigado, Senadora Ana Rita e demais Parlamentares que estão aqui, Senador Capiberibe, que está lá embaixo, Senadora Lídice da Mata, que abriu, todos os representantes aqui dos povos e comunidades tradicionais. Trago um abraço da Ministra Tereza Campello para vocês todos e todas.

Quero dizer que o MDS se sente muito à vontade aqui no meio de vocês. Nós gostamos muito de estar no meio de vocês. Temos um desconforto em função da dívida histórica que o Estado brasileiro tem com vocês. Então, nos sentimos bem, mas sabemos que ainda temos muito o que fazer. Então, um abraço do MDS a todos vocês.

Nós sabemos que, neste País, tudo o que há de bom é resultado de conquista, de muita luta, de muita organização social, e nós saudamos a conferência que está acontecendo aqui, porque ela traz a luta de vocês, as reivindicações de vocês, de forma organizada, através do diálogo, da participação, da democracia, trazendo as reivindicações de gente que há muitos anos, ou há décadas, ou há séculos, não é atendida por nós, pelo Governo Federal. Séculos, séculos, com certeza, séculos sem serem atendidas, reconhecidas as suas reivindicações.

Então, nós sabemos, temos consciência de quantos séculos nós ficamos de costas como Estado brasileiro para o nosso povo, e é muito recente o fato de estarmos começando a virar de frente e começando a olhar, como estamos aqui, num Poder da República, no Senado, como vocês estão ali na conferência, junto com o Poder Executivo, olho no olho, trocando ideias, tentando avançar nas políticas públicas.

Então, para nós, este é o momento de estarmos aqui, como a gente fala às vezes, com bafo na nuca. Eu trabalho com agricultura familiar, a gente aprende com o MST, com a Contag, com a Fetraf, com a Via Campesina, com os movimentos sociais, porque a gente só avança no Estado quando a sociedade reivindica, pressiona, cobra. Infelizmente, no Brasil, é necessário que se faça isso.

Então, vocês estão exercendo o direito de vocês, e queremos estar juntos naquilo que nos cabe, apoiando. Nós somos a favor do PL que está tramitando aqui e achamos que para haver política pública no Brasil tem que haver lei, tem que haver marco legal, tem que haver norma, senão você não ancora a política pública, você não fundamenta a política pública, ela não tem estabilidade, ela passa a ser uma política de um governo, de uma iniciativa que pode acabar ali na frente.

Hoje, nós temos um decreto que foi feito pelo Presidente Lula, que é resultado também de uma conquista de vocês, mas um decreto é um ato de um Presidente. Nós achamos que avançar para uma legislação superior como é a lei, para nós, é muito importante, porque ela vai permitir que mais políticas públicas sejam desenvolvidas. E nós achamos que a aprovação desse PL, a tramitação rápida dele, vai nos ajudar a ter mais políticas públicas por parte do Governo Federal.

O MDS coordena o desenvolvimento social por parte do Governo brasileiro, do Governo Federal. Nós temos várias políticas públicas importantes e que têm produzido avanços no nosso País. A Presidenta Dilma, o Presidente Lula, a Ministra Tereza, agora, há poucos dias, comemoraram os dez anos do Bolsa Família. O Bolsa Família é a principal política do MDS na área social. E nós estamos juntos com os movimentos sociais, com os povos e comunidades tradicionais, e queremos trazer todo mundo para dentro do Bolsa Família.

Nós sabemos que ainda temos 600 mil a 700 mil famílias – talvez sejam mais – que ainda estão fora do Bolsa Família. Nós queremos – e agora nós estamos vivenciando – a busca ativa. Nós temos quase 14 mi-

lhões de famílias, quase 50 milhões de pessoas, que já participam do Bolsa Família. Nós queremos trazer aqueles que faltam. Então, nós precisamos muito de vocês. Por exemplo, a comunidade cigana não tem direito somente à cesta; ela tem direito ao Bolsa Família, porque o Bolsa Família dá o recurso para comprar o alimento. Então, nós queremos que todas as comunidades ciganas pressionem os Municípios, procurem os Cras (Centros de Referência de Assistência Social), como já estão fazendo as comunidades quilombolas, como já estão fazendo as comunidades indígenas. Não precisa mais ter endereço. *(Palmas.)*

Então, nós queremos ajudar vocês a virem para o Bolsa Família. Isso não é para substituir cesta nem qualquer outra política.

(Manifestação da plateia.)

O SR. ARNOLDO CAMPOS – Nós precisamos denunciar essas situações. Se vocês têm...

(Manifestação da plateia.)

O SR. ARNOLDO CAMPOS – Não, gente. Olha... Nós temos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Arnoldo, só um minutinho.

O SR. ARNOLDO CAMPOS – Nós vamos poder informar aqui os telefones.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu vou pedir a vocês, com todo o carinho e respeito, que vocês não interrompam os convidados, senão fica uma confusão danada. Eles têm tempo para falar, têm dez minutos só. Então, não vamos interromper. Está bem?

O SR. ARNOLDO CAMPOS – Nós reconhecemos – e foi a primeira coisa que eu falei aqui – que nós temos lacunas, e nós precisamos agir juntos para superar essas lacunas. Se vocês conversarem entre si, nós temos diversos exemplos de que nós estamos indo às comunidades, nós estamos cobrando dos Municípios que abram o cadastro para todas as comunidades, e não só abram o cadastro para inscrever no Bolsa Família – e nós fizemos isso –, mas que registrem no cadastro que são comunidades tradicionais, que identifiquem no cadastro qual é a sua origem, qual é a sua comunidade, porque a entrada no cadastro não é só o Bolsa Família. A entrada no cadastro único das políticas sociais é redução na tarifa de energia, é cisterna, é cesta de alimentos, é saúde, é educação, porque com o cadastro a gente encontra você. Nós sabemos que você existe, nós sabemos qual é a sua comunidade.

Então, um desafio, um compromisso nosso, como Ministério, é acionar a nossa rede nos Municípios, nos Estados. Isso está pactuado e é um desafio, porque lá no Município a gente sabe a realidade diferente que cada Município tem, a vontade ou a falta de vontade que às vezes cada Município tem. E nós precisamos agir junto com as lideranças denunciando em qual lugar, em qual Município, em qual Cras.

Nós estamos levando o Cras para dentro de aldeias indígenas, para dentro de comunidades, fazendo mutirão, não esperando as pessoas chegarem, indo até as pessoas. Nós sabemos que isso exige muita perseverança, muita paciência também, porque sem a perseverança, sem a paciência, a gente não vai conquistar, mas nós temos essa abertura do Governo Federal.

Nós queremos trazer vocês para o cadastro único. Esse é o caminho, no nosso ponto de vista, para acessar vários direitos. Encontrando vocês no cadastro único, a gente pode cobrar da escola, da creche, do posto de saúde, do médico da família, do Minha Casa, Minha Vida, do Programa Um Milhão de Cisternas, de todos os outros programas de transferência de renda e ações complementares que a gente tem na área social.

Então, é isso que eu quero trazer aqui. Esse é o principal recado que nós trazemos do MDS. Vamos fazer um mutirão juntos, vamos cobrar das prefeituras, vamos conhecer os mecanismos de denúncia – os 0800, o *site*, a página na internet. Estou vendo aqui que muita gente está na internet, está conectada, e pode nos ajudar a encontrar esses problemas. Nós temos ouvidoria, para, sabendo dos problemas, cobrar do Município, cobrar do Estado...

(Soa a campainha.)

O SR. ARNOLDO CAMPOS – ...cobrar do órgão do Governo Federal, para que consiga colocar para dentro todos vocês das políticas de desenvolvimento social do nosso País. Então, é nosso compromisso.

Eu vou pedir aqui – estou com a Kátia e com o Milton...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARNOLDO CAMPOS – Isso.

(Manifestação da platéia.)

O SR. ARNOLDO CAMPOS – Já foi conquistado isso. O campo já existe. Já está conquistado isso, já está no sistema. Você pode clicar "cigano", "quilombola", "indígena", "fundo de pasto", "caboclo". Estão todos listados lá. São dezenas de tipos de comunidades. O que o Poder Público às vezes não faz? Não faz o registro. Então, temos que cobrar o registro de todos para que possamos identificar vocês. Isso é uma proatividade nossa, do Governo Federal, dos Municípios e de vocês, porque, às vezes, as pessoas vão lá e esquecem de fazer esse registro. Às vezes, o Município quer preencher rápido e não preenche a informação correta. É um direito de todos nós saber quem são vocês para ter a política pública certa e de vocês saber

que estão registrados da forma correta. Sabemos que temos uma longa caminhada.

Central de relacionamento do MDS: 0800 7072003, ligação gratuita. Você pode nos ajudar a descobrir onde está acontecendo o problema para que possamos acionar a nossa rede de parceiros. Já colocamos 50 milhões – estou terminando – de pessoas para dentro do cadastro, 50 milhões de pessoas. Não podemos ser acusados de não estar colocando as pessoas para dentro, um quarto da população; de cada quatro brasileiros, um já está no cadastro. Sabemos que ainda falta gente e vamos buscar, temos vontade de buscar. Não é fácil, porque quem ficou de fora até agora é o que está mais longe, mais excluído, é o mais invisível, porque, se fosse o mais fácil, já estava dentro.

Vamos fazer esse esforço junto. Somos sócios de vocês nessa empreitada.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Arnoldo Campos, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em representação à Ministra Tereza Helena Gabrielli Campello, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Só quero reforçar aqui que é claro que essa audiência pública não dá conta de esclarecer todas as dúvidas, mas o Ministério, com certeza, está à disposição para fazer, em outro momento, todos esses esclarecimentos. O Dr. Arnoldo – com certeza, através da sua equipe técnica – poderá também, se for necessário, fazer esses esclarecimentos, apresentar também esses números, esses dados, que são importantes. Estarão presentes na conferência, não é, Dr. Arnoldo? Então, temos esses próximos três, quatro dias para dialogar, para conversar. Hoje aqui não dá para esclarecer tudo.

Quero aqui muitíssimo agradecer ao Dr. Arnoldo, pedir a ele que leve um abraço a nossa Ministra Tereza Campello, que tem se debruçado, se dedicado e se empenhado muito para que as políticas sociais que estão no seu Ministério cheguem a todos os brasileiros e brasileiras.

Obrigada pela presença, Dr. Arnoldo. *(Palmas.)*

Quero aqui aproveitar para informar a vocês que as 50 pessoas que estavam lá embaixo já estão devidamente acomodadas aqui na sala ao lado; portanto, não há mais ninguém lá embaixo aguardando. Assim, elas poderão acompanhar essa audiência pelo telão. *(Palmas.)*

Contamos com a colaboração de vocês.

A SRª CLAUDIA REGINA SALA DE PINHO – Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só peço para não ser interrompida, por causa do nosso tempo, Regina. Sinto muito, querida, senão me perco aqui, e temos prazo para terminar.

A SRª CLAUDIA REGINA SALA DE PINHO – É que é muito importante esse encontro com o Arnoldo. A senhora me desculpe – também vou pedir desculpas –, porque estamos muitos anos sem falar e vou usar essa fala. *(Palmas.)*

A senhora me desculpe mas vamos colocar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É para controlar o tempo aqui, senão os convidados ficarão sem fala no final.

A SRª CLAUDIA REGINA SALA DE PINHO – É muito rápido, tenho certeza. São duas questões.

Independentemente de nos mapear e saber onde está, é importante, Secretário, que se mapeie quem nos discrimine e quem nos mata no nosso Município, porque, muitas vezes, quando fazemos a queixa e o povo descobre onde estamos, descobrem o nosso endereço para matar. *(Palmas.)*

Então, é importante que tenhamos essa questão.

E a outra questão que acrescento é em relação a outro conceito. A nossa Constituição só tem uma propriedade privada e uma propriedade pública. Esse povo aqui quer uma propriedade coletiva. *(Palmas.)*

Esse povo que está colocado. Então, temos que garantir essa questão.

Desculpas, mil desculpas por tudo. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Regina. Que bom! É que o nosso tempo aqui é pequeno, e temos que ter um procedimento para não ultrapassar o nosso limite, porque a Casa tem outras atividades.

Aproveito também para registrar a presença de algumas pessoas: o Cacique Ramon Tupinambá, do Sul da Bahia; a presença da Mãe Renilda, Dalmo Oliveira, Moisés Alves, membros do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial da Paraíba.

Vou conceder a palavra agora – porque já ouvimos a Regina, que falou representando os povos tradicionais de matriz africana, e a Maura, representando os povos ciganos – o Aderbal Ashogum, representante dos terreiros. *(Palmas.)*

O SR. ADERBAL ASHOGUN – *Mucuiú, Colofé, Motumbá, Aoré, Saravá!*

Viva o povo cigano! Viva o povo indígena! Viva o povo de matriz africana! *(Palmas.)*

Esse Estado criminoso, omisso, violento vem nos matando, vem eliminando a diversidade cultural do Brasil. Esse Estado nos apresenta hoje essas mesmas propostas. Há dez anos, nos reunimos. Há 10 anos, sofremos essa violência. Esse Estado deveria estar preocupado com a manutenção da diversidade cultural e em como barrar a violência criminosa das igrejas

dentro dos quilombos, dentro dos terreiros, contra os ciganos, contra os indígenas. Nas favelas, as culturas ancestrais e periféricas correm risco. *(Palmas.)*

O Brasil deveria zelar pela sua maior riqueza, sua diversidade cultural, no entanto, é o contrário. Ele fortalece o inimigo, fortalece o conhecimento judaico, cristão, greco-romano, que é especialista em nos violar, que é especialista em machucar nossas mulheres, nossas crianças e nossos sábios. Esse mesmo Estado não tem um programa de acessibilidade digno, esse mesmo Estado que nos fala. Parece que, de novo, estamos começando um governo.

Somos o partido da humanidade, do conhecimento, da solidariedade; somos o povo brasileiro na sua diversidade cultural. *(Palmas.)*

Não podemos aceitar que definam nossa economia como criativa. Temos nossa economia solidária, nossa economia de Exu, nosso mercado. Não podemos continuar admitindo um criminoso numa Comissão de Direitos Humanos. *(Palmas.)*

Enquanto a comunidade político-partidária deste País não fizer uma reforma de valores, fundamentada na solidariedade e no afeto humano, estaremos aqui sendo divididos como o pensamento deles, cartesiano, reduzido. Temos que falar do auto dos nossos guerreiros: *Laroiê Exu! Cobalaroiê Exu! Mojubá, Mojubacan!*

Temos que ter a força dos nossos guerreiros. Não fomos feitos para escutar fracos, para escutar homens que tenham a perfídia na língua. Não fomos educados para violar nossas mulheres. Sou um homem feminino. *(Palmas.)*

E eu não admito neste Estado as demonstrações claras, Senadora, de facismo e de crime, de racismo religioso e cultural; é disso que a gente está falando.

Quando este Governo fala de tolerância, me dá medo, porque eu não quero tolerar ninguém; eu tenho é que respeitar e amar... *(Palmas.)*

Esse Governo é o mesmo Governo que nos dá um alimento para o qual nós temos que gastar um botijão de gás para cozinhar um quilo de feijão. Esse Governo é o mesmo Governo que promove uma medicina alopática, criminosa, e que diz que o nosso terapeuta, que a crendice tradicional não tem valor de nada. É esse Governo que tripudia sobre os nossos sábios, propondo um ensino convencional, como no Estado do Rio de Janeiro. A Lei nº 10.639 está fazendo dez anos de omissão desse Estado político, desse Governo estabelecido para poucos... *(Palmas.)*

Nós temos que barrar a mortande da juventude negra...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aderbal, só um minuto, por favor. A Ministra Luiza Bairros está chegando, eu vou convidá-la para compor a Mesa e, em seguida, você continua a sua fala.

Ministra Luiza Bairros. *(Palmas.)*

A gente pode começar, nós podemos continuar com o nosso patrimônio cultural. O que está sendo feito para barrar as agressões contra o terreiro do Ventura, contra a aldeia Maracanã, contra os acampamentos ciganos?

Quando a gente fala de patrimônio natural, material e imaterial, a gente se esquece que esse patrimônio é coletivo, e ele é invendável, ele é inviolável; quando a gente tem uma instituição como o Iphan, que permite uma violência contra a aldeia Maracanã, não podemos acreditar nesses homens de língua fácil. Quando a gente vai para o fomento e manutenção das culturas, a gente pode ver a Lei Rouanet servindo ao capital, tirando o dinheiro dos nossos filhos, da saúde e da educação para colocar no axé music; o axé music que não tem um negro cantando. *(Palmas.)*

Quando a gente vai para direitos civis e culturais, quem é que nós temos presos por esse Estado por crimes de racismo? Quantas pessoas são presas? O primeiro a sair daqui algemado deveria ser o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Marco Feliciano. *(Palmas.)*

Esse criminoso que insiste em tripudiar sobre minha mãe, sobre a mãe de vocês, sobre os nossos ancestrais. Então a gente tem que estar acordado, porque nós não somos inimigos. Eu não sou bantu, ou yorubá, ou de umbanda, eu sou de terreiro, porque o nosso eixo de conhecimento é um só; nós somos diversos, e somos assim.

(Manifestação da platéia.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quando a gente vai para a representação, a representatividade dos terreiros, como pode no Conselho Nacional de Políticas Culturais, nós, povos tradicionais, como os ciganos os e povos de matriz africana, não termos assentos? Eles nos colocam como linguagens; eles nos colocam como folclore, e isso não pode continuar acontecendo. Isso não pode continuar acontecendo, e nós somos todos irmãos, para o desespero deles; há 513 anos, ou quatrocentos e poucos – esses números pouco importam – a gente vem lutando contra o mesmo inimigo desde que a humanidade é humanidade. E nós temos que saber disso. E, para isso, gente, vamos fazer todas as nossas atividades em defesa das nossas diversidades, vamos compor de forma colaborativa para que este Estado aprenda a nos respeitar e reconheça a nossa qualidade de vida através da nossa alimentação, do nosso acarajé, que está sendo proibido e que virou bolinho de Jesus. *(Palmas.)*

Isso tudo é uma articulação da igreja. A comunicação; que País é este que permite pregação na TV aberta em uma concessão pública? Que País é este? Que País é este que nós estamos fazendo? Parece que a gente não está aqui há dez anos colaborando com este Governo. Quando me dizem que tem que colocar no cadastro, eu digo, qual é a plataforma digital, querido, que funciona? Qual é a plataforma, qual é a cultura digital que nos inclui? Porque a cultura digital tem mais milhões do que os povos tradicionais, porque são seus filhos; são os filhos do poder que dirigem isso; é a nova casta, formada para explorar a nossa cultura. E é disso que nós temos que falar aqui. Que essa Conapir...

(Soa a campainha.)

O SR. ADERBAL ASHOGUN – Ministra Luiza; Secretária Luiza Bairros, a gente vê na senhora, de fato, uma representatividade que nunca tivemos. *(Palmas.)*

Nunca tivemos. Então nós não estamos falando aqui de partido, a gente está dizendo que são 550 vendedoras de acarajé que o juiz quer tirar da beira da praia para promover o turismo sexual com nossas crianças. Então é disso que eu estou falando.

Muito obrigado. E Marabó, agô mojubá... *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradecemos. Obrigada, Aderbal.

Eu quero aqui também, para registrar, porque eu também estou aprendendo com a Regina, e a Regina me disse o seguinte, e é bom eu dizer, embora vocês se conheçam, mas quem nos acompanha não conhece, o Aderbal falou em nome do povo iorubá, povo de terreiro. É isso? Povo de terreiro. A Regina falou em nome do povo bantu. E agora eu vou conceder a palavra...

Gente, eu peço a vocês silêncio porque a altura do microfone não é suficiente para que a gente possa se ouvir. Eu sei que esta audiência é uma audiência importante, que está emocionando algumas pessoas, eu estou vendo aqui lágrimas nos olhos de alguns que estão participando, porque mexe também com a espiritualidade de cada um, de acordo com a sua tradição, com a sua religiosidade, mas há muitas pessoas emocionadas aqui. Então, isso é muito bom; isso é muito bom porque traz uma energia muito positiva; traz uma coisa muito boa, é um momento muito bom de nós estarmos juntos aqui.

Eu só quero combinar uma coisa com vocês. Há representantes do Governo e representantes dos movimentos sociais. Então nós vamos intercalando agora. Assim, depois da fala do Aderbal, nós vamos escutar o Jânio Coutinho, que é o assessor técnico do Departamento de Extrativismo, em representação à Ministra Izabella Mônica Teixeira, do Ministério do Meio Ambiente.

Jânio, se você puder... Se alguém puder ceder um espaço para o Jânio só enquanto ele fala.

Jânio, ocupa aqui com alguém da representação do Governo. Isso.

Obrigada, Edmílson.

Jânio, por tempo de dez minutos. Peço a quem está controlando o som para marcar dez minutos

O SR. JÂNIO COUTINHO – Bom a todas, bom dia Presidenta da Comissão , Senadora Ana Rita, Ministra Luiza...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Olha, quem está controlando o som, aumente o volume se for possível...

O SR. JÂNIO COUTINHO – Agora estão ouvindo?

Em nome da Ministra Isabela, queria saudar todas e todos, pedir licença aos mais velhos, e pedir que todas as nossas entidades possam proteger e iluminar o Congresso a fazer o marco legal.

Nós, do Ministério do Meio Ambiente, na condição de Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, já nos manifestamos favoravelmente do ponto de vista da correção do projeto que está em curso na Câmara, e achamos que é essencial que haja um marco legal para os povos das comunidades tradicionais, já que a atual legislação, que é o Decreto 6.040, com principalidade, como decreto, ele fica submetido aos sabores dos governos. Ter um marco legal, ter uma lei e talvez mais de uma se for necessária, é essencial para garantir a proteção aos direitos, a preservação dos direitos, a a garantia dos direitos.

No Ministério do Meio Ambiente, principalmente no nosso Departamento de Extrativismo, nós temos trabalhado fortemente em incorporar nas nossas políticas ambientais a marca dos povos e comunidades tradicionais, considerando-os como sujeitos de direito. Um dos principais programas do nosso Ministério é o Programa Bolsa Verde, que trata de conservação ambiental, está em fase de expansão, fazendo a ampliação dos beneficiários, hoje está numa marca de 44 mil famílias. É um programa que associa preservação ambiental e garantia de renda. Nós agora estamos num grupo de trabalho ministerial, que a Seppir tem principalidade, e a Ministra Luiza e a sua equipe tem exercido um papel fundamental de incorporar em um espaço curto de tempo os quilombolas no programa.

Não é só isso. Nós queremos reconhecer aqui que, sem dúvida, não existe política de preservação ambiental no Brasil sem respeitar, sem compreender o papel essencial dos povos e comunidades tradicionais deste País. *(Palmas.)*

É fundamental e não se trata só do território quilombola, que é muito importante, da terra indígena, que é muito importante, que preserva muito, mas também que há muita política ambiental em qualquer comunidade, terreiro, que faz preservação ambiental. E o nosso Ministério tem trabalhado e quer cada vez mais incorporar, entendendo que são 513 anos que o Estado brasileiro não ouviu, não entendeu, não compreendeu os povos de comunidades tradicionais, não entendeu o nosso povo.

Nós estamos totalmente abertos não só com a Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, mas como órgão de Governo para ouvir a demanda, incorporar a demanda sem a presunção que nós temos de dar respostas. As respostas estão nas populações que fazem preservação ambiental antes que qualquer Estado brasileiro fizesse.

Os índios fazem predação ambiental muito antes da gente inventar o Estado brasileiro. Assim como os ciganos fazem, assim como as de terreiro fazem , assim como os quilombolas fazem. Todo mundo faz muito isso.

Nós queremos dizer aos que estão presentes nesta audiência pública que somos completamente abertos a receber novas contribuições para fazer novas políticas, sem a pretensão de que temos todas as respostas. O nosso foco principal é o Bolsa Verde, mas podem ser incorporadas outras políticas. É a política nacional de gestão ambiental em terras indígenas. Os índios estão aqui, a representação indígena está aqui. Essas representações indígenas têm presença no Conselho Gestor da política. E nós queremos fazer essa manifestação.

Nós sabemos que é o momento especial da conferência, que a Seppir e o Governo estão organizando e vocês estão participando. Nós queremos nos colocar totalmente à disposição. Agradecer, Senadora, a possibilidade de estar na audiência, mas não usar muito do tempo e permitir também que os povos falem, porque é um momento muito importante para os povos falarem.

Agradeço profundamente a oportunidade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Jânio Coutinho, Assessor Técnico da Ministra Izabella Teixeira, do Ministério do Meio Ambiente.

Eu havia pensado em ouvirmos agora uma comunidade quilombola e um indígena, mas como também tem outra representação dos ciganos e outra representação também de matriz africana, vamos ouvir estes primeiro para poder não ficar distante uma fala da outra.

Pode ser?

A Ministra vai estar aqui até às 12h30 para ouvir a todos, até 12h30 ela pode ficar.

Não tem problema para vocês?

Então, está bom.

Então, vamos ouvir o Isaias Potiguara, representante indígena.

Isaias, você tem 10 minutos.

O SR. ISAIAS POTIGUARA – *(Manifestação em língua indígena)*

Boa a tarde a todos companheiros e companheiras.

Hoje é um dia feliz para mim por estar aqui com vocês neste grande dia.

Estou aqui representando o povo potiguara da Paraíba, mas só não falo em nome do povo potiguara, e sim de todos os indígenas do País e do mundo, todos os negros e negras, ciganos e ciganas, quilombolas e todas as comunidades de terreiro, todos os povos sofridos, todos os povos desclassificados aos olhos da maioria dos governantes do nosso País que não nos respeitam e não respeitam o nosso direito de ir e vir. *(Palmas.)*

Esta Casa é nossa, mas para que pudéssemos estar aqui hoje, tivemos que levar até, talvez, nome de baderneiros, porque tivemos que fazer pressão para entrar. Esta Casa deveria estar com a porta e os corações abertos para nos receber, porque isso aqui é nosso. *(Palmas.)*

Se é nosso de fato, espero que não seja só hoje, mas que sempre que precisarmos vir aqui, estejam estas portas abertas para nos receber.

Quero também agradecer a fala do nosso companheiro, guerreiro, aqui que contribuiu, que homenageou e deixou todos satisfeitos. Quero cumprimentá-lo, realmente você é um guerreiro. Certo?

Quero saudar a Mesa em nome de todos os presentes.

Quero também fazer uma explanação da fala da nossa companheira cigana quando ela disse: nós estamos aqui há 449 anos. Perguntem quantos ciganos têm aqui. E nós estamos a milhares. Perguntem quantos indígenas têm aqui? *(Palmas.)*

Gente, povo, já chega! Já chega!

Em 1500, a minha população Potiguara era estimada em 200 mil; com a chegada, com a invasão dos estrangeiros no nosso País, nós nos resumimos a nove mil apenas; e, hoje, estamos chegando a 21 mil potiguaras. Então, acho que já foi demais o massacre aos indígenas, aos negros, às comunidades terreiros e aos ciganos. Somos todos seres humanos. Somos todos uma nação. Temos nossas diferenças culturais, mas somos iguais, quando passamos a respeitar o direito do outro.

Não existiriam Deputados e Senadores, Presidentes, se não existisse o nosso voto. *(Palmas.)*

Então, gente, eu estou aqui para defender sim, defender os sofridos, os discriminados, os desclassificados, que somos nós, a massa humilde, a massa sofredora deste País e deste mundo.

Então, aqui, eu quero pedir aos governantes do nosso País que realmente saia do papel as leis e os direitos da Constituição de 1988, e as demais, as de antes e as que vêm depois, que é para o nosso povo ser feliz, viver feliz, e não precisar todo ano fazer uma conferência de promoção da igualdade racial.

Nós não estamos aqui porque somos bonitos, porque é bom. Não! É porque nós precisamos, nós exigimos todos os anos, todos os dias de nossa vida; nossos ancestrais, nossos antepassados, nossos anciãos estão se indo, e não estou vendo... Assim como os povos indígenas dizem, lutamos por uma terra sem males, e nossos guerreiros de 100, de 105 e de 80 anos estão indo, sendo plantados, e essa terra sem males não chega. E pergunto: quando é que ela vai chegar?

Gente, por favor, eu não vou me estender. Estou emocionado com algumas falas que ouvi aqui. Eu também só quero expressar meu desabafo, minha tristeza de ter que sair da Paraíba, o potiguara sai da Paraíba com a delegação da Igualdade Racial da Paraíba para vir pedir, exigir isso aqui, no Senado. Isso é uma vergonha para o Senado! *(Palmas.)*

Então, vou terminar, encerrar minha fala para dar oportunidade aos outros companheiros e companheiras, falando a mensagem na língua tupi antigo, que é a língua do povo potiguara:

(Manifestação em língua tupi.)

O SR. ISAIAS POTIGUARA – A gente nasce, a gente vive e a gente morre, mas o nosso povo permanecerá nessa terra para sempre. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Isaias Potiguara. Isaias, obrigada pelas suas palavras. Você é tão jovem e trazendo aqui toda a tradição indígena. Isso é muito importante. Nós já tivemos outros momentos de receber diversos índios de diversos povos e etnias aqui, caciques, mulheres e homens, mas você como jovem representa muito bem toda a nossa população indígena.

Parabéns a você!

Obrigada pela presença. *(Palmas.)*

Eu estou recebendo muitos recados aqui. Eu não posso deixar de fazer os registros. Teve alguém que pediu para deixar para o final, mas eu acho que perde... Vamos fazer os registros aqui.

São recados, são denúncias, são pedidos, são registros, então, vou fazer aqui calmamente.

Em Carneiros, Alagoas, crianças sofrem com preconceito e agressões físicas, diariamente, por serem ciganas. Em contrapartida, por conta do Bolsa Família, as famílias ciganas se veem obrigadas a manter suas crianças nessas escolas preconceituosas e totalmente despreparadas para a diversidade cultural. Gostaria que houvesse uma sensibilidade do MDS e do Ministério da Educação a respeito.

Então, fica aqui o registro importante, e estendo esse registro a outras populações que também são tratadas, muitas vezes, com preconceito por falta de preparação, inclusive dos nossos servidores, que nem sempre são treinados suficientemente para atender bem a essa população. Inclusive, eu ouvi, pessoalmente, o depoimento de uma menina cigana aqui no entorno de Brasília – porque eu estive lá no acampamento. Ela disse que saiu da escola porque ela não aguentava o preconceito nem das crianças colegas de sala de aula e nem dos próprios professores, porque ela não era tratada com respeito.

Então, esse aqui é mais um caso que a gente escuta aqui nesta Comissão de Direitos Humanos.

De Joinville, também, os ciganos vivem risco de vida, onde quatro viúvas com quatro filhos cada uma sofrem lá, não tem água nem luz. Precisamos de cesta básica em respeito aos nossos direitos, principalmente os básicos.

Então, quem assina é Denir Fernandes, líder da comunidade, que está aqui presente. *(Palmas.)*

Também recebi aqui um recado importante, que nós precisamos, depois, encaminhar isso, das baianas da Bahia, que fazem o acarajé:

Estão querendo retirar 550 baianas de acarajé das areias das praias de Salvador. Há baianas nesse local há mais de 60 anos. São mulheres negras que dependem deste trabalho para sobreviver.

Quem assina aqui é a Rita Santos, que é você. Fica o registro aqui, Rita. *(Palmas.)*

Fica o registro, que tem aí o aval, o apoio de todas as baianas de Salvador, de todo o Brasil, de todas as baianas do Brasil.

Eu quero aproveitar também para registrar a presença aqui de Negro Ogum, da Fonsapotema do Rio de Janeiro. *(Palmas.)*

Também da Mãe Lúcia Ilê Axé Omidewá, de João Pessoa, e Mãe Tuca, Casa da Cultura, Paraíba. É a mesma pessoa? Não, são duas pessoas. A Mãe Lúcia e a Mãe Tuca.

Parabéns pela presença.

Também registrar a presença da Vereadora Rosário Bezerra, de Teresina, Piauí, que também apoia esta luta. *(Palmas.)*

Mametu Magili Angola está solidária com os povos tradicionais, que estão em outra sala, porque a nossa luta é muito grande. Parabéns à Mesa, Senadora Ana Rita.

O Quilombo Cultural Malunguinho e o povo da Jurema está completamente bem representado pelos representantes do povo de terreiro, indígenas e ciganos na Mesa.

Salve a fumaça!

Alexandre L'Omi L'Odò, de Pernambuco. É você, meu companheiro? *(Palmas.)*

Eu vou conceder a palavra agora para a companheira Núbia de Souza, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas.

A Núbia é uma pessoa que está sempre muito presente nesta Comissão de Direitos Humanos, já é conhecida por nós. Então, é um prazer, Núbia, recebê-la aqui, hoje, novamente. *(Palmas.)*

A SRª NUBIA DE SOUZA – Bom, gente, eu queria iniciar minha fala dizendo que, como a Senadora falou, não é a primeira vez que a gente é barrado na porta da nossa Casa. Há um mês, a Senadora Ana Rita e o Senador Capiberibe fizeram uma intervenção lá na rua mesmo, lá na rua do Congresso, para que a gente pudesse ter acesso junto com os indígenas.

Então, não é a primeira vez, novamente o nosso povo – povo negro, indígena, quilombola, cigano – é barrado na nossa Casa. Quero lembrá-los que falta bem pouco tempo para essa reflexão política chegar nas nossas comunidades.

Eu faço uma fala de conscientização política. Hoje, Senadora, eu queria refletir essa fala pelo ano que a gente passou, com muitas coisas. Houve CPI contra a gente. A polícia não tem a sensibilidade do povo indígena, do povo cigano, do povo das comunidades de terreiros, dos quilombolas.

Só lembro um fato: na caminhada dos indígenas, levamos *spray* de pimenta. Vocês ainda estão bem, porque só foram empurrados na porta, mas, na batalha indígena, levamos *spray* de pimenta, a polícia empurrou a gente. Então, foi negado o nosso direito, e ele está sendo negado até hoje.

A reflexão do Brasil é a seguinte: ano que vem é ano político, e a gente tem de pensar muito bem em quem colocar aqui nesta Casa de decisão, nesta Casa de Xangô.

Quero assim saudar o meu povo, e falo do meu povo negro, do meu povo quilombola, do meu povo cigano, porque a gente não veio a convite de ninguém para este Brasil; a gente foi arrancado da nossa terra, onde éramos reis e rainhas. Para aqui fomos trazidos pelo sistema, para sermos escravos, para termos nossos direitos violados como mulheres, para vermos nossos maridos serem chibatados no decorrer dos anos.

Quero declarar o meu apoio imenso a todo povo cigano. Estamos acompanhando essa luta. Somos parceiros e irmãos na defesa dos direitos que são violados todos os dias.

Quero dizer também aos nossos irmãos de terreiros que, por mais que haja tudo aquilo ali de leis, nós conquistamos neste País há dez anos um espaço em que dizemos para o sistema como se deve trabalhar como negro, com cigano, com quilombola, com indígena, que foi a SEPPIR. Essa luta não foi de partido nenhum, essa luta não foi de Deputado nenhum, essa luta foi nossa, de todos nós. *(Palmas.)*

A SEPPIR veio do anseio desde a época em que nossa gente era escrava. Em 1988 nós registramos as primeiras leis. O art. 68, o art. 215, o art. 216 e outros que o País não respeita. O sistema branco, o sistema racista ainda não nos respeita. A SEPPIR é o espaço legítimo onde a gente diz para o Governo como tem de trabalhar, como é que tem de funcionar a política neste País, tanto municipal, estadual e aqui no Congresso, onde também não somos ouvidos.

Quero refletir uma fala de indignação. Comemoramos hoje, Senadora Ana Rita, que é defensora dos direitos humanos, e Srª Ministra, que hoje está aqui nos representando, dez anos de política de igualdade racial e o que o País nos nega? Quando chega o povo cigano para se cadastrar para receber o Bolsa Família, isso lhe é negado. Nega-nos a oportunidade de caminhar como nossas indumentárias, de poder lutar livres dentro do campo. Nega-nos essa possibilidade.

Quero fazer uma fala assim: que essa conferência, que essas audiências têm de ser um reflexo para gente. Um reflexo de quê? Que a gente parta em luta de defesa dos direitos, não só dos quilombolas; de terreiros, dos ciganos, dos indígenas, de toda população oprimida deste País. Mas ela também reflete a nossa consciência de dizer que, daqui a oito meses, temos de ocupar espaços de decisão. E esses espaços têm de ser ocupados aqui, para que a nossa SEPPIR, para o MDS e outros espaços do Governo possa entender e realmente fazerem a coisa acontecer.

O que a gente conseguiu entender durante esse tempo é somos muito bem ouvidos aqui em Brasília por alguns Senadores. Quero saber onde estão os Senadores nesta sala. (*Palmas.*)

Eles não aqui para ouvir as nossas reclamações, os nossos choros. Eles estão em outros locais mais interessantes, mas não para discutir a questão dos direitos humanos. Os únicos que se colocam ao lado dessa população hoje são essa mulher aqui, Senadora Ana Rita, e o Senador Capiberibe, que vai lá na frente e pede "por favor". É uma autoridade pedindo "por favor" para que nosso povo entre...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Senadora Lídice também.

A SRª NÚBIA DE SOUZA – A Senadora Lídice, a Deputada Janete Capiberibe, Deputado Luiz Alberto e outros.

A gente não percebe o comprometimento dos políticos junto com a gente aqui. Quem está aqui dos seus Estados? Nenhum! Nenhum a gente vê aqui se comprometendo, mas, daqui a uns oito meses, eles vão pedir o nosso voto e temos de fazer a avaliação de como está a política que a gente quer, a política de igualdade racial, a política de respeito à nossa tradicionalidade no País.

Quero concluir dizendo que esta Casa de leis, tanto o Senado quanto a Câmara, nos viola a todo momento. Quero registrar que nós quilombolas deste País sofremos ataques imediatos. Vocês viram o monte de leis colocados, mas vocês não sabem o quanto de sangue a gente derrama para defender o Decreto nº 4.887, que garante as nossas terras; para defender que chegue também a política do Bolsa Família, a de acesso à universidade e outras.

Aqui tramita uma CPI que investiga se a gente é quilombola, que nos questiona a tradicionalidade. Colocaram um relatório antropológico para dizer se nós temos direito à terra, se nós somos mesmo oriundos de Zumbi. A gente quer perguntar para eles... Eles querem ter o dinheiro de dizer quem tem direito à terra, quem nós somos.

Queria convocá-los, senhores e senhoras, para a gente avaliar esse sistema e poder reforçar muito mais. A SEPPIR, pode vir o governo que for, é um espaço nosso, de milhares, de dez milhões, de vinte milhões de povos e comunidades tradicionais. A gente não pode regredir. Temos de passar para o sistema e para o Congresso que nós temos direitos que não podem regredir. Temos de dizer aos ministérios como eles têm de ser trabalhados, de forma justa e respeitosa, nos Municípios, porque a gente conversa muito aqui em Brasília, mas, quando chegamos aos Municípios não nos olham como devemos ser olhados. *(Palmas.)*

A gente não quer o olhar de humildade, a gente não o olhar de quer de cota. A gente quer o olhar de reparação, porque a gente não foi convidado a entrar neste País. Nós fomos arrancados da nossa história e da nossa sobrevivência.

Quero concluir dizendo que a Conaq, Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas, quer registrar um fato muito interessante, Drª Ana Rita. Em todos os momentos estão morrendo mulheres. Uma companheira nossa foi morta por violência doméstica porque tinha de fazer política de igualdade racial na sua comunidade, defendendo seu quilombo, e não foi respeitada por seu marido.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª NUBIA DE SOUZA – Foi em João Pessoa.

Também registro que acabei de sair do meu Estado, mas deixei a comunidade de Campina Grande sendo invadida por policiais, querendo destruir casas por posse de terra. Quero dizer que também somos mais de cinco mil comunidades e, durante esses dez anos de política, somente 172 títulos foram dados e não houve nenhuma desintrusão. A gente convive todo momento com capangas e pistoleiros nas nossas caras. Quero aqui sensibilizar vocês: a gente precisa muito mais do que leis; mais ação imediata e ocupação dos nossos espaços de decisão. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradecemos a presença de Núbia de Souza, da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas. Há uma luta imensa por este Brasil afora. Eu digo que, no Estado do Espírito Santo, onde moro, não é diferente e tem representação aqui em Brasília.

Hoje, quando vim para cá, havia uma delegação de pouco mais de vinte pessoas vindo representar a população negra do meu Estado. Então, é uma alegria imensa saber que todos vocês, dos diversos cantos deste País, se fazem presentes nesta Conferência da Igualdade Racial.

Estão chegando muitos bilhetes aqui. Como registrei presenças, vou continuar registrando, sem atrasar muito.

O Deputado Luiz Alberto parabeniza pela audiência pública, agradece pela disposição acolhedora do Senado, da Senadora Ana Rita, Deputada Érika Kokay, Seppir e comunidades tradicionais que se mobilizaram para a defesa e a luta de seus interesses.

Pede desculpas pela ausência. Uma agenda de última hora, no Rio de Janeiro, inviabilizou a presença.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Deputado Luiz Alberto.

Mas nunca é o sentimento caloroso e fraterno que tem para com todos.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Gente, é o respeito. Está justificando a ausência. É importante saber que também é um aliado, mas que, infelizmente, não pôde estar presente.

Também recebi, aqui, do Fábio Ogan, de Pernambuco.

O Fábio diz o seguinte:

Senhora Ministra, Senadores e autoridades políticas aqui representadas [o Fábio está aqui presente. Quem é o Fábio? O Fábio está aí], não podem calar a voz da Juventude de Terreiros, da juventude de todos os povos e do Brasil. Estamos presentes para fortalecer e combater o genocídio cotidiano e invisibilidade

política que a nossa juventude tem vivido. Precisamos e estamos com os mais velhos e com o conjunto da sociedade, que luta pela justiça e reparação ao racismo que sofremos. Mas queremos a população jovem de Terreiro participando da construção e indicando os antídotos para o veneno que mata a nossa geração, que é o crack.

Eu quero aproveitar essa afirmação do Fábio e dizer que o Senado Federal, por iniciativa de diversos Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, sob a Liderança da Senadora Lídice da Mata, está criando uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o extermínio da juventude negra.

Então isso é importante. Vai ser mais uma tarefa deste Senado Federal. *(Palmas.)*

Estou fazendo este registro, contou com o meu apoio também, mas a Senadora Lídice da Mata, juntamente com outros Senadores e Senadoras, estão se empenhando para que essa CPI aconteça aqui para que a nossa juventude negra não seja exterminada no nosso País. É preciso apurar isso.

Também quero registrar a presença do Vice-Prefeito de Monte Alegre, Estado de Goiás, kalunga quilombola Manoel Edeltrudes Moreira. *(Palmas.)*

O Manoel está aí. Seja bem-vindo, Manoel. Prazer em recebê-lo.

Quero agradecer a presença do cigano calon Elias, que tem o acampamento que deveria servir de modelo em todo o Brasil, pois o rancho dele já tem uma tenda escola.

Parabéns a você, cigano calon. *(Palmas.)*

Também me fazem aqui uma pergunta:

Senadora, por que o povo de Terreiro não tem direitos à terra, se nós somos atores sociais, desde que nossos antepassados negros chegaram aqui e nós de Terreiro sempre preservamos de forma correta a terra, os rios e o meio ambiente?

Então, é a Mãe Lúcia que nos faz essa pergunta.

Mãe Lúcia, não vai dar para responder tudo aqui hoje. Mas poderemos fazê-lo depois.

Eu vou aproveitar para ler tudo, gente. E, aí, eu peço a vocês que segurem um pouco, porque, senão, não daremos conta.

Precisamos nos sensibilizar com as situações agrárias e políticas territoriais dos quilombolas, que tão pouco conquistaram algumas certificações das quais não nos garante espaço para cultuar nossas culturas, sustentar nossas famílias, viver com dignidade e educação, que tão lindamente é garantido pela Constituição Federal e que vai abaixo pelos grileiros, grandes fazendeiros e agropecuaristas que nos coagem e nos matam um a um.

Selemita, Estado de Tocantins, comunidade de Lageado.

Senadora Ana Rita, sou representante da Congada da Lapa. Essa tradição de coroação dos reis negros está se acabando no Paraná. Por favor, nos ajude. O Candeeiro.

No dia 3 de agosto, a Conferência Regional em Londrina, Paraná, a Yalorixá Mãe Mukumby, que deveria estar aqui hoje, fez seus últimos discursos. Na mesma noite, ela, sua mãe de 86 anos e neta de 12 anos [nossa, gente!] foram brutalmente assassinadas por um vizinho evangélico, que, após assassinar a sua mãe, diz ter recebido uma ordem divina para eliminar o mal na casa da Yá Mukumby, assassinando-as de forma brutal e quebrando os santos da Casa.

Gente, que notícia triste!

A imprensa diz que foi a um surto psicótico, e não houve intolerância religiosa. Até quando teremos que viver com medo de ser gente negra?

Gente, é lamentável essa notícia. A Comissão de Direitos Humanos se solidariza com essa família. Depois, poderemos conversar sobre isso.

Também quero registrar a presença...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Também quero registrar a presença do pajé Pira Axá – é isso? – dos índios araxás.

Gente, estou continuando aqui.

Mametu Nangetu e todos os delegados da região norte da Amazônia se encontram presentes.

Babá Dyba de Iemanjá, Coordenadora da Renafro estadual e representante do Comitê Estadual do Povo de Terreiro do Rio Grande do Sul.

Luza de Oxum, Coordenador Estadual Renafro do Maranhão e do Fórum Estadual de Mulheres de Axé.

Yá Uara, Coordenadora Renafro – Acre, Mulheres de Axé do Estado do Acre, Presidenta da CNRUA – Acre.

Neurandi Pereira de Oliveira, da Associação do Movimento Negro Kituala, em Itaporã, Mato Grosso do Sul.

Brenda Cordeiro, representando os estudantes da universidade da cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul.

Também o povo negro do Paraná está presente nesta luta hoje: Maringá, Londrina, Lapa, Guarapuava, Curitiba e outras.

Claudete está assinando.

Já foi registrado. É isso?

Pronto. Para finalizar...

Gente, rapidamente. Por favor, leia aqui para me ajudar.

Coordenadora da Conaq, Quilombo Pitanga de Palmares e Terreiro, Coordenação da Igualdade Racial de Simões Filho, Bahia.

Senadora, sou da comunidade Terreiro Ilê Axé Ijexá, em Itabuna, na Bahia. Sofremos as mesmas faltas que os outros irmãos.

No Rio, o crime está fechando o terreiro. Como diz aquela mensagem, traficante evangélico que expulsa a macumbeira do morro.

Eu não sei onde é que está a contravenção.

Paulão, Presidente do Cedine, Rio de Janeiro.

Pelo falecimento que muito lutou por todos os movimentos.

Companheira Maria do Céu brutalmente assassinada no sertão do Paraíba. Um minuto de palmas, porque o nosso povo acolhe o nosso ancestral.

(Palmas.)

Só para dizer para o companheiro ali que a Maria do Céu já foi lembrada nesta Comissão de Direitos Humanos em uma outra ocasião. Mas é importante novamente fazer esse registro.

Quero aqui também registrar a presença do Walmir Damasceno Taata Katuvajesi.

Gente, só vocês! São muitas línguas. Essa diversidade que é bonita.

Também quero registrar a presença da Ordem das Entidades Afrobrasileiras, representada pelo jornalista Ebony Cosme Félix, juntos na luta.

Yá Késio Ogun Adê, São Paulo.

Também está aqui a Mãe Lúcia, que manda um recadinho.

"Precisamos que seja criado mecanismo para coibir o assédio religioso dos e das pessoas de igrejas neopentencostais e pentencostais pois são os que mais nos perseguem."

Está registrado aqui, Mãe Lúcia.

Por último, a Deise encaminha o seguinte:

Ontem, o Tribunal de Justiça do Paraná revogou o feriado municipal em revogou o feriado municipal no dia 20 de novembro. A ação foi proposta pela Associação Comercial do Estado do Paraná. Estamos na luta e o povo negro de Curitiba vai para a rua. André Nunes.

Último registro. Destacamos a presença da capoeirista Patrícia Cavalcanti, que representa o Conde Paraíba e a mulher negra capoeirista paraibana. "Necessitamos de um olhar para a profissionalização dos capoeiristas. Muito obrigada." *(Palmas.)*

Há mais algumas questões que chegaram dos internautas. Eu vou ler posteriormente para que a gente possa avançar.

Vou conceder a palavra para o Alexandre Castilho, representante dos povos ciganos. *(Palmas.)*

Alexsandro, é bom você esclarecer também qual é o povo que você representa.

O SR. ALEXSANDRO CASTILHO – Boa tarde a todos!

Estou quietinho esperando a vez de falar.

A Maura, nossa irmã cigana, que já proferiu sua fala, representa a etnia Calon e eu represento a etnia Rom Cadarache. Isso não quer dizer que haja uma divergência ou uma diferença entre nós. Todos somos ciganos. *(Palmas.)*

Muitos já falaram de uma série de coisas. Concordo com todas elas, porque realmente todos estão sendo discriminados, seja cigano Calon, seja Cadarache, seja Sinti, seja quilombola, seja africano, seja africano, seja indígena. Todos nós estamos sofrendo racismo e desigualdade racial, mas temos hoje um projeto, o PL nº 7.447, a ser transformado em lei, pelo Decreto nº 6.040.

Poucos conhecem a história dos ciganos: de onde vieram, como surgiram. Conversando com algumas pessoas, procurando leis, chegamos a ter um conhecimento. Venho agradecer aos antecedentes dos quilombolas, pois vários dos ciganos já se refugiram, há anos, nos quilombos. Portanto, sofremos as mesmas consequências. A história dos ciganos ficou na invisibilidade. De onde veio? De onde surgiu?

Por isso, quero, nesta Mesa, juntamente com a Senadora Ana Rita, a Ministra Luiza Bairros, solicitar que haja uma lei para que seja divulgada na mídia a história dos ciganos, a cultura dos ciganos, para que sejam conhecidas por todos os povos em nível nacional. *(Palmas.)*

É muito importante também esclarecer o que eu sofri na pele.

A Senadora estava dizendo que conversou no Brasil Cigano com uma cigana que afirmou que saiu da escola, porque não suportava mais a discriminação e tantas acusações de roubo dentro da própria sala de aula, inclusive pela própria professora. Essa moça é minha filha, que saiu aos 10 anos da escola – no dia 15 de abril vai fazer 15 anos –, e não foi mais para a escola estudar. Isso é realmente uma tristeza, porque ela se sentiu humilhada e não teve mais coragem de voltar para a sala de aula, portando-se como cigana. Isso, para nós, é realmente porta fechada.

Quanto a fazer o cartão SUS, a Lei nº 940 não foi obedecida em Aparecida de Goiânia, e creio que em outros Estados, porque no papel ela funciona, mas na prática não. Exigiram que fosse apresentado o endereço e o nome da pessoa que fosse tirar o cartão SUS. Se duas pessoas que lá estavam comigo não tivessem o título de eleitor, não teriam tirado o cartão SUS. A minha esposa foi-se registrar para tirar o cartão úni-

co. Disseram-lhe que ela não poderia fazê-lo porque, dentro da residência dela, havia a minha mãe, com 88 anos, aposentada, recebendo o Bolsa Família, e não poderia ter mais uma renda do cartão Bolsa Família. É isso que nós sofremos. Essas leis funcionam muito bem no papel. Aqui dentro elas estão funcionando.

O nosso irmão Ruyter, após o Brasil Ciganos, foi para a cidade de Carneiros, em Alagoas, onde comentou sobre o Brasil Ciganos. As autoridades municipais não sabiam que aquilo aconteceu. Após lhes mostrar os cartazes e mostrar para as autoridades o Guia de Políticas Públicas para o Cigano, eles ficaram boquiabertos, pois nem sabiam que isto aqui existia. Sabe por quê? Não chegou até eles.

Senadora, Ministra, vocês estão fazendo um trabalho excelente. Os direitos humanos estão parabenizados por isso. Sei que há muito ainda a fazer para que possamos chegar a um patamar onde todas essas leis sejam realizadas na prática, mediante ações articuladas pela mídia e por nós mesmos, para que seja levado aos gestores públicos o conhecimento daquilo que eles não conhecem, para que a lei seja obedecida em todo o território nacional.

Por isso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXSANDRO CASTILHO – Exatamente.

Por isso, quero dizer que seja acrescentado... Quando se diz no Projeto de Lei nº 7.447 "comunidades tradicionais", que o povo não reconheça como quilombolas, indígenas, matriz africana, povo de terreiro e ciganos. Todos sabemos que eles estão incluídos ali, mas é necessário que aquele nome ali esteja escrito. Quilombolas, ciganos, matriz africana, povo de terreiro, é necessário que esses nomes estejam escritos no PL nº 7.447, para que haja reconhecimento das demais autoridades deste nosso Brasil.

Solicito isso, Ministra, Senadora, para que os gestores não venham a se opor e dizer que os ciganos não fazem parte de uma comunidade tradicional. Isso acontece em todo lugar a que eu vou. Isso acontece em todos os povos. Quando vão procurar algum registro, só está escrito comunidade tradicional. "Mas aqui não está quilombola." "Aqui não está matriz africana." "Aqui não está falando nada do indígena." "Comunidades tradicionais são outra coisa." Há quem diga que tratar de direitos humanos e desigualdade racial é somente combater a fome. Gestores públicos estão dizendo isso. Eu acho isso um absurdo, porque realmente, e existe a Seppir para mostrar isso, há uma diferença entre matar a fome de alguém e trazer a igualdade racial a todos aqueles que realmente necessitam.

Eu quero deixar claro que ouvi dizer que há intolerância religiosa. Eu sou um pastor das comunidades ciganas. Em Aparecida de Goiânia, tenho 200 membros. Sou completamente contra todo aquele evangélico, pastor que discrimina povos de terreiro, quilombolas, matrizes africanas. Estou junto com vocês para defender e para dizer que as baianas fabricam acarajé – adoro acarajé! –, que mal faz aquilo que sai da boca e não aquilo que entra. Isso é bíblico. *(Palmas.)*

Vamos lutar por igualdade! Vamos lutar para que cada um de nós tenha liberdade, livre arbítrio para escolher aquilo que lhe é necessário para que se sinta bem no seu direito de vida.

Eu agradeço por este Brasil maravilhoso, por esta oportunidade de estar aqui, com vocês e poder-me expressar.

Boa tarde! *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Alexsandro Castilho, representante dos povos ciganos, pela fala e por trazer informações novas de uma realidade que você vive, de um povo específico dentre todos os povos ciganos.

Muito obrigada por sua presença.

Eu vou conceder a palavra agora à nossa Ministra Luiza Bairros, porque ela tem compromisso e vai ter que se retirar. Nós vamos continuar com o nosso trabalho aqui, mas a Ministra gostaria e deseja, e nós queremos ouvi-la também.

Então, nós vamos passar a palavra para a Ministra para que ela tenha o tempo necessário para passar aqui a sua mensagem, o seu recado tão importante, a nossa Ministra da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

A SRª LUIZA BAIRROS – Então, muito boa tarde a todos, boa tarde a todas. Quero começar agradecendo a Comissão de Direitos Humanos do Senado, na pessoa da Senadora Ana Rita, pela convocação desta audiência para discutir esse projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Alberto, que transforma em lei o Decreto nº 6.440, que trata dos povos e comunidades tradicionais aqui do Brasil.

Quero fazer uma saudação também muito especial a todas as pessoas com quem nós compartilhamos a mesa, todas as autoridades e lideranças de matrizes africanas, lideranças ciganas, indígenas, quilombolas e de outros povos tradicionais que estejam aqui hoje conosco.

Uma das tarefas que eu tenho hoje, neste dia de hoje, 5 de novembro, em que começa a nossa 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, é escrever um discurso para poder falar na abertura da Conferência. Aí, eu estava atrás de uma ideia que me impulsionasse, que me pudesse fazer traduzir um

pouco como nós nos sentimos neste momento de realização da 3ª Conferência, com um tema tão amplo e tão importante como esse que nós definimos, que é "Democracia e Desenvolvimento sem racismo: por um Brasil Afirmativo".

É um tema bastante ambicioso, porque é um tema que visa justamente fazer aquilo que me parece que é o desejo de todas as comunidades, todas as lideranças que aqui hoje se manifestaram, que é essa possibilidade de nós sermos considerados dentro do Brasil como cidadão e cidadãs plenos e com direito, inclusive, de pensarmos no destino do País, a partir da nossa própria visão, a partir daquilo que nós sabemos e conhecemos da nossa história e da nossa cultura.

Pensando no que é a amplitude dessa tarefa, o tamanho da nossa responsabilidade e tudo o que já me foi dado conhecer do que são as propostas que saíram de todas as conferências estaduais nas quais vocês participaram, das plenárias de comunidades tradicionais que realizamos com a matriz africana, com os quilombos e com os ciganos também, isso tudo me fez lembrar de uma conferência que eu assisti há muitos anos, com uma escritora chamada Toni Morrisson, que é uma escritora afro-norte-americana, que é Prêmio Nobel, inclusive, uma mulher talentosíssima e que sabe muito expressar o que é o sentimento dos grupos, dos povos discriminados.

Nessa palestra, ela contou como foi que ela começou a escrever um dos livros dela, que é um livro que se chama *Paraíso*. Ela falou que a ideia do livro apareceu quando ela, lendo jornais muito antigos do início do século passado, encontrou nesse jornal antigo um anúncio, que era um anúncio chamando pessoas negras nos Estados Unidos para virem construir uma cidade para essa comunidade, porque, como vocês sabem, nos Estados Unidos, isto é uma coisa bastante comum: as pessoas constroem cidades dentro de determinados espaços com uma "certa liberdade" de constituir aquele espaço urbano de acordo com as suas necessidades. E aí ela disse que chamou a atenção dela este anúncio, porque o anúncio dizia o seguinte: Venha preparado ou não venha de jeito nenhum! E ela estranhou isso, disse: "Uai, isso aí é um convite, mas é uma coisa tão agressiva... Como é que as pessoas vão saber, essas pessoas negras que já são tão discriminadas, que já têm tantas dificuldades no seu dia a dia, como elas vão saber se elas estão preparadas ou não para isso? Qual é o critério? Qual é a medida da nossa preparação?"

Eu estou contando isso para dizer que é exatamente assim que eu me sinto, é exatamente assim que nós nos sentimos na Seppir, neste momento.

Venha preparado ou não venha de jeito nenhum. *(Palmas.)*

Porque essa luta é difícil mesmo, gente! E ela é difícil não por conta das coisas que nós não fazemos, não por conta das coisas que nós deixamos de fazer, não por conta das coisas que dizem que nós não conhecemos. A luta é difícil porque nós somos um adversário interno muito forte. *(Palmas.)*

É isso que tem de estar na nossa cabeça, porque senão nós não teremos a possibilidade, inclusive, de reconhecer o quanto nós já caminhamos para chegar até aqui onde nós estamos, discutindo sobre a aprovação, pelo Congresso, de uma legislação que, inclusive, foi proposta por um Deputado negro, o que demonstra também que as nossas reivindicações já têm representantes legítimos em alguns espaços de Poder. Mas é certo também que essa representação ainda é hoje muito pequena.

Das várias falas que foram feitas aqui, muitas denunciavam o fato de que existem tramitando no Congresso Nacional, assim como existe o PL 7447 que é favorável a nós, vários outros projetos de lei que buscam retirar os direitos que nós já conquistamos.

Então, o que eu quero dizer com isso é que essa nossa luta é uma luta justa pela aprovação do PL, mas também não é o fim, porque nós precisamos também mudar a cara do Congresso Nacional, a cabeça do Congresso Nacional, para que, desse modo, nós possamos ter aqui dentro ouvidos que nos ouçam, cabeças e corações que nos entendam. *(Palmas.)*

Isso é extremamente importante. E esse, inclusive, é um tema muito central da nossa conferência, que é para discutir a democracia para saber o quanto essa democracia ainda tem de se alargar para que todos nós e todas nós possamos caber dentro dela.

Não percamos de vista o fato de que, assim como eu falei que há proposições que circulam aqui, que tramitam aqui nesta Casa, que contrariam direitos que nós adquirimos recentemente, existem outras que fazem com que esses direitos avancem.

Um ganho muito importante desses últimos tempos para nós foi a questão das ações afirmativas.

E, na semana passada, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal admitiu um projeto de lei, que também é do Deputado Luiz Alberto, que é chamado de PEC das Cadeiras Negras, que passa a definir um percentual de cadeiras para mulheres e homens parlamentares negros. (Palmas.)

Essa também é uma proposta muito importante que nós podemos apoiar, porque ela está casada com a possibilidade de fazermos valer o que estamos discutindo aqui agora, que é a ampliação, a radicalização dos direitos dos povos e comunidades tradicionais

no Brasil, por todas as razões que já foram colocadas aqui pelos companheiros ciganos, pela matriz africana, pelos quilombolas e pelos indígenas.

Então, minha gente, o estar preparado para enfrentar essa luta não é ninguém que vai nos dizer de fora: se posso ou não posso, se tenho ou não tenho as condições para fazer essa batalha. Mas essa é uma resposta que é fruto de algo interno em cada um de nós, da profundidade que sabemos que temos de compromisso com essas questões, de compromisso com a permanência, com a valorização e com o respeito dos povos tradicionais neste País.

A outra coisa que faz parte também da nossa preparação nesse processo tem muito a ver com o que falou aqui a representante quilombola e com o que falou o representante cigano. Existe um desconhecimento geral em relação a todas as políticas, aos programas, aos instrumentos que o Governo Federal, através da Seppir, tem criado e criou agora, já no Governo da Presidenta Dilma, para fazer avançar essa política de promoção da igualdade racial. E é por isso que nós trabalhamos bastante, ao longo dos últimos dois anos, naquilo que estamos chamando de Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que é o Sinapir, através do qual nós teremos um instrumento concreto para estabelecer compromissos com os governos estaduais e os governos municipais na realização da Política de Igualdade Racial.

Obviamente, no processo de instalação desse sistema, para que nós possamos contar com a participação dos governos estaduais e dos governos municipais é preciso que cada uma e cada um de vocês, no local onde moram, exerçam uma pressão tão poderosa como essa que está sendo exercida aqui, agora, porque é dessa maneira que as políticas do Governo Federal se realizam. Sem a parceria do Governo do Estado, sem a parceria do Município, muito dificilmente nós, enquanto Ministério, conseguiremos chegar diretamente em cada comunidade, em cada acampamento, e por aí vai.

Isso significa também que nós continuamos precisando muito uns dos outros. A Política de Igualdade Racial tem um caminho a percorrer dentro dos governos, dentro das instituições de uma maneira geral, mas ela não pode abrir mão da mobilização permanente dos movimentos sociais para fazer com que a execução dessa política deixe de ser meramente resultado da vontade de quem governa. Mas isso tem que ser uma obrigação fundamental, um compromisso profundo com a democracia brasileira, que, certamente, não se realiza e não poderá se realizar sem que nós negros, indígenas, ciganos, quilombolas, comunidades de matriz africana, estejamos devidamente representados em todos os setores da vida social.

É isso, minha gente, que eu gostaria de deixar como mensagem. Agradecer novamente a oportunidade de estar aqui e ouvir as diversas lideranças que aqui se manifestaram.

Saudar, mais uma vez, a Senadora Ana Rita, pelo trabalho corajoso que vem desenvolvendo aqui, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, que sem dúvida alguma, hoje, no Congresso Nacional, é um espaço fundamental para o debate e o encaminhamento das nossas questões. Eu peço desculpas a vocês por ter de me retirar ainda antes do final, mas vocês entendam que as tarefas da III Conapir nos chamam e nos conclamam a todos para acertar os últimos preparativos.

E dizer que nós, da Seppir, estamos aqui junto com outros setores do Governo Federal favoráveis e apoiando completamente a aprovação do Projeto de Lei nº 7.447.

Muita força a todos nós.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Nós queremos aqui agradecer profundamente a presença da nossa Ministra Luiza Bairros, Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

Eu vou, agora, conceder a palavra, porque o nosso tempo já está expirando, precisamos concluir, mas nós queremos ouvir o Edivaldo de Jesus Conceição, representante dos povos tradicionais de matriz africana, do povo Jeji Ogan. *(Palmas.)*

O SR. EDIVALDO DE JESUS CONCEIÇÃO – Boa tarde.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E registramos aqui a presença da Deputada Érika Kokay, que não esteve aqui antes não foi porque não quis, mas porque estava com outro compromisso, mas ajudou a organizar este momento.

Obrigada, Deputada Érika.

Então, o nosso companheiro Edivaldo de Jesus Conceição.

O SR. EDIVALDO DE JESUS CONCEIÇÃO – Bom dia, ainda.

Bom dia, gente.

Eu sou do terreiro Zoogodô Malê Bogum Seja Hundê, na linguagem fon. E venho aqui – fiquei emocionado com a sua palavra. Você tirou minhas palavras, as que eu ia falar aqui. Regina, então, me deixou... Tirou a palavra de todo mundo. Falou, praticamente, por todos nós.

Eu venho aqui também relembrar a vocês, gente, o Terreiro do Ventura, em 2009, sofreu um atentado

forte – quatorze hectares devastados, louças sagradas quebradas, fontes soterradas, a Lagoa de Nanã. E, logo em janeiro deste ano, também sofremos outro atentado – colocaram fogo e quase quase pegava o restante da roça toda e quase quase até matava as pessoas, se não fosse a gente mesmo, articulando, correndo para buscar água para apagar o incêndio.

Eu tenho muito a agradecer a Regina e ao nosso amigo ali, porque, se não fossem vocês também, o coletivo, que abraçaram o Roça do Ventura, o Roça do Ventura, hoje, seria pasto – e vou dizer a vocês porque digo pasto. Porque o Governo em si não proporcionou nada para querer ajudar o Roça do Ventura.

Então, eu sou da Bahia, mas, hoje, eu sou aqui representante da Bahia, da nação Jeje, Ketu, Angola, cigano, Igexá, todas as nações e todos os segmentos. *(Palmas.)*

A briga que nós estamos aqui fazendo é uma briga para a melhoria de todos os terreiros e todos os segmentos. A briga é uma só. A briga é uma só.

Espero que todas os projetos de lei que foram aprovados não fiquem só no papel, tem que ter a prática. Porque, se nós não tivermos a prática, não vai adiantar nada.

Eu tenho um amigo que foi convidado, chamado Hamilton Borges, que briga pelas pessoas da Juventude, que a polícia invadiu a casa dele e quase matou o rapaz, com o filho dentro de casa. Hamilton Borges, um homem que é um seguidor da nossa religião, um homem de Ogum!

Você imagina o que acontece com essas pessoas que não reconhecem a gente! Nós precisamos ser reconhecidos e respeitados. Eu sou contra a palavra intolerância. Eu sou a favor da liberdade religiosa, do direito de ir e vir. Direitos iguais. *(Palmas.)*

Agora, gente, eu vou perguntar uma coisa a vocês: se fosse um evento evangélico, será que eles iam ser barrados lá embaixo? Não.

Nós fomos barrados.

Agora, se precisar que a gente vá lutar com foice, com pau, para entrar dentro do Senado para revindicar os nossos direitos, nós temos que entrar.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. EDIVALDO DE JESUS CONCEIÇÃO – Por isso, que eu falo, meu irmão. Você falou em Exu, mas eu falo Ogum.

(Procede-se à entoação de canto Ogum.)

O SR. EDIVALDO DE JESUS CONCEIÇÃO – Ogum sempre com o facão, dono das estradas, que possa correr para batalhar pela nossa vitória!

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Edivaldo. Parabéns também pela motivação aqui. Foi muito bom.

A última pessoa inscrita da Mesa é a representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a assessora Deise Benedito. Então, nós vamos conceder dez minutos para sua fala, para que possamos já finalizar.

Por fim, vou fazer mais alguns registros, para que possamos encerrar esta audiência pública de forma bem animada.

Deise, a palavra está com você.

A SRª DEISE BENEDITO – Boa tarde a todos e todas. Recebam o caloroso abraço da Ministra Maria do Rosário, da Ministra da Secretaria de Direitos Humanos.

Eu aqui saúdo, através de vocês, todos os povos indígenas e agradeço, infinitamente, a parceria, o respeito com os povos das comunidades quilombolas há 500 anos. Eu acredito que os povos indígenas são um dos grandes defensores de direitos humanos deste País. Também, neste momento, cumprimento todos os homens e mulheres aqui presentes, as principais matriarcas, mulheres negras, que trazem a cultura africana, que trazem a resistência dos povos africanos através da religião de matriz africana.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª DEISE BENEDITO – Saúdo os seus ancestrais!

Saúdo também os povos ciganos, a esses povos cuja forma de viver está ligada diretamente à natureza e à liberdade!

Quando a gente fala em direitos humanos – eu estou muito emocionada, porque a gente ouviu falas muito profundas, falas ancestrais, falas daqueles que nos antecederam. E, quando a gente fala em ancestralidade, a gente fala dos traços que nós trazemos nos rostos daqueles que nos antecederam: o nosso sorriso, a nossa forma de olhar, a nossa forma de andar.

Temos que respeitar aqueles que nos antecederam, porque nos dá a oportunidade de sermos o que somos hoje. Somos um povo resistente, somos um povo guerreiro, somos um povo determinado e, principalmente, defensor de direitos humanos. Combatemos o racismo, combatemos a discriminação, combatemos todas as formas de extermínio contra a nossa população, tanto negra como indígena e como quilombola.

E, quando a gente fala em direitos humanos, eu não posso deixar de dizer quais são as atividades que, hoje, estão sendo desenvolvidas na Secretaria de Direitos Humanos.

A Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com a Seppir, nós estamos juntos no Plano Nacional de Comunidades Tradicionais, em cada Secretaria de

Direitos Humanos, através do Programa de Proteção dos Defensores em Direitos Humanos, com o objetivo de trabalhar, promover e garantir a proteção dos defensores de direitos humanos, principalmente as lideranças quilombolas que são ameaçadas de morte. Hoje, em todo o território brasileiro, nós temos 64 lideranças quilombolas protegidas no programa de proteção, porque estão sendo ameaçados de morte. Também temos uma sacerdotisa de matriz africana também protegida pelo Programa de Proteção de Direitos Humanos por estar sendo ameaçada de morte.

Aviso a todos vocês, e considero de fundamental importância salientar, que todos vocês que tiverem seus direitos violados, principalmente no que diz respeito à forma que são desrespeitadas as religiões de matriz africana que liguem para o Disque 100 – Disque Direitos Humanos e denunciem, a ligação é gratuita.

Recebemos ligações de inúmeras comunidades de terreiro, e nós vamos apurar essa forma de violação a que estão submetidas as religiões de matriz africana.

Isso se estende também aos povos indígenas. Inúmeras lideranças indígenas também estão incluídas no programa de proteção a testemunhas e proteção aos defensores de direitos humanos.

Quero, também, destacar e solicitar de vocês o empenho, a força, a determinação, que cobrem dos seus Deputados Federais a aprovação imediata do Projeto de Lei nº 4.471, que trata do fim dos autos de resistência. *(Palmas.)*

Esse projeto tem que ser votado e tem que ser aprovado, porque é uma forma de coibir a morte dos nossos jovens negros. Os autos de resistência têm que acabar, porque isso impede que sejam investigados os crimes de homicídio contra a juventude negra. É fundamental esse compromisso com os jovens negros.

Nós somos uma nação que tem que preservar a dignidade da pessoa humana, a dignidade da juventude negra e também a dignidade da juventude indígena deste País.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª DEISE BENEDITO – E, quando você sacode esse xequerê, eu sei que ele chama os ancestrais – o maracá, não é? E eu agradeço a presença dos seus ancestrais aqui. Muito obrigada. *(Palmas.)*

Também, outra coisa muito importante que todos vocês têm que ter acesso: a Resolução nº 8 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Essa resolução vocês podem baixar na internet. Ela assegura a todos os membros de todas as religiões o livre ingresso dentro de estabelecimentos penais para assistência religiosa.

Então, vocês têm que baixar essa resolução e, quando forem prestar o serviço de vocês, a assistência religiosa, levem-na imprimida, porque, assim, as pessoas vão saber que mesmo os presos e as presas que processam outras religiões têm amplo direito de receber assistência religiosa – Resolução nº 08.

Eu também quero dizer a todos vocês que a importância da organização da população negra, da população indígena, da população quilombola na preservação dos direitos humanos é de fundamental importância para a história deste País. Ela foi construída através do trabalho de cada um dos nossos ancestrais deste País. Nós temos direitos humanos, somos defensores de direitos humanos, temos que garantir os nossos direitos humanos e, principalmente, combater qualquer tipo de discriminação, seja ela contra homens, mulheres, homossexuais, lésbicas, e temos que assegurar, principalmente, a vida e a dignidade das nossas crianças e dos nosso jovens. Eles são a nossa continuação. Eles são a nossa perpetuação enquanto espécie humana neste País.

Então, conta com vocês na mobilização desse PL contra o fim dos autos de resistência. A Secretaria de Direitos Humanos está à disposição de todos vocês, basta vocês ligarem para o Disque 100 para denunciar qualquer tipo de direitos humanos contra vocês.

Um forte abraço. Eu estou muito emocionada de estar com vocês.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª DEISE BENEDITO – Feliciano, a gente sabe qual o caminho que ele tem que ter. Ele está no lugar que ele jamais deveria estar.

E aí nos temos que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADERBAL ASHGUN – Qual é a relação do Ministério de Direitos Humanos com relação a esse criminoso que é Presidente da comissão de Direitos Humanos na Câmara Federal?

A SRª DEISE BENEDITO – Nós não temos... Nós somos contra qualquer tipo de violação, qualquer postura violadora de direitos humanos, e aí...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª DEISE BENEDITO – Qualquer postura é violadora de direitos humanos. Mas aí quero que você entenda, companheiro, que não cabe à Secretaria de Direitos Humanos fazer isto ou aquilo para tirar os direitos humanos.

Meu querido, veja bem: essa questão não é uma ingerência da Secretaria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Deputada vai falar sobre isso.

A SRª DEISE BENEDITO – Um Deputado vai falar sobre isso. O que cabe à Secretaria à Secretaria

de Direitos Humanos da Presidência da República é defender os direitos humanos, é garantir a dignidade da pessoa humana, é garantir a livre manifestação e, principalmente, o direito da manifestação ao contrário, porque é um direito humano que tem que ser preservado.

Eu respeito os companheiros. Eu respeito as companheiras. Muito me conhecem do movimento negro, movimento de mulheres negras e sabem a minha posição: defender os direitos humanos sempre, independentemente de cor, raça, origem ou orientação sexual. Esta é a posição da Secretaria de Direitos Humanos: a vida, a preservação e a dignidade da pessoa humana.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Deise Benedito, Assessora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, representando aqui a Ministra Maria do Rosário.

Vou conceder a palavra, para fazer uma fala de encerramento desta audiência pública, à Deputada Érica Kokay.

Deputada Érica, você tem sido uma grande parceira desta Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal e que também contribuiu para a realização desta audiência pública.

Aproveito o ensejo para fazer novamente um registro, agradecer à Senadora Lídice da Mata, que, junto comigo, assinou o requerimento para que esta audiência pública se realizasse, agradecer profundamente aos assessores da Senadora Lídice da Mata, ao Márcio Sanches e ao Édson Nogueira, que ajudaram na mobilização, e também o gabinete do Senador João Capiberibe, Vice-Presidente desta comissão.

Portanto, esta audiência pública é uma realização conjunta de diversos Senadores, com a participação de Deputadas e Deputados Federais, aqui representados pela Deputada Érica Kokay. Infelizmente, nem todos aqui estão presentes, porque várias atividades acontecem simultaneamente nesta Casa. Então, durante esta audiência pública, estão acontecendo outras audiências públicas, inclusive sobre o Plano Nacional de Educação, que nos interessa, que interessa a todos os que aqui estão. Então, aqui a dinâmica é muito grande.

Quero que a Deputada Érica Kokay já faça uma fala em nome de todos os Parlamentares que colaboraram para a realização desta audiência pública.

A SRª ÉRIKA KOKAY – Eu queria saudar cada um de vocês e o faço saudando os nossos ancestrais, porque isso significa resgatar a nossa própria história.

O ser humano se reconhece e se identifica como tal a partir da nossa historicidade, ancestralidade. Nós somos fruto dos que já passaram por aqui e nós somos semente nesse correr da vida dos que ainda vão chegar. Por isso o meu respeito absoluto por estarmos aqui, no Senado Federal, para discutir os direitos dos povos tradicionais, para que nós possamos assegurar a nossa brasilidade, a qual não construímos sem reconhecer que somos indígenas, negros e que temos uma negritude que faz parte da nossa forma de ser.

O imaginário rompido de uma nação não nos reconhece com toda a dimensão que nós temos e não reconhece, inclusive, a nossa ancestralidade e historicidade.

Venho aqui, em nome da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, que esteve, junto com a Comissão de Direitos Humanos do Senado, organizando este espaço dentro do próprio Parlamento, para que nós possamos discutir e romper a invisibilidade dos tambores e das contas, porque os tambores não podem ser calados. Calar os tambores significa calar a nossa história, a nossa forma de ser brasileiros e brasileiras. Esconder as contas significa esconder a nossa própria condição humana, que parte do pressuposto que somos os únicos seres vivos que conseguem fazer o diálogo com o divino, com o infinito. O ser humano é como se fosse um vidro de cânfora que tem os seus limites, mas que, quando nós abrimos, fica ilimitado. Nós dialogamos com a transformação, com o sonho, com o divino.

Por isso, estamos aqui, em nome da Frente Parlamentar, instrumento criado para fazer frente ao sequestro que aconteceu com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. Foi sequestrada. E os direitos humanos e direitos de minoria, hoje, estão reféns de um projeto de Governo que pressupõe o rompimento da laicidade do Estado. E romper a laicidade do Estado é romper a construção democrática deste País, que pressupõe, ainda, a hierarquização dos seres humanos, porque classifica os seres humanos como alguns que podem amar e outros que não têm o direito de amar, uns que podem professar a sua religiosidade e outros que não podem professar essa religiosidade, uns que têm direito do exercício da mágica condição humana e outros que têm que ser mortos em vida ou ser coisificados. Daí a importância desta discussão. Discutir os povos tradicionais significa romper o etnocídio que está em curso neste País quando isola as comunidades tradicionais. Mais do que isso, diz a nossa grande companheira Regina que é também romper o epistemicídio, porque o que está em jogo é a anulação de um conhecimento que foi herdado e preservado, porque o povo de comunidades tradicionais de matriz africana é um povo resistente, guerreiro, pois preservou, enfrentando toda sorte de discriminação, de preconceito, seus princípios, para

que nós possamos mergulhar neles e dizer que isso é ser brasileiro e, se isso for negado, não podemos nos considerar brasileiros e brasileiras.

Para além disso, não podemos desconsiderar o que significam as comunidades tradicionais, particularmente as de matriz africana, mas todas as comunidades e povos tradicionais. Significa que são espaços de construção humana. São os terreiros que acolhem o povo que o Estado não acolhe. São os terreiros que preservam o nosso conhecimento e que lidam com a saúde sem anular o ser humano, mas o considerando na sua condição integral, inclusive na sua espiritualidade. São os terreiros que asseguram o processo de segurança alimentar. Por isso, este País só será democracia quando tivermos respeito. Concordo com o companheiro que me antecedeu: tolerância sem respeito é hipocrisia. E nós já estamos cheios de hipocrisia neste País. Nós queremos respeito para que possamos a liberdade de exercer essa condição humana para que não tenhamos impedimentos, e os grilhões, e as correntes que antes se concretizaram na senzala e hoje se concretizam numa sociedade que assina os seus jovens, principalmente negros.

Nós temos hoje, como disse a Deise, um projeto que está na Câmara pronto para ser votado, de autoria do Deputado Paulo Teixeira, que acaba com os autos de resistência. E o que são os autos de resistência? São pedaços da Ditadura Militar, que dizia que as Polícias podem matar sem se submeter a qualquer tipo de investigação, por estar em uma situação de resistência, a resistência que segue a morte neste País.

Por isso, quando nós eliminamos os autos de resistência, nós queremos dizer que todo menino ou que toda pessoa assassinada por forças policiais, esses policiais têm de sofrer um processo de investigação. Porque nós não queremos mais que a farda seja salvo-conduto para eliminar os nossos meninos e meninas! Nós não podemos mais admitir que tenhamos um verdadeiro extermínio de jovens! São por volta de 30 mil jovens assassinados todos os anos neste País. Desses 30 mil jovens, por volta de 75% são negros. Então, não me venham dizer que a escravidão acabou, porque a escravidão não acabou!

O Brasil não fez o luto da escravidão. O Brasil não fechou o ciclo da escravidão. O Brasil não fez o luto do colonialismo, quando o País foi repartido em tiras entregues aos amigos do rei, que se sentiam donos das terras, das mulheres, das crianças e dos trabalhadores. O Brasil ainda não fez o luto da ditadura militar. Nós precisamos ter o Brasil de volta. E o Brasil de volta significa o Brasil cantado pelos povos ciganos, pelos povos indígenas, o Brasil cantado nos terreiros deste País, com toda a forma de nos posicionarmos integralmente!

Por isso, digo que a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos está aqui, junto com a Comissão de Direitos Humanos do Senado para dizer que nós vamos continuar nesta luta para construir essa verdadeira democracia. E, para construirmos essa verdadeira democracia, nós não podemos mais ver, e não reagirmos, os indígenas perdendo os seus territórios pelo latifúndio que se expressa neste Congresso. Nós não podemos mais admitir que terreiros sofram toda sorte de violação e que sejam destruídos pelos tratores do Poder Público, que deveria estar honrando a Constituição.

Por isso, eu encerro dizendo a cada um e a cada uma de vocês: este é um momento importante, possibilitado pela sensibilidade da Senadora Ana Rita e de todos os Senadores desta Casa, que abriram os espaços para dizer que nós estamos aqui para construir essa democracia. Quero dizer a cada um e a cada uma de vocês que temos um *site* para que possamos aprovar o Projeto nº 7447, que assegura os direitos de todos os povos tradicionais, e que está hoje absolutamente paralisado porque a Comissão de Direitos Humanos pisoteia os direitos humanos deste País, através da sua presidência – a Comissão de Direitos Humanos da Câmara!

Felizmente, nós temos aqui a Comissão de Direitos Humanos do Senado...

(Manifestação da plateia.)

A SRª ÉRIKA KOKAY – Para que seja feita justiça, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara tem de voltar ao povo brasileiro!

Por fim, quero dizer a cada um e a cada uma de vocês que temos um *site* para acompanhar o Projeto nº 7447. Teremos a oportunidade de estar, em dezembro, em um fórum mundial de direitos humanos que vai ser organizado pela Secretaria de Direitos Humanos, um espaço para que possamos dizer que viemos para a Terra como seres humanos. E como seres humanos é que temos de viver.

Por isso, a minha saudação especial, em nome da coordenação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, para que nós, como eu disse, tenhamos todos os tambores emitindo os seus sons, todas as contas expostas, para que possamos dizer: é assim que a gente constrói uma democracia!

Axé! *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Kitanji quer dar um recadinho rápido a respeito da campanha.

Dois minutinhos, querida.

A SRª JULIANA KITANJI GOULART NOGUEIRA – A campanha foi deflagrada pela plenária dos povos tradicionais de matriz africana e já teve três audiências: uma audiência aconteceu em São Paulo, uma em Alagoas, uma em Salvador. E a gente tem de levar essa audiência para todos os Estados... Foram quatro: uma no Rio Grande do Sul. A gente tem de levá-la para todos os Estados.

E como é que se faz isso? A gente tem uma página no Facebook que se chama Campanha Diga Sim a PL 7447.

E dia 21 vai ser no Rio de Janeiro.

Então, a gente coloca à disposição o blog e a página da Campanha Diga Sim a PL 7447.

Quem puder participe e curta a página para que a gente realmente tenha ações colaborativas. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Kitanji.

Quero agradecer também à Deputada Érika Kokay.

Dessa audiência pública...

(Manifestação da galeria.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só um minutinho, para a gente finalizar, porque depois vocês vão poder cantar.

Dessa audiência pública, saem três encaminhamentos por parte da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Todo o nosso apoio ao PL nº 7447, que cria o marco legal dos povos e comunidades tradicionais. Podem contar conosco! Nós estaremos ajudando a fazer a divulgação dessa campanha.

Também todo o nosso apoio ao PL nº 4471, de 2011, que acaba com os autos de resistência. Já realizamos aqui audiência pública sobre esse tema, já foi feito um ato na Câmara dos Deputados, e é importante que essa mobilização se amplie.

Por último, quero aqui colocar a Comissão de Direitos Humanos à disposição de todos vocês para receber as demandas da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. É importante.

Eu estarei lá, hoje à noite, na abertura. Não conseguirei estar o tempo todo, mas esta Comissão se coloca inteiramente à disposição para receber o resultado da conferência e colaborar naquilo que for necessário.

Eu quero aqui também agradecer a presença de vários Senadores que aqui passaram, que não puderam estar presentes conforme eu expliquei: a Senadora Lídice da Mata, o Senador João Capiberibe, o Senador Wellington Dias, o Senador Sérgio Souza, o Senador Magno Malta.

Quero dizer que nós recebemos, da parte de vocês, vários pedidos de registro de presença, mas nós não daremos conta de fazer tudo agora. Comprometo-me de que constará nos *Anais* da Casa, nas notas taquigráficas a presença de todos aqueles que fizeram o registro. E dizer que recebemos ainda, pelo e-Cidadania, a participação do Alexandre Silveira de Sousa e diversas participações – o Alexandre é do Distrito Federal –, como a da Luana de Medeiros Botelho, de São Paulo.

Não fiz a leitura porque o nosso tempo já acabou, mas queremos agradecer aos internautas que participaram, que colaboraram. Também farão parte das nossas notas taquigráficas.

Por último, quero aqui, antes de mais nada, agradecer profundamente a presença de todos vocês, a presença muito forte, muito corajosa de todos os nossos convidados e convidadas para a Mesa. Quero dizer que é uma honra recebê-los aqui, nesta audiência pública.

Por fim, quero pedir a vocês que a gente termine com um canto. Mas, antes, eu preciso cumprir com as formalidades da Casa.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada a todos e a todas.

Obrigada também à TV Senado.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 29 minutos.)

ATA DA 58ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ana Rita, Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 80 de 2013, aprovado em 18/09/2013, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: "*A implementação das recomendações do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), no caso Alyne da Silva Pimentel Teixeira".*

A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, ao tempo em que solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Mônica Arango, Integrante do Centro de Direitos Reprodutivos de New York – EUA; Beatriz Galli, Relatora do Direito Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva da Plataforma DHESCA; Rodrigo da Costa Lines, Procurador da República do Município de São João do Meriti – RJ; Sonia Maria Lievori do Rego Pereira, Assessora da Coordenação Geral de Saúde das Mulheres da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde – MS; Carlos Frederico Peres, Chefe interino da Divisão de Temas Sociais do Itamaraty; e Flávia Piovesan, Procuradora do Estado de São Paulo. A Senhora Presidenta concede a palavra a três representantes da sociedade civil organizada presentes no plenário, nesta ordem: Jurema Werneck, Coordenadora Geral do Criola, ONG do Estado do Rio de Janeiro; Camila Asano, Coordenadora de Política Externa e Direitos Humanos da Conectas Direitos Humanos; Cleusa Aparecida da Silva, Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras; A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos: 1) encaminhar as notas taquigráficas da presente Reunião para as seguintes autoridades: Ministro da Saúde, Ministro da Justiça, Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Governador do Estado do Rio de Janeiro, Secretário de Saúde do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Prefeitos de Belford Roxo e Nova Iguaçu e respectivos Secretários Municipais de Saúde, solicitando que sejam tomadas as providências necessárias para a indenização da família de Alyne, bem como para que a rede hospitalar da baixada fluminense seja objeto de transformações que venham a garantir o adequado atendimento a todas as mães gestantes que dele necessitem; 2) solicitar ao Ministério da Saúde, aproveitando a presença da Sonia, que apresente, na audiência pública com a presença dos representantes do governo, relatório sobre a efetiva implementação do parto humanizado nos estados e municípios brasileiros; 3) solicitar ao Juiz competente que dê preferência ao julgamento do caso Alyne. A Senhora Presidenta lê durante a reunião mensagens eletrônicas recebidas por meio do portal eletrônico e-Cidadania e do Alô Senado. Fazem uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita e os Senhores Senadores Eduardo Suplicy e Paulo Paim. O Senador Paulo Paim lê resumo de seu relatório ao Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, e entrega o relatório a Senhora Presidenta. Às onze horas e quinze minutos a Senhora Presidenta passa a presidência dos trabalhos para o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora Ana Rita

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 58ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 80, de 2013, da CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 18 de setembro de 2013, para debater o tema "A Implementação das Recomendações do Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) no caso Alyne da Silva Pimentel Teixeira".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, o *link* é bit.ly/cdhcasoalyne, conforme aparece na tela, e do Alô Senado através do nº 0800-612211.

Antes de fazer o convite às nossas convidadas e aos nossos convidados, para que componham a Mesa, eu quero aqui fazer primeiro um esclarecimento. Esta audiência pública foi solicitada desde o mês de setembro e foi amplamente divulgada, com a previsão de termos aqui a presença não só de entidades da sociedade civil, mas também de representação do Governo, inclusive de Ministros de Estado.

Considerando que, no dia de ontem, a Presidenta Dilma solicitou a presença de todos os Ministros, agora pela manhã, na Base Aérea de Brasília, para receber o corpo do ex-Presidente da República Jango – inclusive, esta Casa se debruçou sobre esse assunto no dia de ontem –, todos os Ministros foram convidados para que, a partir de 9h30 da manhã, estejam na Base Aérea acompanhando a Ministra no recebimento do corpo, que ficará um tempo sendo velado e, posterior-

mente, com as honras de ex-Presidente da República, será sepultado.

No encaminhamento que foi feito por esta Comissão de Direitos Humanos, para que não haja nenhum prejuízo no encaminhamento do caso Alyne, que é um caso emblemático, um caso que merece toda a atenção da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, nós achamos por bem não cancelar esta audiência pública, até porque nós estamos com convidadas que vieram de outros Estados e temos aqui uma representante da Colômbia.

Então, para que esta audiência pública não ficasse no prejuízo, porque o caso é extremamente importante e precisamos, inclusive, dar celeridade a isso, nós decidimos fazer esta audiência com a representação da sociedade civil, que vai ter um tempo bom para poder fazer essa reflexão e as suas considerações, ponderações, questionamentos necessários. E, num outro momento, assim que for possível, o mais breve possível, nós faremos uma audiência com o Governo. Nada impede que, na audiência com o Governo, a sociedade também esteja presente, mas, para não dificultar a participação, inclusive da representante da Colômbia, porque talvez retornar num segundo momento ficaria mais difícil.

Então, fazendo essa explicação inicial e dando esse encaminhamento, vou convidar para compor a Mesa, a Srª Sônia Maria Lievori do Rego Pereira, Assessora da Coordenação Geral. Sônia, eu vou fazer o convite a você. Eu lhe pergunto se prefere compor a Mesa, no dia de hoje, como representante do Ministério da Saúde, ou se prefere estar, no segundo momento, juntamente com os demais Ministérios.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, a Sônia continua conosco. Eu peço, Sônia, que você sente aqui na frente, nessas cadeiras da primeira fileira. A Sônia Maria Lievori do Rego Pereira é Assessora da Coordenação Geral de Saúde das Mulheres da Secretaria de Atenção à Saúde, em representação ao Ministro Alexandre Padilha, do Ministério da Saúde. É uma alegria receber a Sônia aqui, capixaba, do meu Estado do Espírito Santo. Seja bem-vinda, Sônia.

Posteriormente, então, num segundo momento, nós vamos acertar, o mais breve possível essa agenda para que o Ministro possa estar presente.

Convido a Srª Beatriz Galli, Relatora do Direito Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva da Plataforma DHESCA. Seja bem-vinda. Como vai? Por favor, sente-se aqui.

Convido o Dr. Rodrigo da Costa Lines, Procurador da República, do Município de São João do Meriti, Rio de Janeiro. Seja bem-vindo, Dr. Rodrigo.

Convido a Flávia Piovesan, Procuradora do Estado de São Paulo. A Drª Flávia ainda não chegou.

A Srª Monica Arango, Centro de Direitos Reprodutivos de Nova York, Estados Unidos. Seja bem-vinda!

Eu quero aqui registrar a presença do Carlos Frederico Peres, Chefe Interino da Divisão de Temas Sociais do Itamaraty. Faço um convite ao Sr. Carlos para que fique aqui na primeira fileira. Da mesma forma que a Srª Sônia Maria, representando o Ministério da Saúde, também o Sr. Carlos ficará para o segundo momento da nossa audiência pública.

Quero aqui registrar a presença da Srª Camila Asano, Coordenadora de Política Externa e Direitos Humanos da Conectas, que tem escritório aqui no Estado de São Paulo. Seja bem-vinda, Srª Camila!

Também queremos aqui, antes de passar a palavra para a Monica Arango, dizer que estamos com certo prejuízo neste debate, com a ausência de alguns Senadores e Senadoras que estarão representando esta Comissão de Direitos Humanos na chegada do corpo do ex-Presidente da República Jango. O nosso Vice-Presidente, João Capiberibe, que é da Comissão dos Desaparecidos Políticos, da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, e o Senador Randolfe Rodrigues, que também faz parte dessa Subcomissão da Comissão de Direitos Humanos, estão representando a Comissão de Direitos Humanos também nesse evento, nessa atividade. Os demais, também por razões como essa, não se encontram presentes até o momento. Possivelmente, mais tarde, um ou outro poderá passar por aqui. Mas o debate não fica no prejuízo.

Nós queremos dizer, mais uma vez, que esta audiência pública tem a participação popular através do portal e-Cidadania, cujo *link* novamente eu vou dizer qual é – bit.ly/cdhcasoalyne –, ou através do Alô Senado (0800-612211). Então, a Comissão também poderá receber perguntas e questionamentos, para que os nossos convidados e convidadas possam se manifestar.

Eu vou convidar a Srª Monica Arango, para que seja a primeira a se manifestar, do Centro de Direitos Reprodutivos de Nova York, Estados Unidos.

Você, Monica, tem 15 minutos, mas, se houver necessidade, mais cinco. Pode ser?

Mas antes, Monica – desculpe –, eu quero aqui fazer algumas considerações iniciais. Desculpe-me, mas eu vou pedir mais um tempinho, porque os nossos internautas precisam entender a razão da audiência pública de hoje, do caso Alyne. Eu vou aqui fazer um breve histórico do caso para que as pessoas possam

se posicionar e entender o porquê desta audiência pública, e também os encaminhamentos que já estão sendo tomados.

Esta audiência pública foi convocada para tratar de um caso de grande importância para os direitos humanos das mulheres: a morte materna de Alyne da Silva Pimentel Teixeira, ocorrida em 16 de novembro de 2001. Esta audiência se realiza, portanto, no marco de 11 anos de sua morte. De 11 novembro a 16 de novembro de 2001, em apenas cinco dias, uma sucessão de erros médicos levou ao final trágico de Alyne.

Alyne era uma jovem negra de 28 anos de idade, grávida de seis meses, moradora de Belford Roxo, no Estado do Rio de Janeiro. Sentido fortes dores abdominais, procurou uma clínica médica. Foi medicada apenas com comprimidos para dor e mandada para casa. Dois dias depois, voltou à clínica, com dores ainda mais fortes. Então, o médico percebeu que o feto não tinha batimentos cardíacos: já estava morto. Houve demora na realização do parto induzido, na retirada dos restos da placenta, gerando hemorragia, o que fez com que tivesse que ser transferida para um hospital em Nova Iguaçu. Não havia ambulância para sua transferência e, quando Alyne finalmente chegou ao hospital, ficou no corredor, porque não havia leito. Seu quadro era gravíssimo. Alyne morreu no dia 16 de novembro de 2001, por hemorragia.

Tivesse Alyne recebido um tratamento obstétrico adequado, não teria morrido, deixando uma filha órfã com cinco anos de idade. A família de Alyne buscou indenização na Justiça em 2003 e, até hoje, a Justiça do Estado do Rio de Janeiro não proferiu decisão. A demora da Justiça brasileira fez com que o Centro de Direitos Reprodutivos, aqui representado por Monica Arango, e a Advocacy, uma ONG do Rio de Janeiro, levassem o caso ao Comitê sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação (CEDAW), da ONU. O Comitê, em 10 de agosto de 2011, considerou o Estado brasileiro responsável pela morte de Alyne e recomendou que a família fosse reparada financeira e simbolicamente e que medidas no campo das políticas públicas fossem tomadas para evitar mortes como a de Alyne.

Sabemos a disposição do Governo brasileiro em cumprir com as recomendações do Comitê CEDAW e das políticas públicas para redução da mortalidade materna, a exemplo da Rede Cegonha.

No entanto, considero importante que a família de Alyne, sua mãe e sua filha, sejam reparadas financeira e simbolicamente o mais breve possível, pois, se não é possível trazer Alyne de volta, há como estancar um pouco o sofrimento de sua família, que está esperando por justiça há dez anos.

A implementação das recomendações é dever do Estado brasileiro, e é papel desta Comissão de Direitos Humanos fazer a cobrança, razão pela qual realizamos esta audiência, pois ter uma maternidade segura é direito de todas as mulheres brasileiras.

Então, diante deste breve esclarecimento e breve histórico do caso Alyne, vou conceder a palavra à Srª Monica Arango, que é do Centro de Direitos Reprodutivos.

A SRª MONICA ARANGO – Muito obrigada, Senadora, pela oportunidade de estar aqui neste espaço para falar sobre o caso da Alyne da Silva Pimentel.

Eu vou fazer um grande esforço para ler uma intervenção em português, e peço perdão pelos erros que poderei cometer.

Faltam apenas dois dias para que se completem 11 anos desde a morte de Alyne da Silva Pimentel. Sua mãe e sua filha estão, há 11 anos, numa batalha jurídica que parece não ter fim.

A morte de Alyne foi uma morte evitável – e elas sabem disso. O que aconteceu há 11 anos continua ocorrendo hoje. Por mais que, de acordo com a OMS, a mortalidade materna no Brasil tenha se reduzido na última década, os problemas de qualidade dos serviços de saúde reprodutiva, de discriminação e de acesso prevalecem.

O caso de Alyne da Silva Pimentel seguiu para o Comitê de Eliminação da Discriminação contra a Mulher em agosto de 2011. Foi o primeiro caso em que um organismo internacional de direitos humanos abordou o problema da mortalidade materna pela perspectiva dos direitos humanos.

Esse caso é crucial para o reconhecimento do direito a uma maternidade segura e sem discriminação e ao acesso aos serviços essenciais de saúde e de qualidade para as mulheres.

Nessa histórica decisão, o Comitê CEDAW estabeleceu, no que tange aos direitos humanos, que:

– a negação do acesso a serviços de saúde materna de qualidade constitui discriminação;

– os Estados têm a obrigação de garantir que todas as mulheres tenham acesso a serviços de saúde materna de forma oportuna, não discriminatória, acessível e adequada, independentemente do universo econômico ou raça;

Ainda que os Estados contratem serviços de saúde de instituições privadas, permanecem sendo responsáveis de direito por suas ações, bem como pelo seu dever de regular e monitorar tais instituições.

Especificamente, o Comitê da CEDAW fez sete recomendações ao Brasil. São estas:

a) reparação individual à família de Alyne pelo dano sofrido;

b) promover o direito à maternidade segura e o acesso ao cuidado obstétrico emergencial adequado para as mulheres;

c) treinamento adequado para os profissionais de saúde, especialmente em matéria de direitos reprodutivos das mulheres;

d) acesso a mecanismos eficazes e treinamento de servidores da Justiça sobre direitos reprodutivos das mulheres;

e) cumprimento dos padrões nacionais e internacionais em relação ao cuidado de saúde reprodutiva por parte de instituições privadas;

f) sanções adequadas para os profissionais de saúde que violem os direitos reprodutivos das mulheres;

g) implementação do pacto nacional para a redução da mortalidade materna na esfera estatal e municipal, incluída a criação de comitês de mortalidade materna.

A partir dessa decisão do Comitê CEDAW, o Estado brasileiro e o Centro de Direitos Reprodutivos, como representante legal dos peticionários, estabeleceram um diálogo acerca da implementação das recomendações.

Durante os últimos dois anos, ocorreram pelo menos cinco reuniões oficiais e foram trocadas cinco respostas oficiais sobre a implementação através da CEDAW.

Nesses diferentes documentos, foram feitas diferentes propostas, e, até o momento, chegou-se a um acordo sobre:

– o pagamento de uma indenização à família de Alyne;

– as medidas de reparação simbólica que serão adotadas;

– a criação de um grupo interministerial para solução do caso que tenha como função a elaboração de um plano de trabalho para discussão, decisão e estabelecimento de indicadores de cumprimento.

Quanto às reações do Estado brasileiro em relação à prática de medidas de reparação, o Estado brasileiro tem demonstrado vontade em diminuir a mortalidade materna, principalmente através da implementação da Rede Cegonha, que pretende melhorar a qualidade e humanizar a atenção à saúde das mulheres durante a gravidez, o parto e o pós-parto e, ainda, propagar cursos, seminários e oficinas sobre mortalidade materna e direito reprodutivo, entre outros.

Embora, de um lado, a criação de padrões internacionais de direitos humanos seja uma vitória para o reconhecimento dos direitos reprodutivos, e, de outro lado, o Estado brasileiro esteja aberto a dialogar sobre a implementação de tais padrões, existem pelo menos três desafios fundamentais para a efetiva execução das instruções do Comitê CEDAW.

O primeiro desafio refere-se ao pagamento de indenização financeira à família de Alyne. Faz um ano que houve um acordo sobre o valor de reparação e também sobre a reparação simbólica. No entanto, ainda não se fixou uma data para esse pagamento.

Segundo, o monitoramento efetivo do cumprimento das recomendações do Comitê CEDAW por parte do grupo interministerial, cuja vigência legal é de 180 dias, finalizou em outubro deste ano. Não foram criados os indicadores de monitoramento, e as diferenças nos serviços conforme raça ou região – urbana ou rural – persistem, sem que se possa monitorar de forma sistemática.

O terceiro desafio é a apresentação de um plano de trabalho que o Estado se comprometeu a apresentar para implementação das recomendações. Esse plano implica a adoção de mudanças nas políticas públicas do Brasil que incluam uma perspectiva de direitos humanos, qualidade de serviços, bem como a instituição de mecanismos para responsabilizar o inadimplemento das prestações de serviços e a violação de direitos humanos.

O Governo deve assumir o compromisso de adotar medidas para que suas políticas públicas de prevenção à mortalidade materna garantam o direito das mulheres aos serviços essenciais de saúde de qualidade e sem discriminação, ou seja, adotar ações para prevenir mortes evitáveis.

O compromisso do Brasil com a incorporação desta perspectiva de direitos humanos em sua política pública não é apenas fruto deste caso, mas faz parte de um compromisso que o Estado assumiu de reduções de mortalidade e morbidade materna evitável ou de direitos humanos, expedidas pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que levou à produção de um guia técnico sobre o assunto.

Esses esforços, por sua vez, fazem parte da renovação dos compromissos assumidos pelos Estados após a Conferência Internacional sobre População em Desenvolvimento, no Cairo, retomados na 1ª Reunião de Conferência Regional sobre a População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe da Cepal, em 2003, a respeito da mortalidade materna.

Embora as alterações propostas sejam essenciais para outras milhares de mulheres, é importante não esquecer que a implementação e o cumprimento das recomendações da CEDAW referem-se a uma pessoa, Alyne. Sua mãe e sua filha ainda esperam por justiça faz 11 anos. Quanto tempo mais vão ter que aguardar?

Por isso, entendemos necessário que se fixe uma data para o pagamento da indenização ainda neste ano;

que se prorrogue a vigência do grupo de trabalho para que se concluam a elaboração dos indicadores e seu plano de trabalho para a implementação das demais recomendações.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Monica Arango, pela exposição. Você ocupou apenas poucos minutos. Então, fique à vontade se quiser complementar com mais algumas informações, posteriormente também.

Eu vou conceder a palavra agora à Beatriz Galli, relatora de Direito Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva da Plataforma DHESCA.

A SRª BEATRIZ GALLI – Muito obrigada, Senadora Ana Rita, pelo convite.

Eu agradeço muito por esta oportunidade de apresentar aqui os resultados da missão que a Relatoria pelo Direito Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva da Plataforma DHESCA realizou nos serviços de saúde na Baixada Fluminense, que foi exatamente o local por onde Alyne passou para tentar ser atendida e chegou a falecer.

Eu vou apresentar aqui o que a gente constatou nesses lugares e também vou apresentar algumas recomendações a partir da relatoria, para que seja feita justiça no caso Alyne.

Eu queria também agradecer a presença do Senador Eduardo Suplicy, da Senadora Lídice da Mata, e lamentar profundamente a ausência da representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres, porque seria fundamental que houvesse a participação delas aqui, inclusive porque estão na coordenação do grupo interministerial que foi mencionado pela Monica Arango e que seria o grupo que monitoraria a implementação das recomendações do comitê CEDAW.

A gente entende que há outros compromissos na agenda governamental, mas os direitos das mulheres são sempre relegados ao segundo plano, nunca é dada a devida atenção. É inaceitável que desde agosto de 2011 a gente continue nessa peregrinação para tentar conseguir uma vontade política para, de fato, se implementar. E mais importante ainda, como foi colocado aqui pela Senadora na abertura, que seja realizado o pagamento da indenização para a família da Alyne, que espera, desde agosto de 2011, um passo nessa direção.

Então, a gente espera que esta audiência pública contribua nesse sentido.

Venho aqui representando a relatoria que faz parte da plataforma de direitos econômicos, sociais e culturais que se chama Plataforma DHESCA Brasil. É uma rede formada por 40 organizações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação de direitos humanos. Foi criada em 2001 como o capítulo brasileiro da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento.

O projeto das relatorias foi implantado em outubro de 2002. São várias relatorias de direitos humanos, para além da Relatoria do Direito Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva. Há outras relatorias, como a Relatoria do Direito à Educação, Relatoria do Meio Ambiente. E as relatorias visam a contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos.

Então, uma das metodologias das relatorias é a realização de visitas *in loco* e a apuração de denúncias de violação de direitos humanos.

A relatoria da qual eu faço parte tem um mandato de 2011 a 2013. É um trabalho voluntário que é realizado junto com as redes e organizações do movimento de mulheres.

Os dois eixos temáticos principais desse mandato são: a mortalidade materna, na perspectiva dos direitos humanos, e apurar violações e denúncias relacionadas aos direitos humanos, relacionadas à autonomia sexual e reprodutiva, entre as quais a questão da criminalização do aborto, a má assistência dos serviços públicos de saúde.

O caso Alyne, como já foi colocado aqui muito bem pela Monica Arango, tem uma importância muito particular. É o primeiro caso que foi analisado no sistema ONU de proteção dos direitos humanos sobre o tema da mortalidade materna e traz um marco, porque coloca o tema da mortalidade materna entre os temas tradicionais de proteção dos direitos humanos, que vem sempre sendo tratados nessa esfera. É a primeira vez que a gente vê um caso de morte materna evitável sendo analisado por um comitê das Nações Unidas, no caso o Comitê para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

A decisão tem um valor simbólico e importante para os governos. Não é mais aceitável tratar da morte materna evitável como um destino inevitável das mulheres, como uma fatalidade para a qual o Estado não tem nenhuma responsabilidade. Não é mais aceitável a gente encontrar mulheres que tenham que passar por que passou a Alyne e que vêm e continuam passando por isso hoje nos serviços de saúde.

A relatoria nesse mandato optou então por acompanhar a implementação das recomendações do comitê CEDAW no caso Alyne. E avaliar a qualidade da assistência à saúde materna, conforme os padrões de direitos humanos estabelecidos pelo comitê CEDAW em suas recomendações.

Então nós realizamos uma visita a três Municípios da Baixada Fluminense e realizamos entrevistas com gestores, mulheres usuárias do SUS e profissionais de

saúde para poder avaliar como está essa assistência hoje, 11 anos depois da morte da Alyne.

Essa missão foi realizada na Baixada Fluminense, que é uma região do entorno da capital, no Estado do Rio de Janeiro. Foram parceiras nessa missão outras entidades e redes do movimento de mulheres, como a Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos; a ONG Crioula, de mulheres negras; a Articulação de Mulheres Brasileiras; o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do Rio de Janeiro; o Conselho Nacional de Saúde; o Conselho de Direitos das Mulheres, da Alerj.

Foram visitados o Hospital Geral de Nova Iguaçu, que foi o hospital onde a Alyne veio a falecer; a Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora da Glória, em Belford Roxo, que foi onde a Alyne passou pela primeira vez e onde realizou os exames de pré-natal; o Hospital da Mulher, em São João de Meriti, que é mais recente, não existia na época da Alyne; o Hospital da Mãe, em Mesquita. As visitas foram realizadas nos dia 20 e 27 de março de 2013. Só para vocês terem um cenário de como é hoje a mortalidade materna no Estado do Rio, a curva vermelha é da morte de mulheres negras no Estado do Rio. E abaixo, as linhas verde e azul são as mulheres brancas e pardas. Então, existe um impacto desproporcional da morte materna para as mulheres negras no Estado do Rio hoje. É uma coisa gritante, flagrante, que comprova a existência do racismo institucional e a tolerância em relação a essa discriminação na assistência obstétrica no Estado do Rio de Janeiro. Esse gráfico é bastante impactante e é dentro desse contexto que a gente tem que olhar para a qualidade da assistência no Rio.

Dados do Comitê de Estudos da Mortalidade Materna do Rio de Janeiro, que estuda os óbitos maternos, apontaram no último relatório que ocorreram, em 2011, 160 óbitos maternos no Estado do Rio de Janeiro. E só 80% desses óbitos puderam ser investigados, até porque não existem ainda os comitês municipais de estudo da mortalidade materna em todos os Municípios com mais de 80 mil habitantes. Esse é um problema recorrente na Baixada Fluminense. O único comitê ali que poderia investigar esses óbitos ainda está em implantação, que é o comitê de Belford Roxo.

Um estudo mais recente sobre a qualidade na assistência no Estado do Rio, de 2009, verificou deficiência nas instalações físicas, na disponibilidade de equipamentos, de instrumental cirúrgico, de material, insuficiência no quadro de recursos humanos, demonstrando que a adequação da estrutura desses serviços ainda não foi equacionada.

A missão visitou *in loco* para averiguar e documentar essa qualidade da assistência e realizou as entrevistas a partir de questionários que foram aplicados no momento das visitas.

Ali estão as várias parceiras nossas nesse momento, como já mencionei.

A primeira casa de saúde visitada foi a Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória, no Município de Belford Roxo.

Quais foram as violações que nós encontramos lá?

As enfermarias coletivas sem separação entre os leitos, com quatro a quinze camas, sem condicionamento de ar ou climatização adequada, descumprimento da lei do acompanhante. Não havia acompanhante, não é permitida a presença de acompanhante em nenhum momento durante a assistência. E as mães que foram entrevistadas, que tinham acabado de realizar o parto, nessa enfermaria todas haviam sido submetidas à cesariana e também à ligadura tubária, violando o que preconiza a lei de planejamento familiar.

Um alto número de partos cesáreas e cirurgias de esterilização muito maior que o preconizado pelos padrões da Organização Mundial de Saúde.

Numa entrevista realizada com uma mulher de 40 anos de idade, que estava sozinha, sem acompanhante, aflita com a falta de informação e pelo fato de estar na sala de UTI... A sala de UTI que foi apresentada como sendo a única sala de UTI da unidade parecia estar desativada, devido ao mau estado dos aparelhos e da ventilação local. Ela tinha passado pelo parto normal do sétimo filho sem que houvesse informação sobre o acesso à laqueadura tubária na unidade.

Então há um paradoxo. De um lado, uma enfermaria cheia de mulheres jovens, todas esterilizadas e uma mulher que teve o parto do sétimo filho na mesma unidade de saúde não tinha sequer informação de que ela poderia ter acesso a cirurgia de ligadura tubária naquela unidade. Sem informação, desassistida. Está em uma situação bastante precária a sala de UTI da Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória, nenhum aparelho parece estar em condições de funcionamento, não tinha ventilação, não tinha acompanhante e também não tinha profissional de saúde para informar a ela o que estava acontecendo. Ela já estava há várias horas naquela sala, fechada, e bastante aflita.

Não existe banco de sangue no próprio hospital. Não existe ambulância da unidade para transporte de paciente em estado grave. Eles têm que solicitar ambulância via Samu da rede estadual e isso nem sempre é rápido, é oportuno, às vezes a ambulância pode demorar algumas horas para chegar. Não tem contato, não existe comunicação, informes para o comitê municipal ou estadual de combate à mortalidade materna. Nesse ano foi, quando a gente visitou, foi informado

que já havia acontecido dois óbitos naquela unidade e não havia sido informado ao comitê estadual de mortalidade materna e não há investigação sobre as causas dos óbitos.

Esses recursos são fundamentais para salvar a vida das mulheres em caso de complicação durante a gravidez. E a falta de acesso a tais equipamentos foi um dos fatores principais que contribuíram para a piora e o agravamento do estado de saúde da Alyne da Silva Pimentel. Então, hoje, dez anos, onze anos depois, a gente vê que a situação continua exatamente a mesma.

Os profissionais relataram as dificuldades em realizar transferência para as outras unidades, na medida em que dependem do Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), um serviço estadual que nem sempre funciona, em que são frequentes as demoras. Existe uma carência de profissionais para atender todas as gestantes de forma satisfatória.

A segunda unidade de saúde visitada foi o Hospital Geral de Nova Iguaçu, que é a referência para as mulheres com gravidez de alto risco. Então, é para lá que são encaminhadas as mulheres que precisam de mais recursos na assistência obstétrica.

Bom, isso foi o que a gente verificou lá: as salas de parto sem condições, com as camas bastante precárias, em mau estado, algumas enferrujadas; essas gestantes estavam aguardando no corredor. Elas tinham passado pela curetagem pós-abortamento. Elas não tinham enfermaria, não tinham quarto, estavam sendo atendidas no corredor, com soro, algumas em situação de saúde com dores abdominais, desassistidas, sem medicamento, sem informação de quanto tempo elas iam permanecer naquele lugar. Uma situação ali bastante difícil.

Essa é a situação das enfermarias: mofo e infiltrações no teto. Algumas não tinham porta, não tinham banheiros funcionando – os banheiros estavam interditados. Há mofo em todas as paredes, no teto, no piso. Essa é uma gestante que nós entrevistamos, o bebê fica do lado, dentro desse lugar bastante precário, sem ventilação.

Só para vocês terem uma ideia da situação lá, no banheiro da enfermaria, o esgoto passa do lado de fora da maternidade a céu aberto. Em alguns momentos, nós nos deparamos com galinhas ciscando, entrando ali pela entrada da maternidade. Então, é uma situação completamente insustentável de funcionamento para uma unidade do serviço público de saúde.

Não existe também número suficiente de profissionais de saúde nessa maternidade. Ela funciona de forma bastante precária, está qualificada como estado de calamidade pública. À frente do prédio, o esgoto corre a céu aberto. Podemos assistir galinhas ciscando no esgoto ao redor do terreno que circunda o local.

Gestantes em situação degradante, sentindo dor, desassistidas, sem acompanhante, esperando horas sem informação sobre o seu estado de saúde, deitadas em macas em péssimo estado. Essas macas apresentavam ferrugem e sujeira.

Então, várias violações foram constatadas: infraestrutura bastante precária, paredes e tetos infestados de mofo, infiltrações e pisos corroídos; carência de banheiros adequados que apresentem condições mínimas de higiene; carência de vagas nas UTIs; não há uma UTI exclusiva para as mulheres na maternidade; não existe ambulância; não mantém contato ou informe ao Comitê Municipal ou Estadual de Combate à Mortalidade Materna, então faltam investigações dos óbitos; descumprimento da Lei do Acompanhante; aparelhos de ultrassom que estavam quebrados há mais de seis meses.

Também fomos visitar outras unidades, que são as chamadas OS, que são mais recentes naquela região da Baixada Fluminense e que têm uma proposta diferenciada de humanização na assistência ao parto e ao ciclo gravídico puerperal. Então, é uma situação bastante díspar, porque, de um lado você encontra um sucateamento das unidades do Sistema Único de Saúde e, por outro lado, você encontra unidades de saúde com padrão bastante alto em comparação com as outras, onde se encontra situação bastante sob controle, em termos de qualidade, em termos de acesso a equipamentos.

Cabe aqui uma reflexão sobre essa disparidade. O que leva o Estado a colocar uma situação tão díspar na mesma região, no mesmo local. É como acertar numa loteria: uma gestante, se tiver a sorte de ter vaga e conseguir ser atendida por uma dessas unidades OS, vai sim ter direito à lei do acompanhante, ao banco de sangue, a toda a assistência adequada à emergência obstétrica. Se ela não tem a sorte de haver vaga nesse momento, ela, então, vai ter que recorrer àquelas unidades cujo estado de funcionamento a gente colocou aqui. Então, é uma situação bastante *sui generis*, bastante surrealista, eu diria.

Essa é a Unidade Heloneida Studart, no Município de São João de Meriti. Vocês podem que existe inclusive uma sala de acolhimento para as famílias que moram longe, que não têm como ir e voltar para as suas casas. Elas têm um lugar para ficarem dentro do hospital. Às vezes, quando os filhos estão internados na UTI, elas têm um alojamento, com condições de poder permanecer no local quanto tempo for necessário.

O outro também que nós visitamos foi o Hospital da Mulher, de Mesquita. Nos dois hospitais há salas

de parto humanizado, há enfermeiras, há médicos, há indicadores de qualidade e monitoramento por parte das equipes. Então, é uma situação bem melhor do que a que encontramos nas outras unidades. Vocês podem ver UTIs, enfermarias, salas de acolhimento, inclusive de amamentação, o direito a acompanhante é garantido, os quartos também têm uma infraestrutura muito boa, excelente. Aí é a sala de humanização, em que a mulher pode ficar enquanto ela espera o momento do parto, tendo todo tipo de atendimento, massagem, exercícios. E essa é a equipe, então, que realizou as visitas.

Então, existe essa disparidade em relação à melhoria da infraestrutura de recursos humanos, de equipamentos, de transporte, de acesso a bancos de sangue, dentro das próprias unidades, o cumprimento da lei do acompanhante nas OS e o sucateamento, por outro lado, nas unidades da Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória e o Hospital da Posse, que se encontram sem condições de continuar atendendo às mulheres pelos fatos que foram apresentados aqui.

Então, foi feita uma denúncia dessa situação ao Ministério Público Federal, apontando essas irregularidades e solicitando que providências fossem tomadas nesse sentido. Fomos lá, tivemos uma reunião com o Procurador aqui presente, Dr. Rodrigo, e foi informado que houve a abertura de um inquérito civil público para apurar essas irregularidades.

As recomendações dessa relatoria para a Comissão de Direitos Humanos, por meio da Presidente, a Senadora Ana Rita, seria o fechamento imediato da Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória, após a apuração das denúncias que ocasionaram a abertura do inquérito civil público, que fosse enviado um ofício à Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, solicitando informações sobre a organização da rede de serviços no Estado, porque uma das coisas que a gente não conseguiu foi algum tipo de informação por parte da Secretaria Estadual de Saúde.

A solicitação ao Ministério da Saúde de envio de informes sistemáticos sobre o processo de implantação da Rede Cegonha, no Hospital da Posse, e o prazo de abertura da nova maternidade. A gente teve informação lá de que estariam sendo enviados recursos da Rede Cegonha para o Hospital Geral da Posse, exatamente para poder melhorar aquela situação e abrir uma nova maternidade. A gente gostaria que, enquanto isso, aquela maternidade fosse desativada, pelos motivos que a gente apresentou aqui, pela falta de condições de funcionamento.

(Soa a campainha.)

A SRª BEATRIZ GALLI – E a recomendação ao Governo da inclusão da participação de um membro, de um representante do Ministério Público Federal, das organizações da sociedade civil, das agências das Nações Unidas, do Fundo de População da ONU Mulheres, no processo de implementação das recomendações do Comitê CEDAW, que fosse feito um grupo ampliado para acompanhamento do cumprimento dessas recomendações pelo Governo brasileiro.

Nós também gostaríamos de acrescentar aqui que é fundamental que o Governo acelere e tome providências para realizar o pagamento da indenização à família da Alyne, por uma questão de justiça.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Merece todo o nosso respeito o trabalho realizado pela Beatriz e, com certeza, por toda a entidade. Ela é Relatora do Direito Humano na Saúde Sexual Reprodutiva da Plataforma DHESCA. Todo esse levantamento que vocês fizeram, todo esse diagnóstico da situação da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, que eu acredito que não deve ser muito diferente de muitas cidades brasileiras.

Lamentavelmente, no dia a dia, a gente percebe e vê que ainda precisamos avançar muito no que se refere à saúde pública, mas em especial à saúde sexual e reprodutiva. Nós sabemos das dificuldades que muitas mulheres enfrentam para poderem ter acesso aos serviços de saúde no momento adequado, no momento certo, de fazer o pré-natal, muitas não têm as informações adequadas.

Então, eu acho que a sociedade civil, através dessas entidades e através do esforço conjunto de diversas pessoas que buscam realmente fazer o levantamento e trazer isso à tona, dar visibilidade a essas situações é de fundamental importância para que possamos cobrar, das autoridades públicas locais, estaduais, do Governo Federal, as providências que precisamos adotar. E os dados mostram que, infelizmente, são sempre os pobres e os negros, sejam mulheres, sejam jovens, sejam homens, são sempre os pobres e os negros os mais afetados.

Então, esse é um drama que a gente vive ainda no nosso País e ao qual a gente precisa dar uma resposta efetiva.

Então, parabéns, Beatriz Galli, pelo trabalho realizado por vocês.

Eu quero aqui fazer esse registro e agradecer todo o trabalho que vocês estão fazendo e colocar a Comissão de Direitos Humanos inteiramente à disposição para que possamos dar continuidade a este debate e dar continuidade não só à discussão, mas também às providências que precisam ser adotadas nas mais

variadas cidades brasileiras, para que as mulheres possam ser mais bem atendidas, terem de fato um parto humanizado. Porque a política existe, o que falta é a implementação da política. E muitas vezes não é apenas a falta de recurso financeiro; muitas vezes é a falta mesmo de prioridade de gestores. A gente sabe disso. Às vezes, coloca-se o recurso financeiro como o principal problema e nem sempre esse é o principal problema. Muitas vezes, o principal problema é a falta mesmo de disposição, de vontade, de conhecimento, de prioridade a essas questões.

Então, acho que nós precisamos continuar avançando nisso e cobrando a quem é de direito as providências necessárias.

Eu quero, agora, fazer o registro da presença do nosso Senador Eduardo Suplicy. O Senador Eduardo Suplicy, como todos conhecem, é um árduo defensor dos direitos humanos, tem sido um grande parceiro desta Comissão de Direitos Humanos e tem nos ajudado muito aqui, no Senado Federal. É membro desta Comissão, tem estado presente praticamente em todas as audiências públicas e tem colaborado conosco sempre de uma forma muito atenciosa e muito dedicada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidente, Senadora Ana Rita, primeiro, eu gostaria de perguntar se ainda haverá o depoimento do Sr. Rodrigo da Costa Lines.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Membro do Ministério Público, da Procuradoria da República, e imagino sobre o caso em que se encontra a eventual indenização à família de Alyne.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu pensei em preparar aqui um requerimento no sentido de que, diante do que está sendo relatado pelas Srªs Monica Arango e Beatriz Galli e o Sr. Rodrigo da Costa Lines, o conteúdo desta audiência pública seja encaminhado a algumas autoridades, em especial o Governador Sérgio Cabral, o Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, acredito que também o Prefeito do Município de Belford Roxo e o Secretário Municipal de Saúde, assim como também aos Ministros da Justiça e dos Direitos Humanos, para que possam tomar conhecimento dos episódios ocorridos com a Srª Alyne, para acelerar as providências que o Ministério Público está encaminhando e que haja a devida indenização à família da Srª Alyne. E também tendo em conta o diagnóstico feito em 2013 das condições de atendimento à saúde da mulher, em especial daquelas que procuram a rede de saúde para terem a devida assistência durante o parto, que possam essas autoridades tomar as devidas providências. Não sei se, necessariamente, o fechamento das Casa de Saúde, mas o estabelecimento das condições em que cada uma das casas de saúde visitadas para que venham a ter o tratamento mais condizente com as necessidades, porque, talvez, em vez de fechar, tendo em conta a necessidade premente de haver uma casa de saúde, que venhamos a melhorar. Então, que possa haver uma recomendação muito forte desta Comissão a essas autoridades.

Se a Casa de Saúde tem um convênio com a rede estadual de saúde, é responsabilidade do Governo do Estado. Mas eu também menciono a Prefeitura Municipal de Belfort Roxo, porque ela tem uma responsabilidade junto ao Governo Estadual e ao Ministério da Saúde para que ali haja as condições mais adequadas.

Bom, eu vou aqui preparar esse requerimento, se V. Exª considera que é adequado, para que, logo após a exposição dele, venhamos a votar. Está bem assim?

Então, se V. Exª estiver de acordo, eu já vou aqui prepará-lo um pouco. É mais ou menos o que eu disse.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com certeza, Senador Suplicy, é muito oportuno o seu encaminhamento. Eu apenas acrescentaria, no encaminhamento de V. Exª o Ministério da Saúde, a Secretaria Nacional da Igualdade de Racial e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Acho que é importante também envolver essas outras Secretarias e o próprio Ministério da Saúde. E assim vamos fazer a redação e os devidos encaminhamentos. Ele é bastante oportuno e muito adequado para este momento.

Quero agradecer aqui a sugestão desse encaminhamento, porque, na verdade, o debate aqui, embora esteja sendo acompanhado, ele precisa ser formalizado. Os encaminhamentos precisam ser formalizados, e a Comissão de Direitos Humanos tem buscado sempre fazer esses procedimentos: a partir do debate, encaminhamentos concretos. E o senhor já está nos concedendo esse encaminhamento.

Obrigado, Senador Eduardo Suplicy, pela sugestão que V. Exª nos oferece neste momento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está bem, vou fazê-lo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero também dizer que a Senadora Lídice da Mata também já esteve aqui conosco e, possivelmente, vai retornar mais tarde, porque neste momento outras comissões estão em funcionamento na Casa e os Parlamentares, as Senadoras e os Senadores precisam se organizar e se dividir para dar conta das outras demandas também.

Quero aproveitar aqui para fazer o registro da Jurema Werneck, Coordenadora-Geral do Criola. Jurema, é um prazer recebê-la aqui. Eu acho que você já esteve aqui em outros momentos conosco, em outras audiências públicas. Obrigada pela sua presença.

Reforçar aqui a presença da Camila Asano, do Conectas Direitos Humanos.

Quero também dizer que o Carlos Frederico Bastos, Chefe Interino da Divisão de Temas Sociais do Itamaraty, está presente.

A Sônia Maria Lievori do Rego Pereira, Assessora da Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, também se faz presente, representando aqui o Ministro da Saúde.

Eles estão acompanhando este debate para que, num segundo momento, juntamente com os demais representantes do Governo, possamos dar continuidade a esta discussão.

E aproveito para dizer que nós já recebemos de um internauta uma informação importante. O José Aparecido de Almeida, ele é do Paraná, diz o seguinte: "Vou estar ligado para acompanhar essa transmissão pelo simples fato de que aconteceu o mesmo comigo. Minha esposa faleceu três horas após o parto normal e até hoje não me deram a causa mortis, mas entrei na Justiça. Enviei um e-mail à Presidenta da República, Srª Dilma, e recebi resposta do Ministério Público."

Talvez ele continue dialogando conosco, nós manteremos aqui todos vocês informados.

E também quero registrar a presença da Cleusa Aparecida da Silva da Articulação Nacional de ONGs de mulheres negras brasileiras. A Cleusa está aqui conosco. Fique à vontade, Cleusa, para se sentar mais perto de nós.

Vou conceder a palavra ao Dr. Rodrigo da Costa Lines, Procurador da República do Município de São João do Meriti, Rio de Janeiro.

O SR. RODRIGO DA COSTA LINES – Em primeiro lugar, bom dia a todos. Gostaria de agradecer o convite e parabenizar pela realização desta audiência pública. Toda oportunidade que houver para trazer esse tema à luz, para dar visibilidade ao tema é sempre muito relevante.

Eu atuo na Procuradoria da República do Município de São João de Meriti, na região da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro.

Um esclarecimento que gostaria de fazer inicialmente é em relação à abrangência dessa investigação que foi mencionada pela Drª Beatriz, que se restringe a uma pequena parte do universo maior do cumprimento dessas recomendações do CEDAW ao Estado brasileiro.

A morte da Alyne da Silva Pimentel Teixeira motivou essa condenação do Brasil e essas recomendações. Ela tem também a função de fazer, além dessa reparação financeira e simbólica que se vem exigindo, com que a morte dela não tenha sido em vão, para que essa tristeza e esse dano que foi ocasionado à Alyne, à sua filha, na época com cinco anos e a toda a sua família, sirva também de razão para que isso não volte a acontecer mais com nenhuma brasileira.

Estou tratando, nesse inquérito civil, de oito cidades numa região extremamente problemática do Rio de Janeiro, que é a Baixada Fluminense, mas existem cerca de 5.500 Municípios em que essa situação provavelmente se repete, e precisa ser revertida.

Feito esse esclarecimento inicial, gostaria de dizer, baseado... Eu não sou médico, não analisei o prontuário da Alyne e não sei detalhes de como se deu esse atendimento, mas, pelas informações que já tive, um fato que considerei extremamente relevante foi que ela saiu da Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória e chegou ao Hospital Geral de Nova Iguaçu, que seria uma unidade... A Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória é uma maternidade de risco habitual. E ela foi transferida para o Hospital Geral de Nova Iguaçu, que teria um atendimento para casos de maior gravidade, de maior complexidade. E essa chegada da Alyne ao Hospital Geral de Nova Iguaçu... A informação que se tem é de que ela chegou lá sem nenhum detalhamento do seu quadro de saúde.

Quando eu estive, no dia 30 de setembro, no Hospital Geral de Nova Iguaçu, uma informação que o Secretário de Saúde me deu, porque aquele hospital é importantíssimo para a Baixada Fluminense, foi de que, em muitos casos, os Municípios têm a sua ambulância até fora do Samu. Como a entrada da emergência do hospital fica num local mais elevado, tem uma rampa. Ele relatou que muitas vezes acontece de o paciente, não só a gestante, ser despejado lá embaixo ainda pela ambulância de outros Municípios para, por seus próprios meios ou de seus familiares, chegar até o local de atendimento sem essa informação.

Provavelmente isso também, que é um dos componentes da Rede Cegonha, a logística que envolve o transporte sanitário e regulação, seja o mau funcionamento desse componente, que infelizmente ainda acontece.

Em relação a esse meu universo menor, existem na Procuradoria da Republica de São João de Meriti duas apurações: uma que se refere à apuração de forma mais geral da organização da rede de assistência obstétrica e neonatal, mais especificamente da implantação da Rede Cegonha na Baixada Fluminense, que foi instaurada a partir dessa representação da

Relatoria da Plataforma 10, que é o direito humano à saúde sexual e reprodutiva; e já havia uma apuração anterior, relativa à Auditoria nº 11.431, que tinha sido feita pelo Denasus, que é o Departamento Nacional de Auditoria, acompanhando ainda o Programa de Humanização do Pré-Natal, Parto e Nascimento, no Município de Belford Roxo, onde se situa a Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória, local do primeiro atendimento da Alyne.

Alguns fatores interessantes nessas duas apurações é que elas acabam se cruzando. Falando dessa nova ação estratégica do Ministério da Saúde, que é a Rede Cegonha, muitas dessas irregularidades que foram verificadas pela Relatoria e pelo Denasus no relatório de auditoria estão relacionadas ao componente da atenção básica, que é o contato inicial do paciente com o sistema de saúde.

A Rede Cegonha teria quatro componentes, que seriam pré-natal, parto e nascimento, puerpério e atenção integral à saúde da criança e esse sistema logístico que envolve transporte sanitário e regulação.

Desses componentes, o pré-natal, o parto e nascimento, o puerpério e a atenção integral, estão diretamente relacionados com a atenção básica, que se dá em unidades básicas de saúde, postos de saúde, e também através dessas unidades básicas vinculadas à estratégia do Saúde na Família.

A gente vê que a implementação efetiva da Rede Cegonha e do pacto nacional para a redução da mortalidade materno-infantil está diretamente relacionada ao bom funcionamento e à estruturação da atenção básica. E a gente se depara, na Baixada Fluminense, com um problema gravíssimo, que é a cobertura da estratégia do Saúde da Família nos Municípios.

Estou há pouco tempo nessa unidade, mas tenho informação de que pelo menos em dois Municípios grandes, que são Nova Iguaçu e Duque de Caxias, a cobertura da saúde da família é de menos de 30%, algo em torno de 25% somente da população que é alcançada pelo Programa Saúde da Família.

Por que isso é importante? O relatório de auditoria do Denasus, por exemplo, um dos problemas que ele identificou foi a utilização inadequada do sistema, o Sisprenatal, que é onde deveria ser registrada toda a vida da gestante, desde o pré-natal até o parto e ao momento posterior ao nascimento.

No Município de Belford Roxo, foi identificado que esse sistema não estava sendo utilizado, ou seja, o número de partos que estavam sendo realizados não correspondia ao número de gestantes cadastradas; as gestantes não estavam sendo acompanhadas.

O início tardio do pré-natal. Foi verificado o início do atendimento pré-natal entre a 17ª semana, 120 dias, e a 26ª semana, 180 dias, e não conseguindo fazer a captação precoce. Mas como é que você faz a captação precoce? Com a estruturação da Atenção Básica e a estratégia utilizada tem sido primordialmente a estratégia do Saúde da Família que, nesses Municípios, se mostrou ainda extremamente precária e incipiente.

Outro ponto – que aí estará ligado principalmente ao parto e ao componente parto-nascimento e o sistema logístico – é a organização da rede de atendimento especializado. Então, hoje a Baixada Fluminense tem cadastrado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde 13 maternidades, incluindo tanto risco habitual quanto alto risco. Dessas 13 maternidades cadastradas no CNES, três estão desativadas – uma em Nilópolis, uma em Duque de Caxias e uma em Japeri. Do universo de 13, temos três desativadas, então sobram dez. Dessas dez, quatro são prestadores privados credenciados ao SUS; e, desses quatro, praticamente metade, uma delas é a Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória e a outra é o Hospital de Clínicas de Belford Roxo – que são as duas únicas maternidades existentes no Município.

Outro ponto relevante: foram mencionadas aqui as comissões de revisão de óbitos. Existe a Comissão Nacional de Revisão de Óbitos, os comitês ou comissões estaduais, os comitês municipais e cada unidade, cada hospital, cada maternidade, tem que ter também o seu comitê. Então, qual é a situação hoje de Belford Roxo? O Município ainda não está efetivamente implementado, em funcionamento o seu comitê municipal de revisão. E qual é a importância desses comitês? É de justamente buscar reverter esses índices altíssimos, alarmantes, que há de mortalidade materna, identificar as causas, saber por que essas mortes ocorreram e não tratar simplesmente esses eventos tão graves e dramáticos na vida das pessoas como um simples número de estatísticas.

Em Belford Roxo, hoje, não há comissão municipal de revisão de óbitos. Depois de cobrada pelo Ministério Público, a Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória, por exemplo, respondeu ao ofício e encaminhou atas da sua comissão de revisão de óbitos. O que eles dizem basicamente em todas as avaliações de óbitos? “Após a análise e verificação dos prontuários, a comissão concorda com os óbitos.”

Essa é a análise que é feita. Quer dizer, a comissão não funciona, existem formulários, existem diretrizes que devem ser verificados desde a história ambulatorial, da parturiente que veio a óbito, como também o seu prontuário hospitalar. Isso não funciona.

Vou só tentar encerrar, vou ver o mais importante que o meu tempo já está esgotado.

Outro ponto é o que eu até conversei um pouco no início aqui com a Jurema: o índice de partos cesárea, que é altíssimo e que também não... Há uma omissão também muito forte do Município no acompanhamento. Deveria haver o setor de controle e avaliação, que deveria ser estruturado e acompanhar essa questão. Mas isso é extremamente difícil.

Eu, por exemplo, requisitei nesse inquérito que eles informassem quais tinham sido as indicações para cada parto cesárea realizado. Então eles encaminharam lá uma lista com algumas informações técnicas. E eu observei, por exemplo, que um índice muito grande dizia da desproporção entre a cabeça do nascituro e a abertura da parturiente. Disso tinha um índice altíssimo. Então, o que se verifica? Que na verdade tem – o outro eu não me recordo – alguns motivos que se usam como um curinga: não tem como justificar e se utiliza essa justificativa.

Eu estava relatando para a Jurema a dificuldade que o Ministério Público tem, por exemplo, em verificar, em adentrar essa análise médica para saber se houve realmente um excesso ali na indicação da cesárea ou se realmente havia uma indicação médica para realização do procedimento.

Algumas notícias sobre informações que foram obtidas já nessa investigação. Houve resposta da Secretaria de Política para as Mulheres. Alguns itens não vou mencionar, porque já são de conhecimento geral. Diz-se, por exemplo, que a implementação da rede cegonha, o pacto nacional pela... Eu acho que já é de conhecimento... Eu vou mencionar alguns itens mais concretos.

Então, em relação a indenização, a Secretaria de Política para as Mulheres diz que o governo brasileiro se comprometeu a pagar indenização financeira e fazer reparação simbólica através da realização do seminário nacional; e criar, na Maternidade Mesquita, que é o Hospital da Mãe, um espaço denominado Alyne Pimentel. Ai diz que o pagamento está dependendo dos Municípios envolvidos: Nova Iguaçu e Belford Roxo. Então, realmente essa resposta me causou muita dúvida de saber por que não se faz, por que a União não pode arcar com essa reparação, já que a finalidade maior é que haja a reparação? Eu entendo que não pode haver essa briga ou esse jogo de empurra entre a União e os Municípios e até mesmo o Estado, porque o Estado do Rio de Janeiro também é responsável pelo ocorrido.

Então, eu também entendo que deve ser, assim como a Mônica indicou, fixado o valor... Parece que já foi fixado. Mas precisa fixar uma data para o pagamento, porque o que aconteceu não é ordinário, o que aconteceu é extraordinário, é extremamente grave, é extremamente dramático. Então precisa haver uma resposta. Depois de onze anos, uma resposta efetiva e rápida! E não é possível acreditar que a União não tenha como realizar esse pagamento para que se quite minimamente essa dívida.

Outro ponto que eu achei bastante... que é criar na Maternidade Mesquita um espaço denominado Alyne Pimentel. E aí me surgiu a dúvida: Por que ao invés de se colocar Hospital da Mãe, não dizer Hospital Alyne da Silva Pimentel Teixeira? Por que um espaço? Será que isso revela, de certa forma, que não se acha que foi tão importante assim a morte de Alyne para o Estado brasileiro? Ela não merece o nome de um hospital, ela merece o nome de um setor? Então, não sei se estou sendo um pouco exagerado, mas isso para mim é bastante revelador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidenta, eu tenho pronto o requerimento e preciso me ausentar por causa da reunião da CRE e para a cerimônia na Base Aérea.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu pergunto ao Dr. Rodrigo se ainda falta muito para concluir ou se posso conceder a palavra ao Senador?

Eu vou conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para que possa também fazer a leitura do requerimento e cumprir com a outra agenda.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu vou propor que V. Exª assine comigo o requerimento que a Senadora Vanessa Grazziotin também assinou:

Srª Presidenta Ana Rita, da Comissão de Direitos Humanos, considerando o que foi relatado perante a Comissão de Direitos Humanos do Senado sobre a morte materna de Alyne da Silva Pimentel e o diagnóstico que foi colocado sobre as condições precárias de atendimento à saúde às mães gestantes na rede de saúde de Belfort Roxo, pelas Srªs Mônica Arango, Beatriz Galli e pelo Procurador da República, Rodrigo da Costa Lines, requeremos que as notas taquigráficas desta audiência sejam encaminhadas ao Ministro da Justiça, ao Ministro da Saúde e à Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, à Ministra da Secretaria dos Direitos da Mulher, à Ministra da Secretaria dos Direitos da Igualdade Racial, ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, ao Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, aos Prefeitos de Belfort Roxo e de Nova Iguaçu e respectivos Secretários Municipais da Saúde no sentido de que sejam tomadas as providências para que logo possa haver a indenização devida à família de Alyne da Silva Pimentel e para que a rede hospitalar da Baixada Fluminense, em especial os hos-

pitais mencionados, sejam objeto de transformações que venham a garantir o atendimento adequado a todas as mães gestantes que precisarem ser atendidas.

Respeitosamente,

Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin.

E, se V. Exª estiver de acordo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Claro, com certeza.

Puramente de acordo, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, se pudermos considerar aprovado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, já está aprovado.

Vamos fazer os devidos encaminhamentos e parabenizamos a iniciativa, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Se o senhor puder trazer aqui...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Já vou.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, parabéns pela agilidade. O Senador Suplicy é sempre assim.

Eu sugiro, Senador Suplicy, que a Senadora Lídice da Mata também assine porque ela também já assinou presença e, com certeza, vai assinar com muito gosto.

A Assessoria pode colher a assinatura dela também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está manualmente escrito, mas se for necessário, eu faço por...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não. Depois, a Assessoria aqui vai formalizar direitinho e retoma as assinaturas para que possamos fazer os devidos encaminhamentos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Podemos considerar aprovado?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Considerar aprovado, com certeza.

Senador Suplicy, V. Exª merece aqui todo o nosso agradecimento. (*Palmas.*)

Muito obrigada, Senador Suplicy. E acredito que as entidades aqui presentes também agradecem a iniciativa de V. Exª.

Vou retomar a palavra ao Dr. Rodrigo para que possa concluir a sua fala.

O SR. RODRIGO DA COSTA LINES – A Secretaria de Política para as Mulheres informou também que o processo de adesão à Rede Cegonha está bastante avançado. Em 28 de março, o sistema de adesão à Rede Cegonha apresentava a adesão de 5.007 Municípios, abrangendo aproximadamente 2,7 milhões de mulheres.

A minha preocupação é justamente com a estruturação da atenção básica, com a cobertura da saúde da família, porque a adesão formal e mesmo a qualificação dos estabelecimentos hospitalares certamente vai ser insuficiente para garantir que haja captação precoce, que haja classificação adequada do risco da gestante ainda durante a gestação e que haja a vinculação – cumprimento da Lei nº 11.634 –, durante o pré-natal, da gestante à maternidade em que ela vai ter o seu filho.

Quando a Beatriz esteve comigo, eu não tinha conseguido ainda uma resposta da Secretaria Estadual de Saúde, mas essa informação da rede hospitalar foi fornecida por eles. Então, há algumas notícias boas. O Estado do Rio de Janeiro implementou também, como estratégia suplementar da Rede Cegonha, o projeto Mãe Coruja, que inclui, por exemplo, incentivo financeiro. E essas duas unidades de Belford Roxo, que é a Clínica Nossa Senhora da Glória e o Hospital das Clínicas de Belford Roxo, aderiram a esse programa. Durante a vistoria, eu verifiquei que, finalmente, eles estavam adotando algumas medidas corretivas que a Vigilância Sanitária já tinha indicado desde 2011, mas, só agora, depois de dois anos, em 2013, adotaram medidas simples como colocação de lavatório, papeleira e saboneteira nas enfermarias e divisórias entre os leitos, que são medidas extremamente simples e que ainda não tinham sido adotadas.

Em relação ao Hospital Geral de Nova Iguaçu, falei pessoalmente com o Secretário de Saúde de Nova Iguaçu, que confirmou a informação da inauguração para o final de novembro da Maternidade Mariana Bulhões. Eu acredito, então, que, apesar do quadro que a Beatriz viu lá, a melhor solução – e aí fico aqui também para perguntas – é, realmente, não fechar ainda a Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória, até pela sua importância e pela escassez de leitos na região, mas é claro que isso mediante a adequação às condições previstas na legislação, no Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, no Programa de Humanização do Parto, nas regras da Rede Cegonha e do projeto Mãe Coruja.

Fico à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Rodrigo da Costa Lines, Procurador da República do Município de São João do Meriti, Rio de Janeiro, pelas informações aqui trazidas.

Eu quero também reafirmar aqui como é importante a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos humanos. Onde o Ministério Público é atuan-

te, a realidade da vida das pessoas, realmente, muda, porque o Ministério Público é um grande aliado da sociedade no momento de fazer a defesa dos seus direitos humanos. Então, parabenizo o Dr. Rodrigo pelo trabalho que desenvolveu.

Quero também aproveitar para, tomando as palavras da Drª Flávia Piovesan, que é Professora Doutora da PUC de São Paulo e Procuradora do Estado, juntamente com a Carmen Campos, que é Doutora em Ciências Criminais pela PUC, que foi assessora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a violência contra as mulheres, pegar alguns dados de um artigo escrito por elas, que eu acho que é oportuno trazer para este momento. Na verdade, o caso Alyne é emblemático, não é o único caso, são vários casos, mas o caso Alyne é um caso que podemos ter como uma referência para discutir outras situações semelhantes ou iguais ao caso dela, que acontece todos os dias, infelizmente. O caso Alyne é considerado emblemático, porque é a primeira condenação internacional referente à morte materna. Isso é importante registrar aqui. É um relevante precedente para proteção dos direitos humanos das mulheres. O artigo diz o seguinte:

A gravidez ainda apresenta sérios riscos à vida das mulheres. Uma mulher morre a cada minuto no mundo por causa relacionada à gravidez ou ao parto, o que corresponde a mais de meio milhão de mortes anualmente. Mulheres que vivem em zonas rurais e com baixo nível socioeconômico são as que mais correm risco de morrer ou de sofrer as consequências de uma gravidez sem o atendimento necessário. Reduzir em 75% as mortes maternas evitáveis até 2015 é o quinto objetivo do desenvolvimento do milênio, assumido pelo Estado brasileiro. Apesar da redução do óbito materno no Brasil nas últimas décadas, a mortalidade materna persiste como sério problema de saúde pública no País.

Então, nós precisamos realmente aprofundar cada vez mais esse tema.

Eu quero também aproveitar para registrar a presença de Milena Calazans representando o Cladem Brasil (Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher). Seja bem-vinda, Milena! Que bom que você está aqui.

Eu vou agora, antes das considerações finais da Mesa, solicitar... Eu vou também passar a palavra para a Srª Jurema Werneck, que pediu para se manifestar. Mas antes eu pergunto ao Carlos Frederico e à Sonia Maria se eles gostariam de fazer alguma consideração neste momento, para que depois possamos também ouvir a Jurema? Ou ouvir a Jurema primeiro. Acho que é melhor ouvir a Jurema Werneck.

Jurema, há um tempo de cinco minutos para que você possa também se manifestar. Para quem não se lembra, Jurema é Coordenadora Geral do Criola, uma ONG do Estado do Rio de Janeiro.

A SRª JUREMA WERNECK – Obrigada, Senadora Ana Rita.

Primeiro, eu começo parabenizando a Senadora por realizar esta audiência pública fundamental para empurrar um pouco mais esse caso, empurrar um pouco mais o Governo brasileiro, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Governo de Belford Roxo na resposta adequada e justa ao caso Alyne. Quero parabenizar a Mônica, a Bia e o Dr. Rodrigo, porque de fato é fundamental a gente não deixar esse caso desaparecer da pauta no Brasil.

A minha consideração é bem rápida. Eu só queria chamar a atenção... Tudo que foi dito por Mônica, por Beatriz Galli, pelo Dr. Rodrigo e pela Senadora já afirma a dimensão do caso. Eu queria só destacar o aspecto do racismo, porque eu acho fundamental a gente não deixar passar esse destaque. A Alyne Pimentel era uma jovem negra, nascida, criada e que morreu em uma cidade de maioria de população negra. Eu queria apontar que não é uma coincidência que o serviço público seja tão ruim. É esse tipo de serviço público que a relatora Bia Galli fotografou e trouxe as informações aqui para nós. Não é uma coincidência! Todo mundo sabe que é nas regiões onde os negros e negras vivem que o racismo produz a negligência, produz a baixa qualidade do serviço público e produz a morte, como essa de Alyne.

Queria destacar também um outro aspecto do racismo, para além da constituição do ambiente propício para que mortes aconteçam. Um outro aspecto do racismo que está por trás desse caso é essa demora, essa "incapacidade" – entre aspas – do Estado brasileiro de responder a tempo aquilo que é necessário. Alyne morreu já faz 11 anos. Precisou de uma condenação do CEDAW para o Estado brasileiro se mover. Isso já demonstra a dimensão que a desimportância da morte de uma jovem negra teve para esse Estado, porque se o Centro de Direitos Reprodutivos, lá nos Estados Unidos, junto com a ONG Advocaci, o movimento de mulheres no Brasil e o movimento de mulheres internacional não tomassem uma atitude na arena multilateral da ONU, o Estado brasileiro não teria respondido. Isso já mostra a desimportância que tem a morte de negras e negros.

Depois da condenação, ainda assim o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, não traz nenhuma resposta suficiente, adequada ou competente ao caso. E o Governo do Estado do Rio de Janeiro é responsável pelas mortes maternas no seu Estado. O

Ministério da Saúde – a Sônia está aqui, eu conheço o trabalho de Sônia no Espírito Santo e sei da competência do trabalho que Sônia é capaz de produzir – até agora não produziu, apesar de ter quadros competentes, uma resposta à altura. Já faz 11 anos que Alyne morreu e até agora não temos uma resposta adequada. A Secretaria de Direitos Humanos do Governo brasileiro sequer está aqui para trazer uma resposta adequada. A Seppir, que tem feito um esforço gigantesco, acabou de realizar uma Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, não está aqui. Isso demonstra as deficiências do Estado brasileiro e demonstra a desimportância para o Estado.

Dr. Rodrigo, o senhor perguntava: Será que não tem importância? De fato não tem. Não tem para essas pessoas, não tem para esses representantes do Governo brasileiro, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, do Governo de Belford Roxo. Não tem importância nenhuma!

Sabemos que o racismo está por trás disso e é preciso enfrentá-lo. Como é que se enfrenta? Com uma série de questões. O quadro que Bia trouxe da morte materna no Estado do Rio de Janeiro é semelhante ao caso do Brasil, as mortes são... Quem morre por negligência no parto não é porque os fetos, os bebês nascem com cabeça grande. É negligência mesmo. Eu sou médica, eu estudei medicina, eu estudei numa universidade pública brasileira, eu aprendi a lidar com partos de fetos com cabeça... Em tese, sabemos que não é assim. Ou seja, é negligência. Não há limites técnicos que provoquem tanta morte materna de mulheres negras em especial, em particular. Não é medicina, não é a ciência, é o direito humano, é o racismo. Então, Senadora, mais uma vez obrigada e parabéns pela audiência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Jurema Werneck. É um prazer poder recebê-la novamente aqui. Com certeza, em vários outros momentos estaremos juntas aqui na Comissão de Direitos Humanos discutindo temas como esse ou semelhantes a esse com a colaboração de vocês, com a colaboração da ONG Criola. Então, obrigada pela sua presença.

A Camila, da Conectas Direitos Humanos, também gostaria de se manifestar. Eu vou conceder a palavra para ela por um tempo de cinco minutos.

A SRª CAMILA ASANO – Muito bom dia. Antes de mais nada, obrigada, Senadora Ana Rita, por conceder a palavra e também por essa prática tão participativa desta Comissão em permitir que a sociedade civil participe e traga o seu ponto de vista e suas contribuições.

Também cumprimentar os integrantes da mesa. É um grande prazer ouvir todo o trabalho e o empenho que tem sido feito no caso Alyne; e também me solidarizar com todas as dificuldades que estão sendo enfrentadas e dizer que não é apenas uma solidariedade, mas, sim, que é preciso ações. E acho que é nesse sentido que estamos aqui reunidos.

E também cumprimentar a Comissão por realizar esta audiência sobre o caso Alyne particularmente, porque é um caso sim muito grave, é um caso que necessita de urgência para receber os devidos encaminhamentos, seja para a família como também para a mudança estrutural que nós queremos ver no País. Mas, por outro lado, também é um caso paradigmático que mostra uma situação vivida dia após dia na sociedade brasileira. Então, sem dúvida, só a decisão por fazer audiência, nesse caso específico, já deve ser reconhecida. Mas, por outro lado, porque também ele traz à tona uma questão para a qual queria chamar atenção na minha fala agora, que é sobre a forma como o Estado brasileiro lida com as recomendações de direitos humanos que provêm dos mecanismo regionais ou internacionais da ONU. Então, por exemplo, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos; as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos ou dos vários mecanismos das Nações Unidas, como as relatorias especiais, os comitês de tratado, como é o caso do Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que a gente chama pela sigla em inglês de CEDAW, acostumados a trabalhar sobre a questão.

Até porque foi dito mesmo pelos vários expositores que há essa manifestação do Estado brasileiro em colaborar e cooperar com os mecanismos regionais internacionais de direitos humanos. E essa abertura se dá desde o recebimento de visitas de especializações independentes ou mesmo de envio de relatórios, apesar de muitos relatórios estarem com anos ou até décadas de atraso para serem enviados; mas existe essa manifestação. O que é importante tem que ser reconhecido.

Mas eu acho que o mais importante mesmo é o que se faz das recomendações e das decisões que saem desses órgãos. E é nesse ponto que o Brasil peca em muito nesse sentido. Então, lidar de uma forma séria com a implementação é algo que precisa ser feito e infelizmente está indo... A situação que nós temos acompanhado na Conecta Direitos Humanos, uma organização que faz o monitoramento da forma como o Estado brasileiro lida com essas recomendações que vêm internacionalmente, está na contramão dessa anunciada colaboração com os órgãos internacionais e esse compromisso com os órgãos internacionais.

Então, eu gostaria de chamar atenção para a Revisão Periódica Universal das Nações Unidas o meca-

nismo a que todos os Estados da ONU se submetem e são avaliados. Inclusive, esta Comissão realizou uma audiência pública em que houve uma consulta pública à versão preliminar do relatório, que foi bem positivo. E desse exercício de sabatina entre os Estados nas Nações Unidas, algumas recomendações positivas, no que toca ao direito sexual e ao direito reprodutivo, foram feitas ao Brasil, e o Brasil aceitou. Só que desde então – isso aconteceu em 2012 – é muito difícil haver um acompanhamento sobre o que está sendo feito para que essas recomendações sejam implementadas.

Então eu gostaria de aproveitar, se a Srª Senadora me permite, e dirigir perguntas aos representantes do Ministério da Saúde e do Ministério das Relações Exteriores sobre a revisão periódica universal e a forma como a sociedade civil, como a Conectas, o Centro de Direitos Reprodutivos, ou como a Relatoria, ou os cidadãos e cidadãs podem acompanhar a implementação dessas recomendações que o Brasil...

(Soa a campainha.)

A SRª CAMILA ASANO –... voluntariamente aceitou nesse exercício nas Nações Unidas.

E minha outra pergunta também é com relação à visita do Relator Especial das Nações Unidas para o Direito à Saúde. Sabendo que o Relator tem como uma das prioridades justamente a questão da saúde materna, o Relator solicitou ao Estado brasileiro uma visita. E desde então a gente vem aguardando saber quando ele poderia fazer essa visita, apesar de o Brasil ter o convite aberto à Relatoria. E inclusive a Conectas teve que fazer uso da Lei de Acesso à Informação pública para consultar tanto o Ministério das Relações Exteriores, como o Ministério da Saúde sobre qual seria a data dessa visita, para mostrar a dificuldade da sociedade civil em ter acesso a esse tipo de informação, que são informações básicas. Então aí também eu gostaria de fazer uma nova pergunta aqui para os nossos representantes dos dois ministérios sobre qual será a data, se já há uma data prevista e como nós podemos fazer para ter essa informação e nos preparamos, do lado da sociedade civil, para essa tão importante visita?

Muito obrigada pelo tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu agradeço aqui à Camila Asano.

Vou conceder a palavra para a Sônia e também para o Carlos Frederico. A Cleusa Aparecida da Silva também solicitou uma fala. Pequenininha? Então, por causa do nosso tempo, do nosso horário, vou conceder a palavra para você e em seguida à Sônia e ao Carlos Frederico.

Só lembrando que no encaminhamento que foi feito, e aqui eu informei no início desta audiência pública, nós teremos uma audiência posteriormente a esta com os representantes do Governo. Então eu falo, para a Sônia Maria e também para o Carlos Frederico, que eles fiquem bastante à vontade. Se for possível responder às questões levantadas pela Camila no dia de hoje, ótimo, excelente; mas se houver dificuldades, talvez não tenham todas as informações aqui neste momento, que posteriormente nós poderemos, na audiência pública, oferecer as informações com mais precisão.

Então eu concedo a palavra para a Srª Cleusa, que é da Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras.

A SRª CLEUSA APARECIDA DA SILVA – Eu queria, primeiramente, cumprimentar a Mesa e parabenizar a todos os expositores pelo relato, os dados da realidade no caso Alyne, e da realidade nacional sobre a saúde das mulheres de um modo geral, na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos.

Só para acrescentar, como já foi falado, na verdade, tanto por Beatriz Galli como por vários outros expositores, pela Jurema, sobre o impacto, por exemplo, do racismo institucional, do racismo patriarcal na saúde das mulheres negras de modo geral e das jovens, a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras tem investido nesses últimos anos em de fato enviar, para os organismos internacionais onde a diplomacia brasileira assina os pactos das conferências mundiais, denúncias sobre a situação da saúde das mulheres e a situação das mulheres negras no mundo do trabalho. E a pauta da saúde foi debatida na OEA, em 2012; a saúde da mulher negra. E nós inclusive entregamos esse material; e produzimos e entregamos também no Fórum Social Mundial.

Aí, dentro dessa perspectiva, eu acho que esse caso é exemplar, logicamente. É a primeira vez que acontece no Brasil. Mas é necessário o nosso engajamento contínuo, porque está comprovado agora em 2013, com os dados que nós temos, não só do IBGE mas também do Ipea, que nós não cumpriremos a meta do milênio com relação à mortalidade materna no Brasil, porque mesmo havendo uma redução, já foi dito por todos, e as pesquisas explicitam, que as mulheres negras e jovens continuam ainda sendo as mais atingidas e morrendo constantemente por mortes evitáveis.

É dentro desse contexto que a gente queria aqui cumprimentar a Mesa e dizer que esse é um caso exemplar, mas exige engajamento não só das mulheres negras no Brasil, mas também de toda a sociedade brasileira e do Estado, que, por exemplaridade, tem que não apenas dar resposta ao caso Alyne, como

também criminalizar e responsabilizar os responsáveis por essas mortes evitáveis.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Cleusa Aparecida da Silva, da Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras brasileiras.

Quero aproveitar para registrar a presença do Artur Antônio dos Santos Araújo, Assessor Parlamentar da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Seppir, que estava aqui desde o início, mas, por deficiência nossa, não fizemos o registro mais cedo. Então, obrigada, Artur, pela sua presença e por sempre estar conosco, acompanhando as audiências públicas da Comissão de Direitos Humanos.

Aproveito para também registrar que, além da presença do Senador Eduardo Suplicy, já estiveram conosco aqui a Senadora Lídice da Mata, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Humberto Costa, e, agora, contamos com a presença do Senador Paulo Paim, que é membro também desta Comissão, assim como os demais, já foi Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e estará conosco aqui, se possível, até o final, não é isso?

Concedo então a palavra à Srª Sônia Maria, pelo tempo de cinco minutos e, em seguida, ao Carlos Frederico Bastos. Sônia Maria está representando aqui o Ministro da Saúde.

A SRª SONIA MARIA LIEVORI DO REGO PEREIRA – Bom dia a todos.

Só gostaria de acrescentar – depois podemos trazer um esclarecimento mais detalhado – que, na Rede Cegonha, esses dois Municípios fazem parte do que denominamos Região de Saúde Metropolitana I e II, em um pacto assinado com o Ministério da Saúde a partir de 2011, com recebimento de recursos em 2012, 2013.

Sabemos que mexer em estruturas leva tempo. O Mariana Bulhões será inaugurado agora no dia 20 de dezembro. Deixamos o convite de todos que foi feito pelo HGNI. Então, a maternidade do Hospital Geral de Nova Iguaçu vai ser transferida para o Mariana Bulhões, em que vai haver um serviço exclusivamente destinado à atenção materno-infantil.

No Estado do Rio de Janeiro, nós desenvolvemos algumas outras ações para além dos investimentos na Rede Cegonha. Chamamos uma das ações de ações estratégicas de enfrentamento da morte materna e da redução da morte materna. São seis maternidades no Estado do Rio de Janeiro que concentram a ocorrência de 40% dos óbitos maternos para o Estado. Não consideramos essa uma ação de demérito, porque são hospitais de referência para alto risco.

Essa maternidade, colocada nessa rede de atenção e nessa linha do cuidado, torna-se um dos pontos de atenção. E não é mais desculpa haver baixa cobertura de atenção básica, baixa cobertura de pré-natal, para que o evento morte materna ocorra na maternidade.

Então, os nossos protocolos também precisam ser adaptados para, em faltando pré-natal na atenção básica, estabelecer qual será a ação adotada dentro da maternidade, porque não se posso dizer assim: "Ah, deveria ter sido feito o pré-natal, mas não foi feito. É uma morte inevitável." Não! A morte é evitável. Sendo assim, qual seria a postura da maternidade? E também há o reverso. A maternidade também deve se colocar à disposição da atenção básica para fazer a devolutiva e o acompanhamento, porque sabemos que algumas mortes acontecem quando a mulher sai de alta hospitalar. Ocorrem complicações, e ela volta. Então, não existe mais um motivo para haver mortes evitáveis, mortes maternas evitáveis, se estabelecermos uma relação entre todos esses pontos de atenção.

Essas seis maternidades no Rio de Janeiro se reúnem mensalmente, na última quarta-feira do mês, e aqui deixo o convite para a participação. Neste mês de novembro, a reunião vai acontecer no Hospital Luiz Palmier, em São Gonçalo. Essas reuniões começam normalmente às 9 horas. Eu acho que é superimportante a participação da sociedade civil organizada junto com os estabelecimentos hospitalares, porque vemos alguns casos que são muito gratificantes.

O HGNI vinha mantendo, nos últimos três anos, uma média de dez mortes maternas anuais. Se verificarmos, a média oscila, mas se mantém em uma média de dez óbitos maternos. Neste ano, até agora nós temos dois óbitos maternos, e com ações que são simples, porque são ações relacionais. Eles instituíram o acolhimento com classificação de risco. Não foi preciso fazer grandes mudanças de estrutura, que ainda é precária, mas, pelo simples fato de ter organizado o acolhimento e de estar atendendo e classificando o risco dessas mulheres, eles reduziram para dois óbitos até o momento.

Isso, para eles, também é muito importante, porque a maternidade vinha trazendo essa pecha da morte materna.

(Soa a campainha.)

A SRª SONIA MARIA LIEVORI DO REGO PEREIRA – E outras ações que são simples, como direito a acompanhante... Em todas as maternidades em que estamos fazendo monitoramento – hoje, 14 maternidades do Rio de Janeiro estão reunidas definindo a data das visitas –, quatro indicadores serão observados: o direito ao acompanhante, o acolhimento com classi-

ficação de risco, o contato pele a pele mãe e bebê e a taxa de ocupação dessas maternidades. São indicadores simples que podem ser percebidos de forma visual, não precisa de grandes sistemas de informação. A equipe mesma na visita constata os indicadores.

Esses indicadores são exatamente para a gente saber em que medida os recursos financeiros disponibilizados pelo Ministério da Saúde estão mudando a forma de essas maternidades atenderem as mulheres. E aí a gente sabe que o médico é preparado – e temos aqui a nossa colega Jurema, que pode me dar apoio – para uma ação instrumentalista, para uma intervenção. O parto não é uma intervenção, o parto é cuidado, e a razão de cesarianas tão elevadas é porque é um procedimento cirúrgico, um procedimento médico. Se essa mulher estivesse com um enfermeiro-obstetra ao seu lado, acompanhando esse cuidado do parto, menos intervenções nós teríamos. Então, a gente está investindo pesado na formação de enfermeiros-obstetras e na colocação desses enfermeiros-obstetras na cena do parto e no cuidado com essa mulher para reduzir o número de cesarianas desnecessárias.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª SONIA MARIA LIEVORI DO REGO PEREIRA – Não sei dizer a data – ela perguntou – mas fica o convite para, na última quarta-feira do mês, participar da reunião das maternidades.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sônia Maria Lievori do Rego Pereira, representando aqui o Ministro da Saúde, e que é também assessora da coordenação geral de Saúde da Mulher da Secretaria de Atenção à Saúde. Muito obrigada, Sônia, pela sua presença. Queremos contar com a sua presença também na próxima audiência pública, além, se possível, do Ministro.

Concedo a palavra, também por um tempo de cinco minutos, para o Sr. Carlos Frederico Bastos da Silva, chefe interino da Divisão de Temas Sociais do Itamaraty.

Eu quero, aqui, aproveitar, porque acabou de chegar a Srª Flávia Piovesan, Procuradora do Estado de São Paulo. Srª Flávia, eu gostaria que a senhora compusesse a Mesa. Já estamos finalizando a audiência pública, mas é muito importante a presença da senhora. Muito obrigada pela presença, seja bem-vinda.

Dr. Carlos, por favor, cinco minutos.

O SR. CARLOS FREDERICO BASTOS DA SILVA – Dois comentários rápidos. O primeiro é em relação ao sistema interamericano. O Brasil apoia e coopera com o sistema interamericano, com os diversos órgãos de acompanhamento e monitoramento, tratados e convenções, e isso inclui também a aceitação das recomendações.

Seria talvez melhor questões mais específicas da Conecta sobre acompanhamento e implementação das recomendações aqui no Brasil que envolvem, evidentemente, diversas áreas do Governo viessem por escrito, para que a gente pudesse analisar melhor as questões específicas.

Em relação à visita do Relator sobre Direito à Saúde, o Sr. Anand Grover, quero inicialmente dizer que tanto a criação quanto a renovação do mandato do Relator sobre Direito à Saúde, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, foram por iniciativa brasileira. Inclusive, como vocês na Conectas sabem e talvez outros aqui, ele tem um convite permanente, ou seja, ele não precisa de um convite especial para vir ao Brasil cumprir o seu mandato. Isso demonstra o nosso compromisso com o direito à saúde aqui no Brasil.

Com relação especificamente à data, houve já aceitação de data para visita dele no passado, mas, por uma questão... Eu não tenho agora precisamente, mas, se você mandar novamente essa informação, esse pedido, posso lhe dizer. Houve uma última data em que, por razões de agenda, não pôde ser cumprida a visita, mas nós estamos em contato com a Relatoria sobre Direito à Saúde e realmente é uma questão de que sejam definidas as datas de parte a parte para que a visita se realize. Ele é bem-vindo, claro que é. Por isso, volto a dizer, o Relator sobre Direito à Saúde tem um convite permanente do Governo brasileiro. É uma questão de se encontrar a data mais apropriada para as partes.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Carlos Frederico Bastos, Chefe interino da Divisão de Temas Sociais do Itamaraty, pela presença e pelas informações aqui colocadas, que nos deixa muito mais tranquilos, sabendo também dessa possibilidade, dessa abertura, de receber aqui o Ministro. Então, muito obrigada.

Quero apenas, antes de encaminhar para a parte final desta audiência pública, informar aos senhores e às senhoras que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal apreciou recentemente, e nesta Comissão eu fui a Relatora, o PLS nº 8, de 2013, de autoria do Senador Gim, que trata também do parto humanizado. O projeto de lei busca incluir a obrigatoriedade de obediência às diretrizes e orientações técnicas e oferecimento de condições que possibilitem a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos do Sistema Único de Saúde.

Sabemos da importância que o Programa Parto Humanizado tem para a saúde, para todo o sistema de saúde pública do nosso País, mas transformar isso num projeto de lei, numa lei específica foi muito importante. Tive a alegria de ser a relatora e nós queremos, de fato, acompanhar para que o parto humanizado seja implementado em nosso País em sua plenitude, conforme já foi mencionado aqui pela Sônia.

Eu vou também reforçar já os encaminhamentos feitos para que o Senador Paulo Paim possa ter conhecimento.

O primeiro encaminhamento é um requerimento proposto pelo Senador Eduardo Suplicy, fruto do debate que aqui foi feito. Ele propôs um requerimento, que já foi assinado por vários Parlamentares que por aqui passaram. V. Exª poderá também assinar e todos os demais Senadores que já passaram por aqui. O requerimento trata de encaminhar as notas taquigráficas da presente reunião para as seguintes autoridades: Ministro da Saúde, Ministro da Justiça, Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência de República, Governador do Estado do Rio de Janeiro, Secretário de Saúde do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Prefeitos de Belford Roxo e Nova Iguaçu e respectivos secretários municipais de saúde, solicitando que sejam tomadas as providências necessárias para indenização da família de Alyne, bem como para que a rede hospitalar da Baixada Fluminense seja objeto de transformações que venham a garantir o adequado atendimento a todas as mães gestantes que dele necessitem.

Também outro requerimento, em que estou solicitando ao Ministério da Saúde, aproveitando a presença da Sônia, que apresente, na próxima audiência pública com a presença dos representantes do Governo, relatório sobre a efetiva implementação do parto humanizado nos Estados e Municípios brasileiros. Já fizemos o requerimento, gostaria já de entregá-lo à Srª Sônia, para que ela seja portadora, junto ao Ministro Alexandre Padilha, dessa solicitação.

Vou pedir à assessoria, à Mariana, para que entregue à Sônia o nosso requerimento.

Último encaminhamento: solicitar ao juiz competente que dê preferência ao julgamento do caso Alyne. Então, que também façamos esse encaminhamento aqui hoje.

São esses os três encaminhamentos tirados desta audiência pública.

Quero também, antes de conceder a palavra ao Senador Paulo Paim, porque vou ter que me retirar daqui a pouquinho, em função do meu voo, agradecer profundamente a presença da Sônia Pereira, da Beatriz Galli, do Dr. Rodrigo da Costa Lines, de todos vocês.

Concedo agora, antes, a palavra ao Senador Paulo Paim porque ele é o Relator do PL nº 122, que já está em tramitação no Congresso Nacional há muitos anos e que, com o esforço do Senador Paulo Paim, juntamente com entidades da sociedade civil, com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a Seppir e também diversas outras entidades, o Senador Paulo Paim, na condição de Relator, conseguiu adequar uma redação, cujo relatório tenho a alegria de receber aqui hoje e colocar na pauta da próxima reunião deliberativa desta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Ana Rita e demais convidados desta importantíssima audiência pública, primeiro e em rápidas palavras, quero deixar toda minha solidariedade às mulheres e dizer que, quando acompanhamos o caso da Alyne, nós nos lembramos de tantas Marias, Joanas, Robertas, enfim, quantas pessoas neste País não passaram por situação semelhante a esta ou poderão passar se nada for feito.

Por isso meus cumprimentos à Comissão, meus cumprimentos a todas as entidades, minha solidariedade aos familiares e que a punição seja exemplar. Quando digo punição não é só na visão de punir, de cobrar, de prender, mas também a indenização à família, porque isso é que vai fazer com que aqueles que são relapsos com a vida das pessoas comecem a olhar isso com um mínimo de respeito e de carinho e até de amor. Os procedimentos tomados aqui pela Comissão só merecem elogio, faço questão de assinar junto, e que consigamos fazer com que a Justiça acelere o processo, que haja indenização. Como a gente diz sempre, decisão de Supremo – e vocês conhecem as últimas decisões que foram tomadas –, eu sempre digo, a gente não discute. O Supremo é última instância. E que haja uma decisão também em última instância ao caso Alyne com rapidez. Pelo que vejo aqui, são mais de dez anos e não se tem uma solução.

Meus cumprimentos, Presidenta, pelos encaminhamentos. Conte com o nosso apoio.

Srª Presidenta, como sei que V. Exª tem de sair, fiz questão de fazê-lo nesta quinta-feira, neste mês de novembro, porque dia 20 de novembro é a data de Zumbi, e, para mim, novembro é um mês de combate a todo tipo de preconceito, contra a mulher, contra a criança, contra o idoso, contra o deficiente, contra qualquer tipo de orientação sexual, em todos os sentidos.

Quando nós apresentamos, não só eu, mas também outros, a data de 20 de novembro como feriado nacional, nós não o fizemos somente olhando para

Zumbi. Para mim, essa tinha de ser uma data de comemoração nacional e, oxalá, se tivéssemos força, uma data de comemoração internacional, porque o mundo deveria parar só para discutir as políticas contra todo tipo de preconceito.

Por isso, trabalhamos com V. Exª, para que votemos no dia 20 de novembro o PL nº 122. Eu não vou fazer o relatório hoje. Eu vou entregar-lhe o trabalho feito durante um ano. É um PL que já está há décadas, eu diria, circulando pela Câmara e pelo Senado. E a Casa nunca o votou, mas vai ter de votá-lo, pois tem de enfrentar esse debate.

É claro que sempre sigo a orientação de V. Exª. Quero dizer que V. Exª sempre me procurou: "Como é que está, Paim? Como é que a gente faz? O setor dos direitos humanos está nos procurando, bem como os movimentos de todos os setores. A CNBB quer saber, a OAB quer saber, o Movimento LGBT quer saber como é que está a matéria." E eu digo: "Presidenta, eu lhe garanto que nós vamos votar a matéria neste ano. O velhinho lá de cima há de nos ajudar. Eu acredito em Deus e espero que todos Nele acreditem. E nós vamos votar."

Então, hoje, eu lhe entrego o relatório simbolicamente. Sei que esta audiência está sendo transmitida ao vivo. Só vou falar das quatro grandes mudanças que nós, não eu, conseguimos fazer, principalmente a Comissão de Direitos Humanos do Senado e a sociedade civil.

Dialogamos com todos os setores, com negros, com brancos, com índios, com evangélicos, com umbandistas, com católicos romanos, com o Movimento LGBT, enfim, dialogamos com todos. Não há de nossa parte a intenção, porque é quase impossível, de achar que o texto é uma unanimidade. Sempre haverá alguém que vai discordar, mas isso faz parte da vida. Foi assim, inclusive, ontem, no debate do voto secreto, não é? E queira Deus também que nós, que já avançamos ontem no primeiro turno com o fim do voto secreto, terminemos a votação na semana que vem!

Então, vou só apresentar os quatro pontos, em questão de três ou quatro minutos.

Começo dizendo, nos quatro pontos, que ouvimos todos, que não entramos na polêmica da homofobia. Diversos setores não têm clareza do que significa efetivamente a homofobia. Eu disse: "Tudo bem, no texto, não vai entrar a palavra 'homofobia'." Essa foi a primeira mudança em relação aos relatórios anteriores.

A segunda mudança nós colocamos no art. 8º do substitutivo, apresentando um parágrafo único, com a seguinte expressão, atendendo a um pedido dos setores religiosos: "[...] resguardando o respeito devido aos espaços religiosos quanto à manifestação de afetividade de qualquer pessoa em local público ou privado aberto ao público". Resguarda-se o respeito aos espaços religiosos. Isso também foi conversado com todos os setores. O grupo LGBT concordou com isso. Quero aqui também dar o depoimento de que o próprio Jean Wyllys, o Toni Reis, todos concordaram com que terminássemos com essa guerra que não é santa. Mas, para mim, eu diria, é o caminho da paz pelo viés santo, que é o do respeito aos seres humanos. Conseguimos, então, colocar esse texto.

Fizemos a terceira alteração: colocamos numa única lei todo tipo de preconceito, para que ninguém continuasse dizendo que havia a intenção do Congresso de fazer uma lei específica para aqueles que têm sua orientação sexual. Colocamos, numa única lei, todos os setores discriminados, e aí entra a questão do branco, do índio, do idoso, da mulher, da criança, do negro.

Aqui, quero fazer um agradecimento especial à Ministra Luiza Bairros.

Não sei se a SEPPIR ainda se encontra aqui.

Havia uma resistência no início de parte do Movimento Negro. Diziam: "Ah, vão botar a nossa lei na lei que entra a questão da orientação sexual?" Eu digo: "Sim, porque toda discriminação tem de ser combatida, não importa a altura, não importa a grandeza".

Permitam-me dizer aqui uma frase do Che: "Onde houver um somente discriminado, onde houver uma injustiça, tenho de combatê-la".

Assim, colocamos isso numa única lei. Havia uma crítica grande no sentido de que, para se aprovar esse PL, queriam fazer uma lei específica. Não, não é uma lei específica. Nós colocamos essa questão numa única lei.

E coloco a quarta e última alteração. Nós nos preocupamos em fazer uma lei, e, no texto, está claro que a lei visa a combater o ódio, a intolerância e a violência de um ser humano contra o outro. Esse é o objetivo da lei no seu conjunto.

Essas são as quatro grandes mudanças. Há mudanças conceituais, mas há mudanças de mérito que vão à profundidade da questão daqueles que não entendem a importância de uma lei como essa.

Termino apenas dizendo, Srª Presidenta, que ouvi muitos relatórios; relatórios que, confesso à senhora, qualquer ser humano que ouvisse teria que chorar. Não chorei, mas senti o peito bater mais forte, senti que a alma quase disparava quando alguém me dava o relato de que, quando menino, quando jovem, foi discriminado, por ser pobre, negro e pela sua orientação sexual. O pai não entendia, a mãe não entendia, e a grande maioria teve que sair de casa. Ou mesmo no caso da mulher. É a mesma situação. Por ser mulher

– estou dando um exemplo –, negra, pobre e pela sua orientação sexual, discriminada, então, quatro vezes.

São depoimentos, Srª Presidenta, que qualquer pessoa do bem que ler esse relatório vai ver que a lei é equilibrada.

Eu percebi logo, quando comecei o relatório, aqueles que eram contra o 122 e a favor do 122. Eu perguntava: "Por quê"? Ninguém conseguia me explicar, na verdade, o porquê, mas havia aqueles que tinham o bom senso de ajudar a construir uma lei que é uma tendência mundial. Quase todos os países do mundo caminham no sentido de combater a intolerância, o ódio e a violência de um ser humano em relação ao outro. Esses entenderam.

Por isso, estou muito otimista. Votaremos, quem sabe, até por unanimidade, na próxima quarta-feira, sob a Presidência de V. Exª.

Muito obrigado, Presidenta. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Parabéns, Senador Paim.

Quero aqui testemunhar o esforço e a dedicação do Senador Paim a esse projeto, no sentido de dialogar com todo mundo. Acho que ninguém ficou de fora desse diálogo. Foi realmente uma construção conjunta, coletiva, pactuando-se com o Conselho Nacional LGBT, com a Secretaria de Direitos Humanos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ministra Maria do Rosário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Ministra Maria do Rosário foi uma grande colaboradora, incentivadora, inclusive, para que se chegasse a essa redação. E o Senador Paim assumiu a direção desse diálogo e foi incansável nesse trabalho.

Então, quero aqui parabenizar o Senador Paim. Aproveito para convidá-lo a assumir a Presidência desta Comissão.

Muito obrigada.

Quero, então, agradecer a todos vocês e solicitar ao Senador Paulo Paim que assuma a Presidência. Solicito também que, ao conceder a palavra aos membros da Mesa para as considerações finais, conceda primeiramente a Drª Flávia Piovesan, que é Procuradora do Estado de São Paulo, porque ela não teve a oportunidade de estar no início da audiência pública em função do atraso do voo, mas que ela tenha preferência agora, nessa segunda rodada, para fazer a sua fala, trazendo para cá as informações de que esta Comissão necessita.

É isso.

Muito obrigada.

Senador Paulo Paim, por favor. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Continuando a nossa audiência pública e agradecendo sempre a liderança da Senadora Ana Rita no encaminhamento deste debate e de tantos outros ao longo desses anos em que estamos juntos aqui no Senado, passo a palavra à Procuradora do Estado de São Paulo, Drª Flávia Piovesan.

A SRª FLÁVIA PIOVESAN – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria, inicialmente, de pedir desculpas pelos atrasos decorrentes do voo e das reformas no aeroporto e dizer que estou muito feliz por estar aqui.

Eu queria agradecer à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e cumprimentá-la por pautar este tema, por abrir este espaço, o que faço na pessoa da Presidenta da Comissão, Senadora Ana Rita, e do Senador Paulo Paim, que muito nos orgulham como representantes da causa dos direitos humanos e dessa bandeira aqui nesta Casa Legislativa.

E cumprimento todos os membros da mesa e todos os presentes.

Minha contribuição será muito específica.

Eu gostaria, aqui, de pautar o drama do caso Alyne, que simboliza o drama da morte materna evitável, fruto da dolorosa peregrinação por hospitais, do sofrimento agravado pela precariedade do sistema de saúde e, sobretudo, pela omissão de políticas públicas, a violar o direito à maternidade segura.

Eu gostaria de fazer este apelo para que o Estado brasileiro, aqui tão bem representado por pessoas das mais diversas áreas, do Ministério da Saúde, do Itamaraty e de outras tantas – e faço este apelo em nome da causa dos direitos humanos, em nome dos direitos humanos das mulheres, da sua relevância –, para que dialoguem com o Comitê CEDAW e implementem a decisão que foi proferida.

Eu lembro que o caso, a ação de indenização se arrasta na Justiça Comum do Estado do Rio de Janeiro desde 2003, há 10 anos. O Senador Paulo Paim já fez menção a isto. Em razão da demora na prestação jurisdicional em 2007 é que o caso foi submetido à arena internacional, ao Comitê para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, e, de forma inédita, em agosto de 2011, o Comitê da ONU condena o Estado brasileiro pela morte de Alyne. Esses comitês das Nações Unidas têm como, eu diria, mandato, de um lado, salvaguardar os direitos das vítimas, mas também fixar parâmetros protetivos mínimos, a fim de prevenir a ocorrência de novas violações.

Então, de um lado, protegem as vítimas e, de outro, protegem todas as pessoas, a fim de garantir a não repetição de violações. Nessa seara, o Comitê,

então, condena o Brasil a indenizar a família de Alyne, a garantir o direito das mulheres a uma maternidade segura, o acesso adequado aos procedimentos obstétricos, a proporcionar uma formação profissional adequada aos trabalhadores da saúde, a assegurar a observância dos parâmetros nacionais e internacionais de saúde reprodutiva nos serviços de saúde e a punir os profissionais de saúde que violem os direitos reprodutivos das mulheres e seu direito de acesso à saúde.

Esse caso ganha uma relevância extraordinária por ser a primeira condenação internacional... Senador, o senhor mencionava... O caso Alyne fala como caso emblemático, lança o grito de tantas e tantas vítimas silenciosas que passam pelo mesmo drama referente à morte materna e é um relevante precedente para a proteção dos direitos humanos das mulheres.

O drama é que, passados mais de 10 anos da morte da Alyne e 2 anos da decisão do Comitê, o Estado brasileiro ainda não cumpriu as recomendações. Qual o risco do não cumprimento? O risco é não apenas a violação, uma vez mais, do direito da vítima, uma violação institucional, e de seus familiares à reparação, como também afronta os direitos das mulheres brasileiras à uma maternidade segura.

Portanto, há o dever jurídico do Estado brasileiro de adotar as políticas públicas no campo da saúde reprodutiva como meio preventivo para afastar novas Alynes, para afastar dramas como esse com que nós estamos lidando.

Eu diria mais. Hoje, no Tribunal Superior Eleitoral, está havendo um seminário, organizado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, que busca o diálogo da Corte com o Supremo Tribunal Federal e com outras instâncias. Ou seja, nós que lidamos com a proteção internacional dos direitos humanos sabemos que o futuro dessa proteção está condicionado a mecanismos internos nacionais de implementação dessas decisões. Portanto, lutamos por um diálogo profícuo, frutífero, entre as instâncias internacionais e as instâncias locais.

Então, há uma postura que reputo inaceitável e incoerente do Estado brasileiro, que, cada vez mais, assume esse papel de ator global, que endossa o multilateralismo e que não pode afrontar a credibilidade, a autoridade, a legitimidade, a eficácia de instituições internacionais, tal como o Comitê CEDAW. Lembro mais: no âmbito da sua soberania, o Estado brasileiro ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que é de 1979 e que foi ratificada em 1984, e ratificou o Protocolo Facultativo à Convenção, que habilita o Comitê a apreciar denúncias. Portanto, é o mesmo Estado brasileiro que, no livre e pleno exercício de sua soberania, ratifica esses tratados de direitos humanos das mulheres e que, agora, porque condenado, recusa-se a cumprir as medidas.

Assim, faço esse apelo, dizendo da importância desse assunto. Como estudiosa desse tema, avaliando, por exemplo, a postura do Brasil com relação às condenações internacionais da Corte Interamericana, vejo que o Brasil tem cumprido, tem pagado as indenizações, seja no caso Damião Ximenes Lopes, seja no caso Maria da Penha. A Comissão Interamericana condenou o Brasil, e o Brasil pagou essa conta, o Brasil mudou a sua legislação. A adoção da lei é uma resposta a uma condenação internacional.

Então, que nós possamos, coerentemente, reforçar esse alinhamento do Estado brasileiro com os instrumentos internacionais!

Concluo, dizendo que implantar integralmente a decisão internacional é uma exigência jurídica, decorrente dos tratados firmados. Não há desculpa. Isso significa um ponto fora da curva, porque o Brasil tem, felizmente, cumprido decisões internacionais em matéria de direitos humanos. O Brasil tem feito isso, talvez, não na velocidade que eu desejaria, mas tem cumprido as decisões da Corte Interamericana e da Comissão Interamericana. Portanto, por que não cumprir a decisão do Comitê CEDAW? Implantar essa decisão significa honrar a responsabilidade do Estado brasileiro, significa também honrar o direito a uma gravidez segura, com atendimento qualificado e humanizado, para todas as mulheres.

Então, realmente, faço esse apelo como uma pessoa que tem acompanhado esse assunto e que apresenta a sua máxima preocupação devido a esse precedente que pode ser nefasto não só à postura do Brasil na arquitetura protetiva internacional, não só à vítima que já existe, a Alyne, mas também às vítimas potenciais com relação à violação do direito à maternidade segura.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a Drª Flávia Piovesan, Procuradora do Estado de São Paulo, que faz aqui um importante depoimento.

Meus amigos e minhas amigas, a nossa querida Presidenta Ana Rita já fez os devidos encaminhamentos, e nós, naturalmente, ajudaremos aqui no procedimento de tudo que foi decidido.

Como esta audiência pública atingiu seus objetivos, caminhamos para o seu encerramento. Mas não quero deixar de dizer da importância desta audiência, que é a primeira audiência pública desta Comissão depois da decisão de ontem desta Casa de acabar com o voto secreto em todas as situações. Eu só queria

dizer a todos que essa decisão é também uma decisão histórica. Talvez, muita gente não a entenda ainda.

Eu, que há quase 30 anos sou Parlamentar – entrei na Assembleia Nacional Constituinte há 27 anos e estou aqui até hoje –, dou este depoimento de vida: acabar com o voto secreto – não digo que vamos acabar com o voto secreto, porque essa é uma praga que está em todo o mundo – significa combater a impunidade e a corrupção e sermos transparentes como Parlamentares. Essa vai ser uma revolução, com certeza – eu o disse ontem na defesa do fim do voto secreto –, no País, pela via democrática. Os tempos serão outros. Cada um terá de explicar à sociedade como votou em cada situação, em cada fato, em cada momento. E vai ter de explicar para o resto da vida se votou a favor do povo ou contra o povo brasileiro.

Quem ganha com isso, eu diria, são os que participaram da jornada de junho, que foram às ruas. Destaco a rebeldia daqueles que fizeram as manifestações e que contaram sempre com meu apoio. Sou contra o quebra-quebra, mas sou totalmente favorável às manifestações de junho e de julho e até à do dia 12 agora, quando o Movimento Sindical foi às ruas para reivindicar o fim do fator previdenciário aqui, no Parlamento. Essa é a lei mais injusta de toda a história deste País no período, eu diria, pós-ditadura, porque ditadura nunca mais. É a lei mais injusta. E com o fim do secreto é que vamos, inclusive, ter condição de acabar com essa lei. Só dei um exemplo.

Então, talvez, muitos não estejam medindo a grandeza da decisão de ontem. De fato, ontem, foi um dia histórico. Eu dizia na tribuna e repito aqui: quando os anos passarem, e eu já não estiver mais aqui, eu quero dizer que estive lá, no Parlamento. Foi uma emenda de minha autoria. Não foi só minha, porque foram três emendas, mas uma das minhas estavam lá.

Venho perseguindo isso há 30 anos. Acabou-se com a farsa do voto secreto, onde os covardes se escondem para não assumir sua posição no Parlamento todos os dias.

Quem vem para cá não pode ter essa covardia de não ter posição, de não dizer como está votando. Tem que dizer como está votando! Então, saia da vida pública. Quem não quiser assumir seu voto saia! Daí você vota, secretamente, como cada eleitor, mas, no Parlamento, quando o povo te passa uma procuração, você tem que dizer como você votou em cada situação. Tem que explicar, e o povo tem que cobrar.

A própria Presidenta tem que explicar. Se a Presidenta veta uma matéria que votei aqui e aprovei, ela tem que explicar, por escrito, para todo o Parlamento e para toda a sociedade brasileira por que ela vetou. Por que, então, um Parlamentar não pode nem explicar, ou não deve explicar, como votou ou não votou? Mesmo no caso de autoridades. Quem é ficha limpa não tem que ter medo nenhum de processo, por ele ter votado a favor ou não numa sabatina de um juiz aqui.

Por isso, considero uma decisão histórica.

Por fim, eu não poderia deixar de dizer a todos os Senadores, Senadoras e à sociedade que nos acompanha que dia 20 de novembro é também, sim, uma sessão histórica. Aqui, vamos acabar com o falso debate que criaram na sociedade sobre o 122. O 122, da forma como fizemos o substitutivo, apenas proíbe uma pessoa de violentar a outra. Não pode espancar a outra, não pode agredir a outra, não pode matar a outra por causa da sua orientação sexual. É combate ao ódio! É só isso o que diz a lei! Vejam que até o espaço religioso nós respeitamos.

Então, é inadmissível que este Congresso não se posicione em nome dos direitos humanos. Ninguém, ninguém tem o direito de discriminar ninguém por motivo nenhum. O próprio Papa respondeu – independentemente de religião que estou falando –, quando perguntado sobre esta questão: "Quem sou eu para julgar o outro"! Frase do Papa. Não é minha. É do Papa.

Enfim, meus amigos, faço este depoimento porque ele, na verdade, sinaliza com clareza a posição do Relator em relação a esse tema.

Quando aceitei ser Relator do 122, podem crer vocês que muita gente me disse: "Paim, isso é bola dividida! Por que você vai entrar numa bola dividida? Você tem um belo mandato! Nunca perdeu uma eleição. Trinta anos no Parlamento, praticamente. Por que você vai pegar uma bola dividida como essa"? Eu disse: "Meu filho, se é uma questão de justiça, como é que vou me omitir, eu que sou tão contra o voto secreto? Eu estaria me escondendo atrás do voto secreto se eu não aceitasse também um debate como esse"!

Seja qual for o debate, tenho que botar a minha cara para bater, no bom sentido, se eu acho que bater na minha cara vai ajudar a construir justiça. Se estou convicto de que uma pancada ou outra que eu leve eu estou defendendo aqueles milhares e milhões que estão atrás de mim, eu tenho que botar a cara para bater.

Por isso, eu o faço com a alma muito tranquila. Meu coração está leve ao apresentar esse relatório. Esse relatório é do bem não porque foi feito por mim. Foi feito pela sociedade. Aqui eu botei o que a sociedade pediu que eu botasse. E aqui consta.

Muito obrigado.

Está encerrada a audiência pública.

Haverá uma nova reunião na quarta-feira, às 8h30, deliberativa.

Palmas para todos vocês, palmas para o povo brasileiro, palmas para os direitos humanos! *(Palmas.)*

(Iniciada às 9 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 31 minutos.)

ATA DA 59ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 10 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ana Rita e Paulo Paim. O Senador João Capiberibe justifica sua ausência, nos termos do Requerimento nº 1304, de 2013 – PLEN. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 79 de 2013, aprovado em 18/09/2013, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: "*a criação do Canal da Cidadania no modelo digital na onda aberta terrestre (TVs Comunitárias) nos municípios".* A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, ao tempo em que solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Carlos Des Essarts Hetzel, Assessor Técnico da Liderança do PT e Bloco de Apóio; Octávio Pieranti, Diretor da Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações – MiniCom; Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários – ABCCom; Nelson Breve, Presidente da Empresa Brasil de Comunicação – EBC. O convidado Senhor Arnaldo Acbas de Lima, Presidente da Associação Nacional dos Prefeitos e Vice-Prefeitos da República Federativa do Brasil – ANPV, encaminha justificativa de sua ausência por *e-mail*, em razão de problemas com seu voo. A Senhora Presidenta franqueia a palavra a diversos representantes de TVs Comunitárias presentes no plenário da comissão, que fazem suas explanações, nesta ordem: Izamara Seabra, representante do BNDES; Pedro Osório, Presidente da ABEPEC – Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais; Gabriel Priolli, representante da ABTU – Associação Brasileira da Televisão Universitária; Rodrigo Lucena, representante da ASTRAL – Associação Brasileira de Rádios e TVs Legislativas; Moysés Correa, Secretário Geral da ABCCom; Fernando Mauro, Presidente da ACESP – Associação dos Canais Comunitários do Estado de São Paulo; Santiago Santos, TV Sete Lagoas, MG; Ronaldo Saldanha, TV Vila Imperial, Petrópolis, RJ; Olga Amélia Telles, TV Comunitária do Rio de Janeiro, RJ; Osvaldo Dalvi, Núcleo do PT no Congresso Nacional; Socorro Grangeiro, TV Cidade, Canal Comunitário de Manaus, AM; Pedro Pozenato, TV Caxias do Sul, RS; Pedro Torres, TV Reflexo Digital, Recanto das Emas, DF; Bentilho Jorge da Silva, TV Afro, Itaboraí, RJ; Olinda Santos Dornelles, Presidente da TV COMFOZ, TV Comunitária de Foz do Iguaçu, RS; Luis Rodolfo Cortez, TV Votorantim, SP; Augusto Capodicasa, representante da TV Comunitária de Santos – SP. A Senhora Presidenta registra a presença das seguintes pessoas presentes no Plenário: Quero, aqui, dedicar um tempo para os registros. Faço questão de fazer isso considerando uma presença expressiva. Desculpe-me se eu não conseguir pronunciar corretamente os nomes, porque é uma lista de presença e a letra nem sempre é legível: Cristen Charles José dos Santos, da TV Vale das Artes, Peruíbe; Valmir Moreira, da TV Araraquara; Edmar de Oliveira, da TV Cidade Fernandópolis; Flávio Navarro, Uma TV Lins, Canal 13; Paulo Roberto da Silva, também de Uma TV Lins, Canal 13; Paulo César Franco, Canal da Cidadania de Porto Alegre; Humberto Luís de Sá Bandiere, da TV Comunitária de Porto Velho; Sílvio Smaniotto, da TV Floripa, Florianópolis; Wolnei Santiago, da TV Sete Lagoas; Roger Santos, da TV Babitonga, Joinville; Elton Guerra, da TV Babitonga; Augusto Capodicasa, TVCOM, Santos; Almir Bressan Júnior, lá do meu Estado, da TV Ambiental – Vitória. É um prazer receber aqui o Almir Bressan que muito nos alegra com a sua presença; Luís Rodolfo Cortez, da TV Votorantin; Carlos Júnior, da Frame Onevídeo Produções; Ecila Bezerra, da TV Vale das Artes; Paulo Contim, da TV Osasco; Luiz Carlos, da TV Cidade Livre de Rio Claro, São Paulo; Antonio Silva Dias, da TV Jaú – se alguém se sentir prejudicado, por favor, se manifeste –; Alfredo Alencastro, jornalista; Antonio Gomes Leitão, da TV Comunitária do Distrito Federal; Fábio Amaro da Silva, da TVCOM, São José do Rio Preto, São Paulo; Luiz Dornelles, da TVCOM, Cascavel, Paraná; Olga Amélia Soares Teles, da TV Comunitária do Rio; Pedro Arlindo Pozenato, da TV Caxias; Pedro Luiz Osório, da Abepec; Antonio Silva, Consultor Fiscal; Edinaldo Faria, da TV Comunitária de Belo Horizonte; Alane Fernandes, GDF/ Secretaria de Publicidade ou Secretária de Publicidade; Moyses Chernichiarro Corrêa, da TVC Rio; Olinda de Jesus Santos Dornelles, da TV Com Foz, de Foz do Iguaçu; Valdir Dorneles de

Paula, da TV Com Marechal; Daneja Santiago, da TV Sete Lagoas; Laércio Rodrigues da Silva, da TV Com de Campo Grande; Adriano de Oliveira, da TV Canoas e TV NH, de Novo Hamburgo; Rodrigo Barreto de Lucena, da Astral; Ricardo Lima, da EBC; Cleuda Lopes de Oliveira, da TV Cidade Manaus; Maria do Socorro Grangeiro Henriques, da TV Cidade Manaus; Fernando Mauro, da TV Guarulhos; Augusto Landim, da TV Mais Uberaba; Daniel Keller Mittelbach, da CWB TV, de Curitiba; Gabriel Priolli, ABTU (Associação Brasileira TV Universitária), de São Paulo; Geldo Ferreira, da TV Reflexo Digital, do Recanto das Emas; Greyce Kelly Ferreira do Nascimento, TV Reflexo Digital; Augusto Cardoso Bastos, da TV Reflexo Digital; Letícia Gabrielle Gomes de Lima, da TV Reflexo Digital; André Oliveira, também da TV Reflexo Digital; Wagner Santos, do Ginásio TV; Iran Oliveira, da TV Senado; Osvaldo Dalvi, do Núcleo do PT no Congresso; José Roberto Mello, assessor do Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad; Mohamad Haco, da TV Reflexo Digital; Natanael Rodrigues Souza, da TV Reflexo Digital; Bruno Fonseca da Silva, da TV Reflexo Digital; Pedro Henrique Torres, da TV Reflexo Digital; Mário Lima, da TV Reflexo Digital; Fernanda Alves, da TV Com DF; Bentalho Jorge da Silva Filho, da TV Afro, do Rio de Janeiro; Ronaldo Saldanha, da TV Vila Imperial, Petrópolis, Rio de Janeiro; Octavio Pieranti, do Ministério das Comunicações; Neusa Meller Maia, da UnB TV; Paulo da Silva Moreira, da TV Com DF; Rachel Porto, da ABCCom. A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos: 1) Oficiar o Conselho Nacional de Comunicação do Congresso Nacional para que contemple as mídias alternativas no Conselho; 2) Apoiar as proposições que destinam verbas orçamentárias para as TVs comunitárias; 3) Apoiar todas as iniciativas de encontros e reuniões, que visam o fortalecimento das mídias comunitárias, a exemplo do 3º fórum das TVs públicas; 4) Auxiliar na divulgação e distribuição das cartilhas criadas pela liderança do PT sobre TVs Comunitárias; 5) Fazer correspondência para todos os prefeitos e prefeitas do Brasil, no sentido de sensibilizá-los sobre o Canal da Cidadania e, ao mesmo tempo, alertá-los sobre os prazos para solicitar autorga. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados para suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora Ana Rita

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Antes de abrir formalmente a reunião, quero apenas justificar: eu estava no plenário do Senado, secretariando um evento importante, que é a posse dos Jovens Senadores e Senadoras do programa Jovem Senador, com o qual eu estava colaborando, juntamente com o Senador Paulo Davim. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa é a que acolhe as propostas de projeto de lei apresentadas pelos Jovens Senadores. Estive lá prestigiando, por isso meu pequeno atraso. Peço desculpas a vocês.

Vamos aqui prosseguir.

Declaro aberta a 59ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 79, de 2013, da CDH, de minha autoria, aprovado em 18 de setembro de 2013, para debater o tema: "a criação do Canal da Cidadania no modelo digital na onda aberta terrestre (TVs Comunitárias) nos Municípios".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania (*link:* bit.ly/CDHCanalCidadania), conforme aparece na tela, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Convido para compor a Mesa: Carlos Des Essarts Hetzel, assessor técnico da Liderança do PT e Bloco de Apoio – sente-se aqui, por favor, que bom que você está aqui –; Octavio Pieranti, Diretor da Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações – bom dia, seja bem-vindo, sente-se aqui –; Gilson Conzatti, Presidente da União dos Vereadores do Brasil (UVB) – ainda não chegou –; Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários (*Palmas.*). Seja bem-vindo, Paulo; Nelson Breve, Presidente da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) (*Palmas.*). Seja bem-vindo. E Arnaldo Acbas de Lima, Presidente da Associação Nacional dos Prefeitos e Vice-Prefeitos da República Federativa do Brasil – acho que ainda não chegou.

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados, vou fazer algumas considerações iniciais para que possamos introduzir o tema.

O elevado grau de desenvolvimento tecnológico das duas últimas décadas produziu a conhecida e

propalada convergência tecnológica, onde os serviços do setor de telecomunicações que hoje denominamos de serviços telemáticos estão disponibilizados em uma mesma plataforma tecnológica. A telefonia fixa, produto tradicional das telecomunicações, atualmente é ofertada em conjunto com a telefonia móvel, internet, TV a cabo, entre outros.

O desenvolvimento da internet e a digitalização dos conteúdos de áudio, vídeo e texto, que antes eram analógicos, são os dois elementos mais importantes que possibilitaram a convergência tecnológica, que representa a mudança estrutural mais significativa no cenário das comunicações na última década. É o mundo contemporâneo das combinações binárias, onde toda informação se transformou em *bit*.

Em poucos anos, o acesso aos conteúdos digitais pela internet tornou-se importante ferramenta de informação, trabalho, estudo e lazer de milhões de consumidores em todo o mundo. Nesse processo, as redes dedicadas exclusivamente à telefonia fixa e/ou à tevê a cabo passaram a ofertar também acesso à internet. Antes do recente processo de convergência tecnológica, cada uma das redes de comunicação era responsável pela oferta de um único serviço, realidade diferente do mundo atual que disponibiliza um número cada vez maior de produtos fazendo-os cada vez mais presentes nas vidas das pessoas; e à medida que se desenvolvem, revelam com maior ou menor intensidade seu caráter essencial às sociedades.

Isso é o resultado da crescente relação dos meios telemáticos com a vida pessoal e profissional dos usuários em todo o mundo. Esses serviços telemáticos cumprem papel de essencialidade para as comunidades, pois atendem às necessidades inadiáveis, aquelas que, se não atendidas, colocam em perigo eminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

A Lei Geral de Telecomunicações, a Lei nº 9.472, de 1997, em seu art. 65, §1º, dispõe – abro aspas: "Não serão deixadas à exploração apenas em regime privado as modalidades de serviço de interesse coletivo que, sendo essenciais, estejam sujeitas a deveres de universalização" – fecho aspas.

Os serviços essenciais, por serem indispensáveis à normalidade das relações sociais, ocupam natureza pública. Até 2016, não teremos mais a tevê analógica como conhecemos atualmente. Todas terão transmissão digital. Traduzindo para os mais leigos, é a disponibilização, sem nenhum custo fixo, de um canal de tevê a cabo com toda sua qualidade de som e imagem, multiprogramação, bem como sua interatividade para todas as residências do País.

Neste diapasão, gostaríamos de passar a palavra para o assessor técnico da Liderança do PT e Bloco de Apoio do Senado Federal para uma explicação detalhada do alcance e das possibilidades que se apresentam com o evento do Canal da Cidadania, iniciativa do Governo Federal e do Ministério das Comunicações.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Des Essarts Hetzel, Assessor Técnico da Liderança do PT e Bloco de Apoio.

Vamos combinar o tempo para toda Mesa. Concedo o tempo de 15 minutos para cada um e, se houver necessidade para complementar o raciocínio, poderemos conceder mais cinco minutos. Assim, teremos um bom tempo de reflexão, de debates e também de transmissão de conhecimento.

Vamos marcar o tempo no painel e todos poderão acompanhar.

O SR. CARLOS DES ESSARTS HETZEL – Bom dia a todos e todas. O meu nome é estrangeiro, mas eu sou de Natal, do Rio Grande do Norte, um brasileiro nato.

Eu coloquei duas frases que considero importantes: "a liberdade de expressão e de comunicação é tão imprescindível que, sem ela, outras liberdades não existirão" e "a mais revolucionária das lutas é a luta contra o silêncio". É disso que estamos tratando aqui.

Eu queria só fazer uma correção. Todo mundo diz que existe tevê comunitária e isso não existe. Tevê comunitária é a cabo; tem-se que pagar. Então, ela não é socializada, não é aberta. O que vamos tratar hoje aqui é sobre a possibilidade real de se implantar a TV comunitária aberta. Aí, sim, seria uma TV comunitária. (*Palmas.*)

Vou começar abordando o marco legal, porque as grandes federações e sindicatos ligados à grande mídia, sempre que falamos de comunicação comunitária, eles são contra. Então, é bom lembrar o marco regulatório, a lei que embasa todo esse trabalho que estamos fazendo. Trata dos princípios que tornam obrigatória a ação do Estado em disponibilizar, universalizar o acesso de todos os cidadãos brasileiros aos serviços públicos de comunicação. O que chamo de serviços públicos de comunicação? Rádio, TV, internet.

O que a Senadora abordou inicialmente aqui? O mundo virou binário. É bit 0-1 Para quem conhece técnica, é bit 0-1. Até há algum tempo, trabalhávamos com frequência somente. Hoje em dia, o mundo é digital, tornou-se binário. Então, com o mundo se transformando em binário, tudo ficou na mesma plataforma.

Sou de um tempo – e não sou tão velho assim, sou um rapaz novo – em que telefonia fixa só passava voz. Todo mundo sabe disso. Hoje em dia, a telefonia está agregada à internet, que passa dados, imagens, passa tudo. Então, acabou a fronteira, a diferença entre telefonia e dados – internet.

Cito uma frase da nossa querida Maria Sylvia di Pietro: toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio dos seus delegados com o objetivo de satisfazer concretamente as atividades coletivas sob regime jurídico, total ou parcial, público. Isso é o que existe em nosso País atualmente através de dispositivos legais.

Com o elevado grau de desenvolvimento mundial da eletrônica, a tecnologia de informação sofreu grandes transformações em seu modo de tratar o conteúdo de comunicação. É o de que estávamos falando e que a Senadora abordou inicialmente: o mundo agora é bit*, e* isso facilitou enormemente para quem, como nós, trabalha dando tratamento à comunicação. Somente para exemplificar, a telefonia significava voz apenas em um ponto fixo, a TV a Cabo era outra. Hoje em dia, temos a mesma plataforma, com toda gama de serviços.

Isso é o que chamamos de telemática, ou seja, agregar todos os serviços de telecomunicações a uma mesma plataforma. Essa é a morada da possível revolução do conhecimento, e, com certeza da interação social – possível por depender de um marco regulatório para o mundo midiático. Aqui não podemos abordar marco regulatório.

O que temos que fazer é regulamentar os artigos da Constituição Federal ligados à comunicação. Não vamos fazer em marco regulatório da mídia porque todos falam que é censura. O que estamos querendo fazer é regulamentar os artigos da Constituição Federal. São cinco. Somente cinco!

Com essa riqueza de meios de interação, conjugada com a TV, rádio e telefonia, fruto da convergência tecnológica, precisamos analisar como implementá-la verdadeiramente em todo o Território nacional, ou seja, universalizar o setor telemático.

Vou repetir: o setor telemático é comunicação em geral: TV, rádio, dados em geral.

Vou passando, para não ficar muito extenso.

Art.64º – C*omportarão prestação no regime público as modalidades de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, cuja existência, universalização e continuidade a própria União comprometa-se a assegurar.*

Coloquei isso aqui porque achei muito interessante: na Bahia uma comunidade reclamando do telefone celular. É interessante para que vocês vejam como faz falta a comunicação nos rincões deste Pais. Lembro que o celular é exatamente a demonstração exata do que é convergência tecnológica.

Aqui eu falei sobre TV comunitária a cabo e digo que não existe TV comunitária porque, olhem só, só 5,3% da população têm acesso à TV a cabo. A classe A está coberta 70%; todo mundo tem. Agora aumentou um pouco mais, foi para 83%, se não me engano. A classe A e B têm TV a cabo em casa. Agora, olhem a classe D e E. Quem vai assistir à TV comunitária a cabo? Quase ninguém. Por isso que esta TV, o Canal da Cidadania, chega em um momento extremamente importante para a realidade brasileira. Essa concentração no mercado da TV a cabo, continuo insistindo, é a TV que vocês chamam de comunitária. Ela não é.

Eu levantei aqui uns dados sobre a nova classe média, em que coloco o seguinte: olha só o poder de compra desta classe que entrou agora, a classe C e muitos da D também. Eles estão exigindo novos produtos, serviços bons, de qualidade. Eles estão com dinheiro para pagar agora. Nós temos agora 37,5 milhões de novos cidadãos brasileiros na classe média. No total, são cem milhões cidadãos da classe C com poder de compra.

E o marco legal da nossa querida Constituição Federal, a Constituição Cidadã? Precisamos dos fundamentos da nossa Constituição: a soberania, a cidadania – olha aí o Canal da Cidadania – e a dignidade da pessoa humana. Outros tópicos como, por exemplo, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. A comunicação só não passa informação, ela quebra também as desigualdades. “Promover o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação.” “É assegurado a todos os cidadãos brasileiros o acesso à informação [não é só à classe A e B, não; a todos] e resguardado o sigilo da fonte.” Então, a Constituição Federal é clara. Se você fizer um cruzamento das fontes, das leis do Brasil, ela cita o tempo todo isto: nós temos que universalizar o acesso à informação. E nos outros artigos da Constituição que também regem isso, normatiza isso aí, há uma manifestação de que pensamento, criação, expressão e informação sobre qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observados o disposto na Constituição. O §5, por exemplo, afirmam que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.” Esse Canal da Cidadania vem no momento de socializar a comunicação também.

E a Declaração Universal dos Direitos Humanos, para quem não quer trabalhar só com a Constituição Federal, afirma que todo ser humano “tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Fantástico! Então, estamos cobertos de dispositivos legais para embasar o que vamos tratar. Eu tenho uma teoria: Adam Smith para a economia e a internet para

o meio de comunicação. É a mão invisível. A internet atuou como a mão invisível. Ela vai democratizar, sim, a comunicação, contra tudo e contra todos. Já está democratizado.

Conclusão: eu acho que a comunicação é simplesmente, e nada mais, do que uma questão de soberania e segurança nacional. Só isso. É uma questão de garantir a dignidade do homem brasileiro.

Agora eu vou entrar mais propriamente no Canal da Cidadania; será rápido. Nós vamos tratar, depois de falar sobre os marcos legais, constitucionais e infralegais, do Decreto 5.820, que normatizou a implementação do Sistema Brasileiro Digital de Televisão, e mais propriamente da Portaria 489, que o Ministério das Comunicações assinou, agora, no mandato do nosso Ministro Paulo Bernardo e, com o apoio integral do Governo Federal, sobre o Canal da Cidadania. Além de o prefeito ter direito a um canal digital aberto, o Estado também vai ter direito a isso, bem como duas associações comunitárias por Município.

Então, veja bem, no Nordeste brasileiro, muitos Municípios, se tiverem uma associação, é muito. Assim, são duas associações por Município. Vamos lá.

Eu falo sobre a passagem da TV analógica para a digital. Queria fazer um parêntese: quando peguei essa portaria, junto com o nosso querido amigo Olavo, que vai falar mais propriamente desse canal também, levei a ideia de facilitarmos a leitura dessa portaria, porque o juridiquês é terrível para quem não conhece.

Então, tentei explanar de uma forma bem tranquila, bem suave, essa portaria. Teve o apoio da Liderança do PT. A Senadora é uma lutadora incondicional desse setor. (*Palmas.*)

Citando também, além da Senadora, pessoas que lutam por esse setor, como o Senador Walter Pinheiro, um homem do setor, e o Senador Anibal Diniz, do Acre. São pessoas em que encontramos eco, quando falamos em comunicação, da necessidade de se socializar esse meio.

A TV digital simplesmente elimina chuvisco, fantasma, porque a facilidade de trabalhar com o mundo digital é que o tratamento da informação existe ou não. TV a cabo, quando começa a chover muito e o sinal a degradar, primeiro dá uma cintilada e derruba o sinal. Não fica chuviscado. A TV digital tem um ganho incrível.

Essa TV analógica é uma estrada cheia de buraco; e a TV digital é uma autoestrada com velocidade. E esse Canal da Cidadania leva informação do Município, do Estado e de duas associações comunitárias. A TV digital vai trazer a interatividade, através da internet. Ela também vai buscar essa interatividade sobre a qual a Senadora iniciou falando, que é o mundo da plataforma digital, em que o celular, a TV da sua casa e o telefone vão interagir; eles vão se falar. Isso é uma realidade. Não estou falando de futuro.

Vai ser necessário trocar a televisão de casa por uma TV Plasma? Não vai precisar. O mercado vai disponibilizar, através do Ministério, esses receptores, conversores, e a qualidade vai ser fantástica. Vou repetir: nós estamos levando a TV a cabo para todas as residências do País.

A diretriz central do Governo Federal é democratizar os meios de comunicação no Brasil e otimizar o espectro de frequência, um bem limitado da sociedade brasileira.

A digitalização do sistema de TV também deu um outro *up* nisso aí. Ela otimizou o espectro de frequência. Todo mundo acha que o espectro de frequência é infinito. Ele não é; ele é finito. Ele termina, acaba. Tanto é assim que até dois anos atrás, não conseguimos mais outorga da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo, porque estava tudo literalmente tomado. A digitalização vai otimizar espectro de frequência e abrir novos canais.

O que é e como vai funcionar o Canal da Cidadania. Trouxe 50 cartilhas dessas, que fizemos pela Liderança. A Senadora vai distribuí-las, para quem tiver interesse, porque não vou precisar entrar muito nesses dados. A cartilha traz a facilidade de compreensão para solicitar esse Canal da Cidadania.

Os princípios do Canal da Cidadania: utilidade pública, educação, fomentar o desenvolvimento, exercício da cidadania, diversidade social, julgar os trabalhos dos poderes públicos. A responsabilidade é toda e integral do ente.

Quanto às prefeituras... Gente – agora, isso é importantíssimo! –, condição *sine qua non,* dia 18 de junho de 2014 acabou a possibilidade de solicitar o Canal da Cidadania. Essa portaria tem tempo de vida. O tempo para essa portaria é de um ano e meio.

O nosso querido amigo, aqui do Ministério, vai falar. Nós temos 5.625 Municípios. Até agora, só pediram 138 Municípios. Isso parece uma brincadeira de mau gosto. O Governo Federal e o Ministério disponibilizam a possibilidade de a prefeitura ter canal aberto. Isso é dado, gente! Está lá! 138 Municípios pediram até agora. Em junho do ano que vem, dia 18, termina o prazo. Para quem faz Direito, sabe: intempestivo, não adianta! Volta!

Quem é que dispara o processo inicial do Canal da Cidadania? É o prefeito. Ninguém pode pedir isso aí antes do prefeito. É o *start*, zero, um. O prefeito pediu o Canal de Cidadania, e, logo depois, as associações podem pedir. O.k.? Isso tem que ficar bem memorizado.

É necessário o Conselho local das prefeituras, como o das associações. Essa cartilha também traz

os recursos de manutenção. Fizemos uma tabela com relação à estimativa de custos, apresentando os custos de uma estação dessas, com uma central digital de produção, etc., etc.

Estou passando rápido, porque o meu tempo já acabou há muito tempo.

São os documentos exigidos. Não são grande coisa. São documentos que devem estar na gaveta do prefeito.

Um dado interessante: solicitação por TV educativa. Quando eu fiz essa cartilha, o Octávio me chamou e disse: "Carlos, antes de terminar a sua cartilha, fizemos uma modificação", que é fantástica. A prefeitura que tiver uma fundação com um canal, uma TV educativa, não precisa perder muito tempo com documentação, etc. Ela já pede automaticamente a inserção do Canal da Cidadania, dentro desse canal da TV educativa e abre a possibilidade para as associações. Depois você explica direito, Octávio.

As associações comunitárias interessadas em programar a faixa de canal da cidade devem iniciar o processo após a solicitação do prefeito. Fiz um anexo, inclusive, do ofício que deve ser mandado. É lógico que você pode mudar isso aí, mas eu fiz só o básico.

Aqui, eu fiz uma estimativa de valores. Não se esqueçam da infraestrutura que vocês precisam para manter uma TV em condições de nunca cair. Por que a Globo é a Globo? Porque ela tem expertise técnica. Ela não implanta nenhum sistema de TV, de rádio que não tenha uma infraestrutura extremamente eficiente e boa, apta a receber. É isso que coloquei no Anexo 3.

Eu fiz um resumo. Eu falo sobre energia, aterramento. São coisas que não parecem interessantes, mas derrubam a estação o tempo todo.

Então, essa cartilha está disponibilizada pela Senadora. Depois, a gente distribui.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Carlos, assessor técnico da Liderança do PT e do Bloco de Apoio. Ele tem sido um grande assessor nessa área e um militante de muitos e muitos anos, colaborando muito conosco e com toda a nossa Bancada.

Parabéns, Carlos, e obrigado pela sua presença.

Vou conceder a palavra agora ao Sr. Octávio Pieranti, Diretor da Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.

Octávio, também por um tempo de 15 minutos e se houver necessidade, mais cinco.

O SR. OCTÁVIO PIERANTI – Bom dia a todos e a todas. Vou tentar até ser mais breve. Agradeço a mais um convite do ABCCOM para participar desse evento. É o meu terceiro encontro e o vejo sempre cheio, com os debatedores motivados. Então, parabéns à ABCCOM por mais este momento.

Bem, nos dois eventos anteriores, falei às senhoras e aos senhores sobre o que pensávamos para o Canal da Cidadania. Naquela época, planejávamos o Canal da Cidadania. Hoje eu tenho a felicidade de vir aqui falar do canal que já é realidade, do Canal da Cidadania que foi regulamentado em dezembro de 2012 e tem tudo para permitir que todos os canais comunitários hoje já existentes na TV por assinatura e outros que venham a surgir possam estar na televisão aberta digital brasileira. Então, agora é o momento de mobilização por parte da comunidade e de diálogo da comunidade com seus pares, com outras associações e com o Poder Público local.

Eu vou evitar comentar exatamente o que o Carlos comentou. Então fico à disposição sobre essas questões, caso tenha necessidade de algum tipo de esclarecimento. Prefiro falar daquilo que ainda não foi falado.

Hoje o Ministério já recebeu 145 pedidos de outorga do Canal da Cidadania. Desses 145, sete já chegaram ao fim da primeira etapa, que é o encaminhamento da documentação por inteiro pela prefeitura, pelo Município.

Como o Carlos disse, por enquanto apenas os Municípios podem solicitar outorga. Esse prazo para os Municípios vai até junho de 2014; porém terminado esse prazo, tanto os Municípios quanto os Estados podem continuar solicitando outorga. Aí o Município perde a prerrogativa e Estado ou Município – quem solicitar primeiro – tem direito a essa outorga.

Bom, o Município por enquanto encaminha a documentação; o Ministério faz a avaliação da documentação que é aquela já apresentada anteriormente. Existindo alguma pendência, o Ministério oficia o Município, o qual complementa a documentação. Concluída essa etapa, o Ministério informa à Anatel que o Município X já terminou de enviar a documentação necessária e é preciso incluir um canal no plano básico de frequências.

Estamos num momento de transição da televisão analógica para a televisão digital. E a Anatel está num momento assoberbado de replanejamento do espectro, ou seja, está analisando o espectro de todo o País e fazendo as modificações necessárias para viabilizar o desligamento da televisão analógica e a entrada em funcionamento, de forma plena e sem maiores problemas, da televisão digital.

Na imensa maioria dos Municípios brasileiros não há um problema de espectro hoje em dia. O espectro não é congestionado. Agora, nos principais centros e nas grandes regiões metropolitanas há sim um problema de espectro que será resolvido nos próximos anos,

ou será minorado nos próximos anos – e poucos anos. Daqui a pouco, falo desse problema mais à frente, na minha intervenção.

Concluída essa fase de envio da documentação, o Ministério oficia a Anatel, que planeja um novo canal e informa ao Ministério das Comunicações, que solicita o projeto técnico do Município. Concluída a análise desse projeto técnico do Município, é concluído o projeto de outorga propriamente dito e ele segue para Casa Civil, Presidência e depois Congresso Nacional, que deve apreciá-lo. Ou seja, o processo de outorga do Canal da Cidadania, tal como outras outorgas de radiodifusão, não é um processo simplificado, passa por diferentes instâncias. Porém, a nossa previsão é de que daqui a alguns poucos anos tenhamos efetivamente os canais abertos – num número significativo de Municípios – na televisão brasileira.

Grande parte dessa... O tempo necessário para tramitação de um processo desses depende muito da entidade que solicitou a outorga, ou seja, do Município nesse caso. É preciso que ele apresente a documentação de forma ágil.

Fico feliz também de na portaria que regulamenta o Canal da Cidadania o Ministério das Comunicações ter conseguido solucionar alguns problemas que sempre se colocaram. O primeiro deles diz respeito à necessária independência entre Poder Público e comunidade. Ora, regulamentar o Canal da Cidadania não significa estabelecer que as faixas comunitárias deverão se subordinar à prefeitura, muito pelo contrário. O objetivo é ter canais comunitários que sejam efetivamente autônomos – do ponto de vista editorial – do Município. Para isso, o que o Ministério estabeleceu na portaria foi que a infraestrutura de transmissão compete ao Município; agora o Município deve transmitir a programação das faixas comunitárias tal como elas chegam a essa infraestrutura de transmissão. Ou seja, não pode haver qualquer tipo de intervenção do Município ou do Estado nas faixas de programação da comunidade.

Além disso, quem seleciona as associações comunitárias será o Ministério das Comunicações, tal como já faz hoje, por exemplo, a radiodifusão comunitária para rádios comunitárias. O Ministério vai publicar um edital, um aviso de habilitação naqueles Municípios onde existe outorga, convocando as entidades interessadas a se apresentarem. Aí existe uma ponderação em relação à pontuação para verificar quais serão as duas entidades escolhidas.

Mais do que isso, as associações comunitárias devem ser abertas à participação de qualquer residente naquele Município. Então, não se trata de um canal fechado em si mesmo, ensimesmado, programando o que bem entender. Não. A programação deve efetivamente representar aquela comunidade.

Criamos ainda instâncias de participação no acompanhamento dessa programação. Prevíamos a necessidade de uma ouvidoria por parte do Canal da Cidadania, assim como prevíamos a necessidade de um conselho de comunicação local que acompanhe os trabalhos do Canal da Cidadania e, eventualmente, aí depende do Município optar por esse modelo, enfim, esse conselho pode ter outras prerrogativas, pode ter outras competências no que se refere à comunicação. Isso depende de uma discussão no âmbito do próprio Município. Fato é que ampliamos também, com o Canal da Cidadania, a participação da sociedade em meios de comunicação públicos. Essa me parece uma conquista importante para esse canal.

Falo um pouco também de espaço, e espaço no espectro de radiofrequência. Como eu disse, na maioria dos Municípios brasileiros, não há um problema de espectro. Agora, nos Municípios mais populosos e nas grandes regiões metropolitanas principalmente, esse problema é real e é concreto.

Como solucioná-lo de forma urgente, rápida? Para o Canal da Cidadania, pensando na perspectiva do Canal da Cidadania, em março de 2013, o Ministério publicou uma outra portaria dizendo o seguinte: que emissoras educativas vinculadas ao governo estadual ou ao governo municipal podem pedir para se multiprogramar como um canal da cidadania e, nesse caso, têm cinco faixas de programação, ou seja, podem continuar veiculando na televisão digital a programação que já veiculavam. Além disso, passariam a veicular também uma faixa institucional do Município, uma faixa institucional do Estado e duas faixas das associações comunitárias, sendo cada uma dessas entidades responsável, do ponto de vista legal, pelo que veicula.

Com isso, nas capitais onde estão grande parte dessas emissoras, é concreta, é real a possibilidade de entrada em operação quase imediata dos canais comunitários. Por quê? Essas emissoras já têm suas outorgas, ou seja, o processo de outorga não recomeça do zero, como é o caso de novos pedidos por parte dos Municípios. Essas emissoras apenas precisam pedir a anuência do Ministério e, o Ministério anuindo, elas podem assim começar a transmitir em digital e já se multiprogramar como um canal da cidadania – e aí estamos falando das capitais brasileiras, onde o problema de espectro é mais sensível, onde o problema de espectro é realmente maior.

Então, é fundamental que vocês, os senhores e senhoras das associações comunitárias que já programam canais comunitários no Brasil como um todo, dialoguem com as emissoras educativas que são suas

naturais parceiras. E aí a gente tem um histórico de fórum nacional de tevês públicas, de outras instâncias de diálogo construídas com o tempo. É fundamental que haja esse diálogo para tentar viabilizar o Canal da Cidadania nas capitais de uma forma muito rápida a partir das próprias emissoras educativas já existentes.

Além disso, há a questão do financiamento. Já faz alguns anos, desde o início da televisão digital no Brasil, ou desde a decisão sobre a televisão digital no Brasil, no que se refere à infraestrutura de transmissão... E aí é importante dizer que a infraestrutura de transmissão não será custeada pelos canais comunitários. O modelo adotado para o Canal da Cidadania nesse ponto específico é semelhante ao modelo da TV por assinatura, ou seja, ao que vocês fazem hoje, ao que os canais fazem na TV por assinatura: encaminham até um ponto x determinado pela prestadora de TV por assinatura a sua faixa de programação, o seu canal programado e falam: "Está aqui o canal". Aí a prestadora se responsabiliza pela distribuição desse sinal.

Qual é o modelo do Canal da Cidadania? O Município vai indicar também para os canais comunitários até onde eles devem encaminhar esse sinal. A partir dali, daquela torre, esse custo é do Município. Então, é exatamente o mesmo modelo que já é praticado em relação à TV por assinatura.

Já existe, como eu falava, há alguns anos, no Brasil, uma linha de financiamento do BNDES no que se refere à digitalização de emissoras de televisão para a infraestrutura de transmissão. Então, os Municípios podem recorrer a essa linha caso queiram.

Além disso, o preço de equipamentos de transmissão tem caído consideravelmente com o tempo, e é natural que isso ocorra, tendo em vista que há uma maior demanda do mercado. Então, esses custos ficam cada vez mais baixos para aquelas entidades, no caso, para os Municípios que desejarem montar o seu Canal da Cidadania.

Além disso, existe a possibilidade de compartilhamento de torre em um número significativo de Municípios brasileiros. No interior do País, grande parte das torres que hoje já são utilizadas para televisão brasileira estão em terrenos do Município e muitas vezes são mantidas pelo próprio Município ou em parceria com o Município. Isso já acontece.

No caso do financiamento da faixa de programação, mantivemos, no caso da Canal da Cidadania, para as faixas comunitárias o modelo de financiamento já existente para a tevê por assinaturas, ou seja, não é permitida a venda de horários e nem a publicidade comercial. Outras fontes de financiamento são permitidas: apoio cultural, participação da comunidade de forma geral, enfim, os outros instrumentos que já existem. Por quê? Avaliamos que ampliar esse modelo de financiamento passa por uma discussão legal; seria necessário mudar a legislação vigente. Caso ela venha mudar, aí sim, o Ministério adequará normalmente a sua portaria a isso. Mas, por enquanto, esse é o caminho possível, tendo em vista o que já existe em termos de lei no País.

Eram essas as questões centrais que eu queria abordar em relação ao Canal da Cidadania.

A mensagem que passo é uma mensagem de otimismo. Estamos satisfeitos com o número de pedidos feitos até aqui. Vale lembrar que o Município tradicionalmente não executa o serviço de geradora de televisão. Isso é algo extremamente novo para o Município. Quando a portaria foi publicada em dezembro de 2012, novos prefeitos estavam se preparando para tomar posse. Então, o ano de 2013 está sendo um ano em que os prefeitos estão tomando conhecimento da realidade financeira, dos problemas dos seus Municípios. Aí sim, podem começar a se planejar para outros empreitadas, para outras iniciativas nos próximos anos.

O período para pedido de outorga não será interrompido. Por enquanto, até junho do ano que vem, os Municípios têm essas prerrogativas, porém depois, os Estados também passam a ter essa prerrogativa.

Além disso, viabilizamos todas as alternativas que conseguimos ver para um procedimento mais célere de outorga. Surgiram, por exemplo, dúvidas por parte das emissoras educativas das capitais se seria possível, tecnicamente, multiprogramar cinco faixas de programação, ou seja, a que elas já veiculam mais quatro do Canal da Cidadania. Na semana passada, o Ministério das Comunicações fez uma apresentação para as emissoras educativas a partir de um estudo que fizemos sobre multiprogramação e a nossa conclusão é que, sim, isso é totalmente possível. Trata-se apenas de um pleito, de um interesse por parte de uma emissora educativa de solicitar ou não essa multiprogramação. É claro que as emissoras educativas têm prerrogativas para solicitar ou não. Essa decisão compete a elas, mas é importante que, independentemente de qualquer coisa, haja um diálogo da comunidade com essas emissoras, que são parceiras naturais. Ainda que essa parceria não se concretize, é uma possibilidade de parceria para a viabilização de uma infraestrutura comum no futuro.

Então, o Ministério das Comunicações está satisfeito com o nível dos pedidos recebidos até agora. É fundamental que a sociedade se prepare para isso. Um novo tempo se abre nos próximos anos. Serão, certamente, anos de entrada da comunidade na televisão digital aberta no Brasil. Essa será uma conquista importante e uma conquista que diz respeito, em muito,

à mobilização dos canais comunitários até aqui, assim como dos mais diferentes segmentos que militam no campo da radiodifusão pública.

Então, parabéns! Aproveitem essa oportunidade, dialoguem com as entidades que podem ser parceiras nesse processo. Agora, cada vez mais, a responsabilidade é dos canais comunitários. A construção da Canal da Cidadania passa pelos canais comunitários. É importante que vocês estejam cientes disso e participando desse processo.

Obrigado. Fico à disposição. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Octavio Pieranti, Diretor da Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, pelos esclarecimentos.

Com certeza, o Ministério das Comunicações será bastante acionado daqui para frente para sanar alguma dúvida, mas acreditamos piamente que a cartilha construída pela Liderança do PT já traz todas as informações, todas as orientações para que os Municípios se apropriem das informações de como se habilitar para receberem o Canal da Cidadania.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM). (*Palmas.*)

O SR. PAULO MIRANDA – Bom dia a todo mundo.

Senadora Ana Rita, agradeço-a muito porque ter concordado em fazer esta audiência pública. Cumprimento-a e agradeço a presença do Nelson Breve e do Octavio Pieranti, que sempre colora muito com a ABCCOM, com as lutas das tevês comunitárias. Foi uma surpresa agradável ter conhecido o Carlos com esta cartilha. Que ela possa ser disponibilizada em PDF para colocarmos no nosso *site* e divulgarmos para todo mundo. (*Palmas.*)

Em primeiro lugar, quero agradecer e lembrar os patrocínios que temos, que tornaram possível este evento: BNDES, Sebrae, Itaipu. A Isamara Seabra está conosco aqui, representando o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

Quero dizer para a senhora, Senadora, que temos mais de 30 canais comunitários aqui presentes, do Brasil todo, de Recife, Foz do Iguaçu, Caxias, Novo Hamburgo, Rio de Janeiro, São Paulo – a maioria dos canais –, Espírito Santo, ali também...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu até já pedi a relação, Paulo, para que a gente possa anunciar aqui a presença de todos eles. Já estou providenciando isso para fazer o registro.

O SR. PAULO MIRANDA – Então, são lutadores pela democratização da comunicação no Brasil. Muitos vieram de rádio comunitária, como eu, que aderiram à TV, ajudaram a fazer a lei do cabo no Brasil.

O que você disse é supercorreto, nós ainda estamos presos ao gueto do cabo.

Antes, também temos um VT de dois minutos, que peço permissão para passar, Senadora. É um vídeo que também está divulgando esse direito, porque muitos prefeitos ainda o desconhecem. Estamos ajudando o Ministério e o Governo brasileiro.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*). (*Palmas.*)

O SR. PAULO MIRANDA – É um VT simples, mas de grande objetividade, diz o que nós vamos... Já até o incluo na minha fala, aproveitando essa ocasião em que estamos em nível nacional, muita gente nos vendo pela TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado e toda a rede social do Senado Federal, para divulgar esse direito, porque, para nós, é fundamental que saiamos desse gueto.

Quero falar um pouco, agora, das nossas agruras da produção, porque a hora que conquistamos esse direito legislativo, nós ainda estamos enfrentando um muro de berlim muito grande, que é o acesso aos financiamentos. As TVs comunitárias, no seu dia a dia, enfrentam diversos problemas financeiros, como pagar aluguel, fazer sua produção, os equipamentos que quebram, pagar impostos, funcionários, água, luz, telefone, essa coisa toda. Como até disse uma menina que faz televisão em Caxias com o Pedro Pozenato, que está aqui, o dia em que o carro está bom, não tem gasolina; no dia em que tem gasolina, o carro não funciona.

Então, não tem como fazer a produção de um telejornal diário que eles estão fazendo lá no sul. E mesmo assim, mesmo a gente ainda no gueto, nós temos uma experiência concreta. A ABCCOM existe desde 2001. A primeira reunião foi em 2000, mas, como muitos aqui ajudaram a fazer a Lei do Cabo ainda em 1994, a primeira lei sancionada por Fernando Henrique Cardoso em 1995, nós temos um acúmulo muito grande de discussão sobre produção, que é o importante para nós, sobre como colocar os direitos humanos na pauta diária da tevê comunitária, sobre como colocar a educação na pauta diária, sobre como trabalhar com vídeos atrativos para nossas crianças e nossos jovens, que ainda não têm acesso à tevê de qualidade, que não conhecem a tevê de qualidade por que eles pagam, porque essa classe D que você disse paga pela tevê de qualidade, TV Senado, TV Câmara, TV Justiça, tevês universitárias, tevês legislativas, tevês comunitárias, mas não tem acesso a elas. Então, nós sempre condenamos esse nosso gueto no cabo, nós sempre quisemos sair dele e hoje estamos festejando a saída para o modelo digital. (*Palmas.*)

Então, para nós, é fundamental que as pessoas nos vejam. Nós estamos aqui com a nossa juventude da TV Comunitária de Brasília, porque nós já formamos

mais de cem alunos como escola de mídia comunitária, tevê comunitária, tevê em movimento. Nós estamos aqui com nossos jovens de Recanto das Emas, estamos com o Prof. Geldo, com o Prof. Wagner, dos alunos de Sobradinho, todos de escolas públicas, todos querendo viver de tevê, querendo ir para dentro da tevê comunitária para produzir, viver, pagar suas dívidas, ter dinheiro para ajudar em casa, mas a gente não tem dinheiro nem para a passagem para ir fazer tevê comunitária, para fazer produção e revelar talentos. São músicos, poetas, é a juventude rebelde que está aí querendo participar das tevês.

Então, a tevê, hoje, é muito atraente. Qualquer curso que seja anunciado tem suas vagas preenchidas em um minuto, todo mundo quer participar. Muitos se inscreveram, por exemplo, para vir aqui, mas pediram ajuda. Mais de cem pessoas se inscreveram para participar desse fórum. Agora, é difícil. A Tevê Comunitária de Brasília, ABCCOM, não tem condições de trazer todo mundo. Então, essa nossa luta do dia a dia... Nós estamos aqui, mais uma vez, no Senado Federal, agora para pedir o apoio da Srª Senadora para ajudar o Governo brasileiro, o Palácio do Planalto, a se sensibilizar quanto a ter uma política de mídia comunitária, na parte financeira, não na parte legislativa, em que o Governo já se sensibilizou e nós avançamos bastante.

E aproveito a presença do Nelson Breve para cobrar dele também, pela EBC... E aí, é claro, defendo também mais recursos para a EBC, Empresa Brasil de Comunicação, que tem na sua lei de criação, na lei de origem, a obrigação de construir, de financiar, apoiar e desenvolver a comunicação pública brasileira. Mas a EBC também precisa de mais apoio para poder apoiar as tevês comunitárias que já existem e as que vão surgir, estando o Canal da Cidadania nesse rol. E quero dizer para a senhora que nós estamos aqui, neste plenário, riquíssimo – há pessoas aqui que têm uma experiência muito grande... Nós estamos aqui com o Antônio Aquiles, que criou a Rede Minas, que foi diretor da Abepec por muitos anos, estamos com o Pedro Osório, Presidente da Abepec, Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais e também Presidente da TVE do Rio Grande do Sul, do Governo Tarso Genro, estamos também com o Gabriel Priolli, representando a ABTU, Associação Brasileira da Televisão Universitária, que foi diretor da TV Cultura de São Paulo, estamos com o Rodrigo Lucena, Presidente da Astral, que representa as rádios e tevês dos Legislativos do Brasil, como a TV Senado, a TV Câmara e as emissoras do Legislativo, que vem prestando um serviço de excelência ao povo brasileiro.

Então, nós estamos atuando nesse campo. Nós vamos fazer uma reunião, depois desta audiência, para já pensar no terceiro fórum nacional de tevês públicas e gostaríamos muito de contar com seu apoio também para realizar esse evento, com o Ministério da Cultura, das Comunicações, com a Presidente da EBC, que tenho certeza que apoia e apoiará essa iniciativa. (*Palmas.*)

Então, estamos também com o Fernando Mauro, Presidente da Acesp (Associação de Canais Comunitários do Estado de São Paulo) e mais essa militância toda. É um grupo bom com que a senhora pode contar para levar adiante essa luta pela democracia informativa no Brasil, como dissemos o vídeo, pela real municipalização da comunicação no Brasil. Depois do PAC, do Mais Médicos, tem que vir mais educação, mais saúde, mais comunicação para os Municípios brasileiros, que são cassados, que não podem revelar seus talentos para o Brasil a não ser que a grande mídia queira.

Precisamos fazer um orçamento participativo nesse bolo publicitário para dividir mais. Esse bolo publicitário hoje vai todo do Governo Federal, dos Municípios, dos governos estaduais para as grandes emissoras comerciais. E aí o campo público fica frágil. Esse campo público, que faz a comunicação de excelência, que não tem baixaria, que não tem peito nem bunda para fazer sucesso, a esse campo público o povo brasileiro não tem acesso. E o povo brasileiro precisa ter acesso. As mães precisam sair de casa e deixar seus filhos vendo uma TV Justiça, uma TV Senado, uma TV Câmara, que têm uma programação de excelência.

O governo Lula foi muito sábio quando criou, no Decreto nº 5820, além do canal da cidadania, um canal 24 horas para educação, um canal para a TV Brasil na casa de todos, um canal de cultura 24 horas e, enfim, o canal da cidadania. Então, a legislação está aí. Ela é excelente, é de excelência. Agora, essa comunicação de excelência precisa de dinheiro. E, ai, a Presidente Dilma, a quem convidamos para vir para cá também, junto com a Helena Chagas e outros, tem que se sensibilizar para fazer essa política junto conosco. Estamos querendo nos aproximar, queremos nos fortalecer, mas também não estamos parados, sentados no meio-fio chorando; estamos avançando bastante porque temos conquistas e temos reivindicações. Vamos sempre querendo avançar mais.

Então, essas são as minhas palavras, o que eu gostaria de falar. Estamos lutando para ter presença no Conselho Nacional de Comunicação do Congresso Nacional, que não tem representação das mídias comunitárias, das TVs comunitárias.

O Deputado Berzoini apresentou um projeto de lei que permite 72 minutos de publicidade diária nas TVs comunitárias. Queremos aprovar esse projeto. Há também um projeto do Deputado Otávio Leite, do

PSDB, que destina 10% dessas mídias, da publicidade institucional dos governos federal, estadual e municipal para as mídias alternativas comunitárias, rádios e TVS comunitárias e para jornais de bairro. Queremos também aprovar esse projeto. Então, estamos apontando esses caminhos que podem colaborar para o fortalecimento dessa mídia alternativa de que o povo tanto precisa. O povo precisa dessa comunicação de excelência, dessa comunicação de qualidade, dessa comunicação de revelação de talentos, dessa comunicação humana, educativa, cultural, como está no art 221 da Constituição.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO MIRANDA – Então, não estamos pedindo nada além da Constituição. O art. 221 já fala dessa regionalização da produção jornalística, artística, cultural e educativa.

Muito obrigada pelo fato de a senhora ter permitido esta audiência e pela presença de todos aqui. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM).

Paulo, primeiramente quero ratificar o que você disse aqui. Precisamos realmente criar as condições necessárias – e aí a questão financeira é fundamental – para que se concretize, na prática, o que estamos conversando aqui.

É preciso realmente que haja investimento financeiro, porque a legislação, a própria Constituição Federal, a própria Portaria nº 489 nos dá essa possibilidade, mas é preciso, sim, que não só o Governo Federal, mas os governos estaduais, os governos municipais se apropriem da importância de ter uma comunicação cidadã, de fato, que a população possa participar.

Aqui, eu quero me valer de duas citações que estão na cartilha elaborada pela Liderança do PT – o Carlos foi um dos que ajudou a elaborar. São dois trechos do Manifesto do Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em 2005: "A comunicação social é reconhecida como um direito humano e deve ser tratada no mesmo nível e grau de importância que os demais direitos humanos." A outra citação: "O direito humano à comunicação incorpora a inalienável e fundamental liberdade de expressão e o direito à informação." São duas citações altamente importantes se nós estamos tratando, do ponto de vista dos direitos humanos, da comunicação cidadã. Aí é preciso que nossos governos deem todo apoio e todas as condições necessárias para que de fato a comunicação cidadã, a comunicação como um direito humano chegue a todas as pessoas, especialmente àqueles que não têm acesso ainda. A comunicação tem que ser universal, tem que chegar com a mesma qualidade para todas as pessoas. Não deve ser um privilégio de apenas alguns ou de uma determinada classe social; tem que chegar com a mesma qualidade para todas as pessoas.

Vou convidar agora o Sr. Nelson Breve, Presidente da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) e, logo após a sua fala, eu farei aqui um registro de todas as entidades aqui presentes. Nós estamos cuidando disso, para que possamos registrar aqui, pois são muitas as entidades e pessoas que estão representando aqui diversos setores, diversas organizações de comunicação do nosso País. Então, o Nelson, também pelo tempo de 15 minutos; se houver necessidade, mais cinco.

O SR. NELSON BREVE – Bom dia a todos e a todas.

Senadora Ana Rita, queria cumprimentá-la pela realização desta audiência pública como atividade do Fórum Brasil de TV Comunitária deste ano, de 2013. O apoio que V. Exª tem demonstrado à TV comunitária e à democratização da comunicação no País é muito valioso, muito importante para todos nós que lutamos por isso há muito tempo.

Queria justificar a ausência da Ministra Helena Chagas por incompatibilidade de agenda, mas ela pediu para que desejasse muito êxito tanto neste evento quanto no fórum como um todo ao Paulo e aos companheiros das TVs comunitárias aqui presentes.

Queria cumprimentar o Carlos pela excelente cartilha. Acho que é um trabalho valiosíssimo. O grande objetivo desta audiência, assim como do fórum, é a sensibilização das explicações necessárias para que os prefeitos possam tomar as decisões ainda este ano nos seus orçamentos, tendo em vista o prazo até meados do ano que vem para a solicitação no Canal da Cidadania. Acho que é muito valioso! A disseminação dessa informação por todos os Municípios é muito importante para que a gente consiga ampliar sensivelmente esses canais solicitados ao MiniCom.

Quero cumprimentar também o Octávio, não só pela explicação que deu aqui, que nos ajudou, mas também por todo o trabalho que vem desenvolvendo no Ministério das Comunicações como um grande aliado da comunicação pública e, em especial, de vocês da comunicação comunitária. Vocês percebem que está havendo uma grande evolução, apesar de todas as dificuldades burocráticas do Estado, na parte institucional, grandes avanços agora com a recente alteração no Ministério, que passa a ter uma área totalmente responsável pela comunicação pública separada da comunicação social. Essa era uma reivindicação histórica do setor. O Ministério está de parabéns por isso.

Quero cumprimentar o Paulo, primeiro, pela luta, determinação e pela mobilização. A EBC tem sido um dos grandes parceiros nesta luta pelo fortalecimento da comunicação pública, tanto quanto se refere à própria Empresa Brasil de Comunicação (EBC), à criação dela e seu fortalecimento, quanto à integração e formação dessa rede da qual somos, digamos assim, é nossa missão a gente construir e fortalecer essa rede. Como bem lembrou o Paulo aqui, eu acho que a grande contribuição que a gente tem a dar em um evento como este é reiterar o nosso compromisso. É nossa missão, está na nossa lei, nós desejamos transformar aquilo que hoje são as células de televisão ou radiodifusão comunitária efetivamente em uma rede importante e fortalecida e que venha a ter os recursos necessários para esse fortalecimento e consolidação do projeto. O Paulo sabe bem que a gente está esbarrando naquilo que é fundamental, que é a questão dos recursos financeiros, porque, primeiro, para instalação de uma rede como esta, das suas geradoras, onde vai ser, a produção de conteúdo, tudo isso teve investimentos, a gente conseguiu modernizar equipamentos sucateados, organizar uma nova sede, com novos estúdios de rádio e televisão, tudo isso requer muitos investimentos. E chegou a um determinado momento em que, todos sabem, a economia recrudesceu, a economia que vinha avançando, nós vínhamos ampliando receitas com o avanço da economia, com aumento das receitas públicas. Com o recrudescimento, sofremos, como todas as demais áreas que dependem do Tesouro Nacional e tivemos cortes expressivos, que dificultaram muito a nossa atuação em várias áreas, principalmente a consolidação do processo de digitalização que estava previsto até no nosso plano plurianual, no nosso plano diretor de tecnologia da informação. Tivemos dificuldades no... temos uma pendência legislativa que criou a contribuição de fomento à radiodifusão pública. A gente não conseguiu ter acesso a ela ainda, por uma incompreensão do setor de telecom, que não consegue entender a importância e a necessidade desse financiamento para se democratizar as comunicações e viabilizar a comunicação pública. Está sem correção cerca de R$1,4 bilhão, depositado em juízo pelo setor. Mais recentemente, uma das empresas solicitou e nós conseguimos ganhar em primeira instância – é importante registrar -, no início do segundo semestre, e estamos chegando perto desses recursos; no entanto, ainda há processos protelatórios, apenas uma companhia que abriu mão dos recursos e estamos em uma pendência jurídica com entendimento da Anatel diferente do nosso, o que nos impediu de ter acesso a esses recursos ainda este ano. Esperamos para o próximo ano.

Uma informação de que talvez nem todos tenham conhecimento é que nós conseguimos aprovar do comitê de receitas uma receita, porque não havia previsão da receita de contribuição ao fomento à difusão pública no orçamento federal na proposta do Governo. Nós conseguimos aprovar com apoio do Deputado Paulão, que foi o patrocinador da emenda, e com relatoria do Senador Eduardo Amorim, e a colaboração do Senador Walter Pinheiro e do Deputado Ricardo Berzoini, lá no comitê de receitas. Aprovamos a previsão de uma receita adicional de R$117,1 milhões, que não estava prevista originalmente e 97,5% desses recursos podem vir... Até pediria, Senadora Ana Rita, porque agora nós conseguimos a emenda de receita, acrescemos uma receita que só a comunicação pública pode receber. Agora, precisamos de uma emenda de despesa, que só uma comissão daquelas que podem atuar no orçamento da Presidência da República poderia patrocinar, no valor de 97,5% desses R$117,1 milhões. Se a Comissão de Direitos Humanos, que é uma das que podem atuar, puder patrocinar uma emenda nesse sentido para a comunicação pública, para a Empresa Brasil de Comunicação, nós seremos eternamente gratos, porque será a viabilização, pela primeira vez, de que essa contribuição, prevista na nossa lei, chegue ao nosso orçamento, porque nunca chegou por conta do depósito em juízo das empresas de telecomunicações.

Isso será muito importante para nós. E lembro que nós estamos solicitando esses 97,5% porque há 22,5% do orçamento que ainda não estão regulamentados. E esses 22,5% são muito importantes para todos vocês porque eu sei que há um grande desejo de que esses recursos sejam compartilhados, tanto pelas TVs legislativas e do Judiciário, como também pelas TVs educativas, comunitárias e universitárias. Acho que é um recurso que poderia ser viabilizado.

A Empresa Brasil de Comunicação está disponível como mandatária da viabilização da rede nacional, para apoiar, no que for necessário, para fazer com que esses recursos cheguem às emissoras comunitárias, porque a gente sabe das grande dificuldades que se têm de ter acesso, as comprovações necessárias de tudo isso. Nós queremos ser facilitadores desse processo. E estamos juntos com vocês na luta para que as TVs comunitárias tenham uma fatia muito importante, como disse o Paulo Miranda, agora para a produção de conteúdos, a manutenção dos programas que as TVs comunitárias têm, tendo em vista que, ao passar para o Canal da Cidadania, as prefeituras ou governos estaduais etc. estarão responsáveis pela transmissão. Portanto é um processo que, se o investimento necessário à transmissão virá de prefeituras ou governos

estaduais, a manutenção é muito importante, principalmente na produção de conteúdos.

Em relação à questão da produção de conteúdos, nós estamos muito perto de fechar um acordo com Ancine, para também tornar possível que os recursos da Condecine, daquela contribuição que é meio-irmã gêmea da nossa contribuição de fomento, porque é tirada da mesma costela que a taxa de fiscalização de funcionamento, portanto, reduzida a taxa de fiscalização de funcionamento para compor a contribuição de fomento à difusão pública e também para compor a Condecine. A Condecine foi criada no âmbito da negociação da regulamentação das TVs pagas no Brasil. E com isso houve a previsão, lá, de que as TVs comunitárias e universitárias também se beneficiassem desses recursos.

Portanto, a Ancine, para poder viabilizar isso, está fazendo um termo de cooperação conosco. E, provavelmente essa semana haverá um anúncio oficial de um novo programa de fomento à produção audiovisual no País e, nós, por apenas um detalhe, estava tudo certo até final da semana passada, aí depois houve uma divergência de compreensão entre nós e a Ancine, nós esperamos, antes da divulgação, acertarmos esse detalhe para que essa linha já esteja prevista no anúncio do novo Prodave, que permitirá que as TVs comunitárias possam, a partir de suas janelas de exibição, fomentar a produção independente regional e de forma equitativa, portanto, com recursos distribuídos equitativamente entre as cinco Regiões do País e, no caso da Região Sudeste também equitativamente entre Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

Então, eu acho que é um grande avanço e que nós estamos também parceiros das TVs comunitárias, universitárias e educativas para tentarmos fazer com que esses recursos que podem permitir 310 horas de programação de todos nós na televisão pública do Brasil possam efetivamente ser utilizados para fomentar a produção independente local e viabilizar o funcionamento das TVs comunitárias.

Portanto, estou colocando essas duas questões porque considero que as duas questões que temos de discutir agora, tendo em vista que as questões institucionais estão avançando bastante, é a questão financeira. Então, todos nós precisamos lutar para fazer esses recursos chegarem à comunicação pública, esses que ainda estão presos judicialmente, nós estamos lá na trincheira, mas contamos com o apoio institucional de todos vocês porque acreditamos que esses recursos também serão importantes para o financiamento das televisões comunitárias.

Quero, aqui, reafirmar o nosso apoio e dizer que estamos abertos; em outras áreas de cooperação nós vamos formar essa rede. Tivemos uma reunião muito produtiva semana passada, dando início à formação da rede pública de rádios, com 45 emissoras de rádios públicas participando. Nós vamos avançar também.

Eu acho que o fórum da TV precisa ser mais amplo, precisa ser o fórum da comunicação pública por duas razões básicas: precisamos integrar rádio com televisão nessa luta. Quanto mais nós tivermos parceiros nela, mais nós nos fortalecemos *(Palmas.)*. E pelo que já foi dito pelo Carlos e pelo Paulo também, a comunicação extrapola hoje em dia a questão da radiodifusão. Ela está por toda parte, ela está na comunicação digital e, portanto, precisamos que esse fórum também discuta e traga avanços também para a criação de uma rede de comunicação pública digital. Portanto, nós estamos também parceiros dessa luta. E assim como já disse em outros fóruns, estamos aqui dispostos a fazer a interlocução do movimento social – as entidades do campo público que defendem a democratização das comunicações – com o Governo, para que façamos um fórum que seja produtivo entre Governo e sociedade; uma integração entre Governo e sociedade, uma consertação, para que possamos avançar mais rápido ainda na democratização das comunicações.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Nelson Breve, Presidente da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), pelos esclarecimentos.

Esta Comissão de Direitos Humanos se coloca inteiramente à disposição para fazer todo o diálogo, as iniciativas que forem necessárias e estiverem dentro do nosso alcance para realmente fortalecer uma política de comunicação que seja cidadã, para atender às nossas comunidades e àquelas classes sociais que ainda não têm acesso a uma tevê de qualidade.

Esta Comissão de Direitos Humanos se coloca inteiramente à disposição inclusive para discutir essa questão orçamentária fazendo emendas. Se não for por esta Comissão, faremos os caminhos necessários por outras Comissões para atender a essa demanda. E na participação no III Fórum das TVs Comunitárias queremos nos colocar também à disposição para continuar esse diálogo. Com a participação de todos vocês aqui, esta Comissão faz a sua parte. Queremos contribuir, ajudar.

Esta Comissão de Direitos Humanos jamais poderá se furtar a fazer esse debate. E eu, particularmente, acredito muito que precisamos de fato ter uma comunicação que não seja apenas das tevês comerciais.

Acho que devemos realmente alterar esse quadro, democratizar os meios de comunicação para que cheguem a todas as pessoas, nos mais diferentes cantos deste País, de uma forma que venha a ser o resultado de uma comunicação de fato cidadã, fruto de um processo construído nas próprias comunidades.

É isto: nós precisamos expressar o sentimento, o desejo, a vontade, a opinião de todas as pessoas que são moradores, que estão na associação de moradores, que estão nos Municípios e querem ter acesso a informações corretas, reais, verdadeiras, que venham a contribuir para que as pessoas qualifiquem a sua opinião sobre fatos, problemas que as afligem, enfim. E acho que este debate, na minha opinião, é um primeiro passo de um longo caminho que ainda temos pela frente.

Iniciativas importantes já foram tomadas. Temos aqui o decreto que precisa ser de fato implementado. Temos aqui toda uma cartilha construída pela Liderança do PT, da qual o Carlos teve a oportunidade de ser o grande orientador e contribuiu na elaboração dessa cartilha. Temos a presença de todos vocês aqui. A presença do Paulo. Então, penso que devemos nos somar nesse grande esforço que vocês já vêm fazendo, mas que precisa de apoio e de estímulo. E a Comissão de Direitos Humanos – no que compete a ela – estamos aqui inteiramente à disposição para colaborar.

Eu falo em nome dos meus pares, dos Senadores e das Senadoras que compõem esta Comissão. Já esteve aqui o Senador Paulo Paim, que também é membro desta Comissão e já foi o seu presidente. E de todos os demais Senadores que a compõem: Senador João Capiberibe, que é o Vice-Presidente; Senador Paulo Davim; Senadora Angela Portela, Senadora Vanessa; Senador Requião e tantos outros Senadores que a compõem e com certeza pensam como eu, porque precisamos realmente ter uma comunicação de fato cidadã, expressão do que a população quer e espera de uma comunicação brasileira.

Então, faço aqui esse registro rapidamente.

Quero dizer também que estou aprendendo com vocês. Não sou conhecedora profunda da área, mas tenho a crença, acredito profundamente que a comunicação tem de ser, de fato, democrática: expressão daquilo que a população. Portanto, quero também receber a contribuição de vocês para estarmos à altura das suas necessidades e do que precisam e o que nós queremos.

Aqui também quero fazer o registro de que o Sr. Arnaldo, Presidente da Associação Nacional dos Prefeitos e Vice-Prefeitos da República Federativa do Brasil não pôde estar presente, mas justifica sua ausência, dizendo o seguinte:

Comunico que o nosso Presidente, Dr. Arnaldo Acbas de Lima, por força maior, a companhia aérea não conseguiu conciliar os horários de voos de um Estado a outro, prejudicando a presença do nosso Presidente na reunião da Comissão de Direitos Humanos, marcada para o dia de hoje, 18, às 10 horas.

Pedimos imensamente desculpas e compreensão pelo fato ocorrido.

Não faltará oportunidade para que possamos dialogar com o Dr. Arnaldo Lima.

Quero, aqui, dedicar um tempo para os registros. Faço questão de fazer isso considerando uma presença expressiva. Desculpe-me se eu não conseguir pronunciar corretamente os nomes, porque é uma lista de presença e a letra nem sempre é legível: Cristen Charles José dos Santos, da TV Vale das Artes, Peruíbe; Valmir Moreira, da TV Araraquara; Edmar de Oliveira, da TV Cidade Fernandópolis; Flávio Navarro, Uma TV Lins, Canal 13; Paulo Roberto da Silva, também de Uma TV Lins, Canal 13; Paulo César Franco, Canal da Cidadania de Porto Alegre; Humberto Luís de Sá Bandiere, da TV Comunitária de Porto Velho; Sílvio Smaniotto, da TV Floripa, Florianópolis; Wolnei Santiago, da TV Sete Lagoas; Roger Santos, da TV Babitonga, Joinville; Elton Guerra, da TV Babitonga; Augusto Capodicasa, TVCOM, Santos; Almir Bressan Júnior, lá do meu Estado, da TV Ambiental – Vitória. É um prazer receber aqui o Almir Bressan que muito nos alegra com a sua presença; Luís Rodolfo Cortez, da TV Votorantin; Carlos Júnior, da Frame Onevídeo Produções; Ecila Bezerra, da TV Vale das Artes; Paulo Contim, da TV Osasco; Luiz Carlos, da TV Cidade Livre de Rio Claro, São Paulo; Antonio Silva Dias, da TV Jaú – se alguém se sentir prejudicado, por favor, se manifeste –; Alfredo Alencastro, jornalista; Antonio Gomes Leitão, da TV Comunitária do Distrito Federal; Fábio Amaro da Silva, da TVCOM, São José do Rio Preto, São Paulo; Luiz Dornelles, da TVCOM, Cascavel, Paraná; Olga Amélia Soares Teles, da TV Comunitária do Rio; Pedro Arlindo Pozenato, da TV Caxias; Pedro Luiz Osório, da Abepec; Antonio Silva, Consultor Fiscal; Edinaldo Faria, da TV Comunitária de Belo Horizonte; Alane Fernandes, GDF/ Secretaria de Publicidade ou Secretária de Publicidade; Moyses Chernichiarro Corrêa, da TVC Rio; Olinda de Jesus Santos Dornelles, da TV Com Foz, de Foz do Iguaçu; Valdir Dorneles de Paula, da TV Com Marechal; Daneja Santiago, da TV Sete Lagoas; Laércio Rodrigues da Silva, da TV Com de Campo Grande; Adriano de Oliveira, da TV Canoas e TV NH, de Novo Hamburgo; Rodrigo Barreto de Lucena, da Astral; Ricardo Lima, da EBC; Cleuda Lopes de Oliveira, da TV Cidade Manaus; Maria do Socorro Grangeiro Henriques, da TV Cidade Manaus; Fernan-

do Mauro, da TV Guarulhos; Augusto Landim, da TV Mais Uberaba; Daniel Keller Mittelbach, da CWB TV, de Curitiba; Gabriel Priolli, ABTU (Associação Brasileira TV Universitária), de São Paulo; Geldo Ferreira, da TV Reflexo Digital, do Recanto das Emas; Greyce Kelly Ferreira do Nascimento, TV Reflexo Digital; Augusto Cardoso Bastos, da TV Reflexo Digital; Letícia Gabrielle Gomes de Lima, da TV Reflexo Digital; André Oliveira, também da TV Reflexo Digital; Wagner Santos, do Ginásio TV; Iran Oliveira, da TV Senado; Osvaldo Dalvi, do Núcleo do PT no Congresso; José Roberto Mello, assessor do Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad; Mohamad Haco, da TV Reflexo Digital; Natanael Rodrigues Souza, da TV Reflexo Digital; Bruno Fonseca da Silva, da TV Reflexo Digital; Pedro Henrique Torres, da TV Reflexo Digital; Mário Lima, da TV Reflexo Digital; Fernanda Alves, da TV Com DF; Bentalho Jorge da Silva Filho, da TV Afro, do Rio de Janeiro; Ronaldo Saldanha, da TV Vila Imperial, Petrópolis, Rio de Janeiro; Octavio Pieranti, do Ministério das Comunicações; Neusa Meller Maia, da UnB TV; Paulo da Silva Moreira, da TV Com DF; Rachel Porto, da ABCCom.

Se alguém ainda não teve seu nome registrado, por favor, procure aqui a nossa assessoria, para que possamos fazer os registros.

Não sei se foi registrado o Ginásio TV da Escola de Mídia, TV Reação de Sobradinho/DF.

Vamos, agora, novamente reforçar que quem está acompanhando esta audiência pública pela TV Senado poderá fazer contato conosco por meio do portal e-Cidadania. O *link* é bit.ly-cdhcanalcidadania ou também pelo Alô Senado, 0800-612211. Estamos aqui à disposição para receber perguntas, questões, informações que julgarem necessárias.

Vamos, agora, abrir um espaço para que o público presente também possa se manifestar. Inscrevemos seis pessoas e vou ler o nome... Vamos conceder um tempo de cinco minutos porque, normalmente, apenas os convidados que estão à mesa que fazem seus pronunciamentos, mas esta audiência tem um caráter altamente importante e queremos ouvir também todos vocês. Nós temos aqui seis pessoas inscritas, mais duas, oito pessoas. Vou ler os nomes. Se alguém mais tiver interesse – já são 11h50, quase meio-dia –, nós vamos organizar o nosso tempo de acordo com o prazo que nós temos. Combinado assim?

Serão três minutos para cada um. Vocês acham que é importante? Vamos ceder cinco. Depois, se houver mais pessoas, nós vamos reduzir para três minutos.

Izamara Seabra, do BNDES; depois, Pedro Osório, da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais; Gabriel Priolli, da Associação Brasileira de Televisão Comunitária; Rodrigo Lucena, da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas; Moysés Corrêa, Secretário-Geral da ABCCom; Fernando Mauro, Presidente da Associação dos Canais Comunitários do Estado de São Paulo; Santiago Santos, da TV Sete Lagoas; e Ronaldo Saldanha, da TV Vila Imperial. A esses nós vamos conceder cinco minutos.

Se houver mais alguém, os próximos terão três minutos, combinado?

Então, aqui, de quem estiver com a mão levantada, nós vamos solicitar à assessoria que pegue o nome. Agostinho, três pessoas estão levantando a mão.

Convido, então, a Izamara Seabra, do BNDES.

A SRª IZAMARA SEABRA – Boa tarde. Sou a Izamara.

Em nome do Prof. Luciano Coutinho, agradeço imensamente o convite da Senadora Ana Rita e do Presidente Paulo Miranda, da Empresa Brasileira de Comunicação.

Gostaríamos muito de agradecer esta Comissão pelo convite para estarmos presentes neste evento a fim de passar o que o BNDES já tem feito e o que pretende também fazer.

A primeira coisa que eu posso afirmar é que o BNDES tem, há muito tempo, se preocupado com o apoio à cultura. Nós temos já algumas linhas antigas que dão apoio ao cinema, apoio à preservação de acervos, de patrimônio histórico e uma linha mais recente, mais focada no objeto desta reunião de hoje, que é o ProTVD, que é um programa de apoio e implementação de sistema de TV digital. Esse programa dá o apoio à produção de conteúdo das TVs, das obras audiovisuais, tanto para produtoras independentes como para produtoras como as próprias emissoras. Há condições especiais nesse programa. É um programa direcionado a esses objetivos e com condições realmente especiais.

Para a aquisição de equipamentos, nós temos ainda em vigor o PSI (Programa de Sustentação do Investimento) que é só para aquisição de equipamentos com taxas muito diferenciadas das do mercado.

Então, eu gostaria realmente de ressaltar a preocupação do BNDES com o setor e a relevância, dentro do banco, de um departamento destinado à comunicação da cultura, economia da cultura com foco nesse setor de comunicação.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Izamara Seabra, que falou em nome do BNDES, pelas informações aqui prestadas.

Vou conceder a palavra agora ao Pedro Osório, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais.

O SR. PEDRO OSÓRIO – Bom dia, Senadora; bom dia, demais integrantes da Mesa.

Eu só quero rapidamente fazer uma saudação. Não tenho nenhuma consideração, a propósito do que foi dito aqui no momento. Eu acho que, de fato, o campo da comunicação pública precisa agir de forma conjunta, precisa agir de forma rápida, para definir as questões relativas ao financiamento, à multiprogramação.

E um aspecto que nos preocupa muito na Abepec é relativamente à efetiva representatividade social de cada órgão que se diz comunicador público.

A Abepec está empenhada numa luta pela implementação de conselhos deliberativos nas suas emissoras afiliadas, porque julgamos que esse é um caráter imprescindível, um aspecto imprescindível para que possamos nos apresentar como comunicadores públicos nesse sentido que damos à radiodifusão pública especialmente.

Sou convidado deste fórum, desta audiência e venho, portanto, nessa perspectiva, ouvir os companheiros e as companheiras dizerem das lutas que se anunciam e as perspectivas que estão sendo desenhadas no sentido de fortalecer a comunicação pública.

Era apenas isso.

Agradeço muito o convite. Sinto-me muito prestigiado por estar aqui nesta audiência participando deste fórum.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Pedro Osório, Presidente da Abepec (Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais), pela presença.

Concedo a palavra ao Gabriel Priolli, da ABTU (Associação Brasileira da Televisão Universitária).

O SR. GABRIEL PRIOLLI – Bom dia, Senadora. Bom dia a todos. Na pessoa do colega Paulo Miranda, cumprimento todos os colegas da televisão comunitária pela realização desta audiência pública e também a Comissão de Direitos Humanos do Senado pela realização do Fórum 2013 da ABCCom.

É uma grande satisfação para nós que estamos no campo da televisão e que, juntos há mais de dez anos, quase vinte anos, na verdade, trabalhamos pelo desenvolvimento da comunicação pública no Brasil testemunhar, compartilhar com a televisão comunitária a conquista e a implementação do Canal da Cidadania em nosso País.

A televisão universitária se sente muito feliz em ver os colegas da televisão comunitária conseguindo dar o salto que ela ainda não conseguiu dar, que é sair do gueto da televisão paga, da televisão por assinatura para atingir a grande massa brasileira através da televisão digital aberta gratuita.

Nós pleiteamos junto ao Ministério das Comunicações que uma das faixas de frequência de multiprogramação do Canal da Cidadania pudesse ser ocupada por instituições universitárias. Não fomos atendidos nesse pleito e estamos ainda à espera da regulamentação do outro canal previsto para a televisão digital aberta que é o canal da educação, quer dizer, a nossa expectativa agora se volta mais para o fato de que o canal da educação que eventualmente venha a ser implementado possa acomodar as mais de 150 universidades que, no País, fazem televisão regularmente e estimular as que ainda não fazem a que possam entrar nesse campo e possam fazer a sua menção de extensão universitária, a fim de que o conhecimento gerado na universidade possa chegar mais rapidamente, de uma forma mais efetiva à sociedade brasileira que tanto necessita dele. Então, eu queria fazer essa observação.

Sei que dos nossos companheiros da televisão comunitária, assim como dos companheiros da televisão legislativa, dos companheiros da televisão educativa aberta nós temos apoio político para esse nosso pleito junto ao Estado no sentido de assegurar a participação da televisão universitária na televisão aberta. Gostaríamos que o Estado brasileiro algum dia, em algum momento, se sensibilizasse para isso e conseguisse entender o que pode representar o fato de centenas de universidades brasileiras terem acesso à televisão aberta e poderem fazer a educação para a grande massa brasileira.

Cumprimentamos todos os colegas por essa grande conquista.

Seguiremos juntos na luta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Gabriel Priolli, da ABTU (Associação Brasileira da Televisão Universitária).

Concedo a palavra ao Sr. Rodrigo Lucena, da Astral (Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas).

O SR. RODRIGO LUCENA – Bom dia a todos.

Srª Senadora, demais membros da Mesa, colegas, fiquei pensando de que forma eu poderia dar uma colaboração para este debate e entendi, depois de muitos anos nessa nossa discussão, nos dois fóruns de TV pública, etc., que o ideal seria trazer, talvez, a experiência que nós tivemos exatamente pós-fórum nacional de duas situações diferentes, mas que mostram como é importante – que eu acho que vai ser fundamental para que as TVs comunitárias possam chegar ao País inteiro –, que é a questão da coordenação de interesse e coordenação de investimento, de esforços, de entendimento entre o setor público e as associações comunitárias.

Os dois exemplos são no sentido de revelar, de trazer aqui um episódio que aconteceu recentemente.

Em Minas Gerais, assim como no Brasil inteiro, houve um movimento qualquer na Anatel. Foi disparada uma operação padrão para fiscalizar as retransmissoras de televisão analógica no Estado de Minas Gerais. Descobriu-se, então, que cerca de 3 mil retransmissoras de televisão estão em situação irregular no Estado. A Anatel disparou um processo de fiscalização e isso gerou uma situação muito desconfortável em algumas cidades. O Ministério das Comunicações – e cabe aqui fazer um expresso elogio, e sincero, à atuação do Ministério das Comunicações – prontamente atuou no sentido de simplificar, com portarias, com diversas medidas, o processo de regularização. Embora a Anatel não tivesse a mesma sensibilidade – e obviamente o objetivo deveria ser comum –, manteve as fiscalizações e isso está resultando um processo bastante complicado, não só para as emissoras comerciais, mas muitas emissoras públicas também, estaduais, ou retransmissoras e também as tevês legislativas estão nesse processo.

A gente entende que se houvesse um processo de coordenação para se atingir um objetivo comum, essa situação estaria resolvida.

Por outro lado, quero trazer o *case* favorável da coordenação quando todos os entes públicos trabalham coordenadamente, que foi justamente o exemplo da rede legislativa de televisão digital que é encabeçado hoje principalmente pela TV Câmara, que é a consignatária dos canais, e tem a parceria das assembleias legislativas e das câmaras municipais.

Através de um esforço muito grande aqui, mas com a parceria também do Ministério das Comunicações, esses canais passaram a ser consignados, e hoje nós temos aí mais de 20 canais operando nas localidades, nas câmaras municipais, que também têm um viés comunitário, porque ali se discutem todos os problemas da comunidade.

E também temos cerca de 80 pedidos de consignação de canal e uma infinidade de outras emissoras, de outras instituições demandando canal.

Na verdade, eu queria trazer esse exemplo, encerrando, justamente para demonstrar que eu imagino que, no caso das TVs comunitárias, uma parceria com as prefeituras, como foi dito aqui inicialmente, se houver iniciativa, se houver coordenação de esforços, se houver objetivo comum, acredito muito fortemente, por diversas razões, que a TV comunitária vai ser uma alternativa muito importante para a comunicação pública, para a comunicação de maneira geral.

Muito obrigado pelo convite.

Agradeço o tempo disponibilizado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Rodrigo Lucena, da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas.

Concedo a palavra ao Moysés Corrêa, Secretário-Geral da ABCCom.

O SR. MOYSÉS CORRÊA – Em primeiro lugar eu queria agradecer à Senadora Ana Rita e saudá-la.

Vocês que estão aqui e vocês que estão nos assistindo pela TV Senado precisam diferenciar os políticos de uma forma geral. E a Senadora, por ter coragem e determinação de trazer esse tipo de debate que na nossa opinião é fundamental para a democracia, deve ser saudada com uma grande salva de palmas. (*Palmas.*)

Eu queria saudar aqui também o Presidente da nossa instituição, a ABCCom, o companheiro Paulo Miranda, e o Presidente da Acesp, que faz junto com a ABCCom esse evento, que é o companheiro Fernando Mauro. (*Palmas.*)

Queríamos saudar a presença de todos e dar uma saudação especial a Pieranti.

Pieranti, você e a equipe do Ministério que trabalhou no Canal da Cidadania estão fazendo história. A regulamentação do Canal da Cidadania, junto com a Lei nº 12.485, pode transformar-se numa revolução nas comunicações. Achei extremamente criativa a regulamentação que os senhores fizeram. Em particular, acredito que você teve uma participação nisso.

Eu queria fazer alguns senões ao final, mas eu queria, primeiramente, registrar isto: nós estamos vivendo o que pode ser considerada uma grande transformação nas comunicações. Portanto, eu acredito que nós estejamos passando de um patamar de reivindicação – e reivindicação é sempre bem-vinda e sempre necessária – para um sistema mais de implementação dessas conquistas que foram conseguidas ao longo dos anos. Desde 2000, quando passou a existir a entidade de canais comunitários, conseguiram isso, e também dos Parlamentares, dos dirigentes de movimentos sociais que sempre lutaram pela democratização da comunicação.

Eu acho que nós estamos vivendo um desafio para o movimento organizado, o movimento popular, o movimento sindical, o movimento das tevês comunitárias, de ocupar esse espaço enorme que se abriu e que nós precisamos tornar realidade. E já foi dito aí quantos pedidos aconteceram nas prefeituras. Então, nós precisamos ocupar esse espaço, fazer um trabalho político, e esse evento da ABCCom e da Acesp trabalha no sentido de mobilizar o País – estou falando aqui não só para os que estão aqui, mas para todo o Brasil, da grande audiência da TV Senado –, no sentido de ocupar esses espaços nos Municípios, de pressionar as prefeituras, de participar organizadamente desse

processo de implantação do Canal da Cidadania, em particular das duas programações do tipo de TVs comunitárias.

Porém, a gente não pode deixar de mostrar...

(Soa a campainha.)

O SR. MOYSÉS CORREA – Estou encerrando.

A gente não pode deixar de mostrar uma dificuldade que permanece, inclusive no Ministério das Comunicações, na sua regulamentação, que é a questão do financiamento. Nós não podemos dar o espaço para organizar tudo e não ter como fazer recursos de viabilização econômica. Nós vivemos no capitalismo. Por mais que muitos queiram outro sistema – e é natural e salutar que assim seja –, nós temos que ter mecanismos de financiamento desse processo. Senão, isso se torna uma grande vitória, uma coisa maravilhosa, mas que não se viabiliza na prática, concretamente.

Então, essa restrição à publicidade, e publicidade de uma forma liminar... Por que uma padaria não pode dizer que apoia a TV Comunitária? A padaria não vai para a Rede Globo, não vai para a Bandeirante. Quer dizer, micros, pequenas e médias empresas estão proibidas de fazer anúncio em televisão no Brasil, porque custa caríssimo. Então, por que não se permite que esse tipo de canal... A menos que alguém acredite que uma padaria pode fazer uma pressão política e controlar uma programação de canais comunitários feitos por pessoas que se dizem revolucionárias, pessoas que vêm do movimento popular, que não se sujeitam... Sujeitam-se até a serem presos, por participar de manifestações, como sempre acontece no Brasil. Elas estariam sujeitas a uma pressão do poder econômico de pequenas e médias empresas? Parece-me que esse argumento carece de uma profundidade. Mas permite-se exatamente que as TVs comunitárias vivam de pão e água, com dificuldade para cumprir todos os seus compromissos, etc.

Só para finalizar, Senadora, eu queria falar – passei isto para o Pieranti e espero que ele possa nos responder – que acho muito criativa a regulamentação, mas essa mistura entre pessoas jurídicas e pessoas físicas na mesma associação para ter capacidade de disputar o Canal da Cidadania me parece que criou uma situação meio confusa. É claro que não há uma proibição de se dar um peso diferente a um sindicato que tem 2 mil associados e a uma pessoa física que esteja numa assembleia dessa dita associação. Eu acredito que não vai haver proibição, porque isso terá que ser necessário. Senão, você vai estimular só pessoas físicas a participarem dos organismos que vão disputar a programação.

Outra coisa. Por que a gente tem de vincular ao pessoal das instituições de ensino superior? Eu tenho o maior respeito pela universidade, me formei jornalista e conheço muitos professores e não vejo nenhum problema nisso, mas por que essa vinculação? Será que, no Brasil, para a associação comunitária ser levada a sério é preciso haver alguém dando um aval obrigatório? Parece-me que isso foi um pouco demais.

E, para finalizar, para participar de leilão privado, público, ou de privatização, e tal, são necessárias tantas exigências, como nós temos de cumprir para assumir o Canal da Cidadania?

Cinco anos! Vejam os senhores. As associações comunitárias e sindicatos têm uma prática de colocar muitas pessoas na diretoria para ampliar a participação, etc., e agora nós temos de restringir. Nós temos de colocar três ou quatro. Vejam bem: nós temos que ter os últimos cinco anos de todos os dirigentes; é preciso ter certidões de cartórios – civil, criminal, protestos, etc. Por quê? Se o cara teve um problema em um cartório e venceu isso, isso vai ficar lá registrado. Isso vai ter problema na hora da escolha da instituição?

Então, parece-me que pode ter havido um excesso. Não sei, mas queria abordar isso.

Agradeço. Muito obrigado. Passei do tempo. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Moysés Corrêa, Secretário-Geral da ABCCom pela contribuição e pelas reflexões que aqui trouxe.

Vou conceder a palavra agora ao Fernando Mauro, Presidente da Associação dos Canais Comunitários de São Paulo.

O SR. FERNANDO MAURO – Boa tarde a todos. É uma alegria sermos recebidos aqui no Senado Federal na Comissão de Direitos Humanos. Obrigado à Senadora que preside esta Comissão.

Gostaria de dizer que temos tratado muito fortemente, por iniciativa do Presidente Paulo Miranda, da questão do financiamento. E a gente consegue enxergar muito claramente algumas janelas que se estão abrindo para a questão do financiamento dos canais comunitários. Uma delas é a questão do fundo setorial do audiovisual, que vai permitir que produtoras independentes recebam recursos para produzir para canais comunitários e universitários.

Então, é uma contribuição importante, mas que ainda não chega à ponta, ainda não chega ao canal comunitário. Portanto, fica ainda para o produtor independente, que é absolutamente importante. Defendemos que assim o seja.

Na sequência, tivemos uma grande luta em todo o campo público para a criação da EBC (Empresa Brasil

de Comunicação), no sentido de que ela fosse a grande formuladora da chamada rede pública de televisão, que inclui aí os canais comunitários, universitários, legislativos e educativos.

E, quando gente fala da taxa de fomento à radiodifusão pública, as empresas, as teles que têm de pagar essa taxa, estavam pagando na Justiça, porque não queriam que esses recursos financiassem a televisão pública brasileira.

Em determinado momento, através da ABCCom, fizemos uma luta para criar no Parlamento uma frente parlamentar mista em defesa das TVs comunitárias, presidida pelo Deputado Federal Roberto Santiago, que, por ter sido Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor na Câmara dos Deputados, acabou tendo um bom relacionamento com as teles.

Acreditem os senhores ou não, ele acabou por convencer o SindTelebrasil de que essa luta era inglória e que, portanto, deveriam abrir mão do dinheiro que estavam depositando em juízo, como disse o Presidente Nelson Breve, sem a correção: R$1,4 bilhão, já depositados em juízo.

Uma das teles – é importante a gente falar aqui –, a TIM, disse que, do valor que deviam e que colocaram em juízo, R$302 milhões, queriam que o dinheiro fosse para a EBC.

Acreditem os senhores, ou não, a gente tem desentendimentos dentro do próprio setor público, dentro do próprio Governo. A Anatel recorrendo, dizendo que esse dinheiro não deveria ir mais para a EBC. E, então, o Presidente Nelson Breve sabe melhor do que eu dessa luta toda para que esse dinheiro chegue à EBC. E aí se tentou fazer, através de emenda parlamentar, que parte desses recursos chegue à EBC, para que, aí, sim, possa ser destinado para as TVs comunitárias, universitárias, legislativas e educativas, para que a gente possa reequipar o nosso parque operacional, comprar câmeras condizentes, câmeras digitais em HD; enfim, para que possamos ter aí uma integridade mínima no que diz respeito à prestação do serviço que nós fazemos.

Então, quanto ao fundo setorial do audiovisual, nós temos aí um recurso que vai para as produtoras independentes. A questão do recurso que diz respeito à EBC e que, depois, viria para formar essa rede pública de televisão, provavelmente, sairá no ano que vem. Estamos lutando, com todo o apoio das entidades públicas, para que esse dinheiro possa realmente sair e chegar ao seu destinatário final, ou seja, uma parte para a EBC e uma parte para a rede pública.

E, por fim, eu diria que tramita aqui, no Congresso Nacional, um projeto de lei do Deputado Ricardo Berzoini que permite a publicidade nas TVs comunitárias, ainda que de maneira reduzida. E permite para que nós saiamos daquilo que parece uma ilegalidade, ou seja, como disse o companheiro Moisés: será que o pequeno comerciante não pode apoiar a programação de uma TV comunitária?

Então, nesse sentido, a gente vê essas três frentes: o fundo setorial do audiovisual, a contribuição para a EBC e, por fim, o projeto de lei do Deputado Ricardo Berzoini, que discriminaliza a questão do dinheiro da publicidade que as empresas privadas fazem nas TVs comunitárias.

Esses são os três nortes que nós temos hoje muito claros para avançar em relação a esse debate. E nós não podemos fazê-lo sem o apoio do Parlamento, porque é esta Casa que vai pressionar o Poder Executivo para que essas ações possam ser efetivadas. Neste País, já aprendemos que nada anda no piloto automático; é importante a gente empurrar e provocar os processos, senão, eles não acontecem. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Fernando Mauro, Presidente da Acesp (Associação dos Canais Comunitários de São Paulo).

Eu vou aproveitar para registrar a presença do Sr. Osni Ferreira, da TV Comunitária UniTV, de Londrina, Paraná.

Eu vou conceder a palavra, agora, ao Sr. Santiago Santos, da TV Sete Lagoas, Minas Gerais.

O SR. SANTIAGO SANTOS – Cumprimento a todos. É um prazer, mais uma vez, estar de volta aqui e poder compartilhar com os colegas das TVs comunitárias o exemplo de Sete Lagoas, que nós seguimos desde o início do ano.

Eu fiz um apanhado de toda a documentação e procurei o prefeito da cidade de Sete Lagoas, o Sr. Márcio Reinaldo, que nos atendeu. Então, solicitei a ele que, por sua vez, solicitasse o Canal da Cidadania, E ele, então, colocou a sua assessoria de comunicação já à nossa disposição, e, ao longo desse tempo, estamos nos reunindo. Na semana atrasada, inclusive, nós conseguimos que a Câmara aprovasse o conselho, que será nomeado já agora, por esses dias, com toda a documentação pronta para ser enviada ao Ministério das Comunicações. Em seguida, vamos partir já para o projeto técnico. Já me avisaram que há até um orçamento, para o ano que vem, de algo em torno de R$2 milhões, para que seja implantado o canal da cidadania.

Então, a nossa cidade tem esse exemplo a ser seguido. Se alguém quiser nos procurar, estamos à disposição. E queremos dizer que não tenham medo do prefeito; caminhem junto com ele, porque nós estamos fazendo algo em prol da sociedade.

Gostaria de propor que fosse criado um modelo de adequação aos estatutos das TVs comunitárias já existentes para operação do canal da cidadania. Essa é uma grande dúvida para várias pessoas, isto é, saber quando será feita essa mudança. Há pessoas contratando advogados, outras fazendo por conta própria. Faço essa proposta para que nós possamos, em coletivo, fazer essa adequação de forma a que ninguém gaste muito dinheiro, até porque eu sei que muitas pessoas não têm muito dinheiro. Assim, que se fizesse um modelo que o Ministério aceitasse e, com isso, a gente pudesse adequar a ele todos os nossos estatutos.

Gostaria de propor também uma parceria da ABCCom com o Ministério das Comunicações para o mapeamento das TVs comunitárias já existentes e ativas, principalmente as afiliadas à ABCCom – e há algumas que não são –, a fim de acelerar o processo quando se fizerem as publicações dos canais da cidadania nas suas cidades. Dessa forma, a gente teria uma facilidade no nosso processo, porque, afinal de contas, nós estamos na luta para que a gente tivesse direito a isso; e seria natural que a gente tivesse também um pouco de facilidade, até para servir de exemplo para as cidades onde não existe o Canal da Cidadania.

Era isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Santiago Santos, da TV Sete Lagoas, e parabéns pelas iniciativas já tomadas e que já estão num processo bem adiantado, servindo aí de motivação para que outros Municípios sigam o exemplo.

Eu concedo a palavra ao Sr. Ronaldo Saldanha, da TV Vila Imperial, Petrópolis, Rio de Janeiro.

O SR. RONALDO SALDANHA – Senadora, bom dia, bom dia Nelson Breve, Pieranti, Paulo, Carlos.

Eu venho de uma região serrana do interior do Rio, Petrópolis, uma cidade conhecida no mundo todo por ser uma cidade imperial, por ser uma cidade que é um patrimônio cultura muito grande, e quando eu volto para a minha cidade, para o meu Município depois que venho aqui, a Brasília – e tenho vindo a Brasília talvez nos últimos oito anos, participei da I Conferência Nacional de Comunicação, do Fórum das TVs Públicas, estivemos com Nelson Breve em sua posse na EBC, enfim –, quando volto para o Município, para a cidade, muitos amigos e muito associados, porque estou aqui representando os associados do canal comunitários, eu sou simplesmente, na gíria popular, o pé de boi, sou o que toca o canal, e como aqui também, acho que todos que estão aqui estão representando dezenas de entidades que estão por trás da gente e, na verdade, temos 50, temos 60, 70 representantes aqui, se multiplicarmos por 20, 30, 40, então nós temos por traz um pano de fundo muito grande que nós dá esse respaldo da responsabilidade social, da questão da cidadania e da questão da luta pelo direito de uma mídia comunitária, de uma mídia cidadã. E quando volto e me perguntam: "Ronaldo, mas, na prática, o que aconteceu em Brasília?" E fica essa reflexão, há oito anos. Na prática, na prática, não aconteceu nada.

Então, assim, o sentimento de frustração perpassa esses últimos oito anos, acho que nas TVs comunitárias de todo o Brasil. É muito bacana, sem querer falar de forma pejorativa, o discurso aqui é muito bonito, a teoria é muito bacana, mas quais foram as atitudes práticas, quais foram os instrumentos práticos que proporcionaram que nós, canais comunitários, tivéssemos uma amplitude nos nossos quadros de funcionários, investimentos?

Semana passada, por exemplo, queimou uma câmara minha e eu não tenho câmara, não tenho como consertar a câmara. A câmara custa 10 e o cara fala assim: "Olha, Ronaldo, essa pecinha aqui, a Sony não vende separadamente, tem que trocar todo o conjunto da lente dela, custa R$6 mil." Eu falei: então encosta a câmara. "Ah, queimou o processador do computador." Então são coisas necessárias. Esse parque de equipamentos é necessário para que as TVs funcionem, fora a capacitação de pessoal, fora a questão do empenho pessoal mesmo porque muitos que estão aqui têm, na verdade, o seu empenho pessoal nessa questão das TVs. Se não fossem, aí, desembolsar financeiramente, do próprio bolso, as TVs não estariam no ar hoje.

Então, acho que, na verdade, o Governo Federal foi omisso nesses oito anos em que estou à frente do canal lá, como voluntário – trabalhei dois anos e assumi a coordenação do canal em 2009 – e houve muita omissão. E eu espero realmente, meu recado é que reverbere esse sentimento aqui nas secretarias de cultura do Estado, nas secretarias de cultura do Município, que esse sentimento possa reverberar em outras instâncias também do País.

A senhora, Senadora, recebe aqui centenas de comissões de pessoas, de demandas. Esta aqui é mais uma. Não estou falando de forma pejorativa, mas a gente sabe o volume de trabalho que a senhora tem aqui e agradecemos profundamente essa sensibilidade da senhora, assim como do Senador Paulo Paim, que nos atendeu nos últimos dois anos, mas, na prática, gente, tem que ter realmente atitudes proativas. O BNDES tem que se pronunciar, os órgãos, as estatais que financiam times de futebol milionários não aportam capital na mídia comunitária, enfim, tem que haver uma revisão.

Acho que é muito complexo, mas a gente olha a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, as empresas privadas. Elas aportam capital imenso em TVs abertas, e o Carlos mostrou, ali, que 1% da classe E assiste a TV a cabo paga, apesar dos grandes investimentos que as operadoras têm feito no Município. Mas não depende só delas. Lá no Município, a operadora tem feito grandes investimentos, mas não depende só dela. Depende da conscientização do Governo Federal de fazer realmente acontecer políticas públicas voltadas para as TVs comunitárias.

E aqui vou vender o peixe das TVs comunitárias, porque a lei já nasceu capenga, a lei da TV a cabo, quando copiaram, CTRL C, CTRL V, as rádios comunitárias, que não têm nada a ver com TV comunitária. É outra coisa, é outro tipo de investimento, é outro tipo gestão.

Então esse é meu apelo, que esse discurso saia daqui e possa reverberar, de forma prática. Eu quero voltar para Petrópolis e falar para as associações que eu reúno na minha assembleia: aconteceu isso, isso e isso. É muito bacana. E na prática vai acontecer isso. Mas tem que acontecer.

Muito obrigado por esta oportunidade, trago aqui um abraço de toda a cidade de Petrópolis. E para quem está em Petrópolis assistindo à TV Senado, meu muito obrigado por ter aceitado o canal comunitário, por ter consolidado o canal comunitário como ferramenta pública de fato.

Hoje, só para terminar, nós produzimos 33 programas por semana. Uma TV comunitária, com quatro pessoas. Trinta e três programas por semana. Programas de esporte, de cultura, religioso, de cidadania, de inclusão social. Então, com muito esforço mesmo, pessoal, com 15 horas de trabalho por dia, mas com muito amor, muita dedicação. Eu acho que esse é um pouco do retrato de todos os canais que estão aqui. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Ronaldo Saldanha. Parabéns pelo trabalho que vocês fazem, e também, pelo que estou vendo aqui, parabéns pela sua fala. Da TV Vila Imperial, Petrópolis, Rio de Janeiro.

Eu vou fazer agora um acerto com vocês, porque, da primeira lista de inscrição, nós ouvimos oito pessoas, por cinco minutos cada uma. Há mais oito pessoas inscritas. Nós vamos agora conceder três minutos, se for possível. É claro que, havendo necessidade, nós não teremos nenhuma dificuldade de prorrogar, mas para que nós não avancemos muito no horário. E aí queremos ouvir novamente toda a Mesa aqui presente.

Eu vou conceder a palavra à Srª Olga Amélia Telles, da TV Comunitária do Rio de Janeiro.

A SRª OLGA AMÉLIA TELLES – Eu quero começar saudando a brava gente brasileira de todo o País, que aqui se reúne, nesta manhã de segunda-feira, para tratar de um assunto tão importante quanto é a democratização da comunicação e a questão das TVs comunitárias, sejam elas já atuantes ou não.

Eu venho, com muita alegria. Estou aqui satisfeita, porque nós, do Rio de Janeiro, temos os mesmos problemas de todos os companheiros, o problema financeiro. Para eu estar aqui, hoje, passei a sacolinha entre meus colegas, e estou aqui desde domingo, feliz e acreditando que valeu a pena.

Eu queria dizer que não adianta nós estarmos aqui reunidos reclamando do que já foi feito ou do que não foi feito. Este encontro é justamente para vermos, a partir daqui, como vamos lutar.

A TV Comunitária do Rio de Janeiro já existe há 15 anos, com todas as dificuldades. Estamos lá, e a TV, eu posso dizer a vocês, mesmo sendo TV a cabo, é uma TV aceita pela comunidade toda do Rio de Janeiro. Nós temos ótima audiência e temos prestígio lá. Eu não falo em nome de nenhuma TV comercial. Competimos, às vezes, em determinados horários, com as TVs comerciais.

Eu queria dizer que essa questão do financiamento aflige muito todos nós. Seria o momento, hoje, de nos reunirmos, as TVs comunitárias que já existem, para traçar então a ação daqui para frente. Queria dizer que, embora seja entusiasmada pela TV comunitária, eu acho que, em qualquer momento, nós temos que pensar também, e sempre, nas rádios comunitárias. Nós não devemos ter ...

(Soa a campainha.)

A SRª OLGA AMÉLIA TELLES – ...essa vaidade de pensar só nas TVs comunitárias; nós precisamos pensar. E gostaria também que os companheiros das TVs universitárias, que ainda não tiveram essa experiência grande, tão grande, de luta para ter direito a ter a exibição de seus programas, que eles também estejam conosco. Eu dou o maior apoio também às TVs universitárias.

No mais, quero mandar um grande abraço para a Senadora que nos assiste aqui hoje, que nos recebeu aqui nesta Casa; para o Paulo Miranda, que foi o nosso grande coordenar deste encontro, e para o Pieranti, que está sempre ao lado de todos nós. Quero mandar também, porque já tenho idade para isso, um beijo para todos os que aqui estão presentes.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

Obrigada, Olga Amélia Telles, da TV Comunitária do Rio de Janeiro, uma presença tão bonita, tão alegre e estimuladora; obrigada pela sua presença.

Eu concedo a palavra ao Osvaldo Dalvi, do núcleo do PT no Congresso Nacional.

O SR. OSVALDO DALVI – Bom dia a todos. Eu quero, em primeiro lugar, Senadora Ana Rita Esgário, parabenizar por esta manhã, por este trabalho aqui, e, em sendo membro do núcleo do PT no Congresso e na Esplanada, eu quero tratar de duas questoezinhas rápidas.

Aqui o Carlos Hertz, que também pertence ao núcleo do PT e faz um esforço muito grande há vários anos para que esta questão das notícias, dos trabalhos internos aqui possam fluir. E agora eu parabenizo o Paulo Miranda e o Carlos por este evento aqui nesta Casa; eu sei o quanto eles trabalharam para isso.

Mas, mesmo sendo nós o núcleo do PT em que essa questão é trabalhada assim com grande carinho, mas a comunicação interna do PT também sofre de todas essas debilidades que vocês colocam aqui na comunicação, principalmente na comunicação comunitária. Então, nós fizemos um encontro, todo mundo viu na imprensa, no final de semana passado. Para mobilizar quase 500 mil militantes, imagine qual foi a debilidade nossa; então nós também sofremos.

A Ana Rita sofreu muito lá no Espírito Santo, mesmo sendo Senadora. E, estando aqui hoje de manhã, ela concorreu lá no Estado. Imagina esta relação: ter que fazer toda a sua relação lá com a base e dar esta presença aqui.

Então, para terminar, quero dizer que nós termos uma tarefa no núcleo do PT aqui no Congresso: nós queremos criar canais com cada Município...

(Soa a campainha.)

O SR. OSVALDO DALVI – ...para que, quando você tenha uma demanda lá no seu Município, não só o Senador, não só os Deputados, mas, fundamentalmente, pessoas do nível de Paulo Miranda e Carlos Hertz possam ser acessados facilmente. Que nós façamos essa ponte aqui do Planalto Central com cada cantinho do Brasil, porque nós também temos a Escola de Formação Política, e é lá na escola que se faz a verdadeira comunicação humana; é na escola que um ser dialoga com o outro. E, se não houver essa comunicação de seres com seres, jamais nós teremos a cidadania; em resumo, o humanismo.

Por isso, a educação. Quando se fala em uma TV cidadã, e uma TV humana, nós precisamos, sim, de uma educação humana. Aí, provavelmente, nós afetaremos o fundo desta comunicação.

Parabéns para todos vocês, e que tenham um grande encontro. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Osvaldo Dalvi, do núcleo do PT no Congresso.

Eu concedo a palavra agora a Socorro Grangeiro, da TV Cidade Manaus.

Por favor, Socorro.

A SRª SOCORRO GRANGEIRO – Bom dia a todos e a todas, principalmente à Srª Senadora Ana Rita, Presidente desta Comissão.

Gostaria de a oportunidade para solicitar ao nosso Prefeito, Arthur Neto, Prefeito de Manaus, que, através do seu Secretário, Márcio Noronha, vergonhosamente nos disse que a prefeitura não tem interesse em explorar o Canal Cidadania. Com isso, fica prejudicada a população do Município, não se pode levar informação do próprio Município a todos os cidadãos, através da TV Comunitária, que deixará de existir. Neste momento também quero solicitar ao nosso Governador do Amazonas o prazo para a solicitação do Canal Cidadania, que já prescreveu há onze meses, a partir da data da nova regulamentação. Esta é uma sensibilização no sentido de abraçar a causa do Canal Cidadania, oferecendo a oportunidade a tão importante veículo para a universalização da comunicação popular. Manaus, que já tem um Canal Comunitário na lei da TV a cabo, existente há dez anos, não pode ficar prejudicada, pois o resto do País todo está abraçando esta causa, que é o Canal Cidadania, dando o direito de ir e vir com a informação para a população dos Municípios.

Agradeço a todos. Fica aqui a minha reivindicação para o nosso Estado. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Socorro Grangeiro, da TV Cidade, Canal Comunitário de Manaus.

Vou conceder a palavra ao Pedro Pozenato, da TV Caxias do Sul, do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO POZENATO – Em primeiro lugar, bom dia a todos e a todas.

Companheira Senadora – que me agrada mais, como diz o Lula, “companheiros de luta”, do que senhora –, eu queria só fazer uma reflexão bem rápida. Eu acho, companheiros e companheiras, que estamos diante de um grande desafio. Não basta ter legislação de sustento, ter caminhos legais. Eu acho que a inserção real da sociedade civil organizada é o grande desafio. Sem essa inserção real, sem uma representatividade real, sem que as grandes atrizes do momento social brasileiro se insiram nesse desafio, eu ouso dizer, Miranda, que vamos continuar num gueto maior ainda. Não basta ter ferramenta, é preciso ter milhões de atores. Acho que a sociedade civil organizada, a

grande sociedade civil organizada, protagonizadora dos grandes eventos nacionais, inclusive da eleição do Lula e deste momento que o País vive, não está suficientemente dentro desse projeto. Acho que esse é o maior desafio.

Acho mais, companheiros, se as TVs comunitárias não foram fortemente enraizadas no seu local, representativas do seu local, incorporadas como uma necessidade de seu local, ouso dizer, talvez fiquem à sombra dos acontecimentos, como ficou a TV comunitária dos Estados Unidos, de outros lugares, de que a gente nunca ouve falar, não têm um papel protagonista. Na minha visão, esse desafio da inserção organizada, da sociedade civil organizada, é o grande desafio das forças políticas e sociais. É daí que deriva a representatividade, o financiamento, a legislação de sustento e tudo o mais, porque, senão, a legislação, como dizia um companheiro que concorreu ao Senado, é uma porta que se abre, mas ela pode ou não se viabilizar.

Por último, acho que esta questão de duas tevês no mesmo lugar para o País inteiro questionável, porque são realidades muito distintas e podem torná-las inviáveis, porque não há espaço, vamos dizer assim, em Municípios menores ou mesmo em Municípios que não são capitais. Acho que tínhamos de encontrar caminhos para viabilizá-las.

Terminando, a minha concepção de veículo de comunicação é de comunicação de massa, democrático, inclusivo dos que são excluídos, porque, se não fizermos comunicação de massa, não vamos servir para nada. Desculpem-me os companheiros, sou otimista, mas, ao mesmo tempo, acho que a gente tem que reconhecer o desafio, o tamanho dele e a envergadura da nossa participação nele. Só isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Pedro Pozenato, da TV Caxias do Sul, do Rio Grande do Sul, pelas suas palavras e também pelas ponderações feitas.

Concedo a palavra ao Pedro Torres, da TV Reflexo Digital.

O SR. PEDRO TORRES – Boa tarde a todos.

Primeiramente, eu queria falar que sou um dos representantes do colégio 111, do Recanto das Emas. Trago a vocês um apelo. Hoje, pela manhã, chegando aqui, não entendi a correria de alguns alunos: a preocupação era o café da manhã, porque nem dinheiro para isso têm. A nossa TV funciona na base de equipamentos emprestados, de um ensinando o outro, quem sabe mais ensina quem sabe menos, e assim a gente vai trocando informações.

História é ver o que vocês estão vendo aqui atrás: alunos procurando algo diferente dentro das próprias escolas, não fechados ao que eles já estão acostumados, àquela ideia primitiva de que temos que procurar empregos que deem dinheiro, que deem estabilidade econômica. Não. Alunos têm que procurar fazer o que gostam.

O futuro do Brasil está sentado atrás de vocês, precisando apenas de uma câmera para filmar, precisando apenas de uma boa qualificação. Vontade e força de trabalho todos nós temos. Eles têm, eu tenho. Trabalho com essa galera há um tempo, venho batalhando dia após dia, com ajuda do Professor Geldon.

O que eu queria fazer aqui é um apelo: buscar atenção para dentro das escolas de ensino médio e até mesmo de ensino fundamental, porque a gente pode propor uma segunda saída, algo diferente para alunos. Nem todo mundo quer ser engenheiro, nem todo mundo quer ser advogado, nem todo mundo quer ser médico. Eu cresci, desde os meus 10 anos, querendo ser fotógrafo. Quando fiz meus 18 anos, comprei minha primeira câmera.

Finalizando, eu queria levar isso, dar atenção, porque existem TVs comunitárias dentro do Recanto das Emas, dentro de todo o Entorno, de várias cidades-satélites como o Recanto das Emas que estão precisando apenas de atenção, apenas saber pelo que gritar, onde gritar, aonde chegar. É de extrema felicidade estar aqui neste momento e ter essa oportunidade de falar. Trago esse apelo, espero que vocês escutem.

Obrigado. Termino por aqui. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Pedro, da TV Reflexo Digital, do Recanto das Emas, aqui do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Bentilho, da TV Afro Itaboraí, Rio de Janeiro.

O SR. BENTILHO JORGE DA SILVA – Bom dia a todos e a todas.

Fico maravilhado com esse encontro. Conheço já o Paulo Miranda, da TV Cidade Livre, eu o encontro lá em Itaboraí.

Faço um trabalho experimental junto às comunidades negras de Itaboraí, na região também de Tanguá, Cachoeiras de Macacu e na cidade de Rio Bonito.

Estou naquela comunidade, junto com a minha irmã, fazendo um trabalho sobre a história dos povos originários, a questão racial de matriz africana, e também junto com os movimentos negros quilombolas da região de Itaboraí.

O que me traz aqui nesta noite é parabenizar por esse encontro e tentar falar sobre a invisibilidade dos negros nas comunicações. Vivemos um momento agora, dia 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra, e ainda há o que fazer para dar visibilidade ao negro

nos meios de comunicação no Brasil. Fico triste por ainda ver no Brasil essas situações.

Eu queria só um tempinho, Senadora, para pautar a questão do Espírito Santo. O meu pai é do Espírito Santo, ferroviário, maquinista, preso político. Pegava o trem de Niterói e ia até a Bahia. Quero salientar isso, porque o negro ainda é muito mal visto pela sociedade no Brasil. O racismo continua em todos os matizes.

Quero pautar essa discussão da comunicação em abrir mesmo, de verdade, o debate na televisão pública e na televisão comunitária. Estou lá em caráter experimental. Estamos iniciando com muita dificuldade. Estou bancando do meu bolso a vinda aqui; é pelo meu bolso, não tenho ajuda de ninguém.

Conversei com o companheiro ali sobre a questão dos partidos. Na hora em que a "negrada" precisa, os partidos viram as costas.

Quero parabenizá-los e me colocar à disposição para que o Brasil se torne um País sem fome de verdade. Nós estamos vivendo uma situação que está séria, e o Brasil precisa avançar. Quero contribuir aqui e me colocar à disposição para contribuir com as rádios e TVs comunitárias para a comunidade negra e indígena também, estar nesse *front*.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Bentilho, da TV Afro de Itaboraí, Rio de Janeiro.

Com certeza, Bentilho, o canal da cidadania, as TVs comunitárias devem buscar sempre garantir a inclusão social. E temas como a inclusão de negros e negras e de pessoas com deficiência, enfim, de todos os setores que historicamente foram excluídos dos espaços de comunicação, que aos poucos vão conquistando, a duras penas, as TVs comunitárias, devem, com certeza, ser debatidos para se garantirem esses espaços. Eu acho que esse é um caminho, é um instrumento muito importante.

Vou conceder a palavra agora à Olinda Dornelles, Presidente da TVCom F2. É isso mesmo, gente?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – TVCom Foz.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ah, Presidente da TVCom Foz, da cidade de Foz do Iguaçu.

Olinda.

A SRª OLINDA SANTOS DORNELLES – Obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Corrija-me se eu falei ...

A SRª OLINDA SANTOS DORNELLES – Tudo bem. TVCom Foz, de Foz do Iguaçu.

Obrigada, Senadora, por me conceder esse momento, essa palavra.

Quero cumprimentar os demais membros da Mesa. Quero cumprimentar o Pierante, porque ele sempre esteve presente em nossos congressos, em nossos encontros, dando o maior apoio. Agora a senhora também nos dá esse apoio de grande importância para o marco da TV Digital no Brasil. Também agradeço ao Fernando Mauro, da TV Guarulhos, da Acesp (Associação dos Canais Comunitários do Estado de São Paulo); ao Paulo Miranda, nosso grande Presidente da ABCCOM, organizador e mobilizador deste encontro dos presidentes das TVs comunitárias de todo o Brasil.

A princípio, este fórum Brasil 2013 – TVs Comunitárias em Primeiro Lugar era para acontecer em Foz do Iguaçu, mas, por falta de apoio financeiro – prefeitos e órgãos de turismo como a Cataratas S.A. não deram o apoio necessário para...

(Soa a campainha.)

A SRª OLINDA SANTOS DORNELLES – ... que pudéssemos realizar esse evento lá –, agora está sendo aqui, o que acho de mais valia, pois podemos aproveitar este momento ao vivo pela TV Senado.

Quero agradecer à Itaipu Binacional nas pessoas do Diretor-Geral, Jorge Samek; do Superintendente de Comunicação Social, Gilmar Piolla; e do assessor do Diretor-Geral, Joel de Lima, que apoiou este evento para que pudesse acontecer aqui em Brasília.

Quero dizer que o apoio institucional eu tenho recebido da Itaipu Binacional para que consigamos manter mensalmente os nossos compromissos, não total, mas temos conseguido manter o canal comunitário com o apoio da Itaipu Binacional.

Nós estamos há dez anos na cidade de Foz do Iguaçu, no canal 98 da Net, a cabo, e no canal 99 da Vivo TV. Temos levado à sociedade as questões culturais, raciais, também a educação, de uma forma geral, da população de Foz do Iguaçu.

Nas comunidades, nós temos um programa Fala Cidadão, em que a gente dá o direito à comunidade de se expressar. Tem direito e voz no nosso canal.

Eu tenho o maior orgulho de agradecer aqui, neste momento, as mulheres, as presidentes dos canais comunitários. Por quê? Se para os homens é difícil manter um canal comunitário, imaginem para uma mulher, que não tem o respeito e, muitas vezes, não tem o companheirismo dos órgãos da cidade como poderia ter. Então, isso é muito difícil.

Quero agradecer a todos os que estão presentes aqui e, principalmente, mais uma vez, ao Paulo Miranda por ter proporcionado esse momento de evolução para os canais comunitários de todo o Brasil.

Muito obrigada, Senadora. A ajuda de V. Ex está sendo, para nós, de grande importância, esse apoio

para o Fórum Brasil 2013 dos Canais Comunitários. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

Parabéns, Olinda Dornelles, Presidente da TVCom da cidade de Foz do Iguaçu.

Por último, vou conceder a palavra ao Sr. Luiz Rodolfo Cortez, da TV Votorantim. Após a palavra do Sr. Luiz, vamos aqui retomar, a Mesa, para entrarmos na etapa final dessa audiência pública.

O SR. LUIZ RODOLFO CORTEZ – Muito obrigado, Srª Senadora, pela atitude de V. Exª e de toda a Comissão de receber os canais.

Eu queria aqui fazer coro com o Moysés, da ABCCOM, com o Fernando Mauro, da Acesp, com o companheiro de Petrópolis e propor uma reflexão, porque nós estamos aqui representados por V. Exª que, no Senado, também tem um mister de fazer e modificar as leis. E ao lado de V. Exª, o Carlos Des, me deixou extremamente entusiasmado quando disse: "TV comunitária a cabo não é comunitária coisa nenhuma".

Eu fico aqui bastante emocionado quando vejo o Octavio Pieranti, membro do Ministério das Comunicações, falar sobre o Canal da Cidadania, a criação. Maravilhoso. Todos aqui vamos comemorar o marco. Vai, então, existir a TV Digital para as pessoas aqui.

O companheiro traz aqui um assunto com o qual quero fazer um paralelo, porque vamos comemorar o Dia da Consciência Negra e me ocorre todo o histórico. Nossa, vamos acabar com a escravidão! Libertamos os escravos no Brasil e dissemos a cada um deles: "Vai, se vira e faz o que você entender para sobreviver". E daí? O que aconteceu com essas pessoas?

Nós podemos estar fazendo hoje aqui a mesma coisa. Nossa, que maravilha o Canal Digital, o Canal da Cidadania! Se vire cada um como pode, vá e faça!

Eu fico imaginando como é que um País como o nosso analisa uma TV comunitária pela publicidade da padaria, como bem disse o Moysés. Quer dizer, se eu tiver uma padaria apoiando a emissão do meu canal eu não sou comunitário? Para analisar se eu sou comunitário, analisem se eu dou voz a minha sociedade, se eu faço jornalismo local, se eu abordo os temas que interessam a minha sociedade. E, daí, você me julgue se eu sou comunitário ou não, e não porque eu faço publicidade da automecânica.

Nós vivemos em um País capitalista. Como é que vou colocar um canal no ar se não tenho fonte de financiamento? Vou vir aqui de caneca na mão e vou pedir ao Governo que me dê dinheiro? Não resta alternativa, porque não posso sequer colocar propaganda de uma automecânica dizendo que me apoia. Ora, Deus meu!

O que gostaria deste fórum é que fosse, de fato, um marco na vida das TVs comunitárias. Como disse o companheiro, o que de concreto nós vamos levar? E se não se pensar na mudança da legislação, Senadora...

A TV comunitária deve ter a oportunidade de buscar esse financiamento na própria comunidade. Aqui eu converso com os parceiros e eu ouço que sofrem investidas do Ministério do Trabalho, do sindicato: "Olha, você tem um câmera aí, ele tem DRT? Ele está... Não, não tem? Vou lhe multar, vou fechar a sua emissora." E aí, como é que vão pagar isso? Vão fazer como o companheiro, que está lá em caráter experimental e vem para cá custeando a sua passagem? Como o companheiro que está com uma câmera quebrada?

Senadora, neste fórum eu tenho a convicção de que pelo menos mais quarenta ou cinquenta emissoras gostariam de se fazer presentes, e só não estão porque não têm condições de arcar com isso. Então, o que nós precisamos de verdade é ver como é que as TVs comunitárias serão tratadas pelo Governo. E se não nos derem essa maneira de financiar, tudo isso aqui, no meu entendimento, não será motivo de comemoração.

Tenho dito. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Luiz Rodolfo Cortez, da TV Votorantim, pela intervenção brilhante. Eu quero dizer que nós estamos aqui justamente para somar esforços, para colaborar, na medida do possível, como Comissão de Direitos Humanos, mas também como Senadora da República, porque eu tenho um papel a cumprir aqui no sentido também de fazer uma revisão da nossa legislação. E para isso nós contamos com o apoio de quem está aqui à Mesa e de todos vocês.

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados que estão à Mesa, eu quero já falar de alguns encaminhamentos fruto desse diálogo que nós tivemos, que eu penso que consegui colher. Caso tenha ficado alguma coisa não contemplada, por favor, informem-nos.

A primeira coisa que eu quero fazer é oficiar o Conselho Nacional de Comunicação do Congresso Nacional para que contemple as mídias alternativas no assento do Conselho; acho que isso é importante. (*Palmas.*)

Outra coisa é apoiar as proposições que destinam verbas orçamentárias às TVs e rádios comunitárias. E aqui, particularmente, no orçamento do ano que vem, vamos estar atentos, inclusive com a palavra do Sr. Nelson, para que façamos uma emenda de comissão no sentido de ampliar os recursos para atender às TVs comunitárias.

Apoiar todas as iniciativas de encontros e reuniões que visem ao fortalecimento das mídias co-

munitárias, a exemplo do III Fórum Nacional de TVs Públicas, que será realizado, conforme o Paulo nos informou. (*Palmas.*)

Auxiliar na divulgação e distribuição da cartilha apresentada pela Liderança do PT. Esta cartilha precisa chegar para todo mundo. Então vamos criar aqui uma forma de fazer isso.

E também eu penso que é importante fazer uma correspondência para todos os prefeitos e prefeitas do nosso País no sentido de sensibilizá-los sobre o canal da cidadania e, ao mesmo tempo, alertá-los a respeito do prazo que eles têm para solicitar a outorga. (*Palmas.*)

Nós sabemos que o prefeito e a prefeita são os principais atores desse processo. Se eles não abrirem essa porta lá no Município, nenhuma associação poderá fazer isso; depende do prefeito e da prefeita. Então, eles têm a grande responsabilidade de abrir o caminho, de abrir a porta lá no seu próprio Município. Assim, eu penso que aqui nós temos que fazer isso rapidamente, uma correspondência no sentido de orientá-los e, ao mesmo tempo, repassar o conteúdo para que eles possam ter acesso à legislação e ter acesso ao material que orienta.

Eu vejo que esses são alguns encaminhamentos importantes que poderemos adotar de forma imediata.

Dessa forma, eu vou conceder a palavra ao Sr. Octavio Pieranti, até porque ele foi um dos que recebeu algumas perguntas do Moysés Corrêa, que depois teve a oportunidade de expressar isso verbalmente. Mas ele poderá também agora responder a essas perguntas e a outras que foram direcionadas para ele. Então, Dr. Octavio, com a palavra por um tempo, se possível, de cinco minutos. É possível? É pouco? Se houver...

O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI – Acho que é pouco.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Considerando as questões?

O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI – Considerando as questões colocadas, Senadora, eu acho que cinco minutos é pouco, é pouco tempo. Agora, vou tentar me restringir ao mínimo possível, está bom?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está bom!

O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI – Eu vou tentar falar sobre cada uma das questões e, aí, vou na ordem das perguntas feitas e dos comentários feitos.

Em relação à manifestação do Gabriel Priolli, representante da ABTU, de fato, a ABTU pleiteou uma faixa para as instituições de ensino superior. Agora, avaliamos que esse é um diálogo que tem que ser construído no âmbito do canal de educação. Quando foi criado o sistema brasileiro do canal de televisão digital, o canal de educação também foi previsto. E ali seria o espaço natural para esse diálogo com as instituições de ensino superior, o que não significa dizer que as instituições de ensino superior não podem participar do Canal da Cidadania. Essas instituições de ensino superior também podem ter os seus programas, também podem veicular os seus programas, ainda que não sejam responsáveis por uma faixa de programação, mas podem veicular os seus programas como legítimos representantes de um segmento da população brasileira.

Passo para o questionamento do Moysés. Primeiro, em relação ao agradecimento, também agradeço as palavras da Srª Olinda e da Srª Olga. O que fizemos até aqui só foi possível com uma equipe muito dedicada do Ministério das Comunicações. Eu faço questão de reconhecer isso. É uma equipe que vai do Ministro Paulo Bernardo até os nossos técnicos, que muitas vezes não aparecem, mas alguns dos senhores talvez os conheçam de nome por assinatura em notas técnicas. É uma equipe extremamente dedicada, capacitada, competente, que me surpreendeu desde o primeiro momento em que eu cheguei ao Ministério, em 2011, início de 2011.

Pessoalmente a pauta do Canal da Cidadania me traz muita alegria. E me traz muita alegria pelo que eu entendo ser o meu papel, como servidor público concursado, de carreira, no Governo Federal, e pelo que eu entendo ser o meu papel na sociedade. Acho que contribuo com o interesse público, contribuo com a efetiva consolidação da democracia e do pluralismo na comunicação brasileira ao trabalhar em pautas como essa. Então, para mim é motivo sempre de alegria poder dialogar com todos vocês, todos e todas, sobre esse tema.

Em relação aos questionamentos propriamente ditos, Moysés, primeiro, a questão do financiamento não é uma questão exclusiva da comunicação comunitária. O financiamento da radiodifusão pública diz respeito a uma série de outras emissoras educativas, legislativas, institucionais, universitárias, enfim, uma série de outras emissoras que dependem de recursos, mas que têm parte dos recursos, digamos, potenciais restringidos pela população, o modelo possível de ser equacionado até aqui. E essa equação envolve uma série de outros atores, inclusive o Governo Federal, o Congresso Nacional e uma série de outros atores.

O modelo possível equacionado até aqui foi o modelo consagrado pela Lei da EBC, que permite uma serie de fontes de financiamento, mas não permite publicidade comercial e não permite a venda de horários. É possível avançar? Acredito que sim. Mas esse é um diálogo que vai muito além do Ministério das Comunicações e da sua regulamentação, é um diálogo que

envolve toda a sua sociedade e envolve uma reflexão sobre um modelo de financiamento possível tendo em vista a conjuntura existente. E aí eu faço uma pequena correção: uma padaria pode dizer que apoia o canal comunitário, ela pode fazer apoio cultural, o que ela não pode é veicular o preço do produto. Digo isso a título de esclarecimento aos que nos ouvem. Existe a figura do apoio cultural. Agora, de fato, ela não pode fazer publicidade comercial, porque é restringido pela nossa legislação.

O SR. AUGUSTO CAPODICASA (*Fora do microfone.*) – Qual é a diferença que o senhor está colocando... O que é apoio cultural? O que é apoio institucional? O que é comercial?

O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI – Publicidade comercial fala preço de produto. Eu não vou aqui entrar em uma discussão...

O SR. AUGUSTO CAPODICASA (*Fora do microfone.*) – Não pode ter preço de produto na sua opinião?

O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI – Não! Veja, eu não estou dando a minha opinião. Eu estou falando do que diz a lei. O que a lei estabelece claramente é uma desvinculação da publicidade comercial em relação a apoio cultural.

O SR. AUGUSTO CAPODICASA (*Fora do microfone.*) – É que a gente vive num dilema de, nesse momento em que se está discutindo a ida para a TV digital, mais uma vez, a gente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pode usar. Rapidamente pode usar o microfone, só para tirar a dúvida.

O SR. AUGUSTO CAPODICASA – Nesse momento, nós estamos indo para a TV digital, e todos os nossos pesadelos do dia a dia e de algumas entidades aqui de mais de 15 anos afloram de novo. Nós vamos torcer muito para que este seminário e este bate-papo possam surtir efeito através do que o senhor falou, dos financiamentos possíveis, aos quais, até hoje, a gente não conseguiu ter acesso. O próprio Governo Federal apoiou, de forma efetiva, as TVs comunitárias, fazendo propagandas, que não propagandas comerciais, são apoios institucionais e que ajudaram, de forma... Eu tenho certeza de que muitas TVs aqui sentem a falta desse apoio, e hoje a resposta que nós temos do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais é que a TV comunitária não pode receber propaganda. Então, essa é a minha questão.

Agora, o senhor está dizendo: "Não precisa ter preço". Então, era bom falar para a Secretaria de Comunicação do Governo Federal, do governo estadual...

(Soa a campainha.)

O SR. AUGUSTO CAPODICASA – ... e dos Municípios que é só não ter preço que pode anunciar nas TVs comunitárias.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu vou fazer o seguinte: agora, em função do nosso horário – nós temos ainda uma segunda parte desta reunião da Comissão de Direitos Humanos que é deliberativa –, então, vamos ouvir agora os nossos convidados sem que haja nenhuma interrupção, para que a gente possa concluir dentro do tempo planejado.

Eu vou conceder mais cinco minutos para o Octavio, para que ele possa fazer a fala de esclarecimento e também dar informações.

O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI – Eu vou ter que correr um pouco, tendo em vista o tempo conferido, mas só para tentar fechar um pouco a questão do financiamento. Não se trata aqui de uma defesa pessoal da posição A, B ou C. O que eu estou tentando informar e estou tentando deixar claro é: não foram criados, com o Canal da Cidadania, novos problemas de financiamento. A questão do financiamento da radiodifusão pública, como um todo, ainda carece de maior discussão. Agora, o modelo existente no País hoje é aquele que foi possível de ser construído envolvendo uma série de outros atores, incluindo o Congresso Nacional. Podemos discutir isso em outro momento, podemos discutir isso até durante o fórum, até durante o encontro, agora, tem que passar pelos outros pontos.

Moysés, a diferença entre pessoa física e pessoa jurídica no âmbito de um estatuto. O Ministério das Comunicações não interfere no tipo de peso que cada uma vai ter dentro de cada associação. Isso aí é uma questão de autonomia da associação. A associação tem o direito de, por assembleia, fazer a pesagem necessária ou o que julgar por bem e os seus associados aprovarem. O que o Ministério garante, por meio da portaria, é que todas as associações sejam efetivamente abertas. E essa é uma defesa do Ministério desde 2011 em relação a rádios comunitárias, em relação a TVs comunitárias. Isto sim é fundamental: que as associações sejam abertas a todos.

Bom, vínculo com entidade de ensino superior. Eu não vejo um vínculo estabelecido, nenhuma questão que dialogue como falta de credibilidade das associações comunitárias, não é nada disso. O que foi feito é: tendo em vista que n entidades podem se candidatar como programadoras das faixas comunitárias, é preciso estabelecer regras que meçam a representatividade de uma e outra, e isso foi feito. No Ministério, assim como já existia para radiodifusão comunitária, para rádios comunitárias, estabeleceu-se que essa representatividade seria medida por número de manifesta-

ções de apoio de outras entidades sem fins lucrativos existentes na localidade. Isso inclui instituições de ensino superior, em grande parte dos casos. Agora, uma associação comunitária não precisa ser referendada pela universidade local, isso não está dito em nenhum ponto da portaria.

Sobre a documentação encaminhada, aquela é uma documentação padrão exigida em todos os processos de outorga de radiodifusão, pelo menos de 2011 para cá. O Ministério fez uma série de alterações de normas, e isso cria uma série problemas, é verdade. No início deste ano, mais de 90% dos Municípios brasileiros não tinham certidões negativas de débito em relação à União. Acredito que esse percentual tenha diminuído consideravelmente. Agora, o que a União não pode fazer é outorgar, delegar uma execução de um serviço para determinado ente que tenha débitos pendentes com a própria União, assim como o Ministério das Comunicações exige certidões semelhantes, certidões negativas de débito de outras entidades que desejam executar um serviço de radiodifusão.

Santiago cita o exemplo de Sete Lagoas, e aí vale lembrar que a lista dos Municípios que já solicitaram a outorga do Canal da Cidadania está disponível no *site* do Ministério das Comunicações. Lá constam 137 pedidos –, já recebemos mais alguns nas últimas semanas, hoje são 145 –, mas podem notar que grande parte desses Municípios são Municípios pequenos ou médios do País, o que chama atenção para um fato, ou melhor, gera uma série de hipóteses. Uma dessas hipóteses é: talvez esses Municípios estejam entendendo que precisam de meios de comunicação locais, o que é extremamente positivo; talvez eles não estejam se vendo representar nos meios existentes em âmbito estadual ou regional, e isso, novamente, consideramos extremamente positivo.

Sobre um modelo de adequação de estatuto, o Ministério tem evitado esse tipo de documento padrão porque portarias podem ser modificadas, e muitas vezes entidades não percebem que elas foram modificadas. Agora, esta pode ser uma tarefa da própria ABCCOM: tentar estabelecer um documento que facilite o diálogo ou que facilite a construção desse processo por parte das associações comunitárias.

Sobre o mapeamento das TVs comunitárias e ativas, Santiago, é fundamental. Já temos tentado mapear isso, ter um mapeamento por parte da ABCCOM, um mapeamento que se baseie efetivamente em documentos; é extremamente interessante. É fundamental que saibamos exatamente qual associação está em qual prestadora de TV por assinatura até pelas questões de pontuação existentes na norma.

Ronaldo, eu não compartilho da sua visão. Acho que, nos últimos oito anos – você cita os últimos oito anos –, muito foi feito em relação à radiodifusão pública neste País. Basta dizer que, nesses oito anos, foi criada a Empresa Brasil de Comunicação, foi promulgada a lei que surgiu a partir da medida provisória que criou a EBC e, nesses oito anos, também foi criada a portaria relativa ao Canal Cidadania. Eu diria que essas medidas, acrescidas de várias outras, revolucionaram o segmento de canais da União, radiodifusão educativa e radiodifusão comunitária, ou melhor, TVs comunitárias e TVs institucionais do Poder Público de forma geral. Acho que isso é muito. Isso resolve todos os problemas? É claro que não. O representante da TV de Caxias do Sul, inclusive, citou a metáfora, que considero apropriada: tudo isso abre portas. É preciso ultrapassar essas portas, é preciso entrar nesses ambientes.

Em relação a financiamento ainda – e aí o seu ponto foi financiamento –, também nesses oito anos foi criada uma série de ações do Poder Público, vide PROTVD, vide programa do BNDES, vide contribuição à radiodifusão pública, mudanças no fundo setorial do audiovisual. Isso resolve o problema? De novo: não, talvez não resolva todo o problema. Agora, também não é papel do Estado brasileiro, da União, melhor dizendo, financiar 100% de todas as contas de todos os canais comunitários existentes no País. Esses são mecanismos abertos e eles podem até ser aprimorados. Agora, isso é um avanço significativo. Para recorrer a esses mecanismos, é importante que os canais comunitários se posicionem individualmente e coletivamente.

Senadora, eu estou correndo, já estou chegando ao finalzinho. Mais uns dois minutos e eu acho que resolvo as questões que foram colocadas.

Quanto à posição do Pedro, o representante da TV de Caxias do Sul, quero dizer que compartilho quase integralmente com a posição dele: comunicação comunitária sem sociedade civil não é comunicação comunitária. É fundamental isso, e o Ministério tem tentado garantir que as associações sejam abertas efetivamente à comunidade, tenha a comunidade a orientação política, ideológica, cultural, filosófica que tiver. É fundamental que o canal comunitário seja um canal plural na sua essência e da forma mais aberta possível.

E aí o Pedro cita – e foi por isso que eu falei que não concordava integralmente com ele – que duas TVs comunitárias para o País, em todos os Municípios brasileiros, é uma situação inviável. Acredito que ela seja inviável em uma parte dos Municípios brasileiros, mas o Canal da Cidadania permite que haja até duas associações comunitárias responsáveis por duas faixas de

programação. Ora, se só existir uma associação, ela só vai ser responsável por uma faixa e é importante... E aí sim, saímos de uma lógica de outorga da associação para uma lógica de "todos devem participar da faixa de programação comunitária". É fundamental que as associações se abram, é fundamental que elas permitam o efetivo acesso de toda a população daquele Município àquelas faixas de programação, independentemente de quem é o titular daquela faixa de programação ou daquele canal comunitário.

Fecho, então, os meus esclarecimentos com esses pontos e fico à disposição para outros debates como este, lembrando que agora, mais do que nunca, os canais comunitários têm um papel fundamental, que é dialogar com o Poder Público, dialogar com as instituições de ensino superior e dialogar com as emissoras educativas para tentar construir aquilo que todos nós prezamos tanto, aquilo para que todos nós trabalhamos tanto, cada um na sua esfera de competência, cada um na sua área de atuação, que é o Canal da Cidadania, possibilitando que a população brasileira tenha o acesso mais pleno possível à televisão digital aberta no País.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Octavio Pieranti, Diretor da Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações. Foi um prazer muito grande poder conhecê-lo. A Comissão de Direitos Humanos sempre que sentir necessidade vai procurá-lo para tirar dúvidas e fazer os devidos esclarecimentos. Também esta Comissão se coloca inteiramente à disposição de vocês.

Eu vou conceder a palavra agora ao Nelson Breve, Presidente da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), também por um tempo de cinco minutos.

O SR. NELSON BREVE – Vou correr aqui...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Empresa Brasil de Comunicação, não é?

O SR. NELSON BREVE – Isso. Eu nem corrijo, porque todo mundo confunde mesmo. Eu brinco dizendo que é mais fácil mudar o nome do que as pessoas. Todas as empresas são empresas brasileiras e a primeira inovação que teve o nome Brasil foi a nossa. Então, é muito natural essa confusão. Seja brasileira ou Brasil, somos todos brasileiros.

Eu queria cumprimentar, Senadora, pelos encaminhamentos já dados aqui, que eu acho que são uma resposta às cobranças das questões práticas que se fazem aqui, e agradecer particularmente pela questão que nós colocamos aqui como reivindicação.

Eu queria até aproveitar que o Fernando se lembrou do Deputado Roberto Santiago – e eu me circunscrevi aos Parlamentares que atuaram diretamente na questão da possibilidade do comitê de receitas aprovar esses recursos – e citar aqui também vários amigos da nossa causa como o Deputado Roberto Santiago. Eu queria citar também que, no ano passado, houve Parlamentares, como o Senador Paulo Paim, o Senador Jucá, o Senador Eduardo Braga e o Deputado Paulo Pimenta, que ajudaram muito até para conseguirmos reverter recursos que perdemos por emendas de comissões, principalmente da Câmara, para o Ipea. Eu queria citar também como amigas da comunicação pública a Deputada Luiza Erundina e as Deputadas Luciana Santos e Jandira Feghali, que têm também sido muito parceiras das nossas causas aqui. Tenho certeza de que contamos com o apoio da Senadora Ana Rita também, pelo seu histórico aqui defendendo as nossas causas.

Às vezes, discutimos muito para saber se o copo está meio cheio ou meio vazio, e eu acho que essa é uma discussão que é importante para enxergarmos que há uma parte faltando, mas é sempre importante pessoas como a Olga virem aqui chamar a nossa atenção no sentido de que, para muita coisa: "o que aconteceu aconteceu, vamos nos unir agora para tentar tornar realidade as coisas daqui para frente".

Eu queria dizer para vocês que é muito difícil. Nós que estamos no interior do Governo defendendo os orçamentos lutamos muito, mas precisam entender que é muito difícil, quando há queda de receita, explicar que comunicação pública é mais importante que a saúde, que é mais importante que a assistência social, que é mais importante que a educação, e ficar brigando pelo orçamento público para as questões. Mesmo quando há o orçamento público, há dentro dele mesmo as brigas. Eu estou com uma greve há mais de uma semana, porque os funcionários querem mais recursos da comunicação pública para eles, querem a valorização profissional na forma de melhores salários, o que significa que quanto mais eu pago salários melhores para eles menos eu tenho recursos para fazer investimentos, para fazer o custeio necessário e para apoiar a formação da nossa rede e o fortalecimento da comunicação pública.

Queridos, eu estou de pleno acordo e solidário com as preocupações dos dois Pedros: tanto o Pedro Osório quanto o Pedro da nossa TV de Caxias. São preocupações similares. Vamos falar o português claro: há muitas rádios comunitárias e TVs comunitárias que não são efetivamente comunitárias, às vezes até pela dificuldade de financiamento. Tenho até essa compreensão. Eu acho que a questão da dificuldade...

Quando o Pieranti fala "a lei", ele até evita olhar para mim, porque é a lei que criou a EBC que estabelece que não pode ser feita publicidade comercial. Isso foi justamente para diferenciar o que é comunicação pública daquilo que é comunicação comercial, porque, se não diferenciarmos uma coisa da outra, nós vamos continuar fazendo o mesmo modelo, aplicando o mesmo modelo de negócio da comunicação comercial na pública. Eu acho que isso está errado. Isso está errado, na minha opinião. Desculpe-me quem diverge, mas eu acho que temos de tomar muito cuidado com aquilo que é publicidade comercial. A institucional vale.

(Soa a campainha.)

O SR. NELSON BREVE – Permita-me, Senadora, mais dois minutos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pode continuar.

O SR. NELSON BREVE – Eu acho que temos de verificar exatamente o que é publicidade institucional. Nós temos rigor para dizer o seguinte: pode a publicidade da Volkswagen? Pode. E a publicidade do carro Gol, para dizer que está à venda nas concessionárias? Não. E outra: não tem preço do Gol, mas está dizendo que o Gol está à venda. Eu estou estimulando o consumo. E eu acho que isso não é papel de uma emissora pública. O papel de uma emissora pública é fazer cultura, educação, cidadania, educação infantil, programação infantil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON BREVE – Vocês me desculpem. Vocês me desculpem, mas eu prefiro falar francamente. Quem me conhece sabe disso. Eu aqui não fico dourando a pílula. Eu aponto os problemas, certo? Vamos resolver os problemas, vamos resolvê-los juntos, mas eu tenho obrigação de apontá-los. Permitam-me dizer que eu discordo e acho que a discordância é válida. Se a maioria tem uma posição diferente, vamos mudar a lei. A lei está aí para ser mudada e isso depende do Congresso Nacional. Eu só estou dizendo. É um fato. Desculpem-me, mas é o que eu penso.

Acho que precisamos atentar justamente para as questões que foram apontadas pelos dois Pedros. Se nós tivermos efetivamente as comunidades atuando, isso significa que as comunidades estão efetivamente preocupadas com a comunicação nas suas comunidades, a comunicação pública, a comunicação de qualidade, a comunicação que é importante para a sua formação cidadã.

Se as comunidades se organizam até por intermédio das próprias emissoras, sejam rádios, sejam televisões comunitárias, aí, elas passam a compreender que a comunicação é tão importante quanto a saúde, é tão importante quanto a educação, é tão importante quanto a assistência social e fica mais fácil defender isso no orçamento público.

(Soa a campainha.)

O SR. NELSON BREVE – É apenas essa questão que eu queria manifestar aqui.

Só uma última questão. Em atenção ao Bentilho e à Olinda, eu gostaria de dizer que nós, a EBC está na quinta fase do programa de equidade de gênero, raça e etnia do Governo Federal. Nós nos integramos a essa política, porque achamos correta. As questões afirmativas precisam avançar no Brasil para que a equidade de gênero, raça e etnia se promova mais aceleradamente.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Nelson Breve, Presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Inclusive, essa última notícia é muito boa, porque as políticas públicas realmente não podem deixar de ter esse recorte racial, social, de gênero, de orientação sexual também, para que todas as pessoas possam de fato se sentir contempladas nas políticas públicas.

Eu vou conceder a palavra, agora, ao Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários.

O SR. PAULO MIRANDA – Mais uma vez, eu gostaria de agradecer à Senadora Ana Rita por esta audiência pública e a todos os meus colegas de TVs comunitárias que estão aqui, sonhadores televisionários.

Com certeza, esta polêmica toda nós a temos conosco e vamos adiante. Vamos precisar de bastante apoio do Congresso Nacional para reformular o que nos prejudica e reafirmar que o nosso ponto principal é o financiamento, seja ele público ou privado, como vier, para as TVs comunitárias do Brasil, porque dinheiro existe e bastante – Banco do Brasil, Petrobas, Caixa, Palácio do Planalto, com os recursos da Secon –, e esse dinheiro todo basicamente financia quatro *big* empregas no Brasil. A TV comercial já é muito financiada pelo Governo e nós queremos acesso a esse bolo financeiro também. Estamos abertos a esta discussão e acho que é uma tarefa do Senado Federal sensibilizar a Presidência da República.

Eu gostaria muito de agradecer também aos nossos patrocinadores, que tornaram este evento possível: o BNDES, Itaipu Binacional e Sebrae. Sem eles, isso não seria possível. Eles foram patrocinadores mesmo.

E eu gostaria de dizer que as TVs comunitárias são realmente comunitárias, com todos os seus defeitos, mas são comunitárias. Todo mundo tem acesso

a essas TVs comunitárias e elas representam o que existe na sociedade e conseguem fazer com que as outras pessoas que não têm recursos também possam produzir. Então, com todos os nossos defeitos, nós somos as TVs comunitárias do Brasil. E queremos reforçar o nosso compromisso de prestar esse serviço de excelência à sociedade, de acordo com a regionalização da produção prevista no art. 221 da Constituição brasileira, que é a produção regional audiovisual, cultural, educativa e jornalística.

Queremos investir nas TVs comunitárias para que possam colaborar com o Brasil e reduzir a violência contra a mulher, acabar, aliás, com essa violência contra a mulher, acabar com essa violência contra a juventude negra. Queremos também falar bastante e investir muito em desenhos, o que não temos ainda por falta de recursos para a produção. Queremos falar de direitos e deveres das crianças e da juventude no Brasil; de como melhorar a educação brasileira. Os Senadores aqui têm excelentes propostas nesse sentido, mas isso não está ainda nas nossas mídias por uma questão de deficiência nossa de produção.

Por fim, o nosso compromisso maior é gerar emprego e renda neste País para profissionais comunicadores e para comunicadores populares.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO MIRANDA – Está aí todo mundo querendo entrar nas TVs comunitárias. Com essa grande perspectiva agora, eu acho que nós vamos ganhar um reforço muito grande a partir da sua proposta, Senadora, de mandar urgentemente uma carta para todos os prefeitos e vice-prefeitos do Brasil. (*Palmas.*)

É assim que nós vamos construir o nosso campo público da comunicação. Na hora em que estivermos todos juntos – prefeitos, vice-prefeitos, EBC, Pieranti –, nós vamos conseguir chegar a Helena Chagas e Dilma Rousseff, nossa Presidenta, e falar: "Vamos dividir esse bolo. Vamos dividir o ouro. As TVs comunitárias, universitárias, legislativas e emissoras públicas educativas e culturais também precisam de recursos".

É isso.

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM).

Paulo, eu queria dizer que você levantou uma questão altamente importante. Na verdade, as TVs comunitárias cumprem – e devem cumprir – um papel na defesa dos direitos humanos, especialmente daqueles que, no dia a dia, têm a sua vida ceifada, têm os seus direitos desrespeitados. E aí você se lembra de duas questões altamente importantes: a violência contra a mulher e a violência contra a juventude brasileira. As TVs comunitárias podem ser espaço de debates, de reflexões, enfim, podem ser luz para esses setores da sociedade que tanto precisam de apoio para dar visibilidade a todas essas questões.

Então, quero parabenizá-lo pela sua fala e por todo o apoio que tem dado às TVs comunitárias.

Finalizando esta mesa de debates, vou conceder a palavra ao Carlos Hetzel, Assessor Técnico da Liderança do PT e do Bloco de Apoio.

O SR. CARLOS DES ESSARTS HETZEL – Vamos lá.

Luiz, há dois meses, eu tive um microinfarto de tanta raiva que eu tenho por causa desse setor. Então, pelo amor de Deus, veemência, mas não enfarte, não, porque a gente precisa de você.

Eu quero dizer a vocês o seguinte: eu comecei a luta pela democratização dos meios de comunicação com Daniel Herz, em 1979. Fizemos eventos no Brasil todo. Então, é uma luta inglória, chata, sofrida.

Considero que vocês que estão aqui foram escolhidos por uma divindade, porque é preciso muita força de vontade para continuar nessa luta. Nós estamos lutando com pessoas de alto nível de potência, de grana, de mercado, que estão apoiando. Então, não é uma luta fácil, não. Eu acho que nós estamos dando passos aos poucos. Nós ganhamos uma eleição; não ganhamos uma revolução. Então, nós temos que fazer as coisas dentro do possível.

O Canal da Cidadania é um ganho fantástico. Agora, nós temos que separar duas coisas. Nós precisamos de recursos para implantar a TV, para a instalação do sistema de transmissão. Eu acho que o BNDES deveria ter uma hora de falação aqui para explicar onde está todo esse recurso. O.k? Uma hora, no mínimo.

Eu vou contar um fato. A Senadora me pediu, um mês atrás: "Carlos, eu quero que você faça um levantamento, por meio de uma cartilha ou de alguma outra coisa, de todas as fontes de recursos existentes neste País para a comunicação comunitária". Estamos terminando de fazer, inclusive com delta t, com tempo de vocês virem para dentro do Congresso lutar por emendas. (*Palmas.*)

Vocês são importantíssimos neste movimento. Gente, com raras exceções, a maioria dos Parlamentares atua sob pressão, principalmente midiática, e vocês têm comunicação na mão. Não se esqueçam disso.

A outra fonte de recurso que vejo todo mundo aqui pedir é a operacionalidade de um canal de TV comunitária e de rádio. Qual a operacionalidade de que falo? Tanto a operação de área quanto de manutenção, como acontece com o da Câmara, que está

quebrado e não tem dinheiro para consertar. Então, é nesse outro recurso que está o nó da questão. Por isso, essa cartilha vamos fazer, através da liderança da Senadora Ana Rita, pois vai ser muito importante para darmos continuidade a esse sistema de comunicação.

Vamos lá, rapidamente.

Acho que esse fórum aqui – Paulo, você também tem sofrido, o cabelo já está grisalho, inclusive, lutando para tudo acontecer – vai ser importante para sensibilizar mais gente de que o bolo publicitário do Governo Federal e estadual tem que ser dividido. Não pode ficar 70% na mão de uma mídia, de uma só, não vou nem... Vocês sabem de quem. Não pode. Isso tem que ser dividido. Vou dar um exemplo: a *Carta Capital* estava morrendo à míngua. Só agora começou a receber um pouquinho mais de incentivo publicitário. Então, acho que – viu, Paulo? – esse fórum pode sensibilizar para que esse bolo seja dividido.

Outra coisa que eu queria falar para vocês é o seguinte: em Sete Lagoas, meu querido amigo, preste atenção, se vocês separaram 2 milhões para implantar o canal da cidadania, Deus queira que isso esteja lá disponível, porque você vai passar uns dez anos trabalhando com esse dinheiro. Por quê? Deixe-me explicar para vocês. Uma cidade com topografia relativamente plana e com um perímetro razoável, de 10km, 5km de raio, ou seja, 10 ou 15 de diâmetro, precisa de um transmissão de 50, 100 watts, gente. Uma estação de transmissão custa R$100 mil, e não R$2 milhões, R$1,5 milhão, é lógico. É R$1,5 milhão o que o Haddad vai botar em São Paulo, no Município, porque ele precisa alcançar um raio enorme. O *lobby* de radiação dele tem que ser muito grande, mas, o de cidades pequenas, custa R$100 mil.

Então, acho o seguinte: vamos lutar por recurso público, agora, gente, não deixe a peteca cair, não. Essa é uma luta inglória. Vamos partir para gerar recurso no Município, vamos fazer jogo de futebol, vamos fazer quermesse, bingo, sei lá o quê. Inventem alguma coisa, e vamos gerar dinheiro. Essa é uma luta danada, rapaz, não é uma luta fácil, não.

Enquanto a Senadora está alterando os dispositivos legais para fornecer mais dinheiro para a gente, vamos lutar com o que a gente tem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos fazer feijoada.

O SR. CARLOS DES ESSARTS HETZEL – Feijoada. Vamos fazer qualquer coisa! A gente tem que ir à luta.

Gente, eu queria agradecer, mais uma vez, ao Paulo pelo incentivo; à Senadora Ana Rita, que é militante desse setor; às pessoas que muito nos ajudaram; à liderança do PT, na pessoa do Senador Wellington Dias; ao Senador Walter Pinheiro, da Bahia – se tiver alguém da Bahia aqui, digo: vocês estão muito bem servidos de Senador –; aos do Espírito Santo. Então, eu queria agradecer a essas pessoas que sempre lutaram com a gente e vou repetir: gente, vocês foram escolhidos por uma divindade maior, porque não é fácil essa luta.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Carlos, assessor da Liderança do PT aqui no Congresso. Quero aproveitar para agradecer a toda esta Mesa; agradecer, mais uma vez, ao Octavio Pieranti, ao Paulo Miranda, ao Nelson Breve, a todos vocês que estão aqui representando diversos canais comunitários, diversas TVs comunitárias e dizer da nossa alegria de poder recebê-los aqui hoje. Esta Comissão estará sempre de portas abertas para recebê-los. Dentro de nossas possibilidades, vamos oferecer também as nossas contribuições.

O Carlos tem sido um grande colaborador nosso, tem sido um incansável lutador, juntamente com o Paulo Miranda. Então, tenho certeza de que no momento em que vocês precisarem, todos os dois continuarão à disposição de vocês, oferecendo suas contribuições, abrindo portas, construindo pontes com os ministérios, com o BNDES, com a EBC, enfim, com todos vocês, com o Ministério das Comunicações, cujas portas eu sei que já estão abertas. Enfim, para o que precisarem esta Comissão de Direitos Humanos estará inteiramente à disposição. E caso haja necessidade de reformulação da legislação – e é o que nós estamos pensando –, queremos continuar dialogando com vocês, continuar conversando. Quem sabe, Paulo, através do fórum também, para fortalecê-lo, porque é um espaço importante de debate que você já vem, há muitos anos, há seis anos, não é isso?

O SR. PAULO MIRANDA (*Fora do microfone.*) – Desde 2001.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Desde 2001, vem se reunindo. Então, é importante fortalecer o fórum também.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Continuaremos, posteriormente, em um segundo momento, com uma reunião deliberativa da Comissão de Direitos Humanos.

Por ora, agradeço a presença de todos vocês.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 37 minutos.)

ATA DA 60ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS

E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA APÓS O TÉRMINO DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às treze horas e quarenta e sete minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e treze, no Plenário número três, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ana Rita e Paulo Paim. O Senador João Capiberibe justifica sua ausência, nos termos do Requerimento nº 1304, de 2013 – PLEN. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião e passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **Item único. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 99, de 2013**. Autoria: Senador Paulo Paim. Requer a realização de audiência pública para debater o tema: "Objetivos do Fórum Mundial de Direitos Humanos e o Processo de Participação Popular". As convidadas sugeridas são: Ministra Maria do Rosário, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos; Secretária Patrícia Barcellos, Secretária Executiva da Secretaria de Direitos Humanos. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da Palavra a Senadora Ana Rita e o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora Ana Rita

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 60ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião se dedica exclusivamente à votação de requerimentos.

Item único da pauta.

Requerimento de autoria do Senador Paulo Paim.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 99, de 2013

REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o tema: "Objetivos do Fórum Mundial de Direitos Humanos e o Processo de Participação Popular". As convidadas sugeridas são: Ministra da Secretaria Nacional de Direitos Humanos – Maria do Rosário; Secretária Executiva da Secretaria de Direitos Humanos– Patrícia Barcellos.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador para fazer os devidos encaminhamentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De forma bem rápida, eu os farei.

V. Exª, ao ler o requerimento, já falou, na essência, da importância dessa audiência pública que queremos realizar amanha, em parceria, naturalmente, com toda esta Comissão e com a presença de V. Exª. A convidada principal será a Ministra Maria do Rosário, que fará uma demonstração da importância desse evento. Por isso, peço a aprovação do requerimento, sem deixar de cumprimentá-la pela brilhante audiência pública que V. Exª propôs e coordenou, no dia de hoje, sobre as TVs Comunitárias. Esse é um canal popular integrado – como diz o meu amigo Olívio Dutra, integrado e integrador –, porque vai na linha de permitir à população ter acesso direto a todas as informações. E é claro que o Estado, o Governo tem papel fundamental. Eu assisti às reivindicações deles, foram encaminhadas a V. Exª, e sei que, corretamente, V. Exª encaminhará aos canais competentes.

Meus cumprimentos a V. Exª. Parabéns pela audiência.

Amanhã, se der tudo certo, estaremos aqui com a Ministra Maria do Rosário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Aproveito, Senador Paim, para dizer que a audiência pública está marcada para amanhã, terça-feira, às 9 horas, aqui neste mesmo Plenário, com a presença da Ministra Maria do Rosário, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e também da Secretária Executiva da Secretaria de Direitos Humanos, Patrícia Barcellos.

Essa audiência de amanhã tem como objetivo fazer todo esclarecimento a respeito dos objetivos do Fórum Mundial de Direitos Humanos e o processo de participação popular.

Então, aproveito este momento para convidar todos os Senadores e Senadoras para que estejam presentes aqui. Também teremos o e-Cidadania, nesse horário, para que possamos... Vamos ver se o Portal e-Cidadania também pode dar divulgação a essa audiência pública tão importante e que deverá também ser...

O Fórum Mundial de Direitos Humanos prevê a realização de ventos nos Estados. Então, é importante que as pessoas conheçam quais são seus objetivos para que os Estados também se mobilizem, se articulem, se organizem para o Fórum Mundial.

Mais alguma coisa?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se me permitir, Presidenta, faço só um complemento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Ministra falará amanhã e nós participaremos da conferência. Eu serei coordenador de uma Mesa, indicado por V. Exª, da Comissão de Direitos Humanos, que discutirá o custo de vida dos idosos. É um evento internacional. Nós vamos analisar a situação, no Brasil e no mundo, dos idosos. Esse é um dos eventos. Por isso que, mais do que nunca, acho que o esclarecimento que a Ministra Maria do Rosário dará amanhã para os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, para a sociedade é fundamental. Eu só falei de um evento, mas dezenas de eventos acontecerão nesse período.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Na verdade, Senador Paulo Paim, para quem já participou do Fórum Social Mundial, nós podemos dizer que o Fórum Mundial de Direitos Humanos vai ter uma metodologia muito semelhante, ou igual mesmo, à do Fórum Social Mundial, ou seja, diversos eventos, seminários, oficinas serão realizados simultaneamente. Acontecerá no ano que vem, não é isso? Será em dezembro deste ano, de 10 a 13 de dezembro, o Fórum Mundial de Direitos Humanos.

Então, todos nós estamos convidados.

Esse dia de amanhã será de fundamental importância, porque teremos todos os esclarecimentos necessários para que as pessoas se mobilizem, se articulem e possam participar do Fórum Mundial de Direitos Humanos.

Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 13 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 52 minutos.)

ATA DA 61ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ana Rita, Wellington Dias, Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Lídice da Mata e Osvaldo Sobrinho. O Senador João Capiberibe justifica sua ausência, nos termos do Requerimento nº 1304, de 2013 – PLEN. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 99, de 2013, aprovado em 18/11/2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: "*Objetivos do Fórum Mundial de Direitos Humanos e o Processo de Participação Popular".* A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, ao tempo em que solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Ministra Maria do Rosário Nunes, Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e Patrícia Barcelos, Secretaria Executiva da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A Senhora Presidenta franqueia a palavra a diversos representantes de entidades presentes no plenário da CDH, nesta ordem: João Florência Pimenta, Presidente da COBAP – Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil; Dinarte da Páscoa Freitas, representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF; e Caio Marcelo, representante da Pastoral Povo da Rua da Arquidiocese de Brasília. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados para suas considerações finais. Às nove horas e trinta e nove minutos a Senadora Ana Rita passa a presidência dos trabalhos para o Senador Paulo Paim. Às dez horas e trinta e dois minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos: 1) enviar à família de jovem que cometeu suicídio no Estado do Piauí carta

de apoio; 2) verificar junto ao governo federal a possibilidade de serem realizadas campanhas publicitárias em rádio e TV, a fim de que as informações divulgadas nas redes sociais não firam os direitos humanos das pessoas. Sugerir que a campanha tenha foco na adolescência, para coibir a divulgação da intimidade dos jovens; 3) construir audiência pública conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a Comissão de Ciência e Tecnologia para tratar da publicidade pelas redes sociais e para debater formas de controlar a divulgação de inverdades e da privacidade e intimidade das pessoas por meio das redes. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras e Senhores Senadores Ana Rita, Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Wellington Dias e Osvaldo Sobrinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora Ana Rita

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 61ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 99, de 2013, da CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 19 de novembro de 2013, para debater o tema "Objetivos do Fórum Mundial de Direitos Humanos e o Processo de Participação Popular". Esta audiência será realizada com caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania – o *link* é bit.ly/CDHForumMundial, conforme aparece na tela – e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Já contamos, aqui, com a presença da nossa Ministra Maria do Rosário, Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – queremos muito agradecer a presença da Ministra –, e com a presença de Patrícia Barcelos, Secretária Executiva da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Convido também, para compor a Mesa, o Senador Paulo Paim, autor do requerimento. (*Palmas.*)

Obrigada, Senador Paulo Paim; obrigada, Ministra Maria do Rosário e Patrícia Barcelos, Secretária Executiva.

Antes de conceder a palavra à Srª Ministra e à Srª Patrícia, vou fazer aqui algumas considerações iniciais.

Como de costume, sempre que abrimos uma audiência pública, tentamos situar quem nos acompanha pela TV, para que possa compreender um pouco o contexto da audiência pública.

O Fórum Mundial de Direitos Humanos acontecerá em Brasília, no período de 10 a 13 de dezembro de 2013. O Fórum Mundial de Direitos Humanos é uma iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que tem como Ministra a Srª Maria do Rosário Nunes. Esse Fórum tem como objetivo promover um espaço de debate público sobre direitos humanos, no qual serão tratados seus principais avanços e desafios, com foco no respeito às diferenças, na participação social, na redução das desigualdades e no enfrentamento a todas as violações de direitos humanos. O Fórum será um espaço de debate público sobre direitos humanos, no qual serão tratados seus principais avanços e desafios, com foco no respeito às diferenças, na participação social, na redução das desigualdades e no enfrentamento a todas as violações de direitos humanos.

A Conferência de Viena, em 1993, sobre direitos humanos, ficou marcada por grandes avanços na definição conceitual e de concepção de direitos humanos. Foi nesse encontro internacional que se chegou às concepções e compreensões de que direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes e têm interligação com democracia e com desenvolvimento. Esses avanços justamente foram possíveis graças ao intenso intercâmbio de ideias de povos de todo o mundo. E é nisso que reside a importância da realização do Fórum Mundial de Direitos Humanos no Brasil. Esse encontro de ideias poderá trazer novos avanços, e certamente os trará.

A Ministra Maria do Rosário, no dia do lançamento do Fórum, disse que o Estado sozinho não consegue promover os direitos humanos e que é preciso uma maior participação da sociedade e dos movimentos sociais na efetivação desses direitos. Lembrou que – cito aqui, Srª Ministra, uma parte da sua fala no dia do lançamento do Fórum –: "Os Estados nacionais e o Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos devem ter em conta, mais e mais, a existência de uma sociedade civil autônoma, independente, crítica e organizada."

V. Exª ainda afirmou: "Somente com uma agenda que integre a Nação em torno dos direitos humanos poderemos dar um salto em direção ao futuro".

Na oportunidade, V. Exª fez um chamado à sociedade brasileira e aos movimentos internacionais para integrarem o Fórum, organizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em parceria com a sociedade civil.

É com este espírito, com o objetivo de somar esforços que convidamos V. Exª para estar hoje aqui, na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Queremos conjugar esforços com a Secretaria para que o evento contribua para um novo arranjo no plano internacional, que tenha como foco a redução das desigualdades.

Queremos nos somar aos esforços da Secretaria de Direitos Humanos e trabalhar, permanentemente, para consolidar uma era de direitos humanos.

Pergunto ao Senador Paim se gostaria de fazer alguma colocação inicial, como autor do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu só quero ouvir a nossa querida Ministra. Ouvindo-a, estarei contemplado. Estou satisfeito aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada.

Concedo, com muita alegria, com muita satisfação, com muito respeito, a palavra à nossa Ministra Maria do Rosário Nunes, que é Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Srª Ministra, fique à vontade pelo tempo que for necessário.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Obrigada.

Eu quero agradecer, inicialmente, à Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, agradecer toda a dedicação que a sua condução desta Comissão tem tido em relação à Secretaria de Direitos Humanos e a atuação em direitos humanos no Brasil, com reconhecimento.

Quero reconhecer também e agradecer ao autor desse requerimento e ex-Presidente desta Comissão, que também, ao longo do seu período como Presidente, foi incansável e permanece sendo dedicadíssimo no relatório de vários temas muito relevantes aqui na Comissão, Senador Paulo Paim, a quem faço uma saudação, pedindo licença à Senadora Ana Rita, como meu conterrâneo e meu Senador representante do Rio Grande do Sul também.

Senadora Ana Rita, eu quero dizer também a todos vocês e a todas vocês que me sinto muito honrada em estar a esta Mesa, com a presença da Patrícia Barcelos, que é Secretária Executiva da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que atua como Ministra substituta, é a minha substituta direta e é a coordenadora executiva desse Fórum, com a sua equipe.

Faço uma saudação a todos vocês, na figura do Agostinho Veith, que tenho a oportunidade de ver aqui, histórico defensor dos direitos humanos. Refiro-me também à Denilda, que tem sido excepcional no trabalho de condução organizativa, e agradeço a todos os senhores e senhoras a oportunidade de estar aqui com vocês ao longo deste trabalho de sua equipe excepcional e a equipe da Senadora Ana Rita, no trabalho da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Senhores e senhoras, o Fórum Mundial de Direitos Humanos está organizado voltado a fomentar a ideia, uma generosa ideia de que todas as pessoas, dentro do nosso País, devem agir na proteção dos direitos humanos, de que o Estado brasileiro deve fazer a sua parte, seja o Poder Executivo, o Judiciário, o Parlamento, o Poder Legislativo, as diferentes esferas, o Ministério Público, a Defensoria Pública. As estruturas do Estado precisam realizar a sua parte, orientadas e cumpridoras, que devem ser sempre, da Constituição Federal de 1988, que é a Constituição que alçou o tema da dignidade humana à principal referência de organização do País, meu querido Senador Eduardo Suplicy.

Mas o nosso trabalho cotidiano, em todos os lugares do Brasil e também nas relações internacionais, Senadora Ana Rita, diante de um mundo que vive tantas contradições, que vive a situação das guerras, que vive as desigualdades, que vive a situação da migração humana de pessoas que buscam lugar, um lugar no mundo para conseguirem sobreviver às guerras ou à pobreza extrema, sejam pessoas que saem das regiões de conflito, na Síria ontem ou alguns anos atrás, no Iraque; ou palestinos que vivenciam cotidianamente a destruição, muitas vezes, dos seus direitos diante das guerras continuadas; pessoas, em diversos lugares do mundo, que vivem a situação da guerra e do desespero; crianças, idosos, alvos civis que são atingidos; ou se pudermos nos referir à condição dos haitianos, que, diante de circunstâncias tão difíceis ao longo da história daquela nação e, posteriormente, do próprio terremoto, vivenciam a ausência de possibilidades e migram para o nosso País na busca de novas oportunidades que ainda não encontram naquela nação... e é, inclusive, uma responsabilidade do Brasil, diante das tarefas que recebeu das Nações Unidas, ampliar sempre uma vocação para o acolhimento e o atendimento social, humano e econômico muito mais do que ser uma força militar no próprio Haiti.

Então, pensando nos migrantes, pensando nos refugiados de guerra, pensando naqueles que vivenciam a pobreza extrema em diversos lugares do mundo, pensando no nosso continente latino-americano, que, ao longo de tantas guerras, teve como marca a Operação Condor, uma conexão das nações, dos Estados

nacionais, perversamente estruturada para organizar a perseguição aos ativistas políticos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu só vou pedir licença um pouquinho, Ministra, porque preciso me ausentar e vou pedir ao Senador Paim para presidir, porque eu sou Relatora de um projeto na outra Comissão e já está na hora de relatar.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Muito obrigada, Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Retorno assim que for possível.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Bom trabalho.

Sabemos que a ação legislativa é assim mesmo: várias ações ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só assim eu vou poder presidir com você falando.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Imagina, querido.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vá lá, Ministra.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Então, pensando no mundo, nos que sofrem com a violação dos seus direitos humanos no mundo, na nossa América Latina, na necessidade de o Cone Sul, este continente, estar cada vez mais alinhado com o Mercosul, não apenas em uma perspectiva econômica, mas também numa perspectiva cultural, humana, de superação das desigualdades, dos preconceitos, fazendo valer os tratados de residência, acolhendo os nacionais de todos esses países como pessoas que são parte da nossa própria história, vivência e cultura.. E pensando, sobretudo, no Brasil, aí, Senador, diante do nosso trabalho, do seu trabalho, do trabalho desta Comissão, em cada lugar do Brasil, da luta das pessoas para fazerem superar a violência, nós estamos trabalhando na organização desse fórum para uma interação do Governo, do Estado e da sociedade civil brasileira e mundial para superação da violência e organização dos setores populares justamente para darmos passos mais firmes no sentido da superação das desigualdades.

Por que falar da violência? Porque essa é uma das principais chagas do nosso País. Senador Paulo Paim, nós temos uma legião de mães, de pais, de familiares que sofrem, todos os dias, a ausência dos seus entes queridos. A marca de termos, em média, 50 mil pessoas assassinadas por ano no Brasil não nos orgulha. Nós devemos trabalhar para uma sociedade mais tolerante, para relações de paz, para a superação da violência institucional e para a superação de um marco que nós estamos vivendo que é o da banalização da vida, como se ela não valesse. Hoje, os mais atingidos por essa violência são os jovens pobres, negros, as pessoas que moram nas periferias. Diante deles, nós precisamos oferecer respostas, e as respostas que deveremos dar são respostas no âmbito da economia e da inclusão social, que o Presidente Lula e a Presidenta Dilma produziram e produzem com total dedicação para um Brasil que vive o pleno emprego, porque o pleno emprego e as oportunidades econômicas e sociais estabelecem uma projeção real de futuro, orientam a Nação brasileira, sobretudo a juventude, para o fato de que há esperança, há um futuro e há motivos para realmente não cedermos ao crime organizado, às ações organizadas, enfim, que levam à morte e à banalização da morte em nosso País.

Mas, por outro lado, quero sublinhar que, se demos passos tão importantes rumo à superação da miséria extrema – e o fizemos com a renda básica, uma luta histórica do Senador Suplicy, reconhecida por todos nós –, se nós temos esse trabalho já construído, com passos tão firmes em nosso País, do ponto de vista da superação da violência, nós ainda não caminhamos com tudo aquilo que devemos estruturar.

E precisamos romper os estereótipos. Os direitos humanos não se associam à violência; os direitos humanos não são coisa de bandido, como tantas vezes nós ouvimos falar. Os direitos humanos, garantidos e assegurados, significam as garantias individuais que a Constituição estabelece, significam direitos básicos e inalienáveis a todas as pessoas, de modo universal, indivisível e interdependente, como a Senadora Ana Rita destacou no início desses trabalhos. Justamente para que os direitos humanos sejam motivadores de uma sociedade sem violência ou com menos violência, nós estamos movidos para a realização desse fórum. O fórum significa um convite a todos os brasileiros e brasileiras, a todas as pessoas do mundo para que se engajem como defensoras de direitos humanos.

Na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Patrícia acompanha a coordenação desse trabalho, ajudando-nos e colaborando para resolver as questões cotidianas que nós vivenciamos. Nós temos, ali, um programa de proteção de defensores de direitos humanos que são ameaçados de morte.

Ontem mesmo estive na Paraíba, Senador Paulo Paim, acompanhando o julgamento, que acabou por ser adiado mais uma vez, onde se discute o primeiro incidente de deslocamento de competência para a esfera federal, para a Justiça Federal, de um caso de morte, no Brasil, de um defensor de direitos humanos, uma pessoa que foi morta, como muitas outras, por

grupos de extermínio do nosso País, e essa morte foi motivada pelo fato de essa pessoa defender outras pessoas. Manuel Mattos não buscava o interesse pessoal; ele não trabalhava para si próprio; ele trabalhava na divisa entre a Paraíba e Pernambuco como advogado, defendendo os direitos das famílias pobres, das pessoas sem terra e daqueles que já haviam sido vítimas das forças políticas e econômicas que se estruturam no Brasil, tristemente para nós, na forma de milícias ou grupos de extermínio para defender os seus privilégios.

Manuel Mattos foi morto em janeiro de 2009. Nós vamos ter, no próximo ano, portanto, cinco anos desde a morte de Manuel Mattos. No final de 2010, a Justiça Federal arguiu o deslocamento de competência; portanto, nós já temos cerca de três anos desde o deslocamento de competência e, mais uma vez, não tivemos o julgamento. Manuel Mattos, assim como a Irmã Dorothy, como Maria do Espírito Santo, no Pará, como Patrícia Acioli, no Rio de Janeiro, podem ser considerados defensores de direitos humanos.

A Secretaria de Direitos Humanos, no seu programa de defensores, tem a responsabilidade de defender as pessoas que atuam na defesa de outras pessoas, como defensores de direitos humanos, das ameaças que sofrem, e nós realizamos isso em todos os Estados, em todas as unidades da Federação, por meio de um sistema que se articula da melhor forma possível, ainda que com muitas ausências, com muitas dificuldades.

Eu quero dizer a vocês que nós não conseguiremos salvar os defensores de direitos humanos se não tivermos todo o Brasil como defensor de direitos humanos. Nós não podemos ter um programa que defenda aquele defensor que está ameaçado por lutar pelos índios no Mato Grosso, ou no sul da Bahia, ou pelos quilombolas no Maranhão, ou no Pará. Nós não podemos ter um programa que diga que um ou outro é defensor, porque na periferia do Rio de Janeiro ou de São Paulo se coloca entre o crime e a juventude para defender os jovens. Nós não podemos ter apenas como defensores os que expõem a sua própria vida em defesa da vida dos seus irmãos, porque para defender os que defendem a vida, nós precisamos ter um País que aja assim.

Por isso, este fórum está acontecendo, na esperança de que todos nós possamos levantar, neste momento, uma identidade em cada brasileiro que se coloque claramente como defensor de direitos humanos. E, dessa forma, nós teremos condições de ter um Brasil mais justo, que inclusive faça as reformas que nós não fizemos, a reforma das polícias e da segurança pública, que continuam formadas pelos manuais antigos do período da ditadura militar; uma reforma do judiciário, em que efetivamente haja o acesso à justiça como um direito para todos os brasileiros; uma reforma, Senadora Lídice da Mata, das instituições de um modo geral que trabalhem a defesa da vida como o fundamental no seu marco de atuação.

Por isso, o fórum, que não é governamental, que tem o esforço governamental para realizar-se, mas que está voltado e organizado com a sociedade civil, com mais de 600 organizações da sociedade civil do mundo que participam da organização do fórum, com esta Comissão de Direitos Humanos, que participa da organização do fórum.

Depois, a Patrícia citará as servidoras – a Leoni, que participa da organização, que merece todo o destaque. A Patrícia, depois, fará os registros adequados para demonstrar o quanto o Senado Federal está engajado nesse projeto. Esse fórum pertence ao Brasil, à sociedade civil mundial, e nós estamos cumprindo, nos aproximando, porque sempre existem ausências e lacunas a serem preenchidas, mas nós estamos nos aproximando um pouco mais de cumprir o nosso dever: compartilhar, com a sociedade brasileira e mundial, a tarefa da defesa dos direitos humanos.

Eu renovo meu agradecimento ao Senador Paulo Paim, ao Senado Federal, agradeço todos os dias pelas oportunidades que temos de trabalhar conjuntamente, e quero declarar a vocês que, diante da tarefa que a Presidenta Dilma Rousseff me ofereceu, para a qual me chamou, de estar à frente da Secretaria de Direitos Humanos, sem nenhuma retórica indevida, eu quero dizer a vocês que eu vou, nesse trabalho, a cada dia, tendo noção de que a humildade e a dedicação devem ser uma das características essenciais desse trabalho.

Porque, tanto lá na Paraíba, Senador Paulo Paim, ao lado da D. Nair, mãe do Manuel Matos, como em cada lugar do Brasil em que tive oportunidade de estar com as mães das crianças e jovens que perderam a vida no nosso País, eu quero dizer a vocês que, diante dessas pessoas, nós temos uma dívida impagável.

Nós estamos, sim, realizando ações que procuram resgatar a verdade e a memória sobre o tempo da ditadura. Fizemos, na semana passada, uma ação que tem a ver com os nossos dias, porque a reparação e a justiça têm sempre a ver com o momento que estamos vivendo e a formação do futuro. Foi isso que nos moveu a atender à família do Presidente João Goulart e realizar o processo exumatório, e a decisão da Presidenta Dilma de, na presença dos restos mortais do Presidente João Goulart, em Brasília, oferecer as honras de chefe de Estado que ele não recebeu quando morreu no exílio, em 1976.

A reparação diante das famílias do Araguaia, as famílias que têm os seus desaparecidos no Cemitério

de Perus, a reparação diante da família do Presidente João Goulart é uma obrigação do Estado brasileiro democrático de hoje; é uma obrigação dos defensores de direitos humanos. Ao mesmo tempo, os nossos olhos, os nossos ouvidos, a nossa dedicação estão focados também nas repercussões dos terríveis atos da ditadura militar nos dias atuais; no distanciamento entre as polícias e a gente simples do nosso País; no abuso de autoridade diante das pessoas que são negras, daqueles que são vistos sempre como um risco, motivada essa situação e essa condição pelo racismo que ainda permanece, pela ausência de direitos, pelas discriminações, homofobia e todas as formas que fazem caracterizar uma pessoa como menos relevante, menos importante e menos detentora de direitos do que outra.

Lutar contra isso tudo, diante do que ocorreu, e defender, hoje, que os direitos humanos devem pertencer a cada pessoa; que nós devemos superar toda e qualquer discriminação, e essa é a luta de vida do Senador Paulo Paim, da Senadora Ana Rita e minha também aqui ao seu lado, deve nos mover a realizar esse fórum com a esperança de que nós teremos, sim, um Brasil de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

E, a mim, portanto, só resta agradecer, diante dos senhores, à Patrícia Barcelos e à equipe que coordena o fórum, à sociedade civil pela confiança, ao Senador Paulo Paim, ao Senador Eduardo Suplicy, à Senadora Ana Rita, à Senadora Lídice da Mata, a toda a Comissão pela dedicação a essas causas, ainda aguardando que neste ano o Senado Federal possa votar a PEC do Trabalho Escravo e possa oferecer ao Brasil um instrumento que dá fim ao trabalho escravo. (*Palmas.*)

Eu tinha um pedido ao Senador Presidente, Renan Calheiros, de que ele pudesse promulgar esta PEC no dia 20 de novembro, amanhã – acho que não será mais possível a sua promulgação –, mas, quem sabe, meus amigos e minhas amigas, a votação desta PEC. (*Palmas.*)

Quem sabe, em uma lembrança e em uma homenagem a Zumbi dos Palmares, o Senado Federal dê um ponto final ao trabalho escravo no Brasil, aprovando a PEC do trabalho escravo que tramita há 14 anos nas duas Casas Legislativas, e que está pronta para votação. A votação do Senado significará, pelo trabalho do Líder Jucá, pelo trabalho do Líder Eduardo Braga, pelo trabalho do Senador Renan Calheiros, do Senador Paulo Paim, de todos vocês, da Senadora Lídice, do Senador Eduardo Suplicy, o fim dessa matéria e a possibilidade da promulgação. E o Senador Paulo Paim me disse que tem condições de amanhã, 20 de novembro, e eu lhe agradeço muitíssimo, colocar em votação nesta Comissão o Projeto de Lei nº 122, que trata do fim das discriminações motivadas pela homofobia e todas as demais discriminações, trabalho que o Senador Paulo Paim já realizou e realiza desde o momento em que aprovou a lei contra o racismo no Brasil. (*Palmas.*)

Eu gostaria de destacar também como extremamente honrosa e emocionante a possibilidade de que a sessão realizada em 1º de abril de 1964, quando, de forma não apenas inadequada, mas em que a motivação para deposição do Presidente João Goulart foi estabelecida com bases não verdadeiras... A informação dada ao Plenário foi de que o Presidente não se encontrava no Brasil, e hoje farta documentação, inclusive da FAB, que levou o Presidente até o Rio Grande do Sul, indica que ele permanecia no Brasil no momento em que foi deposto na sessão do Congresso Nacional. Dado que o Presidente do Congresso à época disse que a deposição do Presidente João Goulart se dava porque ele já não estava no Brasil, e considerando os fatos históricos dizem que ele estava no Brasil, com franca comprovação, é muito importante a iniciativa dos Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Simon – e quero reconhecer isso de público –, de anulação daquela sessão para que os fatos históricos sejam repostos e estabelecidos na forma adequada e o Presidente João Goulart possa receber não apenas as honras de Chefe de Estado, como também possa receber do Senado Federal, do Congresso Nacional, a devida e verdadeira versão de que ainda se encontrava em solo pátrio, seu solo para o qual sempre procurou voltar. (*Palmas.*)

Concluo dizendo que tudo isso trata de direitos humanos: as crianças, os jovens, as pessoas com deficiência, no enfrentamento ao racismo, os idosos, a história, a memória, quem nós somos, o cuidado entre as pessoas. Tudo isso trata de direitos humanos, tudo isso, com a presença dos Senhores, estará na agenda do dia 10 de dezembro, que é a data dos 65 anos da Declaração Universal. Eu diria a vocês que, no Brasil, o principal marco mundial dos 65 anos da Declaração Universal será a realização do Fórum Mundial dos Direitos Humanos, em Brasília, no próximo dia 10 de dezembro.

Muito obrigada a todos vocês.

Obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ministra Maria do Rosário, eu queria aproveitar este momento, antes de passar à Patrícia, para dizer que, de fato, amanhã, esta Comissão, não por ser 20 de novembro, o que já é muito importante, como V. Exª destacou, ela terá a grande oportunidade. De apontar no sentido de que o Brasil possa se alinhar com a legislação mais moderna, mais

avançada, do mundo em matéria de direitos humanos. Por que faço esse depoimento agora? Porque V. Exª ajudou muito na redação do substitutivo que vamos apresentar amanhã.

Eu apenas fico triste, e lhe confesso, mas a alma está calma, leve, ciente do dever cumprido, com o relatório que já entreguei e vou ler amanhã, porque sei que estou perseguindo a justiça, para que ela aconteça efetivamente para aqueles que, devido à sua orientação sexual, são perseguidos, são torturados, são ofendidos, são mutilados e até assassinados em grande escala. Ora, se um homem público, ciente disso, pode apresentar um projeto construído pela sociedade que combata isso e não tem coragem de assumir a sua posição. com todo respeito, que vá para casa. (*Palmas.*)

O que ele quer na vida pública? Quem está na vida pública tem dever com a verdade, com a realidade, com políticas de direitos humanos. O que me deixa triste é a tentativa de distorção desonesta do relatório. O relatório, e dialoguei com tanta gente, não tenho vergonha de reconhecer, principalmente com V. Exª, que sempre me procurou para discutir esse tema, e nós nos preocupamos... Primeiro, diziam que iam fazer uma lei específica para esse setor da sociedade. Fizemos uma lei ampla, onde estão todos os preconceitos. Ali estão os idosos, as crianças, as mulheres, negros, índios, tudo numa única lei. Fizemos isso. Segundo, com relação aos templos religiosos, colocamos lá um artigo, dialogamos com todos, respeitando o espaço dos templos religiosos. Todos concordaram. Alguns dizem que a comunidade *gay*, a LGBT, é sectária, mas eles concordaram, disseram para mim: "Coloca, País, não há problema nenhum para nós." Na questão da homofobia, havia setores que não queriam a palavra "homofobia". Não há problema, não entra a palavra "homofobia" no texto. Entra que essa lei combate o ódio, a intolerância e o preconceito daqueles que têm, em relação à orientação sexual.

Se a palavra "homofobia" é o grande problema, tiramos fora. Tiramos até a palavra "homofobia". E ainda tem alguém que escreve um texto e bota nas redes dizendo que o nosso substitutivo proíbe até que alguém possa dizer, ou pensar, ou ter opinião sobre essa questão. O texto não proíbe nada. O texto é um texto amplo. E, olha, eu fiquei impressionado com a grandeza dos setores, inclusive do Movimento Negro, porque havia uma questão no início... e eu estou aproveitando a sua presença, Ministro, antes de passar para a nossa Patrícia, que V. Exª faça uma consideração rápida da importância deste dia. No próprio Movimento Negro, havia uma discussão: "Vamos colocar numa única lei todos?" Eu digo: Meu amigo, nós negros – eu sou negro – somos tão discriminados quanto eles. Se nós podemos, numa única lei, botar todos os discriminados, por que não? Aí a Ministra Luiza Bairros entrou e também colaborou muito.

Enfim, todo mundo ajudou. Eu gostaria tanto que amanhã fosse uma sessão de unanimidade, que a gente votasse uma lei sinalizando para o mundo, dizendo que no Brasil, quem for perseguido – porque no fundo é isso, eles são perseguidos –, for difamado, for torturado, for agredido, for assassinado, pela sua orientação sexual, vai ter que responder pela lei. É o mínimo em matéria de Direito Humanos.

Por isso que, Ministra, se você puder dar uma passadinha aqui amanhã, fica o convite. Sabe do carinho que eu tenho por você, é muito grande. Sabe, não nego, de público, porque a gente tem que ter lado na história, que eu ainda acredito que V. Exª poderá, no futuro, estar aqui com a gente, como Senadora da República. (*Palmas*.)

Se quiser dizer alguma coisa...

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Eu quero apenas cumprimentar o Senador Paulo Paim e dizer que eu gosto muito dessa sua expressão, Senador Paulo Paim, de que nós temos que ter o sentido do dever. Eu aprendi isso muito com pessoas como o senhor, e quero destacar aqui, com a Presidenta Dilma.

Certa vez, ouvindo a Presidenta Dilma, ela fazendo uma referência quando lhe perguntaram sobre a coragem de enfrentar determinados temas e enfrentar a pobreza, enfrentar as situações, e ela disse que o principal que lhe movia ali estava representado no senso de dever. E eu tomo isso para mim como uma referência. Quando nós assumimos uma missão, devemos realizá-la.

E não podemos ter na vida pública uma atitude discriminatória. Então, o Senador Paulo Paim tem sido importantíssimo para que esse segmento também – e aí vou destacar –, o segmento dos homossexuais brasileiros, aqueles que sofrem a violência pela condição da sua orientação sexual, comecem a trilhar um caminho de direitos, porque nada na legislação assegura a eles, hoje, o direito igual aos demais brasileiros. E nós temos tido muita violência contra as pessoas simplesmente pelo fato de elas serem homossexuais. Nós não podemos permanecer com esse estado de coisas. Assim como o Senador Paulo Paim trilhou o caminho do enfrentamento ao racismo, com a lei contra o racismo, que transformou o racismo em crime inafiançável, e essa lei enfrentou a cultura racista... porque a lei tem esse poder, a lei contra o racismo contribuiu para o País enfrentar o racismo. (*Palmas.*)

Essa nova legislação proposta apresenta a idéia de que o Brasil não aceita crimes de ódio e intolerância. O que são esses crimes de ódio e de intolerância?

São aqueles movidos pela discriminação. É a mulher que é atingida pelo fato de ser mulher. É a pessoa negra que sofre uma discriminação, não é aceita em um lugar, porque é negra. E é também um homossexual, por ser homossexual.

Quanto às questões religiosas, o Senador Paulo Paim encontra aqui um diálogo importante, porque o Brasil tem, desde 1946, na Constituição, a liberdade religiosa plena. Então, nós não queremos jamais agir contra a liberdade religiosa. Defender a liberdade religiosa é um princípio de direitos humanos. (*Palmas*.)

O que nós queremos é que o Brasil tenha este equilíbrio: de um lado, plena liberdade religiosa, como deve ser; de outro lado, pleno respeito a todas as pessoas, nenhuma atitude racista em nenhum lugar, nenhuma atitude homofóbica em nenhum lugar, nenhuma atitude de discriminação às mulheres ou aos idosos.

Agora, o Senador Paulo Paim separa os templos. Por quê? Para sinalizar uma atitude de respeito em relação à religiosidade, simplesmente isto: para reforçar a ideia de que um templo, seja ele da Igreja católica, evangélica, luterana ou de religiosidades de matrizes africanas, que têm sido muito discriminadas e têm sido muito atingidas em nosso País, deve ser inviolável. Eu considero que a proposta do Senador Paulo Paim dialoga com essa questão da religiosidade de matriz africana de forma respeitosa. Então, se todos nós percebemos que há respeito a todos, por que não apoiarmos?

Portanto, queria fazer um apelo nos sentido de que possamos estar juntos e dizer que o senhor está de parabéns. É um trabalho construído a muitas mãos. Nós agradecemos e acreditamos que, do ponto de vista do enfrentamento à homofobia, este é um primeiro passo. Nós seguiremos defendendo avanços, leis, lutas, a comunidade LGBT sabe – fazendo nosso sistema nacional de enfrentamento à violência LGBT, reforçando isso –, mas, ao mesmo tempo, amanhã nós teremos um passo significativo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª merece uma boa nova...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Depois da brilhante exposição... Passo já para V. Exª.

Depois da brilhante exposição da Ministra, eu vou passar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Patrícia, você aguarde um pouquinho por favor.

Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É que merecem V. Exª, Presidente Paulo Paim, a Ministra Maria do Rosário Nunes, a Presidenta Dilma Rousseff e todos que nos empenhamos, uma boa notícia: acaba de ser anunciada a liberdade de Ana Paula Maciel em Moscou... (*Palmas.*)

Eu vou passar a nota a V. Exª para que...V. Exª merece porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A gauchinha.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Veja aí, na terceira página, a declaração da mãe dela, que vale a pena ser citada – no final da segunda página.

No final dessa segunda página, a mãe... Pode ler alto porque é bonita. A mãe de Ana Paula Maciel...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu vou ler. A pedido do Senador Eduardo Suplicy, que dá a boa notícia a esta Comissão, vou ler aqui uma frase da mãe de Ana Paula, Rosângela Maciel, que, ao receber a sentença, disse: "Esta é a mais bela notícia que eu recebo nos últimos dois meses, mas a justiça só será feita quando todas as acusações absurdas forem derrubadas. Uma pessoa que só faz o bem pelo Planeta, como minha filha, precisa ser reconhecida pelos seus atos, não acusada injustamente. Somente assim podemos ter fé no futuro".

Bela frase da mãe, que, além da liberdade da filha, defendeu a causa de alguém que luta em defesa do meio ambiente.

Senador Suplicy.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Parabéns, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Depois da Patrícia, eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, então agora passamos a palavra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Suplicy. V. Exª, como sempre, é muito gentil e mostra senso de oportunidade, porque a notícia foi dada aqui na Comissão de Direitos Humanos, comissão que fez moção de apoio, que já tinha uma comitiva que ia viajar com esse propósito – não sei se foi já; estava prevista a ida da Vanessa e de Humberto Costa, pelo PT.

Patrícia Barcelos, Secretária Executiva da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, uma das coordenadoras desse importante Fórum Mundial de Direitos Humanos, onde estarei com certeza, convidado que fui pela Ministra, participando de uma mesa. E o Pimenta, da Cobap, vai estar lá com todo um grupo de idosos que vão prestigiar o evento.

Parece que o limite é 300, ouviu, Pimenta? Se botar, você bota 1.000.

Vai lá, Patrícia.

A SRª PATRÍCIA BARCELOS – Bom dia a todas e a todos.

Faço um cumprimento especial à Senadora Ana Rita, que abriu esta reunião, mas que teve de se ausentar; ao nosso querido Senador Paulo Paim, autor do requerimento desta audiência pública; e também ao Senador Eduardo Suplicy, que acompanha. Naturalmente, faço uma saudação muito especial à Ministra Maria do Rosário, que é a nossa grande liderança no Fórum Mundial de Direitos Humanos.

Eu queria também registrar aqui a presença de pessoas do nosso comitê organizador que estão acompanhando, da sociedade civil, do nosso fórum.

Agradeço a todos os assessores do Senador Paulo, a Leoni e a Tânia, pelo grande apoio, enfim, por estarem nos ajudando a construir esse grande movimento de direitos humanos.

Agora, vou contar para vocês sobre a organização do fórum. A Ministra fez toda a fala conceitual, o que nos motiva, o que nos move a construir um Fórum Mundial de Direitos Humanos. Mas, antes, para vocês entrarem um pouco no clima do fórum, vamos apresentar um vídeo que fala sobre esse movimento, sobre as pessoas que estão participando, sobre o nosso local, enfim, sobre o fórum.

(Procede-se à execução de vídeo.)

(*Palmas.*)

A SRª PATRÍCIA BARCELOS – Há vários outros vídeos que nós estamos organizando. Eles têm justamente a ideia de construção colaborativa do fórum.

O Fórum Mundial vai acontecer praticamente em 20 dias. Já estamos muito próximos do fórum. Será no dia 10. A Ministra bem comentou que o dia 10 é o Dia dos Direitos Humanos, é o dia em que vamos comemorar 65 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e é o dia em que vamos iniciar o nosso Fórum, que acontecerá de 10 a 13 de dezembro aqui, em Brasília.

Eu vou passar direto aqui para já discutirmos um pouco a estrutura do fórum. Como o fórum trabalha de uma forma muito ampla e trabalha no sentido de construção coletiva para que todos os movimentos e militantes, defensores de direitos humanos, possam se reconhecer nesse espaço, ele é um espaço de participação plural. Então, nós temos várias organizações da sociedade civil, movimentos sociais, organizações internacionais, governos federal, estadual e municipal, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública. Também essas instituições e seus representantes em outros países, na forma como esses países se organizam.

Nós tínhamos uma meta inicial de 5 mil participantes do fórum e tenho a felicidade de contar a vocês que já atingimos 5 mil inscrições para o Fórum Mundial de Direitos Humanos, no dia 19. Então, nós, provavelmente, vamos passar. Em 20 dias a tendência é a de que a gente possa chegar, talvez, a uns 7 mil participantes do fórum.

O fórum trabalha em uma estrutura colaborativa. Essa estrutura colaborativa representa até um comitê organizador. Então, o comitê organizador é a instância representativa desse fórum e foi construída desde o início, desde a data em que o fórum foi lançado até o dia de hoje. Até a última reunião que nós tivemos do comitê organizador nós tínhamos, sistematicamente, todos os meses, reuniões e encontros. A cada reunião esse comitê foi se ampliando. Na primeira reunião, mais de cem instituições fizeram sua adesão. Hoje, nós temos mais de 600 instituições, entre instituições nacionais e internacionais, que compõem esse comitê. Essas instituições têm de respeitar os tratados internacionais de que o Brasil é signatário e têm de respeitar e aderir ao nosso Plano Nacional de Direitos Humanos, o nosso PNH 3. Então, são questões colocadas no momento de adesão dessas instituições ao nosso comitê.

O que estrutura esse comitê organizador? Uma Secretaria Executiva que trabalha no sentido de organizar, Ministra, Senador, de dar vazão a tudo aquilo que o comitê delibera nas suas reuniões de construção do fórum.

Que comissões são essas? Como ele é um fórum de construção participativa, ele tem várias comissões e estas trabalharam construindo, desde os temas do fórum, até as questões estruturais do fórum, a cultura, a forma como nós vamos receber e expressar culturalmente a questão dos direitos humanos, a mobilização – o que para a gente foi muito importante – e também a comunicação.

Quero fazer um destaque para a mobilização porque – como muito bem destacou a Ministra no início de sua fala – um dos nossos grandes objetivos, justamente, era trazer até Brasília esses defensores de direitos humanos que estão, em seu dia a dia, enfrentando as violações. Que estão nas comunidades, que estão nas periferias. Essas instituições, essas organizações pequenas, foram mobilizadas como? Com comitês locais. A sociedade civil organizou comitês locais em todos os Estados da Federação e também em outros países nos temos comitês locais. Esses comitês mobilizaram essas instituições de base que, hoje, são essas cinco mil pessoas que estão inscritas. Então, são muitas e muitas instituições que vão poder participar do fórum, e mais, vão se organizar em rede

e participar de várias campanhas e ações de convergência em direitos humanos.

Aqui, rapidamente, vou passar para vocês, como nós colocamos. São muitas instituições, nós temos um *site* do Fórum Mundial de Direitos Humanos, onde vocês podem acessar, na íntegra, todas as instituições que compõem o comitê organizador. Aqui estão as instituições internacionais, as instituições de atuação nacional. Nós temos instituições que militam em várias áreas, instituições que militam na área de populações em situação de rua, que militam na questão do idoso, que militam na questão crianças e de adolescentes, que militam na questão das pessoas com deficiência, na questão da memória e da verdade. Enfim, há pessoas que militam em todos os setores, de educação, saúde, enfim. Vários ministérios também estão participando, instituições. Então, ele tem uma grande diversidade no comitê organizador, o que para a gente é muito importante porque essas instituições vão agregar e vão aportar vários debates e vários assuntos convergentes com as atividades mencionadas.

Então, como foi construído o fórum por esse comitê tão plural? Ele foi construído em duas partes. Na primeira parte, ele tem conferências e debates temáticos, que são atividades de que todos participam de uma forma integrada. Então, todos os participantes do fórum vão poder participar dessas conferências e desses debates. Então, é uma programação que nós construímos juntos no comitê organizador. Na parte da tarde e da noite, nós temos atividades autogestionadas, que são atividades propostas pelo comitê organizador. Aqui está a chamada das atividades autogestionadas, que se encerrou, claro, já no dia 18 de outubro. Nós tivemos mais de 500 atividades inscritas no fórum. Que atividades são essas? As instituições que compõem o comitê vão trabalhar com atividades temáticas, que vão desde seminários e oficinas a atividades culturais – nós temos várias exposições, teatro, música, muitos filmes na área de memória e verdade –, e temos também atividades convergentes. O que são atividades convergentes? São atividades em que as redes vão propor a articulação em torno de temas, para que outras instituições possam se somar a essas lutas, a essas bandeiras de lutas. Então, nós temos inúmeras atividades de convergência que vão fortalecer principalmente quem? O movimento social, as instituições que estão propondo ações específicas. Então, o fórum atua tanto para debater temas importantes em direitos humanos, como também para trazer questões importantes pela via cultural e para criar novas redes de trabalho, de militância e de defensores de direitos humanos.

Como é que vai funcionar a programação? Nós, desde o dia 9, já estaremos no CICB recebendo as pessoas. Elas vão poder se credenciar. No dia 10, no final da tarde, teremos a solenidade de abertura, mas durante todo o dia já teremos atividades autogestionadas, recebendo todos esses participantes, que vão poder se credenciar no fórum. No dia 11, teremos a primeira conferência e os primeiros três debates, e também as atividades autogestionadas. No dia 12, da mesma forma, teremos as conferências, os debates e as atividades autogestionadas. E no dia 13, teremos conferências e debates, e também – não está aí – as atividades autogestionadas, porque foram tantas atividades inscritas que nós tivemos que colocá-las também na programação do dia 13.

A campanha de mobilização do fórum aconteceu, Senador Paim, também como esta audiência, que é transmitida à *web*, em que as pessoas podem participar. Em todas as reuniões do comitê organizador, além das instituições que estavam com a gente aqui em Brasília, muitas pessoas participaram, de outros Estados, de outros países. Além disso, nós tivemos inúmeras atividades, e continuam acontecendo atividades centralizadas, de mobilização do fórum. Estou trazendo alguns exemplos para vocês: Amazonas, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Porto Alegre. Em várias cidades, aconteceram atividades. Essas são as atividades do comitê organizador. E o que é interessante? Desde a primeira reunião do comitê, nós pactuamos essas datas, de forma que todos pudessem se organizar para, de fato, ser um espaço colaborativo.

Aqui nós temos os eixos que foram construídos no comitê organizador do fórum. O primeiro eixo do fórum trata justamente de direitos humanos como bandeira de luta dos povos. Ele é um eixo que vai trazer, de forma ampla, como se dão as questões de violação de direitos humanos no mundo. A ideia dele é trazer um panorama mais geral dos direitos humanos, compreendendo, entendendo que é um fórum mundial de direitos humanos. Ele traz três debates específicos que são fundamentais para esse eixo. O primeiro é a questão de direitos humanos e mobilização social, em que a gente dá um destaque muito importante à sociedade civil, à organização da sociedade civil no mundo e aos desafios que o movimento social enfrenta para se organizar e se manter na militância dos direitos humanos. Depois, nós temos uma questão que tratamos no debate 2, sobre reconhecimento de direitos humanos, que trata as questões da diversidade, da pluralidade, da relação entre as culturas e direitos humanos; e nós temos um debate 3, fundamental e importantíssimo para o Brasil, – mas não só para o Brasil, para os pa-

íses da América Latina, para muitos países na África, enfim, para muitos países no mundo – que é um debate fundamental de memória, de verdade e de justiça.

O segundo eixo trata justamente do debate que se deu aqui um pouco antes da minha fala, que são os grupos vulneráveis. Se no primeiro eixo nós vamos tratar de um grande painel sobre direitos humanos, neste segundo eixo, nós tratamos sobre as vulnerabilidades, os grupos que, por conta de violação de direitos humanos, sofrem, no seu dia a dia, violências. E esses grupos estão citados aqui: são as comunidades tradicionais, os ciganos, quilombolas, indígenas, refugiados, migrantes, pessoas com deficiências, também as pessoas que, por questões como orientação de gênero, raça, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade religiosa, saúde mental, entre tantos outras, sofrem perseguições, sofrem crimes de ódio e de violência. E, infelizmente, há muitos ainda em nosso País.

Nós temos aqui também quatro debates específicos que tratamos no contexto de vulnerabilidades. Um debate é a conquista de direitos, justamente como alcançar, como conquistar direitos nos grupos vulnerabilizados do processo democrático. O debate 5, que debate esses modelos, o paradigma de redução de desigualdades com base em direitos humanos. Podemos alcançar modelos em que os direitos humanos possam estar alçados com a maior importância.

E também um debate que é fundamental justamente no momento em que discutimos aqui a PEC do Trabalho Escravo, que é o dos direitos humanos no trabalho, que traz dois temas importantes: a questão do trabalho escravo no mundo e a questão também da erradicação do trabalho infantil.

E o terceiro eixo é um eixo fundamental e importante, por quê? Porque ele não é um fórum do Governo, ele é um fórum que o Governo propõe para a sociedade civil. Mas, ao mesmo tempo, ele é fundamental para os governos. Por quê? Porque se, em um primeiro momento, nós discutimos um panorama amplo sobre as questões de direitos humanos no mundo, e no segundo, as vulnerabilidades, nesse terceiro eixo vamos tratar a transversalidade dos direitos humanos, que é como nós transformamos isso de fato em políticas públicas.

E temos três debates que vão também estruturar esse eixo: Primeiro, a defesa dos direitos humanos e o enfrentamento das violências, que é o nosso dia a dia, não é, Ministra? É aquilo a que nós nos dedicamos 24 horas por dia, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – o enfrentamento a toda e qualquer forma de violência. Depois, por uma cultura dos direitos humanos, porque nós acreditamos que a forma de fazer esse enfrentamento real é uma cultura em que cada cidadão possa perceber os direitos humanos, e isso é um debate estruturante e fundamental no nosso fórum.

Mas também queremos debater o debate 9 "Comunicação e Direitos Humanos", que é o direito à privacidade, que é a democratização da comunicação e que são assuntos importantes e fundamentais – como nós, através da comunicação, podemos também ter uma cultura e o enfrentamento aos ódios e às violências contra as violações de direitos humanos.

Aqui nós temos alguns representantes já confirmados no nosso fórum. Todas essas pessoas foram indicadas pelo nosso comitê organizador. Nós temos o Leonardo Boff, o Tariq Ali, o Frank La Rue, que é inclusive um grande defensor da democratização da comunicação, a Alícia Cabezudo, Emir Sader, Baltasar Garzón , que vai debater com a gente os temas de memória verdade. Enfim, nós temos várias pessoas que estão sendo mobilizadas no mundo inteiro para virem debater todos esses temas, porque as violações de direitos humanos são temas no Brasil e no mundo inteiro.

Aqui, há algumas campanhas que estamos realizando. Esse fórum é um fórum colaborativo, então é importante destacar a questão da participação, do voluntariado das pessoas que vão nos ajudar a construir, a receber, a traduzir, os intérpretes de Libras, enfim, todas as pessoas que vão trabalhar com a gente lá no Fórum.

E também o Fórum terá um processo de comunicação colaborativa. Então, todas as instituições que hoje trabalham com comunicação, blogueiros, enfim, que gostariam de estar no nosso Fórum. O Fórum é um espaço aberto de comunicação colaborativa, de construção dessa comunicação. Essas instituições são bem-vindas.

Nós temos um acampamento também do Fórum Mundial de Direitos Humanos, justamente para todas as instituições, as pessoas que gostariam desse serviço. Enfim, estamos criando pela Comissão de Infraestrutura, as próprias instituições do movimento social pediram que se criassem alternativas de hospedagem em Brasília para que essas pessoas conseguissem estar aqui. Nós estamos trabalhando com o comitê para alcançar isso.

Também teremos uma feira do livro com muitos lançamentos na área de direitos humanos. Várias instituições, grandes editoras, pequenas editoras e movimentos sociais estão aqui para lançarem os seus livros e seus registros históricos da sua militância.

O Fórum ainda está com inscrições abertas. Vocês podem participar do Fórum até o dia 9. Podem participar, se inscreverem, virem ao Fórum. Nós temos hoje registros de delegações de vários países, que virão com delegações de 60, de 50 e de 100 pessoas. Vá-

rios embaixadores já entraram em contato com a SDH informando que haverá delegações de seus países.

Então, nós temos um comitê de mobilização muito atuante, nós temos um comitê organizador muito atuante. O Fórum conseguiu construir tanto esses temas como os nomes, como a forma de participação. Tudo que foi construído no Fórum, Ministra e Senadora Ana Rita, foi de forma colaborativa, foi de forma em que realmente a participação dos movimentos foi fundamental para que construíssemos esse Fórum na forma em que está hoje: amplo, democrático e plural.

Então, aqui está nossa página do Fórum Mundial de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Como diz a nossa campanha: vem para o fórum.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Patrícia Barcelos, Secretária Executiva da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Concedo a palavra agora ao Senador Eduardo Suplicy.

Aproveito para registrar, Senador, antes de mais nada, a presença do Senador Wellington Dias, a presença do Senador Osvaldo Sobrinho, além do Senador Paulo Paim, que esteve presidindo esta audiência enquanto eu relatava um projeto na Comissão de Meio Ambiente.

Aproveito também para registrar algumas entidades aqui presentes, pode ser, Senador? Rapidamente.

Da SDH de Sergipe, Sonia Chagas e Denilda Uchôa; FAP do D; Viva a Vida; Orlanda Ferreira dos Santos; Maria do Socorro da Rocha; da Cobap – Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, o Sr. João Florêncio Pimenta; da Federação dos Aposentados do Distrito Federal, Diego Monteiro, Advogado da Federação; da Associação dos Aposentados do Distrito Federal há várias pessoas; do Dicas de Brasília, um *site* de notícias, Adriana de Carvalho; da Pastoral do Povo da Rua, Arquidiocese de Brasília, o Caio Marcelo; da ONG Educafro Brasília está aqui o Renê de Souza Santos; e da Anadef – Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Dinarte da Páscoa Freitas. São essas as entidades das quais eu gostaria de registrar a presença.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidenta Ana Rita, eu gostaria de, perante nosso Líder Wellington Dias, propor que na nossa reunião de Bancada, hoje, às 12h30, levemos em conta o apelo da Ministra Maria do Rosário Nunes, no sentido de que possamos amanhã, Dia de Zumbi dos Palmares, tanto aprovar tanto na CDH o parecer do Senador Paulo Paim sobre não haver qualquer perseguição por causa de orientação sexual e assuntos correlatos quanto votar a PEC do Trabalho Escravo no plenário amanhã. Espero que nossa Bancada tenha todo empenho nessa direção.

Eu entreguei há pouco à Ministra Maria do Rosário a carta assinada pelos 81 Senadores solicitando à Presidenta Dilma Rousseff que institua um grupo de trabalho para estudar as etapas na direção à renda básica de cidadania.

Srª Patrícia Barcelos, V. Sª sabe que o Brasil é o primeiro país do mundo que aprova uma lei para instituir a renda básica de cidadania.

Há evolução em todo o mundo sobre o tema. A Índia acaba de realizar, por dois anos, uma experiência de renda básica para seis mil habitantes de uma vila, que foram comparados com os seis mil habitantes de outras vilas rurais que, nas mesmas condições, não receberam. Eu entreguei o estudo a respeito à Ministra Maria do Rosário. Na Suíça, Srª Patrícia, recentemente foram entregues 116 mil assinaturas de uma petição para se realizar um referendo para instituir a renda básica incondicional para os oito milhões de habitantes. Na União Europeia se desenvolve um movimento para que em todos os 15 Estados da União Europeia se faça algo semelhante, com audiência pública no Parlamento europeu sobre o tema. Na Namíbia, uma experiência de três anos se desenvolveu na vila Otjivero, com mil pessoas recebendo. O Brasil pode avançar, depois dos dez anos do Programa Bolsa Família, nesta direção.

Eu sugiro que V. Sª convide alguns dos principais fundadores e membros da Basic Income Earth Network para participarem do Fórum Mundial de Direitos Humanos. E coloco-me à disposição de ajudá-los neste propósito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Os demais Senadores aqui presentes gostariam de se manifestar.

O Sr. João Florêncio Pimenta está pedindo também a palavra. Vamos abrir uma exceção para que ele possa se manifestar. Eu só pergunto à Ministra como está o seu tempo? É possível?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA – Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa, cumprimentando o Senador Paulo Paim.

Quero cumprimentar inicialmente, Senador, a Ministra, pelas belas palavras, mas não só pelas belas palavras, pela história dos direitos humanos que ela está fazendo no Brasil.

Eu ouvi as suas palavras, Ministra, com muita atenção, como eu venho acompanhando o seu trabalho parlamentar há muito tempo.

Sei que os idosos do Brasil, de cuja causa o Senador Paulo Paim é o maior defensor, não foi o seu tema principal de defesa. Mas nós gostaríamos que a vanguarda da causa do idoso fosse defendida pela senhora, porque em todos os neologismos que existem com referência aos direitos humanos nós estamos incluídos.

Se falar em tortura – como um cartaz ali –, tortura é um crime contra a humanidade. Mas nós, idosos, aposentados, pensionistas sofremos desse crime.

Então, eu não gostaria de acreditar que somente o Senador Paulo Paim acredita nisso. Como a senhora, agora, está mostrando que é uma fervorosa defensora dos direitos humanos, então a senhora deveria abraçar. Porque, como a senhora disse, em cada Município brasileiro há um defensor dos direitos humanos, mas em cada Município brasileiro há muitos idosos aposentados. E nós não gostaríamos que a senhora ou os seus sucessores homenageassem, depois de muitos anos, uma pessoa porque ela foi o mártir de alguma causa. A nossa causa é agora, Ministra. A nossa causa precisa ser defendida.

Eu gostaria até de fazer uma pergunta para a senhora: na ótica dos direitos humanos, como a senhora vê a situação periclitante dos aposentados com as perdas chegando a 80% acumulados desde 1994? Então, hoje – e eu quero parabenizar mais uma vez o Senador Paulo Paim por ter proposto, e o comitê organizador por ter aceitado, a mesa de debate sobre o custo de vida dos idosos –, isso é de vital importância.

Nós não só sofremos, mas nós queremos mostrar as nossas dificuldades, porque o Senador foi o maior defensor da valorização do salário mínimo. Agora, os governos vêm acreditando que somente o aumento do salário mínimo é suficiente para todo mundo. Então, vai todo mundo ganhar um salário mínimo. Só que o salário mínimo não está vinculado ao salário que cada um recebe, porque, já no governo Collor, ele desvinculou aquele trabalhador que aposenta com mais de um salário mínimo do salário. Então, em princípio, não há essa isonomia, mas nós queremos receber sem perdas, Ministra. Então, se o aumento do salário mínimo é um, nós queremos tê-lo sob qualquer número de salário que tenhamos hoje.

Então, eu parabenizo a senhora. Admiro muito o seu trabalho, mas chamo a atenção: não queremos ser mártires hoje e sermos homenageados pelos seus sucessores no futuro. Nós queremos ser homenageados com uma política justa para os nossos salários, para um Estatuto do Idoso.

Eu estive na última reunião do dia 19 de outubro, quando foi discutida a criação da Secretaria Nacional do Idoso, Ministra – a senhora estava presente junto com outros Ministros –, e eu acredito que é um órgão que vai ajudar muito no assessoramento do seu trabalho, mas nós contamos com a sua boa vontade, nós contamos com a sua sensibilidade para defender direitos humanos e a causa dos idosos também .

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Queremos aqui agradecer as palavras do Sr. João Pimenta, representante da Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, mas também Presidente da Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Brasília.

Eu vou conceder a palavra à Srª Ministra, porque ela tem outro compromisso. Ficará conosco a Srª Patrícia Barcelos. Nós temos mais duas pessoas inscritas. Nós vamos, posteriormente à fala da Ministra, ouvir essas duas pessoas para encerrar esta audiência.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Srª Presidente, permita-me, só para não perder esta oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Primeiro, a Ministra certamente tem bem mais informações. Eu também, como Líder da Bancada, tenho acompanhado com muito interesse esse tema, junto com o Senador Paulo Paim.

Não é demais lembrar que, quando assumimos o Governo, ainda no governo do Presidente Lula, nós já recebemos essa situação relacionada aos aposentados. Agora, nós tivemos da parte da Presidenta Dilma a criação de um grupo de trabalho porque há um problema grave, que eu, inclusive, reconheço como de direitos humanos, até porque se trata da renda, da redução, do rebaixamento da renda ou da expectativa de renda, no momento em que o ser humano mais precisa. Quanto a isso, há um consenso e nós estamos juntos. (*Palmas.*)

A Presidenta tem chamado a atenção, a exemplo do que a gente fez agora com a saúde, com a educação, para que possamos buscar uma fonte de receita que dê sustentação a essa medida.

Minha Ministra, minha Presidenta, quero aproveitar, parabenizando pelo importante evento inclusive na área relacionada à educação, ao braile, enfim, a tantos temas que são fundamenteis, para tratar de um tema triste aqui. É um tema que trago aqui para que, de um lado, tenhamos uma posição da Comissão – é um proposta – mas também da minha querida, competente e sensível Ministra.

Lá no Piauí, na semana passada, uma garota de 17 anos, Júlia Rebeca, foi encontrada morta na cidade de Parnaíba; a polícia suspeita e afirma que foi suicídio. Esse assunto foi objeto de uma matéria no Fantástico. Essa garota foi filmada com mais outros dois adolescentes, uma menina e um rapaz, em que eles estariam praticando sexo. E essa filmagem alguém, eu diria, de forma irresponsável, soltou nas redes sociais e essa garota postou algumas mensagens. Ela deixou uma mensagem: "Eu te amo. Desculpa eu não ser a filha perfeita, mas eu tentei. Desculpa, desculpa. Eu te amo muito". Ela postou essa mensagem. E ainda: "É daqui a pouco que tudo acaba", e depois disso, "Estou com medo, mas acho que é tchau para sempre". Então, essa garota, pelo depoimento de todas as pessoas, era uma garota como muitas, alegre, muito querida lá em Parnaíba, e a polícia busca, porque, na verdade, são três vítimas nesse processo.

Para o que quero chamar a atenção? É que a gente precisa encontrar uma saída para os limites nessa área da postagem. Aliás, há um depoimento aqui de uma delegada federal dizendo que isso está muito comum, mais do que a gente imagina.

Então, vejam que situação. A ideia é que a gente possa aqui não só encaminhar uma mensagem à família – vou encaminhar à Comissão sobre isso –, mas que possamos, com o apoio do Ministério, tratar, o que estamos fazendo neste instante, das regras relacionadas à internet. Acho que um tema como esse nos faz refletir muito. Repito, não é o único no Brasil.

Lamento trazer essa notícia triste, mas trago aqui com toda a solidariedade às pessoas que sofrem muito por isso, mas também para que a gente não deixe que isso venha a se repetir, que a gente possa tomar uma providência, o Congresso Nacional, o Governo Federal, a sociedade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Wellington.

Concedo a palavra à Srª Ministra Maria do Rosário.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Bem, Senadora Ana Rita, nesses dois pronunciamentos que tivemos oportunidade de ouvir, do Presidente da Federação dos Aposentados, Dr. Pimenta, e do Senador Wellington, nós temos o exemplo da amplitude dos temas relacionados aos direitos humanos. E eu quero dizer a vocês que é impossível tratar desses temas tão amplos se nós considerarmos uma comissão de direitos humanos, uma secretaria de direitos humanos, uma estrutura, cada uma. Então, o nosso trabalho tem que ser cada vez mais cooperativo e articulado para somarmos os esforços. E, no âmbito do Governo, nós precisamos trabalhar cada vez mais. E a Presidenta Dilma tem nos orientado no sentido de que todas as pastas tenham esse olhar sobre a vida e a dignidade humana. Por isso, meu caro Presidente da Federação, eu não me coloco aqui diante de vocês com a condição de oferecer as respostas todas pelas quais o senhor tem lutado a sua vida inteira, e o próprio Senador Paim, mas com a tarefa de contribuir na organização e na busca dessas respostas, que é a missão da Secretaria de Direitos Humanos.

Na questão do idoso, eu quero lhe dizer que a Presidenta Dilma compôs um grupo de trabalho, com um decreto importante, que chama a atenção para esse fenômeno que nós estamos vivendo. O Brasil não pode mais olhar para si próprio como um país que não reconheça o seu rosto idoso. Nós somos um país que estamos fazendo rapidamente a travessia para uma nova realidade.

O Senador Paulo Paim é pioneiro de uma época. Ele percebeu, na dignidade da pessoa humana que é idosa, aquilo que diz respeito a todos nós, não só ao idoso, mas à pessoa que hoje é criança, que é jovem. O que nós estamos vivendo, hoje, no Brasil é, no prazo de 20 anos, aquilo que a Europa viveu em 100 anos em termos de envelhecimento humano. As famílias não são mais as mesmas. Antes, as famílias eram grandes, sempre havia a possibilidade de um filho ou de uma filha mais atentos às necessidades dos pais e dos avós; hoje, famílias pequenas exigem novos arranjos.

Nós estamos precisando regulamentar a profissão de cuidadores, formar cuidadores. Mas precisamos, ao mesmo tempo, não ceder à ideia simplesmente dos asilos, que significam o abandono.

E aqueles idosos que não têm ninguém? Há a questão das violações de direitos nas instituições de longa permanência? Isso tudo diz respeito a direitos humanos, não só a execução pela Secretaria de Direitos Humanos, mas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, pela área da saúde, cada vez mais importante, pelo Ministério do Trabalho e, sobretudo, o Ministério da Previdência Social, em relação ao qual, se temos muitos desafios, também temos que nos orgulhar.

Eu fico pensando assim: olhando os países do mundo, a maioria deles deu fim à previdência social pública. A onda neoliberal que varreu as nações, durante os anos 80 e os anos 90, acabou com essa estrutura de previdência social pública em muitos países. E, no Brasil, graças aos idosos e aos aposentados que lutaram, nós podemos dizer que nós continuamos e aprofundamos uma estrutura pública. Mas temos que melhorar. As suas bandeiras são as nossas bandeiras. Nós temos que caminhar nesse sentido. (*Palmas.*)

Eu até lhe peço perdão nesse sentido. Eu lhe peço desculpas, objetivamente, e aos idosos, se às vezes parece que nós não temos a atenção devida. É que, diante das situações tão duras, tão difíceis, pode parecer que há um esquecimento. E não pode mais parecer isso. Por isso esse Fórum é importante. Nós não damos conta sozinhos. Então o senhor, as lideranças dos idosos, todo o Brasil têm que levar suas causas adiante, porque é humanamente impossível nós conseguirmos representar, com a devida atenção, todas as causas, e nós precisamos que esses líderes apareçam.

Então, eu queria dizer isso ao senhor, realmente. Muitas vezes pode parecer que nós não damos atenção e nós procuramos fazer o máximo, mas, humanamente, não tem sido possível estarmos à frente de todas as bandeiras, de todas as causas. Precisamos de mais e mais lutadores reconhecidos.

O Senador Wellington também nos traz um elemento. É impossível não pensar que nós somos pais e mães. É impossível não pensar nos jovens do Brasil, nas crianças.

Então eu quero, de forma muito simples e direta, dizer ao senhor que o fato de o Fórum Mundial de Direitos Humanos ter dedicado uma parte importante dele às questões da comunicação, da internet, das redes de computadores já é um sintoma da nossa preocupação. De um lado, quando a Presidenta Dilma se pronunciou na ONU, ela destacou que esse tipo de espionagem que o Brasil vive e que o cidadão vive é uma violação aos direitos humanos. E a Presidenta deu a linha: são violações de direitos humanos. Mas, por outro lado, junto com o discurso da Presidenta, agregando a ele, há essa transformação da internet numa exposição absoluta, num desequilíbrio total.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E nós somos vítimas, não é?

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Exatamente. A Senadora Ana Rita sofreu ataques perversos. É terrível! Nós, como defensores e defensoras de direitos humanos, muitas vezes, a discriminação que há contra a pessoa que sofre a discriminação cola na Senadora Ana Rita. Essa discriminação é usada contra ela, como mulher. Às vezes, ela é usada contra mim também.

Eu me sinto fortalecida por encontrar a nossa força e por saber que os lugares em que nós estamos devem servir, como o Senador Paulo Paim disse, para atender aqueles que não têm a possibilidade de dizer dos seus direitos. Então, essa menina, ainda que tenha morrido, permanece com a sua memória porque tem que permanecer.

As pessoas, muitas vezes, nos olham como defensores de direitos humanos porque nós trabalhamos também com o legado e a memória dos que morreram. Esses dias, eu ouvi uma mãe, do Rio de Janeiro, cujo filho foi torturado e morto no primeiro dia em que ele entrou no sistema socioeducativo. E essa mãe me disse uma coisa em público: “O meu filho continua falando pela minha voz. Eu sou a voz do meu filho”.

Então, eu escuto essas mães e digo ao senhor: essa mãe vai continuar, com a força que tiver, defendendo a sua filha. E nós temos que estar ao lado dela. Em primeiro lugar, para que ela sinta que a vida da sua filha tem valor para nós e que a morte da sua filha tem um significado de morte também para todos nós e, ao mesmo tempo, para que essa história tão triste e terrível, de um lado, não fique impune, e, de outro lado, signifique que nós vamos salvar outras vidas.

Quantas vidas se perderam pela incidência e o convite à morte que está presente nas redes sociais?

Eu tenho na memória um jovem, do Rio Grande do Sul, que, participando das redes sociais, foi convidado também ao suicídio e, no dia do seu aniversário, cometeu o suicídio, tendo sido orientado por pessoas de todo o mundo sobre métodos da morte. O pai desse jovem, professor universitário, move ações até hoje contra esse *site* que orienta jovens, absurdamente, à morte. E se encontram essas pessoas em vários lugares do mundo.

Vocês têm nas mãos, aqui, no marco sobre a internet, uma peça fundamental para pensar essas questões. Isso está na mão dos legisladores, está na mão de vocês na votação que ocorrerá na Câmara e na vinda do projeto para o Senado.

Que este projeto tenha um olhar sobre essa menina, sobre esse menino, sobre os nossos filhos e sobre a possibilidade de, também na internet, produzirmos paz, já que ela tem sido território de violações dos direitos humanos absurdas, que não podem ter lugar ali.

Então eu quero me somar totalmente ao que o senhor trouxe, fisicamente até, na vontade de abraçar essa mãe. Mas não significa nada abraçarmos essa mãe se nós não tomarmos a atitude que devemos tomar; vocês, como Senadores e Senadoras, e nós, como lideranças do Executivo, para enfrentar esse estado de coisas em que um grupo, num *site* em qualquer país, age dentro do Brasil impunemente, seja para exploração sexual ou para a morte de uma menina.

Então eu quero, Senadora Ana Rita, convidar todos para o Fórum Mundial e dizer que esses pronunciamentos próximos serão, de forma muito dedicada e competente, eu tenho certeza, respondidos pela Secretária-Executiva, que é também Secretária Executiva do Fórum. E convido o Senador Wellington

para estar no nosso debate do Fórum Mundial sobre comunicação, representando essa família, essa mãe e essa menina.

Muito obrigada. Bom trabalho a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Ministra Maria do Rosário.

Eu queria apenas dar uma sugestão, Ministra, depois de tantas sugestões que já foram dadas aqui, aproveitando a presença da senhora. Talvez fosse interessante pensar, e o próprio Fórum nos ajudaria a pensar no que fazer. Uma sugestão seria a de que houvesse campanhas publicitárias, no rádio e na tevê, a respeito desses assuntos, envolvendo o Governo Federal, os governos estaduais, talvez os governos municipais. Seria mais fácil o próprio Governo Federal e os governos estaduais, com foco realmente na adolescência. Essas campanhas seriam para tratar dessa questão da relação da intimidade na internet, que leva, como aconteceu com essa menina, ao suicídio. Acho que seria muito interessante.

Esta Comissão de Direitos Humanos, Senador Wellington, em conjunto com a CCT, poderá promover aqui uma audiência pública sobre esse tema. Acho que é uma forma também de aprofundarmos mais esse assunto, conhecermos melhor os instrumentos e aperfeiçoar a nossa legislação, além de garantir a fiscalização de fato.

Tanto eu como a Ministra Maria do Rosário fomos vítimas de um portal que divulga apenas mentiras. Nem todos que acessam o portal sabem que aquilo que está sendo postado ali é uma mentira. Há mais de um mês, até hoje ainda, eu recebo informações de que fui autora de um projeto que garantia uma bolsa para a prostituição.

Não fui autora do projeto, mas isso gerou uma polêmica no Brasil inteiro, pela qual eu tive que responder a diversos canais de tevê e rádio de várias cidades brasileiras e de vários Estados. Quer dizer, isso nos trouxe uma dificuldade grande, porque tirou o meu tempo para dar as respostas. E a Ministra foi também afetada por esse mesmo blogueiro.

Situações como essa não podem acontecer. As redes sociais cumprem um papel altamente importante, mas não podem servir para divulgar mentiras. Isso não pode ser permitido nos canais de televisão nem de rádio e muito menos nas redes sociais. Nós precisamos realmente de uma forma de inibir esse tipo de prática.

Quero agradecer profundamente a presença da Ministra Maria do Rosário, Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, quero reforçar o convite que ela fez para que todos participem do Fórum Mundial de Direitos Humanos e esperamos contar com a presença de todos os membros desta Comissão: Senador Osvaldo Sobrinho, Senador Wellington Dias, Senador Eduardo Suplicy, Senador Paulo Paim e os demais que compõem esta Comissão.

A Patrícia ficará conosco para continuarmos a audiência e o Senador Paulo Paim vai entregar formalmente à Ministra Maria do Rosário o relatório do PL nº 122. (*Palmas.*)

Dando continuidade à nossa audiência pública, quero informar que as pessoas poderão dialogar com a nossa Comissão, nesta audiência pública, através do *site* www.senado.leg.br/ecidadania. Pelo e-Cidadania todos podem nos oferecer aqui opiniões e fazer perguntas.

Já quero aproveitar para dizer que o André Luiz Fernandes, que é de São Paulo encaminha a seguinte mensagem:

Desrespeito ao art. 5º, inciso XX, da Constituição: associações/sociedade de amigos de bairro processam moradores por cobranças ilegais de taxas de manutenção e segurança em loteamento É preciso súmula vinculante proibindo tais cobranças. O STF já sentenciou essa ilegalidade.

Quero agradecer ao André Luiz por essa informação.

Outros também se inscreveram aqui para poderem se manifestar.

Temos agora, logo após esta audiência, reunião da Comissão de Educação, da qual eu e o Senador Paulo Paim somos membros desta Comissão; e o Senador Paulo Paim também vai relatar um projeto lá. Eu vou conceder a palavra às duas pessoas inscritas. Após a fala dessas duas pessoas e do Senador Osvaldo Sobrinho, que está aqui também para poder se manifestar, passarei a palavra à Srª Patrícia Barcelos para as considerações finais.

Então, vou conceder a palavra ao Dr. Dinarte da Páscoa Freitas, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef).

O SR. DINARTE DA PÁSCOA FREITAS – Bom dia, Senadora, bom dia, Senador Paulo Paim, Secretária Patrícia, Senador, eu represento a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais e queria dizer que dentro desse contexto e de acordo com as falas já proferidas pela Ministra, pela Secretária e pelo Senador Paulo Paim, a Defensoria Pública se coloca como uma instituição sempre à disposição para participar desse diálogo com a sociedade, para participar dessa construção de direitos humanos, de conscientização, de educação em direitos.

Temos uma função, um mister fundamental, não só no acesso à Justiça, mas nesse processo de conscientização, educação e direitos. E dentro dessa esfera nos colocamos para o Fórum Mundial como um ente –

a Associação em especial – permanente para dialogar, para construir, trazendo cada vez mais o cumprimento daqueles princípios que a Constituição resgatou, que é a dignidade da pessoa humana, tendo como objetivo fundamental a construção dessa sociedade que a gente busca livre, justa e solidária dentro da esfera da erradicação da pobreza.

Então, são essas palavras, colocando a Defensoria Pública, a Anadef como um parceiro, como um ente na construção dos direitos humanos, que é fundamental para esse ideário que a nossa República traçou.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Dinarte da Páscoa Freitas, pela presença e também pelo apoio que a Anadef tem dado ao Senado Federal. Temos construído uma importante parceria com os defensores públicos federais e estaduais, que nos têm ajudado muito aqui no Senado Federal. Obrigada pela presença.

Vou conceder a palavra agora ao Caio Marcelo, da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Brasília.

O SR. CAIO MARCELO – Bom dia a todos. Agradeço a oportunidade mais uma vez.

Sou Caio Marcelo, tenho 32 anos. Desde os 16 anos que participo de projeto social. Quem é de Brasília deve lembrar que há algum tempo na Candangolândia havia só menores abandonados e garotas de programa. Hoje em dia, isso mudou totalmente.

Então, nesses anos todos sempre fizemos esse trabalho voltado a esse olhar de caridade. Só que chegou o momento em que precisamos nos movimentar, porque temos que dar autonomia para esse pessoal. Então, há mais ou menos uns dois anos começamos mesmo a militância séria em direitos humanos. A gente começou a fazer a articulação e eu nunca imaginei que um dia eu estaria aqui falando, porque achava que nem carisma eu poderia ter, achava que não tinha, mas depois fui descobrindo. Então, fui vendo que é muito bom a gente não ser só mais um a tentar fazer, a falar que nada funciona, que nada presta. E a gente tem a motivação de poder falar, expressar o que a gente vive.

Eu queria dizer para vocês, como representante de muita gente, de muitos movimentos de rua, de quem vive na rua, de catadores, que é um movimento articulado. Há muito tempo ele é articulado e cada vez mais. Ainda mais agora com essa questão da Olimpíada e da Copa, quando essa população está agora um pouco mais visada e, às vezes, algumas coisas acontecem do jeito que não deveriam ser feitas.

Rapidamente quero mostrar que a gente tem uma articulação nacional. A gente tem a cartilha do direito do morador de rua, que foi feita com o Ministério, foi feita em Minas e passou para SDH também. Há livros, revistas, jornais, como *O Trecheiro* de São Paulo, que inclusive neste mês está reclamando dessa mobilidade, que estão levando eles para algum lugar, mas não sabem como vai ser depois da Copa.

A gente tem a formação de agentes. Quem quer ser voluntário, a gente tem livro para ensinar, para mostrar como fazer, como abordar. E a nossa grande luta agora não é nem mais por eles, é por essa outra sociedade, que seria a educação não formal, como trazer esse pessoal para o nosso lado, porque não é fácil.

Na semana passada, o grupo da pastoral estava na frente de um restaurante bem chique e movimentado do Plano Piloto, onde, provavelmente haveria alguma pessoa vigiando o carro ou então por ali. Uma criança saiu do restaurante, e os pais estavam na porta. Dava para notar que era uma família de poder aquisitivo mais alto. Quando a criança saiu, a mãe saiu gritando: "Cuidado, olha o homem do saco!" Como a gente vai querer que essa criança tenha um olhar diferente se ela vai olhar toda vez para a população de rua, ou para alguma outra pessoa que não expressa uma boa aparência, alguém falar: "Olha o homem do saco." Ela já vai crescer criada naquilo.

É como um fato que aconteceu comigo. A minha mãe ficava a vida inteira dizendo que, se eu fizesse bagunça, eu iria tomar injeção. E hoje em dia para eu tomar uma vacina? Como é que fica? Desde criança eu ouvi: "Cuidado com a injeção!"

Então, só para terminar, outra coisa fundamental. Na rua tem todas as temáticas representadas, todo mundo representado. O senhor falou do idoso, e que bom que o senhor ainda tem o que receber! Porque na rua a gente tem idoso doente que não recebe um real e ainda é invisível na sociedade.

Um dos nossos grandes objetivos neste momento é tentar trazer esse pessoal, porque a gente também faz parte do comitê. A gente quer trazer esse pessoal, que é educação não formal, que é básico. A gente leva jovens para a rua, mas a gente não faz trabalho de caridade apenas; a gente quer dar autonomia. Trabalho de caridade é muito bonito. O Natal está chegando, todo mundo vai comprar roupa nova, e vai levar para a rua. Então, acha-se isso bom, porque se está fazendo caridade, mas na verdade não se está fazendo caridade nenhuma. Com relação ao alimento é a mesma coisa. Vai ser muito bonito a gente no Natal proporcionar alimento para todo mundo, só que o ano tem 365 dias, não é só no Natal. Então isso tudo eu escuto na rua.

Só para fechar, mais uma vez agradecendo a oportunidade, encerro com uma frase de Nelson Mandela: "Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem, por sua religião". Para odiar, a pessoa tem que ser ensinada a odiar. Ela aprende

a odiar, mas o contrário pode ser ensinado, ela pode ser ensinada a amar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Caio.

Quero aqui parabenizar todo o trabalho que a CNBB faz através da Pastoral do Povo da Rua. Sabemos que a demanda não é simples, mas ela é altamente necessária e importante. Particularmente no Estado do Espírito Santo existe o movimento da população de rua hoje. E volta e meia eles se encontram para poder dialogar, para poder conversar e lutar pelos seus direitos.

Isso é de fundamental importância, porque precisamos trazer essas pessoas para que elas possam, de fato, ter os seus direitos garantidos, ter os seus direitos assegurados e, principalmente, ter o respeito por parte de toda a sociedade, que não deve enxergá-los como se fossem objetos a serem excluídos, a serem colocados num canto. Eles precisam ser trazidos e incluídos também nas políticas públicas, porque muitos estão nas ruas porque algo já lhes foi negado durante as suas vidas; e estão nas ruas justamente porque não encontraram espaço para que pudessem ser ouvidos, pudessem ser respeitados, e viram nas ruas um espaço de liberdade.

Então, eu acho que é importante esse debate. Nós da Comissão de Direitos Humanos nos colocamos inteiramente à disposição para que possamos dialogar sobre isso.

Caio, muito obrigada pela presença.

Eu concedo a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho e, em seguida, à Srª Patrícia.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Srª Presidente, representantes de entidades, cidadãos e cidadãs que, na verdade, se preocupam com as mazelas e com os problemas sociais que ainda avassalam este País, em cada década e em cada momento nós temos problemas que avançam mais e que nos exacerbam, às vezes.

Na década de 70, nós tínhamos um País de jovens, mas 70% do País eram zona rural. O êxodo rural causou problemas enormes nas cidades e, consequentemente, com aumento da população, essas coisas foram aumentando as demandas, foram aumentando os problemas. Os governos foram às vezes impotentes ou descuidados com essas realidades. Hoje, nós chegamos em pleno século XXI com problemas enormes na área social, como idosos reclamando de seus vencimentos, da falta de assistência. E é um assunto que precisa ser estudado com carinho e rapidamente legislar em torno dele, porque é um problema que se apresenta agora. Não será amanhã; não é no futuro, é o que está agora no momento.

O País envelheceu rapidamente e nós não sentimos isso, não presenciamos isso – praticamente passou ao largo da nossa visão. E são problemas que têm que ser vistos: há aposentadorias que vieram de certa forma e que hoje precisam todas ser revistas, porque na verdade o poder aquisitivo diminuiu em mais de 70%, como alguns aqui já falaram. Esse é um problema que a gente vê de uma forma abrupta, clara.

Ali, falou o companheiro da Pastoral do Povo da Rua que os problemas são visíveis nas ruas. E é verdade. Mas é um problema traduzido pela modernidade da sociedade, que foi expurgando todos esses segmentos para fora do convívio da produção de condições que a sociedade produziu.

Outros problemas, baseados nesse, começam também a aumentar, como o problema da internet, que evidentemente entra em todos os lares sem ninguém permitir ou deixar de permitir, sem que ninguém tenha autoridade sobre ela. E nós, no Congresso Nacional, estamos ainda bastante devagar nessa percepção, no sentido de regulamentar isso e no sentido de buscar coibir esses abusos que aí estão.

É uma ferramenta importante? É, e será sempre. É a evolução da tecnologia que os estudiosos colocaram em nossas mãos. É importante para a humanidade. No entanto, os seus malefícios devem ser combatidos. Assim como também trouxe através dela os problemas sociais que avassalam o mundo, também há o problema das drogas, que hoje mata a nossa juventude, mata os nossos jovens, as nossas crianças, praticamente, que estão também sendo usadas pelos adultos para fazer esse tipo de coisa e, evidentemente, fazer com que a sociedade fique mais fragilizada.

Portanto, esta Comissão tem uma missão importante, uma missão, talvez, não de resolver os problemas, porque ela é impotente para isso, mas de levantar esses problemas e fazer com que aqueles que podem resolvê-los tenham um olhar com mais acuidade a respeito disso, um olhar mais vibrante, um olhar mais sincero, um olhar mais de perto, um olhar por que realmente as pessoas possam sentir que pode ser feita alguma coisa, ou que se deve fazer alguma coisa, mas deve haver determinação política para isso.

O que falta em nosso País é determinação política para as coisas. Fala, fala, fala, falamos, falamos, falamos, e na verdade as coisas não saem da fala. Esquece-se da realidade, do concreto, do objetivo daquilo que precisa ser feito. Portanto, acredito que a gente tem que ser um pouco mais enxuto nas nossas falas, em todos os sentidos, e atingir rapidamente, tentar buscar, mesmo com os parcos recursos que tem a Nação, porque uma população de 200 milhões de habitantes não é fácil comandar. Nós sabemos que

há países muito mais ricos que o nosso e que têm os mesmos problemas que nós temos. Os Estados Unidos têm gente debaixo das pontes também, têm mendigos nas ruas, mas é outro tipo de mendigos, não são iguais aos nossos. Os nossos são muito mais fragilizados.

Então, é necessário começar a pensar com olhos diferentes e tentar buscar condições melhores, na melhor distribuição de renda, de recursos, de condições, para que aqueles menos aquinhoados possam pelo menos levantar um pouquinho e ter sentido em sua sobrevivência.

Sei que a Presidente Dilma tentou fazer o máximo já com as bolsas que aí estão e que não podem ser definitivas; elas têm que ser provisórias, até que deem condições para o cidadão subsistir com mais tranquilidade, mas é necessário que a gente tenha esses olhos de início e procure buscar condições para resolver o problema.

Esta Comissão tem tentado fazer isso. E eu não acho que aqui tenhamos sido omissos no processo. O Paim tem lutado muito e glórias a ele, que tem tido mais tempo do que a gente para isso; mais tempo dentro da Casa, digo, trinta e poucos anos. Mas todos nós, desta Casa, que viemos do interior do Brasil, que temos problemas enormes também, temos que começar a pensar diferente e achar solução para os problemas, afinal de contas não pode ficar só na filosofia, tem que chegar também ao fazedouro da coisa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Osvaldo Sobrinho.

Concedo a palavra agora à Patrícia Barcelos, que é Secretária-Executiva da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A SRª PATRÍCIA BARCELOS – Senadora Ana Rita, primeiro, quero agradeço, de uma forma ampla, a todos que aqui se manifestaram. O Fórum Mundial de Direitos Humanos construiu uma plataforma de lutas e de propostas justamente por iniciativas, justamente por falas e pela presença de movimentos como os que estão aqui hoje representados. Agradeço todas as contribuições que foram aportadas aqui, que foram entregues à Mesa, no sentido de agregarmos novas instituições, novos movimentos, e este é o Fórum, que não termina no dia 13 de dezembro.

A nossa grande expectativa, quando a nossa Ministra nos colocou esse desafio, justamente era criar um movimento que se constituísse ao longo do tempo e que organizasse e criasse espaços como este que nós vivemos neste momento aqui, neste audiência pública, em que se encontram um militante da área do idoso, um militante das populações de rua. E esse Fórum tem também este objetivo: o encontro dessas temáticas, dessas grandes bandeiras de luta.

Agradeço a fala do Senador Osvaldo Sobrinho, que se manifestou sobre grandes temas que estão presentes no Fórum Mundial de Direitos Humanos, temas, por exemplo, que estão no Eixo 2, onde nós trabalhamos justamente os grupos vulneráveis, onde nós trabalhamos as questões do trabalho. Nesse eixo está a questão dos aposentados e dos pensionistas, que foi aportada pelo movimento, que sempre esteve presente nas reuniões do comitê organizador do Fórum e que coloca a temática do idoso sempre como uma prioridade, como também o Caio, que está aqui, que é um grande companheiro nosso do comitê organizador, do comitê e também da comissão de mobilização, trabalhando sempre para construir a participação não só do movimento de população de rua, mas de vários movimentos em que eles atuam, Senador.

Então, o Caio Marcelo foi um grande companheiro nosso, está sendo e vai ser, trabalhando junto com a gente desenvolvendo essa temática.

Também aqui o Dinarte, da Anadef, destacou a grande participação dos defensores públicos nesse processo do Fórum. Acho que o Fórum vai trazer um momento riquíssimo. Por exemplo, a Defensoria Pública vai ter um espaço grande no Fórum para o atendimento à população, solicitado pela própria Defensoria. Todos os movimentos estão lá representados. Criamos um espaço também de diálogo. Além das temáticas, nós temos esses espaços de troca. Então, é fundamental a participação de todos aqui. Essas temáticas ganham relevância e importância no sentido de encontrarmos políticas públicas e caminhos para efetivar essas políticas, e muito se faz através de espaços como o Fórum.

Então, o Fórum Mundial de Direitos Humanos é um espaço para todos que militam direitos humanos, mas também para aquelas pessoas que gostariam de conhecer as temáticas de direitos humanos. É um convite aberto à sociedade, e isso é muito importante. As pessoas podem participar livremente do Fórum Mundial de Direitos Humanos, basta se inscreverem e virem participar e dialogar, porque nós precisamos escutar os militantes, os defensores, as pessoas que no dia a dia enfrentam as violações de direitos humanos e fazem esse enfrentamento durante 365 dias. Não é um dia só. É um enfrentamento de vida.

E é esse o convite que nós fazemos. Falo aqui não só como SDH, falo pelo comitê organizador do Fórum, que tem mais de 600 instituições brasileiras e internacionais. Venham participar e debater no Fórum Mundial de Direitos Humanos, porque nós vamos construir alternativas no diálogo, na escuta e também

percebendo o outro. Também enfrentamos violações de direitos humanos nesse processo.

Então, Senadora, agradeço muito essa oportunidade. Uma audiência pública no Senado é uma oportunidade de fazer um diálogo com a sociedade, de trazer as temáticas do Fórum, de fazer um convite aberto a todos e a todas, para que participem.

Em especial, quero dizer que no dia 10 estaremos comemorando 65 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e que nós temos um trabalho ainda imenso a fazer, no Brasil e no mundo.

Mais uma vez, obrigada pela oportunidade.

É um convite aberto a todos que possam participar do Fórum. Existem várias iniciativas acontecendo. Por exemplo, agora está acontecendo um seminário internacional, próximo daqui, na Católica de Brasília, tratando justamente sobre direitos humanos na Pedagogia do amanhã. E, assim, vários eventos estão acontecendo no Brasil e em outros países, preparativos para o Fórum ou tratando das temáticas dos direitos humanos. É um convite aberto a todos. Estamos aguardando todos vocês no dia 10, aqui em Brasília, para avançarmos no debate sobre os direitos humanos, no Brasil e no mundo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Patrícia Barcelos, Secretária-Executiva da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal.

Eu acho, Patrícia, que seria muito bom divulgar o endereço, porque esta audiência pública também está sendo acompanhada pela TV Senado, pelos internautas. Então, se você puder, reforce o endereço, para que as pessoas possam acessar.

A SRª PATRÍCIA BARCELOS – É www.fmdh.sdh.gov.br.

Nós estamos também atuando nas redes sociais – Facebook, Twitter. Além de se inscreverem no Fórum, Senadora, podem participar como voluntários. Há várias formas de participação. No *site*, estão todas as informações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, nós queremos, mais uma vez, agradecer à Patrícia, agradecer a todos vocês que estiveram aqui conosco.

Apenas reforço alguns encaminhamentos. A partir do debate, a partir das informações que aqui foram colocadas, surgiram algumas sugestões. O Senador Wellington Dias trouxe a questão da menina lá do Piauí, que, com a divulgação, nas redes sociais, de forma indevida, acabou tirando sua própria vida. Então, o Senador Wellington Dias vai encaminhar uma mensagem à família, de apoio, de solidariedade.

Também pensamos aqui em o Governo Federal trabalhar a possibilidade de campanhas publicitárias na tevê e no rádio, não só em função desse caso, porque esse é um caso que veio de forma mais visível para todos nós – todos os dias enfrentamos situações como essa, e acredito que o próprio Fórum Mundial vai se debruçar sobre esse tema –, mas pensar na possibilidade de fazer campanhas publicitárias, para que as informações divulgadas nas redes sociais não firam os direitos humanos das pessoas, como foi o caso dessa menina.

Que essa campanha tenha foco na questão da adolescência, principalmente, e que as relações de intimidade que as pessoas tenham não sejam publicizadas, porque isso traz constrangimento, traz dificuldades para as pessoas. A depressão leva a pessoa a tirar sua própria vida. Então, situações como essa não podem acontecer mais.

Assumimos aqui o compromisso de trabalhar a construção de uma audiência pública conjunta da Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Ciência e Tecnologia, para tratar desse assunto da publicidade pelas redes socais, como controlar; e o controle de tal forma que não é o controle da imprensa – não é censura –, mas que haja, de fato, o controle de situações que tragam constrangimento ou mesmo inverdades que muitas vezes são divulgadas nas redes sociais e em outros meios de comunicação também.

Eu quero aqui, então, agradecer a vocês, reforçar o convite que foi feito aqui pela Ministra e pela Patrícia, do Fórum Mundial de Direitos Humanos, que acontece nos dias 10 a 13 de dezembro, portanto, na próxima semana, aqui em Brasília, Distrito Federal. Vocês poderão ter acesso a toda programação, a todas as informações através do *site* que foi divulgado aqui pela Patrícia.

A Comissão de Direitos Humanos também se coloca à disposição para receber alguma informação, e que nós possamos também ajudar no processo de divulgação do Fórum Mundial de Direitos Humanos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública, agradecendo a presença de todos vocês.

(Iniciada às 09 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.)

ATA DA 62ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NA

SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia vinte de novembro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Paulo Davim, Sérgio Petecão, Lídice da Mata, Magno Malta e Eduardo Lopes. O Senador João Capiberibe justifica sua ausência, nos termos do Requerimento nº 1304, de 2013 – PLEN, bem como o Senador Cristovam Buarque, nos termos do Memo GSCB Nº 11-252/2013, em 20/11/2013. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação das atas da 53ª a 61ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. A Senhora Presidenta faz a leitura dos expedientes da Comissão e tece suas considerações iniciais. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa. Item 1– Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011 – Terminativo – Autoria do Projeto: Deputado Enio Bacci. Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CAS. Relatoria do Projeto: Senador Paulo Davim. Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLC nº 64, de 2011, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. Item 2. Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008 – Terminativo – Autoria do Projeto: Senador Marconi Perillo. Dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Relatoria do Projeto: Senadora Angela Portela. Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 305, de 2008, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. Item 3. Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2008 – Terminativo – Autoria do Projeto: Senador Alvaro Dias. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). Relatoria do Projeto: Senador Sérgio Petecão. Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 352, de 2008, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011 – Terminativo – Autoria: Senadora Angela Portela. Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Eduardo Suplicy. Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011 – Terminativo – Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE. Relatoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009 – Terminativo – Autoria: Senador Raimundo Colombo. Ementa do Projeto: Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Resultado: Adia-

do. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012 – Terminativo – Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Relatoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Adiado. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011 – Terminativo – Autoria: Senador Humberto Costa. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Relatoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Adiado. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011 – Terminativo – Autoria: Senador Humberto Costa. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Relatoria: Senadora Angela Portela. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011 – Terminativo – Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR. Relatoria: Senador Roberto Requião. Resultado: Adiado. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011 – Terminativo – Autoria: Senador Gim. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta.Resultado: Adiado. Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012 – Terminativo – Autoria: Senadora Angela Portela. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. Relatoria: Senador Humberto Costa. Resultado: Adiado. Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012 – Terminativo – Autoria: Senador Ciro Nogueira. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Relatoria: Senador Gim. Resultado: Adiado. Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2009 – Terminativo – Autoria: Senador Renan Calheiros. Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. Relatoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Retirado de pauta para redistribuição. Item 15. Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2012 – Não Terminativo – Autoria: Deputado Lincoln Portela. Dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para promoção da cultura de paz e dá outras providências – Estatuto da Paz. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Paulo Davim. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição do Projeto. Item 16. Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2013 – Não Terminativo – Autoria: Presidente da República. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Relatório: Favorável ao Projeto. Relatoria: Senador Welling-

ton Dias (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Rita. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto. Item 17. Sugestão nº 14, de 2011 – Não Terminativo – Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a inclusão, nos currículos do ensino fundamental e médio, do tema transversal cidadania. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senadora Angela Portela. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado apresentado, para que passe a tramitar como proposição desta CDH. Item 18. Sugestão nº 17, de 2011 – Não Terminativo – Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Altera o Código Penal, para tipificar o acesso não autorizado a rede de computadores ou sistema informatizado. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Paulo Davim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado apresentado, para que passe a tramitar como proposição desta CDH. Item 19. Sugestão nº 1, de 2013 – Não Terminativo – Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro e outros. Concede incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento de atividades sustentáveis. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Resultado: Adiado. Item 20. Sugestão nº 6, de 2013 – Não Terminativo – Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro e outros. Dispõe sobre o atendimento psicológico ou psicopedagógico para estudantes e profissionais da educação. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Relatoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Adiado. Item 21. Sugestão nº 9, de 2013 – Não Terminativo – Autoria: Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul. Sugere a elaboração de lei com a finalidade de reajustar os benefícios da previdência social, de forma a recuperar as perdas do poder aquisitivo dos segurados da Previdência Social. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Relatoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado apresentado, para que passe a tramitar como proposição desta CDH. Item 22. Sugestão nº 5, de 2012 – Não Terminativo – Autoria: Associação dos Funcionários do Banco do Brasil (AFABB). Susta disposições da apuração do resultado e da utilização de superávit dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar instituidas pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Sérgio Petecão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. Item 23. Oficio "S" nº 2, de 2009 – Não Terminativo – Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (PERMANENTE). Encaminha o Ofício nº 93, de 2008, do Ministério Público do Estado do Piauí, contendo documentação supostamente comprobatória de casos de tortura de presos na cidade de Picos-PI. Relatório: Pelo arquivamento. Relatoria: Senador Wellington Dias (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Rita. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento do Ofício "S" nº 2, de 2009. Item 24. Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2009 – Não Terminativo – Autoria: Senador Paulo Paim. Estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriunda da relação de educação.

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Adiado. Item 25. Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2012 – Não Terminativo – Autoria: Senador Humberto Costa. Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a doação presumida de órgãos. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Relatoria: Senador Paulo Davim. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). Item 26. Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2013 – Não Terminativo – Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Altera a Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006, que Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para determinar a reserva de vagas gratuitas nos cursos técnicos de formação inicial e continuada, oferecidos pelos Serviços Nacionais de aprendizagem, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Relatoria: Senadora Angela Portela. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. Item 27. Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2013 – Não Terminativo – Autoria: Senador Magno Malta. Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro – CTB, estabelecendo que fica facultado aos jovens entre 16 e 18 anos a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 28. Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2013 – Não Terminativo – Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Altera os arts. 44 e 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para aumentar o percentual do Fundo Partidário destinado à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres e o percentual do tempo de propaganda partidária pelo rádio e pela televisão destinado a promover e difundir a participação política feminina. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Relatoria: Senadora Angela Portela. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. Item 29. Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006 – Não Terminativo – Autoria: Deputada Iara Bernardi. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Relatoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Retirado de Pauta. Item 30. Requerimento S/Nº. Autoria: Senador Roberto Requião. Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado, que seja realizada audiência pública destinada à discussão do agronegócio, dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais. Para tanto, solicito que sejam convidados o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministro do Desenvolvimento Agrário, Elio Neves – Presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, representante da Confederação Nacional da Agricultura, Diego Moreira, da Via Campesina, e José Maria de Almeida, da CS CONLUTAS – Central Sindical e Popular. Resultado: Não Lido. Item 31. Requerimento SNº. Autoria: Senador João Capiberibe. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para tratar de assunto referente aos ocorridos nas Comunidades Jatuarana, São Francisco do Mainã e Santa Luzia do Tiririca, conforme a Audiência que tivemos em Brasília nesta mesma Comissão sobre o conflito entre as referidas comunidades e o Exército. As denúncias dão conta de que Exército estaria descumprindo o acordo que foi feito na referida Audiência Pública do dia 28 de maio de 2013 nessa Casa, gerando conflitos. Segue a integra da denún-

cia recebida: 1. Intimidação de ribeirinhos a assinarem um Requerimento referente à regularização fundiária; 2. Após reunião tentaram denegrir a imagem do Ministério Público Federal e Comissão Pastoral da Terra; 3. Ameaça a Ribeirinhos, condicionando a regularização dos lotes ao cumprimento das determinações do Comando Militar, sob a ameaça de expulsão dos mesmos; 4. A não assinatura do Referido Requerimento implica na não participação no Programa Luz Para Todos, consequentemente não teriam acesso à energia elétrica; 5. Foi realizada a visita pelo Exército aos lotes para demarcação em cima de um Título Definitivo, ou seja, gerando conflito com os ribeirinhos que têm o Título. Isso ocasionou o fato dos Ribeirinhos terem expulsado o exército da região, o que aprofundou o conflito nas Comunidades. Sugiro que sejam convidados os seguintes especialistas: 1. Procurador da República Júlio José de Araújo (Responsável pelo Inquérito Civil nº 1.13.000.001253/2004-29); 2. Marta Valéria Cunha Sponton – Coordenadora Regional da CPT – Amazonas; 3. General de Exército Villas Bôas 12ª Região Militar de Manaus, Comandante Militar da Amazônia; 4. Coronel Batista – 12ª Região Militar de Manaus. Resultado: Não Lido. Item 32. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 101, de 2013. Autoria: Senador Paulo Paim. Requer a realização de audiência pública para debater sobre o tema: "25 anos da Fundação Palmares em Defesa dos Direitos Humanos e 10 anos da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – SEPPIR". A lista dos expositores sugerida será: Marta Suplicy -Ministra da Cultura; Luiz Inácio Lula da Silva -Ex-Presidente da República; Sr. Hilton Cobra -Presidente da Fundação Cultural Palmares; Luiza Bairros – Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Sr. Sérgio Pedro– Secretário Executivo CNPIR– Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR); Deputada Federal Benedita da Silva (PT/RJ). Resultado: Aprovado, com a inclusão de mais um convidado: o Primeiro Presidente da Fundação Palmares, Sr. Carlos Moura. Item 33. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 100, de 2013. Requer a realização de Audiência Pública para instruir PL 287/2013 Sobre "Direito de Greve no Serviço Público". Os convidados sugeridos são: Roberto Kupski – Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate); Rudinei Marques – Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon Sindical); Lourenço Ferreira Prado – Presidente CONTEC; Pedro Delarue – Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional); Sergio. Mendonça – Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento (MPOG); Manoel Messias – Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 34. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 102, de 2013. Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF; requer a realização de audiência pública para debater "o incêndio da Boate Kiss e as consequências da. tragédia". Os convidados sugeridos são: 1.Representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidencia da República; 2.Representante do Ministério da Saúde; 3. Representante do Ministério da Justiça; 4. Representante do Ministério Público do Trabalho; 5. Sr. Adherbal Alves Ferreira – Presidente da Associação dos familiares das vítimas e sobreviventes da trajédia ocorrida na boate Kiss de Santa Maria; 6. Sr. Sergio da Silva – Vice Presidente do Conselho Administrativo da Associação dos familiares das vítimas e sobreviventes da boate Kiss. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 35. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 103, de 2013. Requer a realização de Audiência Pública para debater "O Direito Fundamental a Saúde e Alimentação Escolar". Os convidados sugeridos são: Alexandre Sampaio–Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação; José de Jesus dos Santos – Presidente do Sindicato de Hotelaria e Gastronomia de Porto Alegre; Cacildo Antonio Vivian – Diretor do Sindicato de Hotelaria e Gastronomia de

Porto Alegre; Ibere Costa – proprietário de cantina escolar na cidade de Porto Alegre; Representante do Ministério da EDUCAÇÃO; Representante do Ministério da Saúde. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado com o encaminhamento da Senadora Ana Rita, no sentido de que a Audiência Pública ocorra em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura (CE), e Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Item 36. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 104, de 2013. Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF; requer a realização de audiência pública para debater "Qualidade de vida dos aposentados é uma questão de justiça social". Os convidados sugeridos são: 1. Cleuza Maria Faustino– Diretora da Fenasps; 2. Valmir Braz – Diretor Fenasps; 3.Dr. Luis Fernando Silva – Assessor Jurídico da Fenasps; 4. Sergio Eduardo Arbulo Mendonça – Secretário de Trabalho do Serviço Público SRT/MPOG; 5. Ana Lúcia Amorim – Secretário de Gestão Pública; 6. Albiérgio Barros de Souza Filho – Interventor da GEAP. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 37. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 105, de 2013. Requer a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater o tema: "Os desaparecidos da Democracia", com a presença dos seguintes convidados: Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rio de Janeiro; Representante do Ministério da Justiça; Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Representante da Defensoria Pública da União. Autoria: Senadora Ana Rita. Resultado: Aprovado. Item 38. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 106, de 2013. Requer a realização de Audiência Pública, com o objetivo de discutir as novas configurações de famílias, com a presença dos seguintes convidados: Maria Berenice Dias – Presidenta da Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB/RS; Laura Castro – Atriz; Cristina Lerosa – Empresária; Mônica Cúneo, promotora de Justiça no Estado do Rio de Janeiro; Gustavo Bernardes – Coordenador de Promoção dos Direitos de LGBTs da Secretaria de Direitos Humanos; Representante do Ministério Público Federal. Autoria: Senadora Ana Rita. Resultado: Aprovado. Item 39. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 107, de 2013. Autoria: Senadora Ana Rita. Requer, nos termos regimentais, participação desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa na organização da Semana em Comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência entre os dias 2 e 6 de dezembro do corrente ano. Autoria: Senadora Ana Rita. Resultado: Aprovado. Item 40. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 108, de 2013. Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de discutir o desenvolvimento do esporte adaptado no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Fernando Fernandes – Tretracampeão Mundial de Paracanoagem; Representante do Projeto Deficiente Visual na Trilha; Andrews Parsons, Presidente do Comitê Paralimpico Brasileiro; Alan Fonteles, Campeão Mundial e Paralímpico de Atletismo; Diana Nishimura, Treinadora de Canoagem e Paracanoagem; Representante do Ministério do Esporte. Autoria: Senadora Ana Rita. Resultado: Aprovado. Item 41. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 109, de 2013. Autoria: Senadora Ana Rita. Requer a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater o tema: A prevenção de combate ao trabalho escravo de Imigrantes. Na oportunidade também será lançado o Manual de Recomendações de Rotinas de Prevenção e Combate ao trabalho Escravo de Imigrantes, com a presença dos seguintes convidados: Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; Representante da Polícia Federal; Representante da Defensoria Pública da União; Representante do Sindicato Nacional dos

Auditores Fiscais do Trabalho – SINART. Resultado: Aprovado. Às onze horas e quarenta e quatro minutos, O Senador Paulo Paim devolve a presidência dos trabalhos para a Senadora Ana Rita. EXTRAPAUTA. Item 42. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 110, de 2013. Requer DILIGÊNCIA, pela Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, junto à Polícia Federal, para averiguar como anda a investigação do caso do desaparecimento de cinco crianças do Bairro Planalto, em Natal/RN, ocorrido no período de 1988 a 2011. Autoria: Senador Paulo Davim. Resultado: Aprovado. Item 43. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 111, de 2013. Requer a realização de Audiência Pública para Instruir a sugestão 11/2013 proposta pelo Sindicato de Corretores de Imóveis de Brasília. Os convidados sugeridos são: Representante do Sindicato dos corretores de imóveis de Brasília – DF – SINDIMOVÉIS; Representante da Federação Nacional dos Corretores de Imóveis; Representante do Conselho Federal de Corretores de Imóveis; José Vianna Netto – Presidente do Conselho e Fórum das Profissões Regulamentadas; Flavio Koch – Presidente do Fórum dos Conselhos Regionais e Ordens das Profissões regulamentadas do Estado do RS; Hermes Alcântara – Vice Presidente Adjunto do Conselho Federal de Corretores de Imóveis. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às onze horas e dezesseis minutos, a Senadora Ana Rita passa a presidência dos trabalhos para o Senador Paulo Paim. Às onze horas e quarenta e cinco minutos o senador Paulo Paim devolve a presidência à Senadora Ana Rita. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Sérgio Petecão, Paulo Davim, Angela Portela, Paulo Paim, Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora ANA RITA

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) –Havendo número legal, declaro aberta a 62ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 53ª a 61ª Reuniões.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Antes de fazer o encaminhamento da nossa pauta, quero aqui apenas fazer um registro. Inicialmente, não tínhamos quórum para abrirmos esta reunião, mas fizemos um encaminhamento aqui a pedido, Senador Petecão, dos Líderes partidários, no sentido de retirar da pauta o item 29, que trata do PL nº 122. A retirada da pauta se deu em função de ser necessário ainda algum diálogo entre os Líderes partidários e alguns setores que ainda têm dúvidas quanto a alguns termos do projeto, que trata do PL nº 122.

E o encaminhamento dado é de que os Líderes façam esse diálogo no tempo mais curto possível, porque vamos pautar esse projeto de modo rápido, para que ele seja votado ainda este ano. No entendimento da Comissão de Direitos Humanos e desta Presidência, o relatório apresentado pelo Senador Paim foi construído com a participação de várias pessoas, de vários setores. O Senador Paim poderá posteriormente esclarecer isso melhor. Mas ele dialogou com setores não só do movimento LGBT, como também com setores da área de direitos humanos, com setores evangélicos, católicos, e com diversos outros movimentos sociais. E a construção do relatório e do texto do projeto, entre todos esses atores, tem total concordância. É claro que, no processo de construção, para se chegar a um acordo, o setor abre mão de alguma coisa, outro abre mão de outra, para se chegar a um texto de consenso. Então, o texto apresentado pelo Senador Paim, até onde consegui acompanhar, tem, de certa forma, consenso a partir de todo esse diálogo que foi feito.

Mas consideramos o pedido dos Líderes partidários, que foram possivelmente acionados por diversos outros Parlamentares da Câmara Federal – Deputados Federais e Deputadas Federais –, mas em particular de Deputados Federais, que pediram que retirássemos da pauta para ter mais uma semana pelo menos para conversar, para dialogar.

Eu acredito particularmente que, no espaço de uma semana, no máximo duas, nós possamos pautar aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Mas a nossa pauta, Senador Petecão, tem 41 itens, e nós queremos fazer os devidos encaminhamentos na reunião de hoje.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Só para lhe agradecer pelas explicações. Acho que foi a melhor decisão.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Petecão

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Eu faço uma sugestão. Tenho dois projetos sob minha relatoria; o Senador Petecão tem um ou dois.

Então, eu gostaria, Srª Presidente, que, se não foram lidos, fizéssemos a leitura.

E uma pergunta: no caso que já deu quorum, podem ir os terminativos à votação?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não, para os terminativos, nós precisamos de dez Parlamentares presentes à reunião; para os não terminativos, temos quórum para votá-los.

De V. Exª, o item 25 é possível ser lido e votado hoje com o quórum que já temos.

Eu quero sugerir a V. Exª que, primeiro, nós possamos encaminhar os itens 1, 2 e 3, que são de segundo turno. Assim, nós liberamos os três primeiros itens e, depois, passaremos para os itens de que V.Exª é Relator.

Pode ser?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Claro.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, uma questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Eu gostaria, se possível, de retirar de pauta o item 3, que é um projeto de minha autoria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ele está sendo votado em segundo turno já, ou melhor, em turno suplementar. Desculpe, Senador. Está sendo votado em turno suplementar.

Os itens 1, 2 e 3 vão ser votados em turno suplementar. Eles já foram votados no primeiro turno. Ele não recebeu emendas; foi aprovado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – O.k. Então, vamos votar.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pode ser? *(Pausa.)*

Na verdade, Senador Petecão, como não foi oferecida nenhuma emenda, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno, ele é dado como definitivamente adotado, sem votação. É só...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – O.k.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Item 1 da pauta, página 26.

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2011

– Terminativo –

Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências.

Autoria: Deputado Enio Bacci

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CAS.

Observações:

Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.

Em discussão o substitutivo em turno suplementar. (*Pausa.*)

Não havendo...

Senador Paulo Davim?

Página 26, Senador.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Página 26 não; página 41.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É o Item 1, página 26.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Pensei que fosse...

Desculpe. Sem comentário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não foram oferecidas emendas ao substitutivo no turno suplementar. Portanto, em conformidade com o art 284 do Regimento Interno do Senado Federal, este é dado como definitivamente adotado, sem votação.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente, então já foi liberado? Vai seguir em frente o projeto?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O item 1, porque ele é terminativo nesta Comissão e está em turno suplementar.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Item 2, página 42.

ITEM 2

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2008

– Terminativo –

Dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.

Em discussão o substitutivo em turno suplementar. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não foram oferecidas emendas ao substitutivo no turno suplementar.

Portanto, em conformidade com 284 do Regimento Interno do Senado Federal, este é dado como definitivamente adotado, sem votação.

Item 3, página 52. Senador Petecão, esse é o item sobre o qual V. Exª havia levantado uma questão de ordem. É o item 3, que já está em turno suplementar.

ITEM 3

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352, de 2008

– Terminativo –

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.*

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

Observações:

Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.

Em discussão o substitutivo em turno suplementar. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não foram oferecidas emendas ao substitutivo no turno suplementar.

Portanto, em conformidade com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal, este é dado como definitivamente adotado sem votação.

Considerando o encaminhamento dado pelo Senador Paulo Davim, nós vamos, então, passar ao item nº 25, página 442.

ITEM 25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, de 2012

– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a doação presumida de órgãos.

Autoria: Humberto Costa

Relatoria: Paulo Davim

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CCJ e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente, eu vou fazer apenas um comentário. Esta matéria foi lida, eu pedi vista e apresentei um substitutivo. Isso por uma razão muito simples: o projeto, originariamente, prevê a doação presumida de órgãos. Trocando em miúdos, é aquele indivíduo que foi a óbito e automaticamente é doador, independentemente da sua vontade em vida, independentemente da vontade da sua família.

Ora, eu acredito que, no Brasil, nós ainda não atingimos um grau de esclarecimento, de maturidade social, para que submetamos à sociedade uma lei desta forma, até porque entram variáveis que não foram consideradas no projeto original, como a questão da religiosidade e, também, a da segurança que essas famílias teriam numa situação dessas.

A gente precisa imaginar o Brasil não do ponto de vista dos grandes centros, mas imaginar o Brasil lá na floresta, no interior do Nordeste, onde existe um apego muito grande aos entes queridos, e o transtorno que essa lei traria seria muito grande, até porque, em países mais evoluídos, países ditos do Primeiro Mundo, não existe uma legislação desta forma, porque eles respeitam a vontade da família.

Eu, Presidente, trabalho em UTI, e, no hospital em que eu trabalho, há uma central de captação de órgãos. Existem, inclusive, cursos para preparar a equipe para, primeiramente, levar a informação e comunicar à família o óbito, e cursos para treinar a equipe, sobretudo a equipe de captação de órgãos, para convencer

a família da importância da doação de órgãos. É um trabalho muito difícil.

O país que está mais avançado em termos de captação de órgãos é a Espanha. No Brasil, a captação de córnea é a mais fácil, porque os familiares compreendem que é apenas a retirada da córnea – o que não é bem assim. Portanto, eles não criam muita objeção, mas a captação de órgãos em geral é sempre complicada, é difícil.

Nós não atingimos ainda um nível de esclarecimento que permita termos uma lei cuja doação seja presumida. Nós, com essa lei, teremos muito mais problemas do que soluções, porque por este projeto será o seguinte: todo mundo que for a óbito – pronto – será doador, mesmo que a família se oponha. Imagine o problema.

De repente faleceu alguém, e chega a central de captação para levar o corpo para retirada de órgão. Olha o conflito, Presidente, que aconteceria em relação a um paciente com morte cerebral na UTI, porque a doação de órgãos se dá no momento logo após o óbito, mas também antes do óbito propriamente dito, antes de ser assinado o atestado, na chamada morte cerebral – pacientes que estão em coma vegetativo, o que é chamado morte cerebral mesmo.

Pois bem, então a família vai e entra na UTI e vê o coração batendo no monitor, e de repente chega alguém e diz: "Olha, foi atestada a morte cerebral do seu parente; portanto, nós vamos tirá-lo daqui para fazer a captação de órgãos". Isso sem o consentimento da família! Nós não chegamos a esse nível ainda.

Já no substitutivo, há a vontade manifesta em vida; ou seja, todos nós, na plenitude das nossas faculdades mentais, da nossa consciência crítica, poderemos manifestar que somos doares. Eu, por exemplo, eu sou doador. Eu espero que nenhum órgão meu sirva para doar, porque eu quero morrer com 100 anos ou 150 anos. Mas, se acontecer isso antes, eu sou doador manifesto. Então, todos nós deveremos manifestar essa vontade. É diferente, e a minha família sabe. É diferente de uma doação presumida.

Portanto, o substitutivo que foi colocado observa esses detalhes. Ou seja, para que haja doação de órgão automática será necessário o consentimento prévio em vida ou o consentimento da família, como acontece hoje. Muitas vezes, hoje, a vontade da família prepondera, mas, no substitutivo, a vontade do paciente que foi a óbito será respeitada. A senhora está compreendendo?

Então, por mais que a minha família diga "Não, nós não vamos permitir", mas está expressa a minha vontade em lei e terá de ser cumprida. Então, eu acho que é um substitutivo mais palatável, e, seguramente, vai contribuir para que a gente aumente a captação de órgãos no Brasil e que a gente diminua essa fila imensa de pessoas precisando de doação de órgãos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Continua em discussão o projeto.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para dizer, Srª Presidente, que, neste tema, eu acompanho sempre o meu Líder aqui, que é o Paulo Davim – é uma confusão de Paulo Paim e Paulo Davim para lá, e vai haver polêmica quando eles começarem a questionar sobre o 122, de que V. Exª é Relator. Isso é para descontrair!

Eu acho que a decisão de V. Exª foi correta, atendeu ao pedido de Líderes. V. Exª queria votar a matéria, tanto que colocou... Os Líderes pediram, o Líder do nosso Partido, inclusive, pediu que não fosse votado hoje, e V. Exª atendeu. Então, fiz a descontração só...

Meus parabéns, Senador Paulo Davim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1 da CDH, o substitutivo que apresenta.

O projeto segue para análise da CCJ e posteriormente à CAS em decisão terminativa.

Senador Paulo Paim, nós havíamos tomado o encaminhamento aqui, considerando a presença dos relatores aqui no plenário: nós estamos privilegiando – privilegiando não –, dando preferência aos projetos que estão na pauta, cujos relatores estão presentes. No entanto, no item 22, eu vou solicitar relatoria *ad hoc* do Senador. Item 22, pg. 399.

ITEM 22

SUGESTÃO Nº 5, de 2012
– Não terminativo -

Susta disposições da apuração do resultado e da utilização de superávit dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar instituídas pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008.

Autoria: Associação dos Funcionários do Banco do Brasil (AFABB)

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela rejeição da Sugestão

Observações:

Tramitação: CDH

Estou designando agora, como o Senador Ricardo Ferraço não está presente, o Relator *ad hoc*, Senador Sérgio Petecão.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Qual é a página, Srª Presidenta?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Página 399.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone*.) – Página 400.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É página 400.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Em conformidade com o dispositivo do art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a Sugestão nº 5, de 2012, de autoria da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil. A proposta sugere a apresentação de um projeto de decreto legislativo para sustar alguns dispositivos da Resolução nº 26, de 2008, do antigo Conselho de Gestão da Previdência Complementar, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão) na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela rejeição da Sugestão nº 5, de 2012, e seu arquivamento.

Lido, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para informar que eu acompanhei o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, pela rejeição da sugestão.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição da sugestão.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente, pela ordem, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente, durante a CPI do Tráfico Internacional e Nacional de Pessoas, nós nos deparamos com um caso emblemático de tráfico de crianças, lá no Rio Grande do Norte. Já se vão 12 anos, e esse caso continua em aberto. Na conclusão da CPI, nós, da CPI, entregamos o relatório a vários ministros e o encaminhamos para as autoridades dos Estados onde fizemos diligências. E eu, particularmente, me empenhei para que a Polícia Federal entrasse no caso das crianças do Planalto, lá no Rio Grande do Norte. Foram cinco crianças.

O Ministério Público de lá tem feito um bom trabalho, só que a polícia do Estado, a Polícia Civil, que está investigando, não está conseguindo avançar, por várias razões. A Polícia Federal realmente entrou no caso. E nós não sabemos – já faz um ano –, e o caso não avançou.

Eu gostaria de solicitar à Presidência desta Comissão, para que solicitássemos juntos uma audiência com a Polícia Federal, o diretor da Polícia Federal, o presidente ou superintendente, acho, da Polícia Federal, que não sei nem se é superintendente. É superintendente? O Diretor-Geral da Polícia Federal...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Diretor-Geral, é.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – É. Para que a gente pudesse abordar esse assunto e saber o que foi feito nesse ano e meio praticamente. Eu gostaria de solicitar isso, que fizéssemos uma Comissão. Eu convido até o Senador Paim e V. Exª para que a gente pudesse pedir essa audiência com o Diretor-Geral da Polícia Federal, a fim de averiguar a situação dessas investigações, até porque esse é um caso emblemático no Brasil inteiro.

Eu tomei conhecimento de alguns dados que foram descobertos recentemente, mas o sofrimento das famílias é enorme. Eu ouvi o depoimento de uma mãe em que ela me disse que preferia ter chorado no enterro da filha, pois pelo menos ela saberia onde o corpo está, porque a pior angústia dela é não saber se a filha está viva, não saber se está sofrendo e não saber o paradeiro dessa criança, entendeu?

Então, isso me comove muito em todas as vezes em que eu me encontro com esses familiares, e eu faria esse apelo à Presidência desta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim, nós vamos fazer esse encaminhamento, conforme V. Exª está solicitando.

Vejo que seria muito importante que todos os Senadores que compõem a Subcomissão do Tráfico de Pessoas também estejam envolvidos, que são o Senador Paulo Paim e o Senador Randolfe. Convidar

também o Senador Randolfe. E eu me disponho a estar junto, acompanhando também essa reunião. Vamos fazer o agendamento e, assim que a data for marcada, comunicaremos a vocês.

Acho que seria muito bom, Senador Paulo Davim, que a sua assessoria, em contato com a assessoria da Comissão de Direitos Humanos, pudesse dialogar, para que pudéssemos ajustar uma data possível para V. Exª e também para os demais, juntamente com a Polícia Federal.

Então, esse encaminhamento será feito, e que bom que V. Exª está acompanhando esses casos, porque, quando nós fazemos uma CPI ou uma CPMI, como foi o caso da violência contra as mulheres, nós deparamos com inúmeras situações, e nem sempre conseguimos acompanhar de perto todos os casos que a CPI ou a CPMI conseguem identificar.

É muito bom quando os membros dessas comissões de inquérito conseguem ainda ser referência para essas famílias no sentido de continuarem lutando para que elas resolvam os seus problemas. V. Exª tem demonstrado um compromisso muito grande, especialmente neste caso que já teve a oportunidade de relatar aqui em outras ocasiões.

Então, isso é muito bom! As famílias, com certeza, esperam isso de nós, e é competência, papel nosso e obrigação nossa oferecer esse apoio, essa ajuda, fazer essa articulação com os órgãos competentes, nesse caso com a Polícia Federal.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O senhor já gostaria que nós votássemos aqui esse requerimento oral? Depois, o senhor formaliza isso por escrito para nós? *(Pausa.)*

Então, em discussão o requerimento apresentado pelo Senador Paulo Davim no sentido de que façamos um encaminhamento, marcando uma audiência com a Polícia Federal, para verificar quais foram os encaminhamentos adotados na solução do caso aqui apresentado, de uma família do tráfico de crianças do Bairro Planalto, da cidade de Natal.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Coloco em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu gostaria de pedir inversão de pauta para os itens 26 e 28, não terminativos, de minha relatoria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu coloco em discussão a solicitação da Senadora Angela Portela para que façamos a inversão de pauta.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, o item 26, pág. 454:

ITEM 26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, de 2013 – Não terminativo -

Altera a Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para determinar a reserva de vagas gratuitas nos cursos técnicos de formação inicial e continuada, oferecidos pelos serviços nacionais de aprendizagem, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Autoria: Ataídes Oliveira

Relatoria: Angela Portela

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CE e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para a leitura do relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Srª Presidenta.

O Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2013, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, altera a Lei Maria da Penha, com a finalidade de reservar 5% das vagas oferecidas nos cursos dos serviços nacionais de aprendizagem para as mulheres vitimadas pela violência doméstica e familiar. Na justificação do projeto, o autor afirma que, diante da multiplicidade de problemas que envolvem essas mulheres, as ações que se destinam a sua proteção precisam ser multidisciplinares. Nessa ótica, um dos maiores desafios é o de proporcionar à agredida independência financeira, garantindo que ela tenha meios para prover a si e a seus filhos, sem a necessidade de continuar convivendo com o agressor. Por isso, apresenta o projeto que garante vagas nos cursos de capacitação e formação continuada oferecidos pelo chamado Sistema S.

A matéria foi encaminhada inicialmente para a análise desta Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Constituição e Justiça, cabendo à última a decisão terminativa. No entanto, em vista de Requerimento nº 828, de 2013, do Senador Cyro Miranda,

antes de seguir para a CCJ, também será examinada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Análise. Nos termos do inciso IV do *caput* do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem competência para opinar sobre iniciativas que tratam dos direitos da mulher. Como o PLS nº 233, de 2013, versa sobre essa matéria, é regimental sua análise por este colegiado.

A proposição também se materializa na espécie adequada de lei e não apresenta óbices de natureza constitucional ou jurídica.

Quanto ao mérito, o projeto é oportuno e veicula fórmula de estímulo à formação profissional de mulheres que enfrentam as dores da violência doméstica e familiar. Trata-se de lhes dar a oportunidade de superar condições de dependência que, muitas vezes, são determinantes para que as mulheres se submetam, continuamente, a condições desumanas de existência.

A garantia de vagas nos cursos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Senac e Senar, bem como pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), dá a chance de essas mulheres conseguirem inserção no mercado de trabalho, passando a gerar sua própria renda, um passo decisivo no rompimento do ciclo de violência do qual são vítimas.

Com a medida, essas entidades também se qualificam, diante da sociedade brasileira, como parceiras na luta contra a violência doméstica e familiar.

Propomos apenas uma mudança na redação da ementa da proposição, de forma a lhe conferir mais concisão e tornar mais explícitos seus objetivos, conforme determina o art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 233, com a seguinte emenda de redação:

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2013, a seguinte redação: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para reservar 5% das vagas oferecidas nos cursos dos serviços nacionais de aprendizagem às mulheres vitimadas pela violência doméstica e familiar."

Esses são o nosso relatório e o nosso voto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora Angela Portela.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu acompanho a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto com a Emenda nº 1 da CDH.

Passamos, a seguir, ao item 28, conforme decidido pela inversão de pauta.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente, pela ordem, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Eu solicitaria a V. Exª a inclusão na pauta da próxima reunião de um projeto de lei de minha autoria e sob a relatoria da competente Senadora Angela Portela, que versa sobre os andadores infantis.

Eu pediria, até, à assessoria da Mesa para... Para, na próxima reunião, a gente apreciar essa matéria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Solicitação acatada, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A assessoria já está registrando aqui e colocaremos na pauta da próxima reunião.

Item nº 28, pág. 469:

ITEM 28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 343, de 2013 – Não terminativo -

Altera os arts. 44 e 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para aumentar o percentual do Fundo Partidário destinado à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres e o percentual do tempo de propaganda partidária pelo rádio e pela televisão destinado a promover e difundir a participação política feminina.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, terminativo na CCJ

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para a leitura do relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Bem, Srª Presidenta, na justificação da

matéria, a Senadora Vanessa Grazziotin mostra que os índices de participação feminina no Poder Legislativo, das três esferas federativas, são tão baixos que colocam o Brasil nas piores colocações na escala que mede a presença de mulheres no Parlamento mundo afora.

A autora constata que tal situação se deve a diversos fatores que precisam ser combatidos, entre eles a deficiência na legislação e os baixos percentuais de recursos e de tempo de propaganda destinados a fomentar a participação partidária das mulheres.

No mérito, a proposição atua em vários aspectos das causas que afastam as mulheres da esfera político-partidária, pois procura corrigir aspectos da legislação eleitoral, amplia a fiscalização a respeito do cumprimento da lei e combate preconceitos que posicionam a mulher na esfera privada e reservam ao homem a participação na esfera pública.

Para tanto, o projeto cobra o percentual mínimo de recursos do fundo partidário destinado a financiar programas que tenham o propósito de alavancar a participação feminina na vida político-partidária do País e dobra, também, o tempo de propaganda partidária veiculado em emissoras de rádio e televisão, cujo objetivo seja motivar a participação política das brasileiras.

Tal medida precisa ser adotada com urgência, uma vez que se constata um nível escandalosamente baixo de representação das mulheres nas casas legislativas, tanto em nível federal como em nível subnacional. Tal situação não apenas fragiliza a luta das mulheres contra a opressão sexista, mas, principalmente, fragiliza a capacidade de representação do Poder Legislativo, tornando-o uma instituição alheia à real composição da sociedade, da qual deveria ser um espelho. Meritória, ainda, é a determinação complementar de que a Justiça Eleitoral fiscalize as contas apresentadas pelos órgãos da direção partidária, a fim de verificar o cumprimento da legislação.

Tais alterações na legislação eleitoral certamente irão contribuir para elevar a presença das mulheres nas listas partidárias, uma vez que ainda não conseguimos obter os efeitos esperados pela adoção da cota legal de, no mínimo, 30% das vagas nos Legislativos para candidaturas de cada sexo. Uma conquista importantíssima das mulheres, ressalte-se. Tanto ainda não conseguimos fomentar a participação das mulheres que o *ranking* da União Interparlamentar do ano de 2012 mostra o Brasil na vexatória 108ª posição em relação a outros 188 países, numa escala decrescente de participação feminina nas câmaras legislativas. Tal colocação nos coloca atrás da maioria dos países da América do Sul, como Argentina, Venezuela, Bolívia, Chile e Uruguai.

Espera-se que ao conteúdo da proposição ora em exame juntem-se iniciativas voluntárias dos próprios partidos, cientes de seu papel no fortalecimento do processo de democratização efetivo da sociedade brasileira.

Fazemos apenas um reparo na redação da ementa do projeto, conferindo-lhe texto mais conciso, a fim de melhor expressar o propósito da matéria, conforme disciplina o art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2013, com a seguinte emenda:

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2013, a seguinte redação: "Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para aumentar percentuais do Fundo Partidário e do tempo de propaganda partidária destinados a promover a participação política feminina".

Esse é o nosso relatório e nosso voto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CDH.

O projeto segue para análise da CCJ, em decisão terminativa.

Item 21, do Senador Paulo Paim – pág. 384:

ITEM 21

SUGESTÃO Nº 9, de 2013

– Não terminativo -

Sugere a elaboração de lei com a finalidade de reajustar os benefícios da Previdência Social, de forma a recuperar as perdas do poder aquisitivo dos segurados da Previdência Social.

Autoria: Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul

Relatoria: Paulo Paim

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, esse é um trabalho que gaúchos e gaúchas, junto com a Cobap, escreveram. Na época, até me apresentaram uma sugestão, e eu disse: "É melhor vocês encaminharem para a Comissão de Direitos Humanos. A Presidenta deve me indicar como Relator, e o projeto começará a tramitar a partir dali".

Portanto, pela importância do tema, vou ler o relatório, que teve a participação expressiva de aposentados e pensionistas.

Deu entrada nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sugestão legislativa apresentada pela Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Rio Grande Sul (FETAPERGS), que propõe o reajuste dos benefícios da Previdência Social, com o escopo de recuperar as perdas do poder aquisitivo dos segurados a partir da promulgação da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

De acordo com o documento apresentado pela FETAPERGS, a proposta visa "implantar uma nova forma de reajuste a fim de manter o poder aquisitivo dos segurados da Previdência Social nos mesmos patamares de sua concessão, considerando como parâmetro o Teto Máximo de Contribuição do benefício vigente na sua data de início, de forma a ser reajustado automaticamente toda vez que é fixado o novo valor do Teto Máximo de Contribuição". (p. 3).

A proposta introduz nova sistemática de cálculo dos benefícios previdenciários, tomando como base o Teto Máximo de Contribuição (TMC). Calcula-se o percentual do TMC relativo ao valor do benefício mensal inicial, de acordo com a seguinte fórmula:

V% = RMI X 100

TMC na DIB

Onde:

RMI = Renda Mensal Inicial

TMC = Teto Máximo de Contribuição

DIB = Data de Início do Benefício

V% = valor em percentual da RMI comparada com o Teto Máximo de Contribuição.

De acordo com a citada Federação, após apurado o valor percentual "V%", todos os benefícios seriam automaticamente elevados a partir da data em que a Previdência Social fixasse o novo Teto Máximo de Contribuição, normalmente reajustado na mesma data e no mesmo percentual de reajuste dos benefícios.

Análise.

A Sugestão Legislativa nº 9, de 2013, traz à discussão uma das questões mais relevantes no que tange ao atual arranjo do sistema previdenciário brasileiro. As alterações promovidas pelo Governo a partir da promulgação da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com destaque também para a Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, ocasionaram perdas significativas aos aposentados e pensionistas. A introdução de dispositivos que propõem índices menores para o reajuste dos benefícios previdenciários cujos valores estejam acima do salário mínimo trouxe perdas inequívocas para aqueles que contribuíram plenamente com o sistema previdenciário durante toda sua vida laboral.

Muitos sacrifícios têm sido exigidos de aposentados e pensionistas. Não é raro o caso de pessoas que contribuíram com base numa remuneração elevada e depois, em face de ocorrência de expurgos inflacionários, viram o valor de benefícios recebidos cair drasticamente.

Nesse sentido, Srª Presidenta, é importante lembrar que, durante os anos do nosso mandato, temos debatido no Senado e na Câmara também, porque lá estive durante quatro mandatos, a favor da revisão dos atuais mecanismos de estabelecimento do valor dos benefícios previdenciários e de seus reajustes. O ônus que hoje pesa nas costas dos aposentados e pensionistas é excessivo, além de injusto.

De acordo com o inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa converter proposição legislativa em sugestão legislativa quando receberam naturalmente parecer favorável.

VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão Legislativa nº 9, de 2013, na forma do projeto de lei do Senado em anexo, de acordo com o inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

Em resumo, Srª Presidenta, vou ler o art. 41 e o §7º. Como seria a nova lei?

O valor dos benefícios em manutenção será reajustado anualmente na mesma data do reajuste do salário mínimo *pro rata,* de acordo com suas respectivas datas de início ou do último reajustamento com base no INPC apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, garantindo a relação da paridade do reajuste proposto para o valor do teto, paridade com valor do teto máximo de contribuição na época da concessão do benefício.

O final do § 7º diz que o valor do benefício será reajustado considerando a renda mensal inicial, o teto máximo de contribuição na data do início do benefício e o teto máximo obtido na atual, segundo a fórmula em anexo aqui apresentada, já lida e explicada no relatório.

Em resumo, Srª Presidenta, o projeto visa a não indexar o mínimo, mas a ter uma vinculação com o teto máximo. Todo valor que foi dado ao teto máximo

como forma de correção para as contribuições seria dado também para os benefícios.

Eu até pensei, confesso, Srª Presidenta, que ia pedir uma audiência pública para o tema, mas como o nosso dever na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa é apenas dar guarida à ideia, pois quem vai discutir o mérito são as comissões, entendi por bem – e V. Exª concordou de colocar na pauta – que vamos aprovar, e eu mesmo me comprometo a pedir audiência pública para debater este projeto na Comissão de Assuntos Sociais.

É isso, Srª. Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela aprovação da sugestão nos termos do projeto de lei do Senado que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, nos termos do projeto de lei do Senado apresentado, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão de Direitos Humanos.

O próximo projeto é o item 15, pág. 313:

ITEM 15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, de 2012 – Não terminativo -

Dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para promoção da cultura de paz e dá outras providências – Estatuto da Paz.

Autoria: Deputado Lincoln Portela

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CE e terminativo na CCJ.

Solicito, se concordar, que o Senador Paula Davim seja o Relator *ad hoc.*

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Pois não, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente, eu li sobre esta matéria e identificamos, na proposição que ora examinamos, um interessante esforço de consolidação da transversalidade nas ações do Poder Público, tomando, como eixo orientador, o conceito de "paz social". Poder-se-ia afirmar que tal conceito permeia o texto de nossa Carta Magna, sobretudo em seu Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, apresentando-se de forma detalhada nos Capítulos I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, e II – Dos Direitos Sociais.

A proposição cria um ordenamento jurídico próprio para direcionar as diretrizes gerais da política pública para promoção de uma cultura de paz. Para isso, propõe a criação do Estatuto da Paz, que está distribuído em três capítulos, a seguir: o primeiro capítulo contém os direitos gerais, mencionando os dispositivos constitucionais referentes às competências da União que lhe servem de fundamento; e os princípios que orientarão a política de promoção da paz. O Capítulo II especifica os instrumentos denominados planos nacionais, regionais, estaduais e municipais que formalizarão a política de promoção da paz, integrando, em perspectiva multidisciplinar, diversas áreas de atuação governamental. O Capítulo III detalha os aspectos relacionados aos planos de promoção da paz social. O último dispositivo desse capítulo é a cláusula de vigência e determina que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

A justificativa do autor é que a violência faz parte do cotidiano dos brasileiros de diversas formas, tais como a fome, o desemprego e a exclusão social. Para enfrentar essas situações, é necessário buscar uma abordagem integral e sistêmica da violência, fundamentando-se na adesão aos princípios da liberdade, justiça, solidariedade e tolerância, assim como a compreensão entre os povos e as pessoas.

O problema, Srª Presidente, é que isso já está contemplado na Carta Magna. O assunto foi examinado pela Senasp, que considera despiciente o citado projeto de lei, eis que a matéria já encontra substrato jurídico em comandados constitucionais vigentes, mormente no art. 5º, deveres e direitos individuais e coletivos, como citei há pouco, e 193 e seguintes, ordem social, princípios estes que dispensam quaisquer normas infraconstitucionais que lhes confiram eficácia. Ou seja, essa lei é infraconstitucional e, como foi citado aqui, esses artigos dispensam esse tipo de manifestação legal.

Portanto, meu parecer é pela rejeição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório que conclui pela rejeição do projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CDH, contrário ao projeto.

O projeto segue para análise da Comissão de Educação e, posteriormente, à CCJ, em decisão terminativa.

O próximo item é 17, pág. 342:

ITEM 17

SUGESTÃO Nº 14, de 2011

– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a inclusão, nos currículos do ensino fundamental e médio, do tema transversal cidadania. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010)

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Relatoria: Senador Magno Malta

Observações:

Tramitação: CDH

Como o Senador não se encontra presente, designo, se concordar, se aceitar, a Senadora Angela Portela para ser Relatora *ad hoc*. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para leitura do relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Srª Presidente.

Vamos à leitura do relatório desse projeto tão interessante que estimula a participação dos jovens na política.

A Sugestão (SUG) nº 14, de 2011, é fruto da aprovação, pelo Projeto Jovem Senador, edição 2011, de proposta da Jovem Senadora Sylvia Adriani Barreto, que sugere alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para, na parte diversificada do currículo, incluir a disciplina Cidadania a partir da quinta série. Segundo a proposta, essa disciplina compreenderá o ensino das leis brasileiras.

Na justificação, enfatizou-se que ser cidadão é fazer parte de um grupo de pessoas que possuem direitos e deveres. Acrescentou-se que, para colocar "em prática a cidadania devemos conhecê-la de uma maneira mais profunda, pois, muitas vezes, podemos ser prejudicados de diversas formas, por termos pouco conhecimento acerca das leis de nosso País".

Ademais, ponderou-se que a maneira mais eficaz para que os alunos venham a estudar as leis do nosso País será mediante a criação de um tema transversal voltado para o ensino e estudo das leis brasileiras, com vistas a promover uma introdução ao exercício consciente da cidadania.

A proposta foi aprovada, em 18 de novembro de 2011, por 26 Jovens Senadores, em sessão plenária realizada no âmbito da 1ª Legislatura do Projeto Jovem Senador – instituído pela Resolução nº 42, de 2010.

A proposta foi debatida pelos Jovens Senadores, que entenderam ser importante regular a matéria e determinar a inclusão do ensino das leis brasileiras nos currículos da educação fundamental, a partir da quinta série, e no ensino médio. Entenderam, ainda, que o estudo da cidadania deveria constituir disciplina específica, voltada para o conhecimento das leis do País e complementaram:

Tratar do tema transversalmente nas outras disciplinas seria inviável em virtude da complexidade das leis brasileiras. Além disso, nem todos os professores teriam o domínio para trabalhar com esse tema. Por isso, a criação de uma disciplina com profissionais capacitados seria a melhor opção.

Da análise da técnica legislativa, contudo, observamos que a proposta carece de reparos, uma vez que houve alteração na norma objeto do projeto, que deverá incluir §8º e não § 7º – este já incluído por meio de lei editada após a apresentação da sugestão.

Diante do exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 14, de 2011, na forma do seguinte Projeto de Lei do Senado:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a inclusão, nos currículos do ensino fundamental e médio, do tema transversal Cidadania.

Art. 1º – O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º:

"Art. 26. .....

§ 8º – Na parte diversificada do currículo será incluída, obrigatoriamente, a partir da quinta série do ensino fundamental, a disciplina cidadania, que compreenderá o ensino das leis brasileiras." (NR)

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

A justificação já foi lida, Srª Presidenta.

Muito obrigada.

Esse foi o nosso voto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada Senadora Angela Portela.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Eu gostaria de discutir essa matéria. Na verdade, seria fazer um comentário, apenas.

Eu fui o Presidente da Comissão Jovem Senador no ano passado, 2012, quando surgiu essa proposição. V. Exª estava presente à solenidade de posse do Jovem Senador de 2013.

Eu o considero fundamental. É um projeto pelo qual o Senado merece todo o reconhecimento não só de todos os Senadores e servidores, mas da sociedade brasileira. É uma iniciativa fantástica. É trazer os jovens para dentro do Senado, e é uma forma de levar o Parlamento para estar mais próximo da sociedade e permitir que o jovem, nesse anseio, nesse afã de participação concreta, tenha a possibilidade de contribuir para uma sociedade que nós buscamos tanto, uma sociedade justa, uma sociedade melhor.

O Projeto Jovem Senador propicia isso para a juventude brasileira. E isso de uma forma muito democrática, onde se observa apenas o talento. O jovem talentoso das escolas públicas do Brasil – não entram os das escolas privadas – do ensino médio poderão concorrer. Se vencerem em seus Estados, vêm para cá para assumirem como Jovens Senadores, representando a sua unidade federativa.

Isso propicia também o debate de temas como esse que é de fundamental importância.

A legislação é clara, Sr. Presidente: todo cidadão e toda cidadã tem a obrigação de conhecer a lei de seu País. Entretanto, não lhe são oferecidas condições de ensinamento. Se, por acaso, algum cidadão cometer uma infração, um delito, ele é punido, mesmo que alegue que desconhecia a lei, porque é uma obrigação do cidadão conhecer a lei do seu país.

Por mais que diga que desconhecia, isso não interessa. É a sua obrigação!

Ora, é um contrassenso: cobra-se do cidadão o conhecimento das leis, mas não se possibilita o seu aprendizado.

Essa proposição do jovem Senador corrige essa distorção. Permite que as leis do nosso País sejam ensinadas ao jovem; que sejam ensinadas a todo brasileiro. Aí, sim, dá para frente será até legítimo, justo, correto cobrar o conhecimento das leis.

Eu achei esse projeto extremamente inteligente, extremamente bem pensado, bem elaborado, bem concebido, porque vem suprir uma lacuna que existe. Se a gente cobra do cidadão uma postura civilizada, é importante que o Estado – e quando eu digo "Estado" é em senso lato – ofereça as condições de formar um cidadão civilizado. Ora, se eu não ensino civilidade ao jovem, eu não posso cobrar do jovem civilidade. Então, está havendo sempre esse debate em diapasões diferentes, díspares. Todos nós queremos uma sociedade humanizada, civilizada, respeitosa, onde se cultue o respeito às legislações e à paz, mas está faltando um tijolinho nessa construção. Eu acho que essa lei vem, sim, suprir.

Eu sou – eu diria – um vibrador, e, na minha opinião, inclusive vai um toque da emoção e da alegria de participar, pelo segundo ano consecutivo, dessa Comissão, e presidi-la. Então, a minha opinião é suspeita, digamos assim. Mas eu sou vibrador desse projeto, e a prova que funciona é um projeto de lei que é fantástico. Nenhum de nós, Senadores, que aqui estamos dentro de um processo de escolha, tivemos a capacidade de conceber uma lei com essa característica. Foi preciso um Jovem Senador lá de algum lugar – porque quando vêm aqui não vêm nominalmente, mas dentro do Projeto Jovem Senador. Foi discutido por 27 jovens de escolas públicas de todo o Brasil, que discutiram e propuseram uma lei tão fantástica quanto essa.

Portanto, eu faço este registro e este comentário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim. Se me permite, eu quero aqui também fazer um comentário ratificando tudo que V. Exª disse.

O Projeto Jovem Senador realmente é uma oportunidade que este Senado, esta Casa Legislativa tão importante que é, oferece à nossa juventude brasileira. É importante também lembrar que, para que os Jovens Senadores venham até aqui representando seus Estados, eles passam por um processo de escolha nos seus Estados, nas suas escolas, nos seus Municípios. É fruto de um trabalho feito... Eles elaboram uma redação, e o autor da melhor redação é selecionado, a partir da construção dessa redação.

E o fato de vir aqui conhecer por dentro o Senado Federal, o seu funcionamento e, mais do que isso, poder estar aqui debatendo temas importantes para a sociedade, particularmente para a juventude, na verdade, é um processo altamente educativo. Sabemos que nem todas as pessoas que conhecem o Legislativo enxergam esse espaço como um espaço de cidadania, de democracia, de construção de leis que, com certeza, vão beneficiar a nossa população. Então, é uma oportunidade educativa para uma geração que poderá, futuramente, ocupar esse espaço através do voto direto da sua população, da população da sua cidade.

Então, eu concordo plenamente com a fala do Senador Paulo Davim. O Programa Senado Jovem Brasileiro é altamente importante, pelo qual esta Casa está de parabéns. A gente sabe que existem iniciativas semelhantes também em câmaras municipais e que é preciso realmente mostrar para a nossa juventude o papel que as instituições públicas têm.

E aqui, Senador Paulo Davim, quero fazer uma ressalva. Eu fiz esse registro na segunda-feira, quando os jovens estavam aqui tomando posse, de que, de todos os jovens presentes, a maior parte eram mulheres, meninas, jovens meninas. Quem sabe, futuramente, nós teremos aqui também a maioria de mulheres compondo este Senado Federal. Então, é estimulando e apoiando os nossos jovens e as nossas jovens que poderemos mudar um pouco a imagem e também a representatividade aqui no Senado Federal.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Ana Rita, há momentos na vida parlamentar em que ficamos, digamos, um pouco chateados, lamentando o momento, como é o caso desse impasse do 122, em que, até o momento, não conseguimos ainda votar a matéria, que está tramitando na Casa há mais de 10 anos. Mas há momentos de muita alegria, como este agora. Ao ver o entusiasmo da Senadora Angela Portela, fazendo o relatório; o entusiasmo do Senador Paulo Paim – vai pegar essa folia! –, do Senador Paulo Davim, que já preside por dois mandatos a Comissão do Jovem Senador, e ver naturalmente a grandeza do seu pronunciamento sobre o tema, é um momento de felicidade e de alegria. E para mim é importante recordar que a maioria de nós é de origem humilde, simples, viemos lá do interior, enfim, muitos dependendo de...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Senador Paulo Paim, permita-me um aparte, por questão de justiça.

Não posso deixar que V. Exª diga; faço questão de dizer que esse projeto Jovem Senador teve um sonhador, bem antes de ele existir, um visionário, que foi o Senador Paulo Paim, que apresentou um projeto de resolução criando o projeto Jovem Senador. Então, faço questão de registrar isso aí.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Parabéns! Muito bem! *(Palmas.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Obrigado, Senador Paulo Davim.

Mas a grandeza está no projeto em si, que, na verdade, é uma construção coletiva da sociedade. Sempre falo que somos instrumentos aqui; quando nos propõem, encaminhamos.

E eu me lembro aqui – serei breve – da caminhada de tantos jovens que estão tendo a oportunidade de vir aqui, agora, conhecer o Senado. E me diziam ontem o Senador Paulo Davim e a nossa Secretária Claudia Lyra que muitos chegaram aqui de chinelos de dedo, de bermuda, sem uma roupa, digamos... E o Senado providenciou a compra da roupa. Aí, eu me lembro do meu tempo de menino: fui conhecer a praia, o mar – porque eu morava no interior – com 24 anos de idade, 23 anos. Foi com 23 anos que conheci a praia, porque era longe, era longe para nós. Como eu poderia pegar um veículo e ir para a praia? E como eu ia ficar na praia? Tinha que pagar o hotel, a pensão, alguém. E muito menos conhecer o Congresso! Fui conhecer o Congresso depois de sindicalista. Com 31 anos, é que eu vim conhecer o Congresso. E essa molecada pode estar aqui presente, fazer parte da história e, quem sabe, um dia, ser Senador. Então, quando apresentamos esse projeto, fruto desse berço de homens e mulheres simples, que sonhavam em um dia estar aqui, nós o fizemos lembrando um pouco dessa história de cada um de nós.

Então, eu diria que é um momento de muita alegria e felicidade ver esse projeto tão importante ser apresentado por um jovem e humilde Senador aqui na nossa Casa.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Srª Presidenta, eu também gostaria de reafirmar as palavras dos Senadores Paulo Paim e Paulo Davim a respeito desse projeto, e as de V. Exª também, sobre esse projeto do Senado Jovem. Acho muito oportuna a aprovação desse projeto, de que fui relatora *ad hoc*, porque isso mostra, claramente, a participação da juventude brasileira interessando-se pela atividade política.

Hoje a atividade política é criminalizada, infelizmente. Entre os políticos, há sempre aquele conceito da sociedade de que só há pessoas que não têm compromisso com a população; de que só há pessoas que se envolvem em casos de corrução, e isso nos parece um sentimento majoritário na sociedade. Tanto o é que todos os institutos de pesquisa que vão mensurar a credibilidade da população em relação às instituições colocam o Congresso Nacional lá embaixo em termos de aceitação e de credibilidade da sociedade.

Então, é muito oportuno esse projeto Senado Jovem, porque estimula a participação da juventude brasileira na atividade política. É importante a alternância do poder. Nós não podemos permitir que permaneçam no poder sempre aqueles mesmos grupos, sempre aquelas mesmas oligarquias políticas. É preciso haver, sem dúvida alguma, a participação do Congresso Nacional para estimular a presença dessa juventude belíssima do nosso País, que quer, sim, participar da atividade política; que quer, sim, usar os meios que temos, as condições que temos, como Senadores, como Deputados, para fazer as transformações que a nossa sociedade precisa e merece.

Então, sou daquelas que se sente muito satisfeita, muito estimulada, quando aprova um projeto que é de iniciativa da juventude e que, sem dúvida nenhuma, vai

permitir a participação maior desses jovens no Parlamento brasileiro, trazendo as suas sugestões, as suas inovações, as suas ideias inovadoras, as suas novas percepções da sociedade brasileira. Isso é preciso!

Sou daquelas que defendem a alternância do poder, a renovação dos mandatos. Então, a participação da juventude na atividade política é muito importante e esse projeto enfatiza bem esse despertar da juventude brasileira para que também se interesse pela política em nosso País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora Angela Portela.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela aprovação da sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado apresentado, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão de Direitos Humanos.

A seguir, vamos colocar em votação o item 18, pág. 349, também uma sugestão:

ITEM 18

SUGESTÃO Nº 17, de 2011

– Não terminativo -

Altera o Código Penal, para tipificar o acesso não autorizado a rede de computadores ou sistema informatizado. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010).

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro, Jovem Senador Carlos Vinícius do Carmo Araujo.

Relatoria: Senador Magno Malta.

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações: *tramitação: CDH.*

Autor: Jovem Senador Carlos Vinícius do Carmo Araújo

É um projeto que tem tudo a ver com toda a discussão que fizemos no dia de ontem sobre a questão das redes sociais, da internet, que, muitas vezes, expõe as pessoas e que ocasionou recentemente a perda de uma das meninas que foi vítima disso. Então, acho que veio numa boa hora.

A autoria é do Programa Senado Jovem Brasileiro, uma iniciativa altamente importante; a relatoria é do Senador Magno Malta.

Solicito ao Senador Paulo Davim que seja o Relator *ad hoc,* a quem concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Ora, Srª Presidenta, veja como esses jovens que vêm representando seus Estados aqui no projeto Senado Jovem trazem consigo uma nova abordagem dos problemas, trazem consigo as angústias, discutem as suas necessidades e que termina sendo a necessidade de todos nós. Como, por exemplo, esse projeto de lei, que está extremamente em voga, é extremamente oportuna essa discussão.

Portanto, faço a leitura desse relatório e dessa análise – repito –, com muita satisfação.

A Sugestão nº 17, de 2011, foi fruto da aprovação, pelo Projeto Jovem Senador, em sua primeira edição, de projeto de autoria do Jovem Senador Carlos Vinícius do Carmo Araujo, que propõe a alteração do Código Penal. A proposição tem por objetivo criminalizar o acesso, sem autorização, a rede de computadores ou a sistema informatizado protegidos por expressa restrição de acesso.

Ao justificar a iniciativa, o jovem autor ponderou não serem raros os casos de pessoas que tiveram senhas de bancos ou de perfis em redes sociais violados. Observou, ainda, que para resolver esse problema é imprescindível a elaboração de lei específica que combata os crimes virtuais e que dê plena segurança aos internautas brasileiros na utilização de redes.

Análise.

Nos termos do parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, tem tratamento de sugestão legislativa, prescrito no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada. Estão, portanto, atendidos os pressupostos regimentais para admissibilidade da SUG nº 17, de 2011.

Os Jovens Senadores, quando da discussão da matéria em Plenário, entenderam ser importante regular a matéria e determinar a inclusão de novo dispositivo no Código Penal para prever pena para crime bastante atual, como o acesso sem autorização à rede de computadores.

Há muito, o Congresso debate a criação de uma lei para os chamados “cibercrimes”. Ainda hoje, o assunto gera muitas polêmicas. E, em que pese o fato de estar em debate na Câmara dos Deputados o projeto de lei do Marco Civil da Internet, que coloca o Brasil como pioneiro em regulação da internet em nível mundial, seu texto nada fala sobre punições a criminosos virtuais.

Assim, entendemos que o tema da Sugestão nº 17, de 2011, merece ser debatido, razão pela qual ma-

nifestamo-nos favoravelmente à tramitação, no Senado Federal, da proposta aprovada pelo Senado Jovem.

Em face do exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 17, de 2011, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, pela aprovação da sugestão, nos termos do projeto de lei do Senado que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável à Sugestão, nos termos do projeto de lei do Senado apresentado, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidente, permita-me dizer que eu estava aqui conversando rapidamente com a Senadora Angela Portela sobre a visita que faremos – a visita seria hoje ao meio-dia, mas foi transferida para amanhã, pela manhã – aos presos do nosso Partido que estão no Complexo Penitenciário. A visita será feita amanhã, pela manhã. Nós estaremos lá, com certeza absoluta, fazendo essa visita, para ver a situação deles.

Mas, neste momento – por isto, não entrei no projeto –, Senador Paulo Davim, quero dizer que V. Exª deu um brilho especial para esta Comissão. Se dependesse de mim, Senador Paulo Davim, eu aprovaria aqui uma norma dizendo que o Senador Paulo Davim seria o Presidente permanente e vitalício, porque, depois que V. Exª assumiu a Comissão do Jovem Senador, V. Exª deu a ela um brilho especial. E o resultado está aqui, em projetos como esse.

V. Exª dedicou o fim de semana, o sábado e o domingo, para recepcionar os jovens que vieram de seus respectivos Estados. Posso imaginar a alegria deles – calculo eu – em poder contar com um Senador que os aguardava em Brasília, para que eles tivessem acesso a esta Casa e pudessem participar, nesta importante semana, dos trabalhos do Projeto Jovem Senador, liderados por V. Exª.

Faço esse elogio ao nosso querido Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Obrigado, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

O item 9 da pauta está à pág. 139. É um projeto terminativo, mas vou solicitar à Senadora Angela Portela, que é a Relatora, que proceda à leitura do relatório, que deverá ser votado nas próximas reuniões se não obtivermos quórum presencial até o final desta reunião.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Qual é o item?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É o item 9, à pág. 139:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *Tramitação: Terminativo nesta CDH.*

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela, para fazer a leitura do relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Srª Presidenta, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) examina o Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que tem por finalidade garantir o pagamento do benefício eventual previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), à mulher vítima de violência doméstica, bem como regulamentar o conceito de "situação de vulnerabilidade temporária" a que se refere o *caput* do art. 22 da Loas.

O autor justifica a iniciativa com fundamento na importância de proteger a mulher contra a violência, de prevenir a continuidade das agressões e de permitir à vítima o retorno à vida normal.

Com relação ao mérito, reconhecemos a persistência da violência contra as mulheres e a necessidade de perseverar na criação de mecanismos de combate a esse problema.

Lamentavelmente, a dependência econômica faz com que muitas mulheres, vítimas de violência, relutem em abandonar seus agressores.

Nesse sentido, o pagamento do benefício eventual pode favorecer a ruptura do ciclo de agressões, permitindo que a mulher tenha recursos mínimos para se sustentar, caso se afaste do seu cônjuge ou com-

panheiro violento. A proposição tem ainda o mérito de articular a Lei Maria da Penha e a Loas, para que os dispositivos pertinentes à mesma hipótese fática de que tratamos tenham plena consonância.

Ainda é indispensável o combate à cultura machista, que faz com que a violência contra a mulher seja considerada normal, que os crimes dessa espécie sigam sem punição. Não obstante, medidas de impacto imediato, como a que hora analisamos, são igualmente importantes para que possamos construir uma cultura de igualdade entre os gêneros, respeito à dignidade humana fundamental, valorização da paz e repúdio à violência. Ressalvamos somente a necessidade de alterar a redação do art. 2º da proposição, que insere dois parágrafos no art. 22 da Loas, e não apenas um. Na mesma linha, é preciso alterar a designação do último parágrafo criado, indicado como sendo parágrafo único, quando será, de fato, o § 5º daquele artigo.

Finalmente, vemos a necessidade de um reparo na redação da alínea "a" do inciso I deste § 5º, que menciona a reprodução social do solicitante e de sua família, mas trata, na verdade, do seu sustento.

Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do projeto e lei do Senado com a redação que temos aí proposta.

"Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011:

Art. 2º O art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

Todos têm conhecimento da leitura dos §§ 4º e 5º, Srª Presidenta.

Então, votamos pela aprovação desse projeto de lei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Conforme eu disse, nós não temos aqui o quórum presencial para deliberarmos sobre matérias terminativas. A leitura do relatório foi feita e continuará na pauta, para ser apreciado na próxima reunião.

Obrigada, Senadora Angela Portela.

Nós vamos, agora, apreciar os requerimentos que estão na pauta.

Item 32, de autoria do Senador Paim, pág. 523:

ITEM 32

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 101, de 2013

Requeiro a realização de audiência pública para debater sobre o tema: "25 anos da Fundação Palmares em Defesa dos Direitos Humanos e 10 anos da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – SEPPIR". A lista dos expositores sugerida será: Marta Suplicy, -Ministra da Cultura; Luiz Inácio Lula da Silva, ex-Presidente da República; Sr. Hilton Cobra, Presidente da Fundação Cultural Palmares; Luiza Bairros, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Sr. Sérgio Pedro, Secretário Executivo CNPIR– Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR); Deputada Federal Benedita da Silva (PT/RJ).

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, confesso-lhe a importância desse tema, agora, no mês de novembro, que é o mês da consciência negra, a semana da consciência. Eu me lembro que essa construção foi feita juntamente com a Senadora Serys Slhessarenko para aprovar esse projeto. Fomos autores, relatores e vice-versa.

O tema é tão importante, no meu entendimento, que, claro, vou pedir a aprovação do requerimento, e as articulações estão sendo feitas, pela Seppir e pela Fundação Palmares, para ver se teríamos aqui a presença, inclusive, do ex-Presidente Lula.

O meu encaminhamento, Srª Presidenta, seria no sentido de que aprovássemos aqui. Agora, se o Presidente Lula, efetivamente, confirmar a presença, que pudéssemos, inclusive, transferir daqui para o plenário, numa articulação que faríamos, então, com o próprio Presidente Renan Calheiros – claro, sob a Presidência de V. Exª –, que o espaço do plenário fosse, então, cedido para esse evento, por sua grandeza, em um ano tão importante na linha de combate aos preconceitos.

Então, peço a aprovação, nos moldes do que está aqui. Sei que a norma é seis, mas, se eu pudesse, colocaria um sétimo: o primeiro Presidente da Fundação Palmares, que sempre esteve conosco aqui, o Carlos Moura. Não sei se V. Exª vai permitir uma exceção, pela importância. Carlos Moura é um antigo militante do movimento, foi o primeiro presidente, e já esteve na SEPPIR e na Fundação Palmares, nos Governos Lula e Dilma.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu acho que podemos incluir na lista o Carlos Moura. É uma pessoa que realmente tem uma história...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Conselheiro da CNBB...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É Conselheiro da CNBB. É muito

importante a presença do Sr. Carlos Moura. Se houver concordância de todo o Plenário, nós podemos encaminhar a inclusão do Sr. Carlos Moura.

Em votação o requerimento, conforme apresentado, com a inclusão do Sr. Carlos Moura.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Próximo requerimento, também de autoria do Senador Paulo Paim.

Item 33, pág. 525:

ITEM 33

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 100, de 2013

Requeiro a realização de audiência pública para instruir PL nº 287/2013 Sobre "Direito de Greve no Serviço Público". Os convidados sugeridos são: Roberto Kupski, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate); Rudinei Marques, Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon Sindical); Lourenço Ferreira Prado, Presidente Contec; Pedro Delarue, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional); Sergio Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento (MPOG); Manoel Messias, Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, o objetivo é instruir o PL nº 287, de 2013. Até porque fiquei um pouco preocupado, porque agora existe uma comissão que reuniu a maioria dos projetos e está discutindo o direito de greve, enquanto que, nesta Comissão, há dois, três projetos até que tratam do tema... Então, preocupa-me, porque começam a tirar o direito de as comissões debaterem os temas, transferindo-os para uma comissão especial.

Por isso, como forma de trazer – como dizem – a água para o leito natural do rio, que segue em direção ao mar, sempre, com os obstáculos pelo caminho, é que proponho, nos moldes do que foi lido por V. Exª, que a Comissão debata esse projeto de lei, que vai garantir o direito de greve, e não proibir, como alguns setores infelizmente querem, claro, com a iniciativa de Parlamentares também legítimas, mas de que discordo, na linha de proibir o direito de greve.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Próximo requerimento: item 34, pág. 528:

ITEM 34

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 102, de 2013

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF; requeiro a realização de audiência pública para debater "o incêndio da Boate Kiss e as consequências da tragédia". Os convidados sugeridos são: Representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República; .Representante do Ministério da Saúde; Representante do Ministério da Justiça; . Representante do Ministério Público do Trabalho; Sr. Adherbal Alves Ferreira, Presidente da Associação dos familiares das vítimas e sobreviventes da tragédia ocorrida na boate Kiss de Santa Maria; Sr. Sérgio da Silva – Vice Presidente do Conselho Administrativo da Associação dos familiares das vítimas e sobreviventes da boate Kiss.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, com todo respeito a todos os requerimentos que apresentei no dia de hoje, peço a V. Exª que, se possível, dispense um carinho especial a esse tema. Estiveram em meu gabinete, em Canoas, os representantes das famílias que perderam seus queridos filhos, filhas e pais, que lá faleceram também. Eles estão se sentindo meio abandonados. Dizem que, num primeiro momento, houve todo aquele movimento, aquela comoção nacional e internacional, e, no momento, eles me procuraram e pediram que eu entrasse em contato com V. Exª. Eu queria muito, inclusive, que V. Exª pudesse estar presente nessa audiência, para presidi-la, para que eles falem o que está acontecendo, e nós podermos, como Estado, como Governo, dar um apoio mais amplo possível, até um apoio psicológico. Há um casal, por exemplo, que perdeu todos os seus filhos e não sabe agora como fazer, por falta de uma orientação, de um apoio.

Em resumo é isto: o incêndio da boate Kiss, as consequências até hoje da tragédia e a forma como eles estão se sentindo com o fato de 242 pessoas, a maioria jovens, homens e mulheres, terem perdido a vida. Eles querem um espaço e entenderam que,

aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado, presidida por V. Exª, seria o melhor lugar para eles dialogarem com o nosso Governo, no âmbito Federal, estadual e municipal, a partir de uma audiência que faríamos aqui sob a sua coordenação. Por isso, eu me comprometi com eles que traria esta proposta para que V. Exª marcasse o dia mais adequado para vermos o que poderemos fazer, além daquilo que já foi feito em relação a esse incêndio lamentável, em que morreram 242 pessoas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradeço, Senador Paulo Paim. Realmente, nós estamos com um número bastante elevado de solicitações, de requerimentos para audiência pública. Nós vamos apresentar aqui um cronograma para este final de ano, para que possamos ajustar, ver o que é prioridade para se discutir agora nesse período e o que podemos deixar para o início do próximo ano.

Mas faço minhas as palavras de V. Exª. Realmente, as famílias de Santa Maria, vítimas desse grande incêndio, precisam ser acompanhadas. Acho que houve todo um apoio por parte, inclusive, do nosso Governo,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De fato, houve.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) –... do Ministério da Saúde,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) –... do Ministério da Justiça, do Ministério do Exército, do Ministério da Aeronáutica...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) –... do Ministério da Justiça, e todo mundo acompanhou, ajudou, mas o sofrimento, a dor de muitas famílias permanece. Então, é preciso solidariedade; e que possa ir além disso. Acompanhamento psicológico, com certeza, é necessário para aqueles que ainda não o obtiveram.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O próximo requerimento é o item 35, pág. 531:

ITEM 35

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 103, de 2013

Requeiro a realização de audiência pública para debater "O Direito Fundamental a Saúde e Alimentação Escolar". Os convidados sugeridos são: Alexandre Sampaio, Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação; José de Jesus dos Santos, Presidente do Sindicato de Hotelaria e Gastronomia de Porto Alegre; Cacildo Antonio Vivian, Diretor do Sindicato de Hotelaria e Gastronomia de Porto Alegre; Ibere Costa, proprietário de cantina escolar na cidade de Porto Alegre; Representante do Ministério da Educação; Representante do Ministério da Saúde.

Autoria: Senador Paulo Paim

Eu vou conceder a palavra ao Senador Paulo Paim para fazer o encaminhamento. Mas, de antemão, eu gostaria de sugerir, Senador, considerando que o tema saúde e alimentação escolar extrapolam a questão dos direitos humanos, que seja realizada uma audiência pública conjunta, com a Comissão de Educação e com a Comissão de Assuntos Sociais, porque é um tema que perpassa a educação e também perpassa a saúde, e é um tema afeto à Comissão de Assuntos Sociais.

Essa é a sugestão que ofereço.

Concedo a palavra a V. Exª, para fazer os devidos encaminhamentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª. Presidenta, o que acontece? Na verdade, a iniciativa dessa audiência – e que bom que a Senadora Angela Portela está aqui – surgiu porque me procuraram em função daquele projeto de minha autoria sobre alimentação nas cantinas das escolas que V. Exª, com muita competência, ajustou a redação dada por mim, e o projeto foi aprovado nas comissões.

Eles me procuraram porque queriam dialogar sobre o tema, em cima do próprio projeto e o substitutivo por que nós somos responsáveis, porque construímos juntos. Eles entendem que é uma boa iniciativa, mas querem algumas sugestões. Por isso, me perguntaram se não haveria oportunidade de dialogar sobre o tema, e eu disse, naturalmente, que sim, tanto comigo como com a Relatora.

O que eles querem é isso. Pode ver que a maioria é de empresários. Porque nós sempre ouvimos todos os segmentos. Eu não vejo problema nenhum na sugestão, inclusive que, se não puder ser aqui, que a gente faça na Comissão de Assuntos Sociais.

De minha parte, não há problema. O que eles querem é a possibilidade de dialogar comigo e com a relatora, e eles sugeriram como audiência pública, para eles colocarem o ponto de vista deles, que vai na linha de que tem que haver uma lei, mas eles queriam contribuir com algumas ideias.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador, nós podemos fazer aqui, mas em conjunto com as outras duas Comissões.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode ser. Claro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É uma audiência conjunta, porque, quando a matéria passar também pela Comissão de Educação e pela Comissão de Assuntos Sociais, possivelmente haverá necessidade de aprofundar o debate. Então, a ideia é fazer conjunta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Propomos a aprovação aqui, e encaminhamos para uma audiência conjunta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, e fazermos os requerimentos para serem aprovados nessas duas Comissões. É possível isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k. Assim o farei, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Acho que é possível fazer uma audiência pública conjunta, incluindo a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Educação. É um projeto que, na aprovação na Comissão, em quem fui Relatora, teve grande repercussão, Senador Paim, principalmente na comunidade escolar, entre os empresários. Então, é bom a gente ouvir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A própria mídia nacional deu destaque especial para o seu substitutivo.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – A própria mídia nacional deu um bom destaque a esse projeto, e a gente tem que ouvir as partes, certamente, para encontrarmos uma forma equilibrada de atender as crianças, estimulando uma alimentação saudável nas escolas, mas também é preciso ouvir o outro lado, que são os empresários, as pessoas que têm interesse em participar desse processo todo que visa a oferecer, sem dúvida alguma, uma alimentação saudável aos estudantes brasileiros.

Hoje nós tivemos, na Comissão de Assuntos Sociais, a aprovação, em segundo turno, do projeto sobre as mochilas, que tem a preocupação com a saúde física dos estudantes brasileiros.

Então, é sempre muito interessante a gente debater aqui, no Senado Federal, a nossa preocupação com a saúde, com o bem-estar dos jovens e das crianças que estão nas escolas do nosso País.

Até houve um grande debate, tanto no primeiro turno, quanto no turno suplementar, sobre o projeto das mochilas, de que o projeto seria inócuo, porque a própria escola poderia regulamentar. Mas eu não vejo nenhum óbice a que os legisladores tenham preocupação e queiram tomar iniciativas para resolver um problema que é grave. As entidades científicas do mundo inteiro, nos Estados Unidos, na Califórnia, mostram claramente que o peso excessivo das mochilas das crianças causa sérios problemas: dores lombares, dores musculares e até desvios na coluna. E a Sociedade Brasileira de Ortopedia prevê que 60% a 70% dos problemas na coluna dos adultos são decorrentes da sobrecarga de peso que levaram durante sua infância e adolescência.

Então, não vejo nenhum obstáculo, nenhuma dificuldade em nós, como legisladores, querermos ajudar a solucionar esse problema – a Argentina tem lei nesse sentido; o Estado da Califórnia, nos Estados Unidos, tem lei nesse sentido; o Município de São Paulo também, assim como muitos outros Municípios brasileiros a tem –, demonstrando a preocupação dos legisladores em atender, em aprovar um projeto que possa estimular que a comunidade educacional – pais, alunos, professores – esteja atenta a esse problema, obviamente com ampla campanha educativa, para mostrar aos pais e responsáveis a importância do limite de peso das mochilas das crianças. E o Poder Público também. Além da divulgação, além de fazer as campanhas educativas, tem que disponibilizar armário para que as crianças possam levar todo o seu material didático-pedagógico que vai ser necessário durante as aulas, para que não haja prejuízo. Uma vez que a criança precise levar um material farto e pesado, a escola tem de disponibilizar um local para que ela coloque esse material a ser utilizado durante as aulas, sem que haja prejuízo na aprendizagem das nossas crianças.

Então, eu gostaria de associar os dois projetos: o de autoria do Senador Paulo Paim, que se preocupa com a alimentação saudável da criança, e este outro que aprovamos hoje, em turno suplementar, na CAS, que se preocupa com a saúde física das nossas crianças.

Era isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu gostaria de sugerir como encaminhamento, então, porque é preciso apresentar o requerimento na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Educação. Na Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Paulo Paim e a Senadora Angela Portela são membros. Na Comissão de Educação, também são membros? *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É possível, então, vocês fazerem cada um, não é? O Senador Paulo Paim apresenta numa Comissão e a Senadora Angela apresenta na outra. Se quiserem, eu também possa subscrever, como signatária...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu apresento na de Educação, porque eles me devem umas "pedrinhas" lá. "Pedrinhas" no bom sentido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, o Senador Paulo Paim apresenta o requerimento na Comissão de Educação e a Senadora Angela apresenta na Comissão de Assuntos Sociais. Se houver necessidade, eu posso, como membro desta Comissão, porque eu também sou membro daquela, das duas Comissões...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Assinamos os três juntos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Os três juntos podemos encaminhar.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O próximo é o Requerimento nº 36, que está à pág. 533:

ITEM 36

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 104, de 2013

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF; requeiro a realização de audiência pública para debater "Qualidade de vida dos aposentados é uma questão de justiça social". Os convidados sugeridos são: Cleuza Maria Faustino, Diretora da Fenasps; Valmir Braz, Diretor Fenasps; Dr. Luis Fernando Silva, Assessor Jurídico da Fenasps; Sergio Eduardo Arbulo Mendonça, Secretário de Trabalho do Serviço Público SRT/MPOG; Ana Lúcia Amorim, Secretário de Gestão Pública; Albiérgio Barros de Souza Filho, Interventor da GEAP.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na verdade, Srª Presidenta, esse é o mesmo tema que vai ser debatido no Fórum Mundial dos Direitos Humanos, liderado pela Ministra Maria do Rosário.

É para discutir a qualidade de vida dos aposentados numa visão social. Ao mesmo tempo em que faremos este debate lá, onde será feito o debate de forma bem mais ampla, pegando os trabalhos da área pública e da área privada, aqui, pelo menos, teríamos a oportunidade de discutir a situação dos aposentados e o custo de vida. No fundo, é isso. É claro que é uma política, aqui, no caso, específica, na visão dos direitos humanos.

É isto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu sugeriria também que fosse em conjunto com a CAS.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, eu acho até que, se vamos ter um fórum mundial que vai tratar desse tema...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É melhor fazer aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) –..., eu poderia até dizer então para que façamos só lá e não aqui, porque lá foi aprovado por unanimidade no Comitê Organizador, achando que a questão dos idosos no mundo é uma questão de direitos humanos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como aqui não vai discutir política salarial, mas, sim, de uma visão de qual tratamento temos que dar para o nosso envelhecimento... Essa é a questão do debate.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O foco são os direitos humanos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, eu queria, se V. Exª me permitir... Existe uma sugestão aqui na Casa, sobre um projeto de iniciativa legislativa, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que eu ainda estou intranquilo quanto à redação final. Então, requeremos, se possível, agora, extrapauta, a realização de audiência pública para discutir a Sugestão – chamamos de SUG, não é?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para discutir a SUG nº 11, de 2013, que é apresentada pelo Sindicato dos Corretores de Imóveis de Brasília. Discutirmos no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para melhor condição de instruirmos o processo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Solicito ao Senador Paulo Paim, então...

Vamos colocar em votação o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É só para instruir o processo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, conforme solicitado pelo Senador Paulo Paim.

Eu vou solicitar ao Senador Paulo Paim que presida a reunião, porque nós temos um projeto de lei não terminativo possível de ainda ser votado. É de autoria da Presidência da República e a relatoria é do Senador Wellington Dias.

Nós recebemos de sua assessoria a informação de que podemos avocar para nós para que possamos dar agilidade ao andamento do projeto.

Então, solicito ao Senador Paulo Paim que presida a Comissão para que eu possa relatar o referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – No exercício eventual da Presidência, vamos passar a palavra à nossa Presidenta, agora Relatora do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2013:

ITEM 16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, de 2013 – Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Autoria: Presidente da República

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CE.*

Relatora *ad hoc* Senadora Ana Rita, em substituição ao Senador Wellington Dias.

Com a palavra V. Exª.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em análise nesta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 98, de 2013 (Projeto de Lei nº 3.534, de 2012, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que visa a alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Atualmente, a legislação em vigor não faz previsão neste sentido.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas até o presente momento.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa emitir parecer sobre projetos de lei que versem sobre fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais relativas aos direitos humanos, aos direitos da mulher, aos direitos das minorias sociais ou étnicas, aos direitos dos estrangeiros, à proteção e integração das pessoas portadoras de deficiência e à proteção à infância, à juventude e aos idosos. Aqui, eu quero fazer uma correção: a integração das pessoas com deficiência e a proteção à infância, à juventude e aos idosos.

A proposição em discussão pretende dar nova disciplina ao art. 28 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo que o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas serão precedidas de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino. A Secretaria de Educação apresentará justificativa que será submetida à análise do órgão normativo para diagnosticar o impacto da ação e ouvir a manifestação da comunidade escolar.

Ao expor os motivos dessa proposta à Excelentíssima Senhora Presidente da República, o Ministro de Estado da Educação Aloísio Mercadante relata que, nos últimos cinco anos, foram fechadas mais de 13.000 escolas do campo resultando, em muitos casos, em transtorno para a população rural, que deixa de ser atendida ou passa a demandar serviços de transporte escolar.

A alteração proposta por este projeto de lei busca garantir a participação dos órgãos colegiados dos sistemas de ensino locais na decisão de fechamento das escolas do campo, indígenas e quilombolas, bem como a consulta das populações afetadas, sem ferir a autonomia dos entes federativos.

Quanto ao mérito da proposta, não há reparos a fazer. O princípio de gestão democrática na educação se realiza ao ampliarmos a participação dos órgãos colegiados normativos e a consulta da população atingida pelas políticas públicas e ações nesta área.

Assim, nada mais justo que se altere mencionada disposição legal para evitar o prejuízo aos estudantes e suas famílias, garantindo o acesso à educação.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n° 98, de 2013.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, com parecer favorável, tanto do Relator original, Senador Wellington Dias, quanto da Relatora *ad hoc*, Senadora Ana Rita.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da Comissão de Educação.

Está aprovado o projeto.

Passo a Presidência à Senadora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Conforme pediu a nossa Presidenta, vou apresentar alguns requerimentos que são de autoria de S. Exª.

ITEM 37

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 105, de 2013

Requeiro a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema: "Os desaparecidos da Democracia", com a presença dos seguintes convidados: Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rio de Janeiro; Representante do Ministério da Justiça; Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Representante da Defensoria Pública da União.

Autoria: Senadora Ana Rita

Passo a palavra à Senadora para fazer os encaminhamentos.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim, Senadora Angela Portela, o objetivo dessa audiência pública é justamente discutir sobre os desaparecidos da democracia. Este é um tema, na minha opinião, de grande relevância. Recebemos, com muita frequência, informações de pessoas que desaparecem e nós não sabemos as razões; o corpo não é encontrado, a família não consegue ter as informações adequadas e há uma angústia muito grande.

Recentemente, nós fizemos aqui um debate sobre a situaçao do Antônio, um senhor aqui do Distrito Federal que desapareceu e até hoje nem seu corpo nem ele foi encontrado. A Comissão de Direitos Humanos continua acompanhando esse caso, mas a gente percebe que há certa lentidão no andamento do processo. É o caso não só do Antônio, mas também do Amarildo, do Rio de Janeiro, que é altamente conhecido e amplamente divulgado.

Existem outros casos, que não chegam a ter a mesma visibilidade do caso do Amarildo do Rio de Janeiro, de desaparecidos, cuja família não tem notícia. Muitas vezes há o envolvimento ou pelo menos indícios de envolvimento de policiais.

Nós precisamos fazer esse debate aqui na Comissão de Direitos Humanos. Essa é a razão do nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento, já que ninguém mais quer discutir a matéria.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 38

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 106, de 2013

Requeiro, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as novas configurações de famílias, com a presença dos seguintes convidados: Maria Berenice Dias, Presidenta da Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB/RS; Laura Castro, atriz; Cristina Leros, empresária; Mônica Cúneo, promotora de Justiça no Estado do Rio de Janeiro; Gustavo Bernardes, Coordenador de Promoção dos Direitos de LGBTs da Secretaria de Direitos Humanos; Representante do Ministério Público Federal

Autoria: Senadora Ana Rita.

Concedo a palavra à Senadora para encaminhar.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A audiência pública que estamos propondo tem como objetivo discutir as novas configurações de famílias, um tema muito atual, um tema contemporâneo. Novas famílias, com novas configurações a cada dia vão se formando.

Esse debate foi solicitado justamente por famílias com essa configuração nova, que, muitas vezes, enfrentam no dia a dia o preconceito, a falta de entendimento, por parte da própria sociedade, dessa realidade, dificuldade, muitas vezes, de poder acessar serviços públicos, porque ainda convivemos com um grau muito grande de discriminação no nosso País. Então, essas famílias, particularmente um casal de mulheres, me solicitou que nós pudéssemos, aqui, fazer esse debate.

Então, essa é a razão do nosso pedido, da nossa solicitação, desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos, agora, ao item 39, pág. 539.

ITEM Nº 39

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 107, de 2013

Requeiro, nos termos regimentais, participação desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa na organização da Semana em Comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, entre os dias 2 e 6 de dezembro do corrente ano.

Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para encaminhar.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, a questão das pessoas com deficiência é um tema razoavelmente debatido aqui no Congresso Nacional, mas queremos poder oferecer mais uma contribuição por ocasião do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência para que nós possamos, aqui, fazer um debate, aprofundando, cada vez mais, os direitos que as pessoas com deficiência têm e que, muitas vezes, no seu dia a dia, também são negados. Então, queremos aprofundar esse tema.

A Comissão de Direitos Humanos tem como prioridade... Uma das suas prioridades é, justamente, a pessoa com deficiência. É um tema afeto diretamente a esta Comissão, então, nós não poderíamos deixar de passar as comemorações pelo Dia Internacional da Pessoa com Deficiência sem possibilitar, sem criar um espaço para que possamos aprofundar, cada vez mais, o tema da pessoa com deficiência na sociedade brasileira.

Então, também esse é o motivo do nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao item 40, pág. 541:

ITEM Nº 40

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 108, de 2013

Requeiro a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de discutir o desenvolvimento do esporte adaptado no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Fernando Fernandes, Tretracampeão Mundial de Paracanoagem; representante do Projeto Deficiente Visual na Trilha; Andrews Parsons, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro; Alan Fonteles, Campeão Mundial e Paralímpico de Atletismo; Diana Nishimura, Treinadora de Canoagem e Paracanoagem; representante do Ministério do Esporte.

Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo-lhe a palavra para encaminhar, como autora do requerimento.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, é com imenso prazer que estamos propondo esse requerimento para fazer o debate, numa audiência pública, sobre o desenvolvimento do esporte adaptado, no Brasil, porque, por diversas vezes, discutimos, aqui, a situação da pessoa com deficiência, mas nunca fizemos, aqui, um debate a partir deste foco: da pessoa com deficiência no esporte. Então, discutiríamos o desenvolvimento do esporte adaptado.

Eu vejo que é um tema novo, que atende a um público específico, que é um público relacionado à Comissão de Direitos Humanos. Eu acho que é fundamental, até para conhecer e divulgar as diversas formas de esporte adaptado, para que se tornem mais conhecidas pelo nosso País, pelas pessoas. Enfim, muitas vezes, a pessoa com uma certa limitação em função de uma deficiência acha que não tem condição de exercer o esporte, por falta de informação, por falta de conhecimento.

Acredito que a realização de uma audiência pública vai possibilitar divulgar essas várias possibilidades.

Então, eu acredito muito nas pessoas que nós estamos convidando, que são pessoas da área, pessoas totalmente conhecedoras, pessoas, também, que já passaram pelo processo de adaptação com um novo sistema para que pudessem continuar exercendo o esporte e que foram vitimadas por alguma deficiência.

Então, eu acredito muito que essa audiência pública vai nos trazer novos conhecimentos e, assim, oferecer essa contribuição à sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação do requerimento.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 41, pág. 543:

ITEM 41

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 109, de 2013

Requeiro a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema: A prevenção de combate ao trabalho escravo de Imigrantes. Na oportunidade também será lançado o Manual de Recomendações de Rotinas de Prevenção e Combate ao trabalho Escravo de Imigrantes, com a presença dos seguintes convidados: Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; Representante da Polícia Federal; Representante da Defensoria Pública da União; Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINART.

Autoria: Senadora Ana Rita

Com a palavra a nobre Senadora Ana Rita, autora do requerimento, para encaminhá-lo.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, conforme o próprio requerimento prevê, ele já define o que nós desejamos com esta audiência pública. Na verdade, nós queremos discutir, fazer um debate a respeito do trabalho escravo de imigrantes e também fazer o lançamento do Manual de Recomendações de Rotinas de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo de Imigrantes.

O trabalho escravo tem sido pauta de debate com certa frequência aqui no Senado Federal, mas precisamos aprofundar esse assunto com foco nos imigrantes. Então, o objetivo da audiência pública é fazer esse debate. Esta Comissão, por exemplo, já recebeu denúncias de pessoas que vêm de outros países, como é o caso, por exemplo, dos haitianos que chegam ao Brasil e que, muitas vezes, na maioria das vezes, quase sempre são absorvidos como mão de obra barata e escrava, vivendo em condição análoga à de trabalho escravo. Então, nós precisamos debater também a situação dessa população que vem de outros países e que é absorvida não só no meio rural, mas também na área urbana, desenvolvendo trabalhos de forma análoga ao trabalho escravo.

Então, é um debate, na minha opinião, altamente necessário e importante e em momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Presidenta. Eu também entendo que é mais do que adequado. No momento em que vacilarmos, acabarão aprovando a regulamentação do trabalho escravo, o que vai na contramão da própria PEC do trabalho escravo, que trata da proibição do trabalho escravo. Por isso, seu requerimento vem em boa hora. Fiz questão de fazer esse rápido comentário antes de submetê-lo ao Plenário.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Neste momento vamos votar um projeto de lei não terminativo.

ITEM 23

OFICIO "S" Nº 2, de 2009

– Não terminativo -

Encaminha o Ofício nº 93, de 2008, do Ministério Público do Estado do Piauí, contendo documentação supostamente comprobatória de casos de tortura de presos na cidade de Picos-PI.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Wellington Dias

Relatório: Pelo arquivamento.

Observações: Tramitação: CDH.

A Senadora Ana Rita será a Relatora *ad hoc*.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, com entendimento já feito com o Senador Wellington Dias.

V. Exª está convidada a fazer a leitura do relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, passo à leitura do relatório construído pelo Senador Wellington Dias.

Vem à atenção da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Ofício "S" nº 2, de 2009, relativo a Ofício do Promotor de Justiça Elói Pereira de Souza Júnior, que denuncia a ocorrência de tortura no Município de Picos, no Estado do Piauí, além de ameaças àquele membro do Ministério Público piauiense.

As denúncias de tortura recaem sobre policiais militares que lá atuam e contariam com o apoio e a participação do comandante do batalhão policial militar sediado naquele Município. Denuncia, ainda, que o Conselho Comunitário de Segurança de Picos poderia ser instrumento de apoio financeiro, material e moral à tortura e a grupos de extermínio.

As alegações de tortura são acompanhadas de laudos médicos, fotos e relatos usados para corroborar as acusações.

O denunciante também relata ter sido ameaçado pelo comandante da Polícia Militar local e afirma que as autoridades estaduais têm tratado com descaso suas queixas. As alegações de ameaças sofridas pelo Promotor Elói Pereira de Souza são fundamentadas em notícias e em transcrições de declarações atribuídas ao comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar de Picos que denotam haver elevado grau de tensão entre integrantes da Polícia Militar e do Ministério Público, em prejuízo da harmonia institucional.

O caso já teria chegado à atenção de diversas autoridades estaduais, federais e de organismos internacionais, bem como do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e de sua seção piauiense. Entre os documentos apresentados, há cópias de sentenças de primeira instância que condenam policiais, inclusive o citado comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar de Picos pelo crime de tortura.

No Senado Federal, a matéria foi distribuída exclusivamente à Comissão de Direitos Humanos.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos opinar sobre fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas públicas governamentais relativas aos direitos humanos.

As alegações do Promotor Elói Pereira de Souza Júnior colocam a suspeita de que a prática de tortura seria aceita e estimulada na cidade de Picos, com a participação direta ou a conivência de agentes públicos estaduais. Os relatos tratam da violência contra jovens presos, da intimidação de suspeitos, entre outras ações na busca da confissão de autoria de crimes, incluindo invasões de domicílios – inclusive de pessoas idosas e com deficiência – para efetuar prisões sem mandado e de violência sexual.

A proteção dos Direitos Humanos é fundamental em qualquer circunstância e, para isso, exige-se a plena atuação do Estado Democrático de Direito. Assim sendo, cabe a esta Casa instar e exigir dos órgãos públicos a pronta apuração e a formação dos devidos processos legais contra quem quer que seja acusado de atentar contra esses direitos.

Contudo, a condenação em primeira instância de policiais militares envolvidos nas denúncias de tortura nos dá confiança de que o Judiciário não favorecerá a impunidade, tornando desnecessária a intervenção de órgãos políticos neste caso específico.

Em razão do que foi exposto, concluímos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 2, de 2009.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita.

Em discussão, a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pelo arquivamento do Ofício "S". Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 2, de 2009.

De imediato, passo a Presidência à Senadora Ana Rita.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me apenas um registro, porque havia sido aprovado nesta Comissão de Direitos Humanos já há algum tempo o Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2007, do Deputado Luciano Zica, do qual eu sou o Relator, para possibilitar que os registros públicos venham a permitir a substituição do prenome de pessoas transsexuais.

Este projeto foi aqui aprovado e foi para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e hoje, há poucos instantes, naquela Comissão, o projeto foi aprovado, e agora vai para o plenário. Eu, inclusive, pedi requerimento de urgência, que lá foi aprovado. Apenas quis fazer esse registro, uma vez que esse projeto passou por esta Comissão.

Também foi aprovado outro projeto de lei que institui a linha oficial de pobreza, de minha autoria. Então, é como se Neymar tivesse marcado dois gols numa partida.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Que bom! Obrigada, Senador Suplicy, pela boa notícia.

Eu quero aqui apenas fazer um registro.

Na verdade, nós acabamos de aprovar o item nº 23, que deu pelo arquivamento desse processo. É um Ofício, de 2009. Mas eu vou solicitar à nossa asses-

soria que verifique, juntamente com o autor da denúncia, se a situação lá no Piauí permanece, porque, se ela permanecer, esta Comissão poderá tomar outras providências, que não essa providência solicitada pelo juiz, que nos demandou, em 2009, ainda, quando eu nem estava aqui, na Comissão de Direitos Humanos. Eu entendo que isso merece uma atenção especial. Eu solicito à assessoria que façam os procedimentos regimentais para que possamos verificar se a situação no Estado do Piauí permanece.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.)

ATA DA 64ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 8 HORAS, NA SALA Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e sete minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e treze, no Plenário número três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senadora Ana Rita e do Senador Wellington Dias. O Senador João Capiberibe justifica sua ausência, nos termos do Requerimento nº 1304, de 2013 – PLEN, bem como o Senador Cristovam Buarque, nos termos do Memo GSCB Nº 11-252/2013, em 20/11/2013. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 73 de 2013, aprovado em 05/09/2013, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: "*violações de direitos decorrentes do processo de extração, beneficiamento e escoamento de minério de ferro no Pará e Maranhão".* A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, ao tempo em que solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Cristiane Faustino, Relatora da Plataforma DHESCA pelo direito ao Meio Ambiente; Justo Evangelista Conceição, Representante das Comunidades Quilombolas do Maranhão; José Guilherme Zagallo, Representante da Sociedade Civil do Maranhão e Justiça nos Trilhos; Edson Farias Melo, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Ministério de Minas e Energia; Eugenio Pio Costa, Coordenador Geral de Transportes, Mineração e Obras Civis do IBAMA. O Senhor Justo Evangelista Conceição entrega à Senadora Ana Rita documentos da comunidade que representa. A Senhora Presidenta recebe os documentos. A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos: 1º) enviar o Relatório da Missão de Investigação e Incidência acerca da mineração e violações de direitos no projeto Ferro Carajás S11D, da Valle S.A., elaborado por Cristiane Faustino e Fabrina Furtado, relatoras da Plataforma DHESCA pelo direito ao meio ambiente, bem como as notas taquigráficas da 64ª Reunião da CDH para a Casa Civil do Governo Federal, para a Secretaria de Relações Institucionais, para a Secretaria Geral da Presidência da República, para o IBAMA, para o Ministério das Minas e Energia, para o Incra, para a Fundação Palmares, para o Ministério Público Federal, para a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, para a Defensoria Pública da União, para o BNDES e para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região; 2º) a senhora Presidenta solicita aos Senhores convidados que permaneçam no Plenário nº 3, para realizar reunião com os Servidores da Secretaria da CDH e de seu Gabinete, a fim de colher sugestões de outros encaminhamentos dos senhores convidados. A Senhora Presidenta passa a palavra a Senhora Cristiane Faustino para suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às nove horas e cinquenta minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora Ana Rita

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 64ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 73, de 2013, da CDH, de minha autoria, aprovado em 5 de setembro de 2013, para debater o tema "Violações de direitos decorrentes do processo de extração, beneficiamento e escoamento de minério de ferro no Pará e no Maranhão".

Antes de iniciarmos, de fato, a nossa audiência pública, eu quero fazer um breve esclarecimento. Nós precisamos realizar esta audiência em um tempo o mais curto possível, considerando que, a partir das 9 horas, nós temos um compromisso inadiável que envolve toda a nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores e ao qual eu não poderei estar ausente. Eu vou pedir a compreensão dos nossos convidados e convidadas para que façamos a exposição em um tempo mais reduzido do que o normal, do que esta Comissão normalmente tem concedido aos seus convidados, para que possamos acelerar um pouco este debate – lamento isso, porque é um tema altamente importante, de um conteúdo extremamente necessário, mas esta Comissão assume o compromisso de fazer os devidos encaminhamentos a partir das informações que aqui nós vamos obter.

Eu quero, dessa forma, convidar para compor a Mesa a Srª Cristiane Faustino, Relatora da Plataforma Dhesca pelo Direito ao Meio Ambiente. Seja bem-vinda, Cristiane! É um prazer muito grande recebê-la aqui, fique à vontade.

Convido o Sr. Eugênio Pio Costa, Coordenador-Geral de Transportes, Mineração e Obras Civis do Ibama, ele ainda não chegou; a Srª Mara Elisa de Oliveira, Procuradora da República do Município de Marabá, que também ainda não chegou; o Sr. Guilherme Zagallo, Representante da Sociedade Civil do Maranhão... Sr. Guilherme? Não.

Convido também o Sr. Justo Evangelista Conceição, da Uniquita, União das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Município de Itapecuru-Mirim. Seja bem-vindo, Sr. Justo, é um prazer recebê-lo aqui!

O SR. JUSTO EVANGELISTA CONCEIÇÃO – Pois é, e meu também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Fique à vontade, pode sentar-se aqui.

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados e convidadas, eu vou fazer as considerações iniciais. Eu convido o Sr. Edson Farias Mello, Representante do Ministério de Minas e Energia. Seja bem-vindo, Sr. Edson, que bom que o senhor aceitou o nosso convite! Muito obrigada pela presença, e agradeço também ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

Eu vou fazer algumas considerações iniciais e nós vamos, depois, passar a palavra aos nossos convidados. A Plataforma Brasil é uma articulação nacional de 36 movimentos e organizações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, doravante abreviados em Dhesca, sobre a qual depois a Cristiane vai detalhar um pouco mais. A Plataforma Dhesca visa ao fortalecimento da cidadania e da democracia – seu objetivo geral é contribuir para a construção e fortalecimento de uma cultura de direitos, desenvolvendo estratégias de exigibilidade e judicialização dos direitos humanos defendidos.

Além disso, busca-se interferir na formulação, efetivação e controle de políticas públicas sociais. Seguindo a experiência dos relatores especiais da ONU, a Plataforma Dhesca instituiu também as relatorias de direitos humanos que se orientam pelo esforço de contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito ao Dhesca, tendo por fundamento os preceitos constitucionais, o Programa Nacional de Direitos Humanos, os Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos ratificados pelo Brasil, e as Recomendações dos Relatores da ONU e do Comitê Dhesca.

A audiência pública, hoje, como já disse, destina-se à apresentação e ao debate da relatoria feita entre os dias 17 e 28 de março do corrente ano, oportunidade em que foram investigadas *in loco* denúncias de violações de direitos humanos decorrentes da cadeia de extração, beneficiamento e escoamento de minério de ferro, sob a responsabilidade da empresa Vale S.A. e de outras empresas do complexo siderúrgico na região do Corredor Carajás, localizado entre o sudeste do Pará e o oeste do Maranhão.

A Srª Cristiane Faustino, Relatora, que está aqui presente, fará a apresentação da investigação e, logo após, os nossos convidados farão as considerações que julgarem pertinentes.

Esta Presidência já teve acesso ao relatório e, pelo que nele consta, trata-se de um cenário de tensões e conflitos de interesses, necessidades e pontos de vista entre a Vale e as comunidades que se veem prejudicadas, em diferentes aspectos, pela cadeia produtiva da mineração, nos dois Estados visitados pela Relatora. Nossa Comissão de Direitos Humanos tem tido bastante êxito na intermediação de conflitos mediante o diálogo com as partes envolvidas. Portanto, ao propor este debate, o objetivo é também tentar intermediar a discussão em busca de possíveis soluções para os conflitos e interesses entre a Vale e as comunidades afetadas.

Infelizmente, a Vale tem-se negado a atender nossos convites para debater temas que dizem respeito aos direitos humanos e, hoje, mais uma vez, não atende ao nosso convite. De qualquer sorte, nós ouviremos os expositores e, ao final, daremos os encaminhamentos pertinentes.

Dessa forma, eu vou conceder a palavra à Relatora, Cristiane Faustino, pelo tempo de 15 minutos – é pouco tempo? Mas vamos trabalhar com esse tempo e, se houver necessidade, ampliamos um pouco mais, para que a sua fala não fique prejudicada, pois é es-

sencial, é fruto de todo um relatório que foi elaborado. Se for necessário, daremos mais cinco minutos para a apresentação desse relatório e, em seguida, nós daremos um tempo um pouco menor para que todos vocês possam se manifestar – vamos dar um tempo melhor para a nossa Relatora.

Então, passo a palavra à Srª Cristiane Faustino, Relatora da Plataforma Dhesca pelo Direito ao Meio Ambiente.

A SRª CRISTIANE FAUSTINO – Bom dia! É um prazer muito grande estar aqui. Queria agradecer à Senadora pela oportunidade, acho que esse tema é de altíssima relevância para a sociedade brasileira, pois não diz só respeito ao Estado do Maranhão, ao Estado do Pará, mas é de interesse de toda a sociedade brasileira.

Acho que o processo democrático exige, no mínimo, a possibilidade de discutirmos questões referentes aos direitos humanos e sobre como tem sido difícil para o Estado brasileiro garantir os direitos humanos num modelo de desenvolvimento que, a nosso ver, tem sido causador de violações e desconsiderado bastante as conquistas democráticas das populações, dos povos. Gostaria de aproveitar e saudar toda a população negra pela dia de ontem, pelo 20 de novembro – é muito importante esse reconhecimento da negritude, nossa negritude deve resistir! Então, na pessoa do Sr. Justo, gostaria de saudar aqui a população negra, atualmente tão prejudicada com o histórico de racismo do nosso Estado.

Vinha pensando qual seria a melhor forma de dizer e o que selecionar para dizer, tendo em vista que o que presenciamos não foi pouca coisa, nem foram coisas simples. Nós passamos, em março de 2013, quase 15 dias em campo, visitamos o Corredor Carajás mais ou menos por inteiro, passando pelos Municípios de Parauapebas, no Pará, onde se localiza parte da Floresta Nacional de Carajás e as minas da Vale; passamos pelo Município de Marabá, onde há comunidades afetadas pelo processo produtivo da mineração; passamos, no Estado do Maranhão, pelos Municípios de Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Itapecuru-Mirim e São Luís. Conversamos, nesse processo, com muitos moradores e moradoras, conversamos com autoridades públicas, como o Ministério Público Estadual, as Defensorias Públicas Estaduais e da União, conversamos com órgãos ambientais e com os movimentos sociais, organizações da sociedade civil e também com a própria Vale.

É bom dizer que o trabalho da relatoria é feito por meio de demandas feitas pela sociedade civil e, no caso, já faz alguns anos, a Plataforma Dhesca vem recebendo diferentes denúncias de violação de direito, nesses territórios, causados pela atividade de mineração sob a liderança da empresa Vale. Outra coisa que é importante destacarmos é que, metodologicamente, a Plataforma e as relatorias têm a opção de garantir a voz, a fala, daqueles grupos sociais a quem, historicamente, dificulta-se o acesso às instituições públicas, aos meios de comunicação, àquelas populações que, na história do nosso País, foram colocadas em situação de desigualdade, em situação de deslegitimação de sua fala, de deslegitimação de seus interesses e de deslegitimação de suas necessidades econômicas, políticas e culturais. Então, do ponto de vista político e metodológico, temos essa escolha ética.

No caso em questão, isso é muito importante, porque a atividade de mineração é hoje considerada uma atividade central e estratégica para o desenvolvimento do País. Às vezes, em nome disso, há um discurso sobre a geração de empregos, sobre o progresso e o desenvolvimento. Os grupos, as populações que são afetadas por essa atividade, que é uma atividade causadora de muitos impactos, são, muitas vezes, invisibilizados – é o que a produção socioambientalista tem chamado de zona de sacrifício.

Essas zonas de sacrifício são formadas, principalmente, por populações negras, por comunidades indígenas, por comunidades de camponeses, por comunidades empobrecidas nos centros urbanos. Essas populações historicamente desprivilegiadas do ponto de vista político e do ponto de vista econômico são as mais afetadas por esses projetos de desenvolvimento – então, a relatoria tem isso. Por isso, a conversa com as comunidades, a conversa com os moradores e com a população afetada é fundamental

Consideramos que esse é um processo justo e um processo que colabora com a democratização do nosso País. Democratizar o nosso País significa também garantir as vozes, os interesses e as necessidades dos vários e diversos grupos sociais que habitam o território do Brasil. Nesse percurso, nós observamos bastantes questões e problemas antigos, preexistentes à atividade de mineração, que existe na região desde a década de 80.

Focamos o nosso olhar em um projeto específico, em curso, que é um projeto de incremento da extração e do transporte de minério – é o Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale. É um projeto que implica – rapidamente, não vai dar para explicar muito as coisas, com detalhes, mas acho que é importante colocarmos alguns elementos que vão ajudar no debate – aumentar a produção, a extração de ferro em Carajás, de 110 milhões de toneladas/ano para 230 milhões de toneladas. Então, é um incremento de mais de 100% da produção, o que significa também a necessidade de incrementarmos

toda a infraestrutura, toda a logística necessária para o escoamento do ferro extraído.

O projeto como um todo, de um modo bem geral, implica a abertura de uma nova mina. Na floresta já há quatro minas abertas – todas a céu aberto. Segundo a Vale, atualmente, ocupa 3% da floresta nacional de Carajás, que é uma unidade de conservação e de desenvolvimento sustentável; aliás, uma unidade de conservação que tem como um de seus objetivos proteger as jazidas para estudos, exploração e desenvolvimento da atividade mineral.

Então, uma das coisas importantes que já destacamos como elemento de desigualdade é que a Vale detém o direito real de uso dessa unidade de conservação, que significa, mais ou menos, 412 hectares. Aí, já percebemos um momento de bastante desigualdade: a Vale detém o direito de uso da floresta e tem como um dos seus principais objetivos a exploração e o beneficiamento de minério. Então, ela já tem esse lugar privilegiado.

Outra coisa dentro do projeto é a construção de um novo ramal ferroviário que liga a nova mina, que vai ser aberta, até a estrada de ferro Carajás. São 892km de estrada de ferro que, também, deve ser duplicada para poder suportar as novas demandas. Além disso, o projeto prevê o incremento do Porto Ponta da Madeira, em São Luís, que já tem três píeres e deve aumentar mais um. Então, há toda uma necessidade de incrementação da infraestrutura, o que significa também – e isso as comunidades, a sociedade civil e algumas autoridades públicas também nos disseram – um aumento dos riscos e conflitos ambientais e, provavelmente, dos problemas que já recaem sobre as comunidades que são afetadas.

Imaginem 892km de uma estrada perpassando mais de cem comunidades, uma estrada de ferro. Vem sendo já, há alguns anos, denunciada pela sociedade civil como causadora de muitos problemas, entre eles, atropelamentos de pessoas, atropelamentos graves, com mortes e lesões graves; fechamento de passagens da comunidade, prejudicando o direito de ir e vir; rachadura nas casas. Você mora na sua casa, o trem passa várias vezes, causa trepidações e as casas se racham, e isso traz um prejuízo muito grande para as pessoas, e atinge, principalmente, a vida das mulheres, que somos, historicamente, consideradas como aquelas que devem cuidar da casa – não é?

Além disso, a estrada também tem sido denunciada como causadora de bastante insegurança territorial para as comunidades por onde ela passa, principalmente o processo de duplicação exigido pelo Projeto Ferro S11D, que tem colocado as comunidades em uma situação de grande insegurança, além de um processo de falta de informação sobre o que vai acontecer com as comunidades que ocupam os lugares que são demandados pela atividade como um todo e pela estrada de ferro em particular.

Então, eu vou passar, rapidamente, e mostrar para vocês um pouco dos momentos que vivemos nessa missão e tentar, na medida do possível, ir falando sobre a realidade dessas comunidades. Esse é um esboço do projeto. Essa é uma foto da estrada, com mulheres passando com as crianças – isso tem representado um risco efetivo para a vida das pessoas.

Essa é uma imagem das atividades em Carajás, onde, como já falei, a Vale tem o domínio da floresta.

Essa é uma imagem exploração. Tem que fazer a explosão para retirar o minério.

Essa comunidade está situada no Município de Parauapebas, é um assentamento de reforma agrária que sofreu um despejo violentíssimo, ilegal. Na região dessa comunidade, deve passar um novo ramal ferroviário e há toda uma pressão sobre o território. A comunidade precisa ser retirada para poder passar esse ramal.

O que aconteceu foi que um fazendeiro comprou, de forma ilegal, as terras da comunidade e pediu o despejo, que foi garantido pela Justiça Federal, pela Justiça do Pará. O despejo aconteceu em agosto de 2011, foi um despejo de 29 famílias e foi realizado pelo batalhão de choque. O relato das famílias dá conta de um cenário de bastante violência: as famílias não tiveram tempo suficiente para se preparar para o despejo; não tiveram local para ir após o despejo; durante o despejo, não houve uma perícia para dirimir dúvidas; as mulheres e as crianças sofreram violência verbal.

Não sei se é possível imaginar uma situação de despejo, mas acho que vale a pena fazer um exercício de nos imaginarmos na nossa casa, no nosso trabalho, no nosso escritório, fazendo nossas coisas, vivendo a nossa vida e chegando a tropa de choque e nos retirando desse lugar com toda a força possível, e nós sem podermos argumentar. No caso em questão, o que foi destruído não foram os escritórios, mas os poços, os roçados, os meios de sobrevivência da comunidade, gerando vários constrangimentos. A comunidade teve que se instalar provisoriamente em uma pocilga, para vocês terem um ideia, porque eles não tinham para onde ir, e tiveram que refazer sua vida, de uma forma muito difícil, o que afetou muito fortemente a população idosa.

Eu acho que todos vocês sabem, ou, se não sabem, devem imaginar, o quanto existe uma relação forte de vínculo entre as pessoas idosas e a terra em que elas vivem. Então, ser retirado de sua terra, do seu lugar é, realmente, uma coisa bastante dolorosa,

difícil de explicitar. Há um cenário de desolação muito grande e, além disso, para as pessoas idosas, fica mais difícil de refazer sua vida – o relatório vai ter mais detalhes sobre esse caso.

Esse é um momento de reunião que tivemos com a comunidade. O que a comunidade também tem enfrentado é que, depois do despejo, o fazendeiro vendeu a terra para a Vale, pois o objetivo mesmo era garantir as terras para a Vale, uma vez que ela precisa para passar o ramal. A Vale está recorrendo, a comunidade voltou a ocupar – atualmente, eles continuam em uma situação de conflito, e o advogado de defesa da comunidade tem sofrido ameaças, um advogado da CPT.

Outra coisa que não só essa comunidade denunciou, mas todas as comunidades por onde passamos é um processo de divisão comunitária que compromete o elemento comunitário, afetando o direito a ter uma vida pacífica. As comunidades vivenciam lá, com as suas famílias, com as suas coisas, com as suas casas, durante bastante tempo e, quando chega a propostas e esses projetos, há um processo de divisão, porque umas pessoas acreditam que vai haver uma melhora de vida, que vai gerar emprego, e outras pessoas querem manter o território e o seu modo de vida. Além disso, há um processo de negociação que é individualizada: em vez de estabelecer diálogos coletivos para pensar saídas conjuntas, a empresa estabelece relações individualmente – e isso tem sido fator de muitos conflitos internos nas comunidades como um todo.

Essa foto também é na região. Essa é uma foto da comunidade de Nossa Senhora Aparecida, em Marabá, uma área urbana que convive com a estrada de ferro. Se vocês notarem, é bem no quintal da pessoa, das casas.

Essa comunidade também está sendo bastante afetada pela estrada e também denuncia o problema das rachaduras, o problema da poluição do solo, das águas, do ar. Provavelmente, deverá ser removida, porque ela está muito próxima da estrada e, com a duplicação, os problemas, e a comunidade está bastante apreensiva, o que deve complexificar-se e aumentar mais ainda. Então, o melhor para essa comunidade, talvez, seja se retirar, porque conviver vizinha a uma estrada de ferro é, realmente, infernal.

Essa também é uma imagem da estrada. Essa é outra comunidade que visitamos, no Município de Bom Jesus das Selvas, que também enfrenta problema com a estrada. Denuncia poluição, atropelamento, remoção de casas e perda da renda, porque, em alguns casos, os locais de trabalho da agricultura e da pesca são contaminados, ou são ocupados pela infraestrutura, e as pessoas perdem a possibilidade, por exemplo, de realizar a pesca ou a agricultura, que são atividades tradicionais que, historicamente, garantem-lhes a convivência, a sobrevivência material.

Essa é a comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia, que é uma comunidade que vivencia seríssimos problemas de violação de direitos que tem a sua saúde coletiva completamente comprometida. A comunidade denuncia sérios problemas respiratórios, doenças de pele, vários tipos de câncer e é afetada pela existência de cinco indústrias siderúrgicas praticamente no seu quintal. Para quem não sabe, a indústria siderúrgica é uma das mais poluentes que existem.

Essa comunidade convive com a Gusa Nordeste S. A., com a Viena Siderúrgica S. A., com a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, com a Ferro Gusa do Maranhão Ltda. (Fergumar), com a Siderúrgica do Maranhão S. A. Todas essas empresas têm históricos graves – fizemos uma pesquisa também documental –, são empresas com históricos graves de multas e de apreensão. Essa comunidade está lutando, para ser removida, porque conviver nesse local é infernal.

Uma coisa importante de se destacar também é que a atividade de mineração não é só atividade de mineração, ela também mobiliza outras cadeias produtivas que também provocam altas interferências no território como, por exemplo, essa que é a siderurgia, as carvoarias, que alimentam os fornos para o funcionamento das siderúrgicas e o monocultivo de eucalipto para a produção de carvão. Ela mobiliza cadeias, outras tantas cadeias, que também impactam severamente o território. A produção, por exemplo, no monocultivo de eucalipto é entendida pelos movimentos de justiça ambiental, por acadêmicos e por estudiosos como um dos maiores problemas de substituição da agricultura de alimento para um tipo de plantação votado especificamente para a produção econômica, o que provoca perdas na agricultura camponesa, privatização da terra, primeiro, prejuízo aos solos e muito prejuízo aos modos de vida e à agricultura camponesa. Então, o Estado do Maranhão hoje está completamente tomado pela plantação de eucalipto para produção de carvão para suprimento da siderúrgica. Isso tem sido denunciado por muitas comunidades como sendo de extremo prejuízo aos seus modos de vida.

Finalizando, atualmente, a comunidade está lutando para ser removida. A partir de uma ação do Ministério Público, a comunidade conseguiu um acordo de TAC, que garantiria à comunidade o direito de uma remoção cuidadosa, com responsabilidade do sindicato patronal dessa siderúrgica, com responsabilidade da prefeitura. Mas, até hoje, o problema não está resolvido e a comunidade já tem um projeto elaborado conseguido nesse diálogo, um projeto de casas, pensado pela comunidade, mas, infelizmente, por conta

de querelas do proprietário do terreno que a prefeitura desapropriou, a comunidade ainda não conseguiu suprir essa necessidade que é absolutamente urgente. O problema de Piquiá de Baixo é conhecido já no mundo inteiro. A gravidade da situação da comunidade tem chamado a atenção de organizações de direitos humanos no mundo inteiro.

Eu já tenho que terminar, mas eu queria, rapidamente, passar essa imagem da comunidade de Piquiá de Baixo, do Rio Piquiá de Baixo, que está completamente contaminado. É um rio utilizado para limpeza dos fornos das siderúrgicas e volta sem nenhum tratamento. Então, é um rio morto; um rio que garantia a pesca para a comunidade e, hoje, não tem servido mais de nada. É um local de altíssima contaminação.

Aqui, outra imagem de um Município também impactado pela estrada de ferro, que é uma imagem de um acidente que aconteceu em março, o descarrilamento do trem da Vale com combustível, que está sendo investigado pelo órgão ambiental local para ver se há algum processo de contaminação do rio, que também garante a vida da comunidade.

Aqui o Centro de Farias, no Município de Buriticupu, também impactado pela estrada, atropelamentos...

(Soa a campainha.)

A SRª CRISTIANE FAUSTINO – Esse é o sinal de fechar? Essa é uma imagem da comunidade do Sr. Justo, de que ele vai falar um pouco mais. Foi em uma reunião onde a gente conversou com várias comunidades da região onde mora o Sr. Justo e que também denuncia impacto bastante parecido com os das outras comunidades.

Uma coisa que se agrava é que a comunidade do Sr. Justo, que é a comunidade de Santa Rosa dos Pretos, já reconhecida pela Fundação Palmares como quilombola, mas que, por pressão da Vale, tem sido protelado o processo de regularização das terras da comunidade.

Essas são algumas das coisas. Desculpe ter passado o tempo, mas tem muita coisa e é difícil de selecionar o que é mais importante. Como haverá debate, a gente pode trazer outras questões.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradecemos a Cristiane Faustina, relatora da Plataforma Dhesca, pelo direito ao meio ambiente. Nós sabemos que o trabalho que foi feito é imenso, com um conteúdo muito grande, difícil, realmente, de ser colocado em um prazo curto. Mas aqui, é claro, que, com a complementação das demais pessoas, teremos uma visão geral do problema.

Vou conceder a palavra ao Sr. Justo Evangelista por um tempo de 10 minutos, considerando o nosso prazo aqui, se for possível. Assim vou proceder com os demais da Mesa. Com a Cristiane a gente concedeu um tempo maior, porque ela é a relatora, então, tinha um conteúdo maior a ser colocado. É claro que, sem prejudicar a fala do senhor, mas, se for possível fazer com 10 minutos, nós agradecemos.

O SR. JUSTO EVANGELISTA CONCEIÇÃO – Pois é. Eu quero agradecer a oportunidade que me deram, através dos companheiros que me conhecem, companheiros de luta, comprometidos com a causa dos negros e, também, a Deus por a gente estar aqui neste momento. É meio difícil falar em 10 minutos, mas vou tentar.

Meu nome é Justo Evangelista Conceição, sou representante das comunidades negras rurais quilombolas do Município de Itapecuru-Mirim, e, nesse movimento negro no Estado, eu fui o fundador da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq). Fui um dos sócios fundadores com os companheiros.

Eu sou de uma comunidade distante da sede de nosso Município, a 42km. Não tive oportunidade de estudar num interior daquele, que sempre foi isolado. Não estudei nada. Tenho, às vezes, dificuldade de pronunciar alguma coisa. Vou pegar alguns tópicos da situação da Vale em nossas comunidades, no nosso Estado do Maranhão, que, parece, são aproximadamente 23 Municípios atingidos pela Vale.

Quando eu conheci, porque eu já fazia parte dos movimentos sociais pelas comunidades eclesiais de base, eu cheguei, um dia, em São Luís, onde a gente trabalhava com um padre por nome João Maria Van Damme, que fazia parte da ASP, e ele disse: "Justo, vou te convidar para a gente vir aqui em uma reunião, em uns vilarejos, umas comunidades que vão ser atingidas pela Vale.". E nós fomos, há mais de 30 anos, quando estava se implantando essa empresa no nosso Maranhão. E nós fomos.

Quando começamos a entrar nos povoados, nos vilarejos, as casas tinham umas letras vermelhas na porta. Ele disse: "Essas letras é que todos vão sair daqui.". Povoados bonitos, vilarejos lindos, e nós começamos, fomos ao local da reunião. Quando o pessoal nos viu, correu para abraçar o Pe. João Maria, que já conheciam – eu ali era estranho – chorando e dizendo: "Pe. João Maria, aqui nós vamos deixar esse vilarejo, vamos sair, vamos embora sem saber nem para onde.". Vilarejos de Cocais, Bonito, Coco da Praia. Plantios que vocês imaginem, lindos sítios, e as pessoas chorando.

Então, eles tirarem nós daqui significa como tirar o fígado e mandar morrer longe, porque a gente não sabe para onde a gente vai. Tudo bem. Em função do tempo, nós saímos de lá. Quem vai de Itapecuru para

São Luís passa no Campo de Perizes, que são 18km. Antes dessa estrada, você vê, à margem, uma quantidade de pássaros que havia – garças, além de guará, porcos, gado, caranguejo, tudo se mantendo dali; peixe, tinha à vontade, os manguezais. Com essa Vale, quando passou, mexeu em tudo, foram embora os peixes, os animais, os pássaros não vê mais; os caranguejos também se acabaram e os manguezais foram embora.

Vindo para a situação de nossas comunidades negras quilombolas. Eu tive oportunidade de, no ano passado, sermos convidados para participar de umas reuniões em São João das Matas com comunidades negras rurais do Município de Itapecuru-Mirim e do Município de Santa Rita. As mães de família, as jovens e os idosos, contando a situação, não tinha quem aguentasse de emoção: "Sr. Justo, nós já ficamos sem os lagos onde a gente pescava. Foi entupido tudo. Os igarapés em que subia muito peixe não sobe mais." Teve mãe de família que ganhou neném em taperas, casa velha, porque não pode passar, porque o trem tomou a estrada e não tinha por onde passar a pessoa para ir a Santa Rita para ganhar neném. Ganhou em cima do chão nos braços dos vizinhos que estavam ali por perto.".

Na nossa ida para essa comunidade, quando chegamos na estrada de ferro, os carros do trem estavam atravessados, e lá nós ficamos. Aí veio um casal de lá para cá para passar, e ficou, ficou, ficou, e a gente notou que ele ia atravessar entre um vagão e outro, com a bicicleta e a mulher. Como atravessou e nós botamos a mão na vista, porque sabíamos que o trem, se arrancasse, matava aquele casal rapidamente. Ele passou, caiu do lado, e quando ele terminou de cair do lado, o trem passou como um vento, como um vento, e o outro se arrancou. A gente fechou a vista, porque era um precipício. E nós, para ir, tivemos que, em vez de passar aqui os 50m, tivemos que fazer um percurso de mais de uma légua, voltar para poder passar.

Na passagem de Monge Belo, um padre foi fazer uma reunião para lá, e quando ele veio de lá para cá, o carro enguiçou bem em cima da linha do trem, e quando ele olhou que a máquina vinha, ele só teve tempo de abrir a porta e pular no chão, e a máquina pegou o carro e jogou fora. Não passou por cima porque justamente a tromba dela embaixo é muito baixinha, jogou o carro do padre fora.

Olha, as comunidades não puderam mais criar galinha na margem, não puderam criar mais animal nenhum, ninguém pode mais dormir sossegado, por causa da zoada daquelas buzinas enormes, a poeira é enorme, adoece criança, gripa tudo.

Houve um lugar lá, que o rapaz contou que as máquinas cortando a terra, as terras gemendo, descobriram um olho d´água, uma vertente muito forte, que ela jorrava para cima. Eles, para entupirem, jogaram sacos e sacos de cimento, para entupir essa água. Entupiram, a estrada está passando por cima. Hoje ninguém sabe por onde essa água está passando mais. Quer dizer, é como se cortasse uma veia do braço da gente e ponteasse aqui para o sangue não sair mais por aqui.

Então esses são os danos. Agora, com essa duplicação, com a outra estrada... Ora, com essa que é a única que existe, sem a duplicação, é a dificuldade para se passar, mortandade de animal e de gente, imagina quando vier a duplicação! Como é que vai se viver? Passar de uma comunidade para outra?

Então, em virtude desse sofrimento, eles fizeram várias reuniões com as comunidades, fizeram relatório para ouvir as comunidades, em julho e em outubro agora. Só que, para nossa surpresa, a participação que estava ali era justamente da Vale, da Fundação Cultural Palmares e também a Justiça dos Trilhos. Não estava o Ibama, não estava o Incra, não estava a Aconeruq, não estava o CCNMA , que é o Centro de Cultura Negra do Maranhão, e não estavam as outras organizações. Então, o que as comunidades observaram é que a Fundação Cultural Palmares, que deveria defender os interesses, o que eles sentiam é que ela estava defendendo justamente o interesse da Vale. E nós temos isso aqui em relatórios aqui, a palavra justamente da Fundação Cultural Palmares, defendendo os interesses da Vale, o que para nós é uma tristeza, porque sabemos que pode haver alguém justamente da Fundação Cultural Palmares... O que estou dizendo está documentado aqui, temos os documentos.

E então não foi possível uma conciliação, porque justamente o projeto era da Vale e da Fundação Cultural Palmares, e as pessoas não tinham coragem, justamente oportunidade de dizer e de ser ouvido e levar em consideração o sofrimento daquelas comunidades. Então, com isso, as comunidades e a Vale, justamente com a Fundação Cultural Palmares, marcaram uma audiência para o dia 12 de novembro, que se chamasse "consulta pública". Marcaram, e a comunidade achou...

(Soa a campainha.)

O SR. JUSTO EVANGELISTA CONCEIÇÃO –... que eles não iam ter muitas vezes lá nessa consulta. Então, eu acompanhei eles e nós com a Defensoria Pública da União em São Luís, e lá foi decidido que eles não iam para essa audiência do dia 12, e pediram justamente que o Promotor de Justiça enviasse um ofício para o Dr. Alexandre Reis, dizendo que eles não iam, porque sabiam que não ia dar certo, eles não tinham vez. E tanto é que, nessas primeiras reuniões,

as pessoas não estavam entendendo o que era que a Vale queria com a Fundação Cultural Palmares; porque nas reunião com várias comunidades, com vários territórios, nas assinaturas havia às vezes 20, e quase não havia assinatura, porque as pessoas não estão mais acreditando nessa situação e nas palavras deles.

Então, nós estivemos lá com o Ministério Público Federal, foi feita esta ata aqui, enviando justamente para o doutor, e está aqui o ofício que ele enviou para ele, dizendo que as comunidades não aceitaram justamente essa consulta pública do dia 12 de novembro, porque estão desconfiados. Agora, é triste a situação. É triste. E as comunidades desconfiaram porque os primeiros planos que a Vale fez, juntamente com a Fundação Cultural Palmares, não foram cumpridos. Como é que essas comunidades vão atravessar daqui, de uma comunidade para outra, se não há viaduto, não há nada, com esse trânsito enorme de trens? Como é que eles vão atravessar? Como é também que eles vão cercar – que foi um apelo das comunidades –, fazer cerca beirando os trilhos, se não há uma consulta com o meio ambiente, com o Ibama, que não estava lá presente? Como é também que a gente vai pensar na questão da terra, regularização dos nossos territórios, se o Incra também não está presente nessa audiência?

Então, nós da comunidade só vamos aceitar se estiver presente o Incra, que justamente é que trata da nossa regularização fundiária, se estiver presente o Ibama também, que vai dar a licença, que cerca ou não, se estiver também presente a Aconeruq, que é a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão, se estiver presente também o CCNMA, o Centro de Cultura Negra do Maranhão, se estiver presente também a Justiça. Só assim é que nós aceitamos essa audiência, porque as que já têm passado, a Fundação Palmares tem aqui no documento a palavra dela, está dando apoio justamente para a Vale, o que para nós é uma tristeza.

A gente tem várias coisas ainda a repassar, mas, em função do tempo, se houver ainda um momento, a gente fala.

E a palavra das comunidades nessa audiência na Defensoria Pública está aqui. Está aqui também o ofício que o Promotor enviou para o Dr. Alexandre Reis.

Agora a situação é triste, é triste. E ninguém sabe como é que vai acontecer. Crianças doentes com aquela poeira medonha. Esse trem, quando passa, dá uma buzina no povoado, acorda todo mundo, seja a hora que for. Isso é o mínimo.

(Soa a campainha.)

O SR. JUSTO EVANGELISTA CONCEIÇÃO – É o mínimo que acontece. Há igarapés que já se acabaram os peixes; onde se pescava não se pesca mais. Animais de terreiro que se devia criar, não se cria mais, porque acabam com tudo, não têm dó de ninguém, não. Não têm dó de ninguém, não. É assim.

Agora, a gente queria justamente, embora não faça parte desse assunto, porque aqui que se trata do meio ambiente e esses acordos, é que a Fundação Palmares foi criada para nos dar apoio, tratar dessa questão fundiária, embora hoje ela só trate justamente do reconhecimento das nossas comunidades, e também que o Governo Federal, nas pessoas dessas autoridades que estão aqui, sabendo que nós estamos aqui em Brasília, onde há as maiores autoridades de nosso País, é aqui. Como o nosso Governo Federal libera recursos para os outros órgãos, nós passamos em aeroportos aí, onde se está fazendo um trabalho medonho com recursos liberados para o esporte, também pense na questão dos quilombolas.

Nós temos comunidades negras rurais quilombolas, gente, que não existe um poço para pegar água, é cacimba cavada com enxada; não existe uma casa; não existe luz; existe colégio em que estudam meninos da primeira à quarta série no mesmo lugar. Como é que essas crianças vão aprender?

Então, concluindo, eu quero dizer que o Governo Federal pense nas questões dos nossos negros quilombolas e na regularização dos nossos territórios.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Justo. Desculpe porque a gente precisa interromper, mas eu quero aqui agradecer profundamente o depoimento do senhor e dizer que o Incra foi convidado também para esta audiência pública, mas, infelizmente, não encaminharam nenhum representante. Mas nós faremos gestões junto ao Incra também a respeito disso.

Eu gostaria de solicitar ao senhor, se for possível, deixar a cópia da ata. Pode ser?

O SR. JUSTO EVANGELISTA CONCEIÇÃO – Pode. Eu trouxe aqui...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É original? A gente pode tirar xerox?

O SR. JUSTO EVANGELISTA CONCEIÇÃO – Pode, pode.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pode ser?

O SR. JUSTO EVANGELISTA CONCEIÇÃO – Este daqui é da audiência, e aqui tem justamente a desconfiança das comunidades em relação à Fundação Palmares e também em relação à Vale. Não tem todos os nossos problemas, mas este aqui é o ofício que o Promotor enviou para o Dr. Alexandre, dessa decisão aí.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu vou pedir, então, à assessoria para tirar uma cópia, devolver ao senhor as originais e...

O SR. JUSTO EVANGELISTA CONCEIÇÃO – Certo, pode ficar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está bem? Obrigada, Sr. Justo Evangelista Conceição, representante...

O SR. JUSTO EVANGELISTA CONCEIÇÃO – Estou aqui à disposição. Qualquer momento, qualquer dia, qualquer tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada e parabéns para o senhor, viu?

Expressou com muita clareza todo o sentimento e a vida que vocês vivem lá nas comunidades. Então, queremos aqui agradecer muito a participação do senhor, agradecer as informações que o senhor está trazendo, como representante das comunidades quilombolas do Estado do Maranhão. Muito obrigada pela sua presença.

Eu vou conceder a palavra, mas antes quero fazer um registro. Já está conosco, aqui à mesa: Dr. Edson Farias Mello, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável do Ministério de Minas e Energia, que eu já havia registrado; Sr. Eugenio Pio Costa, Coordenador-Geral de Transportes, Mineração e Obras Civis do Ibama, que acabou de chegar; Sr. José Guilherme Zagallo, representante da sociedade civil do Maranhão e que faz parte também da Rede Justiça nos Trilhos, que já chegou já há certo tempo, eu já deveria ter registrado a presença dele. Então obrigada pela presença, Dr. Guilherme, aqui hoje.

Eu quero também registrar aqui a presença da Patrícia Bolina, do Cimi; também a presença da Melisandra, da Justiça Global – Plataforma Dhesca; e a presença do Pe. Dário Bossi, também da Rede Justiça nos Trilhos. Obrigada pela presença de vocês.

Eu vou conceder a palavra, então, ao Dr. José Guilherme Zagallo, representante da sociedade civil do Maranhão e também da Rede Justiça nos Trilhos.

O SR. JOSÉ GUILHERME ZAGALLO – Bom dia, Senadora Ana Rita, bom dia a todas as senhoras e senhores aqui presentes. O tempo é curto, mas, antes de entrar no comentário específico, é preciso, Senadora, elogiar esta iniciativa da sociedade civil brasileira e o acolhimento desta iniciativa aqui na Comissão de Direitos Humanos.

A Plataforma Dhesca presta um trabalho imensurável ao nosso País. Já realizou mais de cem missões de monitoramento de violações a direitos humanos, é uma iniciativa já com mais de dez anos. O presente relatório é um dos relatórios mais completos já feitos no ambiente dessa Plataforma. Ele conclui com 30 recomendações, que são bastante extensas, para o Poder Público, no âmbito do Ibama, BNDES, Ministério Público, Defensoria Pública – é bastante extenso o rol de recomendações.

Então, eu quero aqui parabenizar os integrantes da Plataforma que estão aqui presentes, a relatora, Cristiane Faustino, e a assessoria, que participou com ela da construção desse relatório.

O que nós temos visto é que infelizmente a mineração – é isso que foi identificado nessa missão de monitoramento, que aconteceu de 17 a 28 de março deste ano na região dos Estados do Pará e do Maranhão –, infelizmente isso é um padrão que se repete na atividade de mineração. A mineração é muito boa para a balança comercial do País; não é tão importante assim para o PIB, o PIB da mineração atinge 4,1% do nosso PIB, segundo os últimos dados disponíveis do Ministério das Minas e Energia, o anuário de 2010; são 160 mil empregos. É um número expressivo, mas no contingente total de empregos do nosso País, não é um volume tão grande assim. Mas a mineração é muito importante para a nossa balança comercial.

Ocorre que o preço disso tem sido pago por essas comunidades invisíveis. O Sr. Justo aqui com seu depoimento, Cristiane, com o relatório, que deram voz a essas comunidades. Há uma sociedade hoje em que as comunidades participam só dos prejuízos, e os proprietários, os detentores das ações desses empreendimentos é que auferem os lucros.

Mesmo o Estado participa muito pouco da receita desses empreendimentos. A mineração no Brasil é muito pouco tributada. O Governo acaba de encaminhar um projeto de lei para aumentar os *royalties*, mas mesmo essa elevação vai ser uma elevação – se aprovada, ainda tem esse crivo, o Parlamento ainda vai avaliar se a proposta é suficiente –, os *royalties*, que hoje, em média, vão de 2% a 3% da mineração, com a proposta do Governo é que ele se unifique num percentual de 4%, ainda muito baixo comparado com o que é praticado em outros países. Se o produto é destinado à exportação, não incidem os outros impostos, sobretudo o ICMS, então é uma atividade que contribui. Ela tem impactos muito expressivos ao meio ambiente, às comunidades e contribui muito pouco com a arrecadação tributária do Estado, inclusive para fazer frente a esses problemas.

Eu ousaria dizer que a mineração é subsidiada por outras atividades econômicas. É um pouco, parece temerário fazer uma afirmação dessa, mas prefeitos, governadores, União acabam tendo que se utilizar de outros recursos, recursos gerados por outros segmentos da nossa economia, para enfrentar os problemas

causados pela mineração, tal o nível de subtributação que essa atividade tem em nosso País.

O relatório que foi produzido identificou problemas. Esteve tanto visitando a mina, conversando com o instituto ICMBio, o Ibama, ouviu a empresa também, teve audiência com a empresa, ouviu as comunidades; identificou problemas ambientais nessa nova unidade de produção de minério que a empresa pretende construir no sul do Estado do Pará, a mina S11D, que será, se concluída, a maior mina de minério de ferro já construída no mundo.

É importante aqui... O estudo resgata uma fala de um pesquisador, Eduardo Godinas: nós não nos reconhecemos como um país minerador, mas no nosso nível de mineração hoje, nós exportamos 410 milhões de toneladas de minério de ferro, de um total de mais de 1,5 bilhão toneladas de minério rom, ou seja, aquele minério que é extraído do solo para ser processado, entre minerais metálicos e não metálicos. Mas esse número de 410 milhões, comparando com os outros países da América Latina, reconhecidamente, que se assumem, que se identificam como mineradores, o nosso volume é quase o triplo. Eles tiram pouco mais de 140 milhões, exportam pouco mais de 141 milhões de toneladas de minérios diversos. Significa o quê? Que nós, que não nos reconhecemos como país minerador, exploramos hoje o subsolo do nosso País num volume que é o triplo da soma de todos os outros países da América Latina, como o Chile, o Peru, que têm uma identidade muito forte de países mineradores.

Então, é preciso que esse tema esteja na agenda do nosso País. Nós somos grandes mineradores, nós temos um volume de conflitos sociais e ambientais enorme, em função dessa larga escala, sobretudo com o minério de ferro, não restrito ao minério de ferro. O minério de ferro não é pior ou melhor do que outras atividades de mineração, ele é apenas, no nosso caso, num volume muito maior do que as demais atividades minerais. Mas nós temos um volume muito intenso.

Então, nessa missão foram identificados os problemas com o licenciamento. O licenciamento hoje, por exemplo, da atividade mineral, em especial da Vale, é um licenciamento essencialmente fragmentado. É apresentado um projeto de licenciamento da mina, inicialmente era um pedido de licenciamento para um quarto de cruzamento, para quatro quartos de cruzamento, aí o Ibama viu que não dava certo, consolidou isso. Mas num processo simplificado, que desrespeita as próprias regras internas do Ibama que tratam do assunto, pelo tipo de alcance. Só a obra da ferrovia é uma obra de mais de US$7 bilhões, salvo engano meu – dólares ou reais, agora me fugiu a unidade. É impossível dizer que uma obra desse porte, com esses recursos movimentados, pode ser considerada uma obra de pequeno porte, passível de ser licenciada por um procedimento simplificado, que implica remoção de populações, impacto em áreas de preservação permanente, impactos em comunidades indígenas e populações tradicionais, enfim, todos aqueles cuidados que deveriam ter tido, e isso acabou acontecendo.

Nesse caso agora, houve problemas no licenciamento, um fracionamento e regras flexibilizadas para o licenciamento. Isso chegou a ser levado ao Poder Judiciário. Houve decisão judicial, de primeiro e de segundo graus, apontando falhas, mas houve uma decisão com o instrumento, que o Brasil precisa rever, da suspensão de segurança, herança ainda da ditadura militar, que permite que os presidentes de tribunais, solitariamente, quando há grave risco à saúde, à segurança e à economia pública, possam suspender uma decisão judicial. Com o uso desse instrumento, foi permitida a continuidade do processo de licenciamento, mas o processo de licenciamento desse empreendimento teve problemas. Foi identificado – em todas as comunidades, mudava o local, mudava o cenário, mas as reclamações eram as mesmas – o barulho desses trens. Há o barulho da própria passagem. É o maior trem do mundo. Parece muito bom isso no papel, mas isso significa que só a passagem de um trem de 3.40 metros a 65 km/h, se ele estiver na velocidade máxima – muitas vezes, ele está retomando aceleração e, então, ele não está na velocidade máxima –, dura três minutos. Como são 24 trens por dia, isso significa, em 75 minutos do dia, é impossível fazer qualquer coisa. Escolas...

(Soa a campainha.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ GUILHERME ZAGALLO – Provavelmente, com a velocidade média, deva ser isso. Eu considerei velocidade máxima. Na velocidade média operacional, provavelmente, seriam 5 vezes 24 trens, então, um número muito maior. Seriam 120 minutos ou 2 horas por dias só de passagem. O barulho de... Multipliquemos 330 vagões vezes 8 rodas, que é o conjunto de um vagão. Fora a buzina. A buzina de uma locomotiva – a inércia de um trem é muito grande: ele leva mais de 1,5km para frear, e, então, a buzina tem de alcançar essa distância –, ao longo do dia e, sobretudo, da noite, interfere em atividades escolares, no sono das pessoas. Imagine alguém conseguir dormir e trabalhar no dia seguinte tendo sido acordado três a quatro vezes numa noite por um barulho de uma buzina ferroviária, que equivale quase ao barulho de um avião. Há rachaduras causadas por vibração nas casas. Esses problemas foram recorrentes ao longo da ferrovia.

Hoje, infelizmente, o Estado brasileiro tem tido um tratamento muito pequeno. Em relação ao próprio ir e vir das comunidades, há relatos de pessoas que faleceram aguardando socorro médico, porque um trem estava parado nas passagens de nível. Mas das imagens que nós vimos era algo que não poderia acontecer: pessoas trafegando em cima da linha sem uma cancela, sem um viaduto, sem um túnel. Aquela cena que nós vimos de pessoas, crianças atravessando por cima de uma linha de trem não deveria acontecer. É por isso que acontecem atropelamentos; é por isso que acontecem mortes de pessoas e animais também. Criações são perdidas nesse processo. Por quê? Essa passagem não deveria acontecer. Aquilo ali deveria acontecer por um viaduto ou por um túnel. Exatamente pela inércia dos trens, é impossível para um maquinista, ao ter a visualização de que há pessoas em cima da linha, frear. Ele não consegue frear, é mecânico, é físico o processo. A inércia da composição não permite isso, por mais que ele aplique a frenagem máxima.

É preciso que tenhamos por parte da Agência Nacional de Transportes Terrestres uma fiscalização mais intensa. Isso é uma das recomendações importantes desse relatório sobre quais são os cruzamentos, quais são as passagens nessas ferrovias. Não é só um problema exclusivo de Carajás. Carajás até, nos anos recentes, é uma das ferrovias dessas ferrovias de grande porte em que o número de atropelamentos é muito inferior, por exemplo, ao da Ferrovia Centro-Atlântica, ao da MRS, na Região Sudeste, em que o nível de atropelamento é bem maior que o que acontece na Região Norte. Então, é preciso uma atuação mais intensa.

O País se choca...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ GUILHERME ZAGALLO –... com as mortes causadas por acidentes rodoviários e precisa se chocar também com as mortes que acontecem praticamente diariamente em nossas ferrovias.

Já concluindo, há os problemas de comunidades que já tinham sido removidas e que vão ser novamente removidas. Agora, na duplicação. O crescimento da prostituição causado pelos acampamentos, com milhares de trabalhadores, exploração sexual de menores. Enfim, isso, que por alguns é chamado de desenvolvimento, para uma parcela da população é chamado apenas de sofrimento, é apenas uma triste realidade decorrente da convivência desses empreendimentos com um modelo que, infelizmente, torna invisíveis as dificuldades e os sofrimentos desses segmentos da população.

Concluo parabenizando a Comissão de Direitos Humanos do Senado por esta audiência, por esta iniciativa de ouvir essas vozes no dia de hoje e espero que, a partir dessa maior visibilidade, a partir da divulgação das 30 recomendações que são apresentadas pela relatoria de direitos humanos – elas normalmente são encaminhadas formalmente a cada uma das autoridades –, a partir dessas conclusões que estão no final do relatório, o Estado brasileiro possa efetivamente tomar iniciativas que revertam este quadro, hoje tão grave, de violação de direitos humanos que acontece em nosso País.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Nós queremos aqui agradecer ao Dr. José Guilherme Zagallo, representante da sociedade civil no Maranhão, também da Rede Justiça nos Trilhos, pelo trabalho que tem feito, pelo apoio que tem dado às comunidades daquela região no sentido de encaminhar todas essas violações de direitos humanos e buscar também, não sendo possível solucionar de vez, pelo menos amenizar a situação para que as famílias possam viver com pouco um mais de dignidade. Então, obrigada, Dr. Guilherme, parabéns pelo seu trabalho, por sua dedicação.

Vou conceder a palavra agora ao Sr. Edson Farias Mello, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Ministério de Minas e Energia.

O SR. EDSON FARIAS MELLO – Bom dia, Senadora e todos os presentes.

Nós agradecemos o convite para o debate. É uma obrigação do Ministério, é uma obrigação do Governo estar presente nos debates da sociedade civil, sejam eles relacionados diretamente aos impactos da lavra, de que se ocupa o Ministério de Minas e Energia, sejam eles relacionados a toda a cadeia que envolve a mineração.

Destaco dois pontos que foram apresentados aqui nas falas anteriores. Um deles remete à questão da mineração como um todo. É um debate bem maior, é importante, diz respeito ao modelo de mineração adotado não apenas no Brasil mas também no mundo. O outro ponto em questão relaciona-se especificamente à ferrovia, aos impactos ambientais e, principalmente, aos impactos sociais ao longo dessa ferrovia por onde escoa o minério de ferro.

Tem sido usual nas diversas audiências de que temos participado, assim como em outras questões que chegam ao Ministério, discutir a grande mineração. Recentemente a sociedade civil nos procurou, numa iniciativa muito importante que compartilho com todos aqui, para tratar da constituição de um grupo de diá-

logo da mineração – uma iniciativa da sociedade civil da qual nós, governo, estamos participando desde o primeiro dia, quando nos foi apresentada essa proposta. Convido-os a entrar em contato com a organização. Por enquanto a Agenda Pública, que é uma Oscip, tem feito isso pelo fato de estar iniciando, mas acho importante a participação de todos, o contraditório é fundamental para o debate. Não é possível crescer sem o contraditório e, por isso, o Ministério está apoiando essa iniciativa, estamos participando desse debate – houve três reuniões.

Quando esse grupo nos apresentou a proposta, novamente o que veio à pauta foi a grande mineração, quase sempre a mineração de ferro, porque ela realmente se destaca no noticiário. O ferro, hoje, é a principal *commodity* que nós exportamos, nós estamos entre os maiores exportadores de ferro, temos as maiores jazidas, e é um ferro de qualidade.

Em geral, não se fala da pequena mineração. Em geral, os impactos são sempre referidos, ou os bônus e os ônus são sempre referidos, à grande mineração. Mas o que representa a pequena mineração para a sociedade, seja ela brasileira ou não? O que representam os agregados para a construção civil? O que representa a argila? O que representa o calcário? Quantos são?

Ora, o representante da sociedade civil falou no volume de minério de ferro que é produzido. O volume de agregados é superior ao de ferro. O que é girado em termos de recursos financeiros, de valor, em torno dos agregados para a construção civil é superior ao ferro, mas isso não é contabilizado da mesma forma que o ferro. Não é importante dizer que 90% ou mais – esse cenário deve ter mudado, a posição que tenho é de 2004 – das pedreiras no Rio de Janeiro são feitas de modo equivocado do ponto de vista da engenharia de minas, são quase sempre paredões e não deve ser assim, deveriam ser rampas ascendentes e descendentes. Mas essa mineração é pequena, não é importante, não aparece. No entanto, ela é extremamente necessária para o desenvolvimento da sociedade.

Nós não podemos prescindir dos minérios. Quase tudo que está a nossa volta, quase tudo que estamos manuseando ou de que nos servimos tem algum produto mineral. A questão é: o modelo de mineração deve ser esse? É o que foi colocado aqui. Isso está correto? É preciso rever essa forma.

Temos um trauma histórico em função da maneira pela qual a mineração foi realizada no Brasil desde a sua descoberta, desde a sua colonização. Este é um trauma que é compartilhado por todos os brasileiros: a maneira pela qual fomos espoliados, a maneira como os recursos foram retirados, quase que a força e a fórceps. É esse modelo que nos traz um trauma, e não é uma prerrogativa apenas do Brasil. No nosso caso, ela foi violenta. Nos Andes, as populações andinas tiveram outro modelo, porque o indígena brasileiro, o aborígene brasileiro, não era minerador, mas aqueles que estavam no Peru e no Chile eram. Hoje temos uma realidade de impacto social na mineração na região andina diferente do brasileiro, porque a comunidade indígena foi mineradora. Quando os espanhóis chegaram, encontraram populações que faziam mineração, e elas reclamam o direito hoje de continuar exercendo essa atividade, os indígenas da Cordilheira dos Andes como um todo.

Ora, a questão da mineração, volto a dizer, é um debate importante, acho que deveríamos ter uma audiência para debater o modelo da mineração. Em 1965, um economista nos Estados Unidos, Michel Porter, escreveu um artigo no qual colocava: “A maneira como os economistas tratam a questão ambiental, como externalidade, deveria ser revista”. Por quê? A questão ambiental era sinônimo de competitividade, ela teria que ser, na realidade, uma internalização e não uma externalização, a questão do fluxo de caixa ou qualquer outro.

O fato é que a questão social, que sempre esteve à margem do processo, hoje já não está mais, e essa é a questão que está aqui. Antes de vir, eu levantei junto ao DNPM, porque é competência do Ministério de Minas e Energia a concessão e, então, é competência do Ministério de Minas e Energia a lavra. Eu levantei junto ao DNPM qual a situação de fiscalização nas minas da Vale: não existe problema. Qual é a questão com relação às normas de saúde e segurança no trabalho, porque é da competência também do Departamento Nacional de Produção Mineral, que é ligado ao Ministério de Minas e Energia, a fiscalização – é a Norma NR 22. Eu perguntei como foi a fiscalização. Está perfeita, e a Vale, na realidade, segue padrões internacionais, que são mais exigentes do que a NR 22. De modo que, se fizermos, então, uma busca quanto à maneira pela qual a empresa vem atuando do ponto de vista das obrigações do Ministério e das suas coligadas, nós não vamos identificar problemas, mas não há como virar as costas aos depoimentos aqui, não há como deixar de discutir, de refletir, sobre a questão da responsabilidade social corporativa, da responsabilidade social das organizações e não apenas da Vale, mas também das organizações dos Estados do Maranhão e do Pará, porque a responsabilidade é compartilhada.

A questão está: a responsabilidade social... Existe uma norma, a NR 16.000, que é esplendorosa. Eu estudei essa norma, ela veio como 26.000 e, agora, como 16.000. A 16.000 é certificadora; a 26.000 não

era, era voluntária. Essa norma, se estivesse sendo cumprida, em grande parte, em grande medida, esses problemas não estariam acontecendo. Mas elas são, de fato, utilizadas...

Há um problema que é claro, é flagrante, é identificado aqui: a maneira pela qual a empresa – é o que se depreende dos depoimentos – entrou na região com seu projeto de escoamento do minério não foi adequada. A sociedade não teve envolvimento, e o envolvimento da sociedade é fundamental. Esse é um ponto que acho que o Ministério deveria estar discutindo, ou seja, estou me referindo à questão das responsabilidades sociais, que não é competência do Ministério de Minas e Energia num primeiro momento, mas que não deixa de ser uma competência de todos aqueles que estão envolvidos com a atividade de mineração em função de suas atribuições, mas sobretudo em função da atividade – embora 4% do PIB possa não parecer importante, quando somados aos pequenos produtores, vemos que não é bem assim não e que a relevância da atividade é muito grande.

Eu concluo dizendo que não é possível tomar sopa sem sujar o prato e tampouco sem ter o prato que tem um bem mineral.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Edson Farias Mello, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Ministério de Minas e Energia, pelas informações.

Quero dizer que, com certeza, nós precisamos fazer um debate. O Congresso Nacional realmente precisa fazer um debate, até porque já está aqui no Congresso Nacional o marco regulatório da mineração. Então, fazer um debate sobre esse modelo da mineração é de fundamental importância, inclusive do ponto de vista dos direitos humanos, para que nós possamos realmente construir uma forma de convivência que não prejudique o desenvolvimento, mas também que não prejudique a vida das famílias tirando sua alegria de viver, porque viver sem qualidade de vida não é digno do ser humano.

Vou conceder a palavra agora ao Sr. Eugenio Pio Costa, Coordenador Geral de Transportes, Mineração e Obras Civis do Ibama, também por um tempo de dez minutos – se for necessário ampliamos por mais três.

O SR. EUGENIO PIO COSTA – Bom dia a todos. Eu quero agradecer o convite da Senadora e a todos os presentes quero cumprimentar em nome do Ibama.

Eu trabalho no licenciamento ambiental, especificamente no licenciamento ambiental da ferrovia e da parte de mineração, isso está sob minha responsabilidade. Vou falar um pouquinho sobre o licenciamento ambiental e, neste caso especificamente, eu tratei mais do S11D, mas posso dar algumas informações também sobre o licenciamento ambiental da ferrovia.

Nós não devemos nos esquecer que a atividade de mineração é de alto impacto sobre o meio ambiente, ela causa impacto no meio físico, no meio biótico e no meio socioeconômico. Portanto, temos que estar muito atentos a ela.

Especificamente no caso da S11D, o meio socioeconômico, existe um Plano de Sustentabilidade Econômica que abrange nove programas que se desdobram em diversos projetos. Ele tem como principal objetivo garantir meios para o desenvolvimento das condições socioeconômicas locais no contexto da implantação do empreendimento propondo ações relativas à geração de emprego, renda e melhorias da qualidade de vida da população residente de forma sustentável a médio e longo prazo.

Aí está um resumo de todos os programas que nós temos lá especificamente para a área de mineração. Há o Programa de Atendimento e Proteção Social do Migrante; o Programa de Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos; o Programa de Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico Local; o Programa de Apoio à Gestão Pública; o Programa de Capacitação e Formação de Mão de Obra; o Programa de Saúde e Segurança; o Programa de Comunicação Social e Informação Socioambiental; o Programa de Ação Social às Comunidades de Interesse; e o Programa de Educação Ambiental.

Esses programas têm por objetivo... Foi identificada a necessidade dos programas no âmbito do estudo de impacto ambiental que foi realizado, nas discussões, nas audiências públicas que foram realizadas a propósito desses empreendimentos e também das demandas que ocorrem por meio, inclusive, de ações do Ministério Público e da própria Justiça, que nos cobram.

Então, nós temos procurado dar todos os esclarecimentos à sociedade e à Justiça, ao Ministério Público, no intuito de, se houver necessidade de correção, de melhoria nos programas, o Ibama estar sempre atento a isso.

No caso desse programa específico do migrante, um projeto de apoio à criação de um centro de atendimento ao migrante, a intenção é apoiar o poder público local para a criação de espaço físico no programa. O projeto de apoio à capacitação socioassistencial visa apoiar a gestão pública por meio da capacitação de profissionais para atendimento social ao migrante e a pessoas em situação de risco pessoal e social. O projeto de apoio à instalação logística de atendimento visa facilitar o acesso dos migrantes.

Nós temos que ter em mente que, quando se abre uma grande área de mineração, uma grande frente de trabalho desse tipo, além de procurar profissionais que você quer que trabalhem, outras pessoas vêm junto, e essas pessoas precisam de apoio, precisam de monitoramento quanto a sua situação e precisam ser inseridas no mercado de trabalho para dar qualidade àquela sociedade que existe naquele ambiente.

Esse é um programa de monitoramento de indicadores socioeconômicos. Trata-se de identificar aspectos da dinâmica socioeconômica do Município de Canaã do Carajás, local de instalação do projeto de ferro, de modo a compreender as possíveis alterações e seus elementos causadores. Essa condição possibilita apoiar a potencialização de fatores positivos decorrente da presença do projeto e a diminuição de fatores negativos. Os projetos de mineração não vão trazer só benefícios, eles trazem problemas, problemas que são grandes. Então, é um desafio. Há duas coisas. Uma você consegue tratar no âmbito do licenciamento relacionado aos impactos diretos e indiretos do empreendimento. Outra diz respeito às políticas públicas do governo que fogem ao licenciamento.

O colega de mesa já falou que houve um fracionamento do licenciamento ambiental. Infelizmente, hoje a nossa legislação, a 6.938, a Lei Complementar nº 140 e a própria Constituição, já estipula o que tem que ser feito, e o licenciamento é tratado, infelizmente, de forma pontual. O ideal seria que esse processo acontecesse antes de todos os projetos, quando da elaboração de planos do governo, planos e programas governamentais teriam que ser discutidos anteriormente, mas hoje tudo é discutido no licenciamento ambiental. Quando é apresentado para nós, no Ibama, nós avaliamos aquele projeto e tratamos dele. Nós conseguimos ainda associá-lo com outros empreendimentos que já existem em determinada região, mas não é possível associá-lo com alguma coisa que o governo está pensando para daqui a dez anos, algo que o Estado está pensando para um desenvolvimento futuro. Algumas coisas devem ser discutidas anteriormente e não somente no licenciamento ambiental. Nós acabamos discutindo dentro do licenciamento algumas coisas, mas não conseguimos abranger o todo.

O Programa de Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico Local objetiva o desenvolvimento de alternativas e oportunidades de geração de renda, priorizando a pequena produção e o abastecimento alimentar, com estímulos à diversidade econômica e a fixação da população na área rural. Esse é um programa de apoio. A minha obrigação... Isso foi identificado nos estudos ambientais apresentados ao Ibama, e eu tenho que cobrar isso no meu licenciamento, senhores. Então, esses programas, eu cobro do empreendedor. Eu vim aqui para explicar como age o setor de licenciamento e vim defender o licenciamento ambiental como está sendo feito. Então, essa é minha obrigação aqui. Eu cobro esses programas no âmbito do licenciamento ambiental.

Programa de Apoio à Gestão Pública: viabilizar a aquisição pelo poder público de instrumentos e recursos que garantam infraestrutura básica adequada, habitação, água, resíduos sólidos, equipamentos e serviços diante do cenário estimado de crescimento populacional com a implantação do projeto. Destacam-se alguns objetivos específicos do programa: criar suporte técnico e legal a fim de possibilitar à Prefeitura de Canaã do Carajás a elaboração de um plano municipal de saneamento básico; apoiar a elaboração pela prefeitura de um plano municipal de resíduos sólidos; apoiar a criação de um plano de segurança pública e a constituição de um conselho de segurança municipal; apoiar o planejamento e a reivindicação da ampliação da oferta de energia no Município visando suprir futuras demandas; apoiar a prefeitura municipal na elaboração de projetos voltados à cultura, esporte e lazer, com a criação de eventos esportivos e campanhas de incentivo à prática de esportes.

Programa de Capacitação e Formação de Mão de Obra: visa aumentar o aproveitamento de trabalhadores locais promovendo o acesso da população local às oportunidades de trabalho geradas pelo projeto e outros empreendimentos previstos para a região, aumentando a competitividade, capacitação profissional da população economicamente ativa de Canaã.

Então, estão aí falando que tem que realizar cursos, utilizar as parcerias locais, contribuir para o fortalecimento de uma base de dados do Cimi, com a disponibilização de mão de obra local, fortalecendo as iniciativas do poder público. Após as obras de implantação do projeto, potencializar o reaproveitamento dos trabalhadores em outros empreendimentos da região.

Esse programa está dividido em outros dois subprogramas: Saúde e Segurança do Trabalhador; e Saúde Comunitária. Então, eles têm uns apoios que nós cobramos no âmbito do nosso licenciamento.

Programa de Comunicação Social e Informação Socioambiental: o intuito geral do programa é promover a informação e a comunicação permanente, transparente e as comunidades do entorno, atingindo todos os atores envolvidos no empreendimento e possibilitando o fortalecimento das iniciativas de diálogo entre a empresa e seus entes públicos de relacionamento.

Então, nesse programa social, o que a gente pede é a empresa tenha a obrigação de ouvir todos daquele

ambiente, que vivem ali. Toda sociedade tem o direito de ser ouvida e o Ibama está aí para ouvir a todos.

Programa de Ação Social nas Comunidade de Interesse: contempla os planos, programas e ações em execução e previstos para a Vila Mozartinópolis e o Projeto de Assentamento Cosme e Damião, conhecido como Sol Nascente, localizadas situadas nas áreas de influência direta do projeto, que vem passando por transformações sociais e econômicas de maior intensidade.

Então, hoje, são áreas fortemente impactadas pelo empreendimento, pela presença ou aumento da população, e que têm demandas por serviços públicos que têm de ter toda uma atenção especial.

Programa de Educação Ambiental: o objetivo é desenvolver ações educativas de caráter ambiental com empregados da Vale, das empresas contratadas e com as comunidades impactadas pela implantação do projeto.

Tal medida visa ampliar o potencial dos impactos positivos, minimizar e neutralizar impactos negativos. Sobre a estrutura social, reduzir a pressão sobre os ecossistemas, especialmente nas áreas de influência direta do empreendimento.

Então, esse é um programa importante para nós.

Eu gostaria apenas de fazer algumas considerações, porque falamos dessa compensação financeira pela exploração dos recursos minerais, os *royalties.* Hoje, esses *royalties* recolhidos são distribuídos em 65% para os Municípios; 23% para os Estados e 12% para a União.

Aí temos os valores de arrecadação que nós obtemos junto ao DNPM. Foi o que conseguimos obter com eles, o que foi arrecadado em 2011; quanto à previsão para 2012, eu não consegui o número consolidado. E existe uma negociação entre a Vale e o DNPM de pagamento de valores devidos anteriormente. É uma coisa mais antiga que será paga ao Governo Federal.

Existe o novo marco regulatório da mineração, que está sendo discutido e que propõe a criação de agências de mineração, atualiza o Código de Mineração e dispõe sobre a compensação financeira. É uma nova distribuição desses recursos, e nós já participamos de outra audiência tratando desse assunto nesta Casa.

Disponibilização de EIA/Rima: como foi feita a disponibilização ao Público, como foi divulgado. As audiências públicas que foram divulgadas para ouvir a sociedade. Essas são as informações.

Estou aqui representando o Presidente do Ibama, o Dr. Volney Zanardi Júnior. A minha chefe é a Drª Gisela Damm Forattini, que é a Diretora de Licenciamento Ambiental. Então, os nossos dados estarão disponíveis.

Posteriormente, quem quiser entrar em contato conosco, estamos à disposição.

Eu gostaria apenas de falar um pouco sobre a Estrada de Ferro Carajás. Temos uma dificuldade grande, que não é uma coisa exclusiva do Brasil. Todas as ferrovias têm passagens irregulares. A ANTT e nós mesmos do Ibama cobramos muito tentar regularizar essas passagens.

Com relação ao Sr. Justo, que fez algumas ponderações aqui, nós já aprovamos no âmbito do Ibama a construção de algumas passagens discutidas com algumas populações dessas. Eu só não sei se já começaram a ser instaladas. Se as obras já começaram. Mas eu lembro que já tinham sido tratadas algumas passagens que foram definidas para melhorar a vida dos senhores.

Com relação ao licenciamento, foi uma observação de que não foi exigida a EIA/Rima. Eu explico aos senhores que o estudo ambiental não foi simplificado. Ele foi um estudo complexo como o EIA/Rima. No EIA/Rima o objetivo é você discutir principalmente alternativa locacional e tecnológica.

Eu estou duplicando uma ferrovia na faixa de domínio dessa ferrovia. Então, eu não tenho alternativa de duplicação. A duplicação será feita na faixa de domínio dessa ferrovia. Com relação à alternativa tecnológica, não houve mudança na tecnologia do modelo construtivo. Na época, o Ibama optou por não se fazer nesse caso o EIA/Rima especificamente. Já foi explicado, têm sido dadas todas as explicações necessárias que têm sido solicitadas pelo Ministério Público e pela Justiça, no intuito de esclarecer essa decisão da Casa.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Eugenio Pio Costa, Coordenador Geral de Transportes, Mineração e Obras Civis do Ibama.

Após ouvirmos todos os nossos convidados, ao menos um dos encaminhamentos é fazermos o encaminhamento formal deste relatório Dhesca, com as recomendações, acompanhado das notas taquigráficas desta audiência pública, para a Casa Civil; a Secretaria de Relações Institucionais do Governo Federal; a Secretaria Geral da Presidência da República; o Ministério das Minas e Energia – embora nós tenhamos uma representação, nós vamos deixar com vocês, as entidades é que entregarão, mas vamos fazer formalmente para o Ministro das Minas e Energia –; o Ibama – apesar de o Sr. Eugenio receber o relatório aqui hoje, mas encaminharemos formalmente, com ofício da Comissão de Direitos Humanos; o Incra; a Fundação Palmares; e também o Ministério Público.

Em princípio, isso o que iremos fazer, mas eu quero aqui combinar com vocês o encaminhamento. Nós gostaríamos aqui de abrir um debate, passar novamente para que a Mesa faça as suas considerações finais, mas, em função do tempo, não teremos essa oportunidade hoje. Mas quero solicitar a vocês que permaneçam aqui, após o termino oficial desta audiência pública, para que, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, continuemos dialogando e definindo conjuntamente os próximos encaminhamentos que faremos.

Não se pretende se esgotar esse debate aqui hoje, não é esse o nosso desejo, o desejo da Comissão de Direitos Humanos. Já tivemos oportunidade de, em outros momentos, ouvir a Rede Justiça nos Trilhos; ouvirmos diversos representantes e sabemos que a situação merece uma atenção muito maior.

Então, a realização desta audiência pública é apenas uma atividade. Mas nós precisamos dar sequência a esse debate de outras maneiras, de outras formas. Talvez até marcando audiências com alguns Ministros para que possamos dialogar melhor sobre o tema.

Eu me coloco inteiramente à disposição para fazer os devidos encaminhamentos, mas peço a vocês gentilmente que permaneçam aqui mais um tempo, para que possamos dialogar e fazer conjuntamente esses encaminhamentos que precisamos tomar.

Para finalizar mesmo, vou pedir licença a todos e concederei a palavra apenas à Relatora, a Srª Cristiane Faustino, que, no prazo máximo de 3 a 5 minutos, no máximo, em nome de toda a Mesa, possa fazer as considerações finais.

O SR. CRISTIANE FAUSTINO – Bom, como eu disse no começo, é muito difícil selecionar, porque são muitas questões, mas eu queria trazer alguns elementos; são tantos, mas acho que alguns elementos são fundamentais.

O primeiro deles é nós compreendermos que existe um desencontro muito grande entre o discurso do desenvolvimento e a realidade dos territórios onde acontece a atividade.

Por exemplo, Parauapebas, Município onde estão as minas, tem o segundo maior PIB do Pará, mas faltam políticas básicas como saneamento, saúde, segurança e educação e 70% da população são negras. No mapa da pobreza e das desigualdades do IBGE, dados de 2011, apenas 38% dos domicílios do Município tinham saneamento nas habitações. O transporte público é precário e as enchentes são comuns e há um alto índice de violência urbana.

Para vocês terem uma ideia, no período de 3 meses, de 29 de junho a 19 de julho, 21 pessoas foram assassinadas. E quando falamos deste tipo de violência temos de lembrar que as principais vítimas são as pessoas negras, principalmente a juventude negra.

O Município de Marabá, segundo o Mapa da Violência, é a cidade mais violenta do Pará e a terceira mais violenta do Brasil. O Estado do Maranhão tem o segundo pior IDH, e Açailândia, onde passa a estrada também, onde estão as siderúrgicas, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, está entre os 15 Municípios com os maiores índices de vulnerabilidade juvenil e violência.

Então, penso que temos de notar que há alguma coisa errada aí. Existe uma distância entre o discurso e a realidade dos territórios. Por exemplo, quando chegamos ao território, o nível de vulnerabilidade e de dependência dessas comunidades compromete inclusive a autonomia para negociar com a empresa.

Existe hoje uma grande dependência das comunidades em relação à empresa e uma ausência muito forte do Estado, no que se refere às políticas básicas. Esse é um fator que desde já compromete muito os direitos humanos e situa as comunidades em uma situação de dependência.

Uma outra coisa – e vou falar bem ligeiro – é que também se deve refletir que a atividade de mineração é uma coisa que passa. No caso do Corredor Carajás, quando se iniciou a extração nos anos 80, havia uma previsão de que as minas durariam 400 anos. Com o nível de extração extremamente intenso – são 110 milhões de toneladas que aumentarão para 230 milhões de toneladas, por ano –, há uma redução dessa previsão: de 400 anos para 111 anos. Ou seja, a mina só dura mais 80, o que significa pelo menos 70% menos do que o previsto.

A gente tem que se perguntar o que acontecerá com os Municípios altamente dependes da mineração.

Com relação aos licenciamentos, acho que é grave, porque você tem uma amarração da sociedade em relação às necessidades da atividade. O projeto não é só a mina, não atinge só Canãa dos Carajás. Quando o Estado licencia a mina, está dizendo que também vai garantir todo o processo do incremento da infraestrutura logística. Se é licenciada parte da estrada de ferro, está dizendo que vai licenciar as outras partes.

Não faz sentido haver um aumento intensivo da exploração sem ter como escoar. Então, o licenciamento nesse sentido, a nosso ver, parece mais um processo burocrático, que pouco considera as questões sociais, ou considera em um lugarzinho social, onde será resolvido pela responsabilidade social ambiental.

Aí temos de saber que, em um contexto de extrema desigualdade e ausência, a responsabilidade social empresarial não tem a menor condição de resolver o problema das comunidades. Pelo contrário, tem servi-

do, no caso em questão, para promover a empresa e para aumentar o nível de dependência e comprometer o exercício de autonomia das comunidades.

A Vale tem, inclusive, interferido nos processos de educação, uma forma extremamente perversa, porque interfere na construção cognitiva das crianças, direcionando o raciocínio e a aprendizagem para uma atividade que é extremamente insustentável, incapaz de garantir a inserção da juventude de uma forma definitiva e sustentável nesse mercado de trabalho.

Então, uma outra coisa importante no processo de licenciamento é que os conhecimentos e a experiência, o depoimento das comunidades impactadas é completamente secundarizado. Não é considerado como coisa importante.

Você vive há 30 anos em um território, você pesca a 30, 20, 200 anos, e quando você fala dos problemas que você enfrenta, não é considerado significativo ou legítimo. O Estado e a empresa, mas principalmente o Estado, privilegia a pesquisa, o cientificismo. É uma perspectiva cientificista que desconsidera a realidade do cotidiano.

Então, isso é algo muito perverso, porque você vai retroalimentando a ideia de que os segmentos impactados têm menos importância e menos coisa a dizer. Então, você vai recrudescendo o racismo, você vai recrudescendo o genocídio e você vai recrudescendo as tendências de segregação racial nos centros urbanos, geradas em torno da mineração.

Há muitas coisas a serem discutidas. O Estado não pode, de jeito algum, pensar o Plano Nacional de Mineração, pensar o marco legal sem considerar essas coisas, ditas por várias vezes pela população, pela sociedade organizada.

Fazer isso sem considerar essa realidade é negligenciar os direitos humanos, é ter uma perspectiva que descola as políticas estruturantes das conquistas democráticas e uma perspectiva extremamente antidemocrática.

Então, tem de haver uma reviravolta, sim.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

Obrigada, Cristiane Faustino, Relatora da Plataforma Dhesca pelo direito ao meio ambiente, pela clareza, pela forma como relatou aqui. Embora o tempo não tenha sido suficiente, teremos possivelmente outras oportunidades.

Quero agradecer também ao Sr. Justo Evangelista Conceição, representante das comunidades quilombolas do Maranhão, que falou com muita clareza sobre a realidade que vive as comunidades. Quero também agradecer ao Dr. José Guilherme Zagallo, representante da sociedade civil do Maranhão e também Rede Justiça nos Trilhos. Agradeço profundamente ao Sr. Edson Farias Mello, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Ministério de Minas e Energia. Agradeço também o Sr. Eugenio Pio Costa, Coordenador Geral de Transportes, Mineração e Obras Civis do Ibama.

Quero lamentar aqui a ausência da Vale e a ausência do Incra, que foram convidados para estarem presentes aqui conosco.

O SR. CRISTIANE FAUSTINO – Estávamos sugerindo que se acrescente a essa lista de locais para onde vão o relatório e as recomendações a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); a DPU; o BNDES e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Deve haver tantos outros, mas, na reunião, diremos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Obrigada, Cristiane.

Quero também agradecer a presença do Cimi, da Justiça Global e, mais uma vez, por meio do Pe. Dário, da Justiça nos Trilhos.

Conforme combinamos, vamos encerrar esta audiência pública, agradecendo a todos e a todas, dizendo que esta Comissão se coloca inteiramente à disposição, não só das entidades, das comunidades, mas também à disposição dos representantes que aqui estão, do Ministério da Justiça e também do Ibama e de outros órgãos governamentais, para que possamos aqui manter um diálogo que busque realmente contribuir no processo de solução desses problemas.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião, reforçando o convite para que vocês permaneçam aqui, para que possamos dialogar no sentido da construção de novos encaminhamentos com relação a esta audiência.

Muito obrigado e um bom dia a todos.

(Iniciada às 8 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 50 minutos.)

ATA DA 65ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 10 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a pre-

sença do Senhor Senador Paulo Paim. Os Senadores João Capiberibe, Cristovam Buarque, Eduardo Lopes e Humberto Costa justificam suas ausências. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 101 de 2013, aprovado em 20/11/2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: "*25 anos da Fundação Palmares em Defesa dos Direitos Humanos e 10 anos da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – SEPPIR".* O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados e convida-os a tomarem lugar à mesa. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e concede a palavra ao jovem estudante Kiluanji Graciano Inocêncio, que faz a leitura de uma redação. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: José Hilton Santos Almeida, Presidente da Fundação Palmares; Carlos Moura, Ex-Presidente da Fundação Palmares; Rosane da Silva Borges, Conselheira do Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial – CNPIR. O Senhor Presidente concede a palavra a quatro pessoas presentes no plenário da Comissão, nesta ordem: Miriam Pacheco, Vereadora de Itaguaí – RJ; Nelson Inocêncio, Coordenador do Núcleo de Estudos Afro Brasileiros da Universidade de Brasília – UnB; Cícera Morais, chefe de gabinete da Deputada Benedita da Silva; Josefina Serra dos Santos, advogada; e Américo Córdula, Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. Em seguida, o senhor Presidente permite a exibição do vídeo institucional "*SEPPIR – 10 Anos Promovendo a Igualdade Racial*", exibido diretamente do link http://www.youtube.com/watch?v=CN69jv1lM1A, do sítio Youtube, na internet, de duração de 13 minutos. Após a exibição do filme da SEPPIR, o Senhor Presidente concede a palavra à Ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; e à Ministra Marta Suplicy, Ministra de Estado da Cultura. A Deputada Federal Benedita da Silva justifica sua ausência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora Ana Rita

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 65ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 101, de 2013, da CDH, de nossa autoria e de outros, aprovado em 20 de novembro de 2013, para debater o tema "25 anos da Fundação Palmares em defesa dos direitos humanos e 10 anos da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial".

No evento de hoje, nós convidamos para que estejam conosco a Ministra Marta Suplicy, do Ministério da Cultura; a Ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); José Hilton Santos Almeida, Presidente da Fundação Palmares; Sérgio Pedro da Silva, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial; Carlos Moura, ex-Presidente da Fundação Palmares. Também foram convidados, mas não confirmaram presença, a Deputada Federal Benedita da Silva e outros.

Eu solicito o texto de abertura que eu havia combinado com as minhas assessoras. O texto ainda não chegou aqui à mesa. Já são 10h13. Vamos lá?

Nós estamos fazendo a abertura para ganhar tempo, já que a TV Senado está à nossa disposição. Logo em seguida, nós vamos formatar a Mesa com os nossos convidados.

Senhores e senhoras, o dia de hoje é um dia muito importante. Ao requerer a realização desta audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, o fiz em homenagem aos 25 anos da Fundação Cultural Palmares e aos 10 anos da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República). Tivemos o cuidado de não nos ater somente e exclusivamente à palavra "comemoração". Preferimos utilizar também a palavra "debate", pelas razões de que trataremos mais à frente, no requerimento que encaminhei a esta Comissão. Não existe a menor dúvida de que essas duas datas – os 25 anos da Fundação Palmares e os 10 anos da SEPPIR – devem ser exaustivamente festejadas. Afinal, todos aqui sabemos que o trabalho desenvolvido até agora pelas duas entidades tem sido exemplar.

Criada em 22 de agosto de 1988, a Fundação Palmares atua com enorme determinação no combate ao racismo, na promoção da igualdade racial e na valorização, preservação e difusão da cultura negra. Para cumprir tão importante missão, desenvolve ações que vão desde a certificação das áreas quilombolas até a

preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro, material e imaterial, cuidando ainda da divulgação desse mesmo patrimônio no Brasil e no exterior.

Eu tive a alegria, ainda lá atrás, na época da Constituinte, por uma iniciativa do Presidente Sarney, de ter sido um dos que ajudou a aprovar o projeto. Na época, éramos quatro Parlamentares negros: eu, o Caó, o Edmilson e a Benedita. Por iniciativa do Presidente Sarney, foi encaminhado um projeto criando então a Fundação Palmares. Tivemos a alegria de ajudar nessa construção. Inclusive, o primeiro Presidente da Fundação Palmares, se não me engano, é o Carlos Moura. Foi nosso amigo Carlos Moura, que deve estar presente aqui no dia de hoje – pelo menos ele confirmou.

Quanto à SEPPIR, criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei nº 10.678 do mesmo ano, o que se pode dizer é que vem tendo um desempenho igualmente positivo, seja no combate à discriminação racial ou étnica, seja na formulação, coordenação e articulação de políticas de diretrizes para a promoção da igualdade racial, com destaque para as ações afirmativas.

Eu tenho a alegria de dizer que fui o Relator do projeto que deu à SEPPIR *status* de Ministério. Como Relator, fiz a defesa em plenário, ganhamos por dois votos – quase perdemos para que a SEPPIR tivesse *status* de Ministério. Ganhamos por dois votos. Sem sombra de dúvida foi um momento fundamental. Ninguém mais questiona as razões mais do que eficientes para se atribua a esta audiência pública caráter de comemoração. Até porque as duas instituições homenageadas, ao longo desse período em que realizam seus laboriosos trabalhos, contribuíram decisivamente para outro passo importante, que foi dado no sentido de promover a justiça racial em nosso País.

Refiro-me, aqui, à Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, o Estatuto da Igualdade Racial, do qual tive o orgulho de ser o autor e depois de muito, muito, muito pelear aqui no Congresso, ele se transformou em lei. Aqui, a Fundação Palmares como a SEPPIR cumpriram papel fundamental, ajudando na articulação, na discussão e na defesa do Estatuto da Igualdade Racial, que ficou em debate aqui na Casa por mais de 15 anos. Na verdade, eu comecei a debatê-lo logo após o fim da Assembleia Nacional Constituinte. Terminada a Assembleia Nacional Constituinte, o grande lance – não é meu amigo Carlos Moura, que chegou a tempo, parceiro de longa jornada? – foi irmos à Africa do Sul, por decisão da Assembleia Nacional Constituinte, exigir a libertação do Mandela. E foi baseado na carta da Winnie Mandela, que eu recebi em mãos, que, depois discutindo, enfim, com o Movimento Negro e com aqueles que amam a liberdade e a justiça, nós apresentamos o Estatuto há mais ou menos 25 anos, época da Constituinte, e hoje é lei.

Enfim, todos nós nos orgulhamos de haver participado do processo que culminou com a aprovação desse instrumento legal, que é fundamental, e no dia de hoje podemos dizer que temos um instrumento que impulsiona e dá sustentação às políticas públicas.

Vinte e nove de maio de 2003, lembrando aqui, foi a data que apresentamos o Estatuto no Senado, mas já o havíamos apresentado, há quase 20 anos, na Câmara dos Deputados.

Ao fazer essa rápida introdução... Agora nossos convidados já estão aqui. Tenho a certeza de que a audiência pública de hoje será fundamental não só para fazer uma homenagem à Fundação Palmares e à SEPPIR, mas também para aprofundarmos o debate sobre um tema tão importante, que é combater todo tipo de preconceito.

A partir das discussões aqui travadas, temos a certeza de que poderemos adquirir uma visão maior e mais abrangente, com certeza, desse tema tão importante para a sociedade brasileira e eu diria até em nível mundial.

Assim, damos início à audiência para comemorarmos os 25 anos da Fundação Palmares e os 10 anos da SEPPIR.

Vamos, de imediato... Há uma sugestão, enquanto os nossos convidados chegam à Mesa, que o jovem Kiluanji Graciano Inocêncio faça a leitura de um texto sobre a juventude negra e cultura. É isso, Graciano? Vou falar Graciano, porque é mais fácil a pronúncia – a escrita é uma e a pronúncia é outra. Eu sei que o certo é a pronúncia. Então, para acertar, fico com Graciano.

Graciano, por favor.

Enquanto isso, nós esperamos que os nossos convidados todos cheguem.

Quero só lembrar que o José Hilton Santos Almeida, Presidente da Fundação Palmares, já está aqui à mesa. Peço uma salva de palmas para ele. *(Palmas.)*

Aqui está, neste momento, o atual Presidente, com quem temos conversado muito. Foi ele quem praticamente pediu este momento, e nós atendemos, encaminhando o requerimento.

Temos aqui conosco também o primeiro Presidente da Fundação Palmares, nosso jovem lutador de sempre, Carlos Moura.

Peço uma salva de palmas também para o Moura. *(Palmas.)*

O nosso querido Graciano fará a leitura enquanto os nossos outros convidados estão chegando.

O SR. KILUANJI GRACIANO INOCÊNCIO – Antes de mais nada, bom dia a todas e a todos.

Eu, Kiluanji Graciano Inocêncio, adolescente negro, hoje com quinze anos de idade, venho a público expor algumas preocupações que, acredito, sejam minhas e da maioria dos jovens negros deste País.

Atualmente alimento sentimentos contraditórios, pois, ao mesmo tempo em que vejo com entusiasmo os primeiros efeitos das ações afirmativas, fico deprimido com a violência que afeta diretamente a juventude negra. Sempre que saio de casa, meus pais me perguntam se estou com minha carteira de identidade. Nunca dei muita atenção a esse detalhe, mas eles insistem, explicando que uma pessoa como eu, na rua, sem documentos, é um alvo mais fácil para a diversão de policiais acostumados a lidar com estereótipos.

A impressão que tenho é a de que as políticas públicas para a população negra foram capazes de provocar, entre seus adversários, as reações mais violentas possíveis. Custa-me acreditar nas razões que me levam a ter mais chances de ser assassinado do que um jovem branco – não que eu desconheça o racismo. O que incomoda é o fato de ele ser tão eficiente. Para mim e para aqueles e aquelas que se parecem comigo não resta alternativa senão procurarmos nos fortalecer. Nesse sentido, estou certo de que a nossa cultura é um elemento importante, capaz de alimentar nossas identidades, enchendo-nos de orgulho para o enfrentamento desse terrível momento.

A juventude negra quer a garantia do bem mais precioso que os seres humanos podem ter, que são suas próprias vidas.

Que a minha fala possa representar o desejo da segunda população negra do mundo na luta por respeito e dignidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Graciano.

Eu informo mais uma vez que nós estamos iniciando a nossa audiência pública no horário previsto, 10 horas.

A Ministra Marta Suplicy informa que, por motivo de voo, atrasou, mas virá. Deverá chegar em torno de 11 horas.

A Ministra Luiza Bairros, devido a compromisso assumido, está se deslocando para cá. Teve uma agenda pesada hoje pela manhã, mas já está chegando também.

Como está presente conosco, e eu pediria que sentasse aqui, depois fazemos as mudanças, o Presidente da Fundação Palmares, querido amigo José Hilton Santos Almeida, que foi, repito, quem mais me ligou e insistiu para a gente fazer a agenda, essa agenda de hoje. E eu disse: com muita alegria vou marcar uma data.

Já agradeço à Senadora Ana Rita, que também, por sua vez, desmarcou um outro evento para garantir este no dia de hoje.

De imediato, passo a palavra para suas considerações, pelo tempo de dez minutos mais cinco e, se necessário, vinte minutos, ao meu amigo Presidente da Fundação Palmares, José Hilton Santos Almeida.

O SR. JOSÉ HILTON SANTOS ALMEIDA – Bom dia, gente negra brasileira. Bom dia, povo brasileiro.

Inicio saudando o Senador Paulo Paim, já agradecendo por esta audiência, e, com alegria, também o primeiro Presidente da Fundação Palmares, nosso querido Carlos Moura. Saúdo também a todos e todas, principalmente aqui as duas equipes: a equipe da Seppir e a equipe da Fundação Cultural Palmares, parceiros que somos desde quando aqui chegamos, para não citar datas.

Eu quero só dizer uma coisa, que para mim é muito importante. Eu sei falar, mas eu não sei botar no papel as coisas que eu penso. Então eu sempre peço a alguma pessoa que sabe colocar, tirar da minha cabeça ou desse pensamento de gestão que nós temos para colocar, e eu peço uma salva de palmas a Rosane Borges por ter escrito este texto que vou ler. (*Palmas.*)

Como já amplamente divulgado, este ano de 2013 marca os 25 anos da Fundação Cultural Palmares, uma vinculada do Ministério da Cultura. No decurso das nossas bodas de prata, somos instados, como era de se esperar, a repensar os caminhos trilhados até o momento e a projetar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Ministra Luiza Bairros chega neste momento. Então, é com alegria que eu convoco, convido e a chamo para a mesa. Uma grande salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ HILTON SANTOS ALMEIDA – A Ministra quer que eu comece?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode começar.

O SR. JOSÉ HILTON SANTOS ALMEIDA – Como já amplamente divulgado, este ano de 2013 marca os 25 anos da Fundação Cultural Palmares, uma vinculada do Ministério da Cultura. No decurso das nossas bodas de prata, somos instados, como era de se esperar, a repensar os caminhos trilhados até o momento e a projetar trajetórias entre as várias rotas possíveis. Entre o balanço dos 25 anos de história desta Fundação e o vislumbre de sua ação política para os próximos anos, algumas questões ganham caráter irrevogável porque essenciais para que as políticas públicas endereçadas às culturas negras convertam-se, efetivamente, em um mecanismo capaz de transpor as assimetrias sociais.

Dois enunciados basilares dão fundamento a esse princípio: o primeiro diz respeito ao papel nuclear da cultura para a emancipação dos indivíduos e da sociedade e o segundo concerne à presença capilar das culturas negras no Brasil, fundante da Nação. Embora pacíficos, esses enunciados nem sempre encontram correlação nos desdobramentos imediatos das políticas culturais. Impõem-se, em muitos casos, barreiras e obstáculos que impedem que a cultura seja vista como um vetor majoritário para a promoção do desenvolvimento do País. Reduz-se a dimensão abrangente da cultura, em seu papel prioritário de instituir o humano, a um fazer pontual, deslocado de complexidade e singularidade. Como poderemos promover o desenvolvimento do País se ainda nos deparamos com tais crenças? De que modo as chamadas culturas negras poderão figurar como uma categoria indispensável para a transposição das desigualdades no Brasil?

A reversão deste quadro não se realiza sem o consórcio do Legislativo. É preciso que os mecanismos legais espelhem de fato o caráter essencial complexo, fluido e dinâmico que reveste a cultura brasileira. O que isso significa? Quais as consequências diretas desse imperativo para a promoção das culturas negras em sua dimensão abrangente?

Significa que formular e executar projetos culturais supõe a consolidação de um arcabouço legal que favoreça o fluxo das práticas culturais em sua singularidade. Quando pomos em realce as culturas negras, tal expectativa ganha caráter ainda mais emergencial pela ubiquidade que caracteriza as manifestações artísticas dos povos negros em território nacional. Depreende-se, portanto, que é impossível a consolidação de um projeto de nação sem que nele esteja implicado uma política cultural afinada com os anseios e demandas mais prementes de artistas, produtores e produtoras, gestores e gestoras, enfim, com a sociedade. Sob esse ponto de vista, necessários se fazem reajustes e reacomodações dos decretos e leis que regulam o fazer cultural. É necessária a instituição de mecanismos legais que sejam realmente capazes de acompanhar o dinamismo das práticas culturais, libertos de espartilhos jurídicos que sufocam o fazer cultural no Brasil. Desse modo, é de fundamental importância que as nossas casas legislativas sejam permeáveis às especificidades das práticas culturais. É mais do que razoável a correção de rota de processos que engessam a criatividade, que subvalorizam as artes, que estipulam tetos orçamentários absolutamente inviáveis para a nossa performance cultural.

São abundantes os exemplos que confirmam o papel central do Legislativo para a emancipação do tecido social. É por isso que, hoje, estamos aqui conclamando todos os nossos Senadores e Senadoras, para que as pautas relativas à cultura sejam vistas como conteúdo de importância correlata a temas de alta envergadura, como saúde e educação. É preciso, pois, acolher as propostas gestadas no seio da sociedade, urgente se faz a criação de uma lei específica da cultura, imprescindível se mostra a incorporação da variável racial para o redimensionamento das políticas da área, visto que as culturas negras ainda padecem com a falta de acesso aos recursos públicos, bem como pesa sobre elas o imaginário racista que teima em subalternizá-las como algo menor. É preciso a criação de recursos para a arte e a cultura negra. Não menos essencial é a dinamização da economia da cultura – por meio de uma legislação menos rígida para os nossos artistas e produtores populares – que possa propiciar um conjunto de ações que interfiram globalmente na vida das pessoas em seus diversos aspectos.

Programas eficazes já foram criados em outras áreas, com inequívoco sucesso. Disso dá testemunho do Bolsa Família. Inarredável é a mudança de perspectiva em torno das culturas negras. A cultura erudita não foi associada à cultura negra em nosso País, o que causou toda ordem de discriminação e exclusão de manifestações artísticas que não estavam abrigadas no guarda-chuva do nobre, do elevado, do sublime.

O Sistema Palmares de Informação da Cultura Negra, projeto em execução da Fundação Palmares, incide sobre esse imaginário ao catalogar as manifestações artísticas, demonstrando a magnitude da presença negra em todos os quadrantes culturais do Brasil, da ciência à tecnologia, da dança, literatura, música às artes visuais, da culinária à religião...

Esse estado de coisas atinge o coração da Fundação Cultural Palmares. Ele nos faz, como dissemos no início, reposicionar nossos objetivos e retraçar trajetórias. Tal tarefa, em sua essência grandiloquente, supõe um movimento antecedente que diz respeito à própria reestruturação da Palmares. A inserção desta Fundação na sociedade vem fazendo com que ela se espraie em todo o tecido social para, efetivamente, captar os múltiplos anseios e interesses da sociedade para com as culturas negras, donde se pode inferir que, sem um projeto consistente de nacionalização, a exemplo de outras vinculadas do MinC, como o Iphan, a Fundação enfrenta sérias limitações para a execução de políticas na constelação de demandas advindas das múltiplas e vulneráveis culturas negras.

Não menos importante é a ligação dos fios, aparentemente, invisíveis que ligam cultura ao racismo. Urgente se faz rastrear os fios que ligam essas categorias se, de fato, estivermos comprometido com políticas públicas que tenham vocação transformadora.

Tal ligação requer a instituição de políticas de ações afirmativas em suas variadas possibilidades. Temos assim, caríssimos Senadores e Senadoras, demais autoridades, gente negra em geral, povo negro brasileiro, o desenho de um quadro que, para ser transposto, precisa desta Casa, irrevogavelmente.

É preciso, pois, reiterar: tais reformulações não se convertem em políticas públicas sem o ativo papel das nossas Casas Legislativas, Senador Paim. As mudanças da esfera da cultura são diretamente dependentes de um reconhecimento desta Casa, porque não se promove a mudança sem dar à cultura o *status* que de fato lhe é intrínseco.

E diria mais, não se promove desenvolvimento em um País tristemente marcado pelo racismo sem se considerarem os eixos extremos de diferenciação negativa que desumanizam homens e mulheres negros em seu fazer cultural que dá ao País a sua força e alma. Sabemos que a tarefa é árdua, mas é preciso começar. Num país democrático, a instância legislativa é o lugar fundamental para que a largada seja dada.

Esperamos, assim, que esta Casa seja caixa de ressonância para os desejos mais prementes que advêm da sociedade brasileira, considerando as desigualdades e desequilíbrios que dinamizam as nossas práticas culturais.

Eu finalizo lembrando, Ministra Luiza, o final da abertura da Conapir, quando a senhora invoca Toni Morrison: "Se estão preparados, venham. Se não estão preparados, nem cheguem perto." E preparados... Nós, gestores negros, quando chegamos a um cargo como esse de Presidente de Palmares e – ouso dizer – de Ministro, Ministra da SEPPIR, é preciso estar preparado para alterar o processo excludente que ainda insistem em manter, sobretudo na área da cultura.

Muito obrigado! Muitíssimo obrigado à equipe da Palmares. Vocês são fortes, bravos e bravas. Obrigadíssimo!

E também à equipe da SEPPIR, fortes e bravos! Muito obrigado. Estou muito emocionado e feliz! (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

O SR. JOSÉ HILTON SANTOS ALMEIDA – E diria que amo também a minha Ministra Marta. Quando chegar vocês contam!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já está chegando!

Esse foi o Presidente da Fundação Palmares, José Hilton Santos Almeida. Parabéns pelo pronunciamento. Se não fossem as emoções... Que bom que a gente se emociona quando fala de um tema tão importante para todos nós.

De imediato, passarei a palavra ao ex-Presidente da Fundação Cultural Palmares, o nosso inesquecível Carlos Moura.

Informo ao plenário que nós combinamos com a Ministra – sugeri e ela concordou democraticamente – que depois do Carlos Moura, vou abrir para quatro falas do plenário; depois terá um vídeo e a Ministra então faz o encerramento. O.k.? O Presidente da Fundação Palmares abriu e a Ministra faz o encerramento, juntamente com a Ministra Marta, que, naturalmente, deve chegar aqui.

Então, o ex-Presidente da Fundação Palmares, Carlos Moura.

O SR. CARLOS MOURA – Obrigado, Presidente Paulo Paim, a quem cumprimento.

Cumprimentos à Ministra Luiza Bairros; cumprimentos ao Presidente – permita-me que assim o chame – Hilton Cobra; cumprimentos aos presentes. E eu pediria ao Presidente, Senador Paulo Paim, que fizesse algumas referências a quem está no plenário, porque julgo isso fundamental para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você pode fazer, meu amigo Carlos Moura, pode citar o nome.

O SR. CARLOS MOURA – ... o entendimento e a compreensão desse processo de afirmação da comunidade negra dentro do aparelho do Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cite quem você achar que tem que citar.

O SR. CARLOS MOURA – Faço isso porque vejo no plenário o Nelson Inocêncio da Silva. *(Palmas.)*

O SR. CARLOS MOURA – Nos anos 70, começou um trabalho com um grupo de companheiros para criarmos aqui em Brasília o Centro de Estudos Afro-Brasileiros. Faço isso porque, ao falar no Centro de Estudos Afro-Brasileiros, não posso deixar de recordar de Willy Melo e Lígia Garcia. *(Palmas.)*

O SR. CARLOS MOURA – Vejo no plenário – e é importante que se diga, em função da composição feita para criação da Palmares, sem que tivéssemos que abrir mão daquele nosso desiderato – o Angelo Osvaldo, que, à época, era chefe de gabinete do Ministro da Cultura, Celso Furtado. *(Palmas.)*

O SR. CARLOS MOURA – Mas também se encontra ao meu lado o Senador Paulo Paim, que, juntamente com a Deputada Benedita da Silva, o então Deputado Carlos Alberto Caó, o então Deputado Edmilson, construíram a Fundação Cultural Palmares dentro do Parlamento brasileiro. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E o Sarney, que foi fundamental.

O SR. CARLOS MOURA – Àquela altura, fundamental foi o trabalho desenvolvido por esses Parlamentares, liderados pelo então Deputado Paulo Paim, para que a mensagem encaminhada pelo Parlamento, pelo Presidente José Sarney...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – José Sarney foi fundamental. *(Palmas.)*

O SR. CARLOS MOURA – ... pudesse ser aprovada.

Mas não foi fácil, companheiros e companheiras. Não foi fácil! Andamos aqui nesta Casa, de ceca em meca, em busca de apoios. Andamos aqui, nesta Câmara e neste Senado, em busca de apoio à proposta. E nem todos os partidos políticos aprovaram a criação da Fundação Cultural Palmares. Recordo que havia um entendimento e uma articulação para que a relatora da Mensagem encaminhada à Casa fosse a Deputada Benedita da Silva. Mas isso, o Senador se lembra, não foi possível, e o Relator foi o Deputado Carlos Alberto de Oliveira Caó.

Recordo-me que a Fundação Cultural Palmares nasceu também e ainda em função de um encontro realizado em Brasília chamado "O Negro e a Constituinte". De lá saíram as diretrizes básicas para que pudéssemos ter, dentro do aparelho do Estado brasileiro, uma entidade que propiciasse o desenvolvimento, a divulgação, o estudo, a pesquisa, dos valores africanos e afro-brasileiros na cultura brasileira e que, ao mesmo tempo, encontrasse mecanismos para superação do racismo, do preconceito que vitimizam a comunidade negra.

Eu quero ainda, Presidente, fazer referência a funcionários e companheiros de trabalho da Palmares aqui presentes. Eu vejo a Edir, vejo a Ellen, vejo a Diene. Faço, também, uma referência aos companheiros da SEPPIR, na pessoa, evidentemente que da Ministra, do Sérgio Pedro e da Rosana, que acabo de ter o privilégio de ter ao lado do meu coração. *(Palmas.)*

Mas é importante que eu ultrapasse os dez minutos que me são reservados, evidentemente que obedecendo à agenda determinada pelo Senador, mas é preciso, ao falar de 25 anos de Palmares...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu estou dando, agora, os dez minutos para ele. Desconsiderei a introdução.

O SR. CARLOS MOURA – Obrigado.

Mas é importante que se conte um pouco dessa história, é importante que se diga que, se a Palmares hoje, tem algumas dificuldades do ponto de vista orçamentário, do ponto de vista de pessoal, elas residem no seu nascedouro, porque houve impedimentos da burocracia dos capitães de mato, que dominavam e dominam a burocracia, para que a entidade começasse com um quadro de servidores fundamentais ao seu exercício e execução das suas atividades. Barraram o quadro apresentado àquela época, e é preciso que se diga, que se repitam as grandes dificuldades, mas também temos que mostrar que a Palmares, nesses 25 anos, cumpriu e cumpre com os seus objetivos. É uma instância, ao mesmo tempo, de estudo, de pesquisa, de divulgação da cultura afro-brasileira e africana, é também um instrumento que busca mecanismos, e busca com êxito, mecanismos para a superação do racismo, do preconceito e da discriminação.

Me recordo, tratando-se de SEPPIR – e eu não sei há quantos anos, porque somente dez anos o Estatuto da Igualdade Racial ficou no Parlamento – de quando o Deputado Paulo Paim e o companheiro Ivair Augusto dos Santos, sentamos na CNBB e o hoje Senador levava as ideias do Estatuto da Igualdade Racial. Vejam quanto tempo para que o Parlamento pudesse aprovar o Estatuto da Igualdade Racial. O Estatuto da Igualdade Racial é a lei destinada a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Enquanto isso, vejam que há muitas companheiras e companheiros a serem homenageados, quer nos 25 anos da Fundação Palmares, quer nos 10 anos da SEPPIR.

Quero mostrar que essas duas instituições nasceram das reivindicações do movimento negro. Vieram como reivindicação, como pressão, como trabalho, como participação dos movimentos negros. E é importante, companheiros e companheiras, aprendermos que o aparelho do Estado só se movimenta em favor da sociedade na medida em que a sociedade, na medida em que os grupos sociais menos favorecidos, discriminados, vítimas de racismo e de preconceito, se unem na perspectiva da pressão junto ao Estado.

Eu quero cumprimentar novamente o Senador Paulo Paim, provavelmente um dos mais responsáveis pela criação da Fundação Cultural Palmares e pelo Estatuto da Igualdade Racial. Houve apoios, mas o trabalho desenvolvido pelo Senador Paim foi e é insuperável com relação aos assuntos relativos à comunidade negra. Que o diga, por exemplo, a companheira Josefina, que em tempos dirigiu a Sepir-DF, e está conosco aqui presente.

Quero deixar também uma palavra àqueles e àquelas que estão no início dessa trajetória. Ela é árdua, exige pertinência, exige trabalho, exige denodo, exige devoção e, sobretudo, exige capacidade de reconhecer que temos o nosso espaço, o nosso lugar

na sociedade brasileira, e que não podemos, de maneira nenhuma, deixar de ocupá-lo. Nós precisamos, renhidamente, lutar, lutar e lutar para que, em todos os patamares da sociedade brasileira, estejamos representados.

Muito obrigado. Viva Palmares e viva a SEPPIR! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Carlos Moura, ex-Presidente da Fundação Palmares, que de forma muito gentil, como é já praxe, história e norma dele, disse que eu fui um dos principais na criação da Fundação Palmares. Mas temos que dar a César o que é de César. O principal foi o ex-Presidente Sarney, e o segundo principal foi Carlos Moura, porque o Presidente Sarney encaminhou para cá a proposta, mas ele aqui representava o Executivo e ficou dia e noite caminhando, articulando, discutindo e nos ajudando na construção. Essa humildade é a humildade dos grandes homens. Sempre digo que um grande homem e uma grande mulher têm que ter o dom da humildade; senão, não é nem um grande homem e nem uma grande mulher. Carlos Moura tem essa humildade e, por isso, minhas palmas a você. *(Palmas.)*

Você foi o grande articulador da criação da Fundação Palmares.

A Deputada Benedita da Silva saúda a todos. Infelizmente, ela não pode estar conosco no dia de hoje. Mas a Cícera está aí. (*Palmas.*) A grande Cícera, inesquecível, está aqui representando Benedita, que manda aqui o recado de parabéns pelos 25 anos da Fundação Palmares e dez anos da SEPPIR.

Vamos de imediato, então, à nossa querida Rosane da Silva Borges, Conselheira do Conselho Nacional de Políticas da Igualdade Racial, pelo tempo que for necessário, mas é dez mais cinco. Se precisar mais me avise.

A SRª ROSANE DA SILVA BORGES – Bom dia a todos e todas, bom dia ao Senador Paim, à Ministra Luiza Bairros, ao Presidente Hilton Cobra, ao nosso eterno Presidente Carlos Moura, a toda a assembléia.

Quando a gente pensa, dez a quinze minutos, a partir do lugar de um conselho, um conselho da promoção da igualdade racial, de duas instituições que estão em ano de efeméride, 25 da Palmares, 10 anos da SEPPIR, duas questões nos vem à mente. Uma primeira seria o que representa a instituição das políticas públicas com fundamento racial no Brasil, um país que, a despeito de a democracia racial se apresentar frágil para sustentar aquilo que nos configura enquanto país... Um ministério e uma fundação que de certa forma trouxeram para o debate mais imediato, e aí em profunda conciliação com a sociedade civil, o que é que nós somos como país. Enquanto a gente pensa na história da Fundação Palmares, a gente tem por trás aí todo um redimensionamento, e a gente poderia até dizer um exagero, mas eu poderia dizer, sem exagero nenhum, que é um redimensionamento do que significa o Brasil. A gente cresce, a formação educacional da gente é que nós somos assimilacionistas na cultura. De fato nós, o povo brasileiro, somos assim, a elite come uma feijoada negra, as famílias negras comem a dita macarronada italiana, e isso seria decisivamente um sinal inequívoco de ausência de desigualdade com fundamento racial. Como nós somos um país que culturalmente é assimilacionista, isso seria um critério fundamental para que nós pensássemos a busca do caminho para esse país a partir de outros critérios que não o critério racial.

Ora, quando a Fundação e a SEPPIR demonstram que para além do assimilacionismo do ponto de vista cultural nós somos apartados estruturalmente, isso exige dos gestores públicos, exige do Estado brasileiro uma nova tradição teórica reflexiva e prática de pensar a transposição das desigualdades sociais. E a gente diria que esse princípio não é de pouca monta, encontramos cotidianamente esse diálogo da sociedade civil com órgãos como SEPPIR e Fundação Palmares, e encontram pontos de tensão exatamente nessa nova reconfiguração política, mas que também é reflexiva, é teórica e tem um fundamento humanista porque faz com que nós nos repensemos como nação, como povo e consequentemente faz com que o Estado brasileiro faça como disse o Presidente Hilton Cobra, a correção de rota. O que é que isso significa, que correção de rotas significa, do ponto de vista do nosso olhar, do nosso lugar de fala – e não é um olhar prismado, não é apenas a demanda da população negra, que já é uma demanda, digamos, abrangente –, pensar essa correção de rota, novos fluxos, como o Presidente Hilton Cobra aponta em sua fala, é repensar de fato o novo caminho para o Brasil. E isso, quando a gente pensa do ponto de vista da sociedade civil a estatura, o *status* de órgãos como SEPPIR e Fundação Palmares, a gente se volta para essas duas instituições com demandas reprimidas e com a necessidade de querer mais. E o que é que significa querer mais no âmbito da Fundação Palmares e no âmbito da SEPPIR? É exatamente a gente não tirar, não arredar da centralidade da questão racial para o redimensionamento, para a reposição dos índices de desenvolvimento humano, é a gente não transigir das desigualdades raciais como aquilo que nos marca de maneira muito negativa e aquilo que nos apequena como país, como nação. E de certa forma é também a gente alargar a própria concepção que a gente tem de cultura negra, porque

disso depende, inclusive, orçamento e o que a gente costuma chamar de vontade política.

Quando a gente pensa que a contribuição do negro no Brasil é departamentalizada, que cultura negra diz respeito ao samba, que é uma manifestação complexa; à feijoada, que é uma comida muito gostosa; à capoeira, que é um jogo, que é uma luta; quando a gente departamentaliza, direciona e asfixia a cultura negra a determinadas manifestações complexas em sua essência; a gente também minimiza a contribuição de um povo, a gente minimiza o papel civilizatório dos afrodescendentes. E, consequentemente, a gente minimiza o nosso lugar de nação, a partir desse traço essencial que nos forma.

Então, eu diria, hoje, nesta mesa, com os nossos mais velhos, o Presidente Carlos Moura, que foi um dos primeiros a pensar a ir às raias do poder institucional; a Ministra Luíza Bairros, que é uma referência do ponto de vista desse reposicionamento do que significa o racismo no País, uma mulher com uma trajetória ímpar e muito densa que desafia... E aí eu evoco, como fez o Presidente Hilton Cobra, a sua fala já proverbial, "venham preparados ou não venham de jeito nenhum". Eu diria, Ministra Bairros, que essa busca de preparação é exatamente a gente não abrir mão, em hipótese nenhuma, da centralidade das culturas negras para que, de fato, o País seja um país igualitário, um país sem miséria, um país sem pobreza, uma nação em que, de fato, todos e todas possam se sentir filhos do Brasil.

A gente costuma falar em diversidade cultural, mas quando a gente fala em diversidade cultural, que já é dada – nós somos um país diverso –, e se a ela a gente não agrega equidade, a gente vai celebrar as manifestações culturais, o colorido que compõe o Brasil a partir da chave da diversidade, mas sem pensar que, sem igualdade, sem equidade, de fato, a diversidade mantém as hierarquias sociais, ela subalterniza as práticas culturais e ela aprisiona a maioria dessa população a um lugar imaginário de desumanização.

Portanto, no dia de hoje, o CNPIR reafirma esse diálogo com instituições com a vinculada da Palmares, com a SEPPIR, no nosso papel de sermos os eternos Grilos Falantes. A história de "o racismo existe", o dito "é o racismo idiota", e pensar cultura, pensar desenvolvimento social é anunciar, insistir e reiterar com o enunciado que nos marca, na nossa trajetória de ativismo, que essa denúncia é persistente do racismo. E, sem ela, de fato, a população negra, a população brasileira se apequena.

E a cultura é uma via de emancipação para que, realmente, nós sejamos um país melhor, um país diferente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Rosane da Silva Borges, Conselheira do Conselho Nacional de Políticas de Igualdade.

Rosane, deixe-me fazer um comentário rápido. Você falou aqui nos mais velhos. Alguém diria os mais experientes. Eu prefiro mesmo "os mais velhos", porque não tenho problema nenhum com a palavra "velho", porque, enquanto eu estou envelhecendo, eu estou vivendo. Quem não ficar velho é porque morreu cedo.

Então, eu quero dizer que comigo não há problema nenhum, são os mais velhos mesmo.

E antes que alguém diga que politicamente correto seja só falar de Sarney, do Moura, do Pedro, do Paulo, do João, nós temos claro isto, pessoal: tanto a criação da SEPPIR, como da Fundação Cultural Palmares foram fruto da demanda do movimento negro e de brancos que lutam por justiça, igualdade e por um mundo melhor para todos. Ninguém tem duvidas disso. Mas, quando eu cito o Presidente Sarney, é porque ele precisou mandar para cá, de fato, a proposta. E citaria também o Presidente Lula. O movimento negro faz toda a pressão, natural e legítima, e o Presidente Lula bancou a SEPPIR.

Então, meus cumprimentos aos dois Presidentes, mas cumprimento e palmas para o movimento negro e brancos que travaram essa luta durante séculos pela liberdade e pela justiça. *(Palmas.)* Claro que o movimento negro e também os brancos que assim o fizeram.

Agora nós vamos passar a palavra, como havia anunciado, a quatro convidados do plenário. Já estão aqui inscritos. Vereadora de Itaguaí, Rio de Janeiro, Mirian Pacheco. Cada um terá cinco minutos. Pelo menos é o que está escrito aqui; se está errado, a culpa é do Valdemir, da assessoria. Se vocês erraram, vou demitir todo mundo aí! Estou brincando! A Ministra perguntou de onde era? É Mirian Pacheco, Vereadora de Itaguaí, Rio de Janeiro.

Vereadora Mirian Pacheco, com a palavra.

A SRª MIRIAN PACHECO DA SILVA – Exmo Sr. Senador Paulo Paim, componentes da Mesa e autoridades presentes, quero, nesta oportunidade, parabenizar o Senador pelo cargo que ocupa no Senado Federal, bem como as demais autoridades presentes.

Inicialmente, devo fazer-me conhecer através da minha histórica cidade, Itaguaí, localizada no Estado do Rio de Janeiro, com uma população de 112 mil habitantes; desta população, 60% são afrodescendentes, dos quais faço parte.

Com sentimento de muita responsabilidade, fui eleita Vereadora no ano de 2012. Portanto, estou em meu primeiro mandato. Além de única mulher Parlamentar, estou Presidente da Comissão de Defesa da

Mulher. E assim venho ao Senado Federal trazer o projeto de lei que apresentei por indicação do Cidan (Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro), naquela Casa Legislativa Municipal, para a criação da Medalha de Honra ao Mérito Zenaide Zen, da Câmara Municipal de Itaguaí, a ser conferida. E se faz necessária, visto que beneficiará a cidade e sua população quanto ao reconhecimento de personalidades, autoridades e pessoas de significativa relevância afrodescendente no âmbito municipal, estadual, federal e internacional, entre outros apoiadores das questões referentes à diversidade ética, dignificando pessoas nesta ação anualmente, em evento pontual, e dinamizando o intercâmbio internacional do turismo cultural, educacional, étnico, em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro.

Neste momento comemoramos os memoráveis 25 anos da Fundação Cultural Palmares, Presidente José Hilton; Ministra Marta Suplicy, do Ministério da Cultura; também os 10 anos da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República), Ministra Luiza Bairros, marcos significativos na administração do Poder Executivo Federal para a construção de ações afirmativas e gestão de ações programáticas efetivas às questões étnicas; e também há dez anos criou-se a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Trata-se de uma homenagem póstuma a Zenaide Zen. Zenaide Cecília Pereira da Silva nasceu em uma favela em Campinas, São Paulo, em 19 de janeiro de 1956 e faleceu em 17 de setembro de 2011, em Itaguaí. Essa ativista da negritude não foi jamais uma sonhadora repleta de logismos, mas uma incansável super-heroína griô contemporânea tribal da fala do povo negro e da miséria humana que foi o período histórico do livre comércio de homens, mulheres e crianças nos degradantes navios negreiros. Mas esgotou-se em vida, perseverante, como uma sacerdotisa da diáspora africana.

Ela deve ser reconhecida pelas gerações atuais e propagada pelas futuras; e desta forma considerada uma referência nacional que teve sua participação sobre a temática da forma única, não por ser apenas uma brasileira, mas a primeira mulher negra a ter estado na Universidade de Harvard, em 1987, e recebido o certificado The Ancient Honour Hall, Decano da Faculdade de Belas Artes, por estimular as indagações através de pesquisas referenciadas pela obra *A Origem Africana da Civilização: Mito ou Realidade?,* de Cheikh Anta Diop, e com isso ter colaborado no sentido de referenciar o negro no Planeta, com a descoberta de que tudo iniciara segundo contemporâneas teorias, em parte hoje já confirmadas na Mãe África.

Com esse legado, na incumbência de inicialmente retornar ao seu país, com o enunciado recém-descoberto e iniciaticamente revisto dentro da escolástica adquirida em seus estudos e pesquisas e a técnica acadêmica da primeira casa de ensino a receber negros nos Estados Unidos, ela retornou ao Brasil em 2000 e iniciou uma "Odisseia Personalíssima" para que se fizesse ouvir ou, ao menos, subsidiada fosse pelo Poder Público, para dar continuidade aos seus conhecimentos e proceder à implementabilidade de suas teorias adquiridas pelos estudos do tema. Em 2001, retorna aos Estados Unidos, ao Estado de Penn – Escritório Universidade de Programas Internacionais –, para sua graduação de Capes/Laspau/2 – Tempo Fulbright Estudioso/Artista em Residência na Universidade do Estado da Pensilvânia, e para dar concreticidade prática com aplicabilidades de ensino aos resultados de suas pesquisas.

O lançamento será no dia 17 de dezembro, exatamente na data dos 350 anos da morte da Rainha Nzinga, em 1663, personagem histórica por ter assinado o Tratado da Paz com o Rei de Portugal na época, objeto de pesquisa que Zenaide Zen, como artista e intelectual multidisciplinar, encenaria, nesta data, no Teatro Municipal de Itaguaí.

Bem, aqui estou fazendo com que ela seja rememorada e ampliando possibilidades para que suas pesquisas e estudos não se percam e assim espero que não tenhamos mais que, por falta de suporte ou perseguição política, ver calar a voz das nossas mulheres negras.

Trecho retirado do documento enviado à Comissão de Defesa da Mulher – Câmara Itaguaí:

Penso eu, Zezé Motta, na qualidade de Presidente de Honra do Cidan (Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro), a minha responsabilidade e admiração absoluta de seu profundo estado de seriedade e de suas explanações teóricas, pois que estive durante parte significativa de sua vida conjugada ao ato de revelar e de apresentar seus preceitos educacionais admiráveis sobre a temática afro e dela sou uma venerável griot pós-contemporânea.

Ela foi fundadora do Cidan, que ano que vem completa 30 anos de sua fundação, em 1984.

Quero agradecer a oportunidade e solicitar o apoio através de encaminhamento de resposta, em documento oficial, dos setores e das autoridades presentes, pois estarei, na ocasião, apresentando ao prefeito a indicação do seu nome para o teatro de 550 lugares que está sendo construído na nossa cidade, a fim de

colocar em prática seus projetos, como a Casa de Vida (Virtual Integração da Diáspora Africana).

(Soa a campainha.)

A SRª MIRIAN PACHECO DA SILVA – Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Vereadora de Itaguaí, Mirian Pacheco, que fez aqui o seu pronunciamento.

Nós vamos atender. Deixe o pronunciamento aqui com a Mesa, e nós faremos os encaminhamentos por você solicitados.

Passamos a palavra, de imediato, ao Sr. Nelson Inocêncio, Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade de Brasília.

O SR. NELSON INOCÊNCIO DA SILVA – Bom dia a todos e todas. Eu nem imaginava falar. Fui pego meio de surpresa, mas, enfim, aproveitando o ensejo, saúdo os membros da Mesa: Presidente Paulo Paim; Ministra Luiza Bairros; Presidente da Palmares, Hilton Cobra; Rosane Borges, Diretora do CNIRC; Dr. Carlos Moura, que não se encontra presente.

Enfim, serei breve. Eu acho fundamental o que estamos fazendo. Na verdade, essa breve memória dos 10 ou dos 25 anos importa, ela é muito significativa como a longa memória.

Sempre é bom lembrar o velho e bom Marcus Garvey, arquiteto do pan-africanismo, quando diz que um povo sem conhecimento da sua história e da sua cultura é como uma árvore sem raízes. Então, que façamos isso, mas façamos isso sempre. Que essa possibilidade, que esse ensejo possa permitir que nós sigamos e que possamos relembrar tantas outras histórias: a virada do século XIX para o século XX, os clubes de negros Floresta Aurora, a Frente Negra Brasileira, Teatro Experimental do Negro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na minha cidade, o Gaúcho, clube só de negro, onde passei a minha infância.

O SR. NELSON INOCÊNCIO DA SILVA – Então, Senador, daqueles que resistiram bravamente ao regime autoritário, pouco se sabe. A SEPPIR tem uma publicação, uma brochura, que é de muita importância sobre as pessoas negras, ativistas, que tombaram no regime autoritário; Memorial Zumbi, Centenário da Abolição, enfim, ainda existem muitas histórias. Eu acho que isso é fundamental para que aprendamos com as lições do passado, é fundamental para que aprendamos com erros e acertos do passado e que saibamos fazer no presente o que nos compete, o que é de nossa responsabilidade.

São as minhas simples palavras.

Eu terminaria lembrando um grande poeta da música popular brasileira, embora muita gente separe samba de música popular, mas samba é música popular, então, como diria Paulinho da Viola, "quando penso no futuro não esqueço do passado".

É isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Nelson Inocêncio, Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da Universidade de Brasília.

O SR. JOSÉ HILTON SANTOS ALMEIDA – Senador, ele é pai do Kiluanji. Hoje ele é pai do Kiluanji.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Parabéns! Palmas para os dois, então. *(Palmas.)* Foi ele quem fez uma leitura de abertura da nossa audiência.

Com alegria, eu passo a palavra à Cícera Morais, que trabalha com a Benedita pelo mesmo tempo em que eu estou no Parlamento. Eu estou no Parlamento há 27 anos e, portanto, há 27 anos eu te conheço trabalhando com a Benedita. E aqui falará, tenho certeza, representando a nossa querida Deputada Benedita da Silva.

A SRª CÍCERA MORAIS – Bom dia!

Muito obrigada, Senador, pela lembrança, e por nos pautar, nos colocar nessa agenda, logo no começo da semana, esse tempo de celebrar. As agendas são tão apertadas e a gente tem que se organizar para celebrar também. E, em nome da Deputada Benedita da Silva, uma guerreira, uma preta teimosa, como ela mesma assina, eu trago esse abraço aqui.

Eu estava lembrando, Senador, da iniciativa sua e da Deputada também, da primeira comissão de Parlamentares que foi à África do Sul, foi uma iniciativa... A gente viu aquele comecinho... *(Palmas.)* Convidaram o Mandela para vir ao Brasil... Foram vocês!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E exigir a libertação do Mandela, que estava no cárcere.

A SRª CÍCERA MORAIS – Exatamente. Então, foi a primeira delegação brasileira a exigir o rompimento das relações comerciais com a África. Então, foi passando um filme na memória da gente e eu fico muito feliz de estar aqui hoje. A Deputada gostaria de aqui estar... Mas aí ver o Carlos Moura, a Luiza, o Hilton, o senhor, a Rosane... São militantes e autoridades hoje de órgãos importantes que dão essa contribuição permanentemente à Fundação Palmares na sua luta de muito mais tempo, que foi esse canal, voz e vez dos negros no Brasil, e à SEPPIR, em que a Ministra vem dialogando e fazendo um trabalho maravilhoso. É um órgão essencial da Presidência da República, que dialoga com os seus pares dentro do Governo, que

dialoga com outros Poderes. Então, eu quero, aqui, em nome da Deputada, saudá-lo e parabenizá-lo por essa iniciativa por colocar nas nossas agendas hoje esse tempinho para celebrar, para nos reforçar e para sabermos que a luta é permanente e que temos muito ainda a alcançar.

Um abraço a todos da preta teimosa, Benedita da Silva, a quem eu tenho muito orgulho de estar aqui representando. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Leve um abraço de todos nós para nossa querida Benedita. E você, gentilmente também, disse que a iniciativa foi minha, mas eu fui ferramenta do processo, porque quem provocou o debate foi a Fundação Palmares e a SEPPIR e, naturalmente, eu entrei para viabilizar.

Agradecemos também a nossa Presidenta, Senadora Ana Rita, que não pôde estar aqui, mas nos cedeu o espaço para que pudéssemos realizar o evento.

Obrigado, você é muito carinhosa com todos nós.

Passamos a palavra nesse momento à nossa querida Josefina Serra dos Santos, que recebi tantas vezes nesta Comissão, de quem tenho grandes lembranças, como advogada, militante, que nos representou muito bem, aqui no DF, no Governo, e nos representa até hoje.

A SRª JOSEFINA SERRA DOS SANTOS – Só tenho a agradecer. Bom dia a todos e a todas. Estou emocionada. Felicito a Mesa.

Eu gostaria de dizer algo que sempre disse que é uma referência para mim, que é quando o Dr. Carlos Moura e o Senador Paim falaram sobre a questão dos idosos. Fico feliz que estamos conseguindo ficar idosos.

V. Exª já fez uma audiência pública sobre a questão do extermínio da juventude negra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E vamos instalar a CPI ainda este ano.

A SRª JOSEFINA SERRA DOS SANTOS – Sim. Infelizmente, com certeza, a preocupação da Ministra Luiza, do Cobra, do Carlos Moura, do senhor, da Rosane é a mesma – e até estamos comemoramos isso, porque já trilhamos muitos caminhos –: é o extermínio da juventude negra, pois queremos que ela envelheça. Pelo ritmo que ela anda, Ministra, em que temos de ir à luta, em que estamos preparados para essa luta, essa é a minha preocupação.

Fico muito feliz, mais uma vez, Senador Paim, quando vejo esta Mesa – e já estou preocupada –, lutando por esses jovens que irão substituir a gente, principalmente os senhores que estão nessa Mesa, porque, senão, não vamos conseguir isso.

Quando vejo os senhores aí, fico muito feliz, Nelson. Vocês são pessoas que foram minha referência. Os senhores não imaginam como é difícil para uma criança, para uma jovem, uma adolescente, chegar a certos lugares e não ter ninguém com quem se identifique.

E a minha formação no Movimento Negro, como pessoa, como negra, como mulher negra, foi o Movimento Negro Unificado e a Fundação Palmares. Sempre falo para o Dr. Carlos Moura que ele é a minha referência de formação, porque, digamos assim, você chega sem ter identidade a uma cidade grande, você vem do seu interior, vem lá do seu quilombo, e chega a uma cidade em que você sofre todo tipo de violência, não acha ninguém a que se apegar e, de repente, você vê negros dizendo: "Isso é identidade. É autoestima." *(Palmas.)*

Quando acontece uma audiência como esta, fico relembrando e pensando no que é isso para as crianças, no que é a luta e a busca da sua identidade, da sua autoestima e do seu empoderamento, porque sem isto aqui, que, com certeza, muita gente está assistindo, nós estamos no caminho certo. Eu sou uma pessoa, porque de onde eu venho – a Rosane sabe disso, porque ela também é maranhense –, aprendi o que é cultura, e foi isso que me fortaleceu.

O que incomoda a sociedade brasileira – por causa dessas pessoas, por causa dos senhores, por estarmos aqui, porque estamos todos aqui, toda essa plateia, e é isso que não vemos em muitos lugares – é que estamos nos empoderando, tomando posse do que é nosso, que é a nossa cultura. O que existe no Brasil é a cultura negra; temos de parar de dizer que somos penduricalhos. As outras culturas é que precisam agregar-se à nossa; e não, o contrário.

Então, era o que tínhamos a dizer.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esta é a Josefina Serra dos Santos, firme como sempre.

A SRª JOSEFINA SERRA DOS SANTOS – É que eu estou emocionada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Vamos passar a palavra, em seguida exibir um vídeo, e, depois, fala...

Chegou aqui a nossa Ministra Marta Suplicy também. Por isso, eu digo que são brancos e negros comprometidos, negros e brancos. *(Palmas.)*

O Américo pediu cinco minutos. Ele é Secretário de Políticas Culturais, ligado ao Ministério da Cultura.

Por favor, Américo.

Em seguida, será exibido um vídeo antes de abrirmos a palavra para as Ministras.

O SR. AMÉRICO CÓRDULA – Muito bom dia. Queria parabenizar a SEPPIR e a Fundação Palmares, saudar a todos, nosso Senador Paim, nossa Ministra Marta Suplicy, que chega agora.

Na verdade, para nós, neste momento, o Ministério da Cultura vem, a partir de quarta-feira realizar a sua III Conferência Nacional de Cultura, um processo que envolveu mais de 3.500 cidades no Brasil, nos 27 Estados. O que mais nos chamou a atenção foi justamente a participação e a presença dos afro-brasileiros que virão a esta conferência, trazendo a cultura da periferia.

Os grandes sambistas, pela primeira vez, vêm à nossa conferência. Tenho certeza de que vai ser um momento muito especial. Gostaria de aqui, já, de pronto, convidar todo o plenário, para que possamos trabalhar nessa nossa política em que temos no Sr. Hilton Cobra como grande articulador.

O Ministério da Cultura tem feito vários editais e políticas dentro do nosso Plano Nacional de Cultura, e a implantação do Sistema Nacional de Cultura, que contempla de certa maneira esse grande avanço desses últimos dez anos, coloca a cultura afro-brasileira dentro do Ministério da Cultura. Então, esse é um avanço.

A Fundação Palmares e a SEPPIR têm feito um grande trabalho, todos os dirigentes que passaram por essas fundações. Esperamos que esta III Conferência, de fato, traga... Temos hoje um colegiado setorial dentro do CNPC, justamente da cultura afro-brasileira, que vem trabalhando intensamente em construir as políticas setoriais e transversais que uma cultura afro-brasileira representa dentro do nosso País.

É isso. Parabéns, e nos encontramos na conferência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Este foi o Sr. Américo Córdula, Secretário de Políticas Culturais.

Estamos ajustados com a Mesa. Vou passar um vídeo a pedido da SEPPIR, em seguida, falará a Ministra Luiza Bairros e por fim, a Ministra Marta Suplicy.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Muito bem! Nossos parabéns à equipe da produção. Ficou muito interessante.

De imediato, nós passamos a palavra à Ministra Luiza Bairros, da SEPPIR**.**

A SRª LUIZA HELENA DE BAIRROS – Bom dia a todos e a todas. É um prazer muito grande estar aqui neste momento em que celebramos os 25 anos da Fundação Cultural Palmares e os 10 anos da SEPPIR.

Eu cumprimento todos que estão aqui conosco compartilhando este momento, especialmente as equipes da Fundação Palmares e da SEPPIR. Cumprimento o Senador Paim, que tomou a iniciativa junto com a Senadora Ana Rita para a realização desta audiência. Cumprimento a Ministra Marta Suplicy, que, junto com a Fundação Cultural Palmares, tem hoje a responsabilidade de formular uma política cultural para o Brasil e que tem sido uma parceira tão importante nesse processo da promoção da igualdade racial, especialmente das ações afirmativas no País. Cumprimento a Rosane Borges, que aqui representa o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, um conselho que, como vocês sabem, reúne representações dos vários Ministérios, que são os nossos parceiros mais constantes nesse trabalho realizado pela SEPPIR, como mostrou o vídeo, e que também conta com a representação de vários setores da sociedade civil. Por último, mas não menos importante, cumprimento aqui o nosso Hilton Cobra e o saúdo pelo discurso que fez aqui, que eu acho que, em muitos sentidos, resume aquilo que nós também pensamos na SEPPIR sobre as nossas possibilidades de atuação dentro do Governo Federal; e o primeiro Presidente da Fundação Cultural Palmares, Carlos Moura, que foi o responsável pelo início desse processo de institucionalização, por parte do Governo brasileiro, dessas pautas ligadas à população negra no País.

Eu não vou aqui, neste momento, recordar essa trajetória da SEPPIR mais especificamente, porque acho que o vídeo cumpre um pouco essa finalidade de dar um panorama sobre o trabalho que nós realizamos. E, vendo o vídeo novamente, que foi feito no início deste ano e serviu como base, digamos, para os nossos discursos ao longo da celebração dos 10 anos da SEPPIR, eu percebo como faltam coisas que, de janeiro para cá, já foram feitas e acrescentadas, quer dizer políticas muito importantes, decisões muito importantes, o que dá bem para nós a ideia do dinamismo que essa agenda ganhou no Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Também não vou me deter nisso, porque nós estamos, como vocês sabem, saindo de um processo de conferência nacional. Realizamos, de 5 a 7 de novembro, a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em função dela, produzimos algumas publicações que contam um pouco do estado da arte dessas políticas dentro do Governo Federal, publicações a que vocês podem ter acesso no nosso *site*. Eu acho que ainda existe, também, no meio físico, algumas delas disponíveis.

O que eu queria, na verdade, era aproveitar esse momento, Senador Paulo Paim, para convidar as pessoas para uma reflexão que aponte para os nossos compromissos futuros, porque considero que, ao longo

desse tempo, nós construímos, para chegar até aqui, uma plataforma que eu considero sólida o suficiente de modo a nos permitir usar essa plataforma como base de projeção para coisas que o futuro nos reserva, para pensar as possibilidades efetivas de inclusão da população negra num Brasil daqui a 10, 15, a 20 anos.

O nosso sentimento dentro da SEPPIR é exatamente esse. De uma certa maneira, nós atingimos um ponto de discussão e de realização de iniciativas dentro do Governo Federal que, de uma certa forma, se esgotou. E, quando eu falo em esgotar, eu falo isso no sentido mais positivo possível e, até por isso, nós colocamos, como tema central dessa Conferência, que concluímos agora no início desse mês, o tema "Democracia e Desenvolvimento sem racismo: por um Brasil afirmativo", exatamente como possibilidade de chamar a atenção das instituições e da sociedade como um todo de que nós precisamos, agora, discutir, debater, a questão da promoção da igualdade racial como parte de um contexto mais amplo das grandes questões que movimentam o País, das grandes questões que desafiam o Brasil, para que ele possa ocupar o lugar que ele pretende do ponto de vista internacional e para que ele possa aprofundar e consolidar todas as conquistas que nós fomos capazes de produzir como Governo e como sociedade nos últimos dez anos.

Nós todos sabemos que, a partir de 2003, com esse projeto de governo democrático e popular que se instalou no Brasil, a comunidade negra, a população negra brasileira experimentou um processo sem precedentes de mobilidade social.

Os números são bastante eloquentes em relação às mudanças de patamar de inserção econômica e social da população negra, por um lado, mas os números são bastante eloquentes, também, quando falam daquilo que ainda é preciso ser feito.

Eu tenho alertado muito às pessoas em relação ao seguinte: todas as conquistas que nós obtivemos nesses últimos anos, elas têm sido, de uma certa forma, sombreadas – têm sido sombreadas – por aquilo que nós não conseguimos ainda resolver ou enfrentar da maneira que deveríamos. E, quando eu falo da sombra, eu me refiro, por exemplo, à questão das altas taxas de homicídio, a taxas crescentes de homicídio que se verificam na juventude negra no Brasil.

Isso faz com que nós percamos, digamos, de perspectiva aquilo que nós temos efetivamente conseguido, aquilo que nós temos efetivamente avançado, em função de um certo pessimismo que se coloca sobre as possibilidades reais que o País teria de fazer da discriminação racial algo pertencente a seu passado.

É muito importante nós observarmos que, com 25 anos de Palmares, com 10 anos de SEPPIR, nós promovemos, na sociedade brasileira, junto com os movimentos sociais, mudanças muito grandes e importantes que implicaram também mudanças na forma de prática do racismo no País e práticas inclusive do próprio racismo institucional. Então, o recrudescimento do racismo, por um lado, acompanhado, pelo outro lado, de avanços na promoção da igualdade racial têm de ser vistos como parte de um mesmo processo e vistos como parte de um desafio que se coloca para nós hoje, de enfrentar esses paradoxos que foram criados como resultado da nossa própria atuação.

Este não é um momento para pessimismo, porque esse pessimismo pode nos impedir de olhar para frente; pode nos impedir de projetar um futuro diferente.

Para o que eu tenho buscado chamar a atenção em relação a este momento e que tem a ver com essa discussão mais ampla que colocamos como proposta para a III Conferência de Igualdade Racial?

Todos nós aqui temos lido, discutido, alguns devem até estar trabalhando sobre uma constatação que existe em relação à população brasileira, ao momento demográfico vivido pelo País. É a chamada janela demográfica, ou brecha demográfica, como chamam os demógrafos. E, como sabemos, este é um momento extremamente privilegiado para qualquer sociedade, que é quando se tem uma população trabalhadora, ativa, no país, maior do que sua população inativa, maior do que o número de crianças e maior do que o número de pessoas idosas. Portanto, uma classe trabalhadora jovem, que pode produzir inclusive com a possibilidade de, com a sua produção, sustentar esses setores, que são os setores inativos da sociedade. A base, digamos, dos números extremamente positivos que o Brasil tem apresentado do ponto de vista do emprego, vivendo uma situação quase que de pleno emprego, é muito devida a esse momento demográfico que estamos vivendo.

Por que eu chamo a atenção para a demografia? Chamo a atenção para a demografia porque, no Brasil, nós, negros, não constituímos a minoria da população brasileira. Pelo contrário, de acordo com a última PNAD, a estimativa é de que já sejamos 53% da população brasileira. Isso é muito mais de cem milhões de pessoas.

Portanto, não se pode mais planejar o Brasil, atuar sobre a sociedade brasileira sem levar em conta essa maioria, e é uma maioria submetida a determinadas condições de vida totalmente orientadas por aquilo que o racismo cria em termos de desvantagem social. Sobre essa consideração da população brasileira como sendo majoritariamente negra e de qual é o papel que essa maioria tem nas políticas de desenvolvimento que o País adota não é uma coisa nova de se pensar.

Na verdade, desde o final do século XIX e início do século XX, a intelectualidade brasileira foi toda marcada por esse tipo de, aspas, "contradição". O que se perguntava até as primeiras décadas de século XX era exatamente quais eram as possibilidades que o País teria de se desenvolver, considerando que ele tinha uma maioria de população supostamente inferior, que era a população negra.

Do ponto de vista ideológico, a gente sabe no que isso resultou. Isso deu o caldo para a criação dessa ideia da democracia racial brasileira, por um lado; e, por outro lado, nas respostas ao desenvolvimento do País, isso resultou na escolha da imigração europeia como sendo aquele elemento que poderia produzir no País as características, como se dizia na época, e os valores europeus necessários para que o País pudesse cumprir o seu destino de País desenvolvido.

Obviamente, nós temos hoje que tomar um cuidado muito grande, por conta de todas as possibilidades que são apresentadas no País para que ele se desenvolva e para que ele se coloque no cenário internacional, com a força que ele efetivamente tem, para que nós não repitamos as respostas que foram dadas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Nós não podemos, diante daquilo que se coloca como oportunidade para o País, responder novamente com a possibilidade de importação de população. Não podemos fazer isso, porque agora se trata de se deixar mais de 100 milhões de pessoas fora das possibilidades e das oportunidades que o desenvolvimento pode gerar, e isso seria absolutamente desastroso para o País.

Eu digo isso para podermos situar novamente essa ideia de janela demográfica. Segundo os especialistas, essa janela, que é importante, como eu falei, para a promoção do desenvolvimento, deve se fechar em torno do ano de 2020 ou 2030, que será o momento em que o perfil demográfico da população muda completamente. Vai passar a haver uma classe trabalhadora menor e uma população infantil menor também, por conta das mudanças na questão da natalidade, e vai-se passar a ter uma população idosa maior.

Isso significa o quê? Que, para que o País permaneça se desenvolvendo a taxas significativas, vai-se precisar que essa pequena classe trabalhadora seja extremamente bem educada para o trabalho, tenha possibilidade de aquisição de escolaridade, aquisição de qualificação profissional, por um lado; e, por outro lado, terá de haver um alto investimento em inovação tecnológica, para que com isso, somado a essa classe trabalhadora qualificada, possamos ter condições de produtividade na economia que sustente a sociedade com padrões altos de bem-estar.

Isso significa para nós o quê? Que nós, negros, temos que acelerar os nossos processos de inclusão, porque se essa inclusão não acontecer agora, ela não vai acontecer daqui a dez anos, ou daqui a dez anos, daqui a quinze anos, será tarde demais. Como eu vejo, essa é, na verdade, a última oportunidade que nós temos como negros neste País de sermos incluídos com vantagens nessa sociedade, porque, a se manter o padrão de escolaridade, de qualificação profissional que existe hoje, nós não teremos a menor possibilidade de participação nessa sociedade que se desenha para um futuro, que é um futuro muito próximo.

Na verdade, essa leitura, se nós tivéssemos tido a possibilidade de fazê-la há 15 ou 20 anos atrás, talvez aquele momento tivesse sido o momento em que poderíamos operar com maior folga do ponto de vista do tempo para produzir determinadas condições de inserção que a sociedade reclama hoje. Mas, como isso só foi possível fazer ao longo da última década, significa também que os próximos cinco ou dez anos para nós são cruciais.

Por isso esse conceito de ações afirmativas ganha uma importância tão grande num momento como este, porque apenas com políticas afirmativas há condições de se promover essa inserção de modo acelerado, não deixando que determinadas condições na sociedade se acomodem, que os setores se convençam para que possamos paulatinamente promover esse processo de inclusão da população negra. Não há mais tempo, minha gente, não há mais tempo. Ou fazemos isso agora, ou não teremos a possibilidade de fazer, ou quando o fizermos será tarde de mais.

O País não pode pagar o preço de deixar mais de metade da sua população de fora do desenvolvimento. Por isso, a Lei de Cotas, que universalizou a reserva de vagas nas universidades e nos institutos federais, foi tão importante e está sendo tão importante. Por isso é tão importante que tenhamos paralelamente, como tem feito o MEC, um programa de permanência para esses estudantes que garanta que essas pessoas efetivamente concluam os seus cursos no tempo que seria o tempo necessário. Por isso é tão importante essa última iniciativa do Ministério da Educação no sentido de aplicar o conceito de ação afirmativa também para os cursos de pós-graduação, numa perspectiva inclusive de permitir aos estudantes contemplados uma experiência internacional, que é algo que se torna fundamental para um país que pretende uma inserção internacional e que já tem uma inserção internacional do tamanho dessa que o Brasil tem.

Por isso é importante o projeto de lei encaminhado pela Presidenta Dilma à Câmara dos Deputados, instituindo 20% de cotas nos concursos públicos, porque

através desse mecanismo nós poderemos acelerar a presença de pessoas negras nas carreiras mais valorizadas do serviço público por um lado e, por outro lado, tenho certeza de que isso vai servir como efeito demonstração para a iniciativa privada, para que ela também adote medidas mais agressivas de inclusão. Lembrando sempre que esse projeto de lei dos concursos públicos para cargos federais não inclui apenas a Administração Direta, mas inclui também as várias empresas públicas que temos, todas padecendo de um déficit muito grande de inserção de mulheres e homens negros.

Então, minha gente, eu acho que festejar, celebrar 25 anos de Palmares, 10 anos de SEPPIR é extremamente importante como forma de não ficarmos apenas pensando como foi heroica a nossa atuação nesses últimos anos e como isso acabou resultando uma mudança de comportamento das instituições, porque, na verdade, precisamos agora de um aprofundamento desse processo institucional, de um aprofundamento desse compromisso que as instituições têm, utilizando todas as ferramentas que temos para pensar cenários futuros para um país que tem na sua composição mais de 100 milhões de homens e mulheres negros que se preparam e estão preparados para participarem dessa sociedade, não como parte do problema, como fomos tratados até a primeira metade do século XX, mas como parte efetiva das soluções que temos de pensar para fazer do Brasil um Brasil igual, um Brasil inclusivo.

Muito obrigada a todas e todos vocês pela atenção e, mais uma vez, obrigada ao Senado Federal por abrir esse espaço, para que possamos utilizá-lo como um ponto de reflexão e de abertura de novos caminhos que a sociedade brasileira tem que percorrer.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos à Ministra Luiza Bairros pela abrangência e grandeza de seu pronunciamento. Tenho certeza de que seu pronunciamento vai ficar marcado nesta reunião, que também é histórica, que faz justiça, homenageando as duas entidades.

De imediato, passamos a palavra à Ministra Marta Suplicy, do Ministério da Cultura.

A SRª MARTA SUPLICY – Bom dia a todos. Caro Senador Paulo Paim, membro da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, por meio de quem parabenizo também esta Comissão de Direitos Humanos, parabenizo a Senadora Ana Rita, Presidente desta Comissão, por esta iniciativa de homenagear a Fundação Palmares e a SEPPIR.

Também quero cumprimentar a Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ministra Luiza Bairros, e parabenizá-la, Ministra, pelo excelente vídeo, que, como V. Exª disse, já está meio defasado porque foi tanta coisa conquistada nesse período – e isso é ótimo, não é? – e pelo mais que excelente pronunciamento. Concordo com o Senador Paim que é um pronunciamento histórico, de uma reflexão muito profunda e que espero que sirva de diretriz para políticas nessa área. Achei realmente muito interessante essa análise. Parabéns pela agudeza de seu raciocínio e pela capacidade de análise.

Quero cumprimentar o Presidente da nossa Fundação Palmares, José Hilton Santos Almeida, o Cobrinha; a Conselheira do Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial, Rosane da Silva Borges; o ex-Presidente da Fundação Palmares, Carlos Moura; Presidente do Ibram, nosso Instituto Brasileiro de Museus, Angelo Oswaldo de Araújo Santos; e os nossos Secretários aqui presentes, Bernardo Machado, da SAE; Márcia Rollemberg, da Diversidade Cultural; Américo Córdula, das Políticas Culturais; Silvana Tamiazi, da Infraestrutura; Juana Nunes, Diretora de Educação para a Cultura do nosso Ministério; Marcelo Fiadeiro, das Finanças; Enilton Menezes, do Fomento; Marcos Avelar, Coordenador de Planejamento da Subsecretaria de Planejamento.

Primeiro, quero dizer que sempre é muito bom voltar a esta Casa, que é também minha Casa, como Senadora licenciada, e reiterar que o Congresso Nacional tem sido de grande cooperação com todos os projetos da área da cultura, fortalecendo e aprovando todos os projetos fundamentais para que nós possamos fazer essa caminhada.

Sem essa compreensão, eu preciso dizer que nós teríamos caminhado muito pouco, porque foram aprovados neste ano os projetos estruturantes da cultura. Daqui para frente, temos é que aprofundar, marchar nessa direção, mas temos um caminho aberto. E entendo que fazer esta reunião hoje é também mais uma prova da importância que o Senado dá ao combate à discriminação racial e que reconhece quem faz um trabalho relevante para essas causas.

Tanto a Palmares quanto a SEPPIR são marcos na relação do Estado com os povos afrodescendentes brasileiros. A Palmares foi criada anteriormente, ainda no governo Sarney, e a SEPPIR, no governo Lula, e ambas são instrumento institucional de diálogo. E fizeram muita diferença, nesse tempo que elas existem, na construção de políticas públicas, sem as quais não é possível progredir no combate à discriminação. Entre elas, eu concordo com a Ministra Luíza, a ação afirmativa é a mais eficiente. É dessa que nós temos que ir atrás e por esta que temos que lutar para que seja implantada.

Eu quero dizer que, ao longo da sua trajetória, a Fundação Palmares se tornou referência na promoção e na preservação e das manifestações culturais negras; também na criação e na difusão de medidas importantes, como por exemplo a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História da África e Afro-brasileira nas escolas.

Por meio da Fundação Palmares, já foram emitidas mais de 2.400 certificações, documentos que reconhecem os direitos das comunidades quilombolas e, entre outras coisas, dá aceso aos programas sociais do Governo Federal.

Já a SEPPIR, nesses dez anos de atuação, teve um papel muito grande também de protagonismo na criação e condição de políticas públicas, numa articulação interministerial, que é extremamente relevante, porque produz resultados; em ações de suma importância, como o Plano Juventude Viva; e na construção de ações afirmativas, que têm buscado promover a igualdade racial, garantir os direitos econômicos, culturais, sociais, civis e políticos da população negra brasileira.

É sempre uma grande honra nós termos parceria com esta Secretaria.

Assim que chegamos ao Ministério da Cultura, convidada pela Presidenta Dilma, há pouquinho mais de um ano, eu recebi como diretriz promover a inclusão social dos brasileiros por meio da cultura. Nós conseguimos, então, aprovar o Vale-Cultura, que é o maior programa de inclusão sociocultural da história brasileira. E, agora, nós estamos começando a vê-lo funcionar. Esse programa permite às empresas que aderirem dar a seus funcionários um cartão de crédito que vale até cinco salários mínimos. Com ele, a pessoa tem acesso aos bens culturais, sejam eles cinema, cinema, teatro, compra de instrumentos musicais; também pode guardar e somar aos cartões para comprar um show mais caro. São várias as possibilidades que a pessoa tem para utilizá-lo.

As empresas com lucro presumido e lucro simples têm a possibilidade de dar aos seus funcionários R$50,00, que não têm incentivo fiscal, mas que não são considerados salário. Então, são considerados bônus da empresa, que não é taxada. Ela não tem o encargo trabalhista. Isso nós fizemos para que as empresas pequenas, como padarias, oficinas mecânicas, salão de cabeleireiro pudessem fazer esse gesto aos seus funcionários e não terem uma sobrecarga de encargos nesse cartão de crédito que estão dando aos seus funcionários.

Nós sabemos que o Vale-Cultura vai beneficiar toda a população com menos de cinco salários mínimos, mas vai ter um impacto muito grande na produção cultural também, porque produções culturais que tinham menos pessoas com condições de assistir vão passar a ter mais gente com dinheiro para poder assisti-las. Então, vai haver um impacto e será bastante interessante analisar o que vai acontecer com o próprio Vale-Cultura, como saber o que as pessoas vão ter interesse em assistir. Na pesquisa pequena que fizemos em Brasília e em São Paulo, o que as pessoas mais têm vontade de assistir, Senador Paim, é teatro. Elas querem gastar o dinheiro em teatro. Mais interessantes ainda são as respostas: querem teatro de rico. "Há um teatro aqui que está passando uma peça e eu quero assistir; custa R$70,00, eu nunca vou poder ir". Agora, a gente espera que consigam ir.

Nós sabemos que não é fácil a adesão de todas as empresas ao programa. Não vai ser uma coisa do dia para a noite, mas creio que isso é algo que vai caminhando com o tempo e também, diríamos, com a ajuda dos acordos coletivos, como foi agora o dos bancários, que fizeram um acordo coletivo com a inserção do vale-cultura. Nós temos, mais ou menos, entre 150 mil e 200 mil bancários que vão ter acesso a isso, e a capilaridade de um Banco do Brasil, de uma Caixa Econômica ou de outros bancos não estatais é enorme. Além dos bancários, teremos todas as estatais que também aderiram ao programa. Nós sabemos, por exemplo, que os Correios estão no Brasil inteiro. Toda cidade, por menor que seja, tem um carteiro, que vai ter acesso ao seu vale-cultura. Então, nós estamos assim, eu diria, no início de alguma coisa muito grande, que terá muitos frutos para o nosso País.

Nós tivemos, recentemente, uma festa bonita, aqui em Brasília, sobre o lançamento do Bolsa Família, que teve o seu impacto estudado não só no Brasil, tendo recebido vários prêmios internacionais pelo seu alcance. Ele, além de ter um impacto alimentar, ajuda no fortalecimento do mercado interno, na distribuição de renda, autonomia e tudo. Mas sabemos que os maiores beneficiários são as mulheres, que são foco do programa. Muitas delas são negras. Aí nós sabemos, também, que há uma oportunidade criada pelos governos de Lula e Dilma, que representa, mais uma vez, a percepção do que se pode fazer para uma inclusão dos que até agora têm sido menos favorecidos.

Setenta e oito por cento dos brasileiros e brasileiras que saíram da miséria através de programas como o Bolsa Família e Brasil Sem Miséria são afrodescendentes. Então, quando a Ministra Luíza faz o discurso que faz, é muito contundente a sua veracidade e muito fortes os caminhos que temos ainda a trilhar. O Bolsa Família tem sido o alimento do corpo, porque foi para tirar as pessoas da miséria, mas o que a gente espera é que agora o Vale-Cultura, esse novo programa, seja

o alimento da alma para os brasileiros. São programas que combatem significativamente a exclusão social.

Nós temos, também, o Sistema Nacional de Cultura, que começa a ser implantado. Nós sabemos que, quando as pessoas no Brasil são indígenas, pobres, negros, mulheres ou homossexuais, com grau maior ou menor, esse é um fator que agrava as suas condições e reduz mais, como também temos visto nos números, a perspectiva de vida e a própria longevidade da pessoa por menos acesso à cultura, à saúde e aos cuidados.

Nós criamos em parceria com a SEPPIR e outras coligadas nossas os editais para produtores e criadores negros. Eles foram tão bem sucedidos, Ministra, que nós vamos refazê-los este ano. Vamos ver se a gente consegue pôr até mais possibilidades. O que ficou óbvio é que as pessoas não conseguiam espaço de expressão, mesmo em políticas públicas de incentivo à cultura, como a Lei Rouanet. Os pedidos de produção artística com temas ligados à cultura negra eram mínimos na Lei Rouanet, após os quais, quando aprovados, busca-se a possibilidade de captação. Digo isso, porque, às vezes, a pessoa entende que a Lei Rouanet você dá o dinheiro. Não. A Lei Rouanet é de difícil aprovação, porque é um processo complicado, tem que preencher papéis, etc. Mas você consegue se faz tudo certinho. E, depois, para captar? Aí é que é difícil, porque há que arrumar uma empresa que patrocine. E o que nós percebemos é que os grupos negros tinham muito mais dificuldade para captar patrocínios na Lei Rouanet; tinham dificuldade em apresentar, porque já sabiam disso, e, depois, para a captação. Daí os editais, porque, através deles, não é preciso captar. Com os editais, enviam-se projetos e, para os projetos escolhidos, há recursos do próprio Ministério.

E aí nós agradecemos à Funarte, à Biblioteca Nacional e à Secretaria do Audiovisual, que propiciaram bolsas nessas diferentes áreas.

A partir dessa experiência, foram lançados editais também para as mulheres, para os indígenas, para os artistas da Amazônia, onde há também o mesmo problema de dificuldade de entrar na Lei Rouanet e, depois, de captar o recurso, e a procura tem sido bastante grande.

Nós temos também investido na retomada dos Pontos de Cultura pelo Brasil, porque eles tratam dos mais diversos temas, como questão racial, de gênero, de faixa etária, de cidadania, e produzem cultura o tempo todo, sendo um trabalho muito intenso de capilaridade que trata dos assuntos mais relevantes e da cultura do País todo. Assim, nós acreditamos também que os Pontos de Cultura servem para a preservação, para a valorização e para a difusão das culturas das comunidades tradicionais e de todos os segmentos da sociedade. Muitas vezes, os mais excluídos encontram uma possibilidade de expressão através dos Pontos de Cultura.

Agora, eu vou falar do que, neste momento, é o que mais nos... Eu ia dizer aflige, mas não aflige. É a maior alegria. Aflige, porque temos necessidade de fazer acontecer. É a criação do acervo afrodescendente, em Brasília, um projeto que nasceu na Fundação Palmares. Agora, o Ibram também se incorporou ao projeto, porque é a instituição que cuida dos nossos museus.

Nós estamos com a certeza da escolha de o local para erguer esse museu ser em Brasília. Alguns dizem: "Ah, mas já há vários museus afros no País". Há e nós estamos alocando recursos para esses museus, porque uma coisa não desmerece nem tira o valor da outra. Agora, a Capital do Brasil é Brasília, e, se temos uma identidade neste País e não só uma... Uma coisa é o número de pessoas, e outra é a identidade. E aí, Ministra, nós poderíamos ter 53% da população negra afrodescendente e não ter identidade negra neste País. Mas temos, porque a comida que o brasileiro aprecia tem raiz negra, a música que nós gostamos de escutar tem raiz negra, e não existe brasileiro que não aprecie o que tem raiz negra neste País. Isso tem que ser tornado mais claro para a nossa população: a identidade muito forte brasileira é negra.

O museu em Brasília seria um museu que não é de objetos, porque nós já temos alguns museus de objetos e o terreno que temos aqui em Brasília, que foi doado pelo então Governador Cristovam à Fundação Palmares, quando Mandela visitou o Brasil, não é um terreno enorme para se fazer um museu em que caibam objetos e mais um acervo. Então, a prioridade é fazer um museu moderno, de alta tecnologia, que vai digitalizar todos os museus afros, brasileiros e internacionais – vamos ter acesso, porque há museus negros muito interessantes no mundo inteiro –, para que possamos fazer aqui uma história.

Foi uma longa discussão, mas acredito que tenhamos acertado. É a história não contada, porque essa é a história que interessa, essa é a história que o povo brasileiro tem que saber, essa é a história que não encontramos nos livros com tanta facilidade nas escolas. Foi feito um grupo de estudo na Fundação Casa de Rui Barbosa, com os grandes historiadores da escravidão, que lá se reuniram por um período para dizer: "Que período escolhemos para contar?" "O período da África para cá?" Nós sabemos que 10 milhões de escravos vieram não para o Brasil; para o Brasil, cinco milhões.

Para vocês terem a dimensão, quantos foram para os Estados Unidos? Foram 380 mil. Por isso, eles tem 12% de população e nós temos 53% de população. Por

isso, a luta lá foi diferente da luta aqui. Inclusive, a Fundação Palmares e a Fundação Casa de Rui Barbosa...

Eu já convido todos vocês para, no ano que vem – Ministra Luiza, seria imprescindível a sua presença –, um seminário que está sendo organizado há um ano e meio sobre a libertação de escravos na Rússia, Estados Unidos e Brasil, a comparação de como isso se deu. E acredito que teremos muitas informações interessantes para o nosso Museu aqui.

Esse é um grande desafio. Acredito que até o final de 2014, evidentemente, não se tem possibilidade de fazer um museu, mas se tem possibilidade de iniciar um museu, porque já temos a história não contada, que esses historiadores apresentaram, como viemos da África, o que será enfatizado, como foram os períodos e, depois, o resgate da autoestima, porque o nosso processo civilizatório é um processo negro. E as pessoas não aprendem na escola que o tear foi introduzido no Brasil pelos negros, porque Portugal não permitia à colônia desenvolver teares; mas nessas grandes fazendas com mil escravos desenvolveram-se, através dos seus escravos, que tinham conhecimento, teares. A forja também veio para o Brasil através dos escravos, que tinham esse conhecimento.

Este será um museu que terá de contar esse período muito ruim da nossa história e fazer, nesse mesmo museu, o resgate da nossa história e da nossa autoestima. É isso que precisa haver esse museu.

Não é uma tarefa fácil; por isso, isso nos aflige. Construir um museu é muito difícil, mas tenho certeza de que, até o final de 2014, vamos começar a dar as bases para esse museu não ter retorno. Também estamos fazendo uma campanha forte aqui no Congresso; amanhã vamos fazer uma exposição para os Deputados – será na Câmara – para fazerem as emendas. Já peço aqui ao nobre Senador Paim, que não nos falta nunca com as emendas nessa questão afrodescendente, que faça também uma emenda para o museu, porque precisamos agora ter o projeto executivo – está sendo lançado um concurso no IAB, para a escolha do arquiteto a desenhar esse museu.

Eu tenho certeza de que são atos e marcos assim que, aos poucos, vão resgatando, juntamente com outras ações concretas de outro tipo, a importância da negritude e do povo afro-brasileiro aqui no nosso País.

Há uma fala bonita do Darcy Ribeiro, que diz que o povo brasileiro se constitui da miscigenação entre índios, brancos e negros. É verdade, mas não sobrou muito nem de índio nem de negro nos cadernos escolares. Então, isso tudo é que temos que, agora, tentar reconstruir.

Agradeço novamente a oportunidade de voltar aqui na Comissão de Direitos Humanos, à qual eu pertencia. É uma alegria podermos fazer essa comemoração, mas, mais que tudo, Ministra Luiza Bairros, fico muito contente de ter ouvido essa reflexão que V. Exª fez, porque essa reflexão é para o futuro. E é nisso que temos que pensar. Temos que ser ousados, ter propostas ousadas e pensar o futuro com grandeza.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Ministra Marta Suplicy, que também faz um belo pronunciamento, mostrando parte – porque tudo ela não poderia mostrar, devido ao tempo – do trabalho do Ministério da Cultura em relação à política para os afrodescendentes.

Meus cumprimentos a ambas as Ministras. Fiquei muito feliz de ouvir aqui os dois pronunciamentos, objetivos e diretos. Ao mesmo tempo, cumprimento os nossos convidados: a Rosane da Silva Borges, Conselheira do Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial; Carlos Moura, o primeiro Presidente da Fundação Cultural Palmares; José Hilton Santos Almeida, Presidente da Fundação Palmares, que também fez um belo pronunciamento e me ajudou muito aqui na articulação do evento; a nossa querida Ministra Luiza Bairros, da SEPPIR; e também a nossa querida Ministra Marta Suplicy, do Ministério da Cultura.

Esta audiência cumpriu seu objetivo, que era fazer uma justa homenagem à SEPPIR e à Fundação Cultural Palmares neste mês de novembro, que é o mês da consciência negra.

Assim, missão cumprida, vamos para o encerramento do evento, dizendo que vamos precisar muito, muito de vocês.

Nós aprovamos aqui duas questões. Vou falar só de algo recente, não vou falar de cotas, do estatuto. Foram duas questões importantes. Uma foi a Medalha Abdias, uma justa homenagem ao grande Abdias. O Senado, todo ano, escolherá cinco personalidades, cinco pessoas da nossa gente, do nosso povo, não importa o grau, que tenham se destacado na luta contra todo tipo de preconceito. É uma iniciativa da nossa Senadora da Bahia, Lídice da Mata, e deste Senador, mas que teve o apoio unânime de todos os Senadores da Casa.

A segunda iniciativa, também recente, é de novo de Lídice da Mata, que me tem convidado para essas parcerias. Ela me procurou, e nós vamos instalar a CPI de combate à violência contra os jovens negros. *(Palmas.)*

O Presidente Renan já autorizou, e vou acertar com ela, que vai escolher quem vai ser o Presidente ou a Presidenta. Se ela for a Presidente, eu seria, no caso, o relator. Se ela quiser que eu seja o Presidente, ela é quem vai decidir, porque a iniciativa é dela. E aí vamos precisar muito, muito de vocês, porque já

existem trabalhos feitos pela nossa gente em âmbito nacional. Nós vamos reunir o que há de construção feita e vamos dialogar e fazer esse trabalho em âmbito nacional, com o dever, com a força, com a responsabilidade que o momento exige.

O dado é, mais ou menos, este: de cada dez jovens assassinados, oito são negros ou negras. Então, isso exige uma posição rápida e imediata desta Casa.

Enfim, viva a SEPPIR, viva a Fundação Palmares, viva o Ministério da Cultura, vivam todos os homens e mulheres, negros e brancos, comprometidos com a igualdade, com a liberdade e com a justiça! E viva o nosso Plenário!

Está encerrada a audiência pública. *(Palmas.)*

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

ATA DA 66ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 12 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. DEFINIÇÃO DAS EMENDAS AO PLN Nº 9/2013 – PLOA

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 7, sob a Presidência da **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Registra-se a presença das seguintes Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Paulo Davim, Lídice da Mata, Sérgio Souza e Wilder Morais. O Senador Humberto Costa justifica sua ausência. Deixam de registrar a presença os demais membros. Passa-se a apreciação da seguinte pauta: **Item Único**. **Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que serão apresentadas ao Projeto de Lei nº 9, de 2013-CN – PLOA, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014"**. Relatora: Senadora Ana Rita. Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos a Senadora Ana Rita passa a presidência para o Senador Eduardo Suplicy. O Senhor Presidente passa a palavra à Senadora Ana Rita, relatora da matéria, que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, o Senhor Presidente põe em votação o Relatório da Senadora Ana Rita, que é **aprovado**, indicando que **a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 9/2013 – PLOA**:

Entra bocópia

Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos o Senador Eduardo Suplicy devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores Ana Rita, Eduardo Suplicy e Paulo Paim. A Senhora Presidenta propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas da 62ª a 66ª reuniões, que são dadas por aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata, em duas páginas, que assinadas pela Senhora Presidenta será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora Ana Rita

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 66ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 62ª à 65ª Reuniões.

Esta reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao Projeto de Lei nº 09, de 2013, do Congresso Nacional, Projeto de Lei Orçamentária de 2014, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foram apresentadas 45 emendas perante a Comissão.

Como sou Relatora das emendas, passo a Presidência ao Senador Eduardo Suplicy, para que eu possa proceder à leitura do Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tem a palavra, então, a Senadora Ana Rita, para a leitura das emendas relativas às Propostas ao Orçamento da União.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para a leitura do Relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com amparo nas disposições constitucionais, tramita no Congresso Nacional, sob o nº 09, de 2013, do Congresso Nacional, o Projeto de Lei Orçamentária da União para exercício financeiro de 2014.

O projeto encontra-se na fase de emendas da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Conforme Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, a CDH pode participar do processo, por meio de apresentação de até 06 emendas à despesa, sendo 03 de apropriação e 03 de remanejamento.

Não há limite para apresentação de emendas ao texto. No prazo fixado neste Colegiado, foram apresentadas 45 sugestões de emendas, todas de apropriação.

Fui designada Relatora da matéria, que passo a analisar.

Acompanho a análise das propostas.

Acompanho este parecer, as propostas apresentadas pelos nobres Pares e tabela, em que se especifica a autoria, unidade orçamentária beneficiária, ação objeto da proposta e valor pretendido.

Orientaram-nos, neste parecer, as normas regimentais, sob a apresentação de emendas, pelas Comissões Permanentes, especialmente a Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional.

Todas as sugestões objetivam aumentar dotações de programações constantes no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013 e, com o tempo, a unidade orçamentária de competência deste Colegiado, nos termos do anexo do parecer preliminar, aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

As sugestões são inegavelmente de interesse nacional, mas a limitação numérica imposta pela Resolução nº 01, de 2006, nos força a acomodar as propostas em apenas três emendas desta Comissão.

Critérios para a Composição das Emendas da Comissão de Direitos Humanos

Apenas 06 Senadoras e Senadores optaram por sugerir emendas a esta Comissão. Nosso parecer visou contemplar a maioria dos nobres Pares e as ações mais visadas por eles.

Assim sendo, estamos optando pela aprovação integral de todas as sugestões que contemplem as Ações nº 14UF.0001 – Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidade de Atendimento especializada à Criança e Adolescentes Nacional; a de nº 210B.0001, de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Nacional e de nº 2674.0001, Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais Nacional.

A seleção atende totalmente aos membros deste Colegiado, que participaram do processo de sugestões e ainda existe a possibilidade, por meio das emendas individuais, de acrescentar recursos a todas as áreas de competência desta Comissão, especialmente para as que agora não puderem ser contempladas.

Voto.

Como decorrência, votamos pela apresentação das emendas de apropriação do tipo acréscimo, conforme demonstrado na tabela anexa, na modalidade aplicação de Aplicação 90, que é a aplicação direta, e nos grupos de natureza de Despesa 3, outras despesas decorrentes, e 4, investimentos.

A Emenda nº 01 ajusta e consolida sugestões constantes das Propostas nºs 01, 04, 12 e 35; a Emenda nº 02, das Propostas nºs 10, 29 e 37; e a Emenda nº 03, das Propostas nºs 31 e 34.

Propomos, por fim, que a deliberação final conste da ata desta Reunião, cuja cópia deverá ser entregue à CMO, juntamente com as emendas aprovadas. Propomos também que a Secretaria da Comissão de Direitos Humanos seja incumbida de proceder às adequações legais e regimentais que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas, devendo levar em conta que os demais dados para a elaboração permanecem como constam nas Propostas nºs 35, 10 e 31 respectivamente (Sala da Comissão. 26 de novembro de 2013.).

Sr. Presidente, este é o nosso Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Agradeço, Senadora Ana Rita, se V. Exª puder a informação sobre o valor das emendas respectivamente.

Por exemplo, quando V. Exª mencionou, na primeira emenda, Construção de Unidades, qual é a localidade em que isto vai realizar-se. No caso da segunda emenda, relativa ao atendimento das mulheres vítimas de violência, se puder exemplificar, como é que isto poderá acontecer e se também puder um exemplo da terceira emenda, para que todos tenhamos ciência completa do propósito das emendas que estão apresentadas.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador.

A primeira emenda refere-se à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Está no subtítulo: Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidade de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes em Nível Nacional, num valor de

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Três bilhões trezentos e setenta e cinco milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – São diversas Unidades.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – São diversas Unidades, Sr. Presidente. É porque foram apresentadas 45 emendas, e várias delas foram apresentadas por vários Senadores.

Então, o nosso objetivo foi justamente agregar todas essas emendas, apresentadas por Senadores

diferentes, mas que se referiam ao mesmo objeto. É por isso que os valores são altos assim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pelo que entendo, então, são diversas Unidades em diferentes Municípios do Brasil.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Era isso que eu queria esclarecer.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não é específico. São emendas gerais. É de caráter nacional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Certo.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, para atender a toda a Federação, no que se refere, neste caso, ao atendimento especializado a crianças e adolescentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Emenda nº 02 é da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que teve o mesmo procedimento. Diversos Senadores e diversas Senadoras apresentaram emendas relacionadas a esse mesmo objeto e que, somando as emendas, dá um valor.

Então, aqui se refere ao subtítulo: Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em Nível Nacional – para atender a todas as Unidades da Federação –, no valor de R$482,5 milhões.

A Emenda nº 03 é da Advocacia-Geral da União, da mesma forma. Alguns Senadores também apresentaram emendas para atender à Advocacia-Geral da União, no que se refere à representação judicial e extrajudicial da União e suas autarquias e fundações federais, também em caráter nacional, no valor de R$600 milhões.

Então, somando as Emendas nºs 01, 02 e 03, dá um valor de quatro bilhões – não estou acostumada a tantos valores, não é? –, quatrocentos e cinquenta e sete milhões e quinhentos mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tudo bem.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, que conclui pela aprovação das Sugestões 01,04, 12 e 35, consolidadas pela Emenda nº 01, das Sugestões 10, 29 e 37, consolidadas pela Emenda nº 02, e das Sugestões 31 e 34, consolidadas pela Emenda nº 03.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CDH, favorável às Emendas nºs 01, 02 e 03.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Passo a palavra à Presidenta Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quero aqui agradecer ao Senador Eduardo Suplicy por contribuir com o andamento desta reunião de hoje.

Também gostaria de fazer aqui uma ponderação, porque, como Relatora do Projeto, senti-me com muita dificuldade. Aí definimos o critério, que seria aquele onde a maior parte dos Senadores apresentaram emendas e também a especificidade desta Comissão de Direitos Humanos, porque, infelizmente, a Comissão só pode apresentar três emendas, e nós recebemos aqui 45 emendas.

Então, nós buscamos consolidar o maior número de Senadores que defenderam aquela proposta, para que pudéssemos aqui, pelo menos, chegar minimamente a esta redação.

Infelizmente, não conseguimos atender a todos.

Então, gostaria de fazer esse registro, porque gostaríamos de agradecer a presença do Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, acabamos de aprovar as emendas. Não sei se V. Exª gostaria de saber do resultado final, mas o relatório está à disposição de todos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só queria cumprimentar V. Exª. Com certeza absoluta, eu acompanharia o relatório de V. Exª, porque sei da sua posição muito firme.

As emendas desta Comissão têm um compromisso com o social, com os direitos humanos. É claro que não dá para atender a todos como gostaríamos, mas, sem estar aqui presente, gostaria de assinar o relatório de V. Exª, porque tenho plena confiança no seu ponto de vista, em matéria de emendas, e no seu compromisso com os direitos humanos e com o social.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Queria só registrar, Senador Paulo Paim, que, na Emenda nº 01, foi contemplada a sua Proposta de Emenda nº 04, uma das 45, referente à Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes.

Foi um valor muito significativo de três bilhões e trezentos e setenta e cinco milhões de reais, que engloba a emenda de R$200 mil, sugerida por V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada aos Senadores Eduardo Suplicy, Paulo Paim e a todos que assinaram a lista de presença.

Muito obrigada.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 57 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS SUBCOMISSÕES NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, SENDO 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER, 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA, 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO E 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS.

Às onze horas e trinta minutos do dia nove de abril de dois mil e treze, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúnem-se a SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER; SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA; SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO E A SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO, com a presença os seguintes Senhores Senadores e Senadoras João Capiberibe, Ângela Portela, Lídice da Mata, Paulo Paim, Paulo Davim, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão. Registra-se a presença da Senadora Ana Rita, Presidenta da CDH e do Senador Magno Malta. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente Reunião tem por escopo a INSTALAÇÃO DAS SUBCOMISSÕES NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E ELEIÇÃO DOS RESPECTIVOS PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES. O Senhor Presidente eventual Sérgio Petecão lê a composição da SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER e convida a Senadora Ana Rita a ocupar a mesa e lhe passa a palavra. A Senadora Ana Rita faz suas considerações acerca da instalação das subcomissões, desejando bom êxito aos trabalhos das subcomissões. O Senhor Presidente eventual, Senador Sérgio Petecão, faz encaminhamento para que as eleições ocorram por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, CAE, CAS, CE e CDH. O Senhor Presidente consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. O Senhor Presidente comunica que as eleições ocorrerão por aclamação. O Senhor Presidente coloca em votação, por aclamação, a eleição da Senadora Lídice da Mata para Presidenta e da Senadora Ângela Portela, para Vice-Presidenta da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. As candidatas são eleitas por unanimidade. Às onze horas e quarenta e três minutos o Senhor Presidente, eventual, Senador Sérgio Petecão passa a Presidência para a Senadora Ana Rita. A Senhora Presidenta, Senadora Ana Rita, lê a composição da SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA. A Senhora Presidenta faz encaminhamento para que as eleições ocorram por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, CAE, CAS, CE e CDH. A Senhora Presidenta consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. A Presidência comunica que as eleições ocorrerão por aclamação. A Senhora Presidenta coloca em votação, por aclamação, a eleição do Senador João Capiberibe e Randolfe Rodrigues para Presidente e para Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça. Os candidatos são eleitos por unanimidade. A Senhora Presidenta, Ana Rita, lê a composição da SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO. A Senhora Presidenta faz encaminhamento para que as eleições ocorram por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, CAE, CAS, CE e CDH. A Senhora presidenta consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. A Presidência comunica que as eleições ocorrerão por aclamação. A Senhora Presidenta coloca em votação, por aclamação, a eleição do Senador Paulo Paim e Eduardo Suplicy para Presidente e para Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia,

Proteção aos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso. Os candidatos são eleitos por unanimidade. A Senhora Presidenta, Ana Rita, lê a composição da SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO. A Senhora Presidenta faz encaminhamento para que as eleições ocorram por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, CAE, CAS, CE e CDH. A Senhora Presidenta consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. A Presidência comunica que as eleições ocorrerão por aclamação. A Senhora Presidenta coloca em votação, por aclamação, a eleição do Senador Paulo Davim e Lídice da Mata para Presidente e para Vice-Presidenta, respectivamente, da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Proteção aos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso. Os candidatos são eleitos por unanimidade. Em seguida, a Senhora Presidenta concede a palavra aos Presidentes eleitos. Às doze horas e trinta e cinco minutos a Senhora Presidenta passa a palavra para o Governador do Amapá Camilo Capiberibe. O Senhor Governador faz suas considerações. Fazem o uso da palavra as seguintes Senhoras Senadoras e Senadores Sérgio Petecão, Ana Rita, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Paulo Paim, Paulo Davim e Ângela Portela. Conclusa a instalação da Subcomissão, encerra-se a Reunião, às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, **a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.**

Senadora Ana Rita

Presidenta

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB/PSOL, titular Senadora Angela Portela e suplente Senador Paulo Paim e titular Senadora Lídice da Mata, PSB, e suplente Senador João Capiberibe, PSB do Amapá; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, PMDB/PP/PSD/PV, titular Senador Sergio Petecão, PSD, e a suplência ainda encontra-se vaga e titular Senador Paulo Davim, PV do Rio Grande do Norte, e a suplência encontra-se vaga; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, PSDB/DEM, ainda estão vagos tanto o titular como suplente.

Antes de passar propriamente à eleição para a Presidência e para a Vice-Presidência desta Subcomissão, convido a Presidente da Comissão, Senadora Ana Rita, para compor a Mesa.

Por favor, Presidente. *(Pausa.)*

De imediato, concedo a palavra à nobre Senadora para que ela possa fazer aqui uma breve consideração a respeito das Comissões.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quero aqui agradecer o Senador Petecão por abrir os trabalhos da Subcomissão da Mulher.

Quero também cumprimentar o Senador João Capiberibe e o Senador Paulo Davim pela iniciativa de propor a criação das Subcomissões que instalaremos logo a seguir.

Hoje, pela manhã, vamos instalar quatro subcomissões de trabalho e esta que estamos instalando agora é a Subcomissão da Mulher, sendo presidida neste momento pelo Senador Petecão.

Cumprimento também a Senadora Lídice da Mata e o Senador Paulo Paim, que trabalharam durante todo o ano passado e este ano pela continuidade dos trabalhos das subcomissões já existentes.

Também quero aqui lembrar e reconhecer o esforço da Senadora Angela Portela, que esteve à frente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, que cumpriu também um papel importante, e nos ajudou também durante os trabalhos da CPMI. Então, a Senadora Angela Portela foi uma Senadora bastante presente, empenhada. Graças a ela, a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher pôde realizar os seus trabalhos durante todo o ano passado.

Hoje serão instaladas as subcomissões, conforme já foi dito, e eleitos, respectivamente, os presidentes e vice-presidentes de cada subcomissão. Os temas que constituem o objeto de cada subcomissão têm importância fundamental para o nosso País. O trabalho de cada colegiado parlamentar vai contribuir, com certeza, para coibir a violência contra a mulher e também a pedofilia, para promover os direitos das crianças, dos adolescentes, dos idosos e das pessoas com deficiências. O tráfico de seres humanos e o trabalho escravo também serão combatidos com, com certeza, com muito vigor. O Senador Paulo Davim está empenhadíssimo nessa tarefa, e daqui a pouco essa subcomissão será instalada. Por fim, a Comissão Nacional da Verdade terá uma significativa contribuição

do Parlamento brasileiro na busca da verdade acerca dos crimes de lesa-humanidade praticados durante o regime militar. O Senador João Capiberibe terá a missão, a tarefa, juntamente com os demais Senadores, de conduzir esse trabalho.

Para que possamos organizar bem o trabalho das subcomissões, sugiro, enquanto Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, que cada subcomissão realmente tenha o seu plano de trabalho e o seu cronograma de reuniões e divulgue o plano de trabalho e o cronograma das reuniões para que possamos ter uma participação efetiva também da sociedade nos trabalhos das subcomissões.

Quero aqui fazer um registro. Os Senadores João Capiberibe, Paulo Paim e Paulo Davim já enviaram as propostas para a Comissão de Direitos Humanos. Contamos também com as propostas da Subcomissão da Mulher. Com certeza, essas subcomissões terão todo apoio necessário desta Presidenta e do colegiado da Comissão de Direitos Humanos, que terá uma enorme tarefa pela frente, uma tarefa que, com certeza, vai corresponder às expectativas da nossa sociedade. A nossa Comissão de Direitos Humanos terá o seu trabalho respaldado e fortalecido pelas subcomissões.

Então, quero aqui desejar a todos os nossos colegas, Senadores e Senadoras, que vão compor essas subcomissões um bom trabalho, um trabalho efetivo, um trabalho que realmente corresponda aos anseios de nossa sociedade.

Parabenizo a todos os companheiros e companheiras por colocar seus nomes à disposição das subcomissões.

Desejo um bom trabalho.

Dessa forma, encerro a minha fala passando novamente a palavra para o Senador Petecão.

Gostaria muito que essas minhas palavras ficassem registradas, fossem transcritas, para que pudessem constar das notas taquigráficas da Comissão de Direitos Humanos, enfim, que todo trabalho que for registrado aqui hoje possa constar das notas taquigráficas da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso, da Subcomissão Permanente de Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo e da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. Que todo trabalho que vai ser produzido aqui hoje, a eleição dos presidentes, vice-presidentes, possa constar das notas taquigráficas.

Era isso, Senador Petecão. Devolvo a palavra a V. Exª para continuar conduzindo os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Obrigado, Senadora, e parabéns pelo belíssimo trabalho que a senhor faz nesta Comissão.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa, Senador Magno Malta: Presidente, Senadora Lídice da Mata, sua colega que está aqui ao seu lado, e Vice-Presidente, Senadora Ângela Portela.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos proceder à eleição por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, na CAE, na CAS, na Comissão de Educação e, aqui, na nossa Comissão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente Petecão, tinha que estar aqui para votar na Senadora Lídice porque minha mãe sempre votou nela. Minha mãe não está mais viva, mas sempre votou nela. Se eu não viesse para cá votar, iria me sentir mal. Então, não aceito essa aclamação. Quero que registrem o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Em votação o encaminhamento para que seja realizada eleição por aclamação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o encaminhamento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Chegou o nosso eterno Senador Paim desta Comissão. *(Pausa.)*

A eleição para presidente e vice-presidente para a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher para o biênio 2013/2014 ocorrerá por aclamação.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com os nomes da Senadora Lídice da Mata e da Senadora Angela Portela para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleita para Presidente a Senadora Lídice da Mata e para Vice-Presidente a Senadora Angela Portela.

Convido as eleitas para ocuparem seus lugares à mesa. *(Pausa.)*

Passo a Presidência para a Senadora Lídice da Mata. *(Palmas.)*

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem, uma sugestão. Não poderíamos instalar todas as subcomissões. Tenho outras comissões. Tenho dificuldade. Se não for instalada agora, vou ter que me retirar. *(Pausa.)*

Até porque o Senador Petecão, que é o mais antigo da Comissão... *(Pausa.)*

Não é que o senhor tem tempo na Comissão, mas de idade o senhor é o mais antigo... *(Risos.)*

O senhor tem também outras Comissões, não tem? *(Pausa.)*

Ele é o ancião da Comissão. Ancião, o senhor tem outras Comissões, não tem?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Até por ser o Senador mais jovem da Comissão, agora vou passar a Presidência para a nossa Presidente aqui. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Petecão.

Já instalamos, então, a Subcomissão da Mulher, e, mediante solicitação dos colegas, Senadores e Senadoras, eu mesma vou presidir para que possamos dar agilidade aos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, titulares Senadores Randolfe Rodrigues, PSOL, e João Capiberibe, PSB, e suplentes Senadores Paulo Paim, do PT, e Eduardo Suplicy, PT; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, Senador Paulo Davim, PV; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, não houve nenhuma indicação. *(Pausa.)*

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, titulares Senadores Paulo Paim, PT do Rio Grande do Sul, e João Capiberibe, PSB do Amapá, e suplentes Senadores Randolfe Rodrigues, PSOL do Amapá, e Aníbal Diniz, PT do Acre; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, Senador Paulo Davim, PV do Rio Grande do Norte; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, Senador Ataídes Oliveira, PSDB do Tocantins. *(Pausa.)*

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, titulares Senador Paulo Paim, PT do Rio Grande do Sul, e Senadora Lídice da Mata, PSB da Bahia, e suplente Senador Randolfe Rodrigues, PSOL do Amapá; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, Senador Paulo Davim, PV do Rio Grande do Norte; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, Senador Ataídes Oliveira, PSDB do Tocantins. *(Pausa.)*

Vamos, agora, fazer os procedimentos para a eleição da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: Presidente Senador João Capiberibe e Vice-Presidente Senador Randolfe Rodrigues.

É uma chapa única e de consenso.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, na CAE, na CAS, na Comissão de Educação e aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Em votação o encaminhamento para que seja realizada a eleição por aclamação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o encaminhamento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça para o Biênio 2013/2014 ocorrerá por aclamação.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os nomes do Senador João Capiberibe e Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleito para Presidente o Senador João Capiberibe e para Vice-Presidente o Senador Randolfe Rodrigues.

Pergunto ao Sr. Presidente João Capiberibe se gostaria de fazer uso da palavra e convido-o para compor a nossa Mesa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem. É possível aprovar todas, senão não vou ter como ficar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Vou convidá-los para fazer parte da Mesa e vamos

proceder aos demais. Depois, em seguida, ao final, todos falam. Pode ser assim?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Já que o Presidente está sendo eleito por aclamação na ausência, consigne meu voto também na minha ausência. Tenho outra Comissão. Não posso mais ficar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Vou convidar o Presidente eleito e a Senadora Lídice da Mata, que é a Presidente eleita, para com por a Mesa, e o Senador João Capiberibe. Vou proceder à eleição das demais duas subcomissões. Em seguida, ao final, todos poderão utilizar a palavra. *(Pausa.)*

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa para a Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso, da Comissão de Direitos Humanos: Presidente Senador Paulo Paim e Vice-Presidente Senador Eduardo Suplicy.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, na CAE, na CAS, na Comissão de Educação e aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Em votação o encaminhamento para que seja realizada a eleição por aclamação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o encaminhamento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso para o Biênio 2013/2014 ocorrerá por aclamação.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os nomes do Senador Paulo Paim e Senador Eduardo Suplicy para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleito para Presidente o Senador Paulo Paim e para Vice-Presidente o Senador Eduardo Suplicy.

Convido o Senador Paulo Paim para compor a Mesa como Presidente eleito da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente, para uma questão de ordem.

O Senador Magno Malta só não está nesta Comissão porque o nome dele não foi indicado. O nome dele, sendo indicado, será incorporado a esta Comissão e vamos discutir inclusive a posição em que ele gostaria de ficar.

Senador Magno Malta está assegurado isso. Tentei colocar seu nome e foi impossível, porque não é permitido porque não há indicação do seu nome pelo Bloco. Uma vez indicado, faço questão que V. Exª fique nesta Comissão, como vou ficar na sua, as outras duas que V. Exª propôs, inclusive uma delas é uma CPI.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Srª Presidente, me permita.

Para mim é até uma coisa nova. Nunca tinha vista a indicação para uma Subcomissão sendo tratada na proporcionalidade, inclusive, quando presidi a Comissão de Participação Legislativa, as subcomissões eram indicadas pelo Presidente. Propus a criação dessa subcomissão quando V. Exª era o Presidente. Sou proponente da criação, mas foi tratada com base na proporcionalidade, e o Bloco a que pertence o meu Partido não tem assento, na proporcionalidade, em subcomissão. Por isso, vamos negociar ou com o Bloco de Apoio ao Governo ou o Bloco da Maioria para que possa ceder e eu possa participar, até porque não é o fato tão somente de ser proponente, mas é uma matéria que me diz respeito, que é a questão de abuso e de pedofilia no País, e gostaria muito de poder cooperar com V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Randolfe, que acabou de chegar, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Temos a honra de ter a presença aqui do Governador Camilo Capiberibe, Governador do meu Estado. Queria pedir a V. Exª que convidasse o Governador a acompanhar nossa reunião e a integrar a Mesa da CDH.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador, por favor.

Esteja, então... Seja muito bem-vindo a nossa Comissão. É irmão do Senador João Capiberibe... *(Pausa.)*

É filho! Que alegria! Seja bem-vindo!

Então, Governador, esteja aqui à frente, compondo a Mesa conosco. É um prazer muito grande recebê-lo aqui. *(Pausa.)*

É um prazer conhecê-lo pessoalmente.

Do meu lado direito, o pai; do meu lado esquerdo, o filho.

Seja bem-vindo, Governador! *(Pausa.)*

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão de Direi-

tos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, titulares Senador Paulo Paim, PT do Rio Grande do Sul, e Senadora Lídice da Mata, PSB da Bahia, e suplente Senador Randolfe Rodrigues, PSOL do Amapá; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, Senador Paulo Davim, PV do Rio Grande do Norte; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, Senador Ataídes Oliveira, PSDB do Tocantins.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: Presidente Senador Paulo Davim e Vice-Presidente Senadora Lídice da Mata.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, na CAE, na CAS, na Comissão de Educação e aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Em votação o encaminhamento para que seja realizada a eleição por aclamação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o encaminhamento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo para o Biênio 2013/2014 ocorrerá por aclamação.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os nomes do Senador Paulo Davim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleito para Presidente o Senador Paulo Davim e para Vice-Presidente a Senadora Lídice da Mata.

Convido o Senador Paulo Davim a ocupar o seu lugar à mesa. Dessa forma, passo a palavra para os Senadores eleitos Presidentes e Presidenta das subcomissões temporárias da Comissão de Direitos Humanos.

Vou passar a palavra para a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, quero agradecer a confiança de todos que me colocaram na Presidência da Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulher e à companheira Angela Portela.

Na verdade, houve uma inversão de lugares, de papeis em relação ao ano passado. Srª Presidenta, embora eu esteja bastante sobrecarregada nas outras Comissões, não pude deixar de atender o apelo da Senadora Angela Portela para que pudéssemos dar continuidade a esse trabalho tão bem desenvolvido por ela no período imediatamente passado desta Comissão. No entanto, quero ter o compromisso dela para que possamos dar continuidade a esse trabalho.

Quero agradecer também ao Senador Paulo Davim, que me pediu para compor também a subcomissão que trata do tráfico de pessoas e do trabalho escravo, tema que tratamos no ano passado inteiro na CPI do Tráfico de Pessoas, que tive a honra de ser a relatora.

Portanto, quero agradecer e parabenizar os outros Presidentes das subcomissões. Se pudesse, participaria de todas elas, porque todas trazem temas que são do nosso interesse e que consubstanciam uma agenda de direitos humanos no Brasil, e já faz parte da minha história política participar.

Quero saudar, em particular também, a iniciativa do Senador João Capiberibe, que trouxe a esta Comissão a temática da memória, da verdade e da justiça, podendo acompanhar esse trabalho fundamental que se inicia no nosso País e que é de recuperação da memória política do nosso povo.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Parabenizo a Senadora Lídice da Mata e todos os Senadores que compõem esta Comissão. Desejo que façam um bom trabalho.

Passo agora a palavra para o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Srª Presidenta, Srª Senadora Lídice da Mata, Srs. Presidentes de Subcomissão, Paulo Davim e Paulo Paim, quero dizer algumas palavras.

Sr. Governador do Amapá, é uma honra a presença de V. Exª. É uma satisfação pessoal contar aqui com a sua presença nesta reunião. Para mim, é muito importante, assim como a presença do Senador Randolfe Rodrigues, que é meu Vice na Subcomissão.

Senador Randolfe, certamente a diferença que nos separa é muito pequenas, inclusive de tempo vivido. Randolfe é historiador. Como professor de história, conhece com profundidade os acontecimentos desse País dos últimos 49 anos.

Senadora Angela Portela, V. Exª, com certeza, vai participar ativamente desta Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça.

Particularmente, tenho interesse muito grande porque convivo com muitos jovens. Na política, nossos Partidos têm as suas organizações juvenis. Essas gerações que sucederam a 1964 desconhecem o que aconteceu.

Ultimamente, tivemos oportunidade de acessar os arquivos da ditadura divulgados pelo Governo de São Paulo. O Governo de São Paulo colocou um portal muito interessante. É muito impressionante o que a gente pode conhecer, mesmo para mim. Sou ex-preso político. Fui preso, torturado e exilado. Fico surpreso quando a gente se depara com a ficha do Roberto Carlos, do Pelé. A ditadura tinha um controle enorme sobre as pessoas. A Presidenta Dilma teve uma participação muito efetiva na luta contra a ditadura.

Tive com a Senadora Lídice da Mata quando da declaração de anistia de Carlos Marighella. Carlos Marighella, para mim, é um dos heróis do séc. XX do nosso País e precisa ser reconhecido como militante aguerrido, um homem que dedicou sua vida. Passou quase dois terços de sua vida clandestinamente, como tantos outros brasileiros.

O Brasil é um país com dificuldade para conviver com as diferenças. Hoje temos um espaço de liberdade política mais amplo, mas, ainda assim, temos grande dificuldade na convivência com segmentos da sociedade, com os indígenas, com as populações negras. É ainda uma sociedade muito discriminatória, que discrimina setores importantes da sociedade brasileira. Então, mais do que nunca é preciso trazer essas informações para que possamos compartilhar com as gerações do presente para que não tenhamos nunca mais que conviver com a intolerância, com a violência do Estado – porque a violência foi patrocinada pelo Estado brasileiro; imaginem que o cidadão paga o imposto e o Estado responde com violência –, sobretudo com absoluta intolerância com a divergência. Essa é uma questão que vamos observar.

Já tenho uma sugestão do Senador Randolfe de convidar, e minha, vamos assinar juntos esse requerimento, a Comissão Nacional da Verdade, da Memória e da Justiça para que possam vir aqui à Comissão de Direitos Humanos e falar um pouco do trabalho que vem desenvolvendo e, sobretudo, das dificuldades, porque ainda hoje algumas portas lhes estão fechadas para a busca de revelar para a sociedade, por exemplo, o caso dos desaparecidos políticos. Isso é uma coisa absolutamente grave. Até hoje não se sabe o que aconteceu com essas pessoas, e existem informações e essas informações continuam sendo negadas à Comissão da Verdade. A gente precisa dar o suporte, apoiar.

A ideia dessa subcomissão é que a gente possa envolver o conjunto da Comissão para apoiar a ação da Comissão Nacional da Verdade, da Memória e da Justiça. Acho que podemos dar uma grande contribuição. Podemos também evidentemente ouvir. Há um segmento que gostaria particularmente de convidar futuramente para vir aqui, para que a gente possa entender de fato o que aconteceu, que são os militares. Houve um expurgo nas Forças Armadas, em 1964, enorme. Inúmeros oficiais, praças foram expulsos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e a sociedade brasileira não sabe. Só conhecemos os militares dos clubes militares, que esses anos todos faziam manifestação a cada comemoração do golpe. Eles comemoravam, a cada ano, no dia 1º de abril, 31 de março, o golpe. Ultimamente, só comemoram entre eles, pelo menos a sociedade brasileira conseguir dar um passo adiante e reconhecer... Aqui mesmo, no Senado, tenho o desprazer, ao subir as escadas, de passar por uma ala que é uma homenagem a um dos torturadores do Estado novo. Eu me sinto muito mal. Fui torturado lá. Todo dia que passo ali, me lembro do que eu passei. Não dá para esquecer. São coisas que a gente não fala. É muito difícil a gente... *(Palmas.)*

Falar dessas coisas é muito complicado, mas, enfim, sou obrigado a me lembrar disso a cada dia, e, para mim, isso é muito desagradável, Srª Presidente.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador João Capiberibe, com certeza, V. Exª fará um brilhante trabalho à frente dessa Subcomissão. Quero dizer que a Comissão de Direitos Humanos estará inteiramente a sua disposição e à disposição de todos os membros que compõem esta Subcomissão. É mais do que necessário que o País realmente faça valer a verdade dos fatos.

Quero aqui aproveitar a oportunidade e dizer que, no Estado do Espírito Santo, já foram criadas quatro comissões no Estado para justamente trabalhar esse assunto e subsidiar a Comissão Nacional da Verdade: uma comissão na Universidade Federal; outra, na Assembleia Legislativa; uma, no Governo do Estado; e outra, no sindicato dos jornalistas. O povo brasileiro tem sede de justiça. Fazer apuração do que aconteceu no período da ditadura militar é extremamente necessário. Temos certeza absoluta de que V. Exª, pela experiência, pela vivência e pela dor que já sofreu durante sua vida, fará um brilhante trabalho à frente dessa Subcomissão.

Nossos parabéns por essa iniciativa e, ao mesmo tempo, toda nossa solidariedade e apoio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Peço a palavra, Srª Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Me permita, Srª Presidente, só fazer um registro. O

Governador Camilo está nomeando a Comissão da Verdade no Amapá. Nos lugares mais isolados, os absurdos que vão vir à tona vão surpreender muita gente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Acho importante, antes de passar a palavra ao Senador Randolfe, lembrar, Senador João Capiberibe, e até já conversamos sobre isso, que, no Senado Federal, o meu gabinete, o nosso gabinete fica também na Ala Filinto Müller, o que nos traz um constrangimento quando informamos às pessoas de fora onde fica o gabinete, porque as pessoas se assustam: "Ala Filinto Müller?"

Então, tomei iniciativa de propor um projeto de lei mudando o nome da Ala. Infelizmente esse projeto ainda não foi aprovado no Senado Federal, porque, lamentavelmente, há resistência aqui em retirar o nome do ex-Senador Filinto Müller da ala. Há resistência interna. Dentro da nossa própria Casa, encontramos resistência.

Sabemos o quanto isso é difícil para quem passou por aquele período e para os familiares das vítimas. Então, todo nosso apoio e nossa solidariedade.

Senador Randolfe. Em seguida, vou passar a palavra para o Senador Paulo Paim e Senador Paulo Davim, para que possam se manifestar também como Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Srª Presidente, veja que contraditório: a Ala Filinto Müller fica abaixo da Ala Teotônio Vilela. É antagônico e inadequado conviver no mesmo prédio Teotônio Vilela e Filinto Müller. É antagônico e acintoso às conquistas do povo brasileiro e à principal e mais importante conquista dos últimos 30 anos da história brasileira, Senador Paim, que é a conquista pela democracia.

Tem um trecho de Nando Reis, uma bela música dele, que diz que tudo que acontece na vida tem o seu momento e o seu destino. Quis o momento e o destino atual que o Governador Camilo estivesse aqui, em um dia importante para o Amapá. O Governador está aqui para acompanhar a votação do Fundo de Participação dos Estados, a nova fórmula de partilha do FPE, fundamental e indispensável em nosso Estado. Coincidiu esse momento com a eleição da nossa Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, na qual tenho a honra de figurar, da qual tenho a honra de ter sido escolhido Vice-Presidente e de ser dirigido, nesta Comissão, por uma figura que representa toda a síntese da luta do povo brasileiro por democracia, que é o Senador João Capiberibe, que representou o antônimo e a luta contra a ditadura. Quis o momento e o destino que o Governador Camilo viesse aqui, que nos encontrássemos aqui na Comissão, no momento em que seu pai está sendo eleito Presidente da Subcomissão da Verdade.

A Subcomissão terá o papel de contribuir com a Comissão Nacional da Verdade, com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, para que restauremos a verdade e a memória brasileira – e, por isso, tenho a honra de integrar esta Subcomissão –, restauremos até para que não possamos, Senador Capiberibe, ouvir até aqui no Senado alguns impropérios, ouvir alguns colegas Senadores cometerem o equívoco de chamar o Golpe de 1964 de revolução. Como assim? Isso é um desatino a democracia afirmar isso.

Então, quis o destino que o Governador Camilo estivesse aqui, na CDH, no momento em que seu pai é eleito Presidente da Subcomissão, reunindo um conjunto de memórias para a história brasileira. O pai do Governador padeceu de todas as angúrrias da ditadura. O Governador teve sequestrado um direito que pertence a todos nós, brasileiros, que foi o direito de nascer na sua pátria. O Governador teve sequestrado esse direito. Devido ao exílio que foi imposto a seu pai e a sua mãe, foi obrigado a nascer em um país estrangeiro, em um momento bonito de uma nação estrangeira, que foi o momento do governo de Salvador Allende, no Chile. Mas teve esse direito de nascer em seu País sequestrado, para percebermos a violência desse período. Não podemos nos calar e não podemos deixar de lembrar o que foi esse período para que nunca mais aconteça na história nacional.

Não vivi esse período. Eu e Camilo somos os frutos da restauração democrática. Somos resultado de um período de abertura política e convivemos com Capi esse resultado da abertura política. Aprendemos com Capi e com tantos outros o que representou o período anterior para a história nacional. Como historiador, fará muito para a minha vida integrar essa Comissão e contribuir, nesse momento seguinte da história nacional, para que a verdade venha de fato à tona para o esclarecimento disso, para que as gerações seguintes não tenham que ouvir Parlamentares seus chamando a inauguração do pior período da história nacional de "revolução". Não foi e significou, reiteramos, um período triste absurdo da história nacional.

Quis o momento e o destino que tivéssemos essa síntese na Comissão de Direitos Humanos do Senado, no dia de hoje. Que a Comissão de Direitos Humanos do Senado esteja caminhando, e é lamentável dizer, no contraponto dos descaminhos que está caminhando a Comissão de Direitos Humanos na Câmara. A Comissão de Direitos Humanos do Senado, dirigida pelo Senador Paulo Paim e dirigida, hoje, pela Senadora Ana Rita, institui sua comissão de acompanhamento da Comissão Nacional da Verdade, reitero, quis o momento e o destino, construindo uma síntese nesse momento. Juntou representantes de gerações

diferentes e elegeu um exilado político, que sofreu com a ditadura, para dirigir sua subcomissão.

Não sabemos a dimensão desse momento, que eu diria histórico, que estamos vivendo aqui. Quis o destino e a força divina que esse momento tivesse tantas coincidências: a presença do Governador do meu Estado para cá para presenciar a emoção do seu pai e a instituição dos trabalhos desta Comissão.

Para mim, será uma honra fazer parte desta Subcomissão.

Por fim, também cumprimentar o Governador por ter instaurado, e falo com muito orgulho disso, no meu Estado, a Comissão Estadual da Verdade. Falo isso com muito orgulho. É uma necessidade para o Brasil fazer esse encontro, fazer os ajustes necessários para com a sua história. É, para todos nós, um momento de profunda emoção. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Randolfe Rodrigues.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar aqui a presença do José Maria de Almeida, Presidente Nacional do PSTU e dirigente da Central Sindical Popular (Conlutas).

Obrigada pela presença, Sr. José Maria.

Passo em seguida a palavra para o Senador Paulo Paim, Presidente da Subcomissão de Combate à Pedofilia, Proteção dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita, primeiro quero dizer que a minha fala aqui vai na linha de uma homenagem a nossa Presidenta, Senadora Ana Rita.

Senadora Ana Rita, estou aqui, no Congresso, há muito tempo e tem uma bobagem que alguns criaram: achar que uma subcomissão pode ser maior que a comissão principal. Isso é pura bobagem e ignorância de quem não tem o que fazer. Tenho certeza absoluta, Senadora Ana Rita, que, ao contrário do que alguns dizem, vou ter orgulho, no final dos trabalhos, de dizer que a minha Vice superou o Presidente. Ela vai ser a melhor Presidente que esta Comissão já teve aqui no Senador da República. *(Palmas.)*

Vamos nós, todos, trabalhar para isso. Alguns tentam fazer umas bobagenzinhas, mas é política tão pequena que a gente não se preocupa com isso.

Esta comissão ampla, como está aqui, e estou na Presidência por decisão de V. Exª, acolheu todos esses setores porque não tínhamos como montar mais uma comissão. O Senador Magno Malta, que já foi Presidente, não poderia ser presidente porque tem que mudar de dois em dois anos.

Quero dizer algo de público a V. Exª, pelo carinho que tenho por V. Exª. Eu estava saindo da Comissão de Assuntos Sociais e estava do meu lado o Jayme Campos, que foi um grande Presidente. Eu disse: "Senador Jayme Campos, sou obrigado a dizer que o Waldemir Moka está melhor do que encomenda. Olha, já está empatado com o senhor e, se bobear, vai estar além." Ele só deu risada.

Esta Subcomissão e todas as subcomissões vão seguir a sua orientação. Para todas as matérias mais importantes não será audiência desta Subcomissão. Será, sim, audiência da Comissão principal, porque estamos aqui para isso. Então, a minha fala com todos os membros que estão aqui é na linha de dizer que vamos ser parceiros, como aqui foi dito por todos, mas principalmente por V. Exª quando abriu os trabalhos e, depois, repetimos. Seguiremos a sua orientação. No momento em que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara está de fato em uma situação que ninguém gosta, a sua responsabilidade e a nossa aumentaram.

Por isso, Senadora Ana Rita, do fundo do meu coração e da minha alma, dizer que sou o seu discípulo. Se alguém disse que fui um grande Presidente... Vi uma frase antiga, não que eu ache que eu seja um mestre, que dizia que o bom mestre é aquele que o discípulo o supera – ele vira discípulo e aquele que era aluno vira mestre. Você é a minha mestra. Estarei aqui sob sua orientação.

Parabéns, Senadora Ana Rita!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim, que nunca economizou palavras para nos elogiar, para reconhecer nosso trabalho. Quero aqui também agradecer o companheirismo, a parceria. Além de ser um companheiro de Partido, é um companheiro na Comissão de Direitos Humanos. Juntos, com certeza, faremos um belíssimo trabalho.

Passo, agora, a palavra para o nosso grande amigo, companheiro, Senador Paulo Davim, Presidente eleito, agora, da Subcomissão Permanente para o Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Quero antes, Senador Paulo Davim, dizer que tenho um profundo apreço por V. Exª. Me permita interrompê-lo até para dizer isso. Quando o senhor propôs a Subcomissão Permanente de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, o senhor disse, com tanta disposição, assim como o Senador João Capiberibe – e são duas subcomissões criadas recentemente; a do trabalho escravo já existia, mas agrega agora também o tráfico de pessoas –, naquele momento, que a CPI da qual o senhor participou fez um trabalho tão intenso e tão importante que o senhor se sentiu compromissado com essa demanda, com essa problemática do tráfico de pessoas, que é uma questão extremamente séria no nosso País e que infelizmente envolve outros países

do mundo, e que o senhor criaria esta subcomissão justamente para dar continuidade ao trabalho desenvolvido durante a CPI. Então, tenho certeza absoluta que V. Exª e o Senador João Capiberibe, que propuseram a criação destas duas subcomissões, farão um belíssimo trabalho.

Passo, então, a palavra a V. Exª. *(Palmas.)*

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Obrigado.

Quero saudar a todos, Senadores e Senadoras; quero saudar a nossa Presidente, Senadora Ana Rita, e dizer da minha alegria de mais uma vez estar nesta Comissão de Direitos Humanos, uma comissão muito viva, uma comissão plural. Vejam as propostas de subcomissões, vejam as pessoas que estão aqui empenhadas, comprometidas com os temas propostos nas subcomissões.

Tenho absoluta certeza, Senadora, que mais uma vez a Comissão de Direitos Humanos dará uma grande contribuição ao Parlamento brasileiro. Não tenho dúvidas disso.

Quero agradecer aos colegas, como o Senador Paulo Paim, como o Senador Randolfe, como a Senadora Lídice da Mata, como o Senador Ataídes, que compõem esta Subcomissão Permanente para o Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Como a senhora bem falou, passamos dois anos participando dos trabalhos da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas, cuja relatora foi a Senadora Lídice da Mata, que fez um belíssimo relatório, que ofereceu e propôs instrumentos novos para enfrentar esse grave problema que não é só do Brasil, mas do mundo, e cuja Presidente foi a Senadora Vanessa Grazzotin. Viajamos pelo Brasil. Quantos casos, quantas vítimas, quantas oitivas foram realizadas, quantos dramas testemunhamos, tomamos conhecimento pelo Brasil afora! Dá para perceber e deu para perceber que foi apenas a ponta do *iceberg*. Muita coisa ainda tem para ser trabalhada nesse sentido. Por onde passamos, deixamos os casos sendo acompanhados pela Polícia Federal, pela Polícia Civil.

A CPI deixou a sua marca e plantou sementes, e não poderia ser diferente. Precisamos acompanhar o que foi plantado. Precisamos acompanhar vigilantemente tudo que foi proposto por esta CPI: o projeto de lei, as medidas sugeridas. Inclusive foi entregue o relatório em todos os Ministérios. Todos agiram, mas grande parte dos Ministérios...

Acho que esta Subcomissão, e essa é a proposta, vai dar continuidade ao que foi iniciado há dois anos, pela CPI do Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Trabalho Escravo. Essa é a nossa proposta.

Estou extremamente motivado, disposto, porque é um tema que precisamos encarar com seriedade. É um crime que passa desapercebido na sociedade. Foge ao alcance dos olhos das autoridades e do povo em geral, porque é um crime de difícil diagnóstico, como todos já sabem. Ele se traveste de legalidade. Esse é perigoso e difícil diagnosticar e enfrentar. É um trabalho nosso e precisamos dar cabo dessa responsabilidade que temos e que assumimos. Não só assumimos o mandato, mas também assumimos a CPI, a participação na CPI.

Esta é a nossa proposta: dar continuidade a essa luta, que tem que ser incansável, para coibirmos crimes como esse aqui no Brasil.

Ademais, quero parabenizar todos colegas Senadores que assumem as presidências das Subcomissões e, sobretudo, a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que tem demonstrado capacidade de aglutinação, que tem demonstrado organizado, que tem demonstrado criatividade e comprometimento com as questões relativas ao tema. Parabéns! *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim. Tenho certeza de que V. Exª fará um brilhante trabalho.

Passo a palavra agora para a Senadora Angela Portela, nossa companheira, que foi eleita Vice-Presidente da Comissão da Mulher, juntamente com a Senadora Lídice da Mata, que é a Presidenta da Subcomissão.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Senadora Ana Rita, nossa Presidenta, queria aqui enfatizar as palavras do Senador Paim. Sem dúvida nenhuma, essa parceria vai ser significativa para o andamento dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos.

Senadora Ana Rita, Senador Paim, não temos dúvidas. Esta aqui é uma iniciativa concreta do êxito desta Comissão, dos trabalhos desta Comissão: a criação de mais duas Subcomissões permanentes tratando de temas de extrema relevância para o nosso País. Foi instalada a Comissão da Verdade, da Justiça e da Memória, com o nosso Senador João Capiberibe, um homem sério, trabalhador.

Acho que hoje o Estado do Amapá, Senador Randolfe, está em um momento muito bom, um momento em que o processo democrático está nas ações de Governo do Camilo Capiberibe, seu Governador, filho do João Capiberibe, nosso Senador, filho da nossa amiga Deputada Federal Janete Capiberibe. Particularmente, sinto-me muito feliz em ver uma leva de políticos deste nível administrando o Amapá. Quem dera, Senador Capiberibe, que tivéssemos, nos demais Estados do

nosso País, em Estados da Região Norte, poderia aqui dizer o meu Estado de Roraima, pessoas no Governo, no Senado, na Câmara de Deputados com esse grau de compromisso com o povo do seu Estado que vocês têm, Randolfe, João Capiberibe, Janete e Camilo!

Então, queria deixar aqui esse meu reconhecimento desta família no Amapá.

Tenho absoluta certeza de que esta Subcomissão vai contribuir imensamente para os trabalhos da Comissão da Verdade, que é uma prioridade da Presidenta Dilma. Ela tem inclusive se manifestado inúmeras vezes pedindo resultados concretos desta Comissão da Verdade. Esta Subcomissão vai, sem dúvida nenhuma, dar uma contribuição muito forte, porque vai ampliar o debate no que diz respeito ao esclarecimento do que ocorreu nesse período negro da história do nosso Brasil. Então, queria parabenizar a equipe, o grupo de Senadores que compõe esta Comissão.

Também a Comissão do Senador Paim, a Comissão dos Direitos do Idoso, da Criança e do Adolescente.

Senador Paim, queremos trazer ao debate desta Comissão o combate ao trabalho infantil. Temos observado o foro nacional de combate ao trabalho infantil se mobilizando nos Estados, porque já existem sinais claros de ampliação do trabalho das nossas crianças. Então, é preciso também que a gente traga essa discussão para a Subcomissão, para que a gente contribua com o Poder Público, ajude...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Me permite um aparte?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É o tipo da proposta, pela grandeza dela, que vamos puxar para a Comissão principal. Quero dar meus cumprimentos a V. Exª. *(Palmas.)*

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeira proposta de integração...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sem dúvida nenhuma, vamos contribuir com os Estados e os Municípios no debate com relação ao combate do trabalho infantil.

O Senador Davim também fez um excelente trabalho, junto com a Senadora Lídice da Mata, na CPMI que investigou o tráfico de pessoas. Hoje, é um tema nacional. Felizmente, temos a novela que está dando visibilidade muito grande ao tráfico de pessoas em nosso País. Isso ajuda, sem dúvida nenhuma, para que cada cidadão brasileiro tome consciência e fique atento a essa questão do tráfico humano, que é tão séria e, como disse V. Exª, fica na surdina. É difícil levar à tona para que a gente possa, o Poder Público, o Congresso Nacional também, contribuir para amenizar essa situação que é tão grave no mundo e no nosso País.

Senadora Lídice da Mata, minha companheira, Presidente da Subcomissão dos Direitos da Mulher, certamente, vamos juntas realizar nosso trabalho, dando continuidade às ações, às audiências públicas, às articulações para que a nossa Subcomissão dos Direitos da Mulher possa andar a passos largos, para que a gente possa, em articulação com a sociedade civil organizada, com Estados e Municípios, contribuir para avançar principalmente na ampliação da rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica em nosso País. Temos temas muito importantes a serem colocados nessa Subcomissão – a questão da saúde da mulher, a questão da formação e capacitação da mulher, a presença da mulher no mercado de trabalho –, mas acredito que a discussão do combate à violência contra a mulher deve ser priorizada.

A Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, a nossa Ministra Eleonora Menicucci, tem sido uma parceira desta Subcomissão. Queremos certamente contribuir com o Governo Federal, com o Governo da Presidenta Dilma para esse combate.

Vimos recentemente o lançamento de um programa, há pouco mais de 15 dias, pela Presidente Dilma, em todas as capitais do Brasil. É a Casa da Mulher. Na Casa da Mulher, vai haver uma rede de atendimento para que a mulher vítima de violência possa chegar a esta casa e ter o atendimento, a proteção jurídica e social, o abrigo, o acolhimento inicial. Considero um passo relevante do Governo Federal quando a Presidenta Dilma tem a preocupação de construir essa estrutura de atendimento à mulher em todas as capitais brasileiras.

Isso é importante, Senadora, porque entre os 5.565 Municípios brasileiros temos apenas pouco mais de 400 delegacias especializadas no atendimento da mulher vítima de violência. É preciso haver um investimento do Governo Federal, de Estados e Municípios, na formação e na capacitação desses agentes, desses profissionais que atuam nessas delegacias.

Enfim, são muitos os temas, muitos os questionamentos e essas Subcomissões estarão preparadas para trazer esse debate, que vai, sem dúvida nenhuma, atender a essas demandas do povo brasileiro: a proteção à criança, ao adolescente, ao jovem e à mulher vítima de violência, o combate ao tráfico humano, e à busca, que é a questão da democracia, da verdade sobre o período nebuloso da ditadura em nosso País.

Queria parabenizar a Presidenta da Comissão, parabenizar todos os Presidentes. Todos eles têm o

perfil ideal, conhecimento sobre as causas para as defenderem aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Senadora Angela Portela.

Quero aqui agradecer à Senadora Lídice da Mata, ao Senador João Capiberibe, ao Senador Paulo Paim, ao Senador Paulo Davim, que estão assumindo a Presidência dessas Subcomissões. Quero desejar a todos e a todas um bom trabalho! Quero desejar um trabalho com muito êxito! Tenho certeza de que estaremos conjugando esforços para o fortalecimento da democracia, para o fortalecimento dos direitos humanos no nosso País.

Quero, antes de encerrar esta reunião, passar a palavra para o Governador do Amapá, o Governador Camilo Capiberibe. É uma alegria e uma honra poder recebê-lo aqui hoje, em um momento histórico e tão importante da Comissão de Direitos Humanos, particularmente considerando aqui o nosso Senador João Capiberibe. *(Pausa.)*

Com a palavra, Governador Camilo.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE – Muito obrigado, Srª Presidenta.

Quero cumprimentar e parabenizar V. Exª pela eleição para Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República; também o Senador Paulo Davim, que assume uma importante Subcomissão; o Senador Paulo Paim; a Senadora Lídice da Mata, nossa grande companheira da Bahia, de tantos anos de parceria e de trabalho conjunto; meu pai, o Senador João Alberto Capiberibe, pela Presidência da Subcomissão da Verdade e da Memória.

Quero dizer da importância do trabalho que vai ser feito. Tenho certeza de que o Senado da República vai contribuir muito para os trabalhos que já estão sendo realizados pelo Governo Federal, pela Comissão da Verdade. É importante que tenhamos esses trabalhos acontecendo em várias frentes, até para ter esse elemento de pressão necessário para que questões delicadas possam ser discutidas em maior profundidade.

Mas queria nesse momento também fazer um reconhecimento da importância desta Comissão para os direitos humanos no País.

Fui Deputado Estadual, antes de ser Governador. Durante quatro anos, presidi a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e tive o apoio do Senado da República em duas oportunidades muito importantes. Uma delas foi neste plenário, quando tivemos um conflito sério na fronteira com nosso país vizinho que é a França, a Guiana Francesa. Foi chamado, aqui, nesta Comissão de Direitos Humanos, o Embaixador da França a dar explicações. O povo do Amapá tinha dificuldade em conseguir uma explicação razoável para o que estava acontecendo. A Comissão de Direitos Humanos, então, promoveu esse momento tão importante de resposta aos anseios daquele povo. Não tínhamos condições de fazer isso no Amapá e viemos para cá. Tivemos apoio na época. O Presidente Senadora Paulo Paim nos recebeu...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós dois juntos...

O SR. CAMILO CAPIBERIBE – Muito bem. Que bom!

Na época, realizamos essa audiência pública e foi importante.

Em um segundo momento, tivemos um apoio fundamental não desta Comissão, mas da CPI da Pedofilia, quando não conseguíamos avançar com a nossa CPI no Amapá, pois havíamos esbarrado em forças poderosas. Viemos buscar o apoio, aqui, da CPI. O Senador Magno Malta nos apoiou convocando todos aqueles que lá, no Amapá, não conseguíamos convocar, colocando-os no assento da CPI para dar respostas para o Brasil, para a sociedade e, em particular, para nós, do Amapá.

Isso mostra a importância desta Comissão, da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República, e da importância que isso tem para nós. Lá, muitas vezes, na província, temos dificuldades para vencer certas barreiras. O Senado nos ajuda a fazer isso.

Então, fazendo esse reconhecimento, gostaria de concluir cumprimentando o Senador Randolfe Rodrigues, que tem sido um grande parceiro dos interesses do Estado do Amapá. Estamos juntos aqui hoje... Vim motivado pela votação do FPE, que pode acontecer hoje, à tarde, no plenário, pela nossa preocupação com a situação em que vivemos e em que podemos passar a viver, se o projeto for aprovado nas condições em que está sendo discutido hoje. A Bancada do Amapá está reunida. Temos o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador João Capiberibe e uma expectativa muito grande de ter a Bancada unida, hoje à tarde, no Senado, para defender os nossos interesses, os interesses do Estado do Amapá, os interesses do futuro do nosso Estado. Então, queria fazer esse reconhecimento da importância do Senador Randolfe, aqui, defendendo o Amapá.

Temos uma retaguarda boa tendo dois Senadores da importância do Senador Randolfe e do Senador João Alberto Capiberibe, que voltou ao Senado e voltou a ser uma voz importante para a Amazônia, para discutir as questões da Amazônia também. É fundamental. A Amazônia passou a ter uma voz poderosa aqui com o Senador João Alberto Capiberibe em tantas frentes.

Então, Senadora Ana Rita, quero cumprimentar e desejar boa sorte. Tenho certeza de que a profecia aqui do Senador Paulo Paim, que lhe passou a tarefa de ampliar os trabalhos da CDH, vai se realizar e esta Comissão vai poder, então, suprir as lacunas que estão sendo impostas hoje para os direitos humanos no nosso País.

Parabéns! Sucesso! Grande condução aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Governador. Obrigada pela sua presença. Que Deus o abençoe e que V. Exª continue fazendo um bom trabalho no Estado Amapá!

Quero, antes de encerrar esta reunião, fazer um agradecimento a todas as pessoas, aqui, presentes, representando diversas entidades.

Quero também lembrar que amanhã teremos reunião ordinária da Comissão de Direitos Humanos, às 11h, e contamos com a presença de todos os colegas, Senadores e Senadoras.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a 1ª Reunião de instalação da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e de Proteção dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça e da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Muito obrigada!

(Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER, CRIADA NO ÂMBITO DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2013, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia oito de maio de dois mil e treze, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Lídice da Mata, reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, com a presença das Senadoras Lídice da Mata e Angela Portela e do Senador Paulo Davim. Registra-se a presença da Senadora Ana Rita, Presidenta da CDH. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 4, de 2013, que requer a realização de audiência pública para discutir o tema "Feminicídio". Autoria do Requerimento: Senadora Ângela Portela. Convidadas: Adriana Ramos Mello, Juíza Titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – Comarca do Rio de Janeiro; Lourdes Maria Bandeira, Secretária-Executiva, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; e Magnólia de Souza Monteiro Rocha, Presidenta da Liga Roraimense de Combate ao Câncer. A Senhora Presidenta solicita às Senhoras convidadas para que tomem lugar à mesa. A seguir a Presidência passa a palavra às convidadas. Às doze horas e vinte minutos, a Senhora Presidenta, Senadora Lídice da Mata, passa a presidência para a Vice-Presidenta da Subcomissão, Senadora Angela Portela. Fazem o uso da palavra as Senhoras Senadoras Lídice da Mata, Angela Portela e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.**

Senadora Lídice da Mata

Presidenta

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa e da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública, nos termos do Requerimento nº 4-CDH, de 2013, aprovado em 5 de março de 2013, de iniciativa da Senadora Angela Portela, para discutir o tema "Feminicídio".

Trata-se de tema da maior importância para a nossa luta em defesa dos direitos da mulher e contra a violência que se abate sobre a mulher em nosso País.

Convido para expor seus pontos de vista sobre esse assunto e compor a Mesa as seguintes personalidades:

– Drª Adriana Ramos Mello, Juíza Titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca do Rio de Janeiro;

– Drª Lourdes Maria Bandeira, Secretária-Executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; e

– Drª Magnólia de Souza Monteiro Rocha, Presidenta da Liga Roraimense de Combate ao Câncer.

Justificou a sua ausência a Exma Srª Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Srª Eleonora Menicucci, a quem agradecemos pela gentileza de nos avisar com a devida antecedência.

Concedo, portanto, a palavra à Drª Adriana Ramos Mello, dando início, assim, aos nossos trabalhos.

A SRª ADRIANA RAMOS MELLO – Bom dia!

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite à Senadora Angela; gostaria de cumprimentar a Senadora Lídice e a colega de mesa, Drª Magnólia.

Para mim, é uma honra estar aqui debatendo um tema que é de muita importância para todas nós, mulheres brasileiras, e para quem trabalha com esse tema na ponta. Eu trabalho à frente de um Juizado de violência doméstica do Rio de janeiro, onde, tendo em vista o grande movimento, nós vemos que, se não se fizer um trabalho importante de prevenção, nós chegaremos, infelizmente, a esse desfecho triste das nossas mulheres.

Então, agradeço muito o convite e a oportunidade de estar aqui.

Peço licença para fazer uma pequena exposição para nos ajudar aqui.

Eu só gostaria de saber, Senadora, de quanto tempo eu disponho.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Em torno de 15 a 20 minutos. Se for necessário, a gente amplia. Está bom?

A SRª ADRIANA RAMOS MELLO – Está bom. Está ótimo.

Então, eu vou introduzir o tema... Em primeiro lugar, vou fazer um pequeno...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Antes do início de sua exposição, eu gostaria de convidar a Senadora Angela Portela, autora do requerimento, para também participar da Mesa, por uma sugestão da própria Secretaria. Parece que é o procedimento geral.

Muito obrigada.

A SRª ADRIANA RAMOS DE MELLO – Por nada.

Então, eu vou fazer uma pequena introdução sobre o tema. Embora todos aqui já saibamos da dificuldade da questão da violência contra a mulher no Brasil, é importante fazer este contexto, ainda que bastante rápido, diante do tempo que eu tenho, para a gente chegar ao tema específico, que é o feminicídio.

Estima-se que cerca de 70% dos homicídios de mulheres sejam cometidos por razões associadas à sua condição de gênero e por homens próximos. É uma característica bastante evidente no nosso Brasil.

No Brasil, a cada cinco minutos, duas mulheres são vítimas de espancamento, segundo a pesquisa da Fundação Perseu Abramo, e 70% das mulheres vítimas de agressão sofreram o crime no próprio ambiente doméstico, o que denota que grande parte das nossas mulheres vem, efetivamente, morrendo nos lares, vítima da violência doméstica.

Nas capitais dos Estados, os níveis são muito elevados. Se a taxa média dos Estados, no ano de 2010, foi de 4,4 homicídios em cada cem mil mulheres, nas capitais, esse número foi de 5,1. Esses dados são extraídos do Mapa da Violência 2012.

O que a gente verifica? Há uma dificuldade muito grande de se ter, Senadoras e presentes, os números específicos dessas mulheres que morrem. Nós não temos um banco oficial de dados dessas mortes. Por exemplo: deveríamos ter um banco específico para diagnosticar o que está acontecendo com essas nossas mulheres e quais Estados, efetivamente, têm um índice maior, mas isto a partir de dados, por exemplo, do próprio sistema policial e do sistema de saúde.

Esses dados são extraídos do sistema de saúde, melhor dizendo. O sistema policial, as secretarias de segurança pública não têm um banco específico para crimes contra a mulher.

Existe, no Rio de Janeiro, um Dossiê Mulher, que é divulgado, mas, especificamente, por exemplo, com relação ao assassinato de mulheres, a gente encontra essa dificuldade efetivamente, por exemplo, no âmbito do Judiciário. Quantos processos de homicídio nós temos, por exemplo, tramitando no âmbito do Judiciário? Nós não temos porque não temos um banco de dados específico.

Mas, voltando aqui a essa questão do Mapa da Violência 2012, destacam-se aqui, pelas elevadas taxas... Por exemplo, Porto Velho figura no topo como a cidade com o mais alto índice de assassinatos de mulheres. Rio Branco, Manaus e Boa Vista, todas da Região Norte do País, têm níveis acima dos dez homicídios em cem mil mulheres.

Então, como eu comentei, o Mapa da Violência foi realizado a partir dos sistemas de notificação do Ministério da Saúde. Essa notificação foi passada e foi feito esse banco de dados pelo Instituto Sangari. Esses dados são desse Instituto. Isso é de fácil acesso, é fácil baixar na Internet e verificar, efetivamente, qual a cidade, qual a capital que, efetivamente, sofre

mais com a questão, por exemplo, do assassinato de mulheres.

Para se ter uma ideia, como foi divulgado, recentemente, agora, no Rio de Janeiro, no ano passado, só no Rio de Janeiro morreram mais de quatro mil mulheres. Isto apenas em 2012. É um índice bastante acentuado e a gente precisa tentar reverter essa situação.

Segundo consta desse Mapa da Violência 2012, nos últimos trinta anos, de 1980 a 2010, morreram 91 mil mulheres. Eu estou fazendo esse contexto apenas para a gente situar o porquê de esse tema ser muito importante. É uma preocupação principalmente para quem estuda essa parte, os assassinatos de mulheres, não só para que estuda isso, mas também para quem trabalha dentro do Judiciário e para quem promove as políticas públicas e pensa as políticas públicas, para ver o que está acontecendo a partir desse índice tão alto de assassinatos de mulheres no nosso País.

Fui procurar saber por que isso está acontecendo nas grandes cidades do nosso Brasil. Não é um fenômeno tipicamente brasileiro. O assassinato de mulheres ocorre de forma bastante acentuada na América Latina como um todo. Um país que tem um índice bastante alto é o México, na América Central. A gente verifica que o México e países como, por exemplo, a Guatemala e a Nicarágua sofrem muito com esse índice, com a questão da violência. E lá há uma especificidade que no nosso País não existe. É interessante a gente discutir sobre esse tipo de crime praticado aqui, que tem uma distinção em relação ao praticado em outros países, mas que não deixa de ser o mesmo crime, que é o assassinato de mulheres em razão do gênero.

Então, a violência é o espelho da subordinação e da discriminação em todas as suas manifestações. O que a gente verifica quando analisa processos, por exemplo, de tentativa de assassinato em que a mulher sobreviveu? Alguns deles vêm parar em minhas mãos. Os homens têm a tendência de dizer assim: "Doutora, na época, eu fiquei muito nervoso. E eu falei bastante para ela que, se ela não fosse minha, ela não seria de mais ninguém". Quer dizer, há essa dominação por parte dele, há o sentimento de que a mulher é sua propriedade e de que ela não pode pôr fim na relação.

A gente verifica que o grande índice de morte se dá justamente quando a mulher quer romper aquela relação violenta, quando ela quer se separar, quando ela quer sair daquela situação. Essa dominação e o sentimento de rejeição fazem com que muitos homens, então, efetivamente, partam para esse tipo de crime, que tem no femicídio a sua forma mais extrema. Então, há a subordinação, há a relação desigual de poder na relação.

O ponto principal, com o qual fiquei bastante assustada, é a aceitação social da dominação masculina. A sociedade aceita isso. A própria mulher, quando é agredida, acha que sofreu aquilo que é normal. Muitas mulheres me falam em audiência desta forma: "Doutora Adriana, isso era normal. Eu não sabia que era proibido fazer isso. Eu não sabia que esse tipo de violência era punido. Com a Lei Maria da Penha é que passei a reparar isso e passei a me informar e a querer, então, dar fim a essa violência". Isso é o que a gente observa comumente por parte das mulheres em audiência. Essa aceitação social parte da sociedade, como o próprio nome diz, e das próprias mulheres que vivem aquela relação violenta.

Alguns fatores têm sido frequentemente associados a essa violência no mundo. Com as normas sociais os homens justificam um sentimento de posse sobre a mulher, quando, por exemplo, o homem diz: "A mulher não pode fazer isso. Minha mulher não pode fazer isso. Minha filha tem de chegar cedo a casa; meu filho, não". As normas de comportamento da sociedade estão arraigadas na nossa cultura. São normas sociais que fazem com que esses fatores associados causem a violência contra a mulher.

Há o controle pelos homens, por exemplo, dos recursos materiais e da tomada de decisões na família e na sociedade. O homem acha que, por ele ter o controle material, ele também tem o direito de dominar e de decidir o que a mulher vai fazer e, por exemplo, a hora em que a mulher vai chegar a casa. Há homens que me dizem que contam o tempo que a mulher leva, ao sair do trabalho, para chegar à sua casa. Se ela ultrapassa esse tempo, ele já acha que ela está praticando adultério, que ela o está traindo. Então, é uma situação em que a mulher se sente muito dominada. E ela se submete àquilo, às vezes, anos a fio até ela pôr fim a essa violência.

As concepções culturais da masculinidade estão associadas ao controle, ao domínio, à honra, e isso está muito arraigado no homem brasileiro, embora não seja uma característica típica do Brasil. O sistema estrutural de opressão coloca as mulheres em lugares diferentes de vulnerabilidade: classe, gênero, idade, etnia, nacionalidade.

Eu não gosto muito de falar em causas da violência, mas isso é dito para ficar de uma forma um pouco mais didática, porque, embora a violência atinja todas as mulheres, seja de qualquer classe social, seja de qualquer etnia, religião, verifica-se que algum grupo de mulheres é mais vulnerável à violência do que outro. Isso não quer dizer que eu não tenha uma mulher empoderada também, falando no sentido econômico; não quer dizer que eu não tenha uma mulher comigo

que, por exemplo, tenha segundo grau, tenha terceiro grau. Eu tenho mulheres, enfim, que ocupam cargos de nível alto, mas que também sofrem com a violência.

Eu digo que o juizado do Rio de Janeiro, do qual sou titular, representa muito bem a realidade da violência, porque eu faço uma audiência com um catador de lixo da cidade do Rio de Janeiro, que agrediu sua mulher na via pública – ela também catadora de lixo –, e entra uma mulher, advogada, que mora na Vieira Souto, também com o mesmo problema da violência. É claro que essa mulher que é catadora de lixo, que ocupa, enfim, uma função, digamos assim, um pouco mais vulnerável, em via pública, sofre mais com a violência, mas esse é um fenômeno que atinge todas as classes sociais.

Vocês estão vendo os assassinatos de mulheres que estão ocorrendo. A mídia divulga muito. Há mulheres que morrem e que são pobres, há mulheres que morrem e que são de classe média, e há mulheres que morrem e que são de classe alta. Então, não existe essa distinção.

A globalização, agora, tem verificado outros fenômenos que também são associados e que também sofrem com essa questão. Um deles, por exemplo, é o tráfico de seres humanos. Estamos ouvindo muito falar, na novela Salve Jorge. Ontem, eu estive em um evento, no Rio de Janeiro, e Prefeitura e Estado estão se preparando para receber esses turistas. E fiquei sabendo que há turistas na Europa já fazendo pacote para essas cidades, incluindo o turismo sexual.

Então, muitos desses homens vêm aqui e agridem nossas mulheres, e recebo essas mulheres agredidas dessa forma também.

Então, isso é um fenômeno da globalização, e estou muito preocupada com a Copa, estou muito preocupada com as Olimpíadas. Precisamos nos preocupar com isso também.

Em relação à questão das drogas, muitas mulheres são mortas, por exemplo, nas grandes capitais, por envolvimento, por exemplo, com seus companheiros com drogas. As mulheres sofrem muito quando seu filho faz parte do tráfico, quando seu marido faz parte do tráfico, porque elas sofrem as consequências, por exemplo, se seu filho não cumpre o que o tráfico determinou. Então, essas mulheres morrem como forma de punição a esses homens da família.

Então, mais uma vez, a mulher sofre em função de um fenômeno social, que são as drogas, e, quanto a isso, não há número, não há como trabalhar nessa prevenção de uma forma mais ampla, porque não há números do sistema mesmo, efetivamente, sobre o que está acontecendo, principalmente nos lugares de fácil acesso. Vigora ali um outro tipo de Estado, que não é o Estado legítimo.

Partindo para a questão do conceito, o conceito de femicídio/feminicídio, no Brasil, ainda estamos buscando. Eventos como esses são importantes para debatermos, porque os conceitos que eu tenho estudado são conceitos que trago de fora. São autoras estrangeiras que já têm uma experiência muito grande, já falam sobre isso há muito tempo. Uma delas é Diana Russell; outra, Jane Caputi, cujos livros valem a pena uma leitura. Elas têm os melhores livros que falam sobre o femicídio. São americanos. Há outros também, mas elas que começaram a introduzir este tema: o femicídio, em 1976, para se ter uma ideia, nos Estados Unidos.

Qual é o conceito que elas trouxeram? O assassinato de mulheres por homens motivados por ódio, desprezo, prazer ou uma sensação de posse sobre as mulheres. Esse conceito é uma tradução livre minha, está em inglês, mas representa efetivamente o que é o femicídio. Por que coloquei "femicídio/feminicídio"? Porque, aqui, no Brasil, ainda não definimos qual é o conceito melhor, qual é o nome mais adequado. Então, é preciso discutir um pouco mais qual seria o nome que adotaríamos aqui, no Brasil, e aí vou explicar a distinção desses dois, para ver qual se adequaria mais à nossa realidade.

(Soa a campainha.)

A SRª ADRIANA RAMOS DE MELLO – Há ali também outro conceito, que é a culminação de um ciclo de violência, que vai desde a agressão verbal, emocional, sexual, psicológica, física até tudo a política tolerada pelo Estado, cujas consequências são as mortes de mulheres. Esse conceito de Marcela Lagarde.

Marcela Lagarde, como comentei no início, é uma autora mexicana, foi deputada, é antropóloga, é professora da Universidade Autônoma do México e tem um livro que se chama *Los cautiverios de las mujeres*. O livro é impressionante e retrata a situação das mulheres da Ciudad de Juárez, que é uma cidade divisa entre México e Estados Unidos, onde existe um índice alto de violência contra a mulher.

As meninas ali são mortas. Elas trabalham naquelas *maquiladoras*, que são as indústrias. São aliciadas a trabalharem ali. Por quê? Porque é uma mão de obra barata e, entre aspas, "desqualificada". Mas essas mulheres passaram a pegar os empregos dos homens. Isso começou a gerar certo desconforto. O México só foi denunciado internacionalmente por isso: muitas mulheres foram assassinadas. Havia um tipo de assassinato específico lá, que é o assassinato sexual sistêmico, que é outro conceito: as mulheres eram

torturadas, mutiladas, violentadas e mortas. Isso era o comum de acontecer. E essas meninas tinham as mesmas características, no México. Eram, geralmente, jovens que trabalhavam nessas *maquiladoras*.

O México começou a estudar muito esse conceito de feminicídio. Descobriu-se o seguinte: havia uma falta de investigação desses assassinatos, não havia investigação. E o Judiciário também não dava punição adequada para aqueles assassinatos. O que havia? Uma tolerância estatal em relação a esses crimes. O México foi denunciado internacionalmente. Houve uma sentença chamada de sentença do campo algodoeiro, que é importantíssima se ler, até para entender um pouco o que é isso. O México, então, teve que cumprir aquela sentença.

Mas Marcela Lagarde entende que, não só em razão do ódio, teria que ser feminicídio porque há uma tolerância estatal com relação a esses crimes. Não é só acontecer o crime, a investigação e apuração do fato. Na verdade, o que ela traz de novidade é que esse tipo de crime se manifesta em tempos de guerra e em tempos de paz e é alimentado pela desigualdade de gênero, não apenas social e econômica, como também jurídica, política e cultural. E ela associa à feminização da pobreza – as mulheres são mais pobres em todos os lugares do mundo que os homens, principalmente as mulheres latino-americanas – e traz ainda essa questão da morte de mulheres, de meninas por fome, por doenças curáveis, facilmente curáveis. As mulheres têm mais dificuldade de acessar o sistema de saúde, por exemplo. As mulheres geralmente que moram em comunidades carentes e que são negras têm mais dificuldade de acesso. Muitas delas morrem quando buscam uma ajuda. Por quê? Porque não tiveram um atendimento, porque sofreram discriminação no momento do atendimento.

Houve um caso específico na cidade do Rio de Janeiro. E por que trago esses casos? Por eu morar lá, apesar de os casos acontecerem em todo o Brasil, estou mais perto dessa realidade. É o caso de uma jovem que passou por isso, que morreu porque, para fazer seu parto, passou por vários hospitais, no Rio de Janeiro. Não teve o atendimento e veio a óbito. Isso, para Marcela Lagarde, é um feminicídio, e é considerado um feminicídio social. Por quê? Porque o Estado não prestou a ela o atendimento eficaz para evitar esse óbito.

Há outra autora, e vou passar rápido para não tomar muito tempo porque sei que o tempo é curto. A Julia Monarrez é mexicana e traz essa questão do feminicídio sexual sistêmico.

Eu estou muito preocupada com essa questão dos estupros no Brasil. Vocês estão observando o noticiário. Está aumentando muito o estupro. A pessoa vai praticar um roubo, mas aproveita e pratica o estupro. Isso começou a acontecer no México, até chegar ao ponto descrito, ou seja, o homem violenta essa mulher, ele tortura e mata. Isso é considerado um feminicídio sexual sistêmico. Por quê? Porque há todo um sistema envolvido que facilita aquela situação criminosa. Lá, na situação do México, há tolerância estatal.

É impossível um processo judicial, eu acho inaceitável um processo judicial demorar mais de dez, quinze anos para ser julgado. Isso dá uma sensação de impunidade que reforça que esse tipo de crime possa ser praticado, porque "os recursos serão muitos e eu ficarei impune". A Julia Monarrez traz isso no livro dela que se chama *Trama de una injusticia*. Ela faz esse comentário.

Voltando à questão dos feminicídios, eu, particularmente, prefiro o nome feminicídio porque eu o acho mais completo. O femicídio tem uma tradução muito fácil do homicídio, mas eu acho que o feminicídio traz uma característica feminista mais forte e vem com todo esse contexto dessas autoras que já estudaram esse fenômeno. Mas isso é para discussão. A gente está só começando.

Então, há o feminicídio íntimo, que é aquele que nós, brasileiras e brasileiros, verificamos mais nas estatísticas – cerca de 60% a 70% das mulheres morrem no âmbito da residência, no âmbito doméstico, por seus parceiros íntimos, que são o ex ou o atual –; o não íntimo, que é aquele homem que pratica o assassinato sem vínculo com a vítima, mas porque era mulher, em razão do gênero; e o feminicídio social, que eu comentei e que é quando essa mulher busca o sistema de saúde ou outro apoio, não consegue e vem a falecer.

O que a gente tem que verificar é qual é a situação. Precisamos fazer um panorama do nosso País para ver qual o tipo de crime, para ver como as nossas mulheres estão morrendo mais, para verificar os cenários do crime.

Quem trouxe o termo "cenários do crime" foi Ana Carcedo, que é uma costarriquenha. Ela tem um estudo sobre isso. Ela buscou entender quais são os cenários desse crime, onde essas mulheres morrem mais: em casa, na família, na via pública ou no trabalho? Quais são os cenários? É importante a gente identificar isso. O México já identificou; vários países já fizeram estudos para identificar onde isso está ocorrendo, até para entender o feminicídio e ser capaz de defini-lo. A gente precisa saber como essas mulheres estão morrendo para criar uma estrutura não só de punição, mas de prevenção ao crime. O grande mote da história é a gente descobrir como essas mulheres estão morren-

do para a gente trabalhar com a prevenção, para evitar que essas mulheres efetivamente venham a óbito.

Os cenários que eu identifiquei agora: família, relacionamentos afetivos, os crimes sexuais – muitas mulheres são estupradas e morrem –, o comércio do sexo – as mulheres que trabalham com sexo são as maiores vítimas também do crime de feminicídio. A gente não pode esquecer que essas mulheres já sofrem discriminação por demais, por trabalharem nessa profissão, que é uma profissão que é legal no nosso País, pois o ilegal é a cafetinagem. Com a prostituição não há problema nenhum. Ela tem direito de decidir o que ela quer. Agora, essas mulheres morrem por isso. Elas são mais vulneráveis a esse tipo de crime.

Há também o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, as máfias e o crime organizado nacional e internacional (corpos das mulheres como território de vingança e ritos de passagem). O que acontece? A mulher morre como exemplo, e ela é identificada – "Olha, essa aqui vai morrer para exemplo" –, para que as outras não transgridam as regras sociais de dominação masculina. Isso funcionou no México. Isso existe no México e na Guatemala. E, por último, guerra declarada ou não. Vocês sabiam que no Brasil morrem mais mulheres do que nas guerras que estão acontecendo atualmente? As nossas mulheres morrem mais do que em tempos de guerra em outros países. É uma situação muito difícil, e eu comecei a me deparar com isso por conta dos processos e comecei a querer estudar o tema, que é o tema da minha pesquisa, efetivamente, na academia. E, quanto mais eu estudo, mais eu me debruço sobre uma realidade muito nua e crua no nosso Brasil.

Então, eu não vou me alongar mais. O mapa da violência está na Internet. Vale à pena a gente olhar. São dados do SUS; são dados fidedignos. Mas eu clamo aqui por algumas propostas – que é o que eu queria deixar. Eu tinha mais coisa para falar, mas eu sei que o tempo é curto –, propostas que eu acho que são fundamentais para a gente poder trabalhar.

Estou falando especificamente do âmbito do Judiciário, que é o local em que eu falo, que é a criação de um banco de dados de homicídios. E aí eu falo da tentativa e de uma preocupação que está me surgindo a partir, efetivamente, dos processos: as mulheres que sobrevivem estão sem assistência. Muitas delas não estão conseguindo obter as medidas protetivas de urgência. Elas ficam à mercê desse homem, que muitas vezes é solto pelo sistema de justiça. E aí eu corto na própria carne porque eu faço parte do sistema de justiça.

E a minha pesquisa se debruça justamente aí: estudar esse discurso judicial. O que é que está acontecendo? Por que é que esses homens são soltos de uma forma tão fácil? Não faço apologia à prisão. A prisão não vai resolver, mas uma pessoa que tira a vida da outra, se não houver uma punição, a situação vai se agravar no nosso País. Aí eu coloco a aprovação do tipo penal do feminicídio no novo Código Penal.

Foi entregue pela Associação dos Magistrados Brasileiros uma proposta de emenda para tipificação do femicista tramitando aqui no Senado. Essa proposta eu considero interessante, porque ela não prevê o aumento de pena. É apenas um destaque, uma qualificadora específica, que é para a gente poder ter esses números reais no sistema judicial.

A criação de políticas de prevenção efetivamente para o assassinato de mulheres. E vocês sabem que as crianças estão órfãs. Por quê? Essa mulher que morreu – esses filhos perdem a mãe. O pai, quando está preso. Com quem ficam essas crianças? Para onde elas estão indo? Então, é uma realidade que a gente precisa verificar e trabalhar com foco diferenciado para as vítimas e familiares dessas vítimas.

E a criação do protocolo de investigação. Isso é uma batalha pela qual eu estou lutando aqui. Realmente, a gente precisa criar um protocolo nacional para investigar, efetivamente, esse crime. Por que é que eu falo isso? Se eu não tiver uma investigação bem feita, com toda a coleta de provas, se a cena do crime não for preservada, faltam-me elementos para condenar, faltam-me elementos para julgar. Então, isso é uma dificuldade que eu tenho verificado na minha prática do dia a dia com os processos judiciais. Então, eu acho que a criação de um protocolo – o que a polícia tem que fazer para preservar aquela cena, o que o promotor, o próprio juiz – é importante.

E o final é a capacitação permanente dos operadores do direito que lidam com essa matéria. E aí eu falo operadores do direito, operadores da justiça que atuam efetivamente com a temática da violência contra a mulher.

Então, Senadora, era em curto tempo o que eu tinha a falar.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada pela brilhante exposição que a Drª Adriana fez aqui entre nós.

Eu quero registrar que, enquanto a Drª Adriana Ramos Mello falava, chegou a representante da Secretaria Executiva de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, a Secretária Executiva Drª Lourdes Maria Bandeira. Quero, portanto, ao mesmo tempo em que registro a sua presença – nós indicamos que ocupasse imediatamente a Mesa para que nós registrássemos agora –, verificar se ela poderia

também usar da palavra neste momento. Está bem? Muito obrigada.

Então, concedo a palavra à Drª Lourdes Maria Bandeira.

A SRª LOURDES MARIA BANDEIRA – Muito agradecida. Eu cumprimento todas as pessoas aqui presentes. Trago um abraço da Ministra Eleonora e agradeço o convite para a Secretaria estar aqui representada e trabalhar com um tema que é extremamente caro não só para a Secretaria, do ponto de vista das políticas públicas, mas para nós, mulheres, que, de alguma maneira, temos uma história de ter uma cultura bastante sexista que envolve grande parte das mulheres brasileiras em práticas cotidianas de violência, muitas vezes sem ter até a consciência, o conhecimento.

Recebi a informação de que teria que falar por 20 minutos. Então, preparei aqui uma exposição, e grande parte dela já está vencida, porque a Drª Adriana já se adiantou e já falou, quer dizer, com maior pertinência, inclusive do ponto de vista jurídico. Mesmo assim, mesmo com algumas informações repetidas, elas são importantes. É não só temos que tratar desse tema, mas temos que gravá-lo, memorizá-lo e atuar sobre ele.

A primeira lâmina traz: O que é o feminicídio ou violência feminicídia: uma modalidade para análise da violência de gênero. Quer dizer, é uma categoria, é uma tipificação que surge para trabalhar com uma especificidade.

Quando falamos do feminicídio, do que estamos falando? O que estamos nominando? Assassinato de mulheres por razões de gênero, geralmente na intimidade dos seus relacionamentos. O que não implica que não tenhamos o feminicídio no espaço público ou que tenhamos as histórias do feminicídio nos espaços de conflito, como é o caso do que ocorreu na ex-Iugoslávia. A tendência, no caso brasileiro, e as estatísticas mostram até onde nós temos o assassinato de mulheres, é que a grande maioria da violência praticada contra as mulheres, do ponto de vista sociológico – não jurídico porque não tenho essa competência da doutora –, acontece a partir do espaço mais privado, entre pessoas que mantêm relações e vínculos de amizade, de intimidade, que são pessoas conhecidas.

Então o feminicídio constitui uma barbárie, pois representa o assassinato de mulheres pelo fato de ser mulher, portanto, pela condição de gênero. E nesse sentido ele está ligado à questão da misoginia, uma barbárie praticada sem distinção de lugar, de cultura, de raça ou de classe. Ele acontece nos países chamados em desenvolvimento como acontece nos países desenvolvidos. Para vocês terem uma ideia, temos conhecimento de que na Espanha, nesse momento da crise econômica, onde há um percentual significativo de mão de obra desempregada, etc., a violência tem aumentado muito fortemente em relação às mulheres e já chegou a um patamar de termos 20 a 30 mulheres assassinadas por mês. O que é um dado extremamente forte dado na dimensão inversa à fragilidade do momento econômico, do momento social e político que está vivendo o país. Então, há sempre uma relação que pode ser estabelecida desse ponto de vista.

É um crime, como disse, da barbárie. Uma forma de extrema violência contra as mulheres, cujo impacto é silenciado e desmantelado pelo discurso misógino, patriarcal e andocêntrico predominante, que ainda está posto na nossa sociedade. Esse discurso patriarcal, como foi dito, é o discurso do pertencimento. O exemplo que vou dar depois é o exemplo da Eloá: "você não fica comigo, você não fica com mais ninguém". O corpo passa a ser uma propriedade, passa a ser um objeto como é um copo, como é um telefone, com valores. E esse corpo passa a ser objeto de troca e objeto de propriedade.

Uma pequena observação que me ocorre agora: quando fazia o meu doutorado, a minha orientadora nos levou à Biblioteca Nacional em Paris para olharmos os contratos de vassalagem, que eram feitos entre os senhores feudais e os seus servos. E o contrato de casamento surge daí. É um contrato de vassalagem, é feito à luz e semelhança do contrato de vassalagem. O que dizia no contrato? Vimos um fac-símile com uma tradução que dizia mais ou menos assim: "Eu entrego a você, meu senhor e meu amo, meu corpo e minha mente. Você faça sobre meu corpo e minha mente a sua vontade." Então, na verdade, é uma construção cultural e histórica da cultura judaica cristã que veio e que foi incorporada no imaginário social das sociedades que foram colonizadas por esses países e que têm esse elemento, digamos, mais forte do pertencimento.

A antropóloga americana, aliás, a socióloga, Carole Pateman coloca exatamente "contrato sexual", em que a gente pode verificar exatamente como a leitura de uma sociedade que tem uma hegemonia patriarcal, patrimonial e patrilinear está necessariamente construída em cima desse pertencimento. É uma expressão perversa de um tipo de dominação masculina ainda fortemente cravada na cultura brasileira. Tivemos, para piorar essa situação, uma cultura formada na base do escravismo, que ainda tratava as mulheres de maneira ainda mais perversa. Há uma professora da Universidade Federal de Pernambuco que fez um estudo, é uma historiadora, em que mostrava que, e ela recorreu aos arquivos do Instituto Histórico, quando uma mulher negra era a preferida do marido, não bastava apenas o marido dela usufruir do seu corpo, a mulher a maltratava, praticava de alguma maneira

o feminicídio: se as partes do corpo eram as mais desejadas, ela mandava recortar os mamilos, queimava parte da genitália, desfigurava. Ela também, assumindo a condição hegemônica de dominação do seu marido, praticava isso.

O feminicídio tem uma origem histórica, como a doutora colocou. Surgiu durante a segunda metade do século XX como novo paradigma de análise. Estou falando aqui de um paradigma de análise do ponto de vista de quem estuda a violência no campo mais acadêmico, mas, evidentemente, serve também para se pensar no campo jurídico. Constitui-se em uma categoria ou em um conceito político que foi elaborado a partir da aliança entre o movimento social e a reflexão acadêmica e que constrói as bases para uma mudança social sem precedentes, porque, se conseguirmos tratar do feminicídio...

O termo foi usado pela primeira vez por Diana Russell, como foi dito, quando esta feminista prestou depoimento perante o Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, em Bruxelas, adaptando de femicídio a feminicídio ou violência feminicídia. Isso foi em 1976.

Tracei um tipo de violência sistêmica, como foi aqui colocado, porque não só tem uma persistência, mas é agregada a um sistema de violências precedentes. Há prévias de violência.

É importante essa articulação do movimento social com o movimento acadêmico, porque é o movimento social que traz à tona, que denuncia e que faz com que quem esteja pensando, elaborando e trabalhando – e a doutora está fazendo uma tese sobre isso – tenha condições de fazer e transportar para o campo jurídico essa questão, do ponto de vista da sua tipificação.

Temos autoras brasileiras que estão trabalhando sobre isso. A Lagarde, como já coloquei, é a antropóloga mexicana. Li o livro dela, que, na verdade, é a tese de doutorado dela, aliás, já a assisti falando. Ela introduz o conceito, no México, no âmbito da discussão, em 1994. A Rita Segato é uma antropóloga, feminista, professora da UnB. Ela esteve na Cidade de Juarez, no México, e escreveu vários artigos, que são encontrados na Internet, sobre a questão do feminicídio. Ela foi ameaçada de morte na Cidade de Juarez. É argentina de origem. Voltou para o Brasil e foi interditada de retornar para concluir a pesquisa. Ela escreve a partir de dados concretos que buscou na realidade empírica. A Graciela Atencio é uma feminista argentina, que também tem livros publicados, mas não coloquei aqui os livros. Cito também a Wânia Pasinato. Eu mesma já escrevi alguma coisa sobre isso, analisando alguns casos, exatamente para tentar fazer uma reflexão para tipificar.

As minhas observações estão também referenciadas por essas mulheres.

Por que eu trouxe isso? Porque agora, no mês de março deste ano, de 4 a 14 de março, houve a 57ª Comissão na ONU, a Comissão Social das Mulheres na ONU, e houve até parlamentares que participaram, parlamentares do âmbito estadual. E lá foi tirado este ano, o tema da CSW era o tema do combate à violência contra as mulheres, e o documento está disponível na Internet.

E nós tivemos uma reunião dos países latinoamericanos, sobretudo daqueles países que estavam querendo que se construísse um documento – porque na do ano passado não foi construído um documento –, que se construísse um documento e que se avançasse em cima dessa questão do feminicídio, do tráfico de mulheres – como foi aqui falado –, dos direitos sexuais e reprodutivos e de algumas questões que são candentes para o avanço da luta feminista, da luta das mulheres, e que avançassem a partir dos acordos estabelecidos em Cairo, em 1994, que agora, o ano que vem, nós teremos Cairo+20, em 2014. E no ano 2015, nós teremos o Beijing+20 e os objetivos do milênio.

Essa discussão foi trazida pelo México, pela Secretária das Mulheres do México, e nós tivemos muita dificuldade, porque lá estão presentes todos os países de uma prática tradicional e religiosa fundamentalista muito forte, além da presença forte também do Vaticano e de outros países que têm posturas bastante conservadoras, e esse parágrafo foi aprovado. Esse parágrafo foi aprovado no relatório final.

Então a Comissão manifesta... Foi uma preocupação na América Latina. O Brasil não fez uma defesa pública, porque nós não temos ainda, do ponto de vista jurídico, essa tipificação na nossa legislação, então nós não podíamos fazer a defesa pública, porque a gente não tem a tipificação. Mas a gente apoiou o parágrafo. A Comissão manifesta preocupação com a violência de gênero, o assassinato de mulheres e meninas, apesar de reconhecer os esforços feitos para resolver esse tipo de violência em diferentes regiões, incluindo os países onde o conceito de femicídio, de feminicídio foi incorporado na legislação nacional, que no caso era o México que trazia essa proposta. Então isso foi aprovado e está no documento final da Comissão da ONU Mulheres.

E eu também concordo com a doutora. Femicídio, no geral, é tratado como sinônimo para o feminino do homicídio. Então o feminicídio tem características especiais. Ele tem uma série de elementos que o configuram num diferencial, porque o homicídio contra os homens, evidentemente que se vocês pegarem o tráfico, algum outro grupo, ele vai ter um componente,

vai ter componentes de crueldade profunda, mas não é o típico do que caracteriza o feminicídio. Então os assassinatos de mulheres que têm sido provocados pelo fato de serem mulheres, os sinais ou marcas do feminicídio.

O argumento que eu desenvolvo a partir dessas tipificações das autoras que eu conheço é o argumento de que... Está posto numa autora que na verdade é pouco conhecida – é uma autora colombiana – ela é pouco conhecida no Brasil – ela não é conhecida no Brasil, diga-se de passagem. O livro dela eu só consegui em francês, porque ele foi publicado na Colômbia, está esgotado, e ela foi banida. E ela não escreve em relação ao feminicídio. Ela escreve em relação às mortes das Farc. Ela escreve sobre isso, e o título do livro chama-se *Matar, rematar e contramatar*. Ela chama-se Victoria Uribe. Há sinais, e peguei essa analogia num texto que escrevi exatamente sobre o fato de que não é só assassinar a mulher, mas acabar com a identidade – e peguei para um exemplo que vou trazer mais tarde a Eliza Samudio. Ele desaparece. Aquele corpo é eliminado, é erradicado, não é mais encontrado. É uma identidade, é alguém que perdeu a sua condição de humanidade. A pessoa assassinada, morta e enterrada carrega a simbologia, porque tem o ritual de cremação ou de enterro, mas há casos em que você não encontra mais, mas sabe o que aconteceu. O caso dela é o caso mais típico do feminicídio que nós temos, que é exatamente: matar, rematar e contramatar. Você mata o morto. Você mata e remata aquela que já não existe mais. Então, esse texto dela que me agrada muito e que eu peguei e fiz essa analogia para trabalhar.

Então, a destruição do corpo, do corpo feminino, com excesso de crueldade... Não são crimes perpetrados com intento sexual: são crimes perpetrados com meios sexuais. Há uma diferença Parece que é a mesma coisa, mas não o é, porque a sexualidade feminina é... Existe um autor que, certamente, vocês já ouviram falar, Michel Foucault, que tem a história da sexualidade. Ele diz que a moralidade da sociedade ocidental está na sexualidade, só que a gente transcendeu para o mundo do trabalho. Mas toda moralidade está na sexualidade. Então, a gente... A sexualidade... Por que o homem quer que a mulher seja sua propriedade? Porque é o controle sobre a sexualidade. Por que se ela não ficar com ele, ela não poderá ficar com outro? Por que ele não aceita a separação? Tudo isso não é porque ela é mãe, por alguma característica... Mas é o controle, o domínio de sua sexualidade. A sexualidade feminina é, paradoxalmente, a construção da identidade do masculino.

Eu estou pensando agora sobre por que Feliciano rebate tanto a questão da homossexualidade? Por que essa é a sua questão? Então... A gente tem de pensar nesse paradoxo que está posto em cima disso.

(Intervenção fora do microfone)

A SRª LOURDES MARIA BANDEIRA – Sim, mas ele defende isso.

Então, crime que pode ser pessoalizado, isto é, cometido no contexto das relações pessoais ou por alguma razão pessoal por parte do agressor, que ocorre no espaço doméstico. Agora, é um crime que também, como já foi colocado, que pode ser perpetrado em contexto de completa impessoalidade, como em guerra (de acordo com Lagard) e em outros contextos. O feminicídio evidencia o caráter violento que caracteriza as relações de gênero, sobretudo as relações mais íntimas. É o *locus* das paixões privadas. Então, isso é importante que a gente pense, porque a violência é aprendida. A violência não é adquirida, mas aprendida no processo de socialização. Desde os primeiros anos da vida, de meninas e meninos, a violência é aprendida nas pequenas atitudes, nos pequenos. A isso eu chamo de violência no varejo. Depois, ela vai se complexizando e o sistema e a cultura e a escola e as instituições não têm trabalhado suficientemente essa questão.

Então o feminicídio evidencia o caráter violento das relações no mundo privado. O crime que recorre à destruição do corpo sem precedentes. Assim faz o tráfico... Geralmente, o tráfico elimina, erradica; e o crime, esse tipo de crime, essa característica de destruição é a do feminicídio. Crime que as mulheres são estupradas, mortas, queimadas, mutiladas, torturadas, asfixiadas, mordidas, baleadas e decapitadas. Então, essa é uma das sistematicidades.

Recentemente, recebi um *e-mail* da Secretária das Mulheres do Maranhão. Ela me disse uma coisa terrível. Era uma sequência de doze mulheres. Todas decapitadas e maltratadas depois de mortas. Elas foram assassinadas, foram decapitadas, foram maltratadas em seu corpo. Isso é o feminicídio, porque não é só matar. A ideia é rematar. É esse o sentido...

Então, muitas mulheres são desfiguradas. No México, essa prática da *lechada*, uma mistura de cal e ácido que se coloca nessas moças da Cidade de Juarez (México), pois elas estão sempre em uma configuração: estão em uma certa faixa etária e possuem características físicas como beleza, cabelos longos. Uma série de características são recorrentes. Durante uma década, foram 358 – é a informação que eu tenho; não sei se a doutora tem outra informação. Então, são desovadas em terrenos baldios e seus assassinos jamais são localizados, e é exatamente esse o problema.

Há também a apropriação do corpo como um território para uso e/ou comercialização em tudo o que

ele pode oferecer, porque muitas ainda têm seu corpo mutilado para venda órgãos. É uma reincidência. Não é um fato isolado na vida das mulheres vitimizadas, mas aparece como um ponto final em um *continuum* de terror, que inclui abusos verbais, sexuais, humilhações e uma extensa gama de privações a que a mulher é submetida. Às vezes, elas não são mortas, mas têm os mamilos arrancados, os seios mutilados, a genitália retalhada, que é o caso que aconteceu no estupro coletivo que houve em Queimadas, na Paraíba.

Temos a exploração do corpo até o último instante da vida com o uso da tortura até a morte, ou seja, a ocupação depredadora dos corpos femininos em seus significados. O que pode identificar aquele corpo como um corpo feminino? O rosto, o cabelo, a genitália, os peitos, tudo isso é erradicado. São ações espoliadoras sobre os corpos femininos, deixando apenas seus restos. O que é o resto? Nada! Não existe mais aquela identidade, não existe mais aquela pessoa, a sua condição de humanidade desapareceu.

Há perda absoluta da identidade material e social. São estupradas e inseminadas pelos inimigos como uma forma de ocupação de seus corpos.

Eu li o relatório das mulheres francesas sobre as 250 mil mulheres que sofreram estupros de guerra, que foram inseminadas na guerra da Iugoslávia, da Bósnia, para mostrar que carregavam no ventre um inimigo. Hoje são 250 crianças, porque algumas dessas mulheres se suicidaram, que já são jovens e adultos que estão circulando e que são objeto deste fenômeno que foi a inseminação durante o estupro, porque, na verdade, é um estupro que insemina durante a guerra.

Os números não cessam de crescer, mas, inexplicavelmente, a polícia, geralmente, não encontra os culpados e tem dificuldade de tratar, porque, no Código, existem tipificações que classificam crimes que não têm necessariamente um olhar e uma sensibilidade para a natureza deste crime que envolve relações entre pessoas que se querem bem, pessoas que compartilharam o cotidiano, pessoas que têm filhos, pessoas que tiveram uma intimidade, etc. É necessária uma ressignificação desse tipo. Então, há necessidade de se estabelecer uma definição estratégica para uma tipificação jurídica. Como, aqui, a Doutora colocou, há necessidade de outorgar estatuto jurídico a essa categoria, o que, acho, é grande parte do que esta Comissão extremamente importante está fazendo.

Cito ainda a erradicação da impunidade em relação à prática do feminicídio; a necessidade de que crimes diferentes tenham formulários específicos, que é tudo que a Doutora já colocou, de investigação...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Peço desculpas à nossa conferencista para, antes do término de sua exposição, chamar à Presidência a Senadora Angela Portela, que dará continuidade à coordenação desses trabalhos, porque vou ter que participar de outra Comissão.

Agradeço muito a colaboração de vocês até então.

Muito obrigada.

Antes de passar a Presidência, quero saudar a presença da nossa Presidente da Comissão de Direitos Humanos, à qual a nossa Subcomissão pertence, a Senadora Ana Rita.

Muito obrigada!

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Devolvo a palavra à Drª Lourdes.

A SRª LOURDES MARIA BANDEIRA – ...a reprodução do feminicídio, que representa um pacote de potencias, isto é, de formas de domínio entrelaçadas – sexista/sexual, intelectual, bélica, política, econômica e moral, entre outras.

Lagarde tem uma frase em que ela diz que "trata-se de uma fratura do Estado de direito que favorece a impunidade". E é claro que as mulheres são as principais vítimas.

O feminicídio e a masculinidade. Quais são as simbolizações? Peguei só algumas, porque são muitas. Em muitas situações, o homem apela para o uso da agressão, da violência, para assegurar o seu domínio sobre a mulher – age de todas as maneiras que vimos –, a expressão de um imperativo de seu domínio sobre aquele corpo ou aquela pessoa, a necessidade de inteligibilidade desse tipo de violência feminicídia, em todos os espaços jurídicos e criminais, para assegurar a diminuição da impunidade e da imprescritibilidade.

Este é outro problema que nós temos: ela prescreve. Essas são algumas... Porque essa imprescritibilidade está vinculada com o não julgamento, a impunidade. "Ah, então, vou fazer porque a Justiça é lenta". O senso comum pensa isto: a Justiça é lenta, ela vai demorar, vai prescrever, não vou pagar, não vou ter que ser preso, não vou isso, não vou aquilo". E assim fica, como nós temos o caso Aline, que a doutora cita. Na verdade, ele está... Eu fui uma das primeiras pareceristas desse caso, de 2009 para 2010. Até hoje a família não recebeu a indenização, que não é uma grande indenização, é de R$90 mil, por causa da burocracia. O Brasil foi condenado nas Nações Unidas por conta da mortalidade materna, que não tem ainda níveis compatíveis com a proposta que nós assumimos para os objetivos do milênio.

Eu quero falar tão rápido que acabo engasgando.

As consequências do feminicídio. O feminicídio representa a coisificação do corpo feminino e esvazia as mulheres da sua condição de humanidade. Esse esvaziamento é duplo, tem um duplo sentido. Ele es-

vazia do ponto de vista não só da condição de um sujeito histórico, como também da condição de um sujeito material. Identifica um fenômeno social ligado ao patriarcado, no qual as mulheres são vistas como predispostas a serem mortas, seja porque são mulheres, seja porque não o são da boa maneira.

Eu sempre me lembro da frase do Doca Street, quando ele foi morto, aliás, quando ele matou a Ângela Diniz. No julgamento – eu comprei o livro que ele escreveu, autoarrependido, estou lendo ainda –, ele disse assim: "Ela não cumpria o seu papel". A ex-Senadora Eva Blay, que foi Senadora aqui, escreveu um texto sobre a sentença. E o juiz pergunta: "Que papel?" "Ela não era uma boa esposa, ela não era uma boa mãe, ela gostava do *jet set*, das noites, das festas e tal".

Então, em relação a muitas mulheres o argumento é este: porque não desempenham o papel de mãe, não desempenham o papel de esposa. Como é o caso daquele pastor que estuprou as três filhas e teve uma filha com a filha mais velha. No julgamento, ele disse: "Não, mais eu não podia fazer o papel... Ela não podia ter relação sexual comigo, porque ela é epilética. Então, ela ia para a sala e a menina ia para o quarto". E ele...

Bem, eu trouxe aqui, no caso do Brasil, alguns exemplos do que poderiam ser considerados como feminicídio. Claro que o caso Bruno Fernandes *versus* Eliza, que, na verdade, não é *versus,* é o caso mais contundente, em que Eliza Samudio, de 25 anos, desapareceu dia 4 de tal, e há evidências de que seu ex-amante, com quem teve um filho, encomendou o seu assassinato.

Então, às vezes, não é própria pessoa que pratica, mas tudo indica que ela foi assassinada, ela sofreu ameaças, ela sofria ameaças, ela sofreu lesões, ela ficou em cárcere privado, ela foi induzida ao aborto, ela dá, inclusive, informações sobre isso. O 3º Juizado de Violência Doméstica do Rio de Janeiro negou o pedido de proteção, em outubro de 2009, por considerar que a jovem não mantinha relações afetivas com Bruno. Vejam o que está por trás disto: há um prejulgamento moral.

Eu não estou aqui, de forma nenhuma, querendo ser acusativa contra a autoridade pública, mas muitas vezes há um prejulgamento. "Ah, essa moça meio que se prostitui, não é? É uma moça que tem tais características e tais. Ela não é uma namorada. Ela não é... Ela já tinha uma história e tal e tal." Esse é um prejulgamento. "Então, por que eu vou..." Então, esse é um grande problema que temos, porque esse prejulgamento, muitas vezes, contribui para um final dessa natureza. Então, a Delegacia de Atendimento à Mulher de Jacarepaguá pediu à Justiça, mas a juíza do caso explicou, em sua decisão, que ela não poderia se beneficiar com as medidas protetivas sob pena de banalizar a Lei Maria da Penha, porque era apenas uma amante. Então, aí já se tem todo um prejuízo, um prejulgamento. Há indícios de a amante ter sido esquartejada e os pedaços de seu corpo ter sido jogado aos cães. É isso o que diz o jornal, não estou inventando. Quer dizer, é uma situação de profunda...

O segundo caso é o da Eloá, a adolescente assassinada pelo ex-namorado inconformado com o fim do relacionamento que ele mesmo terminou por ciúmes e a Eloá não quis relatar. Aí há a ideia, que já foi colocada aqui, do pertencimento: ela me pertence. O pertencimento envolve obediência, envolve hierarquia, envolve relação de poder, enfim, envolve uma série de outras situações. O assassino manteve Eloá e uma amiga em cárcere privado por cem horas. Bateu na vítima, acusou, expôs, coagiu e, por fim, martirizou o seu corpo com um tiro na virilha e outro na cabeça. O assassinato de Eloá e suas cem horas de suplício foram midiatizados nacionalmente, todo mundo viu, todo mundo acompanhou. E aí há uma outra questão que tem que ser trabalhada, que é exatamente essa perversão midiática que...

Ainda há o caso da Mércia Nakashima, aquela advogada que foi morta. E o advogado... Não é uma pessoa qualquer, é um advogado, é um ex-policial, que tinha todo o conhecimento não só das leis. Ela foi assassinada, foi denunciada, foi morta, foi jogada no rio, foi encontrada, mas ele negando. Enfim, não vou me deter mais.

O caso de Queimadas, na Paraíba, que é um caso de uma premeditação, aliás, todos esses são casos de premeditação. Essa festa foi oferecida e houve o estupro coletivo, em que um irmão oferecia a outro, na festa de aniversário, o estupro. Depois que o estupro ocorreu, uma moça que o reconheceu, que conseguiu tirar o capuz, que o reconheceu, foi morta, arrancados seus mamilos etc. e jogados em frente à igreja.

Enfim, a sentença – não é sentença –, a peça que a juíza fez é uma coisa impressionante, vocês deveriam ler. É de uma moça jovem, de uma juíza jovem. Não é sentença, eu acho que é um relato, não me lembro exatamente, mas ela fez uma peça impressionante; tem cem páginas. Seis réus foram sentenciados pelos crimes de cárcere privado, formação de quadrilha etc. Eduardo Santos, que é considerado o mentor do crime, será julgado por júri popular e os adolescentes foram julgados e cumprem medidas socioeducativas.

Finalmente, o caso família Nardoni. O caso família Nardoni é atípico, digamos assim. Nesse caso há, necessariamente, a morte de uma criança que não é, tipicamente, do ponto de vista da violência sexual, da violência "feminicida", mas pode entrar no feminicídio porque há um contrato social, que é o contrato histo-

ricamente, culturalmente e juridicamente instituído em que jamais um pai e uma mãe matam um filho. É um contrato simbólico que existe na sociedade ocidental e em qualquer lugar do mundo. E eles rompem esse contrato. Esse contrato é rompido. Há uma premeditação e há precedentes de a criança ter sido agredida etc. Então esse caso, embora não seja tipicamente de equivalência sexual etc., há um contrato, há uma coisa maior. Há uma condição de humanidade de um ser humano indefeso que é destruída pela própria relação, inclusive de consanguinidade, pelo poder exercido por esse pai, que é o caso. É mais comum ver que filhos possam atentar contra a mãe, agredi-la. Mas pai e mãe matar o filho, não é? Então, aí é só o resultado final do...

Aí eu já dou as informações e você já sabe o que significa, então não precisa mais nada. Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Drª Lourdes.

Passo a palavra agora para a Drª Magnólia de Souza Monteiro Rocha, presidenta da Liga Roraimense de Combate ao Câncer.

Com a palavra, a Drª Magnólia.

A SRª MAGNÓLIA DE SOUZA MONTEIRO ROCHA – Eu me sinto lisonjeada de poder estar nesta Casa, falando sobre assunto de tamanha relevância. E aproveito para louvar a iniciativa da nossa Senadora de Roraima, Angela Portela. A gente acompanha o trabalho e vê que realmente ela desenvolve um trabalho em prol da mulher, da garantia dos direitos da mulher.

Eu gostaria de também comungar com as falas da Drª Adriana Mello e da Drª Lourdes Bandeira, que falaram muito bem a respeito de toda essa situação, o feminicídio, que inicia nos primórdios tempos, desde o início do mundo.

Nós sabíamos – é bíblico isso – que as mulheres, quando perdiam o cônjuge, o marido, eram discriminadas. A gente tem também casos de mulheres como Santa Ágata, que por não aceitar o assédio teve suas mamas friamente mutiladas. Elas foram arrancadas por conta de toda essa situação. E tudo isso que já foi falado.

Eu não preparei nada para apresentar, porque eu acho que já vivo neste País um feminicídio. Como médica, eu percebo isso. Tenho 33 anos de formada e toda a minha formação foi na área da mulher, na ginecologia, na citopatologia, porque achei de fundamental importância desenvolver ações de prevenção do câncer de colo de útero.

É um absurdo, com tantos anos que Papanicolau lançou esse método, hoje a gente ver tantas mulheres morrendo por uma doença no colo do útero facilmente detectável precocemente, que poderia ser muito bem prevenida se tivéssemos políticas públicas como as que recentemente foram lançadas pela Presidenta Dilma, através do Programa **Nacional** de Apoio à **Atenção Oncológica** (Pronon) e do Programa de Prevenção ao Câncer de Mama e ao Câncer de Colo do Útero.

Tudo isso existe, a Lei Maria da Penha, muitas leis, muitas portarias. Eu acho que esta Casa faz muitas leis. Muitas leis! Muitas políticas públicas saem daqui, de grande relevância, que realmente diminuiriam consideravelmente o número de morte de mulheres. E eu vou me deter à questão saúde, já que foi falado muito da parte jurídica.

Mas eu vejo que a mulher não morre só por problemas materiais, por perda da sua vida humana, da sua condição humana, ou por mutilações, ou por ser violentada. Mas ela é violentada psicologicamente quando lhe são cerceados direitos, como a amamentação.

Recentemente, foi aprovada também a Lei da Doméstica.

Cito também as próprias prostitutas, que vieram para quê? Para satisfazer inclusive nossos filhos. Qual é a mãe que quer expor sua filha numa relação sexual? Nenhuma! Então, os meninos, os nossos homens, os nossos filhos, homens, procuram essas mulheres. Então, é uma profissão digna. Será que a nossa sociedade lhes favoreceu, com políticas que lhes favorecessem poderem estar como nós aqui? Então, a gente vê muito isso.

Na Saúde, a questão da mortalidade materna. Nós temos, não me recordo o nome da lei, eu não sou muito boa em gravar número de leis, o programa de planejamento familiar. Não haveria nem necessidade de nós estarmos aqui discutindo a questão do aborto. Por quê? Porque, se o planejamento familiar, de fato, fosse executado da forma como foi preconizado; se o Sistema Único de Saúde, que defendo arduamente, realmente estivesse funcionando da forma como foi projetado, programado, elaborado, planejado; se, de fato, tudo aquilo que foi planejado fosse executado por aqueles que têm o poder nas mãos; se nós, técnicos, também soubéssemos, fôssemos informados e pudéssemos buscar os nossos direitos; se a própria comunidade fosse melhor informada, certamente, muitas dessas coisas não existiriam, muitas mulheres, muitas vidas seriam poupadas.

Na minha pouca experiência, vejo que existem soluções para tudo isso.

Vou me ater à Saúde. Nós temos o direito garantido, através de lei, da questão das informações, mas é muito difícil o cidadão ter conhecimento dessas informações, porque nem sempre elas são trabalhadas. No Estado em que eu vivo, Roraima, no programa, por exemplo, da atenção básica, existe certa confusão. Mui-

tas vezes, até alguns colegas técnicos confundem o Programa Saúde da Família com a atenção básica, e é aí que mora o feminicídio. Se, de fato, a atenção básica funcionasse como atenção básica e se o Programa Saúde da Família fosse o início do processo em que eu tenho o médico, o enfermeiro, os agentes de saúde que vão levar essas informações, que vão detectar esses problemas, de que adiantaria isso, se as nossas unidades de saúde não têm acessibilidade ou resolutividade para reduzir esses feminicídios? Se não existir prioridade, por exemplo, no Programa de Prevenção do Câncer de Colo de Útero e Mama, no planejamento familiar, para o repasse das informações, para as ações dirigidas ao adolescente, há o favorecimento do feminicídio, porque tenho dificuldades de realizar um exame preventivo, de realizar uma mamografia, não só realizar, mas com qualidade, e para tudo isso existe lei garantindo. Existem programas, inclusive, para garantir a qualificação dessas ações. Se eu tivesse um Sistema Único de Saúde que eu pudesse contar com profissionais que fossem bem remunerados...

E vou falar da minha classe médica. Eu entendo saúde como um grupo de profissionais, e todos têm a mesma importância que o médico. Não existe nenhum melhor que outro. Todos têm a sua competência dentro da sua área de atuação. Mas o que vemos hoje é falta de médicos nos locais distantes. Nós temos aproximadamente 400 mil médicos no Brasil, cuja maioria é centralizada nos grandes centros, deixando a nossa população sem o acompanhamento desse profissional, fazendo com que o paciente chegue à capital ou aos grandes centros já numa situação em que vai dificultar mais o seu tratamento.

E como resolver isso? Por que nós não investimos nos nossos profissionais – médicos, farmacêuticos, todas as categorias – com planos de cargo de Estado, como fazem com os juízes, os promotores? Não falta promotor em nenhuma cidade, por mais longínqua que seja, porque existe o plano de carreira de Estado para esse profissional. Deu certo. Está dando certo em São Paulo. Por que não fazemos aqui também para que possamos dispor desse profissional no momento em que ele tem uma remuneração digna? Ele vai ter como atuar, sabendo que está passando um tempo provisório naquele local e vai ter uma oportunidade de chegar aos grandes centros e, aí, aperfeiçoar os seus conhecimentos. Por que não investir na educação continuada? Por que não rever – eu não diria investir, mas investir – a tabela do SUS?

Recentemente, eu soube que os Senadores tomaram conhecimento dos valores das remunerações que são definidas na tabela SUS para aqueles procedimentos. Gente, é uma vergonha! Como eu quero reduzir mortalidade por mulher desse jeito? Eu me preocupo muito com isso.

No meu Estado, a Liga Roraimense de Combate ao Câncer tem assentos no Conselho Estadual de Saúde. Eu represento o Conselho Regional de Medicina no Conselho Municipal de Saúde e pude ver o caminho, a luz no fundo do túnel. Nós dos Conselhos de Saúde, que fazemos controle social, verificamos que a maioria das pessoas, muitos gestores e até colegas profissionais de outras categorias, inclusive médicos, desconhecem qual a função, qual a competência dos Conselhos de Saúde nos seus Municípios, nos seus Estados. E não é só de saúde, mas de assistência social. O Suas teria que estar trabalhando integrado com o SUS. Isso reduziria mortalidade feminina sim. Estar-se-ia investindo para evitar o feminicídio, porque é nos Cras – Centros de Referência de Assistência Social que verificamos a mulher violentada. Além disso, os adolescentes, a questão da violência contra adolescentes, o uso de droga, tudo isso são problemas sociais, que, certamente, se fossem vistos como uma prioridade, nós reduziríamos consideravelmente essa questão do feminicídio.

No nosso Estado, por exemplo, como proposta, resolvemos levar o conhecimento, as informações nos bairros da cidade, trabalhar, fazer as reuniões itinerantes dos conselhos, coisa que, em todas as últimas conferências nacionais de saúde, são muito debatidas, são muito cobradas. Em nosso Estado, através do Conselho Municipal de Saúde, estaremos realizando, no dia 16 de maio, a primeira reunião itinerante em um posto de saúde, onde detectamos que estruturas organizacionais, que o próprio sistema dificulta tudo isso.

O que temos? Se é lei levar informação para a mulher, ela precisa saber que ela tem direito de receber o contraceptivo para evitar, dessa forma, um aborto indesejável, um aborto que talvez ela até quisesse aquilo, mas, por milhões de motivos, relacionados com a questão social dela, ela pode até se sentir no direito de fazer o aborto, de desejar fazer o aborto. E temos de respeitar, porque não só os médicos devem fazer de acordo com sua consciência, mas a mulher, se quiser fazer, é um direito dela, ela tem sua liberdade, como nós também temos. Nós só precisamos nos respeitar mutuamente, o respeito deve ser recíproco. Existe uma coisa realmente de direito de termos essas informações. No nosso Município, vamos levar à nossa comunidade, se não houver nenhum contratempo nem nada que venha nos impedir de fazer isso.

Mas tenho esta esperança de que, quando o povo, as pessoas tomarem conhecimento de que tudo isso faz parte do seu direito e é nosso dever informá-las, elas vão saber reivindicar. E no momento em que elas

souberem reivindicar, vamos conseguir reduzir consideravelmente essas questões do tema de hoje de feminicídio. A mulher é muito prejudicada nesse sentido.

Foram expostos aqui dados estatísticos. Procurei dados estatísticos na minha cidade, no meu Estado, não consegui achar. Realmente, essa questão estatística é um problema, acho, nacional, principalmente na nossa Região Norte. É muito difícil. Para vocês terem uma ideia, até casos de câncer de colo de útero. Recentemente, tivemos informações de que o número de câncer de colo de útero tinha aumentado muito, em torno de 300 casos por ano. Foi quando questionamos: está havendo algum problema, o Ministério da Saúde terá de intervir aqui para saber o que está acontecendo. Por quê? Porque houve uma certa confusão de se considerar casos positivos, que são casos típicos de lesões pré-malignas, pré-cancerosas com casos de câncer propriamente dito. Lesões precursoras do câncer estavam sendo consideradas como casos de câncer. A título de busca ativa, de segurar esse paciente é compatível, podemos até considerar, mas, em termos de índice, considerando como índice de casos novos de câncer, isso não pode existir.

Há uma série de investimentos que vejo que realmente poderiam reduzir consideravelmente o feminicídio, com a mulher...Uma droga lícita, gente as drogas lícitas, para mim, é um feminicídio. O tabaco influi em torno de 35% de fator de risco – ele é considerado – para doenças crônicas degenerativas não transmissíveis – ele favorece e pode ser muito bem evitável. Mas será que vamos conseguir acabar com o cigarro realmente? Sabemos também que ele traz muito dinheiro, a sua plantação... Então, a questão dos investimentos da saúde com relação à atividade física, à alimentação saudável, tudo isso nós temos em leis, em portarias, nós temos programas de saúde – a questão do pacto, o pacto pela saúde.

A minha sugestão é que – isso é fruto da minha impressão – nós trabalhemos, de fato, em conjunto com a comunidade – já é direito, mas não é fato. Se realmente pudéssemos ouvir a sociedade, principalmente os usuários dessas políticas todas, eu acho que conseguiríamos resolver muita coisa e, certamente, com isso, seria favorecida a questão da impunidade, porque todos nós sabemos: se o homem, na questão da violência contra a mulher, a questão da Lei Maria da Penha... Adianta? Ela vai, denuncia... Quem vai realmente dar segurança para ela? Eu já participei de algumas discussões nesse sentido. Não tem... Quando acontecem essas denúncias, há certo marasmo na angariação dessas informações. A mulher vai, denuncia, acaba voltando, e as coisas ficam por isso mesmo. Ela acaba voltando e, muitas vezes, sofrendo represálias maiores ainda. Então, eu acho que, se tivéssemos planejamento familiar, investimento na sexualidade de fato, porque de direito nós temos tudo isso...

A questão da revisão da tabela do SUS: os valores dificilmente permitem um hospital se manter. Se nós pudéssemos, realmente, determinar e distribuir profissionais de saúde, médicos brasileiros, com recursos brasileiros, investir em médicos brasileiros através do plano de carreira de Estado, com certeza melhoraríamos essa situação toda.

Eu costumo dizer o seguinte: que tal fazermos uma lei para cumprir as leis? Se tivéssemos uma lei para cumprir as leis, não precisaríamos mais criar novas, porque nós já temos muitas leis.

Assim eu encerro a minha fala. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Drª Magnólia.

Eu gostaria agora de passar a palavra para a Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quero cumprimentar as nossas convidadas, dizer da nossa alegria de poder recebê-las aqui: Drª Adriana Ramos, que é juíza, é um prazer. Infelizmente, eu não pude ouvir a sua fala, mas tive oportunidade já de ler todo o material – eu estava na Comissão de Constituição e Justiça e cheguei um pouco depois –;. Drª Lourdes Bandeira, que é Secretária-Executiva da SPM; e também a Drª Magnólila, médica do Estado de Roraima, que também, com sua experiência, traz a sua contribuição.

Quero parabenizar a Senadora Angela Portela, porque S. Exª é membro da Comissão de Direitos Humanos e, juntamente com a Senadora Lídice da Mata, é responsável pela Subcomissão da Mulher. E, por iniciativa da Senadora Angela, nós estamos realizando este debate aqui, hoje, de um tema que é importante, que é razoavelmente novo para nós e que precisamos realmente aprofundar, que é essa questão do feminicídio e do femicídio, uma discussão muito recente no Brasil. Apesar de, em alguns países da América Latina, a questão do femicídio já ser tipificada – a exemplo do Chile, da Costa Rica, da Guatemala, do México –, aqui no Brasil, esse tema ainda não é tão aprofundado, tão debatido, pelo menos no Parlamento, aqui no Congresso Nacional.

Eu digo que, com a discussão do Código Penal, esse tema aparece. E eu quero aqui fazer um registro de que recebemos, aqui, a presença da Drª Adriana, juíza, juntamente com representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros e de representantes, também, dos movimentos de mulheres, e tivemos a oportunidade de fazer um diálogo, uma conversa sobre os trabalhos

da CPMI. Esse tema também foi debatido por nós, e é um tema que precisamos, realmente, aprofundar mais.

Eu digo que o femicídio, que é a morte violenta de mulheres pelo fato de serem mulheres – vocês colocaram isso com muita clareza aqui, principalmente a Drª Lourdes, de quem pude acompanhar melhor a fala –, precisa, realmente, ser debatido; é um tema que merece uma atenção especial do Congresso brasileiro. E um tipo deles é o feminicídio íntimo, que é conhecido no Brasil, detectado por pesquisas e também pelo trabalho da CPMI que investigou a violência contra a mulher. O nosso relatório já está pronto, está na fase final de revisão e será entregue daqui a pouco. Esperamos que, nos primeiros dias de junho, do mês 6, possamos entregá-lo, formalmente, para as autoridades brasileiras e para a sociedade.

Quero, então, para finalizar a minha fala, Senadora Angela, dizer que essa discussão é de suma importância. Por isso, parabenizo a Subcomissão da Mulher por ter-nos propiciado esse debate. É um debate que vai nos ajudar a dimensionar os limites e as possibilidades de uma tipificação jurídica dessa natureza aqui no Brasil. Então, esse debate é muito importante, porque, além de aprofundar o tema, nós vamos acumulando, nós que somos Parlamentares, que temos o papel, principalmente nós mulheres Senadoras da República, juntamente com as nossas companheiras Deputadas Federais, temos a missão e o papel de acumular mais sobre isso para que possamos fazer o debate aqui e trazer, também, os nossos colegas Senadores e Deputados, para que também se apropriem desse tema, para que possamos qualificar a nossa legislação, possamos trabalhar aquilo em que a nossa legislação ainda precisa ser mais bem trabalhada. Porque a realidade brasileira vai se alterando, assim com o a realidade mundial, e os fatos, as necessidades vão exigindo de nós um aperfeiçoamento da legislação para que possamos atender às necessidades da sociedade contemporânea.

Ou seja, não se quer dizer, com isso, que a violência contra a mulher seja recente; ela é antiga. Mas a reflexão sobre a violência nos leva a dar um tratamento mais adequado à violência contra a mulher, porque, até então, nós não tínhamos, talvez, alcançado isso ainda.

Não sei se estou falando aqui alguma coisa muito estranha, mas a violência contra a mulher é histórica, mas os fatos vão nos mostrando... Aqui a Drª Lourdes traz vários fatos, e, inclusive, quase todos eles nos ajudaram e serviram de casos emblemáticos para a criação da CPMI da Mulher. Então, é através desses fatos, infelizmente terríveis, que nós vamos observando que a nossa legislação precisa também atender, aprofundar-se mais.

Então, quero aqui dizer que me sinto altamente contemplada pela fala de todas vocês. Enquanto vocês falavam, fiquei me lembrando que, recentemente, há um ou dois meses, só para ilustrar um pouco a fala, saiu nos jornais do meu Estado que, em um bairro vizinho ao meu, que tem um grande valão que o corta, que é canalizado, mas tem algumas aberturas, as crianças, ao irem para a escola, começaram a achar partes dos corpos de mulheres. Um dia achava o braço, noutro dia achava a perna, cada dia achava um pedaço do corpo, mas não era um corpo só. Era mais de um corpo porque conseguiram achar três pernas. Então, não era uma única. Era mais de uma. Infelizmente, não sei o final disso, mas as crianças que iam à escola achavam. Isso ilustra bem aquilo que a Lourdes disse: não se contenta apenas em matar a mulher, mas precisa eliminar de alguma maneira, ou queimando ou jogando no valão. Esse foi o caso dessas mulheres que acharam o tronco, depois a cabeça, depois um braço e uma perna, uma segunda perna, uma terceira perna. É muito difícil conviver com isso. São realidades que exigem não só justiça, mas mudança de mentalidade das pessoas, do povo brasileiro, em particular, dos homens que cometem esse tipo de crime.

Acho esse debate importante. A Subcomissão da Mulher se propõe a aprofundar cada vez mais esses temas.

Parabenizo as Senadoras Angela e Lídice da Mata por se colocarem efetivamente à disposição para que a gente possa aprofundar cada vez mais, e eu junto com vocês, nessa temática, com a colaboração e a contribuição das nossas companheiras mulheres que estão no Judiciário, que estão no Poder Executivo, que estão no atendimento direto a nossa população. É muito bom receber de vocês as contribuições necessárias.

É isso, obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senadora Ana Rita, Presidente da nossa Comissão de Direitos Humanos.

Eu gostaria de, como autora do requerimento que propôs a realização desta audiência pública sobre feminicídio, me colocar como extremamente satisfeita com as nossas convidadas. Penso que foi a primeira vez, aqui no Senado Federal, Drª Magnólia, que discutimos esse tema do feminicídio. Eu não recordo que exista registrado, nos Anais da Casa, uma audiência pública em que se discutisse o feminicídio, o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres. Esse é um momento histórico, um momento pioneiro e me sinto muito honrada e feliz por fazer parte desse grupo de Senadoras que procura debater esse tema, conhecer o tema.

Fiquei muito bem impressionada com a qualidade técnica das informações que a Drª Adriana trouxe para nós, que a Drª Lourdes trouxe, que a Drª Magnólia trouxe do nosso Estado de Roraima. São informações de extrema relevância, de extrema importância e vão enriquecer os conhecimentos que nós temos, como Senadoras dos nossos Estados. Eu, a Senadora Ana Rita, a Senadora Lídice da Mata, que é Presidente da Subcomissão, tivemos informações, subsidiada por vocês, a respeito desse cenário de feminicídio em nosso País, que envolve a família, que envolve relacionamentos, que envolve crime sexual, comércio do sexo, tráfico para fins de exploração, e ficamos satisfeitas por ter essas informações tão qualificadas.

Não resta dúvida de que o aproveitamento dessa audiência pública foi indiscutível. Sabemos que vocês, as nossas convidadas para participar dessa audiência, têm amplo conhecimento sobre o tema: a Drª Adriana é juíza da delegacia especializada no Rio de Janeiro, do juizado, está fazendo a sua tese de mestrado ou doutorado no tema, tem amplo conhecimento e tem estudado e pesquisado intensamente; a Drª Lourdes também é doutorada nesse tema; e a Drª Magnólia é uma pessoa excepcional que realiza um trabalho espetacular em nosso Estado de Roraima, já está na Liga de Combate ao Câncer há mais de 20 anos lutando para aprimorar as políticas voltadas para as mulheres na área principalmente da saúde e tem sido aquela mulher, aquela médica que cobra do Poder Público maior eficiência no combate ao câncer de mama e de colo de útero – e nós sabemos que em todos os cânceres, mas com prioridade para esses voltados para mulheres.

A gente sabe dos inúmeros programas federais que a Presidenta Dilma tem lançado. Ela lançou, há dois anos, o Programa Nacional de Combate ao Câncer de Colo de Útero de Mama na Região Norte, no Amazonas. Eu digo aqui no Amazonas, mas é lá no Amazonas, lá no extremo Norte. Nós sabemos que as estatísticas, que os dados que o Ministério da Saúde disponibiliza para o nosso País mostram claramente que na Região Norte, nos Estados da Região Norte, no Amazonas, Acre, Roraima, Amapá, existe uma incidência muito maior em relação aos outros Estados, daí a importância dessa mobilização, desse envolvimento dos agentes públicos, dos técnicos, dos juízes, do sistema de Justiça, da sociedade civil organizada, junto com o Parlamento brasileiro e junto com o Poder Executivo, para unir forças para que a gente possa, de alguma forma, amenizar esses elevados índices de violência contra a mulher brasileira.

Eu tive a grata satisfação de participar da CPI da Violência contra a Mulher, que tem aqui como Relatora a Senador Ana Rita. Acompanhamos o trabalho realizado pela CPI em vários Estados. A Senadora visitou inúmeros Estados brasileiros. Se eu não me engano, foram 17 Estados do nosso País e o Distrito Federal, inclusive esteve no nosso Estado, Drª Magnólia e pôde constatar a deficiência na rede de atendimento à mulher brasileira, na rede, na estruturação desse rede. Pudemos constatar claramente que não há uma priorização dos governantes para a questão do combate à violência contra a mulher, contra o feminicídio.

Só para vocês terem uma ideia, temos, no País, 475 delegacias especializadas para o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, violência de gênero, em um universo de 5.565 Municípios. Não é nem 10%. Nós temos, meus amigos e amigas, 68 casas abrigos para acolher mulheres em situação de risco, 68 casas apenas para atender as mulheres que estão em situação de risco grave; 146 centros de referência, apenas 146 centros de referência; 147 juizados especializados ou varas adaptadas para julgar casos de violência de gênero, que a Drª Adriana representa aqui; 156 núcleos de atendimento às defensorias públicas no nosso País; e 19 núcleos nos Ministérios Públicos estaduais.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – A Lei Maria da Penha – a Drª Magnólia está perguntando – vai fazer sete anos. São sete anos.

Isso mostra claramente que, no universo deste País de dimensões continentais, a nossa rede de proteção de atendimento é muito pequena ainda, é muito insignificante, apesar de a Lei Maria da Penha já ter sete anos, mas nós sabemos da importância de acreditar nessa lei, de lutar pela implementação da Lei Maria da Penha.

E eu penso, Drª Magnólia, Drª Adriana, Drª Lourdes, que é de fundamental importância haver a consciência do Poder Executivo, do Poder Legislativo na destinação de recursos públicos para a implementação da Lei Maria da Penha em nosso País. Para a criação dessas delegacias especializadas, dessas varas de violência, desses núcleos na defensoria pública, há necessidade de investimento. No orçamento público, devem constar recursos destinados à estruturação dessa rede de proteção à mulher brasileira.

Desde a época em que eu era Deputada Federal, em 2006, durante estes anos todos, colocamos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na LDO, recursos para que Estados e Municípios pudessem ampliar, aprimorar, aperfeiçoar a instalação dessa rede de proteção. Há muitos anos. Mas a gente percebe que, se não houver a consciência política da importância do combate a essa violência, certamente a gente vai continuar pati-

nando nesses números, porque a cada ano os índices de violência aumentam. O Mapa da Violência de 2012 mostra claramente isso. É o estudo que focaliza os últimos trinta anos de mortalidade por arma de fogo no Brasil: homicídios, suicídios e acidentes pela ação de arma de fogo. Quer dizer, o Mapa da Violência de 2012 é um cenário da violência em nosso País. E a gente vê que a violência contra a mulher é crescente, apesar dos sete anos da Lei Maria da Penha.

A gente quer, como resultado desta discussão, deste debate, fazer o encaminhamento prático e aceitar também sugestões das nossas convidadas, para que se possa tirar desta audiência pública o encaminhamento que seja efetivo na redução desses índices, no combate a essa violência e ao feminicídio. Então, a gente propõe a elaboração e o encaminhamento de um projeto de lei para a comissão que está estudando aqui, no Senado Federal, as alterações no novo Código Penal, para incluir, por exemplo, a terminologia feminicídio como um tipo penal. A gente pode conversar com o Senador Pedro Taques, que é o Relator da Comissão Especial que está propondo as alterações no Código Penal, para que a gente possa fazer esses encaminhamentos para a elaboração do novo Código Penal.

A Drª Magnólia colocou aqui a questão das leis. Já temos muitas leis, temos que cumpri-las. Mas, nesse caso aqui, Drª Magnólia, tem que ser mais uma sugestão para o novo Código Penal, para que seja tipificado. A Senadora Ana Rita colocou que alguns países da América Latina, da América do Sul, já têm a tipificação de feminicídio, e nós não temos ainda. Então, é o momento oportuno, quando o Congresso Nacional discute as alterações no novo Código Penal, para incluir esse tema e outras sugestões que a gente pode receber, tanto da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, através da Drª Lourdes, quanto da Drª Adriana, que é juíza titular no Rio de Janeiro. A Drª Magnólia também.

Queremos nos colocar à disposição para que, como Senadoras, eu e a Senadora Ana Rita, possamos incluir essas propostas, apresentar esses projetos de lei, para a atualização do Código Penal, que está em discussão nesta Casa.

Então, eu gostaria de agradecer imensamente o apoio da equipe da Comissão de Direitos Humanos, na pessoa da Senadora Ana Rita; agradecer imensamente à Presidente da Subcomissão em Defesa da Mulher, Senadora Lídice da Mata, que precisou se ausentar; agradecer imensamente a presença da Drª Lourdes Bandeira, que á uma ampla conhecedora do tema, que está aqui só enriquecendo; à Drª Adriana; e à Drª Magnólia.

Muito obrigada pela presença de vocês, pela contribuição que deram nesta discussão sobre feminicídio.

Passo, então, a palavra às nossas convidadas, para que possam fazer as considerações finais, e, em seguida, encerrarmos a nossa audiência pública.

Então, com a palavra a Drª Lourdes.

A SRª LOURDES MARIA BANDEIRA – Eu gostaria de agradecer. Eu acho que só esta audiência já é um momento extremamente importante para que essa tipificação seja considerada, que ultrapasse o âmbito do Senado e vá para o âmbito jurídico, que é o que a gente também precisa. Isso é extremamente importante.

Também gostaria de informar à Senadora e às colegas que, no dia 13 de março, foi lançado um programa extremamente significativo, porque foi, inclusive, assinado pela Presidente, que é o programa Mulher: Viver sem Violência, e, também, Casa da Mulher.

Estamos envidando todos os esforços para fortalecer a Lei Maria da Penha, que é um marco na história legislativa e na história judiciária. Por mais que sejam poucos – já há 144 juizados especiais – e ainda exista muita resistência, são fundamentais, porque vão se reproduzindo e tratando do combate à violência contra a mulher, não é?

A força da lei, por si só, como disse a Drª Magnólia, não resolve, porque leis não faltam no País, mas a força da lei, o trabalho do Senado, na fala da Senadora Portela, da Senadora Ana Rita e de quem está aqui participando, e o trabalho da Secretaria, da Drª Adriana, que vai levar necessariamente para o campo jurídico, essas forças conjugadas e articuladas vão, com certeza, ajudar para que a gente consiga fazer alguma coisa. Se a gente pensar, nós temos meio século de luta. Embora a violência sempre tenha existido, a visibilidade que o movimento social, o movimento feminista trouxe tem meio século, e em meio século a gente já fez bastante coisa. Isso não significa que a gente não possa fazer muito mais.

Então, eu quero agradecer a oportunidade, em meu nome, em nome da Secretaria, em nome da Ministra, e dizer que estamos de mãos dadas para ir para a frente.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Concedo a palavra à Drª Adriana.

A SRª ADRIANA RAMOS DE MELLO – Muito obrigada.

Gostaria de agradecer mais uma vez à Senadora Angela Portela, Vice-Presidente desta Subcomissão em Defesa da Mulher, o convite que me foi feito. Fiquei realmente muito honrada de poder estar aqui hoje, debatendo um tema que é de suma importância.

Gostaria de saudar a Senadora Ana Rita. Realmente, eu estive com ela. Estive com ela, também, quando ela foi lá pela CPMI. Ela esteve no Rio de Janeiro. Gostaria de saudar a senhora e dizer que, depois da sua visita, seguindo aqui o que a Drª Lourdes falou, mudamos um pouco a rotina do atendimento aos juizados. Chamamos o Ministério Público, a Defensoria e a própria Polícia. Ainda estamos, hoje, com muita dificuldade, porque os problemas existem ainda. Quando a senhora esteve lá, os problemas já existiam – a carência de servidores, a falta de estrutura existem e são latentes –, mas um simples telefonema para as Delegadas fez com que tudo mudasse. Agora, as mulheres, e falo isso com muito orgulho, registram de manhã e, no mais tardar, às 14h ou às 15h, estão com a medida protetiva de urgência. Isso apenas.... *(Palmas.)*

Mas isso não é mérito não. Eu acho que não tem protagonista nessa história. Na verdade, isso foi um telefonema e uma parceria com a Promotora de Justiça do Rio de Janeiro que coordena hoje o núcleo do Ministério Público, a Drª Lúcia Iloizio. Conversei com a Defensoria em atuação no juizado e falei que essas mulheres teriam que registrar e ir, na mesma hora, para o juizado. Isso obviamente gerou um pouco de suscetibilidades, algumas instituições argumentaram como seria, mas, após a sua visita, eu vi que não dava para deixar como estava: essas mulheres eram encaminhadas para outros órgãos e a medida protetiva de que ela efetivamente precisava não saia em tempo hábil. Então, isso foi alterado, a partir da sua visita, mas os problemas ainda existem.

Fiquei muito feliz em estar dizendo isso aqui para a senhora. Queria dizer isso.

Queria agradecer imensamente a oportunidade de falar no Senado sobre o tema feminicídio, porque eu acho que é um tema, como a senhora e a Senadora colocaram, pouco visível. Eu acho que precisa de uma ação articulada do Executivo, do Judiciário, e falo em nome da Associação dos Magistrados Brasileiros, que luta, que está junto com a gente nessa história – e peço permissão à Senadora para divulgar que vai haver um seminário, aqui, na Câmara dos Deputados, promovido pela Associação dos Magistrados, para debater esse tema, ainda este mês de maio, entre os juízes – e de quem mais tiver interessado de debater o tema.

Apelo à Senadora Angela, à Senadora Lídice da Mata e à Senadora Ana Rita para que divulguem isso, porque só assim a gente vai conseguir captar mais pessoas para a causa que é uma causa de todas nós e de todos nós, não é só de mulheres.

Então, eu queria realmente deixar aqui os meus cumprimentos e agradecer a oportunidade mais uma vez.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Com a palavra a Drª Magnólia.

A SRª MAGNÓLIA DE SOUZA MONTEIRO ROCHA – Aproveito para agradecer também o convite da Senadora Ana Rita.

Gostaria de aproveitar e agradecer também... A Senadora Angela já é amiga, já é de casa, já é muito amiga nossa. *(Risos.)*

Mas eu gostaria aqui de deixar o meu agradecimento às meninas do gabinete da Senadora Angela, da Comissão de Direitos Humanos. Elas viabilizaram a minha vinda aqui. Um beijo para vocês.

E quero dizer que eu gostaria, Senadora, que neste seminário... Eu não sei, eu também nunca havia ouvido falar na questão do femicídio, feminicídio. Para mim foi uma novidade. Quando vi, eu disse: feminicídio? Fiquei preocupada com isso e saí atrás, para obter informações.

Lendo parte do que foi apresentado aqui, eu cheguei à conclusão de que realmente não é... Não sei se caberia, mas o fato de a mulher ter dificuldade, enfrentar essa falta de acessibilidade, por exemplo, para realizar um exame preventivo, na questão do planejamento familiar, isso de certa forma não seria... A ausência da prática dessas ações não seria, de uma certa forma, uma contribuição para o feminicídio, já que o câncer de colo é o que mais mata as mulheres? Então eu queria que isso fosse... A questão da mama, da mamografia, a reconstrução mamária que foi lançada recentemente pela nossa Presidenta, a Lei nº 9.797, que foi alterada pela 12.802, que dá direito à mulher a, no momento da cirurgia, da mastectomia, repor, já fazer a cirurgia reparadora, para não ter a sua feminilidade morta. Algumas mulheres não conseguem se ver sem mama, mutiladas na frente de um espelho. Isso não seria, de certa forma, um feminicídio?

Então é essa a nossa contribuição.

A questão do assédio sexual, a questão das crianças.

A gente sabe que as mulheres, crianças, menores assediadas sexualmente de certa forma comprometem a sua sexualidade. Isso não seria de certa forma um feminicídio?

Então eu deixo isso para a reflexão e agradeço a oportunidade por ter adquirido mais conhecimentos sobre um tema que realmente para mim foi novidade. Daí agradeço a participação de todos.

Nós, na Liga Roraimense de Combate ao Câncer, já desenvolvemos um trabalho bom. Eu gostaria de dizer que o nosso Estado foi o segundo mais preventivo numa determinada década, na década de 90. Já tivemos um perfil epidemiológico do câncer de colo

uterino semelhante ao do Sudeste, onde a incidência de câncer de mama é maior do que a de colo de útero. Tudo isso por situações muito semelhantes às que a Drª Adriana colocou: às vezes um telefonema, um interesse maior, um envolvimento maior de qualquer um de nós aqui, técnicos... E já aproveito para dizer que se estou aqui também tive uma contribuição das mulheres que trabalham na Comissão de Direitos Humanos junto com a Senadora Angela e a Senadora Ana Rita.

Então eu acho que parte muito de cada um de nós. Quando a gente quer a gente faz.

É isso que eu gostaria de dizer. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Drª Magnólia.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 25 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS SUBCOMISSÕES NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, SENDO 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER, 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA, 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO E 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS.

Às onze horas e trinta minutos do dia nove de abril de dois mil e treze, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúnem-se a SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER; SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA; SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO E A SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO, com a presença os seguintes Senhores Senadores e Senadoras João Capiberibe, Ângela Portela, Lídice da Mata, Paulo Paim, Paulo Davim, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão. Registra-se a presença da Senadora Ana Rita, Presidenta da CDH e do Senador Magno Malta. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente Reunião tem por escopo a INSTALAÇÃO DAS SUBCOMISSÕES NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E ELEIÇÃO DOS RESPECTIVOS PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES. O Senhor Presidente eventual Sérgio Petecão lê a composição da SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER e convida a Senadora Ana Rita a ocupar a mesa e lhe passa a palavra. A Senadora Ana Rita faz suas considerações acerca da instalação das subcomissões, desejando bom êxito aos trabalhos das subcomissões. O Senhor Presidente eventual, Senador Sérgio Petecão, faz encaminhamento para que as eleições ocorram por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, CAE, CAS, CE e CDH. O Senhor Presidente consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. O Senhor Presidente comunica que as eleições ocorrerão por aclamação. O Senhor Presidente coloca em votação, por aclamação, a eleição da Senadora Lídice da Mata para Presidenta e da Senadora Ângela Portela, para Vice-Presidenta da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. As candidatas são eleitas por unanimidade. Às onze horas e quarenta e três minutos o Senhor Presidente, eventual, Senador Sérgio Petecão passa a Presidência para a Senadora Ana Rita. A Senhora Presidenta, Senadora Ana Rita, lê a composição da SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA. A Senhora Presidenta faz encaminhamento para que as eleições ocorram por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, CAE, CAS, CE e CDH. A Senhora Presidenta consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. A Presidência comunica que as eleições ocorrerão por aclamação. A Senhora Presidenta coloca em votação, por aclamação, a eleição do Senador João Capiberibe e Randolfe Rodrigues para Presidente e para Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça. Os candidatos são eleitos por unanimidade. A Senhora Presidenta, Ana Rita, lê a composição da SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO. A Senhora Presidenta faz encaminhamento para que as eleições ocorram por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, CAE, CAS, CE e CDH. A Senhora presidenta

consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. A Presidência comunica que as eleições ocorrerão por aclamação. A Senhora Presidenta coloca em votação, por aclamação, a eleição do Senador Paulo Paim e Eduardo Suplicy para Presidente e para Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Proteção aos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso. Os candidatos são eleitos por unanimidade. A Senhora Presidenta, Ana Rita, lê a composição da SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO. A Senhora Presidenta faz encaminhamento para que as eleições ocorram por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, CAE, CAS, CE e CDH. A Senhora Presidenta consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. A Presidência comunica que as eleições ocorrerão por aclamação. A Senhora Presidenta coloca em votação, por aclamação, a eleição do Senador Paulo Davim e Lídice da Mata para Presidente e para Vice-Presidenta, respectivamente, da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Proteção aos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso. Os candidatos são eleitos por unanimidade. Em seguida, a Senhora Presidenta concede a palavra aos Presidentes eleitos. Às doze horas e trinta e cinco minutos a Senhora Presidenta passa a palavra para o Governador do Amapá Camilo Capiberibe. O Senhor Governador faz suas considerações. Fazem o uso da palavra as seguintes Senhoras Senadoras e Senadores Sérgio Petecão, Ana Rita, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Paulo Paim, Paulo Davim e Ângela Portela. Conclusa a instalação da Subcomissão, encerra-se a Reunião, às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, **a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.**

Senadora Ana Rita

Presidenta

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB/PSOL, titular Senadora Angela Portela e suplente Senador Paulo Paim e titular Senadora Lídice da Mata, PSB, e suplente Senador João Capiberibe, PSB do Amapá; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, PMDB/PP/PSD/PV, titular Senador Sergio Petecão, PSD, e a suplência ainda encontra-se vaga e titular Senador Paulo Davim, PV do Rio Grande do Norte, e a suplência encontra-se vaga; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, PSDB/DEM, ainda estão vagos tanto o titular como suplente.

Antes de passar propriamente à eleição para a Presidência e para a Vice-Presidência desta Subcomissão, convido a Presidente da Comissão, Senadora Ana Rita, para compor a Mesa.

Por favor, Presidente. *(Pausa.)*

De imediato, concedo a palavra à nobre Senadora para que ela possa fazer aqui uma breve consideração a respeito das Comissões.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quero aqui agradecer o Senador Petecão por abrir os trabalhos da Subcomissão da Mulher.

Quero também cumprimentar o Senador João Capiberibe e o Senador Paulo Davim pela iniciativa de propor a criação das Subcomissões que instalaremos logo a seguir.

Hoje, pela manhã, vamos instalar quatro subcomissões de trabalho e esta que estamos instalando agora é a Subcomissão da Mulher, sendo presidida neste momento pelo Senador Petecão.

Cumprimento também a Senadora Lídice da Mata e o Senador Paulo Paim, que trabalharam durante todo o ano passado e este ano pela continuidade dos trabalhos das subcomissões já existentes.

Também quero aqui lembrar e reconhecer o esforço da Senadora Angela Portela, que esteve à frente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, que cumpriu também um papel importante, e nos ajudou também durante os trabalhos da CPMI. Então, a Senadora Angela Portela foi uma Senadora bastante presente, empenhada. Graças a ela, a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher pôde realizar os seus trabalhos durante todo o ano passado.

Hoje serão instaladas as subcomissões, conforme já foi dito, e eleitos, respectivamente, os presidentes e vice-presidentes de cada subcomissão. Os temas que constituem o objeto de cada subcomissão têm importância fundamental para o nosso País. O trabalho de cada colegiado parlamentar vai contribuir,

com certeza, para coibir a violência contra a mulher e também a pedofilia, para promover os direitos das crianças, dos adolescentes, dos idosos e das pessoas com deficiências. O tráfico de seres humanos e o trabalho escravo também serão combatidos com, com certeza, com muito vigor. O Senador Paulo Davim está empenhadíssimo nessa tarefa, e daqui a pouco essa subcomissão será instalada. Por fim, a Comissão Nacional da Verdade terá uma significativa contribuição do Parlamento brasileiro na busca da verdade acerca dos crimes de lesa-humanidade praticados durante o regime militar. O Senador João Capiberibe terá a missão, a tarefa, juntamente com os demais Senadores, de conduzir esse trabalho.

Para que possamos organizar bem o trabalho das subcomissões, sugiro, enquanto Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, que cada subcomissão realmente tenha o seu plano de trabalho e o seu cronograma de reuniões e divulgue o plano de trabalho e o cronograma das reuniões para que possamos ter uma participação efetiva também da sociedade nos trabalhos das subcomissões.

Quero aqui fazer um registro. Os Senadores João Capiberibe, Paulo Paim e Paulo Davim já enviaram as propostas para a Comissão de Direitos Humanos. Contamos também com as propostas da Subcomissão da Mulher. Com certeza, essas subcomissões terão todo apoio necessário desta Presidenta e do colegiado da Comissão de Direitos Humanos, que terá uma enorme tarefa pela frente, uma tarefa que, com certeza, vai corresponder às expectativas da nossa sociedade. A nossa Comissão de Direitos Humanos terá o seu trabalho respaldado e fortalecido pelas subcomissões.

Então, quero aqui desejar a todos os nossos colegas, Senadores e Senadoras, que vão compor essas subcomissões um bom trabalho, um trabalho efetivo, um trabalho que realmente corresponda aos anseios de nossa sociedade.

Parabenizo a todos os companheiros e companheiras por colocar seus nomes à disposição das subcomissões.

Desejo um bom trabalho.

Dessa forma, encerro a minha fala passando novamente a palavra para o Senador Petecão.

Gostaria muito que essas minhas palavras ficassem registradas, fossem transcritas, para que pudessem constar das notas taquigráficas da Comissão de Direitos Humanos, enfim, que todo trabalho que for registrado aqui hoje possa constar das notas taquigráficas da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso, da Subcomissão Permanente de Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo e da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. Que todo trabalho que vai ser produzido aqui hoje, a eleição dos presidentes, vice-presidentes, possa constar das notas taquigráficas.

Era isso, Senador Petecão. Devolvo a palavra a V. Exª para continuar conduzindo os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Obrigado, Senadora, e parabéns pelo belíssimo trabalho que a senhor faz nesta Comissão.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa, Senador Magno Malta: Presidente, Senadora Lídice da Mata, sua colega que está aqui ao seu lado, e Vice-Presidente, Senadora Ângela Portela.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos proceder à eleição por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, na CAE, na CAS, na Comissão de Educação e, aqui, na nossa Comissão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente Petecão, tinha que estar aqui para votar na Senadora Lídice porque minha mãe sempre votou nela. Minha mãe não está mais viva, mas sempre votou nela. Se eu não viesse para cá votar, iria me sentir mal. Então, não aceito essa aclamação. Quero que registrem o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Em votação o encaminhamento para que seja realizada eleição por aclamação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o encaminhamento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Chegou o nosso eterno Senador Paim desta Comissão. *(Pausa.)*

A eleição para presidente e vice-presidente para a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher para o biênio 2013/2014 ocorrerá por aclamação.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com os nomes da Senadora Lídice da Mata e da Senadora Angela Portela para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleita para Presidente a Senadora Lídice da Mata e para Vice-Presidente a Senadora Angela Portela.

Convido as eleitas para ocuparem seus lugares à mesa. *(Pausa.)*

Passo a Presidência para a Senadora Lídice da Mata. *(Palmas.)*

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem, uma sugestão. Não poderíamos instalar todas as subcomissões. Tenho outras comissões. Tenho dificuldade. Se não for instalada agora, vou ter que me retirar. *(Pausa.)*

Até porque o Senador Petecão, que é o mais antigo da Comissão... *(Pausa.)*

Não é que o senhor tem tempo na Comissão, mas de idade o senhor é o mais antigo... *(Risos.)*

O senhor tem também outras Comissões, não tem? *(Pausa.)*

Ele é o ancião da Comissão. Ancião, o senhor tem outras Comissões, não tem?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Até por ser o Senador mais jovem da Comissão, agora vou passar a Presidência para a nossa Presidente aqui. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Petecão.

Já instalamos, então, a Subcomissão da Mulher, e, mediante solicitação dos colegas, Senadores e Senadoras, eu mesma vou presidir para que possamos dar agilidade aos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, titulares Senadores Randolfe Rodrigues, PSOL, e João Capiberibe, PSB, e suplentes Senadores Paulo Paim, do PT, e Eduardo Suplicy, PT; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, Senador Paulo Davim, PV; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, não houve nenhuma indicação. *(Pausa.)*

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, titulares Senadores Paulo Paim, PT do Rio Grande do Sul, e João Capiberibe, PSB do Amapá, e suplentes Senadores Randolfe Rodrigues, PSOL do Amapá, e Aníbal Diniz, PT do Acre; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, Senador Paulo Davim, PV do Rio Grande do Norte; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, Senador Ataídes Oliveira, PSDB do Tocantins. *(Pausa.)*

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, titulares Senador Paulo Paim, PT do Rio Grande do Sul, e Senadora Lídice da Mata, PSB da Bahia, e suplente Senador Randolfe Rodrigues, PSOL do Amapá; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, Senador Paulo Davim, PV do Rio Grande do Norte; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, Senador Ataídes Oliveira, PSDB do Tocantins. *(Pausa.)*

Vamos, agora, fazer os procedimentos para a eleição da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: Presidente Senador João Capiberibe e Vice-Presidente Senador Randolfe Rodrigues.

É uma chapa única e de consenso.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, na CAE, na CAS, na Comissão de Educação e aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Em votação o encaminhamento para que seja realizada a eleição por aclamação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o encaminhamento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça para o Biênio 2013/2014 ocorrerá por aclamação.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os nomes do Senador João Capiberibe e Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleito para Presidente o Senador João Capiberibe e para Vice-Presidente o Senador Randolfe Rodrigues.

Pergunto ao Sr. Presidente João Capiberibe se gostaria de fazer uso da palavra e convido-o para compor a nossa Mesa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem. É possível aprovar todas, senão não vou ter como ficar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Vou convidá-los para fazer parte da Mesa e vamos proceder aos demais. Depois, em seguida, ao final, todos falam. Pode ser assim?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Já que o Presidente está sendo eleito por aclamação na ausência, consigne meu voto também na minha ausência. Tenho outra Comissão. Não posso mais ficar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Vou convidar o Presidente eleito e a Senadora Lídice da Mata, que é a Presidente eleita, para com por a Mesa, e o Senador João Capiberibe. Vou proceder à eleição das demais duas subcomissões. Em seguida, ao final, todos poderão utilizar a palavra. *(Pausa.)*

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa para a Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso, da Comissão de Direitos Humanos: Presidente Senador Paulo Paim e Vice-Presidente Senador Eduardo Suplicy.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, na CAE, na CAS, na Comissão de Educação e aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Em votação o encaminhamento para que seja realizada a eleição por aclamação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o encaminhamento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso para o Biênio 2013/2014 ocorrerá por aclamação.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os nomes do Senador Paulo Paim e Senador Eduardo Suplicy para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleito para Presidente o Senador Paulo Paim e para Vice-Presidente o Senador Eduardo Suplicy.

Convido o Senador Paulo Paim para compor a Mesa como Presidente eleito da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente, para uma questão de ordem.

O Senador Magno Malta só não está nesta Comissão porque o nome dele não foi indicado. O nome dele, sendo indicado, será incorporado a esta Comissão e vamos discutir inclusive a posição em que ele gostaria de ficar.

Senador Magno Malta está assegurado isso. Tentei colocar seu nome e foi impossível, porque não é permitido porque não há indicação do seu nome pelo Bloco. Uma vez indicado, faço questão que V. Exª fique nesta Comissão, como vou ficar na sua, as outras duas que V. Exª propôs, inclusive uma delas é uma CPI.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Srª Presidente, me permita.

Para mim é até uma coisa nova. Nunca tinha vista a indicação para uma Subcomissão sendo tratada na proporcionalidade, inclusive, quando presidi a Comissão de Participação Legislativa, as subcomissões eram indicadas pelo Presidente. Propus a criação dessa subcomissão quando V. Exª era o Presidente. Sou proponente da criação, mas foi tratada com base na proporcionalidade, e o Bloco a que pertence o meu Partido não tem assento, na proporcionalidade, em subcomissão. Por isso, vamos negociar ou com o Bloco de Apoio ao Governo ou o Bloco da Maioria para que possa ceder e eu possa participar, até porque não é o fato tão somente de ser proponente, mas é uma matéria que me diz respeito, que é a questão de abuso e de pedofilia no País, e gostaria muito de poder cooperar com V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Randolfe, que acabou de chegar, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Temos a honra de ter a presença aqui do Governador Camilo Capiberibe, Governador do meu Estado. Queria pedir a V. Exª que convidasse o Governador a acompanhar nossa reunião e a integrar a Mesa da CDH.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador, por favor.

Esteja, então... Seja muito bem-vindo a nossa Comissão. É irmão do Senador João Capiberibe... *(Pausa.)*

É filho! Que alegria! Seja bem-vindo!

Então, Governador, esteja aqui à frente, compondo a Mesa conosco. É um prazer muito grande recebê-lo aqui. *(Pausa.)*

É um prazer conhecê-lo pessoalmente.

Do meu lado direito, o pai; do meu lado esquerdo, o filho.

Seja bem-vindo, Governador! *(Pausa.)*

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, titulares Senador Paulo Paim, PT do Rio Grande do Sul, e Senadora Lídice da Mata, PSB da Bahia, e suplente Senador Randolfe Rodrigues, PSOL do Amapá; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, Senador Paulo Davim, PV do Rio Grande do Norte; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, Senador Ataídes Oliveira, PSDB do Tocantins.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: Presidente Senador Paulo Davim e Vice-Presidente Senadora Lídice da Mata.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, na CAE, na CAS, na Comissão de Educação e aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Em votação o encaminhamento para que seja realizada a eleição por aclamação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o encaminhamento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo para o Biênio 2013/2014 ocorrerá por aclamação.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os nomes do Senador Paulo Davim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleito para Presidente o Senador Paulo Davim e para Vice-Presidente a Senadora Lídice da Mata.

Convido o Senador Paulo Davim a ocupar o seu lugar à mesa. Dessa forma, passo a palavra para os Senadores eleitos Presidentes e Presidenta das subcomissões temporárias da Comissão de Direitos Humanos.

Vou passar a palavra para a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, quero agradecer a confiança de todos que me colocaram na Presidência da Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulher e à companheira Angela Portela.

Na verdade, houve uma inversão de lugares, de papeis em relação ao ano passado. Srª Presidenta, embora eu esteja bastante sobrecarregada nas outras Comissões, não pude deixar de atender o apelo da Senadora Angela Portela para que pudéssemos dar continuidade a esse trabalho tão bem desenvolvido por ela no período imediatamente passado desta Comissão. No entanto, quero ter o compromisso dela para que possamos dar continuidade a esse trabalho.

Quero agradecer também ao Senador Paulo Davim, que me pediu para compor também a subcomissão que trata do tráfico de pessoas e do trabalho escravo, tema que tratamos no ano passado inteiro na CPI do Tráfico de Pessoas, que tive a honra de ser a relatora.

Portanto, quero agradecer e parabenizar os outros Presidentes das subcomissões. Se pudesse, participaria de todas elas, porque todas trazem temas que são do nosso interesse e que consubstanciam uma agenda de direitos humanos no Brasil, e já faz parte da minha história política participar.

Quero saudar, em particular também, a iniciativa do Senador João Capiberibe, que trouxe a esta Comissão a temática da memória, da verdade e da justiça, podendo acompanhar esse trabalho fundamental que se inicia no nosso País e que é de recuperação da memória política do nosso povo.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Parabenizo a Senadora Lídice da Mata e todos os Senadores que compõem esta Comissão. Desejo que façam um bom trabalho.

Passo agora a palavra para o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Srª Presidenta, Srª Senadora Lídice da Mata, Srs. Presidentes de Subcomissão, Paulo Davim e Paulo Paim, quero dizer algumas palavras.

Sr. Governador do Amapá, é uma honra a presença de V. Exª. É uma satisfação pessoal contar aqui com a sua presença nesta reunião. Para mim, é muito importante, assim como a presença do Senador Randolfe Rodrigues, que é meu Vice na Subcomissão.

Senador Randolfe, certamente a diferença que nos separa é muito pequenas, inclusive de tempo vivi-

do. Randolfe é historiador. Como professor de história, conhece com profundidade os acontecimentos desse País dos últimos 49 anos.

Senadora Angela Portela, V. Exª, com certeza, vai participar ativamente desta Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça.

Particularmente, tenho interesse muito grande porque convivo com muitos jovens. Na política, nossos Partidos têm as suas organizações juvenis. Essas gerações que sucederam a 1964 desconhecem o que aconteceu.

Ultimamente, tivemos oportunidade de acessar os arquivos da ditadura divulgados pelo Governo de São Paulo. O Governo de São Paulo colocou um portal muito interessante. É muito impressionante o que a gente pode conhecer, mesmo para mim. Sou ex-preso político. Fui preso, torturado e exilado. Fico surpreso quando a gente se depara com a ficha do Roberto Carlos, do Pelé. A ditadura tinha um controle enorme sobre as pessoas. A Presidenta Dilma teve uma participação muito efetiva na luta contra a ditadura.

Tive com a Senadora Lídice da Mata quando da declaração de anistia de Carlos Marighella. Carlos Marighella, para mim, é um dos heróis do séc. XX do nosso País e precisa ser reconhecido como militante aguerrido, um homem que dedicou sua vida. Passou quase dois terços de sua vida clandestinamente, como tantos outros brasileiros.

O Brasil é um país com dificuldade para conviver com as diferenças. Hoje temos um espaço de liberdade política mais amplo, mas, ainda assim, temos grande dificuldade na convivência com segmentos da sociedade, com os indígenas, com as populações negras. É ainda uma sociedade muito discriminatória, que discrimina setores importantes da sociedade brasileira. Então, mais do que nunca é preciso trazer essas informações para que possamos compartilhar com as gerações do presente para que não tenhamos nunca mais que conviver com a intolerância, com a violência do Estado – porque a violência foi patrocinada pelo Estado brasileiro; imaginem que o cidadão paga o imposto e o Estado responde com violência –, sobretudo com absoluta intolerância com a divergência. Essa é uma questão que vamos observar.

Já tenho uma sugestão do Senador Randolfe de convidar, e minha, vamos assinar juntos esse requerimento, a Comissão Nacional da Verdade, da Memória e da Justiça para que possam vir aqui à Comissão de Direitos Humanos e falar um pouco do trabalho que vem desenvolvendo e, sobretudo, das dificuldades, porque ainda hoje algumas portas lhes estão fechadas para a busca de revelar para a sociedade, por exemplo, o caso dos desaparecidos políticos. Isso é uma coisa absolutamente grave. Até hoje não se sabe o que aconteceu com essas pessoas, e existem informações e essas informações continuam sendo negadas à Comissão da Verdade. A gente precisa dar o suporte, apoiar.

A ideia dessa subcomissão é que a gente possa envolver o conjunto da Comissão para apoiar a ação da Comissão Nacional da Verdade, da Memória e da Justiça. Acho que podemos dar uma grande contribuição. Podemos também evidentemente ouvir. Há um segmento que gostaria particularmente de convidar futuramente para vir aqui, para que a gente possa entender de fato o que aconteceu, que são os militares. Houve um expurgo nas Forças Armadas, em 1964, enorme. Inúmeros oficiais, praças foram expulsos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e a sociedade brasileira não sabe. Só conhecemos os militares dos clubes militares, que esses anos todos faziam manifestação a cada comemoração do golpe. Eles comemoravam, a cada ano, no dia 1º de abril, 31 de março, o golpe. Ultimamente, só comemoram entre eles, pelo menos a sociedade brasileira conseguir dar um passo adiante e reconhecer... Aqui mesmo, no Senado, tenho o desprazer, ao subir as escadas, de passar por uma ala que é uma homenagem a um dos torturadores do Estado novo. Eu me sinto muito mal. Fui torturado lá. Todo dia que passo ali, me lembro do que eu passei. Não dá para esquecer. São coisas que a gente não fala. É muito difícil a gente... *(Palmas.)*

Falar dessas coisas é muito complicado, mas, enfim, sou obrigado a me lembrar disso a cada dia, e, para mim, isso é muito desagradável, Srª Presidente.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador João Capiberibe, com certeza, V. Exª fará um brilhante trabalho à frente dessa Subcomissão. Quero dizer que a Comissão de Direitos Humanos estará inteiramente a sua disposição e à disposição de todos os membros que compõem esta Subcomissão. É mais do que necessário que o País realmente faça valer a verdade dos fatos.

Quero aqui aproveitar a oportunidade e dizer que, no Estado do Espírito Santo, já foram criadas quatro comissões no Estado para justamente trabalhar esse assunto e subsidiar a Comissão Nacional da Verdade: uma comissão na Universidade Federal; outra, na Assembleia Legislativa; uma, no Governo do Estado; e outra, no sindicato dos jornalistas. O povo brasileiro tem sede de justiça. Fazer apuração do que aconteceu no período da ditadura militar é extremamente necessário. Temos certeza absoluta de que V. Exª, pela experiência, pela vivência e pela dor que já sofreu durante sua vida, fará um brilhante trabalho à frente dessa Subcomissão.

Nossos parabéns por essa iniciativa e, ao mesmo tempo, toda nossa solidariedade e apoio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Peço a palavra, Srª Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Me permita, Srª Presidente, só fazer um registro. O Governador Camilo está nomeando a Comissão da Verdade no Amapá. Nos lugares mais isolados, os absurdos que vão vir à tona vão surpreender muita gente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Acho importante, antes de passar a palavra ao Senador Randolfe, lembrar, Senador João Capiberibe, e até já conversamos sobre isso, que, no Senado Federal, o meu gabinete, o nosso gabinete fica também na Ala Filinto Müller, o que nos traz um constrangimento quando informamos às pessoas de fora onde fica o gabinete, porque as pessoas se assustam: "Ala Filinto Müller?"

Então, tomei iniciativa de propor um projeto de lei mudando o nome da Ala. Infelizmente esse projeto ainda não foi aprovado no Senado Federal, porque, lamentavelmente, há resistência aqui em retirar o nome do ex-Senador Filinto Müller da ala. Há resistência interna. Dentro da nossa própria Casa, encontramos resistência.

Sabemos o quanto isso é difícil para quem passou por aquele período e para os familiares das vítimas. Então, todo nosso apoio e nossa solidariedade.

Senador Randolfe. Em seguida, vou passar a palavra para o Senador Paulo Paim e Senador Paulo Davim, para que possam se manifestar também como Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Srª Presidente, veja que contraditório: a Ala Filinto Müller fica abaixo da Ala Teotônio Vilela. É antagônico e inadequado conviver no mesmo prédio Teotônio Vilela e Filinto Müller. É antagônico e acintoso às conquistas do povo brasileiro e à principal e mais importante conquista dos últimos 30 anos da história brasileira, Senador Paim, que é a conquista pela democracia.

Tem um trecho de Nando Reis, uma bela música dele, que diz que tudo que acontece na vida tem o seu momento e o seu destino. Quis o momento e o destino atual que o Governador Camilo estivesse aqui, em um dia importante para o Amapá. O Governador está aqui para acompanhar a votação do Fundo de Participação dos Estados, a nova fórmula de partilha do FPE, fundamental e indispensável em nosso Estado. Coincidiu esse momento com a eleição da nossa Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, na qual tenho a honra de figurar, da qual tenho a honra de ter sido escolhido Vice-Presidente e de ser dirigido, nesta Comissão, por uma figura que representa toda a síntese da luta do povo brasileiro por democracia, que é o Senador João Capiberibe, que representou o antônimo e a luta contra a ditadura. Quis o momento e o destino que o Governador Camilo viesse aqui, que nos encontrássemos aqui na Comissão, no momento em que seu pai está sendo eleito Presidente da Subcomissão da Verdade.

A Subcomissão terá o papel de contribuir com a Comissão Nacional da Verdade, com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, para que restauremos a verdade e a memória brasileira – e, por isso, tenho a honra de integrar esta Subcomissão –, restauremos até para que não possamos, Senador Capiberibe, ouvir até aqui no Senado alguns impropérios, ouvir alguns colegas Senadores cometerem o equívoco de chamar o Golpe de 1964 de revolução. Como assim? Isso é um desatino a democracia afirmar isso.

Então, quis o destino que o Governador Camilo estivesse aqui, na CDH, no momento em que seu pai é eleito Presidente da Subcomissão, reunindo um conjunto de memórias para a história brasileira. O pai do Governador padeceu de todas as angúrrias da ditadura. O Governador teve sequestrado um direito que pertence a todos nós, brasileiros, que foi o direito de nascer na sua pátria. O Governador teve sequestrado esse direito. Devido ao exílio que foi imposto a seu pai e a sua mãe, foi obrigado a nascer em um país estrangeiro, em um momento bonito de uma nação estrangeira, que foi o momento do governo de Salvador Allende, no Chile. Mas teve esse direito de nascer em seu País sequestrado, para percebermos a violência desse período. Não podemos nos calar e não podemos deixar de lembrar o que foi esse período para que nunca mais aconteça na história nacional.

Não vivi esse período. Eu e Camilo somos os frutos da restauração democrática. Somos resultado de um período de abertura política e convivemos com Capi esse resultado da abertura política. Aprendemos com Capi e com tantos outros o que representou o período anterior para a história nacional. Como historiador, fará muito para a minha vida integrar essa Comissão e contribuir, nesse momento seguinte da história nacional, para que a verdade venha de fato à tona para o esclarecimento disso, para que as gerações seguintes não tenham que ouvir Parlamentares seus chamando a inauguração do pior período da história nacional de "revolução". Não foi e significou, reiteramos, um período triste absurdo da história nacional.

Quis o momento e o destino que tivéssemos essa síntese na Comissão de Direitos Humanos do

Senado, no dia de hoje. Que a Comissão de Direitos Humanos do Senado esteja caminhando, e é lamentável dizer, no contraponto dos descaminhos que está caminhando a Comissão de Direitos Humanos na Câmara. A Comissão de Direitos Humanos do Senado, dirigida pelo Senador Paulo Paim e dirigida, hoje, pela Senadora Ana Rita, institui sua comissão de acompanhamento da Comissão Nacional da Verdade, reitero, quis o momento e o destino, construindo uma síntese nesse momento. Juntou representantes de gerações diferentes e elegeu um exilado político, que sofreu com a ditadura, para dirigir sua subcomissão.

Não sabemos a dimensão desse momento, que eu diria histórico, que estamos vivendo aqui. Quis o destino e a força divina que esse momento tivesse tantas coincidências: a presença do Governador do meu Estado para cá para presenciar a emoção do seu pai e a instituição dos trabalhos desta Comissão.

Para mim, será uma honra fazer parte desta Subcomissão.

Por fim, também cumprimentar o Governador por ter instaurado, e falo com muito orgulho disso, no meu Estado, a Comissão Estadual da Verdade. Falo isso com muito orgulho. É uma necessidade para o Brasil fazer esse encontro, fazer os ajustes necessários para com a sua história. É, para todos nós, um momento de profunda emoção. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Randolfe Rodrigues.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar aqui a presença do José Maria de Almeida, Presidente Nacional do PSTU e dirigente da Central Sindical Popular (Conlutas).

Obrigada pela presença, Sr. José Maria.

Passo em seguida a palavra para o Senador Paulo Paim, Presidente da Subcomissão de Combate à Pedofilia, Proteção dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita, primeiro quero dizer que a minha fala aqui vai na linha de uma homenagem a nossa Presidenta, Senadora Ana Rita.

Senadora Ana Rita, estou aqui, no Congresso, há muito tempo e tem uma bobagem que alguns criaram: achar que uma subcomissão pode ser maior que a comissão principal. Isso é pura bobagem e ignorância de quem não tem o que fazer. Tenho certeza absoluta, Senadora Ana Rita, que, ao contrário do que alguns dizem, vou ter orgulho, no final dos trabalhos, de dizer que a minha Vice superou o Presidente. Ela vai ser a melhor Presidente que esta Comissão já teve aqui no Senador da República. *(Palmas.)*

Vamos nós, todos, trabalhar para isso. Alguns tentam fazer umas bobagenzinhas, mas é política tão pequena que a gente não se preocupa com isso.

Esta comissão ampla, como está aqui, e estou na Presidência por decisão de V. Exª, acolheu todos esses setores porque não tínhamos como montar mais uma comissão. O Senador Magno Malta, que já foi Presidente, não poderia ser presidente porque tem que mudar de dois em dois anos.

Quero dizer algo de público a V. Exª, pelo carinho que tenho por V. Exª. Eu estava saindo da Comissão de Assuntos Sociais e estava do meu lado o Jayme Campos, que foi um grande Presidente. Eu disse: "Senador Jayme Campos, sou obrigado a dizer que o Waldemir Moka está melhor do que encomenda. Olha, já está empatado com o senhor e, se bobear, vai estar além." Ele só deu risada.

Esta Subcomissão e todas as subcomissões vão seguir a sua orientação. Para todas as matérias mais importantes não será audiência desta Subcomissão. Será, sim, audiência da Comissão principal, porque estamos aqui para isso. Então, a minha fala com todos os membros que estão aqui é na linha de dizer que vamos ser parceiros, como aqui foi dito por todos, mas principalmente por V. Exª quando abriu os trabalhos e, depois, repetimos. Seguiremos a sua orientação. No momento em que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara está de fato em uma situação que ninguém gosta, a sua responsabilidade e a nossa aumentaram.

Por isso, Senadora Ana Rita, do fundo do meu coração e da minha alma, dizer que sou o seu discípulo. Se alguém disse que fui um grande Presidente... Vi uma frase antiga, não que eu ache que eu seja um mestre, que dizia que o bom mestre é aquele que o discípulo o supera – ele vira discípulo e aquele que era aluno vira mestre. Você é a minha mestra. Estarei aqui sob sua orientação.

Parabéns, Senadora Ana Rita!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim, que nunca economizou palavras para nos elogiar, para reconhecer nosso trabalho. Quero aqui também agradecer o companheirismo, a parceria. Além de ser um companheiro de Partido, é um companheiro na Comissão de Direitos Humanos. Juntos, com certeza, faremos um belíssimo trabalho.

Passo, agora, a palavra para o nosso grande amigo, companheiro, Senador Paulo Davim, Presidente eleito, agora, da Subcomissão Permanente para o

Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Quero antes, Senador Paulo Davim, dizer que tenho um profundo apreço por V. Exª. Me permita interrompê-lo até para dizer isso. Quando o senhor propôs a Subcomissão Permanente de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, o senhor disse, com tanta disposição, assim como o Senador João Capiberibe – e são duas subcomissões criadas recentemente; a do trabalho escravo já existia, mas agrega agora também o tráfico de pessoas –, naquele momento, que a CPI da qual o senhor participou fez um trabalho tão intenso e tão importante que o senhor se sentiu compromissado com essa demanda, com essa problemática do tráfico de pessoas, que é uma questão extremamente séria no nosso País e que infelizmente envolve outros países do mundo, e que o senhor criaria esta subcomissão justamente para dar continuidade ao trabalho desenvolvido durante a CPI. Então, tenho certeza absoluta que V. Exª e o Senador João Capiberibe, que propuseram a criação destas duas subcomissões, farão um belíssimo trabalho.

Passo, então, a palavra a V. Exª. *(Palmas.)*

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Obrigado.

Quero saudar a todos, Senadores e Senadoras; quero saudar a nossa Presidente, Senadora Ana Rita, e dizer da minha alegria de mais uma vez estar nesta Comissão de Direitos Humanos, uma comissão muito viva, uma comissão plural. Vejam as propostas de subcomissões, vejam as pessoas que estão aqui empenhadas, comprometidas com os temas propostos nas subcomissões.

Tenho absoluta certeza, Senadora, que mais uma vez a Comissão de Direitos Humanos dará uma grande contribuição ao Parlamento brasileiro. Não tenho dúvidas disso.

Quero agradecer aos colegas, como o Senador Paulo Paim, como o Senador Randolfe, como a Senadora Lídice da Mata, como o Senador Ataídes, que compõem esta Subcomissão Permanente para o Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Como a senhora bem falou, passamos dois anos participando dos trabalhos da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas, cuja relatora foi a Senadora Lídice da Mata, que fez um belíssimo relatório, que ofereceu e propôs instrumentos novos para enfrentar esse grave problema que não é só do Brasil, mas do mundo, e cuja Presidente foi a Senadora Vanessa Grazzotin. Viajamos pelo Brasil. Quantos casos, quantas vítimas, quantas oitivas foram realizadas, quantos dramas testemunhamos, tomamos conhecimento pelo Brasil afora! Dá para perceber e deu para perceber que foi apenas a ponta do *iceberg*. Muita coisa ainda tem para ser trabalhada nesse sentido. Por onde passamos, deixamos os casos sendo acompanhados pela Polícia Federal, pela Polícia Civil.

A CPI deixou a sua marca e plantou sementes, e não poderia ser diferente. Precisamos acompanhar o que foi plantado. Precisamos acompanhar vigilantemente tudo que foi proposto por esta CPI: o projeto de lei, as medidas sugeridas. Inclusive foi entregue o relatório em todos os Ministérios. Todos agiram, mas grande parte dos Ministérios...

Acho que esta Subcomissão, e essa é a proposta, vai dar continuidade ao que foi iniciado há dois anos, pela CPI do Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Trabalho Escravo. Essa é a nossa proposta.

Estou extremamente motivado, disposto, porque é um tema que precisamos encarar com seriedade. É um crime que passa desapercebido na sociedade. Foge ao alcance dos olhos das autoridades e do povo em geral, porque é um crime de difícil diagnóstico, como todos já sabem. Ele se traveste de legalidade. Esse é perigoso e difícil diagnosticar e enfrentar. É um trabalho nosso e precisamos dar cabo dessa responsabilidade que temos e que assumimos. Não só assumimos o mandato, mas também assumimos a CPI, a participação na CPI.

Esta é a nossa proposta: dar continuidade a essa luta, que tem que ser incansável, para coibirmos crimes como esse aqui no Brasil.

Ademais, quero parabenizar todos colegas Senadores que assumem as presidências das Subcomissões e, sobretudo, a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que tem demonstrado capacidade de aglutinação, que tem demonstrado organizado, que tem demonstrado criatividade e comprometimento com as questões relativas ao tema. Parabéns! *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim. Tenho certeza de que V. Exª fará um brilhante trabalho.

Passo a palavra agora para a Senadora Angela Portela, nossa companheira, que foi eleita Vice-Presidente da Comissão da Mulher, juntamente com a Senadora Lídice da Mata, que é a Presidenta da Subcomissão.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Senadora Ana Rita, nossa Presidenta, queria aqui enfatizar as palavras do Senador Paim. Sem dúvida nenhuma,

essa parceria vai ser significativa para o andamento dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos.

Senadora Ana Rita, Senador Paim, não temos dúvidas. Esta aqui é uma iniciativa concreta do êxito desta Comissão, dos trabalhos desta Comissão: a criação de mais duas Subcomissões permanentes tratando de temas de extrema relevância para o nosso País. Foi instalada a Comissão da Verdade, da Justiça e da Memória, com o nosso Senador João Capiberibe, um homem sério, trabalhador.

Acho que hoje o Estado do Amapá, Senador Randolfe, está em um momento muito bom, um momento em que o processo democrático está nas ações de Governo do Camilo Capiberibe, seu Governador, filho do João Capiberibe, nosso Senador, filho da nossa amiga Deputada Federal Janete Capiberibe. Particularmente, sinto-me muito feliz em ver uma leva de políticos deste nível administrando o Amapá. Quem dera, Senador Capiberibe, que tivéssemos, nos demais Estados do nosso País, em Estados da Região Norte, poderia aqui dizer o meu Estado de Roraima, pessoas no Governo, no Senado, na Câmara de Deputados com esse grau de compromisso com o povo do seu Estado que vocês têm, Randolfe, João Capiberibe, Janete e Camilo!

Então, queria deixar aqui esse meu reconhecimento desta família no Amapá.

Tenho absoluta certeza de que esta Subcomissão vai contribuir imensamente para os trabalhos da Comissão da Verdade, que é uma prioridade da Presidenta Dilma. Ela tem inclusive se manifestado inúmeras vezes pedindo resultados concretos desta Comissão da Verdade. Esta Subcomissão vai, sem dúvida nenhuma, dar uma contribuição muito forte, porque vai ampliar o debate no que diz respeito ao esclarecimento do que ocorreu nesse período negro da história do nosso Brasil. Então, queria parabenizar a equipe, o grupo de Senadores que compõe esta Comissão.

Também a Comissão do Senador Paim, a Comissão dos Direitos do Idoso, da Criança e do Adolescente.

Senador Paim, queremos trazer ao debate desta Comissão o combate ao trabalho infantil. Temos observado o foro nacional de combate ao trabalho infantil se mobilizando nos Estados, porque já existem sinais claros de ampliação do trabalho das nossas crianças. Então, é preciso também que a gente traga essa discussão para a Subcomissão, para que a gente contribua com o Poder Público, ajude...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Me permite um aparte?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É o tipo da proposta, pela grandeza dela, que vamos puxar para a Comissão principal. Quero dar meus cumprimentos a V. Exª. *(Palmas.)*

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeira proposta de integração...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sem dúvida nenhuma, vamos contribuir com os Estados e os Municípios no debate com relação ao combate do trabalho infantil.

O Senador Davim também fez um excelente trabalho, junto com a Senadora Lídice da Mata, na CPMI que investigou o tráfico de pessoas. Hoje, é um tema nacional. Felizmente, temos a novela que está dando visibilidade muito grande ao tráfico de pessoas em nosso País. Isso ajuda, sem dúvida nenhuma, para que cada cidadão brasileiro tome consciência e fique atento a essa questão do tráfico humano, que é tão séria e, como disse V. Exª, fica na surdina. É difícil levar à tona para que a gente possa, o Poder Público, o Congresso Nacional também, contribuir para amenizar essa situação que é tão grave no mundo e no nosso País.

Senadora Lídice da Mata, minha companheira, Presidente da Subcomissão dos Direitos da Mulher, certamente, vamos juntas realizar nosso trabalho, dando continuidade às ações, às audiências públicas, às articulações para que a nossa Subcomissão dos Direitos da Mulher possa andar a passos largos, para que a gente possa, em articulação com a sociedade civil organizada, com Estados e Municípios, contribuir para avançar principalmente na ampliação da rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica em nosso País. Temos temas muito importantes a serem colocados nessa Subcomissão – a questão da saúde da mulher, a questão da formação e capacitação da mulher, a presença da mulher no mercado de trabalho –, mas acredito que a discussão do combate à violência contra a mulher deve ser priorizada.

A Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, a nossa Ministra Eleonora Menicucci, tem sido uma parceira desta Subcomissão. Queremos certamente contribuir com o Governo Federal, com o Governo da Presidenta Dilma para esse combate.

Vimos recentemente o lançamento de um programa, há pouco mais de 15 dias, pela Presidente Dilma, em todas as capitais do Brasil. É a Casa da Mulher. Na Casa da Mulher, vai haver uma rede de atendimento para que a mulher vítima de violência possa chegar a esta casa e ter o atendimento, a proteção jurídica e

social, o abrigo, o acolhimento inicial. Considero um passo relevante do Governo Federal quando a Presidenta Dilma tem a preocupação de construir essa estrutura de atendimento à mulher em todas as capitais brasileiras.

Isso é importante, Senadora, porque entre os 5.565 Municípios brasileiros temos apenas pouco mais de 400 delegacias especializadas no atendimento da mulher vítima de violência. É preciso haver um investimento do Governo Federal, de Estados e Municípios, na formação e na capacitação desses agentes, desses profissionais que atuam nessas delegacias.

Enfim, são muitos os temas, muitos os questionamentos e essas Subcomissões estarão preparadas para trazer esse debate, que vai, sem dúvida nenhuma, atender a essas demandas do povo brasileiro: a proteção à criança, ao adolescente, ao jovem e à mulher vítima de violência, o combate ao tráfico humano, e à busca, que é a questão da democracia, da verdade sobre o período nebuloso da ditadura em nosso País.

Queria parabenizar a Presidenta da Comissão, parabenizar todos os Presidentes. Todos eles têm o perfil ideal, conhecimento sobre as causas para as defenderem aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Senadora Angela Portela.

Quero aqui agradecer à Senadora Lídice da Mata, ao Senador João Capiberibe, ao Senador Paulo Paim, ao Senador Paulo Davim, que estão assumindo a Presidência dessas Subcomissões. Quero desejar a todos e a todas um bom trabalho! Quero desejar um trabalho com muito êxito! Tenho certeza de que estaremos conjugando esforços para o fortalecimento da democracia, para o fortalecimento dos direitos humanos no nosso País.

Quero, antes de encerrar esta reunião, passar a palavra para o Governador do Amapá, o Governador Camilo Capiberibe. É uma alegria e uma honra poder recebê-lo aqui hoje, em um momento histórico e tão importante da Comissão de Direitos Humanos, particularmente considerando aqui o nosso Senador João Capiberibe. *(Pausa.)*

Com a palavra, Governador Camilo.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE – Muito obrigado, Srª Presidenta.

Quero cumprimentar e parabenizar V. Exª pela eleição para Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República; também o Senador Paulo Davim, que assume uma importante Subcomissão; o Senador Paulo Paim; a Senadora Lídice da Mata, nossa grande companheira da Bahia, de tantos anos de parceria e de trabalho conjunto; meu pai, o Senador João Alberto Capiberibe, pela Presidência da Subcomissão da Verdade e da Memória.

Quero dizer da importância do trabalho que vai ser feito. Tenho certeza de que o Senado da República vai contribuir muito para os trabalhos que já estão sendo realizados pelo Governo Federal, pela Comissão da Verdade. É importante que tenhamos esses trabalhos acontecendo em várias frentes, até para ter esse elemento de pressão necessário para que questões delicadas possam ser discutidas em maior profundidade.

Mas queria nesse momento também fazer um reconhecimento da importância desta Comissão para os direitos humanos no País.

Fui Deputado Estadual, antes de ser Governador. Durante quatro anos, presidi a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e tive o apoio do Senado da República em duas oportunidades muito importantes. Uma delas foi neste plenário, quando tivemos um conflito sério na fronteira com nosso país vizinho que é a França, a Guiana Francesa. Foi chamado, aqui, nesta Comissão de Direitos Humanos, o Embaixador da França a dar explicações. O povo do Amapá tinha dificuldade em conseguir uma explicação razoável para o que estava acontecendo. A Comissão de Direitos Humanos, então, promoveu esse momento tão importante de resposta aos anseios daquele povo. Não tínhamos condições de fazer isso no Amapá e viemos para cá. Tivemos apoio na época. O Presidente Senadora Paulo Paim nos recebeu...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós dois juntos...

O SR. CAMILO CAPIBERIBE – Muito bem. Que bom!

Na época, realizamos essa audiência pública e foi importante.

Em um segundo momento, tivemos um apoio fundamental não desta Comissão, mas da CPI da Pedofilia, quando não conseguíamos avançar com a nossa CPI no Amapá, pois havíamos esbarrado em forças poderosas. Viemos buscar o apoio, aqui, da CPI. O Senador Magno Malta nos apoiou convocando todos aqueles que lá, no Amapá, não conseguíamos convocar, colocando-os no assento da CPI para dar respostas para o Brasil, para a sociedade e, em particular, para nós, do Amapá.

Isso mostra a importância desta Comissão, da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República, e da importância que isso tem para nós. Lá, mui-

tas vezes, na província, temos dificuldades para vencer certas barreiras. O Senado nos ajuda a fazer isso.

Então, fazendo esse reconhecimento, gostaria de concluir cumprimentando o Senador Randolfe Rodrigues, que tem sido um grande parceiro dos interesses do Estado do Amapá. Estamos juntos aqui hoje... Vim motivado pela votação do FPE, que pode acontecer hoje, à tarde, no plenário, pela nossa preocupação com a situação em que vivemos e em que podemos passar a viver, se o projeto for aprovado nas condições em que está sendo discutido hoje. A Bancada do Amapá está reunida. Temos o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador João Capiberibe e uma expectativa muito grande de ter a Bancada unida, hoje à tarde, no Senado, para defender os nossos interesses, os interesses do Estado do Amapá, os interesses do futuro do nosso Estado. Então, queria fazer esse reconhecimento da importância do Senador Randolfe, aqui, defendendo o Amapá.

Temos uma retaguarda boa tendo dois Senadores da importância do Senador Randolfe e do Senador João Alberto Capiberibe, que voltou ao Senado e voltou a ser uma voz importante para a Amazônia, para discutir as questões da Amazônia também. É fundamental. A Amazônia passou a ter uma voz poderosa aqui com o Senador João Alberto Capiberibe em tantas frentes.

Então, Senadora Ana Rita, quero cumprimentar e desejar boa sorte. Tenho certeza de que a profecia aqui do Senador Paulo Paim, que lhe passou a tarefa de ampliar os trabalhos da CDH, vai se realizar e esta Comissão vai poder, então, suprir as lacunas que estão sendo impostas hoje para os direitos humanos no nosso País.

Parabéns! Sucesso! Grande condução aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Governador. Obrigada pela sua presença. Que Deus o abençoe e que V. Exª continue fazendo um bom trabalho no Estado Amapá!

Quero, antes de encerrar esta reunião, fazer um agradecimento a todas as pessoas, aqui, presentes, representando diversas entidades.

Quero também lembrar que amanhã teremos reunião ordinária da Comissão de Direitos Humanos, às 11h, e contamos com a presença de todos os colegas, Senadores e Senadoras.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a 1ª Reunião de instalação da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e de Proteção dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça e da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Muito obrigada!

(Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS SUBCOMISSÕES NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, SENDO 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER, 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA, 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO E 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 09 DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS.

Às onze horas e trinta minutos do dia nove de abril de dois mil e treze, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual do Senador Sérgio Petecão, reúnem-se a SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER; a SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA; a SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO; E A SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO, todas criadas no âmbito da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores João Capiberibe, Ângela Portela, Lídice da Mata, Paulo Paim, Paulo Davim, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão. Registra-se a presença da Senadora Ana Rita, Presidenta da CDH e do Senador Magno Malta. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente Reunião tem por escopo a INSTALAÇÃO DAS SUBCOMISSÕES NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E ELEIÇÃO DOS RESPECTIVOS PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES. O Senhor Presidente eventual, Senador Sérgio Petecão, lê a composição da SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER e convida

a Senadora Ana Rita a ocupar a mesa e lhe passa a palavra. A Senadora Ana Rita faz suas considerações acerca da instalação das Subcomissões, desejando bom êxito aos trabalhos das referidas subcomissões. O Senhor Presidente eventual, Senador Sérgio Petecão, faz encaminhamento para que as eleições ocorram por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, CAE, CAS, CE e CDH. O Senhor Presidente Eventual consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. O Senhor Presidente Eventual comunica que as eleições ocorrerão por aclamação. O Senhor Presidente Eventual coloca em votação, por aclamação, a eleição da Senadora Lídice da Mata para Presidenta e da Senadora Ângela Portela, para Vice-Presidenta da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. As candidatas são eleitas por unanimidade. Às onze horas e quarenta e três minutos o Senhor Presidente, eventual, Senador Sérgio Petecão passa a Presidência para a Senadora Ana Rita. A Senhora Presidenta, Senadora Ana Rita, lê a composição da SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA. A Senhora Presidenta faz encaminhamento para que as eleições ocorram por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, CAE, CAS, CE e CDH. A Senhora Presidenta consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. A Presidência comunica que as eleições ocorrerão por aclamação. A Senhora Presidenta coloca em votação, por aclamação, a eleição do Senador João Capiberibe e Randolfe Rodrigues para Presidente e para Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça. Os candidatos são eleitos por unanimidade. A Senhora Presidenta lê a composição da SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO. A Senhora Presidenta faz encaminhamento para que as eleições ocorram por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, CAE, CAS, CE e CDH. A Senhora presidenta consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. A Presidência comunica que as eleições ocorrerão por aclamação. A Senhora Presidenta coloca em votação, por aclamação, a eleição do Senador Paulo Paim e Eduardo Suplicy para Presidente e para Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Proteção aos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso. Os candidatos são eleitos por unanimidade. A Senhora Presidenta lê a composição da SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO. A Presidência faz encaminhamento para que as eleições ocorram por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, CAE, CAS, CE e CDH. A Senhora Presidenta consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. A Senhora Presidenta comunica que as eleições ocorrerão por aclamação. A Senhora Presidenta coloca em votação, por aclamação, a eleição do Senador Paulo Davim e Lídice da Mata para Presidente e para Vice-Presidenta, respectivamente, da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Proteção aos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso. Os candidatos são eleitos por unanimidade. Em seguida, a Senhora Presidenta concede a palavra aos Presidentes eleitos. Às doze horas e trinta e cinco minutos a Senhora Presidenta passa a palavra para o Governador do Amapá Camilo Capiberibe. O Senhor Governador faz suas considerações. Fazem o uso da palavra as seguintes Senhoras Senadoras e Senadores Sérgio Petecão, Ana Rita, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Paulo Paim, Paulo Davim e Ângela Portela. Conclusa a instalação da Subcomissão, encerra-se a Reunião, às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Ana Rita

Presidenta

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB/PSOL, titular Senadora Angela Portela e suplente Senador Paulo Paim e titular Senadora Lídice da Mata, PSB, e suplente Senador João Capiberibe, PSB do Amapá; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, PMDB/PP/PSD/PV, titular Senador Sergio Petecão, PSD, e a suplência ainda encontra-se vaga e titular Senador Paulo Davim, PV do Rio Grande do Norte, e a suplên-

cia encontra-se vaga; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, PSDB/DEM, ainda estão vagos tanto o titular como suplente.

Antes de passar propriamente à eleição para a Presidência e para a Vice-Presidência desta Subcomissão, convido a Presidente da Comissão, Senadora Ana Rita, para compor a Mesa.

Por favor, Presidente. *(Pausa.)*

De imediato, concedo a palavra à nobre Senadora para que ela possa fazer aqui uma breve consideração a respeito das Comissões.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quero aqui agradecer o Senador Petecão por abrir os trabalhos da Subcomissão da Mulher.

Quero também cumprimentar o Senador João Capiberibe e o Senador Paulo Davim pela iniciativa de propor a criação das Subcomissões que instalaremos logo a seguir.

Hoje, pela manhã, vamos instalar quatro subcomissões de trabalho e esta que estamos instalando agora é a Subcomissão da Mulher, sendo presidida neste momento pelo Senador Petecão.

Cumprimento também a Senadora Lídice da Mata e o Senador Paulo Paim, que trabalharam durante todo o ano passado e este ano pela continuidade dos trabalhos das subcomissões já existentes.

Também quero aqui lembrar e reconhecer o esforço da Senadora Angela Portela, que esteve à frente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, que cumpriu também um papel importante, e nos ajudou também durante os trabalhos da CPMI. Então, a Senadora Angela Portela foi uma Senadora bastante presente, empenhada. Graças a ela, a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher pôde realizar os seus trabalhos durante todo o ano passado.

Hoje serão instaladas as subcomissões, conforme já foi dito, e eleitos, respectivamente, os presidentes e vice-presidentes de cada subcomissão. Os temas que constituem o objeto de cada subcomissão têm importância fundamental para o nosso País. O trabalho de cada colegiado parlamentar vai contribuir, com certeza, para coibir a violência contra a mulher e também a pedofilia, para promover os direitos das crianças, dos adolescentes, dos idosos e das pessoas com deficiências. O tráfico de seres humanos e o trabalho escravo também serão combatidos com, com certeza, com muito vigor. O Senador Paulo Davim está empenhadíssimo nessa tarefa, e daqui a pouco essa subcomissão será instalada. Por fim, a Comissão Nacional da Verdade terá uma significativa contribuição do Parlamento brasileiro na busca da verdade acerca dos crimes de lesa-humanidade praticados durante o regime militar. O Senador João Capiberibe terá a missão, a tarefa, juntamente com os demais Senadores, de conduzir esse trabalho.

Para que possamos organizar bem o trabalho das subcomissões, sugiro, enquanto Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, que cada subcomissão realmente tenha o seu plano de trabalho e o seu cronograma de reuniões e divulgue o plano de trabalho e o cronograma das reuniões para que possamos ter uma participação efetiva também da sociedade nos trabalhos das subcomissões.

Quero aqui fazer um registro. Os Senadores João Capiberibe, Paulo Paim e Paulo Davim já enviaram as propostas para a Comissão de Direitos Humanos. Contamos também com as propostas da Subcomissão da Mulher. Com certeza, essas subcomissões terão todo apoio necessário desta Presidenta e do colegiado da Comissão de Direitos Humanos, que terá uma enorme tarefa pela frente, uma tarefa que, com certeza, vai corresponder às expectativas da nossa sociedade. A nossa Comissão de Direitos Humanos terá o seu trabalho respaldado e fortalecido pelas subcomissões.

Então, quero aqui desejar a todos os nossos colegas, Senadores e Senadoras, que vão compor essas subcomissões um bom trabalho, um trabalho efetivo, um trabalho que realmente corresponda aos anseios de nossa sociedade.

Parabenizo a todos os companheiros e companheiras por colocar seus nomes à disposição das subcomissões.

Desejo um bom trabalho.

Dessa forma, encerro a minha fala passando novamente a palavra para o Senador Petecão.

Gostaria muito que essas minhas palavras ficassem registradas, fossem transcritas, para que pudessem constar das notas taquigráficas da Comissão de Direitos Humanos, enfim, que todo trabalho que for registrado aqui hoje possa constar das notas taquigráficas da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso, da Subcomissão Permanente de Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo e da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. Que todo trabalho que vai ser produzido aqui hoje, a eleição dos presidentes, vice-presidentes, possa constar das notas taquigráficas.

Era isso, Senador Petecão. Devolvo a palavra a V. Exª para continuar conduzindo os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Obrigado, Senadora, e parabéns pelo belíssimo trabalho que a senhor faz nesta Comissão.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa, Senador Magno Malta: Presidente, Senadora Lídice da Mata, sua colega que está aqui ao seu lado, e Vice-Presidente, Senadora Ângela Portela.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos proceder à eleição por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, na CAE, na CAS, na Comissão de Educação e, aqui, na nossa Comissão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente Petecão, tinha que estar aqui para votar na Senadora Lídice porque minha mãe sempre votou nela. Minha mãe não está mais viva, mas sempre votou nela. Se eu não viesse para cá votar, iria me sentir mal. Então, não aceito essa aclamação. Quero que registrem o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Em votação o encaminhamento para que seja realizada eleição por aclamação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o encaminhamento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Chegou o nosso eterno Senador Paim desta Comissão. *(Pausa.)*

A eleição para presidente e vice-presidente para a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher para o biênio 2013/2014 ocorrerá por aclamação.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com os nomes da Senadora Lídice da Mata e da Senadora Angela Portela para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleita para Presidente a Senadora Lídice da Mata e para Vice-Presidente a Senadora Angela Portela.

Convido as eleitas para ocuparem seus lugares à mesa. *(Pausa.)*

Passo a Presidência para a Senadora Lídice da Mata. *(Palmas.)*

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem, uma sugestão. Não poderíamos instalar todas as subcomissões. Tenho outras comissões. Tenho dificuldade. Se não for instalada agora, vou ter que me retirar. *(Pausa.)*

Até porque o Senador Petecão, que é o mais antigo da Comissão... *(Pausa.)*

Não é que o senhor tem tempo na Comissão, mas de idade o senhor é o mais antigo... *(Risos.)*

O senhor tem também outras Comissões, não tem? *(Pausa.)*

Ele é o ancião da Comissão. Ancião, o senhor tem outras Comissões, não tem?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Até por ser o Senador mais jovem da Comissão, agora vou passar a Presidência para a nossa Presidente aqui. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Petecão.

Já instalamos, então, a Subcomissão da Mulher, e, mediante solicitação dos colegas, Senadores e Senadoras, eu mesma vou presidir para que possamos dar agilidade aos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, titulares Senadores Randolfe Rodrigues, PSOL, e João Capiberibe, PSB, e suplentes Senadores Paulo Paim, do PT, e Eduardo Suplicy, PT; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, Senador Paulo Davim, PV; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, não houve nenhuma indicação. *(Pausa.)*

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, titulares Senadores Paulo Paim, PT do Rio Grande do Sul, e João Capiberibe, PSB do Amapá, e suplentes Senadores Randolfe Rodrigues, PSOL do Amapá, e Aníbal Diniz, PT do Acre; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, Senador Paulo Davim, PV do Rio Grande do Norte; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, Senador Ataídes Oliveira, PSDB do Tocantins. *(Pausa.)*

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, titulares Senador Paulo Paim, PT do Rio Grande do Sul, e Senadora Lídice da Mata, PSB da Bahia, e suplente Senador Randolfe Rodrigues, PSOL do Amapá; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, Senador Paulo Davim, PV do Rio Grande do Norte; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, Senador Ataídes Oliveira, PSDB do Tocantins. *(Pausa.)*

Vamos, agora, fazer os procedimentos para a eleição da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: Presidente Senador João Capiberibe e Vice-Presidente Senador Randolfe Rodrigues.

É uma chapa única e de consenso.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, na CAE, na CAS, na Comissão de Educação e aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Em votação o encaminhamento para que seja realizada a eleição por aclamação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o encaminhamento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça para o Biênio 2013/2014 ocorrerá por aclamação.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os nomes do Senador João Capiberibe e Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleito para Presidente o Senador João Capiberibe e para Vice-Presidente o Senador Randolfe Rodrigues.

Pergunto ao Sr. Presidente João Capiberibe se gostaria de fazer uso da palavra e convido-o para compor a nossa Mesa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem. É possível aprovar todas, senão não vou ter como ficar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Vou convidá-los para fazer parte da Mesa e vamos proceder aos demais. Depois, em seguida, ao final, todos falam. Pode ser assim?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Já que o Presidente está sendo eleito por aclamação na ausência, consigne meu voto também na minha ausência. Tenho outra Comissão. Não posso mais ficar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Vou convidar o Presidente eleito e a Senadora Lídice da Mata, que é a Presidente eleita, para com por a Mesa, e o Senador João Capiberibe. Vou proceder à eleição das demais duas subcomissões. Em seguida, ao final, todos poderão utilizar a palavra. *(Pausa.)*

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa para a Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso, da Comissão de Direitos Humanos: Presidente Senador Paulo Paim e Vice-Presidente Senador Eduardo Suplicy.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, na CAE, na CAS, na Comissão de Educação e aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Em votação o encaminhamento para que seja realizada a eleição por aclamação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o encaminhamento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso para o Biênio 2013/2014 ocorrerá por aclamação.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os nomes do Senador Paulo Paim e Senador Eduardo Suplicy para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleito para Presidente o Senador Paulo Paim e para Vice-Presidente o Senador Eduardo Suplicy.

Convido o Senador Paulo Paim para compor a Mesa como Presidente eleito da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente, para uma questão de ordem.

O Senador Magno Malta só não está nesta Comissão porque o nome dele não foi indicado. O nome dele, sendo indicado, será incorporado a esta Comissão e vamos discutir inclusive a posição em que ele gostaria de ficar.

Senador Magno Malta está assegurado isso. Tentei colocar seu nome e foi impossível, porque não é permitido porque não há indicação do seu nome pelo Bloco. Uma vez indicado, faço questão que V. Exª fique nesta Comissão, como vou ficar na sua, as outras duas que V. Exª propôs, inclusive uma delas é uma CPI.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Srª Presidente, me permita.

Para mim é até uma coisa nova. Nunca tinha vista a indicação para uma Subcomissão sendo tratada na proporcionalidade, inclusive, quando presidi a Comissão de Participação Legislativa, as subcomissões eram indicadas pelo Presidente. Propus a criação dessa subcomissão quando V. Exª era o Presidente. Sou proponente da criação, mas foi tratada com base na proporcionalidade, e o Bloco a que pertence o meu Partido não tem assento, na proporcionalidade, em subcomissão. Por isso, vamos negociar ou com o Bloco de Apoio ao Governo ou o Bloco da Maioria para que possa ceder e eu possa participar, até porque não é o fato tão somente de ser proponente, mas é uma matéria que me diz respeito, que é a questão de abuso e de pedofilia no País, e gostaria muito de poder cooperar com V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Randolfe, que acabou de chegar, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Temos a honra de ter a presença aqui do Governador Camilo Capiberibe, Governador do meu Estado. Queria pedir a V. Exª que convidasse o Governador a acompanhar nossa reunião e a integrar a Mesa da CDH.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador, por favor.

Esteja, então... Seja muito bem-vindo a nossa Comissão. É irmão do Senador João Capiberibe... *(Pausa.)*

É filho! Que alegria! Seja bem-vindo!

Então, Governador, esteja aqui à frente, compondo a Mesa conosco. É um prazer muito grande recebê-lo aqui. *(Pausa.)*

É um prazer conhecê-lo pessoalmente.

Do meu lado direito, o pai; do meu lado esquerdo, o filho.

Seja bem-vindo, Governador! *(Pausa.)*

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, titulares Senador Paulo Paim, PT do Rio Grande do Sul, e Senadora Lídice da Mata, PSB da Bahia, e suplente Senador Randolfe Rodrigues, PSOL do Amapá; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, Senador Paulo Davim, PV do Rio Grande do Norte; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, Senador Ataídes Oliveira, PSDB do Tocantins.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: Presidente Senador Paulo Davim e Vice-Presidente Senadora Lídice da Mata.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, na CAE, na CAS, na Comissão de Educação e aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Em votação o encaminhamento para que seja realizada a eleição por aclamação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o encaminhamento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo para o Biênio 2013/2014 ocorrerá por aclamação.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os nomes do Senador Paulo Davim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleito para Presidente o Senador Paulo Davim e para Vice-Presidente a Senadora Lídice da Mata.

Convido o Senador Paulo Davim a ocupar o seu lugar à mesa. Dessa forma, passo a palavra para os Senadores eleitos Presidentes e Presidenta das subcomissões temporárias da Comissão de Direitos Humanos.

Vou passar a palavra para a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, quero agradecer a confiança de todos que me colocaram na Presidência da Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulher e à companheira Angela Portela.

Na verdade, houve uma inversão de lugares, de papeis em relação ao ano passado. Srª Presidenta, embora eu esteja bastante sobrecarregada nas outras Comissões, não pude deixar de atender o apelo da Senadora Angela Portela para que pudéssemos dar continuidade a esse trabalho tão bem desenvolvido por ela no período imediatamente passado desta Comissão. No entanto, quero ter o compromisso dela para que possamos dar continuidade a esse trabalho.

Quero agradecer também ao Senador Paulo Davim, que me pediu para compor também a subcomissão que trata do tráfico de pessoas e do trabalho escravo, tema que tratamos no ano passado inteiro na CPI do Tráfico de Pessoas, que tive a honra de ser a relatora.

Portanto, quero agradecer e parabenizar os outros Presidentes das subcomissões. Se pudesse, participaria de todas elas, porque todas trazem temas que são do nosso interesse e que consubstanciam uma agenda de direitos humanos no Brasil, e já faz parte da minha história política participar.

Quero saudar, em particular também, a iniciativa do Senador João Capiberibe, que trouxe a esta Comissão a temática da memória, da verdade e da justiça, podendo acompanhar esse trabalho fundamental que se inicia no nosso País e que é de recuperação da memória política do nosso povo.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Parabenizo a Senadora Lídice da Mata e todos os Senadores que compõem esta Comissão. Desejo que façam um bom trabalho.

Passo agora a palavra para o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Srª Presidenta, Srª Senadora Lídice da Mata, Srs. Presidentes de Subcomissão, Paulo Davim e Paulo Paim, quero dizer algumas palavras.

Sr. Governador do Amapá, é uma honra a presença de V. Exª. É uma satisfação pessoal contar aqui com a sua presença nesta reunião. Para mim, é muito importante, assim como a presença do Senador Randolfe Rodrigues, que é meu Vice na Subcomissão.

Senador Randolfe, certamente a diferença que nos separa é muito pequenas, inclusive de tempo vivido. Randolfe é historiador. Como professor de história, conhece com profundidade os acontecimentos desse País dos últimos 49 anos.

Senadora Angela Portela, V. Exª, com certeza, vai participar ativamente desta Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça.

Particularmente, tenho interesse muito grande porque convivo com muitos jovens. Na política, nossos Partidos têm as suas organizações juvenis. Essas gerações que sucederam a 1964 desconhecem o que aconteceu.

Ultimamente, tivemos oportunidade de acessar os arquivos da ditadura divulgados pelo Governo de São Paulo. O Governo de São Paulo colocou um portal muito interessante. É muito impressionante o que a gente pode conhecer, mesmo para mim. Sou ex-preso político. Fui preso, torturado e exilado. Fico surpreso quando a gente se depara com a ficha do Roberto Carlos, do Pelé. A ditadura tinha um controle enorme sobre as pessoas. A Presidenta Dilma teve uma participação muito efetiva na luta contra a ditadura.

Tive com a Senadora Lídice da Mata quando da declaração de anistia de Carlos Marighella. Carlos Marighella, para mim, é um dos heróis do séc. XX do nosso País e precisa ser reconhecido como militante aguerrido, um homem que dedicou sua vida. Passou quase dois terços de sua vida clandestinamente, como tantos outros brasileiros.

O Brasil é um país com dificuldade para conviver com as diferenças. Hoje temos um espaço de liberdade política mais amplo, mas, ainda assim, temos grande dificuldade na convivência com segmentos da sociedade, com os indígenas, com as populações negras. É ainda uma sociedade muito discriminatória, que discrimina setores importantes da sociedade brasileira. Então, mais do que nunca é preciso trazer essas informações para que possamos compartilhar com as gerações do presente para que não tenhamos nunca mais que conviver com a intolerância, com a violência do Estado – porque a violência foi patrocinada pelo Estado brasileiro; imaginem que o cidadão paga o imposto e o Estado responde com violência –, sobretudo com absoluta intolerância com a divergência. Essa é uma questão que vamos observar.

Já tenho uma sugestão do Senador Randolfe de convidar, e minha, vamos assinar juntos esse requeri-

mento, a Comissão Nacional da Verdade, da Memória e da Justiça para que possam vir aqui à Comissão de Direitos Humanos e falar um pouco do trabalho que vem desenvolvendo e, sobretudo, das dificuldades, porque ainda hoje algumas portas lhes estão fechadas para a busca de revelar para a sociedade, por exemplo, o caso dos desaparecidos políticos. Isso é uma coisa absolutamente grave. Até hoje não se sabe o que aconteceu com essas pessoas, e existem informações e essas informações continuam sendo negadas à Comissão da Verdade. A gente precisa dar o suporte, apoiar.

A ideia dessa subcomissão é que a gente possa envolver o conjunto da Comissão para apoiar a ação da Comissão Nacional da Verdade, da Memória e da Justiça. Acho que podemos dar uma grande contribuição. Podemos também evidentemente ouvir. Há um segmento que gostaria particularmente de convidar futuramente para vir aqui, para que a gente possa entender de fato o que aconteceu, que são os militares. Houve um expurgo nas Forças Armadas, em 1964, enorme. Inúmeros oficiais, praças foram expulsos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e a sociedade brasileira não sabe. Só conhecemos os militares dos clubes militares, que esses anos todos faziam manifestação a cada comemoração do golpe. Eles comemoravam, a cada ano, no dia 1º de abril, 31 de março, o golpe. Ultimamente, só comemoram entre eles, pelo menos a sociedade brasileira conseguir dar um passo adiante e reconhecer... Aqui mesmo, no Senado, tenho o desprazer, ao subir as escadas, de passar por uma ala que é uma homenagem a um dos torturadores do Estado novo. Eu me sinto muito mal. Fui torturado lá. Todo dia que passo ali, me lembro do que eu passei. Não dá para esquecer. São coisas que a gente não fala. É muito difícil a gente... *(Palmas.)*

Falar dessas coisas é muito complicado, mas, enfim, sou obrigado a me lembrar disso a cada dia, e, para mim, isso é muito desagradável, Srª Presidente.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador João Capiberibe, com certeza, V. Exª fará um brilhante trabalho à frente dessa Subcomissão. Quero dizer que a Comissão de Direitos Humanos estará inteiramente a sua disposição e à disposição de todos os membros que compõem esta Subcomissão. É mais do que necessário que o País realmente faça valer a verdade dos fatos.

Quero aqui aproveitar a oportunidade e dizer que, no Estado do Espírito Santo, já foram criadas quatro comissões no Estado para justamente trabalhar esse assunto e subsidiar a Comissão Nacional da Verdade: uma comissão na Universidade Federal; outra, na Assembleia Legislativa; uma, no Governo do Estado; e outra, no sindicato dos jornalistas. O povo brasileiro tem sede de justiça. Fazer apuração do que aconteceu no período da ditadura militar é extremamente necessário. Temos certeza absoluta de que V. Exª, pela experiência, pela vivência e pela dor que já sofreu durante sua vida, fará um brilhante trabalho à frente dessa Subcomissão.

Nossos parabéns por essa iniciativa e, ao mesmo tempo, toda nossa solidariedade e apoio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Peço a palavra, Srª Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Me permita, Srª Presidente, só fazer um registro. O Governador Camilo está nomeando a Comissão da Verdade no Amapá. Nos lugares mais isolados, os absurdos que vão vir à tona vão surpreender muita gente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Acho importante, antes de passar a palavra ao Senador Randolfe, lembrar, Senador João Capiberibe, e até já conversamos sobre isso, que, no Senado Federal, o meu gabinete, o nosso gabinete fica também na Ala Filinto Müller, o que nos traz um constrangimento quando informamos às pessoas de fora onde fica o gabinete, porque as pessoas se assustam: “Ala Filinto Müller?”

Então, tomei iniciativa de propor um projeto de lei mudando o nome da Ala. Infelizmente esse projeto ainda não foi aprovado no Senado Federal, porque, lamentavelmente, há resistência aqui em retirar o nome do ex-Senador Filinto Müller da ala. Há resistência interna. Dentro da nossa própria Casa, encontramos resistência.

Sabemos o quanto isso é difícil para quem passou por aquele período e para os familiares das vítimas. Então, todo nosso apoio e nossa solidariedade.

Senador Randolfe. Em seguida, vou passar a palavra para o Senador Paulo Paim e Senador Paulo Davim, para que possam se manifestar também como Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Srª Presidente, veja que contraditório: a Ala Filinto Müller fica abaixo da Ala Teotônio Vilela. É antagônico e inadequado conviver no mesmo prédio Teotônio Vilela e Filinto Müller. É antagônico e acintoso às conquistas do povo brasileiro e à principal e mais importante conquista dos últimos 30 anos da história brasileira, Senador Paim, que é a conquista pela democracia.

Tem um trecho de Nando Reis, uma bela música dele, que diz que tudo que acontece na vida tem o seu momento e o seu destino. Quis o momento e o destino atual que o Governador Camilo estivesse aqui, em um dia importante para o Amapá. O Governador está aqui para acompanhar a votação do Fundo de Participação dos Estados, a nova fórmula de partilha do FPE, fun-

damental e indispensável em nosso Estado. Coincidiu esse momento com a eleição da nossa Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, na qual tenho a honra de figurar, da qual tenho a honra de ter sido escolhido Vice-Presidente e de ser dirigido, nesta Comissão, por uma figura que representa toda a síntese da luta do povo brasileiro por democracia, que é o Senador João Capiberibe, que representou o antônimo e a luta contra a ditadura. Quis o momento e o destino que o Governador Camilo viesse aqui, que nos encontrássemos aqui na Comissão, no momento em que seu pai está sendo eleito Presidente da Subcomissão da Verdade.

A Subcomissão terá o papel de contribuir com a Comissão Nacional da Verdade, com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, para que restauremos a verdade e a memória brasileira – e, por isso, tenho a honra de integrar esta Subcomissão –, restauremos até para que não possamos, Senador Capiberibe, ouvir até aqui no Senado alguns impropérios, ouvir alguns colegas Senadores cometerem o equívoco de chamar o Golpe de 1964 de revolução. Como assim? Isso é um desatino a democracia afirmar isso.

Então, quis o destino que o Governador Camilo estivesse aqui, na CDH, no momento em que seu pai é eleito Presidente da Subcomissão, reunindo um conjunto de memórias para a história brasileira. O pai do Governador padeceu de todas as angúrrias da ditadura. O Governador teve sequestrado um direito que pertence a todos nós, brasileiros, que foi o direito de nascer na sua pátria. O Governador teve sequestrado esse direito. Devido ao exílio que foi imposto a seu pai e a sua mãe, foi obrigado a nascer em um país estrangeiro, em um momento bonito de uma nação estrangeira, que foi o momento do governo de Salvador Allende, no Chile. Mas teve esse direito de nascer em seu País sequestrado, para percebermos a violência desse período. Não podemos nos calar e não podemos deixar de lembrar o que foi esse período para que nunca mais aconteça na história nacional.

Não vivi esse período. Eu e Camilo somos os frutos da restauração democrática. Somos resultado de um período de abertura política e convivemos com Capi esse resultado da abertura política. Aprendemos com Capi e com tantos outros o que representou o período anterior para a história nacional. Como historiador, fará muito para a minha vida integrar essa Comissão e contribuir, nesse momento seguinte da história nacional, para que a verdade venha de fato à tona para o esclarecimento disso, para que as gerações seguintes não tenham que ouvir Parlamentares seus chamando a inauguração do pior período da história nacional de "revolução". Não foi e significou, reiteramos, um período triste absurdo da história nacional.

Quis o momento e o destino que tivéssemos essa síntese na Comissão de Direitos Humanos do Senado, no dia de hoje. Que a Comissão de Direitos Humanos do Senado esteja caminhando, e é lamentável dizer, no contraponto dos descaminhos que está caminhando a Comissão de Direitos Humanos na Câmara. A Comissão de Direitos Humanos do Senado, dirigida pelo Senador Paulo Paim e dirigida, hoje, pela Senadora Ana Rita, institui sua comissão de acompanhamento da Comissão Nacional da Verdade, reitero, quis o momento e o destino, construindo uma síntese nesse momento. Juntou representantes de gerações diferentes e elegeu um exilado político, que sofreu com a ditadura, para dirigir sua subcomissão.

Não sabemos a dimensão desse momento, que eu diria histórico, que estamos vivendo aqui. Quis o destino e a força divina que esse momento tivesse tantas coincidências: a presença do Governador do meu Estado para cá para presenciar a emoção do seu pai e a instituição dos trabalhos desta Comissão.

Para mim, será uma honra fazer parte desta Subcomissão.

Por fim, também cumprimentar o Governador por ter instaurado, e falo com muito orgulho disso, no meu Estado, a Comissão Estadual da Verdade. Falo isso com muito orgulho. É uma necessidade para o Brasil fazer esse encontro, fazer os ajustes necessários para com a sua história. É, para todos nós, um momento de profunda emoção. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Randolfe Rodrigues.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar aqui a presença do José Maria de Almeida, Presidente Nacional do PSTU e dirigente da Central Sindical Popular (Conlutas).

Obrigada pela presença, Sr. José Maria.

Passo em seguida a palavra para o Senador Paulo Paim, Presidente da Subcomissão de Combate à Pedofilia, Proteção dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita, primeiro quero dizer que a minha fala aqui vai na linha de uma homenagem a nossa Presidenta, Senadora Ana Rita.

Senadora Ana Rita, estou aqui, no Congresso, há muito tempo e tem uma bobagem que alguns criaram: achar que uma subcomissão pode ser maior que a comissão principal. Isso é pura bobagem e ignorância de quem não tem o que fazer. Tenho certeza absoluta, Senadora Ana Rita, que, ao contrário do que alguns dizem, vou ter orgulho, no final dos trabalhos, de dizer

que a minha Vice superou o Presidente. Ela vai ser a melhor Presidente que esta Comissão já teve aqui no Senador da República. *(Palmas.)*

Vamos nós, todos, trabalhar para isso. Alguns tentam fazer umas bobagenzinhas, mas é política tão pequena que a gente não se preocupa com isso.

Esta comissão ampla, como está aqui, e estou na Presidência por decisão de V. Exª, acolheu todos esses setores porque não tínhamos como montar mais uma comissão. O Senador Magno Malta, que já foi Presidente, não poderia ser presidente porque tem que mudar de dois em dois anos.

Quero dizer algo de público a V. Exª, pelo carinho que tenho por V. Exª. Eu estava saindo da Comissão de Assuntos Sociais e estava do meu lado o Jayme Campos, que foi um grande Presidente. Eu disse: "Senador Jayme Campos, sou obrigado a dizer que o Waldemir Moka está melhor do que encomenda. Olha, já está empatado com o senhor e, se bobear, vai estar além." Ele só deu risada.

Esta Subcomissão e todas as subcomissões vão seguir a sua orientação. Para todas as matérias mais importantes não será audiência desta Subcomissão. Será, sim, audiência da Comissão principal, porque estamos aqui para isso. Então, a minha fala com todos os membros que estão aqui é na linha de dizer que vamos ser parceiros, como aqui foi dito por todos, mas principalmente por V. Exª quando abriu os trabalhos e, depois, repetimos. Seguiremos a sua orientação. No momento em que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara está de fato em uma situação que ninguém gosta, a sua responsabilidade e a nossa aumentaram.

Por isso, Senadora Ana Rita, do fundo do meu coração e da minha alma, dizer que sou o seu discípulo. Se alguém disse que fui um grande Presidente... Vi uma frase antiga, não que eu ache que eu seja um mestre, que dizia que o bom mestre é aquele que o discípulo o supera – ele vira discípulo e aquele que era aluno vira mestre. Você é a minha mestra. Estarei aqui sob sua orientação.

Parabéns, Senadora Ana Rita!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim, que nunca economizou palavras para nos elogiar, para reconhecer nosso trabalho. Quero aqui também agradecer o companheirismo, a parceria. Além de ser um companheiro de Partido, é um companheiro na Comissão de Direitos Humanos. Juntos, com certeza, faremos um belíssimo trabalho.

Passo, agora, a palavra para o nosso grande amigo, companheiro, Senador Paulo Davim, Presidente eleito, agora, da Subcomissão Permanente para o Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Quero antes, Senador Paulo Davim, dizer que tenho um profundo apreço por V. Exª. Me permita interrompê-lo até para dizer isso. Quando o senhor propôs a Subcomissão Permanente de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, o senhor disse, com tanta disposição, assim como o Senador João Capiberibe – e são duas subcomissões criadas recentemente; a do trabalho escravo já existia, mas agrega agora também o tráfico de pessoas –, naquele momento, que a CPI da qual o senhor participou fez um trabalho tão intenso e tão importante que o senhor se sentiu compromissado com essa demanda, com essa problemática do tráfico de pessoas, que é uma questão extremamente séria no nosso País e que infelizmente envolve outros países do mundo, e que o senhor criaria esta subcomissão justamente para dar continuidade ao trabalho desenvolvido durante a CPI. Então, tenho certeza absoluta que V. Exª e o Senador João Capiberibe, que propuseram a criação destas duas subcomissões, farão um belíssimo trabalho.

Passo, então, a palavra a V. Exª. *(Palmas.)*

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Obrigado.

Quero saudar a todos, Senadores e Senadoras; quero saudar a nossa Presidente, Senadora Ana Rita, e dizer da minha alegria de mais uma vez estar nesta Comissão de Direitos Humanos, uma comissão muito viva, uma comissão plural. Vejam as propostas de subcomissões, vejam as pessoas que estão aqui empenhadas, comprometidas com os temas propostos nas subcomissões.

Tenho absoluta certeza, Senadora, que mais uma vez a Comissão de Direitos Humanos dará uma grande contribuição ao Parlamento brasileiro. Não tenho dúvidas disso.

Quero agradecer aos colegas, como o Senador Paulo Paim, como o Senador Randolfe, como a Senadora Lídice da Mata, como o Senador Ataídes, que compõem esta Subcomissão Permanente para o Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Como a senhora bem falou, passamos dois anos participando dos trabalhos da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas, cuja relatora foi a Senadora Lídice da Mata, que fez um belíssimo relatório, que ofereceu e propôs instrumentos novos para enfrentar esse grave problema que não é só do Brasil, mas do mundo, e cuja Presidente foi a Senadora Vanessa Grazzotin. Viajamos pelo Brasil. Quantos casos, quantas vítimas, quantas oitivas foram realizadas, quantos dramas testemunhamos, tomamos conhecimento pelo Brasil afora! Dá para perceber e deu para perceber que foi apenas a ponta do *iceberg*. Muita coisa ainda tem

para ser trabalhada nesse sentido. Por onde passamos, deixamos os casos sendo acompanhados pela Polícia Federal, pela Polícia Civil.

A CPI deixou a sua marca e plantou sementes, e não poderia ser diferente. Precisamos acompanhar o que foi plantado. Precisamos acompanhar vigilantemente tudo que foi proposto por esta CPI: o projeto de lei, as medidas sugeridas. Inclusive foi entregue o relatório em todos os Ministérios. Todos agiram, mas grande parte dos Ministérios...

Acho que esta Subcomissão, e essa é a proposta, vai dar continuidade ao que foi iniciado há dois anos, pela CPI do Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Trabalho Escravo. Essa é a nossa proposta.

Estou extremamente motivado, disposto, porque é um tema que precisamos encarar com seriedade. É um crime que passa desapercebido na sociedade. Foge ao alcance dos olhos das autoridades e do povo em geral, porque é um crime de difícil diagnóstico, como todos já sabem. Ele se traveste de legalidade. Esse é perigoso e difícil diagnosticar e enfrentar. É um trabalho nosso e precisamos dar cabo dessa responsabilidade que temos e que assumimos. Não só assumimos o mandato, mas também assumimos a CPI, a participação na CPI.

Esta é a nossa proposta: dar continuidade a essa luta, que tem que ser incansável, para coibirmos crimes como esse aqui no Brasil.

Ademais, quero parabenizar todos colegas Senadores que assumem as presidências das Subcomissões e, sobretudo, a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que tem demonstrado capacidade de aglutinação, que tem demonstrado organizado, que tem demonstrado criatividade e comprometimento com as questões relativas ao tema. Parabéns! *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim. Tenho certeza de que V. Exª fará um brilhante trabalho.

Passo a palavra agora para a Senadora Angela Portela, nossa companheira, que foi eleita Vice-Presidente da Comissão da Mulher, juntamente com a Senadora Lídice da Mata, que é a Presidenta da Subcomissão.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Senadora Ana Rita, nossa Presidenta, queria aqui enfatizar as palavras do Senador Paim. Sem dúvida nenhuma, essa parceria vai ser significativa para o andamento dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos.

Senadora Ana Rita, Senador Paim, não temos dúvidas. Esta aqui é uma iniciativa concreta do êxito desta Comissão, dos trabalhos desta Comissão: a criação de mais duas Subcomissões permanentes tratando de temas de extrema relevância para o nosso País. Foi instalada a Comissão da Verdade, da Justiça e da Memória, com o nosso Senador João Capiberibe, um homem sério, trabalhador.

Acho que hoje o Estado do Amapá, Senador Randolfe, está em um momento muito bom, um momento em que o processo democrático está nas ações de Governo do Camilo Capiberibe, seu Governador, filho do João Capiberibe, nosso Senador, filho da nossa amiga Deputada Federal Janete Capiberibe. Particularmente, sinto-me muito feliz em ver uma leva de políticos deste nível administrando o Amapá. Quem dera, Senador Capiberibe, que tivéssemos, nos demais Estados do nosso País, em Estados da Região Norte, poderia aqui dizer o meu Estado de Roraima, pessoas no Governo, no Senado, na Câmara de Deputados com esse grau de compromisso com o povo do seu Estado que vocês têm, Randolfe, João Capiberibe, Janete e Camilo!

Então, queria deixar aqui esse meu reconhecimento desta família no Amapá.

Tenho absoluta certeza de que esta Subcomissão vai contribuir imensamente para os trabalhos da Comissão da Verdade, que é uma prioridade da Presidenta Dilma. Ela tem inclusive se manifestado inúmeras vezes pedindo resultados concretos desta Comissão da Verdade. Esta Subcomissão vai, sem dúvida nenhuma, dar uma contribuição muito forte, porque vai ampliar o debate no que diz respeito ao esclarecimento do que ocorreu nesse período negro da história do nosso Brasil. Então, queria parabenizar a equipe, o grupo de Senadores que compõe esta Comissão.

Também a Comissão do Senador Paim, a Comissão dos Direitos do Idoso, da Criança e do Adolescente.

Senador Paim, queremos trazer ao debate desta Comissão o combate ao trabalho infantil. Temos observado o foro nacional de combate ao trabalho infantil se mobilizando nos Estados, porque já existem sinais claros de ampliação do trabalho das nossas crianças. Então, é preciso também que a gente traga essa discussão para a Subcomissão, para que a gente contribua com o Poder Público, ajude...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Me permite um aparte?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É o tipo da proposta, pela grandeza dela, que vamos puxar para a Comissão principal. Quero dar meus cumprimentos a V. Exª. *(Palmas.)*

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeira proposta de integração...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sem dúvida nenhuma, vamos contribuir com os Estados e os Municípios no debate com relação ao combate do trabalho infantil.

O Senador Davim também fez um excelente trabalho, junto com a Senadora Lídice da Mata, na CPMI que investigou o tráfico de pessoas. Hoje, é um tema nacional. Felizmente, temos a novela que está dando visibilidade muito grande ao tráfico de pessoas em nosso País. Isso ajuda, sem dúvida nenhuma, para que cada cidadão brasileiro tome consciência e fique atento a essa questão do tráfico humano, que é tão séria e, como disse V. Exª, fica na surdina. É difícil levar à tona para que a gente possa, o Poder Público, o Congresso Nacional também, contribuir para amenizar essa situação que é tão grave no mundo e no nosso País.

Senadora Lídice da Mata, minha companheira, Presidente da Subcomissão dos Direitos da Mulher, certamente, vamos juntas realizar nosso trabalho, dando continuidade às ações, às audiências públicas, às articulações para que a nossa Subcomissão dos Direitos da Mulher possa andar a passos largos, para que a gente possa, em articulação com a sociedade civil organizada, com Estados e Municípios, contribuir para avançar principalmente na ampliação da rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica em nosso País. Temos temas muito importantes a serem colocados nessa Subcomissão – a questão da saúde da mulher, a questão da formação e capacitação da mulher, a presença da mulher no mercado de trabalho –, mas acredito que a discussão do combate à violência contra a mulher deve ser priorizada.

A Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, a nossa Ministra Eleonora Menicucci, tem sido uma parceira desta Subcomissão. Queremos certamente contribuir com o Governo Federal, com o Governo da Presidenta Dilma para esse combate.

Vimos recentemente o lançamento de um programa, há pouco mais de 15 dias, pela Presidente Dilma, em todas as capitais do Brasil. É a Casa da Mulher. Na Casa da Mulher, vai haver uma rede de atendimento para que a mulher vítima de violência possa chegar a esta casa e ter o atendimento, a proteção jurídica e social, o abrigo, o acolhimento inicial. Considero um passo relevante do Governo Federal quando a Presidenta Dilma tem a preocupação de construir essa estrutura de atendimento à mulher em todas as capitais brasileiras.

Isso é importante, Senadora, porque entre os 5.565 Municípios brasileiros temos apenas pouco mais de 400 delegacias especializadas no atendimento da mulher vítima de violência. É preciso haver um investimento do Governo Federal, de Estados e Municípios, na formação e na capacitação desses agentes, desses profissionais que atuam nessas delegacias.

Enfim, são muitos os temas, muitos os questionamentos e essas Subcomissões estarão preparadas para trazer esse debate, que vai, sem dúvida nenhuma, atender a essas demandas do povo brasileiro: a proteção à criança, ao adolescente, ao jovem e à mulher vítima de violência, o combate ao tráfico humano, e à busca, que é a questão da democracia, da verdade sobre o período nebuloso da ditadura em nosso País.

Queria parabenizar a Presidenta da Comissão, parabenizar todos os Presidentes. Todos eles têm o perfil ideal, conhecimento sobre as causas para as defenderem aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Senadora Angela Portela.

Quero aqui agradecer à Senadora Lídice da Mata, ao Senador João Capiberibe, ao Senador Paulo Paim, ao Senador Paulo Davim, que estão assumindo a Presidência dessas Subcomissões. Quero desejar a todos e a todas um bom trabalho! Quero desejar um trabalho com muito êxito! Tenho certeza de que estaremos conjugando esforços para o fortalecimento da democracia, para o fortalecimento dos direitos humanos no nosso País.

Quero, antes de encerrar esta reunião, passar a palavra para o Governador do Amapá, o Governador Camilo Capiberibe. É uma alegria e uma honra poder recebê-lo aqui hoje, em um momento histórico e tão importante da Comissão de Direitos Humanos, particularmente considerando aqui o nosso Senador João Capiberibe. *(Pausa.)*

Com a palavra, Governador Camilo.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE – Muito obrigado, Srª Presidenta.

Quero cumprimentar e parabenizar V. Exª pela eleição para Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República; também o Senador Paulo Davim, que assume uma importante Subcomissão; o Senador Paulo Paim; a Senadora Lídice da Mata, nossa grande companheira da Bahia, de tantos anos de parceria e de trabalho conjunto; meu pai, o Senador João Alberto Capiberibe, pela Presidência da Subcomissão da Verdade e da Memória.

Quero dizer da importância do trabalho que vai ser feito. Tenho certeza de que o Senado da República vai contribuir muito para os trabalhos que já estão sendo realizados pelo Governo Federal, pela Comissão da Verdade. É importante que tenhamos esses trabalhos acontecendo em várias frentes, até para ter esse elemento de pressão necessário para que questões delicadas possam ser discutidas em maior profundidade.

Mas queria nesse momento também fazer um reconhecimento da importância desta Comissão para os direitos humanos no País.

Fui Deputado Estadual, antes de ser Governador. Durante quatro anos, presidi a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e tive o apoio do Senado da República em duas oportunidades muito importantes. Uma delas foi neste plenário, quando tivemos um conflito sério na fronteira com nosso país vizinho que é a França, a Guiana Francesa. Foi chamado, aqui, nesta Comissão de Direitos Humanos, o Embaixador da França a dar explicações. O povo do Amapá tinha dificuldade em conseguir uma explicação razoável para o que estava acontecendo. A Comissão de Direitos Humanos, então, promoveu esse momento tão importante de resposta aos anseios daquele povo. Não tínhamos condições de fazer isso no Amapá e viemos para cá. Tivemos apoio na época. O Presidente Senadora Paulo Paim nos recebeu...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós dois juntos...

O SR. CAMILO CAPIBERIBE – Muito bem. Que bom!

Na época, realizamos essa audiência pública e foi importante.

Em um segundo momento, tivemos um apoio fundamental não desta Comissão, mas da CPI da Pedofilia, quando não conseguíamos avançar com a nossa CPI no Amapá, pois havíamos esbarrado em forças poderosas. Viemos buscar o apoio, aqui, da CPI. O Senador Magno Malta nos apoiou convocando todos aqueles que lá, no Amapá, não conseguíamos convocar, colocando-os no assento da CPI para dar respostas para o Brasil, para a sociedade e, em particular, para nós, do Amapá.

Isso mostra a importância desta Comissão, da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República, e da importância que isso tem para nós. Lá, muitas vezes, na província, temos dificuldades para vencer certas barreiras. O Senado nos ajuda a fazer isso.

Então, fazendo esse reconhecimento, gostaria de concluir cumprimentando o Senador Randolfe Rodrigues, que tem sido um grande parceiro dos interesses do Estado do Amapá. Estamos juntos aqui hoje... Vim motivado pela votação do FPE, que pode acontecer hoje, à tarde, no plenário, pela nossa preocupação com a situação em que vivemos e em que podemos passar a viver, se o projeto for aprovado nas condições em que está sendo discutido hoje. A Bancada do Amapá está reunida. Temos o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador João Capiberibe e uma expectativa muito grande de ter a Bancada unida, hoje à tarde, no Senado, para defender os nossos interesses, os interesses do Estado do Amapá, os interesses do futuro do nosso Estado. Então, queria fazer esse reconhecimento da importância do Senador Randolfe, aqui, defendendo o Amapá.

Temos uma retaguarda boa tendo dois Senadores da importância do Senador Randolfe e do Senador João Alberto Capiberibe, que voltou ao Senado e voltou a ser uma voz importante para a Amazônia, para discutir as questões da Amazônia também. É fundamental. A Amazônia passou a ter uma voz poderosa aqui com o Senador João Alberto Capiberibe em tantas frentes.

Então, Senadora Ana Rita, quero cumprimentar e desejar boa sorte. Tenho certeza de que a profecia aqui do Senador Paulo Paim, que lhe passou a tarefa de ampliar os trabalhos da CDH, vai se realizar e esta Comissão vai poder, então, suprir as lacunas que estão sendo impostas hoje para os direitos humanos no nosso País.

Parabéns! Sucesso! Grande condução aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Governador. Obrigada pela sua presença. Que Deus o abençoe e que V. Exª continue fazendo um bom trabalho no Estado Amapá!

Quero, antes de encerrar esta reunião, fazer um agradecimento a todas as pessoas, aqui, presentes, representando diversas entidades.

Quero também lembrar que amanhã teremos reunião ordinária da Comissão de Direitos Humanos, às 11h, e contamos com a presença de todos os colegas, Senadores e Senadoras.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a 1ª Reunião de instalação da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e de Proteção dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça e da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Muito obrigada!

(Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.)

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 1036 páginas

(OS: 10004/2014)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL